



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. B AO Nº 166, QUINTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2017	7
Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de setembro de 2017	58
Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de setembro de 2017	123
Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2017	157
Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de setembro de 2017 (em conjunto com a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 27ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura)	175
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2017	243
Ata da 37ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de setembro de 2017 (em conjunto com a 28ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura)	290
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2017	292
Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de outubro de 2017	293

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2017	355
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2017	399
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2017	455
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2017	480
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2017	513
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de setembro de 2017	521



Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2017	569
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2017	627
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017	652
Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de setembro de 2017 (em conjunto com a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)	
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2017	685
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2017	702
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2017	728
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2017	756
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2017	785
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2017	837
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2017	883
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2017	914
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2017	921
1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ	
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2017	937
Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2017	950
Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de setembro de 2017	1025
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017	1098
Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de setembro de 2017	1099
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de setembro de 2017	1181
Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de outubro de 2017	1262
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de outubro de 2017	1331
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de outubro de 2017	1351
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2017	1377
1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE	
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2017	1386
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2017	1424
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017	1488
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2017	1521



Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2017	1539
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2017	1562
1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC	
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2017	1604
1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH	
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de agosto de 2017	1635
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2017	1659
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2017	1695
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2017	1724
1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE	
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2017	1758
Ata da 37ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de setembro de 2017 (em conjunto com a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)	1780
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2017	1831
1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI	
Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de setembro de 2017 (em conjunto com a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos)	
Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de setembro de 2017 (em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos)	
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2017	1858
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2017	1884
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2017	1890
1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR	
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017	1898
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017	1940
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2017	2040
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2017	2089
Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 4 de outubro de 2017 (em conjunto com a 21ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente)	2108
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2017	2149
1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA	



Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017	2176
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2017	2194
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2017	2195
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2017	2207
1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT	
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2017	2213
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2017	2241
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017	2269
Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de setembro de 2017 (em conjunto com a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 27ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura)	
Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de setembro de 2017 (em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)	
1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA	
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2017	2289
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017	2294
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2017	2335
Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 4 de outubro de 2017 (em conjunto com a 28ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)	
1.13 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF	
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2017	2351
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2017	2391
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2017	2400
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2017	2402
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2017	2043
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2017	2410
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2017	2411





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Raimundo Lira, Simone Tebet, Valdir Raupp, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Regina Sousa, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Dário Berger, Eduardo Lopes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, José Serra, José Agripino, Otto Alencar e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 654-Seses-TCU-Plenário, de 17 de agosto de 2017, encaminhando cópia do Acórdão nº 1598/2017, que trata de Desestatização. Acompanhamento do primeiro estágio do leilão – Aneel 1/2017, referente à licitação para a outorga de quatro usinas hidrelétricas em operação, nos termos do artigo 8º da Lei 12.783/2013, com a redação dada pela Lei 13.203/2015, e conforme delegação de competência efetuada mediante a Portaria MME 133/2017, alterada pela Portaria MME 191/2017; relatado pelo Ministro AROLDO CEDRAZ na Sessão Ordinária de 26/07/2017, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede a palavra ao Senhor PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA. Durante a sabatina fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Ricardo Ferraço, Lídice da Mata, Fernando Bezerra Coelho e Lindbergh Farias. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 14 (quatorze) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor MAURÍCIO COSTA DE MOURA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a palavra ao Senhor MAURÍCIO COSTA DE MOURA. Durante a sabatina fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Ricardo Ferraço, Lídice da Mata, Fernando Bezerra Coelho e Lindbergh Farias. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor MAURÍCIO COSTA DE MOURA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 14 (quatorze) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Aguardando relatório sobre a emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2013 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação do projeto fica temporariamente sobrestada, tendo em vista a aprovação do requerimento nº 126/2017, para instrução da matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015 - Terminativo** - que: "Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido."

Autoria: Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto.

Resultado: Adiado. **ITEM 9 - OFÍCIO "S" Nº 15, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do § 1º do artigo 28 da Lei Federal 11.079, de 2004, documentação pertinente às cópias dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos ao processo de contratação de parceria público-privada pelo Governo do Estado de São Paulo, da Concessão Patrocinada para prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 18 - Bronze da Rede Metroviária de São Paulo."

Autoria: Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo. **Relatoria:** Sen. José Serra. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **Resultado:** Adiado.

ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 124 de 2017 que: "Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Assuntos Econômicos (CAE); de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros." **Autoria:** Senador Pedro Chaves.

Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 124/2017. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 126 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 254/2013, que destina à educação e à saúde os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque.

Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 126/2017. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 127 de 2017** que: "Requeiro seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Fernando Coelho Filho, para que compareça a esta Comissão, em reunião conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 127/2017, para reunião conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 128 de 2017 que: "Requeiro, na forma do disposto nos arts. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e no art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 124/2017-CAE, de Autoria do Senador Pedro Chaves, sejam incluídos os seguintes convidados na Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), destinada à instrução dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros." **Autoria:** Senador





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Armando Monteiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 128/2017, em aditamento ao Requerimento nº 124/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 129 de 2017** que: "Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Wellington Moreira Franco, a comparecer à esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** A Comissão aprova, na forma de convite, o Requerimento nº 129/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 130 de 2017** que: "Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, a comparecer à esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** A Comissão aprova, na forma de convite, o Requerimento nº 130/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 131 de 2017** que: "Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Henrique de Campos Meirelles, a comparecer à esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** A Comissão aprova, na forma de convite, o Requerimento nº 131/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 132 de 2017** que: "Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a comparecer à esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Em razão da aprovação do Requerimento nº 127/2017, fica prejudicada a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/29>

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento para seu conhecimento.

Tribunal de Contas da União, Aviso nº 654-Seses-TCU-Plenário, de 17 de agosto de 2017.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Realizaremos agora as sabatinas com os indicados para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Conforme o comunicado na última reunião, em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre os indicados e perguntas a eles dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo telefone 0800-612211.

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2017**



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 22/08/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.
2. A arguição do indicado será realizada nesta reunião.

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2017****- Não terminativo -**

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor MAURÍCIO COSTA DE MOURA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 22/08/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.
2. A arguição do indicado será realizada nesta reunião.

Convido o Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza a vir à mesa para suas palavras antes da sabatina.
Convido também o Sr. Maurício Costa de Moura. (Pausa.)

Para iniciarmos nossos trabalhos, passo a palavra ao Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza para que faça uma breve exposição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA – Ex^{mo} Sr. Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado; Ex^{mo} Senador Garibaldi Alves Filho, Vice-Presidente da Comissão; Ex^{mo} Sr. Senador José Agripino, Relator do processo que trata da minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras; Ex^{mos} Srs. Senadores; autoridades presentes; meu colega Maurício Costa de Moura e demais servidores do Brasil Central aqui presentes; representantes da imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Senado, bom-dia!

É uma grande honra comparecer perante a esta Comissão para a arguição pública prevista na Constituição Federal, na condição de indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só um minuto.

Eu queria avisar aos Srs. Senadores que vou abrir a cabine de votação eletrônica para aqueles que já desejarem votar para facilitar o processo.

Desculpe-me.

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, pela honra concedida ao indicar o meu nome à apreciação desta Casa, bem como os Srs. Ministros Henrique Meirelles e Ilan Goldfajn pela confiança em mim depositada ao apresentarem meu nome para desempenhar missão tão importante.

Ingressei no Banco Central do Brasil em 1998. Portanto, estou próximo de completar 20 anos de trabalho naquela casa, em relação à qual tenho enorme carinho e gratidão. O Banco Central sempre investiu no desenvolvimento profissional dos seus servidores. Em relação a mim não foi diferente; o Banco Central proporcionou as melhores condições para que eu pudesse exercer as minhas atribuições. Caso eu tenha a honra da aprovação do meu nome pelo Senado, gostaria de ter ampliada a oportunidade de retribuir àquela instituição pública o muito que lhe devo e o farei com redobrada dedicação.

Antes da minha trajetória no Banco Central, fui servidor do Banco do Brasil por quase 13 anos, onde iniciei como menor aprendiz, realizei atividades típicas de agência bancária, bem como tive oportunidade de me especializar em concessão, acompanhamento e gestão do risco de crédito.

Ao longo de todo esse período no Banco Central do Brasil, sempre atuei em componentes voltados para a fiscalização do Sistema Financeiro Nacional. Iniciei minha carreira no Departamento de Supervisão Bancária, onde tive oportunidade de exercer as mais diversas atividades e de ocupar diversos cargos, liderando equipes responsáveis pela supervisão de bancos, bem como chefiando divisão responsável pelas equipes de supervisão especializadas nos mais variados temas, como risco





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, gestão de capital e validação de modelos internos das instituições financeiras supervisionadas.

Nesse período, em virtude do conhecimento adquirido, tive oportunidade de representar o Banco Central em grupo internacional relacionado a colégio de supervisores, fóruns que congregam os supervisores responsáveis pela supervisão de bancos com atuação em diversas jurisdições. Também tive oportunidade de representar o Brasil em missão de assistência do Fundo Monetário Internacional para implementação da supervisão baseada em risco em outros países.

Em 2012, tive a satisfação de coordenar o processo de revisão e aperfeiçoamento de toda governança, estrutura e processos de trabalho da área de fiscalização, o que culminou na implantação do nosso atual modelo de supervisão do Banco Central do Brasil, caracterizado por três macroprocessos: primeiro, monitoramento, processo que abrange os aspectos macro e microprudencial; segundo, a supervisão prudencial, processo composto por um conjunto de ações voltadas para assegurar a higidez do Sistema Financeiro Nacional; e, terceiro, a supervisão de conduta, processo formado por um conjunto de ações destinadas à supervisão das instituições financeiras com respeito aos temas relacionados aos produtos e serviços prestados aos clientes bancários, à prevenção da lavagem dinheiro e ao combate do financiamento do terrorismo.

Ao fim desse processo de revisão, passei a atuar como Chefe do Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização e, na sequência, desde 2015, venho exercendo a função de Chefe do Departamento de Supervisão Bancária, Unidade da Diretoria de Fiscalização, responsável por conduzir a supervisão prudencial de mais de 130 bancos e conglomerados bancários responsáveis pela gestão de R\$8,3 trilhões em ativos.

Tive o privilégio de vivenciar a profunda evolução da regulação e da supervisão do Banco Central do Brasil a partir do final da década de 90. Diversas informações foram incorporadas aos nossos processos de trabalho, novas técnicas e ferramentas de supervisão foram desenvolvidas e passamos a participar ativamente das discussões no fóruns e grupos internacionais, a exemplo do novo marco regulatório conhecido por todos como Basileia III.

Essa participação nos fóruns e nos grupos internacionais propiciou ao Banco Central do Brasil modernizar a regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional e elevou a supervisão bancária brasileira aos mais altos patamares nesse campo, como mostram as últimas avaliações internacionais.

Tenho imenso orgulho de, juntamente com diversos colegas do Banco Central, ter contribuído para tornar a regulação e a supervisão brasileira plenamente alinhadas às melhores práticas internacionais, com uma atuação proativa e prospectiva na identificação e solução de situações que possam comprometer a estabilidade do sistema financeiro, nos tornando referência tanto no mercado nacional quanto no exterior.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ao longo de tantos anos trabalhando na área de fiscalização, também pude enfrentar importantes desafios. A grande crise financeira de 2008 e anos subsequentes demonstrou ao mundo a importância da estabilidade financeira. A estabilidade financeira é um bem público que deve ser permanentemente perseguido, pois garante benefícios a toda sociedade.

No Brasil, a recente crise promoveu um teste de *stress* real para o sistema financeiro, no qual a recessão econômica e incertezas advindas de fora da esfera econômica tiveram consequências relevantes no aumento da inadimplência e de provisões e de queda na rentabilidade das instituições financeiras. No entanto, o sistema financeiro brasileiro foi capaz de absorver tais adversidades e evitar que a recessão registrada nos últimos dois anos desembocasse numa crise bancária, o que realimentaria a própria crise no setor real da economia. Ao contrário, o sistema financeiro tem funcionado como um amortecedor de tensões na economia real e certamente será um elemento importante no processo de retomada da atividade econômica, uma vez que se encontra bem capitalizado, bem provisionado e com adequados níveis de liquidez. A existência de um robusto arcabouço regulatório, de uma supervisão atuante e abrangente foram relevantes para a manutenção da comprovada resiliência de nosso sistema. Todo conhecimento e experiência acumulados em razão das profundas adversidades que enfrentamos nos últimos dez anos serão fundamentais para minha atuação como Diretor de Fiscalização do Banco Central caso tenha a honra de ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário desta Casa.

Aparentemente, o pior momento foi ultrapassado, embora ainda nos encontremos em ambiente bastante desafiador. Após dois anos de recessão, dados recentes confirmam o cenário de estabilização da economia e mostram perspectivas de retomada gradual de atividade. A confiança dos agentes econômicos apresenta sinais de melhora. Ações do Governo e do Banco Central permitiram a retomada de um sólido processo de redução da inflação corrente e de ancoragem das expectativas na meta, o que vem permitindo a redução da taxa básica de juros, a Selic. Tais fatos e a continuidade do processo de reformas e ajustes na economia contribuirão para a retomada do crescimento sustentável de nosso País.

Compete ao Banco Central assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. E tenho a convicção, caso V. Ex^{as} me concedam a honra de aprovar meu nome como Diretor, de que poderei contribuir para o alcance dessa honrosa missão por meio da minha participação no Comitê de Política Monetária, no Comitê de Estabilidade Financeira, nas reuniões da Diretoria Colegiada e à frente da Diretoria de Fiscalização.

Eu ainda gostaria de destacar que atuarei com total entusiasmo nos quatro pilares da Agenda BC+, que tem por objetivo tratar questões estruturais relevantes relacionadas a mais cidadania financeira, legislação mais moderna, sistema financeiro mais eficiente e crédito mais barato. Tenho a certeza de que o sucesso de tais iniciativas irá ao encontro dos anseios de toda a sociedade brasileira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, não posso deixar de render minha homenagem aos colegas do Banco Central do Brasil e de registrar minha profunda gratidão aos meus familiares, em especial à minha esposa, pelo apoio e suporte em todos os momentos.

Com essas palavras, eu me coloco à disposição de V. Ex^{as} para as perguntas e para os esclarecimentos que considerarem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Parabéns, Dr. Paulo Sérgio Neves de Souza, pela exposição objetiva e esclarecedora.

Passo a palavra, então, ao Dr. Maurício Costa de Moura, também candidato ao cargo de Diretor do Banco Central.

O SR. MAURÍCIO COSTA DE MOURA – Obrigado, Sr. Presidente, Ex^{mo} Sr. Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Quero também cumprimentar o Ex^{mo} Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e também o Ex^{mo} Sr. Senador Otto Alencar, Relator do processo que trata da minha indicação ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras e Ex^{mos} Srs. Senadores; autoridades presentes; meu colega Paulo Sérgio Neves de Souza, representantes do Sindicato dos Servidores do Banco Central; demais servidores do Banco Central; representantes da imprensa e aqueles que nos assistem pela TV Senado, um bom-dia a todos!

É com grande satisfação e honra que venho a esta Comissão na condição de indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Primeiramente, agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente Michel Temer e aos Ex^{mos} Srs. Ministros Henrique Meirelles e Ilan Goldfajn pela confiança em mim depositada.

Nos últimos 14 anos, tenho orgulhosamente servido ao Banco Central do Brasil. Para um servidor de carreira, é uma honraria ainda maior ter a possibilidade de continuar servindo ao Brasil como um dos membros da Diretoria Colegiada. Considero que essa indicação é também um reconhecimento ao quadro de servidores do BC.

Ao longo desses anos, tive a oportunidade de acumular conhecimento e experiência nas várias funções que desempenhei no Banco Central, com destaque para os últimos seis anos, quando servi como Chefe de Gabinete do Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Regulação e, mais recentemente, como Chefe de Gabinete do Presidente. Antes disso, tive a oportunidade de servir por





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

oito anos em diversas posições na área de fiscalização, tanto na supervisão direta de instituições financeiras como no monitoramento do Sistema Financeiro Nacional.

A essa rica experiência profissional, que me permitiu conhecer praticamente todas as áreas de atuação do Banco Central do Brasil e representar o Brasil em grupos de trabalho internacionais, junto minha formação e atuação acadêmicas. Como discente e como docente sempre atuei na área de Administração. Essa formação e experiência serão fundamentais para a minha atuação como Diretor de Administração do Banco Central caso tenha a honra de ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário desta Casa.

Tendo em conta a missão legal do Banco Central, cabe destacar o momento especial por que passa o País. Após dois anos de recessão, dados recentes confirmam o cenário de estabilização da economia e mostram perspectiva de retomada gradual da atividade econômica. Mas, para que a recuperação econômica sustentável ganhe tração, é preciso dar continuidade ao processo de fortalecimento do mesmo tripé macroeconômico que fomentou o desenvolvimento econômico e social em passado recente – controle da inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal.

No campo da inflação, o trabalho do Banco Central e do Governo estabeleceu um sólido processo de redução da inflação corrente e de ancoragem das expectativas na meta, o que vem permitindo a redução sustentável da taxa básica de juros, a Selic.

Apesar das incertezas econômicas e não econômicas, o sistema de câmbio flutuante permanece íntegro, o mercado cambial está funcional, as reservas internacionais cumpriram o seu papel estabilizador e foram preservadas. No lado fiscal, é necessário avançar com as reformas e ajustes na economia para colocar as contas públicas em ordem.

Estou certo de que o Banco Central continuará contribuindo para a recuperação econômica por meio do controle da inflação e da manutenção da solidez do sistema financeiro nacional.

Ressalto que, mesmo durante a fase mais crítica da recessão, o sistema financeiro atuou como um amortecedor de choques, e n

ão como um amplificador das incertezas. Importa destacar que esse resultado não se deu por acaso, mas foi construído a partir da atuação serena e firme do Banco Central.

Se eu for aprovado por V. Ex^{as} para o cargo de Diretor do Banco Central, devotarei toda a minha energia e capacidade à casa que escolhi servir. Atuarei com determinação para o bom desempenho de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

suas atribuições, entre outras ações, por meio de minha participação no Comitê de Política Monetária, no Comitê de Estabilidade Financeira e nas reuniões da Diretoria Colegiada.

Mais especificamente, se eu tiver o privilégio de conduzir a Diretoria de Administração, atuarei para o atendimento das necessidades dos cidadãos por meio circulante, bem como para o eficiente funcionamento de nossa estrutura interna no Banco Central. Também procurarei compartilhar com outros órgãos as boas práticas de gestão adotadas no Banco Central como forma de contribuir, na medida do possível, para o aprimoramento da gestão pública do País.

Além do fiel respeito a todos os princípios norteadores da Administração Pública, destaco que minha atuação será especialmente regida pelo atendimento aos princípios da motivação e da finalidade, da eficiência e da publicidade. Nenhuma estrutura de governo é um fim em si mesmo, mas, sim, instrumento para a entrega de valor à sociedade. Não pode haver outra bússola para direcionar a nossa gestão que não seja a busca de caminhos para o cumprimento de nossa missão ao menor custo para o Erário e com transparência para o cidadão.

Peço licença a V. Ex^{as} para agradecer publicamente a todos os colegas do Banco Central que contribuíram com minha trajetória profissional. Sem a atuação desses verdadeiros servidores públicos eu não teria a grata satisfação de hoje me apresentar aos senhores para o competente escrutínio do Senado Federal.

Por fim, agradeço à minha família, em especial à minha esposa, pelo apoio incondicional em todos os momentos e me coloco à disposição para responder às perguntas de V. Ex^{as}.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dr. Maurício, pela sua exposição.

Antes de passarmos à sabatina por parte dos Srs. Senadores, eu gostaria de avisar aos Srs. Senadores que o painel de votação já está aberto para aqueles que desejarem expressar sua opinião.

Passo a palavra, então, como primeiro debatedor, ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Tasso Jereissati.

Dr. Paulo, Dr. Maurício, me deem esta informação: quem vai substituir o Dr. Edson Feltrim? É você, Dr. Maurício?

O SR. MAURÍCIO COSTA DE MOURA (*Fora do microfone.*) – Se tiver a honra de ser escolhido por esta Casa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E o Sérgio Darcy? O Sérgio Darcy está sendo substituído agora?

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA – Não. Sérgio Darcy saiu há um bom tempo do Banco Central. Saiu no início da década de 2000 e, com certeza, deixou um grande legado para a Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Dezoito anos?

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA – Ele saiu, acho, por volta do ano 2000, mas teve uma atuação muito forte na parte de regulação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu justifico pelo seguinte: o Sr. Sérgio Darcy, Presidente, era muito jovem. Eu me lembro de que, na década de 90... Estou fazendo essa pergunta porque, em 1989, criei o Consórcio Araguaia. O sistema de consórcio, na década de 80, como é sabido por todos nós, segurou a indústria automobilística no Brasil. Mas o sistema foi substituído, mesmo na década de 80. E, quando foi em 1991, o Banco Central do Brasil assumiu a responsabilidade de fiscalizar e autorizar as empresas de consórcio no País. Foi nessa época que conheci o Sr. Edson Feltrim e o Sr. Sérgio Darcy, dois executivos da mais alta competência.

Eu gostaria até de relembrar aqui, Sr. Presidente, Dr. Paulo e Dr. Maurício, que, nessa época, em 1991, o sistema de consórcio era composto por 563 empresas no Brasil, que administravam milhões e milhões de reais. E o sistema de consórcio tomava – acho que os senhores se lembram, meu querido amigo Flexa se lembra – 50% do tempo do Jornal Nacional, que hoje é tomado pela Lava Jato. Na época, era tomado pelo sistema de consórcio. Eu era recém-chegado ao sistema, já que cheguei de 1988 para 1989.

É surpreendente e bom lembrar, Dr. Paulo e Dr. Maurício – imagino que os senhores pegaram o sistema de consórcio apesar de jovens – que, na época, o Banco Central não conhecia o sistema. Inclusive alguns companheiros nossos, aqueles mais antigos do sistema, me disseram em uma certa reunião que o sistema ia ser muito mal administrado pelo Banco Central porque os técnicos do Banco não conheciam como funcionava o sistema de consórcio.

Não me esqueço de que, em uma bela reunião, tive uma discussão com um dos pais do sistema de consórcio em Goiás, quando eu disse para ele: "Não brinquem, os senhores não brinquem com os técnicos do Banco Central, porque são da mais alta competência!" E disse isso porque, na época, eu havia acabado de sair do sistema de contabilidade – eu era contador – e já estava advogando na área





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tributária. Então, embora eu não conhecesse o Banco Central nas suas entranhas, eu sabia da competência dos técnicos.

E, aí, colegas Senadores e Senadoras, com todo respeito que eu tenho pelos auditores da Receita Federal, pelos Ministros e auditores do nosso Tribunal de Contas da União, eu queria – não sei, não sou demagogo, não dou conta de falar daquilo que eu não sinto e do que não tenha consciência – , eu gostaria que o Brasil, nesses últimos anos, nessas últimas décadas, fosse fiscalizado pelos técnicos do Banco Central. Como eu gostaria! Eu não tenho dúvida de que nós não estaríamos passando por tudo que estamos passando hoje, porque eu conheço a competência dos senhores.

Já dizia Platão que todo homem tem o seu preço, mas durante esses 24 anos administrando o Consórcio Araguaia, Presidente Tasso – e, graças a Deus, ainda menino, cheguei ao oitavo lugar no País, com mais de 84 mil consorciados ativos – eu conheço exatamente a competência desses técnicos.

E a responsabilidade do Dr. Maurício para substituir o Dr. Edson Feltrim é uma responsabilidade muito grande. Já o Sérgio Darcy eu conheci na década de 90, ele ainda muito novo. Eu acredito que ele não deva ter mais do que os seus 65, 66 anos, mas já está aposentado.

Pois bem, eu tenho aqui muitas perguntas, mas eu gostaria de direcionar a V. S^{as} apenas algumas delas.

Eu tenho dito e repetido, até pela minha formação acadêmica e pelos 30 anos que administro uma empresa, que, enquanto o Brasil não tiver dinheiro barato na mão do povo, o Brasil não vai crescer, o Brasil não vai gerar empregos. Nós precisamos de dinheiro barato na mão do povo. Por outro lado, nós temos, hoje, a maior taxa de juros reais do mundo. Quando a gente vai aí para 9,25% menos 2,71%, nós temos uma taxa de juros reais na faixa de 7%. Isso é uma barbaridade! Evidentemente, o Presidente Michel Temer tem atuado fortemente na queda da taxa Selic, mas o Banco Central, como é costumeiro, é muito conservador – muito conservador! Isso tem o seu lado positivo, mas, se eu estivesse hoje na presidência do banco, a taxa Selic não estaria a 9,25%, estaria na casa de 6,50%, talvez menos.

Então, eu pergunto aos senhores: como, evidentemente, vocês irão fazer parte do colegiado, do Copom... Não é isso, Dr. Maurício?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Até o Dr. Paulo também.

Assim, eu pergunto como é que os senhores veem essa continuidade da queda da taxa Selic diante dessa inflação – inclusive, no mês de julho, nós tivemos deflação. Essa é uma pergunta que eu gostaria muito de ver respondida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A história do *swap* cambial.

Certa vez, eu me lembro de que o Presidente Tasso estava aqui, como membro desta Comissão, e tocou no assunto do *swap* cambial. Em 2015, nós tivemos um prejuízo de R\$89 bilhões com o *swap* cambial sob a batuta do ex-Presidente Tombini, que eu sempre disse que, a meu ver, era o que o banco tinha de incompetente, e falei isso para ele aqui algumas vezes. Graças a Deus, não está por lá. Hoje, está o Dr. Ilan, que é de uma competência conhecida por todos nós e por todo mundo.

Quanto a esse *swap* cambial, o Banco Central vai continuar atuando fortemente para que a nossa moeda não venha a se desvalorizar do dia para a noite? Eu gostaria de ouvir alguma coisa sobre o *swap* cambial. Agora, em 2016, depois que o Presidente Michel assumiu, nós já tivemos um superávit, nós já tivemos um positivo, me parece que de R\$75 milhões, no *swap* cambial.

Outra coisa que me intriga – e eu tenho falado sempre nos nossos almoços, às terças-feiras – diz respeito às nossas reservas cambiais. Nós temos hoje mais de R\$380 bilhões em reservas, e estamos pagando caro para ter essas reservas. Eu pergunto aos senhores, com relação a essas reservas, primeiro, se o Brasil precisa dessa avalanche, dessa montanha de dinheiro como reserva, até porque a nota do Brasil desabou, e nós a vamos resgatar e já começamos a resgatar. Segundo o Banco J.P. Morgan, quando o Presidente Michel assumiu, nós estávamos com 462 pontos – quanto maior, pior –, e hoje nós estamos com 260 pontos, ou seja, nós estamos restabelecendo a nossa credibilidade mesmo diante dessa crise política que nós estamos vivendo. A pergunta, então, é: nós precisamos desse volume de reserva? Segundo: qual o percentual que os senhores acham que seria interessante a gente ter de reserva? E, terceiro: nós poderíamos tirar uma parte dessa reserva e trazer para o Brasil para quitar a dívida interna e externa bruta? Esta é a pergunta: os senhores concordam que parte dessa reserva poderia ser destinada à quitação dessa dívida pública que está matando o povo brasileiro? No mês anterior, só de juros, foram R\$17,750 bilhões, Presidente Tasso. Em 2015, nós pagamos R\$501 bilhões dessa dívida. Eu falo que estamos pagando, porque estamos rolando, mas vamos ter que pagar. Será que podemos, então, trazer parte dessa reserva para aplicar em infraestrutura? Os senhores concordam que parte dessa reserva poderia ir para infraestrutura?

Por derradeiro, pergunto sobre essa TJLP, tão famosa TJLP, estabelecida lá nos nossos primórdios, hoje responsabilidade dessa bela equipe econômica que o Presidente Michel colocou, composta pelo Ministro Meirelles; o próprio Dyogo, do Planejamento; o Dr. Ilan; o Pedro Parente, que está na Petrobras consertando a nossa grande empresa quebrada, destruída pelo governo petista; os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Quanto a essa TLP, essa taxa de longo prazo, os senhores concordam com essa medida provisória? E em que ela irá beneficiar o nosso povo?

São essas as perguntas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Desejo aos senhores jovens, principalmente ao Dr. Maurício, que está, mais uma vez eu repito, substituindo o Dr. Edson Feltrim, que é da mais alta capacidade... Eu falo isto de peito aberto: desejo aos senhores sucesso e que Deus continue iluminando vocês.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Vamos fazer as perguntas dos Senadores em bloco.

Passo a palavra ao Senador Flexa e, em seguida, ao Senador Armando Monteiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Cumprimento o Presidente, Senador Tasso Jereissati; os Srs. Senadores, a Srª Senadora; os senhores indicados à Diretoria do Banco Central, Dr. Maurício Moura e Dr. Paulo Sérgio de Souza.

Primeiro, quero saudar o meu conterrâneo, Dr. Maurício Costa de Moura, paraense criado com açaí – por isso ele vem ajudar o Brasil na Diretoria do Banco Central!

O Dr. Maurício teve a sua formação acadêmica em Belém, na Unama. Depois foi para São Paulo e ingressou no Banco Central em 2003. Iniciou na Sef, Secretaria de Fazenda do Estado do Pará.

Quero parabenizá-lo, Dr. Maurício, por sua carreira e por ter a indicação para uma diretoria do Banco Central.

Temos uma relação de família, de amizade com o seu pai, General Moura. Sempre estamos em contato com ele lá em Belém.

Eu quero fazer aqui só alguns questionamentos, em especial um primeiro, que preocupa sobremaneira todos os funcionários do Banco Central lotados na Regional do Estado do Pará. Pelo que me foi dito há pouco por uma integrante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, essa aflição também consome alguns outros, acho que no Ceará, em Fortaleza, em Pernambuco, em alguns outros Estados do Nordeste onde o Banco Central também tem uma sede regional. O Senador Tasso, com certeza, vai defender a permanência, lá em Fortaleza, do Banco Central. É importantíssimo isso para as regiões ainda em desenvolvimento, como lamentavelmente são o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Eu estive em pelo menos duas reuniões com o Presidente e três com o Diretor que está saindo, ao qual o Senador Ataídes fez elogios, e acho que o Dr. Maurício estava presente em uma delas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso, esteve presente em uma delas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nas três ocasiões, duas com o Presidente – repito – e uma sem a presença do Presidente, foi-me dito que não havia nenhuma proposta, nenhum movimento no sentido de fechar as representações do Banco Central. Eu me referia, Senador Tasso, a Belém, no Pará, mas, se soubesse, como soube agora, que também estava sob ameaça a de Fortaleza, eu teria com certeza absoluta levado a sua palavra de também não serem fechadas as do Nordeste, em especial a de Fortaleza.

Eu gostaria de saber, Dr. Maurício, já que V. S^a vai substituir o Dr. Feltrim – que estava nessa reunião e também disse que não havia esse movimento do Banco Central –, para que possa dirimir toda e qualquer aflição dos funcionários lotados nessas regionais, repito, em especial a de Belém, desse movimento de fechamento com transferência deles para Brasília. Sei que foi dito nessa reunião que o quadro de funcionários do Banco Central está muito reduzido e que o Ministério do Planejamento não autoriza concursos para que essas vagas que são abertas pela aposentadoria de funcionários possam ser preenchidas, mas a angústia é muito grande, Dr. Maurício. Ainda ontem à tarde, no meu gabinete em Belém, recebi uma funcionária do Banco Central preocupada com esse possível fechamento e transferência. Eu disse a ela o que tenho dito a todos: que a palavra do Presidente e do Diretor é de que não haveria nenhum movimento nesse sentido. Eu gostaria que V. S^a pudesse reafirmar ou esclarecer melhor esse assunto, porque aí, para facilitar a minha vida lá em Belém, eu vou pegar o vídeo e ficar só mostrando o vídeo, porque será a palavra do Banco Central, e não mais a transmissão do que eu estarei dizendo.

Outra pergunta, agora para o Dr. Paulo. Determina a Constituição Federal que o Sistema Financeiro Nacional deve ser organizado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado. Pergunto aqui, até para entender o que é desenvolvimento equilibrado, porque a desigualdade é tão grande entre essas regiões periféricas e o Sul e o Sudeste... E as políticas públicas, em vez de cumprirem o que diz a Constituição, de reduzirem essa desigualdade, estão fazendo avançar, aumentar essa desigualdade nessas regiões. Então, como é que V. S^{as} pretendem aferir o cumprimento desse dispositivo magno, ou seja, de diminuir a desigualdade, não obstante sua regulamentação seguir pendente?

Os recursos financeiros apurados pela Lava Jato e outras ações investigativas da Polícia Federal e do Ministério Público circularam, em determinado momento, pelo Sistema Financeiro Nacional. Como V. S^{as} pretendem prevenir o movimento desses recursos nas instituições que o Banco Central fiscaliza?

Agora vamos à TLP do Senador Ataídes. Todos sabemos que os juros altos são uma anomalia na economia brasileira, sejam os juros pagos pelas famílias, pelas empresas ou pelo Tesouro Nacional. Há muitas causas que explicam os juros altos e todas elas são relacionadas, de alguma forma, com a questão fiscal. A Medida Provisória 777, de 2017, em tramitação no Congresso Nacional, que institui a TLP (Taxa de Longo Prazo) diminui os subsídios do Tesouro Nacional e, tudo o mais constante, atenua os juros para todos os projetos econômicos que não são subsidiados pelo BNDES em qualquer região





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do País. Além disso, é uma medida que diminui a desigualdade regional, pois os financiamentos do BNDES são majoritariamente destinados a grandes empresas e para as regiões mais ricas do Brasil.

Como V. S^{as} avaliam o impacto sobre a política monetária da diminuição dos subsídios implícitos, isto é, aqueles que não são aprovados pelo Congresso Nacional no crédito público?

São esses os questionamentos, Presidente Tasso Jereissati.

Desejo sucesso ao Dr. Paulo Sérgio e ao Dr. Maurício na nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os dois candidatos à Diretoria do Banco Central e começar colocando uma questão que tem sido frequentemente discutida aqui no debate da Comissão, que é o grande nível de concentração bancária no Brasil. Além disso, mais recentemente foi criada uma empresa para fazer o controle da informação de clientes, que se chama Gestora de Inteligência de Crédito. Trata-se de um birô de crédito que ficará sob a posse dos cinco bancos, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú, Bradesco e Santander, numa espécie de *joint venture* dessas cinco instituições. Assim, as mesmas empresas que darão aval para o crédito serão as que concedem o crédito.

Na avaliação de V. S^{as}, o poder de mercado não ficou acentuado com a criação da inteligência de crédito nas mãos dos maiores bancos? Lembro que, nos Estados Unidos, são aproximadamente 8 mil bancos, num modelo, inclusive, onde há grande espaço para bancos regionais. Lá existem muitos birôs de crédito. Aqui são cinco bancos, e eles vão também entrar para controlar essa nova área, constituindo-se naquilo que poderíamos chamar de um monopólio da informação. Como podemos incentivar o aumento da participação no mercado de agentes financeiros, como bancos regionais, cooperativas de crédito, *fintechs*, que é uma modalidade aí que está crescendo?

E indago ainda qual a opinião de V. S^{as} a respeito das chamadas empresas simples de crédito, que seria uma pessoa jurídica que poderia emprestar exclusivamente com recursos próprios para os pequenos negócios.

Finalmente, nesse contexto, como V. S^{as} entendem que o Banco Central e o Cade poderiam trabalhar em conjunto para uma agenda de defesa da concorrência na esfera bancária?

Há outra questão que diz respeito também a projetos que tramitam na CAE. Por exemplo, eu sou Relator do Projeto de Lei nº 400 e nº 401, ambos de autoria do Senador Telmário Mota. O primeiro determina um prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito, e o segundo determina que a tarifa cobrada dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

comerciantes pelas credenciadoras dos cartões, na hipótese de pagamentos com cartões de débito, será fixa e não, *ad valorem*, como ocorre hoje no Brasil – em muitos lugares essa taxa é fixa. Tenho convicção de que as duas proposições, em última instância, apontam para disfuncionalidades nos mercados de cartão de crédito e débito e estão identificadas com a agenda do chamado custo de financiamento, que estamos priorizando aqui na Comissão de Assuntos Econômicos no âmbito do Grupo de Reformas Microeconômicas, que busca medidas para reduzir o chamado custo Brasil.

No caso do mercado de crédito, os estabelecimentos comerciais que aceitam cartões pagam o aluguel das máquinas de cartão e a chamada taxa de desconto entre 2,5% e 4% do valor da compra. Além desses custos, o comerciante recebe os valores das vendas com cartão de crédito após 30 dias, o que leva a necessidades maiores de capital de giro e, conseqüentemente, de despesa com juros. Em vários países esse prazo de pagamento ao lojista é de 15 dias, de 8 dias, de 3 dias. Já com relação ao mercado de cartão de débito, volto a dizer sobre aquele ponto de que a tarifa é calculada sobre o valor da transação e não uma tarifa fixa. Embora tenha convicção de essas matérias não deveriam ser reguladas por lei, nós não podemos, no entanto, ficar inertes diante dessa situação. Que ações o Banco Central está adotando para corrigir essas distorções e como poderemos, portanto, acelerar a adoção de medidas que possam corrigir essas distorções?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senador Monteiro, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pois não, Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É um assunto interessantíssimo a respeito do cartão de crédito.

Na Comissão de Transparência, Fiscalização e Defesa do Consumidor, nós tivemos uma audiência recentemente a respeito do cartão rotativo – na mesma linha do Senador Monteiro, que não me canso de elogiar pela *performance* e pela sabedoria, é um grande Senador que nós temos. No caso do cartão de crédito, do rotativo, algumas empresas neste País chegam a cobrar 650% ao ano – em média, 494% ao ano –, enquanto, entre os outros países da nossa América, o que cobra mais cobra 75%. A Argentina, parece-me, cobra 43%; Venezuela, 46%; Colômbia, 65% – é algo nesse sentido. Nós tivemos uma grande audiência pública onde disseram que essa taxa de juros do rotativo iria cair e, lamentavelmente, caiu tão somente de 494% para 424%. Então, esta é a pergunta que eu também gostaria de acrescentar: o que os senhores vão fazer com o rotativo?

Obrigado, Senador Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito obrigado. Senador Ataídes, é sempre bem-vinda aqui a sua intervenção. Conversamos sempre sobre outros temas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu queria, para finalizar, Sr. Presidente, dizer que, por ocasião da votação da Medida 777 – o Senador Flexa já fez referência a ela –, tivemos interessante debate na Comissão Especial e eu tive oportunidade de adotar uma posição de defesa da Medida Provisória 777, colocando-me, inclusive, contra a opinião dominante de setores da indústria, aos quais eu sempre me vinculei. O meu entendimento é de que nós precisamos criar condições no Brasil para reduzir o chamado juro estrutural, que, ao longo de décadas, apesar da mudança de governos, de orientação de política econômica, de períodos de, por exemplo, gestões fiscais mais responsáveis... Tivemos, por exemplo, Senador Ataídes, um longo período em que o Brasil gerava superávits primários. Nós tivemos uma trajetória, de 2000 até 2011/2012/2013, gerando superávits robustos. No entanto, durante todo esse período, o Brasil conviveu com juros estruturais elevadíssimos.

Há especialistas que apontam várias causas para isso, por exemplo: a insuficiência da poupança, o fato de que mais recentemente nós estamos drenando poupança privada para financiar o déficit público; essa questão do nível de concentração bancária; em certo sentido, a memória inflacionária, mecanismos de indexação que ainda estão presentes na economia brasileira. Mas eu terminei por imaginar que uma medida que contribua para eliminar subsídios implícitos pode, sim, ajudar a criar condições para que o Brasil reduza essa taxa de juro estrutural, embora tenhamos evidentemente uma agenda muito desafiadora. Digo isso porque, por exemplo, se nós não completarmos a agenda de reformas, se o Brasil não corrigir essa trajetória explosiva de gastos públicos, nós não lograremos alcançar um processo de equilíbrio macroeconômico sustentável. Logo, quanto à TLP – que é uma taxa que pretende fazer uma convergência para os custos de captação do Tesouro –, se o Brasil não reequilibrar a economia, essa taxa será tão volátil que ela própria terminará perdendo o efeito, porque ninguém vai financiar investimento num quadro de grande volatilidade, como nós teremos se não conseguirmos um equilíbrio macroeconômico sustentado.

Então, diante desse quadro, eu pude me pronunciar na Comissão defendendo a medida, naquele momento também indicando que o Brasil precisa fundamentalmente é de criar condições para as empresas que representam a grande fonte de geração de poupança. O que fundamentalmente define o nível de poupança de um país é a poupança gerada pelas empresas, quer dizer, a possibilidade de gerar lucros, de reinvestir lucros e, para isso, precisamos criar um ambiente equilibrado, que crie no ambiente do crédito, mas olhando o crédito de uma maneira geral e não o crédito segmentado; que ofereça um padrão de financiamento mais saudável à economia brasileira, sem o que nós não teremos empresas que possam verdadeiramente gerar lucros e, por isso mesmo, realizar investimentos e elevar a taxa de investimentos da economia brasileira.

Diante de tudo isso, eu indagaria o seguinte: além dessas medidas que buscam promover uma maior estabilidade fiscal, o que os senhores consideram necessário e, sobretudo, o que, na esfera de atuação do Banco Central, se pode buscar para que se tenha a perspectiva de construir o que chamo de padrão de financiamento mais saudável para a economia brasileira?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eram essas as questões.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Maurício, Dr. Paulo Sérgio, cumprimento V. Ex^{as} e V. S^{as}.

Naturalmente, na indicação de V. S^{as}, em função do vasto currículo, identificamos uma reclamação que a sociedade brasileira faz sobre o mérito ou sobre a cultura da meritocracia na ocupação de cargos e funções de elevada complexidade, responsabilidade e sofisticação. V. S^{as} são quadros de carreira do Banco Central e, não apenas do ponto de vista prático, mas também do ponto de vista acadêmico, estão, a meu juízo, com todas as credenciais para exercerem as elevadas tarefas que estão sob a responsabilidade da autoridade monetária do nosso País, o Banco Central.

Além disso, eu gostaria de fazer duas brevíssimas intervenções, já feitas pelo Senador Armando Monteiro e pelo Senador Ataídes, que dizem respeito à enorme expectativa que temos nós aqui no Senado com o encerramento desse debate na Câmara dos Deputados, possivelmente nesta semana. O Senado enfrentará o debate derradeiro relacionado à chamada Taxa de Longo Prazo para remunerar os recursos do Tesouro Nacional que são disponibilizados para o BNDES, que é parte de uma cultura da meia-entrada em nosso País.

Em audiência com diretores do Banco Central nesta Comissão, o Presidente Tombini nos apresentou um mapa sobre o crédito no País. Chama atenção o fato de que, do total de créditos disponibilizados no País, 50% são subsidiados. Se eles são subsidiados, há alguém pagando a conta para que a taxa de juros em nosso País possa ser considerada para além de expansiva. É uma taxa de juros imoral quando nós a comparamos com qualquer referência, sobretudo de países como o nosso, que é um país emergente. Nada mais do que 50% do crédito em nosso País são direcionados, e parte relevante desse crédito tem sido disponibilizada para o BNDES.

Ou seja, o povo brasileiro vai ao mercado e se endivida. Quando se fala que o Governo vai ao mercado, emite título, paga remuneração de taxa Selic, não é o Governo que vai ao mercado, quem vai ao mercado é a população brasileira. Governo não gera riqueza; quem gera riqueza é o trabalhador e o empreendedor. E os dados do Ministério da Fazenda revelam que, nos últimos dez anos, a população brasileira transferiu, somente para o BNDES, mais de R\$270 bilhões para financiamento de um conjunto muito concentrado de empresas brasileiras, 70% desse crédito para companhias e empresas que faturam mais de R\$300 milhões por ano. Quando nós fazemos uma comparação para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ver quem está gerando emprego neste País, vemos que micro e pequenos empresários geram 70% dos empregos, que também têm uma faixa subsidiada das operações de crédito.

Então, há uma grande expectativa de que nós possamos ouvir de V. S^{as} a expectativa para a política de crédito e de juros em nosso País com a aprovação da TLP, uma vez que o Banco Central foi, assim como o Ministério da Fazenda, arquiteto desta mudança, que tem grande expectativa de impactar – pelo menos temos essa expectativa – a política de crédito. Eu gostaria que V. S^{as} pudessem fazer uma abordagem sobre as questões estruturais da política de juros imorais em nosso País.

A outra questão diz respeito à Medida Provisória 784, que criou um regime jurídico para o direito administrativo sancionador a ser aplicado pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de atuação, tanto uma como outra instituição. Essa medida provisória seguramente foi também arquitetada, quero crer, no núcleo do Banco Central. Qual a razão de a medida provisória estabelecer o valor máximo de multa muito inferior ao previsto na Lei nº 12.846, a Lei Anticorrupção, ou na Lei nº 12.529, que é a Lei do Cade?

Apenas para fins de comparação, o art. 7º, I, dessa medida provisória em curso no Congresso brasileiro estabelece o valor máximo de multa de 0,5% da receita de serviços e de produtos financeiros apurada no ano anterior ao da consumação da eventual infração. Já a Lei Anticorrupção e a própria Lei do Cade estabelecem patamares de até 20% da receita auferida.

Há dispositivos que causam grande preocupação em relação à transparência das atividades do Poder Público. Como se sabe, a publicidade é princípio da Administração Pública consagrado na Constituição Federal e que rege, ou deveria reger, as atividades públicas. Contrariando a lógica desse princípio, o art. 11, parágrafo único, e o art. 31 dessa mesma medida provisória possibilitam que os termos de compromisso de ajustamento de conduta e acordo de leniência sejam celebrados e mantidos indefinidamente em sigilo.

Isso causa determinada preocupação. Vamos identificar que, nessa ação administrativa, o Banco Central pode se deparar com questões penais. A pergunta é: o Ministério Público Federal, que tem a prerrogativa da ação penal, será informado automaticamente para que possa tomar as providências e assumir as responsabilidades para além das medidas administrativas, até porque medida provisória não pode tratar de tema penal? O questionamento que faço, porque estamos tratando dessa medida provisória aqui no Congresso Nacional, é sobre essa questão muito específica do sigilo do Banco Central. Na interpretação de V. S^{as}, esse sigilo do Banco Central contempla o sigilo de informação ao Ministério Público para que ele possa tomar as iniciativas que fazem parte de suas prerrogativas?

São as duas questões, Sr. Presidente, que endereço aos nossos sabatinados aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Normalmente fazemos blocos de cinco, mas, como temos só dois Senadores a mais – sei que vai se avolumar muito o número de questões –, peço licença aos nossos sabatinados para completarmos a lista de Senadores.

Todos estão de acordo? (Pausa.)

Primeiro, a Senadora Lídice da Mata com a palavra. Em seguida, Senador Fernando Coelho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, para os dois indicados para Diretores:

1 - No Brasil os investimentos estrangeiros devem atender ao interesse nacional. No entanto, a Constituição fez valer, transitoriamente, a obrigação de os investimentos estrangeiros obedecerem a interesses do governo. Como V. S^{as} pretendem aferir, em um universo fiscalizável, a coadunação dos objetivos das instituições financeiras e os interesses do atual e dos sucessivos governos?

2 - O cenário econômico está cada vez mais complexo, com significativo aumento do total de ativos do Sistema Financeiro Nacional. Segundo dados divulgados pelo próprio Banco Central, de 2011 a 2015, foram 60% de aumento dos ativos de conglomerados bancários e quase 200% de aumento do volume de transações. De modo oposto, o quadro de funcionários e os recursos destinados a autarquias vêm diminuindo ao longo dos anos. Como os senhores observam os riscos para a atuação do Banco Central e para o País em razão desse cenário?

Outro aspecto é: os senhores estão acompanhando a Medida Provisória nº 784. Qual a posição de V. S^{as} em relação a essa medida provisória no que diz respeito à incorporação, agora, do termo de compromisso e do acordo de leniência?

Por fim: há, na discussão da Medida Provisória nº 784, um posicionamento dos funcionários do Banco, dos Analistas do Banco, solicitando a mudança de nomenclatura para que passem a ser Auditores. Qual o posicionamento dos senhores em relação a isso?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Lídice.

Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, quero cumprimentar tanto o Dr. Maurício Costa quanto o Dr. Paulo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sérgio por suas explanações. Tenho certeza de que eles merecerão aqui a aprovação dos membros desta Comissão para poderem se desincumbir das tarefas de diretores do Banco Central do Brasil.

Eu tenho duas perguntas, a primeira para o Dr. Paulo Sérgio.

As instituições financeiras estão entre as que mais recebem reclamações nos serviços de proteção ao consumidor e representam, segundo dados do CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, 39% das reclamações judiciais relacionadas ao direito do consumidor.

Aparentemente, o Banco Central do Brasil dá pouca atenção ao consumidor dos serviços ofertados pelas instituições por ele supervisionadas, tendo o seu foco principal na saúde financeira das instituições. Qual é o papel do Banco Central na proteção dos direitos do consumidor de serviços bancários? Segundo o entendimento do senhor, há espaço para a coordenação entre a atuação do supervisor bancário e as instituições de defesa do consumidor?

Seria, portanto, essa questão que eu endereço ao Dr. Paulo Sérgio.

Ao Dr. Maurício Costa de Moura, faço a seguinte colocação: a Medida Provisória nº 784, de 2017, cria novo marco regulatório para o processo administrativo sancionador nas esferas de atuação do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, aumentando valores de multas para desestimular ilicitudes e concedendo mais poderes às referidas autarquias para punir condutas lesivas ao Sistema Financeiro Nacional e ao mercado de capitais doméstico. A minha pergunta: na opinião do senhor, a medida provisória é suficiente para atender as necessidades do Banco Central ou ainda há a necessidade de maior aprimoramento legislativo sobre o tema?

E, finalmente, Sr. Presidente, apenas eu gostaria, aqui, de fazer um registro. Eu, ontem, conversava com o Presidente do Banco Central, o Presidente Ilan, e ele me comunicava a conclusão dos entendimentos promovidos pela equipe econômica – Ministério da Fazenda, Banco Central – e a direção do Banco do Nordeste do Brasil, representando os bancos regionais – o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil –, no sentido de ser encaminhada a esta Casa, muito provavelmente na próxima semana, uma medida provisória que vai regular a fixação dos juros para os fundos constitucionais.

Eu quero manifestar aqui a minha alegria. Os entendimentos prosperaram de forma muito positiva. A equipe econômica do Governo Federal compreendeu a necessidade do reconhecimento do Coeficiente de Desenvolvimento Regional, ou seja, em cima da taxa de juros reais – descontada da taxa nominal a taxa de inflação – será aplicado o rebate do CDR e, ainda mais, o bônus de adimplência. Isso, na prática, significará que, se os juros da TLP do BNDES estiverem, por exemplo, em torno de 8% ao ano, nós deveremos ter uma taxa nos fundos constitucionais da ordem de 6% ao ano.

Portanto, essa é uma conquista, porque, de certa forma, faz valer aquilo que está previsto na nossa Constituição Federal, isto é, que os recursos dos fundos constitucionais têm como objetivo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

equilibrar esta Nação. Nós somos muito, muito desiguais do ponto de vista do desenvolvimento regional, e esses recursos foram concebidos pelo Constituinte como um instrumento para a promoção do desenvolvimento das regiões menos favorecidas do Brasil. Por isso é que trago essa informação. Essa é uma notícia muito alvissareira, muito positiva.

E quero aqui cumprimentar V. Ex^a, que, como Presidente da Comissão, sempre esteve atento a esse tema, pressionando o Presidente do Banco Central, pressionando o Ministro Henrique Meirelles. Quero também destacar aqui a atuação do Senador Armando Monteiro, mais uma vez, porque, nessas tratativas, foi o interlocutor da defesa de juros diferenciados para a micro e a pequena empresa brasileira. Isso também está reconhecido no projeto de conversão da medida provisória, por esforço da Comissão que o Senador Armando Monteiro preside aqui, na CAE. Portanto, eu acho que é muito importante registrar aqui o trabalho do Senador Armando Monteiro e o trabalho de V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati, na defesa dos interesses regionais e na defesa da pequena empresa brasileira para que, neste momento em que a economia brasileira dá sinais de recuperação, medidas como essa possam, de fato, dar intensidade a esse movimento de retomada do desenvolvimento, de retomada do emprego, de retomada da produção nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho.

E eu não poderia deixar de destacar o trabalho de V. Ex^a, que assumiu a frente dessa luta, dessa batalha pelos interesses do Nordeste, junto com o Senador Armando Monteiro, em relação principalmente às pequenas e médias empresas. E, diante dessa notícia, digo que é uma vitória importante para a nossa região o trabalho de V. Ex^a, parabenizando-o pelo esforço e pela luta que V. Ex^a desenvolveu.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, me permita também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Só para registrar – não o faço por dever de cortesia, mas por absoluto dever de consciência – e enaltecer o trabalho de Senador Fernando Bezerra Coelho, que, desde a primeira hora, levantou a sua voz nesta Casa, como faz sempre, de forma muito veemente e firme. E graças a essa obstinada cruzada do Senador Fernando Bezerra é que, ao final, nós haveremos de celebrar essa conquista. Portanto, eu quero também publicamente registrar a atuação firme do Senador Fernando Bezerra, que foi decisiva para essa conquista.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito justa e merecida essa observação de V. Ex^a. Nós todos somos testemunhas de quantas vezes o Senador Fernando Bezerra Coelho se avermelhou aqui nessa tratativa.

Senador Lindbergh, peço brevidade pois foi aberto o painel do Congresso Nacional.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sim, eu não vou me alongar, Senador Tasso Jereissati.

Queria cumprimentar o Dr. Maurício e o Dr. Paulo Sérgio, que são funcionários de carreira. Já votei favoravelmente no nome dos senhores, mas queria falar aqui que votei com um pouco de descrença, porque eu, sinceramente, acho que o Banco Central tinha que ser mais duro.

E eu faço uma pergunta dirigida ao Paulo Sérgio, que é Diretor de Fiscalização. O Banco Central tinha que ter um papel mais duro na fiscalização. A gente tem uma alta concentração bancária no País. Quatro instituições têm 79% das operações de crédito no Brasil, e – sinceramente, eu não consigo entender – os juros de cartão de crédito estão a mais de 400% – não consigo entender!

Eu queria que o senhor me explicasse, Dr. Paulo Sérgio, como funciona a fiscalização em relação ao Sistema Financeiro Nacional, porque, nesse sentido, o Banco Central, ao invés de ser um leão, parece mais um gato que não morde e não joga um papel que deveria jogar. A gente viu a crise de 2008 que aconteceu nos Estados Unidos. Aconteceu pela desregulamentação completa, lá nos Estados Unidos, do sistema financeiro. Houve uma visão ultraliberal que deu no que deu: uma crise de grandes proporções no mundo.

Eu sei que a nossa situação aqui é diferente. O Banco Central, aqui no Brasil, não foi por esse caminho. Mas eu queria que o senhor me explicasse, de forma bem didática, esse papel dessa diretoria de fiscalização.

Você sabe que aqui não há nenhuma crítica pessoal. Eu sei da capacidade do Dr. Ilan Goldfajn, mas ele era sócio do Itaú. Eu fico pensando: tem esse Banco Central capacidade de fazer uma fiscalização rigorosa no Itaú? Ou no Bradesco? Porque quem sofre é a população como um todo, são os empresários pagando esses juros completamente desproporcionais. Não há nada parecido no cenário internacional. Volto a falar: quatrocentos e tantos por cento de cartão de crédito não é qualquer coisa.

Eu queria também falar sobre juros. Eu queria a opinião dos senhores sobre o artigo de André Lara Resende. Ele colocou uma nova discussão para um debate que é antigo.

Tenho participado desta Comissão de Assuntos Econômicos. O Presidente do Banco Central tem por obrigação vir aqui de três em três meses, para falar sobre a política monetária. Eu sempre falo, Senador Fernando Bezerra, que a gente precisa ir nas causas da inflação. Eu vi, muitas vezes, aqui, o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Banco Central aumentando taxa de juros, quando houve elevação da inflação por preços administrados ou por alimentos, não por preços livres.

Fiz críticas em vários momentos, inclusive quando era o Governo da Dilma. Os senhores acompanharam aqui o debate do Levi. Sinceramente, se a gente for ver, ali o Banco Central aumentou a taxa de juros quando o que houve de aumento da inflação, no começo de 2010, foi gasolina e energia elétrica: preços administrados. Em 2015, em 2015! Então, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso também. Queria que os dois falassem sobre isso e sobre o artigo do André Lara Resende, que coloca uma nova discussão.

Sobre o BNDES, creio que o Banco Central entrou nessa cruzada pelo fim da TJLP, projeto que está na Câmara dos Deputados. Eu fui Presidente da Comissão que discutia essa Medida Provisória 777, que vem para o Senado Federal.

Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a que é um grande empresário do País, acho que estamos cometendo talvez um dos maiores erros, em termos de política econômica, do último período. Nós estamos numa depressão econômica, com recessão de mais de 8% do PIB. Todo mundo que fala dos cenários de recuperação agora, Senador Fernando Bezerra, fala de um cenário de recuperação ainda muito tímido. Nós não vamos sair daquela recessão como geralmente acontece, que é em V: você afunda e você levanta. Será um processo mais lento de recuperação.

Nós caímos em investimentos, no Brasil. Nós tínhamos 21,5% de investimentos em 2013, 2014. Nós estamos em 15,5%. Investimento público, para os senhores verem o que está acontecendo em relação ao ajuste fiscal... Nesse ajuste fiscal que está sendo feito, eles estão cortando primeiro o investimento. Há um corte, Senador Tasso Jereissati, de investimento público de 50%, este ano, em relação a 2016, que já foi muito fraco.

Porque um ajuste que é feito em cima de despesas discricionárias vai logo no investimento. Nós estamos vivendo esse processo agora no País, aí vamos acabar com a TJLP? Nós vamos acabar com o financiamento de longo prazo no País, Senador Tasso Jereissati.

O Felipe Salto, que é Presidente dessa Instituição Fiscal Independente, aqui do Senado Federal, que trabalhou com o Senador José Serra, fez um estudo: se essa nova TLP existisse, nesses últimos 13 anos, dois terços do tempo ela seria superior à Selic. Superior à Selic! Há gente achando que, com o fim da TJLP, nós vamos poder, nos próximos cinco anos, derrubar investimentos que hoje são de 15% para menos de 10%. Eu, sinceramente, acho uma loucura o que a gente está fazendo. Eu acho que até se poderia discutir isso num outro cenário; num cenário de equilíbrio macroeconômico, com a economia crescendo. Mas, em um cenário de uma recessão como essa?

E a gente conseguiu aqui unificar uma parte grande do setor empresarial contra isso – Fiesp, Abimaq, entidades importantes que vêm aqui falar contra isso. Eu vejo uma hegemonia tão brutal do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

capital financeiro, que estão desprezando posições dessas entidades em um momento dramático da economia. E eu queria entender por que tanta movimentação e empenho do Banco Central nisso. Às vezes parece que o Banco Central age, atua não como instituição que fiscaliza o Sistema Financeiro Nacional, mas que verbaliza as posições do Sistema Financeiro.

Então, Dr. Maurício, Dr. Paulo Sérgio, eu aqui, como eleitor, votei, porque os senhores são funcionários de carreira, e eu acho importante destacar a excelência dos quadros do Banco Central, mas sou um eleitor descrente. Sou um eleitor que estou votando aqui, mas reclamando, porque eu acho, sinceramente, que o Banco Central, nessa área de fiscalização, tinha que ter uma ação mais forte para impedir concentração, para impedir cartelização. Se houvesse mais competição, teríamos esses juros de cartão de crédito, que penalizam toda a sociedade, do trabalhador ao empresário, que só beneficiam os bancos e que, em uma crise como essa em que nós estamos vivendo, não param de aumentar seus lucros... Não param de aumentar seus lucros; é impressionante!

Então, são essas as minhas intervenções. Eu desejo aos senhores sucesso e espero que consigam mudar a cultura desses últimos anos do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Lembro que está convidado o Presidente do Banco Central para esta Casa para o dia 26 de setembro – em função da observação feita por V. Ex^a, Senador Lindbergh.

Eu vou partir logo para a apuração, em função da iminente abertura da votação no Congresso, e em seguida os nossos convidados farão suas observações.

Então, fica encerrada a votação. Peço que seja aberto o painel de resultados.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerrada a votação.

O Dr. Maurício de Moura teve 14 votos a favor; 1 NÃO.

O Sr. Paulo de Souza teve 14 votos SIM; e 1 voto NÃO.

Portanto, estão aprovados os nomes do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza e do Sr. Maurício Costa de Moura.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Tasso, o Senador Ataídes fez uma brincadeira sobre o voto contrário, disse que foi o Senador Lindbergh. Eu sempre digo quando voto em contrário. No caso, votei favoravelmente. Digo sempre aqui nesta Comissão quando vou votar contra. Quero reafirmar meu voto favorável, e não seria problema nenhum para mim, se fosse votar contra, dizer aqui por que estaria votando contra. Votei favoravelmente porque são funcionários do Banco Central...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Votou desanimado, mas votou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Votei desanimado, mas votei. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – As matérias, portanto, vão ao Plenário do Senado Federal.

De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, o parecer sobre escolha de autoridade será incluído, em série, no final da Ordem do Dia.

Passamos a palavra, então, ao Dr. Paulo Sérgio Neves de Souza para suas considerações e, em seguida, ao Dr. Maurício Costa de Moura.

Por favor, com a palavra.

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pela participação e perguntas recebidas dos Ex^{mo}s Srs. Senadores.

Começando com as perguntas do Ex^{mo} Sr. Senador Ataídes, primeiro, eu gostaria de prestar aqui o agradecimento pelas palavras e elogios ao corpo técnico do Banco Central e deixar o registro aqui de que serão levadas suas palavras, com certeza, ao Diretor Feltrim, uma pessoa de extremo respeito dentro do Banco Central, que vai ficar muito contente.

No caso do Diretor Sérgio Darcy, que tanto fez pelo Banco Central, eu tenho até uma notícia ruim, mas com certeza os familiares ficam contentes com a lembrança de V. Ex^a.

No tocante à questão dos consórcios, de fato, a supervisão do Banco Central vem evoluindo muito nos últimos anos, então, hoje eu posso assegurar a V. Ex^a que a gente recebe informações detalhadas de todos os grupos, que permitem que mensalmente o Banco Central acompanhe, inclusive em temas prudenciais, a saúde dessas instituições, e acho que o sucesso dessa estratégia tem se demonstrado, porque nós não temos novos casos aí que tenham impacto em toda a sociedade.

Falando um pouco sobre a questão das reservas internacionais, nesses 32 anos no sistema financeiro, eu presenciei várias crises. Quando eu estava no Banco do Brasil, eu vi o impacto de crises financeiras; depois, quando ingressei no Banco Central, a crise de 1999, vi a severidade, então, acerca das reservas internacionais. Eu tenho o posicionamento de que, de fato, nesse momento ainda da economia em que o Brasil não consegue ter um longo período de estabilidade, ele tem um papel fundamental ao evitar o capital especulativo internacional, e, logicamente, discussões acerca do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

montante, de volumes podem ser tratadas. Com certeza, o próprio Presidente, nas reuniões aqui perante a CAE, poderá também debater esse assunto com V. Ex^ª.

O senhor pergunta por que as taxas de juros são tão altas no País. Na verdade, o próprio processo macroeconômico está baseado no controle da inflação, na responsabilidade fiscal e no sistema de câmbio flutuante. Logicamente, quando um desses três fatores acaba não atingindo seus objetivos, você gera uma desestrutura na economia.

Eu presenciei, por exemplo, na minha experiência de agência, todos os planos econômicos para combate à inflação. Acho que foi uma grande luta com o Plano Real, o controle que foi obtido.

Naquela oportunidade, inclusive os senhores devem lembrar, não existia sequer inclusão financeira. As pessoas procuravam bancos simplesmente para proteger os seus recursos e qualquer cidadão normal para entrar e abrir uma conta tinha de fazer um depósito mínimo. Então, acho que houve avanços com relação à parte de inclusão, mas, com certeza, em relação a um ambiente favorável para um controle efetivo da taxa de juros e ao crescimento sustentável, a gente não conseguiu ainda experimentar um longo período.

Logo após o Plano Real, os bancos passaram a exercer a intermediação financeira, no entanto, naquele período, os senhores lembram, tivemos quebra de bancos importantes, tivemos de fazer um programa de fortalecimento, porque as operações de crédito acabaram naquele momento gerando prejuízos à saúde financeira dos bancos. Por isso, o Banco Central inclusive editou, ainda em 1999, uma norma de regulação prudencial para operações de crédito, uma norma extremamente moderna na época e que, agora, o mundo está copiando com essas para essas reformas no âmbito de Basileia III. Foram normas importantes inclusive para a manutenção da estabilidade na crise.

Tivemos, de fato, um período entre 2000 e 2008 em que conseguimos avançar na questão do crédito imobiliário, do crédito consignado e com taxas de juros que eu considero serem mais apropriadas para atender às demandas da sociedade. Então, houve novamente o problema de crise financeira internacional e, depois, a própria crise de recessão. E tudo isso gera desequilíbrios que dificultam haver um cenário que dê condições a uma taxa estrutural da economia mais baixa.

Mas, com certeza – agora já recebi a aprovação –, vamos trabalhar. Acho que a agenda positiva do BC Mais tem por propósito cuidar de questões estruturais, quer na validade das garantias das operações como no cadastro positivo. Com certeza, vamos avançar na redução da taxa de juros.

Em relação aos questionamentos do Ex^{mo} Senador Flexa, no tocante às questões regionais, a Difis é uma área bastante significativa dentro do Banco Central. Temos servidores em todas as praças e temos feito esforços bastante significativos nos últimos anos. No caso da Difis, hoje eu tenho diversos processos sendo realizados em regionais do Banco Central. Então, a gente sempre está procurando privilegiar as tarefas nessas praças. No próprio caso da praça de Fortaleza, que aqui foi citada, levamos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o atendimento aos Poderes constituídos, uma atividade nobre dentro das atividades do Banco Central, que hoje, em grande parte, é feita pela regional de Fortaleza. Acho que isso trouxe contentamento não só à administração do Banco Central como aos seus servidores.

Com certeza, acho que a própria informação trazida pelo Ex^{mo} Senador Fernando Bezerra... Ele traz algumas informações importantes para promover o desenvolvimento equilibrado e, com certeza, a partir do momento em que houver a aprovação do processo da TLP e trazendo a esta Casa, ao Congresso a decisão de onde melhor alocar recursos, isso vai ter um impacto significativo para o desenvolvimento equilibrado das diversas regiões.

Entrando no questionamento do Ex^{mo} Senador Armando Monteiro, concentração bancária sei que é um tema de grande preocupação nesta casa. Eu gostaria de trazer algumas informações: apesar da concentração existente no Sistema Financeiro Nacional, ela não difere de outros países. Então, a própria concentração do nosso sistema financeiro está em uma situação melhor em relação à África do Sul, à Holanda, a Portugal, à Suíça, ao Reino Unido e a outros casos em que a concentração é até maior.

Lembro também que, no caso específico, apesar das crises que assolaram a economia brasileira, ainda há um modelo em que há um banco público, um banco de economia mista, dois bancos privados e um banco estrangeiro, que vem ao Brasil, mas que opera como se fosse banco nacional. Então, em termos de soberania, nós temos uma situação até mais confortável em relação à de outros países. Logicamente, temos de estar sempre atentos. E o fato de haver concentração não quer dizer que não haja concorrência. Temos aqui inúmeros casos de bancos que têm presença internacional, bancos fortes internacionalmente, mas que não conseguiram obter sucesso em função da própria competitividade interna no mercado brasileiro.

Com certeza, a cooperativa de crédito pode ter um papel importante nesse quesito. Há 20 anos, estou trabalhando na área de fiscalização e nunca tive o privilégio de poder inspecionar diretamente uma cooperativa de crédito, mas, agora, à frente da Diretoria de Fiscalização, um setor pelo qual tenho um apreço muito grande... A família é do interior, sou do sul de Minas, de Guaxupé. Então, conheço bem a importância do cooperativismo para as cidades pequenas deste País.

Estamos trabalhando também... Acho que a própria evolução agora, com as *fintechs*, com a abertura do sistema de cartões, tudo isso leva, de alguma forma, com as reformas estruturais que estão sendo conduzidas, a esse cenário de trabalharmos num ambiente mais competitivo, num ambiente que propicia a redução das taxas de juros. Isso vai beneficiar toda a sociedade.

Especificamente no caso BC e Cade, foi constituído um grupo agora, recentemente. Haverá 120 dias para uma melhor definição. É um grupo conjunto Banco Central e Cade. Hoje, a legislação atribui essa competência ao Banco Central, mas, logicamente, existe um conflito positivo, em que o Cade também tende... Então, acho que o acordo entre as partes é a melhor solução para toda a sociedade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto ao cartão de crédito, de fato, também trabalhando há 30 anos no sistema financeiro, vejo que essa questão da exorbitância da taxa de juros é algo que, logicamente, incomoda o próprio Banco Central. Estamos fazendo alguns aperfeiçoamentos no produto. O cartão de crédito acabou surgindo na década de 90, diferentemente de outros países, num ambiente inflacionário. Então, de fato, ele tem diferenças significativas em relação ao prazo de pagamento por parte dos clientes, assim também em relação ao prazo de recebimento dos fornecedores. Mas acho que algumas ações já foram tomadas, como a obrigatoriedade de pagamento mínimo dos 15%, para que você continue a... Ou, no caso, o Banco...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Com a inflação alta, o prazo é mais curto, por conta da erosão que a inflação produz. A inflação depois caiu, e o prazo ficou...

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA – Logicamente, concordo. O que acontecia é que havia uma diferenciação. Na verdade, para a utilização do crédito tributário, o próprio estabelecimento teria de obrigatoriamente ter o mesmo preço tanto para a compra em espécie quanto para a compra em cartão. Inclusive, essa foi uma medida recente que foi adotada, para se acabar com essa obrigatoriedade, para haver preços diferenciados.

A obrigatoriedade de pagamento do limite mínimo de 15% no cartão de crédito impede que aquela operação cresça de forma desproporcional.

Então, o banco simplesmente interrompe o limite ou ele passa a dar um crédito com condições mais adequadas à capacidade de pagamento do tomador. E, com certeza, também há outras iniciativas. Por exemplo, aumentamos o número de credenciadores. As empresas que antes prestavam serviço aos lojistas eram bastante concentradas, cerca de três empresas, e hoje já temos mais de 14. A gente espera, com esse movimento também, de alguma forma, beneficiar todo o mercado de cartão de crédito.

No tocante às perguntas do Ex^{mo} Senador Ricardo Ferraço, concordo plenamente com o que foi colocado. De fato, muitas vezes colocam que o Tesouro vai pagar a conta, mas na verdade é a sociedade brasileira quem paga esse custo do subsídio implícito quando se tem financiamento subsidiado. E acho que a grande vantagem, na minha opinião, dessa medida é trazer a esta Casa, ao Congresso, a decisão de onde melhor alocar os recursos para investimento neste País.

No caso específico da medida provisória que trata do direito administrativo sancionador – aproveito também para entrar um pouco no questionamento da Ex^{ma} Sr^a Senadora Lídice da Mata –, esse é um projeto em que toda a área de fiscalização trabalha juntamente com a área de organização, que cuida dos processos punitivos; nós trabalhamos ali frente a frente. É uma forma de se modernizar o marco que já está aí há 50 anos e de trazer maior proteção legal ao próprio Banco Central, porque estava havendo questionamento na Justiça de que o Banco Central não poderia... Apesar de a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

instituição cometer uma infração, no marco legal não estava previsto, na Lei nº 4.595, que isso era infração. Então, quer dizer que não posso ser apenado. Além do que eu tinha distorções significativas em relação a multas. Até pela evolução histórica, eu poderia aplicar uma multa de R\$1 milhão a um consórcio pequeno, mas a um grande banco eu estava limitado a R\$250 mil.

Então, apesar de os parâmetros não terem, como o senhor bem colocou... Igual à Lei Anticorrupção e à Lei do Cade. Mas, para fim prudencial, levar uma parte do faturamento de até R\$2 bilhões a gente considera que vai desincentivar eventuais condutas ilícitas por parte dos regulados.

Eu não gostaria de me estender muito. Logicamente, fico à disposição caso queiram...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A questão do compartilhamento com a Receita Federal e, no caso, o Ministério Público Federal. Uma vez identificado o ilícito administrativo, pode haver nesse ilícito administrativo questões relacionadas ao Código Penal. Isso será compartilhado com a Receita e com o MPF?

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA – O.k. Quando nós participamos do desenho da medida provisória, sempre o pensamento da equipe técnica do Banco Central foi limitado às sanções administrativas. Em nenhum momento a gente quis deixar à margem a Lei Complementar nº 105, em que, a partir do momento em que tenha identificado algum tipo de desvio em relação a outros reguladores ou a outras entidades de governo, tenho a obrigatoriedade de comunicar. Então, acho que tivemos a oportunidade de ter um longo diálogo com o próprio Ministério Público. Isso aí ficou bem claro. O próprio Ministério Público já se manifestou pelo entendimento, então vai ser sempre nesse sentido.

Estávamos pensando única e exclusivamente nas questões administrativas, uma vez que eu já tenho outro marco legal que me obrigue a dar conhecimento caso ilícitos ou irregularidades cometidos sejam de outra esfera do Governo.

Em relação ao questionamento do Ex^{mo} Senador Fernando Bezerra acerca de como é que o Banco Central atua em relação à proteção da defesa do consumidor, de fato, o Banco Central não faz parte daquilo que a gente considera, do que é chamado de cadeia de proteção ao direito do consumidor, embora nós tenhamos convênios e participemos com bastante presença nas discussões envolvendo o próprio Ministério Público e o próprio DPDC.

E, em relação a esse assunto, o Banco Central hoje tem, pela própria importância desse assunto consumidor, três departamentos que, de alguma forma, atuam com essa questão: nós temos um departamento que cuida de educação financeira; nós temos um departamento que cuida de atendimento de todas as reclamações e denúncias, e todas elas são tratadas dentro do Banco Central; e temos o próprio departamento de supervisão de conduta, que foi criado a partir de 2012 justamente





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para dar foco a esse tema e ao tema de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo.

Então, eu posso assegurar aos senhores que hoje nós temos equipes dedicadas para cuidar do assunto consumidor presencial dos grandes bancos. Conseguimos fazer um monitoramento de todo o mercado e a atuação conjunta com as ouvidorias, e temos tido o próprio reconhecimento dos órgãos de defesa dos consumidores, em função dos avanços nessa relação por parte do Banco Central do Brasil.

Por fim, em atenção aos questionamentos do Ex^{mo} Sr. Senador Lindbergh, eu agradeço a oportunidade de falar um pouco como é o processo de supervisão. Eu acho que hoje o processo de supervisão é um processo, como eu disse no meu pronunciamento, que está na vanguarda. O Banco Central tem uma quantidade de informações que eu acho que nenhum outro regulador do mundo consegue obter, quer de operações de crédito, quer de operações de câmbio.

Recebemos mais de 30 milhões de registros diários de operações, envolvendo título. Acho que tivemos grandes avanços, desde a década 90, em relação a desvios de conduta, e, na crise financeira internacional, isso foi um diferencial, porque o Banco Central já conseguia processar informações macro; então, foi importante para manter a estabilidade daquele sistema. Conseguimos conduzir um saneamento do sistema em que mais de 30 instituições que tiveram algum tipo de problema este foi solucionado sem que houvesse qualquer tipo de impacto maior para a sociedade brasileira.

Fico sempre à disposição desta Casa para mostrar como é o processo em maiores detalhes. E agradeço realmente o questionamento. Então, seriam essas as minhas principais falas. Também acho que boa parte das perguntas vai ser... Vou passar aqui e deixar um pouco para o meu colega. Obrigado, Presidente, pela oportunidade. E fico aberto para se intensificarem alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Dr. Paulo Sérgio.

Passo a palavra, então, para as suas considerações, ao Dr. Maurício Moura.

O SR. MAURÍCIO COSTA DE MOURA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Indo diretamente, Senador, aos questionamentos do Senador Ataídes Oliveira, primeiramente, eu agradeço as palavras dele em relação ao quadro do Banco Central e especialmente em relação ao Diretor Feltrim, que é realmente alguém que deu uma contribuição marcante para o Banco Central nos seus 43 anos de carreira e cinco anos de diretoria colegiada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De fato as palavras do Senador Ataídes só fazem aumentar a minha responsabilidade de eventualmente substituir o Diretor Feltrim, caso tenhamos nossos nomes aprovados pelo Plenário da Casa.

Sobre crédito barato, bom, todos querem crédito mais barato no Brasil, inclusive o Banco Central, que também busca as menores taxas de juros, mas de uma forma sustentável, dentro do movimento de combate à inflação e de atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

O Senador mencionou as taxas de juros reais muito altas, mas são aquelas taxas que a gente chama de *ex-post*, as taxas já observadas. Na verdade, quando a gente olha as taxas *ex-ante*, as taxas olhando para frente, que são as que mais importam para investimento, elas estão hoje num nível historicamente baixo, entre 3,1% e 3,4%, lembrando que nós saímos, na década de 90, de uma taxa real *ex-ante* por volta de 20%; de 10% no ano 2000; de 5% recentemente; e agora estamos em 3%. Então, na verdade, as taxas estão sendo reduzidas.

Quanto à continuidade da redução da Taxa Selic, acho que o Copom tem sinalizado com bastante clareza, nas suas comunicações oficiais, o seu pensamento a respeito da intensidade e da duração do ciclo de relaxamento monetário, e creio que o Copom, na medida do avanço dessa análise do cenário de riscos e do cenário básico, tomará as melhores decisões no sentido da continuidade desse relaxamento.

Quanto à questão do *swap* cambial, de fato o *swap* cambial apresentou prejuízo, assim como apresentou também resultado positivo para o Banco Central. Mas esse nunca foi o objetivo do *swap* cambial. O seu objetivo sempre foi dar funcionalidade ao mercado de câmbio e oferecer *hedge*, proteção cambial ao mercado, quando o mercado estiver, por acaso, desfuncional. Ele se prestou muito bem a esse papel, teve um resultado muito bom. Hoje estamos aí num nível de 28 bilhões de *swap* cambial. Já estivemos em mais de cem e é um nível bastante confortável para ser gerenciado pelo Banco Central.

Em relação às reservas, o volume de reservas do Brasil nos tem permitido atravessar não só a grande crise financeira de 2008 como também a recessão sem ataques especulativos ao País, sem fuga de capitais. Muito pelo contrário, nós continuamos vendo a entrada de investimento direto no País e também podemos dar lastro à implementação do programa de *swap* cambial, que, como acabei de mencionar, acreditamos que tenha sido muito bem-sucedido, conforme as avaliações.

Então, na verdade, não existe nenhum padrão internacional. Nem mesmo o FMI divulga um padrão internacional para verificar qual seria o nível ótimo de reserva de um país. Acreditamos que o nível que temos hoje cumpre o seu papel, independentemente da possibilidade de discutirmos níveis ideais nos anos à frente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto à TJLP e à MP 777, que institui a TLP, creio que foi um assunto bastante destacado por vários Senadores. Então, o Senador Ataídes Oliveira nos pergunta se nós concordamos com a TLP. O que eu posso dizer é que concordamos integralmente com a TLP na forma que foi proposta. E não falamos só por nós, falamos pelo Governo como um todo, no sentido de que o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, o Banco Central e o próprio BNDES publicaram nota conjunta destacando os benefícios da TLP.

O Senador Ataídes nos pede para descrever quais seriam esses benefícios, afinal de contas, de forma resumida.

Creio que resumidamente a nota traz com muita clareza a possibilidade de democratização do crédito mais baixo para todos no País, não só para algumas empresas que tenham acesso a alguns créditos subsidiados, a redução de subsídios implícitos, a contribuição ao ajuste fiscal, o aumento da potência da política monetária, a redução do direcionamento de crédito, a ampliação do mercado privado de financiamento de longo prazo. Vai permitir também que o próprio BNDES securitize os seus créditos e, com isso, recircularize seus créditos e, com isso, tenha mais *funding* para dar ainda mais crédito à economia.

E, por fim, eu destacaria os dois pontos principais. Um, como já mencionei, é a democratização do crédito mais baixo. Ou seja, com toda essa mudança vinda com a TLP, que é um movimento bastante desejado, o crédito tende a cair não só nas linhas ofertadas pelo BNDES, mas tende a cair, na verdade, em todas as linhas de crédito no País. E, finalmente, a transparência, quer dizer, traz-se uma discussão sobre subsídios dados pelo Governo Federal para o melhor local de discussão que existe, que é o Congresso Nacional, no decorrer do processo orçamentário. Então, esses eu destacaria como dois pontos fundamentais da MP 777.

Passo às perguntas do Senador Flexa Ribeiro, a quem agradeço muito a menção à minha origem, por sermos conterrâneos, e em nome de quem eu cumprimento todo o Estado do Pará – se me permite, Senador. E, se me permite também, eu gostaria de registrar, já que V. Ex^a mencionou, a presença do meu pai no plenário, a quem agradeço a presença aqui.

Quanto à regional de Belém, uma preocupação de V. Ex^a, de fato eu estava naquela reunião que V. Ex^a menciona, e o que eu posso dizer é que não existe nenhum estudo, nem em curso nem concluído, no Banco Central sobre o encerramento de qualquer regional das nove que nós mantemos no País. Então, acho que isso traz maior tranquilidade nesse sentido.

Quanto à desigualdade regional, acho que o meu colega Paulo Sérgio destacou bem. De fato, a nossa presença nas regionais e a atitude da diretoria colegiada do Banco Central, da alta administração do Banco Central no sentido de valorizar as regionais vai no sentido também de atuar contra a desigualdade regional no País. E a questão que o Senador Fernando Bezerra Coelho também





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nos trouxe, do ajuste das taxas dos fundos constitucionais ou do crédito concedido a partir de fundos constitucionais, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, também vai nesse sentido.

Passo às perguntas do Senador Armando Monteiro. Sobre a concentração bancária, eu acho que o meu colega Paulo Sérgio já falou bastante. De fato, nós temos uma concentração que, por medidas internacionalmente aceitas, o nosso sistema é considerado moderadamente concentrado, no mesmo nível da Alemanha, do Canadá, do Reino Unido, e assim por diante. Mas o Senador Armando Monteiro traz também uma série de outras citações em relação a crescimento de possível fomento de concorrência através de cooperativas, de *fintechs*, e assim por diante.

Senador, eu acho que as cooperativas têm crescido bastante. As cooperativas têm crescido e têm recebido bastante atenção do Banco Central nesse sentido; e têm crescido a uma taxa proporcional muito maior do que a do sistema bancário. Acreditamos que esse movimento deva continuar, e o Banco Central continuará fomentando esse movimento. Até, se V. Ex^a me permite, eu citaria a recente norma de segmentação e proporcionalidade, que imputa um custo regulatório menor para determinados segmentos, e as cooperativas de crédito são aquelas que têm o menor custo regulatório de todos, muito menor do que as instituições bancárias. Isso também vai no sentido da preocupação do Banco Central de fomentar o setor cooperativista, como muito bem lembrado por V. Ex^a.

Quanto à questão de *fintechs*, o Banco Central, como todos os bancos centrais do mundo, está estudando muito bem o assunto e considera, de fato, que as *fintechs* podem ser um vento novo e em concorrência no sistema financeiro.

Estamos estudando com muito carinho esse assunto e suponho que, em breve, teremos novidades no avanço dessa matéria.

Quanto à questão da empresa simples de crédito que V. Ex^a também menciona, à época acho que a medida não prosperou porque havia algumas dúvidas a respeito de qual seria a competência do Banco Central no processo e também algumas dúvidas sobre a sobreposição com entidades que já existem, como, por exemplo, a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor. Mas o que eu posso dizer a V. Ex^a é que o Banco Central continua discutindo, por exemplo, com o Sebrae, que é um grande patrocinador dessa iniciativa, que é uma iniciativa totalmente meritória de levar mais crédito à pequena e à média empresa no Brasil. Acho que vamos chegar a bom termo nesse diálogo.

Quanto ao BC e ao Cade, acho que o meu colega já mencionou.

Quanto à questão prazologista e ao relacionamento em cartões de crédito em geral, o cartão de crédito é uma indústria muito grande e complexa. Então, qualquer modificação nessa indústria precisa ser feita com cautela e de forma gradual. O que eu posso dizer a V. Ex^a é que já tivemos alguns avanços nesse sentido, como já foi citado aqui: a diferenciação de preços entre pagamentos à vista e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pagamentos no cartão; a liquidação centralizada de cartões de crédito, que vai reduzir muito o custo de transação nesse setor e vai reduzir o prazo de pagamento ao lojista e o custo ao lojista também; a quebra dos arranjos verticalizados, que permitem redução de barreiras de entrada para que mais concorrentes possam entrar.

Lembro a V. Ex^a e aos demais membros da Comissão que, até poucos anos atrás, tínhamos apenas quatro credenciadores no Brasil; hoje, nós temos treze e vemos todos os dias propagandas na tevê sobre máquinas que capturam transações. Isso foi permitido por conta da atuação regulatória, que abriu mais esse mercado e trouxe competição.

Em 2016, o custo médio ao lojista nos pagamentos à vista era de 8%. Hoje, esse custo médio está em 2,2%, e nós caímos quase a um quarto do custo de um ano atrás. Então, estamos avançando, e o BC continua fazendo estudos sobre a estrutura do mercado de cartão de crédito no Brasil.

Sobre a MP 777, complementando a resposta ao Senador Ataídes de Oliveira, essa medida vai ter uma atuação direta nos juros estruturais no País, porque ela traz um melhor ambiente de negócios, menor direcionamento, maior fomento à participação privada no crédito a longo prazo, a redução das taxas de juros de modo geral. Então, esse aumento da flexibilidade do ambiente de negócios e a melhoria da eficiência locativa de recursos tendem a trazer, sim, uma redução dos juros como um todo, beneficiando a economia como um todo. Daí o motivo de o Banco Central ser um defensor tão veemente dessa proposta, porque enxergamos, sim, na MP 777, na forma que está sendo analisada hoje na Câmara, um avanço institucional importante – estrutural mesmo, eu diria; não conjuntural, mas um avanço estrutural importante no ambiente de negócios brasileiro.

Eu acho que é isso.

Passando às perguntas do Senador Ricardo Ferraço – a quem também agradeço as gentis palavras não só aos indicados, mas ao quadro de servidores do Banco Central como um todo –, continuando a questão da TLP, ela, de fato, reduz a meia entrada, reduz subsídios implícitos, o que não implica que sejam impedidos quaisquer tipos de subsídios daqui para frente. Subsídios poderão continuar sendo concedidos, mas de forma explícita, de forma transparente, no decorrer da discussão do processo orçamentário do Brasil.

Então, tende, sim, a reduzir a taxa estrutural, conforme a nota que já mencionei como um dos benefícios, a nota assinada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, pelo Banco Central e pelo próprio BNDES.

Quanto à MP 784, acredito que, sim, de fato, ela foi desenvolvida, a maior parte dela, no Banco Central. Eu tive a felicidade de trabalhar nos primórdios da MP 784, quando eu era Chefe de Gabinete do Diretor de Organização, Diretor Sidnei Corrêa Marques, que menciono como um grande servidor público. Então, sim, ela foi preparada no BC. Acredito que, com a MP 784, nós teremos, sim, um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ambiente mais moderno e pronto para enfrentar os desafios futuros quanto ao arcabouço legal coercitivo do Banco Central do Brasil em frente das suas entidades reguladas. Acho que é um avanço importantíssimo.

Aqui, aproveito para cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, eminente Relatora da Comissão Mista da MP 784.

Quanto à transparência, Senador, só complementando a resposta do meu colega, de fato, a MP 784, em momento algum, afasta a obrigatoriedade do Banco Central de comunicar qualquer ilícito de crime, seja ele obtido nas suas atividades normais de fiscalização, seja por meio de termo de compromisso, seja por meio de acordo de leniência. Se há qualquer indício de crime que chegue ao conhecimento do Banco Central, nós temos a obrigação legal – e nós cumprimos a lei sempre – de comunicar ao Ministério Público e às demais autoridades da República. Então, acho que eventuais aprimoramentos que estejam sendo desenvolvidos no âmbito da Comissão Mista que analisa a MP 784 e que deixem ainda mais clara essa obrigação são muito bem-vindos e contam com o total apoio e, mais do que o apoio, com o agradecimento do Banco Central.

Passando, então, às perguntas da Senadora Lídice da Mata, sobre a dicotomia Governo e Estado, o que posso dizer é que o Banco Central é um órgão de Estado, sempre o foi. Aliás, como exemplo disso, a própria implementação da política monetária ultrapassa o ciclo político, ultrapassa vários governos. É uma política de Estado. A manutenção da estabilidade financeira também é uma política de Estado. Então, o Banco Central é um órgão de Estado. Então, pelo menos no âmbito do Banco Central, nós não vemos nenhuma dicotomia entre Governo e Estado, porque temos uma missão muito clara, que ultrapassa governos.

Quanto à MP 784, V. Exª nos pergunta sobre o acordo de leniência e o termo de compromisso. Sim, somos favoráveis a eles, porque achamos que essa é mais uma ferramenta nesse arcabouço, nessa caixa de ferramentas legal coercitiva do Banco Central, a exemplo do que outras agências e outros órgãos detêm no Brasil.

Por fim, quanto à Emenda 51, de fato, vejo mérito na Emenda 51. Então, acho que fazem sentido as propostas da Emenda 51 e acho que eu não teria nada a dizer contrariamente a ela. Acho que, além da Emenda 51, se me permite V. Exª complementar, o mais importante de tudo é reconhecer a relevância do Banco Central para o País. Nós ainda nos lembramos dos flagelos da hiperinflação nos anos 90, 80 e 70. Nós nos lembramos também das quebras bancárias na década de 90 e dos prejuízos que trazem ao País. Hoje, temos inflação baixa, controlada, com expectativas ancoradas na meta até 2021, pelas expectativas de mercado. Temos um sistema financeiro sólido e eficiente. Quer dizer, poucos órgãos públicos têm uma influência tão frequente e diária na vida do cidadão quanto o Banco Central, ao preservar o poder de compra que o cidadão carrega na sua carteira e a confiança de que a poupança que ele mantém nos bancos será honrada quando necessário. E esse resultado não vem por





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

acaso; esse resultado vem pelo trabalho dos servidores do Banco Central, que têm a maior capacitação.

Então, a minha preocupação maior, se tiver a honra de ser Diretor de Administração, caso seja aprovado pelo Plenário desta Casa, na verdade, é que o Banco Central mantenha a capacidade perenemente de entregar o resultado que a sociedade espera dele. Para isso, precisamos de servidores reconhecidos, capacitados e em quantidade adequada.

Passando às perguntas do Senador Fernando Bezerra Coelho, S. Ex^a pergunta se a MP 784 é suficiente. Eu acho que já respondi quando respondi à Senadora Lídice. Sim, acho que é suficiente. É um aprimoramento muito relevante. Acho que as perguntas do Senador eu acabei respondendo no bojo das perguntas dos demais Senadores.

E finalizo com as perguntas do Senador Lindbergh, a quem agradeço as palavras de reconhecimento da capacidade do quadro do Banco Central. Não tomo isso como um elogio pessoal, mas como um reconhecimento ao quadro do Banco Central. E aqui aproveito para agradecer o voto.

Sobre juros, V. Ex^a menciona pontualmente o artigo do economista André Lara Resende, que é realmente um economista reconhecido. Eu acho que o artigo dele trouxe uma instigação acadêmica interessante. Isso já repercutiu e vários outros economistas igualmente reconhecidos no País responderam a ele. Foi um debate muito interessante logo da publicação desse artigo. Mas o que eu poderia dizer é que o próprio autor do artigo original, John Cochrane, que, digamos assim, inspirou o Prof. André Lara Resende a produzir aquele artigo, ele mesmo foi consultado naquela época e disse que aquilo era um pensamento acadêmico, mas que ele não recomendava a adoção daquela recomendação de forma direta ao Brasil. E o próprio FMI também reconhece, em estudo recente, publicado acho que agora em julho, que a política monetária do Brasil segue, digamos assim, o que a boa norma ou o bom estudo acadêmico recomenda, de que há relação entre taxa de juros e o seu impacto nos devidos canais de controle da política monetária.

Então, acho que é um artigo interessante, um artigo para ser debatido, mas considero que a política monetária do Banco Central vai na direção correta. Como exemplo ou constatação disso eu traria o resultado que temos hoje, uma política monetária que hoje está num ciclo de relaxamento monetário, mas tão sustentável, que nós temos hoje a inflação baixa. E, mais do que isso, nós temos a expectativa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpe, Dr. Maurício, a inflação é baixa por causa de uma recessão brutal, gigantesca, violentíssima. Desculpe, isso aqui...

O SR. MAURÍCIO COSTA DE MOURA – Obrigado, Senador. De fato, eu chamaria atenção, sem querer polemizar com V. Ex^a, obviamente, com todo respeito a seus posicionamentos... Eu só traria um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estudo do próprio Banco Central, publicado no relatório de inflação de junho, que recentemente constatou que, mesmo a política monetária estando alta e a recessão já grassando no País há mais de um ano, a inflação não caiu no início do ano passado porque, na verdade, não estavam presentes todas as condições.

E, no decorrer do ano de 2016, nós tivemos dois movimentos muito importantes em política monetária: um foi ampliar a transparência e o nível de informação passados à sociedade. Nós temos hoje atas do Copom que são mais explicativas, explicam mais o cenário base da inflação; nós temos hoje a redução do prazo de comunicação e assim por diante; e a recuperação do canal das expectativas, que acho que foi o grande movimento que veio iniciar esse processo de queda da inflação – claro, concordo integralmente com V. Exª –, digamos assim, impulsionado ou ajudado pela recessão do País, que até recentemente nos infligiu.

E, por fim, sobre a TLP, de fato, eu acho que respondi sobre a TLP nas perguntas aos demais Senadores: "Por que tanta movimentação no BC?" Porque, de fato, o BC acredita numa mudança estrutural importante com o advento da TLP.

Com isso, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras e me coloco à disposição dos Senadores para mais esclarecimentos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, posso fazer um rápido...?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Rapidíssimo!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Rapidíssimo... Muito bem.

Eu queria só lembrar que eu coloquei aquela questão da gestora de inteligência de crédito, quer dizer, um virtual monopólio de informação, e não vi comentários na intervenção dos dois diretores.

Agora, sobre a questão da concentração bancária, eu achei que a posição foi muito no sentido de imaginar que a indústria bancária no mundo tem uma tendência de concentração, e isso é algo que se constata. No entanto, os ganhos de escala que esse processo produziu são, de alguma maneira, transferidos sob a forma de baixos *spreads* e da eficiência desses sistemas.

O que há de curioso na experiência brasileira é que as instituições foram dotadas de uma escala extraordinária. No entanto, isso não se refletiu na redução dos custos e dos *spreads*, como deveria. Por isso é que se aponta no Brasil uma disfuncionalidade que tem mais a ver com a questão de como eles se acertam na operação do que propriamente com essa tendência que de resto se observa de concentração da indústria bancária no mundo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, eu quero também ponderar que essa medição é feita pela participação das instituições no conjunto dos ativos. No entanto, em nível regional, isso tem *nuances* extraordinárias, sobretudo quando há uma concentração de *players*. Por exemplo, nos Estados Unidos é verdade que quatro ou cinco bancos têm uma extraordinária participação. No entanto, existem muitos bancos locais, regionais que cumprem um papel extraordinário no sentido de você produzir um ambiente melhor de acesso ao crédito, de concorrência etc.

Então, a leitura desse processo não pode se dar apenas do ponto de vista estatístico, do que representa sobre os ativos totais, mas pela compreensão de como cada mercado funciona. Por exemplo, na Alemanha, as cooperativas de crédito respondem em alguns segmentos por 35% da oferta de crédito e de uma maneira geral por mais de 15% sobre a matriz de crédito na Alemanha. Então, há de se observar que, mesmo reconhecendo a tendência de concentração, há *nuances* que colocam a...

(Interrupção do som.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – ... eu diria, desconfortável referência do ponto de vista de como atua o sistema no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há alguma observação dos senhores? Querem fazer alguma observação, principalmente sobre a GIC, sobre a qual não houve nenhum comentário?

O SR. MAURÍCIO COSTA DE MOURA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir desculpas por não ter abordado a pergunta. Realmente me passou aqui nas respostas.

De fato, estamos falando de cadastro positivo, que é uma outra evolução importante no Brasil que estamos discutindo agora e que pode também permitir que a gente venha a ter crédito mais barato para o cidadão brasileiro. Essa é uma experiência que já existe em vários outros países do mundo com bastante sucesso. O fato de a GIC ser controlada por bancos, na verdade, não vai impedir o acesso a todos os demais participantes do sistema. Pela regulamentação que está sendo estudada, independentemente de quem terá o controle sobre o cadastro positivo, todos os participantes do sistema poderão ter acesso aos dados daquele cadastro – dados básicos –, da mesma forma que se tem acesso aos dados básicos dos cadastros de negativados hoje.

Então, nós temos uma competição importante no mercado de negativados e nós teremos uma competição também importante no mercado de positivados ou no mercado de cadastros positivos, de birôs de *rating* ou de nota de crédito no Brasil. E não haveria, nesse sentido, monopólio, e a regulamentação está sendo desenvolvida para não permitir, porque um dos grandes benefícios





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que será trazido pelo cadastro positivo será, de fato, reduzir a assimetria de informação que hoje existe. Então, se a regulamentação não fosse...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Há de se cuidar da regulamentação para que não haja esse problema. Então, o senhor reconhece que se tem de cuidar da regulamentação.

O SR. MAURÍCIO COSTA DE MOURA – Perfeitamente, Senador. E levarei a sua mensagem de volta ao Banco Central, para que a gente tenha uma atenção ainda maior, ainda mais precisa sobre a questão de acabar com essa assimetria de informação, o que vai acabar trazendo benefícios para as pequenas e médias empresas, sobre as quais as instituições financeiras têm mais dificuldades de obter informações. Então, o cadastro positivo também vai trazer mais informação sobre as pequenas e médias empresas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não.

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA – Só para complementar em relação à pergunta do Ex^{mo} Senador, apesar de haver algumas instituições que são importantes para infraestrutura do mercado com participação privada, isso é supervisionado pelo Banco Central em relação à capacidade de processamento, à segurança da informação. Então, apesar de não ser uma entidade fiscalizada, o Banco Central traz infraestrutura do mercado para aquilo que é relevante, para o bom funcionamento. Ele tem também, na área de fiscalização, a competência de fiscalizar essas entidades, e uma das questões é a segurança da informação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dr. Paulo Sérgio de Souza e Dr. Maurício de Moura.

Parabéns! Os nomes dos senhores ficam aprovados aqui e vão ao plenário.

Muito obrigado. Estão dispensados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Eu apresentei – e podem ser analisados na nossa próxima reunião – quatro requerimentos de convocação – do Ministro Dyogo Oliveira; do Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho; do Ministro Wellington Moreira Franco; e do Ministro Henrique Meirelles – para discutir aquele programa de privatização que foi apresentado pelo Governo, a venda da Casa da Moeda, da Eletrobras...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou fazer a leitura.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vou fazer a leitura.

Eu só queria, para adiantar, já que foi reaberto o Congresso... Existe aqui o item 1, em que já foi discutido, lido, o relatório do Senador Armando Monteiro. Nós não vamos votar, porque é terminativo, mas existe uma emenda do Senador Lindbergh. Pergunto só se V. Ex^a teria alguma observação ou menção à emenda, para que, na próxima semana, se nós tivermos quórum, possamos votar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Fizemos aqui um entendimento com o Senador Lindbergh no sentido de transferir...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para a próxima terça-feira?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... essa discussão para a terça-feira, inclusive sobre a minha manifestação a respeito da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. Muito obrigado, Senadores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço ao Senador Armando Monteiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou pedir, aproveitando, só para votar três requerimentos que estão aqui, que já foram lidos.

Requerimento do Senador Pedro Chaves, nº 124. Que sejam convidados para uma audiência em conjunto com as comissões permanentes de Assuntos Econômicos, Ciência e Tecnologia, Constituição e Justiça, Assuntos Sociais e de Infraestrutura, os Srs. Arthur Luis Mendonça Rollo, João Sabino, Mariana Polidório, André Oliveira, André Ramos Tavares, e Sr. Lenio Luiz Streck Rocha. É para a votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É sobre o Uber?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É sobre o Uber. Os Senadores que concordam...

Há um aditamento do Senador Armando Monteiro...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, tenho um requerimento de inclusão de outros três nomes.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... de inclusão do Sr. Angelo José Mont'alverne Duarte, do Sr. Luís Fernando Massonetto e do Sr. Carlos Ragazzo, e um representante do Departamento de Estudos Econômicos – CADE. Também já foi em aditamento.

Os senhores que concordam fiquem como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Requerimento do Senador Cristovam Buarque: realização de audiência pública para instruir o PLS nº 254, que destina à educação e à saúde os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineirais (CFEM). Já foi lido na semana passada. Convida Alexandre de Cássio Rodrigues, Luiz Alberto da Cunha Bustamante, Srª Maria Amélia Rodrigues da Silva e Srª Ana Lucia Gazzola.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Este é um requerimento da Senadora Vanessa que...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É sobre a Eletrobras.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... coincide com um requerimento de V. Exª. No caso, é convite, atendendo a uma sugestão minha, que a Senadora Vanessa gentilmente aceitou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A única mudança é que convida o Ministro de Minas e Energia, Sr. Fernando Coelho Filho, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras. Foi colocado aqui que essa audiência seja feita em conjunto com a Comissão de Infraestrutura.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vou fazer a leitura de quatro requerimentos do Senador Lindbergh.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 15****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 130, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, a comparecer à esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Já existe um convite feito ao Ministro para vir aqui falar sobre meta fiscal.

Poderíamos aditar a esse outro requerimento, para que fale sobre o mesmo assunto na mesma audiência se V. Exª...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, Senador Tasso, o meu é de convocação.

Preferia deixar agora o requerimento apresentado, de convocação, e até a próxima semana a gente negociaria...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª não queria sugerir um convite, não? Seria sempre mais...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª, um Senador tão elegante, com certeza ficaria mais de acordo com a sua...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro.

Pode ser, Senador Tasso. Pode ser. E V. Exª queria que transformasse em convite. Votaríamos tudo hoje, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É porque já está aprovado um convite para ele também.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E já definiu data, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. Ele disse que aceitaria o convite e ficou de definir uma data. Ele estava em viagem quando foi consultado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então eu concordo com a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como já está convidado, fica automaticamente o seu requerimento aprovado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado.

Discutiríamos também todo o programa de privatizações.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso. Vamos colocar que é para discutir o projeto de privatização.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 129, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Wellington Moreira Franco, a comparecer à esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Convite também, Senador?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode ser, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica feita a leitura e será votado...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Já que é convite, poderíamos votar hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Se o plenário aceitar...

Senador Ferraço e Senadora Regina estão de acordo?

Coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica feito o convite ao Ministro Moreira Franco.

Também do Senador Lindbergh:

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 131, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Henrique de Campos Meirelles, a comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já há o do Senador Ricardo Ferraço, aprovado, sobre sistema tributário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já há um convite de V. Ex^a para o Ministro. Pergunto se podemos juntar um ao outro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como devemos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Lindbergh concorda.

Fica praticamente aprovado também este seu requerimento.

Vamos juntá-lo ao requerimento do Senador Ferraço para discutir também o programa de privatizações. É isso?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Do Ministro Fernando Coelho Filho, acabamos de aprovar o da Senadora Vanessa Grazziotin. O.k.?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

Sr. Presidente, eu quero só anunciar que, na próxima semana, também farei um requerimento de convite para alguns ministros para discutir a extinção da Reserva Nacional do Cobre, um tema que tem sido muito discutido na sociedade brasileira. Nós estamos falando de duas reservas indígenas e de oito áreas de proteção ambiental. Então, esta Comissão de Assuntos Econômicos também tem que discutir isso.

Eu queria trazer a minha preocupação, Sr. Presidente, se me permite, com a apresentação desse requerimento, porque esse programa de privatizações, com a discussão da Eletrobras no meio, está sendo feito às pressas para resolver o problema do resultado primário do próximo ano. Eu fico muito preocupado. Ontem, saiu a informação de que é a privatização completa: geração, transmissão, distribuição. Eu chamo atenção para o caráter estratégico, a importância da segurança energética. Como é que nós vamos abrir mão disso? Pode ser uma estatal chinesa que vai adquirir o controle acionário de uma empresa como a Eletrobras. É fundamental termos o planejamento nas mãos do Estado, para que não aconteçam novamente apagões no nosso País. Então, essa discussão tem que ser feita com rigor. Este Parlamento tem que se debruçar sobre esse tema. Eu acho que a discussão está sendo feita às pressas pelo Governo, preocupado com o resultado primário de 2018.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Casa da Moeda é outro tema que nos preocupa. Vejam bem: abrir mão de uma empresa que fabrica moeda, passaporte, que é lucrativa?!

Eu quero entender. É preciso que os ministros venham aqui para explicar as razões. O que passa para todo mundo é que é uma correria para melhorar o número do resultado fiscal de 2018.

Inclusive, hoje, no Congresso Nacional, vai ter a discussão sobre alteração da meta fiscal de R\$139 bilhões para R\$159 bilhões. É um momento para entrarmos nessa discussão e nesse debate que temos feito aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Lindbergh, concordo plenamente com V. Exª que essas discussões têm que ser feitas aqui, no Congresso. Aqui, na CAE especificamente, com certeza, faremos realizar essas discussões.

Eu queria aproveitar o Senador Ferraço aqui como Relator do item 6, que já foi lido. A matéria já foi discutida e fica em votação. O item 6 já foi lido, já foi discutido. Ele altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei. É de autoria do Senador Omar Aziz, e o Relator foi o Senador Ricardo Ferraço. Quer dar alguma palavra, Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Senador Omar Aziz, Sr. Presidente, nos solicitou que ele pudesse estar presente, pois ele gostaria de fazer a sustentação, em que pese o nosso relatório ser favorável. Considerando, portanto, o apelo do Senador Omar Aziz, eu reivindico a V. Exª que nós possamos deixar isso para a próxima semana, considerando a presença dele para fazer a sustentação oral do seu projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com certeza, Senador Ferraço. Fica, portanto, postergada para a semana que vem a votação do item 6.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu não iria me opor, já que o Senador Ricardo Ferraço é o maior fiscalista desta Casa, a uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso, proposta por ele, mesmo sem ter me aprofundado, porque tenho certeza de que ela teria o rigor necessário. Eu iria votar com ele, mas ficamos para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nada mais havendo a tratar, fica encerrada esta reunião.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezoito minutos do dia cinco de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Romero Jucá, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, Omar Aziz, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Hélio José e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Serra, José Agripino, Ciro Nogueira e Vanessa Grazziotin. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 28 de 2017 (Aviso 55/2017-BCB na origem), de 25 de agosto de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Taubaté, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana e Socioambiental de Taubaté". **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após lido o relatório, fez uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 17). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Aguardando relatório sobre a emenda. O Senador Lindbergh Farias solicita a retirada da emenda 8/S. Após lido o relatório, fizeram uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Lindbergh Farias. **Resultado:** A comissão aprova as Emendas nºs 09 a 13/S -CAE, por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. As Emendas serão incorporadas ao texto do substitutivo. A matéria vai a Plenário. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015 - Terminativo** - que: "Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - OFÍCIO "S" Nº 15, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do § 1º do artigo 28 da Lei Federal 11.079, de 2004, documentação pertinente às cópias dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos ao processo de contratação de parceria público-privada pelo Governo do Estado de São Paulo, da Concessão Patrocinada para prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 18 - Bronze da Rede Metroviária de São Paulo." **Autoria:** Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Serra. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Michel Temer. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, de 2007 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2011 - Não Terminativo** - que: "Concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Contrário aos projetos. Após lido o relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Omar Aziz, Waldemir Moka, Simone Tebet e Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário aos projetos. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Favorável ao projeto, com as





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH/CE/CAE. **Observação:** 1. A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco e o incentivo às atividades econômicas dependentes de seus recursos hídricos." **Autoria:** Senador Kaká Andrade. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas. Após lido o relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Armando Monteiro, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Lídice da Mata, Fátima Bezerra, José Pimentel, Lindbergh Farias, Otto Alencar e o Presidente da Comissão, Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-CAE. **Observação:** 1. A matéria vai a Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a redação do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que as operadoras de cartões de crédito informem, de maneira ostensiva e adequada, o valor da taxa de juros incidente sobre o pagamento do valor mínimo das faturas." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após lido o relatório, fez uso da palavra o Senador Omar Aziz. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 19). **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 135 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeiro urgência para a Mensagem nº 52, de 2017, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Taubaté, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana e Socioambiental de Taubaté". **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 135/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 134 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 8, de minha autoria, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2015, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 134/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 136 de 2017** que: "Requerimento de Urgência para o PLS 247, de 2016" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 136/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 133 de 2017** que: "Nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento com os Requerimentos nº 17 e 23 de 2017 da presente Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a realização de Seminário, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de setembro de 2017, com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas do Senado Federal. Desta forma, requeiro o convite para participação dos seguintes convidados." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 133/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 137 de 2017** que: "Requerimento para formulação de consulta à CCJ para se manifestar sobre a constitucionalidade de projetos de iniciativa do legislativo que visam a criar ou instituir Fundos" **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Lido o Requerimento nº 137/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 138 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, o convite ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos a fim de debater assuntos relacionados à integração regional da América Latina e seus impactos econômicos para o país e seus vizinhos." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 138/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 139 de 2017** que: "Com base no artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Águas, Sr. Vicente Andreu Guillo, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater acerca da situação hídrica do país." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 139/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 140 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "O impacto das privatizações para as políticas de desenvolvimento nacional, soberania e segurança energética", com a participação de especialistas no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tema representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil dos estados e municípios atingidos pelas medidas, federações de trabalhadores e centrais sindicais." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Lido o Requerimento nº 140/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/05>

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento para seu conhecimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Banco Central do Brasil, Aviso nº 28, de 2017.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2017

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 60.000.000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Taubaté, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana e Socioambiental de Taubaté”.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente Senador Tasso Jereissati, Srs. Senadores, é submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Taubaté (SP), por intermédio da Mensagem nº 52, de 2017, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana e Socioambiental de Taubaté”.

O financiamento tem por objetivo contribuir para a melhoria das condições de acesso ao transporte público e ao fluxo de tráfego urbano no Município, por meio de investimento em infraestrutura viária, mobilidade urbana, segurança pública e conservação de áreas verdes.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil.

Será contratada com base na taxa Libor semestral, acrescida de *spread*, devendo apresentar custo efetivo favorável, sendo destacado pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que a taxa interna de retorno da operação encontra-se abaixo do custo de captação soberano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Análise, Sr. Presidente.

Constata-se que a atual situação de endividamento do Município comporta a assunção de novas obrigações advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no parecer da STN, o Município de Taubaté atende os limites definidos nas Resoluções nº 40 e nº 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites que tratam do montante anual passível de contratação, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

O Município apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município, conforme lei municipal autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista (...)

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Taubaté (SP), conforme os termos da Lei Municipal nº 4.998, de 25 de junho de 2015, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas.

Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Taubaté (SP) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a STN, os resultados financeiros demonstram que o Município possui capacidade de pagamento "B-", elegível para fins de concessão de garantia da União, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional. Possui, portanto, situação fiscal boa e risco de crédito médio.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos.

Quanto à adimplência financeira do Município em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas, essa deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas resoluções do Senado Federal, não há motivos técnicos para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Taubaté (SP) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos Projeto de Resolução do Senado que apresentamos.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Queria só fazer uma observação. Nós fomos procurados, agora pela manhã, pelo Banco Central, para que pudéssemos fazer uma alteração no relatório, no art. 2º, incisos IV e VI.

No inciso IV, onde se fala no valor de financiamento de US\$60 milhões, em seguida, no relatório está "equivalentes a R\$191.904 milhões, convertidos à taxa de câmbio de R\$3,1984, de 28 de abril de 2017". O Banco Central solicita que se retire a equivalência em reais, porque isso pode trazer dificuldades mais à frente, pois o câmbio é corrigido diariamente para mais ou para menos. Que fique só o valor "até US\$60 milhões". O resto se exclui do inciso IV.

"Inciso VI - Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$15 milhões em 2017, equivalentes [a tantos milhões de reais]; US\$14 milhões em 2018, equivalentes a R\$44.777.600,00; US\$16 milhões em 2019, equivalentes [...], e US\$ 15 milhões em 2020, equivalentes a [...]". Todos eles estão no relatório convertidos à taxa de 28 de abril.

Estou excluindo do art 2º, incisos IV e VI, a equivalência em reais. Fica somente o texto em dólares americanos, tanto no valor total do empréstimo quanto o parcelamento a cada ano a ser liberado.

Essa é a observação que eu gostaria de fazer. Estou trocando o relatório para que seja excluída essa equivalência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Flexa.

Fica bem claro o registro e a troca feita por V. Exª.

Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Flexa. Fica bem claro o registro e a troca feita por V. Exª.

Senador Ferraço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª e o eminente Senador Flexa, Relator desta matéria, que foi absolutamente cirúrgico e objetivo em seu relatório.

Nós estamos tratando aqui de uma das mais elevadas e importantes prerrogativas desta Comissão, qual seja, autorizar operações de crédito que tenham o sentido de aval da União para Estados e Municípios que estejam em condições adequadas de contratarem esse tipo de operação de crédito. Requer o Município de Taubaté recursos da ordem de US\$60 milhões para investimentos no Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana e Socioambiental da cidade, um tema absolutamente caro e rico – rico no sentido do desafio às médias e grandes cidades brasileiras.

Além, Sr. Presidente, do mérito em relação à proposta, que é absolutamente elevado e reconhecido, eu quero chamar a atenção para o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, que precisa ser considerado – e foi considerado pelo Senador Flexa –, parecer recente, de 11 de julho, atestando que o mutuário "cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF".

Ademais, ainda a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, analisou os dados relacionados ao mutuário, no caso, o Município de Taubaté, atestando a capacidade de pagamento do Município de Taubaté, nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda 306, que classifica o nível de endividamento dos nossos Estados e Municípios. E a informação da Secretaria do Tesouro Nacional é de que o Município de Taubaté se encontra na classificação B-, ou seja, é um Município com situação fiscal forte e possui risco baixo de crédito.

A minha breve manifestação, Sr. Presidente, é para enaltecer o Município de Taubaté, porque, vez por outra, nós vemos bons exemplos de gestões fiscais, e esses bons exemplos de gestões fiscais precisam ser enunciados, ou seja, o esforço é grande, o desafio muito maior, mas existem Estados e Municípios que estão fazendo o dever de casa, e esses são os Estados e Municípios que merecem o nosso aval. Portanto, após a votação, eu vou, inclusive, requerer a V. Exª urgência, em função do mérito da matéria e em função da boa qualidade fiscal do Município de Taubaté.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Aproveito até para salientar que está aqui presente o Prefeito de Taubaté, aqui conosco.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu quero parabenizar o Senador Ferraço. Ele é um Senador atento aqui na CAE, não é de agora, não. Ele já o fazia à época do desgoverno do PT, em que por aqui passaram ...desgoverno do PT. E por aqui passaram inúmeros





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pedidos de financiamento sem que aqueles que tomavam, fossem Estados ou Municípios, tivessem, Senador Moka, Senador Armando, a menor condição de fazê-lo. E eles eram sempre excepcionalizados pela equipe econômica de plantão.

E o Senador Ferraço sempre colocou aqui a posição da incapacidade daqueles Municípios e Estados de tomarem financiamento, por estarem fora do enquadramento do grau de risco. Agora, Senador Ferraço, a Secretaria do Tesouro Nacional, a Dr^a Ana Paula, é criteriosa em relação a essa questão: não libera nenhum financiamento com aval do Tesouro sem que os entes federados estejam enquadrados nas condições de acesso ao financiamento com aval do Tesouro Nacional.

Eu quero aqui parabenizar o Prefeito Ortiz Júnior, de Taubaté, do nosso PSDB, que tem o seu Município, Senador Tasso, com o *rating* de B-, e reforço que isso dá ao Município de Taubaté as condições plenas de tomar esse financiamento, pelo *rating* que eles têm.

Quero também parabenizar o Deputado Eduardo Cury, que também nos procurou no gabinete do Senador Tasso para que pudéssemos relatar esse empréstimo que o Senador Tasso, então, gentilmente nos concedeu.

Então, eu quero dizer, Senador Ferraço, que tenho certeza de que V. Ex^a vai ter um descanso por todo esse tempo daqui para frente, por não ter que registrar... Vai ter o descanso de não precisar... Ele estava levantando o questionamento sobre o ente federado que não estava em condições de receber o aval. Eu acredito que nenhum de nós aqui iria relatar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Esse tema que V. Ex^a levanta não é um tema acessório, tampouco menor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Lógico!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Porque, no governo afastado pelos crimes que cometeu contra o povo brasileiro, inclusive sob a gestão do Ministro Guido Mantega...

O Ministro Guido Mantega produziu, em série, excepcionalidades para Estados e Municípios que não tinham boa condição de classificação, e isso só desorganizou ainda mais as contas públicas do nosso País. Naturalmente que, sob nova gestão, sob a gestão da Secretária Ana Paula Vescovi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sua conterrânea, não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Além de minha conterrânea, já trabalhou comigo aqui no Senado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Competentíssima!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É uma profissional do mais alto gabarito, qualificadíssima, que mudou, e está mudando, a forma da Secretaria do Tesouro Nacional porque tem uma equipe muito qualificada. Então, as palavras de V. Ex^a dialogam com a realidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Por ultimo, Presidente, só para registrar: Senador Ferraço, o Estado do Pará, governado pelo PSDB, pelo Governador Jatene, tem o *rating* B+. É o único Estado da Federação brasileira... Era A, mas está com o *rating* B+ agora.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Não havendo mais quem queira discutir... (...) Flexa.

Não havendo mais quem quera discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram, *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado Federal.

O Senador Ferraço também faz um requerimento de urgência.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, Senador Ferraço o requerimento de V. Ex^a.

Item 2. Senador Armando Monteiro, estamos prontos para o relatório?

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Armando Monteiro





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Aguardando relatório sobre a emenda.

Observações:

1. Em 22/08/2017, foi aprovado substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;

2. Em 24/08/2017, o Senador Lindbergh Farias apresentou a emenda 8-S, no turno suplementar do PLS 16/2015.

3. Em 04/09/2017, o Senador Lindbergh Farias apresentou as emendas 9-S e 10-S, no turno suplementar do PLS 16/2015.

O Senador apresentou, também, requerimento solicitando a retirada da emenda nº 8/S.

O Senador Armando Monteiro vai se pronunciar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Lindbergh apresentou o pedido de retirada da emenda.

É o requerimento.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O Senador Lindbergh também apresentou outras emendas, 9-S e 10-S.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já foi aqui informado, em 22 de agosto, houve a aprovação do substitutivo integral à proposição, em turno único – Emenda nº 7, da CAE.

Dentro do prazo regimental, o Senador Lindbergh propôs as Emendas de nºs 8 a 10, sendo que a Emenda nº 8 foi retirada a pedido do autor.

A Emenda nº 7 permite a criação de fundação privada denominada Fundação Gestora de Doações, que segregará os recursos recebidos, exceto a doação para uso corrente, em uma estrutura





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conhecida como fundo patrimonial, para fins de constituição de uma poupança de longo prazo, pensada como instrumento de ajuda financeira adicional, regular e permanente a projetos da instituição apoiada. Por sua vez, a instituição apoiada pode ser entidade civil sem fins lucrativos, instituição pública ligada à cultura, instituição pública de ensino superior, instituto federal de educação ou instituição científica, tecnológica e de inovação, a ICT pública.

... a ICT pública.

A Emenda nº 9-S objetiva suprimir o inciso III do art. 4º da Emenda nº 7. O dispositivo a ser suprimido proíbe que uma instituição apoiada celebre termos de aplicação de recursos com mais de uma fundação gestora de doações.

O autor justifica a supressão em comento sob o argumento de que a fundação gestora de doações poderá ter dificuldades operacionais durante a etapa de destinação das doações e dos rendimentos delas decorrentes, pois a fundação necessitará estar a par dos interesses bastante específicos das dezenas de faculdades que compõem uma única universidade.

Por seu turno, a Emenda nº 10 promove duas alterações na redação da Emenda nº 7. A primeira modificação refere-se à possibilidade de que as fundações de apoio criadas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, também possam receber doações privadas incentivadas pelo Substitutivo aprovado nesta Comissão, contanto que obedeçam as condições de gestão e destinação dos recursos dessas doações dele contantes.

A segunda mudança dispensa as fundações de apoio de cumprirem o inciso I do *caput* do art. 5º, que trata da denominação da fundação privada constituída. Conforme o Senador Lindbergh, a intenção da Emenda nº 10 é possibilitar que as entidades apoiadas credenciem as fundações de apoio como fundações gestoras de doações, de modo que as fundações possam gerir doações incentivadas pela proposição em exame e destinar os recursos correspondentes às atividades de pesquisa.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 282, estipula que a aprovação de substitutivo integral a projeto de lei será acompanhada de sua deliberação em turno suplementar, em que emendas poderão ser oferecidas desde que não correspondam a novo substitutivo integral. Essa regra, nos termos do art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, aplica-se à tramitação dos projetos de lei submetidos a deliberação terminativa na CAE.

Tal qual a proposição original, as Emendas de nºs 9 e 10 não apresentam qualquer vício de ordem constitucional, pois compete à União legislar sobre educação e Direito Civil, nos termos, respectivamente, do inciso IX do art. 24 e do inciso I do art. 22, todos da Constituição Federal. Tampouco se vislumbra vício de iniciativa nas emendas em tela.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No mérito, decidimos por acatar as Emendas de nºs 9 e 10, em primeiro lugar...

... das Emendas nºs 9 e 10.

Em primeiro lugar, o substitutivo pretende incentivar a criação de fundações gestoras de doações que apoiem exclusivamente atividades de pesquisa e inovação das universidades públicas, com credenciamento realizado uma única vez, sem a possibilidade de recebimento de doações e de remuneração de agentes públicos e que submetam à auditoria independente e às regras de contabilidade vigentes.

Como é sabido, as fundações de apoio, embora sejam fundações com personalidade jurídica de direito privado também podem apoiar atividades de ensino nas universidades, receber recursos públicos por meio de convênios, remunerar servidores através de bolsas, além de não se submeterem obrigatoriamente à auditoria independente e às regras de contabilidade existentes e possuírem credenciamento com necessidade de renovação a cada cinco anos.

Assim, se as fundações de apoio pudessem ser credenciadas como fundações gestoras de doações, sem a imposição de condicionalidades, as ideias centrais do novo arcabouço jurídico pretendido seriam perdidas e inteiramente prejudicadas, com impacto adverso sobre as regras de transparência e, conseqüentemente, sobre os montantes de doações passíveis de recebimento, o que, em última análise, minaria a capacidade de execução de pesquisa na fronteira do conhecimento. Daí decorre a importância da Emenda nº 10: ela evita a distinção entre as fundações privadas que queiram se enquadrar nas regras de funcionamento das fundações gestoras de doação. Isto é, a fundação de apoio poderá receber doações incentivadas...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... pela proposição em exame, mas somente se as doações forem geridas e destinadas nos termos descritos pelo substitutivo. Em outras palavras, a permissão dada às fundações de apoio passa a se compatibilizar com o novo arcabouço jurídico pensado.

Em segundo lugar, acertadamente, a Emenda nº 9 suprime a exigência de que cada entidade apoiada celebre termo de aplicação de recurso com apenas uma única fundação. Essa obrigatoriedade, inclusive, conflitaria com o acatamento da Emenda nº 10, pois, se entidade apoiada já tiver credenciado uma fundação diferente da de apoio como fundação gestora, não poderia haver o credenciamento da fundação de apoio como fundação gestora.

E aí o nosso voto: ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 16, nos termos a Emenda nº 7 – CAE, ou seja, do substitutivo, com o acatamento da Emendas nºs 9 e 10.

É esse o parecer, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador Flexa. Em seguida, o Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu apresentei – estão sobre a mesa – três emendas ao PLS 16, de 2015.

três emendas ao PLS 16, de 2015. São emendas, duas delas, que dizem respeito apenas a corrigir um erro de definição que constava no substitutivo, na última versão, e uma terceira que define também a utilização dessas doações que venham a ser feitas por deliberação unânime dos membros do Conselho de Administração em até 20%, no mesmo ano em que a doação for efetuada.

Então, peço ao Relator, Senador Armando Monteiro, que possa emitir parecer acatando as três emendas que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu me manifesto pelo acolhimento das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu vou falar rapidamente, por 30 segundos, porque o quórum está muito bom; com esse quórum é possível votar esse projeto.

Eu só queria agradecer ao Senador Armando Monteiro e à Senadora Ana Amélia, que é autora do projeto, porque fui procurado aqui por várias entidades, fundações de apoio a pesquisas, e o Senador Armando Monteiro e a Senadora Ana Amélia conversaram com todas elas. E nós construímos duas emendas que foram acolhidas pelo Relator.

Quero destacar também, Senador Armando Monteiro, a participação do Senador Anastasia, que foi importante.

Então, só queria fazer este registro da importante participação do Senador Armando e da Senadora Ana Amélia para construir esse grande acordo envolvendo todos os setores que discutem o tema.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encerrada a discussão.

Está aberta a votação. O item é terminativo e a votação...

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem iniciar a votação pelos computadores. *(Pausa.)*

Com o Relator, "sim"; contra o relatório, "não".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar.) – O PT vota "sim", com o Relator, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para encaminhar.) – O PSB vota "sim", com o Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para encaminhar.) – O PSD vota "sim".

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Para encaminhar.) – O PDT vota "sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para encaminhar.) – O PSDB também acompanha o Relator, Sr. Presidente.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para encaminhar.) – O PMDB acompanha o Relator, Sr. Presidente.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu pediria a V. Ex^a que, terminada a votação e proclamado o resultado,

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu pediria a V. Ex^a que, terminada a votação e proclamado o resultado, V. Ex^a abrisse para que eu pudesse pedir regime de urgência para o empréstimo do Município de Taubaté, para que ele vá ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi pedido já.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já foi pedido?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já foi pedido. Está aprovado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos Senadores já votaram? Pergunto aos Senadores se todos já votaram.

Senador Roberto, já votou?

Todos Senadores já votaram? Vamos encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos dar o resultado: SIM, 16; NÃO, zero.

Abstenção, zero.

Dezessete votos a favor.

Aprovado o relatório do Senador Armando Monteiro, que será incorporado, com as emendas, ao substitutivo oferecido ao PLS nº 16, de 2015. Portanto, vai ao plenário.

Vou ao item 6, o Senador Elmano estava aqui e saiu. O Dalirio não está aí.

Vamos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, de 2007

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu pediria a retirada de pauta, porque estamos discutindo ainda numa etapa final o projeto, que é amplo e complexo.

Portanto, eu solicitaria a retirada de pauta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Retirado para reexame, então, o projeto do item 8.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, de 2007**

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 9, tramitação conjunta:

ITEM 9**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2011**

- Não terminativo -

Concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 726, de 2011**

- Não terminativo -

Concede incentivos a projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Contrário aos projetos.

Observações:

1. As matérias foram apreciadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao PLS nº 726 de 2011, nos termos da Emenda nº 01-CRE (substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 232 de 2011.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, vêm ao exame desta Comissão os PLSs 232 e 726, ambos ainda de 2011, de autoria, respectivamente, do Senador Paulo Paim e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

O PLS concede ou propõe a concessão de incentivos fiscais para projetos que favoreçam a integração regional da América do Sul, desde que envolvam no mínimo dois países. Para serem beneficiados, os empreendimentos deverão obedecer a diretrizes e metas definidas, a saber: responsabilidade fiscal; desenvolvimento integrado do continente sul-americano; aumento da competitividade das economias sul-americanas; uso racional e sustentável dos recursos naturais; estímulo à qualificação da mão de obra; responsabilidade social e promoção do desenvolvimento social das comunidades situadas na região dos empreendimentos e proteção do meio ambiente.

Estabelece, ainda, que apenas poderão ser consideradas empreendimentos de integração as atividades realizadas por empresas formadas ou financiadas por capitais de, ao menos, dois países da América do Sul, devendo a participação de cada país ser de, no mínimo, dez por cento.

Os empreendimentos deverão estar vinculados às seguintes áreas: infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações; estudos e desenvolvimento de energia limpa; exploração e industrialização de recursos minerais; e atividades que atendam ao mercado de bens e serviços relacionados às atividades anteriormente especificadas.

É importante observar que o projeto fixa, em seu art. 3º, que os empreendimentos deverão ser realizados por meio de sociedade de propósito específico constituída no Brasil, ficando excluídos os empreendimentos que reduzam ou tendam a reduzir a arrecadação fiscal.

Caso aprovado o projeto, a sociedade de propósito específico constituída no Brasil terá direito à isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo à aquisição dos bens de capital e do Imposto sobre





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Importação de insumos provenientes de países do Mercado Comum do Sul ou de insumos procedentes de outros países, após prévia autorização do órgão competente deste bloco econômico.

No entanto, a fim de que possam usufruir dos incentivos fiscais, é necessário que os empreendimentos ofereçam contrapartida social. Nesse sentido, é prevista a elaboração de regulamento, que estabelecerá normas concernentes ao processamento do pedido e à efetiva aplicação dos recursos na área social.

Em sua justificação,

Em sua justificação, o autor sustentou que a proposição apresentava solução para facilitar o investimento produtivo, sem ocasionar perda de receita fiscal, o que seria compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alegou ainda o autor que, ao restringir a aplicação da proposição a novos projetos, que deveriam ser previamente aprovados para a concessão dos benefícios, não haveria qualquer impacto negativo na arrecadação, portanto, não violando a Lei de Responsabilidade Fiscal, mais especificamente seu art. 14.

Em decorrência da tramitação em conjunto, serão analisadas as propostas, bem como o substitutivo aprovado pela Comissão de Relações Exteriores.

Não há vício de competência nem de iniciativa na proposição. A matéria apresentada modifica a legislação tributária relativa a tributos propriamente federais, cuja competência para disciplinar de fato é da União, com base nos arts. 149 e 153 da Constituição Federal.

Relativamente à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados nos artigos da Constituição Federal, portanto, não há vício de origem.

No que concerne à adequação, o projeto de lei é compatível formalmente com o ordenamento jurídico, uma vez que a concessão de benefícios fiscais pode ser realizada por meio de lei ordinária da União, cujo objeto seja exclusivamente a regulação do benefício, conforme previsto no art. 150, §6º, da Constituição Federal.

Em relação aos demais aspectos formais, foram observadas, de modo geral, as normas de técnica legislativa da proposta.

Superada, Sr. Presidente, portanto, a análise formal da proposição, passo ao exame do seu conteúdo, que se encontra sob competência da Comissão de Assuntos Econômicos, na forma do art. 99 do Regimento Interno desta Casa.

Os dois projetos (232 e 726) apresentam como ponto em comum o objetivo de estimular a integração econômica da América do Sul por meio de incentivos fiscais. Tal propósito é absolutamente





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

compatível com o disposto no parágrafo único do art. 4º da CF, segundo o qual, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social, assim como cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

No que diz respeito ao objetivo, ambas as propostas são absolutamente meritórias.

Com efeito, visam incentivar a integração sul-americana por meio de empreendimentos conjuntos dirigidos por empresas cujo capital provenha de pelo menos dois diferentes países da América do Sul. Tais iniciativas contribuiriam para tornar os produtos da região mais competitivos no mercado internacional. Já no campo social, as proposições contemplam a execução de contrapartidas sociais, tais como a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento social e econômico das comunidades objeto desta matéria.

É importante ressaltar que, não obstante seu mérito, ambos os projetos apresentam vícios. Essa é a nossa interpretação, salvo melhor juízo ou contestação de algum dos nossos colegas aqui na Comissão.

Em relação ao substitutivo aprovado na Comissão de Relações Exteriores, de antemão destaca-se a inconstitucionalidade de se criar um órgão subordinado ao Poder Executivo. ... de se criar um órgão subordinado ao Poder Executivo. De acordo com o disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da CRFB, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação de órgãos da administração pública.

Outra falha do PLS nº 232, de 2011, é conceder isenção do Imposto sobre Importação sem considerar as normas relativas ao Mercosul.

O Imposto sobre Importação possui caráter eminentemente extrafiscal, de maneira que a redução de alíquotas tem que ser analisada não apenas sob o ponto de vista arrecadatório, mas, acima de tudo, sob a ótica de proteção da economia nacional. A redução desse imposto pode comprometer a atuação da indústria nacional, diminuindo a contratação de trabalhadores brasileiros e os investimentos no setor. Ademais, a redução da carga tributária necessita de deliberação da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que deve considerar as decisões do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, o que implica o envolvimento de todos os países que compõem esse bloco.

Aqui, naturalmente, eu peço o concurso do Senador e Ministro Armando Monteiro, que durante um longo período deixou importante legado como Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) em nosso País.

No concernente aos insumos provenientes dos países do Mercosul, cabe destacar que, se porventura houver produtos previstos na lista de exceção ao livre comércio entre os integrantes do bloco, não compete ao legislador interno alterar unilateralmente o que já foi negociado. Por outro





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

lado, caso o insumo esteja previsto na tributação comum, torna-se desnecessário o dispositivo em tela, pois o produto ingressa em território nacional livre do Imposto sobre a Importação.

No que se refere aos insumos originados de países que não compõem o bloco econômico, esse dispositivo poderá acarretar violação à Tarifa Externa Comum (TEC), já acordada entre os Estados Partes, o que demandaria a sua renegociação a cada empreendimento aprovado. Por fim, a obtenção de autorização “do órgão competente do Mercosul”, a que se refere o art. 5º do PLS nº 232, de 2011, é problemática, uma vez que a estrutura institucional do bloco, de natureza intergovernamental, não prevê a existência de órgão permanente com poderes para emitir tais autorizações.

A justificação do projeto parte de uma premissa equivocada, a de que ao restringir a aplicação a novos projetos, que deverão ser previamente aprovados para a concessão dos benefícios, não haveria qualquer impacto negativo na arrecadação fiscal, de modo a não violar o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, essa lei é expressa ao estabelecer o conceito de renúncia fiscal, de modo que a redução prevista no projeto de lei impactará o orçamento restrito, escasso, do nosso País, sobretudo nesta atual conjuntura. Aliás, a questão não é meramente conjuntural, é uma questão estrutural e viola parâmetros legais

A fim de verificar a necessidade de observar a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se deve analisar apenas se o projeto é novo, mas, sim, a situação atual em comparação com a proposta. Desse modo, se o novo projeto reduzir a carga tributária em relação ao que seria devido, caso não houvesse a proposição legislativa, deve ser aplicada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por acarretar a redução de receitas, a proposição deveria estar associada à análise dessa repercussão em relação ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras. (...) deveria estar associado à análise dessa repercussão em relação ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras.

O atendimento às normas orçamentárias tornou-se ainda mais relevante em razão da introdução do art. 113 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. De acordo com o dispositivo, a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Caso não haja tal estimativa que conforme o projeto de lei ao Novo Regime Fiscal, a proposição deverá ser suspensão, conforme disposto no art. 114 no ADCT.

Portanto, Sr. Presidente, em razão dessa fundamentação, reconhecendo, por óbvio, o mérito da proposta, estamos, diante do exposto, relatando pela rejeição do projeto por essas razões, não deixando de reconhecer o elevado mérito e interesse do Senador autor.

É com relato, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr., Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em discussão. Primeiro, o Senador Omar Aziz; em seguida, Senador MOKa, Senadora Simone, que pediu ao mesmo tempo em que o fez o Senador Armando Monteiro. Naturalmente, a preferência é da Senadora.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, parabeno o Senador Ricardo Ferraço pelo parecer contrário. Acho que já há unanimidade, entre os Senadores daqui, da Comissão, em relação a essa matéria. Até porque, na semana passada, a Organização Mundial do Comércio fez um alerta ao Brasil sobre essas desonerações que são feitas aleatoriamente, sem um estudo profundo.

Temos hoje uma dificuldade muito grande. Vejam que o Paraguai hoje está desonerando, com uma lei trabalhista totalmente diferenciada da nossa, atraindo empresas que geram, para o Brasil, empregos e levando para lá a troca de nada de arrecadação, absolutamente nada. Até frigoríficos estão indo para o Paraguai.

Isso nos preocupa porque essa guerra fiscal que já existia nos Estados nós conseguimos eliminar com a convalidação. Não podemos permitir que esta Comissão... O Senador Ricardo Ferraço explicou muito bem, e, conversando com o Senador Armando, ele me colocava umas questões que deverá colocar agora com mais profundidade em relação a isso.

Sou favorável ao parecer, encaminho o voto do nosso partido nesta Comissão, favorável ao parecer contrário, relatado pelo Senador Ricardo Ferraço. Vejo que, a partir de agora, esta Comissão passa a estar mais atenta em relação a esses benefícios, que são aleatoriamente dados: surgem de uma conversa, torna-se projeto de lei, vem para cá e, às vezes, passa batido, principalmente quando vemos, no dia a dia, o que está acontecendo no País. Estamos cada vez mais estarecidos com tudo o que está se vendo aí. Isso nos preocupa bastante. O que já fizeram e o que se permitiu fazer com o Brasil em relação a esse tipo de proposta não nos permite continuar cometendo o mesmo erro.

Por isso, dou favorável ao Senador Ricardo Ferraço em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito bem, Senador Omar Aziz. Aproveito, se me permitem, para falar que, no Estado do Ceará, uma indústria mais empregadora daquele Estado, com cerca de 10 mil funcionários, se transferiu – metade, pelo menos – para o Paraguai. E é absolutamente impossível competir com as vantagens dadas pelo (...)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Nós poderíamos chamar aqui, a esta Comissão, o Senador que é Ministro das Relações Exteriores...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aloysio Nunes.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... Aloysio Nunes, para que a gente possa tomar algumas medidas. O Senado pode adotar resoluções relativas a essas questões. Nós não poderemos é permitir que a competitividade em relação ao Brasil, com a sua energia, com as suas leis trabalhistas, com os impostos que são cobrados... É impossível competir com o Paraguai!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É impossível!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Primeiramente, Sr. Presidente, eu quero dizer que voto com o Relator. Eu acho, realmente, que o Senador Ricardo Ferraço está correto na sua avaliação.

Todavia, a minha fala... Estou aproveitando uma oportunidade, diferentemente do que traz o projeto. É que nós temos uma oportunidade de estabelecer um comércio com o continente asiático, e nós nunca estivemos tão perto. Trata-se do que nós, no Mato Grosso do Sul, chamamos de integração da rota bioceânica.

Na semana passada, 100 pessoas, entre empresários e estudantes, em caravana, foram de Campo Grande até o porto chileno de Antofagasta, mostrando que já existe esse corredor na prática, a maior parte dele pavimentada. O que falta para ser pavimentado uma parte é o charco paraguaio e uma outra parte, o que soma menos de 400km.

A Senadora Simone e eu fomos nos encontrar com essa caravana em Assunção, até para demonstrar o nosso apoio, mas, mais do que o nosso, o da Prefeitura de Campo Grande e de todas as prefeituras também, bem como do Governo do Estado.

Por que estou colocando isso aqui? Porque esse corredor, Sr. Presidente, vai encurtar em aproximadamente oito a nove mil quilômetros...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Fantástico!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É muito importante!

Imaginem o que significa, para um produtor sul-mato-grossense, ou mato-grossense, ou goiano, ou do Distrito Federal, ou de qualquer parte do País, poder colocar o seu produto com um frete de oito a nove mil quilômetros a menor! Segundo levantamentos estatísticos, isso daria uma vantagem, em termos de competitividade, de 10% a 12% no preço dos nossos produtos. Isso sem falar na integração. Eu tenho certeza de que os sul-mato-grossenses irão querer conhecer os Andes, a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cordilheira dos Andes no Chile; e vice-versa: os chilenos virão conhecer também a nossa querida cidade de Bonito, o nosso Pantanal.

Então, eu acho que esta é uma oportunidade de integração. E eu ouço falar nesse corredor bioceânico há pelos menos 20 anos, mas nunca vi.

Está tão próximo de tirar do papel o projeto e transformar isso em uma realidade. E quem está fazendo isso é a iniciativa privada, que está querendo encontrar um mercado em que o seu produto seja competitivo em termos de preço.

Então, ao votar favoravelmente ao projeto, quero trazer, porque esta Comissão é de Infraestrutura...

E vão perguntar: qual é o investimento do Governo brasileiro para que isso ocorra? Sr. Presidente, isso é o que me chama a atenção. O Governo brasileiro vai entrar com a metade de uma ponte sobre o Rio Paraguai, e os primeiros estudos demonstram que a ponte inteira custaria, no máximo, R\$300 milhões. Então, nós estamos falando de um investimento de R\$100 a R\$150 milhões. Esse é o investimento para que o Governo brasileiro torne possível o escoamento de toda essa produção até Antofagasta ou Iquique e, de lá, para o grande continente asiático.

Fui a um seminário promovido pela Embaixada do Chile, e o representante de Goiás disse que, hoje, 70% do que eles exportam são para China. Imaginem o que isso pode representar para o nosso País em termos de oportunidade. Ao invés de dar toda essa volta através do Oceano Atlântico, poderemos sair direto de Antofagasta e, de lá, para o continente asiático.

Quero afirmar o meu voto favorável ao relatório do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka.

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, parabeno o Senador Ricardo Ferraço pela precisão do seu parecer. Ele foi preciso quando, infelizmente, apontou vícios insanáveis em relação ao projeto, seja o vício de iniciativa, quando cria órgão subordinado ao Poder Executivo – não cabe a nós; a iniciativa é do próprio Chefe do Poder Executivo –, seja na questão tributária de impostos aqui colocados, diminuição da carga tributária, que depende de liberação da Camex, inclusive ouvido o Conselho do Mercosul. Mas o Senador Ferraço, com a sensibilidade que teve, nos fez olhar diferenciado para esse projeto – e para isso eu gostaria de chamar a atenção –, que bem ou mal visa à integração da América do Sul.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se eu pudesse aqui, lembrando do meu Estado, que faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, lembrar um poeta, eu lembraria do poeta Manoel de Barros, que sempre diz que nós temos de olhar sempre os nossos quintais. E, em um mundo globalizado como o nosso, nós temos de parar de olhar o nosso quintal apenas como um grande quintal de 8,5 milhões de quilômetros quadrados chamado Brasil. O nosso quintal hoje... Em um mundo globalizado, se queremos ser um país desenvolvido, um país que possa realmente garantir emprego, renda e dignidade à sua gente, temos de olhar o nosso quintal convivendo com toda a América do Sul.

Aí, eu gostaria de chamar a atenção, parabenizando o Senador Ferraço, que fala exatamente da integração da América Latina, principalmente da América do Sul, integração cultural, integração econômica, integração social.

O Senador Paim está de parabéns pela iniciativa, bem como o Senador Ferraço, por abordar essa questão.

Eu finalizo dizendo que um passo foi dado, na semana passada, na linha do Senador Moka. No dia 1º de setembro, nós estivemos em Assunção, no Paraguai. Há três décadas pelo menos, talvez quatro, desde que sou pequena – repito: o meu Estado faz divisa com o Paraguai –, eu ouço falar desse grande projeto de integração entre o Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Não só numa integração regional, cultural, social, mas econômica. O Brasil precisa atingir, de forma mais rápida, barata, o continente asiático pelo Oceano Pacífico. E essa rota, como bem lembrou o Senador Moka, reduz a distância em 8 mil quilômetros marítimos, o que significa tornar os nossos produtos mais competitivos. Os nossos produtos chegarão mais baratos. Nós estamos falando de diminuição de frete. Nós estamos falando de fornecer ao maior país consumidor de *commodities* brasileiras, que é a China, e mesmo de outros produtos, uma ligação que vai favorecer a todos.

No meio do caminho não existem pedras. No meio do caminho existem países como o nosso, países pobres, países que dependem dessa rota. Por exemplo, no norte do Paraguai, essa expedição de mais de cem empresários viu uma situação que há muito tempo não mais existe no seu Nordeste brasileiro, mas ainda existe no norte do Paraguai, de crianças passando fome, de mães desesperadas. Essa rota tem a capacidade de fazer com que nós possamos olhar para a América do Sul de uma forma que todos nós queremos, de integração. Afinal, não temos a mesma língua, mas temos a mesma identidade.

Eu finalizo dizendo que é um sonho cada vez mais próximo da realidade. Estou falando isso neste momento porque nós vamos depender da CAE, talvez precisemos de um financiamento junto ao Bird de apenas US\$30 milhões ou US\$40 milhões, para que possamos fazer metade de uma ponte, porque a outra metade será edificada pelo Paraguai.

O que falta para chegarmos até o Chile e exportarmos é apenas algo em torno de 400 quilômetros, pelo Paraguai. O dinheiro já está depositado na conta do governo paraguaio, o recurso





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que eles conseguiram com os Emirados Árabes e com outros financiamentos; já estão em processo de licitação. Na Argentina, dos cem quilômetros que faltavam, faltam apenas vinte, que já estão em execução.

Então, aproveito a oportunidade – peço desculpas pelo delongado da minha fala – apenas para justificar que só voto contrariamente a esse projeto porque há realmente vício de iniciativa e vício em relação à questão tributária, mas que, no mérito, ele vai ao encontro daquilo que precisamos e queremos para o Brasil e para a América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu acho que, nesse projeto, nós temos que de plano reconhecer que a iniciativa do Senador Paulo Paim se inspira no mais elevado propósito, que é o de estimular o processo de integração regional na América do Sul. Mas, com a competência habitual, o Senador Ferraço, a meu ver, focou os pontos que são absolutamente essenciais na análise desse projeto.

Então, eu gostaria de só enfatizar algumas questões, como, por exemplo, o fato de que esse projeto viola alguns acordos sobretudo em relação à Tarifa Externa Comum (TEC), os acordos feitos por Estados-membros que promoveram acordos em relação à Tarifa Externa Comum.

Então, você não pode fazer unilateralmente nenhum tipo de concessão na área de Imposto de Importação, por exemplo, salvo nas famosas listas de exceção que têm que ser também pactuadas.

Então, viola os acordos de Tarifa Externa Comum, fere os princípios de isonomia tributária e, portanto, tem esses vícios o projeto.

Agora, eu destacaria que nessa agenda absolutamente inadiável de integração regional nós estamos perdendo substância no comércio intrarregional. Hoje, meu caro Senador Ferraço, nós estamos perdendo espaços importantes nesse mercado regional para fornecedores externos à região. A China vem ocupando espaços, extraordinariamente, nos últimos anos, deslocando a possibilidade de uma ampliação do comércio regional. Portanto, impõe-se toda uma ação prioritária dos governos e das comunidades empresariais desses países. Aí, nós temos uma agenda densa, desafiadora e multifacetada. Uma dimensão importantíssima é a que foi trazida pelo nosso companheiro, o Senador Waldemir Moka, quando, junto com a Senadora Simone, apontou a necessidade de atuarmos na integração física, na integração logística, na integração de infraestrutura. Esta é uma agenda fundamental: reduzir custos de transferência, custos de transporte, aumentar a competitividade da região em relação a terceiros mercados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, essa é uma agenda fundamental e com relação a outras questões que têm muito impacto nessa agenda e que muitas vezes não são percebidas. Por exemplo, quanto aos países da Bacia do Pacífico, aqui na América do Sul, nós ainda temos necessidade de completar um cronograma de desgravação tarifária, que hoje existe em relação ao Chile, mas que ainda não se completou com o Peru nem com a Colômbia.

Nós precisamos ainda priorizar novas disciplinas. Por exemplo, os acordos de nova geração levam em conta acordo na área de serviços, investimentos, de compras governamentais e de propriedade intelectual. Lembrando que o Brasil firmou o primeiro acordo, um acordo inédito com o Peru no ano passado, na área de compras públicas. Ou seja, oferecer a empresas brasileiras condições isonômicas na disputa desse espaço de compras públicas na América do Sul. Por exemplo, o Peru compra US\$10 bilhões de compras públicas anuais. Qual é a participação das empresas brasileiras?

Então, essa agenda de integração, que tem sido dinamizada, inclusive, com acordos na área de investimento, precisa ser reforçada, ampliada e fortalecida.

Portanto, eu me congratulo com o Senador Paim na medida em que ele se inspira nesse projeto, nessa ideia de que o processo de integração precisa ser fortalecido. No entanto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... com muita competência, o Senador Ferraço e os companheiros que participaram do debate identificaram vícios e distorções que, de algum modo, prejudicam essa iniciativa.

Pois não, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Armando Monteiro, as manifestações de V. Exª, do Senador Moka e da Senadora Simone Tebet nos obrigam, Sr. Presidente, a revisitar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Esse tema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... esses temas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Aqui na CAE.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E acho que aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, para nós, seria um privilégio e um prazer convidarmos o nosso querido e estimado colega, o Senador Aloysio Nunes Ferreira – que Senador é, e Ministro das Relações Exteriores está –, para que nós pudéssemos fazer um sobrevoos sobre essas questões levantadas aqui pelo Senador Moka, pela Senadora Simone e pelo Senador Armando Monteiro, com quem estou absolutamente em linha.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O mérito da iniciativa do Senador Paulo Paim é extraordinário, não fossem os óbices legais e constitucionais.

Portanto, se os Senadores toparem, nós poderíamos fazer um convite coletivo ao nosso estimado Senador e Ministro Aloysio Nunes Ferreira para que nós pudéssemos fazer uma audiência pública nesta Comissão com este foco de discutir a questão da integração não apenas econômica, mas pelos reflexos culturais e sociais que tem e das oportunidades e ameaças que nós estamos vendo se fazerem presentes da América do Sul.

O que traz para discussão o Senador Armando Monteiro é que nós estamos perdendo o debate, Senadora Simone, em nosso jardim ou em nosso próprio quintal para quem vem do outro lado do mundo, e isso não me parece uma coisa razoável.

Então, se V. Ex^{as} entenderem, acho que nós poderíamos, coletivamente, solicitar uma audiência pública para fazer um aprofundamento desse tema.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se me permite, Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Essa é a modestíssima opinião que eu gostaria de dar a V. Ex^a, Senador Armando Monteiro.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se me permitem, Presidente, Senador Ferraço, eu e o Senador Moka estamos preparando um requerimento. Estamos dependendo de algumas datas, porque, nessa nossa viagem a Assunção, nós estivemos, inclusive, com as autoridades dos outros países, tanto do Chile quanto da Argentina, e todos se mostraram interessados – estou falando dos ministros de Relações Exteriores, inclusive; estivemos com eles, os chanceleres – em vir ao Senado explicar o que, dentro de seus países, já foi feito e o que está pronto.

No caso do Chile, só faltam chegar as mercadorias. Não há mais nada. No caso da Argentina, praticamente, também, porque eles estão terminando os últimos 20 quilômetros. O Paraguai está agora iniciando o processo. Mas eles e nós vamos encontrar uma barreira maior do que a barreira financeira, maior do que a barreira de recursos de financiamento, que é a questão aduaneira, a questão que envolve a Receita. Não é a que se refere a incentivo fiscal. Não é isso e nem precisam disso. Nós estamos falando particularmente dessa questão da rota de integração econômica para que os nossos produtos cheguem à China mais rapidamente, pois encurta em pelo menos uma semana a viagem da mercadoria, só para se ter uma ideia – uma semana! Além do valor, o que eles precisam apenas é de resoluções internacionais entre os países relacionadas à questão alfandegária, o que não envolve a questão de incentivo ou de renúncia fiscal. São questões burocráticas e técnicas de acordos bilaterais...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Para facilitação...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É muito mais nessa questão.

Então, nós estamos preparando um requerimento, mas acho que nada impede que, antes de termos essa data – o que foi muito bem lembrado pelo Senador Ferraço –, nós possamos estar com o Ministro das Relações Exteriores, nosso colega Senador Aloysio, inclusive porque o Ministro Parkinson, também do Ministério das Relações Exteriores aqui do Brasil, acompanhou toda essa expedição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O Senador Ferraço fará o requerimento, então?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, para contribuir aqui com a Senadora Simone sobre esses custos brasileiros em relação à exportação dos nossos produtos. Às vezes, até internamente, Senador Moka, produz-se algo num Estado e, quando passa pelo Estado no modal, o outro Estado cobra ICMS daquele produto que já foi produzido.

um produto no Estado, quando passa para outro Estado no modal, o outro Estado cobra ICMS daquele produto que já foi produzido. Quando chega no fim, você vai ver que o produto encareceu internamente, no Brasil. Os custos aeroportuários brasileiros estão muito acima dos da China. Só um exemplo: um navio, para sair da Zona Franca de Manaus e chegar a São Paulo, é mais caro do que se vier da China, só para se ter uma ideia da diferença.

Estou falando isso aqui por experiência: na Zona Franca de Manaus, quando a gente quer colocar o produto produzido no Brasil em qualquer Estado brasileiro, nosso custo aeroportuário é muito maior do que o da China, além das vantagens que a China tem em relação à produção. Então, quando a China chega com um produto que muitas vezes é produzido na Zona Franca de Manaus na Venezuela, que está ali do lado de Manaus – o nosso chega por estrada na Venezuela –, ele chega mais barato lá, uma moto, uma televisão produzida na China, do que o que foi produzido na Zona Franca de Manaus. Esse é o caso que V. Exª discute, mas discute mais propriamente ali no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul com Paraguai, com Argentina, Chile, onde vocês têm conhecimento maior. Quando eu falo da Zona Franca, eu falo da exportação nossa interna, que tem um custo muito maior para nós do que trazer da China.

Então, é realmente essa dificuldade. Não é uma questão simples. O Brasil tem essas... Colocar uma mercadoria que passa três, quatro dias dentro do porto esperando a receita liberar, o lucro todo da empresa vai embora só com armazenamento dentro desse porto – e portos privados, porque o Brasil não constrói portos há muito tempo, que possam ajudar. A Zona Franca é dependente de um porto privado, a gente fica à mercê de um porto privado, sem conseguir sair disso. Então, essa logística brasileira é uma logística cara, cara para exportação interna e exportação externa, e isso nos tira





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vantagem comparativa em relação à China, como está colocando aqui a Senadora e o Senador Ricardo Ferraço.

Esta é minha contribuição. Acho que a proposta feita pelo Senador Ricardo Ferraço de trazermos para cá o Senador Aloysio Nunes, que é uma pessoa que tem uma ampla visão sobre a realidade mundial hoje seria muito importante para tomarmos decisões aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Por economia processual, se assim entender V. Ex^a, está feito o requerimento, eu formalizo, mas V. Ex^a poderia submeter ao Plenário de uma vez para que nós aprovássemos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Terminadas as votações, nós colocaremos o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerrada a discussão, em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário aos projetos.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco e o incentivo às atividades econômicas dependentes de seus recursos hídricos.

Autoria: Senador Kaká Andrade

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

2. Em 04/09/2017, o relator Senador Otto Alencar, apresentou relatório reformulado favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Otto Alencar tem a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Esse projeto é do Senador Kaká Andrade, do Estado de Sergipe – interessante, porque é um Estado da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Eu analisei, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, que essa revitalização da bacia do Rio São Francisco é uma necessidade para todos os nordestinos, sobretudo no que tange ao abastecimento humano, animal, industrial, irrigação e também à geração de energia.

O Capítulo I estabelece os fundamentos nos quais deverá basear-se a formulação, a coordenação e a execução das medidas de revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e o incentivo às atividades econômicas dependentes de seus recursos hídricos.

O Capítulo II apresenta a definição de vários termos de interesse para a implementação da nova legislação, relacionados às ações de proteção e recuperação ambiental, bem como às atividades econômicas da pesca e da aquicultura.

Os Capítulos III, IV e V instituem, respectivamente, as diretrizes, os objetivos e os instrumentos destinados a orientar e concretizar os ditames da lei.

Os Capítulos VI e VII tratam separadamente das medidas específicas de revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e de incentivo às atividades econômicas dependentes de seus recursos hídricos.

Por fim, o Capítulo VIII traz disposições finais e estabelece que a nova lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que, de um lado, a degradação ambiental nas áreas de cabeceira acarretou a redução da quantidade e da qualidade da água na bacia como um todo e, por outro, a construção de reservatórios artificiais causou uma redução expressiva na oferta de recursos pesqueiros, em função da alteração do regime hídrico natural do rio. O objetivo declarado do PLS nº 345, de 2014, é enfrentar esses dois problemas, promovendo ações de revitalização da bacia do Rio São Francisco e de incentivo às atividades econômicas dependentes de seus recursos hídricos.

A matéria foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. Portanto, este projeto não é terminativo aqui, será terminativo na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Análise.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De acordo com o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente. A CMA, por seu turno, analisará os aspectos ambientais da proposição, bem como a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria, tendo em vista que decidirá terminativamente.

Sr. Presidente, este projeto é altamente importante, e o autor, o Senador Kaká Andrade, fala aqui sobre a parte principal do Rio São Francisco, que é a área onde o rio é formado, em Minas Gerais.

Eu acompanho isso diariamente e quero dizer aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que, pela primeira vez na história do Rio São Francisco, a Barragem de Três Marias, que foi construída em 1962, está com zero de vazão afluente. Isso significa dizer que a Barragem de Três Marias, no Alto São Francisco, não está recebendo hoje uma gota d'água de nenhum de seus afluentes. Ela fica no Município de São Gonçalo do Abaeté – chama-se São Gonçalo do Abaeté porque o Rio Abaeté é um dos principais rios que abastecem a Barragem de Três Marias.

Portanto...

... um dos principais rios que abastecem a Barragem de Três Marias. Portanto, hoje essa barragem não está recebendo absolutamente uma gota d'água, para se ver a falência da produção de água no Rio São Francisco, onde ele é mais formado; 75% das águas do rio são formadas em Minas Gerais. Portanto, esse rio é de importância fundamental para manter as águas dos Estados receptores dessas águas, como o Estado do Ceará, que precisa dessas águas; o Estado de Pernambuco, na região do Agreste; Estado de Alagoas; e o Estado da Paraíba, principalmente, porque é o Estado que tem o menor percentual de água de superfície e de subsolo para sustentar a sua população. Então, a Paraíba tem metade do que é necessário para sua população.

Então, a revitalização é uma coisa importante e urgente. É aquele negócio que se tem de fazer imediatamente

Então, é importante o Rio São Francisco, com 2.700km de extensão. Ele nasce em Minas e atravessa Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, atravessando todo o Semiárido nordestino, uma das regiões mais carentes do País. A Bacia do São Francisco abarca 7,5% do Território nacional. Na extensão do rio, há uma diversidade de paisagens naturais muito grande. Motivou, inclusive, a divisão em quatro regiões, para fins de planejamento: alto, médio, submédio e baixo São Francisco. Além disso, com as obras de transposição, os Estados do Nordeste brasileiro passam a se beneficiar diretamente se o rio continuar existindo.

Mas o baixo São Francisco, Senador Armando Monteiro, chegando ao Oceano Atlântico recebe hoje 13km de águas do mar. Então, o mar já entrou 13km no baixo São Francisco, uma coisa a que nunca se imaginou chegar. Mas hoje já são 13km. Os Municípios de Penedo, em Alagoas, à esquerda, e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Propiá, à direita, em Sergipe já estão captando água muito mais adiante para abastecimento das suas populações.

Portanto, a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, reconhece a água como um recurso natural limitado e, portanto, dotado de valor econômico. Além disso, preconiza que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para sua implementação. Essa política, além do mais, tem entre seus objetivos a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável do Nordeste brasileiro.

Um dos instrumentos da política são os planos de recursos hídricos, planos diretores de longo prazo que devem considerar, entre outras variáveis, as alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo. Os planos devem conter também metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, bem como medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento dessas metas.

O PLS nº 345, de 2014, vem, em boa hora, complementar a disciplina genérica estabelecida na Lei nº 9.433, de 1997, definindo medidas específicas para a revitalização ambiental e o incentivo a atividades econômicas na bacia do rio São Francisco.

A proposição tem como pressuposto o reconhecimento da íntima relação entre a proteção ambiental da Bacia do Rio São Francisco e o desempenho de atividades econômicas que dependam das suas águas. Obviamente, a pesca, a aquicultura, a agricultura irrigada, a geração de energia elétrica e o turismo, entre várias outras atividades econômicas, dependem diretamente da disponibilidade dessas águas.

Sendo o plano de recursos hídricos... (...) disponibilidade dessas águas.

Sendo o plano de recursos hídricos o instrumento fundamental de planejamento do uso e da proteção dos recursos hídricos da bacia, inclusive por meio da participação democrática do poder público, da sociedade civil e dos usuários, consideramos que as medidas previstas no projeto devem ser a ele incorporadas. Essa providência é fundamental para garantir a coerência e a efetividade das ações tanto de revitalização ambiental como de incentivo às atividades econômicas na bacia do São Francisco.

Para materializar essa medida, propomos duas emendas. A primeira estabelece que as conclusões dos estudos de viabilidade da integração de bacias próximas à bacia do São Francisco, previstos no art. 6º do projeto, deverão constar das revisões futuras do Plano Nacional de Recursos Hídricos. A segunda preconiza que as medidas de revitalização ambiental e de incentivo às atividades econômicas deverão constar, obrigatoriamente, do plano de recursos hídricos da bacia do rio São Francisco.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, acrescentamos por meio de uma emenda o Capítulo que trata do financiamento dessa proposta. Isso é fundamental. Para revitalizar o rio, é preciso saber de onde virão os recursos para essa revitalização. O Governo anunciou há poucos dias a privatização da Eletrobras, uma gigante formada por centenas de empresas que atuam em todas as três fases da cadeia produtiva do setor de energia elétrica. Com o dinheiro arrecadado com esse processo, é o momento de devolver alguma benesse ao Velho Chico, que sempre serviu a população sem pedir nada em troca. O Rio São Francisco sustentou todas as nove hidrelétricas do seu curso sem nada ter absolutamente de volta. Nada de volta! Nunca a energia gerada em Três marias devolveu um real para revitalizar o Rio Abaeté, o Rio Pará, o Rio Paraopeba, o Rio Paracatu, o Rio Urucuia, o Rui Verde Grande, o Rio Jequitaiá, que está seco, o Rio das Velhas.

Pela primeira vez, Senador Tasso Jereissati – e conheço bem a situação da Bacia do Rio São Francisco –, na história dessa bacia, um rio perene chamado Jequitaiá secou e virou um grande caminho de areia.

A Codevasf fez um projeto, que conheço, para fazer a Barragem do Rio Jequitaiá. Não vai fazer mais a barragem porque o rio secou, pela erosão, desmatamento, assoreamento e morte das suas nascentes. É um crime contra o Rio São Francisco. E tem outra coisa: nenhum dos governos atentou para isso. Não estou botando na conta do Governo Temer absolutamente. Estou botando na conta de todos os Presidentes da República, que tomaram conhecimento disso, desde 1980 até hoje.

A falência do Rio São Francisco começou em 1986 quando acabou. Não houve mais condição de fazer a Hidrovia do Rio São Francisco, que saía lá de Minas e ia até Juazeiro. Era a Hidrovia do Rio São Francisco. Em Pirapora, cidade que fica na margem direita do Rio São Francisco, há o porto. O porto hoje está distante dois quilômetros do rio. Do porto até o rio, é só areia, barro e tudo o que está assoreando esse rio, material jogado no rio. O porto não existe mais, o porto não tem mais condição, nem na enchente, de ter um navio ou barco para fazer a travessia. Então, esses rios estão todos comprometidos.

Vou dizer a V. Ex^ª: o Rio das Velhas é o afluente mais caudaloso do Rio São Francisco, nasce em Ouro Preto, passa perto de Belo Horizonte, recebe ainda 30% do esgoto *in natura* (...)

recebe ainda 30% do esgoto *in natura* da Grande BH e de todos os Municípios vizinhos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Governo não tomou nenhuma providência nesse sentido – os governos. Aí está na conta dos governos militares; está na conta, depois, dos que os assumiram; está na conta do Collor, do Fernando Henrique Cardoso, do Lula, da Dilma, e agora do Michel Temer, que teria a condição de, neste momento, fazer aquilo que é mais importante, mais urgente: desobstruir a calha do rio para a pouca água que entrar na calha chegar a Sobradinho, porque não vai chegar água em Sobradinho. Por mais que chova agora na Bacia do Rio São Francisco, não chega à calha. A calha do Rio São Francisco é como a artéria do coração obstruída, que pulsa o sangue, mas não chega, porque tem as placas de arteriosclerose. Então, considerando que o coração seja a barragem, mas com a artéria entupida, não vai chegar absolutamente nenhum sangue ao coração. É isso que está acontecendo.

Nós temos, hoje, bancos de areia de nove quilômetros na calha do Rio São Francisco. Do Município de Morpará, na Bahia, até o Município de Barra, são nove quilômetros de bancos de areia na calha do Rio São Francisco. A situação é de uma gravidade enorme!

Já que o Governo, agora, disse que vai privatizar a Eletrobras, que é uma gigante, esse dinheiro arrecadado no processo, sobretudo na venda das nove hidrelétricas do Rio São Francisco, deve ser revertido, como eu proponho aqui, para um fundo de revitalização do Rio São Francisco. Proponho chamá-lo "Salve o Velho Chico", com o dinheiro arrecadado pela venda das hidrelétricas. Um rio, um ente deixado pela natureza, que, como todo ente de bom coração, dá tudo, não recebe nada de volta e não reclama. Foi assim, silenciosamente, que morreu o Rio São Francisco. O Rio São Francisco está na UTI. Pode até estar na pior, na UTI do serviço público, com aquela fila enorme para entrar para ser atendido. Esse é o Rio São Francisco.

Portanto, eu proponho aqui que, na venda das hidrelétricas, que pode ser que o Governo venha a privatizar, esse recurso seja destinado a um fundo para devolver a ele o que ele deu de água para o consumo humano, o consumo animal, o consumo industrial, para a irrigação e também para a produção de energia.

A irrigação do Vale do Rio São Francisco está toda comprometida. Se não houver a revitalização, haverá a perda de milhões de empregos ao longo do Rio São Francisco, de Minas até o polo de fruticultura de Juazeiro, de Petrolina, e do Mimoso, na cidade de Bom Jesus da Lapa, que conheço bem, em que estão pequenos agricultores que vivem do plantio com irrigação da manga e da banana.

Assim, a minha proposta para esse projeto é que, privatizando ou vendendo, joguem esse dinheiro todo num fundo para dar condição de revitalizar o Rio São Francisco. E o que é revitalizar o Rio São Francisco? É um trabalho que vai precisar de mais de dez anos, colocando, no mínimo, R\$1 bilhão por ano, para, primeiro, tirar o assoreamento da calha para limpá-la, e depois replantar as matas ciliares que morreram em torno das nascentes dos seus afluentes. Por exemplo, o Rio Jequitaiá, de que falei aqui, em Minas Gerais, afluente da margem direita, está assoreado, mas, se fizerem o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desassoreamento desse rio, se fizerem a dragagem da calha dele, e se plantarem árvores na sua nascente, com dois, três anos, ele reviverá.

dragagem da calha dele e, se plantarem as árvores na sua nascente, ele, com dois, três anos, volta a ser vivo de novo. Não há como não ser vivo de novo.

Dê-me qualquer nascente morta, dê-me uma retroescavadeira para tirar argila, tirar areia ou barro, eu a limpo e planto em torno dela as árvores que foram cortadas. Quando todas elas estiverem crescidas e grandes, depois de quatro, cinco anos, a nascente começa a brotar água de novo, porque, quando você corta árvore, você deixa a terra impermeável. São exatamente as raízes das árvores que dão a porosidade do solo para a chuva bater, entrar, alimentar o braço subterrâneo da nascente, que é tecnicamente chamado de talvegue. Depois da pressão lá embaixo, quando não tem mais para onde ir a água, ela brota de novo e devolve a água que veio do céu para o homem beber. Então, esta é a condição que tem que se fazer: investir nisso. Sabe por quê? Porque o Nordeste não tem outra saída, Senador Tasso Jereissati, os Estados receptores não têm outra saída a não ser salvar o Rio São Francisco. Eu falo isso porque o conheço todo.

Há pouco, eu falava com o Romero Jucá: você tem rio lá bonito; daqui a 50 anos, 55 anos, se cortarem as matas, vai ser igual ao Rio São Francisco. O Rio Doce, que nasce em Minas, foi agora contaminado com o desastre de Três Marias. O meio ambiente é uma coisa importante para nós todos que estamos aqui, até para os de cabelo branco, como eu e como V. Ex^a. Eu tenho 70 anos, mas as futuras gerações poderão enfrentar uma crise hídrica em todo o Brasil como nunca se enfrentou.

Eu olho aqui o Senador Ronaldo Caiado, eu sei da preocupação dele com o Rio Araguaia, eu sei da preocupação com o Rio Tocantins, que, em dez anos, perdeu 20% da vazão. O Rio Tocantins perdeu, em dez anos, 20% da vazão. Há pouco tempo, não pôde se fazer o transporte da soja, porque o calado estava muito baixo. Então, essa é uma preocupação que o Brasil precisa ter.

Eu vou dizer a V. Ex^a que eu não sei quem vai ser candidato a Presidente da República, mas eu só votarei, no meu Estado, em Presidente da República que assine um termo de compromisso dizendo assim: "Vou revitalizar o Rio São Francisco." E vai dizer de onde vai tirar o dinheiro. O meu voto não decide nada, mas vai decidir a minha consciência de salvar aqueles que precisam das águas do Rio São Francisco: os Estados de Minas, da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará de V. Ex^a, onde V. Ex^a fez o Açude Castanhão, que é um grande açude, mas que deve estar também no volume morto.

Sobradinho hoje está com 7% e, no fim de setembro, vai para o volume morto. Sobradinho é um gigante. Só o volume morto são 5 bilhões de metros cúbicos de água – só o volume morto –, mas esse gigante vai deixar de receber água daqui a 15 anos. A projeção é que, se não se fizer a revitalização do rio, em 2035 Sobradinho não recebe mais uma gota d'água. E os 10 bilhões colocados na transposição serão jogados no lixo, porque não vai haver água para sustentar as necessidades dos Estados





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

receptores. Eu sempre fui a favor da transposição, mas foi uma irresponsabilidade fazer transposição sem revitalização. É tirar sangue de um doente com hipovolemia, sem sangue nenhum mais para dar. É isso o que está acontecendo com o Rio São Francisco.

Eu quero, inclusive, o compromisso de V. Ex^a e dos Senadores do Nordeste para que tomem uma decisão nesse sentido, porque eu já falei aqui, desde que cheguei, mais de 20, 40, 50 vezes, sobre o Rio São Francisco e parece que não sou ouvido, parece que é um conde falando aos passarinhos, ninguém me ouve. Mas a crise Parece que é um conde falando aos passarinhos – ninguém me ouve. Mas a crise hídrica vai dificultar a vida das futuras gerações que estão na Bacia do Rio São Francisco. Então, o meu voto é pela aprovação desse projeto, para que ele possa ir para a CMA, e algum brasileiro com sentimento patriótico entenda que salvar o Velho Chico é salvar o Nordeste brasileiro da falta d'água no futuro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto. Parabéns por sua exposição tão indignada. Com certeza, eu acredito que, independentemente de partidos políticos, de ideologias, estamos todos absolutamente de acordo com as posições de V. Ex^a.

Também aproveito, Senador Armando Monteiro, se me permite, para parabenizar o Senador Otto por essa luta que ele tem tido, praticamente uma luta, apesar do nosso suporte, solitária e heroica pelo Rio São Francisco. Com certeza, sua repreensão, de que é preciso uma atenção maior de todos nós aqui, Senadores nordestinos – não só nordestinos, porque vai atingir outros rios também, mais cedo ou mais tarde –, nós levamos em conta, e essa luta merece o respeito e a admiração de todos nós.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu só queria manifestar ao Senador Otto que tenho muito respeito pela atuação do Senador Otto aqui nesta Casa. Por exemplo, o Senador defende posições de forma muito afirmativa, como é do seu estilo, e nessa questão do São Francisco, nós não estamos nos dando conta – eu digo os nordestinos – da gravidade do problema, da dimensão desse problema. É uma morte lenta, mas nós, por negligência, por alienação, fomos assistindo passivamente a esse processo. E aí, é como diz o Senador Otto: que transposição poderá ser feita, Senador Lindbergh, se não tivermos as águas? Ou seja, não há como imaginar a transposição sem a revitalização. Eu acho que o Senador Otto foi muito feliz quando aponta que nessa privatização da Eletrobras há uma oportunidade para que se possa exigir como contrapartida – contrapartida no conceito mais amplo, social, ambiental, socioambiental, que é de garantir um fundo expressivo de recursos para financiar esse processo de revitalização. Eu me congratulo com o Senador Otto e quero subscrever, Senador Otto, essa proposta de criação do fundo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Um aparte, Senador Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – E acho que toda a nossa Bancada, não só do Nordeste, não apenas do Nordeste, deveria se solidarizar e se engajar nessa luta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Um aparte, Senador Armando Monteiro.

Sr. Presidente, eu penso que a manifestação, o alerta, o desabafo, não é o primeiro, não é o 38º, não é o 45º e não é o último alerta que faz o Senador Otto Alencar, acompanhado das manifestações dos nossos estimados Senadores da Região Nordeste. Este não é um problema apenas do Nordeste. Este é um problema nacional. E nós temos aqui, Sr. Presidente, requerimento para que nós possamos fazer um debate sobre a privatização, ou as privatizações desejadas pelo Governo Federal. Há um requerimento aprovado aqui nesta Comissão, e acho que nós precisamos acelerar essa audiência pública. Precisamos fazer esse debate. Eu, por exemplo, sou a favor do processo

Precisamos fazer esse debate. Eu, por exemplo, sou a favor do processo de privatização, naturalmente, em divergência com o que pensa o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro, digo eu. Claro, digo eu! Para que as nossas estatais não continuem sendo vilipendiadas, como foram no passado recente, por esse aparelhamento que nunca se viu no Brasil, que tomou conta das estatais brasileiras, porque as estatais não pertencem a nenhum partido político de plantão; pertencem à sociedade brasileira.

É claro que defendo a privatização, mas com critério, com transparência. Sobretudo, precisamos discutir o efeito e a consequência desses recursos que serão apurados nessas privatizações, até porque ampliar a privatização significa também estruturar melhor, a regulação dessas estruturas que são de fundamental importância para o nosso País. Então, a alocação desses recursos fruto dessas privatizações é muito importante.

E a vinculação de parte dos recursos da Eletrobras para que possamos investir na recuperação da Bacia do Rio São Francisco é algo de fundamental importância, senão daqui a pouco teremos uma bela obra de infraestrutura física, uma bela obra de engenharia para transportar o quê? Para levar nada a lugar algum. Essa será a tragédia se não olharmos para a recuperação das nossas matas ciliares, se não recuperarmos as nossas nascentes e o volume de água da Bacia do Rio São Francisco. E me solidarizo, Senador Otto, assim como os demais colegas, com V. Exª pela forma enfática e verdadeira com que traz essa contribuição.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para discutir, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Discutindo a privatização, nós precisamos discutir a alocação desses recursos. Essa alocação é fundamental.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem também, para discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pela ordem de inscrição, o Senador Caiado é o próximo.

Para discutir Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Lídice da Mata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu também quero, depois.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice, para discutir?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Lindbergh também, para discutir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, realmente o Senador Otto não só é conhecedor da matéria, é um estudioso da matéria. Já percorreu todos esses Estados. Mostrou hoje um conhecimento detalhado de cada afluente do São Francisco, a realidade em cada cidade, de cada cidadão do setor rural que depende dessa irrigação, também de como levar a água a todas essas cidades que dependem da via do São Francisco.

Essa realidade, Senador Otto, era algo muito ligado a uma situação do Nordeste. Hoje, no início do mês de setembro, eu, como goiano, de um Estado que a vida toda teve uma boa capacidade hídrica para atender às cidades, por ter rios perenes, que suportavam bem a seca... Estamos assistindo hoje, em Goiás, Senador, a uma realidade a que apenas assisti quando passava pelo Nordeste. Hoje Goiás está vivendo com caminhão-pipa para atender às cidades, coisa que nunca existiu em Goiás. Essa nunca foi a nossa realidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então o seu alerta nesse momento é realmente um compromisso além do Nordeste. É um compromisso de todos nós, que queremos para as próximas gerações ver um mínimo de condição de sobrevivência, seja do

um mínimo de condição de sobrevivência, seja do setor da agropecuária, seja o cidadão para poder ter condições até de viabilizar o seu dia a dia no setor urbano, sejam as indústrias que estarão sendo instaladas. Enfim, toda a economia de um País sabe muito bem a impossibilidade ou até de se instalar ou de avançar nessa escassez primária que é exatamente da água. Então, Sr. Presidente, o meu Estado de Goiás também vive uma situação dramática neste momento. Inédito! Nós não vivíamos isso, nós não conhecíamos isso. De repente, nos deparamos com essa realidade: a maioria das cidades do Norte e do Nordeste de Goiás já estão sendo ali alimentadas com carros-pipas. É algo que não era a realidade do Centro-Oeste brasileiro. Então, esse quadro está chegando com muita rapidez a todos os lugares.

O Rio Araguaia da mesma maneira que descreve o São Francisco, a importância que tem para Goiás, para Mato Grosso e também entrando aí na junção com o Tocantins e formando o grande rio – de tão volumoso – entrando pelo Pará, a situação do Araguaia no Tocantins também não é diferente. A cabeceira do Araguaia está totalmente destruída, o chamado Alto Araguaia. As mossorocas atingem lá a altura de mais de 20 metros de erosão, o assoreamento é completo, o leito do rio com deslocamento hoje de mais de um quilômetro daquilo que era o seu leito normal. Enfim, hoje a situação que se fazia normalmente no período de junho e julho, a caminhada e a descida com as embarcações pelo Rio Araguaia hoje não se faz de *jet ski*, hoje não se faz mais de *jet ski*. Não é mais da barca, não é mais da lancha. Hoje não se faz mais de *jet ski*. Acabou, secou o rio. Hoje, se atravessa o Rio Araguaia de caminhonete, pega-se uma caminhonete traçada e atravessa; a água não chega nem na porta da caminhonete.

Essa é a situação que estamos vivendo. Então, não só concordo e acho que nós temos que tomar atitudes aqui firmes, no convencimento de que cada um tem que pagar a sua parte, mas nós precisamos também fazer uma dotação orçamentária para que esses principais eixos principalmente dos grandes rios neste País tenham as suas cabeceiras preservadas e também os seus afluentes muito bem trabalhados com uma conscientização maior e uma política que o Senado Federal saberá alavancar e buscar uma parceria junto a todos os Estados e Municípios, junto à comunidade e a toda a sociedade brasileira.

Eu aplaudo essa iniciativa e cumprimento o Senador Otto Alencar por essa posição dele insistente, determinada desde o seu primeiro dia aqui nesta Casa e que convivo com a sua competência não só como meu colega ortopedista, mas como um exímio Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Caiado.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Senador Otto Alencar tem feito realmente sua voz ecoar em defesa do Rio São Francisco nesta Casa. Recebi e dou apoio, pelo menos da Bancada da Bahia, de forma também muito destacada.

Nós, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, tivemos a presença do Ministro da Integração Regional quando discutimos e estamos insistindo nessa tese da revitalização do Rio São Francisco. Estive também com o Ministro do Meio Ambiente quando discutimos as possibilidades dos corredores ecológicos e, agora, com o depoimento do Senador Caiado fica claro que

E, agora, com o depoimento do Senador Caiado, fica claro que há uma grave crise dos recursos hídricos neste País. São Paulo e Brasília são uma demonstração disso também. São Paulo, especialmente, com o destaque econômico que tem, surpreendeu a todos, há dois anos, com o apagão hídrico que viveu.

Portanto, isso revela a importância fundamental da questão de preservação dos recursos hídricos neste País. Ao dizer isso, também digo que é preciso preservar o meio ambiente, porque isso está totalmente vinculado a essas ações de meio ambiente muitas vezes combatidas no Congresso Nacional e nesta Casa como uma coisa menor. Na Câmara dos Deputados e nesta Casa, são questões tratadas como uma coisa possível de ser considerada em segunda instância.

No entanto, não devemos fazer uma vinculação total entre essa questão e a possível privatização da Eletrobras, com consequências graves também para o domínio das águas no Brasil, com consequências graves para a Chesf, com consequências graves para outras empresas do sistema Eletrobras.

Uma coisa são as questões que dizem respeito à preservação do Rio São Francisco, em que nós estaremos empenhados igualmente. Achemos que o Governo tem de, efetivamente, dar uma resposta a isso no Orçamento da União. O Senador Otto vem insistindo nisso. Nós já discutimos mais de uma vez com o Senador Romero Jucá como representante do Governo no Senado Federal, como Líder do Governo no Senado Federal. Corta-se de um lado, corta-se de outro, mas o que se diz ou o que se falava aqui, com a PEC 55, era que iam discutir os grandes investimentos nacionais e as grandes escolhas do Brasil. Até então, esse Governo não demonstrou, nem o outro, que a sua escolha era a revitalização do Rio São Francisco.

Agora, nós não podemos criar uma relação automática entre isso e a privatização da Eletrobras com todas as suas consequências nefastas para o sistema elétrico do Brasil e para as empresas que são coligadas a esse sistema, destacadamente a Chesf.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O nosso Partido, através da Fundação João Mangabeira, na semana passada ainda, fez uma discussão com o ex-Presidente da Chesf Dr. João Bosco, um reconhecido técnico, que não tem nenhuma posição, em tese, ideologicamente alinhada à postura contra privatizações, mas que deixou claro quais são os prejuízos grandes para a Nação brasileira, em particular para a Chesf e, portanto, para o Nordeste brasileiro, com essa privatização.

Portanto, quero aqui deixar minha posição diferenciada em relação a isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigada.

Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr.

Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero me associar aos demais Parlamentares que aqui já destacaram o papel muito importante que o Senador Otto Alencar tem desempenhado nesta Casa no que diz respeito ao tema específico da questão da revitalização do Rio São Francisco. Ele tem feito isso, de fato, com muita propriedade. Com muita legitimidade, faz um chamamento muito importante.

faz um chamamento muito importante, até porque se a gente não cuidar da vida do São Francisco, Senador Tasso Jereissati, ele não vai poder dar vida ao Ceará, ao Rio Grande do Norte, à Paraíba, a Pernambuco, no que diz respeito a garantir o acesso a algo fundamental, que é exatamente a água.

Então, mais uma vez aqui quero parabenizá-lo. Já tenho conversado com V. Exª a respeito. Na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aqui do Senado, nós temos também priorizado esse debate em razão da sua relevância. A situação do Nordeste é muito crítica. Ainda na sexta-feira – não é, Senador Garibaldi Filho? –, nós estivemos lá na comunidade de Barra de Santana, lá no Jucurutu, no Seridó norte-rio-grandense, tratando de uma obra extremamente importante, que é a Barragem de Oiticica. E o fato é que o Nordeste vive um período muito dramático. O Rio Grande do Norte enfrenta mais de cinco anos consecutivos de seca. Os nossos maiores reservatórios hídricos estão em situação de colapso. A capacidade hídrica dos nossos maiores reservatórios está abaixo de 19%. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é o maior reservatório hídrico que o Rio Grande do Norte dispõe, entrará em colapso morto a partir de dezembro.

Por isso, Senador Tasso Jereissati, há uma necessidade imperiosa de conclusão do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco. Por isso, é que nós temos dado prioridade, cumprido com o nosso papel, com o nosso dever. Essa obra foi retomada. Nós demos a nossa contribuição. Fizemos a Caravana das Águas, percorremos os quatro Estados para que esse apelo chegasse ao Supremo Tribunal Federal e a Ministra Cármen Lúcia tivesse a sensibilidade, que ela terminou tendo, e desse um parecer favorável para que, enfim, a questão da judicialização fosse superada, e a obra fosse retomada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Recentemente, o Ministro Hélder esteve na nossa Comissão e lá cobrávamos: "Quando é que as águas chegarão ao Ceará? Quando é que elas chegarão à Paraíba? Quando é que elas chegarão ao Rio Grande do Norte?" E o Ministro colocou lá claramente que todo o esforço está sendo feito para as águas chegarem ao Ceará em janeiro, e 90 a 120 dias depois chegarem à Paraíba e depois ao Rio Grande do Norte. Só que para tanto nós precisamos, por exemplo, que seja feita a desobstrução do Rio Piranhas-Açu. Isso porque quando as águas chegarem ao Rio Grande do Norte, que é o último Estado, elas não entrarão por estações elevatórias. Elas entrarão pelo leito do rio e o leito do Rio Piranhas-Açu, assim como o do São Francisco, está obstruído e precisa, portanto, ser desobstruído. Daí nosso apelo a ele para que, paralelamente à obra, Senador Garibaldi Filho, seja feita a desobstrução. Assim também deve ser feito com o Ramal Apodi-Mossoró para que as águas do São Francisco, quando chegarem ao Rio Grande do Norte, não beneficiem apenas a metade da população. É preciso levar água para Mossoró, para Pau dos Ferros; ou seja, para a região oeste, para o médio oeste, até o alto oeste. Esse canal, esse ramal precisa ser feito. Felizmente, o Ministro, naquela ocasião, apresentou o projeto executivo e já solicitou ao Governo Federal um crédito de R\$370 milhões para que se possa, no início do próximo ano, uma vez o Orçamento aprovado,

para que possa, no início do próximo ano, uma vez o orçamento aprovado, com a garantia desses recursos, dar início ao processo licitatório, assim como na Paraíba, por exemplo, precisa ser feito lá o Canal Piancó-Coremas.

Então, eu quero concluir dizendo que tudo isso é fundamental, essas obras que fazem parte, eu não chamo nem de obras complementares. Na verdade, o Ramal Apodi-Mossoró faz parte do projeto do São Francisco. Oitica faz parte do projeto do São Francisco, que precisa ter a garantia do Governo Federal de R\$240 milhões para que ela seja entregue no prazo previsto ao povo do Seridó e ao povo do Rio Grande do Norte. Isso era um sonho de mais de 50 anos, que nasceu no PAC, na época do Governo da Presidenta Dilma, e agora é nosso papel cobrar, exatamente, a conclusão.

Então, eu quero dizer que tudo isso só terá funcionalidade se de fato for feito aquilo para o que o Senador Otto Alencar chama a atenção aqui, que é cuidar do rio. E, aí, Senador Tasso Jereissati, me permita ainda aqui adiantar dois aspectos.

Quando a gente fala de cuidar da revitalização do São Francisco, tudo bem, têm os aspectos técnicos do desassoreamento etc., e tal, a calha, mas é preciso levar em consideração dois aspectos: primeiro, o tratamento de resíduos sólidos, e a questão do saneamento ambiental. Sabe quantos Municípios por onde passam as águas do São Francisco têm saneamento ambiental? Um número ínfimo, e o senhor há de convir que isso são tarefas providenciais para poder não poluir o rio, e V. Ex^a sabe que os Municípios não têm condições de arcar com os custos dos resíduos sólidos, que é o lixo, assim como com relação à questão do esgotamento sanitário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É preciso que esse programa que o Governo tanto alardeou de Novo Chico – Novo Chico –, R\$7 bilhões, esse dinheiro tem que aparecer e esse dinheiro, repito, dado o caráter estratégico que é o São Francisco, são 398 Municípios, 12 milhões de nordestinos que já pagaram um preço grande pelo quanto sofreram, e eu sei o que é isso, porque eu não conheço a seca de livro de história não, Senador Garibaldi Filho, conheço a seca pelos livros de história não. Eu conheço é no dia a dia, pelo quanto eu sofri na pele lá, na cidadezinha de Nova Palmeira, lá, no Seridó paraibano, e eu sei as consequências impiedosas dela.

Por isso que é sempre justo lembrar o papel determinante, ousado, de estadista, que o Presidente Lula teve, de enfrentar o que ele enfrentou e ter tirado exatamente esse projeto do papel, a Presidenta Dilma, por ter dado continuidade, e, agora, o Governo exatamente para a sua conclusão.

Então, eu quero terminar, dizendo da importância, sem dúvida nenhuma, da questão da revitalização e dizendo que agora, em outubro, dando continuidade ao debate pela conclusão da integração do São Francisco, nós vamos realizar mais uma jornada de audiências públicas, Senador Garibaldi Filho, lá, em Apodi, com o foco no Ramal Apodi-Mossoró, e em Açu, com o foco na desobstrução do Rio Piranhas-Açu, e vamos para Paraíba também, lá, em Coremas, para tratar do Canal Piancó-Coremas.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigada, Senadora Fátima.

A palavra com o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o trabalho do Senador Otto Alencar nessa luta difícil, mas persistente de revitalizar o nosso São Francisco.

Eu tenho clareza de que, se não revitalizar o nosso São Francisco.

Eu tenho clareza que, se não fosse a integração das águas do São Francisco, este debate estaria num patamar muito inferior. A integração, com esse projeto que beneficia mais de 12 milhões de pessoas, traz um conjunto de atores sociais que até então não estava engajado na tese da revitalização do São Francisco. Hoje, um terço da população brasileira vive naquela região, e este Rio é fundamental para a nossa economia, para a nossa vida e para a nossa sobrevivência.

Como o Estado do Ceará é o Estado que mais necessita de água, seja por conta do nosso território, que é um território bastante seco, não temos rios permanentes, são todos temporários... Ali o Senador Tasso Jereissati, quando Governador, ao lado dos movimentos sociais, criou a política dos Comitês de Bacias, com muitas dificuldades na sua fase inicial, muita incompreensão, mas hoje deixa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

claro que aquela iniciativa foi decisiva para que nós pudéssemos atravessar cinco anos de muita seca, e essa experiência da gestão do Comitê de Bacias está sendo intensificada em toda a Região Nordeste, em todo o Brasil.

Essa é uma das iniciativas que eu reputo muito importante para que nós possamos conviver com a pouca água que nós temos e, ao mesmo tempo, dar uma tratativa melhor.

Nós assistimos também, ao longo desse período, a duas outras grandes iniciativas: uma foi a vinculação de parte dos *royalties* de energia do São Francisco, no processo de saneamento básico daquelas cidades.

Lamentavelmente, como esses recursos não eram apartados, eles foram incluídos no orçamento diário de cada Município, estão sendo consumidos e não foi feito saneamento básico.

Eu acredito que nós deveríamos retomar esse debate da finalidade última dos *royalties* do setor energético para que nós pudéssemos ter uma fonte permanente de custeio do saneamento básico, porque a dificuldade não é fazer o saneamento, é a sua manutenção posterior. E V. Ex^a, quando foi Governador, Senador Tasso Jereissati, presenciou de perto isto: em algumas bacias do Jaguaribe e de outras barragens nossas foi feito o saneamento básico, mas, depois, a prefeitura não teve condições de mantê-lo.

Portanto, eu acho que, quanto a esse item saneamento básico ao lado da revitalização do Rio, nós precisávamos pensar em concluí-lo e, ao mesmo tempo, ter uma fonte permanente de custeio. Podem ser os *royalties* como está previsto na Constituição? Podem ser. São suficientes? Esse é um debate que a CAE e o Senado Federal poderiam fazer para nos ajudar para que, a partir de 19, isso tivesse uma estruturação melhor.

Nós também incluímos, Sr. Presidente, no art. 42 das Disposições Transitórias, através da Emenda Constitucional 89, de 2015, prorrogando por 40 anos a vinculação de recursos para a parte de irrigação. E aqui há uma outra fonte, em que, historicamente, nós não temos trabalhado no Orçamento da União. Não prevê percentual, prevê a fonte e determina que, no mínimo, 50% desses recursos vão para o Semiárido onde está o nosso São Francisco e a grande parte irrigada.

Eu acredito que nós também poderíamos, Sr. Presidente, dar uma estudada melhor neste art. 42, que já tem a previsão, e como vincular a revitalização dos nossos rios, e aí dando uma prioridade a partir do São Francisco, incorporando outros.

a prioridade a partir do São Francisco e incorporando outros. E teríamos aqui, dentro dessa preocupação de fonte permanente, que o Senador Otto Alencar nos traz, uma forma também de fazer uma vinculação constitucional.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, por último, nós assistimos, em face do alto custo do dinheiro, sobrar recursos dos fundos constitucionais, em especial no nosso FNE. O Governo, nessa escassez de recursos, está pegando R\$2 bilhões do FNE para financiar o Fies. Tudo bem; mas o Fies poderia ter, nos recursos do BNDES, essa fonte.

E nós poderíamos, numa grande articulação na Região Nordeste, envolvendo os 27 Senadores, os 9 governadores, a nossa Sudene e esse projeto a que o Senador Otto aqui faz referência e no qual trabalha muito, trazer esses recursos que sobram do FNE, para evitar desvio para outras finalidades, e investir na revitalização do nosso Rio. Sobrou, no ano passado, R\$1,5 bilhão; a previsão, neste ano de 2017, é de que sobra mais de R\$1,5 bilhão por falta de projetos em face do custo do dinheiro. Projetos existem, mas como o dinheiro está muito caro, quem tomar esse dinheiro emprestado termina inviabilizando o retorno, seja na área da indústria, do agronegócio ou no setor de serviços.

Eu acredito, Senador Otto, que nós poderíamos fazer um trabalho minucioso de vinculação constitucional e de fontes permanentes, e não vincular as privatizações, até porque elas podem, em parte, ser frustradas ou insuficientes, como foi feito com as privatizações dos anos 90. E, nos anos 90, nós tínhamos estatais muito mais robustas economicamente do que agora, em 2017.

O fato é que nós precisamos nos debruçar sobre esse tema. Para nós do Nordeste setentrional, é a nossa vida a água. Consequentemente, sem São Francisco não há interligação de bacias.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Tasso, eu quero me somar aqui aos Senadores desta Comissão que se referiram ao Senador Otto Alencar, que, quando fala da revitalização do São Francisco, fala com paixão, fala com conhecimento de causa. É uma das pessoas do País que mais o conhece; conhece todo o Rio São Francisco, o Velho Chico. Então, eu quero me somar a essa posição da Comissão de Assuntos Econômicos em relação ao Senador Otto Alencar.

Quero dizer que concordo com o Senador Otto Alencar: há a transposição, mas temos que nos concentrar, agora, na revitalização do São Francisco. Eu até conversava com ele que ele tem que conversar com o Presidente Lula, porque eu conheço a paixão do Presidente Lula pelo Nordeste. Eu estive com ele, inclusive, na Paraíba agora, porque eu sou Senador pelo Rio de Janeiro, mas eu sou paraibano. Meu pai é do Cariri, de Serra Branca, que é vizinha a Sumé, Monteiro. E o Senador Otto falava aqui há pouco: na Paraíba, calcula-se que a pessoa, por ano, precisa de 900 metros cúbicos de água. A Paraíba tem 40% disso. E eu estive agora com ele em Campina Grande, quando acabou o racionamento de Campina Grande.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A transformação com a transposição do Rio São Francisco é muito grande, mas não basta. Temos que ir para a segunda etapa agora, que é um projeto consistente de revitalização do Rio São Francisco.

O que eu acho, já que o debate aqui acabou misturando isso com a discussão sobre a privatização, é que eu estou convencido de que a privatização da Eletrobras é um grande erro. Primeiro, Senador Otto, eles não vão deixar vir nenhum centavo para a revitalização do São Francisco, porque todo mundo sabe que o objetivo

nenhum centavo para a revitalização do São Francisco, porque todo mundo sabe que o objetivo do Governo, quando apresenta esse pacote de privatização, é simplesmente resolver a situação do superávit, diminuir o déficit fiscal de 2018. Estão fazendo às pressas.

Eu sou contra privatização, mas eu já vi defesa de pessoas que defendem a privatização num outro modelo, no modelo em que falasse em sustentabilidade, mas aqui não, é para botar caixa para dentro. Estão calculando 20 bi, que são 12 dias de pagamento de juros da dívida. É um equívoco fazer isso desse jeito.

Eu falo em segurança energética. Nós precisamos ter planejamento. Sem a Eletrobras, nós não vamos ter planejamento se tudo estiver nas mãos da iniciativa privada, com a busca do lucro ali na hora. Não haveria o Luz para Todos se não fosse a Eletrobras. Qual é a empresa privada que ia investir no Programa Luz para Todos? O Senador Garibaldi é do Nordeste e sabe a importância desse programa. Não haveria o Luz para Todos sem a Eletrobras, se não fosse uma empresa estatal.

Eu chamo atenção aqui até para a gestão das águas. Veja, no Nordeste, a Chesf tomou uma decisão nesse último período, que era de priorizar o abastecimento humano por causa da seca, priorizar o abastecimento humano, não a produção de energia. Uma empresa privada não faria isso. Teríamos aumento. Essa história de dizer que, com a privatização da Eletrobras, não vai haver aumento de energia elétrica é uma balela gigantesca. Vai haver aumento, sim.

Eu tenho outro requerimento, Senador Tasso Jereissati, e, ao final da reunião, vou apresentá-lo. A gente já fez um chamando os ministros da área, mas fazer também uma audiência pública chamando especialistas com posições diversas sobre esse tema eu acho que é fundamental.

Agora a transposição dos São Francisco, de fato, é uma obra grandiosa, como falou a Senadora Fátima Bezerra. Nós estamos falando aqui de 12 milhões de pessoas beneficiadas, 938 Municípios.

Eu acho que o Senador Otto aqui, com essa sua cruzada, essa sua batalha, fala com paixão, fala com amor sobre o tema e indica que, de fato, a transposição só, se não for feita a revitalização do São Francisco, é insuficiente. Senador Otto, conte conosco, como aliados nessa batalha. Este Senador do Rio de Janeiro, que tem preocupação com o Nordeste, quer estar junto do senhor e deste Senado Federal para construir um caminho em que seja possível a revitalização do São Francisco.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Tasso, eu queria só fazer um adendo aqui ao que o Senador Lindbergh Farias falou.

Na extensão da Bacia do Rio São Francisco, há nove hidrelétricas. A Hidrelétrica de Três Marias ontem só estava com uma turbina funcionando, porque não há água. Está faltando água para consumo humano à jusante da barragem. Para V. Ex^a ter ideia, a vazão afluyente é a vazão que está entrando na barragem, é o que está chegando na barragem, e a vazão defluente é o que está saindo da barragem. Ontem Três Marias estava com vazão afluyente zero, ou seja, todos os rios que alimentam Três Marias não estavam botando água nenhuma. Estava com 18% do volume útil e soltando 200m³ para as populações à jusante da barragem terem o direito de beber água. Não é irrigar mais não, porque já acabou.

Então, a situação do Rio São Francisco e de suas nove hidrelétricas... Você chega à Bahia e há Sobradinho, há Paulo Afonso I, II, III e VI, há Itaparica e há Xingó. Se todas essas hidrelétricas forem para a privatização, ninguém vai comprar com o rio sem água, absolutamente. Como é que se vai comprar

sem água. Absolutamente... Como é que se vai comprar uma hidrelétrica sem um rio fornecendo água para gerar energia? Não há como. Aqui no projeto, não se fala em privatização do Rio São Francisco, mas essas hidrelétricas podem perfeitamente ser privatizadas. Agora, o rio é de domínio do Estado, é de domínio da União. Por exemplo: nós temos uma barragem na Bahia, chamada Barragem de Pedra do Cavalo. Eu era Secretário de Indústria e Comércio. Uma empresa construiu uma pequena hidrelétrica nessa barragem para quando – o projeto era assim – tivesse água suficiente para fazer a geração de energia. Então, quando a barragem enche e dá condição de sangrar, ele produz aquela mínima energia para as suas empresas ali perto. Portanto é o modelo. Não é pegar, privatizar e entregar, não. É o modelo! É o modelo de alguém que tome conta de uma hidrelétrica e a faça funcionar bem. E pegue esse dinheiro, esses recursos e jogue num fundo de revitalização do rio. Só há essa saída. Ou então o Governo Federal se dispor a colocar um bilhão por ano, durante dez anos, com alguém que, sentado no Ministério da Integração ou na Codevasf, aplique o dinheiro e não o desvie, como foi desviado. No governo do Presidente Lula, ele colocou dinheiro para a revitalização, mas, Senador Tasso Jereissati, de 47 cidades da Bahia, só três tiveram o saneamento básico concluído. De todas as outras, o dinheiro foi desviado ou mal aplicado, como ocorreu em todas as cidades de Minas Gerais e da Bahia.

Somente dois Estados estão produzindo água para o Rio São Francisco. São Minas e Bahia. E a Bahia só tem três rios agora: o Rio Carinhanha, o Rio Corrente e o Rio Grande, que vem lá de Barreiras, formado pelo Rio Formoso e pelo Rio Preto. Então só três rios da Bahia estão fornecendo água. Na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

margem esquerda do Rio São Francisco, na Bahia, os rios morreram todos. Morreram Santo Onofre, Paulista e Itaguaçu, o Rio Jacaré e o Rio Paramirim.

O Rio Paramirim desembocava na cidade de Morpará. Nunca mais... Faz seis anos que não joga uma gota em Morpará, cidade à margem direita do Rio São Francisco, Senador Tasso Jereissati. Do outro lado está Torrinha, onde fiz uma estrada. Eles atravessavam de canoa. Não podem mais atravessar. Podem atravessar montados a cavalo, mas de canoa, não, porque há um banco de areia dentro do rio, de nove quilômetros, que sai de Morpará até Barra do São Francisco. O cara tem que pegar a canoa, rodear lá por cima e voltar. Há um banco de areia de nove quilômetros.

O Exército brasileiro tem experiência nisso, já fez uma revitalização de mais ou menos 20 quilômetros perto da Barra do São Francisco. Pegue o dinheiro, esses 10 bi, e bote para o Exército fazer, para a Marinha fazer, porque ali ninguém vai desviar. Pode ter certeza absoluta. Eu sou totalmente pela democracia, rejeito qualquer regime que não seja feito pelo povo, mas digo com toda a convicção: o Exército brasileiro e a Marinha podiam muito bem tomar conta de todo o trabalho de revitalização do Rio São Francisco. E dariam conta em dez anos, aplicando um bilhão por ano.

Esse é um projeto que todos sabem, conhecem. Nos Estados Unidos, quem faz o gerenciamento hídrico do Rio Tennessee é o Exército americano. Por que não o nosso Exército, com o 7º BEC na Paraíba, o seu Estado, com o 4º BEC na Bahia, que já têm *expertise* nisso? O que falta, sabem o que é? É um brasileiro presidente da república que entenda que água é a coisa mais importante que pode existir, que botar 7 bi Que água é a coisa mais importante que pode existir, que botar R\$7 bi no Rio São Francisco dá uma resposta ao povo brasileiro, e que botar R\$7 bi na conta da JBS é desvio de recurso, é roubalheira, é corrupção, como fez esse bandido que está aí, chamado Joesley Batista, que é um grande bandido, um grande canalha, que pegou R\$7 bi do BNDES, com juros subsidiados para aplicar em benefício próprio, e não em benefício do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senador Armando, queria dar uma palavra ainda? Não?

Eu gostaria de fazer uma sugestão. Eu gostaria de fazer uma sugestão.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto, eu gostaria de fazer uma sugestão sobre esse tema. O Presidente Fernando Henrique criou a ANA (Agência Nacional de Águas), que supostamente é para ter o grande centro de estudos do problema hídrico no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu posso terminar? Eu gostaria de sugerir que o superintendente, o Presidente da ANA, viesse aqui a esta comissão discutir conosco e dar um retrato não só do Rio São Francisco, mas me impressionou muito, Senador Armando, o depoimento do Senador Caiado. Eu nunca esperei ouvir que Goiás estava com carro pipa, que é uma mazela histórica na instituição nordestina que nos envergonha sempre, e agora em Goiás também. Então, eu gostaria de fazer essa sugestão, se todos os senhores concordarem, para a próxima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Tasso! Senador Tasso, eu quero subscrever sim, e só me associar a V. Exª, porque eu acho que é uma iniciativa oportuna, e socializar aqui com os demais que na Comissão de Desenvolvimento Regional, como nós escolhemos como política pública a ser avaliada no ano de 2017 o tema de infraestrutura hídrica no Norte e no Nordeste, nós também aprovamos uma série de debates com a ANA (Agência Nacional de Águas) pelo quanto ela tem a contribuir com esse debate. Inclusive, digo a V. Exª que, se for necessário ou oportuno, podemos até fazer em conjunto a Comissão de Desenvolvimento Regional com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Perfeito.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Tasso, eu gostaria de solicitar a V. Exª, se fosse possível, que V. Exª designasse como Relator o Senador Lindbergh, para um projeto de minha autoria, que trata da questão da política do livro. É o Projeto de Lei nº 49, de 2015. Já está aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, se for possível designar-se o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com certeza faremos isso, Senadora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 16, não terminativo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei.

Autoria: Senador Omar Aziz**Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço**Relatório:** Favorável ao projeto**Observações:**

1. Em 08/08/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sou Relator do projeto nº 15;

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, mas agora vai o 16.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em seguida...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então eu abro mão. Eu abro mão. O Omar Aziz é meu Líder. É meu Líder. Omar Aziz O Omar Aziz é o meu Líder, é o meu Líder. Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...aplicação de suspensão de transferências voluntárias, contantes desta lei.

Autoria: Senador Omaz Aziz.

Relator: Ricardo Ferraço.

O relatório já foi lido. A discussão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Já foi lido, foi dada vista coletiva. É votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria está em votação.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável da CAE.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu quero agradecer... Sr. Presidente, eu quero agradecer o relatório do Senador Ricardo Ferraço, quero agradecer os meus pares, Senadores e Senadoras. É um importante passo para que nós possamos ajudar a segurança pública em todo território brasileiro.

O Governo Federal, muitas vezes, não repassa recursos para os Municípios, alegando inadimplência dos Municípios. Agora mesmo, tomaram posse mais de 5 mil prefeitos pelo Brasil afora. Muitos deles não continuaram, assumiram em lugar de outro, e os outros deixaram o Município com o prejuízo de inadimplência, o que afeta a segurança pública, porque esses Municípios não podem captar recursos do Governo Federal.

Quero agradecer ao Senador Ricardo Ferraço. É uma prioridade do povo brasileiro. Hoje você, a qualquer momento, assiste a uma televisão e observa que a insegurança campeia o Brasil. Por isso, essa regra não valerá mais caso os Municípios procurem recursos para a área de segurança pública.

Eu espero que seja aprovado em plenário o mais rápido possível e que seja encaminhado à Câmara dos Deputados.

Eu pediria urgência para colocar em plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Omar Aziz.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Portanto, entra em urgência o Projeto nº 447, do Senador Omar Aziz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Projeto 247, desculpem-me.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2015

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar a exigência, por parte das instituições financeiras operadoras do crédito rural, de garantias reais em valores superiores a cento e trinta por cento do crédito concedido.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Senador Otto Alencar com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Senador Tasso Jereissati, agradeço a V. Exª e concordo com o chamamento de uma audiência pública com a ANA, embora não seja uma agência que vá na ponta para fazer a execução física das obras. Eu sugeri aqui o Exército Brasileiro, que já tem *expertise*, o que seria um bom caminho.

Mas este projeto do Senador José Medeiros, eu conversei com ele pessoalmente, conversei também com produtores rurais, com pessoas que tomam recursos do sistema financeiro para crédito, o projeto dele é para que a parcela que seja colocada em alienação seja de 30% do valor da propriedade. Isso dificultaria muito a tomada de crédito nos bancos. Então modificaria completamente essa relação, e até o próprio Senador José Medeiros entendeu isso e concordou com que continuássemos como estamos, com a mesma lei.

Portanto, o nosso voto, depois de ouvir várias vezes os interessados, é pela rejeição do projeto do nobre Senador José Medeiros, que entendeu, realmente – eu conversei com ele, não estou fazendo absolutamente nada

Senador José Medeiros – eu conversei com ele; não estou fazendo absolutamente nada a revelar e sem a audição do próprio autor do projeto –, que entendeu realmente que o projeto poderia dificultar essa tomada de crédito pelos produtores rurais.

Portanto, meu voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica encerrada a discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senador Cidinho, existe aqui um... O item 6 é um ofício da Seplan, que é relatado pelo Senador José Serra. V. Exª aceitaria ser o Relator *ad hoc* do Senador José Serra?

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 15, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do § 1º do artigo 28 da Lei Federal 11.079, de 2004, documentação pertinente às cópias dos contratos e anexos, bem como a Nota Técnica contendo os estudos, informações e demonstrativos relativos ao processo de contratação de parceria público-privada pelo Governo do Estado de São Paulo, da Concessão Patrocinada para prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 18 - Bronze da Rede Metroviária de São Paulo.

Autoria: Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo

Relatoria: Senador José Serra

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O.k., Presidente.

Relatório.

É submetido ao exame desta Comissão o Ofício "S" nº 15, de 2014, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, que encaminha, nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, cópias dos contratos e anexos, dos estudos e das informações relativas à contratação da parceria público-privada, pelo Governo do Estado de São Paulo, sob a modalidade de concessão patrocinada, para prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 18 – Bronze da Rede Metroviária de São Paulo.

A PPP em exame, Linha 18 – Bronze da Rede Metroviária de São Paulo, objetiva a interligação da região do ABC ao sistema metroferroviário da região metropolitana de São Paulo, compreendendo um traçado de 15,7 km entre a Estação Tamanduateí, localizada na capital, e Djalma Dutra, em São





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bernardo do Campo, com 13 estações elevadas, um pátio de estacionamento e de manutenção, dois terminais de integração intermodal e frota inicial de 26 trens.

A licitação foi conduzida nos termos da Concorrência Internacional nº 3/2013, sagrando-se vencedor o Consórcio ABC Integrado, formado pelas empresas Primav Construções e Comércio S/A, Construtora Cowan S/A, Encalso Construções Ltda. e Benito Roggio Transportes S/A, com o valor da contraprestação anual de aproximadamente R\$ 316 milhões.

O projeto originou-se por intermédio de proposição pública, encaminhada pela Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos, sendo acolhida na 43ª Reunião Ordinário do Conselho Gestor do Programa de PPP, realizada em 11 de dezembro de 2011.

A modelagem final da licitação continha as seguintes características básicas, na data-base de agosto de 2013:

- prazo contratual: 25 anos, sendo quatro anos para implantação e 21 anos para operação da linha;

- custo dos investimentos: R\$4,263 bilhões;

- custo de operação: R\$163,5 milhões por ano;

- desapropriações e reassentamentos: estimado em R\$ 407

milhões;

- aporte de recursos públicos: R\$ 1,276 bilhão (PAC 2 Cidades, via BNDES); R\$ 400 milhões (via Orçamento Geral da União); e R\$ 252,3 milhões (via Tesouro estadual);

- tarifa de remuneração da Sociedade de Propósito Específico (SPE): R\$ 1,60 por passageiro (data base: fevereiro de 2013);

- estimativa de

R\$1,60 por passageiro, data base: fevereiro de 2013; estimativa de demanda base: 342 mil passageiros por dia; receita tributária: R\$172,5 milhões; receitas acessórias: 5% da remuneração tarifária; contraprestação estimada: R\$300,5 milhões por ano; receita anual média: R\$473 milhões; e taxa interna de retorno: 8% ao ano; estrutura de capital próprio assumida como hipótese: 70% de capital próprio da SPE a ser constituída e 30% de financiamentos.

Ao exame da minuta do contrato da PPP, destacamos a definição clara do objeto, dividido em duas fases progressivas, referentes à execução da infraestrutura e à operação dos serviços públicos de transportes; o Anexo VIII e demais cláusulas relativas a desapropriações e reassentamentos; os sistemas de arrecadação da tarifa de remuneração, na forma de uma câmara de compensação entre





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

operadoras e gestoras do transporte público; e as demais cláusulas usuais desse tipo de documento, relativas a vigência e prazos, remuneração, pagamentos, aporte de recursos e reajustes, obrigações e responsabilidades da concessionária e do poder concedente, fiscalização, receitas acessórias, mensuração de desempenho, mitigação dos riscos, procedimentos para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, garantias, penalidades e terceirizações, entre outras.

São encaminhados ainda demonstrativos que tratam do cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na referida lei, aspectos esses diretamente determinantes do encaminhamento da presente PPP a esta Casa.

A matéria foi distribuída à CAE, onde fui designado Relator *ad hoc*.

Na forma do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

Análise.

A Lei 11.079, de 2004, instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. Em seu art. 28, determinou-se que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que contratarem empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas encaminharão, ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para a verificação do cumprimento dos limites e parâmetros nele estabelecidos.

Do ponto de vista das finanças públicas, as PPPs envolvem contraprestações financeiras que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado. A propósito, em conformidade com a autonomia política, financeira e administrativa constitucionalmente assegurada aos entes da Federação, o controle de suas repercussões sobre as finanças públicas estaduais e municipais não compete ao Senado Federal, mas sim aos próprios entes.

Portanto, para esta Casa, as PPPs dos entes subnacionais não diferem de outros atos que os levem a criarem despesas permanentes ou a expandirem os serviços prestados diretamente. Assim, uma vez constituídas as novas despesas, cabe aos tesouros dos governos envolvidos proverem, nos exercícios subsequentes, a adequada cobertura orçamentária.

Nesse contexto, não compete ao Senado Federal aprovar ou não as contratações de PPP pelos entes subnacionais. Todavia, no caso específico das despesas permanentes oriundas das PPPs, entendeu-se, nos termos definidos na referida lei que as regulamenta, que a elas deveriam ser aplicados limites, por considerá-las como uma forma indireta e assemelhada de endividamento público. Elas comprometem, e de forma continuada, por um longo período, as receitas do setor público.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ressalte-se, justamente pela capacidade que as PPPs têm de elidir o monitoramento da Secretaria do Tesouro Nacional, do Senado Federal e do Conselho Monetário Nacional, que são instâncias que tratam do endividamento público, a Lei 11.079, de 2004, no art. 28, fixou limites prudenciais de comprometimento da receita corrente líquida com as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto de PPP contratado.

Assim, o total das despesas realizadas com o conjunto de PPP já contratado pelo ente, em um ano anterior ao do exercício em curso, não poderá exceder a 5% da receita corrente líquida projetada para esse mesmo exercício; ou as despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes não podem exceder a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios. A extrapolação de qualquer uma dessas

...para os respectivos exercícios. A extrapolação de qualquer uma dessas limitações veda a concessão de garantia e de transferência voluntária pela União à unidade federativa concedente do serviço público.

O Ofício "S" nº 15, de 2014, ora analisado, cumpriu a exigência de informar esta Casa acerca da contratação, pelo Estado de São Paulo, da parceria acima referida e seu impacto nas despesas do Estado, inclusive, considerando as já contratadas.

A observância dos limites de contratação de PPP, estabelecidos no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, foi o objeto da Nota Técnica Especial – GS/UPPP nº 2, de 2014.

De forma similar ao procedimento adotado em outros casos, foram computados dois cenários (menor e maior ocupação dos limites) para dois conjuntos de projetos de PPP, relativos ao então estágio atual do Programa de PPP do Estado de São Paulo e à carteira potencial do referido programa, na qual foram listados 22 projetos.

Todas as quatro estimativas calculadas apresentaram níveis consideráveis de conforto na observância dos limites, concluindo-se, sem prejuízo da competência da Secretaria do Tesouro Nacional para averiguar a capacidade de endividamento e de recebimento de transferências voluntárias dos entes federados, pelo enquadramento do Programa de PPP do Governo do Estado de São Paulo nos limites estabelecidos no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

Em suma, os estudos, as informações e os demonstrativos então disponibilizados pelo Estado de São Paulo trataram, além de outros aspectos, do impacto das despesas envolvidas na parcerias público-privadas do Estado, das já contratadas e daquelas em processo de contratação, e demonstraram, ainda que de forma preliminar, como enfatizado, que o Estado atende as exigências do art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 – Lei das Parcerias Público-Privadas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ressalte-se que os referidos limites não são empecilhos a que Estados e Municípios continuem a contratar novas PPP's. Trata-se, tão somente, de desestimular eventuais excessos pelos atuais gestores públicos, em prejuízo da gestão orçamentária dos futuros governos estaduais e municipais.

Dessa forma, os pareceres desta Comissão sobre a matéria buscam, fundamentalmente, conhecer o comprometimento das receitas públicas disponíveis com despesas em PPP e, em cumprimento à determinação expressa no art. 28 da referida Lei nº 11.079, de 2004, estar ciente sobre a existência de impedimentos à concessão de garantia e de transferências voluntárias da União a Estados e Municípios. Tomado conhecimento da matéria, o parecer concluirá pelo seu arquivamento, com o envio de cópia da deliberação correspondente à Secretaria do Tesouro Nacional.

Voto.

Diante do exposto, manifesto meu voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº 15, de 2014, por esta Comissão de Assuntos Econômicos e seu posterior arquivamento, bem como pela comunicação desta decisão ao Ministério da Fazenda.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cidinho, como Relator *ad hoc* do Senador José Serra.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 10...

Item 10, da Senadora Lúcia Vânia, o PLS nº 122, de 2013.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2013

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH.
2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDH-CE.
3. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O Senador Lindbergh nos fará a gentileza de ser o Relator *ad hoc* para este projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para proferir parecer.) – Muito obrigado, Presidente.

Rapidamente, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2013, da Senadora Lúcia Vânia, que dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.

É submetido a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 122, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, com ementa em epígrafe.

A proposição, composta de seis artigos, prevê que a União incentivará, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a entrega direta de recursos às famílias beneficiárias do Bolsa Família para compra de material escolar.

Os recursos seriam usados, por meio de cartões magnéticos na modalidade "débito", em estabelecimentos comerciais previamente credenciados. Os aportes em favor dos entes subnacionais dar-se-iam mediante a assinatura de convênios entre esses e o Governo Federal.

Trata-se, portanto, de proposta de cunho autorizativo, uma vez que os convênios se prestam à viabilização de transferências voluntárias, como regulamentado pelo art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Análise.

De acordo com o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação ao mérito, destaco que o Bolsa Família tem uma importância fundamental no combate à pobreza e no processo de inclusão educacional. Ao estimular o desenvolvimento de programas que busquem garantir o acesso ao material escolar de crianças e adolescentes integrantes de famílias beneficiadas pelo recém-citado Programa, o PLS 122, de 2013, fortalece as políticas de assistência social e de inclusão educacional, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático.

Antes de entrar no voto e rapidamente encerrar, quero trazer aqui a minha preocupação com o Programa Bolsa Família. Nos últimos 12 meses, 1,2 milhão saíram do Programa. Está havendo uma reclamação grande por todo o País.

Há uma fila de 500 mil pessoas no Programa Bolsa Família, que não são chamadas. E o Governo decidiu não reajustar o Bolsa Família neste ano, o que é um equívoco tremendo na situação de crise econômica que a gente vive.

Falo tudo isso, porque me preocupa o Brasil voltar ao mapa da fome. Infelizmente, estamos voltando ao mapa da fome. Neste ano são mais de 3,5 milhões de pobres.

Eu encerro, Sr. Presidente, sem querer me alongar, com a preocupação com o Orçamento de 2018. Fiz uma denúncia ontem, no plenário. O Orçamento de 2018 está excluindo os pobres – vou fazer outro pronunciamento hoje – nas mais diversas áreas. É uma política deliberada do Governo. E a gente sabe que este País cresceu, quando incluiu os pobres no Orçamento.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2013, e das Emendas nº 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação o relatório da Senadora Fátima Bezerra, com o relatório *ad hoc* do Senador Lindbergh.

As Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 da CDH, CE e CAE.

Passo a ler os requerimentos.

Requerimento do Senador Lindbergh Farias. Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento com os Requerimentos nºs 17 e 23, de 2017, da presente Comissão de Assuntos Econômicos, a realização de seminário, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de setembro de 2017, com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas do Senado Federal. Dessa forma, requeiro o convite para participação dos seguintes convidados: Ministério de Minas e Energia... Ministério ou Ministro?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ministério de Minas e Energia, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério de Ciência e Tecnologia, Agência Nacional do Petróleo, BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Federação Única dos Petroleiros, Federação Nacional dos Petroleiros, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, Associação Brasileira da Indústria Química, Associação dos Engenheiros da Petrobras, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Sindicato Nacional da Construção e Reparação Naval, Clube de Engenharia, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, David Kupfer, Instituto de Economia da UFRJ, Petrobras.

A justificativa está aqui dada e, por si só, é autojustificável.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Eu agradeço, Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi lido e coloco em votação.

Aqueles que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Tasso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador, eu apresentei outro requerimento, que não precisa ser votado hoje. Só lido. É sobre esse programa de privatizações. A ideia de fazer audiência. Eu trouxe vários nomes, mas sei que uma audiência pública como essa teria que ter representantes das várias visões. Então, estou apresentando. O senhor podia ler, e a gente votar na próxima semana. Queria dizer a V. Exª que, na semana passada, a gente aprovou aqui um convite a vários Ministros. Eu sei que em outras comissões também foi aprovado. Foi aprovada, hoje pela manhã, pelo Senador Jorge Viana, na Comissão de Infraestrutura, a presença do Ministro Fernando Bezerra. Eu não sei qual é o melhor procedimento, mas, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está prevista para o dia 26 audiência conjunta da Comissão de Infraestrutura e CAE.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, tudo bem. Era isso que eu ia sugerir. Está marcada para o dia 26.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dia 26, audiência conjunta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Requerimento. Nos termos do art. 90, inciso XI, do art. 101, incisos I e V, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a esta Comissão de Assuntos Econômicos que formule a consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acerca da constitucionalidade das proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a criação e instituição de fundos, ficando a deliberação dessas proposições

criação ou instituição de fundos, ficando a deliberação dessas proposições pendente de análise nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Até manifestação daquele colegiado, o Plenário aceita que vote... Normalmente, nós só aceitamos a votação se o Plenário não discorda quando a gente faz a leitura...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpe-me, mas eu não conheço o tema, Sr. Presidente. É sobre...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, fica a leitura e fica a votação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... para o próximo expediente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Também não quero ser óbice a nada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Requeiro, nos termos regimentais, o convite ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, para comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos a fim de debater assuntos relacionados à integração regional da América Latina e seus impactos econômicos para o País e seus vizinhos. Do Senador Ricardo Ferraço.

Faço a leitura. O Plenário concorda?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Concorda.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Concorda. Então, fica feita a votação.

Os Senadores que concordam ficam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com base no art. 93, item II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Águas, ANA – a que nos referimos –, Sr. Vicente Andreu Guillo, para que compareça a esta Comissão a fim de debater acerca da situação hídrica do País.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, item II, e 93, item II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "O Impacto das Privatizações para as Políticas de Desenvolvimento Nacional, Soberania e Segurança Energética", com a participação de especialistas no tema, representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil, dos Estados e Municípios atingidos pelas medidas, federações dos trabalhadores e centrais sindicais.

Dessa forma, requeiro o convite para participação dos seguintes convidados: Carlos Mariz, engenheiro e advogado; Gustavo Teixeira, representante do Dieese; Luiz Pinguelli Rosa, professor da UFRJ; Maurício Tolmasquim, ex-Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Nelson José Hubner Moreira, ex-Diretor da Aneel; André Araújo, empresário e advogado; Carlos Bittencourt, especialista em política de mineração; Carlos Nogueira, do Instituto Brasileiro de Mineração; um representante do Instituto de Justiça Fiscal; Antonio Claret de Oliveira, Presidente da Infraero; Alexandre Cabral, Presidente da Casa da Moeda do Brasil; e um representante do Sindicato Nacional dos Moedeiros.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Foi dado como lido e nós votaremos na próxima sessão.

Fica encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, José Serra, José Agripino, Ciro Nogueira, Fernando Bezerra Coelho e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º Anexo I do Decreto 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 123,000,000.00 (cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará II - PROEXMAES II". **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 17). Usou da palavra o Senador Otto Alencar. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Após a leitura do relatório, é encerrada a discussão da matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Após a leitura do relatório, é encerrada a discussão da matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera o art. 48 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o pedido de recuperação judicial do empresário e da sociedade empresária que exercem atividade rural." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015 - Terminativo** - que: "Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para exigir que os títulos de capitalização passem a ser comercializados com mais transparência." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Michel Temer. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 4-PLN, na forma da subemenda que apresenta e favorável à Emenda nº 5-PLN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta § 1º-B ao art.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que cinquenta por cento das vagas obrigatórias para fins de Aprendizagem sejam preenchidas por jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas." **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Cidadania. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 134/2016, nos termos do substitutivo apresentado, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a redação do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que as operadoras de cartões de crédito informem, de maneira ostensiva e adequada, o valor da taxa de juros incidente sobre o pagamento do valor mínimo das faturas." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 137 de 2017** que: "Requerimento para formulação de consulta à CCJ para se manifestar sobre a constitucionalidade de projetos de iniciativa do legislativo que visam a criar ou instituir Fundos" **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 137/2017. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 140 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "O impacto das privatizações para as políticas de desenvolvimento nacional, soberania e segurança energética", com a participação de especialistas no tema representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil dos estados e municípios atingidos pelas medidas, federações de trabalhadores e centrais sindicais." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 140/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 141 de 2017** que: "Nos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

termos regimentais, requeiro urgência para a Mensagem nº 54, de 2017, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 123,000,000.00 (cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará II - PROEXMAES II". **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 141/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 142 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos incisos V e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente do Banco do Brasil para esclarecer o não repasse por parte deste banco do valor de 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) referente aos contratos de garantia e contragarantia, que foram celebrados entre a União e o Estado da Bahia." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 142/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2017

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 123,000,000.00 (cento e vinte e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará II - PROEXMAES II".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Não apresentado.

O Relator seria o Senador Fernando Bezerra, que não se encontra presente. Eu gostaria de indagar ao Senador Armando Monteiro se poderia ser o Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não é *ad hoc*, é Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Relator.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência da República submete à apreciação do Senado pleito do Estado do Ceará que solicita autorização para contratar operação de crédito junto ao BID. Os recursos dessa operação destinam-se a financiar o Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde no Estado do Ceará II, o PROEXMAES II, que objetiva contribuir para a melhoria das condições de saúde da população, aumentando o acesso e a qualidade dos serviços e o desempenho no Sistema Único de Saúde. Dessa forma, contribuirá de forma ativa para ampliar e consolidar o processo de regionalização dos serviços de saúde, de forma a garantir o acesso da população à assistência e saúde integral, implicando melhoria do bem-estar e da qualidade de vida.

Passo à análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art.

...análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções 40, 43 e 48, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo como Parecer nº 166, de 29 de junho, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, Copem, da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado do Ceará atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo, portanto, óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

No referido parecer consta que, já considerado o empréstimo em tela, o Estado do Ceará apresenta reduzido nível de endividamento consolidado, equivalente a 0,62 vezes a sua receita corrente líquida, comprometendo, portanto, apenas 30% do limite de duas vezes a receita corrente líquida, fixada pela Resolução nº 40, de 2001.

Já o comprometimento anual da receita corrente líquida do Estado com o serviço de sua dívida será de 7,24% em 2017 e 7,23% em 2018, com tendência declinante até 2042. Nesse período no qual haverá os pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será 3,7%, inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal, ou seja, algo equivalente a apenas 32,18% do referido limite.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Destaque-se que essa operação deverá ser contratada com garantia da União. Assim, embasado em estudos sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado na Nota Técnica nº 87.

Mais ainda: de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados em sua Nota nº 92, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Estado do Ceará possui capacidade de pagamento C*2, tendo sido considerado elegível para fins de concessão de garantia da União pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do art. 9º, inciso I do art. 10.

A propósito, cumpre destacar que o Comitê de Garantias instituído no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, mediante a Portaria 763...

A propósito, cumpre destacar que o Comitê de Garantias, instituído no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, mediante a Portaria 763, do Colegiado Interno, que tem como objetivo subsidiar a atuação da referida Secretaria no que se refere à concessão de garantias da União, deliberou, em 5 de maio, que as operações de crédito externo financiadas por organismos multilaterais que tenham contragarantias suficientes, tenham capacidade de pagamento A, B ou C, essas somente com manifestação favorável da Secretaria do Tesouro Nacional, e cumpram os demais limites e condições da legislação estão recomendadas, condicionadas à manifestação favorável da Codip quanto ao custo de cada operação.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado do Ceará não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos.

Quanto à verificação de sua adimplência financeira, em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos nos termos da Resolução nº 41, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivo, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame. Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48 e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, bem como o previsto na Resolução nº 40, também do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo ao voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Ceará para contratar operação de crédito externo, nos termos do seguinte projeto resolução do Senado cujo teor está aqui anexo, Sr. Presidente.

Era esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quero apresentar o requerimento de urgência para a matéria seguir ao Plenário imediatamente. Submeto à deliberação de V. Ex^{as} essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O requerimento do Senador Armando Monteiro... *(Pausa.)*

Estando aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, colocamos em votação o requerimento do Senador Armando Monteiro, colocando em urgência essa matéria.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito obrigado.

O Estado do Ceará, independentemente da minha presença aqui, agradece a V. Ex^a mais esse serviço prestado ao Nordeste.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Otto Alencar. (...) serviços prestados ao Nordeste.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Questão de ordem, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O equilíbrio fiscal do Ceará, em grande medida, se deve ao exemplo que V. Exª deu quando foi Governador em três mandatos e zelou muito por esse equilíbrio fiscal. Felizmente, o Estado do Ceará vem observando esse padrão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o caso também do Estado da Bahia. Sr. Presidente Tasso Jereissati, o meu Estado também está rigorosamente cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o ajuste fiscal correto. É um Estado do Nordeste que tem hoje capacidade de investimento com recursos próprios. Estão fazendo estradas, investimentos com recursos próprio, mas com muita dificuldade, com muito sacrifício.

Quero apelar a V. Exª – trago aqui, não está na pauta – para votar esse requerimento extrapauta, que faço agora e leio. V. Exª é um homem sensível e sabe que as coisas e os compromissos políticos do Governo devem ser cumpridos rigorosamente. Tenho, como V. Exª tem, uma tradição familiar de me comprometer a fazer uma coisa e, por mais que seja pesado o fardo que tenho que carregar e maior seja a adversidade, tendo empenhado a palavra, tenho que cumpri-la acima de tudo. Não há como, na minha história de vida, nos 70 anos que tenho, eu ter quebrado a minha palavra em um compromisso, absolutamente em nenhum momento. Por isso, a minha credibilidade lá no meu Estado, o Estado da Bahia, é uma marca da minha vida como é de V. Exª também e de todos nós aqui, que tivemos uma educação familiar rígida nesse sentido.

Portanto, aprovamos, Sr. Presidente – e aprovei com meu voto – a Lei de Renegociação da Dívida dos Estados. A Bahia não teve nenhuma vantagem nessa renegociação da dívida. Ela não precisava dessa renegociação de dívida. O débito da Bahia com a União é de R\$5 bilhões; São Paulo, R\$220 bilhões; Rio de Janeiro, R\$102 bilhões; Minas, R\$79 bilhões; Rio Grande do Sul. Esses foram os Estados beneficiados. Mas votamos, do Nordeste – todos votamos, V. Exª também votou – a renegociação da dívida.

Os Estados que não foram beneficiados tiveram, em reunião com o atual Presidente da República, Michel Temer, o compromisso de terem, através do Banco do Brasil ou de organismos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

internacionais, como é o caso do Banco Europeu de Investimentos, um empréstimo para investir nas áreas de educação, saúde e infraestrutura. Esse compromisso do Presidente da República foi de liberar o empréstimo desde que a Bahia entregasse todos os diplomas necessários para esse empréstimo, mostrasse que tinha capacidade de tomar esses recursos. Então, a Bahia se manifestou, e toda a negociação foi feita com o Banco do Brasil, de tomar R\$600 milhões. Já foi publicado no *Diário Oficial*, já foi assinado pelo Superintendente da Bahia, Carlos Motta; já foi assinado pelo Presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, se não me engano; pelo Procurador; Foi publicado todo o extrato no *Diário Oficial de União*, e existe uma pressão do Partido Democrata bem como de outros partidos que fazem oposição ao Governo da Bahia...

Quero até registrar aqui que o Prefeito do Município de Lapão, Ricardo Rodrigues, passando na Câmara Federal – isso é uma coisa grave –, foi abordado pelo Deputado Arthur Maia (...)

... foi abordado pelo Deputado Arthur Maia, e o Deputado Arthur Maia disse: "Não vamos permitir a liberação dos recursos para a Bahia, porque, se liberar, nós rompemos com o Governo".

Eu quero dizer a V. Ex^a que eu nunca pensei viver este momento, com um Presidente da República sendo pressionado por um partido para não liberar um empréstimo correto, que está tudo pronto, de R\$600 milhões para o Estado da Bahia.

Então, o meu requerimento é seguinte:

Requeiro, nos termos do inciso V e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Presidente do Banco do Brasil para esclarecer o não repasse, por parte do banco, de recursos no valor de R\$600 milhões referentes aos contratos de garantia e contragarantia que foram celebrados entre a União e o Estado da Bahia.

Tal convite se justifica pela recusa desmotivada da instituição financeira em repassar o valor acima citado apesar dos contratos já terem sido assinados, bem como dos prazos fixados pela Secretaria do Tesouro Nacional, devendo a concessão da garantia ser efetivada no exercício financeiro.

Eu já estive com o Sr. Henrique Meireles, Ministro da Fazenda, que se comprometeu com isso, e estive com a Sr^a Priscilla Santana, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Isso aqui, Sr. Presidente, é uma coisa que eu nunca poderia imaginar que pudesse acontecer: um Presidente da República, com todas as dificuldades que está vivendo hoje, fragilizado, se submeter à pressão de um grupo de Deputados do meu Estado que não querem que seja liberado um empréstimo para educação, para saúde e para infraestrutura.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu pediria a V. Exª que colocasse extrapauta esse requerimento, que é uma coisa importante e para a qual peço a compreensão de V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encaminhando o seu requerimento à Mesa, nós o leremos. Como é praxe, nós vamos lê-lo ao final, logo em seguida à votação dos itens que estão na pauta.

De acordo, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Esta bom.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Peço desculpas a V. Exª porque cheguei agora e não sei como está a pauta. Contudo, relativamente ao item 4, quero informar que eu já fiz o relatório, mas eu tenho que fazer uma alteração bem breve, de dois minutos. Se, por acaso...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Podemos ir ao item 4, que é terminativo, e V. Exª faria a leitura e, se fosse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, logo em seguida.

Vamos ao item 3, que está sob a relatoria do Senador Dalírio.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009

- Terminativo -

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Dalirio Beber.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CMA (substitutivo).

Passo a palavra ao Senador Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati.

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, que dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, a fim de permitir que o pagamento de bloquitos bancários possa ser feito em qualquer agência de qualquer banco após a data do vencimento, estabelecendo competência...

de qualquer banco após a data do vencimento, estabelecendo competência à agência bancária responsável pelo pagamento para calcular a multa e os juros devidos e sujeitando a instituição financeira infratora às sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Por fim, estabelece o prazo de noventa dias após a publicação para entrada em vigor da lei.

O objetivo da proposta, segundo o autor, é evitar que o consumidor tenha que se deslocar até a agência do banco emissor do bloquete bancário, no caso de pagamento após a data do vencimento do título, já que o sistema de pagamentos adotado no Brasil permite a integração entre as instituições financeiras, podendo qualquer uma delas proceder ao cálculo do valor dos juros e da multa devidos pelo pagamento em atraso, segundo instruções que constam do próprio bloquete bancário.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

A CCJ, em 12 de março de 2014, aprovou emenda substitutiva do Senador José Agripino que incorporou a proposta de Emenda nº 1/2014-CCJ, formulada pelo Senador Romero Jucá, que procura adequar a nomenclatura utilizada na proposta e no relatório já apresentado aos termos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

convencionados na Circular nº 3.598, de 2012, do Banco Central, pela qual a expressão “bloqueto bancário” foi substituída pela expressão “boleto de pagamento”.

Em tramitação na CAE, a matéria foi arquivada ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Por força da aprovação do Requerimento nº 71, de 2015, do Senador Antonio Carlos Valadares e outros ilustres Senadores, a matéria foi desarquivada e, por já ter sido apreciada pela CCJ, foi despachada para a CMA e para a CAE, cabendo a esta Comissão a decisão terminativa, em conformidade com o despacho inicial de 2009.

Na CMA, o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009, foi aprovado nos termos da emenda substitutiva apresentada pelo Senador Reguffe.

Da análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o Projeto atende aos requisitos formais. Conforme o art. 22, inciso VII, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre transferência de valores. Ao mesmo tempo, o art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Do ponto de vista da técnica legislativa, consideramos pertinente a apresentação da emenda acima mencionada, de modo a tornar o texto mais claro, conferindo-lhe maior segurança jurídica.

Cabe observar, ainda, que a matéria não tem implicação direta sobre as finanças públicas.

Quanto ao mérito, consideramos que a iniciativa legislativa deve ser elogiada pelo que representa em termos de defesa da hipossuficiência do consumidor, ainda que os avanços tecnológicos tenham tornado prejudicadas as preocupações com emissão de segunda via do boleto de pagamento.

É de se notar que a proposição inspirou e abriu caminho, de modo percuciente (...)

(...) caminho, de modo percuciente e pioneiro, para as providências adotadas no âmbito do Poder Executivo e pelos próprios participantes do mercado financeiro.

É importante destacar que os boletos de pagamento, criados por meio da Carta Circular nº 2.414, de 1993, do Banco Central do Brasil, com base no art. 44 da Lei nº 4.595, de 1964, foram modernizados por meio das Circulares nºs 3.461, de 2009, 3.598, de 2012, e 3.656, de 2013, inclusive para fins de combate à lavagem de dinheiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O boleto de pagamento é o instrumento padronizado, por meio do qual são apresentadas informações sobre a dívida em cobrança, de forma a tornar viável o seu pagamento, e sobre a oferta de produtos e serviços, a proposta de contrato civil ou o convite para associação, previamente levados ao conhecimento do pagador, de forma a constituir, pelo seu pagamento, a correspondente obrigação, constituindo-se em boleto de cobrança ou boleto de proposta.

Atualmente, o próprio mercado financeiro prepara uma nova plataforma de cobrança, para modernizar a cobrança bancária do boleto de pagamento, cujo principal benefício é o fato de o pagador de um boleto vencido não mais precisar ir até o banco emissor para quitar o seu débito. Com a nova plataforma, será possível pagar um boleto vencido em qualquer instituição financeira e por qualquer canal de atendimento.

Essa nova plataforma de cobrança é um sistema para modernizar o processo de liquidação e compensação dos boletos bancários, com mecanismos que trazem mais controle e segurança, para garantir mais confiabilidade e comodidade aos usuários.

Esse sistema será implementado por etapas, começando com valores acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até atingir os boletos de todos os valores.

Com essa nova plataforma de cobrança, o Sistema Financeiro Nacional poderá oferecer melhoria na capilaridade e na possibilidade de recebimentos; redução de fraudes de emissão de boletos e de inconsistências nos pagamentos, como o pagamento em duplicidade, com mitigação dos erros de cálculos de multas e de encargos por atraso; e a eliminação da necessidade da segunda via do boleto.

Portanto, quanto à repercussão econômica e financeira, consideramos que existem meios técnicos adequados para que os credores disponibilizem alternativas mais cômodas para o pagamento de boleto de pagamento, mesmo após o vencimento. Por essa razão, vemos mérito na proposta.

Todavia, por razões operacionais, consideramos oportuno oferecer um prazo de 180 dias, a fim de que as instituições financeiras se adaptem à nova exigência e possam implementar a nova plataforma de cobrança. Por isso, apresentamos emenda substitutiva que incorpora as modificações celebradas na CCJ e na CMA, prejudicadas quanto à necessidade de obrigações de segunda via, e que concede prazo de cento e oitenta dias para a implementação da exigência legislativa.

Por fim, cabe observar que a aprovação do projeto de lei em comento torna obrigatório o registro no novo sistema de cobrança pela instituição beneficiária do boleto de pagamento a ser pago em instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.

Voto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2009
(SUBSTITUTIVO)
Acrescenta (...)

EMENDA Nº - CAE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2009

(SUBSTITUTIVO)

Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor sobre o recebimento de boleto de pagamento em qualquer instituição financeira e por qualquer canal de atendimento, mesmo após a data do seu vencimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. Mesmo após os vencimentos dos boletos de pagamento, os emissores ficam obrigados a oferecer aos consumidores a possibilidade de pagamento em qualquer instituição financeira e em quaisquer dos canais de atendimento da rede bancária, como agências, terminais eletrônicos, telefones celulares e a rede mundial de computadores.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalirio.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como o projeto é terminativo, estará em votação na próxima reunião, quando tivermos quórum.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 01-CI.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CI-CE, na forma da subemenda nº 1-CE.

3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com parecer favorável ao projeto, à Emenda nº 1-CI-CE-CAS nos termos das Subemendas nº 1-CE-CAS e nºs 2, 3 e 4-CAS; e à Emenda nº 2-CAS.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, como disse, são apenas algumas alterações. Eu já fiz esse relatório.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, de autoria dos ilustres Senadores Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque, cujo principal objetivo é garantir que os recursos decorrentes do bônus de assinatura nos contratos para exploração de petróleo sob o regime de partilha de produção sejam integralmente destinados ao Fundo Social (FS), com vinculação para as áreas de educação e saúde.

Com finalidade de aperfeiçoar o projeto, alteramos a redação do inciso I, do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para estabelecer que, do valor destinado ao Fundo Social, será ressalvada a parcela que será destinada à Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo (PPSA), empresa criada em 2013, a quem cabe a gestão dos contratos de partilha.

“Art. 47.

I – da educação básica pública;

.....

IV – da saúde pública;

.....” (NR)

“Art. 49.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

I – a integralidade do valor do bônus de assinatura definidos nos contratos de partilha de produção, sem prejuízo da parcela destinada à empresa pública de que trata o §2º do art. 8º, conforme estabelecido pela alínea “e” do inciso III do art. 10;

.....” (NR)

“Art. 51.....

Parágrafo único. Constituído o FS e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 47, na etapa inicial de formação de poupança do fundo, assegurada a destinação à educação básica pública e à saúde pública de, no mínimo, o valor proporcional à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais ao Fundo.” (NR) Parágrafo único. Constituído o FS e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 47, na etapa inicial de formação de poupança do fundo, assegurada a destinação à educação básica pública e à saúde pública de, no mínimo, o valor proporcional à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais ao Fundo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente. Aliás, é a correção do voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo quórum, a matéria será votada na próxima reunião.

Senador Otto, poderia sugerir a V. Exª que lesse a mensagem do Senado Federal, que é não terminativa, do Presidente da República relativa à indicação...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É o item nº 1, relativo à indicação...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É apenas para fazer a leitura da indicação do nome do Sr. Walter de Agra Júnior, para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos.

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2017****- Não terminativo -**

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º Anexo I do Decreto 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Walter Viagra? (Risos.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu não entendi. O senhor pode repetir por favor?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu me enganei, mas o Senador Requião aqui pensou que o senhor estava solicitando um e já estava se predispondo...

É Walter de Agra.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ah, sim! É porque, se fosse o contrário, seria uma indicação turbinada, como diz aqui o nosso Armando Monteiro. (Risos.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Mensagem nº 53, de 2017, submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º Anexo I do Decreto no 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Senhor Walter de Agra Júnior para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos.

A autoria é da Presidência da República e a matéria está pronta para deliberação.

Sr. Presidente, o Sr. Walter de Agra Júnior possui graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba e mestrado em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco. Foi Conselheiro Seccional na Paraíba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PB; 1997-2006), Conselheiro Federal da OAB (2010-2016), Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. Foi ainda Professor Titular da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, Professor Assistente I da Universidade Federal da Paraíba, Professor de Direito Processual Civil no Centro Universitário João Pessoa.

Atualmente, o Sr. Walter de Agra Júnior é advogado no...

Atualmente, o Sr. Walter de Agra Júnior é advogado no Solon Belevides e Walter Agra Advogados Associados.

O Sr. Walter de Agra Júnior, portanto, tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos campos do direito privado, direito eleitoral e direito administrativo, temas afeitos à área de atuação do Cade.

Em atendimento ao Ato nº 2, de 2011 - CAE, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, o indicado apresentou, além do *curriculum vitae*, os seguintes documentos que foram entregues na Comissão dentro do prazo exigido:

- Declaração de que não possui cônjuge, companheira ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;
- Declaração de que não participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais em qualquer tempo;
- Declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital, acompanhada da Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa junto ao Governo do Distrito Federal, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Declaração de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte das Justiças Federal e Distrital; e

- Declaração de que não atuou, nos últimos cinco anos, contados a partir do ano de 2017, em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de confiança ou em cargos de direção de agências reguladoras federais.

Informa, por fim, em declaração assinada e datada de 24 de agosto de 2017, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade objeto de sua indicação.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Walter de Agra Júnior para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Sr. Presidente, esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, é concedida vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, na próxima terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Walter de Agra Júnior, indicado ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Comunico ainda que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – O item 13 da pauta já foi lido. Se o senhor pudesse colocá-lo em votação – ele é não terminativo –, esse projeto seguiria adiante.

Fui nomeado Relator *ad hoc*. A relatoria é do Senador José Medeiros. Eu incorporo inteiramente o que o Senador José Medeiros colocou em seu relatório, porque acho que é necessário que seja rejeitado esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos ao item 13.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: contrário ao projeto.

Observações: 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

2. Em 15/08/2017, foi concedida vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais.

O Relator *ad hoc* é o Senador Dalirio Beber. (...) A matéria já foi discutida.

Está em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que acompanham o relatório do Senador Dalirio Beber permaneçam como se encontram, *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria foi rejeitada.

Designo para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Projeto não terminativo item nº 14. Peço ao Senador Dalirio Beber para ser Relator *ad hoc* do item 14, de autoria do Senador Ciro Nogueira, cujo Relator, Senador Romero Jucá, deu parecer favorável.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2015****- Não terminativo -**

Altera a redação do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que as operadoras de cartões de crédito informem, de maneira ostensiva e adequada, o valor da taxa de juros incidente sobre o pagamento do valor mínimo das faturas.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator *ad hoc* Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 422, de 2015, do Senador Ciro Nogueira, para estabelecer que as administradoras de cartões de crédito deverão especificar, de maneira ostensiva e adequada, ao lado do campo contendo a informação do valor mínimo para pagamento da fatura, as taxas de juros mensais e anuais referentes a esta modalidade de financiamento.

O PLS é constituído de apenas dois artigos. O art. 1º estabelece a proposta central e o art. 2º, a cláusula de vigência.

Em sua justificação, o nobre autor afirma que, quando um consumidor paga o valor mínimo da sua fatura de cartão de crédito, está aderindo à modalidade de financiamento que cobra uma das mais altas taxas de juros praticadas no Brasil. Contudo, tais informações muitas vezes não ficam claras para os consumidores, especialmente aqueles de menor renda e que possuem menor nível de educação financeira. Assim, não é incomum encontrar consumidores que julgam que o pagamento do valor mínimo da fatura se dá de forma isenta de juros.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que proferirá decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade (...)

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o Projeto atende aos requisitos formais. Conforme o art. 22, inciso VII, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito, e, conforme o art. 24, inciso VIII, da Carta Magna, legislar concorrentemente sobre responsabilidade por danos causados ao consumidor. Ao mesmo tempo, o art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não se tem reparo a fazer ao projeto em comento e não há inclusão de matéria diversa ao tema expresso em sua ementa.

Cabe observar, ainda, que a matéria não tem implicação direta sobre as finanças públicas.

Quando ao mérito, consideramos que a matéria visa apenas a dar mais transparência aos juros cobrados pelas administradoras de cartão de crédito e não acarreta custos significativos àquelas instituições, com claro benefício aos consumidores.

Como justificou o nobre autor, a proposição visa alterar o Código de Defesa do Consumidor, a fim de prever que as administradoras de cartões de crédito deverão especificar, de forma clara, ao lado do campo contendo a informação do valor mínimo para pagamento da fatura, as taxas de juros mensais e anuais referentes a esta modalidade de financiamento. Ao deixar claro quais são os custos incorridos na opção pelo pagamento mínimo de uma fatura de cartão de crédito, a matéria busca dar maior transparência à relação de consumo e diminuir os riscos de superendividamento. Portanto, o PLS é meritório.

Por fim, lembramos que a medida, quando implementada, alinhar-se-á com um dos princípios da ordem econômica brasileira, que se apoia na defesa do consumidor, como explicita o art. 170, inciso V, da Constituição Federal.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2015.

Este é o parecer, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalírio.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Dalírio, Relator *ad hoc*.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

Pediria mais uma vez ao Senador Otto Alencar – e o faço em sua homenagem – que seja o Relator *ad hoc* do próximo item, o item 9.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O item nº 9, Senador Otto, é de autoria do Deputado Michel Temer; portanto, é uma regalia que ofereço a V. Ex^a.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele renunciou?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Do Deputado Michel Temer.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Estou perguntando se ele renunciou e voltou a ser Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não; isso é de quando ele era Deputado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ah, de quando era Deputado. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É. V. Ex^a era criança ainda quando ele era Deputado. *(Risos.)*

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2015





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências.

Autoria: Deputado Michel Temer.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, Relator *ad hoc*.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Ex^a determina e eu cumpro, Senador Tasso Jereissati. Não há nenhum problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Ex^a determina e eu cumpro.

O projeto de lei...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – V. Ex^a determina, Senador Tasso Jereissati, e eu cumpro. Não há nenhum problema. V. Ex^a determina e eu cumpro.

Srs. Senadores, é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 85, de 2015 (Projeto de Lei nº 1.759/2007, na Casa de origem), do Deputado Michel Temer, que dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências.

O projeto possui 21 artigos, agrupados em quatro capítulos. O Capítulo I, que trata das Disposições Preliminares, estabelece que as atividades das empresas de sistemas eletrônicos de segurança serão exercidas em todo o Território nacional. O projeto delimita, ainda, as atividades de atuação dessas empresas, tais como rastreamento e monitoramento de bens, de semoventes e de pessoas.

O Capítulo II dispõe sobre o Certificado de Viabilidade de Funcionamento, os requisitos que a empresa deve atender para sua obtenção e estabelece sua exigibilidade prévia para cadastro em órgão público federal competente para a Autorização de Funcionamento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Capítulo III trata do Controle e da Fiscalização das empresas autorizadas, bem como das penalidades. O Capítulo IV apresenta as disposições finais, estabelecendo que as empresas já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data em que entrar em vigor a sua regulamentação.

No Senado Federal, o PLC nº 85, de 2015, foi encaminhado à CAE e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Análise.

O PLC nº 85, de 2015, vem ao exame da CAE, para que esta opine sobre seus aspectos econômico e financeiro, em cumprimento ao disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O projeto estabelece regras para a autorização de funcionamento de empresas de sistemas eletrônicos de segurança, bem como seu controle e fiscalização. Trata-se de uma regulação da entrada de empresas nesse ramo de atividade econômica. Tal regulação é justificável quando há uma assimetria de informação relevante entre prestadores de serviços e consumidores, o que requer a atuação do Estado para estabelecer critérios mínimos de qualidade e segurança.

No caso em tela, o projeto exige que as empresas atuantes nas atividades de rastreamento e monitoramento de bens, de semoventes e de pessoas, bem como de monitoramento de sinais de alarmes e de imagens, de circuito fechado de televisão, de cerca eletrificada, de controle de acesso e de detecção de incêndios (incisos II e III do art. 2º), obtenham o Certificado de Viabilidade de Funcionamento (CVF). Para tanto, tais empresas devem possuir sala central que atenda a determinados requisitos. Além do CVF, as empresas de monitoramento e rastreamento de bens, de semoventes e de pessoas (inciso II do art. 2º) deverão requerer cadastramento no órgão público federal competente que autorizará seu funcionamento.

Entendemos que, nas atividades de rastreamento e monitoramento mencionadas, os contratantes não dispõem de todas as informações para saber se as empresas possuem real capacidade para prestar segurança física e patrimonial. Assim, é pertinente regular a entrada de empresas nesse setor, exigindo-se o atendimento de requisitos mínimos de qualidade, bem como controlar e fiscalizar suas atividades.

Destacamos que a eventual aprovação do projeto não implicará aumento de despesa por parte do Estado. Para garantir a execução das atividades do órgão fiscalizador, é instituída a cobrança de taxas pela prestação dos serviços referentes à vistoria de instalações e à emissão de Certificados de Viabilidade de Funcionamento. Assim, o custo regulatório será arcado pelo próprio setor regulado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com o intuito de aprimorar o projeto, oferecemos duas emendas. Acrescentamos parágrafo único ao art. 2º para esclarecer que empresas que desenvolvem atividades para a segurança e monitoramento de bens, semoventes e de pessoas a elas pertencentes ou vinculadas, não serão consideradas empresas de sistemas eletrônicos de segurança, ficando, assim, desobrigadas das exigências ora criadas.

(...) atividades para a segurança e monitoramento de bens, semoventes e de pessoas a elas pertencentes ou vinculadas, não serão consideradas empresas de sistemas eletrônicos de segurança, ficando, assim, desobrigadas das exigências ora criadas. Ademais, o art. 3º, inciso I, define “sistemas eletrônicos de segurança” em termos de equipamentos e dispositivos. Contudo, entendemos que programas de computador e aplicativos são partes essenciais ao funcionamento desses sistemas e devem fazer parte de sua definição.

Na verdade, o projeto é para aprimorar os sistemas de monitoramento de segurança e sobretudo o uso para garantia da privacidade das pessoas e da segurança das empresas, o que é bem pertinente diante do momento que estamos vivendo. Então, o Deputado Federal Michel Temer, à época, já se preocupava com essa situação de dar segurança, de não permitir que houvesse vazamentos ou identificação de pessoas que entrassem por acaso no Palácio do Jaburu para bisbicoitar a coisa, fiscalizar, de alguma forma tomar informações indevidas; também detecção de apartamentos que não pudessem de maneira nenhuma ser fiscalizados. Na entrada para fiscalizar os apartamentos, o alarme soava, o cara chegava e esvaziava toda sala, levava tudo, embora o peso do conteúdo fosse muito grande, até porque o conteúdo é inadequado para ser usado nas malas.

Eu aprendi, no interior da Bahia, que na mala se colocam calças, camisas...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Era usada no passado para isso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aliás, Senador Tasso Jereissati, eu queria dizer a V. Exª que eu, lá do sertão da Bahia, filho de uma família muito humilde, muito pobre, quando fui estudar no colégio interno, em Salvador, por meia bolsa de estudos, eu não tinha nem mala, a minha roupa veio num saco.

O nosso Luiz Gonzaga definiu muito bem isso numa música dele, Pau de Arara:

Quando eu vim do sertão,
seu moço, do meu Bodocó
A malota era um saco
e o cadeado era um nó
Só trazia a coragem e a cara
Viajando num pau de arara...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lembra-se dessa música? O senhor é do Ceará e deve se lembrar. Você é fã do Luiz Gonzaga?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sou fã do Luiz Gonzaga. Mas está meio desafinado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Gostou do Pau de Arara? Meio desafinado? Também não está com a viola aqui. Se tivesse com a viola, a gente afinava com a viola.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação, para fiscalização permanente dos órgãos públicos, dos apartamentos, para que ninguém venha a violar a intimidade das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Portanto, obrigado, Senador Otto Alencar, que em homenagem ao autor, até cantou durante o seu relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Armando Monteiro? Senador Dalirio?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Só para me solidarizar com o Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.
(*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 (...)

A matéria vai à CCJ.

O Senador Armando Monteiro poderia ler, como *ad hoc*, o relatório do item 11, de autoria da Senadora Ana Rita, cujo Relator é o Senador Cristovam Buarque?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 11





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2014**- Não terminativo -**

Acrescenta § 1º-B ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que cinquenta por cento das vagas obrigatórias para fins de Aprendizagem sejam preenchidas por jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O Relator *ad hoc* será o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o projeto que propõe alteração da CLT para garantir que 50% das vagas destinadas aos jovens aprendizes sejam preenchidas por jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil ou, ainda, que estejam cumprindo medidas socioeducativas.

Em sua justificativa, a autora chama a atenção para o fato de que muitas vezes os jovens contratados como aprendizes não provêm das camadas mais vulneráveis. Seria, portanto, desejável que aqueles mais necessitados tivessem acesso prioritário às vagas de aprendizes.

A proposição em comento se inspira diretamente no Programa Me Encontrei, implementado no Mato Grosso a partir da parceria entre a Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Federação das Indústrias daquele Estado, o Sistema “S” e os Governos estadual e municipal. Essa iniciativa de articulação de políticas públicas vem obtendo bons resultados, beneficiando uma grande quantidade de jovens em situação de vulnerabilidade.

Convém referir que a matéria foi inicialmente distribuída para a CAS em decisão terminativa. Por força dos Requerimentos nº 657 e nº 658, da lavra do Senador Antonio Anastasia, aprovados em 27 de agosto de 2015, a matéria deverá ser apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte, após o que, retornará à Comissão de origem para apreciação terminativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na CAE, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Passando à análise, cabe destacar que o alcance social da matéria é inconteste. Tanto mais porque, de acordo com as informações recém-divulgadas da PNAD 2014, houve um forte aumento, da ordem de 14,8%, no total de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Hoje, no Brasil, são cerca de 3,3 milhões de pessoas entre 5 e 16 anos, trabalhando, em sua maioria, em ocupações informais e de baixa qualificação. Desse total, 554 mil são crianças entre 5 e 13 anos de idade, cuja atividade laboral é proibida, devendo, portanto, ser objeto de uma ação governamental específica de combate ao trabalho infantil e de reforço da escolarização.

No que se refere aos demais jovens, aqueles com idade acima de 14 anos, note-se que representam um contingente de cerca de 2,75 milhões de trabalhadores. Deste total, seguramente, uma parcela significativa é de jovens em situação de vulnerabilidade. Assim a proposição em apreço viria contribuir de forma decisiva para a abertura de oportunidades de capacitação e treinamento para muitos desses jovens que assim sairiam do círculo vicioso da informalidade e da pobreza.

Desse modo, acreditamos que a contratação, como aprendizes, de adolescentes retirados de situações de trabalho infantil ou em cumprimento de medida socioeducativa é salutar. Contudo, apresentamos substitutivo que aperfeiçoa o PLS nº 241, de 2014, em pelo menos dois aspectos.

Primeiramente, a obrigatoriedade do cumprimento de cota de 50% (cinquenta por cento) é de difícil aplicação para as empresas sem a construção de parcerias e alianças entre todas as partes envolvidas no processo. Tal medida elevaria o custo empresarial, uma vez que a contratação discricionária de jovens retirados de situações de trabalho infantil ou em cumprimento de medidas socioeducativas sem prévio atendimento de políticas públicas que visem à recuperação psicossocial, conforme a necessidade contextualizada de cada um, acarretaria a diminuição da produtividade e o aumento dos custos de trabalho.

Por fim, optamos por alterar o § 2º do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que já dispõe sobre a contratação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa como aprendizes no âmbito da Lei nº 12.554, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), mediante cooperação técnica. O substitutivo que ora apresentamos preserva o mérito da proposta original da Senadora Ana Rita, acrescentando ao referido § 2º do art. 429 da CLT os seguintes aspectos: a) previsão de contratação de jovens retirados de situações de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com trabalho infantil como aprendizes; b) participação dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) nos instrumentos de cooperação.

a) previsão de contratação de jovens retirados de situações de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com trabalho infantil como aprendizes; b) participação dos Centros de Referência em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Assistência Social (Cras) ou Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) nos instrumentos de cooperação.

Passamos ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2014, nos termos do substitutivo que está anexado ao relatório.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o voto que submeto à deliberação dos nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE-Substitutivo.

Passaremos, então, à votação dos requerimentos que aqui estão.

O item 15 trata de requerimento do Senador Romero Jucá.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 137, de 2017

- Não terminativo -

Requerimento para formulação de consulta à CCJ para se manifestar sobre a constitucionalidade de projetos de iniciativa do Legislativo que visam a criar ou instituir Fundos.

Autoria: Senador Romero Jucá

Observações: 1. O requerimento foi lido em 05/09/2017.

Em votação o requerimento do Senador Romero Jucá.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 137, da CAE.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 140, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema “O impacto das privatizações para as políticas de desenvolvimento nacional, soberania e segurança energética”, com a participação de especialistas no tema representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil dos Estados e Municípios atingidos pelas medidas, federações de trabalhadores e centrais sindicais.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Observações: 1. O requerimento foi lido em 05/09/2017.

Coloco em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 140.

Há um requerimento do Senador Otto Alencar, que já foi lido pelo próprio Senador, mas eu o releio para aqueles que aqui não estavam presentes.

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 142, de 2017

Requeiro, nos termos dos incisos V e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente do Banco do Brasil para esclarecer o não repasse por parte desse banco, no valor de R\$600 milhões (seiscentos milhões de reais), referente aos contratos de garantia e de contragarantia que foram celebrados entre a União e o Estado da Bahia. Tal convite se justifica pela recusa desmotivada da instituição financeira em repassar o valor acima citado, apesar de os contratos já terem sido assinados, como os prazos fixados pela Secretaria do Tesouro Nacional, devendo a concessão da garantia ser efetivada neste exercício financeiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Otto Alencar. (...) como dos prazos fixados pela Secretaria do Tesouro Nacional, devendo a concessão da garantia ser efetivada neste exercício financeiro.

Autor: Senador Otto Alencar.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Otto Alencar permaneçam como se encontram, *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Otto.

Não havendo mais...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu me encontrava na sabatina, aqui ao lado, na Comissão de Infraestrutura e, por isso, só cheguei agora. Ainda bem que cheguei a tempo.

Peço a palavra apenas para solicitar uma informação de V. Ex^a acerca da data em que deverá vir a qui, ao Senado Federal, o Ministro das Minas e Energia. Aprovamos um requerimento, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, para debatermos com o Ministro de Minas e Energia esse plano maluco, equivocado, do Governo, de tentar privatizar o setor elétrico brasileiro a partir da Eletrobras. Já há data?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ha data, sim.

Senadora, está marcada reunião conjunta da CAE com a Comissão de Infraestrutura no dia 26, às 8h30. Aproveito para...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dia 26 agora de setembro?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – De setembro.

Aproveito para informar algumas audiências públicas que já estão marcadas: dia 20, audiência pública da CAE e outras Comissões para instrução dos Projetos de Lei do Senado nº 726 e 530/2015, em resumo, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros Uber. Será às 8h30.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No mesmo dia às 14h30, audiência pública, requerimento dos Senadores Armando Monteiro e Ricardo Ferraço, para avaliar a grave crise fiscal enfrentada pelo País, com as presenças de Felipe Salto, Diretor-Executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado Federal e de Mansueto Facundo de Almeida Júnior, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Será no dia 22 o seminário no Rio de Janeiro, requerido pelo Senador Lindbergh Farias, de avaliação política pública de conteúdo nacional. Será realizado no Rio de Janeiro.

No dia 26, conforme já foi falado, com o Ministro das Minas e Energia.

No dia 10 de outubro, portanto, já no mês de outubro, do Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, Será às 10h do dia 10 de outubro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na quarta-feira, dia 27, Grupo de Trabalho de Microeconomia, requerida pelo Senador Armando Monteiro, com contribuição do setor produtivo e do Governo.

São essas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dia 27 de setembro. O.k.?

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e hum minuto do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Raimundo Lira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Regina Sousa, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves, Cidinho Santos e Roberto Muniz. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel, Lindbergh Farias, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra, José Agripino, Omar Aziz, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. A presidência declara aberta a reunião. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício "S" nº 66 de 2017 (Ofício nº 11.547/SE-MF), de 13 de setembro de 2017, encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual se podem acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º Anexo I do Decreto 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede a palavra ao Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR. Durante a sabatina fazem uso da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Armando Monteiro e Telmário Mota. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Walter de Agra Júnior para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos, por 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015 - Terminativo** - que: "Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 4-PLEN, na forma da subemenda que apresenta e favorável à Emenda nº 5-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 134/2016, nos termos do substitutivo apresentado, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 143 de 2017** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 124/2017 – CAE, requeiro seja convidado o Senhor Francisco Albuquerque Moura, representante Central dos Sindicatos Brasileiros, para participar da realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Assuntos Econômicos (CAE); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati e outros. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 143/2017. Em seguida, a Presidência coloca em votação a ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Garibaldi Alves Filho

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento dos membros desta Comissão.

Ministério da Fazenda. Ofício nº 66, de 2017, de 13 de setembro de 2017, encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual se pode acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, realizaremos agora a sabatina com o indicado para o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2017****- Não terminativo -**

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º Anexo I do Decreto 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1. Em 12/09/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.
2. A arguição do indicado será realizada nesta reunião.

Conforme comunicado na última reunião e, em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre os indicados e perguntas a eles dirigidas por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado.

Sendo assim, gostaria de convidar para compor a Mesa o Sr. Walter de Agra Júnior, que será sabatinado a partir de agora nesta Comissão, já que foi indicado para o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Portanto, item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2017

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º Anexo I do Decreto 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de 2 anos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 12/09/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.
2. A arguição do indicado será realizada nesta reunião.

Já se encontrando no recinto da Comissão, e, depois das nossas boas-vindas, eu solicito ao Sr. Walter de Agra Júnior que faça a sua exposição perante os membros e convidados da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Inicialmente, bom dia, Sr. Senador Presidente Garibaldi Alves, Senadores aqui presentes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para esta parte, gostaria de fazer, primeiro, a minha apresentação, até porque penso eu que o que deve ser aferido aqui é a questão do notório saber jurídico e a reputação ilibada.

Meu nome é Walter de Agra Júnior, sou brasileiro, natural de Campina Grande, Paraíba, e a minha vida acadêmica começou com a aprovação no vestibular. Concluí o curso de Direito na Universidade Estadual da Paraíba, tendo sido aluno laureado. Logo em seguida, seis meses após concluir o meu curso de Direito, eu me submeti à seleção pública para lecionar na Faculdade onde eu tinha me formado e fui aprovado em primeiro lugar (...) meses após eu me submeti à seleção pública para lecionar na faculdade onde tinha e formado e fui aprovado em primeiro lugar para lecionar a cadeira de Direito Administrativo, sendo assim a minha primeira relação com matéria afeita ao Cade. Em seguida, também fui aprovado, desta feita em segundo lugar, para professor na UEPB na cadeira de Direito Civil.

Após isso, Sr. Presidente, fiz algumas especializações, tendo sido aprovado em primeiro lugar para a Esma, no Estado da Paraíba. Em seguida, eu me submeti a concurso publico. Fui promotor de justiça no Estado de Pernambuco – presente o nosso Senador, o que muito me honra –, e, por não ter a compatibilidade necessária com aquela atribuição, entendi por bem, Sr, Senador, sair do Ministério Público. Passei apenas dois meses no Ministério Público, lotado em Petrolina, em homenagem a V. Ex^a, com exercício em Cabrobó.

Naquele longínquo ano de 2000, fiz a Operação Mandacaru, naquela região, no São Francisco, oportunidade em que fizemos busca e apreensão em dois bairros daquela cidade com a colaboração de todas as Polícias em busca de armamentos e de drogas. Ex^a melhor do que ninguém sabe como são as coisas lá no, permita-me chamar assim, nosso Estado de Pernambuco.

Depois disso, voltei para a advocacia; depois desse intervalo de dois meses, continuei na advocacia. Na advocacia, fui conselheiro seccional da Ordem do Estado da Paraíba por três mandatos. Em seguida, fui eleito Conselheiro federal por dois mandatos, cada um de três anos, e, como Conselheiro federal, fui Presidente da Comissão do Exame de Ordem, sendo responsável pela união dos exames de Ordem, de forma a realizar um único exame de Ordem no mesmo dia, para todo Brasil. Fui responsável, então, por essa unificação.

Em seguida, tive a oportunidade de ser Procurador-Geral do Município de João Pessoa. Aqui, faço um paralelo com a Procuradoria-Geral do Cade. Naquela época, era eu um advogado privado, nomeado para exercer um cargo de Procurador-Geral para conduzir os destinos da advocacia pública na capital paraibana. Passei dois anos e meio exercendo esse cargo, tendo sido, quando da minha saída, homenageado inclusive pelos procuradores municipais daquela urbe.

Passo seguinte, fui eleito duas vezes para ser Conselheiro Nacional do Ministério Público por esta Casa, indicado pela OAB, sabatinado e aprovado por este Senado Federal em duas oportunidades. Como Conselheiro Nacional do Ministério Público, exerci a Presidência da Comissão de Infância e Juventude, tendo oportunizado a unificação dos relatórios daquela Comissão e possuindo –





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

formando e possuindo – os primeiros bancos de dados referentes às estações de internamento de todo o Brasil, possibilitando o compartilhamento desses dados com a União Federal, que ainda não os tinha.

Fora isso, sou professor universitário há 23 anos, sou professor concursado da Universidade Federal da Paraíba, aprovado em primeiro lugar; tenho vários artigos publicados, sou orientador de vários trabalhos científicos e palestrante em alguns congressos e simpósios. Assim, penso estar apto para exercer as atribuições (...)

Assim, penso estar apto para exercer as atribuições perante a ProCade, a Procuradoria do Cade, principalmente buscando o combate às infrações à ordem econômica, a análise dos atos de concentração, análise das leniências e, também, as punições por infrações à ordem econômica.

A atuação principal da ProCade é referente às consultorias aos órgãos internos da própria ProCade, bem como representar judicialmente e extrajudicialmente a ProCade, fazer cumprir as decisões do próprio Cade, promover acordos quando previamente autorizado, emitir pareceres quando provocado e, mais do que isso, fiscalizar e buscar o efetivo cumprimento das decisões do Cade.

Apenas para que se tenha uma ideia, ainda que passageira, neste ano de 2017, a ProCade já ofereceu 207 pareceres. Foram 421 processos julgados, apenas em 2017, e 43 termos de colaboração, também apenas em 2017, com o recolhimento de quase meio bilhão ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

Essa é a atuação do Cade e é para ela, visando o desenvolvimento mais adequado de sua atuação, que me disponho a emprestar ao Cade a capacidade jurídica e o conhecimento técnico que consegui auferir nos últimos 23 anos de advocacia.

Se o senhor me permite, Sr. Presidente, lembro que aqui, no Senado Federal, tramitam ainda dois projetos de lei: um, de autoria do Senador Anastasia, que tramita aqui na CAE atualmente, é o PLS nº 305, de 2015, que confere ao Cade atribuição para análise e participação nas fusões e incorporações referentes à parte de concorrência dentro dos entes que integram o Sistema Financeiro Nacional; e ainda outro, com destaque, que é o PLS nº 283, de 2016, de autoria do Senador Aécio Neves, que busca uma maior explicitação das multas impostas pelo Cade e que as decisões do Cade sejam instrumentos para, quando houver judicialização, instruir ou fundamentar as tutelas de evidência.

Então, essas seriam, Sr. Presidente, se assim me permite, as ponderações iniciais que gostaria de fazer nessa fase de apresentação, resguardando-me, por oportuno, para enfrentar os demais temas quando da inquirição pelos Senadores que estiverem interessados em algum esclarecimento.

Contudo, antes de encerrar, gostaria, Sr. Presidente, de agradecer a presença do Dr. Alexandre Barreto, Presidente do Cade, que aqui se encontra prestigiando esta CAE. Também agradeço aos Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público de sempre, Cláudio Portela e Antonio





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Duarte, que aqui se fazem presentes; e ao ainda Conselheiro Orlando Rochadel, que também esteve aqui, ainda há pouco, juntamente com o Senado pelo seu Estado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Eduardo Amorim. Obrigado pela lembrança.

Não poderia encerrar sem antes, também, registrar a presença dos membros que trabalharam comigo no CNMP, especialmente no gabinete...

(...) trabalharam comigo no CNMP, especialmente no gabinete, na SGE, Ana Miranda e José Augusto Peres, aqui presentes; e gostaria de homenagear a advocacia pública na presença do Procurador do Estado de Pernambuco, Walber Agra, meu irmão que aqui também se encontra presente.

Era essa a apresentação inicial, Sr. Presidente, que teria a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Walter de Agra Júnior pela sua exposição.

Eu também queria fazer o registro, agora que ele já antecipou, mas vou de qualquer maneira dizer do meu apreço e da minha satisfação por estar aqui contando com a presença do Dr. Alexandre Barreto, Presidente do Cade; com a presença da Dr^a Mariana Rosa, Diretora de Administração e Planejamento do Cade. Ao mesmo tempo, quero registrar a presença de José Augusto Peres, Procurador de Justiça do Rio Grande do Norte; do Dr. Cláudio Henrique Portela, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; e ainda de Antônio Pereira Duarte, do Ministério Público Militar.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; meu caro Dr. Walter de Agra Júnior.

Depois de ter passado dois meses em Petrolina, está mais do que habilitado para qualquer desafio e qualquer função no serviço público. Mas fora a brincadeira, dizer que o candidato está de fato qualificado, pela fala que aqui trouxe a esta Comissão, relatando aqui a trajetória da sua vida, a sua formação acadêmica, o seu preparo nas mais diversas funções que ocupou, seja na OAB, seja no Ministério Público, seja na Procuradoria Geral do Município de João Pessoa.

Portanto, entendo que do ponto de vista das qualificações, da competência e do preparo, o Dr. Walter está habilitado a essa importante função de Procurador do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De fato, tenho aqui uma série de perguntas, mas não gostaria de fazê-las. Eu queria apenas fazer a provocação de um debate que tem ganhado muito espaço aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos, e aproveito, portanto, a sabatina de V. Ex^a para colher uma reflexão sobre esse tema.

Na realidade, quero me referir à concentração bancária no nosso País. Isso tem sido preocupação do Senador Armando Monteiro, do Senador Tasso Jereissati, do Senador Garibaldi Alves, minha e de tantos outros colegas, aqui nesta Comissão.

Nós temos um sistema bancário no qual cinco bancos, no Brasil, respondem por mais de 90% dos depósitos à vista e dos serviços prestados à população brasileira. Não está (...)

e dos serviços prestados à população brasileira.

Não está a indicar aí uma concentração excessiva? Como ficam o papel do Cade e o papel do Banco Central em relação a uma das atividades que é importantíssima, se não uma das mais importantes, que é a intermediação financeira? O que o Cade já discutiu, já debateu? Qual é a interpretação? À luz da Lei 12.529, de 2011, tem o Cade competência para poder também buscar um melhor equilíbrio na prestação de serviços bancários no nosso País? Não está saltando aos olhos o fato de que o Cade deveria agir e provocar o Banco Central, para que a gente pudesse caminhar na direção de um sistema bancário menos concentrado, mais descentralizado, dando papel, por exemplo, às cooperativas de crédito, aos pequenos bancos regionais, que desapareceram, que saíram do mapa?

Então, na realidade, por meio de tantas perguntas que a assessoria aqui me deu para fazer, eu gostaria apenas de provocar o nosso ilustre sabatinado sobre a visão dele, sobre a percepção dele, para saber se já existem estudos ou iniciativas desenvolvidos pelo Cade para buscar um protagonismo. Sei que pode haver aí uma faixa cinzenta de quem é a competência, se é do Cade, se é do Banco Central, mas acho que não deva fugir da responsabilidade do Cade um olhar ou pelo menos uma provocação, para que a gente possa caminhar na direção de uma normatização que leve a um setor bancário menos concentrado.

Essa era a indagação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pergunto ao Senador Armando Monteiro se já quer se manifestar ou se prefere fazê-lo posteriormente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu posso fazê-lo posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço.

Registro a presença também do Senador Cidinho Santos.

Concedo a palavra ao nosso indicado.

O Senador Cidinho foi de uma rapidez impressionante!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já votou, Senador?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Sai e acabei não votando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pode votar.

Consulto os Senadores se já posso abrir para votação o nome do Dr. Walter de Agra Júnior.
(*Pausa.*)

Há uma ansiedade muito grande em votar nele.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Obrigado.

Tenho a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Sr. Walter de Agra Júnior.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Sr. Presidente, como eu dizia na minha apresentação inicial, fui, Senador Fernando Bezerra Coelho, promotor de Justiça no Estado de Pernambuco e, como tal, eu tinha conta no Bandepe. E ainda me lembro disso. Ainda tenho, inclusive, o cartão da conta bancária. Isso me remonta à época em que os bancos estaduais, quase todos, quebraram, como o Paraiban, o Bandepe. Quase todos os bancos dos Estados quebraram.

bancos estaduais, depois que quase todos quebraram – o Paraiban, o Bandepe –, quase que todos os bancos dos Estados quebraram. Isso me leva a uma reflexão maior sobre esse conflito e essa concentração, aspas, "talvez exacerbada" em apenas cinco bancos, como V. Exª consigna.

Mas não posso perder de mente que a gente tem um conflito e, aí, sim, um conflito de normas, a meu sentir, cinzento, entre a Lei das Concorrências e a Lei Bancária, que é a Lei nº 4.595, de 1964. Num primeiro momento, o Supremo Tribunal Federal entendeu que essa Lei Bancária foi recepcionada pela Constituição e, como tal, ela foi recepcionada como lei complementar e a Lei Antitruste é uma lei ordinária. Então, começou a surgir esse conflito. É bem verdade também que o Supremo tem entendido que quando a lei complementar disciplina matéria que a ela não é atribuída, mas, sim, à lei ordinária, naquela parte em que ela invade a competência da lei ordinária, estaríamos, sim... Ela teria ali o condão de uma lei ordinária naquele ponto.

E aí, o que ensejou inicialmente – e aí esse inicialmente eu falo em 2000 – o conflito entre a aplicação da Lei Bancária e da Lei Antitruste, ainda a Lei 8.884. E o que aconteceu? Dentro de um processo de concentração, questionou-se o fato da interveniência do Cade naquele ato. Ensejou a propositura de um mandado de segurança, que, em primeira instância, teve a ordem concedida por entender que o Cade – Senador Garibaldi – não teria atribuição, diante desse conflito normativo, para enfrentar o tema.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em segunda instância, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região entendeu de modo diverso. E sei, um momento – um momento –, estamos tratando de normas que podem e devem conviver harmonicamente. Enquanto a Lei Bancária, Lei 4.595, visa à regulação econômica, típico e próprio das agências reguladoras, a Lei Antitruste da época visa a quê? À limitação da concorrência. Então, ambas poderiam coexistir, e assim decidiu o TRF da 1ª Região. Processo, o tema foi levado ao STJ e, por três a dois, decidiu-se, pela relatoria da Ministra Eliana Calmon, que a competência específica era do Bacen. Por que isso? Porque, com base no art. 40, §1º da Lei Complementar 73, de 1993, que regulamenta a Advocacia-Geral da União, foi expedido um parecer pela então AGU e esse parecer veio a ser homologado, ratificado pelo Presidente da República. Então, quando assim ocorre, essa norma, esse parecer passa a ter efeito vinculante para a Administração.

Aí, com base nisso, o STJ disse: "Não, não posso entender que essas duas normas possam coexistir, coabitar no mesmo espaço, por isso deve ser aplicada apenas a norma do Banco Central", retirando, assim, do Cade a perspectiva de enfrentamento da questão de concentração no Sistema Financeiro Nacional. É bem verdade que dessa decisão foi aviado um recurso extraordinário para o Supremo. É bem verdade que, depois dessa decisão, a lei em que se discutia isso foi substituída pela atual, a Lei 8.884 foi substituída pela atual Lei Antitruste (...)

foi substituída pela atual Lei Antitruste que V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho, indicou.

E temos mais que isso: temos também o projeto de lei aqui do Senado, de que eu falava no início, do Senador Anastasia, que busca regular justamente isto, busca conceder ao Cade a atribuição que V. Exª questiona para que se possa mais e mais ser enfrentado e absorvido esse tema pelo Cade, porque não é difícil pensar que o Sistema Financeiro Nacional, que o Banco Central talvez não seja, *data maxima venia* de quem pense em contrário, o ente mais abalizado para versar sobre concorrência, onde se tem, dentro do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o Cade.

Então, penso eu que é um desvio indevido de atribuições, e esse desvio indevido está agora aqui na própria CAE para ser distribuído para a relatoria de um dos Srs. Senadores para que a gente possa readequar esse fato.

Ao passo disso, o Cade e o Banco Central – o Presidente Alexandre Barreto está aqui e pode retificar se eu estiver errado – começaram a interagir, de forma que esses atos de concentração também começam a passar de volta pelo Cade. Isso é importante, por quê? Porque a Lei Antitruste concede ferramentas importantíssimas.

V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho, falava em concentração, e aqui no art. 88 da nossa Lei Antitruste é possível inclusive delimitar área! Eu posso fazer cisões parciais. Aquilo que foi incorporado outrora pode ser cindido, pode ser readequado, visando ao quê? Visando a que tenhamos competição no sistema bancário.

Essa é a minha visão inicial sobre o tema que V. Exª pergunta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, o nosso bom-dia!

É com prazer que faço perguntas ao Dr. Walter de Agra Júnior para o cargo de Procurador-Chefe da Polícia Federal Especializada junto ao Cade.

As questões sugeridas são as seguintes: em que medida a crise econômica da economia brasileira, em seu quadro recessivo, afeta a atuação do Cade? No que o Cade pode contribuir para afastar a crise da economia brasileira? Na sua opinião, a análise frequente de questões concorrenciais e de decisões do Cade pelo Poder Judiciário pode afetar e impedir o bom desempenho do Cade? O senhor possui conhecimento acerca das principais ações judiciais que desafiam o cumprimento de decisões do Cade? Na sua opinião, quais são as principais condutas nocivas à concorrência no mercado doméstico? Como o senhor vê o compromisso de cessação de práticas previstas na Lei do Cade, Lei 12.529, de 2011? E a última pergunta: o senhor sugere mudanças no mecanismo de delação premiada previsto na atual Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, do Cade? Essas são as perguntas. (...) de 30 de novembro de 2011, do Cade? Essas são as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Dr. Walter Agra Júnior.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Senador, agradeço a oportunidade de enfrentar esses temas que V. Ex^a provoca porque são de salutar importância.

Permita-me começar pelo enfrentamento das decisões do Cade pelo Poder Judiciário, trazendo-lhe um dado específico: a taxa de êxito médio, nos últimos cinco anos, das ações judicializadas, correspondem a 73,8% dos processos. Então, a taxa de êxito na defesa das decisões do Cade é altíssima. E é por isso que o Cade é uma agência ranqueada em quatro estrelas no mundo.

As decisões do Cade buscam, e a Lei 12.529 propicia isso....Quando há combate a uma decisão do Cade, para que esse questionamento judicial se prolongue, é preciso garantir o juízo. Se de uma forma se evita a provocação, de outra forma garante dar segurança jurídica para o cumprimento das decisões do Cade. "Ah, mas pode ser feito mais". Sim, Senador, pode ser feito mais, porque essa mesma lei garante, por exemplo, a prioridade na tramitação das decisões do Cade.

Então, o que eu quero falar com isso? Quero falar que se as decisões do Cade, os processos do Cade têm prioridade, exceto no trato dos mandados de segurança e *habeas corpus*, que são os únicos dois remédios constitucionais que têm prioridade maior do que o questionamento das decisões do Cade. Quero dizer o quê? Que podemos buscar, com isso, fazer, por exemplo, um projeto piloto, como já ocorreu em outros locais, para que se dê prioridade no julgamento dessas ações para que seja cumprida a lei – não é benesse – e para quê? Para que aquelas multas impostas possam voltar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se o ente que pratica o ato danoso está na iminência de ter a multa que lhe foi imposta pega em seu faturamento, óbvio que o poder repressivo disso vai impedir o maior número de condutas.

Com relação aos termos de cessação de controle, é necessário lembrar que temos hoje uma norma fantástica. E essa norma que temos hoje nos propicia, por exemplo, ter quase R\$0,5 bilhão de arrecadação para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos apenas em 2017, decorrente dos termos de cessação de controle.

Quando se faz o termo, o que acontece? Um dos fatores para esse termo é obrigatoriamente uma contribuição para o Fundo. É parar com aquela prática. Então, essa é uma ferramenta que tem ensejado muito êxito perante o Cade. Portanto, penso eu que tenho enfrentado a questão do Cade Judiciário, as decisões do Cade e o TCC.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Bom, sobre a mudança no mecanismo de delação – a gente fala em leniência – temos, primeiro, que partir do ponto de quê? A leniência aqui é administrativa. A leniência aqui não é a leniência criminal. Ela é a leniência administrativa, mas que tem efeitos criminais, sim. Sim, tem efeitos criminais. Feita aquela leniência, a denúncia, se não foi ofertada, não poderá ser ofertada; se tiver sido ofertada, fica (...)

... ofertada, não poderá ser ofertada; e, se houver sido ofertada, fica suspensa.

Então, isso é importante, e, para tanto, eu acho que o único detalhe que poderia ser ajustado para isso pode ser feito através do PLS nº 283, de 2016, de autoria do Senador Aécio Neves, que propicia uma adequação.

Por exemplo, quando a gente fala de multa, a gente pode sair de 0,1% a 20%, mas a interpretação da norma atual pode dar ensejo a que se saia de 0,1% a 20% ou até o tamanho do dano. Aí, a pergunta é: se esse dano passar de 20%, até onde pode ir a multa?

Então, esse fato aqui poderia ser mais adequado, e já está, por óbvio, esse processo legislativo nas boas mãos do Senado Federal, especificamente tramitando na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o ilustre sabatinado e dizer que eu conheço a sua trajetória e tenho certeza que essa trajetória o credencia amplamente para o exercício dessa nova função.

Lembro que, na família do nosso sabatinado, existem outros ilustres juristas, como o Professor Walber Agra, que é uma referência também no mundo jurídico, eu diria que do nosso País, e que está presente aqui hoje.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, eu quero me congratular com o Dr. Walter e, rapidamente, encaminhar algumas questões.

Quanto a essa questão do conflito de competência entre o Banco Central e o Cade no que diz respeito à defesa da concorrência e ao combate a condutas anticompetitivas nessa área, eu creio que o Senado Federal pode dar uma contribuição exatamente para a resolução dessa zona cinzenta, por assim dizer., e não apenas através do PLS nº 350, de autoria do nobre Senador Antonio Anastasia, mas também, gostaria de dizer, do PLS nº 102, que trata da reforma do Sistema Financeiro, que também recebeu um parecer de nossa autoria definindo essa questão da competência compartilhada entre o Cade e o Banco Central, levando sempre em conta que um cuida da higidez do sistema, do ponto de vista de zelar pela higidez, pela mitigação de riscos sistêmicos, e, na outra esfera, exatamente o combate a condutas anticompetitivas e à defesa propriamente da concorrência.

Então, eu creio que, com a aprovação dessas medidas no âmbito legislativo, nós vamos poder resolver, de forma definitiva, esse conflito de competência.

Mas eu queria, aproveitando que V. S^a terá, sobretudo, a missão de defender as posições do Cade junto ao Poder Judiciário, lembrar que está pendente de decisão no STJ a questão do grau de confidencialidade de algumas informações referentes aos acordos de leniência referendados no Cade. Por outro lado, sabemos da importância da transparência na definição desses acordos.

Como V. S^a avalia a posição do Cade e a necessidade...

Como V. S^a avalia a posição do Cade e a necessidade de manutenção dos incentivos para que se possa ajudar a identificar as práticas anticompetitivas e assim reparar os danos delas decorrentes?

Outro tema diz respeito a uma constatação. É relativamente comum que as empresas recorram judicialmente das decisões administrativas do Cade. Entretanto, temos observado certa morosidade na definição da decisão judicial, o que impede um efeito mais tempestivo das sanções e da correção dessas condutas estabelecidas. Como V. S^a pode liderar, junto ao Judiciário, ações para que haja uma maior agilidade nas decisões judiciais? Como buscar adotar uma jurisprudência, dado que em 80% dos casos o Judiciário tende a seguir o que foi definido pelo Cade?

Finalmente, lembrar que o relatório de 2011, da OCDE, sobre as maiores economias do mundo, revela que o número de cartéis detectados e de empresas reincidentes em práticas anticompetitivas não tem diminuído ao longo do tempo. Há um número crescente de propostas de acordos de leniência e de compromisso de cessação de conduta anticompetitiva que têm sido levadas ao conhecimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Como V. S^a vê a importância de medidas de cunho preventivo e do desenvolvimento de programas de *compliance* concorrencial por empresas? De que forma o Cade pode atuar nessa matéria?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Finalmente, indagaria se V. Ex^a seria a favor da edição de uma lei que preveja normas de proteção e incentivo, aos denunciante, de atos infracionais contra a concorrência? Como V. Sr^a enxerga o modelo norte-americano, que prevê sanções premiais aos denunciante? E com o recebimento de percentual até dos valores recuperados, nos casos em que também estão envolvidos crimes de corrupção?

Eram essas as questões. Eu agradeço pelas respostas.

com o Relator deste tema no Supremo, porque penso eu que a decisão no STJ foi por maioria, foi por três votos a dois, vencidos os Ministros Herman Benjamin e Castro Meira.

Então, no próprio Poder Judiciário, no guardião das normas infraconstitucionais, esse tema não está pacificado, tampouco aqui, porque aquela decisão não está sendo aparada por este Poder Legislativo. Basta ver que temos dois PLS sobre o tema. Então, isso mostra que aquela decisão empreendida inicialmente pela AGU, talvez, não seja a mais acertada, e a realidade mostra que, efetivamente, não o é.

Vamos passar um pouquinho agora para a questão da morosidade. V. Ex^a registra a informação que dei aqui, a de que em torno de 80% está a taxa de êxito das ações do Cade. Realmente, isso está em torno de 80%, mas a gente passa por este outro problema da morosidade.

Permita-me trazer aqui a experiência de quem foi Conselheiro Nacional do Ministério Público. Lá, como Conselheiro, a gente julgava um procedimento que se chamava Riep (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo), justamente quando o processo estava a cargo de um membro do Ministério Público e quando passava o tempo sem aquele impulsionamento. Passava além do tempo natural, normal, aceitável, sem o impulsionamento. E o que é que se fazia? O interessado provocava o CNMP com este instrumento que se chama Riep, e aí bastava a notificação do Conselheiro para esse representante do Ministério Público, que, com menos de um mês, aquele impulsionamento, que estava ausente, concretizava-se.

Igual instrumento possui o CNJ. Então, penso que, quando a matéria tem relevância, deve ser feita justamente essa provocação. Há norma específica no Regimento Interno do CNJ para tanto. Então, aquilo que se utilizava e que pode ser utilizado ainda para o Ministério pode, igualmente, ser utilizado também para a Magistratura no tocante à morosidade.

E aí a gente buscava, efetivamente, cumprir... Primeiro, faz-se uma visita, faz-se uma provocação: "Ah, não vai, não?" Aí vamos para os meios naturais, porque a tramitação dos processos do Cade é preferencial por determinação legal. A ProCade não estará pedindo nenhum favor, nenhuma gentileza à Magistratura, vai pedir apenas que se cumpra a lei. Ah, bom, mas qual dispositivo vamos cumprir? Então, vamos conflitar essas prioridades, com um pouco de paciência. Mas nada justifica que passem seis, sete, oito ou dez meses sem que haja o enfrentamento dessa decisão. E o caminho que vejo é esse. E digo que isso funcionava quando eu era Conselheiro em relação aos membros do Ministério Público e espero também que funcione em relação aos membros do Poder Judiciário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, vamos enfrentar a questão do sigilo na leniência. É bom lembrar que, na questão da leniência, há três fases. A primeira é a proposta. Então, há a proposta e, em seguida, a negociação. Essa fase de proposta e de negociação, necessariamente, tem de ser sigilosa. Por quê? Porque ainda não foi fechada. Vão se aceitar aquelas informações, vão se aceitar aqueles documentos ou não? Então, essa fase, necessária e obrigatoriamente, no meu sentir, tem de ser sigilosa, sim. Mas, uma vez fechado o acordo de leniência, que é homologado pelo Tribunal Administrativo do Cade, é obrigatório que isso seja público. É obrigatório que isso seja público! Como a Procuradoria do Cade vai buscar cumprir isso se ela não for pública? "Ah, não, porque ele vai participar da cessão!" O.k.! Mas e a sociedade? A sociedade também tem o direito de cobrar isso. E tem de prestar contas ao Poder Legislativo. Como se faz isso se isso não for público? Ou será que o Tribunal estaria concedendo benesses indevidas? É claro que não! A leniência exige, primeiro

estaria concedendo benesses indevidas. Claro que não! Porque a leniência exige, primeiro, a identificação de todos os envolvidos pela empresa. Ela precisa ser a primeira do grupo do cartel a denunciar aquele envolvimento. Ela precisa cessar aquela prática. Ela precisa, ainda, também, que a Superintendência do Cade não tenha elementos suficientes – necessários e suficientes – para já buscar a punição. Então: "Vou deixar para o final, depois que o processo estiver instruído, que a culpa estiver provada..." Aí, a leniência não pode ocorrer, a leniência não vai poder ocorrer.

Dentro desse ponto de leniência, vem a importância dos outros dois questionamentos de V. Ex^ª. A norma de proteção aos denunciantes. É imprescindível que se tenha a norma de proteção aos denunciantes. Lembrando... Senadora Simone Tebet, obrigado por sua presença... Essa norma de proteção aos denunciantes é salutar, é um incentivo a mais. Por que não? O que se está combatendo não são atos atentatórios à ordem econômica que violam a competência? O interesse deve ser amplo, não só das autoridades que trabalham no sistema econômico, mas de toda a população, porque fraudada a concorrência, evitada a competitividade, vai redundar em quê? No aumento do preço, abusivo.

Então, por isso vejo com bons olhos a norma de proteção aos denunciantes e também a evolução para a sanção premial, tal como ocorre nos Estados Unidos, baseados numa evolução do Sherman Act, que regula o fato nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr^ªs e Srs. Senadores, quero manifestar a satisfação de ter aqui sendo sabatinado o Dr. Walter de Agra Júnior, paraibano, como eu. É uma pessoa que tem um currículo extraordinário, apesar de jovem, tem grandes serviços prestados ao nosso Estado e ao País. A última função do Dr. Walter de Agra foi participar, ser conselheiro do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Portanto, como todos puderam verificar, o Dr. Walter de Agra Júnior é preparado para a função que ele vai ocupar no Cade. E é importante que um órgão que tem a expressão do Cade, que tem a responsabilidade do Cade, tenha nos seus quadros, como conselheiros, como presidente, como superintendente e como procurador, pessoas que efetivamente têm um currículo técnico significativo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e consistente para que possa desenvolver os seus trabalhos com inteira dedicação e independência, possa desenvolver o seu trabalho sempre em benefício do Estado brasileiro, qualquer que seja o governo naquele momento.

Portanto, nesta Comissão de Assuntos Econômicos – com a qual tenho uma relação muito estreita por ser o seu fundador e três vezes presidente –, recebi aqui esta honra (...)

Recebi aqui essa honra do Senador Garibaldi Alves, que está presidindo esta Comissão, me dando esta oportunidade de me sentar um pouco aqui na cadeira de Presidente, para daqui fazer a homenagem da Comissão de Assuntos Econômicos, a homenagem da Paraíba ao Dr. Walter de Agra Júnior, um paraibano que merece, pelo seu currículo, pela sua história, pelo seu trabalho, estar aqui sendo sabatinado e, com certeza, receber o apoio de todos os Senadores que passaram por esta Comissão hoje.

Quero, portanto, Dr. Walter Agra, homenageá-lo e dizer que é uma satisfação muito grande tê-lo aqui neste momento, sabatinando, conversando, discutindo e ouvindo, naturalmente, as suas considerações, que, indiscutivelmente, impressionaram muito bem e positivamente todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Portanto, Dr. Walter Agra, que tenha sucesso na sua nova função, como já teve em todas as funções que ocupou durante a sua vida, apesar de ser jovem ainda, mas um profissional de muito futuro, de muito valor e que, sem dúvida nenhuma, vai engrandecer mais o Cade.

Eram essas as palavras que eu queria dizer neste momento.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – O Senador Raimundo Lira honra e enaltece a representação da Paraíba no Senado e especialmente nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu gostaria de agradecer as perguntas e os questionamentos que me foram feitos. Coloco-me ainda à disposição. Permitam-me, nesta fase, agradecer também ao Conselheiro Orlando Rochadel, que se faz aqui presente, e agradecer o apoio que tive, Presidente Alexandre Barreto, não só de V. Ex^a, mas também dos Procuradores do Cade, na pessoa do Procurador da AGU Fernando Bastos e, junto a ele, ao Dr. Walber Agra e ao Dr. Solon Benevides, Procuradores do Estado. Em nome deles, gostaria de homenagear também a advocacia, ao tempo em que continuo à disposição dos Srs. Senadores para os questionamentos que se façam necessários.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, eu estou como o Senador Hélio José, cheio de papel e perdido.

Eu tinha elaborado aqui três perguntinhas para você, mas os universitários perderam e eu perdi junto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Walter, eu quero aproveitar e dizer para você que você tem meu voto de confiança na aprovação do seu nome. Quero desejar para você muito sucesso nessa nova caminhada, nesse novo trabalho. Sem nenhuma dúvida, é uma pessoa que está à altura e preparado para esse cargo importante na República brasileira. Eu fico feliz em ver pessoas novas preparadas para ocupar cargo tão importante na conjuntura, na estrutura da nossa República brasileira.

Portanto, eu quero só referendar isso aqui, dizendo para você que desejo todo sucesso, bons trabalhos, muito otimismo, muita vontade, muita atitude, que seja muito proativo, e que realmente todos os sonhos que estão hoje dentro do seu coração possam realmente ser colocados na prática, no sentido de você prestar o serviço (...) colocados na prática, no sentido de você prestar o serviço que você quer prestar ao Brasil dentro dessa nova função. Sorte e felicidades.

O SR. WALTER DE AGRA JÚNIOR – Senador Telmário, obrigado pela renovação da confiança, confiança que V. Exª já demonstrou em mim em outra assentada, quando da sabatina e votação do meu nome para a o CMMP. Renovo meus agradecimentos e espero, mais uma vez, não decepcioná-lo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Todos os Srs. Senadores já votaram. Já se manifestaram? *(Pausa.)*

Peço, então, que se abra o painel.

Resultado da votação.

Walter de Agra Júnior: 15 votos SIM. Nenhum voto NÃO.

Confirmado. Parabéns a ele que vai exercer então o cargo de Procurador-Geral junto ao Cade.

(Pausa.)

Antes de suspender a reunião, porque vamos agora ter outro momento de votações, quero novamente destacar aqui o que se constituiu, durante esse tempo todo, a participação do Dr. Walter de Agra Júnior.

Foi realmente uma participação brilhante, que nos deixa muito à vontade para desejar a ele todo sucesso e o desejar também àqueles que vão compor com ele a diretoria dessa importante instituição.

Quero agradecer a presença do Presidente do Cade.

(Intervenção fora do microfone.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrar a nossa reunião, eu vou submeter a votos o Requerimento nº 143, de 2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 7**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 143, de 2017****- Não terminativo -**

Requerimento de inclusão de convidado.

Autoria: Senador Tasso Jereissati.

Neste requerimento, em aditamento ao Requerimento nº 124, o Senador Tasso Jereissati requer seja convidado o Sr. Francisco Albuquerque Moura, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros, para participar da realização de audiência pública conjunta entre as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Serviços de Infraestrutura, para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado de nºs 726 e 530, de 2015, e do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros.

Este requerimento, de autoria do Senador Tasso Jereissati, foi subscrito por mim também.

Neste instante, eu o coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora colocar em votação a ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam com a ata da reunião anterior permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Está encerrada, portanto, mais esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (25ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (42ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (35ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (27ª REUNIÃO), EM 20 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy, Acir Gurgacz e Ricardo Ferraço, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Omar Aziz, Otto Alencar, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Lasier Martins, Ana Amélia, Elmano Férrer, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Ataídes Oliveira, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Comparecem os Deputados Federais Cabo Daciolo, Carlos Zarattini, Osmar Serraglio e Renzo Brat; o Vereador do Município de Olinda Jorge Federal e o Vereador do Município de São Paulo Adilson Amadeu. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, João Alberto Souza, Paulo Rocha, Jorge Viana, Flexa Ribeiro, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa** para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros, atendendo aos requerimentos RCT 19/2017, de autoria do Senador Pedro Chaves, RCT 29/2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz, RCT 30/2017, de autoria do Senador Pedro Chaves, RAS 122/2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, da Senadora Ana Amélia e do Senador Airton Sandoval Santana, RQE 124/2017, de autoria do Senador Pedro Chaves, RQE 128/2017, de autoria do Senador Armando Monteiro, RQI 38/2017, de autoria do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Lasier Martins e do Senador Acir Gurgacz, RQE 143/2017, de autoria do Senador Tasso Jereissati e do Senador Garibaldi Alves Filho. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Daniel Mangabeira, Diretor de Políticas Públicas do Uber no Brasil; Fabio Godoy Teixeira da Silva, Consultor Jurídico da Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi – ABRACOMTAXI; Francisco Albuquerque Moura, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; João Sabino, Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline – ABO2O; Ângelo José Mont’Alverne Duarte, Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda – MF; Guilherme Mendes Resende, Economista-chefe do Departamento de Estudos Econômicos – DEE do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Paulo Gaba, Representante da Confederação Nacional do Transporte; André Oliveira, representante da Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil – AAMOTAB; e Edmilson Sarlo, Presidente da Associação Brasileira das Associações Cívicas e Cooperativas de Motoristas de Taxi – ABRACOMTAXI. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores Pedro Chaves, Ana Amélia, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Faria, Fernando Bezerra, Armando Monteiro, Humberto Costa, Acir Gurgacz; o Deputado Federal Cabo Daciolo; o Vereador do Município de Olinda Jorge Federal e o Vereador do Município de São Paulo Adilson Amadeu. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Senador Ricardo Ferraço

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/20>

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6^a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes com a participação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços e Infraestrutura.

Esta é uma audiência pública.

Iniciando os trabalhos, informo que realizaremos hoje, em atendimento aos requerimentos RCT nº 19/2017, de autoria do Senador Pedro Chaves; nº 29/2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz; nº 30/2017, de autoria do Senador Pedro Chaves; RAS nº 122/2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; RQE nº 124/2017, de autoria de Pedro Chaves; RQE nº 128, de autoria de Armando Monteiro; RQE nº 143, de autoria de Tasso Jereissati; RQI nº 38, de autoria de Lasier Martins e outros Senadores. A presente audiência pública tem como objetivo instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015, e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, que tramitam em conjunto e regulamentam o transporte individual privado de passageiros.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para tanto, foram convidados e confirmaram presença os seguintes palestrantes: o Sr. Guilherme Mendes Resende, Economista-chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); o Sr. Daniel Mangabeira, Diretor de Políticas Públicas da Uber no Brasil; Sr. Edmilson Sarlo, Presidente da Associação Brasileira das Associações Cíveis e Cooperativas de Motoristas de Táxi; o Sr. Fabio Godoy Teixeira da Silva, Consultor Jurídico da Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Táxi; o Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Sr. João Paulo Sabino, Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline; o Sr. André Oliveira, Presidente da Associação Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil (Aamotab); o Sr. Ângelo José Mont'Alverne Duarte, Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; o Sr. Francisco Albuquerque Moura, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros; o Sr. Paulo Gaba, representante da Confederação Nacional do Transporte e Presidente da Federação Nacional das Empresas Locadoras de Veículos Automotores.

Justificam a ausência em razão de compromissos previamente assumidos: o Sr. André Ramos Tavares, Professor Titular de Direito Econômico da Universidade de São Paulo; o Sr. Lenio Luiz Streck, Jurista e professor; o Sr. Luís Fernando Massonetto, Professor de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; o Sr. Carlos Ragazzo, Professor da Fundação Getúlio Vargas; o Sr. Vinicius Marques de Carvalho, ex-Presidente do Cade; o Sr. Fernando Menezes, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Constava ainda no rol de convidados, mas encontra-se ausente do País, o Sr. Ciro Biderman, Professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passaremos, então, às exposições dos convidados. Terminadas as exposições, as Sr^{as} e os Srs. Senadores poderão interpelar cada orador, obedecendo a ordem de inscrição, pelo prazo de três minutos para o questionamento, tendo o orador o mesmo prazo para resposta, de acordo com o art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal.

Agora, a parte mais importante para o bom andamento da nossa reunião. Como todos os senhores viram, nós temos um número bastante grande, o que não é normal em uma audiência pública. Vamos organizar da seguinte forma: estão ali nas duas últimas fileiras os convidados. O convidado chamado se sentará aqui e fará a sua exposição de dez minutos. Quando faltarem dois minutos para dez, tocará uma campainha, e eu pedirei para que sejam exatamente dentro do prazo as falas de cada um.

Convido para tomar assento o primeiro convidado, Guilherme Mendes Resende, Economista-chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Explico que esta é uma audiência conjunta de várias comissões. Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Presidente está aqui presente, que é Otto Alencar; o Vice-Presidente é Acir Gurgacz; e Pedro Chaves é o Relator deste importante projeto.

Eu abrirei esta reunião e, depois, um pouco mais à frente, darei a Presidência, que é de direito, ao Senador Otto Alencar – a quem eu agradeço por podermos fazer essa mudança.

Por favor, você quer pôr os dez minutos de novo, porque eu me estendi, e aqui um minuto é muito precioso.

Com a palavra o Sr. Guilherme Resende.

O SR. GUILHERME MENDES RESENDE – Bom dia.

Queria agradecer o convite da Comissão. É sempre um prazer estar aqui para falar de assuntos tão importantes.

Como o tempo é curto, eu queria dividir minha fala em três pontos. No primeiro ponto, bem rapidamente, eu quero contextualizar essa discussão dentro do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, especificamente no Cade, sobre como nós estamos tratando disso. No ponto dois, eu queria levantar questões da economia da concorrência na discussão deste tema. E, por final, eu quero levantar alguns pontos sobre desafios no tratamento dessa questão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, bem rapidamente, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, como vocês sabem, é composto pelo Cade e pela SEAE, que também está aqui presente.

No caso do Cade, nós temos uma atuação repressiva, preventiva e educativa. No caso da nossa atuação repressiva, temos algumas denúncias que já foram tratadas e estão sendo tratadas no Cade em relação aos aplicativos, especificamente o Uber. Um procedimento preparatório de inquérito administrativo já foi arquivado em relação a uma denúncia de concorrência desleal, e um segundo processo administrativo está em fase de alegações finais. Então, eu só queria dar esse contexto de como estão sendo tratadas essas questões quando chegam ao Cade.

O segundo ponto é o que eu penso ser o mais importante e eu queria ressaltar aqui neste início das discussões – acho que cada um dos senhores convidados vai ressaltar um ponto, mas eu não poderia deixar de falar sobre a importância da concorrência. A concorrência, a competição – nós sabemos – é o motor que leva as empresas, os prestadores de serviço a proverem, a fazerem o melhor serviço para os consumidores. E este é um dos objetivos da nossa política de defesa da concorrência: trazer benefícios, aumentar os ganhos e o bem-estar do consumidor.

Dito isso, como isso é feito na defesa da concorrência? Com uma diminuição de preço ou com maior oferta de produtos, maior variedade de produtos para os consumidores, ou produzindo inovações, produtos inovativos para os consumidores. E é nesse ambiente de competição, que a gente está aqui hoje, que estamos vivendo com essas inovações, com esses aplicativos de corridas desse transporte individual porta a porta, sabendo que, no transporte de táxi, por exemplo, há três níveis: os pontos de táxis; você poder pegar táxi também nas ruas; e o terceiro nível seria esse de transporte porta a porta, que é justamente onde os aplicativos entram.

A gente também sabe que, apesar da importância da competição, esse é um mercado já regulado no que tange aos táxis, tendo em vista as nossas conhecidas falhas de mercado existentes. Tanto a simetria de informação quanto externalidades negativas ensejaram necessidades de regular esse mercado para tratar questões de segurança, questões de qualidade, questões de congestionamento, questões de poluição e também questões de poder de barganha. Por isso, você tem o preço dos táxis predeterminado.

Então, a questão que surge neste momento – e por isso os projetos de lei aqui – é o que e como regular esse mercado de aplicativos de transporte individual. As três





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

variáveis que usualmente são reguladas aqui no Brasil e ao redor do mundo, não todas, mas uma combinação delas, seriam preço, quantidade e qualidade. E é nesse ambiente de discussão do que regular que nós estamos aqui hoje discutindo isso.

Um segundo ponto, uma outra mensagem que eu queria colocar aqui é que, qualquer que seja essa regulação, eu acho que, nesse mercado, a gente tem que pensar com proporcionalidade. Qualquer regulação que venha a ocorrer deve ser proporcional. Eu queria levantar esse ponto. Por quê? Porque logicamente essas inovações tecnológicas já conseguem solucionar alguma parte dessas falhas de mercado, não necessitando, assim, de regulação. O que eu acho que esses projetos em trâmite aqui têm de ter como princípio é esse princípio da proporcionalidade, sabendo também que essa regulação, ou grande parte dessa regulação também virá no nível municipal.

Ao ser proporcional, onde nós deveríamos focar se alguma regulação for imposta? A meu ver, questões de quantidade e preço podem, de alguma forma, levar a aumentos de preços, o que vai justamente contra o princípio da concorrência, que está justamente buscando diminuições de preços. Por sua vez, questões de qualidade, apesar da concorrência, podem levar a esse aumento de qualidade. Eu acho que esses incentivos podem não ser bem delineados. Então, talvez haja algum espaço, eu acredito que haja algum espaço para regulação no que tange à qualidade, à segurança dos serviços.

O ponto com que eu queria terminar, a terceira parte do que eu queria falar são os desafios colocados para todos nós formuladores de políticas, implementadores de política, que é a questão da coordenação de políticas públicas, que não é um ponto apenas desse mercado, mas é tentar entender como esses aplicativos podem se inserir no planejamento urbano, no planejamento de mobilidade urbana. Eu acho que esse é o grande desafio.

Nos nossos Municípios, nas nossas metrópoles, nós temos planos de mobilidade urbana de cinco, dez anos fixos. Como esses planos de mobilidade vão conseguir incorporar essas inovações que são anuais, semestrais e, muitas vezes, mensais? Eu acho que este é um dos grandes desafios que nós temos aqui: como legislar, regulamentar um mercado em constante movimento. Por isso é que nós temos que ter cuidado ao querer regular demais um mercado que não sabemos ainda para onde vai e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o futuro dele. Notícias de inovações tecnológicas nesse setor são anunciadas a cada instante.

Em relação a isso, o que o Departamento de Estudos Econômicos do Cade está fazendo? Nós já fizemos um estudo, em 2015, sobre a entrada do Uber e sua rivalidade com os aplicativos de táxi. Uma das conclusões iniciais – e aqui eu tenho que também colocar um asterisco – foi uma conclusão inicial da entrada, num período logo após a entrada do Uber, em que nós mostramos que o Uber criou uma nova demanda, não rivalizou tanto com os táxis. E aí eu falo táxis aqueles que estavam nos aplicativos de táxi. Ele conseguiu criar uma nova demanda.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME MENDES RESENDE – O que a gente está fazendo agora e pretende terminar no final do ano ou no início do próximo ano é um novo estudo. A gente coletou, pediu novas informações e vai reavaliar como anda esse mercado. Só pelo recebimento dos dados, a gente já vê uma mudança: existem mais empresas entrando, ou seja, a entrada nesse mercado está acontecendo. Logicamente o Uber hoje, no Brasil, domina, tem uma maior parcela, mas é um mercado ainda que a gente diz que não é maduro. É um mercado dinâmico, em desenvolvimento, que a gente tem que acompanhar de perto e ver as suas evoluções até para tirar conclusões mais assertivas.

Eu já estou vendo ali que o meu tempo está acabando. Eu quero ser exemplo aqui para os próximos.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Agradeço.

Eu acabei de ser informada de que esta sala tem uma programação diferente. Então, vai tocar um minuto antes dos dez e aí automaticamente cessa o som.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Pois não, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Senadora Marta, eu estava falando com a senhora e com o Senador Otto Alencar que está todo mundo barrado aí fora. Esta é uma audiência pública de muito interesse. Eu vejo que só do Rio de Janeiro a quantidade de pessoas que está aí fora querendo entrar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e assistir é muito grande. Eu sinceramente não vejo sentido a gente fazer aqui uma reunião como esta... Podia chamar a CAS, colocar um...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Senador, eu acabei de falar com V. Exª, quando trocávamos uma ideia aqui...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – ... oferecendo a CAS, que está com o plenário vazio com um telão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Mas tem que liberar a portaria. O problema é esse.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – A portaria é com o senhor. Eu estou liberando a CAS, que é onde eu tenho possibilidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Se for por mim, eu declaro liberada a portaria para todo mundo. (*Risos.*)

Se for assim... V. Exª é a Presidente, está presidindo os trabalhos.

De fato, não há muito sentido, Senador Otto. Está todo mundo aqui, não há clima de disputa, não há muito sentido as pessoas viajarem dos Estados – esta é a Casa do povo – e não participarem. Nem na CAE...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Senador, posso lhe dar uma sugestão? Ir ao Presidente da Casa, que decide isso, Eunício, e pedir para ele fazer a liberação. Eu, como Presidente da CAS, liberei agora o auditório da CAS. Então, o que eu poderia fazer, e esta Mesa, a não ser que algum dos representantes aqui tenha outra sugestão...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – É uma estrutura de guerra que está montada aqui. Não há sentido nenhum!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Quero agradecer a presença do Deputado Zarattini, de São Paulo, e do Vereador Adilson Amadeu, que é grande liderança do transporte também em São Paulo, que teria tido muito prazer se estivesse aqui presente com todo o seu conhecimento e bagagem, mas, infelizmente, quando chegou às nossas mãos a possibilidade, já estávamos com esse número exorbitante, e não deu para acrescentar mais alguém, pelo que me desculpo.

Com a palavra, então, Daniel Mangabeira, Diretor de Políticas Públicas da Uber Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DANIEL MANGABEIRA – Senhores, bom dia a todos. Meus cumprimentos à Senadora Marta Suplicy, Presidente da Mesa, em nome de quem cumprimento todos os outros.

Eu vou tentar fazer uma fala um pouco mais conceitual e, depois, abordar o tema principal do nosso debate aqui, mas eu acho importante dar um passo atrás e tentar posicionar sobre o que nós estamos falando quando falamos de transporte baseado em aplicativo e baseado em tecnologia. Eu trouxe uma pequena apresentação aqui para passarmos rápido por esses conceitos.

Eu acho que, antes de mais nada, é importante dizer que, quando a gente fala em transporte baseado em aplicativo, a gente fala necessariamente de um sistema intermediado, ou seja, de um sistema triangular. E já aí a gente percebe uma diferença muito marcante dos sistemas tradicionais, que são em sua essência sistemas bilaterais, ou seja, onde a contratação se dá diretamente entre o prestador do serviço e o demandante do serviço; aqui, necessariamente, há de haver essa intermediação alicerçada por tecnologia.

Isso ecoa um pouco o que disse o Guilherme anteriormente. Essa intermediação por tecnologia é que é responsável por aliviar um pouco essas assimetrias de informações que nós víamos em sistemas anteriores. Por óbvio, essa intermediação também coloca uma camada extra de tecnologia e segurança no sistema, só que isso não exclui a possibilidade de um regramento anterior para que tanto demandantes quanto provedores desse serviço acessem esse tipo de plataforma.

No nosso caso, há um conjunto de regras tanto para usuários quanto para motoristas ingressarem. Os motoristas – é importante acrescentar – todos passam por uma rigorosa checagem de antecedentes criminais. Eles têm de ter uma observação de que eles exercem atividade remunerada, e eles são obrigados a contratar um seguro que cubra o passageiro e que também cubra despesas médicas no fim das contas.

E isso tudo faz com que a gente tenha uma outra possibilidade ao alcance de nossas mãos, não apenas para a gente dar e condicionar uma alternativa de deslocamento mais eficiente, mais democrática e mais inclusiva para os usuários, mas também uma grande oportunidade de geração de renda para os indivíduos. A gente hoje passa por uma situação um pouco delicada no contexto econômico do País. E essas plataformas – não apenas a Uber, que é um exemplo de muitos – hoje





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

possibilitam geração de renda para indivíduos de Norte a Sul do Brasil, como a gente pode ver aqui, tangibilizando algumas pessoas que utilizam a Uber para gerar renda.

Alguns dados sobre a Uber no Brasil. Enfim, ainda que seja uma empresa originária dos Estados Unidos, a Uber é registrada e incorporada nos Estados Unidos, ou seja, é uma empresa brasileira que hoje tem 17 milhões de usuários ativos ao redor do País e que está presente em todas as 27 capitais. Desde 2014, quando a Uber ingressou, em julho, agosto, aproximadamente, já foram realizadas mais de 530 milhões de viagens, e espalhamos por região o número de usuários que nós temos, enfim, com crescimento vertiginoso a cada dia.

Acho que é importante também para este debate mencionarmos que não há esterilidade nessa discussão, porque, na verdade, este debate já avança num nível local. Então, nós já temos exemplos de regulamentações em alguns Municípios. Essas são as principais que nós temos: São Paulo foi a primeira, e foi regulado em maio de 2016. É importante frisar que grande parte dessas regulações entenderam esse modelo como um modelo distinto, como um modelo de verdade, que introduz uma alternativa no ambiente do transporte urbano, do transporte das cidades, e, por consequência, as regulações entenderam por bem ordenar esse sistema de maneira também distinta, para poder preservar essa flexibilidade e poder preservar esse aspecto democrático de geração de oportunidade de trabalho e renda, de possibilidade de deslocamento a preços mais acessíveis para populações de Norte a Sul do País.

Esse sistema traz uma série de benefícios à mobilidade urbana – eu quero mencionar dois aqui muito rapidamente. Eu acho que não apenas é um sistema que contribui para a retirada de carros das ruas como é um sistema que complementa o sistema de transporte público já existente. Esse aqui é um mapa da cidade de São Paulo desde a entrada da Uber no País, de janeiro de 2015 até janeiro de 2017, e a gente consegue ver o potencial de capilaridade geográfica que esse sistema adquire. O que a gente tem como consequência imediata disso é que a gente consegue prover para usuários e para motoristas duas premissas fundamentais: confiabilidade e acessibilidade. Eu, como indivíduo, só vou abrir mão do meu carro particular se eu tiver uma alternativa que me seja tão confiável quanto e tão acessível quanto. E transporte por plataforma, porque dinâmico, porque capilar, consegue prover isso para as cidades.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O segundo ponto é exatamente o complemento à malha de transporte público. Isso aqui é um outro eslaide também referente à cidade de São Paulo. Esses tracejados de azul que a gente consegue enxergar são viagens que são iniciadas ou finalizadas em estações de metrô, o que denota, como a gente pode ver, um padrão muito constante, muito sólido nos pontos finais, nas estações finais, que mostra que as pessoas utilizam também essa ferramenta, nesse caso a Uber, para complementar o deslocamento pelo sistema de trilhos. É o chamado deslocamento em última milha.

O Poder Público, ao redor do mundo e sobretudo no Brasil, já percebe esse tipo de ferramental lastreado em tecnologia como um ferramental muito útil para a administração e para a gestão pública. Então, desde que a Uber começou a operar no Brasil, já há um sem número de parcerias estabelecidas em nível local, como em nível federal. Essas parcerias não apenas têm o condão de melhorar o sistema de mobilidade urbana, mas elas também têm o condão de dar um pouco mais, de beneficiar a sociedade de maneira mais ampla. Eu citaria aqui, de maneira muito rápida, uma parceria muito recente, do ano passado, que vai se repetir neste ano com o Ministério da Saúde, para poder levar as pessoas para se vacinarem, o que a gente chamou de UberGotinha.

Eu não queria finalizar – eu vejo que tenho apenas quatro minutos – sem falar um pouco do debate que está posto aqui nesta Casa a respeito do projeto de lei que, no fim das contas, na nossa ótica, confunde dois conceitos que estão introduzidos em ordenamento jurídico. Ele tenta caracterizar como público um sistema que é, em essência e em definição, privado. Enfim, a gente produziu essa coluninha para demarcar como essa diferença é muito flagrante e que, no fim das contas, não há que se confundir, seja por ordenamento jurídico, ou seja, o conjunto de leis que lastreia e que norteia a existência desse sistema, notadamente a Política Nacional de Mobilidade Urbana, de 2012, ou mesmo a lei que garante e que consolida a profissão de taxista, de 2011. De maneira muito clara e de maneira muito nítida, elas segmentam e segregam o que é um transporte individual público e o que é um transporte individual privado.

Na nossa ótica, ao se confundir, ao se sobrepor os dois, no fim das contas, nem se regula um nem se regula outro, e o impacto maior que se tem é criar um sistema que vai, por definição, já nascer ineficiente, vai prejudicar a prestação de serviço para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

os usuários ao largo e vai impedir ou prejudicar que pessoas de norte a sul do Brasil tenham, nesse tipo de plataforma, uma ferramenta de geração de renda.

Há alguns exemplos marcantes nesse projeto de lei. O mais marcante deles talvez seja a classificação como veículo de aluguel, o que, no debate da Câmara, acabou sendo justificado como a possibilidade de se regular a iniciativa privada. Na verdade, a iniciativa privada a gente vê como regulação, enfim, em todos os setores da indústria e da economia brasileiras. Na nossa ótica, o que esse debate deveria promover é uma discussão racional de como a gente deve prover, na verdade, regras de acesso, em lugar de simplesmente replicar regras de exercício, para que esse sistema mantenha padrões de qualidade, mantenha padrões de segurança sem que afete a dinâmica e a eficiência de como ele é prestado nos centros urbanos.

Por fim, eu acho que é importante frisar que essa é uma discussão que, como todos nós aqui sabemos, é bastante controversa e que já superou o ambiente legislativo e o ambiente executivo e hoje se situa também no ambiente judiciário, mas há uma tese muito sólida que hoje vem se pacificando em tribunais de primeira e segunda instâncias em todo o País que já percebe esse sistema como um sistema absolutamente legítimo, como um sistema legitimamente introduzido, como um sistema que é diferente do sistema público e, portanto, que deve ser regulado de forma diferente. Essas leis já têm percebido regulações restritivas ou regulações proibitivas como sendo inconstitucionais e vêm pugnando e promovendo um debate mais racional, situando essa discussão num espectro de que esse sistema legítimo não apenas deve ser debatido e deve ser internalizado, mas deve ser internalizado com um mínimo de intervenção possível.

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL MANGABEIRA – E o mínimo de intervenção possível não significa ausência de regras, como a ausência de regulamentação não significa ilicitude desse modelo. Um mínimo de intervenção significa regulamentar de maneira um pouco mais racional, provendo, mais uma vez, regramentos de acesso, aliás, regramento de exercício em lugar de regramento de acesso. Em lugar de construir barreiras e impedir que trabalhadores ou que usuários possam acessar esse modelo, na verdade, toda a indicação que vem do Judiciário e de alguns órgãos reguladores no Brasil vem determinando que esse regramento seja feito *a posteriori* com o mínimo de intervenção possível.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para finalizar, eu gostaria apenas de dizer que, para nós, é um grande prazer participar desta discussão e participar deste debate. A gente espera que essa discussão continue propositiva e racional como tem sido até agora. A gente espera que, na verdade, esse sistema seja visto como um sistema que é benéfico para a cidade, que traz muito benefício para a mobilidade urbana e para a geração de emprego, para a geração de trabalho e renda nas cidades. E a gente espera, sobretudo, que, ao se perceber esse sistema como um sistema diferente, regulamente-se esse sistema de uma forma distinta também.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Muito obrigada, Daniel Mangabeira.

Chamo agora o Edmilson Americano, Presidente da Abracomtaxi.

O SR. EDMILSON SARLO – Eu quero aqui cumprimentar todos os Senadores, cumprimentar a Senadora Marta Suplicy.

O som parece que... Está funcionando o som?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDMILSON SARLO – Quero cumprimentar todos da Mesa e agradecer ao Senador Acir Gurgacz por ter requerido a nossa presença aqui.

Eu vou pedir a atenção dos senhores porque a Uber vem e explana que é o sinônimo de modernidade, de bom atendimento e que veio resolver a questão da mobilidade. Então, eu gostaria de passar um vídeo de 1,30 minuto apenas antes da nossa fala.

Por favor.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. EDMILSON SARLO – Senhoras e senhores, o PLC 28, que foi aprovado na Câmara dos Deputados, acaba com essas mazelas, acaba com essa questão de sequestro, acaba com os assédios sofridos pelos passageiros, pelas passageiras dentro desses carros que não têm fiscalização – o Judiciário impede de haver a vistoria dos atestados de antecedentes –, impede assédios, impede sequestros. É por isso que nós estamos aqui pedindo a aprovação do PLC 28. E, por mais que a grande imprensa não divulgue e não dê destaque para isso, as mídias sociais estão atentas, as mídias sociais retratam a preocupação da sociedade. É por isso que nós estamos aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vejam bem o que dizem as mídias sociais. Isso não é informação do táxi, é o Google refletindo aquilo que a sociedade está preocupada. Falam que o Uber veio aqui para resolver um problema, que o táxi tinha uma deficiência, mas isso aqui é um estudo dos últimos cinco anos do Google Trends. Olhem bem, nos últimos cinco anos, as reclamações do táxi, que estão em vermelho, são zero. E olhem as reclamações do Uber, que é o sinônimo de atendimento.

Eu fiquei aqui contente quando eu ouvi a fala do Guilherme Resende, do Cade, de que não é só preço que define serviço, qualidade também. Essa é a Uber, que posa por milhões de dólares que injeta nas grandes emissoras e nos programas e esconde tudo isso, mas a sociedade está atenta.

Colocando agora a cobrança indevida, porque o sinônimo de modernidade do Uber é não cobrar pelo taxímetro, é cobrar pelo aplicativo. Olhem lá, nos últimos cinco anos, de novo, o vermelho é táxi, é traço. Nas mídias sociais, é traço, enquanto o Uber, que se estabeleceu, naquele gráfico azul, provavelmente ali em 2015, vem só aumentando, o que para mim não é cobrança indevida, é roubo de passageiro. Cobrar a mais de passageiro é roubo.

E agora o pior de todos aqui: estupro. No táxi, nos últimos cinco anos, é traço, está em vermelho. E vejam bem que o gráfico cada vez piora. Ao invés de melhorar com os milhões de dólares que eles estão injetando nas emissoras de TV, cada vez vem piorando mais. É por isso que a gente tem que pôr regras. A Uber não quer ter regras. Regras protegem o cidadão contra isso.

E aí vamos lá, a Uber é sinônimo de modernidade e bom atendimento. O maior *site* de proteção com relação a reclamações de serviços é o Reclame Aqui. Olhe o absurdo: eles estão instalados aqui desde 2014, 2015 e é uma empresa considerada ruim. Aquela carinha vermelha no gráfico é o usuário vermelho de raiva. São quase 67 mil reclamações em dois anos que a Uber está aqui. São 67 mil, uma das maiores reclamadas neste País.

E aí eu vou para o próximo gráfico. Em vez de melhorar com a propaganda que eles estão gastando na TV Globo, em vários programas, olha que absurdo este número: nos últimos seis meses, de vermelho, o consumidor ficou roxo de raiva. Olha lá: 27 mil reclamações apenas nos últimos seis meses. É por isso que a gente quer regras, porque, se o táxi tem regras, não vem com esse papinho furado de empresa privada. Todo mundo tem regras e a empresa privada também.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No passado, quando a Uber se instalou aqui, olha o que a Uber dizia, em dezembro de 2015, na revista *Veja*, nas páginas amarelas, o David Plouffe, Vice-Presidente da Uber, diz lá que a Uber está pronta para se adaptar ao que for definido em lei, e que tem que dizer quais são os carros permitidos para o serviço, ou seja, quais são os carros autorizados. É isto que o PLC diz: que tem que ter autorização da prefeitura, que tem que ser fiscalizado. Mas aí ele dá um puxãozinho de orelha nos políticos, nas Casas, no Congresso: "Mas é preciso contar com a vontade pública de estabelecer normas". No entanto, quando foram aprovadas as diretrizes na Câmara dos Deputados, eles saíram na imprensa dizendo que era um retrocesso, porque colocaram regras.

E qual é a diferença básica do projeto? Do PL que foi aprovado na Câmara, a Uber discordava de dois pontos essenciais que foram colocados aqui: a questão da autorização do Município para o veículo, porque eles não querem ser vistoriados, eles não querem ser fiscalizados – fiscalização e vistoria só no táxi, eles só querem isso –, e com relação à placa vermelha. Com certeza, a pessoa que virá aqui nos suceder falará da questão jurídica. Eles falam aquela balela de que, se colocar placa vermelha, ou seja, se for licenciado na categoria aluguel, vira um táxi. Não é verdade, isso é mentira, é um engodo que se tenta colocar para os senhores. Na realidade, a placa vermelha é uma exigência do CTB (Código de Trânsito Brasileiro). Todo mundo que faz transporte remunerado de passageiros, que é o que a Uber faz, é veículo de aluguel, é placa vermelha. E aqui eu vou citar alguns exemplos: o ônibus, que é um transporte privado coletivo, que está inserido na Lei 12.587, a Lei da Mobilidade Urbana, é placa vermelha e é transporte privado, é o que nós estamos falando aqui, transporte privado, aliás, como a van escolar, que também é um serviço privado, é placa vermelha e veículo de aluguel; como o táxi; como, pasmem, até os carros funerários. Para se transportar o cadáver, tem que ser placa vermelha, veículo de aluguel. Então, todos são, só a Uber que não quer.

Eu faço aqui um apelo, senhores. Meu tempo está se encerrando, mas eu quero aqui fazer um apelo. Primeiro, fico feliz com a fala do Cade e com o reconhecimento do Cade de que aquele estudo que ele apresentou foi um estudo inicial, que agora eles estão preocupados com a qualidade...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDMILSON SARLO – ... e que tem de haver minimamente regras. Eu quero, para corroborar com o estudo do Cade, entregar um dossiê que nós já entregamos para os Senadores com vários e vários crimes praticados pela Uber, desde cobrança indevida, passando por sequestro, assédio e estupro.

Para finalizar, quero dizer, senhores, que é um apelo da categoria de 600 mil trabalhadores, 600 mil pais de família, uma categoria centenária, que sempre prestou um serviço de qualidade. Por conta desses milhões de dólares que estão injetando nas televisões, vem se depreciando o serviço, desqualificando o serviço de táxi.

Em nome desses 600 mil – a categoria está agonizando –, a gente pede, por favor, que olhem por essa categoria, olhem pela população. Regulamentação já! Nós não podemos mais esperar. Se mexerem no PLC 28, ele volta para a Câmara; lá vai demorar mais um ou dois anos e, até lá, a categoria vai estar dizimada. Aliás, esta é a grande estratégia da Uber: dizimar a categoria dos taxistas, para depois formar um grande oligopólio e só eles ditarem as regras.

(Interrupção do som.)

O SR. EDMILSON SARLO – ... não pode haver mais vigilância sanitária também. Ele tem que se autofiscalizar? Não pode. Ele tem que ser fiscalizado pelas prefeituras. Senão, vai virar a JBS, porque, se a vigilância sanitária não descobrisse as mazelas dela, eles continuavam enganando a população.

Nós não queremos. A Uber é a JBS americana. Nós pedimos agora um apelo de toda a categoria: regularização já!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Obrigada, Edmilson Americano.

Com a palavra Fábio Godoy Teixeira da Silva, Consultor Jurídico da Associação Brasileira das Associações Cívicas e Cooperativas de Motoristas de Táxi (Abracomtaxi).

O SR. FÁBIO GODOY TEIXEIRA DA SILVA – Bom dia a todos.

Cumprimento todos os Senadores e Parlamentares aqui presentes, na figura da Senadora Marta Suplicy, que preside esta reunião.

Na realidade, eu pretendo aqui fazer uma exposição fundada em três pontos. O primeiro trata de uma regulação, o PL 28, bastante simples e bastante suave, leve. Então, não há que se falar que se busca com o PL 28 neutralizar a atividade da Uber, ou da 99, ou da Cabify, que são os três atores que hoje estão no País.

Então, eu inicio com o complexo normativo. Todas as decisões judiciais no País, envolvendo Uber, 99 e Cabify, dizem que não pode ser proibido esse serviço, porque a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição estabelece a livre iniciativa, tanto para o exercício da profissão e do trabalho como para a atividade econômica. Então, os arts. 5º e o 170 realmente dispõem isso, salvo nos termos da lei. E é isto que nós estamos fazendo nesta Casa: editando uma lei que vai regulamentar esse tipo de serviço no País.

Em relação à placa vermelha que o nobre Edmilson acabou de mencionar, o próprio Código de Trânsito vigente estipula que em qualquer serviço – é importante dizer que não é o serviço privado ou o público – que envolva o transporte de pessoas ou carga deve ser utilizada a placa, o registro do veículo na categoria "aluguel". Então, o que se busca – e isso consta no Projeto de Lei 28 – é apenas cumprir a legislação, como tantas outras atividades já cumprem, como já mencionado. Tanto é que existe até uma multa prevista no CTB, referente a transitar com veículo efetuando transporte remunerado de pessoas, quando não for licenciado para esse fim. Então, o licenciamento é obrigatório para esse fim.

A Lei de Mobilidade Urbana também estabelece que o fundamento da mobilidade urbana está pautado na segurança do deslocamento das pessoas e também na eficiência e eficácia da circulação urbana. Mediante o vídeo que foi mostrado agora há pouco, percebe-se que não se está atingindo essa segurança ao usuário, por meio do modelo até então adotado. O 18 trata das atribuições do Município, e lá se fala sobre promover a regulamentação do serviço de transporte urbano. Ou seja, o Município precisa fazer essa regulamentação.

Aqui nós traçamos um paralelo do projeto de lei que foi amplamente discutido na Câmara, inclusive com a participação dos representantes dos aplicativos, dos motoristas, dos taxistas. Esse é o parecer do Relator, o Deputado Daniel Coelho, e ali vêm os destaques. Houve muito pouca alteração em relação ao projeto original, que foi construído com todas as mãos, as mãos dos taxistas, dos motoristas, dos aplicativos.

Então, em relação às alterações... *(Pausa.)*

Aqui havia um quadro. Então, vamos avançar.

Havia um quadro comparativo, em relação aos pontos que foram alterados após o destaque dos Deputados. Fundamentalmente, o que se alterou? A placa vermelha, porque, no projeto inicial, existia apenas o carro particular, ou seja, a placa cinza; foi alterada a parte em que inicialmente constava que o motorista poderia exercer a atividade e não havia uma previsão de autorização. Então, tanto a autorização quanto a placa vermelha foram inseridas no Projeto 28.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, esses dois fatores não desnaturam a atividade de interesse público que é a atividade prestada por esses motoristas. Não é uma atividade estritamente particular; é uma atividade de interesse público. Por isso, demanda a mão do Estado e uma regulação. E, aí, eu concordo com o Sr. Guilherme, do Cade, porque esse Projeto 28 vai justamente ao encontro dessa regulação mínima, ao estabelecer apenas e tão somente mínimos requisitos para que o serviço seja explorado.

Quando nós falamos em placa de aluguel, autorização, o veículo ser emplacado e ser de propriedade do motorista – ou seja, não se permite aí o uso do veículo alugado, de locadora –, isso tudo constrói o serviço de transporte privado dentro do critério da mobilidade urbana.

A regulação que está sendo proposta aqui é uma regulação muito suave, muito diferente do táxi, e nós podemos aqui traçar alguns paralelos. Por exemplo, o táxi tem uma tarifa fixada pelo Poder Público municipal. Nesse projeto de lei, não há qualquer limitação de tarifa. O táxi, obrigatoriamente, precisa atender os munícipes, ou seja, ele não pode recusar as solicitações efetuadas pelos passageiros. O motorista do transporte privado pode. Aliás, basta a pessoa não se cadastrar que nem utilizará o serviço.

E a limitação também não existe no projeto. Então, o Projeto de Lei 28... Aliás, foi muito bom que esse período transcorreu, desde a apresentação do Projeto 530, que foi proposto em 2015, porque, lá atrás, o PL 530 outorgava amplos poderes apenas para as empresas de aplicativos. Então, o motorista precisava ser só cadastrado. Ele não precisaria ter autorização do Município, ele não passaria por vistoria, ele não passaria por nada. E esses dois anos de atividade dessas empresas demonstraram que é impossível você permitir o exercício dessa atividade no País sem um mínimo de controle estatal.

Então, nós temos visto inúmeros casos, todos os dias, coisa que nunca se ouviu falar em táxi... Todos os dias há eventos causados por motoristas, em razão da delegação do poder de polícia. Ou seja, o Estado está delegando o poder de polícia a uma empresa privada, que, aliás, sequer apresenta com transparência os seus números.

Há notícias, em vários Municípios, de que, na elaboração de suas leis municipais, fizeram ofícios para as empresas, perguntando a média de remuneração, quem são os motoristas, quantas corridas fazem, e essas informações, em muitos Municípios, foram





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

negadas. Ou seja, não há transparência. Como um Município irá exercer a sua competência constitucional, à luz do art. 30, inciso V, de dispor sobre assuntos de interesse local, sem sequer ter conhecimento da atividade que é explorada, ainda mais quando se trata de deslocamento de pessoas, de segurança de pessoas, e também de mobilidade? O próprio trânsito! Então, é importantíssimo que os Municípios conheçam e regulamentem.

Agora, o argumento que está muito na mesa é: a regulamentação acaba com a atividade do aplicativo. Não acaba. Se alguém ler exatamente e com a devida acuidade o PL 28, perceberá que apenas se exigirá CNH, com a identificação de que se exerce uma atividade remunerada. Inscrição do motorista no INSS, que, aliás, já é previsão legal. Qualquer pessoa que presta serviço, no País, é segurado obrigatório da previdência. Então, ali vem a obrigatoriedade de inscrição no INSS. Ele precisa ter autorização do Município. Agora, essa autorização vai virar uma situação cartorária... Muitos dizem: "não, porque é um retrocesso você exigir uma autorização". Pode ser que o Município empreenda essa tipo de autorização de forma eletrônica. Aí vai depender de cada Município.

O importante é que esse Projeto 28 traça linhas gerais, ao contrário dos Projetos 530 e do 726, que entram nos detalhes, até de forma muito minuciosa, porque falam inclusive como seriam os recibos de pagamentos, os trajes que deveriam ser usados pelos motoristas. Isso é matéria de competência do Município. Cada Município saberá, de acordo com as suas condições geográficas, a melhor forma de aplicar esse novo modelo de serviço de transporte privado de acordo com o número populacional, de acordo com os outros modais de transporte, como metrô, transporte coletivo ou o próprio número de táxis.

(Soa a campainha.)

Para concluir, penso que o PL nº 28 vai exatamente ao encontro do que o Cade tem manifestado. Vários juristas como o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, o Prof. Arruda Alvim, o Ministro Eros Grau, do STF, vão no sentido de que há possibilidade de uma regulação, uma regulação mínima, mas que é impossível se admitir que uma atividade seja exercida por profissionais, por motoristas, e pela própria Uber sem nenhuma regulação mínima.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o que se pretende aqui é que o PL 28 deve ser aprovado por esta Casa na sua íntegra. Isso trará segurança não apenas aos consumidores, mas principalmente restabelecerá a paz no segmento de transporte, com proveito para toda a sociedade.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Obrigada, Fábio Godoy Teixeira da Silva, por suas palavras que elucidaram bastante.

Agora chamo Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO – Muito bom dia a todas e a todos. Quero saudar, na pessoa da Senadora Marta Suplicy, todos os Senadores e os Senadores aqui presentes. Agradeço o convite e a oportunidade de participar desta audiência pública de assunto tão relevante.

Aqui estou representando os consumidores brasileiros. Sou da Secretaria Nacional do Consumidor e represento os consumidores brasileiros. Não há dúvidas de que a concorrência, como já foi mencionado aqui pelo Cade, melhorou a vida do consumidor, seja dando uma alternativa de um novo modal de transporte para os consumidores – principalmente para o consumidor da periferia –, seja repensando o transporte público, o transporte público coletivo, o transporte público individual. Especialmente o transporte via táxi acabou melhorando em função dessa concorrência, acabou trazendo preços mais acessíveis para os consumidores. Acho que o simples fato de a gente repensar os modais de transporte acabou trazendo melhorias para o consumidor.

Essa nova modalidade de transporte acabou acirrando a concorrência. Se aumenta a concorrência baixa o preço para o consumidor. A concorrência é um elemento importante. A gente tem aí uma série de serviços em que a concorrência é pequena e, consequentemente, o consumidor paga mais caro. Basta a gente ver, por exemplo, uma empresa aérea que é detentora de um trecho exclusivo. O preço do bilhete é muito alto, porque não há concorrência. A concorrência é fundamental. Quanto maior a concorrência num determinado segmento de mercado, melhor para o consumidor. Também o preço mais barato, que é sem dúvida nenhuma uma característica desse transporte, dessa nova modalidade de transporte individual, acabou assegurando a participação de consumidores que não tinham acesso a esse tipo de serviço. Hoje, o serviço de transporte por aplicativo é uma alternativa para greves de transporte





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

público, é uma alternativa para consumidores que não tinham acesso. Mas há o outro lado também: não dá para ter um serviço sem regulamentação. A livre iniciativa é preconizada pela Constituição Federal, mas a nossa Constituição Federal adota um sistema de pesos e contrapesos. Então, há uma limitação a essa livre iniciativa. Essa livre iniciativa não é absoluta.

A primeira questão que surge é a do Código de Trânsito Brasileiro. O art. 135 do Código de Trânsito dispõe o seguinte: "Os veículos de aluguel, [aqui é veículo de aluguel? Não, não é] destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros de linhas regulares [a gente pode falar que não se enquadra aqui, mas aí a lei vai além] ou empregados em qualquer serviço remunerado (...)". Esse transporte por aplicativo é um serviço remunerado? Não há dúvida. Aí o Código de Trânsito Brasileiro diz o seguinte: "(...) para registro, licenciamento e respectivo emplacamento de característica comercial, deverão estar devidamente autorizados pelo poder público concedente". O que significa isso? Significa que tem de ter a tal da placa vermelha. Para que placa vermelha, eminentes Senadores? Para melhorar a fiscalização, para o Poder Público conseguir fiscalizar, porque também é de conhecimento geral que hoje há motorista utilizando o celular e o carro de outra pessoa. Ele faz o cadastro em uma empresa, pega o celular, pega o carro da pessoa e realiza o transporte. Outro dia, chamei um desses transportes por aplicativo. Estava lá a foto de uma mulher. Na hora em que chegou, era um homem. Falei para ele: o que aconteceu? "Ah! Estou usando o carro e o telefone dela". Isso vem acontecendo. Qual é a forma para que isso não aconteça? Tem de haver uma fiscalização na rua. Quando tem a placa vermelha, a fiscalização na rua é possível e aumenta. Aqui temos representantes de entidades de taxistas. Sendo transportado por táxi, eu já fui abordado diversas vezes na cidade de São Paulo por autoridade de trânsito, por autoridade policial, porque, efetivamente, a fiscalização é mais rigorosa com esses veículos que possuem placa vermelha. Então, está no Código de Trânsito.

Aí vão dizer o seguinte: "Mas, espere aí, por que o Judiciário não assegura isso?" Porque é uma nova modalidade. Há sempre o temor do Estado de intervir numa atividade econômica e acabar com essa atividade econômica. Por isso, na esteira do que o Cade disse, é perfeitamente possível uma mínima intervenção estatal, uma mínima regulamentação, com a placa vermelha e com a autorização do Poder Público municipal, que estão previstas no PLC nº 28, de 2017. Isso não vai encarecer, não vai





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

burocratizar e vai trazer garantias mínimas para os consumidores de que eles vão ter a segurança de entrar no carro e de ser o motorista que está no aplicativo, de ter um mínimo controle da prefeitura. Como já foi dito aqui, o poder de polícia é do Poder Público municipal, que tem de fiscalizar esse tipo de serviço. Não se pode ter um serviço à margem de qualquer fiscalização, sobretudo quando a vê nas políticas de responsabilidade dessas empresas de transporte por aplicativo que elas não se responsabilizam pelos danos causados pelos motoristas que estão lá. Elas se dizem meras plataformas de aproximação entre consumidores e particulares que realizam o transporte. Mas e aí? E se acontece um estupro? E se acontece um roubo? E se acontece um sequestro, um acidente, por exemplo?

Outro ponto que tem que ser tem colocado aqui, há exigência nesse PLs que estão sendo discutidos de seguro de acidentes pessoais. Há infelizmente muitos casos de motoristas desses aplicativos que estão fazendo afirmação falsa na contratação dos seguros, colocando informações falsas no perfil, não estão dizendo que exercem atividade remunerada de transporte, e isso vai repercutir depois no pagamento da indenização. A indenização vai ser negada. Vale dizer, na hora em que o consumidor tiver um acidente e quiser responsabilizar o motorista, e o motorista tem um seguro e o seguro não vai cobrir, porque se fala que houve lá uma afirmação falsa no perfil do seguro que justifica o não pagamento de indenização. Por isso que está aqui por exemplo no PLS 530, de 2015, falando-se que tem que haver um mínimo de controle na apólice de seguro por parte da empresa de aplicativos para que esse seguro efetivamente proteja os consumidores usuários.

Então, a gente tem que combinar preço – e o preço é importante, sim; se a gente burocratizar muito o preço sobe – com qualidade do serviço. Qualidade do serviço significa proteção do consumidor. O consumidor precisa saber que, em caso de acidente, em caso de qualquer problema, tem que ter um patrimônio idôneo para ressarcir-lo em caso de necessidade.

Cabe ao Poder Público definir a quantidade de veículos. Por isso que é importante a autorização dentro da política de mobilidade urbana. Tem que haver um estudo do impacto que esses veículos vão ter no trânsito das cidades. E quem tem que fazer isso é o Poder Público. Se isso fica exclusivamente no controle da empresa, o Poder Público não consegue desenvolver bem essa política urbana de transporte.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Uma coisa que preocupou no PLS 530 está lá no art 7º. O art. 7º fala em responsabilidade segundo o Código Civil. Se a gente está falando em transporte remunerado, se a gente está falando em pagamento de ISS, é um caso clássico de aplicação do Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade é de acordo com Código. Mas basta suprimir aqui no PLS 530 o art 7º que automaticamente já vai para a interpretação o enquadramento no Código de Defesa do Consumidor. Mas não se pode afirmar que a responsabilidade é de acordo com o Código Civil, dentro de uma relação tipicamente de consumo. É um transporte habitual, remunerado, caracteriza o motorista como fornecedor. Incide aqui aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Como eu já disse, mas insisto,...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO - ... o registro no órgão de trânsito, a autorização do Poder Público municipal é fundamental para haver um mínimo de controle, para possibilitar o exercício do poder de polícia. Essa autorização dentro do veículo é importante também, no caso de uma abordagem policial, de um órgão de trânsito. E tem que haver a placa vermelha, porque a placa vermelha além de estar prevista no art. 135 do Código de Trânsito brasileiro, vai permitir a abordagem da Polícia Militar, vai permitir a abordagem do policiamento de trânsito e fiscalizar. Os aplicativos ficam fiscalizando lá dentro das suas sedes, eletronicamente, mas a fiscalização de campo, efetivamente, o exercício do poder de polícia pelo Poder Público municipal...

Eu estou indo rápido, porque o tempo está acabando, e estou até engasgando. Estou vendo o relógio ali...

O exercício do poder de polícia pelo Poder Público municipal tem que se dar na rua, não é dentro da empresa. Isso é privativo do Poder Público municipal. Por isso a importância da placa vermelha.

A gente é a favor aqui do PLC 28, de 2007.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) - Muito obrigada, Arthur Luis Mendonça Rollo.

E, agora, chamo João Paulo Sabino, Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online to Offline (ABO2O).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOÃO SABINO – Bom dia a todas e a todos!

Bom dia, Senadores, Senador Pedro Chaves, Senadora Marta Suplicy, Senador Otto Alencar, Senador Acir Gurgacz, em nome de quem cumprimento todos os outros Parlamentares e presentes aqui!

A ABO2O (Associação Brasileira de Online to OffLine) congrega os aplicativos que fazem conexão entre serviços por meio de tecnologia, inclusive boa parte dos aplicativos de transporte.

Gostaria de iniciar essa discussão de hoje, chamando atenção para um ponto relacionado a uma tendência mundial: a urbanização das cidades, que vem se acelerando nas últimas décadas e que trouxe um maior número de pessoas para conviver num mesmo espaço. O que isso acabou gerando e vem gerando cada dia mais? Dificuldades na locomoção, dificuldades no acesso a meios de transportes e principalmente encarecimento de um direito fundamental que é o de ir e vir e de se locomover.

Para vocês terem uma ideia, se continuarmos nesse ritmo em que estamos hoje, em 2050 a população mundial tendo crescido 30%, a emissão CO₂ será 70% a mais. Vamos sair de um patamar em 2010 de 32 milhões de toneladas para quase 60 milhões de toneladas.

Um outro ponto muito preocupante é que o número de carros vai dobrar do número atual de 1,8 bilhões de carros para 3,6 bilhões de carros. E só para estacionar esses carros, carros que em média passam 90% do tempo parados, nós vamos precisar de uma área de 80 mil quilômetros quadrados. É o equivalente ao território da Costa Rica.

Se nós continuarmos vivendo como estamos hoje, vamos precisar de quatro planetas Terra em relação ao espaço e recursos culturais. É um dado muito preocupante e que nós precisamos endereçar. E acredito que a tecnologia é o melhor meio de procurar a solução para esse problema gravíssimo.

A tecnologia pode oferecer novos serviços e atender a população que não tinha acesso ao transporte, além de tornar mais eficiente os serviços já existentes. Como? Auxiliando na melhoria da qualidade, da segurança do transporte além de diminuir os custos tanto para cidadãos como também para os governos. Para vocês terem uma ideia, para dar um exemplo, após o surgimento dos aplicativos de transporte, inicialmente com táxi, a otimização das viagens chegou ao patamar de 40%.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por que isso aconteceu? Porque até então o táxi tinha um ponto fixo, onde ele esperava o seu passageiro e, após terminar a corrida, tinha duas alternativas: ou retornar ao seu ponto fixo, procurando alguém numa calçada, alguém estendendo a mão procurando uma corrida, ou voltar para o seu ponto fixo para aguardar o próximo passageiro. Com a tecnologia, terminada aquela corrida, passou a ser possível encontrar aquele próximo passageiro que estava ali nas cercanias, ou seja, menos carros circulando vazios, menos trânsito, menos poluição.

Para vocês terem uma ideia de tudo isso que a gente estava falando de urbanização, de processo de urbanização e custos, o brasileiro hoje gasta, em média, 20% do seu orçamento familiar com transporte. Esse número praticamente dobrou deste a década de 70. São dados do IBGE. Esse é um número muito alto. Imaginem que 20% da renda familiar hoje está destinada a transporte, ao direito fundamental de ir e vir, fora moradia, alimentação, segurança, educação e saúde. Quase um quinto dessa renda hoje está destinada só para transporte.

Mais um dado de como esses sistemas podem coexistir, tanto táxis quanto carros particulares. Desde o advento dos carros particulares, a segunda fase da inovação tecnológica, a primeira é aquela que otimiza as corridas do táxi, de todas as pessoas que baixaram os aplicativos para usarem um serviço de transporte particular, serviço novo, objeto de discussão hoje aqui, quase a metade delas, 46% passaram a usar táxi também. Quem são essas pessoas? Uma parte delas é formada por pessoas que só tinham acesso ao táxi e encontraram ali dentro da plataforma um novo produto, um novo tipo de serviço, com os seus diferenciais e puderam também acessar esse serviço, como também pessoas que jamais tinham usado um transporte individual, seja ele público ou privado.

Um grande problema já frisado aqui por outros colegas é a questão que nós chamamos de última milha. Ou seja, é o acesso ao transporte da pessoa que deixa o modal de grande circulação, de grande massa, uma linha de trem, uma linha de metrô ou um ônibus no corredor, percorre um caminho de, por exemplo, 10km em uma hora e, para chegar a sua casa, que está a 2km, leva mais tempo ainda. Então, esse é mais um exemplo de que os aplicativos, de que os novos serviços podem ajudar a resolver esses problemas de mobilidade que os cidadãos, as cidades e os governos enfrentam.

Isso gera economia também para o Governo. Recentemente, a Prefeitura de São Paulo implementou um novo sistema de transporte do seu servidor. Como isso





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

funcionava até então? Carros e motoristas à disposição dos servidores durante todo o tempo parados, ocupando espaço público para estacionamento, gastando e pagando por todo aquele tempo. Agora, com o serviço por demanda de táxi e carros particulares o serviço só vai ser utilizado quando ele realmente for demandado. Para vocês terem uma ideia, só a Prefeitura de São Paulo gasta R\$180 milhões por ano com o transporte de servidores. Com essa mudança de sistema a expectativa de economia é de no mínimo 70%, passando a Prefeitura a gastar apenas R\$60 milhões. Essa economia pode gerar recursos públicos para a construção de 6,4 mil moradias por ano, ou 25 UBSs por ano, ou 25 creches construídas desde o início. Se vocês imaginarem que, com a escassez de terrenos na cidade, a opção hoje é muito mais pegar um equipamento já construído e reformar, esse número pode dobrar: 50 creches por ano só com a economia gerada por essa mudança de serviço.

Enfim, entrando na questão do PLC discutido ora aqui, tudo isso que nós trazemos com relação à economia, à mobilidade, à urbanização, precisa ser levado em conta, porque a tecnologia veio para ajudar a resolver esses problemas. Ou seja, há dois, três pontos que são bastante importantes nesse PL, para os quais eu, de novo, peço a atenção de vocês. O primeiro deles é a transformação do serviço privado em serviço público. É uma interferência do Estado numa atividade exclusivamente privada, uma interferência exagerada.

A questão do veículo de aluguel, emplacamento com placa vermelha, a despeito de todos os argumentos a favor que foram trazidos aqui, que são relevantes, na verdade, na prática, diminui a oferta do serviço, porque cria uma barreira de entrada. Nos momentos de maior demanda, quando falta transporte, o serviço de carro particular que é feito por demanda não vai poder entrar pela falta de licença, ou aquele que está prestando o serviço e não quer mais prestar, porque é um serviço eventual, arrumou outra atividade, vai travar aquela licença, e o próximo que quer entrar na fila e prestar aquele serviço não vai conseguir prestar. Vai aumentar o preço do serviço, porque, quanto menos oferta e a demanda crescendo, o preço vai aumentar. De novo, repito: é uma barreira de entrada, é uma restrição à livre iniciativa, a uma economia familiar e, principalmente, a uma economia colaborativa, que é o que nós estamos discutindo hoje aqui, que a tecnologia nos traz. Menos emprego, menos geração de renda, menos pessoas podem trabalhar, mais restrição a acesso a transporte.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por último, emplacamento no Município também é uma questão muito sensível, porque, de novo, além de ser uma barreira de entrada, gera ineficiência nas regiões metropolitanas. A maior parte das corridas nos Municípios hoje tem uma região metropolitana muito grande. Impedir que um passageiro se desloque para uma cidade contígua e aquele motorista que levou volte trazendo outro passageiro gera mais trânsito, mais poluição e mais gastos. Há tecnologia para permitir, por exemplo, nos táxis, que o taxista volte trazendo um passageiro para aquele Município, não entrando no mercado do Município contrário. De novo, tecnologia para isso já existe, basta apenas uma regulamentação atenta a essas questões.

Enfim, a mensagem que eu gostaria de passar para vocês é que há espaço para todos. A tecnologia veio para ajudar na solução dos problemas das cidades, quer sejam eles de mobilidade, segurança, habitação e, principalmente, acesso ao transporte.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Muito obrigada, João Paulo Sabino.

Chamo agora André Oliveira, Presidente da Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil (Aamotab).

Senador Lindbergh, o Presidente Eunício liberou a normalização de acesso. Então, estão liberados para entrar na Casa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Eu agradeço, Senadora Marta.

O SR. ANDRÉ OLIVEIRA – Bom dia, Senadora!

Pela Senadora Marta, quero cumprimentar todos os Parlamentares aqui, Lindbergh, do Estado do Rio de Janeiro.

Eu queria ajuda para passar o eslaide. Não está passando a apresentação.

Eu acho que hoje aqui é uma oportunidade ímpar para a gente colocar um ponto nessa discussão. O Uber entrou no Brasil dia 12 de junho de 2014. Na véspera, nós fizemos uma manifestação, porque o serviço de carro particular clandestino já existia e era reprimido. Naquela oportunidade, nós prendemos dois carros particulares no Rio de Janeiro.

Essa discussão não é entre táxi e Uber, é muito mais ampla. Eu queria fazer esse comparativo aqui. Hoje o taxista enxerga o seguinte nessa situação: imaginem uma partida de futebol em que você organiza 11 jogadores uniformizados de um lado e, no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outro lado do campo, você tem 99 POP, Easy, Uber, Te levo, Cabify, várias outras empresas. O sentimento do taxista é este: "Como é que nós vamos vencer uma partida em que você tem 11 jogadores de um lado e um número ilimitado, sem controle algum, do outro lado?" É isto que a gente vai pedir aqui, Senador Acir Gurgacz: a gente precisa de algum tipo de controle.

Esse aumento do número de parceiros não é uma reclamação somente do taxista. Eu acho que a gente tem de pensar em quem faz parte desse sistema: o motorista de táxi, o motorista dos aplicativos, as empresas de aplicativos, os usuários e o Governo. São esses cinco pontos de vista que a gente tem de ver.

Aqui é um trecho da coluna do Ancelmo Gois, do dia 2 de agosto. Ele diz, é o motorista dizendo: "Não está fácil para ninguém!" Ele entra numa fila no Aeroporto Santos Dumont, desiste e volta para casa, porque há 188 motoristas. Agora em setembro, recebemos outro *print* de tela, dizendo que a fila agora, em média, tem 300 pessoas. "Cancelamento de corrida vira 'febre' em Cumbica." Eles montaram uma área de apoio para os motoristas, mas o motorista vai ficar de 8 a 12 horas para pegar uma única corrida.

Ou seja, quem está ganhando com isso são somente as empresas. Eu acho que fazer a defesa do taxista é importante. Hoje a gente se vê no papel de responsabilidade de pensar no motorista parceiro também. Por que não? Muitos taxistas já migraram para lá.

A gente vê aqui, essa é a 40ª Audiência Pública, altos executivos dessas empresas, que ganham muito bem para vir aqui ouvir todo tipo de denúncia, mas são muito bem remunerados para isso. Enquanto isso, há um monte de trabalhador taxista, um monte de trabalhador desses aplicativos que estão passando fome. Tudo o que a gente tem de encaminhar aqui é para que saia uma solução.

A gente analisa o PLS 530, que foi feito em 2015, era uma coisa bem de início, quando o Uber tinha 300 carros, Uber Black, uma coisa linda! Hoje vocês têm de ver a precariedade que é, Senadora. É um troço que passou do limite. O 726, eu classificaria no amarelo. E a melhor solução hoje é o PLC 28, porque essas empresas de aplicativos vêm para cá dizer que é contra, que vai engessar, é uma grande mentira. Se eles dizem que são intermediadores, que se regule a atividade do motorista. Se vocês aprovarem o PLC 28, hoje, aqui, o requerimento de urgência... Eu não conheço bem o regime aqui, do Senado, mas, se colocar isso em votação ainda este ano, a gente vai ver uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

solução para milhares de trabalhadores taxistas, milhares de trabalhadores dos aplicativos, e você vai ver uma melhora, como as pessoas que me antecederam aqui falaram da questão da segurança, da placa vermelha e tudo mais.

Ali, 275 carros. A gente estava colocando aqui no eslaide o número de carros no Rio de Janeiro. Os números são sempre muito obscuros; começam em 2014, hoje você tem cerca de 60 mil carros, sendo que o número de autorizações para táxi, no Rio de Janeiro, é de 32.743.

A gente não considera o carro da região metropolitana... Espere aí. É porque ficou fora de ordem aqui, na apresentação. A região metropolitana. É muito saudável, Sr. João Sabino, um carro sair do Município de Niterói, ir ao Rio de Janeiro e poder, através da tecnologia, pegar uma viagem de volta. Agora, a realidade da região metropolitana de Recife, de Belo Horizonte, do Rio, de São Paulo é que o pessoal do interior vai de manhã para a capital e vai ficar inchando ali o trânsito, levando mais carros e só vai voltar, à tarde, na hora do *rush*.

Aqui são matérias jornalísticas em que os motoristas do Uber protestam e desligam o aplicativo em Cuiabá. Os motoristas reclamam dos valores que recebem dos passageiros pelo quilômetro rodado e da percentagem que pagam no aplicativo.

Então, pessoal de defesa do consumidor, pessoal do Cade: o que é bom dura pouco. Isso tudo é uma farsa. Isso ainda se mantém porque eles estão trazendo dinheiro de volta. São milhões.

Isso aqui foi em Brasília. Aliás, hoje, está acontecendo em Belo Horizonte um protesto dos motoristas dos aplicativos. Por quê? Nem eles estão aguentando.

Queria chamar a atenção aqui para um possível – como se fala? – cartel que eles podem fazer no futuro. Por trás dessas empresas, lindas, maravilhosas, que apresentaram isso aqui, Senadores, há bancos. O SoftBank tem muito dinheiro na Didi Chuxing, que é uma chinesa que comprou o Uber na China e cedeu um assento. Ela também colocou dinheiro na 99 e está em negociação com a Uber.

O Fundo BBVA e Max Mobility tem dinheiro na Cabify e no Easy. Eles também têm dinheiro em outros grandes aplicativos pelo mundo, que é o Ola, o Grab, o Taxify. Olha, o acordo do SoftBank com a empresa Uber ainda não está fechado, mas está em negociações. O SoftBank tem hoje US\$100 bilhões para investir em aplicativos de mobilidade urbana pelo mundo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a gente tem de ter atenção. Há o pessoal da Comissão de Assuntos Econômicos. Precisamos ver que eles querem fazer um grande monopólio mundial, global e subjugar o trabalhador.

Até me chamou a atenção aqui na agência, porque eu vi que era a Mariana e depois entrou o Daniel Mangabeira... Para vocês verem como é o que eles falam. Saiu na revista *Exame*: Na operação brasileira, assim como a da matriz, no Vale do Silício, é adotada a máxima de que o fim justifica os meios. Para chegar aonde se quer, passa-se por cima de quem precisar – governo, associações ou mesmo juízes. No caminho, sobram polêmicas, disputas internas por poder e pressões sobre funcionários.

Então, dá para ver que, realmente, acontece isso.

Aqui, no jornal inglês *The Guardian* fala o seguinte, que o Uber monta um conselho consultivo de corretores de poder internacional. A empresa de aplicativo Uber recruta um conselho de pessoas influentes quando enfrenta processos judiciais, oposição, alegações do jogo e proibições de algumas cidades. Na folha de pagamento da Uber, está Gesner Oliveira, ex-Presidente do Conselho Administrativo Brasileiro de Defesa Econômica.

Eu não quero ser leviano, falar nada que não exista. Mas, quando você vê um jornal inglês, conceituado, dar uma notícia dessas... Eu fico muito feliz porque o Cade informou que vai fazer novos estudos. Então, a gente não quer ser leviano, mas tem que haver, sim, informações atualizadas, porque a gente precisa acreditar nos organismos, a gente precisa acreditar nas instituições do Brasil.

Olha, eu não sei o que vou falar para a minha esposa. Se é mais uma dessas reuniões...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ OLIVEIRA – ... em que a gente vai, e vai ver isso aqui durar mais tanto tempo. O que não pode é você chegar com uma empresa, chutar a porta, passar por cima de Código de Trânsito Brasileiro, passar por cima de todas as leis, levar milhões, tirar milhões do bolso das pessoas, dos trabalhadores brasileiros, e ninguém fazer nada.

Hoje, a gente tem oportunidade, Senadores. Acho que o que gente pede, o que o taxista quer hoje aqui é que se encerre essa discussão, que se aprove o texto, na íntegra, do PLC 28 para que ele não retorne à Câmara dos Deputados, e demore mais, e que isso vá à sanção presidencial. E, ali, a gente vai saber o que vai ser da nossa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vida: se a gente vai ter de arrumar outra coisa para fazer ou se a gente vai continuar sendo taxista, que é a profissão que eu amo, que eu vivo dela há mais de 15 anos.

O que não dá é para ficar nesse limbo de decisão. É o que eu peço aos Senadores hoje: decidam. Vamos colocar isso para frente!

Bom dia a todos!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Muito obrigada pela sua apresentação e pode ficar tranquilo que esta Casa saberá exercer a sua responsabilidade.

Com a palavra Ângelo José Mont'Alverne Duarte.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Presidente, só uma observação, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Pois não.

Ele é Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Quem pediu a palavra?

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Presidente, Deputado Cabo Daciolo.

Só uma observação, Presidente.

Nós estamos com diversas lideranças de táxi e toda a Nação, na porta, na entrada...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Já foi liberado, foi liberado. Estou aqui com a carta da Secretaria-Geral, já está liberado.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – E eu ofereci a CAS para eles poderem assistir de lá.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Mas não autorizaram, não levaram eles para lá até o momento. Eles estão todos nos corredores. A informação não chegou lá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – A Secretária Patrícia poderá dar encaminhamento.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Por gentileza.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Eu iria anunciar também... (*Pausa.*)

Bom, a sala está liberada. Eles não chegaram.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Eles não chegaram, Presidente, porque estão...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Eu sei, porque devem estar perdidos por aí.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Não, não, não estão perdidos, não. Eles estão sendo barrados ali na frente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Não, mas já foi...

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Estão sendo barrados.

Eu posso ir lá, junto, se puder ir junto. Se chegar a informação, eu vou até lá.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – A Sr^a Patrícia vai lá ver o que está acontecendo.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Muito obrigado. Obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Bom, eu ia anunciar a presença do Deputado Cabo Daciolo e também do Deputado Osmar Serraglio, que nos dão a honra de suas presenças.

Então, vamos dar os dez minutos de novo, por favor. Pois não.

Com a palavra, Ângelo José Mont'Alverne Duarte.

O SR. ÂNGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar a Mesa Diretora, Senadores e Deputados presentes, todos os convidados; saudar as comissões, por trazerem à discussão um assunto bastante relevante para a população, e por último agradecer a oportunidade de participar da audiência pública, expondo aspectos concorrenciais e de regulação econômica do tema.

Eu havia preparado uma apresentação, mas, em nome do tempo, de respeitar os dez minutos, e também por conta de que o próprio Guilherme Resende, representante do Cade, falou muitos pontos com que nós estamos de acordo – há uma ligação muito forte entre os dois órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência –, eu não vou usar a apresentação.

Gostaria de iniciar fazendo uma digressão um pouco mais conceitual. Todos nós sabemos que houve, ultimamente, uma enorme redução dos custos de informação, de processamento, de armazenamento de dados. Isso tudo vem trazendo novas formas de oferecer produtos e serviços à população, novos modelos de negócios e também





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

novos produtos. Então, isso é o que a gente chama de inovação disruptiva. Você rompe com um modelo do passado e cria uma nova tecnologia.

Uma das formas disso se concretizar é através dessas plataformas digitais, que nós conhecemos. O que elas fazem? Elas fazem um casamento, facilitam, catalisam um casamento entre demandantes e ofertantes de serviços e produtos. Isso acontece não só no setor de transportes, como acontece, por exemplo, em serviços financeiros, no caso das *fintechs* – o Banco Central está trabalhando ativamente nisso –, caso de hospedagem – já há *sites* para isso –, e o *e-commerce* também.

Então, o que nós temos aí são novas formas de se proverem serviços antigos. Essas novas formas trazem vantagens e têm consequências na vida das pessoas. Primeiro, diminuem os custos de transação, sem dúvida. Hoje em dia, com um *smartphone* você já faz várias transações que antes você tinha que se deslocar, e tudo isso. A empresa tinha que ter uma sede física. Viabilizam transações, negócios, que não eram possíveis antes. A pessoa tinha um quarto lá, queria alugar; sem a informática, ela não conseguiria fazer isso. Ia anunciar no jornal? Não sei. Expansão de novos mercados, ampliação da oferta. É o caso do quarto; ou se a pessoa tem um veículo que está subutilizado, ela pode usar e oferecer o transporte.

No fim, isso faz com que uma demanda reprimida que antes não era atendida também possa ser atendida. Então, você tem aí uma alocação mais eficiente de recursos. Ou seja, ativos que era subutilizados passam a ser mais bem utilizados. No final disso, há ganhos tanto para os ofertantes quanto para os demandantes.

Logicamente, essas mudanças trazem apelos por regulação. É natural que haja preocupação do Parlamento, da população, dos empresários, de que haja regulação com relação a esses novos negócios. Por outro lado, há sempre o vício de tentar por uma regulação antiga em um novo negócio – vamos dizer assim –, de tentar usar um arcabouço, uma forma antiga de pensar e impô-la a um novo serviço.

O que eu queria dizer é o seguinte: essas transformações são inevitáveis. O que cabe ao Poder Público é regulá-las, claro, mas não regulá-las a ponto de colocá-las à margem da lei ou de inibir o seu próprio desenvolvimento.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda vem fazendo estudos desde o ano passado com relação às plataformas de transporte individual, quais são os seus efeitos na concorrência. E, de fato, o que os estudos têm notado é o seguinte: os dois serviços – o serviço tradicional de táxi, que é o serviço





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

público, e o serviço privado – são concorrentes. E uma evidência disso... Eles têm um grau de complementaridade, mas o que predomina é que são concorrentes. Uma evidência disso é que o valor das licenças de táxi tem caído no mundo todo. Outra evidência é que, por exemplo, cidades que têm protestos de taxistas por conta desses serviços, o que o serviço, essas plataformas fazem, no fundo, é oferecer o serviço gratuito. Eles fazem isso, porque veem que aquele cliente que está desassistido é uma oportunidade de colocá-lo para experimentar esse serviço, que é substituto.

Agora, o que essa concorrência nos indica? Essa concorrência, de fato, é saudável para o consumidor, porque isso traz novas opções de serviços de deslocamento, isso incrementa a qualidade, isso traz inovações nos dois mercados, porque é de se notar – o que aconteceu? – que as próprias cooperativas de táxi, os taxistas começaram a usar instrumentos que eram antes utilizados por essas plataformas, pelo serviço privado foram copiados ou utilizados também pelo serviço de táxi. Hoje, vários serviços de táxi utilizam plataformas eletrônicas também: aplicativos, *smartphones*, tudo isso. Então, na verdade, a pressão concorrencial trouxe inovação em ambas as modalidades de serviços individuais.

Quanto a esse serviço, voltando um pouco ao serviço privado, que se contrapõe ao público, que é o tradicional táxi, que é regulado, conta com isenções tributárias, o que quero dizer é: há certas diferenças claras entre os dois serviços – eles concorrem, mas têm diferenças claras. Um é o serviço regulado, com preço regulado, com entrada regulada, ou seja, tem que obter uma licença, o serviço pode ser tomado nas ruas, conta com faixas especiais de circulações, conta com locais de estacionamento, enfim, tem isenções tributárias; outro é um serviço privado, como está na lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que não conta com algumas vantagens, como as que eu mencionei, mas também tem liberdade de entrada e liberdade tarifária. Então, temos aí dois conjuntos, duas formas de prover um serviço, e a população pode compará-las e decidir qual é que lhe serve melhor. Acho que há espaço para os dois serviços conviverem.

O que aconteceu é que esse serviço privado, que sempre existiu, é um serviço muito nítido, muito de nicho, aquele *transfer* do aeroporto, pegar uma pessoa e passear na cidade. E as plataformas potencializaram e permitiram a expansão rápida desse serviço privado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas o que eu quero enfatizar é que essa concorrência traz vantagens ao consumidor. O Secretário Arthur Rollo foi também bastante enfático nessa vertente.

Vou gastar, dos dois minutos que eu ainda tenho, um minuto para descrever algumas experiências internacionais na regulação de táxi. Na verdade, o que tem se percebido é que a regulação de táxi em alguns países tem migrado para uma maior liberdade. Eu não seria capaz de dizer se nós poderíamos simplesmente copiar isso – temos sempre que ver o nosso ambiente institucional, regulatório, as condições do país –, mas há uma certa tendência de que haja uma convergência dos serviços de táxi para os serviços por plataformas eletrônicas.

(Soa a campainha.)

O SR. ÂNGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE – Um aspecto interessante dessas experiências internacionais é o seguinte: a remuneração mínima que é garantida ao taxista, levando em consideração – não é o caso do Brasil – a média do mundo, não vem levando a haver serviços melhores. O que garante mesmo, de fato, serviços melhores é uma maior fiscalização e um poder de escolha maior pelo consumidor. O fato de você ter um preço mínimo que pode ser elevado para tentar garantir a segurança, a qualidade, o conforto, isso não vem se concretizando.

Por fim, eu gostaria de colocar aqui algumas recomendações regulatórias. Entendemos que o primeiro papel da regulação é reduzir a insegurança jurídica que tem esse serviço. Esses serviços não se extinguirão, são uma realidade. Não adianta tentar impor a eles a mesma regulação dos táxis, ou seja, transformá-lo num serviço público de táxi, porque isso não vai resultar em melhores condições para os motoristas.

E, na regulação, para concluir, somos a favor de que haja regulação quanto à segurança...

(Interrupção do som.)

O SR. ÂNGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE – ... mas com regulação quanto a...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Sr. Ângelo, o seu tempo.

O SR. ÂNGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE – Trinta segundos.

(Interrupção do som.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ÂNGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE – Haja restrição à quantidade e também regulação de tarifas.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Agradeço a sua exposição, Sr. Ângelo Duarte.

E chamo agora Francisco Albuquerque Moura, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros, que é o penúltimo convidado.

Depois teremos Paulo Gaba e iniciaremos o debate.

Francisco Moura.

Vou arrumar o relógio. Acho que está louco.

Ficou certo.

O SR. FRANCISCO ALBUQUERQUE MOURA – Bom dia, Senadora Marta Suplicy, por meio de quem saúdo os demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

A CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) tem, como principal objetivo, o fortalecimento dos sindicatos e consequentemente a defesa dos trabalhadores de todas as categorias. E não poderíamos ficar ausentes deste debate, porque temos, na nossa central, uma grande legião de sindicatos de taxistas do Brasil a nós filiados. Estamos aqui para defender os trabalhadores taxistas, a profissão de taxista e, como disse, de todas as categorias do Brasil.

Não poderia deixar de fazer aqui o resgate da importância do taxista, dessa profissão no Brasil, profissão mais que centenária, um profissional que presta um serviço essencial à sociedade brasileira, somos o cartão de visita do Brasil, uma categoria que paga os seus impostos, que busca trabalhar e trabalha com dignidade para angariar o pão de cada dia.

Estamos vendo hoje essa categoria – digo a nossa categoria, porque sou taxista com muito orgulho lá em Fortaleza – ser ameaçada de extinção, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, por uma empresa norte-americana que entrou no Brasil desrespeitando a Constituição, desrespeitando as leis, o Código de Trânsito Brasileiro, passando por cima da Lei Orgânica dos Municípios, praticando um serviço, entre aspas que, na realidade, pratica uma evasão de divisas, é o que vemos que está acontecendo com esse serviço que o Uber vem praticando, e um *dumping* social enorme.

Hoje somos vítimas – a categoria dos taxistas e não só os taxistas. Por exemplo, lá no Ceará, em Fortaleza, os mototaxistas têm o serviço regulamentado. Os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mototaxistas também estão sofrendo demais. O trabalhador do transporte escolar também está sofrendo demais, com a prática desumana, com esse *dumping* social que está sendo praticado no Brasil. Estamos sofrendo uma concorrência predatória e desumana. Estamos vendo a categoria, a cada dia, ser mais prejudicada e afetada. É o pai de família taxista tirando o seu filho da escola, não podendo mais pagar a prestação do carro.

Para isto, Srs. Senadores, estamos aqui, para pedir a regulamentação desses aplicativos, desses serviços, para que possamos trabalhar em pé de igualdade, para que possamos praticar uma concorrência leal no nosso País, pois nós somos responsáveis hoje – os taxistas – por uma fatia razoável da movimentação da economia do País. Somos mais de 600 mil profissionais pagando o seu INSS, contribuindo com a Previdência, contribuindo com a economia, porque trocamos os nossos carros, renovamos a nossa frota. Por isso, estamos aqui solicitando aos Srs. Senadores que tomem as rédeas dessa situação, que aprovelem o PLC 28/2017, que regulamenta esses aplicativos e esse serviço.

Todos passam por isso, todas as profissões. Acredito haver bastantes advogados aqui presentes. Não basta só fazer a faculdade, o advogado tem que se submeter ao teste da OAB. Se ele não for regulamentado pela OAB, não vai poder exercer a função, advogar. Se alguém vai montar uma escola não é simplesmente pegar os professores, botar dentro de um prédio e mandar ensinar. Ele tem que ser regulamentado pelo MEC. Então, se em todas as profissões existe a regulamentação, por que vamos prevaricar em relação ao transporte individual de passageiros?

Pedimos aos Senadores que regulamentem esse serviço e falo agora, como disse, a CSB tem como objetivo a defesa do trabalhador. Falo agora não para a empresa, para a Uber, mas, sim, para aqueles trabalhadores que fazem parte dessa empresa, os uberistas. A nossa luta aqui é também por vocês, porque os trabalhadores hoje desse aplicativo estão às margens da lei, estão no subemprego. Essa empresa não tem qualquer responsabilidade pelos trabalhadores que estão hoje nos aplicativos; essa empresa não tem responsabilidade nenhuma com o País, com o Brasil. O único objetivo dessa empresa hoje é extrair o nosso dinheiro e explorar a mão de obra do trabalhador desesperado por um emprego no Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quem diz isso não sou eu. Temos o depoimento de um repórter da *Veja* que passou 30 dias trabalhando no Uber. Vejam, Srs. Senadores, nós entregamos aos senhores esse relato. Ele classifica como um trabalho escravo.

E nós, da CSB, queremos ver esses trabalhadores assegurados pelo Governo, pelo INSS. Queremos ver essas empresas que extraem os recursos do nosso País responsáveis pagando seus impostos e contribuindo para o crescimento do nosso Brasil, e não praticando essa evasão de divisa que hoje esse aplicativo pratica no Brasil.

É inadmissível esse *dumping* que está sendo praticado. A maior empresa de transporte de passageiro do mundo não sabe quanto custa um amortecedor, não sabe quanto custa um litro de gasolina, porque não tem obrigação com isso. Daí, é muito simples colocar trabalhadores, pessoas desempregadas, desesperadas para fazer, para praticar o serviço escravo, para praticar o subemprego no nosso País.

Por isso, nós estamos aqui pedindo aos Srs. Senadores que digam sim ao PLC 28/2017, porque o nosso principal objetivo aqui, Senadora Marta e demais Senadores, é o consumidor. O consumidor, sim, este que nós temos que ver sempre. Nós não transportamos mercadorias, nós transportamos vidas. E o que se está vendo aqui no Brasil é uma anarquia em relação a esse serviço que vem prejudicando o consumidor com casos de estupros, com casos de sequestro, como foi o da empresária lá de Niterói, como foi o caso da escritora Clara, há poucos dias, em São Paulo.

E isso só será possível ser combatido com a regulamentação do serviço em que esses trabalhadores possam seguir regras, fazer cursos, pagar seus impostos, recolher o INSS, ter uma ficha na prefeitura para que o consumidor possa ter um serviço de qualidade e um serviço de qualidade com segurança e com respeitabilidade.

Então, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, peço, em nome dessa categoria dos taxistas e em nome e aí o nome desses trabalhadores hoje explorados de forma desumana por esse aplicativo Uber, que os senhores digam sim ao PLC 28, de 2017.

E, para finalizar, vou fazer uso de uma frase proferida pelo Presidente Nacional da CSB, o nosso companheiro Antonio Neto, há poucos dias, em evento no Palácio do Planalto: "Digam sim ao PLC 28/2017, Srs. Senadores, pois o atacado que nos une é muito maior que o varejo que nos separa!"

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Muito obrigada, Francisco Albuquerque Moura, que é Diretor do Sinditáxi, Vice-Presidente Nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros e Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros do Ceará.

Agora com a palavra o último orador, Paulo Gaba. Ele é representante da Confederação Nacional do Transporte e Presidente da Federação Nacional das Empresas Locadoras de Veículos Automotores.

O SR. PAULO GABA – Bom dia a todos!

Cumprimento a Senadora Marta e, por meio dela, cumprimento os outros Senadores presentes.

Acho que a Senadora Marta prestou muita atenção aos números, porque a senhora já foi prefeita de São Paulo. Então, a senhora viu exatamente onde é que estava o ponto nevrálgico. Mas acho que não se trata de um debate do Uber contra o táxi, ou sobre o aplicativo: nós vamos muito além, nós estamos falando muito de legalidade, nós estamos falando de modernidade.

Na Confederação Nacional de Transporte, eu tenho a oportunidade, nos últimos dois anos, de estudar profundamente e ver globalmente o que está sendo feito. A CNT tem o Fórum de Inovação do Transporte junto à Universidade de Stanford, e eu coordeno a comissão de aplicativos, justamente para que a gente consiga regulamentar, deixar claro e ter uma concorrência leal para todos.

Eu poderia rebater cada um dos nove que me antecederam ou comentar o que cada um deles falou, mas acho que é mais importante a gente falar que esse PLC 28, mesmo sendo eu contra – eu represento o setor de aluguel de veículos –, mesmo restringindo muita coisa para o aluguel de veículos que hoje também alugam veículos para aplicativos, somos a favor, porque é um projeto perecível. Nós temos que correr. O mercado de transporte é perecível. Em dois, três ou cinco anos os carros muito provavelmente serão autônomos. Nós teremos ônibus autônomos, caminhões fazendo entregas autônomas. Então, eu acho que, se ele voltar para a Câmara, nós perderemos todo o *timing* disso, irá tudo por água abaixo.

É inadmissível, por exemplo, a gente chegar... Eu estive ano passado, em Porto Alegre – a Senadora Ana Amélia vai concordar comigo –, fui pegar um aplicativo para ir ao aeroporto e ele falou: "Olha, o senhor senta na frente e, se eles perguntarem no aeroporto, o senhor fala que é meu amigo. Qual que é o seu nome?", porque lá é proibido entrar se estiver em aplicativo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu vou um pouco além: se o Senador Lindbergh souber. Por exemplo, se pegarem um motorista dirigindo perto da Reduc, perto de Niterói, onde o senhor foi prefeito, se estiver passando e ele não tiver – foi contratado numa empresa locadora de veículos – seis ou sete autorizações, o carro dele é apreendido, ele fica ali com o funcionário da empresa pública que tem que prestar o serviço. Mas, se ele for uma pessoa autônoma, ou um colega, dando uma carona remunerada, não acontece nada com ele.

Então, eu fico preocupado com essa situação, e ela precisa de uma regulamentação urgente. Mesmo que ela prejudique aqui ou acolá. Porque é lógico que ela não vai satisfazer a todos, mas ela tem uma necessidade extrema. Se nós não regulamentarmos, e voltar para a Câmara, nós perdemos todo o *timing* do que está acontecendo.

Então, mais uma vez, isso é um apelo. Porque não se trata, mais uma vez, de dizer que é Uber contra táxi, não é nada disso. Até porque nós, na CNT, somos totalmente favoráveis à modernidade: quanto mais moderno, melhor.

Eu estava explicando, eu peguei trânsito ontem, para deixar meu filho na escola, e eu expliquei para ele: "Filho, no futuro, o nosso carro vai ser elétrico; se bobear, eu não preciso te levar à escola." Mas o carro, quando for subir aquela ladeira que sai na Avenida Paulista, vai saber a quilometragem que vai poder andar para economizar combustível, vai saber se aquele sinal vai estar aberto, para poder andar na velocidade ideal, não vai bater com o carro da frente nem com o de trás nem com o do lado.

Então, nós estamos passando por uma mudança literalmente disruptiva. E qualquer coisa que a gente fale ao contrário, não se trata de reserva de mercado, até porque isso já caiu por água abaixo. Nós vamos ficar desatentos, e o Brasil é um país extremamente moderno para isso.

Os senhores imaginem: numa reunião da CNT fora do Brasil, eu fui tomar um Uber, fui pegar um aplicativo. Primeira coisa que o guarda de trânsito fez foi parar o motorista e perguntar se ele era a pessoa licenciada e se eu era o passageiro. Por segurança. Nova York! Porque ele tinha essa preocupação que poderia haver alguém ilegalmente pegando.

Obviamente, se ele chegar ao aeroporto de Congonhas, que eu sei que muitos dos Senadores aqui usam, quando o senhor sai ali fora, há um cara gritando: "Quer um táxi? Quer um Uber?" E são ilegais também; eles não estão registrados. E eu perguntei uma vez para um representante taxista: "Que que isso?" E o meu motorista não pode





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

me pegar ali, o motorista da empresa não pode me pegar, porque ali não pode pegar passageiro.

Se nós fizemos a conta – e nós fizemos na CNT, como é que funcionava –, por que que um táxi custava R\$150 para ir ao aeroporto e o Uber custava R\$80? Porque o Uber podia levar e trazer, e o táxi só podia levar ou só podia trazer.

Então, obviamente, e eu questionei isso ao Prefeito Dória em São Paulo, hoje em São Paulo ficou muito caro, há uma série de regulamentações, foi apresentado aqui: "Ah!, mas foi barateado. Estamos barateando o custo, nós estamos contratando aplicativos!" Sim, mas quem criou, 40 anos atrás, as regras e os impostos que as empresas têm que pagar foi o próprio Estado.

Então, hoje eu não tenho como concorrer. Por exemplo, um aluguel de carro com motorista para o aeroporto de Guarulhos custa R\$300; um Uber custa R\$100. Só que o motorista é meu funcionário, o veículo está disponível. "Ah!, mas, se eu pudesse usá-lo três ou quatro vezes, eu poderia cobrar R\$100?" Poderia cobrar R\$80! Tudo é uma questão de conta que a gente tem que fazer.

Eu digo sinceramente que, se a gente não conseguir aprovar esse... Só para vocês terem uma ideia: um motorista que não for profissional – não é só a atividade remunerada; ele tem que ser profissional, ele tem que ser um motorista dedicado –, se ele estiver só nesse subemprego criado, ele não vai resolver o problema de transporte.

Então, se vocês me perguntarem quantos empregos foram criados, se estamos tirando o povo da miséria. Não há nenhum emprego com carteira assinada criado. Muito pelo contrário. Os empregos que eu tinha nas nossas empresas, dos nossos sindicatos e da confederação, eles acabaram, porque as pessoas estão sendo demitidas e pedindo: "Olha, o senhor me demite, que é para eu comprar um carro e tentar fazer um Uber, e tentar fazer um 99, um Cabify?", porque me parece que para eles neste momento é mais vantajoso.

O nosso movimento tem diminuído. Em setores, por exemplo, de turismo, de *transfer* com motoristas, isso caiu 70%, 80%, 90%. Obviamente, é mais barato comprar um serviço desregulamentado, que não tem regra nenhuma, que não tem imposto pago e não tem conferência nenhuma. Não estou nem falando de segurança, porque, se a gente entrar em segurança, eu duvido que haja algum motorista de Uber que tenha feito exame toxicológico.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Falou-se muito aqui do aéreo: "Ah!, mas você pegaria um avião que tenha a mesma rota se ele custasse metade do preço?" Eu não sei: alguém entraria num avião que não conhece o piloto, que não sabe que ele não foi atestado para aquele tipo de aeronave?

Nós estamos indo um pouco além. A gente realmente precisa da regulamentação por uma questão simples, vai muito além de concorrência desleal. A gente não está conseguindo... Por mais que o setor perca, é mais importante regulamentar agora, nem que a gente precise, daqui a um, dois, três ou cinco anos, regulamentar novamente ou complementar o que está sendo feito.

Eu acho que, no meu caso, é só. Eu queria que o último fosse o primeiro, eu sei que é difícil ser o décimo, e falar e as pessoas ainda prestarem atenção. Mas eu peço que prestem atenção: nós não estamos pedindo, não há reserva de mercado de nada aqui. É um projeto que tem pontos controversos para os nossos setores também, mas que vai possibilitar que o Brasil continue na linha de modernidade em que está.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Muito obrigada.

Bem, todos os oradores se pronunciaram.

Eu quero dizer que foi extremamente profícua a audiência. Eu acho que todos nós aqui pudemos entender a importância do projeto que está em discussão, da necessidade da aprovação rápida desse projeto. E a chave foi de ouro, posso dizer, porque mostrou que nós estamos num momento de transição no mundo, no Brasil, e essa confluência do antigo com o novo tem que ser harmonizada.

Eu gostei muito da sua fala no momento em que contradisse um pouco uma anterior que colocou em 2050 nós vamos ter não sei quantos carros. Não vamos ter carro nenhum, até brinquei com o Otto, falei: "Em 2050 nós vamos estar indo de avião individual para os lugares." Ou sei lá que coisa que vai haver em 2050. Então, eu gostei...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – RS. *Fora do microfone.*) – De *drone*.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – *Drone*. É, pois é. Então, nós temos que ter uma cabeça não só para este momento que a gente está vivendo, mas para o futuro. E acredito que, para o momento que nós estamos vivendo, o projeto está – até





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

onde entendi, porque eu não li o projeto, mas pela audiência – muito bem encaminhado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Bom...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Marta, eu acho o seguinte: ou regulamenta logo ou então vai virar o que é Uber ao contrário: um rebu. Uber ao contrário é rebu.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – É verdade, no sentido... Não, eu acredito que... Foi levantado aqui, Senador Otto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Como?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Está brincando que é só na Bahia.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Só uma observação: não vai virar, não; já está um rebu.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Mas eu queria ...

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Mas é isso aí.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Vou tentar fazer uma proposta de andamento, como é que nós vamos fazer com tantos oradores e os Senadores questionando. Queria ver o que o Plenário acha de nós fazermos assim: dois oradores fazem as suas perguntas – dois ou quatro que se habilitem. Vem um por vez e tem três minutos para responder aos dois oradores. Ou então podemos fazer todos os oradores – não sei quantos querem perguntar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Eu tenho uma sugestão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PR) – Vamos fazer todos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Eu tenho uma sugestão, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Depois ouço a Gleisi.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ)
– Falarem todos os... Está havendo CCJ também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Está bem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ)
– Falarem todos os Senadores, e, depois, voltar para a Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB – SP) – Depois, cada um vem, por três minutos, faz uma fila e vem vindo. Está bom assim? Então, está ótimo. (*Pausa*.)

Pela lista de oradores inscritos, o primeiro é o Senador Pedro Chaves, que é o Relator; em seguida, Senadora Ana Amélia, Senador Ferraço, Senador Lasier, Senadora Gleisi, Senador Lindbergh, Senador Bezerra. Por enquanto são esses.

Pelas regras que foram colocadas, nós vamos pedir – pelo número de pessoas que depois vão responder – que cada orador se restrinja a três minutos. Vamos ver se conseguimos; vamos tentar.

Senador Pedro Chaves, como Relator. Vamos dar cinco minutos para que ele faça mais considerações. Cinco minutos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Srª Presidente desta audiência pública, Srs. Presidentes das Comissões, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nosso bom-dia.

Eu sinto que hoje nós tivemos um ganho muito grande com esta audiência pública. Nós ouvimos, na verdade, os representantes dos taxistas, os representantes dos aplicativos, o representante do Cade e diversos órgãos realmente de defesa do consumidor.

Eu acho que a melhor forma de se elaborar um projeto consistente é, na verdade, ouvindo todos os segmentos, como ocorreu hoje. Acho que foi extremamente rico.

Acredito que nós temos em mãos, na verdade, três projetos: o originário da Câmara, PLC 28; o projeto do Ricardo Ferraço, de 2015; e o projeto do Lasier, que também é um projeto extremamente importante. O que nós vamos fazer é exatamente isto: analisar os projetos e apresentar o relatório já na próxima semana, terça-feira, às 14h30.

Já conversei com o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, o nosso amigo Senador Otto. Vai ser muito bom, porque vai dar celeridade a esse processo.

Quanto a nós homologarmos o projeto que veio da Câmara, nós temos que ter cuidado. Um dos objetivos do Senado é, na verdade, analisar profundamente todos os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pareceres, todos os projetos que vêm da Câmara com o olhar do Senador mesmo, um olhar mais crítico, um olhar objetivo. Acima de tudo, nós não podemos ser simplesmente um órgão homologatório. Isso não quer dizer que nós não vamos realmente ao encontro desse projeto, mas o Senado vai reavaliar todos os pontos, para que haja um equilíbrio verdadeiro entre os segmentos que estão hoje aqui, principalmente para a regulamentação do aplicativo.

Então, eu agradeço muito a presença dos Srs. Senadores aqui.

Fiquei muito feliz com esta reunião, anotei os pontos substantivos e deverei apresentar o relatório, como eu falei, na próxima terça, às 14h30. Convido todos a participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Muito obrigado, eminente Senador Pedro Chaves, que, como Relator desta matéria, eu acho que emite aqui muito mais que uma palavra, um bálsamo, porque, de fato, o Senado precisa se debruçar sobre esse tema e decidir. Esta Casa não pode continuar se acovardando, se esquivando de enfrentar um tema como esse que dialoga com uma questão que está presente no dia a dia das nossas cidades. Eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo cumprimento, pela determinação de oferecer seu parecer já na próxima semana.

Pela ordem aqui dos Senadores inscritos, passo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – RS) – Obrigada, caro Presidente eventual Ricardo Ferraço.

Caro Senador Pedro Chaves, Relator; caros colegas Senadores e Senadoras; convidados que fizeram a exposição de um tema tão candente para a sociedade brasileira, sobretudo para os usuários desse serviço, de tudo que foi dito aqui, eu queria só sublinhar o que o Paulo Gaba, no final, concluiu: essa não é uma briga entre aplicativos e taxistas.

Suscitaram-me algumas questões, Senador Ricardo Ferraço. Em algumas cidades citadas aqui pelo Uber – São Paulo; Brasília; Porto Alegre; Curitiba; Vitória, sua capital, Senador Ferraço; e São José dos Campos, em São Paulo –, criaram leis municipais regulando o serviço. Pergunto, para quem puder responder, se, aprovado o PLC 28,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

haverá algum tipo de conflito entre a lei federal que estamos aprovando e essas legislações municipais. Então, essa é a questão.

Queria também saber, no caso dos taxistas hoje, se a maioria dos taxistas trabalham para empresas ou para cooperativas ou se são individuais e, se fosse possível, pediria para informar o percentual de cada um desses taxistas. Quanto custa uma placa de táxi, que é uma licença? Quanto custa essa placa? Então, eu queria saber disso em relação aos taxistas. Qual é a...

Nesse projeto, penso que a regulação do serviço será uma forma também de garantia de segurança aos usuários, porque irregularidades podem acontecer dos dois lados, mas penso que o equilíbrio é o melhor caminho.

Então, são esses os questionamentos que eu estou fazendo aos que expuseram aqui esse tema tão importante para os consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Pela ordem dos inscritos, nós deveríamos fazer uso da palavra, mas, considerando que estamos temporariamente ocupando o exercício da Presidência, nós vamos passar adiante.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Está na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Está na Comissão de Constituição e Justiça.

Na ausência dele, com a palavra S. Exª Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PR) – Eu queria, primeiro, cumprimentar todos que estiveram aqui fazendo suas apresentações. Eu não pude estar desde o início.

Quero fazer um cumprimento especial aos representantes dos taxistas que estão aqui, inclusive os do meu Estado, o Paraná, e dizer, logo, diretamente, que sou absolutamente a favor da regulamentação do serviço. Acho que esta Casa está devendo, inclusive, mais celeridade nisso. Acabamos de assinar aqui um requerimento para haver urgência na votação do projeto. Então, espero que nós consigamos fazer isso se não nesta semana, na próxima semana, para que realmente possamos ter a regulamentação do serviço de Uber no Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Preocupa-nos muito essa discussão sobre modernidade e tecnologia. Muitas vezes, ela escamoteia situações que levam à precarização das condições de trabalho, à insegurança, a problemas mais estruturais.

Ninguém aqui é contra a modernidade. Eu acho que é necessário que a gente tenha evolução. Agora, o que nós não podemos achar que é normal é que tudo seja liberado, que uma empresa que é estrangeira venha para cá, coloque à disposição um aplicativo, que ela diz que é uma plataforma, que, na realidade, são os motoristas que utilizam e contratam, não o contrário, mas com uma série de regras para ela, empresa, sem cuidar de direitos trabalhistas, sem cuidar de segurança, enfim, com resultados altamente questionáveis.

Então, eu acho que esta Casa tem esse dever de fazer a regulamentação, foi um avanço nós termos, na Câmara, conseguido aprovar este projeto e penso que, com um esforço, a gente tem condições de votar ainda esta semana. Falava aqui com o Senador Fernando Bezerra, que está requerendo a urgência, porque isso mexe com a vida das pessoas, mexe com uma parte significativa da nossa economia, prestação de serviços e nós temos responsabilidade de oferecer uma solução à sociedade.

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PR) – Então, queria já dizer de pronto aqui que nós somos favoráveis à regulamentação. Acho que isso vai beneficiar a sociedade e vai pacificar as relações.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Seguindo a linha dos oradores inscritos, concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Olha, eu acho que o Senado tem que decidir. Eu concordo com o Senador Fernando Bezerra: a gente tem que pedir urgência e que regular.

Você sabe que tem uma visão aqui, que é uma visão ultra, ultra, ultraliberal, de que não é necessário regulação do Estado. Isso é uma discussão em todas as áreas da economia.

A crise de 2008 norte-americana, que estourou, foi fruto da desregulamentação do sistema financeiro. Disseram que não era necessário haver regulação e aconteceu aquela crise em 2008. Então, é papel do Estado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero dizer aqui que a revista *Carta Capital* trouxe uma matéria sobre o tema, uma entrevista com Steven Hill, da Academia Americana em Berlim, na qual diz o seguinte: "No novo modelo de negócios, as empresas são pouco mais que um *site* na internet e um aplicativo, com um pequeno número de executivos e empregados estáveis". Aí diz o seguinte: "Os presidentes dessas novas companhias, diz Hill, seguem uma filosofia radical de liberdade econômica e resistem às normas. Repelem a tributação, sob a alegação de não serem companhias de setores de atividade econômica típicos, mas empresas de tecnologia." Continua o Steven Hill dizendo o seguinte: que os líderes do Vale do Silício têm uma visão hiperneoliberalista, que exige a máxima flexibilidade trabalhista que deixe à sua disposição um suprimento de mão de obra a ser acionado na medida de suas necessidades.

Eu quero me socorrer aqui também de Rafael Zanatta, que deu uma entrevista também para o jornal *Nexo*, esse é um advogado que pesquisa a regulação de economias de compartilhamento.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ)

– Ele fala sobre esse caso aqui, começa a explicar e diz o seguinte: "As pessoas começam a se perguntar por que essas empresas lucram bilhões por ano ao mesmo tempo em que tornam as condições de trabalho mais duras para quem está na ponta.

E aqui eu quero trazer uma decisão de 2017, do Procurador-Geral de Justiça da União Europeia, que declarou que a Uber deve ser considerada uma empresa de transporte e não uma plataforma digital de intermediação. Esta que é a polêmica: uma empresa de transporte não é uma simples plataforma digital de intermediação. E, se é uma empresa de transporte, tem vínculo com os funcionários, que têm que ter direitos trabalhistas, porque eles dizem que não. Sabe qual é o argumento da Uber? Não é ela que contrata os funcionários, são os funcionários que a contratam. É isso e não têm direito a nada.

O que a gente está vendo aqui no Brasil é triste ver. É uma superexploração dos trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RJ)

– Eu não sei de quem eu tenho mais pena neste momento hoje, dos trabalhadores





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

taxistas ou dos que estão trabalhando no Uber. É semiescravidão, é semiescravidão. Então, fazem uma superexploração, retiram o recurso, que volta para as suas sedes, e o trabalhador aqui superexplorado, perdendo todos.

Então, é necessário, para mim, ter essa regulação.

Você sabe que tem também aqui...

Na Inglaterra, em outubro 2016, uma corte britânica decidiu que os motoristas do Uber são funcionários da empresa – esse é o ponto central – e não apenas prestadores autônomos de serviço. Os donos deveriam, a partir da decisão, arcar com direitos trabalhistas, com salário mínimo, com férias. E nada!

Então, sinceramente, eu acho que o Senado Federal tem que ter responsabilidade nesse tema. Eu estou olhando muito pela lógica do trabalhador e o que eu estou vendo é uma situação devastadora para os trabalhadores brasileiros, para todos os trabalhadores brasileiros, tanto os do Uber como o trabalhador taxista, e não dá para ser assim, tem que vir, tem que ter regulamentação, tem que pagar imposto, tem que preservar e respeitar o direito dos trabalhadores. Por isso eu sou favorável a este projeto do Zarattini que está aqui.

Eu acho, Senador Pedro Chaves, que V. Ex^a tem uma grande responsabilidade, mas sabe, como poucos aqui, escutar todos os lados. Eu acho que a gente deveria marcar essa votação aqui e aprovar esse requerimento de urgência para levar esse tema para o plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Senador Fernando Bezerra Coelho, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – Sr. Presidente, serei rápido, breve.

Acho que a audiência pública cumpriu com o seu objetivo.

Eu queria registrar que estão presentes aqui, nesta audiência, dois companheiros do meu Estado, de Pernambuco, Jorge Federal e Aerto Luna, que representam aqui o movimento dos taxistas do Estado de Pernambuco. Eu acho que a última palavra que ouvimos na audiência, que foi do representante da Confederação Nacional do Transporte, foi muito feliz. Isso aqui não é uma briga de taxista contra Uber.

Eu tive a oportunidade de assistir recentemente a uma palestra do Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio na Comissão de Relações Exteriores desta Casa,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e ele dizia que os que estão hoje estudando no ensino primário, que estão no ensino fundamental, esses meninos, quando estiverem formados, vão trabalhar em carreiras que hoje não existem, em função das rápidas mudanças que estão ocorrendo em nosso ambiente de negócios, sobretudo fruto da velocidade das inovações, das novas tecnologias que são lançadas.

O que me preocupa, e aí eu peço a compreensão do nosso querido Relator, do meu amigo, o Senador Pedro Chaves, é essa situação de deslealdade e de concorrência, digamos assim, em que a gente precisa dar um freio.

Os dados de Pernambuco: para cada taxista, já se estima que haja quatro veículos vinculados ao Uber. Como se pode remunerar essa atividade com uma concorrência massiva dessa e sem nenhum tipo de regulamentação? Nós não queremos parar a utilização dos aplicativos, das plataformas digitais – muito pelo contrário, elas são bem-vindas –, até porque não conseguimos. Mas aqui, diferentemente das considerações feitas pelo Senador Lindbergh, eu votei a favor da flexibilização das leis do trabalho, da terceirização. Agora, eu não advogo nenhuma regulamentação. Aí é voltar ao tempo da pré-história. Sejam bem-vindas as tecnologias, mas que a gente avance para ter um mínimo de regulamentação.

A questão da placa vermelha é uma tese interessante, porque só através dela você pode ter controle mesmo. Ora, você está transportando alguém, que é um transporte individual de passageiros, mas é um serviço público. E você tem que contratar seguro para transportar aquela pessoa. Se ocorre um acidente, quem paga? A companhia de seguro. E os carros, os veículos contratados pelo Uber...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – ... não têm seguro nenhum. Agora, os taxistas são obrigados a contratar o seguro para transportar o seu passageiro.

Então acho que a gente precisa refletir sobre isso, porque senão seria melhor também abrir. Se vale essa regra de regulamentação nenhuma para o Uber, por que regulamentar o transporte coletivo? Por que não abrir para quem quiser botar o seu ônibus nas cidades? Por que é que a gente teve que regulamentar as vans? Por que é que a gente teve que regulamentar o transporte complementar e alternativo? Porque não dá para ser a lei do mais forte. Não dá para tratar do transporte individual ou transporte coletivo se não compreendermos que isso é um serviço público. Isso é um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

serviço público. E é preciso, mesmo que seja restrita a regulamentação, mesmo que seja mínima – e acho até que...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – ... a regulamentação para o serviço de táxi tem também que ser revista –, acho que a gente precisa advogar.

É por isso, meu caro Relator, que eu peço a sua compreensão, mas já recolhemos aqui doze assinaturas e todos os que estavam presentes nesta audiência já manifestaram o apoio ao requerimento de urgência. E logo mais, no Plenário, eu acredito que rapidamente vamos chegar a mais de 41 Senadores na Casa e pedir ao Senador Eunício, Presidente do Senado, que paute essa votação, se possível, para hoje, se não, para a próxima semana. E que V. Ex^a seja designado Relator de Plenário para que a gente possa votar imediatamente isso, porque senão não vai fazer sentido nenhum. Essa é uma situação que está presente em todo o Brasil. Precisamos equilibrar o interesse do consumidor e o interesse daqueles que trabalham no transporte individual, mas é preciso agir já, agir com rapidez.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB – PE) – Era só para aduzir que eu assinei o requerimento de urgência entendendo que essa matéria é uma matéria sensível, urgente etc. Agora, o nosso Senador Pedro Chaves é o Relator da matéria. E o Senado, no sistema bicameral, cumpre um papel como Casa revisora. O Senado oferece sempre uma contribuição ao processo legislativo. Nós não podemos também nos destituir desse papel. E em atenção ao Senador Pedro Chaves, se esse processo do requerimento de urgência prosperar, é fundamental que ele seja o Relator do Plenário, sob pena de um total, vamos dizer, desprestígio à figura do relator da Casa. Então eu acho que esse ponto é um ponto que tem que ficar assente aqui no debate, está certo?

Era esse o ponto que eu gostaria de aduzir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Eu acho que é isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – Essa é a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Claro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – Acho que a nossa iniciativa não é, de forma nenhuma, atropelar quem quer que seja. E certamente o Senador Pedro Chaves poderá contribuir muito para o esclarecimento e para inovações de que essa matéria poderá precisar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, eu concordo com as colocações do Senador Armando Monteiro, e, se obtivermos o apoio de mais de 41 Senadores até o início da sessão, da Ordem do Dia hoje, levarei a recomendação de que aqueles que subscrevem querem, designam e indicam o Senador Pedro Chaves para ser o Relator de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Eu acho que nós poderíamos encaminhar como sugestão de procedimento, quem sabe, essa preliminar colocada por V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, Senador Armando Monteiro, para a manutenção em Plenário da relatoria sob a liderança do Senador Pedro Chaves.

A segunda questão é que talvez nós pudéssemos evoluir no texto ao aprovarmos o requerimento hoje, mas não deliberarmos hoje, porque aí nós damos alguns dias ao Senador Pedro Chaves para que ele possa concluir o seu relatório, como ele já tinha se comprometido aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – ... com todos e consigo próprio...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Eu também aprovo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – ... de entregar o relatório na próxima semana. Esse tema pode voltar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – Sugestão acatada. Votamos o requerimento hoje, damos um tempo ao Senador Pedro Chaves, e, na próxima terça-feira, deliberaremos em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Na próxima terça ou quarta-feira deliberamos em Plenário,...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – ... sem atropelo,...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Eu estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – ... por elegância, delicadeza e respeito ao trabalho que vem sendo liderado pelo Senador Pedro Chaves.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE) – Concordo, concordo. Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Bom, dando sequência aqui à ordem dos oradores inscritos, esta é uma Comissão mista em que nós dialogamos com os Senadores, mas também dialogamos com os Deputados, Senador Humberto Costa, eu peço a vênica de V. Ex^a, por ordem de inscrição. Nós estamos recebendo aqui o Deputado Cabo Daciolo. Eu passo a palavra para a intervenção de V. Ex^a, que é muito bem-vindo aqui nesta Comissão mista do Senado Federal, como nosso companheiro de Congresso Nacional. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Glória a Deus, glória a Deus, glória a Deus!

Nós estamos, neste exato momento, Presidente, com trabalhadores da Nação brasileira parados e voltados para a reunião que está acontecendo aqui. Eu vou até aguardar, porque eu gostaria de um pouquinho da atenção do Presidente e do Relator. Para mim é importante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Não, está ótimo.

Eu fiz essa parada, Presidente, porque eu acho de extrema importância que o Relator, que está justamente com uma missão muito preciosa, eu gostaria da atenção dele justamente por isso...

A colocação é, V. Ex^{as}: eu tenho uma relação de muita intimidade e de amor com trabalhadores, tanto taxistas quanto do Uber. O que nós estamos falando aqui é que quem está sendo lesado neste exato momento são os trabalhadores brasileiros. E só há um núcleo ganhando alguma coisa. E esse núcleo é o aplicativo, que está pegando bilhões de trabalhadores da Nação brasileira e botando para fora da Nação e não investe dentro da Nação. Não é investido na saúde, não é investido numa das principais, na minha concepção, das mais importantes regulamentações da nossa Constituição, o art. 194 – eu estou falando da Seguridade Social, da segurança de um trabalhador.

O trabalhador do Uber também está sendo explorado. Em contrapartida, outros trabalhadores, como é o taxista, taxista esse de que eu vou trazer a história rapidamente, para que venha à memória de todos nós... Eu estou falando de 1605. Eu estou falando de 1605, quando pegaram algumas carruagens e começaram a alugar em Londres. De repente, em 1634, começa a haver um tumulto, um engarrafamento de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

carruagem, e o Parlamento de Londres é obrigado a sentar para conversar e palestrar, o que estamos fazendo hoje aqui, para trazer solução.

A única palavra que nós estamos falando de ordem é de regularização e de regulamentação. Eu não vejo o problema e o porquê de tanta espera e de tanta demora para votar essa pauta de extrema importância não só para o taxista e para o Uber, mas para a Nação brasileira, porque são recursos que vão entrar para a Nação. O taxista já contribui. Ele já está contribuindo. Sai lá todos os meses da folha de pagamento dele, do salário dele a contribuição para a Seguridade Social. Eu pergunto: e o Uber? E o Uber? O que está acontecendo?

Aí, eu venho, continuo com a história e chego a 1896. E eu vou para a Alemanha. Começa o táxi motorizado. Em determinado momento, antes mesmo da primeira guerra mundial, já estávamos com táxi generalizado na Europa, na América. No mundo, já estava o táxi.

Então, nós estamos falando de uma profissão mais do que centenária, que está, neste exato momento, nos ouvindo de forma nacional, pedindo que eu fale aqui agora que eles estão pedindo socorro. Socorro! E eles estão pedindo urgência. Urgência.

Nós saímos com essa pauta aprovada pelos Parlamentares, pelos Deputados, em abril. Em 4 de abril, foi aprovada a 5.587. Veio para o Senado com a numeração 28. Eu sei que é uma matéria de extrema importância. Sabemos que é delicada, mas eu peço aos senhores: nós já tivemos aqui, só hoje, neste exato momento, 14 assinaturas para pedido de urgência.

Aí, eu venho trazer uma fala da palavra de Deus, eu vou para a *Bíblia*. A *Bíblia* relata que ninguém sabe o dia e a hora, nem o Filho, nem os anjos, somente o Pai. Nós podemos, hoje, aqui, os senhores, V. Ex^{as}, fazer parte da história. Em determinado momento, nós podemos sair por essa porta, e o fôlego de vida pode sair da nossa narina. Pum! Partimos! Por que nós vamos esperar por algo de que nós já temos conhecimento?

Vamos votar hoje, Presidente. Vamos botar isso em pauta hoje. Já há pedido de urgência. Todos querem votar. É uma pauta conhecida por todos nós. Nós não estamos pedindo nada contrário à regulamentação e à legalização. Bom para o taxista e bom para o Uber, mas melhor ainda para a Nação brasileira.

Juntos somos fortes. Nenhum passo daremos para trás. E Deus está no controle.

Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Senador Humberto Costa, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Senadores, Deputados aqui presentes, eu queria abordar esta questão inicialmente de um ponto de vista diferenciado e, aqui, fazer uma crítica que eu tive oportunidade de fazer, inclusive, no período em que nós estávamos no governo. Quando discutimos mobilidade, nós temos de ter prioridades claras, né? A primeira delas é o pedestre. Depois, vem o ciclista. Depois, vem, naturalmente, a questão do transporte coletivo.

Ao longo dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, em que pesem todos os avanços que nós tivemos em termos de mobilidade, a ampliação da infraestrutura, enfim, nós fizemos uma concessão à questão econômica, digamos, exagerada em comparação, *vis-à-vis*, à questão do transporte coletivo no Brasil. Incentivamos o transporte individual de todas as maneiras. Óbvio que isso gera empregos, isso é muito importante. Nós nos gabamos de, em muitos momentos, todos os brasileiros estarem em condição de trocar o seu carro. Isso é bom. E devemos perseguir novamente esse objetivo. O Brasil passou a produzir uma quantidade estúpida de motocicletas. E, com isso, também os acidentes, que hoje são extremamente graves e onerosos para o Poder Público. Lógico que tudo isso deveria ter sido feito, mas não em detrimento do transporte coletivo. Na verdade, estamos falando aqui de transporte individual público e de transporte individual privado. Mas estamos falando de transporte individual.

E eu estou dizendo isso porque, entre as consequências da entrada desse serviço...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PE) – Já?

Desse serviço do Uber, a própria receita das empresas de transporte coletivo nas cidades em que o sistema foi implantado está caindo. As pessoas estão diminuindo o uso do transporte coletivo. Isso fatalmente vai acontecer em relação aos metrô. E nós estamos, na verdade, inchando as cidades de pequenos veículos, congestionando o trânsito, enfim. Com uma diferença: o taxista, na maioria das cidades, tem o privilégio





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de poder usar as faixas exclusivas. E o Uber não tem nem pode ter, porque não há nem como identificar quem é Uber e quem não é Uber.

Então, essa é uma preocupação que eu tenho. A falta de uma limitação, inclusive, do número de automóveis que podem fazer parte de um aplicativo como esse é uma coisa fundamental. Não dá para ser qualquer que quer. É aquele cara que, sei lá, na hora do intervalo...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PE) – ... do almoço, pega o carro e vai dirigir. E, na verdade, estamos encontrando uma série de pessoas que estão fazendo bicos – é isso que está acontecendo –, recebendo remunerações ridículas e fazendo, no meu ponto de vista, uma concorrência predatória com aqueles que são efetivamente regulamentados. Há os benefícios de serem regulamentados? Há. Há direito de ter isenção de imposto para adquirir um carro novo, redução no pagamento do IPVA etc. Mas vivem exclusivamente disso. São as questões relativas à regulamentação da profissão que foram conquistadas, e não foram doações de ninguém, foram objeto de uma luta.

Então, eu quero me associar àqueles que consideram que é preciso que haja realmente uma regulamentação. Não sei qual vai ser o relatório final de V. Ex^a. Pode ser que, naquele que veio da Câmara, haja algum tipo de excesso que iniba também, porque eu também não sou...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PE) – ... inteiramente contra que exista o Uber, não. Mas não pode ser dessa forma como está existindo agora, com absoluto e total descompromisso com o sistema de transporte, com o interesse da população, com os que trabalham para essa empresa, a maior empresa do mundo de transporte que não tem uma bicicleta. Isso são as contradições do desenvolvimento da tecnologia. Quanto a essa questão de dizer que é um aplicativo que faz intermediação, isso é uma formalidade. Na verdade, é uma empresa de transporte que existe em nível internacional.

Então, eu quero me associar aos que acham que é necessária, de fato, uma regulamentação para que, em nome de alguns benefícios que são importantes, nós extingamos uma determinada categoria e um serviço que é importante.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se há distorções em relação ao serviço de táxis, ao custo das tarifas e a algumas outras questões, que se corrija isso, mas que não se jogue a bacia com o menino junto, a água, tudo de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que tem participado ativamente destes debates na Comissão de Infraestrutura, na condição de Presidente em exercício, quase Presidente de fato e de direito da Comissão de Infraestrutura e é um dos requerentes desta audiência pública coletiva, que visa ampliar o debate de modo a encaminhar a sua deliberação em palavras.

Passo a palavra a V. Ex^a, ao tempo em que o cumprimento não apenas por ser um dos autores deste requerimento de audiência, mas por ter liderado também esse procedimento, esse processo na Comissão de Infraestrutura.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente Ricardo Ferraço, nobre Relator, Senador Pedro Chaves, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados que se fazem presente neste dia que considero importante para a história do transporte no nosso País, nós resolvemos fazer esta audiência pública em conjunto com todas as comissões exatamente para pularmos etapas, a fim de que não fosse feito este trabalho em cada comissão. Então, esta união de todas as comissões é exatamente para dar mais celeridade ao processo. E tenho absoluta certeza que este processo, na mão do Senador Pedro Chaves, está sendo muito bem conduzido. Ele saberá fazer aquilo que é importante para a população brasileira.

Eu entendo que não podemos deixar ou dar à população um sistema de transporte, Senador Pedro Chaves, sem uma fiscalização. E não há como fiscalizar se não houver o mínimo de regulamentação também. Não há como fiscalizar aquilo que não está regulamentado, e não só na área de transporte individual, mas em qualquer transporte coletivo, transporte municipal, intermunicipal, interestadual ou em qualquer outro segmento. Em todos precisa haver um alvará de funcionamento mínimo.

O nosso Código de Trânsito é claro: todo transporte que é pago tem que ter chapa vermelha. Está no Código. Se mudarmos o Código, aí tudo bem. Se mudarmos o Código, é possível. Mas com o Código que temos hoje isso não é possível. Portanto, a regulamentação é necessária. E a regulamentação não exclui nenhum aplicativo do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho, pelo contrário, dá mais segurança aos aplicativos para prestar o serviço. E ainda tem um benefício: da forma como está o PLC nº 28, não se exige nenhuma licitação, nenhum tipo de leilão para se ter uma placa, apenas regulamenta. Ou seja, está beneficiando os aplicativos com essa regulamentação.

Os aplicativos, da forma como são, estão substituindo as prefeituras municipais, porque estão fazendo a gestão daquilo que deveria e deve ser do gestor público, ou seja, das prefeituras municipais de todo o nosso País.

Não podemos deixar de ressaltar a importância dos aplicativos, que, quando vieram, trouxeram uma nova filosofia, uma modernização e fizeram também com que os taxistas se aparelhassem e melhorassem o atendimento à população. Isso é muito positivo. Mas precisamos regulamentar, fazer essa regulamentação, simples que seja, para dar mais segurança ao usuário brasileiro.

Nesse sentido, Senador Pedro Chaves, eu peço a V. Ex^a que realmente a gente consiga fazer a votação desse projeto o mais rápido possível. É um projeto importante e a população brasileira, que acompanha de perto essa nossa decisão, não só os taxistas, mas o consumidor principalmente, quer os aplicativos e não quer ficar sem o táxi. Todos são complementares. Todos estão nas ruas para atender o usuário. Eu entendo que é importante nós protegermos o usuário brasileiro.

Portanto, é nesse sentido que eu encaminho a regulamentação mínima e, se possível, o PLC nº 28 sem nenhuma modificação para que não tenha que voltar para a Câmara. Eu entendo que o debate que aconteceu na Câmara dos Deputados foi um debate legítimo e chegou a um consenso mínimo para que possamos avançar nesta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar mais uma vez o Senador Pedro Chaves pelo seu relatório futuro que virá, com certeza, em benefício da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Eu vou fazer aqui umas breves considerações e devolver a palavra ao Senador Relator Pedro Chaves, até por conta do entendimento e da convergência firmada de que vamos caminhar para a aprovação do requerimento de urgência a fim de que em plenário, na próxima semana, nós possamos fazer o enfrentamento deste tema.

Eu acho que esta Comissão, o Congresso brasileiro e V. Ex^a, Senador Pedro Chaves, que está com essa tarefa, está no comando do timão, precisam nos oferecer





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

um texto que possa refletir o conjunto das preocupações aqui relatadas, por óbvio a preocupação com os trabalhadores, por óbvio a preocupação com a mobilidade, que é uma questão que foi tão bem fundamentada pelo Senador Humberto Costa, mas, por óbvio também, nós precisamos considerar o interesse do usuário nesse conjunto de questões que estamos aqui debatendo.

Eu acho que a esta altura não resta dúvida de que há uma convergência com relação à regulamentação. Nenhum de nós parte do princípio ou da premissa de que este ou aquele setor pode existir sem algum tipo de regulamentação do Estado brasileiro. Essa coisa de libera geral, eu acho que libera geral representa o caos, representa o colapso, o primitivismo de todos contra todos, do maior contra o menor. Portanto, o Estado precisa realmente intervir para regular.

Agora, precisamos ter muito cuidado com essa regulamentação, porque ela não pode representar uma estatização. Ela tem que representar algo que preserve o interesse do conjunto dos nossos trabalhadores, dos nossos taxistas, mas precisamos também considerar o interesse do usuário nesse contexto. O interesse do usuário há de ser considerado. E nenhum de nós aqui haverá de ter o papel patético de imaginar que o Estado brasileiro ou o Governo brasileiro pode cercar os aplicativos. É como cercar vento. É impossível cercar vento. Nós precisamos nos colocar, enfim, diante dessa realidade.

Portanto, há uma convergência em relação a isso. Acho que esse tema, sim, tem que ser regulado pela União, porque nós estamos tratando aqui do Plano Nacional de Mobilidade. Nós precisamos fazer diretrizes gerais, acho eu, e reservar para o poder local questões que levem em consideração as características de cada cidade. Por certo as características da capital Pernambuco, do meu companheiro Senador Humberto Costa, não são as mesmas características da minha capital Vitória. Essas coisas guardam uma relação de questões locais.

Mas eu tenho de fato aqui uma preocupação que quero manifestar com relação ao art. 11-B. Quer dizer, "o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros previsto no inciso X do art. 4º da Lei, nos Municípios que optarem pela sua regulamentação, somente será autorizado ao motorista que cumprir as seguintes condições", entre elas, "possuir e portar autorização específica emitida pelo poder público municipal ou do Distrito Federal do local da prestação do serviço autorizado".





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ou seja, nós estamos transferindo plenamente essa responsabilidade para as prefeituras.

E aí o que as prefeituras vão fazer nós não sabemos, porque, de fato, eu tenho uma preocupação pessoal com a estatização desse tipo de operação, cuja eficiência e efetividade que isso vai guardar na vida real, porque a vida não é como gostaríamos como fosse, ela é como se apresenta... Então, acho que isso precisa ser observado. Nós estamos transferindo para as prefeituras essa autonomia e essa autoridade. A prefeitura vai passar a determinar o que vai acontecer com operação desse tipo de transporte individual privado.

Então é essa observação que eu queria rapidamente fazer, porque sou autor também de uma das propostas que sugere a regulamentação. Quando começamos a debater esse tema, eu tive uma reação muito forte da categoria taxista, que queria que nós simplesmente proibíssemos a utilização da aplicação em nosso País.

Acho que, no tempo, essa coisa evoluiu e evoluiu na direção de reconhecer o óbvio, e o óbvio é que não há como proibir. Portanto, temos que evoluir para uma regulamentação que possa preservar o interesse do trabalhador, o interesse da mobilidade, o interesse dos usuários por esse conjunto de valores e princípios que estão incorporados nesse tema.

Essa é a tarefa do Senador Pedro Chaves, a quem passo a palavra, para que possamos encerrar a nossa audiência pública, considerando que nós recebemos aqui relevantes e importantíssimas contribuições, todas elas com seu viés, com sua convicção, mas todas, quero crer, foram de fundamental importância para firmar um juízo de valor e uma massa crítica dos Senadores que estão participando mais ativamente desse debate.

Eu passo a palavra a V. Ex^a para que, na condição de Senador Relator, faça o encerramento desta reunião, considerando que nós temos que ir à Comissão de Constituição e Justiça. A palavra é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Agradeço as palavras do nosso Senador Ricardo Ferraço, que é o nosso Presidente da Mesa neste momento.

Eu sempre tive a preocupação com o motorista de táxi, porque eu sei que os proprietários conseguem licenças politicamente. Há certas pessoas que investem nessa licença, que tempos atrás era comercializada no Rio de Janeiro por até R\$100 mil. E havia certos proprietários que tinham mais de cem licenças, alugavam para diversos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

motoristas e estes eram as grandes vítimas, porque nem registrados eram os motoristas de táxi.

Também é importante disciplinar isso para que não haja trabalho escravo também do taxista. O motorista do táxi que não é proprietário do táxi tem que pagar uma taxa altíssima, que inviabiliza... É gravíssima a situação do motorista de táxi que não é regulamentado. O motorista aluga sem contrato, sem nada, não tem vínculo empregatício com o proprietário do carro, e o proprietário cede o carro. Então, é importante a gente pensar nesse aspecto. E os preços das licenças são altíssimos. Uma licença era negociada politicamente, como falei.

A gente ficou preocupado com o Uber exatamente por isso. Se passar totalmente para a prefeitura, a prefeitura começaria a negociar também as licenças para o Uber funcionar.

Então, é necessário que a gente questione esses pontos para que não se repitam os mesmos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – E há a questão das regiões metropolitanas expandidas. Quer dizer, uma prefeitura A vai regulamentar de um jeito, uma prefeitura B vai regulamentar de outro jeito. E essas cidades estão conectadas no seu dia a dia. Portanto é uma tarefa complexa, na medida em que também nós precisamos reconhecer essas deformações que existem no mercado. São deformações que estão aí e que nós precisamos reconhecer.

Agora, também é necessário nesse debate a gente considerar a necessidade de igualdade de oportunidade na competição. Hoje o trabalhador taxista está submetido, subordinado a um conjunto de encargos, e os aplicativos não estão. Então, é fundamental uma igualdade de oportunidade.

A pressa para decidir é importante, mas a produção e a elaboração de um texto que possa refletir o conjunto dessas questões parece-me também fundamental. Por isso nós precisamos dar esse prazo adicional ao Senador Pedro Chaves para que ele possa concluir, considerando todas essas variáveis.

Eu discordo dessa coisa de regulamentar a todo e a qualquer custo para daqui a dois anos regulamentar novamente. Isso aqui não é tamborete. Nós não podemos ficar brincando com o sentimento e com o interesse da sociedade. Vamos fazer uma regulamentação improvisada para daqui a dois anos fazer outra? O que é isso? Não dá. Nós precisamos de um mínimo de previsibilidade, de regra, de estabilidade para que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as pessoas possam conduzir o seu dia a dia e o seu planejamento. A Câmara deu um passo importante quando decidiu. E nós precisamos dar outro agora definitivo. Mas a pressa geralmente é inimiga da perfeição. Na prática, no trânsito, é assim também: na dúvida, pare, não ultrapasse. E nós estamos na hora derradeira para poder considerar, acho eu, todas essas variáveis do texto que o nosso Relator vai expor.

Eu vou devolver a Presidência ao Senador Acir Gurgacz, que vai conduzir os trabalhos. Ele naturalmente vai ouvir V. Ex^a e a questão de ordem.

O SR. JORGE FEDERAL – Quando o senhor fala dessa questão da necessidade ...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – O senhor pode se apresentar, por favor?

O SR. JORGE FEDERAL – Sou vereador de Olinda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Seja muito bem-vindo, Vereador.

O SR. JORGE FEDERAL – Quando o senhor fala dessa preocupação em fazer um texto melhor enquadrado no sistema, a gente também tem na ponta as ...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Pode se sentar e ficar à vontade, Excelência.

O SR. JORGE FEDERAL – Temos na ponta a prefeitura. As prefeituras é que vão fazer a regulamentação, de acordo com esse projeto que foi aprovado na Câmara, de acordo com as necessidades e as possibilidades locais.

Então, eu vejo que no Poder Legislativo, em nível federal, a questão é mais de encaminhamento da possibilidade desse processo. As situações pontuais vão ser discutidas nos Municípios. Assim, eu acho que essa preocupação do senhor é muito importante, mas ela vai ser trabalhada novamente nos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Perfeitamente.

O SR. JORGE FEDERAL – Por isso eu acho que a responsabilidade nossa aqui da urgência é deliberar para que o Município possa resolver.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – É isso que estamos fazendo. A ideia é votar o regime de urgência para, na próxima semana, nós o enfrentarmos. O que eu quis aqui foi lançar mão, jogar luz sobre essa questão. Na prática, é isto: nós estamos transferindo para que as prefeituras façam a regulação disso, e eu tenho preocupação porque há um ponto de equilíbrio entre uma coisa e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outra. O que difere o remédio do veneno é exatamente a dose. Se a dose for muito elevada, nós vamos estar intervindo de tal forma – e aí cada um tem uma concepção de mundo – de modo a estatizar essa questão, e nós precisamos considerar nessa questão o interesse. Óbvio, nós precisamos proteger o trabalhador, nós precisamos gerar igualdade de oportunidade, mas nós também precisamos considerar o interesse do usuário. É isso que eu quis dizer.

Portanto, essa é uma questão complexa.

V. Ex^a, como Vereador de Olinda, é muito bem-vindo. Eu quero dizer a V. Ex^a que comecei na vida política como Vereador na minha cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Então, tenho muito respeito pelo papel e pelo exercício dos nossos vereadores, e é muito bom que V. Ex^a esteja aqui nos honrando e representando os vereadores e a Câmara Municipal de Olinda. V. Ex^a é muito bem-vindo.

Eu vou passar a palavra para o Senador Acir Gurgacz porque...

O SR. ADILSON AMADEU – Só 30 segundos.

Sou Vereador em São Paulo, Adilson Amadeu, do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Pois não, Vereador, com muito prazer.

O SR. ADILSON AMADEU – Queria parabenizar todos os senhores porque eu sou fiel escudeiro do Parlamento. Parabéns a todos os Parlamentares do Brasil, que estão sofrendo até ameaças.

Hoje o momento é dos senhores, Senadores, porque quando a gente vê o que está acontecendo com essa profissão de taxista, que é uma profissão nobre – eu desafio qualquer habitante que não pegou um táxi... E aí eles chegam à Copa do Mundo. Na Copa do Mundo, puseram 300 carros à disposição e hoje estão com 1,2 milhão carros. Lá, em São Paulo, eu tenho defendido essa categoria, que é uma profissão nobre, e tenho andado.

Os oradores de hoje, meus colegas taxistas, defenderam com muito brilhantismo todos os 500 mil taxistas, porque lá o Prefeito Dória fez uma resolução que acaba, vence em 18 de janeiro e fala basicamente do que os senhores estão falando. É lógico que a batuta vai sair daqui, do Senado, dos senhores. Agora mesmo me ligou um colega dos senhores, Antônio Carlos Rodrigues, que esteve muito tempo com os senhores, e eu fui vice dele por quatro anos no Parlamento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que não dá é para escutar esses senhores que estão à frente desses aplicativos falando só inverdades, fazendo aqueles condutores que trabalham para eles de escravos. Até pouco tempo, não recolham um tostão, mas, nas grandes mídias de televisão e rádio, gastaram, nos últimos meses, mais de US\$2 milhões e continuam gastando. E eles querem que continue assim, porque quanto mais tempo vai, eles simplesmente vão faturando, fazendo evasão de divisas. Depositaram – terminando, Presidente, Senadores, todos os senhores – na terra deles US\$100 milhões. Sabe por quê? Porque eles estão com dívida com ações trabalhistas.

É isso que nós e os Srs. Senadores... Eu acredito neste Parlamento, eu acredito em todo o Parlamento do Brasil. Nós precisamos fazer a diferença, e eles têm que cumprir regras, sim, e não querem cumprir.

Muito obrigado a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Nós é que agradecemos a presença.

Estendo os mesmos cumprimentos que fiz ao Presidente da Câmara de Olinda a V. Ex^a, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, pela participação aqui, nesta Comissão, e pelas contribuições.

Muito grato a V. Ex^a.

Vou passar a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Presidente, só acompanhando a retirada de V. Ex^a, quero só pedir o esforço do senhor, e tenho certeza de que assim fará, em nome dos mais de 500 mil taxistas da Nação brasileira, para que possamos hoje votar o caráter de urgência da PLC 28. É só para poder passar para outra etapa, para sairmos dessa etapa. Foi votado o caráter de urgência, agora já está lá, pronto para a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – É isso. Votando o requerimento de urgência, nós podemos votar em plenário na próxima semana.

O SR. CABO DACIOLO (PTdoB – RJ) – Obrigado, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT – RO) – Todos os Senadores que aqui participaram assinaram o pedido de urgência, todos eles, sem exceção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB – ES) – Mantendo o Senador Pedro Chaves como Relator.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT – RO) – Mantendo o Senador Pedro Chaves como Relator, que já estudou a matéria e que está preparado para fazer o seu relatório em plenário na próxima semana. Enfim, essa é uma decisão do próprio Relator.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Eu queria, Senador Acir, tranquilizar todos. Nosso interesse é pacificar isso de forma definitiva, fazer uma legislação que vai ao encontro daquilo que vocês desejam.

Não há nenhum interesse em proteger A ou B. Nós queremos, realmente, que haja um ponto de equilíbrio, como acontece. Hoje eu sou, por exemplo, Relator do projeto do Pantanal sul-mato-grossense. No Pantanal há uma discussão entre ambientalista e produtor rural. Então, me chamaram só para esse desafio, porque o ambientalista acha que o produtor rural está invadindo o Pantanal, está trazendo problema para o bioma Pantanal; por outro lado, os produtores rurais estão achando que os ambientalistas querem colocar uma cerca, não deixando produzir. Isso porque o agronegócio é fundamental para o País. Então, são desafios importantes. Nada melhor do que a audiência pública para que a gente possa dirimir quaisquer dúvidas.

A respeito da regulamentação do transporte individual privado, não tenho dúvida de que nós vamos buscar realmente um ponto de equilíbrio. É uma novidade isso que está acontecendo para todos os legisladores, inclusive.

Os mais candentes embates de cunho social carecem de atenção, pois colocam na rua o clamor do cidadão, que temos obrigação de ouvir e interpretar.

No Congresso, há três projetos importantes: o da Câmara, nº 28, de 2017; o Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2015, do Ricardo Ferraço; e o Projeto nº 230, do Lasier. Assim, o reforço, Presidente, da audiência pública para que o debate pudesse ser exercido, como o foi efetivamente. É missão do Parlamento buscar uma solução equilibrada, justa e adequada e resgatar, realmente, o papel histórico dos taxistas. Todos nós reconhecemos esse ponto, mas temos que entender também que temos que conciliar, realmente, as coisas importantes para o País. Com o diálogo, encontraremos a maneira de conciliar as condições como estamos fazendo aqui.

Dito isso, agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves, nosso Relator.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que participaram conosco e também de todos os vereadores que estão aqui, do Presidente da Câmara de Olinda, do vereador da cidade de São Paulo, do nosso Deputado Federal.

Agradeço pessoalmente aos nossos palestrantes: Sr. Guilherme Mendes Resende, que é Economista-chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); agradeço a presença e a fala do Daniel Mangabeira, Diretor de Políticas Públicas do Uber no Brasil; agradeço a presença de Edmilson Sarlo, Presidente da Associação Brasileira das Associações Cívicas e Cooperativas de Motoristas de Taxi (Abracomtaxi); também agradeço a presença do Fabio Godoy Teixeira da Silva, Consultor Jurídico da Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi; também agradeço a presença de Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; também agradeço a presença de João Paulo Sabino, Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline; e também a presença do Sr. André Oliveira, Presidente da Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil; agradeço a presença de Ângelo José Mont'Alverne Duarte, Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; agradeço também a presença de Francisco Albuquerque Moura, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros; agradeço também a presença de Paulo Gaba, representante da Confederação Nacional do Transporte e Presidente das Federação Nacional das Empresas Locadoras de Veículos Automotores.

Agradeço a presença de todas as senhores e senhores.

Antes de encerrar a reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo a todos os presentes que participaram desta audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Omar Aziz, Sérgio Petecão, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Hélio José, Airton Sandoval, Marta Suplicy, Dário Berger e Lasier Martins. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Raimundo Lira, Jorge Viana, Tasso Jereissati, José Agripino, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 67 de 2017 (Ofício nº 21/2017/GABIN/STN/MF-DF), de 18 de setembro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre Recompras e Emissões de Títulos de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao mês de agosto de 2017. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 121/2017, de autoria do Senador Armando Monteiro e do Senador Ricardo Ferraço. **Finalidade:** Avaliar a grave crise fiscal enfrentada pelo país. **Participantes:** Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI (Senado Federal). Nilson Teixeira, Economista. Após a exposição dos convidados, usaram da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Fernando Bezerra Coelho, José Serra e Armando Monteiro. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/20>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tenho a satisfação de declarar aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e comunicar o recebimento de documentos para conhecimento dos Senadores, entre eles o Ofício "S" nº 67, de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o Relatório de Recompras e Emissões de Títulos de Administração de Passivo de Responsabilidade do Tesouro.

O nosso universitário aqui, Guilherme, está lembrando que a ata da reunião anterior está, neste instante, sendo submetida à apreciação dos Parlamentares,

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião tem como finalidade avaliar a grave crise fiscal enfrentada pelo nosso País, Senador Elmano Férrer. Os requerimentos que deram origem a ela foram de autoria do Senador Armando Monteiro e de outros Senadores, entre os quais V. Exª.

Nós já temos a felicidade de contar aqui com a presença dos nossos convidados: o Sr. Mansueto Facundo de Almeida Junior, que é Secretário de Acompanhamento Econômico, a quem agradeço a presença neste instante; o Sr. Felipe Scudeler Salto, que é Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI – Senado Federal); e o senhor economista Nilson Teixeira. Cabe adiantar que, a exemplo das outras reuniões, esta será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade da participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou mesmo perguntas podem fazê-lo pelo portal e-Cidadania.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão. Eu gostaria de renovar os meus agradecimentos a todos eles, que atenderam prontamente o convite dos membros desta comissão, inclusive tendo à frente o Senador Armando Monteiro, que já nos adiantou que está chegando para esta reunião, que vai abordar a crise fiscal que tomou conta do nosso País e que está realmente preocupando a todos nós brasileiros. E ela precisa ser discutida com aprofundamento. Há muito pessimismo, o que nós não podemos deixar de reconhecer, mas também há quem não queira se aprofundar na análise da grave crise fiscal enfrentada pelo País. É por isso que eu digo aos nossos convidados e àqueles que vieram nos prestigiar que nós temos ao nosso lado, sem que tivéssemos nenhum merecimento para isso, três grandes conhecedores dessa realidade, que poderão nos oferecer uma perspectiva até mesmo de saída do País dessa crise.

Portanto, eu, neste instante, pergunto ao Senador Elmano se quer fazer alguma consideração ou se já podemos... *(Pausa.)*

O Senador Ricardo Ferraço acaba de chegar.

Eu, neste instante, anuncio a palavra de Mansueto Facundo de Almeida Junior, que é Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Boa tarde, Senador Garibaldi, meus colegas de mesa; boa tarde aos demais Senadores aqui presentes, aos assessores técnicos, aos demais ouvintes desta reunião. Quero agradecer o convite. É um tema muito importante. É muito bom ter aqui o Felipe, que é Diretor da Instituição Fiscal Independente. É muito bom ter uma pessoa de mercado, que é o Nilson. Acho que a gente vai ter um debate muito produtivo. Claro, como eu sempre falo, ajuste fiscal passa necessariamente pelo Congresso Nacional. Essa





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ideia de que a economia descolou da política, apesar de ser uma ideia bastante interessante, o ajuste fiscal de que o Brasil precisa depende necessariamente da política. As reformas de que este País precisa para ter crescimento sustentável dependem necessariamente da política. Então, é uma oportunidade muito boa de a gente discutir os desafios do ajuste fiscal aqui no Senado Federal.

Dito isso, eu vou fazer...

Tenho quanto tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quinze minutos.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Quinze minutos.

Dito isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Talvez, antes um pouco, o porquê, a razão de fazer um ajuste fiscal, até porque isso não é um capricho ou uma necessidade divina; é uma necessidade real. Então, seria importante que nós pudéssemos diagnosticar essa necessidade, Dr. Mansueto.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Isso. Vou começar exatamente com essa pergunta do Senador Ferraço.

O primeiro ponto... Todos têm que ficar muito claros. Vou falar rápido, porque tenho 15 minutos, mas enfim, vou tentar dar a mensagem muito clara. Primeiro ponto: o Brasil está em uma sucessão de déficits primários que não acontece no País desde a Constituição. Então, nós teremos cinco ou seis anos de déficit primário. Se tudo der certo, o Brasil só voltará a ter superávit primário em 2021, o que significa que o nosso endividamento, que já é alto, vai crescer.

O nosso endividamento é alto? Sim. Para o nosso nível de desenvolvimento, que é um País de renda média, o Brasil tem uma dívida muito elevada. No grupo de países emergentes, o Brasil tem a segunda maior dívida do mundo, só perdendo para Singapura. Antigamente, o país mais endividado do mundo, se eu tirar Singapura, era a Índia, cinco ou seis anos atrás. O Brasil hoje já passou a Índia.

Ajuste fiscal é necessário? Ele é. Esse ajuste fiscal a que o Governo se propõe, que precisa ter continuidade na próxima administração, é um ajuste fiscal muito gradual. Ninguém está falando em transformar um déficit primário de R\$159 milhões em um superávit em dois anos. Ao contrário, esse ajuste fiscal pelo qual o Brasil está passando é muito gradual. Ele vai levar cinco ou seis anos. Mesmo nesse período, a dívida pública novamente vai crescer. A estratégia do ajuste fiscal gradual é mais ou menos o que está na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, conhecida como emenda do teto do gasto, que, para ser viável ao longo dos próximos dez anos, depende, claro, de uma reforma da previdência. Vou mostrar isso aqui. Sem reforma da previdência, não há como cumprir a regra do teto dos gastos. Também vou mostrar isso aqui.

Primeiro ponto: isso aqui é o resultado primário do Governo central. O Governo central é Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência. Basicamente, isso é o resultado do Governo central de 1991, projetado até 2020. Mesmo na década de 90, mesmo após o Plano Real, a gente só teve um ano de um déficit primário muito pequeno, que foi 0,25% do PIB. Nós começamos novamente a ter déficit primário a partir de 2014. Ano passado, fechamos com déficit primário próximo de 2,5% do PIB. Vocês podem olhar aí nessa sequência de gráficos vermelhos que nós





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

teremos déficit primário até 2020. Novamente, isso são sete anos consecutivos de déficit primário.

Em uma economia como a brasileira, que já tem a carga tributária alta... A gente perdeu receita, mas a carga tributária do Brasil, para o nosso nível de desenvolvimento, comparando com os demais países da América Latina, é uma carga tributária elevada. Esse País, que tem uma carga tributária muito acima da média da América Latina, tem um buraco fiscal. Ele não consegue cobrir todas as suas despesas, sem incluir nessa despesa a conta de juros. Qual é o efeito disso? Novamente, por que o problema na dívida pública? Se o Brasil fosse um País rico, se o Brasil fosse o Japão, os Estados Unidos ou a Alemanha, o nosso nível de endividamento não seria um problema. Esses países de economias avançadas conseguem se financiar lançando um título com prazo muito longo, trinta anos ou mais, com juro muito baixo, muitas vezes até um juro real negativo. Isso não é o caso da economia brasileira.

Em geral, economias emergentes têm um nível de endividamento médio em torno de 47% do PIB. O Brasil – essa é a metodologia do FMI, que dá um número um pouquinho pior do que o número do Banco Central, mas usando a metodologia do FMI –, no ano passado, já terminou o ano com endividamento público de 78% do PIB. Ou seja, muito acima. Mais de trinta pontos do PIB acima da média das economias emergentes. Novamente, repetindo: se o Brasil fosse um país desenvolvido, isso não seria um problema. Mas para uma economia emergente, que é o nosso caso, esse nível de endividamento é muito alto.

A má notícia é esta: a dívida do Brasil vinha mais ou menos estável e, no final de 2013, ela chegou a ser 51,5% do PIB. No final de 2003 até julho deste ano ela cresceu basicamente 22 pontos do PIB. Passou de 51% do PIB para 53% do PIB. Vocês vão me perguntar: "Mas agora essa dívida vai deixar de crescer?" E a resposta é não. Essa dívida continuará crescendo. Cabe a nós, a depender de parâmetros, alterar a trajetória do crescimento dessa dívida.

O que as agências de classificação de risco querem ver não é o Brasil estabilizar essa dívida em um ou dois anos. Elas querem olhar para frente, para os próximos cinco, seis, sete, oito anos, e ver quando essa dívida vai parar de crescer e começar a cair. Para essa dívida parar de crescer e começar a cair, depende de três variáveis: do crescimento da economia, do resultado primário, e da taxa de juros.

Parte desse crescimento da dívida decorreu, além do fato da recessão, que diminui o PIB e aumenta a relação dívida/PIB. Apesar do desequilíbrio fiscal, que aumenta taxa de juros e queda do primário, parte desse crescimento da dívida, 9 pontos do PIB, desse crescimento de 21 pontos do PIB da dívida, de 2013 a 2017, teve a ver com decisões de política econômica. Por exemplo, o brutal aumento da dívida pública para que o Tesouro emprestasse para bancos públicos. Tesouro Nacional emprestar para bancos públicos sempre ocorreu. Isso é algo normal, não é algo anormal. O que foi anormal no Brasil foi a velocidade desse crescimento.

Se vocês olharem ali, de 2001 a 2007, o máximo que o Tesouro emprestava para bancos públicos não passava de 0,9 do PIB. No final de 2007, era meio ponto do PIB. Isso, até o final de 2015, cresceu de meio ponto do PIB para 9,5 pontos do PIB. Ou seja...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Qual é a taxa de formação bruta de capital nesse mesmo período?

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Nesse período, num primeiro momento, ela começou a aumentar e depois ela começou a cair.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, assim, o que o Governo fez em 2009 foi correto. Em 2009, nós tivemos uma crise de liquidez. Usar os bancos públicos para dar crédito foi positivo, foi algo acertado. Talvez o que faltou foi depois parar essa política, o desacelerar. Ao contrário, o Governo acelerou essa política: aumentou muito o endividamento e começou a dar crédito, empréstimo, com juros muito subsidiados para todo mundo, inclusive para Estados e Municípios.

Vamos lembrar aqui duas coisas.

Primeiro, em 2013, o Brasil teve uma inflação de 6,1%. A gente tinha linhas do BNDES que cobravam de juros nominal 2,3%, um terço da inflação. Era mais vantajoso para o empresário pegar o seu dinheiro, aplicar no mercado financeiro e pedir emprestado ao BNDES. O Governo estava pagando para pessoas pedirem emprestado ao banco público. Isso não é sustentável a longo do tempo.

Adicionalmente, depois, houve uma política de emprestar para Estados e Municípios. É normal emprestar para Estados e Municípios, desde que os Estados tenham capacidade de endividamento. Mas, novamente, a partir de 2013, o Governo começou a dar perdão na classificação de risco dos Estados, permitindo que todos, mesmo aqueles que tinham nota C e D, contraíssem empréstimos em bancos públicos, com garantia do Tesouro. O resultado disso foi uma expansão muito forte da dívida pública, que não se transformou em mais crescimento; ao contrário, a partir de 2013, o crescimento do Brasil passou a cair.

Dito isso, qual a mensagem que a gente tem até agora? Estabilizar a Dívida Pública Bruta é muito importante. Isso depende, como eu falei, de juros reais, resultado primário e crescimento da economia. Dois desses fatores, que são juro real e crescimento da economia, estavam jogando contra o controle da Dívida Pública nos últimos dois anos. Isso já tem melhorado sensivelmente. Há hoje uma real possibilidade, se nós continuarmos com agenda de ajuste, de a economia brasileira passar a ter juro real de 4% ou abaixo disso, e o PIB crescer entre 2,5 ou 3%. Um ano atrás, isso seria um cenário ilusório, ninguém acreditava nessa possibilidade. Hoje o mercado já acredita nessa possibilidade, o que é um grande avanço.

Na trajetória em que a gente vinha, a taxa de crescimento da despesa pública de 6% real ao ano, nos últimos 15 ou 20 anos, se se mantivesse pelos próximos 10 anos, a gente estava caminhando para uma situação em que a Dívida Pública ia chegar, em 2026, a mais de 140% do PIB, e a gente ia chegar a uma situação muito clara de insolvência e inflação. A questão da dívida seria "resolvida", entre aspas, porque isso não é solução, possivelmente por um calote ou por uma aceleração da inflação, como ocorreu no Brasil da década de 80, com a aceleração da inflação e alguns episódios de calote que a gente teve.

Mas, nesse período, no ano passado, com o apoio do Congresso Nacional, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, a emenda do teto dos gastos. Isso significa que o ajuste fiscal já está completo? Não, a Emenda Constitucional nº 95 dá um tempo para o Governo fazer o ajuste fiscal e se planejar gradualmente, ao longo dos anos, e decidir quais despesas serão cortadas. Mas a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 com a queda de juros que já ocorreu do ano passado para este... Vamos lembrar que, no ano passado, os juros de mercado Selic estavam em 14%; os juros de Selic hoje estão em 8,25%, e o mercado espera que essa taxa vá cair, até o final do ano, para algo como 7% ou 7,5%. E os juros futuros hoje, no mercado financeiro, sinalizam que, até 2026, o Brasil terá juros de um dígito. É uma situação claramente muito positiva, em relação ao que nós tínhamos um ano atrás.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com esse novo cenário de juros e o crescimento do PIB, depois de 2019, em torno de 2,5% ao ano, a trajetória da Dívida Pública, se a Emenda Constitucional nº 95, como a gente espera, for cumprida, muda. Há aquela linha vermelha em que a dívida sobre o PIB chega a bater perto de 85% do PIB, e não passa daquilo; e há a linha azul, uma linha menor, em que a dívida chega a se aproximar de 82% do PIB, mas não passa disso. A diferença entre a linha vermelha e a linha azul é se ocorrer o pré-pagamento de parte da dívida que o BNDES tem junto ao Tesouro: 50 bilhões neste ano e 130 bilhões no ano que vem. Isso ainda está sendo debatido e discutido com o BNDES, para ver a real capacidade que o banco tem de fazer o pré-pagamento ao Tesouro Nacional.

Dito isso, indo para o resultado primário – este gráfico eu já mostrei –, como é que o Governo central saiu de uma situação tão positiva, com as contas no azul, com um superávit primário do Governo central de dois pontos do PIB para uma situação de déficit de 2,5% do PIB? A gente teve problemas dos dois lados, do lado da receita e do lado da despesa. Vamos lembrar que resultado primário é receita não financeira menos despesa não financeira. Se a gente olhar, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Essa projeção que você apresenta de resultado primário é com que taxa de crescimento do PIB?

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Essa aí é a projeção oficial que o Governo meio que sinalizou quando divulgou as metas. Isso se baseia no crescimento do PIB no próximo ano de 2% – e a gente pode ser surpreendido para cima, o que fatalmente vai melhorar. E, se o crescimento, a partir de 2019, ficar em 2,5%... Se for mais de 2,5%, também é melhor.

É importante lembrar esse ponto que o Senador perguntou que é o seguinte: a despesa, ao longo dos próximos anos, a partir de 2018, estará no limite do teto da Emenda Constitucional dos gastos. O que acontecerá se o crescimento da economia for maior e nós tivermos um ganho de receita acima do projetado? Se, nos próximos anos de 2019, 2020, o Brasil tiver ganho de receita acima do projetado, esse ganho terá que ser revertido, necessariamente, para uma redução do déficit primário, porque o Governo não terá espaço algum para aumentar o gasto público em um centavo, porque a despesa já vai estar no teto da Emenda Constitucional do teto.

Dito isso, a questão do primário, como eu falei, a gente vê que a despesa primária é algo muito importante. O Governo Federal recentemente mudou a meta do déficit primário deste ano e do próximo. A meta do déficit primário deste ano cresceu R\$20 bilhões e, do ano que vem, cresceu R\$30 bilhões. O déficit primário projetado para este ano é de R\$159 bilhões, e o déficit primário projetado para o próximo ano é de R\$159 bilhões. Vocês poderiam perguntar: como é que este Governo, que fala em ajuste fiscal, está aumentando o déficit primário? Será que esse Governo não está gastando muito?

(Soa a campainha.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Esse gráfico é despesa primária sobre PIB. Como vocês podem ver, a despesa primária do Governo central no ano passado foi 19,8%. Este ano, ele cai para 19,4% e, no ano que vem, para 19,2%. Ou seja, a despesa primária sobre PIB está caindo. O Governo está cortando despesa. A alteração da meta não decorre de aumento de gasto. A alteração da meta decorre disto aqui: da perda de arrecadação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Governo teve uma arrecadação no ano passado de 17,4% do PIB; neste ano, a arrecadação vai cair para 17% do PIB; no próximo ano, algo como 16,9% ou um pouco menos. O Governo está perdendo arrecadação. A despesa primária sobre PIB está caindo. A revisão da meta não decorreu de aumento de gasto; está decorrendo do reconhecimento de frustração de receita. Se o crescimento voltar num ritmo mais acelerado do que o Governo espera, e parece que isso vai acontecer, nós podemos ter notícia positiva desse lado.

É importante destacar também que, em relação a 2011, o Governo Federal perdeu quase dois pontos do PIB em arrecadação. A arrecadação do Governo Federal em 2011 era 18,9% do PIB. Essa arrecadação projetada para o próximo ano está indo para 16,9%. É uma queda substancial. Também se espera que, com o crescimento da economia, a gente recupere, senão toda, parte dessa arrecadação que o Governo Federal perdeu.

Indo muito rápido – o meu tempo já está estourado –, vem a questão da carga tributária. Por que não fazer um ajuste fiscal no Brasil apenas aumentando a carga tributária? Primeiro, porque ninguém gosta de pagar imposto. Segundo, para o nosso nível de desenvolvimento – o Brasil não é uma economia rica, o Brasil não é a Alemanha, o Brasil é um país emergente de renda média –, no nosso caso, a nossa carga tributária já é alta. A nossa carga tributária está em torno de 32,5% do PIB. Em economias emergentes, essa carga tributária chega a 27% e, na média da América Latina e Caribe, chega a 21%.

A nossa carga tributária é um pouco mais de dez pontos do PIB acima da média dos países da nossa região. Se o Brasil fosse tentar fazer um ajuste fiscal só por meio de aumento de carga tributária, nós teríamos que elevar essa carga tributária para muito além de 36% do PIB. Nós teríamos de ter uma carga tributária acima da média dos países ricos.

Se a gente olhar o crescimento da despesa, normalmente... V. Ex^{as}, nos Estados, são cobrados acerca do porquê de o Governo não cortar despesas, do porquê de o Governo não controlar despesas. Eu vou dar uma boa e uma má notícia. A primeira notícia é a seguinte: essa é a estrutura do gasto público de 1999 a 2016. De 1999 a 2016, a despesa primária do Governo Federal cresceu 5 pontos do PIB, 5,2 pontos do PIB; 82% desse crescimento decorreu de programas de transferência de renda, incluindo previdência.

Ali, eu tenho o INSS, em 1999 era 5,4% do PIB; no ano passado, foi 8,1%. E eu tenho ali custeio de gastos sociais, que são basicamente Bolsa Família, Loas, BPC e demais programas de assistência social, que cresceu 1,6 ponto do PIB. Eu somo aquelas duas colunas e tenho um crescimento do gasto de programas de transferência de renda que explicam mais de 80% do crescimento do gasto público. Programa de transferência de renda não é burocracia; programa de transferência de renda o governo arrecada de Renata e João e transfere para José e Maria. Esse tipo de programa depende de regra, dentre os quais o mais importante que eu quero destacar é previdência.

Vocês vão me perguntar: e por que não cortar custeio? Vamos olhar com um pouquinho mais de cuidado o que foi o gasto público dos primeiros sete meses do ano, que é o dado que já foi divulgado pelo Tesouro Nacional. Nos primeiros sete meses do ano, o gasto público primário do Governo central foi R\$713,5 bilhões. Comparando com o mesmo período do ano passado, tinha sido R\$687,5 bilhões. Isso aí é dado nominal. Você teve um crescimento da despesa de R\$26 bilhões. Se eu divido todo o gasto público em três grandes itens – pessoal, custeio e investimento –, o que mais cresceu foi gasto com pessoal ativo e inativo, cresceu R\$21 bilhões; o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

custeio cresceu R\$15 bilhões; e o investimento teve uma queda de R\$11 bilhões. Eram R\$31 bilhões nos primeiros sete meses do ano passado, e foram reduzidos para R\$19 bilhões.

Vamos fazer agora um exercício mais interessante. Vamos pegar a despesa de custeio? A despesa de custeio tem passagem de avião e tem pagamento de aposentadoria. Vamos pegar a despesa de custeio e abrir. Se eu pego a despesa de custeio, que está na tabela debaixo, e abro, vocês podem notar o seguinte: a Previdência Social sozinha teve um crescimento nos primeiros sete meses deste ano de R\$30 bilhões; a assistência social cresceu 2,8, o que reduziu o custeio; o FAT, que é seguro desemprego e abono salarial; educação, saúde aumentou um pouquinho, e outras despesas de custeio tiveram uma queda de R\$15 bilhões.

Vamos fazer o seguinte: vamos abrir mais ainda essas outras despesas de custeio. Abrindo outras despesas de custeio, eu tenho parte que é subsídio, que caiu R\$6 bilhões até julho deste ano; eu tenho sentença judicial, que aumentou, mas sentença judicial não está no controle do Executivo. Uma vez que a Justiça Federal toma uma decisão, o Executivo tem de cumprir. Tem compensação ao Regime Geral da Previdência Social, que é aquela conta da desoneração da folha e tem atualização monetária do FGTS, e fica a última linha, que é um resíduo que eu estou chamando de burocracia. É, de fato, o custeio, tirando todos os gastos sociais e gastos de custeio que são obrigatórios. Esse custeio teve uma queda muito forte. Ele teve uma queda de mais de 40%. O que o Governo gastou com o que a gente chama de burocracia, tirando custeios sociais, que são transferência de renda... Esse custeio era de R\$42 bilhões nos primeiros sete meses do ano passado e foi reduzido para R\$23 bilhões. Eu diria que essa redução foi até excessiva. Se não houver descontingenciamento, nós teremos problemas para terminar o ano. Algumas agências públicas terão de simplesmente apagar as luzes. Então, esse é o quadro.

Se a gente for mais à frente, para vocês terem uma ideia de quão grave é a situação fiscal, isso é a despesa obrigatória sobre a receita do Governo central nos últimos doze meses. Até julho, a despesa obrigatória hoje supera toda a arrecadação do Governo Federal. Significa o quê? Significa que, se o Governo Federal deixasse de gastar tudo o que ele tem controle, ele proibisse qualquer viagem de funcionário público durante um ano, não pagasse nenhuma diária durante um ano, se ele simplesmente fechasse todos os ministérios, mesmo assim, como a despesa obrigatória está maior do que a receita, o Governo teria um déficit.

Traduzindo isso em números, é mais ou menos o seguinte: o investimento durante os primeiros sete meses do ano foi de R\$19,9 bilhões; o custeio burocracia – eu não estou incluindo nem programas de transferência de renda nem o custeio da saúde e da educação – foi de R\$23 bilhões. Somando os dois, dá R\$43 bilhões. O déficit nos primeiros sete meses do ano foi de R\$76 bilhões. Se o Governo não tivesse nenhuma despesa discricionária, se o investimento fosse zero e todos os ministérios fossem fechados, funcionassem apenas saúde e educação e os programas de transferência de renda, nós ainda teríamos um déficit acima de R\$30 bilhões. Essa é a situação fiscal atual.

E aí, entra num ponto, para terminar, que é: para eu sair dessa situação, eu preciso de quê? Da recuperação da economia, que vai me trazer receita, e de uma mudança dos gastos obrigatórios. Por isso, o Governo está propondo mudar a carreira de servidores públicos, o que é uma questão, inclusive, de justiça. Hoje, um servidor público... Por sinal, há muitos servidores públicos competentes. Eu tenho muito orgulho de ser servidor público. Nesta Casa, há servidores públicos extremamente competentes, com quem eu aprendi muito na interação com





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eles. Ninguém está discutindo isso. Há muitos servidores públicos muito bons. E a forma de atuar no setor público do Brasil, inclusive, tem uma burocracia muito boa, muito bem preparada.

A questão é: quando um rapaz de 25 anos ingressa no setor público, esse rapaz, hoje, quando ele tem 32, 33 anos, chegou ao final da sua carreira. Com 32 anos, uma pessoa que chega ao final da carreira vai lutar pelo aumento salarial, porque ela não tem mais como subir. Ele chegou com 32, 33 anos ao final da carreira. Essa é a realidade que o Governo está propondo mudar. E é interessante e importante mudar a despesa obrigatória. Dentro dessa despesa obrigatória, senhores, S. Ex^{as}, o mais importante é previdência.

E a situação assusta quando a gente olha os dados da previdência. Por quê? A despesa primária do ano passado foi de 19,8% do PIB. Mantendo a regra da PEC do teto, essa despesa tem que cair para algo como 15,8% do PIB em 2026 ou um pouco menos. Significa uma queda de pelo menos 4 pontos do PIB, pode ser um pouco mais. Mas, no ano passado, só o RGPS e o RPPS, aposentadoria de servidores do setor privado e servidores públicos federais, consumiram 10% do PIB. Todas as outras despesas consumiram 9,8% do PIB, mais ou menos meio a meio. Metade do gasto do Governo central é com aposentadoria, e a outra metade é com todos os outros programas.

Pelo que está na LDO, se não houver reforma da previdência, a despesa com RGPS e RPPS, até 2026, cresce para 12% do PIB, o que significa que, para cumprir a PEC, todas as demais despesas têm de cair de 9,8% para 3,8% do PIB. Isso é possível? É impossível – 3,8% do PIB é o gasto que o Governo tem com duas funções, com saúde, educação e, se colocar assistência social, já dá mais de 4 pontos do PIB. Ou seja, o Governo teria que parar qualquer investimento, qualquer gasto com segurança pública, com transporte. Então, esta é a situação: sem reforma da previdência, a PEC do teto não se sustenta.

Para terminar a minha apresentação, eu quero mostrar os dados da previdência. O Brasil em que iremos viver pelas próximas décadas é um Brasil que não conhecemos. O Brasil de 1950 e o Brasil de 2000, 2010 é um país muito semelhante, é um país jovem. Nos últimos 60, 70 anos, o processo de envelhecimento deste País não aconteceu. O Brasil de meados do século XX até o Brasil de 2010 é um país muito semelhante em termos de estrutura demográfica. Não mais o será daqui a 40 anos. Isso aí é a proporção de pessoas com 65 anos ou mais de idade pela população de 20 a 64, que vai quintuplicar até 2060.

O que significa exatamente isso? Significa que, em 2060, o Brasil será o Japão hoje. O Japão é um dos países que tem uma das maiores proporções de pessoas idosas do mundo, mas é um país rico. O Brasil corre o risco de ficar um país velho sem ser um país rico, e o desafio é imenso, por quê? Porque, mais ou menos dois anos atrás, para cada uma pessoa com 65 anos de idade, eu tinha oito pessoas de 20 a 64 anos que poderiam estar trabalhando; em 2040, essa relação cai para quatro; em 2060, essa relação cai para dois, o que significa que aquelas quatro pessoas em 2040, para não termos uma queda de crescimento, terão que ser tão produtivas quanto aquelas oito e, em 2060, duas pessoas terão que produzir tanto quanto oito pessoas produziram em 2015. Se não conseguirmos isso, teremos um sério problema de crescimento.

Aí há o dado de que o Brasil já gasta com previdência 13% do PIB, muito acima do Japão, que, como eu falei, será o Brasil daqui a 40 anos. O Japão tem uma razão de dependência da população com mais de 65 anos dividida pela população de 20 a 64 anos perto de 50%, mas o Japão gasta com previdência menos que o Brasil. O nosso desafio é, daqui a 40 anos, o Brasil será





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o Japão e, sem reforma da previdência, como já gastamos mais com previdência do que o próprio Japão, o gasto com previdência do Brasil claramente iria superar 20% do PIB.

Terminando a minha apresentação, o ajuste fiscal está completo? Não, nós temos as bases para fazer o ajuste fiscal, mas é necessário fazermos a reforma da previdência. É preciso ficarmos desesperado? Não, já tivemos um ganho muito grande, uma janela de oportunidade se abriu para este País, que mostra claramente. Isso aí é o risco país. No início do ano passado, o risco país estava acima de 500 pontos; no início desta semana, estava em 179 pontos. Voltamos ao risco país que o Brasil tinha no final de 2014, quando o Brasil ainda tinha grau de investimento, e estamos tendo uma forte queda de juros reais. Temos uma janela de oportunidade para fazer as reformas com juro real mais baixo, inflação baixa e a volta do crescimento.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, muito rapidamente.

Dr. Mansueto, eu sinto falta na sua apresentação de medidas e reformas microeconômicas que possam contribuir com essa direção macroeconômica. Temos insistido nesse diálogo com V. S^a, mas quero deixar isso para outra oportunidade. Isso, creio eu, dialoga com o núcleo daquilo que V. S^a falou aqui. Para além das medidas macroeconômicas, que reformas microeconômicas nós poderíamos colocar de pé ou deveríamos estar colocando de pé que pudessem contribuir exatamente para a expansão da receita, que é tão importante, e não aumento de carga tributária?

Queria deixar isso para um outro capítulo. Obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço a exposição do Dr. Mansueto e *incontinenti* concedo a palavra ao Dr. Felipe Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, aqui do Senado.

Com a palavra.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Presidente Elmano Férrer, agradecer o convite do Senador Ferraço, do Senador Armando Monteiro, do Senador Tasso Jereissati, do Senador José Serra e do Senador Bezerra.

Eu trouxe alguns eslaides para mostrar um pouco, seguindo o que foi pedido na demanda do assunto que foi fixado para a audiência, do diagnóstico, números, para podermos discutir um pouco a qualidade do ajuste fiscal, que caminho seguir e com que situação estamos lidando, que vai um pouco ao encontro do que o Mansueto já apresentou, com algumas divergências, que podemos trazer para fazer o bom debate.

Antes, comentando sobre a IFI. A Instituição Fiscal Independente foi criada no final do ano passado. O objetivo dessa instituição criada pela Resolução 42 é dar transparência para os números, calcular os custos das políticas públicas, publicar informações a respeito da dinâmica da dívida, do PIB, inflação, juros, como se pode ver no texto da própria resolução. Temos publicado esse relatório, que é o Relatório de Acompanhamento Fiscal e que vai para todos os Senadores – temos feito conversas também com a assessoria nesse sentido, deixo uma cópia aqui com o Presidente Elmano Férrer –, e outras notas técnicas e estudos especiais que publicamos sem uma periodicidade definida.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou dividir a apresentação em três partes. A primeira é o contexto macroeconômico. Não podemos deixar de dizer que há um contexto muito negativo em termos de deterioração do modelo de crescimento que explica aquela derrocada das receitas que o Mansueto mostrou, e isso vai ser difícil de reverter, quer dizer, demora a reverter. No segundo momento, mostro os dados da União, do Governo Federal e, por fim, os dados dos governos subnacionais, para termos uma ideia de como a crise fiscal pega, e sobretudo de maneira mais drástica. Os governos subnacionais têm menos instrumentos para lidar com a crise.

Então, temos um quadro em que a arrecadação, pelos dados de agosto – hoje saiu o dado da arrecadação de agosto pela Receita Federal, e houve uma alta de dois dígitos até. Tem que ver se é uma tendência de recuperação. Nós fizemos um gráfico que eu vou mostrar em seguida com os dados acumulados no ano – até junho, até julho, até agosto –, para ver se já há uma dinâmica de recuperação, de redução dessas taxas negativas, e, de fato, há. Agora, é preciso também descontar alguns efeitos atípicos, como, por exemplo, a arrecadação daqueles precatórios de pequeno valor que aconteceu justamente em agosto em torno de R\$6 bilhões, o que afeta a arrecadação.

As metas de resultado primário, na avaliação da Instituição Fiscal Independente, devem ser cumpridas neste ano e no próximo – o número da meta nova de R\$159 bi de déficit primário. O nosso número é R\$156,2 bilhões. Agora, há que se considerar que há um bolo de receitas atípicas consideradas aí para cumprir esse número. Então, é um resultado que tem uma certa fragilidade, até pelo contexto em que está sendo gerado.

A dívida PIB pelo nosso cenário chega a 93,3% em 2024, um pouco diferente do cenário básico do Mansueto, e depois estabiliza, para, então, começar uma queda lenta, até o nível de 85,5% do PIB no final de 2030, que é o horizonte de projeção que consideramos. Isso acontece...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É uma taxa acima de 2%, em torno de 2,1% a 2,2%, que é o nosso cenário básico. Agora, esse cenário, para que se tenha ideia do tamanho do problema, pressupõe algum tipo de mudança estrutural, quer dizer, alguma reforma que afete a dinâmica do gasto obrigatório, ou previdência ou outra que afete o gasto com pessoal; quer dizer, não vamos conseguir fugir dessa discussão da despesa obrigatória, porque a parte chamada "discricionária", em que o Governo teria maior liberdade para fazer ajustes – eu vou trazer dados similares também, mas com uma outra ótica, em relação ao que o Mansueto mostrou –, é muito pequena. Para que se tenha ideia, temos R\$1,4 trilhão de despesas primárias, e a margem fiscal, calculada pelo Daniel Couri, que está aqui, da nossa equipe, também servidor do Senador cedido para a equipe da IFI, é de só R\$119 bilhões e, desses R\$119 bilhões, há cerca de R\$70 bilhões, que, pelas nossas contas, são uma margem incompressível. Por isso o contingenciamento acaba sempre ficando em torno de R\$35, R\$45 bi. Só que, com a evolução das despesas e com a dificuldade de recuperação das receitas, essa margem vai diminuindo ao longo do tempo, de modo que, se não houver mudanças no gasto obrigatório, provavelmente em torno de 2019, 2020, o teto já estouraria, quer dizer, você vai precisar de medidas complementares para que a Emenda Constitucional 95 continue de pé. Eu costumo dizer que ela é uma espécie de âncora, porque ela fica ali todo dia mostrando que precisamos tomar outras ações para que a dinâmica da despesa fique naquela direção que foi definida.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Mais para 20. Agora aprovando, por exemplo, a idade mínima com uma regra de transição, você ganha três ou quatro anos; quer dizer, daria para conseguir cumprir quase 80% do primeiro tempo do jogo, porque a PEC do teto tem dois tempos: os primeiros dez anos e os segundos.

Eu tenho dito que, sem essas reformas estruturais, a chance de reequilíbrio da dívida PIB é zero. Dá para dizer isso com segurança, porque a dinâmica da dívida depende basicamente da taxa real de juros, que continua alta, apesar da redução, mas isso vai contribuir, porque hoje estamos com juro real – vou mostrar também o gráfico – abaixo de 4%, o que já dá um certo fôlego para que se recupere o primário e a dívida volta a estabilizar; o crescimento real do PIB; a inflação, portanto; o nível de endividamento. Então, todas essas variáveis afetam a dinâmica da dívida.

Um número que podemos ter como regra de bolso: se a dívida estiver em 80% do PIB, com crescimento econômico um pouco acima de 2% e uma taxa real de juros de 4%, precisa-se de um primário de três positivo, para estabilizar essa dívida. Hoje estamos com menos três, quer dizer, menos três menos, menos três dá seis pontos para que se consiga alcançar a estabilidade, o reequilíbrio da dívida. Por que isso é tão importante? Porque, se você não reequilibra a dívida, o mercado exige cada vez mais juros para financiar e refinaranciar a dívida vincenda, o que vai aumentando a fatia do serviço da dívida no orçamento geral.

Alguns dados macro positivos. O endividamento das famílias, que havia subido muito, o comprometimento da renda com o serviço de dívida começa a melhorar um pouco, há uma estabilização, mas, nos últimos dados, há alguma queda.

Há algum problema ali com o arquivo que o eixo horizontal não está mostrando as datas. Se puder trocar, talvez o Daniel tenha o arquivo correto. Enquanto isso, eu vou adiantando aqui.

Esse gráfico mostra a taxa de investimento. No segundo trimestre, os dados do IBGE mostraram que o investimento está em 15,5% do PIB, que é o pior nível da série histórica.

Respondendo ao que o senhor havia perguntado, a taxa de formação bruta de capital fixo passou de 18, lá em 2007, 2008, para 21 e, depois, a partir de 2013, começa a cair. Hoje está em 15,5 pontos percentuais do PIB. A informalidade. Quando a gente olha para o mercado de trabalho, já há alguns dados que mostram certa recuperação, mas ainda muito na parte informal. Quer dizer, há uma recuperação da ocupação na parte informal.

A reforma trabalhista deve ajudar nesse sentido, porque, como a gente vê no gráfico, a primeira barra ali mostra que mais da metade da informalidade está concentrada nos salários menores. As mudanças aprovadas na reforma trabalhista podem ajudar a melhorar esse quadro a médio prazo.

Outro ponto importante – enquanto eles trocam a apresentação – é a questão da margem fiscal. Nós calculamos lá na IFI essa chamada margem fiscal e projetamos para frente, e a notícia não é tão alvissareira, porque o que acontece é que essa margem se reduz rapidamente até 2019, 2020, ganha-se um fôlego de três ou quatro anos, se avançarmos na agenda das reformas estruturais.

A dívida no cenário básico é aquela que eu mostrei: passa de 73,8%, como está hoje; avança para 93,3%; estabiliza e cai para 85,5%. No cenário pessimista, que seria um cenário de insolvência – quer dizer, em que a gente não consegue voltar a fazer a dívida equilibrar –, com





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um crescimento econômico médio pouco acima de 1% e taxa real de juros de 4,5%, 5%, a dívida atinge 100% do PIB já em 2020 e cresce, até o final de 2030, para 125% do PIB.

Então, isso é muito preocupante, porque o gatilho para esse cenário pessimista, os gatilhos para esse cenário pessimista não são absurdos. Quer dizer, basta que não se avance na agenda do ajuste fiscal, que não se aprovelem essas chamadas medidas estruturais, para que a gente tenha um quadro mais negativo, que a gente chama de cenário pessimista.

Agora, sim. Então, aqui, só para repetir: o investimento – a última barrinha ali é o segundo trimestre de 2017 – está em 15,5% do PIB. Quer dizer, não há economia que aguento, que consiga crescer, com um nível de investimento tão baixo. Para além do ajuste fiscal – isso é uma agenda que precisa ser discutida –, nós precisamos avançar em concessões, aumento dos acordos de exportações, para que se tenha fatores exógenos, como os economistas gostam de dizer, enquanto o ajuste fiscal vai sendo desenvolvido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Felipe.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pois não, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Desculpe interromper, mas o Mansueto falou que foram transferidos para o BNDES mais de R\$500 bilhões, e não há uma associação direta entre financiamento do BNDES e a taxa de formação bruta de capital. Por outro lado, a gente verifica aqui que, antes da entrada da crise – o Brasil encolheu em 2015 e em 2016 –, nós tínhamos uma taxa de investimento que está aí próxima de 20%, 19%... É isso?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu pergunto: nos últimos dois anos, essa taxa de formação bruta de capital é influenciada muito pelo resultado das empresas. O lucro das empresas é que representa ou que traduz mais de 80% dessa taxa de formação bruta de capital. Não estará, digamos assim, ocorrendo, já pelos balanços publicados e informados nesse segundo trimestre, a recuperação dos resultados das empresas brasileiras, que vai influenciar, de forma muito positiva, esse indicador que você coloca – e é preocupante – de apenas 15,5%? Será que até o final do ano, daqui a 12 meses para frente, nós não estaremos em um cenário muito mais animador pela volta da lucratividade?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É o que se espera que aconteça.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tomara, mas não é o que está acontecendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu estou vendo o que está acontecendo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não. Se você pegar os dados de lucro das empresas, de rentabilidade, a tendência é muito baixa. Não é uma tendência...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Pelo contrário, os resultados que estão saindo estão levando, digamos, à maior valorização da Bolsa de Valores de São Paulo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não tem a ver com o lucro das empresas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não tem a ver?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Desculpe.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu acho que um ponto que a gente precisa...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Exatamente isso: eu gostaria de consultar os nossos palestrantes...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tomara que V. Ex^a tivesse razão. Tomara estivesse certo, mas apenas não está quanto a essa expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Nós concederíamos o tempo necessário e *incontinenti* nós passaríamos para o debate.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Bom, só para fazer um comentário, eu acho que a recuperação virá se nós conseguirmos manter as taxas macroeconômicas que importam para isso nos níveis, vamos dizer assim, necessários, que são um câmbio favorável e um juro favorável. Isso é essencial para que se tenha a recuperação das exportações de maior valor agregado, que é o que gera crescimento, porque aquele modelo de crescimento chamado de bonança externa, que é crescendo com a poupança dos outros, não vai se repetir, porque aquilo foi baseado em um avanço brutal, descomunal, dos termos de troca, como os senhores sabem bem, que é a relação entre os preços de exportados sobre importados.

A entrada da China, como um grande *player*, aumentou a demanda. Nós nos beneficiamos disso, mas foi uma grande vantagem que nós não aproveitamos da melhor forma talvez, porque o consumo cresceu bastante, mas não a formação bruta de capital fixo.

Nós nunca conseguimos chegar nem perto daquele nível de 25%, 26% do PIB, que é o que se calcula como necessário para a gente dar um salto para o grupo do clube dos desenvolvidos ou dos países um pouco mais desenvolvidos do que os emergentes. Então, acho que há um longo caminho pela frente, mas esse realinhamento de juros e a manutenção de um câmbio favorável podem, sim, ajudar, mas não é imediato.

O dado que resume esse quadro depressivo... E, no começo, eu disse que nós já temos uma certa recuperação insipiente pelos dados de maior frequência, por exemplo, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central e a Produção Industrial Mensal (PIM) do IBGE. Mas vejamos o hiato do produto: é um conceito de economista que é muito importante para entendermos a distância que estamos ainda do chamado potencial. O que é o hiato? É a diferença entre o quanto nós poderíamos estar crescendo e aquilo que efetivamente a economia tem de desempenho.

Na curva azul, dá para ver que nós estamos cerca de 5,5 pontos a 6 pontos abaixo do zero. Quer dizer, nós estamos distantes do PIB potencial de 5,5 pontos a 6,5 pontos. Por isso que a inflação está caindo rapidamente. É claro que tem a ver também com a política monetária e tudo mais, mas esse é o fator preponderante, porque não há pressão de demanda, e essa distância da economia em relação ao seu potencial gera rapidamente essa redução dos preços.

Agora, nós temos que aproveitar o lado bom disso: você vai ficar por um tempo com inflação baixa para conseguir que a taxa de juros fique num patamar positivo. Isso é importante para o lado fiscal, porque cada ponto de juros gera de R\$30 bilhões a R\$40 bilhões anualizados na conta de pagamento de juros líquidos.

Como sabemos, há um déficit nominal de 9% do PIB e um déficit primário de 2,5%; a diferença é o juro. Quer dizer, paga-se quase três vezes, em termos de juros, em relação ao déficit primário. Isso não muda da noite para o dia, nem por decreto; tem que mudar como consequência da chamada consolidação fiscal. Próxima tela, por favor, porque o aparelhinho aqui não está funcionando mais. Pode passar o próximo, por favor?





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falando em juros, aqui nós calculamos o juro, inclusive da forma que o Banco Central recomenda, que é pegar os juros para frente, 12 meses, é o *swap* DI 360 menos a inflação também 12 meses à frente.

Nós atingimos ali quase 10% de juros reais – não faz tanto tempo –, e agora nós estamos abaixo de 4%, o que ainda é um juro real elevado, mas já é muito mais favorável desse ponto de vista, aliás, de dois pontos de vista: tanto da questão do efeito fiscal quanto da recuperação da atividade. O primeiro é mais imediato, porque é na veia, você reduz o custo da dívida; o segundo demora mais.

Próximo. Próximo eslaide, por favor.

Agora, o que está ajudando, apesar desse quadro fiscal negativo? Como é que a gente consegue ter ainda o risco país com todo aquele bom desempenho que o Mansueto mostrou? O chamado CDS, que é uma forma de medir o risco país, está abaixo de 200 pontos, e por que isso acontece? Porque nós temos um quadro externo como...

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – ... talvez ainda nunca tivéssemos tido, e aqui resume bem isso. Uma dívida externa de US\$150 bilhões com reservas de US\$365 bilhões. Esse é o grande ativo que nós temos e que está fazendo a situação não degrading, quer dizer, não ir ainda além disso que estamos vivendo, que é bastante negativo. Esse seguro que nós temos, em termos de reservas em relação aos passivos externos, é que contrabalanceia um pouco a questão fiscal doméstica.

Próximo.

Qualquer indicador que peguemos de reservas dividido pela dívida externa, mesmo quando somado ao déficit em conta corrente, que é o déficit das transações dos brasileiros com os estrangeiros... Vocês veem que, na curva cinza, que é a mais rigorosa, nós temos quase 2,5 vezes reservas em relação à dívida externa.

Próximo.

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Próximo. O.k.

Passando agora para os dados fiscais, eu quero mostrar aqui como o ajuste tem sido feito, complementando um pouco o que o Mansueto já falou. Tenho mais cinco minutos para concluir? Posso continuar? O.k.

O que vem acontecendo? Aqui são as despesas discricionárias já fazendo a limpeza daquilo que não é cortável, que é uma palavra ruim, mas que não é comprimível – o mínimo da saúde e toda aquela história que sabemos que não dá para cortar – para ver como as discricionárias estão evoluindo... O PAC, por exemplo, está caindo 45%, que era o principal programa de investimentos. As despesas discricionárias totais, ali na última célula da tabela, estão caindo 30%. Todos os ministérios estão apresentando queda nas chamadas despesas discricionárias.

Por que isso acontece? Porque há um grau de rigidez no Orçamento que é muito grande. Isso já era previsível que iria acontecer. Enquanto não se avança nas reformas estruturais, o ajuste acaba recaindo nas despesas onde há maior liberdade para fazer ajuste. Agora, nisso há





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

limite. Não dá para todo ano impor um corte desses nas discricionárias, porque você vai reduzindo a margem, e em uma hora ela chega a zero. No nosso cenário para este ano, o déficit, como eu mencionei, é de R\$156,2 bilhões. Agora, vejam ali na penúltima coluna, R\$70,292 bilhões: é o valor de receitas atípicas que precisam entrar para cumprir esses R\$156,2 bilhões. Até junho, já havia entrado cerca de R\$10 bi. Por que é tudo isso? Porque você tem as edições passadas do Refis no item 1; depois, tem as novas edições do Refis, colateral por venda de ativos – por exemplo, o caso do IRB – e as outras receitas, que envolvem concessões, a medida dos precatórios, que, sozinha, dá R\$10 bilhões, o aumento de PIS/Cofins sobre combustíveis.

Então, para termos na cabeça, já entraram mais ou menos R\$10 bilhões, precisa de R\$70 bilhões. Desses R\$50 bilhões ou R\$60 bilhões que faltam, dois terços têm menor probabilidade, e um terço tem maior probabilidade. Mostro isso para dizer o seguinte: a meta de déficit é impressionante e ainda assim ela tem um risco de não ser cumprida, por conta dessa dependência de fatores atípicos; ou seja, é um dado.

O superávit primário requerido para estabilizar a dívida. Eu mencionei, no começo, os 3% do PIB. Mas, quando a gente faz uma conta mais acurada, e não aquela regra de bolso que eu usei, a notícia é pior ainda. Você vê a curva vermelha que é o primário requerido para estabilizar a dívida. Ele é perto de cinco pontos percentuais do PIB, porque você tem a taxa implícita da dívida líquida, que a gente está considerando aqui na conta, que é ainda maior do que a Selic. Então, fica mais difícil ainda para conseguir estabilizar. Isso é a fotografia de hoje. É claro que, quando a gente estiver com um patamar um pouco menor de dívida, essas coisas melhoram. O crescimento também, no ano que vem, deve ser maior.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Neste ano também vai ser melhor?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Nós estávamos, no início deste ano, com uma projeção de 0,5%. A maior parte do mercado estava com 0,2%, não é Nilson? Corrija-me se eu estiver errado. Tinha gente até com zero. Agora, com o resultado do segundo trimestre, houve uma revisão para 0,7% ou 0,8%, da maior parte dos analistas. Nós mantivemos 0,5%, porque o objetivo da IFI não é ficar fazendo projeções para acertar, mas é ter um cenário dos parâmetros que seja minimamente razoável para projetar as variáveis fiscais. É possível que seja maior do que 0,5%? Provavelmente. Isso compensa aquele bolo de receitas atípicas que talvez, parte dele, frustre. Então, uma coisa compensaria a outra. Nós vamos revisando essas contas mês a mês.

Aqui é o quadro da arrecadação. Para explicar, a receita primária líquida são as barras vermelhas, sempre olhando taxa de variação do acumulado no ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Então, por exemplo, -1,2%, que é a última barra, é janeiro-agosto dividido por janeiro-agosto do ano passado. É uma queda de 1,2%, que já é bem menor que a queda de 3,1%, que a gente observava no acumulado até julho. Quando a gente olha desde janeiro, parece haver uma tendência. É muito difícil carimbar isso, mas há uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pois não?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – É a falta de lucro...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Não dá para dizer ainda, porque a gente precisa esperar mais dados para ver de onde é que está vindo essa recuperação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Vamos botar os Senadores Serra e Fernando aí e você vem para cá. Aí eles ficam debatendo. O que você acha? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – É porque a gente está falando de números que ele não conhece.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Eu não tenho a pretensão de saber mais do que o Senador José Serra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Você está querendo demais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Os números estão reforçando as minhas afirmações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu acho que um ponto, Senador Bezerra, é que há uma certa defasagem também. Mesmo que essas evidências que o senhor traz a respeito da atividade estejam corretas, não é imediato. É daqui a pouco que isso vai aparecer no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Como explicar a receita de 9% agora, de 10%?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, ela está embutida naquele 1,2%. Ali, quando a gente pega só o dado de agosto, já não é -1,2%; é +10%.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Como é que se explica isso? **O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Pois é, quando abrimos os dados por base econômica, há alguma recuperação que observamos, mas não dá para dizer claramente ainda de onde ela está vindo. No dado de agosto, por exemplo, há R\$6 bilhões da medida de precatórios, que é aquele saque dos precatórios de pequeno valor. Então, temos de esperar pelo menos mais um mês para vermos em que medida isso está colado com os indicadores de atividade de maior frequência a que temos acesso – por exemplo, o IBC-Br, a produção industrial mensal –, e aí fazer algumas correlações para tentar investigar melhor isso, mas é um ponto a que precisamos, sim, sempre estar atentos.

O Mansueto comentou também sobre a carga tributária. De fato, nós temos uma carga alta, mas vejam o tamanho das renúncias fiscais. As renúncias fiscais representam cerca de R\$250 bilhões. No ano de 2017, é até mais, é perto de R\$285 bi, que são aquelas barrinhas cinza, olhando do lado direito. Em porcentagem do PIB, isso é algo como 4,5% a 4,6% do PIB. É claro que aí tem tudo – o Simples, Zona Franca, Inovar-Auto, os 11 regimes especiais que temos hoje em vigência –, mas é só para mostrar que você tem mais ou menos de 4,5 a cinco pontos percentuais do PIB que são carga tributária que estamos deixando de arrecadar não necessariamente com políticas de avaliação de resultado, para ver se essas medidas de desoneração estão gerando resultados lá na ponta em termos de emprego, renda, etc. Então, há mudanças em que podemos começar a pensar do lado da receita que podem trazer ganhos arrecadatórios. Esse é um dado estilizado, dado público. A Receita Federal calcula, e o Ministério do Planejamento faz as projeções até 2020. Nós só estamos apresentando, para trazer um comentário a esse respeito.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O resultado nominal, como tem caminhado? Ele melhorou um pouco. A curva vermelha preenchida é o déficit nominal. A gente vê que ele atingiu um pico de 11% do PIB e começou a cair lentamente. Hoje está em torno de 9,5% do PIB. A linha tracejada vermelha – vamos esquecer as outras, por enquanto – é o déficit nominal puro, ou seja, sem fazer aquele desconto dos *swaps*. Por que a gente desconta os *swaps*? Porque as operações de *swap* cambial do Banco Central têm um custo muito alto. Às vezes, podem gerar lucro também, a depender do movimento do câmbio, e isso influencia muito a trajetória do pagamento de juros e, portanto, do déficit nominal. A linha preenchida é o resultado livre desse efeito, mas que gera uma certa volatilidade, e a linha tracejada é o dado oficial. Dá para observar que ele tem um comportamento um pouco distinto. Nas duas observações, no entanto, já há uma certa melhora no indicador de déficit nominal. Ainda é um déficit muito elevado, não há como negar.

E o que faz a dívida crescer? Aí é aritmética. Como você gera déficits mensais elevados seguidamente, a dívida está galopando. Você tem tanto a dívida líquida quanto a dívida bruta no Governo geral, no conceito do Banco Central. As duas crescem de maneira acelerada. A ideia é de que, mesmo que se continue nessa toada correta do ajuste fiscal, ela ainda cresce um pouco, para depois começar a estabilizar e depois começar a cair. Não é da noite para o dia que esse indicador vai apresentar melhora.

Os nossos números, *vis-à-vis* os números do Governo, em termos de resultado primário... O Governo, pela LDO, ainda mantém números um pouco otimistas. A gente vê que, mesmo com a revisão, para 2020, por exemplo, o número da IFI é de R\$136,8 bilhões de déficit; na proposta do Governo, R\$65 bi. Ele revisou. Antes era um superávit de R\$10 bilhões, como a gente vê na coluna atual. Então, há um certo descolamento. A gente faz esse acompanhamento também. Uma das funções da IFI é acompanhar essa questão da aderência dos indicadores fiscais às metas. Normalmente, há um certo otimismo na projeção do PIB, que se reflete também na projeção de receitas, o que explica boa parte dessas discrepâncias. Caminhando para o final, vou falar um pouco sobre a margem fiscal, que é um cálculo que nós fizemos na IFI. O total de obrigações está na barra azul. Dá para ver que ele vai crescendo de maneira sistemática. A linha verde é o teto de gastos, e a margem fiscal é a parte vermelha. Por exemplo, em 2017, nós temos R\$119 bi de margem fiscal. Então, dá para cumprir o teto e ainda tem essa margem de R\$119 bilhões. No ano que vem, cai para R\$100 bilhões; depois, R\$85 bilhões, R\$68 bilhões. Essa margem vai se reduzindo até que, em 2024, fica negativo. Isso é um exercício hipotético. É como dizer que eu zeraria todas as despesas passíveis de serem cortadas, o que não vai acontecer, porque senão a gente tem de apagar a luz dos ministérios e mandar todo mundo embora. Isso é um exercício para mostrar a dificuldade de se cumprir o teto sem que se façam mudanças no gasto obrigatório.

A fatia de transferências de renda é a que responde pela maior parte da despesa obrigatória. Dentro disso, a previdência sozinha, R\$521 bilhões. Por isso, a importância de avançar nessas discussões a respeito das transferências sociais, sobretudo a previdência.

O gasto com pessoal também precisa voltar à agenda. No gráfico lá de cima, veja a linha vermelha. A média de crescimento do gasto com pessoal é 3,1%, histórica. Quando a gente abre em crescimento vegetativo, ou seja, aquele crescimento que acontece independentemente do que o governante faça, é perto de 1% – 0,8%, no gráfico da direita inferior ali. Na esquerda, o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2,4% é a decomposição da parte que foi reajuste salarial. Então, houve 2,4%, 2,5% de reajuste – média histórica, desde 1996 –, e 0,8% de crescimento vegetativo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Não acrescenta?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – No período mais recente, teria que fazer a conta, mas é maior. Dá para ver ali, pelos dados de 2010 para cá, que a média subiria um pouco, mas tem de fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Não. Ali, por exemplo, de 2011 para cá, 1,08; 1,5; 1,7; 0,9. Vai dar maior que 0,8 a média.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Onde é que você está vendo? Não é aqui?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – No gráfico de baixo, o crescimento vegetativo. Agora, o crescimento total, sim, porque há valores negativos ali que vão influenciar a média para baixo. O número que a gente considera para projetar o crescimento vegetativo é 1%, para fazer as simulações – a parte ali do 0,8%.

Será que dá para cortar ou não essas despesas discricionárias? Esse é um ponto em que o Secretário Mansueto insistiu bastante. Nós temos essa conta feita com os dados do Siga Brasil, do Senado, que reproduz o Siafi, um sistema da Consultoria de Orçamento, que é bastante acessível. Nós temos feito essa tentativa de usar mais essas informações, que são pouco utilizadas. Então, você tem obrigações: R\$1,100 trilhão; margem fiscal: R\$114 bi. Ou seja, é uma despesa total de R\$1,214 trilhão, que são as despesas sujeitas ao teto. Por isso é que é um pouco menor do que aquele R\$1,300 trilhão ou R\$1,350 trilhão que eu mencionei. Dentro daquele pedacinho vermelho, de R\$114 bilhões, R\$52 bilhões são custeio; R\$31 bilhões são PAC; aí tem R\$8 bi de Minha Casa, Minha Vida; e outros investimentos, R\$23 bi. Vamos pegar só o custeio. Quando a gente abre só o custeio, metade são serviços terceirizados. Isso vai resolver o problema fiscal? Não vai, porque, mesmo que eu cortasse todos os serviços terceirizados, R\$26 bilhões, o déficit é de R\$159 bilhões, pela expectativa oficial.

Agora, isso é importante do ponto de vista de um ajuste ao longo do tempo. Você tem dois tipos de ajustes: aquele mais emergencial, para apagar um incêndio, que é o que está se tentando fazer; e um outro, que é tomar medidas que, ao longo do tempo, possam gerar uma economia importante. Por exemplo, naqueles serviços terceirizados, que dão mais ou menos R\$26 bi, se nós economizássemos um terço com combate ao sobrepreço nos contratos, daria R\$8 bi por ano. Em dez anos, R\$80 bi, em valores sem fazer nenhum tipo de ajuste, o que é bastante. É uma medida, inclusive, que dá legitimidade para que se avance nas outras agendas menos populares.

O nosso cenário, para o resultado primário – vamos olhar no cenário cinza –, é de que o primário atinja 3,5% do PIB lá em 2030. Ele vira propositivo entre 2023 e 2024. Agora, isso vai depender de mudanças no gasto obrigatório. Achemos que até 2019 alguma mudança deve acontecer, afetando ou o gasto com pessoal, ou a previdência, ou ambos, que ajudem a cumprir isso. É importante dizer que o cenário básico tem essa premissa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Do lado esquerdo, no gráfico de linhas, a cada ano dá para ver o tamanho do ajuste que tem de se fazer em cada cenário. Vamos olhar a linha cinza. Lá em 2030, o tamanho do ajuste em bilhões seria de R\$300 bilhões. É muita coisa, para que se tenha a dimensão do ajuste fiscal.

A dívida pública – que é o cenário que eu comentei lá no começo e que aqui fica mais claro – fecha este ano em 76,3% de projeção. Hoje está em 73,8%, e sobe até 93%; depois, vai caindo lentamente.

Nós temos um outro cenário que é o pessimista e que não é o de maior probabilidade, mas traçamos para que se possa entender os riscos: que a dívida chegaria a 100% do PIB em 2021, e não convergiria, pelo menos não no horizonte de projeções que temos que é 2030. É isso que se precisa evitar, porque, se isso acontece, qual é o problema? O problema é que continuamos emitindo dívida, mas uma dívida cada vez mais cara, ocupando cada vez mais uma fatia maior no Orçamento e esgotando o espaço para as políticas públicas, que é o que a sociedade demanda.

Para terminar, eu queria mostrar um pouco da composição da dívida pública. A dívida, há 20 anos, tem a mesma composição. Aqui o gráfico não é tão longo, mas observem o gráfico da direita. Eu peguei a dívida do Tesouro, que é a chamada DPF, os títulos, e somei com a dívida do Banco Central, as chamadas operações compromissadas – 40% a 50% da dívida é indexada ao próprio instrumento de gestão da política monetária, que é a Selic. Por isso esse efeito tão imediato e tão elevado dos juros na questão fiscal. Esse é o canal que explica esse contágio que existe entre...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Quanto foi que a gente pagou de serviço da dívida no ano passado e qual é a projeção de pagar este ano?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – No ano passado, o total de pagamento de juros ficou em torno de R\$450 bilhões. Neste ano, vai ficar um pouco mais baixo, em torno de R\$420 bilhões. Eu tenho os números exatos. Depois posso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Mesmo com a redução da Selic, só caiu isso?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É, ele demora um pouco para cair. Ele é mais rápido do que o efeito sobre a atividade econômica, mas não é no mês seguinte que observamos. Agora, quando olhamos a trajetória dos juros, que é aquele gráfico que eu tinha mostrado antes, já dá para ver o efeito. Só para mostrar aqui. Está vendo a curva azul, que é o pagamento de juros? Temos um calombo ali em cima, e, há pelo menos uns seis ou sete meses, já há uma escadinha ali, descendo. Esse é o dado acumulado em 12 meses. Se pegarmos os dados mensais, dá para ver um pouco mais, de maneira mais nítida isso.

Então, enquanto o pagamento de juros está em 7% do PIB hoje... Aí, se me permite só um último dado para terminarmos, da parte dos Estados. Qual é o quadro dos Estados hoje? Nós temos aquela ideia de que o grande problema é Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que todo mundo sabe que têm uma dívida elevada. Eles estão ali em cima. Agora, esse gráfico é um gráfico de dispersão. Então, no eixo vertical, existe a dívida em porcentagem da receita e, no eixo horizontal, os fluxos, quer dizer, se está gerando déficit ou se está gerando superávit.

Então, todo mundo que está no terceiro quadrante, aqui, na esquerda, pelo menos de seis a oito Estados, também são problemáticos, porque eles têm déficit e dívida. A dívida não é tão





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

alta, 50% da receita, mas, se não houver um ajuste do ponto de vista dos fluxos, é uma questão de tempo para eles chegarem lá àquele 200.

Então, esse gráfico ajuda a ver a fotografia. Quer dizer, os Estados também têm o mesmo desafio que a União, com uma dificuldade adicional que é a questão de não ter instrumentos para se financiar enquanto a arrecadação não vem. Basicamente eu estou me referindo à dívida. E é bom que seja assim, quer dizer, a renegociação lá, com a 9.496, em 1997, previa isso, ajudou que a dívida de todas as regiões se ajustasse, mas, desde 2013, já vimos uma reversão desse processo. Na Região Sudeste, por exemplo, a dívida vem crescendo sistematicamente, mas não é só o Rio de Janeiro.

A diferença também que precisa ser considerada, o ponto que precisa ser considerado é a questão dos indicadores de riqueza. Quer dizer, São Paulo, por exemplo, tem um indicador que é bastante elevado, próximo do 200 também, mas, como tem capacidade de geração de renda e riqueza maior, consegue sustentar aquele nível.

Então, as questões econômicas são essenciais para discutirmos os governos subnacionais. Enquanto não houver medidas que ajudem a recuperar a base econômica dos Estados, é muito difícil que a questão fiscal também se resolva. Uma coisa está colada a outra.

O gasto com o pessoal, praticamente todos os Estados, vemos nesse gráfico, têm problemas. Aqui é o dado original dos Estados e o dado ajustado pela Secretaria do Tesouro, dados alguns problemas que existem nos relatórios que são reportados pelos governos subnacionais. Mas dá para ver, quando olhamos a linha vermelha, está todo o mundo muito próximo, ou já estourou a linha vermelha.

Então, a questão fiscal, tanto na União quanto nos governos subnacionais, parece-me que, em boa medida, é uma questão salarial, porque é pessoal e previdência. Por isso é tão importante essa discussão sobre os gastos obrigatórios.

E agora, para terminar mesmo, uma simulação. Se os Estados adotassem a regra do teto, a mesma que a União criou, quanto tempo eles demorariam para conseguir um resultado primário suficientemente alto? O que quer dizer suficientemente alto? Em torno de 10% da receita, que é o que é suficiente para estabilizar a dívida, para ter uma condução tranquila. Veja, a melhor região é a Nordeste, que conseguiria esse feito entre 20 e 21. A Sudeste conseguiria entre 24 e 25, e assim por diante.

Então, o tamanho do desafio é enorme, porque, mesmo adotando uma regra rígida, que seria essa de você fixar uma regra de crescimento pela inflação passada, ainda assim demoraria bastante para você ter um quadro de tranquilidade também nos governos subnacionais.

Então, esse é o diagnóstico que nós temos feito lá, na IFI, atualizado mensalmente, tentando trazer as informações

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Podemos dizer que a Região Nordeste é a que tem mais responsabilidade fiscal? E a Sudeste...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sob essa ótica, de fato vários Estados não têm problema de endividamento. É um fato. E, portanto, quer dizer, nossa contribuição é nesse sentido de dar maior transparência para as informações, para a gente melhorar a qualidade do debate.

Agradeço mais uma vez o convite.

Quero cumprimentar também o Senador Armando Monteiro, autor do requerimento.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E obrigado pela paciência também com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço a exposição de V. S^a.

E, *incontinenti*, concedo a palavra ao Nilson Teixeira.

O SR. NILSON TEIXEIRA – Boa tarde, Senador Elmano Férrer!

Agradeço bastante o convite para participar deste debate, e a todos os Senadores, naturalmente, em particular ao Senador Armando Monteiro e ao Senador Ricardo Ferraço, pelo convite.

A apresentação que eu pretendo fazer é algo mais complementar ao que o Secretário Mansueto e o Diretor do IFI apresentaram. E aqui não apenas discutindo os nossos prognósticos para o lado fiscal, por que o Brasil enfrenta uma crise fiscal e o que precisa para reverter isso, mas, mais importante que isso, é preciso mostrar quais são as consequências de um déficit primário e uma dívida pública crescentes nos fundamentos da economia e, finalmente, mostrar a nossa leitura, quais são os caminhos para fazer com que o crescimento potencial da economia brasileira, que é baixo, possa alcançar patamares mais elevados.

Então, eu começaria mostrando aqui a nossa projeção de déficit primário e déficit nominal. O que se pode ver é que o próximo Presidente da República enfrentará, muito possivelmente, uma situação em que o déficit primário persistirá em todo o seu mandato. E aí nós vamos para o principal problema, no que se refere ao ajuste fiscal: é a grande rigidez que se observa nas contas do Governo Federal. Só com o pagamento de INSS, despesas com pessoal ativo e inativo, nós chegamos quase a 70% das despesas do Governo Federal, sem os juros, naturalmente, até maio, em 12 meses. Ou seja, se nós incluirmos a parte de despesas obrigatórias e também a parte de despesas discricionárias, mas que têm alguma vinculação já definida, o espaço ou a margem fiscal, como o Felipe mencionou aqui, é muito baixo.

Então isso já mostra que não é possível, apesar de todo o esforço que o atual Governo tem feito em contingenciar as despesas discricionárias, esperar que esse seja um caminho possível nos próximos anos. O Brasil terá que tratar dessas despesas obrigatórias e também da previdência.

E, quando nós falamos em despesas da previdência, nós vemos um grande crescimento, desde o início da década passada, das despesas obrigatórias como percentual do total das despesas. E na margem é verdade, nós vemos não apenas um crescimento dos benefícios previdenciários, mas também um aumento bastante expressivo da folha de pagamentos. Então você vê, nos primeiros seis meses do ano contra os primeiros seis meses do ano passado, nós vemos um crescimento superior a 10%, em termos reais, desses gastos. Então, é mais um tema a ser tratado aqui.

E, como o Secretário...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nilson, poderia repetir? Nos seis meses, que gasto?

O SR. NILSON TEIXEIRA – Como o senhor pode ver, pessoal e encargos sociais, no gráfico da direita, aquela coluna azul, tem um crescimento superior a 10%, em termos reais, das despesas do funcionalismo do Governo Federal.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Com pessoal. Era exatamente a percepção que eu tinha, interessante. Os números são até piores nesse sentido, 10% num ano.

O SR. NILSON TEIXEIRA – É, sim.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quanto à tendência recente, que eu perguntava, é impressionante.

O SR. NILSON TEIXEIRA – É impressionante.

E, como o Secretário Mansueto apontou, quando se observa o percentual da população de maior idade, acima de 65 anos, e menor idade, entre 20 e 65 anos, a taxa de dependência cresce num ritmo bastante expressivo no Brasil. Enquanto os países desenvolvidos tiveram um período bastante prolongado para promover ajustes na Previdência Social, a necessidade do Brasil é uma necessidade de que seja um processo bem mais rápido.

E o ponto que se coloca é: se não houver ajuste da Previdência Social, aqui focando, no nosso caso, no Regime Geral da Previdência Social mais os benefícios de prestação continuada, em que nós temos mais dados, e consequentemente conseguimos prever melhor, se não houver nenhuma reforma, o déficit será de algo abaixo de 4% do PIB ao ano para um número muito próximo a 6% do PIB ao ano em 2027.

A proposta do Governo, nos parece que ela previa certa estabilidade. Então a proposta original garantiria não a reversão desse déficit, mas uma estabilidade. Hoje, quando nós olhamos o substitutivo que foi aprovado na Comissão Especial, nós vemos que mesmo assim haverá um crescimento bastante expressivo, ano após ano, desse déficit.

Vamos supor que a Emenda Constitucional 95 seja cumprida, ou seja, crescimento zero das despesas. E vamos também supor que não haja nenhum ajuste importante no Regime Geral da Previdência Social, nem nos benefícios de prestação continuada, e consequentemente o crescimento se mantenha ali, ligeiramente abaixo de 5% em termos reais. O que será preciso para cumprir a Emenda Constitucional 95? Um declínio muito expressivo nas demais despesas, algo que nos parece insustentável, e tal qual o Senador José Serra mencionou agora, impossível, razão pela qual não há como alcançar um processo de ajuste fiscal sem uma reforma da Previdência Social bastante ampla, que alcance não só os funcionários do setor privado, mas também do setor público.

Então, analisando, vamos supor aqui que a Emenda Constitucional 95 esteja efetiva, seja cumprida. Não importa como, mas ela é cumprida. E vamos supor também que os juros reais de equilíbrio da economia se mantenham em torno de 4,5%, menor do que a média observada nos últimos muitos anos. E vamos supor aqui que o crescimento do PIB seja qualquer uma dessas linhas que os senhores observam. Eu tomarei aqui 2%. Então, em linha com o que o Dr. Felipe Salto mencionou, nós entendemos que esse cenário é um cenário em que há uma estabilidade da dívida como percentual do PIB, a dívida bruta, só ali em torno de 90%, ou até acima.

É óbvio, como o Secretário Mansueto mencionou, que se houver o pagamento da dívida do BNDES, isso aí diminui, porque você já tira uma parte da dívida bruta. Se também aqueles que julgam que o País pode crescer mais do que o que nós julgamos em equilíbrio atualmente, que é algo em torno de 2% ao ano, suponhamos 2,5, mesmo assim a dívida bruta continua crescendo até estabilizar ali em torno de 86%, também em meados da próxima década. Então, o nosso cenário é muito compatível com o que eu acabei de ouvir do Diretor do IFI, algo em torno de 90%.

Mas vamos supor aqui que não haja nenhuma reforma da Previdência Social, aqui também o RGPS, e os benefícios do RPPS, os benefícios da saúde e da educação cresçam no ritmo de zero, em termos reais. Para cumprir a Emenda Constitucional 95, seria necessário, ano





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

após ano, cortar as despesas, a ponto que em 2025, o corte das demais despesas teria que ser da ordem de 63%. Não é sustentável. Ou seja, mesmo que o País aprovasse, o Congresso aprovasse a reforma da previdência da exata forma como foi aprovada na Comissão Especial, o Brasil teria, em 2024, que cortar quase 40% das demais despesas para cumprir a Emenda Constitucional 95, desconsiderando educação, saúde e o RPPS.

Qual é a mensagem clara? É que não basta apenas aprovar uma reforma da Previdência Social ampla, mais ampla do que foi aprovada até agora; serão necessários cortes de gastos, ou então, alternativamente, aumento de impostos. Naturalmente nenhum de nós quer aumento de impostos, mas dada a necessidade de reversão do déficit fiscal de maneira razoavelmente rápida e a dificuldade que eu vejo, conversando com os Senadores aqui, de promover esses cortes de gastos muito expressivos de forma rápida, a alternativa para a reversão, como o Secretário Mansueto mencionou, e como o Dr. Felipe Salto também falou, a alternativa é aumento de impostos, ou então, quem sabe, reverter alguns dos privilégios oferecidos, em termos de renúncias tributárias, nos últimos 20, 30 anos.

Muitas das renúncias tributárias talvez fizessem sentido no fim da década de 80, em meados da década de 90, mas agora talvez não façam. Então, a alternativa de aumentar impostos para reverter de maneira rápida esse déficit primário elevado é tratar ou revisar os temas da renúncia tributária, que são da ordem de 4% do PIB, 285 bilhões.

É difícil aqui mencionar qual é a melhor forma de cortar benefício, mas, olhando benefícios que atendem uma classe mais privilegiada, como despesas médicas, despesas com educação, abatimentos, benefícios e privilégios para táxi e água mineral, talvez seja o caminho revisitar algumas dessas renúncias.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Eu peço permissão aqui ao nobre palestrante para registrar a presença de S. Ex^a o Governador do Paraná, e convidá-lo também para ter assento à Mesa, se assim desejar.

Desculpe-me. Pode continuar com a palavra.

O SR. NILSON TEIXEIRA – Continuando, embora esses privilégios, em alguns momentos, essas renúncias façam sentido, por exemplo, nós vemos situações que não me parece questionável que essas renúncias sejam exatamente sobre a previdência social. Então, cabe perguntar se não seria o fato de discutir junto com essa reforma uma redução dessas renúncias relacionadas à Previdência Social.

Caminho agora, então, para a segunda parte.

Nós vemos uma situação de crise fiscal bastante expressiva. Tanto o Secretário quanto o Diretor do IFI mencionam o crescimento da dívida e a dificuldade. Por que então os preços de mercado não refletem isso? Então, é uma boa pergunta. De fato, a resposta está aí. O cenário global é favorável e, ao mesmo tempo, as contas externas e as reservas internacionais são bastante sólidas, a ponto de permitir, num curto prazo, que se permaneça com esse déficit fiscal e não haja o impacto tão rápido. Mas não é um processo permanente.

Então, como a gente vê, o déficit em transações correntes no Brasil ou então a poupança externa diminuiu, mas a nossa expectativa é de que volte a aumentar, até porque, em 2017, o crescimento já é um pouco maior e, em 2018, também é um pouco maior. Isso reduzirá esse resultado em transações correntes. Então, a poupança externa tende a aumentar um pouco. Do mesmo tempo, reforça a ideia da perspectiva de investidores estrangeiros de que este





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Congresso e o Governo serão capazes de aprovar medidas que reduzam essa fragilidade fiscal e, consequentemente, os investimentos diretos no País continuam bastante sólidos.

É fato que uma parte não se trata eminentemente de investimentos. Há uma parte de empréstimos intercompanhia, lucros reinvestidos. Mesmo assim, nas barras azuis, os senhores veem que existe uma sustentabilidade, mesmo com o processo recessivo bastante elevado.

Para mostrar a fortaleza das reservas internacionais, nós mostramos aqui um dado do FMI que mostra o seguinte: dadas as reservas internacionais, vamos supor que esses países entrem numa pressão de saída de recurso, uma crise no balanço de pagamentos, como, por exemplo, dificuldade de rolagem de dívidas de médio prazo, dificuldade de rolagem de dívidas de curto prazo, investimentos direto diminuem, investimentos em carteira, tanto em ações como em renda fixa, diminuem, homogeneizando em todos os países. Os senhores veem que o Brasil tem uma situação de reserva bastante sólida.

(Soa a campanha.)

O SR. NILSON TEIXEIRA – Então, mesmo em um momento de uma crise, o Brasil seria capaz de sustentar, por algum período, essa situação. Então, isso justifica por que, mesmo com essa crise fiscal enorme, o Brasil tem visto a melhoria também dos seus preços e nenhuma deterioração maior dos fundamentos.

Mas o fato é que o crescimento potencial da economia brasileira é muito baixo. Isso comparado não só com os países emergentes, mas também com os países desenvolvidos. Nós observamos a média do crescimento nos países desenvolvidos que supera a do Brasil. Então, se não houver ajustes expressivos, não apenas o crescimento potencial não aumenta, como também, muito provavelmente, nós veremos um crescimento da atividade econômica menor. Ou seja, o Brasil não crescerá e não sairá dessa arapuca da renda média, e poderíamos ver o Brasil empobrecendo em termos relativos.

O que nós temos visto, naturalmente, é que essa é a maior recessão desde a década de 20, do século passado – 1929 e 1930. Mas também, se nós pegarmos os dados desde a década de 80, trimestre após trimestre, essa é a maior contração e também a mais prolongada. Isso tem consequências nefastas em termos de crescimento e em termos de fundamentos.

Um dado que é sempre muito preocupante é a produtividade do trabalho, que, desde a década de 80, pouco cresce. Se nós compararmos com os demais países do BRICS – África do Sul, China, Índia e Rússia; os dados vão até 2014 –, o Brasil ainda está acima. Mas, se nós juntássemos 2015 e 2016, o Brasil já estaria, provavelmente, abaixo desses países, mesmo com a Rússia mostrando uma contração do PIB, como o Brasil, nos últimos anos.

O que nós percebemos, então, é que a produtividade do trabalho baixa, pouco cresce, e a eficiência na economia – entendido tudo que não for crescimento baseado no aumento do capital humano, no aumento do capital fixo e em investimentos – seria o que nós chamamos de produtividade total dos fatores ou, então, eficiência na economia. E a eficiência na economia não cresce. Ao contrário, nas últimas décadas, em quase 15 anos, nós vemos uma diminuição dessa eficiência econômica.

Então, quando nós comparamos os dados de 2014...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILSON TEIXEIRA – ... e não os dados de 2016, 2017, quando seria bem pior a situação, o Brasil teria... Digamos, os Estados Unidos normalizando por um, o Brasil teria, em 2014, metade da eficiência desse país. E o Brasil é um dos países menos eficientes.

Então, quais são as consequências dessa recessão profunda e desse déficit fiscal, dessa crise fiscal? Vamos olhar as recessões.

Em 37 países, desde 1961, são mais de 120 recessões. A primeira conclusão que se tem é que a taxa de desemprego de equilíbrio, aquela que não gera inflação, aumenta. Em todos os países que passaram por recessões, a taxa de desemprego de equilíbrio, depois da recessão, aumentou de forma importante. Isso se vê não apenas nos países emergentes, mas também nos países desenvolvidos. Então, a taxa de desemprego de equilíbrio, por exemplo, na Alemanha, na década de 80, era algo como 3%. Após 20 trimestres, a taxa de desemprego de equilíbrio já estava em 6 pontos percentuais.

Qual é a mensagem aqui? A mensagem é que essa recessão profunda e prolongada, num ambiente de crise fiscal, leva o Brasil a um aumento importante dessa taxa de desemprego. Na média, nos países em que houve recessões profundas, algo como 2 pontos percentuais.

Nós estimamos que a taxa de desemprego de equilíbrio no Brasil, antes da recessão, era algo em torno de 8%; hoje, após esse período recessivo, algo como 10%. O que isso significa? Com os números atuais, pelo menos 2 milhões de brasileiros ou brasileiras não conseguirão emprego, estarão à margem. Esse é um dos custos importantes dessa recessão prolongada e dessa crise fiscal. A taxa de desemprego, hoje, em torno de 13,5%, diminuirá, mas não diminuirá mais para 8%, mas para um número bem mais elevado.

Outro ponto: há um problema que é gerado por essa recessão no mercado de trabalho, mas também nos investimentos. O que se observa é que esse déficit primário elevado, por um período prolongado, traz a taxa de investimento do País para um patamar bem menor. Então, aquele desejo de todos de que a taxa de investimento superasse 20% hoje se torna muito difícil. A manutenção de patamares em torno de 15% parece, hoje, sem ajustes importantes, o cenário mais provável.

(Soa a campainha.)

O SR. NILSON TEIXEIRA – Para terminar, como um investimento será financiado? Ou ele é financiado pela poupança privada, ou então pela poupança pública, ou então pela poupança externa – déficit de transações correntes.

Vamos supor aqui que a poupança privada fique até acima da média observada entre 2000 e 2016. Não há razão para esperar, num prazo de cinco anos, por exemplo, que esse patamar cresça muito.

Então, vamos também trabalhar com a hipótese de que o déficit em transações correntes, que hoje está em 0,7% do PIB, caminhe para algo que se considera sustentável, sem gerar grandes problemas no médio prazo, algo como 2,5% do PIB – déficit em transações correntes –, e a poupança pública funcione como esse processo de ajuste. Do que se precisa, então, para o País crescer ao ritmo de 2% ao ano até 2025? No curto prazo, não há restrições. Existe um percentual enorme de brasileiros desempregados – pode-se utilizar essa mão de obra –, e também há uma capacidade ociosa muito expressiva. Então, isso também complementa o processo. Mas, no médio prazo, seria necessário que a eficiência da economia fosse de 0,9, que a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

produtividade total dos fatores crescesse no ritmo de 0,9% ao ano. Ou seja, é um patamar muito próximo do que foi observado entre 2000 e 2010, que foi um período bastante favorável para a economia.

Então, não é tão simples manter um crescimento de 2%. E 3% parece ainda mais difícil, haja vista que o Brasil teria, dadas as restrições existentes, que crescer – a produtividade total dos fatores – muito próximo...

(Soa a campanha.)

O SR. NILSON TEIXEIRA – ... a 1,5% ao ano. Isso é parecido com o que foi observado entre 2004 e 2010, o melhor período da economia brasileira desde meados da década de 70. Então, isso mostra a dificuldade, sem que haja essa reforma.

Portanto, o País precisa, necessariamente, passar por uma reversão desses déficits fiscais do déficit primário, seja, preferencialmente, por uma forte redução dos gastos públicos – e não há como escapar de uma reforma da previdência profunda –, seja, provisoriamente, necessidade de, para reverter rapidamente, talvez aumento de impostos. Como aumento de impostos não queremos, talvez revisitar a questão das renúncias tributárias.

Eu diria que a menor contribuição do mercado de trabalho, como discuti aqui rapidamente, e dos investimentos, demandará um forte aumento dessa eficiência na economia, para que o PIB potencial, o crescimento potencial possa ser um pouco maior.

E, finalizando, então, como o Senador Ricardo Ferraço mencionou, para complementar esse ajuste, são necessárias reformas microeconômicas. E quais são elas? Os nossos estudos mostram que há vários processos, mas nós listamos três importantes: primeiro, abertura comercial. Se, por mágica, num prazo de dez anos, a partir de 2014, que os dados que nós utilizamos terminavam em 2014, o Brasil passa a ter uma reabertura comercial, como Hong Kong, tudo o que acompanha isso, nós teremos a capacidade de crescer num ritmo muito mais forte que o Brasil tem.

Agora, quanto à flexibilidade de mercado de trabalho, se o Brasil, em dez anos, passasse a ter uma flexibilidade como o mercado de trabalho americano, também isso levaria ao maior crescimento potencial da economia. Os dados são simplesmente dos trabalhos econométricos.

E, finalmente, a capacidade de abrir empresas, e daí tudo que está envolvido com isso, igual à Nova Zelândia, também contribuiria para um crescimento maior.

Mas também seja pedir demais que o Brasil, num prazo tão curto, faça uma migração para esses extremos. Então, vamos supor que o Brasil caminhe para a mediana dos demais países, que não é parecer muito. E haja uma abertura comercial também num processo mais gradual. Lembrem-se de que essa linha amarela ia para cem, e agora está indo para 20. Então, flexibilidade e mercado de trabalho também.

Qual é a conclusão? Se o Brasil é capaz de promover uma flexibilização ainda maior no mercado de trabalho, parecido com a mediana dos países utilizados e, ao mesmo tempo, promover um processo de abertura, desburocratização, aqui no País, só isso elevaria o crescimento potencial da economia a 1 ponto percentual a mais. Então, sairíamos, dada a nossa estimativa, o crescimento potencial de dois para um crescimento potencial de três. Então, é possível o Brasil crescer mais de forma mais acelerada, mas para isso são necessários ajustes não só relativos à questão fiscal, mas também os ajustes microeconômicos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concluindo, as consequências da crise fiscal hoje parecem claras para nós. É a menor taxa de investimento no País, menor propensão a investir, uma taxa de desemprego que permanecerá mais elevada por um período mais prolongado e o crescimento do PIB reduzido frente às expectativas que todos temos. Há alguns analistas que mencionam que a economia está descolando da política. Não é a nossa leitura, não só no curto prazo, mas também no horizonte mais prolongado, política e economia são praticamente uma coisa só. Sem o Congresso, o Brasil não conseguirá alcançar, ou sem a política, a boa política, uma situação de equilíbrio, maior crescimento e melhor distribuição de renda.

Senador, desculpe-me por ter passado a hora.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço a V. S.

Convido o nosso querido Garibaldi Alves Filho a reassumir a Presidência, porque tenho um compromisso inadiável.

E pela ordem de oradores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Só para adiantar, temos inscritos os dois requerentes desta audiência, nosso Senador Armando Monteiro, Senador Ricardo. E, depois, pela ordem de chegada, nós inscrevemos o Senador Fernando Coelho e, em seguida, o nosso mestre José Serra. Também coloquei o Senador Lindbergh.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – A política está mais importante que a economia. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Meu querido Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em primeiro lugar, agradeço as verdadeiras aulas que foram dadas aqui, tanto pelo Prof. Mansueto, como pelo Felipe Salto, como pelo Dr. Nilson Teixeira.

Temos aqui inscritos para o debate, com prioridade, claro, o Senador Armando Monteiro, que foi o autor do requerimento para a realização desta reunião.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar todos os expositores e dizer que foi um painel muito rico. Eu lamento não poder ter assistido às primeiras intervenções, mas, de resto, nós temos dialogado com mais frequência com o Mansueto e com o Felipe sobre os estudos que o Instituto Fiscal tem promovido.

A presença do Nilson, tenho a impressão de que ele traz uma abordagem muito interessante.

Eu tinha uma série de questões aqui, mas não quero me estender muito, só para sublinhar o seguinte: o quadro fiscal brasileiro, como ficou muito bem demonstrado, é um quadro extremamente preocupante. Ou seja, mais do que o déficit do presente, que é de resto um déficit importante, quer dizer, medido sob qualquer critério, há claramente uma preocupação





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em relação à trajetória dos gastos. Não há nada a indicar que nós vamos poder mudar essa trajetória de forma mais significativa, primeiro porque ainda há uma dúvida sobre a capacidade, eu diria, do atual Governo de poder, efetivamente, promover já a reforma da previdência. Segundo, há, também, uma preocupação em relação ao seu próprio alcance. Ou seja, se aprovarmos, que reformas aprovaremos? Portanto, esse é um elemento fundamental.

Eu acho que a questão fiscal do Brasil está claramente associada à questão dos gastos previdenciários, em grande medida. Grande parte do crescimento da despesa primária deu-se exatamente pela explosão do gasto previdenciário, mas o fato é que há essa incerteza de um lado. E, do outro, a rigidez dos gastos, que colocam uma margem para os governos operarem extremamente limitada. E aqui ficou claro, quer dizer, nós estamos, meu caro Senador Serra, fazendo um ajuste exatamente nos gastos que seriam mais reprodutivos, que são os gastos de investimento, e que estão no chão, exatamente em decorrência da rigidez do orçamento.

Então, para ir direto ao ponto, eu queria fazer aqui algumas provocações. Primeiro, além da reforma da previdência, que não é suficiente, de resto, para mudar substancialmente essa trajetória, que medidas, do ponto de vista concreto, poderiam ser adotadas, levando em conta, por exemplo, algumas áreas muito sensíveis, como, por exemplo, a questão da indexação do salário mínimo, uma ampla, e por que não dizer, e radical revisão das renúncias tributárias, uma redução dos gastos de pessoal e encargos e, claramente, uma agenda de diminuição dos subsídios? Então, como fazer – eu sei que Mansueto, o Governo, trabalha no seu radar com essas questões, mas o que é que poderíamos fazer em um prazo mais curto, de maneira mais substancial?

Segundo, eu indagaria, querendo ouvir, inclusive, também, o Nilson, essa crise fiscal também se situa, há uma dimensão, que é a área de receita. Houve uma queda da carga tributária antes mesmo de irromper a recessão e, hoje, sabemos que há uma correlação diferente entre o nível da atividade econômica e a receita tributária. Houve um período no Brasil em que a arrecadação tributária crescia mais do que o crescimento do produto e deu-se, em grande medida, pela formalização da economia, por algumas outras questões que contribuíram. Mas, agora, há estudos que revelam o contrário, que muito provavelmente, mesmo com a retomada da economia, nós não teremos uma expansão das receitas nesse nível. Então, eu pergunto, diante disso, o que fazer?

Eu sou leitor dos artigos do Nilson e ele preconizava, no início, um tipo de ajuste fiscal mais forte no curto prazo. O Governo fez uma opção, talvez em função das circunstâncias do próprio Governo, de um ajuste mais gradual, e lembro que em alguns artigos o Nilson indicava, inclusive, claramente, medidas de aumento de carga, mas vejo que, na sua exposição, hoje você não acentuou ou pelo menos não pontuou essa questão.

E aí muito se discute sobre a questão da tributação do capital no Brasil, ou seja, dos ganhos de capital. Há, efetivamente, espaço para que se promova uma mudança na tributação nessa área, sem que isso, evidentemente, possa se traduzir em um choque, em um desestímulo ao processo de formação de poupança, mas que possa nos colocar em uma perspectiva de convergência para um padrão mais próximo do padrão de tributação internacional? Seria possível? Que espaço nós teríamos nessa...?

Por outro lado, há também algumas questões que estão relacionadas às novas bases tributárias, algumas se vinculam e se comprometem com o impacto de novas tecnologias.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Temos também a questão ligada à correção da tributação sobre a remuneração do trabalho, a questão da pejetização, a questão, também, que muitas vezes se produz com a utilização dos regimes simplificados de tributação. Para muitos há uma certa evasão de receita ou perda de receita. Então, eu pergunto, o que é que indicaria concretamente, do lado da receita, o que poderia ser feito?

E também perguntaria, especialmente ao Felipe – já que há uma heterogeneidade fantástica no padrão de gestão dos Estados –, há algo que nós temos que fazer, via Lei de Responsabilidade Fiscal, de atualização para que não tivéssemos um padrão tão heterogêneo? Porque, de resto, se tivéssemos uma legislação que fosse mais estrita ou mais adequada ou mais efetiva, nós não teríamos padrões tão díspares ao longo do tempo, mesmo imaginando que no início desse processo havia situações que eram já diferentes, com alguns Estados com problemas estruturais mais graves na partida. Mas que sugestões poderiam ser oferecidas para nós mudarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal no sentido de obter um padrão mais homogêneo?

E, finalmente, como o Nilson valorizou muito a agenda microeconômica, está claro que o Brasil, com essa taxa de investimento, e não há nada que indique que ela possa crescer substancialmente, nós vamos depender dos ganhos de produtividade e, nessa questão da produtividade, há questões, vamos dizer, que transcendem, como a questão do capital físico, do capital humano, aí toda a questão do desafio da educação, do desenvolvimento de competências que nós precisamos fazer, mas há esse ambiente das reformas microeconômicas, do ambiente de operação das empresas, onde podemos atuar diretamente.

E aí, nesta CAE, nós temos um grupo que estuda essa área de reforma microeconômica e estamos focando também muito, Nilson, e você não falou, na questão dos *spreads*, porque não se constrói um ciclo novo sem criar um padrão de financiamento novo para a economia brasileira. E há, no Brasil, claramente, uma distorção em relação aos *spreads*, ao nível dos *spreads*. E, agora, nós estamos na iminência, creio eu, de aprovar o novo cadastro positivo, aí, sim, corrigindo uma série de distorções que marcaram a implantação do cadastro, no sentido de torná-lo um instrumento mais efetivo, e eu tenho certeza que chegaremos.

Então, eu queria provocá-lo, Nilson, nessa agenda dos *spreads*, da redução dos custos, o que é que você também sugeriria?

No mais, registro aqui a satisfação de podermos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, talvez pudéssemos completar intervenções, para que houvesse uma racionalização.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós temos aqui inscritos...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – As perguntas do Senador Armando Monteiro foram muito bem postas. Mas, evidentemente demandaria a tarde inteira. Então, com outras intervenções menos bem postas do que as dele, mas certamente que será intervenção, poderiam, então, nossos excelentes... Olha, eu queria propor, Presidente, inclusive que as falas de hoje fossem transcritas, que se pudesse fazer um caderno para que pudéssemos fazê-las chegar aos Senadores, porque, essa é a melhor reunião em que já estive, do ponto de vista de exposições, neste meu atual mandato.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que vale à pena, Armando,...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Vale muito.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... passar para todo mundo, inclusive eu colocaria também as perguntas e questões do Senador Armando Monteiro. Um belo caderno, para que todos os Senadores tivessem acesso e a gente pudesse engatar mais reuniões dessa natureza, com mais participação. A participação está muito pequena diante da altura das exposições feitas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A inscrição do Senador Armando Monteiro, que acabou de falar, do Senador Ricardo Ferraço, que ainda ele disse que pode voltar, o Senador Fernando Coelho, o Senador José Serra. E chegou o Senador Ferraço.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Levou falta.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ele não estava.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Peço misericórdia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E eu, se tiver coragem, no meio dessas feras todas aqui, de entrar no debate.

Então, com a palavra o Senador Fernando Coelho, a não ser que o Senador Ricardo Ferraço reivindique.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não apenas reivindico, como faço questão de ceder minha palavra para o meu querido e estimado amigo e ministro, Senador Fernando Bezerra Coelho. Antiguidade é posto, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Obrigado.

Presidente, inicialmente queria cumprimentar os três expositores, os nossos três convidados. Quero reforçar aqui as palavras do Senador José Serra, o nível das exposições foi realmente muito, muito elevado, muito positivo. Não sei se estamos sendo transmitidos ao vivo pela TV Senado, mas a exposição de hoje, o debate de hoje, oxalá seja um eixo para o debate que o País vai ter no próximo ano, a clareza das dificuldades que o País enfrenta, os caminhos que vamos ter que definir para enfrentar essas dificuldades, para que, de fato, o Brasil possa se reencontrar com a sua trajetória de crescimento, de desenvolvimento, de retomada do emprego. Portanto, estou aqui secundando o Senador José Serra e também apoiando a sua proposta de que a gente possa fazer a transcrição de todas as falas, das perguntas e fazer circular isso para todos os membros aqui do Senado Federal.

Eu queria, na realidade, fazer uma pequena reflexão. Hoje, li o artigo do Prof. Delfim Neto, na *Folha de S. Paulo*, e o artigo dele de hoje tem a ver muito com as considerações finais do nosso querido Nilson Teixeira. A economia dificilmente se desloca da política. E, a gente, às vezes, é levado a crer, por algum noticiário, por informações que são postas, que a economia se deslocou da política e, apesar de o Brasil viver numa crise, estamos tendo a recuperação dos indicadores econômicos.

Discordo disso. Tenho tido oportunidade de falar aqui, na CAE, falar no plenário do Senado. Na realidade acho que boa parte dos frutos que começam a serem colhidos e que não são ainda suficientes, aqui pela exposição, é preciso dar sequência a essa agenda de reformas,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mas muito do que se colhe aqui é fruto da definição de uma agenda, que foi mandada aqui para o Congresso Nacional e sob a liderança do Presidente Michel Temer.

Em pouco tempo, em pouco mais de um ano, esse Congresso aqui deliberou sobre uma coisa fundamental. Qual é a âncora para que a gente esteja segurando a inflação tão baixa se não a PEC do teto do gasto público? A importância dela nesse ambiente de incerteza que estamos vivendo, onde não demos ainda todas as respostas para o tamanho da crise fiscal que estamos enfrentando. A coragem, num ambiente adverso, de radicalização, fruto do processo do *impeachment*, votar, aqui no Congresso Nacional, a flexibilização das leis do trabalho, que foram aqui apontadas como uma agenda importante para o aumento da produtividade da economia brasileira. A coragem de votar a Lei da Terceirização, com permissão do meu amigo, Senador José Serra, a coragem de o Governo pautar aqui a aprovação da Lei da Taxa de Juros de Longo Prazo. Todas são medidas, digamos assim, desafiadoras. Podemos até divergir, poderemos até discordar, mas o fato é que a economia brasileira está respondendo a esse conjunto de iniciativas. E, aqui na exposição de hoje, ficou claro que é possível fazer mais, é necessário ir à frente.

Então, não podemos nos intimidar pela aproximação do calendário eleitoral, paralisar a apreciação pelo Congresso Nacional de medidas que talvez não possam ser adiadas. O espaço fiscal, a margem fiscal de que o nosso amigo Felipe Salto aqui fala, está se estreitando, ano após ano. Poderemos ter que paralisar a máquina pública. Vamos deixar isso para o próximo Presidente? Qual o nível do debate que vamos ter nas eleições presidenciais?

Eu aposto que não vamos estar vivendo esse ambiente de radicalização nem de polarização pelos extremos. O Brasil não vai fazer opção nem pela esquerda, que nos levou a essa crise econômica sem precedentes, como também acho que não vai dar ouvidos a uma extrema direita, que não apresentou nada em relação aos desafios que o Brasil está enfrentando.

Então, eu acho que sou otimista de natureza, talvez em excesso, mas acho que quem é pessimista no Brasil começa errado e o otimista tem alguma chance de acertar. Eu tenho a impressão de que, pelo que aqui vimos – talvez aí o Senador José Serra tenha razão –, talvez o grande erro do atual Governo tenha sido os reajustes salariais dados no início da administração, as votações seguidas que demos. E agora a gente está colhendo esse dado de um crescimento do gasto de pessoal de mais de 10%. E isso está também comprometendo o desempenho do controle dos gastos públicos.

Mas é preciso aqui dar crédito. Acho que o Mansueto aqui falou que as despesas de custeio que estão sob o controle da gestão do Governo Federal foram reduzidas em mais de 40%. Então, existe responsabilidade. Esse Governo está passando, sim, compromisso, para que se possa alcançar o equilíbrio nas suas contas públicas.

Acho que o balanço desses primeiros 13 meses, desses primeiros 14 meses da atual Administração Federal é muito positivo. Mas acho que é preciso a gente fazer mais.

Eu sou um daqueles que defendem que, passado o tumulto aí da segunda denúncia, a gente tem que insistir na nossa agenda. E essa agenda da reforma da previdência tem que ser discutida. É evidente que a gente sabe que no Congresso Nacional existe resistência a isso, mas será que um debate como esse, levado em muitos outros fóruns, com a crueza dos números que foram aqui apresentados, será que nós não sensibilizaremos boa parte dos formadores de opinião para mostrar a necessidade de que é preciso avançar? Pelo menos que a gente avance





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na questão demográfica, que a gente reveja a idade mínima de aposentadoria e que as demais questões possam ser enfrentadas no debate do próximo ano e já como dever, compromisso para o próximo Governo Federal discutir com o novo Congresso que vai ser eleito em 2018.

Mas acho que o quadro que foi aqui apresentado nos leva a iniciar essa discussão serena, essa discussão sem radicalizações da urgência que faz necessário a agenda de reformas continuar. Como também a proposta do Nilson, que trouxe aqui a questão da agenda microeconômica. Até que ponto a gente pode abrir mais e mais a nossa economia? Até que ponto a gente pode ainda avançar do ponto de vista do que ele falou das leis de trabalho aqui no Brasil? Até que ponto a gente pode reduzir a burocracia

O Governo Federal criou um grupo de trabalho, com a participação do Congresso Nacional, se reúne sob a coordenação da Secretaria da Casa Civil da Presidência da República. E é importante que a gente possa melhorar o ambiente de negócios no Brasil, sobretudo com a eliminação da burocracia excessiva para a criação de empresas, para a manutenção dessas empresas.

Então, quero encerrar. Não faço nenhuma pergunta específica aos nossos palestrantes, mas quero dizer da minha alegria de ter participado do debate, de ter presenciado as falas a que aqui assisti e, sobretudo, ressaltar o estímulo que as falas aqui ensejaram no sentido de que a gente tenha coragem, de que o Congresso não se amedronte em função da aproximação eleitoral para dar sequência à agenda de reformas que o Brasil está clamando.

Podemos até divergir em muitos pontos. É evidente que, num Congresso com tantos partidos, com tantas visões, é difícil criar consenso, mas a urgência de o debate ser feito e de que medidas sejam aprovadas para que a gente possa endereçar a solução desses desafios me parece que foram a grande contribuição da audiência pública na tarde de hoje aqui, na nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu consulto os Senadores... O melhor é fazer bloco de dois, três Senadores, não é?

Então, dentro desse espírito, vamos conceder a palavra ao Senador Ricardo Ferraço e, em seguida, ao Senador José Serra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu peço desculpas ao economista Nilson Teixeira. Eu acabei tendo que me retirar por alguns instantes e não acompanhei aquela que eu, mesmo sem ver, sei que foi uma competente apresentação, sempre muito realista, sempre muito calcada, fundada em dados objetivos e bem fundamentados, assim como foram as apresentações do economista Felipe Salto e do economista e amigo mais do que fraterno, esse cearense boa praça, Mansueto de Almeida, que é seguramente uma das pessoas a quem todos nós devotamos muito respeito, pelo alto conhecimento e espírito público com que tem conduzido a sua trajetória.

Preocupa-me um pouco esse otimismo que me parece exagerado com o chamado segundo trimestre. Não que eu não queira fazer parte ou não esteja muito envolvido com esse otimismo, mas tenho algumas preocupações de que isso possa turvar um pouco dessa dramática realidade fiscal que convergentemente foi apresentada aqui, cada um ao seu jeito, pelos nossos convidados.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É importante, Presidente, também registrar que não está entre nós aqui o Senador Tasso Jereissati, o nosso Presidente, por conta de uma viagem que fez. Eu não sei se o Presidente já justificou, mas o Senador Tasso Jereissati, por motivo de saúde de alguém da família, não está conosco. Eu acho que é necessário justificar a sua ausência: se não fosse isso, ele estaria aqui conosco.

A preocupação é a seguinte. Eu estou me baseado em um estudo recente feito pelo Ibre, que trata da destinação dos saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Ele pode trazer luz para nos ajudar a entender algumas questões desse segundo trimestre. A pesquisa mostra que, até julho, havia sido retirado das contas inativas montante equivalente a 2,7% do PIB do segundo trimestre. Essa pesquisa do Ibre/FGV sobre a movimentação dos saques do Fundo de Garantia e seu impacto mostra que cerca de 28% desses recursos foram gastos em consumo; 30% em aumento de poupança; 38% em quitação de dívidas; 4,5% em outros.

Em março, as pesquisas da GV apontavam que a maior parte dos recursos liberados pelo FGTS seria usada para abater dívidas e que apenas 9,6% iriam para o consumo – parte muito maior foi para consumo. Pois bem, se 28% desses recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foram para o consumo, é possível que o impacto direto sobre o consumo das famílias no segundo trimestre tenha sido de algo em torno de 0,7% do PIB, ou a metade do crescimento de 1,4% observado no trimestre.

Considerando que além dos efeitos diretos existam outros indiretos, é também possível que a liberalização do Fundo de Garantia tenha sido a principal força propulsora do PIB no segundo trimestre, já que foi pela via do consumo que a economia se expandiu nesse período. Esse efeito, por óbvio, não me parece sustentável – ou é sustentável, e eu gostaria que pudessem fazer uma abordagem sobre esse ponto. De resto, não há nada ocorrendo na economia brasileira que sugira crescimento sustentável a médio prazo, o que não quer dizer que não possamos e não estejamos na antessala de uma melhoria para 2018.

Ou seja, os indicativos que se tem até aqui são sinalizadores de um crescimento, ainda que tímido, inibido, mas sustentável, e isso pode turvar, isso pode, de certa forma, criar uma cortina de fumaça de que de novo estamos saindo do olho do furacão e que por isso podemos relaxar ou podemos nos acomodar com o necessário equilíbrio das contas públicas e a interrupção da trajetória da dívida bruta em relação ao Produto Interno Bruto, por todas as variáveis que foram apresentadas aqui.

Eu gostaria de uma avaliação sobre essa questão e sobre o impacto eventual desse estudo revelado pelo Ibre/FGV.

Obrigado, Sr. Presidente, mas obrigado mesmo aos nossos convidados pelas luzes e pela boa apresentação que todos fizeram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, meus caros convidados, de novo meus parabéns pelo desempenho. Parabéns pela ideia da convocação, e reitero, Sr. Presidente, que a Comissão elabore os textos das apresentações para serem entregues aos Senadores; fazer alguma coisa bem feita nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não tenha dúvida que a solicitação de V. Ex^a será atendida.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E bem feita a coisa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Bem, eu creio que nós temos dois fatores, que foram aqui apontados já, que são – entre aspas – "positivos" no contexto econômico brasileiro: inflação baixa – registre-se que é a primeira vez, em muitas décadas, que a inflação cai de verdade sem nenhum plano econômico por trás. Nós estamos com uma inflação mínima, para a experiência brasileira, sem que tenha havido nenhum plano de congelamento, alguma programação de preços, nada. Isso é algo muito positivo no Brasil de hoje. Eu creio que há um enfraquecimento – desculpe o primarismo da expressão – da mentalidade inflacionária. Isso é muito pouco notado, muito pouco sublinhado.

Por outro lado, não há nenhum tipo de desequilíbrio externo, embora boa parte daquilo que se chama investimentos externos não venha para ampliar a capacidade produtiva, mas venha por causa da arbitragem de juros – Nilson, eu acho que você sabe disso melhor do que ninguém, não é? Quer dizer, vale a pena trazer dinheiro para o Brasil *vis-à-vis* a remuneração que o dinheiro pode ter lá fora. Esse é um fator... Eu não diria que é negativo, mas não é motivo para comemoração. Mas, de todo modo, a situação externa é confortável. Não é uma peculiaridade do atual momento, mas também não é comum termos tido isso ao longo da história.

Terceiro: temos capacidade ociosa e lento crescimento nos anos anteriores, o que favorece um esquema de retomada do crescimento. Inflação baixa, desequilíbrio externo inexistente e capacidade ociosa são três bons fatores quando apontam para o futuro. O Fernando Coelho estava me perguntando, inclusive, o meu palpite político, digamos assim, em relação à economia daqui até as eleições: acho que não vamos ter perturbações maiores nem retrocessos. Eu trabalho com essa hipótese na política a partir da minha análise da economia. Estou deixando mais o enunciado, porque evidentemente isso demandaria uma outra exposição.

Agora, há um dado que é o mais preocupante daqueles em que eu dei uma olhada antes desta reunião e que se refere precisamente a algo que eu disse aqui ao nosso Senador Fernando Coelho, que é a queda recente, relativamente, da margem operacional de lucros das empresas. Uma pesquisa publicada no *Valor* com 339 empresas não financeiras de capital aberto mostra que a margem de lucro, tanto no conceito operacional como no conceito líquido, apresentou uma redução nada desprezível entre o primeiro e o segundo trimestre de 2017. Em números, a margem operacional do total das empresas pesquisadas caiu de 16,1% para 14,7% entre o primeiro e o segundo trimestre do ano, ao passo que a margem líquida caiu de 7% para 4,3%. E é interessante também na pesquisa, é curioso, que a redução das margens de lucro no setor de serviços foi maior do que no setor industrial, ao contrário do que poderia ser a expectativa. Não vou aqui apontar os números para não me estender demasiadamente, mas é um dado preocupante, porque a atividade de serviços tem mais a ver com o conjunto, com a operação do conjunto da economia.

Na verdade, talvez o que esteja acontecendo é que as empresas não estão conseguindo repassar – num contexto de recessão, de economia semiestagnada ou até de retrocesso recente – para os preços o aumento dos custos operacionais. E, no caso do setor industrial, temos ainda um crescimento dos salários que, curiosamente, vem acontecendo acima da produtividade –





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sem falar do quadro recessivo geral e, evidentemente, da taxa de câmbio sobrevalorizada, que permanece; não houve um ciclo de sobrevalorização, mas a taxa permanece sobrevalorizada.

Então, nós não estamos ainda, pelos números, observando aquele ciclo bondoso de retomada de crescimento, quando as empresas sempre têm demissões que não fizeram e sempre têm – entre aspas – "um excesso de pessoal" *vis-à-vis* o nível da produção, capacidade ociosa, e com poucos estímulos podem retomar a produção com lucros crescentes. Esses dados são contraditórios com isso, mas são dados referentes ao primeiro semestre, ou seja, é um mecanismo virtuoso que infelizmente não está acontecendo. Talvez tenha sido por isso que o Henrique Meirelles pediu recentemente aos evangélicos algumas orações. Não acho nada escandaloso porque, quando estou em campanha eleitoral e me reúno com evangélicos, também peço que orem pela minha votação. Isso faz parte dos nossos credos e dos nossos fluxos de otimismo.

Agora, olhando para frente, sem entrar em muito debate, o que eu vejo como algo muito difícil é o aumento de impostos. Não me refiro a cortes de fontes de evasão, dinheiro que sai pelo ladrão por algum motivo – suponho que no Nordeste também se use a palavra "ladrão" para se referir àquela que carrega água para a caixa d'água –, mas a perdas dessa natureza. Excluindo isso, que naturalmente deve ser combatido, não vejo muita margem para aumento de impostos. Aliás do ponto de vista macroeconômico, o aumento de imposto significa, tudo mais constante, queda da atividade econômica, exceto se o aumento da arrecadação se der por reativação da atividade econômica. Aí, é o caminho benigno, que é o que eu esperava que fosse acontecer. Na medida em que a produção vai sendo retomada, a tributação tende a crescer mais do que proporcionalmente.

Por outro lado, sobre a questão das renúncias, fora do Congresso, é fácil falar. Mesmo nas reuniões nós podemos falar, mas, na prática, é uma barreira infinita a questão de cortar renúncias, talvez seja a coisa mais difícil que exista. É mais fácil, Nilson, aumentar imposto do que eliminar renúncia, porque a defesa de interesses, de compromissos, de regiões e de setores é muito mais árdua, é muito mais forte do que a do contribuinte médio em geral. Nesse sentido, infelizmente, o caminho para cortes de renúncias, eu diria, é estreito, muito pequeno, o raio de manobra da equipe da Fazenda é realmente estreito nessa matéria.

Eu lembraria também que 51% – um dado que eu vi em alguns dos trabalhos –, 51% das despesas de custeio são incompressíveis, incompressíveis.

No seu texto, num de vocês três... Qual é o dado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Põe no microfone.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Dos R\$119 bi deste ano, mais ou menos R\$70 bi são incompressíveis, pouco mais da metade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É incompressível, não tem como... Inclusive, despesas que eu mesmo criei, algumas delas, como o seguro-desemprego, você não tem como não honrar.

Então, o trabalho é muito difícil, e o panorama, meu caro Senador Garibaldi, não é otimista, mas eu não creio que, em função dessa quase mediocridade, mas com a economia





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

num rumo positivo, as coisas se alterem muito daqui para o ano que vem. Não vejo, no horizonte...

Acontecia isso nas épocas de superinflação – tivemos muitos surtos de superinflação –, mas não vejo no atual contexto, graças à situação externa e à inflação baixa, não vejo essa possibilidade. Também, evidentemente, está excluída a hipótese de loucuras do ponto de vista da área econômica. Pode ser que não façam tudo o que a gente quer, mas certamente não farão loucuras. Há uma margem de garantia de sensatez, de conhecimento do quadro econômico, bastante boa. Então, não creio que o Governo também seja incentivado a se meter em alguma aventura. Além do mais, as aventuras eram próprias da superinflação, algo que, graças a Deus, nós já vencemos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Após as indagações...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quero registrar que o Senador Eunício já foi para o plenário e que nós podemos, a qualquer momento...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – O painel já está aberto.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O painel já está aberto? Pode ter votação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Já está havendo.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Está havendo uma votação nominal, mas nesse caso...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu vou ter que ir lá senão fico com falta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Ex^a prefere ouvir logo a sua resposta? Eu acho que vai dar tempo. Eu sou um homem de boa-fé e vai dar tempo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se eles puserem falta, eu digo que V. Ex^a me disse que não poriam falta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao palestrante de hoje, o Dr. Mansueto de Almeida.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Me perdoe, mas há um ponto ficou pendente: é a questão do teto dos gastos. Isso, Mansueto, não está funcionando. Não é porque é ruim, mas, quando vemos crescer 10% a folha de salário num ano, você vai tendo a ideia... A sensação que se tem, desde o Legislativo, é que não há a tal barreira. É a sensação que se tem acompanhando o trabalho legislativo, as aprovações, os votos no dia a dia. Não que não funcione porque não seja bom, mas politicamente é muito difícil.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Quero agradecer os comentários, as observações muito interessantes de todos os Senadores, do Senador Serra, do Senador Ferraço, do Senador Fernando Bezerra e do Senador Armando Monteiro. Tento responder rapidamente, mas não necessariamente na mesma ordem.

De fato, o FGTS, pela análise do Ibre, ajudou o crescimento do PIB no segundo trimestre, mas o mesmo Ibre revisou a projeção de crescimento para o ano, o que mostra que não foi só um efeito temporário. O Ibre estimava que neste ano o PIB cresceria 0,3% e, agora, o próprio Ibre estima 0,7%. Dado que a gente saiu de uma recessão muito forte...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vale a pena lembrar que a última vez que o Brasil teve dois anos seguidos de queda de PIB foi em 1930 e em 1931. Nem mesmo na chamada década perdida, que foi a década de 80, o Brasil teve dois anos seguidos de queda de PIB. Então, o que aconteceu neste País foi uma recessão muito forte e, digo mais, uma recessão cuja magnitude ninguém esperava. Quer dizer, nenhum economista, por mais brilhante que fosse, conseguiu prever uma recessão tão forte. Então, foi, de fato, uma recessão muito forte, mas a gente está crescendo, tem o potencial de crescer 0,7% este ano, e, no próximo ano, algo entre 2% e 3%, o que já é algo extremamente positivo.

Então, parte do que o Ibre mostrou, de fato, tem efeito temporário? Tem, mas o próprio Ibre reconhece que isso mudou a expectativa de crescimento do ano.

Há outra coisa interessante nesses debates nossos sobre crescimento e sobre restrições ao crescimento, e eu vou citar um economista que eu admiro muito – o Senador Serra também o admira, eu sei –, que é Albert Hirschman. Se você perguntar para um economista o que um país precisa fazer...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Foi meu mestre.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Foi mestre do senhor, mas Albert Hirschman tem muito pouco da forma de o Senador Serra olhar a economia.

Se você perguntar a um economista o que um país precisa fazer para crescer, o economista vai dar uma lista tão grande que vai ser muito difícil você crescer. Se você tivesse chamado um economista no final dos anos 70 para a China e tivesse perguntado o que o país precisava fazer para crescer, alguém teria respondido: "Tem que fazer a privatização de tudo, mas, com privatização, vai haver desemprego e você vai ter que liberar imediatamente o seguro-desemprego; vai ter que criar uma reforma da previdência..." Então, seria uma lista tão grande que simplesmente iria levar ao imobilismo. Na verdade, quando a gente olha a história, vê que os países crescem lidando com restrições. Quando um governo sofre uma restrição, aquela restrição deixa de ser importante, modifica a dinâmica, e o governo passa a lidar com outras restrições.

Em termos de política pública do Brasil, há diversos casos.

A gente colocou uma saúde universal e gratuita na Constituição de 1988. A gente levou uma década para fazer as normas, e o Senador Serra, como Ministro de Saúde, garantiu o financiamento que não havia. A constituição da saúde pública universal e gratuita no Brasil vem de 1988, mas o *funding* para isso a gente levou mais de uma década para definir, quando o Senador era Ministro da Saúde. Além disso, quer dizer, além de definir o *funding*, a gente tinha problemas com preços de medicamentos. A gente fez uma coisa ousada também, no início dos anos 2000 – com o Senador como Ministro da Saúde –, que foram os genéricos, que, inclusive, é caso de estudo internacional. Esse tipo de atitude, quer dizer, de a gente pensar fora da caixa, eu acho que é algo que a gente vai ter que fazer neste País.

O Senador Ricardo Ferraço fez uma provocação porque eu não falei muito da agenda micro. Eu acho que essa agenda está andando muito bem, graças, inclusive, ao Congresso Nacional e aos senhores, que têm provocado...

O que aconteceu nos últimos dois anos no setor de petróleo e gás foi uma revolução que começou, inclusive, aqui, quando o Senador José Serra acabou com a obrigatoriedade de a Petrobras ser investidora em todos os campos do pré-sal, que era algo que não interessava à





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras. Depois você colocou como presidente da Petrobras um excelente gestor, uma pessoa com uma vasta experiência no setor público e privado, que é Pedro Parente. O Governo reduziu o conteúdo local. Ainda há conteúdo local, o conteúdo local agora é agregado, mas não faria sentido ter um conteúdo local tão alto, que chegava a ser 80%, para insumos individuais. Isso travou o crescimento e, desde a quebra do monopólio de petróleo do Brasil em 1997... De 1997 a 2008, o Brasil teve leilões de petróleo todos os anos; de 2008 a 2013, o Brasil não teve nenhum leilão de petróleo. Parte do baixo crescimento de hoje é culpa do governo anterior, que parou o leilão de petróleo – não fazia o mínimo sentido. Agora, o Brasil voltará a ter leilões anuais de petróleo; renovou o Repetro, que é um regime especial de tributação para o setor; incluiu bens de capitais produzidos no Brasil na regra do Repetro, o que é positivo para a indústria doméstica; e, novamente, uma empresa, que é a Petrobras, foi saneada – já reduziu fortemente o endividamento e tem liberdade de fixação de preço.

Esse tipo de mudança vai impactar positivamente o investimento no setor de petróleo e, novamente: essa mudança começou aqui, neste Congresso, com o Senador Serra contestando a visão superficial de que obrigar a Petrobras a fazer todos os investimentos no pré-sal seria algo positivo, quando, na verdade, não interessava à própria Petrobras. A Petrobras hoje tem o direito de escolher no que ela quer investir.

Está ocorrendo uma verdadeira revolução também no setor elétrico. O Brasil fez investimentos bilionários no setor de distribuição.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É uma revolução pouco notada, pouco enfatizada pelo próprio Governo, por incrível que pareça.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Exatamente.

O Governo fez investimentos nas distribuidoras do Norte e do Nordeste, mais de R\$20 bilhões, e há um problema seriíssimo em algumas dessas distribuidoras, inclusive de patrimônio negativo. Houve uma renovação da concessão temporária e, agora, o Governo vai privatizar essas distribuidoras sem colocar absolutamente nada de arrecadação – vai ser a menor tarifa. Isso vai ser bom para as distribuidoras e vai ser bom para a própria companhia Eletrobras.

Então, o que está ocorrendo na agenda micro...

Fora isso, reforma trabalhista. O papel do Senador Ricardo Ferraço, um Senador que, ao mesmo tempo em que criticava o Governo, era o Senador que mais defendia a reforma trabalhista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Criticava, não: eu critico ainda.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Critica ainda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não critico a equipe econômica, mas o Governo eu critico muito.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Mas foi um Senador que defendeu arduamente a reforma trabalhista, mostrando os seus benefícios, acabando com mitos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A TLP também.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – A TLP também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Contra a orientação do Senador Serra, porque eu me rebelei.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – A questão da reforma trabalhista, outra reforma importantíssima para a qual se precisa de coragem. Muita gente acha que o contrato temporário é algo ruim, mas é algo muito bom. O eletricitista pode fazer um acordo com três, quatro, cinco, oito, dez empresas e, quando a empresa o chamar para trabalhar na sexta, ele pode falar: "Não, sexta eu não posso, porque, na sexta-feira eu já me comprometi com outra empresa." Você dá segurança jurídica para o trabalhador temporário.

Então, o conjunto de reformas que o Governo tem feito na área micro, com a ajuda do Congresso, é algo significativo. Agora, não vamos cultivar mitos, mudanças são difíceis. Quem passou por governo... Vários dos Srs. Senadores, de V. Ex^{as}, sabem muito bem que, para muitas das coisas que o País precisa fazer, é necessário até um debate repetitivo, e isso é gradual.

Abertura comercial. Absolutamente todo mundo é a favor de abertura comercial, mas eu me lembro de o Senador Serra me ensinando em um debate que a gente teve com representantes de Portugal: "Olhe para a política da União Europeia: você tem várias políticas protecionistas." Então, querem que o Brasil avance na abertura comercial – e o Brasil tem que avançar na abertura comercial –, mas esse é um processo gradual que exige negociação. Sente na cadeira de qualquer ministro de relações exteriores que ele vai mostrar casos concretos de protecionismo em outros países. Vários países gostam de defender a abertura comercial, mas, muitas vezes, adotam medidas protecionistas. Então, todos concordam que não é algo que pode ser feito em um ano, dois anos ou três anos, de maneira alguma.

Reforma da previdência: todos são a favor, a maioria das pessoas. A gente está hoje em um Brasil em que, há três anos, com exceção de poucos políticos, era difícil falar em reforma da previdência, não se aceitava debate sobre reforma da previdência. Hoje, eu falei para vocês, para os senhores e para V. Ex^{as} aqui, e falei de forma muito clara para uma pessoa do Governo, o seguinte: não há como cumprir a PEC do Teto sem uma reforma da previdência. Você teria que reduzir todos os gastos públicos que não são relativos à previdência em uma magnitude que é simplesmente impossível. Seria um corte, até 2026, na casa de 60% a 70% de tudo que não é previdência. É impossível e, mesmo com a reforma da previdência, nós teremos outros desafios. A PEC do Teto está nos forçando a encarar essa realidade.

Gasto com pessoal. Justamente pelo fato de a queda da inflação ter sido tão rápida e se ter exagerado um pouco no aumento de gasto com pessoal, o Governo passou para algo até mais radical, que é uma mudança na estrutura do serviço público federal do Executivo. Vamos lembrar que não se está mexendo nas carreiras do Legislativo nem do Judiciário, porque não pode. Só que, daqui a alguns poucos anos, o Judiciário vai atingir o limite da PEC do Teto no que diz respeito a gasto com pessoal e terá que se ajustar.

A PEC do Teto vai nos forçar a debater qual o país que nós queremos e qual deverá ser o tamanho do setor público. É um debate difícil, porque, novamente, há muitos consensos no Brasil que eu considero falsos consensos, porque, quando você começa a detalhar as medidas, aquele consenso vai embora. E um deles é justamente o que o Senador Serra lembrou: reduzir as perdas de receita de desoneração tributária. Você olha os primeiros quatro itens: Simples, Zona Franca de Manaus, desoneração da folha – esse a gente propôs ao Congresso rever – e desoneração da cesta básica. Há consenso para, por exemplo, mudar a Zona Franca de Manaus? Nenhum.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILSON TEIXEIRA (*Fora do microfone.*) – Entidades sem fins lucrativos.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – É, mas eu falei só os quatro primeiros.

A gente mandou agora para o Congresso uma medida – que eu esperaria que tivesse sido mandada para este Congresso sob um governo de esquerda –, que foi a tributação de fundo exclusivo. É um absurdo ter passado tanto tempo para se fazer essa correção na tributação de fundo exclusivo, os próprios banqueiros falavam que era um absurdo.

Há muito mais coisas a fazer. Falou-se do medo da "pejotização". No Brasil você tem uma estrutura tributária que é absolutamente maluca. O que você paga de carga tributária, não o que...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Já mandaram para o Congresso?

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Acho que sim, ou então já foi anunciado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Foi mandado não.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Não? Então deve estar sendo mandado.

Outro ponto importante: o que se paga de carga tributária no Brasil não depende do que você ganha, depende do regime de tributação a que se está sujeito. Isso vale tanto para empresas como para pessoas físicas.

No caso de empresas, novamente: vários Senadores lutaram para acabar com a guerra fiscal, e foi uma luta difícil. Vários Senadores que estão aqui têm explicado, têm tentado explicar como a guerra fiscal no Brasil é ruim para todos os Estados, mas é um debate muito difícil. Eu me lembro de o Senador Serra tentar explicar essa questão há muito tempo, três ou quatro anos atrás, ou mais do que isso, ao próprio PSDB.

Está melhorando. Quer dizer, se não se estão conseguindo, como sociedade, os projetos melhores, a gente está avançando na direção correta, mas ainda há muita coisa a fazer. De fato, é tanta coisa... Mas, novamente: a agenda micro está andando; reforma da previdência: a gente vai precisar de muito mais debate para ver o que é consensual, para tocar essa agenda. Agora, do que eu tenho absoluta convicção é que não dá mais para voltar atrás.

A reforma da previdência terá que ocorrer, porque é uma necessidade aritmética. Eu mostrei os dados aqui – não é questão ideológica –, o Brasil já gasta muito com previdência. Ele gastou, no ano passado, 13% do PIB, e o problema maior não é nem funcionário público federal, porque a tendência de funcionário público federal é de cair, porque já acabou a paridade entre ativo e inativo desde 2003 e, desde 2013, com o Funpresp, você já tem o teto para a aposentadoria de funcionário público federal – para ele ganhar mais, tem que fazer uma previdência complementar.

Mas o problema maior da previdência de servidores públicos está nos Estados, nos Estados e nos Municípios. Nos Estados, dois terços dos funcionários são professores e policiais, e é regime especial. Então, se nós não fizermos reforma da previdência incluindo servidor público, quem mais vai sofrer com isso são os Estados.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Nos Estados e Municípios você tem a aposentadoria integral com 40 anos de idade.

O SR. MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR – Exato.

O Regime Geral de Previdência Social, de fato, tem que passar por uma reforma. Quando a gente vê a trajetória de envelhecimento da população brasileira... Mais uma vez: nos próximos 30, 40, 50 anos, nós teremos um Brasil que nós não conhecemos, porque o Brasil, nos últimos 70 anos, foi um país jovem. Este país será, em estrutura demográfica, o Japão daqui a 40 anos. Então, a necessidade de uma reforma da previdência é urgente. Se este Governo não a conseguir – eu espero que este Governo consiga fazê-la –, o próximo governo terá que fazer isso logo no início de seu mandato, mas a gente não vai escapar de uma reforma da previdência.

Há pouca discordância entre meu amigo Felipe e meu amigo Nilson Teixeira. Talvez meu amigo Nilson Teixeira seja um pouco mais otimista com a velocidade das mudanças – enfim, descontando a restrição política –, mas as nossas trajetórias de dívida pública... A minha trajetória – que eu mostrei – pressupõe a economia crescendo entre 2,6% e 3% ao ano, um juro real na casa de 4,5% e, ainda, com pré-pagamento do BNDES ao Tesouro – a gente ainda não sabe se de fato vai ocorrer ou não, depende da capacidade do BNDES; está sendo analisado pelo BNDES como isso deve ser.

Então, aquele meu cenário de dívida pode ser melhor, pode ser aquilo ou pode ser até pior. O que vai definir isso não é uma projeção que alguém desta Mesa fará, o que vai definir isso é a decisão deste Congresso junto com o Governo e com a sociedade. Novamente: o próximo governo terá que ser um governo reformista. Um governo reformista que nos leve a mais crescimento é a única forma de a gente atender os anseios da população. Nós precisaremos tomar decisão.

Nos últimos anos, tomamos decisões equivocadas. O maior exemplo desta cidade... Basta pegar um carro e dirigir dez minutos para passar por aquele estádio de Brasília, um estádio que custou quase R\$2 bilhões em que simplesmente não acontecem jogos de futebol e que tem um custo de manutenção altíssimo. Se tivessem pegado esses R\$2 bilhões, constituído um fundo e usado o rendimento para investir em ciência e tecnologia, por exemplo, daria para mais do que duplicar, *ad infinitum*, a verba de pesquisa do ITA, que é em torno de R\$40 milhões por ano.

Nós fizemos muitos erros, nós fizemos políticas equivocadas, pioramos incentivos, complicamos setores que vinham muito bem, como o setor de petróleo, gás e energia. Agora nós estamos num período de correção, mas o crescimento está vindo gradualmente. Há o problema do lucro das empresas, para o qual o Senador alertou, mas esse crescimento está começando a vir.

A queda tão forte da inflação e tão rápida... No final do ano passado, os bancos esperavam que a inflação neste ano fosse entre 5,5% a 6%, mas eles esperam hoje que a inflação seja de 3%. Uma queda tão rápida da inflação se refletiu no aumento da renda real dos trabalhadores. A queda tão forte dos preços dos alimentos se refletiu no aumento do consumo de alimentos pelos trabalhadores mais ou menos há cerca de 3 meses. O empréstimo para pessoa física já começou a aumentar; o empréstimo para pessoa jurídica é que ainda não reagiu, pessoa física já reagiu.

Quando a gente olha para frente, dá para ser otimista. Agora, quanto a esse otimismo, para não cair no alerta que o Senador Ferraço fez, será que nós podemos partir do pressuposto





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de que tudo está feito e que nós podemos relaxar? De maneira alguma, de maneira alguma! Se nós não continuarmos com o ciclo de reformas e com a agenda micro, qualquer turbulência no mercado externo ou qualquer sinal de retrocesso pode nos levar de novo a uma situação econômica muito ruim.

Então, novamente – eu já falei na minha apresentação e vou destacar –, o Brasil ganhou uma janela de oportunidades. A situação externa está muito favorável, e nós temos a possibilidade de continuar o ajuste com juros muito baixos. O mercado, hoje, precifica juros de um dígito até 2025! Pelos próximos nove anos, o mercado financeiro – não o Governo – precifica juros no Brasil de um dígito, e inflação, até 2020, em torno de 4%. Nós temos a chance de continuar a agenda de reformas com juros muito baixos e mais crescimento, mas precisamos fazer o dever de casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço o brilhantismo do Dr. Mansueto de Almeida e os seus esclarecimentos.

Concedo a palavra ao Dr. Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – O Senador Armando Monteiro, o Senador Bezerra, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador José Serra colocaram vários pontos que poderíamos explorar por bastante tempo. Por exemplo, o Senador Armando Monteiro falou na elasticidade receita/PIB, que é essencial para fazer as projeções de receita, de resultado primário e dívida.

O que a gente observa, nos últimos anos, é que a elasticidade, que era de 1,5% 1,6% no período em que a gente estava crescendo 4%, 4,5%, caiu agora para 0,7%. Quer dizer, isso é um golpe no coração do ajuste fiscal, porque o PIB cresce, mas a receita demora a reagir. Você precisa de vários períodos subsequentes para esse efeito inicial fazer a elasticidade ficar...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Felipe, valeria a pena, inclusive, conversar com o Secretário da Receita e fazer uma análise para entender – viu, Mansueto? – o que está acontecendo, porque o contrário é que seria o previsível. Em geral, é o contrário: quando começa a recuperação, a receita tende a crescer mais do que a própria produção. Então, seria interessante entender...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Explorar, não é?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... por dentro o que está ocorrendo nessa área.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É uma boa sugestão.

Agora, o fato é que, nas projeções, o que a gente considera? Para ser conservador, consideramos uma elasticidade igual a 1%, e isso leva àquelas projeções de primário que mostramos. A reversão de déficit para superávit acontece em 2023, 2024, mas é uma questão que a gente precisa explorar mais, como sugerem o Senador Serra e o Senador Monteiro.

Sobre a questão dos Estados, que o Senador Monteiro propôs, o que fazer? Parece-me que há uma agenda, como o Mansueto comentou, de saneamento. Você precisa ter mudanças no gasto com o pessoal e no gasto com previdência. Deve-se aumentar a alíquota previdenciária talvez não para 14%, mas para mais do que isso. Há Estados que a gente começou a analisar especificamente que precisariam de 20% a 23% de alíquota previdenciária. Agora, como fazer isso?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Permita-me?





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mansueto, eu creio que foi um grande equívoco o Governo ter excluído os Estados do projeto da reforma da previdência, deixando para cada um fazer, na véspera de um ano eleitoral. Como o assunto acabou não andando nem na esfera federal, eu acharia melhor retomar a ideia de fazer mudança para o Brasil inteiro através de emenda constitucional, e não deixar para cada Estado. Tenho certeza de que o Senador Garibaldi, que conhece tanto quanto ou mais do que eu a dinâmica das políticas estaduais e municipais, concorda comigo: é mais fácil vir de cima do que fazer de dentro.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – E um outro ponto que a gente pode colocar nessa discussão é a questão de uma nova rodada de renegociação, porque, assim como em 1997, há 20 anos, houve uma rodada de renegociação que permitiu fazer um ajuste... Nós passamos de uma média de dívida de 150, no grosso dos Estados, para menos de 100 – agora é que ela está começando a aumentar de novo. Então, um acordo nessas bases talvez pudesse ser uma... Talvez a crise seja uma oportunidade para levar isso adiante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Felipe, uma interrupção muito rápida para sinalizar isso que o Senador Serra disse aqui.

O meu Estado é um Estado superequilibrado. Ainda assim, em 2016, nós tivemos um déficit previdenciário da ordem de R\$1,7 bilhão. Em contrapartida, o Estado investiu em todas as áreas, com recurso próprio, em todos os Municípios, R\$200 milhões. Este ano já teremos um déficit calculado de R\$1,7 bilhão a R\$1,9 bilhão. Isso, nos Estados, é uma tragédia anunciada – e no meu Estado a situação é bastante equilibrada.

Desculpe a interrupção.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Não, isso é importante.

Também o ponto de que aumentar as transferências, por exemplo, poderia resolver não é um caminho. Por quê? O que a gente observa historicamente é que os aumentos, os incrementos no FPE e no FPM não se traduzem em políticas públicas melhores ou mesmo em aumento da renda *per capita* local. Acaba havendo uma apropriação em salários, coisas do tipo, e por várias razões: você precisa ter uma qualificação melhor da burocracia local, projetos de investimento, toda essa agenda precisa avançar.

O ponto do Senador Ricardo Ferraço sobre o FGTS. O nosso número é que o impacto é de 0,4% no ano todo – é um pouco menos otimista do que o número que o senhor mencionou, do estudo do Ibre –, é 0,4% no crescimento do PIB projetado para o ano todo – o número do Ibre é 0,7%, não é? Isso está considerado na nossa conta de 0,5%, que é o crescimento previsto para o ano, e nós impusemos um viés de alta depois do resultado do segundo trimestre, porque isso já estava na conta. Então, quer dizer, a surpresa do segundo tri não se deve a essa questão, já estava na nossa conta isso. O fato de ter vindo maior implica que provavelmente o PIB vai crescer mais do que se previa, tudo mais constante, que era 0,5%. Claro que, no impacto na arrecadação, há toda essa discussão da elasticidade e tudo o mais, mas pode já aparecer nas projeções deste ano e do próximo.

Finalmente, o Senador José Serra coloca uma discussão maior do que a do crescimento econômico. Quer dizer, claro que a agenda microeconômica, e o Nilson estimou isso com detalhe, mostrou aqui o efeito de cada uma das agendas, e há outras... A agenda macro ainda é um desafio para o Brasil, porque você tem um desajuste fiscal tremendo e um desalinhamento das principais variáveis macro. O diferencial de juros interno/externo – e isso tem a ver com o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

perfil da dívida pública, a questão das operações compromissadas, em que não daria para a gente entrar tanto agora – é veneno na veia do setor produtivo industrial exportador, porque ele gera uma tendência estrutural à sobreapreciação. Há rios de tinta escritos sobre isso, com evidência empírica e tudo mais.

Como se resolve isso? A consolidação fiscal é uma das coisas importantes, porque ela permite reduzir o juro interno sistematicamente, aproximando o juro interno do juro externo e garantindo que talvez, a médio prazo, a gente possa ter uma conjunção melhor dessas variáveis.

Do ponto de vista geral, o que a gente percebe, pela colocação de V. Ex^{as}, é que, de fato, nós temos um quadro muito duro, porque os números são difíceis, mostram a complexidade do ajuste e, ainda, há a questão política. Quer dizer, todas as saídas que se pensam, como o Mansueto colocou, dependem do Congresso Nacional e do convencimento. Quer dizer, é preciso mostrar com clareza, e nesse sentido nós, da Instituição Fiscal Independente, estamos dando uma gota de contribuição para tentar ajudar a ampliar esse debate, mostrar os números.

Também de minha parte foi bastante positivo. Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. Felipe Salto os esclarecimentos, a objetividade, a forma como conduziu os temas.

Agora, encerrando as atividades...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nilson, você falou de abertura comercial. Você tem que explicar por que nós não podemos exportar chocolate para a Suíça. (Risos.)

Estou brincando, mas a Suíça tem suas barreiras também, não é?

O SR. NILSON TEIXEIRA – Tem. Eles têm.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dr. Nilson Teixeira com a palavra.

O SR. NILSON TEIXEIRA – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

Antes de mais nada, agradeço as palavras extremamente gentis do Senador Armando Monteiro, do Senador Ricardo Ferraço, do Senador José Serra, do Senador Fernando Bezerra.

Eu diria, tentando ser bastante breve: o nosso diagnóstico é que a crise fiscal, a situação de desequilíbrio fiscal, é insustentável. O que nós percebemos, como o Secretário Mansueto Almeida mencionou, é que está, sim, havendo uma retomada do crescimento e, como ele bem colocou, até um pouco maior do que se imaginava, muito embora a capacidade dos economistas de prever um ano antes é baixa e, consequentemente, um erro de 0,3 ou 0,4 ponto percentual em um ano é quase um acerto. Mas, embora esteja começando a haver esse crescimento até mais forte, esse crescimento não é sustentável se não houver uma reversão desse desequilíbrio, como bem colocou o Senador Ricardo Ferraço.

Então, dado o nosso diagnóstico, quando nós vemos as alternativas, eu entendo perfeitamente o Governo, essa proposta de se fazer, dadas as restrições, um ajuste gradual, mas isso não é suficiente, porque não há tempo de fazer um ajuste dessa forma. Por quê? Basta ver a proposta do Governo de reforma da previdência social. Mesmo assim, para cumprir a Emenda Constitucional 95, seriam necessários cortes de gastos bastante profundos. Dado que a proposta do Governo já foi de alguma forma diluída, e tudo indica que a diluição será ainda maior, o cumprimento dessa emenda constitucional... Os nossos números nós mostramos aqui, o próprio Secretário e o Diretor da Instituição Fiscal Independente – por sinal não é só uma gota, tem um papel muito importante a Instituição Fiscal Independente. Precisa de muito mais. Eu ouço o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador José Serra, com a experiência que ele tem, dizer: "Olha, Nilson, aumento de impostos é muito difícil aqui; reduzir renúncias fiscais – essas renúncias fiscais, renúncias tributárias – é até mais difícil, em alguns casos, do que aumentar imposto." E cortar gastos públicos...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu não estou dando a minha preferência, eu estou relatando a experiência, é uma observação.

O SR. NILSON TEIXEIRA – A experiência do senhor, e outros Senadores também me ensinam isso, a dificuldade. E a dificuldade também de cortar gastos: isso também parece muito difícil aqui.

O Governo, a equipe do Ministro Meirelles, da qual faz parte, certamente, o Secretário Mansueto, tem feito um trabalho louvável em cortar os gastos onde há margem, como o Felipe mostrou. Mas é insuficiente. Então, quando eu vejo que tudo isso é difícil, volto ao argumento do Senador Ricardo Ferraço: esse crescimento não será sustentável. E, aí, é o que o Secretário disse – e o Felipe certamente concorda, assim como eu –, a política está colada na economia, e é fundamental que o Congresso, juntamente com o Governo, promovam esses ajustes.

Quando eu defendi o ajuste mais profundo e até o aumento de impostos, foi por conta do diagnóstico.

O Senador Fernando Bezerra disse que é preciso fazer mais, que é preciso fazer... E, de fato, essa é a nossa conclusão e também parece ser a conclusão da equipe econômica. Não há alternativa. A alternativa é um cenário muito desfavorável. E, aí, no momento, também não há o aumento da inflação, uma elevação da inflação, mas as alternativas a não promover o reequilíbrio fiscal terminarão em consequências que são nefastas, e o Brasil já passou por isso há muito tempo. Eu lembro só que a década de 80 ficou conhecida como década perdida, mas, talvez, o nome não seja tão correto, porque esta década atual é ainda mais perdida que a década de 80.

Então, o Brasil precisa, para chegar até o objetivo que a equipe econômica tem, de fazer esses ajustes – e são ajustes profundos, não são ajustes simples, são ajustes dolorosos –, de um trabalho difícil para os Senadores e para a Câmara dos Deputados certamente.

Eu termino agradecendo, mais uma vez, por esta oportunidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E, muito rapidamente, Sr. Presidente, eu acho que isso está no GPS de todos nós: para além de tudo que falamos aqui, há uma questão definitiva, que é o *deadline* 2018, a escolha que os brasileiros farão em relação a quem nos liderará na continuidade, na manutenção e no aprofundamento disso que estamos discutindo aqui. Isso me parece decisivo para aquilo que o Brasil quer ser ou que optará por não ser.

Então, 2018 é também um quebra-molas, um *deadline* central, porque não estamos afastados de uma hipótese de governos populistas, assistencialistas, que queiram imaginar fazer aquilo que já foi tentado, ou seja, convencer a população de que dinheiro nasce em árvore, e não há coisa desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradecendo a todos por este magnífico debate e levando em consideração, claro, a sugestão do Ministro Serra de editá-lo, eu encerro agradecendo a todos. Foram quase três horas de debate.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só um pequeno comentário sobre a questão do aumento de impostos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tudo mais constante, aumento de imposto gera queda de receita ou não aumento da receita na proporção que se pretende, porque compromete a atividade econômica. Isso considerando tudo mais constante. Não é que... Isso tudo tem uma dinâmica etc. E está longe de ser uma saída; pelo contrário, seria um aprofundamento do impasse.

Quanto aos anos 80, você tem razão, mas eu só lembro uma coisa: foi nos anos 80 que aconteceu o veneno da cobra, a superinflação, que nos custou décadas. E hoje nós estamos livres disso. Não acredito que isso esteja no horizonte, embora as questões fiscais futuras possam conspirar nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 38 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (28ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (37ª REUNIÃO), EM 26 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Hélio José, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dalirio Beber, Roberto Requião, Cristovam Buarque, Dário Berger, Lídice da Mata, José Medeiros, Garibaldi Alves Filho e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Rocha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 41/2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Fernando Bezerra Coelho, do Senador Jorge Viana e do Senador Hélio José, e RQE 127/2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. **Finalidade:** Debater acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras. **Participante:** Fernando Coelho Filho, Ministro de Estado de Minas e Energia. Fazem uso da palavra as Senadoras Vanessa Grazziotin, Kátia Abreu, Regina Souza e Ângela Portela e os Senadores Jorge Viana, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz e Renan Calheiros. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/26>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Fernando Bezerra Coelho e Armando Monteiro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, José Pimentel, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, José Medeiros, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Dário Berger, Vicentinho Alves e Lasier Martins. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra, José Agripino, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Telmário Mota e Lúcia Vânia. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 37ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQE 7/2017, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e RQE 10/2017, de autoria do Senador Armando Monteiro. **Finalidade:** Identificar os principais obstáculos que compõem o chamado “Custo Brasil” e oferecer soluções que “facilitem a atividade empreendedora e empresarial no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda” (Grupo de trabalho de reformas microeconômicas). **Participantes:** João Manoel Pinho de Mello, Chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda; Zabetta Macarini, Diretora Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados - GETAP; Renato Agostinho da Silva, Secretário de Comércio Exterior Substituto do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. José Augusto Coelho, Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria - CNI. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Armando Monteiro

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador Fernando Bezerra Coelho

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/27>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Fernando Bezerra Coelho, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, José Medeiros, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, José Serra, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 38ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 958-GP/TCU-Plenário, de 27 de setembro de 2017, cópia do Acórdão nº 2021/2017 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), que trata de solicitação do Congresso Nacional decorrente do Ofício nº 86/2016/CAE/SF, de 16/08/2016, relativo ao requerimento nº 20/2016-CAE, de iniciativa do Senadores Ricardo Ferraço e José Aníbal. Carta PRESI nº 410-SEBRAE, de 20 de setembro de 2017, referente a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Esclarecimento às informações apresentadas pelo Sen. Ataídes Oliveira (PSDB/TO), no que diz respeito ao SEBRAE. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Também comunica a abertura do prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 20/2017-CN e propõe o prazo de apresentação, do dia 03 de outubro com encerramento no dia 10 de outubro de 2017, nomeando para relator o senador Armando Monteiro e fixando a data da reunião para o dia 11 de outubro pela manhã. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor de até trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio grande do Sul, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II – PDI II". **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** O Presidente designa relator "ad hoc" o senador Paulo Paim. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 19). **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Solicita autorização





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para contratar operação de crédito externo no valor de até sessenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Fortaleza, Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento da Inclusão Social e Redes de Atenção – PROREDES Fortaleza". **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 20). **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009 - Terminativo** - que: "Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 03-CAE (substitutivo), por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 03-CAE (substitutivo), por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, de 2011 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. Após lido o relatório, fez uso da palavra o Senador Armando Monteiro. **Resultado:** O relator, Senador José Pimentel, apresenta relatório reformulado pela aprovação do projeto com uma emenda. A comissão aprova o projeto e a emenda nº 1 CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2012 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2012 - Terminativo** - que: "Dá nova redação ao art. 15-A e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acrescenta-se § 2º ao art. 34, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para dispor sobre a fixação dos juros compensatórios devidos em decorrência das desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, bem como dispor sobre a indenização de área não registrada nas desapropriações por utilidade pública."

Autoria: Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CRA. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame.

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:**

Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão "Minha Casa Melhor"." **Autoria:** Senador Romero Jucá.

Relatoria: Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados."

Autoria: Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 07-CAE (substitutivo), por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015 - Terminativo** - que: "Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências."

Autoria: Senador José Agripino e outros. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. Leitura do relatório feita pela Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. Após lido o relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Cristovam Buarque, Otto Alencar e Kátia Abreu. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e a emenda nº 1 – CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para exigir que os títulos de capitalização passem a ser comercializados com mais transparência."

Autoria: Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e a emenda nº 1 – CAE, por 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. De acordo com o Art. 51. do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem apenas voto de desempate nas votações ostensivas, contando-se, porém, a sua presença para efeito de quórum. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2010 - Não Terminativo** - que: "Altera a redação dos arts. 59 e 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, revoga os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, e dá outras providências. (Alterações no sistema de votação da urna eletrônica para permitir o registro e conferência de votos, resguardado seu sigilo; reintrodução do voto impresso; permissão para o voto em trânsito; cadastramento biométrico de eleitores pela Justiça Eleitoral.)" **Autoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer critérios de contabilização orçamentária e financeira que impeçam o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas de exercícios seguintes, bem como para restaurar a real natureza de inscrição em Restos a Pagar." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto com nove emendas apresentadas. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 4-PLEN, na forma da subemenda que apresenta, e favorável à Emenda nº 5-PLEN. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à emenda nº 4-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CAE e à emenda nº 5-PLEN. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço (*Ad hoc*), substituiu Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** O Presidente designa relator "ad hoc" o senador Ricardo Ferraço. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - OFÍCIO "S" Nº 23, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Informa sobre os novos procedimentos para o encaminhamento de pleitos referentes ao Sistema de Gerenciamento Integrado/SIGS e ao módulo PRJ, a partir de 31 de outubro de 2014." **Autoria:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 144 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeiro urgência para a Mensagem nº 60, de 2017, que "Solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor de até trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio grande do Sul, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II – PDI II'". **Autoria:** Senador Paulo Paim.

Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 144/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 145 de 2017** que: "Nos termos regimentais, requeiro urgência para a Mensagem nº 61, de 2017, que "Solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor de até sessenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Fortaleza, Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Fortalecimento da Inclusão Social e Redes de Atenção – PROREDES Fortaleza'". **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 145/2017 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 146 de 2017** que: "Com fundamento no disposto nos incisos II e V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal; e nos incisos II e V, do art. 90 e no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF; requeremos a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir aspectos relativos à viabilidade econômica da Rota de Integração Latino Americana desde o Brasil até o continente asiático, partindo de Mato Grosso do Sul e passando pelo Paraguai, Argentina e Chile." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 146/2017 - CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 38ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.
(Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento:

I – Tribunal de Contas da União

1. Aviso nº 958-GP/TCU-Plenário;

II – Correspondência

2. Carta da Presidência nº 410-Sebrae, de 20 de setembro de 2017.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico a abertura do prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 20/2017-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

Proponho que seja aberto o prazo para apresentação de emendas hoje, dia 03 de outubro, com encerramento no dia 10 de outubro, terça-feira, às 18h impreterivelmente.

As emendas deverão ser enviadas

As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas, no endereço <http://cn/emendas>, e a via impressa, assinada pelo Senador membro da Comissão, entregue na secretaria da Comissão.

Estou designando e convidando para Relator o Senador Armando Monteiro.

Gostaria de saber se o Senador aceita mais uma missão pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica então designado o Senador Armando Monteiro como Relator desta Comissão para o sistema de emendas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A data da reunião para discussão e votação das emendas apresentadas será o dia 17 de outubro vindouro.

O Senador Armando Monteiro está de acordo para o dia da reunião para discussão e votação das emendas?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Seria no dia?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dia 17 de outubro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, eu não vou estar no País dia 17. Eu saio no dia 12 e volto no dia 21.

Pode haver alguma mudança?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Chega 21 ou 20, Senador?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Chego dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Porque o prazo é dia 20.

Podemos fazer uma reunião extraordinária na quarta-feira, dia 11.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Se for dia 11, pela manhã, eu posso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dia 11 é uma quarta-feira?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Podemos fazer dia 11, quarta-feira, pela manhã.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Então pode ser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, chamou, estou aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Paim, sempre muito bem-vindo. A sua presença é sempre muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mensagem nº 1 da Presidência da República.

O Senador Flexa é o Relator e não está presente.

Mensagem nº 2, o Relator é o Senador Ferraço, que não está presente. Favorável.

Convido o Senador Dalirio Beber, se ele aceitaria ser Relator *ad hoc* do item 1, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor de até trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre os Município de Caxia do Sul...

O Senador Paim pode ser *ad hoc*, é do mesmo Estado?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, eu convido o Senador Dalírio. Em seguida, o Senador Paim, para o seguinte do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É minha cidade natal, pode? Faço com o maior orgulho. Menino pobre de Caxias do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É porque eu estava em dúvida se por ser do mesmo Estado não poderia.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2017

- Não terminativo -

Solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor de até trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio grande do Sul, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II – PDI II".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Não apresentado

Observações:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2017

- Não terminativo -

Solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor de até trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio grande do Sul, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II – PDI II".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Não apresentado

Relator *ad hoc* Senador Paulo Paim, que tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Meus cumprimentos, primeiro, ao Senador Flexa Ribeiro pelo parecer positivo. É um relatório que vai ajudar muito essa minha cidade natal. Já digo que aqui faço o relatório e faço questão de citar também a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier Martins. Ambos olham e conhecem bem o Rio Grande, a nossa cidade.

Mas aqui vai o cumprimento a V. Ex^a, que me deu essa honra de ler o relatório da cidade onde eu nasci. Tenho muito orgulho de ter nascido em Caxias do Sul.

Relatório...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Caxias do Sul está muito bem representada com o seu filho ilustre aqui, como Senador, um dos mais respeitados desta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente. O mesmo quanto a V. Ex^a.

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Caxias do Sul (RS), solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Básicos de Caxias do Sul II – PDI II".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil.

Cumprе ressaltar que a operação de crédito em exame já havia recebido autorização do Senado Federal, por meio da Resolução nº 23, de 11 de maio de 2016. Em virtude de alteração nas condições financeiras do financiamento pretendido, basicamente da taxa de juros incidente, mais onerosa relativamente à originalmente pactuada, consoante informado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), houve a necessidade de reanálise dos limites e condições da operação, bem como análise complementar dos requisitos atinentes à garantia da União.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor semestral, acrescida de *spread*, a ser definida na data de assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,58% a.a., flutuante com a variação da Libor. O custo contratual do programa está definido em Libor de 6 meses mais 1,85% a.a., para os primeiros 96 meses após a vigência contratual, e de 2,05% a.a. no restante da vigência do contrato, acrescidos das devidas comissões. O desconto agora concedido é, assim, de 20 pontos básicos ao ano, a vigor durante os oito primeiros anos do contrato.

Análise.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Caxias do Sul (RS) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no parecer da STN, o Município de Caxias do Sul (RS) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites tratam do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

A STN entendeu que o Município de Caxias do Sul (RS) apresenta suficiência (...)

A STN entendeu que o Município apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União.

Cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município, conforme os termos da Lei Municipal nº 7.871, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas.

Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Caxias do Sul nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a STN, o Município possui capacidade de pagamento “B”, suficiente para fazer frente aos encargos da dívida. Possui, portanto, situação fiscal forte e risco de crédito baixo, sendo elegível para recebimento de garantia da União.

A verificação de adimplência financeira do Município em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Caxias do Sul (RS) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do Projeto de Resolução que apresentamos.

É o voto, Sr. Presidente.

Agradeço muito a todos os Senadores presentes e a V. Ex^a especialmente.

Digo, mais uma vez, que li o voto em nome não só da cidade, mas dos três Senadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Paim.

A matéria se encontra em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Paim.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para parabenizar a cidade de Caxias do Sul, Senador Paulo Paim, Senadora Ana Amélia, Senador Lasier, e todos os representantes do Rio Grande do Sul, especialmente a cidade de Caxias do Sul.

Parabéns ao Senador pelo brilhante relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, abusando da boa vontade de V. Ex^a e de todos os Senadores presentes, eu queria pedir a urgência, como me foi solicitado pelo prefeito da cidade e também pelos outros dois Senadores que não estão aqui, mas que comungam da mesma posição e pediram que eu expressasse esse ponto de vista.

Faço questão, Sr. Presidente, de que esse pedido de urgência e o relatório seja uma demanda de toda a Bancada gaúcha.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em votação, portanto, o pedido de urgência do Senador Paim, em nome de toda a Bancada gaúcha.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de urgência.

O relatório vai em regime de urgência para o plenário desta Casa, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2017

- Não terminativo -

Solicita autorização para contratar operação de crédito externo no valor de até sessenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Fortaleza, Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Fortalecimento da Inclusão Social e Redes de Atenção – PROREDES Fortaleza".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Não apresentado

A relatoria é do Senador Ricardo Ferraço a quem passo a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A Mensagem de nº 61, do Presidente da República, solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 65.475.000,00 de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Inclusão Social e Redes de Atenção, programa Proredes Fortaleza.

Os recursos da operação de crédito destinam-se à melhoria das condições de saúde da população e à redução das condutas de risco dos jovens em situação de vulnerabilidade no Município de Fortaleza. O Programa Proredes Fortaleza, segundo informações fundamentadas na apresentação, visa alcançar o objetivo mediante a consolidação e expansão das redes integradas dos serviços de saúde e das redes de inclusão social para a juventude no Município, sendo estruturado no fortalecimento da atenção especializada de média complexidade em saúde; no desenvolvimento de políticas inclusivas para jovens; e no acompanhamento e administração do programa.

O Proredes Fortaleza foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix).

Em conformidade, Sr. Presidente, com o art. 52 da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.

A matéria está regulamentada pelas Resoluções do Senado Federal nºs 48 e 43.

A Lei nº 10.297, do Município de Fortaleza, autorizou o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 130.950.000,00 e a oferecer, em contrapartida à garantia da União, as receitas relativas aos arts. 156, 158 e 159 da Constituição Federal, nos termos do §4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como as garantias em direito admitidas.

O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda salienta que a Prefeitura Municipal de Fortaleza informou que a Lei Municipal nº 10.554, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do ente para o exercício de 2017,

2016, que estima a receita e fixa a despesa do ente para o exercício de 2017, inclui dotações relativas aos recursos provenientes da operação de crédito, bem como ao aporte de contrapartida e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao pagamento dos encargos, que também se encontram previstos no Plano Plurianual do Município, de que trata a Lei nº 10.095.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio da Nota nº 84/2017/COREM/SURIN, de 23 de maio de 2017, concluiu pela capacidade de pagamento do Município, classificando-o na categoria B, o que torna o Município de Fortaleza elegível para a operação de crédito e o recebimento de garantia da União.

Por intermédio do Parecer Complementar nº 165/COPEM/SURIN, a STN conclui que o Município de Fortaleza atende os requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, especialmente quanto aos limites de endividamento estabelecidos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal, nada havendo a opor à concessão da garantia, desde que: as condições prévias ao primeiro desembolso sejam substancialmente cumpridas; o Ministério da Fazenda verifique a adimplência do ente e suas entidades controladas para com a União; e seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia. São os pressupostos que constam da precisa nota da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Procuradoria da Fazenda Nacional constatou que as minutas contratuais estipuladas da contratação do crédito estão adequadas.

Desta forma, conclui-se que o pleito do Município de Fortaleza atende as exigências legais pertinentes à matéria, assim como aquelas para a prestação de garantia pela União, contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo merecedor de autorização por parte do Senado Federal.

É como relato, Sr. Presidente, fazendo o registro de que é muito bom quando a gente observa, nesse quadro de devastação fiscal, que existem não apenas Estados, mas existem cidades, e é o caso da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, que estão com sua condição fiscal adequada, o que significa dizer que, nesse período, os administradores locais cuidaram desse patrimônio chamado equilíbrio fiscal.

Portanto, esta Comissão deve dar o aval para que esta matéria possa seguir, inclusive em regime de urgência, para que nós possamos, o mais rápido possível, ao concluirmos aqui deliberação e votação nesta Comissão, deliberarmos em plenário para que a cidade de Fortaleza possa merecer esse aval da União em razão da sua boa condição na classificação de risco.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O projeto está aprovado.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Em regime de urgência.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Dalírio...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Só reforçando, porque, na verdade, o Senador Ricardo Ferraço já pediu.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sim, já pediu o regime de urgência.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Ocorre que, como se trata da capital do Estado do nosso Presidente da Comissão, é mais do que justo também reivindicarmos que ele seja apreciado em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi por unanimidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a é uma unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Agradecendo, então, pelo relatório do Senador Ricardo Ferraço e pelo pedido de urgência, o projeto segue, em regime de urgência, para o Plenário desta Casa.

Senador Paim, V. Ex^a queria dar uma palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só um minuto; e é um minuto mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra V. Ex^a.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por uma questão de justiça, o Prefeito Daniel Antonio Guerra, do PRB, e o Vice-Prefeito Ricardo Fabris de Abreu, do PSD, pediram que eu cumprimentasse V. Ex^a, o Relator *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro, e todos os Senadores pela importância desse empréstimo a Caxias do Sul.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

A mensagem foi dada e, aqui, o abraço é recíproco.

Item 3...

A Senadora Kátia Abreu chegou, quase pede vista, mas nós observamos que ela está com um *new look*, Senador Paim. Não sei se vocês observaram.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós estamos todos aqui observando e admirando o seu *new look*. Foi objeto de observação, Com certeza a Câmara...
(Risos.)

(Intervenções fora do microfone.)

Ah, sim; é o Outubro Rosa.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009****- Terminativo -**

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Dalirio Beber.

Nós temos quórum?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Temos 12 Senadores; faltam dois.

Como já foi lido o parecer, se nós tivermos quórum, em seguida nós o votaremos.

O item 4 também já foi lido.

Item 5... O Senador Pimentel não está presente.

Passemos ao item 10, sob a relatoria da Senadora Regina, que é terminativo.

Faremos a leitura e esperamos ter quórum dentro de alguns instantes.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015****- Terminativo -**

Altera as Leis n.ºs 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis n.ºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo “paralímpico” e seus derivados.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas n.ºs 1 a 6-CE.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Relatório.

Chega para o exame terminativo desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 709, de 2015, do Senador Romário, que altera as Leis nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa Atleta, assim como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterar critério da concessão do Programa Atleta Pódio; e altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados.

do Programa Atleta Pódio; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados.

No art. 1º, a proposição sugere seja alterado o §3º do art. 2º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, no sentido de dispor que a Bolsa-Atleta seja concedida prioritariamente a atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas, de alto rendimento, não profissionais cuja soma de rendimentos com bolsas esportivas, patrocínio e premiações esportivas seja inferior a 360 salários mínimos anuais.

Por sua vez, o art. 2º insere incisos aos §§1º e 2º do art. 3º da Lei nº 10.891, de 2004, para estabelecer, respectivamente: a vedação da concessão dos benefícios a atletas com bolsas referentes à atividade esportiva ou patrocínio que ultrapasse 360 salários mínimos anuais; e as correspondentes penalidades caso tal situação se configure.

O PLS, conforme seu art. 3º, propõe que seja alterado o inciso IV do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, retirando a exigência, para pleitear o ingresso no Programa Atleta Pódio, que o atleta seja indicado pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e o Ministério do Esporte.

Também, é proposta a alteração das nas Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e nº 12.395, de 16 de março de 2011, para corrigir, onde couber, o termo "paraolímpico" e seus derivados para a forma correta "paralímpico".

Por fim, no art. 5º, consta a cláusula de vigência, a qual prevê que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, o autor ressalta que, "na avaliação de políticas públicas do Senado Federal, sob a responsabilidade da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, [verificaram-se] alguns pontos que necessitam readequação após a sugestão conjunta de atletas e profissionais diversos da área esportiva, assim como de nossa análise técnica."

O projeto tramitou pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde recebeu parecer favorável na forma de seis emendas, e chega a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão, conforme o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) manifestar-se sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

No que se refere à constitucionalidade, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 709, de 2015, cuida de assunto da competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme o art. 24, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Também, cabe ressaltar que a proposição tem caráter de norma geral, estando de acordo com os ditames do art. 24, §1º, da Carta Magna. Ademais, o PLS respeita os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa, consoante os arts. 48 e 61 da Lei Maior. A proposta não infringe qualquer disposição do texto constitucional.

Relativamente à juridicidade, o PLS nº 709, de 2015, cumpre as condições de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Tampouco contraria os princípios gerais do direito.

No tocante ao mérito do ponto de vista esportivo, julgamos que a análise feita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte foi louvável e adequada, terminando por receber parecer favorável na forma de seis emendas.

Acreditamos que, do ponto de vista econômico, as propostas

Acreditamos que, do ponto de vista econômico, as propostas trazidas pelo PLS não causam impacto econômico e fiscal. Consideramos, pelo contrário, que trazem mais transparência e economicidade aos programas esportivos, pois limitamos possíveis beneficiários de forma clara, assim como delimitam condicionantes de acúmulo de fontes de financiamento público.

Não observamos óbices quanto à redação do projeto. No entanto, para melhor técnica legislativa, consolidamos as emendas apresentadas na CE em uma emenda substitutiva.

Por fim, no que diz respeito à Emenda nº 6-CE, rejeitamos por questões de clareza e precisão, retornando ao texto inicial do PLS em seu art. 4º, renumerado para 5º no Substitutivo. Como justificativa, ressaltamos que a referência específica a cada dispositivo onde a palavra “paraolímpico” e seus derivados apareçam pode causar confusão. Lembramos, também, que outras normas legislativas podem surgir no processo de análise desta proposição, renumerando ou renomeando qualquer um desses dispositivos.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 709, de 2015, e das Emendas nºs 1 a 5-CE, e pela rejeição da Emenda nº 6-CE, consolidando o texto nos termos da seguinte emenda substitutiva:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui entra a emenda, que acho não precisa ser lida, já que é mais de ajuste, porque havia muita repetição de paraolímpico e paralímpico, e a gente condensou para ficar melhor a leitura.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria é terminativa.

Ainda faltam dois Senadores para que possamos ter quórum. Se viermos a ter quórum, faremos a votação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

Aproveito para informar aos Srs. Senadores que nós temos quórum neste momento.

Como nós temos muitos projetos terminativos acumulados por falta de quórum, pedimos que permaneçam por mais um pouco aqui para que possamos dar vazão a esses projetos terminativos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, submete-se à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2011, de autoria do Senador Fernando Collor. O projeto compõe-se de dois artigos.

Análise.

Nos termos do art. 91, inciso I, combinado com o art. 99, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE deliberar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário.

A iniciativa parlamentar para a matéria tem fundamento nos arts. 24, I; 48, I; 61, *caput*; e 195, I, "a", todos da Constituição Federal.

No tocante à juridicidade, nenhum reparo ao projeto. Isso porque, utilizando-se do instrumento legislativo adequado (lei ordinária), ele inova o ordenamento jurídico de forma genérica e cogente, sem conflitar com os princípios que regem o sistema tributário nacional, nem com o ordenamento pátrio como um todo.

Tampouco se vislumbra vício concernente à legislação específica relativa à responsabilidade fiscal, já que a medida proposta não acrescenta despesa nem dá azo a perda de arrecadação.

Quanto à técnica legislativa, o projeto foi formulado de acordo com as exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, o PLS nº 471, de 2011, fixa o prazo improrrogável de 30 dias, contados da data do pedido, para que a Secretaria da Receita Federal do Brasil restitua à empresa cedente de mão de obra (contratada) o saldo do valor retido pela empresa contratante (11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura) que a primeira não conseguir compensar, isto é, não utilizar para abater débitos relativos às contribuições sociais devidas sobre sua folha de pagamento, como é o caso da Contribuição Patronal Previdenciária, incidente à alíquota de 20% sobre a folha.

O exíguo prazo de 30 dias proposto não se coaduna com o prazo máximo de 360 dias para que seja proferida decisão administrativa sobre petições, defesas ou recursos administrativos do contribuinte, previsto no art. 24 da Lei nº 11.457, de 2007. Esse prazo de 360 dias veio assegurar o respeito ao princípio da razoável duração do processo, insculpido no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, e tem sido admitido pelo Superior Tribunal de Justiça como limite temporal para o atendimento, pela Administração Tributária, de pleitos de restituição do indébito tributário.

Como exemplo, reproduz-se a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do indébito tributário.

Como exemplo, reproduz-se a orientação do Recurso Extraordinário nº 1.138.206, do Rio Grande do Sul, que versa sobre o prazo para a decisão da Administração Pública acerca de pedido administrativo do restituído.

Transcreve-se o acórdão.

Ademais, em virtude da grande demanda de processos de restituição, compensação e ressarcimento submetidos à Secretaria da Receita Federal do Brasil, cuja análise exige intervalo de tempo variável, vinculado às condições de atendimento, o legislador facultou ao órgão estabelecer critério de prioridade para sua apreciação, nos termos do art. 74, § 14, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, *in verbis*:

§ 14. A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto neste artigo, inclusive quanto à fixação de critérios de prioridade para apreciação de processos de restituição, de ressarcimento e de compensação (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004).

Assim, o exíguo prazo de 30 dias proposto pelo PLS nº 471, de 2011, não se coaduna com o prazo máximo de 360 dias de que dispõe a Secretaria da Receita Federal do Brasil para decidir sobre o pedido de restituição, o qual não configura afronta ao disposto no art. 150, § 7º, da CF.

Por essa razão, o PLS nº 471, de 2011, não deve prosperar.

Voto

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado Federal nº 471, de 2001.

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Está aberta a votação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria, se me fosse permitido ...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Embora respeite a posição do nobre Relator, o Senador Pimentel, na realidade, nós temos uma situação abusiva com relação a essas retenções da Receita. Eu gostaria – não sei se ainda haveria espaço – de construir ...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Peça vista.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu pediria vista, então, do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Armando pede vista, e, de acordo com o Senador Pimentel, para haver uma discussão mais aprofundada sobre o assunto.

Vamos votar, então, o item 3, que já foi lido, de autoria do Senador Valadares.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009

- Terminativo -

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CMA (substitutivo).

3. Em 12/09/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

O relatório do Senador Dalirio Beber, que já passou por discussão, foi pela aprovação do projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco, portanto, em votação nominal.

Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

Lembro aos Srs. Senadores que já podem votar.

Senador Moka, já podemos iniciar a votação?

Senadora Simone... *(Pausa.)*

"Sim" é com o Relator. *(Fora do microfone.)*

Pergunto se todos os Senadores já votaram...

Todos os Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Declaro encerrada a votação.

Vamos ao resultado.

Resultado: SIM, 14; NÃO, zero.

Abstenção: zero.

Fica, então, aprovado.

A Comissão aprova a Emenda nº 3 (CAS), substitutivo, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, 16, do Regimento Interno do Senado.

De acordo com o art. 282, do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral do projeto.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 01-CI.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CI-CE, na forma da subemenda nº 1-CE.

3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com parecer favorável ao projeto, à Emenda nº 1-CI-CE-CAS nos termos das Subemendas nº 1-CE-CAS e nºs 2, 3 e 4-CAS; e à Emenda nº 2-CAS.

4. Em 12/09/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

Já foi lido, já foi discutido, pela aprovação do projeto.

discutido pela aprovação do projeto. É o relatório do Senador Valdir Raupp.

Portanto, colocamos em votação nominal o relatório do Senador Valdir Raupp.

Só lembrando: o relatório é pela aprovação do projeto do Senador Ferraço.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone.*) – Então é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – "Sim" é votar com o Relator.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

SIM, 14; NÃO, nenhum.

Abstenção, nenhuma.

Está encerrada a votação. Aprovado.

A Comissão aprova a Emenda nº 3-CAS (substitutivo), ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 316 do Regimento Interno do Senado.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015

- Terminativo -

Altera as Leis nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados.

Autoria: Senador Romário**Relatoria:** Senadora Regina Sousa**Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.**Observações:**

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 6-CE.

Projeto do Senador Romário, com relatório da Senadora Regina Sousa, que já foi lido hoje e foi discutido.

Colocamos em votação o item 10, lembrando que estabelece prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa Atleta, assim como altera critério de concessão de Bolsa Pódio; e altera a Lei nº 9.615, para corrigir a redação do termo paralímpico.

O relatório foi pela aprovação do projeto, com o substitutivo apresentado pela Senadora Regina Sousa.

Portanto, está iniciada a votação. Acompanhando o relatório da Senadora Regina, o voto é "sim".

(Procede-se à votação.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores já votaram? Encerrada a votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 14 acompanham a Relatora; NÃO, zero. Abstenção, zero.

Aprovado o projeto com as emendas... Aprovado o projeto, a Emenda nº 7 (CAE)... Ficando prejudicado o projeto, aprovada a Emenda nº 7 (CAE).

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Tasso, estive conversando com o Senador Pimentel e há um acordo já em relação àquela alteração do projeto...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Do item 5.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Em relação ao item 5. Então...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Deixem-me só terminar aqui a votação.

Aprovado o relatório da Senadora Regina, ficando prejudicado o projeto... O substitutivo da Senadora Regina, nos termos do art. 316 do Regimento Interno do Senado Federal. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do projeto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

O Senador Armando Monteiro pediu vista, mas volta agora ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, o Senador Armando Monteiro faz uma ponderação de que, efetivamente, 30 dias é um prazo muito curto, mas 360 dias é injustificável e propõe 90 dias.

Portanto, o Relator está reformulando seu parecer para a seguinte redação: o contribuinte pessoa jurídica faz jus à restituição a que se refere o §2º deste artigo no prazo máximo de 90 dias contados da data do protocolo do pedido, nos termos do regulamento.

O §8º não sofre alteração. A restituição será acrescida de juros, na forma do disposto no §4º do art. 89 desta lei.

Portanto, Sr. Presidente, estou reformulando o meu parecer para aprovar o projeto de lei, nos termos da emenda apresentada pelo Senador Armando Monteiro, e o prazo é de até 90 dias, conforme já lido aqui. Portanto, o nosso voto é pela aprovação do projeto de lei, nos termos do substantivo ora apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, o Senador (...)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, o Senador Pimentel revê o seu relatório com a emenda apresentada pelo Senador Armando Monteiro, pela aprovação com a emenda. É isso? Correto, Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Exatamente. E a emenda com o prazo de até 90 dias.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A emenda com o prazo de até 90 dias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É o substitutivo ou a emenda?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É uma emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Uma emenda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em discussão o relatório do Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Vamos iniciar a votação. *(Pausa.)*

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, vou aproveitar esse intervalo e pedir que o nosso pessoal sirva um cafezinho, porque, senão, os produtores de café não pagam a conta no final. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Anotada a reclamação e a observação da Senadora Kátia Abreu diretamente à nossa Secretaria, cujos serviços não são colocados em xeque.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sem esquecer, Sr. Presidente, de que a Mesa Diretora está fazendo uma política de contenção de despesas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É. Existe também...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Presidente, eu queria apoiar, mais uma vez, a Senadora Kátia Abreu. *(Risos.)*

A reclamação dela é absolutamente fundamentada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O Senador Ricardo Ferraço é interessado direto em nome do Estado do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É verdade. Estou advogando em causa própria assumidamente. *(Risos.)*

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Porque arroz ninguém come mais. Caiu o consumo, horrores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores já votaram?

Senador Ferraço, manifeste-se. *(Pausa.)*

Todos os Senadores já votaram.

Encerrando a votação.

(Procede-se à apuração.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 14; NÃO, zero; Abstenção, Zero.

O relatório está aprovado com as Emendas nºs 1 a 6.

Aprovado com uma emenda do Senador Armando Monteiro acolhida pelo Senador José Pimentel. Desculpe.

ITEM 11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015****- Terminativo -**

Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências.

Autoria: Senador José Agripino e outros

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu me encontro afônico e não teria condições de ler o meu relatório.

afônico, não teria condições de ler o meu relatório. Entretanto, se V. Exª permitir, eu pediria à nobre Senadora Simone Tebet para fazer a leitura do nosso relatório. É o item 11 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sem nenhum demérito à voz de V. Exª, eu gostaria de dizer que a voz da Senadora soa mais bonita nesta sala.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – O nobre Senador José Pimentel já havia antecipado as considerações de V. Exª.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não apoiado, Sr. Presidente, porque falta a mim o equilíbrio, a serenidade do Senador Elmano Férrer.

O relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão, para decisão terminativa, o PLS 791, de 2015, de autoria dos Senadores José Agripino e Cássio Cunha Lima, que cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências.

O art. 1º do projeto explicita o objeto da lei.

O art. 2º institui o Fundo, cujo objetivo é atender à população atingida por secas e auxiliar na superação das consequências e privações de natureza social e econômica derivadas dessa situação.

O art. 3º estipula que o novo Fundo será gerido por um Conselho Deliberativo.

O art. 4º da proposição define o Fasec como fundo de natureza contábil, com prazo de duração indeterminado, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme regulamento.

Nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º, a partir de 2016, ficam assegurados ao Fundo, em cada exercício financeiro, R\$ 1 bilhão, atualizados pela variação acumulada da receita corrente líquida da União.

O art. 5º determina que a não aplicação dos recursos do Fasec de acordo com o disposto na lei sujeita o titular do projeto ou atividade ao pagamento do valor atualizado dos recursos recebidos, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação.

De acordo com o art. 6º, o regulamento do Fundo disporá sobre: os objetivos, as prioridades e as diretrizes; a sistemática de funcionamento; de participação, por ocasião de calamidades públicas decorrentes de secas, de representantes especiais dos governos; a forma de aplicação dos recursos; e as sistemáticas de dispensa de licitação e de transferência dos mesmos.

O art. 7º, em conjunto com seu parágrafo único, dispõe que o Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, estimará o aumento da despesa decorrente da lei e o impacto orçamentário-financeiro nos exercícios financeiros subsequentes, e que tal aumento será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado contida na lei de diretrizes orçamentárias, ficando a cargo do órgão encarregado da política nacional de Defesa Civil incluir a despesa resultante no projeto de lei orçamentária apresentado depois da publicação da lei.

O art. 8º contém a cláusula de vigência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificção, o autor afirma que a proposição tem por objetivo estabelecer um aparato legal capaz de dar agilidade no atendimento às situaões de emergência de seca, ressaltando ainda a questão da Região Nordeste.

A matéria foi encaminhada à CDR, onde, em 15 de junho de 2016, foi aprovada, com voto pela aprovação do projeto, e a esta Comissão, em decisão terminativa, cabe novamente a nós a relatoria.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida.

O PLS propõe a criação desse Fundo de natureza contábil, portanto, trata-se de matéria afeita a esta Comissão.

Primeiramente, temos a observar que a proposição foi redigida com base em boa técnica legislativa.

Todavia, sobre o §1º do art. 4º do PLS nº 791, de 2015, pode ser arguida a ocorrência de vício de constitucionalidade, pois ele obriga um aporte orçamentário anual de R\$1 bilhão ao Fasec, em desacordo, portanto, com o inciso III

aporte orçamentário anual de R\$1 bilhão ao FASEC, em desacordo, portanto, com o inciso III, combinado com o §5º, inciso I, do art. 165 da Constituição Federal, que estabelecem ser do Chefe do Poder Executivo Federal a iniciativa exclusiva em matéria orçamentária. Propomos emenda a fim de sanar esse problema.

Isso posto, conforme já tivemos oportunidade de argumentar em nosso parecer perante a CDR, trata-se de matéria meritória e que merece prosperar, pois, uma vez aprovada, terá o condão de tornar mais ágil e eficaz o atendimento às vítimas e às regiões atingidas por esses recorrentes desastres naturais.

Entendemos que a criação de um fundo com essas características tornará desnecessário recorrer a medidas emergenciais no âmbito orçamentário.

Do ponto de vista orçamentário-financeiro, a proposição cuida de atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga a realização de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 7º do PLS, caberá ao Poder Executivo fazer tal estimativa, com o aumento de despesa resultante da instituição do FASEC sendo compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado contida na LDO.

Ademais, consideramos que a proposição é compatível com o disposto no art. 117, §6º, inciso III, da LDO 2017, posto que contém disposições específicas sobre a gestão, o funcionamento e o controle do fundo em questão.

Vamos ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira do PLS 791, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda, que altera o art. 4º:

“Art. 4º

§ 1º Os recursos financeiros destinados ao FASEC serão integralmente depositados, na forma de duodécimos mensais, até o dia 20 de cada mês, na Conta Única do Tesouro Nacional, à ordem do órgão responsável pela política nacional de Defesa Civil, para aplicação nos projetos e atividades aprovados pelo colegiado a que se refere o inciso II do art. 6º.

§ 2º Os recursos financeiros transferidos ao FASEC, em conformidade com o que dispõe o § 1º deste artigo e não utilizados no exercício financeiro correspondente, serão mantidos na Conta Única do Tesouro Nacional, à ordem do órgão responsável pela política nacional de Defesa Civil, não ficando sujeitos a contenções, contingenciamentos, deferimento e exercícios findos.”

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar a matéria em votação nominal.

Está aberto o painel de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Enquanto se vota – e eu faço questão de manifestar meu voto "sim", favorável –, eu quero chamar atenção para esse assunto, que já tem séculos, talvez, que é discutir uma solução para o caso do nosso Semiárido nordestino.

Nós continuamos sempre com essas soluções, e felizmente elas acontecem: DNOCS, Sudene, todas essas gerações sucessivas de alternativas que não deram certo. E a solução vai ser transformar, eu acho, um dia, o Nordeste brasileiro num centro de alta tecnologia, que não vai precisar de chuva em quantidade, vai precisar é de cérebros em quantidade. Nós precisamos que a própria economia seja adaptada ao Semiárido. Durante muito tempo se tentam fazer alternativas diferentes da que é a do Semiárido. Nós importamos soluções para lá. Não é a hora agora, agora é pedir que todos votem "sim", porque a situação é grave.

Mas um dia precisaríamos aqui, entre os seminários que o senhor faz, de um seminário sobre o problema regional

Mas um dia nós precisávamos aqui, entre esses seminários que o senhor faz, de um seminário sobre o problema regional, em geral – das desigualdades –, mas, sobretudo, como o Nordeste será um centro de geração de riqueza em quantidade, como foi no passado, no tempo do açúcar, no tempo do algodão, quando se localizavam ali algumas das cidades mais ricas do Brasil.

O saber permite até a gente fazer esse desastre da crise ecológica. Todos já sabem que isso é produto da mão humana, que terminou pervertendo o clima. Vamos usar o saber no sentido inverso, no sentido positivo, no sentido de fazer com que, em vez de ser um desorganizador do clima, seja um organizador da vida, da sociedade, da economia da nossa região semiárida.

Vamos votar "sim", mas sabendo que é mais um gesto emergencial; não é um gesto estrutural.

Aliás, eu aproveito para dizer que, certa vez, eu fiz uma reportagem – e fui até processado, porque disseram, mais precisamente o Sindicato dos Jornalistas, que eu estava fazendo exercício ilegal da profissão – sobre a seca no Rio Grande do Norte, quando tive a oportunidade de ver como o Senador Garibaldi, como governador, deu respostas, pelo menos, à água para beber.

Eu, que viajei por dois mil quilômetros pelo Rio Grande do Norte, vi que havia lá uns pequenos canos ao longo da estrada que levavam água para as casas. Eu me lembro muito bem disso, Senador Garibaldi – e, por coincidência, o senhor está aí. Era uma coisinha, mas foi estrutural, embora limitada ainda.

Nós precisamos ter uma saída estrutural para a nossa crise nordestina. Está na hora. A tecnologia já deve permitir, se sairmos das caixinhas tradicionais e dermos um salto no pensamento, não olhando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas para o imediato, mas olharmos para os próximos 50 anos, que é o que a Sudene pensou fazer – e eu acho que, no fim, fez com algum sucesso –, mas muito menos do que deveria.

Se tivéssemos investido em educação, fazendo a educação do Nordeste ser a melhor do Brasil e ser igual às melhores do mundo, certamente, não teríamos a desigualdade regional e o sofrimento que temos hoje.

É só isso e dizer que, felizmente, de vez em quando, há projetos como este do Senador Agripino, que permitem enfrentarmos a emergência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado.

Mais oportuna do que nunca essa observação, porque, mais uma vez, estamos atravessando um difícil período de seca no Nordeste, com fornecimento de água por meio de carros-pipa e todos aqueles dramas que já estamos cansados de conhecer e para os quais, entretanto, ainda não encontramos uma solução que, pelo menos, não diga que resolve em definitivo o problema da água, mas que resolve o problema da qualidade de vida dos habitantes do Semiárido.

O Senador Cristovam já votou? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Votaram SIM 14 Senadores; NÃO, zero.

Não houve abstenções.

Fica aprovado, então, o relatório do Senador Elmano Férrer, lido pela Senadora Simone, com a Emenda nº 1-CAE.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – ... apenas para fazer apenas algumas rápidas considerações, ou tentar fazê-las.

Inicialmente, agradeço à nobre Senadora Simone pela leitura do nosso parecer. Em segundo lugar e especialmente, secundando as considerações feitas pelo pernambucano...

secundando as considerações feitas pelo pernambucano, hoje brasiliense, Senador Cristovam Buarque, nosso grande nordestino também – vejo aqui V. Ex^a, Presidente, que foi governador do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ceará; vejo o nobre Senador Garibaldi Alves; vejo aqui o José Agripino Maia, autor do projeto juntamente com o Senador Cássio, respectivamente ex-governadores do Rio Grande do Norte e da Paraíba –, achei pertinente.

Lembro-me, Sr. Presidente, rapidamente, que em 1970 nós tivemos a oportunidade de acompanhar uma trágica seca no Nordeste. Inclusive, àquela época, os planos diretores da Sudene dispunham de uma reserva de contingência exatamente para enfrentar problemas não só de seca, que se repetia ciclicamente, como também de enchentes.

O que o nobre Senador Agripino Maia vai neste instante é resgatar, em parte, aquele dispositivo que assegurava, num momento preciso, uma ação efetiva e em tempo recorde, o que não vem acontecendo há mais de 25 anos.

De outra parte, a observação do nobre Senador Cristovam Buarque com relação a medidas efetivas duradouras permanentes que não existem mais, Sr. Presidente. Nós temos um País com várias regiões diferentes umas das outras, tropical-úmida, é uma realidade, onde havia uma superintendência, um banco específico, ou seja, a Sudam e o Basa, enquanto o Nordeste tinha a Sudene e o Banco do Nordeste, aqui no Centro-Oeste a Sudeco e o Banco do Brasil. Hoje nós não temos mais isso, a situação se agrava.

Na capital do Estado de V. Ex^a, Fortaleza, se não chover nos próximos 60 dias, vai ficar em risco a população de 2,7 milhões de pessoas. Não acredito que até lá tenhamos a transposição em funcionamento no eixo norte.

Então, vejo que é o momento. Nós somos um terço, o Nordeste representa um terço do colegiado, do Senador República, que é a instância competente para discutir um grave assunto dessa natureza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2014, tive a oportunidade de ir a São Paulo e vi muitos nordestinos que para lá foram em decorrência da seca e da falta de água no Nordeste, e eles estavam passando por essa privação, principalmente ali em Santo Amaro, onde eu estive com muitos nordestinos.

Então, é chegado o momento, Sr. Presidente, de nós desta Casa, que se diz e é da Federação, enfrentarmos essa questão. A improvisação é inadmissível.

Vou a São Raimundo Nonato depois de amanhã participar de um evento do Exército, onde vamos discutir defesa nacional e um programa sustentável para o Semiárido do Nordeste. É inconcebível o que estamos vivenciando e por que estamos passando. Vejo Campina Grande, em Natal, lá no nosso Ceará, Juazeiro, Crato, Sobral, com problemas gravíssimos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão, no meu entendimento, é da mais alta relevância. No momento em que o Senador José Agripino Maia, que foi governador várias vezes, Senador pela quarta vez, e V. Ex^a

... que foi governador várias vezes, Senador pela quarta vez, e V. Ex^a também; todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... não fomos inteligentes e devidamente competentes, do ponto de vista político, para exigirmos do Estado brasileiro. Não é questão de governo; o problema dos recursos hídricos na Região Nordeste é um problema de Estado. E, em sendo de Estado, Sr. Presidente, nós temos que nele nos debruçar.

Eu vou, com todos os companheiros... Porque sou da área, vivenciei uma seca, a de 1970, que foi dramática, maior do que a que nós temos hoje, e conheço o problema.

Então, eu queria só me congratular com os nobres Senadores José Agripino, Tasso e Cássio Cunha Lima, convocando a todos, principalmente os ex-governadores. V. Ex^a fez uma história no Ceará. V. Ex^a dividiu a história em antes e depois de V. Ex^a. Eu, como cearense, hoje piauiense, por mais 50 anos acompanhei o trabalho de V. Ex^a. O Estado do Ceará tem a melhor organização na gestão de recursos hídricos, graças ao governo de V. Ex^a. Foi V. Ex^a que iniciou aquele trabalho.

Então, creio, com a liderança que V. Ex^a tem, e muitos ex-governadores que temos aqui... Vejo o nosso nobre Senador Armando Monteiro. Lembro-me, eu era Secretário do Planejamento, há 25 anos, e acompanhávamos a atuação dele e de muitos que estão aqui na Casa, não só no Senado, mas na Câmara.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Chegou o momento, Sr. Presidente, de nós enfrentarmos essa questão.

Queria só dizer que fiz essas considerações aproveitando as palavras do nobre Senador Cristovam Buarque, como pernambucano, como nordestino. Vamos enfrentar essa questão, Sr. Presidente. Era esse o apelo que eu queria fazer a todos os membro desta Casa e aos 27 Senadores: que retomemos o regionalismo.

O Trópico Úmido, Sr. Presidente, onde eu estive na Amazônia, é uma realidade; o Semiárido é uma outra realidade; e o Centro-Oeste e o Pantanal são uma outra bem diferente, como aqui no Cerrado. Então, chegou o momento de retomarmos essas questões fundamentais; momento em que o planejamento deste País não existe mais. Vivemos na improvisação dos carros-pipas, gastando quase um bilhão por ano, Sr. Presidente. Um bilhão por ano! Quer dizer, isso não fica. Não fica uma obra de infraestrutura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos, no meu entendimento, digamos, faltando com aqueles que nos mandaram para cá, que nos mandaram para esta Casa e padecem de problemas seculares. É chegado o momento de nós repensarmos e tomarmos uma posição dessa natureza e com vistas a uma solução de Estado, porque o Estado é uma instituição permanente. Os governos passam, nós passamos. Então, temos que colher este momento para fazermos o que já deveria ter sido feito.

Eu queria aproveitar este momento para fazer esse apelo aos nossos nobres Senadores.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Elmano.

Eu queria dizer a V. Exª que aceito a sua provocação à nossa responsabilidade aqui de nordestinos, dos Senadores que representam o Nordeste brasileiro, de enfrentar o problema de uma maneira política. Política no sentido de que seja prioridade de política nacional a questão do Semiárido, que sempre é postergada

a questão do Semiárido, que sempre é postergada em função de soluções paliativas, de emergência. De alguma maneira, é nossa falta, ainda que todos os Senadores – mesmo o Senador Cristovam, que é nordestino de decoração e de nascença –, que nós tenhamos a disposição e a vontade política de tomar essa iniciativa. A provocação está aceita – acho que por todos nós – para que nós possamos tomar a iniciativa necessária.

Eu passaria a palavra, Senadora Kátia, antes ao Senador Otto, que pediu a palavra. Em seguida, a V. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

Um conterrâneo de V. Exª, há mais de cem anos, deixou dez mandamentos para o Nordeste brasileiro que não foram seguidos – parece – por nenhum nordestino. Nenhum nordestino seguiu o que esse homem, o que esse padre deixou. Padre Cícero Romão Batista deixou dez mandamentos para combater a seca e nenhum nordestino seguiu o exemplo dele. Vou só ler aqui para V. Exª ouvir a sabedoria de um homem do século passado.

Os dez mandamentos do Padre Cícero para cuidar da terra e a seca não ser inclemente.

- 1 - Não derrube o mato. Nem mesmo um só pé de pau.
- 2 - Não toque fogo no roçado. Nem na caatinga.
- 3 - Não cace mais. Deixe os bichos viverem em paz.
- 4 - Não crie o boi nem o bode soltos. Faça cercados. Deixe o pasto descansar para se refazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- 5 - Não plante de serra acima. Nem faça roçado em ladeira muito em pé. Deixe o mato protegendo a terra, para que a água não arraste a sua riqueza.
- 6 - Faça uma cisterna no oitão de sua casa, para guardar a água da chuva.
- 7 - Represe os riachos, de 100 em 100 metros, ainda que seja com pedra solta.
- 8 - Plante cada dia pelo menos uma árvore. [Porque a árvore produz água.] Um pé de caju, de sabiá, ou qualquer outra. Até que o sertão todo seja uma mata só.
- 9 - Aprenda a tirar proveito das plantas da caatinga, tais como a maniçoba, a favela, a jurema [que engorda o bode], e tantas outras. Elas podem ajudar você a conviver com a seca.
- 10 - Se obedecer esses preceitos, a seca vai se acabando aos poucos. O gado vai melhorando e o povo terá sempre o que comer. Se não obedecer, dentro de pouco tempo o sertão todo vai virar um deserto só.

E o Sertão do Nordeste, no lugar em que virou deserto, foi pela ação do homem desmatando a Caatinga, a sua vegetação nativa, sobretudo nas nascentes, nos afluentes, as matas ciliares. Tudo que está acontecendo no Nordeste, inclusive no meu Estado, a Bahia – que tem Semiárido do Nordeste... Para V. Exª ter uma ideia, no Semiárido da Bahia, só a área da seca é duas vezes e meia maior que seu Estado do Ceará, tem 330 mil quilômetros quadrados. Se você sobrevoar o Semiárido da Bahia, a Caatinga foi toda dizimada, praticamente toda dizimada. E onde ela ficou, a seca não atinge muito, os animais convivem.

Então, a ação do homem precisa ser urgentemente recuperada pela a ação dos governos. A questão, por exemplo, do Rio São Francisco, é uma questão grave e é irreversível, o rio vai morrer. Em 2035, o Rio São Francisco não botar mais uma gota d'água na Barragem de Sobradinho. Vou repetir: se não começar logo decretando estado de situação de emergência na Bacia do Rio São Francisco, para se agir rapidamente, no ano 2035

do Rio São Francisco, para agir rapidamente, no ano de 20135 o Rio São Francisco não bota uma gota d'água na barragem de Sobradinho e esqueça, Senador Armando Monteiro, irrigação, produção de emprego e renda em Petrolina e Juazeiro. Sabe por quê? Porque tem 21 dias que a barragem de Três Marias, no Alto São Francisco, no Município de São Gonçalo do Abaeté, não recebe uma gota d'água. A vazão afluente de Três Marias, em Minas, que recebe rios caudalosos – a vazão afluente é a água que entra na barragem de Três Marias – é zero há 21 dias. Está soltando água de Três Marias, a jusante da barragem, para consumo humano, exclusivamente para consumo humano.

E a seca não é seca não; a seca é cíclica e a pior seca que já houve no Nordeste todo e em Minas Gerais – tinha mata virgem – sabe qual foi? Foi a seca de 1987, quando o Governo Federal e o governo estadual mandaram matar Antônio Conselheiro em Canudos. Matou em 1897 e dizimou Canudos. Quando dizimou Canudos, houve a pior seca registrada no Nordeste, chamada seca do Conselheiro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque mataram em 1897 e foi chover em 1906. O povo sertanejo diz que foi um castigo de Deus aos governos porque mataram Antônio Conselheiro. Não tem nada a ver isso, religião com clima. Mas essa região era virgem, a Caatinga estava mantida, a mata de aroeira estava virgem, estava tudo certinho. O que aconteceu é que nesse período se dizimou tudo.

Está se falando em seca aqui, em falta d'água. Está marcado para morrer o Araguaia, da Senadora Kátia Abreu, por desmatamento. Está marcado para morrer o Tocantins, que em dez anos perdeu 20% do volume de vazão média dele – 20% em dez anos o Tocantins perdeu.

Portanto, eu quero dizer que o Governo Federal tome uma providência real em meio ambiente, e pare de nomear em meio ambiente cara que não tem compromisso com meio ambiente, de gabinete, de viagem para o exterior para fazer convenção e simpósio.

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ponha gente que bota o pé na estrada, que conheça o Brasil, para começar a reflorestar o Brasil, porque se não fizer isso, as gerações futuras estão condenadas a morrer de sede, ou então vão ter que buscar água no mar para dessalinizar.

Eu faço este depoimento como alguém que nasceu no interior da Bahia, que passou dificuldade, que bebeu água suja de cisterna, que lutou muito por isso, que viu o tempo passar e as coisas piorarem. Eu, por exemplo, Senador, vejo hoje lá na minha região...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, só para lhe lembrar uma coisa: esse assunto já foi provocado e nós marcamos uma audiência pública no dia 18 dó para discutir a crise hídrica.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas o senhor me dá um tempo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu lhe dou...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Porque eu quero lhe passar os dez mandamentos...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu lhe dou o tempo que V. Ex^a quiser. Só estou querendo lembrar que nós temos essa audiência marcada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou dar um presente ao senhor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu agradeço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Cristovam já ficou com dois. É seu conterrâneo, de Padre Cícero, o homem que até converteu Lampião. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Kátia, deseja a palavra?

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Só um minutinho, Sr. Presidente. Eu não poderia deixar de ouvir aqui Elmano Férrer, e agora Otto Alencar, e não fazer também a minha contribuição, apesar de que dia 18 já está marcada essa audiência pública

apesar de que, no dia 18, já está marcada esta audiência pública.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se a ANA (Agência Nacional da Águas) foi convidada para essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora, a ANA foi convidada e me informa o Secretário aqui que o Presidente ou o Superintendente da ANA pediu para mandar um representante. Eu estou mandando a resposta que não, que eu queria a presença do Presidente da ANA aqui.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Presidente, eu vou fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas ele foi convidado.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Eu nem conheço o motivo de ele mandar um representante, mas quero dizer que, para mim, na minha avaliação, com toda a minha vivência e experiência, a Agência Nacional de Águas é uma das mais eficientes do Brasil e com trabalhos maravilhosos. Lá, as questões são todas divididas entre técnicos. Talvez, nesse momento, para falar desse assunto, ele possa ter mandado alguém mais especializado no tema. Mas, tudo bem, ele é uma pessoa super acessível e, com certeza, poderá vir, sim.

Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que, se nós juntarmos os três Senadores de cada Estado do Nordeste, são 27; com três do Tocantins, dão 30; com mais três de Minas Gerais, são 33; ainda vamos lembrar do Espírito Santo, que são mais três. Então, são 36. Eu digo aonde a seca chega...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Há outro nordestino aqui.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Não, eu acho que todos serão solidários, mas estou dizendo que, hoje, a seca do Nordeste já chegou ao Tocantins, ao Vale do Jequitinhonha e ao norte do Espírito Santo. Nós somos 36 Senadores, e, de fato, o caminhão-pipa é uma coisa que nos envergonha muito, além de ser um mecanismo e um instrumento há anos e anos – não é deste Governo – de corrupção,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desvio de recursos, porque ninguém vai medir quanto um pipa derramou de água num lugar e quantas viagens ele fez, além de ser uma coisa retrógrada, antiga e de um país incapaz de resolver e trazer soluções para as suas questões.

Nós temos a ANA; nós temos a FAO; nós temos o Ministério da Integração Nacional, que, por sua vez, tem DNOCS e Codevasf; nós temos o Mapa; nós temos a Embrapa. Então, eu gostaria de sugerir, além da audiência pública, ou que, a partir dela, nós pudéssemos criar para o Orçamento deste ano uma comissão desses 36 Senadores para que, já nos próximos quatro anos, nós pudéssemos trazer técnicas que tragam solução. Há solução!

O Estado de V. Ex^a é um dos Estados-modelo na recuperação da seca, embora sofra muito, mas há Estados piores do que o seu, porque não fizeram o dever de casa da indicação técnica.

A Bahia foi um Estado que avançou bastante. O próprio Rio Grande do Norte também fez seu dever de casa parcialmente.

Não estamos aqui para criticar ninguém. Nós só precisamos demonstrar que há soluções, sim.

O Senador Otto Alencar falou sobre o Araguaia e o Tocantins. Eu estou no Tocantins há 30 anos. Ninguém nunca viu uma seca de você atravessar o Rio Tocantins a pé, com ele na seca, não é molhando os pés, não. Dá para atravessá-lo sem molhar os pés. Isso nunca foi visto. Então, alguma coisa precisa ser feita, e nós estamos muito consumidos com outros problemas que não são os problemas do Brasil. Entendo que a dificuldade é grande, mas temos de reagir a isso, porque um Brasil do lado de fora continua funcionando.

Neste ano, choveu bastante, mas não foi o suficiente para reter as águas nos rios. O que está acontecendo? O que as represas implicam sobre isso? O que as matas ciliares e as próprias nascentes estão precisando de que seja feito? E a irrigação do País, que é um instrumento que nós precisamos para aumentar a produção e a produtividade, segundo a FAO, nos próximos 40 anos? Não podemos abrir mão da irrigação. Estaremos quase, daqui a pouco, impedidos de irrigar as frutas do Nordeste, os grãos do meu Estado, o Tocantins, e de vários outros projetos como no norte de Minas e também no norte do Espírito Santo.

e de vários outros projetos como no norte de Minas e também no norte do Espírito Santo.

Então, eu acho que essas instituições – Sudam, Sudene, DNOCS, Codevasf – precisariam de uma roupagem nova, de uma atenção nova, de uma reformulação que não só indicações políticas, para continuar com as coisas como estão. Pode-se indicar, pode haver indicação política, mas eu não estou vendo ninguém tomar posse daquele lugar, nos últimos anos – não é neste Governo, por favor –, que queira fazer uma revolução, que queira fazer uma reformulação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria muito que a assessoria do Senado pudesse somar quantos milhões ou bilhões de dólares já foram investidos na seca do País. Daria para transportar o Rio Amazonas para o Nordeste, para o Tocantins e para o Vale do Jequitinhonha. Isso é uma aberração. Então, não adianta mais.

Hoje nós aprovamos o fundo do Senador Agripino para o Nordeste. Tudo bem, ninguém vai se recusar a aprovar propostas que venham a ajudar, mas eu acho que a gente precisa de muito mais do que o dinheiro. Precisamos de um reestudo dessas instituições que estão destinadas a cuidar desse setor, porque elas faliram, elas estão demonstrando que foram incompetentes para resolver o problema. Então, elas precisam ser substituídas, renovadas, ter uma roupagem nova com uma nova direção. É preciso trazer gente de Israel, trazer gente de onde for, embora nós tenhamos aqui muita gente capaz e competente.

Não dá mais para ficar falando todo ano da seca do Nordeste, tentar prorrogar a dívida, tentar prorrogar não sei o quê, porque isso está ficando muito antigo, *démodé* e sem resultados para o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigada, Senadora Kátia.

Mais uma vez, venho enfatizar uma oportunidade que nós vamos ter para discutir especificamente a questão hídrica não só do Nordeste. O Senador Otto levantou aqui, na última reunião, a questão das nascentes do São Francisco; outro Senador, o Senador Caiado levantou a questão de Tocantins, etc., do Araguaia. Enfim, nós vamos ter uma grande oportunidade para essa discussão. E espero contar, Senadora, com a presença do Presidente. E evidentemente ele pode trazer os assessores e deve trazer os assessores que sejam importantes com toda a riqueza necessária para a discussão.

Passo, então... Matéria terminativa, última terminativa. Peço a presença dos Srs. Senadores. É o item 12.

ITEM 12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2016****- Terminativo -**

Altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para exigir que os títulos de capitalização passem a ser comercializados com mais transparência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim**Relatoria:** Senador Cidinho Santos**Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda apresentada.

Passo a palavra ao Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Relatório.

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 115, de 2016, do Senador Paulo Paim, para obrigar as sociedades de capitalização a darem ampla divulgação às taxas de rendimentos bruto e líquido do título de capitalização, às taxas administrativas, multas e retenções a serem aplicadas no caso de resgate antecipado, aos percentuais destinados à capitalização, sorteio e carregamento, e ao cálculo de probabilidade de os títulos serem contemplados com prêmios.

O PLS é constituído de apenas dois artigos. O art. 1º estabelece a proposta central e o art. 2º, a cláusula de vigência.

Em sua justificção, o nobre autor afirma que "o título de capitalização é, na verdade, um misto de ativo financeiro e bilhete lotérico, elaborado com

Em sua justificativa, o nobre autor, Senador Paulo Paim, afirma que o título de capitalização é, na verdade, um misto de ativo financeiro e bilhete lotérico, elaborado com base em complexa engenharia financeira, que está quase sempre mal explicada nos folhetos de propaganda. A propaganda dos títulos de capitalização focaliza o sorteio de prêmios, mas omite informações sobre as taxas administrativas cobradas e sobre os descontos aplicados no caso do resgate antecipado. Em função disso, o aplicador raramente sabe em que está se metendo.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o projeto atende aos requisitos formais. Conforme os incisos VI e XX do art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema monetário e de medidas, títulos e sistemas de consórcio e de sorteios. Ao mesmo tempo, o art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Quanto à juridicidade, o projeto de lei ordinária altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os títulos de capitalização. Consideramos que não se trata de assunto afeito à organização do sistema financeiro, mas tão somente a aspectos de um título financeiro, o que dispensa a exigência de lei complementar para tratar da matéria, conforme aponta o art. 192 da Carta Magna. Dessa forma, o PLS é juridicamente válido.

Por ser um questionamento comum quanto à necessidade de lei complementar ou de lei ordinária para tratar de assuntos relativos ao Sistema Financeiro Nacional, vamos nos estender quanto à reflexão da juridicidade do projeto de lei em comento. Muitas vezes, o questionamento é utilizado por aqueles que, eventualmente, querem se opor a um projeto de lei sem entrar no mérito da questão.

Porém, lembramos que, em relação à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, *que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências*, que possui *status* de lei complementar, à luz do art. 192 da Constituição, o Supremo Tribunal Federal tem o entendimento de que apenas os dispositivos que se referem à estrutura do SFN são recepcionados como complementares pela Constituição Federal. Nesta linha, pode ser citado trecho do acórdão do STF no julgamento da ADIN nº 449, em 29 de agosto de 1996, que teve como Relator o Ministro Carlos Velloso: "As normas da Lei 4.595, de 1964, que dizem respeito ao pessoal do Banco Central do Brasil, foram recebidas, pela CF/88, como normas ordinárias e não como lei complementar."

Ademais, muito comumente, o Poder Executivo trata de assuntos afetos ao SFN por mera medida provisória, que se converte na forma de lei ordinária, pois não são relacionados à organização do SFN.

Outra questão comumente suscitada é a possibilidade de determinação por meio de projeto de lei de atribuições a órgãos de Poder Executivo.

De acordo com a alínea *a* do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da Administração Federal. Dessa forma, qualquer projeto de lei que explicitasse atribuição a órgão do Poder Executivo estaria infringindo a Constituição Federal e teria vício de iniciativa.

Parece-nos evidente que o art. 84 da Constituição Federal refere-se apenas às rotinas da organização da Administração Federal e não a atribuições determinadas por lei do Congresso Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que afetem a sociedade, de maneira geral, e os cidadãos, de forma específica. Dessa forma, também não identificamos injuridicidade do PLS sob esse aspecto mencionado.

Observamos, ainda, que o fato de algumas determinações propostas pelo PLS já existirem na regulamentação infralegal, como é o caso das exigências contidas na Circular Susep nº 365, de 2008, não invalida o PLS, visto que a supremacia da lei não é contida por regulamento infralegal, mas apenas pela constitucionalidade.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não há reparo a fazer ao projeto em comento, exceto pela emenda de redação proposta neste parecer, e não há inclusão de matéria diversa ao tema expresse em sua ementa.

Cabe observar, ainda, que a matéria não tem implicação direta sobre as finanças públicas.

Quando ao mérito, consideramos que a matéria visa apenas dar mais transparência aos títulos de capitalização. De fato, a capitalização é um instrumento pelo qual os subscritores dos títulos depositam perante a sociedade de capitalização um determinado valor para constituição de um capital, com atualização e prazos pré-definidos, em pagamento único ou em parcelas mensais periódicas, cuja vigência confere ao titular o direito de participar de sorteios e, ao final, resgatar parte ou totalidade do capital, ou ainda, adquirir um bem, de acordo com as regras estabelecidas nas Condições Gerais dos Contratos, previamente aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), conforme a Circular nº 365, de 2008.

Porém, cabe observar que, embora o título de capitalização seja uma forma de poupança por parte dos aplicadores, as suas condições financeiras não são favoráveis ao aplicador, que quase sempre adquire o título com esperança de ser premiado nos sorteios.

Ainda que possa haver críticas à comparação entre o título de capitalização e outros ativos financeiros, particularmente a caderneta de poupança, dadas as diferenças meramente técnicas, e críticas à comparação com as loterias, pois os recursos não são totalmente perdidos em caso de o aplicador não ser sorteado, consideramos adequado que o adquirente do título de capitalização possa comparar o seu rendimento com o de outros títulos de aplicação de recursos, e seja bem informado acerca da probabilidade de ser sorteado.

As exigências sugeridas pelo projeto de lei em comento são razoáveis, similares àquelas já atendidas pela Caixa Econômica Federal para a exploração de loteria, que é regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967.

Dessa forma, caberá às instituições que oferecem o produto divulgar, com total transparência, as taxas de rendimentos dos títulos de capitalização, as retenções no caso de resgate antecipado e as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

probabilidades de os títulos serem contemplados no sorteio ou nos sorteios de prêmios. Portanto, o PLS do Senador Paulo Paim é meritório.

Todavia, a expressão “dar ampla divulgação”, à qual alude o §3º proposto pelo art. 1º do projeto de lei em comento, é bastante imprecisa e sempre pode haver alguma reclamação abusiva de que não houve “ampla divulgação” por parte das sociedades corretoras de títulos de capitalização. Assim sendo, apresentamos uma emenda para modificá-la, aproveitando a melhor clareza do §4º proposto, que fica suprimido. Ademais, consideramos de maior economicidade que a previsão legal contida no PLS esteja disposta em um único §3º a ser acrescido ao art. 3º do Decreto-Lei nº 261, de 1967.

Ademais, cabe refletir que a grande modificação determinada pelo projeto de lei em comento é a exigência de informação das probabilidades de os títulos serem contemplados nos sorteios de prêmios, pois as demais informações já são exigidas por norma infralegal, ainda que, a nosso ver, sem a necessária explicitação nos panfletos de propaganda e nas páginas eletrônicas de divulgação dos títulos pelas sociedades de capitalização, o que motivou a apresentação do projeto em comento.

Como os itens mais importantes para a perfeita compreensão do adquirente do título são o rendimento de seu capital até o final de vigência do título; o prazo de vigência; os valores e percentuais de resgate antecipado; o prazo de carência, se houver; e as probabilidades de o título ser contemplado no sorteio de prêmio, preferimos que esses sejam os elementos contidos na lei, visto que as outras informações exigidas no projeto não nos parecem as mais necessárias e já constam por exigência infralegal nas condições gerais do contrato de um título de capitalização.

Aliás, devemos destacar que informações desnecessárias desinformam o adquirente e podem até mesmo servir para induzir a uma decisão financeira que não seria aquela que o subscritor faria se fizesse a devida comparação de rendimento e de probabilidade de ser sorteado.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 115, de 2016, a seguinte redação:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, o seguinte §3º:

Art. 3º

§3º A regulamentação, a ser definida pelos órgãos reguladores, deverá obrigar as sociedades de capitalização a divulgar no título de capitalização, de forma clara e destacada, em seu contrato e em folheto ou qualquer material publicitário que o promova,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o rendimento de seu capital até o final de vigência do título; o prazo de vigência; os valores e percentuais de resgate antecipado; o prazo de carência, se houver e as probabilidades de o título ser contemplado no sorteio de prêmio. (NR)

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cidinho Santos, pelo Relatório.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. A matéria é terminativa.

Abriremos o painel. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Senadores votaram? *(Pausa.)*

Posso encerrar a votação? *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

Votaram com o Relator, SIM, 13 Senadores; NÃO, zero.

Abstenção, zero.

Fica então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, só uma palavra porque não falei antes...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro. Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só para cumprimentar o Relator.

O projeto foi aprovado muito pelo aval que o Relator deu a essa proposta. Qualificou a proposta, melhorou a redação final.

Eu queria dizer, Cidinho, parabéns pelo seu relatório. É só transparência absoluta. Meus cumprimentos ao Relator

Obrigado, Presidente, e obrigado a todos os Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

A Comissão aprova o projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Projeto nº 13, do Senador Eduardo Azeredo, com Relatoria do Senador José Pimentel.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de ver a possibilidade de a gente votar, se for logo em seguida, o item 18, que é só o relatório. Não é votar, é só para eu apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em seguida ao relatório do Senador Pimentel, nós o colocaremos em votação, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – O item 13 agora.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2010

- Não terminativo -

Altera a redação dos arts. 59 e 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, revoga os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, e dá outras providências. (Alterações no sistema de votação da urna eletrônica para permitir o registro e conferência de votos, resguardado seu sigilo; reintrodução do voto impresso; permissão para o voto em trânsito; cadastramento biométrico de eleitores pela Justiça Eleitoral.)

Autoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer pela prejudicialidade do projeto.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 68, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a redação dos arts. 59 e 66, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições; revoga os arts. 5º e 6º, da Lei nº 12.034, de 2009, e dá outras providências, com o objetivo de possibilitar a conferência, auditoria e recontagem dos votos dados nas eleições sem recorrer a sua impressão.

Análise.

Compete à CAE opinar sobre a matéria, nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

Encaminhado inicialmente apenas à CCJ, em decisão terminativa, o projeto foi posteriormente enviado à apreciação prévia da CCT, que aprovou parecer pela prejudicialidade, e à CAE, em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 628 e 671, de 2010.

Embora a competência precípua para a análise da constitucionalidade da presente proposição seja da CCJ, preliminarmente devemos registrar que, em termos formais, em princípio, a iniciativa é constitucional, pois cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, legislar privativamente sobre direito eleitoral, por meio de lei, conforme previsto no art. 22, inciso I, combinado com o art. 48, ambos da Constituição Federal, facultada a iniciativa parlamentar, nos termos da regra geral prevista no art. 61, também da Lei Maior.

Quanto à conveniência e oportunidade da matéria cabe ponderar o seguinte: O PLS nº 68, de 2010, já tramita há sete anos nesta Casa e, nesse lapso de tempo, houve importantes mudanças na legislação eleitoral pertinente, inclusive em face de alterações na Tecnologia da Informação e da Computação, área do conhecimento humano em que, como é sabido, praticamente a cada dia surgem novas técnicas e procedimentos.

Por outro lado, cabe consignar que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar, em decisão final, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.543, de 2013, decidiu por declarar a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 12.034, de 2009, artigo que a presente proposição pretende revogar e que prevê a impressão do voto eletrônico.

Nesse sentido, o STF foi ao encontro do proposto pelo presente projeto de lei que, nesse particular, perdeu o seu objeto, retirar do ordenamento normativo o referido dispositivo legal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A propósito, cumpre também recordar que o Congresso Nacional voltou a afirmar a sua decisão de adotar a impressão do voto eletrônico, pois a Lei nº 13.165, de 2015, que promoveu importantes alterações na legislação eleitoral e partidária (a chamada “minirreforma eleitoral”), reintroduziu, sob o fundamento da segurança do voto eletrônico, a norma da impressão do voto para que o eleitor confirme a correspondência entre o teor de seu voto e o registro impresso e exibido pela urna eletrônica (art. 59-A incluído na Lei das Eleições). Ademais, o art. 12 da Lei nº 13.165, de 2015, estabeleceu que a impressão do voto eletrônico deve ocorrer até a primeira eleição geral subsequente (que se entendeu como referência às eleições estaduais, federais e para Presidente da República de 2018).

Recorde-se, a propósito, que esses dispositivos foram vetados pela então Presidente da República, Srª Dilma Rousseff, mas o Congresso Nacional derrubou os vetos.

Cabe registrar que, como os termos das novas regras adotadas sobre a impressão do voto eletrônico pela Lei nº 13.165, de 2015, são diversos daqueles das declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Lei nº 12.034, de 2009), conforme acima referido, e como também o progresso tecnológico na área de informática é permanente e também devido à mudança da composição do próprio tribunal (além do fato de que o tribunal só se pronuncia se provocado), não se pode afirmar com segurança se as novas regras sobre impressão de voto também seriam declaradas inconstitucionais.

De todo modo, cabe reter, no que diz respeito à segurança do voto eletrônico, que o Congresso Nacional decidiu recentemente em sentido contrário ao contido no PLS nº 68, de 2010, ao adotar, mais uma vez, a impressão dessa espécie de voto.

De outra parte, no que diz respeito à identificação biométrica do eleitor, cuja previsão em termos genéricos é também objeto do PLS nº 68, de 2010, cabe também ponderar que a Justiça Eleitoral, com base no art. 5º, §5º, da Lei nº 12.034, de 2009, vem procedendo ao progressivo recadastramento biométrico do eleitorado brasileiro, sendo as técnicas biométricas já também utilizadas crescentemente a cada eleição.

Por fim, quanto ao voto em trânsito, cabe verificar que, em sentido contrário à expectativa do presente PLS, tal modalidade de voto vem sendo adotada com sucesso, desde a Lei nº 12.034, de 2009, que instituiu pelo art. 6º o voto em trânsito na votação eletrônica, mediante acréscimo do art. 233-A ao Código Eleitoral, dispositivo que a presente proposição pretende revogar, como visto acima.

Assim, nas eleições de 2010, foi efetivado o voto em trânsito para Presidente da República, para os eleitores em trânsito no Território nacional, em urnas instaladas nas capitais dos Estados. Por sua vez, nas eleições de 2014, esse direito foi ampliado pela Justiça Eleitoral para incluir urnas instaladas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

em Municípios com mais de 200 mil eleitores. E, em setembro do ano de 2015, a já acima referida Lei nº 13.165, ampliou ainda mais o direito de voto em trânsito, agora para as eleições de Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital, em urnas que devem ser especialmente instaladas para as eleições de 2018, nas Capitais e nos Municípios com mais de cem mil eleitores.

Desse modo, como visto, as matérias que são objeto do PLS nº 68, de 2010, foram recentemente tratadas pelo Congresso Nacional, tendo sido objeto de leis que foram aprovadas e estão em pleno vigor e em processo de implementação.

Por essa razão, nos termos do parecer já aprovado pela CCT, entendo que a proposição em pauta, sem embargo do seu meritório objetivo, está prejudicada, nos termos do art. 334 do RISF, artigo que dispõe sobre a prejudicialidade das proposições pendentes de deliberação no âmbito do Senado Federal (v.g. em face da realidade fática da implementação da identificação biométrica e da realidade fática da ampliação crescente do voto em trânsito, como também em face da reafirmação recente do Senado Federal pela impressão do voto eletrônico, cf. Lei nº 13.165, de 2015).

Voto.

Ante o exposto, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2010.

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

Passamos à leitura agora do item 18.

ITEM 18**OFICIO "S" Nº 23, de 2014**

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informa sobre os novos procedimentos para o encaminhamento de pleitos referentes ao Sistema de Gerenciamento Integrado/SIGS e ao módulo PRJ, a partir de 31 de outubro de 2014.

Autoria: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero dar conhecimento da matéria à Comissão.

Esta Casa recebeu, em 5 de novembro de 2014, o Ofício “S” nº 23, de 2014, da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). O ofício informa alterações nos procedimentos de recebimento, por aquela Secretaria, de pleitos destinados à contratação de operações de crédito externo por intermédio do Sistema de Gerenciamento Integrado da Seain (SIGS).

O SIGS, instituído pela Portaria Seain nº 1, de 21 de março de 2013, destina-se a receber, cadastrar, analisar e acompanhar os projetos públicos financiados por organismos internacionais. O módulo PRJ, em particular, permite receber informações sobre a execução físico-financeira dos projetos contratados e receber pleitos dos mutuários para análise pelo Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), referentes às fases de preparação, qual seja, alteração e prorrogação de recomendações e de execução, qual seja, alterações contratuais. Esse módulo passou a operar em 31 de outubro de 2014, no seguinte endereço: <http://www.sigs.planejamento.gov.br/prj/>. Destaque-se que o acesso requer o uso de assinatura digital. A senha requerida, a seu tempo, poderá ser obtida junto a Seain por meio dos telefones (61) 2020-4463 ou (61) 2020-4464 ou do e-mail seain-cogex@planejamento.gov.br.

Os termos do Ofício nº 2/Seain/MP, de 27 de outubro de 2014, indicam que se trata de matéria relacionada com a gestão administrativa do Senado Federal na condição de unidade orçamentária habilitada a pleitear financiamentos externos. Portanto, não tem relação com as atribuições legislativas ou fiscalizadoras desta Casa, não cabendo qualquer manifestação quanto ao mérito do ofício por parte da Comissão de Assuntos Econômicos, restando-lhe conhecer a matéria e proceder ao seu arquivamento.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Wellington.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Wellington Fagundes.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Muito obrigado, Senador Wellington.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer critérios de contabilização orçamentária e financeira que impeçam o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas de exercícios seguintes, bem como para restaurar a real natureza de inscrição em Restos a Pagar.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto com nove emendas apresentadas.

Observações:

O Relator é o Senador Ferraço, a quem passo a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, de autoria do hoje Governador pelo Estado do Mato Grosso Pedro Taques, é submetido a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 351, de lei complementar, composto por dez artigos e que altera a Lei Complementar 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, nos últimos anos, foi aviltada, violada, violentada e estuprada pela ausência de boas práticas de governança pública e, por isso mesmo, chegou a um nível de violação tal de crimes fiscais que produziu até mesmo o afastamento de uma Presidente da República. O nosso parecer, Sr. Presidente, incorpora, aperfeiçoa, fecha portas e janelas que escancaravam, de certa forma, a possibilidade de que contabilidades





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criativas e maquiagens pudessem distorcer os princípios e os valores que estão no centro dessa lei, que é um verdadeiro patrimônio para a sociedade brasileira, à medida que deveria inibir que práticas governamentais não adequadas continuassem sendo perpetradas contra o interesse da sociedade.

Na prática, a Lei de Responsabilidade Fiscal incorpora limites aos políticos e aos gestores públicos para que esses possam ter uma limitação adequada de que eles recebem delegação para atuarem em nome da sociedade, mas de que eles não podem fazer com o recurso público aquilo que bem desejam.

E aí nós estamos apresentando o nosso relatório, Sr. Presidente, que é longo – eu levaria aqui 30, 40, 50 minutos para fazer sua leitura. Como nós não temos quórum para fazer a votação deste relatório nesta data, a proposta que faço a V. Ex^a é que eu vá direto à leitura do voto, o relatório será publicado e será dada vista coletiva ou somente vista, e aí as Sr^{as} e os Srs. Senadores poderão tomar conhecimento do conteúdo desta proposta, para que a gente possa, numa outra reunião, discutir e debater cada um desses pontos.

Na prática, Sr. Presidente, este projeto fecha portas e janelas que estavam escancaradas, que permitiam aos governos violar, violentar e cometer todo tipo de crime na dimensão de maquiagem as contas públicas em nosso País.

De modo que, ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 351, acrescido das seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAE (de redação)

Onde se lê “§9º” no §9º do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, leia-se “§8º”.

EMENDA Nº - CAE (de redação)

Onde se lê “parágrafos 8º e 9º” no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar”, leia-se “parágrafos 8º a 10”.

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, a seguinte redação:

Art. 5º O §1º do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29.
.....

§1º Equipara-se a operação de crédito:

I – a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – a manutenção de saldo devedor pelo ente da Federação em instituição financeira ou agência financeira oficial de fomento, quando estas atuarem como agente financeiro ou repassador de recursos no âmbito de programas públicos, por:

- a) cinco dias consecutivos, ou
- b) dez dias alternados em um mesmo exercício financeiro.

.....”(NR)

EMENDA Nº - CAE (de redação)

Dê-se ao art. 6º, do PLS 351, a seguinte redação:

Art. 6º O art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 4º a 6º:

§4º É vedada a utilização, como medidas de compensação na forma do inciso II do *caput*, de eventual excesso de arrecadação ou de quaisquer ajustes na programação orçamentária e financeira da despesa pública.

§5º Excetua-se da vedação estabelecida pelo §4º o eventual excesso de arrecadação, desde que a renúncia de receita por ele compensada seja concedida exclusivamente durante o exercício para o qual é aprovada e se demonstre a subestimação da receita na previsão orçamentária.

§6º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins de que trata o §5º, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda a projeção do exercício, o calendário de arrecadação da receita e fatores econômicos previsíveis.

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 7º do PLS 351 a seguinte redação:

Art. 7º O art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º

.....

...

§5º A concessão de desonerações de tributos e a execução de quaisquer despesas relativas a programas de investimento não poderão deduzir a meta anual relativa ao resultado primário de que trata o §1º. (NR)

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 8º do Projeto de Lei do Senado nº 351 a seguinte redação:

Art. 8º A equiparação como operação de crédito da manutenção de saldo devedor pelo ente da Federação em instituição financeira ou agência financeira oficial de fomento, nos termos do inciso II do §1º do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, não altera entendimentos anteriores sobre o assunto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao art. 9º do PLS 351 a seguinte redação:

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – a partir do início do segundo exercício financeiro seguinte para as disposições dos arts.

1º, 2º e 7º;

II – nessa data, em relação aos demais dispositivos.

EMENDA Nº - CAE

Suprima-se o art. 10 do PLS nº 351, de 2013 – Complementar.

Onde se lê “Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001” nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013 – Complementar, leia-se “Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000”.

É como relato, Sr. Presidente.

Na oportunidade, eu quero crer que, numa próxima reunião, nós teremos a oportunidade de fazer um enfrentamento não apenas do projeto, mas das emendas. Ou seja, nós estamos aqui buscando aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal, como eu disse anteriormente e repetindo, fechando portas e janelas que estavam escancaradas e produziram crimes fiscais que levaram até mesmo ao afastamento de uma Presidente da República.

É como relato.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Pelo que entendo, então, faríamos a discussão na próxima reunião, de acordo com o entendimento de V. Exª.

Fica concedida, então, vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço, V. Exª também é o relator do item 15, de autoria do Senador Fernando Coelho.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável à Emenda nº 4-PLEN, na forma da subemenda que apresenta, e favorável à Emenda nº 5-PLEN.

Observações:

1. A matéria volta à CAE para exame das Emendas de Plenário nºs 4 e 5-PLEN.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Ricardo Ferraço com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, nós já apresentamos este relatório na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele foi debatido e foi apresentada uma emenda. Eu passo a relatar, portanto, o voto e a emenda.

Voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto favorável à Emenda nº 4, na forma da subemenda que apresentamos, e favorável à Emenda nº 5, oferecidas em plenário ao PLS 165.

Dê-se ao §5º do art. 4º da Lei Complementar 101, de 2000, constante do art. 1º do PLS 165, a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....

.....

§5º É vedado ao Poder Executivo propor alteração da meta de resultado primário, no último trimestre do exercício financeiro, se a proposta importar em redução de superávit ou aumento de déficit referente ao exercício em curso, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica encerrada a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável à Emenda nº 4 de Plenário, na forma da Subemenda nº 1 da CAE, favorável à Emenda nº 5 de Plenário.

Temos dois projetos aqui na pauta não votados. Eu perguntaria ao Senador Ferraço se, como nós temos dois projetos que estão na pauta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... V. Exª aceitaria ser *ad hoc* desses dois projetos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Aceitaria com muita honra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, a honra é nossa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Acho que V. Exª está me sobrecarregando de trabalho, mas estou aqui para isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu tenho notado V. Exª com certa estafa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nós temos razões para além daquilo que nós merecíamos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 16.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento.

Autoria: Senador Vicentinho Alves





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Convido, pela gentileza manifestada, o Senador Ferraço a ser o Relator *ad hoc* deste projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Compete a esta Comissão, conforme o art. 99, inciso I, do Regimento Interno, manifestar-se sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

No que se refere à constitucionalidade, o projeto cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa, consagrada no art. 61. A proposta não infringe qualquer disposição do Texto Constitucional.

Relativamente à juridicidade, o PLS 545 cumpre as condições de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

No tocante ao mérito, não vemos óbices do ponto de vista econômico. Também acreditamos ser benéfico tanto ao consumidor quanto ao fornecedor por trazer mais transparência nas relações comerciais.

Não é novidade que o consumidor brasileiro sofre abusos e desrespeitos constantes. Não obstante, em virtude de muitas vezes não conseguir obter provas consistentes sobre tais práticas, os consumidores são impedidos de fazer valer seus direitos. Nesse sentido, o projeto em voga, ao jogar luz sobre os fatos ocorridos, vai ao encontro do interesse público, ao permitir que os cidadãos pátrios sejam capazes de exercer direito básico garantido pela Constituição Federal. Ao mesmo tempo, protege as empresas de reclamações infundadas.

Assim, a nosso ver, a proposição sob exame é meritória, uma vez que contribui para o aperfeiçoamento da norma consumerista.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 545, na condição de Relator *ad hoc* designado por V. Ex^a, Sr. Presidente.

É como relato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Davi, que teve como Relator *ad hoc* o Senador Ricardo Ferraço.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

Vou fazer a leitura, então, do outro projeto do Cristovam Buarque.

Ele pediu...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Item 18?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 18. Mas ele, o Senador Cristovam, pretende relatar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vou aguardar a próxima reunião.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 146, de 2017

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto nos incisos II e V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal; e nos incisos II e V, do art. 90 e no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF; requeremos a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir aspectos relativos à viabilidade econômica da Rota de Integração Latino Americana desde o Brasil até o continente asiático, partindo de Mato Grosso do Sul e passando pelo Paraguai, Argentina e Chile.

Autoria: Senadora Simone Tebet





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes pessoas: Sr. Claudio Antonio Cavol, Sr. Ednei Marcelo Miglioli, Sr. João Carlos Parkinson de Castro, Sr. Ramón Jiménez Gaona, Sr^a Marlene Graciela Ocampo, Sr. Jaime Gazmuri Mujica e Sr. Carlos Alfredo Magariños.

A justificação – ela já no próprio requerimento se autojustifica – é a integração econômica ligando o Brasil, passando pelo Paraguai, Argentina e Chile, ao continente asiático.

O requerimento da Senadora eu coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Senadora Simone Tebet.

Não havendo mais o que tratar, fica encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e treze minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalírio Beber, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Wilder Moraes, Lídice da Mata, Romário, Vanessa Grazziotin, Acir Gurgacz, Jader Barbalho e Dário Berger. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade (MSF 39/2017). ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da renúncia do mandato da Senhora Martha Regina de Oliveira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Após exposição oral do indicado, Senhor Rodrigo Rodrigues de Aguiar, e interpeção dos Senadores Waldemir Moka, Dalírio Beber, Ana Amélia, Lídice da Mata, Airton Sandoval e Marta Suplicy, a Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, aprova Parecer favorável à indicação do nome do Senhor RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da renúncia do mandato da Senhora Martha Regina de Oliveira, por unanimidade, com 15 (quinze) votos SIM. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora." **Autoria:** Deputada Mara Gabrilli. **Relatoria:** Sen. Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 - Complementar - Não Terminativo** - que: "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT)." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado.

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica." **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado.

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, de 2015 - Terminativo - que: "Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fazer constar a síndrome de Sjögren e a doença pulmonar obstrutiva crônica na lista de doenças que independem de carência para fins de concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado da Previdência Social." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Sen. Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 119 de 2017 que: "Requeiro a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com o objetivo de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas pela Agência" **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 120 de 2017 que: "CASRARAS - Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica. Prazo: até o final desta sessão legislativa." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 14 -**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 121 de 2017 que: "Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requeiro seja formulada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG, a fim de que seja verificada a legalidade e legitimidade dos contratos, bem como dos repasses realizados para a empresa." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 15 -**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 122 de 2017 que: "Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros. Para tanto, sugiro sejam convidados: Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo – Secretário Nacional do Consumidor (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Sr. João Sabino – Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline (ABO2O); Srª Mariana Polidório – Representante de Políticas Públicas no Brasil da Uber; Sr. André Oliveira - Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil (AAMOTAB); Sr. André Ramos Tavares - Professor da Faculdade de Direito da USP; Sr. Lênio Luís Streck Rocha – jurista e professor." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. **Resultado:** A Senadora Ana Amélia subscreve o Requerimento. Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 123 de 2017 que: "Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do "pacote de medidas" que afetam os serviços e os servidores públicos, divulgado pelo governo em associação ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

anúncio da alteração das metas fiscais." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 124 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença do presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Sr. Ronald Ferreira dos Santos, para tratar sobre a visão do Conselho em relação: a implementação do Plano Nacional de Saúde 2016 - 2019, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), as limitações orçamentárias da área da saúde e suas consequências nos programas de maior alcance popular; a exclusão do "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)" do rol de prioridades da LDO para 2018 e também sobre os resultados da 2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Lido. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Dalírio Beber, Ana Amélia, Lídice da Mata, Aírton Sandoval, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Romário e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/16>



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira, arguição pública do Sr. Rodrigo Rodrigues de Aguiar, indicado pela Presidência da República, conforme a Mensagem nº 39, a exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente da renúncia do mandato da Srª Martha Regina de Oliveira. A segunda parte vai ser deliberativa, em que há dois itens não terminativos; depois, dois itens terminativos; e, depois, um requerimento, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da renúncia do mandato da Senhora Martha Regina de Oliveira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

- Em 12.07.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidente concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (artigo 383, II, "b", RISF).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- *Votação procedida por escrutínio secreto (artigo 383, VI, RISF).*

Convido para tomar assento à mesa dos trabalhos o indicado, o Sr. Rodrigo Rodrigues de Aguiar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Pela ordem.) – Presidente, eu sei que não é regimental, mas eu tenho uma prioridade aqui que eu gostaria, se V. Ex^a permitir, que nós pudéssemos deliberar.

Na última reunião, que foi uma audiência pública sobre doenças raras – V. Ex^a, inclusive, foi uma das que propuseram –, ocorreu que os Senadores que propuseram... Começou com o Ronaldo Caiado, ficou pouco tempo; eu assumi a Presidência; o Senador Cássio Cunha Lima teve que sair, enfim... Foi uma discussão muito rica, muito importante. E, quando eu vi que... Porque as reclamações... E, para ser sincero, por ser médico, é a quarta audiência pública que eu acompanho sobre essa questão das doenças raras, e, para mim, ficam, assim, reclamações esparsas. Você não tem um... A impressão que eu tenho – não que eu tenha certeza disto – é que é preciso que o Ministério da Saúde tenha alguma coisa que possa canalizar, sobretudo, informação. Porque há diagnósticos de doenças raras que, dependendo do lugar, são diagnósticos difíceis de se estabelecerem e às vezes se perde muito tempo.

Orgulho-me de, como Deputado Estadual, ter sido autor da primeira lei que criou o teste do pezinho, na época para diagnóstico de duas doenças. Hoje esse mesmo Teste do Pezinho, se quiserem, pode fazer o diagnóstico precoce, parece-me, de 26 doenças. Se tratadas precocemente, diminui-se ou limita-se muito seu avanço.

Então, eu estava vendo que o plenário, as pessoas estavam preocupadas com isso. Mais uma audiência pública... Aí eu disse que eu não tinha essa competência, não tinha essa autonomia, a Presidente era V. Ex^a, mas que eu faria um requerimento para criar, para propor uma subcomissão que pudesse ter o prazo até o final do mandato de V. Ex^a, de no máximo cinco membros e que ela fosse interagir com os representantes dessas entidades de portadores de doenças raras. Inclusive, presente aqui esteve o Presidente – representante do Poder Judiciário – do Tribunal de Justiça da 1^a Região, aqui de Brasília, que faz questão de participar e de acompanhar.

Eu tomei para mim, Senadora Marta, porque eu entendo que esse pessoal precisa... Nós aqui temos que, no mínimo, tentar organizar esses reclamos, porque acaba sendo judicializado. E, cada vez que o Ministério da Saúde tem que cumprir uma judicialização, acaba que o remédio fica mais caro do que se fosse comprado de forma coletiva.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, eu queria entender...

Primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa do Teste do Pezinho, que realmente é fantástico. Parabéns por essa ação!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Ex^a sempre protagoniza algumas ações que fazem muita diferença; e esta em relação a doenças raras vai ser mais uma. Eu gostaria de saber, Senador, qual seria a diferença entre um grupo de trabalho que se organizasse para isso – e tivesse toda infraestrutura – e uma subcomissão, porque subcomissão eu acho mais importante, dá mais força, mas subcomissão implica, também, presença para poder funcionar, e nós vemos que muitas subcomissões, até Comissões aqui na Casa, estão tendo muita dificuldade em conseguir ter funcionamento. Então, gostaria que o senhor fizesse uma reflexão, porque, para mim, não há problema, mas eu acho que pode atrapalhar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu pretendo, Senadora, fazer o convite – V. Ex^a fique à vontade também –, eu pretendo convidar como outros membros pessoas que realmente tenham o compromisso, que queiram fazer isso juntos.

Nós já fizemos, juntos aqui, trabalhos importantes e fomos até o final. Agora, para mim, ser subcomissão ou uma comissão de trabalho realmente não faz diferença. O que faz diferença é você chegar ao Ministro da Saúde. Uma subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais terá, com certeza muito... E aqui nós estamos falando...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É verdade, a diferença está nisso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...do Dr. Antônio Prudente, que é o Desembargador, faz questão, porque ele também acha que, quanto a essa questão da judicialização, não devia ser judicializado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Que essa é uma questão de competência da Constituição.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, ela tem o ônus e o bônus: o ônus é a presença, porque, sendo uma subcomissão, precisa haver presença para abrir, para tudo isso. Então, ela complica um pouco. Agora, como *status* de pressão, de demanda, ela tem mais força.

Então, vamos fazer uma subcomissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Se couber a escolha, porque...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Cabe a escolha de V. Ex^a. Eu quero só fazer a reflexão conjuntamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Como eu me comprometi com a subcomissão, eu submeteria a proposta da subcomissão.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – De minha parte, está feito o requerimento e como...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos de ler? (*Pausa.*)

Eu leio depois, no final da reunião.

Vamos retornar ao tema, que é a Mensagem do Senado 39.

Bom, já está sentado o Sr. Rodrigo Rodrigues de Aguiar.

Vou conceder a palavra para sua exposição, por 20 minutos.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Bom dia a todos e a todas; Ex^{ma} Sr^a Presidente desta colenda Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Marta Suplicy; Ex^{mos} Srs. Senadores e Senadoras presentes, eu peço vênica para cumprimentar também os diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar que aqui estão presentes, Dr. Leandro Fonseca e a Dr^a Simone Freire, os colegas da ANS que aqui estão presentes também, acompanhando esta reunião, e também aqueles que estão acompanhando à distância. Muitos colegas certamente estão acompanhando à distância.

Cumprimento todos os demais presentes que se dispuseram a acompanhar esta sabatina nesta manhã.

Cumprimento minha esposa, que se deslocou do Rio de Janeiro para acompanhar esta Comissão.

Início a minha explanação ressaltando o quão honrado e orgulhoso está este cidadão da longínqua cidade de Queimados, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, por estar aqui. Só o fato de estar aqui hoje já representa uma grande vitória. Parafraseando um amigo que me mandou uma mensagem hoje cedo, esse caminho sem dúvida foi longínquo e não pavimentado. Então, só o fato de estar aqui já é para mim uma grande vitória.

Por isso agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Ex^{mo} Sr. Ministro da Saúde por terem me indicado para essa vaga, por me permitirem estar aqui hoje.

Feito esse adendo, volto ao objeto deste ato.

No ano de 2007, após ter sido aprovado no concurso público para Técnico Administrativo realizado pela ainda jovem Agência Nacional de Saúde Suplementar, ingressei no quadro de servidores da ANS – já faz dez anos, parece ontem –, sabendo muito pouco ainda do que tratava aquela entidade, tampouco sobre os desafios e complexidades que permeiam o setor de saúde suplementar no Brasil.

Já de plano, notei o quão instigante seria o exercício do citado cargo, pois passei a ouvir hodiernamente pelos corredores a célebre frase até hoje repetida como mantra pelos servidores da ANS: "Não há no mundo saúde suplementar como a do Brasil", em referência ao modelo *sui generis* de saúde suplementar adotado no País, que possui vertentes assistencial e prudencial igualmente firmes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Uma dessas vertentes me foi apresentada já de plano, quando fui designado a exercer as minhas funções na Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS, à qual, dentre outras atribuições, compete regular e monitorar a situação econômico-financeira dos operadores de planos privados de assistência à saúde, onde pude atuar por cinco anos e atestar a seriedade, a técnica e a vocação com que esse tema é tratado pelos servidores especialistas nessa matéria.

A seguir, tive a oportunidade de atuar na fase seguinte dessa cadeia, na Coordenadoria de Inquéritos da ANS, cuja principal atribuição é instaurar inquérito para a apuração das causas que levaram as ex-operadoras de planos de saúde à liquidação, falência ou insolvência e as responsabilidades dos seus ex-administradores, onde tive a primeira oportunidade de atuar como gestor no serviço público ao ocupar a função de coordenador nos períodos de ausência do titular do cargo.

É importante ressaltar que nesse momento fui novamente aprovado em concurso público para a ANS, dessa vez para exercer o cargo de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, para o qual fui nomeado no dia 3 de dezembro de 2013, mantendo a minha vocação para me manter na ANS e ser aprovado em concursos públicos para tratar de saúde suplementar. Nesse momento, escolhi atuar na Diretoria de Fiscalização da ANS, onde pude ter mais contato e acesso à outra vertente da saúde suplementar, que é a vertente assistencial.

Nessa Diretoria, já ocupei diversos cargos. Fui assessor, gerente, gerente geral e atualmente ocupo o cargo de Diretor-Adjunto de Fiscalização há pouco mais de um ano com muito zelo, responsabilidade e dedicação, tendo conseguido, acredito – assim como já foi apresentado neste Senado Federal por uma outra diretora, recentemente sabatinada aqui –, bons resultados nessa função.

Na Diretoria de Fiscalização, atuando sob as diretrizes, a partir das oportunidades que me foram conferidas pela Dr^a Simone Freire, pude participar diretamente da primeira fase da revisão do arcabouço fiscalizatório da ANS, quando pude colocar em prática, com maior precisão, todo o conhecimento adquirido ao longo dos anos, ao tratar de matérias e temas afetos à minha formação acadêmica e sobre os quais mais me debrucei durante todo esse período.

Muitas normas e medidas foram revistas nesse processo de revisão, merecendo destaque a edição da Resolução Normativa nº 388, de 2015, que consolidou, em um único instrumento, os procedimentos adotados para a estruturação e realização das ações fiscalizatórias da ANS, cujos trabalhos foram diretamente coordenados por mim e podem ser considerados a mola propulsora que permitiu o atingimento de alguns importantes resultados, resumidamente citados a seguir.

Foi possível uma redução expressiva no passivo processual.

Em abril de 2014, quando cheguei à Diretoria de Fiscalização, juntamente com a Dr^a Simone Freire, a Diretoria de Fiscalização possuía 57 mil processos sancionadores, um número alarmante em passivo, em estoque. Desde então, até os dias atuais, mais de 60 mil processos foram instaurados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Todavia, a partir das medidas e das alterações promovidas, atualmente há apenas 12 mil processos em passivo, um resultado expressivo de gestão pública.

Esse enxugamento passivo foi viabilizado pela substancial redução do tempo médio da duração de processos. Em 2012, os processos sancionadores instaurados levavam, em média, 2.480 dias para serem concluídos. Sem dúvida nenhuma, um prazo muito alongado. Já no final de 2016, esse tempo já havia se reduzido para 255 dias – e ele continua melhorando até agora.

Toda essa celeridade propiciou um aumento expressivo na aplicação e, por conseguinte, na arrecadação de multas. Em 2014, foram aplicados R\$377 milhões em multas. Desse montante, apenas R\$16 milhões foram recolhidos no mesmo ano. Ou seja, 6,1%. Já em 2016, foram aplicados R\$1,114 bilhão em multas. Desse montante, foram arrecadados R\$171 milhões apenas no ano de 2016, correspondendo a 15,4%. E, no todo do ano, foram arrecadados aproximadamente R\$380 milhões. Houve um incremento substancial, que – é importante que seja ressaltado – só foi alcançado por conta do extermínio do passivo. Esse resultado provavelmente não se repetirá nos próximos anos, mas ele demonstra o impacto e os resultados alcançados com as medidas adotadas.

Vale ainda destacar que as inovações na gestão pública representadas pela edição da citada resolução – que congregou, na prática, uma série de outras medidas; ela é apenas a representante, mas houve a implementação de um pacote de medidas, para que esses resultados fossem alcançados – foram objeto de auditoria operacional efetivada pelo Tribunal de Contas da União, cujo resultado foi acompanhado pela Controladoria-Geral da União, a qual conferiu recentemente à ANS um certificado de regularidade, a partir das conclusões do relatório anual de contas, motivo de muito orgulho para toda a equipe de fiscalização da ANS que se dedicou a esse projeto e que teve como escopo avaliar especificamente os resultados qualitativos e quantitativos relativos às operações promovidas pela Resolução Normativa nº 388 relacionadas às atividades de fiscalização e também o planejamento e o monitoramento da gestão de pessoas, contemplando, em especial, as mudanças decorrentes da RN 388.

Entretanto, mesmo diante desses relevantes resultados obtidos, como já era sabido, o modelo de fiscalização ancorado exclusivamente na identificação de práticas infrativas e na correspondente aplicação de penalidades se esgotou, tornando-se necessário rever não mais apenas as normas, mas, sim, o próprio modelo de fiscalização da ANS, para que a sua atuação passasse a ter um viés mais indutor de correção e de reenquadramento das condutas das operadoras às normas que regem o mercado de saúde suplementar, focado na solução célere dos problemas relatados e enfrentados pelo beneficiário.

Por essa razão, como último ato junto à Diretoria de Fiscalização antes desta sabatina, pude coordenar os trabalhos para idealização de um novo sistema de fiscalização para a ANS, cuja minuta de normativos está submetida à consulta pública desde ontem, tendo como foco a reestruturação das ações fiscalizatórias, novamente consolidando normas esparsas que tratavam de fiscalização em um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

único instrumento, em um movimento de racionalização da regulação, visando especialmente promover maior eficiência, efetividade e proporcionalidade à fiscalização da ANS.

Essa proposta de um novo sistema de fiscalização representa muito do meu entendimento sobre as práticas regulatórias que precisam ser implementadas, no sentido de que elas devem, acima de tudo, ser racionais, proporcionais, justas e técnicas, a fim de garantir o equilíbrio do mercado que visamos regular, preferencialmente por intermediações indutoras que visem conduzir os regulados à zona de conformidade, deixando as ações interventivas e impositivas para os casos extremos, em consagração ainda ao princípio da isonomia.

Uma agência deve estimular o ambiente de estabilidade regulatória, de confiança, de indução à melhoria do ambiente de negócios e à segurança em investimentos, atuando sempre para coibir e penalizar os abusos advindos da operação.

Sem mais me alongar, encerro aqui minha explanação inicial, colocando-me à inteira disposição de V. Ex^{as} para responder aos questionamentos apresentados ou dirimir eventuais dúvidas existentes.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Rodrigo Rodrigues de Aguiar. Parabéns pelo excelente trabalho que vem executando na Anvisa.

Eu quero aqui também agradecer a presença de Simone Sanches Freire, Diretora de Fiscalização, e de Leandro Fonseca, Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras.

Dou a palavra ao primeiro inscrito, que é o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Dr. Rodrigo, há pouco tempo, foi sabatinado aqui nesta Comissão.

Senadora Marta Suplicy, nossa Presidente, eu fico muito confiante e feliz mesmo, quando os indicados a esses cargos de diretoria são funcionários de carreira. É uma coisa que me agrada muito, porque já é uma prova de confiança, pois a pessoa está lá, conhece por dentro, não está chegando e ainda vai tomar conta. Nada contra uma pessoa também competente – já vi isto acontecer – que não seja funcionário de carreira, mas que faça um grande trabalho. Agora, eu confesso que ser funcionário de carreira é como se fosse 50% do meu voto.

E o trabalho que o Dr. Rodrigo faz – e fez – é muito importante. Antes de sair, ele deixou pronta aí – está sob consulta – essa questão da fiscalização.

E essa parte da Agência Suplementar Nacional de Saúde é uma parte superimportante, porque vou dar um exemplo: existem muitas coisas que dependem da autorização, e, como ele diz, a agência tem que trabalhar em harmonia. Quem sabe não seria o caso de chamar a pessoa e dizer "olha, nós





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vamos ter que fazer isso, isso e isso" dar um prazo e tal, mas com firmeza. Agora, não cumpriu, não quer fazer, aí, vem a punição. Mas gosto muito de quem tem por norma, primeiro, estabelecer um contato, no sentido "olha, nós precisamos resolver. O caminho é esse. Nós vamos lhe dar um prazo, para que você faça o ajuste ou entre dentro da norma".

De forma, então, Dr. Rodrigo, que, para não me alongar, já conheço o trabalho de V. S^a, fico feliz com a indicação. Gostaria mesmo de hipotecar aqui a minha inteira confiança e solidariedade a essa indicação.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Compartilho dessa análise que V. Ex^a fez, Senador Moka, porque nos sentimos muito mais confortáveis votando em alguém que trabalha dentro da agência há algum tempo, tem um currículo dentro dela.

É como disse, Senador Moka: a gente já sabe de 50%, depois é exatamente como a pessoa se sai na sabatina e tudo mais. O seu nome está sendo muito bem visto pelos colegas, e eu quero dizer que vou abrir já a votação, para facilitar, porque aqui, hoje, na Casa, há muitas votações importantes, onde um entra e outro sai. Isso vai facilitando o nosso trabalho.

Mas algum Senador gostaria de se pronunciar? (*Pausa.*)

Então, vamos aguardar a votação e a chegada de outros Senadores, para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já está aberto.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente Marta Suplicy.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Quero aproveitar também para parabenizar o Rodrigo. Ele tem um currículo e uma biografia realmente robusta, que nos fazem crer que a escolha que está sendo feita, se tudo correr bem, será aprovada aqui na Comissão e, depois, também em nível de Plenário, uma vez que ele é jovem, com certeza, cheio de ideais, com uma experiência já na própria Agência Nacional de Saúde Suplementar, no sentido de fazer com que, de fato, essa prestação de serviços, promovida na sua grande maioria pela iniciativa privada, possa alcançar os resultados desejados.

Vivemos um período de dificuldades em função da nossa economia. O Sistema Único de Saúde vive em dificuldades por falta de recursos. Infelizmente, são os Municípios que têm sido sobre carregados com a prestação desse serviço. Portanto, digamos, essa boa parceria, a existência dos planos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de saúde complementar ajuda a suprir as deficiências de um setor público, que, infelizmente, se manifesta incapaz de financiar à altura, haja vista o que tem acontecido hoje com os hospitais filantrópicos.

Ontem ainda estavam reunidos em Brasília. Na Câmara Federal, foi aprovado um importante projeto que tramitou aqui no Senado Federal, permitindo que se proporcione aos hospitais filantrópicos um recurso de financiamento, exatamente para superar as dificuldades de custeio, porque, na verdade, hoje é mais fácil encontrar um recurso para investimento do que para custear a saúde pública em nível de Brasil.

Então, queremos parabenizá-lo, desejando tenha pleno êxito nessa nobre função, porque isso interessa para todos os brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Dalirio.

Eu vou fazer as perguntas do portal e-Cidadania, pois estão chegando muitas perguntas.

A primeira participação é de Son Marinho, do Rio de Janeiro.

Gostaria de perguntar ao candidato, que é servidor de carreira da ANS, por que o programa de fiscalização pró-ativa, denominado Olho Vivo, criado pela primeira Diretora de Fiscalização da ANS - Dra. Maria Stella Gregori - foi interrompido em 2015?

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Agradeço a pergunta da Srª Sônia Marinho. Ela é servidora da ANS, colega de carreira, e aí faz uma pergunta com muita propriedade, tratando um assunto bem específico, sobre uma das medidas fiscalizatórias que vinham sendo implementadas até a chegada da Drª Simone na Diretoria de Fiscalização, e, por conseguinte, a minha chegada também. Esse era um programa que visava a uma fiscalização *in loco* nas operadoras, para que as operadoras tivessem a oportunidade de rever as suas condutas e, a partir dali, terem melhores resultados.

Entretanto, a partir de uma análise de impacto e regulatória *ex post*, como vem sendo convencionalmente chamada na ANS a análise após a publicação e a edição de uma norma, verificou-se que ela não atingia o seu objetivo. As operadoras não estavam alterando a sua conduta a partir daquela ação fiscalizatória. Na verdade, aquela ação fiscalizatória estava resultando apenas em aplicação de penalidades, sem impulsionar o reenquadramento regulatório daquela operadora, que era o objetivo inicial do programa Olho Vivo.

Por conta disso, a Diretoria de Fiscalização resolveu fazer uma alteração nesse programa. A gente apenas alterou a nomenclatura do programa para deixar de ser algo menos lúdico e mais direto, mais claro para sociedade, chamando de Programa de Intervenção Fiscalizatória, que, de fato, tem o objetivo de alteração de conduta nas operadoras. E este programa, sim, vem tendo resultados muito positivos na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

redução das reclamações beneficiárias, da insatisfação dos beneficiários e da conformidade regulatória das operadoras.

Então, na verdade, não foi descontinuado. Houve uma alteração, e essa alteração inclusive foi também analisada pelo TCU e considerada regular.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esclarecida essa primeira pergunta de Son Marinho, do Rio de Janeiro, vamos à outra.

Elena Rezende, de São Paulo, fez esta pergunta às 7h47 da manhã:

Olá, tenho Seguro Saúde privado. O que percebo é total falta de respeito, o que me leva a concluir é que não há fiscalização e punição que possa inibir estas posturas. O que um diretor pode fazer para efetivamente regular pelo interesse público e não privado?! Disso dependem [muitas] vidas.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Como eu tive oportunidade de manifestar rapidamente aqui no discurso de abertura, a ANS vem atuando nos últimos anos com muita dedicação, muita responsabilidade e muito rigor para coibir as práticas infrativas, as práticas abusivas. Algumas medidas implementadas não só aumentaram o número de penalidades como reduziram de maneira já importante, ainda não substancial, o número de reclamações apresentadas, aumentando inclusive a satisfação dos beneficiários da saúde suplementar. Sem dúvida nenhuma, quando se trata de saúde, há uma sensibilidade muito maior sobre o tema. Então, uma reclamação vai ser muito sempre.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixa eu fazer aqui a parte da D. Helena. No final, o que ela está perguntando, em miúdos? O que eu posso fazer se o meu plano de saúde não está pagando alguma coisa que dizia que ia pagar? O que ela faz? A pergunta parece que é essa, da ouvinte.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – A ANS mantém uma central de relacionamento, de atendimento...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O número? Como ela vai?

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – É o 0800-7019656.

Mas também possui 12 núcleos de atendimento espalhados por alguns Estados brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ela é de São Paulo.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Há um núcleo de fiscalização em São Paulo na Rua Bela Cintra, não estou me recordando o número, mas...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ela pode procurar. Qual é o nome do núcleo?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – É núcleo de fiscalização da ANS.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pronto, é lá que ela tem que ir se ela está...

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Ela consegue encontrar o endereço com mais precisão no *site* da ANS, que é o www.ans.gov.br, mas ela também pode apresentar essa reclamação através do *site* da ANS, tanto através do telefone, como através do *site*, como através do núcleo, da forma que ela melhor entender que vai lhe atender.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vai chover, Rodrigo?

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Como?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vai chover reclamação. Mas tudo bem, nós estamos aqui para isso, para aprimorar.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – A gente precisa receber a reclamação para a gente também fazer as nossas políticas fiscalizatórias.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que vocês estão fazendo um belíssimo trabalho, mas é como você estava dizendo...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permita-me, em relação a essa questão de medicação das chamadas doenças raras, porque ainda, para muitas delas depende-se de importação, para outras já resolveram a importação, mas o Ministério da Saúde ainda não incorporou no sistema SUS, na sua avaliação, qual seria a melhor forma? Porque o pessoal sofre muito. São 13 milhões de brasileiros que, de alguma forma, possuem doenças raras, e, dependendo do lugar, até o diagnóstico é difícil de ser feito.

Então, é um problema muito sério. Vocês têm, de alguma forma, alguma relação? E, se não tiver, fique à vontade para dizer que não, mas a impressão que eu tenho é que, de alguma forma, isso está relacionado também com a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Senador, em geral a ANS não inclui no seu rol de procedimentos obrigatórios, que as operadoras obrigatoriamente têm que fornecer aos beneficiários, medicamentos. Isso ocorre em casos especiais, como ocorreu, por exemplo, com a alteração da Lei nº 9.656, que rege o mercado de saúde suplementar no Brasil, através de um projeto da Senadora que acaba de chegar, sobre os medicamentos antineoplásicos, e aí, nesse caso, há a inclusão desses medicamentos no rol de procedimentos obrigatórios.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse rol é revisto periodicamente. Existe uma comissão chamada COSAÚDE, permanente, para discussão dos procedimentos que serão incluídos no rol de procedimentos obrigatórios, e todas as partes interessadas podem se manifestar, podem apresentar solicitações de inclusão, e a ANS faz a sua análise de forma técnica e criteriosa para avaliar se é razoável ou não, se é útil ou não, se é necessária ou não a inclusão daquele procedimento, inclusive no caso de medicamentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Uma comissão, um grupo de Senadores aqui poderia, junto com representantes dessas entidades, ter esse encontro com esse grupo que analisa isso?

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Sem dúvida, sem dúvida. A ANS recebeu uma delegação do Poder Legislativo para tratar dessas matérias.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já é o nosso Presidente da Subcomissão de Doenças Raras atuando.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – É. Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode ter certeza que estarão presentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero achar um caminho, Marta, aqui...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu sei.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... que ajude essas pessoas a encontrarem... porque elas sofrem demais. É muito difícil a pessoa já ter a doença e ainda... Às vezes, já têm o diagnóstico, sabem que existe terapia para aquilo, sabem que existe medicação para aquilo, e não têm acesso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É. Exatamente.

Vamos à pergunta do Rio Grande do Sul, de Cristina Fadanelli. Ela fez a pergunta ontem até e perguntou sobre o reajuste anual dos planos, que tem deixado muitas famílias sem planos. Não é muito uma pergunta, mas uma observação também do impacto que isso está tendo na saúde.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Esse assunto do reajuste, sem dúvida nenhuma, é muito complexo, especialmente em um mercado em que diversos interesses atuam e diversas necessidades também se apresentam. A ANS vem trabalhando continuamente para chegar a melhores modelos e a melhores resultados sobre a aplicação de reajuste de planos de saúde, inclusive com parcerias sendo firmadas com instituições renomadas para apresentarem estudos à ANS sobre quais seriam melhores modelos de definição dos reajustes, através de comissões e de comitês permanentes. Houve a instituição de um comitê recente sobre esse assunto para aprofundar a análise e o estudo sobre o assunto reajuste.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sem dúvida nenhuma, considerando a relevância que os planos de saúde têm para a sociedade, para a população brasileira, o reajuste acaba pesando de forma muito substancial na sociedade. Entretanto, é possível reconhecer que os custos da saúde suplementar também são muito altos, e sem o reajuste não haveria um equilíbrio econômico-financeiro das operadoras. Aí elas deixariam o mercado e, com isso, deixariam também de atender os seus beneficiários.

Então, é tudo muito complexo. Esse assunto repercute em outras searas regulatórias que precisam ser tratadas conjuntamente, e a ANS tem atuado sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Temos mais uma questão aqui, querendo saber por que a Agência... Não entendi a pergunta. É do Gilmar Benedito Barbosa, do Acre. Ele quer saber: "Por que a agência é no Rio? Não deveria ser em Brasília?"

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – A lei que instituiu a ANS determinou que a sede da ANS seria no Rio de Janeiro. É um mandamento legal, apenas. Por isso que a sede é lá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, a Senadora Ana Amélia gostaria de fazer alguma questão?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, nós tivemos alguns embates, em relação à ANS, sobre as multas aplicadas aos planos de saúde e o resultado da aplicação desse recurso, que vai para o caixa único não sei se da Agência ou do orçamento.

Mas para dar mais esclarecimentos aos clientes dos planos de saúde sobre os direitos que eles têm na operação, no contrato que vale, mesmo que no contrato esteja ali escrito... Às vezes o contrato tem letras tão pequeninhas, como bula de remédio, não é? É bom para tudo, mas na hora que você precisa, ele acaba não funcionando.

Então, eu queria uma palavra sua sobre a questão das multas aplicadas, o volume que representou em relação a isso. E, hoje, na avaliação, por exemplo, dos órgãos de defesa do consumidor, como é? Porque eles estavam, junto com a telefonia, entre as áreas de maior reclamação dos serviços prestados à clientela.

Também entendo que hoje os planos de saúde... Penso que o senhor poderia nos ajudar.

Eu sou autora de um projeto aqui no Senado que trata de regular... E aí é um problema para os planos de saúde, como é para o SUS, como é para os governos estaduais, que é a questão dos preços das órteses, próteses e outros insumos para a medicina. Tivemos um escândalo que foi conhecido nacionalmente, porque o Fantástico mostrou. E o custo da judicialização sobre planos de saúde, sobre o SUS, especialmente, sobre os governos estaduais e até municipais, em que prefeitos e governadores correm o risco de serem presos, o secretário de saúde, em função dessa situação da judicialização.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Supremo Tribunal Federal, quando o presidia o Ministro Ricardo Lewandowski, criou um comitê jurídico para, nos Estados, tentar – eu falo isso porque o meu Estado é o de maior índice de judicialização na área de saúde – juntar a Justiça Federal, a Justiça do Estado, o Ministério Público Federal, a PGR, a Procuradoria dos Estados e também a Defensoria Pública para, juntos, num comitê, fazer uma triagem disso e um exame desse propósito.

Eu queria saber também se a ANS acompanha esse trabalho que vem sendo feito no âmbito do Judiciário.

Essas são as minhas questões.

Agradeço muito ao Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Obrigado pelas perguntas, Senadora.

Eu fiz algumas anotações. Vamos começar sobre o assunto das multas.

No ano passado, a Agência recolheu 371 milhões em multas. É um valor superior inclusive ao seu orçamento anual. O orçamento anual, em 2016, da ANS foi de 320 milhões. De modo que houve um superávit no orçamento da ANS apenas com o recolhimento de multas, além do recolhimento da Taxa de Saúde Suplementar que é devida pela fiscalização, pela regulação do mercado.

De fato, esse valor é destinado inicialmente ao Tesouro Nacional, que somente após repassa esses valores à ANS.

A ANS não vem tendo problemas com o orçamento nos últimos anos, justamente porque tem conseguido arrecadar valores superiores ao seu orçamento inicial, aos seus custos.

Esses valores são aplicados em todas as atividades da ANS, inclusive na atividade fiscalizatória, que visa conceder maior informação ao beneficiário para que ele possa melhor ser atendido pelos seus planos, melhor contratar produtos relativos à saúde suplementar. A ANS vem trabalhando nesse sentido.

Entretanto, não há uma destinação específica, não é possível afirmar quanto desses valores arrecadados é destinado a essas atividades, já que são destinados a todas as atividades da ANS e a atividades que representam uma fatia muito grande desse orçamento da ANS, como, por exemplo, a atividade de ressarcimento ao SUS, que não retorna valores à ANS, o valor é retornando ao Fundo Nacional de Saúde, mas consome uma parcela substancial do orçamento da ANS.

A Diretoria da ANS vem trabalhando nesse sentido para realocar melhor esses recursos para que nós possamos, cada vez mais, prestar informações qualificadas aos beneficiários. Na semana retrasada, a ANS, frente à sua Diretoria de Fiscalização, lançou, junto com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, uma cartilha de orientações ao beneficiário sobre como contratar planos de saúde. E, além





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

disso, já incluiu em sua agenda regulatória o início de estudos e debates para a edição e publicação de uma norma que visa regular o momento da venda, para que o beneficiário saiba exatamente o que está comprando em cada caso.

É muito comum um beneficiário adquirir um plano coletivo, um produto coletivo, quando, na verdade, ele imaginava que estava adquirindo um individual por uma falha neste momento da venda. A ANS está atenta para esse fato, já está iniciando os trabalhos para tentar resolvê-lo. Ainda não temos uma solução imediata, mas eu acredito que a edição e a divulgação dessas cartilhas que foram espalhadas por todos os núcleos da ANS no Brasil já vão mitigar um pouco essa ocorrência da falta de informação precisa e detalhada ao beneficiário.

Sobre as órteses, próteses e materiais especiais, a ANS também vem atuando sobre isso nos últimos tempos. Ela participou aqui, no próprio Congresso, se eu não me engano na Câmara, de um grupo de trabalho para tratar deste assunto, que resultou em um grupo de trabalho externo da ANS com a Anvisa, e este grupo de trabalho resultou em uma série de apontamentos, de medidas que devem ser implementadas.

O Presidente atual da ANS comentou comigo ontem que ele iria à Anvisa e trataria deste assunto junto à Anvisa para combinar a melhor forma de implementação dessas medidas. De fato, é um problema que vem consumindo muitos recursos da saúde suplementar, nós precisamos combater, estamos estudando como combater. Algumas medidas vêm sendo implementadas, mas ainda paliativas. Nós ainda não conseguimos uma atuação mais efetiva sobre esta questão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso representa 20% da despesa dos gastos dos planos de saúde.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Exatamente, exatamente.

Isso foi demonstrado no painel de precificação da ANS, que foi lançado recentemente, que conseguiu delinear melhor quais são os custos na saúde suplementar, e este, realmente, foi um custo que chamou muito a atenção, porque ele é um custo de pouca incidência, é um procedimento de pouca incidência, mas de alto custo, então, está consumindo muitos recursos, resta saber se devidamente ou não. Se devidamente, a gente deve incentivar. Se, de fato, o beneficiário ou o paciente está precisando daquele material, obviamente que a gente deve induzir para que ele seja concedido, mas, também, a gente deve evitar que materiais não necessários sejam utilizados, até mesmo podendo prejudicar a saúde daquele paciente, daquele beneficiário, isso a gente não pode permitir que aconteça.

Para tentar mitigar o efeito da judicialização, a ANS tem firmado acordos de cooperação técnica com diversos órgãos, com ministérios públicos, defensorias públicas e tribunais de justiça. O último assinado, inclusive, foi no Estado de V. Exª. Assinamos um acordo de cooperação com o Procon do Rio





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Grande do Sul, cujo objetivo é fornecer informações técnicas para basear a decisão a ser tomada por estas autoridades, especialmente o Judiciário.

A ANS tem um acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça que visa justamente fazer essa integração dos sistemas, das informações, para que o Conselho Nacional de Justiça possa repassar essas informações aos demais órgãos do Judiciário, para que eles possam tomar as suas decisões com base em fundamentos técnicos emitidos pela ANS.

Esse trabalho ainda vem sendo construído, ainda não está completo. Há alguns tribunais de justiça já com acordos diretamente firmados com a agência, mas muitos ainda não, ainda estão em fase de negociação. Mas a ANS acredita que essa medida vá contribuir muito para a mitigação do problema da judicialização, porque na judicialização a gente precisa sempre fazer uma ressalva. A gente não tem dados precisos sobre o impacto da judicialização na saúde suplementar. A gente não sabe se a maior parte se refere a procedimentos devidos e negados indevidamente ou se a maior parte se refere a procedimentos não devidos, que não foram contratados, que não constam do rol da ANS e que ainda assim são concedidos pelo Judiciário. As duas realidades ocorrem, mas a gente ainda não sabe, não tem a dimensão dessas realidades. A ANS está fazendo a contratação de um estudo para tentar obter informações mais precisas sobre isso para que, a partir daí, possa definir melhores políticas regulatórias sobre a questão.

Acho que era isso. Consegui contemplar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

A Senadora Lídice da Mata é a próxima inscrita.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para o senhor, a suspensão da venda de planos de saúde é uma medida realmente efetiva para coibir os desvios praticados pelas operadoras? Existem dados que comprovem que o número de reclamações diminuiu após a adoção sistemática de tal política punitiva?

Eu já havia falado com o indicado, Dr. Rodrigo, sobre a nossa discussão em relação aos planos de saúde. Nós temos pedido de audiência aqui nesta Comissão e na Comissão de Assuntos Econômicos também. É importante que a ANS possa dar alguma opinião, algum parecer a respeito dessa situação dos planos de saúde.

O Ministério da Saúde criou um grupo de trabalho para estudar e propor a criação, a regulamentação e a oferta de planos de saúde populares, que teriam cobertura reduzida em relação aos produtos existentes no mercado hoje. Como o senhor vê essa proposta? Concorde com o argumento de que tais planos serviriam para desafogar o SUS?

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Obrigado, Senadora, pelas perguntas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sobre a suspensão da comercialização, ela é uma das medidas que a ANS adota em caráter não punitivo às operadoras pelo não atendimento às demandas dos seus beneficiários. Ela tem uma proposta que vem sendo bem alcançada nos últimos tempos, que é de que, em vez de aplicar uma penalidade – isso também ocorre, porque a base de aplicação de penalidade é a mesma base para a suspensão da comercialização dos produtos –, haja uma exposição negativa da operadora para que ela tente evitar incorrer nas mesmas práticas nos períodos subsequentes e, assim, atender melhor os seus beneficiários. Isso vem ocorrendo nos últimos tempos. As operadoras que têm os seus produtos suspensos adotam providências para que seus produtos sejam, como é falado no jargão da ANS, reativados para que elas possam voltar a comercializar aqueles produtos. E isso representa resultados positivos para aquela população, para os seus beneficiários.

Entretanto, o número de reclamações linear dos últimos anos não apresentou uma queda por conta da suspensão. Aquelas operadoras que têm os planos suspensos reduzem as suas reclamações, mas, aparentemente, há um reequilíbrio de mercado, e outras operadoras acabam incorrendo em outras práticas. E isso faz com que o número de reclamações acabe se mantendo estável.

É por essa razão, inclusive, que a ANS, mais uma vez, vai fazer uma revisão no seu arcabouço fiscalizatório, para tentar, de maneira mais efetiva, evitar que os beneficiários fiquem insatisfeitos e evitar que eles apresentem reclamações. Na verdade, não é evitar que eles apresentem reclamações, é evitar que eles tenham reclamações. A nossa ideia é que eles não fiquem insatisfeitos e não tenham reclamações a apresentar à ANS. Se tiverem reclamações, estaremos à inteira disposição, através dos nossos canais de atendimento, para recebê-las, mas a ANS sempre trabalha para que o mercado funcione sem reclamações.

Sobre os planos acessíveis, também chamados pela imprensa de planos populares, a ANS instituiu um grupo de trabalho especial para tratar dessa matéria. Foi uma matéria apresentada pelo Ministério da Saúde. Esse grupo de trabalho teve uma fase muito importante, muito interessante de participação da sociedade. Foram três dias de debates amplos e aprofundados sobre a matéria, com a participação de diversos segmentos da sociedade, especialmente aqueles interessados na saúde suplementar, representantes das operadoras, representantes dos beneficiários, representantes dos prestadores de saúde, para que a ANS pudesse colher informações, colher subsídios sobre a opinião da população, da sociedade sobre este assunto.

A partir desta reunião, está sendo elaborado um relatório a ser apresentado em breve à sociedade das conclusões da ANS sobre essa proposta de planos acessíveis.

Eu ainda não posso antecipar quais são as conclusões porque ainda estão sendo construídas, ainda estão sendo trabalhadas pelo grupo técnico, pelo corpo técnico, mas, muito em breve, a ANS vai dar uma resposta à sociedade sobre a apresentação dessa proposta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Rodrigo Rodrigues de Aguiar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra...

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Airton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer um questionamento bem simples e rápido.

Como se dá a incorporação de tecnologias na saúde suplementar? Há análise de impacto regulatório dessas medidas, principalmente em relação ao custo?

Eu gostaria que o senhor comentasse a respeito dessa questão.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Obrigado, Senador, pela pergunta.

A ANS mantém um comitê, uma comissão – não me recordo se é um ou outro – permanente para análise da incorporação de tecnologias na saúde suplementar, para análise da inclusão de qualquer procedimento, de qualquer evento em saúde no rol de procedimentos obrigatórios instituídos pela ANS. Essa análise se dá, sem dúvida nenhuma, com base em critérios técnicos, com base numa análise do impacto regulatório sobre a inclusão daquele procedimento. Ela se baseia num critério de custo e efetividade. É feita também uma análise da dispersão da distribuição daquele procedimento, daquela tecnologia na rede de prestadores, porque também não adianta fazer inclusão de uma tecnologia que só estaria disponível em um local. É preciso que essa tecnologia esteja disponível em todo o País, já que o rol de procedimentos é único para todo o País. Então, ela é feita com base em critérios técnicos.

Sem dúvida nenhuma, é sempre possível aprimorar os métodos de trabalho da ANS. A ANS vem trabalhando incessantemente nisso nos últimos anos. Esse é um tema que está sempre em voga e que está sempre em discussão, porque é um dos principais pilares da saúde suplementar no Brasil. Mas eu acredito que a inclusão dos últimos procedimentos tenha sido feita, sim, com base em critérios técnicos e critérios rigorosos de análise de impacto regulatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Marta, o Senador Valdir Raupp esteve aqui e ele é Relator do PLS 525/2013, do ex-Senador Pedro Taques, e ele me pediu que eu formulasse uma pergunta. A pergunta não é minha, Dr. Rodrigo, é do Relator deste projeto, que é o Senador Valdir Raupp.

Ele diz que o PLS veda ao prestador de serviço ou credenciado à operadora de plano de saúde a prática de agenda diferenciada para marcação de consulta ou realização de exames. Se você pagar pela consulta, consegue-se horário rápido; se for pelo plano de saúde, há uma espera. Qual o seu posicionamento em relação a esse projeto? Ele vai resolver o problema ou os médicos deixarão de atender os planos de saúde?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É uma pergunta que eu acho que... Isso, na prática, não deve ser permitido. Eu imagino que não, mas a pergunta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos ouvir a resposta do sabatinado.

O SR. RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR – Obrigado, Senador, por ter feito uma pergunta do Senador que foi o Relator do meu nome aqui nesta Comissão.

Essa pergunta toca num ponto crucial da saúde suplementar, porque à ANS foi conferida a competência para regular as operadoras de planos de saúde, mas não foi conferida a competência para regular os prestadores de serviços de saúde, de modo que a ANS não pode atribuir qualquer obrigação direta aos prestadores.

Sem dúvida nenhuma, essa é uma prática não recomendada, a ANS sempre adota medidas para evitá-la, mas a ANS não tem poderes para agir sobre os prestadores de saúde.

Para mitigar ou para resolver até mesmo essa questão, a ANS adotou, já faz alguns anos, um procedimento chamado de garantia do atendimento. A operadora tem que garantir ao beneficiário o atendimento em alguns dias úteis dependendo do procedimento. Esse prazo pode ir até 21 dias úteis para os casos de maior complexidade e de cirurgias, mas ele parte de três dias úteis para exames laboratoriais simples, de modo que o beneficiário nunca fica desassistido nesse período. Mesmo que ele não encontre uma vaga em um determinado prestador, ele entra em contato com a sua operadora, e a sua operadora tem a obrigação de encontrar um outro prestador que realize aquele procedimento no prazo da garantia de atendimento. Com isso, a ANS, não regulando diretamente os prestadores, conseguiu resolver o problema do beneficiário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Mas aqui é específico, se aprovado o projeto, vai-se vedar essa prática de, se for uma consulta particular, você tem preferência sobre o paciente que só tem o plano de saúde. Porque o projeto, pelo que ele escreveu aqui... E insisto, a pergunta não é minha, pena que o Senador não esteja aqui, ele é o Relator, mas a proposta do Senador autor Pedro Taques é vedar essa prática de estabelecer diferença entre a consulta particular e a consulta pelo plano de saúde.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bem, não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira fazer uso da palavra, já tendo a aberto a votação e todos já tendo votado, está a encerrada a votação.

Pode começar a apuração eletrônica.

(Procede-se à apuração.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fim da apuração dos votos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Proclamo o seguinte resultado: 15 votos SIM; 0, NÃO.

Está aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais o parecer favorável à indicação do Sr. Rodrigo Rodrigues de Aguiar para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

E, de acordo com o art. 165 do Regimento Interno, o parecer sobre escolha de autoridade será incluído, em série, no final da Ordem do Dia.

Parabéns. (*Palmas.*)

Nós vamos continuar agora, pois temos uma sessão deliberativa.

Segunda parte.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É possível votarmos agora o requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, é no final.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só no final?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não há nada que impeça de ser agora.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 120, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Prazo: até o final desta sessão legislativa.

Autoria: Senador Waldemir Moka.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra ao autor, que, acho, já explicou sobre a necessidade. Quer dar uma última palavra?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu já expliquei. Penso que, à exceção do Senador Paim, os outros Senadores foram consultados, vamos dizer assim.

Na verdade, houve uma audiência pública aqui. E o pessoal de doenças raras – Paim já acompanhou comigo, assim como vários outros – reclamou que não há alguma coisa de concreto. E aí eu sugeri a criação de uma subcomissão que pudesse acompanhar essa questão das doenças raras.

E ao mesmo tempo eu os convido – já convidei vários Senadores – para fazerem parte desta subcomissão, que terá, não oficialmente, a representação dessas entidades que representam os portadores de doenças raras.

Só um número: existem atualmente no Brasil 13 milhões de brasileiros que, de alguma forma, possuem uma doença grave.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, eu tenho que acrescentar que o prazo da Subcomissão é até o final desta sessão legislativa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, é quando acabar esta sessão legislativa.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação na próxima sessão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pode a Comissão sugerir a votação do Dr. Rodrigo ainda hoje no Plenário? Eu faço a sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, eu acho que eu li até que ia ser incluído na Ordem do Dia. Cuidaremos disso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até pelo quórum, ele teve votação unânime. Facilita, então, encaminhar ainda hoje à tarde para o Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, eu li aqui: de acordo com o art. 165 do Regimento Interno, "Os pareceres sobre escolha de autoridades serão incluídos, em série, no final da Ordem do Dia." Eu acho que isso é até praxe quando é alguma coisa como a Anvisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. É importante pelo desempenho dele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos ao Projeto de Lei da Câmara nº 42





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora.

Autoria: Deputada Mara Gabrilli.

Relatoria: Senador Romário.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Vou direto ao relatório.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 42, de 2017 (Projeto de Lei nº 1.656, de 2011, na Casa de origem), de autoria da Deputada Mara Gabrilli, que dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora.

Análise.

No PL não se vislumbram óbices quanto à constitucionalidade formal. Está em conformidade com a iniciativa legislativa outorgada aos parlamentares. Não se verifica vício quanto à regimentalidade, pois se constata que o trâmite da matéria observou o disposto no Regimento. Também não se observaram inconformidades com o que determina a Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Acreditamos que a proposição legislativa sob análise aperfeiçoará a legislação brasileira de modo a assegurar efetiva assistência a ser prestada a pacientes com doenças neuromusculares com paralisia motora.

Somos, portanto, favoráveis à aprovação da proposição em comento.

Todavia, julgamos ser oportuna a apresentação de uma emenda para tornar obrigatório que o SUS também disponha de serviços laboratoriais com capacidade de definir o diagnóstico da etiologia das doenças em questão. Tal medida se justifica na medida em que facilitará a instituição de um tratamento tempestivo e específico para cada doença, o que certamente melhorará o prognóstico e a qualidade de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vida dos pacientes. Ressalte-se, ademais, que o diagnóstico etiológico também permitirá a orientação do planejamento familiar de casais com alta probabilidade de terem filhos acometidos por alguma doença neuromuscular hereditária grave.

Voto.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2017, com a seguinte emenda:

Emenda Nº – CAS

Acrescente-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2017, o seguinte art. 4º, renumerando-se os atuais arts. 4º e 5º, como arts. 5º e 6º respectivamente:

“Art. 4º O SUS deverá dispor de serviços laboratoriais com capacidade de definir o diagnóstico etiológico das doenças previstas no art. 1º desta Lei.”

Sendo assim, Presidente, gostaria de ter o voto "sim" dos nobres colegas desta Comissão hoje por favor.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Srª Presidente, eu gostaria de pedir vista deste projeto para poder examiná-lo com mais calma.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista coletiva do projeto que está sendo relatado pelo Senador Romário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Volta na próxima quarta então, não é, Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, na próxima quarta, nós temos uma audiência pública – veja na agenda, por favor, secretária.

Volta na próxima em que houver reunião deliberativa, mas eu não tenho certeza se é na quarta-feira. Eu acho que, na quarta, vamos ter uma...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É deliberativa. Senador Airton, na quarta-feira vai ser deliberativa. Então, voltará na quarta-feira.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora, sem prejuízo do pedido de vista do Senador Airton Sandoval, eu quero dizer que essa é uma das doenças raras.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu pensei exatamente isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas, como o projeto não é terminativo... Ele se limita apenas à distrofia muscular, mas é claro que o Senador vai ter tempo de verificar. Eu estou dizendo que são muitas as doenças, inclusive essa é geneticamente transmitida. Quer dizer, se o casal não for avisado, pode ter mais de um filho com a doença.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E hoje nós temos até possibilidade de, geneticamente, poder fazer essa previsão.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Eu, como Relator dessa matéria de grande importância para o mundo, para a família das pessoas com deficiência, gostaria, por mais que entenda e respeite o Senador Aírton Sandoval, de pedir a ele que releve a retirada de pauta desse projeto, já que o projeto não é terminativo e será votado de toda a forma na próxima quarta-feira.

Se a gente adiar essa votação, automaticamente a gente está prolongando a dor de muitas dessas pessoas que possuem essa doença, inclusive a própria Deputada Mara Gabrilli.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente, eu comungo da ideia de que nós pudéssemos avançar na aprovação dessa matéria, uma vez que me parece que ela tem um grande apelo em função de uma necessidade. As pessoas portadoras de alguma deficiência não têm tempo para esperar.

Nós temos, inclusive, uma audiência pública sendo prevista aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, para as pessoas que se submeteram a cirurgias que eliminaram totalmente a sua possibilidade de falar. Quer-se tratar do fornecimento, através do Sistema Único de Saúde, da laringe eletrônica para permitir que essas pessoas que, em razão do câncer de garganta e laringe, perderam totalmente a possibilidade de se comunicar tenham um instrumento, um equipamento que facilite a convivência e até permita que elas possam se tornar úteis e produtivas para a sociedade brasileira.

Então, acho que esse projeto de lei da Deputada Mara Gabrilli, que vive realmente um drama pessoal de monta, projeto que agora vem ao Senado... Se nós pudéssemos efetivamente votá-lo hoje para permitir que ele tivesse uma tramitação mais célere seria muito bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, eu queria também, se V. Exª me permitir, reforçar o pedido feito pelos dois Senadores e apelar para a sensibilidade do nosso querido Senador que fez o pedido de vista, já que esse projeto trata de remédio para essas pessoas com paralisia motora. Então, fica só o apelo. Eu sei que é regimental. Eu só queria fazer um apelo ao Senador que pediu vista, já que seria votado na próxima quarta-feira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O apelo fica feito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu fico bastante desconfortável, porque fica como que uma pressão em relação a um direito regimental do Senador, e nós não sabemos o motivo pelo qual ele quer se aprofundar nessa questão. Então, eu vou passar a palavra para o Senador e ver a posição dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Era isso que eu esperava de V. Exª.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Eu não tenho nenhuma intenção, Presidente, colegas Senadores, de prejudicar o projeto. O que eu quero é conhecer direito o projeto, analisá-lo e verificar se eu tenho alguma condição de melhorar, de ajudar e de dar condições a isso. Então, eu mantenho o meu requerimento, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está mantido o requerimento de V. Exª. Será deliberado na próxima quarta-feira. Fica, então, adiada a discussão e a votação da matéria para a próxima quarta.

Vamos, então, ao segundo item, ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012

- Não terminativo -

Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 07.06.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, é concedida Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- Em 28.06.2017, o Senador Romero Jucá apresenta Voto em Separado pela rejeição do Projeto.

- Votação simbólica.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Relator *ad hoc* é o Senador Airton Sandoval, a quem concedo a palavra. Depois faremos a discussão do projeto e, se o Senador Jucá estiver, vai fazer a leitura do seu voto.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr^a Presidente, esse projeto tem um voto em separado do Senador Jucá. Eu gostaria de manter esse voto em separado do Senador Jucá e abrir mão da leitura do relatório que me foi determinada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós contatamos o Senador Jucá. Ele não pode estar aqui agora, mas ele gostaria de estar presente para defender seu voto em separado. Então, nós não vamos ler o relatório agora, vamos aguardar uma outra reunião deliberativa, na outra quarta-feira. Vamos ver se estarão todos presentes.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Ana Amélia...

Há requerimento, mas, para votá-lo, é preciso mais uma pessoa presente. Vou pedir aos Senadores e Senadoras que são da CAS e que estejam em seus gabinetes para virem para podermos fazer essa leitura de requerimento, que é para a presença do Presidente da Anvisa aqui.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Houve uma confusão. Este aqui pode ser lido, sim.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 119, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com o objetivo de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas pela Agência.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Observações:

- Lido em 09.08.2017

Agora só estamos votando.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem está falando?

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Eu gostaria de pedir a V. Exª para fazer...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – ... uma inversão de pauta em relação a um requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Eu gostaria de ler o requerimento.

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requeiro seja formulada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG, a fim de que seja verificada a legalidade e legitimidade dos contratos, bem como dos repasses realizados para a empresa.

Justificação.

A denominada Operação Marquês é um processo judicial em fase de investigação em Portugal, iniciado em 2014, que apura corrupção e lavagem de dinheiro de mais de 23 milhões de euros e já promoveu a arguição de cerca de 28 pessoas, entre físicas e jurídicas, incluindo um ex-Primeiro Ministro e um ex-Ministro.

Dada a sua dimensão para aquele país, a Operação Marquês pode ser considerada semelhante à Operação Lava Jato brasileira.

Entre as empresas investigadas na Operação Marquês, encontra-se a Octapharma AG, atuante na área de saúde, mais especificamente no desenvolvimento e na produção de proteínas humanas, e que tem contrato com o Ministério da Saúde brasileiro há anos, já tendo sido investigada inclusive.

A tabela seguinte traz os valores repassados à empresa de 2010 a 2017 – acredito que isso não tenha muita relevância neste momento.

Os repasses vultosos à empresa e a suspeita do envolvimento de seus ex-dirigentes em irregularidades apuradas na Operação Marquês são suficientes para que o Tribunal de Contas da União seja instado a verificar a legalidade e a legitimidade dos contratos celebrados, bem como dos repasses realizados nos últimos anos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 14**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 121, de 2017****- Não terminativo -**

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requeiro seja formulada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG, a fim de que seja verificada a legalidade e legitimidade dos contratos, bem como dos repasses realizados para a empresa.

Autoria: Senador Romário.

O autor já fez o seu encaminhamento.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação na próxima quarta-feira, Senador.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente, só mais uma...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Apesar de saber que o relatório aqui é terminativo, eu poderia fazer a leitura do item 10?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode fazer... Eu vou colocar o da Ana Amélia e do Paim, que também estão presentes e pediram antes. Em seguida farei a leitura do seu.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – O.k. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- *Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado*

Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- *Votação nominal.*

A votação será nominal, então não será feita hoje; será feita na próxima quarta-feira, com o quórum.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para preferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Srª Presidente, caros colegas Senadores, eu queria primeiro cumprimentar o Senador Paulo Paim por essa iniciativa, que foi inspirada pelo trágico incêndio que aconteceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em janeiro – não lembro de que ano. Foi uma situação terrível, porque muitos jovens que estavam nessa boate morreram intoxicados, sobretudo por um gás que foi letal: o cianídrico. Na ocasião, uma das dificuldades enfrentadas pelos médicos foi a da indisponibilidade de quantidade suficiente de antídotos para neutralizar os efeitos do gás. Diante disso, o Senador Paim propõe que seja modificada a Lei Orgânica da Saúde para determinar que a direção nacional do SUS seja responsável pela implementação do Sinalant.

Vou direto à análise para economia regimental.

Os dados referentes às intoxicações no Brasil estão disponíveis no Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), órgão vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O órgão não dispõe de informações atualizadas, e as estatísticas mais recentes são de notificações ocorridas em 2013.

Ressalte-se ainda o fato de os dados apurados em 2013 estarem, provavelmente, incompletos. Isso porque, naquele ano, foram registrados menos de 50% de casos em relação a 2012. A esse respeito, no próprio portal eletrônico do Sinitox há o alerta de que a evidenciada redução de intoxicações não significa queda real do número de ocorrências, mas decorre da "diminuição da participação dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica nesses levantamentos". Conclui informando que a comparação dos dados anualmente apurados deve ser "realizada com cautela".

Essas questões evidenciam a inoperância do serviço de informações toxicológicas de que dispõe o Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além das falhas dos serviços de notificação de casos e de análises epidemiológicas, persistem problemas de desabastecimento de medicamentos utilizados no tratamento das intoxicações. São inúmeros os relatos publicados na imprensa sobre a escassez de soros antiofídico e antiescorpiônico em diversas localidades do Brasil. Deve-se lembrar, ainda, do caso relatado na justificção do projeto, da indisponibilidade de quantidades suficientes do antídoto indicado ao tratamento das vítimas de intoxicação por cianeto na boate Kiss – a hidroxocobalamina.

Portanto, diante da situação da assistência toxicológica no Brasil, concordamos inteiramente com o mérito do projeto do Senador Paim.

Sugerimos, apenas, uma modificação no texto para ampliar o escopo da política que se pretende instituir. Entendemos que o momento é oportuno para ampliar as prerrogativas do sistema para contemplar outros aspectos além da logística, notadamente a organização do sistema de notificação de casos, a sistematização da rede assistencial, a elaboração de protocolos clínicos e a capacitação de médicos e profissionais auxiliares.

Em suma, propomos que se crie um amplo sistema nacional de toxicologia.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2014, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2014

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o sistema de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º

XII – a formulação e execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.

.....
§4º Entende-se por assistência toxicológica como um conjunto de ações e serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento das intoxicações agudas e crônicas decorrentes da exposição a substâncias químicas, medicamentos, toxinas de animais peçonhentos e plantas tóxicas."





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto, renovando os cumprimentos ao Senador autor Paulo Paim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora.

Em virtude da falta de quórum para votação nominal, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria para a próxima quarta-feira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, me permita só uma frase.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, se for sobre isso, a discussão será na próxima semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, Presidenta, eu só iria elogiar a Relatora, mas, se senhora não permite,...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas o senhor pode elogiar na próxima. *(Risos.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... retiro o elogio. Só iria elogiar a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É porque é assim: quando se dá a palavra para o Paim, ele fala 15 minutos sobre o tema e, na próxima vez em que formos votar, mais 20 minutos. *(Risos.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu percebi que a Senadora não gosta de ouvir a minha voz. Acho que é do tom da minha voz que senhora não gosta, deve ser isso. Eu não falo muito. Eu falo na tribuna do Senado; nas Comissões, eu falo só o necessário. Mas aceito naturalmente a decisão de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ótimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Relatora, depois eu a elogio.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aceita, mas continua. *(Risos.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois, lá fora, elogio V. Exª, porque melhorou o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ela melhorou, e nós vamos conversar sobre o projeto na próxima quarta-feira, quando V. Exª poderá falar o tempo que desejar por ser o autor do projeto. Ressalto a excelência do projeto e a sensibilidade do projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Item 10: decisão terminativa, é a mesma situação, vamos só ler o projeto.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2016****- Terminativo -**

Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fazer constar a síndrome de Sjögren e a doença pulmonar obstrutiva crônica na lista de doenças que independem de carência para fins de concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado da Previdência Social.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Romário.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direito à análise.

De acordo com a proposição, será concedido auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, independentemente do cumprimento de período de carência, para o segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com síndrome de Sjögren ou com doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), que, após a filiação à Previdência Social, vier a manifestar alguma dessas doenças.

Concordo com o autor que a mencionada doença pode ser considerada uma doença progressiva e incurável. De forma geral, doença grave é a que causa grande sofrimento ao paciente ou que pode levá-lo ao óbito em curto prazo.

Não vislumbramos, a princípio, impedimentos constitucionais a regular a tramitação da matéria nem quanto à juridicidade, pois não há óbices. Da mesma forma, a técnica legislativa empregada segue as normas vigentes.

Quanto ao mérito, o projeto tem o intuito de ampliar o rol de enfermidades ou condições que dispensam a exigência de carência para a concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Consideramos, portanto, que o autor agiu de forma acertada ao estender o benefício às pessoas com síndrome de Sjögren – doença inflamatória crônica de origem autoimune, de progressão lenta, mas contínua, considerada a mais frequente das enfermidades raras – e DPOC – grupo de doenças pulmonares obstrutivas, progressivas, que inclui a bronquite crônica e o enfisema –, doenças crônicas e potencialmente incapacitantes.

Apenas nos inclinamos que, no tocante a essas moléstias, especificamente, é necessário que se constate a ocorrência da incapacidade laboral sem possibilidade de readaptação para outra função.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS 293, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº CAS

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2016:

.....
Parágrafo único. A concessão dos benefícios indicados no *caput*, no caso de segurado acometido pela síndrome de Sjögren ou por doença pulmonar obstrutiva crônica, fica condicionada à realização de avaliação biopsicossocial, por equipe multiprofissional, que constate a incapacidade para o trabalho, sem possibilidade de readaptação laboral.

Diante do voto, peço aos nobres colegas que nos ajudem com o voto a favor, o que, no caso, será na próxima semana.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não havendo quórum para votação nominal, não vamos fazer a discussão, que será feita na próxima quarta-feira – vamos colocar na pauta na próxima quarta-feira.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento.

Autoria: Senadora Rose de Freitas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São duas folhinhas. Eu pergunto se posso ler todo o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com prazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidenta.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 92, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento.

A autora justifica a proposição com a necessidade de se complementar a proteção conferida às crianças pela Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que permite, por um dia no ano, o afastamento do trabalhador de seu posto de trabalho para acompanhar filho de até seis anos de idade em consulta médica.

De acordo com a nobre Senadora, a tutela conferida pelo diploma legislativo em pauta afigura-se demasiadamente tímida, por dela excluir crianças maiores de seis anos de idade e adolescentes, que, também, demandam atenção de seus genitores para a preservação de sua saúde.

Além disso, a autora considera recomendável ampliar o leque protetivo do referido inciso XI do art. 473, possibilitando a ausência do posto de trabalho por até dois dias a cada semestre, para acompanhar filho menor de 18 anos a consulta médica comprovada por atestado de comparecimento, sendo vedada a incidência de descontos no salário do trabalhador e permitida a compensação de jornadas, observado o limite de duas horas diárias.

A proposição foi distribuída a esta CAS, em caráter terminativo.

Não houve, até o momento, a apresentação de emendas.

Parte final. Análise.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, incumbe à União legislar privativamente sobre Direito do Trabalho, motivo pelo qual ao mencionado ente federado é atribuída a prerrogativa de disciplinar a matéria objeto do PLS nº 92, de 2017.

Além disso, não se trata de questão cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo pelo qual aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela.

Adequada a atribuição da matéria à CAS, uma vez que os arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal a ela conferem a prerrogativa para apreciação terminativa da matéria em exame.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de tema cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento apto à inserção dele no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, verifica-se que a proposição concretiza o postulado da proteção integral, localizado no art. 227 da Carta Magna, segundo o qual é dever do Estado e da sociedade garantir à criança e ao adolescente o direito à saúde.

Tal direito passa, necessariamente, pela avaliação periódica do estado de saúde dos tutelados pela citada norma constitucional, o que somente pode ser viabilizado caso se disponibilize aos pais o tempo necessário para tanto.

No serviço público, já há, no art. 83 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, permissão para que os genitores se afastem de seu trabalho para cuidar de seus filhos menores de 18 anos. O aludido dispositivo prevê que o afastamento possa se dar por até 60 dias, sem a perda da remuneração do servidor.

O postulado da isonomia (art. 5º, *caput*, da Constituição Federal) impõe que tratamento semelhante seja conferido aos trabalhadores da iniciativa privada, sob pena de alijarmos os filhos dos empregados regidos pelo texto celetista da proteção constitucional em exame.

Por isso, recomenda-se a aprovação do PLS nº 92, de 2017, como maneira de se conferir efetividade aos dispositivos constitucionais acima elencados e de se prestigiar a tão propalada função social da propriedade (art. 5º, XXIII, da Constituição Federal) nas relações entre capital e trabalho no Brasil.

Voto.

Ante o exposto, vota-se pela aprovação do PLS nº 92, de 2017, da Nobre Senadora Rose de Freitas.

Esse é o voto, Srª Presidenta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada pela leitura, Senador Paim.

Nós não vamos discuti-lo, porque é terminativo. Na próxima quarta-feira, estará inserido na pauta.

Vocês podem ter notado, Srs. Senadores, que nós tivemos vários projetos terminativos que foram lidos. Nós temos mais de dez lidos. Então, vamos pedir que, na próxima quarta-feira, nós façamos um *tour de force*, venhamos aqui e realmente votemos esses terminativos que estão encalacrados na comissão, apesar de terem sido lidos e muitos serem de extrema importância.

Vou ler agora o Requerimento nº 122:

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 122, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros.

Para tanto, sugiro sejam convidados:

- Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo – Secretário Nacional do Consumidor (Ministério da Justiça e Segurança Pública);
- Sr. João Sabino – Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline (ABO2O);
- Srª Mariana Polidório – Representante de Políticas Públicas no Brasil da Uber;
- Sr. André Oliveira - Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil (AAMOTAB);
- Sr. André Ramos Tavares – Professor da Faculdade de Direito da USP.
- Sr. Lênio Luís Streck Rocha – jurista e professor.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Flexa Ribeiro, subscrito também pela Senadora Ana Amélia e por outros

Temos seis expositores.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação também na próxima quarta-feira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só para explicar, Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...que, como existem dois projetos do Senado e um da Câmara sobre a mesma matéria, que é a regulação de transporte, na verdade, de Uber e de outros aplicativos, é prudente que se faça, para economia regimental, uma audiência pública conjunta dessas comissões.

O Senador Paim, inclusive, na CDH, há muito tempo, discutiu bastante esse tema, que esteve efervescente, agora já atenuou, porque houve regulação nos Municípios, nos Estados, como aqui em Brasília.

Então, eu penso que há uma necessidade de se fazer isso e agradeço a V. Exª a leitura do requerimento e a votação na próxima semana.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É uma boa iniciativa. E vai ser realizada em que comissão antes?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Na CCT.

E vai ser realizada na CCT essa reunião, mas ainda não tem data marcada, e os membros da CAS serão avisados. *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, Senadora, Senadora.

Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu tenho dois requerimentos: em um eu já dei entrada – já está protocolizado perante a Mesa há dois dias – para leitura; e outro ao qual dei entrada hoje.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se V. Exª pudesse ler os requerimentos, porque é apenas a leitura. A apreciação é na reunião seguinte, não?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora, como V. Exª entregou neste instante, eu não pude conversar com V. Exª antes. Eu gostaria que a palavra "convocado" fosse mudada para "convite".

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu aceito. Claro que eu aceito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, está bom.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há um anterior a esse também, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Isso não me foi passado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Secretaria está procurando. Já estava previamente aceito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

Então, vamos ler este.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 123, de 2017

- Não terminativo -

Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero seja convidado o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do “pacote de medidas” que afetam os serviços e os servidores públicos, divulgado pelo governo em associação ao anúncio da alteração das metas fiscais.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Justificativa: o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo de Oliveira, ao lado de outros membros do Governo, anunciou uma série de medidas que afetarão profundamente os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

servidores públicos e, em consequência, poderão comprometer a qualidade dos serviços públicos e da efetivação das políticas públicas, em especial as políticas sociais, medidas que deverão ser debatidas exaustivamente pelas Casas do Legislativo.

Entre outras medidas anunciadas pelo Governo, podemos destacar:

- Adiamento do reajuste de salário para servidores públicos do Executivo Federal, já negociados em 2015 e referendados pelo Governo Temer. Esta medida deverá afetar docentes, policiais militares e civis dos territórios, as carreiras jurídicas, gestores públicos, além de servidores do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre outros.

- Congelamento dos contracheques de policiais federais e rodoviários federais, de auditores da Receita Federal do Brasil e do Trabalho, bem como os de peritos do Instituto Nacional do Seguro Social. A medida ainda atingirá diplomatas e oficiais de chancelaria.

- Revisão dos vencimentos iniciais para baixo para todas as carreiras de níveis médio e superior, o que desestimulará o ingresso no serviço público.

- Anúncio da extinção de 60 mil cargos do Executivo Federal, o que deverá ter reflexo direto na qualidade e efetividade de serviços públicos.

- Aumento da alíquota previdenciária dos atuais 11% para 14% para parcela significativa de servidores públicos.

O anúncio dessas medidas vem em um momento em que o Governo altera a meta fiscal ampliando a previsão de déficit para R\$150 bilhões. Assim como nas alterações promovidas pela CLT, o Governo transfere para o trabalhador a conta de sua incompetência gerencial, desta feita para os trabalhadores dos serviços públicos.

Faz-se necessário, portanto, que esta Comissão se dedique a estudar as medidas propostas pelo Governo, o que justifica promover uma audiência pública com a presença do Ministro do Planejamento.

Senadora Vanessa Grazziotin que apresenta esse requerimento. Ele foi lido hoje e poderá ser votado na próxima semana.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 17****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 124, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença do presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Sr. Ronald Ferreira dos Santos, para tratar sobre a visão do Conselho em relação: a implementação do Plano Nacional de Saúde 2016 - 2019, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), as limitações orçamentárias da área da saúde e suas consequências nos programas de maior alcance popular; a exclusão do “Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)” do rol de prioridades da LDO para 2018 e também sobre os resultados da 2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Concedo a palavra à autora para encaminhar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, não, esse é para ler também. Já leu?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação na próxima semana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Aírton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Wilder Moraes, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Romário, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Telmário Mota, Dário Berger e a Deputada Federal Maria Gabrielli, autora do Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2017. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Aviso 614, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.391, de 2017, por meio do qual o TCU decidiu sobrestar o cumprimento das decisões exaradas nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 630, de 2017, até o julgamento de mérito, pelo Supremo Tribunal Federal, do Mandado de Segurança nº 34.870. O Acórdão 630 refere-se aos autos do relatório de auditoria realizada em cumprimento ao disposto no Acórdão 864, de 2016, com objetivo de apurar a existência de prejuízos causados ao Instituto de Previdência Complementar (Postalis), relacionados a déficits existentes em fundos de investimento dos quais o Instituto participa. A Presidência informa também o recebimento das seguintes manifestações: 1º - Moção de Repúdio, de 2017, da Câmara Municipal de São João Del-Rei, Minas Gerais, contra o fechamento das farmácias populares e a diminuição do número de medicamentos subsidiados pelo Governo Federal; 2º - Ofício nº 464, de 2017, que encaminha Moção de Apelo nº 8, de 2017, da Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais, São Paulo, pela manutenção do sistema de proteção de salários e demais benefícios públicos aos trabalhadores, como FGTS, PIS, Previdência Social e pensões por inatividade temporária e/ou permanente, aposentadoria e seguridade social ampla e irrestrita; 3º - Ofício nº 1.326, de 2017, que encaminha Moção de Apoio nº 17, de 2017, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, São Paulo, à categoria dos Agentes de Segurança Penitenciária para serem incluídos na Reforma Previdenciária, na categoria especial, nos moldes das demais forças policiais; 4º - Ofício nº 6.518/2017, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, que encaminha Moção de Apoio nº 19, de 2017, pela continuidade dos estudos para continuidade do Instituto de Seguridade Social – Portus e pelo imediato ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras; 5º - Ofício nº 100, de 2017, da Prefeitura Municipal de Corupá, Santa Catarina, que encaminha Moção de Repúdio, de 17 de julho de 2017, contra o aumento da idade mínima de acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC) ao idoso, de 65 anos para 67 anos, também contra a desvinculação dos benefícios do salário mínimo. Os documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO Nº 6, de 2016 - Não Terminativo - que: "Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, com a exceção dos §§ 2º, 4º e do inciso II do § 3º do art. 20. **Resultado:** Matéria retirada de Pauta, com aquiescência do Relator, em virtude da leitura do Requerimento nº 125, de 2017-CAS, de iniciativa dos Senadores Dalirio Beber, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, de Audiência Pública para instrução do SCD 06/2016. Matéria aguardando a aprovação do Requerimento e a realização da Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para incluir medidas com o objetivo de garantir a escolarização de atletas menores de dezoito anos que não tenham concluído o ensino médio." **Autoria:** Deputado Jose Stédile. **Relatoria:** Sen. Edison Lobão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora." **Autoria:** Deputada Mara Gabrilli. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Sen. Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista Coletiva formulado em 16.08.2017. A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Romário. Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Institui a campanha nacional de prevenção ao HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, denominada Dezembro Vermelho." **Autoria:** Deputada Erika Kokay. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 - Não Terminativo** - que: "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - OFÍCIO "S" Nº 46, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Relatório de Atividades da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS do ano de 2016." **Autoria:** Agência Reguladora. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **Resultado:** A Comissão conhece da matéria e aprova Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" nº 46, de 2017. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT)." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fazer constar a síndrome de Sjögren e a doença pulmonar obstrutiva crônica na lista de doenças que independem de carência para fins de concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado da Previdência Social." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Sen. Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 120 de 2017** que: "CASRARAS - Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica. Prazo: até o final desta sessão legislativa." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. A Presidência designa para compor a Subcomissão CASRARAS, com aquiescência do Colegiado da CAS os seguintes Senadores: Titulares – Waldemir Moka PMDB/MS, Ailton Sandoval PMDB/SP, Dalírio Beber PSDB/SC, Maria do Carmo Alves DEM/SE, Ana Amélia PP/RS; e Suplentes – Ângela Portela PDT/RR, Ronaldo Caiado DEM/GO, Romário PODE/RJ, Cidinho Santos PR/MT, Armando Monteiro PTB/PE. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 121 de 2017** que: "Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requeiro seja formulada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG, a fim de que seja verificada a legalidade e legitimidade dos contratos, bem como dos repasses realizados para a empresa." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 122 de 2017** que: "Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para instruir a votação dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros. Para tanto, sugiro sejam convidados: Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo – Secretário Nacional do Consumidor (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Sr. João Sabino – Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline (ABO2O); Srª Mariana Polidório – Representante de Políticas Públicas no Brasil da Uber; Sr. André Oliveira – Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil (AAMOTAB); Sr. André Ramos Tavares – Professor da Faculdade de Direito da USP; Sr. Lênio Luís Streck Rocha – jurista e professor; Vinícius Marques de Carvalho – Ex-presidente do CADE; Prof. Dr. Fernando Dias Menezes – Ex-secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo; Ciro Biderman – professor do MIT; Paulo Gaba – representante da Confederação Nacional do Transporte." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 123 de 2017** que: "Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do "pacote de medidas" que afetam os serviços e os servidores públicos, divulgado pelo governo em associação ao anúncio da alteração das metas fiscais." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 124 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença do presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Sr. Ronald Ferreira dos Santos, para tratar sobre a visão do Conselho em relação: a implementação do Plano Nacional de Saúde 2016 - 2019, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), as limitações orçamentárias da área da saúde e suas consequências nos programas de maior alcance popular; a exclusão do "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)" do rol de prioridades da LDO para 2018 e também sobre os resultados da 2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 125 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010 (nº4.238/2012, na Câmara dos Deputados), que "Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Pedro Oscar Viotto – Diretor Setorial de Segurança Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Jeferson Furlan Nazário – Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores; Roberto Antonio Von der Osten – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro; Diretor-Geral da Polícia Federal; Representante do Banco Central do Brasil; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vigilantes; Márcio Lopes de Freitas – Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Clairton Walter – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)". **Autoria:** Senador Dalirio Beber e outros. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 126 de 2017** que: "Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, sejam convidados a comparecer ao Plenário desta Comissão de Assuntos Sociais os representantes das operadoras privadas de assistência à saúde abaixo elencadas, com a finalidade de prestar informações acerca dos reajustes abusivos cometidos na correção de seus respectivos planos: Representante da Sul América; Representante da Amil Assistência Médica Internacional; Representante da Geap Autogestão em Saúde". **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 127 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para tratar sobre a regulamentação da profissão de síndico. Tal solicitação é uma reivindicação da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP), que apresenta argumentos neste sentido com vistas a apresentação de proposição com este objetivo. Sugerem-se, como convidados, representantes das seguintes instituições: Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP); Ministério do Trabalho; Conselho Federal de Administração (CRA) e Conselho Regional de Administração (CRA/DF); Coordenador do curso de tecnologia em gestão de condomínios da UDF." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 128 de 2017** que: "Requeiro, com fundamento nos Art. 93, II, e Art. 113, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais - CAS juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais Nº 123, de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin." **Autoria:** Senador Elmano Férrer e outros. **Resultado:** Lido. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Airton Sandoval, Telmário Mota, Dalirio Beber, Hélio José, Vanessa Grazziotin, a Deputada Federal Maria Gabrielli e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/23>

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 614, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.391, de 2017, por meio do qual o TCU decidiu sobrestar o cumprimento das decisões exaradas nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 630, de 2017, até o julgamento de mérito, pelo Supremo Tribunal Federal, do Mandado de Segurança nº 34.870.

O Acórdão 630 refere-se aos autos do relatório de auditoria realizada em cumprimento ao disposto no Acórdão 864, de 2016, com objetivo de apurar a existência de prejuízos causados ao Instituto de Previdência Complementar (Postalís), relacionados a déficits existentes em fundos de investimento dos quais o Instituto participa.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1º - Moção de Repúdio, de 2017, da Câmara Municipal de São João Del-Rei, Minas Gerais, contra o fechamento das farmácias populares e a diminuição do número de medicamentos subsidiados pelo Governo Federal.

2º - Ofício nº 464, de 2017, que encaminha Moção de Apelo nº 8, de 2017, da Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais, São Paulo, pela manutenção do sistema de proteção de salários e demais benefícios públicos aos trabalhadores, como FGTS, PIS, Previdência Social e pensões por inatividade temporária e/ou permanente, aposentadoria e seguridade social ampla e irrestrita.

3º - Ofício nº 1.326, de 2017, que encaminha Moção de Apoio nº 17, de 2017, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, São Paulo, à categoria dos Agentes de Segurança Penitenciária para serem incluídos na Reforma Previdenciária, na categoria especial, nos moldes das demais forças policiais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

4º - Ofício nº 6.518/2017, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, que encaminha Moção de Apoio nº 19, de 2017, pela continuidade dos estudos para continuidade do Instituto de Seguridade Social – Portus e pelo imediato ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras.

5º - Ofício nº 100, de 2017, da Prefeitura Municipal de Corupá, Santa Catarina, que encaminha Moção de Repúdio, de 17 de julho de 2017, contra o aumento da idade mínima de acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC) ao idoso, de 65 anos para 67 anos, também contra a desvinculação dos benefícios do salário mínimo.

Os documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de seis itens não terminativos, sete itens terminativos e deliberação de requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016

- Não terminativo -

Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, com a exceção dos §§ 2º, 4º e do inciso II do § 3º do art. 20.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bem rápido, Presidenta.

Eu fui Relator, em uma das Comissões, do projeto original. Ele tinha dois artigos, ele tratava do piso do vigilante.

Ele foi para a Câmara dos Deputados e recebeu, lá, mais de 70 emendas, e se tornou um estatuto.

E eu conversava com o Relator, Senador Vicentinho, com o Senador Randolfe, com a Senadora Vanessa, inúmeros Senadores inclusive que têm a mesma visão que eu tenho, e todos assinamos requerimentos, porque não tem como nós votarmos um projeto que ninguém conhece, com 70 artigos.

Por isso, tive aqui a atenção sempre carinhosa e respeitosa do Senador Vicentinho. Eu conversava também com o Senador Randolfe e com o Senador Hélio José. Enfim, todos concordam que façamos, no mínimo, uma audiência pública para debater o Estatuto e, a partir daí, então, nós caminharmos para os procedimentos normais e legais sob a orientação de V. Exª.

A senhora vai ver que deve ter na mesa dois ou três pedidos desta audiência pública. Eu a subscrevi, naturalmente, entendendo que podemos chegar num grande acordo até. Como o projeto vem da Câmara, nós podemos fazer emenda supressiva somente. Podemos chegar no entendimento de que, suprimindo tais e tais e tais e tais artigos, ele poderá ser votado e vai para frente.

Bem resumida, essa seria a opinião, Srª Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu queria primeiro agradecer a atenção do Senador Vicentinho com relação ao tema. Sigo no mesmo sentido que o Senador Paim aqui coloca. É preciso mais debate em um projeto que tinha como objetivo, primeiro, um piso salarial dos vigilantes, e vem da Câmara sem o piso salarial, que era debatido aqui no Senado, e com sessenta e tantos artigos sobre outros temas.

Então me parece que é preciso um debate mais amíuqe aqui, por parte do Senado, sobre uma matéria dessa natureza, uma matéria com essa complexidade. Tem alguma coisa a mais que nós, Senadores e Senadoras, precisamos entender. Por isso eu queria reforçar o pedido de audiência pública aqui, proposto pelo Senador Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tenho um pedido de mesma natureza, que pode ser contemplado no guarda-chuva do requerimento do Senador Paim, propondo para ser ouvido o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Fazenda, a Polícia Federal, que é o setor regulador dessa atividade, o Banco Central, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, que nos apresentou uma longa missiva, um longo artigo, em que sugere as alterações e que sugere, parece-me, Senador Paim, o óbvio, o retorno ao tema para o qual eles queriam o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acolho o que V. Exªs estão colocando. Acho que são inúmeras as leis que serão transformadas, que entraram. Eu acho que aqui ninguém tem condição de votar isso. Não vamos fazer emendas, obviamente, mas nós podemos fazer supressivo ou podemos entender o que estamos votando.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É muita coisa para conseguir entender.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Presidente, como Relator.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Posso só terminar, em um minutinho?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eles já podem tentar fazer um entendimento para apressar.

Nós temos dois requerimentos aqui. Um do Senador Randolfe e outro da Senadora Vanessa.

O da Senadora Vanessa pede a presença de dois Ministros, junto com pessoas que não são Ministros, pois aqui, como praxe, o Ministro vem sozinho. Então, sobre este eu teria de conversar com ela, e ela não está presente.

Este aqui do Senador Randolfe tem cinco pessoas.

Se pudéssemos entrar num entendimento sobre fazer a audiência pública, então, vamos tentar fazer um mix disso daqui, se V. Exªs concordarem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembro que tem um terceiro requerimento assinado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Por quem?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo Senador Lindbergh e por mim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, então, vamos tentar pegar os três e fazer uma mistura disso. Eu acho que seria mais razoável. Eu devolvo, então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu subscrevo o da Vanessa, inclusive.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O da Vanessa? Bom, quer ler o da Vanessa, Randolfe, para ver se você o subscreve?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Tudo isso é voto tranquilo, Presidente? Porque estão me chamando para votar em outro lugar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não está nada tranquilo. Nós estamos prosseguindo e não sei aqui como é que vai....

Aqui está como a política: cada dia com uma novidade.

Mas espere aí.

Agora, a palavra ao Relator, que já deveria ter sido dada, mas não tinha pedido antes.

Vamos lá.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Meus cumprimentos, Presidente.

Eu, como Relator, procurando aqui o bom convívio, me entendi com o Senador Paim e com o Senador Randolfe. Não tenho nenhuma objeção com relação à audiência pública, muito embora seja um projeto que todos nós sabemos que regimentalmente vamos votar "sim" ou "não" nos dispositivos.

Portanto, sou favorável à audiência pública para a semana que vem, como acordado, por causa do feriado, se possível.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Marcar audiência pública é responsabilidade da Presidência. Não podem ficar marcando audiência pública. Eu vou estudar, vou ver o que está marcado, o que dá.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – V. Exª tem condições de se manifestar?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não posso responder agora. Vou fazê-lo o mais breve possível.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Antes do feriado, Presidente, até porque eu viajo com o Governador do Tocantins para uma missão oficial ao Japão.

Então, eu gostaria de definir isso, até porque, como eu disse, é uma votação simples, com...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Que dia o senhor viaja?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ... "Sim" ou "não". Não é isso, Paim?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, ela é simples, mas não é simples.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, a votação. Mas é importante a audiência pública para que todos sejam esclarecidos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com isso eu concordo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Naturalmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Se V. Exª me permite, Senador Vicentinho, na verdade...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, nós teríamos uma possibilidade no dia 6 para a audiência. Aí seria mais interessante, segundo a assessoria da Srª Patrícia, que tem bastante experiência nisso, porque, muitas vezes, se nós convidamos muitas pessoas e colocamos muito perto, não conseguimos que as pessoas possam se deslocar.

Então, se nós pegássemos o requerimento do Senador Randolfe, que tem cinco...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Tranquilo. Pra mim...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ...nós poderíamos fazer no dia 6, que seria uma audiência pública do TCU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para fazer a audiência pública?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O que o senhor acha, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O único problema que eu vejo no dia 6...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É que é véspera do feriado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que é véspera de 7 de setembro. Vai haver problema para todos nós, aqui, na Casa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas não é feriado, né?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não é feriado. Feriado é no dia 7.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois é. É isso que estou dizendo. É o dia que eu tenho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu sugiro no dia 6, até porque...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ai tem o dia 13.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu viajo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dia 13, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não posso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu gostaria apenas de acrescentar duas instituições que deveriam também fazer parte dessa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A Organização das Cooperativas Brasileiras e o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, uma vez que esses dois setores vão ser muito atingidos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, vou pedir a V. Exª para formalizar isso agora.

Das propostas, a do Senador Randolfe foi a que ficou, mais as duas que o Senador Dalírio está acrescentando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, tem também uma indicação minha junto com o Senador Lindbergh.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, já estamos chegando a oito ou nove. Mas, tudo bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi a primeira defesa que eu fiz quando usei a palavra. O requerimento está na mesa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere aí.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente Marta, então, ficaremos com o dia 13 para a audiência pública.

Com relação ao requerimento de que fui informado pela assessoria do Senador Hélio José para que daqui vá para a CDH, eu quero dizer que está prejudicado, porque o requerimento já foi apresentado pelo Senador Paim e pelo Senador Randolfe também para a CAE, e foi rejeitado em plenário. Para a CAE, do Senador Randolfe; e do Senador Paim, para a CDH.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para a CAE.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – E já foi prejudicado, então, esse requerimento, de ir para a CDH.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, foi para o plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não foi.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Foi rejeitado em plenário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já houve uma rejeição do plenário.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É, então, prejudicado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Dos que aqui estão, no plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso não é nós que decidimos aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É o plenário.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Já foi rejeitado um requerimento dessa natureza do Senador Paim...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu entendi, foi em plenário.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ... para ir para a CDH. Portanto, com relação a esse requerimento do Senador Hélio José, eu sugiro que seja prejudicado pelo fato de já ter sido rejeitado em plenário.

Agora, com relação à audiência pública para o dia 13, estou plenamente de acordo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós faremos a audiência no dia 13, e, quanto ao questionamento do Senador, eu ponho para votar na nossa Comissão, porque o plenário é o plenário, e esta Comissão é esta Comissão, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Exatamente. É isso, é isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No plenário é outra história.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aqui nós podemos votar, como vamos votar os requerimentos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu pensei que o plenário era soberano, assim maior...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aquele lá...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É, o do lado de lá.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu achava que era.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tanto é que foi rejeitado um já, lá.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Tanto é que foi rejeitado, o do Senador Paim, lá, dessa mesma natureza,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, quem quiser...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ... por todos os Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, quem quiser outra Comissão, terá que entrar no plenário.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Tem que entrar, não aqui, é no plenário, porque o plenário eu entendo que é maior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Srª Presidente, se V. Exª me permite....

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele entrou direto no plenário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas não para fazer na CDH.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para fazer na CDH?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – CDH.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, então já foi rejeitado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Já foi rejeitado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, não, não. Presidente! Senadora, V. Exª me permite,...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – A CAE, foi o Senador ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...só para tentar explicar o histórico.

É o seguinte: eu apresentei...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, não, não é o requerimento.....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... ao plenário um requerimento para que esta matéria fosse para a CAE. O requerimento foi rejeitado no plenário. Só que, agora, há um outro requerimento ao plenário, este da feita do Senador Hélio José...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...para que vá para outra Comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos. Obviamente, é no plenário da Casa, é um debate para o plenário da Casa.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Mas, deixe-me explicar, por favor.

O Senador Randolfe talvez não tenha conhecimento: o requerimento dele era para a CAE, como ele colocou, e foi rejeitado; e o Senador Paim apresentou para a CDH, e foi rejeitado também. Então, o requerimento do Senador Paim para a CDH é do mesmo teor do requerimento do Senador Hélio José; portanto, está prejudicado. É isso que eu quero explicar. São dois requerimentos distintos: do Senador Paim e do Senador...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, esta é uma decisão minha. Trata-se de... Já foi para o plenário, já foi decidido então.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o mesmo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há uma dúvida de que se o requerimento...

Só para esclarecer aqui – e eu estou concordando com V. Exª –, não precisa votar aqui. Mas há uma dúvida: se o meu requerimento, da CDH, foi ou não foi votado, ou se foi votado só o do Randolfe.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Foi votado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Plenário é que decida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A informação que temos é que foi votado o nosso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se foi votado ou não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não temos certeza, sob a informação... É lógico que, sem duvidar do Senador Vicentinho, acredito na informação dele, mas nós não temos a informação confirmada se o da CDH foi votado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se o de V. Exª não foi votado, ele tem que... Ele pode...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que decida lá. Para nós não prejudica em nada.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone.*) – Mas o Dr. Bandeira disse que.....

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ouviu, Srª Presidente? Conforme informação que chegou, o meu requerimento foi protocolado ontem à noite, inclusive, para que ele vá para a CDH. Mas é lá; o Plenário que decida; não é aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se V. Exª protocolou para ir para o Plenário,...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, eu vou ligar novamente para o Dr. Bandeira. Porque eu falei anteriormente com ele, e ele disse que foi votado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O do Randolfe?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, o Dr. Bandeira, Secretário da Mesa...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, eu acho que o senhor deve fazer essa ligação. Nós também vimos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Porque, senão, fico mal aqui, falando uma coisa que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, eu acho que o senhor tem que ligar, pois foi protocolado ontem à noite: então, não pode ter sido votado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – A informação que o Dr. Bandeira me deu é de que foi votado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foi votado o do Randolfe.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, o do Paim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então,....

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Do Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, assim mesmo, aqui não precisa votar. Quem vai votar é o Plenário, não é um tema...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não é nosso tema aqui. O Plenário é ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É ele que vai decidir.

Eu posso entregar ao Plenário, para uma outra Comissão amanhã, se for o caso – mas não vou entregar: vou respeitar o acordo feito. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós podemos tomar outro caminho, Senador Paim. Nós podemos... Há outro aqui, que é o do Senador Hélio José, que não é para o Plenário, que é para cá. Então, eu sugeriria de nós fazermos a audiência pública, porque está tudo combinado; depois, nós avaliamos se fazemos o do... Votamos o requerimento do Senador Hélio José, porque o Senador Hélio José quer que vá para a CDH. Aí nós votamos aqui o requerimento dele: se vai para a CDH ou se, com a audiência pública, nós estamos satisfeitos e não será preciso ir para a CDH.

E essa outra questão do Senador Paim fica em suspenso; não vamos tocar nela. Vamos fazer a audiência pública.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Na audiência pública, eu sou de acordo, Presidente – já está acordada para o dia 13.

Agora, ainda insisto, caso o requerimento, como me informou o Dr. Bandeira, Secretário da Mesa, em quem eu confio muito e no que ele me orienta... Eu liguei para ele quando soube desse requerimento, e ele disse o seguinte: que o requerimento do Senador Paim para a CDH já foi votado no Plenário e rejeitado. É um requerimento do mesmo teor do requerimento do Senador Hélio José. Com isso, eu compreendo que o Plenário é soberano nesta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas, aí, o senhor já está misturando Hélio José com Paim.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É o mesmo teor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Como eu não falei com o Dr. Bandeira ainda e, pelo que cheguei de informação ...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Por isso, entendo que está prejudicado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ...em nossa Comissão, está prejudicado o do Senador Randolfe.

Nós não vamos decidir isso agora.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Senadora Marta, eu estou na linha com o Dr. Bandeira: ele confirma que o Senador Paim apresentou um requerimento solicitando para ir para a CDH e foi rejeito em Plenário. Portanto, é o mesmo teor do requerimento do Senador Hélio José. Então, já está prejudicada a ida para a CDH.

Agora, com relação à audiência pública: plenamente acordado e combinado para o dia 13.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, só para ajudar no encaminhamento: se prevalece a visão dele, então não é preciso nem votar esse requerimento. Se está prejudicado, vamos para audiência pública, e pronto, acabou.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acabei de entender isso. Se está realmente confirmado... Como V. Exª disse que tinha entrado ontem à noite, não poderia ter sido votado. Mas está confirmado que foi rejeitado; foi rejeitado: é a mesma posição... Está prejudicado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Apenas isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, agora nós vamos... Eu estou aguardando o requerimento do Senador Dalirio sobre as duas pessoas... Então é melhor ler depois, quando chegar, não é?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O seu será daqui a pouco. Calma, calma... A confusão está noutro lugar... *(Risos.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente, se V. Exª me permite....

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere aí.

Então, peça os outros nomes do Senador...

Está confirmada a audiência dia 13. Aguardo os dois nomes que virão.

Vamos ler os requerimentos da audiência, então?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, ainda sobre o tema, se V. Exª me permite...

Veja, ainda no debate sobre os requerimentos que temos, o Regimento diz, no art. 255, inciso XII, o seguinte: "A deliberação do Senado será (...) [e] requerimento de (...) remessa a determinada comissão de matéria despachada a outra."

Há dúvidas sobre os requerimentos que temos aqui colocados. Há um requerimento que o Senador Paulo Paim aqui sustenta ao Plenário, para remessa, para despacho à Comissão de Direitos Humanos. Parece-me que há um outro requerimento, do Senador Hélio José, que também é à Comissão de Direitos Humanos, mas claramente esse requerimento, do Senador Hélio José, está ao Plenário. Obviamente, se é ao Plenário, é para deliberação pelo Plenário da Casa, pelo Plenário do Senado, e não neste.

Então, parece-me, e eu peço só para tirar essa dúvida com V. Exª, que o requerimento que temos aí é para deliberação pelo Plenário. Ou seja, o que cabe a nós resolvermos aqui, na Comissão de Assuntos Sociais? Decidir a data da audiência pública – já está o dia 13 de setembro – e deixar o que é relativo ao Plenário para deliberação pelo Plenário. Se há requerimento para ir a outra comissão, seja do Senador Paim, seja do Senador Hélio José, ao Plenário, deve ser deliberado pelo Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Randolfe, a minha compreensão é a de que já está decidido. Nós não teríamos esse requerimento do Hélio José – está prejudicado – e nós vamos agora à leitura do requerimento, para podermos encerrar essa questão.

ITEM 18





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 125, de 2017**- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010 (nº 4.238/2012, na Câmara dos Deputados), que “Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados:

- *Pedro Oscar Viotto – Diretor Setorial de Segurança Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)*

- *Jeferson Furlan Nazário – Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores*

- *Roberto Antonio Von der Osten – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro*

- *Diretor-Geral da Polícia Federal*

- *Representante do Banco Central do Brasil*

- *Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes*

- *Márcio Lopes de Freitas – Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)*

- *Clairton Walter – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)*

Autoria: Senador Dalirio Beber e outros.

Esse é um requerimento do Senador Randolfe, e apresenta os seguintes convidados: representante do Ministério do Trabalho e Emprego, representante do Ministério da Fazenda, Diretor-Geral da Polícia Federal, representante do Banco Central, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes e mais dois nomes que estão sendo encaminhados pelo Senador Dalirio.

V. Exª poderia mencionar os dois nomes, para que sejam...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Por favor, o microfone.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Os nomes das pessoas?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, ponha os nomes das...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Das organizações.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. O.k.?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

Muito bem. Então, eu vou conceder a palavra ao autor do requerimento, que é o Senador Randolfe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu queria fazer só um esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Junto à Mesa, com o mesmo teor, V. Exª tem três requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria, se possível, que V. Exª aprovasse os três requerimentos com o mesmo teor...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas não tínhamos acabado de falar que vocês iam fazer o mesmo requerimento para os três?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas a senhora leu um. Eu estou apenas dizendo que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, porque, agora, não vale mais o combinado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, vale. O acordo está feito. Eu apenas estou pedindo, pois, nos requerimentos, os convidados são diferentes. O da Vanessa, que eu subscrevo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere. Então, vamos começar do começo. Como há três requerimentos...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Três requerimentos, com convidados diferentes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu sugeri fazermos uma audiência pública...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... talvez tirando um e colocando outro, para ficarmos todos contemplados nas representações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Corretíssimo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agora, V. Exª já está sugerindo que... O quê? Não entendi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A mesma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não é a mesma coisa. É uma audiência pública...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há três requerimentos, Senadora, para uma audiência pública. Eu apenas estou dizendo para fundirmos os três num só, porque os convidados são diferentes. E fazer esse acordo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixe-me ver como burocraticamente isso funciona. Lemos os três e...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Vamos ler os três, fundindo os três mediante o acordo, com os convidados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É isso, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E os requerentes dos requerimentos se reunirão e decidirão uma...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lindbergh, Vanessa e Randolfe.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lindbergh, V. Exª, Randolfe...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu assino dois.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E Dalirio, que agora também...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um – mais dois nomes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do Lindbergh e da Vanessa, eu assino.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Estou sendo lembrada aqui que são quase vinte convidados, o que tornaria isso um pandemônio. Então, vamos acordar aqui que serão seis. Está bom? O que vocês acham?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que, com os dois que ele colocou, dá oito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, está bom. Fazemos com oito. Um pouco mais longa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oito. O.k.. E nós combinamos aqui a composição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, está bom. Vamos lá.

Vou ler o do Lindbergh e do Senador Paim.

Requeiro, nos termos dos arts. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado, realização de audiência pública para debater o Estatuto de Segurança Privada, visando à inclusão dos seguintes convidados: Roberto Tardelli, Djamila Ribeiro, filósofa e líder militante, Alysson Mascaro, advogado, professor e doutor da USP, André Tavares, professor titular da PUC, José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional de Vigilantes.

Esse é um dos requerimentos, de Lindbergh e Paulo Paim.

Qual foi o outro que não foi lido?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só faltou o da Vanessa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O da Vanessa.

Não vou ler todas as leis que nós estamos discutindo e vou para os nomes: José Boaventura Santos, Pedro Oscar Viotto, João Palhuca, Jefferson Portela, Jeferson Nazário, Roberto Antonio Von der Osten, João Soares, Ministro de Estado Padilha, Ministro de Estado Torquato Jardim... Quanto a esses dois, não dá para misturar Ministro com... Esses estão fora. Continuando: Mansueto Facundo de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Almeida Júnior, Secretário de Acompanhamento Econômico da Fazenda, e Alexandre Barreto, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Nós teremos essa audiência pública dia 13, com oito representantes, e os requerentes dos três requerimentos irão chegar a um acordo sobre esses o mais rápido possível, para a Srª Patricia poder fazer os encaminhamentos. Combinado? Pronto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Pela ordem.) – Srª Presidente, na reunião passada, nós demos conhecimento de um requerimento pedindo a criação de uma subcomissão para tratar de doenças raras. Foi amplamente debatido. Só que ficamos de votar o requerimento nesta reunião. Foram sugeridos dez Senadores: cinco titulares e cinco suplentes. Eu consultei Senadores, vários me pediram e estão todos contemplados.

Eu pediria a V. Exª se esse requerimento poderia ser colocado em pauta, porque há uma enorme expectativa no sentido de começarmos juntamente com os representantes dessas entidades esse trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós podemos ler o seu relatório agora ou podemos resolver essa questão do Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu acho que o ideal é haver a audiência pública e, depois, eu leio o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu também encaminharia dessa forma. Só estou perguntando para ver se há uma anuência de V. Exª. Se V. Exª concorda, será feito assim.

Então, vamos resolver a questão da subcomissão pleiteada pelo Senador Moka.

O projeto, então, cujo relator é o Senador Vicentinho Alves vai ser retirado de pauta, para voltar à pauta depois da audiência pública.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Mantendo o item 1, depois da audiência pública, da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Podemos manter.

Agora, nós temos um requerimento do Senador Moka, em virtude do grande interesse que todos aqui na Comissão tiveram em relação às doenças raras. O Senador, então, sugeriu a criação de uma subcomissão temporária, que vamos aprovar agora, porque já foi lido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado, a criação de subcomissão temporária, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor iniciativas para a promoção e defesa dos direitos das pessoas com doenças raras bem como o devido aprimoramento na legislação específica. O prazo é até o final desta sessão legislativa, quando esse grupo se extingue.

Ele foi lido em 16/08.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno, eu designo os membros da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras, criada pelo Requerimento na CAS 120, deste ano, de iniciativa do Senador Waldemir Moka. Conforme o requerimento, a subcomissão será composta por cinco membros titulares e cinco suplentes. Falarei o nome dos titulares e dos suplentes da subcomissão.

Vamos ler os nomes. Titulares: Senador Waldemir Moka, PMDB; Senador Airtton Sandoval, PMDB. Eu estou dando os partidos porque nós temos um Regimento para composição. Senador Dalirio Beber, PSDB; Senadora Maria do Carmo Alves, DEM; Senadora Ana Amélia, PP.

Suplentes:

Senadora Ana Amélia, PP.

Suplentes: Senadora Ângela, PDT; Senador Caiado, DEM; Senador Romário, Pode... Pode? Não, Podemos. É o novo Partido? Pode? É o Podemos.

Senador Cidinho, PR; Senador Armando Monteiro, PTB.

Então, os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a composição da Subcomissão.

Serão comunicadas ao Presidente do Senado Federal a criação e a designação dos membros da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr^a Presidente, todos os Senadores que quiserem participar dessa Subcomissão já são convidados a fazerem parte, porque essa Subcomissão vai interagir com os representantes, com aqueles que representam as doenças raras.

Então, torno isso... Senadora Presidente, V. Ex^a, na verdade, é autora da audiência pública que acabou culminando na criação dessa Subcomissão, mas, evidentemente, pela função de Presidente, fiquei... achei que não...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – De vez em quando, vou lá para saber como está indo. Não dá para fazer tudo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas, então, está aberta a Subcomissão e o convite a todos os colegas que quiserem participar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu pediria, Senador... Eu pediria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um momentinho só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Moka, o senhor adiantou para mim que provavelmente fará essas reuniões nas terça-feira, às 14h, mas gostaria de fazer um pedido, porque muitas vezes nós não temos... Há tanto pedido de audiência aqui, que fica sobrestando a pauta, que temos às vezes que recorrer às terças-feiras para fazer audiência pública.

Então, quando houver audiência pública nas terças-feiras, V. Exª será comunicado com uma ou duas semanas de antecedência, para mudar o horário. Pode ser só o horário da Subcomissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Há muita coisa que todo mundo está interessado em ouvir.

Primeiro, o Senador Randolfe, depois V. Exª, Senadora Ana Amélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se a Senadora Ana Amélia quiser ir primeiro, eu vou em seguida, sem problema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, pode falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Senadora.

Presidente, serei breve. Por falar em audiência pública, felizmente esta é uma Comissão de Assuntos Sociais, e um dos problemas deste País é a questão social, há muito tempo. Então, obviamente, uma decorrência disso são as temáticas relacionadas aos assuntos sociais.

E trago aqui um tema sobre o qual considero fundamental o debate nesta Comissão. Veja, Srª Presidente, foi anunciado recentemente um reajuste de 46%, 42% no valor dos contratos dos planos de saúde no País. E isso corresponde a 20 vezes o valor da inflação do ano passado, corresponde a uma década de inflação, Srª Presidente.

E me parece que isso é incompatível com a realidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª tem um requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E já marquei, mas não... Ah, é outro?

Não, V. Exª tem um requerimento que marquei, que é...

Há um do mesmo tema, mas não é o de V. Exª. É o mesmo tema, e já está aqui. Já está marcado para setembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª pode, talvez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, pronto. Já tendo o requerimento... Só me confirme, Presidente, se esse requerimento já foi apreciado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já foi lido? *(Pausa.)*

Mas é o mesmo tema do Senador...

Olha, está marcado até para uma terça-feira, por isso que eu falei com o Senador Moka. É um requerimento do Senador Humberto Costa e um do Senador Airtton Sandoval, que são na mesma direção.

Então, V. Exª poderá ver se é contemplado, senão, se quiser fazer um novo, nós colocamos todos os...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Exª pode só me informar quais são os convidados para a audiência já marcada?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, é um RAS 19/2015.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, então, Senadora. Eu queria pedir...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É sobre o mesmo tema? *(Pausa.)*

Espera aí.

Não, esse aqui é o dele. Aqui há outro de V. Exª, com outro tema, que é... Não, é o dele, sobre o mesmo tema. *(Pausa.)*

Chegou quando este? Agora?

V. Exª....





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu queria solicitar extrapauta, mas V. Ex^a me informa que já há audiência marcada, eu me sinto contemplado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, eu acho que a gente pode aprovar esse agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E colocar na mesma pauta o requerimento do Senador Airton... Não, esse é do Humberto e da Senadora Regina. E onde está o do Senador Airton? *(Pausa.)*

É uma oitiva do Senador Airton que foi acoplada a essa também. Vamos ver os nomes que estão: representante da Agência Nacional de Saúde (ANS); representante da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon); da Unimed do Brasil; representante da medicina de grupo (Abramge); representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde); representante da União Nacional de Instituição de Autogestão e Saúde (Unidas). E o de V. Ex^a é diferente. Então, vamos fazer o mesmo procedimento? Aqui já há seis representantes e aqui é para discutir sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. O tema é exatamente o mesmo, os representantes não são. Se V. Ex^a quiser colocar mais dois, nós ficamos com oito e resolvemos a questão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, é porque, só no requerimento que nós apresentamos, nós incorporamos os principais planos de saúde, os maiores planos de saúde que existem e atuam no Brasil. Então, eu considero importante, nessa audiência, ter um representante de, pelo menos, dois planos de saúde.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quais são os que V. Ex^a deseja? Já aprovamos agora o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sul América e Amil.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Então, vamos ler o seu requerimento e já colocamos – Sul América e Amil, que serão acrescentados aos seis. Então, acho que fica muito bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A ANS já está, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A ANS está.

ITEM 19





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 126, de 2017**- Não terminativo -**

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, sejam convidados a comparecer ao Plenário desta Comissão de Assuntos Sociais os representantes das operadoras privadas de assistência à saúde abaixo elencadas, com a finalidade de prestar informações acerca dos reajustes abusivos cometidos na correção de seus respectivos planos:

- representante da Sul América;
- representante da Amil Assistência Médica Internacional;
- representante da Geap Autogestão em Saúde

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros

Concedo a palavra a V, Exª, mas espero que V. Exª, como já explicou...

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta na semana seguinte; mas a data já está... Já podemos começar a chamar as pessoas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem. É o mesmo assunto, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – É o mesmo assunto, Senador Randolfe.

Senador Randolfe, esse tema é extremamente importante. Eu não sei se V. Exª incluiu o Geap.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Acho ótimo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Geap também é um plano de saúde. O Geap cuida dos servidores públicos, e eu acho que é importante também ter a visão, porque é a proteção deles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. Apoiada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu consultaria o Vice-Presidente, que vai assumir...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desculpe, é que estão votando uma coisa minha, e eu vou ter de sair um minuto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que, nesse requerimento do Senador Randolfe sobre planos de saúde, não está incluído o Geap, que cuida dos planos de saúde dos servidores públicos, dos funcionários públicos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª gostaria de incluir esse também?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso que seria útil.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Podemos incluir, Senador Randolfe, no seu para ela não ter que fazer outro requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Geap, pronto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu passo a Presidência ao Senador Randolfe, pois tenho que votar uma coisa minha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Senador Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu volto num minuto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente Caiado.

Eu já aproveito, porque a Senadora Marta, na Presidência, apreciou requerimentos que foram lidos na reunião anterior, da semana passada, e há um requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que eu também apoiei, para uma audiência pública. Então, a questão, agora, era aprovar o requerimento. Somente isso.

Como ela já começou apreciando requerimentos, o debate, então que entrassem todos os requerimentos, que fossem lidos, para que, nesse ordenamento, fizesse a agilização dessas deliberações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É o item 15 da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) –

ITEM 15





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 122, de 2017**- Não terminativo -**

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros.

Para tanto, sugiro sejam convidados:

- *Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo – Secretário Nacional do Consumidor (Ministério da Justiça e Segurança Pública);*
- *Sr. João Sabino – Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline (ABO2O);*
- *Sr^a Mariana Polidório – Representante de Políticas Públicas no Brasil da Uber;*
- *Sr. André Oliveira - Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil (AAMOTAB);*
- *Sr. André Ramos Tavares – Professor da Faculdade de Direito da USP;*
- *Sr. Lênio Luís Streck Rocha – jurista e professor;*

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

Este requerimento foi lido em 16/08/2017.

Nós estamos agora colocando em votação o requerimento.

Os senhores e as senhoras que concordam...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Queria pedir a Senadora Ana Amélia que encaminhasse, por favor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu prefiro que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Tudo bem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu passo a palavra à Senadora Ana Amélia para que faça o encaminhamento do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – Esse tema do transporte individual de passageiros se tornou mais candente com a existência de vários e também do direito em torno dos direitos dos taxistas, em relação ao uso de um serviço, que é público, mas exercido para atender um cliente privado, o cidadão que usa o serviço do táxi.

Entre as duas categorias – aplicativos, Uber, Cabify e outros tantos que já estão surgindo, concorrendo inclusive entre aplicativos –, os taxistas também terão a oportunidade de mostrar a regulamentação. Defendem aquilo que a Câmara já votou em relação a essa matéria, no sentido de que seja preservada.

Então, acho que a audiência proposta pelo Senador Flexa Ribeiro, que eu apoiei, porque, na reunião anterior, ele não estava, para que fosse lido, a fim de que ganhar tempo, fiz a apresentação com muito prazer.

Acho que esse é um tema que merece ser discutido ainda com essa profundidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Após o encaminhamento da Senadora Ana Amélia, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, a Senadora Ana Amélia, com a competência conhecida por todos, já justificou o requerimento da audiência pública. Só pediria a V. Exª e à Senadora Marta Suplicy que pudéssemos marcar esta audiência o mais breve possível, em função do assunto que é importantíssimo.

Os taxistas estão se sentindo prejudicados, mas tenho dito a eles que precisamos discutir isso numa audiência e fazer uma regulamentação para esses aplicativos, porque não há como uns irem contra a tecnologia.

Eles, inclusive, também, Senadora Ana Amélia, já estão criando aplicativos para os táxis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para os táxis. Estão funcionando muito bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para que possamos agilizar a audiência, recebi aqui um *e-mail* da Confederação Nacional do Transporte, pedindo que fosse incluído um membro, representante da CNT, o Sr. Paulo Gaba.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, pediria a V. Ex^a que aditasse ao requerimento mais um convidado, o representante da CNT, o Sr. Paulo Gaba.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A solicitação do Senador Flexa Ribeiro foi o acréscimo de mais um na lista dos já encaminhados aqui como palestrante.

Solicito aos demais da Comissão, se estiverem de acordo com a inclusão do nome, que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Antes do pronunciamento de V. Ex^a, havia pedido a palavra, porque gostaria de incluir mais três nomes, para serem ouvidos, nesta audiência pública, que seriam os nomes do Vinícius Marques de Carvalho, ex-Presidente do Cade, do Professor Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida, Doutor em Direito pela USP e Professor associado da Universidade de Lyon, ex-Secretário Adjunto de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, e ainda do Sr. Ciro Biderman, Professor e pesquisa da FGV e pesquisador associado do Departamento de Planejamento Urbano do *Massachusetts Institute Technology* (MIT), também é consultor do Banco Mundial e Chefe de Gabinete SPTrans, de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Conforme solicitação feita pelo Senador Airtton Sandoval, com a inclusão de mais três nomes e um, do Senador Flexa Ribeiro, vamos para dez membros desta Comissão que vão ser convidados para expor seus pontos de vista. Realmente, dificilmente, numa Comissão, nós daremos conta de ouvir dez pessoas. Mas esse é o sentimento da Comissão. É um assunto extremamente polêmico.

Submeto à apreciação da Comissão.

Se estiverem de acordo com os nomes também indicados pelo Senador Airtton Sandoval, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão dos nomes, tanto do Senador Flexa Ribeiro como do Senador Airtton Sandoval.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Gostaria também de fazer uma sugestão, se o Plenário concordar. É um assunto, como disse o Senador Flexa, de muito interesse. Nós estávamos discutindo aqui a propriedade de fazer uma discussão no dia seis de setembro, véspera de um feriado. Mas a gente podia utilizar o dia seis de setembro para fazer o começo desta discussão com cinco e fazer no outro dia deliberativa, quando temos mais presença, com os outros cinco. O que V. Ex^{as} acham?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Airton Sandoval, que foi quem propôs também. Senador Airton. Ele está ali. Senador Airton, eu estava propondo dividir em duas audiências. São dez. E este assunto traz muita discussão. Então, estava propondo fazer cinco dias seis de setembro, que é um dia, como sabemos, como menos frequência, mas um dia que dá para a gente discutir. Os interessados todos estarão presentes. E, no dia cinco, os outros cinco nomes no dia de deliberativa. Quem indicou os outros Senadores... O Senador Flexa e o Senador Airton poderiam se unir e decidir quem vai cinco e a Senadora Ana Amélia também.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom, eu gostaria rapidamente de aprovar o requerimento e passar a Presidência à Senadora Marta Suplicy, que ordenará exatamente os dias e a composição da Mesa em relação às audiências públicas que teremos, já que teremos os dez convidados aprovados pela comissão.

Em votação o requerimento.

Os que estiverem de acordo com a aprovação dos dez convidados para a audiência pública permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Passo a Presidência à Senadora Marta Suplicy, que vai ordenar, então, os dias e também a composição dos convidados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Caiado, nosso Vice-Presidente.

Esta audiência tem que ser realizada junto com a CCT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso que eu queria lembrar, Presidente: é uma reunião conjunta com a CAS, CCJ, CCT, CAE e CI. São quatro comissões: CAS, CCJ, CCT, CAE e CI. Vamos combinar com eles.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, vamos falar com os Presidentes dessas Comissões e se nós podemos fazer dessa forma que estamos encaminhando. Se eles concordarem, o quórum estará garantido pelo menos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A outra observação que V. Exª já levantou é que, ao dividirmos os convidados, nós possamos ter o contraponto em cada uma delas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para isso, peço a V. Exª que sente com o Senador Airton e resolva. Nós temos quórum terminativo na Comissão. Tem? Senador Airton, vou pedir para V. Exª permanecer porque V. Exª completa o número necessário para o terminativo. Ele só está tirando uma foto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos ao item 7, da Senadora Ana Amélia, que é o primeiro item terminativo da nossa pauta.

Ele já foi lido e sua discussão foi adiada.

Com a palavra...

Eu tenho que dizer o que é.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não tem quórum.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, o Telmário não é membro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São 11 votos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está faltando um.

Para os ouvintes da TV Senado, nós temos, às vezes, vivido essa incompatibilidade no sentido de que muitos membros da Comissão de Constituição e Justiça, de que eu tive que me retirar neste instante, são também membros da CAS. Então, nós ficamos disputando os membros para poder fazer votação terminativa, que precisa ter um quórum adequado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Marta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora, embora eu não seja membro da Comissão, eu tenho um projeto aqui que perdura há muito tempo e é da maior importância para o setor de educação. O Senador Paulo Paim é o Relator. É o Item 9. Assim que der quórum, eu gostaria que V. Exª fizesse a inversão de pauta, para que a gente aprovasse esse relatório, porque é um projeto de muito interesse e de cunho social.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Temos o Item 3, temos o item da Senadora Ana Amélia, mas levaremos em consideração.

Eu tenho também um projeto que não precisa de quórum, que é o Item 4.

Eu vou colocá-lo em votação já.

Institui a campanha nacional de...

Ah, eu tenho que passar a presidência ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Item 4.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2017

- Não terminativo -

Institui a campanha nacional de prevenção ao HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, denominada Dezembro Vermelho.

Autoria: Deputada Erika Kokay

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir a leitura do seu relatório.

A votação dessa matéria será simbólica.

A SRª MARTA SUP LICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Todos sabemos que a questão da aids é extremamente séria no País e que tem aumentado consideravelmente o número de pessoas infectadas. Isto se deve, na minha percepção, ao fato de que a doença deixou de ser letal para a maioria das pessoas que possuem o vírus e que ficou uma coisa que parece tranquila, e nós temos que alertar para o fato de que ela não é tranquila. As pessoas que têm infecção têm que tomar medicamentos muito fortes e têm a sua vida cerceada de algumas formas por ter uma doença para a vida toda, até hoje. É uma doença que não tem um índice de mortalidade acentuado, como foi no começo, mas que não é o nada que as pessoas, principalmente os jovens, acham que é. É muito séria.

Sem propaganda, as novas gerações esqueceram da malignidade da doença e, ao mesmo tempo, os grupos de risco também não estão se prevenindo como se preveniam exatamente porque a doença passou a ser algo corriqueiro: pega-se, cuida-se e tudo bem. Não é assim. Agora, como é que se volta isso? Nós não temos mais uma época como foi a época, por exemplo, em que o Cazuza teve aids: todo mundo sabia, todo mundo ficava usando preventivo, todo mundo fica preocupado. Não, hoje não se ouve mais, mas essa prevenção tem que retornar, sim, porque estamos com índices assustadores.

Essa proposta que veio da Deputada Erika kokay tem o intuito principal de chamar a atenção das pessoas, das organizações, demais instituições da sociedade civil para esse problema que é persistente na saúde pública brasileira, a aids e, ao longo de mais de 30 anos, as políticas e ações para o controle de aids no Brasil apresentaram resultados significativos. Nós ganhamos prêmios internacionais, ou quando o Serra era Ministro, ou quando eu fui Prefeita também conseguimos fazer um controle bastante





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

interessante, mas com a diminuição da mortalidade o aumento da aids, o aumento da expectativa e da qualidade de vida dos portadores do HIV e principalmente da disponibilização universal e gratuita da terapia antirretroviral pelo SUS iniciada em 96, as pessoas não estão mais percebendo a doença.

Os indicadores epidemiológicos e os estudos especiais sobre a aids têm sugerido a manutenção da estabilização da epidemia no Brasil, o que pode mostrar, em certa medida – eu acho que quando se estabelece um número de pessoas infectadas –, uma estagnação no combate à doença porque deveria estar diminuindo – não é Senador Caiado? – e não estável.

De acordo com o relatório *Lacunas na Prevenção*, lançado pelo UNAIDS em julho de 2016, por ser o País mais populoso da América Latina, o Brasil é também o que mais concentra casos de novas infecções pelo HIV na nossa região.

O País – o Brasil, gente – responde por 40% das novas infecções, enquanto Argentina, Venezuela, Colômbia, Cuba, Guatemala, México e Peru respondem pelos outros 41% desses casos. Quer dizer, todos esses países somados têm menos casos de aids do que nós. Algo está errado para nós.

A taxa de detecção de aids no Brasil tem apresentado estabilização nos últimos dez anos, com uma média de 20,7 casos por cem mil habitantes. Apesar de ter havido queda na taxa de detecção nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, as regiões Norte e Nordeste apresentam tendência de crescimento. Quer dizer, são regiões em que a distribuição de preservativos, campanhas de escola, tudo tem que ter uma intensificação por parte do Governo, do Ministério da Saúde.

Há diferenças no perfil da epidemia entre as grandes regiões, com concentração da maior parte dos casos no Sudeste e Sul, com 53,0% e 20,1%, respectivamente, do total de casos; as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte correspondem a 15,1%, 6,0% e 5,9% do total dos casos. Então, como temos visto eles têm menos casos, mas o que preocupa é que há um crescimento em relação aos anos anteriores. Isso no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste.

Cabe ressaltar que algumas populações são mais afetadas que outras. Enquanto as estimativas mostram que 0,39% da população geral esteja vivendo com HIV no Brasil – dado referente ao Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS de 2015 –, entre homens *gays* e outros homens que fazem sexo com homens (HSH), essa prevalência cresce para 10,5%, segundo os últimos dados do Brasil.

Ainda segundo dados do Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS de 2016, existe uma tendência de aumento na proporção de casos de AIDS em homens que fazem sexo com homens (HSH) nos últimos dez anos, a qual passou – olha o aumento, Caiado – de 35,3%, em 2006, para 45,4%, em 2015.

Outras populações afetadas no Brasil são as pessoas que usam drogas e profissionais do sexo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De acordo com dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de 2016, o crescimento de aids na juventude (jovens de 15 a 24 anos) continua sendo uma preocupação importante, e as ações nesse segmento têm de ser intensificadas.

De 2006 a 2015, a taxa de detecção de casos de aids entre jovens do sexo masculino, entre 15 a 19 anos, quase que triplicou (de 2,4 para 6,9 por 100 mil habitantes) e, entre os jovens de 20 a 24 anos, a taxa mais do que dobrou (de 15,9 para 33,1 por 100 mil habitantes). Quer dizer, não estou vendo nada de estagnação, estou vendo um aumento, na verdade. Por quê? Porque esses jovens cresceram depois da disseminação dos tratamentos com retrovirais. Então, eles nunca souberam realmente o que é essa doença, nunca enxergaram na doença uma sentença de morte, diferentemente da geração que cresceu na década de 1980. Além disso, mantêm a sensação de onipotência, que é bem própria da adolescência, e essa é a fase da descoberta sexual, quase sempre com maior rotatividade de parceiros, o que aumenta o risco de infecção.

Enfatizar a prática do uso da camisinha é fundamental, mas não basta. A Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira, do Ministério da Saúde, lançada no ano de 2016, indicou que 94% dos brasileiros sabem que o preservativo é a melhor forma de prevenção às DSTs e aids. Mesmo assim, 45% da população sexualmente ativa não usou nunca nenhum preservativo nas relações sexuais casuais nos últimos 12 meses. Então, mais do que nunca é necessária uma propaganda extremamente forte e a distribuição de preservativos em postos de saúde.

Assim, é fundamental intensificar essas ações de enfrentamento dessa severa enfermidade, e o Projeto de Lei nº 60 concorre nesse sentido, pois tem justamente o objetivo de fomentar essas ações para a prevenção da aids e também de outras infecções sexualmente transmissíveis.

A proposta se vale das exitosas experiências obtidas com as campanhas do Outubro Rosa – pelo combate do câncer de mama –, do Novembro Azul – câncer de próstata – e do Maio Amarelo – pela redução dos acidentes de trânsito –, para conscientizar a população a respeito da importância das medidas preventivas.

Por esse motivo, consideramos válidas as intenções do projeto, que acho que devemos prosperar. Além dessas campanhas de televisão, eu trabalhei em educação sexual nas escolas junto com Paulo Freire e na Prefeitura de São Paulo. E o que pudemos perceber é que a informação os jovens podiam até ter, Senadora Ângela, mas não adiantava, porque conhecimento não gera mudança de comportamento. Então, isso precisa ser discutido, as meninas aprenderem a dizer "não" e dizer "sim" com responsabilidade. E os rapazes também.

E há toda a discussão de novo que se faz da questão de gênero nas escolas – eu já estou misturando porque é importantíssimo, permite reflexão sobre o que é respeito ao outro, ao desejo do outro, à tolerância frente ao outro, a respeitar o que o outro não quer ou que quer. Tudo isso tem a ver. E nós vemos a dificuldade em se lidar com essa questão de gênero, que é uma coisa que está na moda





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

agora, porque há dez anos atrás a gente discutia isso e não tinha problema nenhum. Acaba atrapalhando muito várias ações que são necessárias para que nós possamos controlar essa doença. A propaganda é bem-vinda, necessária, a valorização do mês é importantíssima, mas mais do que isso para jovens o caminho também tem que ser outro.

Pelos motivos expostos opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60.

Está lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto de lei da Câmara nº 60, de 2017.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Passo a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr^a Presidente, pela ordem depois.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Hélio

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr^a Presidente, primeiro quero elogiar V. Ex^a pelo relatório excepcional. Acho muito importante essa questão da política de conscientização, de divulgação de maneiras protetivas para evitar essas doenças sexualmente transmissíveis. Parabéns!

Gostaria de solicitar a V. Ex^a a inclusão extrapauta do requerimento relativo a uma audiência pública para debater a regulamentação da profissão de síndico. Eu tenho aqui toda a justificativa. Se a senhora acatar, lerei em seguida.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É outro requerimento, Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exato. É um requerimento de minha autoria.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Vou ler esse requerimento e depois passamos à pauta deliberativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 127, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para tratar sobre a regulamentação da profissão de síndico. Tal solicitação é uma reivindicação da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP), que apresenta argumentos neste sentido com vistas a apresentação de proposição com este objetivo. Sugeram-se, como convidados, representantes das seguintes instituições:

- a) Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP);*
- b) Ministério do Trabalho;*
- c) Conselho Federal de Administração (CRA) e Conselho Regional de Administração (CRA/DF);*
- d) Coordenador do curso de tecnologia em gestão de condomínios da UDF.*

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria:

Relatório:

Concedo a palavra ao autor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, muito rapidamente, a justificativa é de que o síndico é uma profissão muito penosa, difícil e que precisa ter essa regulamentação.

Eu fui procurado por todas essas associações e vamos abrir o debate e discutir. Eu estou apresentando inclusive um projeto com relação a isso, então para nós é muito importante essa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, nós estamos no Item 4. O item 3 fez questão que não se votasse mesmo, embora ele não seja terminativo, porque estava esperando que a – ia chamar de Senadora – Deputada Mara Gabrilli chegasse.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se pudéssemos votar o Item 3, que não é terminativo... Já foi lido o relatório, e a autora é a Deputada Mara Gabrilli. É um belo projeto, o Senador Romário foi o Relator. Esse é o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Em relação a essa matéria que foi convocada aqui pelo Senador Paim, matéria de autoria da Deputada Mara Gabrilli, sobre tratamento prioritário a pessoas acometidas por doenças neuromusculares, com paralisia motora, através de distribuição de medicamentos e equipamento, pelo relato que a nobre colega faz, essa matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados, pelo parecer do Deputado Mandetta, e aqui na Comissão, pelo Senador Romário.

O Senador Airton Sandoval solicitou a oitiva da CAE, alegando – pelo que, de certa maneira, tem razão – o custo dos aparelhos que foram aqui muito bem especificados, para que as pessoas que infelizmente são comprometidas por todas essas doenças neuromusculares possam ter um atendimento mais qualificado, já que aquilo que é fornecido pelo Ministério da Saúde, está totalmente defasado, dentro da realidade que hoje se exige para as pessoas que são acometidas por essas doenças, que são várias, de origens as mais diversas, comprometendo-se a área neuromuscular e, com isso, trazendo-se morte rápida a todos os pacientes ou gastos altíssimos com internações nas UTIs.

A solicitação que faço ao Senador Airton Sandoval é a de que nós temos, dentro daquilo que a Lei Orçamentária nos autoriza sobre a elaboração e a execução da lei... Ela concede, no art. 59 da Constituição Federal... Ela prevê, no seu art. 1º, que órgãos dos Poderes – o Ministério Público, a Defensoria Pública ou a União – encaminharão, quando solicitada por Presidente de órgãos colegiados do Poder Legislativo, dispensa da deliberação expressa do Colegiado, no prazo máximo de 60 dias.

Ou seja, nós estamos aqui propondo que a Presidente encaminhe uma solicitação, e, em vez de fazê-la à CAE, que o faça diretamente ao Ministro da Saúde, já que ele tem o orçamento. Ele teria uma capacidade de avaliar muito melhor essa solicitação de V. Ex^a do que se fôssemos para a Comissão de Assuntos Econômicos, e teríamos maior celeridade para que ele também respondesse e pudesse incluir esse objeto da Deputada Mara Gabrilli como uma das prioridades do Ministério da Saúde, diante do orçamento que já tem e do conhecimento que tem, para priorizar ali o que deseja, para atender a essas pessoas que são comprometidas por doença neuromuscular.

É a ponderação que faço.

Com o ofício encaminhado pela nossa Presidente da Comissão de Assuntos Sociais ao Ministro Ricardo Barros, ele poderá fazer uma análise muito mais consistente para nós, mais ágil, e nós daríamos celeridade e nos empenharíamos nessa luta da Deputada Mara Gabrilli, com quem tive oportunidade de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conviver em mandatos anteriores na Câmara e de quem sei o conhecimento. Ao fazer esse projeto chegar aqui, ao Senado Federal, podemos dar celeridade, porque essa é uma realidade que acomete um número significativo de pessoas com várias doenças que incidem em toda área neuromuscular, e as pessoas, por deficiência respiratória, vão a óbito precocemente.

Então, é a ponderação que faço para que, ao invés de irmos para a CAE, possamos ter uma solicitação direta ao Ministro.

É a ponderação que faço, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós temos dois projetos, Senador Caiado, com os mesmos focos.

Então, o projeto ora em discussão, da Deputada Mara, já foi pautado, já foi instruído e, conforme preceitua o art. 266, do Regimento Interno do Senado, essa Presidência consulta os Srs. Senadores, o que eu acharia interessante, sobre a darmos continuidade à deliberação dessa matéria antes de encaminhar à Mesa. E o outro, que não foi discutido nem pautado, vai para a Mesa, faz outro trâmite, sem prejuízo do que V. Ex^a colocou, que é mandar o requerimento, uma consulta ao Ministro da Saúde, para saber dos outros trâmites.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Perfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aí, eu acho que a gente agiliza tudo, ao máximo.

Então, vamos.

Eu passo a V. Ex^a, novamente, a Presidência, porque tenho que ir à Comissão de Justiça nesse momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É, a senhora deu uma brilhante saída para todos nós, que a senhora botasse em votação o da Mara.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É que eu sou a primeira inscrita na CCJ, já me avisaram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é um minuto.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 3





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2017**- Não terminativo -***Dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora.***Autoria:** Deputada Mara Gabrilli**Relatoria:** Senador Romário**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.**Observações:***-Em 16.08.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.**- Votação simbólica.***A SRª PRESIDENTE** (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, consulto os Srs. Senadores e Senadoras se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista coletiva formulado anteriormente.

Alguma manifestação? *(Pausa.)*

Não havendo, concedo a palavra ao Relator, Senador Romário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Que já a expressou.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... que já a expressou, quando leu, para as suas considerações, se julgar necessário.

A matéria continua em discussão.

Algum Senador ou Senadora quer se manifestar? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Resultado: aprovado o relatório... *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

... que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 42, com Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Parabéns, Deputada Mara Gabrilli.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Parabéns, Deputada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, eu também gostaria de elogiar a Deputada Mara e o nosso nobre Senador Paim, por esse importante projeto.

Parabéns. *(Pausa.)*

É, ouviu, Marta? Por favor.

Eu estava precisando só votar esse requerimento aí.

Caiado, você vai para a CCJ?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não sei se pode. Ela queria só agradecer, se V. Exª concordar.

O Plenário concorda *(Fora do microfone.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Muito bem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A solicitação feita por V. Exª...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Para que ela possa agradecer ao Plenário e a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A minha decisão, lógico que consultarei o Plenário, Não quero induzir a nenhum resultado, mas ninguém mais do que a Deputada Mara Gabrilli, pelo trabalho que vem fazendo, pela luta que conheço e pelo que convivi com ela naquela Casa... Eu acho que é uma deferência que o Senado Federal deve fazer neste momento, nesta Comissão, dando espaço a essa Parlamentar aguerrida, que supera momentos difíceis e que passa a ser motivo de resgate da alta estima de várias pessoas que têm lesões graves, com dificuldades, e, muitas vezes, acham que não têm a menor perspectiva diante de uma realidade no Brasil. A Deputada Mara Gabrilli passa a ser uma figura emblemática. Com todo o quadro que apresenta, ela é uma Parlamentar atuante, ela é uma Parlamentar que chega a mais um mandato na Câmara dos Deputados, com prestígio crescente no Brasil. E isso faz com que haja uma capacidade de transmitir, principalmente, às pessoas que são acometidas por essas doenças também.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu, como cirurgião na área de coluna vertebral, que tanto trato de pacientes tetraplégicos, que, muitas vezes, são mais afetados pelo problema também de não admitir uma situação que lhes é imposta e, muitas vezes, não veem perspectiva de vida, considero a Deputada Mara Gabrilli uma pessoa que é um exemplo de que essas pessoas, enfrentando todas essas dificuldades, podem superá-las e ter uma trajetória como a que Mara Gabrilli tem no cenário político nacional, fazendo com que as suas ações possam melhorar a vida de cada uma das pessoas que são acometidas ou por trauma ou por doenças neuromusculares.

Então, parabenizo.

Consulto o Plenário.

Sendo autorizado o uso da palavra, os que estiverem de acordo com a palavra da Deputada Mara Gabrilli permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Todos de acordo.

Passo, então, a palavra à Deputada Mara Gabrilli, autora do Projeto de Lei nº 1.167, de 2011, que acaba de ser aprovado na Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Muito obrigada. Eu estou emocionada aqui. Queria agradecer aos Senadores, agradecer a parceria, agradecer ao Senador Romário pela relatoria. Queria também mostrar para os Senadores e acalantar a preocupação dos Senadores com relação a preço, com relação a custo.

Hoje o custo que o Brasil tem com as pessoas que têm doenças neuromusculares, até por falta de uma gestão... Por isso, me agrada muito o projeto parar na mão do nosso Ministro Ricardo Barros, por ele ser um gestor. Na hora, ele vai entender por que hoje está muito mais caro para o País. Eu tenho essa preocupação. Todos os equipamentos para neuromusculares hoje já chegam às pessoas, mas apenas por demanda judicial. E isso encarece muito o nosso Orçamento. O nosso Ministério da Saúde não suporta mais.

Vou dar um exemplo para o senhor. Para as pessoas que têm, por exemplo, distrofia muscular, Amiotrofia Espinhal Progressiva, que ficam internadas, uma internação em UTI custa quase R\$1,5 mil por dia, enquanto, em casa, elas não pagam mais de R\$200. Essa é a conta.

Um Cough Assist, que é um dos equipamentos mais primordiais para quem tem dificuldade de respirar – e eu já passei por isso, Senador, eu já usei esse equipamento –, ajuda a tossir, ele ajuda a eliminar secreções. E a falta dele faz com que muitas pessoas sejam internadas com pneumonia. Isso fica muito mais caro para o País. A utilização de um equipamento desse, sendo que um equipamento pode ser utilizado por 15 pessoas, está escrito ali. Nós fizemos as contas. Barateia demais para o nosso País e traz muito mais qualidade de vida para as pessoas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu só queria finalizar lembrando tudo isso que o senhor comentou a meu respeito e toda uma luta que tenho, mas não podemos nos esquecer de que eu sou muito privilegiada, porque, a cada dia, eu consigo ter mais saúde. E não é o acontece com alguém que tem uma doença neuromuscular que seja progressiva e degenerativa. Essas pessoas lutam contra a morte todos os dias. Isso faz muita diferença. E eu acho que é aí que reside a gratidão para eu poder me dedicar às pessoas que não têm a mesma possibilidade que eu. Embora tetraplégica, eu às vezes nem me lembro disso por conta da estrutura que eu tenho, por conta de todas as possibilidades que eu tenho. Mas, infelizmente, é uma realidade muito diferente da maioria dos brasileiros e é uma realidade diferente de quem tem uma doença degenerativa.

Então, eu acho que o Brasil precisa deste projeto, inclusive para ter mais recursos para poder fornecer um medicamento que seja para todas as pessoas que têm uma doença rara e que precisam daquele medicamento. E não da forma judicializada como a maioria dos medicamentos chegam. O Brasil acaba atendendo muito menos e pagando muito mais. E queremos mudar isso. E, com certeza, essa gestão sendo feita vai melhorar não só a saúde do Brasil como a qualidade de vida das pessoas que têm neuromuscular.

Então, agradeço muito a este Senado pela parceria de trabalho.

Meu Senador aqui, Paulo Paim, que também foi o autor do Estatuto. E eu fui a relatora. E o relator foi o Romário. E hoje temos a Lei Brasileira de Inclusão, que, inclusive, deixou o nosso País num patamar de legislação que tem sido admirado mundialmente. Então, eu fico muito agradecida por continuarmos a dar exemplo até para outros países por conta deste projeto.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito bem.

Cumprimento a Deputada Mara Gabrilli.

Também é fato que as doenças neuromusculares são progressivas, como muito bem colocou. E é uma ansiedade para todas as pessoas que são acometidas por elas, já que sabem muito bem que a deficiência da musculatura respiratória vai cada vez mais ampliando. E muitas vezes não suporta mais a capacidade de expandir o seu próprio pulmão e de se oxigenar a não ser com o auxílio dessas máquinas que são muito bem colocadas por ela, que realmente alteram e muito o dia a dia das pessoas e até a segurança das pessoas acometidas.

Só faço uma referência: já estou com 42 anos de medicina. Quando iniciei minha especialidade de cirurgia da coluna vertebral, poucas pessoas sobreviviam com tetraplegia. Poucas. O óbito era altíssimo por insuficiência renal, escaras, pneumopatias. Então, normalmente as pessoas eram segregadas ao leito com uma tração cervical. Nós avançamos no Brasil, trouxemos técnicas modernas, tive a oportunidade de fazer na França aquilo que chama técnica de Roy-Camille, para que pudéssemos fixar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as lesões e rapidamente e as pessoas ficarem sentadas em recuperações com fisioterapeutas, e, com isso, tendo a capacidade de sobreviver num quadro de tetraplegia.

Ou seja, nós avançamos muito na Medicina e depositamos muita esperança ainda em célula-tronco para ver onde poderemos avançar ainda mais para recuperar a qualidade de vida dessas pessoas, que, antigamente, não tinham a menor chance de sobreviver, porque ficavam ali confinados a um leito sem perspectiva nenhuma de sequer serem manipuladas diante da gravidade da lesão. E hoje nós fazemos fixações, são rígidas, e capazes de dar a essas pessoas a capacidade de continuarem a viver.

Eu cumprimento a Deputada Mara Grabilli mais uma vez.

E passo agora ao próximo item da pauta...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, com o maior prazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, para cumprimentar a Deputada Mara que aqui está, cumprimentar não só pela aprovação do projeto, mas pela militância, pela luta que tem feito e tem servido de espelho para todos nós, para todas e todos nós. É muito importante ter pessoas como Mara Gabrilli. E cumprimento o Senador Paim, esse que aqui está, autor do estatuto e alguém em quem nos espelhamos muito. Então, cumprimento a ambos pela aprovação do projeto.

Quero dizer, Senador, que, como V. Exª, acho que o grande avanço que a ciência deve ainda à humanidade é restituir a qualidade de vida das pessoas. Eu não tenho dúvidas nenhuma de que em breve nós lá chegaremos, de pessoas serem recuperadas, talvez não só por células-tronco, com outras formas também de terapia.

E quando a gente fala na pesquisa, na ciência e tecnologia na área da saúde, nós não podemos dissociar, Senador Caiado – V. Exª, como profissional médico que é, sabe disso –, do setor da defesa, porque grande parte do desenvolvimento na Medicina, sobretudo diagnóstico, saiu de descobertas da área da defesa. Então, prezar pelo desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil é algo que dialoga diretamente com a vida e com a qualidade da vida.

Então, cumprimento a todos pela aprovação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas, Senador Caiado, solicito de V. Ex^a, se possível, porque já foi pulado – eu aqui não estava, estou lá na outra sala, na Medida Provisória 777 do BNDES – coloque em votação o item 16 da pauta, que é o Requerimento 123, que, já por sugestão da Senadora Marta, nós o convertemos em convite – era uma convocação, já foi convertido para convite – do Ministro do Planejamento Dr. Diogo Oliveira, para vir aqui e debater todas essas medidas anunciadas. Todas elas, nesse aspecto, terão que ser aprovadas pelo Congresso Nacional, porque virão através de projeto de lei, essas medidas que foram anunciadas no momento do anúncio da mudança de meta fiscal para os anos de 17 e 18.

Digo, Senador Caiado, que já houve um entendimento com a assessoria parlamentar do Ministério do Planejamento, e a ideia é que façamos uma sessão conjunta entre a CAS e a CAE para debater isso com o convidado, o Ministro Diogo, que penso deva vir o mais rapidamente possível a este Senado Federal.

Era essa a minha solicitação, Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 123, de 2017

- Não terminativo -

Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do “pacote de medidas” que afetam os serviços e os servidores públicos, divulgado pelo governo em associação ao anúncio da alteração das metas fiscais.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Observações:

- Lido em 16.08.2017.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero comunicar também que, conforme acordo pelo Plenário desta Comissão, foi apresentado um Requerimento de Instrução nº 06, de 2016, que contempla os três requerimentos lidos anteriormente.

Assim, desconsidero a leitura dos três requerimentos anteriores e passo à leitura do definitivo requerimento, produzido conforme acordo dos Senadores subscritores.

ITEM 18**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 125, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010 (nº 4.238/2012, na Câmara dos Deputados), que “Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados:

- *Pedro Oscar Viotto – Diretor Setorial de Segurança Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)*
- *Jeferson Furlan Nazário – Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte;*
- *Roberto Antonio Von der Osten – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro*
- *Diretor-Geral da Polícia Federal*
- *Representante do Banco Central do Brasil*
- *Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes*
- *Márcio Lopes de Freitas – Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)*
- *Clairton Walter – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Dalirio Beber e outros

Assinam: Dalirio Berger, Senador da República; Paulo Paim, Senador da República e Randolfe Rodrigues, Senador da República.

Esse, então, o acordo feito neste Plenário para esse tema que aqui foi colocado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...já aprovado aqui na Comissão. Na impossibilidade da chegada do Senador Romário, passa à condição de Relator *ad hoc* o Senador Paulo Paim.

Relatório de Atividades da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), do ano de 2016. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria. A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Do relatório.

Por meio do Ofício “S” nº 46, de 2017, chega a esta Comissão de Assuntos Sociais o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Saúde Suplementar do ano de 2016. O documento foi encaminhado a esta Casa Legislativa pelo Diretor-Presidente da Agência, o Sr. José Carlos de Souza Abrahão.

O referido relatório está dividido em três partes. A primeira delas traz o balanço resumido do ano de 2016, com os números do setor e os principais avanços do período. Em seguida, são destacadas as principais ações realizadas em 2016, divididas de acordo com a área: i) Acesso e Qualidade Assistencial; ii) Sustentabilidade do Setor; iii) Integração com o Sistema Único de Saúde; iv) Acesso à Informação; v) Participação Social e Articulação Setorial; e vi) Fiscalização. Na terceira parte, são apresentados alguns destaques da gestão institucional da Agência. Há ainda um anexo com todas as resoluções e instruções normativas editadas pela ANS durante o ano de 2016.

Cumprе destacar que a Agência é responsável pela regulação de um setor de grande importância social e econômica, formado por 819 operadoras médico-hospitalares e 510 exclusivamente odontológicas, com, respectivamente, 47,9 milhões de beneficiários em planos de assistência médica e 22 milhões em planos exclusivamente odontológicos.

A ANS informa que, em dezembro de 2016, havia um total de 17.731 planos de assistência médica e 3.881 planos exclusivamente odontológicos em comercialização no Brasil. Para o atendimento dos beneficiários, estavam disponíveis aproximadamente 126 mil estabelecimentos ambulatoriais, 2,4 mil para internação e 18,8 mil serviços de apoio à diagnose e terapia, além de 2,1 mil serviços para atendimento às urgências.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Atestando a importância econômica da saúde suplementar, a ANS informa que a receita de contraprestações das operadoras médico-hospitalares atingiu R\$116 bilhões no terceiro trimestre de 2016, enquanto a despesa assistencial correspondeu a R\$100 bilhões, atingindo 86,2% de sinistralidade, portanto. As operadoras exclusivamente odontológicas, por seu turno, apresentaram receita de R\$2,09 bilhões, despesa assistencial de R\$1,03 bilhão e sinistralidade de 49,1%.

O Relatório informa que, com a finalidade de conferir maior transparência à gestão, a Agência passou a transmitir ao vivo as reuniões de sua Diretoria Colegiada, por meio da internet. A pauta da reunião é sempre divulgada com antecedência, incluindo os arquivos dos conteúdos que serão abordados, a fim de facilitar o acompanhamento pelos interessados.

Quanto ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, a ANS incluiu 21 novos procedimentos. Ademais, promoveu a ampliação do número de consultas com fonoaudiólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e psicoterapeutas. Em função da grande repercussão da doença na opinião pública, destaca-se no relatório a incorporação de exames para detecção do vírus zika para os grupos considerados prioritários.

No âmbito do Programa de Monitoramento da Garantia de Atendimento, a agência suspendeu a comercialização de 176 planos de saúde de 35 operadoras durante o ano de 2016. Essas sanções decorreram de reclamações relativas à cobertura assistencial, a exemplo de negativas e demora no atendimento. Essa atuação favoreceu diretamente 1,4 milhão de beneficiários. De outro lado, foram reativados 124 planos de operadoras que atenderam aos requisitos de qualidade exigidos.

Alvo de constantes reclamações por parte de gestores da saúde, a questão do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) por atendimentos a beneficiários de planos de saúde foi aprimorada pela ANS. Houve inclusão de exames e terapias ambulatoriais de alta e média complexidade. No período avaliado, os valores cobrados atingiram marca histórica, ultrapassando R\$1 bilhão. No ano anterior, o valor total arrecadado havia sido de R\$707 milhões. Ou seja, houve um crescimento realmente expressivo.

Com o intuito de favorecer a realização de partos normais no âmbito da saúde suplementar, foram implementadas as primeiras etapas do Projeto Parto Adequado. A agência também implementou o Projeto Idoso Bem Cuidado, visando à melhoria da qualidade da atenção à saúde das pessoas de idade mais avançada. Da mesma forma, a agência lançou o Projeto Sorrir, com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento aos beneficiários de planos de saúde odontológicos.

A divulgação, pela ANS, da lista de hospitais que atendem aos critérios de qualidade – para aferir o padrão de assistência prestada à população – foi iniciada em 2016, o que aumentou o acesso do beneficiário à informação. Ainda no tocante à qualidade dos prestadores, a Resolução Normativa (RN) nº 405, de 2016, aperfeiçoou as regras para avaliação por meio do Programa de Qualificação dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar, conferindo maior clareza às informações sobre a qualidade da rede de prestadores.

Por meio de norma determinando que as operadoras informem aos beneficiários sobre as principais características dos planos coletivo empresarial, coletivo por adesão e individual ou familiar, a agência promoveu maior acesso dos consumidores às informações sobre os diferentes tipos de planos de saúde comercializados no País. No que se refere à compra *on-line* de planos de saúde, a agência definiu regras que conferem maior segurança ao contratante.

A ANS lançou ainda uma cartilha com orientações sobre como adquirir um plano de saúde, e também material com informações para quem deseja manter o plano de saúde oferecido pela empresa quando da aposentadoria ou demissão sem justa causa.

Em relação ao atendimento ao público, a agência informa que, durante o ano de 2016, recebeu 691 mil ligações pelo Disque-ANS; acolheu 25 mil demandas pela Central de Atendimento no portal da ANS na internet; e prestou 7 mil atendimentos nos Núcleos da ANS em todo o País. Recebeu um total de 369 mil solicitações, sendo 279 mil pedidos de informações e 90 mil reclamações de beneficiários. Interessante notar que, por meio da notificação de intermediação preliminar, a mediação de conflitos foi capaz de solucionar 88,2% das demandas assistenciais de forma célere, sem necessidade de abertura de um processo sancionador.

O portal da Agência na internet passou também a oferecer consulta sobre a quantidade de procedimentos realizados por médicos, laboratórios, clínicas e hospitais conveniados às operadoras e visualização dos gastos com despesas assistenciais.

Em relação à acessibilidade, cumpre destacar que a ANS implementou central para atendimento especializado a deficientes auditivos. Por meio de número telefônico específico, o beneficiário pode fazer chamadas gratuitas com o objetivo de esclarecer dúvidas ou registrar reclamações sobre planos de saúde.

A Agência também disponibilizou o aplicativo ANS Móvel, desenvolvido para celulares *smartphones* e *tablets*. Isso tornou possível a pesquisa de informações sobre coberturas assistenciais obrigatórias, de acordo com o tipo de plano de saúde contratado, entre outros dados.

A pesquisa sobre os preços dos Dispositivos Médicos Implantáveis no setor de saúde suplementar, realizada pela Agência em 2016, forneceu informações estratégicas a respeito dessa área. O questionário foi especialmente direcionado às endopróteses – vasculares – e aos stents farmacológicos. Abordou, ainda, os preços pagos aos fornecedores e hospitais nos Estados. Importante recordar que esse tema foi fruto de denúncias gravíssimas e, inclusive, objeto de comissão parlamentar de inquérito no âmbito desta Casa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A fim de conferir maior estabilidade econômico-financeira ao setor, a Agência publicou a Resolução Normativa 418, de 2016, aperfeiçoando o plano de contas que as operadoras de planos de saúde devem observar. Também foi aprimorada a regra sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras de planos de saúde.

No âmbito da fiscalização, merece destaque o conjunto de mudanças introduzidas pela Resolução Normativa 395, de 2016, com a obrigatoriedade de canais de atendimento presencial e telefônico e prazos para as operadoras informarem ao consumidor. Da mesma forma, com a edição da Instrução Normativa nº 12, de 2016, a ANS determinou a uniformização dos entendimentos sobre temas relevantes e recorrentes na atividade fiscalizatória. Isso trouxe maior segurança jurídica ao setor regulado.

A fim de aprimorar seus aspectos administrativos, a Agência avançou na implementação da sua Política de Gestão de Riscos. Em 2016, foram iniciados 21 processos de avaliação de riscos em processos de trabalho priorizados pelas áreas técnicas. Por fim, cabe destacar que a ANS realizou capacitação de seus servidores sobre a Lei de Acesso à Informação e deu início à implementação da Política de Dados Abertos do Governo Federal.

Da análise.

O relatório de atividades da ANS foi enviado à apreciação desta Casa em atendimento ao disposto no art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a prestação de contas, com periodicidade anual, pelos dirigentes máximos das agências reguladoras. Sua distribuição à CAS fundamenta-se no inciso II do art. 100 do referido diploma, que confere a este colegiado competência para opinar sobre matérias relativas à proteção e defesa da saúde. A ANS é a agência reguladora do mercado de saúde suplementar no Brasil, ou seja, atua na regulação, normatização, controle e fiscalização dos planos de saúde. Sua finalidade institucional é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

Com a descrição do amplo leque de atividades por ela desenvolvidas no relatório ora analisado, a Agência demonstra desempenhar diligentemente seu papel de defender os direitos e deveres básicos dos usuários dos planos de saúde e a higidez do mercado de saúde suplementar no País.

Do voto.

Com base no exposto, opinamos que a Comissão de Assuntos Sociais tome conhecimento do Ofício "S" nº 46, de 2017, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento do Ofício "S" nº 46, de 2017.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para providências cabíveis.

Requerimento – leitura.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 128, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento nos Art. 93, II, e Art. 113, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais - CAS juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais Nº 123, de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Autoria: Senador Elmano Férrer e outros

Autoria: Senador Elmano Férrer e Senador Airtton Sandoval, a quem concedo a palavra para encaminhamento.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento é em razão de um acordo que foi feito no sentido de recebermos aqui o Sr. Ministro do Planejamento para que ele possa dar as informações a respeito das últimas medidas do Governo, que constam no requerimento da Senadora Grazziotin.

Então, a minha atuação e o requerimento pedem apenas a oitiva da CCI e da CAE conjuntamente. É apenas esta a razão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito bem.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrar a presente...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu, lamentavelmente hoje, estive presente aqui na Comissão quando aprovamos um requerimento que criou a Subcomissão para que possamos tratar das chamadas doenças raras. Aliás, V. Ex^a foi um dos autores do requerimento, e a Presidente Marta, a Senadora Maria do Carmo Alves também e, se não me engano, o Senador Dalirio Berger...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – E o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Cássio Cunha Lima também.

A verdade é que a evolução da audiência pública... V. Ex^a me pediu que presidisse a audiência pública, e optamos pela criação dessa Subcomissão, que foi aprovada hoje.

Em função de que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul está hoje aqui, eu tive que acompanhá-lo numa audiência e não pude participar. Quer dizer, participei da votação, aprovamos o requerimento, isso está tudo encaminhado. Mas eu queria especialmente agradecer à Senadora Marta, a V. Ex^a, àqueles que propuseram.

A partir de agora, a Subcomissão será instalada para que se eleja o Presidente, o Vice-Presidente, o Relator. Mas essa subcomissão, desde o início, tem por objetivo trabalhar com as pessoas dessas entidades que representam as doenças raras. Eu acho que isso é fundamental. Vamos fazer uma primeira reunião de organização. Aqui compareceu também um desembargador, Presidente da Primeira Região do Distrito Federal, que ajudou muito.

Então, acho que, como é muito importante isso, nós fizemos a convocação. E eu aproveito para dizer que V. Ex^a, como já disse, é um dos Senadores, assim como o Senador Dalirio Beber e o Senador Aírton Sandoval, para nos ajudar a pelo menos organizar. Porque o que vejo hoje são essas pessoas e essas entidades agindo, mas cada uma procurando evidentemente recursos, principalmente medicamentos. Essa questão é muito complicada. Eu acho que esta Subcomissão pode dar um direcionamento, pode organizar, porque a informação que temos é de que existem no Brasil 13 milhões de pessoas acometidas pelas chamadas doenças raras.

Eu quero aproveitar para agradecer a toda a Comissão, em especial V. Ex^a e a Presidente Marta, pela aprovação e criação desta Subcomissão.

Tenho certeza de que as pessoas que aqui vieram estão também acompanhando e esperando que a gente possa, a partir de agora, organizar e começar um trabalho evidentemente no sentido de pelo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

menos amenizar ou colocar à disposição os meios do Estado para atender essa clientela, esses pacientes, melhor dizendo, porque é um número muito grande de brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Antes de encerrar, quero cumprimentar a iniciativa do Senador Waldemir Moka. Esse assunto vem sendo tratado por ele e por vários colegas aqui da Comissão há muito tempo.

Nós conseguimos fazer aqui uma audiência pública em que S. Ex^a muito bem coloca aqui várias entidades de iniciativa mesmo das pessoas que são familiares, daqueles que vivem uma situação extremamente difícil e que não encontram nenhum resguardo, nenhuma atenção, nenhum apoio de nenhuma autoridade, para que possam levar ali as suas solicitações, e, com isso, recorrerem ao Poder Judiciário. A iniciativa provocada pelo Senador Waldemir Moka é fazer com que esta Comissão seja uma interlocução direta de todas as entidades, que atendem hoje ou representam mais de 13 milhões de brasileiros, para que possam ter, aí sim, a voz do Senado Federal para, junto ao Ministério da Justiça, fazer com que tenhamos um resultado prático e direto na vida das pessoas, e esse processo todo, que muitas vezes é demonizado. Essas pessoas estão buscando a judicialização, o SUS não tem como pagar esses medicamentos. No entanto, as pessoas estão lutando pela vida de seus próprios familiares. Ou seja, são situações para as quais precisamos de achar uma alternativa.

Eu me sinto imensamente honrado em compor a Comissão. V. Ex^a pode saber que terá, da minha parte, a indicação para assumir a Presidência dessa Subcomissão, pelo conhecimento que tem e pelo tempo que vem mantendo contato e, ao mesmo tempo, defendendo a regulamentação para que essas pessoas tenham acesso, mais facilidades e um interlocução maior com a estrutura de Governo.

Parabenizo V. Ex^a.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Aírton Sandoval, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Wilder Moraes, Randolfe Rodrigues, Romário, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Dário Berger, Telmário Mota, Ataídes Oliveira e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Exposição do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, atendendo ao requerimento RAS 119/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy. **Finalidade:** Apresentação do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior, do balanço das atividades desenvolvidas pela Anvisa. **Participante:** Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resultado:** Reunião realizada. Usam da Palavra os Senadores Waldemir Moka, Hélio José, Ana Amélia e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/23>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à exposição do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, para apresentar o balanço das atividades desenvolvidas pela Anvisa, em atendimento ao Requerimento nº 119, de 2017, de iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Convido o Sr. Jarbas Barbosa da Silva, Presidente da Anvisa, a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

O Sr. Diretor-Presidente da Anvisa terá 30 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, concederemos a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores inscritos.

A palavra às Srªs e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição.

Com a palavra o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, por 30 minutos.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Bom dia e muito obrigado.

Agradeço à Senadora Marta Suplicy. Presidente desta importante Comissão do Senado, por acolher a proposta de fazermos a apresentação, aqui na Comissão, do nosso Relatório de Atividades 2016.

O referido relatório foi entregue nos gabinetes dos Srs. Senadores, de modo que vou fazer uma apresentação breve, uma síntese.

Na verdade, eu acredito, Presidente Marta, que é uma obrigação nossa, como agência reguladora, prestar contas à sociedade, aos representantes da nossa população, fazendo com que as nossas atividades possam ser avaliadas e aperfeiçoadas de uma maneira contínua.

Muito rapidamente, uma das questões importantes para a Anvisa é o acesso seguro a produtos e serviços. Eu destaco somente – e nós estamos falando do ano de 2016 – que tivemos uma emergência em saúde pública causada pelo vírus Zika, em razão do que nós tivemos a aplicação de uma regulação rápida – repito: em caso de emergência em saúde pública – e demos, em tempo recorde, registro para os *kits* de diagnóstico, por exemplo. Tivemos ainda 10 produtos novos indicados para o tratamento de doenças raras entre outros destaques do ano de 2016.

Em relação a acesso seguro, eu também destaco – vou detalhar um pouco depois – 882 registros de novos medicamentos que foram concedidos no ano de 2016, o que significa que mais de dois registros por dia foram concedidos pela Anvisa. Entre esses 882 registros de medicamentos, 342, ou melhor, 404 – desculpem-me! – foram medicamentos genéricos, o que ajuda no acesso da população, porque barateia o preço do medicamento. Mas tivemos aí alguns medicamentos importantes. Entre os medicamentos novos e inovadores, dos 61 registros concedidos, alguns foram para doenças como diabetes e Doença de Cushing e para um tipo de carcinoma grave, que é o carcinoma basocelular. E, dessa nova classe de medicamentos biológicos, tivemos 25 novos produtos registrados, alguns deles para doenças graves, como o melanoma avançado, o câncer de pulmão e outros.

Em relação ainda ao acesso seguro a produtos e serviços, há um tema importante, que hoje é uma preocupação no mundo inteiro: implantamos a Comissão de Vigilância Sanitária em Resistência





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Microbiana. Trabalhamos com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Agricultura e com o do Meio Ambiente nesse tema. Implantamos o Comitê do Programa Nacional de Segurança do Paciente, em parceria com o Ministério da Saúde, e também o Comitê de Monitoramento de Eventos em Vigilância Sanitária, que trabalha com alertas, com problemas ocasionados por produtos e serviços sob nossa regulação. Fizemos ainda um trabalho conjunto praticamente com todas as faculdades de Farmácia do País, na atualização mais rápida da nossa Farmacopeia.

Em relação ao marco regulatório, tivemos duas leis importantes no ano passado. O Senado teve uma participação decisiva nessas duas leis. A primeira é a Lei 13.410, que alterou a Lei 11.903, de 2009, que havia criado o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, o sistema de rastreabilidade. Aquela lei de 2009 colocava prazos que se demonstraram não factíveis, pelo alto investimento econômico, por diferenças tecnológicas etc. O Senado foi sensível a isso e aprovou uma nova redação da lei. E agora essa lei está sendo cumprida integralmente pela Anvisa. A lei nos deu o prazo de um ano, ou melhor, de quatro meses – desculpa –, prorrogáveis por mais quatro meses, para fazermos a regulamentação. Concluímos, na terça-feira passada, ontem, dentro do prazo, a regulamentação. Vamos iniciar, em setembro, dentro do prazo da lei, a fase experimental de um ano. Ou seja, estamos cumprindo rigorosamente o que foi estabelecido.

E tivemos a Lei 13.411, de iniciativa do Senador José Serra. Acho que o Senador Moka foi o Relator. Mas houve uma participação grande de todos os Senadores. É uma lei que modifica a lei de 1976 que criou o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, estabelecendo, entre outras coisas, prazos e dando maior flexibilidade para a Anvisa tratar de um dos gargalos que nós temos, que é a fila de genéricos e de similares – vou mostrar um pouquinho na frente o porquê.

Tivemos 44 Resoluções de Diretoria Colegiada aprovadas e publicadas no ano de 2016. Destaco a RDC 73. Nós temos 2,6 mil petições de pós-registros. A indústria de medicamentos é uma indústria dinâmica, que está buscando inovação o tempo todo. E, todas as vezes em que há mudanças na maneira de fabricar um medicamento, isso precisa ser comunicado à Anvisa, e, dependendo do tipo de alteração, ela precisa, inclusive, ser avaliada tecnicamente, para verificar se a segurança e a eficácia permanecem garantidas. Então, essa Resolução de Diretoria Colegiada responsabiliza mais o detentor do registro, o fabricante, e dá regras mais claras.

Tivemos também a RDC 98, para os medicamentos isentos de prescrição passarem a ter uma regra transparente, com consulta pública, todas as vezes em que houver a mudança de categoria de um medicamento de prescrição para isento de prescrição e vice-versa, quando um medicamento é isento, mas algum conhecimento de eventos adversos demonstra que ele precisa passar a ser de prescrição, entre outras medidas.

Cumprimos, aí, com 46 subtemas que foram regulamentados e iniciamos um processo chamado guilhotina regulatória, de buscar simplificação do marco regulatório. Iniciamos com tabaco, eliminando seis resoluções de diretorias colegiadas que foram consubstanciadas numa só, de maneira a evitar superposição, conflito, e dar mais transparência e previsibilidade para o setor. E aprofundamos a Análise de Impacto Regulatório, que inclusive a Anvisa pratica. E acreditamos que um dos marcos da nova lei geral das agências reguladoras, que já foi aprovada nesta Casa e agora se encontra na Câmara dos Deputados, torna obrigatória por lei a análise de impacto regulatório para que as agências prestem contas à sociedade das motivações, das bases técnicas dos atos que regulamentam.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em ações de pré-mercado e avaliação do risco sanitário, eu destaco um grande número de processos com que a gente lida. Tivemos, talvez como consolidação maior do mercado de medicamentos, menos pedidos de certificação de boas práticas, porque quase todas as fábricas brasileiras já alcançaram esse registro de certificado de boas práticas. Mas ainda temos um número muito grande, por exemplo, de produtos para saúde, com o número de mais de 700 pedidos de medicamentos, quase 1,3 mil pedidos, e foram concedidos também cerca de quase duas mil certificações expedidas durante o ano, e mais de 400 inspeções internacionais realizadas.

Chamo a atenção para esse dado, Presidente Marta. A Anvisa registrou 490 medicamentos, em 2012; 448, em 2013; 362, em 2014. Aí dá um salto. Por que foi esse salto? Nós tivemos um concurso, em 2014, e tivemos a possibilidade de contar com uma quantidade maior de servidores, mais do que dobramos no ano seguinte. É uma relação de causa e efeito total. Em 2016, batemos inclusive o recorde de 2015, demos 882 registros de medicamentos. E o registro não é um ato burocrático. Um dossiê de registro de medicamento é um documento que se for de um medicamento novo, chega a ter de dez a 15 mil páginas, porque o fabricante precisa demonstrar, com estudos padronizados realizados, que o medicamento é seguro, eficaz e é fabricado em condições de boas práticas. Então, isso exige toda uma análise.

Na parte de alimentos, também há uma ideia de um mercado que a gente regulamenta. A parte de medicamentos é industrializada, mas alimento *in natura* segue a regulamentação do Ministério da Agricultura e também é uma demanda importante. Tivemos mais de 1.200 petições de pós-registro, alterações depois de comercialização, porque é uma área também de muita inovação e de muita modificação. Reduzimos o tempo de análise de petições de registro de 20 para oito meses.

Em agrotóxicos, nós trabalhamos juntamente com a Agricultura e com o Ibama na análise, e aumentamos em 51% o número de avaliações toxicológicas realizadas, alcançando mais de 350 avaliações, no ano passado.

Dispositivos médicos é um número muito grande. Tivemos quase 1.600 dispositivos registrados, que vão desde um tomógrafo de nova geração, um *stent* novo, uma órtese ou prótese nova, a um equipamento utilizado numa sala de cirurgia. É um mercado crescente; quase 1.600 foram registrados no ano passado.

Cosméticos e saneantes são outros mercados relevantes. Cosméticos, dependendo de como a gente agrupe, o Brasil fica entre o segundo e o terceiro maior mercado do mundo. Na área de medicamentos, nós estamos migrando para sermos o quinto. Estamos na posição entre sexto e quinto maior mercado do mundo. Ou seja, são mercados de grande relevância.

Ensaios clínicos são outra preocupação sempre presente. Há, inclusive, um projeto de lei originário aqui do Senado – já foi aprovado pelo Senado e se encontra tramitando na Câmara – que busca simplificar o processo. A Anvisa buscou fazer o seu dever de casa. No Brasil, nós temos, além da Anvisa, outros órgãos envolvidos com a autorização de ensaios clínicos: temos os comitês de ética em pesquisa e temos a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Mas a Anvisa mudou a sua regulamentação em 2015, e no ano passado nós autorizamos 262 ensaios clínicos no Brasil. Ou seja, algumas dezenas de milhares de brasileiros estão podendo ter acesso a medicamentos inovadores experimentais que estão oferecendo alternativas que não seriam possíveis caso a gente não tivesse esses ensaios clínicos no Brasil. O grande desafio é reduzir os prazos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No Pós-Uso e no Controle e Monitoramento, nós recebemos mais de 8,3 mil queixas, a grande maioria sobre medicamentos, um pouquinho sobre saneantes, cosméticos e produtos. Cada uma dessas queixas é avaliada para verificar se faz parte do que é esperado daquele medicamento, se é uma reação adversa normal, prevista já no registro do medicamento, ou se se trata de algo diferente, que precisa ser investigado e que indica uma falha na segurança de um determinado lote de medicamento por exemplo.

Retomamos o Proveme, um programa de monitoramento que está avaliando alguns dos antibióticos e medicamentos e antirretrovirais mais fabricados no Brasil. De todo produto fabricado, o fabricante faz o controle, lote por lote, de qualidade. Ele faz os testes e tem que guardar essa documentação, dizendo para a Anvisa: fiz, e isso está guardado, caso a Anvisa queira olhar o material que foi examinado. Mas, independentemente disso, nós temos esse programa, que colhe aleatoriamente em farmácias do País esses medicamentos e manda para laboratórios examinarem se, efetivamente, o que está na caixa corresponde ao que foi informado pelo fabricante.

Fizemos também uma reformulação em um programa que avalia resíduos de agrotóxicos em alimentos, passando a utilizar a metodologia preconizada pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde, e ampliamos também, cobrimos aí 80% dos alimentos consumidos pela população brasileira de origem vegetal, com base na informação do IBGE.

Nós coordenamos um sistema que é complexo, porque é um sistema tripartite. Nós tivemos, por exemplo, hoje, Presidente Marta Suplicy, a possibilidade de uma regulamentação em São Paulo para sala de vacina em farmácia. Há uma lei que autorizou o uso. Qual é a dificuldade que nós temos que contornar? Nós não podemos ter uma norma diferente em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais, ou cada Município fazer uma norma diferente. Então, essa coordenação do sistema é importante. Por exemplo, no caso da sala de vacina em farmácia, nós estamos concluindo uma normatização...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – E populacional? Não poderia ser?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Poderia ser, mas, sem dúvida nenhuma, se nós tivermos, por exemplo, uma melhor definição de qual é o papel do Estado, do Município e da União no caso da vigilância sanitária, isso ajuda. Alguns, por exemplo, no Estado de Santa Catarina – se nenhum mal juízo; tem uma das boas vigilâncias sanitárias do País –, fizeram uma norma sobre uso de equipamentos de radiologia que praticamente impedia o uso no hospital do raio X portátil, que é um elemento de segurança para o paciente, que não precisa ser carregado em uma maca, atravessando corredores, pegando elevador. Então, teve que ser revisto. Já houve caso de um Município, no interior de Minas Gerais, que determinou que todo funcionário de clínica de análise tinha que trabalhar de branco. Ou seja, essa parte de normatização, se ficasse restrita à União, deixando a parte de inspeção e fiscalização para Estados e Municípios, talvez fosse um arranjo melhor que a gente tinha de perseguir. Então, a gente trabalha muito com essa coordenação, treinando e capacitando as pessoas de Estados e Municípios em mais de 170 cursos, transferimos quase 270 milhões, fizemos vários encontros buscando essa compatibilidade normativa interna.

Portos e aeroportos. Eu já adianto que, apesar de termos reduzido de 27 para 22 dias o tempo, é um tempo inaceitável. Não há justificativa para o Brasil continuar com o modelo que realiza hoje de liberação das mais de 350 mil licenças de importação que nós autorizamos todos os anos da forma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

como nós fazemos. Nós tivemos uma mudança radical, digamos assim, em toda a área gerencial de portos, aeroportos e fronteiras na Anvisa, e tenho certeza de que no relatório deste ano, que vou trazer a esta Casa, nós não teremos nada no Brasil se não liberar em no máximo sete dias. E digo mais: 99% dos produtos podem ser liberados em 24 horas, porque se trata tão somente de uma verificação de conformidade documental. São raríssimos os casos em que é necessária uma verificação física. O modelo brasileiro é ultrapassado, antigo, mas nós estamos trabalhando duro nisso, porque a redução de 27 para 22 dias ainda é motivo, falando muito francamente, eu acho que de vergonha para nós.

Participamos ano passado também, em conjunto com Estados e Municípios, principalmente do Rio de Janeiro, mas não só do Rio de Janeiro, de várias ações para garantia da saúde durante as Olimpíadas. Fizemos mais de seis mil inspeções, inutilizamos mais de 4,5 toneladas de alimentos, evitando surtos que pudessem colocar em situação embaraçosa até as nossas Olimpíadas, que foram um sucesso, sem nenhuma dúvida. Trabalhamos muito conjuntamente nessa questão.

Estamos buscando mais convergência internacional. Uma das dificuldades que nós temos no mundo hoje é que o dossiê que um fabricante de medicamento tem de entregar na agência americana para pedir o registro de um medicamento não é igual ao dossiê que ele tem de entregar no Canadá – eu não falo nem do Japão, que é do outro lado do mundo; falo do vizinho, do Canadá –, não é igual ao que ele tem de entregar na Europa, não é igual ao que ele tem de entregar no Japão. Então, a Anvisa foi, no ano passado, e é um orgulho para nós, porque é o primeiro país dos BRICS a ser aceito e o primeiro país da América Latina a ser aceito no ICH, que é o principal mecanismo de harmonização de medicamentos do mundo, o que demonstra primeiro o reconhecimento da qualidade regulatória do que nós fazemos e possibilitará uma busca de convergência mais rápida.

Temos uma experiência importante também na área de produtos para a saúde junto com os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. Estabelecemos um mecanismo que padronizou, que é uma inspeção para dar um certificado de boas práticas, credenciamos auditores privados a fazer essa inspeção. Agora, com uma inspeção feita por esse mecanismo, o fabricante pode solicitar que as cinco autoridades, ao mesmo tempo, possam analisar o relatório e dar o certificado de boas práticas. Isso poderia já estar sendo muito mais usado no Brasil, ainda é pouco usado pelo nosso sistema, infelizmente, de taxas, a que vou fazer uma menção e já pedir o apoio à Senadora Marta Suplicy, nossa Presidente.

Fizemos também vários acordos internacionais com a Rússia, com a farmacopeia americana, com a Índia. A Anvisa preside ou copreside vários fóruns internacionais.

Em relação à governança institucional, tivemos um processo de melhoria da gestão, com implantação de planejamento estratégico, com metas, plano de aquisição, plano de capacitação de servidores, de maneira bem transparente. Tivemos, inclusive, vários projetos que a gente chama de "fábrica de ideias", "laboratório de inovação", estimulando os próprios servidores a fazerem ações buscando modernização e mais eficiência dos processos.

Faço uma saudação ao Senador Moka.

Tivemos também, na área de gestão de pessoas, um concurso de 78 vagas para técnico administrativo, que tinha sido um termo de ajuste de conduta firmado em 2014 pela Anvisa. Estamos aguardando a autorização do Ministério do Planejamento para contratar. Não vai eliminar a nossa situação aguda – precisamos mais de especialistas e analistas em regulação do que de técnicos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

administrativos –, mas, sem dúvida nenhuma, ajuda um pouco a melhorar os nossos processos dentro da Anvisa.

Procuramos também criar um ambiente melhor internamente, primeiro, sob a orientação mais clara sobre conflitos de interesse público e privado; a possibilidade de aplicar algumas flexibilidades da legislação brasileira; o projeto piloto de teletrabalho, por exemplo, que implantamos na área de registro de medicamentos. Como resultado, o nosso desafio era: para ir ao teletrabalho, a gente tinha que ter uma parametrização daquilo que era realizado naquela equipe e quem fosse ao teletrabalho só poderia ir se se comprometesse com o aumento de 20% de produtividade. O resultado do projeto piloto foi de 25% de aumento, ou seja, é como se a gente tivesse, a cada quatro servidores, ganhado um servidor a mais com essa iniciativa.

Fizemos também um esforço para melhorar toda a questão da tecnologia da informação. A Anvisa passou alguns anos parada no tempo. Eu digo com toda a sinceridade: me surpreendi ao chegar à Anvisa em 2015, o sistema de peticionamento eletrônico nosso, por exemplo, é baseado ainda no Windows 2000. Agora, foi para o Windows 2003, e estamos concluindo um processo licitatório para um novo processo de peticionamento eletrônico, para que a gente tenha uma ideia. Mas tudo o que pôde ser feito, já em 2016, com ampliação de velocidade etc...

Executamos praticamente 100% do orçamento que nos foi autorizado, 91,53%. Arrecadamos 518 milhões com taxas. O sistema de financiamento da Anvisa pode e deve melhorar bastante, e vamos apresentar uma proposta sobre isso aos nobres Senadores. Eu creio que a Anvisa não deveria tirar um centavo do SUS, que já é um sistema subfinanciado.

Nós regulamos um sistema econômico, um setor econômico ativo. Só o setor de medicamentos faturou, em 2016, R\$62 bilhões. Um pedido de registro para um medicamento genérico no Brasil custa de R\$3.800 a R\$11.000. Isso estava correto há 15 anos, quando queríamos estimular a política de genéricos. Hoje, a irreabilidade chega ao ponto, Senadores, em que nós temos 60 mil produtos, medicamentos, registrados no Brasil, dos quais só 18 mil foram comercializados em 2016, porque é tão barato o pedido de registro que muitas empresas pedem vários.

E, como o mercado ainda se move muito em termos de aquisições e fusões para aumentar o seu portfólio... Por exemplo, nós temos hoje na fila empresa que tem 40 pedidos de registro. É praticamente impossível que ela lance 40 produtos quando os registros forem concedidos. Então, um dos mecanismos seguramente seria fazê-lo com uma política mais realista de cobrança de taxa. Um medicamento ultrainovador, em que é maior o registro, mas chega a R\$80 mil, um medicamento inovador desse vai, só do SUS, ganhar algumas dezenas de milhões ou centenas de milhões de reais por ano.

O preço que a gente cobra hoje, no Brasil, para um novo produto de agrotóxico chega a 1% ou 2% do que é cobrado nos Estados Unidos e na Europa. Claro que nós não vamos fazer equivalência de taxas com eles, mas uma política mais realista eu acho que seria bem vista inclusive pelo próprio setor regulado se ela resultar em mais eficiência para Anvisa, mas hoje as nossas taxas de fiscalização são anexos à lei. Então, nós não podemos... É um anexo da lei e só se pode mudar pela lei.

Há um decreto que autorizou o Ministério da Saúde e o Ministério da Fazenda a fazer portaria, mas o modelo das taxas ainda é um modelo muito engessado. Só para dar um exemplo: aquele mecanismo a que fiz referência, o MDSAP, pela sua sigla em inglês, que permite que um produtor de um *stent* ou uma máquina nova, na Europa, nos Estados Unidos peça inspeção para fazer o certificado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de boas práticas pode pedir para ser feito por esse organismo privado autorizado, entretanto a taxa que ele vai pagar à Anvisa para receber o certificado é igual quando nós mandamos o inspetor lá porque não podemos de iniciativa própria dar um desconto, digamos assim, na taxa.

Ora, se aquele certificado foi gerado por uma inspeção da Anvisa a gente gastou passagem, diária e o salário do servidor que foi para lá. Se ele foi pelo mecanismo privado claro que o gasto da Anvisa foi muito menor. A taxa hoje é a mesma, para se ter uma ideia. Na outra ponta do sistema, a taxa de para as farmácias é igual R\$1.000 independentemente se é uma farmácia num *shopping center* de luxo ou na periferia de uma cidade. Então, eu acho que o modelo que fosse menos burocrático, que não cobrasse por carimbo... Toda vez que a gente discute na Anvisa aumentar prazo de registro ou prazo de um certificado a nossa Procuradoria me alerta que pode caracterizar como abrir mão de receitas. Na verdade, se o sistema de taxa é feito pelo número de carimbos, a tendência da burocracia é aumentar o número de carimbos para arrecadar mais. Creio que nós poderemos trabalhar conjuntamente num modelo de financiamento que premie mais a inovação e a eficiência do que hoje a burocracia.

Bom, já finalizando, atendemos quase 360 mil pessoas que procuraram a Anvisa pelos vários instrumentos, com a média de resposta de três dias, melhoramos o nosso índice de satisfação, tivemos várias audiências públicas e consultas públicas, algumas delas com 4.500, 5.000 pessoas participando, acompanhamos aqui 536 proposições legislativas e participamos de 18 audiências públicas – que eu creio que ser uma obrigação nossa estar presente e ajudar nos debates –, melhoramos o nosso portal da Anvisa, crescemos, por exemplo, de 31 mil visitas por dia em 2015 para 41 mil visitas em 2016. Nós fizemos parcerias com o Sebrae para o tema de pequenas, com o INMETRO, fomos o primeiro órgão, a autoridade regulatória brasileira a aderir ao programa de fomento à integridade pública no Governo Federal no ano passado.

Em síntese, nós observamos uma melhoria nos indicadores de desempenho de registro e inspeção, mas creio que relatório de atividade não é só para dizer que tudo está, vamos dizer assim, dourado. Temos ainda uma necessidade aguda de aperfeiçoar alguns processos e só dois: a questão de portos e aeroportos de fronteira a que já fiz referência e quero, no máximo em 60 dias, estar com todos os portos e aeroportos do Brasil com menos de sete dias e a própria questão de inspeção internacional. Na área de produtos para a saúde se multiplica tanto o número de empresas que começam a desenvolver produtos que é o contrário do que acontece com medicamentos. O medicamento no mercado vai se consolidando até para ter mais capacidade. Produtos para a saúde são dezenas de milhares.

Então, hoje todas as autoridades regulatórias estão com essa tremenda dor de cabeça, mesmo a FDA, que é gigante, não consegue. Por isso, ela fez esse acordo conosco, com o Japão, com a Austrália e com o Canadá, e não consegue fazer as inspeções. Reduzimos a fila hoje de inspeção internacional em um ano, mas ainda é inaceitável, está de quatro para três. Nós vamos fazer uma medida, em setembro, de mudar radicalmente o processo e vamos extinguir essa fila até março do próximo ano. Então, esse é um dos desafios que eu deixo aqui, porque seguramente o temos.

Para terminar, eu quero já fazer uma proposta a esta Comissão, que sempre as acolhe muito bem. Nós estamos finalizando, Srs. Senadores, uma proposta de agenda legislativa. Queremos trazer algumas contribuições para que nós pudéssemos trabalhar conjuntamente em algumas ações que poderiam modernizar muito a atuação da vigilância sanitária. Dou alguns exemplos de simplificação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A nossa lei ainda exige – e fazia sentido lá atrás – que todo medicamento, para pedir registro na Anvisa, tem que ter registro no país de origem, no país que o fabrica. Qual é o problema que isso traz? Se uma empresa francesa ou americana – a França não, porque ainda tem colônia que não entra – desenvolver um novo medicamento para leishmaniose, que não há nos Estados Unidos, só há no Brasil, ela vai pensar se vale a pena pedir registro na Anvisa, tendo que primeiro pedir registro na FDA e gastar US\$1 milhão, que é o que a FDA cobra para uma... Então, isso não vem. Segundo, todo medicamento inovador de que poderíamos ser o primeiro país a analisar o registro, nós não podemos porque a lei diz que, para entrar na Anvisa, ele já tem que ter no país que o fabrica. Terceiro, dispensar o registro de plantas medicinais. Também lá atrás, nos anos 70, isso fazia sentido. Hoje não faz, sobrecarrega a Anvisa com um problema de praticamente zero risco sanitário, tem menos risco ou tem tanto risco que uma comida, e fica obrigatório.

O prazo de validade do registro de alimentos, também pela lei de 1999, é muito curto. Nós não precisamos fazer renovação de autorização de registro de alimento a cada dois, ou a cada três, ou a cada quatro anos. Por exemplo também, estabelecimentos de baixo risco, que hoje têm que fazer a exigência de autorização de funcionamento, pagam taxa no Município ou no Estado, pagam taxa na Anvisa, recebem... Nós poderíamos simplificar isso para coisas de baixo risco, não tratar de forma igual uma fábrica local de alimento, de pequena produção local, e uma grande fábrica de medicamento, como a lei hoje trás.

Outro exemplo de um absurdo que há na lei: nós fomos obrigados a inspecionar plataforma de petróleo a cada seis meses, porque a lei diz que tem, porque na lei talvez como estava... Talvez isso foi feito numa época em que a plataforma de petróleo era uma tecnologia nova, e talvez corretamente para se precaver, claro, colocou a cada seis meses. Hoje em dia, os riscos são conhecidos em uma plataforma, não precisaríamos fazer. Só dou esse exemplo para simplificar.

Para inovar, dou outros, também quatro. Primeiro, a previsão de registro especial temporário de medicamentos e produtos para a saúde. Nós não temos isso hoje. O que é que se faz? Há um medicamento – inclusive o Senador Moka me ligou para saber, e vários Parlamentares estão sensibilizados com ele –, que é o Spinraza, para uma doença grave. Nós estamos concluindo a análise, mas é uma situação muito especial. É um medicamento para uma doença que não tem nenhuma alternativa terapêutica para ela. Nada nos impediria, se a lei permitisse, de fazer um registro temporário enquanto a análise está sendo concluída.

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Como eu já tenho certeza da segurança dele, eu poderia dar um registro temporário por um ano enquanto eu faço a análise. Na lei, hoje, eu tento forçar, mas geralmente os advogados, até para me proteger, porque, apesar de a gente ser uma diretoria colegiada e as decisões serem tomadas em conjunto, quem responde, em juízo e fora dele, sou eu, me aconselham a não fazer enquanto a lei não prever.

Segundo, prevê o cancelamento de registro de medicamento que não tenha pedido o preço na CMED e não seja comercializado no primeiro ano pós-registro. Ora, se pede o registro... O que é o registro? É uma autorização para comercializar e, se um ano depois, ainda não comercializou, por que realmente pediu o registro? Hoje a lei diz que se tem de pedir o registro, mas não diz em que prazo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso permitiu, inclusive, práticas não éticas. Houve um medicamento, cujo nome não vou dizer, que custou ao SUS, em 2016, R\$500 milhões. Ele pediu registro, e a gente concedeu o registro. Ele não pediu preço. Por que ele não pediu preço? Porque, sem pedir o preço, a judicialização obriga o Ministério a comprar, e o Ministério comprou pelo preço do varejo americano, que é o preço mais caro do mundo. Quando ele pede o preço, a Secretaria-Executiva da CMED, que é na Anvisa, apresenta para o Conselho de 5 Ministros a proposta de preços que internacionalmente é feita desta mesma maneira: pega-se uma cesta de países de mesmo IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, e se escolhe aquele que é mais barato. Nós fizemos esse exercício com esse medicamento. Escolhido o preço da Austrália – não estou falando de um país pobre da África – se ele praticasse o preço da Austrália, o SUS teria gastado com ele R\$250 milhões. Nós inclusive apresentamos esse dado ao Ministério, que usou esse dado para obrigar praticamente esse laboratório a fazer um acordo e, agora, ele está vendendo pelo preço da Austrália. Mas, durante um ano, ele aproveitou a falta de prazo na lei e – pode ser que não – ganhou muito dinheiro com a judicialização.

Outra: a penúltima é autorizar laboratório privado a fazer análise fiscal de alimentos. Naquela mudança da lei que foi feita em dezembro de 2015, isso foi concedido para medicamentos, mas, se tivesse sido também para alimentos, possibilitaria que as secretarias estaduais, quando fazem inspeção de alimentos, ao invés de colocarem tudo em um laboratório central somente, pudessem ter laboratórios privados credenciados – claro, que cumprissem com as regras.

E, por último, a modernização do modelo de cobrança. Eu já dei vários exemplos aqui. Acho que a gente pode trabalhar conjuntamente com esta Casa, que tem um corpo de consultores legislativos muito bem qualificado, além das assessorias dos Senadores – esse é um autoelogio, porque sou servidor desta Casa. Poderíamos trabalhar, seguramente em uma proposta mais moderna. Já falei sobre isto inclusive com a Casa Civil: o modelo atual de cobrança das taxas de fiscalização sanitária é indutora de burocracia. Ela não é indutora de melhor eficiência, ela não é indutora da facilitação de processos.

Era isso, agradecendo a generosidade desta Casa e desta Comissão tão importante e me colocando a inteira disposição dos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Primeiro, quero parabenizá-lo, Jarbas Barbosa da Silva, Diretor-Presidente da Anvisa, por essa exposição muito clara e que deixa todos muito sossegados nas boas mãos em que a Anvisa está. Se mais não faz é porque – nós temos acompanhado – o número de funcionários ainda é limitado e o orçamento também, mas os progressos, os números colocados mostram a toda a boa condução que a Anvisa está tendo.

Eu tenho algumas questões, e o Senador Moka também se inscreveu.

Uma questão me deixou curiosa: por que para plantas medicinais não deveríamos ter aprovação da Anvisa?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Elas não deveriam ter o registro como elas têm hoje. Elas entrariam em uma categoria de um registro mais simplificado, porque, como a lei fala hoje, equivale quase a um medicamento, quando, na verdade, no caso de plantas medicinais e de alguns fitoterápicos de baixo risco, a ideia nossa é colocá-los em uma categoria de registro simplificado, onde haja notificação.

E alguns fitoterápicos de baixo risco a ideia nossa é colocá-los em uma categoria de registro simplificado, onde haja notificação. E o que faríamos, neste caso, para proteger a saúde da população?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A gente publica uma lista do que pode e do que não pode. Então, determinadas plantas, por exemplo, de vez em quando, a gente recomenda tirar algumas do mercado, porque podem ser perigosas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E por isso que eu fiquei preocupada.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Então, a gente publica a lista e quem for fabricar comunica à Anvisa que está produzindo o extrato da planta x. Isso fica registrado na Anvisa, mas o registro, como está hoje, é quase igual a um medicamento inovador, por exemplo, para câncer. Eu acho que essa diferença que queremos estabelecer, Senadora, com base na avaliação de risco, como já fazemos hoje, por exemplo, com um medicamento que é usado no mercado há 40 anos e é seguro e eficaz. O processo de renovação dele é muito mais simples. É feito, mas é feito com mais simplicidade do que um medicamento que nunca foi usado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele fala também da eficácia ou só do risco? Pode ser outra coisa, não é?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – É. No caso de plantas medicinais, o que a gente tem, se quem comercializa quer fazer alguma alegação terapêutica, ou seja, dizer esse extrato da planta cura câncer, ele tem de provar isso. Ele tem de provar com ensaio. Se ele não quer ter alegação terapêutica, e a pessoa consome. Nesse caso, o que a gente cobra? Que ele não faça mal, que ele seja seguro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A outra questão: V. Sª falou do pedido de registro, e fiquei muito impressionada com o pouco que é cobrado. Realmente esse recurso que é cobrado vai a Anvisa, então é estranho não ter havido um aumento nesse preço, principalmente quando foi colocado pelo senhor que na Europa é cobrado muito mais e nós, por exemplo, em relação a um dos registros, cobramos 1,2%. Quer dizer, nós temos uma política realista para o registro, e o que ocorreu é que a Anvisa, de certa forma, está de braços amarrados ou não foi atrás. Qual é o processo que acaba congestionando a Anvisa dessa forma e criando um enorme prejuízo para a Anvisa? E isso não é uma coisa nova, é uma coisa antiga. Essa é uma pergunta.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Acho que é uma excelente pergunta.

Teoricamente, o recurso vai para a Anvisa, mas o recurso, na verdade, vai para o Tesouro. O que eu acho que a gente poderia...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mudar a lei para que vá para Anvisa!

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – A gente poderia ter um modelo em que a Anvisa fosse absolutamente autossustentável.

O que aconteceu com a Anvisa? Quanto às taxas, como elas anexas à lei, a Anvisa não pode alterá-las por iniciativa dela. Essas taxas passaram 15 anos sem serem atualizadas. Em 2015, fez-se, por meio de medida provisória, uma atualização de todas as taxas, em média, de 150%, que era exatamente a necessidade de reajuste desses 15 anos.

Assumi a Diretoria da Anvisa já no começo do segundo semestre e, como Diretor, fico satisfeito e, como cidadão, preocupado. O Estado brasileiro não pode deixar 15 anos sem nenhum reajuste e, depois, reajustar tudo de uma vez, porque o impacto sobre o setor é muito grande, principalmente para algumas categorias de produtores.

O que aconteceu? No debate da conversão da medida provisória, isso foi reduzido de 150% para, em média 50%. Então, na verdade, houve esse reajuste. Por isso...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Há quanto tempo?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Foi convertida no final de 2015 para começo de 2016, mas a gente não tem uma política para isso. Isso, inclusive, gerou um trabalho enorme para gente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A pergunta é relacionada a isso, mas não seria interessante mudar essa lei no sentido de o que for de registro ficar na Anvisa e haver um padrão de reajuste de acordo ao menos com a inflação? Sei que teremos um certo problema com a Fazenda e a Receita, mas é uma forma de deixar a Anvisa com mais recurso, autossustentável, não é? Há algum problema com a Anvisa sobre essa proposta?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Não, nenhum.

Acho que, inclusive, além da questão do valor, a gente poderia ter modelos, vamos dizer, mais indutores da mudança.

Vou dar um exemplo. Hoje, como eu falei, a cada quatro anos a pessoa tem que pedir um novo registro, como se fosse uma atualização daquele registro. A gente poderia, para alguns produtos de baixo risco, sair de quatro para dez anos, sem nenhum tipo de risco para a população. O que isso iria significar? Que a gente iria reduzir pela metade o que a gente arrecada com aquilo. Esse é um modelo, eu diria, que induz a pedir mais carimbo. Um modelo mais inteligente poderia ser: para o registro se paga e, anualmente, se paga uma taxa de manutenção do registro, porque todo produto que está no mercado sofre alguma ação da Anvisa. A gente viu aí o dado, são mais de oito mil queixas. Então, muitas vezes sobre um produto que está no mercado chega uma queixa sobre ele, e a Anvisa tem que analisar tecnicamente, chamar o produtor, ver o que aconteceu.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem desse problema seria analisado, quem não desse continuaria.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Exato.

Então, pagando anualmente a manutenção do registro, a gente poderia não ter a preocupação de aumentar o prazo, e o próprio setor regulado, eu creio, se disporia... Qual é a preocupação deles? É que o recurso reverta em melhoria da eficiência da Anvisa, que não vá só para essa dificuldade geral que o País tem de melhorar a *performance* das contas públicas. Essa talvez seja a grande questão sobre que tenhamos de nos debruçar, ou seja, como garantir que efetivamente a Anvisa possa melhorar a eficiência com mais recursos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A outra questão diz respeito a uma fala do senhor sobre a redução da jornada de trabalho com redução salarial. Isso foi feito em que sentido? Por que e em que momento?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Havia a previsão, Presidente – e agora há um estímulo a isso –, mas a Anvisa não a executava. Havia uma reivindicação muito grande, principalmente das mulheres da Anvisa que gostariam de ter a possibilidade de, por exemplo, depois da gestação, trabalhar seis horas somente durante seis meses, depois da sua volta. Então, isso foi concedido. Havia um represamento de cerca de 45 mulheres que estavam reivindicando isso, e foi concedido. Essas, inclusive – houve uma rotação – já voltaram às 8h, e outras já pediram. Mulheres e homens também, que, por uma circunstância determinada, reduzem o salário e a carga horária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos um estudo para acompanhar, e alguns deles não baixam a produtividade, conseguem fazer... Por isso a gente está estimulando o teletrabalho em áreas que a gente consegue parametrizar, com aumento de produtividade – não é para fazer a mesma coisa; é para fazer mais. Creio que isso é algo que pode ajudar bastante a termos uma melhor *performance* na Anvisa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acho que para a lactante isso também é muito interessante. É o futuro, o futuro da reforma trabalhista.

A outra questão: acompanhei uma visita ao Ministro Dyogo, do Planejamento, sobre a questão dos portos e dos medicamentos que estavam ficando muito tempo para serem liberados. Na época que nós fomos, era uma questão... Nós não tínhamos um número suficiente de funcionários, e mais sério ainda: nós tínhamos um número de funcionários que estava para se aposentar. Em que pé está essa questão?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Excelente pergunta. Agradeço, inclusive, a iniciativa desta CAS. Acho que na sabatina do Diretor Fernando, houve aquela iniciativa, apoiada pela Presidente Marta Suplicy, pelo Senador Moka, pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Romero Jucá, pelo Senador Hélio, todos. Acho que isso é importante para sensibilizar.

Eu não sou daqueles que sempre acha que só precisa de mais gente. Inclusive, internamente, e os servidores da Anvisa que estiverem acompanhando sabem disso, eu tenho cobrado rigorosamente avaliação, metas e melhora do desempenho. Mas hoje, para termos uma ideia, nós tínhamos só 120 pessoas para fazer todo o processo de análise dos registros de medicamentos do Brasil. Com algumas medidas – teletrabalho, fizemos um edital interno de atração de pessoas –, conseguimos aumentar. Fizemos um contrato, inclusive, com um centro internacional de ciência regulatória, que está fazendo um mapeamento de todos os passos nossos, comparando com as melhores práticas internacionais. Temos um processo interno com apoio, inclusive, de uma consultoria externa, também de parametrização rigorosa pessoa/hora/processo, para melhorar a *performance*. Mas, sem nenhuma dúvida, se queremos, vamos dizer assim, mais velocidade, nós precisamos não de um quantitativo exagerado, mas de um maior quantitativo de pessoas na Agência.

Toda agência regulatória – e a Anvisa não é exceção – hoje tem uma dupla pressão, e as duas são legítimas: a sociedade quer mais rapidez na análise... Eu participo de fóruns internacionais e vejo essa mesma cobrança que há sobre a Anvisa também sobre FDA, sobre o Canadá, sobre o Japão. Queremos mais rapidez na análise de medicamentos inovadores, mas queremos também mais segurança e mais garantia de eficácia. Sabemos do momento por que o País passa, mas, como eu digo, a Anvisa precisa estar bem posicionada no *grid* de largada porque, com rigor, com números, com evidências, nós precisamos de um quantitativo maior de pessoas – e agradeço o apoio que a Senadora Marta tem prestado pessoalmente a esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Essa foi uma preocupação de toda a Comissão, e fomos lá com muitos Senadores. Inclusive, acho que a Senadora Ana Amélia foi junto no dia que estivemos lá.

Bom, eu tenho a última questão, que veio pelo celular: "Gostaria de indagar ao senhor qual o *status* atual, no âmbito da Anvisa, dos procedimentos para reintrodução no mercado dos medicamentos para tratamento da obesidade autorizados sob prescrição médica pela Lei 13.454, de 23 de junho de 2017: anorexígenos, sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol?"





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com isso, encerro minhas questões. O senhor vai responder e, por inscrição, falarão o Senador Moka, o Senador Hélio, que pediu, e a Senadora Ana Amélia.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Tema complexo, Senadora. E vou dizer com toda a franqueza que me é característica: eu discordei publicamente. Acho que não é a melhor maneira de fazer registro de medicamento fazê-lo por lei.

Qual o problema que a lei cria? Só vou dizer. Para a sibutramina, não; existem 21 apresentações de sibutramina que têm registro na Anvisa, funcionam, etc. Qual é o problema das outras três? Todo o sistema de controle sanitário decorre do processo de registro. Então, agora, o Ministério Público questionou: "Olha, o que é que a Anvisa está fazendo para controlar?" Como é que nós podemos controlar um produto que não tem registro? Eu não consigo diferenciar num ponto de venda o que é o produto e o que é a falsificação do produto. Se ele tem registro, eu consigo, porque quem tem registro é monitorado, todo lote fabricado é controlado, tem controle de qualidade e é publicado.

Então, nós estamos, nesse momento... Tive ontem uma reunião com a procuradoria da Anvisa sobre esse tema. Nós não queremos, de maneira nenhuma... Eu disse: "Olha, o Congresso aprovou, foi sancionado, enquanto não houver outros desdobramentos..." O que nós estamos, inclusive... Nós não podemos perguntar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas eu não entendi. Eles querem que venda o produto sem registro?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – A sibutramina é vendida. Esses outros três é que foram, vamos dizer assim, autorizados pela lei e se encontram numa espécie, eu diria, de limbo regulatório. Nós estamos com algumas empresas que pediram autorização de importação, porque a matéria-prima não é fabricada no Brasil.

Estamos falando de medicamentos dos anos 70. Não há, inclusive, estudos hoje que comprovem segurança e eficácia deles, nem nenhum laboratório produtor grande vai gastar dinheiro fazendo estudo de segurança e eficácia com drogas dos anos 1970.

Pedido de importação: pelo regramento atual, inclusive baseado na lei brasileira dos anos 70 e dos anos 90, nós só podemos dar autorização de importação a quem tem registro. Nesse caso eles não têm registro – os três, a sibutramina tem.

Bem, mas a lei autorizou a comercializar; a produzir, comercializar e consumir. Isso se enquadra na autorização também de importação ou não? Nós não podemos pedir ao juiz para interpretar a lei por nós. Então, nós estamos na iminência de negar o pedido de importação para que o Ministério Público ou alguém entre com um mandado de segurança e um juiz me obrigue a liberar a importação. Aí eu poderei dizer "com base na sentença do juiz, eu liberei a importação", para evitar fazer uma...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Judicialização de tudo.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – É, uma confusão no processo. Então, se encontra nisso. Sibutramina pode ser encontrada, porque tem, se a memória não me falha, 21 apresentações à venda, mas os outros três, não.

Agora, há novos produtos registrados, novas alternativas terapêuticas. A gente está falando de produtos que eram muito antigos na verdade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bem, com a palavra, então, o Senador Moka, para seus questionamentos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente Marta, Dr. Jarbas Barbosa da Silva, a quem eu quero fazer justiça e dizer que, no tempo em que eu convivo aqui, que eu participo, se não for o melhor, é um dos melhores diretores que a Anvisa já teve. É um homem extremamente correto na sua fala, franco, aberto, e eu acho, Senadora Marta, que ele nos faz um apelo que nós deveríamos topar.

Nós temos aqui grandes consultores, o Dr. Jarbas sabe disso. Eu mesmo, na minha equipe, tenho gente que poderia ajudar nisso daí e modernizar essa legislação, porque não tem sentido o que está acontecendo. São práticas antigas que na verdade prejudicam o desempenho da Anvisa e prejudicam o consumidor no final. Então, eu acho que poderíamos, depois, V. Ex^a junto com o Dr. Jarbas, criar realmente uma equipe de consultores daqui – e aqui há bons consultores – e gente que se dispusesse a ajudar, porque isso é redação – é conhecimento, mas é redação, é prática de técnica legislativa –, com a ajuda da Anvisa, e esta Comissão auxiliando a fazer isso tramitar e melhorar as condições da Anvisa.

Quanto ao número de pessoas, de funcionários, é antigo isso. É lamentável exigir rapidez e ao mesmo tempo segurança, com uma equipe mínima. Duas coisas difíceis de se fazer: rapidez com segurança. Você precisa ter um mínimo.

Então, a minha fala é no sentido de dar apoio ao Dr. Jarbas naquilo que acho que a Anvisa... Aí, sim, iniciativa da Anvisa: eu preciso... Nem precisa aparecer a Anvisa. "A Comissão de Assuntos Sociais tomou a iniciativa de propor essa legislação." Claro, com a ajuda deles. Eu acho que isso ajudaria muito, pelo que eu entendi. Minha base é médica, eu conheço.

E me chamou muito a atenção – é a última coisa, para finalizar – aquela proposta que ele mencionou de um registro temporário de uma droga, por exemplo, para drogas que são importadas, sabidamente testadas, cujo funcionamento se conhece e que pessoas gastam fortunas para importar, sendo que nós poderíamos autorizar aqui temporariamente enquanto tramita o registro final. É uma forma de salvar... Nós estamos falando aí de uma droga para a atrofia espinhal, Jarbas conhece bem. A família gasta milhões por ano, é muito difícil. E o que acaba acontecendo na prática? Judicializa, o Ministério da Saúde às vezes é obrigado a comprar por um preço muito mais caro. Sai muito mais cara essa judicialização.

E quero dizer ao Dr. Jarbas que ele vai receber rapidamente, brevemente, uma comissão de Senadores – eu estarei presente, a Senadora Ana Amélia também – para tratarmos especificamente das chamadas doenças raras. Não vou abordar o assunto agora, não é o caso, mas eu vou precisar muito da ajuda da Anvisa no encaminhamento dessas questões. São milhões de brasileiros que hoje sofrem, muita gente morrendo, às vezes sem diagnóstico, não sabe nem do que morreu.

Nós temos aí o famoso teste do pezinho. Eu me orgulho de, como Deputado Estadual, ter apresentado o primeiro teste do pezinho, que na época fazia o diagnóstico precoce de duas doenças. Hoje faz o diagnóstico precoce de mais de vinte. Então, são contribuições como essa que esta Casa poderia dar.

Muito obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Moka, sempre com contribuições relevantes aqui na nossa Comissão.

Eu estava comentando com o Presidente da Anvisa, Jarbas, que a Presidência vai tomar para si a formação desse grupo para realmente colocar todas as sugestões de V. S^a em estudo nessa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Consultoria que temos aqui, que é absolutamente competente, para que possamos apresentar, talvez até como uma iniciativa da Comissão. Vamos encaminhar, pode estar seguro.

Acho que está na hora de virar a página. Há tanta coisa atrasada, e ficamos sempre com medo de mexer. Mas, nessa situação de saúde, tem que acabar isso para irmos para frente.

Com a palavra o Senador Hélio José. Depois, a Senadora Ana Amélia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de cumprimentar S. Ex^a a Senadora Marta Suplicy por esta oportuna audiência pública, cumprimentar o nosso amigo Dr. Jarbas Barbosa da Silva, um extraordinário técnico dessa área, um médico de reconhecimento internacional pelo seu trabalho que vem sendo feito na Anvisa, no Ministério da Saúde, sempre acompanhando essas questões.

Registro aqui, nobre Senador Moka, que gostaria de participar da Comissão de Doenças Raras e, inclusive, de participar dessa ida à Anvisa, devido à importância do tema.

Sr^a Presidente, Sr. Jarbas Barbosa, é muito oportuna esta audiência que nossa Presidente, a Senadora Marta Suplicy, convoca para que a Anvisa possa prestar conta de suas atividades.

A Anvisa é uma das mais importantes agências do nosso País, suas decisões repercutem na vida de todos os brasileiros até mesmo quando deixa de tomar uma decisão. Essa tomada de posição acaba sendo importante na vida de cada um de nós. Sobre isso, já tivemos o caso dos remédios para emagrecimento e da importação de substância para as crianças que sofrem de convulsões.

Quero me associar à fala do nobre Senador Moka, antes de prosseguir aqui, sobre a questão importante do registro temporário. Eu acho que, realmente, como aqueles remédios foram devidamente testados inclusive por nações que têm uma organização até melhor do que a nossa, não há motivo para não fazermos o registro temporário, poupando o SUS de fazer o gasto de milhões para poder resolver essa questão. E poupando também os pais, que não querem deixar seus filhos ficarem deficientes, ou aleijados, ou morrerem precocemente. Eles gastam o que têm e o que não têm para ir buscar o medicamento lá fora, de forma, muitas vezes, clandestina, o que é pior. Então, se nós conseguíssemos talvez caminhar por essa proposta do médico da área, conhecedor também como é o Senador Moka, acho que seria interessante.

Também me associo à necessidade de termos um funcionalismo, de termos um corpo técnico para dar sequência aos trabalhos que a Anvisa faz.

Na semana passada, nobre Presidente, a Comissão Senado do Futuro, a qual tenho a honra de presidir, realizou um seminário, por sugestão do nobre Senador Cristovam, para debater a importância de formação adequada e educação de crianças na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, entre elas a obesidade, os distúrbios circulatórios, o diabetes e o câncer.

O centro dos debates esteve relacionado à ação inovadora do Chile na aprovação de uma legislação que põe nas embalagens de alimentos superprocessados informações gráficas que advertem sobre o perigo à saúde. E quem nos trouxe a informação foi o Senador chileno Guido Girardi, Presidente da Comissão de Saúde do Senado e da Comissão Senado do Futuro do Senado do Chile. Ele mostrou como a legislação pode orientar especialmente as crianças sobre o perigo de consumir alimentos com excesso de sal, açúcar e outros aditivos e condimentos.

Em 2008, o Senador Cristovam Buarque apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 489 para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores de acordo com a composição nutricional. Hoje, esse projeto está em análise na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pergunto ao nosso convidado, Dr. Jarbas, Diretor-Presidente da Anvisa: Quais são as ações que a agência tem promovido nesse campo tanto para inibir a proliferação desses alimentos promotores de doenças quanto para criar normas para orientar os consumidores?

Com a permissão da nossa Presidente, também quero apresentar os seguintes questionamentos:

1) O Conselho Federal de Medicina (CFM) – o senhor já respondeu em parte essa pergunta, mas pode complementar – discorda da proibição da comercialização de medicamentos inibidores de apetite da classe de anfetaminas que havia sido imposta pela Anvisa. A polêmica tem sido alvo de debates ainda mais intensos depois da sanção da Lei nº 13.459, de 23 de junho de 2017, que liberou a circulação desses fármacos. Em quais pontos a agência considera que a posição do CFM é inadequada? A Anvisa pretende adotar alguma medida em decorrência da aprovação da Lei nº 13.459, de 2017?

2) No decorrente ano, a Anvisa incluiu a maconha (*Cannabis sativa* L.) na lista das denominações comuns brasileiras por meio da edição de sua Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 156, de 5 de maio de 2017. Quais são os próximos passos da agência com vistas a regulamentar a produção de medicamentos com esse princípio ativo? Somente medicamentos estrangeiros serão permitidos, ou há empresas nacionais se cadastrando para produzir em território nacional produtos derivados da maconha?

Indo para a conclusão:

3) A qualidade dos medicamentos genéricos e também os métodos definidos pela Anvisa para a comprovação da efetividade de medicamentos foram bastante questionados, no início deste ano, após a veiculação de uma matéria jornalística de alcance nacional pelo programa televisivo Fantástico. O senhor considera que a reportagem pode ter abalado a credibilidade dos genéricos entre os profissionais prescritores? Em sua opinião, quais são os melhoramentos que podem ser promovidos nas regras e nas exigências para a concessão de registro de medicamento?

4) Há uma questão de Brasília, não sei se do Brasil inteiro, Dr. Jarbas. Há uma limitação de idade (26 anos) para jovens tomarem a vacina do HPV. Essas vacinas estão se perdendo nos centros de saúde, e pessoas que estão procurando os centros de saúde e que têm um dia a mais que essa idade não estão podendo se vacinar, por causa da regra rígida colocada. Pergunto ao senhor, talvez até pela minha ignorância, por não ser da área: isso só está acontecendo em Brasília, ou é no Brasil inteiro? E o que pode ser feito para a gente poder atender esses jovens maiores de 26 anos que têm procurado intensamente os centros de saúde para receber a vacina contra o HPV e que não podem ser vacinados por essa limitação de idade?

5) A fosfoetanolamina é uma paixão de um Senador amigo meu, do Moka, de todos nós aqui, que é o Senador Ivo Cassol. Recorrentemente esta discussão surge aqui na Comissão ou lá no Plenário mesmo. Eu queria que V. S^a, se possível, nos informasse a quantas anda a análise pela Anvisa, ou pelos órgãos associados, sobre esse fármaco que é a fosfoetanolamina, que apareceu como uma possibilidade de cura do câncer.

Muito obrigado. Desculpe por me alongar, mas são muitas perguntas importantes para um técnico que tem a *expertise* para responder.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Hélio, eu quero pedir permissão a V. Ex^a para que a Senadora Ana Amélia, dado o adiantado da hora, também possa fazer neste momento as suas perguntas, e o Dr. Jarbas depois responderia a ambos. Eu acho que isso vai otimizar o tempo. Se V. Ex^a permitir, faremos assim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sem dúvida, nobre Presidente, vamos fazer dessa forma que V. Ex^a está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Moka, que está presidindo esta audiência pública com a presença do Dr. Jarbas Barbosa, que é Diretor-Presidente da Anvisa, quero agradecer ao Senador Hélio José, porque há pouco, na CCJ, eu fiz essa concessão adequada a um Senador que tinha saído e que era o inscrito. Agora, vou lhe pedir outra concessão. Como tenho uma pergunta apenas – teria muitas, mas farei uma apenas, e V. Ex^a fez, como se diz, um manual para o funcionamento da Anvisa –, eu gostaria, se V. Ex^a permitir, que o Dr. Jarbas respondesse, porque é uma pergunta só.

Dr. Jarbas, antes de fazer o meu questionamento, quero assinar embaixo das manifestações do Senador Moka a seu respeito. Não sei se as pessoas sabem, eu o acompanho desde que era jornalista. Eu o entrevistava quando havia as epidemias e o senhor estava na Secretaria de Vigilância em Saúde. Depois, foi para a OMS, e o acompanhamos sempre. Então, agora, quero registrar, como sempre faço, que a Anvisa está presente sempre que a convidamos.

Quero também dizer que a Assessoria Parlamentar da Anvisa, o Marcos Paulo e a sua equipe são exemplares aqui nesse relacionamento institucional. Sempre que se precisa, estão à disposição. Então, acho que é preciso registrar isso. A recompensa... A gente aqui cobra muito, mas fazer esse reconhecimento é importante. Eu levo muito isso em conta em relação a minha equipe.

No ano passado, em dezembro de 2016, foi criada a Lei nº 13.411, que ampliou a transparência dos registros de novos medicamentos e a renovação de medicamentos ou a alteração de registro. Uma lei nova fazendo esse grau de sintonia com as necessidades de transparência, efetividade e também agilidade o que impactou no funcionamento da agência reguladora? E gostaria de saber se três anos – o senhor já está completando três anos –, para uma pessoa como o senhor, que tem tantas iniciativas e tanto comprometimento com o setor, são suficientes para realizar todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Dr. Jarbas.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Muito obrigado.

Primeiro quero agradecer ao Senador Moka, ao Senador Hélio José e à Senadora Ana Amélia as palavras. Creio que é obrigação nossa procurar cumprir a missão que temos da melhor maneira possível. E essa prestação de contas aos representantes legítimos da população creio que talvez seja uma das mais importantes missões que temos.

Quando a gente recebe o convite para uma audiência pública, vir aqui prestar contas é uma obrigação. Creio que a agência reguladora recebe um poder do Estado muito grande – dizer o que pode e o que não pode. E um dos contrapesos, digamos assim – como os americanos dizem –, importantes para isso é que o Congresso cobre mesmo e peça explicações de todos os atos que temos tomado. Então, eu agradeço muito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Senadora Ana Amélia já me entrevistava quando era estagiária da RBS no Canal Rural. Eu já era dirigente do Ministério e a Senadora era ainda estagiária de jornalismo, uma brilhante jornalista, tanto que virou uma Senadora com tanto reconhecimento.

A Lei 13.411 – eu disse isso, inclusive, aqui em uma audiência pública... O Senador José Serra... Primeiro, eu fiz algumas sugestões, que ele acolheu. Havia uma mudança que dizia assim: se não cumprir os prazos, o Presidente perde o mandato. Eu disse: "Senador, então me dê poder monocrático na Anvisa, porque aí eu me comprometo." Mas, como é colegiado, apesar de eu ter o título de Diretor-Presidente, eu tenho mais obrigações do que poder, na verdade, em decorrência desse título. E aí o Senador Moka, que foi o Relator, acolheu inclusive essa mudança. Porque eu disse que, como a decisão é colegiada, perde o mandato todo mundo, e não só o Diretor-Presidente.

Eu achei que a lei foi importante, e ela está produzindo um efeito muito positivo. Quando a gente olha os prazos que a lei prevê, a gente não conseguiria cumprir esses prazos, pela dinâmica normal, com a fila que a gente tem para genéricos e similares. Para produtos novos e inovadores, a gente cumpre os prazos que a lei está propondo.

Qual é o problema de genérico e similar? A indústria farmacêutica cresceu muito rapidamente, como falei: no ano passado, teve 62 bilhões de faturamento e ainda cresceu 8% em um ano que foi ruim para a economia. Isso fez com que houvesse muitas fusões, aquisições. Então, há um volume de pedidos de genéricos tremendo ainda. E, como a Anvisa tinha pouca gente, naquele gráfico eu mostrei que, antes da entrada do concurso de 2014, nós demos 360 registros e medicamentos; e, no ano passado, a gente deu 880 – para 120 servidores, isso dá sete registros por ano –, alguns mais simples, como de similares e genéricos, e outros muito complexos, como de produtos inovadores. O gargalo nosso, então, são os 780 pedidos de registro que estão lá nessa fila. Se não fosse a fila, a gente cumpriria o prazo da lei. O problema é a fila.

Nós aproveitamos a vantagem que a lei nos deu de poder não tratar mais cronologicamente a fila e fizemos uma proposta que, felizmente, foi muito bem aceita, inclusive pelo setor farmacêutico. Para a Senadora ter uma ideia, se a gente continuasse tratando essa fila pelo mecanismo normal nosso, nós só eliminaríamos a fila em 2020. Nós fizemos um processo de agrupamento dos vários pedidos de registro em categorias diferentes, agrupando por formulação farmacêutica, pelo insumo farmacêutico ativo – que é a matéria prima –, e outras estratégias, e estamos trabalhando para cumprir o prazo a que a lei nos obriga. Então, nós queremos ou chegar com 100% de cumprimento ou muito perto de 100% de cumprimento. O que significa isso? Acabarmos esse estoque que nós temos de quase 780 pedidos de registro de genéricos e similares até março ou abril do próximo ano, de maneira que a gente se livre dessa questão e possa discutir o que realmente é importante hoje, que é como tratar doenças raras, é como tratar medicamentos inovadores.

Então, eu creio que a lei foi um balanço – eu diria assim. Tenho dito isso aos servidores da Anvisa, que muitas vezes dizem: "O pessoal faz a lei, mas a gente não tem gente". Eu digo: "Nós vamos continuar brigando por mais gente. Mas, enquanto não vem mais gente, nós temos a obrigação de rever cada processo nosso e buscar o que pode ser feito para melhorar, para dar mais velocidade, para reduzir burocracia e dar mais eficiência." Porque, se nós não fizemos isso, não temos legitimidade nem para pedir mais gente, porque todo mundo nessa Esplanada pede mais gente. Se eu não tiver dados consistentes, que demonstrem que chegamos ao nosso limite de produtividade, comparado com as melhores agências do mundo, então eu preciso, efetivamente, de mais gente, senão eu não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cumpro... Infelizmente, o Estado, para crescer, tem que ter racionalidade. Eu, como Presidente da Anvisa, gostaria de ter o dobro de gente, mas, como cidadão, pagador de imposto, eu sei que o Estado tem que gastar bem o dinheiro que arrecada de todos nós. E, se a gente não tiver esses dados, essas evidências, fica difícil ter argumento. Então, a gente está construindo essas evidências e usando essa possibilidade da lei de flexibilizar o tratamento histórico, cronológico.

Nós conseguimos o apoio de todas as associações, que se manifestaram, e já publicamos, como a lei nos exige, como a fila vai ser tratada: em quatro grupos. Já estamos concluindo a análise do Grupo 1, quem entrou depois da vigência da lei, que é o dia 29; imediatamente, passamos para o Grupo 2, agrupando por formulação, fórmula farmacêutica e matéria prima. Então, em vez de analisar um processo de um determinado medicamento, nós vamos analisar seis, sete, oito ao mesmo tempo, porque é a mesma matéria prima, com a mesma apresentação; depois, vamos tratar dos que só têm um ou dois pedidos de registro, para não prejudicar os médios laboratórios; e, por último, estamos dando a possibilidade a quem tem um processo lá há muito tempo, que agora esteja quase na hora de ser analisado e que não tem mais interesse comercial, de tirar aquele e fazer a migração de um mais antigo.

Esse conjunto de estratégias nós apresentamos de maneira transparente. Fizemos uma reunião aqui. E eu fui a São Paulo. Havia 260 pessoas na sala, de todas as indústrias farmacêuticas, e todas elogiaram a transparência e a base técnica, que dá equilíbrio ao mercado, sem prejudicar ninguém, nem o genérico nem o inovador. E a nossa expectativa é de que em abril a estejamos fazendo... Eu disse ao pessoal lá. Sempre há aquela tensão, claro, do servidor que diz: "Mas a gente pode estar perdendo uma maneira de até ter mais argumento". Em todo lugar a que fui, eu sempre achei que é um melhor argumento a nosso favor mostrar que a gente fez tudo que era possível com o que a gente tinha do que eu simplesmente sentar e ficar me lamuriando que eu preciso de mais gente. Então, a gente está procurando cumprir isso.

Eu quero vir ao Senado, quando completar o prazo de um ano de lei, para prestar contas, porque nasceu aqui – iniciativa do Senador José Serra, relatoria do Senador Moka, apoio intenso dos Senadores, que participaram ativamente. Quero prestar contas disso, e queremos cumprir esse prazo. Eu acho que essa lei é importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – O Senador Hélio José fez várias questões importantes. Algumas o Senador Moka já tinha falado.

Doenças raras. Inclusive, houve aqui uma audiência, e eu pedi ao relator, que é o Diretor Fernando, vir para dar notícia aos Senadores de que há uma resolução de diretoria colegiada em andamento, e nós precisamos ver efetivamente que medida legal e que medida regulatória... Estamos de portas abertas para conversar. Os Senadores não precisam nem ir lá, porque lá é longe. Eu venho aqui, sem problema.

Sem dúvida nenhuma, há dificuldades inerentes, Senador. Um ensaio clínico em Fase 3 geralmente é algo que exige 10 mil, 15 mil pessoas. Quando é um medicamento para um câncer que é meio comum ou para uma doença comum, como diabetes, como hipertensão, é fácil ter 15 mil pessoas para fazer um ensaio clínico em Fase 3; para uma doença rara, não é. Se essa doença rara atinge criança, como as regras éticas são – e têm de ser mesmo – muito mais rigorosas, é ainda pior. Se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

é para uma doença que já tem tratamento, convencer a família a substituir um tratamento é ainda pior. Ou seja, nós temos que tratar isso de uma maneira diferente, com metodologias diferentes, para que a gente não tenha no sistema regulatório uma barreira de acesso, e sim uma facilitação do acesso.

Então, estamos de portas abertas para trabalhar conjuntamente com esta Comissão. O Senador Moka, inclusive, já falou comigo, deu-me notícias disso, e eu achei extremamente proveitoso.

Sobre a questão da rotulagem, eu recebi o Senador Guido também. A Anvisa está com um grupo de trabalho analisando todas as alternativas, Senador Hélio José, tanto da experiência chinesa como de outras experiências. Estamos trabalhando em conjunto com o Ministério da Saúde, inclusive fazendo pesquisas para ver se a percepção da criança e do adulto brasileiro é a mesma da do Chile ou se há que se fazer alguma modificação. Por exemplo, se vai usar cor preta ou outra cor, há um debate. E nós vamos fazer isso de maneira científica, com pesquisas de grupos focais, feitas com metodologia científica para a gente chegar... Nós queremos ter uma regulamentação, e, se houver uma lei, é claro que vai ajudar ainda mais, porque realmente é um problema de saúde pública.

Qualidade de genéricos. Efetivamente, a gente está com aquele programa, o Provenge. Não afetou – há dados da PróGenéricos –, e continua a prescrição. Mas é importante que a gente tenha, até pelo peso que tem o genérico, tanto para a produção nacional de medicamentos como para o acesso das pessoas... Um genérico, quando entra, o primeiro genérico já por lei tem que ser 35% menor no preço do que o produto de referência. Por isso, os três primeiros genéricos têm prioridade de análise. Quando os primeiros genéricos entram, os estudos econômicos demonstram que o desconto passa de 40%, porque já são 35% obrigatórios por lei, mas o preço de referência abaixa também, porque passa a ter concorrência. E aí começa a haver efetivamente um mecanismo de mercado, baixando o preço e aumentando o acesso.

Então, nós temos que garantir e trabalhar conjuntamente para que o genérico continue com qualidade. O genérico brasileiro preenche todos os critérios do mundo. Há essa desconfiança do genérico no mundo inteiro, na verdade, porque há toda a cultura do medicamento de referência. Nós temos é que assegurar e trabalhar conjuntamente: os fabricantes terem responsabilidade com o que colocam no mercado, e a vigilância fazer um monitoramento contínuo, porque eles efetivamente são muito importantes.

Os anorexígenos. O CFM... A gente discordou. Eu tenho uma relação muito boa. O Presidente do Conselho Federal de Medicina é meu conterrâneo; temos uma relação pessoal. Só temos uma divergência: ele é torcedor do Náutico, e eu sou torcedor do Sport Club do Recife. Mas somos inclusive amigos. Eu manifestei claramente minha posição: eu acho que o Conselho Federal de Medicina invadiu um território que não é dele. O Conselho Federal de Medicina tem que se preocupar com a questão ética, zelar para que nenhum médico receba, vamos dizer assim, incentivos indevidos para prescrever medicamento, fazer uma cirurgia ou colocar uma prótese. Acho que esse é o papel do Conselho.

No caso dos anorexígenos, a lei brasileira diz que, para obter o registro, o medicamento tem que comprovar segurança e eficácia. Isso está na lei. E é uma lei correta, porque no mundo inteiro é assim. Esses medicamentos, na época em que eles tiveram seu registro suspenso, em 2011 – eu nem estava na Anvisa, mas estudei bem esse processo –, não foi só a Anvisa. No mundo inteiro, alguns deles já estavam em uso há 30, 40 anos, e, quando estão em uso, isso permite um "experimento" – entre aspas – com a população em tempo real. Naquela época, a Anvisa analisou 170 estudos científicos,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

publicados em revistas sérias internacionais. O que esses estudos diziam? Primeiro, a segurança é questionável. Como são do grupo das anfetaminas, criavam dependência, produziam problemas cardíacos e neurológicos graves. Segundo, não eram eficazes, porque, no médio e longo prazo, infelizmente, eles não conseguiam manter a redução do peso. Nas primeiras semanas, tudo bem, porque nas primeiras semanas a pessoa está entusiasmada, vai para a academia, come menos, toma remédio... Como a gente diz, brincando, é a pílula para a sede: tomada com um copo d'água, ela é capaz de matar a sede. Mas, no médio e longo prazo, os ganhos no controle da obesidade não eram sustentáveis. Por isso, eles foram banidos do mundo inteiro.

Há toda uma nova geração de medicamentos, e infelizmente não há ainda uma pílula mágica para a obesidade. Quem descobri-la vai bater o Bill Gates e vai virar a pessoa mais rica do mundo, porque é um problema mundial. Então, é um problema mesmo ainda complexo.

Nós estamos tentando, vamos dizer assim, ver que ações podemos fazer em relação ao controle de importação, para evitar algo que é complicado. Como não há controle sanitário, com a falta do registro, pode haver pessoas que comecem a fabricar coisas indevidas e a vendê-las pela internet, pelo Facebook, o que, inclusive, já existe. Nós temos, por exemplo, um convênio com o Mercado Livre e fazemos busca contínua na internet. Há muita gente que oferece produtos não registrados pelas redes sociais. Então, a gente está trabalhando no sentido de buscar reduzir o dano, digamos assim.

Em relação à fosfoetanolamina, nós continuamos sem receber nenhum pedido de registro. A autoridade regulatória é passiva, ou seja, é alguém que bate na Anvisa e diz: "Anvisa, descobri um novo medicamento, e está aqui a prova, que é o dossiê, demonstrando que ele é seguro e eficaz e pode ser produzido com qualidade." Nunca o recebemos. Alguns estudos continuam, outros foram suspensos; inclusive, tenho conhecimento disso, porque não é a Anvisa que os faz, não é nosso papel fazê-los. Ora, se há 882 registros por ano, se nós tivermos de fazer os estudos, além de gastar dezenas de bilhões de reais, isso será impossível. Então, no mundo inteiro, quem é responsável por fazer os estudos é o detentor do produto, é quem quer comercializar. Se quero comercializar, tenho de provar que meu produto é seguro, eficaz e tem qualidade. Não recebemos isso até hoje.

Aí me perguntaram: "Como suplemento, pode vender?" Poderia. Para registrar suplemento, é bem mais barato, inclusive, é bem mais simples e bem mais rápido. Agora, para o suplemento, não se pode fazer alegação terapêutica. Não se pode dizer de um suplemento, por definição: "Olha, este suplemento alimentar cura câncer, reduz glicemia ou controla hipertensão." Senão, a gente poderia induzir o consumidor a erro.

Mas, até aqui, não recebemos o pedido. No dia em que recebermos o pedido de registro, pelo critério nosso de priorização, ele será tratado com prioridade, porque vai ser uma inovação radical, um medicamento descoberto em nosso País para uma doença severa como é o câncer. Então, na hora em que o entregarem na Anvisa, isso terá a análise mais rápida possível.

Por último, há a questão da *cannabis*. É a penúltima questão. Quanto à *cannabis*, Senador, há duas questões. A gente tem a comprovação de que, para algumas síndromes em crianças e adolescentes que têm múltiplos episódios de convulsão, o canabidiol tem o efeito de melhorar muito a qualidade de vida dessas crianças. Então, desde o final de 2014, a Anvisa autoriza a sua importação. Quando eu lá cheguei, em 2015, a gente simplificou esses procedimentos. Fazemos em poucos dias a importação. Já há mais de 1,7 mil famílias que o importam regularmente. Qual é o problema da importação? É que, como a demanda mundial disso é maior do que a produção – a produção do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

canabidiol ainda não é feita em grandes laboratórios, Senador Moka; ela é feita de forma semiartesanal –, a oferta ainda é muito pequena, e, então, o preço é alto. Ele é caro.

No que estamos trabalhando desde 2015? Mandamos uma equipe ao Reino Unido, para verificar a regulamentação deles para a plantação para uso de fabricação de medicamentos; ao Canadá, onde também há uma regulamentação; e a Israel. Temos feito várias reuniões técnicas com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal e com o Ministério da Saúde e estamos concluindo um processo de regulamentação do plantio para fins de pesquisa, para que universidades brasileiras que tenham interesse – algumas delas já fazem pesquisa, mas hoje têm de importar a planta – possam plantar em condições seguras, controladas, ou para a produção de medicamento. E mudamos o nosso regramento, digamos assim, para possibilitar o registro de medicamentos à base de canabidiol e de THC, que é outro produto existente na *cannabis*. Inclusive, já tivemos o registro do primeiro medicamento, que é o... Eu só me lembro do nome original dele, no Reino Unido, que é Sativex. O nome dele aqui é Medivate? Devo ter errado o nome, mas é algo parecido com isso. Tivemos esse registro agora há pouco. Ele não serve para essas síndromes com convulsão. Ele é um medicamento com outro tipo de indicação, porque ele tem THC também, não só canabidiol. É para uma doença degenerativa que dá muita contração, que gera muitas contrações musculares dolorosas. Esse medicamento tem um efeito relaxante. Ele já está no mercado. É medicamento mesmo. O canabidiol ainda tem uma produção semiartesanal.

Com a regulamentação da produção, da plantação, o que a gente espera? A gente espera que haja fábricas e, inclusive, laboratórios públicos do Brasil, como o da Fiocruz, que tenham interesse em fabricá-lo no Brasil, para baixar o preço. Algumas famílias, hoje, estão fazendo o autocultivo. Eles mesmos plantam no quintal de casa, com medida judicial. Não se garante que aquela planta é a planta que produz mais canabidiol do que THC, não se garante que o extrato que ele tira é o adequado para a criança. Então, há problema, inclusive, com relação à própria efetividade do medicamento e à segurança da criança que o toma. A gente quer que, até o final deste ano, a regulamentação esteja concluída.

Por último, falo do HPV, da adesão do Ministério da Saúde. Eu digo assim que a gente diz que pode usar; quem diz que deve usar e como usar é o Ministério da Saúde. Quer dizer, do ponto de vista regulatório, não há nenhum impedimento para que o Ministério amplie para um dia a mais ou para um dia a menos. Mas é uma decisão do Ministério.

Por último, quero agradecer.

A Senadora Ana Amélia fez uma pergunta: três anos são suficientes? Eu não vou responder, por absoluta honestidade comigo mesmo, ouviu, Senadora? O meu programa de trabalho lá é um programa para três anos. Eu não quero postergar nada pensando em uma futura recondução, achando que eu vou fazer determinada ação pensando numa recondução. Acho que, quando a sociedade brasileira cria uma agência autônoma, ela quer dizer o seguinte: "Olha, diretor da agência, aja de acordo com sua consciência e se apoie em bases técnicas. Não aceite pressão econômica e atue de maneira correta." Eu acho que, se eu começar a pensar em reeleição, eu perco, vamos dizer, este critério que tenho para mim mesmo. Então, eu acho que sim, estou contando com três anos. Até julho do próximo ano, eu quero entregar um conjunto de produtos que melhorem a Anvisa.

A Anvisa vem num processo de amadurecimento, de aperfeiçoamento natural. Está com 17 anos, ainda é uma adolescente. Vamos completar ainda 17 anos. Mas vemos que ela tem um corpo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

técnico muito qualificado, tem uma diretoria hoje muito comprometida – falo de todos os diretores que estão lá – com esse processo de melhoria. Então, estamos comprometidos em promover isso, com o apoio dos Senadores.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Dr. Jarbas, em nome da Presidente Senadora Marta Suplicy, do Senador Hélio José e em meu nome, eu queria agradecer muito a presença de V. S^a. Quero estender meus cumprimentos à sua diretoria, aos funcionários da Anvisa.

Achei muito interessante. Acho que a Senadora Marta Suplicy vai fazer esse intercâmbio com a Anvisa, para que a gente possa, o mais rápido possível, modernizar essa legislação e permitir, realmente, que a gente possa trazer mais benefícios e também melhorar as condições... V. S^a falou que a arrecadação da Anvisa poderia ser autossuficiente, porque acabou ficando, por 15 anos, sem nenhum tipo de correção.

Acho que isso tudo tem de ser bem discutido. Os nossos consultores jurídicos, a nossa assessoria e, principalmente, o corpo de servidores da Anvisa podem fazer sugestões ao Congresso, e aí a Comissão toma como sua a responsabilidade sobre essa legislação, para propor uma legislação mais moderna.

Agradeço a V. S^a.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual dos Senadores Ronaldo Caiado e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, José Pimentel, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Acir Gurgacz e Cássio Cunha Lima. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (RAS 9/2017)**, atendendo aos requerimentos RAS 9/2017, de autoria da Senadora Ana Amélia. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "altera a lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências', para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações e incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise". **Participantes:** Thiago Rodrigues Santos, Coordenador-Geral de Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde do Ministério da Saúde (representante de: Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos / Ministério da Saúde); Gustavo Laine Araújo de Oliveira, Técnico do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde. (representante de: CONITEC/Ministério da Saúde); Denizar Vianna Araújo, Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, Diretor de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista – SBHCl; Carisi Anne Polanczyk, Pesquisadora Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Avaliação em Tecnologias em Saúde - INCT-IATS. A Presidência registra a presença e concede a palavra a Janaína Souto, Diretora da Associação de Assistência à Criança Cardiopata – Pequenos Corações. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores, Cássio Cunha Lima, Ana Amélia e o Senador Ronaldo Caiado, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Após aprovação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Vice-Presidente da CAS e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ronaldo Caiado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/24>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom dia, senhores e senhoras.

Vamos dar início à audiência pública, 36ª Reunião Extraordinária, dia 24 de agosto.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2017, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "altera a lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências', para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações e incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise".

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Sr. Thiago Rodrigues Santos, Coordenador-Geral de Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde, representante do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Sr. Gustavo Laine Araújo de Oliveira, Técnico do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, representante do Conitec, do Ministério da Saúde; Denizar Vianna Araújo, Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, Diretor de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista; Carisi Anne Polanczyk, Pesquisadora Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Avaliação em Tecnologias em Saúde – INCT-ATS.

Justifica ausência Áquilas Nogueira Mendes, Professor Associado do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Universidade de São Paulo.

Antes de iniciar a nossa audiência pública, eu quero conceder a palavra à Senadora Ana Amélia, que é autora do requerimento da audiência. Logo a seguir, eu passo também a presidência da reunião





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

extraordinária à nobre Senadora para que ela possa presidir tão importante audiência pública aprovada na CAS.

Passo a presidência, então, à Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom dia a todos, Senadores, convidados.

Registro, especialmente, nossos agradecimentos pelo comparecimento.

O objetivo desta audiência pública, como foi mencionado pelo Senador Ronaldo Caiado, Vice-Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, é esclarecer pontos desse projeto, que suscitou um debate muito intenso pelas divergências de entendimento em relação ao tema de um projeto do Senador Cássio Cunha Lima que trata da questão relacionada à incorporação de novas tecnologias.

A audiência pública tem o propósito de trazer novos elementos para que a Relatora, no meu caso, possa ter mais clareza em relação a todos os aspectos e proferir um relatório adequado às necessidades do País e, especialmente, dos pacientes, que, em última análise, são grande preocupação que nós temos.

Eu queria, por economia de tempo e de trabalho – temos outras comissões funcionando –, que a gente fosse direto ao ponto da questão que estamos tratando, do projeto e da questão relacionada à incorporação.

Quero agradecer não só ao Senador Caiado, por ter aberto esta reunião, mas também ao Senador Waldemir Moka, que é médico, é muito comprometido, presidiu já esta Comissão para examinar os nossos temas.

Então, vamos começar por quem opera o sistema: convido o Dr. Marcelo Queiroga. Vamos ouvir primeiro os operadores e, depois, os reguladores do sistema.

Com a palavra Dr. Marcelo Queiroga, por dez minutos, para sua exposição.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora Ana Amélia Lemos, Senador Ronaldo Caiado, Senador Waldemir Moka, minhas senhoras e meus senhores, é um prazer e uma honra estar novamente aqui na Comissão de Assuntos Sociais do Senado para tratar de um assunto de tão grande relevância porque, para quem lê o ementário desse projeto de lei, às vezes passa despercebido, mas trata da implementação do art.196 da Constituição Federal, e a nossa sociedade, que é a Sociedade Brasileira de Cardiologia Intervencionista, é uma sociedade que lida com a inovação.

Esse diapositivo mostra justamente isso. O Dr. Werner Forssmann, em 1929, introduziu um cateter em si próprio – naquela época era mais difícil incorporar tecnologia, e o indivíduo tinha que fazer o procedimento em si mesmo –, foi bastante questionado, mas, na década de 50, ganhou o Prêmio Nobel da Medicina.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O projeto de lei de S. Ex^a, o Senador Cássio Cunha Lima, quer mais transparência no processo de avaliação de tecnologia, quer que se defina um parâmetro de custo-efetividade no sistema de saúde do Brasil, tal qual determina a Lei 9.090, com a modificação que sofreu após a instituição da Conitec. Quer também S. Ex^a que o processo e que as demandas de avaliação de tecnologias em saúde sejam distribuídas de forma aleatória entre os núcleos de avaliação de tecnologia em saúde que compõem os parceiros da Conitec.

Quero crer que S. Ex^a, quando apresentou esse projeto, quis prestigiar todos aqueles cientistas, os pesquisadores, aquelas pessoas que lidam com economia e saúde, e mostrar ao País a importância dessa área da ciência, que é quem efetiva a justiça distributiva – a melhor é a de Deus; todos conhecemos as bodas de Caná, em que se transformou água em vinho. Os técnicos do Ministério da Saúde têm que operacionalizar essa justiça distributiva para ofertar equidade à população brasileira.

Eu passaria a fala do Senador Humberto Costa, que ilustra bem a importância dessas instâncias regulatórias, porque, Senador Caiado, como V. Ex^a sabe, hoje a forma mais comum de se implementar tecnologias no País é via judicialização, mas a judicialização tem suas vicissitudes. Isso se deve a essa plethora de dispositivos, de equipamentos e de materiais que encarecem sobremaneira a assistência médica, o que é diverso do que ocorria 30 anos atrás ou mesmo de quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada.

Todos sabemos do trabalho do Prof. Adib Jatene, da sua cruzada por mais verbas para o sistema de saúde – a *Veja* e a *Época* o colocam como "o homem do imposto". Eu prefiro vê-lo como o homem da justiça distributiva.

O resultado disso é um aumento crescente do orçamento do Ministério da Saúde, que hoje suplanta a casa dos R\$100 bilhões. Nós achamos isso pouco, mas reconhecemos o grande esforço que a sociedade brasileira faz para alocar esses recursos no Ministério da Saúde. Ressalto, porém, segundo dados do próprio Congresso Nacional, que esse orçamento não é implementado na medida máxima do possível.

E esse processo regulatório, como se dá? É um processo um pouco confuso. Nós temos o Conselho Federal de Medicina, que avalia o procedimento. Isso é fruto do Ato Médico, lei cuja aprovação teve no Senador Caiado um de seus baluartes. Temos a Anvisa, que avalia os produtos, que avalia os fármacos, os medicamentos. Temos a Agência Nacional de Saúde Suplementar, que inclui procedimentos no rol para cobertura obrigatória. E, por fim, a Conitec, que é uma comissão que apoia a decisão do senhor Secretário de Ciência e Tecnologia na incorporação de produtos e fármacos do SUS, bem como na elaboração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

Portanto, é uma comissão que não tem personalidade jurídica própria. Não é uma agência, mas dá apoio, opina para que a autoridade regulatória, a autoridade do Ministério da Saúde, emita um parecer pela incorporação ou não. Nós, da Sociedade Brasileira de Cardiologia Intervencionista, temos uma relação boa com a Conitec. Como prova disso, trago aqui essa fotografia, que mostra ocasião em que estivemos reunidos, em 2012, com a Conitec discutindo assuntos da nossa especialidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E o procedimento administrativo está bem definido: a demanda é feita, há 180 dias para avaliação, 90 dias para publicação da portaria de incorporação e, posteriormente, com mais 180 dias, esse tratamento tem que ser disponibilizado no SUS, quando for aprovado.

E aqui se observam os critérios de eficiência, de segurança e de custo-efetividade, que é o motivo da discussão desse projeto de lei de que tratamos hoje. Os senhores observem que esses pontos fazem parte da avaliação de tecnologia e saúde, os aspectos clínicos, os aspectos econômicos, a organização do sistema, a visão focada no paciente, que, para nós, médicos, é o principal. Mas, sobretudo, essa avaliação de tecnologia em saúde, Senadora Ana Amélia, tem que ter isto aqui: credibilidade. Porque, se a sociedade não acredita na avaliação de tecnologia em saúde, a gente já sabe o que vai acontecer: a judicialização.

A Conitec é um avanço para o sistema de saúde brasileiro, ampliou as incorporações. No entanto, persistem dificuldades que eu vou relatar aqui aos Srs. Senadores.

Veja só, Senador Caiado: no Brasil, 30% da mortalidade é cardiovascular, como sabemos, mas somente 7% das incorporações foi nessa área. Então, fica difícil reduzir mortalidade se a gente não tem os avanços tecnológicos e as condições materiais para tratar os nossos pacientes.

A rede de parceiros da Conitec são os núcleos de avaliação em tecnologia e saúde, a que eu já fiz menção. S. Ex^a, o Senador Cássio Cunha Lima, quer valorizá-los ao colocar um processo de distribuição aleatório, em sintonia com o que já existe no Poder Judiciário, para que esses núcleos fiquem cada vez mais fortes e tenham uma posição em que a sociedade brasileira possa acreditar.

Na nossa especialidade, o atraso nessas tecnologias, do registro da Anvisa à incorporação no sistema público, é de dez anos.

Vejam aqui o exemplo dos *stents* farmacológicos. Esses *stents* ficaram muito famosos no episódio da máfia da órtese e prótese. Esse farmacológico é um que reduz o processo de reestenose, torna mais eficaz essa terapêutica. Nós fizemos uma demanda à Conitec, e a Conitec aceitou essa demanda e incorporou.

Vejam aqui os senhores o que é que se diz na incorporação – a despeito de ter incorporado, é uma incorporação incompleta. Diz-se que se incorpora desde que o preço seja de R\$2.034. Aqui eu não estou reclamando o preço, eu estou apenas dizendo que esse preço de R\$2.034, que é igual ao do dispositivo anterior, que é o *stent* metálico... O *stent* metálico é comprado nas licitações públicas, e aqui eu trago um documento oficial, a R\$285. Então, um gradiente de R\$285 para R\$2.000. Está aí o substrato para acontecerem todas essas condutas, que não são aceitáveis, e ninguém aqui vai defender esse tipo de coisa.

Está aqui, olhem, uma série de tecnologias na cardiologia. Muitas delas já foram incorporadas.

Aqui, Senadora Ana Amélia, a cardiopatia congênita, uma área pela qual V. Ex^a se interessa muito. Esse dispositivo é capaz de fechar um defeito congênito, um buraco que há no coração chamado de comunicação interatrial. Nós demandamos à Conitec a análise. Está no *site* – aqui os senhores da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Conitec podem ratificar o que eu digo. Está lá: demandante – Secretaria de Ciência e Tecnologia de Insumos Estratégicos.

Está aqui o parecer da Conitec favorável à incorporação. E esse parecer foi acostado nessa revista científica, foi publicado em uma das revistas de mais alto nível científico internacional – feito pelo Nats de Laranjeiras, Senador Caiado.

Agora, veja o que dizem aqui os pesquisadores. A cirurgia aberta traz danos intangíveis à criança e seus familiares e a incorporação do oclutor pode trazer benefícios importantes para o sistema de saúde. Esse foi o parecer do Nats.

No entanto, a portaria, que tem que ser publicada noventa dias após a consulta pública, até hoje não saiu, Senador Moka. E nós, que somos curiosos – nós da Paraíba somos curiosos –, fomos lá e encontramos essa ata lá na Conitec. E vejam motivos alegados para não incorporar esse tratamento importante para as crianças com cardiopatia congênita.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O primeiro, Senador Caiado, é que a judicialização é reduzida. O segundo é que o demandante, que é a Secretaria de Ciência e Tecnologia, desistiu da demanda. Não desistiu: o demandante é a Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e nunca desistiu dessa demanda. Então, é preciso mais clareza.

Está aqui um protocolo do Ministério da Saúde mostrando quem é o demandante. O demandante somos nós, não é a Secretaria de Ciência e Tecnologia, e nós não desistimos disso. Nós trocamos *e-mails* aqui na consulta pública dos *stents* farmacológicos. Mostramos aqui os *e-mails* que trocamos com a diretoria da Conitec, onde está bem claro que nós somos o demandante e que a dificuldade é de apuração de preço, e essa dificuldade já dura desde 2010 – estamos em 2017 e ainda não se apurou preço! Como pode? Quando se apurou o preço do *stent*, era R\$2.000. Na prática, é R\$285. Precisa melhorar, precisa aprimorar, precisa criar critérios transparentes, critérios de custo-efetividade e distribuição aleatória nos Nats para que se reduzam os vieses próprios desse tipo de análise.

Outra análise: implante por cateter de válvula aórtica – Senador Moka, V. Ex^a foi Relator de um projeto de lei que trata do assunto. A Conitec diz que evidência científica não serve, mas a autoridade regulatória canadense disse que é de altíssima qualidade essa evidência científica. Como é que a gente resolve esse problema? Dizem lá que os idosos preferem morrer. Eu não sei de onde tiraram essa ideia de que idosos preferem morrer.

Aqui projetam um impacto orçamentário de R\$1 bilhão, criando pautas bombas que não existem. Efetivamente, não vai se realizar esse número de procedimentos no País. O Senador Moka contestou isso no relatório que fez aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Vejam o processo de transsexualizador. Aqui eu não faço juízo de valor a respeito da incorporação desse processo – eu acho que atende até o art. 1º da Constituição Federal –, mas se prevê aqui um impacto de R\$391 mil. Seguramente, isso aqui não foi calculado com base na população que frequenta





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqueles dias de passeatas que ocorrem no Rio de Janeiro e em São Paulo que os senhores bem conhecem.

E todas as recomendações da Conitec são referendadas pelo Ministro da Saúde. Ora, se o STJ, que já é um tribunal da mais alta especificidade, tem suas decisões reformadas, por que as decisões da Conitec não podem ser reformadas pela instância administrativa? É por isso que é necessário que se coloque o devido processo legal, como determina a Constituição Federal nesses aspectos, em relação à Conitec. O Ministério Público Federal está atento a isso, consulta a nossa sociedade sobre as dificuldades que nós temos.

Aqui os senhores veem: o Canadá incorpora 52% das demandas que são postas para avaliação, Senador Eduardo Amorim, que foi Relator desse projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. A média de incorporação desses seis países é de 71%, e o Brasil só incorpora 23%. O que isso acarreta, Senadora? Judicialização.

Então, são muitas coisas, mas fica o resto para os debates.

Eu agradeço à senhora a paciência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como a fundamentação maior está exatamente no que argumenta o Dr. Marcelo Cartaxo Queiroga, o tempo dele foi maior do que o esperado, até para que os órgãos reguladores que estão aqui presentes possam falar.

Eu passo agora a palavra ao Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), Dr. Denizar Vianna Araújo.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Bom dia a todos.

Muito obrigado Senadora Ana Amélia, Senador Moka...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a presença do Senador Eduardo Amorim, que também é médico. Aliás, os três que estão aqui são médicos.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Estamos entre colegas, o Senador Moka, o Senador Caiado e o Senador Eduardo Amorim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um trata da dor, outro trata da ortopedia e outro da cardiologia.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Estamos muito bem representados.

Agradeço o honroso convite para compartilhar este momento de debate.

Gostaria de dar o meu relato, como pesquisador da área de avaliação de tecnologia em saúde, dos avanços que o Brasil fez do ponto de vista regulatório, do ponto de vista da avaliação de tecnologia. Nós





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

somos um exemplo, mas todo esse processo também exige melhorias contínuas, e é nesse sentido que eu gostaria de contribuir.

Vou trazer alguns aspectos metodológicos que serão importantes para a discussão *a posteriori*.

Quando nós falamos de avaliação de tecnologia em saúde, nós queremos saber exatamente, dentre as etapas do processo em um determinado momento, qual é o custo a mais para se proporcionar mais ganhos de saúde para a população – ganhos de saúde como aumento da sobrevida, redução de eventos como infarto, doenças cerebrovasculares. E essa relação entre o custo monetário e o ganho de saúde, expresso aqui em efetividade, pode ter como exemplo intervenções de baixo custo e grandes ganhos de saúde, como o uso da aspirina, por exemplo, para reduzir o infarto, a morte súbita.

Qual é o nosso desafio? Porque tomar decisão nesse cenário é fácil: baixo custo, grandes ganhos de saúde.

O nosso desafio está exatamente neste cenário aqui, quando nos deparamos com intervenções que têm um custo a mais, principalmente porque dizem respeito a inovações, a sua chegada ao mercado, e muitas vezes o ganho de saúde não é tão expressivo – por conta até da história natural da doença, das intervenções anteriores.

Nesse cenário, nós temos que tomar decisão e lançar mão de métricas para o nosso processo decisório. Dentro desse conjunto, nós tratamos de uma área do conhecimento chamada de Avaliação de Tecnologia em Saúde, que contempla, do ponto de vista formal, três grandes etapas do processo.

A primeira, que nós chamamos de Avaliação da Evidência Científica, quer dizer, os atributos de eficácia, de segurança e de efetividade em relação a essa tecnologia e as questões epidemiológicas da doença.

Em uma segunda etapa, são as questões relacionadas a esse valor monetário que é necessário para proporcionar esse ganho a mais em saúde quando comparamos determinadas tecnologias. É a etapa da análise econômica e saúde, que é representada aqui pela análise de custo-efetividade, que vai ser um dos tópicos deste debate.

E, por fim, o impacto orçamentário. No momento em que se faz a opção de incorporar aquela tecnologia, o que, no caso, o Ministério da Saúde tem que provisionar de orçamento para cobrir isso ao longo dos anos subsequentes.

Então, a análise de custo-efetividade, que é um dos tópicos do debate aqui, nada mais é do que contemplar todos esses custos, o custo da tecnologia, o custo da hospitalização, dos eventos adversos, e comparar esses custos com o ganho de saúde, que pode ser expresso em uma métrica com o ganho de sobrevida, ganho de anos de vida ajustados para qualidade. E isso vai gerar um número, isso vai gerar um número que nada mais do que a razão entre dois indicadores que eu vou exemplificar aqui. Nós temos no numerador um custo incremental, que é a diferença entre o custo – vamos imaginar – dessa nova tecnologia e o da tecnologia existente – vai haver uma diferença – e, no denominador, esse ganho de efetividade, o que nós estamos proporcionando a mais com essa tecnologia em termos de sobrevida





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

por exemplo. Nesse denominador nós vamos ter também uma subtração entre a efetividade dessa nova tecnologia e a efetividade da tecnologia existente. Isso gera um número que nós chamamos de razão de custo-efetividade incremental. Isso é um valor monetário calculado por uma métrica, normalmente uma métrica chamada de desfecho importante, desfecho duro, como o ano de vida salvo. É esse valor que nós vamos discutir aqui, é um dos tópicos, porque, de alguma forma, arbitrariamente, uma sociedade tem que definir qual é a sua disposição para pagar para proporcionar mais ganhos de vida para a população.

E esse gráfico aqui, apesar de relativamente confuso, nos dá uma comparação entre os custos. Vamos imaginar que, nesse eixo vertical para cima, o custo aumenta; para baixo, o custo diminui. No eixo horizontal: para a direita, nós ganhamos mais efetividade, quer dizer, temos mais ganhos de saúde para a população. E quando nós nos deparamos com uma comparação entre tecnologias em que uma nova tecnologia proporciona mais ganhos de saúde, está salvando mais vidas, mas está gerando mais custo, nós temos que definir até que ponto a sociedade está disposta a pagar por isso. E isso tem um nome: nós chamamos, na literatura inglesa, de *threshold*, que é esse limiar. Essa disposição a pagar é tópico de muita discussão hoje na academia, em vários modelos de saúde. Qual é o limite de uma sociedade, no que diz respeito a pagar, para se obter mais ganhos de saúde na população?

Essa discussão... E uma das métricas utilizadas, principalmente pelos modelos de saúde universal na Europa, é uma métrica chamada "anos de vida ajustados para a qualidade". Qual é o ponto positivo dessa métrica? De certa forma ela homogeniza as tomadas de decisão, porque ela traz tudo, não basta só ganhar anos de vida, mas nós temos que proporcionar qualidade de vida. Então, nós fazemos ajustes nisso.

Vamos imaginar um indivíduo que viva dez anos, mas ele tem uma métrica de medida de *utility* de 0,5. Nós fazemos um ajuste desses dez anos por qualidade de vida: são cinco anos, é a metade, de vida ajustados para a qualidade. Essa métrica é hoje muito utilizada, esse desfecho é muito utilizado pelos países de medicina socializada na Europa.

Voltando agora para esse valor monetário: muito países definiram isso.

O Reino Unido, por exemplo, define como esse *threshold*, esse limiar, a disposição a pagar, no Reino Unido, como entre 20 mil e 30 mil libras esterlinas por cada ano de vida ajustado para a qualidade. Isso é uma forma de quê? De o sistema de saúde definir as suas prioridades e, na hora da escolha, poder organizar o seu orçamento, colocar os seus recursos naquilo que vai dar mais retorno para o seu sistema de saúde.

Essas análises de custo-efetividade lidam com uma eficiência alocativa. Onde é que nós colocamos os recursos monetários para que eles nos proporcionem mais ganhos de vida?

Existem formas de se medir isso, várias metodologias. Uma delas, que é muito utilizada e é uma recomendação da Organização Mundial de Saúde, foi gerada em um relatório do ano 2000, liderado pelo economista Jeffrey Sachs, que estabelecia o seguinte, os países deveriam utilizar até três vezes o PIB *per capita* por ano de vida ajustado para qualidade, ano de vida ajustado para incapacidade, como o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

teto, o limiar de custo-efetividade para se incorporar uma nova tecnologia. Até três vezes o PIB per capita, esse seria o limite desse custo-efetividade, que é de um a três. Até um seria muito custo efetivo para um sistema de saúde incorporar, um PIB *per capita*, em relação a esse desfecho de saúde que é obtido. Lembrando sempre que isso é uma comparação entre alternativas de tratamento. Esse é um dos métodos para fazer essa estimativa.

Uma outra forma de criar esse parâmetro é utilizar um procedimento já existente. Isso aqui é uma publicação clássica também do grupo da Harvard, mostrando que, se você já tem um parâmetro no seu sistema de saúde que pode ser utilizado como modelo, isso pode ser feito. O exemplo mais clássico disso foi o que os Estados Unidos utilizaram da terapia renal substitutiva, que é a diálise. Em um ano, mais ou menos, um indivíduo em diálise nos Estados Unidos custava na época, nos anos 80, US\$50 mil. E o Congresso definiu o seguinte: até US\$50 mil por ano de vida, ajustado para a qualidade, isso é custo efetivo para o sistema incorporar uma nova tecnologia. Foi uma tentativa de usar um parâmetro já existente para a sua tomada de decisão.

E, por último, existe uma metodologia chamada *league table*, que é ranquear todas essas métricas de custo-efetividade para se fazer uma escolha. Nós sabemos que o menor custo monetário pelo mesmo ganho de saúde vai mostrar que uma terapia é mais eficiente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – E, para seguir aqui, um tópico importante quando a gente fala de razão de custo-efetividade é o seguinte: não dá para ter um parâmetro único para tudo. Por exemplo, para doenças raras, tem que ser avaliada uma política própria. São questões muito específicas de doenças em que, se nós usarmos o parâmetro da doença prevalente, isso certamente não vai ser útil para esse processo decisório.

Vou pular isso aqui e vou colocar a minha sugestão. Hoje o Brasil conta com pesquisadores da área de avaliação de tecnologia em saúde que têm capacidade de propor um valor, uma forma, um método para lidar com isso. Então, em um tempo exequível nós temos hoje massa crítica de vários... É uma rede de universidades que compõem esse grupo de pesquisadores que pode oferecer isso para o processo decisório do Ministério da Saúde.

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é uma coisa fácil, como se pode ver, porque aqui há uma visão do interesse social, médico, do paciente, da qualidade de vida, e o interesse econômico-financeiro. E é preciso fazer isso, porque senão desorganiza os países, a questão orçamentária, como estamos vendo agora. Mas a saúde tem que ter um olhar um pouco, digamos, distinto desse.

Eu agradeço ao Dr. Denizar.

Eu passo a palavra à Drª Carísi, Pesquisadora Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Avaliação em Tecnologias em Saúde.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª CARÍSI ANNE POLANCZYK – Ex^{ma} Senadora Ana Amélia, prezados Senadores, colegas, demais participantes, bom dia.

Também é uma honra estar presente aqui e falar sobre um tema, como o Denizar falou, que é o nosso chão, é o nosso dia a dia, nos últimos anos, trabalhando na questão de avaliação de tecnologias em saúde.

Eu fui um pouco mais direta em relação ao que estava sendo proposto na mudança da lei. E, só para lembrar, dois pontos foram trazidos pelo Senador. Um era tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação de indicador ou parâmetro de custo-efetividade, e o segundo ponto diz respeito ao quesito de aleatoriedade e publicidade da distribuição dos processos. Em relação a esses dois é que eu vou tecer comentários para depois podermos avançar.

Então, minhas três considerações, com os argumentos que seguem. Primeiro, um entendimento de que o processo de incorporação de tecnologia deve ser multinível. É difícil, quase impossível avaliarmos todas as tecnologias em saúde utilizando os mesmos parâmetros. E eu vou dar alguns exemplos nesse sentido.

Por outro lado, em alguns cenários, sim, normalmente tecnologias inovadoras, disruptivas, que mudam o curso natural às vezes das doenças, o cálculo da estimativa de custo-efetividade se torna relevante. Ele é imprescindível para manter um sistema de saúde sustentável, mas ele nunca deve ser usado como uma decisão exclusiva dentro de um processo de tomada de decisão, afinal estamos lidando, como a Senadora disse, com vidas de pessoas.

É importante, sim, a definição de limiares de custo-efetividade para esses cenários. E não gostaria de deixar a impressão de que essa análise pode ser feita aleatoriamente por algumas instituições onde se requer realmente uma *expertise*, uma qualificação.

Problemas no sistema de saúde nós temos muitos – esses são dados universais, não são só nossos aqui –, como mudança do perfil da população, mudança de estilo de vida. Nós sabemos que a prática médica, a prática de profissionais de saúde não está homogeneizada, existe muita variabilidade. Mas, dentro dos problemas do sistema de saúde, as inovações, o avanço, especialmente em relação à indústria de saúde, ele é muito grande. E em alguns sistemas se deram conta de que, se nós não formos mais inteligentes, eles podem realmente quebrar o sistema. Estamos frente a um cenário de contenção de recursos e precisamos pensar, sim, em sustentabilidade no modelo.

Inúmeras vezes, e o Dr. Marcelo trouxe isso, nós temos inovações. Nós gostaríamos de dar para todos os nossos pacientes todas as opções disponíveis. A maioria das tecnologias, como a gente chama, são quase frugais, elas não mudam muito a história. Elas acrescentam um pouco, mas não fazem um grande avanço, embora outras, sim, mudem.

A dificuldade é saber se a tecnologia que está sendo avaliada ou que se propõe realmente tem esse caráter inovador e disruptivo e se o preço que se quer pagar por ela é razoável. Nós fazemos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

escolhas na nossa vida, no nosso dia a dia, na hora que nós compramos um carro, na hora que nós escolhemos uma casa. Infelizmente, também aqui nós temos que fazer escolhas.

Eu gostaria só de destacar que a avaliação de tecnologia em saúde é uma das respostas para os problemas do sistema de saúde; temos inúmeros outros problemas no nosso SUS, em outros sistemas de saúde, mas que não vão ser resolvidos com essa etapa. Precisamos de melhorais de eficiência, precisamos de protocolos clínicos, uma saúde pública melhor, mas eu acho que não é o foco aqui. Então, eu gostaria só de reforçar que esse é um elemento, é um paradigma para responder ao aspecto de incorporação de tecnologias dentro de um sistema de saúde.

Essa é a definição tradicional. O que é esse processo? É um processo que avalia benefícios em saúde, consequências econômicas e sociais no emprego de tecnologias. Existem atributos da tecnologia que são avaliados sempre com maior cuidado: segurança, eficácia, efetividade e, por fim, custo-efetividade. Mas não são exclusivos.

O meu ponto é que, quando falamos em tecnologia em saúde, estamos falando desde equipamentos, remédios, hospitais até coisas mais eventualmente distantes, como um hospital, uma unidade hospitalar. Isso também é uma tecnologia. E ali estão todos esses elementos.

Eu gostaria de trazer três exemplos aqui para mostrar que nós não podemos avaliar da mesma forma diferentes tecnologias. Se nós pegarmos incubadoras numa UTI, certamente será necessário avaliar qual é o custo, se elas vão funcionar, se elas são seguras. Saber qual é o impacto que essas incubadoras vão ter na vida das pessoas em relação a uma métrica, como o Prof. Denizar explicou, de anos de vida ganhos é impossível. Então, não há como colocar isso dentro dessa metodologia. Da mesma forma, em relação a uma cadeira de rodas que foi avaliada, há alguns anos, pela Conitec, é difícil nós termos uma dimensão do impacto em custo-efetividade. Por outro lado, há uma dimensão do impacto social. Na troca de equipamentos digitais por convencionais, eu não consigo avaliar o impacto de custo-efetividade, mas eu consigo avaliar o impacto ambiental, eventualmente, dessa substituição.

Mas, em muitos cenários – e talvez dentro de procedimentos –, entram, na prática clínica que o Marcelo comentou, medicamentos, dispositivos, órteses e próteses. Sim, eu talvez esteja diretamente mudando a história natural da doença de um indivíduo, e isso tem que ser avaliado com maior cuidado.

Eu trouxe um exemplo – e nós temos inúmeros exemplos. Essa é uma medicação que já existe há alguns anos no mercado, uma medicação que mudou um pouco o tratamento do melanoma, um câncer de pele extremamente agressivo. Esse medicamento está sendo avaliado agora no SUS, mas eu trouxe dados da Irlanda. O uso desse medicamento aumenta em dois, três meses a sobrevida em uma condição extremamente grave, pois o indivíduo vai falecer em um ano. Na Europa, o custo dessa medicação é em torno de 85 mil euros. No Brasil, a estimativa, hoje, é de R\$850 mil para aumentar três meses de vida nessa condição clínica. O impacto, na Irlanda, era muito expressivo, e ali aparece o ICER.

Nesse cenário, sim, nós precisamos de algum elemento para balizar se as nossas escolhas vão fazer um uso racional dos nossos recursos para aumentar... Se houvesse recursos para todo mundo, não estaríamos aqui discutindo nenhum ICER. Acho que esse ponto é importante. Gostaríamos de dar tudo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para todos, mas precisamos, infelizmente, fazer escolhas. Então, o processo de incorporação de tecnologia deve ser multinível. Eu gostaria de deixar a ideia de que uma Razão de Custo-Efetividade Incremental precisa ser calculada em todos os elementos.

O Denizar já colocou aqui como são calculados esses estudos de custo-efetividade, e eu não vou repetir. Sempre são nesta perspectiva de o quanto uma tecnologia tem um custo a mais em relação a uma alternativa e quanto eu ganho em saúde com essa alternativa.

Essa é a forma de nós interpretarmos. Nós temos tecnologias que são mais efetivas, mas que custam menos – essas são as fáceis de decidirmos que nós devemos incorporá-las – e temos aquelas que podemos descartar, porque não funcionam em relação a uma alternativa e custam mais. Mas a maioria das novas tecnologias se encontram naquele quadrante: elas trazem um benefício, mas também agregam um custo. É para essas que nós precisamos definir o chamado limiar.

O Denizar explicou que nós temos tecnologias cujo custo adicional é pequeno e o benefício muito grande. Programas antitabagismo são altamente custo-efetivos. Por outro lado, nós temos, às vezes, tecnologias que nos acrescentam muito pouco e vêm a um custo muito maior.

A definição desse *threshold* ou desse limiar é motivo de debate, mas os países, nos últimos dez anos, têm evoluído de uma maneira impressionante e têm conseguido aplicar isso dentro de seus sistemas de saúde.

Vou trazer um exemplo da Irlanda. Publicaram recentemente a avaliação pelo sistema deles, com a aplicação desse ICER, mostrando só – eu destaco embaixo... Eles definiram o ICER, esse liminar, por 45 mil euros por QALY e facilmente conseguiram avaliar que medicamentos abaixo desse ICER deveriam ser incorporados, enquanto os acima ficavam num critério de discussão.

Não necessariamente – eu gostaria de colocar isto, Senadora – nós precisamos ter um ICER. Nós podemos ter uma variação de ICER; nós podemos ter – como eles chamam – uma *range* ou uma definição daquilo que é muito custo-efetivo e que deveria ser priorizado, que deveria ser discutido, certamente ponderando em relação ao impacto orçamentário. Esses são dados... É a forma como a Irlanda trabalha.

Alguns processos decisórios, com impacto orçamentário pequeno e um ICER baixo, são facilmente aprovados. Outros vão para outra instância superior para um processo de decisão.

Então, eu acho que dá para realmente usar essa informação para melhorar a gestão do sistema.

(Soa a campanha.)

A SRª CARÍSI ANNE POLANCZYK – E o ponto mais difícil talvez – quando nós falamos em ICER, nós falamos em relação a isto: o quanto estamos dispostos a pagar? Como sociedade, temos que parar e refletir, porque essa não é uma resposta fácil. O quanto nós estamos dispostos a pagar por um ano de vida de um indivíduo? Então, isso requer uma análise cuidadosa, como o Denizar mencionou.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por último – eu talvez vá pular, e os colegas da Conitec devem comentar –, nós tivemos muitos avanços nos últimos anos. A Conitec conseguiu colocar esse paradigma, esse modelo em prática. Temos um caminho a percorrer, e mudanças devem ser feitas para que isso se torne mais transparente e útil para a sociedade.

Nós não temos, na definição da Conitec, um ICER explícito nem implícito no Brasil, em qualquer uma de suas decisões. Então, eu acho que isso que precisa ser trabalhado, sim. Quais são os critérios de priorização dentro do nosso sistema de saúde? Ele ainda apresenta muita subjetividade e pode ser mais objetivo, no meu entendimento.

Encerro dizendo que incorporação de tecnologia deve ser uma decisão técnica, científica, isenta e transparente e estabelecida por instituições e profissionais com o perfil. Eu não vejo espaço, e temos que ter muito cuidado, porque não pode ser usado como um ato político esse tipo de situação.

Concluo, então, os três pontos que eu havia comentado. A minha opinião é que a análise de tecnologias, a avaliação de custo-efetividade requer uma qualificação, uma *expertise*, e nós só temos que ter cuidado ao fazer isso para não destruímos o modelo, o método e não conseguirmos o melhor benefício com ele.

Muito obrigada pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Carísi, que complementa o ponto de vista do Prof. Denizar com um detalhamento, eu diria, não mais objetivo, porque ele foi muito claro e objetivo, mas delineando já uma proposta e mostrando, comparativamente, um exemplo que existe na Irlanda em relação às incorporações das novas tecnologias.

Convido agora o Dr. Gustavo Laine Araújo de Oliveira, que é técnico do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde e representante do Conitec e também do próprio Ministério da Saúde.

O SR. GUSTAVO LAINE ARAÚJO DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos presentes.

Agradeço primeiramente à Senadora Ana Amélia pela Presidência e pelo convite para a nossa exposição, a todos os colegas expositores, a todos os Senadores presentes, a todos os presentes à Comissão.

Vou complementar a fala dos demais. Acho que todas as falas vão trazer subsídios muito importantes para o nosso entendimento.

Ressalto, bem rapidamente, o que foi a criação da Conitec. Desde 2012, a Conitec trabalha em substituição à Citec. E o objetivo primordial da Conitec é o estabelecimento de um processo transparente para tomada de decisões na incorporação de tecnologias em saúde no SUS. Então, é uma instituição que tem um marco legal claro, que define isso. Nós tivemos muitos ganhos com o estabelecimento da Conitec.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Trata-se a Conitec de uma comissão. Ela está ligada diretamente ao Ministério da Saúde, no mesmo nível do Conselho Nacional de Saúde. É composta por um plenário de 13 membros bem representativos. Tem as áreas técnicas do Ministério da Saúde, mas também tem o Conselho Federal de Medicina, representando os profissionais da saúde; o Conselho Nacional de Saúde, representando a sociedade civil como um todo; CONASS e Conasems, representando os gestores de saúde estaduais e municipais; a ANS e a Anvisa, que são as nossas agências reguladoras na área da saúde. E também conta com o nosso departamento, que é o Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, que faz o secretariado executivo da Conitec. Somos responsáveis pela organização da Conitec, por propor e organizar reuniões e também pela elaboração dos relatórios técnicos de recomendação sobre inclusão, exclusão e alteração de tecnologias do SUS.

Nós contamos com a nossa equipe de servidores do Ministério da Saúde, que é uma equipe multidisciplinar, é altamente capacitada, com nível de conhecimento metodológico da área de avaliação de tecnologia de saúde elevadíssimo, com que nós temos muito orgulho de contar, e também com instituições parceiras. Vai ser importante falar das instituições parceiras também para falar sobre uma das propostas do projeto de lei que é a aleatorização das demandas de análise da Conitec.

Nosso fluxo é claro. Nós recebemos o pedido e qualquer pessoa física ou jurídica pode fazer um pedido de incorporação, ou exclusão, ou alteração de tecnologias. Obviamente que requer um conhecimento metodológico específico, mas nós também estamos à disposição para auxiliar na construção dessas demandas.

A Conitec analisa esses estudos. Se necessário, ela vai solicitar estudos complementares. Submete à apreciação do plenário da Conitec, que vai dar o seu parecer inicial, sua recomendação inicial, e, posteriormente, vai ser submetida à consulta pública, o que vai dar completa transparência ao processo. Todas as pessoas, toda a sociedade civil, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, tem oportunidade de contribuir. E, saibam, essas contribuições são consideradas de uma forma que eu desconheço internacionalmente. A gente tem um processo de consideração, damos retorno sobre essas considerações que vão compor o nosso relatório final, após a decisão de recomendação final da Conitec, que pode ser ou não acatada pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

Como consta também na matéria, todas as decisões, até hoje, desde a criação da Conitec, todas as recomendações da Conitec foram acatadas pelo secretário da SCTIE.

Tivemos vários secretários da SCTIE, de três governos, então isso ultrapassa questões de governo. Mas acho que é uma questão de Estado o reconhecimento de que as recomendações da Conitec são de alta qualidade. E por isso que a SCTIE acata as recomendações, mas ela pode decidir pelo contrário. Então, a decisão é publicada no *Diário Oficial da União*.

Vou homenagear aqui o Dr. Marcelo Lopes, que utilizou alguns dos nossos eslaides. É uma homenagem. Agradeço. É prova de que estamos no caminho certo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero ilustrar a vocês que a avaliação de tecnologias de saúde engloba uma série de questões, uma série de argumentos técnico-científicos muito importantes para tomada de decisão, como a Dr^a Carísi, que me antecedeu, ressaltou muito bem. E o custo-efetividade é um dos parâmetros dessa tomada de decisão. Um parâmetro muito importante, uma informação muito importante para quem vai tomar essa decisão, mas ela não é a única e não pode ser a soberana.

Contestando aqui a informação do Dr. Marcelo – e todas essas informações são publicadas no nosso portal, no nosso *site*, que é conitec.gov.br –, o percentual de incorporação da Conitec é de cerca de 60% e se aproxima de qualquer agência internacional de avaliação de incorporação de tecnologias. E há de se ressaltar que nós somos uma comissão que avalia incorporação de tecnologias no único sistema de saúde que oferece saúde universal para uma população maior que cem milhões de habitantes, e nós estamos próximos de 210 milhões de habitantes.

É um desafio muito grande. É clara e notória a nossa dificuldade financeira, principalmente pelo momento atual por que passamos, mas essa dificuldade nunca foi a dificultadora do processo de incorporação. É claro que devemos considerar, mas há uma série de outras questões, principalmente as evidências clínicas e científicas dessas tecnologias são consideradas e toda a análise disso é publicada nos nossos relatórios, que, da mesma forma, estão disponíveis de forma absolutamente transparente no nosso *site*.

Esse é o nosso relatório. E eu ressalto aqui para V. Ex^{as} a composição da parte da argumentação técnico-científica que é composta pela evidência clínica, avaliação econômica e impacto orçamentário. Além de outros, também adotamos o monitoramento de horizonte tecnológico. Não basta olhar a tecnologia que há, a gente tem que saber o que vem por aí, antes mesmo de ser registrado em qualquer agência internacional ou de outros países.

Vou falar especificamente então do tópico do modelo econômico, a avaliação de custo-efetividade, que é objeto do projeto de lei do Senado.

Essa avaliação de custo-efetividade é baseada em um modelo. É o modelo econômico. E, como todo modelo – e eu desafio alguém a me provar o contrário –, é uma aproximação da realidade. Isso é fato, isso em qualquer livro básico de avaliação de tecnologia e saúde é descrito. É uma aproximação da realidade. Então, tomar decisões com base exclusivamente na avaliação de custo-efetividade significa abrir mão de quaisquer outras informações que são importantes e necessárias para o julgamento e para a melhor decisão em saúde. Então, nós temos quatro tipos de avaliação econômica, não é só custo-efetividade. E não é arbitrária a escolha do tipo de avaliação, depende de cada tipo de tecnologia e de cada tipo de tratamento. Então, nós temos o custo-minimização. O que difere entre elas é a forma de quantificar o benefício clínico. No custo-minimização, nós temos duas tecnologias equivalentes. Nós não vamos considerar esse valor da efetividade, não precisamos, ele é matematicamente igual. Então, a aplicação de um ICER aqui também é diferente em relação ao custo-efetividade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O custo-benefício é menos usado, mas também tem sua importância. Ele valoriza monetariamente benefícios clínicos, ou seja, não é possível estabelecer um ICER de custo por QALY para esse tipo de análise.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO LAINE ARAÚJO DE OLIVEIRA – Custo-efetividade é a questão de nossa discussão. Ele quantifica benefícios clínicos e pode ser anos de vida, percentual de cura, enfim, uma cura, quantidade de recursos que é necessário investir para ter uma cura. E o custo-utilidade, que também é um tipo de análise que utiliza o parâmetro anos de vida ajustados por qualidade.

Então, como os senhores, as senhoras e V. Ex^{as} podem verificar, a forma de quantificação do benefício clínico é variadíssima, há diversas formas, e isso vai depender da condição clínica que está sendo avaliada.

A gente não vai poder – e a gente não consegue – avaliar QALY para toda e qualquer condição clínica que exista. Vou citar só um exemplo: a gente tem medicamentos que são muito antigos, mas que ainda permanecem sendo os melhores medicamentos para o tratamento de diversas doenças. Esses medicamentos são da época que não existia estudo clínico publicado; a gente não tem isso e não vai conseguir. E como a gente vai estabelecer o QALY para esses pacientes se a gente não tem essa evidência científica publicada? Quando aparece uma inovação tecnológica, um medicamento novo, esses estudos são recentes e estão publicados. Então, como a gente vai comparar essas tecnologias? Há uma dificuldade nesse processo.

A métrica já foi exposta. Eu vou passar para o final, só citando os mais recentes estudos nessa área de definição de limiar de custo-efetividade.

Está na matéria citando que a OMS se baseia em um parâmetro – o Dr. Denizar também citou – de muito custo-efetivo, até um PIB *per capita*, e custo-efetivo entre um e três PIBs *per capita*. A própria OMS, autora dessa métrica, reconhece, com esse novo estudo de 2016, que os países não devem usar esse parâmetro como limiar de custo-efetividade. Não há consenso sobre isso. Não se deve considerar apenas o custo-efetividade, deve-se considerar a capacidade de fornecimento, o impacto orçamentário, a equidade, a viabilidade e os critérios importantes locais, e o nosso País tem critérios locais muito importantes para serem considerados nessa decisão.

Um outro estudo que nós incentivamos foi realizado pelo Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria da Argentina (IECS), que é internacionalmente reconhecido por sua excelência, e estimou limiares de custo-efetividade para 194 países, com base no gasto em saúde de cada país e na expectativa de vida de cada país. Vejam como difere em muito do estabelecido pela OMS.

O proposto, em termos de QALY, limiar de custo-efetividade, sendo efetividade QALY, para o Brasil, em uma situação de restrição orçamentária, varia entre 0,79 e 0,89 PIB. Então, é menos que um PIB. Ou seja, mais do que isso, em situações de restrição orçamentária, que parece ser o momento que estamos passando, não se recomendaria. Então, essa seria uma estimativa de um limiar de custo-efetividade que leva em conta o gasto em saúde do país e a expectativa de vida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E outro estudo, também citado na matéria, na justificação do projeto, considera que ter um limiar atrelado a gastos em saúde pode provocar a oscilação do próprio limiar, porque é variável, o gasto em saúde vai ser variável. E, ainda – as autoras acrescentam –, um aumento no gasto em saúde não necessariamente significa que o país está disposto a pagar mais por uma incorporação de tecnologia, pode estar disposto a pagar mais pela infraestrutura e pela melhoria de seus recursos humanos.

Para finalizar, tocando rapidamente na questão da aleatorização das demandas, a que nós somos contrários, e oficializamos nossa posição ao Senado, exemplo que a Dr^a Carísi abordou brilhantemente: hoje, a gente pode direcionar uma demanda sobre ortopedia para o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, que é um dos nossos parceiros e que tem corpo técnico capacitado para fazer. Se fosse aleatório, poderia cair para o Instituto Nacional de Cardiologia. Eles conseguem fazer isso? Conseguem, mas eles teriam que recorrer a mais profissionais, poderiam ter mais tempo para análise. Seria muito melhor agregar a análise de ortopedia para o Into.

E, sobre a transparência, eu acho que a Conitec é muito sensível às contribuições. A gente ouve; a gente atende tudo que a sociedade nos coloca para aperfeiçoamento. Nós temos um processo muito transparente. Todos os grupos técnicos que avaliam as demandas compõem os relatórios, e todos os relatórios estão expostos e são colocados para consulta pública. Na consulta pública, qualquer cidadão brasileiro sabe qual é o grupo que fez esse relatório. Então, a gente não entende e a gente acha que vai ocorrer uma inespecificidade, uma perda na qualidade e um descumprimento de prazos com a aleatorização das demandas.

Com isso, coloco-me à disposição e agradeço a atenção.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Gustavo.

Antes de passar a palavra ao Dr. Thiago Rodrigues Santos, eu queria convidar o Senador Cássio Cunha Lima, que é o autor desse projeto que nós estamos examinando – e por isso esta audiência pública foi convocada. O Dr. Thiago é o último expositor.

Eu preciso só ler um relatório de minha autoria na Comissão de Relações Exteriores – aqui nós temos que nos virar em trinta – e volto, em seguida, porque não devo demorar muito. Então, peço a V. Ex^a para encerrar.

Na sequência, Senador Cássio, eu penso que seria importante... Parece-me que há uma senhora que veio com uma criança e que quer fazer uma pergunta. Nós vamos abrir, democraticamente, para que se faça o questionamento. Antes disso, porém – há algumas questões para levantar –, o Dr. Marcelo poderia fazer um questionamento entre eles em função das dúvidas suscitadas sobre a matéria.

Então, se for possível, eu peço a V. Ex^a, muito agradecida, que me substitua por alguns minutos na Presidência desta audiência pública.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Dando sequência, portanto, às exposições, concedo a palavra ao Dr. Thiago Rodrigues Santos, que fará a sua própria apresentação.

O SR. THIAGO RODRIGUES SANTOS – Bom dia, gente.

Gostaria de saudar o Senador Cássio Cunha Lima, a Senadora Ana Amélia e o Senador Caiado, que esteve aqui recentemente.

Na verdade, não tenho nenhuma apresentação. Vou apenas me apresentar. A apresentação em nome do Ministério o Gustavo já fez. Gostaria de parabenizar também a apresentação da Dr^a Carísi.

Sou servidor de carreira do Ministério da Saúde, estou lá desde 2008. Já passei por várias secretarias dentro do Ministério, estou há um ano na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti). Se há um time de elite dentro do Ministério ele está dentro da Conitec. São as pessoas tecnicamente mais capacitadas e bem colocadas nos lugares para tomar decisões. A criação da Conitec foi justamente para dar mais transparência a esse processo.

Trabalhar com ciência e tecnologia no País realmente é muito complicado. Tenho participado de muita discussão, temos investido cada vez mais em pesquisas, em incorporações e em tecnologias, então estamos vendo que esse cenário vem melhorando.

O Brasil ainda investe muito pouco em pesquisa principalmente, 1% do PIB, enquanto alguns países mais desenvolvidos investem em torno de 3% a 4%. Então essas pesquisas certamente vão trazer benefícios para a saúde. E essas novas tecnologias precisam, sim, ser incorporadas. Discutir qualquer tipo de evolução normativa... A Lei nº 8.080 é de 1990, então realmente é bastante salutar fazermos algumas considerações e alterações na legislação.

Estamos debatendo com outros Ministérios, como o da Ciência e Tecnologia e o da Indústria e Comércio, um novo marco regulatório da ciência e tecnologia que vai dar mais segurança jurídica para conseguirmos investir em pesquisas, fomentar a indústria e ter mais produtos para a saúde. Então seria importante frisarmos esse ponto.

Especificamente sobre o projeto do Senador Cássio Cunha Lima, esses dois pontos, como o pessoal bem colocou, o critério custo-efetividade é um deles. A Conitec avalia outros critérios que têm peso diferente na sua decisão. E há a questão que o Gustavo colocou, que é bastante importante, a questão de aleatoriedade. Existem algumas situações em saúde que são específicas. Então, o risco de isso cair em alguma outra pasta que não tenha tecnicamente o arcabouço para fazer esse tipo de julgamento existe.

Agradeço o convite. Considero muito importante esse dia de trabalho e de discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço ao Dr. Thiago.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A iniciativa desta audiência pública é exatamente o debate para a crítica e o aprimoramento da proposta, que, por coincidência, é de minha autoria. As audiências públicas têm esse intuito. O objetivo central é permitir que especialistas, pessoas envolvidas com o tema proposto, a sociedade de forma geral tenha a oportunidade de se manifestar sobre temas que interessam à realidade do País.

É inegável que temos um processo crônico de judicialização para atendimento em saúde no Brasil. Não é possível continuar com essa regra de judicialização sem que possamos aprimorar os tratamentos e as terapias que possam estar disponíveis para a população. É claro que fica sempre a discussão de caráter orçamentário, mas é uma discussão que pouco me sensibiliza num país onde tantos privilégios são vistos e secundarizada fica a vida, onde pessoas morrem por falta de uma oportunidade, por falta de assistência.

Para aproveitar este nosso encontro, o que eu vou sugerir, seguindo a própria ideia que foi trazida pela Senadora Ana Amélia, que deverá voltar em poucos instantes, é que possamos fazer aqui, se os senhores e as senhoras se dispuserem, um debate sobre como aprimorar a proposta. Já que há um consenso, com exceção talvez de Dr. Marcelo Queiroga...

Eu não pude estar aqui no início da reunião, mas estava acompanhando do meu gabinete, pela TV, porque estava recebendo um Deputado paraibano e dois prefeitos do meu Estado e não poderia deixar de fazê-lo. Estava recebendo os prefeitos, mas também acompanhando a audiência e percebi que há um consenso, de certa forma, construído no que diz respeito a custo-efetividade não poder ser o único critério para o estabelecimento de novas terapias.

Então, a pergunta que faço à Mesa de forma geral – e fica facultado a quem desejar responder – é especificamente em relação a quais outros critérios nós poderíamos adotar na perspectiva de aprimoramento da proposta, o que poderíamos fazer no que diz respeito a esses outros parâmetros de avaliação. Creio que é uma contribuição importante que poderá ser dada. E um tema que tem sido uma preocupação constante de Dr. Marcelo Queiroga – concluo e já passo a Presidência à Senadora Ana Amélia – é em relação à introdução do TAV, por que efetivamente o TAV não foi ainda incorporado ao sistema SUS.

Então ficam essas duas indagações, essas duas provocações para que possamos levar adiante o nosso debate.

Passo a Presidência novamente à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Cássio Cunha Lima.

A pergunta foi dirigida à Mesa.

Já que foi citado o Dr. Marcelo, o senhor pode complementar por três minutos no máximo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador Cássio, quero me ater exatamente ao texto da lei, art. 19-O. O que está como parágrafo primeiro na realidade é o parágrafo único:

Parágrafo único. Em qualquer caso, os medicamentos ou produtos de que trata o *caput* deste artigo serão aqueles avaliados quanto à sua eficácia, segurança, efetividade, custo-efetividade para as diferentes fases evolutivas da doença ou do agravo à saúde de que trata o protocolo.

Então a lei não trata de custo e utilidade nem desses outros parâmetros que são importantes. Trata tão somente de eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade. E V. Ex^a, quando apresentou essa proposta legislativa, poderia ter proposto a fixação do ICER. V. Ex^a não o fez justamente para não invadir a competência do Poder Executivo. Então por que fixar os parâmetros de custo-efetividade? Porque a lei fala especificamente em custo-efetividade. A lei é explícita. Então, se a lei é explícita, é preciso dizer à sociedade brasileira qual é o parâmetro de custo-efetividade que será usado no sistema de saúde do Brasil. Não que seja o único, mas quando se utilizar esse parâmetro que se diga "vou utilizar esse parâmetro e o valor é esse". Então fica claro e transparente.

O segundo ponto é a questão da aleatorização. Também não está regulamentado esse parágrafo. Compete ao Ministério da Saúde, por meio de decreto-lei, estabelecer como vai se dar essa questão da aleatorização, Dr. Gustavo. Pode até ser feito sob a forma de substitutivo. Já que a Senadora Ana Amélia e o Senador Cássio reconhecem que esta audiência é para aprimorar o projeto, colocar critérios de aptidão e aleatorização. Por óbvio não se vai demandar uma avaliação de cardiologia de um instituto de ortopedia, mas esses núcleos são especializados em avaliação de tecnologia em saúde. E no momento em que se coloca a aleatorização...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ...vai se fazer com que esses núcleos cresçam, qualifiquem-se, pluralizando esse conhecimento para o benefício de toda a comunidade acadêmica. É essa a questão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora passo para o Dr. Gustavo, para um comentário, depois para o Dr. Thiago, a Dr^a Carísi e o Dr. Denizar, também por três minutos, porque serão bastante coincidentes os pontos de vista.

O SR. GUSTAVO LAINE ARAÚJO DE OLIVEIRA – Perfeito, Senadora. Muito obrigado pela palavra.

Quais outros critérios poderiam ser acrescentados à matéria para a tomada de decisão? Foi a pergunta do Senador Cássio Cunha Lima.

Como foi exposto, nós temos, para o estabelecimento do limiar de custo-efetividade, uma complexidade intrínseca no estabelecimento de um único limiar, como a Dr^a Carísi bem colocou. Nós temos diversas formas ou diversas possibilidades e talvez diversas impossibilidades de ter um parâmetro de efetividade homogêneo como o QALY. O QALY seria o melhor dos mundos para nós, mas nem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sempre é possível determinar esse QALY, principalmente porque ele depende de uma validação de dados para o contexto populacional brasileiro. Isso ainda é recente para nós. A definição desses critérios para a população brasileira ainda é recente.

Da mesma forma será a complexidade para o estabelecimento de parâmetros de impacto orçamentário, por exemplo, aproveitando a fala do Dr. Marcelo, que citou a legislação que se baseia em critérios de efetividade, de segurança e de custo-efetividade. Talvez possamos explicar isso de forma regulamentar, infralegal, mas custo-efetividade nós entendemos. Apesar de haver uma análise de custo-efetividade que é própria, denominada, a comunidade científica reconhece que custo-efetividade é a avaliação econômica em geral, seja custo-utilidade, custo-efetividade, enfim.

Da mesma forma, não temos critérios estabelecidos e não há uma demanda pelo estabelecimento de critério de eficácia ou de efetividade a ser considerado. E um grande desafio é este, termos dados de eficácia e de efetividade, principalmente de efetividade, que são os dados de vida real. Esses seriam os dados importantes para a nossa tomada de decisão e para compor...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO LAINE ARAÚJO DE OLIVEIRA – ...o parâmetro de custo-efetividade.

Temos um campo de incertezas, Senador Cássio Cunha Lima, e a área ainda está evoluindo. Ela está evoluindo rápido. Temos diversos estudos sugerindo parâmetros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Dr. Thiago.

O SR. THIAGO RODRIGUES SANTOS – Senadora, creio que a minha fala se coaduna com a do Gustavo como Ministério. Apenas a questão do custo e efetividade é bastante importante dentro desse contexto, mas não deve ser ponderada só por aí. Existem, na questão da radioterapia, alguns procedimentos que ainda não estão incorporados, que estamos estudando no Ministério e devemos incorporar. Quando notamos o impacto orçamentário dessa nova tecnologia, vemos que realmente é significativo, mas alguns especialistas defendem que o ganho assistencial nessa área... É complicado falar em termos de vida, mas o ganho com essa nova tecnologia não é tão significativo, e não está consolidado e comprovado esse procedimento. Então competem mesmo essas análises à Conitec, mas tendo o cuidado justamente de analisar isso por outros aspectos que não sejam somente a questão do custo-efetividade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Drª Carísi e depois Dr. Denizar.

A SRª CARÍSI ANNE POLANCZYK – Todos estamos na mesma linha. Concordo com o Marcelo, o limiar é algo importante, precisa ser trabalhado.

Talvez o meu comentário, respondendo ao Senador Cássio sobre outros critérios, seja de que a Conitec poderia ser mais explícita em relação a quais critérios estão sendo utilizados, quando a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tecnologia é incorporada ou não e por que ela foi explicitamente... Creio que isso pode ser mais bem elaborado, porque sentimos falta nas avaliações. Às vezes é por segurança, às vezes é por efetividade, às vezes é por custo, mas que isso venha explicitado. E, quando for o ICER, eu concordo, temos que ter um ICER para a tomada de decisão. Talvez a lei possa solicitar que isso seja feito. Hoje ainda não é feito dessa maneira tão explícita, quais são os parâmetros e como são feitas as escolhas.

Em relação ao segundo ponto, das instituições, também não são todas que podem trabalhar com isso, mas quais são os quesitos dessas instituições, quais qualificações elas deveriam ter para fazer parte do rol das instituições que teriam competência para trabalhar? Aí sim, com competências semelhantes, haver um processo de distribuição aleatória dos pareceres. Isso também pode ser mais explícito, definido e transparente.

Essa seria a minha sugestão.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Eu gosto de uma frase de um autor importante na medicina, que diz que medicina é a ciência da incerteza e uma arte da probabilidade. Esse é o cenário da nossa prática e da nossa tomada de decisão. Nós não podemos, por conta de uma incerteza, deixar de definir parâmetros. E há métodos hoje para, de alguma forma, definir quanto é essa variação.

Por que trago isso? Porque essas mesmas incertezas acontecem em países que definem o seu ICER: Reino Unido, Canadá, e assim por diante. Nós temos hoje métodos para definir essa incerteza. Esse é um ponto importante só para reforçar a necessidade de um parâmetro para determinadas intervenções.

Queria trazer o que de alguma forma vem dando certo do ponto de vista de programas no Ministério da Saúde.

Olhamos o programa de hepatites virais e o programa de HIV/Aids. Por que isso dá certo? Existe uma priorização para determinadas áreas e isso é importante. Sabemos que os recursos são escassos. Não há recursos para tudo, mas definimos prioridades, o que é um ponto de partida importante num processo decisório, e fazemos a definição de alocação de recursos.

Hoje, programas como hepatite viral, que é um exemplo para o mundo inteiro... O Brasil tem um grande programa que alcança índices importantes de benefícios para a população que é tratada, há uma definição do orçamento que vai ser alocado, como vai ser a evolução desse orçamento nos anos subsequentes, o que acontece também com o Programa Nacional de Imunização, que é...

(Soa a campanha.)

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – ...um exemplo no País.

Então, define-se prioridade, faz-se uma perspectiva em termos de provisionamento orçamentário, para que haja algum fluxo mais certo nesse processo de avaliação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Denizar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na exposição do Dr. Marcelo, foi mencionado o número de instituições que foram submetidas a novas incorporações. Então, passa pelo CFM, no caso da medicina, pela Anvisa e pela ANS, porque é plano de saúde complementar, tem que fornecer ao cliente. Essa é uma relação diferente. E a Conitec, que dá a última palavra.

Eu queria saber da Conitec: o fato de o CFM considerar uma inovação adequada do ponto de vista do paciente e da especialização qual é o peso que tem na hora da incorporação? É um peso médio, é um peso grande ou é apenas esse custo/benefício que aqui foi a pauta geral sobre a incorporação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma ótima pergunta, uma ótima oportunidade de se colocar.

A Conitec tem 13 membros. Obviamente, cada um deles vai ter o seu posicionamento, e os seus pares vão entendê-lo conforme o julgamento de cada um. No entanto, a participação efetiva do CFM tem qualificado muito as decisões da Conitec. Legalmente, o peso da posição do CFM é igual ao de qualquer um, mas moralmente quem acompanha, quem verifica atas, enfim, da nossa reunião vê que a posição do CFM é muito influente dentro da Conitec. O representante do CFM, Dr. Aníbal, tem completo domínio de todos os estudos que são submetidos à apreciação. Ele coloca o seu posicionamento de uma maneira clara e moralmente é muito reconhecido pelos seus pares pelo fato de ser um profissional médico representando a categoria médica em um Conselho que tem a prerrogativa exclusiva de julgar procedimentos médicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor falou, na fase final, sobre critérios locais.

Quais são esses critérios locais?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nosso sistema de saúde é único no mundo. Nós temos um sistema de saúde universal para uma população de 210 milhões de habitantes. Além disso, somos um país de média renda numa região tropical. Então esses desafios nos colocam questões e contextos locais. Cito um exemplo que comecei a detalhar na minha exposição: temos uma grande gama de doenças que deveriam ser eliminadas, de doenças que são negligenciadas pela ciência, pela comunidade acadêmica, pelos laboratórios farmacêuticos, que não se interessam em desenvolver medicamentos baratos. Os medicamentos para essas doenças geralmente são baratos e não dão retorno para eles. Então doenças que são negligenciadas, pacientes que são negligenciados.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa seria uma grande prioridade no País. Isso deve ser priorizado, como o Dr. Denizar disse. Essa deveria ser uma das prioridades, assim como o HIV, assim como hepatites virais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora uma pergunta mais polêmica.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Recentemente, o Ministério da Saúde deixou de importar um medicamento de uso massivo, importou da China, se não me engano, e houve uma discussão muito grande.

Dr^a Carísi, como a senhora conhece o assunto, imagino, eu queria uma posição sobre isso, porque a visão que a sociedade tem é que o aspecto econômico prevaleceu sobre o interesse da saúde. Não acredito que uma autoridade como o Ministro da Saúde tenha levado em conta apenas a questão financeira, mas também os critérios de avaliação técnica sobre a mudança na escolha desse medicamento.

A SR^a CARÍSI ANNE POLANCZYK – Não tenho certeza, Senadora, se eu sou a pessoa mais indicada para falar, mas muito do que acompanhamos...

Isso não é da alçada da Conitec, por exemplo. Essa é uma decisão muito mais de operação do Ministério, do Departamento de Assistência Farmacêutica na escolha.

Na Conitec avalia-se o princípio ativo daquele medicamento, e não a marca A ou B. E essa avaliação em relação a se a marca A ou a marca B é igual compete a outra instância. Estou olhando para os colegas do Ministério.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou pedir que o Dr. Thiago responda a essa questão.

O SR. THIAGO RODRIGUES SANTOS – É uma questão que compete ao DAF (Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos) e ao DLOG (Departamento de Logística em Saúde) do Ministério.

Realmente eu acompanhei, mas não sou da área específica para discutir essa questão. Eu sei que é uma discussão que vem se aprimorando dentro do Ministério. Até promovemos alguns congressos e encontros para debater especificamente esse problema, mas realmente compete a essa área técnica que não é da Conitec.

O SR. GUSTAVO LAINE ARAÚJO DE OLIVEIRA – Senadora Ana Amélia, tive o privilégio de acompanhar também, sob a sua presidência, recentemente, uma audiência na CAS sobre medicamentos biológicos. Esse tema específico se ajusta bem àquela temática que foi discutida nessa reunião. A asparaginase é um medicamento biológico, e o Ministério da Saúde já o disponibiliza, ou seja, ele já está incorporado ao SUS.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então não houve problema. Foi uma questão de incorporação.

Dr. Marcelo, uma pergunta para o senhor, que defende...

O Senador Cássio falou do TAV, dessa inovação, dessa incorporação na área cardiológica.

A massificação do uso disso o barateia para os agentes que pagam, seja o SUS, seja a ANS?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Outro assunto interessante, Senadora, é o desenvolvimento do complexo industrial da saúde. Precisamos desenvolver o nosso complexo industrial, porque não está escrito em lugar algum que o Brasil vai ser só importador. O Brasil tem que produzir isso. E no Brasil nós já temos uma indústria que tem condições. Por exemplo, em válvulas cardíacas, a balança comercial do Brasil é positiva, o País exporta mais do que importa. No que tange a esse aspecto da válvula transcater, que é uma nova tecnologia, apresentamos a nossa irrisignação através de um recurso ao Ministério da Saúde, que até hoje não respondeu, e contestamos a avaliação da qualidade da evidência científica apresentada, contestamos a avaliação do impacto orçamentário projetado pelo Ministério da Saúde, porque aquilo está desproporcional, e defendemos que o Governo institua uma política pública – aliás, não só somos nós, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso já se manifestou e esta Casa também – através da aprovação de um projeto de lei.

Creio que o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde vai favorecer e ampliar as possibilidades de acesso a novas tecnologias. Não podemos aqui, usando um termo da nossa Paraíba, Senador, ficar sendo seduzidos só pelo canto da sereia da indústria estrangeira. Temos que inclusive chamar essa indústria para montar parques aqui, no Brasil, gerando emprego, renda, tributos para os brasileiros, como acontece em outras áreas.

No que concerne à válvula transcater, por exemplo, há uma válvula que é produzida em Minas Gerais, numa parceria com a indústria suíça, que hoje foi comprada por uma americana, em que a parte de pericárdio... Dizem que a carne do Brasil é fraca, mas pelo menos a do pericárdio é forte, porque estão vindo montar essa válvula com pericárdio brasileiro, que é montado na indústria Labcor. Creio que este é um contexto muito favorável à incorporação de tecnologias...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... como, por exemplo, as celebrações de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Marcelo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pode, Thiago, por favor.

O SR. THIAGO RODRIGUES SANTOS – Para complementar.

Este microfone funciona?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Funciona.

O SR. THIAGO RODRIGUES SANTOS – Está funcionando? Está.

Só para complementar a fala do Dr. Marcelo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós, no Ministério, já vimos trabalhando nesse sentido de desenvolver o Complexo Industrial da Saúde. Temos um exemplo claro disso, que é na radioterapia, com o modelo de contratação que o Ministério fez das 80 soluções de radioterapia, com a vinda da fábrica da Varian para produzir os aceleradores lineares – a fábrica já está montada em Jundiaí. Precisamos discutir outras questões com relação a tributos e tal, mas existe um acordo de compensação tecnológica nesse contrato.

Estamos trabalhando na possibilidade de expandir e, a partir desse conhecimento que tivemos com esse contrato, na área de cirurgia robótica, desenvolver outros *offsets*...

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO RODRIGUES SANTOS – ... para que consigamos dar maior visibilidade e desenvolvimento ao Complexo Industrial da Saúde.

Então, já vimos trabalhando essas ações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, doutor.

Eu queria convidar a Janaína Souto. Ela está com dois bebês: um no colo e outro caminhando.

Então, Janaína, pode... Eu prefiro que você chegue. Pode ser nessa área onde está a assessoria, porque aqui é reservado aos Senadores.

Você pode usar o microfone, pode sentar-se aqui. Use o microfone e fale, por favor, porque a sua argumentação é um pouco genérica – eu imaginei que tivesse um caso específico a respeito dessas questões tratadas na incorporação de novas tecnologias. Você usa até o exemplo aqui da questão do custo-benefício do melanoma, que foi citado pela Drª Carisi: custa R\$850 mil para um prolongamento da vida da pessoa por três meses, sem a garantia de uma qualidade de bem-estar, sem dor ou sem outras sequelas da doença.

Então, qual é o seu ponto de vista sobre isso?

A SRª JANAÍNA SOUTO – A minha pergunta realmente é genérica.

A questão é quanto às novas tecnologias.

Eu faço parte de uma associação que acompanha crianças cardiopatas. No exterior, por exemplo, já temos pesquisas de células-tronco com injeções para fortalecimento do músculo cardíaco. Até solicitei uma audiência para fazer uma apresentação para possíveis estudos posteriormente.

Como foi dito aqui, o Brasil faz pouco investimento em pesquisa. As novas tecnologias são novas lá fora e aqui elas só entram muito tempo depois.

Esta é a minha pergunta: quando o País vai começar a se entender como um país grande, capaz? Nós temos material humano. Como foi dito aqui, temos um corpo de excelência, temos altos locais para pesquisa. No entanto, nós nos acanhamos e nos enxergamos miúdos, incapazes de encarar grandes





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

problemas com grandes soluções. O Brasil é possível, o Brasil é capaz, mas, aí, vem com exemplo de R\$850 mil por três meses, quando as novas tecnologias não são todas nesse nível de valor. Coisas muito menores estão sendo negligenciadas.

A ultrassonografia morfológica para rastrear várias más-formações teve parecer negativo da Conitec ultimamente – essa foi a minha informação –, muito provavelmente porque não vai ter condição de arcar para todo mundo. Mas pior é tratar o indivíduo depois. A despesa é muito maior do que arcar com o exame de ultrassonografia. Não é isso?

(Soa a campainha.)

A SRª JANAÍNA SOUTO – Então, a minha pergunta é: quando o País vai começar a se enxergar capaz de pesquisar, de avançar, sem esperar o além e, como patinho feito, só se descobrindo pronto para isso quando o mundo inteiro já faz?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Janaína, pelo seu alerta. Você está sendo porta-voz sobretudo na questão das crianças.

De fato, não é só a área da Medicina que está com escassez de recursos. Eu sou autora de um projeto que criou os fundos patrimoniais, que são justamente para criar um novo agente privado de interesse público para, nas universidades públicas ou privadas ou em instituições de pesquisa, fomentar a pesquisa, como fazem Harvard, que foi citada pelo Prof. Denizar, Cambridge e todas as outras universidades não só dos Estados Unidos, mas também da Inglaterra, que usam esses fundos patrimoniais com um objetivo específico.

O nosso objetivo na lei foi gerar um aumento dos recursos para investir em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação. Isso é que tem de se fazer. Não adianta o MEC querer botar isso no orçamento. Não é para custeio, é para fazer pesquisa. Então, será uma fonte de recursos.

Espero que a Câmara aprove isso brevemente e que o Senado conclua.

Eu penso que o que ficou claro aqui, Senador Cássio, foi exatamente que, para chegarmos a um meio termo de um país... E o debate desse tema chegou na hora mais aguda de uma crise fiscal que o País está vivendo. Por outro lado, há a dor do paciente que não pode esperar também, ele não tem o tempo da burocracia, o tempo dessas questões todas.

Mas eu queria que o Dr. Gustavo, que é do Ministério da Saúde... Foi uma pergunta genérica feita pela Janaína. Ela pontuou a questão da célula-tronco e também outro aspecto da especialidade. Como eu não sou médica, a minha linguagem é um pouco limitada.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Ela indagou sobre o ultrassom morfológico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, por favor, se puder responder a indagação dela... É mais um desabafo de uma mãe, falando por outras mães que também querem tratamento para os seus filhos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. GUSTAVO LAINE ARAÚJO DE OLIVEIRA – Perfeitamente. É uma indagação justa, que temos de acatar e considerar com muito cuidado.

Como bem falou a Janaína, existem tecnologias que são ofertadas a um custo muito grande para oferecer uma pequena quantidade de sobrevida. E a nossa área é uma área que é delicada, temos de trabalhar com valor econômico e com benefício clínico e de estabelecer, por vezes, prioridades nacionais para o tratamento de determinada condição clínica, com a alocação de um orçamento para determinada situação e para outra menos. É delicado esse processo.

Nós temos de fazer isso – nós que somos do Poder Executivo e que estamos no Ministério da Saúde – sem perder a capacidade de comoção e de consideração com todos os pacientes, com todos os tratamentos de todas as condições clínicas, mas temos um dilema e temos de tratar isso com racionalidade – é o tema que estamos discutindo aqui hoje, que é o que propõe o Senador Cássio Cunha Lima, para melhorar o processo racional da tomada de decisão – e também com certa frieza.

Cabe a nós determinar se medicamentos ou tecnologias muito caras ou, por vezes, até maiores que um potencial limiar de custo-efetividade, se priorizados, se forem uma questão estratégica para o País, devem ser colocados à disposição. E temos de avaliar também, quanto a outros tratamentos que potencialmente não trariam qualquer impacto orçamentário comprometedor...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO LAINE ARAÚJO DE OLIVEIRA – ...se deveríamos fornecer e não estamos fornecendo. Então, é uma avaliação de prioridades.

Eu acredito e coloco aqui também para discussão que há uma gama de tratamentos que está muito longe, muito abaixo de um potencial limiar de custo-efetividade. Deveríamos nos debruçar sobre eles para oferecer melhores condições principalmente à população que mais precisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Gustavo.

Consulto o Senador Cássio Cunha Lima, que agora falou quase como um médico, se está satisfeito, para que eu possa fazer os agradecimentos. E a Consultoria Legislativa do Senado também acompanha. Todas as exposições foram disponibilizadas no *site* da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Eu tenho dúvida se seria possível, para objetivar este nosso encontro, o próprio Ministério, com a participação objetiva da Conitec, enviar-nos uma nota técnica, para que pudéssemos ter a posição formal do Ministério e para, quem sabe, evoluirmos na apresentação da proposta e na tramitação do projeto de lei, que tem o intuito de contribuir com o trabalho extremamente importante que o Ministério, através da Conitec, realiza, para que possamos ter, por exemplo, aquilo que a Janaína falou e que me parece que ficou um pouco sem resposta. É uma pergunta muito objetiva: se há um exame que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

está disponível, que é acessível, que não é uma tecnologia extremamente sofisticada, como, por exemplo, a ultrassonografia morfológica, por que não incorporar um exame como esse? São quantas as mãos que podem dispor dessa possibilidade de exame na rede privada e nos convênios? Por que não o SUS disponibilizar? Então, em que ritmo a Conitec incorpora novas tecnologias? Neste ano, por exemplo – é uma pergunta de curiosidade –, o que foi incorporado no Sistema Único de Saúde?

Então, a nossa intenção, tenham certeza, é naturalmente contribuir para o trabalho muito valioso, extremamente importante, que vem sendo realizado, mas também tentar aprimorar esse trabalho, garantindo-lhe maior transparência, critérios mais objetivos, para que possamos agir como Nação, como País, em solidariedade e em assistência à nossa população, que é o objetivo que nos une.

Então, quero agradecer a presença de todos os senhores e da senhora e quero me colocar, como autor do projeto, à disposição, para que possamos aprofundar e aprimorar essa discussão e esse debate.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Cássio Cunha Lima.

Eu lhe agradeço também a solicitação encaminhada ao Dr. Gustavo, pedindo essa nota técnica, porque ela vai ser uma boa referência na articulação. Como Relatora, nada farei sem fazer articulação com o autor, Senador Cássio Cunha Lima, que está aqui presente e que mostra também a responsabilidade, na proposta legislativa que ele apresentou, de melhorar a vida das pessoas. Essa foi a preocupação central do Senador.

Acredito também naquilo que a Janaína aqui apontou: o País é tão grande, e por que não ousa um pouco mais na introdução de tecnologias? Com isso, projetamos o País, para que essas tecnologias possam ser mostradas lá fora como genuinamente brasileiras, para que elas possam também servir de referência à qualidade da Medicina de nosso País, que é um tema sobre o qual deveríamos nos debruçar sempre mais.

Eu agradeço imensamente a participação nesta audiência pública, que foi requerida por mim, como Relatora, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, aqui presente, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essas análises.

É o Requerimento nº 9, deste ano. E a Senadora Marta Suplicy agendou para a data de hoje.

Agradeço, portanto, a presença do Dr. Thiago Rodrigues dos Santos, Coordenador-Geral de Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde, representante do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; do Dr. Gustavo Laine Araújo de Oliveira, Técnico do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, representante aqui da Conitec, do Ministério da Saúde; do Prof. Dr. Denizar Vianna Araújo, do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); do Dr. Marcelo Cartaxo Queiroga, mais conhecido como Dr. Marcelo Queiroga – o seu nome completo é Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes –, Diretor de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista; e da Dr^a Carísi Anne Polanczyk, Pesquisadora Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia e Avaliação em Tecnologias em Saúde.

A todos, muito obrigada, especialmente a quem acompanhou esta audiência pública pelo sistema de comunicação da TV Senado, à Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais e à Senadora Marta Suplicy.

Agradeço, especialmente, a presença dos Senadores que aqui estiveram, Senador Waldemir Moka, Senador Ronaldo Caiado e Senador Eduardo Amorim, e do autor do projeto, Senador Cássio Cunha Lima.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (*Fora do microfone.*) – Permita-me falar por dois minutos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como? Dois minutos?

A reunião está encerrada. Agora, informalmente, o senhor pode falar, mas a sua fala estará fora da Ata.

Pode falar, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos inovar também. Já que a inovação na Medicina está muito difícil, vamos fazer a inovação regimental. Essa é uma inovação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Para parafrasear V. Ex^a, que diz que gosta de puxar a brasa para o seu assado...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ...eu queria aqui puxar a brasa para o meu assado e homenagear o Senador Cássio Cunha Lima, que nos traz um assunto dessa relevância, que até torna a Conitec mais conhecida dos brasileiros. A Conitec pode convocar audiência pública. Desconheço que tenham convocado alguma para tratar de incorporação de tecnologia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Senador, segundo o art. 196 da Constituição Federal, a saúde é um direito de todos e um dever do Estado e deve ser implementada por políticas públicas. Eu me lembro de que aqui a gente discute os limites do investimento, e, às vezes, nós precisamos superar os limites, ficar sem limites.

Então, assim, recorro ao nosso poeta Augusto dos Anjos, aplicando isso ao cenário da Constituição Federal:

Vês! Ninguém assistiu ao formidável
Enterro da tua última quimera.
Somente a Ingratidão – esta pantera –
Foi tua companheira inseparável!

Então, seria aí essa norma programática apenas uma quimera? O Estado brasileiro quer retribuir à sociedade com a ingratidão, apesar das advertências do Ministério da Saúde?

"Toma um fósforo. Acende teu cigarro. [...] A mão que afaga é a mesma que apedreja."

A mão que afaga é a Constituição? A que apedreja não pode ser a regulação.

"Se a alguém causa inda pena a tua chaga [aí vem a judicialização], apedreja essa mão vil que te afaga, escarra nessa boca que te beija!"

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, falta o repentista também, o poeta, porque também é um poeta, e aqui ficaríamos muito bem.

Então, encerramos com chave de ouro, com poesia e com uma boa construção, citando os nossos grandes autores.

Encerrada a audiência, eu agradeço muito a oportunidade de conhecer muito mais a respeito desse tema tão candente para a sociedade brasileira, para todos, cientistas, pesquisadores, médicos, cirurgiões, cardiologistas, toda a área médica, a indústria, que produz os medicamentos.

Sobretudo, agradeço o esforço do Senador Cássio Cunha Lima, por também colaborar com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Muito obrigada a todos. Que tenham um bom dia e um bom fim de semana!

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual do Senador Airtton Sandoval, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Rocha, Regina Sousa, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Vicentinho Alves e Dário Berger. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT)." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo** - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 121 de 2017** que: "Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requeiro seja formulada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG, a fim de que seja verificada a legalidade e legitimidade dos contratos, bem como dos repasses realizados para a empresa." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 124 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença do presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Sr. Ronald Ferreira





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos Santos, para tratar sobre a visão do Conselho em relação: a implementação do Plano Nacional de Saúde 2016 - 2019, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), as limitações orçamentárias da área da saúde e suas consequências nos programas de maior alcance popular; a exclusão do "Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)" do rol de prioridades da LDO para 2018 e também sobre os resultados da 2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 125 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010 (nº4.238/2012, na Câmara dos Deputados), que "Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Pedro Oscar Viotto – Diretor Setorial de Segurança Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Jeferson Furlan Nazário – Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores; Roberto Antonio Von der Osten – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro; Diretor-Geral da Polícia Federal; Representante do Banco Central do Brasil; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes; Márcio Lopes de Freitas – Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Clairton Walter – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)". **Autoria:** Senador Dalirio Beber e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 126 de 2017** que: "Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, sejam convidados a comparecer ao Plenário desta Comissão de Assuntos Sociais os representantes das operadoras privadas de assistência à saúde abaixo elencadas, com a finalidade de prestar informações acerca dos reajustes abusivos cometidos na correção de seus respectivos planos: Representante da Sul América; Representante da Amil Assistência Médica Internacional; Representante da Geap Autogestão em Saúde". **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 127 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para tratar sobre a regulamentação da profissão de síndico. Tal solicitação é uma reivindicação da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP), que apresenta argumentos neste sentido com vistas a apresentação de proposição com este objetivo. Sugerem-se, como convidados, representantes das seguintes instituições: Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP); Ministério do Trabalho; Conselho Federal de Administração (CRA) e Conselho Regional de Administração (CRA/DF); Coordenador do curso de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tecnologia em gestão de condomínios da UDF." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 128 de 2017 que: "Requeiro, com fundamento nos Art. 93, II, e Art. 113, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais - CAS juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais Nº 123, de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin." **Autoria:** Senador Elmano Férrer e outros. **Resultado:** Aprovado. Usa da palavra o Senador Airtton Sandoval. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senador Airtton Sandoval Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Airtton Sandoval

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/30>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Bom dia a todos.

Cumprimento os Srs. Senadores, as Sr^{as} Senadoras, os colaboradores da Casa, agradecendo a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens terminativos e à deliberação de requerimentos, conforme a pauta previamente divulgada.

Passo à leitura dos requerimentos pautados.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 121, de 2017

- Não terminativo -

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, requero seja formulada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG, a fim de que seja verificada a legalidade e legitimidade dos contratos, bem como dos repasses realizados para a empresa.

Autoria: Senador Romário

Observações:

- Lido em 16.08.2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 124, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a presença do presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Sr. Ronald Ferreira dos Santos, para tratar sobre a visão do Conselho em relação: a implementação do Plano Nacional de Saúde 2016 - 2019, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), as limitações orçamentárias da área da saúde e suas consequências nos programas de maior alcance popular; a exclusão do “Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)” do rol de prioridades da LDO para 2018 e também sobre os resultados da 2ª Conferência Nacional da Saúde das Mulheres.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Observações:

- Lido em 16.08.2017.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 125, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010 (nº4.238/2012, na Câmara dos Deputados), que “Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados:

- Pedro Oscar Viotto – Diretor Setorial de Segurança Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- *Jeferson Furlan Nazário – Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores*
- *Roberto Antonio Von der Osten – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro*
- *Diretor-Geral da Polícia Federal*
- *Representante do Banco Central do Brasil*
- *Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes*
- *Márcio Lopes de Freitas – Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)*
- *Clairton Walter – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)*

Autoria: Senador Dalirio Beber, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues

Observações:

- Lido em 23.08.2017.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 126, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, sejam convidados a comparecer ao Plenário desta Comissão de Assuntos Sociais os representantes das operadoras privadas de assistência à saúde abaixo elencadas, com a finalidade de prestar informações acerca dos reajustes abusivos cometidos na correção de seus respectivos planos:

- *representante da Sul América;*
- *representante da Amil Assistência Médica Internacional;*
- *representante da Geap Autogestão em Saúde*

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Senadora Ana Amélia

Lido em 23.08.2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 127, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para tratar sobre a regulamentação da profissão de síndico. Tal solicitação é uma reivindicação da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP), que apresenta argumentos nesse sentido com vistas à apresentação de proposição com esse objetivo. Sugerem-se, como convidados, representantes das seguintes instituições:

- a) Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP);*
- b) Ministério do Trabalho;*
- c) Conselho Federal de Administração (CRA) e Conselho Regional de Administração (CRA/DF);*
- d) Coordenador do curso de tecnologia em gestão de condomínios da UDF.*

Autoria: Senador Hélio José*Lido em 23.08.2017.*

Finalmente, Requerimento nº 128, de 2017

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 128, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento nos art. 93, II, e art. 113, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais – CAS juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em aditamento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 123, de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadores Elmano Férrer e Airtton Sandoval

- Lido em 23.08.2017.

Em votação os Requerimentos 121, 124, 125, 126, 127 e 128, todos de 2017.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Consulto se algum dos Senadores presentes pretende usar da palavra.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.)

minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e um minuto do dia seis de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, José Pimentel, Lindbergh Farias, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Armando Monteiro e Dário Berger. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 795, do Tribunal de Contas da União, que informa o recebimento do Ofício 123, de 2017, da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, de 30 de agosto deste ano, que encaminha a cópia do Requerimento 121, de 2017, da CAS, de autoria do Senador Romário, que solicita a esse Tribunal a realização de auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG. O referido expediente foi autuado nesse Tribunal como Processo nº TC 025.326/ 2017-1 e que está sendo tratado com a devida urgência e tramitação preferencial, bem como os autos foram remetidos à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU para a adoção das providências pertinentes. A Presidência Informa que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros." **Autoria:** Deputado Lucas Vergílio. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Felipe Bornier. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias." **Autoria:** Deputado Raimundo Gomes de Matos. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 9 (nove) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CAS a 9-CAS. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

receita bruta de venda no mercado interno de capacetes de segurança e de vestuário de proteção destinados ao uso por condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT)." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado.

ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado.

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2016 - Terminativo - que: "Acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz no período anterior a 16 de dezembro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos, para ampliar o acesso a exames de rastreamento do diabetes mellitus." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 129 de 2017 que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja também convidado para a Audiência Pública aprovada em razão do RAS nº 127/2017, para debater a regulamentação da profissão de síndico, o Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicondomínio-DF." **Autoria:**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Hélio José. **Resultado:** Lido. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, Elmano Férrer, Lindbergh Farias, Ronaldo Caiado, Hélio José e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/06>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que posso a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 795, do Tribunal de Contas da União, que informa o recebimento do Ofício 123, de 2017, da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, de 30 de agosto deste ano, que encaminha a cópia do Requerimento 121, de 2017, da CAS, de autoria do Senador Romário, que solicita a esse Tribunal a realização de auditoria nos contratos celebrados entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a empresa Octapharma AG.

Esclarece ainda que o referido expediente foi autuado nesse Tribunal como Processo nº TC 025.326/ 2017-1 e que está sendo tratado com a devida urgência e tramitação preferencial, bem como os autos foram remetidos à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU para a adoção das providências pertinentes.

Informa que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Vou começar com o item de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos. A Relatora sou eu.

Vou, então, passar a Presidência para o Senador Moka.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais...

Ele tem que assumir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Autoria: Deputado Raimundo Gomes de Matos

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 9 (nove) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 09.08.2017, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução do Projeto.

- Votação simbólica.

Eu concedo a palavra a Senadora Marta Suplicy para proferir a leitura do relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017 (de 2016, na Casa de origem), de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, que “altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias”.

O projeto é composto de 15 artigos. O primeiro deles acrescenta dois parágrafos ao art. 2º da Lei nº 11.350, de 2016, para determinar que: i) é essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de Agentes de Combate às Endemias (ACE), respectivamente, na estrutura da atenção básica de saúde e de vigilância epidemiológica e ambiental; e ii) incumbe a esses profissionais desempenhar com zelo e presteza as atividades previstas na lei.

O art. 2º altera o art. 3º da referida lei, que trata das atividades a serem exercidas pelos ACS. Ele introduz, no *caput*, a determinação de que os agentes atuem a partir dos referenciais da “Educação Popular em Saúde” e com o objetivo de garantir “acesso da comunidade assistida às ações e serviços de informação, saúde, promoção social e proteção da cidadania”. Ademais, acrescenta cinco parágrafos, sendo que o primeiro define, para os efeitos daquela lei, o que seja a “Educação Popular em Saúde”. Os demais parágrafos (2º a 5º) tratam das atividades dos agentes segundo tipos distintos, a saber: i) atividades privativas; ii) atividades típicas; iii) atividades assistidas por profissional de saúde de nível superior; e iv) atividades compartilhadas com os demais membros da equipe.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O art. 3º do projeto altera o art. 4º da lei, que trata das atividades dos agentes comunitários. Ele introduz as figuras das atividades “típicas” e “assistidas por profissional de nível superior e condicionada à estrutura da vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica” (§§1º e 2º, respectivamente). Também inclui o §3º, que prevê a possibilidade de participação dos agentes comunitários, após treinamento adequado, na execução, coordenação ou supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental.

O art. 4º do projeto inclui na lei o art. 4º-A, que determina a atuação integrada dos ACS e dos ACE nas atividades de mobilização social, por meio da Educação Popular em Saúde.

O art. 5º da proposição inclui o art. 4º-B, que trata da obrigatoriedade de observância de ações de segurança e de saúde do trabalhador voltadas para os ACS e ACE, notadamente do uso de equipamentos de proteção individual e dos exames de saúde ocupacionais.

O art. 6º do PLC altera a redação do art. 5º, para incluir entre as matérias a serem regulamentadas pelo Ministério da Saúde as ações de segurança e de saúde do trabalhador, constantes do novo art. 4º-A, e para acrescentar os §§1º, 2º e 3º, que tratam dos cursos a serem oferecidos aos ACS e ACE, com as respectivas cargas horárias. O inciso III do art. 6º da lei, que dispõe sobre o requisito de conclusão do ensino fundamental para o exercício da atividade do ACS, é alterado pelo art. 7º da proposição, que determina, como requisito, conclusão do ensino médio, critério que poderá ser flexibilizado quando não houver, nos processos seletivos, candidato ao cargo com esse grau de escolaridade.

Nesse caso, o candidato com ensino fundamental contratado terá o prazo de três anos para concluir o ensino médio (§5º).

Além disso, o art. 7º do PLC promove as seguintes alterações no art. 6º da lei, que prevê critérios para a contratação e atuação dos ACS: i) veda a atuação do agente fora da área geográfica estabelecida para a sua atuação; ii) estabelece parâmetros a serem observados na definição da área de atuação dos ACS; iii) determina que a área geográfica de atuação do agente poderá ser alterada em caso de haver risco à sua integridade física ou de membro de sua família; e iv) elimina a obrigatoriedade de o ACS residir na área geográfica de sua atuação, quando ele adquirir casa própria em outra localidade.

O art. 7º da lei, que prevê requisitos para a contratação e para a atuação dos ACE, é alterado pelo art. 8º da proposição, para estabelecer a necessidade de que esses agentes tenham, pelo menos, o ensino médio completo – o que poderá ser flexibilizado quando não houver candidato ao cargo que preencha esse requisito –, e para definir parâmetros para a definição do número de imóveis a serem fiscalizados por eles.

Incluído na lei pelo art. 9º do PLC, o novo art. 7º-A dispensa das exigências quanto à escolaridade mínima exigida para os ACS e ACE os profissionais que já atuavam no cargo antes de 5 de outubro de 2006 ou antes da data de publicação da lei originada do presente projeto de lei.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Incluído pelo art. 9º do projeto, o art. 7º-B determina que os órgãos da Administração Direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ofereçam curso técnico de ACS e ACE, com carga horária mínima de mil e duzentas horas e que observe as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

O art. 10 do projeto altera o §2º do art. 9º-A da lei, que trata do piso salarial dos agentes para uma jornada de trabalho de quarenta horas, para distribuir essa jornada da seguinte forma: trinta horas para as atividades externas de visita domiciliar e outras atividades de campo e dez horas para atividades de planejamento e avaliação, formação e aprimoramento técnico. Esse artigo também inclui um § 2º-A, para prever que as condições climáticas da área de atuação sejam consideradas na definição do horário para o cumprimento da jornada de trabalho.

O art. 11 do projeto corrige erro redacional presente no art. 9º e da lei, que, erroneamente, faz constar a sigla do Fundo Nacional de Saúde como “Funasa”, quando o correto é “FNS”.

O art. 12 do PLS acrescenta à lei o art. 9º-H, para prever a concessão de indenização de transporte ao ACS e ao ACE que “realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para o exercício de suas atividades”.

O art. 14 da lei é alterado pelo art. 13 da proposição, para determinar que a lei a ser editada pelo gestor local observe as determinações da lei federal.

Ao art. 16 da lei é acrescentado um parágrafo único, para determinar que a Defensoria Pública e o Ministério Público promovam as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento do disposto no *caput* do artigo, que veda a contratação temporária ou terceirizada de ACS e ACE.

Por fim, o art. 15 da proposição – a cláusula de vigência – prevê que a lei originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, foi constituída Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei nº 6.437, de 2016. A Comissão aprovou, por unanimidade, o parecer do relator da matéria naquela Casa, o Deputado Valtenir Pereira, que proferiu voto no sentido da aprovação do projeto na forma de um substitutivo, o qual foi encaminhado à Casa Revisora.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída exclusivamente para a análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sem que lhe tenham sido apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS apreciar proposições que versem sobre relações de trabalho e condição para o exercício de profissões, bem como sobre proteção e defesa da saúde e competência do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse é o caso da presente proposição, que trata do exercício profissional de ACS e de ACE, cuja atuação se dá exclusivamente no âmbito do SUS. O PLC nº 56, de 2017, visa a alterar a Lei nº 11.350, de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte desses profissionais.

Conforme o §5º do art. 198 da Constituição Federal, lei federal deverá dispor sobre “o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial”. Atendendo a essa determinação, o Poder Executivo editou a Medida Provisória nº 297 em 2006, que foi convertida na Lei nº 11.350, alterada pelas Leis nº 12.994, de 17 de junho de 2014, e nº 13.342, de 3 de outubro de 2016.

Portanto, conclui-se não haver vício de origem da matéria, vez que o assunto não se insere entre os temas de competência de iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme o art. 61 da Carta Magna. Ademais, a Constituição Federal estabelece, em seu art. 48, que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, que é o caso da presente matéria, inclusive por expressa determinação constitucional.

Também não vislumbramos óbices quanto à juridicidade da matéria. No entanto, identificamos problemas de ordem redacional e de técnica legislativa, que merecem ser sanados. A técnica legislativa adotada pelo PLC para dar nova redação ou incluir novos parágrafos na norma alterada não atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, a matéria é relevante por propor alterações na regulamentação de duas categorias profissionais essenciais para a saúde pública, que são os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias.

Uma das principais inovações do projeto de lei sob análise é a explicitação das atividades a serem desempenhadas pelos ACS e ACE para, assim, atualizá-las à luz das mudanças ocorridas no quadro demográfico e epidemiológico brasileiro nas últimas décadas, quando novos problemas de saúde pública surgiram. Assim, faz-se necessário atualizar o rol de atividades dos agentes de saúde, bem como o seu perfil profissional, para fazer frente à nova realidade sanitária. Para o enfrentamento desses problemas e para conferir maior efetividade à atuação dos ACS, o projeto propõe a incorporação de ações que, até o momento, estavam fora do âmbito de atuação desses profissionais. É o caso, por exemplo, da aferição da glicemia capilar e da pressão arterial, que são medidas simples e capazes de ajudar no controle de duas das principais causas de morbimortalidade da população brasileira: o diabetes *mellitus* e a hipertensão arterial sistêmica.

Da mesma forma, outras atividades importantes que podem resultar em impacto positivo para a saúde dos indivíduos e das coletividades, como a realização de curativos, podem ser também





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

incorporadas. Propomos a inclusão dessas e de outras atividades, em um claro reconhecimento da importância da atuação dos agentes comunitários de saúde.

No entanto, essas medidas só podem ser incorporadas se forem acompanhadas da devida qualificação profissional. Nesse aspecto, concordamos com a proposta formulada pelo PLC de que, para a admissão de ACS e de ACE, uma das exigências seja a de ter o ensino médio concluído.

Outros aprimoramentos da proposição, a nosso ver, merecem ser realizados. Um deles diz respeito à atividade privativa dos ACS prevista no §2º incluído no art. 3º da lei. Segundo o novo dispositivo, é considerada atividade privativa do agente comunitário de saúde a realização de visitas domiciliares rotineiras – entre aspas – “para a busca ativa de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública, com consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência” – fecho aspas.

No entanto, a visitação domiciliar rotineira para a busca ativa de casos não deve ser considerada atividade privativa dos agentes comunitários de saúde, pois faz parte das atribuições de diversos profissionais de saúde, a exemplo daqueles que integram as equipes de saúde da família. Considerar as visitas domiciliares rotineiras como atividades privativas dos ACS irá, com certeza, restringir a atenção à saúde prestada a diversas comunidades que, hoje, são assistidas mediante a visita domiciliar de outros profissionais de saúde que não os ACS.

Diversas experiências locais exitosas, conforme informações obtidas junto ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), teriam que ser interrompidas caso o presente projeto de lei fosse aprovado nos termos originais em que foi formulado. É o caso, por exemplo, do projeto de odontologia domiciliar desenvolvido no Município de Campo Alegre, no interior do Estado de Alagoas, em que os profissionais de odontologia realizam visita domiciliar rotineira, casa a casa, para a busca ativa de casos e o encaminhamento, para a unidade de saúde, daqueles que necessitam de tratamento.

É incrível, Moka, porque a gente nem imagina que isso possa existir. E esse Município está de parabéns! Em Campo Alegre, que êxito!

Outra experiência que trazemos para ilustrar o impacto negativo da aprovação de tal dispositivo é a do Município de Abaetuba, no interior do Pará, onde há um projeto de centro de testagem anônima itinerante denominado “Esse rio é minha rua”, pelo qual é ofertada, mediante visita casa a casa, a testagem anônima para HIV, com realização de ações de educação em saúde. O projeto, que não conta com a participação dos agentes de saúde, não poderia acontecer caso se considere esse tipo de atividade como privativa daqueles profissionais. Ademais, ainda que esse projeto contasse com a atuação dos agentes, a aprovação da medida proposta pelo PLC impediria que outros profissionais de saúde integrassem a equipe de visitação domiciliar itinerante, já que a lei porventura originada do PLC iria vedar essa atuação ao tornar essa atividade privativa dos ACS.

Assim, para que o dispositivo não interfira indevidamente na atividade de outros profissionais de saúde, a exemplo de médicos e enfermeiros, que podem e devem realizar visitas domiciliares para a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

busca ativa de casos, e para garantir o direito à saúde dos indivíduos e das comunidades, sugerimos a sua alteração. A redação por nós sugerida, ao mesmo tempo em que reconhece e resguarda a essencialidade dessa atividade para os agentes, preserva a atuação das demais categorias profissionais de saúde.

Outra discordância que manifestamos em relação aos termos em que o PLC está formulado diz respeito à flexibilização da exigência de que os ACS morem na área onde atuam, conforme estabelece o §4º incluído no art. 6º da lei. O novo dispositivo permite que o ACS deixe de morar na mesma área onde atua quando adquirir casa própria em outra localidade. Acreditamos que essa flexibilização poderá anular um dos principais requisitos do modelo de atenção à saúde da família, que é o critério de moradia, isto é, a exigência de que o ACS more na área de sua atuação para que seu vínculo com a comunidade seja consolidado.

Para não promover essa distorção, propomos mudança de redação, de forma a contemplar tanto o legítimo anseio das pessoas por adquirir a casa própria, quanto a necessidade de se manter o vínculo estreito do ACS com a comunidade, garantido pelo requisito de que o agente more na mesma localidade onde atua.

Outro reparo necessário diz respeito ao teor do art. 7º-B incluído na lei pelo art. 9º do projeto, que impõe a obrigação de que os entes da Federação organizem e ofereçam curso técnico de agentes da saúde e de agentes epidemiológicos com carga horária mínima de 1.200 horas. Esse dispositivo contém comando de obrigação de fazer dirigido aos demais entes federativos, o que fere a sua autonomia e viola o princípio da separação dos Poderes, além de potencialmente representar impacto fiscal importante para Estados, Distrito Federal e Municípios – nós aqui na audiência pública, Moka, tivemos possibilidade de ouvir vários dizendo que não teriam condição de propor esse curso assim de imediato.

Muitos entes, talvez, não disponham desses recursos para arcar com esses custos técnicos para a formação de profissionais como os que estão sendo determinados. Ademais, tais cursos podem ser ofertados por outras instituições que não o Poder Público estadual ou municipal. Assim, propomos emenda para retirar a obrigatoriedade imposta aos órgãos ou entes da Administração Direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por fim, consideramos como meritórias as demais propostas contidas no PLC ora em análise, tais como as determinações sobre os cursos de formação e qualificação dos agentes contratados pelo Poder Público, a atuação integrada de ACS e ACE, a previsão de que as atividades de planejamento e de formação sejam contabilizadas dentro de carga horária da jornada integral de trabalho, e previsão de que Defensoria Pública e Ministério Público atuem para garantir o cumprimento da Lei nº 11.350, de 2006, quanto à não terceirização ou contratação temporária dos agentes.

Voto

Eu quero dizer que são várias emendas e por que nós fizemos emendas, e não substitutivo. Essa opção foi em respeito ao trabalho do Deputado Raimundo Gomes de Matos e principalmente ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relator, Valtenir Pereira, que esteve nesta Casa, que contribuiu com explicações sobre várias partes do seu projeto, da sua relatoria, que nós não tínhamos entendido na sua dimensão e necessidade frente ao tamanho deste Brasil.

Então, depois de muita conversa, meu respeito pelo Relator é enorme. Ele levou meses, visitou não sei quantos Municípios. E nós aqui temos a obrigação de aprimorar o que é feito. Somos uma Casa Revisora, mas eu não poderia fazer um substitutivo e tirar o mérito dele. Então, eu quero parabenizá-lo publicamente pelo excelente trabalho. E agora eu vou ler as emendas que nós fizemos para o aprimoramento. Essas emendas foram discutidas com o Ministério da Saúde, em muitas reuniões com os agentes de saúde e também com nossa equipe, que ajudou a elaborar, a pensar. Foi muita coisa, entre idas e vindas, até conseguirmos agora expor o que vou apresentar.

Primeiro, quanto ao art. 3º:

“Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica de saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, saúde, promoção social e proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

§ 1º Para fins desta Lei, entendem-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual e coletiva a partir do diálogo entre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS.

§ 2º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional de saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua base geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca ativa de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública, com consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência. § 3º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional de saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua base geográfica de atuação:

I - utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

II - detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos às suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;

III - mobilização da comunidade e estímulo à sua participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional;

IV - realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento:

- a) da gestante, no período pré-natal, no parto e no puerpério;
- b) da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;
- c) da criança, com verificação do seu estado vacinal e da evolução de seu peso e altura;
- d) do adolescente, com identificação de suas necessidades e motivação de sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- e) da pessoa idosa, com o desenvolvimento de ações de promoção de saúde, prevenção de quedas e acidentes domésticos, e motivação de sua participação em atividades físicas e coletivas;
- f) da pessoa em sofrimento psíquico;
- g) da pessoa com dependência química do álcool, do tabaco ou de drogas;
- h) da pessoa com sinais ou sintomas de alterações na cavidade bucal;
- i) da mulher, do homem e dos grupos homossexuais e transexuais, com o desenvolvimento de ações de educação em saúde para promover a saúde e prevenir doenças;

V - realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação, acompanhamento e controle:

- a) de situações de risco à família, inclusive de focos de vetores transmissores de doenças infectocontagiosas de interesse para a saúde pública;
- b) de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e educação em saúde;
- c) do estado vacinal da gestante, do idoso e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;

VI - acompanhamento das condicionalidades dos programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

§ 4º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional de saúde da família, são atividades do Agente Comunitário de Saúde assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe, desde que o agente tenha concluído curso técnico e conte com os equipamentos adequados, em sua base geográfica de atuação:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

I - aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, para fins de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

II - medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, para acompanhamento dos casos diagnosticados de diabetes *mellitus* e segundo projeto terapêutico prescrito pela equipe de atenção básica, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

III - aferição da temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

IV - orientação e apoio, em domicílio, para a correta administração da medicação do paciente em situação de vulnerabilidade;

V - realização de técnicas limpas de curativo, com o uso de coberturas passivas;

VI - verificação antropométrica.

§5º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional de saúde da família, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, na sua base geográfica de atuação:

I - participação no planejamento e mapeamento institucional, social e demográfico;

II - consolidação e análise dos dados obtidos nas visitas domiciliares;

III - realização de ações que possibilitem o conhecimento pela comunidade das informações obtidas nos levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde;

IV - participação na elaboração, implementação, avaliação e reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento dos determinantes de processo saúde-doença;

V - orientação de indivíduos e grupos sociais quanto aos fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica de saúde;

VI - planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações de saúde;

VII - estímulo à participação da população no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações locais de saúde. (NR)''

Por favor, não estou conseguindo ler.

EMENDA Nº -CAS

Dê-se ao art. 4º-A incluído na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, pelo art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, a seguinte redação:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

“Art. 4º-A. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais, por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações:

I - orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de outras ações de promoção de saúde e do uso de medidas de proteção individual e coletiva para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

II - planejamento, programação e desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

III - notificação dos casos suspeitos de zoonoses à unidade básica de saúde de referência e à estrutura de vigilância epidemiológica em sua área geográfica de atuação;

IV - identificação e encaminhamento para a unidade de saúde de referência de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionadas a fatores ambientais;

V - realização de campanhas ou mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e outros agravos.”

É outra emenda agora.

EMENDA Nº -CAS

Dê-se ao art. 4º-B incluído na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, pelo art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 4º-B. Serão observadas as ações de segurança e de saúde do trabalhador, notadamente o uso de equipamentos de proteção individual e a realização dos exames periódicos de saúde ocupacional na execução das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.”

EMENDA Nº -CAS

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterado pelo art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 5º O Ministério da Saúde regulamentará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º, 4º e 4º-A e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos no inciso II do caput do art. 6º, no inciso I do caput do art. 7º e no § 2º deste artigo, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§1º Os cursos a que se refere o *caput* utilizarão os referenciais da Educação Popular em Saúde e serão oferecidos ao Agente Comunitário de Saúde e ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agente de Combate às Endemias nas modalidades presencial ou semipresencial durante a jornada de trabalho.

§2º Os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias deverão frequentar cursos bienais de educação continuada e de aperfeiçoamento.” (NR)

Próxima emenda.

EMENDA Nº -CAS

Dê-se ao art. 6º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterado pelo art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas;

III - haver concluído o ensino médio.

§1º É vedada a atuação do Agente Comunitário de Saúde fora da área geográfica a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo.

§2º Compete, ao ente federativo responsável pela execução dos programas, a definição da área geográfica a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, que deverá:

I - observar os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

II - considerar a geografia e demografia da região, com distinção de zonas urbanas e rurais;

III - flexibilizar o número de famílias e indivíduos a serem acompanhados, em face das condições de acessibilidade local e vulnerabilidade da comunidade assistida.

§3º A área geográfica a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo será alterada quando houver risco à integridade física do Agente Comunitário de Saúde ou de membro de sua família, sujeito a ameaça por parte de membro da comunidade onde reside e atua.

§4º Em caso de aquisição de casa própria por Agente Comunitário de Saúde fora da área geográfica de sua atuação, será excepcionalizado o disposto no inciso I do *caput* deste artigo, mantida sua vinculação à mesma equipe de Saúde da Família em que esteja atuando, podendo ser remanejado, na forma do regulamento, para equipe de saúde da família atuante na área onde está localizada a casa adquirida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§5º Quando não houver inscrito candidato com o requisito previsto no inciso III do *caput*, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos. (NR)”

EMENDA Nº -CAS

Dê-se ao art. 7º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterado pelo art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

- I - haver concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas;
- II - haver concluído o ensino médio.

§1º Quando não houver inscrito candidato com o requisito previsto no inciso II do *caput*, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.

§2º Compete ao ente federado responsável pela execução dos programas a definição do número de imóveis a serem fiscalizados pelo Agente de Combate às Endemias, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde e os seguintes:

- I - garantia de condições adequadas de trabalho;
- II - consideração sobre a geografia e demografia da região, com distinção de zona urbana e rural;
- III - flexibilização do número de imóveis em face das condições de acessibilidade local.” (NR)

Próxima emenda.

Dê-se ao art. 7º-A e 7º-B, incluídos na Lei nº 11.350, pelo art. 9º do Projeto de Lei da Câmara nº 56, a seguinte redação:

Art. 7º-A. Não será exigida aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias a conclusão de:

- I – ensino fundamental, se estavam exercendo as atividades em 5 de outubro de 2006;
- II - ensino médio, se estiverem exercendo as atividades na data de publicação desta Lei.

Art. 7º-B. Cursos técnicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias poderão ser ministrados nas modalidades presencial e semipresencial e seguirão as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Próxima emenda.

Dê-se ao art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº 56, a seguinte redação:

Art. 10. O art. 9º-A da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual §3º como §5º:

Art. 9º-A.

§2º A jornada de trabalho de quarenta horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta lei deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoção da saúde, vigilância epidemiológica e ambiental e combate a endemias, em prol das famílias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territórios de atuação, e será distribuída em:

I – trinta horas semanais, para atividades externas de visita domiciliar, execução de ações de campo, coleta de dados, orientação e mobilização da comunidade, entre outras;

II – dez horas semanais, para atividades de planejamento e avaliação de ações, detalhamento das atividades, registro de dados, formação e aprimoramento técnico.

§3º A carga horária estabelecida nos incisos I e II do §2º deste artigo poderá ser excepcionalizada em casos de campanhas ou mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e outros agravos ou em ações de combate a surtos epidêmicos.

§4º As condições climáticas da área geográfica de atuação serão consideradas na definição do horário para cumprimento da jornada de trabalho.

Próxima emenda.

Dê-se ao art. 9º-H incluído na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, pelo art. 12 do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, a seguinte redação:

Art. 9º-H. Será concedida indenização de transporte ao Agente Comunitário de Saúde ou ao Agente de Combate às Endemias que realizar despesas com locomoção para o exercício de suas atividades, conforme disposto em regulamento.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Nós temos um quórum de dez Senadores – falta um Senador.

Vou sugerir ao Plenário que abramos a discussão e, se for o caso de não conseguirmos o quórum, não vou encerrar a discussão, mas suspendê-la para aguardarmos o quórum.

Então está em discussão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Eduardo Amorim e, logo em seguida, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente em exercício, Senador Waldemir Moka, Relatora Marta Suplicy, todos os colegas presentes e os que estão nos acompanhando pelas redes sociais também, antes de mais nada, parabênizo o autor, o colega médico Raimundo Gomes, que tem parte de sua vida profissional, especialmente da sua vida parlamentar, dedicada à defesa da saúde, especialmente aos Agentes de Saúde. Desde que conheço o Raimundo como legislador, Senador Marta, ele tem sido um defensor incansável dos Agentes de Saúde. Acho que quase todos os projetos que saem em defesa dos Agentes de Saúde, Raimundo tem ali sua consciência, o seu trabalho de forma incansável e, com certeza, muito profícua.

Em segundo lugar, parabênizo a Relatora, Senadora Marta Suplicy, que melhorou muito o projeto, detalhando-o, para que não se deixe dúvida – especialmente para algum gestor, não é, Marta? – para aqueles que serão responsáveis diretamente pela execução dessa lei. Parabéns, Marta, pelo seu relatório. Acho que você faz justiça a essa categoria de profissionais, Senador Elmano, que em nenhum canto do mundo há. É um exército que nós, brasileiros, temos o privilégio de ter, mas, até então, no meu entender, como profissional da saúde e como valorizador desses profissionais, Senadora Fátima, é pouco valorizado e pouco respeitado.

Como diz o projeto, o Agente de Saúde e o Agente de Combate a Endemias são profissionais que têm de visitar constantemente, senão mensalmente – embora o projeto não especifique o prazo – cada família. Nenhum profissional conhece ou deve ou tem por obrigação ou dever de ofício conhecer as nossas famílias, as famílias brasileiras, como o Agente de Saúde e como o Agente de Combate a Endemias.

Portanto, Senador Moka, qualquer gestor, qualquer Governador, qualquer Prefeito, qualquer Presidente da República, qualquer Ministro da Saúde poderia ter nas suas mãos um senso real de cada família – a situação de cada família, onde estão os pacientes com leucemia, onde estão os pacientes com cada tipo de doença – em tempo real, pelo menos uma vez por mês. Mas desde que eles tivessem não só o preparo, mas também o instrumento mínimo exigido para isso, que seria um computador de mão, um *laptop*. Enfim, acho que temos de entrar nessa modernidade. Não vejo, não consigo entender como um profissional como esse ainda anda com uma prancheta na mão e com seu colete desbotado, sinalizando, no mínimo, realmente um desvalor a esses profissionais. Se eles tivessem, Moka, um celular ou um computador de mão, eles passariam para o Presidente da República, para o Ministro, para o Governador tudo sobre aquela família em tempo real. Talvez, a gente evitasse desperdício de medicamentos, evitasse desperdício de profissionais, porque os agentes seriam esses orientadores, esses norteadores, como o projeto aqui bem desenha, bem delinea.

Espero que, depois da aprovação desse projeto, transformado em lei, a gente possa ter esse novo norte no País, afinal é um número significativo. São quase 500 mil profissionais nas ruas, nas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

comunidades, nos povoados, nos bairros, visitando diariamente. Não podemos desprezar nem menosprezar esses profissionais. Ao contrário, se queremos corrigir mazelas, especialmente na área da saúde ou no âmbito social, devemos contar, sim, com os Agentes Comunitários de Saúde e com os Agentes de Combate a Endemias. Agora, dando a eles a mínima condição necessária para isso.

Acho que o projeto vem nessa linha, vem nessa direção. E espero que, depois de aprovado, tenhamos uma nova valorização para todos esses profissionais.

Vejo aqui, Senadora Marta, que no art. 7º V. Exª detalha que não será exigido o ensino fundamental ou o curso médio, no inciso I e no inciso II do art. 7º da emenda, até a data especificada. Tudo bem, direito adquirido. Mas acho que é de bom-tom que todos os profissionais se qualifiquem e que também os nossos Agentes de Saúde, para que possam ter um acompanhamento das novas tecnologias, se qualifiquem. E que eles possam também fazer essas autoexigências se qualificando, no mínimo, realmente, tendo aí o ensino médio completo.

Deixo aqui este recado. O Estado brasileiro dará essa condição aos Agentes de Saúde, reconhece realmente o direito adquirido. Agora, é bom também que haja uma qualificação permanente. Acho que todos nós aqui procuramos nos qualificar permanentemente, e os Agentes de Saúde não podem, de forma alguma, entrar no comodismo ou achar que não precisam mais se qualificar. Afinal, novas ferramentas, como eu já disse, deverão ser entregues, será necessário que sejam entregues a esses profissionais, para que a gente possa ter esse diagnóstico da saúde pública em tempo real, contando com a contribuição de todos os profissionais.

Mais uma vez parablenizo a Senadora Marta pelo belíssimo relatório. Fazendo aqui uma crítica justa e uma análise bem detalhada, Senadora Marta, V. Exª realmente foi precisa em seu relatório.

Mais uma vez parablenizo o incansável Senador Raimundo Matos pelo seu projeto.

No mais, eu pediria o apoio de todos os colegas Parlamentares, os colegas Senadores, para que possamos aprovar o projeto o quanto antes não só nesta Comissão, mas, se necessário for, também no plenário.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Continua em discussão.

Com a palavra a Senadora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Só um minuto, Senadora Fátima Bezerra, porque a Senadora Relatora e Presidente quer fazer um comentário sobre o que falou o Senador Eduardo Amorim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Soou como música o que V. Exª colocou, Senador. Concorde plenamente.

Agora, no decorrer do tempo, para conseguirmos chegar ao entendimento, pudemos trocar muitas ideias com os Agentes de Saúde. Eu levei esse programa de saúde da família e mais os agentes em São Paulo, quando prefeita, mas a conversa com eles foi me mostrando – eram lideranças, evidentemente – que é um trabalho muito árduo, é um trabalho de sol a sol, é um trabalho pouco reconhecido.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Por isso os coletes são desbotados.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Eu percebi esta nuance e concordei: os coletes são desbotados, e o salário não é um salário alto.

Agora, quanto a essa observação, eu tenho essa preocupação também, porque eles estão sendo agora imbuídos de novas responsabilidades. E vai ser uma responsabilidade a mais. Mas acredito, pelo que pude sentir, que essa vontade de aprender e de melhorar é muito forte. Então, penso que vamos ter de nos preocupar com esses cursos bienais, para que esses cursos sejam realmente de qualificação, para que eles levem realmente substância de aprendizado e de conhecimento que possa fazer diferença na ponta. Sobre isso vamos ter de conversar, talvez, com o Ministro da Saúde, para garantir cursos realmente muito bons. Minha preocupação é essa. Quanto ao fato de eles irem, até acho que vão, porque percebi essa vontade.

Seus elogios ao Valternir Pereira e ao médico... Eu não sabia que Raimundo Gomes de Matos tinha esse... Ele foi Deputado junto com você, Moka?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – É um colega médico.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – É um colega médico. Pela amplitude do projeto, dava para perceber que era uma pessoa que conhecia isso profundamente. O Relator escolhido na Câmara foi outro que se dedicou a isso profundamente. Então, aqui, eu não tinha o que fazer, a não ser me dedicar profundamente, muito menos do que eles se dedicaram, porque já estava muito pronto o projeto, muito bem elaborado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Melhorou.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Acho que sim, porque é a função da Casa revisora.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – V. Exª tem a vivência como gestora, mas também é uma profissional da área da saúde.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – É.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Vou conceder a palavra para a Senadora Fátima, e aí V. Exª, na condição de Relatora, como também o Senador Elmano, fazem as considerações que julgarem necessárias.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Fátima, posso fazer o que você estava fazendo gentilmente ali?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vou pedir aos Senadores que estão nos assistindo... Nós precisamos de mais um Senador, para poder aprovar a matéria simbolicamente, que é o necessário, e para a matéria tramitar mais rápido. Há a presença aqui de todos os Agentes de Saúde, que estão muito ansiosos para que isso aconteça. Então, nós vamos pedir aos Senadores que ainda não deram sua presença para virem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senadora, a informação que tenho é a de que o Senador Ronaldo Caiado já está a caminho, para que possa, finalmente, dar quórum.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero, inicialmente, saudar a Senadora Marta pelo relatório que apresenta, ao mesmo tempo em que quero saudar os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias através da Conacs, por, mais uma vez, a categoria demonstrar uma lição de maturidade. Sem abrir mão, de maneira alguma, daquilo que é essencial, que é termos a condição de dar mais um passo em prol da valorização salarial e profissional dos Agentes Comunitários de Saúde, eles se colocaram abertos ao diálogo, resultando, portanto, hoje, neste consenso aqui, Senadora Marta, nesse entendimento, que vai ser exatamente a aprovação do projeto.

E desde já eu faço aqui um apelo, primeiro, para que V. Exª possa pedir já regime de urgência, como Presidente da Comissão, para que nós possamos levar o mais urgentemente possível ao Plenário, aprovar no plenário da nossa Casa, e ele voltar para a Câmara. Associado a isso, ou seja, pós-aprovação do projeto de lei, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano, outro apelo aqui à Bancada do Governo: que o Governo não o vete. Infelizmente, nós tivemos um desconforto e um dissabor, ano passado, que foi, depois de muita luta, aprovarmos o projeto de lei – a Senadora Marta inclusive votou favoravelmente no plenário, o Senador Moka também, todos nós votamos, aprovamos por unanimidade –, e o Governo vetou. E foi um veto tão cruel, tão inadequado, que nem se tocaram e o publicaram no Dia do Agente Comunitário de Saúde.

Mas, enfim, o que quero aqui, Senadora Marta, primeiro é isso, e sei que V. Exª se empenhará. Como Presidente da Comissão, como autora, inclusive, do relatório, V. Exª vai se empenhar para que, aprovado...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Chegou o Senador Ronaldo Caiado e, com a presença dele, teremos quórum. Perfeito.

Mas é isto: primeiro, levarmos para o Plenário em regime de urgência; segundo, o empenho da Bancada do Governo para que o Governo não o vete de maneira nenhuma.

E quero aqui destacar, Senador Moka, que o que nós estamos votando aqui é muito importante porque diz respeito à questão da jornada, das condições de trabalho, à questão da formação, à questão da indenização etc. É sempre bom lembrar o papel dos Agentes Comunitários de Saúde e como eles nascem. Eles nascem exatamente dentro do contexto da necessidade da educação popular em saúde. Os Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias têm um papel muito importante, um papel muito estratégico, porque, como o Senador Eduardo Amorim já disse aqui, são eles que estão no dia a dia, cotidianamente, chova ou faça sol, com poeira ou não, com jaleco debotado ou não...

Eu sempre dizia, Senadora Marta, que o Estado brasileiro tinha uma dívida muito grande para com esses profissionais, porque veja bem: a regulamentação do exercício profissional deles só veio se dar depois de 2003 – só depois de 2003! –, inclusive através de uma proposta de emenda à Constituição de autoria do então Deputado do PT Maurício Rands. Eu já era Deputada Federal, e tenho muita alegria – permita-me aqui fazer o registro – de a Bancada do PT ter sido sempre muito presente nessa luta. Não estou dizendo que as outras Bancadas também não foram; foram, tanto é que sempre temos aprovado as matérias legislativas que dizem respeito aos Agentes Comunitários de Saúde por unanimidade, Senador Eduardo Amorim. Mas, por dever de justiça, eu quero aqui ter o direito de registrar a marca do PT na luta em prol dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

E dou dados. A PEC que regulamentou o exercício da profissão foi de um Deputado do PT. O primeiro projeto de lei que tratou do exercício da profissão dos Agentes Comunitários de Saúde foi de outro Deputado do PT, o Deputado Paulo Rocha. E eu tive a alegria, Senadora Marta, de ter sido escolhida também, à época, enquanto Deputada Federal, para ser a Relatora de outra proposta de emenda à Constituição para instituir o piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de combate a endemias. E foi a própria categoria que me convocou para essa luta; e me convocou baseada na experiência que eu já tinha tido quando da minha participação no Fundeb e na Lei 11.738, que instituiu o piso salarial nacional do magistério, porque a regra que norteia o piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias é semelhante à luta que travamos para instituir o piso salarial nacional do magistério e, depois, a sua regulamentação através da Lei 11.738.

Quero dizer que essa luta ainda está em curso, Senadora Marta, porque infelizmente o piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde não vem sendo respeitado, uma vez que não têm a garantia do reajuste. Para V. Exª ter uma ideia, o piso foi aprovado, em 2014, em R\$1.014 apenas. Como não há uma política de reajuste do piso, ele simplesmente está congelado. Ele deveria ser, hoje, em torno de R\$1.335. Por isso, nós temos também uma proposta de emenda à Constituição em tramitação neste exato momento, na Câmara dos Deputados. Está havendo um grande movimento de caráter suprapartidário para aprovar essa nova proposta de emenda à Constituição para corrigir essa lacuna,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que seria dar ao Agente Comunitário de Saúde um instrumento, um mecanismo que minimamente reponha o salário dele. Então essa é uma luta em curso.

Eu quero, portanto, concluir aqui, Senadora Marta, para destacar no seu relatório alguns pontos que considero muito importantes. Primeiro, a questão da formação e da qualificação. É muito importante que avancemos nesse quesito. V. Exª sabe que não basta o incentivo do ponto de vista salarial para que a gente tenha realmente uma atuação profissional eficiente que atenda cada vez mais às necessidades do público e da comunidade, ou seja, é preciso cuidar da formação. E cuidar significa o quê? Dar aos agentes comunitários de saúde a condição para que possam fazer os cursos técnicos e se aperfeiçoar cada vez mais. Então, está aqui a questão dos cursos de formação e qualificação dos agentes contratados pelo Poder Público.

Depois, a atuação integrada dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias. Há a previsão de que essas atividades de planejamento e de formação sejam contabilizadas dentro da carga horária da jornada integral de trabalho.

Outro item importante é a presença da Defensoria Pública e do Ministério Público para que atuem com vistas a garantir o cumprimento da Lei nº 11.350 – lei que também tive a alegria de relatar quando Deputada Federal, lá na Câmara dos Deputados –, a presença da Defensoria Pública e do Ministério Público, repito, para garantir o cumprimento da Lei 11.350 quanto à questão da não terceirização ou contratação temporária dos agentes.

Eu destaco aqui esses pontos importantes, porque, a meu ver, eles constituem exatamente a essência do projeto de lei que ora nós aqui vamos aprovar, ou seja, a questão das condições de trabalho, a questão da jornada e a questão da formação.

Por fim, Senadora Marta, quando do debate lá na Câmara, houve o entendimento de que essa lei, depois de aprovada... Com muita luta, ela vai ser; com muita participação da categoria e com o compromisso dos Parlamentares, esperamos que ela seja aprovada e depois seja sancionada. Esperamos que sim, e vamos ficar vigilantes, e V. Exª vai cumprir um papel importante nesse sentido. Depois de sancionada a lei, queremos aqui fazer uma reivindicação. Na verdade, queremos trazer a reivindicação da Câmara: que a lei possa ser denominada Lei Ruth Brilhante.

A Ruth, Senadora Marta, foi a Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, uma figura que muito se dedicou, mas muito mesmo, sou testemunha disso, à luta em busca do respeito, da dignidade e da valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias em todo o Brasil.

Muito rapidamente, eu queria só registrar aqui um dos momentos mais marcantes da luta recente dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Foi quando, no processo de mobilização, houve a aprovação da PEC que regulamentou o exercício da profissão deles, a PEC do então Deputado Maurício Rands. Eles chegavam aqui, Senadora Marta, com Ruth à frente, com toda dificuldade. Imaginem o dinheirinho que eles ganham, o salário que eles ganham, o salário muito





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pequeno, salário muito modesto. Mesmo assim, faziam cotas por este País afora, chegavam aqui, passavam semanas aqui, nos corredores, abordando um a um os Parlamentares. Era aquela dificuldade toda, mas eles não desistiam, eles não desistiam de maneira nenhuma. E eis que a gente aprova a PEC. E, naquele dia, lembro, o Plenário da Câmara estava lotado, e todos nós cantávamos o Hino Nacional celebrando a aprovação da PEC que regulamentou o exercício da profissão deles, que foi um passo fundamental para que nós estivéssemos hoje aqui dando estes novos passos para avançar cada vez mais.

Então, em homenagem à Ruth, trago aqui esta reivindicação e esta proposição que veio da Câmara: que, ao final, a lei sancionada, por merecimento, numa homenagem justa e merecida a todos os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, seja denominada Ruth Brilhante – ela nos deixou há quatro meses, mas as ideias e a luta dela continuam presentes conosco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Nobre Presidente em exercício Waldemir Moka e nossa Relatora, Presidente desta Comissão, Marta Suplicy, meus companheiros e companheiras, eu inicialmente queria me somar às considerações feitas pelo nobre Senador e pela nobre Senadora.

Fiquei impressionado com o relatório apresentado pela nossa estimada Marta Suplicy. Dezessete páginas, não consegui ver quantas emendas foram admitidas pela nobre Senadora, mas vejo nisso o espírito aberto e democrático no sentido de aperfeiçoar esta Lei nº 6.437, que vai completar 11 anos no próximo dia 6 de outubro. Creio, pelo que dispõe aqui, quer dizer, a reformulação das atribuições da jornada de trabalho e das condições de trabalho, grau de formação profissional, cursos de formação técnica e continuada, indenização de transporte, enfim, que é uma lei que trata detalhadamente de todos os aspectos relacionados a essa importante categoria profissional.

Quando era Prefeito de Teresina, vi quão grande é a importância dessa categoria profissional, dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, o que disse muito bem aqui o nosso Senador Eduardo Amorim, como médico e como conhecedor profundo da categoria, assim como próprio Moka e a Senadora Fátima, que sempre têm sido Senadores preocupados com as questões sociais, sobretudo das categorias profissionais. A nossa Senadora Marta tem sido uma referência nacional com relação aos aspectos dessa natureza.

Então, eu me somo às considerações já feitas e ressalto a importância do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, um médico que conhece também profundamente a atividade relacionada às ações básicas de saúde.

Por último, eu parabeno esses mais de 400 mil Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias pelo poder de mobilização e de organização que sempre marcou a presença dessa categoria profissional como uma categoria forte, mobilizada, que hoje, no meu entendimento, e após a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

consagração na aprovação final da matéria pelo Plenário do Senado, são os grandes vitoriosos. Mas a grande vitoriosa mesmo é a nossa população, sobretudo a população mais carente e que precisa mais da assistência do Poder Público do nosso País.

Então, parablenizo aqui a nossa estimada Senadora Marta e todos que contribuíram para o aperfeiçoamento da legislação que trata dessa categoria profissional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Eu só queria – Senadora Marta, permita-me –, embora neste momento presidindo a reunião, fazer também algumas referências.

Eu sou do Mato Grosso do Sul. Por uma questão de justiça, existe um Deputado Federal, o Geraldo Resende, que sempre foi um grande entusiasta, e eu me lembro de que, na época de vir, eu dividi com ele os ônibus para a chegada dos Agentes.

Os Agentes têm toda uma história, a começar não sendo contratados pela prefeitura, sem nenhum tipo de vínculo. Foi uma luta. Um outro Deputado Federal, que não era do meu Partido, mas a quem quero também fazer justiça aqui, é Walter Pinheiro. Ele era um grande lutador. Ai, nós vamos entrar no autor, que é Raimundo Gomes de Matos, que é a alma... O Valtenir, que fez todo esse trabalho, essa costura, e agora esse trabalho maravilhoso da Casa Revisora, que, pelo destino, pela sorte, caiu na mão de uma Senadora extremamente competente e zelosa do seu trabalho que é a Senadora Marta Suplicy. De forma que eu tenho certeza de que nós vamos aprovar esse projeto. A Senadora vai pedir urgência, e é claro que, assim como da vez passada...

Aquele veto caiu porque quem estava presidindo a sessão... Não quero cometer injustiça, mas muita gente – já era tarde da noite – saiu para comer. Eu sei que foi muito pouco tempo que se deu para votar, mas eu votei pela derrubada do veto, porque eu acho, tenho certeza de que o Agente Comunitário de Saúde, como disse Eduardo Amorim, dotado de ferramentas, é, sem dúvida nenhuma, uma vigilância muito forte.

Quando aquela questão de microcefalia... Tudo isso seria antecipado pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Portanto, eu quero dizer, para finalizar: parabéns, Senadora Marta Suplicy!

Encerrada a discussão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O Senador Lindbergh quer usar da palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito rapidamente, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não, pois não.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sou suplente da Comissão, mas fiz questão de vir quando vi o tema que estava sendo discutido e debatido.

Senador Moka, eu fui prefeito de uma cidade chamada Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. E, depois de aprovada a PEC que regulamenta a profissão dos Agentes Comunitários de Saúde, eu tive a felicidade de ser o primeiro Município do Brasil a efetivar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, que são, na verdade, meus amigos, porque são trabalhadores que estão perto da comunidade, que conversam com o povo, que visitam a casa das pessoas. Não há nada mais revolucionário para a saúde brasileira do que isso.

Esses trabalhadores merecem, de fato, todo o apoio, e eu falo como prefeito que conviveu com eles. Sabe aquelas pessoas que vão à casa das pessoas, que vivem com as pessoas, que veem os problemas, que acabam sendo um pouco de tudo? Eles são profissionais de saúde e acabam desempenhando um papel de auxílio àquelas famílias. Essa é uma função que tem de ser muito valorizada.

Eu faço questão de parabenizar o senhor e a Senadora Marta Suplicy, que foi Relatora desse projeto, que acho extremamente meritório.

Parabéns a toda Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, esse trabalho vem de longa data e, pela mobilização citada aqui pelo Senador Moka, não só pela proximidade, mas pela garra, os Agentes Comunitários de Saúde e também os Agentes de Combate às Endemias do meu Estado de Goiás ficaram muito conhecidos diante da perseverança na nossa luta na Câmara dos Deputados. E uma das mulheres passou a ser uma figura muito emblemática nessa luta: a nossa amiga, que infelizmente veio a falecer, Ruth Brilhante. Tanto é, Senadora, que, quando essa matéria tramitou pela Câmara, vários Parlamentares, em homenagem a ela, tiveram a disposição de fazer com que essa lei tivesse o nome de uma agente comunitária que foi um exemplo. E a Ruth Brilhante teve essa capacidade, a sua sensibilidade, o seu jeito próprio, a sua maneira meiga, determinada. Era uma pessoa extremamente sensível e que conseguia, com seu jeito próprio de uma pessoa humilde, mobilizar e aglutinar apoios em todos os momentos dessa luta.

Eu quero trazer aqui – à época eu estava na Câmara dos Deputados, era Deputado Federal – este relato da guerreira que foi, como representante dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias, Ruth Brilhante.

Quero também dizer, Presidente, que, como médico e cirurgião que sou – acaba de falar o Senador Moka, também da nossa área –, que ultimamente temos trabalhado muito no sentido de fazer uma Medicina que tenha o mínimo de prevenção, e eu não consigo imaginar que não seja em uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aliança extremamente forte com todos esses Agentes Comunitários, sejam os de saúde ou os de combate às endemias.

Duas semanas atrás, eu tive oportunidade de ficar durante quase um dia e meio na cidade de Barretos, no Hospital do Câncer, debatendo um assunto mais amplo – debatido na sessão que fizemos aqui também. É que 42% dos pacientes internados no maior hospital de urgência de São Paulo, o da USP, têm sequelas de diabetes, ou seja, o cidadão morre de AVC, morre de infarto, morre de insuficiência renal crônica, morre por amputação de membros, morre por várias sequelas, e a *causa mortis*, infelizmente, é aquele fato final, sem ser a causa de origem que provocou tudo isso.

Onde entram os agentes comunitários de saúde? Como prepará-los? Como poder adequá-los a um tratamento correto? Como não deixar que essas pessoas avancem para um AVC, sendo que hoje, no meu Estado de Goiás, que tem certa capilaridade, de cada três pacientes com AVC, um tem óbito sem sequer ser atingido?

Então, esse processo hoje... Seja um cardiopata, seja um hipertenso, seja um paciente reumático crônico... Nós temos que cada vez mais qualificar e dar uma estrutura mínima aos agentes de saúde.

Eu vi um trabalho em que, num raio de cem quilômetros a partir da cidade de Barretos, não há nenhum caso de câncer que não tenha sido diagnosticado na primeira fase e com resultado de cura de 100%. Ou seja, avançam também nessa capacidade de fazer uma análise da mama da mulher, de poder amanhã também orientá-la para que faça todos os exames preventivos, ela mesma sendo capacitada para fazer a medição da glicemia. Enfim, são pequenas ações conjuntas para fazermos com que a qualidade de vida seja mais bem atendida do que hoje, muitas vezes, sem o apoio a esses agentes comunitários de saúde e também aos agentes de combate às endemias.

Então, o nosso apoio e, ao mesmo tempo, o nosso elogio à Senadora Marta Suplicy, como Relatora, por ser profunda conhecedora da matéria. Convivo com S. Ex^a há muitos anos, como Senadora – e também já fomos colegas como Deputados –, em um trabalho para cada vez mais levar qualidade de vida, diagnósticos precoces, resultados que resgatem a cidadania das pessoas, para serem tratadas com dignidade. E nós sabemos que só será possível isso se nós cada vez mais reconhecermos o trabalho dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias e dermos mais suporte para que possam fazer com que haja acesso direto de toda a população brasileira à saúde com um diagnóstico antecipado e um resultado de vida de melhor qualidade.

Sr^a Presidente, eu faço aqui uma referência ao nome de Ruth Brilhante e gostaria de ter também o apoio dos nobres pares, porque vejo que ela foi uma guerreira em grande parte da sua vida, aqui nos corredores, pedindo apoio, lutando pela classe, como outras tantas – não estou aqui desmerecendo as demais. Mas acho que ela – infelizmente ela veio a falecer – era merecedora também de ter incluído aqui nesse projeto de lei, que agora está sendo relatado por V. Ex^a, o nome de Ruth Brilhante como uma referência a essa mulher que tanto contribuiu para a saúde das pessoas mais humildes e carentes do País.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encerro as minhas palavras dizendo que não tenho nada mais a acrescentar ao relatório que V. Ex^a fez. Enfim, quero aplaudir V. Ex^a pela exuberância do trabalho e pela consistência do relatório.

Tenho certeza absoluta de que a matéria irá rapidamente à sanção e de que teremos as reivindicações de um setor tão importante para a saúde da população brasileira aprovadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores...

Antes, porém, a Senadora...

Quer deixar para agradecer depois da aprovação?

A SR^a MARTA SUPLYCY (PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório, e o projeto, consequentemente, da Senadora Marta Suplicy permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, que vai ao Plenário do Senado.

A SR^a MARTA SUPLYCY (PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer algumas considerações finais.

Primeiro, todos aqui se manifestaram de forma tão positiva em relação aos agentes de saúde, todos conhecem tão de perto a luta, que não poderia ser diferente.

Realmente, eu gostaria de acentuar a última frase dita pelo Senador Caiado sobre esse trabalho preventivo: principalmente no século XXI, as pessoas se dedicam mais à prevenção, porque aí é que está realmente a possibilidade de termos menos doenças e, consequentemente, menos despesas com medicações e menos internações. E o trabalho de vocês – falo para vocês aqui presentes, que são guerreiros, que batalharam nesta Casa em horas e horas de reunião – é fundamental nisso.

Também o Senador Amorim colocou, com muita propriedade, a questão das ferramentas da qualificação. Temos de ter o comprometimento da CAS de buscarmos essa qualificação com o Ministério. Podem ter a certeza de que também vou me empenhar em relação a isso.

O Senador Caiado mencionou o Hospital de Barretos – também acho que é um exemplo. Estive, nesta semana, no Hospital do Câncer em Jaú, o Hospital Amaral Carvalho. Lá há exatamente este resultado fantástico: não há óbito por câncer de mama na região toda, por causa do sistema de prevenção. Isso mostra, mais uma vez, algo que é concreto: com a prevenção, as pessoas não morrem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

das doenças com as quais hoje estão morrendo. É muito importante o trabalho de vocês nesse sentido também.

Acredito que, depois, haverá uma sanção muito rápida e que vamos ter uma aprovação muito rápida no plenário. O Presidente Eunício tem sensibilidade para esse tema também. Acho que teremos essa unanimidade. Nem necessitamos de urgência, pois a matéria seguirá muito rápido, exatamente pelo fato de todos concordarem com a importância que vocês têm.

Também eu gostaria de agradecer a todos os técnicos do Ministério da Saúde que se debruçaram sobre isso por muitas horas e ao pessoal do meu gabinete. Quero agradecer, principalmente, ao Fabiano e ao João, pela dedicação que tiveram, que foi enorme.

Quero agradecer a vocês, que, em nenhum minuto, esmoreceram. E, quando surgia um entrave, tinham sempre bom senso e maturidade, para tentarmos ver como é que resolveríamos, cedendo aqui, tirando dali, pondo ali, falando com o Ministério. Por isso, acho que não teremos nenhum problema na sanção.

Agora, vamos à parte mais importante.

A Senadora Fátima foi quem primeiro levantou que o nome da lei fosse Lei Ruth Brilhante, depois foi seguida pelo Senador Caiado. Eu, infelizmente, não conheci essa senhora, mas, pelo exposto pela Senadora Fátima e pelo Senador Caiado, principalmente por ela ser uma Agente Comunitária de Saúde, não tenho nenhuma dúvida de que ela é merecedora de termos agora, como tivemos a Lei Maria da Penha, a Lei Ruth Brilhante. (*Palmas.*)

Vamos encaminhar nessa direção e ver que providências tomamos para que isso ocorra.

Dito isto, quero agradecer ao Senador Moka, que levou esta Presidência muito bem. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, o resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, com as Emendas de nºs 1 a 9 da CAS.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da sua tramitação.

Quero passar a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Moka.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2016

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências.

Autoria: Deputado Felipe Bornier.

Relatoria: Senador Elmano Férrer.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Como Relator.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler o relatório, conforme o anúncio da nossa Presidente Marta Suplicy.

Relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016 (PL nº 1.385, de 2007, na origem), em análise, trata da criação e regulamentação da profissão de cuidador, que é subdividida em quatro espécies: Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara. Inicialmente, o autor da proposta, Deputado Felipe Bornier, pretendia apenas dispor sobre a regulamentação da profissão de Babá.

Em sua justificativa inicial, o autor revela a preocupação dos pais com a capacitação mínima das pessoas que irão auxiliá-los nos cuidados com seus filhos. Nesse sentido, seria fundamental a regulamentação profissional da atividade das babás, para estabelecer direitos e obrigações que orientem a contratação e que permitam o estabelecimento de boas relações de trabalho no âmbito do cuidado infantil.

A matéria foi examinada na Câmara dos Deputados, com pareceres da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Elmano, a Sr^a Patricia nos está sugerindo suspender a reunião para também irmos lá comemorar um minuto e voltarmos em seguida.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Mais do que justo! Concorde.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos lá! O senhor também! Vamos lá, Senador!

(Suspensa às 10 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 34 minutos.)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Reassumimos a Presidência e o Senador Elmano continua o relatório que regulamenta as profissões de cuidador de pessoa idosa, cuidador infantil, cuidador de pessoa com deficiência e cuidador de pessoa com doença rara.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Dando continuidade.

Ainda na vigência da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a CTASP aprovou um substitutivo com disposições excepcionais, mantendo as normas gerais vigentes para o trabalho doméstico. Ocorre que a legislação relativa a esta modalidade de trabalho foi substancialmente modificada com a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, a denominada “PEC das domésticas”.

A CCJC da Câmara dos Deputados, por sua vez, elaborou um trabalho minucioso de adequação da proposta à nova realidade legislativa, corrigindo alguns aspectos considerados inconstitucionais. Com essa nova abordagem, o substitutivo, finalmente aprovado, contempla a regulamentação de quatro espécies de cuidadores: de pessoa idosa, de crianças (infantil), de pessoa com deficiência e de pessoa com doença rara.

Entre as normas previstas destacamos a fixação de requisitos mínimos para o exercício da atividade; a permissão para contratação em três modalidades (pessoa física, jurídica e microempreendedor individual); a enumeração de deveres mínimos do cuidador; e, finalmente, a previsão de que, havendo comprovação de maus-tratos e violências praticados pelo cuidador contratado em desacordo com a Lei, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do responsável pelo assistido da moradia comum.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre direito do trabalho. Como o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016, não trata de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da nossa Carta Magna.

A Comissão de Assuntos Sociais detém a atribuição de examiná-la, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Não há, portanto, impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais à regular tramitação da matéria.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. A ideia original foi elaborada com algumas impropriedades constitucionais e jurídicas que foram, ponderadamente, analisadas e corrigidas na Câmara dos Deputados. Vemos também como meritória a ampliação da abrangência das normas para englobar diversas espécies de cuidadores, considerando as pessoas que necessitam desse tipo de profissional: idosos, crianças, pessoas com deficiência ou com doenças raras.

A regulamentação em análise, por outro lado, mostra a consciência das novas responsabilidades sociais que o futuro coloca diante do legislador e dos trabalhadores. As atividades que aqui tratamos representam necessidades e oportunidades, com um espaço enorme para a empregabilidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em suas novas configurações, a família precisará, cada vez mais, do auxílio de terceiros, com alguma prática e conhecimento. Ocorre que a flexibilidade veloz do mundo atual exige o apoio desses profissionais no atendimento de carências específicas.

É notório que o Estado e a sociedade, com as políticas públicas e apesar dos inúmeros esforços, não conseguem atender às demandas de cuidados das pessoas que os necessitam. Há situações diferenciadas que dificilmente são resolvidas com decisões políticas, globais ou coletivas. Nesse momento, a presença de um Cuidador profissional vem preencher uma lacuna visível, trazendo um tratamento especializado, pessoal e afetivo, que as organizações (asilos e creches, por exemplo) não podem oferecer.

São espécies de trabalho em que há presença significativa da informalidade. Há milhares ou milhões de trabalhadores que podem ser trazidos para o mercado formal se acatadas as normas do projeto. Dessa formalização decorrerão benefícios gerais, como a inclusão previdenciária e o acesso geral a bens e serviços.

Reconhecidos e orientados pela legislação, os cuidadores poderão trabalhar pela inclusão social e pela cidadania, colaborando para que os casos de violência, maus-tratos ou descaso com idosos, crianças e pessoas com deficiência ou doenças raras, sejam significativamente reduzidos.

Por todas essas razões, cremos que a aprovação da proposta em exame representa a valorização de uma atividade em ascensão, com inúmeras possibilidades de evolução e melhoria na qualidade dos serviços e no reconhecimento social dos profissionais da área.

Voto.

Em face do exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016.

Era esse, Srª Presidente, o nosso parecer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

É um projeto muito interessante, Senador, e muito necessário porque são muitas as atividades que hoje não têm essa proteção. Volta e meia, chega aqui também para nós ou há nos jornais caso de abuso de cuidador de idoso ou de babás que batem nas crianças ou até molestam crianças. Então, este projeto realmente vai ser bom nessa direção.

V. Exª gostaria de comentar como foram as discussões? Fiquei bastante interessada também.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Interessante é que não são ainda categorias profissionais, porque não estão formalizadas por lei, mas há em tramitação nesta Casa, de iniciativa do nosso companheiro Waldemir Moka, um projeto que trata do cuidador do idoso, cuja Relatora...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fui eu!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ...parece-me que foi V. Ex^a.

O que considero mérito desse projeto, dessa iniciativa, é que engloba quatro tipos de cuidadores: o da pessoa idosa, o da pessoa com deficiência, o da criança e o da pessoa portadora de doenças raras. Então, considero importante o reconhecimento dessas categorias profissionais, dada a vida moderna por que nós atravessamos.

Vi casos por onde andei, sobretudo na cidade de Teresina, uma cidade de quase um milhão de habitantes, quando fui prefeito. Hoje defendo uma tese que está em discussão com relação a idosos. Vejo muitas famílias pequenas, com três ou quatro pessoas – às vezes, moram a filha, sua mãe e seu pai, já com idade avançada –, que não têm condições de colocar o familiar em uma instituição. Hoje, fala-se do abrigo, que é a instituição de longa permanência, e há o Centro-Dia, como se fosse uma creche.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não querendo interromper, mas já interrompendo, sabe o que há também, que me deixa muito revoltada? Há a filha solteira.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Exatamente, há exatamente isso. E eles saem para trabalhar. Muitos não têm condições nem onde deixar a pessoa idosa.

Daí por que, considerando a baixa taxa de natalidade e o fato de que nossas creches estão fechando – em função do declínio da taxa de natalidade, muitas creches estão fechando –, nós defendemos a tese de que devemos transformá-las em Centros-Dia.

Em vez de levarmos a criança... Praticamente, em determinadas regiões, não há necessidade daquela creche. Entretanto, a demanda por locais para deixar idosos acima de 60 anos, de 65 anos... Eu creio que essa seria uma alternativa.

Em situação precaríssima, hoje, estão instituições de longa permanência. Eu digo isso porque nós temos cinco na cidade de Teresina, quatro de organizações não governamentais, de instituições filantrópicas, que, em situação difícil, estão mantendo essas instituições de longa permanência. Ou seja, vejo isso com grande preocupação, como nós víamos, em um passado não muito distante, a situação das crianças deste País, principalmente nas regiões em desenvolvimento como a Região Nordeste e a Região Norte, que careciam muito de uma assistência à pessoa, à criança – nem falo em adolescente. Hoje, com o avanço da Medicina e com a expectativa de vida do brasileiro cada vez mais avançando para 75 anos, 80 anos, nós temos de nos preocupar com essa questão relacionada aos idosos.

A maior parte das famílias no Brasil não tem condições de pagar o cuidador, desse que nós estamos tratando da regulamentação da profissão. Onde deixar o idoso? Muitos deixavam, no passado, criancinhas de cinco ou de seis anos, com a de sete anos cuidando delas, sozinhas em uma casa, enquanto os pais iam trabalhar, passando praticamente dez horas fora.

Creio que é um projeto de grande alcance social que regulamenta o que já existe. Quem hoje é o cuidador dessas crianças, da pessoa com deficiência, do idoso, da pessoa com uma doença é uma doméstica, que não tem a devida preparação para esse tipo de atividade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por isso, considero, reputo essa iniciativa como da mais alta relevância, que vem preencher uma lacuna. Tantos projetos dessa natureza têm passado por esta Casa, e V. Ex^a, que foi prefeita de uma grande cidade, conhece-os profundamente e já tem, inclusive, testemunhado casos relacionados a esses problemas a que nós nos referimos aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Férrer, pelas considerações.

Eu estava pensando, enquanto V. Ex^a falava, que eu não sei se é melhor, mesmo em virtude dessa demanda terrível e da carência que V. Ex^a relata, que realmente é brava, nós diminuirmos creches para torná-las em abrigos para idosos, porque a creche é um direito da criança hoje; não é só um lugar em que a mãe coloca a criança para ela poder trabalhar. Muitas vezes, nós vemos que a mãe coloca a criança ali para a criança comer, porque, às vezes, é a única refeição do dia. Mas hoje a gente tem de batalhar para que a creche seja o que ela tem de ser, que é um direito da criança, porque a socialização em creches adequadas é uma possibilidade de ela potencializar tudo a que ela tem direito na vida. Faz uma enorme diferença, nos primeiros anos de vida, ter não só alimentação, mas também o estímulo correto, o que muitas crianças não têm.

Agora, percebo claramente o que V. Ex^a falou, que há uma dificuldade gigantesca com os idosos. Lá, quando fui prefeita, nós criamos uma casa que era exatamente para atender, na maioria, casos terminais que as famílias não tinham como atender. Era uma casa bonita, onde as pessoas eram muito bem atendidas por uma equipe médica. Não se pode fazer isso numa cidade enorme, nem em uma pequenina, para todo mundo, mas foi uma experiência para ver como funcionaria, e funcionou muito bem.

É um desafio para nós: como cuidar das pessoas idosas? Até hoje – eu brinquei, mas falei de verdade –, quem toma conta do idoso na casa é a filha solteira, que deixa de casar e deixa de trabalhar para poder tomar conta do pai e da mãe idosos. Isso está mudando para uma situação muito complicada e boa para as mulheres, porque foi uma forma de as mulheres reagirem. Nenhuma filha quer ficar em casa cuidando de pai e mãe, esta é a realidade hoje. Mudou em 20 anos. Então, hoje, o pai e a mãe são cuidados por quem?

Nas famílias mais carentes, alguém tem de deixar o trabalho, ou a vizinha cuida, ou alguma coisa ocorre, e o idoso não é bem cuidado. Em relação à questão do cuidador, como ex-prefeita, acho que seria muito complicado colocar essa despesa para Municípios. As pessoas mais abastadas, mal ou bem, conseguem contratar um cuidador. Mesmo as que não são tão abastadas conseguem um cuidador. Agora, como é que nós poderíamos fazer para que aquelas que não têm nenhuma condição consigam alguém que não onere a família, que não tem recurso de jeito nenhum, para o idoso ser bem cuidado?

Nós acabamos de aprovar aqui um projeto de lei para os agentes comunitários de saúde. Eu estava pensando que muitos deles... Muitos deles, não; eles são totalmente qualificados para exercer alguma função – não é a deles, eles fazem outra coisa –, alguma coisa paralela que pudesse ser criada para o cuidado de idosos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inclusive, eu me lembro de um projeto que vi na França, em que eles capacitavam jovens para fazer visita a idosos. Era muito interessante. Por exemplo, vai um jovem todo dia visitar o idoso. Ele leva o idoso... Na minha cidade de São Paulo, por exemplo – a gente pensou, mas não deu tempo de implantar –, ele levaria a pessoa para dar uma volta pelo quarteirão a pé. Não dá para ele ir sozinho, há muitos buracos. Se ele cair em um buraco, ele está acabado. Então, esse jovem, principalmente no centro da cidade, anda com o idoso, acompanha-o a uma atividade, por exemplo, de fisioterapia a que ele tenha de ir, a uma visita eventual a que ele tenha de ir. Se ele ficar fechado, no centro de uma cidade, em um apartamento pequeno, ele entra em depressão, fora que ele não se alimenta, porque, geralmente, ele tem de descer dois ou três lances de escada e tem dificuldades. Aí, ele tem de ir até o supermercado. O que ele faz? Ele compra leite, às vezes, um monte de banana, e se alimenta durante a semana assim. Isso é o que a gente foi identificando em relação a esses idosos em grandes centros urbanos.

Agora, essa visita seria muito interessante, porque seria o primeiro emprego. Na França, é o primeiro emprego para o jovem. Ele visita, ele aprende alguns cuidados básicos. Eu não lembro bem como era a situação de dar banho ou de não dar banho. Mas isso ajuda os idosos que vivem sozinhos, que são inúmeros nos centros das grandes cidades.

Parabenizo-o.

Agora, veio-me até a ideia de fazer um projeto do cuidador de idoso que visita, porque isso pode ser muito bom.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu queria só fazer uma observação: não defendi o fechamento de creches para abrir, digamos, locais...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desculpe-me!

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ...para as pessoas idosas. Não! Eu tenho observado, na nossa capital, que muitas creches estão fechando. Houve um momento nos governos passados em que nós construímos muitas creches. Então, hoje, há muitas creches que estão fechando em determinadas cidades. Nesse caso...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fecha por que uma creche? Não estava havendo natalidade?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Existem muitas comunidades em que há de quatro a dez crianças apenas e em que a creche tem capacidade para atender 70 crianças. Então, aquelas crianças são levadas para outra mais próxima. Isso nós temos observado. Nesse caso, considerando a baixa capacidade de investimento dos entes federados – é como estão todos hoje –, já estou antevendo isso. O Centro-Dia é uma necessidade imperiosa hoje.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, peço desculpas, porque eu não tinha entendido isso. Entendo isso agora. Ela foi, provavelmente, mal planejada e, é claro, pode ser agora recuperada para outra função.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Inclusive, quando nós fomos prefeitos, inauguramos a primeira creche com berçário.

Minha Presidente, eu vi um casal acabar o matrimônio, o casamento. Era um casal cujas famílias moravam em pontos extremos do Estado do Piauí. Eles moravam em Teresina. Casaram-se, e veio o primeiro filho. Ela entrou em licença-maternidade e, depois, tinha de retornar ao trabalho. Ganhavam um salário. Somando os salários dos dois, eles viviam razoavelmente bem. Ela não tinha com quem deixar a sua criança, mas necessitava de trabalhar. Quer dizer, vai se deixar a criança com quem?

Vejo muitas e muitas famílias nessa situação. Por exemplo, estou vivendo um problema dessa natureza agora. Um filho meu se separou, mas minha mulher, a avó, está ficando com as crianças. Eles podiam antes pagar um berçário para deixar a criança. Eles podiam pagar R\$2 mil ou sei lá quanto. Mas a avó ainda pode ficar com a criança. Os dois trabalham. Ela trabalha na área de saúde; ele, numa empresa privada.

Quer dizer, deixa-se a criança com quem? Eu vi se desfazer um casamento, porque ela teve de deixar o emprego para cuidar da filhinha. Ela não tinha onde deixá-la. E vieram os problemas entre os dois. O casamento foi desfeito. Ele ficou trabalhando na capital, e ela foi viver no interior com os pais.

Hoje, essa questão se aplica às pessoas idosas. Se hoje são 22 milhões de idosos no Brasil, 11% da população – não sei, mas deve ser mais ou menos isso –, em breve, daqui a dez anos, serão 30 milhões, 40 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Posso fazer um comentário?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – E nós vamos deixar... Porque às vezes nós somos, digamos, de um extrato social da pirâmide que tem condições de colocar... E eu vejo coisas tristes ainda – permita-me aqui falar sobre isso –, pessoas que têm condições de pagar um cuidador, de ter seu pai e sua mãe em casa, mas ainda botam numa instituição de longa permanência para morar lá, quer dizer, uma coisa totalmente desumana. Mas, e quem não pode pagar?

Veja bem, é um tema que reputo da mais alta importância, que é um problema social. A gente testemunha isso todo dia. Eu vejo isso, porque nós, como políticos, interagimos, e eu também. A senhora falou nessa assistência que nós damos. Eu sou maçom e sou rotariano. Nós temos há mais de 40 anos programas com creches e abrigos, que são hoje instituições de longa permanência, e temos um trabalho constante. Mas é semanal. E também para as crianças temos uma creche adotada pelo Rotary, a que pertence em Teresina, como temos uma instituição, um abrigo de longa permanência com pessoas idosas, inclusive contribuindo materialmente e de forma afetiva aos sábados e domingos, no Dia do Idoso, enfim. Mas não é aquela assistência permanente, que aí é um dever do Estado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos, minha Presidente, meu nobre Senador...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer um comentário.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Nós temos de reconstruir, refazer, repensar o Estado. Nós fazemos muita coisa, e, no fundamental, que é a vida das pessoas, o Estado está totalmente omissivo. Eu vejo um momento muito delicado e tenho estado muito preocupado por isso. O que estou fazendo aqui? Esta é uma questão que reputo da mais alta relevância: a crise do Estado brasileiro hoje e, dentro dela, a crise federativa, como estão vivendo os Municípios e os próprios Estados. Eu sempre cito onde chegou o Rio de Janeiro, e os demais Estados... Aquilo, no meu entendimento, é um efeito cascata, um efeito dominó. Todos os Estados-membros da Federação estão passando uma situação dramática, como a própria União.

Fui Secretário de Planejamento há vinte e tantos anos, e nós tínhamos, em momentos de dificuldades, a quem recorrer. Mas há mais de 30 anos que se recorre à União, e a União chegou a uma situação de também não ter mais os recursos para manter esse Estado, digamos, gigante, ineficiente, incompetente, para não dizer mais outras coisas que, talvez, por questão de ética, eu não deva dizer aqui.

Eram as considerações que nós tínhamos de fazer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sobre a questão dos Municípios, realmente a situação é diferente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, quero me inscrever.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Posso fazer um comentário e já lhe dou a palavra, Senador? É referente ao que o Senador colocou. Não é bem o tema, mas eu não gostaria de deixar passar batido.

V. Exª colocou o caso de um casal que se separou porque ela teve de deixar o trabalho. Aí está uma questão que temos de voltar a discutir seriamente, que é a questão de gênero, porque implica a pergunta: por que ela vai deixar o trabalho? Hoje, se você pega uma sociedade mais avançada, mais moderna, ele ganha x, ela ganha y. Provavelmente, ele ganha mais. E há uma conversa sobre quem tem de deixar o trabalho por que ganha menos.

Mas todas essas questões nós temos de discutir socialmente, porque elas fazem parte hoje do empoderamento da mulher, da divisão do trabalho doméstico, de um mundo enorme pelo qual a gente passa batido, sobre o qual a gente não se debruça. Por exemplo, vejo que proíbem, nas câmaras municipais deste Brasil, a discussão da questão de gênero, o que é um absurdo! Se existe a violência que há hoje, se há estupradores, se a gente faz tudo que é tipo de lei e não adianta... Houve o episódio do homem que ejaculou no pescoço da mulher, no ônibus, em São Paulo. Tudo isso ocorre por quê? Não adianta imaginarmos que essa questão do respeito virá necessariamente dos lares. Para um grande número, virá, mas, para outro grande número, não virá.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De qualquer jeito, isso deve ser elaborado, isso deve ser introjetado pela menina e pelo menino. E a escola é o lugar onde tem de se discutir isso, questão de gênero. O que é uma mulher? Qual a função de uma mulher? Por que a mulher desempenha essa função, e não outra função? Isso é que tem de ser discutido. E, depois, vem o respeito à individualidade, porque aí nós passamos pelo respeito a cada um. Eu posso pensar diferente, mas não é por isso que você tem de me encher de porrada, na relação entre homem e mulher. E muito menos o outro que é homossexual pode ser agredido, ou o que é transgênero pode ser sei lá o quê.

Então, isso deve ser discutido, porque essa violência que nós vivemos hoje é exatamente fruto dessa barbárie. E, hoje, em muitas câmaras, inclusive na da minha cidade, está proibido discutir questão de gênero, sem entender que a raiz do preconceito e da violência está exatamente aí.

Desculpe o rompante, mas é que realmente isso para mim é uma discussão, preocupando-me com a sociedade. Aliás, hoje escrevi um artigo que está na *Folha* sobre o assunto, que é realmente onde precisamos mexer: na educação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Presidente, em relação ao projeto, eu sei da experiência que o Senador Elmano Férrer tem como ex-prefeito e homem de uma sensibilidade especial, conhecedor profundo da realidade do Nordeste. O único ponto que eu gostaria de levantar aqui com o nobre par é que as prefeituras, ultimamente, vêm se queixando enormemente das responsabilidades que nós aqui repassamos a eles.

O único ponto que senti falta, aqui no projeto, é saber... Por exemplo, se a pessoa não tem dois anos completos como cuidadora, ela não poderá mais exercer essa função, porque o projeto só autoriza que ela faça o ensino fundamental depois de dois anos já como cuidadora.

O que normalmente os prefeitos têm solicitado, principalmente em Goiás, e não é diferente no Brasil, é que nós estamos impondo tantas regras nas creches, nos colégios, mas, em contrapartida, nós não damos o mínimo de repasse para que essas exigências sejam cumpridas. Então, como V. Exª coloca, o art. 3º diz:

Art. 3º. [...]

Parágrafo único. As pessoas que já se encontrarem exercendo atividades próprias de cuidador há, no mínimo, dois anos, por ocasião da data de publicação desta Lei, ficam dispensadas da exigência a que se refere o inciso III [ou seja, de concluir a qualificação profissional, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação] do *caput* deste artigo, devendo cumpri-la nos três anos seguintes à vigência desta Lei.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Este levantamento aqui é que me causa certa preocupação, primeiro, porque isso vai impactar os Municípios e, segundo, por não saber qual é o universo de cuidadores e cuidadoras que está incluído nesse período que antecede dois anos. Essas são duas situações em relação às quais eu gostaria de obter mais dados – se é que podemos tê-los – do Ministério do Trabalho ou de algum órgão do Governo, para que tivéssemos um parâmetro, para que tivéssemos uma ideia do quanto isso impactaria os custos nos Municípios. As duas situações, Senador Férrer, com todo respeito que tenho por V. Ex^a, neste momento, levam-me a pedir vista, para que eu possa fazer uma análise mais detalhada, junto também à Associação e à Confederação Nacional dos Municípios, com dados dos Estados, para que possamos trazer algo aqui que não só transfira esse problema, mas que também ajude a sanear-lo com algum repasse também, com alguma exigência que exista na nossa área orçamentária com rubrica específica para isso.

É essa a preocupação que tenho com a realidade dos prefeitos hoje. Como V. Ex^a coloca, são muitas as creches que hoje estão fechando, são muitas as escolas hoje que não estão sendo abertas, e isso se dá também por causa de exigências que foram feitas no sentido da presença de pedagogos, de acompanhantes, de professores. Isso está certo, só que o Município não tem arrecadação suficiente para implantar aquilo que foi colocado na lei.

Então, acho que é um cuidado que precisamos ter. Todas as vezes que passarmos uma exigência para o Município, precisamos saber qual é a contrapartida que estamos dando, qual é, realmente, o apoio que estamos dando para que isso se torne uma realidade. Se não for assim, nós vamos dar ao prefeito uma norma, o Ministério Público vai chegar lá, o promotor vai chegar lá... Está na lei, ele não está cumprindo e, imediatamente, é denunciado. Isso tem acontecido com muita frequência ultimamente. Então, nesse ponto, nós precisamos ser extremamente cautelosos para não sobrecarregar os Municípios.

É só esse fato específico que pondero com V. Ex^a, Senador Férrer, com todo o carinho e respeito por sua trajetória política e de vida. Eu gostaria de pedir vista, para que eu tivesse maiores informações a esse respeito.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu acho prudente, procede a preocupação do nobre Senador Caiado, concordo. Nós estamos aqui exatamente para aperfeiçoar a matéria. Entretanto, eu queria... Eu até me antecipei e levantei aqui uma relevante crise com relação ao Estado, ao Estado brasileiro, à Federação.

Como executivo do menor ente federativo, que é o Município, mas que é a essência da Federação... Nós sabemos que, na repartição das receitas públicas deste País, a maior parte fica aqui na corte, fica na realeza, fica na ilha da fantasia. E a essência da Federação, lá na ponta, onde eu e V. Ex^a estivemos – V. Ex^a como Deputado Federal; hoje, como Senador da República; amanhã, como Governador ou Presidente da República... Talvez, façamos o que deva ser feito neste País.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fui prefeito. Eu agonizava diante de tantos problemas, de tantos desafios e da impotência que tínhamos para enfrentar isso lá na ponta, onde eu vi o desmoronamento, como eu disse aqui, de famílias. E não falei de unidades familiares cujo lar estava sendo destruído – e está havendo isto em todo ponto deste País – quando na família havia um dependente químico. Vi a minha impotência como executivo de uma cidade, à época, de 850 mil habitantes. Quando eu me refiro a uma Federação tupiniquim, que é esta Federação que nós temos, em que quem está lá na base... Eu estava, ontem ou antes de ontem, numa instituição presidida por uma pessoa de São Paulo, tratando de assunto hídrico. "O senhor já foi ao Nordeste? O senhor já esteve lá?" "Não, não, não!" "Então, não tem condições de falar sobre o que estou falando aqui."

Então, meu nobre Senador e Senadora, tenho mais de 50 anos de serviço público, sem jamais ter usado da coisa pública em benefício pessoal. Fui Secretário de Estado e me filiei a partido recentemente. Convidaram-me para ser candidato. Eu disse: "Nem sou filiado a partido!" Pois bem, tenho mais de 50 anos de serviço público. Trabalhei num órgão de desenvolvimento regional, na Sudene, e sei, vivenciei, vivi, vi drama, vi gente morrer em minhas mãos na seca de 1970. Crianças morreram em meus braços, coisas que ninguém viu. Então, há coisas dessa natureza, e, muitas vezes, a gente fica numa impotência, numa situação dramática.

Procede, concordo com o pedido de vista. Vamos aperfeiçoar. Agora, tramita aqui um projeto sobre cuidadores de pessoas idosas. O sentido seria juntar tudo isso. Há esse aspecto relacionado à pessoa que já vem exercendo essa atividade e que, em função da lei, não preenche determinados requisitos. Mas tenho a certeza e a convicção de que o nobre Senador vai aperfeiçoar. Estamos aqui para isso. Vamos aperfeiçoar a lei.

O importante é que há necessidade de se criar essa categoria profissional de cuidadores. Nós estamos vivenciando isso. Todos nós vivenciamos isso, tivemos nossos pais no passado... E, quando ela falou... Quem cuidou de meu pai, nos últimos dias, foram minhas irmãs; eu já estava do Piauí ou estava no Rio. Éramos 14, mas hoje as famílias têm três filhos, dois filhos, um filho, e eu não sei como será no futuro. Então, nós temos de agir, além de legisladores, como planejadores. Eu sempre digo isso. Quem é o planejador? É aquele que antevê o que vai acontecer. Já o bombeiro... Nós não podemos continuar agindo como estamos agindo neste País em todas as áreas: como bombeiros! Eclode a crise, e nós chegamos com os caminhões para apagar. O planejamento do nosso país acabou. Não há planejamento. Nós vivemos numa improvisação constante, numa improvisação permanente, comprometendo o nosso futuro, aliás, o próprio presente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É muito pertinente o seu...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, eu quero pedir vista coletiva do projeto para acelerar essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É fundamental essa questão de cuidadores. Eu também pertenço a uma família com oito irmãos e sei da dificuldade que é para todo mundo, com os seus afazeres. A pessoa vai chegando a uma certa idade e precisa realmente ter um cuidador.

O nosso nobre Felipe Bornier, Deputado pelo Rio de Janeiro, concebeu esse projeto, que é um projeto importante. Eu também concordo com as ponderações do Caiado de que não dá para, no Distrito Federal, na capital do nosso País, uma série de creches ficarem prontas, entregues à população e fechadas, porque o Governo não tem dotação orçamentária definida.

Então, a preocupação é coerente, sim, mas eu acho que temos de se arrumar um jeito de ver como é que faz, porque essas creches e a questão dos cuidadores são fundamentais.

Quero pedir vista coletiva no intuito de acelerarmos o procedimento da análise desse processo.

Eu não sei se espero V. Ex^a dar o veredito e depois entro nos outros detalhes... Acho que é melhor eu esperar V. Ex^a dar o veredito sobre esse processo e pedir a palavra em seguida.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu queria cumprimentar o Senador Férrer pela pertinente e comovente comunicação. Acho que todos nós que estamos aqui sentimos muito por dentro a sua sensibilidade frente às pessoas que mais necessitam e seus esforços para que possamos ajudá-los melhor.

Então, está concedida vista coletiva ao Senador Caiado e ao Senador Hélio José, nos termos do art. 132 do Regimento.

Também, antes, queria dizer que foi muito bem lembrado, Senador Caiado, que o que mais se faz hoje é lei que obriga o Município a ter mais responsabilidade e competência, e sem condição nenhuma de exercer o que já tem como responsabilidade.

Eu vou dar só um exemplo para ilustrar: quando eu era Prefeita, fizeram uma lei, e as creches em São Paulo – não sei se o senhor sabe, Senador – são obrigadas a terem elevador. Sabe por quê? Para as pessoas cadeirantes. É coisa de outro planeta o que custa manter os elevadores. Às vezes você tem que fazer uma creche com elevador e já há outra pertinho, para que qualquer criança que seja cadeirante... Um estudo basta para ver. É nesse nível. Então, são leis malucas, eu diria, que têm boa intenção, mas que levam a coisas completamente equivocadas.

Então, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Antes de encerrar a reunião, o Senador Hélio José gostaria de ter a palavra?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sim. Nobre Presidente, cumprimento V. Ex^a pela direção dos trabalhos.

Primeiro, eu tinha comunicado aqui que eu gostaria de participar da Comissão de Doenças Raras e não estou aqui colocado. Eu tinha comunicado isso ao Presidente da Comissão e a todos os demais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu gostaria que o meu nome constasse como membro da Comissão de Doenças Raras, se possível, Sr^a Presidente, porque acho uma coisa importantíssima.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, tem que ver com o Presidente da Subcomissão, porque ele passa a ter a jurisdição sobre a Subcomissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não, eu tinha conversado com o Presidente. Talvez ele tenha se esquecido. Estou vendo aqui que a Comissão é praticamente a Comissão inteira.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não, são menos, sete ou oito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu li aqui, tem três titulares e um conjunto de suplentes. Não estou nem interessado em ser titular.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, são três titulares e três suplentes...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não, não.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E um Presidente e um Vice.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Suplentes: Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos, Armando Monteiro – cinco suplentes e três titulares.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, o Senador Moka é quem vai decidir isso, não é esta Presidência.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso. Então, eu queria que esta Presidência encaminhasse a minha solicitação para participar desta Subcomissão.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, faremos isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Além disso, eu gostaria de pedir uma inclusão, Sr^a Presidente, extrapauta. É um requerimento de minha autoria. Eu quero agradecer à Comissão, presidida no dia pelo Senador Aírton Sandoval, por aprovar a audiência dos síndicos profissionais. Estou solicitando uma inclusão extrapauta: requeiro, nos termos regimentais, que seja também convidado para a audiência pública aprovada em razão do Requerimento nº 127, de 2017, para debater a regulamentação da profissão de síndico, o Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicondomínio do Distrito Federal. Esse senhor me procurou pedindo para ser incluído, e não vejo problema.

Sr^a Presidente, como eu sou um Senador do Distrito Federal, não tenho...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Requerimento?...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – De inclusão extrapauta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere, acabei de ter uma informação aqui. Na hora eu não me lembrei. Esses cinco titulares e cinco suplentes são escolhidos de acordo com o partido, é proporcional.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Melhor ainda, o PMDB não tem ninguém.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O PMDB tem três titulares.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Três titulares? Quem?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, tem um titular. É proporcional. Então, foi feito dessa forma.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois é.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É só uma informação a V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não, tranquilo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Tem um titular o PMDB.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E nenhum suplente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, tem dois titulares, desculpe.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Dois titulares?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Moka e o Senador Sandoval são do PMDB.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah é.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eles preenchem a cota do PMDB. Mas V. Exª... É regimental isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não, tranquilo. Vamos verificar a situação, vamos fazer contas, conforme a relatoria, para ver se realmente dá para ficar todo mundo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Qual é a outra questão, desculpe.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu acho que a conta está errada. Acho que o PMDB tem direito a um suplente e faremos conta para provar isso.

A outra questão, além do requerimento... (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fui lembrada de que temos uma regulamentação aqui de que lemos o requerimento e, na próxima reunião, ele será votado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 12****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 129, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos regimentais, que seja também convidado para a Audiência Pública aprovada em razão do RAS nº 127/2017, para debater a regulamentação da profissão de síndico, o Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicondomínio-DF.

Autoria: Senador Hélio José

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Certíssimo, Presidente.

Presidente, eu fui inquirido aqui pelo Ministério Público do Trabalho. Na nossa sessão passada, num amplo acordo fechado entre os Senadores Paim, Randolfe e outros, foi aprovado o Requerimento 125 para discutir assuntos importantes, mas o Ministério Público do Trabalho ficou fora.

Vou ler aqui – é um requerimento manuscrito que eles me entregaram aqui...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É sobre qual projeto?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vou falar, vou ler aqui, e a senhora vai entender.

Gostaríamos de solicitar a inclusão de um representante do Ministério Público do Trabalho na audiência pública aprovada por meio do Requerimento 125/2017 para debater o SCD 6/2016, que cria o Estatuto da Segurança Privada.

A segurança privada diz respeito àqueles vigilantes...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sei. Deixe-me já falar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foram vários requerimentos; nós tivemos três ou quatro requerimentos, e cada um indicando seis ou sete pessoas. Então, foi acordado que nós faríamos uma audiência pública com oito. Então, os Senadores que apresentaram o requerimento se sentaram, apresentaram-me os nomes, e eu os acatei. Entrementes, chegaram mais dois requerimentos por fora e, agora, o terceiro, de V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeito. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esse já está aprovado como audiência pública.

O que eu acho interessante discutirmos – e acho que não deveríamos fazer isso hoje – é que, como chegaram dois requerimentos posteriormente e V. Exª está apresentando um terceiro





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

requerimento, faríamos outra audiência pública. Isso é melhor do que colocar mais três em oito. Se fizermos isso, não vamos ter uma audiência que valha a pena.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Fica complicado, eu entendo o que a senhora está ponderando.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É melhor fazermos outra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só é importante relatar o seguinte: torna-se importante a inclusão do representante do Ministério do Trabalho, uma vez que a relação de trabalho dos profissionais dessa área foi pouco debatida até o presente momento. Como esse assunto não se esgota, como V. Exª coloca, em apenas uma audiência pública, vejo totais condições... É uma pena, porque fica um pouco prejudicado se não houver o contraditório. Como eu não conheço os demais debatedores do ponto de vista do Ministério do Trabalho, que é quem regulamenta a questão...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª tem razão.

Sabe o que vou fazer? Eu vou pedir para os outros que mandaram anteriormente... Esses dois novos indicam, V. Exª indica também, e aí, se não estiver balanceado, nós pedimos para os outros quatro que tiveram que abdicar de indicar algum nome que indiquem, para que a gente faça três a três ou quatro a quatro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeito, tranquilo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então pode deixar que eu cuido disso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está bem.

Eu vou pedir à minha assessoria só para formalizar esse requerimento para que a senhora possa ter isso documentado – aqui tenho só o rascunho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas é que eu tenho que ler esse requerimento agora ou dá-lo como lido para que possa ser votado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeito.

Dá-lo como lido... (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Passe para a nossa Senadora, e eu faço oficialmente daqui a pouquinho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós vamos fazer, então, segundo a sugestão da Srª Patrícia: juntamos todos os requerimentos, os nomes. Se não estiver balanceado, nós falamos com os que já pediram outros nomes e não conseguiram inseri-los.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E faremos uma outra audiência pública, cuja data vamos anunciar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com certeza.

Se a senhora puder dar como lido... A senhora lê, e, daqui a uns minutos, eu peço para a minha assessoria fazer aqui. Só para poder facilitar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, eu não li ainda os outros dois também; vou ler tudo junto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tudo bem. Não há problema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Na próxima audiência nossa, nós lemos os três requerimentos.

Por favor, Srª Patricia, peço que já encaminhe aos que requereram anteriormente os nomes que não conseguiram inserir nessa. Se faltar algum, nós colocamos, para dar um balanço. Está bem?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ótimo.

Concluindo, nobre Presidente, eu sou Relator do item 9. Trata-se de um projeto importante que é terminativo. Nós não temos quórum, mas creio que eu poderia lê-lo aqui, e ficaríamos esperando o quórum, talvez, na nossa próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

Eu vou pedir para o Senador Elmano assumir a Presidência, se puder, e aí V. Exª lerá o relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está bem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É possível?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu também tenho esse compromisso; nós temos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, fico eu...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A filiação do Bezerra.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Inclusive o próprio Senador Hélio tem esse compromisso, agora, às 11h.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Claro.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Estamos sendo convocados pelo Líder do Partido para a filiação do Senador Fernando Bezerra, agora, às 11h.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se V. Exª achar importante, eu fico, e V. Exª lê.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Acho muito importante ler, porque trata da concessão do salário-maternidade pela Previdência Social. Depois, nós seguiremos para esse compromisso. Vou ser o mais rápido possível.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016

- Terminativo -

Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vamos lá, rapidinho.

Relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS)296, de 2016, do Senador Telmário Mota, que tem por escopo modificar a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social.

O projeto busca introduzir o art. 72-A na Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para determinar que:

- o salário-maternidade pago diretamente pela Previdência deverá ser concedido em até 15 dias de seu requerimento;
- se não cumprido esse prazo, o benefício será concedido automaticamente, na forma provisória;
- confirmado o preenchimento dos requisitos, o benefício será convertido para forma definitiva, senão ocorrerá a sua cessação imediata.

Passo à análise, dando como lida a outra parte aqui, para ganharmos tempo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pertence a esta Comissão, com fulcro no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a competência para apreciar matérias que, como o caso, versem sobre seguridade social.

A constitucionalidade formal da proposição está presente, pois foram observados o art. 22, inciso XXIII, e o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, que põem a matéria no campo da competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa quanto no tocante à sua apreciação.

Quanto ao mérito, consideramos adequado e oportuno o projeto.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 296, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao *caput* do art. 72-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º

“Art. 72-A. No caso de salário-maternidade pago diretamente pela Previdência Social, o benefício será concedido no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do requerimento administrativo.”

Sala da Comissão.

Esse é o parecer, Srª Presidente. Esse é o voto.

Fiz resumidamente a leitura para ganharmos tempo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Feita a leitura?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Esse é o voto, que acabei de ler, pela aprovação do projeto. Como nós não vamos debatê-lo hoje exatamente pela questão de tempo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª leu, e a discussão será feita em outra oportunidade, em outra reunião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy, Ronaldo Caiado e Dalirio Beber, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Aírton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Otto Alencar, Wilder Moraes, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, Ataídes Oliveira, Dário Berger, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença dos Deputados Federais Wellington Roberto e Major Olímpio e do Deputado Distrital Chico Vigilante. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (RAS 125/2017)**, atendendo ao requerimento RAS 125/2017, de autoria dos Senadores Dalirio Beber, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. **Finalidade:** Instruir o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, que "institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.". **Participantes:** Leandro Vilain, Diretor de Políticas de Negócios e Operações da Federação Brasileira de Bancos - Febraban; Jeferson Furlan Nazário, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores - Fenavist; Gustavo Machado Tabatinga Júnior, Secretário de Políticas Sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - Contraf - CUT (representante de: Roberto Antonio von der Osten, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - Contraf-CUT); Ricardo Sancovich, Delegado da Polícia Federal (representante de: Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal); José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços - CNTV; Carla Neri, Analista Técnica da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (representante de: Márcio Lopes de Freitas, Presidente do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB); Clairton Walter, Representante do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – SNCC; Ruben Schechter, Representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores e da Federação Nacional das Empresas de Transportes de Valores. Justifica ausência o Banco Central do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Paulo Paim, José Pimentel, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Randolfe Rodrigues, Vicentinho Alves, os Deputados Federais Nelson Pellegrino e Wellington Roberto,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/13>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovadas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento, da CAS, nº 125, de iniciativa dos Senadores Dalirio Beber, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, para instruir o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de maio de 2002, 10.637, de dezembro de 2002, 10.833, de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de sete de dezembro de 1940, Código Penal, revoga as Leis nºs 7.102, de junho de 1983, 8.863, de março de 1994, e dispositivos das Leis 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de agosto de 2001, e dá outras providências.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Sr. Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Pela ordem.) – Como Relator, nós solicitamos a inclusão entre os palestrantes do Sr. Ruben, da Associação Brasileira de Empresas de Transporte de Valores, e há um acordo com os autores da audiência pública. Inclusive, o Senador Paulo Paim, que está presente. Solicito a V. Exª que, mesmo que diminua um pouco o tempo, que é importante porque é uma das partes que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, eu não teria nenhum problema. Só que eu quero dizer uma coisa para a gente decidir junto: nós temos mais três requerimentos de outra audiência pública. Então, eu acho que, se for para haver outra audiência pública que eu vou submeter à votação no plenário...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não ponha, Presidente. Eu acho que não há necessidade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É uma decisão da Presidência, Senador. Eu vou deixar para os Srs. Senadores decidirem se vai haver outra ou não. Agora, como não sabemos o que vai acontecer, se vão decidir que vai haver ou não, nós podemos incorporar a pessoa que V. Exª...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pode ser, inclusive, o último a falar. Não há nenhum problema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não vamos nem caber todos aqui. Então, estávamos pensando em dividir aqui, vai diminuir menos, vai ser quase nada de tempo para cada um.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Como não sabemos o resultado, se teremos outras audiências públicas ou não, vamos incorporá-lo nesta aqui, mas dizendo que o tempo será diminuído para todos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou ler o requerimento de V. Exª: Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É exatamente o pedido de V. Exª: o nome do Sr. Ruben Schechter como representante da Associação Brasileira de Empresas de Transporte de Valores (ABTV) e da Federação Nacional das Empresas de Transporte de Valores (Fenaval) à lista de convidados. Já tratamos da questão e está concedido. Vamos ver quem virá para a mesa.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos começar com os três primeiros aqui e os outros palestrantes poderão, por favor, se acomodar. Sr. Leandro Vilain, Diretor de Políticas de Negócios e Operações da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Tudo bem? Como está? *(Pausa.)*

Jeferson Nazário, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Como está? Bem-vindo! *(Pausa.)*

Gustavo Machado Tabatinga Junior, Secretário de Políticas Sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf - CUT). Bem-vindo. *(Pausa.)*

E Ricardo Sancovich, Delegado da Polícia Federal.

Então, ficaram para a próxima rodada: José Boaventura Santos, Carla Neri, Clairton Walter e o recém-mencionado novo integrante da Mesa. Bem-vindo!

Justifica a ausência o Banco Central do Brasil.

Concedo a palavra aos Senadores Dalirio Beber, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues se quiserem fazer alguma consideração.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, só fiquei com uma dúvida. Durante esse período, seguindo praticamente a orientação que é dada sempre, nós procuramos dialogar com o Relator, com as partes. Eu tenho a impressão – claro, o Plenário que decide – de que a intenção das partes seria de que a gente discutisse, ouvisse e que não tivéssemos outras audiências públicas. Mas se for a vontade – a senhora foi clara, só vou concluir –, o Plenário que vai decidir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só estou dizendo que a gente está aqui para os ouvi-los com a maior boa intenção de ajudar a construir um grande acordo entre todos os setores envolvidos. Só para contribuir com o debate.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem são os requerentes, que eu não estou me lembrando? Acho que você é um deles.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Eu não. Se sou, já estou retirando o meu.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vicentinho... Quem mais? Acabou que entrou. O outro foi o Senador Amorim e o Senador Hélio José, que quiseram.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Só para contribuir, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acho que não vamos ter grandes problemas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, acho que não. Seguimos na linha do Senador Paim – e agora conversando com o Deputado Chico Vigilante, com todas as partes com que conversei, inclusive patronais, dos trabalhadores –, todos desejam velocidade, rapidez na conclusão desse assunto.

Então, não vejo – depois de dialogar com todas as partes, como Relator –, percebo a vontade – como disse o Senador Paim – de concluirmos o mais breve... Por isso que não vejo a necessidade de outras audiências públicas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Dalirio quer se posicionar?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Considero que, efetivamente, ouvindo os palestrantes de hoje, reunimos informações suficientes para podermos deliberar isso na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais. De tal sorte que acho que damos início a esta reunião e, no final, os Senadores eventualmente poderão fazer suas avaliações e, se considerarmos ainda necessário, far-se-á essa análise posteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Era exatamente o que eu estava pensando. Vamos ouvir todos os presentes e, se considerarmos necessário algum esclarecimento, faremos uma outra audiência.

Então, vamos dar dez minutos para cada depoente. Vamos começar com o Sr. Leandro Vilain, da Febraban. Dez minutos.

O SR. LEANDRO VILAIN – Bom dia a todos. Prezados, bom dia.

Srª Presidente, antes de tudo, gostaria de agradecer a oportunidade desta audiência e parabenizar a Comissão pela iniciativa de debater o Substitutivo da Câmara nº 6. Acho que a gente estabelece um marco importante para o setor de segurança privada do País. Agradeço também o convite realizado pelos Senadores Dalirio, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues. Agradeço principalmente à Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy.

Antes de começar o meu pronunciamento, acho que é importante falarmos um pouquinho das atividades da Febraban.

Nós somos a principal entidade representativa do setor bancário – já tem 50 anos de funcionamento, fundada em 1967 – e o nosso papel é fortalecer o sistema financeiro e as relações com a sociedade, contribuir com o desenvolvimento social sustentável do País.

O objetivo da Federação é representar seus associados em todas as esferas do Governo – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – e entidades representativas da sociedade, principalmente para melhorias do sistema normativo, e melhorias continuadas dos serviços, escutar um pouco a sociedade também com relação a novas demandas do negócio financeiro.

Também buscamos concentrar esforços que favoreçam o crescente acesso da população, uma vez que a questão da inclusão bancária é um fator importante e relevante no nosso negócio.

Hoje, o quadro associativo conta com 123 instituições financeiras associadas dentro de um universo de 155 bancos em operação no Brasil, representando 98% dos ativos e 97% do patrimônio líquido.

Adicionalmente, contribui também para a inclusão financeira e cidadania através de 23 mil agências espalhadas pelo Brasil, 276 mil correspondentes e 175 mil terminais de autoatendimento, demonstrando que a capilaridade do setor bancário hoje do Brasil não é nem comparável com a de muitos dos países até desenvolvidos. Temos uma enorme capilaridade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Gostaria também de ressaltar que a indústria bancária vem com a preocupação da questão da violência urbana, sendo ela vítima dessa violência.

É importante destacar aqui que o setor bancário é vítima da violência urbana, que tem aumentado, ano após ano, desde os últimos 15 anos, acredito.

Infelizmente, essa violência vem se incorporando à vida dos cidadãos brasileiros, que também enfrentam todos os dias roubos, assaltos e assassinatos, que foram, pouco a pouco, se incorporando ao dia a dia da nossa sociedade.

Atualmente, das 50 cidades mais violentas do mundo, 19 estão no Brasil, o que demonstra claramente que o Brasil tem falhado nas políticas de enfrentamento à violência urbana. A cada ano, esse assunto vem piorando.

Os níveis de criminalidade a que o País chegou deixam o crime completamente fora do alcance das instituições financeiras. Acho que muitos de vocês já tiveram oportunidade de ver na internet, em televisão programas em que a violência que é utilizada e o poder de armamento das quadrilhas e dos bandidos usam um emprego de força desproporcional que só pode ser enfrentado de maneira eficaz com a ajuda do Estado. Porém, estar fora do alcance da instituição financeira não significa dizer que os bancos não devam colaborar com a segurança pública, já que, embora dever do Estado, é responsabilidade de todos. Isso significa dizer que os bancos continuarão fazendo sua parte, porque possuem grande preocupação com a segurança física dos seus clientes e funcionários.

Para concretizar essa preocupação e para demonstrar um pouco, tangibilizar um pouco o que a gente tem feito, eu queria trazer alguns números.

Apenas no ano passado, em 2016, o sistema bancário gastou com segurança bancária R\$9 bilhões. Foram R\$9 bilhões colocados em segurança bancária, com 68 mil vigilantes hoje empregados pelo setor, consumindo, mais ou menos, 19% da indústria de segurança privada no Brasil.

Esses valores são o triplo, três vezes o que era gasto em 2005, predominantemente através de equipamentos de vigilância contra as medidas de ataques, como cofres, dispositivos de tempo, circuitos fechados de videomonitoramento e sistema de detecção ao monitoramento remoto e alarmes, uma série de mecanismos que retardam ou permitem o acionamento das forças de segurança pública.

Vale ainda lembrar que, além de todo esse investimento – dos R\$9 bilhões que são gastos todo ano –, o sistema bancário atualmente cumpre a Lei nº 7.102, de 1983, que estabelece obrigações para a indústria bancária.

Além disso, além de todos esse montante – que aí, nesse montante, nos R\$9 bilhões, não se considera transporte de valores, estamos falando aqui só de vigilância privada –, também são investidas somas expressivas de recursos em tecnologia. Estamos investindo muito em tecnologia nos últimos anos, investimentos para realização de operações de forma rápida e segura por meio de canais digitais, reduzindo a cada ano a necessidade de recursos dentro das agências bancárias ou manuseio de dinheiro em espécie. Além dos R\$9 bilhões em segurança bancária, em 2016, foram investidos mais R\$18,6 bilhões em tecnologia e em sistemas e processamentos através de canais digitais, o que hoje nos leva a um patamar de que, dos 65 bilhões de transações feitas a cada ano, 72% hoje já são feitas por canais eletrônicos. Então, essa é uma tendência não só no Brasil, é uma tendência mundial e, cada vez mais, vai se consolidando a utilização de canais eletrônicos para transações bancárias.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os bancos investem ainda no desenvolvimento de equipes especializadas para garantir a segurança dos funcionários, clientes, instalações físicas e também de sistemas de informação. As equipes também têm uma política de portas completamente abertas com o setor público, com o Poder Executivo dos Estados e Federal também, no sentido de troca de informações e total colaboração com as forças de segurança pública.

Atualmente, adicionalmente, se imaginarmos que cada uma das 23 mil agências possui, em média, 12 câmeras de monitoramento interno, o sistema hoje faz um monitoramento de aproximadamente 270 mil câmeras no sistema bancário no Brasil, lembrando que essas câmeras hoje não são teor obrigatório da Lei nº 7.102. Então, é uma coisa completamente de investimento voluntário dos bancos que fizemos ao longo dos últimos anos.

Adicionalmente a essas câmeras, temos em torno de 300 mil sensores dentro das agências bancárias. Estamos falando aqui de sensores de movimento, de sensores de abertura de porta, sensores dentro de ATMs, sensores e alarmes que acionam as respectivas centrais de monitoramento.

Adicionalmente a tudo isso – acho que vale também lembrar –, de cada uma das agências bancárias, ao ser aberta e reformada, é exigido também pela 7.102, atualmente – e vai continuar sendo exigido – um plano de segurança para cada uma dessas agências. Então, anualmente à Polícia Federal – não só na abertura – tenho que submeter um plano de segurança em que a Polícia Federal, obviamente, altera os planos de acordo com o nível de segurança, com o porte da agência e tudo que for necessário. Mas, adicionalmente, ele também, a cada ano, visita cada uma das 23 mil agências e, obviamente, a Polícia Federal, no seu setor de fiscalização, avalia se o que estava constando no plano está sendo rigidamente seguido pelos bancos. E, caso não estejam seguindo, os bancos e as agências serão punidos, assim por diante, por defeito de equipamento, falha humana, mudanças de procedimento ou qualquer outra coisa do tipo.

Para a Febraban, entendemos também que... A gente tem que saber um pouco o que a gente quer. Nós não acreditamos em uma política de enfrentamento no meio das ruas. Isso tenho falado muito com as polícias estaduais, com as polícias militares, com o Poder Executivo e com as forças de segurança pública em geral. Acreditamos muito na troca de informação e no uso da polícia investigativa para poder apurar os crimes e identificar de onde vem o armamento, de onde vêm os explosivos, aonde vai o dinheiro... Então, toda cadeia produtiva do crime tem que ser investigada, identificada, capturada e punida. Trocar tiros com o bandido no meio da rua é uma forma ineficaz, é quando todas as demais políticas já falharam. E isso coloca em risco não só a população, mas também os policiais. Acho que muitos dos senhores já tiveram oportunidade de acompanhar, nos últimos anos, a quantidade de policiais que foram mortos nas ruas em enfrentamento de polícia, muitas vezes até por péssima coincidência – não sei se há uma pala melhor para expressar. Tivemos casos, em São Paulo, por exemplo, em que os policiais estavam chegando, não sabiam que estava havendo um ataque ali, eles estavam enfrentando, os bandidos reagiram e houve um enfrentamento sem nem saber o que estava acontecendo – não tinha havido ainda a ocorrência – com alto poder de armamento. Então, isso coloca em risco realmente as nossas forças de segurança.

O uso em inteligência, informação e perfil investigativo a agente acredita claramente que é a única forma de reduzir a criminalidade no setor financeiro, uma vez que as quadrilhas estão fortemente armadas e treinadas...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. LEANDRO VILAIN – ... colocando em risco a vida de policiais e cidadãos. Nós não acreditamos que realizar combate com troca de tiros, mais uma vez, ou imaginar que um vigilante com um 38 na cintura enfrentando quadrilhas fortemente armadas com fuzis que muitas vezes chegam a 10, 12, 15 homens que estão dispostos a matar... Eu não consigo ver que essa é a política mais eficiente que a gente tem.

Portanto, os bancos têm adotado uma política de uso de tecnologia, monitoramento remoto e muita aproximação com troca de informações com as forças de segurança, com as polícias investigativas – política militar e até mesmo Polícia Federal.

Se olharmos atentamente... Portanto, quanto ao substitutivo que está aqui em vigor, a gente é plenamente favorável ao texto. Se olharmos detalhadamente o texto, a gente vai perceber que há um forte uso de tecnologia nesse texto e acho que isso é um marco importante para o setor. Trazemos novas obrigações para o setor financeiro? Sim, o setor financeiro vai assumir novas responsabilidades, mas a gente olha muito, com muitos bons olhos, a questão do uso de tecnologia, como, por exemplo, o uso de alarmes remotos, sistema de circuito interno e externo para armazenamento por 60 dias, porta de segurança, cofre com temporizador, identificação biométrica, monitoramento remoto, sistema de captura de som e imagem, centrais de monitoramento, além dos itens não relacionados à tecnologia como uma maior quantidade de vigilantes e, obviamente, a questão de privacidade nas operações.

Eu ressalto a oportunidade desse projeto de lei porque acho que ele trouxe – e esse é um fator importante que tenho comentado com os nossos colegas e com alguns Deputados e Senadores – e deu a todos os envolvidos... Acho que foi exemplar a forma como esse projeto de lei foi conduzido. Nós o acompanhamos lá na Câmara. O Relator teve a oportunidade, teve a paciência, eu diria, de escutar todas as partes da sociedade, todas as partes interessadas. Eu sei que foi exaustivo, porque foram inúmeras reuniões. Acho que foi um texto amplamente debatido e discutido por todas as partes.

Portanto, com relação à indústria bancária, julgamos importante a aprovação do substitutivo, até por conta de tudo isso, uma maior obrigação na área para trazer novos recursos de tecnologia. Acho que houve um amplo debate, com participação de todos. Foi um texto muito de consenso, acho que foi um texto em que todos cederam significativamente, e traz uma maior modernização para o setor, com o uso de tecnologia. A gente traz o setor para o século XXI, com a disponibilização de novas tecnologias que estão a par, sem colocar, contudo, maior risco para vigilantes, usuários, cidadãos, e principalmente para os policiais que enfrentam essa criminalidade no dia a dia.

A nossa única preocupação – somos favoráveis ao texto, vamos seguir em frente – é com o art. 20, principalmente no §3º, no sentido de que as instituições financeiras não possam ter participação em empresas de segurança privada, especialização em transportes de numerário. Parece-nos que ele afronta um pouco o art. 173, §4º, da Constituição Federal, uma vez que não há justificativa para limitar a livre iniciativa. Desse modo, ainda que sejamos amplamente favoráveis à aprovação do projeto, só recomendamos aqui uma supressão dos arts. 234, V, e do art. 20. Quanto ao restante, nós somos favoráveis.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que o texto traz muita modernidade, foi amplamente discutido, e eu gostaria de concluir reforçando a necessidade de atuar, de novo, na origem do problema: retirada do acesso do criminoso a armamentos com grande poder de guerra, e maior penalidade e controle no acesso a explosivos.

As forças de segurança pública têm desempenhado o seu papel com todos os riscos que hoje a criminalidade tem trazido para os policiais, aliando a tecnologia com inteligência, conforme alguns Estados já têm feito.

A aprovação do substitutivo é fundamental para a modernização do setor, e, de novo, vai trazer mais segurança para o setor, para os cidadãos e para os policiais.

Muito obrigado. Espero não ter tomado o tempo dos senhores.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

Eu vou... Para os que estão aqui na mesa, o tempo está lá. Então, nós estamos estourando o tempo. Vamos tentar manter em dez minutos.

Srª Patrícia, quando der dez minutos, ele toca; no próximo minuto, toca; no próximo minuto, toca; no terceiro minuto, encerra. Está bem assim? Para todos poderem focar exatamente no que é mais importante e darmos possibilidade a todos de se expressarem.

Com a palavra Jeferson Furlan Nazário, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Desculpe, vou descontar o tempo.

Eu queria agradecer aqui as presenças do Deputado Wellington Roberto, do PR da Paraíba; do Deputado Major Olímpio, do SD de São Paulo; e do Deputado Distrital Chico Vigilante, do PT do Distrito Federal.

Desculpe.

Sr. Jeferson Nazário com a palavra.

Por favor, os minutos aqui têm que ser justos. Pronto.

O SR. JEFERSON FURLAN NAZÁRIO – Bom dia, senhoras e senhores!

Quero cumprimentar a Ex^{ma} Senadora Marta Suplicy e, em nome dela, cumprimentar todos os outros Senadores, empresários e membros de associações que estão representando aqui o setor de segurança privada.

Vou falar aqui já da... Vou tentar ser breve. A federação que eu presido representa toda a área patronal. A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) é uma entidade patronal criada há 28 anos que representa os interesses do segmento de segurança privada.

São 27 sindicatos filiados à federação e cada sindicato representa o Estado da Federação. Representamos aqui 2.560 empresas que estão distribuídas pelo País. Temos hoje em torno de 600 mil empregos formais que são os vigilantes que estão trabalhando no País. Além disso, atuamos em conjunto com todas aquelas entidades, como ABCFAV, Abese, Abrevis, ABSEG, ABTV, que são entidades que representam o ensino, a questão de tecnologia, a formação do vigilante, os profissionais envolvidos na categoria.

A Fenavist, como disse, tem jurisdição nacional. É filiada à CNC, que participa também da administração do Sesc/Senac, por meio de conselheiros eleitos que representam junto à CNC. E também temos membros que representam na Comissão Consultiva da Polícia Federal pessoas da Fenavist.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A segurança privada, como foi dito aqui, é complementar à segurança pública e hoje está presente em todo o Território nacional, atuando principalmente em contratos com órgãos públicos no Governo Federal, estadual e municipal, além de atuar em todas as agências bancárias no País e ainda em todo o setor produtivo do nosso País. Hoje nós temos em torno de 588.302 vigilantes que abrangem inclusive escolta armada e transporte de valores, que são os carros-fortes; temos, como disse, 2.560 empresas de vigilância autorizadas a funcionar no País; 240 escolas de formação distribuídas pelo País também.

E aqui eu trouxe um quadro para tentar desmistificar um mito e, ao mesmo tempo, mostrar para os Srs. Senadores o impacto que a economia gerou sobre o setor. Nos últimos 30 meses, o setor perdeu em torno de 70 mil postos de trabalho, e são vários fatores que influenciaram nisso. Primeiro, a economia, porque muitas pessoas na sociedade entendem que o nosso setor cresce conforme a violência cresce. Isso é um mito. O nosso setor cresce com uma economia forte; o nosso setor não cresce com o aumento da criminalidade. A criminalidade continua numa escala crescente.

Então, aqui a gente mostra como é fundamental a aprovação deste estatuto, porque nós estamos com a Lei 7.102, de 1983. Há 34 anos essa lei foi aprovada. Nestes 34 anos, a tecnologia mudou, os nichos de mercados mudaram. Quanto ao vigilante, hoje, deveriam ter sido alteradas já algumas coisas no estatuto, com a Copa das Confederações, com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas.

Tudo foi passando e não se aprovou. Esse projeto já era para ter sido aprovado antes, para a gente poder ter executado um serviço de segurança mais eficaz e eficiente e com uma regulação melhor para esses grandes eventos que ocorreram, e nós ficamos um pouco à margem do que deveria estar a regulamentação.

Vou deixar aquele quadro ali para esclarecer.

Então, como disse, o setor da segurança privada é hoje regido pela Lei 7.102, de 1983, são mais de 34 anos. Tivemos os grandes eventos. E houve uma perda de oportunidade de estar com uma segurança mais efetiva, mais modernizada.

Na última década, a federação tem trabalhado junto com o Congresso Nacional, principalmente na Câmara dos Deputados, alterando esta lei nos mais diversos temas, como a questão do piso salarial do vigilante, a jornada de trabalho, o plano de segurança bancária, a segurança eletrônica, a segurança orgânica, a segurança com carro-forte, o maior rigor na constituição das empresas de segurança privada, como o aumento de capital social, combate à clandestinidade, o aumento de pena para crimes cometidos contra vigilantes, entre outros.

Finalmente, em 2016, foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados esse substitutivo ao PLS 135, de 2010. Esse texto foi constituído pelo Relator, Deputado Wellington Roberto, amplamente debatido e negociado com o Governo Federal através do Ministério da Justiça; Polícia Federal; Febraban, que representa as instituições financeiras; empresários de segurança privada; representante dos trabalhadores vigilantes. Todos os temas que interessavam a todos os setores foram acordados e aprovados, por unanimidade, na Comissão Especial e posteriormente pelo Plenário da Câmara.

Agora, nosso setor espera que esta Casa do Senado Federal aprove o novo Estatuto da Segurança Privada, pois esta lei será de grande importância para o desenvolvimento e crescimento do setor, com a criação de novos empregos, o que não vem ocorrendo nos últimos anos, em função da crise econômica e também por força da insegurança jurídica com uma lei tão defasada e ultrapassada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Projeto de Lei do Senado 135, de 2010, inicialmente previa apenas instituir o piso nacional dos vigilantes. O projeto foi aprovado no Senado e encaminhado à Câmara em 2012. Resultou na definição de três pisos: o grau máximo R\$1.100; o grau médio, R\$950; e o grau mínimo, R\$800. Vejam que todos esses valores, passados cinco anos, hoje estão totalmente defasados, sendo os dois últimos graus menores que, inclusive, o salário mínimo em vigor hoje, no País.

Na Câmara dos Deputados, o piso salarial nacional foi amplamente debatido e verificou-se ser impossível estabelecer um piso salarial único para todo o País, em função da especificidade, diversidade e complexidade econômica dos Estados e Municípios. No entanto, este projeto encabeçou mais de 120 projetos de lei que estavam tramitando na Câmara dos Deputados que versavam sobre o mesmo tema que a segurança privada. Desta forma, de acordo com o texto da Câmara, sobre o piso salarial, ficou definido que seria fixado em acordos e convenções coletivas em cada Estado, de acordo com o art. 29, inciso VIII, do Estatuto da Segurança Privada, que está aqui em debate.

O novo projeto vem caracterizar a clandestinidade, que é um serviço pirata no nosso setor, como crime sujeito a penas rigorosas, além de multas. A Fenavist sempre teve como seu princípio fundamental o combate a empresas irregulares e trabalhou continuamente para combater a atuação destas no setor.

Estudos dos sindicatos laborais apontam que para cada vigilante com registro formal temos três trabalhando na informalidade, oferecendo segurança irregular e perigosa para a sociedade brasileira. Com esta lei, as empresas clandestinas deverão ser rigorosamente fiscalizadas e autuadas de forma eficaz pela Polícia Federal.

Temos também a questão da jornada de trabalho dos vigilantes pela especificidade da atividade do risco, que também ficou definida no novo estatuto, em consonância com a reforma trabalhista aprovada recentemente pelo Congresso Nacional. Será definida em acordos e convenções coletivas, o que certamente trará mais segurança jurídica tanto para a patronal como para o laboral.

Está finalizando o tempo, então, vou direto para a conclusão aqui.

Portanto, queremos afirmar a esta Comissão de Assuntos Sociais que estamos de pleno acordo com o substitutivo apresentado pelo Deputado Wellington Roberto na Câmara dos Deputados e com o parecer do Relator, Senador Vicentinho Alves, pela provação. E esperamos que em breve possamos ter uma legislação mais moderna que vai complementar a nova realidade econômica e social do País. Acreditamos que, sancionada esta lei, com certeza criaremos...

(Soa a campainha.)

O SR. JEFERSON FURLAN NAZÁRIO – ...condições para inibir a prestação de serviços de segurança irregulares, clandestinos ou piratas, que têm causado muitos prejuízos, inclusive com perda de vidas para a sociedade. Além disso, vai ampliar os postos de trabalho, gerando novos empregos formais onde antes não havia, como portos, aeroportos, grandes eventos, transportes coletivos, unidades de conservação e o uso das tecnologias que vieram nesses últimos 20 anos de maneira muito forte. Criaremos as condições para retomada dos mais de 70 mil empregos perdidos nesses últimos 30 meses.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu agradeço e faço um apelo para que todos consigam trabalhar conjuntamente para que aproveemos esse estatuto para trazer segurança jurídica para as empresas, para os trabalhadores e para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Jeferson Nazário e obrigada pelo esforço de cumprir o horário que estamos tentando estabelecer.

Com a palavra Gustavo Machado Tabatinga Júnior, da Contraf-CUT.

O SR. GUSTAVO MACHADO TABATINGA JÚNIOR – Bom dia, Senadora Marta!

Saúdo aqui esta Casa Legislativa e agradeço por escutar todos os envolvidos nesse projeto de lei.

Agradeço aqui também ao Senador Dalirio Beber, ao Senador Paulo Paim, em nome de quem vou saudar aqui todos os Senadores presentes, dando um abraço especial no Deputado Chico Vigilante, que também nos ajudou bastante lá na Câmara, na época; ao Senador Wellington, que foi muito importante também e que negociou bastante para que esse projeto tivesse um relatório lá na Câmara e viesse para cá já praticamente por consenso; ao Deputado Major Olímpio também, que nos ajudou bastante lá na Câmara, com a elaboração deste projeto; a todos os meus colegas de Mesa, meus colegas bancários aqui, toda a população que nos assiste através da TV Senado.

E brevemente falo aqui que a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro representa aproximadamente 450 mil trabalhadores dos ramos, sejam bancários, financeiros, cooperativas de crédito, entre outros.

A gente representa os sindicatos de bancários e federações de bancários e financeiros em todo o País. Praticamente quase todas as entidades sindicais bancárias estão representadas pela Confederação dos Bancários, a Contraf, da qual eu faço parte. Acompanhei o projeto e acompanho a temática de segurança também.

Nós participamos, através de convenção coletiva com a Fenaban, de uma mesa bipartite, que já completa acho que 12 anos. E nela a gente trata do assunto segurança bancária, em mesa de negociação, no intuito de trazer novos avanços às agências bancárias na área de segurança bancária e também há muitos participantes aqui das entidades já citadas pelo colega Jeferson Nazário – a ABCFAV, a Abrevis; não vou citar todas. Mas a gente participa do Conselho Consultivo para assuntos de segurança privada, que foi instituído pela Lei 7.102. Ele funciona no âmbito do Ministério da Justiça, no Departamento de Polícia Federal. Acho que o Dr. Cota está aqui presente, eu o vi, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO MACHADO TABATINGA JÚNIOR – Está ali. Eu agradeço também a presença dele.

Também lá é uma oportunidade, porque a gente traz esses assuntos de segurança bancária e a gente debate. E já estamos há anos, desde oitenta e poucos, tratando do assunto de segurança bancária, das novas tecnologias que essa área desenvolve, da área de segurança privada. E a gente fica muito feliz por chegar aqui no Senado, com um projeto bastante avançado e que traz inúmeras novidades que com certeza trarão e proverão mais segurança a todos os cidadãos brasileiros, porque vão ser estendidas aos bancos inúmeras novidades da área de tecnologia de segurança bancária que não se encontram no País.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E já aproveito para fazer aqui uma observação quanto ao art. 33, §6º, que traz a novidade do biombo. Eu não vou citar aqui o texto, mas é um artefato, um anteparo que impede a visão por aqueles que aguardam atendimento daqueles que são atendidos no guichê de caixa do banco. Apesar do sigilo bancário ser instituído por lei, é fácil hoje se observar qual é a transação bancária que o cliente está fazendo no guichê do caixa. Então, se alguém sacar um volume de dinheiro, todo mundo que está presente na agência bancária consegue observar que a pessoa está com aquele montante, recebendo-o no guichê do caixa. Então, a gente tem essa proposta de trazer o biombo. Ele consta aqui no projeto, é uma novidade muito salutar, porém veio da Câmara com o limitador para que fosse instalado esse bioma apenas nas capitais de Estado e nas cidades de 500 mil habitantes. Então, a gente faz uma observação, pede para que seja excluído isso do texto para que a gente possa fornecer a toda a população brasileira, em todos os Municípios, e não distinguir uma cidade do interior pequena de uma cidade grande, capital.

A criminalidade, infelizmente, avançou e está presente em todas as cidades brasileiras, não é mais privilégio dos grandes centros. E causa também um anacronismo, uma coisa inexplicável. Por exemplo, a capital paulista, São Paulo, tem mais de 500 mil habitantes, mas alguns Municípios do ABC Paulista não têm mais de 500 mil habitantes. Então, a lei ia colocar o biombo... Entre Santo André e São Paulo, há uma rua em que, de um lado, é São Paulo e em que, do outro lado, é Santo André. Aí vamos colocar o biombo em São Paulo, do lado de cá da rua. Mas, exatamente em frente, na agência em frente, não vai haver o biombo porque há o limitador da lei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Só interrompendo – desconte este tempo aí –, talvez, pudéssemos ampliar para regiões metropolitanas, não para todas as cidades. Mas isso é para ser discutido. Isso me ocorreu.

O SR. GUSTAVO MACHADO TABATINGA JÚNIOR – A gente propõe isso, Senadora, porque este aqui se trata do item mais barato trazido pela lei. É um item extremamente barato. Os bancos podem colocar qualquer tipo de material, até papelão. É um artefato que impede a visão. Então, pode ser vidro escuro, papelão, tapume. O que ele quiser ele pode botar.

Então, a gente propõe a exclusão, até porque é um substitutivo que está no Senado, desse item.

Outro item que a gente pede a exclusão também é tratado no art. 31, §1º. Ele trata sobre a Lei de Greve. Apareceu aqui, mas eu tenho de falar. A gente representa trabalhadores. Ele eleva aqueles que trabalham nas agências bancárias apenas à categoria de serviços essenciais, fazendo uma confusão. Quando a Lei de Greve tratou dos serviços essenciais, criando limitadores ao exercício do direito constitucional de greve, ela tratou de atividades que são indisponíveis à vida humana. Então, tratou do pessoal que trabalha em hospital, do pessoal da segurança pública, do pessoal que trabalha no fornecimento de água e no fornecimento de energia. E aí trata de um bem disponível, que é a atividade financeira, como serviço essencial.

Então, a gente acha realmente que a exclusão de parte desse item, no que trata essencialmente do direito de greve, trará até maiores benefícios, porque, hoje em dia, Senadores e Senadoras, infelizmente, nós temos de, às vezes, fazer greve para pressionar que os bancos reabram as agências que foram atacadas por bandidos. Tenho de dar um exemplo aqui: o Presidente do Senado é meu conterrâneo, é cearense; a cidade dele, Lavras da Mangabeira, hoje, está com a agência do Banco do Brasil que foi explodida fechada. E, hoje, o Sindicato dos Bancários do Ceará tem de fazer toda uma mobilização e se utilizar do seu direito constitucional de greve para pressionar o banco a reabrir a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

unidade bancária, para envolver o Poder Público municipal e o Poder Público estadual, para, assim, conseguir fazer com que as agências voltem a funcionar. Isso não é privilégio apenas do Ceará.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO MACHADO TABATINGA JÚNIOR – Isso está acontecendo na Paraíba, na Bahia, em São Paulo, em todo lugar.

Então, realmente, o direito de greve é muito mais amplo do que o que a gente acha, não apenas envolve as questões salariais. Mas a gente procura também fazer com que, através deste poder constitucional que nos foi colocado, a população volte a ter um banco seguro.

Eu queria, para finalizar, dizer que fico muito feliz em estar aqui com um projeto de lei 99,9% perfeito, a meu ver, que deixará a população com maior segurança, porque, infelizmente, a situação não é essa. Banco legal para mim é banco seguro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Gustavo Machado Tabatinga Júnior, representante da Contraf-CUT.

Com a palavra Ricardo Sancovich, Delegado da Polícia Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não. Vamos ter mais um expositor. Ficamos aqui e depois mudamos.

O SR. RICARDO SANCOVICH – Bom dia, Senadora Marta!

Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, representantes de entidades de classe!

Meu nome é Ricardo Sancovich, sou Chefe da Divisão de Legislação, Estudos e Pareceres de Segurança Privada da Polícia Federal e, hoje, falo em nome aqui do Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello Coimbra.

Como o tempo é bastante exíguo, vou procurar ser bastante objetivo em relação aos aspectos do projeto que a Polícia Federal entende que mereçam ainda algum tipo de aperfeiçoamento.

Inicialmente, eu gostaria de louvar o Parlamento pelo esforço em atualizar a legislação de segurança privada, que já tem aproximadamente 34 anos de existência. Desde 1983 para cá, a sociedade mudou, o Brasil mudou, a segurança privada mudou, sem dúvida alguma, a atividade bancária mudou, e a Polícia Federal, como órgão encarregado de realizar a fiscalização da segurança bancária privada, também mudou.

Como o Leandro acabou de dizer aqui, nós acreditamos que inteligência e tecnologia são os principais mecanismos de aperfeiçoamento da atividade de controle e fiscalização da segurança privada. Sei que a maioria dos senhores já sabem, mas, apenas a título de informação, a segurança privada movimentava anualmente mais de R\$40 bilhões, emprega aproximadamente 600 mil vigilantes neste momento – há dois milhões de vigilantes formados – e atua em atividades que nós consideramos sensíveis, com a utilização de armas, de munições, de coletes, de carros-fortes etc. Então, é uma atividade que nós vemos dentro da Polícia Federal como muito importante. É uma atividade que demanda efetivamente a atenção, na qual temos procurado replicar a nossa forma de agir, com bastante profissionalismo, mas também com muita tecnologia, com muita informatização. Hoje, todos os procedimentos de segurança privada, dentro da Polícia Federal, são realizados de maneira eletrônica, são auditáveis e transparentes, com prazos bem definidos e cumpridos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesse contexto, nós acreditamos que a aprovação do projeto de lei é uma medida muito importante, é uma medida vital.

A Lei 7.102, atualmente em vigor, é deveras superficial e não abarca todas as necessidades da segurança privada hoje. Eu participei, desde o início, da construção desse projeto de lei. Ele, como já foi dito aqui, é fruto de amplo debate entre as entidades de classe que atuam no setor, trabalhadores, instituições financeiras. Para a Polícia Federal, é um projeto que atende, na sua imensa maioria, as necessidades da segurança privada.

Eu também gostaria de pontuar aqui, como foi dito, que a criminalidade vem recrudescendo, vem aumentando de forma bastante grande em vários setores. E a segurança privada está relacionada a alguns aspectos muito importantes, como, por exemplo, o controle da lavagem de dinheiro, que é algo que a Polícia Federal, dentro da segurança privada, tem procurado aprimorar no que se refere à utilização de transportadoras de valores para a manutenção de recursos de origem ilícita, como também os ataques a bancos e a transportadoras de valores por organizações criminosas, entre outros aspectos. São itens que, aprioristicamente, para quem não milita ou não atua na área de segurança privada, podem não ser facilmente relacionáveis, mas eles o são. Então, a segurança privada tem este viés de contribuir com a segurança pública, como atividade complementar que é, e com a Polícia Federal, como órgão de fiscalização.

Quanto ao projeto de lei especificamente, eu gostaria de destacar quatro emendas que foram apresentadas junto com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, já nesta fase, após a aprovação do substitutivo na Câmara e o retorno para o Senado, e que nós reputamos que sejam necessárias para o aprimoramento do texto.

As duas primeiras se referem à supressão dos §§2º, 3º, 4º e 5º do art. 20 e do §4º do art. 25. Ambas as emendas têm por objetivo suprimir a vedação que foi inserida no substitutivo, sem que a Polícia Federal com elas concordasse, de atuação de empresas de capital estrangeiro e de bancos como proprietários ou sócios de empresas de segurança privada. No entender da Polícia Federal, essa restrição não atende ao interesse público, já que favorece o estabelecimento de grupos fechados, de cartéis. Isso não é bom para o segmento, não é bom para a atividade. Apenas a título de informação, no que tange às transportadoras de valores, duas das maiores são estrangeiras. Com o texto atualmente proposto, elas teriam de sair do mercado, e 65% do mercado deixariam de estar nas mãos de duas dessas empresas. Também as instituições financeiras, hoje, são autorizadas pela Polícia Federal a atuarem como proprietárias de empresas de segurança privada. Sendo aprovado o texto tal qual veio da Câmara, elas teriam de deixar o segmento. No nosso entender, isso não favorece a atuação do segmento de segurança privada.

A seguir – há aí aspectos bem técnicos –, vêm duas emendas que eu gostaria de destacar. Nós sugerimos a supressão do §5º do art. 42, que estabelece que os processos de autorização de funcionamento devem ser finalizados em até 30 dias na Polícia Federal, sob pena de ser concedida uma autorização precária para que as empresas passem a atuar. Nós não concordamos com esse dispositivo, já que não há aqui o estabelecimento de nenhuma ressalva no que tange a atrasos nessa apreciação do processo por culpa da própria empresa e também pelo fato de que uma empresa com autorização precária de atuação, sem aval da Polícia Federal, poderia, desde já, ter acesso a armas, a munições, a veículos especiais. Nós entendemos que isso não é adequado, não é recomendável, já que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

empresas não idôneas poderiam se valer desse dispositivo, em tese, para acessar esse tipo de produto controlado.

Por fim, destaco a sugestão de supressão do §2º do art. 49, porque ele, na verdade, trata da possibilidade de aplicação de pena de serviço clandestino a contratantes de segurança privada não autorizada. Ele trata do mesmo tema tratado no *caput* do art. 51, com a previsão de penas diferentes. Então, haveria dois artigos tratando da mesma situação com penas diversas, o que, a meu ver, é uma falha técnica, que pode ser corrigida com a supressão do §2º do art. 49.

Quanto ao mais, senhores e senhoras, a Polícia Federal concorda com esse substitutivo. Nós, na verdade, aguardamos, já há bastante tempo, a aprovação desse projeto de lei. Ele é importante para a atividade de controle e fiscalização. Ele é importante para o segmento econômico. Ele auxilia os trabalhadores. Ele dá à Polícia Federal, inclusive, ferramentas para realizar inovações e para implementar benefícios tanto em prol de empresas quanto em prol de trabalhadores. Hoje, embora concordemos com vários deles, nós não podemos fazer isso, porque a legislação atual não nos autoriza.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO SANCOVICH – Com a legislação atual, nós fomos até o limite da interpretação possível.

Portanto, acredito que a aprovação desse substitutivo, do projeto de lei do Estatuto da Segurança Privada, é uma medida que atende ao interesse público e que atende também à Polícia Federal.

Muito obrigado.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Precisamos, então, agora, recompor novamente a Mesa, já que a primeira rodada foi feita. Nós ouvimos o Diretor de Políticas de Negócios e Operações da Febraban, Dr. Leandro Vilain; o Sr. Dr. Jeferson Furlan; o Sr. Gustavo Machado Tabatinga Júnior; e o Delegado da Polícia Federal Ricardo Sancovich.

Agradeço a exposição de cada um dos senhores.

Neste momento, eu...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente Ronaldo, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Pela ordem.) – Quero só pedir desculpas aos expositores pela minha ausência. Não foi por falta de atenção como Relator. É que eu estava na Secretaria, a pedido do Senador Hélio José, conversando sobre essa matéria, para ver a possibilidade de ele retirar o requerimento de outra audiência pública. Eu estava explicando que, aqui, hoje, pela primeira vez no Congresso Nacional, vejo praticamente se encaminhando para um acordo geral entre patrões, trabalhadores e instituições.

Então, o motivo da minha ausência não foi por falta de atenção, embora eu vá verificar as notas taquigráficas.

Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Concedida a questão de ordem a V. Ex^a, agradeço aos convidados que compuseram a Mesa e fizeram suas exposições e solicito que o Sr. José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV), ocupe aqui a mesa.

Carla Neri, Analista Técnica da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), convidado para que tome lugar à mesa.

Clairton Walter, representante do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e Ruben Schechter, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV) e da Federação Nacional das Empresas de Transporte de Valores (Fenaval).

Com os convidados já compondo a Mesa, eu comunico aos senhores oradores que nós vamos conceder a palavra por dez minutos. Início com a exposição do Sr. José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV).

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo.

Cumprimentar os demais integrantes da Mesa; cumprimentar as Sr^{as} Senadoras, os Srs. Senadores; os Deputados aqui presentes. O Deputado Wellington, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Major Olimpio. Dizer da satisfação de reencontrar aqui diversos desses Parlamentares aqui citados. A Senadora Vanessa; o ilustre Relator, Senador Vicentinho; o Senador Paim; o Senador Dalirio; o Senador Randolfe. Alguns com muitas histórias de convivência com o nosso setor de segurança, os vigilantes brasileiros.

Tenho recebido, inclusive, muitos recados, Senador Paim, de vigilantes que querem mandar cumprimentos à Senadora Vanessa também, muito especialmente. E dizer do respeito à condução desse projeto na Câmara, pelo Deputado Wellington, podendo dizer até que em muitos momentos nós não concordamos e divergimos de alguns pontos trazidos no relatório, mas nunca o Deputado Wellington deixou de nos ouvir. Independentemente da concordância, há a importância de ouvir e de atender aos trabalhadores, de respeitar os trabalhadores.

Devo dizer ainda, agradecendo o convite desta Comissão, que os vigilantes brasileiros têm uma expectativa muito grande no tocante à modernização dessa legislação.

De fato, nós temos a necessidade da uniformização dessa lei, da regulação, também, dessa lei aqui cumprimentando a representação da Polícia Federal ali presente, Dr. Cota.

Vindo de uma situação onde cada Estado possuía legislação específica ou não, em 1983 se caminhou para uma uniformização, pela qual o vigilante que se forma no Rio Grande do Sul pode trabalhar no Estado da Bahia. Temos, no caso dos profissionais de segurança privada, não somente os quase 600 mil atuando formalmente, mas hoje mais de dois milhões ou quase dois milhões e meio registrados na Polícia Federal. E profissionalmente são muito qualificados e muito comprometidos com a vida das pessoas.

É uma categoria que a cada dois anos, seguindo a obrigação legal, é obrigada a se submeter a um curso de atualização. E somos também obrigados, Deputado Wellington, a comprovar que continuamos honestos, através das certidões que temos para comprovar, sob pena de não conseguirmos fazer o curso com base no currículo da Polícia Federal. Portanto, é uma categoria, uma atividade onde os profissionais sabem do seu compromisso, do seu comprometimento com a vida das pessoas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De fato, nós temos uma legislação de 34 anos. É uma legislação que, sem dúvida nenhuma, é interessante, porque se difere de vários outros países onde você tem legislações locais, legislações como na Argentina, por província, e aqui nós temos a legislação nacional, mas estamos falando de uma legislação de 34 anos. E costumamos dizer para as pessoas, para exemplificar, que há 34 anos, Deputado, não tínhamos caixa eletrônico; quase não tínhamos cartão de crédito. Então, lidar com essa realidade hoje, Senador Vicentinho, a partir de uma legislação daquele tempo, não é a mesma coisa. E a necessidade da sua atualização é premente.

Os problemas enfrentados pelo nosso setor, principalmente pelos profissionais, são os clandestinos. Aqui já foi citado pela Fenavist. Para cada vigilante que atua na legalidade nós encontramos três ou até quatro, ou seja, mais de dois milhões de pessoas atuam na ilegalidade. E nessa ilegalidade, o cidadão chega na sua porta, diz que vai vender segurança e obriga, de outras formas, a pagar por serviços que não são na verdade confiáveis.

Nós temos problema de profissionalização do setor. Aí eu quero fazer uma crítica muito clara com relação às empresas do setor. É necessário que os profissionais obedeçam a diversos requisitos, mas o setor continua vendendo gente, continua vendendo mão de obra; parte do setor não vende segurança. E o resultado disso é a perda de vida de vigilantes.

Na semana passada tivemos um vigilante assassinado em Salvador – eu quero aqui render minhas homenagens ao vigilante Evandro e à sua família –, num local apazível, numa fundação de pesquisa, mas simplesmente colocaram-no numa guarita praticamente na rua, Senador Caiado. Um cidadão passava na rua e podia tentar tomar a arma no próprio espaço em que estava colocada a guarita, numa mostra de que ainda continuam vendendo gente e comprando gente, fazendo de conta que são vigilantes. Então, temos um problema da profissionalização. E a nosso ver, as empresas precisam cuidar melhor da sua profissionalização.

E a nosso ver, as empresas precisam cuidar melhor da sua profissionalização, vender segurança de fato.

Nós temos problema de definição de papéis, porque aqui e acolá o papel de um vigilante e o papel de um porteiro são papéis muito difusos. E nós temos problema da insegurança dos próprios trabalhadores. E aqui eu já falei do problema da morte do colega, na semana passada.

O substitutivo do projeto tem aspectos positivos. Aqui quero citar muito rapidamente alguns deles: a manutenção do controle estatal; a uniformização; a profissionalização; a ampliação e a legalização da atuação dos vigilantes em atividades artísticas, culturais, parques, transportes, etc. E a grande expectativa da atualização dessa lei, Senador Caiado, era antes da Copa do Mundo, para que nós atuássemos em estádios de futebol de forma muito mais tranquila.

Nós temos a necessidade de melhorar a qualificação profissional. Portanto, os vigilantes, por mais qualificados, entendem que precisam ainda melhorar. E temos os aspectos negativos identificados, a nosso ver, no projeto. A questão do interesse nacional é um item que está contido no parágrafo único do art. 1º, que, a nosso ver, é um equívoco, da forma genérica como está colocado, porque muitos avanços que nós conquistamos e que hoje o Relator Wellington e o Senador Vicentinho contemplam no substitutivo foram exatamente fruto de debates e de construções nos Municípios que lidam diretamente com a questão da violência.

Então, a divisória, como falou o companheiro da Contraf aqui, uma simples parede com um visor, evitou e tem evitado... Aliás, tem preservado muitas vidas, no chamado crime de saidinha





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

bancária. A porta de segurança... Até um guarda-volumes antes das portas de segurança, Senador, tem sido objeto de discussões e aplicação por força de legislações locais, e isso tem de fato ajudado na preservação da vida das pessoas.

Em alguns Municípios chega-se ao ponto de os bancos e as prefeituras colocarem barreiras antes das agências bancárias, exatamente para dificultar o acesso ou a saída de criminosos, principalmente nas cidades do interior.

Portanto, nós entendemos que esse é um ponto negativo no projeto. A restrição parcial para capital estrangeiro também nós entendemos que deve sair do projeto, ou seja...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – ... exatamente, o Senador já atendeu esse pleito. Há no projeto uma restrição de direitos trabalhistas básicos e nós entendemos também que não cabe a essa legislação tratar de direito trabalhista. Quanto à definição da atividade como essencial, como já falou aqui o companheiro da Contraf e o dos bancários, nós entendemos que a essencialidade não tem cabimento ser trazida para esse projeto, no que diz respeito à condição dos trabalhadores. Há a vedação – que também já foi atendida pelo Senador Vicentinho – de constituição de empresas orgânicas... E nós achamos também, Senador Vicentinho, como foi dito já aqui por outra representação, que até o capítulo que diz que banco...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – ... não pode ter capital em empresas de segurança também é desnecessário, porque nós, no passado, tínhamos empresas constituídas pelos próprios bancos. Aurora, do Bamerindus; Bancredit, do Bradesco; o Itaú, o Banespa, etc. E não era para os vigilantes nenhum problema discutir e tratar com essas empresas. Temos limitações no tocante à segurança bancária E também já foi dito sobre a questão da divisória em cidades com mais de 500 mil habitantes. Também já há um entendimento nesse sentido, de suprimir essa limitação. Também identificamos falta de clareza na atribuição do vigilante, mas acho que a fala do representante da Polícia Federal, aqui, pode, no decreto, talvez avançar nesse sentido de melhorar, separar muito bem o que é vigilante do que é porteiro.

O projeto não contempla o que hoje está na Lei 7.102, que é prisão especial para o vigilante por ato decorrente do serviço. Então, nós faremos um apelo aos Senadores para...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – ... trazer de volta esse instrumento, porque um vigilante quando está em serviço e depois, numa eventualidade de prisão, não pode ir para o meio de marginais. Ele não é um marginal. A utilização de armamento adequado e de maior potência para enfrentamento de situações de maior risco. Ou seja, hoje, como já foi dito aqui, nós temos enfrentamento de situações com armamento muito pesado pela criminalidade e um 38 não vai... E nós também não estamos defendendo aqui situações de guerra onde você tenha lado muito armado.

Somos, portanto, pela aprovação do projeto, suprimindo dele aquilo que apontamos aqui como desnecessário, como a questão do conceito de interesse nacional. Ao nosso ver há um conceito mais adequado que seria o do interesse da coletividade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A restrição à capital estrangeiro, participação acionária e a constituição de empresas especializadas por qualquer ente jurídico...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – ... também já foi atendido em parte pelo Relator. A restrição de direitos trabalhistas básicos, como a questão do repouso e alimentação; obrigatoriedade de todos os itens de segurança nas agências bancárias, sem restrição por habitantes, também naquela questão dos 500 mil habitantes.

Portanto, nós entendemos que o projeto pode, sim, ser aprovado. O nosso interesse é que o projeto seja aprovado já com as observações aqui colocadas, dizendo ainda, Senador Caiado, que conduzido pelo Senador Vicentinho e com ajuda do Deputado Wellington, diversos desses itens nós já discutimos e temos consenso com relação a eles, apesar das nossas ressalvas também. Mas são ressalvas que a nosso ver não são impeditivas para a aprovação do projeto. Portanto, somos a favor da aprovação do projeto, com essas observações.

Muito obrigado. E os vigilantes brasileiros esperam mais segurança, mais emprego e mais proteção, para proteger a vida das pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço a exposição feita pelo Sr. José Boaventura Santos e passo a palavra, agora, à Srª Carla Neri, pelo tempo de dez minutos.

A SRª CARLA NERI – Bom dia, Senador. Bom dia aos demais participantes da Mesa. Bom dia aos senhores.

Eu gostaria de ter acesso, porque tenho uma apresentação. Obrigada.

Então, acredito que aqui, por tudo o que já foi apresentado, é consenso a importância do projeto. O posicionamento do Sistema OCB é de que o cooperativismo seja visto e contemplado no projeto.

O movimento cooperativista não nasceu ontem. O cooperativismo já está no DNA do ser humano. Mundialmente, hoje, ele gera 250 milhões de empregos; está em mais de cem países, não é um fenômeno brasileiro; há 2,6 milhões de cooperativas atuando no mundo, que congregam mais de um bilhão de pessoas.

No Brasil, o movimento cooperativista é representado pelo Sistema OCB, que é composto por três instituições: Organização das Cooperativas Brasileiras, que trata da representação política e institucional; Confederação Nacional das Cooperativas, que trata da representação sindical patronal; e o Sescoop, que é o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, para promoção da cultura cooperativista e aperfeiçoamento da gestão. Então, nós temos essas três instituições trabalhando em prol do sistema cooperativista.

Hoje, nós temos de 6,6 mil cooperativistas registradas no Sistema OCB, divididas em 13 ramos de atividades econômicas e, em 2015, o número de empregos gerados por essas cooperativas foi de 376 mil.

Estes são os ramos em que as cooperativas atuam: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na minha apresentação, vou me ater ao ramo trabalho, em que as cooperativas de vigilantes ou as cooperativas que exercem vigilância são representadas. Hoje nós temos 895 cooperativas, 193.773 associados e 1.580 empregados.

Com relação aos dados do ramo crédito, a gente tem o Sr. Clairton, que vai apresentá-los.

Afinal de contas, o que diferencia as cooperativas? O que nos diferencia é que somos uma sociedade de pessoas: vínculo de confiança. Então, você pode se reunir com pessoas que tenham o seu mesmo interesse para você desenvolver a sua atividade econômica.

Inclusão produtiva por meio de economia de escala. Enquanto uma pessoa trabalhando sozinha tem mais dificuldade de acessar o mercado, quando você começa a se juntar em cooperativas, em federações e em confederações, em cooperativas de segundo ou terceiro nível, você consegue alcançar esse tipo de economia. E isso é muito importante. Vou dar um exemplo do ramo agropecuário: quando se tem um pequeno produtor de leite, mas, quando ele está dentro de uma cooperativa, ele se transforma num grande negócio.

Capilaridade e desenvolvimento regional. São conhecidos os casos e as histórias de Municípios que não tinham nenhum posto bancário, e foi a cooperativa que foi lá e devolveu isso para a cidade, inclusive gerando crescimento e desenvolvimento regional.

Então, as cooperativas têm isso, elas são criadas por pessoas, e as pessoas estão nos Municípios, e as cooperativas estão lá nos Municípios, e vivem a realidade do Município.

Participação do cooperado na tomada de decisões. O cooperado é o dono da cooperativa. Ele decide como a cooperativa vai funcionar de maneira "assemblear" e soberana.

E substituição do lucro pelas sobras. O interesse da cooperativa é o interesse do cooperado. Ela não visa a lucro, mas ela visa, sim, a que o cooperado atinja seus objetivos. No caso das sobras, os cooperados decidem como elas vão ser empregadas.

Além disso, as cooperativas de trabalho, tratando especificamente delas, têm também um papel social.

Inserção no mercado. Ela oportuniza a participação no mercado de trabalho para grupos fora do perfil médio. Todos nós sabemos que a gente vive uma crise – não vou dizer sem precedentes – muito grave no País, principalmente quanto à questão de emprego, e as pessoas buscam oportunidade de trabalho. E a cooperativa de trabalho é uma forma de você se organizar para você prestar seu serviço, você se realizar profissionalmente.

Muitas vezes, a pessoa está fora do mercado, ou porque não tem a experiência suficiente, ou porque já tem muita experiência, já acumula muita experiência e, às vezes, a idade acaba sendo um fator limitador. Mas, na cooperativa, ele é o dono, ele pode trabalhar e pode se organizar. E a cooperativa oportuniza isso para grupos que têm dificuldade em se inserir.

Trabalho digno. Os cooperados decidem como prestarão os serviços. Além da 5.764, além de toda a legislação que cada setor, cada atividade econômica tem, a cooperativa de trabalho conta com a Lei 12.690, de 2012, e lá ela diz justamente isto: como os cooperados vão se organizar para que eles possam decidir da melhor forma a prestação dos serviços. Essas decisões são todas "assembleares".

E dessas decisões, a gente chega ao terceiro ponto: melhor remuneração. Por não visar aos lucros e por ser gerida pelos próprios trabalhadores, a cooperativa tende a apresentar melhor remuneração. Isso a gente consegue verificar tanto em cooperativas em que os cooperados têm um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nível de instrução maior quanto em cooperativas em que os cooperados têm um nível de instrução menor. Essa é uma questão que é tendencial, ela não varia de acordo com a formação.

As nossas propostas.

A nossa principal proposta é pela rejeição do parágrafo único do art. 2º, que veda a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma. Isso significa que as cooperativas que atuam hoje não poderão mais atuar e que seus cooperados estarão sem ter como exercer suas atividades. A nossa pergunta é: estão preparadas as demais empresas que estão no mercado para absorver essa mão de obra? Ou ainda: essas pessoas vão ter de perder o direito de decidir como elas querem prestar o seu serviço? Como elas querem desenvolver sua atividade profissional?

Então, nós gostaríamos que esse ponto fosse revisto e que as cooperativas pudessem atuar nesse mercado.

Quanto a outros pontos com relação ao art. 14, que ele traz o capital mínimo integralizado pela própria estrutura da cooperativa de trabalho, que o seu principal ativo é a mão de obra, normalmente ela não tem um patrimônio muito elevado. Então, esses valores que são exigidos na legislação – e a gente entende que por vários fatores bastante importantes – podem prejudicar ou até inviabilizar a atuação de uma cooperativa.

No art. 28, nos §§1º e 2º, há exigência de o vigilante supervisor estar contratado por empresas de serviço. Na cooperativa, ele é o dono, ele é cooperado, ele não é contratado. Então, não teríamos como atender essa exigência também.

No art. 43, é exigido uma relação de empregados. Mais uma vez, o cooperado não é um empregado, ele é o dono do seu negócio e, ainda que a cooperativa tenha empregados, como eu mostrei, os empregados, normalmente, não atuam na atividade fim, não faz sentido. A cooperativa é justamente para que o cooperado possa exercer sua atividade. Então, uma relação de empregados não refletiria o que o artigo está querendo, que é quem está trabalhando efetivamente na atividade.

E o art. 49, que traz as mesmas punições para quem descumprir e para o tomador, porque isso já gera uma ameaça com relação a quem possa vir a contratar uma cooperativa.

Esses são os nossos pontos.

Agradeço pelo tempo. E a OCB está à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço a Srª Carla Neri, que falou em nome da Organização das Cooperativas Brasileiras, como Analista Técnica.

Eu convido agora o Sr. Clairton Walter, representante do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), pelo prazo de dez minutos.

O SR. CLAIRTON WALTER – Bom dia, Senador Caiado. Em seu nome, cumprimento os demais Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas aqui presentes.

Eu quero fazer um agradecimento especial ao Senador Dalirio Beber, que fez a indicação para que estivéssemos aqui representados nesta plenária.

O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo foi criado pela Lei Complementar 130, de 2009, a partir do art. 192 da Constituição Federal, que foi alterado pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003.

Ele é composto hoje por 1040 cooperativas de crédito singulares espalhadas por todo o País. Essas cooperativas têm 5.667 postos de atendimento espalhados. Compõem ainda esse sistema 35 centrais, que são entidades de segundo grau na linha cooperativa, cinco confederações, que são





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

entidades de terceiro grau na linha cooperativa, e dois bancos cooperativos. Nós temos hoje 8,9 milhões de associados, vinculados a essas cooperativas de crédito. Temos mais de 60 mil empregados. Nós estamos em 95% de área de atuação geográfica nos Municípios brasileiros e, fisicamente, estamos em 50% dos Municípios brasileiros. E ainda temos 564 Municípios em que há uma cooperativa de crédito e não há nenhuma instituição financeira oficial.

Algumas características do cooperativismo de crédito: é um movimento de pessoas, é uma sociedade de pessoas. O associado na cooperativa tem um duplo papel: ele é usuário e também dono. Na condição de dono, ele participa dos atos sociais da cooperativa e, inclusive, pode ser eleito na condição de um órgão estatutário. É um instrumento de inclusão financeira. Nós estamos em lugares em que nenhuma outra instituição está. É o exercício de uma atividade econômica, mas que não tem o propósito de lucro. Essa é uma grande diferença em relação às instituições financeiras tradicionais. A captação de recursos e concessão de crédito é somente para associados, ou seja, no cooperativismo de crédito, há uma limitação: você só pode trabalhar com os associados. Aquelas pessoas que não são associadas não fazem parte do escopo da cooperativa. E aqui há uma grande diferença também: os recursos captados nas comunidades são reaplicados naquela região, o que contribui sobremaneira para o desenvolvimento na região em que as cooperativas de crédito atuam.

Em relação ao projeto, nós não somos contrários a ele, mas entendemos que ele precisa de uma melhoria em relação ao item que foi amplamente discutido em 2008, relacionado à Lei nº 11.718, que alterou a Lei nº 7.102, que estabeleceu um tratamento adequado às cooperativas de crédito naquela ocasião. Basicamente, as cooperativas de crédito estão obrigadas a ter plano de segurança – essa é a regra geral –, mas o Poder Executivo estabelecerá requisitos próprios de segurança para os casos em que especifica. Nós temos situações de cooperativas pequenas que não terão como suportar o custo da aplicação da lei. Nós temos situações em que as cooperativas estão em prédios em que já existe segurança e, via de regra, teriam que se adaptar à lei.

Então, a proposta do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo é que sejam incorporados ao substitutivo aqueles dispositivos que foram oriundos da 11.718.

Essa é a proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço a exposição e as observações feitos pelo Sr. Clairton Walter, representando o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Convido o último expositor, o Sr. Ruben Schechter, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transportes de Valores e da Federação Nacional das Empresas de Transportes de Valores, pelo prazo de dez minutos.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Muito obrigado, Senador Caiado.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Presidência desta Comissão por permitir a exposição da Federação Nacional das Empresas de Transportes de Valores e da Associação Brasileira de Transporte de Valores por encaminhamento do Senador Vicentinho e do Deputado Wellington Roberto, a quem também agradeço.

Gostaria de também agradecer todas as exposições que foram realizadas pelos representantes dos empregados, pelos representantes de diversos segmentos da categoria, pela própria Polícia Federal. Saúdo o Dr. Cota e o Dr. Licínio aqui presentes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Associação Brasileira das Empresas de Transportes de Valores e a Federação Nacional das Empresas de Transportes de Valores representam, dentro do segmento da segurança privada, aquelas empresas que realizam o trabalho de transporte e distribuição do meio circulante do País. Dos R\$40 bilhões que circulam no País, 90% são distribuídos por empresas que integram a Federação e a Associação.

É cumpre salientar o papel social dessas empresas, que não apenas atendem a solicitação de instituições financeiras como também fazem a distribuição de valores por meio de banco postal, por meio das cooperativas de crédito, por meio de correspondentes bancários, atingindo, inclusive, a população mais carente, que tem dificuldade de acesso aos grandes centros, onde o dinheiro está concentrado. Ou seja, o desenvolvimento da atividade dessas empresas tem uma forte conotação social.

É também importante mencionar que, entre os 600 mil funcionários que atuam no segmento da segurança privada, 200 mil estão diretamente vinculados ao desenvolvimento da atividade de transporte de valores, que é uma atividade que requer um aprimoramento profissional mais intenso, que requer a utilização de armamento um pouco mais especializado por parte dos vigilantes.

É importante também ressaltar que, dentro desse contexto social, as empresas de transporte de valores, atuando nos rincões do Brasil, desenvolvem também os próprios Municípios, com recolhimento de tributos, com recolhimento de impostos sobre serviços, que servem não apenas para desenvolvimento de projetos sociais desses Municípios como para a própria manutenção de serviços muito importantes desenvolvidos no âmbito desses Municípios.

Por fim, menciono que as empresas de transportes de valores são responsáveis por uma grande parte dos investimentos em infraestrutura que são realizados no âmbito desse segmento, fomentando não apenas a economia desse específico segmento como também outros atores e fornecedores.

No que diz respeito especificamente ao projeto de lei, alguns pontos merecem ser destacados. O primeiro deles, o relatório e o projeto que foram apresentados pelo Deputado Wellington Roberto contemplavam, na sua maioria absoluta, pontos importantíssimos para renovação de uma legislação que estava arcaica e consequentemente anacrônica com a realidade que nós vivenciamos no País.

Quando a lei foi instituída, em 1983, nós vivíamos uma outra realidade social e econômica, que hoje não mais está refletida no âmbito da legislação. A legislação é restrita, não contempla uma série de pontos e uma série de necessidades, que hoje se identificou ser necessário cobrir, e que estão contemplados no parecer originário da Câmara, elaborado pelo Deputado Wellington Roberto, e que foi contemplado, lapidado e terminado de ser burilado pelo Senador Vicentinho, que contempla aí algumas observações específicas a respeito de alguns pontos.

Contrariamente do que vem sendo veiculado, não existe nenhum tipo de restrição ao desenvolvimento de atividades de segurança privada, transporte de valores por parte de empresas estrangeiras. Essa questão estava contemplada na legislação anterior, fez parte do relatório originário da Câmara, mas, num esforço e num consenso que foi costurado no âmbito desta Casa, entendeu-se por bem suprimir essa restrição. Então, hoje, contrariamente do que está sendo veiculado, não existe nenhum tipo de restrição à participação de empresas estrangeiras no desenvolvimento dessa atividade.

Um outro ponto importante é que não existe nenhum tipo de limitação a instituições financeiras desenvolverem a si próprias atividade de transporte de valores em seu benefício. Fato é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que, como mencionado, transporte de valores não se restringe apenas a instituições financeiras. Muitos atores que participam efetivamente da distribuição da circulação de moeda no Brasil não estão diretamente vinculados a instituições financeiras, e justamente aqueles que mais necessitam delas, que são as populações que hoje não têm acesso a grandes centros e que não têm acesso a agências bancárias.

Então, é importante mencionar que as empresas de transporte de valores justamente suprem e vão atender essa lacuna que é tão importante para o desenvolvimento do País.

Do âmbito da federação e do âmbito da associação, nós gostaríamos de ressaltar a nossa integral e absoluta aderência, sem nenhum tipo de ressalva ao parecer que foi apresentado pelo Senador Vicentinho. E a nossa orientação e recomendação é que ele seja aprovado sem nenhum tipo de ressalva, da forma como foi lançado.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ouvimos o último expositor, o Sr. Ruben Schechter, representando a Associação Brasileira das Empresas de Transporte e também a Federação Nacional das Empresas de Transportes de Valores.

Neste momento, eu passo a palavra aos Senadores que são autores do requerimento, Senador Dalirio Beber, Senador Paulo Paim e o Senador Randolfe Rodrigues.

Pela ordem, inicio aqui pelo Senador Dalirio Beber, como o requerente da audiência pública, junto com demais dois colegas.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Primeiro dizer que é um privilégio nós podermos estar, numa manhã de quarta-feira, aqui no Senado, tratando de uma matéria tão importante. Acho que ela teve um profundo debate na Câmara Federal e veio ao Senado exatamente para ser também avaliada, e, naquilo que fosse possível, também adequadamente alterada, para permitir que, de fato, ela represente aquilo que deseja todo o segmento, o setor. Eu acho que os palestrantes nos brindaram com informações precisas, concisas, objetivas no que diz respeito, digamos, ao texto do projeto de lei que está sendo analisado aqui pela Comissão de Assuntos Sociais.

Três preocupações: uma delas é exatamente esta que veda a participação no capital estrangeiro nas empresas de transporte de valores ou nas de segurança. Eu acho que nós estamos num período em que precisamos crescer e não estabelecer qualquer tipo de limitação a quem quer seja. Nós podemos é regular o funcionamento das atividades onde existe capital nacional ou capital estrangeiro independentemente. Não importa para nós a cor do dinheiro que compõe o capital social da empresa; o que importa são ações perante a atividade econômica brasileira.

A outra questão é com relação, digamos, às cooperativas. Nós temos hoje uma concentração exagerada do setor financeiro brasileiro. Não somos contra isso, mas nós temos que valorizar as iniciativas das cooperativas de crédito, que têm oportunizado que inúmeras cidades brasileiras tenham condições de fazer as suas movimentações, os seus pagamentos. E como foi bem exposto aqui pelos dois representantes do segmento cooperativo brasileiro, eu acho que a revogação do art. 7º da Lei nº 11.718, que já fora uma conquista no aperfeiçoamento da Lei nº 7.102, conquistado em 2008, ela deve ser mantida para permitir que as nossas cooperativas continuem a prestar esse relevante serviço aos brasileiros e sobretudo aos que têm menos condições de fazer, às vezes, o enfrentamento com os grandes grupos do setor bancário brasileiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, essas duas questões é que, de fato, nós gostaríamos de ver o nosso Relator Vicentinho podendo aproveitar, para permitir que nós possamos ter a aprovação do estatuto, porque ele é extremamente importante e desejado há muito tempo, mas com o aperfeiçoamento dessas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço a exposição feita pelo Senador Dalirio Beber, e passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, Senador Ronaldo Caiado, senhores e senhoras convidados para debater esse importante tema. Esse tema, quando passou aqui no Senado e foi para a Câmara, de fato ele tinha praticamente um artigo: era para tratar do piso. O Senador Pimentel foi Relator, e, depois, na falta dele, eu assumi como Relator *ad hoc*. E quando chega o estatuto aqui, eu que fui autor do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e fui Relator do da Juventude, eu levei um susto e, num primeiro momento, me posicionei radicalmente contra. Mas, para surpresa minha, à medida que eu fui conversando com os dois Relatores, Senador Vicentinho e Senador Wellington Roberto, com o sempre Deputado Federal Chico Vigilante, também com o Boaventura e com outros segmentos, eles foram me convencendo de que o estatuto voltou bem melhor do que foi para lá, do que era o nosso projeto original.

Então, primeiramente, eu queria cumprimentar essa capacidade do diálogo. Eu sempre digo que o bom aqui não é marcar posição, mas é aprovar projeto que contemple, de preferência, empregados e empregadores, e isso vai na linha do entendimento, do consenso, e isso é bom para todos – é bom para todos! Os projetos que aqui nós aprovamos, como o da situação dos comerciantes, nós só aprovamos porque houve um amplo entendimento de ambas as partes. Houve uma outra situação, a dos caminhoneiros, ambas as partes ajudaram muito para avançarmos.

Nesta questão específica, eu ainda levantei – nas conversas que tivemos, esta semana ainda, com os Relatores, com quem conversei mais – que me preocupava muito com a questão dos deficientes, que é uma cota e eu sei que isso é uma polêmica, e nós temos discutindo à parte, em todos os setores. Há muitos setores que dizem: "Paim, a questão não é que a gente é contra cumprir a cota de deficiente [muitos me dizem], mas nós não temos profissionais, não temos pessoas que se adaptam àquela nossa realidade."

Eu tive uma experiência muito boa, Senador Ronaldo Caiado, e vou elogiar aqui a federação dos banqueiros. Eu fui a São Paulo, em uma oportunidade, a convite deles, e eles me disseram o seguinte: "Nós estamos formando aqui dentro as pessoas com deficiência. Estamos fazendo escolas" e distribuíram lá 10 mil empregos. Eu achei um exemplo brilhante. Foi na Febraban – que é o nome –, estive lá com eles, e eles me mostraram. Foi um espetáculo! Saí de lá convencido de que estava, de fato, no bom caminho. Mas, como as cotas, nós estamos discutindo essa realidade num outro projeto, o que eu disse para os Relatores – e eles entenderam – é que nós podíamos acertar as cotas lá naquele projeto que está em debate.

A outra questão que eu levantei foi a questão trabalhista, mas eles me convenceram... Eu que aqui, os Senadores todos sabem, fui tão contra essa reforma trabalhista, eles me convenceram, os sindicalistas inclusive, de que como está redigido ali está melhor do que na reforma trabalhista. Eles disseram: "Paim, aqui está melhor do que lá; se tu quiseres a gente tira; tudo bem, mas aí vai seguir o que está lá, não é?" Então me convenceram de que a redação que vocês construíram está melhor do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que na própria reforma trabalhista. Se está melhor, claro que eu não vou querer que fique como está lá! Então, eu retirei essa objeção que eu fazia ao artigo do campo trabalhista.

Quanto ao biombo, eu já percebi que há um entendimento aqui, que é a proteção visual; quanto a isso não há problema nenhum – e não foi nem questão que eu havia colocado.

Mas entrou a questão da greve: há diversos projetos aqui no Congresso – de que inclusive eu sou Relator de um; Romero Jucá é Relator de outro, e, se não me engano, ele está chamando todos para um só – que tratam inclusive da greve do setor bancário. Então, o que eu propus? Que nós não entrássemos nessa questão, para não atrapalhar todo o processo, fariamos um amplo acordo, e, como aqui ficaram só duas, estas duas questões do deficiente e da greve, trataríamos delas na lei específica que já estamos tratando aqui no Congresso. E, se dependesse de mim, mediante esse amplo acordo que eu vi que é possível, eu até... Não há problema nenhum: se quiser matar o problema em si – matar no bom sentido –, construir a solução e resolver já hoje, poderíamos votar nesta reunião ou numa próxima a ser convocada.

Quero muito cumprimentar, aqui, pela capacidade os dois Relatores, Senador Vicentinho e Senador Wellington Roberto. Normalmente eu complico, ainda mais sendo um estatuto desse, mas, olha, conversamos muito e percebi que há a maior boa intenção: todos serão contemplados. Eu não teria motivo nenhum de criar nenhum tipo de objeção.

É isso, Senador. Não é nem uma pergunta, é um elogio para todo o time que trabalhou aí.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço a exposição do Senador, a fala do Senador Paulo Paim, um Senador sempre sensível aos bons argumentos e à construção do diálogo aqui na Casa.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, na ausência do "complicador-mor", que é o Senador Paim, eu assumo subsidiariamente a função, entendeu?

Permita-me então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Gostei do elogio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por isso que eu sou subsidiário a V. Ex^a. Na sua ausência, eu gostaria de assumir um pouco o posto de trazer algumas indagações que considero importante serem esclarecidas para, posteriormente, apreciarmos a matéria, visto que esta é uma reunião que foi convocada com fim específico obviamente de recolhermos subsídios sobre o projeto, recolhermos as contribuições para, a partir da orientação, a partir desses subsídios ao Relator, possamos, em uma outra reunião, apreciá-la.

A minha preocupação vem de duas naturezas, Presidente, Sr. Relator Senador Vicentinho, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais presentes a essa audiência. A primeira já foi exposta com muita maestria pelo meu querido Senador Paulo Paim, da natureza do trâmite legislativo. Este projeto surge como o Projeto de Lei do Senado 135, de autoria do Senador Marcelo Crivella – o Senador Paim aqui, inclusive, destacou que originalmente foi o seu Relator.

Inicialmente, tinha dois artigos. Estabelecia o piso salarial dos vigilantes, regulamentado pelo Ministério do Trabalho, e um outro que dizia o óbvio, que a lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voltando da Câmara, veio com 73 artigos. Uma questão primeira, que deu gênese projeto: o piso salarial dos vigilantes. É uma pergunta preliminar que faço. Eu tenho preocupações de duas naturezas nesse projeto e quero deixá-las claras.

A primeira preocupação – obviamente, já foi exposta com maior autoridade no assunto pelo Senador Paulo Paim, mas eu quero reiterar, repito, como sou subsidiário do Senador Paulo Paim, quero deixar mais claro ainda – é em relação aos direitos dos trabalhadores.

A segunda preocupação é em relação a princípios elementares da nossa sociedade capitalista, preceituados na Constituição, os princípios do livre mercado, da livre concorrência, da impossibilidade de monopólios no setor.

Então, essas são as minhas duas preocupações. Eu queria um esclarecimento para aqueles que foram convidados desde a primeira Mesa até esta Mesa, a esta audiência pública – e teria algumas indagações aqui ao final. E, se porventura for o caso, se me der a honra S. Ex^a, o Relator, Senador Vicentinho.

Então, primeiro, essa questão com relação ao piso salarial dos vigilantes. Como ficou nessa tramitação do projeto e como, no parecer final, se pretende contemplar no texto do projeto.

A outra questão é ainda em relação ao direito dos trabalhadores. Na verdade, há uma questão aqui, apresentada pelo Sr. Clairton Walter. Ele apresenta uma sugestão sobre o que considera importante sobre o tratamento adequado às empresas cooperativas de crédito.

Eu acho que essa indagação é importante e é uma contribuição que o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo traz para esta audiência pública. Eu queria perguntar se há a possibilidade de incorporar essa sugestão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É a sugestão apresentada pelo Sr. Clairton Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Cooperativismo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sobre o cooperativismo, sobre as cooperativas de crédito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mais de uma vez, meu querido Waldemir Moka. Mais de uma vez. Não é a primeira. Não apoiado neste aspecto. Em outras vezes, temos estado juntos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O Randolfe e o Paim já estão aliados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Estamos fazendo uma aliança ampla entre capital e trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, já que estou falando da parte do capital, o Senador Caiado e o Senador Moka vão gostar ainda mais da indagação





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que faço agora: há um aspecto no projeto que estabelece claramente a proibição de que banco seja proprietário de empresas de transporte de valores. Há claramente essa proibição.

Eu pergunto por que essa vedação e se essa vedação não acarretará ao setor, em especial aos trabalhadores, prejuízos. Se proibirmos que as empresas que normalmente fazem o transporte de valores – me permitam a ignorância nesse aspecto – façam o transporte, parece-me que haverá uma quebraadeira no setor e que haverá redistribuição de postos de trabalho nessa área.

Uma pergunta que faço aqui objetiva: isso não acarreta e não levará a um monopólio do setor? E por que excluir as empresas que são atinentes ao transporte de valores, que são as empresas do sistema financeiro, do transporte de valores? Parece-me algo óbvio que as instituições financeiras façam o transporte de valores. Por que elas serão vedadas a transportar valores? A que se destina? Por que isso?

E eu repito a pergunta: isso não leva a algum tipo de monopólio no setor?

Eu acho que esse esclarecimento é importante.

A outra questão me leva a uma preocupação em relação a isso: ao passo que restringimos instituições financeiras que possuam empresas de segurança privadas façam o transporte de valores, nós vamos privilegiar outras empresas que não são essas e vamos vedar boa parte do mercado a fazer o transporte de valores. Vem-me uma preocupação que é a seguinte: como foram – e vou a um caso que é peculiar, particular e atual – os R\$51 milhões da casa de Geddel agora há pouco? Foram transportados para lá como? Foi por uma empresa autorizada de transporte de valores de uma instituição financeira?

Esta eu acho que é uma indagação importante: como aquela montanha de dinheiro, que dá para construir não sei quantos hospitais, não sei quantas escolas e tal, foi transportada para aquele apartamento?

Se nós vedarmos as empresas que são credenciadas e que têm a responsabilidade de fazer o transporte de valores ligadas ao sistema financeiro de participarem do setor, de disputarem o mercado, não facilitaremos outras situações iguais à notória situação da casa do Geddel?

Essa é uma indagação que faço.

E eu pergunto por que essa vedação e se essa vedação não está claramente abrindo espaço para um monopólio do setor.

Diante disso, faço as seguintes indagações aos conferencistas.

A primeira, ao Dr. José Boaventura, representante da Confederação Nacional de Vigilantes: quantos são os trabalhadores em empresas de segurança no Brasil?

Quais são os principais ataques a direitos dos trabalhadores que o senhor imagina podem estar incluídos na proposta? E pergunto: não seria importante a proposta estabelecer a questão do piso dos vigilantes?

Foi da Mesa anterior, mas, se ainda estiver presente, eu queria fazer a seguinte pergunta ao senhor representante do Banco Central: instituições financeiras...

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PR - PB. *Fora do microfone.*) – Não veio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não está presente? Não tem ninguém representando o Banco Central aqui presente?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone.*) – Há a Febraban aí.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Há representante da Febraban?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, subsidiariamente – era importante a presença do Banco Central aqui –, eu pergunto o seguinte: instituições financeiras são hoje no Brasil acionistas de empresas de segurança privada? Existe algum fundamento no aspecto da gestão financeira e bancária para proibi-las de operarem empresas de segurança?

Essa pergunta, eu repito, faço ao representante da Febraban, mas seria importante ouvir isso também do Banco Central.

Ainda pergunto então, subsidiariamente, ao representante da Febraban: V. S^a saberia informar quais empresas de segurança privada e de transporte e guarda de valores têm seu capital composto por ações de propriedade em instituições financeiras?

Ao representante da Polícia Federal pergunto qual o impacto desse projeto na fiscalização que a Polícia Federal realiza sobre empresas de guarda e transporte de valores? E a minha pergunta é, nesse sentido, especialmente, pelo fato que já citei aqui de situações como essa do dinheiro que foi encontrado na casa do Geddel, de como houve o transporte?

E a segunda pergunta que faço: o monopólio do setor de guarda e transporte de valores na mão de uma ou duas empresas pode gerar impacto negativo no combate à lavagem de dinheiro e à corrupção?

Bom, Sr. Presidente, agradeço. Agradeço também a tolerância com o tempo para as indagações e perguntas. São esses os esclarecimentos que considero pertinentes para avançarmos no debate do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador, pelas suas colocações, e as perguntas serão respondidas pelos nossos palestrantes logo após a manifestação do Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu, primeiro, quero... É claro que, quando disse, Senador Randolfe Rodrigues, que não vai ser a primeira, certamente não será a última. O meu medo aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Tivemos antes, teremos hoje e teremos amanhã.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... é que o Chico Vigilante pode ser contrário a esse projeto. Com este nome parlamentar de Chico Vigilante, é capaz de ele ser contrário ao projeto, não é? *(Risos.)*

Eu ouvi vários dos senhores. Confesso que não todos, pois estive ausente em meu gabinete.

Mas eu presidi a Frente Parlamentar do Cooperativismo aqui no Senado e posso garantir à Febraban, aos representantes do setor bancário – dirijo-me também à Carla, que representa a OCB –, que as cooperativas de crédito cumprem uma finalidade social muito importante. São 564 Municípios que não têm nenhum banco; só têm cooperativas de crédito, e essas cooperativas de crédito são fundamentais, sobretudo para os pequenos produtores, porque eles não vão ter...

Eles têm que viajar, têm que ir a outra cidade para fazer uma operação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então a cooperativa de crédito não pode ter e não deve ter, Senador Vicentinho, Deputado, ex-Senador Wellington Roberto, hoje Deputado Federal, não podem ter o mesmo tratamento.

Então as cooperativas de crédito pedem aqui que, primeiro, que elas sejam enquadradas pela Lei nº 11.718, de 2008.

Eu conversei com o Deputado Federal Wellington Roberto, meu ex-Senador Wellington Roberto, e com o Senador Vicentinho. Sr. Presidente, acho que isso não tem grande dificuldade. Claro, vai depender dessa conversa! Mas eu vim especialmente, meu caro representante aqui das cooperativas, porque isso daí... Eu sou de Bela Vista, uma cidade pequeninha na fronteira com o Paraguai... Então, essas coisas fazem uma diferença enorme, porque você não vai ter lá... Se bem que Bela Vista tem o Banco do Brasil e tal, mas há cidade que não tem, a não ser a cooperativa de crédito, que é uma porta, é pequeninha. Não cabe à mesma, Paulo Paim, o que se pretende criar em termos de segurança privada, que eu acho justo e necessário, mas exigir isso é a mesma coisa que mandar fechar a cooperativa de crédito. Elas não têm condições de honrar com isso ou de suportar esse tipo de custo. Não têm. Simplesmente não têm.

Então, eu vim aqui, Sr. Presidente, dizer o seguinte. Primeiro, elogiar o trabalho do Wellington Roberto, mas esse eu conheço de longa data, a habilidade, conversa, tem paciência e aí o rei da paciência aqui no Senado, o nosso eterno Vicentinho, que vai costurar...

E o importante é que essa legislação que tem aí 40 anos – mais de 40 – nós podemos modernizar, diante, claro, que eu estou vendo aqui quase que um consenso, Paim. Uma ou outra coisa que está precisando ser ajustada, mas eu acho que isso nós vamos dar conta de ajustar aqui.

Então eu falo aqui, Sr. Presidente, em defesa especificamente das cooperativas de crédito a quem eu... Não é de ouvir dizer... Isso eu conheço pessoalmente de ir olhar e sentir...

E esse recurso, por exemplo, vou falar do pequeno produtor, ele não chega se não for através da cooperativa de crédito. Não chega para o pequeno produtor. Não há como chegar. Ele vai ter que pegar. Na hora de fazer o crédito, tem que ir lá em outra cidade, ao passo que elas cumprem essa função.

E olha que não é meia dúzia, são 564 Municípios.

Então, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Moka.

Nós estamos indo para o encaminhamento final desta nossa grande audiência pública e nós temos dois Senadores inscritos, o Senador Hélio José e o Senador Pimentel. No final, com certeza, teremos a palavra mais esperada, que é do nosso Senador Vicentinho, que é o Relator desta importante matéria. Mas agora...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, pela ordem. Como Relator, só para contribuir com a fala do Senador Randolfe.

Ele fez várias perguntas, que são pertinentes, e eu queria acrescentar mais um participante em uma das perguntas com relação à Febraban: o Dr. Ruben, representante da Associação Brasileira de Transporte de Valores. Queria que ele também se manifestasse, porque foi colocada a questão de monopólio. Então, temos que ouvir também a outra parte. Os demais, estou de acordo completamente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Certo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar S. Ex^a o Senador Dalirio Beber pela direção dos trabalhos; cumprimentar os convidados; cumprimentar meu amigo Chico Vigilante, que está aqui do meu lado, meu compadre; o Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Brasília – tive a satisfação de ser padrinho de igreja da filha dele, uma pessoa lutadora pelos vigilantes do Brasil –; o nosso nobre Wellington Roberto, meu amigo de longas datas. Eu sei do seu trabalho nas questões.

A preocupação que me traz aqui é a seguinte: primeiro, a pressa é inimiga da perfeição. Eu acho que o Wellington fez um trabalho extraordinário de juntar uma série de propostas, 73 artigos – ele me explicou ali. Eu chamei o Wellington para conversar sobre a questão do piso, porque saiu daqui com uma proposta de piso, e veio sem o piso. Quer dizer, é uma situação estranha essa questão, mas ele me explicou que levou ao Brasil essa discussão sobre o piso.

Cumprimento também o nosso nobre Vicentinho, que é uma pessoa que ouve e escuta, sempre está atento às questões.

Como representante dos humildes e mais fracos desta Casa, eu sinceramente sou um servidor público concursado, não tenho nenhum compromisso com nenhuma corporação, com nenhum setor. Meu compromisso aqui é com o Brasil, com o serviço público e com funcionamento de qualidade. Eu não posso conceber que um projeto que possa levar a 62 mil desempregados seja bom. Eu acho que nós precisamos avançar em algumas questões.

Eu conversei claramente com Wellington Roberto e com o Senador Vicentinho. Eu acho que o art. 20, §3º e §5º, precisa avançar. Não é possível manter a situação como colocada. Precisamos, para a pior das hipóteses – se não conseguirmos suprimi-los de forma definitiva e evitar essa questão que o Randolfe acabou de colocar, que eu não preciso mais repetir, porque eu concordo na íntegra com a colocação do meu nobre Senador Randolfe aqui sobre a tese –, pelo menos então fazer uma emenda de redação, garantindo às empresas existentes o direito de permanecer no mercado, e não fazer aqui dois anos de reserva para que essas empresas tenham que ser destituídas ou simplesmente tenham que colocar 62 mil empregados na rua, porque não pode haver a participação de recursos estrangeiros na questão.

Olha, o Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, ignora um fato relevante no Brasil de hoje: estamos em crise e estamos em crise mesmo. Em um momento de crise, o projeto de lei obriga que empresas de segurança, transporte, guarda de valores sejam fechadas. Não é possível conceber isso. Na minha visão, não é possível conceber essa questão.

O art. 20, em seus §§ 2º e 5º, diz que a empresa de segurança, transporte e guarda de valores que sejam de propriedade de instituições financeiras ou estrangeiras não pode funcionar no Brasil e que quem estiver nessa condição precisa fechar as portas em dois anos.

Atualmente, a Brinks e a Prosegur, duas gigantes do setor, têm participação de bancos em seu capital. A empresa TB Forte, constituída por um consórcio de cinco maiores bancos brasileiros, entre eles, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, precisariam fechar as portas dentro de dois anos.

Só assim, com essas três empresas, são 62 mil empregos perdidos, 62 mil famílias desamparadas. E qual é o sentido disso para esse setor econômico?

Imaginemos outro setor, por exemplo, o de alimentação: uma lei proibiria que uma indústria de alimentação fosse proprietária de uma empresa de transporte de alimentação. Mesmo que a lei





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

permitisse que a indústria transportasse seu próprio produto, por que não permitir que ela transporte produtos de outras empresas num consórcio, numa cooperativa, numa forma adequada de trabalho?

Isso é uma questão de logística e de mercado, não tem nada a ver com o interesse do Brasil. Tenho compreensão total da necessidade de aprovar uma série de questões que está nessa lei, que é importantíssima para o sindicato, que é importantíssima para o nosso mercado, que é importantíssima para os vigilantes do Brasil. Não estou aqui, de forma nenhuma, querendo criar empecilho nessa questão. Só precisamos resolver essa parte, garantir esses empregos, não permitir que aprovemos uma lei, aqui, que force, em dois anos, empresas devidamente constituídas, que estão trabalhando, a fecharem.

Eu recebi aqui os representantes dos trabalhadores. Eles me colocaram essa questão. Recebi representante também do setor financeiro, recebi representante dessas empresas. Todos me colocaram a situação, por saberem do meu compromisso na CDH, na CAS, em várias questões e sobre a questão do trabalho.

Então, esta é a minha pergunta para os participantes: qual o sentido desta proibição do art. 20, §§ 3º e 5º, de que as instituições financeiras participem do capital de empresas de segurança privada? Por que estamos colocando em risco 62 mil empregos em um momento de retomada da economia, numa das maiores crises já vividas por este País?

Então, precisamos superar. Se não for possível – porque o ideal seria a retirada desses dois itens, a supressão desses dois itens –, que nós, portanto, façamos uma emenda de redação e consigamos garantir que as empresas devidamente constituídas permaneçam no mercado, independentemente de dois anos.

Essa é a minha posição com relação à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Hélio José.

Transferimos a palavra ao nosso Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, senhores convidados, Senadores, Deputados, Senadoras, Deputadas, quero começar, registrando que essa legislação precisa ser atualizada, até porque ela vem de 1974, quando o Brasil começava a tratar da distensão política e precisava proteger um setor que tinha contribuído com a ditadura. E a forma de atender àqueles coronéis que haviam colaborado com a ditadura foi privatizar o setor de segurança, principalmente bancária.

Se nós abrímos as primeiras empresas além de 1975, os donos delas eram todos coronéis do Exército Brasileiro; depois é que houve um processo de modificação. Portanto, a origem vem daí.

Evidentemente, nessa legislação, ao longo desse período, houve uma série de outras modificações. E a questão da segurança bancária requer de todos nós uma atenção maior, em face do assalto que há ao sistema financeiro, às economias locais, ao arrombamento de casas bancárias e um conjunto de ações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, isso nós precisamos modificar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No entanto, o projeto avança um pouco mais: trata as cooperativas de crédito pequenas e médias do Brasil como se agências bancárias fossem. Eu me lembro muito bem da grande luta nos anos 1980, nos anos 1990, para tentar viabilizar as cooperativas de crédito, porque as pequenas e médias cidades do Brasil basicamente não tinham agências bancárias.

Com o processo de unificação, de privatização, de fechamento de bancos, nos anos 1990, através do Proes e de uma série de outras ações, a presença das agências bancárias nas pequenas cidades é quase inexistente. E, agora, com os assaltos que vêm ocorrendo e de agências sem dinheiro, que é o nome que se dá para aquelas que têm maior risco, quem faz toda a economia dos pequenos Municípios do Brasil são as cooperativas de crédito.

Nós tivemos, no ano 2000, um embate muito duro com o Banco Central para tentar viabilizar o sistema de cooperativas de crédito, o Siscoop, para viabilizar e retirar do Acordo de Basileia as cooperativas de crédito. E, a partir dali, passamos a ter um processo crescente e descentralizador da economia brasileira, tendo as cooperativas como os principais agentes de crédito. Esse sistema ainda não está perfeito, mas evoluiu muito nos últimos anos. E esta Lei 11.718 foi feita exatamente para dar um tratamento diferenciado a essas cooperativas, porque assim é necessário. Agora, esse projeto que vem da Câmara, lamentavelmente, revoga toda a proteção das cooperativas de crédito. Por isso, não podemos aprovar um projeto que trata uma cooperativa de uma pequena cidade como os grandes bancos brasileiros, sejam eles privados ou públicos.

No que diz respeito à proteção dos vigilantes, o projeto tem todo o nosso apoio. No entanto, vincular isso às cooperativas de crédito, que são o único instrumento que a gente tem nas pequenas cidades para viabilizar os pequenos negócios, para alavancar a nossa economia, para receber contas de água, de luz, de telefone e boa parte delas nem sequer dinheiro às vezes circulando tem, a não ser quando é feito um aporte pontual.

Portanto, um país continental como o nosso, com um sistema financeiro extremamente concentrado nas médias e grandes cidades, esvaziando algumas regiões do Brasil, particularmente as regiões mais pobres da Região Norte e Nordeste... Esse instrumento de crédito que nós criamos, que são as cooperativas, não podemos fechá-las. Esse sistema aqui posto, com essas regras, vai fechar as cooperativas de crédito.

Ao lado disso, Sr. Presidente, nós estamos criando também as Empresas Simples de Crédito para cuidar da micro, da pequena empresa e do empreendedor individual.

Nós tivemos aprovado aqui, em 2015, a criação da empresa simples de crédito. Lamentavelmente, o Banco Central pediu o veto dessa matéria. Tivemos o veto. E, de lá para cá, temos feito um conjunto de tratativas, em nome da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, da Frente Parlamentar do Cooperativismo e desse setor de crédito. Estamos num processo muito avançado no sentido de fazer com que as Empresas Simples de Crédito, a exemplo das cooperativas, não estejam subordinadas ao Acordo da Basileia e que elas possam viabilizar o crédito para esse setor, juntamente com o Sebrae que, que é quem cuida desse segmento.

Tratamos aqui de 11,750 milhões de empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, que, a exemplo das cooperativas de crédito, estamos ampliando para cá. O objetivo é exatamente oferecer crédito mais barato, mais rápido e para aqueles que não têm patrimônio, porque o banco só empresta para quem tem patrimônio. Essas regras, da forma como foram aprovadas na Câmara, vão





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

alcançar também as Empresas Simples de Crédito. Nós estamos num esforço muito grande e queremos aprovar neste 2017.

Por isso, eu peço ao nosso Relator Vicentinho Alves, que é o nosso Relator aqui no Senado Federal, e ao nosso Relator Wellington Roberto, lá na Câmara, com quem a gente já trabalhou junto bastante... Os dois dizem que nós precisamos construir uma redação, uma emenda de redação que assegure às cooperativas de crédito a exclusão desse processo, através da Lei 11.718, porque ela não foi tratada aqui no Senado; ela foi tratada exclusivamente na Câmara. Nós podemos fazer uma emenda de redação para que esta parte que trata das cooperativas de crédito não seja objeto de revogação. Regimentalmente, o Senado pode fazer isso, porque essa matéria não foi tratada aqui.

Pelo que eu conversei rapidamente aqui, há um acordo dos dois Relatores, e nós queremos construir a emenda de redação para que, nas revogações, a parte da Lei 11.718, de 2008, que trata das cooperativas de crédito, seja retirada da redação, sob pena, Sr. Presidente, de nós liquidarmos um sistema de crédito importante, descentralizador e fundamental para um país continental como é o Brasil.

Por isso, tem meu apoio desde que haja a emenda de redação para fazer essa supressão das cooperativas de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – O Senador Paim, ao se manifestar hoje aqui logo após as palestras dos nossos convidados, disse que caminha para um grande acordo, no sentido de fazer com que o aperfeiçoamento da proposta que veio da Câmara de fato atenda àquilo que é desejo e até essa sua preocupação sobremaneira com a questão das cooperativas, que passaram a desempenhar um papel extremamente importante na sociedade brasileira, com a concentração do setor financeiro, que aconteceu nesses últimos anos, em torno de cinco ou seis grandes bancos operando no Brasil.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Senador Dalirio Beber, no seu Estado, Santa Catarina, as cooperativas têm uma presença muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com certeza.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – No Estado do Rio Grande do Sul, do Senador Paim, não é diferente. No Estado do Paraná, também. E, no nosso Ceará, também têm uma estrutura muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – As cooperativas de crédito nasceram no Rio Grande do Sul, na cidade de Nova Petrópolis, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente. Com aquele padre...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o Senador Vincentinho já assumiu que vai acatar essa proposta. Ele vai falar agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Quer falar agora ou quer falar depois dos palestrantes?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O nosso Tocantins, que é o Estado mais novo da Federação, que o nosso Senador Vincentinho aqui muito bem representa, tem clareza do que isso representa para nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu consulto o Senador Vincentinho se gostaria de fazer uso da palavra agora ou ouvimos as respostas?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu gostaria de ouvir as respostas, para, no final, poder me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Isso aí. Fechado.

Então, nós gostaríamos de convidar o José Boaventura e os demais que foram citados com perguntas levantadas pelo Senador Randolfe Rodrigues e depois até reforçadas pelo nosso Senador Vincentinho, no sentido de que o Ruben também fosse se manifestar por aquelas questões levantadas pelo Senador Randolfe.

Com a palavra, José Boaventura.

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Senador Dalirio, diretamente às perguntas do Senador Randolfe, e repetindo os meus cumprimentos, a quantidade de vigilantes formalmente empregados hoje, no Brasil, está na faixa de 600 mil, mas nós temos registrados, Senador Randolfe, na Polícia Federal, porque é uma obrigação, cerca de 2,5 milhões mais ou menos. Os companheiros da Polícia Federal podem confirmar esse número, mas registrados na Polícia Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nesse sistema de empresas privadas de transporte de valores, são quantos?

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Esse número nós não temos, mas a representação das empresas disse aqui cerca de 200 mil só no transporte de valores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me, só para ficar claro. Dessas, quantos são de empresas relacionadas ao sistema financeiro?

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Todas as empresas... Bom, o senhor falou de empresas da Prosegur e da Brinks, que possuem ações de bancos, e nós sabemos disso, e também da TecBan, que é constituída por um consórcio de bancos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – São três então?

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – Sim, sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Essas empresas mobilizam quantos (*Fora do microfone.*) trabalhadores?

O SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS – São cerca de 60 mil, segundo dados inclusive que o Senador Hélio aqui trouxe também.

Na verdade, esse é um universo que envolve essa questão, e nós queremos, Senador Hélio, Senador Randolfe, dizer que também achamos estranho, que também achamos impróprio esse tipo de veto. Empresa estrangeira, empresa com capital financeiro, como eu disse antes... Nós, eu, o Chico e outros vigilantes aqui presentes viemos de um tempo em que os bancos tinham, alguns bancos tinham empresas que faziam transporte de valores: Bancredit, o Bradesco tinha uma empresa, o Bamerindus tinha outra, o Banespa tinha outra, e para os vigilantes, negociar tanto com a empresa, lidar com a empresa prestadora de serviços ou com uma empresa de propriedade de banco não tinha





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nenhum problema, e nós continuamos entendendo dessa forma também. Então, não vemos por que, e já manifestamos isso ao Senador e ao Deputado, da necessidade dessa proibição.

Com relação ao ataque aos direitos dos trabalhadores, Senador Randolfe, de fato o projeto traz um artigo sobre o qual nós também já manifestamos a nossa contrariedade. Depois, o Deputado Wellington, e nós conversamos com o Senador Paim também, verificamos que, apesar da nossa ressalva, não há maiores prejuízos à questão de dizer aqui que pode ser negociada a jornada de 12 por 36, pode ser negociada a questão do intervalo do descanso, até porque a categoria, a nossa atividade tem algumas particularidades. Um vigilante que pega serviço às 7h da noite, larga às 7h da manhã. Quando é que ele vai gozar o intervalo intrajornada? À meia-noite? Vai sair para ir para a casa? Não vai, até pela questão da segurança própria.

Portanto, nós estamos entendendo, apesar da impropriedade na lei que regula a atividade de segurança privada regular sobre a questão trabalhista, não entendemos que isso seja empecilho para a aprovação do projeto, em se considerando isso aqui.

Agora, Senador Randolfe, nós enfrentamos, como um dos principais entraves, e já falei um pouco disso, a segurança clandestina, a concorrência da pessoa desqualificada, que muitas vezes coloca em risco as pessoas. E um outro problema muito sério é o problema do calote. A prestação de serviço é caracterizada por empresas que abrem, fecham e deixam de pagar trabalhadores. E aí nós temos já leis municipais, temos uma instrução normativa federal que protege, na medida em que retém as verbas trabalhistas, e isso para a gente é um dado importante, mas que... E um projeto de lei em tramitação apresentado pelo Deputado Pellegrino, que, ao nosso ver, precisa ser aprovado inclusive para proteger de uma forma ampla, porque a empresa continua demitindo alguns trabalhadores dos setores privados, fechando e não pagando seus direitos.

Uma última indagação que o senhor colocou é sobre a questão do piso. Na verdade, se a gente considerasse a proposta original... E, quando aprovado aqui, o Senador Paim, em 2012, perguntávamos: "São a favor desse piso de 800, 900 e 1.100?" Claro que não, porque ele já estava superado lá em 2012, mais ainda hoje, como já foi colocado aqui, com os dois valores abaixo do salário mínimo.

Defendemos, na Câmara, um piso de R\$3 mil, mas consideramos que não conseguimos, de forma muito objetiva, convencer os Deputados da justeza dessa proposta. O que constou no projeto é que o trabalhador tem direito a piso salarial fixado em convenção e acordo coletivo. Mas já também temos iniciativas do Senador Paim, do Deputado Pellegrino e da Deputada Erika, no sentido de apresentar proposta de piso nacional, porque o problema hoje, Senador Randolfe, é que um vigilante trabalha no Banco do Brasil aqui em Brasília e tem um piso de mais de R\$2 mil; o mesmo vigilante trabalha no Banco do Brasil lá no Amapá e tem um piso de R\$1,1 mil, R\$1,2 mil; ou no Rio Grande do Sul, um piso de R\$1,3 mil para o mesmo Banco do Brasil. O Banco do Brasil para o seu empregado, ou o Bradesco ou qualquer outro banco, paga o mesmo salário em nível nacional.

Portanto, nós achamos justo e necessário que, da mesma forma que os bancários ou outros setores – o setor público, por exemplo –, os vigilantes tenham um piso nacional que possa refletir, de fato, as suas necessidades. É nesse contexto que consideramos que esse debate do piso está nesse estágio. Não foi contemplado como queríamos no projeto, apesar de constar a possibilidade de ser fixado em convenção, mas nós não deixamos de perseguir essa proposta que nós entendemos como a mais justa e a mais correta para com os trabalhadores.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós pedimos ao Sr. Ruben para...

Da Febraban, o Vilain está lá atrás. Então, fala o Vilain.

O SR. LEANDRO VILAIN – Respondendo ao Senador Randolfe, primeiro de tudo, acho que há duas perguntas aqui que são importantes de a gente contextualizar.

Na primeira questão, eu compactuo com a questão das cooperativas. As cooperativas hoje exercem um papel fundamental na inclusão financeira, na integração nacional e são serviços complementares importantes para o serviço financeiro. Inclusive, as cooperativas hoje, os grandes sistemas cooperativos têm bancos, e esses bancos também são associados à Febraban e participam em igualdade de competição. Eles, muito pelo contrário, provêm uma capacidade de capilaridade importante para o sistema financeiro, e temos que entender um pouco como funcionam essas cooperativas. As suas estruturas de custo realmente não compartilham muitas vezes, não comportam uma elevação de custo, ou a gente vai levar o sistema cooperativo, que é um sistema que funciona e leva a economia para uma capilaridade importante, a uma situação realmente de problemas em algumas regiões do Brasil. Portanto, eu acho que, nessa questão da cooperativa, a gente apoia não só a iniciativa de cooperativa financeira, mas também a ressalva aqui da questão dos custos dos riscos de uma elevação de custos para esse serviço.

A segunda coisa, também respondendo ao Senador, é a questão da participação de bancos e empresas estrangeiras no transporte de valores. Da forma como está o texto, existe uma restrição à participação de bancos no sistema de transporte de valores.

Para o que a gente chama a atenção é que existem algumas regiões do País em que, por uma questão geográfica ou às vezes uma questão econômica, muitas vezes as próprias empresas transportadoras não têm interesse em atuar. Então, quando se fala, por exemplo, no interior do Pará, no interior do Amazonas, é muito difícil atuar nessas regiões e economicamente não é viável. E é por essas e outras razões que os bancos têm uma participação hoje numa empresa já em funcionamento, que é a TecBan. Ela detém hoje... Eu não saberia exatamente qual é o *market share* dela, qual é o tamanho do mercado, mas ela é representativa para o negócio. Essa empresa TecBan tem uma subsidiária chamada TB Forte, que faz esse serviço de entrega de valores em locais onde eventualmente possa não haver interesse por parte das transportadoras de valores e que exerce um papel importante.

Então, eu destaco aqui que o art. 20 chama a atenção para o capital estrangeiro, mas também chama a atenção para a vedação de capital financeiro, capital de banco, nesse artigo. E aí nos parece que isso aqui é um pouco de cerceamento à livre concorrência, à iniciativa privada, principalmente no art. 173 da Constituição Federal. Então, aqui eu chamo a atenção... Compactuo com a sua visão. Quanto mais concorrência... Nós entendemos que quanto maior a concorrência mais saudável para o setor.

Respondendo a sua outra pergunta de quais são as maiores empresas, hoje são, mais ou menos, se não me engano, 33 ou 36 empresas de transporte de valores em atuação no País. Porém, é importante entender também que, quando nós olhamos a média, quando falamos de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Quantas dessas estão relacionadas às instituições financeiras?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LEANDRO VILAIN – Que os bancos tenham participação, que eu me lembre... Eu não poderia acertar com 100% de certeza, mas, com 99% de certeza, é apenas uma.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Pela ordem.) – Para contribuir com a linha de raciocínio do palestrante, o projeto não veta ao banco ter a sua própria empresa para transportar os seus produtos – não veta. Pelo contrário, nós atendemos isso.

Dos cinco itens sugeridos, nós atendemos quatro; dos trabalhadores, de quatro, três, até para dar o consenso, como está se chegando a esse consenso, como vamos atender às cooperativas. É um serviço orgânico. Se o banco quiser montar a sua empresa, ele pode montar. Não está ficando claro e, às vezes, as pessoas pensam que está se cerceando. Não, está atendido e contemplado o serviço prestado pelos bancos de forma orgânica.

O SR. LEANDRO VILAIN – Pode ser que, na interpretação jurídica, estejamos equivocados, mas, quando nós falamos aqui, o §3º do inciso VI fala que as pessoas jurídicas referidas no §1º do art. 31 – as pessoas jurídicas referidas nesse artigo tratam de banco, cooperativas, do setor financeiro – não poderão, inciso I, participar do capital de empresas especializadas em segurança privada.

A definição de segurança privada está no próprio *caput* do art. 20, em que ele diz que empresas de segurança privada são todas as empresas que prestam serviços previstos no inciso I, II, III, IV, V, VII e VIII do art. 5º. Eu chamo a atenção de que o art. 5º, incisos VII e VII, fala de execução de transporte de numerário e execução de escolta de numerário. Portanto, nós entendemos, na nossa interpretação, pelo menos na interpretação do nosso jurídico, que essa vedação estaria em vigor com o texto que foi aprovado na Câmara.

De qualquer forma, aqui a gente tem uma preocupação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Excelência, só uma pergunta: isso mobiliza quantos trabalhadores? Na TecBan e nas subsidiárias, são quantos trabalhadores que atuam diretamente? E, se concretizada essa vedação, essa restrição, os empregos poderiam estar à mercê...

O SR. LEANDRO VILAIN – Eu não saberia dizer. Eu não teria esse número. Não sei se alguém aqui, no auditório, tem esse número.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Senador, a TecBan vai poder continuar fazendo para a própria empresa, para o próprio grupo financeiro. A vedação é a de que possa fazer para outras.

O SR. LEANDRO VILAIN – Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aí arreventa o mercado, as empresas e os empregos de 600 mil. É isso?

O que o Senador Vicentinho colocou é absolutamente pertinente.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PR - PB. *Fora do microfone.*) – Outra coisa é... Não pode é ser prestador. Quantas empresas de transporte de valores há no mercado que só fazem isso?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone.*) – Está preservado, nós contemplamos – contemplamos, viu, Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O representante da Febraban poderia me esclarecer, porque a Brinks e a Prosegur – tanto a Brinks tem a participação do Banco de Nova York, acionista direto da Brinks; o Santander também é acionista da Brinks, por meio de um fundo chamado BlackRock. Já no caso da Prosegur, entre seus acionistas estão os bancos JP Morgan, o Nordea Bank. Isso são dados públicos, que constam para qualquer investidor. Além dessa questão, há a TB Forte.

Então, quero entender por que o representante da Febraban está suprimindo a informação da Brinks e da Prosegur aqui nesta audiência.

O SR. LEANDRO VILAIN – Não, esse é um bom ponto.

Eu não tinha nem aqui considerado, é verdade. Sim, é verdade o que o senhor está falando.

As empresas de capital aberto, quer dizer, estamos falando aqui da TecBan, que é público e que, enfim, tem uma participação direta, mas as empresas de capital aberto com ações em bolsa podem... Qualquer banco pode estar fazendo investimento nessas empresas, e eu não teria essa informação aqui.

Então, todas as empresas de capital aberto, sim, é correto. Talvez eu tenha me enganado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – O Ruben acho que tem condições de responder a essa.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Senador, esclarecendo o seu questionamento, tanto a Brinks quanto a Prosegur, no âmbito brasileiro, são empresas nacionalizadas e não podem, por força da legislação atual e também no relatório atual, ter ações em Bolsa. Ambas são companhias de capital fechado, sociedades anônimas de capital fechado.

A participação desse tipo de instituição financeira se dá por meio de Bolsas de Valores no exterior, onde elas desenvolvem suas atividades. Então, essas empresas que o senhor mencionou não são consideradas, dentro do Brasil, nacionalizadas, como tendo participação de instituições financeiras. Elas têm a participação de instituições financeiras como acionistas em Bolsas bursáteis, em Nova York e na Bolsa de Madrid. São circunstâncias distintas do que está sendo colocado na legislação. O que a legislação fala aqui é da participação direta de instituições financeiras em empresas prestadoras de serviço para as demais instituições financeiras e para as demais tomadoras desse serviço.

Também não existe nenhum tipo de restrição ao desenvolvimento do transporte de valores para si própria. A própria lei hoje, no texto que ela contempla hoje, que é muito próximo a esse texto que está sendo colocado no relatório do Senador Vicentinho, prevê a possibilidade de instituições financeiras realizarem serviços a si próprias.

Dou outros exemplos. Há empresas que... Em primeiro lugar, a restrição não é apenas para transporte de valores. Fala-se em segurança privada. O que acontece? Atualmente, existem empresas que não prestam serviços de segurança privada, mas que têm seus próprios vigilantes. *Shopping centers*, muitas empresas, indústrias farmacêuticas têm seus próprios vigilantes. O próprio Governo tem os seus próprios vigilantes.

Então, a restrição que está prevista na legislação não é uma restrição em relação ao desenvolvimento para si próprio, por quê? Em primeiro lugar, esclarecendo o Senador Randolfe, a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

atividade de segurança privada não é uma atividade financeira. A atividade de transporte de valores não é uma atividade financeira, é uma atividade de segurança, tanto que o Banco Central não regula essa atividade de transporte de valores, porque ela é considerada uma atividade de segurança. Ela é considerada uma atividade em que se coloca a proteção do numerário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas é hoje uma atividade que é exercida por uma área, por um ramo do mercado.

O SR. RUBEN SCHECHTER – É um ramo do mercado de segurança, não financeiro, tanto que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

No projeto, nós estamos vedando isso.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Não, absolutamente. O projeto não veda que as instituições financeiras transportem valores para si próprio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas veda que tenham segurança privada.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Veda que tenham segurança privada por um motivo: porque eles são o maiores tomadores desse serviço. Então, a questão relacionada à concorrência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A pergunta vai aí: e isso nós estamos tratando de quantos trabalhadores?

O SR. RUBEN SCHECHTER – Nós estamos tratando de 200 mil trabalhadores, que hoje atuam no segmento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, não. Nesse segmento específico que vai ter uma vedação no projeto, estamos nos referindo a quantos trabalhadores?

O SR. RUBEN SCHECHTER – Nós estamos falando... Na verdade, esses trabalhadores todos vão ser absorvidos pelas demais empresas, porque o serviço não para. Alguns esclarecimentos em relação ao *quantum* mencionado pelo representante da Febraban, Sr. Leandro Vilain. Ele mencionou empresa chamada TB Forte/TecBan. Essas empresas, ao contrário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Ruben, permita-me insistir na pergunta.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O senhor está falando de uma situação em tese. Ou seja, o senhor falou de tantos trabalhadores que serão assumidos pelo restante do mercado.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Porque o serviço continua. O serviço continua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E um ramo do mercado vai ser vedado.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Não, não é um ramo do mercado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Que hoje atua.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Não, não é um ramo do mercado. O ramo de segurança privada continua. O que se está colocando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O que fica é a vedação a que instituições financeiras tenham.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RUBEN SCHECHTER – Porque as instituições financeiras...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Porque as instituições financeiras poderão ter o seu serviço orgânico próprio.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Próprio. Esses 60 mil trabalhadores, se o banco...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Por exemplo, se quiser absorver na empresa própria, orgânica, poderá. Nós acatamos isso.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Absorve. Exatamente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Nós estamos separando o que é segurança...

O SR. RICARDO SANCOVICH – Permita-me. Eu gostaria de interferir, porque acho que consigo esclarecer um pouco mais.

Só para ficar claro: o Senador fez uma menção à participação em capital, em ações de empresas outras, como Brinks, Prosegur, G4S, que é multinacional e não atua em transporte de valores, só em segurança privada. São empresas que, no Brasil, não podem ter capital em Bolsa. No exterior, Estados Unidos ou Espanha, elas têm capital livre em Bolsa. Então, tanto bancos como qualquer outra instituição ou pessoa podem ter ações, o.k.?

No que tange ao Brasil, os bancos brasileiros constituíram uma empresa chamada TecBan, cuja finalidade não é a realização de transporte de valores, mas a manutenção de caixas eletrônicos – isso no passado. E, nessa condição, ela compôs um corpo orgânico para a realização do transporte de valores dos seus caixas eletrônicos. O.k.? Isso é autorizado pela Polícia Federal já.

Posteriormente, em virtude de uma alteração da interpretação do Ministério da Justiça, não da Polícia Federal, concedeu-se que ela também pudesse ter uma empresa especializada. O que quer dizer? A atividade-fim dela é o transporte de valores. Essa empresa chama-se TB Forte. Também é autorizada e é de propriedade da própria TecBan.

O senhor insistiu numa pergunta: quantos trabalhadores estão envolvidos na TecBan/TB Forte, porque, na verdade, é uma subsidiária, é uma operação conjugada, digamos assim. Dentro do universo de aproximadamente – não tenho números aqui, se eu estivesse com o sistema aberto saberia – 200 mil trabalhadores...

O SR. RUBEN SCHECHTER – Na verdade... Perdão, Dr. Sancovich. São 200 mil trabalhadores no segmento de transporte de valores e, especificamente no âmbito da TB Forte, nós estamos falando de aproximadamente de oito, nove mil funcionários.

O SR. RICARDO SANCOVICH – Pronto. Esse é o valor, o número, o quantitativo aproximado – vamos deixar bem claro aqui – de trabalhadores que hoje trabalham na TB Forte/TecBan. Também para ficar claro: o projeto que...

O SR. RUBEN SCHECHTER – Perdão, perdão. Desculpe. Perdão. Houve um zero a mais. São 800, 900 trabalhadores, porque a TB Forte, ao contrário do que foi mencionado, somente atua em capitais – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Salvador e Olinda.

O SR. RICARDO SANCOVICH – Eu não tenho esse número.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Sim, mas esses...

O SR. RICARDO SANCOVICH – Então, eu não quero ser leviano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados estabeleceu uma vedação total para que empresas estrangeiras, inclusive Brinks e Prosegur, e empresas com participação de instituições financeiras pudessem atuar na atividade de segurança privada. Esse é o texto que veio.

Eu tive acesso à proposta do Senador Vicentinho, que acolheu parcialmente – isso, inclusive, foi uma das propostas de emenda da Polícia Federal e, no entender da Polícia Federal, devia ser acolhido totalmente, não devia haver restrição alguma para empresas estrangeiras ou instituições financeiras – e admitiu a participação na condição de orgânica. É isso? Não criou nenhum empecilho para Brinks, Prosegur e outras empresas internacionais. Não é isso?

O SR. RUBEN SCHECHTER – Não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEN SCHECHTER – Exatamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SANCOVICH – Então, ele acolheu no que tange...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone.*) – Não, não é?

O SR. RICARDO SANCOVICH – Não, não é?

O SR. RUBEN SCHECHTER – Não existe restrição a empresas estrangeiras no relatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SANCOVICH – Então, caiu essa restrição.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Caiu.

O SR. RICARDO SANCOVICH – No que tange aos bancos, pela interpretação que nós fizemos, eles podem voltar a ter o seu serviço orgânico na proposta dele. Não é no texto que veio da Câmara, é na proposta que o Senador apresentou.

Eu acho que isso dá um esclarecimento. A questão é: os bancos, em tese, com essa proposta... E, aqui, fica a minha sugestão: até poderia ser feito um aprimoramento na redação com vírgula e "salvo na condição de atividade orgânica", para ficar ainda mais claro que os bancos podem fazer essa atividade, caso seja do interesse do Senado. Então, esse é contexto atual.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Agora, secundando um pouco o que o Dr. Sancovich está mencionando, Senador Randolfe, é importante mencionar que a questão relacionada ao que se fala de monopólio, de restrição tem de ser enxergada sob o seguinte aspecto: se os bancos hoje formam uma empresa para prestar serviços para eles próprios, é óbvio que eles vão privilegiar as empresas deles mesmos, em detrimento das demais empresas. Uma coisa é o banco transportar o seu próprio dinheiro; outra coisa é ele se coligar com outras instituições financeiras para prestar serviços entre eles. É essa a diferença, porque isso, sim, causa uma restrição mercadológica. Isso, sim, vai deixar as empresas que hoje estão estabelecidas a ficarem, como se diz, com a carne de pescoço do serviço. Hoje, o interior do País, como o interior do Pará, a Região Amazônica, não é atendido pela TB Forte; é atendido por outras empresas que desenvolvem essa atividade no local. As instituições financeiras com a sua empresa criaram a sua própria empresa de transporte de valores para prestar serviços para si próprias nas grandes capitais, onde é conveniente, onde é mais rentável, não nos interiores. Então...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Permita-me uma vênia?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RUBEN SCHECHTER – Claro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu, sinceramente, não estou entendendo – pois eu acho que nós temos o Cade, que é exatamente para controlar o mercado e definir como é que funciona o mercado – por que estamos aqui querendo fazer uma reserva de mercado, impedindo um concorrente de estar aí. Se a empresa A ou B não vai poder ganhar a concorrência por causa de uma situação A ou B que você está colocando aí, cabe ao Cade fazer o controle para evitar monopólio da situação e permitir a livre concorrência.

Eu só quero dizer o seguinte: na minha visão, não há sentido em os §§ 3º e 5º do art. 20 permanecerem conforme estão.

O nosso nobre Deputado Wellington Roberto, que eu respeito muito, veio aqui me colocar uma possibilidade de algum avanço nas propostas. Aqui, está claro que não temos a mínima condição de votar isso hoje e de permitir o avanço dessa questão. Temos de dialogar, temos de sentar e tentar, dentro da necessidade que temos de avançar nessa discussão, atender a todos e respeitar as instituições como o Cade e outras. Tem de se fazer uma coisa em que se quer que nós aqui definamos uma lei de que a empresa X vai ter de fechar daqui a dois anos, uma empresa existente... Eu fiz uma proposta de emenda de redação. Por que não quem está instalado no mercado possa permanecer conforme a legislação brasileira de livre concorrência no mercado, para podermos trabalhar de uma forma transparente e clara, mantendo todos os empregos?

Eu não estou entendendo por que essa insistência em tirar o papel do Cade e fazer o trabalho aqui de controle de mercado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu acho que vamos encaminhando para o final, mas a palavra do nosso Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente Dalirio...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... é extremamente importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Isso.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente Dalirio, se S. Ex^a o Senador Vicentinho me permitir, com toda a vênica possível, porque eu acho que...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Claro, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... ele, na qualidade de Relator, pode, inclusive, concluir, eu achava que seria importante terminarmos de ouvir o comentário do representante da Febraban. Só de minha parte, o que não está claro e do que ainda não estou convencido é o mesmo ponto destacado pelo Senador Hélio: eu não vejo razão nenhuma de qualquer matéria, seja qual for, ter algum tipo de restrição à concorrência no mercado. Isso para mim não está claro. Ainda não estou convencido. É somente esse aspecto. Então, se V. Ex^a, Presidente, assim permitir, ouvindo o Senador Vicentinho, Relator da matéria, por último, eu acho que poderíamos terminar de ouvir o representante da Febraban, para o Relator concluir.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É só para contribuir com o raciocínio.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Quando o nobre Senador Hélio coloca emenda, não é mais permitido emenda. Nós chegamos a um ponto em que nós votamos "sim" ou nós votamos "não", com algumas supressões.

É importante dizer que, quando se chega a esse ponto que está aqui questionado pelo Senador Randolfe e pelo Senador Wellington, nós já avançamos aqui no Senado de um projeto que foi aprovado por unanimidade pela Câmara. Olhem bem. Nós avançamos em quatro pontos. Eu penso que já foi bom, porque, se fosse só esse, não... Nós já avançamos, dialogando com todas as partes. Avançamos com os trabalhadores, que era, para mim, a maior preocupação, para ser sincero, quando foi solicitada a audiência pública. Eu até cheguei a dizer a eles, na reunião com o Senador Paim, que eu convidei o Senador Randolfe, que não pôde estar presente por estar numa viagem no Rio – marcou, mas, no dia, não deu para ir, estava viajando –, mas o Senador Paim acompanhou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com a devida vênia, eu acho que houve um desencontro de agendas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Estava no Rio. Marcamos para as 3h.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu acho que imaginávamos que tínhamos marcado para terça...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas acho que não vem ao caso.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu até mantive informado o Senador Randolfe do encontro com o Senador Paim, com os sindicalistas, porque essa era a minha preocupação.

Com relação à Febraban, aos bancos etc, eu já tinha avançado, inclusive na questão para que os próprios bancos também tenham essa liberdade na prestação de serviço orgânico, como disse o nosso representante da Polícia Federal.

Ouvimos os trabalhadores. Vamos suprimir alguns itens. E, agora, surgiu o fato novo das cooperativas, que também vamos atender. Agora, atendendo a isso, Senadores, eu tenho a impressão de que, para se chegar a um bom acordo, as partes têm que também ceder. Não pode... Porque, na hora em que cede ali para fazer 100% de uma parte, as outras vão ser prejudicadas. Então, nós avançamos, e o clima e o ambiente aqui... Todos os palestrantes – nós observamos, com muita clareza e objetividade, inclusive citado por V. Ex^a – estão com vontade desse entendimento, inclusive de agilidade na votação, patrões e trabalhadores.

Eu tenho vários mandatos de prefeito, deputado estadual, presidente de assembleia, presidente de associação de Municípios, Deputado Federal, Senador. É raríssimo um momento no Congresso Nacional em que você chega a esse ponto, no qual há uma vontade das partes. Quem está colocando dificuldade nas partes são os externos às partes, porque, pelo que eu vi as partes aqui se manifestarem, elas estão buscando isso. Então, vamos deixar elas se entenderem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estão aqui, inclusive, a Polícia Federal, os trabalhadores, os empresários, os bancos. Eles costuraram isso durante quase três anos. Sair da Câmara um projeto aprovado por unanimidade não é fácil. Todo mundo foi ouvido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Meu querido Vicentinho...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Espere aí, deixe eu concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu não vou nem falar a circunstância da aprovação...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... 29 de novembro, dia do episódio do acidente na Chapecoense.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu não sei, eu não sei a data... Eu sei que isso foi de uma comissão especial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu não vou nem entrar nesse detalhe...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Mas, antes do plenário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... para nós mantemos aberta a porta do diálogo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Deixe eu lhe dizer: houve uma comissão especial. Isso foi discutido por vários meses, anos, lá, todas as partes ouvidas. Chegou aqui aprovado por unanimidade. É nisto que eu acredito: na instituição. Nessas particularidades eu não entro, até porque eu nem sabia disso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – *Data venia*, nobre Relator...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Então, como Relator, eu ouvi todas as partes. Avancei no que poderia e estou avançando, inclusive, no dia de hoje. Agora, estive inclusive com um representante da Febraban, antes de iniciarmos a audiência pública, viu Hélio? Até comentei isso com você. "O que vocês estão achando?" "O texto está bom para nós".

Eu falei: olha, eu avancei nos quatro itens, ficou um... "Não, está bom o texto. Nós estamos de acordo". Está de acordo? "Sim". Eu falei: isso é bom, porque inclusive facilita o entendimento.

Eu tive uma conversa, Senador Randolfe, com o representante da Febraban ali – aliás, ele que nos procurou, não fui nem eu que os procurei –, e gostei da conversa. Eu falei: então está bom, porque os trabalhadores nós vamos atender também, contemplar. Recebi o pessoal das empresas e conversei com eles. Não me lembro das cooperativas, mas é justo e nós vamos contemplar.

Então, eu acho que é o momento de nós buscarmos esse amplo entendimento que as partes estão querendo. E deixemos que eles se entendam, porque é a melhor coisa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Relator, por gentileza.

Primeiro, nobre Presidente, pela ordem.

Aqui no Senado, depois daquele precedente que o nosso nobre Senador José Serra colocou, na consolidação dos incentivos fiscais, um entendimento com relação a uma emenda de redação, é pacífico que o Plenário do Senado decida. E a nossa emenda de redação, que a gente está propondo, que é quem está no mercado hoje permaneça e que não haja aqui nenhuma restrição para obrigar a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fechar dois, três, quatro ou cinco anos – ou talvez, sei lá, conseguir um meio-termo. O Wellington veio me falar aqui de uma proposta que eu acho possível a gente tentar, ver se nós chegamos a um consenso. Nós temos aí uma semana.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PR - PB. *Fora do microfone.*) – Isso vai, sinceramente, Senador, depender de um entendimento das partes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Claro.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PR - PB. *Fora do microfone.*) – Agora, eu acho que isso seria bom para todo mundo. Vamos ouvir as duas partes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso. Então, eu acho que a gente está caminhando para um grande entendimento. Eu valorizo o entendimento. Não estamos aqui para fazer nenhum tipo de dissenso do entendimento.

O que não dá é para a gente estar aqui, e eu, sinceramente... O tanto de tempo que eu vou estar aqui só Deus sabe. Eu estou neste momento para poder cumprir a legislação brasileira, que tem a sua Constituição; tem a Lei 8.112, minha, de servidor público concursado que sou. Enquanto a população do Brasil ou de Brasília, que eu represento, me permitir estar aqui, eu vou querer defender aquilo em que eu acredito.

Eu não creio que é função de quem não é regulador de mercado querer regular mercado. Mas o Wellington tem argumentos suficientes para sentar comigo e avançar na discussão, assim como o nosso nobre Vicentinho, que é o rei da paciência – uma pessoa que tem toda a condição de a gente dialogar.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não há ninguém mais paciente nesta Casa que o Senador Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu acho que ele tem...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Mais do que isso. Mas já vamos avançando nisso aí. Deixa eu lhe dizer mais, Presidente...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) – É uma versão atual de Jó.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Quando eu me reuni com o Senador Paim... Quando foi solicitada a audiência pública eu me preocupei: puxa, como é que sai um projeto e vem outro? Eu me preocupei.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu me lembro disso.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Procurei o Senador Randolfe, por quem eu tenho muita deferência, é um amigo. Procurei o Paim, marcamos numa terça-feira às 9h da manhã; remarcamos para terça às 15h. Convidamos os trabalhadores, porque a minha preocupação, o meu foco era com os trabalhadores, que eu ainda não tinha ouvido. Eu já tinha ouvido as outras partes, e já as havia contemplado, dentro daquela condição de conciliador, para chegarmos a isso aqui. Em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Um momento. É o Jeferson.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É o Jeferson.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, só para concluir. Nós vamos avançar no pleito dos trabalhadores, no pleito das cooperativas, mais do que justo – eu conheço a realidade –, a lei de greve, a questão trabalhista. Os próprios trabalhadores acham que aqui está melhor do que... Contempla mais do que a reforma trabalhista, segundo a informação que me chega. Mas, se acharem que não, nós suprimimos.

Agora, nós temos de ter o cuidado de entender que não há como colocar emenda; regimentalmente, não há como. E, se colocarmos emenda, podemos correr um risco. Então, temos de trabalhar naquilo com clareza, não é? Portanto, essa...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – O.k.

Obrigado, Senador Vicentinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só um último comentário.

Eu acho que nós temos de respeitar todo o trâmite regimental. Eu sempre peço em meu socorro o Regimento do Senado e o Regimento Comum; eu não vou querer subvertê-los. Acima deles está a Constituição. Minha preocupação é com um princípio da Constituição, como um dos princípios fundamentais. É garantir livre concorrência e, garantindo livre concorrência, garantir empregos.

Eu não vejo qual o problema de uma empresa criar uma subsidiária. Eu não vejo onde esse ato seja um ato anticoncorrencial. Agora, vejo que afeta, estabelece monopólio se nós proibirmos uma empresa de criar uma subsidiária para tratar de um serviço crítico para o seu negócio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não. Como está na redação do projeto, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas nós estamos fazendo uma vedação clara, em especial na atividade da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Ele não pode trabalhar para terceiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, que é o que faz hoje. É o que faz hoje. Nós estamos fazendo uma vedação.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone.*) – Deixa eu lhe dizer. O banco pode criar a empresa dele para... É uma coisa. Ele pode...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nós estamos vedando a atividade da segurança privada nessa mesma área.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone.*) – Deixa eu lhe explicar. É porque a segurança privada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É só essa questão. Estamos trazendo uma vedação. Essa é a questão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pois é. Na fala com o Presidente da Febraban, ele me esclareceu – porque é um assunto que para mim é novo. Eu estou aqui também aprendendo muito com isso. Não é a minha área. Se falasse de aviação, aí eu estaria mais entendido.

Então, deixa eu lhe dizer, Randolfe. Ele me disse que o maior cliente dessa área de segurança privada é o Governo, não são os bancos. Eu não sabia disso. Aqui o Chico falou também. Então, nós estamos focados em banco e estamos tratando de um assunto muito maior que é a vigilância.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Meu querido Vicentinho, a minha divergência não é isso. A minha divergência é num aspecto: o de não criarmos nenhum tipo de vedação à concorrência que tenha como decorrência, também, o comprometimento de empregos. O meu esclarecimento...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Agora, não é justo o banco também, falando com clareza, ser um banco e um prestador de serviço de segurança. É isso que nós estamos apartando. O banco pode ter a sua empresa...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Um fornecedor para terceiro. Ele pode ter o empregado, mas...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) – Presidente, permita-me só uma...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É isso que se está detalhando, mas não chegou ainda a atender. Ele pode ter. Agora, justifica o Banco do Brasil ter empresa prestadora de serviço?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu acho que existe, por parte do Senador Vicentinho, a disposição de acolher e aprimorar.

Vou dar a palavra para o Jeferson, que pediu e depois nos encaminhamos para o final.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) – Presidente, só para tirar uma dúvida com o Senador Vicentinho. Acho que isso é importante.

Senador Vicentinho, quando...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vamos fazer o seguinte: o Jeferson vai falando agora, para...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) – Ele pode até esclarecer sobre isso, Senador.

Senador Vicentinho, essas empresas que são constituídas pelos bancos são empresas de transporte de valores, são empresas autônomas.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Exato.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) – Embora sejam na *holding* do banco, elas são empresas de transporte de valores.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Isso é uma questão importante para a gente deixar bem claro, porque ela não é um banco.

O SR. RUBEN SCHECHTER – Não é o banco, é uma empresa de transporte de valores.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) – É uma empresa de transporte de valores. A discussão que está sendo feita aqui é a seguinte: ela é constituída pelo banco como uma empresa de transporte





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de valores para prestar serviço para ela, certo? Para o banco. A discussão é se ela, ao prestar serviço para a instituição que a criou, pode também concorrer no mercado. Essa é que é a discussão. Esse é o ponto central.

O SR. RUBEN SCHECHTER – É essa a questão, exatamente. Esse é o ponto.

E aí, eles, como...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Por gentileza, vamos tentar nos organizar aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria fazer um encaminhamento. Aqui só há quatro Senadores presentes. Eu sou Presidente da Comissão Senado do Futuro. Há uma reunião convocada, que eu tenho de presidir.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Na verdade, a matéria não será votada hoje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, pois é.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A matéria será votada na próxima reunião. Hoje é uma fase de instrução. Então, na próxima reunião será votada a matéria. Mas eu gostaria...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, há um encaminhamento da Presidente Marta sobre outras audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Isso.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Nós vamos colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vamos colocar em votação hoje.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É importante explicar isso para o Senador Hélio.

Eu gostaria que colocasse, depois de...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A gente precisaria ter esse entendimento até para ver se há quórum suficiente para votar esses outros requerimentos. Eu, por exemplo, estou propondo, por causa dessa demissão dos servidores, que a gente discuta na Comissão de Direitos Humanos, da qual sou membro, essa questão aqui colocada, se permanecer essa intransigência de querer fazer regulação de mercado aqui no Senado. Se a gente conseguir avançar... Então, acho que nós temos uma semana aqui para debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vamos finalizar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tenho tranquilidade para retirar esse requerimento, caso a gente avance no diálogo. E eu acho que o diálogo está caminhando para isso. Então, não é aqui a gente fazer essa votação açodada, com quatro Senadores apenas, para tentar encerrar um processo de discussão, porque comigo, por exemplo, o Relator nunca sentou. A primeira vez que nós sentamos foi ali, a respeito desse tema.

Eu apresentei o meu requerimento para discutir essa questão na CDH já há pelo menos duas semanas e não tive nenhuma oportunidade de dialogar... Dialoguei, sim, com representantes dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalhadores, com representantes das empresas, com representantes dos empregadores, com todo mundo.

E, sobre essa questão da regulação do mercado, na minha visão, não cabe ao Senado ficar vedando empresa de fazer a livre concorrência. Eu estou tranquilo para poder fazer a discussão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, eu não tenho a capacidade de adivinhar. Todos que me procuraram – trabalhadores, empresários, Febraban, Polícia Federal – nós, com a nossa equipe, atendemos da melhor forma, que é de praxe.

O Senador Hélio me convidou ali para dialogar. Eu até pedi desculpas aos ilustres palestrantes por ter me ausentado, fui ouvi-lo e coloquei a ele essa mesma posição que estou colocando aqui. Não há intransigência, até porque nós já suprimimos bastante, dialogamos bastante.

O que eu estou colocando aqui não é para ir para votação o mérito e nem a ida para a Comissão de Direitos Humanos. É porque talvez ele não tivesse chegado na hora em que a Presidência colocou sobre uma nova audiência pública, de que eu não vejo necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Corretamente. Foi isso que foi colocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Vicentinho, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, nós estamos em uma reunião não deliberativa. Estamos numa reunião de instrução da matéria. Então, para tal, para tomarmos qualquer deliberação sobre deliberação anteriormente tomada por esta Comissão, só em reunião deliberativa da Comissão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não é isso. Não se colocou anteriormente a solicitação para nova audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não se colocou.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – A Presidente disse aqui para todos nós que tinha chegado à mão dela um novo requerimento para outra audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Ela iria colocar, mas não houve deliberação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só para ficar claro que nós não podemos nesta reunião tomar nenhum tipo de deliberação. Só para ficar claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Bom, na verdade, nós conseguimos essa abertura desta reunião de hoje, desta audiência pública, que eu acho que ajudou a esclarecer enormemente alguns pontos de vista e se encaminha para uma finalização, eu diria, consensual.

O SR. JEFERSON FURLAN NAZÁRIO – Presidente, só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu acho que essa é a disposição. Mas eu gostaria, para encerrarmos esta fase, de dar a palavra ao Sr. Jeferson, que a solicitou.

O SR. JEFERSON FURLAN NAZÁRIO – Isso. Da Fenavist.

Infelizmente, os Senadores Randolfe e o Senador não estavam presentes na primeira parte da apresentação, e ali foi esclarecida essa distinção entre o que veio da Câmara e o relatório do Senador Vicentinho.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, com relação à preocupação de vocês de empregos, nós, nos últimos 30 meses, perdemos 70 mil postos de trabalho no setor, justamente por nós termos uma lei de 34 anos que está arcaica. Então, há muitas coisas que nesse novo estatuto vão criar novos empregos, e não gerar desemprego, que é uma preocupação do Senador Randolfe.

Então, nós já estamos perdendo, perdemos 70 mil postos, nos últimos 30 meses. Do efetivo que nós tínhamos de 650 mil homens, hoje tem 588, e a tendência é diminuir mais ainda, se a gente demorar a aprovar o estatuto, que todos aguardam com ansiedade.

Obrigado, Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Presidente, eu queria contraditar o nosso nobre palestrante, deixando claro que nós aqui somos favoráveis à criação dos 70 mil novos empregos; somos contra a extinção dos 62 mil empregos. Nós estamos aqui para dialogar, para conversar por uma semana, por duas, por três, pelo tempo que for necessário.

Em atendimento ao meu nobre compadre Chico Vigilante, meu Deputado Distrital, eu acho que a gente pode avançar esta semana e fechar isso na semana que vem, como o nosso nobre Presidente Dalirio acabou de colocar, no diálogo, de uma forma construtiva. Não temos dúvida com relação a isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para ajudar, Sr. Presidente.

Eu acredito que, se o nosso Relator trazer um novo texto com os avanços que aqui foram acrescentados, que são muitos, facilitará a nossa condução. Por isso, se V. Ex^a concordasse, eu acho que nós deveríamos suspender esta reunião ou encerrá-la, a melhor forma que V. Ex^a entender, para que o nosso Relator produza o texto. A partir daí, o ajuste fino, seria feito.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Pergunto ao Relator se ele disponibilizará o relatório para que ele seja conhecido e debatido na próxima reunião, já com o espírito de aprovação, ou seja, de colocar em apreciação o mérito, ou se...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Tudo aquilo que eu citei que vamos suprimir, com relação às cooperativas, com relação aos trabalhadores, nós vamos alterar o nosso relatório e vamos apresentar novamente à Comissão, porque eu achei importante. Uma audiência pública sempre contribui e muito, contribui até para a gente entender – não é, Senador Hélio? – que é tão bom ver trabalhadores e empresários buscando esse bom acordo, facilita a vida dos Parlamentares, inclusive a minha, de Relator. Vocês já imaginaram se eu estivesse aqui sendo relator de uma matéria que tivesse muito mais problemas entre as partes? Eu estou vendo que quem está causando mais problemas somos nós Parlamentares, não são as partes. As partes já se entenderam, já se entenderam. Cada um cedeu no que deveria e achava que deveria ceder.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Vicentinho...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Mas eu vou apresentar com esses avanços. Quarta-feira, eu não estarei; vou acompanhar, numa viagem ao Japão, o Governador Marcelo Miranda, mas já vai estar aqui registrado na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – E aí a Presidente Marta, com certeza, vai ver se pauta para quarta-feira ou se pauta para a outra quarta-feira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – E os colegas Senadores que divergem vão, naturalmente, ter o conhecimento desses avanços.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Vicentinho, se achar importante a nossa contribuição, estou à disposição, na agenda marcada previamente que for possível compatibilizar, não obviamente na agenda de só uma das partes, estarei à disposição do Senador já na segunda-feira para conversar.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Aliás, o Senador Randolfe, eu tenho dialogado com ele, não discriminando meu amigo Hélio, não, mas porque ele era o Relator. Ele e o Paim foram os primeiros que eu chamei para conversar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Claro. Nobre Presidente, se me permite, pela ordem. Eu não estou aqui falando que há algum tipo de discriminação, não há motivo para isso, nós somos inclusive amigos. Eu sou casado com uma menina de Tocantins, lá de Tocantínia, a família lá é sua eleitora.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Minha conterrânea, não posso nem contrariá-lo, senão eu perco o voto. *(Risos.)*

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – São seus eleitores.

Eu quero dizer o seguinte: como o Senador Randolfe colocou, a partir de segunda, estamos todos disponíveis para conversar. Vou me reunir com todos que me procuraram. Eu só queria contraditar aqui que não há um consenso assim tão formado, não somos nós os criadores de problemas. O representante da Confederação Nacional dos Vigilantes deixou claro que não há nenhum empecilho, nenhuma concordância com essa questão de que tem que limitar o mercado, que nós temos que deliberar que empresa X não possa participar do mercado e que a preocupação dele é negociar um salário justo para os vigilantes, independentemente de quem seja o contratante dos vigilantes. E nós aqui não estamos querendo criar confusão nem problema.

Eu concordo com as teses que o nosso representante do sindicato coloca sobre a importância de agilizar a questão, por causa dos outros ganhos que há na questão, mas não é por causa de 90% de ganho que eu tenho de ter 10% de perdas irreversíveis, fazendo processos aqui que nos levem a uma situação depois insolúvel. Se nós tirarmos o papel do Cade no controle da livre concorrência, vamos ter de tirar para outras questões.

Então, nós precisamos discutir isso melhor. Eu acho que temos que chegar a um meio termo. A questão do Serra, que eu coloquei aqui, com relação à lei das consolidações fiscais, foi clara a exceção de permitir uma emenda de redação à questão da sobrevivência de quem está no mercado. Se não for possível caminhar por aí, o nosso nobre Wellington Roberto, com a sua competência, me procurou aqui para conversar algumas outras possibilidades. Com certeza, nesta semana, vamos ter entendimento e vamos resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com certeza.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, só para ficar claro, senão pode gerar dúvida. O que eu conversei com os sindicalistas eu registrei aqui: que atenderia, dos quatro itens, três. Então, o acordo foi firmado e foi cumprido aqui. Parece que está divagando, assim. O que eu conversei ali com as empresas, também; o que eu conversei com o pessoal da Febraban, dos cinco itens, quatro, também; da Polícia Federal, eu pessoalmente não os recebi, mas a assessoria, o Dr.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rafael, que trabalha comigo, ele é o universitário, recebeu, também. Eu não tinha recebido, peço até desculpas ao pessoal das cooperativas, mas está firmado o compromisso.

Então, é assim que nós vamos apresentar o novo relatório. E com o Senador Paim também.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Correto. Eu agradeço a manifestação do nosso Senador Vicentinho, que é o Relator desta importante matéria.

Antes de encerrar a nossa reunião, uma vez que há uma deliberação e eu gostaria da presença dos Senadores, agradecer nominalmente aos nossos palestrantes: ao Leandro Vilain, ao Jeferson Furlan, ao Gustavo Machado Tabatinga Júnior, ao Ricardo Sancovich, ao José Boaventura Santos, à Carla Neri, ao Clairton Walter e ao Ruben Schechter, os nossos oito palestrantes que, com certeza, deram uma importante contribuição para que os Senadores e, sobretudo, o nosso Relator pudesse acrescentar melhorias ao nosso projeto em análise aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu gostaria, já que a Presidente titular da Comissão de Assuntos Sociais falou de requerimento para nova audiência, eu gostaria da atenção...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A Senadora Marta, ao iniciar a reunião de hoje, disse que havia um requerimento para nova audiência pública para tratar do tema do nosso projeto de lei. Havia entendimento de que, com essas oito palestras, nós teríamos o suficiente de informações para poder permitir que o nosso projeto, digamos, caminhasse. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só esclareça: há um requerimento aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ou existe a proposta de um requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Proposta. E é exatamente isto: já para nós conquistarmos esta audiência de hoje, que foi oportuna, porque de fato esclareceu muito mais, nós entendemos – ou pelo menos havia o entendimento – de que seria o suficiente. Como há um novo requerimento, eu gostaria de colocar aqui: consulto o plenário quanto a declararmos prejudicados os requerimentos que solicitam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... a realização de nova audiência pública para instrução dessa matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Meu querido Vicentinho, meu Presidente, isso é um tema para reunião deliberativa. Eu acho que é um tema que poderíamos tratar na reunião deliberativa.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pode. É isso que eu estou querendo colocar.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Então deixamos para a próxima reunião?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, eu quero tratar assim: nós tivemos a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Fizemos um acordo no dia de que teríamos uma audiência pública com os convidados, acrescentamos até mais. Nós não fizemos para duas, uma outra depois. Eu pedi prioridade, brevidade. Era para uma data, mudou-se para o dia de hoje. A gente tem que ir vendo os acordos, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exato.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Então, que a gente cumpra o acordo. Que não tenhamos a audiência pública e que possamos discutir na Comissão. Já ouvimos as partes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vicentinho, meu querido Senador, Sr. Presidente, é só o seguinte: essa questão de ter mais, eu acho até que já tivemos debate. Só que, se há algum requerimento...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Mas o que eu quero sugerir, Randolfe, para contribuir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por favor.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – A sua presença é sempre importante, e eu tenho por você um apreço enorme. Você sabe disso, de forma verdadeira. Nós podemos, dialogando, ir construindo. Isso eu faço com tranquilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sem prejuízo disso.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Inclusive gostaria de que, desde o início da sua presença... O Senador Paim já está convencido – não por mim, porque eu não entendo desse assunto, mas convencido principalmente pelos trabalhadores, pelas outras partes. E é boa a sua presença. Por exemplo, podemos marcar para nos encontrar hoje, amanhã, para ir aperfeiçoando. Não há necessidade, porque vamos fazer de forma bem transparente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Se não chegar a um entendimento, vai chegar no voto. Democracia é isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Claro. Mas, na lógica, Senador Vicentinho e Senador Dalírio, inclusive de entendimento: se há requerimento proposto para a nova audiência, ou se não tem... Se foi deliberado, não caberia aqui deliberar. E, se há, eu acho que esse requerimento e o debate sobre eventuais novos requerimentos teria que ser na reunião deliberativa, que será na próxima quarta.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Que eu penso que é matéria vencida, fruto de um acordo, não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu até acho. Eu até acho, só que não temos, nesta reunião, como declarar prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A sugestão da Presidente Marta era no sentido de que nós votássemos hoje.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É isso que eu acho que ela colocou.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Desculpe, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A Presidente Marta, ao abrir a nossa audiência pública hoje, disse que, ao final, seria submetida à apreciação exatamente a necessidade ou não de uma nova audiência pública para instrução dessa matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Isso. Eu acho que não há, só que nós não temos como deliberar sobre isso, como tomar qualquer deliberação, porque essa audiência não é uma audiência deliberativa. É uma audiência para instruir.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A informação dos universitários é de que é possível. E aí nós agilizaríamos o processo, uma vez que o debate já for...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me. O caráter desta audiência – número um – é de instrução. Eu acho o seguinte: na regra do Regimento, tudo é possível, inclusive se não houver acordo. Eu sou acostumado, Presidente Dalírio, a ser minoria. Eu acho que eu sou eleito aqui, inclusive, o cricri obstaculizador número um dos projetos e de muitas propostas e proposições que são apresentadas aqui. Eu recebo de alguns, até com honra, tal...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Mas, como nós estamos construindo um entendimento, um acordo, se isso realmente criaria constrangimento, dificuldade, nós fazemos com que deliberássemos sobre a necessidade ou não de uma nova audiência pública, deixamos para o início da próxima reunião, ou seja, quando se abre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É o que sugiro a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Ou seja, para que nós possamos sair desta audiência pública realmente com o espírito voltado para nós alcançarmos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É a sugestão que faço.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Mas sempre colocando o acordo de que nós não teríamos uma única audiência.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É, bem claro isso.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sempre isso, para deixar claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Para quando nós chegarmos na quarta-feira, não forçarmos uma barra daquilo que já foi acordado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu quero garantir, em último caso..

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A não ser que o Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Em pleno acordo, Senador Dalírio.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... concorde que a gente vote hoje, para pelo menos dizer assim: lá na frente, vamos discutir apenas o mérito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, eu não concordo com a votação hoje porque eu quero garantir o sagrado direito da minoria da minoria da minoria ao "jus esperneandi", que, quando está tudo perdido, é o único direito que a minoria tem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Está correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, é o seguinte: o último direito – os colegas aqui são sindicalistas e sabem disso – que a minoria tem é, quando perde tudo, tentar pelo menos postergar qualquer votação. Então, de imediato, eu estou à disposição para acordo, Senador Vicentinho, para dialogarmos sobre isso, mas não vejo como nós fazermos a apreciação, na reunião de hoje, de qualquer instrumento que possa, em algum momento, beneficiar a minoria.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, só para agradecer agora, ditos já todos esses entendimentos. Quero agradecer a V. Ex^a, agradecer também ao Senador Ronaldo, à Presidente Marta, aos ilustres visitantes, à nossa Dr^a Carla, que também fez uma brilhante exposição, aos sindicalistas, enfim, a todas as partes que estão participando desta audiência pública de forma ordeira, democrática. É importantíssimo isso. Tivemos aqui quantas horas de audiência pública? E os participantes, que nos dão a honra – não apenas os palestrantes, como todos –, se comportaram de forma elegante. Isso é muito importante. É sinal de que há um clima favorável para o entendimento.

Em nome de todos esses visitantes, eu quero citar o Deputado Chico Vigilante, que admiro muito pela atuação aqui em Brasília. Convivo pouco – aliás, quase nada –, mas sou um admirador. Agradeço ao Senador Paim, que não está presente, por ter me instruído muito neste relatório. Agradeço ao Senador e hoje Deputado Wellington Roberto, que foi brilhante no conhecimento, na profundidade disso aí.

Gostei muito quando, no encontro com o Senador Paim, os sindicalistas, que eram a minha preocupação... Porque os demais já disseram, Senador Paim, que o Senador Wellington Roberto sempre abriu o diálogo com ele. Aquilo dá uma desarmada nos ânimos do Senador Paim, que estava na reunião, e nos meus também, porque eu não quero cometer injustiça.

Então, Senador e Deputado Wellington, parabéns pela sua forma. Não vou estar aqui na semana que vem. Se o Senador Randolfe puder receber o Deputado Wellington Roberto, que conhece com profundidade, conhece as pessoas, conhece tudo, é quem também tem me ajudado muito nesse sentido, é só abrir um espaço na agenda, que você vai lá. Não vai?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Ou qualquer um outro colega, como o Senador Hélio José também, com esta observação de que eu quero manter a Constituição, o Regimento e não ter emendas, porque depois se vota aqui e cai ali no Supremo. Vamos fazer com segurança para não haver achismo. Temos que ter a clareza da regra.

São esses os agradecimentos.

Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Agradeço aos Senadores que participaram e, em especial, ao nosso Relator Vicentinho.

Quero agradecer também a presença dos Deputados Wellington Roberto e Chico Vigilante. Quero até pedir desculpas, porque houve uma solicitação por parte de outros Deputados no sentido de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

participar deste debate, mas, exatamente para permitir que pudéssemos finalizar esta reunião sem muito prolongamento, não foi possível atendê-los.

Então, realizada esta audiência pública, a matéria retorna ao reexame ao nosso Relator Vicentinho...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Só para justificar, por último e em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sim.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu presido a Comissão do Código Brasileiro de Aeronáutica. Ontem e hoje, foi apresentado o relatório. Então, em deferência ao Relator, Senador José Maranhão, eu quero registrar as minhas desculpas de não ter ido lá em função desta importante audiência pública. Não foi nenhuma desatenção da minha parte para com a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com certeza, acho que todos conhecem o empenho, a dedicação e o comprometimento na atuação como Senador da República do Relator, Senador Vicentinho.

Então, a todos os nossos palestrantes, mais uma vez, o agradecimento da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, na certeza de que nós trabalhamos muito em favor do aprimoramento de um diploma legal que, com certeza, vai durar por muito tempo na regulação de diversas atividades.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual do Senador Dalirio Beber, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Romero Jucá, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Valdir Colatto. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (RAS 25/2017)**, atendendo ao requerimento RAS 25/2017, de autoria do Senador Dalirio Beber. **Finalidade:** Debater a inclusão, na tabela do SUS, do equipamento “Laringe Eletrônica” utilizado em casos de laringectomia total. **Participantes:** Luciana Giacobe, Fonoaudióloga e Mestre em distúrbios da voz da Associação de Câncer de Boca e Garganta - ACBG (representante de: Elisa Vieira, Fonoaudióloga e Presidente da ACBG); Melissa do Amaral Ribeiro de Medeiros, Vice-Presidente da Associação de Câncer de Boca e Garganta – ACBG; Sandro Martins, Coordenador Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde (representante de: Ministério da Saúde). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Dalirio Beber e Ana Amélia e o Deputado Federal Valdir Colatto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Dalirio Beber, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dalirio Beber

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/14>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Bom dia a todos. Nós estamos iniciando uma audiência pública para tratar de uma temática extremamente importante. E, por isso, nós agradecemos a todos aqueles que estão hoje presentes neste auditório e com certeza também aqueles que deverão acompanhar através da TV Senado, da Rádio Senado e dos próprios *Anais* da Comissão de Assuntos Econômicos, que vão registrar as informações e o debate que aqui for estabelecido.

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, a presente reunião, conforme já anunciei, destina-se à realização desta audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 25, de 2017, de minha autoria. Mas devo ressaltar aqui que a Senadora Ana Amélia havia sido procurada por integrantes da Associação de Câncer de Boca e Garganta.

A Senadora Ana Amélia deve passar por aqui daqui a pouco, uma vez que ela tem compromisso em outra comissão nesta quinta-feira, e pediu que eu fizesse o requerimento, já que as pessoas que a procuraram eram de Santa Catarina, da capital do Estado, Florianópolis. Eu, com muita honra e depois de até ter uma reunião, vi que de fato se fazia necessário que nós abrissemos, ou seja, que o Senado Federal abrisse um espaço para ouvir as demandas, que não são só de representantes do Estado de Santa Catarina, mas do Brasil como um todo.

Felizmente, nós temos um núcleo em Santa Catarina mais organizado e que provocou esta iniciativa. Por isso, nós estamos aqui abrindo este espaço e esperamos que seja bastante contributivo na solução ou no encaminhamento daquilo que de melhor se pode fazer para melhorar a vida das pessoas que estão hoje acometidas por esse câncer, que tira da pessoa a fala, que é o mais bem precioso para a gente poder se comunicar com todos os seres humanos.

Vamos debater hoje a inclusão na tabela do Sistema Único de Saúde do equipamento – felizmente, a tecnologia avançou e nos oferece bons equipamentos. É preciso que esses bons equipamentos sejam colocados no Sistema Único de Saúde à disposição daqueles que deles precisam.

Então, nós convidamos para compor a mesa a Luciara Giacobe, fonoaudióloga e mestre em distúrbios da voz da Associação de Câncer de Boca e Garganta, a ACBG; representante da Presidente da ACBG Srª Elisa Vieira. Convidamos a Srª Melissa Ribeiro, Vice-Presidente da Associação de Câncer de Boca e Garganta. E convidamos o Sr. Sandro Martins, Coordenador-Geral do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde.

Nós vamos dar dez minutos para cada um. Depois, se for necessário, podemos estender para que nós possamos esgotar, de forma bastante prática, objetiva, esta audiência pública e que possamos conhecer, por parte de quem é portador, por parte dos fonoaudiólogos e por parte do próprio Sistema Único de Saúde, ou seja, do próprio Governo, que tem a responsabilidade de fazer a gestão do Sistema Único de Saúde, aquilo que é possível fazer no sentido de minimizar ou de ir ao encontro verdadeiramente dos anseios, das aspirações, das demandas desses portadores de laringectomia ou dos laringectomizados.

Quero dizer que, de fato, eu acho que às vezes se trabalha em nível de comissões, em nível de audiências públicas e se pode ter a sensação de que ninguém está vendo e ouvindo. Não. Aqui o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

debate de hoje vai ser transmitido por rádio, por televisão, ao vivo, ao vivo, exatamente ao vivo. E nós vamos ter isso reprisado em algumas oportunidades. Mas mais do que isso, daqui se produzirá um relatório que vai subsidiar as demandas por parte do Congresso e por parte do Senado Federal, bem como também por parte dos próprios Parlamentares individualmente, no sentido de irem ao Ministério, temos aqui o representante, ir ao ministro, ao próprio Governo como um todo, no sentido de fazer com que o orçamento do Ministério seja suficiente ou seja capaz de atender a essas responsabilidades.

Vejam aqui o nosso Senador Moka, que, há poucos dias, e eu dizia isso em particular na conversa, apresentou um requerimento para a criação de uma subcomissão junto à Comissão de Assuntos Sociais para tratar de doenças raras. A laringectomia não significa uma doença rara, mas significa alguém que precisa de uma atenção diferenciada por parte do Ministério para ter uma verdadeira inclusão ou inserção social e econômica, inclusive, o que é bom para o beneficiado, mas é muito bom também para o País porque faz com que nós tenhamos muito mais oportunidades de vencer os obstáculos que, muitas vezes, o destino nos impõe.

É muito oportuno que nós estejamos novamente aqui. Aliás, esta é uma Comissão que trata dessas questões que envolvem a preocupação com a pessoa, com as pessoas de modo geral.

Eu só gostaria de consultar os três palestrantes convidados se vocês gostariam de uma ordem. Primeiro, no caso, a Melissa ou primeiro a Luciara e depois o Sandro? Como é que vocês gostariam que fosse? Primeiro, a Luciara? Então, a primeira palestrante tem dez minutos. O tempo está sendo controlado, Luciara, lá na frente, mas, se houver necessidade, nós estamos aqui exatamente para esgotar todo o debate em torno desta matéria.

Com a palavra a Luciara Giacobe, que é fonoaudióloga lá de Chapecó. Ou seja, ontem à noite ela torceu muito para a Chapecoense, mas ficou só no empate.

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – Ainda bem que ficou no empate.

Bom dia a todos, então. Eu sou a Luciara, fonoaudióloga de Chapecó. Trabalho no Hospital Regional do Oeste, sou coordenadora de um grupo de apoio a pacientes com câncer de cabeça e pescoço lá na cidade e na região oeste de Santa Catarina.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade de a gente estar aqui discutindo um assunto muito importante, porque só quem convive com essas pessoas que retiram a laringe sabe da dificuldade que há no nosso País. A gente está lá no dia a dia com esses pacientes, e a nossa realidade é muito triste, infelizmente. A gente está iniciando um caminho que tomara que a gente consiga mudar essas políticas, para que esses pacientes sejam inseridos na sociedade de uma forma mais digna, como ser humano.

Eu organizei a minha fala para explicar um pouquinho, para quem não tem conhecimento, o que é o câncer de laringe. A nossa laringe é responsável pela nossa voz e pela nossa respiração. No momento em que a pessoa retira a laringe, ela vai perder a voz laríngea, e a respiração vai se dar de uma forma diferente também.

Esse tipo de câncer é predominantemente em homens, mas a atualidade é que as mulheres também estão apresentando esse tipo de câncer, assim como os jovens. Ele representa 25% dos tumores malignos que acometem toda a região de cabeça e pescoço e 2% de todas as doenças malignas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Segundo o Inca, a estimativa de novos casos de câncer de laringe é de 7.350 no total, sendo 6.360 em homens e 990 em mulheres. E o número de mortes é de 4.141, sendo mortes em homens 3.635 e 506 em mulheres.

Quais são os grandes vilões do câncer de laringe? Os maiores vilões são a bebida alcoólica e o fumo. Os fumantes têm dez vezes mais chance de desenvolver o câncer de laringe, e, quando é associado ao álcool, esse número sobe para 43. Um grande vilão também que está sendo muito falado é o HPV. A gente tem que investir nas campanhas de prevenção. Agora há a vacina do HPV, e por isso que em muitos jovens essa estimativa está aumentando, devido ao não uso da camisinha durante o sexo oral. Esses são os grandes vilões do câncer de laringe.

Precisamos de quê? De políticas públicas atuantes na prevenção. Neste ano, já conseguimos, com a ACBG fazer algumas políticas públicas no Congresso. Nós temos um projeto de lei que está aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, que do dia 7 de agosto, do Deputado Valdir Colatto, que institui o Dia Nacional do Laringectomizado como o dia 11 de agosto. Então, já existem algumas cidades que já têm o Dia Municipal do Laringectomizado, e estamos lutando, para que esse dia, 11 de agosto, seja institucionalizado o Dia Nacional do Laringectomizado.

Outro projeto de lei do Dr. Sinval Malheiros institui o mês de julho como o Mês Nacional de Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço, definindo o dia 27 de julho como o Dia Nacional do Câncer de Cabeça e Pescoço. Já sabemos que no Brasil existe a campanha Julho Verde, e neste ano, a ACBG, junto com a Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, a Sociedade Brasileira de Fono e outros que se agregaram ao nosso trabalho, desenvolvemos a campanha Julho Verde, que foi uma campanha em todo o Brasil, de norte a sul.

Nós tivemos um número de pessoas alcançadas com essa campanha de 513.799 pessoas. A página da ACBG teve um aumento de 322% desde a criação da sua página com essa campanha que foi desenvolvida.

Como é o tratamento do câncer de laringe? Tudo vai depender da localização e a extensão do câncer. Pode ser feita uma cirurgia, a retirada parcial da laringe ou total, radioterapia e com quimioterapia associada à radioterapia. Sabemos que, quanto mais cedo for feito o diagnóstico, menores serão as sequelas que as pessoas apresentarão, tanto de câncer de orofaringe como de boca também, porque esse tipo de câncer costumamos falar que está na cara, enxergamos esse câncer. A pessoa retira toda a língua, ou retira parte do palato, ou retira toda a laringe. Então, o acometimento é visível, está na cara esse tipo de câncer.

Como a preservação da voz é muito importante, muitas vezes o primeiro passo que é dado é a radioterapia. Começa-se com a radioterapia para depois, então, se não curar, fazer outro tipo de tratamento. A associação da quimioterapia com a rádio é utilizada nos protocolos de prevenção de órgãos criados para tumores mais avançados.

Qual é a nossa realidade aqui no Brasil? As pessoas estão morrendo na fila de espera por uma radioterapia. Então, isso é muito triste. A pessoa é diagnosticada e não tem acesso rápido ao tratamento. Isso também é uma coisa em que temos que pensar para estar mudando isso. Escutamos muitos cirurgiões de cabeça e pescoço falarem que retiram o tumor, o paciente precisa fazer rádio e não chega até a hora de fazer rádio; o paciente morre por causa da metástase.

Então, o que é a laringectomia total? É a ressecção total do órgão. O que o paciente, a pessoa laringectomizada total vai ter de sequela? Perda da voz laríngea, porque não vai ter mais as cordas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vocais. A traqueostomia é definitiva. Ela não vai respirar mais pelo nariz, mas por um burquinho no pescoço, que chamamos de estoma, modificando toda a via aérea. Vai ter problemas de olfato também, devido a não estar mais respirando pelo nariz. Pode apresentar disfagia, que é a dificuldade de engolir os alimentos. Muitos deles têm que fazer a dilatação do esôfago para poder voltar a comer pela boca. Há alterações emocionais, uma vez que, perdendo a voz laríngea... A nossa voz representa a nossa identidade, é através dela que relatamos as nossas emoções, os nossos sentimentos, e isso é perdido nesse paciente. Então, ele fica sem falar e, além de ficar sem falar, se ele for reabilitado, ele vai ter que se identificar de novo com essa nova voz que ele vai estar adquirindo, quando adquire, porque muitos estão sem reabilitação. E, com tudo isso, haverá uma alteração na qualidade de vida também, a reinserção na sociedade, no trabalho, na família.

Botei uma fotinho aqui para vocês verem o que é a laringectomia total. Como vocês podem ver, ali é o estoma na traqueia. É retirada toda a laringe. O estoma é aquele burquinho ali, por onde o paciente vai respirar. Depois a Melissa pode mostrar. É essa a configuração da retirada da laringe.

Como eu falei, ele não respirará mais pelo nariz. O nosso nariz tem a função de umidificar e filtrar o ar que chega nos pulmões. Esse paciente não vai ter mais isso, não vai ter essa proteção do nariz. Então, o ar que entra pelo estoma vai direto para os pulmões. Isso dá muita infecção pulmonar, muita secreção, muita internação, muito gasto com medicamentos.

O que temos de benefício para esses pacientes? Este filtro que eu trouxe para mostrar para vocês, que vai fazer a função do nariz, na verdade. Ele é acoplado a um adesivo. Então, o paciente utiliza esse filtro, onde o ar vai ser umidificado e filtrado. Isso é muito importante para a reabilitação pulmonar do paciente. Temos que ver que isso vai diminuir as internações, o gasto com medicamentos. Esse filtro, esse adesivo, já pedimos para que seja incluído na tabela SUS, porque ele é de suma importância. Precisamos adaptar isto aqui nos pacientes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Qual é o custo dele?

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – Depende. O filtro, o adesivo tem vários tamanhos, e vai depender do tamanho, porque nem todo pescoço é igual. Isso vai depender também... E o filtro tem vários tipos de resistências. Então, tem que ver...

A SRª MELISSA DO AMARAL RIBEIRO DE MEDEIROS – Uma caixa de adesivos... Desculpe... Uma caixa com 22... Se você for cuidadoso, você consegue uma resistência de dois a quatro dias por adesivo. O filtro você ainda pode fazer. Você tosse pela boca e sai a secreção, mas a gente tosse pelo estômago. Então, se eu não tirar o filtro para tossir, eu vou sujar o filtro com mais facilidade. Se eu conseguir controlar essa tosse e essa secreção, meu filtro também dura de dois a três dias. Duas caixas, uma de filtro e uma de adesivo, vai me custar em torno de R\$1 mil, R\$1,2 mil, e vai ter a durabilidade de sessenta dias. É o cálculo médio que a gente faz. Aliás, esse adesivo deveria fazer parte do controle e atenção dos ostomizados, porque isso já existe no Ministério da Saúde. Todo ostomizado de urina e ostomizado de intestino ganha um kit, que é composto por adesivos e bolsa. Isso também se adéqua, porque nós temos um estômago na traqueia. Então, já existe um caminho no próprio SUS. Já existe um caminho na própria tabela do SUS. É só você fazer a incorporação dos adesivos para o estômago e traqueia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – O que a gente vê na realidade? O paciente não tem dinheiro para comprar. Então, ele compra uma caixinha e usa de vez em quando. O que vai acontecer? Vai aumentar cada vez mais a secreção. Dura menos o filtro também. O ideal seria que ele usasse isso aqui direto.

Para o paciente voltar a falar, sem laringe, o que a gente tem? A voz esofágica, que não precisa de nenhum equipamento, mas muito poucos pacientes conseguem produzir essa voz, mais ou menos uns 2% deles. A prótese traqueoesofágica, que é isso aqui. Essa é a prótese. Ela pode ser inserida no momento em que é retirada a laringe ou em um segundo momento.

Já fizemos o pedido no Ministério da Saúde para que seja feito o quê? Essa prótese já existe na tabela do SUS, só que ela está muito defasada. No momento em que foi incluído isso aqui no SUS, eles não previram que isso aqui tem que ser trocado. Isso aqui não dura a vida inteira. Então, ela precisa de trocas permanentes.

E o que a gente vê na realidade? Há médicos que nem colocam a prótese porque sabem que o paciente não vai conseguir trocá-la. Vai usar um tempo a prótese, vai parar de funcionar, e ele vai perder a fala. Então, o paciente vai começar a falar e não tem a perspectiva de falar para o resto da vida, porque não existe – o SUS não está dando isso aqui, pelo valor defasado – a troca.

Então, eu trouxe um vídeo para vocês... Esta voz é a mais próxima do normal.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – Essa é a voz da prótese. É uma voz mais parecida com a nossa voz, diferente da voz da laringe eletrônica, que é uma voz mais robótica.

Na nossa realidade, o paciente não tem acesso a essa prótese. Não tendo acesso a essa prótese, ele, muitas vezes, não volta a falar. Não tendo fonoaudiólogo no serviço de cirurgia cabeça e pescoço para tentar desenvolver uma voz esofágica, ele também não vai voltar a falar. E a outra forma é através da laringe eletrônica, que é igual à que a Melissa usa.

Por que é importante ter esses dois equipamentos na tabela SUS? Porque nem sempre o paciente vai conseguir colocar uma prótese. Isso é o médico que vai definir. Isso vai depender se fez radioterapia, se não fez; o tipo de reconstrução que foi feita. Então, se eu tiver um desses equipamentos, talvez eu não consiga adaptar no meu paciente.

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – Talvez ele não vá conseguir falar com a laringe eletrônica, talvez ele não vá conseguir falar com a prótese traqueoesofágica. Então, mostrei para vocês a prótese, o posicionamento no pescoço e onde é colocada.

A laringe eletrônica, vocês puderam ver com a Melissa. Tanto a prótese quanto a laringe eletrônica precisam de um treinamento fonoaudiológico para melhorar a qualidade da voz, o tempo máximo de fonação que consegue falar, a intensidade dessa voz, lembrando que nem todos os pacientes poderão usar a prótese e nem todos se adaptarão com a laringe eletrônica.

O que seria o ideal? A gente sempre busca o ideal. A prevenção, uma política de prevenção para que as pessoas cheguem mais cedo ao diagnóstico para que não ocorra a retirada total da laringe. Então, a gente precisa investir nas políticas de prevenção. A inserção do laringectomizado na sociedade, uma vez que ele vai voltar a falar, ter o tratamento adequado. O acesso à reabilitação tem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de ser para todos os brasileiros. A gente sabe que alguns hospitais, que algumas instituições possuem esses equipamentos. E daí o meu paciente lá do interior pergunta: "Por que aqui não tem?"

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – Federais. As instituições federais dão esses equipamentos. Então, por que eles têm e o meu paciente lá não tem, se todos têm os mesmos direitos? A gente tem de rever isso.

Investir em políticas públicas direcionadas a esse tipo de câncer. Vocês viram que a perda da voz é algo que mexe muito no emocional. Não adianta você ser curado do câncer e não viver com qualidade, não poder voltar a ter uma vida normal. Então, a gente precisa da ajuda de vocês para que a gente consiga mudar esse cenário do nosso País em relação ao câncer de laringe.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Agradecemos à Drª Luciara pela sua palestra, por suas informações. De repente, durante o processo, vai complementando e interagindo com a Melissa e com o próprio Sandro.

Eu queria destacar aqui a presença da Senadora Ana Amélia, a quem fiz referências no início, até porque ela foi quem primeiro fez contato com a situação, no caso com a Melissa, com a Elisa e com a Luciara. Em função disso, nós também fomos ao encontro delas lá em Florianópolis, e surgiu o requerimento para termos esta audiência pública no dia de hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, Senador Dalirio Beber.

Quero agradecer essa manifestação de V. Exª e agradecer também à Melissa. Ela me convenceu por sua combatividade lá em Porto Alegre. Ela saiu de Florianópolis e foi a Porto Alegre. Eu tenho muita agenda com a questão do câncer, junto com o nosso Senador Waldemir Moka, que presidiu a Comissão de Assuntos Sociais. Muitas das leis que nós fizemos... Uma, em parceria, hoje está sendo motivo de uma audiência pública é sobre a pesquisa clínica para a área de doenças como o câncer. É uma audiência na Câmara Federal que o Relator, o primeiro Relator, Afonso Motta, está promovendo. Então, nós temos aqui uma superposição. Queria muito ficar até o final, mas conheço o problema. Apoio a causa das pessoas que sofreram com a questão do câncer de boca e garganta. Nós temos também, na CRE (Comissão de Relações Exteriores), aqui do lado – da qual sou membro titular –, a sabatina de um embaixador e matérias muito importante que tenho de ir para votar. Então, só peço desculpas, me entendam. O Senador Dalirio Beber vai ficar com a agenda e, em todos os encaminhamentos necessários, ajudaremos.

O Senador Moka, que é muito sensível, lidera agora uma matéria importante sobre doenças raras e fez uma movimentação extraordinária. Eu quero aproveitar para saudar também esse trabalho do Senador Moka.

Estamos juntos envolvidos com essa mesma questão. Temos que ter um olhar mais atento sobre isso. O Ministério da Saúde... O Sandro já esteve aqui em outras doenças, mas é preciso uma compreensão geral dessas oportunidades de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Naquele depoimento de uma pessoa com aquela idade, o grande desejo dela era poder se comunicar. E, como eu lido com voz, muito tempo jornalista, nossa fonoaudióloga Luciara, eu sei o valor que tem realmente essa questão para as pessoas que sofreram essa doença.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero me associar e dizer que o senhor continue contando comigo, assim como toda a Associação de Câncer de Boca e Garganta.

Parabéns, Senador Dalirio, por ter também a sensibilidade de convocar esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós agradecemos muito. Sabemos de sua agenda apertada em função das várias comissões que integra, mas agradecemos a sua vinda. Com certeza, não seria nem necessário afirmar e reafirmar o empenho, a dedicação e a sensibilidade que a senhora tem em todos os assuntos que são trazidos ao debate aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, bem como também o nosso Senador Moka, que é médico. Em função até dessa relação, ele tem um apreço todo especial. Sentimos, quando ele se manifesta sobre os diversos assuntos aqui trazidos, que isso brota lá do seu coração, em função do seu sentimento e do seu conhecimento, sobretudo, com relação àquilo que acontece com cada um dos portadores de doenças raras ou de eventuais dificuldades.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, eu comentava com a Senadora Ana Amélia que é uma pena, pois seria importante ouvirmos um cirurgião de cabeça e pescoço e, se possível, um cirurgião de cabeça e pescoço com a especialização em oncologia, pois aí teríamos um raio X completo dessa questão. De qualquer forma, é oportuno.

Eu acho que a Sociedade de Oncologia, depois desses oito anos de mandato da Senadora Ana Amélia, vai dar um título para ela...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Vão dar um diploma.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... de Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com certeza.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É capaz de ser diplomada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente, com certeza.

Obrigado, Senador Moka.

Eu queria também...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – ... o nosso querido...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Isso. Eu queria destacar exatamente a presença do...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... Valdir Colatto, que foi até referido aqui em função de um projeto de lei que cria o dia nacional do portador do laringectomizado. Então, é um prazer muito grande tê-lo aqui conosco. E é catarinense...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele me informou que a Luciara está de aniversário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nada melhor que nós termos a presença da Luciara para comemorar seu aniversário aqui em Brasília. (*Palmas.*)

Que coisa boa!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Por uma grande causa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exato. Por uma grande causa. Ela disse que, ontem à noite, ficou torcendo pela Chapecoense, mas não foi possível fazer o gol necessário para superar o Flamengo.

Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Na sequência, vamos à segunda palestrante, que é a nossa Melissa Ribeiro.

A SRª MELISSA DO AMARAL RIBEIRO DE MEDEIROS – Bom dia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MELISSA DO AMARAL RIBEIRO DE MEDEIROS – Bom dia. Estão ouvindo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MELISSA DO AMARAL RIBEIRO DE MEDEIROS – Esta é uma das dificuldades dessa voz robótica: é uma voz a pilha e é uma voz que não tem entonação. Então, quando quero me emocionar, eu não consigo; quando eu quero brincar, eu não consigo. É sempre essa tonalidade que termina até por cansar um pouco os ouvintes, mas é uma voz possível e é uma voz que quebra um silêncio de anos de vários laringectomizados como eu. Eu posso não gostar dela, eu posso não me identificar com ela, mas ela é necessária. Sem ela, eu jamais poderia estar aqui conversando com vocês ou fazendo qualquer trabalho voluntário como esse trabalho a que me dediquei nessa associação.

A fonoaudióloga Luciara explicou para vocês a questão da doença, que é um problema muito sério. Vejam: ela mudou a entonação sozinha, mas é assim mesmo. Estamos trabalhando numa causa muito importante para as pessoas que nós estamos defendendo aqui, com a gentileza do Deputado Valdir, que desde o começo, desde Chapecó, já vem abraçando a causa. Depois, na sequência, fui procurar a Senadora Ana Amélia, que foi muito gentil e generosa em nos ouvir. Isso é uma coisa bastante importante para nós.

Só por falar com a laringe, as pessoas já não querem nem nos receber, porque sei que causa um constrangimento, mas isso tem que mudar. Nós precisamos ter acesso, não só a Melissa, mas todos os brasileiros têm que poder pegar um ônibus, falar com o cobrador e não perder a parada por não conhecer o bairro. Existe gente que sai de casa com bilheteiro na mão para não se perder, e aí de repente esbarra com alguém na rua para pedir informação e essa pessoa não sabe ler. Ou você precisa ligar para seu banco para esclarecer um problema do seu cartão de crédito, e eles desligam porque para eles você é um robô, você é um trote. Então, são várias dificuldades de estar inserido na sociedade, mas é uma dificuldade que somos obrigados a enfrentar. Não podemos ficar em casa escondidos, mas é o que acontece com a maioria dos nossos cidadãos. Por quê? Porque eles não têm esse aparelho. Eles não tiveram acesso à prótese. Eles não têm renda.

Eu costumo dizer que não existe câncer bom e câncer ruim, câncer é câncer, só que o nosso câncer é um câncer extremamente mutilador. Você não... A Luciara queria fazer uma apresentação um pouco mais extensa, mas não caberia aqui, porque a pauta hoje é voz, é voltar a falar, é ter acesso à comunicação. É um direito do cidadão, e nós não estamos sendo respeitados. Não estamos falando que é de propósito. Não estamos reclamando do nosso sistema, não. Estamos pedindo que o nosso sistema olhe para nós agora, porque o mais engraçado e que descobri ao longo dessa minha trajetória é que eu chego nos órgãos, digamos assim, reguladores, fiscalizadores, e eles não conhecem nada sobre nós – órgãos da saúde. Nunca viram um laringectomizado, nunca viram um buraco no pescoço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Daí eu comecei a dizer: "Não é possível, como é que você trabalha aqui se nem sabe que a gente existe?" "Não sei. Perdoe-me, mas eu não sei."

Estive com a coordenadora do grupo de ostomizados da Secretaria da Saúde de Santa Catarina, que cuida da ostomia, que é aquele orifício que as pessoas têm que ter por causa da falência do rim ou da falência do intestino. Aí, eu perguntei para ela numa audiência do Ministério Público: "Nós não somos ostomizados?" "São." "E como é que não estamos nesse grupo?" "Nunca ninguém pediu." Eu digo: "Ah, rapaz, como é que vai pedir? Nem fala, não é? Como é que vai pedir?" Aí, começa toda a história de o porquê de eu resolver trabalhar o meu tempo, agregar pessoas e correr atrás de ajuda, porque simplesmente as pessoas não falam. Então, não têm como chegar até aqui. Eu cheguei porque eu fiz uma vaquinha na minha família, comprei um aparelho que vinha dos Estados Unidos, porque, até então, não havia no Brasil. Por que eu comprei dos Estados Unidos? Porque esse aparelho não existe em qualquer esquina, ele também tem bastante dificuldade de mercado. Nós temos duas marcas hoje circulando no Brasil, só que uma é usada a pilha. Alguém lembra quanto custa a pilha? Eu vou usar isso por 40 anos, se Deus permitir. Aí, eu não posso comprar quatro pilhas por dia a R\$20, não é? Eu quebro. Já estou quebrada, mas assim vai ficar pior. *(Risos.)*

Com a bateria recarregável é mais fácil, então, isso já elimina algum outro modelo. Não é que a gente queira escolher, a gente quer que quem vá decidir pelo equipamento entenda qual é a utilidade disso, se não quebrar, se não cair na água, é meio *forever*. Mas, se não for, tem que ter direito à reposição. Não sei se vocês sabem, mas o implante coclear, que é o implante para deficiência auditiva, custa R\$59 mil na tabela do SUS e é colocado – graças a Deus! –, porque também não precisam os outros ficarem sem ouvir para eu falar. Mas nós também temos que entrar nisso.

E essa laringe eletrônica, por exemplo, numa negociação bem feita, consegue-se introduzir na tabela do SUS por R\$1,6 mil ou R\$1,7 mil. Não é barato demais para um ser humano voltar a trabalhar e voltar a ter uma vida normal? É bem barato, mas não foi colocada na tabela. Hoje, um paciente sai de uma cirurgia e vai para casa mudo, ponto. Aí, depois de 15, 20 ou 30 dias, se ele tem alguma sobrinha, um filho, uma esposa, um vizinho que é mais ligado, que começa a pesquisar no Google, descobre: "Ah, existe um aparelhinho assim." Aí, começa a saga do cristão, não é? Onde que eu procuro, onde que vende, como que compra, como que se paga. Aí, ele chega na secretaria de assistência social do Município que deveria ajudá-lo porque, até onde eu sei, está dentro do escopo deles. Mas eles empurram para a secretaria de saúde, empurram para outro lugar, empurram, empurram... E o cara cansa, porque ele já não fala, ele já não está muito bem com ele mesmo nem psicologicamente. Ele não tem dinheiro, ele perdeu o trabalho e aí acabou, o cara desiste de ir atrás de um direito.

Então, o papel da associação é este hoje, não é brigar com ninguém, é agradecer o fato de hoje o Ministério da Saúde estar sentado aqui, é porque ele está interessado; é agradecer a sensibilidade do Senador Dalirio, que nos recebeu no meio de um evento da Fiesc, em Florianópolis. Eu até brinco que a gente virou meio *paparazzi* de político. Mas como é que eu vou fazer se não for assim? Gente, eu preciso que as pessoas entendam esse problema. Acho que a partir de entender o problema e de discuti-lo, a gente muda a realidade.

Então, vamos fazer um cálculo bem bobo: de 7.350 pessoas com câncer de laringe, metade morre antes da cirurgia. Então, vamos ser práticos. Sobraram 4 mil vivos. Desses, num cálculo bastante otimista, 20% conseguem ter uma fonoaudióloga que vai ensiná-los a ter uma voz esofágica. Mas esses 20% vão cair de novo, porque o cara teve uma radiação muito forte no pescoço, endureceu toda





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a musculatura, então, ele não consegue fazer força para ter voz esofágica. Beleza! Então, vamos tentar laringe eletrônica. Como não tem como comprar, vamos falar da prótese para ele. Não podemos falar porque a gente até pode dar a primeira, mas como ele vai fazer as trocas? Então, virou um jogo de vamos ficar quieto e não vamos contar a ele o direito que ele tem à reabilitação porque nós não temos como sustentar isso. Isso não é justo! Isso chega a ser maldade, vamos ser bem honestos.

Eu vi isso em hospitais no Brasil inteiro. Cheguei em Joinville, e a esposa de um dos pacientes que tinha sido operado na noite anterior entrou na Enfermagem, onde ficam aquelas coisas de 24 horas para receber remédios. "Enfermeiro, eu estou tentando falar com o meu marido. Ele não fala. Parece que ele está engasgado." Eles não sabiam que ele ia ficar mudo. Como? Como um cirurgião faz isso? Como não há uma fonoaudióloga para dizer para ele: "Amigo, o seu negócio é grave e você vai perder a voz. Você vai respirar por um buraco e nunca mais vai tomar banho de piscina, de mar, de lagoa. Até de chuveiro é problema, porque, se entrar água, entra direto para o pulmão." Aí, quando eu comecei a perceber que isso era uma realidade minha e de milhões... Se nós falarmos de Brasil, são 500 mil laringectomizados. A gente tem de dar atenção.

Então, se a gente consegue fazer um núcleo maravilhoso, lindo, todo perfumado do AVC dentro dos hospitais públicos... Aquilo lá é um luxo, graças a Deus, porque ninguém quer ter um AVC. Só que essas disparidades não podem continuar. Eu não consigo dar, por uma laringe, R\$1,7 mil para o cara. Ele fica 30 anos encostado, morre de depressão, volta a beber, volta a fumar porque ele pensa: "Bom, tirei o câncer, mas eu não tenho mais vida." Está tudo errado. E outra: só na minha instituição em que eu me trato, foram 65 laringectomias no ano. A minha instituição, diga-se de passagem, atende a quase todos em Santa Catarina, porque é um hospital de referência.

Então, de novo, vamos fazer um cálculo rápido: 65 vezes R\$1,7 mil. Gente, não é por causa desse dinheiro que nós vamos ficar mais pobres. Vamos ter um pouquinho mais de boa vontade. Estou há três anos pedindo isso. Estou há cinco anos laringectomizada e não pedi antes porque, nos dois primeiros, eu era muda. Só consegui dois anos depois. Então, eu quero pedir que se mobilizem, que ajudem, porque acho que, dentro de cada Estado, há um orçamento; dentro de cada hospital, há um orçamento, uma filantropia, um incentivo fiscal. Mas o que está faltando é mobilização. Eu acredito que a vontade exista de todos. Graças a Deus, em todos os lugares que a gente vai, a gente é muito bem recebida e percebe-se a vontade de mudar, mas a gente tinha de fazer disso uma coisa mais coletiva, porque não adianta resolver...

O Inca, o nosso Instituto Nacional do Câncer, é federal. Ele dá a prótese, ele dá a laringe, ele dá espessante, que é um produto para quem não consegue mais engolir nada. Quando o cara quer tomar água, ele é obrigado a tomar uma colher daquele pó. Ele vira tipo uma gelatina para o cara poder se hidratar. Aquele troço é caríssimo, mas o Inca tem.

Aí, o hospital de Bonsucesso, que é federal hoje, conseguiu colocar a prótese.

(Soa a campanha.)

A SRª MELISSA DO AMARAL RIBEIRO DE MEDEIROS – Daí, eu perguntei: "Como é que vocês conseguiram isso e outros não conseguem?" "A gente tem de se organizar em termos de administração e colocar isso no aditamento. Só isso, basicamente. A gente, que gere a instituição, é que tem de pedir." "Então, todas as outras não querem fazer?" "Não, elas nem sabem."





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, tem de vir de cima para baixo. Estando na tabela do SUS, o cara foi operado, está na prateleira do hospital, ele leva uma laringe, porque é fácil, é fácil de aprender, mesmo que a fonoaudióloga não seja especializada. Ele próprio vai ficar fazendo em casa e, em três dias, ele já começa a falar.

A cirurgia é horrível, é muito dolorida. Você fica uns seis meses achando que foi atropelado, porque a posição em que você fica no tempo de cirurgia... Para você respirar... Esse posição te deixa meio louco, porque você acha que você vai morrer asfixiado. É tudo costume. Se você deixas ele mudo dois anos, ele fica péssimo. Então, dá a laringe para ele. Operou? Vai ter alta? "A laringe funciona assim e assado, o senhor fala desse jeito." O impacto é menor, ele consegue voltar para a vida mais rápido. Aí, o SUS gasta menos, porque ele não fica deprimido, ele não volta a ficar doente, ele não tem recidiva, porque é um efeito cascata. A gente sabe que não existe mágica O que existe é que, se dá para evitar o pior, vamos evitar.

E a questão da prótese. Vamos voltar ao cálculo – 4 mil pessoas. Então, vamos dizer que 20% conseguiram a voz esofágica. A gente ficou com 3,6 mil pessoas. Dessas 3,6 mil pessoas, metade não tem indicação para prótese por questões anatômicas, pela cirurgia, pelo tecido etc. Então, não é porque a prótese custa cerca de R\$2 mil e, em média, você precisa trocar duas por ano, o que dá R\$4 mil. Também não é um cálculo absurdo. Por isso é que digo que não é o valor. A gente tem que ver o orçamento do País. Eu entendo tudo isso, mas só não entendo que, se você parar para fazer a matemática, há dinheiro que dá e sobra – quando ele não é usado de forma ilegal.

Então, gente, nós estamos aqui fazendo um pedido bastante relevante, importante. Fiquem 15 minutos sem falar. Façam esse exercício. Eu digo para todo mundo para ver como é ficar 15 minutos sem falar. Você vai ver que, instantaneamente, o seu impulso é de falar, é de ter uma reação, é de dar uma risada. Então, vamos pensar nessas pessoas que não têm voz para estar aqui hoje pedindo ajuda.

Obrigada pela atenção.

Fico à disposição para esclarecer, depois, servidores e alguém tiver uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Melissa, pela sua participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Você realmente merece palmas. Eu acho que todo mundo prestou atenção, todo mundo entendeu e todo mundo se convenceu.

Agora, nós vamos ouvir a palavra do Sandro. Primeiro, agradeço o fato de ele estar aqui presente e de representar aqui o nosso Ministério da Saúde, ou seja, o Sistema Único de Saúde, que é esse grande plano de saúde dos brasileiros.

Com a palavra o Sandro, que tem o tempo que quiser para podermos realmente levar ao esgotamento o debate em torno desta matéria.

O SR. SANDRO MARTINS – Bom dia a todos.

É uma satisfação poder estar participando desta audiência sobre um tema tão caro a uma parcela significativa das pessoas que convivem com o câncer de laringe tratado, ou seja, pessoas que sobreviveram ao tratamento de uma doença grave. E o tratamento que foi descrito não foi descrito tecnicamente por um cirurgião, mas por uma pessoa que experienciou essa jornada e deu um depoimento claro a respeito de quão difícil é alcançar o *status* de ser um sobrevivente do câncer, e está numa fase em que temos a atenção voltada para a reabilitação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que os dispositivos não estão lá colocados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SANDRO MARTINS – Tranquilo.

Então, as colocações que vieram hoje... Eu trouxe para reflexão um panorama geral a respeito do tratamento do câncer de cabeça e pescoço no SUS, do ponto de vista contínuo de assistência até chegar à questão da reabilitação para os pacientes que tiveram sucesso nessa jornada.

Temos, então, que o câncer de cabeça e pescoço não é exatamente o tumor mais frequente. E a tendência, nos próximos anos, é de queda do número de pacientes que experimentem esse tipo de doença em virtude do sucesso de políticas voltadas à prevenção. E prevenção, no caso de câncer de cabeça e pescoço, é uma entidade que vai dos tumores que aparecem em todo o trato aerodigestivo, ou seja, todo o percurso direto que a fumaça do cigarro faz ao se fumar, todas as regiões em que ela tenha um contato direto, nas áreas em que se desenvolvem cânceres relacionados ao cigarro.

Mas, neste grande grupo, nós temos os cânceres de laringe, que interessam aqui por conta da forma de tratamento, sequela previsível do seu tratamento, que é uma disfunção permanente da laringe, quer por radio e quimioterapia, quer pela necessidade de remoção do órgão, o que é mais comum quando você está fazendo tratamento com a intenção curativa, justamente nos pacientes que têm um diagnóstico mais precoce da doença.

Do ponto de vista de câncer nós temos toda uma política desenvolvida, uma intenção de ação integrada em rede da atenção básica até a atenção especializada em reabilitação. Hoje, o sistema de saúde procura se centrar nessa necessidade das famílias, das pessoas, e integrar esses pontos de atenção voltados para o cuidado das pessoas que precisam do nosso Sistema Único de Saúde.

Do ponto de vista especificamente da atenção oncológica, o ordenamento normativo do Ministério da Saúde vem em direção do acesso à confirmação diagnóstica e ao tratamento dessas condições muito mais do que na questão da prevenção e da reabilitação, mas não porque a prevenção não seja possível e importante. No caso de câncer, provavelmente um terço dos cânceres são decorrentes de fatores passíveis de prevenção e que, se evitados, teriam a propriedade de não lograr o aparecimento dessa doença – no caso do câncer de laringe, foi mencionada a infecção por HPV e o cigarro. Mas, em relação a outros cânceres, a maioria deles, portanto, em 70% deles, não há uma estratégia de prevenção que seja efetiva; o importante é o diagnóstico e o tratamento adequado.

É claro que uma fração crescente das pessoas com câncer sobrevivem à doença e experimentam sequelas desse tratamento. E aqui estamos frente a uma das condições talvez mais dramáticas, em que a sequela permanente de um tratamento curativo deixa a pessoa incapacitada para se comunicar.

A intenção do SUS, do ponto de vista de todo o ordenamento normativo, é que se ofereça o cuidado integral a esses pacientes: prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação.

Os instrumentos de financiamento da política de saúde são muito variados. A tabela de procedimentos do SUS é um dos elementos de financiamento federal da assistência à saúde, mas o próprio ordenamento jurídico determina que o financiamento dessas ações de saúde tenha um componente de responsabilidade de Estados e Municípios, independentemente do Governo Federal. E esse escopo mínimo que está na tabela do SUS necessariamente precisa, de acordo com a realidade epidemiológica de cada região, de cada Estado, de cada Município, ser adequado pelo gestor local.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, essa complementaridade das ações faz com que o sistema de saúde tenha, realmente, uma característica única de atenção gratuita universal aos brasileiros, mas diferente em cada região, onde as necessidades de saúde também são diferentes.

Foi mencionado aqui que o Instituto Nacional do Câncer e alguns hospitais de grande porte que têm serviços de cabeça e pescoço e tratam rotineiramente esses pacientes têm programas que favorecem a reabilitação e o acesso a alguns dispositivos desses, mesmo que não constem de tabelas do SUS, porque está evidente, na gestão local do hospital, do serviço de saúde, a responsabilidade de oferecer para os seus usuários aquilo que o corpo clínico e a instituição entendem como sendo adequado para esse cuidado.

Nessa atenção especializada em oncologia, além da nossa rede, etc., eu queria mencionar basicamente dois aspectos que interessam ao câncer de laringe, que é o acesso à cirurgia de câncer e o acesso à radioterapia, dois problemas sérios para que mais pessoas que sejam acometidas dessa condição potencialmente fatal possam lograr sobreviver ao evento e, portanto, serem candidatas à reabilitação.

Então, hoje, se entendermos a regra atual de habilitação, nós temos, no Norte e Nordeste, uma ampla carência de serviços especializados para cirurgia e quimioterapia do câncer. Essa necessidade de acesso tem sido enfrentada com um esforço muito grande de fomentar a interiorização desse serviço para o credenciamento de novos hospitais que possam ter capacidade de fazer o tratamento do câncer nessas regiões. E para a radioterapia, que é particularmente importante no tratamento curativo do câncer de laringe, há um déficit generalizado. O Brasil inteiro não tem uma cobertura adequada de radioterapia. Há um esforço em curso pelo Ministério da Saúde para mudar essa situação. Boa parte do País tem um acesso muito insuficiente a esse tratamento, e, com uma intenção de investimento em novos equipamentos para radioterapia, o panorama deve se modificar. Nós vamos permanecer com déficits de radioterapia e em locais onde a gente precisa não apenas de radioterapia, mas de hospitais habilitados para tratamento com câncer. Nestes Estados do Pará, Maranhão e Piauí, mais hospitais precisam ser habilitados para que se possa dar um atendimento adequado às pessoas com câncer e, portanto, dar condição ao paciente que experimenta um diagnóstico de câncer de cabeça e pescoço e de câncer de laringe ter a possibilidade de cura e ser candidato à reabilitação.

A gente quer que muito mais do que os 4 mil pacientes aqui que foram estimados grosseiramente a respeito de taxa de cura do tratamento habitual possam lograr sucesso nessa condição.

A detecção precoce e estratégia em câncer de cabeça e pescoço, nenhuma delas são inequivocamente vantajosas, mas o acesso ao diagnóstico do paciente que é sintomático, tem um sintoma relacionado a cabeça e pescoço, é o que determina, principalmente no caso câncer de laringe, mudança da voz, etc, a possibilidade de um acesso a um tratamento adequado.

Do ponto de vista do tratamento, nós temos aqui esse pacote de serviços relacionados à cirurgia, radioterapia e quimioterapia que estão bem distribuídos nos hospitais habilitados, mas o acesso, como foi mencionado, a filtros, próteses e laringe eletrônica é muito variável: filtros para ostomizados na seara do entendimento da extensão de uso de outros procedimentos que já existem na tabela, como foi mencionado; a questão de próteses laríngeas, do ponto de vista de custo de substituição – existe o procedimento na tabela do SUS, porém o valor precificado precisa ser revisto





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

em função do tempo e da variação do custo desses insumos; e o item laringe eletrônica não consta na tabela do SUS, mas foi proposta à Conitec a sua incorporação.

Então, o Departamento de Gestão de Informações e Tecnologia de Saúde do Ministério da Saúde deve estar elaborando o protocolo de acesso à laringe eletrônica, que vai ser submetido ao Plenário da Conitec, e espero que, com decisão favorável, vá à consulta pública para ser integrado à tabela do SUS um mecanismo específico de financiamento para laringe eletrônica.

Claro que não descuidamos dessa necessidade de reabilitação nem achamos que exista mais valor em alocar R\$600 milhões para projetos na área de radioterapia e não alocar valor para reabilitação. Todas as necessidades dos usuários do SUS são legítimas, são tratadas dessa forma e dão exatamente o valor do investimento o principal motor. Claro que, havendo a necessidade de algum investimento, o Setor de Orçamento do Ministério da Saúde vai trabalhar para encontrar espaço orçamentário para essas inovações serem incorporadas, e, em última análise, o Congresso Nacional tem disposição sempre por apoiar o fortalecimento do SUS e prever mecanismos adequados para o Ministério da Saúde.

Encerrando, eu gostaria de mencionar aqui que o fato de que o câncer de laringe vai se tornar uma doença menos frequente do que já é hoje em dia nos próximos anos em função da queda do tabagismo não é um fator que nos permite descuidar da necessidade de reforçar a mensagem para a população de que evitar o hábito de fumar é uma condição de vida saudável que deve ser perseguida. Não há como descuidar de lembrar disso e da necessidade de continuar os esforços coletivos da sociedade brasileira, que tem logrado progressiva redução do conteúdo do número de fumantes na população, mas isto seguramente é o que desejamos: que as pessoas não adoeçam e, portanto, não necessitem experimentar toda essa jornada do tratamento oncológico.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sandro, pela contribuição e pela informação prestada.

Vou deixar a palavra livre.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Dalirio Beber, a fonoaudióloga Luciara abriu mão de passar o seu aniversário... Eu acho que milhares de pessoas vão compensar isso com orações, porque você demonstra, com esse gesto, que é realmente uma pessoa comprometida com aquilo que faz e que está à procura de fazer avançar nessa questão. A Melissa dá uma prova de determinação, da garra de uma pessoa já acometida da doença, que conhece as dificuldades. Na minha avaliação, a sua presença serve exatamente para mobilizar, Senador Dalirio, porque – aí eu falo com o Ministério da Saúde – o recurso... É uma sugestão. Por exemplo, nós estamos tratando de doenças raras. Nós vamos fazer aqui uma audiência pública dos portadores de doenças raras com o pessoal da Conitec. Eu acho que vocês deveriam fazer o mesmo, mobilizar o maior número de pessoas com o problema e mostrar para eles, já que eles vão interferir diretamente na hora da inclusão. É uma sugestão. É uma forma, Dalirio, de mostrar, sensibilizar, mostrar a dificuldade, porque às vezes a pessoa também não conhece. Embora seja bastante, ela não é tão comum. Ela chama a atenção exatamente na hora em que você vai falar com a pessoa e percebe que a pessoa tem uma dificuldade na fala. Fora isso, a pessoa olha para você, é saudável, e tal.

Então, qual é a contribuição a ser dada aqui, na minha avaliação? É tornar essa questão uma questão para o Ministério da Saúde e para o Ministério do Planejamento como uma questão que... Eu





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não sei, deve haver estatísticas. Eu acho que seria importante a estatística das pessoas que têm o problema, que precisam, um orçamento. O que seria necessário para que isso acontecesse, para que todas as pessoas tivessem pelo menos o básico necessário para uma qualidade de vida melhor?

A impressão que eu tenho é que, se a gente conseguir fazer com que o pessoal da Conitec entenda a necessidade de colocar isso dentro do SUS, eu acho que nós avançamos muito. E continuar... Eu não sei se vocês têm uma associação, se têm uma entidade. Só tem uma associação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Várias? Só uma. Então, transformar isso em uma rede mesmo, capaz de mobilizar, de sensibilizar, porque nós votamos aqui o limite do orçamento, mas o limite não significa limite para a saúde. É o limite geral. Agora, é claro que, se eu aumentar o orçamento da saúde, certamente vai faltar para algum outro setor.

Então, é preciso haver uma organização, e eu acho que o orçamento precisa ter prioridades. Eu, talvez, pela formação, acho que saúde é, das prioridades, a maior. Então, eu vou lutar, como nós já temos definido aqui nas doenças raras, para que o Ministério da Saúde, além do recurso que já tem... Porque, senão, você começa a levar problema para o Ministério da Saúde, que tem um orçamento que é limitado, e fica difícil. A gente tem que entender. Tenho certeza de que o Ministro não colocou ainda não é por crueldade; é porque não tem recurso.

Então, a nossa ideia é mobilizar, é sensibilizar os Parlamentares, tanto na Comissão Mista do Orçamento como, depois, no Plenário, para que o fato de que é preciso haver, além do orçamento do Ministério da Saúde, uma rubrica específica para a compra dos medicamentos para aquelas pessoas que têm as chamadas doenças raras.

Eu acho que não é muito diferente o caso de vocês. É aquilo que eu acho: claro que esta audiência é transmitida ao vivo, milhares de pessoas vão vê-la aqui, mas longe de querer... Eu, quando me referi ao cirurgião de cabeça e pescoço, eu o fiz, porque tive um grande mestre na minha faculdade, também um cirurgião de cabeça e pescoço, o Dr. Marcus Vinícius, ou seja, a gente acaba tendo na formação acadêmica mesmo a noção da necessidade que há.

E o que eu acho é que, juntamente com tudo isso, o importante é a prevenção. Se a gente conseguir fazer com que as pessoas entendam... Porque não é o cara que toma lá uma taça de vinho socialmente, mas é claro que... Até contribuindo, como é que isso acontece? Você tem o epitélio da laringe, e o álcool ou o fumo, a fumaça vão agredindo aquilo e vai mudando o tipo de epitélio, de célula, e, aí, começa a formar uma neoplasia. É assim que acontece. Então, quando a pessoa começa a ficar rouca, daqui a pouco ela... Se diagnosticada precocemente, pode ser tratada, mas, às vezes, a situação já requer uma forma mais agressiva de tratamento.

Então, meu caro Senador Dalirio, meu caro amigo Colatto... Fomos Deputados por 12 anos juntos. Talvez seja o colega com quem eu mais briguei e, com certeza, é o colega que eu mais respeito, porque nós dois também temos uma coisa em comum: nós defendemos... Eu, no meu caso, a minha prioridade é a saúde, até pela minha formação, mas eu venho de um Estado em que a agricultura e a pecuária são muito importantes para a economia, e o Colatto é um especialista nessa área de agricultura e pecuária. Nós sempre debatemos muito duramente, mas nós somos grandes amigos. Nós andávamos sempre juntos: eu, ele, o Raad e o Caiado – sempre juntos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a sua presença aqui, como Deputado Federal por Santa Catarina, demonstra o interesse – eu pelo menos vejo assim – em querer ver isso encaminhado.

E, Senador Dalirio, eu me coloco... Eu já estou com uma responsabilidade grande, mas, com certeza, não vai faltar boa vontade. Se marcarem um debate, eu estarei presente. Se houver necessidade de conversar com o pessoal do Ministério da Saúde, eu quero estar presente.

Quero dizer que a vinda de vocês aqui, só a vinda de vocês, representou para mim um compromisso. Eu quero mostrar o que essa doença faz com a pessoa que teve aquilo por que você já passou.

A nossa fonoaudióloga está tentando demonstrar que não adianta só... É aquilo que você falou: tem de haver tratamento, o procedimento tem de ser correto, tem de haver essa troca. Há uma série de detalhes. E não me parece, pelo que ouvi, que o custo seja tão exagerado assim. Quer dizer, podemos tirar milhares de pessoas disso e melhorar a qualidade de vida com muito pouco. Acho que isso é uma coisa que vai valer a pena, se, no final, a gente conseguir pelo menos avançar e introduzir a laringe eletrônica nesse rol, para colocá-la à disposição de todos aqueles que necessitam.

Não tenho perguntas a fazer, faço só um comentário. A única pergunta que fiz é referente ao que você mencionou. Acho importante haver estatística, para ver quantas pessoas existem no País; quantas são por Estado; se há alguma coisa que desencadeia isso, além da bebida e do fumo; e se alguns Estados apresentam mais esse tipo de câncer do que outros.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu é que lhe agradeço a sua contribuição, pela sua sensibilidade.

Com certeza, colocamo-nos à disposição sempre, para, em parceria com o Ministério da Saúde, encontrarmos espaços ou brechas que permitam que se ofereça aos que são portadores dessa deficiência na fala em função de um câncer que extirpou a laringe a possibilidade de eles, de fato, terem uma vida produtiva e incluída.

Temos aqui a presença do nosso Deputado Valdir Colatto, que acompanha todo esse debate, não só hoje. Ele acompanha todo esse trabalho, no sentido de fazer com que o próprio Sistema Único de Saúde atenda também ao fornecimento de todos os dispositivos que hoje a tecnologia nos permitiu ter, para facilitar exatamente a vida e a convivência das pessoas. Se ele quiser fazer uso da palavra, nós abrimos essa possibilidade.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB - SC) – Obrigado, Senador Dalirio Beber. É uma alegria ver nosso contrerrâneo presidindo esta importante Comissão.

Eu queria cumprimentar meu amigo e irmão Waldemir Moka. Lutamos tanto na agricultura, pelo Código Florestal, por aí fora, em batalhas duras. Mas, realmente, tenho a alegria de vê-lo agora como Senador. Espero um dia poder chegar lá. Tentei, mas não consegui.

Waldemir Moka, realmente, fico feliz, porque sei da sua sensibilidade.

Quando o Moka assume uma missão, uma bandeira, ele vai em frente. Como eu, é um pouco teimoso. Vamos andando, até chegar ao fim. Mas acho que é assim que as coisas acontecem. Tenho a certeza de que ele vai nos ajudar. Ele é médico. Sou agrônomo, estou em outra área. Mas ele, como médico, com certeza, pode nos ajudar muito nesse processo.

Eu queria cumprimentar a Melissa, que realmente é uma batalhadora, que está aí, tenho uma admiração muito grande por ela, pela condição dela de enfrentar essa situação e mostrar ao Brasil essa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

condição que ela tem e ter a coragem de fazer esse trabalho que, tenho certeza, o velhinho lá de cima vai compensá-la, e nós aqui na Terra também. Eu acho que você faz o seu trabalho fantástico e só a vinda aqui ao Senado e à Câmara dos Deputados, inclusive já estive em uma comissão geral, passou para o Brasil um problema, uma situação que o Brasil quase todo desconhece ou desconhecia. Agora, vocês estão fazendo esse trabalho que, com certeza, vai divulgar bastante e vai sensibilizar muita gente.

Vou cumprimentar a Luciara primeiro parabenizando pelo aniversário, ela que é minha conterrânea lá de Chapecó e a gente conheceu trabalhos pela associação de Chapecó, do Hospital Regional São Paulo e me sensibilizei, comecei a me envolver com essa questão e, com certeza, a Luciara faz esse trabalho profissional, porque há aí toda uma possibilidade, o Dr. Sandro Martins, que é do Ministério da Saúde, para que se incentive essa classe de fonoaudiólogos, que estão muitas vezes relegados e não estão tendo a valorização e a importância que têm principalmente nessa situação de câncer de boca e garganta e também em outras situações como a de cabeça, de ouvido etc. E parece que não se está dando tanta importância como deveria ser dentro do contexto da ação pública que tem que haver. Então, acho que temos que trabalhar bastante.

Essa profissão está aí, muitos hospitais não têm fono. Senador Moka, isso é algo que temos que trabalhar, que o Ministério da Saúde tem que olhar com carinho isso, porque, imagine você, os médicos fazem a sua parte, fazem a cirurgia e depois? E o pós? Como é que fica isso? Muitas pessoas...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Essa parte é a parte mais importante.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB - SC) – Exatamente que é a reinserção dessas pessoas na sociedade, a comunicação.

Eu acho que é importante nós termos esse processo trabalhando. Por isso, atendendo ao apelo, eu apresentei o Projeto nº 8.175, reconhecendo o dia 11 de agosto como o Dia do Laringotomizado, para que haja uma sensibilização dessa realidade, da importância que tem.

Na Câmara estamos tentando fazer caminhar esse processo e aqui no Senado, agora, parabenizo o Senador Dalirio e a Senadora Ana Amélia, que também assumiu essa responsabilidade, e o nosso grande Moka, que é médico, acho que pode levar à frente essa bandeira com mais competência e conhecimento de causa.

E faço um apelo ao Dr. Sandro para que leve ao Ministro da Saúde, Ricardo Barros, essa situação e que a gente possa... Nós já estivemos lá com o Secretário – não lembro o nome dele – e estivemos participando no Ministério da Saúde, que se sensibilizou e disse que encaminharia todos os pleitos que são a questão do aparelho e de todo esse processo que precisamos encaminhar. E agora vejo o Dr. Sandro dizendo que já estão tomando providência. Acho que isso é importante.

Então, eu queria dizer também que vamos pedir à Luciara esse material, porque eu quero fazer um pronunciamento lá na Câmara e colocar nos Anais da Casa – porque aqui já fica esse registro –, para que seja divulgado. Nada melhor do que o Congresso Nacional ter esse problema presente, trazer para dentro do Congresso Nacional essa discussão, porque precisamos buscar uma solução.

Eu só depois queria que a Luciara dissesse. Eu vi aqui nas estatísticas quase dez por um de problemas de garganta, mais nos homens do que nas mulheres. Há alguma coisa a ver aí? Se é mais bebida, mais cigarro, sei lá, mas por que há essa distorção entre homens e mulheres na questão do problema de boca e garganta?

Obrigado e parabéns pelo trabalho, Senador Dalirio Beber.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Deputado Valdir Colatto, pela presença e pela manifestação.

E nós vamos conceder à Luciara, à Melissa e ao Sandro um tempinho para algumas considerações finais, algumas contribuições que ainda possam ser agregadas, para que terminemos a nossa audiência pública realmente com chave de ouro, por termos passado aqui um período da nossa manhã debatendo um tema tão importante, que diz respeito não só à Melissa, mas a todos aqueles que foram citados, pelo menos em números, que, com certeza, estão sintonizados através da TV Senado, através da Rádio Senado. E passarão, a partir deste instante, já com a iniciativa lá da Câmara Federal, a ter uma ação mais pedagógica em torno dessa questão para permitir que nós todos possamos contribuir. Você sabe que o Estado tem que ser provedor de soluções, mas nós todos sabemos que lá existem homens, como somos aqui, e é o debate franco, o diálogo aberto, construtivo que vai nos permitir alçar, ou seja, alcançar, degrau a degrau, a solução que todos nós buscamos.

Então, com a palavra a nossa aniversariante do dia, a Luciara, para fazer as suas considerações a respeito do que ela gostaria de complementar para fortalecer a nossa audiência pública.

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – Então, a sua pergunta, Deputado Colatto. O homem fuma mais e bebe mais que a mulher, só que as mulheres buscam tanto se equiparar aos homens, que começaram a fumar e beber mais também – nas coisas ruins, não só nas coisas boas –, de uns tempos para cá.

Então, está aparecendo mais em mulheres também e em jovens. O fato de ser mais homens é porque eram mais os homens que fumavam e que bebiam, mas essa estatística agora está mudando, também como a idade. A idade também. Tínhamos a média de 50, 60 anos, hoje já temos jovens com câncer de cabeça e pescoço.

A Melissa, com 40 anos – não é, Melissa? –, fez a cirurgia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – Com 39 anos. E também no aumento nos jovens, está sendo cogitada a questão do HPV. Fazem sexo oral sem camisinha, então também está aparecendo nos jovens esse tipo de câncer.

Queria agradecer ao Deputado Colatto, que lá em 2014 foi conhecer o grupo de apoio que eu coordeno em Chapecó, no Hospital Regional, Grandes Guerreiros do Oeste. Na ocasião, a Melissa e a Elisa, que fazem parte do GAL, que é um grupo de apoio a pacientes de Florianópolis, estavam lá também. E, naquele momento, já em 2014, foi solicitado que o Deputado pedisse a atualização dos valores da prótese. Inclusive, eu tenho o áudio – na época era a Presidente Dilma que estava – de você pedindo que fosse atualizado esse valor. Isso já em 2014. Então, a luta não é de hoje, é de muito tempo.

Por que eu resolvi convidá-lo para ir lá? Para ele conhecer a realidade, então o empenho vem de muito tempo, não é de dois dias para cá.

A associação, Deputado, é brasileira, a sede é em Santa Catarina, mas a gente está um pouquinho em cada canto do Brasil. Então, a associação desenvolveu neste ano o projeto Rede Mais Voz, em que a gente está indo visitar todos os hospitais que têm esse serviço. É feito um levantamento...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Luciara, eu digo assim, se vocês optarem por fazer essa audiência pública com a Conitec, seria importante que vocês trouxessem o maior número de pessoas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que têm o problema, porque é a quantidade e a dificuldade, as pessoas vão poder falar, e eu acho que vai sensibilizar mais.

A SRª LUCIARA GIACOBÉ – Com certeza, uma vez também que todos os pacientes não são assim como a Melissa. A gente em pessoas com outras dificuldades e tem que se mostrar que, às vezes, não é só a questão do problema, a gente tem que ver a pessoa como um todo, não é só uma pessoa sem laringe; antes de ser sem laringe, ela é um ser humano. Então, a gente tem que abordar de uma forma global isso.

Em relação ao que o Deputado Colatto falou também quanto ao fonoaudiólogo, é o fonoaudiólogo que reabilita esse paciente, é ele que convive semanalmente com esse tipo de paciente. Então, a realidade é muito dura, a gente ver o paciente não poder comprar a laringe; a gente faz vaquinha para comprar. Eu tenho um paciente que tem um amigo que tirou a laringe e ele vai lá todos os dias lá um pouquinho emprestar a laringe para o amigo falar. Então, a realidade é muito dura mesmo, e a gente precisa fazer esse movimento, que já se iniciou, graças a Deus, e tomara que a gente tenha êxito em tudo o que está pedindo.

E eu agradeço o apoio de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu gostaria de perguntar ao Dr. Sandro se aquele trabalho que foi feito para que a Conitec avalie a possibilidade de incluir o aparelho, com certeza, traz números significativos com relação àquilo que é preocupação do Senador Moka?

O SR. SANDRO MARTINS – Claro.

Essa é a importância da dinâmica de incorporação de tecnologia vigente hoje no SUS. Então, frente a uma necessidade identificada ou por uma área técnica do Ministério da Saúde, ou pela sociedade organizada, ou pela indústria farmacêutica, ou sociedades médicas, propõe a Conitec a incorporação um novo dispositivo, de nova tecnologia, de um novo tratamento, de um novo protocolo de tratamento. E os técnicos da Conitec se debruçam sobre os dados clínicos, epidemiológicos, dados de literatura científica, para definir qual é o universo de pessoas que seriam interessadas naquela tecnologia.

Com base nessas expectativas e com base em estudos econômicos a respeito do custo do dispositivo, do medicamento feito pelo Departamento de Economia e Saúde do Ministério da Saúde, se faz a estimativa do impacto orçamentário. E, quando vai ao Plenário da Conitec, além das evidências científicas a respeito da importância, da segurança, da eficácia, vão esses números a respeito do impacto orçamentário da medida.

Como foi mencionado, é um câncer pouco frequente e o número de candidatos à reabilitação é um número menor ainda dada a letalidade ainda da doença ao diagnóstico. No entanto, os pacientes que sobrevivem ao câncer de cabeça e pescoço vão ter uma vida longa, espera-se uma vida próxima da expectativa de vida das pessoas que não tiveram a doença, e esse número é cumulativo. Então, o contingente de pessoas laringectomizadas que vão ser interessadas é que é a informação que vai ser usada como base para a estimativa desse impacto orçamentário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Dr. Sandro, deixe eu lhe fazer uma pergunta. O senhor acha interessante esta audiência pública com o pessoal da Conitec ou acha desnecessária? Esta audiência não serviria, não é do jeito que eu estou pensando?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SANDRO MARTINS – Nesse contexto, em que se trata de uma tecnologia que não é exatamente nova, é uma tecnologia disponível, de segurança e eficácia bastante conhecida e que vai, pelos seus custos hoje, justamente pelo tempo de existência dela, ter um impacto orçamentário modesto frente outras incorporações que são vistas na Comissão, eu não antecipo sem que haja uma trajetória muito difícil.

Agora, a sugestão que o Senador colocou a respeito de tumores e cânceres... Câncer já é uma doença rara, mas alguns cânceres menos frequentes têm necessidades que se assemelham as dos pacientes com doença rara. Isso realmente tem uma conexão, e, se se ligar as duas pautas, seguramente potencializa o efeito.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Larissa.

Melissa, não, Melissa.

A SRª MELISSA DO AMARAL RIBEIRO DE MEDEIROS – Obrigada.

Respondendo primeiro ao seu comentário, Senador, nós já fizemos uma audiência pública na Câmara, no dia 7 de julho deste ano, com outros agentes dessa problemática, inclusive o Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço. Então, ele, na qualidade de cirurgião, explicou para todos os presentes todo esse cenário. E ele inclusive admitiu que havia alta da indisponibilidade da reabilitação. Deixou a categoria um pouco congelada na questão da reabilitação.

Então, não que ele tenha feito *mea culpa*, mas ele admitiu. Como não está disponível, nós não estimulamos muito, porque como é que isso vai se dar lá na frente? O.k., queríamos que ele mudasse essa realidade, inclusive dentro da sociedade está sendo feito, até porque ele encontrou na Casa um apoio. Ele viu uma luz no fim do túnel também. Ele também concorda que isso tem que se modificar.

Nessa mesma audiência, nós falamos muito a respeito da importância dos fonoaudiólogos. Não sei se os senhores sabem, mas, ao fundo, nós estamos aqui com vários alunos de Fonoaudiologia da Universidade de Brasília, da Uniplan, que nós convidamos para que fizessem parte desta discussão, porque, como futuros profissionais que vão atender pessoas como eu, é importante fazer esse ato cívico. Além do profissional, que é o que a Luciara está fazendo.

Um outro esclarecimento. Os dados que a Luciara trouxe vêm da mesma fonte dos que o Dr. Sandro trouxe. Então, quando querem fazer qualquer tipo de pesquisa estimativa, todo o mundo, todos os órgãos recorrem ao Inca. Mas o próprio Inca admite que ele não é 100% fidedigno. Por quê? Porque quanto ao sistema nem todos têm prontuário digital. Há grandes unidades que estão com tudo guardado em caixas desde um mil e novecentos e bolinha. Agora é que começaram a digitalizar. Então, esses números são meio novos, não é, Dr. Sandro? Então, eu entendo que fica difícil inclusive para eles fazerem estimativas, porque não existem números.

Quando a gente descobriu isso, criamos o Projeto Rede Mais Voz, porque, se é para nós falarmos sobre uma população, temos que conhecê-la. Então, nós já estamos desde o ano passado visitando vários Estados, Paraíba, Rio Grande do Norte. Não preciso dizer para vocês que a realidade lá é bem mais trágica do que do Sudeste para baixo.

Então, lá você tem 60 pacientes em um grupo que uma das fonoaudiólogas dirige. Quando eu lá estive, ela viu uma senhora bem simples. Ela viu eu falando com ela e ficou encantada, chorando. Me perguntou como funciona. E aí eu mostrei para ela. Ela falou pela primeira vez com a filha que a acompanhava. As duas começaram a chorar. E a filha disse: "Eu estou ouvindo a voz da minha mãe depois de oito anos!" E você pensa que é uma coisa tão simples.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nós estamos bem embasados no que a gente está falando. Não estamos falando de Santa Catarina, do meu mundinho, do mundo de forma geral. Nós estamos falando de Brasil. Estão aí as estatísticas de que 4 mil morrem. É pouca, é bem pouca, porque o que os cirurgiões nos contam é que eles escolhem, no dia a dia, idade, perfil, tipo, estágio da doença para ver quem vai ser operado, porque não há condições de atender todo o mundo. Então, isso também não é legal.

Quando a gente fala que a estatística do câncer de laringe está diminuindo, desculpem, mas eu discordo do Dr. Sandro. Faço parte da aliança do controle do tabagismo, que é um mal, e é muito bem especializada nas causas, advoga-se contra o tabagismo. E ela não está diminuindo. Por quê? Porque a indústria do fumo está conseguindo colocar cada vez mais aditivos, sabores, cores, estrelinhas e coisinhas para confundir os jovens.

Então, os antigos estão parando de fumar. Já viram que não há graça nisso. Só que a juventude está começando muito cedo. Esses são dados que o próprio setor de tabagismo do Inca tem. Não está diminuindo ainda.

E aí a gente tem o HPV, que não era falado. Então, o Deputado mencionou a respeito do sexo. Mas isso não era dito antes também, porque não se tinha como comprovar que o HPV poderia pegar a cavidade oral. Hoje já estão falando mais abertamente que muita gente que nem fumava nem bebia, como é que vai ter câncer de língua, da faringe, HVP. Então, nós temos aí com uma estatística de câncer de cabeça e pescoço que está aumentando.

Nós estávamos com as estatísticas quanto à cavidade bucal para homens. Mas, se pegarmos todos os cânceres de cabeça e pescoço, nós já estamos em quarto. É muito. E o pior de tudo é que a grande maioria dos causadores são agentes externos. Então, aí vem a questão da prevenção, da educação escolar.

Nós da Associação fazemos palestras com outras pacientes, nas faculdades, quando é Dia do Fumo e Dia do Fonoaudiólogo. O dia 16 de abril é o Dia da Voz. Costumamos oferecer na universidade, vamos lá e podemos falar 15 minutos com os alunos. Claro, fica todo mundo impactado, porque vê a Melissa, vê o Osmir, vê o Alan, que fala com prótese, vê pessoas que falam com a voz esofágica. E eu acho que a mensagem fica mais clara para trazermos todo mundo para Brasília numa audiência impossível. Não existe recurso enfatizando o nosso público. É o público... Isso é o mais triste, inclusive.

Não estamos falando de quem é rico, não. Se acomete, acomete, mas é uma parcela ínfima. Então, estamos focando aquela pessoa que não tem uma instrução educacional, social e psicológica. Todo... Essa estatística da mortalidade é real dentro do nosso tipo de câncer, é muito alta. Por que vou à procura? Porque tosse, fica afônico, mas não dá bola. E, na verdade, é um câncer que começa, na maioria das vezes, muito interno, não há como enxergar, diferentemente de uma íngua ou de qualquer outra coisa. Então, nós precisamos que a associação, que é brasileira, receba um pouquinho mais de instrução.

Pergunto ao Dr. Sandro duas coisas importantes. Nós somos desse sistema, nós somos cidadãos que estamos aqui representando uma parcela do povo que está buscando uma solução. Então, digamos, Sandro, qual o caminho? Uma solicitação feita para uma atualização do preço da prótese que está na tabela do SUS. Quem faz isso é o Ministério da Saúde, é a Conitec? É planejar para onde eu tenho que ir, porque são três anos esperando uma resposta. Então, começamos a ficar um pouco desestimulados, porque não se sabe se conseguir, se está no lugar errado. Alguém tem que dizer isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E a questão da Conitec. Fizemos ofício à Conitec pedindo a introdução. Nunca conseguimos ser atendidos nem por telefone, nem por resposta de *e-mail*, aí fica difícil essa ligação. Aí, o que acontece? O paciente quer judicializar, ele quer fazer tudo, aquele processo de laudo... Vai para a Justiça, pronto, ele judicializou, ele tem carência da prótese até o dia em que morrer. Imagine, daí, quase 5 mil pessoas fazendo isso. Não é o que queremos, tanto é que não instruímos ninguém a isso, mas sabemos que há lugares em que é feito.

Então, antes de começar, mais um problema da doença rara: o nível de judicialização muito alto por causa do custo dos remédios. Não queremos trazer isso para essa população. Queremos ajuda dos agentes certos para fazer da forma certa, só que com um pouquinho mais de celeridade. Uma coisa é ficar 15 minutos sem falar, coloque oito anos.

Obrigada de novo. Espero a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sandro.

O SR. SANDRO MARTINS – Bom, a Melissa deve se recordar – acredito que no começo do ano... No ano passado, ela esteve no Ministério Saúde reiterando essa demanda que tinha submetido a outras instâncias do Ministério da Saúde, e nós conversamos a respeito justamente desses caminhos, a questão da incorporação via Conitec de itens que não constam da tabela do SUS e a revisão de valores a respeito de procedimentos que estejam defasados. Essas informações, do ponto de vista técnico, foram solicitadas à área do Ministério da Saúde que faz avaliação de custos, à área técnica do Ministério da Saúde que respalda a questão do uso de dispositivos em reabilitação de câncer, que é o Instituto Nacional do Câncer. Diante do retorno dessas informações, esse processo foi instruído e caminha nessas vertentes: a extensão de uso da questão dos filtros, a revisão de valores da questão do procedimento que já existe, da prótese local; e no caso da laringe eletrônica, a coordenação submeteu à Conitec uma solicitação de incorporação que vai passar pelo rito habitual desse tipo de avaliação. Essas providências foram encaminhadas.

Na ocasião, também, para ter um resultado mais imediato, porque a gente entende que os tempos da Administração não são os tempos da sociedade, da disponibilidade de apoio direto aos hospitais habilitados em oncologia, para projetos de reabilitação nessa área, através do programa de isenção fiscal do Pronon, e este ano nós tivemos a oportunidade de aprovar projetos na área de reabilitação que preveem o fornecimento de laringe eletrônica para pacientes. Então, também estimulamos vias alternativas ao financiamento habitual para atendimento.

A SRª MELISSA DO AMARAL RIBEIRO DE MEDEIROS – Essa alteração do valor é de sua competência?

O SR. SANDRO MARTINS – Não, são áreas do Ministério da Saúde relacionadas à Secretaria de Assistência à Saúde.

A SRª MELISSA DO AMARAL RIBEIRO DE MEDEIROS – Em que ponto a gente está nesse processo? É só para a gente entender.

O SR. SANDRO MARTINS – Passamos por uma avaliação do impacto orçamentário, que é justamente essa estatística a respeito do número de candidatos, já que não há um registro de pacientes que foram laringectomizados ao longo do tempo. Em havendo a definição desses valores, ele vai para a decisão administrativa e política do Secretário de Atenção à Saúde e do Ministro.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SANDRO MARTINS – Também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por isso que eu digo que a estatística é importante, porque a estatística demonstra a quantidade, o potencial que o Ministério poderia estar adquirindo e, evidentemente, a quantidade vai fazer com que o preço médio disso seja menor.

O SR. SANDRO MARTINS – Sim, e inclusive o Ministério sempre está interessado em oportunidades de maximizar o resultado de compras públicas.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Correto.

Vamos chegando, então, ao nosso término da audiência pública. Aqui eu agradeço aos Senadores e às Senadoras, agradeço ao Deputado Valdir Colatto, a todos os presentes, mas de modo especial um agradecimento aos três palestrantes. Começo fazendo o nosso agradecimento para a Melissa Ribeiro, que, apesar das dificuldades, veio aqui, nos deu uma aula sobre o portador da deficiência, da dificuldade. Muitas vezes, a gente não tem o contato diário, como bem disse o nobre Senador Moka, e aí a gente não tem a oportunidade de se sensibilizar e passar a conhecer um pouco mais as necessidades e aquilo que é possível fazer para minimizar a deficiência, a dificuldade, especialmente na fala, que é essencial à boa comunicação.

Agradecemos ao Dr. Sandro, que se dispôs a vir aqui. Com certeza vamos estreitar esses contatos. E, como disse o nosso Senador Moka, nós estamos aqui para dar o apoio que for necessário ao Ministro...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Sandro tem que ser o nosso maior aliado na...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente. Ao Ministro da Saúde, no sentido de fazer com que essas demandas possam ser atendidas.

Quero agradecer à Luciara, que é a nossa fono, que veio aqui exatamente no dia do seu aniversário, mas com certeza eu acho que esse também é um presente para quem se dedica tanto à questão da causa dos portadores dessa limitação, que se originou em função de um câncer.

Então, muito obrigado a todos vocês, nossos palestrantes, e a todos que nos acompanharam através do rádio e da televisão. Acho que foi uma manhã em que o prêmio caiu para todos nós. *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual do Senador Dalirio Beber, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Dário Berger, José Medeiros, Wellington Fagundes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RAS 19/2015, de autoria do Senador Humberto Costa e da Senadora Regina Sousa, e RAS 126/2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e da Senadora Ana Amélia. **Finalidade:** Instruir os seguintes Projetos: PLS 433/2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência.”; PLS 463/2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para admitir a suspensão ou rescisão do contrato somente em caso de fraude ou de não pagamento por sessenta dias consecutivos, com notificação pessoal do consumidor.”; PLS 507/2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a suspensão ou rescisão unilateral, por parte das operadoras, dos contratos coletivos.”; e PLS 100/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabeleça o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação.”; e prestar informações acerca dos reajustes abusivos cometidos na correção dos planos de saúde. **Participantes:** Karla Santa Cruz Coelho, Diretora de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Rafael Pedreira Vinhas, Gerente-Geral de Regulação da Estrutura dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Ana Carolina Caram Guimarães, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Reinaldo Camargo Scheibe, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – Abramge; José Cechin, Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde e representante da SulAmérica Companhia de Seguro Saúde; Orestes Barrozo Medeiros Pullin, Diretor Presidente da Unimed do Brasil; José Luiz Toro da Silva, Consultor Jurídico da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

– UNIDAS; Paulo Jorge Rascão Cardoso, Diretor de produtos da Amil Assistência Médica Internacional; Adilson Moraes da Costa, Atuário da Geap Autogestão em Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores Dalírio Beber e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Dalírio Beber, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dalírio Beber

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/19>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Boa tarde a todos.

Tendo em vista a ausência temporária da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Marta, fui convocado para darmos início a esta importante audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos propriamente ditos, ou seja, a nossa audiência, a ouvida das manifestações, das palestras, das contribuições dos nossos convidados, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Sociais nºs 19, de 2015, e 126, de 2017, de iniciativa dos Senadores Humberto Costa, Regina Sousa, Randolfe Rodrigues e Ana Amélia, para que sejam prestadas informações acerca dos reajustes abusivos cometidos na correção dos planos de saúde e para instruir os seguintes projetos de lei do Senado Federal: PLS 433, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência; PLS 463, de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para admitir a suspensão ou rescisão do contrato somente em caso de fraude ou de não pagamento por 60 dias consecutivos, com notificação pessoal do consumidor; PLS 507, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a suspensão ou rescisão unilateral por parte das operadoras dos contratos coletivos; e, finalmente, o PLS nº 100, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabeleça o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde em todos os tipos de contratação.

Esse é o objeto da nossa audiência pública da tarde de hoje, aqui no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais.

Nós temos oito convidados. Vamos fazer duas Mesas.

Para a primeira Mesa, convidamos a Srª Karla Santa Cruz Coelho, Diretora de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar; o Sr. Rafael Pedreira Vinhas, Gerente-Geral de Regulação da Estrutura dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar; a Srª Ana Carolina Caram Guimarães, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e, finalmente, nessa primeira rodada, o Sr. Reinaldo Camargo Scheibe, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

Depois nós teremos uma nova rodada – e aí nós vamos pedir que os nossos palestrantes cedam os seus lugares –, composta por José Cechin, Orestes Barrozo Medeiros Pullin, José Luiz Toro da Silva – aliás, são nove –, Paulo Jorge Rascão Cardoso e Adilson Moraes da Costa, que nós chamaremos na sequência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos dois palestrantes, que nos privilegiam com as suas presenças, ligados à Agência Nacional de Saúde Suplementar, que são a Karla e o Rafael. Então, vamos dar dez minutos para cada um no todo. Como se trata de um complemento do outro, nós pedimos que os dois fiquem com, mais ou menos, seis minutos cada um para irmos a doze. Como são nove, vai a uma hora e meia com todos os intervalos, e nós queremos privilegiar o debate para permitir que possamos extrair da nossa audiência pública aquilo que, de fato, é a expectativa dos que apresentaram os requerimentos da audiência pública.

Depois que os nossos.... O Rafael está aqui, a Karla... Ficam seis minutos para cada um. Para a Ana Carolina e o Reinaldo, dez minutos, para permitir que, mais ou menos, nós possamos ser justos na distribuição do tempo.

Fala primeiro a Karla ou o Rafael?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Então, primeiro fala a Karla.

A SRª KARLA SANTA CRUZ COELHO – Bom dia.

Agradeço ao Ex^{mo} Senador Dalirio pela condução desta Mesa. Agradeço também a todos os participantes. É um prazer mais uma vez estar aqui nesta Casa, o Senado Federal, e na Comissão de Assuntos Sociais, nesta audiência pública tão importante, que trata do reajuste de planos de saúde.

Representando aqui a Agência Nacional de Saúde Suplementar, vou apresentar a política de preços e reajustes da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Senador, se me permite, eu vou utilizar todo o tempo, e o Dr. Rafael, que é o gerente responsável da área, depois complementa algo. Ele pode também depois complementar algo que, por acaso, considere importante na fala da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Na nossa agenda hoje nós vamos dar um panorama do setor; depois falaremos sobre a precificação em relação aos dispositivos que nós temos na Agência Nacional de Saúde Suplementar para a formação do preço e a questão do risco e do pacto intergeracional; depois apresentaremos os tipos de reajuste e o monitoramento dos reajustes de planos coletivos. Abordaremos também o painel de precificação, que são alguns dados e estatísticas de valor comercial, reajuste por faixa etária e itens de despesas assistenciais, que a ANS anualmente divulga em seu *site*, e aspectos relacionados à rescisão contratual.

Em relação ao panorama do setor, esses dados são os mais atualizados, de julho de 2017. Atualmente, há 47 milhões de brasileiros com planos de saúde no Brasil. A taxa de cobertura é em torno de 24% da nossa população. Há 771 operadoras com beneficiários, com registro ativo na ANS com beneficiários, e em torno de 18 mil planos registrados na ANS, que são monitorados e avaliados.

Esses beneficiários estão divididos por tipo de contratação. Então, há em torno de 10 milhões de individual e familiar, 37 milhões de coletivos, sendo 31 milhões de coletivo empresarial e 6,5 milhões de coletivos por adesão. E é um setor que apresenta muitas receitas e também despesas.

No ano de 2016, nós tivemos R\$161 bilhões de receita de contraprestações pecuniárias. Em termos de despesas assistenciais, despesas administrativas... A assistencial foi em torno de R\$137 bilhões, numa taxa de sinistralidade, que é um indicador que utiliza frequência de utilização, em torno de 84,9% nos planos de saúde no Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação à teoria da seguridade de risco, é muito parecido o plano de saúde com o seguro de saúde. Eles se assemelham muito, pois uma população paga voluntariamente uma contraprestação para um fundo solidário, e esses recursos são utilizados para pagamentos dos eventos ocorridos com despesas médicas. Então, é como uma questão do seguro, o evento é possível, é incerto, é futuro, independe da vontade das partes contratantes e é mensurável. Então, na saúde suplementar, nós temos a discussão do mutualismo e da distribuição por faixas etárias, também da equiprobabilidade.

Só que estamos trabalhando com o setor de saúde, lidamos com a vida das pessoas, e a maior parte das pessoas não quer adoecer, não quer usar esse seguro saúde ou esse plano de saúde. No entanto, em alguns momentos, principalmente quando a faixa de idade avança, nós percebemos que essa utilização começa a aumentar. Por isso é que há um aumento dessas mensalidades à medida que há um aumento da faixa etária.

Então, como equacionar essa relação? Geralmente nós trabalhamos com um conceito que se chama pacto intergeracional, em que os mais jovens ajudam o financiamento dos mais idosos. Se vocês puderem observar aqui o pacto intergeracional, nós temos as despesas e os valores das mensalidades, que vão crescendo ao longo do tempo. Nos índices mais novos, nós temos um aumento das despesas no início da vida, em relação ao parto, às complicações que podem acontecer com a prematuridade. Então, há um aumento dessa utilização no início da vida e um aumento também dessa utilização no final da vida, nos mais idosos, mas existe aí uma faixa em que a maior da população se mantém saudável e ativa e utiliza um pouco menos os planos de saúde.

Toda essa discussão se dá para a precificação dos planos de saúde. Então, como é que se dá a precificação dos planos de saúde? Os beneficiários contratam determinada operadora, que faz toda essa parte de intermediação com os prestadores. Então, todas as despesas com cobertura, a questão do ressarcimento ao SUS também entra em relação ao planos de saúde, ao perfil etário, o envelhecimento daquela população, além das despesas administrativas e comerciais, como os salários dos profissionais, os tributos, as consultorias, locação, enfim, todas essas questões administrativas também, que as operadoras de planos de saúde devem prover para manter adequadamente a assistência prestada aos usuários de planos de saúde em tempo oportuno, porque é importante que a assistência seja prestada no momento em que a pessoa necessitar.

Na formação do preço, nós temos na ANS uma nota técnica de registro de produtos na qual há o embasamento sobre o instrumento de como esse preço é praticado. Então, são regras claras atuarialmente discutidas para que o valor da despesa assistencial se mantenha estatisticamente numa zona de segurança para que as operadoras possam exercer as suas funções e o seu exercício e se mantenham ativas e sustentáveis ao longo do período. Então, toda a questão de ativos garantidores, toda a questão de nota técnica de registro do produto são para manter a solidez dessas empresas que prestam assistência aos beneficiários, aos 47 milhões de brasileiros que têm plano de saúde.

Então, é importante que haja uma correta formação do preço. A sustentabilidade econômica...

(Soa a campanha.)

A SRª KARLA SANTA CRUZ COELHO – ... ao longo desse prazo no mercado de planos de saúde depende dessa adequada relação entre os riscos assumidos e os prêmios cobrados. Somente dessa forma é possível que o beneficiário envelheça – e todos nós queremos envelhecer e estamos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

envelhecendo, e é muito bom para o Brasil que estejamos vivendo mais, mas com qualidade e com saúde – e que o valor seja reajustado e represente o perfil de risco da nova faixa etária.

No reajuste por faixa etária, não há necessidade de autorização prévia da ANS. No entanto, existem regras claras de contratação dos planos.

Boa tarde, Senador.

O reajuste anual é aplicado na contraprestação pecuniária do plano em relação à variação de custos médicos e hospitalares, ocorre uma vez por ano, no aniversário do contrato, e essas regras são diferenciadas...

(Soa a campanha.)

A SRª KARLA SANTA CRUZ COELHO – ... de acordo com o tipo de contratação. Ele pode ser individual familiar, quando é um reajuste autorizado pela ANS; ou, quando é coletivo, ele é homologado pela ANS e é negociado entre as empresas contratantes e as operadoras de planos de saúde.

Nos últimos anos, nós também utilizamos o *pool* de risco, ou seja, os contratos com até 30 vidas são analisados e essa comunicação é obrigatória. Então, ele é trabalhado no *pool* de contratos e não individualmente. E essa é uma base que é utilizada, desde 2001, pela ANS como uma metodologia de cálculo para o reajuste de planos individuais.

Essa é uma dinâmica muito importante, porque nós damos transparência a esses dados, que estão na nossa página. Anualmente nós mostramos como eles vêm sendo monitorados. Então, fazem parte do nosso monitoramento os reajustes e como eles vão sendo monitorados.

Além disso, nós utilizamos como critérios a serem adotados os percentuais considerados *outliers*. Se houver inconsistência dessas informações, esses extratos são apresentados para as operadoras de planos de saúde. Elas devem confirmar esses percentuais ou retificar essas informações. No caso de uma solicitação de uma documentação comprobatória ou indício de infração, é aberto um auto de infração para averiguar se há um erro ou uma infração em relação ao reajuste dos planos de saúde.

Além disso, em agosto do ano passado, através da Resolução Normativa 389, que trata de transparência de informações, nós aumentamos esse conteúdo mínimo de informações para planos coletivos empresariais e por adesão em relação à formação do preço. E hoje o critério adotado é que, no *site* dessas operadoras, haja a memória de cálculo para a definição desse percentual de reajuste e um canal de atendimento com esclarecimento de dúvidas e o extrato apresentado.

Além disso, os titulares e dependentes podem solicitar essas informações, e as operadoras têm o prazo de dez dias para fornecer essas informações após a aplicação desse reajuste. Isso é importante porque é mais uma forma de o órgão regulador, as empresas e os beneficiários terem essa informação e terem transparência no reajuste.

(Soa a campanha.)

A SRª KARLA SANTA CRUZ COELHO – Aqui são alguns dados que nós publicamos sobre o valor comercial dos planos. Então, temos aqui a média dos planos por unidade da Federação, por tipo de contratação – individual familiar, coletivo por adesão ou empresarial –, por segmentação. Então, são dados do Brasil inteiro, que estão disponíveis para todos avaliarem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, nós também acompanhamos esse reajuste de mudança de faixa etária por segmentação ao longo dos anos. Nesses dados, nós podemos observar que as internações são as maiores despesas médicas relacionadas. Então, o maior custo médio se refere a internações. Apesar de ter uma frequência de utilização menor do que as demais despesas assistenciais, a internação é o grande custo médio e o grande custo médico que observamos, além do excesso de exames, do desperdício de exames repetitivos, que é em virtude do modelo assistencial. Então, há toda uma discussão na saúde suplementar sobre que modelo é esse, que rede de cuidados é essa, que muitas vezes não reflete o cuidado em saúde da população.

Então, se nós não mudarmos o modelo de remuneração hoje, que é o modelo *fee-for-service* para os procedimentos e sem resultado para a saúde da população, sem ter um resultado integrador, com repetição de exames e sem cuidado adequado, nós vamos continuar tendo um aumento de custos sem resultado em saúde para a população.

Esses dados também mostram isto: à medida que nós temos o envelhecimento populacional, há um aumento da frequência de utilização de todas as despesas, tanto consultas ambulatoriais e exames, como internações e terapias.

A questão da rescisão é o último ponto – Senador, já estou finalizando – que nós também estamos aqui para discutir, que é a rescisão de contratos coletivos entre as partes. A rescisão pode ser realizada após 12 meses, com prévia notificação de 60 dias ao consumidor. Essa é uma discussão que gerou a Súmula nº 28/2015, da ANS, com a identificação do consumidor, com a importância da informação para o consumidor, para que ele possa esclarecer as dúvidas e ter prazo para a regularização.

Além dessas iniciativas, nós temos aberta hoje a consulta pública da portabilidade de carências, que é uma consulta que vai permitir que os consumidores possam mudar de plano de saúde levando as suas carências. Isso vai gerar maior competitividade no setor, maior concorrência, e vai possibilitar que os beneficiários permaneçam no setor de saúde suplementar, mas permaneçam em operadoras mais adequadas à sua realidade e à sua satisfação.

Era isso. Muito obrigada por este momento de fala.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós é que agradecemos a Srª Karla por ter contribuído, nesta primeira fase, com essa brilhante exposição.

Como nós falamos no início, nós vamos dar a palavra ao Sr. Rafael, para que complemente essas informações e, aí, possamos ouvir os demais convidados da tarde de hoje.

Com a palavra, Rafael.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Senador e demais Senadores presentes no plenário.

A Karla apresentou, de forma breve, a regulamentação toda em que a Agência, ao longo desses 17 anos, desde sua criação, trata do reajuste. É um tema bastante importante, até porque nós tratamos de um setor... A ANS regula o setor de saúde suplementar, que trata do bem mais importante de todos nós, que é a nossa vida, a manutenção da nossa saúde.

Há também uma questão que muito nos preocupa, a sustentabilidade do setor, que perpassa a questão dos reajustes dos planos de saúde. Nesse sentido, além das normas técnicas que a Karla muito bem colocou, a ANS, por diversas vezes, discutiu e houve evoluções na regulamentação, como há pouco tempo, com um *pool* de riscos dos contratos abaixo de 30 vidas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos de lembrar que os desafios são grandes, mas que os pilares que temos de seguir para discutir e pensar esse mecanismo, essa questão do reajuste, são a transparência, que é importantíssima para que fique claro como o setor se comporta.

Já cumprimento de antemão os demais representantes das operadoras, o doutor que está aqui à mesa e os demais que irão compor...

Para a discussão dos reajustes, leva-se em consideração não só a evolução dos custos médicos, mas também da utilização. É um binômio, numa discussão bastante importante que tem de ser feita... Mas que fique claro também, principalmente para o consumidor, que é quem acessa o produto, quem paga, como se chegou àqueles valores. Eu acredito que a transparência é o principal mecanismo para que isso fique claro para a sociedade como um todo, não só na época do reajuste, mas também na época do acesso do consumidor ao plano.

A ANS, nesse sentido, oportuniza, tanto aos atuais beneficiários quanto aos demais consumidores, todos os mecanismos, em linguagem fácil, para que eles possam ter acesso a todas as informações importantes antes da contratação e durante ou posteriormente à troca da operadora ou no cancelamento do produto.

Por fim – eu não vou me alongar muito, até porque a Karla já apresentou as informações, sempre colocando à disposição a ANS para discutir o tema –, acredito que duas questões extremamente importantes impactam diretamente nesse assunto: a questão da "poolização" do setor. A gente sabe que, em toda a lógica securitária que a Karla muito bem apresentou, quanto maior o número de pessoas que compõem o contrato, há possibilidade de que os eventos mais custosos tenham menos efeitos. Quando nós viemos a pensar em mecanismos para aumentar, incentivar essa questão da "poolização", isso é extremamente importante. E também há a portabilidade, que é um assunto que a ANS está discutindo atualmente com a sociedade. Nós tivemos um comitê para discutir o assunto, pouco tempo atrás tivemos uma consulta pública, mas que não esgota o assunto. É extremamente importante, porque nós podemos discutir concorrência e também como os produtos são colocados para venda ao consumidor. A portabilidade tem esse papel de trazer maior concorrência e discussão do papel das operadoras, do produto que é oferecido tanto para os consumidores pessoas físicas quanto pessoas jurídicas no setor.

Agradeço o tempo e me coloco à disposição para esclarecimentos.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Rafael, pela contribuição.

Na sequência, vamos convidar a Srª Ana Carolina Caram Guimarães, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para também nos brindar com informações precisas sobre esta questão objeto da nossa audiência pública.

A SRª ANA CAROLINA CARAM GUIMARÃES – Eu queria primeiramente agradecer a Casa por este convite e reforçar a importância desta discussão.

Nós temos, lá na Secretaria Nacional do Consumidor, discutido muito esse tema em decorrência do projeto de lei que está tramitando na Câmara Federal, que reuniu 144 projetos de lei em discussão, inclusive projetos discutidos nesta Casa. Em decorrência disso, a gente tem trabalhado muito esse tema, por ver uma sensibilidade dos consumidores, que muitas vezes não são informados das suas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contratações. Montamos um GT para discutir isso de forma interna, e a pauta do nosso GT foi realmente a transparência – a transparência na hora em que o consumidor vai realizar sua contratação; é importante que o contrato esteja ali de forma clara, precisa, que a linguagem seja o mais transparente possível para o consumidor.

Por que estamos falando isso? Porque, com os dados que nós colhemos dos nossos canais de reclamação do consumidor – nós temos o Sindec, que seriam todas as reclamações trazidas pelos PROCONs, e temos o nosso *site* consumidor.gov, que é um canal de atendimento direto dos consumidores aos fornecedores, criado pelo Ministério da Justiça –, a gente pôde fazer um levantamento de quais problemas estão em evidência.

A gente começa a falar da não cobertura do plano de saúde. Quando o consumidor vai realizar contratação de um plano de saúde, muitas das vezes ele não é informado, de forma detalhada, sobre o rol de cobertura que está sendo ofertado.

A rescisão contratual de forma unilateral por parte do fornecedor. Mesmo estando prevista na lei do plano de saúde, muitas das vezes, ele não é informado de que, quando ele deixa de pagar por 60 dias, mesmo que não sejam consecutivos, essa rescisão pode acontecer de forma unilateral. Muitas vezes também os planos de saúde não informam aos consumidores com prazo de antecedência mínimo que esse plano está sendo rescindido. Então, essa ausência de conhecimento por parte do consumidor, essa falta de clareza de informação, é o que nos tem chamado a atenção.

A Secretaria está fazendo uma nota técnica para a gente colocar no papel as nossas ideias. A *priori*, a gente tem trabalhado com a ideia de manutenção do plano *standard*, o plano original que está sendo ofertado para os consumidores; trabalhamos com auditorias internas e externas realizadas dentro dos planos de saúde homologados pela ANS, para que os consumidores saibam como é feito esse reajuste, o que é esse reajuste, qual o cálculo trabalhado pelos planos de saúde para que esse reajuste aconteça.

Essas auditorias vão fazer um levantamento, na nossa ideia, de sinistralidade; do preço de mercado dos hospitais, dos laboratórios e dos medicamentos que estão sendo ofertados para os consumidores. A partir dessa transparência, o consumidor vai ter clareza de como esses reajustes estão sendo elaborados. Mesmo que eles estejam no *site* da ANS, 99% dos consumidores não têm esse conhecimento. Eles não acessam o *site* para obter essas informações. Então, essas informações têm de chegar aos consumidores. Isto que é importante, que eles consigam ter acesso a essas informações para que saibam como trabalhar com elas.

A portabilidade, a gente vê como uma forma de concorrência de mercado, que pode fazer com que os consumidores tenham mais acesso aos planos de saúde, ainda mais num momento de crise econômica. É uma forma que o consumidor teria de, quando não conseguir se manter naquele plano econômico, poder migrar para um que consiga atendê-lo, desde que essa portabilidade exclua o período de carência para o consumidor. Acho que isso é de extrema relevância.

A gente tem trabalhado muito com a ideia de coparticipação também. A coparticipação talvez seja uma forma de o consumidor se responsabilizar ao utilizar o plano de saúde e passe a ter consciência de que, muitas das vezes, um exame, uma consulta sem necessidade real causa um impacto orçamentário na sua vida também.

A gente tem trabalhado com a ideia de junta médica em casos especiais, em casos excepcionais. Muitas vezes, um profissional da saúde, um médico, recomenda que se exerça um procedimento





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

naquele caso concreto, e não se tem noção se aquela necessidade é real ou não. E, por desconhecimento, o consumidor faz aquele procedimento, que, muitas vezes, é negado pelo plano de saúde, sem que isso seja informado para ele da forma mais adequada.

A transparência hospitalar. Isso é fundamental. Quando falamos de transparência hospitalar, estamos falando que, quando um consumidor chega para ser atendido num hospital, tem de estar expressa a tabela de preço daquele atendimento. Obviamente, é uma situação muito complexa a cirurgia e tudo o mais, mas o atendimento de consulta, por exemplo, aquela informação tem de estar em tabela, sendo informado ao consumidor o medicamento que lhe é ofertado e o seu preço expresso. E todo o relatório do atendimento realizado naquele momento tem de estar disponível para que haja um controle tanto do plano de saúde como pelos próprios consumidores, para que esse controle seja feito por todas as partes ali envolvidas.

Nós trouxemos alguns tipos de problemas levantados. Eu ressalto que os nossos dados são reais, são reclamações dos consumidores que realmente aconteceram. O consumidor trouxe para o Ministério da Justiça essas reclamações. Muitas vezes, essas reclamações vão diretamente para o Poder Judiciário ou para a agência reguladora e não passam pelo Ministério da Justiça. Então, nós trouxemos os dados que temos em mãos hoje. A não cobertura, abrangência e reembolso são a grande maioria das reclamações. Quanto aos reajustes, temos reclamação, mas acredito que, por não se conseguir resolver nos órgãos administrativos, eles são direcionados ao Poder Judiciário, para que seja resolvido por meio de uma decisão judicial. Então, esse impacto pode não ser demonstrado da forma mais efetiva nos dados que temos.

Até julho de 2017, nós tivemos mais de 257 mil reclamações nos nossos órgãos de proteção e defesa do consumidor. Ou seja, não é um número irrisório; é um número que merece consideração. O nosso consumidor.gov tem uma média de resolução de conflitos que vai até 5; os planos de saúde têm 3,3 de resolatividade. Então, ainda está aquém do necessário para uma boa relação de consumo.

Dentro do nosso segmento, os planos de saúde têm quase 1% das reclamações. As reclamações finalizadas concretizadas dentro do nosso gov foram 4.256. Como eu disse, são dois sistemas que nós temos, o Sindec, que seriam todos os PROCONs do Brasil, em sua grande maioria; e o nosso consumidor.gov. Então, nós temos essa cisão de reclamação. São dados públicos, dados colocados para qualquer cidadão ter acesso. Nós temos uma divisão por assunto dentro dos nossos canais de reclamação, e 78,5% são dos planos de saúde, convênio, autogestão, seguro-saúde; nós temos os planos odontológicos, que também devem ser analisados, porque há quase 20% de reclamação no mercado de consumo; medicamento e demais seguros aí.

Os principais problemas, como eu disse, são as demandas...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA CAROLINA CARAM GUIMARÃES – ... não respondidas pelos planos de saúde. Ou seja, a ausência de informação para o consumidor. A gente volta a bater na tecla de transparência, de que tem que ser mais bem regulamentada essa forma de contato dos planos de saúde com os consumidores, e talvez que seja mais cobrado isso por parte das agências reguladoras para que essas informações cheguem de forma mais efetiva para os consumidores.

Nós não temos todas as empresas cadastradas no nosso www.consumidor.gov porque é um cadastro voluntário. As empresas vão lá e se cadastram, e, a partir desse momento, eles fazem essa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

autocomposição com os consumidores. Temos a grande maioria, mas não temos todos. Esses dados são levantados de acordo com esses planos de saúde que estão nas nossas plataformas. A gente coloca à disposição os dados se os senhores deles tiverem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sr^a Ana Carolina Caram, por sua contribuição nesta audiência pública.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que também aqueles que estão acompanhando através do e-Cidadania, o portal aqui do Senado, podem fazer os seus questionamentos, que, no final, serão dirigidos aos nossos palestrantes de hoje.

Na sequência, para ganharmos tempo, nós vamos ouvir o Sr. Reinaldo Camargo Scheibe, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, também conferindo dez minutos para sua manifestação.

O SR. REINALDO CAMARGO SCHEIBE – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade de a Abramge estar mais uma vez aqui no Senado prestando esclarecimentos e também tirando dúvidas.

A nossa apresentação é mais longa porque nós não sabíamos exatamente o tempo que nós teríamos disponível, mas ela fica disponível para o banco de dados do próprio Senado ou para a própria Comissão redistribuir e usar depois.

Nós hoje representamos, com a Abramge, cerca de 200 operadoras, desde pequenas operadoras do interior até grandes operadoras nas capitais.

Vamos tentar pular algumas coisas que já foram ditas aqui para não sermos repetitivo.

Número de beneficiários. O sistema, em 2016, teve 1,4 bilhão de procedimentos cobertos. Isso é só para se ver o tamanho e o volume de consultas, que eu vou mostrar a seguir.

Quanto à questão das despesas médicas e odontológicas pagas pelas operadoras: este é o dinheiro, o valor que o sistema injeta na economia do País, R\$137 bilhões – com pagamento de hospitais, médicos, laboratórios, clínicas etc.

Número de atendimentos já foi dito também: nós fizemos, em 2016, 267 milhões de consultas; 7,9 milhões de internações; e 740 milhões de exames. Então, isso é para vocês verem o tamanho... E quando você fala em reclamações, a ponta que você tem, a quantidade, quer dizer, o número de reclamações hoje no sistema é de 6,4 reclamações por cada 100 mil atendimentos.

E existe uma coisa que eu gosto de lembrar: pela facilidade hoje, o consumidor reclama em todo lugar; por seu direito, ele reclama no Senacon, ele reclama no Procon, ele reclama na ANS, ele reclama na assembleia legislativa. Então, quando você começa a somar esses números, vê que esses números não são depurados, que há uma repetição de reclamações. Precisa haver uma depuração desses números aí.

Quero lembrar também – isto aqui é uma coisa importante – que 93,3% do faturamento dos principais hospitais do País (estou falando do Sírio, estou falando do Einstein, do Hospital Alemão, do Hospital Brasília etc.) advêm do sistema privado de saúde. Se o sistema privado de saúde não mantiver o seu equilíbrio financeiro, como a gente defende, o sistema de saúde do País quebra; nós perderemos os melhores hospitais, e o País cairá, voltando a ser um país pobre em saúde. Então, isso é muito importante quando a gente luta pelo sistema.

Mercado regulado, mercado concentrado: nós partimos de mil quatrocentos e poucas operadoras, e hoje existem registradas... A Karla falou o último número aqui, que já deve ter fechado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

esses dias, suspenderam mais algumas operadoras.... Depende do mês: ali eu estou em março, ela está em julho. Então, você vê isto: há concentração sim.

Receita. Já foi falado sobre a receita. Nós temos aqui a receita total com outras receitas, despesas operacionais, mas vejam o resultado: um sistema que movimenta alguns bilhões de dólares tem um lucro de 0,2%. Esse sistema está quebrado. Qualquer balanço, se houver uma política fiscal mais dura, o sistema quebra e arrasta tudo aquilo que eu falei anteriormente. Então, nesse cuidado em equilíbrio e utilização, todos podem ajudar.

Nós perdemos 2,7 milhões de beneficiários, mas lá na frente eu vou mostrar que não caiu a utilização. Pelo contrário, as despesas continuam aumentando excessivamente.

Além da Lei de Planos de Saúde, nº 9.658, nós temos outras leis que interferem no nosso sistema. A questão de direito de pessoa com transtorno, medicamento antineoplásico – que foi regulado por esta Casa –, contratualização, regra específica para autogestões, o Código de Defesa do Consumidor, a própria ANS, o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Deficiente, são outras leis que ninguém cita e que trazem obrigações para o nosso sistema.

E também defendemos e falamos que o nosso setor é extremamente regulado. Somente na ANS, desde a sua criação, nós temos 772 normas infralegais. Então, essa burocracia, para nós – e já foi demonstrado em outra oportunidade –, encarece o sistema e traz custo para o sistema.

Tipo de reajuste: a Karla já falou. Tenho aqui um reajuste que não está sendo aplicado, que é a questão da revisão técnica que nós temos solicitado, porque, quando o sistema desequilibra, nós precisamos dessa revisão técnica.

O reajuste acontece por várias influências: ajuste de produto com rede de atendimento; coparticipação, franquia, com a colocação ou não; mudança do perfil etário; alteração diária do número de beneficiários. A operadora, quando presta o serviço a uma empresa ou a alguma pessoa, não tem o controle de quem entra e de quem sai. Diariamente o cadastro nosso é alterado. Então, às vezes, uma empresa começa com 100 vidas, muda para 50, volta para 80, volta para 30. Quer dizer, essa é uma definição de quem nos contrata, não é uma opção da empresa. Isso gera alteração de preço, geral alteração de reajuste.

Aqui eu destaco – na contratação dos planos já foi explicado –: até 30 beneficiários e com mais de 30 beneficiários. E a média ... Se fala em reajuste abusivo, mas vejam: no PME, que representa 5 milhões de usuários, nós temos uma média de 16% de reajuste nos últimos anos, com uma variação de custo muito maior.

Os índices oficiais: o percentual de gasto por terapia.

E aqui é o que eu estava falando: o nosso número de beneficiários caiu de 50 para 47 milhões – uma variação de -5%; a quantidade de exames aumentou quase 12%; a quantidade de terapias aumentou 24%; e quantidade de internação é 3,3%. Isso é mercado, e há um inflacionamento de utilização. A indústria traz e vende no Brasil equipamentos médicos de todos os sistemas, que são importados e aqui colocados. E esses equipamentos têm que ser pagos. Se nós não mudarmos a forma de pagamento, como a Karla falou, nós estamos indo para o suicídio. O sistema de saúde vai quebrar e arrastará toda essa estrutura junto, porque não é possível a forma de pagamento como hoje é defendida ainda – o pagamento fee-for-service. Ele tem que ser por qualificação, tem que ser por resultado do hospital, por resultado do laboratório, pela avaliação de qualidade. E o Brasil hoje, fala-se que tem poucos hospitais, mas se você for reavaliar isso, nós temos excesso de hospitais no Brasil. O





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que tem que ser feito é realmente uma utilização consciente, e não produção de exames e internações desnecessárias para pagar equipamento que foi comprado e que precisa ser pago.

Um exemplo só: no Chile, se fazem três exames de ressonância magnética por mil habitantes. Na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a média é 52. No Brasil, são 132 ressonâncias magnéticas por mil habitantes ou beneficiários. Isso é dinheiro que está sendo jogado no lixo, são exames desnecessários. O paciente fica fazendo exame, tomando anestesia para fazer exame de ressonância, em criança, em adulto, desnecessariamente, pondo em risco as pessoas.

Excesso de diárias: a Abramge, na questão das fraudes, está processando nove empresas nos Estados Unidos. Já fizemos, ou melhor, já está caminhando o acordo com a indústria alemã. Porque nós denunciávamos e vimos denunciando isto desde há muito tempo, com o Fantástico, enfim, em várias reportagens no Brasil. E isto, a gente precisa que o Legislativo nos ajude a combater essa fraude, a penalizar quem fraudava, quem põe o paciente em risco e faz cirurgias desnecessárias de prótese, de órtese, enfim.

Judicialização: só no Estado de São Paulo, que tem feito um trabalho mais forte junto com a Federação e os Municípios, são R\$7 bilhões em judicialização.

(Soa a campanha.)

O SR. REINALDO CAMARGO SCHEIBE – Estimamos, na iniciativa privada, um gasto de R\$1,2 bilhão, em judicialização. E R\$320 milhões são relacionados a procedimentos não constantes no rol. Quer dizer, não é uma obrigação contratual, mas se judicializa e se paga. Isso volta para o consumidor e volta para o reajuste. A espiral continua crescendo com despesa. Como será se nós não controlarmos? – e o País tem que definir, nós como sociedade temos que definir o que o SUS vai cobrir, o que a iniciativa privada vai cobrir. Porque, se nós entrarmos em todas as tecnologias novas... Se não temos dinheiro para fazer programas de cobertura para tratar tuberculose, como é que eu vou fazer medicina individual e tal? O custo disso é absurdo, e nós não temos ideia.

Lembro aqui que, como a expectativa de vida de uma pessoa no Brasil já está em 80 anos, quem contratar um plano de saúde hoje pode ser cliente de uma operadora por 80 anos, até morrer – se ele for um recém-nascido. Como é que vai ser? Quem é que pode hoje, em sua consciência, estimar o valor que a medicina vai custar para daqui a 20, 30 anos? Então, você usa a nota técnica, calcula o preço de entrada, mas os reajustes vão depender de a sociedade dizer: "Olha, nós queremos tal cobertura médica: isso é possível o País fazer e a medicina privada fazer? Ou não?". Porque não há mais recursos para manter esse crescimento.

Lembramos, até por causa dos projetos que estão aqui na pauta, que os congelamentos de preço no País em 1985 e 1990 geraram crise de desabastecimento; a Petrobras, com o controle do preço da gasolina, quase quebrou; quebrou a indústria sucroalcooleira; a Vasp e Varig são histórias conhecidas; a energia elétrica em 2013: controlaram o preço de reajuste, interferiram...

(Soa a campanha.)

O SR. REINALDO CAMARGO SCHEIBE – ... depois veio um grande tarifaço.

Rescisão contratual: a Carla já falou bastante, e não tenho mais o que acrescentar, para não ser repetitivo.

Planos coletivos. Também – já está claro isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para a questão de se nós não comunicamos aos nossos usuários quando o contrato é cancelado – e se não se seguir a regrinha –, a multa mínima é de R\$80 mil, para o contrato; e pode chegar até R\$1 milhão: se a ANS entender que aquele reajuste prejudicou um grupo de pessoas, isso é multiplicado e chega-se até R\$1 milhão – e até mais, pois hoje existe multa de R\$3 milhões em cima de operadora. Isso são valores estratosféricos pela receita de uma operadora, pelo tamanho e pelo motivo da causa. Se uma consulta que custa em torno de R\$70 ou R\$80 tiver problema de uma reclamação, a multa é de R\$80 mil – é de mil vezes o valor de uma consulta. Então, a gente entende que aí existe um desequilíbrio que está gerando custo para o sistema.

A motivação de cancelamento de contrato: por exemplo, perda da rede de atendimento. Quando um órgão público suspende um laboratório por atividade – e até hospitais, como acontece –, por declínio, a operadora não é responsável. Muitas vezes, ela tem que cancelar um contrato daquela região porque fica sem base de atendimento – não é a operadora. Para nós, interessa ter o cliente e manter o cliente, e não cancelar o contrato.

Encaminhamentos:

- aprimorar a coparticipação e franquia – a gente defende que o usuário tem que ser fiscal, tem de saber quanto é que ele gasta;

- aprimoramento do uso da declaração de saúde – eu tenho batido muito nessa tecla, porque acontece o seguinte: as operadoras são impedidas de questionar o beneficiário sobre hábitos de vida, sintomas ou uso de medicamentos na declaração de saúde. Então, ele não precisa pôr, e não posso saber se ele é fumante ou não. Eu só vou saber que ele é fumante ou que ele é diabético, se ele não o fez de livre e espontânea vontade, quando ele solicitar um tratamento, quando ele tiver uma pneumonia, quando ele tiver alguma coisa. Então, isso precisa ser mudado. Isso é uma regra que tem que ser quebrada junto ao Conselho Federal de Medicina, que tem dificultado isso;

- proibir tabela de preços – nós temos hoje.... Hoje, grande parte dos serviços de saúde é um vendedor de material – o Cade tem estudado isto, mas ainda não sinalizou: tabelas Brasíndice e Simpro –, porque um produto que é divulgado nessa tabela por R\$1 mil eu compro por R\$30. Uma prótese que custa R\$12 mil eu compro por R\$2 mil, como operadora, porque eu vou buscar. Quer dizer, são tabelas estratosféricas para que você tenha margens de lucro absurdas; • a questão da fraude – a questão da máfia, a gente está trabalhando bastante nisso;

- a judicialização;

- e a questão de você trazer novas coberturas – diversas tecnologias só aumentam o custo e não trazem benefícios na sua incorporação.

E uma coisa que eu me esqueci de colocar aí – e para a qual existem projetos aqui no Senado a serem estudados – é a questão do prontuário único. Não dá para continuar a separação entre paciente do SUS e paciente da iniciativa privada. Se ele está trabalhando, ele é paciente da iniciativa privada; virou desempregado por uma questão temporária, ele vai para o SUS. Ele não consegue... O SUS não aceita os exames que ele fez na iniciativa privada, e repete tudo, de novo. Agora, se os senhores imaginarem a nossa população, verão o tamanho de desperdício que acontece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado, Sr. Reinaldo, pela sua contribuição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora nós vamos fazer uma mudança da nossa Mesa. Pedimos que os nossos copalestrantes tomem assento aqui à frente. Nós vamos, então, compor a nova Mesa convidando o Sr. Sr. José Cechin, Diretor-Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar e representante da SulAmérica Companhia de Seguro Saúde. Vamos convidar também: o Sr. Orestes Barrozo Medeiros Pullin, Diretor Presidente da Unimed do Brasil; o Sr. José Luiz Toro da Silva, consultor jurídico da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde; o Sr. Paulo Jorge Rascão Cardoso, Diretor de Produtos da Amil Assistência Médica Internacional; e, finalmente, o nosso quinto desta segunda Mesa, mas nono do placar geral dos convidados, o Sr. Adilson Moraes da Costa, atuário da Geap Autogestão em Saúde. Nós vamos acomodando o nosso pessoal, e depois, se for o caso, nós deslocamos para facilitar a vida, não é?

Sem muitas delongas, nós vamos reafirmando aqui que quem estiver assistindo pode participar através da internet (www.senado.leg.br/ecidania) ou através do 0800-612211. No final, as perguntas dos internautas nós vamos também submeter às considerações dos nossos palestrantes, para eventualmente esclarecerem com mais detalhes as dúvidas que forem levantadas.

Então, na sequência, pedimos que o Sr. José Cechin disponha de dez minutos para fazer a sua palestra.

O SR. JOSÉ CECCHIN – Muito obrigado, Senador.

Cumprimento todos aqui presentes.

Quero dizer da satisfação de poder contribuir com este importante assunto aqui na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Tenho uma apresentação também longa. Ela fica à disposição de todos, para o registro aqui do Senado. Vários eslaides vou saltá-los porque já foram apresentados e ditos aqui.

A FenaSaúde é uma entidade associativa de 18 grupos – 23 empresas das mil e poucas que o Reinaldo citou aqui como existentes no dia de hoje –, mas que responde por 41% do mercado – receitas, despesas, beneficiários etc.

No cenário atual... Vou saltar esse, que já foi falado pelo Reinaldo, esse também, e vou apresentar esse quadro.

Esse é um quadro, um balanço do setor Saúde Suplementar Médico Hospitalar, incluindo as odontológicas, de 2007 a 2016. A primeira linha, as receitas totais do setor; a segunda linha, a despesa total; as outras linhas, a decomposição das despesas; a última linha, o que sobrou da receita, deduzidas as despesas. São aí dez anos. Dos dez anos, houve quatro de azul, e os outros de vermelho, no setor como um todo. Se apartássemos as operadoras exclusivamente odontológicas, a vermelhidão iria aumentar um pouquinho.

Isso não quer dizer que todas as operadoras estejam nessa situação. Muitas estão. Esse é um dos motivos da queda do número de operadoras mostrado na apresentação anterior, de Ronaldo. Isso deve chamar a atenção, eu entendo, do regulador, das autoridades econômicas do Governo, para olhar esse setor, ver o que está se passando e entender os movimentos. E, em parte, é isso que estamos fazendo na reunião desta tarde.

Eu vou me concentrar mais nos reajustes, e a solicitação que eu havia recebido era de comentários do tipo "reajustes abusivos"... Havia palavras até muito mais fortes do que essas aí. "Aumentos maiores que a inflação", "falta de transparência", etc.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto à transparência, devo dizer que nossas associadas – eu falo por elas – cumprem as regras que a ANS define em relação à transparência. As informações estão disponíveis. Algumas delas vão além. Além de disponibilizar informações econômicas e financeiras para os contratantes, no momento do reajuste, também oferecem informações assistenciais, põem as suas equipes à disposição das equipes contratantes, para fazer uma boa gestão do plano de saúde, a fim de usá-lo adequadamente, para evitar os desperdícios referidos aqui na sessão anterior.

Vou falar desses outros aumentos e por que os aumentos são tão grandes quanto o foram.

Nós temos dois tipos de reajustes, já dito aqui: o reajuste por variação de custos e por variação de faixa etária. Vou falar um pouco da variação de custos.

Isto já foi dito, quais são os tipos de planos e os tipos de reajustes aplicados a cada modalidade de plano. Portanto, eu me abstenho de comentar. Mas vamos comentar direto esse assunto de mudança por faixa etária, que também é motivo de muitas reclamações e até de ações na Justiça, essa questão de mudança por faixa etária.

Por que o reajuste por faixa etária? A resposta é óbvia: porque os custos, na idade, crescem, algo já mostrado muito bem aqui pela Karla.

Trago aqui um exemplo de 14 países da Comunidade Europeia, que mostra o gasto *per capita* em função da idade. Alto na primeira infância, como bem destacado pela Karla, mais ou menos horizontal durante as cinco primeiras décadas, e uma subida exponencial a partir dos cinquenta e poucos anos de idade. Então, não há como não haver reajuste com mudança de faixa etária. O sistema não funcionaria se não houvesse reajuste por faixa etária.

Eu tomo emprestado aqui, da Unidas, um exemplo de custos médios por faixa etária. Eu quero destacar as duas últimas faixas, 54 e 58 – que é a penúltima faixa de reajuste –, 59 ou mais. Segundo a experiência da Unidas Autogestão, que não visa ao lucro, nessa mudança de faixa etária dobra o custo *per capita* com saúde. E, no entanto, também mostrado antes aqui, a solidariedade entre gerações faz com que as gerações mais jovens paguem um pouco mais do que o seu custo, para que esses idosos possam ficar nos planos e paguem um pouco menos.

Então, a mensalidade do idoso é cara? É muitíssimo cara, frente à renda de aposentadoria do INSS. É cara frente ao que custa? Disse a Karla que não é. Pagam menos do que custa. É cara frente ao que poderão ter de auxílio do plano de saúde, caso o pior suceda à pessoa ou à família, tipo um tratamento de câncer, que custa R\$500 mil? Na vida de uma pessoa, ela não paga esse montante. Graças a Deus que são poucos os que têm câncer. Nós não sabemos quem. Então, diante dessa incerteza, não podemos julgar como um plano extraordinariamente caro.

Obviamente que a faixa 59 ou mais se compõe de sexagenários, octogenários, até de centenários, e os custos mudam muito nessas faixas etárias. Então, como temos envelhecimento para frente, essa relação vai se tornar mais gravosa ainda, vai aumentar mais ainda a despesa média *per capita* desse conjunto de pessoas solidárias que têm 59 ou mais anos de idade.

E só para sentirmos a dramaticidade do envelhecimento, olhem aí o que vai acontecer nos próximos 45 anos: a população cresce 7%. Mas os sexagenários mais que dobram, os septuagenários quase triplicam, e os octogenários aumentam seis vezes. Isso é o ritmo do processo de envelhecimento, que afeta, obviamente, as despesas com saúde.

Aí vem a segunda pergunta – falei do reajuste por faixa etária –: "Por que o reajuste é anual?"





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O fato de o reajuste ser anual também tem uma resposta: é porque as despesas crescem. Não há outra resposta.

Vamos ver a variação das despesas.

Na primeira coluna – interessa-me o número total, lá embaixo –, 2008-2016, a inflação foi de 65%. IPCA.

A ANS autorizou, para planos individuais, um reajuste bem acima da inflação – 104% –, o que deixa muita gente perplexa. Mas a despesa média *per capita* de todos os que têm planos de saúde aumentou 142%. E, se ainda separarmos o conjunto dos individuais – você vai ter uma amostra de 1,2 milhão planos individuais –, a variação da despesa foi de 176%. Então, a despesa varia muito, e é por isso que há reajuste.

Isso não é um fenômeno só brasileiro. Saiu um dado recentemente publicado pela AON que mostra esse conjunto de países. É o mesmo conjunto. O primeiro deles eu ordenei pela inflação do país. A Argentina é campeã de inflação nesses países aí. E também campeã de aumento de despesa *per capita* com saúde. O Brasil está aí na quarta posição, em termos de inflação, mas, em termos de despesa *per capita*, na segunda posição.

Veja: é um fenômeno mundial. Isso acontece. E, onde há aumento de despesas, haverá aumento de mensalidade de planos de saúde, haverá mais impostos dirigidos à saúde pública. Haverá, enfim... Nesse caso aí, as duas linhas de cima mostram que as mensalidades dos planos de saúde americanos aderiram, quase com perfeição, ao aumento da despesa *per capita* com saúde. Isso acontece no mundo. Não dá para ser diferente. Ninguém é tão altruísta de consumir o capital próprio em benefício de terceiros. Alguns até o fazem, mas altruisticamente, como negócio, não sobreviveria.

Por que as despesas crescem? No fundo, é essa pergunta que nós temos que fazer. Em vez de matutarmos e criarmos mecanismos de controle dos reajustes e imputarmos essa responsabilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CECHIN – ... terrível à ANS, por que não nos perguntamos sobre isso aí e vemos se há como nós agirmos?

Então, eu confesso que termino depois disso aqui, sem apresentar os dados respectivos.

Primeiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CECHIN – Ah... O.k.

Então, primeiro, inflação de preços diferente de variação de despesas. Inflação mede corrida de preços. Despesa mede... Inflação, abro aspas, "mede variação de despesas". E a variação de despesas se compõe de duas coisas: do preço da batata e da quantidade de batatas comprada. Ou seja, do preço dos insumos médicos e da quantidade utilizada. Por isso que não se compara com inflação. E vamos ver por quê.

Vamos olhar pelos preços, inicialmente.

Nós fizemos um trabalho dessas listas...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ CECHIN – ... citadas aqui, da Brasíndice, de 470 equipos. Deles, mais de 90 tiveram aumento de preço, nesse período, acima de dez vezes a inflação. Isso afeta os custos da saúde. São razoáveis esses aumentos de preço? É a pergunta que nós temos que nos fazer.

Segundo: o exame de ressonância – só para ilustrar – aumentou o preço 20%. Mas aumentou a quantidade quase 9%. O impacto na despesa foi de 30%. É a soma dos dois mais alguma coisa.

Finalmente, falamos também de novos medicamentos. Um deles, aí, o Zelboraf... Aí o meu colega pode dizer para que serve. Eu não sou médico, não sei. São R\$10 mil reais cada caixa. Um custo de R\$500 mil por ano, de tratamento, por paciente. Isso compõe as despesas.

A internação.

Não houve crescimento da busca por internações, mas houve, sim, um crescimento extraordinário no custo médio da internação. E por que cresceu o custo médio da internação? Porque se usam materiais cujos preços são mais altos, porque se usam mais materiais, porque fazem cirurgias utilizando essas órteses e próteses de preços estratosféricos, muitas vezes sem necessidade. É o *locus* da incorporação da tecnologia. É o setor que absorveu o crescimento das despesas. É para onde estão indo as contribuições que cada um de nós e as empresas fazemos para os planos de saúde.

Quanto à frequência de utilização, o Reinaldo já mostrou aqui, caiu a quantidade de beneficiários, mas aumentou o número de consultas, aumentou o número de exames. Em parte, as pessoas buscam mais médicos, faziam cinco consultas *per capita*/ano – o ano passado fizeram sete –, e os médicos prescrevem mais exames para cada consulta. E o resultado é mais exames *per capita*.

O Reinaldo já disse que há exames, aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CECHIN – ... que são desperdícios e, efetivamente, prejudiciais.

Para a última, incorporação de tecnologia. Temos aqui o rol que esteve em consulta pública até recentemente, deverá ser editado numa resolução normativa, para vigor a partir de janeiro do ano que vem.

Nós fizemos uma estimativa de teto de impacto, o máximo possível, que não acontece de uma vez; acontece ao longo do tempo: R\$5 bilhões. Isso representa 4% na despesa. Para uma inflação que, neste ano, vai estar abaixo disso? Então, só o impacto dessa incorporação dobra a necessidade de reajuste, comparado com a inflação. Estão aí descritos os motivos e razões.

Não vou falar da judicialização, já bem dita, nem dos desperdícios já citados aqui.

Agradeço a atenção com que me ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. José Cechin. Foi uma bela contribuição e, com certeza, esse trabalho será objeto de análise dos Senadores, quando tratarem desses projetos de lei que estão tramitando aqui na Casa.

Então, conferimos agora ao Sr. Orestes Barrozo Medeiros Pullin dez minutos também, para que ele dê a sua contribuição.

O SR. ORESTES BARROZO MEDEIROS PULLIN – Obrigado, Senador.

Falar depois do Cechin é bom. Aliás, falar depois de todos aqui facilita bastante a minha explanação, até porque os assuntos são comuns a todos, à agência, aos órgãos de defesa do consumidor, às operadoras e quaisquer dos segmentos.

Eu queria começar mostrando os números nossos, que são mais ou menos conhecidos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos em 84% do Território nacional, com 348 cooperativas, sendo, dessas, 291 operadoras de planos de saúde. Nós temos um universo de 113 mil médicos cooperados. São 95 mil colaboradores nas nossas cooperativas e 18 milhões, aproximadamente, de clientes no Sistema Unimed. Isso nos dá, digamos assim, a oportunidade de estar observando o que está acontecendo em todos os cantos do País e nós observamos que não é nada diferente do que todo mundo está observando nos demais segmentos de operadoras.

Eu fiz uma comparação aqui com relação ao número de beneficiários, tanto da Saúde Suplementar quanto do Sistema Unimed, mostrando que há queda. Nós vemos aí que a crise afetou o setor, com queda de beneficiários, tanto nas cooperativas quanto no restante da Saúde Suplementar.

Também fizemos uma análise com relação à evolução de receitas assistenciais e custos assistenciais, e se observa, de forma clara, que há um crescimento maior nas despesas do que nas receitas, tanto da Saúde Suplementar quanto também no nosso sistema, que se chama Sistema Unimed.

Vou passar outro, porque aqui é mais fácil de enxergar.

O Cechin mostrou, eu só estou mostrando de forma diferente, quanto a agência autorizou de reajuste, de 2008 até 2017, quanto efetivamente foram os índices inflacionários e quanto foi o aumento de custo do setor nesse período. São os mesmos dados que o Cechin mostrou. Um pouco diferente, mas...

Eu queria, antes de passar, ler uma nota da Agência Nacional de Saúde a respeito da questão de reajustes, dos índices de reajustes que a agência tem colocado. Vou ler:

É importante esclarecer que o índice de reajuste dos planos de saúde não é comparável com índices gerais de preço ou "índices de inflação". Isso porque os "índices de inflação" medem a variação de preços dos insumos de diversos setores, como por exemplo: alimentação, habitação, transporte, educação, além do item saúde e cuidados pessoais. O índice de reajuste divulgado pela ANS não é um índice de preços. Ele é composto pela variação da frequência de utilização de serviços, da incorporação de novas tecnologias e pela variação dos custos de saúde...

Ou seja, eu acho que fica bem claro, até com a própria definição da agência, a questão da diferença entre o reajuste concedido pela agência, os índices inflacionários e, eventualmente, o custo, que é o que está acontecendo, que está acima, inclusive, dos índices autorizados pela agência.

Eu não vou entrar em detalhes dos custos, mas eu queria falar um pouquinho do aspecto macro, porque eu acho que é um desafio grande que nós temos pela frente.

Nós temos pela frente, aí... Estamos passando por uma transição demográfica, o envelhecimento da população. Em 2030, cerca de 21% das pessoas vão ter mais de 60 anos.

Nós também estamos passando por uma questão de transição epidemiológica. As doenças mudaram, as doenças crônicas estão, de certa forma, incidindo mais na população, até por conta de que nós estamos vivendo mais. Viver mais custa caro. É preciso que todo mundo saiba disso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos passando por uma questão de uma transição tecnológica. O Cechin mostrou a incorporação tecnológica, e essa transição tecnológica leva a incorporações tecnológicas de forma acrítica. E essas incorporações tecnológicas de forma acrítica têm um custo extremamente elevado.

Esse é um estudo do IESS, em que se calcula que em torno de 19% do custo assistencial advém de fraudes ou de mau uso da saúde de forma geral. E nós começamos a enxergar isso e falamos: "Tá bom, mas discutir reajuste de plano de saúde é fundamental?" Eu acho que é importante sim, mas eu acho que nós temos coisas bem mais importantes para discutir do que simplesmente reajustes de plano de saúde.

Aqui, mostrando o envelhecimento da população...

Nós temos, hoje, um modelo assistencial no País que é um modelo assistencial que se praticava há 40, 50 anos. Ou seja, há um sistema, que é o chamado *fee-for-service*, ou seja: gasta-se tanto quanto é atendido. Não existe nenhum controle de qualidade. E eu digo isso tanto no setor privado quanto no setor público. O setor público talvez tenha uma dinâmica diferente, mas com certeza...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ORESTES BARROZO MEDEIROS PULLIN – Mas com certeza a dinâmica do setor público é diferente da do setor privado.

Mas eu posso dizer que, hoje, nós temos uma questão de acompanhamento de tecnologia, mas tecnologia de informação, tecnologia de comunicação.

Hoje nós temos uma dificuldade muito grande com relação a indicadores de qualidade do serviço de saúde, sejam eles quais forem. Nós temos perto de 3 mil hospitais credenciados no Brasil, e eu posso garantir para os senhores que uma pequena parte desses hospitais tem, efetivamente, modelos ou sistemas de qualidade em que a gente pode confiar, e que os indicadores são razoáveis, e dá para acompanhar a qualidade.

Nós temos hoje questão de gestão, questão de *compliance*, questão de governança dentro das organizações, tanto organizações privadas quanto organizações públicas. Nós temos hoje a questão da racionalização da regulação, e eu tenho acompanhado bastante o trabalho da agência, a gente reclama, a gente entra em... Mas, efetivamente, eu acho que o sistema evoluiu bastante com relação à racionalização da regulação, eu acho que tem muito caminho para a gente trabalhar pela frente, mas entendo que ela foi importante num momento de mudança de paradigma do País.

E volto a insistir aqui numa questão que hoje nós – talvez essa seja uma oportunidade de sentar setor público e setor privado para poder discutir saúde – não discutimos. Nós não sentamos, o setor público... Somos antagônicos: existe uma questão ideológica de um lado e existe uma questão financeira, que eu vou mostrar para frente, que a gente não evolui nessa discussão de mudança de modelo. Nós temos que mudar o modelo de assistência à saúde, a forma de pagamento, a forma de relacionamento. Nós temos que mudar o modelo e inserir a atenção primária dentro do sistema de saúde do Brasil, ou do sistema de saúde privado no Brasil. Fora do País, 40% dos médicos trabalham em atenção primária. No Brasil nós, talvez, não tenhamos 1% de médicos qualificados em fazer a atenção primária bem feita. Nós precisamos qualificar esses médicos, e esse é um trabalho imenso que a gente tem pela frente.

Mas eu queria terminar...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. ORESTES BARROZO MEDEIROS PULLIN – Meu tempo está terminando, e eu queria terminar com esse gráfico, para que a gente possa enxergar muito bem qual é o problema do Brasil. Nós temos – se vocês olharem a bandeirinha do Brasil ali e olharem do lado, vai estar a Inglaterra. Brasil e Inglaterra são dois países muito semelhantes no seu PIB. O Produto Interno dos dois países é muito semelhante. O Brasil gasta em torno – ali está 8%, mas hoje está em torno de 9% do PIB, na saúde, e a Inglaterra também gasta em torno de 9% do seu PIB em saúde. O Brasil hoje está gastando – 55% do financiamento de saúde vem do setor privado e 45% vem do setor público; e a Inglaterra tem, obviamente, uma prevalência do setor público no financiamento da sua saúde. Mas tem um fator fundamental, que é a quantidade de pessoas que nós temos no País: a Inglaterra tem 60 milhões de pessoas e nós temos 200 milhões de pessoas. No momento em que você divide o que se gasta em saúde pela quantidade de pessoas, nós ganhamos de maneira muito difícil da China e do México; nós perdemos para todos os outros.

Eu acho que se o setor público e o setor privado não conversarem de maneira adequada, tirando a questão de regulação, mas olhando a questão do que nós precisamos no nosso País, eu acho que nós vamos continuar brigando aqui com relação a reajustes, com relação a questões que eu acho menores dentro dessa discussão de saúde.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós que agradecemos ao Sr. Orestes Barrozo Medeiros Pullin, Diretor Presidente da Unimed do Brasil, pela sua contribuição como palestrante nesta audiência pública.

E vamos, na sequência, já ouvir o Sr. José Luiz Toro da Silva, Consultor Jurídico da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde.

Dez minutos também para a sua contribuição.

O SR. JOSÉ LUIZ TORO DA SILVA – Senador Beber, Senadora Ana Amélia, componentes desta Mesa, representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar, lideranças das autogestões, senhoras e senhores. A Unidas vem também dar a sua contribuição nesta audiência pública em que nós queremos chamar a atenção para dois projetos que estão aqui em discussão: um projeto do Senador Cássio Cunha Lima, que, justamente, propõe que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos de assistência e saúde devem ser fixados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, assim como hoje ocorre com os planos individuais familiares; e o projeto do Senador Eduardo Amorim, que veda a rescisão unilateral nos planos coletivos.

Na verdade, nós aqui representamos um setor, que é das autogestões de saúde. Mais de 5 milhões de trabalhadores e servidores públicos se reúnem desta forma para a prestação de serviços à saúde. É um setor que não tem finalidade lucrativa. E nós temos um tratamento jurídico muito semelhante às operadoras do mercado. Nós, inclusive, entendemos que há que se fazer um tratamento diferenciado para as autogestões, há que se incentivar os trabalhadores e os servidores públicos a se organizarem sob a forma de autogestão.

Nas autogestões, como o próprio nome diz, esses trabalhadores, esses servidores, eles participam, direta e indiretamente, da vida, do destino, das decisões dessas operadoras – inclusive, em face até mesmo da norma que trata das autogestões, a Resolução Normativa 137, que deixa claro que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o ato constitutivo da entidade de autogestão deverá conter o critério e a forma de participação dos beneficiários titulares que contribuem para o custeio do plano. Portanto, esses planos são administrados, são geridos pelos próprios trabalhadores, pelos próprios servidores públicos.

Entendemos que, nas autogestões, devem os senhores legisladores dar um tratamento diferenciado, porque é um setor que tem o maior número de idosos, é um setor em que basicamente os seus contratos são contratos coletivos empresariais em que muitas vezes se têm coberturas maiores até do que aquelas determinadas pelo órgão regulador, e a maioria dos nossos contratos, dos nossos planos, tem uma abrangência nacional. Porque, enquanto o mercado pode escolher onde ele vai atuar, onde economicamente é melhor para ele atuar, as autogestões não podem – onde houver um carteiro, o serviço Postal Saúde deverá estar lá para dar atendimento a esse carteiro; onde houver um funcionário do Banco do Brasil, a Cassi deve estar lá; onde houver um servidor público nesses rincões do Brasil, a Geap está presente; e diversas outras operadoras no nosso setor estão presentes com cobertura nacional. E não podem escolher onde elas vão atuar; vão atuar onde está o seu beneficiário, onde existir, então, há essa necessidade.

Entendemos que também não podemos ter muitos padrões diferenciados de cobertura, muitos produtos a oferecer, porque, como esses planos são planos empresariais, onde há, subjacente, uma relação de emprego ou uma relação de serviço público, não temos também muitas diferenças para serem ofertadas, porque existe uma isonomia trabalhista que também deve ser observada. E a nossa preocupação é justamente a saúde, é a atenção ao trabalhador e ao servidor público. E muitas das deliberações que são tomadas, tanto no que concerne ao modelo de planos como à questão de reajustes, é em decorrência de negociações coletivas, de acordos coletivos, de decisões que são tomadas por assembleias e beneficiários.

As autogestões se classificam em três formas: nós temos as autogestões de recursos humanos, quando a própria empresa tem um plano de saúde e gere um plano de saúde para os seus empregados; nós temos grupos de empresas que se organizam e que são os patrocinadores, os mantenedores das autogestões; e nós temos as associações e fundações de categoria profissional, para determinada categoria profissional, que prestam, portanto, assistência à saúde aos seus beneficiários.

Nós estamos falando, portanto, de contratos coletivos – coletivos empresariais, na sua grande maioria, coletivos por adesão quando se fala das associações e fundações de determinadas categorias profissionais.

Na verdade, hoje, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o seu entendimento com referência à possibilidade de os planos coletivos estabelecerem um índice de reajuste diferenciado; não aquele, na verdade, a que estão sujeitos os planos individuais familiares, por reconhecer essa especificidade, essas características próprias, essas negociações que são feitas através de pessoas jurídicas ou através de representações de empregados e servidores.

Portanto, nós entendemos que estes projetos estão na contramão, esses projetos vêm, na verdade, no afã, muitas vezes... A gente entende que às vezes a ideia é proteger, mas acaba se desprotegendo, porque a forma de reajuste dos planos de saúde e das autogestões tem uma série de especificidades.

Nós vamos ter situações em que o reajuste poderá ser inferior até mesmo ao índice estabelecido pela ANS, porque nós temos autogestões onde esses reajustes estão ligados à questão de salário, à





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

questão de remuneração. São reajustes, muitas vezes, definidos pelos próprios beneficiários que participam dos conselhos deliberativos superiores, que participam de assembleias, que seguem, portanto, critérios atuariais, então em determinados momentos pode ser que esta categoria, que esses trabalhadores entendam que esse reajuste tem que ser até superior àquele estabelecido pela ANS, tendo em vista as necessidades, tendo em vista os cálculos atuariais que são realizados. Isso é discutido em dissídios, em acordos coletivos, portanto existe um tratamento diferenciado.

Nós entendemos que nós devemos prestigiar, de certo modo, a autonomia da vontade. Nós entendemos que a regulação deve ser a última *ratio*, a regulação deve estar presente quando não existir outra saída, outra alternativa, mas no nosso setor das autogestões, na realidade, o que nós vemos é justamente isto: os trabalhadores e os servidores, através dessas suas entidades, estabelecendo os reajustes dentro da necessidade, dentro da conveniência, dentro de critérios que são estabelecidos com a participação de todos.

Portanto, nós entendemos que essa proteção que pode vir, ao invés de proteger, acaba desprotegendo. Nós entendemos que a lei, quando estabelece o reajuste da ANS somente para os planos individuais familiares, ela está correta, porque esse individual familiar precisa ser protegido, é o hipossuficiente, ele está sozinho nesta relação de consumo. Mas nas autogestões nós não temos relação de consumo. Nas autogestões são os próprios trabalhadores, os próprios servidores que participam diretamente da vida, portanto, de suas entidades. Nós entendemos que esses projetos, especificamente, que venham a engessar o setor, eles acabam indo na contramão da própria reforma trabalhista que o Congresso acabou de editar, no sentido da flexibilização, no sentido de os trabalhadores e de os empregadores poderem, então, discutir livremente determinadas condições do contrato de trabalho e, portanto, impor que o índice de reajuste seja aquele fixado pela Agência Nacional para os planos coletivos das autogestões. Nós entendemos que isso está indo de encontro, está indo, de uma forma, contra uma tendência que foi aprovada pelo Congresso na reforma trabalhista.

Nós precisamos perceber, na realidade, a experiência de outros setores. Sabemos, por exemplo, que nas próprias questões dos planos de saúde nós tivemos, no afã de proteger... Hoje nós sabemos que o mercado, no que concerne aos planos individuais e familiares, muitas operadoras não têm interesse em vender, em disponibilizar planos individuais e familiares. Então, às vezes, no afã de proteger, se tem exatamente um efeito contrário.

Eu sempre gosto de trazer à colação o que aconteceu na lei do inquilinato. Os mais antigos devem se lembrar que nós tínhamos uma lei do inquilinato extremamente rígida, em que, na realidade, a retomada do imóvel só podia ser feita para uso próprio, de descendente ou ascendente. O que acontecia naquela época? Aqueles que tinham imóveis que poderiam colocar no mercado simplesmente não os colocavam, não alugavam os seus imóveis. Aos poucos que colocavam o que acontecia? O preço crescia. Era um preço exorbitante porque poucos, na verdade, queriam se sujeitar àquele sistema, que era o da denúncia fechada na realidade.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ LUIZ TORO DA SILVA – O que acontece? Os senhores legisladores alteraram a legislação de inquilinato, estabeleceram a figura da denúncia vazia, estabeleceram que após 30 meses pode ocorrer imotivadamente a rescisão de um contrato locação. E o que aconteceu no mercado? Os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

imóveis apareceram. Aqueles imóveis que estavam fechados voltaram para o mercado de locação. E o que aconteceu com o preço? Caiu. Hoje a gente não vê mais problemas no mercado de locação. Muito pelo contrário, o preço hoje é bem inferior ao que nós tínhamos antes, com aquela legislação extremamente protecionista.

Portanto, Srs Senadores, Srª Senadora, nós entendemos, as autogestões, que há sim a necessidade de ter regulação dos planos privados de assistência à saúde. Mas essa regulação deve ter limites. Essa regulação não pode ser excessiva. Até porque a diferença entre o remédio e o veneno é só uma questão de dose. Uma dose excessiva de regulação, às vezes, ao invés de proteger...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUIZ TORO DA SILVA – ... acaba desprotegendo.

E nós não podemos esquecer – e aqui eu termino, Sr. Senador – que existe uma regra básica na economia que diz: *don't have free lunch*, não existe almoço grátis; alguém sempre vai ter que pagar a conta.

Muitas vezes, no afã de proteger, nós acabamos desprotegendo. Acabamos fazendo com que esse setor, que hoje já sofre muito... Na verdade, como os meus antecessores falaram, a questão não é o reajuste, mas o porquê do reajuste, o modelo que nós escolhemos para a regulação dos planos de assistência à saúde.

Por sinal, a Câmara dos Deputados está discutindo a flexibilização dessa norma, os planos acessíveis, os planos populares, porque nós sabemos que a questão do valor, na verdade, não é o reajuste, não é limitando o valor do reajuste que nós vamos resolver o setor. A discussão é muito mais ampla.

A Unidas está à disposição das Sras e dos Srs. Senadores para este debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu gostaria de cumprimentar, agradecendo a contribuição, o Sr. José Luiz Toro da Silva, que nos abrilhantou com essas informações sobre os sistemas de autogestão em saúde.

Vamos, de imediato, para o nosso oitavo palestrante da tarde, o Sr. Paulo Jorge Rascão Cardoso, Diretor de Produtos da Amil Assistência Médica Internacional, que dispõe de 10 minutos para sua apresentação.

O SR. PAULO JORGE RASCÃO CARDOSO – Primeiramente, boa tarde.

Obrigado pelo convite.

Senadores aqui presentes e todos que estão nos assistindo e quem está nos assistindo pela internet, eu não tenho apresentação. Só vou fazer algumas observações a respeito de alguns pontos que já foram comentados, tentando contextualizar com a realidade da empresa que eu represento.

Eu represento hoje uma empresa que tem 3,8 milhões beneficiários em planos médicos e em torno de 2 milhões de beneficiários em planos odontológicos nas diversas segmentações de mercado determinadas pela Agência Nacional de Saúde, quais sejam: os planos individuais, os planos coletivos empresariais, os planos coletivos por adesão e os planos odontológicos, como a gente comentou aqui há pouco.

Para cada um desses planos, para cada um desses mercados foi determinado um tipo de reajuste, uma fórmula de cálculo de reajuste. Para planos individuais, como todos vocês sabem, o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reajuste é definido, ele é autorizado, ele é aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar e é aplicado em toda a carteira de planos individuais de uma determinada operadora. Aquela é uma referência máxima para a aplicação do reajuste da carteira do individual.

Eu acho que todos vocês sabem bem as dificuldades que hoje há, dependendo da praça em que a gente se encontra, de encontrar à disposição um plano individual.

Acho que todos também entendem que uma das grandes questões que acabaram determinando essa dificuldade de equacionar todas as questões que já foram aqui apresentadas em relação à variação das despesas assistenciais e ao preço, ao reajuste de seus preços, fez com que muitas das operadoras não conseguissem continuar ofertando esse produto para a sociedade.

Nos planos coletivos empresariais, a agência criou, alguns anos atrás, um artifício para aqueles pequenos contratos, para aqueles que têm até 29 de beneficiários – já foi que comentado pela Karla e pelo Rafael – que é o *pool* de PME. O que esse *pool* faz? O que ele determina? Na verdade, ele é uma forma de proteger o contratante desse tipo de contrato na hora em que o reajuste não é aplicado individualmente de acordo com a variação da despesa daquele contrato particular e é feito, sim, com todo o *pool* de contratos que têm até 29 beneficiários. Isso faz com que empresas que têm 3, 4, 5, 10 beneficiários que eventualmente tiveram um evento catastrófico na sua carteira, alguém que teve alguma doença importante, um câncer ou mesmo uma internação por um acidente, que teve que permanecer em um CTI por muito tempo – um tratamento de alta complexidade, de alto custo – não tenha o seu contrato reajustado individualmente, da mesma forma que pessoas, que contratos que não tiveram absolutamente nenhuma utilização naquele período vão ter um reajuste exatamente para que aquele *pool* de contratos tenha um único índice de reajuste, mas em que todos estão protegidos dentro desse grupo. Para os coletivos empresariais acima de 30 beneficiários, as negociações são feitas entre a empresa e o contratante e operadores de acordo com todos os termos que estão definidos nos contratos na hora da contratação.

É claro que eu entendo, e todo mundo aqui entende, que é complicado para as pessoas conseguir esclarecimento na hora da contratação sobre todos os itens que estão naquele contrato. Esses itens seguem uma série de determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar e, por conta disso, por conta dessa necessidade de se atingir um pouco mais de transparência, algo que foi até muito cobrado aqui pela Ana Carolina mais cedo, é que outras regulações foram colocadas no mercado. Regulações essas que, por exemplo, nos obrigam a colocar não no *site* da ANS, mas no *site* das operadoras, na área logada de cada um dos beneficiários todo e qualquer item que foi consumido por ele ao longo de um período.

Então, hoje, se você entra no *site* da sua operadora, todos os procedimentos estão lá descritos com o local onde você fez, o dia e o valor daquele grupo de procedimentos. Então, é o acumulado das consultas, é o acumulado dos exames e procedimentos e mesmo das internações. Isso é uma determinação que hoje é cumprida pelas operadoras, uma determinação da agência, um dos outros caminhos, uma das formas que se encontrou para se tentar trazer mais transparência para isso.

Sempre que há a aplicação de um reajuste em um contrato, a fórmula, o modelo pelo qual se chegou àquele número também está à disposição do beneficiário, caso ele queira. E, além de ter essas informações todas o *site* da sua operadora, a área logada a que só o cliente tem acesso, se ele entrar em contato com o Disque ANS ou com a internet da ANS, a ANS nos encaminha sempre os pedidos de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

esclarecimento que serão feitos se o cliente ainda tiver alguma dúvida. E ele pode sempre, vou reiterar aqui, procurar primeiro a sua operadora. Então, essas informações estão lá destacadas para ele.

Uma coisa para que eu gostaria também de chamar muita atenção é que, no modelo de regulação e no modelo de saúde suplementar que nós optamos no Brasil, a gente optou por uma coisa que também já foi dita aqui, mas que tem que ser relembrada, que tem um nome complicado: é chamada de pacto intergeracional. Isso faz com que pessoas mais jovens, que têm a tendência de utilizar menos, paguem um preço maior para poder financiar as gerações mais antigas. Então, hoje, como vocês sabem, a variação entre a primeira faixa etária e a última faixa etária não pode ser superior a seis vezes. Isso faz com que, mesmo quando as pessoas passem dos 59 anos, e os seus custos vão crescendo ano a ano – o Cechin mostrou na apresentação dele esse comportamento não só no Brasil, como em diversos países –, esse aumento dos custos é financiado não por aquela geração, não pelas pessoas acima de 59 anos, mas por todas as gerações. E claramente isso faz com que o preço do acesso de uma pessoa mais jovem esteja encarecido por conta desse pacto intergeracional. Isso é algo por que a sociedade brasileira optou para ter os seus planos de saúde.

É muito importante, na hora em que a gente vê explicitado, como o Cechin também colocou, um tratamento que ele me provocou aqui, que é o tal do Zelboraf, que é, na verdade, uma quimioterapia para o melanoma metastático, que hoje está incorporado no rol da ANS, tratamento que, no ano, para um paciente, chega a custar mais de R\$500 mil, aquilo não é bancado pelo paciente que usou aquele medicamento, mas por aquele contrato, eventualmente, por um *pool* de contratos; eventualmente, por uma série de gerações que estão financiando, exatamente no modelo chamado mutualismo, o acesso àquele tratamento para todos que um dia tiverem necessidade.

Existem formas de a gente fazer com que esses reajustes sejam oferecidos de uma forma menor? Existem, mas, como eu acho que todos já falaram aqui, sem dúvida nenhuma, controlar esse reajuste pela agência ou por qualquer outro órgão seria um grande equívoco. A gente não consegue melhorar as eficiências, trazer mais qualidades para esse sistema e para todos os fatores que estão envolvidos no aumento das despesas apenas apertando o final, que é o reajuste dos preços. O que a gente tem que entender é como a gente traz mais eficiência para o setor. E, para isso, nós precisamos dessa visão conjunta do público e do privado, mas também a gente tem que criar maneiras de, por exemplo, oferecer mais alternativas para a sociedade, alternativas de novos produtos, alternativas de o próprio indivíduo participar na hora da sua utilização, porque aí, Ana Carolina, ele vai saber exatamente quanto custa uma consulta, como você comentou.

Não existe mal nenhum em fazer com que o indivíduo, obviamente variando de acordo com o seu poder aquisitivo, tenha uma participação mínima na sua utilização. Diversos sistemas públicos fazem isso hoje nos seus sistemas de saúde. Um exemplo bem próximo da gente é Portugal, que faz isso no seu sistema público. Todo indivíduo que vai a uma consulta paga um valor pequeno. Ele tem noção de que aquilo gera um custo para o sistema do qual ele participa.

Criar mecanismos mais avançados de coparticipações e franquias é uma forma de você criar alternativas de produto. Não estaríamos obrigando ninguém a participar de um produto como esse...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO JORGE RASCÃO CARDOSO – ... mas você criaria mais uma alternativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fazer com que haja maior transparência e maiores informações médicas na entrada no sistema de saúde, através de uma declaração de saúde mais ampla, em que a operadora, através dos seus canais responsáveis, as áreas técnicas, se sentissem e fossem obrigadas a definir canais de tratamento, linhas de tratamento de cuidado para as diversas doenças que hoje acometem os seus beneficiários seria uma outra forma de a gente trazer uma maior prevenção daqueles custos que são catastróficos. Se essas operadoras, que são grandes gestores de sistemas de saúde, tivessem essa informação na entrada, poderiam se fazer uma série de programações para que aquele custo venha de uma forma mais ordenada, e não apenas nos custos catastróficos como quando um paciente diabético abre um quadro de insuficiência renal ou, eventualmente, quando algumas outras complicações aparecem para determinadas doenças crônicas.

Eu gostaria só de terminar também lembrando um outro índice que já foi mais ou menos comentado. A Ana Carolina também fez o comentário da quantidade de reclamações. Hoje o índice publicado pela Agência Geral de Reclamações para as operadoras de grande porte é três. A tradução desse número é: três reclamações para cada dez mil beneficiários no período que foi apurado. Aquele período de apuração hoje é mensal. Se vocês olharem o histórico desse número – também está à disposição uma planilha completa no *site* da agência –, conseguem ver que esse número de reclamações, esse índice de reclamações vem caindo ao longo do tempo. E vem caindo por uma série de iniciativas do sistema para oferecer cada vez mais informações para o seu beneficiário nos *sites*, explicações de formas de contratação, explicações de modelos de reajuste, determinadas cláusulas contratuais, qual é a diferença entre um coletivo por adesão e um coletivo empresarial, que gera algumas confusões em algumas pessoas. Enfim, é através da maior transparência também, como já foi dito aqui, que a gente acha que muitos desses desafios e falta de compreensões podem ser endereçadas.

Eu me coloco à disposição para perguntas, para o debate posterior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós que agradecemos ao Sr. Paulo Jorge Rascão Cardoso pela contribuição nesse seus dez, doze minutos de explanação.

Na sequência, vamos fechando o rol dos nossos nove convidados, conferindo a palavra ao Sr. Adilson Moraes da Costa, atuário da Geap Autogestão em Saúde. Então, tem dez minutinhos.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Boa tarde a todos. Muito obrigado pela oportunidade. O assunto reajuste... Não sei se está ouvindo. Está ouvindo aí? *(Pausa.)*

Acho que o termo "reajuste" já foi amplamente tratado aqui, nos seus detalhes. Boa parte dos meus eslaides já foi tratada aqui de forma bastante detalhada. Então, vou me deter mais no caso específico da Geap, que funciona como um estudo de caso de tudo que foi tratado aqui.

A Geap Autogestão em Saúde é a segunda maior autogestão do Brasil, só fica atrás da Cassi, que é dos servidores do Banco do Brasil. Ela não tem fins lucrativos e é gerida pelos próprios beneficiários, através dos conselheiros. Então, o dono da Geap são os seus próprios beneficiários. Ela oferece seis planos de saúde. Agora, no próximo dia 29, ela vai fazer 72 anos.

Em 2016, ela movimentou R\$3,4 bilhões. E ela tem 473 mil beneficiários. Metade da carteira dela, metade da carteira da Geap tem mais de 59 anos. Como já foi dito aqui várias vezes, o custo assistencial do idoso é bem maior do que o dos mais jovens, e isso carrega bastante o preço da nossa carteira. Metade tem mais de 59 anos. Dessa metade desses idosos, dois em cada três são mulheres.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sobre esses reajustes, vários motivos já foram tratados aqui. E em dois eu queria me deter um pouco mais, que é o crescimento do valor dos insumos e da utilização. Já foi falado aqui também do *fee-for-service*, que é um termo técnico para o modelo de pagamento do plano de saúde.

Clemente Nóbrega, em um livro que escreveu, *Inovação em Saúde*, falou que o sistema de saúde se assemelha a uma churrascaria rodízio: você entra, paga um valor fixo e o utiliza à vontade. Basicamente, é isto que acontece no plano de saúde: o assistido paga um valor todo mês e vai usar o plano de saúde, e o que for que ele usar já está dentro do preço. Isso não faz ele refletir sobre aquele custo do plano. Já está pagando todo mês, e, então, não faz diferença se está sendo caro ou barato.

Na outra ponta, o prestador de serviço lucra mais, tem mais receita, quanto mais o beneficiário utilizar. Então, o beneficiário usa e não tem noção do preço, se não tiver coparticipação. Na outra ponta, o prestador de serviço arrecada mais se ele utilizar mais. Então, esse sistema de incentivo de utilização eleva bastante o preço, porque eleva muito a utilização. Por outro lado, a operadora de plano de saúde glosa muitos desses procedimentos, porque muitos são utilizados de forma indevida, não deveriam ser utilizados, não foram utilizados de forma adequada. Então, cria-se uma discussão entre o prestador e a operadora de plano de saúde.

No final dessas contas, você tem um preço muito alto, e o beneficiário não é bem atendido, porque o sistema não incentiva a melhoria das condições de saúde do beneficiário. Na verdade, quanto mais ele utilizar, mais os prestadores e tudo mais têm mais receita. Esse é o sistema *fee-for-service*. Esse termo técnico basicamente é isso. E esse sistema, pelo que a gente vê nos livros, nas bibliografias que tratam desse assunto, é o principal motivo da elevação do custo assistencial. Isso acontece no Brasil e em vários outros países que têm essa mesma forma de pagamento.

Já foi demonstrado aqui também que o idoso gasta mais ou menos sete vezes o custo do mais jovem da primeira faixa etária. Se comparar o preço, o custo de quem tem mais de 59 anos é sete vezes maior do que o de quem tem menos de 18 anos.

No nosso caso da Geap, como há bastante gente após os 59 anos... As faixas etárias dos planos de saúde são dez, indo de 0 a 18 anos e, depois, de cinco em cinco anos, até 59 anos. Dali para frente, é uma faixa só. Então, com 59 anos, há uma grande distribuição de pessoas. Todo mundo pode estar muito próximo de 59 anos ou próximo de 70 anos ou de 80 anos. No caso da Geap, grande parte dos nossos idosos já tem bem mais de 59 anos. Então, lá o custo assistencial do idoso é maior do que sete vezes que o da primeira faixa etária.

A ANS limita a cobrança da tabela de preços em seis vezes da primeira faixa etária. E, quanto aos nossos preços, aos preços da Geap, a última faixa etária representa cinco vezes a primeira faixa etária. Então, ainda se torna mais difícil administrar, apesar de atingir o nosso foco, que é beneficiar, atender bem e haver um preço mais baixo para o beneficiário.

A gente tem outra particularidade lá com relação ao custeio, que é o seguinte: parte da contribuição vem do beneficiário, parte vem da União, dos patrocinadores. E o repasse da União não vem ocorrendo, o reajuste não ocorre todo ano. Então, quando há aumento do preço do nosso plano e quando o patrocinador não tem aumento na sua contribuição, todo o reajuste se concentra no beneficiário. A gente recebe reclamações por conta disso, porque, quando a gente anuncia um reajuste, na verdade o que vai no bolso do beneficiário é um reajuste maior porque o patrocinador não reajusta o seu repasse todo ano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A gente tem outra situação na Geap, que é a seguinte: metade, 46% da nossa carteira têm ação liminar contra os reajustes. Metade paga menos do que o preço de tabela. Esses que têm um preço reduzido, a metade que tem o preço reduzido tem de ser coberta pelos outros beneficiários, porque a gente só tem contribuição do beneficiário e do patrocinador. O patrocinador não aumenta a sua contribuição. Então, essas ações liminares tornam difícil a gente administrar porque o preço ainda é maior. Quem paga no preço justo paga mais, porque tem de pagar o dele e tem de pagar o valor de quem tem ação liminar para pagar menos.

Deixe-me passar alguns eslaides que já foram tratados aqui.

Já foi dito aqui que a inflação dos custos de saúde é maior do que a inflação do IPCA, por exemplo. Esse gráfico mostra um histórico de variação de preços na saúde e do IPCA. Nós vemos que a linha verde, a de cima, representa a inflação do custo de saúde e que a debaixo é a do IPCA. O custo de saúde sobe muito mais do que a inflação utilizada como referência pelo Governo, que é o IPCA.

Aí nós temos feito algumas ações no sentido de tentar administrar melhor. Nós estamos fazendo campanhas de uso consciente, para que o beneficiário, quando for utilizar o plano, use exatamente..

(Soa a campainha.)

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – ...aquilo que é necessário.

A gente tem trabalhado bastante para derrubar as ações liminares, porque isso prejudica muito os demais beneficiários que não são contemplados nessas liminares.

Nós estamos criando planos mais acessíveis, mais baratos. Estamos criando uma série de planos para atender melhor aos nossos beneficiários.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Agradecemos ao Sr. Adilson Moraes da Costa a sua contribuição.

Eu gostaria de, antes de passar a palavra aos Senadores, dizer que esta audiência pública foi requerida pelos Senadores Humberto Costa, Regina Sousa, Randolfe Rodrigues e pela Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

Então, quero agradecer realmente a todos os palestrantes nesta primeira fase de apresentação e dizer que nós temos aqui algumas interações com o pessoal que nos tem acompanhado pelo Portal e-Cidadania.

Maria da Conceição Alves Gomes, do Rio de Janeiro, fez a seguinte indagação: "Ao determinar preço a ser praticado pelo mercado, não surgiriam os riscos típicos do tabelamento, como a escassez de oferta?"

Também do Rio de Janeiro, há a participação de Son Marinho: "Planos de saúde têm de ter um índice de reajuste máximo? E o papel do órgão regulador, que é a ANS, como fica?"

Novamente, o mesmo cidadão Son Marinho pergunta: "A ANS tem como uma de suas atribuições principais a regulação do mercado de planos de saúde. Como órgão regulador, será que a ANS tem que determinar preço praticado no mercado, livremente negociado entre operadora e empresas?"





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, são três indagações que foram dirigidas a todos. Mas, de qualquer forma, eu vou conceder a palavra à Senadora Ana Amélia, que é uma das que subscreveu o requerimento pedindo que esta audiência acontecesse no dia de hoje.

Com a palavra a Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dalirio Beber.

Quero agradecer-lhe em nome daqueles que requereram esta audiência e que, por algum motivo, não puderam comparecer a esta audiência pública de alta relevância.

Estamos tratando daquilo que... Nos anos anteriores, ter um plano de saúde estava no rol daquelas prioridades de cada cidadão brasileiro. A prioridade é a casa própria, o automóvel e um plano de saúde, exatamente pelas deficiências que temos no sistema universal público, que é o SUS.

A minha participação foi tão somente a de ter proposto ao Senador Randolfe a inclusão da Geap. Mas, como está aqui o representante da entidade, se eu tivesse me dado conta, eu dispensaria o pedido, embora ele tenha trazido informações muito relevantes.

A minha pergunta inicial é: quanto o setor de autogestão participa do mercado brasileiro do setor privado que está operando? Esta é a primeira pergunta: de quantos por cento é a participação do setor de autogestão?

Chamou-me muito a atenção a expressão usada pelo nosso mais entusiasmado defensor do sistema, lá no final. Acho que foi o senhor que falou usando a expressão "autonomia da vontade". A expressão "autonomia da vontade" me chama muito a atenção nisso. E, puxando a autonomia da vontade, o que é que é? É a vontade do trabalhador de ter um plano de saúde. Entendi dessa forma.

Aqui, o Adilson vem com o número de questionamentos na Justiça de um plano de saúde de autogestão. E a Justiça diz: "Não, você aumentou demais." Mas são as próprias pessoas que administram o plano... Eu fico pensando: como é que você justifica que você mesmo está questionando aquilo que é seu? Eu estou fazendo uma coisa errada... É uma contradição para mim, da mesma forma que é uma contradição o fato de que, na Caixa Federal, haja um passivo trabalhista de R\$6 bilhões. É uma empresa pública! É uma empresa... As pessoas que defendem um Estado grande dizem: "Essa é nossa, é do povo brasileiro." Então, como é que você tem, numa empresa pública como a Caixa, um passivo trabalhista de R\$6 bilhões?

Da mesma forma, agora, como é que se questiona, na Justiça, o reajuste de um plano de saúde de autogestão? Então, essa é uma questão, para mim, relevante.

Aqui, os Senadores se questionaram quanto à questão dos reajustes. Eu queria saber do setor privado e do setor de autogestão qual é o impacto que a judicialização nos planos de saúde gera no seu custo final. Quero saber se isso agrava e também se a ANS usa como parâmetro a questão da judicialização, para estabelecer também um nível de equilíbrio financeiro. Senão, vão acabar criando um problema maior.

E o que se viu aqui, nas exposições, é que, de fato, a situação do Brasil não é diferente. A China, por exemplo, a posição de um país do tamanho da China... O índice de participação da Austrália, o índice de participação do setor privado é bem maior. A China, não. A participação da China é mais equilibrada, mas, pelo menos, num país comunista, o setor privado ter essa participação também chama a atenção.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu começo com esse questionamento, para ser breve, porque, daqui a pouco, nós temos a nossa sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É exatamente isso, Senadora Ana Amélia. Então, nós pedimos também objetividade dos nossos convidados, para que nós possamos encerrar, em função da Ordem do Dia, uma vez que já estão acontecendo votações no plenário do Senado. E é para lá que nós temos de nos dirigir, para cumprir a nossa obrigação.

O SR. JOSÉ LUIZ TORO DA SILVA – Estou falando, então, pela Unidas.

Quero agradecer os questionamentos da ilustre Senadora Ana Amélia.

Com referência às autogestões, hoje nós estamos com praticamente 5 milhões de beneficiários, num universo de 47 milhões de beneficiários nos planos médicos hospitalares. Então, esta é a proporção que as autogestões exercem: 5 milhões para 47 milhões, no caso dos médicos hospitalares. Nós entendemos que esse percentual poderia ser muito maior, se a legislação facilitasse a formação das autogestões.

As autogestões são o direito de o empregado, de os trabalhadores, de os servidores se auto-organizarem dentro até do princípio associativo previsto na Constituição Federal. Nós estamos, inclusive, trabalhando junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar e junto à Câmara dos Deputados, que está discutindo o Marco Legal, no sentido de dar um tratamento diferenciado, de facilitar as autogestões, que estão sujeitas às mesmas normas de mercado, que estão sujeitas a Patrimônio Mínimo Ajustado, a uma insolvência, a provisões técnicas, a ativos garantidores e tudo o mais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma curiosidade, com a permissão do Presidente: o sistema tem, por exemplo, hospital próprio, tem laboratório próprio, tem serviço, ou ele terceiriza, com contratos?

O SR. JOSÉ LUIZ TORO DA SILVA – A grande maioria terceiriza. Existem algumas autogestões que até têm alguns serviços de saúde, mas nós temos o menor índice de verticalização de todo o setor. As autogestões, como não é o *core business* delas – muitas vezes, são empresas que têm planos de saúde para os seus próprios funcionários ou grupo de empresas que se organizam –, não têm, muitas vezes, redes próprias. Existem ambulatórios, existem alguns serviços, mas não é um índice de verticalização tão grande, ou, pelo menos, neste momento, não é.

Quanto ao segundo aspecto que a Senadora coloca, o da judicialização, a judicialização, sim, também impacta as autogestões, menos do que nos outros setores, proporcionalmente menos.

Quando vemos, por exemplo, essa questão que a Senadora menciona, a da Geap, boa parte dessas liminares, muitas vezes, é concedida, mas, em segunda instância, é cassada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É derrubada.

O SR. JOSÉ LUIZ TORO DA SILVA – Se nós verificarmos, inclusive, decisões recentes do STJ, prestigiando os contratos coletivos e prestigiando os reajustes que são celebrados pelos representantes, portanto, dessas autogestões... É claro que não são todos que participam, eles têm representantes tanto no Conselho como na Diretoria. Esses representantes tomam decisões lastreados em cálculos atuariais, em estudos profundos, tendo em vista, inclusive, as especificidades que o colega mencionou, até da própria Geap, de que, de cada três, dois são idosos com mais de 59 anos e mulheres.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, na realidade, existem situações que a jurisprudência tem, e muitas dessas liminares concedidas são cassadas mais à frente, tendo em vista essa questão.

Agora, é claro que existe, num primeiro momento, um clamor, até um desconhecimento com referência à questão dos custos médicos hospitalares, à sobrevivência do próprio sistema, mas a judicialização, sim, impacta os setores como um todo. Nós chegamos ao absurdo, por exemplo, em São Paulo, de ter uma súmula do Tribunal de Justiça, a Súmula 102, que estabelece a obrigatoriedade de tratamento experimental, quando a própria lei dos planos de saúde, de forma expressa, de forma clara, no seu art. 10, exclui essa cobertura. Infelizmente, esse é um problema sério.

Nós participamos, inclusive, de discussões no CNJ a respeito disso. Temos enunciados do próprio CNJ, dos fóruns de direito à saúde que foram realizados, mas esse é um dos grandes problemas. Inclusive, na Câmara, discute-se a alteração da lei, até para trazer para o texto da lei algumas questões que estão na regulamentação da ANS, para sinalizar melhor ao juiz qual é essa cobertura.

Há um desconhecimento, muitas vezes, pela sociedade – e aqui eu termino – de qual é o papel, na verdade, da saúde suplementar. Quem tem o dever de dar saúde, no sentido amplo, universal e igualitário, é o Estado. A saúde suplementar não está obrigada ao princípio da universalidade, da integralidade. Está obrigada, até pelo próprio art. 197 da Constituição Federal, a dar aquilo nos limites da lei.

Infelizmente, a questão da judicialização traz realmente um problema muito sério para o setor e acaba impactando muito o custo dos planos de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – José Luiz, eu lhe agradeço.

Pode falar bem rapidinho, por um minutinho, porque estão nos chamando lá, porque estão em votação nominal.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA (*Fora do microfone.*) – O.k.!

Senadora Ana Amélia, eu vou dar um número para a senhora que ilustra bem o impacto da...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Está baixo o som do seu microfone. Ele não está ligado.

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Perdão!

Eu vou dar um número para a senhora que demonstra bem o impacto dessas liminares. Na Geap, 46% dos beneficiários têm ação liminar para contribuir com um preço menor. O último reajuste que nós demos no plano foi de 23,44%. Se não tivéssemos liminares, o reajuste teria sido de 10%. Isso, eu acho, demonstra bem. É pontual.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor mostra esses números para os clientes?

O SR. ADILSON MORAES DA COSTA – Nós tentamos mostrar para os sindicatos, porque são ações dos sindicatos, e argumenta-se isso com o juiz, mas nem sempre o convence.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Ana Amélia, é pena, porque o nosso debate, agora, poderia se aprofundar muito. Isso seria, com certeza, muito elucidativo.

Mas eu gostaria de agradecer, em nome do Senado, da Comissão de Assuntos Sociais, à Karla, ao Rafael, à Ana Carolina, ao Reinaldo, ao José Cechin, ao Orestes Barrozo, ao José Luiz Toro, ao Paulo Jorge Rascão e ao Adilson por essa contribuição que nos ofereceram na tarde de hoje. Então, a todos vocês, realmente, o nosso mais sincero obrigado.

Agradeço a presença das Srs. Senadoras, dos Srs. Senadores e dos ilustres oradores participantes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy e Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Aírton Sandoval, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira e Dário Berger. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas por aprovadas, incluindo as atas da 39ª e da 41ª Reuniões desta Comissão. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros." **Autoria:** Deputado Lucas Vergílio. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2016 - Não Terminativo - que: "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Felipe Bornier. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde — SUS", para estabelecer que serão desenvolvidas estratégias específicas de busca ativa de mulheres que enfrentam dificuldades de acesso aos procedimentos previstos no art. 1º da referida Lei." **Autoria:** Deputada Josiniane Braga Nunes. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS de Redação. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2012 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 4º no art.53 da Lei 8078 de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva e consequentemente nula cláusula contratual que prevê cobrança de taxa de cadastro em contratos de financiamento." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2016 - Não Terminativo** - que "Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Davi





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 464/2012 na forma do Substitutivo que apresenta e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 360/2015 e PLS 112/2016 que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a receita bruta de venda no mercado interno de capacetes de segurança e de vestuário de proteção destinados ao uso por condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT)." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo** - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz no período anterior a 16 de dezembro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2017 - Terminativo** - que: "Autoriza a prescrição da Ozonioterapia em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy (*Ad hoc*), substituiu Sen. Edison Lobão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 129 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja também convidado para a Audiência Pública aprovada em razão do RAS nº 127/2017, para debater a regulamentação da profissão de síndico, o Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicondomínio-DF." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 130 de 2017** que: "Com fundamento no inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017, que autoriza a Ozonioterapia em todo o território Nacional. Para a referida audiência, sugiro a participação dos seguintes convidados: Dra. Maria Emília Gadelha Serra – Presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia – ABOZ; Dra. Clarice Alegre Petramale – Ministério da Saúde; Dr. Calos Eduardo Faraco Braga – Presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru; Carlos Vital Tavares Corrêa Lima – Presidente do Conselho Federal de Medicina." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Resultado:** Lido. Usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Ana Amélia e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/20>



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de cinco itens não terminativos, oito itens terminativos e deliberação de alguns requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Vamos começar com o item 13 da pauta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª. Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Eu queria pedir a aprovação de um requerimento solicitando uma audiência pública sobre esse projeto que vai ser lido daqui a pouco sobre a ozonioterapia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É esse do Senador Lobão?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É um projeto do Senador Lobão. Eu queria propor uma audiência pública depois da leitura do relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem, leremos junto com os outros requerimentos.

Então, esse projeto é de autoria do Senador Valdir Raupp. Eu vou pedir para ele ocupar a Presidência e vou fazer a relatoria *ad hoc* do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Eu estou aqui com um pequeno problema técnico, esqueci meus óculos no gabinete. Peço que a assessoria me ajude aqui.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2017





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Autoriza a prescrição da Ozonioterapia em todo o território nacional.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

Designa *ad hoc* a Senadora Marta Suplicy para proferir o relatório, que é pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LICY (PMDB - SP) – Como relatora *ad hoc* do Projeto 227, do Senador Valdir Raupp, que autoriza a prescrição da ozonioterapia em todo o território nacional.

Relatório.

Vem ao exame terminativo desta Comissão o Projeto de Lei do Senado 227, de 2017, de autoria do Senador Valdir Raupp, cujo objetivo é permitir a prática da ozonioterapia no Brasil.

Para tanto, seu art. 1º autoriza a prescrição da ozonioterapia como tratamento médico de caráter complementar em todo o território nacional.

O art. 2º assegura que poderão ser tratados com ozonioterapia todos os pacientes que optarem por esse procedimento e tiverem indicação médica para se submeterem a ele. Os incisos desse artigo ressaltam que a ozonioterapia deve ser aplicada através de equipamento de produção de ozônio medicinal devidamente certificado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (inciso I) e prescrita como tratamento complementar (inciso II). O parágrafo único do artigo esclarece que a opção pelo tratamento com ozonioterapia não exclui o direito de acesso a outras modalidades terapêuticas.

O art. 3º define a ozonioterapia como procedimento médico de relevância pública e o art. 4º do projeto, cláusula de vigência, estabelece que a lei gerada por eventual aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor argumenta que a ozonioterapia é usada pelo sistema de saúde de vários países em todo o mundo no tratamento de doenças circulatórias e, por possuir propriedades bactericidas e fungicidas, é largamente utilizada para tratar feridas infectadas e controlar infecções hospitalares por organismos multirresistentes. Assim, o proponente considera importante colocar o citado procedimento como opção de tratamento complementar para os pacientes brasileiros.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O projeto, que não recebeu emendas, foi encaminhado à apreciação exclusiva e terminativa desta Comissão.

Análise.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe também a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

Não vislumbramos vício de constitucionalidade material ou formal na proposta. De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Além disso, a matéria de que trata a proposição em tela não se inclui entre os temas de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme elenca o art. 61 da Carta Magna.

Esta iniciativa, portanto, é permitida aos parlamentares.

Não há, tampouco, problemas de técnica legislativa no texto da proposição. Sob o ponto de vista da juridicidade, a matéria visa a suprir a falta de regulamentação do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre a ozonioterapia, que só a reconhece como tratamento experimental.

A ozonioterapia é a técnica que emprega ozônio como agente terapêutico. Uma das propriedades mais reconhecidas do ozônio é a ação germicida; por isso, seu emprego na esterilização de água é aceito mundialmente.

A utilização do ozônio no tratamento de infecções é observada desde o século XIX. Os defensores dessa utilização alegam que a aplicação de ozônio – local, subcutânea, intramuscular, venosa ou retal – atua contra bactérias e fungos que não possuem sistemas de proteção contra a atividade oxidativa do ozônio.

Alguns pesquisadores acreditam que o uso da ozonioterapia pode ter efeitos anti-infecciosos, anti-inflamatórios e analgésicos. Alguns clínicos apontam que essa técnica pode ser efetiva no tratamento de problemas circulatórios; doenças provocadas por vírus, tais como hepatites e herpes; feridas infectadas, inflamadas ou mal curadas; processos inflamatórios crônicos, tais como úlceras nas pernas, colites e outras inflamações intestinais; e queimaduras.

Não obstante, pelos benefícios terapêuticos que a oferta da ozonioterapia pode trazer para a população brasileira, julgamos que a proposta em tela merece prosperar.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017, do qual faço a relatoria *ad hoc* do relatório do Senador Edison Lobão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Em virtude da falta de quórum, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que “dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”, para estabelecer que serão desenvolvidas estratégias específicas de busca ativa de mulheres que enfrentam dificuldades de acesso aos procedimentos previstos no art. 1º da referida Lei.

Autoria: Deputada Josiniane Braga Nunes

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda de redação que apresenta.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Com a palavra a nobre relatora, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPlicy (PMDB - SP) – Obrigada, Senador Raupp.

Vamos ao relatório.

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 20, de 2017, de autoria da Deputada Josiniane Braga Nunes, que propõe alterar a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a tornar obrigatório o desenvolvimento de estratégias específicas de busca ativa de mulheres que enfrentam dificuldades de acesso aos procedimentos previstos no art. 1º da referida Lei. A proposição tramitou na Casa de origem como Projeto de Lei (PL) nº 2.565, de 2015.

O PLC nº 20, de 2017, é composto por dois artigos. O primeiro deles acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 11.664, de 2008, com o seguinte texto:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§3º Para as mulheres que enfrentam dificuldade de acesso aos procedimentos previstos no art. 1º desta Lei, em razão de barreiras sociais, geográficas e culturais, serão desenvolvidas estratégias específicas de busca ativa intersetorial, promovidas especialmente pelas redes de proteção social e de atenção básica à saúde, na forma de regulamento.

O derradeiro artigo determina que a lei eventualmente originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição tramitou em regime de urgência, tendo sido, portanto, aprovada pelo Plenário daquela Casa Legislativa. Destarte, após a apreciação por esta Comissão de Assuntos Sociais, o projeto vai para o Plenário do Senado.

Análise.

A competência desta Comissão para apreciar a matéria sob análise encontra respaldo no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Importante ressaltar que o texto encaminhado à revisão do Senado Federal destoa significativamente do originalmente proposto por sua autora na Câmara dos Deputados, que condicionava o recebimento do benefício do Bolsa Família à realização de um “exame preventivo ginecológico”. Ou seja, as mulheres que não tivessem acesso ao exame seriam duplamente penalizadas, pois, além de serem lesadas em seu direito à saúde, ficariam impossibilitadas de receber os valores imprescindíveis a sua subsistência.

Nesse sentido, a atuação da Relatora pela Comissão de Seguridade Social e Família, Deputada Carmen Zanotto, foi providencial para destituir a proposição do viés punitivo e conferir-lhe um caráter de promoção da saúde para as mulheres. O substitutivo por ela oferecido foi acatado na íntegra pela Deputada Alice Portugal, Relatora, tanto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania quanto pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e aprovado pelo Plenário da Câmara.

Isso foi bom mesmo, porque seria realmente desastroso se nós tivéssemos essa mulher penalizada, porque, muitas vezes, nós sabemos que fazemos as leis, mas a possibilidade real de a mulher conseguir fazer um exame, em muitos rincões do Brasil, é extremamente difícil. Quer dizer, se ela não fizesse esse exame, ela seria penalizada com a saída do Bolsa Família. Ao mesmo tempo, eu entendo a autora do projeto: é uma tentativa de incentivar, ajudar essa mulher, muitas vezes, a poder até dar uma responsabilidade, Senador Raupp, porque muitas mulheres deixam de fazer esse exame e, quando vão fazê-lo, já não têm mais tempo de salvação. Isso não é infrequente, e, às vezes, são mulheres até com amplas possibilidades de fazê-lo. Então, eu entendo o gesto da autora, mas acredito que o substitutivo, em virtude da situação de dificuldade, está certo.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o carcinoma do colo uterino acomete mais de 16 mil mulheres por ano no Brasil, das quais aproximadamente um terço evolui para óbito – um terço





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de 16 mil é muito alto. A maior parte desses óbitos decorre da demora em diagnosticar e tratar a neoplasia e suas lesões precursoras.

Com efeito, estudo recentemente publicado pelas pesquisadoras Rebeca Aguilar e Daniela Soares, da Universidade Federal da Bahia, identificou os principais empecilhos à realização do exame colpocitológico nas mulheres brasileiras. Com base em entrevistas realizadas com pacientes e profissionais de saúde no Município de Vitória da Conquista, no interior da Bahia, as pesquisadoras concluíram que:

Conhecimento insuficiente acerca do exame Papanicolau e da sua finalidade; sentimentos negativos diante do exame como vergonha, medo, constrangimentos; falta de atitude; aspectos relacionados aos serviços de saúde, como acesso limitado, oferta reduzida e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, constituíram barreiras à realização do papanicolau, contribuindo para as mulheres se tornarem mais vulneráveis ao câncer cérvico uterino e, deste modo, impedindo o estabelecimento de ações eficazes no âmbito da prevenção.

[...]

Por fim, [...] [conclui esse estudo] que não basta apenas garantir o acesso ao exame papanicolau nos serviços de saúde, tampouco emitir informações acerca dele. Antes, é necessário garantir que a mulher tenha acesso a essas informações e que estas sejam adequadas a sua realidade histórica, social e de saúde, a fim de que sejam compreensíveis e factíveis. Dessa forma, acredita-se que as mulheres resistentes ao exame papanicolau serão levadas a refletir acerca dos seus saberes e se conscientizarão da verdadeira importância do exame, para que, assim, possam efetivamente realizá-lo.

Trocando uma ideia, Senador Raupp, está muito interessante essa reflexão das pesquisadoras – não só reflexão, mas observação. Vou deixar aqui uma sugestão e que chegue para as emissoras que fazem programas de televisão e novelas principalmente, porque, se puser uma personagem que fica com todas essas questões em relação a não conseguir fazer o exame e depois ver que chegou tarde, dá para inserir em qualquer contexto de novela e ajudaria muitas mulheres a diminuir esse tema.

Eu falo isso porque...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – É verdade, Presidente. As redes de televisão divulgam tantas coisas muito menos nobres do que isso nos horários nobres, então poderiam divulgar muito e contribuiriam muito...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas divulgam muita coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Sim, muita coisa boa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Muita coisa boa. Aliás, vou lhe dizer uma coisa: essa questão do comportamento e essas novelas eu tenho acompanhado. Essa última, que é tão interessante, sobre transgênero, não consegui acompanhar, mas, de vez em quando, vejo uns trechinhos. Mas a novela não vai na frente, não inventa, ela capta. Por exemplo, o grande mérito da Glória Perez agora na novela foi captar essa questão do transgênero, porque vemos o transgênero, mas as pessoas não têm noção. E a novela agora explicou.

Foi por acaso que eu soube. Eu liguei a televisão, estava passando uma moça bonita e tal explicando para alguém o que era transgênero, mas ela não falava o nome transgênero, ela falava do dilema e do desespero dela. Eu olhei aquilo e falei: "Mas ela está explicando o que é transgênero de uma forma que nenhum especialista faria, porque era tão claro para quem estivesse entendendo." Eu não sei como está prosseguindo, agora parece que a família não aceita, tal. Mas a maioria dos cidadãos brasileiros nunca tinha escutado a palavra transgênero e agora sabe que isso não é uma doença e que tem que ser respeitado. E as televisões tiveram mérito importantíssimo na questão da homossexualidade. No começo, de uma forma mais ou menos, porque era caricato, lembra? O homossexual era todo caricato. Depois passaram a ser pessoas como o senhor, como eu, como ela, como ele, como pessoas que têm todo o direito à cidadania, pessoas que merecem respeito.

Então, eu quero parabenizar as novelas, concordando com V. Exª que, às vezes, pisam no tomateiro todo; também concordo. Às vezes a gente vê que estão incentivando coisas equivocadas, mas, aí, é uma questão: as novelas mais pesadas, assim como exposições de arte, como vimos nesse Kerr Museum, têm que ser vistas, assistidas, junto com os pais. Aí, abre-se o debate na casa. Essas questões têm que estar nas mesas das casas.

Eu lembro quando comecei a falar – ainda Deputada – sobre o primeiro projeto de casamento gay. Foi interessante. Está no plenário até hoje lá, porque não conseguimos votar, mas entrou na mesa das pessoas, no jantar, com polêmica, não havia família que pensasse igual sobre homossexualidade – como, até hoje, acho que ainda há muita dificuldade em alguns lares. Mas entrou. Aos poucos, essa questão vai se tornando uma questão mais familiar e hoje temos, segundo a última pesquisa que eu vi, no Brasil, mais ou menos 50% a favor ou contra, o que há 20 anos era completamente diferente.

Bom, concluindo aqui o nosso projeto, voltando ao tema.

É preciso, pois, uma postura mais pró-ativa dos serviços de saúde. Aliás, isto nós também acabamos de aprovar aqui na nossa Comissão, por unanimidade, no plenário também: os agentes comunitários de saúde, e eles podem ajudar muito nessa busca ativa das mulheres, encaminhando para o exame.

É preciso uma postura mais pró-ativa dos serviços de saúde para aumentar a adesão das mulheres às estratégias de controle do câncer ginecológico, tendo em vista que os problemas de acesso às ações de saúde relativas à neoplasia uterina aplicam-se igualmente ao controle do carcinoma mamário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O mérito e o alcance social da proposição encaminhada pela Câmara são, portanto, inquestionáveis. Não obstante, faz-se necessário examinar as questões técnicas relativas ao projeto, em especial a observância da norma culta da língua portuguesa em sua elaboração. A esse respeito, assinalamos que houve inconsistência no ordenamento de alguns vocábulos. Dessa forma, a leitura do dispositivo proposto pode dar a entender que a busca ativa em si deve ser intersetorial, em vez de determinar que a estratégia da busca deve ser organizada de modo intersetorial, envolvendo não apenas a área da saúde, mas também os órgãos de assistência social, sem prejuízo da incorporação de outras áreas da Administração Pública que possam contribuir para a efetivação da medida, inclusive, com os agentes comunitários de saúde, como eu mencionava.

Em virtude das considerações... Não. E também isso é muito interessante, porque também remete a um projeto que aprovamos nesta Casa, que foi a vacina que vai diminuir muito o câncer de útero – e hoje está a propaganda na televisão. Já pode ser encontrada nos postos vacina para meninos e meninas. Eu não lembro bem a faixa etária, mas, se não me engano – se alguém souber aqui, pode me dizer –, acho que é de nove a catorze. É importantíssimo e faz parte disso.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – De HPV?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – De HPV. Exatamente, Senador Raupp.

Em virtude das considerações exaradas ao longo desta análise, somos pela aprovação do PLC nº 20, com emenda de redação que corrige os problemas apontados, sem implicar o retorno da matéria à Casa de origem.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 20, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2017, a seguinte redação:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2017, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

“Art. 2º
.....

§3º Para as mulheres com dificuldades de acesso aos procedimentos previstos no art. 1º desta Lei, em razão de barreiras sociais, geográficas e culturais, serão desenvolvidas estratégias intersetoriais específicas de busca ativa, promovidas especialmente pelas redes de proteção social e de atenção básica à saúde, na forma do regulamento.”

Este é o relatório, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senadora Marta.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2017, com a Emenda 1, CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Devolvo a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Senador Valdir Raupp.

Não, há a Senadora Ana Amélia, que chegou. Podemos ler o dela.

Senadora, vamos agora ao projeto de autoria do Senador Paim, relatoria de V. Ex^a. É o item 6 aqui da pauta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse já foi lido. Já foi lido. É o item 10 que não foi lido.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, é o outro da senhora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o item 10.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É. É o item 10.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – De autoria do Senador Marcelo Crivella...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exato. Marcelo Crivella.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... e de V. Ex^a.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2016

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz no período anterior a 16 de dezembro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*

Não vamos ter quórum hoje, mas V. Exª poderia proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Eu vou resumir, na verdade, esse projeto, para questão de economia regimental, estamos lá com a CCJ. Como todos os Senadores têm cópia do relatório – a Comissão disponibilizou –, vou fazer um resumo.

Ele trata do trabalho remunerado que enseja filiação do trabalhador ao Regime Geral da Previdência Social, de maneira que, na hipótese, não basta comprovar a frequência à escola técnica para fins de enquadramento do aluno-aprendiz na condição de segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social. Aquele que trabalha sem qualquer contraprestação, como trabalhadores voluntários, por exemplo, somente alcança a proteção previdenciária se verter recursos aos cofres públicos, na condição de segurado facultativo.

Tanto é assim, que a Constituição de 1988, em seu art. 195, §5º, condiciona a criação, majoração ou extensão de benefício à indicação de sua fonte de custeio, reforçando, pois, a natureza contributiva da Previdência.

Em face disso, é inviável a contagem de tempo de serviço não remunerado, para fins de concessão de aposentadoria ou de qualquer outra prestação previdenciária.

A mera frequência à escola técnica como fator determinante para o enquadramento do aluno-aprendiz na condição de segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social e, consequentemente, de postulante dos benefícios pecuniários da rede de proteção social em exame, na forma como veiculada no PLS 127, do Senador, de 2016, majora indevidamente o leque tutelar da Previdência Social, por visar ao pagamento de valores a pessoas físicas que não realizaram aportes ou contribuição para a manutenção do próprio regime. Esta é uma grande questão que estamos discutindo aqui no âmbito da reforma previdenciária: exatamente a diferença entre a receita e as contribuições que têm que ser pagas para os segurados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesse sentido, caminham, inclusive, os entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União, que exatamente tratam com esta filosofia de entendimento: você não pode pagar o que você não recebeu nesses casos específicos do menor aprendiz para contagem de serviço.

Houve mandado de segurança em relação a isso – aluno-aprendiz –, súmula vinculante. Muitas das decisões tomadas por ministros, inclusive:

[...] Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA [...]. Concluindo o Tribunal de origem que o agravante não preenche os requisitos legais para o reconhecimento do tempo de serviço, como aluno-aprendiz, por não restar comprovado que recebia, a título de remuneração, alojamento, alimentação ou qualquer tipo de ajuda de custo ou retribuição pecuniária, à conta do orçamento, a modificação das conclusões do julgado implicaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que não é possível, na via especial, em face da incidência da Súmula 7/STJ. IV. Agravo Regimental improvido.

A Relatora foi a Ministra Assusete Magalhães, da Segunda Turma, do *Diário da Justiça*, de 02/06/2016.

Súmula nº 96 do TCU. Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros.

Isso está disponível nas contas do TCU do Governo Federal.

Então, em face dessa súmula, em face de tudo isso, considera-se pela prejudicialidade do projeto do Senador Marcelo Crivella, apesar de reconhecer todo o esforço social da questão dos jovens aprendizes.

E acho que seria também, eu acho que em última análise, até um desestímulo para esses programas de grande relevância social, que é o menor aprendiz. Como se diz, ele é um aprendiz, ele está ali para aprender o ofício, mais para ele, do que para a empresa em que ele está trabalhando.

Em face disso, como já foi afirmado, a proposição merece ser rejeitada.

Este é o voto, pela rejeição do PLS 127, de 2016.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia, que, com seu bom senso e experiência, encaminha bem esse projeto. A ideia é boa, mas completamente fora da...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até porque, Presidente, faríamos uma lei – vamos falar em tese, se fosse aprovada – que iria esbarrar de novo nos tribunais, na inconstitucionalidade, em função exatamente do regramento jurídico existente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E é aprendiz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... na Previdência Social e em todos os outros.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Como V. Exª falou.

Bem, em virtude, então, da falta do quórum para votar esse projeto, que é terminativo, fica adiada a discussão do anterior e desse também e a votação da matéria.

E vamos ler agora os requerimentos aqui na CAS.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 129, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja também convidado para a Audiência Pública aprovada em razão do RAS nº 127/2017, para debater a regulamentação da profissão de síndico, o Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicondomínio-DF.

Autoria: Senador Hélio José

Observações:

- Lido em 06.09.2017.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 130, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com fundamento no inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017, que autoriza a Ozonioterapia em todo o território Nacional.

Para a referida audiência, sugiro a participação dos seguintes convidados:

- Dra. Maria Emília Gadelha Serra – Presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia – ABOZ;
- Dra. Clarice Alegre Petramale – Ministério da Saúde;
- Dr. Calos Eduardo Faraco Braga – Presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru;
- Carlos Vital Tavares Corrêa Lima – Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Observações:

- Lido em 20.09.2017

Concedo a palavra ao autor para encaminhamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Para encaminhar.) – Peço a aprovação para que possamos fazer, se possível, na próxima terça-feira, Presidente, porque, na quarta, já votaríamos o relatório. Então, a audiência pública antecederia a votação do relatório. Se possível, na terça-feira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu não acredito, porque temos que ler hoje e aprovar na reunião que nós vamos ter.

Vamos ter sessão terça-feira? Acho que não. É só na quarta, não é? É só na quarta-feira, então...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu digo: mas não pode ser simbólica a aprovação do requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Tem que haver quórum.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aqui, adotamos como nas outras comissões: ler num dia e aprovar na outra sessão. Então, na outra, certamente poderemos colocar. Aí, vou ver na semana...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É possível que haja pedido de vista do relatório, aí, então, a votação ficaria para uma data posterior.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu estava pensando assim: na semana que vem aprovamos o requerimento. Na outra, se não estiver marcada nenhuma audiência pública, podemos colocar na pauta...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... e votar. Votar não... E fazer a audiência.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Primeiro, audiência pública, depois a votação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com certeza.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quatorze minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência Eventual do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, José Medeiros e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RAS 127/2017 e RAS 129/2017, ambos de autoria do Senador Hélio José.

Finalidade: Tratar sobre a regulamentação da profissão de síndico. **Participantes:** Andressa Sales Lemos, Agente Administrativo da Coordenação de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho; José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Distrito Federal – Sindicondomínio-DF; Paulo Roberto Melo, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais – ABRASSP; Rogério Ramos, Coordenador da Comissão de Assuntos Parlamentares do Conselho Federal de Administração - CFA e Representante do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal - CRA/DF. A Presidência concede a palavra também a Alexandre Corrêa, Vice-Presidente de Assuntos Condominiais – SECOVIRIO; Hermes Alcântara – Vice-Presidente Adjunto de Assuntos Legislativos do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – COFECI / CRECI; Jenner de Moraes, Secretário Executivo do Fórum dos Conselhos Federais e do Conselho de Radiologia; Nesio Nani Reina Filho, representante do Síndico House – Síndico Profissional para Condomínios Comerciais e Residenciais; Fernando A. Santoro Autran Jr., Engenheiro Eletricista e perito. Usaram da palavra os Senadores Hélio José e Ana Amélia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Hélio José, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/21>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos da CAS nºs 127/2017 e 129/2017, ambos de minha iniciativa, para tratar da regulamentação da importante profissão de síndico.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Paulo Roberto Melo, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (ABRASSP) – seja bem-vindo, Paulo –; José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Distrito Federal (Sindicomínio) – seja bem-vindo, José –; Rogério Ramos, Coordenador da Comissão de Assuntos Parlamentares do Conselho Federal de Administração (CFA) e representante do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA/DF) –, seja bem-vindo, Rogério –; Andressa Sales Lemos, Agente Administrativo da Coordenação de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho – Andressa, seja bem-vinda.

Comunico que o Sr. Alexandre Corrêa, Vice-Presidente de Assuntos Condominiais do Secovi, que está aqui conosco, em seguida às exposições dos palestrantes, terá a palavra. Eu gostaria de convidá-lo a se sentar na primeira fila, por favor. Sr. Alexandre Corrêa, muito obrigado pela presença do Secovi.

Também o Sr. Hermes Alcântara, do Cofeci-Creci, a quem muito agradeço a presença. Tudo bem? Sente-se com a gente. Também, depois das exposições, eu lhe concederei a palavra.

Sr. Jenner de Moraes, Secretário Executivo do Fórum dos Conselhos Federais e também do Conselho de Radiologia. Seja bem-vindo. Também lhe concederei a palavra, como a todos, por três minutos, após as exposições.

Do Conselho Federal de Administração, o Sr. Rogério, que está aqui comigo, à mesa.

Quero também comunicar a presença do Administrador Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa. Ele é do Conselho Federal de Administração. Muito obrigado, Marcos.

Cumprimento todos os demais presentes e todos os servidores da CAS. Agradeço à Patrícia e a toda a equipe da CAS, que faz aqui um apoio, e agradecer também aos servidores, aos trabalhadores, aos consultores do Senado Federal, que estão presentes aqui conosco.

Conforme o presente requerimento, esta audiência pública busca possibilitar o debate público sobre a importante questão da regulamentação da profissão do síndico.

Em Brasília e no Brasil inteiro, convivemos diuturnamente com essa figura muitas vezes incompreendida, muitas vezes mal entendida pelos próprios moradores da região, seja nos condomínios verticais, seja nos condomínios horizontais.

Atualmente, inclusive, existem até universidades e faculdades fazendo cursos profissionalizantes ou de tecnólogo para essa importante função, que, cada vez mais, toma espaço fundamental na sociedade, quando o síndico tem que ser o gestor, quando o síndico precisa entender de contabilidade, precisa entender de engenharia, precisa entender de primeiros socorros, precisa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

entender de gestão de pessoas, precisa entender de uma série de questões, até na área de Direito, no caso de conflitos familiares que, muitas vezes, acabam chegando à mesa do síndico.

Então, cada vez mais, essa profissão toma contornos fundamentais na sociedade, e nós não poderíamos deixar de debater a regulamentação dessa importantíssima profissão.

Atualmente, no âmbito do Distrito Federal, já foi instituído o curso de Tecnólogo em Gestão de Condomínios pela Universidade do Distrito Federal (UDF), com vistas à profissionalização da atividade de síndico.

Como a disciplina da atividade de síndico está disposta apenas no Código Civil Brasileiro, é interessante que sejam discutidos os seus reflexos no âmbito do Direito do Trabalho, na medida em que, cada dia mais, a atividade de síndico assume contornos de atividade profissional remunerada. Vários locais já estão contratando síndico que nem sequer mora no condomínio.

Eu, que já fui conselheiro de síndico, fui conselheiro fiscal e já fui síndico, sei como é a vida de quem mora em um condomínio vertical ou em um condomínio horizontal e conheço a necessidade absoluta da figura do síndico.

Por isso, as autoridades do setor nós convidamos. A CNC gostaria de participar, mas faremos outra audiência, se for necessário, talvez no âmbito da Comissão Senado do Futuro, e vamos convidar a confederação. O representante da CNC está aqui hoje ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não. Mas, numa outra oportunidade, com certeza, nós continuaremos o debate. Eu estou com um ciclo de debates...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah, o Dr. Alexandre.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Tudo tranquilo.

Com certeza, nós daremos prosseguimento a esse debate na Comissão Senado do Futuro. Já fizemos uma reunião para debater assuntos relativos aos condomínios e à organização condominial e podemos dar sequência a essa questão do projeto que ainda pretendo apresentar o mais tardar até o final do mês ou no início do mês que vem sobre a regulamentação da profissão de síndico, após esta audiência pública.

A indicação dos convidados foi feita mediante a necessidade momentânea desse assunto, neste momento, da questão da regulamentação da profissão de síndico, que é o objetivo principal que estaremos debatendo aqui hoje.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra para cada orador, inicialmente, por dez minutos, estendendo o tempo, se for necessário, por mais dois minutos – são, no máximo, doze. Então, vou marcar inicialmente os dez minutos. Após nove minutos, a campainha, o sinal vai tocar. Então, a pessoa terá mais um minuto para concluir, mas, se não for possível concluir nesse um minuto, terá mais dois minutos. Eu vou tocar a campainha após os doze minutos para encerrar a fala. Está bem, oradores?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de conceder a palavra ao nosso primeiro orador, mas antes eu vou ordenar aqui com a nossa Mesa. Paulo Roberto Melo, da ABRASSP, vai ser o último; o Ministério do Trabalho vai ser o penúltimo; e o José Geraldo ou o Rogério Ramos inicia. Quem quer iniciar?

Vamos ouvir o Sindicondomínio, o nosso Presidente do Sindicato dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Distrito Federal, José Geraldo Dias Pimentel, que tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis até 12 se necessário.

O SR. JOSÉ GERALDO DIAS PIMENTEL – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço, Senador, a deferência por estar abrindo estes trabalhos.

Quero cumprimentar o meu amigo Presidente do Conselho de Corretores de Imóveis do Distrito Federal, Hermes Alcântara, os membros do Secovi, a CNC, da qual faço parte como vice-presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, demais autoridades presentes.

Na pessoa do Senador, cumprimento a Mesa.

Na última sessão em que aqui estivemos, o Sindicondomínio, como representante dos 17 mil condomínios do Distrito Federal, Senador, pôs-se ao lado da ABRASSP como entidade preocupada e que está atenta para poder contribuir com o que melhor temos, com o nosso corpo técnico, para discutirmos questão tão importante que é a tão sonhada regularização da profissão de síndico.

No ano de 2010, nós tivemos a oportunidade de lançar o primeiro curso superior tecnológico em gestão de condomínios no Brasil. Tivemos o reconhecimento do MEC, tivemos a formatura de quatro turmas. À época, essas quatro turmas foram avaliadas pelo MEC com a nota quatro. E, daí para frente, houve a oportunidade, com a felicidade de Paulo Melo, de criar a Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais, que, no Estado de São Paulo, são chamados de síndicos orgânicos ou síndicos residentes.

Alguns anos atrás, para nós, era motivo de chacota, motivo de deboche, ser síndico no Brasil. Existia, inclusive, um programa na Rede Globo em que, por qualquer problema, chamava-se o síndico. Hoje, não. Hoje, nós, na condição de Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal...

E aí, Senador, só para conhecimento de todos: sou fundador da Pró-Condômino, que é a Associação Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos dos Condôminos, porque nós estamos cada vez mais preocupados com a gestão do nosso patrimônio. Não basta tão somente hoje a pessoa se inscrever em um curso rápido de 30 horas, 35 horas, e sair com um currículo debaixo do braço se apresentando como síndico profissional. Não é isso que nós queremos.

Nós queremos ter oportunidade de discutir com todas as entidades sindicais do Brasil, discutir com todas as associações que possivelmente queiram e defendam o papel de síndico, para que nós, moradores, possamos ter a certeza de que, quando submetermos a matéria a uma assembleia, estaremos submetendo a matéria com a certeza de que, sobre aquele profissional, haverá uma fiscalização da atividade que ele está desenvolvendo, e aí contando justamente com a questão do próprio Ministério do Trabalho e do próprio Conselho Federal de Administração.

Em nenhum momento nós buscamos e queremos que se tenha reserva de mercado – viu, Presidente? Queremos, sim, com certeza, levar às pessoas que se dispõem a serem síndicos ou síndicas no Brasil, pelo menos... Como o senhor foi muito feliz ao dizer: ele tem que ser um generalista, ele tem que ser um clínico geral, mas, para isso, precisamos saber que, como preconiza a 10.406 e a 4.591, de 1964, o síndico tem direitos e deveres, principalmente respondendo civil e criminalmente pelos seus atos. Não podemos é deixar que o mercado se banalize, como vem acontecendo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Hoje nós temos situações, Senador, em que... Recentemente, tivemos um condomínio, aqui no Distrito Federal, em que o síndico desviou R\$700 mil da conta do condomínio, uma vez que os condôminos, por questões até culturais, não participavam incisivamente das assembleias.

Então, nós não podemos deixar sair pelos nossos dedos, pelas nossas mãos, a responsabilidade enorme que esse administrador condominial tem para com a sociedade, e o Sindicondomínio sempre buscou dar aos condomínios todo o suporte jurídico necessário, que seja até a última instância, para que nós, como condôminos, tenhamos a certeza de que o nosso patrimônio não está sendo vilipendiado em função de uma má gestão, porque o síndico que não pratica uma gestão decente e coerente coloca em risco todo o patrimônio de quem ali fez um investimento.

Temos uma situação muito peculiar no Estado de São Paulo: nós temos um condomínio inteiro – vejamos bem – com os seus bens comuns, todos, hoje arrestados para penhora para cumprimento de uma obrigação para com terceiros. Ou seja, os condôminos estão com seus apartamentos estruturados em uma edificação na qual tudo aquilo que é parte considerada comum, inclusive elevadores, está penhorado. Isso é má gestão!

Então, nós queremos, sim, contratar um bom gestor, queremos remunerar, e remunerar bem, de acordo com que o mercado remunera os bons administradores hoje das grandes, médias e pequenas empresas neste Brasil, mas, em especial, nós, como condôminos, requeremos à Câmara Federal e aqui, junto com o senhor, que tivéssemos também a oportunidade de estar... Ao mesmo tempo em que estamos lançando a Frente Parlamentar em Defesa dos Síndicos, da regulamentação dos síndicos e síndicas, que possamos também, no olhar clínico da 4.591, de 1964, e 10.406, Código Civil brasileiro, que possamos nós, enquanto condomínios também, de uma forma muito conjunta, fazer com que a legislação aplicável aos condomínios no Distrito Federal também possa ser modernizada.

Hoje nós temos aqui, na cidade de Goiânia, vizinha à Brasília, um condomínio totalmente estruturado como condomínio horizontal em que eles têm dificuldade de fazer a interpretação e a aplicação da legislação atual para a real necessidade do dia a dia da convivência daqueles condôminos, porque é uma característica diferenciada.

Com esta palavra, eu quero só deixar aqui aberta a oportunidade, Senador, de convidarmos, como Senado Federal, na sua pessoa, as mais de 23 entidades sindicais de condomínios no Brasil, se possível convidarmos todos os SECOVI do Brasil, para juntos estarmos discutindo essa questão, porque é algo de extrema importância para os condôminos no Brasil.

E nós, do Sindicondomínio e da Pró-Condômino, certamente vamos dar aquilo que de melhor tivermos para o enriquecimento desses trabalhos.

Muito obrigado. Agradeço a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado.

Agradeço o nosso querido José Geraldo Dias Pimentel, muito conciso e muito consistente em suas falas precisas.

Quero deixar claro a todos que estão nos ouvindo no Brasil inteiro, pela internet, pelo sistema interativo, que o Senado Federal pode receber perguntas nesta audiência pública através do nosso Alô Senado, 0800-612211, também através no nosso Portal e-Cidadania.

Passo a palavra agora ao nosso nobre Rogério Ramos, Coordenador da Comissão de Assuntos Parlamentares do Conselho Federal de Administração, o CFA, que também representa o Conselho Regional de Administração do Distrito Federal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ao fazê-lo, meu nobre Rogério Ramos, cumprimento todos os administradores deste País, profissão que, cada vez mais, toma contornos fundamentais e importantíssimos para a sociedade brasileira. Em função da questão da organização e métodos, da forma organizativa de funcionalidade, seja nas empresas, seja nos órgãos, seja nos condomínios, seja onde for necessário, o administrador, cada vez mais, é essencial. Então, o meu abraço a todos os administradores do Brasil, meus cumprimentos ao CFA, ao CRA. O meu gabinete, que é o gabinete do Senador Hélio José, gabinete 19, da Ala Teotônio Vilela do Senado Federal, está à disposição dos administradores deste País, para que possamos discutir e apresentar propostas e questões fundamentais para essa importante profissão.

Sou servidor público concursado e sei da importância do administrador público.

Segue com a palavra, então, o Dr. Rogério Ramos, Coordenador do CFA.

O SR. ROGÉRIO RAMOS – Bom, eu queria registrar uma saudação especial ao Senador Hélio José, que tem sido um grande parceiro dos administradores e, sobretudo, do Conselho Federal de Administração, que, não só nesta matéria, mas em outras matérias de nosso interesse, tem se colocado de forma muito carinhosa e muito dinâmica a nossa disposição. Então, fica o nosso registro e o nosso abraço em nome de todos os 400 mil administradores do Brasil, que representamos.

Notamos que há um interesse conjunto em tudo isso que está sendo proposto aqui. Nós, há tempos, temos discutido a questão dos condomínios no Brasil. No início do ano, em São Paulo, nós promovemos um evento chamado Debate Qualificado, para o qual chamamos especialistas, inclusive pessoas que têm livros publicados na área de condomínios. Lá, em razão de algumas informações que coletamos, constatamos que realmente precisamos discutir isso com muita intensidade.

Foi-nos apresentado o dado, por exemplo, de que 10% da população brasileira hoje vive em condomínios residenciais – fora os comerciais. Isto é expressivo num contingente de mais de 200 milhões de pessoas: temos 20 milhões de pessoas hoje morando em condomínios, e há uma tendência natural de que isso se amplie, até porque, mesmo nas classes populares hoje, investe-se em condomínios – isso acontece no Minha Casa, Minha Vida.

Enfim, nós estamos em uma ampliação muito grande dessa temática. A nossa discussão não se atém à questão da figura do síndico. Esse é um processo natural. Se você tem um condomínio pequeno ou até que tem ali uma pessoa que se destacou como síndico e consegue efetivamente fazer uma boa administração daquele condomínio, isso acontece muito tranquilo, vai bem. Mas nós sabemos que, às vezes – e eu já tive a oportunidade de conviver com isso em condomínios, eu mexo, sou da área da construção civil também, a gente nota isso –, pessoas assumem assim: "Ninguém quis, eu vou ser o síndico". E essa pessoa não tem formação na área, não tem aptidão. E, às vezes, não por negligência ou até por má-fé, mas por falta de conhecimento, ela consegue até um embaraço na sua vida com relação à Justiça e outras coisas.

Mas nasce, nessa discussão, uma gestão profissional desse processo, inclusive com a formação de empresas que hoje prestam esse tipo de serviço e que não teriam vinculação a nenhum órgão fiscalizador direto. Nós notamos, inclusive colocamos na nossa proposta de lei – o Senador Hélio José também se dispôs a nos ajudar nisso – em que foi dada entrada nesta Casa, o PLS 439, que a administração de condomínios seria uma prerrogativa exclusiva e de acompanhamento dos administradores. Por quê? Porque nós precisamos profissionalizar isso.

Nós temos hoje condomínios no Brasil, e isso foi colocado nesse seminário que nós fizemos, em que a receita e o número de pessoas que estão envolvidas é muito maior do que o de prefeituras que nem digo pequenas, não, mas médias, por exemplo, do meu Estado do Tocantins. Temos condomínios





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com quase 10 mil pessoas, 10 mil unidades, 5 mil unidades. Nós temos várias cidades brasileiras, a grande maioria das cidades brasileiras não chegam a ter 5 mil pessoas. E a gente nota que você necessita ter ali uma administração profissional. Hoje, uma cidade pequena como essa tem uma Câmara de Vereadores, tem vários secretários, tem toda uma estrutura para fazer a gestão daquilo. E como é que você vai fazer uma gestão dessa sem efetivamente ter uma coisa profissional, ter uma autarquia federal, como é o conselho, para poder colaborar com essa gestão?

O Conselho Federal de Administração, já há algum tempo, deixou de ter o caráter, de ser um conselho do administrador para ser um conselho da administração. Hoje nós registramos no Conselho todos os tecnólogos de áreas afins, na área do turismo, na área da logística, na área do comércio exterior, nas diversas áreas que vêm aparecendo. E os cursos de Tecnologia têm crescido muito. Para vocês terem uma ideia, na nossa contabilidade, no ano passado, nós tínhamos em torno de 700 a 800 mil estudantes de Administração e 300 mil estudantes de Tecnologia, de áreas afins ao Conselho. Hoje nós estamos com quase 1,9 milhão de administradores.

Estudamos Administração de Empresas e temos, pasmem, quase 700 mil estudantes no curso de Tecnologia. Então, nos cursos de Tecnologia – é uma nova vertente da educação, um curso rápido de dois anos, em que especificamente trata um determinado tema, e fico muito feliz de essa discussão estar sendo criada dentro dos síndicos –, o que nós queremos? Abrir as portas para vocês. Até porque, hoje, o Governo Federal tem uma resistência muito grande em criar conselhos. Há quase um impedimento de criar conselhos. Então, nós estamos aqui, nos colocamos à disposição, estamos de portas abertas, inclusive com toda a legislação já pronta, para registrar o tecnólogo na área de síndico. Ponto pacífico.

Segundo ponto: as empresas que fazem administração de condomínios, neste caso, se registrariam e teriam o nosso acompanhamento, a responsabilidade técnica daquele profissional em atuar como administrador de condomínio, isso sob a nossa responsabilidade. Então, de uma forma muito pragmática, muito simples, o que nós propomos é isso. Estamos prontos para discutir e, inclusive, ajudar nessa mobilização. Nós temos uma Frente Parlamentar pela Administração – e não pelo administrador – na Câmara Federal, com mais de 300 Deputados já formados, entendeu? Então, nós temos um poder de mobilização, inclusive no próprio Senado também, com articulação, uma vez que em todas as unidades da Federação nós temos um conselho regional que tem ligação com o seu Senador, que tem uma ligação política. As pessoas às vezes se assustam e falam assim: "É, mas por que um conselho discute política?" Sabe, Senador, nós precisamos combater um negócio hoje que se chama apoliticismo, que é uma doença da democracia; é as pessoas acharem que não é na política que está a resolução dos problemas. Não é você achincalhando ou se afastando da política e dos políticos que vai resolver os problemas. Nós precisamos nos aliar aos políticos, aos mandatários, e buscar fórmulas, como nós estamos buscando hoje, de resolver um problema sério, um problema que não é de hoje – ele vai cada dia estar maior, porque ele é crescente –, e desta forma achar um denominador comum para tudo isso.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Dr. Rogério Ramos. Obrigado aos administradores do Brasil, a minha saudação especial a todos vocês, e fico aí, no aguardo. A gente está cada vez mais dialogando, se aproximando mais aqui do Congresso Nacional.

Eu queria cumprimentar a Srª Andressa Sales Lemos, ela é do Ministério do Trabalho. Estive com o Ministro do Trabalho na semana passada e sei da importância dessa profissão de síndico pelo nosso





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasil. Queria cumprimentar nossa nobre Senadora Ana Amélia, Senadora do Rio Grande do Sul, uma pessoa que acompanha diuturnamente também os debates nesta Casa e membro assíduo aqui da CAS, dessa importante audiência pública que nós estamos fazendo sobre a questão da regulamentação da profissão de síndico.

Dr^a Andressa Sales Lemos, estive lá no Ministério do Trabalho, fui bem recebido pelo nosso Ministro Ronaldo. Quero cumprimentá-la, passar-lhe a palavra para se manifestar nesse importante requerimento sobre a questão da regulamentação da profissão de síndico.

A SR^a ANDRESSA SALES LEMOS – Obrigada.

Bom dia a todos. Como foi falado, meu nome é Andressa, eu trabalho na Coordenação de Identificação e Registro Profissional, trabalho com projetos de regulamentação de profissão e registro profissional, com os quais o Ministério trabalha, incumbido de emitir o registro profissional.

Quando a gente fala em regulamentação de lei, é um assunto bastante polêmico, porque ainda há muitos estudos no âmbito do Governo Federal. E nós, como Ministério do Trabalho, nos atentamos muito para o art. 5º, inciso III, da liberdade profissional, e tratamos a regulamentação como a exceção mesmo do livre exercício profissional. Aí, a gente tem que se atentar aos motivos que são relevantes para que essa profissão possa ser regulamentada por meio de lei.

Aí, a gente cai nos critérios do que é um grave dano à sociedade, que precisa ter todas as atribuições e os deveres instituídos por meio de lei, os critérios de qualificação. Hoje em dia nenhum Estado brasileiro tem um curso profissionalizante na área. A maioria dos cursos hoje são cursos livres, não se tem muito curso técnico nem tecnológico. Então, é um estudo que precisa ser feito junto ao Ministério da Educação. Universidade, bacharelado, então, nem se fala. Acho que na área de síndico nem existe.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANDRESSA SALES LEMOS – Só aqui em Brasília. Então, a gente tem que...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANDRESSA SALES LEMOS – É... Tem que ser observado esse ponto, para que se possa atender os demais Estados, e não restringir que a população venha a exercer a atividade de síndico por não ter a qualificação necessária na área.

Uma vez que a profissão é regulamentada, a gente pensa em conselho de fiscalização, porque se entende que a profissão causa algum dano à sociedade e, assim, precisa ter o seu exercício profissional regulamentado e fiscalizado contra alguma imperícia profissional.

Hoje, nós temos mais de 4 mil ocupações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Dessas 4 mil, apenas 79 são regulamentadas por meio de lei e, dessas 79, 47% tem conselho de fiscalização, 18% têm ingerência do Ministério do Trabalho e 35% não têm ingerência do Estado sobre o exercício profissional.

Então, eu venho chamar atenção para o fato de que realmente precisa haver um estudo mais aprimorado da área, verificar os riscos que a atividade imprudentemente possa ocasionar à população e à sociedade e verificar uma forma de todos os Estados brasileiros poderem ser contemplados.

Então, é essa a minha participação aqui hoje. Eu agradeço a oportunidade. O Ministério do Trabalho se sente honrado em participar de audiências públicas. Estamos à disposição.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimento V. S^a, nobre palestrante Andressa Sales Lemos.

Passo a palavra ao último componente da mesa que não falou ainda, o Paulo Roberto Melo, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (Abrasp). Com a palavra.

Cumprimentando todos os síndicos, Presidente, na sua pessoa e na pessoa do nosso José Geraldo Dias Pimentel, quero dizer que os nossos gabinetes – tenho certeza de que tanto o meu quanto o da nossa nobre Senadora Ana Amélia aqui no Senado – estão abertos e à disposição para dialogar e conversar com esse importante ente da sociedade que é o síndico.

Obrigado.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Obrigado, Senador Hélio José, obrigado também à Senadora Ana Amélia, que se faz aqui presente, Senadora pelo Rio Grande do Sul, Estado que tem muitos síndicos e muitos condomínios.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a licença do Presidente, digo que meu domicílio é Brasília, eu moro no Noroeste e o meu síndico, Rodolfo Vaz, é muito competente, foi reeleito já pela segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Valeu.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Parabéns, Senadora.

Obrigado.

Eu quero dizer o seguinte: hoje, no Brasil, um terço da população vive em condomínios. Nós temos que pensar em condomínios, temos que em pensar síndicos também, porque quando tem um síndico bom, um bom gestor, um gestor eficiente – está aqui o Presidente do Conselho Regional de Corretoras de Imóveis e Vice-Presidente do Cofeci – o condomínio valoriza, os imóveis são valorizados. Quando tem um síndico ineficiente, infelizmente o condomínio cai ao fracasso e ninguém consegue vender os seus respectivos imóveis.

Os condomínios passaram por uma grande transição nos últimos anos. A série de exigências para o bem-estar dos moradores fez com que a profissionalização do síndico virasse realidade. Antigamente, apenas as donas de casa e aposentados administravam condomínios, porém, com o *boom* imobiliário que vivemos nos últimos anos e a construção de grandes condomínios, o mercado sentiu necessidade de evoluir e, no lugar dessas pessoas com boa intenção, surgiram síndicos profissionais, até porque os profissionais, os moradores de condomínios têm que focar no trabalho deles e, às vezes, não dava para poder atuar como síndico profissional.

O síndico profissional se tornou indispensável nos condomínios brasileiros. A renda mensal mais elevada no País está entre os residentes de condomínios de casas e apartamentos. De acordo com o IBGE, é de R\$6.275 a média de renda por pessoa que vive nos condomínios de apartamentos e de casas. É a mais elevada entre os tipos de domicílios pesquisados pelo instituto.

Moradia, negócios e impostos. As áreas urbanas se adensam cada vez mais e os edifícios abrigam, ano a ano, um número maior de unidades. Está aí Brasília, o Estado de São Paulo e os condomínios do Minha Casa, Minha Vida também não deixam a gente mentir. Antigamente, as políticas públicas de habitação entregavam o lote ou a casinha. Agora, não. Agora, é um apartamento. E onde? Em um condomínio. Também aumentaram as necessidades dos condôminos, o que leva à expansão dos serviços, dos gastos e, conseqüentemente, da arrecadação de tributos.

Alguns dados sobre condomínios e síndicos no Brasil. Mais de 68 milhões de pessoas moram em condomínios. Esses condomínios são administrados por mais de 421 mil síndicos e síndicas no Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os condomínios brasileiros movimentam mais de R\$165 bilhões por ano. Então, são números gigantescos em que nós temos que pensar porque o que não dá mais é para ficar como está. Nós temos que criar uma opção para que possamos resolver essa situação.

Síndicos por gênero no Brasil. As mulheres já são maioria nos condomínios. São 216.189 mulheres síndicas no Brasil. Os homens são 205.202. São 11 mil síndicas a mais no País. Realmente, tem aumentado muito a quantidade de síndicas no País e é algo interessante, porque, na política, é o contrário – não é, Senadora Ana Amélia? Os homens são maioria na política.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Síndicos por idade no Brasil. Abaixo de 30 anos, são 12%; de 31 a 45 anos, 23%. O outro não apareceu ali, acho que são quarenta e poucos por cento, de 46 a 60 anos. Por que não? E, acima de 61 anos, 19%.

Essa apresentação vai ser encaminhada a vocês, já está disponível também no *site* da ABRASSP.

Condomínios e síndicos por Estado. Aqui há uma listagem, vou mostrar para a Senadora Ana Amélia o Estado dela: Rio Grande do Sul, 19.687 síndicos ou condomínios. Ao todo, temos 421 mil condomínios e síndicos respectivamente. Em Brasília, são 17.568.

Como vocês fizeram isso? Nós pegamos alguns dados das companhias de energia e de água dos Estados. Aí, nós compilamos e montamos essa estrutura pelo CNPJ do condomínio.

Vamos ver. Quem pode ser síndico profissional? Primeiro, acontece o seguinte: o síndico profissional só surge quando ninguém quer ser síndico do condomínio, ninguém do condomínio se habilita ou se candidata ao cargo de síndico. O síndico do condomínio geralmente é o síndico orgânico, aquela pessoa que mora lá, aquela pessoa natural, orgânica. E um síndico profissional pode ser contratado para desempenhar a função. De acordo com o Código Civil, o síndico não precisa ser necessariamente morador ou proprietário de uma unidade do prédio.

A lei diz: "Art. 1.347. A assembleia escolherá um síndico, que poderá não ser condômino, para administrar o condomínio, por prazo não superior a dois anos, o qual poderá renovar-se." E, através desse instrumento, nós síndicos profissionais utilizamos isso para atuar como síndico profissional. Nós queremos uma forma, uma regulamentação mais efetiva, uma vez que o síndico profissional realmente é generalista, é um clínico geral, tem que entender de engenharia, administração, contabilidade, valorização dos imóveis e assim por diante.

Eu estudei melhor da audiência anterior para esta. Eu percebi que o síndico profissional não pode ter carteira assinada, ele tem que ser uma empresa, tem que ser uma pessoa jurídica. Por quê? Porque, senão, gera vínculo trabalhista com o condomínio. Aí, nós temos que ter a figura do administrador condominial, uma pessoa para ajudar o síndico profissional ou o síndico morador em grandes condomínios. Aí, sim, pode ser contratado pelo condomínio.

Então, o síndico pode valorizar ou desvalorizar os imóveis. Eu também sou um pouco contra algumas restrições com relação a uma reserva de mercado específica, por exemplo, do próprio CRA, apesar de ficar muito feliz e achar que é um bom caminho também a gente ter, no mínimo, empresas de síndicos profissionais com registro em algum conselho – pode ser o CRA, pode ser o Creci e outros conselhos também que... Mas tem que haver um registro e uma fiscalização de uma autarquia pública federal, porque senão, do jeito que está, se ficar o negócio muito solto, a coisa não acontece.

Antes de finalizar, a ideia é montar uma agenda de trabalho, minha gente: os síndicos se reunirem, as entidades de condomínio se reunirem, fazermos uma agenda e, juntos, em diversas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mãos, construirmos um projeto de lei que regule realmente a profissão de síndico. Então, o que é a ideia? Hoje já sair daqui com um grupo de trabalho formado para escrever o texto das diretrizes da lei de regulamentação da profissão do síndico profissional. Por que hoje... Ah! O Senador pode fazer isso. Sim, ele pode, porém, às vezes ele faz uma legislação específica, que desagrada A, B ou C. Então, a ideia seria a criação desse grupo de trabalho para poder regulamentar, ouvir as pessoas, discutir sobre uma possível regulamentação – se realmente é interessante, se não é. E, ao regulamentar, temos que criar...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROBERTO MELO – ... um CNAE de síndico profissional, da empresa síndico profissional, inclusive, se possível também, no MEI, porque fica mais fácil ainda para o síndico profissional.

No dia 21/10, ocorrerá a criação do grupo de trabalho para redigir o texto das alterações da Lei nº 4.591, de 1964. Ela foi bastante atualizada já, porém, eu acho que tinha que ser feita uma atualização bem completa. Ela dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, criando a personalidade jurídica do condomínio, porque não existe essa personalidade jurídica.

No dia 21/11, o Senador Hélio José tem este compromisso: vamos fazer juntos a implantação da Frente Parlamentar em Defesa dos Condomínios e em Apoio aos Síndicos Brasileiros. Essa Frente Parlamentar será mista, se eu não me engano, com a participação de Deputados e Senadores. Vamos ter a bancada dos condomínios e dos síndicos.

No dia 23/11 – essa já é uma outra reunião, também com relação a condomínios –, será a criação do grupo... Já existem, inclusive, projetos de lei nesse sentido tramitando aqui no Congresso, para poder fazer a legislação que implanta a autovistoria preventiva nas edificações. Existe essa legislação em diversos Estados brasileiros – inclusive, o Rio de Janeiro acho que foi um Estado pioneiro nessa legislação –, e nós precisávamos de uma nacional, pois muitos Estados não têm essa legislação, como Brasília, Goiás e outros Estados. Essa legislação salva vidas, uma vez que não vai ocorrer mais o que ocorreu no Rio: aquele caso daquele prédio que desabou.

Dessa forma encerro a nossa apresentação.

Eu me coloco aqui à disposição.

Então, o que nós queremos, gente? Que o síndico tenha atribuição, tenha critérios de qualificação, porque é uma profissão de alto risco.

Assim, eu encerro a minha apresentação.

Muito obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Gostaria de agradecer pela fala ao nosso nobre Presidente da ABRASSP, Paulo Melo, e dizer que realmente meu gabinete se coloca à disposição para apresentar projeto de regulamentação da profissão, depois de amplamente discutido por todos, para podermos, juntos... Quero até pedir vênias à nossa Senadora Ana Amélia, se pudesse colaborar para construir realmente essa frente parlamentar para discutir todas as ideias com relação tanto ao profissional síndico quanto com relação aos condomínios. Estamos aí coletando assinaturas para viabilizar essa discussão com mais tranquilidade na Casa. Já fizemos o debate na Comissão Senado do Futuro; estamos fazendo esta aqui na CAS; vamos voltar a fazer outro na Comissão Senado do Futuro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O objetivo da Comissão Senado do Futuro é orientar projetos legislativos da Casa. Então, o objetivo é esse.

Eu queria passar a palavra para a nossa nobre Senadora Ana Amélia.

Em seguida, passarei para vocês três. Eu já tinha comentado que passaria a palavra.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, meu caro Senador Hélio José.

Nada como uma audiência pública para você esclarecer pontos. Essa é uma matéria que já foi submetida à Câmara Federal, com um projeto que foi recusado, porque fica muito claro que a função de síndico não é... Ele não é um trabalhador. Ele é escolhido. É uma função. Não é uma profissão. Ponto. Me preocupa muito – e aqui eu faço voz ao Presidente dos Corretores de Imóveis do meu Estado, do Rio Grande do Sul, através do seu Presidente, do Secovi e também da Agademi – que, nas palavras do nosso Presidente Moacyr Schukster, abordem muito bem esta questão dizendo: "Julgamos importante a manifestação nessa fase de debates, a fim de que, dentro do possível, se evite o surgimento do projeto de lei regulamentando a profissão de síndico. Todavia, surgindo, desde logo queremos sinalizar a impertinência dessa proposição, que, se eventualmente aprovada, vai desnaturar a figura legal do síndico de condomínio, com certas possibilidades de prejuízos para os condôminos".

Aliás, o Paulo Roberto lembrou que a questão sugere que o síndico seja de uma empresa, porque se for ele pessoa física, contratado como trabalhador, toda a legislação trabalhista vai incidir depois em uma rescisão de contrato ou em uma indenização, que pode ser milionária para todos os condomínios. É bom lembrar isso. Agora, quando você cria uma profissão para criar uma empresa, é melhor você criar uma empresa diretamente, e não uma profissão de síndico. Eu acho que é mais lógico, até porque tivemos o antecedente de uma lei que foi regulamentada.

O condomínio, embora tenha capacidade processual, é um ente sem personificação jurídica, instituído e regulado por lei especial e pelo Código Civil brasileiro, que não desenvolve qualquer atividade econômica ou não. O condomínio resulta da peculiaridade da reunião de interesses daqueles que são detentores de um patrimônio comum, representado por frações ideais vinculadas de forma indissociável das unidades privativas.

Para representar o patrimônio comum desses proprietários, a Lei Especial nº 4.591, de 1964, seguida da Lei nº 10.406, de 2002, consagrou a figura do síndico, pessoa física ou jurídica, que poderá ser condômino ou não, mas que será o detentor de um mandato – art. 635 do Código Civil brasileiro – outorgado pela assembleia geral dos condôminos. Eleito, escolhido o síndico, e tendo este aceito o encargo, que poderá, a cargo da assembleia, ser remunerado... Aí está, ele pode ser remunerado. Muitos casos são remunerados, e aí passa a ser uma atividade interessante, até porque ele ocupa parte do seu trabalho, da sua atividade, excetuando o caso dos aposentados, mas, ainda assim, para ele, aposentado, é um aumento da sua renda, o que é importante e é um estímulo para ele ser síndico.

Muitos casos são remunerados, e aí passa a ser uma atividade interessante, até porque ele ocupa parte do seu trabalho, da sua atividade – excetuando o caso dos aposentados, mas, ainda assim, para ele, aposentado, é um aumento da sua renda, o que é importante e é um estímulo para ele ser síndico –, passa ele a representar o condomínio ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. Vale dizer que o síndico representa os interesses do condomínio e, em nome deste, pratica atos de gestão e por ele se responsabiliza nos termos, prerrogativas e responsabilidades da lei especial. A





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sindicância, pois, é uma função que não pode ser confundida com profissão, dadas essas peculiaridades.

Aqui eu também me preocupo porque, nessa semana que passou, eu estive presente – representando com muita honra o Ministro das Cidades, Bruno Araújo – na entrega de um condomínio com mais de 200 unidades do Minha Casa, Minha Vida, num bairro bastante carente da cidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul. E uma moça é a síndica, confirmando ali os percentuais de mulheres comandando os condomínios. Não acredito que essa moça – não só neste caso, mas em vários outros... Por que ela foi escolhida síndica pelos moradores? Foi pela sua liderança, pela sua capacidade de trabalho, pela confiança dos condomínios nas atitudes dessa líder. Então, ela tem um valor que é intangível, que é o valor da confiabilidade, da confiança que há na gestão daquela pessoa. E certamente, se fizer alguma estripulia, vai ser retirada daquele cargo, não sei se por *impeachment*, mas será retirada. Essa é uma questão.

Como é que nesses casos, você tendo que regulamentar uma profissão com determinado grau de escolaridade, você vai assegurar? Estamos fazendo uma discriminação a esses condomínios: "Então, lá pode e lá não pode." Aí também há uma outra questão, há outro dado. Quem vai fiscalizar? Vamos ter que criar – criando uma profissão – um conselho regional de síndicos, depois um conselho federal de síndicos. Vejam só, o Estado brasileiro, que está à míngua, pode suportar fazer isso? Essa é a questão. Então, se nós vamos criar empresas, vamos fazer um projeto de novo. Para administrar condomínio é uma empresa individual. Vamos supor isso, porque aí não cria o problema do vínculo trabalhista, que é a preocupação.

Acho também, caro Paulo Roberto e caro Senador Hélio José, que o Brasil é muito grande e você não pode estabelecer uma lei nacional baseada na realidade de Brasília. Então, se Brasília tem... Eu moro aqui há mais de 30 anos, você não tinha nascido ainda, Paulo Roberto, quando eu cheguei aqui, eu moro há quase 40 anos em Brasília, eu vim em 1979 e adoro esta cidade, adoro Brasília! Eu moro num bairro que nasceu quando eu já estava aqui, há muito tempo. O Sudoeste nasceu depois de mim; uma parte do Guará nasceu depois que eu vim para cá, vários bairros.

Eu morei no Lago Norte durante muito tempo, a cidade mudou totalmente. Se você regulamentar uma lei federal – que vai ser uma lei para o Brasil – com base na realidade de Brasília, que tem faculdade, que tem um curso para administrador de síndico... Agora, por conta de haver o interesse de uma escola, de uma universidade, que tem um curso para síndico, estabelecer uma regra para o Brasil inteiro? Nós não vamos examinar o Nordeste, a Região Nordeste. Vê-se até o número de síndicos em Brasília. Pelo tamanho do Distrito Federal, comparado com o Rio Grande do Sul, há uma coisa que não bate, o número aqui de condomínios é maior do que no Rio Grande do Sul, comparado à população. Para mim, fica uma coisa um pouco distorcida em relação à população. Avaliaram as cidades médias, as outras cidades...

Então, penso que é preciso andar com cuidado para, em vez de você criar uma facilidade, criar uma dificuldade para os condôminos.

Nesse grupo de trabalho, acho que a discussão tem que ser feita, é fundamental que os donos dos imóveis, os representantes dos imóveis, as administradoras de imóveis, os corretores de imóveis sejam parte desse processo, porque eles conhecem a realidade da situação hoje dos condomínios – até os próprios investidores que fazem os condomínios, fazem os edifícios. Eu falo isso porque nós temos lá o Rodolfo Vaz, que é até servidor da Câmara Federal, uma pessoa excelente, tem lá a sua sala no próprio condomínio, está estruturado para isso, atende a todos, faz as assembleias, tudo adequado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu queria ponderar isso, Senador Hélio José, e cumprimentá-lo pela iniciativa. Acho que o senhor é comprometido com a realidade local, o senhor é um Senador do Distrito Federal e a sua realidade é essa. Mas eu, como Senadora do Rio Grande, trago essas apreensões do setor. Eu sou uma generalista, como somos todos nós os Parlamentares. Eu trago isso e só peço muitas desculpas, porque nós estamos na Comissão de Relações Exteriores, com o Ministro Comandante da Aeronáutica, discutindo a questão do satélite, que é um tema que interessa a V. Ex^a, que é a questão da Eletrobras e do satélite para as telecomunicações. É um tema também candente, porque precisamos também não só de bons condôminos, de bom síndico, mas precisamos também de boas telecomunicações.

Agradeço e parabeno o senhor e os expositores todos que aqui vieram participar desta audiência. Se for feito esse grupo de trabalho, penso que é fundamental que tragam também os representantes dos condôminos, dos donos dos imóveis que elegem os seus para entender um pouco essa participação – não sei se estão aqui os da associação...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente.

Então, agradeço muito. Vim aqui em homenagem ao Senador José, que é combativo em defesa dos interesses do Distrito Federal.

A minha assessoria vai ficar aqui anotando todas as ponderações que forem feitas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Senadora Ana Amélia. As suas observações, com certeza, serão muito bem consideradas e encaminhadas, sem dúvida. Eu, inclusive, não tomei a iniciativa de apresentar a proposição legislativa exatamente porque eu queria fazer esse debate com o cuidado necessário, como fizemos na Comissão Senado do Futuro, estamos fazendo agora, vamos fazer mais uma, e fazer esse grupo de trabalho primeiro. Porque, exatamente como a senhora coloca, a realidade do Brasil é muito diferente de uma região para outra, e trazer para a Casa só mais um projeto por trazer não valeria a pena. As observações que V. Ex^a nos traz aqui, com certeza, são muito importantes.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só quero deixar o número do projeto de lei que a Câmara examinou em 2011, tratando da mesma matéria – o Relator foi o Deputado Laercio Oliveira, e o Eduardo Azeredo foi autor, o Governador de Minas Gerais –, que é o Projeto de Lei nº 2.225, de 2011, que foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Só um aparte com relação ao que a Senadora Ana Amélia falou. Isso é muito interessante. Realmente a gente não quer acabar com a função do síndico, nós queremos manter. Mas quando o condomínio resolve eleger um síndico profissional, que tenha diretrizes, que não seja qualquer um... Por exemplo, como está hoje, Senadora, se o condomínio não quiser ninguém do condomínio, se passar um mendigo na rua e o condomínio quiser eleger, eles elegem. Perdoem-me, mas infelizmente é assim. O que nós queremos são diretrizes para que possa ser ficha limpa se elegerem alguém de fora. Nós não queremos que fique como está.

E há uma outra questão muito interessante também. A senhora falou dos condomínios do Minha Casa, Minha Vida. Inclusive, nós fizemos o primeiro debate e chamamos o Ministério das Cidades para poder... O que acontece? O Ministério das Cidades entrega os apartamentos, entrega os condomínios para pessoas que nunca moraram em condomínios; então, o que acontece? Muitas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

brigas. Inclusive, os síndicos – se fizerem um estudo, verão – não duram mais de dois ou três anos no mandato de síndico, porque o pessoal quer destituí-lo. Aqui no Manguelral, no Paranoá Park e em outros condomínios pelo Brasil acontece muito isso, porque as pessoas nunca moraram em condomínios.

Então, o Ministério das Cidades deveria oferecer... Quando você vai batizar alguém, quando vai se casar, pelo menos na Igreja Católica, você tem que se fazer um curso de batismo ou para poder se casar. Então, tinham de oferecer um curso também para quem vai morar em condomínio, porque a pessoa não sabe viver em condomínio, o que gera muita confusão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Permita-me, Presidente.

Paulo Roberto, essa uma questão cultural.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Seja um síndico profissional, seja um síndico eleito, ele vai ter o mesmo problema, porque o problema está na cultura das pessoas que não estão habituadas a esse tipo de convívio social.

Eu, por exemplo, tive de me reeducar. Eu morava em uma casa e, hoje, eu moro em um apartamento. A pessoa de cima, de madrugada, faz barulho – entende? – e eu tenho de conviver com isso, ou seja, tratar de não me estressar com o barulho. E já avisaram: "Não, mas a pessoa..." Enfim, é uma questão de cultura.

Então, o problema, nesse caso, que eu acho que existe e que vai acontecer, está ligado à cultura e à educação das pessoas no convívio social, porque é mais fácil, digamos, você aceitar em um nível médio de educação para cima... Mas, às vezes, mesmo com um nível alto, há bate-boca de condôminos. Lá no Edifício Chopin, no Rio de Janeiro, que é o lugar mais elegante, vocês sabem o que aconteceu, não é? Então, barraco tem em tudo que é lugar. Barraco é um negócio...

Então, imaginem ali, que é uma convivência coletiva de pessoas que, como bem disse o Paulo Roberto, não estão habituadas àquilo. Moravam, digamos, em um bairro de risco, de muito risco, foram alocadas ali para melhorar... Eu vi os condomínios. São maravilhosos! Em Caxias do Sul, por exemplo... Aí, depende da cidade. Eu, de novo, falo da realidade de cada local. O País tem culturas diferentes. Eu tenho certeza de que em Caxias e Lajeado as diferenças de comportamento existem, porque a cultura das pessoas que estão ali dentro é diferente também.

Então, como eu disse, isso vai acontecer com síndico profissional... O barraco vai acontecer de qualquer jeito.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Senadora.

No e-Cidadania, que é exatamente o nosso portal de participação interativa, o Sr. Ricardo Trilhas fez o seguinte comentário: "Bom dia! O papel social do síndico é muito importante para as famílias e merece uma atenção especial na regulamentação da profissão. Valorizar o profissional é uma obrigação da sociedade para que ele desempenhe bem o seu papel e mais pessoas se motivem a seguir o caminho."

O nosso Artur Alvim Cury fez o seguinte comentário: "Merece uma atenção especial essa profissão! E seriedade! Lidam com moradores de forma coletiva e praticam indiretamente posturas democráticas dentro do prédio!!!"





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Sr. Camilo Silva, contra a regulamentação, faz o seguinte comentário: "Não concordo com a regulamentação da profissão de síndico. Todos os moradores têm o direito de ser votados. Tem síndico aqui no meu condomínio que não larga o osso. Se for aprovado, então não dará chance para outros candidatos a síndico." Essa é a posição do Sr. Camilo Silva.

Outras estão chegando no e-Cidadania.

É importante o debate sobre a regulamentação da profissão de síndico, com o que vamos prosseguir. Eu tenho autonomia de apresentar o meu projeto a qualquer hora, porque é constitucional esse direito de qualquer Parlamentar. Estou convencido de que é importante debater e fazer a proposição legislativa, que farei da forma mais adequada possível. E os prós e os contras serão contradições e colocados no momento adequado, com muita justeza.

Por isso, foi muito importante a intervenção da colega Ana Amélia, que é uma pessoa muito atuante também e que nos alertou sobre a questão relevante da diversidade regional, que existe. Temos de ficar muito atentos a isso para podermos fazer uma propositura ou um PLS abrangente, inclusivo, e não um PLS que não venha a abarcar toda a realidade brasileira.

Passo a palavra ao nosso nobre Alexandre Corrêa, Vice-Presidente de Assuntos Condominiais do Secovi Rio.

O SR. ALEXANDRE CORRÊA – Bom dia a todos.

Senador Hélio José, agradeço, em nome do Secovi Rio e da CNC, a oportunidade de participar desta importante audiência pública.

O tema, de certa forma, é pulsante. Deu para ver, pelas pessoas que me antecederam, a diversidade de entendimentos a respeito do tema, e nos surpreende muito se falar em regulamentação de uma profissão no momento em que sequer o exercício da função de síndico é uma profissão. Nós não falamos isso de maneira despreocupada. Nós falamos isso efetivamente porque, como disse a Senadora Ana Amélia, a função de síndico ou o exercício da função de síndico é feito através de um mandato. A previsão legal existe desde a Lei 4.591, de 1964, e passou a ser regulada mais recentemente pelo Código Civil.

Quando se tenta trabalhar numa visão de que a função passou a ser profissional por ser remunerada, nós também entendemos que esse argumento não suporta a leitura da própria lei, porque, desde 1964, já existe a previsão legal de que a função de síndico pode ou não ser remunerada. Então, quer dizer, não é efetivamente... Por essa demanda que existe hoje talvez até por parte dos condôminos de não quererem participar das assembleias, de não quererem assumir a representação legal do condomínio eventualmente – porque é o local em que eles residem e pode haver algum tipo de discordância, algum tipo de contratempo em que ele acabe se colocando numa posição desagradável em relação a um vizinho –, é que surgiu essa pessoa. Mas o síndico, hoje, que não é o condômino propriamente dito, como está definido na lei, é o síndico não condômino. As obrigações, tanto do síndico condômino quanto do síndico não condômino, estão definidas no Código Civil.

Então, no momento em que se pensa em criar...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CORRÊA – Posso apenas concluir?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Por favor.

O SR. ALEXANDRE CORRÊA – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, no momento em que se pensa em criar uma distinção no exercício dessa função, eu estou indo contra o princípio da isonomia, porque a função é a mesma e o exercício dessa função se dá através de mandato. Quer dizer, eu estou retirando dos condôminos aquilo que é mais precioso, que é a autonomia da vontade. A escolha e a eleição do síndico se dá no interesse dos próprios condôminos. Eventualmente, se o exercício desse mandato por aquela pessoa que foi eleita está em desacordo com o interesse da maioria, é lesivo ao patrimônio deles, a própria lei tem ferramentas para viabilizar a destituição desse mandato e a eleição de um novo mandato.

E, como foi dito até pelo Paulo Roberto, sobre a questão de desvios, ela vai ser tratada tanto sob o aspecto do síndico condômino, quanto do síndico não condômino. Isso é crime. Não existe distinção de tratamento sob o ponto de vista penal daquele que comete um ato ilícito.

Então, é essa a visão que eu gostaria de trazer e compartilhar neste grupo, neste espaço público, para que a gente não crie e não retire dos condôminos a autonomia da vontade, criando algumas ferramentas que eventualmente, por mais que se esteja pensando em prol do coletivo, vão acabar engessando uma realidade hoje existente e que já funciona com acertos e erros há mais de 53 anos, porque a lei de 1964 já previa essa realidade.

Era isso que eu gostaria de colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimento o Alexandre Corrêa, do Secovi.

Coloco também o meu gabinete à disposição da CNC e do Secovi, para a gente poder debater, discutir e conversar sobre o tema, porque o objetivo aqui é exatamente ouvir todos os setores, para a gente construir uma proposição que venha para colaborar, para poder permitir que essa importante figura do síndico cada vez mais tenha o seu valor devido na situação e que o condomínio, que é outra situação fundamental – são duas coisas distintas –, possa funcionar da forma mais adequada possível, conforme o interesse público de todos os moradores do recinto.

Passo a palavra para o nosso nobre representante do Cofeci-Creci, nosso querido Hermes Alcântara, Vice-Presidente Legislativo. Com a palavra o Dr. Hermes.

O SR. HERMES RODRIGUES DE ALCÂNTARA FILHO – Bom dia!

Cumprimento o nosso Senador Hélio José, do Distrito Federal, por essa iniciativa da criação desta oportunidade de debate, da criação talvez da profissão de síndicos profissionais.

Estou me lembrando aqui da criação da profissão de corretor de imóveis, que também começou num debate, para a regulamentação da profissão, dentro da Câmara e do Senado. E foi difícil regulamentar a profissão diante de interesses de terceiros com outras profissões que não viam o corretor de imóveis com bons olhos.

Cumprimento o nosso companheiro Paulo Roberto Melo, que teve a brilhante ideia, a iniciativa da criação da ABRASSP, dando assim a oportunidade de pessoas que exerçam a função síndico buscarem conhecimento e uma especialização no sentido de melhor exercer a profissão.

Cumprimentando os dois, cumprimento a Mesa.

O síndico profissional ou o síndico propriamente dito... Eu sou síndico do prédio residencial onde moro há 17 anos e sou síndico também do prédio comercial onde tenho o meu escritório imobiliário há 17 anos. Então, vivo a função de síndico, somando os dois períodos, há 34 anos. E o que acontece é exatamente isto: em uma assembleia, eleição de síndico, assembleia vazia. Muitos condôminos, pelos seus afazeres profissionais em outras atividades, não se colocam à disposição ou,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

por desconhecimento até das obrigações, direitos e responsabilidades civis e até criminais de um síndico, preferem não se candidatar.

Quando não há alguém que queira se candidatar, surge aí a figura do síndico profissional, ou seja, um terceiro, não envolvido diretamente no dia a dia do condomínio. Esse seria escolhido. Quem seria essa pessoa? Seria exatamente a pessoa com uma especialização, dentro de um segmento que exige um conhecimento de direito, então talvez ele deveria estar inscrito na OAB, um conhecimento...

(Soa a campanha.)

O SR. HERMES RODRIGUES DE ALCÂNTARA FILHO – ... de administração, e aí inscrito no Conselho de Administração, um bom conhecimento de psicologia, relações interpessoais, porque ele vive no dia a dia no condomínio, então ele tem de estar inscrito no Conselho de Psicologia, um bom conhecimento de contabilidade, uma vez que ele vai mexer com orçamento, balancetes, etc., então ele tem de estar inscrito no Conselho de Contabilidade.

Nós estamos vendo uma pessoa que exerce uma função multidisciplinar com a exigência de muitos conhecimentos. Então, se for regulamentada a profissão de síndico, que seja criado também um conselho de profissionais síndicos. Esse conselho teria o normativo ético, disciplinar, penal, etc., voltado para atender esse profissional.

Eu acho que o que mais está pegando aqui é a definição de qual seria a função desse síndico. Ele não seria obrigatório em todos os condomínios, seria uma opção para aquele condomínio que não deseja ter nenhum condômino exercendo a função de síndico. Então, ninguém quer ser síndico, vamos contratar um síndico profissional. De graça não vai ser, e por isso, inclusive, o Código Civil, a legislação hoje já prevê: poderá ser remunerado ou não. Será remunerado aquele terceiro síndico contratado seja por empresa ou pessoa física, assim como também, se eu exerço a função de síndico e recebo uma remuneração dentro da convenção de condomínio e tal, eu posso até exigir, depois, alguns direitos trabalhistas meus, porque eu estou sendo remunerado, declaro imposto de renda, recolho os tributos federais cabíveis, e aí cabe, então, talvez um vínculo empregatício qualquer.

Então, a regulamentação dessa profissão de síndico é exatamente para atender às necessidades dos condomínios que optam por nenhum dos condomínios assumirem essa função. Seria somente isso.

Eu entendo, completando e refazendo a ideia, que a criação desse profissional seja sujeita a um conselho de profissão específico dessa atividade.

Seriam essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso nobre Hermes Alcântara, muito sucinto e muito claro na sua exposição.

Sr. Jenner de Moraes, Secretário-Executivo do Fórum dos Conselhos Federais e também do Conselho de Radiologia. Com a palavra.

O SR. JENNER JALNE DE MORAIS – Prezados Senador Hélio José, senhores da Mesa, companheira Andressa, de longas lutas e batalhas, senhores palestrantes, rapidamente vou dizer o que justifica regulamentar uma profissão: se ela é de interesse social; se ela causa prejuízo a alguém; ou se é de interesse do Poder Público, como é o caso do agente comunitário de saúde, que teve que ser regulamentado em função da necessidade do Município. No caso de interesse social, é preciso regulamentar a profissão para que possa gozar dos benefícios sociais: registrar, abrir uma empresa, pagar impostos, em defesa da sociedade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu pergunto: o administrador condominial ou o síndico pode causar algum dano ao patrimônio? Pode ser lesivo ao patrimônio público, particular, pessoal? Claro! Não há dúvida de que a profissão precisa ser regulamentada. Precisa ser regulamentada e precisa ter uma correção. Quem é que faz a correção? O Conselho Federal e seus Conselhos Regionais, porque sindicato, associação não vai pegar o síndico, processá-lo e colocá-lo na cadeia, senão todo mundo vai sair da associação. Essa é uma função civil. Agora, o conselho é obrigado, e é essa a função primordial do conselho.

Por outro lado, é preciso pensar o seguinte: a iniciativa da criação de conselhos é privativa do Presidente da República, conforme o art. 84 da Constituição – a iniciativa dessa lei. Mas não é privativa do Presidente da República a iniciativa da lei de regulamentação de profissão; esta, sim, pode estabelecer que é obrigado se inscrever num conselho. Isso simplifica, porque criar um conselho hoje é quase que impossível.

(Soa a campainha.)

O SR. JENNER JALNE DE MORAIS – Está aqui a Andressa, que pode atestar isso.

Quero dizer uma outra coisa: todo mundo nasce administrador, pois administra seus brinquedos – uns, bem; outros, mal –; administra sua casa, seu negócio, sua família. Agora, administrar profissionalmente é outra história. Por exemplo, cuidador de idoso era uma profissão? Porque todo mundo cuidava da vovó, cuidava do velhinho, até que se chegou à conclusão de que ninguém mais quer cuidar de velho. Aí criou-se o cuidador de idoso – há um projeto regulamentando a profissão. O Ministério da Saúde está preocupado, a Previdência, todo mundo está preocupado, porque o cuidador de idosos agora passa a ser uma profissão obrigatória. É preciso fazer curso, é preciso fazer tudo isso, meu prezado Hélio, dos corretores de imóveis.

Vamos lembrar o seguinte: o administrador vai fazer um curso de tecnólogo. Ele vai obter, em suas competências, aquelas formações básicas para exercer a profissão. E o registro? Senhores, o Conselho Federal de Administração e seus Regionais já inscrevem esses profissionais. Não há o que fazer.

Estão aqui os corretores de imóveis. Eu fui agente na transformação do projeto de lei deles. Nós conseguimos tirar a vertente sindical de dentro do conselho, porque o juiz não concordou com que o diretor de sindicato fosse também presidente dos Conselhos Regionais de Santa Catarina. Então, há essas diferenças claras.

Nesses 30 anos – acho que nem o Paulo tinha nascido – sou Secretário Executivo do Fórum, porque *ad hoc* não se paga, não ganha, trabalha e tem que estar aqui em toda reunião. Eu tenho acompanhado esses dilemas eternos sobre regulamentação e não regulamentação de profissão. E gostaria que o senhor me pusesse nesse grupo de trabalho. Quero contribuir. Acho que o corretor de imóveis, o Secovi, o pessoal de condomínios tinha que vir, o José Geraldo... Nós precisamos sentar e fazer uma legislação que resolva o problema definitivamente.

Eu não estou preocupado com o síndico do meu prédio, que é um coronel aposentado, foi intendente, fica lá o dia inteiro com o cachorrinho dele em volta do prédio. É um cara excepcional e excepcional síndico. Esse é privado. Nós estamos falando é daquele que vai ser um profissional; que o condomínio vai contratar – o senhor desculpe eu estar me alongando, mas as coisas são interligadas. "Vamos contratar um síndico profissional." Aí, apareceu um jovem lá, há dois ou três mandatos, que administrativa cinco prédios no Sudoeste – os cinco mal, porque ele era funcionário público também. Mas ele recebia dois salários mínimos de cada bloco. Quer dizer, até salários mínimos... É com isso que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estamos preocupados. É por isso que eu dou apoio integral à regulamentação. Abre uma pessoa jurídica, vai cuidar da empresa, põe os funcionários, vai trabalhar e vai administrar, mas vai ser inscrito, e aí o conselho vai fazer a corregedoria. Roubou? É como com o corretor de imóveis. O sujeito vai, abre uma imobiliária em Santo Antônio do Descoberto, pega 50 imóveis e aluga. Pega uns três meses, diz que "ninguém pagou" e some no mundo. Uma ação criminal e cível contra ele leva 20 anos, e o cara muda para Tocantins, para outro lugar, e continua trabalhando. O conselho, não; tira-o e, em 30 dias, ele nunca mais trabalha.

É esse o meu princípio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado ao nosso nobre Jenner.

Eu gostaria, antes de voltar a palavra para os nossos nobres representantes, de dizer que estamos aqui também com o Síndico Ral, o Síndico Profissional; e temos o senhor administrador Nesio Nani Reina Filho – o Sr. Nesio Nani está aí? *(Pausa)*

Prazer, Nesio. Sente-se aqui com a gente.

E temos também o Dr. Eduardo Ribeiro Nani – seja bem-vindo, Eduardo.

Para voltar a palavra para as conclusões e considerações finais e encaminhamentos, eu queria passar a palavra para você, Eduardo Ribeiro... Não; é para o Nesio Nani, administrador da Síndico House, por três minutos.

O SR. NESIO NANI REINA FILHO – Bom dia, nobre Senador, Mesa, nobres colegas.

Nós somos uma empresa registrada no Conselho Regional de Administração. Administramos... Não existe um CNAI para síndico profissional, e colocamos como administração de condomínios.

Nós temos uma dificuldade, que eu queria relatar aqui, com relação à Receita Federal. Como não é... Às vezes a Receita Federal aceita a minha inscrição no DBE para responsável pelo condomínio e, outras vezes, não. Depende lá do analista.

Em alguns condomínios, a gente consegue registrar porque a gente é eleito como pessoa jurídica. Então, nos condomínios que nós administramos como síndicos, somos como pessoa jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – São quantos condomínios hoje, Nesio?

O SR. NESIO NANI REINA FILHO – Nós hoje administramos sete condomínios...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.!

O SR. NESIO NANI REINA FILHO – ...no Distrito Federal, como síndicos.

Então, é muito importante que a gente consiga regulamentar isso, para que a Receita Federal, por exemplo, consiga me cadastrar como responsável pelo condomínio com meu CPF. Eles não cadastram CNPJ, eles cadastram CPF. Então, na eleição nossa, na ata, consta lá que a empresa Síndico House foi eleita como síndica do condomínio, cujos representantes são Nesio Nani e Eduardo Ribeiro, meu filho, que são sócios da empresa e respondem pelo CNPJ da empresa.

Eu sou formado em gestão condominial, pós-graduado na Unieuro. Também, segundo a Unieuro, foi o primeiro curso de especialização em gestão condominial no Brasil, como eles falam, em pós-graduação. Eu sou administrador de empresas e registrado no Conselho Regional de Administração, e somos também pessoa jurídica no Conselho Regional de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.! Eu fico agradecido, por podermos entender como está funcionando a questão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Finalizando, já que nós ganhamos um pouquinho de tempo, também vou dar a palavra para o colega engenheiro Fernando Autran, para ouvi-lo sobre essa questão, com experiência em administração condominial.

Então, Fernando Autran está com a palavra por três minutos.

O SR. FERNANDO ALBERTO SANTORO AUTRAN JUNIOR – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos!

Dr. Paulo Melo, Dr. José Pimentel, demais membros da Mesa, tentarei ser breve, só para dar minha contribuição.

Como engenheiro de formação, participamos ativamente do mercado condominial, e hoje todos sabemos dessas diferentes dimensões que um gestor condominial, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica, tem de agregar. A seara administrativa é bastante inerente à atividade: contabilidade, apoio jurídico, conhecimento de gestão de recursos humanos. E, hoje, mais do que nunca, a gestão condominial demanda um conhecimento técnico muito diferenciado. O síndico moderno tem de lidar com sistemas cada vez mais complexos e precisa de um apoio, precisa de uma consultoria constante.

Foi comentado aqui a respeito de profissionais que não são devidamente habilitados, mas que exercem a função de síndico profissional. Na engenharia, nós também sofremos isso, Senador. Muitos profissionais, muitas empresas sem a devida habilitação acabam levando um apoio, uma consultoria, um assessoramento equivocado para o gestor condominial. Então, seria muito importante, eu diria até imprescindível, que, quando viesse a ser construída uma legislação para o síndico profissional, fosse fortalecida a necessidade de ele se munir de profissionais também devidamente habilitados, não somente para que se promova a consolidação dessas profissões e o respeito ao exercício legal dessas profissões, mas também para que essa nova profissão – já passou do tempo de ela ser regulamentada – possa ser também cercada de segurança e de condições, porque, afinal de contas, o gestor condominial hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SANTORO AUTRAN JUNIOR – ...lida com vidas humanas, pelas quais é responsável.

De minha parte, como engenheiro, como membro ativo do Crea, do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias em Engenharia, estou à disposição, caso seja necessário alguém da área de engenharia para compor os trabalhos, para auxiliar no que for necessário.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Fernando.

O encaminhamento que eu faria é o seguinte: eu já poderia até apresentar, como falei, o projeto. Não quero apresentar um projeto qualquer. Então, eu aceito a sugestão trazida aqui pela Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais, a nossa querida Abrassp, de a gente constituir um grupo de trabalho que possa, num período não tão longo, porque o ano legislativo já está quase findando-se, aperfeiçoar o estudo que a gente já tem feito na Consultoria do Senado.

Há esse projeto anterior, que foi apresentado por uma pessoa renomada, um governador de um Estado importante, que foi Governador de Minas Gerais, que foi o Azeredo, e por outro Deputado que realmente tem também uma posição bacana, que é o Deputado Laercio, de Sergipe. Esse projeto foi retirado, mas serve como exemplo também.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há os atuais estudos da Abrassp, os atuais estudos do Secovi, as posições muito claras e adequadas do CFA e também do nosso querido representante dos conselhos e a colaboração aqui dos *cases*, tanto no caso do engenheiro, quanto no caso de uma empresa que faz hoje administração condominial e que procura fazê-la de forma adequada.

Eu acho, Paulo, que essa seria uma forma de a gente poder fazer uma pré-discussão, fazer um trabalho num período razoável, de 15 a 20 dias, de a gente poder, nesse período, fechar, com a última audiência pública que a gente poderia fazer na Comissão Senado do Futuro. Eu sou o Presidente da Comissão Senado do Futuro. A Comissão Senado do Futuro é que orienta todas as proposições legislativas, várias proposições legislativas na Casa. Então, a gente faria uma segunda rodada na Comissão Senado do Futuro, para que o grupo de estudo aqui composto apresentasse suas sugestões, seu estudo. A gente poderia *a posteriori* encaminhar, assinar e carimbar o PLS, que seria discutido, fruto desse trabalho. Certo?

Então, eu encaminharia...

O SR. PAULO ROBERTO MELO (*Fora do microfone.*) – Eu queria só dar uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – ...para as pessoas que possivelmente queiram fazer parte da Comissão, Senador: que encaminhem ao seu gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Isso.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – ...os dados da entidade ou da pessoa, para que a gente possa fazer com que eles participem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito bom!

Como o Paulo, além de Presidente da Abrassp, é assessor do meu gabinete, quero determinar ao Paulo, não como Abrassp, mas como assessor do meu gabinete, que recepcione pelo meu gabinete todos os interessados em fazer esse debate, inclusive os colegas da CNC que viriam aqui, para que a gente possa constituir um grupo de trabalho, então.

Se os corretores de imóveis, o nosso Secovi, o nosso pessoal do CFA, o nosso conselho, o *case* aqui do Síndico House, o colega engenheiro, o Ministério do Trabalho quiserem participar, para nós seria uma honra. Certo? A gente pode discutir uma coisa mais direta.

Então, o Paulo, não representando a Abrassp, mas representando o meu gabinete, está disponibilizado para poder receber todas as sugestões. A Abrassp também é parte do grupo. Aí é o Paulo da Abrassp, não o meu assessor. O meu assessor vai recepcionar todos, e o meu gabinete vai fazer aquilo que o grupo de trabalho encaminhar como consenso, como as questões mais plausíveis para o Brasil. O.k.? Ficaria bem assim?

Eu acho que isso se dá de forma consensual, não é, José Geraldo? Você e o Paulo...

O SR. JOSÉ GERALDO DIAS PIMENTEL – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Passamos a palavra ao nosso nobre José Geraldo, para fazer as suas considerações finais, por até cinco minutos.

Então, no quarto minuto, toca a campainha, para concluir no quinto minuto. O.k.? Obrigado.

O SR. JOSÉ GERALDO DIAS PIMENTEL – Fiquei extremamente agradecido por ter participação aqui, principalmente, Senador, com a colaboração da Senadora Ana Amélia e com a colocação feita pela Andressa, mostrando-nos, inclusive, a questão precípua, que é possivelmente a questão da dificuldade que teremos em criar um conselho, talvez federal, e depois os conselhos estaduais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a sua colocação, eu só quero lhe dizer que não foi por acordo. Quando criamos o primeiro curso superior tecnológico, nós procuramos o Conselho Regional de Administração e, em seguida, conversamos com o Conselho Federal de Administração, porque, para nós, àquela época, o curso superior tecnológico era justamente para atender aquela colocação que você fez. Ali, naquela época, em 2010, nós já sabíamos disso e queríamos que, a partir dali, não somente fôssemos o idealizador, mas também que pudéssemos comungar com todos as entidades representativas do setor de condomínios no Brasil inteiro e levássemos a questão da qualificação, do preparo do profissional, para exercer a atividade que a gente tanto deseja. E, às vezes, os condomínios não contratam realmente... Perdão, não elegem o seu síndico, mas poderiam contratar empresas ou profissionais prestadores de serviço.

Acredito que, juntos, dentro desse trabalho em sete mãos, podemos, quem sabe, chegar a um consenso. O Conselho Federal de Administração pode também nos dar uma luz. E aí, com o aceno de que pode estar olhando para o lado da administração, não do administrador, poderemos estar de certa forma atendidos dentro dos anseios dos condôminos em nível de Brasil.

A Pró-Condômino, como eu disse para vocês, é uma entidade nacional. Nós estamos preocupados não somente com a questão da gestão, mas também com a valorização patrimonial dos imóveis, porque nós, certamente, somos adquirentes e compradores de boa-fé. E queremos, em um futuro bem próximo, como condôminos, ser um agente não fiscalizador de uma profissão, mas fiscalizador do exercício da atividade da função de síndico, porque são nossos recursos que estão sendo administrados, e nós queremos que eles sejam bem administrados.

Para tanto, nós pretendemos pagar aquilo que o profissional vale ou aquilo que a empresa certamente demonstra como competência para gerir nosso patrimônio.

Agradeço a presença de todos vocês.

Certamente, teremos aí uma quantidade de pessoas e entidades que vão enriquecer os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao José Geraldo, do Sindicondomínio.

Eu queria, então, dentro daquele grupo de trabalho, sugerir que o Paulo, em nome da Abrassp, e não em nome do meu gabinete, mas em nome da Abrassp, presidisse o grupo. Coloco o e-mail da Abrassp, abrassp@gmail.com, como um ponto para sugestão de componentes do grupo.

Quero convidar, se possível, não sei se ele vai poder, o Jenner, já que ele é o assessor de todos os conselheiros, para secretariar esse grupo.

Junto com o Secovi, com o Creci, com o CFA, todo mundo pode fazer um debate bacana. Se precisar de espaço no Senado, não há problema. Se precisar de espaço no meu gabinete, que fica no Setor Comercial Sul, não há problema.

O Paulo vai encaminhar, como presidente desse grupo, a possibilidade de fazer esse trabalho unitário, sem divergência.

Aqui, na Comissão Senado do Futuro, os pontos que não conseguirem convergir nós vamos debater, para chegarmos a um consenso. O.k.?

Então, vocês encaminhem dessa forma. O Paulo, o Jenner e vocês conduzem...

O SR. JENNER JALNE DE MORAIS (*Fora do microfone.*) – Eu trabalho na Câmara. Estou aqui o dia inteiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por isso exatamente, eu pedi para você secretariar aqui e nos ajudar, pois está acostumado com a regulamentação, com as situações todas.

Passo a palavra a um importante partícipe deste grupo, que é exatamente o CFA, o nosso querido Rogério Ramos.

O SR. ROGÉRIO RAMOS – Senador Hélio José, eu fiquei extremamente feliz com o que vi aqui, não pela forma carinhosa, pelo tratamento, pela forma como foi prática a nossa discussão, mas por enxergar que ela está bem perto de ter um resultado prático. Os apontamentos muito bem feitos por todos aqui, inclusive aqueles da Senadora Ana Amélia, têm muita chance, obviamente, num bom texto, de abrigar aquilo com muita tranquilidade.

Quando você fala em trabalhar uma questão profissional, quando alguém fez um curso e se registra, quando você parte para a responsabilidade técnica de um trabalho, isso aí é uma coisa. Agora, quando você chega a um condomínio de dez apartamentos, que historicamente tem um síndico, que é uma senhora, nós não estamos, com esse projeto, querendo influir nisso – foi até mal interpretado dessa forma. Isso vai ser preservado nos moldes do Código Civil, nos moldes das leis vigentes, enfim.

O que nós estamos preocupados... E, mais uma vez, eu o saúdo por isso, Senador Hélio José, pelo fato de o senhor ter entrado nessa questão. O Brasil precisa de planejamento. Há muita coisa que rapidamente vai acontecer no Brasil, nós já estamos antevendo, e não estamos nos mobilizando para isso. E o seu projeto está antevendo um grande *boom* e um novo costume da população brasileira, de morar em condomínio, algo que só vai se ampliar, cuja regulamentação é mais do que necessária. Então, quero parabenizá-lo.

Quero aqui destacar o meu companheiro do CFA, o Conselheiro Marcos Kalebbe, da Paraíba, que é Diretor de Fiscalização do Conselho, muito envolvido com as questões da CBO.

Nós precisamos também trabalhar aquela questão da CNAE, inclusive para resolver essas questões junto à Receita Federal.

Isso aí está muito fácil de se resolver. Basta fazer o que o senhor, capitaneando muito bem, está fazendo: discutir tudo isso, para achar o melhor caminho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, nobre Rogério Ramos, pelas suas palavras.

Quero, mais uma vez, afirmar a importância do envolvimento do Ministério do Trabalho nessa discussão.

O Ministro Ronaldo é um amigo. Qualquer coisa ou o que for preciso eu falo com ele, mas eu acho que não há necessidade.

Você pode transmitir o nosso convite ao Ministério do Trabalho, para participar desse processo de discussão, coisa e tal, com as suas visões, com as suas sugestões, porque é um parceiro.

O nosso objetivo aqui é colaborar com o nosso País, na dificuldade toda que a gente vive.

A Sr^a Andressa Sales Lemos está com a palavra.

A SR^a ANDRESSA SALES LEMOS – Eu queria agradecer o convite, a participação nesta audiência pública.

Com certeza, o Ministério do Trabalho se sente honrado por contribuir e participar dos diálogos no que se refere à regulamentação de profissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria só chamar a atenção para este aspecto: acho muito inteligente e memorável a criação desse grupo de trabalho, e é preciso haver representação de todas as partes, tanto de empregador como de trabalhadores, para se definir, da melhor forma possível, um projeto de lei.

Eu quero atentar para a questão da reserva de mercado. Não se deve colocar uma obrigação por meio de lei, sendo que ela não atinge os demais entes federativos. É o que a Senadora Ana Amélia falou sobre atender a todos e não criar mais um problema.

Eu quero dizer que a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) já reconhece a atividade de síndico. Deve-se tentar observar o que eles estão querendo regulamentar: se é a atividade do síndico ou uma exceção da atividade do síndico, que nem é regulamentada por lei.

Então, eu acho bastante ponderado fazer esse grupo de trabalho e discutir todas essas questões que foram levantadas aqui nesta audiência pública.

Eu agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço à Andressa.

Eu gostaria de passar a palavra para nosso último debatedor, para ele fazer suas considerações finais.

O senhor me desculpe, porque estou muito gripado, como vocês perceberam. Essa mudança climática tem sido muito difícil, mas estamos aqui cumprindo a nossa tarefa, o nosso trabalho.

Eu sou membro da CPI da JBS, que está funcionando exatamente neste momento. Eu precisava estar lá. Sou membro titular dessa CPI. Sou o Relator da CPI da Previdência, que também está tendo audiência pública neste momento. Mas eu fiz questão de vir valorizar esta importante discussão e de não adiar este debate, porque é um debate importante para o nosso Brasil, para o nosso País.

Eu também sou membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que está discutindo exatamente a questão do satélite, como a Senadora Ana Amélia colocou.

A audiência foi rápida. Eu achei bacana, porque todos fomos bastante objetivos, como espero que seja bastante objetivo o grupo de trabalho, para que consigamos, minimamente, daqui a 20 dias ou um pouquinho mais do que isso, fazer a nossa audiência pública na Comissão Senado do Futuro, para darmos uma finalização à propositura de um PLS para ser apresentado nesta Casa.

Com a palavra o nosso nobre e jovem Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais (Abrassp), com quem tenho a honra de contar nos meus quadros de assessoria e também nas suas outras funções.

Quero cumprimentar pelos 57 anos, a minha idade e a idade de Brasília. Estou aqui em Brasília há mais de 40 anos. Formei-me aqui, trabalho aqui, convivo com o Distrito Federal. A Capital, Brasília, recepciona todos os brasileiros de norte a sul, de leste a oeste. Há gente das diversas regiões brasileiras. Com certeza, Brasília reflete o microclima do Brasil, com condições de dar exemplo, de forma correta, de administração, de trabalho e de organização.

Então, cumprimento-o, Paulo, Presidente da Abrassp, e lhe passo a palavra por cinco minutos, para a conclusão.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Pessoal, mais uma vez, muito obrigado.

Quero cumprimentar todos pela objetividade. Foi uma audiência pública muito objetiva. Tenho absoluta certeza de que vai trazer muitos frutos para a gente.

Eu quero dizer o seguinte: primeiro, gente, não vamos retirar, de forma alguma, o mandato de síndico. Síndico vai continuar sendo eleito e sendo destituído quando e quantas vezes os moradores quiserem. O que nós queremos é instituir o exercício profissional de síndico nos condomínios que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

queiram aderir a essa modalidade, que também é facultativa. Os condôminos têm esse poder de escolher, mas, porém, contudo, quando houver essa vontade, esse interesse dos condôminos pelo síndico profissional, tem de haver regras. O síndico profissional não pode ser uma pessoa que fez um curso de 100 horas, de 90 horas, de 70 horas e que diz: "Agora sou síndico profissional, vou atuar, vou fazer meu cartãozinho, vou começar a distribuir meu cartãozinho, vou pegar condomínios para administrar." Não é isso que nós queremos.

É uma especialização. Realmente, é isto mesmo: o síndico profissional representa o interesse social das pessoas.

Vamos montar essa comissão. Vai dar muito certo. Quero pedir, solicitar ao Presidente do Creci-DF que disponibilize o auditório, para a gente fazer a primeira reunião presencial.

Quanto aos demais que não estão aqui, a gente pode participar pelo Hangouts, pelo Google. A gente pode participar também de forma virtual. Vamos criar um grupo do WhatsApp também, para a gente poder participar, para que esse anteprojeto saia e seja encaminhado ao Senador Hélio José, para que o setor legislativo do Senado receba esse anteprojeto. Ao receber esse anteprojeto, a gente pode apresentá-lo, para que ele seja votado rapidamente no Senado Federal, para depois ir para a Câmara Federal.

Nós vamos fazer o melhor projeto possível para todos os síndicos. Nós vamos tentar atender todos os interesses, todas as demandas. A princípio, Andressa, a nossa ideia é a de que seja pessoa jurídica mesmo, porque institui o exercício profissional de síndico nos condomínios. Os condomínios que quiserem ter um síndico profissional têm de ter algumas regras, não podem contratar qualquer empresa.

Então, não é bem uma regulamentação, até porque síndico realmente é uma função. Não é um emprego, não é um serviço, não é um trabalho em si. Então, a pessoa tem de ser eleita. Por exemplo, o condomínio do Hermes quer contratar um síndico profissional. Ele faz um chamamento público, e quem quiser ser eleito vai para lá e se apresenta na assembleia. A assembleia diz: "Não, vou querer eleger o Nani." Elege-se o Nani e pronto! Só que o Nani tem de cumprir as regras que manda a lei. O Nani hoje já cumpre as regras que manda a lei. Isso vai ser bom, porque vai tirar os aventureiros do mercado.

Era só isso que eu tinha de falar.

Mais uma vez, muito obrigado.

Parabéns, Senador Hélio José, por essa iniciativa!

Vamos caminhar juntos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer a todos e dizer que esta audiência pública foi toda gravada, está disponibilizada a todos no *site* da CAS (Comissão de Assuntos Sociais) do Senado Federal – comissões/proposições legislativas/CAS – e servirá, como foi bastante informativa, para que a gente possa dar prosseguimento aos trabalhos.

Agradeço a presença das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores, dos ilustres presentes aqui, dos nossos queridos participantes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Aírton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Regina Sousa, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 50, de 2017, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, com a Recomendação nº 30, de 2017, que propõe ao Congresso Nacional que se garantam as condições para a demarcação de todas as terras indígenas, como forma de garantia da saúde e da soberania alimentar dos povos indígenas. Aviso nº 928, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.840, de 2017, acompanhado dos respectivos relatório e voto proferido nos autos do TC-023961/2016-3 ao apreciar o relatório de levantamento com o objetivo de sistematizar informações sobre a situação da gestão em saúde pública no âmbito nacional. Encaminha também o referido relatório de levantamento com resultado consolidado. Aviso nº 65, do Ministério da Saúde, encaminhando a Recomendação nº 22, de 2017, do Conselho Nacional de Saúde, propondo ao Congresso Nacional que se mantenha a obrigatoriedade na informação em relação à presença de transgênicos na rotulagem dos alimentos. Aviso nº 876, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.787, ao apreciar os autos do TC-009253/2015-7, que tratam de auditoria operacional realizada com objetivo de identificar o perfil, o volume e o impacto das ações judiciais na área da saúde, bem como investigar a atuação do Ministério da Saúde e de outros órgãos e entidades dos três Poderes para mitigar os efeitos negativos da judicialização nos orçamentos e no acesso dos usuários à assistência à saúde. A Presidência informa que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - AVISO Nº 68, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2.710/2015, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto em mídia digital, prolatado pelo Plenário do Tribunal, na sessão de 28/10/2015, que trata de levantamento de auditoria com o objetivo de comparar o Regime Geral de Previdência Social - RGPS. TC - 015.986/2014-4." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Regina Sousa em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. Aprovado Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19 de 2017 que: "Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2017: Programa Mais Médicos." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros." **Autoria:** Deputado Lucas Vergílio. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Dalirio Beber em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. Aprovado Parecer contrário ao Projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a receita bruta de venda no mercado interno de capacetes de segurança e de vestuário de proteção destinados ao uso por condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT)." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo** - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 3-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no período anterior a 16 de dezembro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Vicentinho Alves em substituição à Senadora Lídice da Mata. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 130 de 2017** que: "Com fundamento no inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017, que autoriza a Ozonioterapia em todo o território Nacional. Para a referida audiência, sugiro a participação dos seguintes convidados: Dra. Maria Emília Gadelha Serra – Presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia – ABOZ; Dra. Clarice Alegre Petramale – Ministério da Saúde; Dr. Calos Eduardo Faraco Braga – Presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru; Carlos Vital Tavares Corrêa Lima – Presidente do Conselho Federal de Medicina." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, com supressão do Art. 2º, Parágrafo Único; o Art. 20º §§ 2º, 4º e inciso II do § 3º; Art. 29, §5º; o Art. 31 §§ 1º e 2º; o Art. 33, VI e §2º, II; e o Art. 49, §2º e pela adequação redacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Art. 20 §§ 3º e 5º. **Resultado:** A Presidente, Senadora Marta Suplicy, submete ao Plenário a manutenção da inclusão extrapauta da matéria, tendo ocorrido empate com 5 (cinco) votos favoráveis e 5 (cinco) votos contrários. Nos termos do artigo 132, § 9º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é retirada de Pauta. Usam da palavra os seguintes Senadores: Valdir Raupp, Ângela Portela, Cidinho Santos, Randolfe Rodrigues, Hélio José, Regina Sousa, Dalírio Beber, Vicentinho Alves e a Senadora Marta Suplicy Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/27>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 50, de 2017, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, com a Recomendação nº 30, de 2017, que propõe ao Congresso Nacional que se garantam as condições para a demarcação de todas as terras indígenas, como forma de garantia da saúde e da soberania alimentar dos povos indígenas.

O documento ficará à disposição do Srs. Senadores e Senadoras na Secretaria desta Comissão para consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 928, do TCU, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.840, de 2017, acompanhado dos respectivos relatório e voto proferido nos autos do TC-023961/2016-3 ao apreciar o relatório de levantamento com o objetivo de sistematizar informações sobre a situação da gestão em saúde pública no âmbito nacional. Encaminha também o referido relatório de levantamento com resultado consolidado.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 65, do Ministério da Saúde, encaminhando a Recomendação nº 22, de 2017, do Conselho Nacional de Saúde, propondo ao Congresso Nacional que se mantenha a obrigatoriedade na informação em relação à presença de transgênicos na rotulagem dos alimentos.

Se não me engano, nós temos um projeto de lei sobre o tema, então esse documento pode ser relevante para quem for o Relator ou Relatora. Acho que poderíamos comunicar ao Relator que chegou esse documento.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 876, do Tribunal de Contas, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.787, ao apreciar os autos do TC-009253/2015-7, que tratam de auditoria operacional realizada com objetivo de identificar o perfil, o volume e o impacto das ações judiciais na área da saúde, bem como investigar a atuação do Ministério da Saúde e de outros órgãos e entidades



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dos três Poderes para mitigar os efeitos negativos da judicialização nos orçamentos e no acesso dos usuários à assistência à saúde.

Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Srª Patrícia, favor enviar também para a Subcomissão de Doenças Raras, porque isso pode interessar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Na semana passada, nós apresentamos um requerimento para convocar alguns especialistas de várias entidades a fim de discutir o tratamento de ozônio, a ozonioterapia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E eu queria propor uma data. Se a senhora pudesse fixar a data do dia 17, a pedido até do Conselho Federal de Medicina...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere um pouco... Eu não entendi. V. Exª gostaria de uma data para...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Uma data para audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para audiência.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – O requerimento pede uma audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Antes de poder ser votado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não. Não pede. V. Exª pediu audiência pública antes...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Antes da votação. Eu queria que a Comissão pudesse estabelecer a data do dia 17 para essa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Dia 17? Não sei...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Nós já aprovamos o requerimento ou só foi dada a entrada?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não sei.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só foi feita a leitura.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não. Ele vai ser votado hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E quando acabar esta reunião, a gente olha para ver se poderemos aprovar para o dia 7.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Dia 17.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A não ser que...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Dia 17, na semana depois do feriado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Dia 17 de outubro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Uma semana depois do feriado de 12 de outubro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É uma terça-feira.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Se possível, uma audiência pública na terça, com uma extraordinária, para votarmos já na quarta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para entrar na deliberativa de quarta. Pois não. Acho que dá, às 14 horas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então está marcado.

Pois não, Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem.) – Pela ordem. Eu gostaria de fazer a leitura do item 4, é um PLS não terminativo, votação simbólica. É um projeto de autoria do Senador Otto Alencar. Quero fazer a leitura do relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Pode ler o relatório...

Um momento, tenho que anunciar.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2016**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a receita bruta de venda no mercado interno de capacetes de segurança e de vestuário de proteção destinados ao uso por condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Obrigada.

O Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2016, de autoria do Senador Otto Alencar, ora em discussão nesta Comissão de Assuntos Sociais, contém dois artigos. Seu escopo é conceder benefício fiscal, no âmbito das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, na venda no mercado interno e na importação de equipamentos de segurança para motociclistas.

O art. 1º promove a almejada redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a receita bruta de venda no mercado interno de capacetes de segurança e de vestuário de proteção destinados ao uso por condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores. O art. 2º é a cláusula de vigência.

A proposição é robustamente justificada pelo autor pela necessidade de estimular a compra e o uso dos equipamentos incentivados, de sorte a reduzir os alarmantes índices de acidentes e de mortalidade sofridos por motociclistas. A medida é defendida como forma de reduzir as despesas médicas e previdenciárias decorrentes dos acidentes com motocicletas, em vista do maior risco oferecido por esse meio de transporte, que rapidamente vem-se popularizando em nosso País.

A proposição não foi objeto de emendas no prazo regimental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a apreciação pela CAS, o PLS será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Análise.

A apreciação de matéria previdenciária pela CAS é prevista pelo Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante à iniciativa parlamentar, a competência senatorial para a propositura de projetos de lei ordinária atinentes à contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins está respaldada na combinação de todos esses artigos citados na Constituição Federal.

Mais diretamente sobre a matéria a respeito da qual esta Comissão deve opinar, não há dúvida quanto à solidez dos argumentos expendidos na justificação ao projeto, que enaltecem o potencial de ganhos humanos e materiais com a adoção do benefício fiscal. É imperioso que sejam tomadas medidas concretas para reduzir os alarmantes índices de mortalidade dos acidentes envolvendo motocicletas. Não se pode ficar passivo ante a triste realidade exposta pelas relevantes informações trazidas pelo autor. Explicitar os itens de segurança e torná-los mais acessíveis aos usuários de motocicletas, objetivos maiores do PLS, são excelentes formas de começar a alterar essa realidade.

Importante consignar que o projeto contempla as necessárias cautelas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei Orçamentária Anual, em relação ao custo fiscal da medida que se deseja aprovar.

Ainda mais importante do que estimar perdas é ter a certeza de que a diminuição inicial da arrecadação causada pela redução a zero das alíquotas dos tributos incidentes sobre os produtos incentivados será compensada, com folga, pela redução das despesas com atendimentos hospitalares e com aposentadorias por invalidez arcadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em função do aumento do acesso a equipamentos de proteção pelos motociclistas proporcionada pelo projeto.

Em relação aos tributos federais diretamente incidentes sobre os itens de segurança contemplados pelo benefício fiscal, a redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins é o que resta ao Congresso Nacional fazer, já que os produtos praticamente não são onerados pelo Imposto sobre Produtos Industrializados, e a alteração das alíquotas do Imposto de Importação dependeria de tratativas com os parceiros do Mercosul.

O nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2016.

Este é o nosso parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto do Senado 344, de 2016.

A matéria vai, agora, à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

Nós temos aqui um projeto da Senadora Gleisi Hoffmann, que concorda – ele é pelo arquivamento, é o item nº 1 da pauta – que seja feita uma votação com um Relator *ad hoc*.

Convido a Senadora Regina Sousa a ser a Relatora *ad hoc* do projeto da Senadora Gleisi.

Em seguida, temos outro da Senadora Gleisi, para o qual ela também concordou que a relatoria fosse *ad hoc*, que é o item 3. Peço ao Senador Dalirio para ser o Relator *ad hoc*.

Bom, vamos agora ao projeto 68.

ITEM 1

AVISO Nº 68, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.710/2015, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto em mídia digital, prolatado pelo Plenário do Tribunal, na sessão de 28/10/2015, que trata de levantamento de auditoria com o objetivo de comparar o Regime Geral de Previdência Social - RGPS. TC - 015.986/2014-4.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pelo arquivamento da matéria.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Presidente, depois dos dois relatórios para os quais a senhora já designou os dois relatores, eu solicito de V. Exª a possibilidade de incluir extrapauta o projeto que estou relatando, sobre segurança privada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas não está na pauta.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Se for possível, eu agradeço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem.) – Com a devida vênica de V. Exª e do Senador Vicentinho, eu não sei se S. Exª está propondo ser colocado hoje para ser feita a leitura – e obviamente nós apreciaremos depois –, ou qual é o encaminhamento.

Não sendo assim, eu ainda tenho dúvidas sobre o projeto. Toda vez que abro o projeto há uma matéria que me surpreende, há um dispositivo que se relaciona a direitos humanos, que aqui encontrei.

Eu acharia por bem, e eu solicito a V. Exª, que fosse colocado na pauta para leitura do relatório na próxima reunião, para que nós pudéssemos apreciar mais detalhadamente essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, em virtude de ele...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – No caso, com a posição do Senador Randolfe, eu faria a leitura do relatório, já com as modificações acordadas. Inclusive surgiu um fato novo que eu desconheço, mas a sugestão que o Senador Randolfe colocou, de acrescentar dois anos, eu irei acatar, como também a das cooperativas, a dos trabalhadores.

Enfim, o que foi colocado na audiência pública passada, que nós tivemos, nós vamos acatar, que é o que ficou acordado. Então, eu faria a leitura; se possível, votaríamos. Se houver algum esclarecimento, alguma sugestão do Senador Randolfe...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aí eu acho que fica precipitado. Vamos fazer...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos fazer a leitura.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos fazer com as duas partes, então.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

V. Ex^a diz que acatou sugestões do próprio Senador...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – É.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... acatou sugestões de outros Senadores...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não; vou acatar, porque é assim: no relatório não vem a sugestão de mais dois anos para quatro para se atualizarem, como também das cooperativas – eles vão colocar isso agora em pauta. Como vai ser uma emenda que vai ter uma certa modificação, tem que haver o acordo de Plenário, e eu irei acatar, se o Plenário estiver de acordo. Eles precisam sugerir...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Plenário de lá ou daqui?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não, aqui, no plenário da Comissão.

Então, o Senador Dalirio irá apresentar sobre as cooperativas, o Senador Hélio José ou o Senador Randolfe podem apresentar os dois anos a mais. Eu acatarei de forma...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Na leitura.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O Plenário é soberano. E podemos votar semana que vem, não há problema. Se o Senador Randolfe quiser dar mais alguma sugestão, desde que não modifique mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, perfeito. Só que...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu também. Então está resolvido.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Estou às ordens.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nós faríamos a leitura e...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pode ser, Randolfe. Pode ser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... eu pediria vista e apreciaríamos na semana que vem.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É isso.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – E estou aberto, desde que não se modifique mais o texto, porque termina prejudicando tudo o que veio da Câmara.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, se pedem vista o senhor não pode dizer que não pode modificar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É, porque...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Como é?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se foi pedida vista...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não, não, o conteúdo do mérito que eu estou dizendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, mas é exatamente sobre o mérito que eu tenho uma ponderação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A vista é para isso. Nós vamos ler...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas de qualquer forma...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos acatar o que está aqui...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pelo que eu observei, que poderia ser modificado, nós já estamos contemplando ao máximo que pode ir. Vamos ficar acordados que vou fazer a leitura e, na semana que vem, nós vamos votar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu só deixaria claro que é o máximo que foi acordado por V. Exª. Nós sempre podemos ter, depois da vista, quem discorde, e aí vai em votação. Mantém... Acho que está claro isso.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Em votação, exatamente. Mas que fique acordado que na semana que vem se vote e se encerre isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acordado está.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então vamos.

Aviso nº 68. Cópia do acórdão... Eu acho que eu já li. Agora compete à Senadora.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Até porque, Presidente, eu quero só registrar que, pelo que percebi, todas as partes... Essa minha certa prioridade, urgência, é porque todas as partes parecem querer isso resolvido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, eu tenho acompanhado seu empenho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, é mais nesse sentido. É para que nós, aqui, Parlamentares, não atrapalhemos o entendimento deles, das partes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, mas há as partes e há a posição dos Senadores.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – É o que eu estou dizendo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu entendo o empenho de V. Exª. Tem conversado com todos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Essa pressa eles cobram, e é raro um projeto aqui em que todas as partes querem a solução.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, se está tudo tão bem acordado, nós vamos ler, aí vai se pedir vista, e na outra nós vamos voltar para votar.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Para votar. Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – E agora, passo a palavra...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Presidente, pela ordem...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem está falando?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Na ordem do serviço, nobre Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só para a gente poder ficar bem entendido aqui, eu entendi o bom senso e a boa vontade da senhora e do Senador Vicentinho. A emenda a gente apresenta tão logo o Senador Vicentinho leia o relatório. É isso, Presidente? Tudo bem. Eu tenho uma proposta de emenda...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É hoje. Quando acabar de ler, todos apresentam suas emendas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O.k. Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, Presidente, o Relator fará a leitura. Será dada vista coletiva. A gente aprecia semana que vem, sem prejuízo, ao fim da leitura do Relator, da apresentação de sugestões de alteração. É isso que estamos acordando?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que é melhor a gente dar vista depois. Senão, não pode ler.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Concorde, perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Tudo certo. Então, caminhamos para o relatório.

Agora, tranquilidade. Vamos ouvir o relatório da Senadora *ad hoc* Regina Sousa no projeto da Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas não é bem tranquilidade, porque ainda vou falar desse assunto. Foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos um requerimento do Senador Romário, parece-me, pedindo que esse projeto passe na Comissão de Direitos Humanos – esse da segurança privada –, mas a Mesa acho que já até deve ter encaminhado para cá, não sei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um momento, eu vou averiguar isso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certo. Mas eu vou ler o relatório, então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me, Presidente. Se há relatório superveniente, para passar por mais uma comissão, tem que ir para o Plenário, perfeito?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A decisão eu já tinha tomado há várias semanas, de ler aqui, votar aqui e encaminhar para a Mesa a resolução de se vai para outra comissão ou se vai ao Plenário.

Então, vamos agora prosseguir à leitura.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Vamos.

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre Aviso nº 68, de 2015, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.710/2015, acompanhado dos respectivos relatórios e voto em mídia digital, prolatado em Plenário do Tribunal na sessão do dia 28/10/2015, que trata de levantamento de auditoria com objetivo de comparar o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Processo do Tribunal de Contas – 015.986/2014-4.

Relatoria: Senadora Gleisi, que estou relatando *ad hoc*.

Vem ao exame desta Comissão o Aviso 68, de 2015, do Tribunal de Contas da União... Eu já li. Acabei de ler.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O levantamento em questão, após analisar os regimes previdenciários de Grécia, Hungria, Polônia e Portugal, compara-os com o Regime Geral de Previdência Social brasileiro, para, ao final, propor sugestões.

A escolha dos referidos países, de acordo com o citado levantamento, reside na circunstância de que, mesmo tendo mais idosos que o Brasil, dispendam as aludidas nações recursos equivalentes com a Previdência Social. Isso porque, de acordo com dados encaminhados ao TCU, a taxa de dependência nacional (razão entre a população economicamente dependente e a população ativa) é de cerca de 13% (ou seja, a cada cem trabalhadores na ativa, existem 13 idosos percebendo benefícios previdenciários). Essa situação, nos termos das informações encaminhadas ao TCU, perdurará até 2020, momento em que a pirâmide etária brasileira começará a se inverter, com o alargamento do topo e o achatamento da base.

Segundo o Aviso nº 68, mesmo com os referidos 13% de taxa de dependência, o Brasil teria gastos semelhantes com a Previdência Social, quando comparado com Grécia (30,9% de taxa de dependência), Hungria (25,1% de taxa de dependência), Polônia (20,1% de taxa de dependência) e Portugal (29,4% de taxa de dependência).

Ao analisar estes dados, o TCU afirma que o Regime Geral da Previdência Social, quando comparado aos regimes grego, húngaro, polonês e português: a) estimularia a aposentadoria precoce; b) desconsideraria alguns aspectos, na mensuração da renda mensal dos benefícios da Previdência Social; c) manteria institutos que onerariam o sistema; d) seria flexível na concessão de pensões por morte; e) não contaria com um sistema eficaz de estímulo à manutenção do idoso no mercado de trabalho; e f) não teria um mecanismo eficiente de avaliação de políticas previdenciárias.

Após as referidas considerações, concluiu a Corte de Contas pelo encaminhamento do estudo em análise ao Senado Federal, para que as comissões temáticas desta Casa, entre elas a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre ele se manifeste.

Análise.

Nos termos dos arts. 100, I, e 143 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS examinar documentos que versem sobre a seguridade social.

O referido documento dispõe sobre aspectos do Regime Geral da Previdência Social brasileiro, comparando-o com a Previdência Social instituída nos direitos grego, húngaro, polonês e português.

Quanto ao direito à aposentadoria e à mensuração da renda mensal dos benefícios, eis o teor dos dados encaminhados ao TCU.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, Senadora Presidenta, eu acho que a gente poderia – é muito extenso, descreve cada regime –, como não há votação, geralmente esse relatório é para arquivamento e para dar conhecimento aos Senadores, saltar essas leituras.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Todos estão de acordo?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E o relatório fica à disposição de todo mundo, inclusive eu vou pegar para mim para levar para ler.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Todos os Senadores estão de acordo? *(Pausa.)*

A votação é simbólica.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode ser assim, porque é muita coisa. Cada país...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim. Todos estão de acordo. *(Pausa.)*

Então, vamos...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou para o voto, porque realmente é muita coisa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deixe-me ler o voto.

Em vista do exposto, opina-se pelo arquivamento do Aviso nº 68, de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A Senadora Regina Sousa leu o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, como Relatora *ad hoc*, pedindo o arquivamento do projeto.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senadores que queiram discutir, encerro esta discussão não existente...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu gostaria de fazer uma sugestão também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já que nós temos uma CPI da Previdência funcionando na Casa, podíamos encaminhar esse relatório para ela tomar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento, já que está estudando... Não sei. Talvez tomar conhecimento de como funciona nos outros países.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode. Então, havendo a possibilidade legal, acho uma boa sugestão, porque pode ser mais bem discutido e aprofundado no lugar que vai se dedicar somente a essa questão.

Bom, então, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento do Aviso 68, de 2015, a matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. E vai ser enviado também à CPI da Previdência.

Vamos ler agora, o 204, que é não terminativo também.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, de 2015****- Não terminativo -**

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros.

Autoria: Deputado Lucas Vergilio

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

Relator *ad hoc* o Senador Dalirio.

A votação também é simbólica.

Passo a palavra ao Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 204, de 2015, do Deputado Lucas Vergilio, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição atualiza a redação dos arts. 7º e 10 do referido diploma legal.

Em relação ao art. 7º, determina que “a identidade profissional de corretores de seguros, de corretores de seguros de vida, de capitalização, de previdência complementar aberta e de microsseguros, pessoas naturais, e a autorização para funcionamento, pessoas jurídicas, terão caráter obrigatório e serão emitidas em cartão inteligente, ou similar, e expedidas pelo órgão fiscalizador de seguros, imediatamente após a concessão do respectivo registro”.

No tocante ao art. 10, a proposição estabelece que “a Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros e os sindicatos de corretores de seguros, para atendimento às suas atividades estatutárias e finalísticas, manterão registro dos corretores e respectivos prepostos habilitados e registrados na forma do diploma que se busca aprovar, cujo arquivo eletrônico completo e respectivo banco de dados deverão ser fornecidos pelo órgão fiscalizador de seguros, ou por quem este autorizar, mediante celebração de convênio, para fins, inclusive, de divulgação em seus sítios eletrônicos, preservadas as informações de caráter sigiloso”.

Além disso, o projeto revoga o parágrafo único do art. 10 e os arts. 11, 28 e 30 da legislação que se pretende alterar.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais.

Até o momento, não houve a apresentação de emendas.

Da análise. Nos termos do art. 22, XVI, da Constituição da República, compete à União legislar privativamente sobre condições para o exercício de profissões, motivo pelo qual a disciplina da profissão de corretor encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República, razão por que aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o respectivo processo legislativo.

Por se tratar de questão constitucionalmente não afeta a lei complementar, a lei ordinária afigura-se apta a inseri-la no ordenamento jurídico nacional.

Por fim, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CAS a prerrogativa de examinar a proposição em foco.

No mérito, não se recomenda a aprovação do PLC nº 204, de 2015.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos arts. 7º e 10, constata-se que a matéria normatizada pela proposição em apreço já se encontra disciplinada na Circular Susep nº 510, de 22 de janeiro de 2015, ambiente que, dada a especificidade do tema, mais apto se afigura para a sua normatização do que a via legal.

Assim sucede, pois eventual alteração da mencionada circular, a fim de adaptá-la às necessidades do órgão fiscalizador da profissão em questão de cumprir com maior eficiência as funções de emissão das carteiras profissionais dos corretores de seguros e de registro dos referidos trabalhadores, dispensa as formalidades inerentes ao processo legislativo, permitindo, pois, o rápido atendimento aos interesses da categoria profissional.

Quanto à revogação do parágrafo único do art. 10, assim como dos arts. 11, 28 e 30 da Lei nº 4.594, de 1964, melhor sorte não assiste ao projeto em tela.

Em relação ao parágrafo único do art. 10 e aos arts. 11 e 28 da Lei nº 4.594, de 1964, a revogação em exame seria mero consectário lógico da nova redação conferida aos arts. 7º e 10 da lei em destaque pelo projeto em comento.

Em face disso, a sua aprovação fica prejudicada pela manutenção da redação atual dos arts. 7º e 10 da Lei nº 4.594, de 1964.

No tocante ao art. 30 da Lei nº 4.594, de 1964, não há motivos que justifiquem a sua expulsão do ordenamento jurídico nacional.

Isso porque ele apenas permite que, nas localidades em que não houver corretores credenciados, as pessoas físicas encaminhem diretamente as suas propostas às seguradoras.

Inexiste, no particular, qualquer prejuízo aos corretores de seguros, pois a permissão contida no dispositivo apenas incide na impossibilidade de atuação dos profissionais tutelados pelo diploma de 1964, preservando o acesso da população ao mercado de seguros.

Tecidas essas considerações, recomenda-se a rejeição do PLC nº 204, de 2015.

Ante o exposto, vota-se pela rejeição do PLC nº 204, de 2015.

Este é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar o relatório em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 204.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Havia exatamente 11 para fazer o terminativo. Como caiu o quórum, então, eu vou ler o requerimento do Senador Valdir Raupp.

ITEM 13**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 130, de 2017****- Não terminativo -**

Com fundamento no inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017, que autoriza a Ozonioterapia em todo o território Nacional.

Para a referida audiência, sugiro a participação dos seguintes convidados:

- Dra. Maria Emília Gadelha Serra – Presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia – ABOZ;
- Dra. Clarice Alegre Petramale – Ministério da Saúde;
- Dr. Calos Eduardo Faraco Braga – Presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru;
- Carlos Vital Tavares Corrêa Lima – Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Observações:

- Lido em 20.09.2017

Foi acordado, nesta reunião, que a data para essa audiência pública seria o dia 17 próximo, que é uma terça-feira, às 14h.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

A audiência será dia 17. *(Pausa.)*

Vamos, então, agora à leitura do relatório do Senador Vicentinho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, para análise em caráter não terminativo, o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016.

O projeto de lei aprovado no Senado Federal, de autoria do Senador Marcelo Crivella, estabelece um piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores.

Na Câmara dos Deputados, foi criada Comissão Especial para análise do mérito da matéria, conforme os termos do inciso II e do §1º do art. 34 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como das 117 proposições apensadas que, no geral, visam: criar um Estatuto que discipline a segurança privada e a segurança das instituições financeiras; estabelecer regras para as empresas de segurança privada; regulamentar a profissão de vigilante; fixar piso salarial para a categoria dos vigilantes; estabelecer a tutela penal dos serviços de segurança privada; estabelecer regras de segurança das instituições financeiras e congêneres; estabelecer regras de segurança dos caixas eletrônicos.

Da comissão especial resultou parecer que propôs um substitutivo global denominado “Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras”.

Análise.

Pertence a esta Comissão, com fulcro no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a competência para apreciar matérias que versem, como no caso, sobre relações de trabalho.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Por favor, Senador, posso interrompê-lo um minutinho?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pois não.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu fui informada de que esse relatório que V. Ex^a está lendo não foi o que foi entregue ontem. É um novo que foi entregue agorinha, e nós vamos agora dá-lo aos Senadores.

Então, eu vou pedir que tenham atenção, porque não é o de ontem. É um novo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Como não vai ser votado hoje, eu acho que podemos ler, porque havia um reparo...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, mas eu estou só advertindo que...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Está bem. Obrigado, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A constitucionalidade da proposição está presente, uma vez observados os arts. 22, inciso I, e o *caput* do art. 48 da Constituição Federal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me.

Senador, permita-me.

Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É que V. Exª traz uma informação nova. Esse relatório é um relatório novo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acabei de saber também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É um relatório novo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Na realidade, não tem praticamente informações novas. Foi mais correção de texto mesmo, mas o ideal que eu vejo, Presidente, é que cada um dos membros tenha acesso para acompanhar a leitura.

Eu aguardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, a informação que V. Exª traz, de fato, é nova.

Eu imaginava que se tratava do relatório anterior. Nesse sentido, me cabe até, por responsabilidade, arguir, em questão de ordem, o art. 108, §1º, que informa que, até para entrar na pauta, a pauta dos trabalhos, salvo em caso de urgência, que não é o caso, deve ser disponibilizado em meio eletrônico no portal do Senado com antecedência de dois dias.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Inclusive, só para não achar que houve qualquer alteração no relatório, estou sendo informado pelo assessor Rafael que foi meramente um erro formal, um inciso que foi escrito invertido e foi corrigido. Apenas isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em relação ao que foi dado aos Srs. Senadores para ler com antecipação o inciso foi invertido.

Quem inciso foi invertido?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – O inciso foi invertido.

No mérito, não há nenhuma alteração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o mesmo inciso...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Apenas corrigindo a redação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª me permite, a Comissão não tem conhecimento da alteração por mais simples que ela seja.

Para evitar vício, até para o bom encaminhamento da matéria e até em defesa do Relator, para proteger o próprio Relator e para evitar qualquer tipo de vício, eu acho por bem nós cumprirmos o disposto no Regimento Interno, e essa matéria voltar à pauta para ser apresentado o relatório na próxima quarta-feira, com a vista que está prevista, sem prejuízo, sem embargo da vista prevista no Regimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou consultar o Plenário porque trata-se simplesmente de uma inversão e não mudança de mérito.

Os Senadores que concordam que continue a leitura permaneçam como se encontram.

Quem discorda e prefere que a gente leia este relatório na próxima sessão se manifeste. *(Pausa.)*

Temos três que querem na próxima.

Um, dois, três, quatro. Deu empate.

Então, vou ter que decidir. Acho que, em virtude da manifestação de empate, eu tenho que decidir para ficar para a próxima, infelizmente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Muito bem.

Vamos aguardar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS nº 296, de 2016, que acrescenta o art. 72-A à Lei 8.213, de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social.

Autoria do Senador Sérgio Petecão e do Senador Airton Sandoval.

Concedo a palavra ao Senador Airton.

O Senador Airton estava aqui e não está mais.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é considerado não lido, porque o autor não está presente. Estava há cinco minutos e se retirou. Então, ele tem que estar presente para podermos considerá-lo como lido. Se voltar, leremos novamente.

Agora, temos alguns terminativos. Estão faltando dois Senadores para podermos votar. Temos algum para ler?

A Senadora Lídice da Mata tem um terminativo, que a gente pode fazer um *ad hoc*, segundo ela.

É o item 12.

Senador Vicentinho, V. Ex^a quer ser o relator *ad hoc* do projeto? É o item 12.

Decisão terminativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr^a Presidente, pela ordem. No item 10, de que sou o Relator, ele já foi lido, só faltava o quórum.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não temos quórum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não temos ainda.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2017

- Terminativo -

Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relator *ad hoc* o Senador Vicentinho.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho para proferir a leitura do relatório da Senadora Lídice, *ad hoc*.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Como Relator.) – Sr^a Presidente, Senadores e Senadoras, vem à exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2017, autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que estabelece a obrigatoriedade de prestação de assistência psiquiátrica e psicológica a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina. Para tanto, o PLS altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.

O projeto é composto de três artigos. O primeiro acrescenta o Inciso V ao §5º, do art. 4º, da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, para incluir, entre as condições a serem garantidas ao médico residente, pela instituição responsável pelo programa de residência médica, a assistência psiquiátrica e psicológica gratuita.

O art. 2º do Projeto altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, acrescentando ao §7º do art. 3º os incisos III e IV, para tornar obrigatória a oferta de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita aos alunos matriculados no curso de graduação em Medicina; e determinar que esse atendimento poderá ser prestado por alunos dos cursos de graduação em Medicina ou Psicologia, desde que sob a supervisão de profissionais.

O art. 3º, a cláusula de vigência, determina que a lei originada do projeto entre em vigor 120 dias após a data de sua publicação.

Na justificação da matéria, a autora reporta dados de estudo publicado no *Journal of the American Medical Association* (Jama), prestigioso periódico médico, que analisou 200 estudos, realizados em 43 países, sobre a prevalência de depressão e a ocorrência de ideação suicida entre estudantes de Medicina. Segundo esse estudo, 27% dos estudantes de Medicina sofrem de algum grau de depressão, e 11,1% relataram pensamentos suicidas. A autora também cita possíveis fatores de risco para a ocorrência desses agravos entre estudantes de medicina, como: forte competição para ingressar no curso; rigor acadêmico, privação de sono, exposição a situações clínicas traumáticas e distância de familiares e amigos. O conhecimento da farmacologia e o fácil acesso a medicamentos também foram lembrados como fatores facilitadores de tentativas de suicídio entre esses estudantes.

A matéria foi distribuída exclusivamente para a CAS, que decidirá sobre a matéria em caráter terminativo. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise, Sr^a Presidente.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS apreciar o projeto no que tange à proteção da saúde. No presente caso, como a este Colegiado cabe a decisão terminativa, também devem ser analisados os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa da proposição.

Com relação ao mérito da matéria, concordamos com a autora da proposição quanto à necessidade de prover cuidados especiais à saúde mental de médicos residentes e estudantes de Medicina do País, uma vez que há inúmeros estudos que evidenciam risco acrescido de ocorrência de depressão e suicídio nesse grupo populacional.

Estudo recente realizado por Fernanda Mayer, pesquisadora da Universidade de São Paulo, intitulado “Sintomas de depressão e ansiedade em estudantes de medicina: um estudo multicêntrico”, analisou os fatores determinantes da depressão e da ansiedade entre alunos de Medicina. A pesquisa envolveu 1.350 estudantes de Medicina, de 22 escolas médicas do País.

O estudo mostrou que 41% dos estudantes apresentaram sintomas depressivos, 81,7% apresentaram estado de ansiedade e 85,6% apresentaram traços de ansiedade. Outros sintomas frequentemente relatados foram cansaço, elevada autocobrança, irritabilidade e distúrbios do sono.

Esses dados evidenciam que o problema existe e é de grande magnitude e relevância. Assim, propostas de intervenção concretas para o seu enfrentamento devem ser adotadas.

Sr^a Presidente, como todos já têm acesso, para ganharmos tempo, eu vou agora direto ao voto.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Para colaborar com o bom andamento. E como é um projeto terminativo...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O senhor já colocou a emenda, ou não? Vai ler a emenda agora? Seria interessante ler a emenda.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É, eu vou ao voto com a emenda, porque como é terminativo e precisa haver quórum, para facilitarmos a aprovação.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2017, com a seguinte emenda:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2017, a seguinte redação:

"Art. 2º O § 7º do art. 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

'Art. 3º

§ 7º.....

III – a oferta obrigatória de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita aos alunos matriculados no curso de graduação em Medicina da instituição.' "

É esse o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada pela leitura, Senador Vicentinho.

Nós não vamos fazer a discussão, porque, como psicóloga e psicanalista, eu também gostaria de discutir esse projeto, e se começássemos a discussão agora, nós teríamos que votar na próxima. Esse projeto permite uma longa discussão, e eu acho que então nós poderíamos fazê-lo quando tivermos o quórum para votar.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pois não, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço a leitura do relatório.

Nada mais havendo a tratar, pois nós não temos quórum para votar os terminativos e já encerramos os que não eram terminativos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Aírton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Dário Berger, José Medeiros, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais RAS nº 5, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia. **Finalidade:** Debater os desafios do diagnóstico e do tratamento do câncer colorretal. **Participantes:** Sandro Martins, Coordenador da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Marlise Mello Cerato Michaelsen, Representante da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP e da Sociedade Brasileira de Coloproctologia – SBCP; Paulo Gonçalves de Oliveira, Representante da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino – Abrapreci e da Sociedade Brasileira de Coloproctologia – SBCP. Justifica a ausência André Sasse, Médico Oncologista do Hospital das Clínicas da Unicamp. A Presidência registra a presença e concede o uso da palavra às Senhoras Lauda Santos, Presidente da Associação Maria Vitória de Doenças Raras e Crônicas – AMAVI, e Andrea Bento, representante do Instituto Vencer o Câncer. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da palavra as Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/03>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2017, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, para debater os desafios do diagnóstico e do tratamento do câncer colorretal.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Paulo Gonçalves de Oliveira, representante da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino; Marlise Mello Cerato Michaelsen, representante da Associação Gaúcha de Coloproctologia. Muito bem-vinda. Sandro José Martins, Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde. Bem-vindo também.

Justificamos a ausência de André Sasse, médico oncologista do Hospital das Clínicas da Unicamp. E concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para suas considerações iniciais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; caros amigos que aqui vêm mais uma vez tratar de questões que interessam à saúde pública de nosso País.

Queria agradecer a Drª Marlise Cerato Michaelsen porque, há pelo menos dois anos ou um pouco mais, em Porto Alegre, na visita ao Hospital Ernesto Dornelles, para tratar de questões relacionadas ao câncer de mama com o Dr. José Luiz Pedrini, que foi inclusive presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, ela me alertou sobre a incidência do câncer de colorretal e sobre a relevância que tem a abordagem desse tema na prevenção, no tratamento e no diagnóstico precoce. Fizemos já uma audiência pública sobre essa questão e agora voltamos.

E eu queria apenas, Senadora Marta Suplicy, lembrar que nós estamos em pleno Outubro Rosa, que tem um cuidado internacional de alerta às mulheres, porque o câncer de mama, depois das doenças cardiovasculares, é o que mais mata mulheres no mundo, no Brasil e nosso Estado, Drª Marlise, no Rio Grande do Sul.

E agora, nessa matéria que estamos debatendo hoje, é o segundo, depois do câncer de mama, que mais mata. E as mulheres são as maiores vítimas, mais do que os homens, Dr. Paulo.

Então, esse é o motivo pelo qual, mais uma vez, requeri esta audiência pública, no sentido de informar.

Ontem tivemos um debate em Porto Alegre, na TV Pampa, comandado por Paulo Sérgio Pinto e quatro médicas, uma oncologista clínica, uma mastologista, uma radiologista, e com o Secretário da Saúde; e vimos realmente certa não compreensão, uma certa confusão, que o Secretário tentou esclarecer, entre prevenção e tratamento. A prevenção, a mamografia, que eu tinha como prevenção, na verdade não é bem... Ela é identificadora da doença, ela é um exame como a colonoscopia, o exame adequado para identificar a doença. A prevenção é outra coisa: é exercício, é alimentação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saudável, é uma série de outras regras. Então, ontem, finalmente se explicou essa diferença entre as duas questões.

Essa é a razão desse requerimento. Eu agradeço muito V. Exª por estar aqui, fazendo a abertura da audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de parabenizar a Senadora Ana Amélia, que se tem dedicado de maneira exaustiva a todas as questões do câncer nesta Casa, e principalmente relacionado à mulher. E essa iniciativa é muito bem-vinda.

Como V. Exª colocou, atinge as mulheres, e tem o preconceito. A verdade é essa, é essa a situação, porque mesmo quando o ministério ou nós mesmas fazemos a campanha do Outubro Rosa, ninguém fala desse tipo de câncer, e isso é o que acaba se tornando um dos maiores índices de mortalidade nesse quesito.

Então, essa discussão aqui vem a calhar, ela é televisionada para o Brasil todo. Não sei o horário de agora, que sai do nosso dia normal, que é à noite, agora eu não sei, mas ela é televisionada e espero que sirva...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ...como um alerta para o Outubro Rosa, que possa realmente se dedicar a todos os tipos de câncer, principalmente esse, que é tão escondido e tão pouco falado.

E vou ter que me ausentar, porque tenho, nós estamos debatendo a questão de trabalho infantil e artístico na Comissão de Direitos Humanos, e o relatório... É uma audiência pública em que eu tenho de estar presente. Vou pedir à Senadora Ana Amélia que faça a gentileza de presidir esta reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria renovar os agradecimentos ao comparecimento do Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira, representante da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino (Abrapreci); da Drª Marlise Cerato Michaelson, representante da Associação Gaúcha de Coloproctologia; e ao Dr. Sandro José Martins, que é Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde.

O Dr. André Sasse, que é médico oncologista do Hospital das Clínicas e foi convidado, já nos justificou a ausência em função de compromissos e de impossibilidade de estar em Brasília para esta audiência; mas agradecemos, de qualquer maneira, a atenção que ele teve ao antecipar as escusas.

Nós estamos hoje em um dia de muita inquietação no Senado, por conta de umas questões que envolvem o relacionamento da instituição Senado Federal também com o Supremo Tribunal Federal.

Então, nós vamos condensar a nossa audiência. Cada um dos expositores terá dez minutos para falar, e teremos algumas questões sobre a matéria que dão mais esclarecimentos.

Quero agradecer também a participação compartilhada dos nossos telespectadores que estão nos canais do YouTube e Facebook, acompanhando essa transmissão ao vivo pelos canais da TV Senado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço antecipadamente todos que mandarem as suas perguntas. A Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais do Senado estará atenta para anotar e aqui faremos a apresentação.

Convido o Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira para começar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Inversão? Pois não.

Acho que é a gentileza de um cavalheiro para que a Drª Marlise abra a reunião. Depois, falarão o Dr. Paulo e o Sandro, porque será o Ministério falando sobre essas questões.

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – Muito obrigada.

Ex^{ma}. Srª Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Senadora Martha Suplicy; Ex^{ma} Senadora Ana Amélia Lemos; Dr. Sandro Martins, Coordenador da Coordenação de Alta e Média Complexidade do Ministério da Saúde, prezado colega e amigo; Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira, demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

Bom dia, estou hoje nesta solenidade junto com o colega e amigo, Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira, representando a Abrapreci, que tem como Presidente a Drª Angelita Gama, assim como a Sociedade Brasileira de Coloproctologia, em nome do seu Presidente, Dr. Henrique Fillmann e a Sociedade Gaúcha de Coloproctologia, sendo membro titular de todas e membro da Comissão de Defesa de Classe da Sociedade Brasileira de Coloproctologia.

Quero agradecer em meu nome dos demais colegas dessas entidades médicas e dizer que é uma grande honra participar dessa audiência pública, na qualidade de oradora do tema "Desafios, Diagnóstico e Tratamento do Câncer Colorretal".

Falarei sobre o maior desafio de todos: a prevenção e diagnóstico precoce do câncer colorretal, assim como estimativas para 2017. Desde 2014, estamos batalhando para instituir projetos de lei nesse sentido. Fizemos quatro campanhas de conscientização da população em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com abrangência estadual, assim como três campanhas nacionais de prevenção em vários Estados do País, no já consolidado Setembro Verde.

Quero fazer um agradecimento especial a três pessoas que me receberam, estenderam a mão, acreditaram no projeto, incentivaram e trabalharam comigo para lançarmos o Setembro Verde, além de desenvolverem o Projeto de Lei da Semana e Dia Nacional de Prevenção ao Câncer de Intestino. São elas a Senadora Ana Amélia Lemos, política dedicada comprometida e que realmente batalha pelas causas da saúde, dentre tantas outras. Senadora, minhas palavras seriam insuficientes para expressar a minha satisfação em poder contar com o seu apoio, por ser uma pessoa que faz total diferença na via dos outros ajudando a salvar vidas e a dar qualidade de vida.

A outra homenagem especial é dedicada ao Deputado Pedro Westphalen. Nosso colega, ginecologista, comprometido, que está sempre lutando pelos direitos dos médicos e pelas causas da saúde. O Deputado e sua equipe me receberam prontamente. E o Pedro Westphalen, perspicaz como sempre, propôs que fosse feito um projeto de lei que tornasse obrigatória a prevenção ao câncer de intestino como plano de governo, afinal estamos tratando de um problema de saúde pública.

A terceira pessoa que se envolveu totalmente com a causa e registrou um projeto de lei para tornar o dia 28 de maio e a semana que o inclui – porque as campanhas iniciaram em maio, – como Dia e Semana de Prevenção do Câncer de Colorretal – foi o Vereador Idenir Cecchim, que, junto com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua equipe, anexou na Lei 10.904 a prevenção do câncer colorretal no calendário de datas comemorativas e de conscientização do Município de Porto Alegre.

Quero também comunicar, em nome do Secretário de Saúde de Porto Alegre, Dr. Erno Harzheim, o comprometimento com o início do rastreamento do câncer de intestino no Município de Porto Alegre. No final deste ano ou, no máximo, no ano que vem, teremos em Porto Alegre uma ação global, com atendimento à população em várias especialidades, que estaremos coordenando junto com a Sociedade Brasileira de Coloproctologia.

Agradeço também à minha família, que sempre me incentivou a fazer o melhor.

Finalizo dizendo que salvar a vida dos outros é salvar a nossa própria e das pessoas que amamos. Não existe recompensa maior do que promover a saúde. Para isso, temos que fazer a prevenção.

Agora eu gostaria de apresentar aos senhores alguns dispositivos sobre o assunto.

Obrigada.

Eu vou falar sobre os desafios no diagnóstico e tratamento do câncer colorretal.

O câncer é um problema de saúde pública. Vinte milhões de pessoas no mundo vão ter câncer; 600 mil novos doentes por ano no Brasil; 60% desses doentes vão ter um diagnóstico em estado avançado. Isso causa um grande impacto socioeconômico. Um terço desses casos de câncer poderiam ser evitáveis. É a segunda causa de morte; em torno de 190 mil doentes por ano morrem de câncer. O tratamento é de alta complexidade e o controle depende de política pública e envolvimento da sociedade.

Para que servem as estimativas? Para que a gente possa conhecer a magnitude dos principais tipos de câncer, planejar ações e programas de controle, definir políticas públicas e a alocação de recursos.

Aqui vocês podem ver os tipos de câncer mais comuns, tanto em homens quanto em mulheres. Como a gente falou anteriormente, como a Senadora muito bem colocou, na Região Sul e na Região Sudeste, o câncer colorretal é o segundo mais comum nas mulheres; na Região Centro-Oeste, o câncer colorretal é o terceiro entre os homens, sendo muito comum.

Tirando o de pele não-melanoma, nas mulheres, no Brasil, o câncer colorretal é o segundo de maior incidência; nos homens, o terceiro, após próstata e pulmão.

A incidência é maior na Europa e na América do Norte, menor na África, Ásia e América do Sul. É o terceiro tipo de câncer mais comum, após próstata e pulmão, nos homens; e o segundo nas mulheres.

No Brasil, para 2017, temos uma expectativa de 34,280 mil, sendo 16,660 mil novos casos para homens e 17,620 mil para mulheres. Desses, infelizmente, quase 40% vão evoluir para óbito, sendo que a doença é geralmente tratada em fase mais avançada. As Regiões Sul e Sudeste são as de maior incidência. No Rio Grande do Sul, são 22,35 homens a cada 100 mil habitantes e 23,7 mulheres para cada 100 mil habitantes. Como falamos anteriormente, infelizmente, em Porto Alegre, a realidade é ainda pior: temos 32,8 a cada 100 mil homens e 34,75 a cada 100 mil mulheres, sendo Porto Alegre a capital nacional de maior incidência de câncer de intestino.

O câncer é um problema de saúde pública mundial. A incidência de câncer no mundo cresceu 20% na última década. No mundo, espera-se, para 2030, 27 milhões de casos novos de câncer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O impacto do câncer na população corresponderá a 80% em países desenvolvidos, dos mais de 20 milhões de casos estimados para 2025.

O câncer colorretal compromete o cólon em torno de 60% dos casos e o reto em 40% dos casos.

É uma doença multifatorial que sofre a ação de agentes ambientais, fatores dietéticos e elementos internos: alterações somáticas, genéticas e hereditariedade.

A maior parte dos tumores de intestino são esporádicos, em torno de 75%; em torno de 10 a 30% ocorrem em pessoas com história familiar.

O câncer colorretal é uma doença silenciosa. Desde uma mucosa normal até o aparecimento do câncer leva em torno de 10 a 15 anos. Várias alterações genéticas se somam até o aparecimento do câncer. Então, é muito importante as pessoas saberem que não ter sintomas não significa não ter câncer.

Aqui é um exemplo de imagem de câncer de intestino e de uma doença genética, a polipose adenomatosa familiar.

Os fatores que aumentam a incidência do câncer colorretal:

- gordura saturada animal;
- carne vermelha, que libera radicais livres e agentes pró-oxidantes;
- álcool - altera absorção do folato;
- obesidade;
- tabagismo;
- colecistectomia, uma cirurgia de retirada da vesícula. Os ácidos biliares promovem a carcinogênese colorretal;
- doença inflamatória intestinal acima de dez anos e doença severa;
- história familiar. Se a gente tem um familiar com câncer de intestino, dobra a chance de ter; se tiver dois, quadruplica;
- radioterapia;
- acromegalia;
- idade, é raro antes dos 50 anos, apesar de acontecer em quase 20% dos casos, como vou mostrar a seguir, mas a idade é um fator de risco importante;
- baixa ingestão de vitamina C, selênio e cálcio.

Fatores protetores:

- frutas e legumes, a indicação é a ingestão de 25-30g/dia, porque tem agentes antioxidantes, carotenóides e ácido ascórbico;
- fibras, que aumentam o bolo fecal com diluição de carcinógenos, aceleram o trânsito intestinal reduzindo contato com carcinógenos e alteram a flora bacteriana;
- cálcio;
- evitar gorduras saturadas, redução de até 30%;
- folatos, que agem na metilação do DNA regulando a expressão genética;
- evitar carne vermelha processada e, principalmente, muito assada, que libera carcinógenos;
- consumir peixe duas a três vezes na semana;
- existem alguns medicamentos, o ácido acetilsalicílico e os anti-inflamatórios, que poderiam ser utilizados na prevenção do câncer de intestino, mas não são, pois têm efeitos colaterais proibitivos;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- atividade física regular;
- não fumar;
- flavonóides - chocolate, vinho tinto, suco de uva;
- não ingerir bebidas alcoólicas;
- manter-se no peso certo;
- ingerir 2 a 3 litros de água/dia.

A manifestação clínica do câncer de intestino pode ser dor abdominal e/ou sensação de esvaziamento incompleto, que a gente chama de tenesmo; alteração da função do intestino para mais ou para menos, diarreia e/ou constipação; sangramento retal. Como eu falei para vocês, é mais comum em pacientes com 50 anos, mas em torno de 17,5% de pacientes com menos de 50 anos podem ter câncer colorretal. Existe um exame de que vou falar a seguir, o sangue oculto nas fezes, que, se positivo, tem chance de 30 a 60% de o paciente ter um câncer invasivo e 20 a 25% de ter um pólipó, que é uma lesão precursora do câncer, na maior parte das vezes.

(Soa a campanha.)

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – As informações sobre o câncer servem para identificar o perfil epidemiológico, estabelecer diretrizes, planejar ações e estratégias de intervenção e avaliação.

Para que servem os programas de prevenção? Mudança de comportamento e conscientização; rastreamento de câncer e lesões precursoras; tratamento rápido e acessível a todos.

Os rastreamentos levam a diagnóstico precoce com taxas de cura de até 90%, interrompendo a sequência adenoma-carcinoma, fazendo o diagnóstico do pólipó - polipectomia.

Agentes protetores eu já falei anteriormente.

É importante a estratificação do risco. Os alvos de campanha de prevenção são pessoas de ambos os sexos acima dos 50 anos – 4% dessas pessoas vão ter câncer de intestino. Há pacientes com risco alto ou muito alto – esses pacientes deveriam fazer uma colonoscopia, mas, se não tiverem condições, podem ser também triados com sangue oculto nas fezes.

No rastreamento, devemos aplicar exames simples e de fácil execução para a grande população, para selecionar indivíduos assintomáticos para exames mais específicos. De 10% a 15% somente dos pacientes com tumores precoces vão ter sintomas. O câncer colorretal, pela alta prevalência da fase assintomática longa e presença de lesões precursoras tratáveis, é ideal para o rastreamento. Existem os testes de fezes – sangue oculto nas fezes, guaiaco ou imunoquímico, testes de DNA – e testes estruturais – a colonoscopia, a retossigmoidoscopia e outros.

O teste de sangue oculto nas fezes pode ser o guaiaco ou imunoquímico. Quando positivo, o paciente deve ser triado para uma colonoscopia. O guaiaco sofre ação de alguns alimentos. Então, tem que fazer um preparo para poder fazer o exame. O teste imunoquímico é mais sensível e específico, e não sofre ação de alimentos. O teste de DNA fecal ainda não tem no nosso meio, mas detecta algumas mutações genéticas.

O rastreamento também pode ser feito com outros exames e a retossigmoidoscopia flexível, a colonoscopia, a colonografia e o enema baritado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Métodos de rastreamento e a sequência colonoscopia devem ser feitos uma vez a cada dez anos. O sangue oculto pode ser anual ou bianual e os outros – retosigmoidoscopia e outros – a cada cinco anos. Então, o teste de sangue oculto é o exame indicado para populações em que não tem como oferecer colonoscopia para todas as pessoas de risco moderado, a partir de 50 anos. Se for positivo, deve ser complementado com uma colonoscopia.

Estudos americanos comprovam que a taxa de câncer colorretal caiu 30% em dez anos, quando o número de colonoscopias triplicou. Recomendações do Inca é que seja realizado sangue oculto fecal anual e, se positivo, colonoscopia. Uma sugestão de programa de rastreamento para Porto Alegre: acrescentar pesquisa de sangue oculto nas fezes nas Unidades Básicas de Saúde e, se positivo, triar para fazer a colonoscopia.

Desde 2014, nós viemos fazendo essas campanhas de prevenção, é o Setembro Verde; conscientização da necessidade de prevenção primária e secundária através da entrega de *folders* explicativos e programas de comunicação; a divulgação com modelo inflável, com vídeos educativos, ilustração das patologias também está sendo feita.

Acrescentar pesquisa de sangue oculto nas fezes nas Unidades Básicas de Saúde precisa ser implantado através de um programa de governo. Estudos mostram que, a cada 1% de adenoma detectado, diminui em 3% a chance de desenvolver o câncer colorretal após a colonoscopia. Se sangue oculto positivo, o paciente deve ser triado para uma colonoscopia, que também deve ser implantada através de um programa de governo.

Essas são imagens...

(Soa a campanha.)

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – ...das campanhas que nós fizemos anteriormente.

Já estou encerrando.

Essa é a lei que instituiu o anexo na Lei 10.904 incluindo o câncer colorretal nas datas comemorativas e de conscientização de Porto Alegre.

Eu gostaria de agradecer dizendo que quando sonhamos sozinhos, é apenas um sonho; quando sonhamos juntos, é o início de uma nova realidade.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Marlise.

Só para não perder o gancho, qual percentual, se é possível mensurar, dos exames que identificam sangue oculto nas fezes confirmando, numa colonoscopia, quando é feita, a incidência do câncer? Esse é o primeiro. E ali a senhora falou de um a cada dez anos a frequência de se fazer a colonoscopia, como identificação ou prevenção. Então, se é essa mesma a data do exame, se é o mais recomendável.

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – Então, quando há sangue oculto nas fezes positivo, aumenta em três a quatro vezes a chance de se ter uma neoplasia. Em torno de 30% a 60% dos pacientes com sangue oculto nas fezes positivo vão ter um câncer invasivo no exame da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colonoscopia. Em torno de 20% a 25% vai ser identificado um pólipó, que geralmente é uma lesão precursora.

O câncer de intestino é um pouco diferente dos outros tumores, porque realmente a gente consegue prevenir, a gente consegue fazer um diagnóstico precoce, mas também conseguimos prevenir porque no momento em que se detecta o pólipó, que é a lesão benigna, ela é uma lesão precursora. E, realizando a polipectomia, nós vamos realmente evitar que esse paciente tenha um câncer. Então, a gente altera totalmente a história natural desse paciente. A colonoscopia, os *guidelines* recomendam que, se for um exame normal, pode ser repetida em até dez anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Então, passo agora a palavra ao Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira, que é representante da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino.

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Inicialmente, gostaria de cumprimentar e parabenizar a Presidente desta reunião no momento, a Senadora Ana Amélia. V. Exª tem sido uma grande lutadora nessa causa e, em 2014, período em que eu era Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, junto com a Drª Marlise, nós a procuramos, sempre muito bem recebidos. E seu total apoio às causas do câncer, à causa dos agravos à saúde da população, não é só o câncer, todo esse complexo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero agradecer ao Dr. Paulo e agradecer também ao famoso comentarista esportivo, Milton Neves, que hoje na sua página, aliás, na página em que nós colocamos o convite para esta audiência, para mostrar junto com a área de comunicação da TV Senado e da Rádio Senado... Todo o setor de comunicação fez um *post* para falar sobre a audiência. E aí o Milton Neves fez um registro lá: "Parabéns pela iniciativa. É isso. Continue firme." Então, eu acho que essa manifestação... Ele é uma pessoa de, digamos assim, grande influência na opinião pública, pela posição que tem como um grande comunicador, especializado na área de esporte. Então, agradecer também à referência que é especificamente sobre esta audiência pública em que estamos debatendo.

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – É. Eu acho que esse reconhecimento é fruto de um trabalho, não foi de um dia para o outro. Então, com certeza, eu acho que isso só recebe o apoio de várias instituições.

É um prazer também estar à mesa junto com a Drª Marlise, colega de Porto Alegre; o Dr. Sandro Martins, coordenador de alta complexidade do Ministério da Saúde; os demais presentes. E dizer que nós estamos aqui representando, em primeiro lugar, a Profª Angelita Habr-Gama, que é fundadora e Presidente da Abrapreci, que é a Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino, uma pesquisadora internacionalmente reconhecida, com uma luta enorme no câncer, uma cientista com reconhecimento realmente internacional. E também está na nossa Sociedade Brasileira de Coloproctologia, que congrega uma parte dos especialistas que cuidam das doenças relacionadas ao colo e ao reto, que são os coloproctologistas, que habitualmente são aqueles que realizam os exames, as colonoscopias, e operam esses pacientes. Quem faz a quimioterapia ou radioterapia são oncologistas clínicos ou radioterapeutas. Então, acho que o primeiro desafio é a gente entender que se trata de uma questão multidisciplinar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Profª Marlise fez um excelente resumo sobre todos os aspectos do câncer colorretal, com ênfase muito grande sobre a prevenção, que é fundamental, que é muito importante. Se a gente considerar os cânceres que têm uma elevada incidência, o câncer de colo de útero e o câncer de intestino são os dois de que realmente se pode fazer prevenção. Não se faz diagnóstico precoce, faz-se prevenção. Mamografia para câncer de mama faz diagnóstico precoce. É ótimo, tem que ser feito para que o paciente possa ser tratado. Em câncer de próstata se faz diagnóstico precoce, mas já é câncer.

No câncer de colo de útero, sabe-se hoje que com papanicolau – a associação com o HPV, o tratamento –, você corta essa sequência, que é chamada displasia das alterações celulares, para o câncer. E no intestino, quando você faz uma colonoscopia, encontra um tumor benigno, que a gente chama de adenoma, você resseca isso durante a colonoscopia, sem precisar de uma operação, com uma alcinha, queima, corta. Você resolve, você quebra essa sequência. Essa pessoa deixa de, daí a 5, 10 anos, vir a ter um câncer. Não são 100% dos casos de adenomas que vão se tornar câncer, mas a esmagadora maioria dos cânceres provém de um adenoma.

Então, acho que o aspecto da prevenção é muito importante, mas também a chamada promoção da saúde, que é recuperar a saúde, porque nós temos de tratar também as pessoas que estão doentes. Nós precisamos entender que esse é o outro desafio. Acho que esse é o tema também de hoje, associado à prevenção, que deve estar sempre em nossa mente.

Eu gostaria de comentar algumas coisas, a partir da visão tanto da Abrapreci quanto da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, com respeito a três pontos principais, que seriam diagnóstico, tratamento e segmento dessas pessoas, porque esses são os três desafios nos quais eu entendo que a gente precisa focar e precisa trabalhar.

A gente sabe que a incidência no Brasil é heterogênea – e no mundo da mesma maneira – e tem uma relação direta com os melhores índices de desenvolvimento humano (IDH). Ou seja, é um câncer que aparece com a modernidade, com a melhora das condições de vida e o que vem associado a ela – vem muita coisa boa, mas vem muita coisa ruim.

Então, a gente precisa entender que o Brasil muda o seu perfil claramente. Então, quando a gente vê o mapa do Inca, quando produz a distribuição do câncer no País, a gente vê claramente que as regiões que têm maior poder socioeconômico, vamos considerar assim, têm muito mais cânceres – e dentre eles o câncer colorretal. Ou seja, nós repetimos a história do mundo.

Então, não tem jeito. Nós precisamos entender que ele tem essa heterogeneidade. Talvez o mesmo programa para todas as regiões do Brasil não sirva da mesma maneira. Acho que o Ministério da Saúde tem bem essa visão. O do colo de útero a gente vê no Norte, no Nordeste, em muitas cidades. Mas, no Norte e Nordeste, a gente tem que tomar cuidado também, porque as capitais têm alto índice de câncer colorretal. Então, talvez o enfoque seja muito maior hoje no colo do útero, porque nos outros lugares realmente caiu muito, afortunadamente – isso é uma coisa excepcional.

A gente deve entender, então, quando se fala sobre diagnóstico em dois grupos, como já disse a Profª Marlise, a chamada população de risco. Quem tem risco que vale a pena fazer um exame, se possível, ou alguma investigação ou avaliação, para que se possa detectar talvez não o câncer, mas o adenoma? Ele tratado evitará que evolua para o câncer. Então, são as pessoas acima de 50 anos. Nós temos que ver uma maneira, talvez...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É possível oferecer colonoscopia universalmente para todo mundo acima de 50 anos? Muito provavelmente não. Talvez nenhum país no mundo tenha conseguido. E eu estou falando de Reino Unido, Austrália, que são países que tentaram e não conseguiram. Então, temos que nos adequar à nossa realidade.

Sangue oculto nas fezes? Quem tiver positivo, o que fazer? Aqueles com história pessoal e familiar – e nós já estamos entrando em grupo de maior risco –, talvez mereçam furar fila, porque eles precisam ter uma atenção diferente, e também aqueles que têm esses antecedentes ou doenças genéticas, talvez com a criação realmente de um registro nacional – nós precisamos ter um registro nacional.

Nós temos, no nosso Hospital Universitário, aqui na Universidade de Brasília, registradas 46 famílias. Você sabe que, em algumas doenças, a chance de câncer é de 100% até os 40 anos, então ele precisa ser tratado. É diferente da população... Agora, isso representa talvez 5%, menos de 10% população. Então, a gente tem que contemporizar, ver qual seria o melhor para cada um desses grupos.

Com respeito ao diagnóstico ainda, eu gostaria de falar sobre os sintomáticos, aqueles que têm esses sintomas que listou a Dr^a Marlise. Mas eles não têm acesso à colonoscopia. Nós precisamos incrementar a utilização de centros de endoscopia para rastreamento dessas lesões. Se a gente tratasse pelo menos os sintomáticos, a gente já conseguiria talvez fazer o diagnóstico precoce ou tratar um adenoma que estivesse sangrando.

Entrando no tratamento, que é uma coisa fundamental, a lei diz que em 90 dias deveria ser tratado. Eu não sei qual é o padrão de todo o Brasil, porque a esse tipo de coisa nós não temos um grande de acesso. Aqui no Distrito Federal, que é praticamente uma cidade, uma região relativamente privilegiada, extremamente privilegiada, nós temos uma dificuldade muito grande de, em 90 dias, fazer com que a pessoa tenha o seu diagnóstico e já esteja em tratamento. Por quê? Muitos são pacientes idosos.

Esses pacientes idosos precisam de unidades de terapia intensiva, e a gente não tem. Várias vezes você pede uma operação, há uma vaga na unidade de terapia intensiva, mas, quando ele vai ser operado, é suspenso. Por quê? Porque depois que ele for operado – é uma grande operação. É um paciente que tem uma doença cardíológica, tem outras doenças associadas –, ele não pode ir para a UTI. Então, é suspensa a operação.

Então, nós precisamos trabalhar esse tipo de coisa com respeito à operação, especificamente, à utilização das chamadas técnicas minimamente invasivas, que agridem menos a pessoa – uma disponibilidade maior para elas.

O uso de materiais especiais parece muito simples, mas a utilização de grampeadores evita que se sacrifique o aparelho sinteriano. Falando claramente, evita que a pessoa fique com uma colostomia, que é uma boca de intestino no seu abdômen. Então, se eu tiver acesso a grampeadores que me permitam fazer o que a gente chama de anastomose, que é juntar uma parte do intestino com o reto, bem baixinho, que eu não consigo fazer com a mão, para isso é fundamental que eu tenha esses grampeadores. Os grampeadores no serviço público são uma concessão relacionada ao SUS, que é o grande provedor dos nossos hospitais públicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a gente tem que entender que alguns desses pacientes vão ficar com essas ostomias. Existem dois tipos, principalmente: aquelas temporárias, ou seja, enquanto ele cicatriza aquela parte que foi operada, ele fica com um desvio anterior, para que depois possa ser reconstruído; ele fica por um período, e existem aqueles que ficam com ostomias definitivas, pois essas bocas ficam para sempre. Eles deixam até de ser pacientes.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – São pessoas que têm uma condição especial, que é ser portadoras de uma ostomia.

Elas precisam ter materiais adequados, que permitam levar uma vida normal, que permitam ir à praia, que permitam andar de... sair, ir a um restaurante, ter uma vida ativa, normal. Isso é possível, tendo acesso a materiais de boa qualidade. É fundamental que a gente tenha...

A gente sabe hoje que o tratamento, principalmente no reto – o Sandro é oncologista, sabe muito bem... A gente sabe que a chamada neoadjuvância muda radicalmente, melhora o prognóstico dos pacientes, quando se faz radio e quimioterapia antes de operar. E esse acesso é muito difícil.

Brasília, o Distrito Federal, tem cerca de dois milhões de habitantes; seria um CACON para cada, mais ou menos 500 mil habitantes, mas também nós temos dois. É uma situação privilegiada.

Os pacientes têm uma dificuldade muito grande de chegar a ter radio e quimioterapia. E, depois de passar por essa quimioterapia, há um período em que ele tem que ser operado. Ele tem uma janela para que eu possa operar, não posso nem antes nem muito depois. Então, o tratamento depende da cirurgia, porque é geralmente a radio, a quimioterapia – isso é do câncer de reto especificamente –, a operação e depois novamente quimioterapia. Nós precisamos agilizar e entender isso de uma maneira melhor.

Por último, mas não menos importante, é também o seguimento dessas pessoas. Cada vez mais, há população mais idosa, há pessoas que estão curadas, mas elas vão ser sempre pessoas que têm um risco maior de ter outra lesão. Então, elas vão ser sempre uma população de alto risco. Nós precisamos entender que temos que dar também atenção a esse grupo. Eles vão precisar de colonoscopias periódicas. Também alguns com ostomia têm que ter acesso a esse material de boa qualidade para ter uma vida com qualidade.

Para concluir, quero só dizer o seguinte: acho que essas discussões são fundamentais para que a gente possa, juntamente com o Poder Público, cobrar, mas também participar ativamente em todos os níveis, seja na prevenção, seja na promoção da saúde,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – ...seja nesse momento em que se faz o diagnóstico e se compromete com o paciente para levá-lo até o fim e acompanhá-lo, porque esse é o papel da sociedade, na medida da nossa possibilidade.

Mais uma vez, parabenizo a Senadora Ana Amélia pela sua iniciativa, pelo seu apoio constante à causa da oncologia, do câncer, em todos os seus níveis no Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira.

Passo agora a palavra ao Dr. Sandro José Martins, que, por conta da declaração do Dr. Paulo, sabemos que é oncologista também. Eu sabia que era médico, mas não sabia da especialidade.

O SR. SANDRO MARTINS – Boa tarde.

É uma satisfação poder estar aqui com uma Mesa tão ilustre, discutindo um tema tão caro à saúde pública do País, que é a prevenção dos poucos tipos de cânceres que são passíveis de diagnóstico precoce e é propriamente um tratamento com maior chance curativa. Não é, infelizmente, a maioria dos tumores que têm essa possibilidade. E o câncer colorretal se insere nessa modalidade.

Depois da fala da Drª Marlise, que apresentou um panorama bastante amplo a respeito da história natural da doença, e a colocação do Dr. Paulo Gonçalves, que trouxe uma descrição de como é a forma multiprofissional, multidisciplinar necessária para o tratamento desses pacientes, vou tentar apresentar como se organiza a rede pública de oncologia no Brasil e quais os desafios, no tema da proposta da Senadora, nesse diagnóstico e no tratamento para o SUS.

Já foi pontuado que o câncer colorretal, na maioria dos países desenvolvidos e em muitas regiões do País, está crescendo de importância epidemiológica tanto em homens como em mulheres, representando uma carga de morbimortalidade bastante significativa e de tendência, a se esperar, crescente.

De modo geral, em oncologia, nós sempre somos surpreendidos ou informados a respeito de avanços de pesquisas e de conhecimentos que crescem de maneira quase que exponencial, mas a incorporação dessas tecnologias e desses procedimentos na prática clínica, do ponto de vista de mudar a história natural dessas doenças, tem caminhado a passos um pouco mais lentos do que toda a comunidade de especialistas, os profissionais da área e, principalmente, os pacientes que são objeto desse cuidado desejariam.

Hoje, então, o câncer, se for se definir, é uma doença entendida como do nosso genoma, que acumula mutações e alterações com o processo de envelhecimento. Daí o câncer ser mais frequente em pessoas idosas. Esse entendimento de que os tumores e as pessoas são diferentes e têm particularidades tem permitido um entendimento novo a respeito dessa doença.

Como a gente faz, no âmbito do SUS para cuidar dessas pessoas? No âmbito do SUS, a política de oncologia, como foi pontuado anteriormente pelo Dr. Paulo, preconiza a instalação de um hospital de alta complexidade em oncologia, que atenda na área de cirurgia oncológica, quimioterapia e radioterapia, as três modalidades centrais do tratamento do câncer, mas não as únicas.

Com isso, com a nossa população de 200 milhões de habitantes, a gente poderia fazer uma conta rápida e imaginar que seriam necessários em torno de 400 centros de tratamento de câncer. Ponderando ainda que existam alguns hospitais de grande porte que respondem pela assistência de um número maior de pessoas pelo seu porte tecnológico, ainda assim há um espaço muito grande, uma necessidade de ampliar a oferta de serviços de oncologia no SUS, principalmente no interior do País, onde o acesso é remoto e difícil.

Do ponto de vista de tratamento do câncer no SUS nos últimos anos, nós temos tido um crescimento mais do que vegetativo da realização de cirurgias, quimioterapia, radioterapia para o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

câncer. E é um crescimento decorrente principalmente desse aumento na oferta de serviços, com novos hospitais habilitados e colocados para atender à população.

Quais os desafios, então, que, do ponto de vista assistencial, hoje a gente entende que perpassam a interiorização desses serviços de atenção oncológica? No que diz respeito à cirurgia, que é seguramente, no tratamento do câncer colorretal, a modalidade central tanto no diagnóstico como no tratamento dessa doença, ela requer normalmente um processo de formação longo. É o cirurgião coloproctologista e o cirurgião oncológico que fazem uma formação específica para atuar nessa área e dependem, no sucesso da sua intervenção, de uma plataforma, de um hospital, de um serviço organizado, com complexidade tecnológica considerável. O Dr. Paulo pontuou que, se não há um leito de UTI disponível, uma cirurgia desse tipo eletiva acaba sendo adiada, postergada. Então, é necessário um ambiente tecnológico que suporte o tratamento da cirurgia do câncer. Esse tratamento só pode ser feito adequadamente com o diagnóstico. Por diagnóstico, entenda-se a realização de exames histopatológicos, biópsias, que provêm informação sobre o tipo de tumor e ajudam no planejamento terapêutico.

Foram mencionados aqui também gramepeadores como parte de insumos que são necessários ao procedimento cirúrgico. Realmente o acesso a insumos para a realização de cirurgias acaba, muitas vezes, dificultando o acesso ao tratamento no tempo adequado. De forma que hoje, no SUS, nós temos cinco hospitais onde há cirurgia laparoscópica com assistência de robô realizando cirurgias, pelo SUS, assim como temos um grande contingente de hospitais que têm uma condição tecnológica mais modesta e simples, e precisam ser qualificados para melhorar os resultados do tratamento do câncer no SUS. Foi mencionada a radioterapia como papel importante no tratamento pré-operatório dos pacientes com câncer de reto, que é um segmento dos casos de câncer colorretal. E a gente entende que essa modalidade também requer um aparato tecnológico – e principalmente de recursos humanos superespecializados – para implementar esse tipo de tratamento em hospitais. E à parte do investimento necessário para construção e instalação de equipamentos de radioterapia, o investimento em recursos humanos não pode – e não tem sido deixado – ficar em segundo plano, para haver a efetiva interiorização dessa modalidade de tratamento.

Quanto à radioterapia também, nós temos uma variação tecnológica. Nós temos ainda 49 equipamentos de cobalto funcionando no País que fornecem uma modalidade de radioterapia segura para um espectro até grande de tumores, mas não é a modalidade de radioterapia mais segura do ponto de vista ambiental e do ponto de vista de permitir o tratamento de todos os tipos de tumor. Daí porque a necessidade do investimento na aquisição de acelerador linear para o País.

Hoje, se a gente mapeia do ponto de vista de parâmetros recomendados de cobertura, nós temos grande parte do País com uma cobertura insuficiente ou limitada de radioterapia. Daí porque muitos conhecem os relatos das filas de tratamento em radioterapia, que comprometem seguramente o sucesso do tratamento, dado que existem prazos – como foi mencionado – para que esses tratamentos entreguem o resultado ótimo para os pacientes.

Para mudar esse cenário de radioterapia, está sendo feito o investimento na aquisição de, hoje, em torno de 113 equipamentos até 2020, para aumentar a oferta de radioterapia no SUS. Após esse investimento, ainda vai permanecer um déficit de radioterapia em pelo menos três Estados da União –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a gente não conseguir até lá trabalhar a instalação de novos hospitais habilitados em oncologia –, que são Maranhão, Piauí e Pará.

Atualmente, dos equipamentos de radioterapia, nós temos que 19 foram entregues no ano passado, e este ano provavelmente em torno de 20 equipamentos serão entregues à comunidade.

(Soa a campanha.)

O SR. SANDRO MARTINS – E a partir de 2018, ainda haverá um grande número de equipamentos que estão em processo de instalação.

Quimioterapia é terceiro pilar do tratamento do câncer, complementar em relação à cirurgia e à radioterapia no câncer colorretal. Ele tem um papel menor, mas importante. E o desafio em relação à quimioterapia, hoje, é justamente o processo de inovação tecnológica em que novos tratamentos se tornam disponíveis, dada a possibilidade de se identificar subtipos de doenças, e com isso ter resultados mais seguros e muitas vezes mais eficazes. A dificuldade é a sustentabilidade econômica, para o sistema de saúde, da inclusão de novos tratamentos. Isso aqui é um gráfico dos Estados Unidos mostrando o custo por ano de vida salvo por novas drogas de quimioterapia, dos anos 90, final dos anos 90, até atualmente. Então, quadruplicou praticamente o custo anual de tratamento em oncologia clínica em quimioterapia.

E, voltando à questão da possibilidade de prevenção primária e prevenção secundária, que são passíveis no caso do câncer colorretal – prevenção primária é quando a gente vai tratar o pólipso e evitar o aparecimento do câncer; e prevenção secundária é quando a gente vai diagnosticar essa doença em condição subclínica e tratar com maiores chances de cura –, nós temos, então, para assistir a nossa população – ou seja, se olharmos o subgrupo em que, em geral, se recomenda programas de rastreamento –, em torno de 40 milhões de brasileiros que seriam sujeitos de abordagens voltadas para o rastreamento. Dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde nos dizem que nós temos poucos médicos coloproctologistas no País, e realizamos um número de...

(Soa a campanha.)

O SR. SANDRO MARTINS – ...colonoscopias e retossigmoidoscopias muito abaixo do que seria o necessário, caso programas de rastreamento organizados estivessem amplamente disponíveis. Então, é necessário a gente entender a questão de necessidade de se aumentar e incrementar a capacidade de atendimento em exames diagnósticos, endoscopias, para o controle do câncer de colorretal.

Nessa perspectiva, a gente entende, então, que a detecção precoce do câncer colorretal como estratégia tem que partir da necessidade de esclarecimento, e oportunidades como esta de discutir a doença é sempre muito relevante. E isso só tem resultado se as pessoas puderem – entendendo uma anormalidade clínica – buscar e ter acesso ao serviço diagnóstico no SUS. O serviço diagnóstico precisa ter condições de realizar, então, os exames necessários endoscópicos, biópsias, tomografias e exames de estadiamento. E o paciente precisa ter acesso rápido a esse tratamento multiprofissional, como foi mencionado, porque só ocorre a prevenção do câncer colorretal se o diagnóstico resultar num tratamento rápido, adequado e de qualidade.

Essas são as reflexões aqui para esta Mesa de discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Sandro. Se a minha memória não falha – e a Drª Marlise estava aqui –, quando a Drª Patrícia do Ministério da Saúde... Eu diria que ela – não usarei a palavra "menosprezou" – deu pouca relevância à colonoscopia, porque esse não era um exame do Ministério. Então, fico feliz que o Dr. Sandro já tem uma visão, digamos, mais adequada do tratamento da doença, até talvez porque é a especialidade dele, por ser um oncologista, para nosso benefício e dos pacientes. Isso já melhora bastante então, Dr. Sandro.

Eu vou colocar... Eu tenho uma série de questões aqui, e vou dividi-las pelos três expositores. Começo com o Dr. Paulo.

Lei nº 12.732, de novembro de 2012. Eu tive a alegria de ter sido a Relatora desta lei, a famosa Lei dos 60 dias, que garante aos pacientes diagnosticados com câncer o direito de ter o tratamento da doença iniciado no prazo máximo de até 60 dias, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A pergunta para o senhor: no caso do câncer colorretal, esse prazo está sendo observado? Dois: o acesso a serviços e meios para diagnóstico está sendo assegurado? Quais os principais gargalos? Esses questionamentos são para o senhor.

Para o Dr. Sandro: a Organização Mundial da Saúde preconiza o rastreamento sistemático do câncer colorretal na população acima de 50 anos, desde que os países tenham condições de garantir a integralidade do cuidado às pessoas diagnosticadas com esse câncer. Sobre esse tema eu lhe pergunto qual a situação do rastreamento do câncer colorretal no Brasil – embora o senhor tenha dado alguns dados aqui. O Ministério da Saúde adota o rastreamento de casos de câncer colorretal e de outros como política pública de saúde? E também: que ações têm sido desenvolvidas de forma a orientar a população e os profissionais de saúde quanto à importância rastreamento do câncer colorretal?

E eu aduziria: como o Ministério tem um Programa de Saúde da Família, já que prevenção – o que a gente falou no começo dessa audiência – trata também de você ter cuidados com alimentação, ingestão de líquidos, especialmente a água, que é o alimento melhor, um suco, de que a Drª Marlise falou tanto da outra vez, dessas ações todas preventivas, da questão do excesso de álcool, de comidas gordurosas, carne vermelha, enfim, como esses programas de políticas poderiam, junto ao Programa de Saúde da Família, ter atuação?

E à Drª Marlise: como a senhora avalia a política assistencial voltada para os pacientes com câncer colorretal desenvolvida no âmbito do SUS? Quais são as principais deficiências? O câncer colorretal conta com protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas atualizadas? Quais os principais desafios em relação ao diagnóstico – a senhora mencionou bastante esse tema – e ao tratamento das pessoas com câncer colorretal? Como o Ministério da Saúde tem enfrentado, do ponto de vista médico – agora é a sua visão e pode ser a do Dr. Paulo –, esses desafios? E, em relação à prevenção, que ações podem ser desenvolvidas com mais efetividade? Isso pode ser também para o Dr. Paulo e para a senhora.

Então, esses são os meus questionamentos.

E eu queria só mencionar aqui que li a entrevista do Dr. Paulo Hoff nas páginas amarelas, que é um oncologista que nos ajudou muito aqui, inclusive, na formalização de leis de proteção aos pacientes de câncer. E ele fala que, nos casos de intestino com metástase no fígado, que foi também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentionado aqui, até 60% é possível a cura. E ele acha que isso é uma tendência que está havendo. A cura de todos os casos ou ao menos o controle de 100% deles serão vistas ainda por nós, pelas gerações atuais, em relação à questão da cura.

Ele foi questionado sobre o que falta ainda fazer para a cura do câncer. E ele diz taxativamente que o câncer já tem cura: seis em cada dez casos são completamente eliminados.

Então, é uma boa notícia para os tumores metastáticos, como é o caso do câncer de intestino com metástase no fígado.

E há uma informação também de um medicamento:

[...] Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, comenta que o cetuximabe é uma droga que incorpora valor ao tratamento do câncer colorretal metastático nas populações selecionadas e que seus resultados são comprovados e conhecidos na literatura médica há mais de dez anos. "Não existe a mínima dúvida em relação à efetividade do medicamento. Qualquer negativa para sua incorporação deve estar lastreada em outro motivo que não seja a sua eficácia", diz ele. "A Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, visando melhorar a qualidade de vida do paciente em tratamento com câncer colorretal metastático, é totalmente favorável à incorporação [desse medicamento] [...] pelo SUS" [...]

É isso que diz o Dr. Gustavo Fernandes, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia.

Então, estão colocados, Dr. Paulo, Dr^a Marlise e Dr. Sandro.

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Bem, primeiro quero louvar a participação da senhora, então, mais uma vez, o seu interesse nos nossos pacientes com doenças relacionadas à oncologia.

Temos que tentar estabelecer esse tempo, para que ele possa, desde que tenha o diagnóstico, iniciar o seu tratamento, seja na modalidade que for, que seja ser operado ou iniciar uma quimioterapia...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acrescentaria, Dr. Paulo...

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Pois não.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já vi um movimento no caso de câncer de mama de reduzir para 30 dias. E o Ministério da Saúde, na gestão passada, era o Ministro Arthur Chioro, havia, inclusive, feito uma portaria para que o exame de mamografia fosse com mulheres acima de 50 anos. E aí houve uma revolução da Bancada Feminina na Câmara e no Senado para isso. E, na questão dos 60 dias, aí ele mudou a portaria: passou aos 40. Hoje há mulheres com câncer de mama com muito menos que 40 anos, menos que 30 anos; com 20, com 18 anos. Não é tão frequente, como em mulheres acima de 40 ou 50, mas já começa a haver um número grande.

E a outra questão é relacionada, no caso da mama, ao tratamento. Elas estão achando que é preciso... O ministério havia determinado que só depois de entrar no cadastro... Quer dizer, o diagnóstico pode ter sido feito há quatro meses, depois que entra no cadastro, isso pode demorar não dois, mas quatro meses. Então, determinados tipos de tumores são mais difíceis de se curar ao começar mais tarde o tratamento. No caso do câncer de mama, lá em Porto Alegre, pelo menos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começa o movimento para mudar a lei de 60 para 30 dias. Então, certamente este é um outro tema: se isso pode melhorar as condições para cura ou estabilização da doença.

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Eu creio que o tempo é um fator fundamental nestas doenças chamadas doenças degenerativas. Talvez 60 dias, para a nossa realidade – sendo absolutamente sincero, tendo militado minha vida quase toda na medicina pública –, eu acho que o tempo de 60 dias talvez não mude prognóstico.

É claro que nós temos pacientes em situações especiais, que vão precisar de operação de urgência. Ele obstrui o intestino, quer dizer, esse câncer cresce, envolve todo o intestino, e ele tem que ser operado de urgência. Mas essas são situações especiais, vão continuar acontecendo e acontecem em todo o mundo. É muito difícil de prevenir – a gente sabe disso –, você tem um limite de prevenção.

Com respeito à pergunta que a senhora nos encaminhou, a reflexão sobre se esse tempo vem sendo cumprido. Eu não tenho dados objetivos; quer dizer, é mais a minha sensação do que eu entendo em militar na área pública. Na maioria das vezes ou em uma proporção talvez de mais de 50%, ele não vem sendo cumprido dessa maneira. Não sei se o Dr. Sandro tem informações mais fidedignas de todo o Brasil, mas, pelo menos onde eu trabalho, acho que a gente tem uma dificuldade muito grande. Agora, o grande mérito disso aí é que chamou tanta luz para isso que está melhorando – é a impressão também que tenho. Isso é fundamental. A gente não pode esperar que alguma coisa vá mudar tudo de uma hora para outra, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quanto mais informação a sociedade tiver sobre os seus direitos ou sobre a existência de uma lei em que ela possa se fundamentar para provocar, seja até a via judicial, que não seria o melhor caminho, mas teria pelo menos o conhecimento do direito que ela tem de uma lei que lhe garante isso.

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Perfeito. Eu acho que a senhora colocou bem.

Até nós precisamos, inclusive, adequar os nossos juízes ao proferir essa sentença. Às vezes, eles encaminham comunicando assim: "que seja operado o paciente em 48 horas." Quer dizer, é uma coisa absurda, não é assim porque, às vezes, a pessoa está em processo de preparo, ela tem uma série de coisas. Depois que ela entrou no sistema, você consegue dar uma certa agilidade.

Há gargalos – e a senhora colocou muito bem –, há diversos gargalos que vão desde a primeira consulta, ele conseguir ser atendido lá no posto de saúde, na periferia. Depois que ele é atendido por um médico de família ou em um posto de saúde, aí ele detecta: "Olha, este paciente tem sangramento retal, por exemplo, tem mais de 50 anos ou tem alguma alteração do hábito intestinal. Ele precisa fazer uma colonoscopia." Aí ele é encaminhando para um serviço. Como ele chega até isso? Será que nós estamos devidamente hierarquizados, ou seja, ele precisa se deslocar 10km, 20km, 30km? Pegar quantos ônibus? Chegar a que horas em uma fila para marcar o exame para, então, ele marcar – aí há problema – para mais dois, três, seis meses, muito variável, aumentando muito. Então, esse já é um primeiro gargalo.

Depois que ele tem... O Sandro comentou bem: é multidisciplinar. Nós temos que ter... Faça a colonoscopia, eu tiro o material para biópsia, eu preciso que seja analisado por um patologista para que dê o resultado. Aí há a segunda parte que é o chamado estadiamento. Eu quero saber o seguinte: essa doença está limitada ao intestino, ao reto ou já há metástase para o fígado, para o pulmão, para o cérebro, para ossos? Onde há? Onde está? Até onde está essa doença? Feito isso, aí nós vamos para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidade que é a central, no cólon retal, já dito pelo Dr. Sandro, que é a operação, que é a cirurgia. E ela tem esses limitantes de problemas que são de infraestrutura e de material, são os dois principais com que a gente realmente lida, porque há dificuldades, você tem que trabalhar com prioridades. Eu entendo isso.

Eu entendo que um hospital, dentro do Distrito Federal, o Hospital de Base, que trata muito trauma... É claro que um trauma... Na hora em que eu estou frente a uma pessoa que foi baleada, que teve um acidente de trânsito grave ou que tem uma laceração hepática tem que ser operada agora, e ela vai entrar na fila. Eu tenho que entender isso, mas eu tenho que entender que também o paciente com câncer tem direito – eu vou chamar de furar a fila, não é bem furar a fila –, mas nós temos que tratar diferentemente as pessoas que são diferentes porque elas têm necessidades especiais. Isso com qualquer um de nós pode acontecer. Nós temos que entender que é a nossa população.

Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho que há determinados tipos cânceres, Dr. Paulo, em que o alastramento deles é tão rápido que equivale a ter que dar uma emergência de quem está acidentado na rua, porque é a corrida contra o tempo.

Da mesma forma que o senhor tem que dar um tratamento de emergência a um, é um, que tem um câncer desses mais violentos, porque cada câncer é um. O câncer de mama tem muitas variedades.

Então, eu penso que, nesse caso, o oncologista, ao identificar a gravidade daquilo, precisa de, "olha, isso aqui é igual a um acidentado"...

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que ele tem que estancar ou dar o atestado de óbito.

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – É. Eu acho que essas iniciativas de criação, as saídas que a gente tem, realmente, a gente sabe: nós precisamos ter mais centros especializados. Essa é a política do Ministério da Saúde. Eu sei que todos temos demandas de todas as áreas, não é só em saúde, é muito complexo, mas nós temos que trabalhar com probabilidades e nós estamos falando do segundo câncer mais comum, mais incidente em mulheres, e o terceiro em homens. A gente sabe que é próstata, pulmão e pulmão está caindo, porque a população, graças a Deus, está deixando de fumar, está diminuindo o tabagismo. Então, por isso, está diminuindo. Então, vai chegar a um momento, talvez, não muito tempo, em que vão ficar próstata, colorretal, mama, colorretal.

Então, a gente tem que entender que esse tipo de câncer precisa ter uma prioridade pelo segundo aspecto que a senhora frisou muito bem: porque a gente está fazendo é prevenção mesmo, não é só diagnóstico precoce, fazemos diagnóstico precoce também, e, do paciente operado, que já têm um diagnóstico, os gargalos acho que estão muito bem colocados. O acesso a radio e quimioterapia, como disse o Dr. Sandro, com máquinas de alta qualidade.

Ele foi muito elegante ao dizer que, realmente, do ponto de vista ambiental, há alterações, mas talvez sejam máquinas que estejam de certa maneira inadequadas para utilização ou ultrapassadas ou que podem promover eventualmente sequelas se não forem tratadas com muito cuidado e, às vezes, algumas... Pode haver sequelas do tipo queimaduras, por conta de uma radioterapia, algumas coisas desse tipo, com alguns tipos de tratamento, e o melhor mesmo é porque isso é um acelerador linear.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos ter acesso a isso, porque é um câncer altamente prevalente no Brasil. Então, é preciso ser feita alguma coisa, a sociedade precisa estar atenta a isso.

Acho que a Lei dos 60 foi um avanço excepcional, trouxe à luz o tema. Não respondeu imediatamente, mas todos nós sabemos, não é assim. É claro que se passa por um período de adaptação e o principal é: a população precisa ter informação. Você só consegue tomar decisões quando você tem informação na mão. Aí, fica muito mais fácil para se trabalhar.

Mas eu vou passar a palavra, então, para a Profª Marlise, para não monopolizar muito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Dr. Paulo.

Com a palavra, a Drª Marlise Michaelсен.

A SRª MARLISE MELLO CERATO MICHAELSEN – Só complementando o que o Dr. Paulo muito bem colocou, eu também não sei a realidade de todo o País, mas eu sei a realidade no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, a Lei dos 60 dias, se o paciente tem diagnóstico, ela é cumprida, sim. E eu sei que em São Paulo já não é a mesma realidade. Apesar de o paciente ter um diagnóstico, ele não consegue, em 60 dias, ser atendido.

Isso realmente foi um avanço, é um prazo bem razoável, mas depende muito da realidade de cada Estado. Apesar de existir a lei, alguns conseguem cumprir e outros não conseguem cumprir.

Só completando o que a gente colocou também em relação ao câncer de mama e ao câncer de intestino, acho que um dos grandes problemas é o paciente ter o diagnóstico. Depois que o paciente tem o diagnóstico, ele consegue ser atendido. Enfim, no Rio Grande do Sul, eu sei melhor a realidade por ser de lá, então, como no câncer de mama o problema é o paciente ter o diagnóstico do câncer de mama, então, há todo esse gargalo, essa fila, até chegar a ter o diagnóstico para ser atendido, em relação ao câncer colorretal, não é diferente. Se o paciente tem um diagnóstico de neoplasia, ele consegue em até 15 dias ser atendido no Rio Grande do Sul. O problema é até chegar a ter o diagnóstico.

Então, eu acho que este é um dos grandes desafios de atendimento do SUS: é o paciente ter acesso ao posto de saúde, porque às vezes ele leva meses esperando para chegar no posto de saúde para ser atendido por um profissional para poder fazer.

E aí a gente está sugerindo e está discutindo com o Secretário da Saúde de Porto Alegre, porque eu acho que é muito importante que a gente priorize o que é deficitário e o que tem maior incidência em cada região. O Brasil é um país muito grande, e a realidade difere: a incidência do câncer colorretal é diferente nos diferentes Estados. Na minha opinião, a gente deve priorizar os Estados de maior incidência de câncer colorretal, e, a partir daí, realmente instituir programas práticos de rastreamento e prevenção de câncer colorretal, porque isso muda muito a realidade dos pacientes. A gente consegue, com diagnóstico precoce, uma taxa de sobrevivência e de cura de até 90%, e a gente sabe que hoje em dia 40% dos pacientes vão morrer porque têm um diagnóstico mais avançado do câncer colorretal.

Então, uma das medidas seria a instituição de programas com pesquisa de sangue oculto, talvez nos postos de saúde, para poder fazer uma triagem desses pacientes. E esses pacientes, como bem colocaram o Dr. Sandro, o Dr. Paulo e a senhora mesma, têm que ter uma prevenção e um tratamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completo, pois não adianta a gente fazer um diagnóstico de sangue oculto, o paciente ter o resultado de sangue oculto positivo, não ter acesso a uma colonoscopia e não poder fazer o tratamento. Acho que uma das coisas que nós discutimos na outra audiência foi a dificuldade e a preocupação que o Ministério da Saúde tem em alertar a população em talvez fazer programas de rastreamento com pesquisa de sangue oculto, e depois não haver a colonoscopia para oferecer para os pacientes. A gente tem que pensar no começo, no meio e no fim. Para os programas de rastreamento, a gente tem que fazer a prevenção primária, fazer a conscientização da população – e é uma coisa que a gente vem fazendo ano após ano. E isto é muito importante, o envolvimento das entidades de saúde, mas é muito importante o envolvimento de toda a sociedade. A partir daí, a gente tem que fazer programas de rastreamento práticos.

Provavelmente, como a gente não tem condições – nem o Brasil, nem o Canadá, nem países bem desenvolvidos, como bem colocou o Dr. Paulo – para oferecer colonoscopia para todos os pacientes, então o que os *guidelines* recomendam é que a gente ofereça uma pesquisa de sangue oculto nas fezes: se positivo, que o paciente seja triado por uma colonoscopia. E aí a questão é talvez envolver mais profissionais habilitados a fazer colonoscopias e endoscopias, para poder atender a essa demanda. É necessário fazer um programa em que possa ser feito uma fila para triar esses pacientes. E como muito bem colocou o Dr. Paulo, existem alguns pacientes que têm um risco bem alto: são pacientes que têm doenças genéticas, pacientes que tem história familiar e que já teriam um risco muito alto, que já deveriam furar a fila – teoricamente –, ou se fazer uma outra fila para que sejam atendidos mais brevemente. Então, acho que esse é um dos grandes desafios.

Uma outra questão é se existem protocolos e *guidelines*. Isso está muito bem estabelecido: tanto o protocolo para o câncer de colo, para o câncer de reto, diagnóstico, terapêutica; como os *guidelines* todos para programas de prevenção, de rastreamento. Então, isso está tudo muito bem estabelecido. O nosso desafio maior é colocar isso em prática. A conscientização já está sendo feita. Agora a gente tem que trabalhar junto com o Ministério da Saúde no sentido de se poder realizar programas práticos em Estados e capitais que necessitem disso. Realmente, isso muda muito a realidade dos pacientes

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Marlise.

Agora eu passo a palavra ao Dr. Sandro Martins, do Ministério da Saúde.

O SR. SANDRO MARTINS – Bom, em relação a prevenção, a rastreamento do câncer colorretal, seguramente, como foi colocado aqui por todos, é uma necessidade não atendida hoje no sistema de saúde. Nós nos debruçamos sobre essa questão no Ministério da Saúde, e existem pelo menos quatro determinantes que são cruciais para que um programa de rastreamento seja efetivo. Um é, como foi pontuado aqui, a incidência da doença. Em países ou em locais onde a incidência da doença é baixa, por melhor que seja o desempenho diagnóstico do teste de rastreamento em termos de sensibilidade, você vai ter um grande número de falsos positivos, o que vai gerar procedimentos desnecessários, custos para o sistema e sofrimento para pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Falso positivo poderia ser, por exemplo, uma crise de hemorroidas num aparecimento de sangue oculto nas fezes decorrente...

O SR. SANDRO MARTINS – Exato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... de um processo desse tipo, e aí...

O SR. SANDRO MARTINS – A enteroparasitose também, muitas vezes, pode levar a isso também.

Mas os testes diagnósticos têm características que dão essa eficiência, o quanto eles são eficientes. Existem testes de sangue oculto, como foi mencionado pela colega, que têm uma sensibilidade e uma especificidade inferior ao teste imunoquímico, por exemplo, para diagnóstico do sangue oculto nas fezes.

A escolha entre um e outro, além do elemento custo envolvido, leva a desempenhos diagnósticos distintos e, portanto, a uma seleção inadequada de pacientes. Tanto se perde casos que seriam ilegíveis para o rastreamento como se recolhe, às vezes, pacientes que não deveriam participar. Então, a incidência da doença é outro aspecto-chave.

Nós temos, no Brasil, como foi mencionado, uma variabilidade muito grande, desde regiões como o Rio Grande do Sul, onde foi mencionado ali 30 a 34 casos de câncer colorretal por cem mil habitantes, uma incidência moderada alta em nível internacional... Nos países onde essa incidência é maior, como países nórdicos, Japão, essa incidência é da ordem de 50 casos por cem mil habitantes. Mas nós temos muitas outras regiões de incidência média baixa, em torno de 15 a 20 casos por cem mil habitantes. Essa pequena diminuição na incidência da doença faz com que também o desempenho do programa de rastreamento seja falho. Se a incidência é baixa, quando você aplica o teste diagnóstico, ele tem maior propensão a levantar casos falsos positivos.

Outro aspecto importante, o terceiro aspecto importante, é a participação. Toda vez que se faz estimativa de qual o impacto de um programa de rastreamento em termos de salvar vidas, a gente está pensando no cenário ideal onde se tem cem por cento de participação da população alvo. Isso não é, na realidade, nenhum programa de rastreamento em nenhum lugar do mundo. As pessoas têm autonomia para participar ou não de programas de rastreamento, como nós temos visto hoje em dia, para nossa surpresa, com, por exemplo, o programa de vacinação para HPV em meninas e meninos no Brasil. Apesar de a vacina estar disponível, a procura da população alvo desse programa de prevenção nos postos de saúde é muito baixa. Então, a participação popular é essencial do ponto de vista de sucesso de qualquer programa de rastreamento.

Como funciona isso do ponto de vista de estudo clínico em situações ideais?

Utilizando um teste imunoquímico para pesquisa de sangue oculto, que é o que tem melhor desempenho em diagnóstico no ponto de vista clínico hoje em dia, uma população de incidência média-alta, como o Rio Grande do Sul, por exemplo, em torno de 40 casos por 100 mil habitantes. Eu estava fazendo umas contas rápidas aqui. Se tivéssemos 100% de participação popular no programa de rastreamento e tivéssemos também 100% de casos em que, uma vez diagnosticada a alteração do exame, tivesse acesso à colonoscopia e, tendo alteração a colonoscopia, ao tratamento – porque em última análise o que salva vidas é o tratamento, então, é preciso chegar até o fim do espectro –, em cada cem mil exames, pessoas recolhidas pelo programa de rastreamento, nós teríamos realmente em torno de 32 vidas salvas, evitadas de morrer por câncer colorretal.

Se essa situação não é a ideal, ou seja, nós temos uma incidência média-baixa, nós temos um exame de qualidade inferior, estamos utilizando testes com guáico e estamos tendo acesso a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento para 60% das pessoas com o tempo necessário – e hoje o tempo para tratamento no SUS e o monitoramento da Lei de 60 dias, em nível nacional, é da ordem de 60% das pessoas tendo acesso a tratamento no tempo ideal –, o número de vidas que seriam salvas com cem mil pessoas rastreadas cairia para cinco.

Então, o benefício do programa de rastreamento tem muitos determinantes. Desses determinantes, o Ministério da Saúde está centrado é na ampliação da capacidade de diagnóstico e tratamento de maneira integrada. E, do ponto de vista de estratégia para a comunidade, o que tem que ser preconizado, inclusive nos cadernos de atenção básica, nas orientações para o Programa de Saúde da Família, é atenção à mudança no hábito intestinal, presença de sangue nas fezes, sintomas novos e encaminhamento desses pacientes para a investigação. Então, pacientes sintomáticos, busca de diagnóstico precoce.

Nessa estratégia evidentemente cresce a importância de você acrescentar experiências de rastreamento em populações de alta prevalência, onde se pode justamente testar esses números dos estudos clínicos e ver se realmente esse é o desempenho e também esses estudos pilotos servem para se levantarem os cursos de fazer isso em maior escala. Eu sei que a equipe da Dr^a Angelita Gama desenvolveu alguns estudos pilotos de rastreamento de câncer colorretal, e essas informações usamos para substanciar esses planejamentos de ações integradas, mas seguramente são iniciativas necessárias.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se eu não me engano, também aquele intestino feito é ideia da Dr^a Angelita, não é? Que ela, quando veio aqui, mostrou, e aí fizemos uma exposição, até acho que foi na Câmara. Eu acho que é mais didático, porque aí é fácil você entender um pouco, visualizar.

Eu até fiz um comentário aqui sobre um remédio. Nem sabia, porque li a matéria antes de ir para a nossa audiência, e aí vamos fazer aqui, aproveitando... Lauda Santos preside a Associação Maria Vitória de Doenças Raras e Crônicas, e ela faz a seguinte pergunta ao Dr. Sandro: "Há uma Consulta Pública de nº 48, no Ministério da Saúde, Conitec, para câncer colorretal.

A Conitec não recomenda a incorporação ao medicamento [que eu citei aqui o nome], cetuximabe, que leva à cura. Qual a possibilidade de o paciente ter acesso?" Ela pergunta aqui. Ela faz, a Lauda Santos, dessa entidade. Agradecendo, Lauda.

O SR. SANDRO MARTINS – Então, Lauda Santos, claro, essa é uma colocação importante.

O processo de inclusão de tecnologias...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Incorporação.

O SR. SANDRO MARTINS – ... incorporação de tecnologias ao SUS passa por um rito que é uma análise técnica de documentos técnicos científicos, um relatório submetido ao plenário da Conitec. A Comissão delibera favoravelmente ou desfavoravelmente inicialmente, submete esse material todo para contribuição adicional da sociedade. Então, nesse momento que está em consulta pública, é o momento realmente de profissionais da saúde, de pacientes, sociedade contribuírem com informações distintas das que foram disponibilizadas por ocasião da submissão inicial.

Então, o relatório que está disponível no *site* da consulta pública permite ver exatamente quais foram as razões pelas quais foi recomendada ou não recomendada a incorporação, e argumentos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adicionais devem ser apresentados para serem apreciados depois, pela comissão, donde virá uma deliberação final a respeito da propriedade da incorporação da tecnologia ou não ao SUS. Então, a participação não só é possível como é essencial nesse momento de consulta pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está explicado, Lauda?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fale, por favor, no microfone. Estou fazendo aqui uma, digamos, flexibilização para permitir na audiência a participação da Lauda.

A SRª LAUDA SANTOS – Obrigada, Senadora.

Dr. Sandro, mas nós, assim, como associação de pacientes, estamos fazendo uma mobilização para atender esses pacientes que as associações acolhem. Quais são as chances de nós, associações, conseguirmos reverter essa não incorporação? Isso é superimportante para nós.

O SR. SANDRO MARTINS – De fato, cada ente, cada componente da sociedade contribui com a sua visão a respeito do processo da incorporação. Evidentemente, da associação de pacientes não se espera um arrazoado técnico-científico defendendo a incorporação, mas se esperam, provavelmente, os depoimentos, as colocações de experiências locais, a que a sociedade organizada tem acesso, se espera esse tipo de contribuição, do ponto de vista dessas associações de pacientes, por exemplo, em consultas públicas. Pelo menos é o que me parece mais comum de acontecer, enquanto sociedades médicas e entidades que normalmente fazem uma argumentação técnico-científica em relação à decisão preliminar da comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual é o preço desse medicamento? O senhor tem ideia?

O SR. SANDRO MARTINS – Bom, no relatório de submissão que foi avaliado pela Conitec, a informação de custo de tratamento, aplicado ao universo de pacientes em tese elegíveis, estimava um impacto da ordem de 400 milhões no curso da incorporação dessa modalidade de tratamento. Então, tem um custo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, esse total, Dr. Sandro, é o quê?

O SR. SANDRO MARTINS – O custo do medicamento em si?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do medicamento em si. Se uma pessoa vai comprar...

O SR. SANDRO MARTINS – Eu credito que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para ter uma noção.

O SR. SANDRO MARTINS – ... que o custo mensal de tratamento com essa classe de medicamento deva estar por volta de R\$15 mil a R\$20 mil, a depender de peso, dose, posologia, que são elementos variáveis.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por que é tão caro no Brasil o tratamento, comparado, por exemplo, a países como a Tailândia, o Vietnã ou o Taiwan?

O SR. SANDRO MARTINS – Exato, nós temos uma particularidade realmente com a questão da precificação de medicamentos no País, que até é um assunto sobre o qual a Comissão de Assuntos Sociais deveria realmente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já comecei...

O SR. SANDRO MARTINS – ... detidamente analisar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a tratar disso.

O SR. SANDRO MARTINS – Porque, se observarmos, as famílias gastam com medicamentos no Brasil, medicamento na farmácia – uso sem prescrição médica ou uso com prescrição médica, compra direta por famílias –, segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílios, um recurso quase que equivalente ao orçamento do Ministério da Saúde. Então, os medicamentos no Brasil são muito caros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por isso que há tanta farmácia.

O SR. SANDRO MARTINS – Nominalmente caros. Não é exatamente um custo imposto pela indústria farmacêutica, mas é um custo pelo qual eles são registrados. E, nesse registro de preço de medicamentos, nós temos situações em que medicamentos novos, que são introduzidos no País porque são inovadores, são precificados à razão de uma cesta de preços internacional, em que esse medicamento é comercializado. Então, há uma média desses preços, converte-se ao câmbio da ocasião e você tem um preço de referência para esses medicamentos no Brasil.

Mas ocorre uma coisa interessante com o mercado de medicamentos, que é diferente do restante da economia. Então, no restante da economia, se você introduz um concorrente, um equipamento, um dispositivo que faz a mesma função, vai haver uma concorrência de preço, e a tendência, ao longo dos anos, é de que o preço caia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caia.

O SR. SANDRO MARTINS – Isso é normal.

No Brasil, nós temos um mecanismo interessante que assegura que preços de medicamento, ao longo dos anos, o medicamento perde a patente, entram medicamentos similares, genéricos, que são exatamente a mesma coisa, mas nós temos um regramento que faz com que anualmente o preço do medicamento aumente, independentemente de haver similares ou genéricos concorrendo.

Então, nós temos uma regulação de preço de medicamento que, seguramente, onera muito o Estado quando tem que prover cuidado através de assistência farmacêutica no SUS para 200 milhões de pessoas, e as famílias, quando precisam recorrer às drogarias e farmácias, buscando também o tratamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há até uma brincadeira! Obrigada, Dr. Sandro. Até esse tema há está no nosso radar e na nossa agenda, essa questão dos preços. Há uma secretaria que faz a regulação de medicamentos, e queríamos conhecer mais as regras para fazer isso. Mas há uma brincadeira que mostra o estado de coisas neste nosso País.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Diz que se uma pessoa chegar a uma farmácia tossindo, ela vai comprar um remédio e vai pagar imposto. Se um cachorro chegar a uma veterinária latindo, o dono vai comprar o remédio e não paga imposto. Então, veja, é um tratamento desigual para as questões. Claro que nós queremos que o cachorrinho seja bem tratado, tenha remédio, mas por que o medicamento não paga, e o outro medicamento para nós... E aí pesa sobre o poder aquisitivo da população, que vai ter que gastar, está gastando como o senhor disse aí, muito revelador.

Eu só fiquei com uma dúvida aqui porque o dado, quando perguntei sobre o percentual estimado de atendimento da demanda da Lei dos 60 dias, o Dr. Paulo falou de um percentual. Se eu não estou enganada, Dr. Sandro falou em 60% e o Dr. Paulo deu um número, um percentual menor do que 60%.

O SR. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA – O meu é mais impressão. Eu tenho que dizer que não tenho dado objetivo para isso e giraria em torno de 50% pelo que a gente percebe e variável com o período porque ele entra para marcar operação, mas se o hospital não tem licitação, não tem a disposição uma série de materiais, atrasa aquele grupo todo e depois você começa...Então, passam períodos. Isso é sazonal ainda. É interessante porque não há uma compra permanente. Se diz que é problema de gestão. Não é só estão, esse é também um dos problemas, mas não é o único.

Acho que ele varia no transcorrer do ano e giraria em torno disso porque há períodos em que a gente tem pronto para atender o paciente e há períodos em que a gente tem que esperar não porque o grupo da equipe de saúde não esteja querendo atendê-lo e tal, mas ele não tem condições de oferecer o melhor tratamento para ele, seja quimioterápico, radioterápico ou operação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero agradecer ao Dr. Paulo e também ao Dr. Sandro nesse aspecto, aliás agradecer também ao Ministério Público, à Procuradoria-Geral da República, ao Dr. Eitel Santiago. O Dr. Eitel Santigado mobilizou o Ministério Público para fazer exatamente uma espécie de auditoria junto ao Tribunal de Contas sobre a implementação dessa lei. Então, queria agradecer.

Aqui veio uma pessoa, que chegou agora, mas a questão já foi respondida pela... Se é a mesma questão da consulta pública sobre a Conitec, sobre o medicamento que a Lauda provocou o Dr. Sandro. Então, ele já respondeu, explicou os critérios que são usados e nós estamos encaminhando para o final.

Eu queria saber da Drª Andréa Bento ou André, não sei, se representa o Instituto Vencer o Câncer.

A SRª ANDREA BENTO – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, rapidamente, lhe dou dois minutos.

Por favor.

A SRª ANDREA BENTO – Rapidinho.

É uma questão bem rápida sobre o parecer da Conitec que foi feito para a sociedade civil. Na parte final do parecer, a Conitec recomenda o medicamento cetuximabe, que ela acredita na eficácia e na eficiência do medicamento, porém, por questões econômicas, não há como recomendar esse medicamento e deixa em aberto que as instituições, hospitais, enfim, todas as instituições podem,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do valor que recebem de ressarcimento do SUS, garantir esse medicamento para os pacientes caso seja indicado.

E, aí, a minha questão é: fazendo uma análise de tabela, a gente sabe que o valor da Apac passado para os pacientes é de dois mil e pouco e o valor do medicamento é muito maior. Então, como seria...

(Soa a campainha.)

A SRª ANDREA BENTO – ... esse repasse, como seria essa disponibilidade do medicamento?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Andrea.

Dr. Sandro para concluir e a gente encerra.

O SR. SANDRO MARTINS – Em relação ao preço de tabela e medicamento, eu não estou aqui, de memória e nem tenho essa frase ou esse final do relatório de incorporação, mas seguramente está lá disponível o esclarecimento.

Provavelmente e, quero acreditar, que ele está fazendo referência ao modelo de financiamento da quimioterapia e oncologia no SUS e modelo de financiamento do SUS de modo geral. A tabela de procedimentos do SUS – diferente de uma tabela de convênio, de plano de saúde e que discrimina especificamente cada item do plano de saúde que pode ser faturado pelo hospital – é um dos instrumentos de financiamento da rede de atenção oncológica. Esse é o primeiro aspecto a ser entendido, não é o único.

Eu poderia lembrar, por exemplo, que nós temos no Hospital Universitário, onde o Dr. Paulo trabalha e onde tive a oportunidade de passar bons anos por lá também, nós temos cetuximabe, tratamento de câncer colorretal e o hospital é 100% SUS. Os recursos de que a rede pública dispõe, o Estado dispõe para atenção oncológica vão um pouco além da tabela. A gente teria algum tempo para explicar exatamente todos os mecanismos de financiamento, mas é um erro entender o valor nominal do que há na tabela do SUS como limite prudencial pelo qual um hospital deva se balizar para fornecer uma tecnologia para as pessoas. Senão, não haveria internação em leito UTI neste País. Uma diária de leito de UTI, se você observar lá na tabela do SUS, paga um valor muito pequeno se a gente for pensar no custo do oxigênio que o paciente utiliza na UTI. É maior provavelmente do que o valor da diária do SUS, no entanto, não é o único meio de financiamento das UTIs.

Se você observar o valor da consulta médica especializada – não sei –, mas deve ser algo em torno de R\$10,00 ou R\$12,00. Não existe nenhum médico que seja remunerado a essa razão em algum hospital público ou trabalhe nessa situação. Então, o valor da tabela do SUS é um valor de componente federal de financiamento para o sistema, um sistema de financiamento que é tripartite, ou seja, há a necessidade e obrigação de o Estado e o Município complementarem os valores previstos na tabela de procedimentos como componente federal para fins de financiamento do sistema.

É muito complexo, cada hospital tem uma realidade econômica e uma forma de organização e aí nós temos uma variação que os protocolos e diretrizes terapêuticos procuram estabelecer um *quantum* mínimo necessário de qualidade para esses tratamentos, mas seguramente respeitando a diferença de porte tecnológico e econômico das instituições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Sandro. Está respondida.

Eu tenho uma informação de pessoa ligada ao setor que, nessa informação dada, para o...

Fico feliz porque olha como deu repercussão uma audiência. Quero até agradecer o prestígio de estar presente aqui o Dr. Jarbas Barbosa, Presidente da Anvisa que acompanha essa... A Anvisa tem sido sempre, nesta Comissão de Assuntos Sociais, extremamente atenciosa e sempre pronta aqui ao menos em embates bastante complicados.

O que a Conitec teria, em princípio, estipulado como valor mensal de tratamento é R\$8,2 mil, mas esse é o valor proposto no dossiê da Conitec e o SUS só sobre R\$2,224 mil. Então, é um detalhe muito técnico para entender mais um pouco a questão.

Eu queria agradecer muito o apoio da Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais, à Senadora Marta Suplicy, que agendou esta audiência requerida por mim; agradecer imensamente a participação do Dr. Sandro José Martins, que aqui representa o Ministério da Saúde, Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde; da Drª Marlise Mello Cerato Michaelsen, representante da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP e do Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira, representante da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino e de todos que acompanharam, pessoas que vieram aqui representando os pacientes, Dr. Jarbas Barbosa e todos que acompanharam esta audiência pública.

Agora nós teremos, como sequência, que cuidar dessa questão preços porque é uma questão importante. E, inclusive, insistir na questão da Lei dos 60 dias, que é muito relevante. Tentar, sempre que possível, levar essa questão da prevenção, que são aqueles hábitos saudáveis para combater o início ou combater a doença, mesmo sabendo que alguns fatores genéticos, por exemplo, são esses incontornáveis e deles a natureza se encarregou de fazê-los desta forma.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente audiência pública e a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dezessete minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Otto Alencar, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Dário Berger, José Medeiros, Wellington Fagundes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício 240, de 2017, que encaminha a Recomendação nº 35, de 2017, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde ao Congresso Nacional, para que se comprometa com a ampliação e qualificação do debate sobre a Revisão da Política Nacional de Atenção Básica. Ofício 10.305, de 2017, que encaminha a Moção de Repúdio 237, da Câmara Municipal de São José dos Campos, à truculência ocorrida, segundo o texto da moção, na Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista, na noite de 11 de agosto deste ano, durante audiência pública convocada para discutir o texto do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. Circular nº 15, de 2017, que encaminha Moção de Repúdio nº 9, da Câmara Municipal de Presidente Venceslau, de São Paulo, contra a previsão de redução do salário mínimo para o exercício de 2018. Ofício Circular 233, também deste ano, que encaminha moção de apelo da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, para que sejam promovidos estudos e alterações nas legislações e regulamentos que regem o Programa Universidade para Todos, o ProUni, para possibilitar o ingresso nas universidades privadas com regras mais benéficas e menos restritivas. Ofício 294, deste ano, que encaminha Moção de Repúdio nº 10, de 2017, da Câmara Municipal de Campo Bom, do Rio Grande do Sul, à Portaria nº 6, de 29 de janeiro de 1999, do Governo Federal, que estabelece, em seu art. 128, que "a produção [...] de medicamentos constantes das listas 'C1' (outras substâncias sujeitas a controle especial) e 'C4' (antirretrovirais) destinada para amostra grátis deve corresponder, no máximo, a 5% do total das unidades originais vendidas no comércio", percentual considerado baixo, segundo o texto da moção, para que os médicos possam repassar aos pacientes. Ofício Circular nº 235, que encaminha a Moção de Repúdio nº 71, da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, São Paulo, referente ao caso da Profa Márcia Friggi, de 51 anos, agredida por seu aluno, de 15 anos, dentro da escola, em Santa Catarina, bem como repudia toda e qualquer agressão contra os professores. Ofício nº 28, que encaminha moção de apoio da Associação dos Detetives Particulares Mediadores do Ceará, que solicita aprovação, com urgência, de projetos que tramitam nesta Casa que visam a coibir violência e elevada criminalidade existentes no Território nacional. Os documentos ficarão à disposição dos Srs. e Sras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadoras na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias. A Presidência comunica a abertura de prazo para a apresentação de Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária -PLOA 2018 (PLN nº 20, de 2017) no dia de hoje, o encerramento no dia 16 de outubro às 12 horas, e a deliberação das Emendas da CAS no dia 18 de outubro às 9 horas. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016 - Não Terminativo - que: "Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, com a supressão do Art. 2º, Parágrafo Único; do Art. 20 §§ 2º e 4º e inciso II do § 3º; do Art. 31 §§ 1º e 2º; do Art. 33, §1º, VI e §2º, I; e do Art. 49, §2º e pela adequação redacional do Art. 20 §§ 3º e 5º, do Art. 25 §4º e do Art. 74. **Resultado:** Lido o Relatório, o Senador Randolfe Rodrigues apresenta, durante a discussão, 1 (uma) Emenda à matéria. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância." **Autoria:** Deputado Valdir Colatto. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 – Complementar – Não Terminativo** - que: "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19 de 2017** que: "Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2017: Programa Mais Médicos." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovada a Proposta que passa a constituir o Plano de Trabalho desta Comissão de Assuntos Sociais para a avaliação da Política Pública – Programa Mais Médicos – neste ano de 2017. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT)." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 3-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz no período anterior a 16 de dezembro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir ajuda de custo ao usuário do SUS que necessita realizar tratamento de saúde fora do município onde reside." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 131 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas Audiências Públicas no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com a finalidade de debater a Avaliação da política pública Programa Mais Médicos, abordando os temas abaixo, com os seguintes convidados: DIA 24/10/2017: Financiamento e gastos do Programa - Antônio Carlos de Oliveira Junior – Fundo Nacional de Saúde/MS; Perspectivas do Programa - Deputado Jorge Solla; Cooperação Brasil-OPAS - Renato Tasca; Avaliação dos gestores - Representante do CONASS - Conselho Nacional dos Secretários de Saúde; e outro Representante do CONASEMS - Conselho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional dos Secretários Municipais de Saúde. DIA 26/10/2017: Distribuição dos médicos e impacto sobre os recursos humanos municipais - Felipe Proença - UFPB; Impactos na formação médica, na atenção básica em saúde e na rede assistencial do SUS - Vinícius Ximenes; Avaliação/percepção dos usuários e profissionais - Membro do Conselho Nacional de Saúde - Ronald Ferreira; Plano de Carreira dos Médicos - um representante da AMB-Associação dos Médicos do Brasil e um representante do CFM-Conselho Federal de Medicina." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 132 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados", a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Marie Garrigue-Abgrall - Doutora em Filosofia, professora titular na Universidade de Paris, Educadora em Pediatria na Primeira Infância e psiquiatria infantil, atualmente no Hay les Roses Département Général du Val-de-Marne; Alexandra Déprez - Doutora em Psicologia Clínica, com Especialização em Psicopatologia Perinatal pela Universidade de Paris VII, Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente; formadora certificada ADBB (Alarme Détresse Bébé); Jairo Werner Júnior - Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense; Maria da Penha Oliveira - Psicóloga, psicodramatista clínica e organizacional, psicoterapeuta da criança, adolescente e adulto." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 133 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater a situação dos Hospitais Públicos Federais no Estado do Rio de Janeiro, com a presença dos seguintes convidados: Representante do corpo clínico do Hospital Federal de Bonsucesso; Representante do corpo clínico do Hospital Federal Cardoso Fontes; Representante do corpo clínico do Hospital Federal do Andaraí; Presidente do CREMERJ; Presidente da FENAM; Representante do Ministério da Saúde; Dr. Daniel Macedo, Defensor Público da União." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Resultado:** Lido. Usam da palavra os Senadores Vicentinho Alves, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Otto Alencar, Eduardo Amorim, Paulo Paim, Hélio José, Lídice da Mata, Waldemir Moka, Ana Amélia e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/04>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações.

Primeiro. Ofício 240, de 2017, que encaminha a Recomendação nº 35, de 2017, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde ao Congresso Nacional, para que se comprometa com a ampliação e qualificação do debate sobre a Revisão da Política Nacional de Atenção Básica.

Segundo. Ofício 10.305, de 2017, que encaminha a Moção de Repúdio 237, da Câmara Municipal de São José dos Campos, à truculência ocorrida, segundo o texto da moção, na Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista, na noite de 11 de agosto deste ano, durante audiência pública convocada para discutir o texto do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo.

Vou fazer um comentário que tem a ver com isso. Quer dizer, nós tivemos proibição de uma exposição num museu, no Rio de Janeiro, e agora nós somos informados aqui de truculência na Universidade Federal de São Paulo, na Baixada Santista, por causa de audiência pública convocada para discutir o texto do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Quer dizer, nós vivemos uma época, eu diria, no mínimo, muito conturbada. Muito ruim, parafraseando o que eu crítico do Trump, quando ele diz: "É muito ruim!" (*Risos.*)

Terceiro. Circular nº 15, de 2017, que encaminha Moção de Repúdio nº 9, da Câmara Municipal de Presidente Venceslau, de São Paulo, contra a previsão de redução do salário mínimo para o exercício de 2018.

Quarto. Ofício Circular 233, também deste ano, que encaminha moção de apelo da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, para que sejam promovidos estudos e alterações nas legislações e regulamentos que regem o Programa Universidade para Todos, o ProUni, para possibilitar o ingresso nas universidades privadas com regras mais benéficas e menos restritivas.

Quinto. Ofício 294, deste ano, que encaminha Moção de Repúdio nº 10, de 2017, da Câmara Municipal de Campo Bom, do Rio Grande do Sul, à Portaria nº 6, de 29 de janeiro de 1999, do Governo Federal, que estabelece, em seu art. 128, que "a produção [...] de medicamentos constantes das listas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

'C1' (outras substâncias sujeitas a controle especial) e 'C4' (antirretrovirais) destinada para amostra grátis deve corresponder, no máximo, a 5% do total das unidades originais vendidas no comércio", percentual considerado baixo, segundo o texto da moção, para que os médicos possam repassar aos pacientes.

Essa poderia ser encaminhada à Anvisa.

Sexto. Ofício Circular nº 235, que encaminha a Moção de Repúdio nº 71, da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, São Paulo, referente ao caso da Profª Márcia Friggi, de 51 anos, agredida por seu aluno, de 15 anos, dentro da escola, em Santa Catarina, bem como repudia toda e qualquer agressão contra os professores.

Sétimo. Ofício nº 28, que encaminha moção de apoio da Associação dos Detetives Particulares Mediadores do Ceará, que solicita aprovação, com urgência, de projetos que tramitam nesta Casa que visam a coibir violência e elevada criminalidade existentes no Território nacional.

Os documentos ficarão à disposição dos Srs. e Srªs Senadoras na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

ITEM 1**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016****- Não terminativo -**

Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, com a supressão do Art. 2º, Parágrafo Único; do Art. 20 §§ 2º e 4º e inciso II do § 3º; do Art. 31 §§ 1º e 2º; do Art. 33, §1º, VI e §2º, I; e do Art. 49, §2º e pela adequação redacional do Art. 20 §§ 3º e 5º, do Art. 25 §4º e do Art. 74.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 13.09.2017, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução da matéria em atendimento ao Requerimento CAS nº 125, de 2017.

- Em 28.09.2017, o Senador Waldemir Moka apresentou 1 (uma) Emenda à matéria.

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Como Relator.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Agora vai sem reparo, Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, para análise em caráter não terminativo, o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016.

O projeto de lei aprovado no Senado Federal, de autoria do Senador Marcelo Crivella, estabelece um piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores.

Na Câmara dos Deputados, foi criada comissão especial para análise do mérito da matéria, conforme os termos do inciso II e do §1º do art. 34 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), bem como das 117 proposições apensadas, que no geral visam a: criar um estatuto que discipline a segurança privada e a segurança das instituições financeiras; estabelecer regras para as empresas de segurança privada; regulamentar a profissão de vigilante; fixar piso salarial para a categoria dos vigilantes; estabelecer a tutela penal dos serviços de segurança privada; estabelecer regras de segurança das instituições financeiras e congêneres; estabelecer regras de segurança dos caixas eletrônicos.

Da comissão especial resultou parecer que propôs um substitutivo global denominado "Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras".

Na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, recebeu apenas uma emenda de redação, a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Waldemir Moka, que esclarece dispositivo do art. 74 da proposição, adequando-o às supressões proposta neste relatório.

Análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pertence a esta Comissão, com fulcro no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a competência para apreciar matérias que versem, como no caso, sobre relações de trabalho.

A constitucionalidade da proposição está presente, uma vez observados os arts. 22, inciso I, e o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, que põem a matéria no campo de competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa quanto no tocante à sua apreciação.

No mérito, entendemos haver espaço para ajustes ao projeto.

Os projetos congregados que resultaram no substitutivo global dispõem-se de forma moderna em um dispositivo normativo que compreende a realidade nacional e respeita seus limites.

Das inovações propostas, destacam-se algumas que, a nosso ver, simbolizam a modernidade e a sofisticação da prática legislativa adotada. Dentre elas, a necessidade, de forma escalonada, de adaptação dos serviços já existentes no mercado de trabalho, a dispor planos de transição e estabelecer critérios mínimos para a criação de novos serviços.

Ressalta-se a determinação de que os serviços de segurança privada devam ser prestados por pessoas jurídicas especializadas ou por meio das empresas possuidoras de serviços orgânicos de segurança privada, com ou sem utilização de armas de fogo (desde que autorizado pelo Exército brasileiro), bem como o emprego de profissionais habilitados, tecnologias e equipamentos de uso permitido.

Salienta-se ainda a disposição de que a prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, a qual compete o controle e a fiscalização da atividade, além de aplicar as penalidades administrativas por infração aos dispositivos do Estatuto, bem como delimita os serviços abrangidos e as formas como devem ser exercidos.

No entanto, entendemos que a disposição do projeto sobre a participação de pessoa estrangeira, natural ou jurídica, no capital social das empresas de serviço de segurança privada vai de encontro à modernização proposta pelo estatuto. Portanto, está aberta ao capital estrangeiro. Isso porque muitas pessoas, Sr^a Presidente, confundem "de encontro" com "ao encontro". A vedação de constituição de serviços orgânicos de transporte de numerários, bens e valores pela própria instituição financeira vai igualmente chocar com a norma constitucional no que tange à segurança privada de bens privados.

As críticas não são feitas sem fundamentos.

Entendemos, por um lado, que existe a necessidade de proteção do sistema financeiro nacional, o que requer um rigoroso controle e monitoramento da guarda e transporte dos valores em espécie. Por outro lado, enxergamos como desnecessariamente redundante a restrição de participação de capital estrangeiro. O processo de estabelecimento de uma empresa já exige a autorização da Polícia Federal e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o registro dos planos de segurança privada, que serão então submetidos a um rigoroso crivo de avaliação.

Portanto, é de nossa compreensão que os §§2º e 4º do art. 20 devem ser suprimidos, de forma que a legislação resultante supra às necessidades atuais do País e de sua estrutura econômica.

Já no que tange à segurança privada do patrimônio igualmente particular, entendemos que a restrição da autonomia de guarda de seu próprio patrimônio fere diretamente a ordem constitucional, devendo ser, portanto, removida do texto tal restrição. A composição orgânica de serviços de segurança privada voltados para o transporte de numerário, bens e valores é a manifestação do direito fundamental à propriedade privada.

Ora, se o proprietário do bem não puder, com seus próprios recursos, compor a segurança para guardá-los, desta forma lhe é negada a autoridade sobre sua própria propriedade. Com este entendimento, entendemos também pela supressão do art. 20, §3º, II.

Ainda no sentido contrário, as disposições sobre o cooperativismo, que entendemos serem excessivas, tornam inviável o funcionamento de centenas de instituições pelo País. Essas questões se dividem em duas partes: as cooperativas de trabalho e as cooperativas de crédito.

No que diz respeito às cooperativas de trabalho, a supressão do art. 2º, parágrafo único, é o suficiente para permitir e viabilizar seu funcionamento. Já no que diz respeito às cooperativas de crédito, é fundamental, para a manutenção da prestação dos serviços, a supressão dos §§1º e 2º do art. 31, para que seja mantida a legislação específica, aplicando-se subsidiariamente, onde couber, o Estatuto.

Nesta mesma linha, contemplamos ainda uma situação peculiar que atinge a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que opera como correspondente bancário em mais de 1,8 mil Municípios como único correspondente bancário, sendo singular o acesso a serviços financeiros nestas localidades, sendo imprescindível seu funcionamento.

Para viabilizar a continuidade dos serviços, é necessário apenas o ajuste de um dispositivo que dispõe sobre a exigência de vigilância armada onde há atendimento de serviços bancários. Tendo em vista a situação regimental do projeto, que impossibilita atendimento de serviços bancários, tendo em vista a situação regimental do projeto que impossibilita a mera ressalva dos correspondentes bancários, entendemos pela supressão, haja vista que toda agência já dispõe de todos os demais requisitos de segurança. Sendo assim manifestamo-nos pela supressão do art. 33, §§1º e 2º.

Quanto ao tratamento sobre artefatos que garantam a privacidade das operações em guichês, entendemos que os critérios estabelecidos são inadequados à realidade nacional. Não sendo possível sua alteração textual, recomendamos a supressão do art. 33, §1º, VI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Divergimos também sobre a classificação do serviço como essencial, restando, portanto, a supressão do art. 31, §1º, por se tratar de vigilância privada, onde não há interesse público envolvido. Ressaltamos que onde houver a prestação do serviço à ente público, aplica-se, no que couber, o entendimento jurisprudencial sobre a continuidade do serviço público.

Por fim, foi detectada uma redundância na previsão de punibilidade, entre o art. 49, §2º e o art. 51, razão pela qual nos manifestamos pela supressão do art. 49, §2º. Ante as supressões propostas neste relatório, são necessários pequenos ajustes redacionais para evitar a perda de sentido do texto remanescente, em remissões, os quais já nos encarregamos de propor no voto.

A Emenda nº 1-CAS, Comissão de Assuntos Sociais, de redação, proposta pelo Senador Waldemir Moka, recomenda pela adequação textual do art. 74 às supressões que visam viabilizar a continuidade do funcionamento das cooperativas de crédito. Com a supressão dos §§1º e 2º do art. 31, retira-se do estatuto a regulamentação sobre cooperativas de crédito. Portanto, é apenas natural que a legislação atual seja mantida, para que não seja violada a segurança jurídica dessas instituições. Entendemos oportuna a alteração por se tratar de mera adequação redacional do art. 74 ao texto remanescente do Substitutivo da Câmara dos Deputados. Resta acolhida a Emenda nº 1-CAS, de redação, pela supressão do art. 1º da Lei nº 7.102, de 1983, e do art. 7º da Lei 11.718, de 2008, do rol de leis revogadas.

Voto.

Votamos pela aprovação do SCD nº 6, de 2016, com supressão do art. 2º, parágrafo único; do art. 20º, §§2º e 4º, e inciso II do §3º; do art. 31, §§1º e 2º; do art. 33, §1º, VI, e §2º, I; e do art. 49, §2º; e pela adequação redacional dos seguintes dispositivos:

Art. 20.....

§3º As instituições financeiras não poderão:

§5º As pessoas jurídicas referidas no §3º deste artigo terão o prazo de dois anos para se adaptar ao disposto neste artigo.

..... (NR)

Art. 25.

§4º As empresas que não tenham o exercício de atividades de segurança privada como seu objeto social devem atender aos requisitos previstos nos §§2º e 3º do art. 20 desta lei para realizarem serviços orgânicos de segurança privada.

..... (NR)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 74. Ficam revogados a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, os arts. 2º a 27 da Lei nº 7.102, os arts. 14 a 16 e 20 da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e o art. 14 da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001. (NR)

Esse é o nosso relatório e o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Vicentinho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, rapidamente, eu tenho uma emenda proposta para, por acordo, tentarmos encaminhar a discussão. Tenho uma emenda proposta em relação aos §§3º 5º do art. 20, e o §4º do art. 25 do substitutivo de S. Exª o Relator, Vicentinho. Essa emenda é de supressão desses dispositivos. E eu peço a análise desses dispositivos pelo Relator.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Relator.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Vamos ver aqui o que é direitinho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª poderia ler?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, poderíamos seguir com a pauta?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, eu vou liquidar isso hoje.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não! Não! É porque não é terminativo. Enquanto eles discutem, nós passaríamos para os terminativos. Esse é não terminativo, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos ver. Senadora, eu acho que nós podemos encerrar. Vamos ver, porque talvez seja uma coisa simples, talvez não seja. Talvez ele simplesmente se recuse, e aí a gente vai a voto. Vamos ver. Acho que dá para... Há gente para discutir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Essa questão de os bancos poderem prestar serviços para terceiros desconfigura todo o relatório, todo o projeto. Até porque os bancos podem ter empresas orgânicas.

O que o Senador Randolfe havia colocado antes era um prazo maior, porque existe apenas uma empresa no País, com 800 ou 900 funcionários que serão absorvidos. Pode-se atender o Senador Randolfe fazendo uma alteração de dois para quatro anos, para se haver um prazo mais adequado, mais alongado. Esse foi o acordo que eu tinha feito com ele. Agora esse outro item desconfigura tudo. Então, não dá...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O item é de supressão desse artigo?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Como Relator.) – É.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª não aceita a emenda?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Otto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, regimentalmente, peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, ele pediu vista.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Srª Presidente, eu também iria questionar esse item, exatamente porque, na minha opinião, a proibição de participação de capital de empresa de segurança impostas às instituições financeiras, exigindo alienação das participações atualmente detidas, bem como de constituição de serviços orgânicos de segurança, mostra uma clara tentativa de dominação de mercado, de monopólio de mercado, que é uma coisa que vai de encontro à livre concorrência. Eu acho que esse artigo vai, de alguma forma, ditar e dar às instituições financeiras a falta de condição de ter seu próprio serviço se ele quiser ter o próprio serviço.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, há um engano. Há um engano, Senador Otto.

A instituição financeira pode constituir sua própria empresa orgânica para prestar o seu serviço. É o contrário do que V. Exª está colocando.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não, não.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Ela não pode para terceiros, mas pode constituir a empresa orgânica dela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Dela? Pode constituir?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pode. É exatamente o que se está colocando.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas no projeto não está assim?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Está. Está, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É exatamente, mas deixe eu colocar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu estou entendendo que se estava tirando direito da empresa de ter a sua própria empresa de segurança.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, até para melhor esclarecimento do Plenário sobre esse tema, eu acho que melhor encaminhar o pedido de vista.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – O banco pode constituir...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Deixem-me esclarecer a dúvida do Senador Otto, porque é exatamente o que ele quer.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – O banco pode constituir a sua empresa orgânica e prestar o serviço para você, mas não pode ficar vendendo para terceiro. Ele pode constituir a sua empresa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato. Ele não pode prestar para terceiros.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Isso aí, mas pode constituir a própria empresa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso aí está correto. Daí, eu concordo plenamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, vista coletiva.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não pode ter empresa dele para prestar serviços a terceiros. Por exemplo, a empresa de segurança do banco prestar serviços à Petrobras. Daí, não dá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixem eu propor uma coisa. Esperem um pouco.

A discussão está indo bem, está interessante. Nós estamos dirimindo dúvidas.

Vou pedir ao Senador Randolfe se não quer suspender um pouquinho a vista para a discutirmos um pouco e talvez cheguemos ao entendimento ou não chegue e, daí, V. Exª pede vista. Topa?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, é para entender, gente, porque senão a gente fica adiando sempre e aqui está boa a discussão. Então, as pessoas que se interessam no tema estão todas presentes.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – A colocação do Senador Otto. Nesse relatório nós estamos procurando ouvir todas as partes e...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, mas vamos nos concentrar na questão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Deixe-me só eu colocar aqui.

Com relação às colocações do Senador Randolfe. Ele pediu de dois para quatro. Eu vou acatar para os quatro. Agora, o que ele colocou a mais desconfigura. E esse é um projeto que, por incrível que pareça, eu nesses anos de Câmara e de Senado, é a primeira vez em que eu vejo todas as partes envolvidas querendo aprovar. Quem põe dificuldade é exatamente fora do contexto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixe-me entender de novo qual é a posição do Senador Randolfe para que todos se esclareçam.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Ouvi o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Veja bem, a minha divergência no projeto é a seguinte: há um aspecto que não está esclarecido. O projeto é feito e claramente atinge uma das empresas que está no mercado. Essa empresa no mercado que estabelece a concorrência com as demais empresas e, com a redação do projeto, praticamente deixa de existir, fica impossibilitada de existir no mercado concorrendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós dialogamos com o Relator, Senador Vicentinho, no período de dar um prazo para inclusive a empresa poder se reorganizar e existir. A proposta que nós fazemos é de supressão desse dispositivo que, no meu entender, claramente representa reserva de mercado para outras empresas e ofende o princípio da livre concorrência, da livre iniciativa basilar em nosso texto constitucional.

Portanto, nós fizemos a propósito supressão. A alternativamente, a proposta que podemos dialogar, convenhamos, Presidente, colegas Senadores, Srs. Senadores: um prazo. Nós estamos na verdade aqui aprovando o projeto que deixa o mercado, para algumas empresas, em prejuízo de sacrificar. Alguém pode dizer que são 1,2 mil trabalhadores, são 2 mil trabalhadores. Sejam cinco, são cinco trabalhadores que vão ficar sem emprego. Além de fazer reserva de mercado para outras empresas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, só para esclarecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Nós pedimos pelo menos um prazo maior para que parte do mercado continue existindo. Por quê? Veja, o ideal seria a supressão disso, mas pedimos pelo menos um prazo maior para parte do mercado continuar existindo. Não é possível acatar isso. Portanto, estou apelando para o recurso regimental que resta, que é pedido de vista; o prazo apresentado, não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A vista será dada, se V. Exª quiser, e será coletiva. Na próxima, nós voltaremos. Mas o que estou pensando é que não vai adiantar nada, porque a discussão é que vai a vista ser aprovada ou não.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente só para...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, continuar a discussão. O Senador Amorim quer também dar uma palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Deixe-me prestar um esclarecimento, porque é importante para os colegas terem conhecimento do que o Senador Randolfe colocou. É apenas uma empresa com a participação dos bancos. Essa empresa tem a participação dos bancos, porque se fala empresa e parece que é uma empresa normal, não. Os bancos já podem constituir a sua empresa orgânica. É isso que se tem que deixar claro: é uma empresa com a participação dos bancos. Essa participação dos bancos pode-se constituir organicamente. É isso que se tem que deixar claro.

O prazo de dois anos para quatro eu já acatei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª já mencionou.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim. V. Exª quer a palavra?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Depois dou a palavra ao Senador Paim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Se mantida a vista, Presidente, vou pedir vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Antes de conceder a vista, vou dar a palavra ao Senador Paim.

Pelo jeito, nós vamos para vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu faço questão de falar antes que se concretize a vista e explico por quê. Falando aqui com o Senador Randolfe, eu percebo que é possível ainda chegar a um acordo como a senhora propôs. Vamos dialogando e ver se é possível. Claro, a vista é legítima e vai acontecer.

Eu tenho acompanhado o debate desse projeto, ouvindo empresários e trabalhadores. Eu sempre digo que o bom projeto não é aquele perfeito, é o projeto que construa uma lei que signifique um avanço para ambas as partes.

Por incrível que pareça – alguns pensam – a gente fala muito dos trabalhadores, e V. Exª também fala, e ninguém tem propriedade sobre o direito dos trabalhadores –, o bom projeto é aquele que atende a todos. E, nesse projeto, os empresários que conversaram com o Relator, não conversaram comigo, e conversaram inclusive com o Deputado Chico Vigilante, com o Boaventura, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do setor, estão construindo o acordo com os Senadores. Todos os pedidos que foram feitos aqui, inclusive do Senador Pimentel, do Senador Moka, que são das cooperativas... O que está pendente no momento é essa questão do Senador Randolfe.

Há uma solicitação minha, e o Relator disse que atende, sobre a qual eu tinha uma enorme preocupação, que é acerca das pessoas com deficiência. Chegamos a um acordo de que vai constar do relatório, que isso a lei, que existe, que decida.

Eu sei que há todo um debate sobre essa questão, e a lei poderá ser mudada. Eles que colocariam uma ressalva: que segue a lei. Enquanto a lei não for mudada, não altera também aqui. Então resolve.

Já está resolvido também a questão das pessoas com deficiência, porque ele acatou esse meu pedido.

Então, a única questão que está pegando é a do Senador Randolfe. Se aqui a gente conseguir aumentar o prazo, é só o prazo, que ele pede, e nós votamos a matéria simbolicamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Concedo o pedido de vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É o primeiro item da pauta na próxima quarta-feira.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Srª Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Pela ordem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu quero pedir a V. Exª que, na próxima quarta-feira, possamos votar essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu queria votar hoje, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Quem for contra vota contra, quem for a favor vota a favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas no momento é regimental, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Concordo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pedido de vista eu não posso pôr em votação. Pediu vista, eu tenho que dar vista. Então, na próxima, nós votamos. Está claro.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sabe o que é? Pode surgir na próxima quarta pedido de audiência pública, pedido de outra coisa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já houve audiência pública, não será mais concedida audiência pública.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É sobre isso?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu também quero a palavra pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu quero falar sobre o assunto em tela, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espera um pouquinho. Eu só falar que o próximo item será o 8, porque é do Senador Otto Alencar.

Caiu o quórum? É terminativo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Se o Senador Caiado pudesse voltar, porque a partir do item 5...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, ele foi gravar um programa do Partido dele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A partir do item 5, são todos terminativos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, liga para a Senadora Ana Amélia, passei por ela e estava vindo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, primeiro, bom dia! Um forte abraço para senhora e para todos desta Comissão.

Eu creio ser bastante razoável a proposta do nosso nobre Senador Randolfe, quando propõe simplesmente uma supressão, que é totalmente factível para que esse projeto siga o caminho para a sanção presidencial. Ele já foi analisado devidamente na Câmara dos Deputados. E essa supressão traz menos problemas do que o acrescento.

Mas, quanto ao acrescento que o nosso nobre Senador Randolfe colocou, a gente tem dialogado bastante com o pessoal, embora a contragosto, porque a gente acha que ele está fazendo reserva de mercado, está fazendo papel de Cade. Quem tem que fazer controle de mercado é o Cade. Não somos nós do Senado Federal.

Então, quero só reforçar que essa questão desse destaque feito pelo Senador Randolfe eu a acho muito mais razoável, suprimindo os §§3º e 5º do art. 20 e o §4º do art. 25, o projeto fica redondo para votação do Plenário. E a gente teria total condição de encaminhá-lo para a sanção presidencial e sem agirmos como Cade aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Mas, para concluir, estou apresentando também emendas. E eu não tenho também dificuldades de discutir uma ampliação maior desse prazo, como já foi conversado, inclusive com o Relator, que só tem que ver a constitucionalidade. É isso que precisamos ver.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, na próxima quarta-feira, nós vamos deliberar sobre o tema.

Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem.) – Mudando o assunto, o item 12 é o projeto sobre tratamento fora de domicílio, de que S. Exª o Senador Eduardo Amorim é o Relator. É um projeto terminativo nesta Comissão. Se puder...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu tenho vários não terminativos, e há duas Senadoras a caminho, que, chegando, começamos os terminativos e podemos dar preferência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Item 2 da pauta.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, só mais um item, que é importante que deixei de citar,...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ... embora a matéria seja vencida aqui, que é para atender a Polícia Federal. O prazo dos 30 dias que eles sugeriram que fossem suprimidos também atendi, estamos atendendo. Eu não havia citado isso antes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Essas emendas que o Senador Hélio José vai... Sobre elas já pode ser conversado antes da quarta-feira e resolvidas.

Vamos ao item 2.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente, a senhora me dá a palavra, por favor, só por um minuto?

O item 8 é um projeto de autoria do Senador Reguffe. O Senador Reguffe já me pede isso há algum tempo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu iria, mas agora chegou o quórum.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Deixe-me só explicar. O Senador Reguffe já me pede isso há algum tempo. Todas as vezes em que venho para cá coincide de não haver quórum para votação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Dário Berger, por favor, complemente esse quórum.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele é bastante presente, contribui, todo mundo acha que ele é.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Deixe-me ler o 12, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, se V. Exª...

Presidente Marta, também na mesma linha dos meus colegas, gostaria de solicitar que, assim que o quórum for recomposto, a gente pudesse votar o item 5, que é um projeto que eu relato e já foi lido o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, será o número 8, o número 5 e o 12.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Desculpe, não é o item 5, é o item 6.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos fazer assim: os que estiverem presentes, nós vamos nos terminativos. Enquanto não há, vamos ao item 2.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, de 2017**

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância.

Autoria: Deputado Valdir Colatto

Relatoria: Senador Paulo Paim



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paim para proferir a leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, vou ser rápido.

Estou mais conciliador, pelo que vejo aqui, do que muitos parceiros do Governo e da oposição. E o Governo me pediu que eu retirasse o item 2 para construir um acordo, para que a gente possa votar sem problema de sanção.

Então, está retirado o item 2 a pedido do Relator e do Governo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está retirado.

Item 4.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, de 2017**

- Não terminativo -

Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2017: Programa Mais Médicos.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Observações:

- *Leitura da Proposta de Plano de Trabalho.*

Este é um momento importante para nós porque é um projeto de um ano inteiro, e a Senadora Lídice vai apresentar a proposta de trabalho.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata para proferir a leitura de sua proposta de plano de trabalho para o Programa Mais Médicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, e por força da aprovação do Requerimento nº 19, de 2017, a CAS decidiu selecionar a seguinte política pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2017: Programa Mais Médicos.

O objetivo das avaliações de políticas públicas previstas no Regimento Interno é contribuir com o aprimoramento da gestão do Estado, por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

A distribuição dos recursos humanos em saúde no Brasil, especialmente de médicos, é caracterizada por enormes desigualdades regionais e intrarregionais, com graves deficiências nos Municípios mais longínquos e nas periferias das grandes metrópoles, áreas que, em geral, apresentam os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano.

As deficiências no número de médicos, observadas nas áreas remotas, acompanham as desigualdades verificadas em relação à distribuição e oferta de serviços e recursos diagnósticos, bem como a inexistência de escolas médicas, que resulta em precárias oportunidades de aperfeiçoamento profissional nessas áreas.

Nesse contexto de desigualdade na distribuição dos profissionais de Medicina no País, foi lançado o Programa Mais Médicos, instituído pela Medida Provisória 621, de 2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que tem como proposta básica formar recursos humanos para a área médica do SUS, com os seguintes objetivos:

- I - reduzir a carência de médicos em regiões prioritárias para o SUS;
- II - fortalecer a atenção básica em saúde;
- III - aprimorar a formação médica;
- IV - aprofundar a inserção dos médicos na realidade de saúde do País;

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Continuando:

V - fortalecer a integração ensino-serviço;

VI - promover a troca de conhecimentos e experiências entre médicos formados no Brasil e no exterior;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII - ampliar a participação dos médicos nas políticas públicas de saúde e no funcionamento do SUS; e

VIII - estimular a realização de pesquisas no âmbito do SUS.

Para a consecução desses objetivos, são propostas três ações:

I - reordenamento da oferta dos cursos de Medicina e de vagas na residência médica, de forma a conferir prioridade às regiões com menor relação de vagas e médicos por habitante, desde que possuam condições de oferecer a estrutura correspondente;

II - estabelecimento de novos parâmetros para a formação médica;

III - promoção do aperfeiçoamento dos médicos em regiões prioritárias do SUS, por meio da integração ensino-serviço, inclusive do intercâmbio internacional.

Com base nisso, Sr^a Presidente, nós definimos os eixos temáticos da avaliação...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... que serão: antecedentes do Programa Mais Médicos...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Por favor, Senadores, ela vai agora colocar os eixos da proposta. É muito importante que nós os aprovemos ou que demos sugestões.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Continuando: financiamento e gastos do Programa; distribuição dos Médicos no âmbito do Programa; cooperação entre Brasil e Organização Pan-Americana da Saúde (Opas); ações de monitoramento e avaliação; impacto na atenção básica em saúde e na rede assistencial; aspectos e impactos educacionais do programa; avaliação/percepção dos usuários e profissionais; análise dos dados de produção dos serviços; análise dos indicadores de saúde.

Metodologia.

A avaliação será feita a partir de dados secundários obtidos de fontes documentais e de estatísticas produzidas por órgãos governamentais executores do programa e de fiscalização e controle, bem como por instituições internacionais e acadêmicas. Também contemplará a audiência de especialistas e gestores de saúde.

Atividades propostas.

Aqui, Sr^a Presidente, nós tentamos reduzir algumas atividades que pensei em realizar com um número maior, como é o caso de audiências públicas. Em face do tempo exíguo que nós temos no ano,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós tentamos diminuir isso e propusemos, para a operacionalização da avaliação, as seguintes atividades:

1. Pesquisa de fontes documentais, com auditorias do Tribunal de Contas da União; estatísticas de saúde e educação médica na Organização Pan-Americana da Saúde, no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e pesquisas e estudos acadêmicos.

2. Audiência Pública – estou propondo apenas uma audiência pública –, no âmbito da CAS, abordando os temas abaixo, com os seguintes convidados:

- Financiamento e gastos do Programa, com Antonio Carlos de Oliveira Junior, do Fundo Nacional de Saúde;

- Cooperação Brasil-Opas, com a participação de Renato Tasca;

- Distribuição dos médicos e impacto sobre os recursos humanos municipais, com Felipe Proença, da Universidade Federal da Paraíba;

- Avaliação dos gestores, com representante do Conass, que é o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, e com representante do Conasems, que é o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde;

- Impactos na formação médica, na atenção básica em saúde e na rede assistencial do SUS, com a avaliação de Vinícius Ximenes;

- Avaliação/percepção dos usuários e profissionais pelo membro do Conselho Nacional de Saúde Ronald Ferreira; e

- Perspectivas do programa – aqui incorporei uma sugestão do Senador Humberto Costa de convidar um Deputado, que, no caso, é o Deputado Jorge Solla, que foi Secretário de Saúde da Bahia no período de implantação do Mais Médicos.

Então, seria uma audiência pública tratando de vários assuntos, e cada especialista daria o resultado daquela área.

No final, análise dos dados, sistematização dos gráficos e tabelas e redação da minuta do relatório preliminar e final.

É claro que isso é feito com a consultoria do Senado, que dispõe sempre de consultores da área para que nós possamos fazer o relatório, e, sem dúvida, com a participação de todos os Senadores desta Comissão, especialmente o Senador Moka, o Senador Otto, o Senador Caiado, o Senador Humberto Costa, o Senador Amorim, a Senadora Vanessa, enfim, todos aqueles que...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Lídice, a audiência, então, está marcada para o dia 24, terça-feira, às 14h.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pronto. Fechado: 24 de outubro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bem rápido, para a gente...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pronto. Fechado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Terça-feira?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Terça-feira ou quinta?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Terça-feira, dia 24.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É terça-feira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Terça-feira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Às duas horas da tarde.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vai ser uma extraordinária nossa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pronto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Concluído?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu queria sugerir à Relatora – acompanhei com atenção e acho que ela praticamente esgota –, mas eu acho, Srª Presidente, que nós temos que discutir uma questão, nós já fizemos isso aqui nesta Comissão, que é o chamando plano de carreira dos médicos, porque, enquanto a gente não tiver um plano de carreira,...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Boa ideia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... para colocar o médico lá no interior, e ele gradativamente poder ir ascendendo, assim como existem as chamadas carreiras jurídicas. Mas a questão é fundamental. Juízes vão para o interior, porque têm um plano de carreira, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho também que em algum momento, nós deveríamos ouvir, sem prejuízo do que já propõe em audiência pública a Senadora Lídice da Mata, mas as entidades de classe dos médicos, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira, porque esse pessoal tem estatísticas e tem uma visão ampla e até crítica...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pronto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... de como funciona o sistema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Lídice, vamos ver, quantas pessoas V. Exª está pedindo para essa audiência do dia 24? Dá para encaixar mais duas?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Necessariamente não seria na audiência pública que ela está propondo, mas talvez uma outra audiência pública.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Se for o caso...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para ouvir as entidades médicas, o pessoal ligado, não é?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, nós estamos com muita dificuldade de presença. Ontem eu fiz uma audiência pública em que só estava eu presidindo. Então está muito pesado o trabalho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senadora Marta.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Se a Senadora Lídice acatar e marcar uma audiência pública, eu posso garantir à senhora que pelo menos eu e ela vamos estar presentes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, está ótimo!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida.

Senadora Marta, por economia eu proporia que nós incorporássemos essa ideia do plano de carreira, de que eu sou uma defensora, e que tivéssemos, acrescentássemos o Conselho Federal de Medicina e a ABM numa fala.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, deixe-me pensar assim: teríamos quanto? Oito?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Oito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, nós poderíamos fazer... Ah!, mas terça-feira fica ruim, porque terça-feira, das duas às quatro, quando geralmente a gente tem que terminar, não dá para falar oito pessoas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Oito pessoas, não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Só se fizesse a primeira hora, quatro, e a segunda hora, quatro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É, ou cinco e três, não sei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Poderia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Para juntar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se o Plenário concordar, fazemos com mais pessoas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Nós poderíamos aprovar aqui a ideia geral e dividirmos com V. Exª e a Secretaria, fazemos uma proposta de divisão dessa...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – De tempo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – De tempo. E faríamos duas. Eu propus uma só, maior,...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah!, você fala separada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... para haver economia de tempo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bom.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Se nós tivermos cronograma, agenda na Comissão, podemos marcar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, eu posso marcar. Temos, eu posso marcar numa quinta-feira extraordinária. O receio que eu tenho é de que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Como eu e como a maior parte no dia de quinta viaja, eu precisaria que fosse marcado logo, com antecedência, para liberar a minha agenda na Bahia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Marco já. Pode ser na terça, dia 24, a primeira, que V. Exª pediu, e dia 26, na quinta-feira, não há nada marcado, fazemos às 9h da manhã. Está bem?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Em princípio tudo bem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, tudo bem. Então, temos duas audiências públicas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... pedidas pela Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero agradecer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Essa proposta de divisão...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero agradecer a sensibilidade da Senadora Lídice da Mata. Muito obrigado, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria solicitar a V. Exª. Se não me engano, apenas dois projetos são terminativos. Já os apresentei. O cinco, do Senador Paulo Paim, e o nove é do Senador Marcelo Crivella.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – O doze também, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – E, como nós temos quórum neste momento e como eles já foram lidos,..

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Há o número oito também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, e o número oito. Então, se pudermos fazer isso agora, Senadora, eu acho que seria muito bom, com a aquiescência, é claro, do Plenário desta Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, inclua no rol o doze. O doze.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em votação a proposta de trabalho do plano de trabalho.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A proposta passa a constituir o plano de trabalho desta Comissão de Assuntos Sociais para a avaliação da política pública Programa Mais Médicos neste ano de 2017.

Passemos à leitura do requerimento apresentado conforme o plano de trabalho. Já lemos, e já foi aprovado.

Agora nós vamos primeiro para o item 8, que é terminativo.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015****- Terminativo -**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 3-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 03.08.2016, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.

- Votação nominal.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Srª Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E o quórum caiu. Espere, conte de novo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas eu pelo menos vou ler o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há pouco aqui o Senador Hélio José...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou ler o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Dez.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vou fazer a leitura do projeto, pelo menos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bom. Vamos ver se a gente consegue. Falta um.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – O projeto é de autoria...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... do Senador Reguffe, e eu queria chamar a atenção dos colegas. Este projeto já está há muito tempo aqui na CAS. Todas as vezes que eu venho para relatar, falta quórum qualificado. O Reguffe acha até que eu estou com má vontade com ele. Nunca teria má vontade com nenhum colega, muito menos com o Reguffe, muito menos com ele. Então, toda vez que eu chego ao plenário, Presidente, a primeira coisa que ele fala é: "O que é que você tem contra mim?" Eu digo: "Eu não tenho nada. Não há é quórum na Comissão."

E é um projeto interessante esse projeto. Sabe por quê? Porque esse projeto é um projeto que vai dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde. Eu acho importante haver essa relação, exatamente, porque acaba com aquela situação do sujeito que chega primeiro e é atendido por último. E eu coloquei inclusive dentro do projeto um dispositivo que dá condição ao médico de identificar por enfermidade qual é aquela que é mais urgente ou não.

Então, os médicos aqui sabem exatamente que é uma situação que hoje, em alguns Estados, inclusive no meu Estado, Senadora Marta, 82% da população depende do SUS. Só 18% têm seguro saúde





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Bahia, em função da falta de poder aquisitivo do povo. E essa situação se agudizou recentemente com a queda do emprego, o desemprego muito alto, e também com as políticas sociais.

Eu estou agora tendo indicadores do meu filho, que é professor da Universidade Federal da Bahia, como eu fui, com o recrudescimento de doenças relacionadas com a fome, com a subnutrição, de uns dois anos para cá, porque caíram os programas sociais e foram retirados de pessoas que não têm condição absolutamente nenhuma de ter acesso a um emprego, até porque não têm escolaridade. Essa situação no Nordeste é gravíssima, porque, às vezes, o Brasil é um Brasil com situação disforme na economia e no poder aquisitivo, e as pessoas não percebem isso. Mas recrudesceram no meu Estado a tuberculose óssea, a osteomielite hematogênica, o escorbuto, tudo em função do desemprego e da queda dos programas sociais, que foram, alguns, cortados agora, de um ano e pouco para cá.

Portanto, esse projeto do Senador Reguffe é um projeto que no seu art. 1º prevê que o Distrito Federal, os Estados, a União e entidades privadas de saúde conveniadas que realizam cirurgias com recursos do SUS deverão publicar em seus sítios oficiais na internet as listas dos pacientes que serão submetidos a cirurgias eletivas por especialidade médica.

Já o art. 2º enumera as informações que devem ser publicadas: o número identificador do paciente ou do responsável legal junto ao registro geral, a data de ingresso na fila de espera e a posição ocupada na lista.

O art. 3º, por sua vez, determina que a lista de espera seja atualizada semanalmente.

O art. 4º altera a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, para acrescentar uma nova hipótese de ato de improbidade, que consiste em fraudar ou deixar de elaborar a lista de espera.

O art. 5º é a cláusula de vigência da lei, prevista para ocorrer na data da sua publicação.

E o art. 6º determina que as disposições legais em contrário sejam revogadas.

Então, na análise que nós fizemos aqui, compete a esta Comissão e ao Senado Federal opinar sobre proposições dessa natureza. E também as competências do Sistema Único de Saúde. Além disso, por ser uma Comissão que proferirá decisão terminativa – este projeto é terminativo aqui – deve manifestar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, o que diz aqui o nosso Regimento.

No que tange à constitucionalidade, o projeto trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do Art. 24 da Constituição.

A proposta também está de acordo com os ditames constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao mérito, o projeto de lei cuida de garantir transparência e publicidade das listas de espera de cirurgias médicas eletivas financiadas pelo SUS. Isso já ocorre em outros países, como Portugal, que tem também sistema integrado de inscrição para cirurgia, e tantos outros. No Brasil, contudo, continuam a existir esquemas com a finalidade de burlar as filas para realização de procedimentos no âmbito do SUS. Recentemente, segundo notícias veiculados pela mídia na cidade de Garopaba, no Paraná, três Vereadores foram afastados porque tinham acesso privilegiado ao sistema de marcação de consultas.

Em resposta a essas e outras denúncias, o Departamento Nacional de Auditoria incluiu uma série de auditorias para apurar essas irregularidades.

Ante o exposto, consideramos meritória a iniciativa do Senador Reguffe e os aprimoramentos propostos na Comissão de Constituição e Justiça.

Diante disso, Srª Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 393, de 2015, com as Emendas de nº 1-CCJ, nº 3-CCJ, nº 4-CCJ e nº 5-CCJ, e com as seguintes emendas:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades privadas de saúde conveniadas que realizam cirurgias médicas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigados a publicar, em seus sítios oficiais na internet, as listas de pacientes que serão submetidos a cirurgias eletivas em entidades de saúde por cuja gestão sejam responsáveis.

§1º As listas a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser divididas por especialidade médica.

§2º As filas de espera para realização de cirurgias eletivas serão submetidas a processos de regulação do acesso instituídos pelos gestores competentes do SUS.

EMENDA Nº – CAS

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015:

"Art.3º.....

Parágrafo único. Poderão ser efetuadas modificações na lista referida no *caput* com base em critério médico devidamente fundamentado e registrado."

Portanto, o nosso voto é pela aprovação. E eu quero louvar aqui a sensibilidade e também o espírito público do Senador Reguffe, que, pensando que todos devem ter direitos iguais, apresenta um projeto dessa natureza.

O voto é pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Otto Alencar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O projeto é belíssimo.

Está em discussão.

Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para discutir.) – Srª Presidente, eu imagino a boa intenção do Senador Reguffe, sei dela e do excelente relatório do Senador Otto; mas, exatamente pensando na igualdade – e, como médico, eu bem sei disso, Otto –, a gente resolve uma questão, mas cria outro problema. Eu não iria querer, como paciente, meu nome exposto na internet para ser submetido a uma cirurgia. Eu acho que é preciso tomar muito cuidado com isso.

Então, eu vou pedir vista, Srª Presidente, até para discutir um pouco esse assunto com o Relator e quem sabe com o autor, para dar alguma sugestão para melhorar o projeto, porque eu acho que a transparência é necessária...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Posso dar uma sugestão? Eu não tinha pensando nisso que V. Exª está levantando, mas, se o paciente assim o desejar, poderia conter só as iniciais. Seria uma possibilidade.

Eu entendo e acho que V. Exª tem razão. Eu não tinha pensado nisso. Pode ser que alguém não queira ter seu nome exposto numa cirurgia, mas, se fosse pedido, ele...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Exatamente por isto estamos pedindo vista: para discutir, para melhorar, entendeu? Porque expor totalmente... Por exemplo, uma mulher vai fazer uma cirurgia de ovário... Isso não é legal.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Olha, o diagnóstico não vai estar na lista, não. Vai estar o nome...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Expõe demais as pessoas...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... mas não vai estar o diagnóstico.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Agora, que é necessário realmente ordenar e tornar a fila mais transparente, isso pode ser feito no âmbito interno da unidade hospitalar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas isso não funciona.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Ou, então, como a senhora bem disse aí, bem sugeriu, sem que seja exposto completamente o nome da pessoa, a identidade da pessoa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Otto com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou só...
Senador Eduardo Amorim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se for aprovada a vista, queria a vista coletiva, para votar na próxima semana.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Eduardo Amorim, primeiro eu queria dizer que coloquei uma emenda ao art. 3º: poderão ser efetuadas modificações na lista referida no *caput*, com base no critério médico devidamente fundamentado e registrado. Porque, às vezes, está na lista, e um paciente com necessidade de uma cirurgia eletiva está para fazer uma hérnia; e, um belo dia, a hérnia fica encarcerada, é urgência. Então, o médico vai ter o direito de fazer isso.

Outra coisa, as listas hoje, nos hospitais públicos pelo menos da Bahia, são públicas. Sabe por quê? Porque o Ministério Público fiscaliza isso permanentemente.

Então, há, por exemplo, um hospital na Bahia, um hospital público, cujo diretor é uma pessoa ligada a mim, e ele já responde a processo através do Ministério Público. O Ministério Público tem acesso à lista com os nomes; não tem ao diagnóstico. Por exemplo, V. Exª falou a respeito de uma paciente com cisto de ovário. Está o nome na lista, mas não está o diagnóstico do lado. E o Ministério Público já tem acesso a todos os nomes que estão na lista de espera para a cirurgia eletiva. É uma coisa pública; é uma coisa de domínio público. Pelo menos no meu Estado é assim.

E outra coisa: o hospital lá na Bahia é obrigado a colocar esses nomes com transparência, à vontade do Ministério Público.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, eu não estou entendendo, então. Se não aparece o nome da cirurgia, como é que eu, paciente, vou saber se fui trocado por alguma coisa?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, mas, se há o nome na lista de espera... Mas o médico, o serviço médico e o serviço social sabem qual é o problema do paciente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas o problema não é para o serviço médico esse projeto; é para o paciente, que está ali acompanhando e olhando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele está acompanhando a lista de espera, pois é.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, o Ministério Público hoje, pelo menos no meu Estado – não sei nos outros Estados –, já tem acesso completo a essa lista de espera.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Por tipo de cirurgia?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Esse hospital de que estou falando – não sei nos outros Estados... Senadora Marta, não sei nos outros Estados. No meu Estado, esse hospital, por exemplo, é um hospital de cirurgia ortopédica, como há outros hospitais lá de cirurgia de ginecologia e obstetrícia. É por especialidade. O Hospital Ana Nery, na Bahia, é de cirurgia cardíaca; o Hospital Manoel Victorino é ortopedia; então, já sabe que é um hospital específico...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas há hospital que não é específico.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não. Aí é hospital de urgência, não é eletivo. O pronto-socorro entra por urgência. Eu estou falando...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas esse projeto é só para eletiva?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Só para cirurgia eletiva; está muito claro aqui. É só para cirurgia eletiva.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Srª Presidente, só para complementar.

Exatamente com esse objetivo, Senador Otto, até para ajudar o Ministério Público, porque nem todas as instituições são tão perfeitas assim, para melhorar o projeto e para regulamentar para o País inteiro. Por exemplo, na Bahia já se age assim; o Ministério Público, como você disse, impôs isso. Tudo bem. Mas até para ajudar.

Eu, honestamente, não acho justo que a pessoa seja exposta completamente, escancaradamente, com tipo de procedimento. Agora, existem maneiras; existem códigos; de forma que você tenha acesso à lista sem expor tanto as pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, concedida vista ao Senador Amorim...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Então, por isso, eu peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista coletiva?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Mas o objetivo é para ajudar Ministério Público, para ajudar o Relator, ajudar todo mundo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Deixe-me explicar, Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista coletiva.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Deixe-me explicar ao Senador Eduardo Amorim: a lista é interna, dentro do hospital. Ou seja, ela não é uma lista que sai para o Google, para ficar exposta; é dentro do hospital. O Ministério Público fiscaliza essa lista dentro do hospital; ou seja, é privativa, dentro do hospital. E é dentro do hospital que você tira, por indicação política, do último lugar e bota no primeiro lugar. Esse que é o problema. Então, o espírito do projeto é exatamente esse. É de domínio hospitalar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista coletiva.

Item 5.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Não; é o item 6, Senadora Marta...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O quórum, Vanessa...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já há quórum.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT).

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 16.08.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra a Senadora Ana Amélia para suas considerações acerca do relatório, lido anteriormente, se julgar necessário.

O quórum está fugindo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu peço, Senador Sandoval...

Para o voto, o Sandoval... Precisamos do voto dele.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Onde? Em outra comissão?

Mas já foi lido, Senadora...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, faça um resumo do projeto, que já foi lido... Explique o projeto em poucas palavras, Senadora...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – É um projeto da maior relevância, que nasceu por iniciativa do Senador Paim, oportuno, logo depois do que ocorreu na Boate Kiss, em Santa Maria. Viu-se que não havia um cadastro de agentes para combater toxicologicamente as vítimas de intoxicação. O Brasil não tem uma coisa relevante para tudo, qualquer tipo de intoxicação, seja de uma picada de cobra, seja de um gás que tenha asfixiado uma pessoa e que combate exatamente isso, esse cadastro nacional, que ajuda o Brasil inteiro. Então, simplesmente isso.

E a gente fez um substitutivo ao projeto do Senador Paim, alterando a lei que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização, o funcionamento do serviço correspondente e dá outras providências para instituir o sistema de informação e assistência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toxicológica e de logística de antídotos no âmbito do Sistema Único de Saúde. Simples assim. Eu acho relevante. Queria, de novo, cumprimentar o Senador Paulo Paim.

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º.....

XII – a formulação e execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.

.....
§4º Entende-se por assistência toxicológica como um conjunto de ações e serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento das intoxicações agudas e crônicas decorrentes da exposição a substâncias químicas, medicamentos, toxinas de animais peçonhentos e plantas tóxicas." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mais claro impossível.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Alguém mais quer discutir o assunto? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Elogios ao substitutivo da Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Solicito à Secretaria da Comissão que prepare a votação do projeto, votação nominal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, enquanto V. Exª prepara a votação, na sequência, conforme V. Exª já tinha anunciado, para votarmos o item 6. Também é um projeto terminativo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Já é o seguinte, Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exato. É só para explicar para a gente ganhar tempo, para depois votarmos imediatamente.

É um projeto de autoria do Senador Walter Pinheiro, portanto, um projeto bastante antigo, tramita já há bastante tempo, e que regulamenta a profissão dos despachantes documentaristas. Então, eu peço o apoio dos pares para que possamos votar em seguida o item 6 da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Iniciada a votação.

Os Senadores e as Senadoras podem votar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem vota com a Relatora vota "sim".

(Procede-se à votação.) (Pausa.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lídice já votou? *(Pausa.)*

Lídice e Randolfe, posso encerrar a votação? Quem falta? *(Pausa.)*

Todos votaram? Não, falta um. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira votar... *(Pausa.)*

Pronto? Votou.

Encerro a votação.

Aprovada em turno único a Emenda nº 1 da CAS, substitutiva, Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2014.

Encerrada a votação, a matéria vai ao turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Há quórum ainda? Vamos para o quinto?

Então, entrementes, eu vou ler um comunicado. Entrementes, eu te espero.

Srs. Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Assuntos Sociais, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunico a abertura de prazo...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2018, PLN nº 20, conforme calendário abaixo.

Então, nós estamos abrindo as emendas para a Lei Orçamentária hoje, quarta-feira, dia 4. Vamos encerrar essas emendas dia 16, que é uma segunda-feira, em que serão recebidas as emendas até as 12h. A deliberação das emendas da CAS – não haverá prorrogação do encerramento – será feita no dia 18 de outubro, às 9h da manhã, quarta-feira. É muito importante que os Senadores façam essas emendas do orçamento, que são emendas da Comissão de Assuntos Sociais, que aí nós vamos deliberar a partir do que recebermos, o que interessa para a Comissão.

Esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas (<http://cn/emendas>) e a via impressa, assinada pelo Senador membro desta Comissão, entregue perante a Secretaria desta Comissão de Assuntos Sociais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator das emendas da CAS é o Senador Dalirio Beber.

É isso.

Temos um requerimento.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 132, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema “Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados”, a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Marie Garrigue-Abgrall – Doutora em Filosofia, professora titular na Universidade de Paris; Educadora em Pediatria na Primeira Infância e psiquiatria infantil, atualmente no Hay les Roses Département Général du Val-de-Marne;
- Alexandra Déprez – Doutora em Psicologia Clínica, com Especialização em Psicopatologia Perinatal pela Universidade de Paris VII, Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente; formadora certificada ADBB (Alarme Détresse Bébé);
- Jairo Werner Júnior – Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense;
- Maria da Penha Oliveira – Psicóloga, psicodramatista clínica e organizacional, psicoterapeuta da criança, adolescente e adulto.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Concedo a palavra à autora.

É muito importante que a gente colabore com essa Semana de Valorização da Primeira Infância, e esse tema é um tema pertinente à nossa Comissão.

A matéria volta à pauta para votação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento do Senador Caiado, que eu subscreitei para poder ler.

ITEM 15**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 133, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater a situação dos Hospitais Públicos Federais no Estado do Rio de Janeiro, com a presença dos seguintes convidados:

- 1. Representante do corpo clínico do Hospital Federal de Bonsucesso;*
- 2. Representante do corpo clínico do Hospital Federal Cardoso Fontes;*
- 3. Representante do corpo clínico do Hospital Federal do Andaraí;*
- 4. Presidente do CREMERJ;*
- 5. Presidente da FENAM;*
- 6. Representante do Ministério da Saúde;*
- 7. Dr. Daniel Macedo, Defensor Público da União.*

Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação na próxima reunião.

Requerimento da Senadora Lídice.

ITEM 13**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 131, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas Audiências Públicas no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com a finalidade de debater a Avaliação da política pública Programa Mais Médicos, abordando os temas abaixo, com os seguintes convidados:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

DIA 24/10/2017:

- *Financiamento e gastos do Programa; Antônio Carlos de Oliveira Junior – Fundo Nacional de Saúde/MS;*
- *Perspectivas do Programa; Deputado Jorge Solla;*
- *Cooperação Brasil-OPAS; Renato Tasca;*
- *Avaliação dos gestores; Representante do CONASS - Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e outro Representante do CONASEMS - Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde.*

DIA 26/10/2017:

- *Distribuição dos médicos e impacto sobre os recursos humanos municipais; Felipe Proença - UFPB;*
- *Impactos na formação médica, na atenção básica em saúde e na rede assistencial do SUS; Vinícius Ximenes;*
- *Avaliação/percepção dos usuários e profissionais; Membro do Conselho Nacional de Saúde - Ronald Ferreira;*
- *Plano de Carreira dos Médicos; um representante da AMB - Associação dos Médicos do Brasil e um representante do CFM - Conselho Federal de Medicina.*

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Já foi lido, agora será votado na próxima...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*)
– Presidente, vota logo, agora?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, sempre se lê numa reunião e se vota na outra; isto é uma praxe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, o item 12 é de relatoria do Senador Eduardo Amorim e de minha autoria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Eu queria ler rapidinho, Sr^a Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Se pudesse ser feita só a leitura, para nós apreciarmos na próxima.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Então...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um momentinho, porque eu tenho que anunciar.

Senador Amorim, por favor. Nós temos um pedido do Senador Petecão para que esse projeto vá para a Comissão de Assuntos Econômicos. Nós não temos quórum aqui. Então, eu proponho a V. Ex^a: podemos ler...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Vamos ler.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... e esperar haver um voto terminativo em algum momento, ou posso enviar à Mesa para ele ir para a CAE e depois ele volta para cá. Porque ele vai ter que ir para a CAE de qualquer jeito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu acho que poderíamos ler, Presidente; apreciar aqui e depois mandar para a CAE.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E depois mandar para a CAE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Isso, Presidente. Isso.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem. O Plenário está de acordo?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, eu estou de acordo, mas o critério aqui sempre foi o seguinte: se o projeto já está sendo deliberado e ele é terminativo, ele só vai para outra comissão se houver uma votação aqui, do Plenário...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Do pedido do Senador Petecão para ir.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por isso é que eu estou dizendo. Mas hoje, aqui, nós não temos. Eu, por exemplo, se tiver que votar, vou ouvir o relator, porque eu acho que... Tramitou, e na hora de votar o terminativo você decide passar por outra comissão?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acho estranho também.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que o critério...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, houve uma orientação aqui que não foi correta. V. Exª está certo. Mas aí nós temos que deliberar se vai para a CAE ou não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, vamos ter que deliberar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Não, não vamos liberar; não vai para a CAE.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E, se deliberamos que não vai, nós fazemos aqui.

Os Senadores que querem enviar primeiro para a CAE para depois voltar para cá se manifestem.
(Pausa.)

Ninguém se manifestou. Então, nós vamos fazer terminativo aqui.

Com a palavra...

Espere um minuto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Serei sucinto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere um minuto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Antes de mais nada, quero cumprimentar o autor, o Senador Randolfe, pela excelente ideia.

Na verdade, já existe uma portaria que regulamenta essa ideia. Mas a grande virtude do projeto, Srª Presidente... O projeto dispõe sobre condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir ajuda de custo ao usuário do SUS que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside. Ou seja, o projeto regulamenta o TFD (Tratamento Fora de Domicílio). Ele impõe a ajuda de custo para tratar, como, por exemplo, transporte aéreo, terrestre e fluvial; diárias para alimentação; e diárias para o pernoite. Mas, como já disse, existe uma portaria que regulamenta essa ajuda, mas ela é muito frágil do ponto de vista orçamentário.

A grande ideia e a grande virtude é que, como eu disse, existe a Portaria 55, de 24 de fevereiro de 1999, do Ministério da Saúde, que institui ajuda de custo para os pacientes que precisarem se deslocar para obter tratamento – chamado Tratamento Fora de Domicílio (TFD) –, mas alerta que esse benefício é muito contingenciado, não sofre reajuste desde sua criação e pode ser extinto a qualquer momento. Então, ele é muito frágil, a depender da vontade governamental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui Secretário de Saúde no meu Estado de 2003 ao final de 2004, e lá nós instituímos essa ideia. Só que, Senador Randolfe, o valor que nós instituímos, R\$25, persiste até hoje, Senador Moka. Ou seja, mais de uma década depois, é o mesmo valor. É praticamente insignificante; não paga um sanduíche.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu tenho uma pergunta para o senhor.

Eu visitei alguns hospitais – Jaú, Barretos, grandes hospitais – e vi... E também outros hospitais menores no interior de São Paulo, que deve ser uma realidade certamente diferente. Mas vários desses hospitais têm isso muito bem organizado para pacientes que vão para tratamento de câncer. E aí teria de incluir nesse projeto, eu não sei como seria feito isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Não, Srª Presidente, não há necessidade disso, porque esses hospitais... Há instituições paralelas que abrigam esses pacientes. Mas aí é uma questão de solidariedade.

A virtude do projeto é que ele obriga orçamentariamente, e não à benesse do gestor, incluir realmente no orçamento uma previsão orçamentária exatamente para esse tipo de custo. E hoje a gente sabe que com contingenciamento, com corte, isso vai muito da vontade da humanidade, da responsabilidade do gestor ou não.

Então, o projeto organiza isso, obriga realmente a que haja, entre os gestores, um entendimento de forma tripartite – Município, Estado e União –, portanto, havendo uma obrigação, independentemente da questão solidária ou não dessas instituições.

Então, é sobretudo nessa virtude que eu vejo aí o grande mérito desse projeto, Srª Presidente.

Ele dispõe apenas de dois artigos, é muito simples, e ele mexe, sobretudo, no art. 19, da Lei 8.080, regulamentando e impondo realmente aos gestores que prevejam, que coloquem, orçamentariamente, dentro da obrigação, essa ajuda de custo, Srª Presidente.

Resumidamente, é isso. Ou seja, não é apenas uma portaria, mas não é apenas algo infralegal. É mais do que isso. Passaria, realmente, a haver uma obrigatoriedade orçamentária nos três âmbitos: União, Estado e Município.

Portanto, parablenzo o Senador Randolfe pelo projeto. Digo isso, porque eu, enquanto secretário de saúde, vivi isso. É de extrema importância.

O valor no meu Estado é o mesmo, há mais de uma década – 13 anos –, portanto, mostrando aí a fragilidade da portaria, mostrando aí que vai muito da benesse, da vontade do gestor de plantão.

Então, realmente o projeto corrige tudo isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aberta a discussão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

Tem preferência o autor do projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Não. Em absoluto, Senadora Ana Amélia. Depois de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu, como tenho uma atenção muito grande ao municipalismo, e hoje, na área da saúde, a legislação em vigor determina que os Municípios apliquem, da sua Receita Corrente Líquida, 15% da receita em saúde. Os Estados devem aplicar o percentual de 12% da Receita Corrente Líquida, e a União não está obrigada a nenhum compromisso de aplicar percentual sobre a sua receita em saúde. Foi a famosa emenda do Tião Viana, lá em legislaturas passadas. Até hoje é assim.

O que é que acontece, Senadora? E a senhora foi prefeita... Os Estados não cumprem os 12%. São Paulo e outros Estados, mesmo o Rio Grande do Sul, colocavam, como se fosse tratamento de saúde, saneamento. Saneamento não é saúde. Ele pode ser prevenção, porque você, saneando, tem lá uma saúde melhor. Mas não é saúde, não é atendimento, não é hospitalização, não é medicamento, não é médico, não é atendimento de saúde.

Os Municípios, que são pressionados... Porque as pessoas moram na cidade, sabem onde é que o prefeito mora, onde moram os vereadores, e vão lá, em cima do prefeito.

O que é que acontece? A média, hoje, dos Municípios aplicando em saúde é de não 15%, como a lei determina. Por causa dessa pressão e da ausência do Estado e da União, eles aplicam, na média, mais de 20% da sua Receita Corrente Líquida. De onde eles têm que tirar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Isso, quando não há judicialização, porque aí fecha o Município.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, a minha questão, nesse caso, de uma lei, é absolutamente correta.

Também tratei, com o Senador Moka, da questão da defasagem nessas tabelas do SUS, que está levando à falência muitos hospitais filantrópicos e comunitários – as santas-casas. Agora nós aprovamos uma lei criando acesso a financiamento, que o Serra fez, graças à mobilização que fizemos.

Então, nós estamos hoje diante de uma situação... Os exames de análise clínica... Hemograma, R\$4,50 um hemograma! Não paga sequer os reagentes usados para fazer um hemograma. Então, essa defasagem de tudo o que está constando aqui, ao não existir, não se cumprir essa assistência e essa proteção de acolhimento ao paciente que tem que sair lá de Boa Vista, lá de Macapá, para vir a Brasília,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, vir ao Sarah, que tem um outro regime, ou a um outro hospital... De fato, isso precisa ser regulamentado.

O que eu pergunto, mesmo aqui no projeto: se ele tem o equilíbrio de que seja compartilhado o orçamento entre a União, os Estados e Municípios, como é que vai ser essa operacionalização, porque... E se o Município fizer a sua parte, e o Estado não fizer, e a União não fizer? Ou só o Estado fizer? O que é que vai acontecer? Quem vai...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É isso que eu quero, que o...

Quem vai ter responsabilidade perante o Ministério Público, porque essa é uma demanda social. As pessoas vão e estão... E eu sou de um Estado litigante. O gaúcho é litigante. Ele quer o seu direito respeitado. É o Estado onde há o maior índice de judicialização, como lembrou a Senadora Marta.

Então, eu queria tirar essa dúvida: na execução da lei, se um dos entes federativos não cumprir, na parte orçamentária, quem vai assumir a responsabilidade?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Respondo.

Exatamente, Senadora Ana Amélia. O projeto protege, mais do que tudo, os Municípios, porque ele regulamenta e ele impõe que a União e os Estados realmente participem desse custo, desse gasto, sendo que hoje não participam praticamente.

Então, o TFD, como a senhora disse, é bancado muitas vezes pela prefeitura, é bancado um pouco pelo Estado, mas o projeto impõe, e isso é discutido na tripartite, um momento em que os três entes se encontram e discutem: "A minha parte é essa, a sua é essa e aquela." Se você não cumprir, você vai se entender com o agente fiscalizador nesse caso.

Então, o projeto vem exatamente para regulamentar. Como eu disse, uma portaria tem a fragilidade de não obrigar, de deixar que algo seja voluntarioso, de acordo com a consciência do gestor, com a aprovação da benesse...

O projeto realmente tem a virtude de corrigir tudo isso e de colocar, orçamentariamente, a imposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra, o autor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, primeiro, eu queria agradecer a V. Ex^a o ter designado um relator que conhece do tema, que é o Senador Eduardo Amorim, como muito bem ele destacou. Já foi secretário de saúde de Sergipe e já teve experiência em implementar, lá, o tratamento fora do domicílio. E destaca, inclusive, que o valor, lá, até hoje não foi corrigido.

Temos dois competentes médicos aqui, tanto o Senador Eduardo Amorim quanto o Senador Moka, que, pela experiência médica, teriam toda a autoridade para relatar essa matéria.

Então, eu quero agradecer o relatório do Senador Amorim e destacar a importância desse projeto, o que a Senadora Ana Amélia aqui também já ressaltou.

Presidente e colegas Senadores, em alguns locais do País, e eu diria que é em 70 ou 80% do País... Nós temos, na verdade, dois grandes centros médicos no País: São Paulo e Rio de Janeiro. Boa parte do País, eu acho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Porto Alegre também... Eu incluiria aí Belo Horizonte...

Mas, em boa parte do País, Senadora Ana Amélia, acho que eu diria 70% do País, é para ser uma necessidade o tratamento fora do domicílio. É a diferença entre a vida e a morte. Não à toa é muito comum uma piada que diz o seguinte: "O melhor tratamento médico, em alguns casos, é no aeroporto, com alguma das companhias aéreas deslocando para um centro médico mais especializado." Então, nós temos, na verdade, a concentração de alguns poucos centros médicos, e não é pela competência dos médicos. É pelos recursos que lá existem. É pela estrutura do próprio Sistema Único de Saúde.

Então, o tratamento fora do domicílio, no meu Estado... Para a senhora ter ideia, Senadora Ana Amélia, no meu Estado, do Amapá, são mais de 10 mil pessoas que dependem do tratamento fora do domicílio. Estou falando da realidade do Amapá. Se nós colocarmos em consideração Roraima, o Acre, Rondônia, Tocantins. Boa parte... Repito: em 70% do País, há essa necessidade.

No meu Estado, para se ter uma ideia, recentemente foi necessário ser acionado o Ministério Público Federal e o Estadual para acionar a Justiça para regularizar a emissão de passagens, porque o Governo do Estado emitiu esse simples comunicado na Secretaria de Saúde: "Em razão do esgotamento do saldo orçamentário, reservado ao contrato administrativo, a agência de viagens, no caso, permanecerá fechada até que a Secretaria de Estado de Saúde solucione a questão". Esse é o comunicado, na verdade, da agência de viagens aos usuários do tratamento fora do domicílio no meu Estado. Então, essa é a situação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma portaria do SUS que institui o tratamento fora do domicílio, mas é uma portaria frágil, que, reiterada vezes, é descumprida. E, muitas vezes, como a Senadora Ana Amélia muito bem destacou, há dificuldades orçamentárias e financeiras do Município para executar, para dar cabo. Muitas vezes, é necessário judicializar junto ao Ministério Público.

Portanto, foi isso que demandou a necessidade da apresentação de uma iniciativa legislativa, de o Congresso legislar sobre esse tema, para que nós possamos ter isso, que, no meu entender, consolida o que está na Constituição, que diz que saúde em nosso País é direito de todos e dever do Estado. E, em boa parte do Brasil, o direito de todos necessita passar pela passagem para o deslocamento para o centro onde há o tratamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só para concluir, Senadora Marta, nós tivemos também o processo da "ambulancioterapia", em que os pequenos Municípios traziam para os centros médicos importantes, como Porto Alegre, no caso do Rio Grande do Sul. E, em outros Estados, a mesma coisa. Então, a grande coisa que um prefeito de uma cidade pequena ou média queria era comprar ambulância. Esse era o sonho de consumo, porque aí trazia o outro... Agora é a "aeroterapia".

Eu queria até, Senador, ajudá-lo a formar, lá em Macapá, um centro de excelência, de alta e média complexidade, da mais alta complexidade, porque eu acho que uma viagem dessas para um lugar que a pessoa não conhece prejudica o tratamento da pessoa. Então, o ideal seria que a estrutura médico-hospitalar da capital...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Eu concordo com V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... do Amapá tivesse... Enquanto não houver isso, vamos ter que apelar para essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Eu concordo com V. Exª.

O ideal seria, na verdade, que nós tivéssemos o Brasil todo com centros com condição de tratamento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Há o Hospital de Câncer de Barretos, que está fazendo sete unidades no Brasil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Uma em Macapá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... exatamente por causa disso. Quando o paciente chega, muitas vezes já está em estado de metástase...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Saturado. A própria cidade não tem mais nem gente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – E no próprio hospital também está sendo construído um hotel para abrigar realmente aquelas pessoas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – E 60% dos casos são em decorrência do câncer.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, é só uma sugestão.

Nós vamos discutir agora as emendas de comissão ao Orçamento da União. Eu acho que uma das emendas aqui da Comissão poderia ser... Porque tudo é uma questão orçamentária. Eu fico imaginando o Ministro da Saúde, que tem uma demanda... O ideal...

Por exemplo, nós estamos com uma subcomissão, Senador Randolfe, que é sobre doenças raras. E qual é o grande problema? É exatamente a hora em que você precisa do remédio, ele já está incorporado ao SUS... Claro que há problemas de doenças em que você não conseguiu nem a importação, mas, naqueles casos em que já importou, a Anvisa já regulamentou e ele está sendo comercializado, mas é de alto custo, eles conseguiram colocar no SUS. Quando chega ao SUS, por falta de recurso, suspende-se o tratamento, fica uma, duas semanas sem receber orçamento. E aí não há o dinheiro.

Então, a minha ideia, Senadora, é a gente contribuir. Há o orçamento do Ministério da Saúde. Além desse orçamento, vamos colocar, à parte, recursos para, por exemplo, doenças raras e o auxílio quando necessário para as pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Uma boa ideia. Uma ótima ideia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Aí você cria e oferece uma alternativa para o Ministério da Saúde, você coloca... Vamos dizer que é claro que vai ter que tirar, porque você tem... Mas eu acho que justifica isso. Muitas vezes, você fica colocando no orçamento coisas que não são tão necessárias como essa questão de saúde. Tudo é uma questão de prioridade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Seria ótimo...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu, por exemplo, colocaria mais recursos para a saúde. Por quê? Porque é uma questão de prioridade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o Senador Dalirio Beber, mas nós podíamos combinar que vários Senadores assinassem essa emenda, colocando um recurso fora, à parte, a mais, seria um *plus* específico, um recurso para as chamadas doenças raras e também para alimentar esses recursos quando os Estados precisarem auxiliar nas viagens. Eu acho que... É só uma sugestão, porque nós vamos acabar deliberando.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É excelente. Eu acredito que V. Exª possa enviar já a emenda, porque é emenda, e aqui vários poderemos subscrevê-la.

Em virtude da falta agora do quórum para deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria que estava em discussão.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia onze de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Aírton Sandoval, Valdir Raupp, Edison Lobão, Ângela Portela, Paulo Rocha, Regina Sousa, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Davi Alcolumbre, Ana Amélia, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Armando Monteiro e Ataídes Oliveira. Registra presença o Deputado Federal Augusto Coutinho, autor do Item 2, Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2017. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência relembra aos Senhores Senadores da Comissão de Assuntos Sociais que o término do prazo para apresentação de Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLOA 2018, será no dia 16/10/2017, segunda-feira, às 12 horas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, com a supressão do art. 2º, Parágrafo Único; do art. 20 §§ 2º e 4º, e § 3º, II; do art. 29, §5º; do art. 31, §§ 1º e 2º; do art. 33, §1º, VI, e §2º, I; do art. 42, §5º; e do art. 49, §2º; com o acolhimento das emendas nºs 1 e 3, pela rejeição das emendas nºs 2 e 4, e pela adequação redacional do art. 20 §§ 3º e 5º; do art. 25 § 4º; do art. 65, Parágrafo único e art. 74. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao SCD 06/2016 nos termos do Relatório do Senador Vicentinho Alves. Aprovada a Emenda nº 3-CAS. Prejudicada a Emenda nº 1 do Senador Waldemir Moka, tendo sido seu conteúdo acolhido pelo Relator em seu Relatório. Rejeitadas as Emendas nºs 2 e 4. Retirada pela autora, Senadora Marta Suplicy, a Emenda nº 5. Retirado pela autora, Senadora Ana Amélia, o Requerimento nº 134, de 2017-CAS, de destaque para rejeição de dispositivo. Rejeitado o Requerimento nº 135, de 2017-CAS, do Senador Randolfe Rodrigues, de destaque para rejeição de dispositivo. Aprovada minuta de Requerimento de urgência a ser apresentada perante o Plenário do Senado Federal. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2017 - Não Terminativo** - que:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)." **Autoria:** Deputado Augusto Coutinho. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 4 (quatro) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CAS a 4-CAS. Aprovada minuta de Requerimento de urgência a ser apresentada perante o Plenário do Senado Federal. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 - Não Terminativo** - que: "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acrescenta o art. 40-B na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva, pela Previdência Social, contra quem, pela prática de ato ilícito, der causa ao pagamento de benefício previdenciário ou assistencial." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. Aprovada minuta de Requerimento de urgência a ser apresentada perante o Plenário do Senado Federal. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. **ITEM 5 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT)." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Turno Suplementar. **Resultado:** Encerrada a discussão em turno suplementar, foi adotada definitivamente, sem votação, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) aprovada ao Projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em turno único, a Emenda nº 7-CAS (Substitutivo) ao Projeto. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do artigo 282 combinado com o artigo 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo** - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 3-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz no período anterior a 16 de dezembro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir ajuda de custo ao usuário do SUS que necessita realizar tratamento de saúde fora do município onde reside." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 131 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas Audiências Públicas no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com a finalidade de debater a Avaliação da política pública Programa Mais Médicos, abordando os temas abaixo, com os seguintes convidados: DIA 24/10/2017: Financiamento e gastos do Programa - Antônio Carlos de Oliveira Junior - Fundo Nacional de Saúde/MS; Perspectivas do Programa - Deputado Jorge Solla; Cooperação Brasil-OPAS - Renato Tasca; Avaliação dos gestores - Representante do CONASS - Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e outro Representante do CONASEMS - Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde. DIA 26/10/2017: Distribuição dos médicos e impacto sobre os recursos humanos municipais - Felipe Proença - UFPB; Impactos na formação médica, na atenção básica em saúde e na rede assistencial do SUS - Vinícius Ximenes; Avaliação/percepção dos usuários e profissionais - Membro do Conselho Nacional de Saúde - Ronald Ferreira; Plano de Carreira dos Médicos - um representante da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

AMB-Associação dos Médicos do Brasil e um representante do CFM-Conselho Federal de Medicina."

Autoria: Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 132 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados", a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Marie Garrigue-Abgrall – Doutora em Filosofia, professora titular na Universidade de Paris; Educadora em Pediatria na Primeira Infância e psiquiatria infantil, atualmente no Hay les Roses Département Général du Val-de-Marne; Alexandra Déprez – Doutora em Psicologia Clínica, com Especialização em Psicopatologia Perinatal pela Universidade de Paris VII, Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente, formadora certificada ADBB (Alarme Détresse Bébé); Jairo Werner Júnior – Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense; Maria da Penha Oliveira – Psicóloga, psicodramatista clínica e organizacional, psicoterapeuta da criança, adolescente e adulto." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 133 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater a situação dos Hospitais Públicos Federais no Estado do Rio de Janeiro, com a presença dos seguintes convidados: Representante do corpo clínico do Hospital Federal de Bonsucesso; Representante do corpo clínico do Hospital Federal Cardoso Fontes; Representante do corpo clínico do Hospital Federal do Andaraí; Presidente do CREMERJ; Presidente da FENAM; Representante do Ministério da Saúde; Dr. Daniel Macedo, Defensor Público da União." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado e Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Vicentinho Alves, Ana Amélia, Randolfe Rodrigues, Waldemir Moka, Armando Monteiro, Eduardo Amorim, Valdir Raupp, Dalirio Beber, Elmano Férrer, Ângela Portela, Lídice da Mata, Airtton Sandoval, José Pimentel, o Deputado Federal Augusto Coutinho e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/11>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Relembro os Srs. Senadores membros da Comissão de Assuntos Sociais que o término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), de 2018, será no dia 16, segunda-feira, às 12h.

Já recebemos mais de cento e poucas emendas, mas vale a pena lembrar a todos que é extremamente importante nós termos uma boa presença do pensamento da nossa Comissão.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos, de nove itens terminativos e à deliberação de requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Nós precisamos de mais uma presença. Enquanto isso, eu vou ler o Substitutivo da Câmara nº 6 ao Projeto de Lei do Senado.

ITEM 1**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2016****- Não terminativo -**

Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vicentinho Alves



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, com a supressão do art. 2º, Parágrafo Único; do art. 20 §§ 2º e 4º, e § 3º, II; do art. 29, §5º; do art. 31, §§ 1º e 2º; do art. 33, §1º, VI, e §2º, I; do art. 42, §5º; e do art. 49, §2º; com o acolhimento das emendas nºs 1 e 3, pela rejeição das emendas nºs 2 e 4, e pela adequação redacional do art. 20 §§ 3º e 5º; do art. 25 § 4º; do art. 65, Parágrafo único e art. 74.

Observações:

- Em 13.09.2017, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução da matéria em atendimento ao Requerimento CAS nº 125, de 2017.

- Em 28.09.2017, o Senador Waldemir Moka apresentou 1 (uma) Emenda.

- Em 04.10.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Randolfe Rodrigues apresenta, durante a discussão, 1 (uma) Emenda. A Presidência concede Vista Coletiva à matéria nos termos regimentais.

- Em 10.10.2017, no transcurso do Pedido de Vista, o Senador Hélio José apresentou 2 (duas) Emendas.

- Em 10.10.2017, o Senador Vicentinho Alves apresentou novo Relatório.

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Eu li isso novamente, Senador Vicentinho, para que V. Exª não precise repetir.

Em 10 de outubro, a Senadora Marta Suplicy apresentou uma emenda.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves para proferir a leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

Ela está em discussão, Senador.

Como há várias emendas novas...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Como Relator.) – Presidente, Senadores e Senadoras, todos os colegas Senadores já têm em mãos o nosso relatório, inclusive, agora com essas manifestações.

Nós estamos acatando a Emenda nº 1, do Senador Waldemir Moka, sobre as cooperativas.

A Emenda nº 2, do Senador Randolfe, que é a supressão do art. 20, §§3º a 5º, nós a rejeitamos.

A Emenda de Hélio José, de redação, aumentando o prazo para cinco anos, nós a acolhemos. Inclusive, essa aqui também é sugestão do... Não é uma emenda, mas foi sugestão no entendimento com o Senador Randolfe. Ele tinha dois pontos e atendemos em um.

A Emenda nº 4, do Senador Hélio José, que estabelece limite temporal para eficácia do estatuto, nós estamos rejeitando.

A Emenda de V. Exª – ali os sindicalistas Chico Vigilante e o Presidente Boaventura – ficou a critério de V. Exª ver se retira a emenda, se...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu tenho dúvidas. Então, eu gostaria de explicar a emenda e que o Plenário decida.

A emenda foi um pedido vindo do Secovi. É um pedido em que sentido? No projeto de V. Exª, o vigilante é uma coisa e o porteiro é outra. Não, desculpa, é o contrário. O vigilante e o porteiro terão os mesmos benefícios. Então, o que eu estou fazendo? Separando que porteiro é uma coisa, na atividade de porteiro geralmente nem pode andar armado, mas é um porteiro, está num edifício. Ele é um porteiro que não está armado nem para fazer a proteção. Ele é quase que um para-choque para proteger o prédio sem estar como vigilante. E vigilante é uma pessoa que geralmente anda armada e tem outra função.

Então, eu acho que não deveríamos colocar que todo porteiro é vigilante porque acarretaria... Isso não foi explicado, mas eu cheguei à conclusão de que nós obrigaríamos todo porteiro a ser vigilante, a ter um curso de formação, o que é bom também, mas, em termos de salário, ele também teria um aumento junto com essa obrigação.

Então, eu quero colocar essa emenda para V. Exª ou colocamos aqui para o Plenário, porque eu fiquei um pouco na dúvida do...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – No relatório, Presidente, demais Senadores e Senadoras, porteiro e vigilante estão colocados para o crivo da Polícia Federal. Então, dessa maneira, atendendo a V. Exª, segundo os sindicalistas que conversaram com a senhora, prejudica e muito o relatório e o projeto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sugestão que eu gostaria de dar a V. Ex^a? Como há um quórum, as emendas que vierem a surgir daqui para frente que sejam de Plenário para que saiam daqui do Plenário...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aliás, ela vai para a Comissão de Justiça, lá pode ser discutida. Então, retiro aqui e faço na Comissão de Justiça. Pode ser?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pode ser.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para a gente acabar aqui a confusão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu pretendo, pelo fato de todas as partes... Muito embora os interesses sejam enormes de todas as partes, eles me pedem muito a agilidade para um requerimento de urgência para o Plenário. Então, poderia sair daqui, e as emendas serem discutidas e votadas já em plenário com todos os Senadores.

Eu sugeriria isto a V. Ex^a: um requerimento de urgência para o plenário e lá as emendas que houver daqui para frente, que venham a ocorrer...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com destaque, não é? Destacadas em plenário.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Com os destaques em plenário.

Em plenário, com todos os Senadores, avançamos nesse sentido, porque aqui nós avançamos bem. Avançamos nas cooperativas, no correio. Com relação aos trabalhadores, o acordo que fizemos com o Senador Paim foi um acordo maravilhoso. Inclusive, esse item de V. Ex^a, Presidente, está na discussão que fizemos com o Senador Paim – é uma pena que ele hoje não pôde estar aqui –, de modo que o que eu podia avançar, como Relator, ouvindo todas as partes, nós avançamos.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acho seu relatório ótimo, aceito a sua sugestão. Vamos fazer da seguinte forma: nós vamos votar aqui e depois o Plenário decide se há urgência.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Isso. Pronto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu só queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Primeiro, quero de antemão, Senadora Marta, apoiar a emenda de V. Ex^a, mesmo que, no plenário, o resultado seja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente. Eu queria, de antemão, apoiar a emenda porque o Secovi do Rio Grande do Sul também tem interesse nessa matéria e manifestou exatamente apoio à emenda de V. Ex^a.

O Senador Vicentinho falou da rejeição de emendas apresentadas pelo Senador Randolfe Rodrigues, especificamente na constituição de empresas pelo sistema financeiro. Essa emenda do Senador Randolfe foi nesse sentido de proibir as instituições financeiras de terem a sua própria, formarem para ter uma instituição?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não. Foi rejeitada, mas não no sentido de proibir. A instituição financeira, eu expliquei a V. Ex^a, nós não tínhamos nesse relatório. Eu acatei a condição de a empresa financeira, ou seja, os bancos, constituir as empresas orgânicas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só o banco ter a sua, mas não pode criar uma empresa terceira para oferecer para terceiros.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Nós estamos com foco apenas em banco, mas o grande cliente disso tudo são os governos. Por exemplo, na segurança armada do nosso prédio, justifica o Banco do Brasil prestar esse serviço? Acho que não. O Banco do Brasil pode constituir a sua empresa orgânica e trabalhar com esse produto dele. Então, é nesse sentido que eu sempre procuro separar, Presidente. Os bancos podem ter as suas empresas orgânicas para transportar os seus serviços.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu entendo...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Agora, ampliamos de dois para cinco anos, conforme foi solicitado, a questão da regulamentação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho certeza de que V. Ex^a fez uma... observando o interesse público, como princípio. Então, eu queria saber qual é o interesse público nisso. E também como é que fica a livre-iniciativa de mercado de construção de empresas dentro dessa limitação?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É o inverso do que eu penso. Por exemplo, você já pensou se essas empresas criarem bancos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente!

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Fossem donas? Se resolvesse todo mundo criar um banco? Também tem essas reservas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As empresas de seguro?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As empresas que fazem vigilância?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É.

Então é isto: eu acho que cada um no seu setor.

E esse projeto já veio da Câmara num grande entendimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Vicentinho, o Senador Randolfe está presente, e ele gostaria de ter a palavra – talvez possa elucidar a questão da Senadora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar o Senador Vicentinho pelo trabalho. Eu acho que ele fez um trabalho primoroso nessa matéria – primoroso! Acolheu muitas contribuições, teve a paciência, como até discutia com ele na semana passada, digna de quem tem paciência para conduzir aeronaves – precisa ter muita paciência para exercícios dessa natureza.

Pelo conjunto do projeto, eu queria cumprimentar. E acho que, de fato, temos que votar hoje. Eu, que em vários momentos já pedi vista, pedi o adiamento dessa discussão, hoje estou de acordo que cheguemos ao momento de apreciação. Entretanto, eu queria aqui, meu querido Vicentinho, com a vênica de V. Exª, concordar com a preocupação apresentada pela Senadora Ana Amélia. Eu acho que remanesce – remanesce! – o problema disposto no §3º do art. 20. Com a devida permissão de S. Exª o Relator, mas o fato de bancos terem suas empresas orgânicas não resolve o problema. E do que se trata o problema, Srª Presidente? O problema se trata de que nós vamos criar uma restrição ao mercado. Ainda nas conversas e diálogos aqui apresentados, vários... O próprio Senador disse: "Não, mas isso é em favor de 36 empresas". É em favor de 36, mas restringe uma. Eu quero um projeto que atenda as 37 que disputam o mercado. Essas 37 empresas... E aqui é bom que se diga: a empresa que, com esse dispositivo, se ele não for suprimido – e é por isso que tem uma emenda nossa de supressão...

Eu quero insistir que é importante que esta Comissão, e aí não havendo convergência, não havendo entendimento disso... Como ontem conversamos, meu querido Senador, eu acho que nós temos que resolver aqui no voto da maioria dos membros da Comissão. Este dispositivo aqui, eu acho que tem que ser enfrentado, tem que ser resolvido na votação aqui na Comissão, para que a sabedoria da maioria dos membros defina se deve ser suprimido, como o é a nossa proposta e nosso destaque aí apresentado, ou se deve ser mantido.

O que ocorre, Srª Presidente, rapidamente para justificar o nosso destaque, o destaque que apresentamos diz respeito à supressão desse dispositivo, repito, somente desse dispositivo, de todo o projeto. O restante do projeto, eu acho que muitas reivindicações apresentadas pelos trabalhadores,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos vigilantes foram acatadas. As preocupações apresentadas desde o início foram acatadas. Entretanto, remanesce o problema em relação a essa questão, por uma circunstância: a empresa que, no meu entender, fica impedida de atuar, é uma empresa que foi constituída por cinco instituições bancárias – é verdade que foi uma empresa constituída pelo Itaú, pelo Bradesco, pelo Santander, mas também foi constituída pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica. E o papel dessa empresa no mercado possibilitou, por exemplo, que recentemente uma concorrência para realização desse serviço por parte da Caixa Econômica tivesse uma redução do preço de mercado de 51%. Essa empresa que estamos citando... E esta é a minha divergência no projeto: eu acho que estamos tratando aqui de uma disputa concorrencial, de uma disputa do mercado. E não me parece adequado o Congresso Nacional, que não é o Cade, que não é o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, resolver as questões de uma disputa de mercado.

As empresas acusam essa empresa de praticar *dumping*. Por outro lado, há a argumentação da empresa, ou há a argumentação suscitada de que as outras empresas que são de capital internacional, uma delas inclusive tem majoritariamente capital espanhol, são acusadas de praticar cartel. Bom, sendo uma coisa ou sendo outra, causa-me espécie um fato: por que essa questão ainda não está no Cade? Por que alguém não denunciou no Cade para resolver? Se uma pratica *dumping*, se a outra pratica cartel, por que o Senado Federal, o Congresso Nacional têm que resolver uma disputa concorrencial de mercado entre dois ramos do mercado e uma empresa que reduz o preço final praticado no mercado?

É este o meu questionamento: um, eu acho que não é atribuição do Congresso Nacional; dois, eu acho que, se nós aprovarmos com esse dispositivo, estaremos impedindo alguns princípios que estão na nossa Constituição, princípios da livre concorrência, do livre mercado, porque estamos estabelecendo uma restrição ao mercado.

Por fim, Sr^a Presidente, o que nós estamos falando aqui é o seguinte: eu não queria adentrar na disputa de mercado, mas é importante, estudando, já que a gente está apreciando algo que é da disputa de mercado, eu quero aqui trazer alguns dados do mercado. A empresa que vai ser restrita de atuar no mercado com esse dispositivo tem só 5% mercado – mais de 80% são das demais. Só que o papel dessa empresa que tem 5% do mercado reduz o preço concorrencial, reduz os preços praticados no mercado. Então,

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Entendi agora. Demorei para entender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – O problema, a questão colocada concretamente neste momento é essa.

O outro problema é o seguinte: essa empresa que tem 5% do mercado, ou um pouco menos, ela foi constituída por cinco bancos nacionais – cinco bancos nacionais! –, entre eles a Caixa Econômica Federal, que é banco do povo brasileiro, e o Banco do Brasil, Senador Moka, que....



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou dar palavra ao Senador

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – E por fim, as outras empresas... Bom, quem é que sustenta a empresa que vai ser excluída? Bancos nacionais e dois bancos do Estado brasileiro. Quem é que sustenta as outras empresas que estão disputando o mercado? O JPMorgan. Se nós aprovarmos esse dispositivo, nós vamos dizer que empresas com capital apoiadas por instituições financeiras nacionais não disputam o mercado, e uma empresa que é apoiada pelo JPMorgan pode ter o direito que empresas que têm capital internacional vão ter para disputar no mercado brasileiro. Parece-me uma incoerência, por isso eu sustento a supressão do dispositivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós vamos, depois, colocar em destaque.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Moka quer discutir antes de chegar no destaque.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir.) – Srª Presidente, eu fiquei o tempo todo alheio – não alheio, mas à parte dessa discussão. Mas eu acho que é muito incoerente isso. Quer dizer, você querer fazer com que empresas de banco... Veja bem, ao Banco do Brasil, se quiser criar uma empresa de segurança para atuar e transportar os seus valores, isso é permitido. Agora, o que não é permitido, e eu acho que isso é correto, é que o Banco do Brasil forme uma empresa de segurança para competir com empresas de segurança pura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Mas o JPMorgan pode montar, pode formar?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, desculpe. Eu te ouvi e não fiz aparte! Por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Não, você interrompeu, e eu estou interrompendo!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por favor! Por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – O JPMorgan vai poder?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Você não vai ficar quieto? Por favor, eu te ouvi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – O senhor me interrompeu também, eu estou te interrompendo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu não te interrompi, não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Estou fazendo o mesmo aparte.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Calma!

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, eu não acho, Srª Presidente, que...

A não ser que esta Comissão queira fazer com que os bancos possam competir com empresas de segurança, e daí nós estamos falando de pequenos bancos... Por exemplo, Sicredi: como é que vai concorrer com uma empresa de um banco como o Itaú, o Santander? Não há como. Eles vão matar as pequenas empresas de segurança, os vigilantes. Isso não está correto.

Então, o que vai acontecer a médio e longo prazo? Os bancos vão, além de explorar a questão do banco, vão explorar também um outro nicho que é o setor de segurança. E as empresas constituídas não vão poder concorrer com o Santander, com o Banco do Brasil. Então, eu acho que isso não é uma reserva de mercado, e sim você dar... Banco tem como por objetivo final operar nas questões financeiras, e não é para fazer segurança. Agora, se ele quiser constituir uma empresa para operar a sua empresa, a segurança do seu... Aí eu acho correto. Mas competir com pequenas empresas? Como é que vai competir? Ou terceirizar? Não é possível isso.

Eu realmente não concordo com isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra...

Relator, o Senador Amorim pediu a palavra. Eu posso?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pois não.

Parece-me que o Senador Armando também quer se...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, a palavra está com o Senador Amorim, depois com o Senador Armando, e depois com a Senadora Ana Amélia.

Pois não, Senador Amorim está com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, colegas Senadores, demais pessoas que estão aqui na Comissão, entendi o argumento do Senador Randolfe, mas eu concordo plenamente com os fundamentos do Senador Moka. Eu acho que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada um tem a sua *expertise*, tem o seu comércio, e, portanto, ficaria extremamente difícil para as pequenas empresas, sobretudo, concorrerem com os gigantes – sobretudo num país como o nosso, em que quem mais lucra, quem mais ganha é exatamente quem lida com dinheiro, infelizmente. Onde você tem 300% no cheque especial e às vezes 600%, 700% de juros no cartão de crédito, realmente, Randolfe, não dá para pensar nisso, não.

Então, entendo seus argumentos, mas acho que o Senador Moka está com toda a razão, e eu sigo nessa linha, Senador Moka: cada um no seu nicho, na sua *expertise*, e tenho que fazer a sua defesa. Abrir se torna extremamente "descompetitivo", desigual e injusto, sem falar nos milhares de desempregos que serão gerados com isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente, eu estava inscrito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria, Presidente, primeiro também me congratular com o Senador Vicentinho, que, a meu ver, produziu um relatório equilibrado e teve a abertura para acolher sugestões. Agora, esse ponto realmente é um ponto central que pode desfigurar o projeto. Não há dúvida nenhuma de que as empresas, as instituições financeiras que são tomadoras do serviço, se puderem ter informações, como têm nesse caso, e ainda concorrerem no mercado, isso distorce inteiramente o regime de concorrência. Outra coisa, essa empresa existente presta serviços nas localidades menos rentáveis? Porque o que está acontecendo é que essa empresa atua apenas em localidades mais rentáveis e fica, portanto, um sistema desequilibrado, confinado ou em condições competitivas desequilibradas, tendo que atuar nas regiões mais interiorizadas.

Então, Srª Presidente, não se trata aqui de cercear a concorrência, até porque existem 35 *players* e esse mercado está, a rigor, aberto para o ingresso de novos *players*. Há algumas exigências que precisam ser atendidas, mas é um mercado aberto, em princípio.

Então, eu quero me associar àqueles companheiros que já se manifestaram, entendendo que essa condição, essa, sim, desequilibra as condições concorrenciais, e nós devemos estimular a concorrência de outra forma e não dando a grupos que são tomadores de serviço uma condição que terminará por criar condições que não são isonômicas e que, portanto, desfiguram o processo concorrencial.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estou percebendo que há uma prevalência sobre esse artigo do Senador Vicentinho. Quero também me congratular com o esforço que ele fez em uma matéria tão complexa quanto esta. Não há dúvida sobre isso, mas realmente ele fez um exercício de engenharia legislativa, um talento para conversar com todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos e acolheu aquilo que, no entendimento do Relator, pôde conciliar entre as divergências dessa complexa matéria.

Meu querido amigo Moka, que estava de aniversário ontem, nós raramente discordamos, e aqui ele disse: "Vou discordar de ti", mas a emenda que ele fez eu subscrevi, sobre as cooperativas, para operarem também no sistema, mas o argumento, Senador Moka, de que o banco não pode isso ou aquilo, porque vai ter uma concorrência majoritária, eu diria o seguinte...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Não, mas o banco...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um momentinho, Senador, por favor, eu quero só argumentar com lógica, com coerência. O Banco do Brasil tem uma agência de viagens e vende para terceiros. E não houve nenhuma gritaria dessa concorrência, e é uma concorrência enorme para agências pequenas. Então, nesse aspecto, eu estou procurando ter coerência a respeito de um serviço em que houve entendimento do mercado de fazer essa questão. Não é uma questão de ferir interesse público; é uma questão de mercado, de disputa de mercado. É nesse aspecto que nós estamos nos filiando.

Eu penso, Senadora Marta, também, e concordo agora com o Relator no sentido de, dada a complexidade dessa matéria, o nosso plenário tem um número limitado de Senadores, nós somos 81 Senadores, e esse debate será mais rico no debate do plenário do Senado com as emendas. Portanto, votar o projeto que ele apresentou e as emendas. Eu inclusive estou com o Senador Randolfe, que fez uma emenda supressiva, então, deixarei para fazer a apresentação dessa emenda no plenário do Senado, se o Regimento assim o permitir, porque já foi registrado na Secretaria. Então, abro mão para fazer isso nesse debate, para facilitar a votação hoje. E já ganhamos um passo na votação da matéria, Senador Vicentinho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu quero ir nessa linha da Senadora Ana Amélia. O Relator de um projeto é um mediador...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um momentinho, Senador.

Encaminhar por escrito?

Quem fez emenda e concorda... Não, não precisa ser por escrito.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – O Relator do projeto, Srª Presidente, é o mediador de todas as partes. Ele já conversou com todo mundo, já acordou com todo mundo, esse projeto já está maduro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Se tiver algum ajuste para fazer, pode ser feito no plenário do Senado, vai beneficiar a categoria. Então, o que eu queria pedir é que a gente possa votar, porque daqui a pouco não vai haver mais quórum. Eu, daqui a pouco, tenho que sair para uma audiência.

Obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Só para pedir, porque essa Emenda nº 5, de autoria de V. Ex^a, para que não seja, para que eu não rejeite, que a senhora retirasse, se possível, claro, e apresentasse em plenário, para discutir lá; era melhor.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, eu tenho que pedir, a Senadora Ana Amélia já verbalizou, Senador Randolfe, eu pediria para V. Ex^a verbalizar, a minha também já estou verbalizando, e vamos os três para o plenário. É isso? Todos concordam com isso?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que é o mais correto.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu não vi, nesses debates todos, da grande maioria, não vi a preocupação com os trabalhadores, Presidente. E eu atendi tudo com o Senador Paim.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Ex^a fez um trabalho primoroso.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Só vejo o banco, o banco, o banco. E os trabalhadores, e a parte menor, a parte mais fraca?

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É que V. Ex^a trabalhou muito bem nessa área, satisfez todos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Estão aqui inclusive, que era a grande preocupação minha. Desculpem os bancos, mas eles também foram contemplados, porque, no projeto que veio da Câmara, não havia a empresa orgânica, e nós os atendemos. Mas agora eles querem avançar mais, aí é diferente, mas foram contemplados. Eles podem ter a empresa orgânica.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, todos aqui ficaram sensibilizados com esse trabalho. O senhor ouviu infinitas vezes, a gente sabe o que é escutar infinitas vezes o Senador Paim, e o senhor fez. Então, o senhor está de parabéns, os trabalhadores estão protegidos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu até, quando deixei de incluir no relatório um acordo com ele com relação aos deficientes e os aprendizes, eu pedi desculpa, porque foi um lapso na elaboração do relatório, mas eu falei: "Você pode viajar tranquilo, porque o acordo será cumprido" e está sendo cumprido com ele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos que contribuíram com isso, inclusive à própria Febraban, com que dialoguei, os bancos. Eles viram o avanço, de cinco itens atendemos quatro, para dar esse acordo. Quando se fala só em um item, parece que não atendemos outros quatro, e atendemos. Atendemos os trabalhadores, as empresas prestadoras de serviços, os Correios, que não estavam na discussão, porque um postinho lá do interior do meu Tocantins não dá para ter também igual às cooperativas.

Portanto, fizemos tudo que foi possível. Dialoguei com clareza, com franqueza e muita amizade com o Senador Randolfe. Até agradeço muito a atenção do Senador Randolfe nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Randolfe, para verbalizar sua concordância em irmos para o plenário com as três emendas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Srª Presidente, eu quero reiterar aqui o que já anteriormente destaquei. O trabalho do Senador Vicentinho foi impecável, não há controvérsias. Ninguém falou dos trabalhadores porque os trabalhadores já foram contemplados. No que temos uma divergência, e assinalo aqui a divergência, é sobre a imposição de regras de restrição de mercado. Temos concepções diferentes e não chegamos à mediação.

Eu acho por bem, Presidente, e é o encaminhamento que faço a V. Exª: vamos votar primeiramente o texto principal, em que acho que há acordo total, não há divergência quanto ao texto principal, ressalvado o destaque. Permita remanescer somente o nosso destaque de supressão. Aí se vota o destaque de supressão, inclusive é interessante para medir a opinião da Comissão em relação a isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixe-me ver se entendi. O senhor está sugerindo para a gente votar o relatório agora, com o que todos acho que concordam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Ressalvado um destaque.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... e somente o seu destaque. O destaque da Senadora Ana Amélia e o meu irmão para o plenário. É isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Obviamente, se V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem, não tem problema. Acho que concordamos e já resolvemos a maior questão aqui ou não resolvemos e vai para o plenário, onde terá uma segunda oportunidade. Acho bem pensado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, só para não cometer injustiça com os colegas Senadores e Senadoras, quando eu disse que eu não ouvia quase comentários sobre os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores, eu estaria cometendo uma injustiça com os colegas, inclusive com a Senadora Ana Amélia, que comentou comigo. Eu disse que sempre nessas questões o que se tem frisado com ênfase aqui são os bancos, prioridade para os bancos, isso é verdade, mas respeitando, claro, que todos os Senadores sempre cuidaram dos nossos trabalhadores.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A discussão está encerrada.

Em votação o relatório do Senador Vicentinho Alves, ressaltados os destaques.

Informo que, a partir deste momento, não cabem mais requerimentos de destaque, conforme o art. 314 do Regimento Interno.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Marta, a respeito do art. 29, §5º, há o entendimento de que, no plenário, nós vamos recuperar a redação que veio da Câmara, exatamente para proporcionar que hoje se vote...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O senhor está falando do...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não, é outra questão, a questão dos menores aprendizes e dos deficientes, que, no relatório, no projeto que veio da Câmara, veio contemplando, na exclusão da base de cálculo, os vigilantes. Isso, então, seria...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O dos vigilantes é uma emenda minha, e com a outra emenda, da Senadora Ana Amélia, irão a plenário. Nós vamos resolver agora a do Senador Randolfe.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Então, existe hoje esse compromisso para levar a plenário para decidir lá esse acordo?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Claro.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – E vamos destacar no plenário exatamente essa votação?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, está absolutamente claro.

Bom, vou começar de novo.

Quem estiver contra levanta a mão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador. (*Palmas.*)

Aprovado o relatório do Senador Vicentinho Alves.

Aprovada a Emenda nº 3 da CAS.

Prejudicada a Emenda nº 1, do Senador Moka, tendo sido seu conteúdo acolhido pelo Relator em seu relatório.

Rejeitadas as Emendas nºs 2 e 4, informo que foi apresentado um requerimento para rejeição de dispositivo, que será votado agora.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, eu apresento o requerimento de urgência, nos termos do art. 336...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Depois, Senador.

Vamos votar a questão do Randolfe.

Passemos à apreciação do requerimento de destaque de autoria individual do Senador.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, para apresentar o seu requerimento.

Em votação o Requerimento 135, do Senador Randolfe Rodrigues, para rejeição dos incisos I e II, §3º, art. 20.

Informo que, nos termos do art. 310, inciso XI, não cabe encaminhamento nesta votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, já apresentei...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Breve.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Será breve.

Já apresentei os esclarecimentos necessários sobre esse tema, eu quero só assinalar o que já antes destaquei.

Querido Senador Vicentinho, não se falou dos trabalhadores porque as preocupações por nós esposadas, desde o começo desse debate, por mim, pelo Senador Paim e por outros, foram contempladas.

Não se trata de uma questão de banco, mesmo porque o mercado todo é controlado por bancos. A diferença é que uma parte pequena é de banco nacionais e uma parte grande é de bancos com capital





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional. Uma das empresas que controla boa parte do mercado, a Prosegur, foi denunciada pelo, abre aspas, "Cade da Espanha", fecha aspas, por formação de cartel lá, na Espanha.

Parte dessas empresas que, na prática, com o resultado dessa votação, se não fosse o primeiro destaque, vão estabelecer um duopólio no mercado, já estabelecem em outros países da América Latina, como é o caso da Argentina, um duopólio no mercado.

A questão não é banco ou não, porque todas elas têm participação de bancos; o problema é a diferença aqui é que uma parte pequena tem de bancos nacionais, a outra parte das empresas tem de bancos internacionais. Uma empresa que controla, por exemplo, mais de 30%, 40% do mercado tem, na sua composição societária, o J.P.Morgan, um dos mais poderosos bancos do mundo. Outra empresa tem bancos espanhóis e, por isso, é uma das maiores multinacionais do mundo no setor.

Nada contra o capital internacional e elas participarem. Eu só não quero que nós estabeleçamos aqui restrição a empresas de capital nacional, do Brasil, montadas aqui para disputar o mercado.

A questão é essa. A questão não é quem está com o banco ou não está com o banco. A questão, no meu entender, é a preservação do interesse nacional. Por isso, sustento a supressão do destaque.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós temos de votar primeiro o requerimento... Nós vamos votar agora só se nós vamos pôr em votação o requerimento.

Então, quem é a favor de pôr em votação o requerimento permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

O Vicentinho é o único que não é a favor.

Não, é para votar o que nós acordamos. É que é burocrático, Vicentinho, é burocrático.

Então, foi aprovado o requerimento. Passamos agora à votação do dispositivo destacado, porque foi aprovado o requerimento.

O Senador Randolfe já se pronunciou.

Então, prestem atenção: quem é a favor da proposta do Senador Randolfe permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Quem é contra a proposta do Senador Randolfe levante o braço.

Bem, agora tem de contar. *(Pausa.)*

Nove são contra...

Foi rejeitado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, acho que é interessante verificação, porque...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Podemos verificar. Não há problema nenhum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Não dá para ir para o Plenário esse?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, esse requerimento foi para saber se votava aqui ou não. Ele pediu para resolver aqui. Então, nós resolvemos aqui.

V. Exª quer que faça nominal?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Eu acho que, brevemente... Na contagem de V. Exª, como deu?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Você anotou a contagem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Daqui eu não consegui perceber contraste.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos submeter de novo, que é mais fácil.

Quem é contra o requerimento levante o braço. (*Pausa.*)

Então, vamos ver direitinho: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. Concordam? Nove são contra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Perfeito. Dá para verificar com os demais, o contraste dá. Então, obviamente, o requerimento foi rejeitado, sem necessidade de verificação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Exatamente, o requerimento foi rejeitado.

Agora, vamos votar o requerimento de urgência.

Os Senadores que são a favor do requerimento da urgência levantem o braço.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – A favor?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem é a favor do requerimento de urgência permaneça como se encontra, quem acha que não deve ter urgência levante o braço. (*Pausa.*)

Um voto contra, dois votos contra.

Ele vai como urgência para o Plenário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria sugerir, já que temos quórum para votar e já que há matéria de turno suplementar, para aproveitar o quórum para isso, já que é terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, parabéns ao Senador Vicentinho! O seu relatório foi aprovado e irá, com urgência, para o Plenário.

Senadora Ana Amélia, qual é o item?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o item 10.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aquela é só mandar, não precisa votar. É o item 10, que precisa...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Raupp, V. Exª tem algum projeto, já que V. Exª precisa sair? *(Pausa.)*

Não tem.

Então, Senador, espere aí. V. Exª tem de sair ou não? Há o do Armando. O dele também é terminativo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Item 10.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É terminativo. Então, eu vou votar o seu, que é terminativo.

Senador Armando, eu vou votar o da Senadora Ana Amélia, porque temos quórum. É o PLS nº 127, item 10.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2016****- Terminativo -**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta o inciso VII e o § 5º ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a comprovação da condição de aprendiz no período anterior a 16 de dezembro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: pela rejeição do Projeto.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Por favor, os que estão discutindo ainda o projeto anterior façam a discussão no corredor.

Caiu o quórum.

Três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Veja se ainda há alguém no corredor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, estamos com quórum?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Três, quatro, cinco, seis, sete...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O quórum foi embora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ...oito, nove. O Férrer está lá. Há dez. Mas falta um. Deu quórum?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – A Lídice está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A votação será nominal.

V. Exª pode ler o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – É resumido, porque já foi lido este relatório.

É um projeto do Senador Crivella, que determina que haja uma comprovação de trabalho de menor aprendiz para efeito de previdência.

O voto é pela rejeição porque isso não confere com o que está na legislação a respeito da legislação previdenciária. Então, trata-se do menor aprendiz, para contar tempo para efeito de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentadoria. O menor aprendiz é um aprendiz, não é um trabalhador. Isso criaria um problema, inclusive para a previdência, e nós já estamos vivendo isso.

Então, o voto é pela rejeição desse projeto, que já foi apresentado e discutido também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria continua em discussão.

Alguém deseja discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, solicito à Secretaria da Comissão que prepare a votação do projeto.

Em votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Depois, iremos ao de V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, depois, vamos votar o item 13. Temos quórum.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, Senador Armando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Depois do item 12.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, entendo, porque o seu não é terminativo, e o dele o é.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Votação nominal, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Qual é o de V. Exª?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos votar, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aberta a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O relatório é pela rejeição. Votando com a Relatora, é pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem vota com a Senadora vota "sim", ou melhor, vota "não". Quem vota com o voto de rejeição em relação ao aprendiz entrar na aposentadoria...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota a favor do relatório, vota pela rejeição do projeto do Senador Crivella.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vota pela rejeição. Agora fiquei na dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aberto o painel.

Quem vota com a Relatora vota "não".

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Com a Relatora o voto é "não"?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim. É "não" ao projeto. Vota "não" a projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que o mais lógico era votar com o relatório. O mais lógico é votar com o relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Quem vota com a Relatora vota "não".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem concorda que aprendiz não entra na aposentadoria vota "não". (*Pausa.*)

Senador Armando, o que V. Exª estava pleiteando?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Eu estava querendo ler o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah não, mas vamos votar, já que temos quórum, um terminativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Presidência determinou "não". Eu imagino que era a favor do relatório. Se for a favor do relatório, é contra o projeto. Então, nós estamos votando o contrário.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Estão votando o projeto?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É "não" ao projeto original, gente; é "sim" a favor dela. Mas é "não" que se vota.

Quem é...

Houve alguém que errou o voto?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quem votou equivocadamente pode consertar o voto. Basta votar do jeito que quiser.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É "não". Votem "não".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O voto é: quem concorda com a Senadora Ana Amélia, que aprendiz não deve entrar na previdência, vota "não". Estará votando "não" ao projeto original.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Não" ao projeto original do Senador Crivella.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A Senadora Ângela está corrigindo o voto. Já corrigiu.

Pode abrir a...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não corrija ainda, estou esperando.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ela está corrigindo o voto. Espere aí.

Qual é o próximo terminativo?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – O item 13.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O item 13?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É o item 12. É o item 13 ou o item 12?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – O item 13.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já deu o quórum?

Já votou, Senadora Ângela? (*Pausa.*)

Já está pronto.

Encerramos a votação.

Por favor, o quórum!

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 127.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos votar o próximo terminativo. É o item 13, do Senador Eduardo Amorim, que já foi lido.

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir ajuda de custo ao usuário do SUS que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Mas a votação será nominal.

Com a palavra o Senador Amorim.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para fazer suas considerações.

O relatório já foi lido.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Sendo rápido e objetivo, porque todos assim pedem, digo que é um projeto extremamente importante porque permite aos pacientes que são tratados fora do domicílio o mínimo de dignidade, uma diária justa, um transporte digno, porque, sem isso, Presidente, fica extremamente difícil, como a gente vê, em muitos cantos. E há outra coisa: do jeito que está, os governos pagam se quiserem essas diárias. E, a partir de então, passa a haver obrigatoriedade, levando dignidade para todos.

Peço aos colegas que apoiem e que digam "sim" ao nosso SUS.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Caiu o quórum.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Está chegando a Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, V. Exª continue fazendo a sua exposição.

Está aberta a discussão.

Senadora Lídice, pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Srª Presidente, eu considero que nesta manhã nós temos aqui importantes projetos, e esse é um deles.

Eu realmente votarei favoravelmente ao Senador Randolfe Rodrigues, como autor desse projeto. O relatório é do Senador Eduardo Amorim, que, além de tudo, é um conhecedor da área, mas, independentemente disso, este projeto é autoexplicativo. A sua ementa já o recomenda, e, por isso mesmo, eu encaminharei favoravelmente ao projeto.

Logo após, há um projeto que o Senador Armando Monteiro está relatando, que é de grande importância, e, depois, também temos o requerimento nosso para avaliação do Mais Médicos.

Eu estou aqui. Tenho compromisso em outra comissão, mais terei, Srª Presidente, imenso prazer de...

Agora, creio que a gente tem recuperada a condição de votar.

Eu encaminho o voto "sim".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós temos novamente quórum. Então, eu vou abrir a votação, e o Senador Pimentel, que gostaria de se manifestar e gentilmente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Pode votar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não. A gente abre o quórum, e V. Exª se manifesta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Este é o item 13?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o item 13.

Encerro a discussão.

Solicito à Secretaria da Comissão que prepare a votação do projeto.

Está iniciada a votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto é "sim" para quem apoia o Relator Eduardo Amorim.

(Procede-se à votação.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Elmano está presente?

Senador, temos um terminativo de V. Exª, que é o item 6. Está bem? Vamos votar. Então, estamos votando os terminativos. *(Pausa.)*

Todos votaram?

Férrer já votou?

Senadora Regina acabou de chegar; pode votar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – A Regina já votou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Senadora Regina, nós precisamos de quórum.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, é! Falta o Elmano. O Elmano votou? *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aprovado por unanimidade.

Parabéns, Senador Amorim!

Vamos agora ao item...

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 264, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos agora ao item 13 da pauta. Não esse já foi.

Agora é o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: - Em 09.12.2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-CDH a 5-CDH.

- Em 31.05.2017, o Senador Eduardo Amorim apresentou a Emenda nº 6 ao projeto.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Como Relator.) – Presidente, a leitura já foi feita anteriormente. Naquele momento...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Poderia dar um resumo, então.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ...os companheiros Ronaldo Caiado, que é da área médica, e o Amorim solicitaram algumas modificações, todas procedentes, e fizemos as devidas e necessárias recomendações não só dos companheiros desta Comissão, como também das entidades ligadas à profissão médica e à enfermagem.

Então, com relação aos pleitos feitos, com relação ao inciso IV, há apenas uma modificação: em vez de as palavras "promover a integração de equipes multidisciplinares que prestem assistência a pessoas idosas", fica "participar da integração". É apenas uma mudança.

Diz o inciso V: "V – criar programas socioeducativos sobre o envelhecimento da população em geral [...]; [...]." Aqui houve uma modificação: em vez de "para profissionais", "juntamente com profissionais".

São pequenas nuances.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não entendi bem. Como é que é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – A modificação solicitada vou ler aqui: na expressão "criar e conduzir programas socioeducativos sobre o envelhecimento para a população em geral e para profissionais de outras áreas que trabalham com pessoas idosas", apenas retiramos a palavra "para", ficando "criar programas socioeducativos sobre o envelhecimento para a população em geral juntamente com profissionais de outras áreas que trabalham com pessoas idosas".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É uma emenda quase de redação.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Outro inciso, o item VI, aliás, o VII, diz no original: "VII – formular novas políticas e programas de atenção à população que envelhece [...]";. Aqui, em vez de "formular políticas", diz-se "prestar consultoria"... Não, digo melhor: "VII – formular novas políticas e programas de atenção à população que envelhece, juntamente com os profissionais de outras áreas que trabalham com pessoas idosas".

E o inciso VIII, que é fruto de duas propostas, solicitações do Senador Eduardo Amorim, diz o seguinte, no original: "VIII – prestar consultoria, assessoria, auditoria e emissão de parecer, sob o ponto de vista gerontológico;". Nós tiramos, por solicitação do Senador Eduardo Amorim, "emissão de parecer".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o quê? Desculpe-me.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Estava no original "prestar consultoria, assessoria, auditoria e emissão de parecer, sob o ponto de vista gerontológico". Então, por solicitação do nobre Senador Eduardo Amorim, que está presente nesta sessão, nós retiramos "emissão de parecer".

O outro e último aqui é solicitação também do nobre Senador Eduardo Amorim, que é o item IX, que dizia no original: "IX – prestar consultoria gerontológica." Ele pediu que se retirasse esse item, e nós fizemos a modificação de acordo com a solicitação dele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O item está em discussão, então.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Então, digamos, as questões levantadas naquela oportunidade, todas foram satisfeitas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós vamos fazer o seguinte....

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu creio que nós podemos votar e criar essa nova...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Como há alguns que querem se manifestar, nós vamos abrir a votação, e dou a palavra ao primeiro que queira se manifestar. Mas já está aberta a votação. Vamos lá.

Vamos iniciar a votação. Quem vota com o Relator vota...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não, encerrou a discussão, mas nós vamos continuar se alguém quiser se manifestar.

Vota "sim" quem está com o parecer do Senador Elmano, com as emendas que ele aceitou.

Então, está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, a Senadora Lídice, se quiser se pronunciar, e o Senador Amorim podem se pronunciar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente, muito obrigada, mas eu acho que as modificações feitas pelo Relator dão conta de responder ao projeto e de transformá-lo num projeto melhor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Lídice, eu só tenho de dar um aviso: nós vamos votar em seguida o projeto do Senador Armando Monteiro e depois o projeto do Senador Pimentel, que são não terminativos. Este aqui é o último terminativo que acabamos de votar.

Com a palavra V. Exª. Desculpe-me a interrupção.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não há de que se desculpar, Presidente.

Apenas quero apelar também, porque nós temos o nosso requerimento em votação, e eu provavelmente terei de sair. É um requerimento que já foi lido na sessão passada, sobre a audiência pública do Mais Médicos. Apenas peço que ele seja votado mesmo sem minha presença.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Só para despreocupá-la, como V. Exª já leu, a presença não é obrigatória. Mas nós o colocaremos em votação.

Todos votaram? *(Pausa.)*

Randolfe, votou?

Não? Votou? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O projeto está aprovado por unanimidade.

Aprovada, em turno único, a Emenda nº 7 do Projeto de Lei nº 334.

A matéria vai a turno suplementar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Vamos agora ao Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Autoria: Deputado Augusto Coutinho

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: pela aprovação do Projeto e das 4 (quatro) emendas que apresenta.

Observações: - *A matéria vai à Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.*

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto em tela, o de nº 101, é de autoria do nobre Deputado Augusto Coutinho, que estava, até há bem pouco, presente aqui.

Eu queria cumprimentar o Deputado Augusto Coutinho de plano pela qualidade do trabalho, pelo alcance e o mérito do seu projeto.

Em muito boa hora, o projeto estabelece novos procedimentos com vista a tornar mais célere o processo de adoção e, assim, reforçar e dar efetividade aos direitos e interesses de crianças e adolescentes.

O autor do projeto justifica a proposta lembrando que são especialmente nocivos os efeitos que a morosidade do Poder Judiciário pode acarretar aos menores de 18 anos cuja tentativa de manutenção na família natural restaram infrutíferas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição Federal impõe à sociedade e ao Estado o dever de assegurar às crianças e aos adolescentes o direito à convivência familiar, seja junto à sua família biológica ou extensa, seja por meio da colocação em família substituta.

Como consequência dessa diretriz, o afastamento da criança ou do adolescente do seio da família reveste-se de caráter excepcional, a reclamar do Estado a sua pronta intervenção para apurar os motivos que levaram à sua institucionalização e para lhes garantir a reintegração à família, em tempo razoável e em segurança.

A Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, conhecida como a “Nova Lei de Adoção”, promoveu significativas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de conferir maior celeridade aos procedimentos.

Hoje, oito anos depois, a realidade ainda se apresenta de uma forma inclemente para o grande número de crianças e adolescentes abrigados, resultado, entre outros fatores, de um processo demorado de destituição de poder familiar, que leva as crianças a praticamente crescerem em abrigos. Trata-se de uma postura sensivelmente contrária ao espírito da Constituição e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vários especialistas já apontaram as dificuldades que os pretendentes à adoção ainda têm de suportar, entre elas, as inúmeras tentativas de entrega da criança à família extensa, a demorada destituição do poder familiar e a burocracia que contamina o processo de inscrição no cadastro de pretendentes, fatores que acabam por contribuir para a falência do sistema.

O presente projeto busca equacionar tal problema, considerando, de um lado, o direito de crianças e adolescentes a permanecerem em sua família natural ou extensa e, de outro, o seu direito à colocação em família substituta na inviabilidade da primeira opção, tendo sempre o seu superior interesse como farol a guiar o legislador pelos cenários de incertezas característicos de dramas humanos ligados ao abandono e à esperança.

Para tanto, a proposição volta o olhar sobretudo para as questões da duração dos incidentes processuais, relacionados à destituição do poder familiar, e da adoção, entre outros, com o objetivo de reduzir o tempo de acolhimento – atualmente considerado o maior obstáculo à concretização do direito à convivência familiar.

São propostas as seguintes alterações no Estatuto: com relação à destituição do poder familiar, os temas da entrega voluntária determinam que as gestantes ou pais que manifestarem interesse em entregar voluntariamente os filhos à adoção sejam assistidos pela Justiça da Infância e da Juventude, inclusive se desistirem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O juiz também poderá encaminhar a mãe para atendimento especializado e assistência social na rede pública de saúde. Na nova regra, os pais biológicos terão até 10 dias para desistirem da doação, a partir da sentença judicial que determinou a perda do poder familiar sobre a criança. Antes – é sempre bom lembrar – o prazo não era definido.

Citação da família de origem.

Nos casos em que os pais biológicos não forem localizados pelo oficial de justiça, eles poderão ser convocados por meio de edital, tendo um prazo de 10 dias para se apresentarem. Se forem encontrados, é obrigatório ouvi-los sobre a guarda da criança.

Hoje, antes de colocar a criança à disposição da adoção, a Justiça precisa esgotar as possibilidades de busca da família sanguínea sem prazo estabelecido, o que provoca a lentidão e ineficiência do processo.

Agilidade para retirada de tutela.

Após serem seguidos todos os passos de tentativa de reintegração à família biológica, reduz de 30 dias para 15 dias o prazo para que o Ministério Público proponha a ação de retirada da criança da tutela dos pais ou responsáveis, nos casos em que houver violência física ou psicológica.

A proposta determina que os direitos e interesses da criança devem se sobrepor aos dos demais envolvidos, inclusive os pais biológicos.

Mãe adolescente.

Garante a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional e determina que ela será assistida por equipe especializada interdisciplinar.

Busca por familiares.

Depois de a criança ser retirada da guarda dos pais biológicos, ou se eles não forem encontrados, haverá um prazo, Senadora Lídice, de até 90 dias para localização dos parentes próximos, ou seja, a família extensa. Se eles não estiverem aptos a receber a guarda, a Justiça colocará a criança para adoção ou acolhimento familiar ou institucional. A lei atual não define prazos para essa busca.

Serão colocados para adoção os recém-nascidos e as crianças que não tiverem sido procurados pela família de origem no prazo de 30 dias contados da data de acolhimento.

Permanência em programa de acolhimento.

Reduz de seis para três meses o período máximo em que a Justiça deve reavaliar a situação da criança que estiver em uma instituição, seja essa um abrigo ou um orfanato, ou em acolhimento familiar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– voluntários que se dispõem a cuidar da criança até a adoção ou retorno à família biológica. Diminui também de dois anos para um ano e seis meses a permanência máxima em abrigos.

Apadrinhamento afetivo.

Regulamenta o vínculo entre crianças e adolescentes que vivem em abrigos e pessoas que, embora não inscritas no Cadastro de Adoção, podem colaborar com o desenvolvimento emocional deles, como padrinhos e madrinhas, dentro e fora dos abrigos.

Com referência ao processo de adoção propriamente dito, Cadastro Nacional de Adoção, a habilitação de quem está apto a adotar deve ser renovada a cada três anos. Até então, não havia essa exigência. A reavaliação também será feita, se o habilitador recusar três vezes crianças no perfil que indicou. Hoje a norma é genérica, sem indicar quantas recusas serão toleradas.

Prioridade na adoção.

Terão prioridade no Cadastro aqueles que tiverem interesse em adotar criança ou adolescente com deficiência, doença crônica ou com necessidades específicas de saúde ou grupo de irmãos. Essa regra não existe atualmente.

Orientação psicológica.

Recomenda que todos os envolvidos no processo de adoção recebam orientação psicológica especializada, inclusive a criança ou o adolescente.

Estágio de convivência.

Limita a 90 dias o prazo para a família interessada conviver com a criança, antes de concluído o processo de adoção. Nos casos de adoção internacional, o prazo será de 45 dias. Atualmente o período é definido pelo juiz.

Sentença de adoção.

Limita a 120 dias o prazo para a Justiça finalizar o processo de adoção e proferir a sentença, sendo prorrogável uma única vez e por igual período pela autoridade judiciária. Hoje não há prazo estabelecido.

Desistência de adoção.

Se o pretendente desistir da guarda ou devolver a criança depois de concedida a adoção definitiva, será excluído do Cadastro Nacional.

Adoção internacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permite a adoção de residentes fora do Brasil, brasileiros ou de outra nacionalidade, depois de consultados os cadastros local, estadual e nacional de adotantes. Atualmente, a possibilidade de adoção internacional depende da autorização expressa de um juiz.

Na CLT, foi proposta a seguinte alteração, já que nós propusemos apenas emendas de redação.

Estabilidade empregatícia.

Será estendida ao empregado ou empregada adotante os direitos trabalhistas hoje garantidos aos pais biológicos, como licença-maternidade, estabilidade provisória após a adoção e direito de amamentação.

E, no Código Civil, quanto à entrega irregular de crianças, prevê sanção aos pais que entregarem filhos para adoção sem seguirem os procedimentos legais. A medida coíbe o tráfico de crianças e a tentativa de contornar o Cadastro Nacional de Adoção, tirando o poder familiar de quem praticar o ato.

Na conclusão, Sr^a Presidente, reconhecemos o grande mérito do projeto. Julgamos que são oportunas as inovações propostas e que elas contribuirão sobremaneira para a abreviação dos procedimentos relacionados à adoção.

Em última análise, entendemos que as alterações trazidas pelo PLC 101, de autoria do nobre Deputado Augusto Coutinho, facilitarão o encontro de um novo lar para as crianças e adolescentes brasileiros que hoje se encontram sem chances de integração à sua família natural ou extensa.

Apenas, como já frisei, sugerimos algumas emendas de redação, com o objetivo de adaptar alguns dispositivos do projeto às boas regras de técnica legislativa.

Passo ao voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 101, de 2017, com quatro emendas de redação.

Era esse o nosso parecer, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito bom. Eu quero parabenizar o autor do projeto, aqui presente, o Deputado Augusto Coutinho – é um projeto realmente maravilhoso –, e a relatoria do Senador Armando Monteiro, que acatou esse projeto, que vai fazer muita diferença para as crianças brasileiras.

A votação é simbólica, mas há alguns inscritos, a Senadora Ângela e o Senador Pimentel, que gostariam de se manifestar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Srª Presidente, eu gostaria de parabenizar o autor, o Deputado Augusto Coutinho, que está aqui, do meu lado, e o Relator, Senador Armando Monteiro, pelo belíssimo relatório.

Estou muito satisfeita com esse projeto. Inclusive, ele foi amplamente debatido na Câmara dos Deputados. Mais de 900 juristas participaram desse debate e também entidades da sociedade civil organizada, advogados, o Ministério da Justiça, o Ministério dos Direitos Humanos. Então, trata-se de um projeto que atende crianças e adolescentes do nosso País no que diz respeito ao processo de agilização das adoções.

Por isso, eu queria pedir que fosse colocada urgência...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ótima ideia!

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ...para que nós pudéssemos levá-lo para o Plenário do Senado, uma vez que, no dia 12 de outubro, comemoraremos o Dia das Crianças. Essa seria uma forma de o Senado Federal homenagear as crianças e os adolescentes do nosso País, aprovando esse projeto já no plenário da Casa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A ideia é perfeita, a de fazermos urgência, para celebrar a data.

Eu tenho só uma pergunta. Vou aproveitar, pode ser até bobagem, para dizer que os pais biológicos vão ser convocados por meio de edital. Esse edital estará na internet ou em outro lugar? Talvez o Deputado...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Estará na internet e em vários meios de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Na internet e em vários meios de comunicação. É isso que deveria ser...

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD - PE) – Senadora, se me permite uma contribuição...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Abrindo uma exceção, tem a palavra o Deputado.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD - PE) – Obrigado.

Na verdade, esse é um mecanismo que nós criamos, inclusive, como última tentativa de...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – De encontrar.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD - PE) – ...de acesso aos pais biológicos, porque isso era um grave problema. Inclusive, isso significava a destituição do poder de família, porque muitas vezes os pais eram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconhecidos ou algumas vezes drogados e separados da sociedade, e não havia como chegar a eles. Isso provocava um grande embaraço nesse processo, o que tornava só o processo de destituição do poder familiar durar três ou quatro anos. Então, nós criamos esse mecanismo de fazer isso também via mídia, via jornal, para exatamente agilizar um pouco mais esse processo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não havendo mais interessados na discussão, ela está encerrada.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade, o relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2017, com as Emendas nºs 1 a 4, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

Temos ainda...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Requerimento de urgência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agora vamos votar o requerimento de urgência ao projeto.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado também por unanimidade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Srª Presidenta, como eu sou o Relator dos dois próximos projetos, se a senhora aceitar começar pelo item 4, em que eu acredito não haver divergência...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É decisão não terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2017

- Não terminativo -

Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acrescenta o art. 40-B na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva, pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência Social, contra quem, pela prática de ato ilícito, der causa ao pagamento de benefício previdenciário ou assistencial.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: - A matéria vai à Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse é um projeto muito justo e simples. O que ele faz?

Hoje, a legislação previdenciária determina que na ação de regresso contra aquele que pratica um acidente de trabalho no local de trabalho chamado "chão de fábrica"... Prevê, na Lei 8.213, desde 2009, que a Advocacia-Geral da União pratique esse tipo de ressarcimento aos cofres públicos. No entanto, o acidente de trajeto não prevê, na Lei nº 8.213, a ação de regresso. A Advocacia-Geral da União promove essas ações, parte delas são procedentes, e outras são indeferidas liminarmente pelo juiz por não haver previsão legal. O que está fazendo o Senador Paulo Rocha? Está incluindo na lei de custeio do sistema previdenciário também a ação de regresso contra aquele que pratica um acidente de percurso. É um acidente de trabalho, só que no deslocamento da sua casa para o trabalho ou do trabalho para a sua casa, como prevê a Constituição Federal. Portanto, com isso, ele evita o arquivamento liminar de ações, porque não há previsão na lei de custeio dos benefícios da Previdência Social e supera esse impasse.

O outro acidente do local de trabalho já está consolidado. Nós temos uma centena de decisões favoráveis, e isso tem contribuído para a diminuição da acidentalidade, seja no local de trabalho, seja agora no percurso.

Por isso, o nosso parecer, Srª Presidenta, é pela aprovação do projeto de lei. Para que eu não venha a cansar tanto os nossos pares, é essa a síntese.

Portanto, o voto, pelo exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2017.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, veio-me uma questão. V. Exª é um especialista no assunto, mas, se eu não me engano, quando nós votamos a reforma trabalhista, o deslocamento não é mais agora remunerado. Então, isso afeta de alguma forma o seu projeto?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – De forma alguma. O Constituinte de 1988, Presidenta, determinou que os acidentes de trabalho são de duas naturezas: eles se dão no local de trabalho, que a gente chama de chão de fábrica, em todo o ambiente da empresa, e também no trajeto, no deslocamento da sua casa para o trabalho e do trabalho para a sua casa. A Lei nº 8.213 determina o ressarcimento, mas só tratou do acidente dentro da empresa, não tratou do trajeto. Não mexe em nada na reforma trabalhista. Simplesmente diz que o irresponsável que encheu a cara de cachaça e que atropela uma trabalhadora ou um trabalhador quando ele está se deslocando para o seu trabalho tem a obrigação de ressarcir os cofres públicos. Em outras palavras, isso vai contribuir para diminuir a questão dos acidentes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

A votação é simbólica.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu peço também urgência, Srª Presidenta, nesse projeto, porque ele é muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, nós vamos ter de colocar, então, em votação a urgência também.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É um requerimento de urgência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em votação o requerimento de urgência.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a urgência.

Aprovado também o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 347.

Vai agora à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao item 5.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2014****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT).

Autoria: Senador Paulo Paim**Relatoria:** Senadora Ana Amélia**Relatório:** turno Suplementar

Observações: - Em 04.10.2017, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, não tendo sido oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar, o substitutivo oferecido ao projeto é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Requerimento nº 131.

ITEM 14**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 131, de 2017****- Não terminativo -**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, com a finalidade de debater a avaliação da política pública Programa Mais Médicos, abordando os temas abaixo, com os seguintes convidados:

DIA 24/10/2017:

- *Financiamento e gastos do Programa; Antônio Carlos de Oliveira Junior – Fundo Nacional de Saúde/MS;*
- *Perspectivas do Programa; Deputado Jorge Solla;*
- *Cooperação Brasil-OPAS; Renato Tasca;*
- *Avaliação dos gestores; representante do CONASS (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde) e outro representante do CONASEMS (Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde).*

DIA 26/10/2017:

- *Distribuição dos médicos e impacto sobre os recursos humanos municipais; Felipe Proença - UFPB;*
- *Impactos na formação médica, na atenção básica em saúde e na rede assistencial do SUS; Vinícius Ximenes;*
- *Avaliação/percepção dos usuários e profissionais; Membro do Conselho Nacional de Saúde – Ronald Ferreira;*
- *Plano de Carreira dos Médicos; um representante da AMB (Associação dos Médicos do Brasil) e um representante do CFM (Conselho Federal de Medicina).*

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Observações: - lido em 04.10.2017.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, ele está aprovado.

Requerimento nº 133.

ITEM 16



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 133, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater a situação dos Hospitais Públicos Federais no Estado do Rio de Janeiro, com a presença dos seguintes convidados:

- 1. Representante do corpo clínico do Hospital Federal de Bonsucesso;*
- 2. Representante do corpo clínico do Hospital Federal Cardoso Fontes;*
- 3. Representante do corpo clínico do Hospital Federal do Andaraí;*
- 4. Presidente do CREMERJ;*
- 5. Presidente da FENAM;*
- 6. Representante do Ministério da Saúde;*
- 7. Dr. Daniel Macedo, Defensor Público da União.*

Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros

Observações: - lido em 04.10.2017.

Esse projeto foi subscrito por esta Presidência.

Em votação.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento da CAS nº 132.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 132, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema “Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados”, a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Marie Garrigue-Abgrall – Doutora em Filosofia, Professora Titular na Universidade de Paris; Educadora em Pediatria na Primeira Infância e Psiquiatria Infantil, atualmente no Hay les Roses Département Général du Val-de-Marne;
- Alexandra Déprez – Doutora em Psicologia Clínica, com especialização em Psicopatologia Perinatal pela Universidade de Paris VII, Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente; formadora certificada ADBB (Alarme Détresse Bébé);
- Jairo Werner Júnior – Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense;
- Maria da Penha Oliveira – Psicóloga, psicodramatista clínica e organizacional, psicoterapeuta da criança, adolescente e adulto.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Observações: - lido em 04.10.2017.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e onze minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências do Senador Valdir Raupp e da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Edison Lobão, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, José Pimentel, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Otto Alencar, Lídice da Mata, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira e Dário Berger. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Walter Ihoshi. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública Interativa (RAS 130/2017)**, atendendo ao requerimento RAS 130/2017, de autoria do Senador Valdir Raupp. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "autoriza a prescrição da Ozonioterapia em todo o território Nacional". **Participantes:** Maria Emília Gadelha Serra, Presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia - ABOZ; Clarice Alegre Petramale, Assessora da Presidência do Conselho Federal de Medicina - CFM; Carlos Eduardo Faraco Braga, Presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru; Artur Felipe Siqueira de Brito, Diretor do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde; Sasenazy Daufenbach, Promotora de Justiça do Mato Grosso; Celina Ramalho, Economista FGV-SP. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Edison Lobão, Ana Amélia e a Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/17>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 130, de 2017, de iniciativa deste que lhes fala, Senador Valdir Raupp, para debater o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017, que autoriza a ozonioterapia em todo o Território nacional.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Drª Clarice Alegre Petramale, Assessora da Presidência do Conselho Federal de Medicina; Drª Maria Emília Gadelha Serra, Presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia; Dr. Carlos Eduardo Faraco Braga, Presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer da cidade de Bauru, Estado de São Paulo; Dr. Artur Felipe Siqueira de Brito, Diretor do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde.

Início a minha fala agradecendo a presença da Drª Clarice, da Drª Maria Emília, do Dr. Carlos Eduardo e do Dr. Artur Felipe, que gentilmente aceitaram o convite desta Comissão para debater o uso do ozônio como tratamento médico complementar no País.

No Congresso Nacional existem centenas de projetos tramitando que tratam dos mais diversos temas. No entanto, o projeto que autoriza a prática da ozonioterapia, do qual tenho a honra de ser o autor, ganha uma relevância especial, pois permite que a população brasileira tenha acesso a um tratamento altamente eficaz e de baixo custo. Na página do Senado, já são mais de 5 mil manifestações favoráveis à aprovação da matéria.

Quando tratamos de saúde, falamos de vida, e de vida em plenitude. Eu não consigo imaginar a plenitude da vida enquanto não possibilitarmos que todas as pessoas tenham o direito à saúde. E a saúde não pode depender, tão somente, dos interesses do mercado. A vida é uma busca constante de alternativas. E o que nós temos visto é que, cada vez mais, a cura para as nossas dores de corpo e de alma dependem das decisões de poucos.

Evidente que não sou contra a pesquisa por novos remédios. Afinal, não temos o controle absoluto sobre os males que nos acometem. A nossa proposta é criar condições para que remédios alternativos possam contribuir na plenitude da vida. A ozonioterapia já é uma prática consolidada em muitos países.

O seu uso já é centenário. Se isso ocorre, só posso creditar até mesmo o nosso desconhecimento em relação à matéria aos interesses que tentam barrar o uso dessa terapia entre nós. E não há espaço mais privilegiado para colocar em discussão essa matéria do que o Congresso Nacional. Não podemos permitir que os instrumentos legais se encaminhem tão somente movidos por interesses individuais ou de grupos. Afinal, somos representantes do povo, de todos os brasileiros. E a grande maioria dos brasileiros já não consegue adquirir todos os medicamentos necessários à plenitude da vida. Muitos ainda dependem do Estado, da distribuição gratuita dos remédios.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam a importância adicional dessa alternativa que estamos hoje discutindo no Senado Federal, a Casa da Federação: além da eficiência terapêutica desse tratamento, isso vai provocar menos custos ao Estado. E os recursos economizados poderão ser encaminhados para outras demandas da população, como moradia, educação, segurança pública, também elementos essenciais à plenitude da vida.

Por fim, destaco que a ozonioterapia é um método de tratamento que não é amplamente conhecido, daí reside a necessidade de hoje estarmos nesta Comissão instruindo a matéria e compartilhando as informações aqui colocadas para que possamos melhor formar e/ou mudar a nossa opinião.

Vamos passar agora a ouvir os nossos convidados.

Concedemos a palavra à Dr^a Clarice Alegre Petramale.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Com a palavra a Dr^a Maria Emília Gadelha Serra. A senhora tem 10 minutos para a sua exposição.

A SR^a MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA – Deram-me 20...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Vinte? Pode ser. Vamos ampliar.

A SR^a MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA – Eu não consigo... O ozônio ainda não faz milagre!

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Vamos ampliar.

A SR^a MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA – Bem, inicialmente eu gostaria de agradecer o convite do ilustre Senador Valdir Raupp, a oportunidade de abrir a discussão para a população brasileira e disponibilizar informação de qualidade a respeito da ozonioterapia.

O objetivo aqui é mostrar que a ozonioterapia realmente interessa para a população brasileira.

Eu teria como passar os eslaides? *(Pausa.)*

Eu sou médica, formada há quase 30 anos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, otorrinolaringologista de formação, e há 20 anos me interessei por uma linha da medicina conhecida como Medicina Biológica Alemã. Um dos recursos dessa linha de conhecimento é a ozonioterapia e, por esse motivo, me envolvi com esse tema.

Ele não está passando. *(Pausa.)*

Bem, a ozonioterapia é uma técnica de uso secular, é uma técnica segura, com aplicação ambulatorial, como vocês verão, simples e, portanto, tem baixo custo de equipamentos e insumos. É consagrada em vários países em todo o mundo. Ela otimiza o resultado de outras técnicas de tratamento. É útil como tratamento complementar ou até mesmo isolado em várias enfermidades. Ela pode gerar economia substancial de recursos do SUS e aumenta a qualidade de vida das pessoas tratadas.

Próximo.

A ozonioterapia já era utilizada amplamente na Europa e nos Estados Unidos da América no século XIX.

O seguinte.

A ação germicida do ozônio já era conhecida na Alemanha em 1890, numa época em que não existiam antibióticos ainda. Então, essa demonstração da atividade bactericida contra diversas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bactérias já era um conhecimento presente na Alemanha. A tuberculose era tratada com ozonioterapia em 1911. Lembro que o primeiro antibiótico só apareceu, só foi descoberto, em 1928. Então, nós estamos falando de uma técnica que antecede o uso dos antibióticos em medicina.

Aqui vocês podem ver um mapa do mundo mostrando onde existem sociedades médicas de ozonioterapia. Portanto, pode-se ver que é uma prática utilizada mundialmente e amplamente difundida.

A ozonioterapia é utilizada em todos os hospitais governamentais na Rússia – esse é o manual do Ministério da Saúde da Rússia – há muitas décadas. Na Alemanha, os seguros de saúde reembolsam os procedimentos de ozonioterapia desde a década de 80. Ela também vem sendo incorporada ao sistema público de saúde de países como Portugal, Espanha, Itália, China, além de Cuba, desde a década de 80 também.

E, no Brasil, como é a situação?

Eu represento aqui a Associação Brasileira de ozonioterapia. A nossa associação é coligada à Federação Mundial de ozonioterapia e à Cooperação Europeia de Sociedades Médicas de ozonioterapia. No Brasil, a ozonioterapia foi reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia como um procedimento odontológico legítimo em 2015, depois de apenas dois anos de avaliação. Aqui vocês podem ver a Resolução CFO 166/2015, em que todas as áreas da odontologia moderna são contempladas: dentística, periodontia, endodontia, cirurgia, dor e disfunção da articulação temporomandibular e, em especial, necrose de maxilares.

Uma pergunta que não quer calar é se a boca faz ou não parte do corpo humano. Uma vez que a ozonioterapia pode ser utilizada em todas as áreas da odontologia, por que motivo ela não poderia, já que é o mesmo gás e a injeção é feita da mesma forma, basicamente ser utilizada no resto do corpo humano?

Então, nós precisamos entender um pouco mais do que trata a ozonioterapia.

A ozonioterapia vai utilizar uma mistura de gases, oxigênio e ozônio, a partir de um gerador de ozônio medicinal. É um equipamento simples em que entra oxigênio medicinal. Esse aparelho, em geral, dá uma descarga elétrica de cerca de 15 mil volts no oxigênio, dissocia as moléculas de oxigênio e as reagrupa como ozônio. E, quando sai naquela seringa didaticamente preenchida com um líquido azul... Na verdade, é um gás, é sempre uma mistura gasosa, oxigênio e ozônio, que tem apenas 5% de ozônio no máximo. No entanto, é o ozônio que faz o efeito biológico. Por esse motivo, a ozonioterapia é conhecida também como oxigênio-ozonioterapia, já que a maior parte da mistura se compõe de oxigênio. O ozônio é uma pequena parte; porém, é a parte efetivamente eficiente do ponto de vista biológico.

Quando nós praticamos a ozonioterapia, precisamos basicamente de um gerador de ozônio medicinal, um torpedo de oxigênio medicinal puro, esse gerador, conexões, seringas, agulhas, sondas, equipos, material de assepsia, eventualmente uma toca, uma bolsa plástica e uma banheira, no máximo. Esses são materiais que existem em qualquer posto de saúde em todo o Brasil, não há nenhuma dificuldade. E o equipamento é um equipamento de custo baixíssimo, que exige apenas uma revisão anual e que pode ser utilizado em todas as áreas de aplicação de ozonioterapia. Então, não existe necessidade de se comprar um equipamento para cada área de aplicação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A única contraindicação absoluta é a deficiência grave de uma enzima, que é uma questão genética que precisa ser dosada anteriormente ao início dos tratamentos. De resto, são todas situações que podem ser contornadas e corrigidas antes da prática. Daí, o conhecimento dessas questões demanda que a ozonioterapia seja um procedimento médico, pois demanda diagnóstico médico antes que a indicação dos procedimentos seja realizada.

E como é que a ozonioterapia age? A ozonioterapia se baseia na aplicação dessa mistura gasosa oxigênio/ozônio.

Nós sabemos quanto ao ozônio, desde 2002 – artigo da *Science* documentou isso –, que o nosso organismo humano fabrica ozônio no processo de ativação de anticorpos. Portanto, o ozônio é uma biomolécula e não é possível ter alergia a ozônio. E os mecanismos de ação da ozonioterapia são conhecidos há várias décadas.

O que nós sabemos sobre ozonioterapia? Que ela otimiza a liberação de oxigênio nos tecidos e a fluidez do sangue, modula a cascata inflamatória por conta da ação sobre as citocinas inflamatórias, libera óxido nítrico, faz vasodilatação, modula o sistema imunológico, melhora a drenagem linfática, tem um efeito de quebra de gorduras, libera fatores de crescimento que possibilitam a regeneração de tecidos variados, em especial cartilagens, tem um efeito germicida já comentado e ela regula também o metabolismo de órgãos como o fígado, os rins e a tireoide e, principalmente, estimula a síntese de enzimas antioxidantes dentro dos tecidos, o que vai promover a proteção das células normais. Ela é muito interessante em pacientes oncológicos, porque as células tumorais não têm esse sistema antioxidante eficiente e elas são lesadas pela mistura gasosa.

Então, aqui vocês veem o caso de um sangue, uma amostra de sangue de um paciente aqui do lado esquerdo, que apresenta esse chamado Fenômeno de Rouleaux, empilhamento das hemácias, e, nos dez minutos seguintes, a ação do ozônio. Isso acontece basicamente porque o ozônio vai adicionar cargas elétricas negativas na membrana das hemácias, vai fazer com que as hemácias se soltem, readquiriram flexibilidade e possam caminhar na microcirculação de forma mais eficiente levando oxigenação dos tecidos.

A ozonioterapia também regula o sistema imunológico, diminui a inflação. Existem vários trabalhos na literatura mundial em osteoartrite, artroses de joelho e coluna. E a ozonioterapia também reduz o estresse oxidativo por aumentar a síntese das três principais enzimas antioxidantes dentro das células, o que protege as células normais.

E como se aplica a ozonioterapia?

Nós podemos aplicar ozonioterapia por via tópica, local ou sistêmica. No caso tópico, a primeira aplicação é a aplicação de uma simples bolsa plástica, em que você retira o ar ambiente manualmente ou com um sistema de vácuo e enche essa bolsa com ozônio.

Nós podemos usar também a água ozonizada, num mecanismo chamado hidrozonioterapia, aplicação da água com ozônio para a remoção e limpeza de feridas, de detritos celulares e limpeza de feridas e ação bactericida do ozônio.

Nós podemos também utilizar o óleo ozonizado como curativo de demora para feridas ou para tratamento de sinusites, por exemplo.

Nós podemos fazer as aplicações locais, sejam subcutâneas, articulares ou musculares, e nós podemos fazer as aplicações sistêmicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui vocês veem uma grande auto-hemoterapia. Essa paciente aí deitada sou eu, há muitos anos. Esse é meu professor alemão, Dr. Hans-Eberhard. Eu sobrevivi à aplicação, como vocês podem ver, não morri – vocês não estão vendo um fantasma!

É uma técnica muito simples, porque ela basicamente remove, por um sistema estéril, como se fosse uma doação de sangue, entre 50ml e 200ml de sangue. Esse material é coletado num frasco de vidro ou numa bolsa plástica resistente à ação do ozônio. É introduzido o ozônio, a mistura gasosa oxigênio/ozônio. Esse sangue muda de cor e ele retorna, no mesmo acesso venoso, no braço no nosso paciente.

E nós podemos fazer também a pequena auto-hemoterapia, como é conhecida a auto-hemoterapia tão difundida, apenas com a diferença de já ter ozônio dentro da seringa.

A insuflação retal. Utiliza-se uma sonda por via retal. É muito útil em idosos que tenham dificuldades de acesso venoso e em crianças, para não ter efeitos traumáticos.

Aqui eu trago para vocês uma experiência com pacientes diabéticos em Cuba. Cuba desenvolveu essa técnica em função de limitações econômicas. Desde a década de 80 esses trabalhos foram feitos combinando técnicas de bolsa plástica, insuflação retal e aplicação do óleo ozonizado. Eles têm patentes de óleo ozonizado específicas, com índices de peróxidos controlados.

E aí vocês podem ver aqui a ação dessa combinação de técnicas de ozonioterapia numa ferida de pé diabético. Ali são apenas vinte dias promovendo essa melhora. Para que vocês tenham uma ideia, uma ferida média pode demorar a cicatrizar entre oito meses e um ano e dois meses, demandando uma série de curativos e cuidados, além do absenteísmo e da sobrecarga financeira para o governo em relação ao afastamento dessa pessoa do seu trabalho. Com a ozonioterapia o fechamento da ferida acontece entre vinte dias e dois meses apenas. Então, é bem contundente a ação da ozonioterapia nesses casos.

Em resumo, nós usamos ozonioterapia para tratamento de dor. Aqui vocês veem a aplicação de ozônio numa área com dor, mostrando aquela vermelhidão, a hiperemia que acontece na área em que existe inflamação. Esse é um método de detecção de mentira também, muito útil: se o paciente disser que quer um atestado para deixar de trabalhar, você aplicar ozônio e não ficar vermelho, ele está mentindo. Muito bom!

Tratamento de feridas. É a outra técnica que eu já coloquei, muito útil em pé diabético. Então, vocês veem aqui: esse é o efeito apenas de água ozonizada em pé diabético. Na diabetes se sabe, se conhece, que 50% dos pacientes diabéticos, depois de vinte anos de doença, vão desenvolver neuropatia diabética. São problemas nos nervos, na sensibilidade. Trinta por cento dos pacientes com diabetes desenvolvem úlceras nos pés, 80% são de causas neuropáticas, e o risco de amputação é de quinze a quarenta vezes maior em paciente diabéticos. Isso é muito importante, porque um paciente diabético que utilize a ozonioterapia pode reduzir de 50% a 80% o risco de amputação. Isso, para uma pessoa correndo o risco de uma amputação, é um número expressivo.

Nós também conhecemos a ação da água ozonizada sobre queimaduras, promovendo uma cicatrização altamente eficiente, sem retrações.

Aqui vocês podem ver... As imagens são meio fortes. Nem todos são médicos, não estão acostumados, mas é importante que vocês conheçam e vejam isso. Aqui é o hidrozônio, apenas água





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ozonizada em úlcera venosa. Vocês veem depois de 25 dias de tratamento e depois de 30 dias de tratamento.

Depois nós vamos pensar no tratamento da ozonioterapia em infecções: infecções por bactérias, por fungos, por vírus. Nenhum microorganismo é capaz de resistir aos encantos oxidantes do ozônio. Isso é muito importante.

No momento em que nós vivemos já uma ameaça de infecções hospitalares por superbactérias resistentes a todos os antibióticos, a ozonioterapia se coloca como uma técnica muito importante no controle dessas superinfecções.

Existe um trabalho publicado no Brasil pela Faculdade de Medicina da USP que trata do efeito do gás ozônio, reproduzindo o modelo em laboratório de uma bolsa plástica com entrada e saída de ozônio e as bactérias estudadas, as dez superbactérias, inclusive a KPC.

Como comentei, a ozonioterapia é uma mistura sempre de oxigênio e ozônio. Então se poderia pensar que foi o oxigênio que fez o efeito. Vocês viram o crescimento bacteriano que acontece. O oxigênio não impede o crescimento bacteriano. Ali, à direita, vocês podem ver o crescimento acontecendo. Depois de trinta minutos, não se inibe o crescimento. E com o ozônio, mesmo aplicado nesse modelo, só topicamente, com concentrações baixíssimas, de apenas 1,2 microgramas por ml, já foi suficiente para inibir o crescimento bacteriano. Então, na ozonioterapia, nós utilizamos essa mistura gasosa sempre dentro de uma janela terapêutica entre um a cem microgramas. É uma janela terapêutica altamente estudada, segura e eficiente.

Aqui é o resultado do trabalho, mostrando que todo o grupo de bactérias expostas a ozônio, em todas as concentrações, teve o seu crescimento inibido. Isso tem um potencial enorme de controle de infecções hospitalares, para a desinfecção de equipamentos, por exemplo.

Mais recentemente se tem visto a aplicação da ozonioterapia para o tratamento de autismo. Essa é a observação de uma prática que se desenvolveu amplamente no Brasil a partir de uma experiência internacional de Cuba e do Chile, de pesquisadores de lá. Muito interessante: as mães de crianças autistas importaram protocolos de tratamento de ozônio, inclusive com a aquisição de equipamentos geradores de outros países, já que, na ocasião, não existiam nem equipamentos registrados aqui, no Brasil, pela Anvisa. E elas organizaram um congresso para mostrar os benefícios nas suas crianças a partir do ozônio.

Basicamente, nós observamos as crianças, e a BOS (Associação Brasileira de Ozonioterapia) aprimorou uma tabela de insuflação retal para uso nessas crianças por quilo de peso. O que se vê, o efeito mais exuberante, é o retorno da fala dessas crianças. Crianças que não falavam, que nunca falaram, eventualmente começam a falar, depois de três a quatro semanas de aplicação por insuflação retal de ozônio.

Por último, uma área emergente é o tratamento de câncer com ozonioterapia. Então, o que se sabe já, de publicado na literatura norte-americana, diz respeito às complicações de radioterapia sendo minimizadas e os efeitos colaterais da quimioterapia também minimizados.

Basicamente, uma ação muito boa da ozonioterapia é a melhoria das condições de baixa de oxigenação, situação que faz com que os tumores proliferem.

Eu trouxe o caso de um paciente com adenocarcinoma – essa lesão que parece um camarão. Depois de quatro meses, apenas cicatrizes. Este paciente só fez radioterapia e ozonioterapia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combinados, não foi submetido a nenhuma cirurgia: com regressão, está há dois anos em seguimento com controle completo da sua doença. Ele tinha indicação de uma cirurgia extensa abdominal com ressecção de boa parte do seu intestino. Aqui os laudos comprovando o adenocarcinoma prévio e a cicatriz sem atipias na amostra da biópsia.

Nós vamos ter aqui a ...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA – ... apresentação de câncer – o Carlos vai falar. É segura.

Nós sabemos, a partir da sociedade alemã de ozonioterapia: 5,6 milhões tratamentos, 40 casos de efeitos colaterais mínimos, apenas seis óbitos – na literatura, esse é o trabalho. Ou seja, são 0,7 incidentes em 100 mil aplicações, dando um risco de apenas 0,0007%, óbitos: seis. Isso dá um risco de 0,0001%. E houve apenas uma morte descrita na literatura do governo norte-americano desde 1966.

O Vioxx, um anti-inflamatório que foi retirado do mercado, causou 60 mil mortes em apenas quatro anos somente nos Estados Unidos.

Existem evidências científicas? Existem para hérnia de disco, mostrando que é altamente eficiente, que funciona em todos os grupos estudados. Esse é um trabalho multicêntrico entre o Canadá, a John Hopkins, Estados Unidos e a Itália. No Brasil também existe revisão sistemática em coluna, mostrando a aplicação em dor lombar, em dores em geral e lombociatalgia. Essa é a revisão sistemática das aplicações sistêmicas de ozônio, mostra o alto nível de evidência. Existem *guidelines* internacionais mostrando isso.

E quais são os benefícios econômicos para o SUS?

A Drª Celina terá a oportunidade de apresentar. Nós ficamos altamente surpresos com os benefícios. Em geral, resumidamente, há entre 20% e 80% de economia dos recursos do SUS com a introdução da ozonioterapia no sistema público de saúde brasileiro. Isso não é pouco!

No momento em que nós vivemos um caos instalado na saúde pública brasileira, é inaceitável, quase criminoso, que os pacientes brasileiros não tenham acesso à ozonioterapia. E ela, principalmente, gera qualidade de vida. Sabe-se que os pacientes sentem um bem-estar adicional durante a ozonioterapia, atletas já... O Zidane, aquele famoso da cabeçada, o Cristiano Ronaldo, o Messi, o Postiga – na Europa, é altamente difundido. Cito, inclusive, o Antonio Banderas. Que tal?

Esta semana a ozonioterapia está na pauta, a população brasileira a está conhecendo mais: está nas bancas numa matéria bem interessante na revista *Veja*.

Eu quero concluir dizendo que a ozonioterapia é uma técnica que seguramente interessa à população brasileira.

Vamos parabenizar o Senador Valdir Raupp por essa iniciativa de trazer a ozonioterapia para o Brasil de forma legal, consciente e totalmente disponível, como deve ser e como já é em vários países sérios em todo o mundo.

Eu agradeço e encerro por aqui. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Queremos agradecer a Drª Emília pela brilhante exposição, altamente elucidativa e esclarecedora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença do nosso Relator do projeto, Senador Edison Lobão, que fez um brilhante relatório, já lido, que possivelmente será votado amanhã – por isso esta audiência pública hoje, para votar o projeto amanhã. E agradeço também a presença do Deputado Federal Walter Occhi, da Dr^a Sandra Krieger Gonçalves, Conselheira Federal, Presidente da Comissão Especial de Direito Médico e da Saúde. Queria agradecer também todas as presenças aqui.

A Dr^a Clarice Alegre já está em condições de fazer a sua exposição.

Tem V. S^a a palavra.

A SR^a CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Boa tarde a vocês.

Hoje, com prazer, estou representando o presidente do CFM, Dr. Carlos Vital, que, por outros compromissos, não pôde vir. Porém, encontra-se a par de toda essa situação, acompanhando-a, e interessado em que as melhores políticas de saúde estejam à disposição do cidadão brasileiro. Esse é o nosso interesse como médicos, como servidores da saúde que sempre fomos. Então, é muito importante que a gente discuta isso com vocês, a oportunidade desta audiência pública traz essa possibilidade.

Então, eu vou começar tratando do PL mesmo, para a gente ter um foco bem correto sobre isso.

Pode passar o próximo por favor.

O PL 227, de 2017, é bem enxuto. Ele basicamente autoriza a prescrição de ozonioterapia como tratamento de medicina complementar. Então, ele está trabalhando na linha das medicinas que complementam, que podem complementar ou podem até vir sozinhas em alguns tratamentos. Mas, em geral, estamos pensando em uma medicina que complementa a medicina alopática.

O paciente deve ter indicação para o seu uso. Então, deve ser dentro das indicações que a Emília mesmo falou, as que têm mais *expertise*, mais experiência em outros países. E são essas as indicações que serão as mais usadas. É preciso ter equipamentos que produzam esse ozônio de forma medicinal, de forma pura. E, portanto, é importante que esses equipamentos não sejam contrabandeados, que sejam produtos do mercado e que tenham passado pelo aval da Anvisa, que vai ver a segurança desses aparelhos.

E, finalmente, o médico deve ser responsável por informar ao doente que o caráter desse tratamento é complementar, que ele pode fazer junto com outras terapias, não precisa abandoná-las, não é uma seita. É uma coisa que se pode trabalhar em conjunto com outros tratamentos.

Eu queria falar um pouco para vocês sobre as terapias complementares no SUS.

Hoje, desde 2006, nós temos no SUS uma política chamada Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, que reúne várias práticas que ajudam a saúde, ajudam os pacientes a suportarem os desafios da doença, ajudam a curar mais depressa ou até podem resolver problemas de forma isolada. São práticas, então, de uso tradicional, de uso complementar. Antigamente se falava em "medicina alternativa", mas a palavra "alternativa" dá impressão de que não se usa mais nada, de que ela seria a única coisa em lugar de, o que não é verdade. O mais correto é dizer "práticas integrativas e medicina tradicional ou medicinas complementares".

Nesses casos, a comprovação científica é desejável, mas não é imprescindível, porque são técnicas antigas. Podem ser inclusive anteriores, como Emília falou, anteriores aos antibióticos, anteriores também à comprovação das evidências científicas por meio de ensaios clínicos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

randomizados, duplo-cego, que é hoje o que a ciência exige para comprovação de eficácia e segurança de um novo tratamento.

Elas devem ser de uso corrente no País, devem ser conhecidas. Elas não podem apresentar riscos significativos, porque elas vão ser usadas amplamente em postos de saúde. Então, não é um tratamento para ser feito em altíssima complexidade e com altíssimo risco de eventos adversos. Então, o fato de a terapia ser segura e não apresentar eventos adversos por cem anos, duzentos anos, é muito importante para que ela seja candidata a ser uma terapia complementar.

Essas terapias podem ser realizadas por médicos ou não, por profissionais das equipes, por outros profissionais de saúde, terapeutas que estão nesse apoio complementar à cura que os doentes precisam ter. Atualmente, essas ações já são financiadas pelo piso da atenção básica. Temos um valor no Ministério da Saúde, existem tabelas, existe esse piso, e esse piso cobre consultas na atenção básica, consultas normais, e também cobre os tratamentos de medicina complementar e práticas integrativas.

A última portaria dessa política é a 849, de 27/03/2017, que incluiu mais 14 novas práticas nesse programa. Isso inclui, então, medicina chinesa, acupuntura, homeopatia, medicina antroposófica, fitoterapia, termalismo, yoga, ayurveda – a medicina –; arteterapia, dança, meditação, shantala, biodança, reiki, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexologia, terapia comunitária, musicoterapia, um monte de coisas. Então, mostrando que somos não um corpo-máquina que quebrou e precisa de um ajuste no mecanismo, que perdeu o jeito. Somos um ser que integra mente e corpo. As nossas emoções refletem na nossa chance de cura e até no nosso adoecimento. Então, é importante para preservar a saúde e é importante para curar mais depressa várias doenças.

Então, essa portaria já incluiu essas novas práticas, e são vários os profissionais que, no SUS, são habilitados a fazer esses procedimentos. Então, vai desde um arteterapeuta, que, sem dúvida, não é um médico, provavelmente não é, até médicos de várias especialidades, nutricionistas, fonoaudiólogos, o que mostra o caráter multiprofissional das medicinas complementares.

Nossa Senadora chegando!

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – E eu já passo a presidência para a Senadora Marta Suplicy.

Obrigado, Senadora Marta.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Então, continuando – aproveito agora para retomar –, não é só o médico, essas terapias não são atos exclusivos do médico – a medicina complementar –, mas de um grupo de profissionais, dependendo do tipo de prática que se vai fazer e dependendo do tipo de aplicação que se vai fazer também.

Então, todos esses profissionais são reconhecidos no SUS como profissionais que podem desenvolver essas práticas integrativas de medicina complementar. E você vê que há médicos, médicos da família, médicos sanitaristas, médicos clínicos e médicos pediatras, mostrando que ela é ampla, não é uma coisa de super especialidade, é uma coisa difundida.

Então, como prática de medicina complementar, penso que seria muito útil que este PL conversasse, esse grupo que está levando esta alternativa de construir a introdução da ozonoterapia nas medicinas complementares, que houvesse uma articulação com o Departamento de Assistência Básica do Ministério da Saúde, que é quem pode ajudar a eleger essas prioridades e trabalhar em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

cinco mil setecentos e tantos Municípios que temos no Brasil, sendo que 1,7 mil desses Municípios já têm práticas acontecendo em seus centros de saúde, em seus postos de saúde, várias daquelas que eu mostrei, ou alguns daqueles, mas, com certeza, ainda a ozonoterapia não faz parte desse rol de práticas.

Então, o que é importante salientar, o que vai ser priorizado? É a segurança, porque vai ser amplamente difundida a eficácia desse tratamento para aquelas indicações que são as mais correntes em outros países...

(Soa a campainha.)

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – ... e que, portanto, a gente tem mais conhecimento tradicional sobre ele. É importante que haja capacidade operacional na atenção básica para isso.

Parece que é um procedimento simples, não muito complexo. Como Emília mostrou, precisa-se de um equipamento relativamente simples e de fácil instalação e operação.

É preciso que o tratamento seja conveniente, que não seja uma coisa muito difícil de ser aplicada, e é preciso que haja treinamento para que haja expertise profissional para fazer isso mediante protocolos e tudo correndo dentro do combinado.

Essa também é a estratégia da OMS sobre as medicinas tradicionais e as medicinas complementares. Então, desde 2006, a OMS já traz que a atenção básica deve incorporar medicinas além da alopática, medicinas tradicionais e práticas integrativas conhecidas naquelas regiões e, nesse sentido, fez um manual, lá em 2006. Agora saiu uma nova estratégia, bem recentemente, de 2014 a 2023, como se um grande repto fosse feito à rede básica de todos os países para que eles implementassem técnicas que ajudem as pessoas a se curarem mais depressa ou a não adoecer, se possível.

Essa estratégia então – eu botei aqui em espanhol, mas acho que a maioria das pessoas vai conseguir interpretar direitinho. Os objetivos dessa estratégia: o desenvolvimento de uma base de conhecimentos e a formulação de políticas nacionais – o Brasil felizmente já as tem desde 2006, não é necessário criá-las, já existem –; o fortalecimento da segurança, da qualidade e da eficácia mediante uma regulamentação tanto dos aparelhos quanto dos profissionais que a fazem, que a realizam, quanto dos resultados que a gente vai obter – portanto, procurando documentar, publicar estudos que possam elucidar, à luz da medicina moderna, esses benefícios que a ozonioterapia pode trazer –; e, finalmente, fomentar uma cobertura sanitária universal, ser um procedimento que esteja disponível à população já na porta de entrada do SUS, já na porta de entrada de qualquer sistema público de saúde, que é a rede básica.

Então, com isso... Para quem quiser – acho que tenho o *link* aqui –, posso indicar o documento da OMS que pode ajudar vocês também a entenderem qual é essa estratégia.

Aí surge uma coisa complicada e que é importante de a gente definir...

(Soa a campainha.)

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – ...mas na qual a gente não está ainda pensando.

O uso do ozônio em saúde, para vocês, é uma coisa experimental ou é uma coisa tradicional? Se nós estamos falando de uma medicina de duzentos anos ou mais que isso, desde o século XIX,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente eu estou frente a uma medicina tradicional, não a uma medicina experimental, ou seja, a um procedimento tão novo, a um modo de abordar o ser humano tão novo que ainda não há estudos de boa qualidade ou em número suficiente para dizer que ele já passou da fase experimental e ele já pode ser aplicado a todas as pessoas que dele precisarem.

Aí é que entra o CFM. O CFM entra na decisão, ou na regulamentação, relativa ao procedimento que é experimental e do procedimento que já é convencional. Experimental é aquilo que é superno e, portanto, pode gerar uma insegurança muito grande para os doentes, em termos da segurança mesmo do procedimento, e também uma insegurança quanto à eficácia. Será que a eficácia que parecia haver realmente ocorre na prática? Essas perguntas têm que ser respondidas por quem vai analisar um procedimento novo, pouco conhecido, numa via de entrada no paciente diferente da via normal muitas vezes.

Eu dou como exemplo as técnicas de cirurgia fetal. As técnicas de cirurgia no feto são procedimentos novos. Abordam uma via nova, que ninguém tinha ousado ainda usar. Não é o caso, no meu entendimento, da ozonioterapia, que usa canais e vias normais, que a medicina já usa há muitos anos.

E por que o CFM entra nessa questão quando o procedimento é novo e surge a dúvida de que ele seria experimental? Porque as agremiações médicas devem zelar por esses limites que contribuam para o bom resultado desses tratamentos e para a credibilidade da profissão médica.

Hoje nós tivemos a premiação da Ordem do Mérito Médico. O nosso presidente hoje foi contemplado pelo Presidente Temer com essa ordem, o que mostra que é de interesse público o avanço da saúde segura e eficaz.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Terminando?

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Terminando.

O ato médico diz que se compreendem, entre as competências do Conselho, editar essas normas que vão definir o caráter experimental de um procedimento e o caráter, então, convencional – aquele que pode já ser usado por qualquer médico.

(Soa a campainha.)

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Eu já falei um pouco: a demonstração científica de eficácia, segurança e efetividade para uma dada indicação clínica é que é importante para o procedimento experimental. Os ensaios clínicos randomizados com controles e comparadores adequados, procedimentos bem estabelecidos na prática médica, profissionais capacitados disseminados pelo País são muito importantes – se não houver quem faça bem o procedimento, com expertise, ele vai ser um problema –, assim como equipamentos registrados na Anvisa e a necessidade ou não de mais estudos.

Responder a essas perguntas é que vai fazer o CFM poder dizer, por meio de sua câmara técnica de inovação, "esse procedimento ainda está em experimento" ou "esse procedimento já é um procedimento consolidado".

A ozonioterapia também foi submetida ao CFM – e é por isso que eu estou aqui – para o tratamento de uma condição clínica específica para a qual existe mais evidência. Existem estudos italianos, existem estudos espanhóis sobre o tratamento usando ozônio – em vez de usar corticóides,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo – na hérnia de disco lombar. Então, foi submetido ao CFM. No passado já foi analisado como experimental e, agora, está sendo ressubmetido.

Muito obrigada. Desculpe-me por passar do horário. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada à Srª Clarice Alegre Petramale.

Com a palavra o Sr. Carlos Eduardo Faraco Braga.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Pela ordem.) – Srª Presidente, eu desejava permanecer aqui até o final das exposições, todavia, atormentado por afazeres inúmeros, não poderei ficar até o final.

Em audiências públicas como esta, é natural fazerem-se perguntas. Não pretendo fazê-las, mas apenas trazer um testemunho, ou dois, a respeito dessa matéria.

Há 20 anos eu era dono de uma voz bonita – não sou mais – e usava intensamente as cordas vocais. Fui perdendo a intensidade dela. Submeti-me a uma cirurgia na França, a duas nos Estados Unidos e a duas no Einstein, aqui no Brasil, e, confesso, não encontrei a cura devida. A Drª Emília se propôs a fazer um trabalho com ozônio e tentar pelo menos estabilizá-la, e a experiência, para mim, obteve sucesso. Não voltei a ter a voz antiga, mas melhorei significativamente.

A Drª Emília escreveu um tratado a meu respeito, a respeito do meu caso, que guardo comigo com muito orgulho – são 300 páginas, um tratado.

Ontem eu fui ao Hospital Sarah Kubitschek com intensas dores, oriundas de uma tendinopatia crônica e de uma bursite. Encontrei-me com a Drª Emília, e ela se propôs a fazer umas aplicações de ozônio. Curou-me? Não, mas eu estou significativamente melhor. Estou até sem a proteção do braço aqui hoje.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, melhor que qualquer pergunta é esse testemunho.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Esses são os meus testemunhos, que, por dever intrínseco, resolvi fazê-los. Acredito nesse tipo de tratamento porque sou beneficiário dele e estou pronto para ajudar a divulgar a técnica que hoje já se conhece. Sou o Relator do projeto aqui e havemos de votá-lo amanhã sob a presidência de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se V. Ex estiver presente amanhã, eu retorno a relatoria *ad hoc*, que, para prosseguirmos, a gente já leu.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas o farei com o maior prazer, a maior defensora...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone.*) – Mas é amanhã que vai ser votado?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vai ser votado amanhã na Comissão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Estaremos aqui.

Era esse o testemunho que pretendia trazer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ótimo.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bonito testemunho, Senador Lobão.

A SRª MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA (*Fora do microfone.*) – Posso dar um beijo nele?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Claro.

A SRª MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA – Eu vou pedir licença, eu tenho que dar um abraço e um beijinho nele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele vai entrar extrapauta amanhã, viu?

Raupp, vai entrar extrapauta amanhã.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone.*) – Ótimo, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Lobão, nós vamos entrar extrapauta e combinaríamos que, na hora que V. Exª chegar, colocamos em votação, porque sabemos que V. Exª preside quase ao mesmo tempo a Comissão de Justiça; chegando, a gente põe extrapauta.

Com a palavra o Sr. Carlos Eduardo Faraco Braga, Presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru.

O SR. CARLOS EDUARDO FARACO BRAGA – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Ex^{ma} Srª Senadora Marta Suplicy, a quem inicialmente agradeço pelo convite para participar desta audiência na qualidade de paciente da ozonioterapia; o Ex^{mo} Sr. Senador Valdir Raupp, eminente autor deste projeto de lei que será um marco na saúde pública deste País; o Senador Edison Lobão, brilhante Relator deste projeto de lei, com o seu testemunho sobre a eficácia da ozonioterapia. Quero também cumprimentar aqui os participantes desta Mesa: a Drª Clarice Petramale, a minha querida amiga Maria Emília Gadelha Serra e o Dr. Artur Felipe Brito, do Ministério da Saúde.

Eu sou advogado, fui professor de Direito Financeiro na Faculdade do Largo de São Francisco, na USP, tenho escritórios de advocacia em Bauru e em São Paulo, sou autor deste livro chamado *O que aprendi com o câncer*, que traz um relato da minha experiência com o tratamento convencional, mas, acima de tudo, com as terapias naturais bioidênticas, especialmente a ozonioterapia, que eu pratiquei durante o meu tratamento oncológico e que, posteriormente, me possibilitou estar aqui, após cinco anos, com uma saúde melhor do que eu tinha antes da doença.

Esse livro tem a sua renda destinada integralmente ao Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru, entidade que eu fundei e presido. É uma entidade que trata pacientes oncológicos de forma totalmente gratuita e apenas pessoas carentes. Lá é um centro de apoio, não é um centro de cura. Nós oferecemos inúmeras terapias, mas principalmente o ozônio, como terapias complementares para aumentar a saúde dessas pessoas. Todo o financiamento dessa entidade é privado, basicamente da minha família. Não recebemos verbas públicas, e é o único centro no Brasil que trata pessoas pobres, carentes na acepção da palavra, de forma gratuita, com o ozônio.

Então estou aqui para trazer um breve relato do que o ozônio fez e faz pela minha vida e pela minha saúde.

Em 2012, em junho de 2012, eu fui diagnosticado com câncer de esôfago, na parede externa do esôfago, numa região chamada mediastino, com o comprometimento de pulmão e traqueia, estágio 4, inoperável. Tive o privilégio, infelizmente concedido a poucos no Brasil, de me tratar no Hospital Sírio-Libanês com as melhores equipes médicas, um tratamento particular, e fiz o tratamento convencional proposto, quimio e radioterapia, antes de uma possível cirurgia, porque a cirurgia não era possível, como eu disse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiz o tratamento todo e fiquei extremamente debilitado. Somente quem já fez quimioterapia deitado numa cama de hospital sabe o quanto dói na alma, não é que dói no corpo. Fiz todo o tratamento e, ao final do tratamento, como já era a previsão médica, terminei internado, não pelos tumores em si, ou pelo tumor, mas por uma simples infecção de um fungo no esôfago, chamado *Candida Albicans*.

Esse fungo me levou para o hospital, onze dias internado, 98 injeções de morfina, 1 quilo a menos por dia, pânico medicamentoso pelo excesso de remédios que eu tomei e, no 11º dia, uma injeção experimental americana, 14 seguidas, porque nenhum remédio tradicional matava um fungo tão simples. No 11º dia o médico me deu alta dizendo que, se eu ficasse no hospital, o protocolo num caso como esse seria de alimentação enteral. A alimentação enteral é um dos maiores focos de infecção hospitalar que existe. Se eu contraísse uma infecção por uma bactéria resistente, por exemplo, eu iria para a UTI e, da UTI, eu iria a óbito. Então eu correria um grande risco de sucumbir, não mais pelo tumor, que, provavelmente, já nem estava mais ali, mas eu iria sucumbir por um efeito adverso, pelos efeitos deletérios de um tratamento tradicional de quimio e radioterapia.

Bom, fui para casa e perguntei a ele: "É para eu morrer em casa?" Ele falou: "Não, é para você não morrer no hospital." Então já foi um grande alívio. Fui para casa e, naquele dia à noite... Eu já conhecia uma médica que tratava com ozonioterapia, e ela me deu água ozonizada. Tomei por duas noites e um dia água ozonizada de meia em meia hora. Na manhã do segundo dia eu já não tinha mais a dor, não tinha mais a infecção, e eu consegui, após 11 dias, me alimentar.

Fiz o tratamento em casa, porque eu não tinha condições de me locomover, com ozonioterapia retal, com auto-hemoterapia menor e, quando era possível, o acesso venoso a auto-hemoterapia maior. Fiz por 42 dias, descansei mais uns dez dias na minha casa e, ao final, então, de 60 dias após a última radioterapia, eu fui fazer os exames pré-operatórios. Para surpresa dos médicos, existia apenas uma cicatriz, e o PET-scan não apontava nenhum tipo de atividade celular cancerígena. Mesmo assim, os médicos queriam operar, porque, segundo o protocolo de câncer de esôfago, retira-se o esôfago. Eu já estava fazendo todo esse tratamento, já tinha mudado a minha alimentação, já estava tomando suplementação de minerais, vitaminas, enfim, e já sabia o potencial que eu tinha para não me submeter àquela cirurgia. Os médicos falaram que o risco de eu voltar dali a seis meses com uma nova atividade cancerígena seria muito grande, e o meu quadro seria pior.

Pois bem, eu me recusei a fazer a cirurgia, porque os exames não apontavam absolutamente nada, e continuei por mais 90 dias fazendo todo esse tratamento com ozônio. Incrementei a questão alimentar, incrementei a questão suplementar, a atividade física, enfim, um estilo de vida saudável. Voltei após 90 dias, com o oncologista e com o cirurgião, grandes amigos meus, por sinal, brilhantes profissionais, e eles ficaram abismados. Eu voltei lá depois de 90 dias, em março de 2013, praticamente como eu estou hoje aqui conversando com vocês. Desde então, são cinco anos. Faço ozonioterapia semanal. Faço auricular – porque o meu câncer foi nas vias respiratórias –, de três a quatro vezes por semana, ozônio retal e auto-hemoterapia menor. São cinco anos, como eu disse logo no começo, com uma saúde que eu jamais pensaria que alguém poderia ter e muito melhor do que a que eu tinha antes de ficar doente.

Então, eu sou testemunha, o meu corpo, a pessoa que vocês estão vendo. Eu posso dizer para vocês: a ozonioterapia só faz bem. E, no nosso centro, em Bauru, há um tratamento complementar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ajuda o paciente a ter saúde para aguentar o tratamento, aumenta o sistema imunológico, diminui os efeitos deletérios de uma quimio e de uma radioterapia e dá uma qualidade de vida melhor e uma saúde melhor, justamente complementando o tratamento oncológico tradicional, ou seja, trata a saúde para que com mais saúde a pessoa tenha condições de vencer a doença.

Então, é esse o testemunho que eu trago para vocês. O nosso centro em Bauru está à disposição de qualquer pessoa que quiser nos visitar. Tivemos a visita da TV Record também neste último fim de semana.

Quero dizer para vocês, do fundo da minha alma: uma pessoa que tem câncer deitada em uma cama de hospital não quer ter razão; ela só quer viver.

Senador Raupp, Senadora Ana Amélia, Senadora Marta Suplicy, está na mão de V. Ex^{as} mudar a saúde no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Belo e veemente apoio. É interessante, quando a experiência fala e vem de uma forma tão de dentro, como ela comove a todos. É impressionante! É uma experiência fantástica, vivida, testemunhal.

O SR. CARLOS EDUARDO FARACO BRAGA – Eu vou entregar um livro para cada uma das Senadoras e dos presentes na mesa ao final dos nossos trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou ler com muita atenção. É realmente animador.

Agora, vou passar a palavra ao representante do Ministério da Saúde, Sr. Artur Felipe Siqueira de Brito.

O SR. ARTUR FELIPE SIQUEIRA DE BRITO – Boa tarde a todos!

Primeiramente, agradeço a oportunidade de, em nome do Ministério, estar falando não apenas do processo de disponibilização da ozonioterapia para a população, mas de trazer todo o processo de incorporação de tecnologias a serem submetidas.

Cumprimento a todos, na pessoa da Senadora Marta Suplicy.

Meu nome é Artur, sou farmacêutico. Estou à frente da Diretoria do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, que atua hoje como Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, a Conitec.

A Conitec foi criada em 2011, através da Lei nº 12.401 e do Decreto nº 7.646, alterando a lei do SUS, dispondo sobre assistência terapêutica e incorporação de tecnologias em saúde no SUS, e tornando claro que a incorporação, hoje, deve ser baseada em evidências científicas acerca da sua eficácia, efetividade, segurança para o uso nos pacientes, e estudos de avaliação econômica e impacto orçamentário. Passamos por consultas públicas antes de toda decisão final, em que qualquer pessoa pode entrar e opinar. Temos formulários tanto para contribuições técnicas quanto para contribuições sociais. Temos hoje um prazo total de avaliação em torno de 180 dias, podendo ser prorrogável por mais 90.

Toda incorporação leva a uma alteração ou a uma criação de um novo protocolo clínico e diretriz terapêutica, para saber como essa tecnologia vai ser utilizada na população. E o próprio marco veda o uso e a avaliação de qualquer tecnologia que esteja sem registro na Anvisa e que ainda seja considerada formalmente como um procedimento experimental, o que é um dos assuntos a serem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatidos aqui hoje. Assim, a Conitec é um órgão colegiado de caráter permanente com o objetivo de assessorar o Ministério da Saúde no uso dessas tecnologias, com relação à incorporação, exclusão ou alteração dessas tecnologias no SUS.

Hoje a Conitec é uma plenária. Nós temos 13 membros representados. Desses, sete são das secretarias do Ministério da Saúde, e temos membros do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, Conselho Nacional de Secretários Estaduais, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Anvisa. Nós, do DGITS, atuamos como a Secretaria Executiva da Conitec.

Dentro da estrutura do Ministério da Saúde, nós fazemos parte da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, que é a secretaria responsável por todo o ciclo de vida das tecnologias em saúde hoje. Temos uma equipe multidisciplinar e também o apoio de instituições parceiras que nos auxiliam nessas avaliações e nas confecções dos relatórios técnicos.

Esta é a nossa missão, como DGITS: qualificar todo processo decisório de avaliação de tecnologias hoje. Temos a visão de ser reconhecidos pela excelência na gestão e incorporação dessas tecnologias em saúde e quatro objetivos estratégicos, que são: contribuir para a qualificação das decisões judiciais; aprimorar o processo brasileiro de avaliação de tecnologia em saúde; ampliar e qualificar a participação social – porque nós entendemos, não só por ser um atributo do SUS, que é de fundamental importância para o processo decisório essa participação de quem realmente é o interessado, do agente que vai ser beneficiado com o uso dessas tecnologias –; e dar visibilidade ao processo de gestão e incorporação de tecnologias em saúde.

Este é o fluxo, hoje, de como acontece o processo de avaliação até a decisão final. Nós da Conitec recebemos um pedido de incorporação – vou passar, mais à frente, o que deve conter nesse dossiê –; como DGITS, analisamos todos esses estudos; se for necessário, solicitamos estudos complementares e levamos para uma primeira apreciação, a apreciação inicial, na plenária da Conitec. Após a decisão preliminar, seja favorável ou desfavorável à incorporação, esse processo é submetido a consulta pública, passa por 20 dias de consulta pública, e volta para a plenária, de onde sai uma decisão final; e o secretário da SCTIE pode acatar a decisão ou solicitar uma audiência pública para ter a decisão final publicada em *Diário Oficial*, com relação àquela tecnologia avaliada.

Hoje o requisito, o dossiê de submissão deve conter estes itens: um formulário integralmente preenchido; ter o número e a validade do registro na Anvisa; evidência científica que comprove a eficácia e a segurança dessa tecnologia em avaliação; o estudo de avaliação econômica; se for um equipamento, pode-se fazer a submissão juntamente com a amostra do produto; e ter um preço fixado na Câmara de Medicamentos (CMED), que regula os preços para comercialização dos produtos.

Então, aqui, um resumo de tudo o que foi dito: nós temos 180 dias, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 90, para a avaliação dessa tecnologia, desde a solicitação de incorporação até a publicação da portaria em *Diário Oficial*, e o Ministério da Saúde tem mais 180 dias para disponibilizar, após decisão favorável ao processo de incorporação, para a população o uso.

Trazendo o conceito do que é a avaliação de tecnologias: é a síntese do conhecimento produzido sobre as implicações da utilização das tecnologias em saúde e constitui subsídio técnico importante para a tomada de decisão final.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns aspectos são considerados para a avaliação. Nós temos toda uma questão clínica, uma questão técnica que é o primeiro ponto a ser olhado. Tem de haver evidência de segurança, tem de haver evidência de eficácia. Após isso, nós fazemos toda a análise econômica, sem deixar de lado as contribuições sociais e as contribuições de logística para implementar essa tecnologia hoje no SUS e no sistema de saúde.

Aqui há alguns dados: nós já tivemos a análise de 579 demandas; a maior demanda é realmente em cima de medicamentos, seguida de procedimentos e produtos, tendo as áreas de infectologia seguida de oncologia como as áreas que mais nos demandam hoje.

A isto eu não preciso me ater. A Drª Maria Emília já expôs muito bem a questão de tudo o que é a ozonioterapia: indicações de uso, formas de utilização, fórmulas tópicas, retal, água ozonizada, aplicações intra-articulares e paravertebrais.

E este é um contexto de como está caminhando a questão da ozonioterapia dentro do Ministério da Saúde. Então, em 2009, foi solicitado um parecer à consultoria jurídica sobre a competência do Ministério em reconhecer a ozonioterapia como terapia aplicável à saúde humana. E aí nós temos de delimitar as competências de cada órgão.

Como Anvisa e como Ministério da Saúde, somos responsáveis pelo controle sanitário da produção, comercialização do produto e serviços, e a incorporação dessas tecnologias; e o Conselho de Medicina fica como responsável por decidir se determinada prática de saúde se classifica como terapia ou experimento, como exposto pela Drª Clarice Petramale.

Em 2011, foi submetida análise do procedimento para indicação de tratamento de feridas – que são duas das ações que já estão liberadas, tanto na prática odontológica como no tratamento de feridas, dentro do Conselho Federal de Enfermagem. À época, deliberou-se por unanimidade por não haver a incorporação para esse fim devido à escassez de literatura de qualidade.

Ainda não foi avaliado pelo Ministério da Saúde para outras indicações devido a essa questão de ser ainda tratado como um procedimento experimental. E só reforço aqui que há um impeditivo legal: “São vedados, em todas as esferas de gestão do SUS: I - o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.”

Aqui o nosso *site*, onde há todas as informações. Isso faz parte do nosso processo de tornar transparente todo o processo decisório da Conitec. Então, tudo que é submetido, todos os relatórios de recomendações de todas as decisões estão disponíveis para consulta. Podem nos acompanhar também pelo Twitter, e temos um aplicativo que pode ser baixado para o sistema Android e o sistema IOS, que gera, inclusive, alertas no celular. Então, tudo que está acontecendo – consultas públicas e decisões publicadas – fica a par de informações da população.

Agradeço a atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

O Senador Raupp pediu que eu lhe desse a palavra. Eu vou dizer que isso é muito excepcional, não se faz isso em audiência pública, mas vamos atendê-lo, para rapidamente a economista Celina Ramalho dar também um testemunho, ou também a Srª Sassenazy Daufenbach.

Não se encontrando na sala...

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, pois não. A senhora é a Celina ou... É a Sasenazy.

Pois não, se puder sentar-se aqui do lado.

A SRª SASENAZY DAUFENBACH – Boa tarde a todos e a todas! Meu nome é Sasenazy. Cumprimento esta Casa de leis na pessoa de V. Exª, Senadora Marta Suplicy, na pessoa da Senadora Ana Amélia e do Senador Valdir Raupp. Eu estou aqui na presença dos senhores para trazer também umas questões alusivas a essa questão da ozonioterapia.

Eu sou Promotora de Justiça no Mato Grosso, e lá começamos um trabalho na Assembleia Legislativa, que foi onde eu conheci a ozonioterapia, indicada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso para participar de uma câmara temática. Lá fizemos trabalhos, passei um ano e meio discutindo, porque nós da área do direito somos muito céticos para todas as coisas. E eu acho que, como o Dr. Carlos disse, a gente termina, nesses contextos, indo a fundo justamente por conta dessas circunstâncias. Não somos médicos, então a gente se permite, nesse momento, principalmente estudar.

O que me chamou a atenção – e é a razão maior da minha presença aqui – é que, nesse contexto de aprendizado acerca da ozonioterapia, eu vi que ela estava para além da minha função ali, naquela câmara temática. Meu filho caçula tem um autismo muito severo, é uma criança não verbal. E, na décima nona sessão de ozonioterapia – meu filho nunca tinha falado papai –, ele se dirigiu até o meu marido e, sem ninguém provocar absolutamente nada, ele falou: "Papai".

Então, eu vejo outras mães muito preocupadas com o destino dos seus filhos. O que será deles? Sinto-me muito mal em saber que o meu filho, Senadora, tem acesso à ozonioterapia e as outras crianças não o têm, seja ela o benefício que for na qualidade de vida do meu filho, além da possibilidade de ele ter tido, ter dado ao meu marido essa chance de ouvir "papai" – e eu me lembro como se fosse hoje o olho do meu outro filho brilhando; não era só o do meu marido, mas o do meu outro filho brilhando por escutar o irmão, pela primeira vez, dizer uma palavra inteira, porque ele era muito pequeno quando o irmão deixou de falar absolutamente tudo.

Eu acho que não há dinheiro que pague isso, e eu nunca poderia nem negligenciar as minhas emoções perante os senhores, ainda que correndo o risco de uma série de julgamentos, porque eu acho que isso não pode ser negligenciado para as outras pessoas. Quem sou eu? Ah, eu fui uma pessoa que galgou uma profissão e tudo mais, mas meu filho é igual a qualquer outra criança; ele tem direito a uma qualidade de saúde melhor.

A ozonioterapia trouxe para ele uma melhora no trato intestinal. É uma criança que tem um trato intestinal mais efetivo; diminuíram as situações de neuroinflamações, que eram muito clássicas no quadro dele; melhorou e modulou a questão da imunidade, que é fundamental. Crianças com autismo têm uma dificuldade muito grande de controlar essas questões imunológicas.

Então, a neuromodulação para ele foi fundamental para que ele pudesse seguir em frente. E, mesmo fazendo ozonioterapia, eu não comentei isso com ninguém das equipes multidisciplinares que o atendem, porque eu sempre fiquei com medo do efeito placebo, aquele que a gente coloca na gente tão positivamente. E todas as pessoas iam comentando o que estava acontecendo, porque ele estava mais apto à vida. Ou seja, ele estava mais atento, ele estava olhando mais, estava melhor como pessoa, como pessoa com saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois que eu disse para eles o que ele estava fazendo, a angústia foi ainda maior. As pessoas perguntam: "Nossa, eu conheço alguém, mas como você faz?" "Ah, eu faço, mas a ozonioterapia não está regulamentada perante a classe médica." Isso causa uma angústia muito grande. Porque, como eu disse, senhores, eu adulto posso delimitar as minhas ações e ir atrás delas, mas uma criança depende sempre da sua família, lembrando que o Estado brasileiro é obrigado a conceder a todo e qualquer cidadão qualidade de vida e saúde.

Então, Senadores, como já disse o Dr. Carlos, cabe a nós e principalmente aos Srs. Senadores da República, a esta Casa de leis, bicameralmente, analisar com cuidado, conversar, discutir a matéria e não deixar que esse limbo às vezes de um ou outro interesse mascare a finalidade, porque nós não estamos falando de fazer ozonioterapia lá no consultório de doutora, mas nós estamos falando da inserção dentro sistema de saúde.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço a fala da senhora, que é uma fala extremamente importante, e eu acho que ela arredonda os três depoimentos: o depoimento do Senador Lobão, que era um problema de voz, depois um problema de dor; um depoimento muito forte em relação ao complemento ao tratamento tradicional de câncer; e agora a senhora, que fala do tratamento para uma criança autista e os benefícios que essa criança pôde receber com o tratamento de ozônio.

Acho que realmente os três são depoimentos muito contundentes para nós, que não tínhamos aqui a informação sobre o que é o tratamento. Ainda sabemos muito pouco do tratamento, mas já sabemos que ele dá resultados para uma gama de problemas variados.

Eu agradeço o seu depoimento e, agora, passo às perguntas dos Senadores...

Ah! Chegou a Srª Celina Ramalho, economista, que vai dar um testemunho também.

A SRª CELINA RAMALHO – O meu testemunho é acerca de uma pesquisa em economia da saúde que eu faço desde há 20 anos, na ocasião do meu mestrado e doutorado na Fundação Getúlio Vargas, onde eu aprendi muito com o eterno Prof. Eduardo Suplicy sobre políticas públicas.

Eu fui procurada pela Aboz, pela demanda dessa frente aqui para o Senado Federal, fiz um levantamento em economia da saúde, a partir das primeiras comprovações estatísticas de outros países que já aplicam regularmente a prática, e encontrei para o Brasil similaridades estatísticas absolutamente chocantes, que complementam e vêm ao encontro do interesse desta audiência.

Essas estatísticas comprovam que ocorreram melhoras expressivas em curto período de tempo em pacientes ozonizados. Essa redução de custos chega a 20% ou até a 80% com resultados efetivos. Portanto, sobre a ozonoterapia, considerando-se a universalização, igualdade e equidade previstas no Sistema Único de Saúde desde a Constituição Federal de 1988, há a recomendação de inclusão no SUS, uma vez que, na contrapartida, nós temos problema de crise fiscal e restrições de orçamento público de saúde e benefícios de bem-estar aos indivíduos, e, no âmbito das metas sociais para população brasileira, esses objetivos são atingidos.

Próximo eslaide, por favor.

Aqui nós falamos sobre dados e fatos do Brasil, comparando os números de 2017, os nossos dias, com os de 2030. A expectativa de vida deverá aumentar de 72 anos para o nativo brasileiro atualmente para 80 anos, a partir de 2030, lembrando da mudança populacional que nós temos, da longevidade prevista nos dados do IBGE sistemáticos dia a dia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, o gasto total com saúde no Brasil é de 9% do PIB em valores absolutos, já excluídos os efeitos de câmbio e inflação, essa questão toda. Para 2030, a tendência de gastos em saúde deverá perfazer de 20% a 30% do PIB. Essa é uma tendência mundial que se aplica à situação do Brasil também. Portanto, daqui a um pouco mais de dez anos, nós teremos uma situação de orçamentação pública numa relevância exponencialmente maior do que a que nós temos no momento.

Desde quando eu estudei meu mestrado, no final dos anos 90, a distribuição da oferta de saúde se dava exatamente da forma como se dá agora. O SUS detém 47% dos gastos em saúde, ao passo que a saúde suplementar, 53%. E nós temos uma correlação inversa, porque o SUS detém o menor orçamento, mas atende 77% da população exclusivamente – epidemias e programas de divulgação epidêmicos, como o zika vírus, perfazem a totalidade da sociedade, programas contra aids, de vacinação infantil, essa questão. Por sua vez, a saúde suplementar, que conta com 53% do orçamento em saúde, atende 23% da população. E eu acho que ainda estou sendo otimista nesses 23%. Isso significa que para cada R\$0,60 gastos no setor público são gastos R\$2,30 no setor privado – dados do IBGE e do nosso Ministério da Saúde.

Próximo eslaide, por gentileza.

Eu peguei especificamente os dados de diabetes, que eram os que estavam em mais disponibilidade. Hoje, nos nossos dias, no Brasil, há aproximadamente 8 milhões de diabéticos na população brasileira; em 2030, serão 12,7 milhões. Hoje, acontecem dez amputações por hora no Brasil. Se esta audiência demorar duas horas, nós teremos 20 amputados ao final do nosso encontro.

(Soa a campanha.)

A SRª CELINA RAMALHO – As amputações hoje são 228 mil; serão 381 mil em 2030. O custo do SUS do diabetes, agora nesta década, é de 6 bilhões anuais no orçamento público, dentro do 115 bilhões aprovados este ano para orçamentação pública; em 2030, serão 10 bilhões.

Porém, com o uso de ozonioterapia, a restrição de custos que se conseguiu foi de que hoje esses 6 bilhões poderiam ser 5,1 bilhões para um princípio de implantação da ozonioterapia como procedimento regular. E, dos 10 bilhões, em 2030, nós poderemos cair para 8,5 bilhões para atender os diabéticos com o procedimento de ozonioterapia. Isso significa que em 2030 nós estaremos aptos a cobrir a totalidade da demanda em diabetes. E, do saco de dinheiro vermelho de 2030, que seria o alerta, com essa implantação via política pública e distributiva nós chegamos ao saco de dinheiro azul, viável e menor. E, além de nós cobrirmos esse aumento de praticamente 40% do número absoluto, com a diminuição dos custos nós teremos a cobertura do orçamento público e ainda se tornará mais barato, em 2030, em 18% o custo do tratamento de diabetes.

Próximo eslaide, por favor.

Para as doenças mais prevalentes na saúde pública – infecções, patologias vasculares, modulação imunológica e inflamatória –, a ozonioterapia é aplicável a 250 patologias; implica a redução de custos de 20% a 80% por paciente, dependendo da patologia e da intensidade da doença; reduz o orçamento público em saúde em pelo menos 40% da totalidade das patologias.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

A SRª CELINA RAMALHO – Então, haverá maior reintegração sociofamiliar e socioeconômica. As referências bibliográficas e o meu contato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico à disposição para este trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Srª Celina Ramalho, pelo trabalho.

Acho que a Mesa foi muito bem indicada pelo Senador Raupp, que é o autor do projeto.

Dou a palavra a V. Exª, se quiser fazer alguma consideração.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone.*) – A preferência é da Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

Então, Senadora Amélia, V. Exª pode fazer os seus questionamentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A gentileza do Senador Valdir Raupp é porque estou abraçada a essa causa. É por isso que ele me dá a palavra, porque eu passo a ser uma defensora.

Os números, cara Celina, são muito frios. Frios! A matemática é economia fria. Mas eu perguntaria aqui a todos que não entendem muito disso o que mais convenceu a eles sobre a relevância e a urgência, eu diria, a inadiabilidade de iniciar esse tratamento? Os depoimentos, os testemunhos do Dr. Carlos Eduardo, da Drª Maria Emília, da Sesenazy – a mãe de um filho autista –, e do Senador Edison Lobão, que aqui também fez um depoimento. O poder que tem isso para convencer, mover as pessoas a acreditarem nisso... Foi como quando nós tivemos aqui um debate polêmico sobre a tal pílula do câncer.

Agora, estamos vendo um tratamento que, do ponto de vista médico, tem confirmação em vários países do mundo. Eu estava lendo no relatório do Senador Raupp, que é o autor, ao apresentar o projeto, que os países mais adiantados do mundo o estão fazendo. O que é isso? É prevenção, é um tratamento adicional ao que se faz; é o próprio organismo reagindo e fazendo o que o milagre da natureza faz no corpo humano.

Eu não entendo, eu não sou médica, mas tenho lidado aqui com câncer – e agradeço muito ao Dr. Carlos Eduardo pelo livro que me deu –, porque câncer, para mim, é uma das prioridades na pauta da saúde. Sou autora de leis relacionadas a câncer, como a quimioterapia oral, junto às entidades médicas. Então estou vinculada a esse sistema.

Essa causa eu abracei porque o Dr. Édio Schaurich, que é um médico lá do Rio Grande do Sul – ele tem uma clínica em Montenegro, no interior do Estado, é um seguidor de Lair Ribeiro e aplica nos seus clientes que frequentam o *spa* a ozonioterapia –, desde o início do ano passado, questiona: "Senadora, quando vão regulamentar? Nós temos de ter segurança para dar para os pacientes e para nós, médicos, no tratamento".

Isso mostra a relevância que tem isso para a saúde. Então, não há nenhuma dúvida da oportunidade.

Quero cumprimentar, de novo, o Senador Raupp pela sensibilidade que teve ao acolher essa demanda, que, sem dúvida, deve ter sido de pacientes ou de médicos especialistas que o sensibilizaram a apresentar o projeto.

O meu voto será favorável. A audiência de hoje apenas ratificou com ênfase, Senadora Marta Suplicy, a relevância e a urgência que temos de dar a esse projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós damos relevância a muitas coisas que, para mim, poderiam ser adiadas. Essa não é adiável. Quem está sofrendo tem pressa. O câncer é uma doença que tem muita pressa, Dr. Carlos Eduardo.

Parabéns, Senador! Parabéns aos depoimentos aqui, que, mais do que qualquer coisa, convenceram as pessoas da relevância deles.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Eu acredito que foi muito exitosa esta audiência, Senador Raupp, pelo convencimento que realmente trouxe a todos. Muitas vezes os que estão aqui podem imaginar que os outros Senadores não estão assistindo, mas muitos ficam nos gabinetes, ao mesmo tempo em que estão nos afazeres, recebendo, estão prestando atenção. E a súmula do que foi aqui discutido e dos testemunhos vai se espalhar rapidamente, principalmente na nossa Comissão, onde vamos colocar o projeto amanhã, extrapauta. Então, só isso já é uma admissão de que realmente é urgente, e vamos depois trabalhar para ir ao Senado.

Da minha parte, nada mais a dizer. Dou a palavra ao autor, antes de encerrarmos a nossa audiência.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, Senadora Marta, Srªs e Srs. Senadores, eu queria fazer rápidas perguntas aos expositores.

Drª Clarice Alegre, até a presente data, quais os motivos que levaram o Conselho Federal de Medicina a não regulamentar a prática da ozonioterapia?

Cortei aqui várias perguntas.

Como foram compostas as câmaras técnicas que avaliaram os materiais disponibilizados sobre o assunto? Elas tinham profissionais com profundo conhecimento de ozonioterapia? Eles tinham total isenção técnica para avaliar a matéria?

Todos os atuais procedimentos médicos no Brasil seguem o mesmo grau de rigor científico que está sendo exigido na ozonioterapia?

Quais são os parâmetros para a determinação do que é tratamento experimental na área médica?

Para a Drª Maria Emília. Há anos a senhora defende a regulamentação da ozonioterapia no Brasil. Como médica e conhecedora do assunto, a prática da ozonioterapia tem condições de ser implementada plenamente no Brasil? Quais são as contraindicações da aplicação do ozônio?

Segundo, quais são as barreiras que impedem o uso no País do ozônio como tratamento complementar e quais são as consequências da não implementação desse tratamento?

Em ofício encaminhado a esta Comissão, a Sociedade Brasileira de Reumatologia afirmou que não há evidências que indiquem a eficácia ou segurança do uso da ozonioterapia para o tratamento da artrite reumatoide. Essa afirmação tem procedência?

A Aboz participa da comissão técnica criada pelo Conselho para estudar o uso do ozônio como tratamento médico?

Qual é o interesse da Aboz em defender essa causa? Há ligações formais ou informais com a indústria de equipamentos nacionais ou importados?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a ozonioterapia como um procedimento médico? Nenhum outro profissional é recomendado que execute o procedimento, como é feito no exterior? Há estudos relacionados com os custos e resultados de tratamento?

Para o Dr. Carlos Eduardo Braga, apenas uma pergunta: no seu instituto, qual o percentual de melhora nos pacientes que utilizam a ozonioterapia? O testemunho de V. S^a já foi elucidativo.

Para o Ministério da Saúde, Dr. Artur. Há anos espera-se um posicionamento do Ministério da Saúde em relação ao uso da ozonioterapia como tratamento complementar. Qual o motivo da demora do posicionamento do Ministério em relação a um tratamento tão importante para a saúde? O que impede a inclusão do uso do ozônio pelo Sistema Único de Saúde?

Sabe-se que a ozonioterapia tem alta eficácia e baixo custo e que o seu uso como tratamento complementar pode ocorrer em diversas enfermidades. Em caso de adoção dessa prática pelo SUS, este poderá ser beneficiado com a redução de custos em tratamentos de saúde e atingir maior número de pessoas?

Se existe um tratamento cientificamente comprovado mundo afora, não se está privando os brasileiros do acesso a um tratamento que proporcionará mais saúde e qualidade de vida?

Eram essas as perguntas, Sr^a Presidente.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Raupp. O senhor já fez todas as perguntas que eu queria fazer, só faltou uma!

Alguns países já aceitam a ozonioterapia, como Rússia, Alemanha, Espanha e Portugal. Quais as diferenças metodológicas e de pressupostos adotados pelo Conselho Federal de Medicina e pelos órgãos reguladores desses países que conhecem a ozonioterapia?

Eu vou pedir para o Senador...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, pela ordem, só uma questãozinha adicional.

Fui informada agora por um veterinário que isso também está sendo aplicado nos animais, e com grande eficácia, especialmente no caso da pecuária de leite. Então, veja só o avanço que temos com isso, inclusive para a questão econômica.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É um mundo novo!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um mundo novo da ciência a favor disso.

Então, eu quero parabenizá-lo e dizer-lhe, Senador Raupp, que poderia acrescentar no projeto, além do uso humano, também o uso veterinário.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É verdade!

Senador Raupp, eu vou pedir para V. Ex^a presidir porque tenho uma audiência a que não posso faltar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Vamos dar cinco minutos para cada convidado responder.

Começamos com a Dr^a Clarice Alegre.

A SR^a CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Obrigada pela pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa é importante deixar clara: a ozonioterapia é uma medicina tradicional; ela tem 200 anos. É uma medicina que se aplica desde antes mesmo da realização de estudos de eficácia e segurança, estudos randomizados. Ela precede isso tudo.

A maior tradição desse tratamento não se verifica aqui, mas na Europa, onde guerras, ferimentos e a necessidade de antibióticos quando estes não existiam fizeram com que a ozonioterapia fosse amplamente difundida. Aqui ela não é tão difundida. Se não fosse o trabalho importante da associação ao trazer isso também para o lado público...

Vocês vejam que são mais frequentes medicinas chinesas, como a acupuntura, que estão entre as práticas complementares do SUS, do que a ozonioterapia, porque ela não é muito feita. Aliás, depois, eu quero que a Emília nos ajude dizendo quais são os centros públicos em que isso acontece. O Dr. Carlos disse que, lá em Bauru, é usada em pacientes com câncer, mas é importante a gente ter um mapeamento dos serviços benéficos ou que atendem pelo SUS que usam essas terapias.

O Ministério da Saúde tem um *site*, o Portal da Saúde, onde os tratamentos e práticas integrativas de medicina complementar... Há lá um lugarzinho para você escrever que prática diferente daquelas já incluídas estão sendo feitas no seu posto e que o Brasil inteiro não conhece, para que a gente venha a saber desse tratamento.

É muito difícil, Senador, que a gente tenha todas os estudos de eficácia e segurança, porque, principalmente, não há um patrocinador interessado, não há uma fábrica de medicamentos interessada em vender um novo medicamento por preços *high premium*, como são os remédios novos para artrite, os remédios novos para câncer. Você sabe o tamanho do custo de um remédio desse. Esse tipo de medicina, a medicina complementar, primeiro, veio antes dos estudos e, segundo, não tem todo esse fogo, essa bala na agulha em termos de recursos financeiros para promover estudos.

Hoje em dia já começa a haver estudos sobre o ozônio em algumas indicações especiais. Por aí, o CFM pode analisar para aquela indicação especial – no caso, a hérnia de disco foi escolhida pela própria associação como sendo a que tem mais evidências. E, portanto, é nesse ponto que nós vamos poder avaliar que estudos existem e se a gente já pode dizer que o tratamento com ozônio é superior, inferior ou é parelho com os tratamentos que hoje se fazem para a mesma indicação clínica. A hérnia de disco hoje é tratada com infiltração por corticoide, infiltração por anestésico, por collagenase, por alguns produtos de comércio. Nós podemos usar o ozônio também? Ele tem a mesma eficácia? Ele tem a mesma segurança ou mais segurança? Então, é isso que precisa ser estudado.

Eu vejo dois caminhos para o ozônio: a ozonioterapia ser feita na rede básica, para um atendimento em larga escala, para profissionais não só médicos, mas também médicos, mas principalmente auxiliares de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas, toda a gama de profissionais; e um procedimento médico – e é aí que o CFM entra; ele não dá opinião nem tem competência para dar quando é o tratamento de uma política pública de saúde interdisciplinar –, em que se vão analisar as evidências num ponto, numa indicação clínica tão carente de tratamentos que funcionam.

(Soa a campanha.)

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – As doenças da coluna são problema. As dores não passam, os remédios são insuficientes na sua ação e muitas vezes causam dependência e até outros problemas de efeitos adversos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante separar as coisas. Ozônio é uma medicina tradicional, portanto, ela pode carecer, pode não apresentar toda essa gama de estudos clínicos que um remédio novo ou um procedimento novo, como expliquei aqui, uma cirurgia fetal, por exemplo, deveria apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Doutora, eu vou fazer aqui uma pergunta de leigo. Se na Alemanha estão usando há mais de cem anos com eficácia em vários tipos de doenças, o Brasil não poderia usar esses estudos da Alemanha?

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Pode. Independente de...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Não está difundido aqui no Brasil, mas há médicos, no meu Estado mesmo – não posso falar o nome até porque não está regulamentado –, e no Brasil inteiro também há médicos, e essas feridas, como a da leishmaniose, que é muito difícil curar, eles estão curando rapidamente com o tratamento de ozônio. E estou citando apenas uma enfermidade.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Mas o tratamento é complementar, não é? Porque, nos outros países, por tudo o que eu consegui ler até agora, a medicina é complementar. Você faz as duas coisas: faz ozônio e faz a medicina. Digamos, se ele tem leishmaniose, existem alguns tratamentos para ele; não sei se são feitos associados.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Pode ser complementar, mas com resultados, como falou aqui o Dr. Carlos, extraordinários.

A SRª CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Então.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Com a palavra a Drª Emília para responder aos questionamentos.

A SRª MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA – Obrigada, Senador. Eu vou procurar condensar a informação.

A primeira questão é se há viabilidade de implementação plena no sistema público de saúde.

A resposta é "sim". Como eu expus, a técnica exige apenas um profissional de saúde treinado, uma boa indicação médica a partir da avaliação. Por isso, nós defendemos que, na origem, o procedimento é médico. É claro que o procedimento médico demanda todo um trabalho de equipe multidisciplinar de saúde, mas a implementação é completamente simples, segura e de baixo custo. Então, pode ser feita em todos os níveis da atenção de saúde. A única contraindicação totalmente formal é a deficiência grave de uma enzima, que deve ser dosada antes. É um exame que, pelo que me consta, no SUS, custa R\$30. Então, não há nenhum impedimento a que seja feito esse tipo de exame no paciente antes do início.

Em relação às barreiras que nós vivemos nesses 11 anos, primeiro começamos com a questão da não definição de competências. Antes da Lei do Ato Médico, mencionada pela Drª Clarice, nós batíamos de porta em porta, a Associação Brasileira de Ozonioterapia batia de porta em porta, tentando demonstrar a eficiência e toda a história, os antecedentes positivos da ozonioterapia nos outros países. E, infelizmente, o que acontecia? O Conselho Federal de Medicina dizia: "Isso se trata de tecnologia de saúde. Deve ser avaliado pela Anvisa." Aí nós apresentávamos os documentos para a Anvisa, e a Anvisa dizia: "Olha, isso tem de ser visto pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Federal de Medicina, pois se trata de procedimento médico e precisa de uma resolução do CFM sobre a prática." Aí se ficava nessa situação, até que nós fizemos uma provocação jurídica para a Advocacia-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da União do Ministério da Saúde, e a definição foi a de que a competência deveria ser do Ministério da Saúde. A partir daí, houve uma revisão do advogado-chefe, que recomendava esses procedimentos ou um novo procedimento pelo Ministro da Saúde na ocasião, que era o Dr. Temporão, e, inexplicavelmente, esse advogado entendeu que a competência era do CFM. Bem, *anyway*, o que aconteceu é que, nesse período todo, sempre se condicionou a que o CFM se manifestasse sobre a prática como um procedimento médico. Daí a nossa demanda.

Desde que nós provocamos a criação de uma câmara temática no CFM sobre o tema ozonioterapia – eu, pessoalmente, fiz uma apresentação na plenária dos conselheiros, em dezembro de 2013 –, o que aconteceu foi que, efetivamente, se criou a câmara temática, só que, inexplicavelmente, com a ausência de qualquer especialista conhecedor de ozonioterapia. A presença da Aboz (Associação Brasileira de Ozonioterapia), que reúne quase 800 médicos interessados na técnica, foi negada pelo Conselho Federal de Medicina por cinco vezes, e, inexplicavelmente também, nós documentamos a presença de um médico que tem conflitos de interesse pesados com a indústria de material médico-hospitalar, de curativos para tratamento de queimaduras e feridas.

Então, infelizmente, nunca houve isenção por parte do Conselho Federal de Medicina em relação à avaliação dessa técnica. Isso é um assunto delicado, mas ele tem de ser trazido aqui, porque, uma vez que a Lei do Ato Médico, no seu art. 7º, define o CFM como o responsável pela definição de competência do que é um procedimento novo ou experimental no Brasil...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA – ... esse Conselho tem de ter imparcialidade e aceitar a presença.

Nós da Associação Brasileira de Ozonioterapia não temos conflitos de interesse. Isso é muito importante, e nós queremos deixar isso bem registrado. Eu, particularmente, na qualidade de Presidente da associação, não represento nenhuma indústria; eu represento a vontade de ver os meus pacientes e os pacientes de todos nós, as pessoas aqui presentes e seus familiares tendo acesso à ozonioterapia como vários outros países no mundo têm. Eu fiz Juramento de Hipócrates e acredito nisso.

Então, simplesmente, a minha motivação pessoal, como médica e como cidadã brasileira, é fazer com que a ozonioterapia esteja disponível em um posto de saúde no interior de Pernambuco – eu sempre digo que ainda vou participar dessa inauguração. Eu quero ver as pessoas, as crianças deixando de morrer de diarreia, porque uma insuflação retal de ozônio, uma aplicação retal de ozônio, ou duas, no máximo, corta a diarreia e evita que essa criança se desidrate. Uma criança autista pode voltar a falar, pode melhorar, e podem-se evitar infecções de repetição, merecendo internações e sofrimentos desnecessários.

Nós entendemos que essa situação precisa mudar, e é altamente louvável essa iniciativa do Senador, desta Casa, e nós agradecemos. Eu o agradeço, como cidadã brasileira, como médica, porque é inaceitável esse tipo de tratamento que a ozonioterapia recebeu no Brasil ao longo desses quase 12 anos.

Em relação à questão da Sociedade Brasileira de Reumatologia, há outra situação. Colocou-se a questão da artrite reumatoide. A artrite reumatoide, segundo dados fornecidos pela Drª Clarice em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma conversa prévia... Nós temos excelente relacionamento. A Dr^a Clarice é uma pessoa altamente capacitada, foi Presidente da Conitec durante cinco anos, é uma pessoa imparcial e, agora, está na função de consultora no Conselho Federal de Medicina, Assessora da Presidência. Ela representa uma luz no fim do túnel, e nós esperamos e confiamos que ela vá trazer essa imparcialidade.

Infelizmente, nós vamos pedir apuração sobre o comportamento do 1º Vice-Presidente do CFM e sobre essa situação toda que aconteceu, porque realmente é inaceitável que no Brasil, com tantos benefícios documentados, com essa presença já quase maciça da ozonioterapia inclusive no sistema público de países desenvolvidos, nós ainda tenhamos que ficar reinventando a roda aqui e tentando convencer os excelentíssimos médicos que têm conflitos de interesse.

A Sociedade Brasileira de Reumatologia também será questionada. Quase a totalidade dos seus membros apresentam conflitos de interesse pesados com a indústria farmacêutica, e o custo de um único paciente, para o SUS, de artrite reumatoide chega a R\$26 mil por ano. O mesmo cálculo foi feito pela Dr^a Celina Ramalho, economista da Fundação Getúlio Vargas, e esse custo não chega nem a 10% se usado com ozonioterapia. Então, é inaceitável que as pessoas continuem sofrendo, consumindo remédios desnecessários, fazendo cirurgias desnecessárias, enquanto nós observamos esse comportamento antiético de médicos, que deveriam zelar pela saúde da população também e pela ética médica.

Basicamente, acho que falei tudo.

Só para completar, vocês provavelmente ouviram falar pouco de ozonioterapia ao longo desse tempo todo porque, se vocês entrarem no *site* do Conselho Federal de Medicina (Portal Médico), vão observar lá que existe uma resolução sobre sensacionalismo médico. Os médicos sofrem coerção – isso é grave – pela divulgação de qualquer técnica. Então, se eu sou médica, viajo e me capacito em alguma coisa nova, no Brasil simplesmente eu não posso levar isso ao conhecimento das pessoas. Isso é encarado como sensacionalismo, e eu posso ser penalizada, inclusive com a perda, no Conselho, do meu registro de médica.

Então, nós da Aboz sofremos uma ação... Eu, que fui a primeira Presidente da Aboz, sofri uma ação do Conselho Regional de Medicina e, depois, recurso no Conselho Federal, simplesmente porque a Associação Brasileira de Ozonioterapia tinha um *site* institucional. Vocês já viram isso? Isso é um absurdo! É uma excrecência intelectual, inclusive, e uma ofensa ao direito constitucional das pessoas, no Brasil, de liberdade de expressão.

Eu gostaria de deixar aqui, para finalizar, o meu protesto sobre esse tipo de comportamento antiético de alguns representantes da nossa classe médica. E vamos pedir as apurações devidas para que essas pessoas sejam afastadas de cargos públicos em que elas deveriam ser capazes de zelar pelo benefício da população.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO FARACO BRAGA – Respondendo ao Senador Valdir Raupp, hoje nós temos 30 pacientes no nosso centro em atendimento. Por lá já passaram 44 pessoas, incluindo esses 30. Há um custo mensal de todos os pacientes de R\$16 mil – menos do que o valor de uma quimioterapia, que custa entre R\$18 mil e R\$25 mil –, e todos, sem exceção, 100% dos pacientes mostraram melhoras no estado físico, no vigor físico, nos efeitos colaterais dos tratamentos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

convencionais – que são importantes, têm a sua importância. Mas todos, respeitando a sua individualidade clínica, a situação, o momento do seu tratamento, responderam positivamente, e todos esses registros estão catalogados.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado.

Dr. Artur Felipe.

O SR. ARTUR FELIPE SIQUEIRA DE BRITO – Respondendo aos questionamentos do Senador, com relação a todo o processo, hoje, para a avaliação do Ministério e a incorporação dessa tecnologia para toda a população, nós dependemos de uma posição formal do CFM com relação à indicação; indicações como a que está sendo analisada para tratamento complementar de hérnia de disco. Assim entrariam no processo de incorporação, porque nós não avaliamos a ozonioterapia como um todo. Seria um processo de análise para cada demanda, para cada procedimento em que ela é autorizada. Então, nós temos essa definição pelo CFM.

Seguindo um ciclo, seria a definição do uso, uma análise dessa tecnologia, a implementação dessa tecnologia e posterior monitoramento, porque aí entra no outro questionamento do Senador com relação a como fica se eu tenho uma escassez de evidência na população que vai utilizar. Então, a partir do momento em que eu tenho essa análise com dados internacionais, onde já há uma prática consolidada, e eu faço essa implementação aqui, no Brasil, isso me dá subsídio para que eu monitore e passe, a partir desse momento, a ter dados da população brasileira, até para entrar como um comparador com as evidências que foram utilizadas para o processo de incorporação e ver se, realmente, é pertinente ou não a continuação e o uso dessa tecnologia.

E, no segundo caminho, pensando em política pública na atenção básica, é uma área que depende também da SAS, que é outra secretaria dentro do Ministério da Saúde, a Secretaria de Atenção à Saúde, onde há o departamento de atenção básica, que é responsável pelas políticas públicas, pela implementação de políticas públicas na atenção primária à saúde. E aí, como representante do Ministério nesta plenária, nesta audiência pública, a gente pode entrar como um mediador, para estreitar essa comunicação entre a Associação Brasileira de Ozonioterapia e o departamento responsável.

Então, nós temos esses dois caminhos que podemos seguir: um de análise para incorporação em situações clínicas em que há evidência internacional, para posterior incorporação e monitoramento dessa tecnologia na população brasileira; e entrar como mediador, se for o caminho da política pública, dentro do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Eu queria voltar à Dr^a Clarice e perguntar sobre essa câmara técnica do Conselho Federal de Medicina, que está analisando; se há prazo para concluir, para publicar.

A SR^a CLARICE ALEGRE PETRAMALE – Esse assunto foi muito massacrado todo esse tempo, várias vezes foi submetido...

O primeiro ponto é que nem todos os procedimentos passam na câmara técnica. Só passam se alguém faz essa pergunta ao CFM. Pode ser o Ministério da Saúde a fazer essa pergunta – e já a faz, de vez em quando, sobre cirurgias novas e tudo. Então, a maioria dos procedimentos que hoje são feitos não foi avaliada pelo CFM em termos de se é experimental ou não. Mas acontece de alguns deles serem submetidos, justamente porque eles gostariam de ser ressarcidos, de entrar numa tabela de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ressarcimento do SUS ou dos convênios. Então, esse ponto é importante para a medicina alopática, não para a medicina complementar. Na medicina complementar é difícil acertar essas evidências.

Finalmente, a gente conseguiu junto com a Aboz, em várias reuniões que houve com a Presidência, que houve comigo – acho que duas –, achar um lócus, um lugar onde as evidências científicas dessa medicina científica são mais robustas. E é por aí que a gente vai partir, porque, nas outras submissões, era assim: se a ozonioterapia é ou não é um procedimento experimental; só isso. Mas para que doença, para que grupo, em que situação esse doente está... Não para ser medicina complementar, mas eventualmente para ser uma medicina curativa, alopática; ao invés de aplicar um corticoide, eu vou aplicar o ozônio no tratamento da hérnia, sem usar concomitante, complementarmente. Então, é um tratamento diferente.

Eu acho que o grande problema para nós foi encontrar esse caminho, porque, ao mesmo tempo, ela é medicina tradicional, há muitos anos, e agora passa a ser um procedimento que pode, em algumas indicações clínicas, granjear essa evidência de eficácia e segurança, que pode até suplantiar um procedimento estabelecido de medicina alopática. Se isso acontecer, ele vai entrar nos dois pontos.

Então, qual é o prazo que você pede? Eu conversei hoje com o nosso Presidente, que, como eu disse, está interessado, muito preocupado e quer deixar bem delimitadas as coisas, e a gente poderia ter uma posição já até o final desse ano. A gente teria essa posição do CFM com relação não ao tratamento complementar, mas a um tratamento para uma doença, conforme foi submetido.

E aí eu vou pedir depois para a Emília me ajudar com alguns estudos que entraram na revisão Cochrane que foi feita – foi feita uma revisão, a pedido de vocês para o Prof. Atala, da Unifesp – para que a gente tenha os estudos base daquela revisão sistemática, para que a gente possa, mais depressa, analisar todos os dados e fazer uma publicação como merece um assunto que já teve tanto desgaste como esse.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Drª Clarice.

Tenho certeza de que a Drª Emília e a Drª Clarice vão dar conta e sensibilizar o Conselho Federal de Medicina, de que eu tenho amizade com quase todos os membros – com o Presidente; com o Tesoureiro, Dr. Hiran Gallo, do meu Estado, que é membro também do Conselho Federal de Medicina.

Agradecendo aos palestrantes – Drª Clarice Alegre, Drª Maria Emília Gadelha, Dr. Carlos Eduardo Faraco Braga, Dr. Artur Felipe Siqueira de Brito –, agradecendo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, a todos os presentes, e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 09 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e nove minutos, do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senhora Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Edison Lobão, Ângela Portela, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Esta Reunião destina-se à discussão e à votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018 – PLOA 2018. Autoria do Projeto: Presidência da República. Relatoria das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais: Senador Dalirio Beber. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Dalirio Beber, que comunica terem sido apresentadas 260 (duzentos e sessenta) Emendas ao Projeto perante esta Comissão, sendo 255 (duzentos e cinquenta e cinco) de Apropriação; 5 (cinco) de Remanejamento e nenhuma de texto. Encerrada a discussão, o Relatório conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de Apropriação e 1 (uma) Emenda de Remanejamento, nos termos do artigo 44, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018: Emenda nº 1-CAS – Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde – Código da Ação: 8535 – Descritor da ação: Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (seq. 1807) – Valor: R\$ 360.000.000,00 – Iniciativa: Senadores Ana Amélia, Ângela Portela, Eduardo Amorim, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa, Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes. Emenda nº 2-CAS – Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde – Código da Ação: 6148 – Descritor da ação: Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah (seq. 1797) – Valor: R\$ 540.000.000,00 – Iniciativa: Senadores Airton Sandoval, Ana Amélia, Ângela Portela, Elmano Férrer, Hélio José, Lídice da Mata, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Waldemir Moka. Emenda nº 3-CAS – Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde – Código da Ação: 8581 – Descritor da ação: Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde (seq. 1811) – Valor: R\$ 215.000.000,00 – Iniciativa: Senadores Ana Amélia, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Hélio José, Humberto Costa, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp e Waldemir Moka. Emenda nº 4-CAS – Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde – Código da Ação: NOVA – Descritor da ação: Aquisição de Medicamentos para tratamentos de doenças raras (Medicamentos órfãos) – Valor: R\$ 200.000.000,00 – Iniciativa: Senadores Airton Sandoval, Ana Amélia, Ângela Portela, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Maria do Carmo Alves, Randolfe Rodrigues, Romário, Ronaldo Caiado e Waldemir Moka. Emenda nº 5-CAS – Remanejamento – Iniciativa: Senador Waldemir Moka – Operação: Acréscimo – Unidade orçamentária: FUNASA – Código



da Ação: 7656 – Descritor da ação: Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) (seq. 1575) – Valor do Acréscimo: R\$ 4.096.360,00. Operação: Cancelamento – Unidade orçamentária: FUNASA – Código da ação: 10GD – Descritor da ação: Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) (seq. 1570) – Valor: R\$ 1.500.000,00. Operação: Cancelamento – Unidade Orçamentária: FUNASA – Código da ação: 10GE – Descritor da ação: Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) (seq. 1571) – Valor: R\$ 2.596.360,00. Usam da palavra os Senadores Dalirio Beber, Waldemir Moka, Edison Lobão e Marta Suplicy. A Senhora Presidente, Senadora Marta Suplicy, submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta quinquagésima Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora MARTA SUP LIC Y
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, que é o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20.

Foram recebidas – achei isto bastante relevante, Senador Moka, Senadora Lídice – 260 emendas: 197 delas de apropriação/acrécimo, 58 de apropriação/inclusão, 3 de remanejamento/acrécimo, 2 de remanejamento/inclusão e nenhuma de texto.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para leitura do seu relatório. Vamos lá, Dalirio, que deve ter tido bastante trabalho – 260!

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Presidente Marta, não resta dúvida, mas, graças ao auxílio dos universitários, a coisa fica mais fácil pelo menos de ser entendida e, em cima do entendimento, de fixarmos a tomada de decisão que vamos submeter agora à apreciação dos membros da Comissão de Assuntos Sociais. Então, vamos ao nosso relatório.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 260 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2018), conforme discriminado no anexo que acompanha este parecer.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, pode apresentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente. Quanto às emendas de texto, não há limitações quantitativas para a apresentação. Dentre as propostas apresentadas, 255 se referem a emendas de apropriação e 5, a emendas de remanejamento.

A análise por nós empreendida focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das propostas de emendas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN.

Nesse sentido, com relação às propostas de emenda de remanejamento, sugerimos o acolhimento parcial da Proposta nº 3, no montante correspondente ao cancelamento indicado exclusivamente em programação classificada como investimento, uma vez que o art. 45 da Resolução nº 1, de 2006-CN, veda o remanejamento entre programações com grupos de natureza de despesas distintos, ou seja, investimento e custeio.

Quanto às demais propostas, consideramos inoportuna a apresentação. As Propostas nºs 1 e 2 sugerem acréscimos e cancelamentos em programações não inseridas nas competências regimentais desta Comissão, contrariando o previsto no art. 43 da Resolução nº 1, de 2006-CN. A Proposta nº 5, por sua vez, destina recursos à entidade privada mediante programação não constante originalmente do projeto de lei, procedimento vedado pelo art. 44, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Por fim, a Proposta nº 4 sugere que a aplicação de parte dos recursos alocados na Ação 4324 – Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica seja destinada exclusivamente para a Marinha do Brasil, sendo que o referido órgão já é contemplado no escopo da ação.



Passando às emendas de apropriação, percebe-se um sério descompasso entre o número de propostas sugeridas e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha. Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das propostas. Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes desta Comissão. A seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por este Colegiado materializa, portanto, as ações que obtiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas, selecionadas dentre aquelas em perfeita consonância com a legislação vigente.

Dessa forma, as emendas que acolhemos encontram-se discriminadas nas tabelas a seguir, conforme de apropriação ou de remanejamento.

Emendas de apropriação a serem apresentadas pela CAS.

1) Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde; código da ação: 8535; descritor da ação: estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; valor: R\$360 milhões; autores das propostas de emenda: Senadores Ana Amélia, Ângela Portela, Eduardo Amorim, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa, Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

2) Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde; código da ação: 6148; descritor da ação: assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais – Rede Sarah; valor: R\$540 milhões; autores da proposta – ou das propostas – de emenda: Senadores Aírton Sandoval, Ana Amélia, Ângela Portela, Elmano Férrer, Hélio José, Lídice da Mata, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Waldemir Moka.

3) Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde; código da ação: 858; descritor da ação: estruturação da Rede de Atenção Básica de Saúde; valor: R\$215 milhões; Senadores que propuseram: Ana Amélia, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Hélio José, Humberto Costa, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp e Waldemir Moka.

4) Unidade orçamentária: também o Fundo Nacional de Saúde; código de ação: nova; descritor da ação: aquisição de medicamentos para tratamento de doenças Raras –inclusive, isso aqui é em função da própria Subcomissão que foi criada aqui, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais; valor: R\$200 milhões; propositores dessas emendas: Senadores Aírton Sandoval, Ana Amélia, Ângela Portela, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Maria do Carmo Alves, Randolfe Rodrigues, Romário, Ronaldo Caiado e Waldemir Moka.

Emenda de remanejamento a ser apresentada pela CAS.

Operação: acréscimo; unidade orçamentária: Funasa; código da ação: 7656; descritor da ação: implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em pequenas comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos e etc.); valor: R\$4.096.360; autor: Senador Waldemir Moka.

Aí houve o cancelamento naquilo que diz respeito a investimento e não a custeio. Ou seja, se a emenda de remanejamento for de investimento, tem que ser de investimento; se for de custeio, tem que ser de custeio.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que a Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação e da emenda de remanejamento supracitadas, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às



adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu queria dizer que nós fizemos essa classificação e tivemos uma proposta na unidade orçamentária do Comando da Marinha com 13 emendas. As quatro que nós aproveitamos são as quatro seguintes: uma com 13, a outra com 12, a outra com 11 e a outra com dez. Na sequência, se nós pudéssemos ir à quinta, ela teria oito Senadores que subscreveram proposta de emenda. E assim por diante, até nós chegarmos a alguns casos com uma só.

Há uma proposição aqui que estaria com cinco apoimentos, que é a de aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar, da Senadora Lúcia Vânia e da Senadora Marta Suplicy.

Então, como nós adotamos um critério em que priorizamos escolher as quatro que seriam propostas por mim para serem apreciadas aqui na Comissão, levando-se em conta as que tivessem mais apoimentos, nós falamos ontem à noite com a Deputada Carmen Zanotto, que é de Santa Catarina, que é relatora na Subcomissão do Orçamento, para que ela realmente aproveite essa proposta ligada à aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar e nutricional, e ela disse que vai incorporar por lá, para nós termos segurança de que, de fato, essa atividade, essa ação, possa ser implementada no futuro.

Então, Srª Presidente, essa é a nossa manifestação, para ser levada em consideração na reunião de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Caro Relator, agradeço o trabalho esmerado.

Nós precisamos de mais uma pessoa aqui, mais um Senador ou Senadora, para que possamos ter quórum terminativo e votar vários projetos, inclusive da ozonioterapia.

Lembro ao Senador Raupp, que é um grande defensor e o autor do projeto, e à Senadora Ana Amélia, que também é grande defensora, as suas presenças, para que possamos votar logo. O Senador Lobão, que preside a CCJ, também quer fazer esse voto.

É preciso mais uma pessoa também, para que possamos aprovar o relatório do Senador Dalirio.

Entretantes, dou a palavra ao Senador Moka, e vamos votar alguns não terminativos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu queria apenas, Presidente, dizer que, ao elogiar o relatório do Senador Dalirio Beber, eu penso que esse critério é o melhor critério, porque por esse critério, além de as emendas serem pertinentes, ele agrupou aquelas emendas onde há o maior número de convergência, o que demonstra que S. Exª agiu democraticamente. Quer dizer, as emendas propostas pelo maior número de Senadores foram as que ele realmente escolheu.

E eu quero aqui, de forma particular, agradecer aos Senadores. Eu fiz um apelo para que nós pudéssemos ter uma emenda para que, fora do orçamento do Ministério da Saúde, tivesse um recurso para a compra de medicamentos das chamadas doenças raras. Nós criamos uma Subcomissão, e, vira e mexe, faltam recursos para a compra de medicamentos de doenças raras.

Então, eu penso que, se isso aqui for acatado pela Relatora, nós vamos ter lá um recurso reservado para essa finalidade. É claro que é uma forma de esta Comissão contribuir concretamente e não chegar só lá para o Ministro e dizer que tem que arrumar dinheiro. Quer dizer, a Comissão está apresentando uma solução.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu quero parabenizar, Senador Moka, essa Subcomissão que foi criada por sua iniciativa.

Talvez, enquanto esperamos mais um Senador para termos o quórum, V. Exª pudesse contar um pouco de como estão sendo as reuniões, porque doenças raras é uma preocupação para inúmeras famílias neste País. Como está sendo o ritmo dos encontros?



O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Nós, em função das entidades, resolvemos que a próxima reunião vai ser agora no final deste mês. Enquanto isso, eu tenho me reunido com o Relator, o Senador Ronaldo Caiado, e também com a consultoria. Ainda hoje nós vamos ter uma reunião.

O que nós estamos fazendo? Já existe uma espécie de um regulamento do próprio Ministério da Saúde em que ele regulamenta as políticas públicas para as doenças raras, mas nós o estamos ampliando, com a ajuda evidentemente de uma representante das entidades, porque são várias entidades, só que eles atuam de forma independente. Então, nós estamos criando isso.

O compromisso básico seria exatamente brigar, na Comissão de Orçamento, para que pudéssemos alocar recurso para a compra de medicamentos de doenças raras. Na segunda-feira, haverá uma reunião, no Rio de Janeiro, a que nós pretendemos comparecer. Lá vai haver uma grande reunião que não foi proposta por nós, mas fomos convidados. A Subcomissão far-se-á presente nessa reunião.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Moka.

Nós já temos agora...

Pois não, Senador.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Eu queria fazer uma indagação ao Senador Dalirio.

Apresentei poucas emendas, apenas duas. E nós temos no Nordeste brasileiro, ao contrário dos Estados de V. Ex^{as}, Presidente e Relator, necessidades especiais. Uma delas diz respeito a recursos para a Funasa, foram R\$180 milhões solicitados; e outra emenda para o Comando da Marinha, que também tem atividades muito intensas no meu Estado.

Pergunto a V. Ex^a se essas emendas foram, no todo ou em parte, contempladas.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós analisamos essas emendas que estavam sendo dirigidas à questão da administração da unidade Comando da Marinha. Na verdade, se nós fôssemos aprovar esses recursos, não seriam recursos da saúde, passariam a ser recursos destinados à defesa e não, à saúde. Por isso, no orçamento da saúde, há uma rubrica que permite que o Ministério da Saúde convenie com a Marinha para executar e custear essas atividades diretamente relacionadas à prestação de serviços de saúde que a Marinha faz no Norte e no Nordeste brasileiros. Por isso, nós justificamos o não acolhimento da primeira, em número de propostas, que era emenda em favor da Marinha.

Com relação à Funasa, nós conversamos com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Dário Berger, e ele já tem uma ação forte nesse sentido para permitir que a Funasa tenha elevados os seus recursos exatamente para permitir que eles continuem assistindo, através de estudos, de projetos, os Municípios de menor renda do Brasil nessas questões do saneamento.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Obrigado a V. Ex^a.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Retomamos a pauta do relatório do Senador Dalirio.

Não havendo mais Senador ou Senadora que queira fazer essa discussão, a discussão está encerrada.

Os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer, favorável, com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20.

As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, que é a 50ª Reunião.



Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco imediatamente a abertura da próxima reunião, já com mais quórum.

(Iniciada às 09 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 50 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airtton Sandoval, Valdir Raupp, Edison Lobão, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vicentinho Alves, Eduardo Lopes, Ataídes Oliveira, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 631, de 2017, da Câmara Municipal de Lins, São Paulo, que encaminha Requerimento 453, de 2017, solicitando que sejam incluídos na Reforma Previdenciária, de forma especial, os Agentes de Segurança Penitenciária e os Agentes de Escolta e Vigilância Previdenciária, nos moldes das demais forças policiais. Ofício nº 8.374, de 2017, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, que encaminha Requerimento nº 3.384, de 2017, com solicitação de empenho do parlamento em obstar planos de saúde "baratos" e com serviços limitados. Também da Câmara Municipal de Santos, Ofício nº 9.117, de 2017, que encaminha Moção de Repúdio à direção atual da Companhia Docas do Estado de São Paulo, a Codesp. Ofício nº 744, de 2017, do Conselho Federal de Serviço Social, que encaminha Manifesto contra o desmonte dos serviços previdenciários: serviço social e reabilitação profissional. Ofício nº 888, de 2017, da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo, que encaminha Moção de Repúdio à manifestação do Governo Federal, segundo a referida Câmara, de reduzir a previsão do salário mínimo em dez reais para 2018. Os documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas clínicas veterinárias, pet shops e estabelecimentos congêneres e sobre a produção em embalagens apropriadas para tal fim." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 - Complementar - Não Terminativo** - que: "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo** - que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. " **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Turno Suplementar. **Resultado:** Encerrada a discussão em turno suplementar, foi adotada definitivamente, sem votação, a Emenda nº 7-CAS (Substitutivo) aprovada ao Projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2007 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regularização e formalização do contrato de trabalho de trabalhadores informais e o parcelamento de débitos perante o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2014 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Gestor de Serviços de Saúde e dá outras providências." **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo** - que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2017 - Terminativo** - que: "Autoriza a prescrição da Ozonioterapia em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Edison Lobão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 136 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 116, de 2017, que trata da perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, com os seguintes convidados: ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central; FENAFISCO - Federação Nacional do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fisco Estadual e Distrital; CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; SINDFAZENDA - Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda; Sindicato dos Agentes Federais de Execução Penal/DF; SINAFRESP – Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo; FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais; ANFFA SINDICAL - Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários" **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 137 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do artigo 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016", publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017." **Autoria:** Senador Paulo Rocha e Senador Paulo Paim. **Resultado:** Lido. Usam da palavra os Senadores Lídice da Mata, Ana Amélia, Valdir Raupp, Edison Lobão, Paulo Paim, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Waldemir Moka e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/18>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da CAS da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

Primeiro, Ofício 631, de 2017, da Câmara Municipal de Lins, São Paulo, que encaminha o Requerimento 453, solicitando que sejam incluídos, na reforma previdenciária, de forma especial, os Agentes de Segurança Penitenciária e os Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, nos moldes das demais forças policiais.

Segundo, Ofício 8.374, de 2017, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, que encaminha o Requerimento 3.384, com solicitação de empenho do Parlamento em obstar planos de saúde baratos e com serviços limitados.

Terceiro, também da Câmara Municipal de Santos, Ofício 9.117, que encaminha moção de repúdio à direção atual da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp).

Quarto, Ofício 744, do Conselho Federal de Serviço Social, que encaminha manifesto contra o desmonte dos serviços previdenciários: serviço social e reabilitação profissional.

Quinto, Ofício nº 888, da Câmara Municipal de Taubaté, que encaminha moção de repúdio à manifestação do Governo Federal, segundo a referida Câmara, de reduzir a previsão do salário mínimo em R\$10 para 2018.

Os documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

É interessante, todas as manifestações são de São Paulo. Estão mais ligados.

Decisão não terminativa.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2017****- Não terminativo -**

Dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas clínicas veterinárias, pet shops e estabelecimentos congêneres e sobre a produção em embalagens apropriadas para tal fim.

Autoria: Deputado Ricardo Izar

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Lídice, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Como Relator.) – Pela ordem, Srª Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de pedir a V. Exª que nos atendesse com a colocação extrapauta do projeto alusivo à ozonioterapia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já está aqui do lado, mas nós precisamos... Vai ser extrapauta. Já faremos com o maior prazer, mas precisa haver 11 presentes para poder votar.

Por enquanto, há o quórum de 13, mas a presença de seis, sete. Então, falta um pouquinho. Na hora em que houver quórum, será o primeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, trata-se do projeto do Deputado Ricardo Izar, que dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas clínicas veterinárias, *pet shops* e estabelecimentos congêneres e sobre a produção em embalagens apropriadas para tal fim.

O projeto, portanto, Srª Presidente, tem o objetivo, ao fazer isso, de baratear o preço e o acesso aos remédios na área da saúde veterinária, no entanto, ele apresenta alguns aspectos que estão em inconformidade com a Constituição Federal.

São aspectos – eu diria – que não comprometem o escopo essencial do projeto, embora, por exemplo, digam respeito a problemas no inciso I do art. 1º, em que se pretende criar obrigações aos órgãos dos Poderes Executivos estaduais – à autoridade sanitária estadual – e aos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. Depreende-se que, ao conferir novas atribuições às autoridades sanitárias estaduais, o projeto contraria a autonomia dos entes federados e, portanto, traz esse traço de inconstitucionalidade.

Ademais, os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, como as demais entidades homólogas, exercem função delegada do Poder Público. Essa foi a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.717/DF, que contestava a constitucionalidade do art. 58 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que tinha por escopo atribuir caráter privativo aos conselhos de fiscalização dos profissionais regulamentados.

O reconhecimento do caráter público dos conselhos profissionais deixa claro que, nos termos do art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal, é competência privativa do Presidente da República a iniciativa de leis que pretendem modificar a organização e funcionamento da Administração Federal e, portanto, também a dos conselhos de fiscalização profissional dos veterinários. Ante o exposto, percebe-se que a proposta constante do inciso I do art. 1º do PLC sob análise é inconstitucional.

Por isso, Srª Presidente, por essa e outras razões, nós apresentamos um projeto substitutivo, que supera as inconstitucionalidades do projeto e assegura a ideia geral, central do projeto, que é realmente dispor sobre a fiscalização dos produtos de uso veterinário dos estabelecimentos que os fabricam e garantindo a venda fracionada do medicamento de uso veterinário desde que com a presença do profissional adequado, do médico veterinário para acompanhar esse comportamento.

Sendo assim, nosso voto, nosso parecer é pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É interessante este projeto.

Aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Votação do relatório pelo Plenário.

Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2017, com a Emenda nº 1 da CAS, que é o substitutivo da Senadora Lídice da Mata.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento de tramitação.

Esta é uma votação simbólica, terminativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Turno Suplementar

Observações:

- Em 11.10.2017, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 7-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

O relatório é pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

A matéria está em discussão, sobre o exercício da profissão de gerontólogo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas até o encerramento da discussão, em turno suplementar, o substitutivo oferecido ao projeto é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*. (Pausa.)

Nós vamos, agora, ao item 5, terminativo, de autoria do Senador Crivella e da relatoria da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele já foi...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós vamos somente ler, porque não há quórum. Mas vamos ler.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Certo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2007

- Terminativo -

Dispõe sobre a regularização e formalização do contrato de trabalho de trabalhadores informais e o parcelamento de débitos perante o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Em 02.05.2017, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer contrário ao Projeto.

- Votação nominal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

É o item 5 da pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Srª Presidente, há outro item do mesmo autor, Senador Crivella, que trata do aprendiz para efeito de Previdência Social. Nós apreciamos, eu tinha feito o relatório e, se não me falha a memória, na última reunião, chegamos a apreciá-lo.

Vou direto à análise para simplificar.

No mérito da proposta do Senador Crivella, anistia e parcelamento de débitos fiscais, temos algumas restrições ao andamento dessa proposição, considerando que a maioria dos seus dispositivos contém cláusulas inadequadas, que passamos a analisar a seguir:

O art. 1º prevê prazo de adesão excessivamente longo: um ano após a promulgação da lei. Esse prazo, na contramão dos fixados pelas sucessivas leis de parcelamento especial editadas nos últimos 15 anos, estimula os empregadores a manter seus empregados na informalidade por um período adicional, atuando, pois, no sentido contrário ao objetivo da proposição;

O art. 2º enuncia uma anistia muito ampla. Nos parcelamentos especiais, tanto os de caráter geral quanto setorial, costuma-se anistiar as multas e demais penalidades, de forma parcial, prevenindo-se, algumas vezes, gradação da redução da multa na proporção inversa do prazo de parcelamento. A anistia de multas trabalhistas se afigura inconveniente, por abrir um precedente muito perigoso;

O art. 3º prevê parcelamento apenas para contribuições patronais, enquanto o art. 6º enuncia que a futura lei beneficiará as contribuições sociais incidentes sobre os contratos de trabalho dos empregados efetivamente formalizados pelo empregador, o que inclui as contribuições dos empregados;

Enquanto o art. 4º estipula relativamente ao FGTS juros de 6% ao ano a ser aplicado ao valor parcelado, o §4º do art. 5º estipula a TJLP; portanto, contraditório. Por coincidência, a TJLP do segundo trimestre de 2015 foi fixada em 6% ao ano, mas ela é variável;

O §3º do art. 5º fixa valor mínimo da parcela diferenciado – menor – para empresas optantes pelo Simples Nacional. Não deixa claro, contudo, o que pode ser objeto do parcelamento para essas micro e pequenas empresas. No nosso entendimento, o PLS 584, de 2007, só poderia alcançar o FGTS, uma vez que a contribuição previdenciária patronal não é paga separadamente por essas empresas, constituindo apenas uma das sete parcelas que compõem a alíquota única representativa de sete tributos distintos;

O §5º do art. 5º prevê que, para fins da consolidação dos débitos de empresas inscritas no Simples Nacional, os valores correspondentes a juros de mora ou de ofício serão reduzidos em 50%. Não há “juros de ofício”. É provável que a intenção fosse referir-se a “juros e multa de mora ou de ofício”, mas, nesse caso, haveria contradição à anistia ampla de que tratam os arts. 1º e 2º.

O §7º do art. 5º é de redação ambígua.

O §8º do art. 5º afasta a aplicação de dispositivos legais (§§1º, 3º e 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991), revogados pela Lei nº 11.941, de 2009.

O art. 6º, aparentemente, amplia o escopo do parcelamento de que trata o art. 3º, restrito à contribuição previdenciária patronal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 10 determina que a Receita Federal do Brasil e o INSS expedirão os atos necessários à execução da lei resultante. Este dispositivo contém vício de iniciativa, pois o art. 84, VI, da Constituição atribui competência privativa ao Presidente da República para dispor, mediante decreto, sobre funcionamento da Administração Federal. Ademais, a atribuição de competência ao INSS é incorreta, pois a autarquia não mais administra tributo, depois da criação da chamada Super-Receita, ou seja, a Receita Federal do Brasil, que incorporou a administração dos tributos antes afeta à Secretaria da Receita Federal e à Secretaria Previdenciária, que já houvera sucedido, nessa atribuição, o INSS;

O art. 12 é excessivamente severo ao vedar a concessão de qualquer outra modalidade de parcelamento, por três anos, ao contribuinte que for excluído do parcelamento de que trata a lei resultante.

Ao par desses aspectos, a título de ilustração, trazemos à discussão a opinião do Sr. Carlos Roberto Occaso, Secretário de Arrecadação da Receita Federal do Brasil, que, na audiência pública convocada pela Comissão Mista da MPV 671, de 2015, realizada em 19 de maio de 2015, fez um balanço dos quatro maiores programas de parcelamento da última década, apresentando os seguintes resultados.

Evolução dos parcelamentos especiais: Refis/2000, total R\$94.112 milhões, ativos 9,1%, liquidados 3,2%, excluídos 87,7%; Paes/2003, total R\$68.467 milhões, ativos 6,4%, liquidados 5,7%, excluídos 87,9%; Paex/2006, total R\$37.654, ativos 4,3%, liquidados 1,7%, excluídos 94%; finalmente, o Refis da crise de 2003, total R\$139.002, ativos 43,3%, liquidados 17,7%, excluídos 39,1%.

O percentual de pagamentos liquidados é mínimo, enquanto o percentual dos inadimplentes (excluídos) ou se aproxima ou supera 90% [ou seja, não tem eficácia], com exceção do programa mais recente – Refis da Crise – em que 43,3% dos parcelamentos ainda estão ativos.

Ocorre que o contribuinte adere ao programa, permanece nele por um tempo, não honra as condições previstas no parcelamento, é excluído, e passa a pressionar por uma nova modalidade de parcelamento especial. Aprova-se o novo parcelamento, o contribuinte adere e o ciclo de inadimplência se repete. [Essa história nós conhecemos.]

Em decorrência do exposto, pode-se dizer que os parcelamentos não são solução para os passivos tributários, haja vista que o passivo gerido pelo Ministério da Fazenda, no início de 2013, era próximo de R\$1 trilhão. Em maio de 2015, já superava R\$1,350 trilhão. E, o que é pior, eles influenciam negativamente o nível de adimplência voluntária do contribuinte. O Índice de Adimplência do Crédito Tributário (IAC), medido pela Receita Federal, era de 96,9% em janeiro de 2013, caindo para 95,2% em setembro de 2014. Esse decréscimo de 1,7% significa uma perda de R\$ 85 bilhões na arrecadação voluntária, pois o contribuinte fica na expectativa de um novo parcelamento.

Esse é o voto pela rejeição do PLS 584, de 2007.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Temos quórum. Vamos à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos à votação nominal.

Pode abrir a votação? *(Pausa.)*

Já está aberta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não está aberta, não. Está não. *(Pausa.)*

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não ou sim?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem vota com a relatora, vota "não".

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não. Agora corrige que dá.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Para aprovar?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para votar com a Relatora contra o projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para votar contra o projeto original, vota com a Relatora, que é "não".

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Que é rejeitando o projeto inicial.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Rejeitando o projeto inicial. Exatamente.

(Procede-se à votação)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Faltam dois votos. *(Pausa.)*

Falta um voto. Quem ainda não votou?

Senador Vicentinho, votou?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Estou votando, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está votando.

Falta um voto ainda. O dele eu estou vendo, mas falta mais alguém.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Paim também.

Vota contra o relatório original: "não". *(Pausa.)*

Todos já votaram? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Resultado: foi aprovado o voto da Relatora por unanimidade.

Parabéns, Senadora Ana Amélia.

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado 584, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Ontem, nós tivemos uma audiência pública sobre ozonioterapia. E, na audiência, foi cogitado de se fazer um extrapauta para votarmos aqui hoje. Gostaria de ter a anuência do Plenário, para que possamos fazer, extrapauta, a votação desse projeto que ontem foi discutido.

E quero dizer que foi uma audiência extremamente enriquecedora, porque poucos tinham contato com esse tratamento e tivemos testemunhos aqui muito, muito fortes do resultado. Inclusive do nosso colega Edison Lobão, que contou também da sua experiência com esse tratamento.

Bom, decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2017

- Terminativo -

Autoriza a prescrição da Ozonioterapia em todo o território nacional.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pela aprovação

A Relatoria *ad hoc* foi minha.

Em 20/09, foi lido o relatório na Comissão de Assuntos Sociais e ficaram adiadas a discussão e a votação da matéria. Em 17/10, a Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência pública para instrução da matéria. A votação será nominal.

Pode abrir.

A matéria está em discussão. Enquanto discutimos a matéria, os Senadores já podem se dedicar à votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, eu só quero...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem vota...

Espere um pouquinho.

Bom, é sim ou não. Quem é a favor da ozonioterapia vota "sim"; quem é contrário vota "não".

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – O voto é "sim" ao projeto do Senador Valdir Raupp, sem emendas e sem restrições.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Srª Presidenta, me permite a discussão da matéria?

Só cumprimento o Senador Valdir Raupp pelo projeto. Ele me convocou para estar na audiência de ontem, e eu não pude vir. Inúmeros gaúchos e gaúchas que estavam aqui me ligaram também, mas eu garanti que estaria aqui. Cumprimento V. Exª e o Senador Relator, Senador Edison Lobão, por esse brilhante projeto, que vai trazer benefício a todos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quero agradecer, Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aberta a votação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Agradecer a todas as Srªs e Srs. Senadores que participaram ativamente desde o início desse projeto, tanto na audiência pública como agora aqui na votação. É um projeto que, sem dúvida nenhuma, vai mudar a vida de muitas pessoas. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Os Senadores já podem votar.

A discussão ainda está em aberto, para quem deseja fazer uso da palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Presidente, enquanto os Senadores votam, como a senhora disse, eu queria dizer que a audiência pública de ontem, como disse V. Exª, foi muito esclarecedora. E eu penso que aqui se está tratando de uma terapia usando o ozônio, que o nosso químico aqui, professor... Ozonioterapia é a terapia com o ozônio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na atualidade aparentemente uma técnica, uma prática já conhecida no mundo inteiro. E a iniciativa do Senador Raupp também tem essa validade. E os depoimentos foram aqui bastantes contundentes em relação ao efeito e eficácia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Exatamente.

Todos já votaram?

Acho que todos já votaram.

Encerrada a votação. (*Palmas.*)

Foi aprovado por unanimidade.

Parabenizo o Senador Valdir Raupp, o Senador Lobão pela relatoria e os colegas que tiveram a sensibilidade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mais uma vez, muito obrigado, Presidenta Marta Suplicy e Sr^{as} e Srs. Senadores. Muito obrigado, de coração.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado 227, de 2017.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – É um minuto só, Presidenta. É só para agradecer a todo este Plenário por terem aprovado, em segundo turno, o projeto de nossa autoria que trata gerontólogo, cujo Relator foi o Senador Elmano Férrer.

A expectativa era grande. E eu cheguei a tempo de ver a aprovação.

Agradeço a todos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É verdade. Já foi aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já foi aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, vamos ver se há mais algum terminativo para ser feita a leitura. Acho que não temos mais nenhum terminativo para fazer a leitura.

Temos um do Senador Raupp.

Senador Raupp, nós temos o item 6, que é de V. Ex^a. Podemos prosseguir com ele, cujo relatório é pela rejeição do projeto.

Item 6 da pauta.

Ele é terminativo, mas não foi feita a leitura.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2014

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Gestor de Serviços de Saúde e dá outras providências.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição do Projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:*- Votação nominal.*

A votação é nominal, mas não a faremos hoje.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, resumidamente, a proposta define a quem é facultado o exercício dessa profissão, relaciona as atividades principais desses profissionais e remete a regulamentação à possibilidade de prever a emissão de documento profissional.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma que a saúde no Brasil é considerada custosa e ineficiente, que isso está em conformidade com uma situação real em que faltam médicos e que a gestão e administração do sistema estão repletas de problemas e de denúncias.

Em defesa da proposta, há registro também de que é necessária uma visão sistêmica e objetiva do problema da saúde. Nesse sentido, a presença dos gestores em serviços de saúde no ambiente profissional pode promover melhorias substanciais na área de atendimento e de administração, liberando outros profissionais da saúde para o exercício de suas competências específicas.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS 185, de 2014.

É o voto, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aberta a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou sugerir, Sr^a Presidente, que a gente deixe a discussão em aberto.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu também acho, porque aí podemos recuperar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Presidenta. Permita-me pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu tenho dois requerimentos na mesa. Se V. Ex^a pudesse lê-los para votarmos em um outro momento, eu agradeceria. É um requerimento de minha autoria e outro do Senador Paulo Rocha.

Mas, como é praxe de minha parte, notei que o requerimento do Senador Paulo Rocha é uma convocação. Eu, normalmente, passo para convite. Eu assinaria embaixo, mas, já de antemão, botaria, em vez de convocação, convite para o gaúcho Ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira de Oliveira.

É só leitura, mas já aviso: estou assinando embaixo, mas transformando-o em forma de convite.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou ler o primeiro.

Requeiro, nos termos do art. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública para instrução do PLS 116, de 2017, que trata da perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, com os seguintes convidados...

Senador, são nove convidados! Vai ser difícil. Não quer escolher uns seis ou sete?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública para instrução do PLS 116, de 2017, que trata da perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, com os seguintes convidados...

Senador, são nove convidados! Vai ser difícil. Não quer escolher uns seis ou sete?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso aí nós...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não rende. Não rende com nove convidados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, Presidenta, não há problema algum.

A senhora lê o convite, e nós diminuimos o número de convidados, sem nenhum problema. Faça a leitura do convite. O número de convidados a gente resume para seis.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, já comunico à secretária que vamos ter seis convidados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas eu vou ler nove?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ler os nove, e eu me comprometo a retirar três, que fiquem seis, se assim a senhora concordar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 136, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 116, de 2017, que trata da perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, com os seguintes convidados:

- 1) ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil;
- 2) SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central;
- 3) FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital;
- 4) CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;
- 5) SINDFAZENDA - Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda;
- 6) Sindicato dos Agentes Federais de Execução Penal/DF;
- 7) SINAFRESP – Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo;
- 8) FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*9) ANFFA SINDICAL - Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários***Autoria:** Senador Paulo Paim

Esse é o requerimento do Senador Paim.

Senador, como ele é só lido e é votado na próxima, então, na próxima, na hora que for votado, eu peço a V. Exª já para trazer os seis nomes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já adianto que, durante o dia de hoje, eu passo para a Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não tem tanta pressa porque é na semana que vem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom, então.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Na semana que vem, a gente aguarda os nomes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigada, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Concedo a palavra ao autor, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Rapidamente, Srª Presidenta, este é um projeto que trata da estabilidade do servidor público. É um projeto polêmico. Ele foi jogado para mais três Comissões, e a gente entendeu que, no mínimo, fazer uma audiência em cada comissão resolve. Por mim, poderiam ser as três em uma só, mas vamos fazer uma em cada Comissão, conforme os requerimentos que foram encaminhados. É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está ótimo.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação porque sobre a Mesa, pelo que eu percebi – e peço vênha ao Senador Paulo Paim, se eu estiver equivocado –, nós vamos trazer o Ministro do Trabalho e o restante são só membros...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não é neste.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. São dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o próximo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Ministro do Trabalho não tem nada a ver. Até quero muito bem ao Ministro Nogueira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aqui não tem Ministro; é no próximo requerimento que está o Ministro. É outro. Eu vou ler o outro, e aí V. Exª se pronuncia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nogueira é só ele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos fazer assim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 14





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 137, de 2017**- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do artigo 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016", publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Paulo Rocha e outros

Está subscrevendo, porque senão eu não posso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou subscrevendo e já fiz a alteração de convocação para convite.

Eu vou só explicar para o Senador Moka – e V. Exª já explicou: não tem nada a ver uma coisa com a outra. O Ministro vem solícito para conversar conosco sobre a portaria que trata do trabalho escravo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É de autoria de Paulo Rocha e teve a subscrição do Senador Paim, que está aqui presente, por isso, pôde ser lido e vai ser votado na próxima reunião.

A matéria retorna à pauta, então, para votação.

Em virtude da falta de quórum para deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria anterior.

Nada mais havendo a tratar, declaro...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem.) – Caminhando para o encerramento, nós temos o item 8.

A senhora já falou sobre a questão do quórum, mas eu queria, apenas para discussão, apresentar uma alteração, uma retificação, inclusive já conversada com o Relator, que a acata e, depois, poderíamos votar. Não hoje, porque não tem o quórum, mas eu já proponho para discussão a retificação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É uma emenda. É isso?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – É uma emenda.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim. Mas, então, acho que, quando ele voltar à pauta, V. Exª poderia esclarecer a emenda, o Relator dizer se aceita na hora, e a gente votar.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – O.k., Presidenta.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas talvez, Senador, seria melhor formalizar a emenda. Não chegou aqui.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Em conversa com a Secretaria, disse-se que poderia ser sustentada oralmente, e que o Relator a acataria, mas, se tiver que apresentá-la formalmente, a gente a apresenta também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não é necessário. É melhor, mas não é necessário.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª pode fazer oralmente na próxima quarta-feira.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, antes de encerrar, eu quero, por uma questão até de amizade e muito respeito ao Senador Paim, me desculpar pelo equívoco que eu cometi, mas eu tinha dito que, antecipadamente, pedia vênua, se houvesse um equívoco.

Como eu gosto de reconhecer as coisas, eu peço desculpas ao Senador Paulo Paim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, nada mais havendo a tratar, nós declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e catorze minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Ataídes Oliveira e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 75/2017, de autoria do Senador Edison Lobão. Finalidade: Promover consulta, junto a entidades da sociedade civil e órgãos públicos, acerca da proposta de instituição, por lei, do Dia Nacional da Resolução de Conflitos. Participantes: Sr. RODRIGO GONÇALVES DE SOUZA, Juiz Federal (representante de: MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, Corregedor-Geral da Justiça Federal e Presidente do Fórum Nacional Previdenciário e de Conciliação do Conselho da Justiça Federal); Sra. ALESSANDRA BALESTIERI, Advogada; Sra. LUCIANA YUKI FUGISHITA SORRENTINO, Juíza Coordenadora do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Sra. JULIANA LOSS DE ANDRADE, Coordenadora da Iniciativa "FGV Mediação" (representante de: CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL, Presidente da Fundação Getúlio Vargas). Sr. GIOVANNI ETTORE NANNI, Vice-Presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr) (representante de: FLÁVIA BITTAR NEVES, Presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr)). Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para promover consulta, junto a entidades da sociedade civil e órgãos públicos, acerca da proposta de instituição por lei do Dia Nacional da Resolução de Conflitos, conforme o Requerimento 75, de 2017, da CCJ, de iniciativa do Senador Edison Lobão.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.

Convido, para fazer parte da Mesa, o Dr. Mauro Luiz Campbell, que será representado pelo Dr. Rodrigo Gonçalves de Souza, Juiz Federal; a Drª Alessandra Balestieri, Advogada; o Sr. Carlos Ivan Simonsen Leal, Presidente da Fundação Getúlio Vargas, representado pela Srª Juliana Loss de Andrade, Coordenadora da iniciativa FGV Mediação; a Srª Flávia Bittar Neves, Presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem; e a Srª Luciana Yuki Fugishita Sorrentino, Juíza Coordenadora do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Concedo a palavra ao representante do Dr. Mauro, o Dr. Rodrigo Gonçalves de Souza.

O SR. RODRIGO GONÇALVES DE SOUZA – Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, bom dia!

Tenho a honra de acompanhar os trabalhos desta audiência pública por designação do Ministro Mauro Campbell Marques, que, infelizmente, não pôde estar presente em razão de agenda prévia de compromissos, mas tenho a maior satisfação em acompanhar os trabalhos desta audiência pública na condição de cidadão e de magistrado de primeira instância que atua perante juizado especial federal e que, portanto, vê na temática ora proposta o objeto de muito empenho por parte não só do Judiciário, mas de todos os agentes que, de forma direta ou indireta, atuam na resolução de conflitos.

O momento me parece muito oportuno, Sr. Presidente, sobretudo com a aprovação do recente Código de Processo Civil agora, em 2015, que traz a temática da resolução de conflitos em diversos dispositivos de uma maneira alternativa, ora como conciliação, ora como mediação, ora como arbitragem. Portanto, mais que tudo, isso demonstra, acredito, um anseio da sociedade na resolução de conflitos de uma maneira não tradicional, eu diria.

Mais do que essa presença na atividade legislativa, a questão da resolução de conflitos tem surgido também com muita importância na atuação do próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, em diversos pontos, propõe ações e programas para solução conciliatória no âmbito das atividades do Poder Judiciário. Esses dados são expostos – acredito que serão mais bem colocados em breve – no próprio *site* do CNJ, com números muito expressivos e com ações que são, eu diria, muito bem-vindas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

perante a sociedade, sobretudo a chamada Semana Nacional da Conciliação, que, com a quantidade de audiências realizadas e de acordos efetivados perante o Poder Judiciário, tem trazido aquela verdadeira Justiça consubstanciada na pacificação social.

O Conselho da Justiça Federal também tem dado muito ênfase à atividade conciliatória de resolução de conflitos por meios não tradicionais, eu diria, sobretudo pela conciliação, mediação e arbitragem. Isso tem sido objeto de metas específicas da Justiça Federal, que são as chamadas metas estratégicas. Essas metas estratégicas são elaboradas pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), com participação dos Tribunais Regionais Federais de todas as regiões, e têm sido apresentadas aos Tribunais Regionais Federais com muito empenho por parte de juízes, desembargadores, servidores, terceirizados, estagiários e de toda a equipe que, de maneira geral, compõe a Justiça Federal. O empenho tem sido muito grande, e os resultados têm sido colhidos de uma maneira evidente. Nessa atuação de resolução de conflitos, eu gostaria até de colocar, Sr. Presidente, que, quando recebi a ata desta audiência pública, eu fiquei muito impressionado com o próprio termo: Dia Nacional da Resolução de Conflitos. Certamente, essa expressão muito ampla vai além do âmbito processual, vai muito além também da ideia de conciliação e de arbitragem. E essa amplitude na expressão de resolução de conflitos traz um grande desafio na mesma medida; um desafio, eu diria, Sr. Presidente, de reunir o esforço de todos os agentes que atuam direta e indiretamente na resolução de conflitos, seja no âmbito do Poder Judiciário, processual, pré-processual, na esfera administrativa, enfim a resolução de conflitos como um todo. Essa reunião de esforços por parte de diversos agentes de todos os Poderes, por parte de órgãos e entidades que compõem a Administração Pública direta e indireta, representados principalmente pela advocacia pública, e a advocacia privada, encabeçada pela Ordem dos Advogados do Brasil, além de instituições como Defensoria Pública, como Ministério Público...

Enfim, parece-me, Sr. Presidente, que o maior desafio da criação de um Dia Nacional da Resolução de Conflitos, muito mais do que a criação desse símbolo, que é importantíssimo, diga-se de passagem, é reunir a abstração, a simbologia, a concretude, colocando para a sociedade aquela forma de propositura da Justiça, eu diria, de efetivação da Justiça, no seu sentido mais puro, que é o sentido da pacificação social e da estabilização dos interesses das lides. Então, a ideia de um Dia Nacional da Resolução de Conflitos, mais do que atender aos comandos constitucionais, imagino, vem muito em favor dos anseios da sociedade como um todo e evidentemente de todos os Poderes.

Obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Rodrigo.

Concedo agora a palavra à Dr^a Alessandra Balestieri.

O SR. ALESSANDRA BALESTIERI – Bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiramente, muito obrigada, Senador Lobão, por acreditar nessa ideia e compartilhar esse projeto.

Bom dia a todos os colegas da Mesa, todos os senhores e senhoras que aqui se encontram!

Eu sou a idealizadora do projeto, e, ao conversar com o Senador Lobão, ele acreditou na ideia, e estamos aqui. A ideia vem também, Dr. Rodrigo, pensar no Judiciário, com certeza absoluta, em uma forma de desjudicializar, mas também, principalmente, pelo fato de poder introduzir a não judicialização desde a infância.

Esse dia da mediação já existe em vários países do mundo e, na realidade, acabou se tornando a Semana das Soluções Alternativas de Conflitos, porque o dia, às vezes, cai num sábado, num domingo. E acabou que todos esses países, 22 Estados dos Estados Unidos, Portugal, Espanha, muitos países estão fazendo a semana. Então, além do dia, eu acho que podemos fazer a Semana das Soluções Alternativas de Litígios e de Conflitos, para poder ajudar – eu não vou falar nem da parte jurídica, porque o Dr. Rodrigo acabou de falar –, para poder incentivar as escolas, o comércio, a parte toda dos órgãos judiciais, principalmente, eu penso, na parte das escolas, para, desde da infância e da juventude, as pessoas poderem ter noção de que nós podemos solucionar, nós mesmos, os nossos conflitos. Não é preciso levar ao Judiciário; não é precisa haver, às vezes, nem um terceiro para poder solucionar aquilo. A partir do momento em que nós temos noção das nossas ações, passamos a perceber o porquê da reação, pois cada ação tem uma reação. Então, através das nossas ações, nós começamos a perceber o outro, por que o outro teve aquela reação, e, a partir desse momento, nós podemos mediar conosco mesmo e com os outros.

A minha intenção inicial, sim, foi desjudicializar; foi, sim, nem judicializar, e foi principalmente ensinar, desde criança, os pequenos a tentarem solucionar os seus conflitos. Os conflitos são inerentes à nossa vontade. Viver em sociedade já é um conflito; viver em família já é um conflito. Imaginem em uma sociedade tão grande e tão cheia de ideias diferentes, tantas leis, tantas obrigações e tantos deveres.

Portanto, a ideia inicial foi trazer para que, desde criança, as pessoas possam ter noção do que é solucionar o seu conflito e, ao crescerem, na adolescência, e depois se profissionalizarem, pensarem na arbitragem, na mediação, na conciliação, na negociação que, em muitos países, é considerada uma quarta forma de solução de conflitos. Foi essa a minha proposta.

Hoje nós estamos aqui para decidir sobre a questão do dia, mas, se eu puder me estender, podemos fazer a semana, a terceira semana de outubro, que é o que eu proponho, que é como é feito, no mundo. Todos esses países fecharam a terceira semana de outubro para que seja a Semana das Soluções Alternativas de Litígios e de Conflitos.

Obrigada, mais uma vez.

E bom dia!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr^a Alessandra.

Dr. Carlos Ivan Simonsen Leal. (*Pausa.*)

Que é representado pela Dr^a Juliana Loss.

A SR^a JULIANA LOSS DE ANDRADE – Bom dia a todos!

Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia aos colegas de Mesa!

Antes de tudo, eu gostaria de enaltecer, em nome da Fundação Getúlio Vargas, e aqui representando o Dr. Carlos Ivan – e não só o Dr. Carlos Ivan, mas várias unidades da Fundação Getúlio Vargas que atuam na área de solução de conflitos adequada, como já foi exposto aqui...

Hoje, na Fundação Getúlio Vargas, nós temos, por exemplo, a Câmara de Mediação e Arbitragem, que atua em litígios empresariais, de valores mais elevados; temos as escolas de Direito e de Administração, que trabalham com negociação, com mediação, arbitragem, toda a área de pesquisa e desenvolvimento, inclusive indicadores e apuração realmente da evolução da solução de conflitos na sociedade. E temos ainda uma iniciativa, há dois anos criada, que se chama FGV Mediação, a qual coordeno e tenho o prazer de ter trabalhado nos últimos anos, por conta de uma alteração legislativa – na verdade, não foi nem uma alteração legislativa, foi uma inserção de um novo modelo de solução de conflitos. Foi muito alavancado pelo Judiciário, no caso do Brasil, mas eu acredito – e hoje vejo aqui, talvez, bons reflexos dessa alavancada do Judiciário, por meio do CNJ, por meio inclusive do Conselho da Justiça Federal, que, no ano passado, realizou brilhantemente, Dr. Rodrigo, a 1^a Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos.

Portanto, hoje nós vemos aqui, talvez, um momento de criação de enaltecimento de uma cultura de pacificação. No Brasil, nós temos mais de 100 milhões de processos judiciais e cresce numa velocidade que, certamente, nós não vamos acompanhar. O sistema vai colapsar se nada for alterado. E, quando falamos de sistema, estamos falando do sistema social de solução de conflitos.

E ainda reconheço aqui a pertinência da escolha do termo mais amplo realmente de resolução de conflitos, porque temos negociação, temos mediação, temos arbitragem e, se formos um pouco mais rebuscados ainda, teremos, em áreas específicas que hoje são cruciais para a economia do Brasil, como o setor de construção, ainda outros mecanismos, como Comitê de Resolução de Disputas, que acompanha as obras desde o início. Então, imaginem, não teríamos hoje tantos problemas, como tivemos, se tivéssemos um acompanhamento de métodos realmente adequados a solucionar o conflito quando ele nasce.

Portanto, para uma criação de cultura de pacificação realmente, não só pacificação no sentido amplo do termo, mas concretamente, para questões empresariais, para questões escolares... E aqui não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

está muito distante de nós: nós acompanhamos, no ano passado, uma atuação, inclusive muito ponderada, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, nas revoltas, naqueles momentos nas escolas. Foi algo muito sentido pela sociedade a dificuldade de diálogo que existe entre o Poder Executivo e o poder que existe dentro das escolas, por exemplo. Então, o tema é muito pertinente; foi muito bem escolhida a amplitude do tema.

Eu acredito que o Brasil tardou um pouco, se comparado a Estados Unidos e Europa, na inserção de um sistema de solução de conflitos que auxilie, que dê apoio a outras formas que não só o Judiciário, mas eu acho que o Brasil, quando começa, vai rápido, e é isso que eu tenho visto pelo menos nos últimos dois anos aqui, no Brasil, a partir da Lei de Mediação, a partir da alteração por meio da reforma da Lei de Arbitragem. E acredito que isso acontecerá com ainda mais forças se tivermos aí realmente um momento para criar uma cultura seja de prevenção, seja de solução adequada de conflitos. E aí o papel desse projeto, sem dúvida, é extraordinário.

Acredito que a próxima jornada, liderada pelo Conselho da Justiça Federal, será ainda mais produtiva se tivermos um esforço de política pública não só judiciária, mas de política pública realizada dentro e fora de outras instituições também privadas e por outros poderes do nosso Estado.

Portanto, representando aqui a Fundação Getúlio Vargas, enalteço o projeto, enalteço a amplitude do tema. Acredito que as instituições aqui representadas, tanto pelo Judiciário, pela Ordem dos Advogados do Brasil, como por outras instituições, como a Fundação Getúlio Vargas, sem dúvida é uma reunião de esforços para uma solução de conflitos baseada não só em Direito, mas também em interesse e em satisfação das partes, porque eu acho que faltam ainda alguns passos a serem galgados na nossa sociedade.

Agradeço o convite e deixo aqui o nosso posicionamento quanto à criação dessa Semana aí, Dr^a Alessandra, talvez, das Soluções de Conflitos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado.

Dr. Giovanni Ettore Nanni.

O SR. GIOVANNI ETTORE NANNI – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o honroso convite para representar o Comitê Brasileiro de Arbitragem nesta reunião, cumprimentando o Senador Edison Lobão, em nome de quem estendo os cumprimentos aos demais colegas da Mesa, assim como aos presentes.

É uma honra muito grande, em nome do CBAr, que é uma instituição acadêmica sem fins lucrativos, voltada ao estudo dos métodos de resolução de conflitos fora do Judiciário, então os métodos não judiciais, notadamente a arbitragem e a mediação, participar deste evento. O CBAr tem uma atuação, por meio da sua Coordenadoria Regional aqui em Brasília, ativa no Congresso Nacional,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

por meio de apoio, suporte técnico em todos os sentidos voltados à arbitragem e à mediação. Portanto, sempre se colocando à disposição para esse propósito. Em nome do CBAr, agradeço a oportunidade, representando aqui a nossa Presidente, Flávia Bittar Neves, que não pôde estar presente.

Quanto à importância do projeto, desde já enalteço, e merecendo aplausos, a iniciativa da Dr^a Alessandra Balestieri, uma vez que se vê como evidente a necessidade de criação e de consolidação de uma cultura, de uma nova cultura. Talvez, não para todos, mas a arbitragem hoje em dia é uma realidade inexorável no meio empresarial. Os grandes contratos empresariais de maior vulto, praticamente a maioria, contêm cláusula arbitral como forma de resolução de conflitos. A mediação é uma potencialidade com amplo futuro, mas ainda em desenvolvimento; pode-se dizer que não decolou, mas há todo um esforço para que isso ocorra.

Então, na verdade, precisamos... E eu concordo com a Dr^a Alessandra, quando ela mencionou, anotei alguns poucos pontos, e um deles lembrando a minha filha que tem três anos e meio, e ela domina como poucos, pelo menos quanto à minha geração, o iPad; ela é da geração do iPad. E essa geração do iPad precisa ter realmente, como bem enalteceu a Dr^a Alessandra, esse domínio de que o conflito não se resolve no Judiciário.

E o testemunho é próprio, porque eu leciono na PUC em São Paulo e lá eu vejo que os alunos são criados para o litígio. Ainda existe aquela noção antiga de que o advogado que tem esse atributo é aquele que é do foro, do litígio. Quando não é esse o aspecto moderno, a visão contemporânea quanto à resolução dos conflitos. Existe um novo Código de Processo Civil, mas ainda assim se nota um apego muito grande à lide, ao Judiciário, e se pode efetivamente buscar o desapego a essa noção tão arraigada no nosso sistema. Então, precisamos do engajamento da OAB, do engajamento das outras entidades, para que efetivamente essa data, ou melhor dizendo, essa semana, caso efetivamente aprovada, não fique como mero adereço no calendário, mas efetivamente produza resultados.

E, para concluir, três últimas observações. A arbitragem no nosso País possui um marco legal muito forte, muito bem elaborado, uma lei de 1996 que passou por reforma recentemente em 2015. E o que se espera é que todas as iniciativas legislativas possam fazer menção a essa lei, sem necessidade de incluir novos requisitos, novas condicionantes, uma vez que a nossa lei é muito boa, ela funciona muitíssimo bem.

Talvez para os que não saibam, o Brasil é referência mundial na arbitragem. É uma segurança para o investimento estrangeiro a presença da arbitragem. E o CBAr realiza todo ano congressos internacionais. Teremos um, em três semanas, em Gramado, de arbitragem; em outubro, um de mediação em São Paulo em conjunto com a Associação dos Advogados de São Paulo. Em todos os aspectos fala-se que o Brasil, em pouco mais de uma década, atingiu o que a Inglaterra, por exemplo, demorou 50 anos, em termos de consolidação perante o Judiciário, consolidação acadêmica e produção doutrinária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nós temos todo o arcabouço, assim como em relação à mediação que tem uma nova lei, uma lei que também é um marco legal importante, coerente. Portanto, precisamos desse incentivo, da consolidação da cultura, para que efetivamente possamos tentar contribuir para o desafogo do Judiciário. O Judiciário, e aqui é a minha última observação, que dá extremo respaldo à arbitragem, a arbitragem, em nosso País. O nosso marco legal não teria essa efetividade, esse reconhecimento mundial, reitero, se não fosse o nosso Judiciário, notadamente o STJ, o STF, assim como os tribunais federais e os tribunais estaduais, que dão a certeza, a segurança para aquele que adota a arbitragem como a sua resolução de conflitos que a sua decisão será acatada, desde que de acordo com os ditames da lei. Portanto, em todos os cenários o que se vê é efetivamente a necessidade de consolidação dessa cultura, e nada mais conveniente nesse propósito que a aprovação desta semana em prol da solução de conflitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado.

Ouviremos agora a Dr^a Luciana Yuki.

A SR^a LUCIANA YUKI FUGISHITA SORRENTINO – Bom dia a todos!

Cumprimento os presentes na pessoa do Senador Edison Lobão e agradeço pelo convite.

Confesso que fiquei muito feliz com essa proposta. Parabéns, Dr^a Alessandra, parabéns ao Senado também por tê-la encampado.

Eu sou Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e há seis anos atuo coordenando o Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Os benefícios são patentes. Eu acho que todos os componentes da Mesa ressaltaram muito bem, e hoje eu quis trazer um pouquinho de dados concretos também para respaldar a importância de se incentivar mais a cultura da mediação e da conciliação.

Sempre se falou muito em acesso à Justiça, mas agora temos que evoluir esse conceito e também falar em acesso a uma resolução adequada de cada conflito. Então, eu sugiro até aditar ao nome da nossa iniciativa para Semana Nacional da Resolução Adequada de Conflitos, porque abrangeria todos os tipos de conflito e o dever que, eu entendo, o Poder Judiciário e o magistrado têm de direcionar cada demanda para a solução mais adequada, mais célere e menos custosa para a sociedade. Então, hoje temos trabalhado muito isso no Poder Judiciário. Incentivamos a desjudicialização, porque em um ambiente com mais de 100 milhões de processos, não há possibilidade de se prestar um bom serviço jurisdicional como a sociedade exige atualmente.

Aqui os meus colegas já falaram sobre os marcos legislativos que nós temos: o CPC, a Lei de Mediação e a Resolução nº 125 do CNJ.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Atualmente a política dentro do Poder Judiciário é coordenada dentro dos tribunais pelos Núcleos de Mediação e Conciliação e pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, que são os órgãos que executam a política pública de mediação e conciliação.

Aqui a Dr^a Juliana, o Dr. Giovanni também já falaram sobre as iniciativas privadas, que a gente apoia muito também, câmaras de mediação privada e estratégia de desjudicialização pelos grandes demandantes.

Eu trouxe aqui, para a gente ter bastante atenção, a questão do relatório Justiça em Números, que é produzido pelo CNJ. O Dr. Rodrigo até mencionou também esses dados que o CNJ colhe anualmente. E aí eu trouxe aqui. A questão do tempo médio para aprovação de sentença, o tempo do processo, a demora na prestação jurisdicional são o grande problema que prejudica a imagem do Poder Judiciário e a insatisfação das pessoas. Então, a gente tem aí o tempo médio para aprovação de sentença de um ano e meio no Poder Judiciário, apenas na fase de conhecimento. Então, depois na fase de execução, ainda há ali o tempo médio de quatro anos.

O tempo médio de tramitação dos processos só na primeira instância é de quase três anos na fase de conhecimento e mais de oito anos na fase de execução. Então, pelo método tradicional, a gente, com certeza, não vai conseguir melhorar essa situação do Poder Judiciário. Não adianta só aumentar o número de cargos, o número de varas, de magistrados, é preciso atuar, oferecer aos jurisdicionados o que a chama de Sistema Multiportas.

Aqui eu trouxe a minha taxa de congestionamento, que é a diferença entre os processos que entram e os processos que ficam no acervo durante o ano. Então, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário médio é de mais de 70%.

O índice de conciliação na Justiça Estadual é, em média, 10%. Então, a gente vê aí que os índices são muito tímidos ainda. Então, é preciso, sim, incentivar muito a aplicação dos métodos adequados de solução de conflitos, mediação, conciliação, arbitragem, quando for o caso, e também a Justiça tradicional, se há resistência, e o que eu digo: às vezes, há resistência de alguns magistrados quanto à aplicação dos métodos autocompositivos, assim como há de advogados e de outros atores da área jurídica, mas isso não vai tirar o trabalho ninguém, não vai excluir a atuação jurisdicional tradicional, vai apenas possibilitar uma atuação com maior qualidade e efetividade.

Aqui eu trouxe alguns dados do TJDF, que é o local em que eu atuo, para a gente ver e, então, a gente já consegue vislumbrar em seis anos alguns dados concretos, inclusive na redução da quantidade de ações ajuizadas. Então, de 2010, quando foi instalado o Núcleo de Mediação até hoje, já foram designadas 278 mil audiências e realizadas 178 mil. A gente já realizou mais de 50 mil acordos e o índice de acordo é de 30%.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando a gente vê esse índice de 30%, o que eu costumo dizer? Que 30% das demandas poderiam não ter sido ajuizadas, poderiam não ter chegado ao Judiciário, poderiam ter sido resolvidas pelas próprias pessoas, através de iniciativas da sociedade civil, da implantação da cultura da pacificação social e do diálogo, porque, como magistrados, nós vemos dia a dia muitos conflitos que surgem por falta de comunicação. Então, a gente precisa retomar isso, retomar esse empoderamento da sociedade para que realmente a gente consiga reduzir a quantidade de ações ajuizadas. Aqui é a iniciativa que a gente tem do pré-processual, que é a iniciativa de conciliação antes do ajuizamento da ação, com índices muito bons de acordo. Qual o óbice que a gente ainda vê nessa iniciativa? A falta de presença das pessoas. Como é facultativo, muita gente ainda não sabe o que é e não comparece, mas de quem comparece quase 70% das pessoas fazem acordo. Então, é muito importante, é muito pertinente a gente fazer essa divulgação nacional, ter esse engajamento do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e da sociedade civil em conjunto, para que a gente consiga conscientizar as pessoas sobre a importância dessas iniciativas.

Aqui, novamente, a taxa de acordo. Esse é um gráfico de que eu gosto bastante, Senador. Ele indica a distribuição de casos cíveis novos na primeira instância do TJDF, de 2000 a 2016. A gente vê ali a linha azul, que são esses casos novos, e a linha laranja é a quantidade de acordos nos CEJUSCs. O que a gente percebe aí? Quanto maior a atuação na área de conciliação, tem-se reduzido a quantidade de distribuição de casos novos. A gente fez o cálculo do índice de correlação entre essas duas variáveis, e o índice é de menos 0,49, ou seja, se a gente aumentar a atuação na área de métodos autocompositivos, a probabilidade de que reduza a distribuição do Judiciário na área cível é de 49%. Então, é um índice bem relevante e que justifica dar-se a importância para esse tema.

Aqui eu trouxe só os dados do nosso tribunal que realmente mostram que, em 2016, a única quantidade de processos que diminuiu foram os casos cíveis não criminais, os casos de primeiro grau não criminais, que é aquela setinha vermelha ali, no Justiça em Números 2016. Então, a gente já vê resultados concretos na implantação da política. E imagino que, se o Brasil se dedicar mais a isso, se houver ações de políticas públicas mais efetivas, se a gente der mais importância a isso, com certeza, esses dados vão ser muito melhores daqui a alguns anos.

Aqui a gente trouxe só uma comparação da atuação do custo-benefício entre a atuação de um centro de conciliação no tribunal e os juizados especiais que são a jurisdição tradicional. O número médio de servidores de um centro de conciliação no DF é de quatro servidores, enquanto, nos juizados especiais cíveis, é de 11 servidores. A quantidade total de unidades: nós temos 18 CEJUSCs e 31 juizados cíveis aqui, no DF; quantidade de servidores: 341, nos juizados; 88, nos CEJUSCs.

Aqui eu vou mostrar na próxima.

Durante o ano de 2016 – nós fizemos essa comparação –, um CEJUSC nosso, CEJUSC e juizados especiais cíveis de Brasília, realizou a quantidade de audiências equivalente a 15 juizados especiais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cíveis. Então, embora a estrutura administrativa seja muito menor, a atuação é muito mais efetiva. Com relação aos acordos homologados, um CEJUSC homologou acordos em quantidade equivalente a 18 juizados especiais cíveis aqui, do Distrito Federal.

Também falando do novo Código de Processo Civil, o art. 334 fala da obrigatoriedade da audiência inicial, da audiência de conciliação ou da sessão de mediação. A gente fez esse comparativo nesse primeiro ano de vigência do novo CPC. E o CEJUSC, que realiza só audiências cíveis do novo CPC, fez a quantidade de audiência equivalente a 36 varas cíveis de Brasília durante um ano, e a quantidade de acordos homologados é o equivalente a oito varas cíveis. Então, vemos como uma ferramenta muito importante ao Poder Judiciário para redução das demandas.

Por fim, já que meu tempo está acabando também, a questão da satisfação do usuário, que é um item muito importante. Eu acho que o Poder Judiciário tem se perdido um pouco tentando só atingir metas numéricas. Essas metas são importantes, sim, mas temos que olhar para o nosso cliente, para o nosso jurisdicionado, para ver se ele está satisfeito. Infelizmente a imagem do Judiciário hoje não é boa. Então, essa pesquisa do CNJ perguntou se o atendimento é rápido, sem filas ou espera excessiva. Mais de 60% dos respondentes disseram "nunca" ou "poucas vezes". Ainda é perguntado se a conclusão do processo foi no prazo. Mais de 87% responderam negativamente, "poucas vezes" ou "nunca". Então, isso é muito preocupante mesmo.

Eu comparo aqui com a pesquisa de satisfação do usuário que fazemos em todos os CEJUSCs do DF. Então, somente no ano passado, foram mais de 23 mil pessoas respondentes, se você acredita que a tentativa de acordo foi válida: 81% – essa pauta específica é a pauta dos grandes demandantes –, 81% dos respondentes disseram que sim. Aí, eu só chamo a atenção a que o índice de acordo é de 30%. Então, a realização ou não do acordo não está diretamente vinculada à satisfação do usuário. O usuário acredita que aquela experiência foi válida, sim, porque, às vezes, aquela é a única chance que tem de conversar com a outra parte. Então, vemos processos tramitando por anos em que as partes nunca se encontraram. Eu acredito que isso também vai ajudar muito na questão do tratamento mais humanizado da Justiça, que a Justiça tem que dar.

Outro item que foi consultado: se você sentiu que participou da solução, o que falamos do empoderamento, de trazer para as pessoas de volta essa cidadania de resolver os seus próprios conflitos. Quase 80% das pessoas responderam que sim, que se sentiram participativas, ativas na realização do acordo. E, por fim, se acredita que a imagem do Judiciário mudou através da conciliação. Grande parte respondeu que sim. Então, aqui é a satisfação geral do usuário também, índices muito bons, mais de 90% de satisfeitos e muito satisfeitos.

Concluindo, Senador, eu só posso parabenizar, parabenizar o Senado, parabenizar a Dr^a Alessandra, que teve a iniciativa. Quero dizer que nós, do TJDF e também do Fonamec, que é o Fórum





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nacional da Mediação e Conciliação, que congrega os núcleos de conciliação de todos os tribunais do Brasil, ratificamos a importância desse projeto, dessa iniciativa do Senado, que apoiamos integralmente.

Obrigada.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Dr. Mauro Campbell, Ministro do STJ, telefonou-me ontem para agradecer o convite lamentando não ter podido vir. Porém, indicou o Dr. Rodrigo, Juiz Federal, para que, em nome dele, aqui falasse.

E a Ministra Cármen Lúcia disse-me que tem total interesse nessa matéria. Até gostaria de ter, como Presidente da Comissão, uma conversa pessoal sobre o assunto. E ela está pronta para oferecer dados, números, informações. Quero registrar, uma vez mais, o seu entusiasmo com a questão em tela. Não pôde vir, porque está presidindo hoje a sessão do Conselho Nacional de Justiça, em que são empossados dois representantes que foram reconduzidos.

Eu devo agradecer também à Dr^a Alessandra por ter trazido essa questão ao exame da Comissão de Justiça. Indiscutivelmente, trata-se de algo de fundamental importância para os conflitos que se estabelecem todos os dias. A Justiça brasileira é uma das mais atropeladas pelo número de processos.

Quando aqui realizamos a reforma do Poder Judiciário, há cerca de 15 anos, verificou-se que, do modo como se encontrava, não era possível prosseguir com o comportamento tradicional do Poder Judiciário. Criou-se, então, a súmula vinculante, deixando em nós a esperança de que pelo menos metade dos problemas pudessem ser resolvidos.

Naquela ocasião, houve um episódio quase prosaico. Um juiz de uma vara federal no Rio de Janeiro recebeu, em 24 horas, 1,2 milhão de causas para resolver – 1,2 milhão! Tratava-se de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e tal. E eram todas iguais. Aquilo foi enviado depois ao Tribunal Regional Federal e posteriormente ao STJ. E em carretas.

A súmula vinculante teria, no caso presente, a função e o condão de resolver, de uma só vez, questões daquela natureza. O próprio juiz poderia ter encaminhado ao arquivo tudo aquilo, sem os percalços que se seguiram. O fato é que estávamos todos operando nessa matéria.

As informações que as senhoras e os senhores nos trazem são relevantes, ficarão nos arquivos e na memória desta Comissão. Serão compulsados esses documentos e as informações nos momentos devidos pelos membros desta Comissão.

Agradecendo, portanto, a presença de todos, encerro a presente reunião.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 36ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e oito minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, José Maranhão, Romero Jucá, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Ângela Portela, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Davi Alcolumbre, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Ivo Cassol, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Marta Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores: Bruno Dantas Nascimento, Ministro do Tribunal de Contas da União; Edson Carvalho Vidigal, Ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça; da Senhora Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; e dos familiares dos Senhores Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal; e Erick Biill Vidigal, Professor de Direito. Passa-se à apreciação da Pauta, que se divide em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridades. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 58, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Senador Vicentinho Alves e outros. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis. ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 64, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ERICK BIILL VIDIGAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Senador Lasier Martins e outros. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ERICK BIILL VIDIGAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 20 (vinte) votos favoráveis, 3 (três) votos contrários e 1 (um) voto em branco. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2010 - Terminativo - que: "Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever que as despesas com monitoramento eletrônico serão arcadas pelo condenado." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº1-T. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para assegurar contraditório relativo no inquérito policial, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado pela Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos, e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CE e 2-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denúncia da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otávio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, de 2015 - Terminativo - que: "Acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 - Complementar - Não Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC 90/2011, e as demais Propostas. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2016 - Não Terminativo - que: "Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XVI do art. 37 da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015, e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal." Autoria: Deputado Marcos Rogério. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades judiciárias." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com uma Subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 34ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à realização de sabinas e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens de 1 a 39.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 58, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Senador Vicentinho Alves e outros.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 23/08/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 64, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ERICK BILL VIDIGAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros.

Relatoria: Senador Edison Lobão.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 23/08/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.

Convido os senhores indicados ao recinto da reunião. *(Pausa.)*

Registro as presenças honrosas do Ministro Bruno Dantas, do Ministro Edson Vidigal, da Diretora-Geral da Casa, Dr^a Ilana, e dos familiares dos dois indicados.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho para a sua exposição, por 15 minutos, período que poderá ser prorrogado.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Inicialmente, muito bom dia, Ex^{mo} Sr. Senador Edison Lobão, Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Cumprimento todos os Senadores e presentes.

Início fazendo um agradecimento público aos Líderes dos mais diversos matizes ideológicos que me honraram com suas indicações para esta sabatina; ao meu Relator, Senador Armando Monteiro, que me ofereceu um relatório muito além do que eu merecia de fato; ao Presidente do Senado, Eunício Oliveira, que, uma vez consultado, me autorizou a partir nessa empreitada. E quero agradecer particularmente a presença das diversas autoridades que me hoje me honram aqui, particularmente o Ministro Bruno Dantas, do TCU; o Henrique Ávila, Conselheiro do CNJ, também representante do Senado naquela cadeira; os meus familiares que vieram de Recife para esta sabatina; a Gabriela, luz do meu caminhar; e todos os amigos servidores da Secretaria-Geral da Mesa, particularmente da CCJ, que são exemplos de servidores públicos. Quero a todos agradecer a presença, e a nossa Diretora-Geral





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

também, Ilana Trombka. E também a minha antecessora no cargo, Cláudia Lyra, que está por aí. E a ilustre presença do Ministro Edson Vidigal também muito me honra.

É com enorme satisfação, Sr. Presidente, que hoje compareço a esta Comissão na condição de sabinado. Antes aqui já estive inúmeras vezes, mas nunca ladeando V. Exª em tão honrosa posição.

Dirijo-me hoje a V. Exª, às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, colocando-me como o indicado por diversas Lideranças partidárias para, se essa for a vontade desta Comissão e do Plenário, ocupar a cadeira de cidadão designado pelo Senado Federal junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu falarei em alguns instantes sobre o que penso e como me proponho a atuar perante o Conselho, caso tenha a honra de vir a integrá-lo. Mas, num primeiro momento, julgo importante traçar, em breves palavras, um pouco do meu perfil acadêmico e profissional. Muito embora V. Exªs já me conheçam bastante por conta de minhas atribuições atuais aqui na Casa como Secretário-Geral, existiu toda uma construção preliminar que me trouxe até aqui. Não tenho pretensão de fazer melhor do que fez o Senador Armando Monteiro, meu conterrâneo de terras pernambucanas, ao fazer o seu relatório, mas tão somente extrair a síntese aqui do que já fiz na vida.

Eu nasci e cresci em Recife e lá também me formei na Faculdade que, duas semanas atrás, completou 190 anos de fundação, junto com o Largo do São Francisco, a Faculdade de Direito do Recife. Lá me formei e recebi o título de Mestre em Direito Público, com a dissertação intitulada *Novos Mecanismos de Prevenção à Corrupção em Licitações Públicas*. Aliás, o tema do combate à corrupção sempre foi de meu interesse. Por isso mesmo, após o mestrado, matriculei-me no programa de estudos dos aspectos jurídicos e econômicos da corrupção, na Universidade de Salamanca, na Espanha, onde recebi o DEA (Diploma de Estudos Avançados), equivalente à pós-graduação *lato sensu* no Brasil e pré-condição para o título de doutor naquela mesma universidade, onde sigo matriculado com o mesmo enfoque.

Retornando ao Brasil, tomei posse no cargo de Consultor Legislativo desta Casa, mediante concurso público, no ano de 2004, vindo a assumir, em 2007, o cargo de Consultor-Geral Adjunto do hoje Ministro do Tribunal de Contas da União Bruno Dantas, que muito me honra com sua presença.

Na sequência, quando era Presidente desta Casa o Senador Garibaldi Alves Filho, eu fui nomeado Advogado-Geral do Senado, permanecendo nesse cargo durante a gestão seguinte, a do Presidente José Sarney.

Quando o Senador Garibaldi Alves torna-se Ministro da Previdência Social, em 2011, ele me convida para ser Consultor Jurídico daquela Pasta, o que me oportunizou conhecer profundamente as dificuldades do assessoramento jurídico no Poder Executivo, em direta interlocução com a AGU. Na parte final do meu período no Ministério da Previdência, acumulei o cargo de Consultor Jurídico da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pasta com o de Chefe de Gabinete do Ministro, onde pude vivenciar de perto a rotina de tomada de decisões estratégicas naquele Ministério.

Talvez, por estar ocupando o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro, fui convidado, em 2013 já, pelo recém-eleito Presidente Renan Calheiros, para voltar ao Senado, a fim de chefiar o Gabinete da Presidência da Casa.

Na sequência, com a aposentadoria da então ocupante da Secretaria-Geral da Mesa, Dr^a Cláudia Lyra, que muito me ensinou, a quem rendo minhas homenagens e meu agradecimento pela presença aqui, fui designado para ocupar o cargo mais alto da nossa carreira no Senado na área legislativa, que é este onde ainda hoje me encontro na gestão do Presidente Eunício Oliveira, o de Secretário-Geral da Mesa.

Vejam, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores: digo isso tudo para demonstrar que trabalhei diretamente com quatro Presidentes do Senado, o que, seguramente, foi essencial na minha formação a respeito do funcionamento do processo legislativo, das relações entre os Poderes e dos mecanismos desta Casa de Leis.

Ainda durante dez meses, tive também a experiência de acumular o cargo de Secretário-Geral com o de Diretor-Geral da Casa, responsável pela área administrativa do Senado, desde contratações a pessoal, de infraestrutura de TI até a manutenção dos imóveis funcionais, trabalho este que vem sendo, aliás, continuado com muita competência pela Dr^a Ilana Trombka, que foi minha adjunta e que hoje exerce, com muito mais talento do que eu, a Diretoria-Geral da Casa, enquanto eu me concentro na área legislativa.

Mantive ainda, ao longo de todo esse tempo, a atividade docente, que é minha verdadeira paixão. Iniciei, por concurso público, como professor substituto da Universidade Federal de Pernambuco e lá comecei a lecionar Direito Administrativo, Direito Eleitoral e Teoria Geral do Direito, disciplinas que, até hoje, 15 anos depois, eu sigo lecionando, após haver passado por várias instituições, entre elas, aqui em Brasília, a UnB e o nosso ILB, a Escola de Governo do Senado.

Feito esse retrospecto – espero não ter cansado V. Ex^{as} –, acredito ser essencial falar um pouco também de minha visão sobre o Ministério Público e sua indispensável atuação para o fortalecimento da cidadania e da efetividade do nosso sistema jurídico.

A primeira noção que devemos ter é que esse Ministério Público, Sr. Presidente, que a população reconhece, aplaude e prestigia não é um só. Vejam bem V. Ex^{as}: não digo isso para fazer a divisão acadêmica dos diversos ramos do Ministério Público. Nada disso! Eu digo que são vários Ministérios Públicos em virtude da diferença de realidades em que vivem e atuam os promotores.

Extraio alguns dados do anuário do CNMP intitulado "Ministério Público: um retrato", publicado poucos meses atrás. Estamos falando de 13 mil membros do Ministério Público, entre promotores,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

procuradores e subprocuradores-gerais, e de 36 mil servidores das carreiras de apoio ao Ministério Público. Desses 13 mil membros, 10,7 mil estão nos Ministérios Públicos estaduais, que cuidam, por assim dizer, dos crimes ordinários, bem como dos assuntos cíveis de interesse local. Já os outros 2,3 mil pertencem ao Ministério Público da União, e, entre esses, somente 1.150 compõem o Ministério Público Federal, esses que são os responsáveis pela atuação no STF, no STJ e na Justiça Federal, incluindo as grandes operações que, recentemente, têm sido acompanhadas por todo o País.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Quantos procuradores são?

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – No Ministério Público Federal, são 1.150, do total de 13 mil.

Por que digo isso, Srs. Senadores? Para chamar a atenção para o fato de que a grande maioria dos crimes que, efetivamente, amedrontam a nossa população, como os assaltos, os homicídios, os sequestros, os estupros, a violência doméstica, são atendidos pelos motores estaduais, quase sempre sufocados e mal estruturados.

Apenas um comparativo muito breve: enquanto no Ministério Público Federal verifica-se uma média de oito servidores de carreira de apoio por Procurador da República, nos Estados, encontramos dois servidores por Promotor. Esse é apenas um aspecto dessa diferença de estrutura.

Em geral, essa realidade vem acompanhada por uma Polícia, que opera em condições igualmente precárias, com enormes dificuldades de realizar suas investigações. Não é à toa que o índice de solução de crimes, no Brasil, hoje seja tão ínfimo: apenas 6% – repito: 6% – dos homicídios do País são solucionados, segundo pesquisa da Estratégia Nacional da Justiça e Segurança Pública (Enasp).

Tudo isso eu digo, Senador Lasier Martins, porque o Conselho Nacional do Ministério Público não tem meramente uma competência disciplinar, punitiva, correccional; ele tem essencialmente uma atribuição de planejamento e supervisão do macrossistema. Por isso mesmo, necessitamos, com premência, nos debruçar sobre esses problemas.

Do ponto de vista disciplinar, Senador Anastasia, a última composição do CNMP fez um belo trabalho – é necessário reconhecer. O número de PADs (Processos Administrativos Disciplinares) abertos nesse último biênio foi quatro vezes maior do que a média dos biênios anteriores, a ponto de o número desse último biênio, 71 PADs, praticamente se igualar ao acervo aberto ao longo dos últimos dez anos. Foram aplicadas 52 sanções por infrações disciplinares em 2016, quando a média histórica era de apenas 12.

Nesse contexto, penso que à minha atuação junto ao Conselho Nacional deve se aportar um olhar externo crítico, mas colaborativo, essencialmente, porque um órgão da importância do Ministério Público não pode ter uma visão, Senador Wilder Moraes, exclusivamente endógena, de seus próprios





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

membros, marcada pelos matizes da corporação, que conduziria fatalmente qualquer instituição, não só o CNMP, a um marcado e indesejável corporativismo.

Acredito, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, que o CNMP deve debruçar-se sobre a perspectiva até então pouco explorada, que é o controle dos resultados das ações propostas. Por que digo isso? Principalmente, Senador Vicentinho Alves, que me honrou com a primeira assinatura de minha indicação, porque, quando se trata de gestores públicos, a independência funcional, que é muito importante nos membros do Ministério Público, leva à proliferação do número de ações judiciais que pode chegar a inviabilizar a gestão pública, mas que, ao fim e ao cabo, muitas vezes, dificilmente conseguem lograr êxito no julgamento do mérito da causa. É importante que se busque despendar energia e tempos Procuradores e Promotores ...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – ... com ações que tenham bom fundamento e viabilidade.

Os métodos de investigação também devem ser objeto de cuidadosa reflexão. Será que a utilização de escutas ilegais deveria ser a panaceia dos problemas do País, quando, muitas vezes, só ofendem a intimidade dos interlocutores, sem nenhuma prova adicional? Não seria cabível uma reflexão a respeito disso? Pior que isso: como aqui falou a eleita e aprovada Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, vazar informações do inquérito ainda em apuração para constranger investigados, gerando uma condenação social prévia deve ser evitado.

O trabalho dos membros do Ministério Público está mais na investigação e no duro combate pela condenação dos que cometem delitos do que em alimentar a polêmica na sociedade por meio da mídia ou das redes sociais.

Membros do Ministério Público não são políticos e, ao menos no Brasil, não são eleitos, diferentemente de outros países. Por isso mesmo, devem ser ciosos dos seus deveres.

Atuar como membro do Ministério Público já com o olhar na iniciativa privada, ferindo uma garantia mínima de quarentena que podemos inferir do Texto Constitucional, a meu ver, representa um nítido conflito de interesses. Isso deve gerar uma preocupação, Senador Anastasia.

A imprensa noticiou, recentemente, o caso de um Procurador que deixou o MP para ir às bancas de advocacia a fim de atuar nos processos que investigava. Isso deve ser apurado e, caso seja verdadeiro – não sei se é, de fato, verdade –, dever ser objeto de atuação do CNMP.

Finalmente, o MP não pode atuar politicamente. Toda vez que um membro do Ministério Público se arvora na posição de porta-voz da vontade da instituição, ele prejudica todos os demais, a própria corporação e a Constituição da República. Microfone não é arma do Ministério Público, e sim a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

investigação, a coleta de provas dentro das prerrogativas e o próprio andamento do processo. O CNMP deve pensar nos limites da instituição para guiar o Ministério Público como um todo, mantendo a imprescindível autonomia de seus membros.

Dito isso, acredito, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, se puder contar com a aprovação de V. Ex^{as}, que posso ajudar o Ministério Público a ter uma melhor interlocução com o Poder Legislativo. Digo isso, Sr. Presidente, ex-Presidente desta Comissão, Senador José Maranhão, porque, nas diversas matérias de interesse do Ministério Público que tramitam no Congresso Nacional, eu possa, talvez, ser útil ao CNMP por conhecer um pouco a dinâmica do processo legislativo e poder, talvez, julgo eu, colaborar no aperfeiçoamento da legislação federal.

Ao mesmo tempo, internamente, na competência normativa do Conselho, haja vista a produção normativa do colegiado, que, até o momento, editou 155 resoluções e 49 recomendações, acredito que posso ser útil, com os conhecimentos que adquiri da técnica legislativa, na formação e atuação nesta Casa como Consultor Legislativo. Isso, claro, se a indicação do meu nome vier a ser aprovada por esta Casa.

São essas, enfim, sem querer me alongar em demasia, respeitando estritamente o tempo que me foi concedido, as razões que submeto à apreciação de V. Ex^{as} para, se entenderem devido, avaliarem o meu nome para ocupar o assento que cabe a esta Casa junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu agradeço a todos a gentileza de terem me escutado até aqui e peço, humildemente, se me for concedido esse direito, o voto e a confiança de V. Ex^{as} para desempenhar essa missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cumprimento o Dr. Bandeira pela exposição que fez e concedo a palavra ao Dr. Erick Vidigal.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Inicialmente, cumprimento o Presidente, Senador pelo meu Estado, o Maranhão, Senador Edison Lobão, a quem, desde logo, agradeço a gentileza das palavras que foram externadas por ocasião do relatório. Eu havia comentado isso com o Senador Lobão e vou seguir a mesma abordagem do Dr. Bandeira, dizendo que eu fiquei um pouco surpreso com o relatório, porque ele fala melhor de mim do que a imagem que eu mesmo tenho a meu respeito. Então, agradeço.

Cumprimentos os ilustres Senadores e Senadoras que integram este soberano colegiado, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Não posso iniciar a minha abordagem sem antes agradecer não somente aos Líderes, mas aos mais de 40 Senadores que apoiaram a minha indicação. Quero deixar claro que, para mim, o fato de estar aqui sendo sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça já é a grande honra da minha vida.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Eu não diria que é o momento mais feliz da minha vida, porque eu tenho três filhos, e o nascimento desses filhos, para mim, é o que há de mais importante, mas, em termos de vida profissional, é a maior honra da minha vida.

Eu me preparei bastante e vou iniciar aqui a minha apresentação dizendo como foi a minha caminhada profissional.

Ela começou, acredito, da forma que começou a caminhada da maior parte da população brasileira. Eu tive um começo de vida profissional muito difícil.

Apesar de o meu pai exercer um cargo alto na República, eu saí de casa muito cedo. Meu pai foi um garoto pobre do interior do Maranhão, mas conseguiu ascender a grandes posições na República.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu encareço dos Srs. Senadores a gentileza do silêncio devido para que possamos prestar atenção à exposição de cada um dos indicados.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Dr. Erick...

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Sim.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Para ficar registrado nos *Anais*, tem que falar o nome dos três.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Ah, sim: é a Érika Vidigal, que está me assistindo agora em casa, tem 14 anos; o Pedro Bill Vidigal, que tem 4 anos de idade; e a Alice, que nasceu agora, está fazendo dois meses de idade hoje.

A Senadora Vanessa perguntou quem é o meu pai. É o Edson Vidigal, que se encontra aqui me honrando com sua presença.

Como tinha colocado anteriormente, eu casei muito cedo. Meu pai não tinha posses financeiras, mas tinha o exemplo para dar para a gente, da luta, da batalha. Eu quis fazer da mesma forma, eu quis seguir o mesmo caminho. Eu não quis facilidades, eu nunca pedi ao meu pai para me indicar para nenhum cargo de confiança, eu batalhei.

O primeiro emprego registrado na minha carteira de trabalho foi de auxiliar de encarregado de limpeza, numa empresa terceirizada de limpeza que prestava serviços ao Ministério das Comunicações. Eu limpei chão, eu limpei parede, banheiro, e foi assim que eu comecei a minha jornada profissional. Ato contínuo, eu fui trabalhar numa agência de viagens emitindo passagens aéreas – V. Ex^{as} devem ter





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

viajado muito com aquelas passagens aéreas que eram talões de cheque preenchidos à mão, era o que eu fazia.

Entrei na Faculdade de Direito aqui em Brasília, no Centro Universitário de Brasília, o terceiro maior centro universitário do País, e ali, estudando com 50% de bolsa que me foi concedida, eu consegui me formar. Formei-me com méritos e fui convidado para publicar – foi meu primeiro livro – o meu trabalho de conclusão de curso, que foi prefaciado pelo Ministro Marco Aurélio Mello, que era Presidente do Supremo à época, em razão da temática, que era o ativismo judicial, quando ainda não se falava disso no Brasil.

Recebi dois convites para começar a lecionar e, aí, abracei a carreira do magistério superior a fundo. Dei aula em pelo menos seis universidades de Brasília, dei aula em universidades pelo Brasil afora. Recebi uma bolsa de estudos para fazer minha primeira especialização. O meu mestrado e o meu doutorado, eu fiz em São Paulo com empréstimo bancário. Até hoje – já terminei meu doutorado há mais de 5 anos – pago o empréstimo que fiz para concluir os meus estudos.

Nessa caminhada, eu acabei exercendo, por 17 anos, cargos de assessoria. Sempre fui convidado em razão apenas da minha técnica e não das relações. Em alguma palestra que eu fazia ao lado de um magistrado, de um membro do Ministério Público, eu recebia um convite para prestar uma assessoria. E eu tive o privilégio de passar os 17 últimos anos da minha vida, prestando assessoria a autoridades dos três Poderes e de todos os níveis, tanto do poder local, quanto do poder federal.

Publiquei quatro livros, escrevi diversos artigos. Eu faço parte de um grupo de pesquisa na PUC de São Paulo, faculdade onde foi contemporâneo do Ministro Bruno Dantas, naquelas dificuldades das viagens, durante três anos, semanais para São Paulo. E faço parte de um grupo de pesquisa que busca tentar humanizar o capitalismo, o Grupo do Capitalismo Humanista,

Prestei dois concursos públicos. Fui aprovada para o cargo de Analista do Ministério Público da União e, em seguida, fui incorporado ao quadro de Analistas do Conselho Nacional do Ministério Público, em que assessoriei diversos conselheiros desde o ano de 2009. Eu tive a oportunidade de assessorar juízes federais, subprocuradores-gerais da República, procuradores da República, promotores de justiça e até indicados do Congresso Nacional e da OAB.

Eu prestei o concurso para Professor Adjunto da Universidade de Brasília. Fui aprovado. Tive o privilégio de ter como Presidente da minha banca examinadora o Ministro Teori Zavascki e tive, mais ainda, o privilégio de receber do Ministro Teori Zavascki a nota máxima na prova de didática, na prova oral de didática.

Atualmente sou professor – é o que eu sou de coração –, e tenho vários ex-alunos aqui que assessoram V. Ex^{as}. E para mim, depois da honra de estar aqui sendo sabatinado pela CCI do Senado da República, o que mais me honra é ver que o meu trabalho surtiu efeito, porque eu tenho certeza de que,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

se eles estão aqui assessorando V. Ex^{as}, é porque a formação deles foi adequada, foi completa. Fica aqui o meu cumprimento a esses alunos que certamente ainda terão muito a oferecer para esta sociedade que está tão carente de pessoas qualificadas e dedicadas à coisa pública.

E, atualmente, então, eu estou, por convite, prestando assessoria jurídica, na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Eu exerço uma chefia no Núcleo de Políticas Sociais. Desde o início do Governo, eu coordeno as políticas sociais no aspecto jurídico, normativo, na elaboração de atos normativos.

E sou professor de um programa de mestrado em São Paulo que tenta desenvolver o estímulo à solução pacífica de controvérsias, que é a grande saída para a quantidade, para o aumento da litigiosidade no Brasil, segundo a própria política pública estabelecida pelo CNJ, por meio da Resolução 125, de 2010. E sou professor de duas universidades aqui em Brasília.

Isso apenas para colocar um pouco da minha trajetória de vida. E, no que diz respeito ao Ministério Público, eu tenho uma visão um pouco peculiar, porque, na minha formação, talvez o que tenha de melhor para transmitir para V. Ex^{as} seja a experiência que eu tenho junto ao Ministério Público. E, dentro de toda a experiência que eu tive no exercício da minha vida profissional, eu acho que, em uma palavra, eu posso resumir a característica, ou a qualidade, ou talvez até uma virtude a qual eu não nasci com ela, mas o Ministério Público desenvolveu em mim, que é a empatia, a empatia é a capacidade de sentir a dor alheia, e eu, a exemplo de várias pessoas e de várias autoridades, fui denunciado pelo Ministério Público Federal no exercício da minha advocacia.

Eu passei uma semana sendo apedrejado publicamente na imprensa. Eu vi a cara de medo das minhas enteadas do meu primeiro casamento, quando o jornalista Roberto Kovalick foi à minha residência fazer uma matéria para sair no Fantástico. Elas não entenderam nada, eram crianças. Eu tive um divórcio por conta disso. O meu escritório fechou. Eu perdi todos os meus clientes por conta disso. Eu tive que trocar minhas filhas de escola – minhas enteadas que eu trato como filhas. Eu criei mais duas meninas desde pequeninhas, no meu primeiro casamento. Tive de trocá-las de escola.

Eu passei pela vergonha de entrar em sala de aula, no dia seguinte às matérias, e ter que explicar para os meus alunos, com quem eu sempre mantive – já formei mais de dez mil alunos – uma relação muito aberta, fatos; e eu não tinha acesso aos fatos porque as informações eram vazadas de um processo sigiloso. Isso envolvia uma trama muito maior por trás, que tinha vários objetivos, dentre eles garantir a eleição de um Procurador da República, que depois de me denunciar, pediu exoneração de um dos cargos mais postulados por todos os estudantes de Direito do Brasil, que é o cargo de Procurador da República. Pediu exoneração para se candidatar a um mandato eletivo, depois de ter... Claro, eu não sou ninguém, mas as matérias circulavam em razão do meu parentesco com o – à época – Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, por isso que eu passei, levei mais de dois anos e meio para conseguir superar. O processo foi trancado de ofício. Um *habeas corpus* que foi concedido de ofício pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, depois de dois anos e meio. E eu passei dois anos e meio sendo apedrejado publicamente e perdi tudo que eu tinha construído nesse período.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor poderia declinar o nome do procurador que pediu exoneração?

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Na verdade ele já integrou esse Colegiado, a CCJ do Senado. Atualmente, ele é o Governador do Estado do Mato Grosso.

O que acontece é que a minha visão do Ministério Público passou a ser diferenciada. Essa a razão pela qual eu prestei o concurso para conhecer de dentro a estrutura do Ministério Público.

Eu estou à total disposição de V. Exªs, mas da minha experiência com o Conselho Nacional do Ministério Público, posso dizer para V. Exªs o seguinte, a iniciativa do Constituinte derivado foi excelente, de criar o Conselho. Mas a gente tem muito que fazer para melhorar, tanto para dar mais instrumentos ao Conselho para exercer suas atribuições... No que diz respeito ao aspecto disciplinar, a última composição até uma evoluída, mas existe muito a se fazer.

No que diz respeito também ao controle da legalidade dos atos do Ministério Público Nacional, eu identifiquei, em processos do CNMP, na minha pesquisa para me apresentar para V. Exªs, alguns tópicos que eu apenas vou colocar aqui para chamar atenção, porque são tópicos que merecem reflexão tanto no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público quanto do controle, do acompanhamento pelo Senado da República.

Nós temos problemas, lá, relacionados a pagamentos indevidos de auxílio-moradia; violação do teto constitucional; ações de improbidade que vêm sendo propostas contra Parlamentares em todas as esferas. Aqui no DF, 14 Deputados Distritais foram denunciados por apresentarem emendas em plenário por exercício de atividade-fim, e estão sendo denunciados por improbidade administrativa. Isso não vem sendo controlado.

Recomendações abusivas que praticamente colocam a faca no pescoço do gestor e querendo, por meio dessas recomendações, gerir a coisa pública sem nenhum voto, sem legitimidade popular; prisões preventivas para forçar delações premiadas; defesa da execução provisória da pena, o que é uma ofensa ao Texto Constitucional.

É necessário debater mais aprofundadamente a questão do abuso de autoridade, que vem sendo praticado; entrevistas e manifestações fora dos autos, com clamor popular, inclusive ofendendo representantes do Poder Judiciário, magistrados da Suprema Corte, membros do Parlamento brasileiro, forçando a sociedade a formar um juízo prévio e direcionado, sem acesso à informação, com relação a esses denunciados e investigados; requisições abusivas de membros auxiliares, deixando o Ministério





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Público carente na ponta em Estados que são muito pequenos. Eu tenho aqui dados, por exemplo, de membro auxiliar que recebeu R\$123 mil em diárias, em um ano de trabalho, e que não tinha trabalho. Abusos no pagamento de diárias; realizações de eventos que não geram nenhum benefício para a sociedade ou para o Ministério Público; pagamento indevido de parcela autônoma de equivalência. Enfim, esses são temas que, no meu entendimento, merecem uma reflexão maior.

Eu estou à total disposição de V. Ex^{as}, com dados, com conhecimento sobre a matéria para, no mínimo, deixar V. Ex^{as} cientes do que está acontecendo do outro lado da praça, porque realmente é muito comum...

(Soa a campainha.)

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – ... a imprensa apenas colocar a parte que diz respeito a políticas sociais, mas bate no sistema prisional. Eu não sei se já informaram a V. Ex^{as}: o CNMP tem um dos melhores sistemas de controle da realidade prisional do Brasil, mas não vem sendo bem alimentado por omissão dos membros do Ministério Público.

Então, eu encerro aqui a minha breve apresentação, colocando-me à disposição. E, caso V. Ex^{as} entendam que eu mereço a honra de receber os votos de V. Ex^{as} para integrar o Conselho Nacional, V. Ex^{as} podem esperar de mim não menos do que total dedicação, total abertura e total comprometimento com o aperfeiçoamento dessa instituição, que é extremamente importante para a sociedade, porque o Ministério Público forte representa uma República forte e uma democracia forte, mas, dentro do próprio Ministério Público, nós estamos tendo distorções e abusos que precisam ser imediatamente combatidos.

Agradeço a V. Ex^{as}.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço, Dr. Erick Vidigal, a sua exposição e indago ao Sr. Relator, Dr. Armando Monteiro, embora não inscrito, mas automaticamente inscrito...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... se deseja falar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Desejo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, a manifestação primeira é no sentido de reconhecer a qualificação...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Só um minutinho, Senador Armando Monteiro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço que, se os colegas concordarem, se abra para votação, já que ouvimos a explanação dos dois. Aí, durante a votação, nós também faríamos os devidos questionamentos. Mas, desde já, se possível, peço para abrir para que possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Armando Monteiro é o Relator do Dr. Bandeira, e eu sou o Relator do Dr. Vidigal. Em seguida, eu falarei e, após a minha palavra, eu atenderei a sugestão de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu me manifestava aqui no sentido de trazer o meu reconhecimento à qualificação e ao brilho das exposições que foram aqui trazidas pelos dois candidatos: Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho e o Dr. Erick Vidigal, com os quais eu já me congratulo.

Sr. Presidente, são algumas questões que eu queria endereçar a ambos sobre alguns temas que eu creio que sejam de interesse do País. A primeira diz respeito a essas circunstâncias de que o País está imerso numa imensa crise fiscal. Nesse sentido, a sociedade brasileira hoje cobra e discute, de forma muito legítima, uma ideia do que se representa o custo da estrutura dos Poderes, o custo do Estado brasileiro. Todos identificam a necessidade de promovermos reformas, inclusive, na própria estrutura do Estado.

E olhando especificamente o Judiciário e o Ministério Público, há estudos que demonstram que as despesas com o Judiciário no Brasil equivalem a 1,3% do PIB, enquanto na França, por exemplo, esse gasto corresponde a 0,2%. Na Itália, na Inglaterra e na Alemanha os dispêndios variam entre 0,3% e 0,35%. E, mesmo quando comparamos com países daqui da América Latina, nós verificamos que o custo do Judiciário no Brasil é extraordinariamente mais elevado do que o que se constata nesses países.

Essa diferença se repete em relação ao Ministério Público. No Brasil emprega-se o equivalente a 0,32% do PIB; na Alemanha, essa despesa é de 0,02%; na Espanha, de 0,02%; em Portugal, 0,06%. Além disso, a prestação jurisdicional do Brasil ainda apresenta indicadores que exigem uma melhoria do desempenho. Há uma morosidade que é reconhecida pelos próprios magistrados e há um dado curioso: no próprio sistema há padrões muito heterogêneos de desempenho.

Então, nesse sentido, por exemplo, há pouco o CNJ firmou um convênio com o Banco Mundial para identificar gargalos e a busca de um modelo mais eficiente para prestação jurisdicional, com foco na otimização dos procedimentos e rotinas e numa melhor distribuição dos servidores.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu estou... Eu não tenho...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Está difícil para a gente ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Mais uma vez, eu peço aos Srs. Senadores que contribuam para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Então, Sr. Presidente, o CNJ fez há pouco um convênio com o Banco Mundial. Indago se essa experiência de parceria com o Banco Mundial poderia, de alguma forma, ser reproduzida no Ministério Público, com relação ao Ministério Público.

A outra questão que eu gostaria de colocar – e por ocasião da exposição e da sabatina da nova Procuradora-Geral eu tive oportunidade de me manifestar, fazendo, inclusive, referência a um artigo que foi publicado – diz respeito a uma tendência que está sendo identificada como contrarreformista do Ministério Público. Ainda que se reconheça que no plano do combate à corrupção o Ministério Público tem desempenhado um papel extraordinário, sobretudo considerando essas duas dimensões do problema da corrupção, é algo que agrava o quadro de desigualdade social e algo que distorce a competição e, conseqüentemente, de alguma maneira, concorre para prejudicar a competitividade da economia brasileira.

Então, reconhecemos um papel que tem sido extraordinário do ponto de vista da modernização, do combate a esse capitalismo de compadrio que o Brasil ainda tem. Mas essa posição que eu diria tão firme no plano do combate à corrupção, parece-me que, quando tratamos, por exemplo, da área cível, olhando a perspectiva da tutela coletiva que Ministério Público deve exercer, há uma posição extremamente conservadora do Ministério.

Vejam que, quando se votou, em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Procuradoria-Geral da República deu um parecer pela inconstitucionalidade de dispositivos que permitiam a redução de salários e de jornadas quando ultrapassados os limites de gastos com servidores, retirando, portanto, instrumentos de controle fiscal à disposição dos gestores.

Em junho deste ano, a Procuradoria-geral ajuizou ação para derrubar a Lei de Terceirização, e agora, mais recentemente, contra a reforma trabalhista.

Além disso, o Ministério Público Federal se posicionou institucionalmente contra a emenda do teto de gastos e contra a perspectiva de uma reforma da Previdência.

Na avaliação dos senhores, em vez de proteger interesses difusos na agenda de reformas e de modernização da economia, a atuação do Ministério Público não tem se alinhado mais com uma visão conservadora e mais próxima de uma agenda corporativa? Portanto, eu gostaria de saber dos senhores





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

se parece que não há, por assim dizer, um descompasso: num plano, o Ministério atua na vanguarda e, no outro, o que parece é que há uma posição conservadora de manutenção do *status quo* a qualquer custo.

Temos ainda mais duas questões, rapidamente, que dizem respeito à representatividade do Ministério Público. O Conselho Nacional foi concebido como órgão de controle administrativo e financeiro. Na composição do Conselho, contudo, predominam integrantes do próprio Ministério – oito, de um total de catorze. Noutros países, a participação de membros indicados pelo Poder Legislativo em conselhos similares é muito maior do que no Brasil, onde apenas dois membros são escolhidos por esse Poder. Na França, os membros egressos do próprio Ministério Público são minoritários na composição do respectivo Conselho.

Na visão de V. S^{as}, a predominância de membros do próprio Ministério Público e do Poder Judiciário, seja no CNMP, seja no CNJ, não estimula, ao final, decisões com esse viés mais corporativo, frustrando ou mitigando o alcance de objetivos que motivaram a própria criação desses órgãos? Que sugestões V. S^{as} têm a dar para reforçar os mecanismos de *accountability* do Ministério Público?

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

Eu agradeço o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Bandeira, para responder às indagações do Relator Armando Monteiro.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Armando Monteiro, pela oportunidade de falar um pouco sobre esses dois temas tão sensíveis e que colocam o dedo na ferida de um dos reais problemas do CNMP, que é essa supervisão, esse controle externo da gestão do Ministério Público.

O Ministério Público tem, pela Constituição Federal, autonomia de gestão financeira. Ele faz uma proposta orçamentária todos os anos, que o Congresso aprova em sessão conjunta, entregando a ele esses recursos. E, a partir daí, ele gerencia da forma que melhor entender devido.

Sem dúvida, essa autonomia financeira – não falo de autonomia funcional, na condição de promotores de justiça; falo na condição da gestão financeira desses recursos, que, no final das contas, são os recursos de impostos – tem gerado uma certa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Exato. Sem dúvida nenhuma, tem gerado uma certa propensão, quase um estímulo, a gastar todo o orçamento. E o que se vê é uma prática que, de certa forma, viola a definição constitucional de subsídio.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando se optou, lá atrás, no art. 37 da Constituição, por remunerar determinadas carreiras com subsídio, o objetivo essencial era que aquele agente público fosse pago com aquele valor e mais nenhum outro tipo de verba, exceto que fosse nitidamente indenizatória.

O que se vê na prática é, como falou o meu colega de sabatina, um excesso de pagamento de diárias, às vezes, por meses a fio pagando 30 diárias por mês, um crescimento de verbas acessórias, como o auxílio-moradia, mesmo para quem possui imóvel na localidade, aos moldes do que foi feito para o Judiciário também, diga-se de passagem. E o CNMP, de certa forma, Senador, talvez por conta dessa composição, como o senhor bem alertou, vem ratificando isso. Diga-se de passagem, vem ratificando com o voto contrário dos membros externos. Como bem falou V. Ex^a, são seis membros externos – dois do Judiciário, dois da OAB e dois do Legislativo – e oito membros internos do próprio Ministério Público. Isso, sem dúvida nenhuma, cria essa perplexidade que é um controle externo com maioria interna.

Existem várias formas de tentar solucionar isso. Evidentemente, uma delas, talvez a mais objetiva, a que vai mais diretamente ao ponto seria reavaliar, dentro do CNMP, o próprio tamanho da participação do Legislativo ou mesmo – por que não? – do Poder Executivo. Isso exigiria uma PEC. Outra seria talvez estudar, dentro do próprio Ministério Público, se a distribuição das vagas está adequada.

Talvez a Senadora Vanessa se recorde de ter feito a pergunta sobre quantos eram os promotores de justiça estaduais. São 10,6 mil, enquanto são 3 mil da União. Observe que, no Conselho, no entanto, esses 10,6 mil são representados por três promotores – cinco vagas vão para os dois mil e poucos da União. Então existe, além disso, uma preponderância do Ministério Público da União em seus diferentes ramos.

Então, acho, sim, Senador, que cabe uma discussão a respeito dessa proporcionalidade nos assentos, mas, tendo em vista o que está colocado, o que está posto pela Emenda Constitucional 45, acho que temos de botar mãos à obra sem perda de tempo.

Então, em vista do que está colocado, dessa composição que está colocada, temos de lutar por transparência, em primeiro lugar, para que esses auxílios, essas verbas sejam claramente expostas – nem sempre o são –; temos de ter controle sobre as requisições de promotores de Justiça e de procuradores, pois determinadas localidades carentes de pessoal os requisita, a fim de deixá-los fora do seu ofício natural; e temos de combater, a todo custo, esse tipo de gestão que não quero dizer aqui que seja perdulária, porque, certamente, não é o caso, mas uma gestão laxativa ou permissiva, talvez, no que se refere à gestão dos recursos públicos.

Espero ter respondido a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Erick Vidigal.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Armando Monteiro, no que diz respeito à abordagem inicial da pergunta de V. Ex^a sobre a questão da crise fiscal em que o País está imerso, nós, realmente, temos visto que não há uma iniciativa por parte do Ministério Público de colaborar. Na verdade, o que a gente tem visto – tenho visto isso no Conselho Nacional do Ministério Público – é o constante encaminhamento de solicitações de crédito extraordinário para reforço do orçamento, inclusive para o pagamento de auxílio-moradia e de outras vantagens dessas individuais, que são constitucionalmente questionáveis.

Quanto à questão da parceria com o Banco Mundial, eu arrisco colocar, Senador, que toda parceria com organismos internacionais é bem-vinda, até porque são organismos muito sérios, e os critérios para que sejam estabelecidas essas parcerias são, às vezes, mais exigentes do que os que nós mesmos, aqui no Brasil, temos.

Mas eu arriscaria dizer que o problema para uma atuação mais eficiente do Ministério Público não é orçamentário. Dinheiro está sobrando. Mas o que a gente tem percebido na prática? Neste ano, por conta das dificuldades orçamentárias, já há notícias...

(Soa a campainha.)

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – ... de procuradorias da República que estão sendo fechadas para poder haver dinheiro para remanejamento, para pagar essas gratificações, esses penduricalhos, com o perdão da expressão, no contracheque.

A questão do autorregramento do Conselho, que vai se refletir na questão da sobreposição na composição, é uma questão que, desde o início do Conselho, venho sustentando academicamente, em salas de aula, em palestras etc. Do que li da Emenda Constitucional 45, o Ministério Público foi mais estratégico. Por quê? Quando houve a ideia de se criarem o CNJ e o CNMP, os magistrados, em peso, foram contrários à criação de um órgão de controle externo e começaram a fazer um embate. O Ministério Público, ao contrário, buscou o Congresso Nacional e, conversando, de maneira adequada – é uma instituição republicana, que deve ser ouvida –, conseguiu colocar ali elementos que, lá na frente, acabaram gerando esse tipo de distorção.

Então, para V. Ex^a ver a gravidade – peço aos ilustres Senadores que acompanhem este raciocínio – do que essa sobreposição de composição do Ministério Público leva a acontecer no caso concreto, lembro que, desde o início da primeira gestão do atual Procurador-Geral da República no Conselho Nacional do Ministério Público, foi instaurado, foi estabelecido o sistema eletrônico de julgamento de processos. Não sei se V. Ex^{as} já ouviram falar em como são feitos os julgamentos no Conselho Nacional do Ministério Público. As sessões costumam acontecer às terças-feiras, Senador Aécio. De 15 em 15 dias, às terças-feiras, à tarde, há sessão plenária, mas, em toda terça-feira em que há sessão plenária à tarde, de manhã existe uma reunião administrativa. Na época do Dr. Roberto Gurgel, essa reunião administrativa era chamada sessão administrativa, mas, a partir do momento em que a emenda constitucional determinou que todos os julgamentos deveriam ser públicos, trocaram o nome de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"sessão" para "reunião". Então, não era mais uma sessão administrativa de julgamento; era uma reunião administrativa, e, nesse caso, não há como qualquer outra pessoa participar. Então, acaba que existe essa reunião, e nela os processos são discutidos.

Existe um sistema eletrônico de votação em que os Conselheiros votam durante meses antes de o processo ser pautado. Votam, votam, debatem discutem, vão à reunião administrativa. E o pobre do jurisdicionado, que reclama no CNMP, vai fazer a sua sustentação oral sem saber que o resultado já está definido. Isso acontece. Com um pedido de Lei de Acesso à Informação, V. Ex^{as} podem ter acesso a isso, basta pedir dados eletrônicos, está lá a sessão aberta. É triste, é triste porque é uma instituição que aponta o dedo para os outros, para exigir equilíbrio, respeito com a coisa pública, publicidade, transparência, mas os julgamentos são feitos a portas fechadas.

Estou aqui falando, correndo o risco de tomar um PAD quando voltar para o Conselho. Isso já aconteceu. Na primeira vez em que critiquei para os meus alunos esse tipo de situação, respondi a um Processo Administrativo Disciplinar – na primeira vez que critiquei isso publicamente. Então, estou correndo o risco, ao falar a verdade para V. Ex^{as}, de responder a outro PAD, desta vez vão pedir a minha demissão provavelmente. Não me importo, meu compromisso é com a coisa pública.

É como eu disse a V. Ex^{as}: meus filhos estão me assistindo, eu quis seguir o caminho do meu pai, pelo exemplo. Eu diria até mais: acerca dessa sobreposição de composição, há dois casos de que o Senador Anastasia e o Senador Aécio talvez se recordem que aportaram no Ministério Público, e eu tive o privilégio de assessorar o Dr. Mario Bonsaglia, Subprocurador-Geral da República, que inclusive figurou na lista agora para Procurador-Geral da República, um homem extremamente correto.

Houve um caso em Minas Gerais, de um promotor de Justiça. Os governadores não podem ser investigados no cível, em matéria de improbidade, por promotor de Justiça. Normalmente, as leis locais jogam para o Procurador-Geral da Justiça. E, quando o eminente senador Aécio Neves deixou o governo de Minas para concorrer, salvo engano, ao Senado Federal, um promotor de Justiça resolveu instaurar uma investigação para examinar toda a atuação do então Governador Aécio Neves. Inventou lá uma desculpa e tal, e foi para cima. Houve uma disputa de competências entre o Procurador-Geral de Justiça e esse promotor. E esse processo foi, então, parar no Conselho Nacional do Ministério Público. Como assessor, coube a mim fazer a análise inicial e levar a questão ao Dr. Mario. E, por pouco, por pouco, não foi aplicado o entendimento de que o promotor deveria continuar com as investigações, sendo que o ato questionado, na verdade, continuava na gestão do sucessor, ou seja, só quem poderia apreciar esse ato seria o Procurador-Geral de Justiça. Contudo, os promotores ali se juntaram para tentar criar uma quebra de continuidade apenas para justificar esse tipo de investigação, que, de pronto, por conhecer os autos, eu deixo claro que não tinha nada de errado. E, aliás, o próprio Poder Judiciário e o Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça, depois, arquivou.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Um outro caso que aconteceu – e, aí, tem a ver com aquelas recomendações abusivas que eu coloquei para V. Ex^{as} – foi o de um procurador da República que, investigando uma série de fazendeiros, postulou em uma ação civil pública que o juiz federal determinasse ao sistema financeiro que parasse de conceder empréstimos a esses fazendeiros, visto que ele estava investigando alguma questão qualquer de que não me lembro agora.

O juiz federal negou a liminar – negou a liminar! E o que esse procurador da República fez? Expediu uma recomendação a todos os bancos dizendo o seguinte: "Olha, se vocês concederem empréstimo, eu vou entrar com uma ação contra vocês", desrespeitando a autoridade do Poder Judiciário que já havia apreciado a questão e rejeitado a liminar.

Essa recomendação abusiva não foi reconhecida como tal, e por quê? Pela sobreposição dos membros do Ministério Público.

Eu poderia dar inúmeros exemplo, mas não vou tomar o tempo de V. Ex^{as}.

(Soa a campanha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Essa sobreposição pode ser entendida como uma forma de fazer um controle interno do controle externo.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Sim.

Ah, só para complementar, porque V. Ex^a havia me perguntado sobre uma sugestão. Eu acredito que passou da hora... Depois que o Supremo analisou e declarou a constitucionalidade dos Conselhos, penso que passou da hora de revermos a composição. Eu acredito que deveria haver um indicado do Presidente da República, para se ter um equilíbrio entre os três Poderes que fazem as suas indicações. Acredito que Senado e Câmara deveriam ter mais de um indicado, porque é um controle popular. Acredito que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal deveriam ter indicados, por quê? Porque o Ministério Público exerce o controle externo da atividade policial e, muitas vezes, o exerce não da maneira adequada. Então, está na hora de se debater uma PEC nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, em 2004, esta Comissão decidiu promover uma reforma no Poder Judiciário brasileiro. Na ocasião, indiquei o Senador José Jorge, que não era jurista, e sim um engenheiro, para exercer o papel de relator. Era eu Presidente da Comissão e Vice-Presidente, o Senador José Maranhão, testemunha da história.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço aos assessores que me atribuam, pelo menos, um minuto de silêncio.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Naquela ocasião, decidimos criar os dois conselhos, o Conselho do Judiciário, da Magistratura, e o Conselho do Ministério Público, exatamente para exercerem a função de "corregedores-gerais", tanto do Judiciário quanto do Ministério Público. Na época, os Senadores diziam que sobretudo o Ministério Público. Hoje nós estamos promovendo aqui uma sabatina de indicado do Senado para uma das vagas do Conselho. Estamos sabatinando o Dr. Bandeira, que enumerou, dissertou sobre as funções que exerceu e exerce nesta Casa e fora dela. O que ele aqui demonstrou honra as tradições dos servidores públicos do Senado.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ele é um dos Consultores Legislativos da Casa e hoje exerce uma das funções mais importantes do Senado Federal que é a Secretaria-Geral da Mesa. Se eu quisesse dar outro exemplo, daria o da Dr^a Cláudia Lyra, que também foi Secretária-Geral da Mesa, e o da Dr^a Ilana, que está aqui, Diretora-Geral da Casa. São exemplos que dignificam o serviço público brasileiro.

O Dr. Erick Vidigal, que não é tão conhecido dos Senadores quanto o Dr. Bandeira, é um professor ilustre, concursado, trabalha na Presidência da República e no próprio Conselho. É advogado eminente e tem também uma tradição de luta e de coragem. Eu penso que o Conselheiro do Ministério Público e também do CNJ precisa, além do saber, que ambos aqui demonstraram, ter coragem de tomar decisões. Ambos têm coragem, e já o disseram aqui, não esconderam pensamentos para agradar a quem quer que seja.

O Dr. Erick é filho do Ministro Edson Vidigal, meu amigo de décadas. Edson Vidigal também exerceu funções relevantes, foi Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Vice-Presidente e Presidente, jornalista desde a mocidade. O Dr. Erick – me desculpe, Edson Vidigal – é melhor do que o pai nos seus conhecimentos e nas suas posições.

Quero lembrar aos Srs. Senadores que nós agora vamos votar, vamos abrir o painel para a votação. Nós não estamos aqui escolhendo um ou outro. Isso vai ser papel do Plenário do Senado ainda hoje ou amanhã. Nós estamos aqui avaliando os conhecimentos e a competência de cada qual. Por isso é que lembro aos Srs. Senadores que não é necessário votar num, a favor, e contrário a outro, ou se abster. O que estamos avaliando, repito, são as condições intrínsecas de cada candidato para a escolha que será feita em seguida pelo Plenário do Senado. Lá, então, sim, cada Senador manifestará diretamente seu pensamento a favor de um majoritariamente, para que possa ser escolhido.

Dito isso, a pedido do Senador Eduardo Amorim, vou abrir o painel de votação enquanto prosseguimos na sabatina.

Senadora Vanessa Grazziotin.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lobão, eu agradeço a V. Exª e quero cumprimentá-lo por essa breve intervenção. E, como V. Exª, sei que nós estamos diante de duas pessoas da mais extrema competência. A vantagem do Dr. Bandeira é que convivemos com ele no dia a dia, aqui no Senado Federal – Dr. Erick, temos de convir que essa é uma grande vantagem.

Mas, enfim, primeiro, eu acho que essas sabatinas são muito importantes para que possamos debater e buscar, através do debate, apontar o que de correto vem sendo promovido pelo Conselho e o que de errado ou de insuficiente, para a gente poder até também ajudar na orientação daqueles que ocuparão uma vaga representando o Senado Federal.

Então, eu vou partir diretamente, não vou falar do currículo de ambos, porque, como aqui já disse, acho que os dois são da mais extrema competência, e não só uma competência técnica. Eu acho que o que é mais importante: um compromisso, evidente e claro, político de exercer a função que tem de exercida por um membro do Conselho Nacional do Ministério Público. Eu acho que isso é o mais importante de tudo e do que toda a sociedade está precisando.

Eu tenho aqui – e aí eu tive uma ajuda obviamente da Consultoria da Casa, que é extremamente competente e que me passou – o resultado de uma pesquisa feita no ano de 2016. Portanto, é uma pesquisa recente feita pela Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, que procurou traçar um perfil do Ministério Público. E os resultados são extremamente importantes. Aliás, é uma pesquisa, segundo informações que temos, que contou com a participação dos membros do próprio Ministério Público.

Ao serem questionados os membros do Ministério Público sobre o que acham e consideram atividade prioritária, vejamos V. Exªs e V. Sªs o resultado: combate à corrupção, 62%; investigação criminal, 49%; criança e adolescente, 47%; meio ambiente, 45%. Ou seja, a pesquisa mostrou que o Ministério Público, de forma generalizada, no Brasil inteiro, deixa para um plano secundário a tarefa do controle externo da atividade policial. E isso é extremamente grave, porque cabe ao Ministério Público o controle e o acompanhamento da atividade policial; isso é constitucional e, inclusive, foi questionado no Supremo, que, por algumas vezes, reafirmou essa função do Ministério Público e, portanto, do Conselho Nacional do Ministério Público. E isso numa sociedade com índices tão elevados de violência traz um problema gravíssimo, seriíssimo.

Então, levantando essas questões, é que eu pergunto aos dois...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que estão sendo sabatinados aqui: quais as sugestões para que o Conselho possa contribuir efetivamente com, eu não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diria um reordenamento das prioridades, mas com uma inclusão de prioridade também, para que nenhuma das funções tenha subimportância, uma importância que deveria ser muito maior?

Aí pego um caso concreto, do dia a dia das pessoas. Um caso concreto. Nós tivemos, no Estado do Amazonas, em Manaus, a morte de uma policial, soldado, de 26 anos de idade, praticamente arrimo de família, com 26 anos de idade! Uma policial: Deusiane. Ela fazia parte do Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Foi assassinada possivelmente por um membro da polícia, um colega seu, com quem ela tinha tido recentemente uma certa relação afetiva, o que não justifica. Isso na hora do trabalho, dentro de uma embarcação, porque a unidade ambiental fica dentro de uma embarcação. E o caso, por incrível que pareça, é um caso claro de feminicídio, mas envolvendo a polícia. Como houve, de imediato, má vontade na investigação, e no dia seguinte o caso foi divulgado como suicídio, obviamente os familiares nos procuraram, procuraram as entidades de mulheres. Isso aconteceu no dia 1º de abril de 2015.

Eu tenho aqui inúmeras manifestações que nós enviamos, inclusive pelo Senado Federal, para o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, cuja resposta nós recebemos mais de um ano depois. E o caso chegou a ser arquivado – no âmbito do Estado do Amazonas chegou a ser arquivado. E com muita luta nós conseguimos reabrir o caso. Só agora, os cinco policiais... Olhem a diferença! Só agora, agora, em julho, dia 26 de julho deste ano de 2017, cinco policiais do Amazonas foram denunciados pelo assassinato da soldado Deusiane, de 26 anos de idade, arrimo de família! Ou seja, dois anos e três meses depois da denúncia. Nós temos o laudo, nós temos tudo, porque é um caso evidente, é um caso iminente que não necessitaria desse tempo todo.

Então, eu reforço o questionamento que fiz. O que os senhores acham que deva ser feito, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, para que o acompanhamento das atividades policiais seja priorizado? Porque o número, por exemplo, de assassinatos... Eu não quero aqui generalizar, acho que esse é o grande problema que vivemos hoje no Brasil. Faz-se uma denúncia de forma generalizada, que pega tudo e todos. Esse é o grande problema que nós enfrentamos. Então, não quero generalizar. Mas o número de mortes que envolvem policiais é significativo. E, pelo que nós percebemos, não só empiricamente, mas cientificamente, a partir dessa pesquisa, é que há quase nada de prioridade por parte das unidades do Ministério Público e também do Ministério Público Federal no acompanhamento desses casos.

Aliás, a pesquisa mostra...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que dos 27 sites, websites dos Ministérios Públicos Estaduais, somente 15, ou parece que 15 deles, ou seja, mais da metade, sequer é mencionada a questão dos direitos fundamentais, do aperfeiçoamento democrático;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sequer é mencionado esse dever, essa atribuição constitucional que tem o Ministério Público. Então, esse é o primeiro questionamento.

O segundo que faço – permita-me; serei rápida – é a respeito do posicionamento dos senhores, também sem generalizar, sobre a conduta de alguns membros do Ministério Público. O que os senhores acham de membros do Ministério Público concederem entrevistas no decorrer do processo? Membros do Ministério Público concederem coletivas, chamadas por eles próprios para falarem de suas convicções, inclusive por PowerPoint – os senhores sabem a que eu estou me referindo –, de um processo ainda em andamento? De convicções! "Eu não tenho prova, mas eu tenho convicção." Em PowerPoint, em entrevista coletiva. Coletiva!

O que os senhores acham de membros do Ministério Público fazerem, frequentemente, gravações e postarem gravações em Facebook, em Twitter, dando opiniões sobre projetos que tramitam no Congresso Nacional? Mas não são opiniões pessoais. E são opiniões muitas vezes equivocadas. Eu pego dois exemplos somente, Senador Lobão. Lei de Abuso de Autoridade: eles disseram em gravações – e não foi uma gravação, foram inúmeras – que o Senado Federal estava querendo calar o Ministério Público. Esse nunca foi o meu objetivo. Eu falo por mim. Não posso falar pelos outros, mas não vi ninguém aqui defender. Ninguém! Mas a lei acabou, nacionalmente, sendo vista não como uma lei importante e necessária, mas como um projeto que tinha como objetivo calar o Ministério Público, e não é isso. Não é isso. O Relator do projeto, o Senador Requião, que, por si só, não com o seu discurso, mas com a sua prática, mostra o quanto tem compromisso com a sociedade brasileira, com a transparência e, principalmente, com o combate à corrupção. Esse é um caso. O outro caso: agora, o Congresso está a debater a reforma política.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Discutiu-se e apresentou-se uma proposta sobre um fundo democrático, que é um fundo público. Novamente, aparecem os vídeos de que isso é um absurdo. É correto isso? É correto alguém que está a julgar manifestar opiniões? Eu não estou querendo cercear a liberdade individual, cidadã de ninguém. Mas não é isso que nós estamos vendo.

Aliás, eu acho que o grande problema é isto: eu não estou generalizando; eu estou me referindo diretamente àqueles que têm essa prática. E felizmente, Senador Lobão, não é a maioria; é uma minoria. Aliás, eu acho que o grande problema do combate à corrupção é quando se generaliza tudo, quando se misturam casos graves com provas evidentes, incontestáveis com casos que nem indício têm. Nós vimos muitos Parlamentares serem incluídos em uma lista e depois serem retirados, um a um, porque não havia uma menção de irregularidade, uma menção de propina, nada que justificasse o ingresso na investigação da Lava Jato. Nada!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, disso eu levo ao seguinte questionamento: qual é mesmo o verdadeiro compromisso com o combate à corrupção? Será que o objetivo é político ou é o combate à corrupção? Porque combate à corrupção não se faz dessa forma, misturando tudo, porque isso leva a investigação ao descrédito. Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores também sobre isso também.

Obrigada – desculpe o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Erick Vidigal.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Obrigado, Presidente.

Senadora Vanessa, ótimas as colocações da senhora, de V. Exª – perdoe-me. Antes de responder, eu só queria dizer que a minha linda esposa, que está ali atrás, mandou-me uma mensagem aqui dizendo que admira muito essa postura combativa da senhora. *(Risos.)*

Bom, vamos lá. Sem generalizar – que é o mais importante –, eu tenho dezenas de amigos promotores da República, promotores de Justiça, pessoas muito sérias. Como a senhora bem colocou, a maioria do Ministério Público, pessoas que muitas vezes sentem, têm vontade de verbalizar o que a senhora está colocando em grupos de WhatsApp com esses amigos. A academia me possibilitou esse tipo de relacionamento com membros do Ministério Público que são professores. Eles verbalizam esse tipo de colocação, mas morrem de medo de verbalizar no âmbito do Ministério Público e sofrer represália.

Sobre a questão do controle da atividade policial, fico muito confortável para falar porque, quando foi criada a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública no âmbito do CNMP, eu fui o primeiro a ser subchefe dessa Comissão. O Dr. Mario Bonsaglia foi o primeiro Presidente desta Comissão e eu fui o braço direito dele nessa Comissão.

Durante o mandato dele como Presidente da Comissão, nós tentamos desenvolver dois sistemas justamente de centralização de informações desse tipo de situação que ocorre Brasil afora e a que o poder central, às vezes, por falta da informação, não consegue dar uma resposta. Mas uma coisa em que a gente sentiu muita dificuldade, Senadora, foi no abastecimento...

(Soa a campainha.)

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – ... do sistema de informações...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senhoras e senhores, eu peço silêncio, por favor, uma vez mais.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – ... pelos próprios membros do Ministério Público. Inicialmente, a toda iniciativa do CNMP, quando o CNMP baixa uma resolução estabelecendo um sistema que cria um tipo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de obrigação, há uma resistência enorme por parte dos membros do Ministério Público, lá na ponta, para cumprirem essas determinações.

Então, vou dar um exemplo paralelo à questão do controle da atividade policial, que é outra crise gravíssima que a gente tem no Brasil, que é do sistema prisional.

O sistema que foi desenvolvido, o SIP (Sistema de Inspeção Prisional) nada mais exigiu dos membros do Ministério Público que cumprissem o que determina a Lei de Execução Penal, que um membro do Ministério Público fiscalize. Há essa visão deturpada de que Ministério Público é acusador. Porque o Ministério Público é um defensor da sociedade, não é um acusador.

Então, pela Lei de Execução Penal, cabe ao Ministério Público, por exemplo, requerer progressão de regime. Eu não sei se aqui, nesta sala, alguém conhece um membro do Ministério Público que está ali fiscalizando execução de pena e requerendo progressão de regime. Se a parte não contrata um advogado para requerer a progressão de regime, não vai. E esse sistema era para ser ultra-atualizado, com inspeções mensais, relatórios trimestrais e anuais, mas eles não cumprem. Tentamos com o Controle Externo da Atividade Policial, a mesma dificuldade.

Especificamente, a gente tem que separar o exercício da atividade fim do Ministério Público da atividade do Conselho Nacional do Ministério Público. Então, o que acontece? É comum que, no Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal – que é da União –, existam escritórios próprios de Controle Externo da Atividade Policial. Então, promotorias de atuação específica no Controle Externo da Atividade Policial. Cabe a esses escritórios exercer a sua competência.

Infelizmente, em alguns Estados, por exemplo, da Região Norte – eu conheço a estrutura do Ministério Público da Região Norte que é muito carente às vezes. É um Estado muito grande, não se consegue colocar promotorias de atuação específica em toda localidade. Então, haveria, sim, uma necessidade de talvez um reestudo a respeito dessa distribuição de competências, talvez cumular com a promotoria criminal o Controle Externo da Atividade Policial.

Mas, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, talvez fortalecimento dessa atividade da Comissão, de exigir, demandar, sob pena de encaminhar à Corregedoria Nacional o membro do Ministério Público que não informar mensalmente todas as denúncias, porque a imprensa sabe antes de qualquer órgão oficial. Às vezes, numa situação como essa, muito antes de a notícia chegar ao Ministério Público, a imprensa já noticiou. Então, quando ela chega ao Ministério Público, ele tem de informar ao poder central.

No que diz respeito às entrevistas, eu comungo com uma opinião de um procurador da República muito amigo meu, que colocou da seguinte forma: o Ministério Público vive pedindo, em juízo e no CNMP, gratificações, remunerações e vantagens, usando a magistratura como referência, e eles invocam o chamado princípio da simetria. Eles sustentam que a nossa Constituição estabeleceu o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

princípio da simetria, que diz que a tudo a que o magistrado tem direito o Ministério Público tem direito. Essa é uma enorme falácia. A Constituição estabelece o princípio da simetria, mas apenas no que diz respeito às prerrogativas da função: irredutibilidade de vencimentos, inamovibilidade e vitaliciedade. A Constituição diz que se aplica ao Ministério Público as prerrogativas do artigo tal. Agora, o curioso é que o Ministério Público invoca a simetria para os ganhos financeiros, mas não quer as responsabilidades da magistratura que estão previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que são um comportamento comedido e sereno – e aí eu já entro na terceira pergunta de V. Ex^a –; não se manifestar fora dos autos; não operar no sentido de diminuir, perante a população, a credibilidade das instituições republicanas, que é isso o que vem acontecendo com essas manifestações em redes sociais. Quer dizer, se um membro do Ministério Público, assim como um magistrado, quer fazer política, ele tem de se sujeitar a um julgamento político também.

E aí eu coloco para V. Ex^{as} uma sugestão a ser pensada, refletida e debatida. Nos Estados Unidos, existe processo de *impeachment* de juiz e de membro do Ministério Público. Se aqui eles querem atuar politicamente, tem de haver a previsão do crime de responsabilidade, do crime político. E uma das hipóteses de crime político prevista na nossa Lei de Impeachment é justamente impedir o funcionamento de um Poder. Quando um membro do Ministério Público, valendo-se do seu cargo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – ... e valendo-se da reputação que ele obteve por meio de um processo – porque essa reputação decorreu não da atividade acadêmica dele, não da pessoa dele, mas da atuação dele em um processo; ou seja, a vinculação com a coisa pública é indubitável –, usa todo esse aparato em favor da sua pessoa para criticar a atuação do Congresso Nacional e do STF, ele deveria ser submetido a um julgamento político e perder o cargo.

Então, talvez fosse a hora até de se questionar a questão da vitaliciedade. Eu falo isso academicamente há muitos anos. Por quê? Vitaliciedade, Prof. Anastasia, é instituto da monarquia, não é da democracia. O que caracteriza a democracia é a alternatividade do poder. Não há sentido, não há sentido em uma pequena casta com poder absoluto – porque o poder jurisdicional é o poder absoluto; das três funções do Estado, é o que fala por último, é o que não pode ser alterado – ter todo o tipo de garantia, como se isso fosse necessário para o exercício da função. Não o é. E eu dou um exemplo: ministro do TSE não tem vitaliciedade. Ele sofre pressão por causa disso, deixa de exercer com independência as suas funções? Ele não deixa de exercer com independência as suas funções. Então, a gente tem o exemplo. Talvez seja a hora de começar a questionar o equilíbrio entre os Poderes. E, mais do que isso, exigir que o que está na Constituição – porque a Constituição fala de independência entre os Poderes e harmonia. Esse tipo de conduta desarmoniza a sociedade e, por via de consequência, desarmoniza o Estado. Então, essa é a minha manifestação em cima da pergunta de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Obrigada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Bandeira.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Obrigado, Presidente.

Senadora Vanessa, muito obrigado pela oportunidade de falar desses temas. Conheço a pesquisa à qual V. Exª fez referência, e ela deixa muito evidente um problema crônico, que deve ser enfrentado: 62% dos promotores e procuradores dedicam-se prioritariamente, se interessam preferencialmente pelo combate à corrupção. Muito bem, excelente. Outros cinquenta e poucos, pela infância e juventude; outros 47, meio ambiente; em seguida, defesa do patrimônio público; temos ainda as questões cíveis ligadas a interesses difusos. E, lá embaixo, com 7%, aparece o controle da atividade policial.

Veja bem, Senadora, isso talvez exista por uma série de problemas, talvez porque seja difícil, ou seja, desconfortável atuar controlando o que faz a Polícia, atuando nos abusos que eventualmente acontecem. Talvez seja mais confortável deixar isso, de certa forma, em segundo plano.

Mas, Senadora Vanessa, eu gostaria de exemplificar para V. Exª como o CNMP poderia atuar para tentar solucionar isso. Poderíamos, por exemplo, através de resolução, obrigar que todos os Ministérios Públicos, seja federal, seja estadual, tivessem procuradorias especializadas no controle da atividade policial, como temos na saúde, como temos na infância e juventude, como temos no patrimônio público.

Vamos citar o caso aqui do DF, que é muito bem dirigido, aliás, pelo Procurador-Geral de Justiça Leonardo Bessa. Ele aqui criou, por ato próprio, o Núcleo de Controle da Atividade Policial. Qual é a diferença entre a Promotoria da Saúde, por exemplo, que temos, para o Núcleo de Controle da Atividade Policial? A Promotoria tem promotores dedicados exclusivamente àquele tema, isto é, especializado naquele tema. O Núcleo é uma assessoria do Procurador-Geral, que, entre outras atividades, também faz aquilo ali. Na prática, quer dizer o quê? Que há, na área de saúde, promotores que estão o tempo todo combativos, investigando, lutando pelo interesse da sociedade ou, pelo menos, por aquilo que julgam ser o interesse da sociedade, enquanto, no Núcleo de Controle da Atividade Policial, isso fica delegado, talvez, a segundo plano dentre outras atividades que o promotor tem. Isso é porque aqui, no DF, temos esse núcleo. Em vários outros Ministérios Públicos nem sequer existe essa estrutura. O CNMP poderia atuar, exigindo isso, exigindo relatórios da atividade policial.

Por que policial mata tanto? Veja bem, não quero aqui ser cruel demais com a Polícia porque, evidentemente, há muitas dificuldades. Não é fácil ir às ruas e arriscar a própria vida para defender a sociedade, mas há muitos casos de abuso, Senadora. A senhora citou um caso evidente de feminicídio, que mereceria, sem dúvida nenhuma, uma atuação do Ministério Público para exigir da Polícia que investigasse esse caso. Mas, infelizmente, isso mexe com o interesse da corporação policial. Acho que poderia ser esse talvez, um caminho para o CNMP atuar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A segunda pergunta da senhora diz respeito à mediação do Ministério Público. Eu tive oportunidade, na minha exposição inicial, de falar um pouco sobre isso, ao dizer que a arma do promotor não é o microfone, diferentemente da arma do Parlamentar, inclusive, que é a palavra sobretudo. O Promotor tem como arma a investigação, a atuação nos autos do processo, a busca de elementos probatórios consistentes, a fim de levar à condenação aquele que, eventualmente, tiver cometido crime, mas não postar vídeos no YouTube e no Twitter. Parece-me que isso é, evidentemente, uma atuação que desborda um pouco das atribuições, das exigências do dever até de constrição que deveria ser aplicado aos membros do Ministério Público.

Quer dizer que vamos colocar a lei da mordaza neles? Claro que não! Eles continuam tendo a autonomia funcional, continuam podendo apresentar as suas ações, continuam podendo manifestar as suas opiniões nos autos do processo, mas me parece que as redes sociais, talvez, não sejam o melhor caminho para isso. Você acaba expondo, muitas vezes, uma figura pública, visto que isso dá mídia, dá destaque.

Vejam só: 62% estão interessados, prioritariamente, no combate à corrupção. Isso é muito importante no País, mas será que nós não deveríamos estar preocupados com homicídios?

Enfim, Senador, eu acho que assim busquei responder a V. Ex^a e espero que o tenha satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lasier Martins, com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, nós estamos, de fato, diante de dois magníficos candidatos ao Conselho Nacional do Ministério Público. Que bom se pudéssemos levar os dois para lá! Mas o Plenário é que vai decidir quem vai. Muito qualificados!

Impressionou-me muito o currículo, o retrospecto do Dr. Vidigal e conheço bem o Dr. Bandeira, um homem extraordinariamente competente, atencioso, incansável, preparado também e culto em matéria de Direito.

Eu tenho duas ou três perguntas muito objetivas. A primeira que quero fazer é com relação a um tema bem presente e bem candente que diz respeito à aplicação da execução penal logo depois da Segunda Instância, conforme entendimento do Supremo. Que posição têm os nossos dois candidatos ao Conselho? São a favor ou acham, assim como o Ministro Gilmar Mendes, que se tem de revisar, que se tem de votar de novo a medida? Gostaria que os nossos dois candidatos fossem bem claros com relação à posição que defenderão no Conselho – aquele que for para lá.

A propósito do Ministro Gilmar Mendes, eu gostaria também que se pronunciassem os nossos dois representantes que estão por ir... E digo isso porque acho que um vai agora e aquele que não for





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

agora vai na próxima. O Ministro Gilmar Mendes tem sido um ministro extremamente despropositado nas suas críticas pela imprensa, desrespeitoso inclusive com aquele que é, hoje, o chefe do Ministério Público, o Dr. Janot, a ponto de, há poucas semanas, dizer pela imprensa que se tratava "do mais desqualificado Procurador da história".

Ora, isso fere todo o Ministério Público, uma vez que o seu chefe é que está sendo atingido. Assim, em que medida o Conselho pode interferir? E não apenas neste caso, mas no caso recente da liberação de presos contra a indignação da própria sociedade brasileira, da população brasileira. Se o Ministério Público, especialmente com a orientação do Conselho, pode agir nesse sentido, de modo que possa coibir esta verdadeira libertinagem verbal de um Ministro do Supremo que diz o que quer, na hora em que quer, contra quem quer. Afinal de contas, o Ministério Público é fiscalizador da lei, e a lei manda a discricção, a independência e sobretudo o impedimento daquele que não deve atuar em casos com os quais tenha alguma relação, como é no caso do chamado rei dos ônibus do Rio de Janeiro, que foi libertado há bem pouco tempo, e deveria o Ministro ter se dado por impedido. Eu gostaria de tocar nessa questão, por mais delicada que ela seja, e que os nossos candidatos ao posto se pronunciem.

Outra questão que deixa, de certo modo, perplexa a sociedade brasileira é que nós vivemos numa crise profunda, numa crise econômica em que os próprios funcionários públicos federais estão ameaçados de não terem reajuste no ano que vem, e há representantes do Ministério Público que estão querendo o reajuste da categoria. Essa matéria já foi, de certo modo, tocada há pouco, quando houve resposta a um questionamento do Senador Armando Monteiro, mas eu gostaria de ir mais fundo. Não entendem os nossos representantes uma necessidade de solidariedade com a crise que vive o País? Que se juntem a todos aqueles que têm dificuldades salariais e abram mão desse privilégio quando quase todos os brasileiros já estão no sacrifício.

Outra questão que eu queria fazer, e essa particularmente ao Dr. Bandeira, nós não gostaríamos de perder o Dr. Bandeira aqui no Senado, pela competência, por tudo o que ele representa, mas não podemos também impedir a sua prosperidade pessoal. Então, eu pergunto: há alguma objeção da lei, alguma objeção legal que o impeça de acumular as duas funções, isto é, manter-se aqui como Secretário da Mesa do Senado e comparecer lá no seu cargo no Conselho do Ministério Público?

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Fernando Bandeira.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Ex^{mo} Sr. Senador Lasier Martins, muito obrigado por tratar desses temas, até porque me permitirá esclarecer sobretudo essa última pergunta que chegou a ser objeto de boatos nesses blogues difamatórios que temos pelos País. Eu vou começar por ela, se o senhor me permitir.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Conselho Nacional do Ministério Público debruçou-se recentemente sobre esse assunto e entendeu que, na verdade, o Conselheiro do Ministério Público não ocupa cargo público na definição da Constituição, e, sim, mandato. Nesse sentido é que é possível cumular o mandato temporário, portanto, como Conselheiro do Ministério Público e um eventual cargo como servidor do Senado Federal, assim como, por exemplo, um vereador pode cumular cargo público no seu Município ou até mesmo em outro Município e exercer o mandato de vereador local. Evidentemente, o Conselho exigirá uma maior dedicação de minha parte.

Como até bem disse o meu colega de sabatina, Dr. Erick, as reuniões são quinzenais, no Conselho, e eventualmente isso pode recair numa terça-feira ou quarta-feira. Não é o que se está desenhando com uma troca, agora, da composição do Conselho, bem ampla, inclusive a troca do seu Presidente, o Procurador-Geral da República. Esse dia de reunião na terça-feira não é regimental. Poderia, por exemplo, ser numa segunda-feira, o que, evidentemente, facilitaria muito a minha atuação no Senado e no Conselho. Mas, sobretudo, Senador, não há vedação legal. Já houve vários casos. O hoje Ministro Bruno Dantas ocupou o Conselho enquanto era Consultor-Geral aqui da Casa; Alberto Cascais foi Advogado-Geral da Casa enquanto foi Conselheiro do Ministério Público. Hoje o Dr. Gustavo Rocha, que trabalha com o Dr. Erick, é Conselheiro e é também Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Então, a possibilidade jurídica existe; agora, é conveniente? A esse respeito, eu pediria vênua a V. Ex^a, porque é uma decisão que caberá muito ao Presidente do Senado; se ele vai querer manter meus serviços, a despeito de uma atividade externa à Casa. Não cabe sequer à minha vontade. Eu poderia ser exonerado hoje mesmo da atribuição que me foi confiada. Se eu conseguir manter a contento, talvez o Presidente queira manter-me aqui. Se não, de certa forma vou buscar me ocupar também das demais atribuições do cargo efetivo do Senado, que desempenho. Espero ter respondido a V. Ex^a.

V. Ex^a pergunta também a respeito da aplicação da pena em segunda instância. Eu confesso, Senador Lasier, que esse é um tema muito sensível e que por mais de uma vez me causou espécie. A Constituição é bem clara – abri aqui para poder ler – no art. 5º, inciso LVII: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória." O texto constitucional é bem claro! Trânsito em julgado da sentença penal condenatória. O que o Supremo fez foi uma verdadeira mutação constitucional que ocorre quando... No Direito Constitucional, chamamos de mutação constitucional quando o texto é mantido, mas a interpretação sobre ele de certa forma evolui; e passou-se a entender que o trânsito em julgado não impediria a execução da pena após sua confirmação em segunda instância. Mas há algumas peculiaridades que devem causar reflexão.

Eu até falei agora em confirmação, mas não é isso que o Supremo decidiu. Observe, um cidadão pode ser inocentado em primeira instância; o Ministério Público recorre, e ele é condenado por dois a um no Tribunal de Justiça. Ele foi inocentado em primeira instância e condenado por dois a um no Tribunal de Justiça. Ele, que até então se julgava um cidadão de pleno direito livre, da noite para o dia, torna-se condenado sem mesmo sequer ter um recurso com efeito suspensivo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É claro que qualquer tipo de decisão desse tipo precisa ser fundamentada. Eu defendo isso com unhas e dentes. Mas talvez pudéssemos interpretar que a prisão em segunda instância seria razoável quando a decisão do tribunal confirmasse a sentença em primeira instância, ou seja, fui condenado por um juiz de primeira instância, recorro e não tive sucesso no recurso, ou que ele tenha sido julgado de forma unânime. Poderia ser, talvez, uma coisa mais equilibrada do que você ter, na *ultima ratio*, duas opiniões judiciais a seu favor, no caso um juiz e um desembargador, e outras duas contra o senhor, só porque essas outras duas são de dois desembargadores. Então, eu acho que, de forma irrestrita, aplicar a execução da pena após condenação em segunda instância pode ser temerário. Acho que deveria, talvez, ser ponderada dessa forma que exemplifico.

De toda forma, o que defendo é que uma eventual execução de pena, uma condenação tem de ser bem fundamentada nos autos. Infelizmente, nem sempre temos isso, embora reconheça a qualidade do nosso Judiciário, como um todo, praticamente como um todo. Sem dúvida, é um corpo funcional espetacular que o Brasil reúne na sua magistratura.

Finalmente, V. Exª me coloca em uma saia justa muito difícil a respeito da posição do CNMP para defender a instituição Ministério Público. Veja bem, Senador, eu me sinto na obrigação de me abster de comentar decisões do Ministro Gilmar Mendes, até porque sequer tenho qualificação para isso. Acho que é um homem de coragem, é um homem que tem coragem de dizer o que pensa, a despeito de eventuais discordâncias quanto ao que ele pensa. Acredito, no entanto, que o CNMP, quando sua maioria entender que a instituição foi atacada, pode, sim, manifestar-se em defesa da instituição. Isso caberá, evidentemente, a uma resolução, à definição entre os membros do Conselho a julgar o caso concreto de que se trata.

Mas, sem dúvida, esses atritos que existem na relação de Poderes, nós vivenciamos isso aqui todo dia no Congresso Nacional. De certa forma, eu presenciei tantos tipos de atritos que aprendi a buscar entendê-los no tempo. Às vezes, no imediatismo do calor do momento... Vimos ontem, na sessão do Congresso Nacional aqui, o que o calor do momento pode provocar. Quando se reflete um pouco mais sobre aquilo que se acabou de dizer, talvez haveria um meio termo mais razoável.

Busco, assim, haver respondido a V. Exª, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Erick Vidigal.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Obrigado, Presidente.

Meu Senador Lasier Martins, antes de responder-lhe, quero só colocar que o Dr. Bandeira me deve um almoço, porque essa tese jurídica que o senhor citou agora é da minha autoria; a da compatibilidade.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Mas vamos lá.

Primeiro, a questão da execução provisória da pena. Na verdade, o modelo que o nosso Constituinte originário – não estou nem falando do derivado, não; o nosso Constituinte originário, reunido em Assembleia Nacional Constituinte – escolheu para o nosso Direito Penal foi um modelo garantista. A gente trabalha com a presunção de inocência. E a presunção de inocência, na minha leitura, foi colocada pelo Constituinte originário no rol dos direitos fundamentais, em que nós trazemos as chamadas liberdades negativas, que são aquelas liberdades conferidas ao cidadão e que o Estado não pode atropelar, não pode desconsiderar – inclusive, são liberdades reconhecidas em todos os tratados de direitos humanos de que nós fazemos parte. E o que causou mais estranheza nessa mudança repentina da jurisprudência do Supremo foi que nós estávamos, a sociedade estava envolvida em um debate acerca da superlotação dos presídios; presídios em que... Infelizmente, na minha terra, lá no Maranhão, no presídio de Pedrinhas, havia preso cortando cabeça de preso para jogar futebol e postando no WhatsApp. Então, a gente estava chegando a esse nível. E os presídios superlotados com uma condição de violação permanente da dignidade da pessoa humana.

De repente, o Supremo dá uma guinada na sua jurisprudência. Talvez – há dados mais precisos –, mas quase a metade da população carcerária brasileira seja de preso provisório. E o Supremo dá uma guinada brusca na sua jurisprudência e resolve aumentar a população carcerária de preso provisório, em – na minha leitura – total contrariedade à vontade do Constituinte originário.

O Dr. Bandeira leu o dispositivo: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória." Aí vem a primeira leitura, o fundamento da decisão do Supremo, que é a de que podemos considerar como trânsito em julgado... Resolveram dar o sentido de que uma regra de direito fundamental seria um conceito jurídico aberto, um conceito jurídico indeterminado preenchido da seguinte forma: a jurisdição ordinária de primeiro e segundo grau discute, revê prova, reavalia prova e, depois disso, as instâncias superiores não podem fazer isso. De fato, não podem, só matéria de direito. Então, esse foi o argumento, o fundamento da decisão. Não me parece adequado.

V. Ex^a pergunta se eu concordo com o entendimento do Ministro Gilmar de subir até o Superior Tribunal de Justiça. Eu não concordo. Para mim, é até o Supremo Tribunal Federal. Eu não concordo, porque eu entendo e fico à vontade para falar isso, porque fui um dos primeiros autores a publicar no Brasil obra defendendo o ativismo judicial e hoje me arrependo. Não existia praticamente doutrina nessa época. Foi o livro que eu comentei com V. Ex^{as} e que o Ministro Marco Aurélio, que era Presidente do Supremo, prefaciou. Eu tive de pesquisar na doutrina estrangeira e percebi, pela prática hoje em dia, que nós fomos no caminho contrário. Acho que nós temos que respeitar a vontade popular, a legitimidade do povo. No Brasil, os juízes não são eleitos. Os juízes podem, na *common law*, no sistema americano ou no sistema inglês, normatizar, legislar, dar outro sentido à norma, porque eles são eleitos e, então, têm legitimidade popular. Nenhum magistrado brasileiro é eleito e, então, não tem essa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

legitimidade popular. Então, eu entendo que essa guinada brusca da jurisprudência não atende aos anseios do Constituinte originário, a quem todos nós devemos obediência.

V. Ex^a colocou a respeito de uma manifestação do Ministro Gilmar Mendes, que teria chamado o Procurador-Geral da República de desqualificado. O Ministro Gilmar Mendes foi meu professor, uma pessoa por quem tenho profundo respeito, como tenho por todos os professores, porque sou professor. Eu me lembro de que, há pouquíssimo tempo, o Ministro Gilmar deu uma entrevista em que ele disse que ele pode errar pela forma, mas ele tenta acertar no conteúdo, até justificando o ímpeto com que, às vezes, ele faz uma manifestação. Nessa questão dessa manifestação acerca de uma eventual desqualificação, acredito que o Ministro tenha tratado de uma informação, que eu, inclusive, conheço de dentro do Ministério Público, de que o Dr. Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, atual titular da ação penal no âmbito do Supremo Tribunal Federal, não tem histórico de lidar com Direito Penal. Toda a sua atuação no âmbito do Ministério Público foi na esfera não penal – toda, toda ela. E o que acontece? Ela se cerca, então, de auxiliares, procuradores da República e até promotores de Justiça do Distrito Federal – inclusive, o coordenador da força-tarefa da Lava Jato é um promotor de Justiça. E esse promotor, indiretamente, se torna acusador de Senadores, Deputados, Presidente da República, ministros de Estado. Por quê? Porque ele não tem experiência com o Direito Penal. Nisso o Dr. Bandeira deve concordar comigo. O Direito é tão complexo, são tantos ramos... O Dr. Bandeira é um especialista em Direito Administrativo. Assim como não vou entrar em detalhes a respeito de Direito Administrativo, ele não vai falar de processo comigo. É muito complexo o Direito.

Então, acredito que a manifestação do Ministro Gilmar tenha sido neste sentido de que ele não dispunha do conhecimento necessário para exercer com pleno conhecimento de causa o que está fazendo. Acaba que ele está sendo encaminhador de manifestações inferiores.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E ao não se dar por impedido no caso do rei dos ônibus?

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Na legislação, tanto no Código de Processo Civil quanto no Código de Processo Penal, nós temos a previsão de dois vícios de comprometimento da imparcialidade do magistrado: um é o impedimento, outro é a suspeição.

Por vontade do legislador, o impedimento é um tipo de vício de imparcialidade de natureza objetiva. Então, por exemplo, é vedado ao juiz exercer as suas funções no processo de que for parte, em que estiver atuando como parte ou advogado. São critérios objetivos. Na suspeição, são critérios subjetivos. Então se fala: haverá suspeição do juiz quando for amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes. E aí se entra numa dificuldade, como eu disse ainda há pouco, do conceito jurídico indeterminado, que é definir o que é amizade, o que é amizade íntima, o que é inimizade e o que é inimizade capital. A jurisprudência, em peso, inclusive do Supremo Tribunal Federal, já analisou várias





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

situações. Então, só um exemplo para V. Ex^a: o convívio social já foi interpretado, até no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o convívio social entre advogados, ministros e membros do Ministério Público, fotos de ministro tomando uísque com advogado, como não sendo uma hipótese de suspeição, porque se espera na sociedade um convívio social entre os agentes.

Então, na verdade, essa matéria acaba ficando para a última hipótese da suspeição que é o inciso que diz que o juiz poderá se declarar suspeito por razões de foro íntimo. Aí cada julgador deve fazer... E esse dispositivo, o Congresso Nacional insere nos Códigos de Processo Civil e Penal justamente para evitar que o magistrado sofra pressões externas. Quando não está confortável para julgar, ele não precisa nem declinar o motivo.

Foram todas? Acho que sim.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Erick Vidigal.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Lobão, pela direção dos trabalhos, cumprimento nossos dois convidados de hoje, o Bandeira e o Erick. São dois doutores, exemplos de servidores públicos concursados, competentes, capazes, exímios nas suas áreas de atuação, que dão orgulho para toda a Administração Pública brasileira por serem dois concursados competentes e capazes. Não tenho dúvida de que a vaga do CNMP será muito bem ocupada, seja pelo Dr. Erick, seja pelo Dr. Bandeira, porque competência não lhes falta. Para mim, que sou um servidor público concursado que defende o servidor público aqui, é com muita honra que participo deste processo.

Em nível de esclarecimento, Dr. Bandeira, que iniciativas V. S^a acredita que poderiam ser tomadas pelo CNMP a fim de estimular a atuação integrada do Ministério Público com os demais atores do sistema de Justiça, de forma a se viabilizar uma maior eficácia das políticas de segurança pública?

Enquanto V. S^a anota, eu vou fazer uma para o Erick. Depois eu faço outra. São três para cada um.

Dr. Erick, de que forma o senhor acredita que pode ser aprimorado o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público e como o CNMP pode contribuir nesse sentido?

Vamos a outra para o Dr. Bandeira: na opinião de V. S^a, de que forma o Conselho Nacional do Ministério Público pode contribuir para o aprimoramento da gestão do Ministério Público brasileiro e o fortalecimento do controle interno para a prevenção de irregularidades administrativas?

Para o Dr. Erick: na opinião de V. S^a, de que forma a constituição plural do Conselho Nacional do Ministério Público, formado por integrantes da advocacia e de outros segmentos, tem contribuído para o aprimoramento do poder do Ministério Público brasileiro?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As duas últimas para o Dr. Bandeira – a gente vai aproveitar aqui até para aprender um pouco com vocês. Não temos a toda hora a oportunidade de aprender com dois juristas tão renomados –: como V. S^a avalia a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público ao longo de uma década de funcionamento? Que desafios se mostram a essa instituição no sentido de promover a integração e o desenvolvimento do Ministério Público, bem como de fiscalizar a legalidade e a eficiência das atividades de seus membros?

Finalizando, Dr. Erick, em sua opinião, como o Ministério Público pode contribuir para maior eficiência do Poder Judiciário e para o fortalecimento das formas consensuais e extrajudiciais de solução de conflitos? Por exemplo, acabamos de aprovar a Lei 13.465, que trata da regularização fundiária, mas alguns promotores do Distrito Federal e alguns juízes se posicionaram publicamente contra a publicação da lei, que foi aprovada por todos nós do Congresso. É uma lei nacional superior a uma lei estadual, que é superior a uma lei municipal, e que, a meu ver, vale para todos. O que pode ser feito em nível do Conselho Nacional do Ministério Público para que esses promotores e juízes não atentem contra a aplicabilidade dessa lei, que é fundamental para o Distrito Federal e que envolve mais de 1 milhão de pessoas no DF que aguardam essa lei para ter sua regularização fundiária.

Muito obrigado.

Espero ter contribuído para que os dois exímios possam bem nos ensinar mais um pouco do Direito.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Hélio.

Com a palavra o Dr. Bandeira.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Obrigado, Senador Hélio José, pelas perguntas.

Se bem entendi, fundamentalmente V. Ex^a me coloca, Senador Hélio José, três perguntas relevantes a respeito das formas de atuação do CNMP: uma, para promover uma atuação integrada numa política de segurança pública; a segunda, como pode contribuir para prevenir irregularidades administrativas; e, finalmente, quais são os desafios que esse mesmo Conselho tem para promover a fiscalização do Ministério Público.

Sem dúvida, buscar uma integração na área de segurança pública é um problema fundamental no Governo de qualquer Estado ou no Distrito Federal. A começar, porque temos algo um tanto – vou usar uma palavra polêmica – esquizofrênico na nossa divisão de competência policial, que é atribuir a investigação a uma polícia cível e o policiamento ostensivo a uma polícia militar, sem integração entre elas. Muitas vezes a prova flagrante é produzida pela Polícia Militar e, às vezes, ela é perdida no trânsito





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a Polícia Civil. Então, observe que, dentro do próprio Executivo, nós já temos um problema de como promover essa integração, a fim de criar uma política de segurança pública eficiente.

Mas ainda temos uma terceira fase: essa polícia cível vai instruir os autos do inquérito, dar notícia do fato pelo menos, e mandar isso para o Ministério Público, que deverá formar a sua convicção a fim de propor ou não uma ação penal. E, nesse trânsito, com frequência, há divergência de entendimentos, há mesmo até divergência quanto ao enquadramento legal da conduta, que inicialmente foi vista como flagrante pelo policial militar; depois o delegado entendeu que aquele caso especificamente não era de enquadramento flagrante, como previsto inicialmente; e, posteriormente, o promotor sequer denuncia. Por quê? Porque o delegado não buscou, não encontrou provas suficientes para levar a uma condenação. Veja como isso pode, na prática, levar àquele índice que eu citei na minha exposição inicial de somente 6% – 6%, Senador! – dos homicídios neste País serem resolvidos.

Cabe ao Ministério Público, sem dúvida nenhuma, ele é o titular da ação penal. E, como tal, cabe a ele buscar dirigir a investigação policial, a fim de levantar as provas necessárias para essa ação penal. Parece-me que o CNMP tem a obrigação de auxiliar os promotores e procuradores da República nessa busca de provas junto à polícia. Parece-me que o CNMP pode regular isso de uma forma minudente, como já fez, aliás, em parte.

Hoje, a instauração de inquéritos, no âmbito do Ministério Público, é regulada por resoluções do CNMP. Antes, sequer havia controle sobre isso. Criavam-se inquéritos de forma simultânea e descontrolada, não se sabia se o inquérito iria para frente ou não, não havia prazo para conclusão, não havia direito sequer de o cidadão ter um fechamento daquele inquérito, saber se finalmente iria ou não responder a uma ação penal.

O CNMP debruçou-se sobre isso e exigiu do promotor uma série de obrigações, inclusive prazos, para fechar o seu inquérito. Mas, seguramente, caberia também uma aproximação com a atividade policial. E, nesse sentido, aquilo que o meu colega de sabatina sugeriu à Senadora Vanessa, colocar dentro do Conselho do Ministério Público um representante das polícias – cível, estadual, federal e rodoviária. Isso, sem dúvida, ajudaria para haver uma interlocução com esses poderes.

Quanto à prevenção de irregularidades administrativas, é talvez o motivo primordial pelo qual foram criados, lá atrás, pela Emenda 45, os dois Conselhos. Porque era uma grande caixa-preta, ninguém sabia para onde ia o dinheiro. Já comentamos recentemente, em uma resposta ao Senador Armando Monteiro, como essa autonomia na gestão do orçamento do Ministério Público tende a favorecer certa política de se gastar todos os recursos, nem que seja criando diárias, ajuda de custo, auxílio-moradia e o que seja.

Sem dúvida, cabe ao CNMP cobrar esse relatório de execução fiscal e controlar a concessão desse tipo de benefício, e por que não a outra parte – contratos, licitações – que o Ministério Público também faz? De certa forma, isso passa ao largo das investigações que o próprio Ministério Público conduz.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eventualmente, o Tribunal de Contas até faz alguma auditoria e um contrato ou outro do Ministério Público, mas não é uma coisa sistemática. E o Ministério Público é que não faz mesmo sobre suas próprias contratações. O CNMP tem essa atribuição, e os membros externos estão lá para garantir uma autonomia, uma independência nesse debruçar-se.

Finalmente, como proceder à fiscalização do próprio CNMP? Para isso, nós dependemos muito da figura do corregedor do CNMP. Esse corregedor, que será um dos membros que já foram sabatinados nesta Comissão e foram aprovados, será eleito após a posse... Nenhum dos conselheiros tomou posse ainda. O Presidente Temer aparentemente está aguardando da posse da Dr^a Raquel Dodge, para, a partir daí, nomear todos os conselheiros entre toda uma composição nova, de uma vez só – dá para se deduzir isso pela não publicação, até agora, das nomeações. Então, esse colegiado, ao se reunir pela primeira vez, deverá eleger o corregedor, e esse corregedor terá um papel difícilíssimo, que é o de conduzir as investigações quando elas recaírem sobre os próprios membros do Ministério Público.

Observo, como comentei inicialmente, que, no último biênio, o CNMP fez um avanço notável. Como eu disse, foram 52 sanções aplicadas, Senador Jorge Viana, quando a média dos outros biênios era de 12 por ano. Foram 71 PADs abertos, o que equivale ao número de PADs dos últimos dez anos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – É um processo de...

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Processo Administrativo Disciplinar para investigar a atuação dos membros do Ministério Público.

Então, observe que, nesse último biênio, o trabalho do corregedor, de fato, buscou avançar nisso, mas há muito a ser feito – acho que há muito mais a ser feito. Talvez fosse o caso de dotá-lo de mais capacidade investigatória a fim de fazer mais correições, a fim de ir visitar o Ministério Público – por que não o nosso, do DF, ou o de Tocantins, ou o de Pernambuco? – para verificar, *in loco*, se de fato as promotorias especializadas estão funcionando, se de fato não existe malversação, se de fato não existe um desvio no interesse público.

Busquei responder a V. Ex^a, mas estou à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Bandeira.

Com a palavra o Dr. Erick Vidigal.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Obrigado, Presidente.

Meu caríssimo Senador Hélio José, eu queria agradecer, de pronto, as perguntas que V. Ex^a me dirigiu, porque elas acabam, de certa forma, resumindo um pouco a visão que eu tenho acerca da atuação do Ministério Público nessa temática que o senhor, que V. Ex^a – perdoe-me – colocou no último questionamento. Vamos por etapas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes, rapidamente, só gostaria de saudar a presença do Conselheiro Nacional do Ministério Público, Dr. Walter de Agra Júnior, que se encontra aqui presente. É um grande Conselheiro, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que me honra aqui com sua presença.

Senador, quanto ao aprimoramento do controle externo da atividade policial pelo Conselho Nacional do Ministério Público, eu respondi, ainda há pouco, uma indagação semelhante à Senadora Vanessa Grazziotin e vou resumir, de uma forma mais objetiva, até por ser professor, ser acadêmico, eu gosto de analisar os problemas aplicando sempre a metodologia científica, que é o quê? Identificar o problema, diagnosticar, analisar as possibilidades, as propostas de solução e experimentá-las. A gente não consegue resolver um problema sem o diagnóstico do problema. Uma doença, antes de ser tratada, precisa de um diagnóstico.

Nessa matéria, como eu coloquei ainda há pouco, apesar do Conselho Nacional do Ministério Público ter uma comissão que é a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública – da qual eu fui assessor, chefe da Comissão, desde o primeiro Presidente da Comissão, o Conselheiro Mario Bonsaglia –, apesar de existir essa Comissão, ela não dispõe de um diagnóstico preciso dessa situação, não dispõe das informações. De modo que eu entendo que o primeiro passo a ser adotado seria, por meio da Comissão, exigir do membro do Ministério, na ponta, que ele municiasse o órgão central de informações para, mediante um diagnóstico, poder ser traçada uma solução.

Claro, no Brasil até dizem que nós temos diagnósticos demais e soluções de menos, mas eu, pela experiência de estar no Conselho Nacional do Ministério Público desde 2009 – com a Emenda nº 45, o Conselho foi instaurado a partir daí –, então, desde a terceira composição do Conselho eu estou lá, e digo que esse diagnóstico não existe com elementos suficientes para que se possam traçar medidas mais efetivas. Então, o primeiro passo seria o diagnóstico.

No que diz respeito à constituição plural do CNMP, o que ela tem contribuído para o aprimoramento? Eu também fiz algumas críticas ainda há pouco a respeito. De fato, a composição é plural, mas tem uma predominância de membros do Ministério Público – e isso, infelizmente, não são palavras minhas –, não só do Conselho, mas do próprio Ministério Público.

Há duas semanas ou três semanas, mais ou menos, o CNMP conduziu um evento, e eu vi uma série de membros do Ministério Público, acerca de uma série de assuntos. E, em uma das palestras, um promotor de justiça apresentou, trouxe no seu PowerPoint, uma crítica direta dizendo que a pauta corporativista trazida pelos membros do Ministério Público é o que impede avanços do próprio Ministério Público. Não preciso dizer que ele foi rechaçado pelos pares, sofreu um preconceito grande.

Nós temos, então, como eu já tinha sustentado, acho que há a necessidade de começar a rediscutir não só a composição, mas o próprio funcionamento do Conselho, isso no âmbito do Congresso





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nacional, por quê? Com a Emenda nº 45, os conselhos foram instituídos, mas a gente ainda não tinha a experiência. Vou dar uma informação aqui para V. Ex^{as}, a maior parte dos processos administrativos disciplinares que correm no âmbito dos Estados, quando chegam aos conselhos estão prescritos, porque os prazos prescricionais da legislação, Presidente, da parte punitiva, de sanção disciplinar, são muito curtos, em dois anos prescrevem. E, em dois anos, o processo administrativo não terminou na origem, porque aí começa, embrulha, enrola, leva para cá, troca de relator, chega lá e não tem continuidade.

Então, haveria necessidade de se incorporar ao texto constitucional, talvez, uma referência a uma lei específica de funcionamento, uma lei ordinária que vá regular o funcionamento do Conselho e, a partir daí, criar situações, como, por exemplo, dizer que provocar o Conselho Nacional do Ministério Público interrompe o prazo prescricional para sanções disciplinares, porque senão a gente fica vendo coisas, por exemplo, como dois casos dos quais eu me lembro, que me marcaram, até porque eu sou pai de crianças pequenas.

Houve um caso com um conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, que apresentou um vídeo, em uma das sessões, em que o filho, criança pequena, de um promotor de Justiça, no clube, essa coisa de briga de criança, tinha brigado com outro menino, pequeno também, criança – não estou falando de adolescente –, e ganhou um empurrão ou qualquer coisa. Esse promotor foi para cima da criança. A mãe veio. Ele disse que bateria na mãe, que bateria na criança. E pasmem, Senadores! Ele era promotor da infância e da juventude. Sabe o que aconteceu com ele? Nada, nada. Não foi punido, não foi punido. E a gente viu o vídeo no plenário do CNMP. Ele não foi punido.

Houve outro caso, que, graças a Deus, recebeu punição – eu participei da instrução do processo –, em que um promotor colocou uma arma na cabeça de uma criança com síndrome de Down para chantagear a namorada, que não queria sair de dentro de casa. Era sobrinho dela. Esse processo tramitou e quase prescreveu. E a legislação não permite que você coloque um cara desse para fora. Ele vai ser, no máximo, aposentado.

Então, essas são as realidades que a gente tem vivenciado no âmbito do Ministério Público. É claro que, como a Senadora Vanessa colocou bem, a gente não pode generalizar. Pelo contrário, estou falando de minoria. Eu trouxe caso A, caso B, caso C. O Ministério Público é uma instituição extremamente importante para a sociedade. Como eu disse, Ministério Público forte é Estado forte, é República forte, é democracia forte, é cidadania, mas, com essas exceções, o Ministério Público tem tantas prerrogativas que ele próprio não pode admitir no seu meio esse tipo de desvio, mas ele não dispõe de instrumentos para eliminar esses desvios.

E a última colocação de V. Ex^a, que diz respeito à lei que resultou da nossa Medida Provisória 759, nós – digo nós, Congresso Nacional, sociedade civil, que foi extremamente ouvida em audiências públicas – instituímos uma nova legislação de regularização fundiária urbana e rural. E tive a oportunidade de, em um evento da OAB do Distrito Federal, ter um embate muito firme com um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

promotor de Justiça daqui do Distrito Federal – inclusive, depois, até me falaram: "Olha, você é meio doido. Como você bate de frente assim com um Promotor?" – porque, naquela questão que V. Ex^a colocou, a legislação federal prevê uma série de institutos para organizar o meio urbano para que garanta, inclusive, que, no processo de regularização fundiária, sejam evitadas as derrubadas, porque nós estamos falando de famílias.

No caso do Distrito Federal, V. Ex^a, Senador do Distrito Federal, sabe que temos 1,3 milhão de pessoas vivendo nessa situação de irregularidade fundiária. No Brasil, nós temos mais de 50% da população vivendo em situação de irregularidade fundiária. Em São Paulo, o Ministério Público, desde a MP 759 – eles não esperaram a conversão em lei –, fez uma cartilha para orientar as pessoas. E aqui no DF não. O Ministério Público firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Governo local com a agência de fiscalização do Governo local, não ouviu os interessados – quer dizer, é um Termo de Ajustamento de Conduta em que os interessados, aqueles que vão sofrer as consequências da medida, não participam – e determinando ao Distrito Federal as derrubadas.

Agora, o mais interessante que acho desse TAC é o seguinte: o Congresso Nacional aprovou o Código Florestal, tempos atrás, com alguns dispositivos que estão reproduzidos, foram reproduzidos na MP 759 e, depois, na lei de conversão, mas o TAC é fundamentado no Código Florestal revogado ao argumento de que o Ministério Público entende que o Código atual em vigor é inconstitucional mesmo o Supremo Tribunal Federal tendo negado a liminar na ação direta de inconstitucionalidade. Então, é uma coisa completamente surreal.

Então, o que tenho a dizer é que, caso o Plenário do Senado da República me honre com a indicação, a ideia que eu já tive, há algum tempo, quando a gente participou das discussões da medida provisória, seria de pedir... Existe um núcleo de conciliação. Na verdade, o estímulo à solução pacífica das controvérsias, que coloquei na minha exposição inicial, é uma política pública do Poder Judiciário, estabelecida pela Resolução do CNJ 125, de 2010. Nesta Resolução, o CNJ reconhece, não vou dizer a falência do Poder Judiciário, a incapacidade de o Judiciário administrar um acervo de mais de 100 milhões de processo, numa taxa crescente de mais de 10% ao ano, o orçamento cada vez maior. Então, o Judiciário diz que ou a gente muda a cultura da sociedade, estimula a solução pacífica das controvérsias, ou não vai haver jeito. Vai faltar prestação jurisdicional.

Então, no âmbito do Ministério Público, também foi estabelecida essa política nacional. Existe um manual de mediação, de conciliação, no âmbito do Ministério Público. E a minha ideia seria, caso honrado com a indicação do Senado, requerer ao Presidente do Conselho que fosse designada minha atuação nesse tipo de procedimento, porque eu tenho qualificação nessa área. Como disse na minha apresentação, dou aula no mestrado da Escola Paulista de Direito, exatamente sobre essa matéria: mecanismos, alternativas e autocompositivos de solução de conflitos. Então, a ideia seria chamar o Ministério Público do DF, o Governo do Distrito Federal, e mediar, mediar, afastar as posições e buscar os interesses e as necessidades.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Erick Vidigal.

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, cumprimento de forma especial os dois indicados, sabatinados de hoje, Dr. Bandeira, Dr. Vidigal.

Tive o cuidado de avaliar o currículo de V. Sªs. É com muita satisfação que digo que fico muito feliz de saber que o mundo jurídico conta com jovens talentos como V. Sªs. Isso nos estimula e dá certeza de que a Justiça e o Direito está sempre em boas mãos.

Infelizmente, apenas será o indicado escolhido pelo Plenário, mas aqui nós podemos votar favoravelmente à indicação dos dois, porque aqui o que estamos fazendo é exatamente isso: uma avaliação de currículo e vendo se V.Sªs têm condições de serem levados ao Plenário.

Eu até faço, de antemão, um pedido – por tudo o que vi e ouvi das respostas de V. Sªs – a todas as Bancadas do Senado, Sr. Presidente: seja quem for o agraciado, aquele que porventura não puder ser o indicado de hoje possa ser o novo indicado, quem sabe, por unanimidade das Bancadas do Senado para a próxima vaga do Legislativo no CNMP. Acho mais do que justo tendo em vista o currículo, a capacidade, dando aula para todos nós no que se refere àquilo a que foram questionados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cumprimento V. Exª pela sugestão luminosa.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Inspirada sempre nas decisões democráticas de V. Exª.

A minha pergunta é única, e é uma pergunta que já fiz uma vez a um indicado CNMP, porque entendo ser este assunto talvez o assunto que traga o maior conflito hoje entre o Ministério Público e o Poder Executivo, especialmente o Poder Executivo municipal, portanto, prefeitos, gestores e secretários municipais.

Falo especificamente das recomendações que estão previstas na lei orgânica, na lei da organização, no Estatuto do Ministério Público Federal. Recomendações essas que são instrumentos de defesa do cidadão, da sociedade e que são utilizadas constantemente pelo Ministério Público Estadual e Federal, no que se refere à tentativa extrajudicial de resolver determinados conflitos.

Eu fui prefeita de Município pequeno. Sei infelizmente que essas recomendações têm, por vezes, extrapolado em todos os sentidos: no aspecto legal, entrando, muitas vezes, na questão de mérito, conveniência e oportunidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bom, o que me traz à questão específica é uma resolução que foi publicada pelo Conselho Nacional do Ministério Público em março deste ano. Rapidamente, de forma resumida, eu vou ler as considerações e alguns artigos que reputo questionáveis.

Essa Resolução nº 164 disciplina exatamente a expedição de recomendações, visando a dar aí uma uniformidade na conduta do Ministério Público Federal, levando em consideração a Lei Complementar 75/93, que diz que compete ao Ministério Público Federal "expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis", primeiro.

Segundo. Ainda "considerando [...] o exercício da função institucional [...] [estabelecer que cabe] ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito."

Resolve, entre os artigos, o art. 1º, repetindo, "com o objetivo de persuadir [e esta palavra me preocupa, persuadir] o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços [...] direitos e [...] [defesas da] instituição [...]" Recomendação essa que, embora não tenha caráter coercitivo, lá no art. 3º, estabelece que "o Ministério Público [...], nos autos de inquérito civil, de procedimento administrativo ou [de] procedimento preparatório, poderá expedir [essa] recomendação objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender e, sendo o caso, a edição ou alteração de normas."

No art. 8º, estabelece ainda a resolução que "a recomendação conterá a indicação de prazo razoável para a adoção das providências cabíveis [...]" E no parágrafo único: "O atendimento [...] [dessa] recomendação será apurado nos autos [...] [dos inquéritos e procedimentos]."

No art. 9º, "o órgão do Ministério Público poderá requisitar ao destinatário a adequada e imediata divulgação da recomendação expedida, incluindo sua afixação em local de fácil acesso ao público, se necessária à efetividade da recomendação."

E, por fim, no §1º:

No intuito de evitar a judicialização e fornecer ao destinatário todas as informações úteis à formação de seu convencimento quanto ao atendimento da recomendação, poderá o órgão do Ministério Público, ao expedir a recomendação, indicar as medidas que entende cabíveis, em tese, no caso de desatendimento da recomendação, desde que incluídas em sua esfera de atribuições.

Entre todos os artigos, escolhi esse, porque me parece que, apesar da boa intenção da resolução, está claro aqui na resolução que nada mais fez o Conselho do que dar poderes inconstitucionais e ilegais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para o Ministério Público da União de entrar numa esfera que é própria do Executivo, que é de mérito, que é de conveniência e oportunidade.

Nesse sentido, há uma percepção, especialmente dos prefeitos, de que o Ministério Público atue fortemente influenciando e tentando direcionar políticas públicas municipais. Qual é o nosso receio? Que o gestor hoje, já preocupado diante da criminalização da atividade política, diante do que hoje é o politicamente incorreto – que é falar que qualquer gestor, que qualquer político tende a visar atividades que não são públicas –, evite realizar o seu dever funcional de agir, de realizar obras, de exercer a sua atividade em relação à política pública quando vem uma recomendação em sentido contrário. Então, já pressupondo que vai estar sujeito a uma ação seja civil, seja na área criminal, esse mesmo gestor deixa de cumprir a sua atribuição.

Então, o meu questionamento... Na realidade, são três em relação a essas. Primeiro: as recomendações do Ministério Público podem versar sobre o mérito das políticas públicas, ou seja, sobre as opções técnicas e políticas feitas pelos gestores? Segundo: caso o gestor público discorde da opinião do Ministério Público, pode ele ser responsabilizado apenas por tal fato, ainda que tome uma decisão legal?

Como acredito que já esteja aqui pressupondo a resposta de V. S^{as}, eu venho à terceira e à mais importante, é desta que eu gostaria de ouvir a resposta, porque tem a ver, inclusive, com a nossa atividade legislativa: em não sendo, em entendendo duvidosa a resolução ou mesmo faltando esclarecimentos da própria Lei Complementar 74, qual seria a solução legislativa? Alterar a Lei 7.493, lá no art. 6º, XX, deixando claro até onde vai o limite dessas recomendações e tirando essa fixação obrigatória de prazo de recomendação? Ou alteraríamos a resolução? Ou nenhuma das duas, e caberia a V. S^{as}, se indicados, no Conselho Nacional, fazer uma ampla divulgação, reuniões, seminários, junto aos membros do Ministério Público da União, para esclarecer efetivamente o que quis dizer essa resolução, o que quer dizer a lei complementar e qual é realmente o papel do Ministério Público diante das decisões tomadas, muitas vezes legítimas e legais, mas que não necessariamente vão ao encontro daquilo que pensa o promotor, por parte do gestor público municipal?

São esses os questionamentos que eu faço a V. S^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Bandeira.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Obrigado, Presidente.

Senadora Simone Tebet, obrigado por essa pergunta, que me dá oportunidade de falar sobre um dos maiores absurdos que é essa prática das recomendações expedidas – permita-me a expressão –, a torto e a direito, pelos Ministérios Públicos estaduais e também pelo federal.

Na prática, o que é uma recomendação? É um ofício, é uma correspondência, por assim dizer, enviada pelo promotor ao prefeito, ou ao governador, ou ao secretário de educação, ou de saúde, ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

gestor público em geral, dizendo: "Se V. Ex^a não fizer o que estou dizendo, o senhor vai tomar uma ação de improbidade administrativa." É uma ameaça de uma ação de improbidade, no mínimo; pode ser também uma ação penal – pode ser penal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Sim, sim, com certeza.

Isso com certeza é uma ingerência direta nas políticas públicas, para as quais o agente político foi investido na função.

Vou pegar um exemplo até simplório: imaginemos um prefeito eleito com uma pauta eleitoral de construir determinada avenida, um acesso a qualquer cidade, ou uma praça ou uma escola. E o promotor em questão acha que aquela área ali não deve ser destinada a uma avenida ou a uma praça ou a uma escola, porque poderia haver algum impacto numa região indígena, ou restrições ambientais. Ele acha, o promotor, não necessariamente e comprovadamente isso. Então, ele expede uma recomendação ao prefeito, que foi eleito com aquela pauta, e que, portanto, obteve a legitimidade popular para fazer aquela ação. E o promotor diz a ele: "Olha, se o senhor fizer, o senhor vai tomar uma ação de improbidade ou de crime ambiental ou o que seja."

Parece-me que se está substituindo a legitimidade da eleição popular que, como servidor desta Casa, Senadora, é o que eu tenho de mais caro a preservar, é a vontade do voto. A pura vontade de um único servidor, que fez concurso público – muito bem, merece os louros por isso –, mas que está decidindo de sua própria cabeça.

Eu vou lhe dar um exemplo, Senadora, de algo que aconteceu comigo aqui no Senado. Na qualidade de Secretário-Geral da Mesa, eu recebi uma recomendação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul recomendando que não permitisse aos Parlamentares que fizessem emendas orçamentárias destinando recursos a um certo Município do Rio Grande do Sul, porque se verificou que nesse certo Município do Rio Grande do Sul, Senador Anastasia, houve uma série de processos licitatórios fraudulentos.

Veja que curiosidade, essa recomendação foi recebida no ano seguinte à última eleição municipal. Ou seja, a população desse Município tinha mudado o gestor, então não era mais o mesmo prefeito. Mas, ainda assim, pesa uma presunção de culpa do novo prefeito. E com isso eu vou prejudicar a população impedindo que um Parlamentar eleito por esse povo destine dinheiro para aquele Município?

A senhora me desculpe, eu desconsidereei essa recomendação. Eu jamais iria expedir isso para os Senadores e Deputados, recomendando que não fizessem emenda a um certo Município do Rio Grande do Sul, penalizando um Município, a população de um Município, por conta de que um prefeito anterior tinha desviado recursos. Parece-me que a obrigação do promotor nesse caso é investigar a licitação fraudulenta e processar o responsável, e não impedir a população de mais recursos. A senhora me





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desculpe, talvez eu tenha até me enganado no que fiz, eu tenha até cometido um erro administrativo, mas foi assim que eu agi, porque eu achei que seria um cerceamento do mandato dos Parlamentares do Rio Grande do Sul.

Ainda mais essa resolução citada pela senhora estipula prazo, obriga a divulgação. É uma ingerência direta do Ministério Público no Poder Executivo. Eu tenho reservas radicais a essa praxe de recomendação.

Veja bem, é preciso também fazer uma ponderação no que eu estou dizendo. Eu tenho reservas quanto ao uso imoderado, quanto ao uso excessivo que vem sendo praticado. A recomendação por um flagrante descumprimento de uma norma legal? O.k.

Imaginem, sai uma licitação, é publicado o edital de uma licitação com um óbvio direcionamento do edital. O Município ou o governador quer adquirir iPads para a escola e ele põe lá a marca do tal fabricante. Isso é uma óbvia infração à lei de licitações. Então, nesse caso, cabe a recomendação, sim. "Olha, V. Exª não pode indicar marca no edital de licitação, por favor retifique o edital!" Aí nesse caso tudo bem. Mas, quando ele se ingere em uma política pública, sobretudo quando é uma política pública assumida pelo agente político durante a sua campanha, parece-me que isso é um absurdo incabível.

Bom, acho que já respondi no que se refere ao mérito da política pública. Realmente eu acho que não é cabível.

Se discordar, o agente pode ser responsabilizado? Parece-me que não. Exceto se ele cometer uma ilegalidade. Aí é outra coisa.

Vamos voltar àquele caso da compra de *tablets* para escolas municipais. Ao prefeito que levou adiante a compra de tal marca, sem dúvida, cabe a penalização que a própria Lei 8.666 prevê. Então, basta entrar com a denúncia e fazer com que ela seja apreciada.

Por fim, a senhora pergunta como fazer. Eu vejo aí dois caminhos. O primeiro, que a senhora citou, acho que seria talvez inviável, Senadora, por uma questão técnica. A Lei Complementar 74 não permite iniciativa parlamentar. O pouquinho que eu sei de processo legislativo... (*Risos.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – A não ser que seja inconstitucional.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Exatamente, Senadora. A menos que seja passível de uma Adin, que um partido político poderia ingressar.

Mas podemos tentar dar uma volta nessa redação. Já que não podemos propor um projeto de lei, podemos... É o vício de trabalhar no Legislativo. Já que V. Exªs não podem propor um projeto de lei que modifique diretamente a Lei Complementar do Ministério Público, nós podemos, por exemplo, imaginar, cogitar uma emenda a um projeto de lei que modifique a Lei de Improbidade Administrativa, colocando lá "não configura improbidade administrativa o mero descumprimento de recomendação que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

visse interferir na política pública." De certa forma, por esse caminho, V. Exª conseguiria afastar o caso de improbidade sem mexer na lei complementar. Talvez fosse o caminho. A outra forma é, sem dúvida nenhuma, o CNMP revisar isso.

Mas há aquele problema. Nós conversamos já anteriormente, em outra pergunta. A maioria do CNMP é membro do Ministério Público, que gosta das recomendações. Então, tem que haver um trabalho interno de conscientização da maioria, do campo majoritário do CNMP para que essa resolução seja pelo menos atenuada, pelo menos, se estiverem colocadas as ponderações, as condições em que essa recomendação possa ser aplicada.

Acho que busquei responder a V. Exª e estou à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Erick Vidigal.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Obrigado, Presidente.

Senadora, quanto a essa resolução que V. Exª trouxe, na verdade, a necessidade da edição dela começou a ser discutida no âmbito do CNMP, a partir justamente de um caso que eu reporte ainda há pouco no plenário do Senado de um procurador da República que havia feito uma recomendação a uns fazendeiros, produtores rurais. E o Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública requerendo uma liminar para que o juiz impedisse que esses produtores obtivessem crédito junto a instituições financeiras. O juiz federal negou a liminar. E esse procurador da República recomendou aos bancos que não concedessem o crédito. E o banco, com medo, justamente por conta dessa terminologia que é empregada no âmbito do Ministério Público, sempre com a faca no pescoço, sempre intimidando, sempre coagindo, não é? Acabou que os bancos resolveram não conceder empréstimo, se sentiram numa situação de risco.

Quando essas discussões começaram a ocorrer, eu, inclusive, sugeri aos conselheiros que eu já conhecia, com quem sempre me relacionei muito bem, assessoriei vários, que fosse colocado um dispositivo, quando da edição da resolução, dizendo que as recomendações deveriam, ao final, pelo menos trazer um indicativo no seguinte sentido: esta recomendação não tem caráter obrigatório – porque não tem, a lei não dá esse caráter – e caracteriza-se como opinião do membro subscritor acerca da matéria. Por quê? Pode parecer uma besteira. Nós temos 5.560 ou 5.570 Municípios, tirem-se aí 50 que são de grande porte e o resto são Municípios muito pequenos. E os Prefeitos, às vezes, têm instrução primária. E aí o tecnocrata ou o promotor de Justiça, que se torna a grande autoridade da cidade, recebe essa recomendação, fica intimidado, não sabe o que fazer e sequer sabe que é uma recomendação.

Para V. Exª ter uma noção a que ponto a gente está chegando, se a gente não começar a rediscutir, talvez a gente perca o controle por completo, na semana retrasada, eu recebi em minhas mãos, porque dentro das minhas atribuições na Presidência da República eu respondo aos ofícios que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

são encaminhados pelo Procurador-Geral da República, reencaminhando recomendações e pedidos de informações de membros do Ministério Público... Um Parlamentar havia feito uma indicação de nomeação de uma pessoa para uma estatal e a Procuradora da República resolveu recomendar ao Presidente da República, e não foi num tom nada agradável: "Essa recomendação caracteriza-se como mora, a partir do momento da sua ciência e serão adotadas todas as...", intimidando o Presidente da República, recomendando o quê? Que não fizesse a nomeação para um cargo de livre nomeação. Esse é o absurdo a que a gente está chegando.

Não há o que fazer. O que eu pude fazer foi chamar para mim a responsabilidade – isso não deve ir ao Presidente da República – e trazer pelo menos uns sete dispositivos da Constituição, da Lei 8.112, da Lei das Estatais e dos decretos regulamentadores, demonstrando que os critérios para nomeação de cargos de livre nomeação dos Chefes do Executivo de qualquer esfera estão previstos no ordenamento. Mas será que a gente precisaria gastar dinheiro público com essa troca de papel, ocupando técnicos para responder, para dizer o óbvio? Será que isso não tem apenas a finalidade de intimidar ou interferir em algum processo político local que muitas vezes é o que a gente vê nos Municípios mais do interior? Então, essa questão da recomendação precisa, sim, ser refletida. Elas não podem, em hipótese alguma... Não foi isso que o Congresso Nacional quis colocar nas mãos do Ministério Público, que um membro do Ministério Público, que não recebeu nenhum voto, interferisse em políticas públicas.

Ainda há pouco, eu comentei aqui que, no âmbito do DF, não me lembro se são 12 ou 14 Deputados Distritais, inclusive um ex-Diretor-Geral aqui do Senado, grande Parlamentar aqui do DF, estão respondendo a ação de improbidade por apresentação de emendas parlamentares. Já passou a fase da recomendação. Eles já estão respondendo ação de improbidade.

E aí entra uma questão: não é só questão pecuniária ao final; é a questão dos direitos políticos, é a intimidação ao exercício dos direitos políticos. Uma ação de improbidade, uma condenação precipitada inviabiliza, porque vai parar na imprensa, no período eleitoral, e inviabiliza a eleição de qualquer gestor. Não precisa. Basta: "Olha está respondendo ação de improbidade!"

Então, o gestor pode ser responsabilizado por descumprir? Olha, na verdade, o Ministério Público pede, é isso que o Constituinte deu para Ministério Público. Ele pede, ele postula, como qualquer advogado pede e postula. Cabe ao Poder Judiciário decidir.

E parece, que por essas manifestações nas redes sociais que alguns poucos membros do Ministério Público têm feito, o que eles têm trabalhado? Colocam a sociedade contra o Judiciário, já sai dizendo? "Ah!, esse juiz não vai condenar." "Esse aqui passa a mão na cabeça", não sei o que mais. "Eu é que sou o defensor do povo e estou dizendo que esse cara aqui praticou ato de improbidade." E aí começa a execração pública. Basicamente, é o que acontece.

Como a gente pode solucionar? Eu vejo duas situações aqui paralelas – na verdade, três. O CNMP editou, logo na sua primeira composição, alguns enunciados, entre eles, o Enunciado nº 6, que beneficia





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de todas as formas os membros do Ministério Público que se desviam do exercício das suas funções. É um enunciado que diz que não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público rever atos relacionados com a atividade-fim do Ministério Público. Engraçado que não existe um enunciado que diga que não compete aos membros do Ministério Público interferirem na atividade-fim do Poder Legislativo ou do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.

Então, a meu ver, essa é a primeira questão que deveria ser feita, e, caso o Senado da República me honre com a indicação, eu quero provocar uma discussão sobre esse enunciado. Por quê? É óbvio que o Conselho Nacional do Ministério Público, como órgão de controle da legalidade dos atos, e um órgão de apuração correccional, realmente, a independência funcional protege o exercício da atividade-fim. Mas a gente tem que tomar cuidado com essa falácia que foi diluída por meio desse enunciado. Que falácia é essa? Como eu posso apurar o desvio e o abuso, ou seja, a infração funcional, no exercício da atividade-fim, sem analisar a atividade-fim? Não há como!

Então, o Conselho tem, sim, competência para analisar os atos de atividade-fim. O que ele não pode é dizer: "Você não pode denunciar!" Agora, ele pode analisar e ver se a denúncia é abusiva. Eu acredito que o Constituinte derivado imprimiu isso no art. 130-A, quando criou o Conselho Nacional do Ministério Público.

Então, essa é a minha primeira posição a respeito do assunto. Esse enunciado precisa ser rediscutido. E rediscutido de maneira, não como eu disse na minha apresentação, a portas fechadas, como os julgamentos são feitos no CNMP, de manhã, antes da sessão de julgamento; tem que ser discutido aqui, no plenário do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

A segunda situação eu acredito que, como eu disse também ainda há pouco, não me lembro para qual dos ilustres Senadores, se o Ministério Público quer reivindicar para si um ativismo político no exercício da sua atividade, ele tem que se sujeitar ao controle político. Tem que se sujeitar ao controle político, ou seja, está na lei que prevê os crimes de responsabilidade que impedir o exercício de outro Poder é crime de responsabilidade; dá *impeachment*. Então, a gente precisa atualizar a legislação de crime de responsabilidade para incorporar magistrados e membros do Ministério Público, como acontece nos Estados Unidos. Não é nenhuma inovação, já aconteceu nos Estados Unidos de juízes serem afastados por meio de procedimento de *impeachment*.

O que eu estou defendendo aqui não é um Ministério Público mais fraco. Estou defendendo um Ministério Público mais forte, porque vários membros do Ministério Público ficam extremamente incomodados com esse tipo de situação, e não podem verbalizar isso. E tem que haver, é da própria teoria. Antes de Montesquieu e Locke, a ideia da separação dos Poderes é para evitar o abuso, e o Ministério Público, muito embora não seja um poder, exerce um poder do Estado. Então, ele tem que exercê-lo de forma independente, porém harmônica, e o que a gente está vendo é desarmonização das instituições. Então, essa seria minha segunda proposta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A terceira, a questão da Lei de Abuso de Autoridade, que, infelizmente, dois ou três membros do Ministério Público que ficaram famosos por causa de alguns casos específicos, e não em razão dos seus atributos pessoais e profissionais, vão às redes sociais e falam que a lei quer impedir a atuação, e outra falácia. É um jogo de falácia, é um jogo de ilusão da população. Por quê? Como uma lei que visa a reprimir o abuso da autoridade pode ser abusiva, pode inibir o exercício da autoridade? A lei não reprime o exercício da autoridade, busca reprimir o abuso da autoridade.

Então, esse tipo de desconstrução da credibilidade do Parlamento brasileiro e do Poder Judiciário brasileiro passou de todos os limites. E a gente precisa, então, creio... Assim como o Dr. Bandeira sugeriu na Lei de Responsabilidade, eu sugeriria trazer a questão das recomendações para a Lei de Abuso de Autoridade. Em que sentido? Qual o alcance? No sentido de que aquelas recomendações que se caracterizarem como invasão da atividade-fim dos Poderes caracterizem abuso de autoridade. Pronto. A gente coloca fim nisso.

Obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a e também os ilustres sabatinados.

Começo pelo Dr. Erick Vidigal. Tive a oportunidade... Temos muitos afazeres, mas tive a oportunidade de ver parte da intervenção de V. S^a e me surpreendi positivamente, porque nós não estamos muito acostumados a ver uma dissecação quase de órgão de controle como o Conselho Nacional do Ministério Público.

V. S^a até falou que estava se expondo. Espero que não seja punido, por ter sido transparente no Senado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça. E, se houver qualquer tentativa, acho que nós deveríamos ser comunicados.

Acho da maior importância, Presidente, Senador Lobão, estarmos aqui discutindo a indicação do Senado Federal para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. É muito importante. E só lamento que tenhamos dois nomes tão qualificados... Eu particularmente tenho uma clareza muito grande do caminho que devemos seguir.

Mas a Senadora Simone Tebet já até ofereceu aqui uma alternativa, que até considero, porque ficaram muito evidentes as qualidades, o preparo, a coragem do Dr. Erick Vidigal, jovem advogado. Não estou nem considerando se o pai está aqui. Eu também tenho muita honra da história do meu pai, mas é muito difícil, às vezes, construir com independência e com personalidade uma carreira, quando há alguém que a gente não só admira, mas que entende que cumpriu um determinado papel importante na vida da gente e na história do próprio País, como é o seu caso e, modéstia parte, o meu caso lá no Acre, com o meu falecido pai.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas nós estamos lidando aqui com a indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público. O Conselho Nacional do Ministério Público tem cinco nomes indicados pelo próprio Conselho, pelo próprio Ministério Público Federal. Há mais três nomes indicados pelo Ministério Público Estadual, há ainda dois nomes da OAB, um da Câmara dos Deputados e um do Senado Federal. Essa composição é feita assim. É a única oportunidade que o Senado Federal tem de indicar um nome dentro de um Conselho que... Quando criados, como foi bem dito aqui pelo Dr. Erick Vidigal, tanto o Conselho Nacional de Justiça como o Conselho Nacional do Ministério Público, não houve o acolhimento dos que compõem o Judiciário, dos que compõem o Ministério Público em situações adversas, porque nós falávamos de controle externo do Judiciário ou pelo menos de órgão auxiliar para que esse controle acontecesse.

Eu ouvi, outro dia, de um Ministro que está atualmente no Supremo Tribunal Federal, que o Conselho Nacional de Justiça, quando foi criado, Presidente Lobão, era para ter 60 funcionários, e ele me disse que tem mais de 1.200. Então, acho que se está precisando de um controle do controle do controlador. E certamente são os maiores salários do País.

E nesses tempos onde membros que compõem – e assim que é bom que aconteça – todo o aparato judiciário está tão ativo, fiscalizando todos e cobrando, e acho que isso é bom para o País, também seria importante que nós tivéssemos uma revisão dos papéis desses espaços tão importantes. Não sei, mas acho que no Conselho Nacional do Ministério Público é bem menor o número, deve ser em torno de 200, 300 funcionários, mas já são 300. Se no Conselho Nacional de Justiça eram só 60, nós temos 300 já ali, só no Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu fiz esse reparo da composição porque, no fundo, nós vamos ter que escolher lá no plenário. Aqui nós podemos votar nos dois, e assim estamos fazendo, pelo menos a maioria dos colegas, e lá no plenário vamos escolher.

Mas me peguei um pouco na questão da Senadora Simone Tebet, Senador Anastasia, querido Wilder Moraes, Senador Flexa, porque vejam só: nós estamos aqui também, por outro lado, com o Dr. Bandeira, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho. O Dr. Bandeira, como é conhecido, ou o Bandeira, é uma das figuras mais queridas desta Casa e talvez uma das boas referências de dedicação ao trabalho e de ascensão na carreira do ponto de vista meritório, por competência, capacidade, porque ele faz um trabalho que é reconhecido suprapartidariamente – e aqui todos nós sabemos que temos partidos, temos lado. E talvez ele simbolize, hoje, um prestígio ao conjunto de servidores do Senado, que são qualificados, que se dedicam, tanto homens como mulheres, tanto os mais antigos como os mais novos.

Bandeira entrou em 2004, por concurso, como Consultor Legislativo; em 2006, 2007, já virou Consultor-Geral Adjunto; de 2008 a 2011, foi Advogado-Geral do Senado; de 2011 a 2013, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência; em 2013, Chefe de Gabinete do Presidente do Senado; em 2014, Secretário-Geral da Mesa, acumulando ainda a Diretoria-Geral durante um período, de 2014 a 2015. Diretor-Geral e Secretário da Mesa, Chefe de Gabinete, um consultor voluntário do conjunto de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

servidores da Casa, porque eu, particularmente, quando tenho dúvida, vou lá na sala do Dr. Bandeira me aconselhar. É gratuito e dificilmente a gente erra quando se aconselha.

Então, é esse, Dr. Erick Vidigal, não o seu concorrente, mas o outro colega seu indicado, porque são ambos advogados, são ambos professores, são pessoas muito renomadas. Acho que nunca tivemos uma escolha tão qualificada, sem desmerecer os que passaram, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, também porque acredito que é esse tipo de visão crítica, externa, que o Conselho Nacional do Ministério Público está precisando para sair do que eu chamo de uma cegueira situacional.

Eu vou contar o caso, porque eu estou aqui com a honrosa presença do Dr. Camolez, que é Presidente da Associação dos Juízes do Acre. Ontem, o Ministro Gilmar Mendes – ele está viajando –, mas ontem o gabinete dele tornou público uma decisão, Presidente, sobre irregularidades no salário dos membros do Judiciário do Acre. Agora, veja, essa ação teve origem em 1996, antes de eu ser governador. Foi promovida pelo Deputado Hildebrando Pascoal. Foi votada uma lei na Assembleia, a lei publicada no *Diário Oficial* era diferente da votada e gerou uma ação do Deputado Hildebrando, que hoje está preso, quase 20 anos, pagando pena, numa ação de conflito direto dele com o Judiciário.

O problema – e eu queria um comentário – é que demorou 30 anos para haver a sentença. E o que está acontecendo hoje? Os juízes do Acre estão todos sob suspeição de terem embolsado ou terem ganhado indevidamente um dinheiro durante 30 anos, que agora a sentença diz que têm de devolver os últimos cinco. Só que não há mais nenhum sentido. Por quê? Quando eu assumi o governo, os juízes do Acre ganhavam muito mal, e eu implantei o piso. Eu assumi o governo, ganhei o governo em 1998, e, desse período para frente, o que estava valendo era o piso aprovado na Assembleia. Então, essa decisão judicial, que deve ter consumido muito tempo e deve ter ocupado a frente de processos muito importantes, demorou 30 anos para ter uma decisão, que trata de remuneração de membros do Judiciário, que, certamente, tem reflexo em membros do Ministério Público, pois há um efeito sempre cascata.

Então, eu estou aqui hoje para dizer que a repercussão no Acre é grande, mas eu tenho obrigação de esclarecer que os juízes do Acre não estão recebendo nada ilegalmente há décadas, porque, no meu próprio governo, nós resolvemos, e não teria mais nenhum sentido essa ação. Agora, e o Conselho Nacional de Justiça? Então, eu estou aqui fazendo justiça aos que compõem o Judiciário do Acre, seja aposentado, seja no efetivo, desembargadores ou juízes, e acho que esse esclarecimento tem que ser feito.

Mas o que eu trago é: o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público não poderiam pegar processos como esses, que estão nos corredores, que estão nas gavetas, que estão nos tribunais, que estão nos tribunais superiores, e dar um tratamento diferenciado e forçar, e pedir uma decisão sobre isso, tanto a favor do interesse público, ou em desfavor dos que compõem o Judiciário e o Ministério Público? Não há uma prioridade, não se faz um rastreamento de todos os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

processos, e começando a tratar os mais antigos rapidamente, para que os atuais possam ter alguma celeridade? Se a Justiça é morosa com ela mesmo, como é que ela vai ser ágil com o cidadão? Essa é uma questão.

Esses conselhos não podem... Se não estão fazendo, para que existem? Esse é um assunto clássico, porque diz respeito à ação, ao funcionamento e à existência do Conselho Nacional de Justiça. E certamente há um precedente no Conselho Nacional do Ministério Público. É clássico, caso clássico, Presidente. E 30 anos depois, agora estão lá os juízes tendo de fazer nota, dizendo que não vão devolver dinheiro, porque não estão recebendo indevidamente, e não estão mesmo, por conta de 30 anos.

Então, eu faço esse esclarecimento em homenagem ao Dr. Camolez e ao Judiciário do Acre. Pode ser que até haja algum problema a ser resolvido nos holerites, nos contracheques dos juízes, dos membros do Ministério Público, mas nesse caso não há. E aí talvez o Ministro Gilmar nem saiba, o Supremo nem saiba, mas foi o Supremo que tomou essa decisão. Então, quanto tempo e quanto dinheiro não foi gasto numa sentença que perdeu a eficácia, o sentido em 1998, em 1999?

Eu sinceramente acho que o Senado Federal – e faço mais um questionamento – não pode abrir mão de sua prerrogativa de ter uma indicação, mas é óbvio que o voto é secreto e os colegas vão tomar uma posição. Eu só queria que não fosse entendido... Temos dois brilhantes nomes, mas faço questão de ressaltar as qualidades. E esse pensamento seu é muito importante estar presente no Conselho Nacional do Ministério Público, sinceramente.

Eu sei que V. S^a trabalha com o Dr. Gustavo Rocha, que é Chefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, ou seja, é um auxiliar importantíssimo do Palácio e do Ministro Padilha. V. S^a trabalha com ele, e ele já é membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Agora, o Senado não tem nenhum representante lá, no Conselho Nacional do Ministério Público, e a única oportunidade que temos é esta. Nós temos dificuldade de representar nossos Estados. Essa denúncia de ter uma sessão transformada em reunião administrativa, em que se negociam as sentenças que vão para a reunião à tarde, como V. S^a trouxe, é muito séria. Será que não temos que mudar as normativas do Conselho Nacional do Ministério Público para que isso não aconteça?

Então, voltando, nós vivemos aqui, no Parlamento. Estamos hoje em um fogo cruzado. Estamos vivendo uma crise institucional, do meu ponto de vista, gravíssima, em que houve um *impeachment* sem comprovação de crime de responsabilidade e em que, agora, o Presidente deve sofrer uma segunda denúncia. E dizem os próprios aliados do Presidente que ele não resistirá à segunda denúncia que virá do Ministério Público. E isso, para mim, materializa uma crise institucional. Mas não estou aqui para fazer esse juízo.

Eu queria a opinião de V. S^{as}: essa exposição excessiva do Ministério Público, de membros do Judiciário; com sessões transmitidas ao vivo, entrevistas antes da sessão e depois da sessão,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

participação em programas de televisão, os senhores conhecem algum país desenvolvido em que isso acontece? É uma pergunta objetiva. O senhor conhece isso na Alemanha, na França, na Itália, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Japão, na China, na Índia? Em países importantes, influentes, é assim que funciona o Judiciário e o Ministério Público? Com assessorias de imprensa, que, vão atrás de alguém em uma entrevista coletiva ao vivo, transmitida nesses tempos de redes sociais, com as mais diferentes interpretações dadas? É assim que funciona o Ministério Público dos países na Europa, na Ásia? Inclusive com um vizinho nosso. É assim que funciona o Judiciário nos Estados Unidos? Todo dia, os presidentes ou os membros da Suprema Corte estão dando entrevista, com um na capa do jornal e outro na outra, comentando sobre as decisões de um e de outro? Eu gostaria de um comentário.

Nós estamos numa Casa, onde nós vivemos da opinião que damos, dos projetos que apresentamos, das atitudes que tomamos. Aqui é o Parlamento; aqui se *parla*. Vivemos disso, mas eu acho que nós temos agora um concorrente na outra praça; na mesma praça, do outro lado, o pessoal fala mais que a gente, tem mais espaço que o Parlamento. Isso é bom para o País? Como é que os senhores, que estão indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público, entendem que deveria ser o papel desses espaços tão importantes para a estabilidade institucional de um país? Se nós seguirmos nessa anarquia institucional em que estamos vivendo, não sei o que pode vir. Preocupa-me muito o silêncio ensurdecedor da opinião pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... hoje, no nosso país, porque é uma maneira de a opinião pública se manifestar: calando. Mas, e quando ela resolver ir para rua, quando ela resolver ir para o enfrentamento ou questionar tudo e todos? Isso vai ser péssimo, isso vai ser horrível. Então, ainda dá tempo de tomarmos alguma atitude.

Eu gostaria de um comentário, porque daí pode estar vindo o abuso de poder, daí pode estar vindo a usurpação das atribuições, pois quem é ser humano de carne e osso que resiste à vaidade, à exposição midiática, às cobranças de capa de revista, dos programas de televisão? Será que quem faz opção por uma carreira do Judiciário ou do Ministério Público não está fazendo uma opção também de ser discreto, de não ver o rosto do processo, de ser independente, mas também de não fazer juízo contra ninguém, de não apontar o dedo contra ninguém antes da sentença final do trânsito em julgado?

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Erick Vidigal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem V. Ex^ª.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu queria solicitar a V. Exª, ouvindo o Plenário, se poderíamos fazer em globo as perguntas dos Senadores que ainda vão questionar. Nós temos convocação da sessão do Congresso agora para às 13h. Essa é a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência acata plenamente a sugestão de V. Exª e repete o que V. Exª acabou de informar: a Presidência do Senado convocou sessão do Congresso Nacional para 13h. Então, temos que nos apressar já nesta fase final da sabatina.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia, que já estava inscrito em terceiro lugar, e, em seguida, aos demais inscritos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eminente Dr. Erick, eminente Dr. Bandeira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, uma escusa, Presidente, pois eu tive que me ausentar, porque fui convidado pelo Senador Lindbergh para tratar de um projeto que está sendo votado. Eu me ausentei por alguns minutos e troquei a ordem de inscrição, cedendo a vaga ao Senador Lasier.

Como é meu estilo, serei bem curto, nem vou fazer uma indagação.

Em primeiro lugar, eu faço um registro de que estou lendo o livro – até recomendo a todos – *Oswaldo Aranha Uma fotobiografia*, recém-lançado, escrito por seu neto Pedro Corrêa do Lago. Lá é repercutida a famosa frase de Oswaldo Aranha de que o Brasil é um deserto de homens e de ideias, frase que ficou famosa no século passado, que é triste, é verdade. Hoje, basta estar aqui para ver que Oswaldo Aranha estava equivocado. Os dois jovens que aqui apresentam seus conhecimentos, seu currículo, suas histórias de vida demonstram de modo cabal como nós temos um capital humano muito rico, muito rico em nosso Brasil, à disposição para que o País avance e avance muito. Faço esse registro para cumprimento de ambos pelo que já fizeram e aqui apresentaram, pelo preparo de ambos e por aquilo que ainda farão.

Tudo aqui já foi perguntado, não há mais o que perguntar, mas há um tema que preocupa muito o cidadão. Eu vou tirar o tema da estratosfera e fazer cair na questão mais singela, comezinha, cotidiana da labuta, das dificuldades das pessoas. O Ministério Público tem a participação na vida civil das pessoas, em questões de interdição, de testamento, de curatela, e o Ministério Público, como sabemos nós, em especial aqueles que advogam, o que não é o meu caso, mas eu acompanho, acaba tendo dificuldade de acompanhar isso tudo. Muitas vezes, o processo vai para lá, e não opinam ou, quando opinam, falam que não têm nada a opinar.

Eu faria um apelo aos membros do Conselho Nacional do Ministério Público que irão para essa função, os senhores e seus colegas, para, de fato, dedicarem um pouco do tempo para tornar mais simples a vida do cidadão. Como? Escoimando, por sugestão do Conselho, da nossa legislação, claro, por





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sugestão ao Parlamento e ao próprio Ministério Público, essas competências que eles não querem fazer, porque, no Brasil, como nós vivemos hoje uma república das corporações, ninguém quer abrir mão de um centésimo do milésimo do milionésimo de poder, ainda que seja algo que atrapalhe a vida do cidadão pela omissão, pela inércia, pela inação; não por má vontade, por falta de estrutura.

Então, esse é um registro que eu faço, Sr. Presidente – não uma pergunta -, para que haja cogitação dos nossos eminentes ilustres sabatinados, um dos quais irá agora e, como lembrou bem a nossa Senadora Simone, possivelmente aquele que remanesce terá outra oportunidade para frente, porque, de fato, são extremamente bem preparados.

Não é uma pergunta, é só um registro, para atender também ao Senador Wilder, que me pediu rapidez. Eu fui o mais meteórico possível.

Parabéns a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço as palavras do Senador Antonio Anastasia.

Devo informar que S. Ex^ª, embora inscrito em terceiro lugar, somente agora está falando, porque abdicou da sua posição da inscrição. O Senador Antonio Anastasia é um dos mais presentes nesta Comissão em todas as reuniões.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

Senador Edison Lobão, Srs. Senadores, Sr^ª Senadora, indicados à vaga do Senado Federal ao Conselho Nacional do Ministério Público, Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho e Dr. Erick Bill Vidigal, já foi dito, o Senador Edison Lobão até fez uma referência elogiosa à proposta da Senadora Simone Tebet, e eu diria até que a proposta dela foi salomônica, porque dividiu bem: nós temos hoje uma tarefa que, como vários que me antecederam aqui disseram, é uma das mais tranquilas, porque os dois indicados, pelos seus currículos, pelas suas atividades, por si sós já demonstram merecer a indicação para representar o Senado no CNMP. O Dr. Erick, como colocou aqui, tendo já uma passagem pela área jurídica da Casa Civil; e o Dr. Bandeira, conhecido de todos nós aqui pela sua atividade sempre presente no Senado Federal.

Eu fiquei muito preocupado, Senador Edison Lobão, com a questão da integridade física do Bandeira ontem à noite. Em determinado momento, eu achei que ele não viria para a sabatina de hoje, porque o negócio ficou meio esquisito lá. Mas, graças a Deus, entre mortos e feridos, todos se salvaram.

Eu também não teria nem o que questionar, mas vou fazer aqui dois questionamentos bastante rápidos, para que a gente possa ouvir os dois sobre os questionamentos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Qual a avaliação de V. S^{as} acerca da atuação do CNMP? Aqui também já foi falado que é muito questionada a atuação do CNMP. Essa instituição e seus membros se ocupam de demandas corporativas? Em caso positivo, que medidas poderiam ser adotadas para reduzir os riscos de conversão desse Conselho em órgão de repercussão dos interesses de membros do Ministério Público?

Uma outra questão: o Ministro da Justiça, Dr. Torquato Jardim, afirmou recentemente que o Ministério Público atua como um – aspas – "quarto poder da República" – fecho aspas. Segundo o Ministro, essa instituição – aspas – "ainda não definiu seu perfil, porque se tem no Ministério Público uma autonomia funcional sem hierarquia de qualquer natureza" – fecho aspas. Qual a opinião de V. S^{as} sobre o tema? O Ministério Público tem cometido excessos? Seria desejável a alteração do desenho institucional do Ministério Público?

E, terceira e última: a Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015, em tramitação nesta Casa, busca vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos, inclusive no Ministério Público. Se o objetivo é deixar clara a proibição de aumentos automáticos da remuneração de servidores públicos, principalmente diante dos seus impactos sobre as finanças dos demais entes federados, qual a avaliação de V. S^{as} sobre a atual sistemática de remuneração dos membros do Ministério Público da União e dos Estados?

Eram essas as questões que eu colocaria à apreciação dos nossos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Dr. Erick Bill Vidigal, que aqui veio proferir, digamos, uma palestra nesta audiência pública que, certamente, revelou o seu conhecimento a respeito das matérias que são objeto de perguntas que também revelam seu preparo para o exercício dessa função.

Igualmente o Dr. Bandeira, pessoa que nós conhecemos aqui no Senado – não é só conhecedor dos diversos mecanismos da atividade parlamentar; é conhecedor profundo do nosso Regimento –, também, ao proferir as suas palavras, nós chegamos à conclusão – não com surpresas –, à confirmação de que o Dr. Bandeira está devidamente preparado a ocupar este cargo a que está sendo indicado pelo Senado Federal. E lá no CNMP tenho certeza de que, eleito, vai conduzir esse trabalho com muito brilhantismo, com muita competência, assim como realiza no Senado Federal.

Eu farei apenas duas perguntas até pelo adiantado da hora e em virtude de não querer repetir outras tantas que já foram feitas.

Primeira: sabemos que, nos Estados Unidos, o Ministério Público tem uma configuração totalmente diferente da nossa. Lá o Ministro da Justiça é o Procurador-Geral, e os Procuradores são





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

frequentemente eleitos – não é? – e não passam pelo crivo do voto popular. Já no Brasil os Procuradores não são eleitos, mas eles passam pelo crivo do concurso público, têm uma carreira definida e executam as suas tarefas, de um modo geral, com muita objetividade. Agora já o Judiciário, no que diz respeito aos Tribunais Superiores, os seus membros têm a vitaliciedade, ou seja, eles são escolhidos pelo Presidente da República, seus nomes são aprovados pelo Senado Federal e passam lá até os 75 anos. Se ele tiver, por exemplo, 40 anos de idade e foi indicado, ele exercerá essa função tão importante por longos 35 anos. Em razão disso eu pergunto: na Câmara dos Deputados e aqui também no Senado – já houve esse debate –, o que os senhores acham de se determinar um tempo, de se fixar um tempo, digamos, de dez, doze anos para o exercício dessa nobilitante função de Ministro, um tempo determinado pelo Poder Legislativo?

E a última pergunta: o Conselho Nacional do Ministério Público aprovou por unanimidade a criação do Fórum Nacional de Recursos Hídricos, destinado a discutir o papel do Ministério Público brasileiro e o planejamento de ações nacionais referentes à grave situação verificada em todo o País, inclusive no Nordeste – agora mesmo nós temos o Rio São Francisco correndo lá no Estado de Sergipe com uma vazão de pouco mais de 500 metros cúbicos por segundo. Então, a Agência Nacional de Águas e a Chesf determinam qual é a vazão. Como o Ministério Público criou este fórum, eu gostaria de saber da opinião dos senhores sobre o que o Ministério poderia fazer para minorar a situação daquelas pessoas que são diretamente atingidas, como os pescadores, como os produtores de peixes, os pescadores. E há também a questão do turismo, em que são muito utilizadas embarcações, e a locomoção fica totalmente prejudicada com a baixa vazão do rio. Pergunto: o que o Ministério Público poderia fazer, agindo não no sentido de coibir totalmente, porque é praticamente impossível, devido à crise hídrica? Logicamente, se nós tivéssemos feito há longos e longos anos atrás a revitalização do Rio São Francisco, não estaríamos passando por essa situação vexatória, a ponto de em uma manhã não podermos fornecer água para o Eixo Norte e Leste da transposição do Rio São Francisco.

Essas são as perguntas.

Parabéns aos dois indicados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado Presidente.

Gostaria de cumprimentar o nosso amigo Dr. Luiz Fernando Bandeira e também o Erick Vidigal. Eu sou o último e estudei tanto o Bandeira para fazer grandes perguntas para ele, mas os colegas já o fizeram.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na verdade, aqui, no Parlamento, um dos itens importantes, Bandeira e Erick – eu, como empresário –, uma coisa aqui sempre nos leva, quando fazemos uma lei, é qual impacto econômico que isso gera. E a gente nota que o Ministério Público não se importa com isso, tanto que, ontem, a Bancada do meu Estado de Goiás teve uma reunião com vários Prefeitos, e um sindicato move com o Ministério Público uma ação junto ao Correios, impondo que o Correios tem que colocar guarda em todas as suas agências no Estado de Goiás, nos bancos postais, que prestam serviço na maioria das minhas cidades do Estado de Goiás e no Brasil inteiro. E o Correios, simplesmente, é uma empresa mista, e há um impacto econômico. Isso gera um prejuízo às suas agências locais, porque, na verdade, o banco postal é um dos serviços. Isso, Presidente, deve fechar no meu Estado de Goiás, de 246 Municípios, em cento e tantas cidades. E são cidades que não têm agência, que não têm nada. Simplesmente, têm o Correios para servir à população. Não têm nenhum agente bancário.

Então, a gente nota a ingerência total não só nisso. Imaginam os Promotores obrigando os Prefeitos a comprarem medicamentos que a Prefeitura não tem condição de comprar.

Então, a gente tem que ter, no Conselho, um pouquinho também das diretrizes para participação do Ministério Público, porque isso afeta diretamente a população. Imagine esse caso do Correios, que tem 50 dias. Ainda não fechou, porque eles tinham que comunicar ao Banco do Brasil e tinham um contrato de 50 dias. E assim em n outras coisas, como os promotores multando os postos de gasolina, através da ANP, que disse que tinha mais 6% de biodiesel, e o problema era das refinarias. Multaram quantos que pagaram os impostos? Eu sempre digo nesta militância que sou empresário e fico vendo a injustiça das diretrizes, porque isso acontece e sem condição de se defender.

Então, eu quero parabenizar os dois, com um carinho especial ao Luiz Bandeira, que é amigo nosso aqui do Senado, e dizer, Erick, do seu talento e da sua capacidade. E que a gente possa, sim, ter esse debate.

Eram essas minhas ponderações. Desejo sucesso aos dois e um abraço forte ao meu amigo Luiz Bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Chegamos ao final das indagações.

Eu vou passar a palavra, primeiro, ao Dr. Bandeira para suas considerações. Apenas pedindo aos dois ilustres sabatinados, que já tiveram a oportunidade ampla de revelar seus conhecimentos e seus méritos para as funções às quais estão sendo indicados, que sejam, na medida do possível, sucintos.

Com a palavra o Dr. Bandeira.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Até porque, Presidente, daqui vou secretariar a sessão do Congresso, mas tentarei ser sucinto sem desmerecer, evidentemente, a colocação de todos os Senadores que me honraram com suas perguntas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Início pelo Senador Jorge Viana, de quem já muito aprendi como Vice-Presidente do Senado, porque tive o prazer de secretariá-lo por diversas vezes, que traz uma preocupação muito relevante: o tempo da justiça, o tempo que se leva para decidir questões relevantes, como foi o caso dos juízes do Acre.

Evidentemente, hoje, quando chega a decisão, ela torna-se inócua ou, dependendo do caso, injusta, como dizia Rui Barbosa, que a justiça tardia é a suprema injustiça.

De certa forma, nós tivemos agora, pelo CNJ, um abandono, uma revisão da meta, Senador Jorge, que, fixada lá atrás, pretendia julgar até 80% dos crimes dolosos contra a vida, essencialmente homicídios, cujas ações tivessem sido propostas até 2012. Essa talvez tenha sido uma das principais ousadias do CNJ ao fixar uma meta desse tipo, ou seja, pretendia, em 2017, haver julgado 80% dos processos dolosos, contra a vida, que, em 2012, tenham sido propostos. Esse estoque era de 64.500 processos. E vimos que não conseguimos atingir 30% desse número.

É sem dúvida um grande problema. Não digo que o problema seja essencialmente dos juízes ou dos promotores, mas do sistema de processo civil e penal, no qual o meu colega Erick é do doutor e conhece muito bem a multiplicidade de recursos e a possibilidade de extensão, eternização quase, de um processo judicial.

Mas acredito que há muito a ser feito. Acho que, sim, o CNMP, ao trazer, ao criar o "inqueritômetro" – esse o nome que eles deram –, que é na verdade um acompanhamento dos inquéritos em curso no País, um controle relativo ao prazo e ao número desses inquéritos que vão sendo instaurados contra diversas pessoas, ele promove uma maior celeridade na medida em que o promotor está consciente de que vai ser controlado caso estourem esses prazos.

Claro que o julgamento definitivo de uma denúncia depende também do Judiciário, depende inclusive dos advogados das partes, mas os Conselhos, tanto o CNJ quanto o CNMP, têm sim um papel a desempenhar nessa maior celeridade judicial. E acho que ela deve ser particularmente controlada quando os interesses em jogo são interesses das corporações envolvidas no julgamento.

V. Exª traz ainda, Senador Jorge, uma preocupação a respeito da mediação dessa atividade do Ministério Público – tivemos a oportunidade de fazer alguns comentários sobre isso. Mas, sobretudo, preocupa-me esse quase hábito que tem surgido, nos casos de combate à corrupção, de coletivas de imprensa e de comentários em redes sociais a respeito da atuação do Ministério Público. Parece-me que os autos estão ficando em segundo lugar, logo após o Jornal Nacional.

Acho que nesse caso, sim, cabe uma atuação, um controle, uma reflexão séria, do CNMP e do CNJ a esse respeito para não se faça debate jurídico no quebra-queixo, aquele famoso ato de colocar os microfones na saída do corredor e pedir um pronunciamento das autoridades competentes, até porque isso chega a levar a conflitos entre Poderes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu posso aqui citar um caso que nos concerne. Recentemente, um Ministro do Supremo havia dito na imprensa, porque foi questionado, na lata, por um repórter, sobre o que ele pensava a respeito do descumprimento, pelo Senado, de uma decisão dele. Ele disse: "Não, isso é um absurdo, tem que se tomar providências." Na sequência, o Presidente do Senado reportou-se a ele: "Olha, as providências foram adotadas na medida do que a Constituição permite." E ele, formalmente, inclusive em despacho judicial, reconheceu que o Senado havia tomado essas medidas. Mas, naquele momento lá atrás, gerou de uma manchete de jornal um suposto descumprimento da decisão judicial pelo Senado. Observem que esse atrito entre Poderes, o Senador Jorge Viana bem apontou, foi provocado por essa cobrança da mídia de manifestações fora dos autos e, muitas vezes, sem as condições de conhecer o caso em sua completude. Daí a nossa preocupação em que isso, talvez, possa ser melhor regulado.

O Senador Anastasia, ilustre Vice-Presidente desta Comissão, com quem tive a honra de trabalhar ladeando-o em algumas oportunidades – talvez a mais notória tenha sido ao longo de 2016 –, traz a preocupação a respeito da atuação do Ministério Público na vida cível do cidadão: divórcio com filhos, ações de curatela, etc. Como simplificar isso?

Sem dúvida, acho que o CNMP tem um papel aí. Primeiro, ele poderia fixar prazos para essa atuação, particularmente quando o Ministério Público não tiver nada a opor. Ou seja, ele exigiria uma análise perfunctória, *en passant*, do processo. Não havendo nenhum problema, caberia ao promotor, num prazo de cinco, dez, quinze dias, qual seja, registrar nos autos uma nota, às vezes de próprio punho, o senhor deve ter visto várias vezes: "Nada tenho a opor ao presente processo, não tenho nada a opinar." E nesse caso seguiria a vida dos cidadãos.

Quando ele percebesse alguma possibilidade de atuação concreta, de intervenção, ele manifestaria aos juízes: "Ex^{mo} Sr. Juiz, vejo nos autos uma necessidade de maior depuração e requeiro uma extensão do prazo para 60 dias", ou o que seja, pode-se regular isso. E acho que seria bastante razoável. Exigiria basicamente uma análise preliminar. Chegou o processo: olha, isso aqui é simples, é tranquilo? Então, devolve de imediato. Não sendo, pede prazo de 60 dias ou o que seja para, aí, sim, poder exercer o papel que é de *custos legis*, o papel de fiscal da lei, na preservação do interesse sobretudo dos menores, enfim, das pessoas hipossuficientes.

O Senador Flexa Ribeiro nos traz a preocupação a respeito do corporativismo interno do CNMP. Chegamos a debater isso como fruto da própria composição do Conselho. V. Ex^a me pergunta como não permitir que esse órgão vire uma caixa de ressonância dos interesses do próprio Ministério Público. Eu lhe digo, Senador, que há diversos casos em que o próprio Conselho, por sua maioria, atua nesse sentido, mas, às vezes, também fora do Conselho nós temos uma atuação de poda ou de limitação disso.

Eu vou lhe dar um exemplo bem concreto. O Conselho Nacional do Ministério Público aprovou, seis anos atrás, a apresentação de um projeto de lei complementar que alterava a Lei Orgânica do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministério Público, a fim de aumentar o prazo prescricional das infrações disciplinares. E qual era o problema? Na verdade, no âmbito federal, sobretudo, esse prazo prescricional é muito apertado.

Houve um caso clássico, de uma Governadora do Rio Grande do Sul que foi alvo de uma violenta ação – midiática, inclusive – do Ministério Público, que gerou – a Senadora Ana Amélia talvez conheça o caso – inclusive CPI, que inviabilizou, talvez, o governo dela. Ao final da apuração da ação, da CPI, concluiu-se que não havia ali ilegalidade. O CNMP apreciou o caso, decidiu condenar os procuradores responsáveis pelo caso e propor a sua demissão, no entanto, a pena estava prescrita, e ficou tudo por isso mesmo. Então, o CNMP conseguiu aprovar internamente, através do apoio de uma parte de seus componentes, um projeto de lei que ampliasse esse prazo prescricional, mas nem o atual Procurador-Geral da República nem seu antecessor o encaminharam ao Congresso Nacional. Como é dele a iniciativa, ficamos por isso mesmo.

Observe que não só o CNMP, mas também, às vezes, outras instâncias atuam na preservação de um certo interesse corporativo. Acho que, na medida em que ganharmos transparência, na medida em que esses membros externos consigam trazer ao Congresso Nacional, à OAB ou ao Judiciário esses problemas existentes na corporação, isso pode ser resolvido.

Mas também é importante deixar claro que esses são casos pontuais. Grande parcela do Ministério Público é de promotores e procuradores excepcionalmente competentes, dedicadíssimos. Conheço vários deles, vejo a disposição que eles têm, inclusive de ajudar a construir soluções. Isso, inclusive, responde sua próxima pergunta.

V. Ex^a, citando o Ministro Torquato Jardim, diz que seria um quarto poder por não ter hierarquia de qualquer natureza. Veja só que coisa curiosa. Eu tenho um amigo, secretário de Estado – posso dizer amigo pessoal, secretário de Estado –, que discutiu com o Ministério Público determinada política pública, como implementá-la, e dessa discussão participaram promotores ligados a essa área de atuação. Construiu-se uma normativa, uma forma de agir nessa política pública, e, no dia que foi publicada no *Diário Oficial*, um outro promotor entra com ação contra essa política pública, alegando ilegalidade, inconstitucionalidade. Mas ora, foi construída com o próprio Ministério Público. Por que isso? Como não há uma hierarquia lá dentro, como na verdade cada membro tem a sua autonomia funcional plena – e isso não é de todo ruim não, isso é importante – ao não haver nenhum tipo de uniformização, digamos assim, de entendimento, você fica exposto como agente político, como gestor público. Ora, afinal, eu posso ou não posso fazer essa política? Eu chamo o Ministério Público aqui, converso com ele e, depois, outro membro do Ministério Público entra com ação contra mim? Eu vou ficar amarrado. E é isso que acaba gerando uma certa inércia do Poder Público.

Nós vimos diversos casos; inclusive essa obra, Senador Valadares, a que vou chegar daqui a pouco, de transposição do São Francisco, foi um desses casos em que o Ministério Público ora atuava pró-transposição, ora atuava contra, e nós tínhamos um verdadeiro bater de cabeças a esse respeito.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ora era necessária a revitalização do rio, ora podia-se correr com a obra, que havia interesse de outras comunidades de receber alguma água do rio, se é que ainda existiria quando chegasse lá.

Mas é o caso de alterar o desenho do Ministério Público, Senador Flexa? Acho que talvez ainda não. Acho que cabe um esforço, porque suprimir a independência do membro do Ministério Público pode ser um perigo para o exercício da cidadania maior do que um eventual conflito entre eles. No limite, o conflito vai para o Judiciário, e vai ser julgado isso, com recurso, etc. Limitar o membro do Ministério Público talvez seja pior. Mas o que se pode fazer é criar instrumentos de uniformização de entendimentos internos – e o CNMP pode ajudar nisso – para que o próprio Ministério Público, naquele âmbito de atuação Estadual ou Federal, discuta a melhor forma de resolver um determinado problema ou forma de se conduzir uma política pública e, talvez, a partir daquele momento em que se firmou o entendimento, fixar um modo de agir. Eu acho que talvez, nessa linha, iríamos com mais respeito até ao que está definido na Constituição.

V. Ex^a lembra a PEC nº 62, que nós tentamos votar no dia 13 de dezembro, no último dia da Sessão Legislativa anterior, na de 2016. Por falta de quórum – foi a última votação naquele dia. Foram várias matérias e, como foi a última votação naquele dia –, acabou não se conseguindo votar essa PEC. Ela quebrava aquela série de amarrações que nós temos na Constituição, da fixação dos subsídios no Judiciário, no Ministério Público, no Tribunal de Contas, etc.

Qual a minha opinião sobre remuneração? Acho que essa escadinha existente cria uma pressão enorme sobre o caixa dos Estados. A União, que tem uma capacidade financeira mais confortável que os Estados, fixa o subsídio do Ministro do Supremo. Uma parcela desses subsídios – acho que 95% – será subsídio do Ministro do STJ. É sempre 5% menor a escadinha. Então, 90,25% será a do Desembargador Federal, e assim por diante, o que acaba repercutindo. A decisão da União repercute no caixa dos Estados, porque vão ter que também remunerar os seus Desembargadores e os seus juízes, conforme o novo padrão fixado pela União.

Eu tenho sérias reservas quanto a isso. Acho que é uma intervenção no nosso Federalismo. O nosso Federalismo é bem deficiente, aliás. O Senador Jorge Viana e o Senador Anastasia foram Governadores e devem ter sofrido essas agruras. Parece-me que a PEC nº 62 é um bom tema a ser discutido, em que, talvez, ainda caiba alguma emenda. Mas me parece que é um bom ponto de partida de discussão para esse problema.

O Senador Valadares, finalmente, nos lembra que, nos Estados Unidos, o Ministério Público é eleito. O próprio promotor eleito naquele *county*, no condado, vai formar a sua equipe livremente. Existe um orçamento, e ele vai contratar os advogados. Ele vai formar a sua estrutura, na maioria dos Estados. Em alguns Estados, é diferente, mas, na maioria dos Estados, ele é eleito, monta a sua equipe e tem uma pauta a cumprir. Ele diz: "Vou perseguir tal tipo de problema na sociedade." Ele é cobrado depois, se não conseguir. Inclusive, se ele perde ações, com frequência... No caso do O. J. Simpson, por





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

exemplo, a promotora que comprou aquela causa, ao perder o processo, a carreira dela afundou, naufragou.

Bom, V. Ex^a me pergunta se, diante desse contexto, não seria o caso de fixar um mandato para Ministros do Supremo, como acabou de ser proposto na Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados. Ela, finalmente, acabou retirando isso do texto que está em votação hoje, porque acharam que era muita polêmica já, numa PEC só. Então, fatiaram essa PEC, e essa discussão vem depois.

Acho que mandato a ministro do Supremo é essencial para o País – permita-me entrar nesse assunto, já que V. Ex^a me provocou. Acho muito importante para o País. Talvez não dez anos; dez anos talvez seja curto. Talvez pudesse ser um pouco mais, quinze, vinte, não sei. Mas me parece que periodicamente devem ser renovados os ocupantes de uma cadeira de tanto prestígio, até mesmo para permitir uma oxigenação do Tribunal.

Acho que uma reflexão mais difícil é uma eventual recondução, porque na hora em que o ministro tem mandato, mas ele pode ser reconduzido, aí, sim, no final do mandato talvez possamos ter algum tipo de dilema íntimo do ministro sobre em que sentido ele deve atuar. É complicado. Na PEC apresentada pela Comissão não fala em recondução, mas também não veda. Seguramente, se for aprovada do jeito que está, vai gerar uma polêmica nos seus primeiros anos de implantação. Então, sim, acho que é uma boa ideia, mas talvez o prazo e talvez essa coisa da reeleição devam ser discutidos com mais profundidade.

Finalmente, V. Ex^a traz o problema dos recursos hídricos em Sergipe, a decisão da Agência Nacional de Águas que limita a vazão do rio, inclusive proíbe, salvo engano, a captação de água em um determinado dia da semana. Eu tenho até minhas dúvidas se isso é efetivo, porque eu tive informações já, até publicadas na grande imprensa, que os consumidores dessa água captam mais água nos outros dias da semana a fim de passarem um dia, enchem o reservatório, a fim de passarem um dia sem captar água. Claro que há muitos interesses envolvidos: a população ribeirinha; os pescadores que pescam no leito do rio; o da agricultura, a grande agricultura e também o pequeno agricultor naquela região; e o turismo.

O papel do Ministério Público é essencialmente esse, como guardião da lei, de fiscalizar a aplicação da legislação no caso concreto e mediar, muitas vezes, por não ter interesse objetivo. Por não ser agricultor, nem ter uma empresa de turismo na região, nem ser necessariamente um grande consumidor desses recursos hídricos, caberia, talvez, a ele mediar, como é papel da ANA também, da Agência Nacional de Águas. Mas talvez o Ministério Público, por sua independência funcional, pudesse ser um importante ator nesse processo.

E o CNMP poderia, por exemplo, criar um grupo de trabalho para acompanhar essa questão, como criou em outras ocasiões, como o CNJ fez o mutirão dos presos de prisões provisórias em gestão anterior, assim como também fizeram mutirão de gestão das Metas 1, 2 e 3 do CNJ.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – E, para concluir, Presidente, o Senador Wilder traz a preocupação com a avaliação do impacto econômico e essa judicialização excessiva de políticas públicas. Sem dúvida, chegamos, em resposta à Senadora Simone Tebet, a tocar um pouco nesse assunto, essa judicialização de políticas públicas frequentemente levada a cabo pelo Ministério Público sem preocupação ou uma avaliação do impacto econômico dessa política pública estar sendo discutida no Judiciário, que ela pode, sim, ser prejudicial, porque gera uma insegurança jurídica, e o empresário muitas vezes pode abster-se de investir, abster-se de aderir a um programa público por ele estar ainda sujeito a discussão judicial. Isso é, sem dúvida, uma preocupação que deve passar a ser objeto de reflexão do CNMP.

Inclusive abordei na minha exposição inicial esse controle do resultado das ações, uma preocupação preliminar. Antes de propor uma ação judicial, de fato, há ali ilegalidade, se de fato ali há um problema e se aquela ação trará mais bem do que mal para a nossa população. Acho que o CNMP pode, sim, cobrar esse tipo de postura.

Não sei se consegui rapidamente responder a todos, Presidente, mas estou à disposição se qualquer Senador quiser esclarecimentos adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Bandeira.

Dr. Erick Vidigal.

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Obrigado, Presidente.

Senador Jorge Viana, muito bom o primeiro, aliás, todos os questionamentos de V. Ex^a, porque eles tocam em dois pontos que são extremamente delicados no âmbito do Ministério Público e da magistratura.

Essa questão da duração de 30 anos do processo sempre foi uma realidade no nosso Poder Judiciário. Agora o que acontece é o seguinte: o Congresso Nacional, em dezembro de 2015, deu um passo significativo no sentido de concretizar o direito fundamental à duração razoável do processo, que é um direito fundamental que sempre existiu, mas que veio a ser expresso no texto da Constituição a partir da Emenda Constitucional 45. Mas é óbvio que todo jurisdicionado tem direito a acesso à Justiça e a uma Justiça célere.

O que aconteceu? O novo Código de Processo Civil foi aprovado por V. Ex^{as}. E o art. 12 do Código de Processo Civil trazia a seguinte redação – perdoem-me a memória que a essa altura do campeonato falha um pouco –: "Art. 12. Os juízes e tribunais observarão a ordem cronológica de conclusão [dos processos] [...]". Já aí vai exatamente no ponto que o senhor levantou: "observarão a ordem cronológica de conclusão dos processos".





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que acontece? O art.12, na verdade, traz uma série de parágrafos regulando as exceções que são necessárias: o Estatuto do Idoso traz a preferência de julgamento para processo que envolve idosos; você tinha situações de interesse público, etc. e tal; situações objetivas que permitiriam ao juiz inverter essa ordem. E um último dispositivo, um último inciso, permitiria ao juiz inverter essa ordem em qualquer situação desde que presente o interesse público e a decisão fundamentada.

O que aconteceu? No período de *vacatio legis* do Código de Processo Civil, houve um pedido do Supremo Tribunal Federal no sentido de aprovar uma lei para restabelecer o juízo de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial, que foi alterado com o código novo, porque eles estavam prevendo que haveria um caos na tramitação desses recursos. Então, o Congresso encaminhou um projeto de lei, no período de *vacatio legis* do CPC, para resolver esse problema que era real para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.

O que acontece, Senador Jorge Viana? Há sempre os pleitos corporativistas. Os juízes se organizaram, aproveitaram a carona desse projeto de lei e pediram delicadamente para acrescentar um aposto no art. 12: "Os juízes e tribunais observarão, preferencialmente, a ordem cronológica de conclusão dos processos". Isso acabou com o dispositivo. E o argumento deles é que situações específicas justificavam a inversão da ordem, mas os parágrafos já justificavam a inversão da ordem. Então, esse infelizmente foi um aposto que passou despercebido e acabou anulando, tornando uma regra sem efeito. Claro, alguns juízes, por uma questão de comprometimento com o jurisdicionado, vão aplicar o art. 12, que determina que os juízes mensalmente vão elaborar a lista de ordem cronológica – olha a transparência para a sociedade –, a lista dos processos que foram conclusos ao seu gabinete para sentença, vão publicar no *site* do tribunal e na vara, no juízo, para que a sociedade: "Ah, o meu processo é o quinto a ser sentenciado. Nesse mês que vem, no máximo em dois, meu processo é sentenciado." O que acontece agora? Voltamos para a regra do eu julgo quando eu quero.

Aí, V. Exª levantou uma questão de que esse processo... Aliás, eu julgo quando eu quero ou quando alguém me pedir.

Esse processo que V. Exª colocou trata de remuneração de membros do Judiciário 30 anos atrás e, aí, eu acho que eu extraí da colocação de V. Exª até uma nota de crítica à questão de que um processo que versa sobre remunerações etc., ou seja, julgamento em causa própria tem uma tendência a durar mais. E não precisamos ir muito atrás no tempo, 30 anos. O auxílio-moradia.

Outro dia vi uma pesquisa: quase 70% da população brasileira não recebe um salário acima de R\$4 mil, e temos 17 mil magistrados, 13 mil membros do Ministério Público recebendo R\$4 mil de auxílio-moradia, que é uma verba que não tem uma compatibilização constitucional mais, não tem. A própria Loman, ignorada na decisão liminar que estabeleceu esse auxílio-moradia para os magistrados e que vigora há três anos, determina que o auxílio-moradia é um direito do magistrado quando ele estiver numa comarca onde a moradia for de excessiva onerosidade e quando não dispuser de moradia para o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

magistrado – a Loman. E há de se indagar se esse dispositivo é compatível com o Texto Constitucional de 1988, porque a Loman é da década de 50. Pior foi o Ministério Público, porque o Judiciário é uma liminar do Supremo Tribunal Federal. Liminar do Supremo cumprimos. O Ministério Público estabeleceu por resolução, ato administrativo, uma usurpação da competência do Poder Legislativo.

Então, na verdade, há essa questão do CPC, e talvez uma forma – não para trás, nem para nós, para os nossos filhos – seja retirar esse preferencialmente e reforçar a ideia da ordem cronológica. Acho que isso já resolveria. Mas temos, no âmbito dos conselhos, tanto o Conselho Nacional de Justiça quanto o Conselho Nacional do Ministério Público, em seus regimentos, um tipo procedimental chamado Riep (Representação por Inércia ou Excesso de Prazo).

No âmbito do CNJ, ela até funciona melhor. Por quê? Porque ela corre primeiro na Corregedoria. Então, se algum magistrado está inerte na apreciação de algum processo ou com excesso de prazo, o Corregedor Nacional é provocado nesse Riep. Se ele entender que há um excesso injustificado de prazo ou inércia, ele instaura um processo administrativo disciplinar – uma sindicância, primeiro; depois, um processo administrativo disciplinar.

No âmbito do Ministério Público, começou assim no CNMP, mas rapidamente, por pressão da categoria, vamos colocar dessa forma, eles retiraram essa competência da Corregedoria Nacional e colocaram no Plenário; aí, os relatores relatam a Riep, votam a Riep. Se caracterizado excesso de prazo, encaminha para a Corregedoria; aí, se há uma infração disciplinar, já prescreveu. Não funciona, o sistema foi feito para não funcionar. Mas temos essa possibilidade no CNJ, Senador.

Com relação à exposição excessiva, eu arrisco a dizer a V. Ex^a, até para quem, ainda criança, viu, na família – eu tenho vários magistrados na família –, o exercício da uma jurisdição serena, contida, reservada, que o divisor de águas para isso que está acontecendo e que comprometeu tanto o Judiciário como o Ministério Público foi a TV Justiça, TV Justiça. Você coloca uma câmera dentro do plenário do Supremo e temos, aí, magistrados que, antes da sessão, vão até os jornalistas, chegam meia hora mais cedo, antes da sessão, e ficam ali esperando ser inquiridos.

V. Ex^a perguntou sobre outros países do mundo. Eu nunca ouvi falar de manifestação em *off* de ministro da suprema corte em nenhum país do mundo. Toda semana sai no jornal: "Ministro do Supremo, em *off*, declarou isso, aquilo, aquilo outro". É o desejo, V. Ex^a colocou a vaidade, de aparecer, etc. Então, eu acredito que deveria ser revista essa postura do Poder Judiciário e do Ministério Público.

A Suprema Corte americana, se se perguntar na sociedade, se duvidar nem todos os advogados sabem sequer os nomes dos *justices* da Suprema Corte americana. Aqui, se chegar a um boteco, vai ter gente falando o nome de ministro da Suprema Corte. Eu não sei se isso é um reforço à democracia, porque me parece que não é para isso que existe a Suprema Corte.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Anastasia, eu agradeço a gentileza das palavras. V. Ex^a é sempre muito cortês, muito elegante.

Senador Flexa, demandas corporativas. Um exemplo rápido. O Ministério Público andou pagando por décadas duas gratificações que, em determinado momento, eram legais e, a partir de um determinado julgamento do Supremo, foi definido que, dali para trás era lícito, dali para frente acabou. Ainda havia uma questão discutindo cálculo de atualização monetária e incidência de juros. O que acontece? Ingressaram no Conselho Nacional do Ministério Público com um questionamento sobre esses pagamentos no âmbito de todo o Ministério Público Nacional. A matéria foi para a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro antes de ir para o plenário. Foram instaurados, todos os Estados tiveram o procedimento instaurado para apreciar o pagamento dessas verbas indevidas. Essa decisão aqui de uma página e um parágrafo foi proferida em todos praticamente. Eu destaco o seguinte, só esse parágrafo: "Constatamos pelo PIC (Procedimento Interno de Comissão) que não há aparente ilegalidade no período e nos valores pagos, bem como por se tratar de verba anterior ao advento das Resoluções 9 e 10 deste Conselho Nacional do Ministério Público, que não incide o teto constitucional". Só que tem um problema, as Resoluções 9 e 10 do CNMP são de 2006, e o teto vale desde 2003. O que essa decisão está dizendo? A Constituição não importa, já que a resolução que criou o teto é só de 2006 para frente. O que a Constituição diz de 2003 até 2006 não interessa. Arquive-se, não vai a plenário, arquive-se. Pauta corporativa. Poderia dar outras, mas o meu tempo está encerrando.

Solução. Eu acho que é o seguinte, defendi ainda há pouco. Uma PEC rápida, simples, enxuta, inserindo no 130 um parágrafo: lei ordinária versará sobre a atuação e funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público. E depois corrigir. Por quê? Porque a Emenda 45 é de 2005. Se nós precisamos, em 2005 – a Constituição é de 1988, a legislação que regulamenta o Ministério Público é de 1993 –, se em 2005 nós entendemos que estava na hora de controlar de 1993 para 2005, imaginem de 2005 para 2017. Então, a gente precisa rever.

Fico confortável, meu ilustre colega e, espero, daqui para frente amigo Bandeira, por nós dois sermos e podermos divergir academicamente: eu penso que a gente precisa debater, sim, a alteração do desenho institucional. Por quê? Porque eu entendo que a independência funcional não vai ser tocada, porque, apesar da falácia que alguns membros do Ministério Público pregam por aí, a gente não pode confundir independência com soberania.

Independência funcional é liberdade de entendimento, é liberdade de interpretação da regra jurídica. O Procurador-Geral da República não pode obrigar alguém a denunciar, a instaurar um inquérito. Isso é independência funcional. Um Ministro do Supremo não pode obrigar um Ministro do STJ a decidir de alguma forma. É só isso a independência funcional. Não é nada além disso. Qualquer coisa além disso é uma tentativa de estabelecer uma soberania funcional. Isso não existe em república, não existe em democracia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Age, sim, como um quarto poder, não respeitando a ideia da harmonia entre os Poderes, que deve ser um dos primeiros elementos a ser buscados para que a sociedade se mantenha pacificada, que é o que se busca com a formação de todo Estado, desde o surgimento do Estado moderno.

Quanto à questão do subsídio, vou pular, porque comungo da posição do Dr. Bandeira. Essa questão de pacto federativo realmente é um problema. E no âmbito do Ministério Público, nem se fala.

(Soa a campanha.)

O SR. ERICK BILL VIDIGAL – Nem se fala porque – vou concluir, Presidente – na própria questão do auxílio moradia, estabelecido por uma resolução do CNMP, havia Estados que tinham na sua lei orgânica a previsão do auxílio moradia pagando R\$1.500, R\$2 mil. Aí vem a União, no seu CNMP, e cria uma resolução mandando pagar 4 mil, ignorando a possibilidade de previsão orçamentária do Estado. Então é uma questão que merece ser revista.

Sobre a questão do mandato, como disse anteriormente, eu entendo, a partir dos estudos a que sempre me dediquei, de Ciência Política, de Relações Internacionais e do Direito, que vitaliciedade é instituto da monarquia, não da democracia, não da república. A Suprema Corte americana elege os seus juízes para um mandato de 12 anos sem recondução. Funciona desde a década de 50 e funciona muito bem. E vou além. Sou favorável ao mandato para Ministro do Supremo, para Ministro do STJ, Ministros de todos os tribunais superiores e do Tribunal de Contas tanto dos Estados quanto da União. Como eu já disse, não há argumento de violação à independência funcional, porque na Justiça Eleitoral, que é a única do mundo com o nosso modelo, os juízes têm mandato e a Justiça funciona.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço aos dois ilustres sabatinados a exposição que fizeram, demonstrando amplamente os seus conhecimentos e o seu merecimento.

Pergunto aos Srs. Senadores se todos já exerceram o direito do voto. *(Pausa.)*

Vamos proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Bandeira, 24 votos favoráveis, unanimidade.

Dr. Erick Vidigal, SIM, 20 votos e apenas 3, NÃO. Total: 1 voto em branco; 24 votos, ou seja, 20 votos SIM.

Estão ambos aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça no que diz respeito à sua qualificação.

As duas indicações irão ao Plenário do Senado Federal.

Está encerrada a presente reunião.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Paim, Regina Sousa, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, José Serra, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Roberto Rocha, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos, Vicentinho Alves. Registram presença os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei de Execução Penal." Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Favorável ao Projeto, contrário às Emendas de Plenário nºs 1 e 3, e às Emendas nºs 7 e 17, e pelo acolhimento das demais Emendas, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Em 13/09/2017, foi apresentada a Emenda nº 24, de autoria do Senador Eduardo Amorim (dependendo de relatório). ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Eduardo Amorim, nos termos regimentais. ITEM 3 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012- Não Terminativo - que: "Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioria Penal". Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal". Autoria: Benedito Domingos. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável à PEC nº 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2010 - Terminativo - que: "Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas."





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CE-CCJ e 2-CE-CCJ. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever que as despesas com monitoramento eletrônico serão arcadas pelo condenado." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº1-T. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2-CCJ, 3-CCJ e 4-CCJ, e rejeitada a Emenda nº 1-T. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para assegurar contraditório relativo no inquérito policial, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado pela Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos, e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1-CE e 2-CE. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CE-CCJ e 2-CE-CCJ. ITEM 9 – EMENDA(S) DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017 que: "Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública." Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Favorável às Emendas de Plenário nºs 1 e 2 oferecidas à PEC nº 2, de 2017. Resultado: Vista concedida ao Senador Armando Monteiro, nos termos regimentais. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista concedida à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Eduardo Amorim, nos termos regimentais. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, de 2015 - Terminativo - que: "Acréscce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil". Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas. Resultado: Vista concedida à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Eduardo Amorim, nos termos regimentais. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2016 - Não Terminativo - que: "Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca". Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal." Autoria: Deputado Marcos Rogério. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-CDH. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

judiciárias." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)". Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida à Senadora Simone Tebet e ao Senador Wilder Moraes, nos termos regimentais. ITEM 42 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 102, de 2015 - Não Terminativo - que: "Institui o parlamentarismo e dá outras providências." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 43 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências." Autoria: Deputado Romero Rodrigues. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 44 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2017 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Resultado: Vista concedida aos Senadores Magno Malta, Antonio Anastasia e Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. Em 13/09/2017, foi apresentado Adendo ao Relatório, pelo Senador Lasier Martins, com voto contrário às Emendas nºs 1 e 2. ITEM EXTRAPAUTA 45 -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

OFICIO "S" Nº 56, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Juiz MÁRCIO SCHIEFLER FONTES, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 46 - OFICIO "S" Nº 59, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 47 - OFICIO "S" Nº 57, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Wilder Moraes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 48 - OFICIO "S" Nº 49, de 2017 - Não Terminativo - que: "Indica, nos termos do art. 103-B, VIII, da Constituição Federal, o nome do Desembargador Valtécio Ronaldo de Oliveira para integrar o Conselho Nacional de Justiça." Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 49 - OFICIO "S" Nº 63, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor JOÃO MARCOS AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Wilder Moraes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 50 - OFICIO "S" Nº 61, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor EMMANUEL CAMPELO DE SOUZA PAREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Benedito de Lira e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião Extraordinária e da Ata da 36ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 44.

Temos, na nossa pauta, projetos com posição terminativa e projetos não terminativos.

Enquanto não alcançamos ainda o quórum para os terminativos, cuidaremos de outras questões que também se encontram sob a responsabilidade desta Comissão.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 45

OFÍCIO "S" Nº 56, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Juiz MÁRCIO SCHIEFLER FONTES, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado, esta Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo em apreciação de escolha de autoridades desta Comissão será feito em duas etapas.

Na primeira, a Relatora apresentará o relatório da Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra à Sr^a Senadora Marta Suplicy para proferir o seu relatório.

A SR^a MARTA SUP LICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Edison Lobão.

Da Comissão, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 56, de 2017, da Presidente do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Juiz Márcio Schiefler Fontes, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Submete-se ao exame desta Comissão a indicação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do Juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada aos juízes estaduais, nos termos do inciso V do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros do CNJ, a quem cabe o controle externo do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

O Dr. Márcio Schiefler Fontes encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Sua Excelência graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 2003, concluindo, em 2005, o Curso de Especialização em Direito Processual Civil pela mesma instituição. Também concluiu os cursos de Especialização em Direito Tributário, em 2007, pela Fundação Getúlio Vargas; em Direito Constitucional e em Gestão do Poder Judiciário, em 2008, pela Universidade do Sul de Santa Catarina; em Direito Previdenciário e em Direito Notarial e Registral, em 2012 e 2013, respectivamente, pela Universidade Anhanguera; em Direito Ambiental, em 2013, pela Universidade Federal do Paraná; e em Direito Militar, em 2014, pela Universidade Gama Filho.

Além disso, concluiu, em 2008, o Mestrado em Estudos da Tradução, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

O indicado atua na magistratura do Estado de Santa Catarina desde 2005, tendo, anteriormente, exercido os cargos de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça daquele Estado, Assessor de Desembargador r na mesma Corte e Terceiro-Secretário da Carreira Diplomática.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ademais, foi professor de Direito Constitucional e Direito Processual na Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina e de Direito Processual Penal na Universidade do Vale do Itajaí.

Como Juiz, além de ter atuado como Juiz Eleitoral nas Comarcas de Turvo e Canoinhas, coordenou o Projeto de Implantação da Gravação Audiovisual de Audiências, e foi auxiliar no Gabinete do saudoso Ministro Teori Zavascki.

Atualmente, é Juiz colaborador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e membro da Comissão Executiva do Fórum Nacional Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa do Conselho Nacional de Justiça e representa o colegiado como conselheiro suplente no Conselho Nacional de Direitos Humanos, onde é membro da Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas em Situação de Privação de Liberdade.

O ilustre magistrado é autor de diversos artigos em periódicos especializados.

S. Ex^a apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007. O indicado anexou, também, certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É esse o relatório, Sr. Presidente Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discuti-la, está encerrada essa fase.

Esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 46

OFÍCIO "S" Nº 59, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Alvaro Dias

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao Relator Senador Anastasia, para a leitura do seu relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem. Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Senador Anastasia, só um minuto.

Quero pedir a V. Ex^a que inclua na pauta, como primeiro item.

Quero pedir aos assessores aqui que, se pudessem, me deixassem falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É o projeto que está na mesa, o nº 740, de autoria do Senador Humberto Costa, que trata da questão do "encoxamento", termo que ele deu, um termo nordestino, que conhecemos bem, que é outro tipo penal criado para esse tipo de vagabundo que está ejaculando em rosto de mulheres dentro de ônibus. E mais: ele fez isso muito antes, não foi só agora.

O meu relatório está pronto já há um mês, criando um tipo penal para esses indivíduos que ficam dentro de ônibus, dentro de trem, dentro de metrô, encoxando mulheres, e fica por isso mesmo. O juiz diz que não há nem constrangimento em o indivíduo colocar o órgão genital para fora, ejacular no rosto de uma mulher, e depois ser colocado na rua.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que colocasse em pauta e que votássemos como primeiro item dada a importância do momento e o fato de ser um crime tão nefasto cometido. A sociedade brasileira está revoltada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Anastasia

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não vou concordar com inversão de pauta a não ser que não haja quórum para o terminativo, porque estamos invertendo a pauta toda hora aqui, na Comissão, e o resultado é que a ordem que V. Exª coloca não é cumprida. Então, evidentemente, atingido o quórum terminativo, V. Exª terá o tirocínio para fazer as inversões solicitadas. Do contrário, eu solicito seja seguida a ordem, inclusive pelos não terminativos de Relatores presentes, senão, teremos, de fato, uma certa anarquia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLYC (PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de concordar com o Senador Anastasia e de dizer que também tenho um projeto sobre molestamento, um projeto bastante amplo que, creio, vai responder também à questão que hoje nós temos aí estampada nos jornais nacionais.

Gostaria que, quando fosse posto em pauta o projeto do Senador Malta, o nosso também fosse incluído.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço silêncio à Comissão, por favor.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Senador Anastasia, o item 2 (PLS nº 86, de 2017), de autoria do Senador José Serra, que tem como Relator o nobre Senador Anastasia, coincide, muito embora a nossa proposta seja uma PEC, com o item 27, que trata do mesmo assunto: voto distrital misto. Trata-se de Uma proposta de 2011, enquanto a do Senador José Serra é de 2017.

Eu gostaria que as duas andassem... Não vou dizer assim que uma subtraísse a outra, de forma alguma. Eu votarei na proposta de José Serra e do Senador Anastasia, mas sob uma condição: a de que as duas propostas caminhem paralelamente, porque há dúvidas – eu mesmo as tenho – sobre a constitucionalidade de se tratar da votação da mudança de um sistema eleitoral proporcional para um sistema distrital misto sem alterar a Constituição.

De todo modo, eu acho que, com as duas andando concomitantemente, paralelamente, aqui na Comissão e no Plenário do Senado, assim como, futuramente, na Câmara dos Deputados, os Parlamentares terão condições de votar em duas propostas que caminham no mesmo sentido, que é a introdução, no Brasil, do voto distrital misto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Inclusive, Sr. Presidente, a proposta do Senador José Serra regulamenta esse assunto. Então, se nós colocarmos na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição e aprovarmos a proposta José Serra será como uma regulamentação da Constituição, tal como nós aprovar aqui.

Então, eu gostaria que V. Exª colocasse também em votação, depois do item 2, em seguida, a proposta de emenda à Constituição sobre o mesmo assunto, até para que a gente não atrase. Eu acho que a magnitude da Constituição supera qualquer lei.

É isso que pondero a V. Exª e ao Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu entendo que a ponderação de V. Exª é razoável; portanto, recomendarei à Secretaria que assim proceda.

Respondo também à questão de ordem do Senado Magno Malta, que foi, de algum modo, contraditada pelo Senador Anastasia e pela Senadora Marta Suplicy, informando ao Plenário desta Comissão que o projeto a que se refere o Senador Magno Malta não está na pauta de votações. O que S. Exª solicita é a inclusão dele na pauta. Pede ainda S. Exª que, em sendo possível, isto ocorra hoje e em primeiro lugar.

Contra isso se manifesta uma parte da Comissão.

Devo dizer que nós estamos realmente tomando parte considerável do tempo desta Comissão com a inversão de pauta, que não é vetada pelo Regimento, mas que tem de ser decidida pelo Plenário. Portanto...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas qual é o pedido, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Portanto, eu concordarei que o assunto seja incluído na pauta da próxima reunião, e aí nós o examinaremos.

Senador Magno Malta, V. Exª será atendido apenas com uma semana de atraso quanto à sua reivindicação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Está bem, Sr. Presidente, mas lamento a contrariedade do Senador Anastasia. Alguém me ensinou um dia que existem momentos em que a graça é maior do que a lei. Ele está evocando a lei, e eu estou evocando a graça.

Deixe-me dizer ao senhor... Deixe-me concluir meu raciocínio.

Um assunto como este... Um tarado ejacula no rosto de uma mulher. E ainda há a contrariedade de uma mulher aqui! O juiz bota o bandido na rua dizendo que não há tipo penal, que não houve constrangimento. Urge responder a sociedade brasileira. Esta história de #fezcomumafezcomtodas, no mínimo, é conversa fiada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado.

Eminente Senador Magno Malta, basta V. Ex^a ficar aqui na reunião o tempo todo, como, aliás, é meu hábito, que o senhor poderá votar nesta reunião. Do que eu discordei foi da inversão da pauta, não da votação do projeto. Se o Senador ficar aqui o tempo todo, vai votar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O Presidente disse que é para a semana que vem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aí é decisão...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Na semana que vem, haverá outros tarados em ônibus. Vamos esperar.

A SR^a MARTA SUPLCY (PMDB - SP) – Mas, entrando nessa discussão, Senador, os tarados vão estar nos ônibus hoje, amanhã, depois de amanhã. Nós temos realmente de encaminhar uma lei nesse sentido, porque, desde 2009, não temos mais uma diferenciação entre estupro e molestamento. Então, V. Ex^a tem razão no sentido de que essa lei precisa caminhar. Agora, não vejo diferença se vai caminhar hoje, no final, ou amanhã ou na semana que vem. Isso vai fazer muita diferença nesse sentido, porque ela ainda vai para a Câmara, ela ainda volta aqui, e nós vamos ter de nos aprofundar nisso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, quero só informar a V. Ex^a...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Você tem todo o direito...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta, a Presidência faz um apelo a V. Ex^a pela prudência, pela calma.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Mas eu a tenho. Aí o cara vira para o amigo e vai conversar com ele. Defenda!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas, no assunto, V. Ex^a foi atendido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Defenda, que eu defendo a minha!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós atendemos V. Ex^a.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, vamos deixar que a reunião flua, prossiga!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, quero só informar a V. Ex^a que a PEC a que me referi, sobre o voto distrital, é a PEC 61, cujo Relator é o Senador do PMDB Valdir Raupp. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já está certificado.

Prosseguimos.

O Senador Antonio Anastasia está com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, há desistência de se fazer a leitura em razão da desistência do candidato. Então, peço a retirada do ofício que foi apregoadado por V. Ex^a neste instante, o Ofício "S" nº 59.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O tema será retirado, portanto, do exame desta Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Magno Malta, a Presidência faz um apelo a V. Ex^a, pela sua cordialidade conhecida, para que deixe que prossigam os trabalhos da Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É que a Senadora Simone está achando que eu não posso bater boca com o doutor porque sou analfabeto.

(Soa a campainha.)

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Não me inclua nessa discussão, Senador Magno Malta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ofício "S" nº 57, de 2017.

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Autor: Supremo Tribunal Federal.

Relator: Senador Wilder Moraes.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A V. Ex^a concedo a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Indicação, para o CNJ, de Maria Iracema Martins do Vale.

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Ofício "S" nº 57, de 2017 (Ofício n.232/207-GP, na origem), que indica a Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale para integrar o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do inciso IV do art. 103-B da Constituição Federal.

A Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), com base no inciso IV do art. 103-B da Constituição Federal, encaminha ao Senado Federal, mediante o Ofício "S" nº 57, de 2017 (Ofício n.232/207-GP, na origem), o currículo da Sra. Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no biênio 2017-2019.

Nos termos do caput do art. 103-B da Constituição Federal, compõe-se o Conselho Nacional de Justiça de quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Dispõe o § 2º desse mesmo artigo que a autoridade indicada será nomeada pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pela maioria absoluta do Senado Federal.

Assim, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito da indicada, cujo *curriculum vitae* passamos a resumir.

Natural de Fortaleza, Ceará, nasceu em 17 de abril de 1952, filha de Francisco Ferreira do Vale e Iracema Martins do Vale.

É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará (1974) e em Administração Pública pela Universidade Estadual do Ceará (1980), Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará (1980) e em Processo Civil pela Escola Superior do Ministério Público (2002).

É Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nomeada em 28 de outubro de 2005, membro do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, eleita em 2011, e integrante da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará desde fevereiro de 2017.

Recebeu inúmeros prêmios e distinções, dentre os quais destacamos: Comenda Promotor de Justiça Guido Furtado Pinto, concedida pela Associação Cearense do Ministério Público (2016), Medalha Conhecimento, Cidadania, Cultura e Confiança, concedida pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (2016), Medalha de Honra ao Mérito Municipal Governador Raul Barbosa, conferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, entre outras.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras e os Senhores Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

A indicação proposta pelo Ofício "S" nº 57 ficará em audiência até a próxima semana.

ITEM 48

OFÍCIO "S" Nº 49, de 2017

- Não terminativo -

Indica, nos termos do art. 103-B, VIII, da Constituição Federal, o nome do Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão, e eu recebo com muita honra a correspondente relatoria, a indicação do Dr. Valtércio Ronaldo de Oliveira para compor o Conselho Nacional de Justiça, em mandato referente ao biênio 2017/2019, de acordo com o que dispõe disposto no art. 103-b, *caput* e inciso VIII, da Constituição Federal.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dar curso à sabatina do indicado e avaliar o cumprimento dos requisitos de qualificação necessários para o exercício do cargo, de acordo com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, deste Colegiado. Uma vez encerrada esta tarefa, a indicação deve ser encaminhada ao Plenário do Senado Federal para a deliberação final.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senado Federal recebeu, em conformidade com as disposições regimentais, uma série de documentos para subsidiar a avaliação a respeito da indicação em tela. Dentre esses documentos, o *curriculum vitae* do indicado, que aponta ter ele auferido o título de bacharel em Direito em 1981, pela Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, atual Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). O indicado cursou, ainda, entre 1999 e 2000, pós-graduação *lato sensu* em Direito Processual Civil na mesma instituição.

O indicado exerce a magistratura desde 1987, ano em que foi nomeado Juiz do Trabalho Substituto, em virtude de aprovação em concurso público. Atuou em várias localidades no interior do Estado da Bahia e foi promovido a Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª Região, por merecimento, em 2001. Exerceu, nesse Tribunal, os cargos de Corregedor no biênio 2011/2013 e de Presidente, no biênio 2013/2015.

Ao longo de sua carreira, o indicado exerceu funções de docência na área jurídica em diversas instituições de ensino superior no Estado da Bahia, voltando-se especialmente para disciplinas de Direito Civil e Direito do Trabalho, tanto em suas vertentes materiais quanto processuais.

Publicou artigos sobre temas processuais em periódicos especializados da área jurídica, além de ter participado como conferencista, painelistas ou organizador em diversos congressos de estudos jurídicos.

Com respeito à atuação em entidades de classe, destaca-se sua participação na Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região (Anamatra V), como Vice-Presidente no biênio 1997/1999 e Diretor Cultural em 2005.

O indicado apresentou ainda declaração em que assevera não existirem, em qualquer grau de jurisdição, ações em que figure como autor ou réu, tampouco procedimento de natureza administrativa-disciplinar.

Sr. Presidente, além de todas essas referências que o processo traz, eu quero testemunhar o carinho que o Estado da Bahia, o mundo jurídico no nosso Estado tem pelo Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, o que faz com que eu possa aqui, em nome da Bancada da Bahia, dizer que ele representará de forma muito digna o nosso Estado, como um representante indicado a compor o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arquivamento do candidato e votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 49****OFÍCIO "S" Nº 63, de 2017****- Não terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor JOÃO MARCOS AMARAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Ronaldo Caiado**Relatoria:** Senador Wilder Moraes**Relatório:** Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Wilder Moraes para a leitura do seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Temos a indicação para o CNMP do Sr. João Marcos Amaral.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 63, de 2017, do Senador Ronaldo Caiado, que indica o Sr. João Marcos Amaral para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal.

O Sr. Senador Ronaldo Caiado, Líder do Democratas, com base no inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal e do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, submete a esta Casa, mediante o Ofício “S” nº 63, de 2017, o currículo do Sr. João Marcos Amaral para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2017-2018.

Nos termos do *caput* do art. 130-A da Constituição Federal, compõe-se o Conselho Nacional do Ministério Público de quatorze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Assim, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito do indicado, cujo currículo passamos a resumir.

Natural de Goiânia, Goiás, o indicado nasceu em 17 de abril de 1984, filho de Solon Batista Amaral e Heloisa Helena Teixeira Amaral.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2007), Doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo e em Ciências Jurídicas pela Universidad de Granada, na Espanha, tendo frequentado cursos de extensão em Direito Eleitoral (2004), Teoria Geral do Direito Público (2005) e Direito Tributário (2010) no Instituto Brasiliense de Direito Público.

É professor nos cursos de pós-graduação em Direito Constitucional e Eleitoral do Instituto Brasiliense de Direito Público e advogado no escritório Thompson Flores e Madeira Nazário Advogados Associados.

Dentre suas publicações, destacam-se o artigo "Vinculação da União à norma geral: uma análise à luz da doutrina de Hans Kelsen" (2007) e o capítulo "A conformação temporal da inelegibilidade superveniente a que alude o art. 262 do Código Eleitoral no livro Direito Eleitoral: aspectos materiais e processuais" (2016).

Por fim, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras e os Senhores Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Presidente, esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão, esta Presidência concede vista coletiva, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É que eu cometi um equívoco em relação à desistência. Na realidade, não foi isso. Então, eu queria pedir a V. Exª oportunidade para fazer a leitura do relatório – V. Exª havia me indicado anteriormente – relativo ao Ofício nº 59.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado.

É submetida ao exame desta Comissão a indicação do Senhor Glaydson Santo Soprani Massaria, ocupante do cargo de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, para mandato de dois anos, por





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

indicação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, *caput*, combinado com o inciso VI, da Constituição Federal.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos legais e regimentais, proceder à sabatina dos indicados. A seguir, a indicação será submetida ao Plenário do Senado.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, o Senhor Glaydson Santo Soprani Massaria encaminhou o seu *curriculum vitae*, que será exposto a seguir.

O indicado nasceu em Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, em 19 de março de 1978 – tem trinta e nove anos. Graduado em Direito e com três especializações, é hoje Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e trabalhou na iniciativa privada, foi Auditor do Estado do Espírito Santo, tendo exercido as funções de Auditor-Geral e Auditor-Geral Adjunto daquela unidade da Federação, e foi também juiz de Direito do Estado da Bahia.

O Procurador ingressou no Parquet de Contas em 2008 por meio de concurso público e foi Procurador-Geral do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Multicondecorado com medalhas e comendas, o indicado possui significativa produção científica em sua área de atuação, publicada por respeitadas veículas.

Atendendo às determinações do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado declarou que não é cônjuge nem parente consanguíneo ou afim de membro ou servidor do Ministério Público Militar.

Glaydson Santo Soprani Massaria também declarou que não é cônjuge nem parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Senado Federal. Registrou, ainda, que não responde nem foi condenado em processo administrativo disciplinar e tampouco é investigado ou foi condenado na esfera criminal.

O indicado igualmente declara que não tem parentes que exerçam a atividade pública ou privada relacionada à sua atividade profissional. Além disso, presta declaração no sentido de que não participa, bem como não é sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidades não governamentais.

Glaydson Santo Soprani Massaria afirma estar em dia com seus compromissos fiscais, o que corrobora com certidões oriundas da União, do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte, onde reside, anexadas aos autos. Quanto à atuação em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras nos últimos cinco anos, o indicado declarou que nunca atuou. De igual forma, afirma não haver atuado em cargos de juízos ou tribunais nesse mesmo período.

Foi igualmente apresentada argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em vista de todo o exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Glaydson Santo Soprani Massaria para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Desculpem-me Srs. Senadores, estou apenas tentando verificar se o silêncio da Presidência não está atrapalhando o estrépito do plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 50

OFÍCIO "S" Nº 61, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Benedito de Lira e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para a leitura do relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame do Senado Federal a indicação, pelos Srs, Líderes do Partido Progressista, do Partido Socialista Brasileiro, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido da República, do Democratas, do Governo, do Partido Comunista do Brasil, do Podemos, do Partido Popular Socialista, do Partido da Social Democracia Brasileira, do Partido Social Democrata, do Partido Trabalhista Cristão e da Rede e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sustentabilidade, do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público na vaga destinada ao Senado Federal.

Na forma que dispõe a nossa Lei Maior, os membros daquele colegiado, a quem cabe o controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal para o mandato de dois anos, admitida a recondução.

Estabelece o art. 6 da Resolução nº 7, de 2005, que a indicação do candidato à vaga do Conselho Nacional do Ministério Público cuja escolha é desta Casa será feita por lideranças de partidos políticos com assento no Senado Federal, não podendo contemplar membros do Congresso Nacional, do poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou ainda cônjuges, companheiros ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive de membros desses Poderes.

Ainda na forma do dispositivo, as indicações são submetidas a esta Comissão e ao Plenário, dando-se por aprovadas, neste último caso, se houver maioria absoluta de votos.

Emmanoel Campelo de Souza Pereira, nascido em 28 de janeiro de 1981, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, é bacharel em Direito pela universidade federal daquele Estado, onde se formou em 2003. Ainda no campo da formação acadêmica, o indicado é mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília, tendo defendido a sua dissertação, denominada *Criminalidade Organizada Transnacional: os limites ente os delitos de lavagem de dinheiro e receptação*, no ano de 2008. Desde 2015, cursa o doutorado em Direito na PUC de São Paulo.

Exerce a advocacia, desde 2005, no escritório Erick Pereira Advogados; foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça por dois mandatos, de 2012 a 2016, representando a Câmara dos Deputados, onde trabalhou, de 2009 a 2011, como assessor da Liderança do Partido da Mobilização Nacional.

No Conselho Nacional de Justiça, integrou as comissões permanentes de tecnologia e informação, de infraestrutura e de eficiência operacional, entre outras.

Como docente, o indicado é professor de graduação e pós-graduação no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) desde 2014, já tendo também lecionado nos cursos de graduação do Instituto de Educação Superior de Brasília entre 2009 e 2016 e na mesma instituição, na pós-graduação, entre 2011 e 2016.

S. S^a é autor de diversos artigos em sua área de especialidade e conta com grande número de participações em bancas e na orientação de trabalhos de conclusão de graduação, além de significativa participação em eventos científicos.

Cabe ainda ressaltar que o Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira foi agraciado com diversas honrarias e comendas, em razão de sua atividade profissional, que estão listadas a seguir.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou as declarações lá previstas.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que o Srs. Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, a Presidência concede vista coletiva, na forma regimental.

Srs. Senadores, há uma reivindicação no sentido de apressarmos a votação dos indicados pelo fato de que os dois Conselhos estão com a sua composição desfalcada. Pensou-se, até por sugestão de autoridades da Mesa Diretora do Senado, em realizar uma sessão extraordinária amanhã, um dia depois, para a sabatina e votação desses ofícios "S". Sucede que sobre essa matéria já havia ocorrido uma decisão, no Plenário do Senado, com recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que decidiu, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, que teríamos de cumprir o art. 383, que estabelece: "A Comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado não inferior a cinco dias úteis, ouvi-lo em arguição pública sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado".

Penso que a decisão da Comissão, àquela ocasião presidida pelo Senador Antonio Anastasia, foi correta. Portanto, estamos submetidos ao guante da lei e vamos cumpri-la.

Nesta hipótese e nestas condições, não posso antecipar para amanhã, como também era o meu desejo, a sabatina e a votação dos indicados. Todavia, isso ficará para a quarta-feira da próxima semana.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2017

- Terminativo -

Altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta.

Observações: - *votação nominal.*

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O autor é o Senador José Serra, e o Relator, o Senador Antonio Anastasia. A votação será nominal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço vista do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Feita a leitura...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu o farei após a leitura do relatório. Assim como V. Exª já anunciou que a votação será nominal, eu também antecipo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço o complemento.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Uma vez que o projeto do Senador Serra, que vai ser relatado pelo Senador Anastasia, não vai ser votado hoje, porque já houve um pedido antecipado de vista, sabendo pelo que vi aqui, conversando com o douto Relator, que se trata de um relatório longo, eu gostaria de perguntar a V. Exª, seguindo a ordem da pauta, sem nenhum prejuízo, se poderíamos votar, aproveitando o quórum, os projetos terminativos, na ordem da pauta. Em seguida, no momento apropriado, o Senador Anastasia leria o relatório, porque não vai haver votação. Estou acompanhando aqui que há vários projetos terminativos cujos relatórios, inclusive, já foram lidos. Então, nós conseguiríamos aprovar, no mínimo, sete ou oito projetos. É o pedido que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto o Senador Antonio Anastasia se está de acordo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Tudo bem, Sr. Presidente. A minha posição aqui, nesta Comissão, sempre foi no sentido de facilitar o trabalho de V. Exª e a tramitação rápida dos projetos, é claro respeitada a discussão. Então, acredito que os projetos terminativos que já tiveram seus relatórios lidos estão em condição de serem votados. Se aproveitarmos o quórum, é claro que vamos otimizar. Tendo em vista que a Senadora Vanessa já antecipou que vai solicitar vista, eu queria só garantir, nesta reunião, mais tarde, a leitura do relatório, para que a discussão se dê após o pedido de vista da Senadora Vanessa. Então, não tenho nada a opor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está acolhida a proposta da Senadora Simone Tebet. *(Pausa.)*

Vamos ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 310, de 2016, terminativo, que altera a Lei...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Magno Malta, por favor, seja indulgente com esta Presidência.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2016****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever que as despesas com monitoramento eletrônico serão arcadas pelo condenado.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: - em 16/08/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se poderemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet, pela ordem.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Enquanto os colegas votam, eu gostaria apenas de parabenizar o Senador Paulo Bauer por este projeto, por essa iniciativa que promove alteração na Lei de Execução Penal estabelecendo que a partir de agora, se a Comissão aprovar e também a Câmara, todos os presos que forem dotados de tornozeleiras eletrônicas, ou seja, monitoramento eletrônico, a partir de agora terão que pagar o custo.

Nós sabemos quão cara custa a segurança pública, o sistema penitenciário, no Brasil. Há levantamentos do Conselho Nacional de Justiça de que nós temos algo em torno de 560 mil presos. Destes, 40% são provisórios, ou seja, aqueles que ainda não têm sentença, que aguardam ainda, no sistema penal fechado, a deliberação da Justiça.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nada mais justo que esses presos que não são de alta periculosidade...

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ...estejam aguardando a sentença dentro dos seus domicílios. Só não o fazem porque infelizmente os Estados, pela má situação financeira, por não ter condições de arcar com esse custo, mantêm esses presos detidos no sistema penitenciário.

Com esse projeto, que parece singelo, teremos duplo alcance, o econômico e o social, estabelecendo que o preso vai pagar R\$350, R\$400 por mês para ter esse monitoramento eletrônico, garantindo uma economia aos cofres públicos, além do aspecto social da diminuição da superlotação nos presídios. E também impedindo que as facções criminosas aliciem presos de menor periculosidade, transformando esses indivíduos, fazendo das penitenciárias verdadeiras universidades do crime.

Então, enquanto os colegas estão votando, eu volto a repetir, que aproveito a oportunidade para parabenizar o Senador Paulo Bauer. Trata-se de um projeto, como eu disse, terminativo, de alta relevância econômica e social para o País.

Fizemos duas emendas apenas, Sr. Presidente, estabelecendo que caso o preso, em determinado mês, não possa pagar, ele terá a penalidade que vai de uma advertência até a retirada do direito de permanecer respondendo em liberdade, ou seja, ele volta para o sistema fechado.

A outra emenda que também colocamos estabelece que no caso do hipossuficiente, ou seja, daquela pessoa que não tem condições de pagar, esteja desempregada, enquanto procura um emprego poderá ter a tornozeleira eletrônica custeada pelo Poder Público.

Eram essas considerações que tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência registra os encômios de V. Exª ao eminente Senador Paulo Bauer.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, eu quero registrar a minha alegria também, e com muita satisfação dou esse voto, até porque sou o autor da lei que criou a tornozeleira eletrônica. Toda vez que eu vejo um marginal desses com a tornozeleira no tornozelo, ele está com o meu nome do tornozelo. E o indivíduo, na verdade, tem que pagar pela sua tornozeleira eletrônica, até porque quem tem 51 milhões em caixa e em mala pode pagar para os outros também.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Mas não é muito castigo para um homem só ter Magno Malta no calcanhar, não?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – As Srªs e os Srs. Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encerrada a votação.

SIM, 17; NÃO, 0.

O projeto foi aprovado.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 01 da CCJ, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2014

- Terminativo -

Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado pela Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CE e 2-CE.

Observações:

- *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;*
- *Em 16/08/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;*
- *A votação será nominal.*

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as Emendas de nºs 01 e 02 anunciadas nos termos do parecer. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, eu queria parabenizar o Senador Armando.

A violência de torcidas, e agora, com as redes sociais, nós temos visto a mídia em investigação policial, em quebra de sigilo... Eu vi, no mês passado, uma reportagem da GloboNews em que um sujeito preso – que matou um torcedor do Vasco, eu acho –, de dentro da prisão comandava um bonde de um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

jogo de domingo. E orientando levar as mesmas armas... Na verdade, não são torcedores. São criminosos, arruaceiros, que têm ceifado vidas de pessoas, e realmente nós não podemos ficar assistindo a isso, como se, de fato, não fosse um crime e de potencial ofensivo muito grande, destruidor, mutilador de famílias.

Por isso, Senador Armando, eu quero parabenizá-lo. Eu acho que é um avanço muito grande, absolutamente significativo, que este Senado dá na direção da sociedade brasileira e na preservação do esporte que é o esporte primeiro, querido, da Nação brasileira, com times grandes, fortes, respeitados no mundo, com torcidas fortes, crianças que deveriam e poderiam estar nos estádios, mas delas foi tirado esse privilégio, por conta dessa violência desses vândalos de torcidas organizadas, que, na verdade, são torcidas organizadas, muitas delas, com a vênua de presidentes de clubes, de diretorias de clubes, que patrocinam as suas viagens, que pagam ônibus, que os colocam em hotéis, para que eles possam produzir esse tipo de violência Estado afora, País afora. De maneira que esse projeto é um projeto altamente benéfico, importantíssimo e meritório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Malta.

Se todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.
(Fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... o trabalho do nosso Relator, o Senador José Pimentel, que enriqueceu aqui o projeto, inclusive apresentando emendas muito pertinentes. Na realidade, é um novo marco na busca de se estabelecer mecanismos de coerção para combater esses comportamentos, essa selvageria, essa situação que é absolutamente inaceitável.

Portanto, eu agradeço a manifestação dos Senadores e cumprimento o nosso Relator, o nobre Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Senador Caiado, Senador Ferraço... *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria aqui me congratular com o Senador Armando Monteiro e expressar o meu apoio à sua proposta, ao seu projeto. Falo em meu nome, como Senador de São Paulo, e também em nome dos palmeirenses, Sr. Presidente.

Os palmeirenses estão a favor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito bem, Senador Serra.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – SIM, 17; NÃO, 0.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação e da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

Srs. Senadores, há alguns projetos terminativos cujos Relatores, por razões já explicadas por eles próprios, não se encontram presentes. Ainda assim, submeterei à apreciação dos Srs. Senadores. Se alguém opuser a qualquer um dos três projetos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, não estou ouvindo nada aqui atrás, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nem pode ouvir.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª me dá uma oportunidade.

Srs. Senadores, quando o Congresso funcionava no Rio de Janeiro, não havia assessoria para nenhum Parlamentar, exceto para o Presidente da Câmara, para o do Senado e para o 1º Secretário. Quando o Congresso veio para Brasília, também não havia assessoria; cada qual fazia os seus projetos, os seus pareceres, e assim funcionava.

Hoje, nós temos o conforto das assessorias, que tanto nos ajudam. Porém, na Comissão, atrapalham muito. E não deixarão de atrapalhar se os Senadores não compreenderem isso. Não se consegue conduzir a reunião desta Comissão e de outras sem ter que interromper diversas vezes para pedir a colaboração, o silêncio na Comissão.

E notem que – o Senador de Goiás, que tem uma voz forte, tonitruante – interfere, ele tem toda razão! O Senador Armando Monteiro, que é o que fala mais alto aqui, que tem a voz bonita, também não consegue falar! Imagine o Presidente... Ai de mim! Ninguém me escuta.

Então, acho que devemos fazer uma deliberação. Primeiro: os Senadores permitirem que as suas assessorias contribuam lá nos seus gabinetes. Podem até vir aqui, mas em silêncio. Para os convidados, a mesma coisa. O que não é possível é nós não podermos andar com os nossos deveres em razão dessa situação estrepitosa que há aqui, na Comissão. É o apelo que a Presidência faz a todos os Srs. Senadores, aos fotógrafos também, enfim, a todos.

Vamos prosseguir.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Vou falar alto.

O nosso Líder, Senador Raimundo Lira, tem me pedido sempre para que faça um relatório para tipificar o crime de arma branca. Esse é um projeto dele; e eu sou Relator. E é terminativo, é o item 35. Se eu puder fazer, eu faço em três minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bom, nós estamos votando os terminativos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É terminativo esse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós vamos seguir a ordem – item nº 4 –, sem nenhum despreço a V. Ex^a, muito menos ao Líder.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2010

- Terminativo -

Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Em 09/08/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão;

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação, nos termos do parecer. *(Pausa.)*

Em votação. Em votação nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Encerrada a votação...

Senador Capiberibe... Senador Capiberibe... Senador Capiberibe, tenho a impressão de que V. Ex^a nem precisa votar, porque a votação está completa. Fica registrada a sua presença.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovados o projeto e as Emendas nºs 1 e 2, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, de 2015

- Terminativo -

Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº1-T

Observações:

- Em 17/07/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;
- Em 16/08/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;
- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto e as Emendas nºs 2, 3, 4 e rejeitada a Emenda nº 1-T.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2015

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal para assegurar contraditório relativo no inquérito policial, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 09/08/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão;

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. *(Pausa.)*

Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não funciona?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a votação.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Voltamos ao item nº 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2017

- Terminativo -

Altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta

Observações:

- Votação nominal

Relator, Senador Antonio Anastasia, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, coube a mim a honrosa tarefa, Sr. Presidente, por designação de V. Ex^a de relatar o Projeto nº 86, de autoria do Senador José Serra, que trata de alterar a legislação eleitoral para inserir o voto distrital na sistemática proporcional.

Como já foi aqui mencionado, Sr. Presidente, o relatório é um relatório longo e, como já houve até o pedido de vista da Senadora Vanessa, que já anunciou que vai solicitar vista, se me permitir V. Ex^a, eu vou fazer uma exposição sobre o relatório, considerado lido porque é muito longo, e na discussão, na semana que vem, nós voltaremos – e até pediria à minha assessoria que fizesse a fineza, com a aquiescência de V. Ex^a, de distribuir aos membros da Comissão um material que pode ajudar, inclusive, a discussão na próxima semana relativa ao tema. Havendo aquiescência de V. Ex^a, vou pedir que haja a distribuição desse material aos membros da Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é muito criativo e inteligente. Nós todos acompanhamos, neste momento, a grande polêmica nacional que é a exaustão do sistema proporcional hoje adotado no Brasil, com as suas distorções conhecidas. E há, entre vários modelos adotados no mundo, aquele que é identificado como o considerado, digamos assim, o mais avançado, o mais civilizado e o mais democrático, porque, ao mesmo tempo em que ele aproxima o eleitor do eleito pelo voto distrital, ele também garante...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... as proporções dos votos dos partidos pela votação proporcional na chamada lista.

Então, nós teríamos um sistema que é consagrado, hoje, da Alemanha e de diversos outros países, do chamado modelo distrital misto ou proporcional misto, que, na realidade, em essência, pela análise que se faz sob o ponto de vista técnico, é um sistema proporcional, mas que se escuta também o caráter local através dos distritos.

Pela proposta apresentada, portanto, pelo Senador Serra, a sua proposta é exatamente essa. Aliás, tem razão o eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que é autor de projeto com o mesmo conteúdo – PEC, proposta de emenda à Constituição –, com conteúdo muito semelhante, que adota também o modelo alemão.

A criatividade e a variação em matéria de discussão, certamente, na próxima semana, é a constitucionalidade de se colocar esta forma sob o manto e sob a roupagem de uma lei ordinária e não de uma proposta de alteração da Constituição.

A Constituição brasileira, como todos sabemos, no art. 45, determina que o voto se dá pelo sistema proporcional para eleição dos Parlamentares, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores e, no critério majoritário, para os cargos do Executivo e para o Senado. Qual é, então, a grande indagação, Sr. Presidente, Srs. Senadores? Na realidade a proposta do Senador Serra, como eu disse, de modo criativo e inteligente, seguindo o modelo alemão, insere dentro do sistema proporcional a votação distrital. Na realidade, nós não temos um sistema que é distrital. Nós temos um sistema proporcional que alberga dentro de si uma escolha que é distrital e, concomitantemente, na lista.

Essa matéria, evidentemente, é suscetível de discussões, não nego isso, mas eu me convenci, inclusive nas discussões que tive com o Senador Serra, com a sua assessoria e com diversos especialistas que ouvi, que, de fato, a matéria tem amparo constitucional e, portanto, pode ser pela via eleita por ele, qual seja, da lei ordinária.

Não fujo aqui do debate, sei que o tema, avançando, será objeto de acesa discussão.

Sabemos também que não se discute nada para as eleições do próximo ano, até por absoluta inadequação dos prazos constitucionais, mas será fundamental para as eleições de 2022 termos a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

discussão de uma proposta. E o fato de ser por lei ordinária facilita, inclusive, a meio-termo, o aperfeiçoamento do processo.

O material cuja distribuição tomei liberdade de pedir para os demais colegas é exatamente no sentido de demonstrar com exemplos concretos como se dá essa eleição.

Na realidade, temos os votos proporcionais, considerados prioritários, e são abatidos da lista aqueles cujos Deputados já foram eleitos no distrito. Então, um exemplo muito singelo: se nós temos um Estado com oito Deputados Federais, teremos quatro distritos. Em cada distrito será eleito o majoritário. Esses quatro serão abatidos da lista proporcional, que é considerada fundamental para o marco daquela votação. Então, se, por hipótese, na lista proporcional, já que cada eleitor votará no seu distrito e na lista do partido que melhor lhe aprouver, se for eleito – vamos supor – em dois distritos, ele terá na lista proporcional já a garantia de duas das oito vagas daquela lista.

A proporção e os exemplos feitos de modo muito cuidadoso e bastante didático demonstram que essa forma permite que partidos que não tenham votação majoritária nos distritos, mas tenham, Senadora Vanessa – e sei da preocupação de V. Exª com isso – uma votação expressiva, mas minoritária em diversos distritos, tendo na votação proporcional, eles estão garantidos na lista, inclusive com os exemplos colocados em percentual. Então, a criatividade está exatamente nesse ponto, Senador Serra.

As emendas que fiz são meramente de aperfeiçoamento técnico, com a questão relativa ao suplente e também excluindo os Municípios, porque seria muito complexo para os Municípios com população eleitoral inferior a 200 mil eleitores. Seria até mais custoso esse sistema.

A proposta que faço para a discussão dos pares é que fique para os Municípios o modelo atual, exceto os Municípios com mais de 200 mil habitantes, que, aí sim, seguiriam esse sistema novo.

Então, *grosso modo*, Sr. Presidente, não querendo me estender muito, já que a discussão se dará na próxima semana e nesse período Senadores e Senadoras vão se debruçar certamente sobre o parecer e o material entregue, primeiro, sob o ponto de vista constitucional, parece-me que temos amparo e robustez para considerar a lei ordinária uma via eleita adequada.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Segundo, sob o ponto de vista do mérito, é um sistema testado e aprovado na Alemanha e em outros países, que garante inclusive a representação de minorias. E, terceiro, é um sistema que permite uma aproximação muito maior entre eleitor e eleito e, ao mesmo tempo, o fortalecimento dos partidos em razão das listas. Ademais, um critério muito importante no Brasil, nos dias de hoje, Sr. Presidente, é um sistema que torna a eleição muito mais barata, muito mais econômica, na medida em que ela se faz em distritos e que o partido responsável pela lista a fará no nível regional. Então o custo também será extremamente reduzido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em linhas gerais, Sr. Presidente, é essa a proposta que o Senador Serra apresenta, que, com as emendas singelas que apresento, que recebe o nosso parecer favorável para a discussão que se travará a partir da próxima semana.

Era o que eu tinha neste momento a fazer anotação no relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou Relator do item 27, que é uma PEC de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, apensada com outra, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que trata do mesmo assunto.

Gostaria de fazer a sua leitura e que tramitasse conjuntamente com esse projeto. Depois, nas discussões, veria qual seria a mais adequada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Valdir Raupp, atenderemos a V. Ex^a. No primeiro caso, Senadora Vanessa Grazziotin, V. Ex^a já havia pedido vista antecipadamente.

Concedo vista a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para a leitura de seu relatório.

Vista coletiva.

(Matéria não lida:

ITEM 27

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007

- Não terminativo -

Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015

- Não terminativo -

Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil.

Autoria: Senador Reguffe e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas.

Observações:

- Em 14/07/2010, foram oferecidas as Emendas nº 1 e 2 de autoria do Senador Inácio Arruda.

)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vêm à apreciação desta Comissão as Propostas de Emenda à Constituição nº 61, de 2007, primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores; nº 90, de 2011, primeiro signatário o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para Deputado Federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o princípio majoritário às eleições de Deputado Estadual e Deputado Distrital e de Vereador; e nº 9, de 2015, primeiro signatário o Senador Reguffe, que dá nova redação ao *caput* do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil, que tramitam em conjunto.

Quanto à PEC nº 61, de 2007, essa se propõe alterar a Constituição, em seu art. 45, para determinar que metade dos Deputados Federais sejam eleitos pelo sistema majoritário, em distritos uninominais, e a outra metade mediante listas partidárias, em sistema proporcional.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Após detalhar os procedimentos eleitorais respectivos, a proposição determina que o sistema eleitoral misto aplica-se às eleições de Deputados Estaduais e Vereadores.

A justificação alega, especialmente, que a iniciativa se propõe a conjugar os méritos do sistema proporcional com aqueles do sistema distrital, harmonizando um sistema com o outro.

A PEC nº 90, de 2011, de sua parte, estabelece o sistema majoritário nas eleições para a Câmara dos Deputados, mediante a divisão dos Estados e do Distrito Federal em distritos, definidos em lei editada um ano antes das eleições, observados os princípios da contiguidade, equilíbrio numérico e relação histórica, de forma que cada distrito eleja um representante. Prevê ainda que a diferença numérica entre o total de eleitores de cada distrito, na mesma unidade federada, não poderá superar 10%.

O art. 2º da proposição prevê a aplicação do mesmo sistema nas eleições para Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador, atribuindo a delimitação dos distritos às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e às Câmaras Municipais, respectivamente.

Na justificação, os autores apontam quatro debilidades do sistema proporcional com listas abertas, em vigor: o afastamento entre eleitores e eleitos, o custo elevado das campanhas eleitorais, a fragilização dos partidos e a falta de transparência do sistema para a maioria dos eleitores.

A adoção do sistema eleitoral majoritário, segundo os autores da proposta, permitiria superar todas essas falhas: o eleitor sabe o eleitor sabe exatamente quem é seu representante e pode exercer algum controle sobre sua atividade, os custos da eleição são reduzidos com a adoção de circunscrições menores, o debate se restringe aos grandes projetos políticos e partidários e a regra de transformação de votos em cadeiras é simples e evidente para todos.

A PEC nº 9, de 2015, primeiro signatário o Senador Reguffe, destina-se a alterar o art. 45 da Constituição para instituir o voto distrital puro no Brasil. Determina-se, igualmente, que uma lei complementar irá disciplinar a matéria, e que o novo sistema eleitoral será aplicado às eleições para os cargos de Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador.

Para fundamentar a iniciativa, os seus autores argumentam que o sistema eleitoral distrital aproxima o eleitor de seu representante, assegura identidade entre eleitores e seus Deputados, possibilitando ao cidadão o contato direto com o Parlamentar eleito pelo distrito onde ele vota e reside.

Em 20 de maio do corrente ano, a PEC nº 90, de 2011, recebeu a Emenda nº 1 (Substitutiva), de autoria do ilustre Senador Roberto Rocha, com a finalidade de estabelecer o sistema eleitoral misto nas eleições para Deputado Federal, Estadual e Distrital.

Vou direto às emendas e ao voto, porque a análise é muito extensa.

Voto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em razão do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2007, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2011, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2015, e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2007, nos termos da emenda substitutiva que se segue, restando prejudicadas as Emendas de nºs 1 e 2 da PEC 61/2007, a Emenda nº 1 da PEC 90, de 2011, e as demais proposições.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, temos a Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2011.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

TRAMITA EM CONJUNTO





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012**- Não terminativo -**

Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimizabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

TRAMITA EM CONJUNTO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013****- Não terminativo -**

Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioria penal.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

TRAMITA EM CONJUNTO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015****- Não terminativo -**

Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

Autoria: BENEDITO DOMINGOS

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável à PEC nº 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015.

Observações:

- Em 18/05/2016, a Presidência concedeu vistas aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 11/08/2016, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução das matérias com a presença dos seguintes convidados: LAERTE BESSA, Deputado Federal; FÁBIO JOSÉ GARCIA PAES, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA, Juiz de Direito, representante do senhor JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, representante da senhora NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; BRUNO MOURA, Defensor Público do Estado da Bahia, representante do senhor JOAQUIM GONZAGA DE ARAÚJO NETO, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; WLADIMIR SÉRGIO REALE, Vice-Presidente Jurídico da ADEPOL/BR e Presidente da ADEPOL/RJ, representante do senhor CARLOS EDUARDO BENITO JORGE, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL/BR; RAQUEL DA CRUZ LIMA, Coordenadora do Programa Justiça Sem Muros do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), representante da senhora JANAÍNA HOMERIN, Secretária-Executiva da Rede de Justiça Criminal; HELOISA HELENA SILVA DE OLIVEIRA, Administradora Executiva da Fundação Abrinq, representante do senhor CARLOS ANTONIO TILKIAN, Presidente da Fundação Abrinq; DOM LEONARDO ULRICH STEINER, Secretário-Geral da CNBB, representante de Dom SERGIO DA ROCHA, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Arcebispo de Brasília; ERIK FRANKLIN BEZERRA, Conselheiro Seccional da OAB/Distrito Federal, representante do senhor CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; FLÁVIA PIOVESAN, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania; MARIANA CHIES SANTIAGO SANTOS, Coordenadora-Adjunta da Comissão de Infância e Juventude do IBCCRIM, representante do senhor ANDRÉ PIRES DE ANDRADE KEHDI, Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM; VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL, Coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED/CEDECA; WELINTON PEREIRA, Gerente de Relações Institucionais da ONG Visão Mundial; MARCOS ROBERTO FUCHS, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), representante do senhor ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO, Presidente do CNPCP.

Essa é uma matéria de fôlego, examinada já profundamente pelo Senador Ricardo Ferraço, que elaborou seu substitutivo, estando já pronto para votá-lo.

Sucede que o Líder da oposição solicitou a esta Presidência que fosse adiada a votação por uma semana, porque S. Ex^a e seus companheiros, por razões de natureza partidária, não poderiam estar presentes hoje nesta reunião.

A Presidência ouviu o Relator Ricardo Ferraço, que, embora tenha uma posição contrária à reivindicação do Líder, não por ser da oposição, mas porque ele desejaria avançar com esse assunto – e eu também –, concordou que a Presidência decidisse.

Então, estou decidindo adiar a votação desta matéria para a próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem.) – De fato, eu devo agradecer a V. Ex^a, pois é sua prerrogativa decidir sobre a inclusão ou a exclusão dos itens que constam da pauta. Sou sabedor de que V. Ex^a recebeu essa demanda. V. Ex^a, com muita delicadeza, compartilhou conosco essa demanda, e eu disse que não concordaria, mas que respeitaria, por óbvio, a decisão de V. Ex^a, sobretudo porque V. Ex^a estaria se comprometendo a colocar este como primeiro item da pauta da próxima reunião ordinária, na próxima quarta-feira.

Considerando que esse tema já estava pronto para a pauta, já tinha sido concedida vista coletiva, nós íamos votar, houve um entendimento pela produção de mais uma audiência pública, essa outra audiência pública foi feita, portanto, nós precisamos enfrentar esse tema.

Então, eu me associo à manifestação de V. Ex^a na condição de que esse tema volte para o primeiro item da pauta da próxima quarta-feira.

É isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 9.

ITEM 9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Favorável às Emendas de Plenário nºs 1 e 2 oferecidas à PEC nº 2, de 2017

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como já foi distribuído previamente o relatório, Sr. Presidente, por economia de tempo, já que temos muitos outros projetos para serem votados, irei direto à análise.

Nos termos do art. 359 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta CCJ examinar as emendas oferecidas em Plenário às Propostas de Emenda à Constituição. Conforme o art. 363 do referido Regimento, as emendas em segundo turno devem ser apenas de redação, não podendo alterar o mérito da proposição.

Como já exposto no Parecer nº 33, de 2017, desta Comissão, a PEC nº 2, de 2017, veio em boa hora para estabelecer uma garantia adicional aos Tribunais de Contas existentes no Brasil. Infelizmente temos notícias de tentativas de extinção desses órgãos públicos, a despeito das fundamentais tarefas de controle externo que exercem sobre a Administração Pública como um todo.

É imperioso que o Congresso Nacional tome posição nessa discussão e efetivamente proíba a extinção dos Tribunais de Contas, privilegiando a transparência e a responsabilidade das atividades do Poder Público.

Diante desse cenário, as emendas devem ser acatadas e devem ser consideradas emendas de redação, pois apenas explicitam o que já decorre do sentido original da PEC.

A Emenda nº 1 – PLEN estabelece garantia aos atuais Tribunais de Contas para que não sejam extintos de modo açodado enquanto tramita a presente PEC. De nada adiantaria aprovar essa proposta apenas para que os legislativos estaduais ou municipais se antecipassem na extinção desses importantes órgãos públicos que desempenham função essencial.

Quanto à Emenda nº 2 – PLEN, ela efetivamente deixa clara a intenção da PEC de evitar a criação de novos gastos em tempos de crise orçamentária. Isso porque a verdadeira motivação da PEC nº 2, de 2017, é evitar que os Tribunais ou Cortes de Contas, uma vez criados, sejam extintos – o que redundaria na necessidade de criação de novas estruturas ou contratação de pessoal para a realização das atividades de controle externo.

A experiência demonstra que esses órgãos públicos desempenham suas funções com eficiência e celeridade, o que pode levar a descontentamentos dos governantes de plantão.

Dessa maneira, não há que se recear que a PEC nº 2, de 2017, irá aumentar o gasto público, tendo em vista que não traz nenhuma obrigação de criação de órgãos públicos. A Emenda nº 2 – PLEN efetivamente aponta nessa direção e, portanto, deve ser acatada.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Senadores, o voto é: diante do exposto, vota-se pela aprovação das duas Emendas oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2017, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida a V. Ex^a.

Senador Ferraço, acabei de tomar uma decisão junto com V. Ex^a de colocar a PEC 74 em primeiro lugar na pauta da próxima semana.

Sucede que está na pauta de hoje, em primeiro lugar, e como o Relator não se encontra presente, que é o Senador Jader Barbalho, a Lei de Execução Penal, que é uma lei de extrema importância. Eu junto com V. Ex^a decido que prosseguirá na pauta em primeiro lugar a Lei de Execução Penal. Porém aquela de V. Ex^a, que é a PEC 74, que está em terceiro lugar na pauta, passará para segundo.

Em primeiro lugar execução penal e, em segundo lugar, a que está em terceiro hoje passará para segundo da próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Esse primeiro item de pauta que V. Ex^a está propondo é a Lei de Execuções Penais, que já foi votada, foi a plenário, houve emendas de Plenário... Então quero crer que será um debate inclusive muito rápido, porque só serão relatadas as emendas que foram oferecidas em plenário. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Penso do mesmo modo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Estou associado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015

- Terminativo -

Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Votação nominal





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É um relatório muito sucinto. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que prevê aumento de pena para o crime de roubo, quando praticado com o emprego de arma de fogo ou quando houver destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

O projeto ainda aumenta o limite máximo da pena do crime de roubo de que resulta lesão corporal grave e revoga, ao final, o inciso I do §2º do art. 157 do Código Penal.

O autor destaca na justificação que “os assaltos a agências bancárias com o emprego de explosivos têm crescido significativamente no Brasil. No Paraná, foram registradas 198 ocorrências em 2014.”

Em Alagoas, Senador Benedito de Lira, de 40 assaltos, 30 foram com o uso de explosivos. São Paulo é dos Estados mais afetados por esse tipo de roubo e, assim, todos os Estados.

Não foram oferecidas emendas até o presente momento.

Análise.

Não verificamos vícios de inconstitucionalidade, porquanto a matéria trata de Direito Penal, cuja competência para legislar é da União, por qualquer membro do Congresso Nacional, por força dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal.

No mérito, cabe notar que determinados crimes patrimoniais vêm sendo cometidos com a utilização de armamento pesado e de grande potencial destrutivo, como ocorre no crime de roubo, praticado mediante o emprego de explosivos ou artefatos análogos. O principal alvo desse tipo de ação são os caixas eletrônicos.

É preciso, portanto, aperfeiçoar o tipo penal previsto no art. 157 do CP e, consequentemente, cominar uma pena mais severa ao criminoso que pratica o roubo valendo-se de explosivos ou materiais semelhantes. É importante que a lei penal defina o fato criminoso o mais objetivamente possível, fazendo distinção entre condutas mais e menos graves. A proposta em exame é exatamente nesse sentido.

Lembramos, ainda, que o número de agências bancárias cresce a cada dia e que o horário de funcionamento dessas instituições se alarga na mesma proporção, fazendo com que aumentem as oportunidades de roubos. Com o crescimento da rede bancária também se multiplicam os postos de serviços bancários, os caixas eletrônicos e os carros-fortes de transportes de valores, todos alvos da nova modalidade de roubo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Assim, o PLS do Senador Otto Alencar vem dar resposta aos incidentes envolvendo roubos, quando há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

Voto.

Por conseguinte, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discutir, V. Exª. A Senadora Simone, também.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não. É só para pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ah, pediu vista.

Vista concedida a V. Exª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015

- Terminativo -

Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu gostaria apenas de rememorar porque este projeto de iniciativa do Senador Ciro Nogueira já foi lido, já foi apresentado, já foi discutido, inclusive com a valiosa colaboração da Senadora Simone Tebet.

Esta matéria trata apenas de incluir, no Estatuto da Criança e do Adolescente, a tipificação do crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. Ela não altera, não inclui no Código Penal, mas só no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estabelecem-se penas dependendo do tipo de crime. Isso já foi discutido aqui amplamente.

Quero lembrar que isso veio em decorrência do aumento do número do uso das redes sociais para estimular o desafio dos grupos jovens, provocando, em alguns casos, até o suicídio.

Eu queria lembrar também que o próprio Facebook vai iniciar uma campanha contra suicídios, vai fazer uma mobilização.

Penso que este momento de se votar esta matéria tem um grande senso de oportunidade para proteger os adolescentes do cometimento desse tipo de crime.

Então, é a proposta que foi apresentada pelo Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro.

Em votação o Substitutivo oferecido ao projeto pela Relatora.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Posso falar, Sr. Presidente?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pode sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Este projeto é muito importante. Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, que é parte da CPI dos Maus-Tratos infantis. Esses crimes cibernéticos...Estamos diante de um quadro em que jovens morrem. Eles se suicidam e se automutilam, todos os dias, no Brasil, induzidos por criminosos em redes sociais.

Agora, há uma outra modalidade.

As crianças estão com medo de os pais perceberem os cortes. E temos casos agora, na CPI dos Maus-Tratos infantis, Sr. Presidente, em que os jovens estão diluindo, quebrando e fazendo virar pó pedaços de vidro, cacos de vidro, e bebendo aquilo, engolindo para fazer a mutilação interna.

Há um registro muito grande nos hospitais hoje, no Ministério da Saúde, de jovens e de adolescentes sendo atingidos, sendo feridos no seu interior, no seu intestino, porque estão tomando caco de vidro. Pode? São cacos de vidro! São muito mais do que a mutilação hoje no braço, nas costas, no rosto, esses cortes que são feitos, induzidos por esses jogos, que levam até a – Baleia Azul – induzir ao suicídio, e o Brasil está vivendo isso.

Então é para que o Brasil saiba da importância desta votação, neste momento.

Meus parabéns, Senadora Ana Amélia.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discutir, Senadora Simone Tebet

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Quero parabenizar o autor, Senador Ciro Nogueira, e a Senadora Ana Amélia pelo belíssimo relatório.

Agradecer a gentileza, porque tivemos a oportunidade de colaborar com esse relatório, fazendo uma sugestão, que foi democraticamente acatada pela Senadora Ana Amélia, para deixar claro que aqui nós estamos tipificando como crime o *cutting* ou o automutilamento no sentido apenas do maior, daquele que estimula, seja através das redes sociais, do anonimato da internet, dos grupos de redes sociais, seja na atividade, no contato físico.

E aqui deixando claro que, pelo menos neste momento, se o menor, se for um menor a instigar um outro menor, normalmente esse menor costuma ser ele mesmo praticante de automutilação. Consequentemente, nós revitimizaríamos esse menor, ao invés de tratá-lo. Então acho que foi fundamental a colaboração da Senadora Ana Amélia com esse projeto.

Estamos criando um tipo penal diante desses inúmeros crimes novos que são cometidos na rede social. Quem é mãe, como eu, fica muito sensibilizada. Então eu espero que a partir de agora nós possamos punir efetivamente esses infratores, pessoas que se aproveitam do anonimato, estimulando





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

crianças e adolescentes a cometerem um atentado contra o próprio corpo, utilizando-se da fragilidade do momento da infância e da adolescência.

No mais, quero dizer que infelizmente esse será um dos muitos projetos que teremos que apresentar, porque aqui há uma série de variantes e variáveis, frutos desse mesmo crime.

Quero parabenizar, portanto, a Senadora Ana Amélia e o Senador Magno Malta, que na CPI tem presidido com galhardia essa CPI da mais alta relevância, que é a CPI dos Maus-Tratos contra crianças e adolescentes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço o elogio ao trabalho e à determinação da Senadora Ana Amélia em produzir esse relatório final.

É indiscutivelmente uma matéria de alta relevância, que votaremos na manhã de hoje como terminativa aqui e que realmente começa a dar um pouco de alento quanto a essas pessoas, que, de uma forma covarde, desleal e desonesta, cometem esse crime de indução, de instigação à automutilação de todas as crianças ou adolescentes. É algo estarrecedor.

Tive a oportunidade de conhecer algumas mães e familiares de jovens que estão convivendo com essa situação, além de não terem um apoio psicológico e também até do ponto de vista médico para poder tratá-las ou pelo menos minimizar as sequelas ou a situação que elas vêm vivendo.

Nós estamos, neste mês de setembro, também com a campanha de esclarecimento aos jovens para mostrar o quanto a juventude vem praticando o suicídio. Este mês de setembro é o mês da campanha que nós fazemos para esclarecer o jovem.

E, na maioria das vezes, esse processo que foi utilizado pelas redes sociais induz não só à mutilação, não só na forma externa, como também citado aqui pelo Senador Magno Malta, com a ingestão de materiais ou produtos que venham amanhã fazer uma destruição não só da parte do intestino baixo, mas também o uso de soda ou outros produtos que provocam lesões gravíssimas na faringe, na laringe, e o cidadão não tem condições amanhã sequer de deglutir. São sequelas irreparáveis, com graves consequências.

Então, Sr. Presidente, não só a pena de detenção, como também a pena de reclusão pelos crimes maiores, ou seja, que resultem em morte, é pelo menos uma resposta que esta Casa dá a essa prática que tanto vem desestabilizando famílias no nosso País, e sem nenhuma atitude real para poder combater com mais eficiência esse crime praticado pelas redes sociais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acho que nós precisamos ter um controle maior, principalmente da Polícia Federal e das polícias dos Estados, para que possa haver uma maior ação junto a esse crime de induzimento, principalmente na utilização de rede social.

Esse combate deve ser feito com a mesma energia e com a mesma ação, como nós temos hoje o combate à pedofilia, como também a outros crimes hediondos que são praticados.

Sr. Presidente, é o momento de nós assistirmos não quietos diante de tantos problemas que estão ocorrendo hoje no Brasil, apoiarmos e darmos celeridade para que esse tema seja votado rapidamente na Câmara dos Deputados e seja também, a partir daí, transformado em lei no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Senador Caiado.

Esse projeto se caracteriza pela oportunidade e pelo seu conteúdo correto. A oportunidade é agora e a rapidez é fundamental.

Eu queria parabenizar o Senador Ciro Nogueira e a nossa Relatora Ana Amélia, que realmente deu a forma final ao projeto no que se refere à questão das crueldades cometidas por adultos com menores de idade.

Como disse o nosso Caiado, é muito oportuno. O Senado e o Congresso Nacional vão aparecer diante do País como se ocupando das questões imediatas que tanto afligem a nossa população.

Parabéns, Senadora, conte com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira se manifestar, devo dizer que, de fato, esse crime de induzimento à automutilação da nossa juventude é bárbaro.

Isso é como o traficante de drogas. Ele não se vale da droga, mas ele induz o menor, o adolescente, a juventude ao consumo da droga.

Penso igualmente, como os Srs. Senadores, que devemos estabelecer um combate sem trégua a esses delinquentes da sociedade.

Consulto o Plenário para saber se todos os Senadores que se encontram presentes desejam votar.
(Pausa.)

Podem votar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos já votaram...

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Substitutivo foi aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Queria apenas agradecer todas as referências dos colegas Senadores e Senadoras a esta matéria que tive a honra de relatar. E quero cumprimentar, também, o Senador Ciro Nogueira, que acaba de chegar para ver a validade desta matéria que agora terá também uma campanha pelas redes sociais para evitar que os jovens sejam estimulados a este crime tão grave, como foi muito bem mencionado por todos os oradores aqui, especialmente pelo Senador Ronaldo Caiado, que é médico e conhece muito bem os efeitos dessa mutilação.

Muito obrigada a todos os colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Mesa também cumprimenta o Senador Ciro Nogueira, assim como o faz em relação à Relatora Ana Amélia, pela iniciativa nobre que tiveram.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Há um projeto de minha autoria, Presidente, que autoriza a aquisição de arma de fogo para as zonas rurais e é um projeto que precisa...

É um projeto terminativo e o nosso Relator, Petecão, está aqui. Eu gostaria que se fizesse a inversão de pauta para que S. Exª possa ler o relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, na mesma linha do Senador Wilder aqui, porque eu sou o Relator desse projeto e existe uma expectativa muito grande por conta da sociedade. Nós fizemos uma consulta na página do Senado, mais de 100 mil acessaram e são a favor desse projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, seria interessante que nós aproveitássemos esse quórum qualificado que nós temos hoje aqui nesta Comissão para que nós possamos votar esse projeto que acaba de ser citado aqui pelo Senador Wilder, que é a liberação de armas de fogo em propriedades rurais.

Obrigado pela sua gentileza e a sua compreensão. Tenho certeza de que V. Ex^a irá acatar o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós temos mais três projetos terminativos, ao final dos quais colocaremos este que é o item 41, que passará, então, a ser examinado ainda hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 20.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016

- Terminativo -

Insera parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 03/05/2017, a Presidência concedeu vista aos senadores Ronaldo Caiado e Vanessa Grazziotin;

- Em 10/05/2017, foi apresentada a emenda nº 1 de autoria do Senador Ronaldo Caiado;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para proferir parecer sobre a emenda.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, tendo em vista a importância da matéria e a ausência do seu autor, o Senador Requião, que não pôde comparecer a esta reunião, eu gostaria de pedir a V. Ex^a o adiamento da matéria, a pedido do próprio autor, pelas razões que eu estou apontando. Nada contra o debate e a discussão, porque nós estamos preparados para tanto. Mas, atendendo a um pedido do Senador Requião, que não pôde comparecer, eu transmito a V. Ex^a esse seu requerimento, no sentido de fazer um adiamento adequado a essa matéria tão importante para a legislação brasileira, o ordenamento jurídico nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A votação da matéria será adiada a pedido de V. Ex^a e do Senador Requião.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero cumprimentar, Presidente Edison Lobão, a iniciativa do Senador Valadares e do próprio autor. Essa matéria tem alguns pontos, para mim como jornalista, polêmicos, em relação a alguns pontos que eu entendo que precisam ser ajustados, para se evitar entrar numa área que possa direcionar a uma censura ao setor. Mas penso que a matéria é oportuna, e a iniciativa do Senador Requião, e especialmente agora do Senador Valadares, é extremamente necessária.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Ex^a.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, de 2015

- Terminativo -

Acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 02/08/2017, a Presidência concedeu vista à Senadora Simone Tebet e ao Senador Benedito de Lira, nos termos regimentais;

- Votação nominal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro esta fase da tramitação.

Em votação o projeto. Tratando-se de matéria terminativa, a votação será nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

É tão somente para clarear aos membros da douta Comissão que se trata de uma proposta do Senador Cássio Cunha Lima, que atribui ao Conselho Federal da Ordem a legitimidade ativa para ação civil pública. Ou seja, coloca a Ordem ao lado de outras entidades como parte legítima autônoma para propor uma ação civil pública. Então, é tão somente esse o objeto dessa proposta, conforme foi lido o relatório na reunião anterior.

Muito obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Apenas para justificar que a minha intervenção, na semana, relacionada a esse projeto foi para que pudéssemos acelerar o projeto. Então, eu fiz o pedido de vista coletiva. Não fui eu que requeri vista, até porque, como advogada, entendo da mais alta relevância um projeto dessa envergadura. O que nós estamos fazendo é simplesmente dando legitimidade a uma entidade como a Ordem dos Advogados do Brasil de fazer aquilo que se pretende através de uma ação civil pública: poder preservar patrimônio público, interesse da sociedade e, enfim, ao lado do Ministério Público, atuar quando necessário, visando o bem comum e o interesse de todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Simone Tebet, sempre preocupada com a excelência das leis que aqui votamos, pediu vista. E quase sempre a Senadora devolve a vista que pede com extrema rapidez e apresenta as suas sugestões com a lucidez de sempre. A Presidência até agradece a interferência de V. Exª neste processo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente. Eu só quero fazer o registro de que estou votando a favor – e espero que o meu voto, porque sou suplente, seja validado – em homenagem à OAB, que é comandada por um conterrâneo gaúcho, Claudio Lamachia, que vem realizando um trabalho no sentido de fortalecimento





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da instituição e do exercício do Direito. Então, meu voto foi favorável a isso, no relatório primoroso de quem bem entende da matéria. O Relator não podia ser melhor em relação a isso, mas muitos outros advogados aqui nesta Casa também poderiam fazer o mesmo trabalho. Eu queria, então, cumprimentar a iniciativa, o projeto em si e a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª é suplente, mas atua como titular.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, na ausência do quórum, a sessão cai? A votação é terminativa, e nós não temos 11 Senadores votantes. A matéria, então... Caiu a sessão deliberativa, né?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimentos pela limpa que V. Exª fez hoje. Aprovamos um bocado de projetos. Parece-me que não há mais quórum para continuar com os dois que faltavam. Então, quero ver com V. Exª se é possível ler o 116, que está em grande evidência na imprensa nos últimos dias, com relação à hipótese de perda de cargo por deficiência de desempenho de servidor estável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós estamos só aguardando a presença do Senador Eduardo Amorim, que está se dirigindo a esta Comissão, e, com isso, completaremos o quórum. Em seguida, se o perdermos, faremos a leitura de alguns projetos, entre os quais o que V. Exª propõe, ainda que não seja votado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, a partir daí, isso abre, então, um precedente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O Conselho Federal de Medicina também... Amanhã, o Conselho Federal de Medicina e também de Odontologia, todas as estruturas, então, podem, a partir daí, apresentar propositura de ação civil pública.

Quer dizer, acho que nós temos que entender que cada um tem a sua ação pré-fixada, muito bem delimitada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas qual é o precedente a que V. Exª se refere?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – De repente... Não, Sr. Presidente, o que eu acho é o seguinte: é uma instituição como outra qualquer que tem, muitas vezes, vinculação política. Está certo? Não é uma instituição de magistrados. Essa é a pergunta que faço.

Quer dizer, todos nós que estamos na vida política, amanhã, ficaremos dentro de uma decisão de um colegiado que é contrário, dentro de um Estado – sujeitos, a todo momento, a ter a propositura de uma ação cível, sendo que há o Ministério Público especificamente para tratar do assunto. Essa matéria





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

deveria ser muito mais discutida aqui dentro da Comissão de Constituição e Justiça. Acho que não é desta maneira, simplesmente aprovando um projeto que é terminativo aqui na Casa. Acho que isso é um projeto que pode trazer consequências seriíssimas, porque nós não sabemos qual é a aptidão que tem hoje, as credenciais que tem hoje para que um Conselho amanhã possa ter essa prerrogativa, estar legitimado para abrir uma ação cível pública contra qualquer cidadão.

Quer dizer, amanhã o cidadão advoga uma causa, ele é contrário ao seu adversário, faz parte do Conselho e, contra a sua ação, entram com a propositura de ação cível. Olha, eu acho que isso é algo gravíssimo, esse assunto nunca foi debatido aqui, nunca houve uma audiência pública para discutir esse assunto. Nós não podemos nos submeter a estruturas que não têm características de Estado, Sr. Presidente! Não é função de Estado.

O Conselho existe para criar normas específicas, para botar código de ética funcionando, colocar norma em relação à profissão de advogado. Agora, não cabe aí dar a ele essa prerrogativa que poderá amanhã ter o uso indevido contra quem quer seja que tenha uma posição política contrária a ele. Isso aqui é próprio de carreira de Estado, isso não é própria de Conselho. Isso é algo que realmente deturpa totalmente as prerrogativas do Conselho, com todo respeito.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Há várias pessoas na minha família que são advogadas, mas isso aqui que estamos propondo é carreira de Estado, isso não é conselho que tem prerrogativa para entrar com essas ações. É a ponderação que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É a ponderação que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Nós já temos quórum para mais de 20 minutos mantidos com 11 votos. Eu acho que esta matéria deveria ser retirada hoje para que tivéssemos uma audiência pública para debatermos claramente o que é função de Estado e o que é função de Conselhos Regionais ou Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. A comissão serve para que nós possamos deliberar matérias que, muitas vezes, são polêmicas, e temos que respeitar a posição de cada Senador.

Eu acho até justa a ponderação do Senador Caiado de, se houver necessidade, fazer uma audiência pública ou chamar duas autoridades aqui para que possam esclarecer o projeto, mas apenas para deixar claro, explico que uma ação civil pública não é uma ação qualquer. Eu não posso, perdendo num pleito uma ação, pedir que a Ordem dos Advogados entre com uma ação contra terceiros. A ação civil pública interessa à coletividade para tratar direitos difusos ou coletivos e são muito bem claros na





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição. São aqueles direitos que interferem no interesse do consumidor, no patrimônio histórico, no Direito Ambiental. São essas questões maiores e não questões que envolvam a particularidade entre duas, três ou cinco pessoas.

Digo isso apenas para deixar claro que, nesse aspecto, tendo em vista esse objeto e tendo em vista que a própria Constituição Federal colocou a Ordem dos Advogados do Brasil, mas principalmente o advogado, como figura indispensável à justiça – ele é o outro lado da balança, da Justiça, faz um contraponto ao Ministério Público nesse equilíbrio da balança – não podemos colocar neste mesmo prato outras categorias que não a categoria classe dos advogados. Os médicos, dentistas, que têm todos os seus valores, não estão ali como órgãos ou como profissões indispensáveis à Justiça.

Por fim, apenas lembro que o próprio poder constituinte originário já deu como legitimidade para a Ordem a possibilidade, por exemplo, de entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade ou mesmo, como o próprio Supremo já deliberou, Ação Declaratória de Constitucionalidade. Portanto, estamos crescendo apenas mais uma.

Mas confesso que é uma matéria que precisa ser votada com parcimônia. Acho que se o Senador Caiado, nesse aspecto, entende que a matéria não está madura, uma vez que é terminativo na CCJ, nada impede que seja atendido e que este projeto possa ser votado posteriormente depois de uma audiência pública ou mesmo até com requerimento de alguns Senadores ser levado ao Plenário para deliberação definitiva desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Anastasia, Relator e Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu ouvi atentamente as ponderações do Senador Caiado e as da Senadora Simone Tebet, e ambos têm razões em suas vinculações. O nosso relatório já diz, de maneira muito clara, que, na realidade, a Ordem dos Advogados, Senador Caiado, recebeu do Constituinte originário em 1988 um tratamento diferenciado. Não vou entrar no mérito se o tratamento é correto ou incorreto, mas recebeu um tratamento diferenciado em razão de ser considerada a advocacia uma função essencial à Justiça, que é um dos poderes do Estado.

Por isso mesmo, o art. 103 da Constituição Federal atribuiu à Ordem a capacidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, que é a ação mais nobre, vamos dizer assim, prevista na Constituição, e posteriormente também a declaratória.

O próprio Estatuto da Ordem, que é de 1994, determina já a previsão que a Ordem pode propor essa ação civil pública. Mas houve uma dúvida jurisprudencial sobre o alcance. Por isso, há a tentativa agora do Senador Cássio, de explicitar, como disse a Senadora Simone, a ação civil pública para os chamados interesses difusos, não interesses relativos ao meio ambiente, a questões do consumidor.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas, de minha parte, como Relator, não tenho nenhum obstáculo e nenhuma resistência. Ao contrário, quanto mais debatido, melhor. A matéria tramitou aqui de acordo com os ritos da Comissão, houve apresentação de relatório, houve discussão. Podemos realizar audiências públicas, ouvindo as pessoas interessadas. Só quero esclarecer a V. Exª a distinção que acaba havendo entre a profissão do advogado, que teve esse tratamento constitucional em 1988, e outras profissões tão nobres quanto, mas que em razão do seu objeto, não tiveram esse tratamento;

Então, faço esse esclarecimento e digo que estou de acordo. Como o quórum não foi alcançado, se o Presidente estiver de acordo, nada impede que a matéria seja objeto de uma nova avaliação e de um novo debate. Claro que a minha posição será a mesmas, mas, para os esclarecimentos bem colocados.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quero agradecer, Sr. Presidente. Acho que o nobre Relator, um constitucionalista que é, bem como a Senadora Simone Tebet...Não é minha profissão, mas acho que uma matéria como essa deveria ensejar uma condição de haver aqui um debate sobre esse assunto com mais conhecimento até para nós, porque, de repente – tudo bem, pode estar dentro da Constituição Federal – tudo o que está na Constituição Federal pode se transformar em uma prerrogativa de todos aqueles que são carreira de Estado. Então, é lógico que eu gostaria, Sr. Presidente, que tivéssemos uma audiência, um debate mais consistente em relação ao tema porque, como V. Exª sabe, não atingimos o quórum. E não seria correto incluirmos uma matéria dessa como terminativa, com quórum como esse que temos aqui, uma matéria que ensejou várias dúvidas e problemas que ainda poderão surgir em decorrência dessa autorização a mais, Sr. Presidente.

Essa é uma preocupação que tenho, Sr. Presidente. É uma preocupação que tenho, o viés político me preocupa profundamente nesse assunto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, eu havia...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, o Magno havia pedido primeiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, pode?

Maranhão, posso falar? Maranhão, de Imperatriz.

Sr. Presidente, faço coro com o Senador Ronaldo Caiado. Com todo respeito ao conhecimento do conteúdo jurídico da Senadora Simone – ela sabe o respeito que tenho –, ao constitucionalista que temos, o nosso Prof. Anastasia, mas não se precisa ter conteúdo jurídico nenhum para se ter bom senso.

Estamos vivendo dias em que o Supremo não respeita a Constituição. Evocar a Constituição Federal...E o Supremo, era exatamente para ser guardião do respeito à Constituição, mas cada um faz do seu jeito. Lewandowski veio aqui, cuspiu na cara do Brasil, rasgando a Comissão na nossa frente dentro do plenário do Senado. Vamos confiar que vai haver respeito ao Texto Constitucional de 1988? É





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

verdade que uma lei se faz da regra para a exceção e não da exceção para a regra. Mas essa exceção se tornará regra.

É uma autarquia federal a Ordem dos Advogados, nas a Ordem dos Músicos também é, e eu sou músico, minha carteira está até no meu bolso aqui. Então, vou pedir que a Ordem dos Músicos receba e ganhe essa mesma autoridade. O viés colocado pelo Senador Ronaldo Caiado, em um País em que a política está criminalizada, é correto. Quem faz vida pública no Brasil está pisando no limiar do barranco diante de um abismo tremendo.

Por que houve a flexibilização da lei trabalhista? Ninguém tirou direito do trabalhador, tudo conversa fiada de esquerdopata que quer fazer coro para manter a sua militância, para poder ter os seus votinhos. Porque eles sabem também que se não ganhar a eleição no ano que vem, o negócio deles em Curitiba fica muito ruim.

Aí, começaram a contar um monte de mentiras. Mas por quê? Porque advogados inconsequentes e irresponsáveis têm levado milhares de geradores de honra e de dignidade – quem gera emprego gera honra e gera dignidade – aos tribunais para o indivíduo que trabalhou seis meses, quatro meses. Litigância de má-fé podia ser o nome deles. São os incentivadores da litigância de má-fé. Fecham empresas, empresas de família, de 50 ou 60 anos, que são obrigadas a entregar o patrimônio para o sujeito que trabalhou lá um ano e contou uma mentira. Nós vamos ter uma enxurrada...

Cada partido é cercado de advogado; o homem que exerce vida pública tem seus adversários gratuitos ou não. Nós teremos uma enxurrada e ninguém vai respeitar essa história de que é uma situação de meio ambiente, de luta de direitos humanos. E aqueles que tratam direitos humanos também como se os humanos não tivessem direito se utilizarão disso para poder fazer ações contra os seus adversários.

O Senador Ronaldo Caiado está perfeitamente correto, com todo respeito aos advogados de bem, porque onde há trigo há joio, lá também há tanto pilantra como há na vida pública, como há na Igreja e onde não deveria haver. Estou falando do joio, Senador, não estou falando do trigo, não. V. Ex^a é trigo. Estou dizendo que em todo lugar há trigo e joio. Na Igreja há – onde não deveria haver –, há pilantra, há pilantra no comércio, na indústria, aqui, ali, em todo lugar.

A argumentação que faço é de que não precisa especialista vir aqui e tentar me provar alguma coisa. A palavra do especialista está dada, a palavra do Senador Anastasia, um homem que tem conhecimento, mas também tem bom senso. A palavra do especialista está dada, a palavra da Senadora Simone, quando faz o seu argumento. E argumento é para que você defina em que você acredita em que lado você fica. Embora juridicamente o conteúdo deles seja absolutamente importante...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... para a sociedade brasileira, o argumento do Senador Ronaldo Caiado, com que eu faço o coro, é esse com que de fato nós temos que ficar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou responder a V. Ex^a, que já falou duas vezes sobre o mesmo tema. Agora é a terceira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sim, Sr. Presidente, mas é um assunto... Não adianta querermos aqui discutir outras matérias que são tão acessórias às vezes e...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Queria dar uma sugestão a V. Ex^a, mas prossiga.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, veja bem: advogado tem interesse ou não tem interesse? Advogado tem causa ou não tem causa? Tem cliente ou não tem cliente? Como uma ordem que é constituída por eles amanhã pode entrar com uma ação civil pública contra a empresa que é contrária a ele? Eu não entendo uma coisa dessas. Quer dizer, poder, pode, está lá. De repente, o cidadão... "Olha, eu sou advogado, mas eu sou agora presidente ou diretor da OAB regional, no meu Estado, e essa empresa tem uma ação contra o meu cliente". Então, amanhã eu vou usar dessa prerrogativa aqui para poder me beneficiar? Sr. Presidente, isso aqui é algo... A tese é de que a Constituição dá a prerrogativa, que se entre no Supremo.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Isso é uma coisa, entrar no Supremo. No Supremo Tribunal Federal nós temos o maior colegiado de pessoas preparadas que vão analisar cada ação direta de inconstitucionalidade.

Agora, eu pergunto a utilização política dessas seccionais para poder, amanhã, utilizar-se ou do ponto de vista da atuação dele como profissional ou do ponto de vista político. Então, isso é de uma gravidade ímpar. Esta Casa aqui tem que ter, mais do que nunca, o bom senso de analisar que, nessa hora, nós temos que entender o que é carreira de Estado, quais são as prerrogativas de uma carreira de Estado. Se nós começarmos a ampliar...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... para que todos esses Conselhos possam... "Ah, porque tem na Constituição um artigo que autoriza..." Então, autoriza tudo! Então, autoriza amanhã o Conselho a julgar, autoriza amanhã a poder dar sentença, autoriza tudo!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, para concluir, é inadmissível, porque o Conselho é constituído por advogado. O advogado tem cliente. Ora, se ele tem cliente, ele é parte, parte interessada, ele lucra com aquilo, é a profissão dele, com que ele ganha honorário, está certo?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Seria como uma situação, por exemplo, em que eu, como Conselho Federal de Medicina, vou escolher qual é o hospital que vai poder fazer aquelas cirurgias que eu desejo. Vou entrar com ação civil pública contra aquele hospital porque ele não tem interesse e eu quero proteger o meu hospital. Presidente, isso é um negócio que não entra na cabeça de ninguém, nós ampliarmos essa prerrogativa no momento em que nós estamos vendo a falta... ou seja, o pudor na utilização dessas ações, e que cada vez mais se vem desestabilizando a estrutura do Estado, desmoralizando a instituição, Judiciário, Poder Executivo e Poder Legislativo. Nós temos é que consertar a instituição do Estado, refundar a República, não é ampliar essas prerrogativas. Essas prerrogativas são prerrogativas de carreira de Estado, elas não podem ser repassadas a quem quer que seja.

Então, Sr. Presidente, essa é minha posição.

Eu faço a ponderação: sei que foi atingido o quórum, mas nessa matéria, não custaria nada, dentro de um entendimento aqui com a maioria dos Parlamentares presentes, nós construímos um debate. Seria excelente aqui. Traríamos o Presidente da OAB, traríamos Ministro do Supremo, traríamos membros do Ministério Público, traríamos outras entidades e poderíamos fazer um debate com esse mesmo conteúdo, Sr. Presidente. Eu quero aprender.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado, esta Presidência é sempre tolerante com todos, especialmente com V. Ex^a. V. Ex^a se dirige a mim como se eu pudesse reverter essa situação. Não está em mim, Presidente, esse poder. Agora, esse é um projeto que foi apresentado pelo Senador Cássio Cunha Lima, que é o Vice-Presidente da Casa, e relatado pelo nosso companheiro, Vice-Presidente também, Antonio Anastasia. Houve aqui o pedido de vista coletiva no dia 2 deste mês.

Todos Srs. Senadores membros desta Comissão, inclusive V. Ex^a, receberam o projeto com caráter de vista para que todos se manifestassem sobre ele: "Em querendo, manifestem-se." Parece que V. Ex^a não o fez a tempo. Por outro lado, começamos a votação aqui do projeto em caráter terminativo e somente 14 minutos depois V. Ex^a nos traz a sua palavra – sempre lúcida, sempre agradável – de protesto pedindo o reexame da matéria. Nós não podemos mais retroceder, a votação iniciada deve ser concluída, mas terão V. Ex^a e o Senador Magno Malta a possibilidade – se for aprovado aqui o projeto – de recorrer ao Plenário e, então, o Plenário decidirá o que fazer. Inclusive...

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Vamos votar e derrubar logo aqui mesmo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, havendo entendimento não só do Relator como também da Senadora Simone de que eles serão signatários também de um pedido para que a matéria seja discutida em plenário, eu reconheço que é um gesto que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mostra o total desapego a ter que ser terminativo aqui na Comissão de Constituição e Justiça, de que vai ser levado ao plenário, de que nós debateremos lá, poderemos criar também uma audiência pública e, como tal, eu agradeço à Relatora, Senadora Simone. Solicito que seja feito em nosso nome aqui um requerimento – até em nome do Senador Anastasia – para que possa ir ao plenário a discussão desta matéria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Veja V. Exª que estamos encontrando um caminho legal, porque não optamos, assim, pelo caminho da força. Se algum Senador entende que essa matéria não é digna de ser examinada, isso é tudo, isso é pouco. Mas agora encontramos solução, há sempre um caminho pelo qual se pode chegar a bom ponto.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente. V. Exª, com a lucidez que lhe é característica, e a experiência, já demonstra o caminho.

Como disse ao Senador Caiado, seria o primeiro a assinar – caso haja aprovação aqui na Comissão – o recurso, não há nenhum interesse, até porque quem decide se é terminativo ou não – como V. Exª sabe – é a Mesa; não é, evidentemente, jamais o Relator, muito menos o autor da proposta.

Mas, pedindo paciência ao Presidente, Senador Caiado, tão somente para dizer que hoje a lei federal que trata da ação civil pública já atribui a legitimidade a qualquer associação constituída há mais de um ano que tenha por objeto a defesa daquela área. Então, nada impede que exista, por hipótese, a associação dos advogados que defenda o meio ambiente da cidade tal. Ela já tem legitimidade hoje. Da mesma forma, qualquer outra associação. Então, na realidade, sob o ponto de vista prático, até acredito que não tenha grande aspecto de relevo prático, porque uma associação de advogados, uma associação de defensores de determinado tema já pode fazê-lo hoje, sem mudança nenhuma, porque a lei já confere, a lei de ação civil pública já é muito ampla ao permitir entre os atores que podem propor ação essas associações, que é a sociedade civil organizada. Mas, evidentemente, V. Exª tem todo direito de trazer esse debate, até para discutir essas questões que estão na lei federal que criou a Ordem, inclusive que atribuiu à Ordem, por lei, a determinação de defesa da Constituição e os interesses difusos.

Então, eu sou o primeiro a corroborar V. Exª e assinar um recurso para que, num debate maior, a matéria fique ainda mais esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão, vamos à votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos já votaram, encerrada a votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Doze votos a zero, uma abstenção.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 41**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais.

Autoria: Senador Wilder Moraes

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto é de autoria do Senador Wilder Moraes, um projeto, inclusive, em que tivemos a preocupação de fazer uma pesquisa nas redes sociais, e hoje já contamos com apoio maciço da população, principalmente das pessoas que residem em áreas rurais, e também de algumas entidades ligadas ao nosso homem do campo.

Falar sobre a importância desse projeto acho que nem necessita, diante dos altos índices de violência que nós estamos vendo no nosso País, principalmente lá na minha região, no Estado do Acre. E eu conversava com o Senador Wilder, não é diferente lá em Goiás.

Vamos ao relatório.

Vem a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 224, de 2017, de autoria do Senador Wilder Moraes, que pretende alterar o art. 4º da Lei nº 10.826, de 22 de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento). Inclusive, já há um projeto do Senador Wilder que trata desse estatuto para que possamos discuti-lo também.

O nosso parecer é favorável ao projeto.

Eu fiz um resumo aqui. Nosso voto: pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2017.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, a posição do Democratas é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, se V. Exª for encerrar a discussão, eu solicito vista antes. V. Exª encerraria a discussão hoje?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou encerrar a discussão...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Então eu solicito...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não cabe vista porque eu vou encerrar a discussão e não votaremos hoje. Votaremos só na próxima reunião.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não cabe vista, então?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, não há quórum suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se V. Exª solicitar vista antes de encerrada a discussão – eu ia encerrar – eu concederei vista.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu solicito vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Vista coletiva, Presidente, então.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2017

- Não terminativo -

Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 15/08/2017, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria;

- Em 12/09/2017, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de iniciativa do Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) –
Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Trata-se de um meritório projeto da nossa colega Senadora Maria do Carmo Alves, que nos dá o prazer da presença. Tive a honra de ser chamado para a relatoria.

Vou fazer um resumo, Sr. Presidente, começando por dizer que este projeto vem se prestando a alguns equívocos, a algumas distorções. Há algumas pessoas, alguns setores entendendo que se trata de um projeto para combater a estabilidade do servidor público. Mas não é esse o sentido, ao contrário, é bem diferente. O sentido é qualificar o serviço público através do funcionário estável. E o cumprimento de uma norma constitucional muito bem-apanhada pela Senadora Maria do Carmo, que há 19 anos já poderia ter recebido esta lei complementar, que é do art. 41, que prevê a hipótese de avaliação do funcionário por insuficiência de desempenho. Mas evidentemente que tanto pode flagrar o funcionário de mau desempenho como vai exaltar os funcionários bons, aqueles que cumprem adequadamente as suas funções.

E, por outro lado, depois de uma audiência pública bastante longa que fizemos aqui, Sr. Presidente, nós deixamos muito claro que é preciso ser muito acomodado para correr o risco de perder o cargo. Exemplo: depois de cumprir o estágio probatório, o funcionário estável será submetido a uma avaliação e no primeiro ano, se ele não obtiver – vejam bem, Srs. Senadores – uma nota de até 2,9, de zero a dez, ele terá um segundo ano para se recuperar, quando, inclusive, será acompanhado, ajudado por um órgão superior a desempenhar as suas tarefas. Aí, sim, se no segundo ano ele não ultrapassar os 2,9, aí, sim, ele se sujeita a um processo para fins de exoneração, não demissão, para exoneração.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Significa que ele poderá mais tarde voltar num novo concurso. Numa segunda hipótese, se durante cinco anos o funcionário estável jamais ultrapassar a média de 4,9, ele também corre o risco de uma exoneração. Com isso, o que se quer? Qualificar, fazer com que o funcionário público corresponda às expectativas do usuário, que somos todos nós brasileiros, que ele tenha o mínimo de esforço.

Se não conseguir durante cinco anos uma média cinco, por exemplo, ou seus, ele, talvez, não faça jus à remuneração e ao trabalho dos seus companheiros que fazem jus à nota oito, nove e dez.

Então, eu vou ler alguns pequenos trechos para deixar bem claro.

Nós estamos recebendo várias notícias, comentários, editoriais de jornais, apoiando esse projeto. Inclusive um comentário no *Estadão*, há poucos dias, lembrou muito bem: será que uma pessoa doente vai entregar o seu corpo ao médico-cirurgião que não ultrapassa nunca a nota 2,9? Será que um passageiro de um avião vai concordar e entrar em um voo de carreira no qual o piloto jamais atinge 2,9 de nota? É evidente, todos nós queremos profissionais competentes, dedicados, não eventualmente aquele que faz um concurso e depois se acomoda. E é por isso que estamos recebendo também muitas manifestações de apoio.

Então, alguns itens do projeto.

São vinte e nove artigos e sete capítulos. O primeiro capítulo trata das disposições gerais, enuncia o objeto e o âmbito da incidência da futura lei, alcançando todos os servidores estáveis de todas as esferas da Federação, isto é, da União, dos Estados e do Município. É abrangente, é a todos.

Estipula, para fins de nova lei, que o desempenho profissional dos servidores será avaliado com observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, não se confundindo tal avaliação com aquela feita durante o estágio probatório.

Uma outra parte, a sistemática de avaliação – esse ponto é muito importante, Sr. Presidente, Srs. Senadores – inclui dois fatores fixos: qualidade do trabalho e a produtividade do avaliado. E aí eu já quero dizer desde logo, de repente um funcionário que é avaliado apenas nos dois fixos poderá, já ali, habilitar-se e não precisará se submeter aos cinco fatores variáveis, que já vou ler, os cinco fatores variáveis de doze, mas sempre que vai se fazer a avaliação dos doze fatores retira-se cinco, conforme a característica do trabalho do avaliado. Por exemplo, relacionamento pessoal e funcional, foco no usuário, que é o cidadão, inovação, capacidade de iniciativa, responsabilidade, solução de problemas, tomada de decisão, aplicação do conhecimento, compartilhamento do conhecimento, compromisso com os objetivos institucionais, alto desenvolvimento, abertura de *feedback* e por aí.

Mais adiante, o planejamento das atividades a serem realizadas no período avaliativo deverá ser acordado – isso aqui é muito importante –, terá esta chance ainda o funcionário, de negociar com a comissão. O acordo entre ele, o avaliado e o avaliador, bem como, se flexível, permitindo capacitações necessárias para o alcance dos resultados pretendidos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na justificativa, a autora atenta para a mora do Congresso Nacional em regulamentar o inciso III, do §3º, do art. 41, da Constituição, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, o qual prevê a perda do cargo pelo servidor público com desempenho insuficiente.

Esta é a palavra-chave deste projeto: desempenho. Não são questões disciplinares. É desempenho. O bom funcionário não tem com que se preocupar. Agora, o funcionário acomodado ou o funcionário negligente têm que se preocupar e tratar de melhorar o seu rendimento no ano subsequente.

Aduz que o objetivo do projeto não é prejudicar o servidor público operoso, o qual também é prejudicado, com sobrecarga de trabalho, pela negligência dos maus servidores.

Foi realizada, em 15 de agosto, audiência pública para discutir o projeto. Na ocasião, dirigentes de entidades representativas dos servidores públicos manifestaram contrariamente ao PLS, com as seguintes ponderações: (i) haveria vício de inconstitucionalidade formal na proposição, por ser privativa do Presidente da República – desde logo, vamos observar: o Presidente da República não vai legislar para os Municípios; somos nós, o Congresso Nacional, que legislamos para todos –; (ii) a legislação atual já permitiria a demissão de servidores desiduosos; (iii) a edição de lei sobre o assunto seria inócua – são argumentos das corporações que discutem o projeto –, pois os servidores federais já são avaliados periodicamente, por determinação legal – nem todos; há repartições que fazem avaliações; outras não –; (iv) o projeto poderia dar margem a exonerações arbitrárias e em massa, sobretudo por abrir amplo espaço a avaliações subjetivas e para o estabelecimento de metas inalcançáveis – não há problema; o avaliado, o tempo todo, terá direito de defesa, terá advogado para acompanhá-lo, terá direito a recurso –; (v) a ameaça de exoneração por insuficiência de desempenho poderia comprometer a independência do servidor público, sujeitando-o a caprichos e a desmandos dos agentes políticos – convém aqui outra observação: o avaliador também estará sob o crivo de um órgão superior; se o avaliador cometer infrações ou perseguições, ele também será julgado –; (vi) os recursos contra a avaliação seriam julgados por quem comunga da visão da chefia imediata do servidor, o que os tornaria uma mera formalidade. Ao lado disso, foi feita sugestão no sentido de que a avaliação de desempenho fique a cargo de comissão da qual participe um servidor indicado pelas entidades representativas do funcionalismo.

A nossa autora, Maria do Carmo, propôs que a avaliação fosse feita apenas pelo chefe imediato. Nós apresentamos um substitutivo no sentido de que a comissão seja formada por três pessoas: o chefe imediato, um colega de trabalho do mesmo nível a ser sorteado e o representante do setor de recursos humanos. Seriam essas três pessoas.

Bem, quanto à análise, o legislador nacional tem o dever de editar lei complementar reguladora do procedimento de avaliação periódica de desempenho dos servidores públicos, avaliação essa que pode resultar na perda do cargo do servidor estável ineficiente. Repito: há quase 20 anos se espera por essa lei complementar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não resta dúvida de que a lei complementar a que se referem os citados dispositivos constitucionais é nacional.

Quando não há indicação do ente que deve editar a lei complementar, deve-se entender que o mandamento é dirigido ao Poder Legislativo da União [é o caso], mesmo porque se trata de regulamentar dispositivo da Constituição Federal.

Se o Congresso Nacional é competente para editar a lei referida no art. 41, §1º, III, não é menos verdade que a iniciativa dessa mesma lei seja franqueada a qualquer Parlamentar. É o que acontece.

Discordamos, portanto, da opinião manifestada em audiência pública pela representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), no sentido da inconstitucionalidade do projeto, por vício de iniciativa. Temos que o projeto é formalmente constitucional, ressalvada a previsão de seu art. 25, a seguir examinada.

Mais adiante.

Não vislumbramos vícios de injuridicidade no PLS. A via eleita – projeto de lei complementar – é a adequada. Ela inova o ordenamento jurídico, é dotado de generalidade e abstração, tem potencial coercitividade e não atenta contra os princípios regedores do Direito pátrio. Outrossim, inexistem óbices regimentais à tramitação do projeto.

Feitas essas observações, discutimos o mérito da proposição, não sem antes concordarmos com a sua autoria quanto à premente necessidade de regulamentar o preceito constitucional relativo à avaliação de desempenho do servidor público. É difícil encontrar explicação para essa mora legislativa tão grande, que não passe pelo reconhecimento de que poderosos *lobbies* atuam contra a instituição de um sistema de avaliação periódica do servidor.

A estabilidade do servidor público é um instituto tradicional no Brasil e tem a favor de si fundadas razões para continuar existindo. Ela não representa apenas um direito do servidor público, mas, antes de tudo, conjugada com a exigência de concurso público para ingresso no funcionalismo, constitui uma garantia, para a população, da continuidade administrativa e da profissionalização dos quadros do setor público, bem como um mecanismo inibidor do patrimonialismo, do uso da máquina estatal para benefício pessoal dos governantes. Servidor que não tenha garantias no cargo pode ser mais facilmente constrangido a agir segundo desígnios eventualmente espúrios ou ilegais de seus superiores.

Todavia, a estabilidade não pode ser considerada uma franquia para a adoção de posturas negligentes ou desidiosas pelo servidor. O dever de eficiência e o comprometimento com as instituições há de ser para toda a vida funcional. A aprovação no estágio probatório não pode constituir um divisor de águas a partir do qual, de servidor do público, o agente passa a servir-se de todos os benefícios e vantagens que o vínculo estatutário lhe proporciona, sem oferecer, como contrapartida, a prestação de um serviço eficiente. Por isso mesmo, a perda do cargo pelo servidor que não apresente desempenho satisfatório se justifica moral e juridicamente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No plano internacional, a dispensa de servidores por insuficiência de desempenho aferida em avaliações periódicas não constitui novidade. E aí o relatório cita uma série de países democráticos, de Primeiro Mundo, que já têm esse dispositivo.

Então, Sr. Presidente, já me encaminhando para o final deste resumo, o PLS em exame, como sumariado no relatório, trata adequadamente do tema, oferecendo disciplina que, de um modo geral, assegura tanto o cumprimento dos arts. 41, § 1º, inciso III, e 247, da Carta Magna, quanto dos princípios constitucionais processuais invocáveis na espécie.

Na preocupação de não alongarmos por demais o voto, deter-nos-emos nos pontos da proposição que, a nosso juízo, reclamam aprimoramento.

O primeiro deles refere-se ao uso da expressão "desempenho profissional". Em vários dispositivos da proposição, a nosso ver, a redação não é adequada, uma vez que os servidores titulares do cargo efetivo exercem competência ou atribuições que não são necessariamente vinculadas a uma profissão. Em alguns casos, o desempenho funcional também será profissional, quando as atribuições do cargo são típicas de uma profissão, como ocorre com advogados, médicos públicos.

Mas, em grande parte dos casos, não há essa coincidência. Por isso, no substitutivo que apresentamos, em lugar da expressão "desempenho profissional", utilizamos a expressão "desempenho funcional".

No substitutivo a seguir apresentado, propomos que a avaliação seja feita por comissão composta pela chefia imediata, por um servidor sorteado dentro dos integrantes da mesma lotação e por outro escolhido pelo órgão de recursos humanos.

Conforme o substitutivo, competirá à chefia imediata o acompanhamento permanente do servidor ao longo do período avaliativo.

No encerramento desse, será constituída a comissão avaliadora. Os outros membros da comissão terão acesso a todos os registros de acompanhamento das atividades do servidor, poderão entrevistá-lo e consultar seus processos de avaliação anteriores, bem como os registros de acompanhamento de outros servidores submetidos à mesma chefia.

Dessa poderão solicitar outras informações pertinentes, tudo com o propósito de que a comissão produza decisão bem informada e fundamentada.

A nota atribuída pela comissão ao servidor, em cada fator avaliativo, será definida pela média aritmética das notas lançadas pelos seus membros. Como a avaliação não mais será feita exclusivamente pela chefia imediata do servidor, o substitutivo elimina a previsão, constante do projeto (art. 7º), de homologação do resultado da avaliação pelo superior hierárquico da chefia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outra mudança proposta alcança diversos dispositivos do PLS, como o propósito de restringir a margem de subjetivismo nas avaliações, o que parece ser uma das principais preocupações das entidades representativas dos servidores.

Nesse sentido, o substitutivo determina que, na fase de planejamento, sejam indicados os critérios objetivos de atribuição de notas aos fatores avaliativos, levando-se em conta metas mensuráveis e – o que é ainda mais importante – alcançáveis.

Outrossim, permite que os avaliados manifestem, de forma anônima, sua irrisignação contra a decisão da chefia imediata, referente à escolha dos fatores avaliativos variáveis, bem como dos critérios a serem utilizados na atribuição de notas.

Desse modo, a autoridade a quem incumbe homologar sua decisão na fase de planejamento disporá de mais elementos para a formação do juízo, podendo, inclusive, promover as modificações que julguem essenciais para garantir a regularidade dos processos (art. 3º, § 1º, inciso III, e assim por diante).

Uma modificação que impacta vários dispositivos do projeto é a ampliação do período avaliativo. A nosso ver, um semestre constituiria lapso temporal muito curto. Então, estamos propondo avaliação anual. A ampliação do período avaliativo torna necessário modificar os critérios utilizados para justificar a perda de cargo por insuficiência de desempenho.

O projeto dispõe que seja exonerado o servidor que receber quatro conceitos sucessivos "n", ou cinco conceitos interpolados "n" ou "p", nas últimas 10 avaliações. Isso significa o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Senadores: as notas serão 8, 9 e 10, o que significa superação. É o funcionário público efetivo exemplar, e nós temos às mancheias 8, 9 e 10. Funcionários que tirem notas 6 e 7 são bons funcionários. Significa letra "a", atendimento. Ou o funcionário que tem atendimento parcial, é aquele que não alcança acima do 5, isto é, o 3, o 4 e o 5. Agora o "n" é aquele que não atende. É o que tira nota 1, 2 até 2,9. São essas as hipóteses.

Convenhamos que, se o funcionário, durante dois anos, não atinge nota 2,9, mesmo sendo ajudado no segundo ano, ou em cinco anos não ultrapassa uma média de 4,9, será que merece, dando atendimento ao público?

Em resumo, Sr. Presidente, para não me alongar, é isso.

Eu peço encarecidamente aos meus pares que leiam o projeto.

Recebi duas emendas do Senador Humberto Costa das quais eu acolho a primeira e rejeito a segunda.

Diz o seguinte o Senador Humberto Costa. Após disponibilizarmos nosso relatório ao Projeto Complementar, que conclui pela sua aprovação na forma do substitutivo, o Senador Humberto ofertou duas emendas. A primeira altera o art. 21, que trata do acompanhamento sistemático das avaliações de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desempenho, para deixar claro que as ações propostas visando à melhoria do desempenho do servidor que tenha recebido conceito "n" ou "p" deverão tomar como base o termo final da avaliação anual e se destinar, sobretudo, a promover a capacitação ou o treinamento do servidor avaliado. Prevê ainda que o referido termo relatará as deficiências identificadas no desempenho do servidor, considerados os fatores de avaliação.

Por fim, dispõe que as necessidades de capacitação ou treinamento do servidor cujo desempenho tenha sido considerado insuficiente sejam priorizados no planejamento do órgão ou da entidade, não podendo o servidor ser penalizado com o conceito "p" ou "n" nas próximas avaliações, caso o órgão ou a entidade não forneça a capacitação ou o treinamento.

Ainda com relação à emenda do Senador Humberto. Concordamos parcialmente com a emenda. De fato, as ações propostas no processo de acompanhamento sistemático devem ter por base aquilo que foi apurado na avaliação. O órgão também deve oferecer aos servidores programas de capacitação e treinamento. Entretanto, bloquear avaliações posteriores sob o argumento de que o órgão não oferece programas de capacitação ou treinamento nos parece descabido como regra geral, porque nem sempre a insuficiência do desempenho será decorrente de uma inabilidade do servidor suprimível por meio de capacitação ou treinamento, mas sim de falta de empenho ou colaboração.

De seu turno, a segunda emenda altera o art. 23, que trata do processo de desligamento dos servidores que exercem atividades exclusivas de Estado, para substituir a expressão “processo específico” por “processo administrativo específico”, bem como para assegurar recurso hierárquico especial, com efeito suspensivo, contra a decisão que determinar a exoneração do servidor no referido processo, quando a competência originária para tal ato não for da autoridade máxima do órgão ou entidade.

Em lugar de se admitir que a decisão do processo administrativo possa ser tomada por autoridade hierarquicamente inferior, com recurso à autoridade máxima do órgão ou entidade, reputamos mais adequado, até para manter coerência com o art. 22, que tal decisão seja reservada à autoridade máxima.

Assim, também incorporamos em parte a segunda emenda ao substitutivo.

Concluindo, incorporamos parte de seu conteúdo nesta última.

Votamos pela aprovação do PLS nº 116, de 2017 – complementar, na forma do substitutivo que está aqui disposto e será lido pelos colegas Parlamentares.

É o relatório resumido, embora também o resumo tenha sido extenso.

Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Peço vista, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva.

Não havendo mais número regimental, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezessete minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Wilder Moraes, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Lasier Martins, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Roberto Rocha, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Registram a presença os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Marta Suplicy, José Maranhão, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Benedito de Lira, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 71/2017, de autoria do Senador Edison Lobão. Finalidade: Avaliar a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública, com ênfase no panorama da segurança pública do País e nas principais dificuldades à implementação da referida Política Pública. Participantes: Sr. Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Egbert Nascimento Buarque, Secretário de Controle Externo da Defesa Nacional e Segurança Pública do Tribunal de Contas da União; e Sr. Almirante Alexandre Araújo Mota, Assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública (representante de: Carlos Alberto dos Santos Cruz, Secretário Nacional de Segurança Pública). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e Magno Malta. Registram presença os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger, José Medeiros e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridades. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 49, de 2017 - Não Terminativo - que: "Indica, nos termos do art. 103-B, VIII, da Constituição Federal, o nome do Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira para integrar o Conselho Nacional de Justiça." Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Desembargador VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA para integrar o Conselho Nacional de Justiça com 22 (vinte e dois) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 56, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Juiz MÁRCIO SCHIEFLER FONTES, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz MÁRCIO SCHIEFLER FONTES para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 57, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Wilder Moraes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei de Execução Penal." Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia (Ad hoc), substituiu Sen. Jader Barbalho. Relatório: Favorável ao Projeto, contrário às Emendas nºs 1, 3, 7, 17, 23, 24 e 25 e pelo acolhimento das demais Emendas, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

concede vista coletiva, nos termos regimentais. Observação: Em 20/09/17, foram apresentadas as Emendas nº 27, do Senador Ricardo Ferraço, e as Emendas nºs 28 a 36, do Senador José Maranhão. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012 - Não Terminativo - que: " Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimizabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioria Penal". Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal". Autoria: Benedito Domingos. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável à PEC nº 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015. Resultado: Adiado. Observação: Em 20/09/17, foi recebido Voto em Separado do Senador Ronaldo Caiado, favorável à PEC 115/2015 e contrário às demais Propostas que tramitam em conjunto. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador". Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil". Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas. Resultado: Adiado. ITEM 5 – EMENDAS DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017 que: "Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública." Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros. Relatoria da(s) Emenda(s): Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Favorável às Emendas de Plenário nºs 1 e 2 oferecidas à PEC nº 2, de 2017. Resultado: Adiado. ITEM 6 - TURNO





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação nos termos do Substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca". Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acréscenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denúncia da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2016 - Não Terminativo - que: "Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades judiciárias." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS). Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 102, de 2015 - Não Terminativo - que: "Institui o parlamentarismo e dá outras providências." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012 - Terminativo - que: "Veda o segredo de justiça nos procedimentos investigatórios e processuais em que agente público seja investigado ou acusado e dá outras providências." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transporte públicos." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 37ª Reunião, Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para seu conhecimento, que foi recebido o Aviso nº 799, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1968/2017, que trata de relatório de auditoria que tem por objetivo a preparação do Governo Federal brasileiro para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

O referido documento encontra-se na Secretaria desta Comissão, à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A presente reunião será realizada em duas partes: a primeira parte destina-se à realização de sabinas, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 38.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 49, de 2017

- Não terminativo -

Indica, nos termos do art. 103-B, VIII, da Constituição Federal, o nome do Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 13/09/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 56, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Juiz MÁRCIO SCHIEFLER FONTES, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Autoria: Supremo Tribunal Federal**Relatoria:** Senadora Marta Suplicy**Relatório:** Pronto para deliberação.**Observações:**

- Em 13/09/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 57, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Autoria: Supremo Tribunal Federal**Relatoria:** Senador Wilder Morais**Relatório:** Pronto para deliberação.**Observações:**

- Em 13/09/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Convido os senhores indicados, que estão no recinto da reunião, para comparecer à mesa para o início da sabatina.

Aproveito para saudar o Ministro João Otávio de Noronha, que entrevejo nessa distinta plateia, cumprimentando-o. Da mesma forma, o Dr. Fernando Mattos, Conselheiro Nacional do Conselho Nacional de Justiça, aqui também presente, a quem igualmente cumprimento e convido para tomar assento conosco. Da mesma forma, o Ministro Rogerio Schietti, do Superior Tribunal de Justiça, a quem igualmente cumprimento e convido para nos dar a honra de sua presença.

Convido, portanto, as autoridades que serão sabatinadas a ocuparem seus assentos. *(Pausa.)*

Cumprimentando as dignas autoridades convidadas para nossa sabatina, vamos designar a cada qual o prazo inicial de 15 minutos. Por isso mesmo, a primeira a fazer a sua apresentação é a eminente Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale.

Concedo-lhe a palavra, para sua exposição, pelo prazo inicial de 15 minutos. Com a palavra S. Ex^a.

A SR^a MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE – Bom dia a todos!

Cumprimento o Ex^{mo} Sr. Senador Anastasia, presidindo hoje a Comissão de Constituição e Justiça.

Gostaria de também cumprimentar aqui o nosso Corregedor, Ministro Otávio de Noronha, que nos deu a honra da sua presença, bem como o Conselheiro Fernando Mattos, da Desembargadora Sadek, do Dr. Paulo Tamburini, dos meus familiares, meus dois filhos, da minha grande família, Paulo e Claudio Vale, e da minha sobrinha, que é a filha que eu não tive, Christiane do Vale Leitão.

Saúdo o Ex^{mo} Sr. Wilder Moraes, jovem engenheiro, Parlamentar do Estado de Goiás, atuante, competente, digno Relator da indicação do meu nome ao Conselho Nacional de Justiça, na pessoa de quem peço licença para saudar todos os demais Senadores e Senadoras da República integrantes desta respeitável Comissão.

Gostaria, ainda, de fazer uma referência muito especial aos Senadores Eunício Oliveira, Presidente desta Casa; José Pimentel, 1º Secretário, e Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa Legislativa, honrosos representantes do Ceará, com atuação parlamentar sempre correta e atenta à vontade popular.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Demais autoridades, servidores presentes, imprensa, meus amigos, a realização desta sessão de sabatina, condição para a nomeação ao cargo de conselheira do Conselho Nacional de Justiça, reafirma a importância da participação do Poder Legislativo na composição dos órgãos do Poder Judiciário como forma de controle entre os Poderes da República, demonstrando a maturidade democrática e o consolidado sentimento federativo e republicano do nosso País.

É uma honra a submissão do meu nome à análise desta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que foi precedida, para meu grande orgulho, de escolha pelo Colegiado de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Feita essa consideração, indispensável dada a ocasião, passo a expor minha formação acadêmica e experiência profissional, a fim de subsidiar a avaliação da minha indicação para o exercício da atividade de conselheira do Conselho Nacional de Justiça no biênio 2017/2019.

Nasci em Fortaleza, oriunda de uma família dedicada à atividade jurídica, sendo filha de Francisco Ferreira do Vale e Iracema Martins do Vale, já falecidos, e neta também de advogado. O meu pai e avô, todos advogados militantes.

No ano de 1971, ingressei na Faculdade de Direito do Ceará; depois, fiz o curso de Administração Pública. Naquele mesmo ano, buscando aperfeiçoamento técnico, tornei-me especialista em Direito Público na Universidade Federal do Ceará e, posteriormente, em Processo Civil, pela Escola Superior do Ministério Público.

Ingressei no serviço público em 1974, ainda estudante, mediante concurso, como servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no cargo de técnico judiciário.

Em 1982, obtive a aprovação em concurso público para provimento do cargo de Promotora de Justiça do Estado do Ceará, atuando no interior do Estado, nas Comarcas de Beberibe, Acaraú, Sobral e Maranguape.

Foi experiência enriquecedora. A vida e as dificuldades do povo do nosso Sertão nordestino, sua resistência às adversidades climáticas, ora escassez de chuvas, ora enchentes, falta de recursos financeiros, de educação formal deram-me uma oportunidade de constatar mais de perto a importância da presença do Estado na figura do Ministério Público ou do Juiz de Direito, para emprestar o mínimo de dignidade àquela gente. O contraponto entre a realidade da faculdade, dos gabinetes, do serviço público e a situação dos cidadãos no interior do nosso País fortaleceu-me na convicção de que minha missão profissional estava irremediavelmente ligada à prestação jurisdicional.

Bom dia, Senador Pimentel, já o cumprimentei aqui na minha fala.

Depois, fui promovida, pelo critério de merecimento, a Procuradora de Justiça. Atuei na segunda instância do Ministério Público; fui membro do Conselho do Ministério Público por eleição da classe; fui





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

membro da Comissão Revisora do Código, entre outras. Após isso, passei mais de 20 anos dedicada ao Ministério Público, com comprometimento. Assumi a função de Procuradora-Geral, por eleição direta, durante os anos 2004 e 2005. Atuar como fiscal da ordem pública, zelando pelo cumprimento e pela fiel execução das disposições legais, constitucionais, tutelando os direitos individuais e sociais, despertou em mim o desejo de atuar no outro extremo da relação jurídico-processual, passando a representar o Estado sob o prisma da resolução dos conflitos, aplicando Direito e distribuindo Justiça.

Em outubro de 2005, pelo critério do quinto constitucional, na vaga destinada ao Ministério Público, fui eleita e empossada Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, instituição que honrosamente componho até os dias de hoje. Desempenhei as seguintes funções: membro da 1ª Câmara, membro da 4ª Câmara, em que fui Presidente, Ouvidora-Geral, integrante do Conselho Superior da Magistratura.

No ano 2009, passei a ocupar, em paralelo às atribuições da Justiça Estadual, a função de membro suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará.

Em 2011, assumi o cargo de Corregedora e Vice-Presidente daquela Corte Eleitoral.

No ano de 2013, fui eleita Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, biênio 2013-2015, condição que me permitiu ainda presidir o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais no período 2014-2015. Como Presidente, pude iniciar a concretização de uma antiga aspiração daquela Corte, qual seja, a construção da sua nova sede, amparada por um projeto moderno e dinâmico ainda em execução, mas que trará maior conforto aos jurisdicionados e qualidade aos trabalhos de todos os que lá desempenham suas funções.

Iniciamos também o processo de recadastramento biométrico a fim de conferir maior segurança e celeridade ao pleito. A experiência de presidir o Tribunal Regional Eleitoral e realizar duas eleições, sendo uma municipal e uma geral, foi um momento de grande aprendizado. Contribuir para a concretização da democracia é um momento especial para todos nós, cidadãos.

O cotidiano daquela área específica de Direito permitiu-me conhecer toda a estrutura pública que muitas vezes não se torna evidente aos olhos da sociedade, mas que desempenha papel fundamental para garantir que a voz do povo possa ser traduzida pelo exercício do sagrado direito constitucional ao voto, cláusula pétrea e instrumento legitimador de nossa democracia.

A vida seguia, novos desafios me eram apresentados, o que me permitiu reafirmar o meu compromisso com a efetivação da prestação jurisdicional célere e eficaz.

Em 2014, fui eleita por aclamação Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, permanecendo à frente do Poder Judiciário estadual durante o biênio 2015-2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bom dia, Senador Maranhão. Ocupei ao mesmo tempo o posto de Secretária Executiva do Conselho dos Tribunais de Justiça, formado por todos os Presidentes dos Tribunais de Justiça do País.

No ano de 2016 sediamos em Fortaleza o 107º Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o País, oportunidade em que foi editada a Carta de Fortaleza – até o Ministro Noronha nos deu a honra de sua presença.

Durante minha gestão foram empreendidos todos os esforços necessários para colocar em prática as políticas prioritárias do Conselho Nacional de Justiça, tais como Justiça pela Paz em Casa, Mutirão Fiscal, Audiência de Custódia, Resolução Consensual de Conflitos e Ressocialização e Reinserção dos Apenados no Mercado de Trabalho.

Peço licença aos Srs. Senadores para apresentar rapidamente algumas dessas iniciativas.

No primeiro semestre de 2015 foi lançado o projeto Justiça pela Paz em Casa, oportunidade em que restaram promovidos seis mutirões a fim de priorizar o julgamento dos feitos relativos à violência doméstica e familiar em todo o Estado. Foram também realizados diversos eventos para esclarecer a população acerca da matéria, com a apresentação de filmes, realização de debates com profissionais especializados e a Marcha das Mulheres pelo Fortalecimento dos Equipamentos e das Políticas de Atendimento às Vítimas. Outra importante iniciativa foi o início da implantação da Casa da Mulher Brasileira, instrumento voltado ao atendimento humanizado às mulheres em situação de necessidade, integrando-se, ao mesmo tempo, o serviço de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, a Delegacia de Defesa da Mulher, o Juizado da Mulher, além da Defensoria Pública e do Ministério Público.

Gostaria aqui só de abrir parênteses. O que eu vi e constatei durante esse período, Senador, foi estarrecedor. Havia algumas mulheres que tiveram 90% de seus corpos queimados pelos maridos, um negócio...

Dada essa situação, nós firmamos convênios para que elas pudessem ter também condição de sair daquele estado de violência.

De setembro a outubro de 2015 ocorreu um mutirão fiscal destinado a possibilitar a regularização de dívidas por parte dos contribuintes estaduais e municipais. A iniciativa foi exitosa sob duplo enfoque, uma vez que permitiu a arrecadação aos cofres públicos e viabilizou, de igual maneira, a redução de 10% do acervo processual relativo às varas de execução fiscal da Comarca de Fortaleza.

Ainda no que concerne à priorização da rápida resolução de controvérsias judiciais, tornou-se efetiva a Política de Resolução Consensual dos Conflitos, encampada pelo Conselho Nacional de Justiça e consagrada a partir da sanção do novo Código de Processo Civil, que trata da mediação como meio de solução e autocomposição de conflitos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Foram criados 25 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania no Estado do Ceará. Destaque-se que o Estado do Ceará foi um dos poucos da Federação a realizar cursos de formação de instrutores em mediação judicial, promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça. Esse e outros esforços permitiram ao Tribunal de Justiça alcançar o primeiro lugar no País em conciliações, de acordo com a mais recente estatística do Justiça em Números.

Ciente da necessidade de adoção de políticas estatais voltadas para minorar o problema da superlotação carcerária, empenhei-me para implantar no Estado o projeto Audiência de Custódia, nas quais se procede à análise da prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade do encarceramento ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares, sendo também uma oportunidade para a verificação de eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades.

Além disso, realizou-se mutirão a fim de promover as audiências envolvendo réus presos ainda não apresentados aos juízes, desafogando, assim, a demanda reprimida das unidades judiciárias.

Bom dia, Senadora.

Firme na perspectiva de viabilizar a reinserção dos apenados no convívio social, celebramos convênios junto a instituições públicas e privadas com o propósito de facilitar a ocupação de postos...

Bom dia, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Bom dia.

A SRª MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE – É um prazer. Minha admiração a todas as mulheres Senadoras.

Celebramos convênios junto a instituições públicas e privadas com o propósito de facilitar a ocupação de postos de trabalho por detentos que se encontram nos regimes semiaberto e aberto.

A partir da diretriz traçada pelo CNJ, foi dispensada especial atenção à tutela da saúde – isso foi muito importante –, cuja violação vem gerando verdadeiro efeito multiplicador de demandas no âmbito dos tribunais em todo o País. De modo a cooperar com os magistrados na apreciação dos pedidos de medicamentos, em observância à Resolução 238 do CNJ, instalei, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o NAT (Núcleo de Apoio Técnico), em parceria com o Poder Executivo Estadual, a Universidade Federal do Ceará e o Município de Fortaleza, de modo a fornecer apoio aos magistrados a respeito da medicação solicitada, seu grau de eficácia e a devida aprovação pelo órgão competente. Tal medida tem permitido a efetivação de direitos do cidadão à saúde mediante a otimização na aplicação dos recursos públicos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O período de Presidência do TJ foi marcado por desafios. As dificuldades financeiras – o Senador Pimentel deve ter ouvido várias vezes no jornal – tantas vezes referidas quanto à Justiça estadual é um problema que se afigura praticamente intransponível aos gestores que assumem a incumbência de administrar essa esfera do Poder Judiciário, mas que não pode ser um aspecto paralisante nas atividades judiciárias. Para isso, cabe ao gestor, e esta foi sempre...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE – ... a minha preocupação, ter comprometimento, seriedade e, sem receios ou temores, enfrentar a questão com a adoção de medidas que imponham racionalização dos gastos públicos de ordem variada, com a preocupação inarredável de priorizar a manutenção da prestação jurisdicional em nível de mínima satisfatoriedade.

Consciente de que a Justiça deve estar cada vez mais próxima da população, empenhei-me, apesar das restrições orçamentárias do Tribunal de Justiça do Ceará, e, em fevereiro de 2016, dei posse, de uma única vez, a 76 candidatos aprovados no concurso de provas e títulos para o cargo de Juiz Substituto. Acho que esse foi um dos feitos mais importantes da minha administração, porque a primeira instância estava toda vaga, uma eleição estadual se avizinhava, e como se podia falar em uma eleição municipal sem nenhum juiz na comarca? Então, isso aqui foi realmente... Acho que o Senador lembra: eu briguei muito, mas conseguimos. Nunca uma quantidade tão expressiva de cargos de magistrado havia sido provida de maneira simultânea naquela instituição em seus 143 anos de história.

Após o término do mandato como Presidente do TJ, retornei às atividades judicantes no mês de fevereiro, momento a partir do qual passei a integrar a 3ª Câmara de Direito Público, na Seção de Direito Público, e o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, na condição de membro nato.

Por indicação da Ex^{ma} Srª Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e do Conselho Nacional de Justiça, participei dos esforços empreendidos para a implantação, no Estado do Ceará, de uma unidade juvenil feminina, com metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac).

Ainda está em andamento, ainda está dependendo de algumas coisas – Dr. Márcio sabe também – do Governo do Estado. Foi nesse período que eu estive aqui, mas eu garanti à Ministra Cármen Lúcia que vou terminar esse projeto. Esse projeto, em fase inicial de execução, representa uma nova visão com relação aos graves problemas que afligem a infância e a adolescência brasileira.

Durante esses últimos anos no exercício da magistratura, pude verificar – em especial quando exerci os cargos de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente do Tribunal de Justiça – a importância do Conselho Nacional de Justiça como órgão de planejamento administrativo e financeiro do Poder Judiciário, que muito tem contribuído para o fortalecimento dos órgãos judiciários brasileiros,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pautando mudanças estruturais indispensáveis ao fortalecimento da República. Esse avanço fundamental para o Poder Judiciário somente foi possível pela sensibilidade do Legislativo, que, no momento certo, bem soube apreciar a Emenda Constitucional 45 e realizar a reforma do Judiciário, que favoreceu, dentre muitas mudanças consideráveis para o seu aprimoramento, a criação do Conselho Nacional de Justiça.

Finalizando a presente exposição, esclareço ser uma grande honra estar aqui, perante as Ex^{mas} Sr^{as} e os Ex^{mos} Srs. Senadores da República, na condição de Desembargadora oriunda de um Tribunal de Justiça do Nordeste brasileiro, superando desafios e sempre buscando suplantar dificuldades com o objetivo de colaborar com o fortalecimento da imagem e a realidade da mulher no cenário nacional, seguindo os passos de duas referências do Poder Judiciário, as Ex^{mas} Sr^{as} Ministras Cármen Lúcia e Laurita Vaz, à frente, respectivamente, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Reitero o compromisso de, caso aprovada a indicação por esta Casa Legislativa, contribuir, de maneira total e irrestrita, para o bom desempenho das funções do Conselho Nacional de Justiça, auxiliando na missão constitucional desse órgão de exercer o controle das searas administrativa e financeira do Poder Judiciário, pautando-me pelas disposições legais e constitucionais que regem sua atuação.

Agradeço a atenção de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigada.

São 45 anos de trabalho dedicado à vida pública e à Justiça.

Muito obrigada, coloco meu nome aqui à disposição do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Desembargadora Maria Iracema. Cumprimento V. Ex^a pela exposição e pela riquíssima experiência de vida que nos apresenta aqui.

Eu passarei a palavra agora ao próximo sabatinado, eminente Desembargador Federal Valtércio Ronaldo de Oliveira, também para sua exposição, igualmente pelo prazo de 15 minutos.

Com a palavra V. Ex^a, Desembargador Valtércio.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Um bom dia a todos!

Inicialmente, cumprimento o Senador Anastasia, na pessoa de quem saúdo todos os demais Ex^{mos} Senadores e Senadoras da República. Cumprimento também meus colegas de mesa, de bancada: a Desembargadora Maria Iracema do Vale e o Juiz Márcio Fontes.

Eu quero aproveitar o ensejo para fazer inicialmente alguns agradecimentos. Agradeço ao Senhor do Bonfim, cuja irmandade eu integro, lá na Bahia, da Igreja do Senhor do Bonfim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço aos Ministros do TST pela minha indicação, e o faço através dos Ministros o Decano João Oreste Dalazen e o Presidente Ives Gandra da Silva Martins Filho. Agradeço às Ex^{mas} Senadoras e aos Ex^{mos} Senadores, de modo especial à Senadora Lídice da Mata, Relatora desse meu processo, pela receptividade que tive por parte de todos os senhores e todas as senhoras e a lhaneza no trato com que fui recebido.

Agradeço a minha família, meus pais, *in memoriam*; minha esposa, Vera, que está aqui presente, filhas e netos, razão do meu viver; aos meus amigos, estimados servidores de ontem e de hoje, que, com dedicação e denodo, constroem com os magistrados a Justiça do Trabalho.

Agradeço a presença da Juíza Angélica Ferreira, Presidente da Amatra; agradeço imensamente a presença do Ministro Noronha, Corregedor do CNJ – é uma honra tê-lo aqui, Ministro.

Eu, diferentemente da ilustre, da Ex^{ma} Desembargadora, que já nasceu em uma família de juristas, nasci na cidade de Boquim, Sergipe, e, quando tinha um ano e meio de idade, meus pais, por questões financeiras, tiveram que ir morar na cidade de Itabuna, na Bahia, reduto sergipano, fundada por sergipano. Ali minha família permaneceu e ainda continua até hoje.

Eu me considero baiano porque, com um ano e meio de idade, realmente pouco conheci a minha cidade natal. Esse reconhecimento já veio com o título de cidadão itabunense, com o título de cidadão ilheense, onde fui juiz durante nove anos, título de cidadão de Coité, Conceição de Coité, e o título de cidadão soteropolitano. Além disso, e muito me honra, o título de cidadão baiano.

Comecei a minha atividade de labor com dez anos de idade, menor, estudando em colégio público. Meu pai, nas férias escolares, dizia que não queria filho sem fazer nada, então, que eu fosse aprender um ofício, e me colocou para trabalhar no comércio, de sorte que, nos meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro, estava eu aprendendo o ofício na arte do comércio. (*Pausa.*)

Bom dia, Senador Lobão, é uma satisfação enorme tê-lo aqui. A condução dos trabalhos estava muito bem com o Senador Anastasia, e, agora V. Ex^a, também com o mesmo brilho, continuará presidindo esta reunião.

Aos 13 anos, eu já tive que trabalhar em um turno e estudar em outro. Aos 14 anos, passei a estudar à noite e laborar durante o dia, integral.

Com 18 anos, eu pedi demissão do meu emprego e fui aprovado em concurso realizado pela autarquia Ceplac, que cuida, na região cacauzeira, da recuperação dessa lavoura tão importante para o desenvolvimento da Bahia e do Brasil.

Posteriormente, pedi, agora, exoneração do cargo, porque havia sido aprovado em exame vestibular para o curso de Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas, passando a lecionar Biologia em diversos colégios de Itabuna.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nessa ocasião, ainda estudante de Biologia, participei do Projeto Rondon, um projeto de grande valia para o País, que, na minha opinião, deve ser restaurado, deve ser retomada a sua posição, pois estudantes de todas as áreas se deslocavam para as regiões mais longínquas do Brasil para prestar socorro médico e odontológico e dar orientações de hábitos de higiene a toda aquela população carente. E, nessa ocasião, eu conheci a minha esposa, que é pedagoga e professora da Universidade de Santa Cruz.

Em seguida, depois de seis anos na labuta do magistério, lecionando Biologia, chegando a dar 15 aulas por dia em cinco colégios da cidade de Itabuna, um trabalho insano, orientado por um amigo, fui incentivado a fazer o concurso para servidor da Justiça do Trabalho. Então, passando em quinto lugar nesse concurso, ali permaneci, como Secretário de Audiências, por quase dez anos. Essa foi a minha atividade pública na Justiça do Trabalho.

Por essa ocasião, em 1978, eu retomei os estudos e fui aprovado para o curso de Direito na antiga Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, embrião da hoje Uesc, que foi estadualizada no governo de Waldir Pires, em 1981, quando então, concluí meu curso.

Posteriormente, já nos idos de 1987, fui aprovado em concurso para o cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho, atuando em diversas varas no interior da Bahia. Inclusive, a minha primeira convocação foi para trabalhar no extremo sul da Bahia, na cidade de Itamaraju, na então Junta de Conciliação e Julgamento de Itamaraju, com cerca de 6,2 mil processos por ano.

O titular daquela vara colocava 25 processos pela manhã e 25 à tarde. Não havia computadores, não havia, portanto, o copia e cola, que facilita muito a vida do magistrado no caso de alguns textos básicos de fundamentação de suas decisões. E, ainda, tínhamos um quadro diminuto de servidores, daí porque, durante a noite, eu tinha de ficar despachando de próprio punho todos os processos que me eram encaminhados.

Fui promovido a Juiz Titular, por merecimento, em março de 1990, para a Vara do Trabalho de Itamaraju e, em janeiro de 1991, pedi remoção para a Vara do Trabalho de Eunápolis, permanecendo lá um ano e dez meses.

Em seguida, fui removido, também a pedido, em agosto de 1992, para a Vara de Ilhéus, onde fiquei durante nove anos. Por essa ocasião, eu fiz o curso de pós-graduação em Direito Processual na Uesc, nos idos de 1999 e 2000, vindo a lecionar naquela unidade no curso de Direito a matéria Direito Civil.

Promovido que fui para o Tribunal do Trabalho da 5ª Região, também por merecimento, em junho de 2001, assumi a Presidência da Primeira Turma, assim que cheguei, no próprio ano de 2001, e posteriormente a Presidência da Quarta Turma.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidi a Seção de Dissídios Coletivos e a de Dissídios Individuais, e eleito fui pelos meus pares para ocupar o honroso cargo de Corregedor da 5ª Região no biênio 2011-2013. O cargo de Corregedor efetivamente é um cargo muito espinhoso e tivemos que lidar com os mais difíceis problemas com alguns magistrados; tive que fazer representações em razão da negligência de alguns colegas. Não havia outro caminho, porque, com os atrasos, convidava para conversar, procurava fazer com que essas sentenças fossem agilizadas, mas a repetição constante dos atrasos fez com que eu ajuizasse representação junto à Presidência do Tribunal e, no Órgão Especial, alguns desses colegas vieram a ser punidos com a punição da censura, e alguns outros foram aposentados da magistratura.

Em setembro de 2013, fui eleito Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, assumindo esse honroso cargo em 5 de novembro de 2013. Durante esse lapso de tempo, tive como objetivo visitar todas as unidades de varas da capital e do interior – são na Bahia 88 varas, 39 na capital e 49 no interior, algumas no interior longínquo, como em Barreiras, por exemplo, que fica a mil quilômetros de distância, assim como Bom Jesus da Lapa, também a mil quilômetros de distância. Muitas vezes, tive que ir de carro para fazer visita a essas unidades jurisdicionais.

Verifiquei *in loco* as dificuldades de cada vara por que passava, quer quanto à gestão do juiz da vara, quer quanto à identificação de problemas na estrutura dos prédios, e mantendo um diálogo sempre cortês com o juiz da unidade jurisdicional, com os advogados, com as partes que nos procuravam para fazer alguns reclamos e com os servidores. Também mantivemos um diálogo permanente e cortês com os membros do Ministério Público do Trabalho e com toda a sociedade em Salvador.

Presidimos, concomitantemente, a Turma de Dissídios Coletivos. Tinha por hábito, como Presidente do Tribunal e Presidente da turma relativa a dissídios coletivos... Tive o prazer de realizar... Em 100% das ações que foram impetradas, nós nos reunimos com os sindicatos patronais e com os sindicatos dos trabalhadores e conseguimos conciliar 80% desses processos.

(Soa a campainha.)

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Foi um dado, efetivamente, importante durante a minha gestão.

Diligenciamos junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho para a construção de vários prédios no interior dadas as dificuldades com que os magistrados trabalhavam. Em alguns locais, os prédios se encontravam com fiação solta, com processos empilhados dentro de banheiro porque não havia outro espaço para colocá-los. Daí que veio a conclusão do prédio da Vara de Itapetinga e, posteriormente, conseguimos inaugurar os prédios das Varas de Paulo Afonso, Brumado e Ipiaú, além de termos iniciado as obras da Vara de Conceição do Coité e a reforma do prédio de Ilhéus.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui eu faço um registro muito importante. Nós não tínhamos verba para a construção desses fóruns e contamos com a Bancada da Bahia, com emendas individuais de Bancada, com vários Deputados nos ajudando com emendas individuais e também com vários Senadores nos ajudando, nos auxiliando para a construção desses fóruns.

Implantamos, durante a minha gestão... Havia um anseio grande: dez anos antes da minha gestão, os servidores e os magistrados vinham lutando para que fosse, Senador Benedito, implantado o plano de saúde do TRT. Quando assumi a Presidência, tomei por base... Porque o plano que havia para atender aos magistrados e aos servidores não era de grande qualidade, não tínhamos unidades suficientes para o atendimento dos servidores e dos magistrados. Fizemos uma comissão, e essa comissão foi entregue à Desembargadora Maria das Graças Boness, que, junto com os servidores do meu Tribunal e orientada pelos servidores do TST... Implantamos o plano de saúde que hoje vem funcionando às mil maravilhas. Acabaram aquelas dificuldades do servidor, porque temos convênio com diversos hospitais de referência na cidade de Salvador e também no interior do Estado.

Exercemos, no ano de 2015, a Presidência do Coleprecór.

(Soa a campainha.)

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Fui eleito por aclamação pelos meus colegas, entre presidentes e corregedores de todos os tribunais do País. São 24 regionais, e por aclamação meu nome foi aprovado, com muita honra. Nesse período, adquiri mais uma experiência importantíssima, que, caso seja meu nome aprovado pelo Senado, por esta Comissão e posteriormente pelo Pleno, será de muita valia para o trabalho no CNJ.

Na Presidência do Colégio de Presidentes e Corregedores, tive a oportunidade de conhecer a realidade de todos os tribunais do País, as dificuldades, as agruras, as deficiências, e mantivemos contato permanente junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, junto ao CNJ, inclusive para ter condições de realizar todas as metas propostas pelo CNJ.

Na Presidência do Coleprecór, mantive um elo permanente entre o segmento da Justiça laboral e os demais Poderes da República. Esta Casa sempre nos acolheu com a maior lhanza e proposta de soluções dos nossos problemas do Judiciário trabalhista. Conseguimos implantar, em todas as varas do trabalho da Justiça da 5ª Região, o processo judicial eletrônico. Senador Lobão, para o senhor ter uma ideia da economia de papel, são 4 milhões de folhas de papel que deixam de ser consumidas por ano com o processo judicial eletrônico no Estado da Bahia. É algo que vem funcionando e vem se aprimorando. Foi um plano, um projeto criado pelo CNJ, e com muita honra nós conseguimos implantar esse projeto, que faz com que haja uma celeridade maior na solução desses processos. O advogado não precisa mais ter que ir à Justiça para fazer a entrega e dar entrada numa petição inicial. Do escritório dele ou da residência dele, ele aciona a sua senha e imediatamente o processo já está com o número





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

designado, com dia de audiência, local onde a audiência vai ser realizada e o horário específico para aquela audiência.

O processo judicial eletrônico também é uma ferramenta que reduz, Senador Anastasia, a necessidade de derrubada de uma quantidade imensa de florestas, que eram destruídas para confecção de papéis a fim de adquirir a celulose. Essas matas hoje não são tão devastadas quanto antes porque esse processo judicial eletrônico encontra-se implantado em todo o País hoje, na Justiça do Trabalho. Então, a economia, a celeridade processual e a economia de numerário dos cofres públicos é imensa, em razão da redução drástica do uso de folhas de papel.

No mais, eu digo aos senhores que o CNJ tem uma função precípua de auxiliar e fiscalizar os tribunais regionais do País na parte administrativa, financeira e disciplinar. E tenho certeza de que, porventura meu nome venha a ser consagrado por este Colegiado e pelo Pleno do Senado, nós procuraremos nos empenhar na solução dos problemas junto com os futuros pares – se assim for o desejo dos senhores –, lá no CNJ, para aprimorar cada vez mais o Judiciário, a fim de que seja entregue a prestação jurisdicional de uma forma mais efetiva, sobretudo visando à conciliação dos processos, que é um meio eficaz para que haja a composição do litígio e a paz social entre trabalhadores e empregadores.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Valtércio.

Concedo a palavra ao Dr. Márcio Schiefler Fontes.

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Vice-Presidente, Srª Relatora, Srs. Senadores, Deputados, Conselheiros, magistrados, advogados, servidores, colegas sob arguição, senhores jornalistas, internautas, espectadores, enfim, todos e cada um, manda o protocolo que eu faça considerações iniciais a meu próprio respeito, o que é sempre difícil, especialmente para juízes, que, como se sabe, vivem de ouvir, não de falar.

Meu nome é Márcio Schiefler Fontes. Sou Juiz de Direito do meu Estado natal, Santa Catarina, há 12 anos. Estou aqui hoje, indicado que fui pelo Supremo Tribunal Federal, para ocupar vaga no Conselho Nacional de Justiça destinada à classe mais tradicional e expressiva do Poder Judiciário nacional, os juízes dos Estados. Até por isso, sei que hoje é um dia de trabalho desta Comissão do Senado desempenhando as importantes atribuições que lhe foram cominadas pela Constituição. É, sem dúvida, para mim, um dia muito importante.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que hoje, para mim, é um dia muito feliz. Digo isso, Sr. Presidente, porque a última vez que alguém da minha família fez uso da palavra por direito no Senado foi em 1926, há mais de 90 anos, portanto, ainda pela voz do Senador por vários mandatos, testemunha presencial e partícipe do 15 de novembro, chanceler sucessor do Barão do Rio Branco, que foi o Senador Lauro Müller, de quem guardo uma distância de quatro gerações. Isso é sobremaneira interessante para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mim, Sr. Presidente, porque entrei na Faculdade de Direito, entusiasmado, claro, pelo sistema de justiça, como todo estudante de Direito, mas visando ingressar na carreira diplomática.

Depois de muito esforço e mesmo sacrifício, consegui ser aprovado, no mesmo ano, nos dois concursos, e fui nomeado praticamente ao mesmo tempo como Juiz de Direito do meu Estado e Diplomata. Seguiu-se, então, uma reflexão que resultou em eu optar pela carreira da Magistratura. Opção feita, eu me entreguei a uma carreira bastante peculiar porque, sem que eu o desejasse, sempre acabei levado a situações extremas até geograficamente. Como titular, minhas lotações foram, primeiro, junto à Argentina, na fronteira, onde o Brasil começa. Depois, junto ao Rio Grande, ao pé dos Aparados da Serra; depois, junto ao Paraná, nas margens dos Rios Negro e Iguaçu.

Ainda antes, e não nego que tenha enfrentado muitas dificuldades, minha carreira começou e prosseguiu sempre muito rente a desafios de temas criminais. Como substituto, trabalhei três anos quase exclusivamente em vara criminal da região metropolitana da capital, cuja principal competência era a corregedoria da Penitenciária de São Pedro de Alcântara, a maior do meu Estado, então com quase 1,2 mil detentos, onde nasceu a facção criminosa que anualmente – este ano não foi diferente – promove uma série de atentados terroristas em Santa Catarina, como é divulgado pelos jornais.

Ao longo desses anos, tive a oportunidade de conciliar a atividade judicial ininterrupta, de que muito me orgulho, com a realização de alguns cursos, em áreas todas afetas à atuação do Conselho Nacional de Justiça. Fui também juiz eleitoral.

Neste 2017, em que retornei à jurisdição ordinária depois de mais de três anos como juiz auxiliar do Ministro Teori Zavascki, fui designado, pela Ministra Presidente do Conselho Nacional de Justiça do Supremo Tribunal Federal, juiz colaborador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e também membro da comissão executiva do Fórum Nacional "Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa". Além disso, fui por ela igualmente designado para integrar o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, como 1º Suplente, condição em que passei a compor também a Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas em Situação de Privação de Liberdade.

Assim, sem prejuízo da minha jurisdição no meu Estado natal, tenho acompanhado, ao longo dos últimos meses, o esforço quase sobre-humano da Ministra Presidente para, sem descurar das graves funções judiciais do Supremo Tribunal Federal, impulsionar projetos verdadeiramente estruturantes no Conselho Nacional de Justiça, a começar pelo promissor Cadastro Nacional de Presos, a partir da nova versão do Banco Nacional de Mandados de Prisão, que já se acha em fase de implantação.

No CNJ, passei a acompanhar com admiração o trabalho desenvolvido em diversas áreas, devendo aqui enaltecer a figura da professora de São Paulo, Maria Tereza Sadek, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, especialista de renome, que, não bastasse emprestar sua experiência e sua competência ao Poder Judiciário nacional, ainda cometeu a imprudência de me fazer travar com a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Professora Ada Pellegrini Grinover, falecida recentemente, uma troca de opiniões – modestas da minha parte, geniais da parte dela – sobre temas contemporâneos do Processo Penal.

Cabe finalmente, Sr. Presidente, uma palavra minha de homenagem aos juízes e servidores da Justiça brasileira, que, no honrado anonimato dos fóruns, dedicam-se aos dramas dos seus semelhantes. E também a maior homenagem a este Congresso Nacional, que tem, como o CNJ, a missão de coibir ilegalidades e também fazer justiça ao serviço público e ao País, em tempos de crise econômica e restrições orçamentárias, a fim de evitar que os erros de alguns comprometam o entusiasmo de todos, já que serviço público não é negócio, não é busca por vantagens. O negócio do serviço público é a promoção da paz social, a defesa do interesse público, a busca pelo bem comum.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se eu comecei lembrando que é característica do bom juiz gostar mais da voz do próximo do que da sua própria, eu não posso encerrar sem registrar que me apresento hoje ao Senado Federal, na calorosa paisagem de Brasília, desfrutando da generosa atenção deste Colegiado, cercado pelas mais altas autoridades, com a mesma determinação de servir com que me apresentei no começo de tudo, na minha primeira comarca, na fronteira argentina, sem conhecer ninguém num raio de 500km e sob um frio de 2°C.

Sei que os Srs. Senadores, depois de fazerem perguntas aos meus colegas sob arguição, dirigirão questionamentos a mim, pelo que, desde já, antecipo o meu muito obrigado.

A SRª MARTA SUPLY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Márcio.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de me inscrever, como Relatora, para fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª está inscrita em terceiro lugar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para uma questão de ordem, tem a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma questão de ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, antes de me dirigir a V. Exª e apresentar a questão de ordem, quero cumprimentar todos os indicados ao Conselho Nacional de Justiça e, no momento oportuno da minha inscrição, farei alguns questionamentos a todos e à Desembargadora, inclusive.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas, Sr. Presidente, o Juiz do Trabalho Dr. Luciano de Azevedo Frota foi votado no dia 16 do mês de junho, deste ano de 2017, à unanimidade, pelo Plenário do Tribunal Superior do Trabalho para compor também, de igual forma, como o Dr. Valtércio, o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª está inscrita em primeiro lugar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, Presidente, é uma questão de ordem que estou formulando a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou dizendo, Sr. Presidente, que, no dia 26 de junho de 2017, o Dr. Luciano de Azevedo Frota teve seu nome aprovado, à unanimidade, pelo Plenário do Tribunal Superior do Trabalho, para compor uma das duas vagas: uma vaga do Dr. Valtércio e a outra vaga do Dr. Luciano, representando a Justiça do Trabalho.

O Ofício "S" do Dr. Luciano de Azevedo Frota foi enviado para esta Casa em seguida e recebeu o número de Ofício "S" nº 50, de 2017. Na CCJ, hoje, Presidente Lobão, nós estamos analisando o Ofício "S" nº 49, que é do Dr. Valtércio, que veio na mesma data do Ofício "S" nº 50, do Dr. Luciano, sendo que os ofícios tanto do Dr. Márcio quanto da Drª Maria Iracema são os Ofícios de nºs 56 e 57, indicações brilhantes a nosso ver.

O mandato do atual Conselheiro do CNJ Dr. Carlos Eduardo Oliveira Dias, cuja vaga deveria ou deverá ser preenchida pelo Dr. Luciano, se encerrou, Presidente Lobão, no dia 31 de agosto de 2017. Então, eu me dirijo a V. Exª através desta questão de ordem, Presidente, para questioná-lo sobre o motivo da não colocação em apreciação, na reunião do dia de hoje, do Ofício "S" nº 50, que se refere à indicação do Dr. Luciano de Azevedo Frota. E comunico, inclusive, Presidente, Senador Edison Lobão, que o Dr. Luciano se encontra aqui no Senado Federal nesta manhã.

Então, a questão de ordem que encaminho a V. Exª é que nos explique o porquê da ausência da apreciação do Ofício "S" nº 50 do Dr. Luciano de Azevedo Frota.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Respondo a V. Exª dizendo que esta Comissão não pode apreciar aquilo que não tem sob a sua jurisdição. O nome citado por V. Exª veio, de fato, da Mesa à Comissão de Constituição e Justiça. Todavia, a própria Mesa solicitou a devolução porque constatou a existência de uma impropriedade no encaminhamento da documentação a esta Comissão. E, na Mesa do Senado, encontra-se, portanto, todo o processado. Sugiro a V. Exª, dentro da minha modéstia, que levante a mesma questão de ordem no plenário no Senado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

Se me permite...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem V. Exª a palavra para as indagações.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o esclarecimento de V. Exª, Senador Lobão. Quero dizer que não sabia, não tinha conhecimento desse fato. Então, como V. Exª sugere, com toda a razão, total razão, essa presente questão de ordem será proferida, ainda no dia de hoje, no plenário do Senado Federal, para sabermos quais são as impropriedades e por que ainda não foram sanadas, vez que, conforme disse aqui, a vaga está vaga, sem a representação do TST.

Muito obrigada, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

Nós temos alguns Senadores, ilustres Senadores, inscritos. Como hoje temos uma pauta longa e densa e como já ouvimos os nossos candidatos – todos expressaram o seu pensamento acerca da matéria sobre a qual deveremos em seguida nos debruçar votando –, eu faria um apelo aos Srs. Senadores para que sejam parcimoniosos, econômicos no tempo, a fim de que possamos prosseguir com a pauta que temos.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, à Senadora Marta Suplicy, Relatora, para suas indagações.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar o Sr. Valtércio Ronaldo de Oliveira e fazer a primeira questão a ele – será uma só.

Eu gostaria que o indicado avaliasse o problema da morosidade da tramitação dos processos judiciais, o que muitas vezes atrasa a prestação jurisdicional ao ponto de negar justiça e acaba frustrando a cidadania. Como o CNJ deve atuar – essa é a pergunta – para solucionar o problema da morosidade da Justiça e do atraso da prestação jurisdicional?

Também gostaria de parabenizar a indicação da Srª Maria Iracema Martins do Vale, para quem tenho duas questões.

Uma é referente à questão da violência de gênero, que estamos vivendo de maneira muito intensa no Brasil. A ONU aponta que um terço das mulheres em todo o mundo sofre, ou vai sofrer, violência ou abuso sexual cometido por alguém que já foi seu parceiro íntimo provavelmente. No Brasil, nós sabemos que uma mulher morre, vítima de feminicídio, a cada hora e meia. Em consequência disso, nós sabemos que aumentou o número de denúncias e processos contra as mulheres em relação aos seus agressores. De acordo com as informações encaminhadas pelos Tribunais de Justiça, mais de um milhão de processos referentes à violência doméstica tramitam na Justiça brasileira – Minas lidera, depois vem São Paulo. O CNJ, por sua vez, publicou a Portaria nº 15, de 8 de março de 2017, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Judiciário. Nesse sentido, gostaria que V. S^a tratasse da portaria e das possíveis medidas do CNJ no sentido de dar efetividade aos programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

A outra questão, ainda sobre gênero – nós temos aqui sempre reiterado essa pergunta. Nós sabemos que tem crescido substancialmente a quantidade de mulheres que se tornam juízas em nosso País e, segundo dados da Justiça do Trabalho, na primeira instância o número de mulheres já está equiparado – talvez seja mais numeroso – ao número de homens. Todavia, nos tribunais a presença das mulheres ainda é pequena, ainda que se faça sentir. Qual é o papel que o CNJ deve ter no sentido da consolidação da presença das mulheres na magistratura brasileira, especialmente para que seja obtida a ampliação da presença das mulheres nos tribunais judiciais?

Essa pergunta eu também faço ao nobre candidato Márcio Schiefler Fontes, de quem fiz a relatoria, acrescentando outra pergunta.

Como Relatora da sua indicação, eu tive a oportunidade de estudar e conversar com V. Ex^a com maior profundidade, e o que me passou da sua experiência, que é tão rica, que poderia muito aqui nos ilustrar, é sua participação na Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas em Situação de Privação de Liberdade, que tem como objetivos receber e examinar as denúncias de violações aos direitos humanos das pessoas em situação de privação de liberdade, recomendar as reparações necessárias e as providências para a superação das violações constatadas, bem como desenvolver ações de promoção dos direitos.

Eu gostaria do senhor que pudesse relatar sua participação nessa comissão e de que forma essa experiência pode ajudar sua atuação, porque é uma experiência bem particular, que creio que não existe agora no tribunal, que eu saiba, com essa especificidade, no Conselho Nacional de Justiça, caso venha a ser aprovado para compor o seu colegiado.

E para os três candidatos: nós, aqui nesta Comissão, hoje vamos discutir e talvez até votar, se possível, a questão da maioria penal ou diminuição da idade penal. Eu gostaria de saber a opinião dos três.

Muito agradecida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, por uma questão de economia processual, nós ouviremos todas as indagações, em seguida, os nossos candidatos responderão aos nossos Senadores.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu também farei as perguntas diretamente. Vou ter que cortar algumas, tenho muitas, até para seguir a orientação de V. Ex^ª.

Primeiro, quero cumprimentar todos os indicados. Tive a oportunidade de falar com os senhores e com a Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, e não tenho dúvida nenhuma de que todos são extremamente merecedores porque aqui chegaram sendo indicados pelos seus respectivos tribunais. A nós não cabe outra coisa a não ser fazer alguns questionamentos sobre problemas polêmicos que envolvem o Conselho Nacional de Justiça e o Poder Judiciário há muito tempo.

Então, de nossa parte, é muito importante aqui, não querendo abordar ou ouvir opiniões sobre os julgamentos, procedimentos, antecedentes, mas ouvir as opiniões sobre alguns temas que são muito polêmicos e que estão na ordem do dia.

Eu perguntaria, começando aqui, sobre a maioria penal. Nós temos pautado no dia de hoje, e é um tema recorrente, o tema da maioria penal. São inúmeros os projetos que tramitam, inúmeros os projetos que visam diminuir a maioria penal no Brasil. Inclusive o que está na pauta hoje parece que chega aos 14 anos de idade. Então, como juristas que V. S^{as} são, eu pergunto se V. S^{as} entendem que essa matéria é passível de modificação por emenda constitucional.

Outro questionamento que faço diz respeito à audiência de custódia. A audiência de custódia é algo muito importante porque é a apresentação, imediatamente no prazo delimitado de algumas horas, do preso, aquela pessoa que foi presa em flagrante, ao juiz para que o juiz ou a juíza tomem os procedimentos que devem ser adotados. Analisar o aspecto da legalidade, da necessidade da prisão, da adequação da continuidade, ou, porventura, até a soltura.

Esse projeto ainda está parado na Câmara dos Deputados. Pergunto: o que V. S^{as} acham sobre a Lei de Custódia e qual a importância dessa audiência de custódia para desafogamento do sistema carcerário em nosso País?

O terceiro questionamento diz respeito à própria atuação do Conselho Nacional de Justiça. O Conselho Nacional de Justiça está apto a receber denúncias de qualquer cidadão ou cidadã brasileiros e, a partir dessas denúncias, tem que investigar e adotar as providências que cada caso requer. Pergunto para a senhora e para os senhores: o CNJ, em sua opinião, tem cumprido fielmente a sua missão ou tem havido ultimamente um arquivamento precoce de denúncias que chegam até lá.

O quarto questionamento: o que senhora e os senhores pensam sobre a incorporação da política, sob a perspectiva de gênero, na cultura jurisdicional da magistratura? Como pensam a respeito do papel do Poder Judiciário na correção das desigualdades de gênero que acontecem no Brasil, as desigualdades de gênero que acontecem em todos os âmbitos, inclusive do próprio Poder Judiciário?

Um quinto questionamento sobre a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que prevê que o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal deve encaminhar ao Congresso Nacional o anteprojeto da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lei Orgânica da Magistratura, o que até hoje não foi cumprido. Até hoje não foi cumprido. Qual a opinião dos senhores e da senhora sobre essa nova Lei da Magistratura de que o Brasil necessita, o próprio Poder Judiciário, e sobretudo especialmente sobre a aposentadoria compulsória, que é a principal penalidade administrativa prevista hoje na atual Lei Orgânica? A uma falta grave, a maior penalidade é a aposentadoria compulsória com recebimento de proventos. Então, eu queria a opinião dos senhores sobre isso.

A penúltima pergunta, Presidente Lobão: qual a compreensão que os senhores têm sobre a constitucionalidade e aplicação da Resolução nº 1, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, que determina que profissionais de psicologia não podem fazer terapias de reversão de orientação sexual. Não estou tratando aqui de decisões; estou tratando de uma resolução conhecida internacionalmente, inclusive pela Organização Mundial de Saúde, que não mais prevê isso como doença. Qual a opinião que os senhores têm dessa resolução.

Por fim, pergunto diretamente ao Dr. Márcio, que é de Santa Catarina, meu Estado natal, apesar de ter sido criada no Norte do Brasil, uma Região completamente diferente... O senhor, que teve a oportunidade de trabalhar junto com o saudoso Ministro Teori Zavascki, e, após o seu trágico falecimento, V. S^a continuou com toda a equipe ainda analisando delações premiadas até que a Presidente do Tribunal tomasse uma decisão derradeira e definitiva sobre algumas delações.

Então, eu pergunto ao senhor qual a sua opinião sobre as delações premiadas e, sobretudo, a forma como elas vêm sendo conduzidas no âmbito da Operação Lava Jato.

Teria ainda mais perguntas, Sr. Presidente, mas paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Mesa agradece a V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador, por gentileza.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, um questionamento. É porque, na verdade, são muitas as perguntas. Assim, pergunto: V. Ex^a fará blocos de quantos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – De todos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não; não dá não, Sr. Presidente.

Nós estamos falando aqui de indicação para o Conselho Nacional de Justiça.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É importantíssimo!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É importantíssimo! É importantíssimo!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu tomei conhecimento, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei disso, Sr. Presidente. É importantíssimo. Não dá para ser um bloco de todos.

Na verdade, o correto mesmo seria um Senador apresenta os questionamentos e é respondido. Daria até para ser blocos de três. Agora, um bloco só não dá.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Também acho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh, V. Exª está no Senado, lamentavelmente, há apenas um mandato. É tradição antiga desta Casa – e o digo porque sou o decano da Casa – se fazer por blocos. O bloco pode ser maior ou menor. Contudo, atenderei as ponderações de V. Exª, até para ser econômico também nas minhas respostas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faremos com alguns Senadores e, em seguida, com os demais.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores sabatinados e senhora sabatinada, eu tenho aqui uma sequência de perguntas, mas, por economia de tempo e considerando que nós já tivemos oportunidade de ouvir a apresentação de cada um dos nossos sabatinados, eu vou fazer apenas uma pergunta a cada um deles. Iria fazer dez, mas vou fazer apenas uma.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Mesa, penhoradamente, agradece a V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu vou me dirigir, primeiramente, à Drª Iracema.

O Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, já conta com mais de uma década de experiência em suas funções de fiscalizar a atuação do Poder Judiciário no plano administrativo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Indago: que avaliação crítica faz V. Exª sobre o desempenho do CNJ nesse período e que sugestões faz para aperfeiçoar o seu funcionamento?

Farei ainda uma outra à senhora.

V. Exª coordenou a implantação, no Ceará, de um programa como a Justiça pela Paz em Casa e, mais recentemente, uma interessante experiência, que foi a implantação de uma unidade juvenil feminina, com a metodologia das APACs – Associações de Proteção e Assistência aos Condenados.

Qual o resultado dessas experiências e qual a sua avaliação sobre esse tipo de programa, tendo em vista a vulnerabilidade das pessoas atendidas?

Ao Desembargador Valtércio: V. Exª integra, há mais de 30 anos, o ramo do Poder Judiciário responsável pela prestação jurisdicional nas demandas decorrentes da relação de trabalho.

Contando com tamanha experiência e conhecimento profissionais, qual avaliação que V. Exª faz da reforma da legislação trabalhista recentemente aprovada pelo Congresso Nacional?

E ao Dr. Márcio: V. Exª também tem atuado no sistema carcerário. Como avalia a realidade das prisões e penitenciárias do País? Como avalia o nosso sistema de execução penal, que ora, inclusive, está em discussão no Senado Federal? Como resolver o problema da disputa violenta entre facções criminosas no sistema penitenciário, bem como o problema da superlotação dos presídios, que leva à convivência inadequada de presos provisórios juntamente com apenados? V. Exª citou como exemplo a grande desordem que é praticada por essas facções com especialidade num Estado muito bem organizado, que é o Estado de Santa Catarina, em que V. Exª atua.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas indagações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

Na esperança de que o Líder do PT não se oponha a que eu agora conceda a palavra à Presidente do seu Partido, eu o faço. Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, pode ser depois, eu estou terminando aqui umas perguntas. Se eles puderem responder essa primeira, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não.

Então, concedo a palavra para as respostas do primeiro bloco à Drª Maria Iracema.

A SRª MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE – Pois não, bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que a primeira pergunta que me foi feita foi sobre a violência, eu acho que foi a Senadora que me perguntou. Então, Senadora, em março, acho, do ano passado, a Ministra Cármen Lúcia esteve em Fortaleza no Dia da Mulher e pediu para que nós do Tribunal de Justiça do Ceará déssemos mais atenção a uma prioridade: a violência doméstica. Então, nós fizemos mutirões, fizemos marcha, conscientização, e fiquei estarrecida com algumas situações com que nos deparamos, como no caso em que encontramos uma senhora que tinha sido vítima do marido com 90% do corpo queimado. Quando nós vimos isso, nós ficamos realmente estarrecidas e procuramos, depois disso, firmar convênios com faculdades que pudessem dar cursos – e nos ajudaram a Universidade de Fortaleza e outras universidades – para dar uma oportunidade para essas mulheres poderem deixar o marido, e demos também assistência. Foi criada também a Casa da Mulher Brasileira, que deu assistência psicossocial a essas mulheres vítimas de violência. Então, está sendo isso bem tratado. Ainda há muito o que fazer – ainda há muito o que fazer!

E vi que as mulheres não tinham condição, às vezes, muitas não podiam largar o marido, porque não tinham condição financeira. E nós conseguimos fazer convênios para conseguir até passagens, porque elas não tinham o dinheiro sequer para ir a um curso, o que conseguimos através da Universidade Fortaleza.

Então, depois disso, o Tribunal Justiça do Ceará... Eu quis dar o bom exemplo para depois nós sairmos e pedirmos umas vagas mais simples ao setor hoteleiro. E o Tribunal de Justiça colocou algumas vítimas de violência lá no Tribunal de Justiça, como terceirizadas. Daí, nós saímos pedindo, conscientizando, para melhorar a condição. Então, foi essa a minha experiência, que foi muito boa, mas há muito a fazer. Faço até um apelo à senhora e às demais Senadoras aqui presentes, porque essa é uma área em que nós ainda temos muito a fazer, muito a avançar, é uma área muito difícil ainda.

Agradeço porque essa foi uma das coisas do CNJ – acho que me perguntou o Senador Benedito de Lira –, foi uma das ações que o CNJ nos proporcionou.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Valtércio.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Ex^{ma} Senadora Marta Suplicy, a pergunta de V. Ex^a é muito importante, tem uma pertinência muito grande.

Efetivamente, o problema da morosidade afeta o Judiciário, não só trabalhista, mas todos os tribunais. Nós temos hoje no País cerca de 14 milhões de desempregados. O número de ações tem crescido assustadoramente na Justiça do Trabalho. São milhares de processos que desaguam ano a ano, tornando impossível um tratamento mais célere para esses processos. Nós temos uma quantidade de juízes que, na minha ótica, é insuficiente ainda para atender essa demanda.

O que acontece? O processo, na fase de cognição, na fase de conhecimento, não sofre tanto problema, Senador Lobão, porque do início, da petição inicial – hoje, com o PJe, é muito rápido –,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

passando pela designação da audiência, ouvida de partes, testemunhas, instrução, análise de documentos... No meu Estado, por exemplo, a Bahia, em cerca de três ou quatro meses o processo já está em grau de recurso no tribunal. O grande problema, o tendão de aquiles do Judiciário trabalhista, vem a ser a fase de execução, porque, na fase de execução, ora o devedor já sumiu, ora já não existe mais, ora não tem recursos para pagar. Então, não há como penhorar... Se faz com rapidez, com celeridade... O BacenJud, por exemplo, que é um bloqueio na conta pessoal, não encontra dinheiro para pagar essas ações. De sorte que o nosso maior problema, efetivamente, está na fase de execução.

O que o CNJ tem feito a respeito é buscado a conciliação, incentivado a conciliação em todos os tribunais, sobretudo no tribunal trabalhista. Por quê? Para a senhora ter uma ideia, nos últimos três anos, 2014, 2015 e 2016, a Justiça do Trabalho entregou ao cidadão R\$58 bilhões, conforme dados que foram passados tanto pelo CNJ quanto pelo CSJT ao Tribunal. Isso significa uma circulação de moeda muito grande para incentivar a produção e o consumo. O maior problema que existe é o cidadão desempregado, é uma mazela muito grande, porque ele não tem recursos para manter a sua família.

Então, a Justiça do Trabalho, na minha opinião, funciona como um termômetro para conceder esse direito aos trabalhadores.

De sorte que os esforços que têm sido feitos... Nesta semana, nós começamos a semana de conciliação de processos em fase de execução. No meu TRT, no primeiro dia, segunda-feira, foram aportados 1,5 milhão de recursos de acordos que foram feitos para pagar esses processos. Então, é realmente algo extraordinário. Eu entendo que se deve incentivar essa conciliação para que o cidadão receba aquilo a que ele tem direito no tempo mais rápido possível. Não sei se satisfiz a pergunta de V. Ex^ª.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É. Com reforma trabalhista, isso também vai mudar, essa situação.

(Soa a campainha.)

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – A reforma trabalhista, já aproveito – o senhor me permite? –, eu entendo que havia necessidade de se fazer uma reforma trabalhista, porque a CLT data de 1943. Nós estamos em 2017. Agora, eu me permito, com toda franqueza, dizer que a achei um tanto quanto açodada. Ela foi muito rápida para a realização. Então, alguns pontos nevrálgicos, digamos assim, deixaram o trabalhador sem uma proteção. Eu vou citar somente um para não me alongar muito: o aspecto do contrato de trabalho autônomo. Ora, o autônomo é um empregado, é um trabalhador que não recolhe para a previdência, porque, em sua folha de pagamento, ele não é considerado como empregado. Ele apenas estará fazendo serviço de autônomo, dia sim, dia não. Isso remonta a 2 mil anos atrás, quando Cristo cita, em uma das suas palavras no Evangelho, conhecedor profundo das relações humanas, que um certo empregador contratou por diária – o primeiro nas primeiras horas da manhã e, quando chegou a última hora do dia, ainda estava contratando gente. E ele começou a fazer o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pagamento pelo último e pagou a mesma diária que tinha ajustado com o primeiro. De sorte que houve um reclamo, porque o primeiro achava que tinha direito a ganhar mais. Ele disse: "Não, o que nós ajustamos eu estou lhe pagando. Eu não posso ser bondoso com o meu dinheiro." E aí ele traz aquela expressão fantástica: os últimos serão os primeiros. Então, veja bem: há 2 mil anos já havia o trabalho autônomo, o trabalho do diarista. Contrataram-no, terminou, ele vai embora e não recebe mais. Ele não tem proteção nenhuma da sociedade nem do empregador. Pois bem. Esse trabalhador, a previdência do jeito que está, a exigência da reforma previdenciária... Quando se deixa de recolher para os cofres públicos, aumenta o trabalho na informalidade. O trabalho intermitente também foi outra agressão que se fez, na minha visão, ao direito do trabalhador. Outros pontos havia necessidade de se fazer realmente, havia necessidade, mas eu cito esses dois tópicos somente para ilustrar.

Eu acho que essa reforma poderia ter sido mais parcimoniosa, deveria ter sido mais discutida com o sindicato patronal, com o sindicato dos trabalhadores, com a sociedade de modo geral. E, se atrasasse um pouco em cinco, seis meses, não haveria problema porque haveria um ajuste maior da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Márcio Schiefler Fontes.

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Presidente, eu sei que estou aqui para responder, não para perguntar. Mas consulto à Mesa se devo responder a todas as perguntas quer foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Todas as perguntas. Todas.

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Dirigidas a mim. Certo. Sim, senhor.

Bom, agradeço as perguntas feitas.

Senadora Marta, eu acredito, em primeiro lugar, que é muito digno de nota que praticamente em todos os concursos da magistratura, para não falar no ensino superior de modo geral, em todos os concursos da magistratura, se não a metade, mais da metade dos aprovados são do sexo feminino. E isso não só é um sinal do nosso tempo, como, a meu sentir, é um sinal positivo do nosso tempo. E isso, sem dúvida nenhuma, vai levar até logicamente não só a uma presença física da mulher nos cargos do Poder Judiciário como a presença da visão feminina das decisões do Poder Judiciário.

Em segundo lugar, em relação à Comissão de que participo no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, são discussões bastante ricas, porque o Conselho Nacional dos Direitos Humanos é um órgão de composição paritária. Então, ele é formado por metade de integrantes indicados por órgãos de Governo e metade por integrantes indicados por órgãos ou representações da dita sociedade civil.

Então, essa é uma composição bastante heterodoxa, que permite debates não só puramente jurídicos, como contemplando a visão dessas outras representações.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A minha postura nesse Conselho, Senadora, posso revelar aqui sem nenhuma limitação, é no sentido de trazer da nossa ordem constitucional um sistema de justiça que não se resume mais, se é que um dia se resumiu, na ordem constitucional vigente de 1988, não se resume somente à figura do juiz. Então, não é possível que essas discussões sobre causas colocadas em juízo se resumam ao juiz ou ao mais propriamente a criticar o juiz.

O que tenho feito no Conselho é sempre solicitar aos colegas que me apresentem o caso concreto, que nós contemplemos também a atuação do Ministério Público, a atuação da Defensoria Pública, para verificar na realidade se esses órgãos também desempenham a contento e em que medida uma possível atuação deficiente do Ministério Público ou da Defensoria Pública pode vir a comprometer a prestação jurisdicional.

Em terceiro lugar, a questão da maioria penal. Eu acompanho meramente pela imprensa essas discussões que tramitam no Congresso Nacional presente à realidade de que o juiz, justamente por não deter a representação popular, o juiz, por não ter legitimidade popular, não, pode por si próprio ou por um voluntarismo, determinar essa ou aquela decisão.

O juiz evidentemente aplica aquilo que consta na norma posta, que é decorrência da atuação dos senhores, que, muito ao contrário, detêm essa legitimidade, são portadores da representação popular.

Então, essa manifestação sobre a maioria penal, eu acredito que deve, se não se circunscrever ao Parlamento e ao debate público...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – ... não afetar a atuação do juiz como aplicador da lei. O que não quer dizer, claro, que o juiz não profira decisões políticas. Ele profere decisões políticas, mas não por razões políticas, e, sim, por razões jurídicas.

Em relação às perguntas da Senadora Vanessa, a quem eu também agradeço, ela própria já adiantou aquela vedação do art. 36 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, segundo a qual o juiz não pode se pronunciar sobre casos em andamento, as decisões dos colegas... A própria Senadora Vanessa já fez todos esses esclarecimentos, pelos que eu também lhe agradeço.

Então, mais precisamente em relação aos pontos que a Senadora Vanessa levantou, nós temos audiência de custódia, que foi uma decisão tomada especialmente a partir da atuação do Conselho Nacional de Justiça, interpretando também normas internacionais de direitos humanos. É uma modalidade de abordagem da questão da segurança pública, do sistema carcerário, bastante inovadora, que ainda se acha numa fase embrionária.

É difícil dizer, ou dar uma nota global, se ela é adequada ou não é adequada. O que eu posso dizer é que, como a Senadora Vanessa também adiantou, isso foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e o Poder Judiciário, como sempre, Senadora Vanessa, vem à frente, muito embora essa não seja – isto é muito importante – a função ideal do juiz.

Posso dar outro exemplo, Senadora Vanessa. A senhora veja o juiz, idealmente falando, como uma figura inerte, aquela que só atual quando uma vez provocada. Aqui, no Brasil, nós tivemos, na questão carcerária, os juízes indo às unidades prisionais mensalmente, por ato do Conselho Nacional de Justiça, antes até que o próprio Ministério Público, que, em tese, é o fiscal da lei e o fiscal da execução penal. Então, antes que os integrantes do Ministério Público cumprissem essa obrigação bem mais próxima da atuação do Ministério Público, os juízes já tomavam essa atuação.

Então, não é novidade que os problemas, mesmo não sendo especialmente ou idealmente da atuação do juiz, sejam colocados no colo dos juízes. E, mesmo assim, os juízes vão à frente, tomam a iniciativa e resolvem os problemas.

A política de gênero, Senadora Vanessa, eu considero também um debate da maior relevância, mas quero crer...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – ... prático que sou, do mesmo modo que já respondi à Senadora Marta, que essa presença feminina nas fileiras da magistratura acabará por si própria impondo uma visão mais feminina, vamos dizer assim, se é que isso é possível, dos problemas.

A senhora tem toda razão. O Supremo Tribunal Federal ainda não exerceu a iniciativa de uma nova lei orgânica da magistratura, que será chamada estatuto. Por ser uma iniciativa privativa do Supremo Tribunal – é evidente que eu não falo pelo Supremo Tribunal –, é necessário aguardar.

A aposentadoria compulsória – a Senadora Vanessa tem toda razão – é a medida punitiva mais gravosa contemplada na normativa referente aos juízes e ao Ministério Público, embora a polêmica sempre acabe se restringindo aos juízes. Mas o que nós devemos sempre ressaltar, Senadora Vanessa, é que essa medida é a mais gravosa em âmbito administrativo, como a senhora mesma ressaltou com toda a propriedade. Nada impede – aliás, tudo recomenda – que o órgão competente do Ministério Público, ao mesmo tempo, promova a ação penal competente que leve à perda do cargo.

E, se nós considerarmos, Senadora Vanessa – esse é um dado interessante que eu trago à sua reflexão –, que a tramitação de um processo administrativo disciplinar necessariamente será mais complexa do que a tramitação do procedimento criminal... Por que eu digo isso? Porque o procedimento administrativo está exposto à intervenção judicial, o tramitar do procedimento administrativo está exposto a que o interessado, buscando a via judicial, interrompa, suspenda, procrastine o processo administrativo disciplinar, que – a senhora tem toda razão –, não raro, demora mesmo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, se nós compararmos esses dois procedimentos, o procedimento administrativo disciplinar e o procedimento penal propriamente dito, vamos perceber que talvez o problema principal, Senadora, é que o Ministério Público demora para promover a ação penal correspondente...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – ... e, assim, impede que o próprio Judiciário, analisando a ação penal, determine a perda do cargo no procedimento criminal até antes que se conclua o procedimento administrativo disciplinar, que pode vir, por via recursal – uma via recursal não propriamente dita, mas, na prática, uma via recursal –, até ao próprio Conselho Nacional de Justiça. Então, eu acho que isso também deve ser trazido à nossa reflexão.

A senhora fez referência a uma situação de orientação sexual.

Parece-me, pelo que eu acompanho – esta também é uma temática bastante atual –, que isso talvez tenha relação com a decisão recente de um colega daqui de Brasília que certamente será analisada na via própria.

Mas o que eu quero dizer sobre essa matéria, Senadora, é que a temática comportamental, vamos dizer assim, deve ser garantida precipuamente pela atuação legislativa a partir da Constituição. Claro que, naqueles casos extremos em que se percebe que os órgãos públicos não estão cumprindo a linha constitucional proposta, o Judiciário intervém. Tanto é assim, Senadora Vanessa, que o Supremo Tribunal Federal e o próprio Conselho Nacional de Justiça já tomaram atitudes em consideração a essa preocupação de V. Ex^a, garantindo aos casais homossexuais direitos, etc., contemplando, ao que me parece, essa linha de raciocínio de V. Ex^a.

Finalmente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço a V. Ex^a que, na medida do possível, enxugue as suas respostas.

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Sim, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, aproveitando esse intervalo, teria como abrir o painel para que os Srs. Senadores pudessem ir votando, porque há outras comissões em que há relatorias... Eu pediria isso a V. Ex^a, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a permissão do Dr. Márcio e se o Plenário não se opõe, nós adotaremos a medida proposta por V. Ex^a.

Eu peço à Secretaria que abra, portanto, para votação o painel.

Pode prosseguir.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Obrigado, Presidente.

Finalmente, em relação às colaborações premiadas. De fato, esse é um tema bastante novo, pelo menos nesse regramento mais definitivo da Lei das Organizações Criminosas, mas me parece que aquelas preocupações iniciais foram – se não todas, em grande medida – debeladas pelos precedentes traçados pelo Ministro Teori Zavascki, que vêm sendo seguidos quase à risca pelos relatores no Supremo Tribunal.

Claro, em relação aos colegas de primeiro grau, como a senhora mesmo adiantou, eu não teria como me pronunciar, mas eu compartilho dessa preocupação de V. Exª e registro que o Ministro Teori traçou aqueles precedentes mais cautelosos, mais prudentes, porque era essa a linha judicial do Ministro Teori Zavascki.

Para completar, Sr. Presidente, a pergunta do Senador Benedito, que diz da realidade das prisões. Eu acho que a minha resposta seria também um apelo a que o Parlamento contemplasse sempre a visão de que a realidade carcerária, como o nosso País, é uma realidade sempre muito complexa. Então, é muito difícil traçar a mesma regra para a situação de Santa Catarina e a do Ceará ou a do Amazonas ou a do Rio Grande do Sul. Se nós temos realidades dramáticas no sistema carcerário, isso não é a realidade total e absoluta. Nós temos realidades piores e realidades, se me permite a expressão, menos ruins.

O que nós temos de deixar claro – e me parece que esta é a preocupação dos Srs. Senadores – é que nosso País está chegando a ter 60 mil homicídios por ano. Esta é a preocupação magna da sociedade brasileira hoje, e não há como se adotar uma política de desencarceramento em massa, sob pena de consequências imprevisíveis.

Então, com essas duas preocupações, de que nós temos uma complexidade que deve ser ponderada e de que o desencarceramento em massa não é solução a ser cogitada, eu, então, compartilho aqui da ponderação do Senador Benedito.

Eram essas as minhas respostas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Márcio.

Srs. Senadores, a família, os amigos e o Senado comemoram hoje o aniversário do Senador Jorge Viana.

Cumprimentos a V. Exª. (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E da Revolução Farroupilha, com a permissão...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E da Revolução Farroupilha, da qual a Senadora Ana Amélia não participou porque não havia nascido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Era a Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Gleisi resignou seu direito de falar naquele momento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, eu só pedi para falar depois da resposta. Mas, se a Ana quiser falar antes, pode.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria cumprimentar o Dr. Valtércio, a Drª Maria Iracema e o Dr. Márcio, que estão aqui, e também o nosso Presidente, Senador Lobão.

Eu vou fazer perguntas dirigidas aos três expositores e, depois, uma pergunta em separado ao Dr. Valtércio, sobre a Justiça do Trabalho.

Há estudos que demonstram que as despesas com o Poder Judiciário no Brasil equivalem a 1,3% do Produto Interno Bruto, enquanto que na França, por exemplo, esse gasto corresponde a 0,2% e na Itália, na Inglaterra e na Alemanha os dispêndios variam entre 0,3% e 0,35%. E mesmo quando nós comparamos com países daqui da América Latina, nós verificamos que o custo do Judiciário no Brasil é extraordinariamente mais elevado do que o que se constata em outros países.

Ao lado disso, a prestação jurisdicional do Brasil ainda apresenta indicadores que exigem uma melhoria do desempenho. Há uma morosidade que é reconhecida pelos próprios magistrados. Quando nós falamos de superlotação de presídios, nós estamos falando quase que exclusivamente de uma responsabilidade do Poder Judiciário. Aliás, um levantamento do próprio CNJ mostra que, de 39% a 41% das prisões nos sistemas são provisórias e não têm solução. Portanto, o sistema fica com muita gente e causa todos os problemas que nós sabemos. O que fazer diante disso, que não pode ser resolvido por mutirões? Qual a decisão que o CNJ tem que tomar como órgão que responde ou cuida, enfim, do Poder Judiciário e pode cobrar inclusive dos magistrados e dos juízes?

A outra pergunta é: recentemente, têm sido revelados diversos casos de descumprimento do teto salarial por parte dos magistrados. No caso do Rio de Janeiro, foi até apresentado aqui pelo Senador Lindbergh, que deve falar sobre isso, um pedido de providências em face das diversas informações noticiadas pela Imprensa, principalmente pela situação financeira triste por que passa o Rio de Janeiro.

Foi feito um levantamento pela imprensa dizendo que a soma de benefícios faz com que os magistrados do Rio de Janeiro recebam o triplo dos seus salários, com juízes e desembargadores recebendo mais de R\$100 mil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas não só lá. Também matérias de outros jornais dão conta de que 70% dos juízes do Tribunal de Justiça de São Paulo recebem acima do teto. E não só em São Paulo, mas no Distrito Federal, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no Tribunal Federal da 5ª Região, que tem sede em Recife, Pernambuco – portanto, estamos falando também de juízes federais. Aliás, se nós fizermos um pedido à Lei de Acesso à Informação dos salários da magistratura, veremos que, via de regra, grande parte dos magistrados recebem mais do que o teto.

Eu gostaria de saber quais são essas rubricas que permitem que os magistrados recebam acima do teto. Também acho importante que muitas não são rubricas – pelo que vemos em denúncias da imprensa – que têm base legal. Portanto, ganhar acima do teto sem base legal também é uma situação que atenta contra a ética e a moralidade. Qual é a iniciativa que o CNJ pode fazer em relação a isso? Porque esse é um problema recorrente. Há muito tempo os jornais noticiam isso, há muito tempo está aí, e, de fato, não vemos nenhuma medida efetiva por parte do CNJ para corrigir isso, e nem dos dirigentes do Poder Judiciário, dos tribunais.

Como V. Exª falou, também a Senadora Vanessa levantou aqui a questão da aposentadoria compulsória como forma de pena. Não precisamos mudar na Loman, pode haver uma iniciativa própria do Poder Judiciário, que tem autonomia para isso. Eu acho que o CNJ teria de ter uma resolução proibindo isso. Tem-se uma situação em que a pessoa tem como pena receber o salário integral ficando em casa?

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A terceira pergunta: segundo prevê a Constituição Federal, caso tenha notícia de alguma irregularidade cometida por um magistrado, o CNJ pode instaurar um processo administrativo para apurar a denúncia, podendo até mesmo, como eu falei, decretar a aposentadoria compulsória – o que é um absurdo! Qualquer pessoa pode informar o CNJ sobre a má conduta de um magistrado. Na opinião dos senhores, o CNJ tem cumprido fielmente essa missão? Não há um arquivamento precoce pela Corregedoria de processos que denunciam condutas de magistrados?

E eu tenho uma questão específica aqui: por que nunca foi pautado no CNJ um recurso a uma representação de Parlamentares feita contra o Juiz Sérgio Moro, por escutas reconhecidamente ilegais por parte do Ministro Teori Zavascki? Isso nunca foi pautado no Pleno do CNJ. Há uma questão de corporativismo aí?

A questão também do ativismo político dos juízes e dos magistrados. Acho que o Dr. Márcio falou um pouco sobre isso, mas eu acho importante isso ser falado. Nós estamos vivendo um processo que é a Operação Lava Jato – e já vivemos outras – em que nós temos um ativismo político. São muitas entrevistas dadas por juízes, muitas opiniões dadas fora do processo. Por exemplo, o Presidente do TRF-4, deu uma entrevista elogiando a sentença proferida em primeiro grau pelo Juízo de Curitiba contra o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente Lula e admitiu que não tinha lido o processo. Estou falando do Presidente de um Tribunal que vai julgar – se não todo o Tribunal, pelo menos uma turma – aquela sentença, vai discorrer sobre ela. O que os senhores acham desse tipo de posicionamento? Será que algo assim não mereceria já uma ação de ofício do CNJ chamando a atenção do magistrado sobre isso para que outras situações como essas não aconteçam?

Quarta pergunta: a sociedade compreende que o CNJ, em sua função de propulsor e executor da política de Justiça, deve incorporar mecanismos de participação social à sua estrutura funcional e cultura institucional, incorporando normativamente membros da sociedade civil organizada aos grupos de trabalho, fóruns temáticos e processos de planejamento estratégico da instituição. Eu gostaria de saber se os senhores concordam com a incorporação de mecanismos e cultura institucional de participação social nas diferentes esferas da administração da Justiça, inclusive no CNJ, e se não seria o caso de haver uma iniciativa do próprio Poder Judiciário nesse sentido.

A última pergunta que eu queria dirigir ao Dr. Valtércio é sobre a Justiça do Trabalho. V. Ex^a falou aqui da reforma trabalhista e, de fato, ela foi açodada, além de uma reforma trabalhista muito injusta com a maioria dos trabalhadores brasileiros. V. Ex^a deu alguns exemplos que vão fazer com que muitos trabalhadores percam direitos e remuneração. Essa questão, por exemplo, do avulso exclusivo é um absurdo. Nós vamos voltar a uma situação em que trabalhadores brasileiros podem ganhar menos que o salário mínimo, como, por exemplo, com o trabalho intermitente.

Agora, houve uma situação grave na reforma trabalhista que foi o enfraquecimento do Poder Judiciário do Trabalho, ou seja, a limitação de recursos aos trabalhadores, a forma de a Justiça do Trabalho atuar... Eu gostaria que V. Ex^a pudesse discorrer um pouco sobre isso e dizer se V. Ex^a também entende que houve um enfraquecimento da Justiça do Trabalho e o que o CNJ poderia fazer em relação a isso. Porque, de todas as Justiças, a Justiça do Trabalho é aquela que mais responde pelos pobres trabalhadores deste País.

Obrigada.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Senador Edison Lobão, caros colegas Senadoras e Senadores, caros magistrados que aqui concorrem à vaga no Conselho Nacional de Justiça, em primeiro lugar, eu queria saudar a decisão, especialmente no caso das indicações do Supremo Tribunal Federal, a iniciativa da Ministra Cármen Lúcia, que vem atuando com isenção, responsabilidade e compromisso em relação à questão da magistratura brasileira, com atitudes que estão de acordo com o que a sociedade está cobrando do Poder Judiciário. Uma delas foi a fixação de não aprovar um aumento do teto, aumento dos percentuais para o exercício de 2018,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mantendo nos níveis atuais. Eu disse a ela que isso foi uma decisão sábia, porque, ao aumentar a remuneração dos magistrados da Suprema Corte, isso impactaria diretamente também no aumento dos nossos salários, dos salários dos deputados estaduais e dos salários dos vereadores. Então, seria um aumento em cascata.

Eu os cumprimento, mas, sobretudo, quero destacar, no caso das indicações feitas pela Ministra Cármen Lúcia e pela Corte Suprema, a indicação da Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, aqui tão bem representado pelo Senador Pimentel e outros Senadores, como o Senador Tasso Jereissati e o Senador Eunício Oliveira, Presidente desta Casa. E a indicação do Dr. Márcio Fontes, um juiz de Santa Catarina, mostra claramente uma descentralização de um Poder Judiciário concentrado, até pouco, entre Rio e São. Evidentemente, isso é influenciado pela relevância desses Estados, mas isso dá ao Brasil uma representatividade descentralizada, a mim, de maior vigor e também representatividade.

Quero dizer, Presidente Edison Lobão, que conheci o Dr. Márcio Fontes e aqui voto por mim e pelo Deputado Esperidião Amin. Eu o conheci em Santa Catarina, em Florianópolis, numa dissertação que fez, precisamente sobre a Operação Lava Jato. E, ali, vi que estava um magistrado de alta capacidade e alta competência.

Eu queria, então, colocar aos dois magistrados, à Dr^a Maria Iracema e ao Dr. Márcio, apenas uma questão. Foram mencionadas aqui várias questões relacionadas à Lava Jato. Acho que esse é uma operação que é um divisor de águas na ciência jurídica; ela é um divisor de águas para a sociedade brasileira e para a própria lei, dizendo que ela é igual para todos. Penso que um dos instrumentos usados pela Lava Jato foi aqui muito bem referido, que trata da delação ou da colaboração premiada, que é o nome técnico usado para isso. A delação ficou e se consagrou no jargão coloquial, na imprensa, na mídia e no entendimento das pessoas.

Li uma entrevista da Procuradora da República Samantha Chantal Dobrowolski, recomendando que seria necessário, dada a relevância desse instrumento para efeito investigativo, criar um manual para os procedimentos necessários a essa operação ou a essa colaboração premiada, esse instituto que deve ser fortalecido, e não enfraquecido, como a gente percebe às vezes uma tentativa de que isso aconteça.

Mas penso também, por outro lado, que a regra de fazer, de assinar o acordo, precisa, digamos, de procedimentos que sejam também muito republicanos, muito adequados ao respeito de cada instituição envolvida, seja o Ministério Público, o Poder Judiciário ou a Polícia Federal. E também o fato de V. Ex^a...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O meu questionamento para os dois representantes da indicação do Supremo, já que essa é a questão, digamos, mais candente que temos hoje, uma vez que muitas das perguntas feitas ao Dr. Valtércio Ronaldo de Oliveira, da Bahia, que também aqui mostra essa pluralidade brasileira, vindo do Estado da Bahia, dos nossos Otto Alencar, Lídice da Mata e Roberto Muniz. Então, aqui também Santa Catarina representada pelos Senadores Dário Berger, Dalirio Beber e Paulo Bauer.

Então, eu fico muito feliz de ter participado desta sabatina e quero desejar muito sucesso a todos os senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador José Pimentel, ex-Presidente desta Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Edison Lobão, nosso Presidente, Senadores, Senadoras, quero saudar os nossos arguidos. A Drª Iracema do Vale, minha conterrânea, conheço há bastante tempo. E, se alguém, sem nenhum demérito para os demais que estão sendo indicados, tem o nome qualificado para ir para o CNJ é a Drª Desembargadora Iracema do Vale. Acompanho a sua vida profissional como operadora do Direito desde os anos 80. Portanto, sou um pouco mais velho do que a senhora e tive o privilégio de acompanhá-la mais de perto. Errei mais do que ela. Uma das vantagens de ter uma idade um pouco maior é porque a gente cometeu, Senadora Ana Amélia, um pouco mais de equívocos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Um exemplo concreto aqui é o Dr. Márcio, que, pela fisionomia, a gente sabe que é o mais jovem de todos. Mas também é um homem muito qualificado pelo seu currículo. Tive o cuidado de acompanhar a sua exposição na fase primeira.

Já o Dr. Valtércio, além de sua experiência no campo do Direito, teve outras experiências antes, em outras atividades, e isso permite uma formação intelectual muito mais sólida. A Justiça do Trabalho é aquela que lida mais diretamente com as questões da vida, do trabalho e do sustento e, por isso, é uma Justiça mais sensível aos reclamos da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Pimentel, permita-me fazer uma ligeira interrupção?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foi meu desejo, Dr^a Maria Iracema, escolher o Senador Pimentel Relator de sua indicação. S. Ex^a já me havia falado sobre V. Ex^a, sobre seus conhecimentos, seus méritos. Mas, como havia uma solicitação anterior ao pedido dele, eu tive de escolher outro Relator, mas penso que é meu dever dizer isto aqui, perante a Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mas, Senador Edison Lobão, o nosso Senador Relator é muito mais qualificado do que este Senador. Ficou em boas mãos. O seu parecer é um parecer completo. Por isso, não há o que justificar. Somos todos Senadores e Senadoras e procuramos conduzir da melhor forma as questões no Senado Federal e na nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Quero começar registrando que aquilo que não é quantificado, aquilo que não é identificado é impossível de se planejar. Uma das boas coisas que o Conselho Nacional de Justiça fez foi divulgar o Justiça em Números. Esse levantamento, ano a ano, vai aprimorando, vai permitindo uma análise melhor, ao mesmo tempo construindo saídas para que a nossa Justiça seja mais célere, mais ágil, para que possamos superar as várias dificuldades na Justiça do Trabalho.

Como muito bem aqui o nosso Desembargador registrou, o problema não é mais a prestação jurisdicional, é exatamente a execução daquela quantia, porque, muitas vezes, a empresa, quando chega ao final, ou a pessoa já não tem mais com o que pagar. Mas, nos outros setores, nós temos assistido também a uma melhora, a um desempenho maior. Os números demonstram isso e nos permitem uma sinalização, para que, no menor tempo possível, possamos ter uma prestação jurisdicional mais rápida, mais célere, porque já nos ensinaram que justiça tardia...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... é também injustiça.

Quero registrar que, com o advento da mediação e da arbitragem, esses são dois instrumentos que nós precisamos trabalhar melhor. É verdade que a nossa Academia, as nossas faculdades de Direito, há dez ou quinze anos, basicamente, não tratavam desse tema, principalmente o da mediação, e a Justiça do Trabalho era o ramo que nós tínhamos com uma presença mais forte. Já nos outros ramos da Justiça, havia também a mediação, mas era um processo mais lento.

O Dr. Márcio sabe que, na sua pequena comarca, onde começou, o juiz medeia muito. Aliás, o padre e o juiz são os dois que fazem mais mediação. Hoje, também muitos pastores fazem a mediação. Mas, como venho dos anos 40, dos anos 50, lembro que a presença maior era do juiz de direito e do padre, na hora dos conflitos entre as famílias, nas famílias grandes como a minha. Por isso, a gente reputa isso bastante ao padre, mas os pastores também hoje fazem muito isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acredito que o nosso Conselho Nacional de Justiça e os nossos três indicados aqui – tenho a certeza de que serão todos aprovados – poderiam pautar mais esta questão da mediação, estimulando as faculdades de Direito, estimulando a própria Magistratura, para que possamos diminuir essa quantidade de litigiosidade que nós temos e, com isso, fazer uma prestação jurisdicional mais rápida.

Já no quesito da arbitragem, nós fizemos a atualização da Lei de Arbitragem há pouco tempo. Ela requer uma qualificação maior dos operadores da arbitragem. Acredito que aqui também se vai exigir da Academia e das faculdades de Direito uma preocupação maior com instrumentos para diminuir essa litigiosidade e para, ao mesmo tempo, dar maior celeridade.

Não tenha dúvida de que a questão carcerária no Brasil chegou ao teto. Se há um problema gravíssimo no Estado nacional é a questão da carceragem. A audiência de custódia, que foi implantada pelo Conselho Nacional de Justiça, havendo, a partir daí, o envolvimento de todos os setores da Justiça brasileira, tem trazido bons resultados. Os números do Conselho Nacional de Justiça mostram isso. É evidente que, se o Congresso Nacional concluir a aprovação do projeto de lei que está na Câmara... O Senado já fez uma boa contribuição, fruto de um conjunto de audiências públicas de aprimoramento, com a participação direta do Supremo Tribunal Federal naquele processo de elaboração. Por isso, acredito que estamos vivendo momentos difíceis no Poder Judiciário, mas que o CNJ tem contribuído muito para melhorar a prestação jurisdicional, para combater as arbitragens e para, acima de tudo, trazer uma esperança maior para o Estado brasileiro.

Portanto, parabéns pela indicação!

Vamos votar no menor tempo possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Ex^a e, naturalmente, os nossos honrados e dignos sabatinados, o Dr. Valtércio, a Dr^a Maria Iracema e o Dr. Márcio, eu gostaria de trazer uma reflexão que retrata um dado da vida real que foi encarado aqui, salvo melhor juízo, pela Senadora Gleisi Hoffmann e que tem a ver com a Lei Orgânica da Magistratura, que é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal. Não pode o Congresso brasileiro legislar sobre esse tema. Há, inclusive, uma proposta de minha autoria de emenda à Constituição para que possamos, Senador Lindbergh, compartilhar essa iniciativa com o Congresso brasileiro, porque, na prática, a Lei Orgânica da Magistratura brasileira não dialoga mais com a nossa realidade. E nós, aqui, não podemos fazer absolutamente nada, porque se trata de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal, que também não o faz, que também não toma a iniciativa para ajustar algumas questões e algumas deformações que me parecem muito graves.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vejam V. S^{as}: em 2002, um juiz chamado Marco Antônio Tavares foi condenado a 13 anos e 6 meses de prisão pelo assassinato da mulher, a Prof. Marlene Aparecida Tavares. O crime aconteceu em agosto de 1997. Ele cumpriu pena no Regimento da Cavalaria 9 de Julho antes de ser beneficiado com o regime aberto. Seu salário hoje é – sem atuar como juiz – da ordem de R\$27,5 mil, sendo ele alguém condenado que continua, obviamente, recebendo o seu salário como se juiz fosse.

Segundo o Presidente da Anamages, a culpa deste descalabro é da atual Lei Orgânica da Magistratura. E é verdade! A atual Lei Orgânica da Magistratura contribui com esse tipo de deformação que agride, que viola qualquer um de nós e quero crer que V. S^{as} também.

Portanto, a indagação que faço a V. S^{as}, considerando as prerrogativas constitucionais do Conselho Nacional de Justiça: que tipo de movimentação, mobilização – até porque a Presidente do Conselho Nacional de Justiça é também a Presidente do Supremo Tribunal Federal –, que tipo de expectativa nós podemos ter aqui no Congresso brasileiro de que o CNJ, com sua nova composição, poderá fazer um debate mais afirmativo na direção de corrigir e de ajustar sinceramente essas deformações que não dialogam com o papel estratégico importante da magistratura em nosso País. V. S^{as} poderiam me afirmar: "São casos isolados." É verdade, mas o simbolismo desses casos isolados está se multiplicando no dia a dia. Isso contribui de forma – eu não digo decisiva, mas contribui muito – para o distanciamento da sociedade e dos Poderes constituídos. Como é possível conviver com um nível de impunidade como esse?

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A pergunta que faço a V. S^{as} é que expectativa podemos ter de que esse debate no Conselho Nacional de Justiça poderá se dar com mais efetividade porque, sinceramente, a atual Lei Orgânica da Magistratura há muito não dialoga mais com a realidade do nosso País e precisa ser revisada. E aí, acho eu que o Conselho Nacional de Justiça tem um papel muito importante.

Então, Sr. Presidente, essa é a indagação.

Concluindo a minha manifestação, quero cumprimentar V. S^{as} de uma forma coletiva pela biografia, pela trajetória. Por isso mesmo, estão aqui submetendo os nomes de V. S^{as} para ocuparem essa importante tarefa.

Eu gostaria de ouvi-los a respeito dessa expectativa.

Muito obrigado.

Parabéns a V. S^{as}!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Ferraço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos agora às respostas dos nossos candidatos, começando pelo Dr. Márcio Schiefler.

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Presidente, eu agradeço novamente as perguntas.

Senadora Gleisi, que, ao que eu sei, tem raízes em Mafra. Judiquei muito tempo em Canoinhas, no glorioso Planalto Norte-catarinense.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Minha irmã mora em Papanduva ainda, viu?

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Papanduva, terra de gente muito boa.

Então, como há uma série de perguntas, e em homenagem à Comissão, eu serei bastante objetivo nas respostas.

Em relação ao custo do Poder Judiciário, a Senadora Gleisi está coberta de razão. O custo do Judiciário brasileiro não é baixo. A meu sentir – não falo aqui por ninguém, a não ser por mim mesmo, evidentemente –, há mais uma necessidade de realocação interna de prioridades do que propriamente de um aumento orçamentário ou de um influxo orçamentário maior ao Poder Judiciário. Não é sem razão que o próprio CNJ já baixou resoluções específicas nessa matéria, fazendo uma espécie de ajuste ou procurando certo equilíbrio de gastos entre os tribunais de segunda instância e os juízos de primeiro grau.

Em relação à superlotação carcerária e aos mutirões, essa é uma preocupação muito pertinente, Senadora. Eu digo à senhora que os mutirões tiveram o seu momento, o seu momento de chamar a atenção para o problema. Parece-me que a iniciativa mais importante é essa tomada pela Ministra Cármen Lúcia, porque nós não podemos alcançar a cura de uma enfermidade sem antes termos um diagnóstico. Não podemos chegar a um diagnóstico sem antes fazer exames. Enquanto nós não tivermos o exame da situação – e é a isso que essa iniciativa que vai redundar no Cadastro Nacional de Presos se destina –, enquanto não tivermos um exame preciso da enfermidade, não será possível receitar um tratamento, não será possível chegar à cura.

A questão do teto salarial está sendo enfrentada de uma maneira muito firme pela Presidente do Supremo Tribunal Federal. Recentemente aliás, baixou uma portaria que visa chamar à responsabilidade os dirigentes dos tribunais, para dar cumprimento à transparência que a sociedade brasileira toda necessita.

Eu quero dizer à senhora, em relação ao teto salarial, que os juízes brasileiros estão ansiosos para que o Congresso Nacional se debruce sobre essa matéria, mas que a discussão não se restrinja aos juízes; que sejam chamados também o Ministério Público, a Advocacia Pública, os cartórios extrajudiciais, cujos recursos deixam de afluir para os cofres dos Estados federados representados por V. Ex^{as} aqui. Então eu reitero a V. Ex^a que os juízes brasileiros estão ansiosos para que o Congresso





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nacional se debruce sobre essa matéria, mas no sentido de não se restringir só aos juízes, mas sim a todas as categorias do serviço público: auditores da Receita etc. e tal.

No tocante à pena de aposentadoria, já respondendo também à pergunta do Senador Ricardo Ferraço, já fiz considerações a esse respeito, mas eu devo apontar, por justiça, que essa previsão encontra amparo constitucional no art. 95, inciso I, da Constituição. Então, me parece que essa temática dificilmente possa vir a ser enfrentada pelo Judiciário sem que V. Ex^{as} também tomem a frente disso.

A senhora menciona um caso administrativo do Juiz Sergio Moro. Eu confesso que não conheço esse caso administrativo. Então, eu não posso prestar informações a esse respeito. As falas fora dos autos, entrevistas, palestras são uma preocupação que parte, sim, das normas que regem a Magistratura. A presunção sempre é que a corregedoria respectiva, o tribunal respectivo acompanhe, autorize até para que o serviço, o expediente do dia não seja prejudicado.

Em relação à participação social, para encerrar, Senadora, eu digo à senhora que esse é um tema muito caro à Ministra Cármen Lúcia. De duas iniciativas, pelo menos, eu participo de uma delas diretamente, que é esse Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, em que, pela primeira vez, órgãos representativos da imprensa têm acesso, lugar cativo dentro do Conselho Nacional de Justiça para levar as suas preocupações. Então, a Ministra Cármen Lúcia não só tem essa preocupação como adota medidas concretas para garantir isso a que a senhora se refere.

Para finalizar, o Senador José Pimentel fez considerações, que já mencionei aqui antes, mas, especialmente no tocante à mediação e arbitragem, também é uma preocupação do conselho, Senador Pimentel. E até iria mais longe: hoje, talvez, a tendência seja postar *e-mails* eletrônicos de mediação e arbitragem. O Ministério da Justiça tem uma iniciativa muito alvissareira, que é o Consumidor.gov. Muitos já estão utilizando. Eu acredito que esse será o caminho do Conselho Nacional de Justiça nessa gestão que prossegue, Senadora.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sr. Valtércio.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Ex^{ma} Senadora Gleisi Hoffmann, V. Ex^a indaga quanto ao enfraquecimento da Justiça do Trabalho. Efetivamente, eu entendo que, com a reforma trabalhista que está a entrar em vigor em novembro, há um enfraquecimento, sim, da Justiça do Trabalho. E a nossa preocupação é grande, porque entendo que a Justiça do Trabalho funciona como um amortecedor das relações sociais. Um carro sem amortecedor não funciona. Ele fica desgovernado. Então, eu entendo que houve uma mudança estupenda, digamos assim, com relação à acessibilidade do trabalhador. O cidadão ingressa com uma ação e, se, porventura, esse processo vir a ser arquivado, vai ter que pagar – é o princípio da sucumbência – os honorários da parte contrária. E, se ele não tiver





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

recurso, seu processo fica pendente durante dois anos para que ele venha, depois, a cumprir sua dívida. Então, isso fere um pouco o princípio da acessibilidade, tão consagrada na nossa Constituição Federal.

Só queria fazer um adendo aqui – o ilustre Dr. Márcio já tratou aqui – com relação ao custo do Judiciário brasileiro. V. Exª menciona – e é verdade – que a França tem 0,2% do PIB de despesa com o judiciário.

O que ocorre é que nós somos um País continental. A França é do tamanho da Bahia, do Estado da Bahia. Imaginemos se a França tivesse o tamanho do Brasil. Evidentemente que esse custo se elevaria gradativamente e proporcionalmente à área que é adstrita ao país da França.

Então, realmente nós temos que rever o custo do Judiciário. Nós vivemos numa crise tamanha, sem precedentes na história do País, e há necessidade, sim, de que haja um repensar do Judiciário como um todo.

Somente aproveitando e respondendo rapidamente ao Senador a pergunta muito também interessante sobre a mediação e arbitragem, elas são ferramentas extraordinárias para a solução dos litígios com maior celebridade possível.

Nos nossos trabalhos, nós temos a conciliação, e ela nasceu com essa finalidade precípua, tanto que antigamente, antes da Emenda 45, nós tínhamos a Junta de Conciliação e Julgamento. Então, ela é de conciliação para depois ser de julgamento. E aqui, somente para ilustrar, durante todo o tempo, quer na primeira instância, quer na segunda instância, nós somos adeptos ferrinhos da conciliação, tanto que processos que são dirigidos a mim para relatar, quando eu sinto que há uma dificuldade muito grande de enfrentar as questões, eu convoco os advogados das partes, notifico as partes, vão ao meu gabinete e ali nós discutimos uma hora, uma hora e meia, duas horas até chegarmos a um consenso e celebrar essa conciliação. Isso tem surtido um efeito extraordinário, porque é a celeridade aquilo que a sociedade precisa, a...

(Soa a campainha.)

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – ... a celeridade do Judiciário.

Respondendo ao Senador Ferraço, efetivamente, na minha ótica, já se faz urgente esta nova lei que regulamente a magistratura, a Lei Orgânica da Magistratura. E por quê? Essa lei atual, a 3.579, já está, digamos assim, caduca, os tempos hoje são outros. Então, há uma necessidade premente de que nós tenhamos, num curto espaço de tempo, uma nova Lei Orgânica da Magistratura.

E, em relação à aposentadoria compulsória, eu também entendo que isso deva ser modificado, em que pese também achar que o magistrado, mesmo depois de punido, ele deva receber pelo menos proporcionalmente, porque, de qualquer sorte, ele recolheu para os cofres públicos durante certo lapso de tempo, durante a sua participação na magistratura, ele recolheu para os cofres públicos uma





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contribuição. Então, que não seja integral, mas que seja pelo menos parcial. É o meu ponto de vista, que eu acho que seria mais coerente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr^a Maria Iracema.

A SR^a MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE – Na minha administração, eu inaugurei 25 centros de conciliação, e, então, isso tem sido de grande valia. Acredito que nessa nova administração, porque eu deixei o Tribunal em fevereiro, isso deve ter aumentado. Foi o único Tribunal, à época, que mandou ao CNJ ... Nós fizemos lá o curso de mediação implementado pelo CNJ. Então, o Tribunal de Justiça do Ceará está bem atento a essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, eu registro aqui a presença honrosa do Prefeito, Deputado, Governador e Senador Esperidião Amim, que participa desta reunião hoje como nosso convidado ilustre.

Bom, temos dois inscritos ainda, a Senadora Fátima Bezerra e o Senador Lindbergh.

Senadora Fátima, por gentileza.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, demais convidados ... Quero cumprimentar a Desembargadora Maria Iracema Martins, bem como o Desembargador Valtércio, o Juiz Márcio Fontes, a quem vamos exatamente apresentar aqui as nossas indagações.

A primeira indagação, Sr. Presidente, é a seguinte: em 2011, por meio da Portaria 46, de 2011, o Conselho Nacional de Justiça institui o Grupo de Trabalho de Juízes de Varas de Penas e Medidas Alternativas. A consolidação da Política Criminal das Penas e Medidas Alternativas torna-se cada vez mais relevante perante os problemas evidentes do sistema prisional, tais como, a superlotação a os tratamentos que violam princípios básicos da dignidade humana. Acrescente-se que por intermédio desse grupo de trabalho viabilizou-se uma parceria com o Ministério da Justiça, na qual se persegue o objetivo de concretizar uma política para o Sistema Nacional de Penas e Medidas, sobretudo quanto à questão do desencarceramento. Além do mais, é sabido por todos nós a situação do sistema prisional brasileiro, Dr^a Iracema, que vive um verdadeiro colapso, colapso. O Brasil tem 622.202 presos. O aumento é de 167% em 14 anos. Esses dados são recentes. Temos um déficit em todo o País de 250 mil vagas. O Brasil tem a quarta massa carcerária do mundo. E quem é exatamente a maioria das pessoas que estão encarceradas por este Brasil afora? São jovens, pretos, negros, da periferia. Isso não é achismo, não. São pesquisas realizadas que mostram que, por exemplo, segundo estudo do Depen, que é o setor que cuida da questão do sistema prisional, 61,6% dos presos pertencem a esse grupo: pessoas negras, pretas e pardas.

Eu lembro aqui Darcy Ribeiro, viu Lindbergh? O Prof. Darcy Ribeiro, que já nos alertava décadas atrás para que quanto menos escolas se construíssem no Brasil, de mais prisões o País ia precisar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E o pior é que o sistema prisional nosso, em face de todos esses problemas de caráter estruturante etc., as deficiências que o sistema prisional apresenta pelo País afora. Meu Estado, por exemplo, o Rio Grande do Norte, foi palco de uma crise, em dezembro do ano passado, gravíssima. Vivemos lá no Rio Grande do Norte, em dezembro, no final do ano passado, dias de angústia, de desespero. A população simplesmente apavorada, inclusive com a presença das facções que tomaram conta do sistema prisional, que se deslocaram inclusive para o Nordeste, inclusive lá no nosso Estado.

Então veja bem, infelizmente esse sistema, essas prisões pelo País afora, Senador Lobão, repito, dadas as deficiências que apresentam...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... elas se tornaram verdadeiras escolas do crime. Pelo amor de Deus! Nós precisamos, para os jovens brasileiros, é de escolas que formem para a cidadania, para o emprego, para a vida.

E quando a gente olha que a maioria dos que estão exatamente nos presídios são os jovens, os jovens negros, de periferia, pobres, nesse sistema prisional, repito, que é um verdadeiro colapso, dominado por essas facções, verdadeiras escolas do crime, isso é muito sério.

Daí porque eu quero aqui, Drª Iracema, Dr. Valtércio e o Juiz Márcio, que vocês pudessem aqui discorrer sobre quais as medidas que o Conselho pode adotar, no âmbito de suas competências, para que o País possa sair deste atual quadro. De forma geral, a que os senhores e as senhoras atribuem o fato de o País ter chegado a tal situação?

E por fim, mais duas indagações rápidas: primeiro, que pudessem discorrer sobre qual o pensamento dos senhores acerca do tema do ensino religioso nas escolas públicas e a laicidade do Estado.

Depois gostaria que, apesar de a Senadora Vanessa já ter feito essa pergunta, mas gostaria que pudessem, com mais clareza, os senhores discorrerem acerca da constitucionalidade e da aplicação da Resolução 01, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, que determina que profissionais de Psicologia não podem fazer terapias de reversão de orientação sexual. Que pudessem falar mais sobre o mérito da resolução etc.

São essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh, o Senador Paim pede para falar, se V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas ele assegura a V. Ex^a, mais do que a mim, que não irá além de dois minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Pode falar, Senador Paulo Paim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não; pode falar, pode falar, pode falar. Eu faço questão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lobão, com todo o respeito que eu tenho a V. Ex^a, é a segunda Comissão já em que antes de eu falar, eu não vejo limitar o tempo dos outros. Mas para mim limitam. Vou dizer inclusive onde, na Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Marta Suplicy, antes de eu falar, quis limitar o tempo! E agora...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, só limitou para mim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ainda bem que V. Ex^a fala perante esta Comissão. V. Ex^a é quem mais se excede no tempo aqui nesta Comissão. Hoje é uma reunião em que V. Ex^a falou durante duas horas e meia! É possível uma coisa dessa?! E ainda diz isso!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem uma correçãozinha, aí. Eu li o voto da reforma trabalhista e não foram duas horas e meia; eu levei quatro horas e meia. E se precisasse, aqui, eu leria por dez horas, até não votar aquela reforma!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, eu falei duas horas e meia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi uma forma de obstrução e é legítimo para as minorias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu falei que foi por duas horas e meia para dar oportunidade a V. Ex^a de confessar que foram quatro horas e meia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi por quatro horas e meia que eu li. Quatro horas e meia!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Isso é simplesmente insuportável do ponto de vista...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser insuportável, mas a obstrução é legítima!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... do ponto de vista regimental!

Não; não é legítimo. Não é legítimo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem faz obstrução tem o direito legítimo de expor o seu ponto de vista. Eu li todo o meu relatório como os outros também leram. Eu não vi nenhum obstáculo quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra para fazer suas perguntas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Farei as minhas perguntas, mas não as farei em dois minutos. Até iria fazê-las em bem menos, mas mediante a provocação, eu as farei no tempo que entender adequado, em respeito aos nossos convidados. E V. Exª que me corte o microfone, se assim entender.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu o farei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faça!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dentro do Regimento o farei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faça, faça, faça! Eu só vou exigir o mesmo tempo que V. Exª deu para os outros que interpelaram os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cinco minutos para cada um.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª deu dois para mim. Então, explique!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu achei que V. Exª quisesse falar em dois minutos. V. Exª tem cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dentro dos cinco minutos que foi dado a todos, eu me sinto contemplado. Mas também não vou aceitar, agora, que comecem a fazer censura toda vez que eu for falar.

Eu iria até falar menos; vou falar os cinco agora, então. Eu iria falar menos, agora vou falar os cinco.

Eu me refiro aqui a todos os nossos convidados. Farei as perguntas e deixo bem à vontade para que todos respondam.

A sociedade compreende que o CNJ, em sua função de propulsor e executor de políticas de justiça, deve incorporar mecanismo de participação social à sua estrutura funcional e cultura institucional, incorporando normativamente membro da sociedade civil organizada a grupos de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho, foros temáticos e processos de planejamento estratégico da instituição. Pergunto aos senhores se concordam com essa participação social para contribuir com o debate. Essa é uma pergunta.

Pergunta dois. Nessa serei mais direto. Eu presido aqui a CPI da Previdência. Eu estou alarmado com a dívida dos grandes devedores à União. Os dados que me passaram – e aqui está confirmando – chegam próximo a dois trilhões. Dívida acumula, vai acumulando, vai acumulando e a sociedade me pergunta por que não executam? Por que não cobram? E os senhores como Conselheiros eu gostaria que me dessem até a mim uma contribuição. Onde está o problema principal? Dois trilhões é a dívida dos grandes devedores para com a União.

Eu até vou ler aqui a síntese que foi composta naturalmente também por advogados: Esse processo de morosidade, particularmente na parte fiscal, nos termos de hoje é em torno de 1,8 trilhão em cobrança ativa, na justiça, só da União, na Justiça Federal.

Em média, dizem aqui os documentos – e lá está confirmado –, dá mais do que 12 anos, e não respondem.

Aí, quando vou fazer palestra nos Estados, um cidadão me pergunta: se eu não pagar a luz e a água, o que acontece, Senador? Cortam no outro dia. É ou não é? É isso. O cidadão comum lá, peão como eu.

Compre um carro num banco e não pague para ver: o banco vai lá, tira e o mete no mínimo no SPC. Compre uma casa pelo sistema financeiro: o banco tira e o processa de imediato. E se perde a propriedade.

Enquanto grandes devedores... Não quero citar nomes aqui, mas grandes bancos, por exemplo, JBS da vida e tantos outros devem e dizem o seguinte na CPI: "Devo, não nego, não pago, estou brigando na Justiça".

Aí vêm os Refis da vida, que eles inventam, anos e anos de Refis. Também vão renegociando, e aquele que paga em dia se sente lesado. Há muito empresário que chega e me diz: "Paim, os malandros não pagam, ficam esperando o Refis, a Justiça não decide, e eu fico numa concorrência desleal, porque o produto deles chega mais barato ao consumidor".

Se vocês puderem, aproveitando a presença de todos aqui, me ajudar, para que eu possa, na conclusão dos trabalhos da CPI, ilustrar, com a sabedoria de vocês... Os três. Eu não quero saber se o voto é secreto: já adianto que votei nos três favoravelmente. O meu voto foi para os três.

E, por fim, qual a opinião dos indicados a respeito dos desafios a serem enfrentados pelo Judiciário e por esse Conselho na promoção de acesso à Justiça em face do atual momento da crise econômica e, sobretudo, após o advento da Emenda nº 95?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero centrar mais, se vocês puderem responder, nesta questão de como a gente pode acelerar, porque querem fazer uma reforma da Previdência, e eu digo: o problema não é aumentar... Dizem "Ah, não tem idade mínima, não tem tempo de contribuição...". Tem. A idade mínima na lei já está em 60 anos para o homem, com 35 de contribuição – homem –; e, para a mulher, 55 com 30 de contribuição.

O problema é de gestão, de fiscalização, combate à corrupção, a sonegação e o desvio do dinheiro da Previdência para outros fins.

A Constituição manda uma cesta de arrecadações para a Seguridade, para a Previdência ela só bota o empregado e o empregador. Tributação sobre o lucro e faturamento, PIS/Pasep, jogos lotéricos. Nada vai.

Por isso, faço aqui um apelo: quero uma contribuição só dos senhores. Qual é o caminho para a gente conseguir que os grandes devedores paguem 2 trilhões. E falam em tirar do trabalhador R\$10 do salário mínimo, para responder ao questionamento da nossa previdência social.

Senador Lobão, espero não tenha excedido os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não excedeu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que bom! Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me reconciliei com V. Ex^a. No fundo, é o que todo mundo diz: parece que sou bravo, mas sou um grande conciliador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós nunca estivemos desavindos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Somos amigos eternos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nunca estivemos desavindos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Somos amigos eternos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Amigos eternos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Encerrei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Márcio, por favor.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Devo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim.

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Agradeço novamente a preferência, no sentido de me pôr a responder em primeiro lugar. Para mim é sempre uma grande satisfação responder aos questionamentos dos Senadores.

Em relação àqueles da Senadora Fátima Bezerra, ela levanta, com muita propriedade, a situação carcerária, faz um contraste com a via das medidas alternativas.

É uma grande verdade, Senadora, que uma tendência eu posso dizer talvez mundial é aquela de despenalizar as condutas consideráveis como socialmente menos impactantes – crimes não violentos etc. – e agravar as penas daqueles crimes considerados mais impactantes, tanto crimes violentos como crimes financeiros. Vamos chamá-los assim. Então, essa é uma tendência mundial.

O Conselho Nacional de Justiça tem várias iniciativas, Senadora, nesse sentido. Uma delas é a cobrança ou a gestão junto aos Tribunais de Justiça do devido funcionamento das chamadas Centrais de Penas Alternativas, porque uma dificuldade que o juiz tem, Senadora, é o encaminhamento dessa pessoa, qual o serviço ele vai prestar, quem fará a fiscalização desse serviço. Então, sem que haja um encaminhamento, eu me irmano aqui na sua preocupação: não há um incentivo para que o juiz faça uma leitura talvez mais generosa dessas modalidades de medidas alternativas quando ele sabe que o sujeito, ao ser apenado por uma medida alternativa, vai sair praticamente impune. Mas, uma vez que ele tenha essa via realmente estruturada, eu acredito que pode haver uma abertura maior do juiz para a prática desses atos. Então, nesse sentido, eu concordo com a preocupação de V. Ex^a.

V. Ex^a faz aqui ponderações a respeito do ensino religioso e de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia. Em relação à resolução, eu reitero aquelas observações que eu fiz em relação às perguntas da Senadora Vanessa e agradeço a V. Ex^a em relação a essa pergunta do ensino religioso, que tem uma disposição normativa bastante clara em relação à laicidade do Estado. Trata-se de fato histórico muito bem documentado a partir de desdobramentos no Estados Unidos da América, em que o Estado laico é instituído inversamente não para que a religião perturbe o Estado, mas para que o Estado não perturbe a religião. Nós temos uma normativa constitucional muito clara a esse respeito.

Em relação àquilo que talvez o Supremo Tribunal esteja por julgar que possa tocar esta matéria, claro, aguardaremos o pronunciamento do Supremo.

O Senador Paulo Paim faz considerações basicamente de duas ordens, de participação social no Conselho. Eu venho dizer, em respostas à pergunta da Senadora Gleisi, que nós temos essa previsão, sim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – E, na gestão da Ministra Cármen Lúcia, ela não só fez manifestações nesse sentido como tomou atitudes concretas nesse sentido. O exemplo que eu dei foi desse Fórum Nacional Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, em que, pela primeira vez em que ela concretizou – já havia previsão, mas foi ela que efetivamente instalou –, de modo a conferir lugar dentro do CNJ, para que órgãos de imprensa pudessem levar as suas preocupações em relação a esse tema.

Finalmente, o Senador Paulo Paim questiona sobre grandes devedores da Previdência. Eu posso dizer, Senador Paim, que a Justiça Federal costuma ser bastante efetiva nessas execuções. O senhor pede uma contribuição. A contribuição que eu dou talvez seja numa reflexão junto ao Superior Tribunal de Justiça, onde se debatem grandes teses a respeito de temas processuais. Talvez lá fosse o foro adequado para que essa preocupação de uma agilização maior ou de uma efetividade maior da execução fosse lembrada.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado, Dr. Márcio.

Dr^a Maria Iracema.

A SR^a MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE – Eu entendo da mesma forma, pois acho que já foi bem respondido pelo meu colega que está à frente dessa matéria. Então, da mesma forma, acho que já foi bem respondido pelo nosso colega Márcio Schiefler.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Ex^a.

Dr. Valtércio.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Senadora Fátima, as perguntas de V. Ex^a realmente são instigadoras. Primeiro, V. Ex^a trata do problema do sistema prisional. Em que pese a minha especialidade, digamos, ser num ramo na esfera trabalhista, eu acompanho *pari passu* e acompanhei as notícias que vieram daquela terra tão bonita, tão linda – aquela região é tão linda; Natal é um espetáculo – e também o que aconteceu lá no Amazonas, em Manaus. Eu acho que já era hora de nós verificarmos que houvesse uma política de se constituírem presídios em que os detentos tivessem a oportunidade de trabalhar, de se autossustentar. Nós temos um Brasil imenso, com terras imensas. Por que não se tratar então de escola agrícola penal? Ali, diuturnamente, ele poderia trabalhar e, com o seu suor, só se manter, seja no plantio de feijão, de arroz. Ele mesmo se autossustentar. É uma visão que eu tenho que não sei por que a gente com tanta terra, e não se tem o sistema prisional agrícola.

Com relação a ensino religioso, eu sou altamente favorável, porque nossas crianças estão se distanciando muito da religiosidade, e é fundamental, na minha ótica, que o jovem, a criança... Eu vim de escola pública e, na minha época, em Itabuna, colégio primário, nós éramos obrigados a adentrar no





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

colégio, inicialmente perfilar todos os alunos, toda aquela garotada, cantar o Hino Nacional e, ao entrar na sala, nós tínhamos que rezar primeiro o Pai-Nosso. Não havia um ensino religioso, mas havia uma tentativa de se ter um respeito a Deus, às coisas superiores. Eu acho altamente positivo, na minha visão.

Com relação ao aspecto da Resolução nº 01/99, acho que o psicólogo está aí para tratar todas as deformidades que existem no ser humano. Não estou dizendo que o aspecto do homossexual seja deformidade, mas tudo aquilo que passa pela dificuldade, as marcas que trazemos da infância... O ser humano, até os sete anos, está no momento gritante para ter a sua formação de princípios, de religião, de caráter, de dignidade.

Eu me recordo de que meu velho pai era um homem pobre, mas todo dia de manhã, no café da manhã, ele se sentava com todos os filhos e fazia o seguinte, depois de rezar o Pai Nosso, ele dizia aquela velha frase extraordinária do Almirante Barroso: "Meus filhos, o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever". E aquilo vai incutindo na nossa cabeça essa responsabilidade que devemos ter, as obrigações que devemos ter.

Hoje se busca muito o direito, mas poucas obrigações se tem. Então, acho que é fundamental que os psicólogos atendam qualquer pessoa que esteja necessitando de se desenvolver, conversar... Sentar num divã e conversar, para tentar solucionar os seus dramas pessoais.

Senador Paulo Paim, questiono-me muito sobre esse problema das dívidas dos grandes devedores. Acho que talvez...

(Soa a campainha.)

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – ... o CNJ, sob a Presidência tão bem encaminhada da Ministra Cármen Lúcia, numa reunião, como citou o nosso colega aqui, o Juiz Márcio, trouxesse varas especializadas somente para tratar dos devedores ativos. Pronto, treinar um grupo de magistrados e turmas no tribunal para dar vazão a essas dívidas, porque é inconcebível que pessoas que têm grandes recursos não queiram pagar suas dívidas, e pessoas de parco recurso, às vezes desempregadas ou em uma luta para receber um mísero salário, tenham que contribuir mais ainda com a previdência. Então, varas especializadas e turmas especializadas para dar vazão maior; treinar os servidores e preparar os magistrados para atuarem mais firmemente nessa posição.

As demais perguntas já foram respondidas. Se o senhor quiser algum esclarecimento, eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Valtércio.

Nesse último bloco, temos ainda três inscritos: o Senador Jorge Viana, o Senador Wilder e o Líder do PT, Dr. Lindbergh.

Eu reitero a minha solicitação para que todos sejam, na medida do possível, breves nas suas indagações. Esta reunião vai prosseguir com outra pauta após esta e já são 13 horas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a e os colegas, Senadoras e Senadores que estão aqui nos dando audiência, especialmente a Dr^a Maria Iracema, o Dr. Márcio Schiefler e o Dr. Valtércio Ronaldo, que estão hoje aqui cumprindo o que estabelece a Constituição, as leis do Brasil, dando-nos o privilégio dessa sabatina e dessa oportunidade.

Eu já tive oportunidade de conversar com alguns dos senhores, expressei algumas das minhas preocupações, mas acho que aqui devo torná-las públicas, pelo menos dentro do possível. Eu diria que hoje nós não temos tema mais importante para o cidadão comum, para o brasileiro do que a questão da violência. Há insegurança.

Eu acabei de participar de uma audiência acompanhando o Governador Tião Viana e o Governador Wellington Dias, com o Presidente do Congresso, e há uma decisão dos Governadores de fazerem ainda, e talvez no Acre, em final de outubro, uma reunião com os Chefes de Poderes, com membros das Forças Armadas, com todo o aparato de segurança, inclusive contando com a Presidente Cármen Lúcia. Uma reunião para tratar exclusivamente do problema da violência e da segurança, ou da insegurança no nosso País.

Nós temos um problema grave aqui, da agenda da reforma política; nós temos uma agenda gravíssima em decorrência de um governo que para nós é ilegítimo, mas o cidadão brasileiro vive hoje um drama. Eu vi o Dr. Márcio fazendo referência. Foram 62 mil assassinatos, no ano passado. A violência do trânsito também mata mais de 40 mil pessoas por ano. Nós estamos falando de cem mil brasileiros e brasileiras que perdem a vida.

Quando nós colocamos isso durante cinco anos, ou dez anos, estamos falando de um milhão de pessoas que perdem a vida por conta desse embrutecimento de sociedade com a qual nos deparamos. Aí acho que todos nós temos responsabilidade nesse processo. Mas como não tratar de um tema desse na hora em que estamos sabatinando pessoas que podem e devem tomar atitudes no Conselho Nacional de Justiça, que faz o controle do próprio Judiciário?

Então, eu gostaria, dando relevância a esse quesito, a essa questão da violência hoje, de tratar... A Senadora Fátima já tinha levantado... Nós temos mais de 600 mil presos, perto de 40% deles em situação precária do ponto de vista processual. O perfil da nossa população carcerária é de cortar o coração. Pessoas que nem começaram a vida ainda já foram recolhidas. E nesses tempos, a gente corre um risco de alguns, na pressa, na vontade ou mesmo tentando se aproveitar, tentarem passar propostas muito atrasadas que não vão direto na causa, na raiz dos problemas.

Nós temos 16 mil quilômetros de fronteira. Dezesseis mil quilômetros de fronteira! Os Estados Unidos têm 3,2 mil com o México e não dão conta de fazer a vigilância naqueles 3,2 mil. Como nós





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vamos conseguir, nos 16 mil nossos? Estou me referindo à passagem de drogas, de armas. Vejam a situação do Rio de Janeiro hoje. Vejam a situação do meu Estado do Acre. O grau de organização do crime organizado. Por exemplo, há um impasse. Salvo engano, há apenas quatro Estados que têm bloqueio de celular nos presídios. Nós estamos vivendo agora uma ação na Rocinha, no Rio de Janeiro, em que o comandante está num presídio de segurança máxima lá em Rondônia e, de lá, ele comanda.

Eu gostaria de um comentário sobre esse assunto. Não deveríamos ter, pelo menos, em todos os presídios de segurança máxima, nos presídios federais de segurança máxima, onde temos líderes de facções criminosas, um definitivo bloqueio de contato pelo menos por celular e uma vigilância mais apurada até mesmo – eu coloco isso – no trato com pessoas externas já que está provado que, de dentro dos presídios, estamos tendo uma ação... Aí eles fazem até com alguma segurança porque estão protegidos, mas está havendo uma disputa de territórios no País em que os presos são obrigados a fazer escolha entre uma das facções que se apresentam. Isso aí é uma preparação para a guerra.

Nós vamos – eu lamento, não estou profetizando nada, não quero que isso aconteça – voltar a ter as rebeliões nos presídios com disputas entre as facções, de território nos presídios, e eles só disputam de uma maneira dentro do presídio: matando uns aos outros. Lamentavelmente, os episódios que houve em Manaus, que houve no Nordeste, que houve em Roraima, uma parcela atrasada, perversa da nossa sociedade ainda aplaudiu, achando que isso é bom.

Eu queria que comentássemos um pouco isso. Por que nós seguimos, por que a Justiça, porque o Judiciário segue misturando coisas que não podem ser misturadas? Pessoas que têm contas a acertar com a sociedade porque cometeram erros. Quem de nós não comete erros em maior ou menor grau? Qual é a família que não tem alguém que cometeu algo errado e que tem de acertar contas com a sociedade? Mas se mistura uma pessoa que falhou, que errou e que, por isso, tem que pagar uma conta com a sociedade com líderes de facções criminosas. Isso se faz de uma maneira corriqueira em nosso País, em todos os Estados. Aí, você transforma presídios, de fato, em escolas do crime. Há uma revitimização daqueles que estão sendo condenados, vão ter de pagar a conta. Esse é um aspecto.

Sobre o outro, eu queria um comentário. Todo o aparato legal hoje é voltado para a família do réu e não da vítima. Salvo engano – eu queria um comentário – nós temos um seguro para a família e para quem comete o crime, mas não temos nenhuma proteção para a viúva, para os órfãos, para a vítima. Eu acho esse um assunto complexo que nós temos que resolver. Não podemos agir assim. É claro que me preocupa.

Quando eu fui Governador, e nós tínhamos alguém que cometia um crime, a família dele não era culpada por ele ter cometido um crime e merecia alguma proteção, mas vamos aqui... E a família da vítima que fica desamparada pelo Estado e não tem nenhum tipo de proteção legal? Eu queria um comentário. Os senhores concordam com um seguro para a família do réu, do criminoso, sem que haja uma contrapartida ou uma proteção, um acolhimento ou uma garantia para a família da vítima?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos falando de 62 mil assassinatos. Quantas mil viúvas nós temos? Quantos milhares de órfãos nós temos que ficam absolutamente desamparados quando o chefe da família, seja mulher ou homem, perde a vida?

Então, há muitas distorções. É um comentário porque há partes que nos cabem, nós somos legisladores. Mas há outras que cabem ao Judiciário. Eu só vejo uma disputa na sociedade: de um lado, uns querendo soltar todo o mundo; de outro lado, uns querendo prender todo o mundo. E a gente termina sem debater o sistema prisional, não tenta uma organicidade, não tenta estabelecer uma diferenciação até mesmo com quem estamos lidando.

Nós temos, sim, pessoas de alta periculosidade na sociedade, que têm de pagar. As regras de hoje são tão frágeis. Lamento o nosso Código Penal ser da década de 40, porque uma pessoa para ficar presa, de fato, trancafiada dez anos, se for tudo dentro da lei, tem de matar quatro pessoas. Se ele matar quatro pessoas – ele tendo um bom advogado – vai ter de passar dez anos preso. Mas, se ele matar uma, duas, três, quatro, e o processo não andar direitinho, ele nem isso fica.

Quando participei da comissão de reforma do Código Penal, fui conversar com operadores do Direito, com juízes, fui conversar com juízas, fui conversar com membros do Ministério Público, fui conversar com organizações da sociedade que defendem os direitos humanos, com aqueles que se preocupam com a situação da população carcerária. Há gente que está sendo revitimizada quando vai para um presídio. Ele quer pagar acertar contas com a sociedade, quer voltar para a sua família, mas não consegue, virou um refém do Estado de novo.

Nós misturamos tudo isso. Para mim, nós não estamos plantando vento. Se fala comumente: quem planta vento colhe tempestade. Nós estamos plantando tempestade e vamos colher furacão – já estamos colhendo. É muito grave o momento que nós estamos vivendo hoje, gravíssimo.

O número de fuzis apreendidos se multiplicou exponencialmente do ano passado para este ano. Em alguns Estados, o número de fuzis presos... Por exemplo, lá no Rio de Janeiro, no ano passado, foram setecentos e cinquenta, mais ou menos. Neste ano, em janeiro, fevereiro e março, já tinham sido presos mais de quinhentos fuzis. Uma pessoa que anda com um fuzil a tiracolo não está querendo se defender nem se proteger, ele está querendo matar e, normalmente, quer matar policial, normalmente quer destruir, porque o poder de destruição dessas armas é absurdamente brutal.

Eu queria deixar uma sugestão. Preocupa-me porque nós fazemos dezenas de sabatinas aqui, mas as pessoas, com todo o respeito, depois que vão para lá não dão mais notícias.

Eu acho que o Poder Judiciário – e ontem eu comentava com V. Ex^{as} – é um Poder fundamental, que tem de ter independência, absoluta independência, para nos julgar a todos. Tem de ser composto por instituições que são fundamentais para que a gente não tenha injustiça no País. Hoje eu vejo um protagonismo exacerbado por componentes desse Poder, vejo pessoas que estão mais no noticiário do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que nos autos dos processos ou dando pareceres. Isso é terrível para o País, isso diminui o País e diminui o Judiciário.

Agora, eu entendo também que, até pela opção de vida que um juiz faz, que um membro do Ministério Público faz, ele tenha de ter uma vida muito reservada, para si e para a sua família. Ele paga caro, às vezes, por fazer essa opção, e eu compreendo. Mas, respeitando os juizes, os promotores, os membros do Poder Judiciário que estão lá nos Municípios, nos cinco mil e quinhentos Municípios, que estão em contato no dia a dia, acho que há um descolamento das autoridades que ocupam uma posição mais de destaque, especialmente dos tribunais superiores, do mundo real brasileiro.

Eu queria dar uma sugestão para os três que estão aqui hoje sabatinados, porque eu uso uma lógica... Eu ando muito no meu Estado, eu vou aos lugares. Eu queria que as pessoas que estão nessas funções de nos julgar a todos se perguntassem assim: eu tenho um amigo pobre? Eu tenho uma convivência permanente com uma família muito pobre de algum Estado brasileiro? Se a resposta for positiva, eu bato palma. Porque eu tenho. Eu ando. Eu vou aos lugares mais distantes falar com as pessoas mais excluídas, porque, senão... Brasília é tida por alguns como ilha da fantasia. Não acho que seja uma ilha da fantasia, mas que é uma ilha, é. E ela é perversa, ela envolve as pessoas com grande poder de decisão e a distância do mundo real. Isso é um perigo.

Eu gostaria de dar a seguinte sugestão: que tal se pelo menos uma vez por ano essas reuniões do Conselho Nacional de Justiça ocorressem em uma Região do País? Nós temos cinco Regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Porque a nossa cabeça está onde estão os nossos pés. É possível que uma reunião do Conselho Nacional de Justiça uma vez por ano no Nordeste possa levar essas pessoas que estão aqui a pensar um pouco parecido com o que pensam os nordestinos, um pouco nos problemas que os nordestinos vivem. Quando forem para a Amazônia, o mesmo: para poder dar valor à causa indígena, para poder dar valor à questão ambiental, para poder dar valor quando um governo aqui de Brasília quer destruir um aparato que demorou anos para constituirmos, que é um aparato de proteção ao meio ambiente para gerações futuras. Quando for para o Sul, a mesma coisa: pensar as dificuldades que o povo gaúcho, que o povo de Santa Catarina, que o povo do Paraná vive. Uma mudança de comportamento. O momento exige uma mudança de comportamento nossa e das instituições também, e não um endeusamento de algumas instituições e a destruição de outras, como nós estamos vendo. Parece que a maldição do Brasil é o Congresso. Parece que a maldição do Brasil é o Executivo. E parece que a salvação do Brasil é o Judiciário. Então, a responsabilidade, nesse momento, do Judiciário é de dar exemplo, cortar na própria carne. Será que é justo...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... punir alguém que comete o mais bárbaro crime, mas, por ser membro do Judiciário, ele ser aposentado compulsoriamente, ganhando o salário para o resto da vida e podendo viver o bem-bom de uma boa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aposentadoria antecipada? Isso é justo? Isso é punição? Como é que um órgão que pune e julga pune os seus assim?

Eu tenho muito respeito pelo Judiciário. Devo a vida ao Ministério Público e à Justiça Federal no meu Estado, pelo tempo que eu enfrentei crime organizado. Devo a vida! E tenho muito respeito.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que, mais do que nunca, o Judiciário precisa agora ter serenidade, firmeza e tomar atitude. E o melhor jeito de nos dar segurança para nós que não somos parte dele é punindo os seus, quando os seus cometerem erros.

Nós estamos vendo agora: hoje o Dr. Janot está respondendo a um ex-auxiliar dele que deu entrevista anteontem, membro do Judiciário, que coordenou importantes delações, condenações e denúncias. Disputa entre eles. Eu quero ver quando o controle externo do Judiciário...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... vai resgatar toda a confiança da sociedade punindo os seus. E vai ganhar muito mais força para nos punir a todos na hora em que ele começar a fazer isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

Atendendo ao pedido de V. Exª e até pelo andar do horário, quero só cumprimentar os nossos sabatinados: Dr. Valtércio, Dr. Márcio e, em especial, a Drª Maria Iracema, de cuja indicação eu tive a oportunidade de ser Relator.

Quero desejar a vocês sucesso e que possam trabalhar para o nosso Brasil e, principalmente, como disse o meu colega Senador Jorge Viana, que possam ser imparciais e que possam exercer sua função, inclusive atendendo a um pedido do Jorge: que possam punir também as pessoas que fazem erro no Judiciário. E que possa a nossa Nação contar com essa imparcialidade.

Era isso, Presidente – menos de um minuto. Você viu o tanto que sou rápido?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado a V. Exª. Cumprimentos pela capacidade de síntese.

Senador Lindbergh.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço, Presidente, Senador Edison Lobão.

Queria cumprimentar os três pela exposição. Eu analisei os currículos. São currículos importantes, e a exposição dos senhores foi uma exposição bem completa. Já adianto, embora o voto seja secreto, que votaremos a favor da indicação dos três: Dr. Márcio Fontes, Dr^a Maria Iracema e Dr. Valtércio.

Agora, eu queria levantar algumas considerações acerca do Conselho Nacional de Justiça. Há um mês e meio, eu entrei com um pedido de providências no CNJ. Os senhores sabem a situação que vive o Rio de Janeiro; há uma crise financeira terrível. Há pouco tempo, os servidores estavam há três meses sem receber salários – agora, é que se conseguiu pagar uma parte –, e o décimo terceiro está atrasado. Aí a gente vê o seguinte: há desembargador recebendo R\$120 mil, R\$130 mil, até R\$150 mil. Eu entrei com um pedido de providência no CNJ, porque, sinceramente, isso é inadmissível. Eles recebiam na data certa no mês. Os salários de todos os servidores atrasados, mas o Judiciário estava recebendo. Eu entrei com esse pedido de providência. Os senhores vão entrar no Conselho Nacional de Justiça, e eu queria que apreciassem isso aqui.

Eu discuto o teto. Nós aprovamos aqui, no Senado, um projeto que estabelece um teto – está na Câmara dos Deputados. Mas há uma discussão que tem de ser feita também dentro do Conselho Nacional de Justiça, porque, infelizmente, há uma resolução do Conselho Nacional de Justiça – Senador Ferraço, V. Ex^a falou sobre isso –, Resolução nº 13, que garante vencimentos acima do teto. É uma resolução do Conselho Nacional de Justiça. Está aqui:

Art. 8º: "Ficam excluídas da incidência do teto remuneratório constitucional as seguintes verbas [aí é tudo]:

[...]

a) ajuda de custo para mudança e transporte;

[...]

d) auxílio-funeral [eu não sabia que havia auxílio-funeral, mas há auxílio-funeral];

[...]

f) indenização de transporte;

[...]

E por aí vai.

Continuando:

[...]

a) auxílio pré-escolar [todo juiz que tem filho na pré-escola recebe a mais.];

b) benefícios de plano de assistência médico-social;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

[...]

E por aí vai.

Então, eu acho isso aqui extremamente importante. É a Resolução nº 13, do Conselho Nacional de Justiça.

Eu quero parabenizar a Ministra Cármen Lúcia quando pediu transparência dos tribunais e também quando decidiu não dar o aumento, neste ano, que estavam pedindo. É uma medida correta, mas é preciso modificar isso aqui. A sociedade não aceita – não aceita no Rio de Janeiro e não aceita no Brasil.

E há mais – aqui também o Senador Ricardo Ferraço falou: como aceitar que a pena máxima administrativa de carreira, uma punição, seja aposentadoria com salário integral? Não dá para aceitar. Porque aqui nós estamos votando reforma trabalhista, retirando direito de trabalhadores, é um bocado de coisa. E o povo não aceita.

Eu falo também de privilégios aqui no Parlamento. Você sabe que eu fui Relator de um projeto da Senadora Gleisi, porque, até dois anos atrás, existiam 14º e 15º aqui. Nós conseguimos aprovar. Acabaram o 14º e o 15º aqui, mas era um absurdo.

Então, eu chamo a atenção para esse primeiro ponto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Conseguimos aprovar a extinção.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A extinção. Acabaram o 14º e o 15º, e eu fui o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

Férias, outra questão. Magistrados têm férias de dois meses, dois meses e meio. Aqui no Parlamento também são dois meses. E o trabalhador tem um mês só de férias. Aqui é mais de um mês e meio. Esse é um primeiro ponto que eu queria colocar aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria também falar, Senador Lobão, dos abusos, do excesso de ativismo judicial.

Vamos pegar esta semana. Sabe o que aconteceu? Aconteceu de tudo. Juiz mandando retirar quadros de exposição no Mato Grosso do Sul; juiz impedindo uma peça teatral de uma temática LGBT lá em Jundiá; juiz decidindo em relação, Dr. Valtércio, a essa questão da cura *gay*. Porque, sinceramente, a decisão do Conselho de Psicologia é corretíssima. Não é doença. É charlatanismo quem fala de cura *gay*, pelo amor de Deus. Aí há juiz decidindo sobre isso. Há juiz decidindo nessa semana até sobre a diretoria do Vasco, Presidente Lobão. *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É! Meu time! Instituíram a diretoria toda. Até que merece, mas, pelo amor de Deus, é um excesso!

É aqui que eu falo dos abusos dos juízes celebridades, de juízes que atuam no caso como acusador, parece um procurador, e atuando no *timing* político.

Eu dou um exemplo aqui. Qual foi o maior fato político recente da história do País? Foi o *impeachment* da Presidenta Dilma. O Judiciário teve um papel, naquela construção, atuando politicamente. Eu dou um exemplo para o senhor aqui que foi a gravação da conversa da Presidenta Dilma com o Presidente Lula, em que o juiz de Curitiba, Sérgio Moro, divulga aquela conversa, uma conversa que já tinha sido fora do prazo, porque encerraram o monitoramento às 11h da manhã e a conversa tinha sido às 13h. Mas o juiz, cinco horas depois, solta aquilo na Rede Globo, criando um grande fato político, e depois houve uma decisão do Ministro do Supremo que impediu Lula, que, naquela época, não tinha nenhuma denúncia, de ser Ministro da Casa Civil. A história poderia ser outra.

Nesse caso específico, inclusive, nós entramos com uma representação no CNJ, que até agora não foi pautada. O Ministro Teori foi muito firme ao dizer que aquela divulgação da gravação foi ilegal. Mas nós fizemos aqui, com Senadores, vários Senadores, uma representação no CNJ, que não foi levada em consideração, não foi colocada na pauta.

Eu queria falar sobre isso. E aqui eu falo como Senador do PT. Nós reclamamos também de um tratamento, por vezes, seletivo por parte da Justiça brasileira.

Fico vendo agora em relação ao Presidente Lula. Ontem, um juiz de Brasília, Vallisney, aceitou uma denúncia contra o Presidente Lula. Pasmem os senhores: essa denúncia falava sobre benefícios tributários, a indústria automobilística no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foi aprovado esse projeto aqui no Senado e na Câmara por unanimidade. O autor original dessa medida provisória foi Fernando Henrique Cardoso. O Lula só renovou um pedido de todos os governadores, com apoio de todos os Senadores e de todos os Deputados. Mas é uma caçada. Aqui, na frente dos senhores, eu gostaria de fazer esta reclamação. Nós achamos que há uma seletividade muito grande por parte da Justiça. E, nesse caso do Presidente Lula, eu quero ser muito específico: é uma perseguição, parecem juízes competindo para ter protagonismo nesse caso.

Então, faço esses questionamentos e encerro falando sobre presídios, redução da maioria penal e reforma trabalhista. A Senadora Fátima Bezerra, aqui, falou da situação do nosso sistema carcerário. Nós somos hoje a quarta população carcerária do mundo com...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... 622 mil presos. Houve um aumento de 167% em 14 anos. Eu pergunto: melhorou alguma coisa na segurança pública, depois desse aumento de 167% de presos no nosso sistema carcerário? Não!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E aqui entra o debate da redução da maioridade penal, que está pautado como ponto de pauta aqui, não sei se o Presidente Lobão... Eu até pediria, já de antemão, que a gente deixasse essa discussão sobre a redução da maioridade penal para a próxima quarta-feira. Mas me espanta, em um momento como este, algumas pessoas acharem que a gente vai melhorar a situação da segurança pública colocando alguém de 16, 17, 18 nos presídios brasileiros, que são completamente controlados por facções, pelo PCC.

Eu me lembro de Darcy Ribeiro. Fátima Bezerra falou de Darcy Ribeiro, que dizia: mais educação é menos presídio. E aqui há uma juventude que já é vítima. Essa juventude brasileira está sendo exterminada: são 30 mil assassinatos por ano.

Concluo dizendo isto, Senador Lobão: 30 mil assassinatos por ano. Setenta e sete por cento são jovens negros moradores das periferias. É uma juventude que está sendo exterminada pelo tráfico, pela milícia e pela violência policial, por uma polícia despreparada também. Agora nós vamos encarcerar? Vamos encarcerar?

Então, é um grande equívoco. Eu queria que os senhores falassem, porque, para mim, esse tema é uma cláusula pétrea – eu defendo isso. Nós vamos ter o debate aqui com o Senador Ricardo Ferraço depois. Para mim, não pode haver redução da maioridade penal, porque o Constituinte entendeu ali como cláusula pétrea. Eu queria saber a opinião dos senhores.

Dr. Valtércio, eu tinha mais alguns pontos sobre reforma trabalhista, mas o senhor já falou bastante sobre isso – eu quero agradecer. A nossa preocupação é enorme. Daqui a pouco, a reforma trabalhista entra em vigência – são mais dois meses. Esse Governo prometeu enviar uma medida provisória para este Congresso Nacional, corrigindo alguns pontos. Até agora não mandou essa medida provisória. Essa é uma reclamação que a gente faz. A Senadora Vanessa faz essa reclamação diariamente.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas eu acho que o senhor já comentou bastante sobre a reforma trabalhista, e eu me senti contemplado. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Ferraço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito rápida e cirurgicamente: pelo andar da carruagem – são 13h30 –, eu quero crer que nós não teremos reunião deliberativa. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Teremos reunião deliberativa. Vamos cuidar, no segundo tempo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... da pauta, na segunda da fase da pauta. Se não houver número para deliberar, não deliberaremos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Está evidente que não temos número. Estou só me antecipando para...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pode haver mais tarde.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ah, pode haver?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pode haver.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, vou aguardar ansiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não.

Senador Humberto Costa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, é importante que a nossa Bancada fique mobilizada aqui também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ilustres candidatos ao Conselho Nacional de Justiça, a minha primeira pergunta eu quero dirigir ao Dr. Márcio Schiefler, que teve um papel importante no processo de atuar auxiliando o ex-Ministro Teori Zavascki em todo esse processo da Lava Jato desde a entrega da famosa lista de Janot, passando inclusive pelo processo de delação da Odebrecht, onde acompanhou a homologação dos acordos que foram feitos no Supremo Tribunal Federal.

Diversos advogados, juristas, pessoas que foram objeto de investigação têm colocado em dúvida a forma de realização ou de obtenção dessas delações. Existem algumas coisas que são, de certa forma, até inusitadas. Eu estava vendo um número nessa semana, não sei se é exatamente esse, mas já há mais de 180 delatores, segundo o que eu pude apurar na informação que vi sobre a Lava Jato.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu entendo inclusive... E aqui perguntei ao Procurador Janot, quando ele foi recolocado na função, se isso não era uma coisa a se estranhar. Parece que o Estado estava abrindo mão da sua responsabilidade de investigar e simplesmente, a partir das delações, tentando desvendar as entranhas de todo esse processo que havia, sem uma preocupação maior de buscar as provas, de usar a inteligência, enfim, para desenvolver esse trabalho. Esse é um ponto.

Agora, depois dessa delação da JBS, depois de toda essa celeuma que foi gerada, a nós parece óbvio que, em algum momento, alguém usou o poder de que dispunha não para cumprir a lei, mas para ultrapassar os limites da lei.

Eu pergunto a V. Ex^a: que aperfeiçoamentos V. Ex^a veria na Lei das Organizações Criminosas no capítulo que trata exatamente das delações premiadas, que aperfeiçoamentos poderiam ser feitos para evitar essas dúvidas, esses questionamentos que nós não sabemos se, em algum momento, vão provocar anulação de provas ou anulação até de operações inteiras? Então, a minha pergunta para V. Ex^a seria essa.

A outra pergunta que eu faço, no caso, ao Dr. Valtércio, diz respeito à questão do Judiciário e à TV Justiça: é de amplo conhecimento que muitos países que têm um Poder Judiciário desenvolvido, operante, respeitado, e inclusive mais barato que o nosso, têm, em relação à aplicação do direito, que os julgamentos se façam não sob sigilo, mas sem a transmissão, por exemplo, por via da televisão, ao vivo, enfim. Hoje, aqui no Brasil, isso é uma situação inusitada. Alguns ministros acho que passam até antes...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... no salão de beleza, para se arrumar, no *personal stylist*, para poder participar da sessão, e o fato é que termina, de alguma maneira, a opinião pública, a mídia, todo mundo que acompanha estabelecendo uma pressão sobre a decisão que o tribunal toma. Eu acho que não... Eu pergunto se não seria o momento de nós rediscutirmos esse tipo de situação, se é justo, se é correto, se é adequado que haja essa abertura absoluta e completa em relação aos julgamentos. E, também, se isso é válido, por exemplo, para os tribunais, por que não é válido para o CNJ? Porque o CNJ, por exemplo, tem deixado muitas decisões aguardando no fundo da gaveta sobre reclamações feitas contra magistrados, sobre temas importantes. Se essa transparência deve existir, por que ela não deve existir também para o CNJ? Para que saibamos quem foi que pediu vista, quem foi que... Enfim, em relação aos processos que dizem respeito a reclamações...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... contra integrantes do Poder Judiciário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E a última eu vou fazer para a Dr^a Iracema. Nós temos hoje, no Brasil, uma legislação que tem levado ao encarceramento exagerado, especialmente de jovens, por conta da questão da posse de drogas. Às vezes, um jovem que está recém ingressando em uma vida do tráfico e que não tem nenhum antecedente é preso, fica ali provisoriamente detido dentro de um órgão...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de encarceramento – vou concluir – em que, até para sobreviver, ele tem de se tornar integrante de alguma facção. Ou seja, ele se torna obrigatoriamente criminoso.

Se nós tivéssemos uma legislação que estabelecesse uma clara diferenciação e uma justa diferenciação entre o que é o traficante, o que é o usuário, o que é o portador da droga, poderíamos talvez evitar esse tipo de situação. Então, pergunto a opinião de V. Ex^a sobre essa questão.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr^a Maria Iracema.

A SR^a MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE – Muito obrigada.

Senador, eu entendo que essa é uma matéria muito importante que deve ser questionada, porque há o art. 28, que é onde entra a parte do subjetivismo ou não do juiz. Então, é preciso que.... Já está no Supremo Tribunal Federal, porque está havendo um encarceramento muito maior, justamente por isto, porque não faz a diferença exata entre o usuário e o traficante. Alguns países já têm se posicionado sobre essa matéria, sobre aquela quantificação da droga. E aqui no Brasil esta matéria – não é, Dr. Márcio? – ainda está no Supremo Tribunal Federal.

(Soa a campanha.)

Eu acho que seria importante essa quantificação, para poder saber se é usuário ou se é traficante de drogas, senão nós vamos continuar com essa política de encarceramento.

Está respondido, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Márcio Schiefler.

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Presidente, são inúmeras perguntas, mas, em homenagem aos trabalhos da Comissão, eu vou reduzir ao máximo as respostas, pulando aquelas sobre as quais já me manifestei.

Antes de mais nada, eu quero dizer que nunca recebi auxílio-escolar, embora tenha dois filhos em idade escolar, porque não há essa previsão no meu Estado. Embora não seja necessário, registro que nunca recebi auxílio-funeral.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

À parte aquelas perguntas que me foram aqui reiteradas sobre aposentadoria compulsória, porque, para tanto, como eu disse, seria necessário, a meu sentir, uma alteração do art. 95, inciso I, da Constituição, que deveria partir do Congresso Nacional, eu quero fazer só duas observações que me parecem muito relevantes em relação às ponderações do Senador Jorge Viana.

Em primeiro lugar, bloqueio de celular. O Supremo Tribunal Federal proferiu um julgamento derrubando leis estaduais que tratavam de bloqueio de celular, um debate, aliás, intenso, justamente pela necessidade desse bloqueio de celular. O Tribunal enalteceu essa necessidade, mas reconheceu a inviabilidade de que essa matéria fosse regradada por lei estadual. Então, fica aqui o convite aos Srs. Senadores para que rapidamente se mobilizem no sentido de uma lei federal que dê números finais a essa partida.

E, finalmente, para encerrar, Sr. Presidente, o Senador Jorge Viana foi bastante enfático no sentido do aparato legal processual que não protegeria suficientemente a vítima, no que ele está coberto de razão. Nós tivemos uma tramitação aqui no Congresso Nacional do novo Código de Processo Civil, com atuação muito intensa dos advogados, tanto que várias provisões do novo Código de Processo Civil vêm ao contrário do que os senhores estão me expondo aqui, atrasando, procrastinando a tramitação processual. Dou como exemplo a suspensão dos prazos processuais, dou como exemplo a contagem dos prazos processuais em dias úteis, que são pleitos históricos da advocacia, que merecem todo o respeito, e que os senhores aqui no Congresso Nacional contemplaram, porém, com a consequência de atrasar ainda mais a tramitação processual.

Então, eu faço um apelo para que, na tramitação das reformas do processo penal – já que no processo civil, a meu sentir, os juízes não foram muito escutados – sejam os juízes escutados talvez tanto quanto os advogados, a fim de que, Sr. Presidente, ao se reformar a padaria, não se esqueçam de ouvir o padeiro.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Ex^ª.

Com a palavra o Dr. Valtércio

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu manifesto a minha alegria por ter participado de honrosa sabatina, com perguntas das mais variadas, todas muito bem formuladas, todas necessárias. Algumas já foram respondidas. Eu somente acrescentaria, com relação ao que o Senador Lindbergh fala sobre os altos salários. Eu também nunca recebi ajuda, auxílio para educação de criança, para filho, nunca recebi. E acho que, efetivamente, nós temos de ter realmente um teto salarial que seja cumprido em todo o País, para toda a esfera do Judiciário – federal e estadual, todo ele tem que realmente obedecer o teto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por outro lado, o art. 10 da Constituição... O art. 37, inciso X, diz o seguinte: "A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

Eu confesso aos senhores que eu tomei posse como magistrado no dia 30 de novembro de 1987. Nós levamos oito anos, nos anos 90, sem ter um reajuste qualquer, revisão anual. Atualmente, nós já estamos há quatro anos também sem essa revisão. Não se trata de aumento salarial, mas revisão do índice, como consta na Constituição Federal, de sorte que os penduricalhos devem realmente cair.

Mas, como foi dito aqui, nós levamos uma vida isolada. O juiz... Eu digo que a magistratura chega a ser um sacerdócio, porque a gente participa das audiências, julga os processos e, depois, entra em um isolamento. Ficamos somente com a família. Então, nós temos de ter realmente e efetivamente, respondendo ao Senador Humberto, aqueles quatro pontos cardeais da magistratura: a prudência, a temperança, a justiça e a fortaleza.

Então, a TV Justiça... Como as sessões são públicas, na minha ótica, elas podem ser transmitidas via televisão. Não vejo prejuízo nenhum. A não ser naqueles casos em que é pedido para que seja observado que determinadas situações não sejam divulgadas publicamente.

Quanto ao, digamos assim, estrelismo de alguns magistrados, como foi dito aqui, eu acho que nós devemos realmente ter mais ponderação, devemos ter mais equilíbrio em não estar participando nem adiantando julgamento de nenhum processo. Esse é o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço aos nossos convidados que foram sabatinados...

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy. Em seguida, procederemos à apuração dos votos.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Desculpe-me, Presidente. Eu não estava aqui presente quando foi levantada uma questão do que se chama cura *gay* e o número do projeto... Qual era o número do projeto? Não sei quem perguntou... Resolução 1, de 1999.

E a resposta do candidato Valtércio Ronaldo de Oliveira... Nós pegamos o áudio, e não sei também se o áudio foi em pedaços, mas por isso mesmo estou trazendo, porque eu gostaria de um esclarecimento da posição de V. Exª: "[...] O psicólogo está aí para tratar todas as deformidades que existem no ser humano. Não estou dizendo que [...] [a homossexualidade] seja deformidade [...]" Depois: "as marcas que trazemos da infância... O ser humano, até os sete anos, está no momento gritante para ter a sua formação de princípios [...] de caráter [...]" Eu gostaria que V. Exª esclarecesse,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

na medida em que a OMS não considera a homossexualidade doença, e o Conselho de Psicologia está na defesa das pessoas homossexuais.

Eu trabalhei anos na TV Mulher, quando entrei em contato com essa realidade, uma realidade extremamente dolorida. Se há doença, é uma doença da angústia provocada pela não aceitação da sociedade. Nós temos um debate grande na sociedade e eu gostaria de saber exatamente e claramente qual é a sua posição.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Senadora, obrigado pela pergunta. Eu entendo...

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Eu gostaria de lembrar que foi exatamente o Conselho Nacional de Justiça, que nós estamos hoje votando aqui, que fez um decreto, uma resolução que obrigou os cartórios a fazer o cumprimento da lei do casamento *gay*. Quer dizer, nós temos isso hoje muito claro, a importância dessas questões de comportamento, daí a importância de eu estar pedindo a V. Exª que deixe clara a sua posição.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – O que eu quero deixar claro – a senhora, que é psicóloga, conhece bem, porque com várias pessoas a senhora manteve contato, ou foi por elas procurada – é que entendo que a Resolução 1 está plenamente correta. Em nenhum momento eu quis tratar de deformidade. Se eu falei, talvez tenha sido pelo nervosismo. Mas eu entendo que cabe, sim, à Magistratura não se envolver nem indicar, nem decidir contrariamente ao que está registrado na Resolução 1, de 1999, porque é o Conselho que trata exatamente da atuação do psicólogo e da finalidade que atende o ser humano.

Quando eu digo que as marcas ficam retidas em cada ser humano, e isso vai até a idade dos sete anos, essas marcas nós sabemos... Há pouco, eu vi um debate na TV Canção Nova, de um jovem que hoje tem trinta e poucos anos, mas ele dizia textualmente, dando um testemunho de vida, que foi violentado por um membro da própria família e que, por essa violência ter lhe ocorrido aos nove anos de idade, ele enveredou pelo caminho do alcoolismo – ele se revoltou –, das drogas e, no fim, ele conseguiu ser tratado. Então, é esse tratamento que eu digo para o jovem que foi violentado.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Mas isso não tem nada a ver. A violação não tem nada a ver com homossexualidade.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Sim...

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – O senhor não está me esclarecendo a sua posição.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – A minha posição eu já disse à senhora: eu concordo plenamente com a Resolução 1, do Conselho, sem nenhuma restrição. Não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Satisfeita, Senadora?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Concordando com o Conselho, satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Determino à Secretaria que proceda à apuração dos votos. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração.)

Dr. Márcio Fontes, 23 votos; Drª Maria do Vale, 23; Dr. Valtércio Oliveira, 23. Foram aprovados, portanto, à unanimidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ou melhor, foram 22 votos SIM, para o Dr. Márcio Fontes, e 1 voto NÃO; Drª Maria, 22 SIM e 1 voto NÃO; Dr. Valtércio, também 22 SIM e 1 voto NÃO.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, proclamado o resultado, eu solicitarei a V. Exª a urgência possível para a deliberação do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foram aprovados quase que à unanimidade. E propõe o Vice-Presidente Antonio Anastasia que seja proposto também à Presidência do Senado urgência para a votação desses nomes no plenário do Senado.

Os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE – Eu quero agradecer a esta Casa Legislativa, aos Senadores e às Senadoras... *(Fora do microfone.)*

Eu quero agradecer a oportunidade a todos os Senadores e Senadoras e dizer que foi um momento de muita honra na minha vida.

O SR. VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA – Presidente, eu também quero registrar o meu agradecimento. Foi um momento muito importante na minha vida, em que pudemos debater assuntos da mais alta relevância para um melhor crescimento do nosso País.

Eu digo aos senhores que, sendo aprovado no pleno, estaremos com o gabinete sempre aberto para debater qualquer questão e receber sugestões deste Senado, sobretudo da Comissão de Constituição e Justiça, em que conseguimos debater assuntos tão importantes. Estaremos de coração aberto para receber a todos, recebendo sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Márcio.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MÁRCIO SCHIEFLER FONTES – Eu agradeço, na prática, a todos os presentes, abrindo mão das minhas considerações finais, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cumprimentando a todos os candidatos que aqui estiveram, aprovados pela Comissão, suspendo a reunião por um minuto, para que possam receber os cumprimentos dos Srs. Senadores.

(Suspensa às 13 horas e 55 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está reaberta a reunião.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei de Execução Penal.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: Favorável ao Projeto, contrário às Emendas nºs 1, 3, 7, 17, 23, 24 e 25 e pelo acolhimento das demais Emendas, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 15/03/2017, foram apresentadas as Emendas nº 1-Plen, de autoria do Senador Roberto Rocha, e nºs 2 e 3-Plen, de autoria do Senador Cristovam Buarque;

- Em 16/03/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 4 a 19, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann;

- Em 20/03/2017, foi apresentada a Emenda nº 20, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann;

- Em 21/03/2017, foi apresentada a Emenda nº 21, de autoria do Senador Antonio Anastasia;

- Em 04/05/2017, foi apresentada a Emenda nº 22, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares (dependendo de relatório);





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 16/05/2017, foi apresentada a Emenda nº 23, de autoria do Senador Eduardo Amorim (dependendo de relatório);

- Em 13/09/2017, foi apresentada a Emenda nº 24, de autoria do Senador Eduardo Amorim (dependendo de relatório);

- Em 14/09/2017, foram apresentadas as Emendas nº 25 e 26, de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório).

Pelo fato de o Relator não estar presente por razões explicitadas, nomeio o Senador Antonio Anastasia como Relator *ad hoc*.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu estou lendo. Em seguida, passo a V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em 20/9/2017, Emenda nº 27, Senador Ricardo Ferraço.

Em 20/9/2017, Emendas 28 a 36, do Senador José Maranhão.

Designo Relator *ad hoc* o Senador Anastasia, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a permite só uma questão antes?

Senador Anastasia, desculpe-me, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Para ordenar o resto dos trabalhos, Sr. Presidente, eu sinceramente acho que temos quórum baixo para discutir a redução da maioria penal.

Eu acho que estaria de bom tamanho votar hoje... Votar não, ler a Lei de Execução Penal (LEP) – e concordamos inclusive no mérito com ela. Faríamos a leitura hoje e suspenderíamos, porque já são 14h, com um quórum baixo.

Eu queria fazer esse apelo inclusive ao Senador Ricardo Ferraço.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero crer que a manifestação do Senador Lindbergh vem acompanhada de um enorme bom senso, até porque estamos abrindo agora um debate na Comissão de Assuntos Econômicos às 14h30.

Então, eu acho que faz todo o sentido, até porque o quórum está absolutamente esvaziado e um tema como esse merece um debate em função da compreensão que todos temos da sua controvérsia e da sua profundidade. Eu mesmo, na condição de Relator, vou precisar de tempo para que eu possa esboçar todos os meus fundamentos em relação à tese que estarei apresentando. Portanto, o indicativo do Senador Lindbergh me parece vir acompanhado de um extremo bom senso.

Eu queria fazer esse apelo a V. Ex^a também para que pudéssemos deixar para a próxima reunião, mas eu queria fazer um outro apelo a V. Ex^a: que não botássemos, na outra reunião, sabatinas antes, porque a sabatina esvazia o debate. É o que aconteceu aqui hoje. Que V. Ex^a pudesse refletir sobre a necessidade de nós entrarmos direto na pauta deliberativa, porque entraríamos fazendo um debate franco, sincero e aberto sobre esse tema. A sabatina esvazia. Se formos fazer isso na próxima quarta-feira e, antes do debate, tivermos uma sabatina, vai se repetir isso a que estamos assistindo aqui hoje.

É o apelo que peço humildemente a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esta Comissão não resiste ao bom senso do Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Ferraço. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu estou meio preocupado comigo mesmo: é que eu tenho concordado muito com o Senador Lindbergh; estou meio preocupado comigo mesmo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra o Senador Antonio Anastasia para a leitura do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço a designação de V. Ex^a como Relator *ad hoc* para a leitura do relatório elaborado pelo eminente Senador Jader Barbalho, que aquiesceu, através do seu gabinete, com esta leitura, tendo em vista a relevância da matéria e sua complexidade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, caberá a este Relator *ad hoc* a leitura do parecer que conclui por um substitutivo já apresentado pelo eminente Senador Jader Barbalho, e a coleta de novas emendas que porventura venham surgir.

A matéria é longa, e, por isso mesmo, peço a paciência de V. Ex^a para a leitura deste relatório.

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, alínea "d", do Regimento Interno, o Projeto de Lei 513, de 2013, de autoria do Senador Renan Calheiros, então Presidente do Senado, que altera a Lei de Execução Penal.

A matéria chegou a ir a Plenário, em razão da aprovação de regime de urgência (Requerimento nº 128, de 2017), mas não foi objeto de deliberação.

Trata-se de anteprojeto elaborado por Comissão de Juristas criada pelo Requerimento nº 848, de 2012, de autoria do então Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, ora apresentado na forma de projeto de lei subscrito pelo Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa que o sucedeu.

O Ato do Presidente nº 35, de 2012, designou a Comissão de Juristas, que foi presidida pelo Ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça, e teve a composição inicial dos juristas que foi publicada àquela época.

O projeto é uma ampla reforma à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal. Originalmente distribuída para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria não foi examinada.

Nos termos da Exposição de Motivos, a Comissão de Juristas baseou seus trabalhos nos seguintes princípios: humanização da sanção penal; efetividade do cumprimento da sanção penal; ressocialização do sentenciado; desburocratização dos procedimentos; informatização; e previsibilidade da execução penal.

Foram apresentadas várias emendas ao Projeto, que serão descritas e analisadas adiante.

Aí segue a análise, Sr. Presidente, dizendo que o direito penitenciário é matéria de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, cabendo à União a elaboração de normas gerais.

As conclusões apresentadas pelo Sistema de Informações Penitenciárias, em quatro diagnósticos, é o que se segue:

- o Brasil possui uma quantidade muito alta de presos encarcerados (provisórios e em regime fechado) em relação a presos em regimes de liberdade relativa (semiaberto ou aberto);
- faltam vagas em todos os regimes e mais flagrantemente nos regimes semiaberto e aberto;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- a grande quantidade de presos provisórios provoca um efeito cascata, que pressiona todo o sistema de execução penal;
- é muito baixa a proporção de presos que trabalham ou estudam em relação ao total da população carcerária.

Mutirões foram realizados sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça, a partir de 2008, quando foram encontrados mais de 45 mil presos que já haviam cumprido a pena decretada pela Justiça.

Além disso, em fevereiro de 2015, o CNJ, em parceria com o Ministério da Justiça, lançou o projeto Audiência de Custódia, tendo, inclusive, editado resolução regulando a matéria.

O PLS nº 513 propõe uma ampla reforma na LEP (Lei de Execução Penal) e busca encontrar soluções para os problemas mencionados.

As principais alterações são as que se seguem:

1. Objetivação dos critérios de classificação dos presos, para a elaboração do programa individualizador da pena, ficam mais objetivos, o que diminui espaços para subjetivismos. Não se consideram mais antecedentes ou personalidade para a individualização da pena, mas critérios como: primariedade/reincidência, regime de cumprimento, entre outros;
2. Inclusão dos produtos de higiene entre os itens de assistência material ao preso;
3. Valorização do trabalho;
4. Previsão expressa de incentivo fiscal para empresas que contratarem presos e egressos;
5. Possibilidade de uso de telefone público (monitorado), o que pode contribuir para diminuir o poder das organizações criminosas;
6. Informações mínimas que o atestado de pena deve conter;
7. Progressão antecipada de regime em caso de superlotação de presídio como direito do preso;
8. Juridicização de algumas medidas (antes de alçada do diretor do estabelecimento);
9. Uniformização das tipificações das faltas disciplinares leves e médias;
10. Ampliação dos órgãos da execução penal;
11. Atribuição de competências na execução penal aos Municípios no que se refere à gestão das penas alternativas;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

12. Inclusão entre as competências do juiz da execução a realização, de ofício ou a requerimento das partes, de mutirões carcerários;
13. Inclusão, entre as competências do Ministério Público, da fiscalização da aplicação de recursos orçamentários no sistema penitenciário;
14. Vedação expressa de contingenciamento dos fundos penitenciários estaduais e do DF;
15. Vedação expressa de estabelecimento penal abrigar presos além da capacidade e definição da capacidade máxima de oito presos por cela;
16. Obrigatoriedade de separação de presos condenados e provisórios e previsão de construção de unidades específicas;
17. Adoção da proposta da reforma do Código Penal de que o regime aberto deve ser cumprido com recolhimento domiciliar;
18. Criação de cadeia pública (para presos provisórios) como condição para a criação de novas comarcas;
19. Ampliação das oportunidades de saídas temporárias no regime semiaberto;
20. Vedação de regressão de regime por salto;
21. Informatização do acompanhamento da execução penal;
22. Progressão de regime passa a ser automática, observado o lapso temporal, exceto se registrado mau comportamento;
23. Exame psicossocial prévio à progressão poderá ser exigido judicialmente de condenado por crime hediondo praticado com violência ou grave ameaça;
24. Realizações obrigatórias de mutirões carcerários pelas corregedorias dos juízos;
25. Possibilidade de remição da pena pelo trabalho, estudo e leitura;
26. Extinção da punibilidade quando o condenado comprovar que não tem condições de pagar a pena de multa e já cumpriu o tempo de prisão. Não há mais penhora de bens;
27. Retirada da disciplina das medidas de segurança da Lei de Execução Penal;
28. Ampliação da possibilidade de conversão da prisão em pena alternativa;
29. Possibilidade de o preso suscitar incidente de excesso ou desvio de execução quando houver superlotação;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

30. Detração da pena (dedução da pena a cumprir) para os casos de cumprimento em regime errado;

31. Maior detalhamento do procedimento judicial envolvendo as questões da execução.

Ou seja, nós fizemos um substitutivo, Sr. Presidente, nos 31 itens agora lidos, alterações que são substanciais no conteúdo da atual Lei de Execução Penal, com o objetivo primordial de evitar o estabelecimento de penas excessivamente rigorosas, por um lado, e, por outro lado, evitar estabelecimentos que estejam superlotados, garantindo o direito de execução da pena de maneira humanitária.

Depois, tivemos aqui na leitura do relatório, Sr. Presidente, diversas emendas que foram alocadas. Como o relatório é longo, eu vou passar diretamente à questão das emendas, que foram aquelas sugeridas pelos nossos pares. Quero acrescentar que uma delas é exatamente a questão relativa ao método Apac, que foi uma sugestão de minha autoria.

Nós vamos agora para as sugestões apresentadas, que não foram poucas, tendo em vista exatamente a polêmica do tema.

Nós temos aqui a Emenda nº 1, de autoria do Senador Roberto Rocha, que propõe a inclusão de dispositivo que estabeleça que a construção, a ampliação e a reforma de estabelecimentos penais obedeçam aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

As Emendas nºs 2 e 3 são de autoria do Senador Cristovam Buarque. A Emenda nº 2 propõe incorporar à lei os critérios para a remição da pena. A Emenda nº 3 propõe regular o dispositivo que prevê incentivo fiscal para as empresas contratarem mão de obra de presos e egressos.

As Emendas nºs 4 a 20 são de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

A Emenda nº 4 propõe que, no caso de condenação por mais de um crime, o regime inicial seja o mais gravoso, com base na pena isolada do crime mais grave.

A Emenda nº 5 é apenas de redação e propõe dividir o §2º do art. 107 do PLS em dois.

A Emenda nº 6 propõe suprimir o parágrafo único do art. 102 do PLS.

A Emenda nº 7 é de redação e apenas divide as atribuições constantes do art. 78, *caput*, em vários incisos.

A Emenda nº 8 adiciona a expressão “física e mental” ao art. 14, após “saúde”, esclarecendo o alcance da norma.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Emenda nº 9 propõe alterações formais ao art. 65, para dividir o dispositivo e acrescentar o “Distrito Federal”. Os juízos especializados para a pena alternativa de que trata o referido dispositivo, que seriam extensões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, serão, assim como este último, organizações judiciárias equiparadas a uma organização “federal”.

A Emenda nº 10 propõe excluir o “chefe de segurança” da nova composição proposta para a Comissão Técnica de Classificação.

A Emenda nº 11 adiciona no rol de direitos do preso a matrícula e frequência a atividades escolares e qualificação profissional.

A Emenda nº 12 acrescenta a prática esportiva à assistência educacional.

A Emenda nº 13 propõe a redução do tempo máximo do preso em Regime Disciplinar Diferenciado de 1 ano para 6 meses, com possibilidade de prorrogação, até o limite máximo final de 1 ano.

A Emenda nº 14 propõe suprimir o inciso VIII do art. 50 do PLS, que considera falta grave praticar fato previsto como crime doloso.

A Emenda nº 15 propõe que, em caso de ausência de vagas, a pena privativa de liberdade seja convertida em restritiva de direitos ou recolhimento domiciliar até o surgimento de vaga.

A Emenda nº 16, Sr. Presidente, propõe excluir o §2º do art. 54, que prevê que, em casos de urgência, o preso poderá ser incluído no Regime Disciplinar Diferenciado antes da oitiva do Ministério Público e da defesa.

A Emenda nº 17 propõe suprimir o inciso VII do art. 66 do PLS, que atribui ao juiz da execução o dever de inspecionar os estabelecimentos penais bimestralmente.

A Emenda nº 18 busca uma substituição simples e direta do regime aberto pelo recolhimento domiciliar.

A Emenda nº 19 propõe suprimir o §1º do art. 124, que exige monitoração eletrônica para as saídas temporárias dos presos.

A Emenda nº 20, por fim, propõe a substituição do termo “benefícios” por “direitos” no *caput* do art. 5º.

A Emenda nº 21, que é de minha autoria, já está sendo incorporada ao parecer do substitutivo.

A Emenda nº 22, do Senador Valadares, propõe a criação de um capítulo tratando exclusivamente dos indígenas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Emenda nº 23, do Senador Eduardo Amorim, trata dos procedimentos de revista a serem regulamentados pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário.

A Emenda nº 24, do Senador Eduardo Amorim, se preocupa com a discriminação em razão de sexo e propõe acrescentar dispositivo para que o sistema de informações penais ofereça indicadores com recorte de sexo.

A Emenda nº 25, do Senador Lasier Martins, propõe aumentar o prazo para progressão de regime e resgatar o instituto do exame criminológico.

A Emenda nº 26, também do Senador Lasier Martins, traz contribuição importante, adequando a legislação ao voto do Ministro Luís Roberto Barroso na decisão do Supremo prolatada em fevereiro de 2017 no sentido de que o preso submetido à situação degradante na prisão tem direito à indenização do Estado.

Por fim, a Emenda nº 27, do Senador Ricardo Ferraço, também em resposta ao julgado supracitado, propõe que o juiz da execução penal seja informado de qualquer crédito judicial a favor do apenado, de natureza indenizatória.

Desse modo, Sr. Presidente, até a Emenda nº 27, nós temos, pela aprovação do projeto de lei do Senado, com a rejeição das Emendas nºs 1, 3, 7, 17, 23, 24 e 25 e com o acolhimento das demais, na forma do substitutivo que é apresentado e que está à disposição de todas as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

Portanto, eu apresento, como Relator *ad hoc*, esse substitutivo com as emendas aprovadas, salvo as rejeitadas, as de nºs 1, 3, 7, 17, 23, 24 e 25. Nesse meio tempo, nós recebemos... E há a retirada da Emenda 21.

Nós temos agora a apresentação de algumas emendas, Sr. Presidente, como a Secretaria nos informa, de autoria do Senador José Maranhão, as de nºs 28 a 36, que eu acolho em bloco.

Sugiro a V. Ex^a, caso esteja de acordo, que defira, talvez, um pedido de ofício de vista coletiva, porque, enquanto nós incorporamos desde já ao relatório essas emendas, elas serão disponibilizadas no substitutivo, para que os Senadores possam sobre elas se manifestar durante a semana e, evidentemente, até a próxima sessão deliberativa, sobre o parecer substitutivo, conforme apresentado pelo Senador Jader Barbalho, exatamente como está.

E há o acréscimo dessas emendas apresentadas pelo Senador Maranhão, que serão objeto de discussão na próxima reunião, se assim julgar oportuno V. Ex^a.

Portanto, é o relatório *ad hoc* que faço, seguindo aqui a orientação colocada pela Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Presidência agradece ao Senador Antonio Anastasia a sua competente relatoria *ad hoc* quanto a esse projeto de fundamental importância para o País.

Considerando a sua sugestão relativa ao pedido de vista coletiva e também o acordo que firmamos entre o Presidente, V. Ex^a, Relator, e os Senadores que aqui se encontravam ainda há pouco, sobretudo os da oposição, concedo vista coletiva e marco para a próxima reunião desta Comissão a discussão e a votação desse importante projeto, tomando por base o relatório de V. Ex^a, as emendas que acolheu e as emendas que rejeitou.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Ivo Cassol, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registra a presença o Senador Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, José Maranhão, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Lídice da Mata e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 38ª e 39ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei de Execução Penal." Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia (Ad hoc), substituiu Sen. Jader Barbalho. Relatório: Favorável ao Projeto, contrário às Emendas nºs 1, 3, 7, 17, 23, 24 e 25 e pelo acolhimento das demais Emendas, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, contrário às Emendas nºs 1, 3, 7, 17, 23, 24 e 25, e pelo acolhimento das demais Emendas, nos termos da Emenda nº 37-CCJ (Substitutivo). Aprovado o RQJ nº 80, de 2017, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Edison Lobão. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos." Autoria: Senador Acir Gurgacz. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioria penal." Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal." Autoria: Benedito Domingos. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável à PEC nº 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 21, de 2013; e 115, de 2015. Resultado: Adiado. Aprovado o RQJ nº 77, de 2017, de adiamento da discussão da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

matéria, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2017 – Complementar - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores." Autoria: Senador Dalirio Beber. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CCJ favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Aprovado o RQJ nº 78, de 2017, de urgência para a matéria, de autoria da Senadora Ana Amélia. ITEM 4 - EMENDAS DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017, que: "Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública." Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Favorável às Emendas de Plenário nºs 1 e 2 oferecidas à PEC nº 2, de 2017. Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas de Plenário nºs 1 e 2 oferecidas à PEC nº 2, de 2017. ITEM 5 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH. Resultado: Aprovado o Substitutivo em Turno Suplementar. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015, e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denúncia da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 - Complementar - Não Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2016 - Não Terminativo - que: "Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades judiciárias." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Raulo Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012 - Terminativo - que: "Veda o segredo de justiça nos procedimentos investigatórios





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e processuais em que agente público seja investigado ou acusado e dá outras providências." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transporte públicos." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 3-CCJ. Durante a discussão da matéria, a Comissão acata sugestão da Senadora Simone Tebet de alteração na redação do parágrafo único do art. 216-B, nos termos de emenda apresentada pelo relator. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda que apresenta, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de molestamento sexual e o Código de Processo Penal para modificar as hipóteses de internação provisória." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 e 2-CCJ. ITEM 41 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2016 - Não Terminativo - que: "Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha." Autoria: Deputado Alceu Moreira. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 42 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2017 - Complementar - Não Terminativo - que: "Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável." Autoria:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1 a 12. Resultado: Adiado. Em 27/09/2017, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues contrário ao Projeto. ITEM EXTRAPAUTA 43 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 6, de 2017, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de posse ou porte, de tráfico e de comercialização ilegal de armas de fogo, na forma em que especifica, no rol dos crimes hediondos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Contrário ao SCD nº 6, de 2017, e favorável ao PLS nº 230, de 2014. Resultado: Aprovado o Parecer contrário ao SCD nº 6, de 2017, e favorável ao PLS nº 230, de 2014. Observação: Aprovado o RQJ nº 79, de 2017, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Eduardo Lopes. ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 77, de 2017, que: "Nos termos do disposto no art. 315, c/c com o art. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, e seu §1º, requeiro o adiamento da votação do item 2 da pauta (PEC 74/2011, que tramita em conjunto com as PECs 33/2012, 21/2013 e 115/2015), para fins de ser realizada no dia 1º de novembro de 2017." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 78, de 2017, "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017." Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 79, de 2017, "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2017, ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2014." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 80, de 2017, "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2013." Autoria: Senador Edison Lobão. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 81, de 2017, "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir a Parte Geral do PLS nº 236, de 2012, que "Reforma do Código Penal Brasileiro", tendo em vista a complexidade e relevância da matéria, com a presença de representantes das seguintes entidades: Associação dos Magistrados Brasileiros; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação dos Juízes Federais do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil; Associação Nacional dos Defensores Públicos; Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, e da Ata da 39ª Reunião, Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 42.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem.) – Isso, pela ordem. Eu gostaria de pedir que fosse incluído, extrapauta, um relatório que eu apresentei de um projeto de lei do Senador Crivella que torna crime hediondo o porte ou a comercialização de armas de uso restrito, um tema muito importante, especialmente no Rio de Janeiro. Eu pediria a compreensão para que pudéssemos incluí-lo extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo objeção da Comissão, nós atenderemos o pleito de V. Exª. Em seguida aos itens 1 e 2 nós o incluiremos.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei de Execução Penal.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Jader Barbalho (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Antonio Anastasia





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Favorável ao Projeto, contrário às Emendas nºs 1, 3, 7, 17, 23, 24 e 25 e pelo acolhimento das demais Emendas, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 15/03/2017, foram apresentadas as Emendas nº 1-Plen, de autoria do Senador Roberto Rocha, e nºs 2 e 3-Plen, de autoria do Senador Cristovam Buarque;
- Em 16/03/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 4 a 19, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann;
- Em 20/03/2017, foi apresentada a Emenda nº 20, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann;
- Em 21/03/2017, foi apresentada a Emenda nº 21, de autoria do Senador Antonio Anastasia;
- Em 04/05/2017, foi apresentada a Emenda nº 22, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares;
- Em 16/05/2017, foi apresentada a Emenda nº 23, de autoria do Senador Eduardo Amorim;
- Em 13/09/2017, foi apresentada a Emenda nº 24, de autoria do Senador Eduardo Amorim;
- Em 14/09/2017, foram apresentadas as Emendas nº 25 e 26, de autoria do Senador Lasier Martins;
- Em 20/09/2017, foi apresentado Requerimento de autoria do Senador Antonio Anastasia de retirada da Emenda nº 21;
- Em 20/09/2017, foram apresentadas a Emenda nº 27, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e as Emendas nº 28 a 36, de autoria do Senador José Maranhão;
- Em 20/09/2017, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Foi feita a leitura do relatório semana passada, acolhendo as últimas emendas apresentadas pelo Senador José Maranhão, relatório elaborado pelo Senador Jader. Então, a matéria já foi lida. Só faço a lembrança, reiterando que o projeto, oriundo de uma Comissão de Juristas, depois apresentado pelo Senador Renan Calheiros, tem como objetivo exatamente agilizar a execução penal, permitindo novas figuras, como a Apac, facilitando, pelo Ministério Público eventuais mudanças de pena de prisão em restritiva de direitos. Ou seja, é uma modernização completa do sistema. Então, eis que nós o discutimos na semana passada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu fui alertado pelo Senador Magno Malta que ele faria duas emendas. Indago da Secretaria se chegaram. (*Pausa.*)

Não tendo chegado, é esta a nossa posição, portanto, pela manutenção do relatório do Senador Jader, com as alterações que eu acresci ao substitutivo, das emendas do Senador José Maranhão.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem.) – Para registrar, como o Relator, Senador Anastasia, comentou: o Senador Magno Malta ficou de apresentar uma emenda. Avisei aqui que iniciou a reunião, ele não compareceu, então, vai ser apresentada no plenário, que é a emenda tirando a palavra "gênero". Em dois momentos é citada a palavra "gênero": em "identidade de gênero" e "recorte de gênero". E, na emenda, nós vamos trocar por "sexo". Então, vai ser apresentada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ricardo Ferraço com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Jader, assim como o Senador Anastasia, apenas para registrar, Sr. Presidente, uma emenda que nós apresentamos, que foi acolhida pelo Relator, para determinar que o juiz da execução penal proceda à habilitação das vítimas nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado. "O juiz da execução penal será informado de qualquer crédito judicial a favor do apenado, de natureza indenizatória, para que proceda à habilitação da vítima ou seus sucessores, no limite da indenização a que façam jus, pela ofensa sofrida." Ou seja, nós estamos querendo, com isso, em lugar do reparo a ser feito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... a quem praticou o delito, que, na prática, em caso de qualquer tipo de ação indenizatória, nós possamos priorizar a vítima desse ato delituoso.

Portanto, quero cumprimentar o Senador Jader, assim como o Senador Anastasia.

Quero registrar o acolhimento dessa emenda, que, parece-me, faz justiça e altera a ordem dos fatores, colocando, assentando de maneira adequada essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Continua em discussão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Antonio Anastasia.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Anastasia, é o seu relatório?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, contrário às Emendas de Plenário nºs 1 e 3 e às Emendas nºs 7, 17, 23, 24 e 25 e pelo acolhimento das demais emendas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas está aí desde ontem!

Sr. Presidente, Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... nos termos da Emenda nº 37, Substitutivo.

A matéria vai ao plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – A minha emenda estava no sistema desde ontem. Eu não a apresentei agora. Ela estava aqui. Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A emenda tem parecer contrário do Relator. Portanto, já foi votada. V. Exª terá oportunidade de reapresentá-la no plenário do Senado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – No plenário, vai pedir destaque.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não entendi novamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª terá oportunidade de reapresentar a sua emenda no plenário do Senado. Aqui, foi apresentada e rejeitada pelo Relator e, consequentemente, rejeitada pelo Plenário da Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas estou dizendo a V. Exª que não entendi, porque, ontem, conversei com o Senador Anastasia e a fiz até sob a orientação dele. Ele disse: "V. Exª apresenta o destaque [eu o apresentei, estava aí no sistema], que eu acato." *(Pausa.)*

V. Exª disse que a acataria. Inclusive, fui lá e me sentei com V. Exª. Havia um entendimento.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador, não, não!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu o fiz ontem e estou cumprindo tudo certinho. Não a apresentei agora. Não fui ao sistema agora. Conversei com o Relator ontem. Por isso, a razão da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, compreendo a posição de V. Ex^a, mas já é matéria vencida. Repito: V. Ex^a terá a oportunidade de reapresentar a sua emenda no plenário do Senado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, permita-me fazer só um esclarecimento.

Senador Magno, V. Ex^a vai lembrar que o senhor sentou comigo. Mostramos que o relatório era da lavra do Senador Jader e estava redigido. Eu sugeri que o senhor apresentasse a emenda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – E eu a fiz.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito, é verdade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu a fiz agora. Relapso não sou eu. Estava no sistema. Quem nós vamos culpar? É feito no sistema. V. Ex^a tem assessor. Então, sou um Senador, cumpro o meu trabalho. Fiz no sistema, coloquei no sistema. É a assessoria de V. Ex^a que tem de dizer: "Está aqui. Ele apresentou." E aí eu vou pagar por isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Vou tentar colaborar. Acho assim: os dois Senadores estão corretos, Presidente. Só que é uma questão de o Senador Magno entender apenas o procedimento. Os dois estão corretos.

Eu participei, eu estava no plenário quando da conversa. O Senador Antonio Anastasia sugeriu ao Senador Magno Malta que fizesse a emenda. Foi feita a emenda, que foi apresentada. O que houve foi uma falta de entendimento em relação à consequência disso.

O Senador Anastasia disse, como de fato fez, que iria rejeitar a emenda, mas que sugeria ao Senador Magno Malta que apresentasse um requerimento de destaque para que votássemos o projeto com a emenda destacada. Acontece que o Senado Magno Malta preside a CPI dos Maus Tratos e, no trânsito para cá, nós já havíamos feito a votação, ou seja, não há como voltar em relação a ela, e por isso ele não poderá apresentar agora o requerimento de destaque. Esse requerimento, então, terá de ser feito em plenário ou terá de ser reapresentada a emenda.

Eu acho que os dois estão corretos na conversa, mas, infelizmente, por um lapso de tempo no trânsito para cá, ele não teve a oportunidade de pedir o destaque para a votação em separado da emenda.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª traduz muito bem o que ocorreu. O assunto já está vencido. Esperamos ainda algum tempo pela chegada do Senador Magno Malta, mas compreendo as dificuldades de S. Exª, que V. Exª também acaba de explicar.

ITEM 2**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011****- Não terminativo -**

Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.**TRAMITA EM CONJUNTO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012****- Não terminativo -**

Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros.**TRAMITA EM CONJUNTO****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013****- Não terminativo -**

Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioria penal.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015

- Não terminativo -

*Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.***Autoria:** BENEDITO DOMINGOS**Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço**Relatório:** Favorável à PEC nº 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015.**Observações:**

- Em 18/05/2016, a Presidência concedeu vistas aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais;

- Em 11/08/2016, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução das matérias com a presença dos seguintes convidados: LAERTE BESSA, Deputado Federal; FÁBIO JOSÉ GARCIA PAES, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA, Juiz de Direito, representante do senhor JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, representante da senhora NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; BRUNO MOURA, Defensor Público do Estado da Bahia, representante do senhor JOAQUIM GONZAGA DE ARAÚJO NETO, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; WLADIMIR SÉRGIO REALE, Vice-Presidente Jurídico da ADEPOL/BR e Presidente da ADEPOL/RJ, representante do senhor CARLOS EDUARDO BENITO JORGE, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL/BR; RAQUEL DA CRUZ LIMA, Coordenadora do Programa Justiça Sem Muros do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), representante da senhora JANAÍNA HOMERIN, Secretária-Executiva da Rede de Justiça Criminal; HELOISA HELENA SILVA DE OLIVEIRA, Administradora Executiva da Fundação Abrinq, representante do senhor CARLOS ANTONIO TILKIAN, Presidente da Fundação Abrinq; DOM LEONARDO ULRICH STEINER, Secretário-Geral da CNBB, representante de Dom SERGIO DA ROCHA, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Arcebispo de Brasília; ERIK FRANKLIN BEZERRA, Conselheiro Seccional da OAB/Distrito Federal, representante do senhor CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; FLÁVIA PIOVESAN, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania; MARIANA CHIES SANTIAGO SANTOS, Coordenadora Adjunta da Comissão de Infância e Juventude do IBCCRIM, representante do senhor ANDRÉ PIRES DE ANDRADE KEHDI, Presidente do Instituto Brasileiro





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Ciências Criminais – IBCCRIM; VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL, Coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED/CEDECA; WELINTON PEREIRA, Gerente de Relações Institucionais da ONG Visão Mundial; MARCOS ROBERTO FUCHS, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), representante do senhor ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO, Presidente do CNPCP;

- Em 20/09/2017, foi recebido o Voto em Separado do Senador Ronaldo Caiado, favorável à PEC nº 115, de 2015, e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 33, de 2012; e 21, de 2013.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já vou atender a V. Exª pela ordem.

Em 26/9, foi apresentado voto em separado do Senador Lindbergh Farias, pela inconstitucionalidade, antijuridicidade e, no mérito, contrário às PECs de nºs 74, 33, 21 e 115, de 2015.

Concedo a palavra ao Senador...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já vou lhe conceder.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para proferir o voto em separado, ouvindo antes V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Há um requerimento de minha autoria sobre a mesa que pede o adiamento da votação desse item. Gostaria, assim, que V. Exª pudesse colocá-lo em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, em verdade, já fizemos alguns adiamentos. Na semana passada, com a concordância do Relator, nós fizemos um adiamento para esta semana. Contudo, ouço o Senador Ricardo Ferraço, Relator da matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, não há respaldo regimental para esse adiamento, considerando que desta matéria foi concedida vista por várias vezes, inclusive vista coletiva; as audiências públicas todas que foram solicitadas foram realizadas. Portanto, não há respaldo regimental para o adiamento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, o respaldo do Regimento está no art. 315, em concordância com o art. 279, inciso III.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, há respaldo regimental.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Qual o respaldo que há?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O respaldo regimental está no Regimento. Você pode ter esse requerimento de adiamento de votação por 30 dias.

Na verdade, Senador Ricardo Ferraço, sinceramente, acho que nós não deveríamos, nesse momento que estamos vivendo, votar um projeto como esse. Falar em redução da maioria penal como se nós estivéssemos melhorando a situação da segurança pública, colocar alguém de 16, 17 anos nesses presídios completamente dominados por facções, pelo PCC, é um contrassenso. Nós estamos agravando uma situação de vulnerabilidade da segurança pública. Sinceramente, acho que não deveríamos deliberar sobre esse tema, mas há um requerimento da Senadora Gleisi. Então, acho que a primeira votação do Plenário seria essa, se adiamos ou não a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A proposta da Senadora Gleisi tem assento no Regimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Portanto, está no art. 315, §1º, que o requerimento deverá ser submetido à apreciação e votação preliminar à matéria anunciada. É o que nós faremos.

Peço atenção dos Srs. Senadores para o fato de que por um lado o Relator, que tem se dedicado profundamente a essa matéria, tem o seu relatório pronto já há algum tempo. Já concedemos, de ofício, em acordo com Líderes do Plenário desta Comissão, o adiamento da votação desta matéria. Mas agora a Senadora Gleisi solicita mais um adiamento, que vou submeter à apreciação do Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, V. Exª me concede pela ordem, antes de fazer a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Antes de fazer, pela ordem. Em seguida, Senadora Simone.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, discordo plenamente do Senador Lindbergh. Penso que essa matéria está sendo votada com atraso. A violência





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que há neste País é por conta de homens travestidos de criança, porque um indivíduo de 17, de 15, de 16 que porta escopeta não confunde uma escopeta com chupeta. Chupeta é coisa de criança. Eles estão tocando o terror na Rocinha.

De cada dez, nove são considerados menor de idade pela lei.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Estupram, sequestram e matam com a vênua daqueles que acham que o Estatuto da Criança e do Adolescente é o suprasumo, e a sociedade brasileira pagando o preço daqueles que acham que só têm direitos. E, quando a polícia põe a mão: "Tire a mão de mim porque eu sou menor e conheço meus direitos." Macho, homem feito, que mata, que estupra, que sequestra, que põe fogo em ônibus. E iria só piorar a situação? Que situação? Nós vamos colocá-los nos seus devidos lugares.

E o sistema prisional brasileiro está falido faz muito tempo. Agora, você quer um homem desse na rua, estuprando, sequestrando e matando, ou é preferível tê-lo numa cadeia aglomerada? Claro que é numa cadeia aglomerada. A violência tomou conta deste País exatamente por causa desse tipo de comportamento. Nesses 13 anos de defesa de direitos humanos, como se os humanos não tivessem direito, eles estão na rua. Os que estão presos no Rio, aqueles que estão lá pousando para as redes sociais com escopeta na mão... É porque eles acreditam na impunidade!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já se está discutindo o mérito, Presidente?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu já encerro a minha fala, Sr. Presidente, até porque eu estou só contraditando o Senador Lindbergh, que falou do mérito também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Falou também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É, exatamente.

Eu encerro a minha fala dizendo o seguinte. Eles só têm direitos e, acreditando na impunidade, eles tocam o terror. Voltar de 18 para 16, para mim não vale nada, porque eu já tive 16 anos e 18 anos, e não mudou nada na minha vida, eu já era homem feito, assim como uma mulher pode se tornar mãe com 16 anos de idade, o corpo está pronto. Mudar de 18 para 16 é uma brincadeira, porque, na verdade, se o crime...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Conclua.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Estou encerrando.

Se o crime não trata por faixa etária, por que nós vamos tratar? Você tem é que separar dois elencos de crimes: você tem crime hediondo e crime que não é hediondo. O crime que não é hediondo,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

you trata como crime que não é hediondo, mas o crime hediondo pode até ser cometido por alguém de 13 anos, de 14, de 15, e o indivíduo tem de responder pelo crime que ele cometeu. Agora, essa história de tratar homem que porta escopeta como se tomasse mamadeira e chupasse chupeta, como se fosse criança... Isso é uma brincadeira de mau gosto com uma sociedade violentada, com uma sociedade que paga o preço dessa violência, porque ainda os Plenários destas duas Casas, que já deveriam ter mudado esse quadro, não o mudaram ainda por covardia, em nome de direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bem, nós vamos colocar em votação...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Posso encaminhar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pode encaminhar o requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para encaminhar.) – Eu agradeço, então.

Sr. Presidente, esse é um tema muito complexo para a gente discutir. Muitas vezes se discute de forma simplista, como agora o Senador Magno Malta fez, dizendo que um menino de 16 ou um homem de 18 é a mesma coisa.

Nós só não analisamos que, ao baixar a maioria penal, nós não estamos estendendo essa responsabilização para a sociedade como um todo. Isso vai cair em cima dos meninos pobres de periferia, porque é sempre assim. E assim acontece também com a maioria daqueles que estão nos presídios: são os pobres de periferia, negros em sua maioria. Nós já tivemos casos aqui que são tratados de maneira diferente, e não vi ninguém no plenário do Senado ter uma ação tão incisiva contra. Por exemplo, o filho da desembargadora que foi pego com quilos de cocaína, e que foi solto na sequência, enquanto outro menino o Rafael ficou preso desde julho de 2013, porque estava com dois vidros de Pinho Sol, ou sei lá o que, sob a alegação de que era risco à segurança pública.

Então, a discussão aqui tem de ser mais aprofundada, ela não é uma questão de idade, é uma discussão que tem a ver com a sociedade, com a forma como a sociedade está dividida em termos de renda, de oportunidade. É por isso que discutimos muito isso, porque o rigor da lei, quando é discutido com essa ânsia com a qual o Senador Magno Malta discute aqui, vai para os pobres, não vai para os ricos. Esqueça!

Um menino de 16 anos da classe alta ou da classe média jamais vai responder por crime, mesmo sendo a maioria penal aos 16 anos, porque os de 18, 19 e 20 já não respondem. Quem não lembra





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do caso do índio que foi queimado aqui num ponto de ônibus, em Brasília? Então, vamos parar. Se é para ficar nervoso com bandido, é importante que ficar nervoso com os bandidos do andar de cima também.

Então, eu acho, Senador Lobão, que nós precisamos de tempo para discutir e refletir. Discurso fácil aqui não vai nos levar a corrigir a violência que nós temos na sociedade. Por isso, eu peço o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu ponho em votação o requerimento da Senadora Gleisi.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento da Senadora de adiamento por uma semana, por cinco reuniões.

Os Srs. Senadores que aprovam...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... o requerimento da Senadora Gleisi...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para um esclarecimento, com base no art. 279. O que a Senadora Gleisi está solicitando é o 279 com base no inciso III, a ser realizado... Ela pede...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por 30 dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – S. Ex^a pede o adiamento por dia determinado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Trinta dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, S. Ex^a pede por 30 dias.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E aí, passados esses 30 dias, não teremos mais remédio para outra prorrogação? Esse é o questionamento que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É oportuno o questionamento...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se esse adiamento será o derradeiro e se nós continuaremos fugindo de fazer o enfrentamento desse tema. Porque há três anos esse tema está relatado aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Essa é a indagação que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou decidir a questão de ordem de V. Ex^a; a indagação através de uma questão de ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Um instante.

O Regimento estabelece que o pedido de adiamento pode ser feito. Foi feito. O Plenário vai decidir. Ainda adianta o Regimento que poderá haver mais um pedido – mais um apenas – ao final dos 30 dias, que é a preocupação de V. Ex^a. Poderá haver outro pedido, sim.

Agora, devo adiantar que essa é uma questão que já vem sendo discutida há muito tempo. Audiências públicas...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Vamos votar o requerimento!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Audiências públicas inúmeras. Portanto – penso eu –, não tenho posição nem a favor, nem contra, mas é uma questão amadurecida para ser votada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, só para lembrar que essa matéria foi derrotada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que estão de acordo com o adiamento solicitado pela Senadora Gleisi permaneçam como se encontram. Os contrários, por favor, levantem a mão. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não; só são seis contra! São seis contra! Verificação, Sr. Presidente. Verificação!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Foram seis, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Verificação. Verificação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só foram seis votos contra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Verificação. Vou fazer a verificação.

O painel está sendo preparado para essa votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, só para esclarecer ao Senador Ricardo Ferraço. Não são três anos de adiamento de discussão; houve votação do relatório de V. Exª, e V. Exª foi derrotado. Uma votação em 2014. Aí houve um recurso, mas essa matéria já foi votada aqui e foi derrotada.

Sr. Presidente, Darcy Ribeiro sempre falava uma coisa: mais educação, mais escola de horário integral e menos presídios. Parece que o plano do Governo do Temer é o contrário: estão cortando 35% da educação superior; estão cortando 42% da educação tecnológica; e agora querem isso. Uma juventude que já está sendo exterminada – há 30 mil assassinatos por ano, e 77% dos mortos são jovens negros moradores das periferias...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O Senador Lindbergh está fazendo discurso de outra coisa já, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Isso é outra coisa! Não tem nada a ver com...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – É a mesma coisa!

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – V. Exª abriu a discussão?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tudo bem, vamos votar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª abriu a discussão?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vamos votar. Tudo bem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – É que está em votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Mas, enquanto a gente vota, Presidente...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – ... quem quiser falar eu acho que poderia ter o direito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Quem vota a favor do requerimento da Senadora Gleisi votará "sim".

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A favor, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – "Sim"; os que votam contrariamente ao requerimento responderão "não", obviamente.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O PT vota "sim".

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Magno Malta vota "não", Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim", porque nós entendemos que, além desse adiamento, nós temos que discutir com a sociedade brasileira esse tema que é de fundamental importância.

Então, o PCdoB vota "sim", pelo adiamento.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Atenção, Srs. Senadores, por favor.

Senador Magno Malta.

Se todos Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa e Senador Magno Malta, por favor.

Votaram SIM 10; votaram NÃO 8.

Portanto, foi aprovado o requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A plateia não pode se manifestar.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs.Senadores, submete-se à nossa Comissão o projeto de lei complementar formado por quatro artigos, que objetiva fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.

O art. 1º da proposição inclui o inciso VII ao §3º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, de modo a excluir expressamente da violação do sigilo bancário o compartilhamento de informações para alimentação dos bancos de dados com informações de adimplemento, de modo a criar e complementar o histórico de crédito das pessoas físicas e jurídicas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, o art. 2º da proposição inverte a regra hoje em vigor, no sentido de que a abertura de cadastro positivo requer autorização prévia do potencial cadastrado. Com a redação proposta, a abertura do cadastro dispensa a autorização prévia, mas a pessoa cadastrada poderá, a qualquer momento, solicitar sua exclusão.

O art. 3º da proposição altera o art. 16 da Lei nº 12.414, de 2011. O objetivo é excluir a solidariedade hoje existente entre todas as pessoas envolvidas no processo de alimentação do mencionado banco de dados, pois essa regra tem desestimulado fortemente seu uso, em razão da possibilidade de responsabilização por erros de terceiros. A solução proposta é a de manter a responsabilidade objetiva.

O art. 4º da proposição estabelece que, caso aprovada, a lei dela decorrente entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

Até o presente momento, não foram apresentadas emendas.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de registros públicos e a respeito de direito comercial.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei complementar revela-se correta, uma vez que há no PLS matéria reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas.

No mérito, somos totalmente favoráveis à matéria. Diria mesmo, Sr. Presidente, que se trata de um dos mais importantes projetos da chamada agenda microeconômica do Brasil, com impactos muito relevantes no ambiente econômico.

É sabido que a existência de crédito é fundamental para o desenvolvimento da economia. Do mesmo modo, é preciso que exista uma maior previsibilidade quanto ao risco da concessão de crédito para determinado devedor ou potencial devedor. Quando não há possibilidade dessa análise, ou o crédito não será concedido ou será concedido a taxas de juros altíssimas, dado que o risco se torna de difícil aferição ou mesmo de incerteza. Portanto, para que exista crédito e juros em patamar razoável, é necessário dar ao credor a possibilidade de aferição, em cada caso concreto, do grau de risco envolvido.

Na situação atual, em que o cadastro positivo funciona de forma limitada, o potencial devedor que tem um bom histórico de pagamentos poderia se financiar com taxas de juros muito mais baixas.

De fato, a Lei nº 12.414, de 2011, não foi capaz de criar um banco de dados robusto. Até dezembro de 2016, ou seja, num período de quase seis anos, apenas 5,5 milhões de usuários foram inseridos no cadastro positivo, o que representa menos de 5% do potencial do mercado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso ocorre porque a atual lei estabeleceu que as pessoas físicas ou jurídicas devem optar por ingressar no referido cadastro. Essa condição, combinada ao excesso de burocracia para a criação e inclusão das informações dos cadastrados, explica a baixa adesão que ocorreu ao longo desse período.

A proposição em tela busca corrigir as atuais disfuncionalidades desse sistema. Primeiro, altera a Lei de Sigilo Bancário, de modo a ficar explícito que a alimentação do banco de dados é permitida. Além disso, o PLS contribui para que os agentes envolvidos na alimentação e utilização do banco de dados tenham alguma proteção contra erros de terceiros. É mantida, por outro lado, a responsabilidade objetiva, de modo que quem provocar danos irá responder por seu ato, sem que a pessoa que sofrer o dano tenha o ônus de provar a existência de dolo ou culpa.

É preciso, porém, aprimorar o texto proposto. E o estamos fazendo na forma de substitutivo, pelas razões que expomos a seguir.

O substitutivo ora proposto traz ajustes ao texto original do projeto que inclui inciso no §3º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001, a fim de estabelecer com maior segurança jurídica...

(Soa a campanha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... que o fornecimento de informações para formação de bancos de dados com informações de adimplemento não constitui violação do dever de sigilo bancário.

A mencionada alteração da Lei Complementar nº 105, de 2001, justifica-se uma vez que, em virtude do dever legal de sigilo bancário, a Lei nº 12.414, de 2011, requer autorização específica para que os gestores de bancos de dados abram os cadastros e façam as respectivas anotações de dados de crédito dos cadastrados, o que tem dificultado a obtenção e o acúmulo dessas informações.

A alteração proposta, de forma análoga ao cadastro negativo, permitirá que não seja considerada violação do dever de sigilo bancário o fornecimento de dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou em andamento de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, a gestores de bancos de dados, para formação de histórico de crédito. Destaque-se que a alteração ora proposta não visa a disponibilizar livremente a informação de adimplemento para o público em geral, mas tão somente a permitir a recepção dessas informações pelos bancos de dados, sem a necessidade de autorização específica. Dessa forma, permanecem protegidas pela obrigação de sigilo bancário, por parte dos gestores de banco de dados, as informações recebidas para formação de histórico de crédito das pessoas naturais e jurídicas. Com a alteração da Lei Complementar nº 105, de 2001, tornar-se-á possível o aprimoramento da Lei nº 12.414, de 2011, de forma a aperfeiçoar a estrutura legal do cadastro positivo.

O primeiro ajuste proposto visa a deixar mais claro o conceito de "fonte" para incluir expressamente administradoras de consórcio, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasil, e os prestadores de serviços continuados de água, esgoto, eletricidade, gás, telecomunicações e assemelhados.

Com relação aos últimos, a proposta elimina a faculdade para o envio das informações que existe no texto atual da Lei nº 12.414, de 2011. A inclusão de tais informações permitirá o aprimoramento da formação das notas de crédito dos cadastrados e a admissão nos cadastros de parcela significativa da população que atualmente não tem acesso aos serviços financeiros. O ajuste mais relevante refere-se à retirada da exigência de autorização específica do cadastrado para que as fontes possam enviar suas informações aos gestores de bancos de dados.

Nesse modelo, os gestores de bancos de dados ficarão autorizados a abrir o cadastro de qualquer pessoa natural ou jurídica sem a necessidade de sua prévia autorização. No entanto, o gestor de banco de dados deverá comunicar ao cadastrado por escrito, por meio físico ou eletrônico, a abertura do seu cadastro em banco de dados e ainda a possibilidade de compartilhamento de suas informações com outros bancos de dados. Após a comunicação, o cadastrado terá ao menos 30 dias para solicitar a sua exclusão. Ainda assim, a qualquer momento, o cadastrado poderá solicitar o seu cancelamento junto a qualquer gestor de banco de dados. Será obrigação do gestor que recebeu o pedido de cancelamento, ou sua eventual reabertura, informar aos demais gestores de bancos de dados da decisão do cadastrado. Dessa forma, ficam asseguradas as garantias e os direitos da personalidade positivados constitucionalmente.

Com relação ao aspecto da responsabilidade objetiva e solidária, entre os agentes econômicos envolvidos (fontes, gestores de bancos de dados e consultantes), por eventuais danos aos cadastrados, a proposta de revogação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 2011, tem o propósito específico de aplicar ao cadastro positivo os preceitos sobre responsabilidade existentes na Lei nº 8.078, inserida no Código de Defesa do Consumidor, e que já são empregados no caso do cadastro negativo. Dessa forma, será eliminada a possibilidade de aplicação ao cadastro positivo de regra de responsabilidade distinta da prevista no Código de Defesa do Consumidor para os cadastros negativos.

De fato, a regra atual de responsabilidade do cadastro positivo é mais rigorosa do que a do cadastro negativo, que não pressupõe a solidariedade em todos os casos. Essa disciplina distinta parece não possuir justificativa aparente, tampouco assegurar proteção adicional ao consumidor ou ganho de eficiência para o funcionamento do banco de dados.

Dessa forma, a responsabilidade objetiva continuará sendo a regra vigente para o cadastro positivo, com o diferencial da base legal, que passará a ser o Código de Defesa do Consumidor, que disciplina o assunto de maneira mais estruturada e reconhecidamente testada nos tribunais. A proteção ao consumidor, portanto, por meio dessa específica modalidade de alocação de responsabilidade, continuará assegurada. Assim, a revogação do art. 16 terá aptidão de sujeitar as duas modalidades de cadastro (negativo e positivo) a regras de responsabilidade simétricas. Tal alteração tem o condão de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

alinhar os incentivos necessários aos agentes para o desenvolvimento do cadastro positivo, em especial para aqueles de maior porte econômico, que mais facilmente poderiam ser responsabilizados por erros de terceiros, de acordo com a regra em vigor de responsabilidade.

Importante ressaltar que a plena efetividade do cadastro positivo representa possibilidade concreta de reduzir a assimetria de informações no mercado creditício e, por conseguinte, melhorar a qualidade da concessão de crédito e o padrão de financiamento do País, tendo como referencial a experiência internacional. Atualmente, o Banco Mundial explicitamente recomenda a aprovação do cadastro positivo como instrumento eficiente ao acesso ao crédito. De acordo com essa instituição: "[...] reportar apenas informação negativa penaliza tomadores que deixam de fazer pagamentos – mas falha em recompensar tomadores diligentes que pagam em dia." Nesse sentido, a proposição induz ao adimplemento, ao recompensar bons pagadores, inclusive ajudando a evitar o superendividamento, com redução nas taxas de juros cobradas. Estudo do Banco Mundial aponta que a implantação de um modelo de cadastro positivo efetivo reduziria a inadimplência em torno de 40%, contribuindo para a redução dos *spreads* bancários, dado que a inadimplência respondeu por mais de 50% das margens de intermediação financeira no período de 2011 a 2016, conforme estimativas do próprio Banco Central. Assim, os *spreads* poderiam cair até em 4 pontos percentuais – o que representaria, Sr. Presidente, algo próximo de 20% considerando os *spreads* médios da economia brasileira; é algo, portanto, muito relevante –, segundo estudos divulgados pela Associação Nacional dos Birôs de Crédito com impacto de redução permanente na taxa de juros estrutural da economia brasileira, podendo alcançar 1 ponto percentual.

Contribuirá também para a inclusão financeira, ao agregar informações de adimplemento da população que não tem acesso ao sistema financeiro, pela ausência de garantias, pelo baixo nível de renda e pela falta de histórico prévio junto às instituições financeiras. São cidadãos mais vulneráveis, mas que pagam em dia suas obrigações.

Com base de dados da Serasa Experian, identifica-se que 14,6% da população brasileira possuem um score de crédito baixo em função da insuficiência de informação a respeito do consumidor, ou seja, são 22 milhões de brasileiros, os chamados "falsos negativos", que seriam merecedores de receber créditos, mas não conseguem por falta de informação, algo que pode ser perfeitamente suprido pelo cadastro positivo.

Com os juros mais baixos haveria uma maior capacidade de absorção de crédito. As estimativas apontam que o efeito do cadastro positivo no médio prazo, ou seja, entre seis e nove anos, sobre o mercado por crédito poderia alcançar 17% do PIB ou cerca de R\$1 trilhão a preços de hoje.

Por fim, a proposição ser o catalisador de maior concorrência no sistema financeiro, ao fomentar o processo de concessão de crédito de instituições menores e o ingresso de novas entidades nesse mercado em função do compartilhamento das informações do cadastro positivo. A competição passa a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ter como principal vetor a eficiência, tanto no desenho dos produtos quanto nos custos da operação e não mais no tamanho da carteira de clientes.

Tais benefícios têm o condão de favorecer o bom funcionamento de todo o sistema financeiro e ainda dinamizar a economia, trazendo benefícios aos agentes que concedem crédito e principalmente aos tomadores de crédito.

Finalmente, Sr. Presidente, passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212-Complementar, na forma do substitutivo oferecido.

Quero, ao final, também me congratular com o Senador Dalirio Beber, que é autor dessa proposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu cumprimento o Senador Armando Monteiro...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... pelo relatório que produziu em torno de uma matéria realmente de grande importância para a economia nacional.

Espero que os Srs. Senadores tenham prestado atenção, tenham ficado atentos à dissertação feita pelo Senador Armando Monteiro a respeito da profundidade dessa matéria.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero inicialmente parabenizar o Senador Armando Monteiro pelo conteúdo do seu parecer e, principalmente, pelo substitutivo, que vem enriquecer o projeto de autoria do Senador Dalirio Beber.

Essa matéria da microeconomia brasileira precisa estar mais presente na agenda econômica brasileira. Nós assistimos a muitos debates da macroeconomia, que é importante, mas é esta aqui que alavanca a economia em um país continental como é o Brasil.

O Senador Armando Monteiro também coordena toda a agenda, na Comissão de Assuntos Econômicos, da microeconomia e ali tem contribuído para um conjunto de ações que simplifique o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

crédito, que simplifique a criação, as modificações e as baixas das nossas empresas, e esse projeto é parte dessa agenda que a CAE discute e de que o Brasil necessita. Por isso, vou votar favoravelmente.

Conheço a matéria, acompanho com o Senador Armando desde a Câmara Federal essa agenda e acredito que nós precisamos criar um conjunto de iniciativas que barateiem o crédito e, ao mesmo tempo, o tornem mais próximo das pessoas. Das agências bancárias, desde o processo dos anos 90, tivemos uma diminuição; nos anos 2000, tivemos uma expansão; e agora estamos assistindo novamente a uma redução da quantidade de agências bancárias. O Banco Postal veio para ajudar nesse processo e está passando também por um grande debate. As cooperativas de crédito têm sido um instrumento muito eficaz para que o crédito chegue às pequenas cidades, aos consumidores e àqueles que ali são cooperados. E agora estamos fazendo um forte debate sobre as Empresas Simples de Crédito, um debate que envolve o Congresso Nacional, envolve a micro e a pequena empresa, envolve o Governo, o Banco Central.

Já tivemos muitas dificuldades nas fases anteriores desse debate das Empresas Simples de Crédito, mas agora elas estão mais próximas, e esperamos, até o final do ano, nessa nova modificação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que a gente possa criar a Empresa Simples de Crédito. Por isso, vou votar favoravelmente.

Quero mais uma vez parabenizar o Relator, Senador Armando Monteiro, e o autor da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

No mesmo sentido do Senador Pimentel, quero parabenizar o autor e o Senador Armando Monteiro, que, através do substitutivo, pôde aprimorar a belíssima iniciativa do Senador Dalirio Beber; dizer que prestei atenção atentamente no relatório do Senador Armando Monteiro, porque há seis anos nós já temos esse marco do cadastro positivo, Senador, e, infelizmente, nós criamos uma lei que não conseguimos na prática executar em função de alguns dispositivos que impediam esse avanço.

Três, em particular, me chamaram a atenção, que eu resumiria dizendo o seguinte: V. Exª, com o brilhantismo de sempre, com competência e capacidade consegue, a partir de agora, implantar definitivamente um modelo de cadastro positivo efetivo e eficiente. Resumindo, é isso. Primeiro, quando estabelece que a pessoa ou o cadastrado não precisa necessariamente optar por isso. É feito, ele é colocado nesse cadastro, nesse banco de dados, mas claro que tem a porta de saída, a qualquer momento – não só nos próximos 30 dias, mas a qualquer momento – ele pode pedir a sua exclusão.

Mas o mais importante de tudo é ter alterado a questão da responsabilidade. O dano causado ao cadastrado em relação à alimentação de dados errônea – ou errada – gera uma responsabilidade objetiva agora por parte daquele que colocou a informação de forma errada. Com isso, o cidadão que se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sente violado no seu direito ou prejudicado não mais tem que provar a culpa ou o dolo da instituição ou do órgão que assim o fez. Com isso, ele vai permitir que seus dados estejam ali e sejam alimentados.

E, por fim, claro, é o impacto econômico. Eu aqui observei o estudo que foi apresentado pelo Senador Armando, do Banco Mundial, que poderia haver aí uma redução de algo em torno de 40% a 45% de inadimplência. Isso impacta diretamente na redução dos juros e, consequentemente, vai permitir que outras pessoas, milhões de pessoas possam ter direito e acesso aos dados.

Eu finalizo aqui com essa informação que achei muito propositiva e que precisa ser divulgada, Senador Armando Monteiro. Porque, hoje em dia, segundo as informações apontadas por V. Ex^a, temos 14% da população brasileira com *score* de crédito baixo em função da sua insuficiência de informação. A respeito do consumidor, nós estamos falando de 22 milhões cidadãos brasileiros chamados falsos positivos e, com essa gama de informações, seriam merecedores desse crédito.

Então, isso vai resultar naquilo que V. Ex^a falou, em algo em torno de R\$1 trilhão para a economia a médio prazo. Isto é o que mais me salta aos olhos em relação à importância: desburocratizar para agilizar a economia brasileira não através de aumento de impostos, mas realmente através de mecanismos eficientes que permitam a mais pessoas terem acesso ao crédito, consequentemente, consumir, produzir ou investir, com isso, gerando emprego e renda para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais uma vez, a gente está corrigindo falhas e lacunas em leis extremamente relevantes para a economia brasileira e para o cidadão contribuinte.

Eu queria – depois de tudo que foi dito no brilhante relatório do Senador Armando Monteiro e também na avaliação do Senador Pimentel e da Senadora Simone Tebet, que fez em vários aspectos da lei, mostrando a sua necessidade, a sua validade e o seu alcance em todos aspectos – pedir, como não é uma matéria terminativa, Presidente, que isso fosse dado, que daqui saísse, da CCJ, para outra Comissão, para a CAE. Ela vai à CAE ou ela já é...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Vai ao plenário.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vai ao plenário direto. Então, que se desse regime de urgência pelo alto alcance da medida.

Celebro e saúdo a iniciativa do Senador Dalirio Beber.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Jorge Viana está com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, temos tido sempre aqui na Comissão – não é para ser diferente – matérias que, às vezes,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nos dividem, que nos colocam em posições divergentes, mas essa é uma matéria que nos une a todos, pela iniciativa do Senador Dalirio Beber, mas, especialmente, também pelo relatório e pelo substitutivo do Senador Armando Monteiro, que nos faz debater, discutir, deliberar sobre uma matéria que, realmente, como disse V. Ex^a, nos ajuda a nos sentirmos mais úteis para o Brasil, ajudando o País, ajudando a iniciativa privada, ajudando a criar um ambiente onde possamos ter prosperidade econômica, mas com justiça.

Todos nós sabemos que há uma concentração bancária terrível no nosso País e que isso não existe em nenhum outro lugar do mundo, mas nós sabemos também que, hoje, cooperativas de crédito e outros instrumentos, como o Banco Postal, são instrumentos muito interessantes. Agora, cuidar disso e procurar aperfeiçoar todos esses processos de crédito do cidadão é fundamental.

Eu só espero, tendo em vista o trabalho feito aqui pelo Senador Armando agora, pegando a ideia do Senador Dalirio, que possa haver celeridade no Senado, para que, o quanto antes, vire algo útil e prático na vida do País, do cidadão brasileiro, da cidadã brasileira.

Obrigado.

Parabéns, Senador Armando!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está encerrada a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos do substitutivo do Senador Armando Monteiro.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, que é o substitutivo.

A matéria vai ao Plenário para as providências devidas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É sobre a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu concederei a palavra em seguida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu aguardo. Eu aguardo, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Também peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lerei o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 45

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 78, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A proposta da Senadora será cumprida por esta Comissão.

Item extrapauta: substitutivo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é uma questão de ordem, não. É pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há mais de dois anos, apresentei aqui, nesta Comissão, neste Senado, um projeto de lei que trata do tema do assédio sexual realizado em transportes públicos, em grandes aglomerações. Todos sabem que isso é algo muito frequente. Já levou, inclusive, à criação de vagões especiais em metrô e em trens, para que as mulheres possam estar seguras no transporte para o trabalho ou para onde seja. E, por outro lado, existem fatos recentes, inclusive, hoje: mais um cidadão foi preso após ejacular em uma mulher dentro do ônibus. E o meu projeto trata disso, até porque, de forma errada, muita gente tem interpretado que a decisão dos juízes, nesses casos, é uma decisão de tolerância, de leniência, quando, na verdade, não é. O problema é que a legislação existente no Brasil não qualifica adequadamente esse tipo de crime, visto que não é necessariamente um estupro, mas também não é um atentado simples ao pudor.

Então, o que eu gostaria é de pedir que o meu projeto, que é o 35º dessa pauta, pudesse sofrer uma inversão e pudesse ser votado e ir para a Câmara, até porque ele é um projeto terminativo aqui.

Era esse o meu pedido, Sr. Presidente. Se houver concordância de todos...

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu havia...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Eu tenho também um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Jorge Viana...

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – ... que trata do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta, o Senador Jorge Viana havia solicitado, mas eu concederei, em seguida, a S. Exª a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Não; ela pode... Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pode prosseguir?

Então, prossiga, por favor.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP. Pela ordem.) – O meu projeto de molestamento também está na pauta – é o item 40. O Relator, Senador Armando Monteiro, também está aqui, e o projeto trata do mesmo assunto de que cuida a proposta de autoria do Senador Humberto Costa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu gostaria... Não sei se discutiríamos juntos. V. Exª saberá o melhor procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em verdade, o Senador Armando é o Relator do projeto a que se refere V. Exª. Entretanto, no caso do Senador Humberto Costa, o Relator é o Senador Magno, que não se encontra presente por razões explicadas – ele está presidindo uma CPI.

Examinaremos em seguida o caso. Antes, porém, vou conceder a palavra ao Senador Jorge Viana e, depois, a V. Exª.

Senador Jorge Viana.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu não estou entendendo. Eu acho que o natural é que haja um apensamento e que esse apensamento se faça ao projeto mais antigo.

Eu não tenho nenhum problema em relação a autoria de projeto. Até por ser uma pessoa assim eu já consegui aprovar vários projetos no Congresso. Agora, eu não acho justo que a gente não possa fazer uma discussão porque há um projeto mais novo, que tem que entrar... Ou se apensa, ou se dá prioridade ao projeto que eu apresentei.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador Humberto, eu não estou dizendo que tem que se o item 40. Eu estou propondo que se faça algo de comum acordo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós podemos votar os dois. Agora, quanto ao apensamento, que pode ser feito, somente pode ser encaminhado pelo Plenário do Senado, não por esta Comissão.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de dar a minha opinião, eu queria reforçar a proposta do Senador Humberto. Eu acho que é muito importante que, imediatamente... Nós estamos falando de uma fragilidade legal que o Senado pode corrigir, colaborando com uma iniciativa. Nós não podemos ficar contando os casos e, muito menos, refêns de burocracias processuais ou regimentais dentro da própria Casa.

Só queria reforçar essa tese e pedir que a Secretaria da Comissão agilize isso e, já na próxima semana, nós possamos apreciar essa matéria, que é muito importante. Há um problema grave acontecendo, que já está se repetindo. Não há como os operadores do Direito julgarem, como disse o Senador Humberto, por conta de fragilidade, eu diria, de falta de um esclarecimento na própria legislação.

Enfim, Sr. Presidente, era só mais um reforço. Eu sei da sensibilidade de V. Exª para as questões que são necessárias.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aproveitando a presença, porque sei que estamos já na fase final do trabalho da Comissão, Sr. Presidente, acho que não é adequado que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado sequer levante um problema gravíssimo que aconteceu ontem: uma decisão do Supremo Tribunal Federal fazendo um julgamento de um colega Senador – e eu não entro no mérito de quem é, de que partido é, é um membro do Senado Federal. Estou falando porque fui muito criticado, eu e meus colegas, 13 colegas, que votamos, atendendo aos preceitos constitucionais, quando tivemos uma condução equivocada, a partir de uma decisão do Supremo, de um processo envolvendo um Senador da República.

O art. 53 da Constituição é claríssimo. E é na Comissão de Constituição e Justiça que nós fazemos as sabatinas, é aqui que nós aprovamos ou não indicados para os tribunais superiores e outros espaços institucionais.

Eu não acho adequado que a Comissão de Constituição e Justiça se cale como se nada tivesse acontecido.

Eu peço a V. Exª... Estou falando isso aqui não querendo ser impertinente, é porque o Plenário não está funcionando ainda, mas eu vou falar no plenário. V. Exª, como Presidente da Comissão, teria como nos informar se o Senado oficialmente já foi comunicado da decisão de ontem em que, sem amparo constitucional, um Senador foi afastado?

Não estou aqui fazendo juízo, mas um Poder da República, no meio dessa quase que anarquia institucional que estamos vivendo – quase anarquia institucional –, ontem deliberou, sem amparo na Constituição, o afastamento – e ninguém conhece essa figura que implica afastamento do cargo –, sem ser por flagrante ou por crime hediondo, e a Comissão de Constituição e Justiça acho que precisa pautar esse assunto, sinceramente, para discutirmos aqui se nós estamos vivendo um Estado democrático de direito, se a Constituição está sendo violada.

Porque, se nós temos a prerrogativa de sabatar e deliberar sobre as pessoas, os homens e as mulheres indicados para compor tribunais superiores, quando há uma decisão de um tribunal, seja ele qual for, que não atende àquilo que a Constituição estabelece, é prerrogativa ou não da Comissão de Constituição e Justiça apreciar matérias como essa. Senão, jogamos tudo para o Plenário. O Plenário é uma instância recursal, é o espaço soberano do Senado Federal.

Estou trazendo isso porque nós estamos vivendo tempos tão difíceis no nosso País; nós estamos vendo tanta arbitrariedade; nós estamos vendo tanto abuso de poder, Sr. Presidente, que o momento talvez seja o adequado de, com serenidade, o Senado Federal, a instituição mais antiga da República, apreciar e deliberar.

Então, eu peço, se for possível, que V. Exª nos informe. E, caso isso não esteja ocorrendo, que o Presidente da Comissão, que é V. Exª, possa fazer contato com o Presidente da Casa para ver que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

medida o Senado Federal vai adotar, em que momento nós vamos discutir, pautar esse assunto, qual o encaminhamento que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado entende deverá ser dado a essa matéria, a essa deliberação do Supremo Tribunal Federal que mexeu com o País inteiro, que está sendo questionada, comentada em toda parte. Mas acho que deve ser objeto de uma conversa, de uma discussão aqui na Comissão de Constituição e Justiça e também no plenário da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Jorge Viana, nós estamos fazendo uma inflexão no exame da pauta. Nós temos um projeto em discussão e, de repente, estamos caminhando em outra direção, ainda que tratando de questões essenciais, como é essa que propõe V. Ex^a.

Objetivamente respondo a V. Ex^a dizendo que essa decisão do Supremo Tribunal Federal ainda não chegou ao Senado Federal, mas tenho notícias de que o Presidente deseja ouvir, como propõe V. Ex^a, a Comissão de Constituição e Justiça antes que o assunto seja debatido na própria Mesa e no Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador...

A Senadora Simone Tebet havia solicitado antes. Depois, o Senador Wilder.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não conheço o Regimento da Casa, mas volto à questão apresentada pelo Senador Humberto e pela Senadora Marta.

Eu tive oportunidade de ler, por interesse da Bancada feminina, os dois projetos – o do Senador Humberto Costa é anterior ao da Senadora Marta Suplicy – e vejo aqui uma impossibilidade de votar os dois concomitantemente. Embora em artigos diferentes, tratam exatamente do mesmo tipo penal, que é o constrangimento, mediante violência ou grave ameaça, à prática de ato libidinoso.

Embora o do Senador Humberto seja anterior e, a meu ver, em relação à tipificação da questão do constrangimento esteja mais bem elaborado, inclusive num parágrafo estabelecendo a questão quando acontece em local público ou transporte coletivo, o que o do Senadora Marta Suplicy não coloca, o da Senadora Marta Suplicy também altera o Código de Processo Penal para tratar aqui – portanto complementando o projeto do Senador Humberto Costa – da internação provisória se constatada a inimputabilidade, ou seja, se constatado que esse infrator é uma pessoa desequilibrada e que merece o tratamento devido pela lei, que é o tratamento psicológico e tudo mais.

O que eu gostaria de sugerir aqui? Não sei o que a Mesa vai deliberar nem os colegas, mas acho que nós não podemos mais adiar essa votação, porque, quando nós excluimos o tipo penal atentado violento ao pudor do Código Penal, nós abrimos essa brecha de termos um juiz tendo que liberar um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cidadão que cometeu aquele ato, porque aquele ato, para o Direito Penal, não era estupro e não havia mais o tipo do constrangimento. O que estou dizendo, resumidamente, é que nós temos que votar.

Eu não sei qual é a saída legal, mas uma saída que poderia honrar os dois colegas seria aprovar o projeto do Senador Humberto no que se refere ao Código Penal, ou seja, ao tipo, e, no que se refere ao da Senadora Marta Suplicy... Ela seria autora, portanto, e aprovaríamos o projeto da Senadora Marta no que se refere à alteração do Código de Processo Penal, que seria em relação à internação. Agora, os dois ao mesmo tempo, eu vejo aqui uma impossibilidade.

É a sugestão que eu faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Simone Tebet, nada impede que se votem os dois projetos. Não há impedimento para a votação dos dois projetos separadamente. Essa é uma hipótese.

A outra hipótese está no art. 258 do Regimento Interno, que possibilita a tramitação conjunta dos dois projetos, ou de outros que ainda possam existir, seja por deliberação do Plenário do Senado, seja por proposta desta Comissão à Mesa do Senado. Então, são caminhos que nós poderemos seguir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exatamente. Peço aos dois autores que verifiquem qual é a solução que preferem.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acredito... De minha parte – é preciso ver o Senador Humberto –, eu votaria os dois, e a Câmara depois apensaria, se decidir assim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pode ser feito.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas também não me oponho. Se o Senador quiser fazer de outro jeito, tudo bem. Eu só acho que, concordando com a Senadora Simone, nós precisamos votar isso, porque as coisas estão acontecendo todo dia. Elas acontecem, e o juiz fica lá naquela situação em que não tem como encaminhar da forma que a população exige.

Então, eu pediria a V. Exª para deliberar ou pedir a opinião do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós vamos andando e poderemos fazer isso ainda hoje.

Senador Wilder.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, na verdade, não é o assunto de pauta, mas eu queria só reforçar o assunto que o nosso Senador Jorge Viana colocou à Comissão: afastar um Senador em exercício sem esta Comissão debater isso. Eu sei que não é o que está em pauta, mas seria importante que, até o final dos nossos trabalhos aqui, a gente possa discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu não tenho nenhum problema, nenhuma dificuldade quanto a que possam ser votados os dois projetos. Eles só não podem ser conflitivos. Naquilo em que for conflitivo, deve prevalecer aquilo que está naquele que tramita há mais tempo ou for aprovado primeiro. Mas não há problema. Poderíamos fazer inversão de pauta para os dois projetos serem votados, eles vão para a Câmara, e lá haverá uma proposta. Não há problema, não. Eu acho que mais importante do que a autoria nisso aí é a gente acabar com isso, porque a população não entende.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem toda razão. Frequentemente nós criticamos decisão autônomas dos juízes de todo o Brasil sem que haja uma lei específica em torno daquilo que eles decidem. Mas, se não há a lei, uma de duas: ou eles não decidem ou, então, fazem a interpretação a seu juízo, o que não é muito bom.

Votaremos, então, o projeto em discussão.

EXTRAPAUTA

ITEM 43

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de posse ou porte, de tráfico e de comercialização ilegal de armas de fogo, na forma em que especifica, no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Contrário ao SCD nº 6, de 2017 e favorável ao PLS nº 230, 2014.

O autor do projeto no Senado é o Senador Marcelo Crivella, e o Relator é o Senador Eduardo Lopes, a quem concedo a palavra para pronunciar o seu voto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É extrapauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Vem a esta Comissão, para exame...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 43.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vem a esta Comissão, para exame, o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2017, ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2014, que trata da inclusão dos crimes de posse ou porte de arma de fogo de uso restrito, do tráfico e da comercialização ilegal no rol dos crimes hediondos.

Trata-se de substitutivo ao PLS nº 230, de 2014, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

O texto aprovado pelo Senado Federal, em outubro de 2015, incluía no rol dos crimes hediondos a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento). O substitutivo da Câmara dos Deputados inclui a posse e o porte, o tráfico e a comercialização ilegal de fuzil, metralhadora e submetralhadora, utilizadas na prática de crime.

Nesta fase, o substitutivo da Câmara é considerado série de emendas. Cabe ao Senado Federal acatá-las ou manter o texto original, sem a possibilidade de subemendá-las (arts. 285 e 287 do Regimento Interno do Senado Federal).

Vamos à análise.

Direito Penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

O texto do Senado Federal é tecnicamente melhor do que o texto aprovado na Câmara dos Deputados.

O objetivo do projeto era agravar a punição para a posse ou porte ilegal de arma de uso restrito das Forças Armadas. A Câmara dos Deputados optou por restringir a três modalidades de armas: fuzil, metralhadora e submetralhadora, e acrescentou o tráfico e o comércio ilegal e a exigência de que as armas sejam utilizadas para a prática de crimes.

O Decreto nº 3.665, de 2000, que trata da fiscalização de produtos controlados no Brasil, define as armas de uso restrito como aquelas que só podem ser usadas pelas Forças Armadas, por algumas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

instituições de segurança e por pessoas físicas e jurídicas habilitadas, devidamente autorizadas pelo Exército (art. 3º, XVIII, do Anexo).

O anexo do referido decreto elenca as características das armas de uso restrito: automáticas, com munição que tenha, na saída do cano, energia superior a determinado valor de referência, determinado valor mínimo de calibre, etc. O art. 16 do anexo elenca 11 incisos apenas relacionados a armas. Portanto, restringir todo esse universo a três tipos de armas, como faz o substitutivo, limita expressivamente o alcance do projeto original.

Também não nos parece razoável qualificar o tráfico internacional e o comércio ilegal de três tipos de armas de uso restrito como crimes hediondos. Nos parece uma banalização do instituto. O crime hediondo é, de uma forma geral, aquela conduta delituosa revestida de excepcional gravidade, seja na forma de execução ou quanto à ofensa ou ameaça que impõe ao bem jurídico protegido (vida, integridade física, saúde, etc.)

É possível justificar a hediondez diante do perigo concreto que acompanha a posse ou porte ilegal de armamento militar, pois eleva a capacidade de dissuasão e intimidação social, provoca maiores danos físicos, aumenta a probabilidade de morte, reduz a capacidade de defesa, desafia os órgãos de segurança pública e, assim, assegura o cometimento de outros crimes.

Por fim, o substitutivo exige a prática de crime com a arma. A posse ou o porte ilegal – ou seja, estar nas mãos de quem não tem habilitação e autorização do Estado – já é crime, e esse crime assegura o cometimento de outros crimes (tráfico de drogas, roubo de cargas, corrupção policial, etc.). Não nos parece razoável exigir uma soma de crimes para a caracterização do crime hediondo.

Voto.

Diante do exposto, somos pela rejeição do SCD nº 6, de 2017, e a consequente manutenção do texto original aprovado pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Em votação.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpe, Sr. Presidente.

Não há como nós votarmos, porque, em que pese o relatório muito contundente do Senador Eduardo Lopes, ele está rejeitando o substitutivo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Da Câmara.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... da Câmara e votando pela manutenção do original, mas nós não estamos encontrando o original. Eu não sei; ele explicou, mas eu não estou com o texto que nós estaríamos votando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª será atendida em meio minuto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só para ajudar. Esse texto a que o Senador Eduardo Lopes faz referência, nós já o votamos aqui na CCJ...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. *Fora do microfone.*) – Foi aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Tudo bem. Aprovamos e foi por unanimidade na época.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É o texto original, que é o do Senador Marcelo Crivella. Emendado na Câmara, obteve-se o substitutivo. O que estamos examinando hoje é apenas o substitutivo. E nós votaremos, Senador Pimentel...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... a favor do substitutivo da Câmara ou contrariamente a ele na proposta do Senador Eduardo Lopes.

Senador Eduardo Lopes, V. Exª poderia atender a Senadora Simone, explicando sobre a dúvida que S. Exª tem a respeito do projeto original.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Senadora, o projeto original, cujo texto foi aprovado pelo Senado, na Câmara sofreu substitutivo com emenda. Então, eu estou aqui não acatando a emenda da Câmara, voltando ao texto original e está explicado aqui no meu relatório, referindo-se ao texto original.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Enquanto a Senadora lê o projeto, eu, de ofício, proponho que se conceda urgência ao item 1, que trata da LEP (Lei de Execução Penal), que é de suma importância, que acaba de ser relatado pelo Senador Antonio Anastasia e aprovado. Proponho aos Srs. Senadores e ao Plenário que nós recomendemos à Mesa do Senado urgência para votação da matéria.

As Srªs e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Lido o projeto original, Sr. Presidente, eu estou apta a votar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como ela pediu explicação, pela ordem. É porque na Câmara tipificaram em três tipos de armas: metralhadora, submetralhadora e fuzil. E, no projeto original, eram todas as armas de uso restrito. Então, a pistola foi retirada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Houve uma restrição na Câmara.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Eduardo Lopes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório é contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6 e, portanto, favorável ao Projeto de Lei do Senado 230, de 2014.

Aprovada, a matéria vai ao Plenário.

Item nº 4...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria já de pedir urgência para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Emendas de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2017, item 4, em pauta.

ITEM 4

EMENDAS DE PLENÁRIO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Ementa da Proposta: *Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.*

Autoria da Proposta: Senador Eunício Oliveira e outros





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Eduardo Amorim

Relatório: Favorável às Emendas de Plenário nºs 1 e 2 oferecidas à PEC nº 2, de 2017.

Observações:

Em 13/09/2017 a Presidência concede vista ao Senador Armando Monteiro, nos termos regimentais.

O Senador Armando Monteiro, até o momento, não se manifestou.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável às Emendas de Plenário nºs 1 e 2 oferecidas à PEC.

A matéria vai ao Plenário.

Teremos agora os dois projetos do Senador Humberto Costa e da Senadora Marta Suplicy.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O primeiro é o item 35.

ITEM 35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, de 2015

- Terminativo -

Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transporte públicos.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Magno Malta





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

A Senadora Simone Tebet será a Relatora *ad hoc*, por solicitação da Presidência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem. Era isso que eu ia pedir.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É o item 35.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, como V. Exª mencionou, vem a esta Comissão o projeto de autoria do Senador Humberto Costa, que tipifica o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transporte público.

O PLS acrescenta ao Código Penal o art. 216-B – como já mencionei, o tipo –, com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

O autor justifica sua proposição pelo aumento de casos de assédio e violência sexual em transportes públicos no País.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise.

O Direito Penal é matéria de competência privativa da União...

Não identificamos vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade.

A proposta é meritória e enfrenta um problema cada vez mais comum no Brasil e em vários países, em que as vítimas são geralmente mulheres. Os jornais todos do Brasil veiculam isso. Nos últimos quatro anos, o número de boletins de ocorrência registrados por estupro, ato obsceno, importunação ofensiva ao pudor e estupro de vulnerável em transportes públicos avançou 850% na metrópole de São Paulo.

A proposta encontra uma solução para o impasse, que é alterar a legislação. Salvo a hipótese de estupro, que exige violência ou grave ameaça, a conduta, que é esta mencionada aqui, pode ser hoje enquadrada como importunação ofensiva ao pudor, que é uma mera contravenção penal, que sujeita o agente apenas a pena de multa, ou violação sexual mediante fraude, crime que sujeita o agente a reclusão de dois a seis anos. São dois extremos e nenhum oferece uma descrição adequada da conduta. Esse é o objetivo do projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Traz solução aos casos desses constrangimentos, prevendo uma pena de dois a quatro anos de reclusão.

Neste caso, foi apresentada emenda pelo autor, a fim de corrigir a omissão que nós já mencionamos e ainda prevê que, se a conduta ocorre em transporte público ou em outro meio aberto ao público, a pena será aumentada de um sexto à metade. Mas aqui, fazendo coro aos demais colegas, mesmo que *ad hoc*, nós estamos aqui, embora verbalmente, colocando a pena aumentada de um sexto a um terço, e não à metade...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem!

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... para que a pena máxima, neste caso, não caia na pena mínima do estupro. Ou seja, se ficasse "até a metade", nós teríamos uma pena máxima de seis anos, que é justamente a pena mínima para o caso do estupro. Então, para evitar essa incongruência que não é de bom tom em relação ao Código Penal, nós estamos reduzindo aqui, de forma *ad hoc* e verbalmente, o aumento da pena de um sexto a um terço, e, pelo visto, tenho aqui a concordância do autor da proposição.

Vamos ao voto, portanto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2015, com as seguintes emendas do autor.

Emenda que modifica o *caput*: "Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor."

Emenda que altera o art. 1º: "Art. 1º Esta Lei tem como objetivo tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor."

Emenda para o art. 2º, para alterar aqui o tipo:

"Art. 216-B. Constranger, molestar ou importunar alguém de modo ofensivo ao pudor, ainda que sem contato físico, atentando-lhe contra a dignidade sexual:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Se a conduta ocorre em transporte público ou em outro meio aberto ao público, [fiz essa alteração] a pena aumenta-se de um sexto até um terço."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, já não temos aqui o quórum qualificado para votação desse projeto, que é terminativo na Comissão de Constituição e Justiça.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nessas condições, eu vou colocar também em discussão o projeto da Senadora Marta Suplicy, nas mesmas condições, para que, ao final, se obtivermos quórum, votemos os dois.

ITEM 40**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2017****- Terminativo -**

Altera o Código Penal para prever o crime de molestamento sexual e o Código de Processo Penal para modificar as hipóteses de internação provisória.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto da nobre Senadora Marta Suplicy acrescenta ao Código Penal o art. 213-A, tipificando criminalmente a conduta de constranger ou molestar alguém à prática de ato libidinoso diverso do estupro.

Se a conduta for praticada mediante violência ou grave ameaça, a pena cominada será de três a seis anos de reclusão. Caso não haja violência ou grave ameaça, independentemente de contato físico, a pena prevista pelo projeto é de dois a quatro anos de reclusão.

Ainda o PLS em tela modifica o art. 319 do Decreto-Lei nº 3.689, do Código de Processo Penal, para prever a internação provisória do acusado também nas hipóteses de crimes contra a liberdade sexual, quando houver laudo preliminar pericial concluindo pela inimputabilidade ou semi-imputabilidade do agente ou se houver risco de reiteração.

A autora justifica a proposta em face do episódio ocorrido em São Paulo, em que um ofensor, com vários antecedentes criminais, foi solto por ordem da Justiça, horas depois de ter ejaculado em uma passageira dentro do ônibus municipal. Sustenta ser inadmissível que atos violentamente ofensivos e com graves repercussões para a saúde mental e a autoestima da vítima sejam enquadrados como mera





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor, cuja pena no ordenamento existente é apenas de multa.

Também assevera ser imperioso reconhecer que a ausência de proteção específica adequada fere o princípio da proporcionalidade inserto na Constituição Federal. Assim, a imediata edição da lei permitiria uma melhor atuação dos juízes criminais em casos semelhantes e corrigiria distorções no sistema.

Até o momento não foram apresentadas emendas.

Não identificamos vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade no projeto.

No mérito, o assunto colocado à apreciação revela-se polêmico.

Devemos reconhecer a coragem e a firmeza da autora, que decidiu submeter ao exame desta Comissão um assunto sobre o qual a sociedade brasileira necessita de uma resposta imediata, devido à esdrúxula situação que vem ocorrendo. Por falta de um tipo penal adequado, o Poder Judiciário entendeu ser mera contravenção penal de importunação ofensiva, como já foi referido.

A perplexidade criada, que gerou evidentemente grande revolta na sociedade, tem origem, Sr. Presidente, em um déficit legislativo – seguramente em um déficit legislativo. De fato, não há um tipo penal intermediário entre o estupro e a contravenção penal apontada.

Atualmente, ante o princípio da legalidade estrita que impera no Direito Penal, não é possível enquadrar-se no crime de estupro atos praticados sem violência ou grave ameaça.

Não desconhecemos a alegação de parte da doutrina que entende que a violência prevista no *caput* do art. 213 também poderia ser aquela de natureza moral ou emocional, hábil a permitir a tipificação do crime de estupro. Todavia, a ponderação leva a concluir que, por mais traumática e dolorosa que seja a situação enfrentada pela passageira do caso de São Paulo, o sofrimento por ela vivido é distinto do daquela mulher que sofreu o estupro. Em verdade, o tema se revela ainda mais complexo quando observamos a ausência de um tipo penal intermediário para enquadrar os atos libidinosos cometidos sem violência ou grave ameaça – a exemplo da ejaculação sem contato físico –, bem como outros atos libidinosos que não sejam equiparáveis, em termos de gravidade, ao estupro, mas que também sejam cometidos de forma violenta ou com grave ameaça. Atualmente, portanto, atos como o denominado beijo lascivo, isto é, beijo sem o consentimento da vítima, utilizando-se de força física, bem como o ato de se apalpar violentamente parte do corpo de alguém são equiparáveis ao estupro. O texto do art. 213 do Código Penal, dada sua amplitude, permite que qualquer ato libidinoso perpetrado com violência ou grave ameaça seja considerado estupro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A proposição ora analisada enfrenta corajosamente o problema. São criados dois tipos de molestamento sexual em um novo art. 213-A: um praticado com violência ou grave ameaça e outro sem essas circunstâncias, e independentemente de contato físico, com pena de dois a quatro anos.

Na forma criada pela autora, portanto, seria criado um tipo penal médio para os atos libidinosos não equiparáveis, em termos de gravidade, ao crime de estupro, ainda que praticados violentamente ou mediante ameaça.

Entretanto, por mais que entendamos adequada tecnicamente a solução encontrada pela autora, temo que, neste momento, dada a urgência da resposta que precisamos oferecer à sociedade, talvez seja mais apropriado cindir a proposta para contemplar como molestamento sexual tão somente os atos libidinosos praticados sem violência ou grave ameaça. Embora reconheçamos que, de fato, remanesça uma falha de proporcionalidade e de sistematização no ordenamento jurídico com relação à tipificação dos atos libidinosos de menor gravidade como crimes de estupro, a discussão não contará com a necessária unanimidade. Muitos se erguerão para sustentar que o nível de proteção da lei às vítimas será reduzido e que a edição de norma penal mais benéfica gerará graves problemas práticos. Todavia, ainda que não concordemos com as críticas acima, unicamente em razão da urgência com que o tema precisa ser tratado, cremos ser mais apropriado, neste momento, a criação do tipo de molestamento sexual apenas para combater os atos libidinosos praticados sem violência ou grave ameaça.

A discussão a respeito de um tipo penal intermediário para os atos libidinosos não equiparáveis em gravidade ao estupro certamente não será perdida. O Parlamento é sabedor de que, em algum momento, terá que retomar este importante debate.

Assim, oferecemos ao projeto apenas uma emenda, para suprimir a parte que prevê os atos libidinosos praticados com violência ou grave ameaça. Aproveitamos o mesmo tipo – ou seja, o art. 213-A – para trazer o texto do parágrafo único para o lugar do *caput* do dispositivo, com algumas adaptações.

A parte que modifica o Código de Processo Penal também se revela muito pertinente, uma vez que consegue solucionar o problema da internação provisória nos casos de crimes contra a liberdade sexual, quando não praticados com violência ou ameaça. Todavia, será oferecida emenda de redação apenas para deixar mais claro que serão três os casos de internação provisória previstos em lei, hipóteses que serão alternativas e não cumulativas: os de crimes praticados com violência ou grave ameaça, os de crimes contra a liberdade sexual e aqueles em que houver risco de reiteração.

Diante do exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do projeto de lei, com o oferecimento, portanto, de duas emendas.

Era esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero me dirigir ao Senador Humberto Costa e à Senadora Marta Suplicy dizendo que esses dois projetos são realmente de grande importância para resolver uma situação que está posta no País, infelizmente, e com crescimento anual da incidência desse ato de delinquência.

De algum modo, já discutimos essa matéria aqui, mas é claro que a Presidência não vai impedir os Srs. Senadores de discuti-la.

Sucede que nós acabamos de reconstituir o quórum. Se nós formos nos entregar a uma longa discussão, vamos perder o quórum. Eu penso que o mais importante é votar o projeto, os dois projetos.

Bom, em discussão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu pediria a V. Exª...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Então, pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... também pela ordem, Presidente.

Concordo plenamente, eu acho que isso é de uma economia regimental.

Pelas exposições feitas pelo próprio Senador Humberto Costa, pela autora também, Senadora Marta, e pela ponderação da Senadora Simone Tebet, eu acho que está mais que claro. Até abriria mão da discussão pelo convencimento dos relatórios apresentados e pela argumentação feita.

Também faço o mesmo pedido para assegurar, porque, para o item 5, basta apenas uma votação suplementar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... de um tema análogo, que trata da criminalização do induzimento de adolescentes à prática de automutilação.

Então, só falta votar, porque já foi apresentado e já foi votado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E o 6 também, Sr. Presidente. E o 6 também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, só para ver essa matéria, porque eu sou o Relator e eu não tive condição de vir fazer o meu relatório, porque estava presidindo a CPI muito importante.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Gostaria que, logo em seguida à votação, V. Ex^a me desse a palavra, até porque eu tive o cuidado de escrever esse relatório dentro dessa proposição tão importante do Senador Humberto Costa. Eu gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu havia justificado a ausência de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bom, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Presidente, Presidente, aqui.

Eu só quero cumprimentar o Senador Humberto e a Senadora Marta por um projeto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Ex^a.

Vamos votar primeiro o item 35, que é o Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2015, que acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, para tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transportes públicos.

Consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu queria cumprimentar V. Ex^a por atender o Plenário, levando em conta essa iniciativa do Senador Humberto Costa, que teve, como Relator, o Senador Magno Malta, que já está presente, e, como V. Ex^a tinha justificado, foi lido o relatório *ad hoc* pela Senadora Simone Tebet, assim como em relação à iniciativa da Senadora Marta, sobre a qual o Senador Armando fez a leitura.

V. Ex^a estranhou, quando foi anunciar a matéria, porque nós estamos alterando o Código Penal de 1940. Então, veja a situação com que lidamos. Seria muito importante ter uma sistematização, tirarmos algumas questões que são muito polêmicas. Veja que hoje aqui o Senador Humberto Costa apresentou uma iniciativa e o Relator é o Senador Magno Malta. Nós temos uma quantidade enorme de iniciativas procurando mudar o Código Penal, e há quase consenso entre nós. Tiraríamos alguns pontos que são mais polêmicos, mas nós andaríamos com a matéria. Nós não podemos continuar tentando fazer essa colcha de retalhos na hora em que o Brasil enfrenta um dos mais graves problemas, com o crime organizado crescendo e atingindo os Estados mais distantes do País, a sociedade clamando, gritando





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para que se faça algo. Eu sei que não é com lei que nós vamos resolver problemas que são uma deterioração da sociedade, mas a lei ajuda, ela cumpre um papel.

Se houvesse um grupo que sistematizasse, tirasse algumas questões que nos dividem e preservasse aquelas que podem ter deliberação, nós teríamos um novo Código e seguiríamos discutindo os pontos mais polêmicos.

Seria muito importante – e eu acho que ainda neste semestre, sob a Presidência de V. Exª – que nós fizéssemos isto, tomássemos uma atitude para dar uma satisfação à opinião pública.

Obrigado.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Senador, podemos finalizar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Senador, pela ordem. Podemos finalizar e fazer a votação do segundo, porque o quórum está a cada dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu responderei ao Senador Jorge Viana em seguida.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vamos encerrar a votação.

Encerrada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dezesesseis votos SIM; nenhum voto NÃO.
(Palmas.)

Aprovado, com louvor, o projeto.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 a 3-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Votaremos agora o item 40, o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy, com relatório do Senador Armando Monteiro.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, encerrada a discussão.

Em votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Enquanto os Senadores votam, respondo ao Senador Jorge Viana, dizendo que há o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que estabelece o novo Código Penal. Está entregue ao saber jurídico, à competência e à diligência do Senador Antonio Anastasia, que já tem o seu parecer praticamente concluído.

Em seguida, nós daremos andamento ao parecer de S. Ex^a, discutindo aqui com o vagar devido; não exagerado, mas com o vagar devido, por se tratar de uma matéria que é a espinha dorsal do sistema legal brasileiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como Relator desse projeto, eu gostaria de me manifestar muito rapidamente, primeiro parabenizando o Senador Humberto Costa por duas razões. A primeira é porque ele conseguiu se inserir no palavreado nacional; ele inseriu a palavra "encoxamento", que era um termo só nordestino, para que o Brasil inteiro falasse de forma muito fácil, identificasse de forma muito fácil e desse nome para esse crime, crime de "encoxamento", que já vem acontecendo há muito tempo. E houve razões que levaram o Senador Humberto Costa a isso. Desde o ano passado, houve crimes repetidos dentro de ônibus e de trens em São Paulo; no Brasil inteiro, mas houve uma incidência muito grande em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno, V. Ex^a prosseguirá com a palavra. Eu só peço permissão a V. Ex^a para fazer a apuração e em seguida V. Ex^a prossegue.

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foram 16 votos SIM; 0 voto NÃO.

Aprovado também com louvor.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Prossigue com a palavra o Senador Magno Malta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, se colocar em votação enquanto ele fala?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Tive prazer em ter sido chamado pelo Senador Humberto Costa – não foi uma distribuição aleatória, como dizia o Senador Jorge; são matérias convergentes, matérias que nos unem – para que eu pudesse relatar o projeto. E eu tive o cuidado, até porque esse crime tem natureza é de crime hediondo, é para vagabundo apodrecer na cadeia.

E tivemos, nos últimos 30 dias, a decisão desse Juiz José Eugenio, de São Paulo, um jovem que deu uma decisão esdrúxula. Realmente, não houve ameaça. Ele não colocou a mão na moça, só ejaculou no rosto dela, mas ele não viu nem constrangimento nisso. Constrangimento para todo mundo que estava dentro do ônibus. O sujeito põe o órgão genital para fora, isso já constrangeu todo mundo. É uma análise esdrúxula de um juiz. Então, não é a lei. E nós fazemos a lei, mas é preciso que o Judiciário cumpra a lei e a interprete em favor da sociedade. Onde não há constrangimento? Agora, ele interpretou não imaginando que essa moça de 23 anos – ele é um jovem; eu vi a foto dele – podia ser sua mãe, avó, namorada ou esposa. Não sei nem se é casado. Como seria então? Ele, então, colocou esse elemento na rua, que podia ter sido morto pela população, podia ter sido linchado. No dia seguinte, ele comete o mesmo crime como se estivesse cuspidando na cara do juiz. E agora o juiz viu o constrangimento.

Então, a minha atenção aqui é para o Judiciário. A gente pode fazer a melhor lei do mundo aqui. Se não cumpre a lei...

Por exemplo, o Ministro Fux. Muita gente tem medo de citar nome de Ministro de tribunal superior. Eu não tenho porque não devo nada a ninguém. Fux fez uma fala linda no plenário do Supremo: "Temos que tirar os irmãos Batista do seu exílio nova-iorquino e trazê-los para o exílio da Papuda." Coisa mais linda, emocionante aquilo, até porque eu fazia discurso todo dia, dizendo que o Supremo tinha que trazer os irmãos metralha de volta, porque eles cometeram crime de lesa-pátria. Aliás, o outro irmão foi preso por crime de lesa-pátria. Então, ele fez uma coisa linda. Mas valeu o áudio de Joesley. Eles tentaram interpretar a música de Milton Nascimento, "eu, caçador de mim". Eles viraram "eu, gravador de mim". Eles se autogravaram. A gravação deles valeu para o Ministro dizer: "Tem que voltar preso, porque essa gravação é aberração." A mesma gravação, aberração. Rapaz, eu não sou advogado de Aécio Neves, nem tenho pretensão disso. Muito pelo contrário. Quando tudo aconteceu, eu fiz até um vídeo partindo para cima, mas a gente precisa ter senso de justiça. Aquela gravação valeu...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... para trazer do exílio nova-iorquino, mas ela já não valeu para ele mandar recolher... Não há crime continuado. E aí ele inventou um termo: recolhimento domiciliar noturno, para não falar prisão domiciliar. Ministro, Ministro! Ministro, o que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

adianta fazer lei aqui se o Judiciário não cumpre, se o Judiciário não respeita, se Lewandowski vem aqui e rasga a Constituição dentro da nossa Casa? Adianta fazer lei forte se o Judiciário não cumpre?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Nós estamos fazendo uma lei maravilhosa aqui, que teve o dedo das mulheres. Eu ouvi a Senadora Simone e acatei o que ela colocou. Fizemos um belo relatório, mas, se aparece mais Eugenio, que não vê constrangimento... Esse Eugenio deve ser um gênio, porque, se fosse a mãe dele, ele teria mantido aquele vagabundo preso. Ministro Fux, o senhor é faixa preta de jiu-jítsu como eu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Nós somos das artes marciais, mas a sua decisão, sinceramente, tenho que chamar a minha mãe para me acudir. Dadá, me acode!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta, é claro, nós todos respeitamos as palavras de V. Ex^a e o seu pensamento. Agora, quanto a mim, pessoalmente, não posso deixar de fazer a observação que vou fazer. Eu, pessoalmente, tenho a melhor impressão do Ministro Fux, assim como do Ministro Lewandowski. O que o Ministro Lewandowski fez aqui foi com a nossa aprovação. O Senado aprovou, ele apenas presidiu a sessão...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Nossa, não. Eu não estava no meio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O que é "nossa"? É a maioria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Isso é para eu poder tirar o meu nome do meio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O "nosso" é a maioria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Mas eu tenho boa impressão dele também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, há uma convergência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Mas ele erra também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Erra, todos nós erramos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – E errou feio. Errou feio!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Neste caso, com a aprovação do Senado.

Ele apenas presidiu a sessão do Senado Federal, nada mais do que isso, o Ministro Lewandowski.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – E eu não morro de amor pelo Aécio, jamais daria um voto nele. Mas errou feio.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 5.

Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 664 e emenda ao projeto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015

- Terminativo -

Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH.

Observações:

- Em 13/09/2017, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 664, de 2015, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Se não forem oferecidas emendas, e não foram, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 do Regimento Interno).

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Congresso Nacional*.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada, Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pela ordem.) – Obrigado.

Eu só queria aproveitar a oportunidade, Senador – vou até trocar de mesa aqui para facilitar.

Só troquei de microfone aqui.

Sr. Presidente, eu só queria aqui, junto com os colegas Senadores, dizer que, no último dia 23/09, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Projeto de Lei nº 569, projeto terminativo.

Quanto a esse projeto de lei do Senado, infelizmente eu vejo com tristeza a sua aprovação, porque ele teria que ser de interesse público, e esse projeto aqui é de interesse particular de um Senador desta Casa, autor do projeto, que é o Senador Acir Gurgacz – vou citar o nome aqui. Ele altera... "Para dispor sobre a infração de transporte remunerado de pessoas ou bens", proibindo táxis e lotação em qualquer canto do País. Quer dizer, um táxi não pode mais levar encomenda, não pode levar nada, dizendo que os taxistas não dão segurança para a comunidade. E esta Comissão aprovou.

Quer dizer, o Senador tinha que estar aqui a serviço da população, a serviço da população de Rondônia e do Brasil, mas não; veio aqui fazer uma lei em benefício próprio para suas empresas, enquanto a passagem da Eucatur, no meu Estado, Sr. Presidente, é uma das mais caras do Brasil. Sair de Porto Velho e ir para Vilhena custa R\$186 na empresa Eucatur. Em outra empresa, custa R\$115, R\$120, R\$125. Aí dizem que os impostos são muito caros. É o contrário: quando fui governador, eu abaixei a tarifa do ICMS de 17% para 8%, enquanto o índice estadual era 12%.

Eu não estava aqui na Comissão, sou suplente, igual a pneu de estepe, sou reserva; quando estoura é que usa. E nós aprovamos esse projeto de lei aqui, de autoria do próprio Senador – estou com ele aqui na mão –, o Senador Acir Gurgacz.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Não é terminativo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Aqui foi terminativo e foi para a Câmara. Foi para a Câmara! Foi para a Câmara!

Quer dizer, resultado: em meu Estado há cidades...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... maiores, a que os ônibus dão acesso. E eles têm o monopólio no Estado. Eu tentei por oito anos quebrar o monopólio e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não consegui. Não consegui quebrar o monopólio. A passagem de Porto Velho para Cerejeiras é R\$240 – R\$240!

Na cidade pequena, o ônibus vai de manhã ou de tarde. O povo não tem como se locomover. Quer dizer, aí colocaram como infração gravíssima, e a penalidade é apreensão de carteira, multa, retenção do veículo; colocaram tudo.

E quem o sancionou aqui? Nós, colegas, aqui, acabamos dando o aval para esse projeto.

Desculpe-me o Senador Acir, mas isso não é serviço de um Senador que tem compromisso com a sociedade, com o povo. Ele está legislando por causa própria. Isso é decoro parlamentar.

Desculpe-me, Senador, mas é um desabafo e é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esse projeto já se encontra na Câmara, sob exame dos Srs. Deputados.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, aproveitando – não passo de dois minutos, eu confesso. Eu queria aproveitar a presença do Senador Magno Malta ainda, porque ele fez uma referência. Não é uma resposta a ele, mas V. Exª já a tinha feito. Eu queria fazê-la em relação ao Ministro Lewandowski, respeitando o colega, a opinião.

Hoje, inclusive, ele escreve um artigo em que protesta contra o Estado de exceção. O Ministro Lewandowski, Prof. Lewandowski, fala, abro aspas:

Prisões provisórias que se projetam no tempo, denúncias baseadas apenas em delações de corréus, vazamentos seletivos de dados processuais, exposição de acusados ao escárnio popular, condenação a penas extravagantes, conduções coercitivas, buscas e apreensões ou detenções espalhafatosas indubitavelmente ofendem o devido processo legal em sua dimensão substantiva.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Ministro Lewandowski... Eu queria só fazer... Eu tenho, como a maioria dos colegas também... Vou fazer questão de fazer o registro desse artigo dele hoje, no plenário do Senado, porque é um Ministro do Supremo se referindo a que o Brasil, em vários aspectos, está vivendo um Estado de exceção. Nós estamos nos distanciando do Estado democrático de direito.

E, nesse aspecto, o Senador Magno Malta também tem razão quando levanta aqui e questiona – e eu já tinha levantado anteriormente – a preocupação com decisões que estamos vendo e que no mínimo merecem uma discussão, um debate nosso, porque nós temos que zelar pela Constituição nesta Comissão e no Senado Federal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu cumprimento o Senador Magno, porque eu já tinha feito uma referência também, e espero que hoje ainda o Senado possa se posicionar, dar uma satisfação aos brasileiros sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Requerimento.

ITEM 48**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 81, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instruir a Parte Geral do PLS nº 236 de 2012, que “Reforma do Código Penal Brasileiro”, tendo em vista a complexidade e relevância da matéria, com a presença de representantes das seguintes entidades:

- Associação dos Magistrados Brasileiros;
- Associação Nacional dos Membros do Ministério Público;
- Associação Nacional dos Procuradores da República;
- Associação dos Juízes Federais do Brasil;
- Ordem dos Advogados do Brasil;
- Associação Nacional dos Defensores Públicos;
- Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal;
- Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Meus cumprimentos ao Senador Anastasia, em razão até dos cuidados que está tendo de aprofundar o debate de toda essa matéria essencial.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

Convido antes...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu ia cogitar ainda...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Ex^a.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... já que não há quórum para terminativos, que pudéssemos ler as emendas do 116, que trata da perda de cargo por mau desempenho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Essa matéria nós trataremos na próxima reunião, com segurança, Senador, se V. Ex^a estiver de acordo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012

- Não terminativo -

Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013

- Não terminativo -

Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioria penal.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

Autoria: BENEDITO DOMINGOS

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável à PEC nº 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015.

Observações:

- Em 18/05/2016, a Presidência concedeu vistas aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais;

- Em 11/08/2016, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução das matérias com a presença dos seguintes convidados: LAERTE BESSA, Deputado Federal; FÁBIO JOSÉ GARCIA PAES, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA, Juiz de Direito, representante do senhor JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, representante da senhora NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; BRUNO MOURA, Defensor Público do Estado da Bahia, representante do senhor JOAQUIM GONZAGA DE ARAÚJO NETO, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; WLADIMIR SÉRGIO REALE, Vice-Presidente Jurídico da ADEPOL/BR e Presidente da ADEPOL/RJ, representante do senhor CARLOS EDUARDO BENITO JORGE, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL/BR; RAQUEL DA CRUZ LIMA, Coordenadora do Programa Justiça Sem Muros do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), representante da senhora JANAÍNA HOMERIN,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretária-Executiva da Rede de Justiça Criminal; HELOISA HELENA SILVA DE OLIVEIRA, Administradora Executiva da Fundação Abrinq, representante do senhor CARLOS ANTONIO TILKIAN, Presidente da Fundação Abrinq; DOM LEONARDO ULRICH STEINER, Secretário-Geral da CNBB, representante de Dom SERGIO DA ROCHA, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Arcebispo de Brasília; ERIK FRANKLIN BEZERRA, Conselheiro Seccional da OAB/Distrito Federal, representante do senhor CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; FLÁVIA PIOVESAN, Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania; MARIANA CHIES SANTIAGO SANTOS, Coordenadora-Adjunta da Comissão de Infância e Juventude do IBCCRIM, representante do senhor ANDRÉ PIRES DE ANDRADE KEHDI, Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM; VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL, Coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED/CEDECA; WELINTON PEREIRA, Gerente de Relações Institucionais da ONG Visão Mundial; MARCOS ROBERTO FUCHS, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), representante do senhor ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO, Presidente do CNPCCP;

- Em 20/09/2017, foi recebido o Voto em Separado do Senador Ronaldo Caiado, favorável à PEC nº 115, de 2015, e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 33, de 2012; e 21, de 2013.

ITEM 6**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015****- Terminativo -**

Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 13/09/2017 a Presidência concedeu vista à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Eduardo Amorim, nos termos regimentais.

- Votação nominal





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007

- Não terminativo -

Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015

- Não terminativo -

Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil.

Autoria: Senador Reguffe e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas.

Observações:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 13/09/2017 a Presidência concedeu vista à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Eduardo Amorim, nos termos regimentais;
- Em 14/07/2010, foram oferecidas as Emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Inácio Arruda, à PEC nº 61, de 2007;
- Em 20/05/2015, foi oferecida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Roberto Rocha, à PEC nº 90, de 2011.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015****- Terminativo -**

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 31/05/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Flexa Ribeiro nos termos regimentais;
- Votação nominal.

ITEM 9**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015****- Terminativo -**

Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

Autoria: Senador Romero Jucá





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015****- Terminativo -***Tipifica o porte de arma branca.***Autoria:** Senador Raimundo Lira**Relatoria:** Senador Valdir Raupp**Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015.**Observações:***- Votação nominal***ITEM 10****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015****- Terminativo -***Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes.***Autoria:** Senador Raimundo Lira**Relatoria:** Senador Jader Barbalho**Relatório:** Pela aprovação do Projeto**Observações:***- Votação nominal***ITEM 11****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017**



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais.

Autoria: Senador Wilder Moraes

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- Em 13/09/2017 a Presidência concedeu vista à Senadora Simone Tebet e ao Senador Wilder Moraes, nos termos regimentais;

- Votação nominal.

ITEM 12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012****- Terminativo -**

Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 31/05/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Randolfe Rodrigues nos termos regimentais;

- Em 07/06/2017, foram apresentados pelo Senador Ronaldo Caiado a Emenda nº 1 (dependendo de relatório) e o Voto em Separado pela rejeição do Projeto por inconstitucionalidade.

- Em 23/08/17, foi apresentado Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição do Projeto por inconstitucionalidade;

- Votação nominal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013****- Terminativo -**

Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;
- Votação nominal.

ITEM 14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015****- Terminativo -**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- Em 14/02/2017, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria da Senadora Marta Suplicy;
- Em 08/03/2017, foi apresentado Memorando de autoria da Senadora Marta Suplicy, de retirada da Emenda nº 1;
- Em 08/03/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Eduardo Lopes nos termos regimentais;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 09/05/2017, foi apresentado voto em separado do Senador Eduardo Lopes pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta;

- Votação nominal.

ITEM 15**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013**

- Não terminativo -

Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta.

Observações:

ITEM 16**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015**

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Votação nominal.

ITEM 17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009**

- Terminativo -

Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Votação nominal.

ITEM 18**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013**

- Terminativo -

Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denúncia da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014****- Não terminativo -**

Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais.

Autoria: Deputado Otavio Leite**Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço**Relatório:** Favorável ao Projeto.**Observações:**

- A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ITEM 20**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima**Relatoria:** Senador Magno Malta**Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.**Observações:**

- Em 24/05/2017, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

ITEM 21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015**



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica.

Autoria: Deputado Jovair Arantes

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

- Em 23/08/17, foi apresentado Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues, contrário ao Projeto.

ITEM 22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017****- Não terminativo -**

Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto

ITEM 23**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012****- Não terminativo -**

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Pedro Taques**Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre**Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 24**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros.

Autoria: Senador Reguffe**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues**Relatório:** Pela aprovação do Projeto**Observações:**

- Votação nominal

ITEM 25**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2016****- Não terminativo -**

Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Autoria: Senador Lasier Martins**Relatoria:** Senadora Ana Amélia**Relatório:** Favorável ao Projeto



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

- Em 16/08/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Benedito de Lira nos termos regimentais

ITEM 26**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2015****- Não terminativo -**

Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia**Relatório:** Favorável à Proposta**Observações:****ITEM 27****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento.

Autoria: Deputado Carlos Manato**Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço**Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta**ITEM 28****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013**



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ITEM 29**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009****- Não terminativo -**

Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Favorável à Proposta

ITEM 30**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014****- Terminativo -**

Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades judiciárias.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Marcelo Crivella**Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta**Observações:***- Votação nominal***ITEM 31****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011****- Terminativo -**

Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual.

Autoria: Senador Marcelo Crivella**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues**Relatório:** Pela aprovação do Projeto**Observações:***- Votação nominal***ITEM 32****TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011****- Terminativo -**

Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas.

Autoria: Senador Paulo Davim



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012

- Terminativo -

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;
- Votação nominal.

ITEM 33

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta.

Observações:

- Em 25/11/2015, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Vicentinho Alves;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 08/06/2016, a Presidência concedeu vista do relatório ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 34**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012****- Terminativo -**

Veda o segredo de justiça nos procedimentos investigatórios e processuais em que agente público seja investigado ou acusado e dá outras providências.

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

ITEM 36**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016****- Terminativo -**

Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet.

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Votação nominal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 37**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2015****- Terminativo -**

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que “assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências”, para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

ITEM 38**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016****- Terminativo -**

Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 03/05/2017 a Presidência concedeu vista ao Senador Ronaldo Caiado e à Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos regimentais;

- Em 10/05/2017 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ronaldo Caiado;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Votação nominal.

ITEM 39**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015****- Não terminativo -**

Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda que apresenta, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5.

Observações:

- Em 12/08/2015, a Comissão aprovou o Relatório da Senadora Marta Suplicy, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ;

- Em Plenário, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3-Plen, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares; a Emenda nº 4-Plen, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá; e a Emenda nº 5-Plen, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque.

ITEM 41**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2016****- Não terminativo -**

Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

Autoria: Deputado Alceu Moreira

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2017

- Não terminativo -

Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1 a 12.

Observações:

- Em 15/08/2017 foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 72, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Lasier Martins, com a presença dos seguintes convidados: PETRUS ELESBÃO, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), ADRIANA FARIA, Coordenadora Jurídico-Parlamentar, representante do senhor HELENIO PORTO BARROS, Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) e ROGÉRIO ANTÔNIO EXPEDITO, Diretor de assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe, representante de SÉRGIO RONALDO DA SILVA, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef);

- Em 12/09/2017 foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Humberto Costa;

- Em 13/09/2017, a Presidência concedeu vista aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Antonio Anastasia e Magno Malta, nos termos regimentais;

- Em 22/09/2017 foram apresentadas as Emendas nºs 3 a 11, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin (dependendo de relatório);

- A matéria será analisada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. Registram presença os Senadores Wellington Fagundes, Dário Berger, Ataídes Oliveira e José Medeiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à PEC 61/2007, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo), e pela prejudicialidade das PEC's nºs 90, de 2011; e 9, de 2015, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acréscenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: - Em 04/10/2017, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares (dependendo de relatório). ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denúncia da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. José Pimentel (Ad hoc), substituiu Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador Eduardo Braga, nos termos regimentais. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório e encerrada a discussão. ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2016 - Não Terminativo - que: "Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 21 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão. ITEM 24 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades judiciárias." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS). " Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT". Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012 - Terminativo - que: "Veda o segredo de justiça nos procedimentos investigatórios e processuais em que agente público seja investigado ou acusado e dá outras providências." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que "assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências", para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 33 - EMENDA(S) DE PLÊNARIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015 que: "Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Sen. Marta

Suplicy. Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda que apresenta, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2017 - Complementar - Não Terminativo - que: "Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável." Autoria: Senadora Maria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Carmo Alves. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1 a 12. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 13-CCJ (Substitutivo) e contrário às Emendas nºs 1 a 12. Observação: - Em 04/10/2017, o Senador Randolfe Rodrigues lê seu voto em separado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2016 - Não Terminativo - que: "Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha." Autoria: Deputado Alceu Moreira. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ (de redação). ITEM 36 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, de 2015 - Não Terminativo - que: "Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente) para dispor que os prazos estabelecidos no Estatuto são contínuos, não se interrompendo ou suspendendo nos dias em que não houver expediente forense." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 38 - MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Senhor BRENO MEDEIROS, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio José de Barros Levenhagen." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 39 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo." Autoria: Tribunal Superior Eleitoral. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 40ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 37.

ITEM 21**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2015**

- Não terminativo -

Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Relator para proferir o seu parecer.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a V. Exª! Bom dia, Srs. Senadores!

Passo a ler agora o relatório, conforme V. Exª apregoou.

Chega a esta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2015, do eminente Senador Cássio Cunha Lima e outros, que tem o propósito de autorizar o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos públicos por profissionais da engenharia e arquitetura.

O projeto é composto de dois artigos. O art. 1º determina o acréscimo das alíneas “d” e “e” ao inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, para ampliar o rol de casos em que se permite o acúmulo de cargos ou empregos públicos, de forma a abarcar, respectivamente, *dois cargos ou empregos*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privativos de engenheiro, com profissões regulamentadas, e dois cargos ou empregos de arquiteto. O art. 2º veicula a cláusula de vigência da Emenda Constitucional, a partir da data de sua publicação.

Os autores da proposta argumentam, em sua justificativa, que é crescente a demanda pelo trabalho de engenheiros e arquitetos, nas áreas de infraestrutura e tecnologia, bem como nas atividades fiscalizatórias das administrações públicas municipais. Essas necessidades, aliadas às condições especiais de trabalho de engenheiros e arquitetos, justificam a extensão a esses profissionais da permissão de acumular cargos públicos, já aplicada a professores e profissionais da área da saúde, desde que haja compatibilidade de horários que permita o bom desempenho das funções.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com a determinação dos arts. 101, I, e 356 do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para deliberar sobre a constitucionalidade, legalidade e mérito das propostas de emenda à Constituição, como a que ora é colocada em exame.

A proposição atende a todos os requisitos formais e materiais que a Lei Maior fixa para a reforma de seu próprio texto. Com efeito, não vigoram no País intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, circunstâncias que, por força do prescrito no §1º do art. 60 da Constituição, representam óbice à tramitação de qualquer projeto de emendamento constitucional. Mais de um terço dos Parlamentares que compõem o Senado Federal subscreve o projeto, que, ademais, não apresenta qualquer tendência que possa sugerir embaraço às cláusulas pétreas insculpidas no §4º do art. 60 da Constituição Federal.

Registramos, ainda, que a PEC nº 14, de 2015, não aborda matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa, respeitando, com isso a norma do §5º do art. 60 da nossa Carta Magna.

A medida que se pretende implementar com a proposta em exame, de conferir autorização para que engenheiros e arquitetos possam exercer cumulativamente dois cargos ou empregos públicos, coloca esses profissionais em igualdade de condições com professores e profissionais da área de saúde, que já gozam de permissão para o exercício cumulativo. A proposta mantém a exigência de que os cargos ou empregos acumuláveis tenham compatibilidade de horários entre si, bem como submete o somatório das remunerações percebidas ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição, o que preserva o interesse público e previne eventuais abusos na acumulação.

A proposição, em nosso sentir, é meritória, pois permite que o Poder Público aproveite, de forma abrangente, o potencial laboral de arquitetos e engenheiros, profissionais que desempenham atribuições de grande relevância econômica e social. A medida é especialmente positiva para as



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

administrações de municípios de pequeno e médio porte, em que se verifica escassez de profissionais qualificados nessas áreas de especialização.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela juridicidade e constitucionalidade e votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2015.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório favorável à proposta.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário.

Item 35.

ITEM 35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2016**

- Não terminativo -

Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

Autoria: Deputado Alceu Moreira

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 4, de 2016, tipifica criminalmente a conduta daquele que descumprir ordem judicial que imponha qualquer das medidas protetivas de urgência previstas no art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos propostos, a configuração do crime independe da competência (cível ou criminal) do juiz de direito que deferir as medidas de urgência, tampouco da existência de outras sanções. Além disso, é previsto que, havendo a prisão em flagrante do ofensor, somente a autoridade judicial possa conceder fiança.

A proposição originou-se do Projeto de Lei nº 173, de 2015, na Câmara dos Deputados. Na justificção, o autor registra que o projeto se destina a dirimir a controvérsia acerca da tipicidade ou não do crime de desobediência, nos casos de descumprimento de ordem judicial que imponha medidas protetivas de urgência. Aduz que o Superior Tribunal de Justiça entende que essa conduta é atípica, o que acaba por restringir o sistema de proteção da mulher.

Não foram apresentadas ao projeto emendas até o momento.

Análise.

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição Federal.

Não identificamos no projeto qualquer vício de natureza constitucional, regimental ou de juridicidade.

No mérito, consideramos que o PLS é conveniente e oportuno.

Como bem registrou o autor da proposição, após alguma divergência na jurisprudência pátria, o STJ pacificou o entendimento de ser conduta atípica o descumprimento de ordem judicial que aplique as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Segundo a referida Corte, nessas situações não ocorreria o crime de desobediência, o que, na prática, impede a prisão em flagrante do agressor.

É preciso observar, entretanto, que as situações de violência doméstica e familiar contra a mulher devem ser repreendidas com celeridade e veemência, sob pena de a demora ensejar uma violência ainda maior, não raro, fatal. Ocorre que seguindo a atual orientação do STJ, que entende haver outros mecanismos aplicáveis ao agressor que desobedece à ordem judicial, seria necessário aguardar o acionamento e a atuação da nossa já sobrecarregada Justiça para se fazer cessar a conduta desobediente.

A proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar, todavia, deve estar imune às vicissitudes da justiça. É exatamente essa preocupação que se extrai do PLC nº 4, de 2016. Ao tipificar como crime a desobediência à ordem que impõe medida protetiva, a proposição permite a prisão em flagrante do agressor, aumentando, assim, o campo de proteção da mulher. E ainda o faz na medida certa, pois comina pena similar à do crime de desobediência à decisão judicial sobre perda e suspensão de direito, previsto no art. 359 do Código Penal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, entendemos que se mostrou adequado restringir à autoridade judicial a competência para a concessão de fiança ao agressor desobediente. Como o juiz de direito é a autoridade competente para decretar eventual prisão preventiva, e o descumprimento de uma medida protetiva já é um indício de que essa prisão poderá ser decretada, melhor que o agressor não seja colocado em liberdade pelo delegado de polícia, até que seja verificada a presença ou não dos requisitos da preventiva.

Entendemos, assim, que o PLC nº 4, de 2016, aperfeiçoa nossa legislação de proteção à mulher (Lei Maria da Penha). Não obstante, apresentamos emenda de redação, a fim de conferir maior clareza ao projeto.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2016, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº -CCJ

Dê-se ao §2º do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2016, a seguinte redação:

“§2º Aplicam-se à presente Lei, no que couber, as disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.”

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro essa fase do exame do presente projeto.

Em votação o relatório, favorável ao projeto com uma emenda de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 18**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012**

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Solicito ao Senador Antonio Anastasia que substitua o eminente Senador Davi Alcolumbre como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu passo à leitura do relatório do eminente Senador Davi Alcolumbre conforme designação de V. Exª.

Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 307, de 2012 - Complementar, promove duas alterações no art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001:

a) no *caput*, estabelece prazo de trinta dias, prorrogável a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas instituições financeiras;

b) no §4º, que acrescenta ao art. 3º, prescreve que o não cumprimento ou o atraso no atendimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário constitui crime de desobediência – definido no art. 330 do Código Penal – imputável aos diretores das pessoas jurídicas mencionadas no *caput*.

Na justificação, o autor, Senador Pedro Taques, afirma que a Lei Complementar nº 105, de 2001, embora estabeleça regras mínimas para a quebra do sigilo bancário, resente-se de dispositivo de coerção para o fiel cumprimento da ordem judicial. Em decorrência disso, a morosidade das quebras de sigilo bancário acarreta atraso na prestação jurisdicional e causa lentidão até mesmo nas investigações a cargo das Comissões Parlamentares de Inquérito.

A matéria foi distribuída primeiramente para a Comissão de Assuntos Econômicos, que aprovou parecer nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), de autoria do Senador José Agripino.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Substitutivo da CAE, bem mais extenso do que o projeto original, faz as seguintes alterações na Lei Complementar nº 105, de 2001, em contraste com o texto original do PLS:

- a) amplia para 45 dias, prorrogável a critério do juiz, o prazo de atendimento da ordem judicial de quebra de sigilo bancário, justificando que o Banco Central do Brasil não armazena nem tem acesso direto às informações bancárias dos clientes [...];
- b) admite a dilação desse prazo para 60 dias, prorrogável a critério do juiz, nos casos em que as transações bancárias tiverem sido realizadas em períodos superiores a cinco anos ou por instituições financeiras adquiridas, após consulta [...];
- c) se a quebra do sigilo bancário for determinada por Comissão Parlamentar de Inquérito, o prazo será, todavia, de 30 dias, sem possibilidade de prorrogação [...];
- d) prescreve que constitui crime de desobediência, imputável ao diretor designado pelo Banco Central [...], o não cumprimento ou o atraso no envio de ordem judicial [...];
- e) prescreve que constitui também crime de desobediência, imputável ao diretor designado para o fornecimento das informações pelas instituições financeiras, o não cumprimento ou o atraso no atendimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário [...];
- f) comina sanções de advertência e de multa pecuniária por dia de atraso, até o cumprimento da ordem, no valor de cem a mil dias-multa, calculada na forma da legislação [...] no caso de recusa ou atraso injustificado [...].

Não foram oferecidas outras emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisar o presente Projeto de Lei do Senado nº 307, nos termos do previsto pelo art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria versa sobre Direito Penal, de modo que se admite a iniciativa do processo legislativo por qualquer membro do Congresso Nacional.

Ademais, não vislumbramos, no projeto, vícios de natureza constitucional.

Dúvidas temos em relação à juridicidade de se estabelecer que o descumprimento ou o atraso injustificado no atendimento da ordem judicial configura o crime de desobediência. Isso porque nos parece óbvio que essa conduta incide perfeitamente no tipo descrito no art. 330 do Código Penal –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desobedecer a ordem legal de funcionário público. Desnecessária, neste ponto, salvo melhor juízo, a modificação legislativa proposta.

Por outro lado, é bem-vinda a previsão de multa administrativa para a instituição financeira que permanece inerte diante da ordem judicial de quebra de sigilo bancário. Apenas fazemos reparo em relação aos parâmetros de fixação da multa, que não podem ser os mesmos que os estabelecidos para a multa-pena, previstos no art. 49 do Código Penal. Melhor, a nosso sentir, fixar em moeda os limites para o valor da multa.

Com relação ao prazo para atendimento da ordem, não se justifica o tratamento diferenciado para aquelas emanadas de Comissão Parlamentar de Inquérito, que devem ser atendidas em 30 dias, enquanto as demais devem ser cumpridas em 45, até 90, ou 60 até 120 dias. Ora, se o argumento para a ampliação do prazo, nos termos do parecer da CAE, foi a dificuldade de obtenção dos dados, essa realidade não se altera apenas porque a ordem emanou de uma comissão do Legislativo.

Com as ferramentas e recursos de informática disponíveis hoje, e tendo em conta o indiscutível alto grau de informatização das instituições financeiras, entendemos que é razoável o prazo de 45 dias fixado no Substitutivo da CAE. Divergimos, inobstante, em deixar o prazo em aberto para a prorrogação e, sendo assim, acrescentamos a expressão "prorrogável por igual período [...]", a critério do juiz, superior àquele fixado no texto original do PLS, porém isonômico para todas as instituições.

Acrescentamos, também, a possibilidade de dilatação do prazo de prestação das informações, para 90 dias, prorrogável, para os casos em que a pesquisa de documentos recair sobre arquivos em período superior a cinco anos, em mídias não eletrônicas e, dada a essa complexidade e morosidade, por tratar-se de pesquisa manual, exigirá, por conseguinte, maior prazo.

Não se trata de um beneplácito deste Relator, vez que o Ministério Público Federal já havia proposto, no I Simpósio Nacional de Gestores do Sistema de Movimentação Bancária (Simba), o prazo de 45 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 60 dias, a critério do juiz.

Ademais, por fim, registre-se que o número de pedidos de quebra de sigilo bancário encaminhados às instituições financeiras, considerando as diversas instâncias da Justiça e Comissões Parlamentares de Inquérito em todos os níveis da Federação, alcançou em 2012, conforme dados da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), o total de 6.304.864 pedidos.

Em outros termos, somaram mais de 17.273 pedidos de quebra de sigilo bancário por dia.

Voto.

Pelo exposto, somos pela Aprovação do PLS nº 307, de 2012, Complementar, nos termos da seguinte Emenda (Substitutivo), Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu li o relatório, fico somente em dúvida, confesso, quanto a esse dado da Febraban que consta do relatório sobre 17 mil pedidos de sigilo por dia. Não sei se a Febraban tem esse dado. Seria bom até verificar, porque é um número exagerado 17 mil por dia, mas é o que consta do relatório, de que proponho, portanto, reiterando, a aprovação, nos termos do Substitutivo que consta do relatório do eminente Senador Davi Alcolumbre.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, em que pese, quanto ao mérito dessa matéria, a minha posição ser favorável, eu também concordo com o Senador Anastasia sobre o fato de que os números apresentados com relação à demanda parecem um tanto quanto exagerados. E a Liderança do Governo pede que se peça vista desse processo para que possa sentar com o Relator Anastasia para complementar algumas dúvidas inclusive da CVM com relação ao mesmo tema.

Como eu creio que é efetivamente necessário que se coloque um certo freio nessa questão da quebra do sigilo bancário e do sigilo fiscal, porque senão nós passamos a ter quebras por tempos indefinidos, o que traz absoluta insegurança jurídica e insegurança financeira, fiscal, ao sistema, e como também creio que é importante que esta medida seja feita com a prudência necessária para que não se prejudique qualquer tipo de fiscalização ou qualquer tipo de controle, atendendo, portanto, à solicitação da Liderança do Governo, eu peço vista para que a Liderança do Governo possa apresentar as ponderações ao Relator Anastasia e nós possamos, na próxima reunião, então, da Comissão avaliar o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida a V. Ex^ª.

Item nº 13.

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013**

- Terminativo -

Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denúncia da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Como a Relatora não está presente, nomeio o Senador José Pimentel Relator *ad hoc*.

E concedo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 2013, que acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denúncia da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde.

Análise.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 340, de 2013, tendo em vista que: i) compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, detectamos vício dessa natureza, apesar de o projeto se afigurar correto quanto à constatação de: i) possuir o atributo da generalidade; ii) ser consentâneo com os princípios gerais do Direito; iii) afigurar-se dotado de potencial coercitividade; e iv) ser adequado o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei).

Isso porque, no nosso modo de ver, a matéria nele vertida não inova o ordenamento jurídico, pelo menos de maneira adequada aos propósitos almejados, ainda que a proposição possa ser considerada louvável no mérito, ao procurar propiciar amparo financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fazer face às despesas decorrentes de condenação em ações de fornecimento de medicamentos ou prestação de serviços de saúde.

Nesse sentido, o projeto de lei em comento supostamente pretende criar mais um caso de cabimento de denúncia da lide, além daqueles previstos no citado art. 70 do CPC, no equivocado pressuposto de que há uma deficiência da lei processual civil que priva os Municípios de suplicarem aos Estados e à União, ou o Distrito Federal em relação à União, sendo que, no nosso modo de ver, essa deficiência é de direito material, não processual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, se a denunciação da lide já se acha contida no inciso III do art. 70 do CPC, expressamente prevista para aquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda, não há por que introduzir nova alteração legislativa no sistema processual que já contempla, de modo genérico, todas as situações possíveis, a depender da base legal de direito material.

Nesse sentido, Humberto Theodoro Júnior pondera que, em princípio, o CPC já abrange todas as causas do processo de cognição, sem distinção do direito material controvertido e do procedimento da ação, grifamos, com exceção apenas: i) dos casos submetidos ao procedimento sumário, salvo quando fundada em contrato de seguro (alteração promovida pela Lei nº 10.444, de 2002); ; ii) das ações de reparação de dano oriundas de relação de consumo (Lei nº 8.078, de 1980, art. 88); e iii) dos embargos à execução, por seu âmbito restrito e específico (*Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*.)

Isso quer dizer que, se a lei ou o contrato obrigar a indenização, terá cabimento a denunciação da lide, independentemente da natureza da causa, não se fazendo necessária a inclusão de disposição especial, de índole processual – convém frisar –, que indique a possibilidade de utilização da denunciação da lide para garantia dos Estados, Distrito Federal e Municípios no que concerne às ações intentadas contra esses entes que tenham por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde.

Com efeito, não se pode perder de vista que a denunciação da lide não passa de um instrumento de direito processual destinado à realização do direito material. É um mecanismo que permite um atalho para evitar uma nova lide em outro processo em torno do direito de garantia ou de regresso que o sucumbente original pretenda exercer sobre terceiro. Necessário se faz, portanto, aferir a preexistência do vínculo de direito material ou, como diz Cândido Rangel Dinamarco, a proximidade entre certos terceiros e o objeto da causa, que seria o vínculo de direito material a justificar a sistemática, ou o fundamento, para a existência dos institutos da intervenção de terceiros no processo civil.

A nosso ver, esse vínculo do terceiro com a parte é o cerne da questão no que tange aos objetivos perseguidos pelo PLS nº 340, de 2013, de modo que se torna imprescindível perquirir sobre a existência, no ordenamento jurídico, de norma de direito material que estabeleça o necessário vínculo entre os entes da Federação para que se dê ensejo à denunciação da lide (ou ao chamamento ao processo, se a relação for de solidariedade, devido à repartição de competências) contra a União ou o Estado, a fim de que, diante de eventual condenação judicial ao fornecimento de medicamentos ou ao custeio de serviços de saúde, possam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ser, conforme o caso, ressarcidos pela União ou pelo Estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se vê, é preciso que o terceiro (denunciado) mantenha um vínculo de direito material com a parte (denunciante) para vir a ser responsabilizado pelos efeitos da sentença, caso o denunciante saia vencido no processo.

Note-se que, em todas as três hipóteses de denúncia da lide previstas no art. 70 do CPC, esse vínculo de direito está evidenciado, seja no caso de garantia da evicção, da posse indireta e o do direito regressivo de indenização.

Em última análise, percebe-se que o objetivo do projeto é tornar a União, em relação aos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou a União e os Estados, em relação aos Municípios, garantidores do ente da Federação, Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, eventualmente condenado em ação judicial que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde, desde que comprovem que aplicaram o percentual constitucional mínimo em saúde no exercício financeiro anterior ao ajuizamento da demanda.

Dessa forma, se, no ordenamento jurídico, estiver prevista essa obrigação de garantia, intervenção alguma será necessária no sistema processual civil, pois poderá o ente condenado utilizar o instrumento da denúncia da lide tal como já se encontra disposto no Código de Processo Civil atual, e nada indica que deixará de ser previsto no novo Código.

Em suma, antes de se pensar no uso do instrumento da denúncia da lide, é preciso certificar-se de que haja uma base legal de direito material que dê suporte à obrigação de que a União, ou os Estados tenham que garantir os mencionados dispêndios com saúde, e, no caso em tela, no nosso modo de ver, essa base deve ser a Constituição Federal, uma vez que é onde se encontra estabelecida a organização do Estado, no que concerne à competência dos seus entes políticos federados, especialmente no que se refere ao inciso VII do seu art. 30 da Constituição Federal.

Além de tudo, o Substitutivo da Câmara ao PLS nº 166, de 2010, que cria o novo Código de Processo Civil, está em fase final de tramitação, depois de ter sido encaminhado a esta Casa em 31/03/2014. A expectativa é de que, muito em breve, seja concluída a sua apreciação.

Portanto, entendemos que a solução alvitada no PLS nº 340, de 2013, além de inoportuna – por conta da fase final de tramitação do novo CPC –, está prejudicada pelo vício de juridicidade já assinalado neste relatório.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 340, de 2013.

É esse, Sr. Presidente, o voto original da Relatora.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador José Pimentel a fineza da leitura *ad hoc* do relatório de origem da Senadora Gleisi Hoffmann, e coloco em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, autora da proposição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer ao Senador José Pimentel.

Apenas um reparo, Senador Pimentel, para o fato de que o senhor está fazendo a leitura de um relatório já feito pela titular da relatoria, Senadora Gleisi Hoffmann, sobre a inoportuna iniciativa.

Na verdade, quando eu apresentei este projeto, foi uma demanda legítima dos Municípios, que vinham sofrendo um encargo adicional. Há pouco, estávamos debatendo na Comissão de Assuntos Sociais exatamente essas questões.

Hoje, os Municípios brasileiros, especialmente os pequenos e médios, têm um compromisso legal de aplicar 15% da sua Receita Corrente Líquida em saúde. Os Estados têm a obrigação legal de aplicar 12% da sua Receita Corrente Líquida em saúde. Os Estados têm algumas formas de maquiar a aplicação desse percentual, botando, às vezes, uma rubrica como saneamento ou outras que não são propriamente a saúde. Então, sobrecarrega-se o Município, que é o primo pobre da Federação. E aquele percentual de 15% acaba, pela pressão dos habitantes dos Municípios, especialmente dos pequenos e médios, sobre a Prefeitura Municipal. Aqueles 15%, hoje, na média, representam mais de 20% pela ausência do Estado como agente financiador da Saúde da própria União, na lei não está previsto um percentual definido para aplicar na área de saúde.

Era uma proteção. Ela foi oportuna porque depois vieram mudanças no Código Civil. Por isso, agora ficou a votação adequada. Prejudicou porque já foi preenchida essa lacuna que havia na lei. Mas, na época em que ela foi feita, ela era oportuna, porque não havia essa proteção às administrações municipais, especialmente no aumento da judicialização.

Como eu sou de um Estado, Rio Grande do Sul, litigante por natureza, o gaúcho é litigante, cobra os seus direitos, por isso até o índice de judicialização na área de saúde é o mais alto do País, no Rio Grande do Sul precisamente.

Mas eu quero cumprimentá-lo pela relatoria *ad hoc* desse projeto de minha iniciativa, que era para dar uma proteção e um equilíbrio maior, já que esta é a Casa da Federação. Eu sei que aqui há muitos ex-prefeitos e ex-governadores que sabem do que eu estou falando muito bem.

Muito obrigada, Senador Pimentel.

Muito obrigada, Presidente Anastasia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia.

E continua em discussão a matéria...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... só para registrar que o fato da morosidade e da quantidade de processos em tramitação no Congresso Nacional leva a uma proposição como esta, oportuna e necessária. Mas uma legislação posterior, do próprio Código de Processo Civil – sobre o qual o Senado se debruçou –, atendeu a essa demanda. Por isso, eu quero parabenizar a autora, mas registrar que a nossa morosidade terminou prejudicando a excelente iniciativa. E, como nós tínhamos o Código de Processo Civil em tramitação, a lei foi incorporada a essa demanda e ele já foi sancionado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

De fato, a ideia, a iniciativa e a autoria da Senadora Ana Amélia jamais serão retiradas, porque, de fato, foi ela a primeira a levantar essa bandeira aqui, no âmbito do nosso Congresso. Então, por isso, ela merece as nossas saudações e melhores encômios.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação relatório, que conclui pela prejudicialidade do projeto.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer pela prejudicialidade do PLS nº 340, de 2013.

A matéria vai ao plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Randolfe.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o item 19 é projeto de autoria do Senador Reguffe, tem por objetivo possibilitar assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos.

Peço a V. Ex^a, no momento em que for mais conveniente e mais adequado, vênha para fazer a leitura do relatório e, sendo possível, havendo quórum, a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Nós temos agora o item 2, que será apresentado – não terminativo, já que não temos quórum – pelo Senador Valdir Raupp, que já leu o relatório; depois, o item 20, da Senadora Ana Amélia, e depois o item 34, do Senador Lasier, não terminativo e já lido.

Aí, no decorrer da reunião, se depender desta Presidência, V. Ex^a lerá pelo menos o relatório e já ficará lido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Do item 4, eu gostaria de fazer a leitura também, um projeto do Senador Raimundo Lira...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É terminativo?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... sobre armas brancas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É terminativo.

A leitura, num segundo momento, depois que esgotarmos os não terminativos, com certeza, com esta Presidência, não haverá nenhuma dificuldade.

Então, desse modo, estará com a palavra V. Ex^a, porque vou apregoar o item 2.

ITEM 2**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007****- Não terminativo -**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011**

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para Deputado Federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de Deputado Estadual e Deputado Distrital e de Vereador.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

TRAMITA EM CONJUNTO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015**

- Não terminativo -

Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil.

Autoria: Senador Reguffe e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas.

Observações: - em 14/07/2010, foram oferecidas as Emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Inácio Arruda, à PEC nº 61, de 2007;

- em 20/05/2015, foi oferecida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Roberto Rocha, à PEC nº 90, de 2011;

- em 13/09/2017, a Presidência concedeu vista à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Eduardo Amorim, nos termos regimentais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Eduardo Amorim, até o momento, não se manifestaram.

Naquela oportunidade, foi lido o relatório pelo Senador Valdir Raupp.

Desse modo, tendo lido a matéria, antes de colocá-la em discussão, indago ao Relator se deseja se manifestar previamente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Nada tenho a acrescentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à PEC 61, de 2007, nos termos da Emenda nº 3-CCJ, Substitutivo, e pela prejudicialidade das PECs 90/2011 e 9/2015, restando prejudicadas as demais emendas apresentadas.

As matérias vão ao plenário.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2016

- Não terminativo -

Susta o §7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: favorável ao Projeto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: - em 16/08/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Benedito de Lira nos termos regimentais.

O Senador Benedito de Lira, até o momento, não se manifestou.

Desse modo, como a matéria também já foi lida, indago à eminente Relatora, Senadora Ana Amélia, se deseja aduzir algo antes de colocarmos a matéria em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Apenas quero lembrar que, quanto a essa matéria, até recentemente, a Receita Federal entendia que esses valores pertenciam aos entes federados subnacionais. Instada pela Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda, órgão consultivo do Ministério da Fazenda, emitiu um parecer concluindo que o texto "sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas instituições que instituírem e mantiverem", constante dos arts. 157, I, e 158, I, da CF, restringe-se aos pagamentos de servidores e empregados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e respectivas autarquias e fundações.

Acho que aqui se trata de uma justiça fiscal e tributária. Então, por isso, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 18, de 2016, de autoria muito oportuna do Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senadora Ana Amélia.

Desse modo, coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

ITEM 34**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2017-Complementar****- Não terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1 a 12.

Observações:

- Em 15/08/2017 foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria, conforme Requerimento nº 72, de 2017-CCJ, de iniciativa do Senador Lasier Martins, com a presença dos seguintes convidados: PETRUS ELESBÃO, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), ADRIANA FARIA, Coordenadora Jurídico-Parlamentar, representante do senhor HELENIO PORTO BARROS, Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) e ROGÉRIO ANTÔNIO EXPEDITO, Diretor de assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe, representante de SÉRGIO RONALDO DA SILVA, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef);

- Em 12/09/2017 foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Humberto Costa;

- Em 13/09/2017, a Presidência concedeu vista aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Antonio Anastasia e Magno Malta, nos termos regimentais;

- Em 22/09/2017 foram apresentadas as Emendas nºs 3 a 11, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

- Em 26/09/2017, foi apresentada a Emenda nº 12, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares;

- Em 27/09/2017, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues contrário ao Projeto;

- A matéria será analisada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir relatórios sobre as Emendas de nºs 3 a 12.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, este projeto já foi lido em reunião anterior. Ele é muito importante. Depois de 19 anos de espera para regulamentar o art. 41, §1º, inciso III, da Constituição, a Senadora Maria do Carmo teve a inspiração de apresentar o projeto, de que gostei. Fiz alterações, transformando-o em um substitutivo.

Antes de ler sucintamente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as emendas propostas, eu quero lembrar que este projeto busca qualificar o serviço público, prevendo a hipótese para perda de cargo por insuficiência de desempenho. Numa época em que estamos revolucionando costumes e em que há insatisfações com a prestação dos serviços públicos, admitimos as alternativas, que são muito generosas, para aqueles que correrão o risco de perder o cargo, com critérios muito fáceis, porque aqueles funcionários estáveis que obtiverem, por exemplo, na avaliação anual, nota 10, nota 9, nota 8, nota 7, nota 6, nota 5 não têm com o que se preocupar. Já aqueles que obtiverem, na avaliação, nota 3 ou 4 terão cinco anos para se recuperar. Isso porque apenas na hipótese de que durante cinco anos eles não obtenham uma média entre 3 e 4,9 é que estarão sujeitos a um processo para perda do cargo. Repito: entre 3 e 4,9 durante cinco anos! E aqueles que tiverem, então, as notas ruins, como, por exemplo, até 2,9, se no primeiro ano de avaliação não obtiverem acima de 2,9, terão mais um ano, então, acompanhados para se recuperar. E, se, no segundo ano, ainda assim, não conseguirem a nota acima de 2,9, aí, sim, vão se submeter à avaliação para demissão, para exoneração.

Vejam que com isso se é bastante concessivo à recuperação do funcionário estável, que até hoje não tem, salvo alguns estatutos localizados em alguns setores, hipótese para a situação de exoneração por faltas disciplinares. O nosso caso aqui é desempenho.

Então, objetivamente, sobre as emendas da Senadora Vanessa Grazziotin. Começa pela Emenda nº 3, que modifica o art. 2º do substitutivo, para determinar a avaliação periódica de desempenho, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e moralidade, bem como para vedar que a avaliação seja empregada em outras finalidades além daquela de que trata o art. 41 da Constituição. De fato, não trata de outras modalidades. E já está previsto no substitutivo o respeito a esses princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, etc. Essa é a Emenda nº 3.

A Emenda nº 4 modifica o art. 3º do substitutivo, de modo a aumentar para quatro o número de membros da comissão avaliadora. Ora, quatro é número par. A proposta do substitutivo é de uma comissão avaliadora de três pessoas: o chefe imediato, que era a proposta original da Senadora Maria do Carmo, mas entendemos que sempre é um pouco temerário submeter apenas ao chefe imediato, porque poderá ser amigo ou adversário, inimigo; então, se juntam ao chefe imediato um colega de setor de mesmo nível, a ser sorteado, e mais um representante do setor de recursos humanos. Então, são três pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à Emenda nº 5, altera o art. 5º do substitutivo, para dispor que no período avaliativo de um ano sejam feitas duas avaliações semestrais. Ora, o projeto original da Senadora Maria do Carmo era exatamente com avaliações semestrais. O substitutivo propõe avaliação anual, porque semestral é um prazo muito curto, estaria com as comissões permanentemente avaliando nos respectivos departamentos e setores. E com um ano dá mais tempo para o funcionário conhecer, se adaptar, melhorar no seu trabalho.

Com relação à Emenda nº 6, propõe a modificação dos arts. 8º e 10 do substitutivo, para desmembrar os dois fatores avaliativos fixos, que são produtividade e qualidade, apresentando outros critérios de fatores, de pressupostos. Discordamos desse item, porque já foram muito bem discutidos com a consultoria, com a equipe, para se chegar à conclusão de que esses princípios já são suficientes. São dois fixos, que valem 25 pontos no máximo cada um, portanto até 50%; e depois 12 fatores, Sr. Presidente, dos quais para cada avaliado se tiram 5, conforme as características do trabalho daquele funcionário estável; se propõem 12, para cada avaliado se tiram 5.

Com relação à Emenda nº 7, promove mudança no art. 11 para inserir nova faixa de pontuação na avaliação de cada fator. Ora, se abrirmos isso, cada um vai apresentar notas diferentes. Nós adotamos o seguinte: notas 8, 9 e 10 significam superação; notas 6 e 7, atendimento; agora, notas 3, 4 e 5, atendimento parcial; e notas 0 a 2,9, insuficiência. Então, a proposta da Senadora Grazziotin é criar inúmeras outras alternativas, o que torna muito complexo o processo.

A Emenda nº 7 promove mudança no art. 11. Esta eu já li.

Vamos para a Emenda nº 8. Insere parágrafo no art. 15 para prever como requisito a realização das avaliações de desempenho, que chefias imediatas e membros da Comissão de Avaliação sejam submetidos a treinamento prévio específico que os habilite ao cumprimento dessas atribuições. Ora, quanto à chefia imediata, se não for capaz de realizar a avaliação de desempenho dos seus subordinados, é o caso de se questionar a sua própria capacidade para exercer o cargo de chefia. Então, o nosso critério é de que esta composição de avaliação é a mais adequada, porque, se adotarmos várias sugestões, tornaremos a proposta infundável.

A Emenda nº 9 acrescenta novo artigo ao substitutivo...

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... para determinar que a perda de cargo, no caso de insuficiência de desempenho apurado no processo avaliativo, dependa da instauração de processo administrativo específico e o servidor com desempenho considerado insuficiente seja submetido a nova avaliação após participar de treinamento em escola de governo. Ora, é uma situação que também torna praticamente ineficaz o projeto, porque nós já estamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propondo as alternativas de recuperação, ou com o segundo ano para se recuperar, ou a hipótese de cinco anos para aqueles que não conseguiram galgar uma nota acima de 4,9.

O Substitutivo nº 10 modifica o art. 22 para permitir que, no julgamento do recurso, os órgãos de recursos humanos decidam por não exonerar o servidor, se comprovada a incidência de fatores exógenos, e afeta negativamente o desempenho do servidor, entre os quais, rotatividade de chefias, descontinuidade administrativa, baixo desempenho institucional, precariedade da oferta de meios e instrumentos, ausência de perspectiva profissional, inexistência ou insuficiência de estímulos pecuniários. Ora, esses chamados fatores exógenos arrolados na emenda sou inidôneo como motivo para afastar a exoneração por insuficiência de desempenho. A rotatividade de chefia não modifica em nada a avaliação que será feita por uma comissão. As ocorrências levadas em conta pela comissão terão sido registradas durante o período avaliativo pela chefia imediata com base em critérios objetivos fixados na fase do planejamento.

Antes da última emenda, quanto à hipótese da ausência de perspectiva profissional e a insuficiência de estímulos pecuniários, considerá-las circunstâncias impeditivas da exoneração do servidor com desempenho insatisfatório é, sem meias palavras, seguir uma lógica injustificável de que, se o servidor não tem perspectivas de ascensão profissional ou recebe remuneração por ele considerada insuficiente, estaria autorizado a apresentar desempenho insuficiente no cargo. É evidente que não.

Por fim, a Emenda nº 11 altera o art. 22 do substitutivo, para prever que a atribuição reiterada de conceitos insatisfatórios ao servidor não conduzirá necessariamente à exoneração, mas apenas possibilitará que a administração o exonere. A Emenda nº 11 é excessivamente generosa, porque, a rigor, propõe que não se demita nunca, sempre concede novas oportunidades.

Quanto à situação dos servidores com insuficiência de desempenho relacionada a problemas de saúde ou psicossociais, entende-se ser possível a exoneração na hipótese de a eventual falta de colaboração do servidor não ser decorrente exclusivamente de tais problemas. Do fato de a insuficiência de desempenho estar associada aos problemas de saúde ou psicossociais não decorre necessariamente que ela seja impeditiva da colaboração do servidor. Cada caso concreto deve ser examinado à luz de suas peculiaridades. O substitutivo deve ser mantido também nesse ponto.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ante o exposto, e rejeitando todas essas emendas apresentadas, reafirmo o voto já proferido na reunião desta Comissão realizada em 13 de setembro, no sentido da aprovação do PLS nº 116, de 2017, complementar, na forma do substitutivo então apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Já vou conceder a palavra a V. Ex^ª.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria a atenção do Plenário, porque eu até tentei tocar a campainha para pedir silêncio, mas a voz retumbante, muito forte, do nosso eminente Senador Lasier Martins consegue, por si só, abafar qualquer outro ruído. Acontece que só V. Exª tem essa capacidade aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sim, mas não são necessários desafios constantes...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente. Então, eu pediria, por gentileza, o silêncio de todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – S. Exª tem experiência como apresentador de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Claro, e renomadíssimo.

Pela ordem, Senador Randolfe. Lembro que a V. Exª vai ser dada a palavra para proferir o voto em separado agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sim, Presidente, é exatamente sobre essa questão que quero ponderar.

Tenho um voto em separado sobre o tema, entretanto, me parece que há emendas acatadas pelo Senador Lasier Martins. Eu quero confirmar com S. Exª se existem. Existindo emendas, eu queria examinar essa matéria mais amiúde, até para saber se, em vez de voto em separado, nós não poderíamos apresentar emenda para também ser acatada. Nesse sentido, com a devida vênio de V. Exª e de S. Exª, o Relator da matéria, eu pediria vista. Então, queria primeiro dirimir esta dúvida: se existe emenda no relatório, mesmo porque o meu voto em separado é em relação ao texto anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pelo que o Senador Lasier leu, eu tive a impressão de que ele rejeitou todas as emendas apresentadas, e as emendas que haviam sido aprovadas já estão incorporadas ao substitutivo dele...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... que há tinha sido lido e que já recebeu vista.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito. Do Senador Humberto Costa, vieram duas emendas, e elas já foram incorporadas ao substitutivo. As de hoje foram rejeitadas pelas razões expostas sucintamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, eminente Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sendo assim, apresento voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente. O voto em separado já é sobre o substitutivo apresentado por ele, então V. Ex^a...

Antes disso, com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Eu queria fazer também aqui uma colocação, Sr. Presidente. Eu fui informado pela assessoria de que vários requerimentos foram aprovados para que essa matéria seja submetida, além de à CCJ, a outras comissões. Se não me engano, a pelo menos mais cinco comissões serão submetidos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O senhor tem razão: Comissões de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Transparência. Mais três comissões.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Mais três comissões.

Portanto, isso significa dizer que nós trataremos aqui apenas da questão da constitucionalidade e da legalidade, e a questão do mérito ficará, portanto, para ser discutida com relação a essas outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O mérito também aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – O mérito também aqui. Então, ficaremos para discussão após a leitura do voto em separado do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente, Senador Eduardo.

Desse modo, concedo a palavra ao Senador Randolfe para leitura do voto em separado, após o qual deliberaremos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para voto em separado.) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já foi dito, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2017, complementar, de autoria de S. Exª a Senadora Maria do Carmo Alves.

Já foram realizadas audiências públicas, de que esta Comissão tem conhecimento.

Permita-me passar direto para a análise.

Devemos discordar, com a devida vênia, do relatório apresentado. Convém esclarecer, de início, que nossa divergência não se fundamenta em uma defesa cega de supostos privilégios dos servidores públicos, como podem insinuar aqueles que buscam efetuar o desmonte de políticas públicas de promoção do bem-estar social, duramente conquistadas, com o objetivo de implantar em nosso País um padrão de Estado completamente mínimo – excludente, avesso ao conceito de justiça social –, que impõe a negação de prestação de serviços públicos, pela submissão de todas as atividades produtivas à lógica do lucro.

Entendemos ser imperioso discutir a qualidade do serviço público, de forma a orientar a administração para o alcance de resultados cada vez mais eficientes, eficazes e efetivos, tendo o paradigma do cliente-cidadão como norte para esse giro qualitativo. Essa discussão passa, inequivocamente, pela avaliação de resultados do funcionalismo, como consectário inafastável do princípio constitucional da eficiência na Administração Pública. Por essa razão, o próprio Constituinte previu, no art. 41, §1º, inciso III, da Lei Maior, a derrogação excepcional do preceito fundamental da estabilidade do serviço público por insuficiência de resultados, a ser regulado por meio de lei complementar.

Somos favoráveis, portanto, à elaboração de instrumentos de avaliação de desempenho e dos resultados do trabalho de servidor público, em consonância com o princípio da eficiência, que demanda a criação de um ambiente de busca permanente pelo aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos à população. No entanto, o que observamos no contexto atual, lamentavelmente, é a tentativa de usar mecanismos de avaliação de desempenho como pretexto para se promover cortes drásticos de pessoal, sem qualquer consideração com a qualidade da prestação de serviços públicos, com o objetivo primordial de direcionar o maior volume possível de recursos públicos para sustentar os interesses dos credores da dívida pública.

A implantação de instrumentos de avaliação de desempenho não pode deixar de levar em conta a singularidade da atividade desenvolvida pela Administração Pública, que impõe uma metodologia de avaliação de resultados absolutamente adaptada às suas características. Descabe, nesse contexto, uma mera extensão de critérios empregados em organizações privadas, sem consideração das características próprias do setor público.

Não devemos perder de vista que a estabilidade funcional no serviço público visa corrigir limitações institucionais associadas à cultura organizacional patrimonialista, prevenindo dispensas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arbitrárias por parte de atores políticos, motivadas precisamente pelo justo e correto desempenho do *munus* público. A estabilidade funcional, portanto, representa um contraponto indispensável ao patrimonialismo, que ainda se mostra profundamente arraigado em nosso *ethos* público, e sob esse prisma, deve ser protegida e não submetida a constrangimentos de qualquer espécie.

Os critérios de avaliação, quaisquer que sejam, reclamam a institucionalização de uma cultura gerencial de avaliação na Administração Pública, que, devemos reconhecer, é limitadíssima no quadro atual, sendo que seus primeiros e singelos esforços mais sensíveis remontam a menos de duas décadas. Qualquer legislação que venhamos a editar deve considerar essa lacuna e prever disposições transitórias, para assegurar que a introdução da cultura gerencial na Administração seja promovida de forma efetiva e duradoura.

O projeto em exame, tanto em seu texto original quanto na forma do substitutivo apresentado pelo Relator, pretende transpor a lógica da Administração por Objetivos – que até pode fazer sentido na iniciativa privada – para a Administração Pública, sem considerar características essenciais das atividades desempenhadas pelo serviço público. Não levam em conta, ademais, as distinções existentes nos diversos setores que compõem a administração. O processo de avaliação de desempenho, assim como a formulação dos critérios a serem empregados, devem ser apropriados às características específicas de cada atividade.

Não se mostra adequado, por exemplo, aplicar a servidores de desempenham atividades burocráticas o mesmo processo e critérios de avaliação empregados para funcionários dedicados ao atendimento ao público. A depender de cada situação específica, a apuração dos resultados deve dar preponderância a elementos qualitativos sobre aqueles meramente quantitativos, ou buscar uma combinação de fatores avaliativos. Algumas áreas do serviço público também devem, a nosso juízo, ser submetidas a procedimentos de avaliação de desempenho diferenciados, em virtude de peculiaridades inerentes à própria essência das atividades desempenhadas, como, por exemplo, os serviços de segurança pública, saúde e educação.

As metas reclamam balizas objetivas e um sistema de avaliação com um desenho institucional que o torne o mais possível insuscetível de interferências patrimonialistas, com vistas à prevenção de dispensas arbitrárias.

A definição do procedimento de avaliação de desempenho do funcionalismo não pode ser promovida de forma açodada, mostrando-se indispensável o aprofundamento dos estudos e debates sobre o tema, levando-se em conta as características essenciais da Administração Pública, as peculiaridades de áreas específicas e, fundamentalmente, tendo como objetivo final o efetivo aprimoramento da prestação de serviços públicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No cenário atual, não se mostra adequado para a promoção de um debate equilibrado sobre um tema de tamanha relevância. Nesse contexto, a ausência dos especialistas em Administração e Contas Públicas convidados a participar da audiência pública promovida nesta Comissão é o que podemos chamar de um silêncio eloquente.

Não podemos, de fato, deixar de apontar a extemporaneidade dessa discussão: o Governo Federal não possui legitimidade, não foi sufragado como um regime democrático real efetivamente exige para matérias reformistas desta envergadura. O atual ocupante da Presidência da República foi – para dizer o mínimo – alçado ao posto por vias questionáveis e não conta, após sucessivas denúncias que o atingem pessoalmente e a seus aliados mais próximos, com qualquer capital político, tendo promovido políticas que privilegiam apenas o mercado, à revelia dos interesses dos trabalhadores.

Embora se trate de iniciativa parlamentar – e não fazemos aqui juízo depreciativo da atuação de nossos pares que defenderam a proposição –, sabe-se bem o engajamento da coalização governista nesta matéria: há dúvidas razoáveis sobre seus fins políticos reais, direcionados, em alguma medida, a favorecer um expurgo arbitrário do serviço público, com vistas à redução do tamanho do Estado, numa perspectiva econômica ortodoxa, arcaica e, sobretudo, autoritária.

Por fim, devemos deixar claro que a ausência de regulamentação em lei complementar do dispositivo constitucional que prevê a possibilidade de demissão de funcionário público por insuficiência de desempenho comprovada em avaliação periódica não representa um obstáculo ao desligamento do serviço público daqueles servidores que apresentem comportamento comprovadamente desidioso, e deixem de cumprir suas tarefas por desleixo, preguiça ou indolência. Esse tipo de comportamento, que afeta negativamente toda a população, mas atinge de forma mais cruel a parcela mais carente, que depende dos serviços públicos, pode e deve ser punido com demissão, de forma a afastar dos quadros do serviço público aqueles que não estejam imbuídos do ideal insito à sua natureza, de servir ao povo.

A Constituição Federal, com efeito, admite em seu art. 41, §1º, inciso II, a perda de cargo pelo servidor estável mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa. Leis ordinárias que disciplinam esse dispositivo, em todas as esferas da Federação, incluem o comportamento desidioso e outras ações similares entre as hipóteses que podem levar à demissão.

A legislação federal, que em muitos aspectos serve de modelo e inspiração para as normas dos entes subnacionais, autoriza a demissão de servidores públicos que mostrem conduta incompatível com o cargo. Com efeito, o art. 132 do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990) prevê como causas que justificam a penalidade de demissão, a inassiduidade habitual (inciso II) e a conduta desidiosa (inciso XIII, cumulado com o art. 117, inciso XV).

No Distrito Federal, a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas distritais, tipifica, em seu art. 193, como infração grave, passível de demissão, a inassiduidade habitual (inciso I, “b”), e o proceder de forma desidiosa, incorrendo repetidamente em descumprimento de vários deveres e atribuições funcionais (inciso III).

A situação não é diferente na órbita estadual. Para não estender em demasia esse ponto, trazemos como exemplos as normas de dois dos Estados mais populosos. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, que assim determina, e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Cai por terra, assim, o argumento que sustenta que o ordenamento jurídico carece de inovação que introduza a avaliação periódica de desempenho para permitir a demissão de funcionários públicos relapsos e omissos em seu dever de bem servir ao povo.

Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2017, complementar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe, que leu seu voto em separado.

Desse modo, colocamos em discussão a matéria.

Já está inscrita a Senadora Ana Amélia.

Eu vou me inscrever também, bem como o Senador Eduardo Braga.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar o Senador Lasier Martins, pela relatoria feita, e a Senadora Maria do Carmo Alves, pela iniciativa, e dizer ao Senador Randolfe, que, há pouco, numa produtiva ação legislativa na Comissão de Assuntos Sociais, apresentou dois projetos relevantes, com o meu apoio aos dois, que nós não estamos tratando aqui de fim da estabilidade no serviço público, primeiro. Esse é um ponto fundamental. Não é disso que estamos tratando, absolutamente. Não se trata também de desmonte, porque desmonte não pode ser sinônimo de meritocracia, e este, sim, é o tema que estamos abordando, que é a essência do projeto.

Então, eu gostaria até, porque a gente fala muito... Quando se anunciou que um juiz, em Mato Grosso, recebia um salário de R\$500 mil, houve um debate sobre isso. A sociedade brasileira, o cidadão brasileiro, que paga a conta, não fica nem um pouco satisfeito quando vai a um hospital em Brasília, bate à porta do consultório e vê que o médico, que lá deveria estar, não está presente, ou quando vai a outro serviço público e vê um casaco na cadeira da repartição, ou quando fica esperando por muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo. O cidadão, que paga a conta, é o dono do serviço de que ele precisa. E o cidadão está sendo esquecido nos serviços, sejam eles da saúde, da área do Judiciário, em todos os serviços. Não estamos... Não entendo esse projeto como fim da estabilidade, mas, sim, como meritocracia.

Quero invocar, Senador Randolfe Rodrigues, o que aconteceu no Ministério da Previdência. Está aqui para testemunhar um Ministro de grande zelo e de grande atuação parlamentar, José Pimentel. Foi precisamente na gestão do Governo do Partido dos Trabalhadores... E aí rendo minhas homenagens ao que foi feito na Previdência Social.

O que foi feito, numa reforma audaciosa, pelo líder sindicalista da CUT Eduardo Gabas? O que foi feito ali? Uma revolução na gestão da Previdência Social. Anteriormente, Senador Armando Monteiro, demorava-se meses para que um trabalhador da ativa, ao se aposentar, conseguisse a regularização e marcasse uma audiência para definir o início do recebimento da aposentadoria. Com a introdução da meritocracia, de um programa inteligente, corajoso, moderno, correspondendo à expectativa da sociedade, do cidadão e da cidadã que pagam a conta, a previdência demora uma hora ou até menos para definir o local onde o trabalhador que vai se aposentar vai começar a receber a sua aposentadoria. Isso é o que está em jogo. É isso que está na essência desse projeto. É o que entendo.

Então, Senador Randolfe, não podemos imaginar que estamos tratando de desmonte do serviço. Pelo contrário, ao não acabar com a estabilidade, você está dando uma resposta à sociedade brasileira, que está cansada da ineficiência, pagando cada dia mais impostos pesadíssimos, e que não está recebendo um retorno em serviços públicos.

Então, não é disso que estamos tratando. Todos os servidores que trabalham com muita dedicação – e conheço muitos deles, muitos! – terão a sua valorização. Mas é o mínimo que nós estamos tratando aqui, ou seja, de uma avaliação. Mas essa é do cidadão.

Até seria conveniente, caro Senador Lasier Martins, caro Presidente Anastasia, que fosse feita uma pesquisa pública junto à sociedade brasileira sobre esses aspectos. Eu acho que é o cidadão quem tem o direito de dizer que tipo de serviço público ele quer, porque é ele quem paga.

Tenho um enorme respeito pelos professores; trabalhei no serviço público várias vezes, em secretaria de planejamento; trabalhei em várias áreas do setor público e tenho a convicção de que o bom servidor terá interesse, inclusive, em se nivelar em padrão de qualidade com todos os outros.

Aqui no Senado mesmo nós temos uma Consultoria Legislativa da maior competência, da maior qualidade, nivelada a padrões internacionais, com servidores exemplares no setor legislativo. São estáveis e nunca ninguém foi discutir se eles estão ou não fazendo o seu trabalho, porque a gente pede e eles fornecem o nosso trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é o fim da estabilidade, mas, sim, a valorização do servidor público, a valorização, sobretudo, do pagador dos salários dos servidores públicos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadora Ana Amélia, Senador Randolfe, eu entendo que ambos estão com absoluta razão no que diz respeito ao cenário do serviço público.

A Senadora Ana Amélia, de forma muito apropriada, diz que o cidadão brasileiro quer um serviço público de qualidade, no que todos concordamos. O que me preocupa – e, aí, eu quero destacar o voto em separado do Senador Randolfe Rodrigues – é que o desempenho do funcionário público está diretamente ligado às condições de trabalho que o funcionário público possui.

A Senadora Ana Amélia referiu-se, por exemplo ao médico. O que um cirurgião pode fazer se o hospital onde ele trabalha não tem luva cirúrgica, não tem anestesia, não tem fio de sutura, não tem medicamentos, não tem insumos, não tem as menores condições para que ele possa executar com segurança a sua profissão? Quem é o culpado? É o médico? Ele é que terá de ser avaliado como alguém que teve uma *performance* insuficiente? É claro que não.

De igual modo, um policial civil ou um policial militar que, na execução do seu serviço, não possui armamento, não possui equipamento de proteção, não possui viatura apropriada, não possui sequer gasolina para poder se deslocar. Poderá ele ser avaliado também como inepto, como insuficiente, como incapaz?

Eu creio que, quando fizermos essa avaliação, precisamos fazer uma avaliação que leve em consideração o desempenho do funcionário e as condições de trabalho que são apresentadas dentro desse cenário.

Eu sou a favor da avaliação de desempenho, mas fico preocupado, Sr. Presidente, quando, por exemplo, ao analisarmos os desempenhos dos professores, não analisamos as condições de trabalho que os professores têm diante de si. Porque, lamentavelmente, em pleno século XXI – e vejo isso na nossa região, no meu próprio Estado –, existem escolas que ainda têm problemas desde merenda escolar a condições mínimas básicas de funcionamento. E com as condições de trabalho, portanto, desse profissional, desse servidor público, muitas vezes é praticamente um heroísmo o que eles desempenham.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro – e aqui não há de se esconder – que há também aquele servidor público que, mesmo com todas as condições de trabalho, faz aquilo que disse a Senadora Ana Amélia: deixa o paletó na cadeira e desaparece; mesmo com todas as condições de funcionamento num hospital, não cumpre a sua condição.

Portanto, a mim me parece que o bom senso requer que haja uma avaliação por parte do desempenho do funcionário, do servidor público, mas há que se ter também um desempenho sobre as condições de trabalho.

Assim, como esta matéria não vai tramitar exclusivamente aqui na Comissão de Constituição e Justiça, e numa demonstração, como disse a Senadora Ana Amélia, de que o cidadão merece uma resposta para avaliar o desempenho, eu votarei a favor para que, em outra comissão, passamos estender essas avaliações também às condições de trabalho que são oferecidas ao servidor, para que nós possamos, aí sim, ter uma avaliação completa e global do que significa serviço público.

Serviço público não se resume ao servidor, se resume ao servidor, às condições de trabalho e às questões de gestão, que, muitas vezes, são ditadas pelas políticas implementadas por aqueles que são escolhidos pelo voto direto e que nomeiam os cargos de comissão de acordo com critérios discricionários e sem nenhuma norma de gestão, muitas vezes estabelecida pelos regulamentos em cada uma das unidades da Federação.

Portanto, isso cria pesos e contrapesos nessa avaliação, e é preciso que nós tenhamos bastante cuidado, bastante zelo para, de repente, não arrebentarmos a corda do lado daquele que é o elo mais fraco dessa corrente, o próprio servidor.

No entanto, reconheço que esse projeto não trata da quebra da estabilidade. Trata, sim, de uma avaliação prevista na Constituição de desempenho. Só que aqui complemento dizendo que o desempenho também depende das condições de trabalho oferecidas ao servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o próximo inscrito, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero manifestar aqui o meu apoio ao projeto e quero que a minha manifestação possa também significar uma posição de convergência com a manifestação da Senadora Ana Amélia.

Eu vi o Senador Randolfe, na leitura aqui do seu voto, tratar de temas como o patrimonialismo, lembrar o etos do serviço público, e me parece que, ao falar de patrimonialismo e falar daquilo que representa a essência do serviço público, eu tenho a impressão de que ele nos fornece argumentos para a defesa do projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja V. Ex^a, a essência da função pública deve guardar uma relação direta com a qualidade dos serviços do ponto de vista do destinatário do serviço, que é um cidadão. Então, não há como imaginar a função pública senão na perspectiva do estrito cumprimento da sua missão, que só se completa com a satisfação do cidadão, que é o beneficiário do serviço. Portanto, há de se ter presente sempre esta dimensão: a função pública se destina a servir, a oferecer a cidadania no seu sentido mais amplo, atender as suas demandas de forma tempestiva, com qualidade e com presteza.

Assim, o Brasil está muito atrasado no sentido de poder introduzir mecanismos de avaliação que possam, aí sim, nos conduzir à melhoria da qualidade do serviço público e, mais do que isso, a prestigiar o bom servidor. Porque a quem mais interessa um processo de avaliação me parece ser ao bom servidor, ao servidor exemplar, ao servidor que se compenetra verdadeiramente do que representa a sua missão e que, às vezes, é profundamente desestimulado por uma situação em que muitas vezes a estabilidade protege a ineficiência, a estabilidade termina por premiar aqueles que não têm verdadeiramente compromisso.

Então, eu considero que nós temos que prestigiar a função pública. E uma das formas de prestigiar a função pública é exatamente aquela de poder, através de um mecanismo e de um processo permanente de avaliação, valorizar inclusive aquele seu servidor, que representa, por que não dizer, na minha avaliação, a grande maioria daqueles que estão no serviço público e que precisa saber que a sociedade tem o direito de promover um escrutínio permanente no sentido de poder avaliar desempenho para que se promovam até mecanismos de premiação, de estímulo, sem os quais a Administração Pública não vai elevar o seu desempenho na perspectiva de melhor servir o cidadão.

E quero lembrar também, já que o nobre Senador Randolfe falou em patrimonialismo, que patrimonialismo tem diversas dimensões. Talvez o corolário seja a corrupção, o mau uso do dinheiro público. Mas nesse processo há setores que se apropriaram do Estado brasileiro e que se nutrem do Estado e que não dão, não se justificam do ponto de vista da sua atuação, porque não oferecem ao cidadão, que é destinatário dos serviços públicos, aquela qualidade que é exigida para que a própria função pública se justifique.

Então, o patrimonialismo tem *nuances*, e uma dessas *nuances* é exatamente a constatação de que o instituto da estabilidade tem servido também para que muitos se protejam no sentido de manter privilégios, que não são, de forma nenhuma, compatíveis muitas vezes com aquilo que é verdadeiramente dado à sociedade.

Então, eu queria, ao concluir, dizer que estou inteiramente de acordo com o projeto. Quero me congratular com a autora, a nobre Senadora Maria do Carmo, com o Senador Lasier Martins, e dizer que o Brasil precisa avançar nessa agenda. Para que a função pública seja prestigiada, é preciso termos, sim, mecanismos permanentes de avaliação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou me permitir, sobre a intervenção sempre lúcida do Senador Eduardo Braga, dizer que é verdade, sim, que muitas vezes o desempenho do servidor é muito prejudicado pelas condições, mas, ao mesmo tempo, Senador Eduardo Braga, é possível identificar, às vezes, em precaríssimas condições materiais, servidores que se superam em meio a essas limitações e dão belos exemplos cotidianamente do seu compromisso e, verdadeiramente, daquilo que eles internalizam como sendo a sua missão, a dimensão da sua própria missão.

Eu acho que o Brasil precisa avançar nessa agenda e eu tenho certeza de que o Senado Federal vai dar uma contribuição nesse sentido com a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Dando sequência aos debates, agora o eminente Relator, Senador Lasier Martins. Depois estão inscritos a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Congratulo-me com o entendimento da Senadora Ana Amélia e do Senador Armando Monteiro, que apanharam muito bem os objetivos desse projeto, bem ao contrário do que disse o nosso eminente Senador Randolfe quando falou em extemporaneidade.

Ora, há 19 anos se espera pela lei complementar do art. 41. Então, se ainda estamos extemporâneos, devemos esperar até quando? Mais 30, mais 50 anos? E não tem nada a ver com governo, isso é uma iniciativa parlamentar da Senadora Maria do Carmo, que, por sinal, chegou há poucos instantes e tem o mérito de ter apresentado esta proposta.

Bem ao contrário do que disse o meu prezado Senador Randolfe, de que quer transpor a lógica por objetivos... Ora, aqui está muito bem explicado, item por item. É preciso ler o projeto.

Por exemplo, a preocupação do eminente Senador Eduardo Braga com relação às condições de trabalho, falta de insumos: isso está previsto. O funcionário não vai pagar pela falta de condições. Isso será objeto da avaliação, Senador Eduardo. E V. Ex^a conhece isso como ninguém, V. Ex^a foi Governador de Estado, deve ter zelado muito bem pelos funcionários que o ajudaram a governar.

Aqui se preveem todas as circunstâncias. Inclusive, quando há circunstâncias prejudiciais ao desempenho, é fator para a melhora de uma nota, por exemplo, o item "saber encontrar soluções". E não podemos esquecer que nós aqui vamos exaltar os bons funcionários atribuindo-lhes notas 8, 9 e 10,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão exemplos de funcionários. Não se trata apenas daquele funcionário acomodado, negligente, que erra um ano, mas tem o direito a um segundo ano para se recuperar. Isso é levado em conta.

Por outro lado, nós vivemos uma época em que se quer eficiência, e o Brasil está vivendo uma época de pouca eficiência. E o Senador Randolfe, sempre muito zeloso dos princípios constitucionais do art. 37, da legalidade, impessoalidade, moralidade, fala em eficiência, e o que o Brasil inteiro quer é a eficiência do funcionário público.

Agora, um funcionário público que, no primeiro ano, não consegue galgar uma nota 2,9; um funcionário que tira nota 1, nota 2 não é demitido no primeiro ano. Ele tem um segundo ano para se recuperar. E aqueles que sempre estão ali ao redor de notas 2, 3, 4, se, ao longo de cinco anos, não conseguem ultrapassar uma nota 4,9, esses também se sujeitam a um processo de exoneração. Porque o Brasil inteiro quer gente eficiente. É um compromisso do funcionário com quem lhes paga.

Então, há uma série de razões.

Eu lamento. Eu tinha uma impressão de que esse seria um projeto abraçado quase que unanimemente. Foi objeto de editorial em grande jornal. O *Estado de S. Paulo* fez um belíssimo editorial, a *Folha de S. Paulo* fez uma matéria grande, aqui o *Correio Braziliense* fez meia página sobre esse assunto, houve debates na televisão, com apoio, com a população brasileira saudando, finalmente, depois de 19 anos, uma tentativa de regular o desempenho, de exigir o melhor desempenho. Não é que o sujeito tenha que tirar sempre nota 4. Não! Eu imagino, por exemplo, alguém que vai tomar avião de carreira e descobre que o piloto que vai dirigir aquele avião nunca ultrapassou a nota 2,9. Certamente ele não embarca. Por quê? Porque nós exigimos eficiência nos serviços dos quais nós nos servimos.

Então, eu espero também que na distribuição, nesse mundo de comissões para onde vai agora... Porque nós temos aqui um grande temor: quando se elegem muitas comissões, isso é praticamente sinônimo de engavetamento. Não acontece nunca! Protela-se indefinidamente e não acontece. Eu espero que ande rápido nas comissões e que tenhamos isso em plenário; que seja também aperfeiçoado o projeto; e que tenhamos, finalmente, depois de 19 anos, uma regulação do funcionalismo estável pelo desempenho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Próxima inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra V. Ex^ª.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero aqui registrar a minha discordância em relação à aprovação do projeto, o que não significa, entretanto – e eu faço questão de ressaltar esse aspecto –, que todos nós aqui nesta sala não tenhamos o mesmo objetivo. O que todos queremos é que possamos ter uma melhoria significativa no serviço público do nosso País, seja na esfera municipal, seja na estadual, seja na federal, Sr. Presidente. Todos nós sabemos da necessidade de, cada vez mais, construirmos um ambiente de trabalho que leve o servidor a se dedicar em favor do Estado e da comunidade como se dedica em benefício da sua própria vida. Esse é o objetivo, isso é o ideal.

O que nos separa neste momento e que eu aqui percebo... Ouvi, com muita atenção, não todas as intervenções, mas tive a possibilidade de ouvir desde a intervenção do Senador Eduardo Braga, que coloca um monte de questões, inclusive a forma e por que neste momento declara que votará a favor. Porque o projeto tramitará, além de nesta, em outras três comissões. E obviamente esse é um debate que vai requerer inúmeras audiências públicas, não tenho dúvida nenhuma – inúmeras audiências públicas, repito –, porque não se trata de uma questão dos que são favoráveis e dos que são contrários. Trata-se do seguinte: todos nós queremos melhorar o serviço público; todos nós queremos conviver cada dia mais com um servidor público dedicado, com um servidor público inovador, desde aquele que esteja em um escritório de uma repartição pública àquele que está lá na ponta, atendendo um doente que busca o Sistema Único de Saúde. O objetivo é o mesmo.

De minha parte, Sr. Presidente, eu quero dizer que apresentei ao projeto – e dei muita importância a ele, Senadora Maria do Carmo – nove emendas. Nenhuma das minhas emendas foi acatada. Obviamente, eu terei outras oportunidades, caso o projeto siga para outras comissões.

Mas eu acho que este é um debate que, na minha opinião – e posso estar até errada; não tenho tanta capacidade jurídica como muitos, inclusive V. Exª, Senador Anastasia –, tem vício de iniciativa. Acho que ele tem vício de iniciativa. O que diz a Constituição Federal no art. 62, §1º, letra "c"? Que são iniciativa do Poder Executivo as leis exclusivas do Poder Executivo, as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Nós aqui estamos tratando de um projeto que mexe na estabilidade.

Então, em primeiro lugar, eu quero destacar isto: vício de iniciativa, o que não diminui o debate. Mas este debate tem, na minha opinião – para que seja um debate conduzido corretamente e concluído corretamente –, de iniciar corretamente. E iniciar como? Aqui muito nós estamos falando: avaliação para quê? Para planejar as atividades e atribuições individuais de cada servidor e de cada servidora. Mas como fazer isso se nós não temos, em âmbito federal, um planejamento geral do serviço público? É a mesma coisa de querer colocar a carroça na frente dos bois.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos tratando de algo extremamente sensível, Sr. Presidente, porque são questões subjetivas. Aqui não há uma questão objetiva. Não se trata de algo sobre o que podemos dizer "dois mais dois são quatro", porque, mesmo aquela avaliação de nota 7, nota 6, nota 5 parte necessariamente de avaliações que são subjetivas. E grande parte delas virá de quem? Dos seus pares, alguns que ocupam cargo de confiança. Na tentativa de fazer o bem, nós podemos prejudicar ainda mais o serviço público.

Então, eu acho que nós deveríamos, primeiro, superar essa crise, porque, nessa crise que nós estamos atravessando, não vamos fazer absolutamente nada. Em primeiro lugar, acho que temos de fazer com que a população brasileira, com que a Nação brasileira se reencontre com a democracia, porque, a partir desse reencontro com a democracia, nós voltaremos a ter governos legítimos não só para propor, mas principalmente para planejar – principalmente para planejar.

O que nós estamos vendo? Estamos vendo vendas de patrimônio público construído com muita dificuldade, com o suor do povo brasileiro, como vimos agora, recentemente, no seu Estado, Senador Anastasia, onde desnacionalizaram a Cemig, as hidrelétricas. Aliás, a empresa não pôde participar de um leilão sequer. E quem foi que adquiriu essas empresas? Quem adquiriu essas empresas foi o capital internacional, outras empresas estrangeiras, empresas estatais, empresa chinesa, francesa...

Ou seja, nós estamos num caminho inverso. E para que isso? Para enfrentar um déficit orçamentário de 159 bilhões. Olha o paralelo! Enquanto isso, está ali o Presidente respondendo a um processo... Eu sei que V. Ex^a já me olha com muita ansiedade... Não estou divagando, não, Sr. Presidente.

A Câmara, agora, neste momento, está ali analisando um processo. A base da análise desse processo envolve liberação de emendas parlamentares, envolve nomeação para cargos de confiança do serviço público federal, e nós aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, trabalhando como se nada estivesse acontecendo, como se vivêssemos num momento de normalidade. Então, são essas questões.

Mas eu digo isso tudo para dizer que está errada a forma inicial como o projeto está sendo colocado em debate. Eu quero aqui, Senadora – e a Senadora sabe o respeito que eu tenho por ela, a Senadora Maria do Carmo –, dizer que considero extremamente louvável sua iniciativa porque a sua preocupação é a minha preocupação e, tenho certeza absoluta, é a preocupação de todos os servidores públicos que têm compromisso com o Estado brasileiro. Mas não adianta, não basta apenas a boa vontade, é preciso ter a legalidade e as condições objetivas e subjetivas em determinado momento para que se faça acontecer.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que eu me coloco contrária à aprovação do projeto tal como está. Tentei, ainda, apresentando nove emendas, corrigir ou sanar alguns daqueles pontos que eu considero





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente problemáticos. Mas, infelizmente, não mereci nenhuma atenção por parte do Relator da matéria, que, de pronto, recusou todas as minhas emendas.

Então, por essa razão, Sr. Presidente, é que acho que nós devemos...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... poderíamos pressionar o Governo, um próximo governo a planejar um Estado diferente, um Estado mais eficiente, mas um Estado que coloque o servidor público em primeiro lugar. Porque não adianta falar em melhoria do serviço público, da educação e da saúde se não falar em melhoria do servidor público, das suas condições salariais, de carreira e das suas condições de trabalho.

Mas este não é o momento nem a forma para iniciar um debate tão importante porque corremos o risco de cometer inúmeras injustiças, ou seja, uma grande injustiça.

Por isso, eu anuncio aqui meu voto ao lado do Senador Randolfe, favorável ao voto em separado que S. Exª. já apresentou.

Obrigada e desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Vanessa. Se me permite V. Exª, eu ousaria só discordar quando V. Exª diz que não teve a atenção do Relator, porque ele teve atenção. Ele deu o parecer. Deu contrário, no mérito, mas atenção, evidentemente, ele teve toda, como V. Exª merece. Tenho certeza de que ele deu uma atenção especial, apesar de discordar no mérito.

Nós vamos dar a palavra agora ao próximo orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente, V. Exª pode declinar quem está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Depois do Senador Flexa, V. Exª, para discutir. Depois, o Senador Caiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senador Antonio Anastasia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Maria do Carmo pela apresentação do PLS nº 116, de 2017, e o Senador Lasier pelo relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto, como foi dito aqui, vem preencher uma lacuna de 19 anos, pela regulamentação do art. 41, §1º, inciso III, da Constituição. O que está sendo proposto aqui, na realidade, é a busca no serviço público pela meritocracia. Não dá, Senadora Vanessa, para nivelar com uma régua todos os funcionários públicos. E a função do servidor público, como o próprio nome já diz, é servir ao público, ou seja, ele tem de se modernizar, ele tem de melhorar seus conhecimentos, para que ele possa, cada vez mais, prestar um serviço melhor para o cidadão brasileiro.

Parece-me que não há nenhuma intenção no projeto de quebrar a estabilidade, de levar o servidor público à exoneração. Não é isso, não! Talvez, seja um caminho para retomar a autoestima do servidor público, para que ele se sinta olhado pelo usuário dos seus serviços como um parceiro para atender, nas melhores condições, as pessoas que o procurarem. E fará isso através de uma avaliação, como está sendo proposto, que será periodicamente feita, para que ele, ao longo do seu tempo de serviço, possa estar efetivamente preparado, para que ele evolua no seu conhecimento e no seu atendimento.

Lamentavelmente, nós sabemos de quem pode ficar contra essa avaliação: aqueles que não buscam trabalhar no serviço público com assiduidade, com competência. Esses, sim, temem a avaliação. Mas, para aqueles que se dedicam como servidores públicos, tenho certeza absoluta de que essa avaliação será uma forma de reconhecimento.

Foi falado aqui, Senador Lasier, que era necessário que, a par da avaliação, fosse também colocado algum prêmio ou alguma vantagem no bom sentido para o servidor público que se destacasse, porque uma coisa é você ter uma avaliação mediana, e outra coisa é você estar sempre com uma avaliação superior pela forma como você se dedica a atender. Sim, mas vamos ver de que forma.

Eu defendo, Senador Anastasia, que você possa criar no serviço público, por exemplo, nas escolas públicas, um critério de avaliação da educação que está sendo transmitida, para que ela possa ser acompanhada ao longo do período, e da manutenção da escola pelos alunos, para os alunos serem parceiros. E, ao final da avaliação, se eles se destacassem, eles teriam uma premiação, um reconhecimento, que é a meritocracia.

Votarei favoravelmente ao projeto, parabenizando de novo a autora e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria aqui – talvez mal parodiando – fazer uma referência a um momento histórico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante a assinatura do Ato Institucional nº 5, houve uma passagem muito célebre que se conta nos livros de história. O Vice, Pedro Aleixo, questionou o então Presidente Costa e Silva sobre o Ato Institucional nº 5. De imediato, foi interpelado pelo Ministro da Justiça de então, conterrâneo do Senador Flexa, o Ministro Jarbas Passarinho, que indagou do Vice o seguinte: "V. Exª está questionando as boas intenções do Presidente da República?" De imediato veio a resposta de parte de Pedro Aleixo. "O meu questionamento nunca foi ou será sobre as boas intenções de Sua Excelência; a minha preocupação é com o guarda da esquina." Pois bem; o tempo provou que a preocupação com o guarda da esquina fazia sentido.

A minha preocupação não é com o mérito do projeto e com a sua necessidade, que reafirmo. A minha preocupação é com a subjetividade dos critérios de avaliação. A minha preocupação é no sentido, meu querido conterrâneo também, Senador Armando Monteiro, minha cara Senadora Maria do Carmo, a quem cumprimento também, é no sentido do destaque do termo patrimonialista. É nesse sentido: o destaque do que chamamos de patrimonialismo.

Vivemos em um país... Eu gostaria de transpor, automaticamente, a realidade exitosa na iniciativa privada que têm o Senador Armando Monteiro e tantos outros que aqui já atuaram para o serviço público. Lamentavelmente, pelas características, inclusive de formação nossa e de formação do nosso Estado, o patrimonialismo – e quem lê *Os Donos do Poder*, do Faoro, percebe muito bem isso – está na essência da formação deste conceito de Estado no País. Quem compreende a formação do Estado brasileiro percebe que o patrimonialismo se dá, de fato – e concordo com o senhor, Senador Armando –, também pelo funcionalismo público, mas se dá também pelo autoritarismo do "gerente" do governante de plantão. O patrimonialismo vem junto com outra característica da formação deste Estado: o autoritarismo do governante.

Não raro, Senador Eduardo Braga, principalmente nos nossos Estados da Amazônia e do Nordeste, a mudança de governo acompanha também a mudança de gestores, que têm a prática de, via de regra, perseguir aquele funcionário público que tem uma posição adversária dele.

Como muito bem foi dito aqui pelo Senador Armando, pelo Senador Lasier e pela minha querida Senadora Ana Amélia, com quem concordo, o padrão do funcionário público é o cidadão, e a este é que se tem de reportar. Contudo, a minha preocupação é com a subjetividade, com a ausência de métodos objetivos e com o tratamento linear para servidores da área burocrática e servidores em atividades fins, como saúde e educação, e como se dará esse processo de avaliação, ficando a bel-prazer de gerentes, que, muitas vezes, principalmente nos nossos Estados, Senadora Vanessa, são designados por cargo em comissão, vinculados ao governante de plantão, que, via de regra, repito, principalmente nos nossos Estados, têm uma tradição histórica de perseguir aqueles que têm posição política diferente. Isso é uma das *nuances* das nossas preocupações em relação à matéria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, repito, aqui, a questão não é em relação ao mérito. Acho fundamental o cumprimento do princípio consoante do *caput* do artigo 37 da Constituição, da eficiência na Administração Pública. Acho necessário e acho que temos mecanismos já nesse sentido no Estatuto dos Servidores Públicos da União, na Lei 8.112, e nas leis infraconstitucionais que regem o Estatuto dos Servidores Públicos.

A minha preocupação é, no meu entender... E aí obviamente eu me penitencio, por minha culpa, minha máxima culpa, pela ausência de emendas desse tipo. Só hoje, via de regra, nós temos três ou quatro comissões ao mesmo tempo – temos uma CPMI em curso de que estamos ausentes em decorrência desse debate aqui. Mas, na ausência da oportunidade de outras emendas que corrigissem isso e por dever de cautela, manifesto-me contrariamente ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

O próximo inscrito é o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir.) – Obrigado.

Sr. Presidente, quero cumprimentar aqui a iniciativa da Senadora Maria do Carmo, relatada pela Senadora Ana Amélia, e fazer um breve relato que talvez...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Senador Caiado, é do Senador Lasier Martins.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Desculpa, comentada pela Senadora e relatada pelo Senador Lasier Martins.

Quero fazer um relato. Provavelmente poucos Senadores ou Senadoras conhecem a convivência com o funcionário público como a Senadora Maria do Carmo.

É uma Senadora que é conhecida em seu Estado como a mãe dos pobres, pelo trabalho com empenho e dedicação que ela faz no seu dia a dia, caminhando bairro a bairro, rua a rua, ao lado dos funcionários da sua secretaria. É uma Senadora que sempre teve uma atuação e uma noção muito clara de equipe. Ela nunca trabalhou isoladamente, ela sempre trabalhou convergindo todos os funcionários para que, ao seu lado, houvesse o melhor procedimento para as pessoas mais carentes, necessitadas da mão do Estado.

A Senadora Maria do Carmo, ao apresentar esse projeto no intuito de avaliação de desempenho, é uma Senadora que não faz um projeto por ouvir dizer, ou seja, não é uma teoria, ela concilia a teoria com a prática, com os anos de experiência e vivência que tem à frente também das secretarias que assumiu no seu Estado. Ela pôde fazer este projeto com muita tranquilidade, dizendo que todos nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos submetidos a uma avaliação de desempenho – até para os nossos mandatos. Dependendo da avaliação do desempenho, nós vamos saber se nós seremos ou não amanhã reconduzidos ao cargo.

Da mesma maneira para o médico, por exemplo. É lógico que um médico dedicado, trabalhador, que tem resultados positivos, que tem um número alto de cirurgias com êxito, com boa técnica, com dedicação, se esse médico não tiver também um tratamento diferenciado, enquanto aquele outro não dá ao paciente o mesmo interesse no tratamento, da mesma forma que é dado por aquele que exerce a profissão dentro do seu âmbito completo, ou dos seus parâmetros exigidos, Presidente, nós estaremos estimulando que haja um incentivo às pessoas para simplesmente acharem dificuldade em tudo, para que amanhã o cidadão seja o maior penalizado com o adiamento do seu atendimento. Esse é um fato real. E, dentro dessa tese, ninguém aqui está penalizando o funcionário; nós estamos aqui, pelo contrário, enaltecendo aqueles que vão realmente exercer a sua função e sobrepor dificuldades momentâneas.

Eu vi há pouco tempo um documentário na televisão que mostrava, por exemplo, professoras no interior do Estado de V. Ex^ª, Senador Eduardo Braga, no Amazonas, que, pela dedicação delas, até com quase nenhuma infraestrutura, em colégios extremamente debilitados na condição de qualificar, havia o empenho das professoras em dar cada vez mais ensinamento, dedicação e qualificação na alfabetização e formação dos jovens.

Então, são exemplos como esses que nos motivam a de certa maneira cobrar o desempenho também como algo que seja uma prioridade do funcionário e de todos nós no exercício das nossas funções públicas, assim como nós também, que somos Senadores e Deputados, e em outros cargos que possamos assumir.

Então, eu noto que esta motivação precisa chegar. E cada vez mais precisamos responder, porque nós sabemos que as prefeituras hoje estão sem nenhuma capacidade de investimentos pelo que têm hoje já de comprometimento da arrecadação com o pagamento da folha. Ora, se nós não dermos pelo menos ao cidadão um tratamento que seja um gesto mínimo de solidariedade, de tentativa de superar aquela dificuldade, e achar uma solução para o fato, isso não deixa de causar certa decepção junto ao cidadão.

Eu vou lhe dar um fato rápido. Há muito tempo, eu conversava com o motorista de um caminhão que teve um problema de saúde num Estado, chegou lá e teve início de um processo pneumônico. Foi lá e recebeu uma receita do médico que o examinou, que prescreveu uma medicação, era um antibiótico injetável. Ele chegou a um posto de saúde, e a enfermeira chegou e disse a ele: "Tudo bem?", leu a receita, pegou a injeção, aspirou, pediu que ele tirasse a camisa, fez a injeção. "Até logo!" Foi embora. Daí ele andou a noite toda, chegou no outro dia para tomar outra injeção. A enfermeira disse: "Por favor, o senhor sente-se." "Pois não." "O que o senhor está sentindo?" Tirou a temperatura dele, tirou a pressão dele. "O senhor pode ficar descontraído, a injeção dói um pouco, mas, quando o senhor relaxar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a musculatura, ela vai ser rapidamente absorvida." Aplicou a injeção. E ele levantou como se já estivesse bom pelo tratamento. É lógico que todos nós temos um momento de mais angústia, de problemas maiores. Eu acho que é este o lado que precisa ser passado: o próprio funcionário público deseja realmente que não se estimule a tese de tentar denegri-lo.

Ninguém aqui pode... E nós sabemos que nenhum governante – vários aqui já foram governadores, ministros ou ocuparam cargos semelhantes –, ninguém, trabalha sem equipe, sem equipe motivada. Da mesma maneira, no centro cirúrgico, se não houver um bom anestesista, uma boa circulante de sala, uma boa instrumentadora, uma boa enfermeira, como o resultado vai ser?

Esse sentimento de equipe é fundamental para qualquer governante. E a eficiência, esse desempenho, é fundamental para nós atendermos a demanda do cidadão. Se o funcionário público hoje não está vivendo o melhor dos momentos, imaginem os 14 milhões de desempregados hoje no Brasil. Imaginem esses 14 milhões de desempregados no Brasil, que, ao recorrerem a nós, de repente, recebem um atendimento que os frustra, como foi o caso desse caminhoneiro que eu acabo de relatar aqui.

Então, eu vejo, nesse projeto da Senadora Maria do Carmo, relatado pelo competente Senador Lasier, algo que vai mostrar que nós estamos criando critérios, e critérios que vão, cada vez mais, enaltecer a função do funcionário público em todas as instâncias do País, do Município, dos Estados, da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Vou passar a palavra à Senadora Ana Amélia, mas inscreveu-se também a Senadora Simone Tebet, que acaba de chegar.

A Senadora Ana Amélia será breve, porque já falou antes, mas com todo respeito...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas duas observações.

O Senador Randolfe falou sobre a questão da educação. Eu quero lhe dizer, Senador Randolfe, que lá, no Rio Grande do Sul, a escolha dos diretores de escola é por votação direta da comunidade. Então, já há um critério de escolha que leva em conta uma meritocracia. A professora que vai ser escolhida é aquela que tem liderança, que tem capacidade de gestão e de liderança sobre equipes. No Rio Grande do Sul isso funciona. Eu tive uma irmã e uma sobrinha que foram eleitas, tiveram uma votação extraordinária por esse processo. Minha mãe foi merendeira de escola e eu fiz estágio numa escola pública também que tinha esse mesmo cuidado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer também que uma das instituições mais respeitadas, não só no Brasil, mas no mundo – para mim, instituição que recebe dinheiro público é pública, recursos do Orçamento – é a Rede SARAH, que está em Brasília e em outras cidades. A Rede SARAH, Senador Antonio Anastasia – V. Ex^a a conhece muito bem –, tem uma avaliação feita pelos pacientes, que avaliam o tratamento que recebem ali dentro. Claro que os servidores lá têm exclusividade, eles não podem fazer bico em nenhum lugar, são exclusivos do SARAH, o que também dá uma qualidade ao serviço que é oferecido. É um tratamento igual, tanto para a pessoa de maior posse, de maior poder, como para a pessoa mais simples. Ambas serão lá atendidas, porque permanentemente o atendimento é dado e feita a avaliação. Até falei hoje de manhã sobre isso. Minha secretária fez uma cirurgia no ombro, e eu perguntei: "Como foi o atendimento?" "Maravilhoso!" – é aquilo que o Senador Caiado estava falando sobre a enfermeira da injeção. Ela disse: "O tratamento que a gente recebe é um tratamento especial." E eu disse: "Logo você vai ter que responder a um questionário para dizer se gostou do tratamento."

É disto que nós estamos tratando: de prestigiar essas pessoas, que, mesmo lá no Amazonas, botam uma cobertura de capim e botam as crianças para aprenderem, uma escola num lugar quente, e que eu já vi muitas imagens maravilhosas, mostrando esse lado sacerdotal daqueles servidores, em qualquer área – no Município, no Estado, na área federal –, que têm um zelo extraordinário e respeitam a população que recebe o serviço, porque é o cidadão que paga o salário deles. É isso que temos de levar em conta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora, inscrita, a Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente. Serei muito breve.

Primeiro, quero parabenizar a autora do projeto, Senadora Maria do Carmo. Tem todo o nosso respeito e consideração até pela coragem de ter apresentado esse projeto, que visa regulamentar a Constituição Federal, uma emenda constitucional de 1998. Então, não é uma emenda de ontem; é uma emenda de quase 20 anos.

Eu gostaria apenas de fazer uma consideração. Não sei se os Senadores... Não sei se seria possível um acordo, Senador Eduardo Braga, Senador Randolfe e o próprio Relator, Senador Lasier, porque já foi pedida vista, mas eu entendo que, embora meritório o projeto – e aqui não é o caso de se discutir o mérito do projeto, uma vez que ele vai tramitar em outras comissões –, é importante nós lembrarmos que o ideal, realmente, é um Estado cada vez mais distante do patrimonialismo. O Estado não pode ser visto como patrimônio de ninguém. Nós mesmos avançamos muito em relação à legislação para diminuir essa influência, esse patrimonialismo exercido pela classe política, começando pelo nepotismo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabando com o nepotismo e com outros "ismos" em relação ao agente político. Nós também temos de fazer leis para impedir que o servidor público, o agente público de modo geral, utilize-se daquilo que não lhe pertence, que é o Estado, que é a máquina pública, que, como o próprio nome diz, visa ao interesse público e pertence à sociedade. Essa é uma questão de mérito a ser discutida nas comissões.

O que eu gostaria de levantar aqui e acho que não foi levantado, Senador Caiado, é uma outra questão. A Senadora acabou de me abordar aqui. Ela levantou um vício de constitucionalidade, um vício de iniciativa. É questionável o vício de iniciativa, mas há um vício aqui que talvez não seja tão questionável. O parágrafo único do art. 1º diz que se subordinam ao regime dessa lei complementar os órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional dos três Poderes das esferas: União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Nós sabemos que, no que se refere a essa questão que trata do servidor público, nós podemos legislar em relação às normas gerais, não em relação às normas específicas, porque aí nós estaríamos entrando não só na violação da separação dos Poderes, mas na questão federativa. Consequentemente, dando uma olhada, ainda que de uma forma genérica, no projeto, parece-me que ele é muito específico, e aí entra em normas específicas, e não gerais, entrando em confronto, talvez, com uma regulamentação posterior de Estados e Municípios.

Tendo em vista isso, o que eu proporia, já que aqui nós temos que analisar esse aspecto de constitucionalidade, inconstitucionalidade, vício de iniciativa ou ingerência em outros Poderes, em outras esferas? Eu gostaria, uma vez que... Acho que podemos aproveitar o projeto se o Relator puder, em um acordo amplo com os colegas, revistá-lo para que o projeto possa ser mais enxuto.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com licença, Senadora Simone. Quero só pedir um pouco mais de ordem no plenário para ouvir V. Exª.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – O projeto poderia ser mais enxuto, estabelecendo apenas normas gerais em relação a essa avaliação de desempenho por insuficiência do servidor público. Com isso, nós eliminaríamos qualquer possível questionamento na Justiça em relação à nossa ingerência, na questão federativa, em relação aos Estados e Municípios.

Da mesma forma, haveria tempo de se analisar o questionamento feito pela Senadora Vanessa. Não me parece, até aí, haver um vício de iniciativa.

Mas, de qualquer forma, se nós tivermos um texto mais enxuto, nós atenderíamos e resolveríamos a preocupação do Senador Randolfe, acho que a do Senador Eduardo Braga, e entregaríamos à sociedade um texto seguro, que pudesse, a partir daí, ser desenvolvido, tendo em vista





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– volto a repetir o início da minha fala – o Estado que nós todos queremos, que é um Estado que prima pelo princípio da eficiência, sem corporativismos, garantindo, também aí, ao servidor que trabalha, ao servidor que desempenha suas atribuições, toda a segurança de que ele não vai ser, em nenhum momento, atingido. Muito pelo contrário: ele vai ser beneficiado, porque ele é o primeiro a querer trabalhar e ter o título de servidor público como algo que não denigre a sua imagem, ao contrário, que engrandece a sua atribuição, que é grande, porque é uma função pública.

Não sei se eu me fiz entender, mas o que me parece, de forma bem objetiva, agora, e resumindo, Presidente Anastasia, é que o projeto tem boa intenção, ele é necessário, ele tem condições de ser aproveitado, mas, ao ser tão específico, legislando também para Estados e Municípios, aí eu tenho uma inconstitucionalidade na questão federativa. Poderia ser mais específico no que se refere ao servidor público federal, mas não entrar nesses meandros no que se refere aos servidores estaduais e municipais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Simone.

Antes de dar palavra ao Relator, para sua ponderação sobre essa proposta de V. Ex^a, o Senador Armando Monteiro pediu um segundo de intervenção, para fazer uma manifestação, e vou dar a palavra ao Relator, para responder à Senadora Simone, logo depois do Senador Armando.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu acho que, depois dessa colocação da Senadora Simone, eu iria voltar ainda a uma discussão de mérito, lembrando que, como o Senador Randolfe aqui colocou, ele se colocava, no mérito, favorável ao projeto. E até se penitenciava por não ter apresentado uma emenda, porque o ponto que me parece que é motivo de preocupação do Senador é o problema dos critérios de avaliação, reduzindo essa margem de certa discricionariedade, etc. E manifestou ainda preocupação com aquilo que pudesse ser uma confusão em relação à avaliação de atividade meio e atividade fim.

Eu quero dizer ao nobre Senador Randolfe que os mecanismos, hoje, de avaliação consagram, de forma muito clara, objetivos que são atribuídos a quem exerce atividade meio, e é possível identificar perfeitamente critérios de avaliação e aqueles que se dedicam às atividades finalísticas. Isso não é nenhum problema, do ponto de vista de técnica de avaliação e de modelos de avaliação. Então, é algo que pode ser resolvido.

Agora, para finalizar, uma observação: nos anos 90 ainda, eu era presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, e houve um movimento muito forte no Estado, eu diria que até expressando uma certa reação da sociedade, no sentido de nós podermos construir um novo modelo de gestão pública no Estado. E, na época, nos foi apontado o exemplo de Santa Catarina, do saudoso Governador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vilson Kleinübing, que já faleceu e que, nos anos 90, com todas as limitações, deu curso a uma série de experiências inovadoras. E eu tive a oportunidade, com um grupo, lá, de empresários, visitar, à época, o então Governador Vilson Kleinübing. E, depois de uma longa conversa, ele terminou a nossa conversa me dizendo algo que eu nunca mais esqueci. Ele dizia: "Há, efetivamente, um problema com a gestão pública no nosso País, porque nós não podemos premiar, por conta da isonomia; e não podemos punir por conta da estabilidade."

Então, há algo nesse universo que nós precisamos quebrar. O instituto da estabilidade, que muitos reconhecem como fundamental para as carreiras de Estado assim chamadas, não pode ser algo que seja dado de forma absoluta, incondicional. Até para merecer a proteção da estabilidade, é preciso que, do ponto de vista social, isso se justifique como? Com processos de avaliação, porque, do contrário, a estabilidade seria o quê? Uma proteção absoluta? Alguém que fosse inalcançável inteiramente por qualquer escrutínio da própria sociedade?

Então, eu acho que é imperativo que o Brasil caminhe no sentido de consagrar processos de avaliação, sem o que nós não vamos poder avançar, tampouco fazer com que o Estado brasileiro possa alcançar condições de melhor desempenho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Vamos passar a palavra ao Senador Lasier para responder às indagações da eminente Senadora Simone.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – A indagação principal que está pendente, Presidente, é a tentativa de arguição de inconstitucionalidade.

Eu quero dizer que nós debatemos com a Consultoria profundamente esse item e constatamos todos que pacificamente não há nenhuma inconstitucionalidade pelo elementar fato de que o art. 41, que é o que nós estamos discutindo, diz, no §1º: "O servidor público estável só perderá o cargo [...]". E vamos ao que nos interessa: "III - mediante procedimento de avaliação [...]". Portanto, nós temos que estabelecer o procedimento, que é o que estamos fazendo. Mas vamos até o fim: "III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa." Então, não há inconstitucionalidade porque nós estamos aqui cumprindo uma ordem constitucional, que é fazer a lei complementar.

O que diz a doutrina sobre lei complementar? Quando não há indicação do ente que deve editar lei complementar, deve-se entender que o mandamento é dirigido ao Poder Legislativo. Não é o Presidente da República que vai dizer como vai se proceder à avaliação do desempenho lá naquele Município do Sertão do Nordeste, não. É o Poder Legislativo central, é o Congresso Nacional. E é o que nós estamos fazendo, através de uma lei complementar, porque se trata de regulamento de dispositivo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Constituição. A quem compete, portanto, a lei complementar? A esta Casa, ao Congresso Nacional. E temos que estabelecer o procedimento.

Por isso, estabelecemos o procedimento dos itens gerais, que são qualidade do trabalho e produtividade, que valem a metade dos pontos. Quem, por exemplo, atingir a nota máxima em produtividade e qualidade do trabalho nem vai ser submetido aos princípios gerais, que são doze, na nossa proposta do substitutivo, dos quais, conforme a característica de cada avaliado, vão se retirar os cinco itens que se adaptam àquela característica de trabalho.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, eminentes Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me que está exaurida já a discussão. As ponderações feitas pela Senadora Simone, parece-me que o eminente Senador Lasier as escutou com atenção, mas tem um outro entendimento – pelo o que entendi. Na verdade, então....

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Desculpe-me, Presidente, pela ordem.

É só para deixar claro para o Senador: acho que ele respondeu à Senadora Vanessa. Eu não questioneie o vício de iniciativa. Acho que há questionamentos, mas, de qualquer forma, como é uma indicação direta da Constituição, acho que isso é passável, não haveria problema.

A única observação que eu fiz, até para que possa votar favoravelmente ao projeto... Tenho que deixar aqui registrado o meu voto – voto favoravelmente ao projeto –, mas sugiro que na outras comissões se faça uma emenda estabelecendo que as normas específicas dessa lei não valham para Estados, Municípios e Distrito Federal, porque aí nós estaríamos violando, pela questão federativa, a autonomia dos Estados e dos Municípios para criar as normas específicas em relação ao estatuto dos seus servidores públicos. Seria – por isso eu expliquei aqui – uma questão talvez até menor do que o vício de iniciativa; seria adequar o projeto para que deixássemos muito claro que as normas gerais desse projeto valem para todos, mas as normas específicas não valem para Estados, Municípios e Distrito Federal, sob pena de serem consideradas ilegais ou inconstitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone.

V. Ex^{as} sabem que o Presidente não participa do debate, mas eu vou pedir aquiescência por um minuto, se me permite o Plenário, para fazer duas observações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com referência à ponderação da Senadora Simone: ela, de fato, sob o ponto de vista formal, tem razão quando diz que nós não podemos adentrar na competência de Estados e Municípios em normas que sejam específicas e de natureza cotidiana; só as normas gerais são passíveis disso, apesar de a Lei Geral de Licitação, ora vigente, é um exemplo típico de uma norma geral que fez exatamente.... Lamentavelmente até hoje não foi declarada a sua inconstitucionalidade. Mas tem razão na ponderação acadêmica, correta, evidentemente, a Senadora Simone.

Permita-me tão somente, Senador Randolfe Rodrigues, uma observação de minha parte, com todo respeito ao voto de V. Ex^a, que está muito bem lançado.

É que há uma distinção, e o Relator teve até o cuidado com a terminologia, apesar de não ser da área jurídica. Quando a legislação fala nos critérios relativos à desídia e à inassiduidade, ali nós temos faltas graves passíveis de demissão, são penas. A estabilidade, por outro lado, não é uma penalidade. A questão da eficiência é relativa, inclusive, ao caso de exoneração, jamais como pena, é só o mau desempenho... Pode ser uma pessoa que seja eventualmente – estou falando em tese – assídua, dedicada, que não faça desídia, mas que seja totalmente incompetente para aquela função. É o caso de um professor que passou num concurso, mas que não consegue dar aula. Então, em tese, eu distingo as duas situações. Mas é claro que a posição que V. Ex^a coloca no seu voto é muito respeitada também.

Eu queria, portanto, submeter a matéria, encerrada a discussão, à votação.

Trata-se de matéria não terminativa que ainda vai para três comissões, como nós anunciamos.

A Secretaria orienta que primeiro votaremos o parecer do Relator; depois, se o parecer do Relator não for aprovado, votaríamos e deliberaríamos sobre o voto em separado.

Desse modo, em primeiro lugar vamos colocar em votação o relatório do Senador Lasier.

Os Senadores que aprovam o relatório do Senador Lasier queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado com voto contrário da Senadora Vanessa, do...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... do Senador Randolfe e do Senador Valadares.

A verificação regimental tem que ter o apoio de três. Quem apoia? *(Pausa.)*

Já tem apoio: Eduardo, Randolfe e Valadares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos abrir o painel a para votação nominal da matéria. Oriento a secretaria a fazê-lo, por gentileza.

Vamos votar o relatório do Senador Lasier.

Vamos abrir o painel – eu já pedi para abrir, mas é um pouco lento o processo.

(Procede-se à votação.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Enquanto se abre o painel, Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estamos em pleno Outubro Rosa, Senador Antonio Anastasia. Em homenagem às mulheres, e aqui está a Procuradora da Mulher do Senado Federal, Senadora Vanessa Grazziotin, gostaria de ponderar que deveria ser incluído na pauta de votações o Projeto de Decreto Legislativo 1.442, de 2014, na Casa de origem, da Deputada Carmen Zanotto, que susta o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, do Ministério da Saúde, que altera questões relacionadas a exames de mamografia em mulheres com mais de 40 anos.

Eu queria consultar V. Exª sobre a possibilidade de incluir essa matéria em pauta neste mês agora, Outubro Rosa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, na esteira da posição da Senadora Ana Amélia e contando com a sensibilidade de todos os membros da Comissão, na comemoração também do Outubro Rosa, um fato que chama a atenção é que esse é um projeto de decreto legislativo que já está em tramitação aqui há muito tempo. Essa portaria, eu a considerei até criminosa quando foi feita, em 2013, no Governo do PT, porque realmente o Ministro se colocou acima de nós, legisladores.

Nós havíamos aprovado uma lei aqui, no Congresso Nacional, sancionada à época pelo Presidente Lula, que garantia a todas as mulheres, a partir dos 40 anos de idade, fazer o exame de mamografia, e esse exame era aceito como forma de rastreabilidade do câncer a partir dos 40 anos de idade. Com isso, poucas mulheres ficariam sem diagnóstico precoce. Tivemos, logo a seguir, uma portaria e um decreto transferindo essa responsabilidade para a partir dos 50 anos de idade. Vejam bem: retiraram-se dez anos, e as mulheres de 40 a 50 anos de idade foram excluídas dessa política de rastreamento do câncer de mama.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acresço aquilo que a Senadora Ana Amélia coloca, ou seja, de 40 a 50 anos de idade, o Governo não acolhe a mamografia e, quando ela é feita, é feita unilateralmente. V. Exª, como constitucionalista e grande jurista que é, deve estar sem entender bem, mas é verdade. Se a mulher tem de 40 a 50 anos de idade, ela vai ter que escolher qual é o seio do qual ela vai fazer a mamografia, porque o SUS só vai pagar o exame de um seio. Então, é essa a matéria.

À época eu ainda estava na Câmara, e nós aprovamos esse projeto de decreto legislativo, que é aqui relatado pela Senadora Ana Amélia. Agora, Sr. Presidente, temos aí, no segundo decreto legislativo, também em relação a este fato específico de suprimir esses 10 anos, de 40 a 50 anos de idade, a possibilidade de a mulher entrar num programa de rastreabilidade ou de rastreamento do câncer de mama. Esses são os fatos relativos aos dois projetos de decreto legislativo.

Acredito, em decorrência até da homenagem, dessa campanha do Outubro Rosa para dar maior conscientização à mulher do câncer ginecológico e do câncer de mama, que poderemos, na Comissão de Constituição e Justiça, priorizar esses dois temas e votá-los com a maior urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLYCY (PMDB - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Caiado, agradeço as ponderações de V. Exª, sempre muito lúcidas.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLYCY (PMDB - SP) – Quero, primeiro, apoiar esse projeto, que é de enorme relevância e, depois, pedir, se V. Exª achar adequado... Nós temos um projeto que gostaria até que fosse colocado extrapauta pela urgência, que é do Tribunal Superior Eleitoral de São Paulo, que pede cargos efetivos para o seu quadro de pessoal para poder se organizar para as próximas eleições.

Então, poderíamos ler ou já votar, porque não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a nossa aquiescência, Srª Senadora Marta, nós...

A SRª MARTA SUPLYCY (PMDB - SP) – PLC 93.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ele consta da... É extrapauta?

Então, vamos esgotar a pauta e depois entraremos nele. Da minha parte, não há nenhum problema.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Randolfe primeiro. Um minutinho e já vou dar a palavra a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, é só para lembrar a V. Ex^a, como havia pedido anteriormente, a rápida leitura do item 19, que é o PLS de autoria do Senador Reguffe.

Prometo a V. Ex^a e aos colegas que a leitura não demorará mais de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Ex^a não precisa prometer; a sua palavra tem fé pública aqui.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, obrigado.

Gostaria que V. Ex^a colocasse em votação, ainda na sessão de hoje, ao seu final, o requerimento que pede um aditamento ao Requerimento nº 81, de autoria de V. Ex^a, solicitando a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 236, que trata da reforma do Código Penal brasileiro, que é a inclusão dos seguintes convidados: Dr^a Heloísa Estellita, Professora de Direito Penal da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Dr. Renato Silveira, Professor de Direito Penal da USP; Dr. Fábio Tofic, Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa; e Dr. Cristiano Maronna, Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

É a sugestão que estou dando à Comissão, para que esses especialistas sejam ouvidos em matéria tão importante como é a reforma do Código Penal brasileiro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Valadares...

Só um segundo, Senador Caiado.

Senador Valadares, eu recebo com muito gosto e me permito uma ponderação a V. Ex^a, já que sou autor do Requerimento e Relator da matéria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já fizemos uma audiência pública com juristas e marcamos essa nova com as instituições. Já são sete. Então, se colocarmos mais quatro, ela fica inviável.

Então, ousaria sugerir a V. Ex^a, com a minha total aquiescência, uma outra audiência pública com esses juristas, porque, do contrário, com 11 não vamos conseguir... E, como essa já marcada é dedicada tão somente às instituições – como a associação dos magistrados, dos delegados, etc. –, esses juristas poderiam ser ouvidos numa outra audiência só com juristas. De minha parte, não haveria nenhum óbice. É a ponderação que eu faria a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Não haveria nenhuma resistência de V. Ex^a se nós pedirmos uma outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Uma nova audiência pública.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Com quantos membros no máximo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O senhor sugeriu já quatro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Eu sugeri quatro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mais do que isso... Na vez que eu fiz...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Quatro ou cinco no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – No máximo, porque, do contrário, é contraproducente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Está certo. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É a ponderação que faço a V. Ex^a.

Senador Caiado, vou encerrar a votação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar a votação, eu solicito a inclusão extrapauta da indicação do Sr. Breno Medeiros para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Apenas a leitura rápida, se V. Ex^a me autorizar... Extrapauta, e a matéria estará pronta para ser votada na próxima sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós faremos, meu caro...

Eu estou no meio de uma votação. Não podemos fazer isso agora, mas tão logo termine a votação, daremos a palavra a V. Ex^a, como também à Senadora Marta e ao Senador Randolfe para a leitura de todos.

Tenho que concluir a votação e falta ainda um Senador para votar. Então, vamos atrás desse último. *(Pausa.)*

Senador Caiado, então, para ganhar tempo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A minha Secretaria informa que eu já estou lá para efeitos de quórum. De voto mesmo, só há 12.

Quantos há? Um, dois, três, seis, sete, oito, nove... Falta um. Mas este chegará logo.

Enquanto isso, a Secretaria autoriza a leitura, tão-somente a leitura do Ministro que V. Ex^a fará, e, depois, iremos ao Senador Randolfe e à Senadora Marta, enquanto completamos a votação.

ITEM 38**MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2017**

- Não terminativo -

Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Senhor BRENO MEDEIROS, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio José de Barros Levenhagen.

Autoria: Presidência da República.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatório: Pronto para deliberação.

Com a palavra o Senador Caiado para a leitura da indicação do Ministro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão a indicação, pelo Presidente da República, do Dr. Breno Medeiros, para ocupar o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vaga reservada a juiz de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio José de Barros Levenhagen.

Em conformidade com o art. 111-A, II, da Constituição Federal, quatro quintos dos membros do TST devem ser recrutados dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, e que detenham notável saber jurídico e reputação ilibada. Nos termos do mesmo artigo, a nomeação dos indicados condiciona-se a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a teor dos arts. 101, II, i, e 383, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), emitir parecer sobre a indicação, após sabatinar o indicado.

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, a, do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado encaminhou o seu curriculum vitae, que passamos a resumir.

O Dr. Breno Medeiros iniciou sua vida profissional como Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, em 1991. No ano seguinte, ingressou na magistratura trabalhista de 1ª instância da 18ª Região (Goiás). Em 2009, passou a membro do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da mesma Região, nele vindo a exercer as funções de Vice-Presidente e Corregedor, no biênio 2015/2017, e de Presidente da Corte, a partir de 2017. Entre maio de 2014 e dezembro de 2015, foi convocado para atuar junto ao Tribunal Superior do Trabalho. É também membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, como representante da Região Centro-Oeste para o biênio de 2017-2019.

No campo acadêmico, graduou-se em Direito em 1991, pela Universidade Federal do Paraná, tendo se especializado em Engenharia da Qualidade, em 2002, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Exerceu funções docentes na Escola da Magistratura do Trabalho e na Universidade Católica de Goiás.

Para fins do disposto no art. 383, I, b, do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou declarações de que: (i) possui parentes que desempenharam ou desempenham atividade pública vinculada à sua atividade profissional, a saber: sua esposa é Analista Judiciária do TST; seu irmão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é Analista Judiciário do TRT da 18ª Região, uma de suas irmãs é Técnica Judiciária do TRT da 9ª Região e a outra é juíza aposentada dessa Corte; (ii) nunca foi sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidade não governamental; (iii) está em situação regular com os fiscos federal, estadual e municipal (tendo anexado as respectivas certidões comprobatórias); (iv) figura como réu na Ação Civil Pública nº 5000130-85.2017.4.04.7201, que tramita, em fase de instrução, na 2ª Vara Federal de Joinville/SC (tendo anexado certidões negativas relativas à sua pessoa, em diversas jurisdições, nos âmbitos cível, penal, eleitoral e administrativo); (v) não atuou, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras, tendo-se dedicado à magistratura nos últimos 25 anos.

Por fim, em conformidade com o art. 383, I, c, do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou argumentação sucinta, em que expõe sua experiência profissional e formação técnica, a justificarem, em seu entendimento, a nomeação para o cargo.

Ante o exposto, consideramos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o relatório, Sr. Presidente, da indicação do Sr. Breno Medeiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Essa foi a Mensagem nº 62, que indica o nome do Ministro Breno Medeiros para exercer o cargo no TST, e o relatório foi lido por V. Exª.

A autoria é do Presidente da República.

Após a leitura, colocamos em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, é concedida vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato em votação.

Vamos encerrar a votação tendo em vista o quórum alcançado. Então, eu farei aqui o encerramento da votação.

Confirmando que todas as Srªs e os Srs. Senadores já votaram, está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Sem votos a favor e 4 votos contrários.

Desse modo, está aprovado o projeto, que será encaminhado à próxima comissão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós vamos dar sequência à reunião.

Pois não, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu solicito inversão na pauta relativamente ao item 36, para que pudesse ser lido e apreciado, já que é um tema que tem tudo a ver com o Outubro Rosa, Sr. Presidente – diz respeito à faixa etária para as mulheres poderem ter o rastreamento do câncer de mama.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu também gostaria de ler, Sr. Presidente, o 23.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência, com paciência, ouvirá todos. De acordo com as solicitações, eu pediria, inclusive em virtude do adiantado da hora, que as leituras fossem feitas de maneira mais célere.

ITEM 39**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2017**

- Não terminativo -

Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Autoria: Tribunal Superior Eleitoral.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy para a leitura do seu relatório. O Senador Randolfe será o próximo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 93, de 2017 (nº 5.052, de 2016, na origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A justificação, subscrita pelo então Presidente do TSE, Ministro Dias Toffoli, assinala que a proposição se fundamenta na necessidade de aprimorar a prestação jurisdicional, a eficiência operacional, melhorar os fluxos de informação e conferir maior racionalidade ao modelo organizacional considerando a missão institucional do TRE-SP.

Ressalta que a última lei que criou cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas na Secretaria do TRE/SP foi a Lei 11.202/2005. Após dez anos, a estrutura de pessoal continua a mesma e as atribuições aumentaram consideravelmente. E assinala que, no período entre 2005 e 2015, o eleitorado do Estado de São Paulo apresentou crescimento superior a 15%, cerca de 4,6 milhões de eleitores em termos absolutos “muito mais do que o número de eleitores da maioria dos estados do Brasil.

Naturalmente, o aumento do número de eleitores representa aumento na prestação de serviço, como o cadastro de eleitores, emissão de títulos, novas seções eleitorais, convocação de mais mesários dentre outros afazeres de competência direta do Tribunal.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Vamos direto à análise.

Não existem quaisquer óbices jurídicos que impeçam o exame do mérito da proposição pelo Senado Federal. Com efeito, trata-se de matéria de iniciativa dos Tribunais Superiores, a teor do art. 96, II, b, da Constituição, e de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, X, da Carta Magna.

Quanto ao mérito, as amplas informações relativas ao crescimento do número de eleitores do Estado de São Paulo, e, em consequência, das maiores exigências com relação ao funcionamento do tribunal regional eleitoral desse Estado são bastantes para justificar a necessidade da criação de novos cargos.

Acresça-se a tal o fato de que esse crescimento da demanda pelos serviços eleitorais não foi acompanhado do aumento respectivo das capacidades administrativas da Justiça Eleitoral, que desde o ano de 2005, ou seja, há 12 anos, conta com o mesmo número de servidores efetivos e comissionados.

Com efeito, cabe anotar, em aditamento aos argumentos expedidos pelo então Presidente do TSE, Ministro Dias Toffoli, que o Projeto de Lei foi encaminhado ao exame do Congresso Nacional em abril do ano de 2016, e somente agora chega ao Senado Federal, em uma circunstância de maiores exigências, pois nos encontramos diante da necessidade de preparar a organização das eleições gerais a ocorrerem em 7 de outubro de 2018.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe, finalmente, registrar que o Anexo V da Lei Orçamentária para 2017, a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, em seu item 2.5.2, contém autorização para a criação dos cargos propostos no projeto em análise, bem como para o respectivo provimento.

Voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2017, e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

É simbólica a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2017.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 19**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016**

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros.

Autoria: Senador Reguffe.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal*

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues para a leitura de seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Como V. Exª já fez a leitura da ementa, só destaco que compete a esta Comissão, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento do Senado, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, critérios que são alcançados por este projeto.

Passando diretamente ao voto, pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 267, de 2016.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Agradeço a sua leitura.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

No momento oportuno a votação será feita, quando tivermos quórum, com a discussão já encerrada.

Próximo item.

ITEM 36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, de 2015**

- Não terminativo -

Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatório: Favorável ao Projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para proferir seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Coube a mim a relatoria de projeto de decreto legislativo de uma importância ímpar, de iniciativa do Senador Lasier Martins.

É uma barbaridade o que o Ministério da Saúde está praticando, ou seja, no ano de 2008, o Lula, o governo do PT, em comemoração ao Outubro Rosa, sancionou uma lei que prevê exatamente que, a partir dos 40 anos de idade, as mulheres estão dentro de um programa de rastreamento para o câncer de mama, como também para o câncer ginecológico – Sr. Presidente, trata-se desses exames todos, patológicos, citopatológicos, que são necessários para diagnosticar o câncer de colo uterino.

Depois, o que ocorreu? O governo vem e baixa, o mesmo governo do Presidente Lula, em 2015, um novo decreto, uma portaria, a de nº 61, e tira das mulheres na faixa etária de 40 até 50 anos de idade a possibilidade de ter acesso a essa campanha de rastreamento do câncer de mama.

Diante disso, Sr. Presidente, o nobre Senador Lasier apresentou projeto cujo relatório passo a ler rapidamente aqui.

Submete-se ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 377, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Na justificção, o autor argumenta que o Ministério da Saúde extrapolou as competências da Pasta ao fixar limites etários mais elevados que os estabelecidos pela Lei nº 11.664 – que acabei de ler, Sr. Presidente –, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para a realização de mamografia com vistas ao rastreamento do câncer de mama.

Além disso, segundo o autor, a Portaria afronta o direito constitucional à saúde, bem como se coloca contra as recomendações médicas internacionalmente reconhecidas.

Nos termos do inciso I e da alínea f do inciso II, ambos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa das matérias submetidas à sua apreciação e, ressalvadas as competências das demais comissões, sobre o mérito de matérias que tratem de órgãos do serviço público civil da União.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PDS ora em análise visa sustar norma infralegal editada pelo Ministério da Saúde sob a alegação de que contraria lei ordinária aprovada pelo Congresso Nacional.

No aspecto da constitucionalidade formal, a medida proposta se enquadra nas competências exclusivas do Congresso Nacional previstas nos incisos V e XI do art. 49 da Constituição Federal, segundo os quais incumbe ao Congresso Nacional “sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa” e “zelar pela preservação de sua competência legislativa”.

Uma vez que o objeto do controle previsto no inciso V do art. 49 da Constituição Federal não é o mérito do ato em si, mas sim a sua inconstitucionalidade formal, por exorbitância do poder regulamentar, não cabe discutir o mérito da medida propugnada pela portaria cujos efeitos o PDS visa sustar, mas tão somente se ela está conforme à constitucionalidade formal ou à legalidade.

No que tange a esse aspecto, há de se reconhecer que a medida contida na Portaria, de fato, contraria norma jurídica aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente da República, a Lei nº 11.664, de 2008. O inciso III do art. 2º desse diploma legal incumbe ao SUS garantir a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade.

Portanto, resta cristalino que o Ministério da Saúde exorbitou do seu poder de regulamentar, usurpando, por meio de norma infralegal, a prerrogativa legislativa das duas Casas do Congresso Nacional.

Caso o Ministério da Saúde pretenda adotar idade diferente daquela prevista na lei vigente para recomendar o início do rastreamento mamográfico do câncer de mama – conforme as recomendações emanadas da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) –, há que buscar fazê-lo pela via legislativa, mediante apresentação de projeto de lei, cuja iniciativa é da competência compartilhada entre os Poderes Executivo e Legislativo.

O teor do PDS nº 377, de 2015, é, portanto, constitucional e juridicamente adequado, constituindo-se como instrumento legítimo do Parlamento para o exercício da prerrogativa que lhe foi conferida pelo inciso V do art. 49 da Constituição Federal.

Voto.

Pelo exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 377, de 2015, cuja relatoria é do Senador Ronaldo Caiado.

Sr. Presidente, é simplesmente para revogar algo que realmente impactou negativamente a área da saúde, mas especialmente as mulheres. Hoje nós temos, Sr. Presidente, um hospital lá em Barretos que faz esse controle também em outros tipos de câncer, de forma que na região se tem o tratamento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

completo, e não há nenhum caso de evolução de câncer de mama e muito menos de câncer de colo de útero.

Sendo assim, Sr. Presidente, peço a aprovação e parabenizo o Senador Lasier Martins pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Parabéns, Senador Caiado, pela leitura completa do relatório.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Próximo item.

ITEM 23**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013****- Terminativo -**

Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Será tão somente lido o relatório neste momento porque nós não temos quórum terminativo.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como já foi distribuído previamente o relatório, procurarei ser sintético.

As pesquisas eleitorais, Sr. Presidente, muitas vezes, constituem, salvo melhor juízo, uma interferência imprópria no processo de formação da intenção de voto dos eleitores, e sua realização deve ser proibida algum tempo antes da eleição, para preservar justamente a liberdade de escolha do eleitor. Com essa finalidade, propomos um substitutivo ao projeto em apreço, que acrescenta mais um artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com o objetivo de vedar a realização de pesquisas nos 45 dias anteriores ao dia das eleições.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Senadores, em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2013, e, no mérito, pela sua aprovação, nos termos da seguinte emenda substitutiva, aqui apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será feita em data oportuna.

Agradeço a presença de V. Ex^{as}.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia onze de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Waldemir Moka, José Pimentel, Paulo Rocha, Ângela Portela, Antonio Anastasia, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Davi Alcolumbre, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registra a presença o Senador Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, José Maranhão, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Eduardo Lopes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 41ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015, e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 4 - OFÍCIO "S" Nº 50, de 2017 - Não Terminativo - que: "Indica, nos termos do art. 103-B, IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota para integrar o Conselho Nacional de Justiça." Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva automaticamente. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Presidência concede vista ao Senador Randolfe Rodrigues nos termos regimentais. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo). ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades judiciárias." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012 - Terminativo - que: "Veda o segredo de justiça nos procedimentos investigatórios e processuais em que agente público seja investigado ou acusado e dá outras providências." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acréscena o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 29 - EMENDAS DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015 - que: "Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda que apresenta, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dispor que os prazos estabelecidos no Estatuto são contínuos, não se interrompendo ou suspendendo nos dias em que não houver expediente forense." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: Adiado. ITEM 32 - EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 - que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2007 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre pronunciamento anual do Presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral." Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal." Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao inciso III do parágrafo único do art. 163 e ao § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal." Autoria: Deputado Coronel Alves. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta-lhe o art. 775-A, a fim de dispor sobre a contagem de prazos processuais." Autoria: Deputado Paulo Teixeira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 41 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 574, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, para excetuar do regime estabelecido pela lei a pessoa jurídica brasileira controlada por estrangeiros dedicada a projetos de reflorestamento." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Waldemir Moka. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 42 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-T, 2 e 3. Resultado: Adiado. ITEM 43 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2015 - Não Terminativo - que: "Susta o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde." Autoria: Deputada Carmen Zanotto e outros. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para seu conhecimento, que foi recebido o Aviso 868, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.138, que trata de relatório de auditoria que tem por objetivo o exame da gestão orçamentária da Advocacia-Geral da União, a avaliação da situação da força de trabalho e da gestão de pessoal do órgão e a verificação da implementação de unidade de auditoria interna. O referido documento encontra-se na Secretaria desta Comissão à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A presente reunião destina-se à deliberação do item 1 ao item 43.

ITEM 40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, de 2017

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta-lhe o art. 775-A, a fim de dispor sobre a contagem de prazos processuais.

Autoria: Deputado Paulo Teixeira.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como V. Exª apregoou, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, trata-se de um projeto muito simples que altera o art. 775 da CLT para determinar que os prazos no processo laboral serão computados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do término. Além disso, estabelece que os prazos poderão ser prorrogados pelo magistrado ou em caso de força maior.

O projeto, em seu art. 2º, suspende os prazos processuais no recesso forense, que vai de 20 de dezembro a 20 de janeiro, inclusive. Determina, ainda, que as funções dos juízes, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Advogados Públicos e dos auxiliares da justiça serão, no referido período, exercidas normalmente. Por fim, estipula que não serão realizadas sessões de julgamento, tampouco audiências no citado interregno.

Passo, desde logo, ao relatório sobre o mérito, Sr. Presidente, porque o projeto é muito simples.

No mérito, o PLC nº 100, que vem aprovado da Câmara, merece ser aprovado.

Assim sucede porque a proposição incorpora ao texto consolidado as inovações trazidas pelos arts. 219 e 220 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (o novo Código de Processo Civil), uniformizando, portanto, a contagem de prazos no processo do trabalho e no processo civil. Evitam-se, com isso, prejuízos às partes, em virtude da perda do momento oportuno para a prática de importantes atos processuais, como a interposição de recursos, por exemplo. Garante-se, assim, o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

No tocante à suspensão dos prazos processuais durante o recesso forense, o PLC nº 100, de 2017, traz para o ordenamento jurídico nacional o disposto no art. 183, §1º, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e na Súmula nº 262, II, da referida Corte Superior.

O dispositivo e o verbete sumular em testilha, que determinam a suspensão dos prazos processuais durante o recesso forense, em que pese servirem de norte para a atuação das Varas do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, não ostentam força vinculante, motivo por que não se afigura incomum a interposição de recursos contra decisões que, na contramão do que dispõe o TST, entendem pela não suspensão dos prazos em foco no recesso forense.

Tais recursos, normalmente versando apenas sobre a matéria relativa à perda do prazo para a prática de determinado ato processual, exigem o dispêndio de tempo por parte do TST para os respectivos julgamentos, congestionando a tão assoberbada pauta do referido tribunal.

Por isso, a inserção na CLT do disposto no art. 183 do Regimento Interno do TST e na sua Súmula nº 262, II, colabora, também, para que a jurisdição da Justiça do Trabalho seja prestada de maneira mais célere.

Tecidas essas considerações, recomenda-se a aprovação do PLC nº 100, de 2017.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, vota-se pela aprovação do PLC nº 100, de 2017.

Acrescento, Sr. Presidente, que é muito singelo o projeto. Ele equipara ao novo CPC os prazos no caso da Justiça do Trabalho e, ao mesmo tempo, incorpora no texto legal a súmula do TST sobre recesso. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a fase de discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Apenas para parabenizar tanto o autor, que é um Deputado Federal, quanto o Relator, Senador Anastasia, que é advogado, conhece bem essa questão dos prazos processuais. Houve uma alteração recente do Código de Processo Civil, estabelecendo que os prazos, principalmente para nós, advogados, somente correm nos dias úteis, mas havia uma dúvida se isso valia também para as legislações específicas como a legislação trabalhista. Tem todo sentido não valer, por exemplo, para a Justiça Eleitoral, para a lei eleitoral. Em função da excepcionalidade, do momento em que precisam ser julgados, os prazos precisam ser mais curtos. Mas realmente não se justifica no caso da Consolidação das Leis do Trabalho. Então, parabenizo o nosso Relator e o autor – este é mais um avanço – em nome da categoria dos advogados, mas principalmente em nome da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015**

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica.

Autoria: Deputado Jovair Arantes

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

- Em 23/08/17, foi apresentado Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues, contrário ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre para proferir o seu relatório.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, esta matéria, projeto de lei de autoria da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Jovair Arantes, também já, na Câmara dos Deputados, passou por diversas comissões e, no Senado Federal, também já teve a sua apreciação favorável na Comissão de Meio Ambiente.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma leitura, rapidamente, da inicial do nosso relatório. Em seguida, gostaria de pedir vênias aos eminentes Senadores para ir direto ao voto.

O Projeto de Lei nº 112, de 2015 (Projeto de Lei nº 8.170, de 2014, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Jovair Arantes, que "concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica", vem para análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na Câmara dos Deputados, como disse anteriormente, foi distribuído para várias Comissões: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo parecer pela aprovação, e Comissão de Constituição e Justiça que, em razão de recurso contra a apreciação conclusiva pelas Comissões, foi incluído na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 26/8/2015, onde foi aprovado pelo Plenário, em parecer concluindo pela sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Foi remetida para esta Casa em 27 de agosto de 2015, mediante o Ofício nº 503/2015 da Câmara dos Deputados.

Análise.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisar o presente Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2015, nos termos do previsto pelo art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à materialidade, igualmente não encontramos qualquer afronta aos dispositivos constitucionais, não ferindo, por conseguinte, o disposto no §4º do art. 60 (cláusulas pétreas) e tampouco incompatível com os princípios gerais insculpidos na Constituição Federal.

Como bem observa o autor da proposição, "o Projeto de Lei não pretende a anistia generalizada e de forma irresponsável, mas apenas nos casos em que se comprove que a obra, atividade ou empreendimento, objeto do auto de infração do Ibama já estava em processo de licenciamento ou autorização ambiental perante órgão ambiental competente estadual ou municipal, responsável pela fiscalização".

Desse modo, diante dos argumentos e a importância conferida pela proposição, entendemos inexistir óbices para a sua aprovação.

Voto.

Ante o todo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2015.

Sala das Comissões.

Relator Davi Alcolumbre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, solicito vista desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista concedida.

ITEM 17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012**

- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência.

Autoria: Senador Pedro Taques



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre**Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2, nos termos do Substitutivo que apresenta.**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 04/10/2017, a Presidência concedeu vista ao Senador Eduardo Braga nos termos regimentais;

- Em 05/10/2017, foi recebida a emenda nº 2 de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

O Senador Eduardo Braga não se manifestou após a vista.

Em 09/10/2017, o Relator apresentou relatório reformulado.

Concedo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, esta matéria está sob minha relatoria e altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, estabelecendo o prazo de 30 dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência.

A autoria é do Senador Pedro Taques e a relatoria é deste Senador que vos fala.

Nosso relatório é favorável ao projeto na forma do substitutivo, que aumenta o prazo para atendimento da ordem para 45 dias e acrescenta a expressão "prorrogável por igual período".

Possibilita que as informações sejam solicitadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e também possibilita a ampliação do prazo para 90 dias, prorrogável por igual período a critério do juiz, nos casos em que as transações bancárias tiverem sido realizadas em períodos superiores a cinco anos ou por instituições financeiras incorporadas.

Prevê, como penalidade, no caso de atraso injustificado na entrega das informações requisitadas, a possibilidade de o juiz, de ofício ou por requerimento, impor à instituição infratora multa diária de R\$5 mil a R\$50 mil até o efetivo cumprimento da ordem judicial.

Gostaria de passar diretamente ao voto, Sr. Presidente, aliás, à emenda que foi acolhida:

“Art. 3º Serão prestadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas instituições financeiras, no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período a critério do juiz, as informações ordenadas pelo Poder Judiciário ou solicitadas por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Parlamentar de Inquérito, preservado o seu caráter sigiloso mediante acesso restrito às partes, que delas não poderão servir-se para fins estranhos à lide.

.....

[...]

§6º No caso de atraso injustificado na entrega das informações requisitadas ou indicação indevida da instituição competente a prestá-las, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, impor à instituição infratora multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), até o efetivo cumprimento da ordem judicial.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é o nosso relatório, com o substitutivo apresentado pela Senadora Maria do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto e à Emenda nº 2, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 50, de 2017

- Não terminativo -

Indica, nos termos do art. 103-B, IX, da Constituição Federal, o nome do Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, esta Presidência comunica às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos, para proferir o seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame desta Comissão a indicação, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada aos juízes do trabalho, nos termos do inciso IX do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros do CNJ, a quem cabe o controle externo do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

O Sr. Francisco Luciano de Azevedo Frota encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

S. Exª graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, em 1990, e concluiu o Curso de Especialização em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília.

O indicado ingressou na magistratura trabalhista da 10ª Região em 1993, tendo, anteriormente, sido empregado do Banco do Brasil de 1987 a 1992 e atuado como advogado no período de 1990 a 1993.

Atuou como Juiz do Trabalho Substituto no período de outubro de 1993 a agosto de 2002, quando se tornou Juiz Titular. É Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília desde 2006, tendo sido convocado no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região por diversas vezes e atuado como Juiz Auxiliar da Presidência daquele Tribunal no ano de 2016.

Na área acadêmica, registramos que o indicado atuou como professor de Direito do Trabalho no UniCEUB (Centro Universitário de Brasília), nos anos de 2001 e 2002. Também lecionou, como professor convidado, a disciplina Direito do Trabalho em cursos de pós-graduação *lato sensu* e a disciplina Direito Sindical em curso de extensão, ambos promovidos pelo Centro Universitário IESB. Sua experiência como professor abrange, ainda, a instrução em cursos de formação inicial e de atualização de magistrados, bem como o proferimento de palestras em congressos e seminários da área jurídica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Francisco Luciano de Azevedo Frota participou de diversas bancas examinadoras de concursos públicos para a magistratura do trabalho, como membro ou presidente.

No que se referente à participação em atividades relacionadas ao aperfeiçoamento institucional, destacam-se as atuações como integrante do grupo de trabalho instituído pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para apresentação de proposta de aperfeiçoamento da tabela processual unificada de assuntos, do grupo gestor nacional das tabelas processuais, bem como sua atuação como gestor de projeto integrante do planejamento estratégico do TRT da 10ª Região entre 2010 e 2012 e como membro do Comitê de Priorização do Primeiro Grau instituído pela Resolução nº 194 do CNJ, no período de 2015 a 2016.

S. Exª apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007, entre as quais argumentação inscrita demonstrando ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade. O indicado anexou, também, certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal. Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante disso, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça, por ser uma pessoa ilibada e preparada para exercer tal função.

Era meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-lo, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação. E, desde logo, em princípio, marcaremos para o dia 25 deste mês a arguição e votação.

ITEM 43**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2015**

- Não terminativo -

Susta o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto e outros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Essa matéria é uma matéria muito importante, Presidente Edison Lobão, caros colegas Senadores.

A Deputada Carmen Zanotto, como foi Secretária de Saúde de Santa Catarina, tem se dedicado, com prioridade, às matérias relacionadas à defesa dos pacientes em todas as áreas. E o Ministério da Saúde e a Liderança do Governo me instaram a esperar até a próxima semana ou, se V. Exª puder, a retirá-lo de pauta para que a gente ajuste normas que o próprio Ministério da Saúde está elaborando na mesma direção.

Então, para a gente não criar um conflito de legislação aqui da Casa, eu acolho a solicitação do Ministério da Saúde e do Governo e peço a retirada de pauta dessa matéria, que é o Projeto de Decreto Legislativo 42, que está no item 43 da pauta desta manhã aqui, na CCJ.

Gostaria também, Sr. Presidente, de solicitar a inclusão de outro projeto, o Projeto de Decreto Legislativo nº 146, que não está na pauta. Como estamos no Outubro Rosa, mês em que nós estamos sempre alertando as mulheres para a prevenção, para o cuidado, para evitar o câncer de mama e outros cânceres, como o de colo de útero ou o retal – que, depois do câncer de mama, é o que mais mata mulheres –, peço que ele entre, mesmo que seja pela prejudicialidade, apenas para limpar a pauta, em homenagem à Deputada Carmen Zanotto, que tem se dedicado com afinco à causa feminina.

Inclusive, foi ela uma das autoras de um acordo muito importante, quando votamos a reforma trabalhista, que deu um tratamento de benefício às mulheres trabalhadoras no caso da insalubridade. Ele foi pouco compreendido, quando o levamos ao Plenário, suscitou até um debate envolvendo um ex-Ministro da Saúde e as Senadoras, mas nós o conseguimos pela argumentação lógica, pela fundamentação e, mais do que tudo, também porque aquilo foi fruto de um acordo feito na Câmara com as mulheres Parlamentares de todos os partidos. Então, elas seriam muito prejudicadas se aquele dispositivo da emenda não tivesse sido aprovado, Senadora Simone – V. Exª participou muito ativamente também naquela noite. Elas deixariam de receber a insalubridade em lugares em que o médico da trabalhadora dissesse: "Aqui você pode trabalhar durante a gestação e a amamentação; aqui você não pode." Ele, o médico, pode fazê-lo, e, ao permitir nesse lugar, ela recebe um adicional por estar trabalhando ali nessas condições. Então, ela perderia tudo isso, o que seria um prejuízo financeiro para a mulher, resguardadas todas as garantias da questão da segurança.

Então, peço a retirada de pauta, mencionando a questão do Outubro Rosa e também pedindo à Secretaria a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo 146. Essa é a minha solicitação, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por solicitação de V. Exª, nós, então, retiraremos da pauta de votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2015, que voltará à nossa pauta em momento oportuno.

Senadora Ana Amélia...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, quanto ao projeto que V. Exª solicita seja incluído extrapauta...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Não, não! Não é extrapauta; é em outro dia. É só para ser incluído em pauta outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Colocaremos, então, na pauta da próxima reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Porém, lembro a V. Exª que o seu parecer é pela prejudicialidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, sim. Por isso, é apenas para suscitar de novo o debate sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou consciente de que é pela prejudicialidade, porque, quanto àquilo que ela cobrava, que é o início do tratamento em até 60 dias, a forma como foi feita, por uma portaria em 2013... Foi corrigida posteriormente. Então, aquele motivo do projeto de decreto legislativo perdeu eficácia. Por isso foi pela prejudicialidade. De qualquer maneira, eu queria destacar a iniciativa da Deputada Carmen Zanotto.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto.

O Senador Ricardo Ferraço não está presente. Solicito ao Senador Antonio Anastasia que assuma a relatoria como Relator *ad hoc* e concedo a palavra a V. Exª para a leitura do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se, como V. Exª apregooou, de um projeto interessante, porque altera o novo Código Civil incluindo um §2º ao seu art. 1.815, de tal modo que preveja a legitimidade ativa ao Ministério Público para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário nas hipóteses em que qualquer deles houver sido autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

É interessante, Sr. Presidente, que, segundo o autor da matéria, a justificação é muito necessária, porque, ao contrário do Código Civil de 1916, que, em seu art. 1.596, atribuía legitimidade expressa a quem tivesse “interesse na sucessão” para promover a ação de exclusão, o Código Civil vigente e atual...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... ficou-se silente sobre a legitimidade para intentar esse tipo de ação, suscitando dúvidas quanto à legitimidade que teria o Ministério Público nesse sentido.

Desse modo, trata-se de um projeto muito simples e muito necessário, porque confere ao Ministério Público a competência para excluir da sucessão aquele cidadão que matou ou tentou matar aquele de quem provém a herança.

Portanto, quanto ao mérito, o projeto mostra-se louvável, pois não resta dúvidas de que a omissão do Código Civil quanto à legitimidade para a propositura de ação de exclusão de herdeiro ou legatário, nos casos de indignidade envolvendo homicídio doloso ou tentativa, é capaz de gerar insegurança jurídica, de maneira que a solução para muitas controvérsias envolvendo esse tipo de situação não pode ficar eternamente sujeita aos humores do Judiciário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, também podemos concordar que em se tratando de homicídio doloso, ou a sua tentativa, praticado contra o autor da herança, é considerado a mais grave causa de indignidade, tendo em vista que não há maior falta de afeição, solidariedade e gratidão para com o falecido do que o ato daquele que lhe provocou a morte intencionalmente.

Sr. Presidente, o projeto tem todas as características de juridicidade e no mérito acreditamos que a sociedade não deve permitir que essas repulsivas situações ocorram. Por isso mesmo deve o ordenamento jurídico ser dotado de instrumentos mais claros e eficazes que possibilitem coibir a imoral e injusta sucessão do indigno. Desse modo, é muito bem-vinda a iniciativa veiculada pelo PLC nº 9, de 2017, que vem da Câmara, que permitirá a ampliação dos legitimados a propor a exclusão por indignidade, mormente quando tal ampliação se volta ao Ministério Público, ente estatal afastado dos interesses particulares e titular da ação penal.

Portanto, o voto.

Concluimos, portanto, pela aprovação do PLC nº 9, de 2017, considerando oportuno, meritório e, ainda, em consonância com os ditames constitucionais.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 39**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2016**

- Não terminativo -

Dá nova redação ao inciso III do parágrafo único do art. 163 e ao § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Autoria: Deputado Coronel Alves

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Não estando presente o Relator, nomeio o Senador Antonio Anastasia Relator *ad hoc*, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse projeto, à semelhança do anterior, é extremamente singelo. Ele se limita a incluir na Lei Penal a previsão do Distrito Federal ao lado dos demais entes políticos, porque, estranhamente o Código Penal, de 1940, ora em reforma, prevê o dano qualificado quando praticado contra o patrimônio da União, dos Municípios, dos Estados, mas não menciona o Distrito Federal. É até interessante, Sr. Presidente, que levamos quase 80 anos para perceber isso. Então, de fato, nada mais adequado que a inclusão do Distrito Federal.

Desse modo, o projeto, atendendo todos os critérios formais, no seu mérito é mais do que procedente, porque, com efeito, se o crime é praticado em desfavor do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, a pena será majorada. Por que só o Distrito Federal está excluído? Então, evidentemente foi uma omissão à época e, por isso, o projeto inclui o Distrito Federal ao lado dos entes irmãos – União, Estados, Municípios –, para ter o agravamento da pena, caso o crime seja cometido contra o patrimônio do Distrito Federal.

Portanto, é um acerto a inovação proposta por este PLC, que tem o voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Srs. Senadores, os demais projetos que se encontram na pauta têm caráter terminativo, e, como os Relatores não se encontram presentes, dou por encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Pimentel, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Cássio Cunha Lima, Lasier Martins, Ana Amélia, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Lopes, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram as presenças os Senadores Wellington Fagundes, Dário Berger e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, José Maranhão, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Benedito de Lira, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que é dividida em duas partes: 1ª Parte - Indicação de Autoridades. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Senhor BRENO MEDEIROS, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio José de Barros Levenhagen." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Desembargador BRENO MEDEIROS, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com 17 votos favoráveis. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca". Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar a aquisição de uma arma de fogo de uso permitido por residentes em áreas rurais." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades judiciárias." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012 - Terminativo - que: "Veda o segredo de justiça nos procedimentos investigatórios e processuais em que agente público seja investigado ou acusado e dá outras providências." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp, Senador Acir Gurgacz, Senador Alfredo Nascimento, Senadora Ana Amélia, Senadora Ana Rita, Senador Antonio Carlos Rodrigues, Senador Cícero Lucena, Senador Cidinho Santos, Senador Cyro Miranda, Senador Eduardo Amorim, Senador Eduardo Braga, Senador Flexa Ribeiro, Senador Inácio Arruda, Senador Ivo Cassol, Senador Jader Barbalho, Senador João Alberto Souza, Senador João Capiberibe, Senador José Agripino, Senador José Pimentel, Senador Magno Malta, Senador Mário Couto, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Paulo Davim, Senador Paulo Paim, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Romero Jucá, Senador Ruben Figueiró, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Vital do Rêgo e Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 26 – EMENDA(S) DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2015 que: "Altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios." Autoria da Proposta: Senadora Gleisi Hoffmann e outros Relatoria da(s) Emenda(s): Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda que apresenta, e contrário às Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adolescente) para dispor que os prazos estabelecidos no Estatuto são contínuos, não se interrompendo ou suspendendo nos dias em que não houver expediente forense." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para vedar a recusa imotivada de pedidos de acesso a informações e estabelecer a competência da autoridade prolatora da decisão para receber o recurso administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-T e 2-T. Resultado: Adiado. ITEM 29 – EMENDA(S) DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, de 2007 que: "Acresce um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares." Autoria da Proposta: Senador Marcelo Crivella e outros. Relatoria da(s) Emenda(s): Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, capítulo para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2007 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre pronunciamento anual do Presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano." Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral." Autoria: Deputado Félix Mendonça Júnior. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal." Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 574, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, para excetuar do regime estabelecido pela lei a pessoa jurídica brasileira controlada por estrangeiros dedicada a projetos de reflorestamento." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Waldemir Moka. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Moraes. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1-T, 2 e 3. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, de 2014 - Não Terminativo - que: "Susta a aplicação do art. 3º da Portaria do Ministério da Saúde nº 876, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início." Autoria: Deputada Carmen Zanotto. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 42ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes: a primeira parte destina-se à realização de sabatina, e a segunda destina-se à deliberação dos itens 1 a 38.

1ª PARTE**ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2017**

- Não terminativo -

Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Senhor BRENO MEDEIROS, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio José de Barros Levenhagen.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 04/10/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, processaremos a arguição do indicado e a votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o indicado ao recinto da reunião. *(Pausa.)*

Registro a presença de autoridades e familiares: Sr^a Dora Maria da Costa, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Delaíde Alves Miranda Arantes, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Maria Cristina Peduzzi, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Paulo Sérgio Pimenta, Desembargador e Vice-Presidente do TRT da 18^a Região; James Magno Araújo Farias, Desembargador e Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs e do TRT da 9^a Região; Arnor Lima Neto, Desembargador Presidente do TRT da 9^a Região; Fabiano Coelho de Souza, Juiz auxiliar da Presidência do TST; e Sr^a Fernanda Azevedo Lima, esposa do sabatinado.

A todos, as boas-vindas!

Concedo a palavra ao Sr. Breno Medeiros para a sua exposição, por até 15 minutos.

O SR. BRENO MEDEIROS – Bom dia, Ex^{mo} Sr. Senador Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, autoridades e amigos aqui presentes, que eu tenho o dever aqui de nominar, Ministra Cristina Peduzzi, Ministra Dora Maria da Costa, Ministra Delaíde Arantes, meus amigos, Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores, James Magno; Presidente do TRT da 9^a Região, Arnor; Vice-Presidente do meu Tribunal, Desembargador Paulo Pimenta; Juiz Fabiano, auxiliar do Ministro Presidente do TST. Temos aqui juízes que vieram do meu Tribunal, servidores; também está aqui o Presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano. Eu quero agradecer a presença de todos que vieram para esse momento ímpar na minha carreira.

Para mim, é uma honra estar aqui nesta audiência, que atende aos ditames constitucionais e bem pondera o sistema de freios e contrapesos e a salutar separação dos poderes de nosso regime democrático de direito.

Indicado pelos meus pares para compor o egrégio Tribunal Superior do Trabalho, se aprovado, terei o privilégio de suceder ao Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, que ora se aposenta, exemplo de probidade, conduta ilibada e reconhecida capacidade profissional e intelectual, a quem agradeço de forma especial a oportunidade que me concedeu ao me convocar para atuar no TST quando então Presidente daquela Corte. Minha tarefa será árdua, portanto, mas motivada pelo sincero desejo de contribuir para o engrandecimento da Justiça do Trabalho em nosso País.

Nasci em Curitiba, onde completei meus estudos regulares, tendo cursado a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, graduando-me em fevereiro de 1991. Ainda no Paraná e no ano de 1991, fui aprovado no concurso de Promotor de Justiça do Estado do Paraná, tendo atuado de outubro de 1991 a março de 1992 nas Comarcas de Alto Piquiri e Curitiba.

Quarto filho de uma família de cinco, meu pai, Almerly Medeiros, sua rigidez e princípios, especialmente justiça e honestidade, me moldaram, lado a lado ao profundo e terno amor da minha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe, Elgita Gesyra Medeiros. Já em Goiânia, como Juiz do Trabalho, encontro a mulher que me apoia em todos os momentos e me incentiva nessa trajetória, Fernanda, que, em parceria, me auxilia a conduzir meus três filhos, Bruna, Caleb e Ivy.

De fato, dei início a minha carreira como Juiz Substituto em 1992 no Estado de Goiás, sempre sensível e atento à tarefa de prestar uma justiça célere e eficaz, observando o papel modernizador e civilizatório que o Direito do Trabalho tem a desempenhar nas sociedades democráticas dentro das quais nosso País se inclui.

Alçado à digna função de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em 2009, cargo que honrosamente ostento até a presente data, procurei pautar minha atuação jurisdicional, de um lado, por um profundo respeito pelos jurisdicionados e por seus procuradores; de outro, pela necessidade de produzir, pelas vias da conciliação ou da decisão judicial, a solução mais justa e mais conforme os princípios e valores constitucionais e legais que regem as leis trabalhistas, sempre sob a perspectiva da necessária concretização dos direitos fundamentais e do Estado democrático de direito.

Fui Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 18ª Região no biênio de 1997 a 1999; membro da Comissão de Implantação do Programa de Qualidade no TRT da 18ª Região no ano de 1992; Juiz representante da administração no sistema de gestão de qualidade do TRT da 18ª Região no período de 1999 a 2002; coordenador do procedimento de uniformização de processos de execução no ano de 2001; Juiz ouvidor do TRT da 18ª Região de 2001 a 2002; professor da Emat (Escola da Magistratura do Trabalho), no curso de formação de juízes, além de ter sido convocado para atuar junto ao Tribunal Superior do Trabalho no período de maio de 2014 a dezembro de 2015, onde tive a oportunidade de figurar em primeiro dentre os 16 convocados na ocasião no quesito produtividade. Desempenhei a digna função de Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no biênio 2015-2017, e sou o atual Presidente. Desenvolvo, ainda, a nobre função de representante do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, junto ao Comitê Nacional do PJE (Processo Judicial Eletrônico), e tenho a honra de atuar como Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), na condição de representante da Região Centro-Oeste.

Aproveito o ensejo para enfatizar aqui o papel social e integrador da Justiça do Trabalho, mormente nesta quadra da história em que o cenário econômico se nos apresenta desafiador, com um indesejável nível de desemprego em nosso País.

Com efeito, cônica de seu dever constitucional, a Justiça do Trabalho, segundo números apresentados pelo CNJ, ano-base 2016, mantinha em seus quadros 3.668 magistrados e solucionou 4.262.444 casos novos, num tempo médio de sete meses para sentenças de primeiro grau e quatro meses no segundo grau, o que denota o nosso compromisso e inegável empenho na busca de uma resposta ágil e efetiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se honrosamente aprovado pelos Senadores desta Casa, continuarei a somar na entrega da nossa missão constitucional de bem servir.

Muito obrigado e me coloco à inteira disposição. **O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Edison Lobão.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Eminente Desembargador Breno Medeiros, primeiro, cumprimento V. Ex^a e o parabênz. V. Ex^a chega a esta sabatina precedido de muito reconhecimento de mérito pelo seu trabalho por parte de muitas pessoas conhecidas minhas da área do Direito do Trabalho. Então, quero já louvá-lo por esse bom conceito que goza no meio do chamado mundo do trabalho.

V. Ex^a disse bem na sua peça preambular que vai substituir um ilustre conterrâneo meu, o Ministro Levenhagen, que presidiu o Tribunal e é, de fato, um grande orgulho para as letras jurídicas trabalhistas de Minas Gerais. Então, tenho certeza de que V. Ex^a, uma vez aprovado e nomeado, terá uma posição de muito destaque, substituindo à altura o eminente Ministro Levenhagen, que, tenho certeza, deixou saudades no seu Tribunal Superior do Trabalho.

Eminente Ministro, a minha pergunta será uma só: V. Ex^a acompanhou, durante os últimos meses deste ano, um tema que empolgou o Congresso, as duas Casas, a opinião pública, o mundo do trabalho e o mercado econômico, qual seja, a reforma trabalhista. Evidentemente, não poderia ser outra a indagação que eu faria a V. Ex^a, claro, falando em tese, como se recomenda nesses casos.

A reforma trabalhista foi pautada na sua essência, quer na Câmara, quer aqui no Senado, por uma discussão já muito antiga na área trabalhista. Eu servi o Ministério do Trabalho como Secretário-Executivo daquela Pasta no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ou seja, 20 anos atrás, e já naquela época se debatia muito a questão da prevalência da negociação coletiva, inclusive, seguindo primados e determinações da OIT que prestigiam e determinam o prestígio da negociação coletiva. Nós sempre comentamos aqui com muita curiosidade que o Brasil não adota a liberdade sindical, na verdade, nós adotamos o princípio da unicidade e, pela unicidade, nós temos, Presidente, 17 mil sindicatos, enquanto outros países mais desenvolvidos economicamente têm a liberdade sindical e não têm mil sindicatos. De fato, é algo pelo menos contraditório.

Mas essa matéria foi debatida durante quase um ano aqui no Parlamento e, ao final, aprovada, de fato, com a determinação da introdução, pela primeira vez de maneira mais sistêmica, no ordenamento jurídico trabalhista, da possibilidade da famosa prevalência do negociado sobre o legislado, evidentemente jamais fora dos parâmetros constitucionais, somente naquele objeto que poderia, claro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e a lei é muito didática e até pedagógica neste caso para evitar dificuldades. Mas nós sabemos que, em razão da própria ideologia, e não falo ideologia política nem partidária, mas na própria ideologia construída ao lado do Direito do Trabalho, de toda configuração de um direito de natureza mais social, se criou, de fato, a tese da proteção. E isso acaba levando, no caso brasileiro, a uma certa reação de alguns magistrados, de alguns especialistas em relação à reforma como um todo.

Então eu queria indagar a V. Exª, pela experiência com que tem conduzido negociações, acompanhando durante tantos anos essas relações, um tema que, certamente, nos casos concretos, será objeto de avaliação pelo TST. Acho que até o Supremo vai se manifestar, mais dia, menos dia, sobre a constitucionalidade do que foi aprovado aqui. Mas eu queria ouvir com sinceridade observações de V. Exª não sobre a abrangência da reforma como um todo, porque seria até uma indelicadeza com os meus pares, já que as respostas seriam muito longas, mas que o senhor pudesse centrar nesse aspecto. Eu sei, por exemplo, que o eminente Senador Paim, que acaba de se sentar ao meu lado, tem uma posição muito contrária à minha, mas é isso que faz a riqueza do Parlamento, e é muito interessante isso.

Então, eu queria ouvir a opinião de V. Exª sobre essa questão do negociado *versus* o legislado – repito –, nos cânones legais e respeitando sempre a Constituição Federal.

Agradeço muito a oportunidade e o parabenizo pela exposição e, sobretudo, pela carreira que vem desempenhando no Judiciário trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra.

O SR. BRENO MEDEIROS – Senador Anastasia, gostaria de agradecer aqui a pergunta. Acho que essa é a grande pergunta neste momento de modificação, de mudança na área trabalhista.

Houve uma reforma que, no início, foi colocada ao Congresso Nacional, me parece, com sete ou oito artigos pelo próprio Poder Executivo, mas que, neste momento, ultrapassa o número de cem artigos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São 117.

O SR. BRENO MEDEIROS – São 117.

Ela, na realidade, vem trazer muitas questões, questões de ordem material e questões de ordem processual, e cada uma delas... Claro que cabem aqui digressões por, quem sabe, uma manhã inteira ou uma tarde inteira. Alguns exemplos...

Eu acho que o que me traz e que me trouxe a este momento da carreira foi a experiência de 25 anos de magistrado. Eu falo que eu não sou um jurista acadêmico, mas eu sou um juiz que esteve naquele momento, que julgou várias causas e que se deparou, em muitos momentos de sua vida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional, com situações em que achava que a norma legal aplicada de forma igualitária para todos acabava por ser injusta no caso concreto.

Aí eu respondo já ao primeiro questionamento do senhor, que é com relação ao negociado sobre o legislado.

Eu tinha um professor... Eu fiz um MBA na Universidade de São Paulo em Engenharia da Qualidade, quando já era juiz, para melhor gerir a vara, para melhor gerir o tribunal. Um professor meu citava uma situação. Ele falava assim: "O Exército Brasileiro" – isso há 20 anos – "utiliza a mesma farda no Rio Grande do Sul e no norte do País." Na realidade, era utilizado um brim, material que era utilizado tanto no sul... O soldado sentia frio no sul e, no norte, ele sentia calor. Então, ele não servia nem para um nem para o outro. No afã de uniformizar, a gente acabava não resolvendo o problema de nenhum dos lados. Eu acredito que existam situações pontuais e que a própria negociação coletiva vem resolver pontos específicos.

Eu vou dar um exemplo aqui. Dentro do meu Tribunal, no Estado de Goiás, nós temos um hospital chamado CRER, que é o Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo, que é como o SARAH aqui, para a recuperação de pessoas que foram acidentadas ou pessoas com deficiência. É um centro muito importante, o presidente é um médico, Dr. Sérgio Daher, com quem eu estive há uns seis, sete meses atrás, antes da aprovação da reforma, e ele falava para mim: "Olha, Breno, nós temos um problema." Falava para mim e também para a Bancada goiana. Ele falou: "Nós temos um problema aqui, porque aqui nós sempre tivemos o 12 por 36. A jornada hoje, dentro do hospital, é 12 por 36. Eu não consigo profissionais para trabalharem, dentro do hospital, sem ser 12 por 36."

O art. 60 da CLT vinha falando muito que, para a adoção de uma jornada diversa daquela de oito horas, nós precisávamos de uma autorização específica para cada uma das situações de adicional de insalubridade. Muito bem. O Ministério do Trabalho soltou uma portaria genérica com relação a isso, "se tiverem esses requisitos, está autorizado". Essa portaria não era validada pelo TST. Então, nós tínhamos um grande problema.

O então médico Sérgio Daher, o presidente do CRER, falou para mim: "Olha, eu estou numa sinuca de bico, porque eu não consigo profissionais se não for para uma jornada de 12 por 36, e a lei não me ampara, para que eu possa negociar isso e ter uma jornada de 12 por 36, que é exatamente o que o sindicato dos empregados quer e o que o sindicato dos empregadores quer." Então, na realidade, a lei, nesse momento, estava na contramão do que a sociedade estava almejando, do que precisava.

Então, a gente viu, com o parágrafo único inserido no texto da reforma trabalhista, essa resolução, essa determinação de que há essa possibilidade, de que não há essa necessidade da autorização quando a jornada for 12 por 36; e remete à negociação quando fala que se pode discutir a jornada de 12 por 36 em nível de convenção coletiva e acordo coletivo do trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que essa era a questão. Espero tê-la respondido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente Edison Lobão.

Quero cumprimentar o Dr. Breno pela objetividade da sua exposição. Isso é muito importante. O Brasil precisa muito de objetividade e menos retórica, especialmente no Poder Judiciário, que agora está numa atualização e a gente vê manifestações de magistrados em todas as áreas com um viés diferente daquilo que é falar nos autos, como se falava antigamente. Eu não sou advogada, mas o falar nos autos tinha um significado.

Ontem, assisti à entrevista, na GloboNews, do Juiz Sergio Moro, muito conhecido, e vi o cuidado, a cautela, a prudência de um magistrado como ele hoje, que honra a magistratura brasileira. Então, tudo muito ponderado. Creio que isso também sirva para todos nós: políticos, empresários, líderes em todas as áreas.

O Senador Anastasia traz essa questão, que acho que é um dos eixos da reforma trabalhista. E o exemplo que V. Exª trouxe também mostra claramente. Eu não diria que era só um interesse de duas partes – os empregadores e os trabalhadores –, mas dos pacientes. A gente muitas vezes se esquece da coletividade, que é quem paga a conta. Porque, bem ou mal, uma entidade pública ou privada é sustentada também pela sociedade no pagamento do serviço ou na verba orçamentária, se for o serviço público.

Então, a gente tem que entender, raciocinar e trabalhar com a racionalidade, pragmatismo e a compreensão inteligente para atender às três partes.

Eu volto a isso lembrando também – não só em socorro, mas para reforçar essa tese – relativamente o fato de que, anos passados, também por um acordo, os trabalhadores decidiram – para não trabalharem sábado, terem o sábado livre para a família – ampliar a jornada da semana, de segunda à sexta, para sábado estarem livres. O que foi isso? Foi uma grande conquista dos trabalhadores. Hoje, discute-se muito que muitos magistrados do trabalho não irão respeitar isso que foi acordado, alguns, inclusive, estão quebrando essa regra, trazendo de volta ao sistema anterior a esse acordo de não trabalhar sábado, passando a ter que trabalhar sábado, porque não concordam com o que foi aprovado pelo Congresso do negociado sobre o legislado. Foi isso que aconteceu quando se aumentou a carga horária de trabalho para poderem folgar no sábado todos os trabalhadores.

Então, quero reforçar esse dado e indagar de V. Exª se essa desobediência não seria civil ou jurídica. Como se vai compatibilizar o Congresso fazendo as leis... As leis que fazemos, em tese, têm que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser cumpridas. Como ficará esse cenário de uma absoluta insegurança jurídica que nós vamos ter no âmbito da Justiça do Trabalho.

Esse é o tema que trago a V. Exª para reforçar essa tese do negociado sobre o legislado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Breno.

O SR. BRENO MEDEIROS – Senadora Ana Amélia, esses são questionamentos, neste momento histórico, muito importantes. É muito importante serem falados. Acredito que eu... Como experiência, fui presidente de uma associação de magistrados numa época em que se falava em extinção da Justiça do Trabalho e depois nós tivemos a extinção da representação classista. Na realidade, a Justiça do Trabalho começou a ter, ao contrário, uma força muito grande. É uma independência isso. Ela também acaba, no ano passado, sendo alçada à categoria constitucional, junto com o TST, o que era já um pleito antigo da Justiça do Trabalho.

É um pouco difícil a gente falar quando não temos ainda os dados, quando a reforma ainda não está em vigor. Antes de ela entrar em vigor, muitas pessoas falam, muitos colocam opiniões. Acredito muito nisso, que o juiz também tem que ter uma posição mais de escutar e decidir no momento certo, no momento dos autos.

Eu não tenho mandato, eu não fui eleito. Eu acredito que a magistratura deve entender qual é o seu papel dentro da democracia, no princípio da separação dos Poderes.

Os senhores aqui, de quatro em quatro anos ou de oito em oito anos, são submetidos ao crivo popular e têm toda aquela credibilidade para formular proposições legislativas e para, em cima dessas proposições legislativas, colocar o anseio da sociedade naquele momento histórico. Essa não é uma função do Poder Judiciário. A função do Poder... Ouvi – foi do Justiça em Números –, no ano passado, até a pedido da Ministra Cármen Lúcia, uma palestra em que foi citada uma situação que achei muito interessante – não é minha, mas estou aqui parafraseando. Fala-se que o Poder Legislativo prepara a sociedade para o futuro através das leis que irão regulá-la, o Poder Executivo é aquele que, no presente, se manifesta e executa o que está dentro das leis, e o Poder Judiciário é um Poder que se volta ao passado, ao que já ocorreu, para que possa colocar aquelas situações que, de acordo com o estabelecido pelo Legislativo e com o executado pelo Executivo, não estiveram de acordo com a legalidade, com as leis, com a Constituição do País. Então, acredito que é essa a nossa finalidade.

Penso... Cito, vou me dar esta liberdade... Quando eu estava nos bancos de escola, eu recebi um livro de Piero Calamandrei, que é um dos grandes doutrinadores da Itália, que foi um dos responsáveis, no século passado, pela elaboração do Código de Processo Civil italiano. Ele tem um livro simples, porque ele também, como jornalista, falava ao povo. Ele tem um livro simples: *Eles, os Juizes, Vistos Por um Advogado*. Uma frase dele é algo que trago na minha vida. Ele diz que os magistrados, na realidade, estão confinados a uma cela e que essa cela é a lei; dentro da cela, ele pode ser justo ou injusto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependendo de onde ele se movimentar, mas ele não pode sair da lei. Então, essa é uma particularidade.

Se passarmos a imaginar que os magistrados não querem cumprir a lei... É sua função precípua fazer cumprir a lei. Inclusive, o nosso juramento, quando entramos na magistratura, é este: fazer cumprir as leis e a Constituição da República.

Então, não acredito que muito disso, pela experiência que tenho, irá se concretizar. É este um depoimento meu. Apesar de alguns falarem, às vezes esses alguns não são aqueles que representam os 3.668 magistrados da Justiça do Trabalho dentro do nosso País.

Se, por acaso, existir algum equívoco ou alguma inconstitucionalidade, isso é pontual e será analisado pelos tribunais naquele momento, da forma legal estabelecida, o que preserva o princípio da independência entre os Poderes.

Acho que esse é o principal e espero também ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy. Em seguida, o Senador Paulo Paim.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Presidente.

A primeira questão diz respeito ao Ministério do Trabalho, que publicou, no último dia 16 de outubro, a Portaria 1.129, que estabelece novas regras para a caracterização de trabalho análogo ao escravo e para a atualização do cadastro de empregadores que tenham submetido pessoas a essa condição – a chamada lista suja do trabalho escravo.

Eu gostaria que V. Exª colocasse a sua avaliação sobre esse novo instrumento e de que forma ele repercute na política brasileira de combate à erradicação do trabalho escravo.

Outra questão. Eu sou relatora, na Comissão de Direitos Humanos, do Projeto de Lei do Senado 231, de 2015, que regulamenta a participação de menores de 14 anos em manifestações artísticas e desportivas.

No início do mês de outubro, nós realizamos uma audiência pública para instruir o projeto, e as entidades ligadas ao trabalho e à defesa de crianças e adolescentes defendem a caracterização dessa atividade como trabalho.

Representantes das empresas de rádio e TV, o que era esperado, argumentam que o tema, sendo tratado dessa forma, é um equívoco, porque não é um trabalho.

A Convenção 138 da OIT, ratificada pelo Brasil, autoriza esse trabalho artístico em caráter excepcional e em situações autorizadas individualmente, ou seja, caso a caso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da necessária regulamentação dessas situações excepcionais, o debate também suscitou a análise da competência – aí que eu gostaria de ter uma palavra do senhor – dos pedidos de autorização de trabalho artístico para crianças e adolescentes. Esse pedido deve ser analisado pela Justiça comum ou pela Justiça do Trabalho?

São quatro perguntas. Vamos à terceira, que é em relação ao preconceito sofrido pelos LGBTs. É fato que os homossexuais e transgêneros estão se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho, mas continuam discriminados e sofrem desde ofensas verbais em áreas profissionais até a recusa a uma vaga de emprego ou mesmo a contratação com fundamento na orientação sexual do candidato. Nós estamos, evidentemente, diante de um tipo de discriminação severa, que viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito à dignidade humana.

Infelizmente, o conservadorismo omissivo do Parlamento brasileiro não estabeleceu a legislação protetiva às minorias LGBTs, e a esperança tem sido depositada no Judiciário, que tem se destacado por seu vanguardismo na efetivação desses direitos historicamente sonogados aos homossexuais e transgêneros.

Assim, do ponto de vista da atuação da Justiça trabalhista, eu gostaria de saber a sua opinião acerca da discriminação homofóbica no âmbito das relações de trabalho, ainda que ocorram sob a ausência desse dispositivo legal. Como a Justiça do Trabalho tem atuado nessa seara?

E, por último, apesar dos inúmeros avanços obtidos pelas mulheres ao longo dos anos, esse avanço não se reflete na questão de salário. A desigualdade de gênero que vivenciamos em nossa sociedade ainda se verifica nas relações de trabalho e na vida profissional das trabalhadoras.

Em uma análise geral do mercado de trabalho, um estudo do Ipea mostra que o homem branco tem o maior rendimento médio: de R\$2.509 por mês. Na sequência, aparecem as mulheres brancas, com rendimento médio entre R\$1.500 e R\$2.000, quase a média nacional; o homem negro, com rendimento pouco abaixo do da mulher branca, R\$1.500; e a mulher negra, o quadro mais estarrecedor, tem uma renda mensal a metade da mulher branca: R\$1.027.

Ainda é um desafio a mulher também assumir cargo de liderança.

Diante desse panorama geral da situação da mulher no mercado de trabalho, o que podem as mulheres esperar da Justiça do Trabalho para garantir seus direitos ou reparar eventuais violações?

São as minhas questões.

O SR. BRENO MEDEIROS – Bom dia, Senadora Marta Suplicy.

Vou tentar responder nesse meu prazo, da forma melhor e mais tranquila.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao trabalho escravo, em janeiro desse ano cumprimos 13 anos já daquela chacina de Unai, onde três auditores fiscais do trabalho e um motorista foram mortos em razão do momento em que estavam fiscalizando o trabalho escravo em fazendas da região. Os executores foram presos, e nós temos, ainda hoje, recursos no Tribunal Regional Federal com relação à prisão dos mandantes. Essa é uma questão muito importante dentro da evolução do trabalho dentro do nosso País.

Citando o trabalho escravo ainda, nós temos uma outra situação. Agora, a minha querida amiga Suzy Koury, que é Presidente do TRT da 8ª Região, no mês de setembro, inaugurou uma vara em São Félix do Xingu. São Félix do Xingu é um dos maiores Municípios do Pará, tem 1,7 milhão de cabeças de gado de corte, e é um dos Municípios onde mais houve resgate de trabalhadores em condição análoga à de escravo. Foram mais de 800 pessoas. Então, essa é uma realidade que existe dentro do nosso País.

Aí eu coloco um outro lado que existe também, que é o seguinte fato, ocorrido com uma juíza no nosso Tribunal. O Estado de Goiás é conhecido pela agropecuária. O Ministério Público – isso daí eu ouvi de uma juíza colega minha – ingressou com uma ação contra o trabalho escravo. Inclusive tentaram fazer acordo, não houve, e a Justiça do Trabalho, por meio dessa juíza, foi ao local para verificar se a condição de trabalho era degradante ou não. E analisando ali, *in loco*, verificou-se que não existia essa condição. Isso daí foi julgado improcedente, o Tribunal Regional do Trabalho confirmou, e o TST da mesma forma.

Muito bem, então nós temos que ver que hoje, de acordo com o Código Penal – e eu acredito que é esse o maior embate que existe –, o art. 149 fala em quatro situações de trabalho análogo ao escravo: os trabalhos forçados; jornada exaustiva; condições degradantes e, por qualquer meio, sua locomoção, restringindo a locomoção em razão de dívida.

Muito bem, eu acredito que a locomoção, com relação a dívida, é simples.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRENO MEDEIROS – Exatamente, com relação ao trabalho exaustivo.

E o que é degradante? Eu sei que aqui há um projeto do Senador Paulo Paim, em que ele vem tentando inclusive discutir essas questões, o que é uma jornada exaustiva, e acredito que cabe ao Parlamento estabelecer isso. O que é condição degradante? Inclusive ele coloca dez itens e diz que a cada três itens – parece que é esse o projeto – observados em conjunto e ao mesmo momento, aí nós teremos uma condição degradante.

A realidade é que, em 2004, tivemos a aprovação daquela emenda constitucional estabelecendo confisco das áreas onde há trabalho análogo a escravo, mas nós ainda não tivemos a regulamentação, que penso necessária e importante, por parte...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É dessa regulamentação que eu sou Relator, V. Ex^a está corretíssimo.

O SR. BRENO MEDEIROS – Sim, exatamente. É a regulamentação por parte do Senado, do Parlamento. O País hoje carece dessa regulamentação. E nós vemos algumas decisões no primeiro grau decidindo o que é degradante de uma forma e de outra completamente diferente.

Penso eu que precisamos ter segurança jurídica, que é o que muito foi feito na reforma trabalhista em alguns pontos em que havia dúvida. Então, eu acho que cabe muito ao Parlamento se manifestar sobre isso.

Talvez com relação a essa portaria – que foi publicada ontem, inclusive ouvi pelo jornal que ela estava sendo judicializada –, em razão de essa matéria estar sendo judicializada, eu, por dever de ofício, não devo me manifestar. Mas sempre uma portaria deve ter como base regulamentar uma lei. Acredito que não é ir contra nem a favor, mas simplesmente regulamentar uma lei.

O segundo item, os menores de 14 anos, regulamentação da competência. Na realidade, nós temos aí uma divergência grande. Se por um lado a gente tem juiz de infância e juventude que tem uma capacidade, que tem um conhecimento muito grande na questão da criança, da infância e da juventude, a *expertise* deles já é notável, nós temos, do outro lado, a Justiça do Trabalho, que tem o conhecimento na área do trabalho.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A minha pergunta é bem específica.

Por exemplo, o senhor acha que se for só para a área do trabalho, ela dá conta, ou seria interessante manter as duas? Porque que é trabalho, eu mais ou menos já achei que é mesmo.

O SR. BRENO MEDEIROS – Sim.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Agora, daria para ser só do trabalho ou seria interessante ter a outra? Porque também tem uma burocracia enorme se for para a outra. Agora, eu gostaria de saber a sua opinião, se temos condição de fazer realmente algo que proteja as crianças, porque eu vi que o tema é muito complexo.

Porque diz-se: "Acompanha a família." A família geralmente tem seu sustento da profissão da criança. Então, não adianta a família acompanhar, ela vai aceitar porque ela precisa daquele emprego. Nesse sentido, é bastante difícil a decisão. Gostaria que o senhor focasse também um pouco essa questão que eu estou tendo que decidir.

O SR. BRENO MEDEIROS – Eu acredito que o olhar leva em consideração, na Justiça do Trabalho, as condições de trabalho, da prestação do serviço. Nós temos que cuidar das crianças, até do ambiente e da jornada a que elas vão se submeter nesse trabalho artístico. Então, nesse ponto, eu acredito que a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça do Trabalho seja hoje capaz de fazer, inclusive num prazo menor, como V. Exª colocou, em relação ao que se tem visto na Justiça comum. Muitas vezes elas são atropeladas dentro de outras Justíças, até pela premência dos programas que existem e da necessidade daquele momento, mas eu acredito que seria excepcional a competência, como nós já tivemos no caso de acidente de trabalho, em que aumentamos a nossa competência e melhoramos o desempenho, retiramos aquele período grande que se tinha para decidir uma lide, nós o diminuimos bastante.

Com relação aos preconceitos e com relação ao salário, eu vou pedir vênica para responder tudo junto.

Na realidade, se nós colocamos um diferente do outro, nós já estamos tendo preconceito. Nós temos aqui a questão do sexo – sexo aqui é opção sexual.

(Soa a campainha.)

O SR. BRENO MEDEIROS – Eu acredito que a discriminação passa ao largo do que a gente imagina dentro de um Estado democrático de direito. Eu vou pegar um gancho da reforma trabalhista para dizer que nós tivemos aqui... Existe um dispositivo na reforma trabalhista que inovou ao estabelecer que os salários devam ser iguais, a equiparação salarial, que está no art. 461. Ele melhorou a redação do 461 quando estabeleceu que, quando houver discriminação em função de sexo ou etnia, nós teremos uma multa de 50% sobre o maior valor da previdência social.

Então, me parece que, cada vez mais, se avança nesse sentido de a gente deixar que o próprio cidadão tenha sua opção e que os empregadores não se utilizem dessa forma de discriminação. E aí é importante a regulamentação trazida através da reforma trabalhista, demonstrando e sinalizando para o País o que se quer através dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desembargador Breno Medeiros, primeiro cumprimento V. Exª pelo equilíbrio...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador Paim, eu não terminei. Eu gostaria de fazer uma pergunta mais específica.

Na reforma trabalhista ficaram os preconceitos mencionados, que V. Exª mencionou, mas não entraram os outros, que são o preconceito de gênero e o preconceito em função da orientação sexual. Então, eu gostaria de fazer este aparte para saber a posição de V. Exª, uma vez que V. Exª vai votar. Gostaria de saber como V. Exª vê essas questões, porque não está inscrito ainda – será um dia, mas hoje não está.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRENO MEDEIROS – Eu acredito que não esteja talvez tão específico, mas acredito que essa seja a ideia do Estado democrático de direito, e é isso que a gente tem visto por aí, nas decisões da Justiça, tanto da Justiça do Trabalho como do próprio Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desembargador Breno Medeiros, eu fui Relator numa Comissão, e nessa Comissão ganhamos até por um voto, mas perdemos de lavagem no plenário na reforma trabalhista. Eu usei um termo, lá, que é do revolucionário gaúcho, que diz o seguinte: "Quero leis que governem homens, não homens que governem as leis."

O negociado sobre o legislado, para mim, tem essa marca, porque aqui me lembro de Sebastião Nery, num debate, aqui nesta Comissão, que disse para mim – ele defendendo a reforma trabalhista –: "Paim, francamente, sabe que quem manda dentro da empresa é o empregador, não é o empregado, né?" Essa é a minha preocupação com o negociado sobre o legislado.

Eu dava um exemplo que ninguém conseguiu me responder. Eu era do tempo da estabilidade no emprego, e naquele período colocaram que o Fundo de Garantia poderia ser optativo, livre negociação. Então, eu perguntei aqui, e até hoje pergunto, se acharam uma pessoa, no País, que teve o direito de ficar com a estabilidade aos dez anos e não foi obrigado a optar pelo Fundo. Se acharam, eu mudo o meu voto. Eu não achei.

Eu só faço essa reflexão. O Ministro do Trabalho, recentemente, criou uma comissão de juristas, nomes famosos, devido ao enorme número de contradições que tem essa reforma; e eu alertei aqui. E V. Exª lembrou bem, vem com sete artigos, sai com 117. Não tem como achar que em dois meses os Senadores e os Deputados iriam ler essa matéria com a profundidade que ela exige. Há diversos artigos em que um contradiz o outro. Por isso a Justiça do Trabalho vai ser chamada a se posicionar. Não tem como! Então, essas são algumas preocupações minhas que deixo para reflexão.

Eu me preocupo muito com o negociado sobre o legislado, quando você sabe quem tem o poder de decidir. Não é o empregado que decide. E ali naquela reforma – eu vou deixar uma cópia do meu relatório; essa é uma outra opção de debate com V. Exª – fortaleceu-se muito a parte do empregador e se criou um desequilíbrio muito grande. A história vai mostrar.

Entrará em vigor, como V. Exª disse muito bem, a partir de 6 de novembro. E a partir daí, então, as contradições surgirão. Por isso, 17 Ministros do TST assinaram um documento, que está aqui dentro, dizendo-se contrários à reforma da forma como foi feita.

Ninguém é contra que se atualize a CLT e outras leis. Há um debate da reforma da previdência, mas na forma como foi apresentada, eu sou contra. Mas não sou contrário a que se discuta a gestão da previdência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo essa reflexão aqui, sem fazer todo um debate novamente, porque já fizemos aqui, da reforma trabalhista. Eu só achei que foi um exagero, a balança ficou desequilibrada. Mas como o Ministro já havia criado uma comissão para rediscutir a reforma... Inclusive, se pegarmos o arrazoado que se utiliza, a justificativa do grupo que ele cria, diz que o conflito jurídico é enorme dentro da reforma apresentada.

Nós criamos aqui no Senado uma comissão de juristas, inclusive Ministros do TST, que estão colaborando para ajudar a resolver o imbróglcio em que nos metemos, a situação em que nos metemos, que virou esse debate nacional. Não há como cumprir como ela está ali, não há, é impossível – é impossível. Por isso que V. Exª terá que ser um dos mediadores no momento do debate, que, naturalmente, vai terminar também no TST.

Mas eu não faço nenhuma pergunta, só fiz uma reflexão. Já votei – e comigo não há voto secreto. Votei "sim" a V. Exª.

O SR. BRENO MEDEIROS – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sei que V. Exª ajudará muito nesse debate lá no Tribunal Superior, de forma que a gente possa ir ajustando – como se diz, o diamante bom é aquele que é lapidado –, lapidando para que a gente tenha no futuro uma Consolidação das Leis do Trabalho que represente a média nacional de pensamento de empregado e de empregador, e não só de um lado. Doze por trinta e seis, há casos e casos, como V. Exª falou. Calcule numa fundição se o empregador disser o seguinte: "Aqui, na linha de produção vai ser 12 por 36." Morrem todos antes de terminarem a produção.

O SR. BRENO MEDEIROS – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor conhece bem como é. Eu trabalhei em fundição. Doze horas numa linha de produção numa fundição – eu peguei em uma área em que eu trabalhei –, não há como. Calcule, porque ali... E aqui eu termino só com esse exemplo, só para reflexão, fique tranquilo. V. Exª tem um equilíbrio enorme e vai ajudar muito a sairmos dessa situação que infelizmente vai se dar ali na frente.

Jornada de 30 minutos, então calcule também uma linha de produção. Aí, convoca-se lá: "Aqui vai ser meia hora só o horário de almoço." Livre negociação: vinte dizem que sim, dez dizem que não. O que vai valer? Os dez que disseram não provavelmente serão demitidos, ele vai querer trinta que naquela linha de produção concordem em parar meia hora e voltar.

Então, esse desequilíbrio com relação à livre negociação é que me preocupa muito.

Quando a gente diz – e por isso eu falei a frase desse revolucionário – que o negociado vale acima do legislado – eu cheguei a dizer aqui e vou repetir, V. Exª não precisa responder, não –, vamos fazer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte, para todas as leis do País vale o negociado sobre o legislado e não só para a trabalhista, para todas as leis: no mercado internacional, negociação entre empregado e empregador, negociação entre bancos, banqueiros, enfim, em todos os setores, até nas ações penais vale o negociado sobre o legislado. Se a lei não valer mais e valer a negociação, nós podemos entrar num estado da lei do mais forte, o mais forte vai impor. Por isso que eu sempre digo que... Eu não fiz Direito, mas gostaria de ter feito. Às vezes digo que se eu não tivesse, por circunstâncias da vida, chegado ao Senado, com certeza eu faria tudo para ser um advogado, como V. Exª o foi, também, naturalmente fez o curso de Direito.

O SR. BRENO MEDEIROS – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento V. Exª e espero que consigamos consertar, por isso estamos discutindo o estatuto do mundo do trabalho. Pediram para mim: "Paim, por que tu não botas o estatuto do trabalhador?" Eu digo não, porque vou fazer o mesmo erro que eles fizeram, porque eles fizeram o estatuto do empregador. Fazer agora o estatuto do empregado seria uma discussão antagônica, que não levaria a lugar algum.

Parabéns a V. Exª! Não precisa responder nada, eu sei que V. Exª terá que decidir lá, onde vai acontecer.

Muito obrigado.

O SR. BRENO MEDEIROS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Breno com a palavra.

O SR. BRENO MEDEIROS – Eu gostaria apenas, de acordo com a reflexão que V. Exª colocou, de trazer uma experiência minha. Como eu falo, sou da área do Direito e, no final, fiz MBA em Engenharia da Qualidade na USP, para tentar entender um pouco mais esse mundo do trabalho, esse mundo das relações entre empregado e empregador, para melhor trabalhar em cima dele, com dados concretos.

Algo que, sem dúvida alguma, todo o empresariado deste País sabe é que o trabalhador é imprescindível ao desenvolvimento da empresa. Então, quando você consegue criar um negociado de alta qualidade, com sindicatos fortes, você consegue dar uma melhoria para a relação de trabalho, mesmo porque você não pode matar a galinha dos ovos de ouro, que são os trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olhe para os dois lados, empregado e empregador também. Concordo com V. Exª.

O SR. BRENO MEDEIROS – Exatamente! O empregado também não pode fazer isso.

Hoje, dentro das empresas modernas que trabalham com qualidade, um dos principais itens são os colaboradores que nós temos. Quem não trata bem o seu colaborador está fadado à falência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com esses dados, acredito que temos a possibilidade... E aí, como eu falo, a gente não pode ficar adivinhando o que ocorrerá no futuro, mas acredito que haverá uma mudança. Se essa mudança, no futuro, demonstrar-se ruim para a sociedade, não tenho dúvida alguma de que o Congresso, o Parlamento será chamado e colocará as coisas como devem ser.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campanha.*) – Os Srs. Senadores devem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Lindbergh tem a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, vou votar agora.

Antes, eu só queria também trazer, Dr. Breno, uma preocupação que acho que já foi levantada aqui por outros Senadores, Senador Anastasia, porque acho que esta tem de ser uma preocupação da Casa: esse retrocesso em cima da caracterização do trabalho escravo. Existe um projeto de decreto legislativo que nós apresentamos. Vou tentar construir o apoio dos pares dos mais diversos partidos, porque é um retrocesso gigantesco. A Organização Internacional do Trabalho acaba de soltar uma nota, bem como várias entidades do Brasil e de todo o mundo. Altera-se o conceito de trabalho, de jornada exaustiva, de trabalho forçado. Essa é uma preocupação que eu queria trazer para esta Casa, justamente no momento em que estamos na sabatina do próximo Ministro do TST.

Quero dizer que vamos votar favoravelmente à indicação do senhor.

Mas esse tema para nós é um tema muito sensível, é um tema muito importante. Até onde nós vamos com tanto retrocesso? Daqui a pouco, alguém vai querer revogar a Lei Áurea no País, diante da quantidade de retrocessos que estamos observando.

Então, acho muito importante que haja, por parte dos Senadores da República, acompanhando a sociedade brasileira, que se manifesta por meio de várias entidades, a aprovação desse projeto de decreto legislativo.

Sinceramente, eu me preocupo muito, porque isso está sendo aprovado, essa portaria. E qualquer modificação tem de passar pelo Congresso Nacional! Há, inclusive, um projeto nesta CCJ, que é relatado pelo Senador Paulo Paim, sobre o tema. Não pode uma portaria modificar um tema tão importante, que está definido pela nossa legislação. Então, trago esse tema aqui.

É claro que eu sei... O Senador Paulo Paim falou sobre a reforma trabalhista e as nossas preocupações. Uma semana atrás, houve um encontro aqui em Brasília de juizes do trabalho de todo o País, que se reuniram para discutir aspectos ligados à constitucionalidade da reforma: o trabalho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intermitente; a figura do autônomo exclusivo... Eu tenho uma preocupação muito grande. Quando essa reforma trabalhista entrar em vigência, eu acho que o efeito na vida dos trabalhadores brasileiros vai ser gigantesco. Nós vamos ter uma precarização da relação de trabalho, e, pelo que vi dessa reunião desse congresso da Anamatra aqui em Brasília, foram os juízes do trabalho que disseram que não podem ser aplicados determinados pontos da reforma trabalhista.

Eu sei que V. Ex^a está sendo sabatinado e, assim como o Senador Paulo Paim disse, se o senhor quiser fazer alguma consideração... Mas eu deixo aqui mais essa minha opinião sobre esses temas, dizendo claramente que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, vamos votar de forma favorável para o Dr. Breno Medeiros assumir essa vaga como Ministro do TST.

Defender a Justiça do Trabalho, nos dias atuais, é algo importantíssimo para a democracia brasileira, para se preservar uma relação mais sadia entre capital e trabalho.

Esta vai ser a orientação de voto, como Líder da Bancada do PT, para que a gente vote favoravelmente à indicação do nome do Dr. Breno Medeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BRENO MEDEIROS – Senador Lindbergh, há poucos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – É apenas por economia regimental e para permitir que o Senador Paim possa fazer a foto.

Eu queria complementar as preocupações do Senador Lindbergh apenas acrescentando que eu sou de um Estado agrícola, uma Senadora que, quando jornalista, sempre cuidou muito dessa questão da produção agropecuária. Vejo o zelo dos produtores e penso que haja um preconceito que trata essa matéria de trabalho degradante, análogo a trabalho escravo, olhando apenas a área rural. Talvez isso seja um preconceito contra o setor, que tem hoje respondido não só pela geração de empregos, mas pela produção de alimentos que não só abastecem o mercado interno brasileiro, mas também excedentes exportáveis significativos.

É preciso que se dê a essa matéria o tratamento de igualdade. Os problemas nesses aspectos sociais do trabalho degradante não estão exclusivamente na área rural; estão também muito presentes na área urbana, em setores industriais... Empresas famosas e conhecidas já foram multadas por conta disso. Então, é não criar um viés de que só na área rural haja esse problema.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço questão de fazer esse registro por justiça a quem está produzindo tanto e com muito cuidado não só com a sustentabilidade, com a preservação do meio ambiente, mas também com os cuidados com a responsabilidade social.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu penso que V. Ex^a encontrou a expressão correta: há um preconceito contra a área rural.

Desembargador Breno.

O SR. BRENO MEDEIROS – Senador Lindbergh, Senadora Ana Amélia, na realidade, essa questão do trabalho escravo, como foi colocado aqui, pede uma regulamentação por parte do Parlamento, e que essa regulamentação venha da forma mais rápida possível, porque isso balizará as nossas decisões.

E com relação, é claro, ao posicionamento de alguns juízes, é como eu já falei: nós temos uma gama muito grande aqui de magistrados, e muitos deles ansiosos para aplicar, como sempre fizeram, as leis e a Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Valdir Raupp? (*Pausa.*)

Concluída a sabatina, indago aos Srs. Senadores se todos já votaram. Está votando neste momento o Senador Lindbergh. (*Pausa.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Queria fazer uma pergunta, pela ordem, Sr. Presidente: se após essa apuração podemos fazer a leitura do relatório das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Podemos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 17 Srs. Senadores; NÃO, 0.

O candidato, Dr. Breno, foi aprovado, portanto, por esta Comissão, à unanimidade.

Cumprimentos a S. Ex^a. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sugeriria pedido de urgência, coletivo, Sr. Presidente, para ir a Plenário ainda hoje, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se o Plenário não se opõe, urgência coletiva.
(Pausa.)

Srªs e Srs. Senadores, nós temos na pauta de hoje a apreciação das emendas ao Orçamento, e hoje é o último prazo à disposição das Comissões. Nessas circunstâncias, eu vou encerrar a presente reunião, convocando uma extraordinária para o momento seguinte.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Às onze horas e trinta e minutos, do dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Cássio Cunha Lima, Cidinho Santos, Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Eduardo Lopes, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, João Capiberibe, José Pimentel, Lasier Martins, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Vicentinho Alves, Waldemir Moka e Wilder Moraes, e das Senadoras Ana Amélia, Ângela Portela, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy e Simone Tebet, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aécio Neves, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Jader Barbalho, Jorge Viana, José Maranhão, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Ronaldo Caiado, e as Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann. Passa-se à apreciação da 1ª Parte da Pauta: ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 020/2017, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018”. O Senador Valdir Raupp apresenta o Relatório sobre as 117 (cento e dezessete) emendas sugeridas ao referido Projeto, todas de Emendas de Apropriação de despesas primárias. Após a discussão, são aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA-2018: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA PRIMÁRIA: EMENDA 01-CCJ) Órgão: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública; Unidade Orçamentária: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas; Programa: 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social; Ação: 215S - Redes de Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que Têm Problemas com Álcool e Outras Drogas; Tipo de Emenda: Acréscimo; Valor: R\$ 150.000.000,00; Justificativa: A presente emenda tem por objetivo financiar a construção de centros de acolhimento, cuidado e reinserção social de pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas. O abuso de álcool e drogas é uma das causas da violência, pois muitos usuários cometem crimes em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas, bem como roubam ou matam para sustentar o vício. Vários municípios do país ainda não possuem unidades para atendimento de dependentes químicos. A recuperação dessas pessoas pode significar a solução de um grave problema de segurança pública; EMENDA 02-CCJ) Órgão: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública; Unidade Orçamentária: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta; Programa: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública; Ação: 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; Tipo de Emenda: Acréscimo; Valor: R\$ 300.000.000,00; Justificativa: A presente emenda visa aprimorar e fortalecer as instituições de segurança pública, seja na compra de equipamentos, armamentos, munições, viaturas etc. Em vários municípios do nosso país a escassez de viaturas e a ausência de armamentos em diferentes áreas de atuações policial é latente. O objetivo dessa emenda é atenuar essas dificuldades e discrepâncias.; EMENDA 03-CCJ) Órgão: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública; Unidade Orçamentária: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Programa: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública; Ação: 154T - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal; Tipo de Emenda: Acréscimo; Valor: R\$ 300.000.000,00; Justificativa: Construção, ampliação e reforma de postos, delegacias e sedes administrativas com o objetivo de prover as instalações com estruturas modernas, seguras, representativas e funcionais que permitam o desenvolvimento das atividades da Instituição e a adequada integração entre os órgãos de segurança pública de governo, de forma a representar e exercer, efetivamente, o poder de polícia nas diversas áreas do país. Os investimentos feitos na infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal não acompanharam o crescimento desses serviços e nem a quantidade





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

de carros rodando no País. Para concretizar a ampliação e reforma das instalações físicas, será realizada a construção, ampliação e reformas de postos, delegacias e sedes administrativas que dão suporte direto ao desenvolvimento das atividades da Instituição, dotando-as de instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a adequada integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país. EMENDA 04-CCJ) Órgão: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública; Unidade Orçamentária: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Programa: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas; Ação: 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados; Tipo de Emenda: Acréscimo; Valor: R\$ 75.000.000,00; Justificativa: Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas: promoção da proteção das terras indígenas através da identificação, delimitação, demarcação física e regularização fundiária, visando assegurar o direito dos índios, a posse, e o usufruto da terra tradicional que ocupam; e das reservas indígenas a eles destinadas que permitam a manutenção e o desenvolvimento de seus modos de vida e atividades socioculturais. Proteção das Terras Indígenas, por meio de ações de vigilância e fiscalização, evitando que as terras indígenas sejam ou permaneçam invadidas ou exploradas por terceiros, assegurando aos índios a integridade do seu território e do seu patrimônio natural. Comprovada a presença de invasores nessas áreas, proceder à extrusão e penalização dos responsáveis. Proteção de Povos Indígenas Isolados: localização e manutenção dos direitos da ocupação tradicional de seus territórios, acompanhamento de seus deslocamentos geográficos; exercer proteção e vigilância nos territórios em terras indígenas habitadas por índios isolados; proteger seus direitos respeitando o isolamento voluntário implementando iniciativas que considerem sua situação de vulnerabilidade física e cultural. Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato: Promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implantação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. Este projeto consiste no fortalecimento das ações da Funai nas áreas de fiscalização de Terras Indígenas, bem como de localização e proteção de indígenas isolados, aportando recursos necessários à realização de ações, de abrangência nacional, no intuito da proteção e promoção dos direitos desses povos indígenas. Total das emendas de apropriação: R\$ 825.000.000,00. Passa-se à apreciação da 2ª Parte da Pauta: ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 82, de 2017, "Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com vistas ao levantamento de informações e dados sobre o tema da redução da maioria penal, em pauta nesta Comissão. Solicita-se que a Audiência ocorra antes do dia 1º de novembro de 2017, data acordada por esta comissão para a deliberação sobre a PEC 74/2011, que tramita em conjunto com as PECs 33/2012, 21/2013 e 115/2015 conforme aprovado pelo RQJ 77/2017. Desta forma, requeiro o convite para participação dos nomes a seguir: 1. Dom Leonardo Steiner, Secretário-Geral da CNBB; 2. Sra. Zama Neff, Diretora-Executiva da Divisão de Direitos das Crianças e Adolescentes do Human Rights Watch; 3. Dr. Leoberto Brancher, Juiz da Vara Regional da Infância e da Juventude do Estado do Rio Grande do Sul; 4. Fernando Henrique de Freitas, Promotor de Justiça no Estado de São Paulo; 5. Dr. Samuel Friedman, Defensor Público do Estado de São Paulo; 6. Dra. Carmem Maria Craidy, Pedagoga – Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 7. Mariana Chies Santiago Santos, Coordenadora—Chefe do Departamento da Infância e Juventude do IBCCRIM; 8. Sra. Ana Claudia Cifali, Advogada do PIPA/UFRGS.". Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às onze horas e quarenta e nove minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 20/2017-CN – Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2018 (PLOA 2018), que serão





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

Relator: Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com o art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN, com redação dada pela Resolução 3/2015, as comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional poderão apresentar emendas aos projetos de leis orçamentárias anuais no âmbito de suas respectivas competências regimentais (caráter institucional).

Nos termos do art. 44, §1º, da referida norma, poderão ser apresentadas, por comissão, até 8 (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento. Quanto às emendas ao texto do projeto, não há limites quantitativos estabelecidos, mas o caráter institucional deve ser observado.

No prazo fixado para recebimento, foram apresentadas a esta Comissão 117 (cento e dezessete) sugestões de emendas, todas de apropriação, relacionadas no Anexo deste parecer.

Análise.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas apresentadas, haja vista que esta Comissão está sujeita regimentalmente ao limite de até oito emendas ao PLOA, sendo até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento.

Diante disso, não obstante todas as propostas submetidas a esta Comissão de Constituição e Justiça detenham inegável mérito, fomos forçados a optar por algumas delas, o que fizemos com atenção ao seu alcance social...

O barulho está muito grande, Sr. Presidente. O barulho está ensurdecedor.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço silêncio na Comissão, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Fomos forçados a optar, procurando atender o maior número de Senadores que apresentaram propostas, observadas, ademais, as normas incidentes no contexto, em particular, as que dizem respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional da emenda, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN.

Relevante observar que esta é a primeira oportunidade em que esta Comissão delibera a respeito de emendas ao PLOA já sob a vigência do Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Essa emenda tem especial impacto na presente análise, em virtude do estabelecimento de limites individualizados de gastos para diversos órgãos da União que estão inseridos nas competências deste Colegiado.

Como decorrência da referida emenda, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização editou a Instrução Normativa nº 1, de 2017, acerca de procedimentos para apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária, aos créditos adicionais durante a vigência do Novo Regime Fiscal. Segundo dispõe essa norma, as emendas que propuserem acréscimo de despesas primárias sem observância dos limites estabelecidos pela EC nº 95 devem indicar cancelamento compensatório no âmbito do mesmo Poder, no caso do Executivo, ou no âmbito do mesmo órgão, nos demais casos, sob pena de sua inadmissão.

Com base nesse normativo, e avaliando o conteúdo do PLOA 2018, o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) observou, em seu item 68 da Parte Geral, que todos os Poderes e órgãos, à exceção do Executivo, encontram-se ou no seu limite de despesas, ou acima dele. Logo, todas as emendas direcionadas a tais órgãos precisam apontar cancelamento compensatório nesse mesmo órgão.

Analisando as sugestões de emendas dirigidas a esses órgãos (sugestões 79, 80, 81, 82, 84, 89, 90, 91, 99, 109, 110), observamos que esse requisito não foi atendido por nenhuma delas. Portanto,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

tornou-se inviável dar prosseguimento a sua apreciação, sob pena de as emendas desta Comissão serem inadmitidas. Restaram, assim, 106 (cento e seis) sugestões de emendas para análise, cujas frequências por órgão constam da tabela seguinte.

Tabela 1 – Quantidade de Sugestões de Emendas por Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 95; Advocacia-Geral da União, 5; Presidência da República, 3; Ministério da Defesa, 1; Ministério dos Direitos Humanos, 1; Reserva de Contingência, 1; total, 106.

Considerando os quantitativos apresentados na Tabela 1, que demonstram uma inequívoca preferência dos membros pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolvemos propor à Comissão que escolha as suas emendas dentre as programações deste órgão que receberam expressiva quantidade de sugestões.

Assim, a primeira emenda, decorrente das sugestões nºs 1, 33, 50, 69, 98 e 108, acrescenta R\$150 milhões à Ação “215S - Redes de Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que têm Problemas com Álcool e Outras Drogas”, no âmbito da unidade orçamentária “Fundo Nacional Antidrogas”. A apresentação da emenda deve ser feita à Comissão Mista de Orçamento nos termos da sugestão nº 1.

A segunda emenda, decorrente das sugestões nºs 2, 8, 25, 40, 58, 94 e 103, acrescenta R\$300 milhões à Ação “8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública”, no âmbito da unidade orçamentária “Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta”, e deve ser apresentada à CMO nos termos da sugestão nº 2.

A terceira emenda, decorrente das sugestões nºs 9, 26, 41, 59, 77, 104 e 114, acrescenta R\$300 milhões à Ação “154T - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal”, no âmbito da unidade orçamentária “Departamento de Polícia Rodoviária Federal”, e deve ser apresentada à CMO nos termos da sugestão nº 9.

Por fim, a quarta emenda, decorrente das sugestões nºs 5, 20, 35, 53, 75, 102 e 116, acrescenta R\$75 milhões à Ação “20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados”, no âmbito da unidade orçamentária “Fundação Nacional do Índio - Funai”, e deve ser apresentada à CMO nos termos da sugestão nº 5.

A Tabela 2 resume as emendas que ora propomos a esta Comissão acolher.

Unidade Orçamentária 30912 - Fundo Nacional Antidrogas: R\$150 milhões.

Ação 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública: R\$300 milhões.

Ação 154T - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal: R\$300 milhões.

Ação 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados: R\$75 milhões.

Voto.

Em face do exposto, o nosso voto é para que esta CCJ acolha as sugestões de emendas ao PLOA 2018 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017) nºs 1, 2, 5, 8, 9, 20, 25, 26, 33, 35, 40, 41, 50, 53, 58, 59, 69, 75, 77, 94, 98, 102, 103, 104, 108, 114 e 116, deliberando pela apresentação à Comissão Mista de Orçamento das quatro emendas de apropriação constantes da Tabela 2.

Outrossim, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias, à formalização e à apresentação das emendas junto à CMO.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, há um requerimento de audiência pública sobre a questão da redução da maioria penal, que tinha sido apresentado pela Senadora Vanessa e que eu subscrevi. Eu queria, Sr. Presidente, se fosse possível, que a gente o aprovasse hoje, porque está marcado haver votação para o dia 1º – a outra terça. Se a gente não conseguir aprová-lo hoje, a gente não conseguirá fazer a audiência pública na próxima semana.

E quero dizer também que eu apresentei um requerimento de convocação do Ministro do Trabalho – que não é para ser votado hoje, é para ser lido; eu sei das regras da Comissão de Constituição e Justiça – para tratar dessa questão do trabalho escravo. Essa é uma preocupação, como eu já falei inclusive aqui, de entidades brasileiras e internacionais e também, agora, da Organização Internacional do Trabalho. Então, é esta a comunicação que faço ao senhor: que entrei, então, com um pedido de convocação do Ministro do Trabalho para vir dar explicações aqui a esta Casa.

E agradeço a V. Exª se pudermos votar no dia de hoje a audiência pública.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Aduzindo ao Senador Lindbergh, o Ministro do Trabalho foi convidado pela Comissão de Assuntos Sociais em um requerimento do Senador Paulo Paim. Por economia de tempo até nosso também, porque penso que os temas são correlatos, sugiro fazermos uma audiência conjunta com a presença do Ministro.

Na Comissão o próprio Senador Paim entendeu que é para fazer um convite, e não uma convocação. Ele é um Parlamentar, é um Deputado, eu acho que não se negará a isso, e é a forma mais adequada, porque é sempre assim que tratamos. Se ele se negar, eventualmente, aí podemos fazer uma convocação, mas eu acho que é desnecessário do ponto de vista da relação institucional com um colega da Câmara dos Deputados. E faço isso porque ele é um Deputado do meu Estado, o Rio Grande do Sul, mas também pela atenção que ele tem tido com o Congresso Nacional, sempre muito acessível e sempre respeitoso a todos os convites que recebeu para vir falar no Senado Federal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não me oponho, Senadora Ana Amélia, se foi aprovado na CAS, a gente fazer alguma coisa em conjunto. Só chamo a atenção desta Casa porque o tema de fato é muito grave: através de uma portaria, eles estão revogando um artigo do Código Penal, o art. 149, que deixa de forma muito clara definido o que é trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas eu concordo. Se for feito o convite...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... o que propõe a Senadora, em primeiro lugar, é que se faça uma reunião conjunta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E, segundo, que, em lugar de convocação, faça-se convite...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... por se tratar de um Parlamentar também e que não se furtará certamente ao comparecimento.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu aceito as ponderações da Senadora Ana Amélia e de V. Ex^a: transformemos em convite.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, o requerimento é dado...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, sobre esse tema...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aquiescendo com as ponderações já feitas, eu só queria manifestar ao Senador Lindbergh que, a princípio, o tema tem a minha total simpatia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu estava no Ministério do Trabalho, como disse aqui na hora da sabatina, como Secretário-Executivo, quando foi criado, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo. Foi o primeiro esforço e foi reconhecido muitas vezes. Ali foi o embrião de um grupo de trabalho da fiscalização muito exitoso. O que aconteceu de lá para cá é que houve uma certa banalização da expressão. Então, é oito ou oitenta.

Eu acho, de fato, que a portaria formalmente está equivocada – não poderia –, mas é até um bom momento de, com base nela e como até V. Ex^a ponderou sobre o projeto de lei, uma nova lei que dê o contorno exato. Ninguém pode tolerar, evidentemente, trabalho escravo na sua dimensão correta, quer no campo, quer na área urbana, mas também não podemos concordar que se entenda o trabalho escravo como o tamanho de um estrado de uma cama, como parece que acontece uma vez ou outra, ou eventualmente se o banheiro teve água morna ou menos quente.

Agora, evidentemente, o debate do assunto é fundamental, e a portaria, não há dúvida, é inadequada como forma. Eu acho que é o momento de rediscutir o tema como um todo, de maneira ajuizada. E tenha certeza de que terá aqui pelo menos a minha participação no sentido de identificar um ponto em comum e convergente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Anastasia. Sempre quando V. Ex^a entra em um tema, a gente consegue construir aqui entendimentos mais amplos. Eu acho que a entrada de V. Ex^a neste debate é muito importante. Eu vou procurar o senhor depois para ver como a gente pode tratar desse tema aqui no Senado Federal.

Eu agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ligamos agora as luzes para a Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Senador Presidente Lobão, eu não posso deixar de, estando ao lado do meu amigo Senador Anastasia e sabendo o quanto ele foi importante na época do Presidente Fernando Henrique lá no Ministério, lembrar que Mato Grosso do Sul apareceu nas páginas dos jornais mundiais como a terra que tinha nas suas carvoarias o trabalho escravo e, inclusive, o trabalho infantil, o que é mais grave.

Graças, inclusive, a projetos da grandeza dos que foram apresentados à época e aos quais foi dada sequência em todos os Governos que passaram, inclusive o governo Lula, nós tivemos condição... Inclusive com o Peti, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, esse trabalho que está muito relacionado ao trabalho escravo nas carvoarias, nós tivemos a erradicação desse trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul. É que, infelizmente, nos últimos anos, nós realmente estamos vendo – talvez com uma frouxidão, seja legislativa, seja por parte de fiscalização de Executivo –, estamos começando a ver retornar não só no campo, mas também na periferia das cidades esse tipo de atividade, que é abominável.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós mesmos, no Senado, já demos grandes contribuições, como, salvo engano, o projeto do Senador Paulo Rocha que tive o prazer de relatar, tipificando como crime o trabalho infantil, que não deixa de estar correlato a essa questão.

Quanto à forma, o Senador Lindbergh tem toda razão; é uma portaria regulamentando uma matéria como essa... Temos de, nesta Casa, inclusive restabelecendo nosso papel como instituição, demonstrar que quem legisla, quem cria direito, quem modifica direito ou quem revoga direitos no Brasil é a lei; portanto, que quem faz a lei é o Executivo junto com o Legislativo, mas sempre tendo o Legislativo no processo. Acho que nesse aspecto, no aspecto formal, nós temos aqui, talvez, unanimidade.

No aspecto da matéria, até em que momento estamos diante da atividade considerada abominável, inconstitucional ou não, esse vai ser o assunto da audiência pública da qual farei questão de fazer parte, dando a minha modesta parcela de contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O requerimento do Senador Lindbergh Farias está, portanto, admitido e será votado na próxima reunião desta Comissão.

Há um outro requerimento, que é o da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito também pelo Senador Lindbergh, que propõe audiência pública e cita as autoridades a serem convidadas, excluídas aquelas que em audiências anteriores já foram ouvidas.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 82, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com vistas ao levantamento de informações e dados sobre o tema da redução da maioria penal, em pauta nesta Comissão. Solicita-se que a Audiência ocorra antes do dia 1º de novembro de 2017, data acordada por esta comissão para a deliberação sobre a PEC 74/2011, que tramita em conjunto com as PECs 33/2012, 21/2013 e 115/2015 conforme aprovado pelo RQJ 77/2017.

Desta forma, requeiro o convite para participação dos nomes a seguir:

- 1. Dom Leonardo Steiner, Secretário-Geral da CNBB;*
- 2. Sra. Zama Neff, Diretora-Executiva da Divisão de Direitos das Crianças e Adolescentes do Human Rights Watch;*
- 3. Dr. Leoberto Brancher, Juiz da Vara Regional da Infância e da Juventude do Estado do Rio Grande do Sul;*
- 4. Fernando Henrique de Freitas, Promotor de Justiça no Estado de São Paulo;*
- 5. Dr. Samuel Friedman, Defensor Público do Estado de São Paulo;*
- 6. Dra. Carmem Maria Craidy, Pedagoga – Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;*
- 7. Mariana Chies Santiago Santos, Coordenadora—Chefe do Departamento da Infância e Juventude do IBCCRIM;*
- 8. Sra. Ana Claudia Cifali, Advogada do PIPA/UFRGS.*

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros.

Submeto o requerimento à discussão e votação neste plenário.

Em discussão. *(Pausa.)*

Se ninguém deseja discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Simone Tebet, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 41/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Finalidade:** Debater sobre o tema "Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e o combate às desigualdades educacionais". **Participantes:** José Francisco Soares, Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - CNE; José Francisco de Almeida Pacheco, Especialista em Educação; André Duarte Stábile, Representante do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular; Cleuza Rodrigues Repulho, Consultora do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular; Guiomar Namor de Mello, Consultora em Projetos Educacionais do Ministério da Educação. Ricardo Coelho, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/20>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária dentro da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 41, de 2017, desta Comissão, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater o tema "Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e o combate às desigualdades educacionais."

E, dando início à audiência, vou convidar os palestrantes, os debatedores, para que venham à mesa: José Francisco Soares, que é Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; José Francisco de Almeida Pacheco, um grande educador que nos honra com sua presença aqui; André Duarte Stábile, que representa o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular; Cleuza Rodrigues Repulho, que é Consultora do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular; a Prof. Guiomar Namó de Mello, que é Consultora em Projetos Educacionais do Ministério da Educação; e – não sei se já está conosco – Ricardo Coelho, que chegou na hora, mas tivemos dificuldade para o ingresso dele, tendo em vista que hoje, por alguma razão que se explica, mas que não se justifica, está difícil o acesso a esta ala das comissões, em função de debates em outras comissões.

De qualquer maneira, estamos resolvendo o assunto, porque ele substitui quem estava previsto. Quem estava previsto estava na lista; quando ele veio, não entrou na lista, e estamos tentando, porque a presença do Ricardo Coelho é muito importante.

De qualquer maneira, temos aqui o Senador Wellington Fagundes, que nos honra com sua presença nesta Comissão.

Como é do conhecimento, esta audiência tem por objetivo debater essa experiência brasileira, que já vem um pouco tarde, de implantar um currículo comum nas escolas brasileiras. Lamentavelmente, ainda só no ensino fundamental. O ensino médio creio que vai ficar para 2019.

Eu preparei algumas perguntas, que poderia deixar para fazer depois, mas que eu poderia já ler, como um indicativo, embora cada um esteja livre de falar o que quiser, como quiser, dar sua opinião, até porque vocês já vêm estudando esse assunto há muito tempo. Mas as perguntas que eu ainda tenho e que acho que a opinião pública, a população, os professores do Brasil querem saber é se essa terceira versão da Base Nacional Comum Curricular atende aos objetivos que estão inscritos no art. 205 da Constituição Federal, buscando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

A segunda é: que medidas acham que devemos tomar para que a Base Nacional Comum Curricular seja implementada com sucesso e não seja mais um conjunto de intenções que não viram a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade? O que é que a gente precisa fazer para que todas as crianças tenham acesso ao currículo com igual qualidade?

A terceira é se a implementação da Base Nacional poderá ser bem-sucedida sem uma presença mais forte da União na coordenação do processo de educação de base no Brasil. Se deixamos nas mãos dos Municípios, vai ser possível se ter uma base comum para 5,566 mil – da última vez que eu vi o número – Municípios?

A quarta é: qual é o papel dos professores?

Professor, muito obrigado e desculpe as dificuldades para seu ingresso aqui, que foi por culpa do Senado.

A quarta pergunta é: qual é o papel dos professores para o sucesso da implementação da Base? O que será exigido desses profissionais, que eles não têm ainda, e o que é que nós vamos oferecer a eles para que eles sejam os agentes dessa Base Comum Curricular?

Uma quinta pergunta é lembrando que as pesquisas apontam para a necessidade de articulação da Base Curricular com a formação inicial dos professores e qual será ou deverá ser a estratégia do MEC para assegurar essa articulação nacional na formação dos professores.

Uma sexta – são dez perguntas – se os senhores e senhoras entendem que tais questões foram adequadamente contempladas na última versão oferecida pelo MEC. Quais questões? As questões que a nossa Constituição prevê de que o ensino deve exprimir claramente valores, como a tolerância, a busca da igualdade, o direito a buscar a felicidade, o repúdio à corrupção e outras.

Ao mesmo tempo, nós queremos, de acordo com os nossos documentos de Constituição e leis, que essas crianças adquiram aptidões, competências, valores cívicos e tenham padrões de comportamentos sociais condizentes com a nacionalidade.

Então, a pergunta, essa sexta, é se essas questões foram adequadamente contempladas.

A sétima é se o currículo nacional comum, na opinião dos senhores e das senhoras, supera o caráter enciclopédico que caracteriza os currículos escolares do Brasil ou, se ao contrário, vai perpetuar essa tendência.

A oitava pergunta é quais são as principais lacunas que vocês acham que existem no documento. Sabem que algumas foram apontadas nas cinco audiências públicas realizadas pelo Conselho Nacional de Educação. Então, para vocês, quais são as lacunas?

A penúltima pergunta é se procedem as críticas que se ouvem de que as mais de 12 milhões de contribuições da consulta pública feita pela internet foram pouco aproveitadas, ou se o processo de aproveitamento não foi transparente.

E a última pergunta, o que não impede que tenhamos onze, doze, treze perguntas, etc., é: quais as experiências internacionais em matéria curricular que os senhores apontariam como referência para não apenas fechar a formação do currículo nacional como também implementar a sua realização para que não fique apenas no papel?

Dito isso, eu quero dizer duas coisas, ou seja, a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, através do Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, e pelo e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, e que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda questão que eu quero colocar é que a Presidente desta Comissão está presente, Senadora Lúcia Vânia, e eu a convido para presidir a reunião pelo menos durante o período em que puder ficar aqui.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu agradeço, Senador Cristovam, mas gostaria de ficar aqui mesmo para prestar mais atenção na discussão.

Quero aproveitar a oportunidade também para cumprimentar os senhores expositores. Estarei aqui para ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Senadora.

Espero que a sua presença não iniba a Mesa, porque a senhora é a Presidente da Comissão.

Bem, dito isso, eu vou dar início às exposições dos convidados na ordem dos nomes que eu citei: José Francisco Soares, José Francisco de Almeida Pacheco, André Duarte Stábile, Cleuza Rodrigues Repulho, Guiomar Namó de Mello e Ricardo Coelho.

Prof. José Francisco Soares, a palavra está com o senhor.

Nós temos aqui, em geral, 15 minutos para cada expositor. Mas não vamos ficar cortando a palavra. Creio que esse assunto merece um debate com a maior liberdade possível. De qualquer maneira, não se assuste, porque, automaticamente, uma campainha toca aos 15 minutos. Isso é mais para orientar do que para cortar a sua palavra.

Prof. José Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Vou começar agradecendo o convite para estar aqui na presença dessas colegas, com os quais já participei de tantas discussões a respeito da Base Nacional Comum, e dizendo da minha satisfação de, pela primeira vez, ter um companheiro com o nome igual ao meu: José Francisco Pacheco e José Francisco Soares.

Eu queria começar dizendo o que é uma Base Nacional Comum. Eu queria sublinhar o "nacional" e o "comum", que são expressões da cidadania. Nós estamos vivendo um momento no País onde o comum não tem tido a voz que deveria ter. Nós temos o específico, o identitário. E a base, portanto, terá dificuldade à medida que ela procura dizer o que todos devem aprender. Agora, em cima desse "todos" se constrói o singular. O segundo termo, naturalmente, é base, é base para construir. E o que se constrói? O Senador Cristovam sinaliza lendo o 205. Em cima do comum, eu vou construir o meu desenvolvimento, o meu pleno desenvolvimento, a minha inserção no trabalho e a minha inserção na cidadania. No entanto, é muito importante dizer que a lei brasileira sempre, ao se referir ao nacional e comum, se refere à parte diversificada. Não existe um Brasil. São muitos brasis. Portanto, o legislador, desde a Constituição, insiste nesta complementariedade: o comum e o específico. Gosto de dar exemplos, sendo mineiro: seria um absurdo que a proposta pedagógica das escolas de Mariana não contemplasse o desastre ecológico, que mudou a cidade do ponto de vista social e do ponto de vista físico. Então, existe uma parte diversificada, que resolveria grande parte dos problemas que estão sendo colocados. Em muitas das discussões, há uma certa reclamação: "Ah, isso não pode estar..." Bem, insira no projeto da sua escola, mas outros terão outra visão. O que a gente não pode abrir mão é do comum, do nacional, do que constrói a cidadania.

A educação está intimamente ligada ao aprender. A LDB trouxe a aprendizagem para o centro. É muito interessante aqui, olhando os textos anteriores: a Constituição fala muito no ensino. A LDB vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar muito mais no aprender, na aprendizagem. E o que a gente aprende? O que a criança deve aprender? Também ao longo dos anos, isso foi se sedimentando. A criança deve aprender os conhecimentos – sim, os conhecimentos –, que são fundamentais, disciplinares, mas também as atitudes e os valores. Atitudes e valores eram, vamos dizer, saberes, para usar uma expressão geral, que estavam pouco enfatizados na educação mais tradicional. Agora, isso veio para o centro. A sociedade mudou, as necessidades mudaram. Então, o que a lei do PNE vai dizer? Ela vai falar em objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Percebam: aqui eu estou falando de aprendizagens – no plural, de forma bem ampla –, e a palavra desenvolvimento aqui está utilizada no sentido de desenvolvimento humano, mas também das atitudes e valores que a gente não aprende. A gente adquire e incorpora na interação com as outras pessoas. Então, há uma *nuance* aqui, mas educação é aprendizado, e, portanto, a pergunta do que aprender é absolutamente essencial.

Deixe-me insistir nesse ponto. Com todas as dificuldades da discussão, desde os PCNs, há 20 anos, nós temos uma discussão muito importante, que é a discussão pedagógica dentro do educacional.

Não sei se uso as palavras corretas, mas o educacional começa com o filosófico, com o político, com o gerencial, com o econômico, com o social. Mas temos muita dificuldade para chegar numa pergunta que define a educação. O que a criança vai aprender? Como ela vai aprender? Como eu vou saber que ela aprende ou não?

Então, se não fosse por nada, o Brasil, com toda essa discussão, está colocando um foco correto. No entanto, como vamos expressar o que a criança deve saber? São quatro níveis de explicitação. Há um nível mais geral, que é o nível da constituição, dos três que o Senador Cristovam mencionou e que, no documento enviado ao CNE, estão expandidos.

Então, ali, nós temos que diferentes grupos vão usar diferentes termos. Há as aprendizagens essenciais, as competências gerais, as aprendizagens chave, os objetivos gerais.

É muito importante que tenhamos essa clareza. E quem ler o texto vai ver que, ali, existe uma síntese de muita sabedoria.

O que queremos hoje? São exatamente dez grandes princípios.

Essa é uma visão.

A segunda é a base. Ou seja, aquilo é muito geral. É ótimo. Mas é geral demais. Então, a base vai ser mais específica. A terceira é na rede. Ou seja, as redes de ensino vão ter de pegar a base e fazer um trabalho em cima dela. O primeiro trabalho qual é? De adição. O que não está na base que, aqui onde estou, eu preciso incluir. Eu dava o exemplo de Mariana. Mas existem muitos outros exemplos em outros lugares.

Bem, a segunda dimensão que a rede vai fazer é a contextualização. Ou seja, nós vamos pegar a base e dizer: "Olha, aqui, nós vamos usar esse processo pedagógico." Isso é constitucional. A Constituição diz: pluralidade de concepções pedagógicas. E rede vai ter de fazer uma opção.

E, finalmente, ela vai ter de fazer, por causa do estilo que optamos pela Base – falo disso mais à frente –, ou expansão ou agregação de objetivos. O que a rede não pode fazer? Ela não pode tomar a decisão de não incluir um objetivo no seu currículo. A Base é normativa. Ela será uma diretriz. Portanto, ela tem de ser atendida. O que não é fixo? É o "como". São quatro maneiras. Nós estamos falando, portanto, da Base, da segunda explicitação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Percebam que estamos falando de uma coisa só. Seja no geral, seja na base, seja... Estou usando currículo, mas tem gente que vai dizer que o currículo é da escola, não da rede, mas permitam-me essa *nuance*, e proposta pedagógica. É uma coisa só, com diferentes níveis de explicitação. A granularidade é diferente. Diferentes pessoas vão ter diferentes grupos.

Pois bem, com criamos esses objetivos? É muito importante de onde eu vou tirar dois grandes princípios: que País queremos ter e a formação integral. Percebam que a formação integral está lá no 205, quando falamos no pleno desenvolvimento da pessoa humana.

Mas percebam que a Base serve a um projeto de País que nós queremos. O preâmbulo da Constituição nos cria um país fantástico. Mas a realidade da nossa sociedade é uma realidade muito mais dura. Então, é muito claro.

Há muitos anos, eu falando, defendendo a Base, uma pessoa me perguntou: "Mas por que a Base?" Eu falei: "Porque a Base é fundamental para lutar contra as desigualdades."

Quer dizer, para mim, é muito claro que, neste momento, neste País concreto, a desigualdade tem de ser um objetivo da Base. É claro que esse objetivo vai ser implementado de diferentes maneiras.

Deixem-me eu dar um exemplo. Na Austrália, quando se criou algo parecido – e lá é currículo nacional, não é base –, um dos princípios que causaram enorme dificuldade foi dizer: "Nós somos um país asiático, e não um país europeu que, por acidente, está na Ásia." Percebe? É uma mudança importantíssima.

Então, para nós aqui, em um país desigual como o nosso, é muito importante a gente ter a clareza de que há problemas reais, e eu insistiria no problema da desigualdade.

"Desigualdade" é uma palavra politicamente incorreta, a politicamente correta é "diversidade". Claro, a diversidade tem que estar na Base, porque é um valor nosso, é um valor que queremos manter. O Brasil é um produto diferentes grupos, que estão em um processo enorme de criação de um povo. Mas, o problema é que a nossa diversidade, a fala da diversidade ela pode jogar para debaixo do tapete a desigualdade que é muito forte.

Finalmente, nós precisamos ter a clareza de que existe uma dificuldade estrutural para o desenvolvimento de uma base. Base é uma necessidade de país federativo. Não é uma necessidade de país unitário, onde o governo, o executivo faz uma proposta para todo o país.

Aqui não é possível, não é legal e nem é possível. Mas isso cria uma dificuldade muito grande. Acabo de voltar do México e lá havia representantes de vários outros países na reunião de que eu participava, e é muito interessante como eles resolveram essas questões por atos do executivo. Você chamou um conjunto de pessoas, essas pessoas discutiram e apresentaram uma proposta.

Eu achava isso, há dois anos, ruim, mas eu acho que faltou no caso da Base – os mais velhos vão lembrar disso – uma Comissão Afonso Arinos. Em 1988, antes da Constituição, o Brasil criou e basicamente circulando-se um projeto que eram um primeiro projeto.

Então, aqui no Brasil, a discussão da Base Nacional Comum não é um conceito, não era um conceito que estava completamente introjetado. Então, quando a gente pergunta às pessoas, quando pede a contribuição, a contribuição não vem para uma base, no sentido de que ela é básica, que ela não é currículo, que ela tem que ser complementada. Ela vem para o currículo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Eu estou Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE. O CNE recebeu o documento e fez audiências. Se ele fez audiências, é porque a lei manda e porque é o costume do CNE.

Nós temos alguns problemas que as audiências colocaram. O primeiro, eu não vou citar em ordem de importância, mas problemas que... O uso da tecnologia. Há uma percepção de que a gente não pode, agora, nesse momento histórico, fugir da dura questão de que a tecnologia, que o celular, que os *tablets*, que hoje estão na vida de todo mundo e, portanto, têm que estar na escola.

Como isso vai interagir? Há uma discussão em um nível até um pouco mais conceitual, que a gente recebeu. Hoje, você tem um mundo digital. Voltando lá na história da humanidade, você tinha os mitos. Hoje, o celular é um mito.

Perceba, de repente você poder entrar em um *site* que está do outro lado do mundo é uma coisa meio assustadora. Então, é importante... Muita gente defende, eu inclusive, que isso tem que estar na educação.

Quer dizer, nós temos um mundo novo a conhecer.

Nós temos um problema também muito específico, que é o ensino religioso. Aqui há uma leitura de muitos de que as leis, desde a LDB às resoluções do CNE, já estabeleciam o ensino religioso e, portanto, não caberia a Base se silenciar em relação ao ensino religioso.

Mas se eu tivesse que escolher um problema, eu escolheria o problema da alfabetização de Língua Portuguesa. Perceba que nós temos um grande problema no País. Quando estive no Inep, e os dados vão sair de uma segunda versão proximamente, nós constatamos que ao fim do terceiro ano a criança está fazendo nove anos – não é que ela está fazendo oito, ela está no terceiro ano e a maioria está completando nove anos – e 20% delas não tinham o conhecimento compatível com escrever cavalo (consoante, vogal, consoante, vogal). Não é que elas não soubessem escrever cavalo, mas o conhecimento delas era tão limitado que não permitia isso. Eu acho isso um problema seriíssimo. Portanto, com todas as outras dificuldades, se eu tivesse que eleger uma prioridade eu elegeria esta prioridade. E ainda não vejo essa clareza no debate. É muito impressionante que isso praticamente ainda não tenha aparecido nas audiências públicas.

Aqui eu sinalizo uma questão...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – E caminho para terminar.

Uma questão que está sendo muito discutida. O que nós precisamos é sequência. O que é isto? O que a criança deve saber no primeiro ano, o que ela deve saber no segundo ano, o que vai saber no terceiro? Há muita discussão de quando termina a alfabetização. Eu acho que essa é uma discussão falsa. É importante saber: olha, você está no segundo ano e tem que ter adquirido um determinado conjunto de conhecimentos. Se o Governo decide avaliar no fim do segundo ano, isso não é problema conceitual. O que é um problema sério é não sabermos o que a criança deve dominar naquele momento.

Bem, mas temos um problema sério, que é a discussão de gênero. Em todas as audiências públicas isso apareceu de forma muito pesada. E aí estamos trabalhando primeiro com dificuldades. Percebe-se que há um extremo em determinadas pessoas, determinados pensadores que dizem que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biológico não limita. Você pode ser qualquer coisa. Eu quero crer que poucos concordariam com isto. Mas não é isso o que está colocado. O que está colocado é uma ideia importante que trouxe agora para o conjunto da sociedade de algo que estava escondido. Existem meninos que não se veem como meninos, mas como meninas, e desde que nasceram. E a gente está dizendo que essa criança não pode ser excluída. Mas entre isso e o outro dizer que não existe biologia, acho que há um passo, um grupo grande de alternativas.

Nós precisamos de mudanças, é verdade, e elas devem cair nos objetivos de aprendizagem. E eu termino dizendo que a BNCC será uma diretriz que completará um ciclo. Quando olhamos as diretrizes do CNE, todas feitas depois da Emenda nº 59, todo mundo anuncia: "Deve existir uma BNCC."

Eu quero crer que a norma mais importante dessa BNCC será dizer que ela deve ser modificada com o passar do tempo, porque agora nós teremos no debate educacional a discussão do que a criança deve saber. Então, a diretriz será uma base e eu entendo que a diretriz da BNCC deve dialogar com as diretrizes anteriores que estão vigendo.

Estou no CNE e termino dizendo que o debate sobre essas questões internamente, no CNE, está muito intenso. Mas eu vejo da parte dos colegas uma vontade genuína de terminar neste ano, seja de parte do Presidente da Comissão, o Prof. Callegari, seja de parte do meu colega de relatoria, o Prof. Neto, o Conselheiro Neto. Mas o CNE não é o único ator. Com relação à questão da Base, o fato de estarmos aqui está mostrando que existem outros atores – o Parlamento, o Governo e a sociedade civil.

Este é um momento importante e, num segundo momento, Senador, havendo oportunidade, eu responderia as perguntas que me foram colocadas.

Muito obrigado.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Professor.

Foram bastante esclarecedoras as suas posições.

Eu vou pedir licença aos outros dois da Mesa para saltar dois expositores e passar a palavra à Profª Cleuza Rodrigues Repulho, porque ela terá que se ausentar antes do final da reunião. Eu espero que os outros entendam. Depois eu volto à ordem prevista antes.

A SRª CLEUZA RODRIGUES REPULHO – Muito obrigada, Senador.

Eu vou ao Rio Grande do Norte para justamente me encontrar com mais de 150 secretários de educação para discutir sobre a implementação da Base. Por isso, eu agradeço muito a troca dos expositores.

Eu sou Cleuza Repulho. Eu fui Secretária de Educação durante 14 anos e fui presidente da Undime nacional. Então, estou reencontrando aqui várias pessoas. Vim muito aqui por ocasião da discussão do PNE. E queria abrir, Senador, a discussão justamente dentro das questões que o senhor colocou para a Base e dizer que ela não vem solta e não está fora de um processo de educação que é muito maior e que é o Plano Nacional de Educação. Várias vezes esta Casa foi espaço de audiências públicas e de muita discussão a respeito. O senhor mesmo deu muitas chances para que Estados e Municípios viessem colocar suas necessidades para essa discussão do Plano Nacional. E nós temos que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprir isso. Não cabe mais inventar coisas novas ou necessidades novas. Nós temos um Plano Nacional de Educação que coloca várias ações e uma delas é a Base Nacional Comum Curricular.

Eu queria seguir um pouco além do que colocou o Prof. Chico Soares no que se refere à questão do direito. Eu sou uma defensora da Base antes de todas essas discussões, porque neste País nós temos escolas e redes ainda com duas horas de aula por dia incluindo a merenda escolar. Então, é muito importante organizar o direito de aprender dessas crianças, de jovens e de adultos. Isso só vai ser organizado a partir da Base. Eu tenho a convicção e a certeza de que as redes... Nesses dois últimos anos eu tenho conversado com mais de 30 mil professores por este País todo, os novos gestores, e não sinto resistência em relação à Base. Mas sinto resistência em alguns momentos em relação à participação.

Então, o senhor pergunta em relação às 12 milhões de contribuições e eu digo que elas são fundamentais e vêm de diferentes atores e principalmente de escolhas distintas, o CNE vai precisar optar. Isso porque ao mesmo tempo em que há uma série de gestores, professores que querem discutir questões como gênero, há outro grupo de pessoas que não querem isso de maneira nenhuma. Eu sou do grupo que acredita que a escola precisa discutir sobre tudo. Até porque tudo que acontece na sociedade passa pela escola. As crianças ao entrarem na escola não deixam de ser as crianças ou os jovens que estão com os seus problemas e com as suas certezas.

Então, é fundamental que a gente organize e conclua isso na medida do possível. Eu espero, sinceramente, que o Conselho Nacional de Educação consiga organizar tudo até o final deste ano. Eu queria lembrar que várias pessoas que estão nesta sala começaram conosco a discussão do PNE e numa dessas audiências públicas eu disse que as crianças que nasceram no início da discussão do Plano Nacional de Educação hoje estão entrando no Fundamental II. Não é uma questão que a gente possa levar tanto tempo para discutir, porque as crianças continuam fazendo aniversário. Mais de 45% dos jovens não concluem o Ensino Médio. A gente tem uma leva muito grande de jovens ainda no Fundamental II que sequer vão acessar o Ensino Médio. A ideia de que a Base possa colaborar na questão da equidade não está desassociada da questão do investimento em educação. Eu quero lembrar aqui da discussão dos valores que nós precisamos para garantir uma educação de qualidade. Eu estou falando dos 10% do PIB. Não há implementação da Base sem recursos.

O Senador pergunta sobre a formação de professores. Nós temos dois milhões de professores em exercício neste País e todos eles precisam de formação continuada. Isso é um recurso que tem um custo, numa dimensão de um País que tem mais de 40 milhões de matrículas, 2 milhões de professores e 190 mil escolas. Então, tudo é muito grande, tudo é muito urgente, e a gente não tem visto isso na dimensão de orçamento público. Os Estados e os Municípios têm reservado recursos, mas nós também precisamos garantir que a União nos ajude e ajude lá na ponta a formar esses professores, a garantir espaço e sala de aula para todos os alunos.

Com relação a essa implementação da Base, se foi difícil construir a Base, será duplamente mais difícil implementá-la. Muitos professores sequer conhecem o processo de discussão da Base. E o que a gente tem feito, através do Movimento e através de outros atores, é andar por este País, conversar com os professores, conversar com os gestores.

Senador, este ano, que foi o ano de os prefeitos assumirem os seus governos, nós tivemos mais de 85% de trocas de secretários municipais. Destes, mais de 85%, a maioria absoluta, mais de 90%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca foram gestores. Então, o MEC tem um papel importante, o Movimento pela Base tem um papel importante e a sociedade civil organizada tem papel importante e esta Casa tem um papel fundamental no sentido de garantir a condição para a Base chegar na ponta e chegar para todas as crianças.

Ainda temos algumas lacunas, como a questão de gênero, a questão da educação de jovens e adultos, a questão da inclusão das crianças com deficiência, inclusão de jovens e adultos. Eu entendo que o CNE vai discutir e vai trabalhar nesse processo.

Em linhas gerais, Senador, eu queria agradecer muito a oportunidade de falar sobre a Base. A gente precisa falar mais sobre ela, a gente precisa encontrar as pessoas que ainda não sabem a respeito e a gente precisa defender mais educação e equidade neste País, senão a gente não muda de fato a história.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Professora.

Eu passo a palavra ao Prof. José Francisco de Almeida, conhecido como nosso amigo Pacheco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA PACHECO – Bom dia!

Agradeço o convite. Apesar de ser português e pouco entender do Brasil, talvez possa ser útil, porque estou há quase meio século na educação. Vou tentar, no tempo que me é destinado, responder às dez perguntas. É provável que em determinados momentos haja alguma perplexidade em face daquilo que eu possa dizer ou até porque alguém possa interpretar como oposição à Base, à necessidade da Base. Mas não é nada disso. Eu considero que não há dois lados – aqueles que são apologistas e aqueles que são contra. Há um terceiro caminho, uma terceira via que eu percorro tentando religar as coisas.

Eu estou aqui numa situação bem difícil, porque no meu país eu acompanhei dois processos de criação de base curricular. O primeiro foi logo após a revolução de abril. Eu tinha quarenta e poucos anos e era um pouco aquilo que foram as diretrizes curriculares nacionais aqui no Brasil. Depois fui membro do Conselho Nacional de Educação e, por azar do destino, alguém me incumbiu de ser relator de um parecer sobre uma proposta de base curricular. Eu aceitei e naquele tempo eu estava em três lugares diferentes, o que me deu a possibilidade de ter uma perspectiva mais abrangente do processo. Eu era professor na Escola da Ponte há 30 anos. A escola tem quarenta e tantos anos. Eu era formador de formadores, dava teoria de currículos em pós-graduações e formação inicial e continuada e era membro do Conselho Nacional de Educação em Portugal. Foi muito difícil porque eu tinha participado de um projeto anterior, que era o projeto da Gestão Flexível do Currículo. E o relatório que foi apresentado à comissão encarregada de elaborar a base curricular acabava por dizer que só era possível uma aplicação, ou seja, para que a base não fosse inócua, para que efetivamente fosse exequível, só seria possível se o velho modelo, o modelo tradicional fosse alterado. Se não fosse, isso seria inútil. Infelizmente, isso se verificou.

Quando eu percebi que ia no caminho da base possível, porque diziam: "Ah, mas os professores não interpretam desse modo. Ah, porque os gestores não vão entender..." Discretamente, eu me afastei. A proposta da base foi aprovada, em 1999, creio eu, foi implementada, e 20 anos depois percebe-se que ela não foi exequível, não foi implementada. E voltou-se, em setembro deste ano,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o ano letivo em Portugal começa em setembro, de novo à gestão flexível do currículo, mais um projeto. Ou seja, perdemos 20 anos!

Eu não quero que o Brasil corra esse risco. E é por isso que eu estou aqui e aceitei o convite. Eu atuei também como pesquisador na época e detectei três grandes problemas na proposta de base. E esses três grandes problemas eu também encontrei na proposta de base curricular do Brasil: um problema de omissão, um problema de equívocos e um problema de incoerência. Começarei por omissão. É dito que – ainda agora o companheiro José Francisco falou isso – essas escolas, no exercício da sua autonomia, e os Municípios e os Estados, farão as adaptações necessárias à lei, no exercício da autonomia, mas se omite que o art. 15 da Lei de Diretrizes e Bases nunca foi regulamentado, nunca foi posto em prática. O art. 15 diz que se devem outorgar às escolas graus progressivos da autonomia pedagógica, administrativa e financeira. A gente conhece.

A Meta 19 do Plano Nacional de Educação estabelecia que, no prazo de dois anos, os Municípios, Estados e a Federação deveriam criar condições do exercício da gestão democrática. Nas escolas, esta Meta 19 não foi cumprida.

O advento da vivência hierárquica liquida qualquer hipótese de autonomia nas escolas. Os gestores continuam sendo nomeados por indicação política. Onde é que está a autonomia das escolas? Quando se diz que se pode adaptar localmente, porque as escolas dispõem de autonomia, eu penso que é uma grave omissão.

Mas iria mais longe: os arts. 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dizem que a escola exerce autonomia através da produção. E produção em discussão de um projeto político-pedagógico. Um exemplo: os projetos político-pedagógicos brasileiros existem no papel, não existem na prática. E, se existissem na prática, ainda restava um outro problema. É que os projetos não são políticos. Quem os redige? Professores, normalmente professores universitários, ou um conjunto de professores indicados para. A pólis – projeto político – a pólis não é escutada. Ninguém quer ouvir quais são as necessidades, as lições da comunidade.

Então, vamos ver se estamos falando sério. Foi dito aqui outra coisa: a questão da formação e da alfabetização. É evidente que a formação não aborde essa questão toda. É que a formação ia continuar a ser dentro do velho modelo. O professor continua a ser considerado objeto, como o aluno continua a ser objeto.

A formação é isomórfica. O modo como o professor aprende é o modo como o professor ensina. Então, podemos estar em curso, escutando métodos ativos, que não vamos fazer métodos ativos, vamos dar aula. É preciso pensar nisso.

Mas, no capítulo da alfabetização – eu penso que posso falar mais um pouquinho sobre isso, porque sou alfabetizador linguístico especializado, foi uma das especializações que tive –, o problema de ver tanto analfabetismo e dos índices de proficiência em língua portuguesa não irem além dos 10% – o que é um escândalo nacional – tem a ver com o fato de as crianças chegarem à escola, serem colocadas numa turma, com uma professora que ensina todos do mesmo modo, ao mesmo tempo, sem respeito pelo ritmo, sem respeito pelos estilos, sem respeito por nada! E a culpa não é dela, o problema é da cultura profissional. Os professores são seres solitários em sala de aula. E sala de aula, mesmo para quem não tenha estudado sociologia da educação, é o dispositivo central de um modelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedagógico nefasto, que provoca milhões de analfabetos, ignorância, corrupção, exclusão. E é esse modelo que está plasmado na proposta da Base Curricular do Brasil.

Eu sei que isso pode perturbar, mas quem me conhece sabe que eu sou franco no respeito por toda gente. Isso por quê? Quando eu leio a introdução da Base, eu concordo. Foi apropriado o discurso contemporâneo das ciências da educação. Está lá tudo: competências, educação integral, etc. Porém, aquilo que está no preâmbulo não está no conteúdo da Base. Dou um exemplo: muitos Municípios e Estados trabalham na base do ciclo de ensino.

Ciclo pressupõe que não haja *faseamento* por ano. Não há segmentação. Ciclo é um período de três ou dois ou quatro anos, em que uma criança tem a oportunidade de desenvolver o seu potencial, etc.

E é preciso perceber que não é por anos que as crianças são organizadas, mas a Base Curricular propõe que a criança, qualquer uma, ao mesmo tempo em que as outras, aprenda, por exemplo, no oitavo ano, as produções de... No oitavo ano? Por quê?

Alguém me consegue dar uma explicação que tenha fundamento científico ou critérios de natureza pedagógica?

A escolaridade, o que é isso? Qual é o modelo epistemológico que está por traz dessa base? Dirão: "Ah, mas os professores sabem dar aula." Então, que vão dando aula para passar para outra coisa através da formação.

Quando vim para Brasília, acompanhei o Renato Janine, o Ministro, no levantamento de escolas com caráter inovador.

O Ministério da Educação comprometeu-se com 178 escolas a fazer acompanhamento e avaliação, e não cumpriu. Mas não estou aqui para criticar nada, nem ninguém. O que estou a dizer é que, se nessa introdução da Base, surgem os termos que nós conhecemos como avançados no campo da educação, esse discurso contrasta com o conteúdo da Base. Por quê? O que é o currículo? O currículo não é só um conjunto de conteúdos ou habilidades ou o que se chamar, mas também experiências, vivências e tudo mais.

E o currículo não pode ser considerado uniforme. O problema é que foram inspirar-se nos modismos curriculares anglo-saxônicos, inclusive na Austrália. Eu conheço muito bem os anglo-saxônicos e respeito.

É que o problema é que o currículo não é monolítico, tem três dimensões: a dimensão da subjetividade, a dimensão da comunidade e a dimensão da unipessoalidade. Isso não é contemplado na Base.

Se houvesse mais tempo, eu explicaria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Há tempo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA PACHECO – Não, eu quero respeitar o tempo que me foi dado.

Amigos, aquilo para o qual quero chamar a atenção é que, quando utilizamos conceitos, é preciso esclarecê-los.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando estava a preparar a vinda para cá, li uns trabalhos do meu amigo António Nóvoa. Ele disse que, com o tempo, a sofisticação do discurso contrastou sempre com a pobreza das práticas. E é isso que está evidente nessa Base.

O que gostaria era de sugerir que nós respeitássemos a tradição pedagógica do Brasil, que não fôssemos ao norte. Do norte, não vem nada de bom, inclusive, de Portugal.

Então, o que pretendo é que se respeite a memória de Anísio Teixeira, de Darcy Ribeiro, de Lauro de Oliveira Lima e tudo mais, que, já há meio século, mostraram que é possível criar no Brasil novas construções sociais de aprendizagem.

Posso dizer – esta é a boa notícia – que essas novas construções já existem, e é por isso que estou no Brasil, para aprender e tentar ser útil.

Só que essas novas construções, as que identifiquei no projeto do Ministro Renato Janine, foram praticamente destruídas na transição de prefeituras. Entenderam? Ou seja, daqueles projetos só sobreviveram alguns, que acompanho mais de perto, não por meu mérito, mas porque essas pessoas propuseram termos na autonomia da escola, nas secretarias. E a secretaria parou de destruir. É verdade, amigos.

Destruição de projetos, do melhor que temos no Brasil e que estão confederados numa coisa que se chama Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação, que estão plasmadas no Terceiro Manifesto à Educação, que não foi ouvido na produção desta Base.

Eu não estou a ser porta-voz de ninguém. Estou a fazer um apelo e um convite, porque, quando se fala do currículo, pensa-se que é aquilo, o conjunto de conteúdos, para dar por aula. Não é nada disso, amigos. Mas isso, em sede própria, poderei discutir tecnicamente, não aqui.

Quando se pergunta o que é uma escola, quando eu falo a palavra escola, o que é que vem a nossa mente? Sinceramente, o que é que vem? Qual é a representação mental? Um edifício, salas de aula. Não é. Mentira, meus amigos! As ciências da educação mostram que aula não é isso. Isso é um modelo da Revolução Industrial do século XIX, fundamentada em produção filosófica do século XVII. Hoje, temos alunos século XXI com professores do século XX a trabalhar como século XIX, e a desgraça está aí, as violências estão aí. Escolas são pessoas, não são edifícios, e essas pessoas são os seus valores. E, quando esses valores são transformados em princípios de ação, conduzem a projetos, que são coletivos. E esses projetos visam à melhoria do sistema, ao bem-estar, à aprendizagem de todos, e isso não é assegurado por esta Base.

Aquilo que eu proponho, para respeitar o tempo – teria aqui muitas coisas que poderia dizer, mas não quero atrasar –, é que deverá restabelecer-se – se é que houve algum dia algo – entre quem produziu esta proposta de Base e aqueles que não foram escutados uma comunicação dialógica.

Outra coisa que eu proponho, que, após uma eventual revisão do conteúdo da Base, ela seja introduzida de modo gradual e avaliada, porque neste Brasil não se avalia absolutamente nada, ou, se se avalia, faz-se pesquisa, produzem-se relatórios e ficam guardados não sei onde.

É preciso, realmente, que sejamos rigorosos.

Então, eu proponho que haja uma comunicação dialógica que reinstaure o diálogo, se ele alguma vez existiu, para que haja uma revisão profunda da segunda parte do documento, porque, com a primeira, eu estou de acordo. Só porque, pelo menos acho que não escapo, é que ele faça um pouco de análise da política educativa – não é o meu caso, eu sou um ignorante –, é que, enquanto se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala de autonomia e se fala de novas condições sociais, a palavra mais abundante na Base Curricular é a palavra aula. Aparece 75 vezes. Acho que não é preciso dizer mais nada. Aula é um escândalo epistemológico no século XXI, com todo o respeito por quem dá aula, e, se nós continuarmos a pensar que esta Base vai ser plasmada, concretizada em sala de aula, com turma, por ano, nós estamos em risco de perder 20 anos.

Eu penso que as crianças merecem respeito e que nós devemos assumir um compromisso ético com as contribuições teóricas da educação, porque há, com os projetos que o Brasil tem, que são pormenores.

Há poucos meses, eu fui convidado para ir à Europa. Sete ministérios me convidaram para apresentar um projeto. Eu pensei que fosse a Escola da Ponte, que está lá há 42 anos. Quando eu cheguei, eu lembro, em Roma, de ter feito a minha intervenção depois da intervenção da Finlândia. Quando eu passei um vídeo sobre o Projeto Âncora, a Finlândia calou-se. Agora, todo mundo veio para o Distrito Federal, para um projeto que está para começar, com o apoio do Júlio Gregório, que é um excelente Secretário de Educação, e muitas outras pessoas.

Meus amigos, é no Brasil que está a nova educação do mundo, com pessoas que escrevem um livro – que o Salgado pôs com fotografias –, *O Berço da Desigualdade*. Eu li, eu vi.

Nós estamos aqui a discutir as oportunidades de acabar com as desigualdades. É nesse propósito que todos nós estamos. Estamos todos do mesmo lado. Mas é preciso que se perceba que esse compromisso ético com a educação pressupõe que essa Base seja revista.

Eu peço desculpas por ter abusado da sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Prof. Pacheco, por sua experiência.

Eu passo a palavra ao André Duarte Stábile.

O SR. ANDRÉ DUARTE STÁBILE – Bom dia Senador, bom dia aos demais membros da Mesa e bom dia a todos que podem trabalhar nesta manhã aqui conosco.

Eu estou muito feliz e agradecido por esta oportunidade, em que pese já queira fazer de início uma ressalva, no sentido de que eu não sou representante do Movimento pela Base Nacional Comum. Eu sou apenas um membro, porque também estive por um período como Secretário Municipal de São Caetano do Sul, que é uma cidade conhecida no Brasil por liderar o *ranking* do IDH já há 30 anos neste País, mas que continua sofrendo ainda de todas as mazelas e dificuldades das precariedades do sistema de educação pública no nível do Município.

Não fizemos ensaio para esta manhã, e como eu percebo aqui, em uma espécie de campo das sutilezas, a presença de pequenos beija-flores invisíveis, que são as crianças que estão aguardando a Base Nacional Comum, eu também queria dizer que não fizemos ensaio sobre as perguntas que o Senador formulou logo de início para esta audiência pública. Mas o que eu tinha preparado para falar se encaixa na pretensão de responder a primeira e a segunda perguntas que o senhor fez, Senador.

A primeira, que trata do art. 205 da Constituição, fala do pleno desenvolvimento da pessoa. Geralmente, os currículos e as políticas curriculares ao redor do Planeta têm copiado conteúdos que precisam ser memorizados durante a jornada escolar de todos nós. Todos nós aqui, os 7 bilhões de pessoas que vivem neste Planeta, somos fruto de uma educação familiar, de uma educação escolar e de uma educação social, sem exceção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos reproduzido muitas vezes modelos, e quanto a este pleno desenvolvimento da pessoa humana eu acho que a Base Nacional Comum, na sua terceira versão, ela acerta em cheio. Há um gol nesta Base Nacional Comum, que apareceu nas 12 milhões de sugestões, quando houve a consulta pública; nos seminários estaduais organizados pelo Consed e também nas audiências públicas organizadas pelo Conselho Nacional de Educação, que é a orientação da Base para o desenvolvimento integral.

Mesmo os críticos e as pessoas que discordam de vários outros pontos, até mesmo porque a Base não é um documento perfeito e precisa ser aprimorado, eles concordam que essa orientação de que o ser humano não é apenas capaz de decorar conhecimentos e conteúdos horizontais que estão no currículo, mas que tem outras dimensões que precisam ser desenvolvidas, até porque a educação do século XXI tem falado em realização do projeto de vida. Então, essa multidimensionalidade do ser humano está contemplada no texto de introdução e, de fato, nos preocupam ainda a sua articulação e as suas conexões com os conteúdos nas práticas das escolas brasileiras.

O Brasil tem vivido uma sucessão de crises.

Todos nós temos acompanhado os desafios no campo da segurança pública, no campo da saúde pública, no campo da educação, a violência, os desafios ambientais inclusive, os desafios de toda ordem, inclusive nas questões éticas de corrupção e também naquelas ligadas ao próprio financiamento da educação, os problemas que a gente tem para conseguir fazer com que o financiamento da educação seja pleno.

E nós acreditamos que estes desafios são efeitos colaterais daquilo que não acontece, que seria o desenvolvimento integral nos ambientes das escolas, porque o primeiro ambiente onde nós construímos as nossas perspectivas de futuro são as nossas famílias e logo o segundo já são as escolas. Então, se nós imaginamos que a educação pública de qualidade ainda hoje, no Brasil, custa caro é porque nós não calculamos direito ainda quanto custa a ignorância. No dia em que nós fizemos este cálculo do custo social para o País da ignorância, certamente haverá uma atenção maior à educação, à Base Nacional Comum, do que à seleção brasileira de futebol, Senador.

Dentro disso, a Base, então, acerta quando menciona fortemente o alinhamento da Base Nacional às competências gerais, que são chamadas em outros lugares de habilidades socioemocionais. Não haverá mudança de cultura e não haverá mudança na sociedade – podemos desistir desde já, porque tudo já foi tentado – se não houver uma reformulação do processo educacional.

Neste ponto, eu concordo integralmente com os educadores que já têm práticas mais inovadoras, porque a gente observa o jogo do sofrimento, em muitas escolas, ainda contra as crianças, que não têm, às vezes, nem condições emocionais de aprender, porque têm sido submetidas a várias experiências adversas na sua infância. Então, elas não têm mesmo condição emocional de adquirir algum tipo de aprendizagem que não seja uma memorização mediana para o dia da prova, e, depois, logo tudo isso é esquecido, como nos ensinava o Prof. Rubem Alves também, que a memória faz um trabalho inteligente de deletar tudo aquilo que é inútil para todos nós. E acho que até que, se nós fizéssemos aqui uma avaliação sobre seno, cosseno e tangente, todos nós teríamos muita dificuldade de lembrar desse tipo de conteúdo e para o que ele pode ser utilizado na nossa vida prática.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estas mudanças na sociedade só vão acontecer se nós reformularmos este processo educacional. E nisso nós precisamos incluir aquilo em que a Base acerta, que são essas competências gerais, em especial o autoconhecimento, que é aquilo que vai permitir com que cada um de nós possa realizar o seu projeto de vida.

Sobre o pleno desenvolvimento da pessoa, não me lembro que ele estivesse, em algum outro documento declaratório de educação no Brasil, mais bem detalhado do que na Base Nacional Comum. A Constituição o cita genericamente; a LDB no art. 2º cita também o pleno desenvolvimento da pessoa humana genericamente.

Mas esse detalhamento acontece agora neste documento que avança muito na educação brasileira, que é inovador em alguns princípios, inclusive neste *benchmark* comparado de outros currículos em outros países, quando menciona, por exemplo, o autocuidado, o pensamento crítico e criativo e em especial, volto a dizer, o autoconhecimento. Porque, se as pessoas não aprenderem a gerenciar suas emoções e a lidar com a sua própria mente, não haverá revolução na aprendizagem de que o Brasil precisa. Esta é uma habilidade sutil, dá trabalho para desenvolver, demanda um esforço de compreensão até sobre o propósito de vida dos educadores e dos professores, mas é a dimensão mais importante que eu destacaria na Base.

Também – e aí está o grosso da minha da minha fala nesta manhã, aqui de trabalho – sobre as medidas que precisam ser pensadas para que a Base Nacional Comum Curricular seja implementada com sucesso.

Meus amigos, o Brasil tem escrito bons documentos, tem escrito alguns textos de educação realmente de qualidade, mas nós temos falhado na implementação.

Eu recebi um clarão e tenho a pretensão de compartilhar essa ideia da visão, que o Chico e o Prof. Pacheco falaram, da educação na fase de implementação, que, a meu ver, na gestão e na avaliação das políticas públicas, tem sido um pouco frágil no Brasil. Eu tenho dito, por onde tenho tido a oportunidade de passar, nos Estados que já fui visitar, que existem sete dimensões da educação que não estão observadas com clareza e que os pesos e contrapesos dessa implementação da base precisam observar. Nós temos falhado nisso de maneira grave.

Eu vou citar, inicialmente, as dimensões para poder, depois, exibir um eslaide que tem um pequeno detalhamento, também sem a pretensão de cansá-los nesta manhã. As dimensões para implementação da Base Nacional Comum, no meu ponto de vista, são: a dimensão da política pública mesmo, da necessidade de que o Brasil tenha permanência nos seus projetos e programas educacionais, que não haja essa praga da gestão pública que é a descontinuidade, que mata bons projetos Brasil afora. Às vezes, mesmo dentro da própria linha ideológica ou partidária, projetos são exterminados porque as pessoas que assumem, muitas vezes, os governos não têm a coragem de abrir mão da autoria. Então, às vezes, eles querem mudar o nome ou mudar o próprio conteúdo do projeto. O Senador sabe bem do que eu estou falando. Então, essa primeira dimensão das políticas públicas demanda que nós possamos observar a permanência, o ordenamento jurídico e o financiamento da educação.

Vai surpreender o que eu vou falar aqui para vocês agora: o Brasil só está adotando práticas de contabilidade internacional para monitorar o Orçamento, que tem sofrido ataques da corrupção, normas internacionais de auditoria e contabilidade no Orçamento público a partir de 2014, senhores –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2014. Em todos os outros anos anteriores não havia e não há controle sobre a forma como são investidos os recursos em educação. São surpreendentes os ataques que acontecem nas folhas de pagamento nos Estados e Municípios. E preciso falar que muitos contratos no setor de educação são peças de ficção científica, são coisas inacreditáveis que só alimentam esta enorme área de sombras que existe no Orçamento. Então, se os recursos são desviados para o bolso de algumas quadrilhas, não chegam à merenda, não chegam ao plano de carreira dos professores, não chegam à remuneração, não chegam à internet que as escolas precisam para que as crianças tenham acesso ao conhecimento.

Então, todos os formuladores e os tomadores de decisão, especialmente aqui do Senado, precisam ficar atentos à questão de transparência do Orçamento público. Ontem mesmo, estive numa reunião com a equipe mais alta do Tribunal de Contas da União. E eles também me informaram que existe uma enorme dificuldade para se conhecer a qualidade, a efetividade do gasto e o percurso do recurso público. A partir do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), que percursos esse recurso público toma para chegar até às salas de aula. É uma área de sombras que existe. E nós vamos ter, em algum momento, que ter coragem de enfrentar isso, porque as notícias de corrupção se sucedem em todas as áreas, e a área da educação não é diferente.

A segunda dimensão é a dimensão humana. O movimento pela base tem defendido que, de fato, a formação dos professores para implementação da base é elemento crucial de sucesso. Os professores nem sequer são conhecidos no Brasil, e as pesquisas mais recentes – uma delas, que eu li, é da Fundação Lemann – nos dão conta de que os professores acham que o principal problema da educação é o fato de que os pais e as crianças não têm atendimento psicológico e psiquiátrico.

Sob o ponto de vista dos professores, acho que a pesquisa reflete uma realidade. Existe um jogo do sofrimento nas relações humanas tanto das crianças em casa quanto das crianças com os professores e das escolas com as comunidades. Ainda existe uma ilusão de separação muito grande, achando que as escolas estão num campo e as famílias estão em outro, assim como existe, dentro da discussão no MEC e da própria Base, a ilusão de separação, de que um grupo que serviu ao ex-Ministro Fernando Haddad estaria em contradição em relação àqueles servidores que serviram ao Ministro Paulo Renato. Essa pseudodivisão é uma ilusão, e nós precisamos ter a coragem de abrir nosso coração para entender que o documento da Base Nacional Comum não é de um governo, mas é um projeto de país. Nós precisamos ter coragem de abrir mão da autoria, de entregar nosso melhor conteúdo para as crianças.

Então, nessa segunda dimensão, vai ser necessário recurso público ampliado e bem gerido para formação de professores. Os recursos são insuficientes? Eu acredito que são, sim, insuficientes ainda, mas eu não estou discutindo isto agora. Eu estou discutindo o fato de que a gente precisa pelo menos conhecer, a partir do Siafi, do Tesouro Nacional, da partição orçamentária e do Pacto Federativo, quais são as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios na formação dos professores.

A terceira dimensão da educação que eu queria relatar e que eu acho que é muito importante é aprender com as boas práticas, onde aconteceram boas implementações de bases curriculares no Brasil, de currículos, de projetos políticos pedagógicos que não sejam aqueles de gaveta, que ficam lá empoeirados, e onde, apesar das dificuldades socioeconômicas, as crianças conseguem exercitar numa plenitude mais alta o seu direito de aprender.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à minha mente agora um estudo do Ministério da Educação de 2008 que se chamava *O Direito de Aprender*. Numa das páginas, os pesquisadores disseram assim: "Existem alguns lugares no Brasil em que, apesar das dificuldades socioeconômicas e da infraestrutura escolar inadequada, as crianças aprendem mais do que em escolas onde a infraestrutura é mais completa, onde a infraestrutura está resolvida". Então, esse estudo recomendava que os próximos pesquisadores estudassem a qualidade da prática pedagógica, das relações que acontecem nas interações entre os professores e os estudantes, porque as crianças que tinham mais dificuldade tinham resultados melhores.

E hoje o jornal *Folha de S.Paulo* está publicando o estudo de uma consultoria – eu o recebi agora de alguns amigos –, de uma ...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ANDRÉ DUARTE STÁBILE – ... consultoria internacional – desculpem-me pelo tempo –, de que, também por estarem motivados, alunos das camadas mais pobres do País têm conseguido resultados de aprendizagem melhores. Ou seja, é um fator que, aparentemente, é subjetivo daquele propósito do estudante, mas que eles têm conseguido resultados melhores, e isso avaliado agora a partir de indicadores e de evidências muito claras.

Para finalizar, já me encaminhando para o final da minha fala, a quarta dimensão da educação para a qual os formuladores e tomadores de decisão precisam atentar é a dimensão organizacional. As escolas, Senador, são, realmente, além de muito diversas, muito desiguais. Muitas aulas de informática não acontecem porque aquele senhor que toma conta das escolas fechou a sala e levou a chave embora. Então, eles não têm acesso ao laboratório de informática, não têm acesso aos equipamentos que estão na quadra e, muitas vezes, não têm acesso à internet.

Então, a nossa proposta tem sido de que os diretores de escola deste País se aprofundem na liderança pedagógica, para que observem o direito de aprender, e que os vice-diretores criem condições administrativas de merenda; de salas de aula que não sejam excessivamente quentes; que as crianças tenham água potável para tomar; que possam ter um banheiro para utilizar. São as condições básicas físicas e horizontais, materiais, para que o direito de aprender seja exercitado, porque nesse mesmo livro *O Direito de Aprender*, do Ministério da Educação, em 2008, aponta que existe, sim, um impacto do ambiente nos níveis de aprendizagem.

A quinta dimensão da educação que os formuladores e tomadores de decisão precisam observar é que deve existir gestão democrática e participativa. Como eu falei no começo, o primeiro ambiente em que nós construímos as nossas perspectivas de futuro são as famílias. As escolas são apenas o segundo. Então, se o documento da Base Nacional não for mais conhecido do que a Seleção Brasileira de Futebol, nós vamos ter dificuldades. Se os muros das escolas continuarem fechados, e as escolas continuarem isoladas no território da comunidade em que eles participam e em que eles deveriam ter centralidade, nós vamos continuar tendo dificuldade.

Gestão. As famílias precisam ser chamadas para dentro das escolas. Elas precisam participar e reconhecer a sua importância na jornada dos estudantes. A sua importância e o papel crucial que eles desenvolvem. Isso não é claro no Brasil ainda. Existe ainda uma separação ilusória muito grande, um abismo, entre as escolas e também entre as universidades e as comunidades em que eles estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inseridas. Existe uma espécie de orgulho místico sobre o saber e o conhecimento da universidade que os distancia muito da realidade prática das crianças que estão no Acre, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e na Bahia. Existe uma separação ilusória enorme ainda.

A sexta dimensão, e são apenas sete dimensões que eu volto a convidar os tomadores de decisão e os formuladores de políticas públicas para olharem, é a articulação de parcerias intersetoriais. A base nacional e a educação de um país não são um projeto apenas público e político governamental. As empresas precisam integrar-se, as organizações da sociedade civil precisam integrar-se, precisam participar e contribuir, pois eles têm conhecimentos e sabedorias e podem contribuir com esse processo. É preciso que haja uma articulação de parcerias permanentes.

Na iniciativa privada, por exemplo, eu sei que existem metodologias muito avançadas de acompanhamento. Existem metodologias muito avançadas de uso dos recursos tecnológicos para a educação.

Então, por que não chamá-los de maneira permanente para um fórum permanente, para um diálogo permanente, para que eles possam contribuir?

Muita gente diz lá no princípio africano de educação que nós precisamos "ubuntar", que é preciso toda uma aldeia para se educar uma única criança. Então, cada criança aqui não deve ser deixada para trás; ou seja, para que todas as crianças tenham acesso a esse currículo, é preciso chamar a sociedade como um todo, é preciso fazer articulação de parcerias intersetoriais.

E o último item, que já foi falado aqui na Mesa, a sétima dimensão: no Brasil – e é verdade o que o Prof. Pacheco falou –, não existe um sistema de monitoramento e avaliação de indicadores educacionais confiável. A maioria dos dados do Siop, para minha surpresa, Senador, são dados meramente declaratórios.

Não existe auditoria daquilo que os prefeitos e secretários municipais informam ao Governo Federal sob nenhuma dimensão, de matrículas, da qualidade do gasto, em quais contratos foram investidos. Para minha surpresa, nem os técnicos da equipe mais alta do Tribunal de Contas da União conseguem desvendar essa área de sombra. Então, o Brasil precisa criar um sistema de monitoramento e avaliação que seja processual e permanente e que possa dar conta de indicar em que o Brasil está encerrando e em que está errando ainda.

Com isso, meus amados amigos, com esta contribuição, eu queria ver se é possível colocar o eslaide dessas sete dimensões... Já está colocado. Porque, se nós não olharmos essas sete dimensões ao mesmo tempo, nós vamos parecer aquela apresentação de um número circense em que existem lá umas varetas e uns pratos para serem colocados para rodar nelas, e nenhum deles pode cair. O Brasil tem falhado nisso.

O plano de desenvolvimento da educação do governo anterior, ou de alguns governos anteriores, tinha 40 ícones, e apenas um falava da participação das famílias. E a gente pergunta: como assim só uma política intencionalmente dedicada ao empoderamento das famílias na educação e na jornada escolar das suas crianças? Então, faltou ali uma atenção para a dimensão da gestão democrática e participativa.

Eu queria agradecer a paciência e a atenção de todos vocês.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Nós que agradecemos ao Prof. André.

Eu passo, com muito prazer, a palavra para a Profª Guiomar de Mello.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Senador, cumprimento esta Casa e os demais Senadores na pessoa do senhor, um eterno batalhador da educação que a gente tem no Brasil. E queria agradecer esta oportunidade.

Gostaria de começar falando uma coisa bastante corriqueira, quer dizer, a Base Nacional Comum é das poucas políticas públicas que eu vi sobreviver a uma mudança traumática de governo, a uma turbulência política como o País nunca viveu.

Desde 1913, 1914, existem pelo menos umas cem pessoas – para dizer pouco – de peso na área da educação, de todos os níveis, das universidades, das representações de organizações, dos governos, etc, trabalhando, brigando e fazendo pressão de vários lados, em busca de resolver a anomia curricular que o Brasil viveu. Então, se é verdade que o produto final desse grande esforço praticamente vale muito pouco para algumas pessoas, eu acho que, para o Brasil, vale a pena a gente reconhecer que existiu um empenho muito grande na produção disso e deixar de ser tão arrogante de achar que só nós, ou que só uma pessoa tem a verdade; que cento e tantas pessoas, há três anos trabalhando, não tinham.

Posto isso, gostaria de lembrar também que nós temos que honrar uma tradição no Brasil. Este é um País que nasceu desigual; nasceu com uma profunda desigualdade no dia em que a corte portuguesa trouxe para cá a sua família e trouxe todas as instituições da cultura letrada da Europa a um país que tinha 90% de analfabetos no começo do século XIX. E, de lá para cá, essa elite que se transfere é uma elite que se julga dona do conhecimento, do mundo e do dinheiro público no Brasil. Então, para que a gente pudesse vencer essa profunda desigualdade, várias medidas vêm sendo tomadas.

O legislador nunca faltou, Senador. O legislador desta Casa, com todos os problemas que possa haver, nunca faltou com a atenção para a questão curricular no Brasil. Desde 1971 existe na legislação brasileira esta preocupação sobre como você coordena, num País federal grande, diverso e desigual, aquilo que deve ser comum para todos, como tão bem o meu amigo Francisco Soares colocou, e aquilo que é específico de cada um. É um problema que todos os países federativos têm: a Austrália viveu esse problema; os Estados Unidos estão vivendo esse problema; de certa maneira a Europa, principalmente a Alemanha, tem esse problema de você ter Estados, membros, entes federados com autonomia, ou com uma relativa autonomia em relação às questões educacionais, e você também tem que ter uma política pública de caráter nacional.

Vejam só, se a gente for pegar desde 1971, esse esforço para pensar essa questão existe; talvez não com os mesmos termos, quem sabe não com um conteúdo idêntico, mas lá estava o legislador dizendo "tem de ter uma parte comum e tem de ter uma parte diversificada". Nos termos possíveis daquelas circunstâncias dos anos 70, era um grande avanço, porque a Constituição de 1946 e a LDB de 1961 ainda não apresentavam esse tipo de problema. Dez anos depois, em 1971, na Lei 5.692, esse problema foi reconhecido. E, de lá para cá, ele vem sendo equacionado em todas as legislações. Isso significa que alguma coisa é preciso... O legislador tem um faro, uma sensibilidade, e percebe que alguma coisa é preciso fazer neste País para garantir de um lado o nacional, de outro lado o diverso, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigual, como nós temos. Então, é bom a gente lembrar disso, porque há uma história por trás, e a história nos faz; nós somos produtos da história que nós vivemos.

Então, depois de 1971, nós tivemos a LDB de 1993-1994, que voltou a dar mais especificidade para as questões federativas na gestão curricular deste País e propôs uma Base Nacional Comum – lá estava, desde a LDB de 1993-1994, a partir da Constituição de 1988. Então este caminho é longo. Nós não estamos aqui inventando uma jabuticaba nova: se é que é jabuticaba, é das muito conhecidas, que foi o nosso modo de entender como é que a gente resolve o problema federativo neste País continental.

Depois nós tivemos toda uma nova geração de diretrizes curriculares nacionais. Eu sou Relatora de uma delas, nos anos 90. Eu chamo isso, esse conjunto, de a primeira geração de diretrizes educacionais que o Brasil teve e, apesar do esforço de ter essas diretrizes, elas não afetaram os currículos propriamente ditos, não empoderaram Estados e Municípios – talvez porque fossem vazadas em termos muito genéricos, termos com que dificilmente você poderia ter uma avaliação do tipo que o André Stábile estava colocando. Não contentes, nós tivemos uma segunda geração de diretrizes educacionais, que é a geração de diretrizes educacionais dos anos 2000.

Então, nós temos duas diretrizes para o ensino médio, duas diretrizes para a educação básica, duas diretrizes para a educação profissional, duas diretrizes de formação de professor. Quer dizer, produzimos um conjunto de normas que não resolveu o nosso problema de qualidade e, na medida em que essa questão vem equacionada com todos os problemas e deságua no Plano Nacional de Educação, lá, no Plano Nacional de Educação, se consagra a ideia da Base Nacional Comum, que não é um currículo.

Um currículo não é apenas o conjunto daquilo que os alunos têm que aprender; o currículo é o modo de fazer, o currículo é o tipo de capacitação, educação e apoio pedagógico que você dá aos professores, o currículo é a maneira como você gerencia o tempo e o espaço dentro da escola, o currículo é a maneira como você dosa a progressão e, sobretudo, o currículo é a maneira como você contextualiza.

Eu acho que é a explicação que Chico Soares deu é perfeita; quer dizer, todo mundo vai ter que aprender a respeito de algumas questões ambientais – elas estão lá, na Base –, só que, em Mariana, essas questões ambientais vestem outra roupa ou, se a gente quiser ter uma comparação – perdoem-me a simplicidade da comparação –, eu diria que a Base Nacional Comum é um pretinho básico que todas as mulheres têm e que elas mudam – elas botam um colar, elas botam um xale –, dependendo da situação que elas vão usá-lo. Esse mesmo vestido serve para várias ocasiões porque ele é básico. Então, isso quer dizer base.

A Base não é um currículo, e a falta de compreensão disto nos faz cobrar da Base aquilo que ela não pode dar. Por exemplo: reconhece-se que no Brasil nós temos muitas línguas indígenas, da mesma forma como nós temos comunidades que falam japonês, comunidades que falam ídiche e assim por diante, nós temos coreanos hoje. No entanto, a Base não está prevendo, não está propondo outra língua senão a língua portuguesa.

Para dar ideia de todas as línguas, a língua portuguesa é aquela que nos une, é aquela que dá uma identidade entre nós, não uma identidade "eu" porque nós vivemos no momento em que a identidade sempre é pensada nos termos de "eu": eu sou assim, eu sou assado, eu sou transgênero, eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou mulher, eu sou homem. Não, é uma identidade em termos de "nós", quer dizer, de nós podermos falar uns com os outros e entendermos a língua que nós estamos falando. Só que lá, no Amazonas, as escolas terão que introduzir outras línguas porque são da realidade deles, como – em São Paulo nós temos feito – algumas escolas já têm aula em espanhol para receberem as crianças bolivianas ou como os Estados Unidos têm toda a sua política de segunda língua, que dá um atendimento especial para as crianças que vêm e não falam inglês. Isso é currículo; e nós estamos falando de base, nós estamos falando daquilo que nos une, não daquilo que nos divide. E por que o que nos une é importante? Porque o que nos une garante um ponto de chegada de igualdade.

Eu quero que todos, mas todos, sem nenhuma exceção, tenham direito de chegar neste ponto de conhecimento, de desenvolvimento pessoal, de preparação para a cidadania e para o trabalho, só que as pessoas são diferentes e são muito desiguais. Eu não posso dar a mesma medida para todo mundo, na Base, eu posso.

No currículo, eu vou cuidar de outra coisa, da equidade – a combinação na Base Nacional Comum com os currículos. E vejam só, o legislador foi sábio aqui, Senador, em nenhum momento a legislação fala em currículo; a legislação nossa só fala em currículos, no plural, reconhecendo que não é possível um país como o Brasil ter um currículo único nacional, que isso é uma questão que deveria ir para essa Base.

Foi pensado assim no Plano Nacional de Educação. É assim que trabalhou esse grupo. Eu pertenço a esse grupo do movimento pela Base, junto com o André. Nós nos reunimos exaustivamente, nós viajamos, conhecemos experiências de outros países, nós voltamos e discutimos, nós produzimos textos, nós fizemos uma série de coisas, até que o próprio Governo assumisse isso que estávamos advogando, porque não foi... Vejam só, é muito interessante isso, a iniciativa de fazer a Base Nacional Comum não foi uma ideia tipicamente do Governo; ela foi uma ideia que foi penetrando o Governo através de várias abordagens, eu diria assim, que vieram desse movimento pela Base, dos Municípios muitas vezes, não é? Não foi uma coisa, assim, que o MEC se reuniu. E eu estou falando do MEC de 2014, não estou falando do MEC com o qual eu colaboro hoje, mas não foi uma coisa que o MEC se reuniu. A Beatriz Luce naquela época era Secretária da Educação Básica, se reuniu e disse assim: "Vamos fazer a Base Nacional Comum." Não!

Eu vou usar uma palavra forte, mas é verdade, o MEC até foi um pouco à reboque da ideia. Não nasceu dos movimentos sociais, com certeza, mas nasceu de uma mobilização de educadores que têm peso neste País, que têm história. Eu mesma tenho 45 anos de educação neste País. Então, depois de ser relatora das diretrizes, de ter visto a questão das diretrizes, como é que ela se colocou na visão, na realidade brasileira, eu fui uma das que apoiou e apoio até hoje a existência da Base.

Uma Base Nacional Comum é um motivo de conflito sempre. Ela sempre tem tensão. Segundo, ela jamais será perfeita. Compatibilizar os grandes objetivos, as grandes competências que estão na introdução da base, que muita gente acha que é muito boa, compatibilizar isso com as competências específicas da língua portuguesa e depois com os temas e os objetos de conhecimento que terão que ser examinados na língua portuguesa, não é uma tarefa trivial.

Portanto, é muito possível que haja a necessidade de permanentes ajustes no futuro. No entanto, o escopo da Base, no meu modo de ver, vai ser sólido, ele vai permanecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma Base voltada para a escola e é uma Base voltada para a sala de aula, sim, até porque a sala de aula não é necessariamente aquela sala de aula física. Na educação, quando falamos de aula e sala de aula, falamos de um conjunto muito maior de atividades, de reuniões e de interações do que aquela que se dá na sala de aula tradicional, embora, na minha modesta opinião, a sala de aula tradicional continua tendo um papel vital.

Eu aqui me lembro muito da educadora portuguesa Olga Pombo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – ... que escreveu um artigo muito interessante chamado *O insuportável brilho da escola*. Quer dizer, por que a escola sempre brilha e por que os intelectuais, sobretudo aqueles que têm uma visão muito grande e muito profunda, epistemológica das questões, acabam sendo grandes críticos da escola? Porque a escola permanece. A escolinha que está aí é aquela que vai ficar. Ela vai mudar o seu procedimento, ela vai mudar sua sala de aula, vai ser por ilhas, não vai ser por ilhas, vai ter pátio, não vai ter pátio, vai ter série, não vai ter série, vai ser por núcleos, vai ser por eixos? Isso tudo é uma questão de decisão curricular.

Por que é que a Base vem desenvolvida por anos? Porque essa é a nossa prática, essa é a nossa tradição. Dificilmente nós conseguiríamos... Já vai ser difícilimo convencer os nossos professores sobre interdisciplinaridade, sobre outras questões que estão na Base, quanto mais se a gente, por exemplo, não colocasse a questão seriada. O mundo funciona assim. Infelizmente o mundo funciona por ano. Ele começa em janeiro e termina em dezembro. E neste País ele vem sendo assim na educação. Vai mudar um dia? Tomara. Eu não tenho nada contra que mude o ano. Eu só não acho que posso agora, a partir de um valor específico, abolir o ano, abolir a série e abolir a aula. Acho que nós temos que pensar na nossa realidade e partir dela, para que a Base tenha aderência.

Então, eu gostaria de deixar com vocês esta mensagem: não há bala de prata na educação. A educação é um fenômeno extremamente complexo, sujeito a subjetividades de cada qual. E, como todas as questões ligadas à subjetividade, ela tem toda a complexidade que o humano tem.

Segundo, a implementação não vai ocorrer se nós não conquistarmos os professores. E aí eu me lembro muito, até hoje eu tenho uma pasta no meu computador, Senador, que se chama: "Cabeça, coração e bolso." É uma expressão sua, certo? Quer dizer, me parece que tão pertinente nesse sentido. Por quê? Porque nós precisamos conquistar os professores com o bolso, sim; de conhecimento, sim; mas nós precisamos do coração dos professores.

A Base não é uma política pública neutra. A Base é uma convocação. Ela está convocando cada professor e cada escola para pegar isso que ela tem, que pode ser defeituoso, pode ter problemas, tem omissões, muitas vezes tem dificuldades de ter incompatibilidades internas. Mas que, com tudo isso, consiga construir um ambiente de aprendizagem melhor na sua escola, consiga pegar esse pretinho básico, enfeitar e botar ali o sabor local.

E que tenha esse compromisso, que é o compromisso com a aprendizagem, que nós aprendemos com a LDB. E eu acho que nós devemos agradecer ao Legislativo, que a aprovou naquele momento, o fato de ela ter feito uma revolução copernicana na educação. A nossa LDB mudou o centro, do ensino para a aprendizagem, e isso para nós tem sido muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Base está aí. Ela foi feita com muito empenho, por um grupo muito grande de pessoas, num processo muito complexo e muito diverso, e sobreviveu à intempérie política mais forte. Não foi um furacão Irma; foi um furacão muito mais forte que o Irma o que nós vivemos, e a Base não balançou. A Base continuou e continua de governo para governo, e é isso que a gente está entregando para o Conselho Nacional.

Também estamos tendo os nossos problemas com o Conselho Nacional. Sempre vai haver, mas eu acho que ela vai sobreviver também ao trabalho do Conselho Nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Profª Guiomar.

Eu passo a palavra ao Prof. Ricardo Coelho, que aqui representa o Ministério da Educação, obviamente falando em caráter pessoal. Não quero aqui comprometer o Ministro.

O SR. RICARDO COELHO – Obrigado, Senador Cristovam.

Eu gostaria de louvar a sua iniciativa de promover esta audiência pública para debatermos a Base Nacional Comum Curricular e também mostrar, apresentar aos aqui presentes e aos que nos acompanham virtualmente o que é esse trabalho, a importância e a amplitude dele para este País.

Eu gostaria, na pessoa da educadora Guiomar Namó de Mello, de cumprimentar todos desta Mesa; na pessoa da Senadora Lúcia Vânia, todos os Senadores desta Casa; e da Srª Maria José da Rocha Lima, os demais presentes aqui e todos os que nos acompanham.

Eu elaborei uma apresentação, que vou passar rápido, durante a qual vou tentar responder as dez perguntas formuladas pelo Senador.

No primeiro eslaide, nós temos uma apresentação de qual foi o processo de construção dessa Base. Já foi salientado aqui que essa é uma construção coletiva que perpassa diferentes governos e muitos ministros, que começa com um amplo processo de debate. Foram referidas aqui as 12 milhões de contribuições, incorporadas na medida do possível. A partir delas, resultou uma segunda versão da Base, que foi novamente submetida a seminários estaduais, com a participação de em torno de 9 mil professores e educadores. Com base nisso, foi elaborada a terceira versão, que hoje se encontra em apreciação do Conselho Nacional, da qual o nosso colega Francisco Soares é um dos relatores. O Conselho submeteu a cinco audiências públicas, que receberam novas contribuições que serão incorporadas ao documento final.

É claro que esse é um trabalho longo de recuperação das diversas contribuições, de seleção de determinadas contribuições, de forma a torná-lo um documento sólido, coerente, o que não é fácil. Mas isso foi o máximo que o Poder Executivo, o melhor que o Poder Executivo conseguiu fazer, e não será uma Base perfeita.

Esse trabalho poderia ser estendido *ad infinitum*, mas o Brasil precisa de uma Base. Ela está prevista desde a Constituição de 1988, e o Brasil precisa de uma Base agora. Ela pode e deverá ser revista ao longo do tempo, da mesma forma como a legislação brasileira e a própria Constituição brasileira são revistas quando assim se faz necessário.

A Base define um conjunto de aprendizagens essenciais a que todos devem ter direito. Então, esse é um compromisso antigo do Estado brasileiro com a sociedade brasileira, que contou com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação não apenas de muitos educadores, mas de toda a sociedade civil, por esse processo que foi mostrado anteriormente.

Como falou a Profª Guiomar, a Base não é o currículo. A Base é o rumo, é o norte, é aonde nós queremos chegar. Os currículos são os variados caminhos que vão ser traçados pelas escolas, pelos sistemas de ensino, considerando as suas especificidades, de tal forma a torná-la acessível a todos. Uma Base única, ou seja, um currículo único não é compatível com um país das dimensões e da estrutura brasileira. Países menores ou países unitários optam por esse modelo: é o caso de Portugal, é o caso da Finlândia, é o caso da Inglaterra. Agora, o Brasil segue o caminho de grandes países que têm a estrutura federativa, como os Estados Unidos, que têm o Common Core; e a Austrália, com o National Learning Standards. Nós, observando esse conjunto de experiências internacionais, montamos uma Base de acordo que seria o mais adequado para o Brasil, para a realidade brasileira, com o que nós temos neste País.

A Base é um instrumento para favorecer a igualdade. Já foi salientado aqui que o Brasil é marcado por muitas desigualdades, mas, ao procurar atingir essa igualdade, é necessário que se tenha em conta a obrigação de levar em consideração a diversidade, de tal forma que se consiga fazer equidade neste País. Ou seja, os currículos serão um instrumento para promover a equidade. É por isso que a Base trata apenas daquilo que é comum a todos, ela não entra em detalhes sobre modalidades de ensino, sobre temas transversais. Como os temas transversais serão trabalhados e como a educação indígena será trabalhada numa determinada escola de uma determinada etnia, como a Base será trabalhada numa escola rural, como será trabalhada numa escola da periferia, numa cidade grande, numa cidade pequena, isso caberá ao currículo e, sobretudo, aos projetos pedagógicos das escolas.

A Base não revoga nenhuma lei, nenhuma norma do sistema que rege a educação neste País; ela vem complementá-las. À União cabe, portanto, obedecendo, em primeiro lugar, à Constituição e à legislação, estabelecer o que é comum; aos Estados e Municípios, que têm suas redes públicas, cabe fazer os seus currículos, e às escolas privadas também; e, a cada escola, cabe desenvolver suas propostas pedagógicas, adequando-as ao seu público, ao seu alunato.

A Base vai ter um impacto muito grande sobre o conjunto do ensino escolar neste País. O primeiro ponto fundamental que foi aqui ressaltado é a formação de professores.

Todas as pesquisas internacionais mostram que, depois da formação familiar, da educação dos pais, acesso a livros, etc, o grande fator de sucesso e de desenvolvimento escolar é o professor. Uma vez na escola, o professor é o elemento primordial no sucesso educacional.

Portanto, esse é o primeiro ponto, que não vai ser trabalhado posteriormente à Base. Já está sendo pensada e trabalhada uma nova política de formação de professores que vai acompanhar a implementação dessa Base.

Da mesma forma, as matrizes de avaliação terão que ser revistas à luz do que a Base estabelecer e os materiais didáticos – não apenas livros, porque estamos num mundo digital, onde temos diversos outros recursos de ensino mais interativos e mais baratos também a serem utilizados nas escolas – deverão ser revistos à luz da Base.

Em relação aos valores que orientaram a Base.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro deles é a formação integral. Quando se fala em formação integral, não se deve confundir com escola em tempo integral. A formação integral diz respeito à formação do aluno, do indivíduo, em todas as suas dimensões – intelectual, física, afetiva, social, ética. Enfim, esse valor perpassa todos os elementos que constituem a Base, da introdução geral às áreas e componentes que constituem a Base.

O segundo ponto é a indicação para que os conteúdos curriculares sejam desenvolvidos para o desenvolvimento das competências necessárias para que os indivíduos sejam capazes de mobilizar os conhecimentos para enfrentar situações e tomar decisões no mundo real, não apenas na escola, mas também na sua vida quotidiana e no mundo do trabalho. Enfim, na sua vida como cidadãos ativos e produtivos.

Essas competências gerais estão ancoradas nos princípios éticos, políticos e estéticos que se encontram inscritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Elas não foram tiradas do nada. Elas estão ancoradas nele.

Aqui neste quadro, que é ilegível, mas que está por cores, mostra como os sete princípios éticos, estéticos e políticos das Diretrizes Curriculares Nacionais se traduzem em dez competências gerais que vão orientar todo o trabalho, toda a elaboração dos currículos, mais uma vez salientando o plural.

Aqui eu tenho apenas um exemplo de como um desses princípios, o político, é traduzido a partir de um verbo que vai dar mais clareza para as escolas, para as redes de ensino e para os professores, de como trabalhar, como chegar ao desenvolvimento dessas competências nos seus alunos.

Aqui está a estrutura da Base. Existe uma estrutura para a educação infantil, que não é a mesma para o ensino fundamental – a estrutura é elaborada de acordo com as especificidades de cada etapa. No caso do ensino médio, a estrutura está sendo desenvolvida. Logo após ser aprovada a resolução pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministro, vai ser encaminhada a Base do ensino médio, que está alicerçada nas mesmas competências gerais, mas que obedecerá a uma estrutura compatível com essa nova etapa de ensino, que deve ser flexível por força da reforma do ensino médio aprovada no início deste ano.

Em relação ao cronograma, que é uma das questões que foi colocada, a Base não é o fim. A conclusão, a aprovação da Base é apenas o começo de um grande processo de implementação que vai depender muito da ação cooperativa entre União, Estados, Municípios e escolas.

A União, o Ministério da Educação não tem escolas de educação básica, excetuando uma ou outra, como o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e as escolas de aplicação das universidades federais ou dos institutos federais. Enfim, é um trabalho conjunto, que segue, mais ou menos, diversos pontos, entre eles a homologação pelo Ministro. Se for como está previsto, aprovada a resolução pelo Conselho até o final deste ano, o Ministro deverá homologá-la em dezembro, e, a partir do ano que vem, começará todo esse processo de revisão da formação de professores, matrizes de avaliação e materiais didáticos. Entra também o papel fundamental dos Conselhos Estaduais de Educação...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO COELHO – ... de fazerem suas normas complementares para suas próprias redes, a fim de que, a partir de 2019, a Base de fato chegue às escolas de educação infantil e ensino





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental. O mesmo procedimento, afastado no tempo, vale para o ensino médio. Um vez entregue ao Conselho Nacional de Educação, o Conselho submeterá a Base a novas audiências públicas e contará com o apoio do Ministério da Educação, tal como contou com o apoio do Ministério da Educação nas audiências públicas realizadas de julho a setembro deste ano para a Base que se encontra lá hoje. E isso vai passar por homologação do Ministro, além da revisão específica de formação, materiais didáticos e matrizes de avaliação, notadamente o Enem, para a adequação e a normatização dos Conselhos Estaduais.

A implementação necessariamente será gradual – e por aqui eu vou terminando.

Os sistemas – a lei prevê isto claramente – terão um cronograma de implementação que começará no primeiro ano subsequentemente à publicação da Base, e terá início, isso para ensino médio, a partir do segundo ano letivo subsequentemente à homologação.

Passei um pouco do meu tempo e encerro aqui a minha apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero agradecer bastante a todos que falaram. E quero fazer alguns comentários.

Primeiro, quero dizer que ultimamente tenho rodado por aí, Profª Guiomar, Prof. Pacheco, dizendo que o maior problema da crise brasileira não é o excesso de maus políticos, mas sim a escassez de bons filósofos que nos orientem.

Na educação, estou achando que é o contrário. O problema é excesso de filósofos e a escassez de políticos comprometidos com a educação. Nós temos muitos educadores e poucos educacionistas.

No caso do currículo comum, eu creio que dá para se perceber que é um pouco disso. Nós estamos definindo um currículo comum, que é algo absolutamente necessário, mas sem definir um sistema comum. Obviamente que tem que haver liberdade pedagógica dentro de cada sala de aula e gestão descentralizada em cada escola, mas um sistema.

Eu até estava pensando aqui que, em vez do título dessa sessão, Senadora, que é Desafios da Base Nacional Comum Curricular, não deveria ser desafios de uma carreira nacional unificada para o magistério ou desafios para formação nacional equivalente, não digo igual, do professor.

Eu creio que a gente trabalhou pouco o sistema e está trabalhando bastante o conteúdo, que é absolutamente necessário.

E fazendo alguns comentários específicos. Eu achei muito interessante quando o Prof. José Francisco lembra que nós queremos que cada criança tenha o conhecimento que precisa dominar para cada ano de sua idade. Embora eu lembre que o Prof. Pacheco levanta que cada criança é uma unidade especial em si, não dá para termos a mesma ideia na cabeça de cada aluno conforme a sua idade biológica, até porque a idade mental não é igual à biológica.

O problema de gênero. O que me preocupa são duas coisas hoje: um é que, ainda no século XXI, ainda estejamos discutindo se o assunto de gênero deve entrar ou não. Essa é uma preocupação. E tenho outra: é que no século XXI esse assunto tem dominado o debate, polarizando posições dos que querem e dos que não querem colocar o assunto de gênero. São duas coisas lamentáveis. Eu lamento que ainda precisemos debater. "Mas precisa sim, precisa incluir, eu defendo." Mas, por favor, vamos discutir também matemática, geografia, física, comportamento em todos os sentidos. Mas não estamos conseguindo porque esses grupos estão polarizando bastante o debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar o que a Prof^a Cleuza disse: que muitas escolas no Brasil só funcionam duas horas por dia. E ela não incorporou quantos dias por semana, e não são os cinco. E nem as semanas, porque se nós levarmos em conta as paralisações, se levarmos em conta o tempo para planejamento, se levarmos em conta tudo que paralisa a palavra aula – depois eu vou lembrar o que é o monstro epistemológico no século XXI, como disse o Prof. Pacheco –, é pouco tempo que a gente tem na escola, pouco tempo, e muitos vão apenas pela merenda.

E nós nos enganamos com uma verdade, dizendo que temos 97% matriculados. É verdade, mas é uma ilusão comemorar isso. Primeiro, porque 3% estão fora, a gente deveria estar chorando. Segundo, porque matriculado não significa frequência; frequência não significa assistência; assistência não significa permanência até o final do ensino médio; permanência não significa aprendizado; e aprendizado não significa necessariamente melhoria, porque pode -se aprender coisas ruins também.

Então, ela lembrou isso, interessante, mas eu anotei aqui uma pergunta.

A Base vai resolver esse problema de que temos crianças apenas duas horas? Eu acho que só a Base pode ficar – como alguém falou aqui – como uma letra de intenções, como foi o primeiro PNE, e o segundo PNE está encaminhando para isso.

Eu tenho discutido também... E um dia desses me perguntaram o que é uma boa escola para mim. Eu disse que uma boa escola é aquela em que criança entra, fica nela com prazer e, ao sair, sai confiante de que vai enfrentar o mundo. Quando eu digo sair, sair não no ano, não no dia, sair ao final do seu curso, do ensino médio. Ele entra, fica com prazer e sai com confiança, inclusive para aprender todas as coisas novas que não lhe ensinaram na escola e que ele vai ter que aprender a cada dia, das coisas novas que surgem.

A Prof. Cleuza falou que não há implementação sem recursos – isso aí é fundamental; e que é duas vezes mais difícil implementar do que fazer – isso é verdade. E aí vem a diferença do filósofo, do pedagogo, do educador para o político educacionista, esse aqui é que vai dar as condições.

Aí fica a pergunta, que eu vou repetir aqui algumas vezes. Ela defendeu, aliás muitos defenderam, a equidade do Plano. Mas como é que a gente vai fazer a equidade com um currículo comum com escolas tão diferentes? Porque os Municípios são tão diferentes. Como a gente vai conseguir ensinar a mesma coisa em Axixá, lá no meu Pernambuco, e em Americana, em São Paulo, com condições absolutamente diferentes?

O Prof. Pacheco, como sempre, com a sua visão, a sua inquietação e a sua generosidade, mas que eu também apoio, de reconhecer os grandes educadores que nós já tivemos no Brasil, trouxe os três problemas: omissão, equívocos e incoerência.

As omissões, ele referiu-se à LDB e à meta do PNE. Lembrou que os gestores continuam nomeados; que a Base, que traz uma coisa positiva, que é ser comum, mas não está trazendo uma coisa positiva e pode até negar, que é a autonomia, que é a liberdade, melhor dito.

Falou de um dos equívocos, que a sala de aula é um dispositivo nefasto no século XXI, que provoca analfabetismo e exclusão, ou seja, é uma maneira dura de dizer uma realidade. Temos salas de aula hoje que excluem, porque o aluno não gosta, porque o que ele aprende não lhe interessa.

Falou em condicionar o mesmo conteúdo por ano, se os alunos são tão diferentes, cada aluno é um. Isso é o que tem de especial na experiência dele, na ponte, na escola da ponte, que é a ideia de que cada aluno tem que ter uma atenção especial; cada aluno é um ser e não dá para trabalhar em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjunto. Por isso, o currículo não pode ser uniforme e não podemos nos inspirar em modismo. Ao mesmo tempo, não podemos deixar que cada escola de uma nação tenha um currículo como quer. Essa é a contradição ideológica que ele falou, que a gente precisa fazer combinar a busca da unidade sem uma camisa de força.

Lembrou o professor, que é uma figura formidável, que é preciso esclarecer os conceitos, e a gente não está conseguindo. Por isso que comecei falando: o que está atrapalhando mais do que tudo hoje não é político que leva dinheiro e guarda em uma caixa em casa, o que é uma vergonha e uma tragédia, mas é político que não tem coisa na cabeça para orientar a sua ação política.

A gente tinha filosofia, fosse marxismo, fosse o liberalismo, o desenvolvimentismo. A gente vinha para cá com uma filosofia, às vezes até não sabia que tinha, mas tinha. Hoje, a gente está sem isso.

E um político sem filosofia é um candidato a corrupto. Podemos diferenciar dois tipos de corrupção: a corrupção de colocar dinheiro na cueca ou a corrupção do poder pelo poder, que é uma forma também de corrupção.

Então, a ideia de precisar esclarecer os conceitos confirma essa ideia de que nós precisamos de filosofias. Mas, na educação, hoje, talvez a gente tenha até demais. A gente precisa de políticos da educação.

Continuando na linha de comentários de cada um, ainda o Prof. Pacheco disse que escolas são pessoas e não prédios e que é preciso – e isso achei muito importante, professor, o resto também, mas isso – implantar, paulatinamente, avaliando constantemente e adaptando. Isso é muito importante. Não pode ser uma Lei Áurea da educação. Diz-se que não há mais escravos no Brasil, que, aliás, terminou também não sendo executada, porque continua escravo, não pode é vender mais oficialmente.

Então, essa ideia é muito importante. Não sei o que o Ministério está pensando, nem o movimento de que tem que ser paulatino, com avaliações e com adaptações.

E a última coisa é essa ideia, a que certamente já me referi, de aula, que é o escândalo epistemológico do século XXI. O problema é que a gente sabe disso, mas não sabe ainda o que colocar no lugar, com clareza, apesar das suas experiências práticas e outras também até mais antigas.

Do André anotei aqui aquela ideia dos desafios: como obter o desafio da Base Comum antes ou independentemente do desafio de uma carreira comum para o professor.

Eu diria até mesmo padrões comuns, que não querem dizer iguais, padrões comuns de edificações, porque a escola são pessoas, não são prédios. Mas prédios ruins, cadeiras furadas, buraco no telhado, quadro sem giz não permitem uma boa escola. Não são suficientes.

A ideia das sete dimensões, que o André colocou e que ficou aqui um bom tempo, deu para a gente refletir bastante. As políticas públicas sem a descontinuidade, as boas práticas serem copiadas, a administração da escola, isso é fundamental. Parcerias intersetoriais, monitoramento e avaliação. E eu deixei por último uma que me preocupa porque esse é um dos conceitos mais não definidos: gestão democrática. O que é gestão democrática? É a gestão pelo voto, sem levar em conta o mérito, sem levar em conta a capacidade? E como é que a gente faz para levar capacidade e mérito para o processo democrático?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aí não é só para professor não, isso eu acho que vale também para vereador, Deputado, Senador, governador. A gente precisa trazer a dimensão do mérito para o processo democrático. Não me pergunte exatamente como, mas eu vou dizer uma coisa que a gente fez. A Lei da Ficha Suja é uma intervenção no processo democrático porque, na democracia pura, o povo devia ter direito de votar em corrupto. Nós demos um avanço, a meu ver, proibimos que ele seja candidato graças à ficha suja, se ele não tiver ficha limpa. A precisa começar a pensar como é que tem um currículo limpo, e não só a ficha limpa.

O prefeito que quebrou o Município, mesmo sem roubar. Aliás, eu dou um exemplo aqui, sem querer partidizar. O governador que fez o estádio está com muito problema por causa de desvio de dinheiro na construção. Isso é ficha suja. Mas no currículo dele devia estar escrito que, em vez de colocar esse dinheiro em saneamento, em água e em escola, botou no estádio. Mesmo que não houvesse propina, era um desvio de conduta. O currículo sujo.

O que não quer dizer diploma, não quer dizer instrução. Mas algo a gente tem que pensar para trazer a ideia de mérito na gestão democrática. E isso vale, sobretudo, para as universidades porque nós confundimos gestão democrática com voto apenas.

Gostei muito foi da ideia da motivação. E eu vi que o Prof. Pacheco balançou a cabeça, quando você lembrou como é importante a motivação para o aluno aproveitar. E isso é o que está faltando muito, o aluno ser motivado, gostar da escola.

A Profª Guiomar, na linha do que ela sempre falou, escreveu, ela lembrou que na legislação, mas mais do que na legislação, no pensamento, *curriculum* sempre é no plural. Como criança é sempre no singular. E, para criança, ser no singular, é preciso que o currículo seja no plural, para se adaptar às singularidades das crianças.

E aqui uma coisa que eu queria refletir um pouco, é que não há bala de prata na educação. Aí, eu anotei aqui, querida Guiomar, que não há bala de prata, mas eu acho que a gente tem que procurar um revólver de prata, que seria um grande sistema com uma vontade nacional, que a gente não tem ainda pela educação; com um sistema nacional, que não quer dizer camisa de força.

Aliás, hoje até filosofia, eu digo que a gente está precisando de filosofia na política, mas não pode ser mais uma filosofia.

Tem que ser filosofias, tem que ser um sistema, e não uma, como nos viciamos no passado; um sistema nacional com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. Ricardo Coelho, que o Brasil precisa de uma base, que é um instrumento de equidade, eu não tenho dúvida: sem a base, não vai haver equidade. Mas só a base, ela não vai ser eficiente se a gente não criar a base da base curricular. A base da base é o professor, são os equipamentos, é a permanência da criança. E aí, a ideia de que a educação integral não se pode confundir com horário integral, eu estou de acordo; mas no mundo de hoje eu não vejo como fazer uma educação integral sem o horário integral. Antigamente dava. Porque você deixava o menino e a menina quatro horas, e, em casa, a família complementava a educação. Mas a família não está mais em casa.

O horário integral hoje eu acho que é necessário, primeiro, para fazer a escola agradável. Porque horário integral não é sentar na cadeira seis horas. Não. É brincando, é nadando, é correndo, é fazendo balé, ginástica. A escola tem que se adaptar a isso. Mas hoje o horário integral para mim é importante, porque a gente precisa tirar as crianças da rua. Quando eu falo "rua", é rua digital, não é só rua física. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menino hoje sai, das quatro horas, se ficasse quatro horas, e vai para a televisão, vai para o videogame, vai para companhias que a gente não vê; na escola, a gente vê as companhias.

Ficar em horário integral é importante até para ter uma relação de amigos e amigas que se possa perceber para onde vão. Eu tenho dito muito – eu acho que, na linha das influências, de ler o que o professor Pacheco escreve e faz – que, para mim, hoje os amigos podem ser mais complicados ou mais benéficos do que os professores. Porque professor a gente observa, a gente sabe como ele está; professor é capaz de ensinar o menino a ler. Mas quem ensina a gostar de ler é o namorado ou a namorada, é um colega. E quem ensina droga ou a não gostar de droga também não é professor. Por mais que o professor faça propaganda contra a droga, se um amigo o leva para isso, é muito fácil de uma criança cair na amizade.

Então, o horário integral é uma necessidade da educação integral. O problema, aí sim, que é importante, é que tem horário integral que não dá educação integral. Então, um horário integral pode não dar educação integral. Mas eu não vejo como dar uma educação integral sem o horário integral. E isso não vai ser possível mantendo a pura e simples municipalização. Vai ter que ter algo acima da municipalização das escolas. A palavra federalização é muito grosseira, ruim. A ideia do Governo Federal – adotar as escolas das cidades que não têm condições –, eu acho que pode ser mais palatável do que federalização; um sistema nacional da educação eu acho que é mais palatável ainda, algo vai ter que ter. Mas a pura e simples municipalização não vai permitir a Base Nacional Comum Curricular em todas as escolas. Não vejo como, se não houver mais interferência, sem tirar a descentralização gerencial na escola nem a liberdade pedagógica na sala. Com avaliação – aí sim, que é fundamental.

Bem; vocês viram que tivemos poucas presenças físicas aqui, por dificuldades hoje para entrar nesta ala onde está a Comissão, mas vamos publicar. Eu acho que merecem ser publicadas, sim, todas essas falas. E vamos... Isso vai passar na televisão em outros horários. Não sei se foi ao vivo, porque havia... Foi ao vivo? Está vendo? Nem sabia... Porque tem outras comissões. Pelo menos uma parte foi. E eu não posso deixar, até por uma questão de respeito, de ler alguns comentários e perguntas que chegaram aqui.

Um do Giuseppe Valitutti Netto. Ele diz que a Base Nacional Comum Curricular "ataca o problema da educação pelo lado errado: a falta de disciplina em sala de aula e a total impotência dos professores e funcionários diante de alunos aloprados afastam os bons profissionais da escola e desmotiva os alunos interessados. Só os relaxados temem a disciplina".

Ou seja, ele lembra que é preciso ter disciplina. Agora, a disciplina pode-se buscar de duas maneiras: com a palmatória, como antigamente, ou com o prazer da escola. Se a escola dá prazer, eu não vejo como ela vai ser indisciplinada, salvo alguma outra pessoa fora da curva, como se diz.

Marcos de Carvalho diz: "Sou contra a implantação da cultura de gênero nas escolas. [...] [O currículo] deveria se preocupar em melhorar os níveis de conhecimento das escolas. O Brasil tem um dos piores índices mundiais em termos de conhecimento. A educação quanto à orientação sexual é responsabilidade da família".

Eu diria ao Marcos, e depois vou dar um minuto ou dois para cada um poder comentar isso, que não dá mais para deixar a orientação de qualquer tema apenas para a família. Eu creio que a escola tem que ser laica, a escola tem que ser imparcial, a escola tem que ser aberta, mas ela tem que trazer todos os temas e problemas para dentro. Não pode deixar de trazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcenir da Silva: "Creio que há um equívoco neste quesito [deve ser o mesmo: de gênero]. Deverá ser revisto. Os professores são meros transmissores de conhecimento. Educadores são os pais. Há uma inversão de papéis. Inclusive, os professores reclamam. Porém, eles mesmos se apresentam como educadores. [...]"

Eu quero dizer que muitas vezes os professores nem gostam de receber os pais para debater. Eu ouvi, Guiomar, uma proposta que é extremamente um tabu no Brasil, mas que, mesmo tabu, a gente deve citar, sem defender, se não tem ainda coragem nem o conhecimento. Eu ouvi um dia desses que, sem família, sem pais, não tem boa educação. É preciso levar os pais para dentro da escola, e a única maneira seria cobrando R\$5 por mês por aluno. Você não quebraria a gratuidade, porque R\$5 é possível; e os pais, ao pagarem um pouquinho, eles se sentem empoderados para irem à escola debaterem com os professores, pois hoje eles não se sentem assim.

Eu acho que é cedo para se propor uma coisa dessas, mas eu acho que é tempo de se debater. Primeiro, o conceito de gratuidade. Não existe nada grátis. Há coisas que todos pagam para alguns, mas alguém está pagando. Segundo, como fazer o empoderamento dos pais e atrair a motivação dos pais para irem à escola?

Eu tenho um projeto que o governo anterior fez tudo e não conseguiu impedir, mas está na brecha de sair. É que uma das condições para receber a Bolsa Família seria ir à escola dos filhos. Não é só os filhos irem à escola; é os pais irem. E olha que eu coloquei, no mínimo, uma vez por ano. E o governo se manifestou de uma maneira brutal e conseguiu barrar na Câmara, nas comissões, mas conseguimos que voltasse.

O Alcenir da Silva, creio que... Esse foi o que eu li.

Leonel Mattjie diz: "Se vai haver aumento de carga horária e diminuição de disciplinas obrigatórias (ainda que em parte da grade curricular), deveria haver mais uniformização sobre disciplinas facultativas, sob pena de permitir direcionamento indevido de formações específicas".

Eric Bressan diz: "Para resolver [o problema da educação], tira o MEC, desregulamenta, baixa impostos, libera o setor educacional. Aí, você encontrará empresas privadas fornecendo todo tipo de educação, mais simples, outras mais complexas, com vários alunos por professor, ou com poucos, algumas específicas e outras comuns." "É óbvio que quem ganha mais dinheiro teria uma escola melhor, mas é natural. E o governo, para emparelhar, piora a educação dos ricos e não melhora a dos pobres. Se fosse privatizado e desregulado também poderia haver um bom corte de taxas, que estamos precisando".

Eu acho, Eric, que isso daqui já é há 500 anos no Brasil. A gente deixou as escolas boas para quem pode pagar. Está precisando resolver isso, sem – e aí, sim, ele tem razão – o Estado emparedar demais a educação. Tem que – eu não diria, como ele, desregulamentar – diminuir a regulamentação, sim. E, com o ensino a distância, a regulamentação não vai conseguir influir muito, não. Eu não sei o que o Conselho Nacional da Educação pensa, sobretudo no ensino superior. Vai ser difícil você regulamentar muito. Hoje em dia, qualquer pessoa abre o computador e assiste uma aula em Harvard, onde for. A gente vai regulamentar Harvard? Vai proibir que se assistam aulas pelo ensino a distância? De fato, nós temos um excesso de regulamentação, embora eu ache que o Eric radicaliza.

Finalmente, o Carlos Silvana: "Temos que fazer prevalecer no Brasil uma educação integral com qualidade. As crianças e jovens não podem ficar à mercê dos traficantes e de um futuro sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva. Vejo na educação integral a única fórmula para [...] [resolvermos] a vergonhosa estatística de homicídios [...] [no Brasil]." "Um país que cuidar de seu futuro e acabar com a violência... Coloca seus jovens em escolas integrais e de qualidade. Simples assim."

Aliás, a Guiomar citou a frase que eu falei algum tempo atrás, que o professor é feito de cabeça, coração e bolso. Na verdade, qualquer pessoa é mais ou menos isso, mas o professor ainda mais, porque a cabeça é fundamental, o coração é fundamental, e o bolso também. Mas eu queria colocar na sua coleção mais uma que eu gosto de dizer, que o futuro de um país tem a cara de sua escola do presente. Você olha como é a escola de um país hoje e você está vendo a cara do país daqui a 30 anos. E essa escola é no sentido E maiúsculo, o conjunto das 200 mil. Portanto, sobretudo as públicas.

Flavia Luiza Santos Scabio, é a última. "Precisamos de uma educação integral e não de escolas integrais com conteúdos que não acrescentam nada à realidade do educando. Precisamos de escolas democráticas com metodologias que auxiliem na ampliação do olhar em relação ao mundo que se vive. Educação com significado." Eu acho que é uma boa maneira de terminarmos esta audiência, com essa frase da Flávia Luiza Santos Scabio, que aqui a gente não sabe de onde é, mas trouxe uma boa contribuição, como as demais.

Bem, eu termino a minha fala aqui, comentei cada um, dei minhas ideias, mas eu vou, de lá para cá, Guiomar, se quiserem, usando um minuto, dois ou mais – não estou com pressa –, concluir as suas falas.

Por favor.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Eu acho que não há muito o que acrescentar, Senador.

O senhor fez um bom apanhado de tudo o que foi dito e eu acho que a conclusão que deve ficar e a seguinte: a implementação dessa Base exige um tipo de comprometimento não só da escola e do professor – esses daí são, mais ou menos, óbvios –, da classe política, dos formadores de opinião e de outros setores da sociedade interessados em educação porque não vai ser um processo rápido e não vai ser um processo fácil. Esperar que a gente por milagre, no ano de 2019, tenha a Base já realizada em todas as escolas é realmente ser otimista demais.

Acho que a expectativa tem que ser de que a implementação vai ser bem sucedida, mas também cautelosa no sentido de que teremos problemas, sobretudo com a questão da formação dos professores. A formação dos professores no Brasil e, aí, eu concluo, vai exigir um esforço até maior do que o da construção da Base porque a construção da Base foi um processo que envolveu educadores que, de alguma maneira, comungavam do mesmo objetivo e na formação de professores nós temos visões conflitantes muito fortes. Quer dizer, temos a realidade de que a maioria dos professores do Brasil é formada nas instituições particulares de ensino, quase 80% dos professores brasileiros não vêm das instituições superiores públicas, universidades ou não. Eles vêm das instituições particulares, as universidades públicas, por tradição, sempre foram afastadas da formação de professores, elas têm muito mais atração pelas carreiras de maior prestígio como é a medicina, como é a engenharia, como é a pesquisa de ponta acadêmica na área de física, na área de linguística etc. A universidade não está, infelizmente, não tem nenhuma aderência com a realidade das escolas básicas e talvez até a gente precise repensar as instituições mesmo as encarregadas de formar professores. Então, vamos precisar de muito apoio inclusive desta Casa para promover as mudanças que teremos que promover na formação de professores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, encerro e agradeço muito a atenção de todos. Espero que não seja a última vez que falemos da Base, embora nós que estamos envolvidos nisso estamos um pouco cansados, mas acho que nós vamos ter que falar sobre isso muito tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigada, Professora.

Professor André.

O SR. ANDRÉ DUARTE STÁBILE – Senador Cristovam Buarque e amigos Senadores e demais amigos, os desafios estão colocados e são conhecidos. São quatro os principais: novos currículos nas redes estaduais e nos Municípios brasileiros, novos recursos didáticos e materiais didáticos e que implicam num impacto enorme – o Brasil tem o maior Programa Nacional de Livros Didáticos de distribuição governamental estatal do mundo –, a formação de professores – que já foi falado – e as avaliações de larga escala.

Todos esses quatro desafios estão sustentados pelo que o Senador chamou de base da Base e que nós temos chamado de alicerce da Base, que é o financiamento da educação. Então, se nós não colocarmos uma luz, se nós não iluminarmos o percurso dos recursos públicos até as salas de aula, a Base Nacional Comum não terá o sucesso que nós pretendemos que ela obtenha.

O País hoje está discutindo diretamente a questão da corrupção, a Operação Lava Jato e etc. Por trás desse assunto que domina a sociedade brasileira, existe um valor, que é o valor da honestidade, que está esquecido por boa parte de todos nós. Então, a gente vai ter de fazer uma reflexão para que a honestidade possa ser aquilo que sustenta o alicerce desses quatro desafios. Sem um financiamento claro, sem um percurso conhecido dos recursos públicos a partir do Tesouro Nacional, nós não obteremos sucesso e nós precisamos ter coragem de enfrentar isso.

Obrigado a todos que puderam nos ouvir nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Professor.

Professor José Francisco Pacheco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA PACHECO – Como eu disse no início da minha intervenção, eu apenas vim partilhar um pouco da minha experiência portuguesa. É evidente que eu concordo com a Guíomar: os portugueses têm grande responsabilidade na situação que o Brasil vive hoje. Mas eu sou um pouco anticabralista e venho para apreender o Brasil e para tentar ser útil. Aquilo que aconteceu lá há 20 anos, eu não quero que aconteça aqui. O que aconteceu foi que uma base curricular, que não é o currículo, muito idêntica à brasileira, os professores não cumpriram a base curricular. Eles continuaram a dar aula pelo livro didático. O currículo que eles deram foi o livro didático, que é um currículo restrito. E não foi culpa deles. É questão de formação.

No Brasil, eu acompanho muitos processos formativos. Nós temos de partir daquilo que as pessoas são, do que elas são; não exigir que elas deixem de ser o que são, inclusive valorizar o que elas sabem. Elas estão contentes dando aulas, mas é preciso, com elas, a partir do que elas sabem – não vamos tirar aquilo que elas sabem, senão fica a insegurança –, da cultura que elas têm, propiciar aos professores, através de outra formação, porque as diretrizes curriculares para formação de professores não foram cumpridas também, mas eu não falei disso. Então, a partir do que as pessoas são, nós vamos ajudá-las a reelaborar sua cultura pessoal e profissional. É aí que está o nó da questão. Então, os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores lá em Portugal voltam ao que fizeram há 20 anos, e eu penso que aqui não podemos dar lições.

Quanto à questão da aula ou não aula, nós tivemos que os jesuítas foram os criadores do sistema educativo, se é que houve, no Brasil, antes do Capanema. Mas, se nós formos ver o que os jesuítas estão a fazer hoje em dia, olhamos para a Catalunha. Vocês sabem que os jesuítas da Catalunha, que são talvez, a instituição mais respeitada do Brasil, acabaram com a aula, acabaram com a turma, acabaram com a série, acabaram com a prova. Eu penso que os jesuítas da Catalunha não são loucos nem irresponsáveis, e a primeira avaliação que foi feita foi de excelência.

Então, meus amigos, pouco importa se há aulas ou não. Não é isso. A questão é esta: se o modo como os professores trabalham não garante direito à educação, que está na Constituição, no art. 205, os professores terão direito de continuar a trabalhar desse modo? Onde é que está a ética. Se o modo como as escolas trabalham e o sistema conduz, com aula, com turma, não garante o direito à educação de todos, que está consagrado na Constituição, será direito continuar a fazer isso? Todos estamos contentes, mas é preciso ser ético. É assim, meus amigos, e peço desculpas por esta forma de falar.

Finalmente, os professores brasileiros, que já cumprem o currículo integralmente... Ouviram bem? Cumprem integralmente! Na dimensão, na medida, como na moral, sociomoral, espiritual até, ética, estética, emocional, cumprem todo o currículo, eles não são arrogantes; eles apenas pedem que sejam respeitados e escutados, e não foram. Então, eu diria que começássemos a fazer perguntas, perguntas que qualquer criança faria. A gente aprende por antropofagia, aprendemos o outro, aprendemos quando sabemos por que aprendemos, quando a aprendizagem é significativa, aprendemos quando existe um vínculo afetivo com o outro. Então, esses professores apenas fizeram perguntas uns aos outros. Por exemplo: por que há aula? Por que há turma? Por que há série? Por que há ano letivo? Por que o ano letivo tem 200 dias? É isso que está na Lei de Diretrizes e Bases? Não é. Por que há férias escolares? Por que os banheiros do professor são diferentes dos banheiros dos alunos? Estou a falar de valores, meus amigos, valores para um país fraterno e para um Brasil em que a desigualdade desapareça.

Peço desculpas se fui veemente em algumas afirmações. Não estou a falar em nome de ninguém, mas eu conheço o lado saudável da educação do Brasil. Por isso é que estou aqui, para apreender e, se quiserem, retomar a conversa, para ser útil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, professor.

Vamos continuar. Prof. Ricardo.

O SR. RICARDO COELHO – Senador Cristovam, eu ouvi com atenção o seu brilhante resumo sobre tudo que se falou nesta Mesa. Eu gostaria de lembrar que a Base dá um grande passo neste País. Existe um consenso de que educação é a base, mas nunca se discutiu neste País como se discutiu o que é a base para a educação neste País como agora, nestes últimos anos. Esse é um grande avanço. A questão de como a escola deve tratar os conhecimentos, o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos, a formação integral dos alunos ganhou espaço na sociedade e no Estado brasileiro. E isso abre uma janela de oportunidades muito importante para o País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os demógrafos e economistas falam que nós vivemos o final do bônus demográfico neste País, o que quer dizer que temos jovens e crianças na escola, e mais crianças que vão entrar na escola. E isso é uma oportunidade para que se consiga, com a elevação da qualidade de ensino, que é para o que a Base existe, para isso que ela vem, para que se consiga criar um conjunto de brasileiros mais bem preparados para agirem como cidadãos, como indivíduos que se insiram no mundo do trabalho de forma produtiva, de forma independente, para que os nossos filhos e netos venham a ter uma situação mais próspera e um melhor futuro do que nós tivemos hoje.

É claro que a Base não é tudo, não é bala de prata; a Base é apenas um ponto de partida para algo maior que exige a cooperação interfederativa e também da sociedade e da família. A Constituição deixa isto muito claro: a educação é dever do Estado, da família e da sociedade. Sem essa cooperação, não chegaremos lá.

Para que a Base chegue à escola, além dessa cooperação, precisamos também, como o Senador citou aqui diversas questões, de inovações sobre o sistema etc. de ensino. E, nisso aí, mudanças legislativas cabem a esta Casa, quer dizer, o que o Ministério da Educação fez, ao formular essa Base, foi considerar o que preveem as leis atuais – e é esse o papel do Poder Executivo, ou seja, traçar políticas de acordo e estritamente de acordo com a previsão legal. Foi isso que fizemos.

Avanços adicionais. Cabe a esta Casa, ouvindo a sociedade, que é o papel das Casas Legislativas, discutir e propor inovações que venham a tornar a implementação da Base e a favorecer a melhoria da educação neste País.

São essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, professor.

Prof. José Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Senador Cristovam, eu me preparei para responder as minhas perguntas iniciais. Elas ficarão para outra oportunidade.

Eu queria sintetizar, primeiro, essa ideia que o Senador sempre nos puxa, a ideia um pouco da utopia. Eu queria sintetizar a utopia escolar, a escola no centro, tempo integral para alunos e para professores. O professor deve estar numa única escola. Ele sai de casa como todos nós e vai exercer o seu trabalho. Aí, sim, nós vamos ter essas diferentes realidades.

Segundo ponto: não se faz justiça com artesanato. Num país tão grande, com carências tão grandes, precisamos dar bons serviços para todo mundo. Preocupam-me muito essas propostas que são propostas extremamente caras e que vão atender a poucos. Eu quero, quando penso a Base, atender todos, entretanto não se faz transformação sem experimentação. A LDB já deixa isso claro. A LDB diz que a escola pode se organizar por ciclo e por uma série de outras maneiras. Não há nada proibido lá. Agora, com a Base, o que essa escola vai fazer? Ela vai verificar o que está esperado para esse aluno e vai readaptar. Então, precisamos de experimentação. Para usar um exemplo muito extremo: nós precisamos das escolas *outdoor*, mas não está demonstrado se essa proposta pedagógica seria adequada para os milhões de alunos e a diversidade.

O terceiro ponto é o papel dos entes federados. Eu disse que são quatro níveis de explicitação. É impossível uma escola isolada, porque a irregularidade, o *turnover*, os professores deste ano não estão em muitas escolas. Então, as redes têm que produzir um documento para que seja discutido na escola.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A LDB não foi revogada. A LDB fala em proposta pedagógica da escola. Como essa proposta vai ser feita? Vamos pegar um documento que a Rede fez e agora nós vamos ver como vamos ensinar. Muitas escolas vão aceitar aquela orientação. O que não pode é uma escola aceitar sem pensar. Então, os documentos das redes têm que ser documentos orientadores.

Como eu disse, eu estou vindo de uma reunião internacional e eu me enamorei do documento da Colômbia, porque ele dá exemplos. A nossa Base usa uma linguagem que é própria do documento. E leio um pequeno exemplo. "Inferir o tema e o assunto com base na compreensão geral do texto." Isso é claro para todo mundo? Percebe? Então, o documento orientador vai dizer: esse objetivo de aprendizagem significa isso. Ele pode ser ensinado dessa forma, ele pode ser avaliado dessa forma. Então, esses documentos não cabem num documento de Base, porque são específicos demais, mas têm que ser produzidos para que haja implementação. A implementação será isto: será a explicação, será a escolha e também será verificar como a criança aprendeu ou não.

O Brasil está muito dividido em todos os sentidos. Compreender não é concordar. Precisamos fazer um esforço de compreensão dos outros argumentos. E, aqui, peço licença ao Senador para colocar um tema polêmico. Nós precisamos na educação que a justiça faça paz com a eficiência. O termo eficiência não pode ser – entre aspas – "um termo da direita", nem o termo justiça – entre aspas –, "um termo da esquerda", porque, sem bom uso dos recursos, não vamos produzir justiça. Ou vamos produzir aprendizado do jeito que este País é acostumado: para poucos. Nos dias em que estou mais afetado, eu digo que este País adora dar tudo para poucos e nada para muitos. Nós só vamos dar para todos, quando usarmos bem os recursos. Então, precisamos trazer a discussão da eficiência com um viés educacional. Usar bem o recurso, porque estamos olhando para todos. Qual recurso? O tempo do professor, a carreira do professor, a estrutura da escola, mas também a orientação pedagógica – está muito claro que não resolve tudo, mas vai dar a sua contribuição, é a contribuição que esta discussão nos pede: dar um passinho para frente, construir o comum, construir o nacional quando essa ideia não há quem defenda.

Estamos num momento em que só se defende o específico e o radical. Precisamos descobrir como vamos construir o Brasil nesse meio.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, professor.

Eu quero dizer que o senhor trouxe um tema que daria uma outra audiência e eu gostaria muito, apesar da polêmica que surge quando eu digo que, no mundo de hoje, a economia tem que ser eficiente, ponto. Passou o tempo de construir justiça por dentro da econômica, como aprendemos. E a justiça vem como fazemos com o dinheiro que a economia eficiente gera. E, aí, sobretudo, duas coisas têm que ser iguais: saúde e educação. No resto, temos que tolerar as desigualdades que vierem pelo talento de cada pessoa.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – As diversidades.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É.

Então, na economia, se não for eficiente, não vamos ter justiça, mas esse seria outro tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui, agradecendo a todos, convocar para o dia 25 de setembro, segunda-feira, às 14h, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública destinada a instruir e elaboração do relatório de avaliação de política pública dedicado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Essa audiência é em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2017, de autoria do Senador Roberto Muniz.

E, para encerrar a reunião, convido a Senadora Lúcia Vânia, que é Presidente da Comissão, para dizer algumas palavras e encerrar a audiência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu gostaria de cumprimentar todos os expositores e dizer da minha satisfação de ter podido ouvir o que eu ouvi aqui. Eu acho que todos puderam expressar a importância da base e acho que o Presidente hoje desta Comissão, o Senador Cristovam, pôde decodificar tudo o que foi dito, a importância dessa base – e eu concordo absolutamente com o que foi colocado aqui.

Quero dizer que é uma riqueza ter um político educador ou um educador político, porque ele, com palavras simples, pôde externar a importância do que foi explicitado aqui pelos educadores.

Acho que esta Comissão ficou mais rica, mais importante e clareou bastante essa questão da base e, principalmente, respondeu a uma questão que o Senador Cristovam sempre coloca e sempre reclama: da omissão da União em relação à participação no processo de aprendizagem.

Acho que a base curricular vai chamar a União de forma muito mais forte, como também chamar as famílias e a sociedade para que, integrados, possamos fazer um trabalho muito melhor do que temos feito até hoje.

Portanto, os meus agradecimentos e, principalmente, o meu respeito e a minha admiração por essa dedicação que os senhores educadores estão fazendo em favor do Brasil e em favor, principalmente, das nossas crianças, buscando uma melhor qualidade de ensino.

Portanto, eu agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Roberto Muniz**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Paulo Paim e Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Simone Tebet, João Alberto Souza, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 31/2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, e RCE 50/2017, de autoria do Senador Roberto Muniz e do Senador Antonio Anastasia. **Finalidade:** Instruir a elaboração do relatório do Requerimento nº 31, de 2017, que avalia a política pública referente ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, com a finalidade de avaliar o atendimento aos objetivos do Programa e à demanda. **Participantes:** Paula Grigolli Pedro, Diretora de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Social - SISP/MDS; Felipe Morgado, Gerente Executivo de Educação Profissional e Tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Almir Serra Martins Menezes Neto, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - TCU; Lucas Ferreira Mation, Chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; José Gomes da Silva, Secretário de Estado da Educação de Roraima e Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed; Geraldo Andrade de Oliveira, Diretor de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC. Marcos Vinicius de Souza, Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

reunião às dezessete horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Roberto Muniz

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/25>

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Boa tarde a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 50, de 2017, da Comissão de Educação, de minha autoria e de autoria do Senador Antonio Anastasia, cuja subscrição agradeço, para realização de audiência pública destinada a instruir a elaboração do relatório do Requerimento nº 31, de 2017, que avalia a política pública referente ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com a finalidade de avaliar o atendimento aos objetivos do programa e à demanda.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são: Dr. Geraldo Andrade de Oliveira, Diretor de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC); Sr. Almir Serra Martins Menezes Neto, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), e Sr. Lucas Ferreira Mation, Chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Quero também informar que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, o Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/e-cidadania, tudo junto, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Quero também, já iniciando a nossa fala, agradecer à Presidente Lúcia Vânia, essa brilhante Senadora, que tão brilhantemente conduz os trabalhos da nossa Comissão, agradecê-la pelo entendimento de um novo formato de confecção dos relatórios para avaliação dos programas da nossa Comissão de Educação. Ela acatou que nós fizéssemos duas audiências públicas. Na primeira audiência pública para avaliar o Pronatec, nós teremos o foco voltado para a demanda, com olhar do MEC, a instituição que é implementadora do programa. Quero agradecer ao Ministro, aqui representado pelo Dr. Geraldo, e dizer que é uma honra muito grande estarmos juntos aqui. Também aproveitaremos esse momento da discussão da demanda para que sejam expostos os relatórios de avaliação feitos pelo TCU, aqui representado pelo auditor Almir Menezes, e pelo Ipea, aqui representado por Lucas Ferreira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse momento vem ao encontro de um novo instante que o Senado vive a partir de 2013, fazendo avaliação de políticas públicas, fruto da Resolução nº 44. Antes o Poder Legislativo se limitava a ver conformidades e irregularidades, e agora o Poder Legislativo quer avançar avaliando a qualificação, a qualidade da implementação das políticas públicas. Neste caso especificamente, o Pronatec, nós temos que olhar como peça inicial a Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, em que ficaram muito claros os objetivos do Pronatec, que seria "expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional". Também como objetivo tem o fomento e o apoio à expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica, contribuir com a melhoria da qualidade do ensino médio público por meio da articulação com a educação profissional, ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação e qualificação profissional. Também como objetivo do Pronatec, o estímulo à difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Então, agradeço a presença de todos, também a presença do Secretário de Inclusão Social e Produtiva, Dr. Vinícius Botelho, de Marcos Vinicius de Souza, Secretário de Inovação e Novos Negócios do MDIC, de Felipe Morgado, Gerente Executivo de Educação Profissional e Tecnológica CNI/Senai e do Secretário José Gomes, aqui representando o Consed, que é a instituição que congrega todos os secretários estaduais de educação do Brasil – muito obrigado por sua presença, Secretário.

Também ressalto e agradeço o apoio ininterrupto, já que muitas vezes os trabalhos ultrapassam os horários normais, dos consultores Issana Rocha, Jeane Arruda, Marcelo Castro e Carlos Murilo. Quero agradecer de antemão o apoio que vocês têm dado, assim como todos os consultores da Comissão.

Nós vamos fazer o nosso trabalho em duas etapas.

Nesta primeira etapa nós vamos ter a oportunidade de ouvir o MEC, como implementador da política, para que ele dê um *overview*, alguns números do que aconteceu entre 2011 e 2015. Logo depois do uso da palavra por Geraldo, por 10 minutos, nós vamos passar, também por 10 minutos, a palavra para o TCU e para o Ipea, para que, também por 10 minutos, possam fazer a exposição dos pontos que são mais relevantes dos seus relatórios. E depois nós vamos partir, num segundo momento, para um debate no qual nós faremos perguntas orientadoras do debate para que possamos agregar o olhar de todos na busca do fortalecimento, não simplesmente de um programa, mas principalmente da política pública de educação profissional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui nós vamos tentar nos afastar ao máximo dos sentimentos partidários e buscar o foco na efetivação da política pública de educação profissional. Esse é o nosso intuito, para que deixemos no relatório esse legado para esta Casa, para vocês e para as instituições principalmente, porque somos todos passageiros nas instituições; que as instituições possam beber da fonte da sabedoria e da experiência de todos vocês que militam hoje no cotidiano dessa política pública.

Então, para dar início, eu queria passar a palavra para o Dr. Geraldo Andrade, Diretor de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Seja bem-vindo.

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, bom dia a todos – ou boa tarde.

Estamos aqui, neste momento importante, para discutirmos os números quantitativos do Pronatec de 2011 a 2015 e, particularmente, após maio de 2016, quando houve uma mudança de gestão no Ministério da Educação, e os resultados, que nós aprimoramos de maio de 2016 para cá.

Eu vou passar brevemente pelas respostas da audiência. Eu queria que quem estiver controlando aqui fosse para a p. 2. Na p. 2, nós observamos, na tabela acima, a síntese dos grandes números do Pronatec de 2011 a 2016.

Nós temos, no âmbito do Pronatec, cinco iniciativas, entre elas o Acordo de Gratuidade, em que uma parte da receita compulsória é destinada para o Senai e para o Senac na forma de repasse de recurso direto. Essa gestão gera esse quantitativo de matrículas, o que é feito em parceria com o Sistema S. Até há também algumas ações dos próprios órgãos de controle que nos estão apoiando a regulamentar, em conjunto, como usar essa receita. Lembro que estes R\$18,7 bilhões tratam de receita compulsória, não é um recurso que o MEC diretamente repassa, mas que fica no escopo do Pronatec.

A segunda iniciativa, chamada Brasil Profissionalizado, trata de construção e de equipagem de escolas técnicas estaduais. Então, em contrapartida a esse investimento, os Estados promovem oferta de educação profissional e tecnológica gratuita para a população, assim como o Senai e o Senac fazem no Acordo de Gratuidade.

O terceiro item é o Bolsa-Formação. Esta, sim, é uma ação orçamentária em que há uma gestão de recursos direta e que descentraliza para Estados, Municípios, entes federais e até entes privados e SNAs, para que a gente promova uma oferta direcionada ao atendimento de demandas do setor produtivo e de demandas sociais.

Na sequência, temos o e-Tec, em que há a promoção da oferta através da educação a distância, em parceria com a educação a distância. Existem regras nos conselhos... Existem resoluções em vigor, por exemplo, que delimitam que um curso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presencial vai ter pelo 20% de carga horária presencial para os eixos gerais e, nos eixos de saúde, no mínimo, 50% de carga horária presencial.

Na sequência, temos a expansão da rede federal, com o investimento que é feito para expandir *campi* bem como para equipar essas estruturas e que também é computado no âmbito do Pronatec.

Então, o total de matrículas, 9,7 milhões de matrículas aproximadamente, é um número expressivo, mas, no âmbito do MEC, aquilo que a gente controla orçamentariamente de forma mais direta é o que nós chamamos de Bolsa-Formação, que é a terceira iniciativa de cima para baixo. As demais têm o seu papel no âmbito do Pronatec, mas ficam sob a discricionariedade da ponta, ou seja, dos entes que recebem os recursos, de promover essas ofertas, e o MEC apenas faz o monitoramento delas.

Quero passar agora aos grandes números que a gente vai aqui discutir e trabalhar para qualificar.

Um ponto que é importante destacar, quando a gente fala do Pronatec, é que ele teve e tem um papel muito importante do ponto de vista social, porque temos, nas mais de 40 iniciativas, ações como, por exemplo, a de qualificação de público carcerário. Porque eles, sem essa qualificação, são reincidentes naquele tipo de problema e terminam não se qualificando para o mercado de trabalho; temos ações sociais que abrangem, por exemplo, o Bolsa Verde, ou até mesmo a qualificação do público do CadÚnico, que precisa dessa qualificação para poder entrar no mercado de trabalho. Então, há ações que são de cunho com uma vertente mais social e há outras ações que são, realmente, numéricas, que envolvem parcerias com o setor produtivo, como a gente faz, por exemplo, com o MDIC – que está aqui presente –, que manda um levantamento de empregabilidade mais imediata e até de médio e longo prazo para que a gente faça um planejamento de oferta em cima desse tipo de escopo.

Quero passar, agora, para outra apresentação, que vai tratar dos números e das iniciativas que a gestão fez a partir do momento em que assumiu.

No primeiro eslaide... Acho que ele está no último eslaide. Bote no primeiro eslaide.

Está no primeiro?

Pronto. Agora, vamos lá.

A nossa Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica tem três diretorias principais: a minha, de Articulação e Expansão da oferta, que é a que fica mais no canto embaixo, ali; a de Formulação de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica; e uma que trata especificamente do Desenvolvimento da Rede Federal, que é aquela rede em que o Ministério tem um controle orçamentário mais direto.

Do ponto de vista de ações gerais, a Setec tem tanto ações de governança interna como externa – colegiados, reuniões periódicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhamos também, na nossa gestão interna, com desenvolvimento de pessoas.

Os órgãos de controle têm feito um papel muito importante em cima do Pronatec, porque, graças a esses acompanhamentos, através de solicitações de auditoria, tanto do TCU, que é deliberativo, quanto da CGU, que é consultiva e nos apoia muito, a gente pode fazer esses aprimoramentos e chegar à versão do Pronatec que nós estamos rodando no momento.

Comunicação e informação. Nós temos também algumas questões internas que precisam ser aprimoradas, desde melhorias de sistemas que já foram apontadas nesses documentos de controle a até mesmo estruturação de bases de conhecimento para que mudanças de gestão não deixem a estrutura tão frágil. Por exemplo: assim que nós recebemos, a memória de base de conhecimentos estava fragilizada; muitos cargos mudam, e a gestão fica sem ter uma documentação adequada.

O planejamento estratégico a gente tem mantido continuamente.

E há os fluxos internos de gestão.

Tivemos uma ação ministerial, que foi o Mediotec, de que todos os Ministérios participaram, em maior ou menor escala. O MDSA, inclusive, que está presente, nos ajudou a selecionar o público, porque esse público, prioritariamente, é o público de baixa renda, não necessariamente o que está no CadÚnico, mas prioritariamente do CadÚnico e que esteja cursando o ensino médio em uma escola pública no momento. Então, ele faz o curso concomitante no contraturno.

E foram promovidas várias ações lá na ponta para tentar melhorar a eficiência dessa ação, que é o Mediotec, que é uma das ações do Pronatec no momento. Dentre elas, seminários de profissões, que as redes na ponta fizeram para estimular o aluno a melhor selecionar a sua demanda; o acompanhamento psicossocial e pedagógico – ou seja, o MDSA, junto com os Cras, tem feito esse papel junto à ponta lá nessa gestão –; e o acompanhamento dos egressos, que fica tanto com a rede ofertante quanto com os ministérios demandantes dessas vagas, que estão fazendo isso em conjunto conosco.

Fizemos também alguns pilotos junto ao MDIC, com aprimoramento socioemocional. Isso poderá ser, no futuro, generalizado para todas as ofertas, mas estamos tratando em menor escala para averiguar os resultados. Trata-se de estruturar as competências do aluno para que ele tenha melhores condições de adentrar no mercado de trabalho. Não necessariamente ele precisa ter só o conhecimento técnico; ele precisa adquirir características comportamentais e de estímulo à proatividade, por exemplo, para que consiga maior sucesso na inserção no mercado. Para isso, com uma carga horária complementar pequena, dá para se fazer um trabalho muito bom.

No caso do Mediotec, foram planejadas 82 mil vagas, e elas estão ainda em fase de matrícula, próximas à finalização.

Temos também questões...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – ... que já foram apontadas nos órgãos de controle, como, por exemplo, algumas regularizações e alunos que estão fora do sistema – apenas para conhecimento.

As prestações de contas estão sofrendo algumas complementações. A gente identificou, junto ao TCU, um ponto de melhoria que precisava ser feito e está em pleno curso. Temos também avaliações metodológicas, aplicação de índice de conclusão de curso...

Nos órgãos de controle, houve mais de 50 solicitações de auditoria; há quatro acórdãos em andamento, de que a gente está em plena estruturação; e há os manuais de gestão, que continuamente nós ficamos atualizando.

Do ponto de vista de pactuações para este ano, nós estamos com oito pactuações ao todo, entre realizadas e planejadas. Até o momento, realizamos quatro, e há mais quatro previstas até o final do ano.

Temos também outros conteúdos que são disponibilizados, como, por exemplo, a plataforma MOOC, que são cursos rápidos para a população em geral. O piloto está sendo feito na rede federal e vai ser expandido para as outras redes em breve.

Temos também conteúdo digital sendo disponibilizado para todas as redes de ensino. Então, de tudo aquilo que é feito no âmbito do e-Tec, o material é disponibilizado em um repositório único, revisado e colocado à disposição, inclusive para ministérios parceiros futuramente utilizarem, promoverem algumas ofertas.

Do ponto de vista de oferta na parte de EaD, nós tivemos, em 2016, 51 mil matrículas e, em 2017, 36 mil matrículas.

Criamos no ano passado e estamos rodando este ano o Pronatec Voluntário, que nada mais é do que uma ação social em que captamos vagas voluntariamente junto aos entes que as estão disponibilizando. No edital, conseguimos captar mais de dois milhões de vagas. Parte delas está sendo objeto do Plano Progredir, que é uma ação para retirar os beneficiários do CadÚnico, para eles dependerem menos desse benefício. Eles são qualificados e inseridos no mercado de trabalho. É uma ação conjunta que, no momento aqui das perguntas e respostas, a gente pode esclarecer um pouco mais. E somente agora serão disponibilizadas 800 mil vagas. A partir de amanhã, haverá o lançamento para essa finalidade.

Na parte de infraestrutura do Brasil Profissionalizado, concluímos nove obras, outras nove foram iniciadas, e há um planejamento de inaugurações que está em curso. Quanto aos convênios, foram 84 aditivos que a gente fez, ou de objeto ou de ajustes que são necessários, e 11 novos aportes para escolas estaduais. Em 2016, nós tínhamos 99 mil matrículas aproximadamente. Tivemos uma pequena queda e estamos fazendo uma gestão, junto aos Estados, para identificar o que houve em 2017. Mas esse dado ainda está sob análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No acordo de gratuidade, a gente está evoluindo, junto ao Sistema S, nas tratativas.

(Soa a campanha.)

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Há um acórdão em vigor, que está no momento em curso, em que a estamos fazendo os ajustes e que prevê exatamente a criação de um método mais objetivo de avaliação dessa oferta.

A oferta hoje é avaliada após o exercício, e a ideia do acórdão, por exemplo, em um dos itens, é que de ela seja planejada previamente e colocada à disposição da sociedade.

Tentei ser o mais sintético possível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Geraldo.

É importante, ao passar a palavra, dizer que ele dividiu em dois tempos. No primeiro tempo, ele tentou dar os macronúmeros, já estabelecendo o que está em curso dentro do Ministério da Educação.

O que nós vamos agora ouvir é a avaliação de como o Pronatec se deu durante o período de 2011 a 2015. Com isso, eu preciso passar a palavra ao Dr. Almir Menezes, do TCU, para as suas considerações.

O SR. ALMIR SERRA MARTINS MENEZES NETO – Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero agradecer o convite do Senador. Consideramos todos nós da equipe da Secretaria de Controle que cuida da educação, uma oportunidade ímpar estar discutindo indicadores, avaliação de políticas, aprofundando esse tema. Achamos que isso é muito mais do que oportuno, é necessário para o aperfeiçoamento da política, sempre tendo em mente o aperfeiçoamento da política.

Nós conduzimos uma série de trabalhos de 2015 a 2016, no TCU, com foco no Pronatec. Tudo começou com um levantamento. Foi feita uma demanda para entendermos, dado o tamanho e a importância que o Pronatec estava assumindo no contexto do ensino técnico-profissional. Nós fizemos esse levantamento que buscava conhecer o programa e as suas diversas iniciativas, mapeando riscos e oportunidades de fazer trabalhos mais densos e verticais, inclusive uma avaliação de resultados do Pronatec.

Logo depois, em função desse levantamento que mapeou mais de dez oportunidades de trabalho, montamos uma agenda e começamos a executá-las. O primeiro deles foi uma auditoria operacional no Bolsa-Formação, exatamente pelas razões que o Geraldo já expôs, dada a sua importância e magnitude. Entre 2011 e 2015, foram mais de 4 milhões de matrículas, um orçamento de R\$10 bilhões, e, dada a sua capilaridade em termos de Municípios, a quantidade e a complexidade da rede demandante e ofertante, envolvendo todas as redes do ensino profissional, todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atores, um grande número de ministérios, cada um estruturado de um jeito, com uma complexidade muito grande, e, claro, uma complexidade dessas traz os seus riscos embutidos, isso chamou a nossa atenção, ou seja, a materialidade, a magnitude e os riscos envolvidos. Então, nós nos focamos no Bolsa-Formação.

Essa auditoria teve como objetivo principal olhar a demanda e o alinhamento da oferta com o setor produtivo, o que estava acontecendo, se a oferta dos cursos e das vagas estava, de alguma forma, espelhando a necessidade de capacitação dos diversos setores produtivos e da sociedade em geral.

Fizemos também aí uma avaliação de resultados com um recorte metodológico específico. Achamos por bem que uma política dessa natureza, até para exemplificar e fomentar que os órgãos, que as próprias unidades, que o próprio MEC passe a olhar esse tipo de avaliação como fundamental e como importante no processo de tomada de decisão e de ajuste das políticas públicas... Então, até com um fim pedagógico, decidimos efetivar essa avaliação, e eu vou apresentar o resultado.

Depois disso, fizemos uma auditoria de regularidade também no Bolsa-Formação, focando aspectos de possíveis desconformidades que poderia estar havendo e que já havia um risco mapeado lá naquele levantamento. Movimentamos, nesse caso, diversas secretarias nossas regionais para visitar os órgãos e verificar possíveis irregularidades. Foi uma segunda auditoria.

E, depois, um terceiro trabalho, que foi a auditoria no acordo de gratuidade, como o Geraldo já adiantou, em que uma das questões avaliadas foi a questão da metodologia do atendimento das metas previstas nesse acordo de gratuidade.

Essa primeira auditoria operacional tinha este objetivo de avaliar o alinhamento da oferta com a demanda do setor produtivo, se os cursos que estavam sendo ofertados atendiam às necessidades, se a quantidade de vagas nos Municípios, o local onde elas estavam sendo ofertadas era o mais adequado ou não. Depois, avaliamos outra questão específica do seguro-desemprego: se os reincidentes na requisição seguro-desemprego estavam sendo atendidos conforme prevê a legislação. Depois, dada uma série de dificuldades que nós tivemos lá no levantamento em obter os dados do Sistec, percebemos que havia uma série de problemas no sistema e nos dados, decidimos tornar isso uma questão de auditoria e fizemos uma série de procedimentos de sistema para ver a qualidade desses dados. Então, virou uma questão própria. E, por fim, a própria avaliação de efetividade, em que nós focamos... É bom destacar que o Bolsa-Formação atende tanto aos cursos técnicos, que são de longa duração e equivalem a cursos médios, de Formação Média, quanto aos cursos de Formação Inicial e Continuada, que são cursos mais rápidos e que, na verdade, dizem que são responsáveis pela maior parte das matrículas do Bolsa-Formação, e que, na época, eram objeto de muita crítica. Daí querermos avaliar especificamente a efetividade desses cursos de a partir de 160 horas de duração, cursos profissionais que tiveram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4,5 milhões de matrículas, e queríamos saber como esses cursos estavam se portando diante do ceticismo que havia. Participamos de um congresso internacional de ensino profissional em Recife, e as críticas eram muito duras, sobretudo pelos institutos federais, sobre a efetividade desses cursos.

Então, a gente achou que era relevante. A gente analisa se esses cursos apresentam algum tipo de efetividade.

Aí o Senador já falou das iniciativas. Eu tinha preparado esse eslaide para apresentar o Pronatec na sua complexidade. O Bolsa-Formação teve estes resultados: entre 2011 e 2014, pouco mais de 4,3 milhões de alunos matriculados; desses, como eu falei antes, mais de 3 milhões nos cursos de Formação Inicial Continuada – daí a importância dessa modalidade; cerca de 10 bilhões em valores liquidados nesse mesmo período.

E quais foram os achados que nós tivemos nessa auditoria? O primeiro é que o processo de pactuação precisava ser aperfeiçoado. Esse foi um dos itens do acórdão a que o Geraldo fez referência. Eles já apresentaram para o Tribunal um plano de trabalho e algumas alterações que já estão em andamento, tentando atender esse achado. Mas basicamente ele toca, resumindo o achado, o seguinte: é uma necessidade de aperfeiçoar o foco, ou seja, qual curso vai ser oferecido, onde e para que público. Esse parece ser o grande problema. Em que pese todo esforço das rodadas de pactuação, o que a gente percebeu é que isso precisava ser aperfeiçoado.

Eu tive a oportunidade de participar de uma dessas rodadas de pactuação, ainda em 2015 – não sei como é que está funcionando hoje, Geraldo –, e lá estavam todos os atores presentes. E era quase assim: cada ator, cada demandante oferecia e falava: "Olha, eu quero dar o curso de técnico em mecânica no Município Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte e preciso de 60 vagas para isso." Está bom, mas se pressupunha que esse levantamento vinha de uma percepção regional, uma conversa local com o setor produtivo que tivesse de fato mapeado isso. E é claro que isso acontecia, mas às vezes de forma imperfeita. Então, foram essas imperfeições e essas dificuldades de se articular lá na ponta que chamou a nossa atenção e foi objeto disso.

Olha, se se quer manter, se se quer continuar com essa magnitude de investimento e com essa estratégia, precisa-se torná-la mais efetiva, e a forma de fazer isso, principalmente, seria melhorar essa focalização.

A gente viu alguns estudos de caso, a gente chegou a conversar muito com o pessoal do Senai, com o Felipe, a gente esteve várias vezes reunidos com eles. Eles têm um estudo, um mapa da demanda, e eles conseguem uma precisão maior nessa detecção de mercado.

A gente esteve lá com o pessoal do MDIC também, eles são muito bem sucedidos, trabalham muito com atores do setor produtivo de médio porte – médio e grande porte –, conseguem um mapeamento preciso também dessa necessidade de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão de obra. Assim, eles já pensam em cursos que casam com essa necessidade de mão de obra. Eles já pensam em cursos que casem com essa necessidade. Então, o resultado evidentemente é muito direto.

E também tivemos um olhar muito específico para o MDS, dada a representatividade do MDS nesse sistema. Mais de 1 milhão de vagas, 1,5 milhão de vagas, 50% das vagas dos cursos FICs do Bolsa-Formação eram na verdade conduzidas pelo MDS. E eles tinham uma capilaridade, uma mobilização muito grande, via Cras, dessa rede. E havia até cartilhas indicando como os atores lá na ponta deveriam se aproximar do mercado de trabalho para fazer esse mapeamento. E aí a gente foi lá na ponta, em alguns Municípios, ver como isso estava se dando. E lá na ponta a gente percebeu algumas falhas, algumas oportunidades de melhoria, como não poderia deixar de ser num programa dessa magnitude. Na época, endereçamos cerca de 1.700 Municípios – Municípios às vezes muito pequenos, em que é difícil fazer essa leitura do mercado de trabalho.

Nós também olhamos o Seguro-Desemprego e vimos como um problema. Havia um resultado, havia todo um direcionamento normativo do programa para o Seguro-Desemprego, é uma condicionante. Quer dizer, os segurados, a partir de uma determinada situação, só poderiam fazer uso do seguro se estivessem matriculados num curso, e a gente foi ver se as condições de oferta estavam adequados para que eles pudessem ter acesso ao seguro. E a gente viu que realmente essa etapa, esse braço, essa iniciativa do Pronatec, do Bolsa-Formação também precisava de muito aperfeiçoamento.

O Sistec é específico. Nós identificamos vários problemas. A maioria deles já foi selecionada pela Setec em conjunto com a DTI do MEC, então não vou perder muito tempo com isso. Só contando a história que o Sistec foi desenvolvido com um determinado objetivo e, ao longo do tempo, ele foi ampliando. Quando veio o Pronatec, ele era o sistema que estava disponível. E como num processo como esse, num sistema complexo, numa política complexa como o Pronatec você pega carona num sistema que já existia para outra coisa, evidentemente que os problemas foram enormes e há necessidade de ajuste muito grande. Eu acho que alguns deles já foram sanados, mas muita coisa ainda precisa ser feita para que ele seja um sistema robusto o suficiente para dar conta de uma política como essa.

Por fim, a nossa avaliação de impacto. Há toda uma metodologia por trás disso, mas, resumidamente, o que a gente fez foi tentar avaliar qual o impacto que fazer um curso naquele momento – um curso FIC de 160 horas – teria na empregabilidade e na renda dos egressos.

A gente queria saber o seguinte: olha, você pode ter outros impactos porque renda e empregabilidade nós entendemos que, em se tratando de educação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional, esses dois elementos são relevantes, e a gente queria saber se eles estavam sendo...

Uma das limitações do nosso trabalho foi que nós olhamos para os empregos formais, ou seja, queríamos saber como estava a empregabilidade, como estava o emprego dos egressos no sistema formal de emprego e, por exemplo, não olhamos para iniciativas como os MEIs e iniciativas... Mesmo por dificuldade de dados e de tempo para fazer avaliação.

E o que a gente obteve lá foi o seguinte: a gente observou um impacto pequeno, mas consistente, dos cursos FICs na empregabilidade dos egressos, mas não na renda. Na renda nós não conseguimos nenhum resultado conclusivo.

Não podemos nem dizer que há ou não o impacto, simplesmente os dados não eram significativos. Não conseguimos significância estatística para a análise que fizemos, mas obtivemos um resultado positivo para empregabilidade.

Nós fizemos esse recorte, por exemplo, para o público do MDS e para o não público do MDS; e no público do MDS obtivemos um impacto ainda mais significativo da empregabilidade. Nós fizemos um recorte também por região e por Estado, especificamente olhamos para o Nordeste e novamente esse resultado se confirmou no Nordeste, principalmente para o público do MDS, que era mais sistemático.

Nós fizemos alguns estudos qualitativos e percebemos, por exemplo, que o MDIC tinha um índice de sucesso muito grande, de empregabilidade muito grande, pelo próprio desenho que dava nos seus cursos. Então, já eram cursos casados, com uma vantagem muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Almir, aproveitando, só para fazer a primeira pergunta: como você relaciona o mapa de demanda com a empregabilidade? Como você vê essa questão da focalização? Onde existe um mapa de demanda, você pode referenciar que existe empregabilidade? A gente pode deixar isso aqui como um aprendizado?

O SR. ALMIR SERRA MARTINS MENEZES NETO – Parece-me que o mapa da demanda bem feito seria uma das causas do aumento dessa efetividade. Então, a gente tem um resultado e a primeira questão da auditoria foi já antecipando isso. O curso está sendo ofertado no lugar certo? Ou seja, há um mapa da demanda consistente por trás?

O exemplo MDIC é um exemplo nessa direção, porque ele conseguia um índice de empregabilidade muito grande. À época, você teve casos de turmas com 95% dos egressos empregados pouco depois, quer dizer, o curso foi muito bem casado com a demanda. Então, já se viu uma coisa assim.

Nós percebemos que em muitos casos a fragilidade do custo de demanda trazia alguns problemas. Uma das coisas que não conseguimos avaliar definitivamente, mas temos indícios de que possa estar acontecendo um efeito reverso, é o que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chama de *spillover*, que seria uma espécie de treinamento de pessoas a mais do que o que seria necessário naquela região.

Por exemplo, você vai lá e oferece um curso de cabeleireiro, mas você já tem, naquele Município, alguns negócios, alguns serviços nessa área; e de repente você vai lá e oferece cem vagas de cabeleireiro. Aí, o que acontece? Você começa a ter um excesso de cabeleireiros. E o que você tem como resultado é muitas vezes um esfacelamento daquele mercado ali e até mesmo uma baixa na renda das pessoas. Então, esse é um efeito que no nosso estudo começou a aparecer, mas que a gente pretende aprofundar ainda, para ver esse lado perverso do remédio em excesso. Não tem aquela ideia de que o que diferencia o remédio do veneno é meramente a quantidade? Então, uma quantidade excessiva, no lugar errado, de vagas pode ter um efeito perverso.

O que a gente percebeu é isso, quando você tem uma demanda mais bem estruturada e há um mapeamento dessa demanda, você consegue ser mais efetivo nos seus resultados.

Então, lembro que naquela nossa reunião, você me fez a pergunta: "Se você fosse Presidente da República agora, como você conduziria esse programa?" Diante dos resultados que nós obtivemos, eu diria o seguinte, que os cursos FICs deveriam ser mantidos e aperfeiçoados com relação ao foco, mas sem sombra de dúvida mantidos, por várias razões: primeiro, porque apresentam resultado em termos de empregabilidade e talvez estudos melhores, mais amplos, consigam ainda maior sutileza nessa análise. Sem dúvida, eles deveriam ser mantidos. E, segundo, porque eles atacam um público que não é o mesmo dos cursos de longa duração, que são os cursos médios. Eles já têm... Por exemplo, peguem o público do MDS. Boa parte desse público talvez não tenha condições, interesses ou possibilidades de fazer, naquele momento, pelo menos, um curso de nível médio, mas ele pode fazer um FIC, que pode inclusive ser o primeiro FIC que associado a outros pode levar a um ganho consistente de formação e de renda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Aproveitando também esse momento, digo que aqueles questionamentos que você coloca: qual o curso? Para quem? Onde? Isso tudo importa no resultado final. Então, eu queria agradecer. Nós vamos dar continuidade a este debate e passar a palavra para o Dr. Lucas Ferreira, para que ele apresente também o Relatório do Ipea; e se possível, Lucas, que seja a partir de onde a gente já colocou a bola para rodar.

Como você vê a questão da demanda? Como foram esses demandantes? Quais são as diferenças quando se tem uma demanda bem estruturada e quando não se tem? É óbvio que não podemos qualificar todos os trabalhadores de forma semelhante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o programa deve dar oportunidade a todo tipo de mão de obra. Nós precisamos... Aí há uma falha estrutural do programa e também das avaliações.

Como a gente cria indicadores para o mercado informal? É fundamental, porque senão a gente não consegue avaliar o impacto, já que temos 50% da nossa economia, no Brasil – segundo os números que são colocados –, ainda informal. E principalmente nos rincões, onde os Municípios são menores. Nos Municípios no interior dos Estados e principalmente em regiões como Nordeste, Norte e Centro-Oeste se estabelece essa questão dessa economia informal. E esse impacto precisa ser avaliado.

Quero aqui passar a palavra para Lucas Ferreira, do Ipea.

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Primeiramente, eu queria agradecer o convite, agradecer ao Senador Roberto Muniz, agradecer a todos os secretários aqui presentes e, em nome deles, a todos os colegas aqui presentes.

O que vou apresentar aqui são resultados de um estudo feito numa parceria entre o Ipea, o Banco Mundial e um dos coautores que é do MIT também. Então, esse estudo começou nos contatos entre o Banco Mundial e o MDIC, que gostaria que a sua parcela do Pronatec fosse avaliada. Lá no Ipea, nós temos um grande conjunto de dados, de registros administrativos de todo o Governo Federal que estão integrados numa grande base que permite você avaliar e acompanhar os cidadãos em várias dimensões da sua vida, inclusive no mercado trabalho. Com essas duas demandas, acabamos nos juntando para fazer esse estudo.

Então, a gente começou fazendo o estudo dos impactos particulares do Pronatec do MDIC, que é esse Pronatec em que as empresas manifestam a demanda. Depois, a gente viu que havia – vou mostrar aqui – resultados positivos. Aí, foi uma decorrência natural de expandir esse estudo para todo o resto do Pronatec. Até o Senador tinha me solicitado para desagregar isso para outros Ministérios. Isso a gente ainda não tem pronto. O que a gente tem é sempre essa comparação do Pronatec do MDIC, esse lado que tem esse elemento de demanda das empresas, para o Pronatec em geral.

Vou pular algumas coisas para ir direto aos nossos resultados.

A gente encontrou resultados relativamente altos na empregabilidade. A gente encontrou um aumento do Pronatec do MDIC, dos cursos FIC do Pronatec do MDIC, esses cursos de até 200 horas.

Então, uma estimativa de aumento de 8,6% no emprego, em média, ao longo do ano seguinte ao curso. Desse aumento, para o subconjunto de inscritos que vieram do Seguro-Desemprego, esse impacto é ainda maior, é de 14,6%. E 1% desse aumento de empregabilidades se dá nas empresas que solicitaram o próprio curso. Isso é uma coisa interessante. Então, mais ou menos, dos que conseguem se empregar, só 10% se empregam nas empresas que solicitaram os cursos. Depois vou comentar isso mais a fundo. Basicamente, as empresas acabam atuando como uma forma para o Governo se informar sobre a situação no mercado de trabalho. É muito difícil para um gestor de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política pública saber exatamente – nesse grau de desagregação de que você precisa – qual é a demanda, como é que está o mercado de trabalho local. Isso foi um resultado interessante de que as outras empresas que não solicitaram, que nunca ficaram sabendo que elas podiam solicitar cursos do Pronatec também contratam egressos desses cursos.

Outra coisa que a gente documenta no estudo é que essa eficácia, esse aumento de empregabilidade não é devido exclusivamente ao fato de o Pronatec do MDIC estar mais focado. Bom, então, qual é o resultado que a gente encontra para o Pronatec em geral? A gente não encontra resultado estatisticamente significativo, encontra resultados muito fracos de 0,5% de aumento de empregabilidade. Então, os dados, de forma não significativa... Para o Pronatec, em geral, excluindo essa parte do Pronatec do MDIC, a gente não encontrou impactos sobre empregabilidade. Quando eu falo empregabilidade, é sempre no setor formal, esse é um cuidado importante, porque pode haver cursos com grande impacto no setor informal ou no empreendedorismo, por exemplo, e nosso estudo não é desenhado para identificar esse tipo de impacto.

E aí, essa diferença de eficácia não é simplesmente um efeito composição, não é porque os cursos do Pronatec do MDIC estão focados mais nas CBOs, nas ocupações que estão com o mercado de trabalho mais quente por demanda. A gente mostra que é mais do que isso, é uma mistura de focar em CBOs mais adequadas com um casamento regional da demanda.

O Pronatec do MDIC teve uma grande expansão em 2014 e ele praticamente foi encerrado no início de 2015.

Então, basicamente o que a gente analisa é o mesmo período para os dois PRONATECs. Então, a gente analisa todo o ano de 2014 e o início de 2015, comparando o Pronatec do MDIC com o resto do Pronatec.

Então, como que era o processo? As empresas chegavam no MDIC e tinham que dizer para o MDIC quais cursos elas queriam em termos de qual habilidade ou ocupação, de preferência, mapeado já na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) o local e o número de vagas. O MDIC recebia essas demandas, processava isso, eles tinham um sistema – acho que o Marcos Vinicius pode falar com mais detalhes depois – de validação disso, mais ou menos metade dos cursos, 50% dos cursos solicitados eram aprovados. Outros Ministérios tinham capacidade de inscrever pessoas nesses cursos também.

Isso aqui é só para mostrar um pouco a focalização dos dois programas. Então, no eixo x, ali, a gente tentou reduzir as ocupações todas do mercado de trabalho do Brasil numa dimensão só. Basicamente o que a gente tem ali são as ocupações ordenadas por sua renda média e quanto do Pronatec foi oferecido em cada uma dessas ocupações, como é essa distribuição. A gente vê que o Pronatec, em geral, que é a linha azulinha – está um pouco difícil de ver –, é um pouco mais focada nas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupações com remunerações menores e o Pronatec do MDIC um pouco mais focado ali, no meio e na parte superior da distribuição, o que, por si só, não é uma coisa dizendo que um é melhor do que o outro, porque você pode querer um programa focado em população de menor renda, de mais vulnerabilidades. Por si só, não é nenhum juízo de valor quanto a isso, mas é importante documentar essa diferença.

No período 2014 ao início de 2015, o Pronatec, em geral, capacitou 1,6 milhão de pessoas.

Quais são as limitações do nosso estudo? Isso é importante ser entendido.

A primeira limitação – no final farei minhas sugestões para superarmos essa limitação – é a alocação não aleatória de vagas.

Basicamente, toda literatura e todo debate público que houve no Brasil a respeito do Pronatec tem um grande problema, que é o fato de que as vagas não são distribuídas de uma forma com algum tipo de sorteio, como é o caso do Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, entre os inscritos. É muito difícil e todo esforço que a gente fez foi para compensar essa ausência de aleatorização nos dados, que eu acho que é uma coisa que pode ser implementada num desenho do programa, um critério justo de alocação de vagas. Para quem quer fazer avaliação, é sempre bom haver sorteios para se ter grupos de tratamento e controle que são plenamente comparáveis. Isso é um estudo que se baseou nos dados de um programa que não tinha esse desenho. Então, ele tem uma certa limitação por isso.

Você não tinha testes de *performance* do aluno – e do grupo de controle muito menos, pelo menos, a gente não teve acesso a nenhuma base de dados que continha essas informações –, então, é difícil saber qual foi o impacto do programa no aprendizado.

Dado esse contexto, o que a gente faz é procurar os impactos no emprego formal. Para isso, a gente usa os registros administrativos da Rais. Obviamente, por definição, não existem dados para o emprego informal. Para mapear emprego informal, a gente teria que fazer uma pesquisa que fosse a campo, que tem um certo custo, mas, dada a magnitude desse programa, talvez fosse justificável esse custo de algumas centenas de milhares de reais ou milhão de reais, alguma coisa assim. E, a pedido do Senador, o que a gente está fazendo já é uma análise, expandindo essa análise que a gente fez, para olhar para o emprego no MEI, que é na formalização, no mercado de trabalho.

Então, eu vou só dar uma intuição aqui com esse gráfico do que a gente faz.

A gente tem, lá no Ipea, a trajetória de empregabilidade da população brasileira no mercado formal, mês a mês, desde 1986. Então, o que a gente faz é, para as pessoas que se inscreveram nos cursos do Pronatec, comparar qual era o grau de emprego deles, mês a mês, desde 18 meses anteriores ao final do curso até – o curso em geral dura seis meses, os cursos FIC – 18 meses depois do final do curso. E aí qual é o impacto medido do programa? É essa boquinha de jacaré que se abre ali no final.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a linha azul são as pessoas que completam o curso, e a linha laranja são as pessoas que não completam, e aí eu comparo o grau de empregabilidade desses dois grupos: basicamente, as nossas estimativas feitas no emprego são a diferença entre essas duas curvas.

Voltando aqui para os resultados. Primeiro, algumas estatísticas descritivas. Dos cursos que são solicitados do MDIC, só 50% são aprovados; dos cursos solicitados de todos os ministérios, o MEC aprovava, em média, 74% deles. O tamanho médio é de 16 alunos por curso; nos cursos do MDIC, o tamanho médio é de aproximadamente 40.

Uma demanda também que foi resultado daquela nossa reunião, Senador: os MDICs representam 9% das matrículas.

Outra coisa que também muita gente pediu e a gente computou é quantos por cento das pessoas completam o curso. Então, o que a gente tem é que apenas – apenas, enfim – 39%, 40% das pessoas que se inscrevem completam os cursos, isso para o Pronatec do MDIC e que, para o Pronatec em geral, excetuando o MDIC, esse grau de conclusão é de 30%.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ou seja, 70% de evasão contra 60% de evasão.

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – E há um detalhe importante sobre isso, e aí a gente separa qual o motivo de a pessoa ter se evadido. Então, você tem que, de 9% a 5% dessas pessoas que evadem, ou melhor, do total, fazem-no por motivos externos à própria pessoa – ou seja, ou o curso foi cancelado ou houve excesso de demanda no curso –, e os outros 60% a 65% desistem do curso por motivos pessoais – não é pelo motivo de não ter havido vaga no curso ou pelo curso ter sido cancelado.

Então, basicamente, o que a gente faz? Qual é a nossa estratégia empírica? A gente faz a comparação entre as pessoas que completaram o curso e as pessoas que não completaram o curso, mas não por desistência própria, porque são grupos que naturalmente não são comparáveis: um cara teve mais perseverança, continuou e terminou o curso, ou o nível educacional inicial talvez fosse muito diferente entre eles e um viu que era inviável continuar o curso. Então, a gente compara os que completaram com esse grupo que não completa por questões administrativas. Esse é o nosso grupo de controle que a gente acredita que torna as estimativas mais críveis.

Outra questão interessante, que eu tinha pulado aqui, é a gente olhar um pouco para a literatura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só aproveitando... Quando você fala dos 60% de evasão, do MDIC, se você tirar o MDIC dos 70% outros, a evasão ainda amplia mais, não é?

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Não, ali já está retirado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Já está retirado?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Isso.**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É bom saber.**O SR. LUCAS FERREIRA MATION** – Então, 70% é do Pronatec, em geral, exceto MDIC.**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ah, pronto. Porque, senão, um poderia estar contaminando o outro.**O SR. LUCAS FERREIRA MATION** – Exato. Isso está separado.

Mas é importante ver que esse programa, de que a gente está falando, do MDIC, com muita ênfase, é um programa pequeno dentro do Pronatec em geral: só 9% dos inscritos do Pronatec são MDIC.

Uma coisa interessante é a gente olhar um pouco – e acho que isso poderia ser uma contribuição aqui de nós todos para o debate – para o que a literatura internacional diz a respeito. Se você perguntar para um economista médio que você encontra em qualquer lugar: "Um curso de capacitação para adultos funciona?". A literatura internacional diz que não; existem estudos do James Heckman, que é um Prêmio Nobel de Economia – ele está até no Brasil hoje e há uma entrevista dele na *Folha*, na *Veja*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Diversos estudos dele mostram que o consenso entre os economistas para o mundo desenvolvido é que curso de capacitação não tem impacto.

Isso era consenso, até que, mais recentemente, começou a surgir uma literatura – com estimativas bastantes críveis baseadas em *random + controlled trials*, em estudos com aleatorização da provisão de vagas – que mostrou impacto desses cursos em países em desenvolvimento, o que faz sentido, pois, os países desenvolvidos, em geral, têm um sistema educacional muito mais consolidado, e as pessoas já saem do ensino secundário com muito mais habilidades. Então, seria de se esperar que, se houvesse rendimentos decrescentes, haveria de se capacitar mais a pessoa. E, num país em que o nível de escolaridade é muito ruim, consegue-se – apesar de haver toda uma literatura de desenvolvimento do cérebro e o que você consegue aprender ao longo da vida, mesmo assim, mesmo a despeito de uma certa redução na capacidade de aprendizado –, melhorar a empregabilidade das pessoas.

Então, a literatura internacional tem estes dois lados: para os países desenvolvidos, basicamente, a maioria dos estudos não mostra resultado ou eles são muito heterogêneos; para países em desenvolvimento, tem-se uma literatura recente que indica alguns resultados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há outra coisa que as pessoas, às vezes, esperam que o resultado do programa seja assim: aumento de empregabilidade de 70%. Desista, pois isso não vai acontecer. Os melhores estudos dos melhores programas do mundo de países em desenvolvimento mostram impactos de 3% a 15%, 20%. Então, não é razoável esperar muito mais do que isso. Para os cálculos implícitos de custo/benefício que as pessoas fazem, tem que se saber que, pelo menos na literatura, esse é mais ou menos o limite superior que a gente tem.

Houve uma polêmica também no Brasil, em 2015. Havia dois estudos, uma sequência de estudos da Sage – a equipe da Sage toda mudou, mas é importante documentar –, e a gente até decidiu fazer o estudo empático porque havia esse debate não respondido muito bem. Eram esses estudos da Sage de 2015 mostrando impactos grandes em emprego, em empreendedorismo, em acesso a ensino superior, impactos bem altos do programa, e, por outro lado, um estudo do Ministério da Fazenda mostrando que o programa não tinha impacto nenhum. Então, a gente achou que, com os dados disponíveis lá no Ipea e com essa separação entre MDIC e não MDIC, talvez a gente pudesse dar uma contribuição para esse debate.

Uma coisa interessante é a gente ver – também isto aqui foi uma demanda do Senador e da sua equipe – quantas empresas solicitaram curso do MDIC. Foram quase duas mil empresas. Então, você tem um grande universo de todas as empresas da Rais que nunca ficaram sabendo do programa. Só 0,5% das empresas chegaram a fazer solicitação de demanda de curso do Pronatec, via MDIC pelo menos. Essas empresas, em geral, têm 500 empregados. Estamos falando de empresas médias para grande.

Aqui há uma série de estatísticas descritivas que eu vou pular. A gente, em geral, acompanha – só a primeira linha ali – o trabalhador por 30 meses. Esta é uma coisa diferente do nosso estudo: a gente consegue analisar com muita precisão olhando, mês a mês, o emprego e, com muito detalhe, essas diferenças.

Só passando aqui para os resultados. Basicamente a gente tem impacto de 8,6%. Desses 8,6%, só 0,9% vem de emprego nas próprias firmas solicitantes, o resto é em outras empresas. E, para o Pronatec em geral, nessa primeira coluna, a gente tem o impacto de 0,5% não estatisticamente significativo, um impacto bem baixinho.

Aqui eu vou pular bastante, porque acabou o meu tempo, mas só vou fazer algumas sugestões, se me permitirem. Uma coisa que acho que fortaleceria a gestão do programa é você fazer inscrições por meio de um portal centralizado, algo que já acontece com o Sisu. Já que você tem uma série de provedores de curso, e em parte esses problemas que foram descritos do Sistec acontecem por isto: é um Frankenstein no sistema em que vem informação de diversos provedores. Então, se você tivesse um sistema integrado de inscrição – e o MEC já tem um sistema muito parecido para inscrição nas universidades –, isso já ia resolver boa parte do problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra sugestão seria haver exames de aptidão no início do curso e no final do curso; no início do curso, para você definir não quem vai fazer ou quem não vai fazer o programa, mas qual é o curso mais adequado para aquela pessoa para tentar reduzir um pouco a evasão, lembrando que a evasão ocorre num contexto em que, se o aluno fizesse mais de 20% da carga horária do curso, o Governo pagava integralmente o valor do curso para o provedor do curso. Então, a evasão, aqui neste caso, custou muito caro. O cara pode ter feito 21%, e eu pago 100% do curso para o provedor. O exame de aptidão acho que iria ajudar a gente a focalizar melhor o programa; e, no final do curso, para avaliar se o aluno aprendeu ou não e qual foi o ganho de aprendizado nesse período.

A aleatorização de vagas, no fundo, é alocação de vagas por sorteio, que é um critério mais justo de alocação e permite você fazer um monitoramento em tempo real dos impactos do programa. E uma coisa que lá no Ipea a gente sempre tenta convencer as pessoas é da importância de avaliar para melhorar a efetividade das políticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só um minutinho.

Queria agradecer ao Lucas por essa brilhante apresentação também junto ao Dr. Almir, ao Geraldo e dizer que essas questões que foram trazidas pelo Ipea nos trouxe assim um olhar muito claro da questão da especialização, talvez, do Pronatec, de acordo com o seu público. É claro que nem todos os públicos podem fazer esse exame de aptidão, mas quanto mais trabalhadores, ao se inscreverem, fizerem esse exame de aptidão, não para negar a vaga – e isso é importante porque nós debatemos muito em relação ao objetivo de inclusão que o Pronatec também tem, de inclusão social –, mas principalmente para qualificar. Então, talvez não seja um exame de aptidão, mas de aptidão e qualificação, para qualificar em que ponto está aquele trabalhador e o que o sistema pode colocar à disposição dele em cursos, no tipo e na qualidade do curso. Acho que isso é importante.

Essa ideia que foi trazida pelo Ipea no final da apresentação de ter um portal centralizado e poder fazer uma colocação à disposição do cidadão brasileiro e ele ser qualificado e ser escolhido através de um sorteio aleatório, acho que é uma boa prática de gestão pública, porque faz com que a gente dê oportunidade a todos os brasileiros de forma igualitária, estabelece também uma melhor forma de avaliação dos indicadores. Então, a gente criar um acesso igualitário e também um aperfeiçoamento constante do projeto, que é o que nós queremos.

Para finalizar, eu queria passar dois minutos para cada um, e logo depois nós vamos desfazer a Mesa, refazer a Mesa, mas quero contar com o Dr. Almir e com o Dr.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas permanecendo aqui para a gente manter o diálogo, e o Geraldo ficar aqui conosco para a gente manter o debate.

Você tem alguma coisa a colocar neste instante, Geraldo?

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Talvez um preâmbulo rápido.
(*Fora do microfone.*)

Bom, todos os estudos, não só o que o Lucas fez, que traz resultados interessantes, passam por um compartilhamento de responsabilidades. Desde a criação do Pronatec, em 2011, na lei citada aqui pelo Senador, já existia, de forma clara, qual era o papel do MEC nessa ação, qual era o papel dos demais ministérios e qual era o papel dos ofertantes.

O que ocorreu, talvez ao longo do processo, é que existiram momentos em que esse acompanhamento e essa responsabilidade dos entes não pôde ser desenvolvida da forma como estava planejada. Existiam limitações inclusive de legislação para poder compartilhar base de dados. A gente mitigou essa questão em junho de 2016. Há o Decreto 8.789, de 29 de junho do ano passado, que institui a forma de compartilhar as bases e até facilitar os cruzamentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Então, até há um tempo, na época em que nós estávamos gerenciando o Pronatec, considere isso a gestão anterior, até bater a base de dados com a Rais, um Caged ou mesmo fazer um cruzamento com um dado do MDIC ou até do MDS era algo difícil de conseguir se fazer de uma forma bem compartilhada, porque cada ente tinha sua responsabilidade sobre sua base e ficava com aquele receio: "Eita! Se eu te passar e tu compartilhares meu dado, qual vai ser a pena que vai ser imputada a mim?" Porque são dados sigilosos. Então, o decreto, agora, no final de junho do ano passado, traz isso de forma muito clara e permite que cada ente comece a fazer seus cruzamentos e tenha de forma discricionária como obter a base um do outro para esse trabalho.

Em particular, na nossa gestão, nós pegamos as bases, recentemente, dos entes para começar os cruzamentos, e eu vou conseguir fazer, mesmo enquanto no MEC, os primeiros ensaios de cruzamento com o microdado, tanto no âmbito da minha gestão como até de gestões anteriores, porque esse cruzamento, aparentemente, não foi feito em sua totalidade. A gente só tem pequenas amostras, e essas amostras dificultam a análise.

O MDIC traz um dado interessante: de fato, cada ministério tem de traçar uma metodologia própria de como aferir o resultado do egresso, porque, principalmente na demanda não formal de empregos, como, por exemplo, o Mapa, que é o Ministério da Agricultura e Pesca, o Pronatec, no segmento deles, eu tenho convicção – eu não tenho certeza – de que gera resultado lá na ponta, para a agricultura familiar; gera





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado também para aquele egresso que trabalha na informalidade mas consegue aferir renda. Mas qual vai ser a metodologia de a gente tentar ir buscar esse dado? Será que melhorar o cadastro desse egresso para poder fazer pesquisas periódicas é suficiente?

Essa responsabilidade fica em cada ministério, mas temos todos de sentarmos à mesa para a gente traçar um plano conjunto. Na hora em que o emprego é formal, é fácil de cruzar; quando não é, não quer dizer que ele não seja efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k., Geraldo.

Eu acho que esse será um dos grandes desafios na formatação da política pública, porque eu acho que, no momento em que nós temos poucos recursos, nós precisamos ter mais focalização, gastos mais responsáveis. Eu acho que esse é o momento de chamar à responsabilidade todos os ministérios e estabelecer que é necessário que os ministérios façam isso à luz de não poderem acessar amanhã recursos, porque indicadores que nos levam a 70% de evasão, com certeza, qualquer um que for gestor aqui estabeleceria uma impossibilidade da continuidade de um projeto. Qualquer um de nós aqui, se tivéssemos de ter a responsabilidade sobre o recurso, se fosse pessoal, estabeleceria... É a mesma coisa de você matricular o seu filho na escola e dizer que ele vai ficar lá apenas 30% das aulas. Eu acho que a gente teria uma responsabilidade maior sobre a chegada do filho até a escola. Nós precisamos é disso. A ideia do debate é esta: levantar estas situações e ver quais são os pontos que podemos colocar à disposição como uma solução para enfrentarmos problemas que são reais e que foram vividos pelo Pronatec durante esses últimos anos.

Eu queria passar, por também três minutos, para o Dr. Almir Menezes, para que ele faça as considerações, e fazer a reposição da Mesa.

O SR. ALMIR SERRA MARTINS MENEZES NETO – Aproveitando primeiramente a deixa do Lucas, eu concordo plenamente com as sugestões que ele fez e considero que a ideia de uma avaliação contínua e, até mesmo, vamos dizer assim, a previsão e o desenho da política considerar essa avaliação é fundamental. Uma política como essa, para você falar em aperfeiçoamento, descontinuidade da política, etc., sem ter estudos com o devido cuidado e a devida profundidade, é no mínimo temerário.

Eu acho que se faz necessário, sim, pensar num investimento, ou seja, os recursos orçamentários... Há de se considerar recursos para a avaliação do programa. Isso deveria ser prioridade nas políticas públicas e programas sociais em geral, mas especificamente no Pronatec.

(Soa a campainha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALMIR SERRA MARTINS MENEZES NETO – Eu queria reforçar essa recomendação do Lucas e, ao mesmo tempo, dizer que o MEC tem já, na nossa percepção, caminhado nesse sentido.

Na época em que nós fizemos um estudo qualitativo em cima de como o MDS conduzia o seu curso, essa questão da evasão era uma questão inicial da auditoria. Acabou que nós não conseguimos nos aprofundar o suficiente nela, mas a gente sabe que, por exemplo, havia algumas boas práticas, como a utilização dos CRAs para acompanhar os alunos, e, toda vez que você tinha ali a sinalização de um egresso, uma equipe ia atrás desse egresso para tentar trazê-lo de volta. Isso trazia, vamos dizer assim, resultados satisfatórios. Parece que aquilo que o Geraldo apontou no início da apresentação dele, falando de perfil socioemocional, existem algumas iniciativas que vão nessa direção.

Então, de novo, a focalização pode ser efetiva não só apenas na empregabilidade, mas, sobretudo, no combate à evasão. Eu acho que o caminho é esse. Agora, que focalização? Aí, a gente precisa de estudos mais detalhados, por região, por Estado, por público. Por exemplo, aparentemente, há uma contradição. Eu falei antes aqui: "Olha, há impactos na empregabilidade". Aí, o Lucas falou assim: "Olha, há impacto na empregabilidade do MDS, desculpe, do MDIC, mas, na outra, a gente não conseguiu resultado significativo".

Por exemplo, o MDS fornecia alunos para vários outros demandantes. Então, há uma sobreposição aí e, quando você olha o MDIC com 8% e você pega que o MDS tem 50% do público, provavelmente, há uma sobreposição importante aí, que elucidaria essa aparente contradição, pelo menos parcialmente.

É necessário que se façam estudos, que se aprofundem esses estudos sistematicamente, de uma maneira contínua, para que a política possa progredir, avançar em termos de uma focalização mais efetiva.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senhores, eu queria agradecer e pedir para que vocês possam ficar aqui na nossa plenária.

Permanece o Dr. Geraldo, e eu queria convidar o Secretário do Estado de Educação de Roraima e representante do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), o José Gomes da Silva; convidar também o Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Dr. Marcos Vinicius de Souza; convidar o Secretário de Inclusão Social Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), aqui representado pela Diretora, Dr^a Paula Grigolli Pedro; e também o Dr. Felipe Morgado, aqui representando o CNI e o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senai, que é Gerente Executivo de Educação Profissional e Tecnológica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Senhores, vocês pegaram a primeira etapa. Acho que foi um momento de uma avaliação muito rica, com números importantes. Quero aqui destacar e agradecer a presença da Senadora Ana Amélia, que nos honra com a sua presença. Quero dizer, Senadora, que nós estamos aqui na tentativa de buscar uma melhor focalização do programa do Pronatec, em busca da qualificação da educação profissional no nosso País. Tivemos diversas reuniões técnicas com todos esses atores que aqui estão e dividimos o trabalho em duas audiências públicas: a primeira é focada na questão da demanda e nos resultados dos objetivos do Pronatec. Na primeira etapa dessa 1ª audiência, passaram aqui pela Mesa os representantes do Tribunal de Contas da União e do Ipea, que leram e expuseram os relatórios já feitos sobre o desempenho do Pronatec entre 2011 e 2015. E eles trazem coisas importantíssimas, como a melhoria que a gente precisa ter na focalização do mapa de demandas. Ocorrem resultados completamente diferentes quando se tem um mapa de demandas bem realizado e quando não se tem. Um alto índice de evasão foi encontrado, ou seja, quase 70% de evasão, quando se pega o Pronatec como um todo. Quando você focaliza os alunos do MDIC, ele cai, apesar de o MDIC representar apenas 9% do total dos alunos. Mas a gente percebe, através também da palavra do Dr. Geraldo, que o MEC já vem fazendo algumas adaptações, melhorias contínuas do programa. E já estamos discutindo algumas questões referentes ao que se pode fazer para melhorar.

O Dr. Lucas trouxe algumas questões referentes ao uso de sistemas como o próprio Sisu, em que se tem a inscrição, e que os inscritos possam ser escolhidos através de sorteios, para que isso dê uma maior dimensão de transparência, de possibilidade de acesso igualitário a todos que querem acessar esse público e também melhoria na hora de se criar os indicadores de desempenho, dentre outras questões de aperfeiçoamento.

Nesse segundo momento nós fizemos algumas perguntas. Essas perguntas vão ficar aí na tela.

Podemos já botar a primeira?

Isso é para que a gente consiga, através dos demandantes... Nós temos aqui alguns demandantes, Senadora. Aqui estão os principais demandantes, que são o MDS – quase 50% das vagas foram demandadas do Pronatec pelo MDS; 9% pelo MDIC. Aqui há representantes também dos secretários de educação dos Estados, que também têm uma parcela significativa. E a gente trouxe a CNI, que compõe a demanda do MDIC, através das suas indústrias, que foi onde a gente viu que houve a melhor focalização, porque gerou a melhor empregabilidade.

A nossa ideia é colocar desde os melhores cases até os cases que podem ser aperfeiçoados nesse primeiro momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria, para iniciar este debate, essa pergunta...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu pediria a palavra pela ordem ao Presidente Roberto Muniz para cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública. Quero dizer que só não estive aqui, mas a minha assessora, Jaqueline, está desde o começo aqui na Comissão de Educação e me repassava.

Eu era a primeira inscrita da sessão plenária do Senado hoje. Agora estamos ao vivo, porque a sessão foi concluída e, por isso, retardei.

Estou com o meu querido correligionário e amigo, Roberto Muniz, um Senador preocupadíssimo com as questões de educação, que representa muito bem o Estado da Bahia. Eu fiquei muito feliz de estarmos juntos nessa parceria.

E até fiz um questionamento à Secretaria porque marcaram para uma segunda-feira, que é um dia, às vezes, um pouco difícil, porque são os deslocamentos dos Senadores. Eu estava precisamente aqui e tinha imaginado que se não estivesse o Presidente... Mas sabia que, pelo compromisso que tem com a educação, Roberto Muniz estaria presente na audiência pública para comandá-la.

Senador Roberto Muniz, apenas para um lembrete sobre esse tema: em 2012, quando começou, presidia esta Comissão o Senador Roberto Requião. E tive até com ele um percalço por conta dessa matéria Pronatec, que era o ensino técnico. Então, eu e o Senador Cristovam Buarque fizemos uma audiência pública também para uma avaliação, ouvindo Senac, Senai, ouvindo o Ministério da Educação, ouvindo os demandantes por mão de obra qualificada. E avaliamos várias questões, problemas.

Quando, no final do governo passado, no ano passado, houve uma queda nos investimentos do Pronatec, a gente percebeu que o planejamento no Brasil continua sofrendo percalços. Esse é um grande problema que afeta todos os projetos; afeta projetos industriais, afeta programas da educação.

Tive a oportunidade de visitar dois Ifets, que são institutos federais que são, digamos, vocacionados para ensino técnico ou para profissionalização, um no interior do centro do Estado do Rio Grande do Sul e o outro em Sapucaia, que é na região metropolitana de Porto Alegre. E eu fiz uma pergunta: qual é o índice... Eu entendia que, nesse setor, como ele era muito direcionado para a profissionalização, que não haveria um índice de evasão escolar acentuada. E eu me surpreendi quando o diretor confirmou que é elevado o índice de evasão.

Então, das duas uma: ou ele não está respondendo adequadamente nos conteúdos, na forma, na formulação, na atração do aluno para a absorção daqueles conhecimentos ou alguma coisa precisa ser feita para corrigir esses rumos, porque é dinheiro público. Se você faz investimentos com dinheiro público e ele não dá o resultado desejado, você tem de corrigir ou mudar, investir mais no ensino fundamental. Talvez, a pessoa esteja despreparada para aquele nível de escolaridade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para acompanhar, digamos, química, física, na área de plásticos, porque Sapucaia tem um pouco mais de polímeros e essas coisas todas da área química. Talvez não esteja esse aluno que vem da escola fundamental, da conclusão do ensino fundamental ou ensino médio, preparado para enfrentar uma escola técnica. Esse é ensino médio, mas é profissionalizante.

Eu quero cumprimentá-lo novamente e ver que é um tema sobre o qual nós temos que nos debruçar permanentemente pela relevância que tem para o próprio desenvolvimento do País.

Parabéns, Senador Roberto Muniz! Conte comigo nessa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. A senhora sempre participativa. A gente fica muito feliz de tê-la, de estar ao lado da senhora, um nome nacional hoje do nosso Partido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E eu gostei das perguntas aqui, muito! Parece repórter, perguntas de repórteres. Eu fui jornalista, e é aquela coisa, tem de ser, não dá para fazer volta, tem de fazer uma pergunta objetiva. É isto, como fazer e o que fazer. Parabéns pelas perguntas aqui. Não sei quem elaborou, mas parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É isso. Foi a nossa equipe de consultores aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O que foi que fizemos? Eu pedi à Presidente, à Senadora Lúcia Vânia, que fizéssemos uma coisa mais dirigida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso, claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Em vez de fazer a audiência pública para todos apresentarem a sua instituição simplesmente, quisemos focar. E, em relação a isso que a senhora colocou, o Dr. Lucas Ferreira, do Ipea, traz para enfrentar essa situação que a senhora estava colocando, às vezes da falta de qualificação para o trabalhador fazer o acompanhamento do curso, e isso cria a evasão. Ele traz a ideia de ser feito não um exame de aptidão, mas uma avaliação para que pudéssemos melhor indicar qual é o curso para aquele trabalhador. Eu acho que são essas questões que vamos começar a levantar, que são questões práticas e objetivas.

Então, já abrindo o momento dessas respostas, nós temos cinco iniciativas que integram as ações do Pronatec: a expansão da rede federal de educação profissional,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científica e tecnológica; o programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade por Serviços Nacionais de Aprendizagem; e o Bolsa-Formação.

Tendo em vista o universo macro da educação profissional e tecnológica, essas iniciativas do programa, eu quero um breve relato. Eu vou escolher aqui alguma instituição para começar esse debate, certo? Em termos financeiros, qual a dimensão do programa no âmbito da sua instituição? E, desde o início do Pronatec, quais têm sido os recursos destinados a cada uma das iniciativas?

Eu queria iniciar pelo Secretário de Inovação do MDIC, o Dr. Marcos Vinicius. Eu vou inicialmente, Dr. Marcos, dar entre três e cinco minutos para que cada um possa falar, certo? Depois do senhor, vou passar para o MDS, porque aí nós vamos ter a oportunidade de verificar os dois maiores demandantes do Simatec. Depois, passo a palavra para o Secretário.

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – Boa tarde a todos.

Eu vou responder principalmente à pergunta 1, à pergunta "a", porque na "b" e na "c" é muito recurso do próprio MEC que utilizamos.

Como o MDIC começou esse trabalho? Nós começamos em 2013 a realizar ações do Pronatec, e aí acho que é bom lembrarmos da primeira conversa que tivemos com o MEC naquela ocasião, que foi em relação a "qual é a sua métrica de sucesso?". Ou seja, o que nos foi dado em resposta era o número de alunos matriculados, enquanto nós, do MDIC achávamos que o certo seria aumento de renda ou aumento de empregabilidade.

A partir daí, o que propusemos ao MEC era como poderíamos fazer uma captação de demanda mais eficiente. Por quê? Porque, quando víamos como era feita a captação de demandas naquela época, ela era muito falha, do nosso ponto de vista. E nós fizemos esse teste, pegando um setor, que foi o setor de TI. Nós pegamos todas as vagas em aberto dos associados da Brasscom, que é uma associação que reúne empresas de TI, cruzamos com onde havia cursos do MEC e deu totalmente contrário. Ou seja, onde havia muita empresa, havia pouco curso; onde havia muito curso havia pouca empresa. E, quando dava certo do *matchmaking* acontecer, víamos que muitas vezes o curso não era do que o mercado precisava.

A partir disso, fizemos a proposta para o MEC naquela época onde iríamos fazer diferente do resto da Explanada. Iríamos diretamente ao RH das empresas perguntar para elas quais as vagas que estavam em aberto e que elas precisariam preencher com base em qualificação. Ou seja, se houvesse uma pessoa qualificada, ela preenchia aquela vaga. E foi assim que fizemos ao longo desses últimos anos.

E quais foram os aprendizados que tivemos? Antes de eu começar a detalhar, só queria deixar bem claro aqui que o MDIC é totalmente favorável ao Pronatec ou cursos de qualificação profissional. Se quiser dar outro nome, dê. Mas cursos de qualificação profissional de curta duração, que é o caso do Pronatec, ou seja, abaixo de 400 horas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é crítico para a indústria brasileira. Crítico porque esses são os maiores focos de geração de emprego; esses são os maiores focos das empresas por empregabilidade rápida. Principalmente no momento em que estamos agora de crise econômica e de desemprego, essa seria a primeira ação para qualificar pessoas para serem empregadas rapidamente. Então, as críticas que faremos aqui, as soluções que daremos são para consertar o programa e não para matá-lo. É isso que colocaremos aqui.

Começamos a fazer isso com as empresas, e o primeiro erro que cometemos foi aceitar, como fizemos naquela época, receber contribuições de associações de classe, prefeituras e sindicatos.

A gente percebeu rapidamente que essas instituições não são as mais adequadas para você captação de demanda, simplesmente, porque elas não empregam, não são elas que empregam. Elas simplesmente chutam, é isso que a gente percebeu. Na verdade, era um palpite que elas davam muitas vezes, falando onde deveriam ser aplicadas tantas vagas e onde – e isso com alta carga de indicação política nos lugares.

O que víamos ao longo desse processo? Víamos o MDIC captando 500, 600 mil vagas em aberto no setor privado. Ou seja, em aberto para contratação depois de um curso de qualificação, e víamos, como foi colocado pelo Lucas, que apenas 9% das vagas nos eram concedidas. O que isso quer dizer? Víamos vagas em aberto prontas para serem empregadas enquanto víamos outras demandas, de outros ministérios, sem nenhuma base de qualificação sendo realizada.

Essa situação se repetiu, como pode ser visto no estudo que o Lucas apresentou, e aí a gente teve um alento com a nova gestão do MEC. Quando eles assumiram, mudou completamente o foco. Ou seja, o foco era geração de renda e de emprego, e não simplesmente números.

A partir disso, começamos a fazer essas ações. E como fazíamos? Detalhávamos não só por CNPJ de qual empresa precisava contratar, como falávamos para a empresa o seguinte: "Vá à escola e veja se o curso que está sendo dado é o que você precisa para empregar alguém". E o que percebemos é que muitas vezes não era. Ou seja, não adiantava nem você querer empregar a pessoa certa, porque aquele curso não era do que o mercado precisava.

A partir dessa experiência, o que a gente começou a fazer foi ir ao CNPJ dela e falar para ela indicar a escola. O MDIC nunca teve preferência nenhuma por escola, sempre foi agnóstico. Nós tínhamos preferência de que a escola que fosse selecionada pela empresa seria a que deveríamos priorizar, porque é a empresa que sabe o que precisa para contratar. Foi essa a fase inicial que fizemos. Cerca de 80% das nossas vagas, vindas das empresas, foram indicação pelo Sistema, principalmente Senai e Senac, porque o que a gente percebeu também era uma falta de interesse,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente das redes públicas de ensino técnico, em querer mudar ou alterar currículos de acordo com o que o mercado precisava. Com base nisso, muitas vezes elas dão cursos desatualizados com o mercado, e aí, como as empresas indicavam, elas sempre começavam a indicar o Sistema S para fazer essa capacitação. Então, basicamente, esse foi o modelo que a gente fez de captação de demanda.

Eu gostaria de colocar quantas empresas a gente atendeu. Fazendo no CNPJ, ou seja, indo a uma a uma dessas empresas, a gente não tinha escala. Então, a gente atendeu, nesses últimos anos, 6 mil empresas. O Brasil, tirando o MEI (Microempreendedor Individual), tem cerca de 8 milhões de empresas. Então, a gente só conseguia atingir 0,00075% das empresas brasileiras. Esse foi o primeiro ponto, ou seja, a dificuldade de você fazer um correto mapeamento com o nível de detalhe que a gente fazia. Esse foi o primeiro desafio.

Outro ponto que a gente via... E aí eu faço também menção ao que o Almir falou. Almir, você assistiu a uma reunião de pactuação. Você foi muito educado, porque parecia, muitas vezes, uma feira, porque eram ministérios que ficavam disputando vagas, no nosso ponto de vista, sem uma correta qualificação daquela vaga: "Preciso do número x mil de pessoas, por exemplo, de auxiliar de enfermagem, nas cidades X, Y e Z.". Aí a gente perguntava: "Quantos hospitais, ou clínicas, ou vagas em aberto demandam isso daí?" Muitas vezes, a gente não sabia, não nos era colocado, porque nem eles sabiam. Agora, quando a gente via e ia direto às empresas, a gente sabia exatamente quanto ia fazer. E a gente ainda passava um filtro para saber se aquilo que a empresa estava exigindo batia com a característica econômica da região, se aquilo que ela estava exigindo era condizente com o seu tamanho, se aquilo era condizente com o número de pessoas empregadas naquela região, e por aí vai. Então, a gente fazia filtros para chegar à vaga certa.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – Com base nisso, a gente começou uma série de ações – e a gente trabalhou muito próximo à nova gestão do MEC – para identificar o que está certo. Eu falei muito de problemas. Agora vou colocar algumas sugestões que a gente tem discutido para isso.

Em primeiro lugar, o que a gente fez foi pesquisar as 28 principais iniciativas do mundo de sucesso em educação para o emprego, e aí pegamos o que há de mais comum em cada uma delas. O que a gente viu em termos de experiência? A gente precisaria captar, primeiro, em um nível macro – acho que o Senai faz muito bem isto de mapear tendências de investimentos da indústria, e por aí vai –, sobre onde estão as vagas. Mas a gente também precisava dessa granularidade que a gente tem no MDIC para saber, em tempo quase real, qual é essa demanda que ela precisa, porque, por exemplo, o investimento que uma empresa vai fazer em determinado lugar do País





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai precisar de um investimento a partir daquele momento, nos próximos dois ou três anos.

Então, o que a gente fez? O primeiro ponto: a gente desenvolveu uma plataforma, que vai ser lançada brevemente – isso a gente fez em parceria com o MEC – em que qualquer empresa do País vai poder entrar e colocar a sua necessidade de mão de obra, escolhendo qual o tipo de curso ela precisa, a escola e o número de vagas. Automaticamente, isso vai cruzar com escolas mais próximas que poderiam atender essas vagas.

(Soa a campainha.)

O segundo ponto vai permitir que essa plataforma faça o batimento com outras bases de dados do Governo, como a Rais e o Caged, que foram apresentados aqui, para identificar onde cada um dos alunos que fez o curso está empregado, quanto está ganhando, se é do mesmo setor ou de outra região, e por aí vai. Então, a gente vai ter um acompanhamento muito próximo – não chega a ser em tempo real, por causa da defasagem de dados –, um acompanhamento bem melhor da política pública, ao longo do tempo, para fazer correções de rota.

Além disso, a gente vai também atacar a questão de conhecimento dos alunos a respeito do curso. Por incrível que pareça, uma das razões da evasão é o desconhecimento do que ele vai trabalhar naquele curso. Por incrível que pareça, as pessoas entram no curso sem saber o que vão fazer naquilo, quanto vão ganhar e sequer vão visitar uma empresa. Então, a gente já colocou detalhes e competências que as pessoas precisam ter para serem empregadas em determinados cursos. E, com base nisso, a gente consegue ter um monitoramento mais apurado do que está acontecendo.

Só para fechar, quatro pontos de que eu falei aqui.

Primeiro, precisa ter a pessoa certa para fazer o curso. Não adianta ofertar cursos que a pessoa não vá conseguir acompanhar, que não tenha a capacidade mínima, como a Senadora alertou aqui. Essa é exatamente uma das principais causas, Senadora. Infelizmente, entra quem quer nos cursos. Em alguns cursos mais exigentes, as pessoas entram e saem porque não conseguem acompanhar. Então, um correto nivelamento inicial, apenas para saber se a pessoa consegue acompanhar aquele curso ou não, já reduziria bastante essa evasão que a gente tem visto.

Segundo, é o curso certo, o curso que esteja alinhado com o mercado, não cursos desatualizados, como a gente vê, muitas vezes, sendo ofertados.

Terceiro, local certo. Os cursos precisam ser dados onde há empresas que vão absorver aquela mão de obra. Nesse caso, um dos focos que poderiam ser priorizados, nessa época de pouco orçamento em que estamos, são os APLs (Arranjo Produtivo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Local), lugares onde há concentrações setoriais de empresas que poderiam absorver essa mão de obra.

Quarto. Ninguém fala sobre – e a gente acabou fazendo agora em parceria com o MEC – a questão de comportamento do trabalhador. A gente falou o tempo todo, na verdade, de aspectos técnicos da profissão; a gente esqueceu a parte comportamental. E isso, essas habilidades socioemocionais que o Geraldo comentou são importantíssimas para preparar esse trabalhador para o mercado de trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Marcos, muito obrigado pela sua participação.

A gente percebe o avanço no aprimoramento que estão fazendo do programa, mas é também muito importante, e talvez aí seja, Senadora Ana Amélia, no futuro, uma situação em que a gente tenha de fazer o programa com um olhar diferente, de acordo com o público. Talvez o público do MDIC não possa estar na mesma cesta de oportunidades ou de objetivos que o público do MDS. O público do MDS conversa diretamente também com grande parte do mercado informal, da ideia de trazer o trabalhador que, por muito tempo, esteve fora da sala de aula, estabelecer essa conexão entre ele e a escola, às vezes de forma primária ou de forma secundária. Quer dizer, existe também a situação da autoestima, estabelece um vínculo entre o cidadão, o trabalhador com o aprendizado. E eu acho que o aprendizado constante é, sem sombra de dúvida, o objetivo de qualquer país que deseje qualificar a sua sociedade – qualificação constante. Então, essa quebra de paradigma de trazer o trabalhador, que muitas vezes, por longos anos, esteve fora da sala de aula é também algo significativo.

Então, queria, agora, aproveitar e passar a palavra para a Dr^a do MDS, que é quem está representando o MDS, para que ela possa também apresentar e responder a essa primeira pergunta.

Por favor, Dr^a Paula.

A SR^a PAULA GRIGOLLI PEDRO – Boa tarde a todos. Eu sou a Paula Pedro. Sou Diretora de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS. Primeiramente, gostaria de agradecer o convite, Senador Roberto Muniz, muito obrigada. Estou aqui representando o Secretário da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva do MDS, Vinícius Botelho. Ele pede desculpas, mas foi chamado para uma agenda urgente.

Falando um pouco do Pronatec, sob o ponto de vista do MDS, eu acho muito importante o ponto que o Senador fez, de que é importante entender as demandas do público e como as demandas do público do MDS são específicas e precisam ser levadas em consideração.

Contextualizando um pouco, qualificação profissional é um meio para geração de renda. Esse é um ponto que não é passível de discussão. Todos concordamos com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. Para a qualificação profissional gerar renda, ela precisa afetar tanto a empregabilidade – quem, depois do Pronatec, consegue entrar no mercado de trabalho formal – quanto o prêmio salarial, ou seja, se, depois do Pronatec, o salário do público será mais alto.

A evidência empírica, como o colega Lucas Mation apresentou, ainda é controversa. Há tanto uma questão de metodologia, de dificuldade de isolar o impacto do Pronatec no público específico, quanto também uma questão de dificuldade mesmo de base de dados e variáveis que podem ser utilizadas para fazer essa avaliação e monitoramento.

Em termos do papel do MDS, no âmbito do plano Brasil Sem Miséria, o MDS exerceu tanto o papel de demandante de público quanto de demandante de vagas. Em termos de demanda de vagas, o papel do MDS era de interação com o usuário, identificação do usuário via CRAs e CREs nas regiões, aproveitando essa capilaridade dos CRAs e dos CREs, também montando planos que fossem mais específicos ainda do que apenas o público do MDS – o programa Mulheres Mil, focado em mulheres, e o programa ViraVida, focado em vítimas de abuso sexual. Também exerceu um papel na gestão do programa e montou o Programa Acessuas Trabalho para ajudar na gestão descentralizada do programa.

Em termos de demanda, a gente trabalhou no mapa da demanda, que é tentar entender quais são as demandas de emprego, de público e ajudar o programa a mapear essa informação. Desde 2016, é importante ressaltar que o MDS só trabalha como demandante de público. E o mapa de demandas, infelizmente, é subutilizado por questão de dificuldade operacional na própria construção do mapa – é difícil você entender quais são as demandas e onde estão as demandas – como também no uso deles por uma questão de prazo e articulação. Continuando no modelo atual, o MDS lançará amanhã, no Palácio do Planalto, o Plano Progredir, que tem essa ideia de aproximar o setor privado, ajudando com qualificação e emprego. A gente também espera que o Plano Progredir sirva como uma nova fonte de subsídios para melhorar o planejamento e a operacionalização desse mapa de demandas.

Agora, vou falar um pouco das críticas a esse mapa de demandas, para depois a gente pensar como ele pode ser melhorado e quais são as soluções propostas pelo MDS. Acho que a primeira dificuldade é: mesmo você tendo um mapa de demandas, como é que você consegue saber quais as demandas que a gente tem de priorizar? Às vezes, os setores que geram mais renda estão precisando de menos empregados; os setores que estão gerando menos renda estão precisando de mais. Você vai acabar atraindo público para essas vagas que geram menos prêmio salarial, talvez até condenando pessoas à pobreza, por uma questão de desenho mesmo do mapa de demandas. Isso a gente não pode garantir e não pode... Hoje a gente não tem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

informação suficiente para dizer se é isso ou não o que está acontecendo. Isso é apenas uma pontuação.

Além disso, na hora em que a gente vai planejar as demandas, a gente vai se basear em demandas do mercado de trabalho olhando para trás. É importante que a gente olhe para frente. É difícil, do ponto de vista do Governo, pensar em quais são as demandas que virão daqui a 5, 10, 15 anos e como a gente planeja e treina o público para poder entrar no mercado de trabalho daqui a um tempo. Existe essa dificuldade também.

Em termos de proposta, a gente tem algumas recomendações que eu acho que constroem em torno das recomendações que foram apresentadas pelos colegas anteriormente. Se pensarmos bem, o Pronatec envolve quatro atores: o aluno, a escola, o mercado de trabalho e o setor público. A gente sugere que, na verdade, a relação entre o mercado e o aluno seja aproximada e sugere que talvez faça mais sentido a gente conseguir alinhar oferta de cursos e demanda de cursos por meio de incentivos.

Nossa proposta é pensar em pagar, por exemplo, pela empregabilidade, uma vez que o mercado é a melhor instituição, o melhor ator para dizer quais são os empregos do futuro e onde eles estão. E, diretamente, pagando pela empregabilidade, a gente consegue casar isso, alinhar os incentivos e casar demanda e oferta, para a gente conseguir maximizar o salário dos beneficiários, saindo do Pronatec.

Além disso, é importante pensar, voltando ao mapa de demandas, um pouco melhor em como funciona o planejamento, que foram inclusive as soluções que o colega Lucas apresentou.

Acho que é isso. A gente fica aberto a perguntas e esclarecimentos mais tarde. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Obrigado, Dr^a Paula.

Eu queria aproveitar para agradecer às pessoas que estão assistindo à televisão, à TV Senado e estão participando pelo portal do e-Cidadania.

Albino Marques Teixeira, do Distrito Federal, comentou dizendo: "Todo programa tem que ser avaliado a partir de determinado tempo de implantação, para mensurar a efetividade e a eficiência da sua aplicação." Ele está dizendo que aprova a implantação da política de avaliação feita pelo Senado Federal.

Também do Paraná, Josué Vieira diz que o ensino técnico deveria ser implantado no contraturno escolar no início do ensino médio e seguir até o término do ensino médio. Assim, jovens adquiririam profissão e ficariam menos expostos à criminalidade e às drogas, fazendo parceria com o Senai e com outras instituições.

Eu também queria saudar a Regina Marins, do Rio de Janeiro. Ela diz que, na situação de crise em que se encontra o Brasil em todos os setores da vida nacional,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não haverá espaço para avaliação de atendimento e demanda do programa Pronatec, que requer recursos oriundos do dinheiro público. Por isso, a focalização é fundamental para que a gente possa melhorar esse gasto público, Regina.

Sandra Helena Pedroso, também do Rio de Janeiro, diz que tem que haver avaliação, principalmente no que tange à participação, e quais cursos devem ser pensados, levando-se em conta a empregabilidade e não a conveniência política. Então, a gente percebe aqui a consciência do cidadão.

Do Rio Grande do Norte, o Sílvio Roberto Teixeira de Melo diz que o Pronatec deve ser um programa de ensino profissionalizante e não de distribuição de renda.

Então, acho que são algumas coisas que até o próprio debate, Senadora Ana Amélia, vai encaminhando.

Só aproveitando a palavra da Dr^a Paula, quero dizer que, em que pese toda a dificuldade do mapa de demanda, acho que ele é um passo inicial para que a gente possa qualificar os investimentos.

Quero dizer também que entendemos a questão de olhar para frente. Acho que a senhora traz uma contribuição muito importante: a leitura do mercado de trabalho, não do que está acontecendo e do que aconteceu, mas principalmente quais são os próximos passos, as novas tendências, as novas profissões. Acho que a senhora traz algo muito importante e também a ideia do incentivo pago pela empregabilidade. E aí acho, Dr^a Paula, que o MDS tem um dever de casa para trazer alguns indicadores, quando nós formos tratar na segunda audiência. Quais são os indicadores? É um desafio de todos, não é só do MDS. Que indicadores poderiam qualificar melhor o desempenho desse trabalhador que tem, no seu retorno à sala de aula, algo importante para a sociedade brasileira, a questão da autoestima, a ideia também de nivelar esse trabalhador já que ele se propõe a desempenhar uma função em um determinado mercado? O que o Pronatec pode colocar à disposição dele e não entregar a ele o que ele não tem condições de acompanhar? Acho que o MDS tem um dever de casa grande na colocação e na implementação desses indicadores da qualidade para o público dele.

Eu queria passar para a segunda pergunta, se for possível, especificamente em relação ao Bolsa-Formação.

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Quer que eu faça algum comentário preliminar?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Deixe-os terminar que você... O Dr. Geraldo vai ter que sair por volta de 5h. Então, assim que eles terminarem, eu passo e o senhor coloca a sua posição.

Especificamente em relação ao Bolsa-Formação, responda: Sua instituição dispõe de mapa de demanda? Como ele é construído? Se há apoio de outras instituições?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito disso aqui já foi respondido. Quais foram os eventuais problemas encontrados para a construção e concretização desse mapa de demanda? Que melhorias poderiam ocorrer?

Aí eu acho muito importante essa pergunta C, que é a avaliação do sistema de pactuação. Esse sistema de pactuação merece ter uma qualificação? Os Ministérios e as entidades que têm o seu mapa de demanda podem ser priorizados nessa pactuação? Essa pactuação tem aspectos positivos e negativos? Quais são essas sugestões de melhoria?

Quero, primeiro, agradecer ao Secretário José Gomes da Silva, representante do Consed, passando-lhe a palavra para saber, já pegando esse debate andado, em que o senhor pode contribuir com essas questões colocadas?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O.k. Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Senador Roberto Muniz e agradecer pelo convite, em nome do nosso presidente.

Eu trouxe aqui uma apresentação, não necessariamente a resposta para essas perguntas. Mas, fazendo essa apresentação, eu gostaria também de contribuir com algumas questões que já foram colocadas. *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – A gente poderia deixar a apresentação para depois, para que possamos agora mesmo focar nessa questão da pactuação, do mapa de demanda. Como os secretários de educação veem a atividade do MEC em relação ao olhar deles, fruto da demanda que vocês levam nesse momento de pactuação?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – O.k. Então, nos nossos Estados, especificamente em Roraima, os institutos federais e as instituições do Sistema S têm desenvolvido essa política realmente baseada em planejamento de demandas. Quando existe a necessidade de um profissional e é oferecido o curso, com certeza há o sucesso desses profissionais.

Agora, o que eu resgato aqui de importante? A questão que foi colocada pelos colegas em termos de motivação. É muito difícil oferecer um curso para os presidiários, dentro dos presídios, como no caso do Mulheres Mil, que foi uma experiência do Instituto Federal de Roraima, se não se trabalhar a autoestima, se não se trabalhar a motivação dessas pessoas em termos de sensibilização para ter sucesso.

Várias experiências nos Estados são feitas dessa forma, principalmente os cursos FIC, pois muitos desses cursos são para aquelas pessoas que estão em caso de vulnerabilidade. Imaginem a estima dessas pessoas? Se não houver um trabalho motivacional, de resgate dessa cidadania, não teremos nenhum sucesso. Isso é realidade.

Outra questão que a gente vê é quando é oferecida a profissionalização ou a qualificação, porque nesse mercado já existem pessoas capacitadas, e se você oferece





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma capacitação onde não há demanda... E realmente há a questão dos recursos, você não vai otimizar esses recursos, você não vai colher sucesso no emprego desses recursos. Claro que é um projeto que já nasce derrotado. Na maioria dos Estados, a gente se depara com essas experiências malsucedidas.

Mas, se há o planejamento na questão da política do Pronatec, realmente houve um resgate, de um modo geral, da cidadania. Muitos empregos foram criados em todos os Estados. Muitas dessas pessoas que tiveram a oportunidade de fazer um curso FIC – o colega colocou a importância dos FIC, que são de 160 horas a 300 horas –, essas pessoas que já têm uma habilidade, já têm uma competência de conhecimento realmente querem passar o menor tempo na escola para poderem voltar a esse mercado.

Então, a gente tem experiência exitosa nos Estados, dado esse público.

A política é importante, claro, a gente viu aqui. Precisa haver outro olhar, precisa-se buscar indicadores para que você possa avaliar, de acordo com a realidade de resgate. Temos que trabalhar com esse olhar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só uma curiosidade, Secretário.

Sobre o momento da pactuação, o que nós identificamos? O MEC fica responsável pela pactuação, ele que é o coordenador do programa. Ele recebe todas essas demandas. Há algum olhar específico dos secretários de Estado para a melhoria desse sistema de pactuação? Acho que esse é um dos problemas que a gente tem percebido. A gente ficou correndo muitas vezes atrás dos números, do quantitativo, e a pactuação se dava nessa esteira de ampliação da quantidade de vagas. É óbvio que é importante, senão a gente fica sempre naquele debate, "claro que quanto mais vagas, melhor". É óbvio, não podemos pensar que não. Mas a gente precisa melhorar o desempenho desses indicadores. Então, o que o senhor pode nos fornecer com o olhar dos secretários de Estado para melhoria dessa pactuação?

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Quando essa pactuação é feita com as instituições que já têm o *know-how* em termos de mercado – vejo, na questão, até os Cras e os Creas –, com essas instituições já constituídas – vamos dizer assim –, ela funciona da melhor possível. Agora, muitas vezes, a gente se depara com algumas organizações não governamentais, algumas associações e sindicatos naquele sentido não do compromisso, de não ter o *know-how* da educação em si, mas talvez em termos do recurso de oferecer sem ter nenhum levantamento, sem ter nenhum planejamento. E aí, realmente, a gente tem se deparado com algumas experiências que não foram bem-sucedidas, mas se espera – a gente conviveu com isso e sabe que a política é importante, principalmente nesse mundo em que estamos vivendo hoje – que se possa corrigir algo onde realmente não deu certo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Secretário, muito obrigado.

Eu queria passar a palavra ao Dr. Felipe Morgado, que aqui representa a CNI e o Senai, para que ele possa nos abrilhantar com as suas palavras e tentar qualificar aquelas questões que foram colocadas.

O SR. FELIPE MORGADO – Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Roberto Muniz pela oportunidade de explicarmos um pouquinho mais.

O primeiro ponto que eu queria destacar é que é muito importante considerar a experiência de 75 anos do Senai na formação de brasileiros e de profissionais. Acho que muito do que foi discutido aqui o Senai já vem desenvolvendo nos seus cursos antes, e sempre está à disposição – já procurou o MEC várias vezes, mostrando as nossas metodologias e como a gente acredita que deve avançar.

Senador, eu queria tentar partir um pouco do que foi colocado tanto pelos colegas Lucas e Almir quanto pelo Secretário Marcos Vinicius para que fique claro. O Senai... O primeiro ponto que ele coloca é o da importância da demanda. A gente acredita muito exatamente no que aqui foi colocado. Temos o nosso Mapa do Trabalho Industrial, onde projetamos, para os próximos cinco anos, a demanda de formação profissional tanto para cursos FIC (Formação Inicial Continuada) quanto para cursos técnicos de nível médio ou superior de tecnologia. Essa projeção considera os investimentos do setor. Ela não olha para o que aconteceu, e sim para o que a gente espera que venha a acontecer a partir de fatos e dados, numa metodologia que a gente vem desenvolvendo desde 2009, que foi a primeira vez que a gente trabalhou nesse Mapa do Trabalho Industrial, e a gente vem aperfeiçoando e avançando.

Devido à proximidade do Senai com setor produtivo, aquele ponto colocado pelo MDIC, de que ele está próximo às empresas... Como o Senai está próximo, ele consegue identificar e atender às demandas pontuais.

Outro ponto que foi colocado foi essa questão do curso certo. Foi muito colocada também a questão das competências certas. A gente tem uma metodologia de desenvolvimento de perfis profissionais onde a gente reúne o setor produtivo, as entidades de classe, a universidade e o Governo para discutir quais são os perfis dos profissionais que devem ser formados para os próximos cinco anos – todos os profissionais, desde o curso de qualificação profissional, passando pelos cursos técnicos, chegando até o curso superior. Nós chamamos isso de itinerário formativo. Então, quem define o perfil de conclusão do egresso no Senai não são os docentes do Senai, e sim o setor produtivo, a partir desse Comitê Técnico Setorial nacional, que nós desenvolvemos para todos os 28 setores industriais. Isto é muito importante também: o curso certo, a prospectiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senai tem três observatórios: o de Prospectiva Tecnológica, onde a gente prospecta quais são as tecnologias que serão difundidas no Brasil para os próximos dez anos. Essa metodologia, Senador, para o senhor ter uma ideia, já foi implantada em 19 países pelo Senai; o Observatório do Trabalho, em que a gente tem o Mapa do Trabalho Industrial; e o Observatório Educacional, para que a gente coloque as melhores metodologias educacionais nos nossos cursos.

Então, isto é muito importante: o curso certo. Não adianta a gente oferecer curso que não esteja alinhado às tendências tecnológicas e à necessidade do setor produtivo. O curso certo no local certo.

No âmbito do Pronatec, nós atendemos cerca de 2,8 mil Municípios. Então, fizemos todo um esforço no Senai de expansão da sua rede, principalmente com unidades móveis e com a ampliação da sua rede fixa.

O outro ponto que foi muito colocado pelo Secretário é sobre essa questão do comportamento. O Senai trabalha com a sua metodologia de formação com base em competência. A gente considera os comportamentos, as capacidades sociais, organizativas e metodológicas, e vem aperfeiçoando e buscando isso cada dia mais, principalmente pela quarta revolução industrial, que a gente considera um fator decisivo para que se possa avançar.

Avaliação. A gente considera que a avaliação é essencial. A gente trabalha tanto o Pronatec, como o não Pronatec, com dois aspectos. Um primeiro aspecto, avaliação ao final do curso. Para todos os alunos nossos nos cursos técnicos – 50 cursos técnicos do Senai, que representam mais ou menos 99% das nossas matrículas – nós aplicamos uma prova ao final do curso, para verificar se aprenderam aquilo que se estava esperando, utilizando a teoria de resposta ao item.

Então, nós fazemos isso semestralmente e geramos relatório anual para que possamos comparar, ano a ano, e prestar contas à sociedade e à indústria daquilo que ela previu no momento do perfil profissional, se, ao final, o aluno saiu formado ou não naquela competência requerida. Então, ao final do curso haver uma avaliação, consideramos muito importante.

A nossa avaliação é *on-line*. E este ano também se está fazendo avaliação prática. Neste momento, há alunos no Senai fazendo uma avaliação prática, porque na educação profissional o saber fazer é muito importante. Então, não adianta apenas olhar o modelo do Enem, que é uma avaliação teórica; também a avaliação prática a gente considera muito importante.

E depois a pesquisa com egressos. E aí, sim, a gente tem a pesquisa com egressos no Senai, em que a gente avalia não só se estão empregados no mercado formal, mas também no informal. Existe todo um esforço que já foi colocado aqui. Então, quanto àqueles alunos que concluem curso no Senai e que vão para o mercado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

formal, a gente liga para a empresa para ver se ela está satisfeita com a qualidade do egresso, com a formação do egresso e se há alguma colocação.

Então, a gente tem que lembrar muito desse ponto da pesquisa de egresso. Hoje é obrigatório no âmbito do Pronatec, todas as instituições devem fazer a pesquisa de egresso. E a gente já vem fazendo desde 2000. A nossa preocupação é que sempre exista essa pesquisa de egressos não só para verificar se estão empregados, mas também se a empresa está satisfeita com a formação.

E aí eu queria, só para contextualizar, mencionar alguns pontos. Primeiro, em relação à evasão. Acho que deve ser bastante ponderado esse ponto da evasão, porque no Pronatec existia, em até 20% dos cursos, uma reconfirmação de matrícula; existia, não, existe uma reconfirmação de matrícula. E, a partir dessa reconfirmação de matrícula, os recursos públicos são colocados. Então, eu acho que esse grande número parte antes da reconfirmação de matrícula, considera aqueles alunos que desistiram em até 20% do curso ou que nunca foram para os ofertantes.

Nosso índice de evasão registrado, no âmbito do Pronatec, sem considerar esses cancelamentos em que o Senai não recebeu nenhum recurso por isso, é de 16,5% nos cursos FIC. Então, a gente tem que tomar muito cuidado, porque, às vezes, esse número 70% e 60% considera sempre essa perda inicial, principalmente devido à heterogeneidade, o público é diversificado. Então, tem que se considerar se aquele aluno em relação ao qual, de fato, o Governo despendeu recursos, de fato, chegou ao final aprovado ou reprovado, ou se abandonou o curso. Então, com isso tem que se tomar muito cuidado, para que não fique esse número muito inchado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Felipe, veja só, não se trata de tomar cuidado. É a primeira vez em que está aparecendo esse número na Mesa; então, não se trata de tomar cuidado. Esse é um ponto de inflexão. Você está trazendo uma outra metodologia que a gente precisa olhar, porque realmente, se os números que você está colocando... Uma coisa é uma evasão de 60%, 70%, outra coisa é uma evasão de 16,8%. A gente precisa fazer uma avaliação de fato, porque se até os 20% do curso o Erário não está pagando, os ofertantes não recebem recursos, então, na verdade, em tese, existe o prejuízo social, mas não existe o prejuízo econômico, orçamentário para o Estado. Então, eu queria parar aqui, chamar os universitários, para que a gente possa fazer esse debate, porque isso é completamente diferente do que a gente vinha avaliando.

O número que nós temos são dois números diferentes: nós temos o número de 60%, 70%, colocado pelo Ipea. Você está trazendo que dentro dos...

O SR. FELIPE MORGADO – No âmbito do Senai.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... do Senai, você está dizendo que é 16,8%...

O SR. FELIPE MORGADO – Dos cursos FIC, isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Dos cursos FIC. Então eu gostaria de explorar um pouquinho. Por favor, doutor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso que...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou vendo pela lógica da coisa. Penso que é o critério de seleção do candidato. É aquilo que falávamos antes, que o Dr. Marcos Vinicius falou também e que eu penso: se você não faz uma triagem e uma, digamos, avaliação do perfil do candidato para entrar no lugar adequado, para ele fazer o curso adequado, para trabalhar no lugar adequado ou naquele mais conveniente... E aí é a forma também de uma experiência do sistema Senai, e Senac também...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como eles têm uma experiência muito grande nesse recrutamento e no ensino profissionalizante, isso dá a eles uma garantia de um aproveitamento melhor e de haver uma evasão muito menor. Aí é uma questão de eficiência. E dos outros... E também porque ele tem, eu diria, um viés privado no sentido de resultados. Aqui se avaliam resultados. Nos outros, quais as instituições públicas que avaliam resultados? Eu acho que essa inflexão ajuda a compor, como se diz, esse conceito, essa avaliação que se está buscando nessa audiência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso, Senadora. E eu acho que aí, e quero passar a palavra ao Dr. Lucas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não sou advogada do Senai e do Senac não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não, não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma observação da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pelo que entendi, e posso estar errado, é que, então, nós temos duas evasões. A primeira evasão leva em conta até os 20% do curso. Isso aí dá 60%, 70%. Dos que conseguem ultrapassar os 20%, nós caímos para 16,8%.

O SR. FELIPE MORGADO – Do Senai.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Do Senai?

O SR. FELIPE MORGADO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pronto.

Com a palavra o Dr. Lucas e depois o Dr. Geraldo, para ver se a gente consegue pegar esse número, que não sei se o senhor tem aí, mas é importante, porque dá um recorte completamente diferente sobre evasão.

Dr. Lucas.

O SR. LUCAS FERREIRA MATIOM – Só para esclarecer, o número que a gente colocou, de fato, é em relação aos inscritos iniciais. Então, de fato, ainda não tem essa desagregação entre quem desistiu até 20%, e, portanto, o Governo não pagou nada, e quem desistiu a partir desse momento. Ainda não conseguimos fazer essa separação. Portanto, a evasão, o número que a gente apresentou é em relação aos inscritos iniciais. Pode ser que uma parte disso não tenha sido paga. Por que a gente não fez isso até hoje? Porque a base de dados que a gente recebeu não tinha uma variável clara que indicasse o percentual de curso concedido. A única variável que deveria representar isso, do Sistec, lá da extração que a gente recebeu, estava com um comportamento um pouco estranho: ela tinha um monte de zeros e um monte de uns, não havia ninguém que desistia ali no meio. Então, a gente supôs que aquela não seria a variável certa para olhar.

Assim, eu acho que o jeito que a gente pode usar para fazer isso é a engenharia reversa. Se a gente conseguisse ter acesso aos dados de execução, a quanto foi pago de fato para cada um dos cursos, como a gente sabe o valor/hora que é pago por curso, a gente consegue fazer uma engenharia reversa – eu tenho o número de completantes, eu tenho o quanto foi pago para cada turma. Se eu conseguisse nesse nível... Não sei se o MEC tem essa disposição e se seria possível ter acesso a essa base nesse nível, mas a gente poderia fazer essa conta e estimar – com o que foi pago em relação ao que completou – para ter uma ideia dessa evasão entre os pagos. Mas é só para esclarecer que o número que a gente apresentou é a evasão dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Dos inscritos, pronto. Isso foi importante.

Eu queria passar a palavra para o Dr. Geraldo.

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Bem, vou fazer algumas considerações que são extremamente importantes neste contexto em que aqui se está discutindo.

A primeira delas é que, realmente, existe evasão não financiada no conceito do Pronatec, que vai até esses 20%, e existe a evasão que também é computada, mas que só é financiada em parte, que é a parte proporcional à execução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista de educação profissional e tecnológica, um aluno, quando ele entra numa sala de aula e recebe uma parte da carga horária, ele leva aquele conhecimento consigo. Essa evasão também precisa ser medida. Há evasões porque ele teve algum problema pessoal, há evasões porque ele conseguiu um emprego de repente, informal ou formal – aí, o informal é o que a gente hoje tem dificuldade de medir –, mas, acima de tudo, ele, sendo um evadido de uma parte proporcional do curso, ele levou esse conhecimento consigo. Então, ele está mais qualificado do que quando entrou.

Quando a gente trata também do Pronatec como um todo, nós temos uma particularidade: quem é o público prioritário para se atender no Pronatec? Nós devemos lembrar que, fora do Pronatec, nós temos o ciclo regular das instituições de ensino.

O que é esse ciclo regular? São os vestibulares dos institutos federais; as CEDUCs também têm escolas técnicas lá na ponta; o setor privado, com mensalidades menores ou maiores, também fomenta a educação profissional; o Sistema S também promove, através do acordo de gratuidade, vagas gratuitas para a população. Isso é o que nós chamamos de ciclo regular.

O ciclo não regular, que é o Pronatec, que é aquele em que a gente descentraliza recursos para a ponta, ele tem que ser um pouco prioritário, e uma das prioridades é o público do CadÚnico. Porque, se você for balizar... É claro que a gente, do lado de cá, poderia dizer "Não, mas, para mim, é mais interessante eu fazer um processo seletivo com esse jovem de baixa renda e com alto índice de vulnerabilidade." Mas, se a gente for aplicar esse método, pode ser que ele nem venha fazer o teste.

Os exercícios que a gente encontra registrados, de momentos anteriores, sugerem que, de fato, a adesão ao Pronatec é voluntária. Ou seja, aquele ente que entra no Pronatec sabe, ele entra porque deseja ofertar o curso, e aquele jovem ou beneficiário que vem fazer parte do programa também vem voluntariamente.

É claro que um sorteio, como você sugeriu, pode trazer uma aleatoriedade ou até pode afastar o público, porque, se o público sabe que está vindo primeiro se inscrever, mas que vai entrar num sorteio para ver se consegue a vaga, pode ser que, numa segunda edição do programa, ele pense "Ah, não, tentei, fui um dos primeiros, mas nem... Não vou mais." Isso precisa ser medido para a gente poder tentar dimensionar o impacto.

Então, um dos públicos prioritários é o pessoal do CadÚnico, até por ser de baixa renda e a gente dever dar oportunidade a esse público de se qualificar.

Outro público prioritário são os desempregados, que a gente tem no Ministério do Trabalho como consequência tanto de crises econômicas como também de baixa qualificação. O empregado que está no setor que não está qualificado ou não procurou se qualificar, ele é, digamos assim, o público prioritário para demissão. E quando ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

volta para o mercado informal, começa a consumir do Governo previdência, começa a ter aqueles seguros e a gente tem que trabalhar para que ele volte para o setor produtivo, volte a produzir, ou seja, que a receita comece a entrar para a previdência de volta. Até hoje nós temos um cenário polêmico sendo debatido em âmbito nacional no que tange à previdência.

O terceiro público prioritário e não menos importante é o jovem. Então, se no CadÚnico, que é do pessoal de baixa renda prioritariamente, depois dos desempregados, for atendido, a gente também tem de lembrar do jovem, porque se houver um critério de prioridade para investir, o jovem vai ter, digamos, mais prioridade do que alguém que... E isso depende também do curso. Há cursos técnicos de longo prazo, em que a gente investe mais no jovem, já que ele vai ter uma formação e uma projeção ao longo de sua carreira, e outros públicos em que a gente investe por segmento produtivo.

Então, quando a gente fala de evasão, o conceito de evasão, para a gente, é até complexo de mensurar e já foi objeto de várias rodadas de tratativas, inclusive com os órgãos de controle, porque temos a evasão não financiada, que é essa que o Felipe Morgado colocou com propriedade. Então, a evasão não financiada a gente nem contabiliza, porque eu tenho aquele recurso ou no meu orçamento ou na ponta que eu posso repactuar dentro do mesmo exercício. Então, uma demanda hoje que se evade do Sistema S e não está financiada, eu levanto outro mapa de demanda identificada dentro do mesmo exercício e ele bota o aluno em curso. Daquela demanda que o aluno começou, fez uma parte da carga horária e de repente se evadiu, eu pago só o período que ele cursou, e ele levou consigo isso daí. O período que ele não cursou, novamente é contabilizado, e a gente bota em uma outra pactuação para que a gente consiga aproveitar esse recurso ao máximo. É por isso que ao longo do ano a gente faz uma sequência de pactuações para mitigar essa questão.

A prestação de contas, inclusive, que a gente normalizou junto aos órgãos de controle e hoje é objeto da portaria mais atual do Pronatec, que é do final de 2017, aliás, é do final de 2015, que é a 817, ela tem prestações de contas distintas, a depender do ente. As SNAs, Estados, distritos e Municípios recebem o recurso através de uma portaria de adiantamento financeiro, eles vão cumprindo isso daí em objeto e comprovam em horas cumpridas. Aí você até pode nos questionar, como MEC: "Mas, poxa, porque o objeto é horas cumpridas e não o número de matrículas?" A gente até pode usar, mas como eu tenho um curso FIC com uma carga horária muito variável, vai de 160 a 400 horas, e o curso técnico vai de 800 a até 1.500, aproximadamente, a ordem de grandeza, então, nós terminamos chegando à conclusão técnica de que a melhor forma de medir é por hora realizada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um detalhe. Sempre foi assim o pagamento: por hora, por hora/aula feita por aluno?

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Sempre foi medido dessa forma. A mensuração é dessa forma. Agora, o pagamento... Houve momento no Pronatec, lá atrás, como o pessoal até testemunhou aqui, em que as primeiras edições do Pronatec, nos idos de 2011, entre 2011 e 2012, eram realmente um evento, se chamavam os ofertantes e demandantes para que eles comessem a trocar informações de como seria a melhor forma de fazer a pactuação. Esse é o modelo ideal? Jamais. A gente já venceu isso, mas, por um tempo, ele foi assim.

Ele foi assim até 2013, aproximadamente. Ele foi assim até 2013. Era um evento: as pessoas pagavam suas passagens para vir aos Estados, aos Municípios, e entidades ofertantes vinham para conseguir fazer essa oferta. A gente já pacificou isso. Houve notificações até do próprio órgão de controle, dizendo: "Poxa, vamos lá! Comprove como está gastando esse recurso." A própria gestão anterior já deixou isso documentado, e a gente partiu desse ponto, evoluindo.

Com relação também a alguns comentários feitos aqui, o ente estadual, distrital...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Geraldo, quero aproveitar sua presença ainda aqui.

É possível a gente ter uma colaboração do MEC com o Ipea para a gente ver, se possível, quanto é a evasão não financiada, se esse número aí realmente bate, a evasão que é parcial? Senão, a gente fica conceituando e não quantifica. E qual é a evasão final no curso após os 20%? Eu soube aqui que, quando não chega a 85% de concluintes, você não recebe. Então, como a gente pode encontrar esses números, para que a gente possa fazer o acompanhamento no futuro? Podemos dizer: "Olha, o Pronatec tem três tipos de evasão que vão ser acompanhados a partir de agora."

A evasão não financiada é importante, porque ela tem a ver com a focalização. Certo? Então, ela é importante, não deixa de ser importante, mas também não desqualifica o programa, porque, se a imprensa pega um número desses, desqualifica o programa, a política pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Precisa divulgar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É isso aí! Precisa divulgar bem, para que a gente possa atender a vontade da população, da sociedade brasileira, de manter aqueles recursos.

O que a gente tem falado muito aqui é que, com a PEC dos gastos, é este o debate que o Brasil precisa fazer. É isto aqui! A reflexão é esta. É a realidade. A gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa colocar a realidade na sala ou, como se diz no interior, o bode na sala, para que a gente saiba qual é o tamanho do nosso problema.

Então, a gente precisa saber: a evasão não financiada gera custo? Gera. Sabe por quê? Porque há mobilização, há pessoas trabalhando, há entidades se mobilizando, há publicidade. É não financiada, mas tem custo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Tudo custa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Tem um custo.

A evasão parcial é importante, deixa esse legado? É. Mas são quantos por cento? Por que nós vamos atuar? Como é que nós vamos atuar na evasão parcial? Quais são as atitudes que nós, aqui, temos de ter para diminuir a evasão parcial, para que aumente o percentual de conclusão?

E, finalmente, a evasão final é um número importantíssimo, que dá efetividade ao programa.

Então, eu queria ver se é possível a gente, até o final desses estudos, conseguir construir esses indicadores do MEC com o Ipea e com o TCU.

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – O primeiro ponto, Senador, é que o Ipea é uma entidade competente para fazer o estudo que desejar. É um estudo bem recente, de agosto de 2017. Nós fomos até convidados para a apresentação. Conversei com o Lucas na ocasião. Não só a porta do MEC está aberta para a gente diligenciar isso em comum acordo, como também é preciso que a gente tenha acesso ao microdado. Pode ter havido algum viés lá que não foi considerado, como talvez esse que o Felipe Morgado está colocando. Isso não desmerece o estudo que vocês fizeram – é um ponto de partida importante –, mas tão somente são novas variáveis que entrarão no modelo de aferição e que vão mitigar esses mal-entendidos.

Então, estamos assim, abertos ao diálogo e interessados em construir essa ferramenta. Se eu pudesse hoje ter uma ferramenta automática que me desse esse dado, seria ótimo. É um trabalho manual de proporções épicas fazer esses levantamentos com os sistemas que nós temos hoje disponíveis, que ainda estão em evolução.

Apenas para deixar claro, do ponto de vista de Erário público não há prejuízo. Isso já vem desde a criação do próprio programa, como pelas correções de irregularidades. Houve um tempo, por exemplo, nessa época em que chamavam os entes à mesa, em que o recurso era repassado todo ano. Eu chegava lá e repassava para um Estado ou até para o SNA um recurso x, ou para qualquer outro ofertante. No ano seguinte, sem fazer uma medição prévia, eu repassava x novamente. Isso rapidinho o TCU veio e questionou: "Por que você está passando todo ano? Você está medindo o que está acontecendo?" Aí, foi medir, viu que havia recurso sobrando, e o pessoal já ajustou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse ajuste foi feito. Prejuízo ao Erário não há. O que houve talvez foi, digamos, um lapso temporal em que ficou uma parte do recurso ocioso, mas foi aplicado; aplicado devidamente.

Ainda...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para finalizar: então, é possível a gente criar esses indicadores de evasão?

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – É possível a gente desenhá-los.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pronto. É isso que a gente quer! O nosso objetivo aqui, Geraldo, é fazer esse tipo de esclarecimento para o cidadão. Nós vamos acompanhar. É importante? É. Então, nós vamos acompanhar. Precisamos da colaboração de todos aqui para que a gente tenha esses indicadores claros, porque isso facilita até o trabalho do TCU. Se o TCU tiver pactuado que esses indicadores são importantes, isso já vai gerar, no próximo relatório do Pronatec, algo mais positivo em relação a isso.

A Senadora Ana Amélia quer falar?

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Nós temos, inclusive, Senador – desculpe a interrupção –, quatro acórdãos, em andamento pleno, que estão com várias determinações e recomendações que tocam muito nesses pontos. Eles são recentes; não são acórdãos que existem desde o início do Pronatec, até porque parte do Pronatec veio, digamos... Ele encerrou um ciclo grande de pendências no final de 2015 e início de 2016, coincidentemente quando houve a mudança de gestão.

Desculpe, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso... Eu percebi, Geraldo, que você tem um grande compromisso com esse programa, o que é ótimo, e uma defesa candente, o que é perfeito. É um servidor público exemplar. Mas penso que as suas ponderações – não para contestar, mas para menos – sobre relatório, a pesquisa feita pelo Ipea, eu penso que há males que vêm para bem. Acho que, não fosse essa instigação pelo que foi feito, talvez a gente não fosse chegar a esses pontos, que são cruciais, como o custo-benefício de um projeto maravilhoso para a sociedade brasileira, para o beneficiário, que é o jovem.

Até houve uma pergunta de uma pessoa do Paraná, das que foram lidas, em que ela falou que isso não deve ser distribuição de renda. Na verdade, é a porta para a distribuição de renda, porque, quando se profissionaliza um jovem adequadamente, ele está entrando para o mercado laboral e, portanto, para ter renda. Então, eu acho que esse é o caminho mais correto, o projeto da famosa "não dê o peixe, ensine a pescar". É mais ou menos isso que está se fazendo com o Pronatec, preparando e qualificando. Basta você andar em qualquer lugar do mundo, qualquer lugar. Eu visitei agora, recentemente, a convite do Governo, Taiwan, e fiquei impressionada. É uma ilha, claro,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

é pequenininha. É uma ilha pequena, mas é uma ilha que jogou todo o seu poder na informação, na educação e na tecnologia. O Vale do Silício de Taiwan talvez se compare ao Vale do Silício dos Estados Unidos. É isso que faz a diferença da Coreia do Sul, é isso que faz a diferença da Irlanda, da Finlândia, da Suécia, países que até estavam à margem, eram países pobres, atrasados, e esse investimento mostrou... E no Brasil, mais ainda. Nós estamos hoje com analfabetos funcionais. As pessoas saem sem saber o que escrevem. Os erros... É só olhar as redes sociais. Eu fico pasma com os erros. Às vezes gente com curso superior, Geraldo. Com curso superior! Erros graves de português. E a nossa língua é uma língua difícil, mas não é o mandarim, não é o alemão, um negócio muito complicado. É uma coisa trágica. Eu fico muito triste quando vejo.

E aí você faz uma avaliação das nossas deficiências na área da educação e da formação dos jovens. Houve uma queda na qualidade do ensino, e uma queda também na aprendizagem. Aqueles critérios: tem que aprovar, aprovar, não pode reprovar o aluno. Mas se o aluno não tem capacidade, como é que você vai aprovar um aluno? Aí chegamos a esse ponto. Nas universidades é a mesma coisa. As próprias universidades estão dizendo hoje que estão apavorados porque o primeiro ano da faculdade é para ensinar aquilo que não foi ensinado no ensino médio.

Então, eu acho que foi positivo. Eu, por exemplo, não imaginava o grau de riqueza que este debate estava promovendo, meu caro Roberto, e eu lhe agradeço por isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado.

Senadora, uma coisa que a senhora traz, que eu sempre reputo fundamental, é o debate de alguns princípios. A senhora toca em um princípio básico. A distribuição de renda para quem não tem condições pode ser feita de forma direta, mas há também a ideia de que construir a educação e criar empregabilidade é uma distribuição de renda sustentável. Todas as duas têm o seu valor, e a gente tem que conseguir construir um País que não precise ficar debatendo se uma é melhor do que a outra. O Brasil precisa dos dois sistemas para que, complementarmente, possamos construir uma sociedade mais justa.

Então, quero agradecer mais uma vez e sempre a sua participação aqui, e dizer ao Dr. Geraldo que, na próxima reunião, na próxima audiência pública, nós vamos focar nesses indicadores. A gente quer deixar esses indicadores não para você, Geraldo, para mim, para os Senadores ou para os técnicos, mas como política pública de Estado. A gente quer, no próximo debate, quando a gente vai focar a oferta, indicadores de desempenho, fazer um debate muito focado nesses indicadores, porque isso vai facilitar que o TCU e a sociedade possam acompanhar se efetivamente a política pública está tendo resultado ou não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Só uma resposta muito breve. Acho ótimo, vamos fazer uma reunião e acertar mais isso. A base de dados que a gente recebeu foi extraída pelo próprio MEC, a base do Pronatec, mas ela não tem uma variável que me diga qual matrícula foi financiada e qual não foi e em que proporção. Então, se a gente conseguisse obter essa base, contando quantos por cento do curso cada matrícula construiu, contando os que valem logo de cara, vamos ter... Enfim, sabendo quantos por cento do curso cada matrícula construiu, quais foram financiadas, a gente poderia até fazer um estudo mais interessante de dosagem. Então, não preciso fazer com base em se concluiu ou não concluiu, que é como a gente faz, para poder ver a dosagem e aí ver o fato... Concluiu 70% do curso, qual o impacto de concluir cada porcentagem que a pessoa vai concluindo no emprego?

Então, se a gente puder fazer isso, acho que o estudo vai ganhar muito e, no final do estudo, a gente inclui uma série de cálculo de custo-benefício, e a grande dificuldade de construir esses cálculos, na verdade, foi saber exatamente quanto cada curso custou e quantos por cento de evasão. Se a gente conseguisse melhorar essa parte do estudo, para a gente vai ser excelente e, se pudesse ter também acesso a esses dados que o Felipe Morgado mencionou do Senai, dessas provas, desse acompanhamento dos egressos e tudo isso, acho que enriqueceria muito o estudo.

Esse é um estudo que ainda está em *working paper*, ainda é um texto para discussão, ele ainda não foi publicado em revista acadêmica, então a gente tem todo interesse de fazer isso e chegar a um número mais próximo e detalhado possível.

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – A única ressalva é exatamente esta, Lucas: é nós, como gestores da ação, termos a oportunidade de fazer essas ponderações. É natural que você, que está na área acadêmica mais aprofundada, porque o Ipea tem esse objetivo, tenha usado como parâmetro, realmente, início da oferta ou fim da oferta, mas há outras variáveis que enriquecem o seu estudo, e nós vamos conseguir chegar a um denominador bom.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para finalizar essa etapa...

O SR. ALMIR SERRA MARTINS MENEZES NETO – Eu queria, apenas, fazer uma observação a respeito exatamente do que é evasão e até para colaborar com essa possibilidade de estudo, de que uma coisa é o que estava acontecendo antes de 2016 e outra coisa é depois de 2016, porque houve uma Portaria 817, que marca uma diferença importante.

Antes disso, após 20%, o aluno que ultrapassou 20% e evadiu depois de 20%, havia, sim, o repasse integral do curso para as instituições. Então, isso é importante. Quer dizer, há o financiamento, sim. "Eu abandonei o curso, eu evadi com 22% da carga horária..." Bom, o curso vai ser pago integralmente. E há uma razão para isso. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

razão é porque já houve toda uma mobilização no curso, os custos do curso já foram feitos: contratação de sala de aula, de professor, impressão de material, etc.

Esse foi um debate que nós tivemos, inclusive, com o MEC, perguntando: por que paga integral? Por que não suspende o pagamento no momento em que evadiu? E a justificativa, a gente conversou isso inclusive com o Senai, foi esta: de que os custos já tinham sido computados, todos absorvidos, todos imputando... Não fazia sentido interromper ali, senão o prejuízo seria grande das instituições ofertantes, e isso poderia, inclusive, provocar um afastamento dessas instituições do programa. Então, essa era a razão, mas que há um pagamento, há um pagamento, sim.

E essa regra muda em 2016, com a nova portaria, e passa a exigir os 85% de conclusão. Foi uma nova abordagem para tentar equacionar essa questão financeira.

Então, era essa a observação.

Agora, eu considero muito importante avançar nessa questão. Lembram que, na minha observação, eu falei da questão da evasão e que a gente acabou não tratando dela especificamente como uma questão de auditoria? Foi por todos esses elementos, essa falta de acesso, a falta de qualidade da base que nós tínhamos na mão, que não permitia, de fato, conseguirmos avançar nessa questão de auditoria.

E eu vejo que é um momento importante para fazermos isso, e vamos aproveitá-lo.

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – E vou além, aproveitando que sou o dirigente responsável da área: hoje, no Pronatec, nós tínhamos mais de 40 iniciativas, algumas das quais não têm como objetivo empregabilidade imediata, por exemplo, o Pronatec Prisional, cujo objetivo é ressocialização do preso com vistas a diminuir a reincidência, porque os dados do MJ mostram reincidência, e ainda há a remissão de pena, porque ele se qualifica. Além de ter chance de entrar no mercado de trabalho, diminui a superlotação dos presídios.

Então, é um objetivo que está dentro do escopo do Pronatec e nesse, por acaso, vai ser difícil medir empregabilidade, embora muitos consigam renda depois.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Geraldo, nesse ponto, já estamos passando aqui por uma porção de perguntas que seriam feitas à frente e talvez nós já estejamos finalizando. Talvez seja alguma coisa em que, no desenho do programa, tenhamos que criar o Pronatec Social, alguma coisa que desmembre esse indicador para que não contamine, porque é óbvio que, quando você fala do público-alvo do sistema prisional, ele tem que ter um tratamento completamente diferente desse debate que tivemos aqui agora. É outra coisa, são outros objetivos, outro olhar, talvez outras métricas, outras metas.

Então, talvez seja importante, aproveitando a sua fala e este trabalho que estamos fazendo aqui, propor subgrupos do Pronatec, para que não coloquemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

banana, laranja na mesma cesta. É claro que são todas frutas, mas precisamos estabelecer, até para dar focalização e melhoria do gasto público, porque, senão, vamos ficar sempre: "Ah, não, isso aqui não pode ser medido, porque tem isso." Não, temos que medir isso e temos que medir isso de cá; temos que ter medições e olhares diferentes.

Eu acho que este é o grande legado que este debate aqui pode deixar para o Pronatec, de dizer: "Olhe, é fundamental, todo mundo que passou por aqui entende que é fundamental, a sociedade, que está nos assistindo e que mandou, quer que seja bem feito e que possamos fazer uma avaliação." Então, no que pudermos fazer juntos, para que você possa qualificar ainda mais o trabalho do MEC, pode ter certeza de que esse é o nosso maior objetivo.

Então, acho que colocar subprogramas ou estabelecer é importante, para que criemos a focalização de acordo com o público-alvo. Talvez haja o Pronatec Social e, dentro do Pronatec Social, outras formas de atendimento.

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – O objetivo é, primeiramente, aproveitar o momento da audiência para relatar essas características, porque, às vezes, até do ponto de vista dos bastidores daquilo que é pensado, isso não esteja tão claro para a sociedade.

E por que isso está vindo à tona com tanta relevância? Porque, de 2014 para cá, em todos os anos sucessivos, devido ao cenário econômico que se instaurou, o Pronatec experimentou uma redução orçamentária de 50% ano a ano, ou seja, em 2015 tinha metade do recurso de 2014; em 2016, metade de 2015. De forma que, neste ano de 2017, eu tenho um oitavo do recurso que eu tinha em 2014 – que eu, não, que a gestão na época tinha.

Então, essas outras demandas das 40 iniciativas começaram a ecoar porque muita coisa... Como só se tem recurso basicamente para continuidade, que é com o que a gente está trabalhando hoje, todas essas outras iniciativas tiveram, de alguma forma, uma descontinuidade ou uma perda de escala. E aí, os 15 ministérios demandantes – porque é uma articulação grande – começam a procurar o MEC e mostrar a importância de cada ação. E eu não tenho, como servidor público e técnico à frente da ação, como não ficar sensibilizado e aproveitar esse momento também para externar que existem essas particularidades e que a gente precisa, sim, definir a métrica com a qual vai ser avaliada aquela ação que é muito específica ou até pensar em como continuar essa ação, se vai ser Pronatec ou até uma outra ação para essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Essa é a questão: se é ao MEC que cabe...

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Mas é uma série histórica. Nisso aí nós temos uma série histórica. Nós só estamos, como gestão interina que absorveu a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ação, compreendendo-a e relatando as particularidades. Até para descontinuar, há efeitos colaterais, então, precisa ser bem medido, bem mensurado para que a sociedade, que está contando também com essa prestação de serviço, não tenha esse prejuízo. E, às vezes, podemos estar com parâmetros errados em medição, como o Lucas colocou no seu estudo – muito bem fundamentado, mas em que uma pequena parametrização ali podia mudar um pouco o olhar do resultado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Agora, já adiantando, algumas questões foram respondidas. Nós fizemos cinco questões. A outra questão era referente à distribuição do público-alvo do Pronatec entre as diferentes modalidades. Existe o Bolsa Verde, o Prisional. Quais são essas interfaces com o setor produtivo? Acho que isso, de alguma maneira, nós já abraçamos aqui nesse debate.

A questão também da falta de relacionamento com o mercado informal. Eu acho que essa é uma realidade de todas as instituições. Elas se relacionam, mas não conseguem medir e qualificar. E aí...

Há alguma coisa a acrescentar?

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – O senhor tocou num assunto também de outra ação, que é o Bolsa Verde. O Bolsa Verde, por exemplo, é uma ação de qualificação voltada para o público que reside em torno das florestas para conscientização e qualificação de como não permitir o desmatamento. É uma renda informal porque eles ficam à frente dessa ação na conjectura, é uma qualificação que fica com o cidadão e traz um benefício social para a nossa Nação.

Aí como medir – e estou provocando realmente a audiência –, a efetividade ou a escalabilidade, se deve aumentar, se deve diminuir? São questões complexas e não são fáceis de mensurar. Essa demanda ocupa pouquinho do meu orçamento, mas, de fato, se eu descontinué-la, tenho um prejuízo na ponta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E acho que não deve ser descontinuada. Agora, acho que isso a gente precisa deixar claro, e por isso essas perguntas, Geraldo, para que nós possamos entender a extensão do atendimento do Pronatec.

O Pronatec tem uma extensão que vai além do que a gente pensa simplesmente da competência da educação profissional. Ele tem uma atividade que estende essa ação.

Mas, passando por isso, eu queria solicitar, para finalizar... O quadro de avaliação está aí? O último quadro?

Senadora Ana Amélia, é interessante isso aqui. É claro que a quantidade de instituições ainda é muito pequena. Nós pegamos os objetivos com o olhar da demanda. Nós pedimos às instituições que fizessem uma avaliação de zero a cinco em relação à expansão, interiorização e democratização. E nós vimos que a média dada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de nota foi quatro. Sobre a expansão da rede física, 3,66. Na melhoria da qualidade do ensino público por meio da articulação com a educação profissional, não houve indicadores que pudessem medir isso.

Então, é interessante, porque, quando a gente vai fazer uma aferição de indicadores, a gente tem que aferir o objetivo, se alcançou ou se não alcançou. A gente tem objetivos que não conseguem ter indicadores. Aí é por percepção, não há indicador real.

São percepções das instituições: ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento, formação e qualificação profissional, 3; difusão de recursos pedagógicos, 3,33; e o estímulo à articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda, 3. Em que pese que, quando a gente vai ver sob o olhar do seguro-desemprego, a efetividade é menos de 1%.

Então, quando a gente cai num indicador específico, a gente ainda tem uma baixa compreensão do resultado.

Para finalizar, eu queria que fosse colocada a questão número cinco.

Em função dos objetivos do programa e com foco na demanda, quais foram os pontos positivos de experiência Pronatec na sua instituição? Quais as oportunidades de melhoria que se apresentam? Quais os pontos de manutenção, aprimoramento e inovação?

Ou seja, quero finalizar aqui com todos, se puderem especificamente dizer: "Na questão da demanda, eu entendo que esse, esse e esse ponto devem ser focados para os próximos programas dos governos e com foco na política pública de educação profissional."

Então, queria iniciar essa fala final com a Dr^a Paula para pudesse, já se despedindo, colocar esses pontos objetivamente.

Quais são os pontos, com o olhar da demanda, que podem ser melhorados?

A SR^a PAULA GRIGOLLI PEDRO – Acho que esse é um momento único para o programa e para o Governo no sentido de parar e pensar um pouco sobre o que pode ser melhorado e pensar também no futuro.

Hoje em dia, com tecnologia de batimento de base de dados, de construção e manutenção de base de dados, a operacionalização de programas se torna mais fácil.

É importante para o Pronatec pensar um pouco em quais dados devem ser coletados, como a gente pensa na teoria da mudança do programa, o que o programa deve estar afetando para cada tipo de população, e que se colem os dados que são importantes para a gente entender o real impacto do Pronatec na vida do seu público.

Também é importante, e gostaria inclusive de fazer uma pontuação, porque falaram de avaliação de impacto e como daria para fazer avaliação de impacto por método de sorteio: uma pontuação que eu acho que é importante é que a gente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

também pode fazer avaliação de impacto por método de promoção aleatória, aproveitando o fato de que o Pronatec tem baixa adesão. Existe uma metodologia inovadora, ainda não muito implementada no Brasil, mas que pode ser usada no caso do Pronatec, que é a ideia de se promover, ao invés de você sortear o acesso ao programa, você promove o programa para um grupo específico que seja sorteado. A gente considera que essa metodologia é tão válida quanto uma metodologia como a que foi descrita antes, e pode ser feita de maneira bastante simples, sem custo de coleta de dados, sem uma série de limitações. Inclusive colocaram em uma das perguntas que a avaliação de impacto ou monitoramento é caro. Mais caro ainda é a gente não saber o impacto do programa.

Em termos do que pode ser melhorado no mapa de demanda, acreditamos que os canais podem ser aprimorados, podemos melhorar os prazos, a comunicação entre os diferentes atores, o cronograma de execução, centralizarmos um pouco o sistema em alguma plataforma que seja única, enfim, usarmos a tecnologia que já existe e que pode ser aplicada no caso do Pronatec.

E, finalmente, mais uma vez, voltando no ponto da minha fala anterior, é importante a gente olhar para o futuro, é importante tentar entender o impacto do Pronatec, mas também tentar desenhar e planejar como que o programa pode ser melhorado mantendo em vista o objetivo do programa, que é a melhora de empregabilidade, a inserção social em alguns casos, enfim.

Por isso é sempre importante a gente pensar na teoria da mudança do programa, entender quais são os efeitos, onde são planejados, quais são as populações, coletar esses dados, e aí a gente pensar como é que vai desenhar ou aprimorar o programa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Obrigado Dr^a Paula.

Queria passar para o Secretário José Gomes da Silva.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Não se pode perder o foco em termos da política em si, qual o benefício, como atender, quem é realmente o público-alvo disso. Isso é muito importante. Por quê? Mesmo da forma como a gente já vem administrando esse programa, a gente já teve muito êxito, a gente não pode negar isso. A gente tem muitas experiências exitosas.

Mas eu acho que o que estamos fazendo aqui é uma coisa muito importante, este momento de estarmos debatendo realmente com o representante do MEC, com os responsáveis por essa política. E o que se observou realmente é a boa vontade de querer melhorar essa política. E se ela é melhorada, ela vai atender realmente aquele necessitado – e a gente tem que ver a questão da inclusão das pessoas que realmente têm necessidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quais são as oportunidades de melhoria que se apresentam? É realmente em termos dos indicadores, deixar claro realmente, como avaliar o programa e quais as instituições que serão beneficiadas em termos de demanda para levar para os trabalhadores, principalmente no sistema prisional, principalmente a questão do Mulheres Mil.

Há programas excelentes, e nós não devemos negar a questão atual, hoje, da crise mundial, do número de desempregados que há hoje aumentado cada vez mais. No momento, é importante que esse programa esteja bem estruturado, para atender, realmente, a essa demanda desses desempregados – dar oportunidade, dar esperança a essas pessoas, que, muitas vezes, talvez nem acreditem mais.

Então, volto novamente à questão de um trabalho integrado, à questão do desenvolvimento...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – ... humano, à questão da motivação, da autoestima, porque quem está no mercado realmente está motivado, mas e aquele que realmente não tem acesso ao mercado, que está marginalizado, há muito tempo? Eu acho que é nesse que temos que focar, e é a grande quantidade no nosso País, nós não podemos negar.

E quais os pontos de manutenção do aprimoramento, das inovações? É na questão da tendência do mercado. Quais as profissões? Qual a exigência hoje desse profissional que esse mercado necessita? Então, focar nisso, na formação e realmente na necessidade desse mercado, porque, com certeza, isso vai facilitar a inserção desse trabalhador, desse que está buscando o acesso ao mercado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Secretário.

Com a palavra o Dr. Felipe Morgado.

O SR. FELIPE MORGADO – Rapidamente, Senador. Bem, primeiro, os pontos positivos.

Acho que, mesmo com todos esses pontos observados aqui, a coordenação do MEC foi essencial, para poder de fato haver um caráter educacional na oferta de formação inicial continuada de cursos técnicos.

No passado, havia uma série de cursos que não tinham caráter educacional, de educação profissional, apenas um caráter de assistência social. Então, acho que essa coordenação por parte do MEC ajudou muito esse trabalho.

O segundo ponto é que acho que o Pronatec está sendo oferecido pelas principais redes de educação profissional. Isso é um destaque – o Distrito Federal, o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema S, as redes estaduais. Então, acho que as principais redes de educação profissional do País estão no programa e são de fato redes credenciadas.

Capilaridade. Reconhecimento e interesse da sociedade. A gente não teve dificuldade com esse volume de matrículas, ou seja, a sociedade busca a educação profissional como um caminho. É um modelo desburocratizado. Há melhorias, mas é mais fácil dizer depois que aconteceu. Acho que agora a gente vai fazer o ajuste fino.

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE MORGADO – Por último, é preciso valorizar esse trabalho de articulação entre os demandantes. Acho que não deve ser fácil este trabalho de equilibrar isso tudo.

Agora, oportunidades de melhoria. A gente acredita, como indústria, que existem cursos, sim, de formação continuada que são menos de 160 horas, o que é importante para a sociedade.

Então, há esse lado. Segundo, melhorar a integração com o sistema público de emprego. Acho que isso foi um problema no Pronatec e precisa ser aperfeiçoado.

Utilizar os mapas de demanda já existentes pelas instituições, e, a partir desses mapas de demanda, fazer a aproximação com a realidade da indústria, como colocado no MDIC. E já foi relatado que o Senai priorizou as demandas da indústria, tanto que 80% da demanda do MDIC foi oferecida pelo Senai.

E melhorar o Sistec. Acho que foi colocado pelo TCU. O Sistec tem vários problemas, por isso a dificuldade nas pesquisas. Reconheceu o MEC, que lançou a Portaria nº 41, para ajustar os dados.

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE MORGADO – E isso eles estão processando.

E, por último, o mecanismo de avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Está bem, Dr. Felipe. Muito obrigado.

Passo a palavra para o Dr. Marcos Vinicius para as considerações finais.

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – Bem, primeiro, o ponto que a gente viu de experiência no Pronatec. O Ministério atende como públicas as empresas brasileiras. Então, esse programa foi muito importante porque, de acordo com um levantamento da CNI, de três empresas brasileiras, duas têm dificuldade em contratar recursos humanos qualificados. Então, esse programa serviu diretamente para reduzir o custo Brasil dessas empresas, já que 80% delas tinham que tirar dinheiro do próprio bolso que poderia estar indo para investimento e expansão, mas estavam usando para treinar funcionários. Aí o programa veio justamente para conseguir aliviar isso para as empresas e reduzir, na verdade, o custo Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de oportunidade de melhoria, já coloquei isso. A gente bate muito na tecla de demanda do mercado, que tem que ser o farol para o Pronatec. Isso a nova gestão, desde o momento em que assumiu, já levou em consideração. Mas é crítico. A questão de isso ter sido levado a mercado não tem muito a ver – relacionado ao MDIC – com a questão de público, porque a gente atende muita gente do público do MDS. O setor em que mais fizemos treinamento foi o setor sucroalcooleiro, treinando boias-frias para saírem do campo e assumirem máquinas colheitadeiras; mecânicos, dentro das usinas; e por aí vai.

Então, a gente tem já a experiência de que, quando você eleva a demanda de mercado, não interessa o público, interessa você fazer o ajuste correto da pessoa com o curso adequado a ela. Nisso a gente considera, sim, muito importante a questão de nivelamento, ou seja, não o nivelamento para selecionar, mas para que tenha conhecimento mínimo para fazer o curso. Se não tiver, que se faça a indicação para ele de uma lista de cursos em que ele tenha características adequadas para isso.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – O terceiro ponto é a questão da evasão. Então, essa sugestão do Senador é perfeita, porque, mesmo quando a evasão não é paga, isso gera um custo altíssimo para o Governo e para as empresas, porque, se eu tenho um setor que está demandando um determinado tipo de curso e, de dez, sete não vão para os 20% depois que vão receber esse recurso, isso para mim é um desperdício, porque vai ter que ser feita outra repactuação, e por aí vai.

Um outro ponto também que eu gostaria de levantar em termos de inovações desejáveis – e nisso o MEC tem nos apoiado muito, tem sido muito aberto para isso – é a gente fazer alguns pilotos de ações muito inovadoras dentro de qualificação profissional. Por exemplo, o Geraldo citou aqui a questão socioemocional. Ou seja, a gente está fazendo um piloto enorme no setor de tecnologia da informação para avaliar o impacto na empregabilidade, no comportamento do trabalhador. A gente dá quase um *coaching* executivo para ele de como se comportar no mercado de trabalho. Isso a gente tem visto já. Está na metade já....

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VINICIUS DE SOUZA – ... o nosso piloto e já temos visto resultados fantásticos.

A última questão que a gente também colocaria é a de se considerar fortemente o empreendedorismo, principalmente para questões e cursos como cabeleireiro, confeiteiro, e por aí vai. Só que empreendedorismo não aquele de prateleira que existe muitas vezes, mas o empreendedorismo focado no setor. Ou seja, um cabeleireiro teria que ter o empreendedorismo ensinando *marketing* pessoal, gestão de clientes, como se comportar com esse tipo de qualificação e como ele acessa o meio, ou seja, como



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ele se formaliza, mesmo sendo um informal, para conseguir os acessos e benefícios do meio. Então, essa questão é muito importante: você não só treinar no Pronatec para ser empregado, mas também para ser padrão ou para se autoempregar.

No mais, o programa a gente acha que tem um potencial fantástico. O que a gente pensa que é problema só do Brasil, como a gente vê, a gente estudou outros países e os problemas são idênticos, a dificuldade que se tem de fazer programas de qualificação. E, pelo menos para o setor produtivo brasileiro, esse programa não só é crítico como essencial. Assim que a retomada da economia se estabilizar, a partir do ano que vem, a gente vai começar a ter uma grande demanda por gente qualificada, e a gente precisa estar preparado para isso.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k., Marcos, a iniciativa é da Comissão.

Quero agradecer as palavras em nome da Comissão e da Presidente.

Queria passar para as considerações finais, para o Almir. Rapidamente, Almir, só para...

O SR. ALMIR SERRA MARTINS MENEZES NETO – Bom, quero dizer que, em termos de melhorias, eu acredito que a gente está no caminho certo, quer dizer, abrir portas para ter um sistema de avaliação mais consistente, uma qualidade de informação melhor, mas, do ponto de vista da efetividade do programa, voltar a falar da questão da pactuação e dessa questão do mapa da demanda, de você ter informações qualificadas no momento certo. Como eu disse, acompanhei uma mesa dessa de pactuação e, mais do que isso, a gente fez uma avaliação em nossa auditoria do resultado da pactuação, do mapa da demanda específico do MDE, como eles chamam lá, e a gente viu muitos problemas, problemas básicos, por exemplo, empresas apontadas que, na verdade, haviam sido fechadas muito antes de a pactuação se iniciar e assim por diante.

Então, é muito importante que as informações estejam disponíveis, que o MEC tenha essas informações. Não dá para culpar o MEC, por quê? Porque ele só está coordenando, são os demandantes que estão levando as informações. O MEC está só coordenando, articulando aquilo ali, mas é preciso que nessa articulação as informações estejam disponíveis, informações da Rais, do Caged. Em nosso acordo, a gente instigou o MEC: “Cadê o estudo do CGE?”, um estudo importante que começou a ser feito, teve uma primeira rodada, precisava de ser efetivado e parece que já está caminhando, parece que vai ser um produto importante, um produto que pode ser atualizado sistematicamente, também contando com os ofertantes e os demandantes, o mapa do trabalhador do Senai. O Senac tem um estudo parecido também de demanda no comércio e assim por diante. O MDIC, com o mapa, com essa demanda da empresa também, assessorado pela CNI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as informações estão aí e o esforço coletivo para qualificar essa pactuação eu acho que vai levar o Pronatec para um novo patamar, claro que sempre cuidando da avaliação continuada, como foi muito bem colocado aqui pelo Lucas.

É isso.

Mais uma vez obrigado pela participação e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k, Almir, muito obrigado também.

Dr. Lucas, rapidamente, dois minutos.

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Eu queria agradecer pela oportunidade de apresentar o estudo e principalmente de ouvir vocês. Foi muito interessante, a gente aprendeu muito e vai ser muito útil para qualificar o estudo, para melhorar a qualidade do estudo.

Eu queria colocar o Ipea à disposição de vocês. A nossa função é avaliar as políticas públicas. Por acaso a gente começou o estudo com o MDIC, mas a gente tem todo o interesse em expandir esse estudo em diversas formas e da melhor forma possível.

Eu acho que é a mesma coisa para o Banco Mundial, que também foi um parceiro importantíssimo, participou da elaboração desse relatório – não estou falando aqui em nome deles, mas tenho certeza de que eles terão muito interesse em apoiar qualquer tipo de avaliação, inclusive se a gente quiser fazer uma pesquisa de campo para conseguir olhar para o impacto no setor informal, porque, de fato, impactos em melhoria de renda, mesmo que informais, estão nos objetivos do programa e é importante que isso seja avaliado também, se não a gente fica naquele caso clássico no qual você fica procurando a sua chave embaixo do poste.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Então, eu queria colocar o Ipea à disposição.

Sobre o acompanhamento posterior, que eu acho que as instituições provedoras já têm obrigação de fazer, se me permitirem uma sugestão, eu acho que seria importante fazer isso também com os inscritos que não fizeram o curso, algum tipo de grupo de controle, porque é muito difícil você conseguir, só acompanhando o próprio concluinte, atribuir isso ao impacto do próprio programa.

Uma defesa aqui dos sorteios. O Minha Casa, Minha Vida distribuiu um milhão de casas com base em sorteio. Eu acho que, atualmente, a pessoa, quando vai se inscrever e são atribuídas vagas por ordem de chegada, isso também é um desincentivo, porque talvez você ficou sabendo um pouco depois e, por isso, você merece menos o programa? Deveria ter um período de inscrição em que as vagas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ficam abertas; a partir do momento em que esse período fecha, de quem se inscrever, se houver excesso de demanda para o curso, você poderia fazer um sorteio.

Mas, de qualquer jeito, outras estratégias que enfatizam menos o sorteio, como a divulgação incentivada de forma aleatória, como a Paula sugeriu e tal, também seriam igualmente interessantes para implementarmos a avaliação com o que podemos trabalhar. Dariam estudos com maior precisão do que o que conseguimos fazer.

Nós estamos expandindo o estudo para analisar o impacto no MEI; e não só na criação do MEI, mas também no pagamento das mensalidades do MEI, como para ver um pouco o impacto do empreendedorismo nessa semiformalização.

Acho que era mais ou menos isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k. Obrigado também, Lucas, Dr. Almir.

O momento é este: de ampliar as possibilidades para, depois, ofertar ao MEC, para que ele possa fazer a melhor escolha em relação à forma de implementação de melhoria.

Passo a palavra ao Dr. Geraldo para as considerações finais.

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Bom, primeiramente, deixo amplo e claro que o MEC sempre vai estar aberto ao diálogo e a responder qualquer sugestão de melhoria, absorver estudos que são feitos ou até propor novos estudos. Temos essa prerrogativa e contamos com o apoio de toda a sociedade, seja do cidadão diretamente, seja daqueles que são escolhidos pelo cidadão, como é o caso aqui do Senado, da Câmara e dos demais órgãos dos Poderes que compartilham conosco a gestão orçamentária.

É evidente que o Pronatec já experimentou algumas melhorias, tanto por força de determinações de órgãos de controle como também pela visão da gestão que assumiu e tecnicamente colocou bons técnicos à frente das ações com o compromisso de zelar pelo Erário público, de manter transparência nas ações e de maximizar os resultados.

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO ANDRADE DE OLIVEIRA – Então, hoje eu tenho esta missão lá como dirigente da execução do Pronatec: eu busco maximizar o que eu tiver de orçamento para chegar ao maior alcance possível; busco também efetivar a ação, porque temos frustração orçamentária na ponta. Então, tudo aquilo que articulamos, às vezes, quando chega o orçamento na ponta, ele tem deficiências lá que discutimos em outro fórum. Não dá tempo de discutir tudo num ponto só.

Como sugestões de melhoria, eu deixo aqui a possibilidade de os próprios Ministérios parceiros tentarem formatar suas metodologias de levantamento de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

demanda, porque cada um tem a sua peculiaridade. E isso pode ser registrado em notas técnicas deles, na ponta, para que até fique acessível para diligências futuras.

Deixo também como sugestão que os orçamentos de qualificação profissional como um todo sejam discutidos no âmbito da própria Casa Civil e sejam concentrados num único ente. Se o MEC é o melhor ente para executar a qualificação profissional, então que todos os orçamentos de qualificação profissional sejam concentrados lá, porque a gente hoje tem uma pulverização, eu tenho metas a atingir e experimento um orçamento restrito, em detrimento, às vezes, de algum orçamento de qualificação, ao longo da Esplanada, que poderia estar à disposição do MEC. Evidentemente há que se avaliar a política lá também para essa finalidade.

Deixamos aqui as portas abertas para os opinativos nos indicadores que serão pautados e dimensionados. E aguardamos a próxima audiência, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Primeiro queria agradecer a você, Geraldo, pela paciência, porque você tinha um outro evento agora às 5h da tarde. Queria agradecer de público e demonstrar também a grande capacidade que você tem, o envolvimento pessoal, o que foi colocado pela Senadora Ana Amélia desde o primeiro momento, viu, Senadora? Você vê que é alguma coisa visceral. É que ele é professor, e desde as primeiras...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Desde as primeiras vezes em que estivemos juntos, a gente percebe todo o carinho, e o carinho especial por esse programa, por essa política pública.

Mas também todos que aqui estão não estão aqui por acaso, não. As pessoas que se envolvem com educação têm quase um sacerdócio. E eu tenho a convicção de que todos que aqui estão buscam qualificar e melhorar este País que nós amamos.

Então quero, para as penúltimas palavras, porque eu tenho que fazer um encerramento formal, passar a palavra para a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero só cumprimentá-lo, Senador Roberto Muniz, porque eu acho que este foi o debate mais instigante por causa das perguntas. Em vez de cada um fazer uma exposição e nós fazermos perguntas, as perguntas foram feitas diretamente aos expositores. Então isso dá uma dinâmica de maior didatismo e maior compreensão do tema, inclusive para os telespectadores. Pelas perguntas e observações dos telespectadores, parecia que todos eles estavam aqui discutindo conosco e com uma compreensão muito clara do problema, da questão que estamos debatendo aqui.

Então o fato de eu ter destacado o Geraldo é porque eu percebi a defesa. Quando foi tocado, por conta do levantamento do Ipea, ele fez uma defesa candente, ele se



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sentiu injustiçado – vou usar essa a palavra, não é? –, me pareceu assim, vou lhe dizer, pela sensibilidade ou intuição feminina de uma Senadora que vê essas coisas.

Todos aqui foram perfeitos nas exposições, cada um na sua respectiva área, cada um fazendo a sua missão aqui: o Marcos Vinicius, a Paula, o Felipe o Dr. José Gomes, também o Lucas e o Paulo, representante do TCU, que têm essa missão, porque cada um tem um papel nesse processo. O deles é fazer aquela parte mais dura, especialmente o TCU, que é a questão da auditoria, o que está certo e o que está errado. E botar o dedo na ferida. O que está errado tem que expor e tem que corrigir. Essa é a função, que é fiscalizadora.

Então aqui se viu também, além da questão de que a gente tem que ter cuidado com a estatística, a estatística tem que ser precisa, que nós temos que ajustar, fazer programas com planejamento. Quanto vai dar? Qual é a... E antes de lançar o programa. Antes de ter nascido, o Pronatec deveria ter sabido quem ia demandar, quem ia consumir, separar o que é área social de inclusão social, porque também é inclusão social. Mas este era o objetivo: preparar jovens para o mercado de trabalho. Ponto. Eu acho que o Pronatec é isso, na minha compreensão.

Essa questão do prisional, da ressocialização, está em outro campo, mais no campo social, e tem estar lá. O MEC tem que supervisionar, mas ela tem um objetivo de inclusão e preparação profissional. Então, muita coisa foi feita aqui.

Eu queria, só a título de provocação mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É para isso mesmo, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A gente nunca fala... Eu tenho dois funcionários no meu gabinete que são egressos das Forças Armadas. Dois soldados. Foram soldados. Ficaram oito anos no Exército. Alguém falou sobre comportamento psicossocial. O Vinícius falou, isso me chamou atenção e me lembrei disto: são dois jovens aqui de Brasília que serviram e os dois não se conheciam. Eles são de idades diferentes, mas o comportamento deles em relação à disciplina, em relação à responsabilidade, ao esforço para vencer as suas dificuldades é notável. Não sei se é o meio em que estiveram durante sete ou oito anos, que é o tempo máximo que podem ficar depois do aproveitamento; depois são meio que "expulsos". E eles também têm no Exército a chance de fazer cursos e se aperfeiçoarem em informática e essas coisas todas. Então, eu percebo claramente esse esforço da cultura que eles trazem de uma instituição que tem um regimento... Não se atrasam, estão sempre no horário, estão sempre prontos, há até uma expressão do motorista: o "positivo operante". Brinco com ele: então, comandante, positivo e operante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, gostei de ver abordado isso aqui pelo Vinícius, ou seja, essa história do comportamento, da adaptação da pessoa ao ambiente em que está trabalhando, enfim, tudo isso.

Parabéns, Senador Roberto Muniz, porque trouxe aqui as pessoas certas para falar.

Se soubéssemos de jovens que participaram desse programa, talvez algum programa do Senai e outro de uma outra área que não o Senai, poderíamos trazê-los aqui para falar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Dar o testemunho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dar um testemunho. Acho que essas coisas... A gente está vendo sempre de um lado... Mas eles que recebem isso. Que tipo de currículo eles esperam? Como pode isso estar funcionando? O que eles enfrentam no mercado em relação à convivência com os colegas? Nós temos que ouvir a parte principal. É o jovem que vai se submeter a isso. Então, ouvi-los também, um ou outro de alguma escola, pegar um de cada escola, o líder de uma escola, de um Ifete da vida e trazer aqui para também ouvirmos as demandas deles.

Obrigada e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Obrigado, Senadora.

Quando se fala em capacitação de pessoas, fala-se muito no CHA, que é competência, habilidade e atitude. A senhora traz pessoas que conseguiram ter competência, mas também ter atitude no ambiente de trabalho. E tendo no ambiente de trabalho, também têm em suas casas, nos seus bairros, junto aos seus vizinhos, na sociedade como um todo. E isso é muito importante.

Eu queria, para finalizar, destacar os comentários de duas pessoas que participaram do e-Cidadania, elas são do Rio Grande do Sul, em homenagem à Senadora Ana Amélia. Elas colocam dois comentários interessantes sobre a visão do que está acontecendo aqui e agora: "Programas de profissionalização de pessoas hipossuficientes é fundamental para instrumentalizar produtivo. O que não se pode permitir, assim como em vários programas assistenciais, é o acesso a programa subsidiado a quem não necessite" – quem falou isso foi o Leonel Mattjie.

A Dirce Maria de Lemos Minella, também do Rio Grande do Sul...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A primeira é de quem? Qual é o nome?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Leonel Mattjie.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Dirce Maria de Lemos Minella comenta que: "Em apoio a essa avaliação, de modo a educação no Brasil ser mais efetiva e menos orientada para posições políticas extremas".

Esses foram os comentários dos nossos ouvintes.

Queria destacar aqui, Senadora, a sua presença e convidar todos, porque vamos ter outra rodada com essas mesmas instituições no dia 9 de outubro, só que nós vamos discutir a oferta. Isso tem a ver com a qualidade do curso, com a questão das horas do curso e dos indicadores de desempenhos. Hoje tratamos rapidamente da questão da evasão. Então, no dia 9 de outubro, segunda-feira, às 14h30 estaremos aqui para dar continuidade.

E, a partir daí, Senadora, vamos fazer... O nosso compromisso com a Presidente da Comissão é fazer um pré-relatório – será a primeira vez que vamos fazer assim – e ofertar esse pré-relatório ao debate dos Senadores. Então, vamos entregar esse relatório para fazer o debate e vamos fazer uma audiência pública com todos os Senadores, convidando quem desejar para fazer o debate do pré-relatório, para ampliar ainda mais a visão que foi retirada daqui com esses colaboradores.

Então, para encerrar, agradeço a todos os técnicos da equipe da TV Senado, todos os consultores e assessores presentes.

Convoco para amanhã, dia 26 de setembro, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à sabatina do Sr. Alex Braga Muniz para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine) e à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 49 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Ana Amélia, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, José Maranhão, Simone Tebet, Lindbergh Farias, José Agripino e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor ALEX BRAGA MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Alex Braga Muniz, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - Ancine, com 14 votos favoráveis e 1 voto contrário. **Observação:** A votação do Relatório ocorreu mediante escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo** - que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o conceito de "educação e aprendizagem ao longo da vida" entre os princípios do ensino, bem como no âmbito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da educação de jovens e adultos e da educação especial." **Autoria:** Deputado Eduardo Barbosa. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Declara o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva Patrono da Independência do Brasil." **Autoria:** Deputado João Paulo Papa. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 14, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** 1- Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, de Requerimento de Urgência para a matéria. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo** - que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo."

Autoria: Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 -**

Terminativo - que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará - PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma

emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 -**

Terminativo - que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"."

Autoria: Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 -**

Terminativo - que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação.

ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2011 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Oeiras (UFO), no Estado do Piauí." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:**

Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, de 2011 - Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Ji-Paraná, com sede no Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia." **Autoria:**

Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2011 - Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Militar de Porto Velho, no Município de Porto Velho, em Rondônia." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de

pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2013 - Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste do Pará - UFNORPA, com sede no Município de Bragança, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e da Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA."

Autoria: Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, para criar o Instituto Federal do Sul do Maranhão." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, de 2013 - Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano (UNISSE), com sede na cidade de Poço Redondo, no Estado de Sergipe." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2013 - Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, de 2013 - Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar campi da Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (Univasf) na região do semiárido de Sergipe, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2013 - Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na região banhada pelo Vale do Rio Real e a instalar atividades de extensão e programas de residência profissional em saúde da UFS no Município de Simão Dias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, de 2015 - Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, nos municípios de São José de Mipibu, Jucurutu, Touros, Mossoró, Umarizal, São Miguel, Alexandria e Tangará." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3. Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 5. Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6. Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183/2009, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Giannazi – Deputado Estadual PSol/SP; Gerson Ferreira Tajés - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos ou representante; Representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM/FG; Representante do Supremo Tribunal Federal /STR; Representante do Ministério do Trabalho/MT; Representante do Ministério da Cultura/MC." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)."

Autoria: Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 45 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "Violência nas Escolas Públicas", com a presença dos seguintes convidados: Deputada Federal Pollyana Gama; Miriam Abramovay - Coordenadora da Área de Estudos sobre Juventude da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (ou representante); Gina Vieira Pontes - Professora do Centro de Ensino Fundamental nº 12 de Ceilândia/DF; Marlova Jovchelovitch Noletto - Diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil (ou representante); Representante da Secretaria de Educação do DF; Representante do MEC." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque.

Resultado: Adiado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 47 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2017-CE, aprovado por esta Comissão no dia 20 de junho de 2017, a inclusão dos seguintes convidados: André Regis de Carvalho, Vereador do Recife; Caio Callegari, Coordenador de Projetos do Movimento Todos Pela Educação; Guilherme Antunes, Gerente de Projeto da Fundação Lemann; Pedro Grandson Aguiar, Gestor Escolar de Sobral/CE; Idilvan Alencar, Secretário de Educação do Estado do Ceará; Dalila Saldanha de Freitas, Secretária de Educação de Fortaleza." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 48 de 2017** que: "Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 45/2017-CE, a inclusão dos seguintes convidados: Denise Paiva - Ex-gerente do Programa Paz nas Escolas; Siro Darlan de Oliveira - Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; César Benjamin - Secretário Municipal de Educação." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 51 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2017 - CE, que trata da realização de Audiência Pública para debater exemplos bem sucedidos da educação pública estadual e municipal e a relação orçamento/custeio por aluno, aprovado por esta Comissão no dia 20 de junho de 2017, solicito a inclusão da seguinte convidada: Mariza Abreu, Consultora da Confederação Nacional de Municípios." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 52 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 64/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão do convidado a seguir relacionado para participar de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

130, de 2009, que trata do “controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa”: Bernardo Pablo Sukiennik – Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa - OLIR." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 55 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, urgência ao Projeto de Lei de Resolução nº 14, de 2017, que "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/26>*(Texto com revisão.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à sabatina do Sr. Alex Braga Muniz para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 34.

Convido o Sr. Alex Braga Muniz para tomar assento à mesa. (Pausa.)

Cumprimentando o Sr. Alex, desejando boas-vindas a esta Comissão, passo a palavra para que ele possa comunicar-se com os Srs. Senadores.

O SR. ALEX BRAGA MUNIZ – Obrigado.

Ex^{ma} Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Só um instantinho, por favor.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor ALEX BRAGA MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1- Em 19/09/2017, a Matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de indicação de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Após a arguição do indicado, a votação do Relatório será procedida por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, e, posteriormente, à votação do relatório, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e à Decisão nº 1 da Comissão de Educação.

Concedo a palavra ao Sr. Alex Braga Muniz, para sua exposição, por 15 minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Pela ordem, Srª Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Srª Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a, logo após a votação do nome do Sr. Alex Braga, indicado para a Ancine, – como temos quórum e vamos entrar na pauta –, queria fazer um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apelo a V. Exª para que pudesse colocar na prioridade o item 5. Eu presido também a Comissão de Desenvolvimento Regional e hoje teremos uma reunião extraordinária, uma audiência pública. Por isso que estou fazendo aqui este pedido a V. Exª. Logo após a votação do nome do Sr. Alex.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – No momento oportuno, Senadora Fátima, eu colocarei em votação, na segunda parte da reunião, que será uma reunião deliberativa.

Concedo a palavra ao Sr. Alex.

O SR. ALEX BRAGA MUNIZ – Ex^{ma} Srª Presidente, Ex^{mo} Sr. Relator, Ex^{mos} Srs. Senadores, é com muita satisfação que me submeto à arguição dos membros desta douta Comissão de Educação, Cultura e Esporte com vistas à aprovação para o exercício do cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema.

Desde 2002, integro a Advocacia-Geral da União como Procurador Federal. Nesses 15 anos de carreira jurídica, estive em exercício na Agência Nacional de Cinema, tendo experimentado as funções de coordenação e chefia com a atual ocupação do cargo de Procurador-Chefe.

Sinto-me parte da Ancine tanto quanto da própria AGU e muito me orgulho de ambas as instituições pelas quais dedico meu integral exercício profissional.

Conheço a estrutura da Agência, as suas atribuições, o seu quadro de pessoal especializado. A Ancine tem um quadro técnico capaz e qualificado do qual me orgulho. Conheço as capacidades e potencialidades técnicas do quadro da Agência e acredito na possibilidade de empregar esforços para uma gestão cada vez mais técnica e eficiente.

A Ancine é incumbida do incentivo, da regulação e da fiscalização do mercado audiovisual brasileiro. Eu destaco a importância do mercado audiovisual para a economia brasileira. A despeito da crise e recessão econômicas, o setor cresce anualmente com expressão estimada em 9% ao ano. É notória a relevância do mercado audiovisual, especialmente em relação à geração de renda e emprego.

Em 2014, por exemplo, houve a geração de R\$24,5 bilhões em renda para a economia do País. Segundo dados da Ancine do IBGE, esse é o valor adicionado no ano de 2014 pelo mercado audiovisual à economia brasileira. O mercado compreende atividades como produção, distribuição, exibição, programação e empacotamento.

Vislumbro, como proposta de desafio institucional, o crescimento do mercado interno, o fortalecimento desses agentes econômicos e uma maior participação no mercado externo.

Acredito na ambiência para a sustentação do crescimento setorial, aumentando-se o valor agregado à economia brasileira e a oferta de empregos. Eu creio na possibilidade de avanços e mudanças capazes de fortalecer o mercado brasileiro. Aliás, eu acredito que seja esta a função precípua do órgão regulador: a de favorecer o ambiente econômico ao pleno exercício de atividades pelos agentes envolvidos.

No plano do incentivo à atividade econômica, eu faço destaque do Fundo Setorial do Audiovisual, fundo custeado por contribuições provenientes da própria atividade e destinado ao financiamento de programas e projetos voltados ao desenvolvimento do setor.

Dadas as potencialidades do mercado brasileiro, vislumbro a possibilidade de aperfeiçoamento das ações do fundo e da desburocratização de suas ações. Eu acredito na regionalização dos investimentos e dos financiamentos do fundo inclusive a partir de uma articulação com os governos estaduais e locais. Temos de considerar o fundo como um mecanismo de desenvolvimento econômico regional e local.

Imagino uma adequada aplicação dos recursos nas diversas atividades que compõem o mercado, uma vez que essas atividades dialogam entre si e agregam valor umas às outras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A compreensão do conjunto das atividades vai garantir uma maior eficiência na aplicação dos recursos do fundo, uma vez que, com o fortalecimento do mercado e das sociedades empresárias atuantes, os resultados socioeconômicos serão mais duradouros e consistentes, portanto maiores e melhores para a sociedade brasileira.

A manutenção da expansão do Parque Exibidor, por exemplo, é estratégica pelos benefícios às economias e população locais.

Eu faço um destaque do programa Cinema Perto de Você e do Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine). Esses programas são destinados à ampliação, à digitalização, diversificação e descentralização do mercado de salas de exibição no Brasil. A proposta é a implantação de novas salas no interior e nas regiões menos favorecidas, sem prejuízo da expansão geral do parque exibidor. Na compreensão conjunta das diversas atividades audiovisuais, a distribuição também merece atenção, em especial no que tange ao fortalecimento das distribuidoras brasileiras e ao incremento da sua participação no mercado audiovisual. E, claro, no tocante à atividade de produção, o desafio é o fortalecimento das sociedades empresárias, dos seus produtos, das suas marcas. O objetivo é o crescimento sustentável, e sustentabilidade compreende: crescimento da produção, das possibilidades de distribuição, de lançamento e de efetiva exibição.

A partir do fortalecimento das produtoras, mas também de seus produtos e marcas, anima-se a consolidação de parcerias com distribuidoras, programadoras e demais plataformas de comunicação, de modo que os resultados sejam melhores e mais duradouros. Nesse aspecto, destaco também a importância dos mecanismos da Lei do Audiovisual, que, a exemplo do Fundo Setorial do Audiovisual, também estão à espera de uma simplificação de procedimentos e de um aperfeiçoamento de regras, de modo que as coproduções alcancem bons resultados.

Já no campo da regulação, acredito nas mudanças, nas revisões e aprimoramentos necessários ao pleno desenvolvimento da atividade audiovisual. Valorizo os mecanismos de transparência, participação democrática e consenso administrativo. As mudanças, revisões e aperfeiçoamentos devem ser públicos, feitos por meio de processos de participação coletiva, com escuta e ponderação dos envolvidos para produzir uma solução adequada ao desenvolvimento pleno da atividade audiovisual.

As inovações tecnológicas e os novos entrantes estão à espera de segurança jurídica. Nesse sentido, devemos atentar para a realidade de cada atividade, para suas especificidades e peculiaridades e também para o momento da evolução e consolidação de cada nova atividade.

De forma geral, considerando o conjunto das atividades componentes do mercado, deve-se zelar pela harmonização das regras de cada atividade, garantindo-se a competição e a coexistência dos diversos agentes de mercado. Regras específicas e oportunas para cada nova atividade devem ser consideradas, assim como adequações sistêmicas para atividades já reguladas também devem ser consideradas.

O processo de inovação tecnológica experimentado pela atividade audiovisual exige do regulador uma constante ponderação para permitir os novos entrantes, estimular o regime de livre iniciativa, mas sem a aniquilação de antigos agentes econômicos. Deve-se prezar pelo estímulo à competição e à complementariedade entre as diversas atividades.

A atividade econômica é livre por natureza. A atuação estatal deve ser equilibrada portanto, em favor do pleno desenvolvimento da atividade, por fim, em favor da geração de receita e renda, prosperidade e emprego. Não se deve interferir artificialmente no ambiente regulado. As normas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não devem traduzir obstáculos desarrazoados e desproporcionais ao desempenho da atividade econômica.

Partindo, por fim, para o plano da fiscalização, o objetivo é a segurança jurídica do setor regulado. A ação estatal deve ser adequada e suficiente à preservação das regras setoriais, prestigiando-se uma atuação informativa e preventiva. Confiabilidade e previsibilidade do setor são fundamentais, especialmente para efeito do planejamento dos agentes econômicos. Pressupõe-se uma ação fundada em regras claras e adequadas, inclusive no que se refere à proporcionalidade de eventuais sanções. Ações de fiscalização devem ser eficientes, fundadas em planejamento e métodos adequados.

Por fim, para além das atividades finalísticas da agência, mas tocando no cotidiano administrativo, conheço gestão pública, um pouco da organização e do funcionamento da Administração Pública Federal e acredito que seja este o momento da adoção de medidas de desburocratização e de austeridade fiscal, o que significa dizer: devemos ter uma preocupação com uma maior eficiência da máquina pública.

Essa é minha breve apresentação, Srs. Senadores.

Muito obrigado pela oportunidade, pela atenção.

E sigo permanentemente à disposição dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço ao Sr. Alex Braga Muniz.

E, antes de passarmos à fase de arguição, eu solicitaria à Mesa que abrisse o painel para que os Srs. Senadores pudessem votar durante esse período de discussão.

Passamos, então, à fase de arguição.

Concedo a palavra, primeiramente, ao Senador Valdir Raupp, Relator da mensagem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

Srªs e Srs. Senadores, ao tempo em que parabeno o Dr. Alex Braga Muniz, indicado para a Ancine, pela sua exposição, gostaria apenas de fazer duas breves indagações.

De acordo com grande parte dos profissionais do setor, o audiovisual nacional ocupa um elevado e inédito patamar de produção em termos quantitativos e qualitativos, alcançado à custa de muito trabalho e de políticas públicas constituídas ao longo dos últimos 15 anos. De um lado, há números que comprovam a saúde do cinema nacional, como os 16,5% de participação de filmes brasileiros no mercado em 2016, segundo o Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual; de outro, existe o selo de qualidade de festivais internacionais importantes, como o de Roterdã e o de Berlim, que selecionaram respectivamente 15 e 13 títulos brasileiros só em suas edições deste ano.

No entanto, há receio entre esses profissionais ante as perspectivas de mudança na condução das políticas da Ancine. Este temor decorre principalmente do fato de que, em 27 de março 2017, foi editada a Medida Provisória nº 770, que prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica, instituído pela Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012 (Lei do Audiovisual). A MP 770 estendia até 31 de dezembro de 2017 o prazo para utilização do referido Regime Especial de Tributação. O projeto de lei de conversão resultante da MP 770 foi aprovado no Congresso e, contudo, vetado pela Presidência da República.

Nesse contexto, muitos profissionais estão temerosos de que, diante do delicado contexto político, econômico e institucional do País, haja uma ruptura das políticas públicas construídas ao longo dos últimos anos. Desta forma, gostaria de saber qual o posicionamento de V. Sª em relação às motivações desse veto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual a sua opinião sobre o atual momento do audiovisual no Brasil? O senhor concorda com a afirmação de que estamos vivendo um bom momento do audiovisual e que as atuais políticas devem ser mantidas e consolidadas? Ou o senhor considera que as atuais políticas não produziram bons resultados e que, dessa forma, são necessárias mudanças na condução do setor?

Segunda: o que pode ser feito para que os 30% no mínimo do fundo possa ser alcançado pelos Estados?

São essas as perguntas, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Com a palavra o Sr. Alex.

Neste primeiro bloco eu vou permitir a resposta direta ao Senador Raupp. Posteriormente, vamos fazer em blocos de três.

O SR. ALEX BRAGA MUNIZ – Senador Raupp, o mercado audiovisual brasileiro é vocacionado à produção de conteúdo. A produção de conteúdo hoje tem grande valor agregado no Brasil e no mundo. Nós precisamos aperfeiçoar e melhorar os mecanismos existentes e fazer uso de todos eles para que possamos manter o fluxo de desenvolvimento de projetos, de realização de projetos e de colocação desses produtos audiovisuais no mercado.

É importante que o fundo setorial aplique seus recursos nas atividades para que nós possamos valorizar e fortalecer as empresas brasileiras, os produtos e a marca dessas empresas, porque o licenciamento desses produtos audiovisuais é de grande valor para a economia nacional. Muito importante é o mecanismo da Lei do Audiovisual, muito importante é o mecanismo do fundo setorial do audiovisual, na medida em que se complementam, na medida em que estimulam a atividade, na medida em que têm potencial para o desenvolvimento da atividade e para o fortalecimento das empresas.

A questão específica do parque exibidor, que toca também a questão da produção, é o foco na previsibilidade e na confiabilidade dos agentes. As melhorias que temos que fazer, que precisam ser feitas no fundo setorial são para conferir maior segurança e previsibilidade para esses agentes econômicos de produção para que eles possam melhor planejar os seus negócios, melhor organizar a sua atividade, melhor colocar o produto no mercado, o seu produto audiovisual, a sua marca no mercado, e com isso possam gerar mais emprego e renda para a economia brasileira.

Ligado, como consequência natural da produção, está o parque de exibição nacional. E aí eu destaco a importância do Regime Especial de Tributação das salas de exibição. Existe hoje um déficit de sala de exibição muito grande no Brasil. Existem estudos sobre a densidade regional das salas de exibição, dando conta, Senador, que em Regiões como a Região Norte, nós temos só 90 mil habitantes por sala; na Região Nordeste, são 116 mil habitantes por sala. Existe um déficit muito grande de salas de exibição, e há mecanismos como o Cinema Perto de Você, que, a partir do fundo setorial, permite o investimento na construção de salas, na implementação de novas salas, e também o Recine, um mecanismo que permite a sustentação e a manutenção dessas salas.

A implantação de novas salas, principalmente em regiões menos favorecidas e no interior, geram benefícios permanentes para a economia local e para a população local, por isso que são muito valiosos esses mecanismos previstos nesses diplomas legais.

Quanto ao momento vivido pelo mercado, temos hoje o fundo setorial, que conta com recursos passíveis e à espera de aplicação, resultado da contribuição da própria atividade. Temos um conjunto de normas a serem aperfeiçoadas e as possibilidades de que esses ajustes e que essas melhorias sejam feitas para uma melhor aplicação no mercado e temos um mercado preparado, qualificado, à espera desses recursos, com estratégia de mercado e pronto para atuar e para ocupar espaço, de maneira que acho que vivemos hoje o melhor momento da atividade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiovisual brasileira. E os números dão conta dessa realidade: um crescimento estimado de 9% ao ano e um valor agregado à economia constante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves e, posteriormente, ao Senador Anastasia e à Senadora Fátima Bezerra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Alex Braga, é com muito prazer que faço uso da palavra para fazer uma pergunta que considero importante.

As questões seriam as seguintes.

Comemora-se, no dia 21 de setembro, o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. A Ancine, em 13 de setembro de 2016, publicou a Instrução Normativa nº 128, que regulamenta a acessibilidade visual e auditiva nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. De acordo com a instrução normativa: "As salas de exibição comercial deverão dispor de tecnologia assistiva voltada à fruição dos recursos de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais."

Incumbe-se ao exibidor dispor de tecnologia em todas as sessões comerciais e ao distribuidor, disponibilizar cópia com os recursos de acessibilidade nas obras audiovisuais.

Desde 16 de maio, as empresas distribuidoras deveriam estar oferecendo os filmes aos cinemas com recursos de legendagem, legendagem descritiva e audiodescrição. A partir deste mês de setembro, os filmes distribuídos também deveriam passar a contar com recursos de linguagem de Libras. No entanto, nada se sabe a respeito do cumprimento dessas obrigações. No Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, não há nenhuma informação acerca da acessibilidade visual e auditiva.

Em março deste ano, a Agência Nacional lançou também o Programa de Apoio à Distribuição de Conteúdo Acessível no Segmento de Exibição Cinematográfica de 2017, que pretende garantir que as pequenas produções contenham recursos de acessibilidade para os deficientes visuais e auditivos, mais um programa sobre cujos efeitos concretos nada se sabe.

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União identificou 20 riscos ao cumprimento da missão da agência.

Assim, indago de V. Sª quais as medidas necessárias para que a agência possa reverter o quadro constatado de perda de informações constantes em bases de dados, atuação em contextos de elevada incerteza e falta de planejamento, dificuldade na obtenção de dados primários sobre o setor audiovisual brasileiro e atraso no cumprimento de metas institucionais, entre outros.

Era só isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores. Dr. Alex Braga Muniz, meus cumprimentos, quero felicitá-lo pela exposição.

Permita, Srª Presidente, que a minha indagação – ela tem fundamentação, evidentemente, na sabatina – se desdobra, inclusive, valendo-me da experiência jurídica do Dr. Alex, que, como nós sabemos, é o Procurador-Chefe junto à Ancine desde 2009. Portanto, extremamente gabaritado nessas questões.

A minha indagação, Dr. Alex, é quase uma curiosidade, permita-me, a V. Sª.

V. Sª exerceu esses cargos todos com grande experiência na agência. A seu juízo, com franqueza e sinceridade, o modelo de agência reguladora hoje tem serventia para a Administração





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública brasileira? Qual a diferença prática da agência de uma autarquia comum, como o Iphan – cuja eminente Presidente estava aqui há pouco – que é uma fundação autárquica?

Nós devemos investir no modelo das agências reguladoras ou, no caso brasileiro hoje, com mercê de sua experiência na Ancine, elas perderam substância, autonomia, poder e, na realidade, tornaram-se uma pálida imagem de quando foram concebidas, na década de 90. Então, como V. S^a tem uma experiência muito grande e conhecimento jurídico, eu ousou, Sr^a Presidente, submeter esta indagação de fundo, que caberá também para formação de minha convicção em relação às outras agências.

Quanto a sua exposição e a sua apresentação aqui, quero dar os parabéns. Tenho certeza de que será um excelente diretor da Ancine.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Primeiro, queremos registrar aqui a presença da Sr^a Kátia Borges, que é a Presidenta do Iphan. Está aqui, inclusive, convidando todos nós para a cerimônia da 30^a Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade e entrega da Medalha Mário de Andrade agora, no dia 24 de outubro de 2017.

Mas, Sr^a Presidente, eu ainda quero voltar aqui num tema já abordado, Sr. Alex, que é com relação ao veto presidencial ao PLV 18, de 2017, que foi derivado, como já foi mencionado aqui, da Medida Provisória 770/2017. Por que é importante ressaltar esse veto presidencial? Pelo impacto, do meu ponto de vista, extremamente prejudicial que ele terá para a Ancine. Afinal de contas, estamos tratando aqui do Recine, ou seja, de um mecanismo estratégico fundamental, muito importante para o papel que a Ancine deva desempenhar.

Então, veja bem, o texto inicial da medida provisória prorrogava o Recine até o final deste ano e o PLV prorrogava o Recine até 2019. Mas é importante também colocar que o PLV que foi vetado pelo Presidente Michel Temer prorrogava também a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real deduzirem do Imposto de Renda as quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINES), bem como as quantias investidas na produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente e as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, cujos projetos tenham sido previamente apreciados pela Ancine. Volto a repetir: o PLV, Senador Raupp, sensatamente, prorrogava o Recine até 2019, assim como prorrogava todos esses instrumentos e esses mecanismos aqui, fundamentais para o fortalecimento do próprio Funcine, que é o Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional. Foi um gesto de imensa insensatez do Governo: vetar simplesmente o PLV.

Felizmente, isso está em debate agora, porque o Governo não só vetou, mas editou uma nova medida provisória, que foi a 796, e novamente cometeu o mesmo erro ao limitar a prorrogação do Recine até o final deste ano. Volto a dizer: ele vetou e continuou no mesmo erro, o que demonstra, infelizmente, falta de sensibilidade, demonstra desprezo para com uma área tão importante da política cultural do nosso País, que é o cinema nacional, e o papel importante, repito, que o Funcine tem. Eu quero somente aqui dizer, Dr. Alex, que, felizmente, este debate está em curso e V. S^a o está acompanhando.

Quero, desde já, não só desejar boa sorte a V. S^a, mas também, sem dúvida nenhuma... Tenho certeza de que V. S^a vai participar intensamente desse debate para que seja corrigido, repito, mais esse equívoco, mais essa insensatez, mais esse desprezo do Governo que está aí pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura, que, aliás, se traduz no orçamento da cultura para o ano de 2018. Em 2015, nós tínhamos apenas R\$772 milhões; em 2016, caiu para R\$497 milhões; em 2017, para R\$437 milhões. Sabe qual é o orçamento para a cultura no ano de 2018, Senadora Lúcia Vânia? V. Exª, que é Presidente da Comissão de Educação, Esporte e Cultura do Senado Federal, sabe quanto é que está reservado? Miseros R\$143 milhões! É o que está reservado para uma área tão importante e tão estratégica para a identidade do nosso povo, para a cidadania do nosso povo, que é a área da cultura: R\$143 milhões apenas!

Por isso é que nós temos aqui que nos somar para evitar – vou concluir – que mais esse ato, repito, insensato, de desprezo para com a cultura seja efetivado pelo Governo que está aí, que é o veto ao PLV 18 e a medida provisória que ele editou, que, infelizmente, incorreu no mesmo erro.

Termino, portanto, dizendo que vários Parlamentares estão na luta para corrigir isso. Destaco aqui, inclusive, o Senador Humberto Costa, que, em nome da Bancada do PT, Sr. Alex, apresentou um conjunto de emendas que têm como objetivo prorrogar o Recine até 2019 ou 2021 e, segundo, prorrogar os benefícios fiscais – no art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências – previstos no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que constitui os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines).

É só. No mais, desejo saudá-lo e lhe desejo boa sorte e digo que estaremos aqui apostos para defender o cinema e o audiovisual.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço à Senadora Fátima.

E, para terminar, eu gostaria de fazer uma única pergunta, em relação ao orçamento realmente já mencionado aqui pela Senadora Fátima.

As disponibilidades orçamentárias anuais do Fundo Setorial do Audiovisual apresentaram dotações crescentes entre os anos de 2007 e 2013, com destaque para um salto ocorrido entre os anos de 2012 e 2013, segundo dados constantes do *site* da Ancine. Contudo, essa disponibilidade sofreu uma redução em 2015 comparativamente ao ano anterior.

Em um cenário de crise econômica e de ajuste fiscal, como V. Exª bem colocou aqui, e caso se mantenha a tendência observada de redução orçamentária de 2015, quais serão os impactos na opinião de V. Sª no papel de fomentador do fundo e, consequentemente, quais serão as consequências para a indústria cinematográfica brasileira?

No mesmo sentido, quais as diretrizes que a Ancine pode estabelecer para que eventuais efeitos negativos sejam minimizados?

Com a palavra o Sr. Alex.

O SR. ALEX BRAGA MUNIZ – Em especial quanto à questão da disponibilidade financeira do fundo, hoje é consenso que nós deveríamos aperfeiçoar os modelos, os métodos e os procedimentos de aplicação de recursos do fundo para que nós pudéssemos fortalecer as empresas e desenvolver melhor as atividades. Esse fundo é custeado por contribuições da própria atividade. O custeio cresce na medida em que a atividade cresce. Esses recursos são muito importantes para aplicação na atividade, porque é uma atividade que ainda funciona por indução e muito precisa desses recursos em busca da sua autossustentabilidade.

Mas o mais importante nesse processo, dialogando também com a pergunta do Senador Anastasia... Acredito, sim, no modelo de agência, Senador, mas acredito num modelo de agência como ambiente, para que todos os partícipes, todos os agentes ali envolvidos dialoguem e busquem a solução mais adequada para o desenvolvimento da atividade. Não acredito num modelo em que o agente regular é um estranho à atividade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As atividades são livres e, no desempenho dessas atividades, deve ser facultado e deve ser estimulado o empreendedorismo. E cabe à agência criar um ambiente de diálogo, de participação para encontrar a melhor solução: processos públicos, processos mais transparentes, processos capazes de gerar a participação coletiva em verdadeiras câmaras técnicas, onde as necessidades e as realidades de mercados são postas, onde as análises técnicas dos agentes, dos especialistas qualificados do Estado são somadas, onde se pode ponderar uma solução adequada para o crescimento do País, para a geração de emprego e para a geração de renda.

Esse modelo é retratado na questão da acessibilidade. A acessibilidade é um valor fundamental. Precisamos ter processos mais públicos para tratar da questão da acessibilidade, com participação coletiva mesmo das entidades representativas de direitos das pessoas.

Desde 2011, se não me engano, as obras audiovisuais financiadas por recursos públicos já contam com mecanismos de acessibilidade. O desafio agora é estender essa possibilidade para o consumo de obras nas salas de exibição. Isso é um desafio; um desafio a ser tratado e a ser dialogado com o mercado de exibidores para que nós tenhamos uma solução tecnológica adequada para que o consumo em sala de exibição seja uma experiência plena, seja uma experiência perfeita, e não uma experiência segregada. Mas a acessibilidade é um valor fundamental.

Em relação à pergunta da Senadora Fátima, independentemente da busca de solução para a questão do audiovisual e do Recine, eu acredito que o importante é nós indicarmos para um cenário de previsibilidade e de confiabilidade do mercado, especialmente no que diz respeito ao Recine. A programação e o planejamento da expansão do parque exibidor e da manutenção de salas são muito importante para regiões menos favorecidas. As pequenas localidades aonde a atividade cinematográfica, a atividade de exibição ainda não chegou dependem muito desse mecanismo. Há um expressivo número de salas inauguradas que contam com esse mecanismo – muito expressivo.

Nós precisamos da prorrogação desse mecanismo. E precisamos da prorrogação desse mecanismo por um período de tempo suficiente ao planejamento dos empresários do setor, porque não se pensa... É pouco factível imaginar que o empresário vai enveredar para a abertura de uma sala e apresentar um projeto para ser aprovado em um mecanismo que dure apenas seis meses. Seria necessário um ciclo maior de tempo para que ele possa planejar o seu modelo de negócio, para que ele possa trabalhar a autossustentabilidade da sala de exibição, e por isso esse mecanismo é muito importante, assim como também o são os mecanismos da Lei do Audiovisual, que se combinam, que se somam com o mecanismo do fundo setorial. O fundo setorial não substitui os mecanismos da Lei do Audiovisual.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço ao Sr. Alex.

Vamos passar à contagem dos votos. Acho que já temos quórum.

Eu perguntaria aos Srs. Senadores se todos já votaram.

Todos que estão presentes aqui já votaram? *(Pausa.)*

Convido a Senadora Fátima para proferir à contagem dos votos aqui, juntamente com o Senador Anastasia.

Podem abrir o painel, por favor.

(Procede-se à apuração.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Foram 14 votos SIM; e 1 NÃO.

Está aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Total de votos: 15. Em branco, zero.

Aprovado o nome do Sr. Alex.

Cumprimento-o, desejando sucesso na sua nova carreira.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu acho que houve um equívoco aí, porque a oposição não votou contra você, não, Alex. Esse voto "não" veio da Base. *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Declaro encerrada...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente, eu pediria antes um microssegundo para solicitar o encaminhamento ao plenário para votação, no prazo mais urgente possível, do nome do Dr. Alex Braga no plenário do Senado.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto vai à Mesa em regime de urgência.

Não havendo nada mais a tratar nesta reunião, declaro-a encerrada, cumprimentando o Sr. Alex, desejando a V. Sª sucesso nesse novo desafio. Temos certeza de que, pelo seu currículo, pela sua experiência, terá muito sucesso à frente da agência.

O SR. ALEX BRAGA MUNIZ *(Fora do microfone.)* – Muito obrigado, Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Declaro aberta a segunda parte da reunião.

Item 1...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Pois não, pela ordem, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Srª Presidenta, eu queria pedir a V. Exª uma inversão de pauta no item 5. O Relator é o Senador Lindbergh, mas ele já comunicou que está na reunião de Líderes. O Senador Cristovam está se colocando à disposição e, se V. Exª pudesse nomeá-lo Relator *ad hoc*, para nós seria motivo de muita alegria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Submeto ao Plenário o pleito da Senadora Fátima.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora.

Convido o Senador Cristovam Buarque para relatar o item 5 como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PPS - DF. Para proferir parecer.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar quero dizer que temos aqui a presença de um ex-Ministro da Educação de Portugal, o Dr. Nuno Crato.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Seja bem-vindo mais uma vez à Comissão! É um prazer enorme recebê-lo aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PPS - DF) – Esse é o primeiro prazer que estou tendo. O segundo é substituir o Senador Lindbergh Farias na leitura deste parecer.

Creio que este é daqueles projetos que fazem com que tenhamos gosto de estar nesta Comissão e no Senado. Quem se preocupa com a história do Brasil, com a cultura brasileira, sabe quem foi Luís da Câmara Cascudo, um dos grandes brasileiros que nós já tivemos. E a ideia dessa comenda, de iniciativa da Senadora Fátima Bezerra, como eu já me manifestei muitas vezes, é extremamente positiva. Tenho sido muito ligado à Comenda Dom Hélder Câmara, por exemplo, em relação a direitos humanos, há comenda em relação ao desenvolvimento, mas esta aqui vem preencher uma lacuna que nós temos, que é um reconhecimento aos que desenvolvem atividades culturais.

Por isso, eu leio, da maneira mais rápida possível para ganhar tempo, o parecer do Senador Lindbergh Farias.

A proposição consta de seis artigos.

O art. 1º institui a Comenda e define que a homenagem se destinará a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante ao registro e ao fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais no Brasil.

Os arts. 2º e 3º estabelecem, respectivamente, que a Comenda será conferida anualmente a cinco personalidades e que a indicação de candidato será realizada por qualquer Senador ou Senadora da República.

O art. 4º determina a criação do Conselho da Comenda Luís da Câmara Cascudo, o qual deverá proceder à apreciação das indicações e a escolha dos agraciados, além de estabelecer o período de acolhimento das indicações e a data da premiação. Define, ainda, que a composição do referido Conselho será renovada a cada dois anos, permitida a recondução dos seus membros.

O art. 5º estabelece que os nomes dos agraciados deverão ser amplamente divulgados pelos meios de comunicação. E, por fim, no art. 6º consta a cláusula de vigência, a qual dispõe que a futura resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, a autora da matéria, Senadora Fátima, destaca a importância do trabalho de Luís da Câmara Cascudo na valorização e divulgação de nossas tradições culturais e afirma que a instituição da Comenda Câmara Cascudo é, antes de tudo, um reconhecimento e uma homenagem do Senado Federal a esse importante estudioso de nossa cultura.

Eu acrescento – a Senadora Fátima não colocou por modéstia – que o Estado do Rio Grande do Norte foi não apenas o lugar de nascimento, mas também de residência de Câmara Cascudo.

Eu vou citar apenas um pouco das coisas, lembrando que foi um pesquisador, escritor e folclorista potiguar, formado em Direito pela Faculdade de Recife, e concluiu, em Natal, o curso de etnografia. Interessante que, no corredor, nós dois, Senadora Fátima, conversávamos com o ex-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Nuno, que lembrou que Câmara foi um etnógrafo, mais até do que nós. A gente, às vezes, pensa nele como folclorista, como sociólogo, e foi o Ministro quem lembrou isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele fundou, Senador Cristovam, a Sociedade Brasileira de Folclore.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PPS - DF) – Exatamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E foi o autor do primeiro *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PPS - DF) – Exatamente.

Suas obras abarcam a literatura, a gastronomia e a história, mostrando a riqueza de sua pesquisa.

Na perspectiva da cultura da infância, suas maiores contribuições estão no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, *Contos Tradicionais do Brasil* e *Facécias: contos populares divertidos*.

No *Dicionário do Folclore Brasileiro* estão centenas de verbetes acompanhados de suas origens e da sua história. Entre esses verbetes, a pesquisadora Maria Angela Barbato Carneiro destaca: assobio; animais; boitatá; e diversos outros. Ele trabalha a ideia do saci-pererê, lembrando que é uma "entidade maléfica em muitas, graciosa e zombeteira noutras oportunidades". É muito comum o conceito de saci-pererê nos Estados do Sul.

Em *Contos Tradicionais do Brasil*, mostrou, já no prefácio, o valor do conto para a viagem ao país da infância, enquanto, em *Facécias: contos populares divertidos*, apresenta histórias contadas pelo povo, por vezes ingênuas, engraçadas e até mesmo cruéis, porém registradas com muita fidelidade.

A obra completa de Câmara Cascudo, densa e vastíssima, engloba mais de duzentos livros e opúsculos, além dos milhares de artigos que publicou na sua longa carreira como jornalista.

Como bem enfatiza a autora da matéria, com sua obra, Câmara Cascudo foi o principal responsável por tornar conhecidas figuras fantásticas do folclore brasileiro, ou seja, criando o imaginário brasileiro. Câmara foi um dos grandes criadores do imaginário brasileiro não só pela contribuição direta pessoal, mas também por ser um estudioso das manifestações de outras origens. A matéria-prima de seu trabalho era o povo brasileiro. Ele estudava o homem a partir de sua história, das diferentes origens, dos romances, das poesias e, principalmente, do folclore.

Nesse sentido – concluindo, Srª Presidente –, é, sem dúvida, pertinente, justa e meritória a iniciativa da Senadora Fátima, ora proposta, de instituir a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo, que proporciona ao Senado a oportunidade de conferir um prêmio a pessoas que tenham contribuído para o fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais.

Diante de tudo isso, meu voto é, com muito entusiasmo, pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 14.

E já aviso que eu vou tentar fazer parte do Conselho que vai selecionar os primeiros agraciados.

Era isso, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Agradeço ao Senador Cristovam e passo à discussão da matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Para discutir, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar eu gostaria de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar a iniciativa da Senadora Fátima Bezerra por esse projeto de resolução e a criação dessa comenda.

O Senado da República, a Casa Legislativa mais antiga do País, tem, entre as suas diversas responsabilidades, certamente, também o resguardo do patrimônio cultural brasileiro, e esse estímulo a personalidades que se dedicam à cultura é algo fundamental. Até me espanta que, com quase 200 anos de existência, somente agora nós estejamos instituindo esse reconhecimento das pessoas da área da cultura, porque isso faz parte da nossa nacionalidade, do sentimento de sermos brasileiros.

Então, cumprimento a Senadora pela iniciativa, o Senador Buarque pelo relatório e ainda acresço que a escolha da homenagem da comenda a Luís da Câmara Cascudo é perfeita porque ele – colocando por mim mesmo, quando jovem, quando criança ainda, lendo o folclore brasileiro – impressionava-me, Senadora Ana Amélia, Senador Lasier, com o Saci-Pererê, tão típico das terras gaúchas, o Curupira, que é da Amazônia, e, entre nós, mineiros, a famosa Mula sem Cabeça, que, estranhamente, jorrava fogo pelas ventas – não tinha cabeça, mas punha fogo pelas ventas. *(Risos.)*

É um folclore tão rico, algo inusitado!

Eu acho que isso cria, de fato, um valor intrínseco extraordinário para a nacionalidade brasileira. Então, quero cumprimentar. A homenagem a Câmara Cascudo é muito bem-vinda, aplaudo e dou meu total apoio a esse belíssimo projeto.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Eu também gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Pois não.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia e, em seguida, o Senador Medeiros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu queria apenas assinar embaixo as palavras todas do Senador Antonio Anastasia e cumprimentar, com ênfase, a iniciativa da Senadora Fátima Bezerra nessa homenagem que faz a denominar Câmara Cascudo esse prêmio.

Então, Senadora, parabéns. Parabéns ao Lindbergh, que foi o Relator original, e ao Senador Cristovam Buarque, que foi o Relator *ad hoc*. Realmente, é um ganho para o Senado da República e para o País também valorizar a cultura brasileira.

Cumprimento a Senadora, parabéns pela inclusão da pauta e votaremos a favor desse oportuno projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Com a palavra o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Eu, também, Senadora Lúcia Vânia, só quero somar-me aos demais Senadores, Senadora Ana Amélia, Senador Antonio Anastasia, parabenizar tanto a autora, Senadora Fátima Bezerra, que é uma paraibana que já virou potiguar e também ao Relator, Senador Lindbergh, Senador Cristovam Buarque, por essa expressiva homenagem, ainda bem que veio, apesar de que ele já a merecia muito antes.

Eu traduzo também como minhas as palavras, faço minhas as palavras do Senador Anastasia, essa questão do lúdico e como ele tão bem fez para que o Brasil o ficasse conhecendo ainda mais.

Eu vim do Nordeste, nasci no mesmo Estado que ele – nasci em Caicó, no Rio Grande do Norte –, e ele soube captar a essência do povo brasileiro e, principalmente, do povo nordestino.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou filho de pais semianalfabetos, mas lá em casa nunca faltou essa questão do lúdico, de contar histórias. A minha mãe tinha a mania de contar histórias, Senador Dário Berger, de casa mal-assombrada, como dizia ela.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Essas são boas! (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Eu ficava aterrorizado com aquilo.

Recentemente, ela disse que iria contar umas histórias para os meus filhos, e eu disse: "Não vão!" As histórias dela são um terror.

Mas havia essa coisa do lúdico, e, para as crianças... Eu, por exemplo, achava extraordinário. Nós nos sentávamos ali numa esteira que eles colocavam no chão, e os pais contavam histórias para os filhos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não havia televisão...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – É; exatamente, não havia televisão.

Mas isso era muito importante para a formação da pessoa. Eu, por exemplo, sei que isso conta muito na minha estrutura. E eu tenho certeza de que Câmara Cascudo representa tudo isso, desde a simplicidade até a sofisticação da cultura brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Eu cumprimento a Senadora Fátima e quero dizer, Senadora, que V. Exª tem contribuído enormemente para que esta Comissão tenha qualidade nos seus projetos. V. Exª, sempre assídua e muito comprometida com a educação, honra esta Comissão, e esse projeto vem coroar também a cultura brasileira.

Parabéns!

Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Senadora, depois da votação eu dou uma palavrinha bem rápida. (*Risos.*)

Logo após a votação, faço uma declaração de voto para agradecer aqui.

Após a votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Em votação a matéria.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão da Mesa Diretora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Primeiro, para pedir a V. Exª o regime de urgência; mas, segundo, claro, para agradecer aqui a manifestação dos meus pares nesta Comissão de Educação, que, com tanto entusiasmo, votaram a favor da presente proposição.

Agradeço ao Senador Lindbergh, que proferiu o parecer, bem como ao Senador Cristovam, designado agora Relator *ad hoc*.

Eu, quando me encontrei com ele hoje, aqui pelos corredores do Congresso, disse a ele: "Senador, o Senador Lindbergh está em reunião do Colégio de Líderes e, portanto, não poderá vir à reunião da Comissão de Educação". Ele, de pronto, considerando a importância da matéria e para que a gente pudesse dar agilidade à tramitação, adiantou que poderíamos falar com a Senadora Lúcia Vânia que ele fosse designado Relator *ad hoc*. E, portanto, o Senador Cristovam, de pronto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repito, também se colocou à disposição. E todos nós reconhecemos que estaria em boas mãos se ele proferisse aqui o relatório na condição de Relator *ad hoc*.

Por fim, Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de dizer o seguinte: nós não estamos falando aqui de um brasileiro qualquer, de maneira nenhuma, como já foi aqui mencionado. Não se trata de um brasileiro qualquer, mas do historiador, do escritor, do jornalista, de um dos mais importantes pesquisadores das manifestações culturais brasileiras.

Na verdade, Luís da Câmara Cascudo notabilizou-se pelo estudo aprofundado que fez das manifestações populares, dos saberes tradicionais, do folclore. Não foi à toa que foi ele que fundou a Sociedade Brasileira do Folclore, não foi à toa que ele foi convidado à época pelo poeta Augusto Meyer, que era Diretor do Instituto Nacional do Livro, para redigir exatamente o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, publicado em 1954.

Acho que o Senado da República, ao instituir essa Comenda de Incentivo à Cultura e dar o nome de Luís da Câmara Cascudo, Senadora Ana Amélia, de um lado, está fazendo justiça na medida do reconhecimento do papel que Luís da Câmara Cascudo teve e, ao mesmo tempo, estará contribuindo para o fortalecimento das manifestações populares, das manifestações culturais, porque o prêmio vai ser concedido a personalidades, a grupos e a instituições que têm uma trajetória de contribuição ao fortalecimento, à defesa da política cultural no nosso País.

Ou seja, esse prêmio vem na direção, primeiro, de também tornar Luís da Câmara Cascudo mais conhecido; de nacionalizar, inclusive, a figura, Senador Anastasia, de Luís da Câmara Cascudo; de fazer com que a memória de Luís da Câmara Cascudo possa ser conhecida e, portanto, valorizada não só pelas gerações presentes, mas também, exatamente, pelas gerações futuras.

E, por fim, claro, não poderia aqui deixar de dizer da emoção que me acode neste momento de, como representante do povo potiguar, ter identificado essa lacuna que existia no Senado Federal. Porque corretamente, no Senado Federal, há comendas na área de promoção dos direitos humanos, que recebeu o nome de Dom Hélder Câmara; na área de empoderamento das mulheres, Senadora Ana Amélia, que tem o nome de Bertha Lutz; e tantas outras. Portanto, agora, com o apoio de todos os senhores e senhoras, vamos elevar Câmara Cascudo ao mesmo patamar de homenagens que merecem Dom Hélder Câmara, bem como Bertha Lutz e outros, cada qual nas suas respectivas áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento do nosso País.

Então, Senadora Lúcia Vânia, muito obrigada a todos e todas. E registro mesmo a emoção de, na condição de Senadora, de representante do povo do meu Estado, do povo potiguar – o chão onde Luís da Câmara Cascudo nasceu –, estar tendo esta oportunidade de apresentar essa iniciativa.

Peço, repito, regime de urgência, para que possamos aprovar esse projeto de resolução ainda neste ano e para que em 2018 tenhamos a primeira edição da Comenda à Cultura Luís da Câmara Cascudo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Em votação o regime de urgência.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou Relatora de dez projetos de lei, todos na mesma direção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Flexa Ribeiro muito atenciosamente me procurou, insistentemente, e hoje até o jornal O Liberal, do Pará – porque recebo um *clipping* –, falou que isso estaria hoje na pauta da Comissão de Educação. É um projeto autorizando o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste do Pará, com sede no Município de Bragança, por desmembramento da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Além dele, eu sou autora de projetos de vários outros Senadores com o mesmo sentido. Todos eles tiveram uma direção de, regimentalmente, como se trata de uma prerrogativa do Executivo, não ser competência nossa fazer isso. Mas houve a ponderação do Senador, que falou com a senhora – ele me disse que também conversou com a senhora –, e penso que a gente pode, do ponto de vista político, fazer um reexame disso com a assessoria legislativa do Senado Federal, para fazer um projeto que consiga autorizar. Não é determinar; é se isso estiver autorizativo. E aí todos eles fariam num bloco só, todos eles numa mesma oportunidade, como foi agora, o que era a minha intenção. Mas, dado o interesse que isso politicamente tem, quero dizer ao Senador Flexa que, atendendo-o, então, acho que preenchamos também o interesse dos demais autores de outros Estados brasileiros na mesma direção.

Então, é o pedido que eu faço: a retirada de pauta deles, para que a gente examine isso no conjunto e encontre uma alternativa politicamente viável e também regimental.

Muito obrigada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Solicito à Mesa que retire o projeto de pauta.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Apenas para me associar à Senadora Ana Amélia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

Exatamente me associo a V. Exª, Senadora Ana Amélia, primeiro, porque todos nós consideramos que são muito meritórias essas iniciativas, sem dúvida nenhuma. Inclusive, cabe à Comissão de Educação até parabenizar os Senadores e Senadoras por iniciativas desse porte.

Ao mesmo tempo, como V. Exª coloca, há também os óbices do ponto de vista legislativo, constitucional. Mas penso, Senadora Ana Amélia, que é bastante pertinente que nós possamos ver no Regimento aqui da nossa Casa, a exemplo do que acontece na Câmara, e isso possa ser transformado em autorizativo. E aí a gente preserva as iniciativas, repito, meritórias dos Parlamentares.

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Solicito à Mesa que faça... *(Fora do microfone.)*

Para que a gente possa atender à solicitação da Senadora Ana Amélia e da Senadora Fátima. Item 1. Turno suplementar.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Observações:

Em 19/09/2017, foi aprovado Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2014, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Coloco em discussão suplementar a matéria, consultando se algum Senador ainda gostaria de apresentar emenda ao substitutivo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir ou ofertar emenda, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2017

- Não terminativo -

Declara o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva Patrono da Independência do Brasil.

Autoria: Deputado João Paulo Papa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O projeto é singelo, mas de grande relevância, de autoria do Deputado João Paulo Papa, do Estado de São Paulo.

Como V. Exª acaba de apregoar, ele argumenta, na justificação, que a iniciativa tem por objetivo inscrever na legislação nacional o que o povo brasileiro consagrou em sua história e em sua memória, a figura basilar de José Bonifácio de Andrada e Silva, que é conhecido como patriarca da Independência, na qualidade de Patrono da Independência do Brasil.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça.

No Senado Federal, foi distribuído a esta Comissão, e não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise, Srª Presidente.

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu na cidade de Santos, em São Paulo, em 1763. Como sabemos, foi um importante estadista e poeta, usando o pseudônimo de Américo Elysio em seus poemas. Dedicou-se também à ciência. Morou na Europa entre 1790 e 1819.

Com 56 anos de idade, volta ao Brasil, onde a Corte portuguesa estava instalada desde 1808. Engaja-se na luta pela independência da colônia. Em 24 de dezembro de 1821, quando a Corte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determina o retorno do Príncipe regente, D. Pedro, José Bonifácio escreve-lhe uma carta pedindo que ficasse no Brasil. A influência de José Bonifácio à adesão de D. Pedro ao movimento pela independência é clara. Há autores que consideram que foi graças à sua orientação que a Independência do Brasil se deu sem choques. Foi ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros de janeiro de 1822, ainda na Regência, a julho de 1823.

Como bem lembra o autor da proposição, o Deputado Papa, na Representação ao Príncipe, documento de 1821 endereçado a D. Pedro I no qual se enunciava a independência, Bonifácio criticou o chamado das cortes de Lisboa para que D. Pedro retornasse a Portugal, deixando o Reino do Brasil sem centro comum de governo e união e tornando-o dependente de Lisboa em todas as suas relações e negócios; qual vil colônia sem contemplação. José Bonifácio, então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, considerava a medida como a mais impolítica que o espírito humano podia ditar, tomada sem se consultarem os representantes do Brasil.

José Bonifácio já tem seu nome gravado no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, sendo reconhecido como Patriarca da Independência. Embora seja considerado, de modo amplamente difundido, arquiteto da Independência do Brasil, falta ainda, na visão do autor do projeto, o reconhecimento oficial, por parte do Estado brasileiro, da honraria de Patrono da Independência ao estadista José Bonifácio de Andrada e Silva.

Por essa razão é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa ora apresentada.

Sob o ponto de vista formal, Srª Presidente, nos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e legalidade, o projeto enquadra-se perfeitamente nas normas adotadas por este Senado. E, da mesma forma, a iniciativa se enquadra no art. 1º, inciso VI, da Lei nº 12.458, que trata dos critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

Sendo assim, o projeto enquadra-se em todos os aspectos formais, como eu há pouco mencionava. E, desse modo, o nosso voto, Srª Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 94.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 33 da pauta – este é o último.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – O 11 não dá, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Item 33, da Senadora Ana Amélia, que já está aqui. É um projeto simples.

Não; é requerimento.

ITEM 33

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 51, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2017 – CE, que trata da realização de Audiência Pública para debater exemplos bem sucedidos da educação pública estadual e municipal e a relação orçamento/custeio por aluno, aprovado por esta Comissão no dia 20





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de junho de 2017, solicito a inclusão da seguinte convidada: Mariza Abreu, Consultora da Confederação Nacional de Municípios.

Autoria: Senadora Ana Amélia

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, é um requerimento que faz o aditamento da Prof. Marisa Abreu, consultora da Confederação Nacional dos Municípios, para participar da audiência pública para debater exemplos bem-sucedidos da educação pública estadual e municipal e a relação orçamento/custeio por aluno, aprovada por esta Comissão no dia 20 de junho de 2017.

Então, esse é o pedido para a inclusão da Prof. Marisa Abreu nesta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016

- Terminativo -

Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174.

Autoria: Senador Cidinho Santos

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a Reunião de 15/08/2017.

A votação é nominal.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para ler o relatório se assim entender conveniente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT. Como Relator.) – Srª Presidente, esse projeto do Senador Cidinho Santos busca homenagear o mato-grossense Ramis Bucair.

É uma questão de honra, pois em várias oportunidades colocou a sua própria vida em risco para garantir a vida do próximo, em geral imigrantes, dando a eles o direito de sonhar o El Dourado, ajudando a erguer cidades, estabelecer empresas e, principalmente, construir estradas para dar passagem àqueles que abandonavam o conforto da cidade natal para viver o sonho da construção de uma nova comunidade, agregando valor para si, para a sua família, para o Estado e a Nação.

O parecer é pela aprovação.

Conto com os votos dos pares Senadores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A votação é nominal.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Muito obrigado, Srº Presidente.

Como a senhora bem falou, trata-se de um PLS do destacado Senador Roberto Requião, que denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva, em Santa Catarina.

O projeto tem dois artigos: o primeiro refere-se à homenagem feita ao homenageado, e o segundo sugere que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Parto para a análise propriamente dita, bem objetivamente.

Henrique Herwig, nascido em Blumenau/SC, notabilizou-se por ser o introdutor da arquitetura "Enxaimel" naquela região de colonização alemã.

Em reconhecimento à importância dessa obra, o Estado do Paraná, mesmo sem ter a competência legal para tal, resolveu, por meio de lei estadual, conceder o nome de Henrique Herwig a esse trecho da BR-376, denominação que já foi consagrada pela população local.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional e de técnica legislativa e jurídica.

Portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 720, de 2015, de autoria do Senador Roberto Requião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSB - GO) – O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da Reunião de 19/09/2017.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2017**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o conceito de “educação e aprendizagem ao longo da vida” entre os princípios do ensino, bem como no âmbito da educação de jovens e adultos e da educação especial.

Autoria: Deputado Eduardo Barbosa

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

ITEM 6**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017****- Terminativo -**

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 01/08/2017, foi lido o Relatório, e foi adiada a discussão e a votação.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 02/05/2017, foi lido o Relatório, e foi adiada a discussão e a votação.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015****- Terminativo -**

Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 07/06/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2016**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 19/09/2017, foi concedida vista ao Senador Ronaldo Caiado, nos termos regimentais.

ITEM 11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública.

Autoria: Senador Wilson Matos

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 05/09/2017 e 19/09/2017.

ITEM 12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015****- Terminativo -**

Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo.

Autoria: Senador Tomás Correia

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Em 07/06/2017, foi lido o Relatório e adiada a discussão e a votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará - PA a Belém - PA.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011

- Terminativo -

Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo".

Autoria: Senador Wellington Dias

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3. Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 5. Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6. Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

Autoria: Senadora Regina Sousa

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183/2009, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Giannazi – Deputado Estadual PSol/SP; Gerson Ferreira Tajés - Presidente do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Federal da Ordem dos Músicos ou representante; Representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM/FG; Representante do Supremo Tribunal Federal /STR; Representante do Ministério do Trabalho/MT; Representante do Ministério da Cultura/MC.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD).

Autoria: Senador Telmário Mota

ITEM 30

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 45, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema “Violência nas Escolas Públicas”, com a presença dos seguintes convidados: Deputada Federal Pollyana Gama; Miriam Abramovay - Coordenadora da Área de Estudos sobre Juventude da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (ou representante); Gina Vieira Pontes – Professora do Centro de Ensino Fundamental nº 12 de Ceilândia/DF; Marlova Jovchelovitch Noletto - Diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil (ou representante); Representante da Secretaria de Educação do DF; Representante do MEC.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2017-CE, aprovado por esta Comissão no dia 20 de junho de 2017, a inclusão dos seguintes convidados: André Regis de Carvalho, Vereador do Recife; Caio Callegari, Coordenador de Projetos do Movimento Todos Pela Educação; Guilherme Antunes, Gerente de Projeto da Fundação Lemann; Pedro Grandson Aguiar, Gestor Escolar de Sobral/CE; Idilvan Alencar, Secretário de Educação do Estado do Ceará; Dalila Saldanha de Freitas, Secretária de Educação de Fortaleza.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 32

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 48, de 2017





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 45/2017-CE, a inclusão dos seguintes convidados: Denise Paiva – Ex-gerente do Programa Paz nas Escola; Siro Darlan de Oliveira – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; César Benjamin - Secretário Municipal de Educação.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 34**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 52, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 64/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão do convidado a seguir relacionado para participar de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n. 130, de 2009, que trata do “controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa”: Bernardo Pablo Sukiennik – Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa - OLIR.

Autoria: Senador Pedro Chaves

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2011****- Terminativo -**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Oeiras (UFO), no Estado do Piauí.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 18**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, de 2011****- Terminativo -**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Ji-Paraná, com sede no Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 19**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2011****- Terminativo -**

Autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Militar de Porto Velho, no Município de Porto Velho, em Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2013

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste do Pará - UFNORPA, com sede no Município de Bragança, por desmembramento da Universidade Federal do Pará –UFPA, e da Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, para criar o Instituto Federal do Sul do Maranhão.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, de 2013

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano (UNISSE), com sede na cidade de Poço Redondo, no Estado de Sergipe.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2013

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, de 2013

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar campi da Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (Univasf) na região do semiárido de Sergipe, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Ana Amélia**Relatório:** Pela rejeição do Projeto.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2013

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na região banhada pelo Vale do Rio Real e a instalar atividades de extensão e programas de residência profissional em saúde da UFS no Município de Simão Dias, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares**Relatoria:** Senadora Ana Amélia**Relatório:** Pela rejeição do Projeto.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, de 2015

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, nos municípios de São José de Mipibu, Jucurutu, Touros, Mossoró, Umarizal, São Miguel, Alexandria e Tangará.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra**Relatoria:** Senadora Ana Amélia**Relatório:** Pela rejeição do Projeto.

Encerramento.

Convoco para amanhã, dia 27 de setembro, às 10h30, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater "Os impactos da reforma da previdência na educação brasileira", em atendimento aos Requerimentos nºs 22 e 35, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria das Senadoras Lídice da Mata e Fátima Bezerra.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a **Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Simone Tebet, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Ana Amélia, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, José Maranhão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Maria do Carmo Alves, Roberto Muniz, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Manoel Rangel Neto." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. **Observação:** Em reunião agendada para o dia 10/11 (terça-feira), às 9h, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e em seguida será realizada a votação, em escrutínio secreto. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Martim Soares Moreno." **Autoria:** Deputado Ronaldo Manchado Martins. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 798, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Institui o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o conceito de "educação e aprendizagem ao longo da vida" entre os princípios do ensino, bem como no âmbito da educação de jovens e adultos e da educação especial." **Autoria:** Deputado Eduardo Barbosa. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE (de redação). **Observação:** Durante a discussão, o Senador Cristovam Buarque apresentou Relatório





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reformulado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo** - que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo** - que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará - PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo** - que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo** - que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3. Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 5. Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6. Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Adiado.

ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183/2009, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Giannazi – Deputado Estadual PSol/SP; Gerson Ferreira Tajés - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos ou representante; Representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM/FG; Representante do Supremo Tribunal Federal /STR; Representante do Ministério do Trabalho/MT; Representante do Ministério da Cultura/MC."

Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado.

ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 45 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "Violência nas Escolas Públicas", com a presença dos seguintes convidados: Deputada Federal Pollyana Gama; Miriam Abramovay - Coordenadora da Área de Estudos sobre Juventude da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (ou representante); Gina Vieira Pontes – Professora do Centro de Ensino Fundamental nº 12 de Ceilândia/DF; Marlova Jovchelovitch Noletto - Diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil (ou representante); Representante da Secretaria de Educação do DF; Representante do MEC." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 47 de 2017 que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2017-CE, aprovado por esta Comissão no dia 20 de junho de 2017, a inclusão dos seguintes convidados: André Regis de Carvalho, Vereador do Recife; Caio Callegari, Coordenador de Projetos do Movimento Todos Pela Educação; Guilherme Antunes, Gerente de Projeto da Fundação Lemann; Pedro Grandson Aguiar, Gestor Escolar de Sobral/CE; Idilvan Alencar, Secretário de Educação do Estado do Ceará; Dalila Saldanha de Freitas, Secretária de Educação de Fortaleza." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 48 de 2017 que: "Requer, nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 45/2017-CE, a inclusão dos seguintes convidados: Denise Paiva – Ex-gerente do Programa Paz nas Escola; Siro Darlan de Oliveira – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; César Benjamin - Secretário Municipal de Educação." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 52 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 64/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão do convidado a seguir relacionado para participar de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n. 130, de 2009, que trata do "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa": Bernardo Pablo Sukiennik – Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa - OLIR." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/03>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 20.

Comunico, ainda, o recebimento de 25 exemplares do Relatório Sistêmico de Fiscalização de Desporto e Lazer de 2016, realizado pelo Tribunal de Contas da União, que disponibilizamos nas bancadas a V. Exªs. Os exemplares remanescentes ficarão à disposição dos Srs. Senadores membros desta Comissão na Secretaria. *(Pausa.)*

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2017****- Não terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Manoel Rangel Neto.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Roberto Rocha.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Decisão nº 1, da Comissão de Educação, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa que ocorrerá nesta reunião, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, em reunião a ser agendada oportunamente, o indicado será submetido à arguição pelos membros da Comissão e, em seguida, será submetida será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (S/Partido - MA. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o objeto da presente Mensagem nº 59, de 2017, cumpre o que determina o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, que atribui a esta Casa a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Cumpre, também, o disposto no art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000, que dispõem que os diretores da agência sejam brasileiros, de reputação ilibada e elevado conceito no campo de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação do Senado Federal.

Acompanham a mensagem os documentos e informações especificados nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com as informações apresentadas em seu *curriculum*, Christian de Castro Oliveira cursou Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e é graduado em Engenharia de Produção Mecânica pela Universidade Paulista (Unip). Posteriormente cursou duas pós-graduações: a primeira, em Film & Television Business, na Fundação Getúlio Vargas, e, a segunda, em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Sr. Christian de Castro Oliveira atua no mercado do audiovisual há dezoito anos. Por dez anos, foi sócio ativo de consultoria especializada em economia criativa, empreendedorismo e capital de investimento no desenvolvimento de serviços relacionados à modelagem de negócios, estruturação financeira, planejamento estratégico, desenvolvimento de projetos, gestão para empresas, especialmente para o setor de entretenimento, mídia e audiovisual. Teve participação na criação de tese de investimentos para crescimento das empresas por meio de investimento privado ou mediante estruturação financeira por intermédio do BNDES Procult.

Na argumentação escrita anexada à mensagem, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresenta informações destinadas a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo e ressalta sua experiência nos campos da economia, da cultura e do audiovisual. As declarações estão acompanhadas de certidões negativas e demais documentos oficiais, emitidos pelos órgãos competentes.

Diante do exposto, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, entendemos que os membros integrantes desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Christian de Castro Oliveira para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema.

É o nosso relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, será concedida vista coletiva aos Srs. Senadores.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2017****- Não terminativo -**

Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Martim Soares Moreno.

Autoria: Deputado Ronaldo Manchado Martins

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.

Eu pediria ao Senador Anastasia que pudesse ler o relatório como Relator *ad hoc*. Item 2 da pauta.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Sr^a Presidente. Eu vou só abrir aqui, porque, como fui pego com certa surpresa por V. Ex^a, eu não estava... É o item 2, do Senador Magno Malta?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Vou ler aqui agora, esperando que ele não se incomode conosco.

Como V. Exª apregoou, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de autoria do Deputado Ronaldo Martins, que propõe seja inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade, o nome de Martim Soares Moreno.

O relatório especifica a questão formal e informa que também não foram oferecidas emendas.

Na análise, temos no relatório de S. Exª que compete a esta Casa e a esta Comissão opinar sobre essas matérias. E aí descreve quem é a personalidade apontada, objeto da norma.

Martim Soares Moreno, natural de Santiago do Cacém, no Alentejo, é uma das figuras primordiais da História do Brasil.

Chegou em companhia de Diogo Botelho, oitavo Governador-Geral do País. Em sua jornada pelo Sertão, aproximou-se aos poucos dos índios potiguaras, procurando aprender os modos e a língua da tribo. Ganhando a confiança e a amizade dos nativos, passou a viver no meio deles. Às margens do rio Ceará, com a ajuda dos seus soldados e do povo potiguara, construiu o Forte de São Sebastião e uma igreja em louvor à Nossa Senhora do Amparo.

Em 1612, a mando de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Martim Soares foi enviado para reconhecer o Maranhão [terra do nosso eminente Senador Roberto Rocha, que está aqui ao meu lado], então ocupado pelos franceses. Na volta, seu navio foi jogado pelos ventos às Antilhas, o que acabou por levá-lo à Sevilha, na Espanha. Em 1615, como capitão, retornou ao Maranhão, junto com um reforço de 900 homens, que tornaram possível a expulsão definitiva dos franceses e a captura da cidade de São Luís.

A carta patente de 1619 fez mercê da capitania do Ceará a Martim Soares Moreno, em atenção aos seus serviços. Lá, repeliu os ataques de duas naus holandesas.

Em 1630 deu-se a invasão holandesa de Pernambuco. Martim Soares, partiu do Ceará com uns poucos índios e soldados e chegou ao Arraial do Bom Jesus em junho de 1631.

Na fase inicial da luta, tomou parte no bloqueio das forças holandesas postadas em Recife e Olinda. E ali também ajudou na derrota dos holandeses, graças à resistência luso-brasileira. E, restaurada a monarquia portuguesa em 1640, foi firmada uma trégua entre Portugal e a Holanda. Participou do movimento clandestino que culminou na guerra de restauração do Brasil. Voltou definitivamente para Portugal em 1648 aos 62 anos de idade, após 45 anos servindo a coroa lusitana no Brasil.

Martim foi imortalizado pelo ilustre José de Alencar, que o utilizou como personagem de seu livro *Iracema*. Em 1993, o Exército Brasileiro também o homenageou dando seu nome à Décima Região Militar.

De acordo com seus historiadores, *Martim Soares Moreno, com mais de 400 anos de memória, deve ser reconhecido como Construtor da História. Um ator que transcendeu o personagem militar, misturou-se com o povo, foi amante de Iracema, e sobretudo edificou o marco zero de Fortaleza na Barra do Ceará – onde ele chegou e tudo começou.*

Então, percebemos no relatório, Srª Presidente, toda a fundamentação histórica desse grande nome da história brasileira. Quanto à juridicidade e aos aspectos formais, percebe-se que a proposição está totalmente de acordo com a legislação brasileira. Desse modo, o voto é favorável para a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2017.

É o relatório de S. Exª o Senador Magno Malta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Comunico aos Srs. Senadores que o Sr. Christian de Castro Oliveira foi indicado para a Ancine e que nos honra com sua presença aqui, nesta Comissão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 798, de 2015

- Não terminativo -

Institui o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proceder ao relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Presidente, Senadora Lúcia Vânia; caros colegas Senadores; nossos Deputados que nos visitam, eu queria dizer que recebi, do Ministério da Ciência e Tecnologia, uma nota técnica relativa a esse projeto de lei, e, entre outras curiosidades pertinentes, surpreendeu-me, Senador Cristovam, que o programa Ciência sem Fronteiras – na tradução para o inglês, Science without Borders – tem seu nome como uma marca registrada que pertence ao sultão Khaled bin – não é Bin Laden; é Khaled bin. Portanto, o Brasil poderá, se não alterar essa designação, enfrentar um litígio internacional que poderá redundar, certamente, em algum pesado custo financeiro, caso isso vá para as cortes internacionais. Então, penso que foi oportuna a posição do Ministério.

Eu vou retirar a matéria de pauta para fazer essas alterações. Inclusive o nome do programa será alterado, para que, na tradução inglesa, não possa ser usado isso, que é uma marca registrada do sultão. Não podemos infringir no cometimento de uma ilicitude ou de uma ilegalidade comercial quanto ao direito de propriedade da marca. Eu estou retirando-o de pauta, para que o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia nos dê alguns argumentos.

E acho também conveniente – aproveitaria para solicitar – uma avaliação do Ciência sem Fronteiras, porque nós tivemos uma audiência pública aqui, requerida pelo Senador Roberto Muniz, sobre o Pronatec, e os números, junto com os dados do Ipea e do Tribunal de Contas da União, são alarmantes. É um programa de grande validade, de grande oportunidade, um programa com a cara do Brasil pela necessidade da juventude de uma profissionalização, mas a evasão desse programa é assustadora, o que mostra que ele não foi assentado nem planejado com base na realidade do mercado, porque a profissionalização requer que se use o recurso para formar o jovem para uma determinada área da atividade econômica do País. Isso não foi avaliado. E, no mesmo programa, está, por exemplo, ressocialização de presos com curso de Pronatec, que é outra finalidade; mas está tudo no mesmo cesto do Pronatec.

Então, à luz do que nós ouvimos aqui, numa audiência pública na segunda-feira passada, eu penso que, também no caso do Ciência sem Fronteiras, devemos examinar o custo-benefício do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa, que é extraordinário, porque abre os horizontes da juventude e dá oportunidades para que eles possam, com seu saber, trazer de volta para o Brasil aquilo que aprenderam lá fora.

O Senador Cristovam e eu discutimos um projeto para que esses jovens que tiveram o privilégio de participar, com apoio e recurso público, de um programa dessa natureza, ao voltarem, pelo menos fizessem um trabalho solidário, nos bairros mais carentes, e relatassem as experiências que tiveram, contando como é o país onde estiveram – não necessariamente tudo que aprenderam, porque deve ser muito vasto, mas pelo menos transferir aqueles conhecimentos sobre a cultura, sobre a gastronomia, sobre os conhecimentos, como é o próprio ensino nos países nos quais eles fizeram a troca de experiências do Ciência Sem Fronteiras. Então, eu quero retirar de pauta, com essa justificativa, que acho plenamente razoável.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Solicito à Mesa que retire de pauta o projeto para análise.

Perguntaria à Senadora Ana Amélia se ela deseja fazer um trabalho semelhante ao que o Senador Roberto fez em relação a esse tema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso que poderemos, Senadora Lúcia Vânia, trabalhar nessa... Neste ano, acho que teremos alguma dificuldade, em função das muitas audiências públicas que estão já programadas, mas eu vou fazer o requerimento para que a gente possa, no início do ano que vem, trabalhar sobre ele.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pois não.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o conceito de “educação e aprendizagem ao longo da vida” entre os princípios do ensino, bem como no âmbito da educação de jovens e adultos e da educação especial.

Autoria: Deputado Eduardo Barbosa

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações: A matéria constou da pauta da reunião do dia 26/09/2017.

O Deputado Eduardo Barbosa nos honra com sua presença aqui.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, antes de qualquer coisa, Senadora Ana Amélia, eu gostaria de que nós aproveitássemos o projeto que a senhora vai relatar para discutirmos não apenas a propriedade do nome, mas o conceito do projeto. O Ciência Sem Fronteiras... É claro que colocar dinheiro para jovens irem ao exterior estudar, seja o que for, por quanto tempo for, é positivo, mas o retorno disso, a meu ver, não foi suficiente. O bom sem fronteiras era inclusive trazer cientistas de fora para vir para cá, e os nossos jovens que fossem, eu acho que a gente deveria tentar fazer como a Embrapa fez: contratava um recém-formado e mandava fazer um doutorado. Quando ele terminava o doutorado, ele voltava com emprego e com um laboratório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, sim, deu no que deu: a Embrapa é essa coisa monumental que nós temos. Aí não tem desperdício. Então, vale a pena a gente analisar. Eu quero estar junto com a senhora.

Mas, entrando no caso do projeto do qual eu sou Relator, eu convidei o Deputado Eduardo Barbosa para estar aqui conosco, e ele aceitou o convite, pela importância que eu dou a esse projeto, por algumas razões. Uma delas é até um pouco sentimental. Eu fui membro do Conselho do Instituto da Unesco para Educação ao Longo da Vida, instituto que fica em Hamburgo, na Alemanha, e que se dedica a essa preocupação. Segundo, daqui para a frente, a educação é por toda a vida, ou não é educação. Um médico hoje deve estudar muito mais depois que se forma do que durante a faculdade, porque a renovação do conhecimento é tão radical que, se ele não estiver sempre estudando, ele não vai aprender.

Além disso, no nosso caso, temos um adicional, que é esse instituto do qual eu fiz parte no Conselho também: é que muitos jovens abandonam a escola antes de se formar, e a gente tem que recuperar para que eles estudem.

O projeto do Deputado Eduardo traz todas essas vantagens, e eu dou um parecer absolutamente entusiasmado favorável, com base na análise que pode ser vista de que não há reparos à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição.

No mérito, não apenas moderniza a LDB, ao incluir o Conselho de Educação ao longo da vida, como o princípio da educação em nosso meio, mas também fortalece a imprescindível articulação entre EJA e educação especial. A modalidade de EJA tem como objetivo assegurar o inalienável direito à educação básica para aqueles que o tiveram negado na faixa etária própria. O EJA é um desses projetos do Brasil, Senadora Ana Amélia, que eu tenho na minha lista de que eu gostaria de ver um dia não ser mais necessário. É como quebra-molas no trânsito: um dia eu espero que o Brasil não tenha quebra-molas, que as pessoas respeitem a velocidade sem necessidade disso.

Há uma porção de coisas no Brasil que, se a gente for analisar, são necessárias, mas sonhamos com o dia em que não existam mais. Infelizmente, essa é a situação de muitas pessoas com deficiência, que se viram marginalizadas do processo de escolarização durante a infância e a adolescência por múltiplas razões. A incapacidade do sistema de ensino de se articular nas salas de aulas comuns, garantindo o atendimento especializado que lhes permita aprender e progredir na escola, sem dúvida, é uma delas.

Segundo dados do Censo Populacional 2010, mais de 61% da população com 15 anos ou mais com alguma deficiência não tinham instrução ou não tinham concluído o ensino fundamental. Entre os maiores de 15 anos sem deficiência, esse percentual fica em apenas 38%.

O art. 27 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a chamada Lei Brasileira de Inclusão, já incorporou o direito ao aprendizado ao longo de toda a vida. É chegado o momento de trazer esse conceito também para a LDB, como propõe o Deputado Eduardo nesse projeto de lei, para que a educação das pessoas com deficiência seja garantida, de fato, para além da idade de escolarização obrigatória.

Volto a insistir: para aqueles que não tiveram educação na idade apropriada e que precisam continuar e para aqueles que a tiveram, mas cuja educação é superada a cada dia pelas mudanças na realidade da sociedade de consumo em que vivemos.

A devida articulação da EJA com a educação especial poderá assegurar a inclusão dos jovens e adultos com deficiência na educação.

No entanto, consideramos que há um pequeno ajuste a fazer, mas é um ajuste de redação, e quero chamar bem a atenção para isso, porque longe de mim querer que um projeto desse tipo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha que voltar à Câmara. Seria importante que a articulação da EJA com a educação especial para garantia do direito à educação ao longo da vida ocorra em consonância com os preceitos já estabelecidos na LDB no que se refere à educação especial, que é o atendimento aos educandos com deficiência, de tal maneira que é admitido o atendimento especializado se, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Por isso, Senadora, uma emenda para a qual quero chamar atenção, pois considero de redação. Se este Colegiado considerar que não é só de redação, eu a retiro, porque acho fundamental que essa aprovação seja feita em caráter terminativo e possamos rapidamente mandar para a sanção.

Eu acrescentei apenas uma pequena frase no §3º do art. 5º que diz: "A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos [tudo isso já está no texto da própria lei], durante a educação infantil e será estendida ao longo da vida em todos os níveis de modalidade."

Eu acrescentei: "(...) nos termos do *caput* deste artigo, observados, ademais, o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei."

Tem a ver apenas com uma questão de destino de recursos para a educação formal. Eu insisto que isso aqui nem seria necessário para que o projeto de lei mereça ser aprovado; foi apenas numa tentativa de aperfeiçoar a redação que eu acrescentei.

Se este Colegiado aceitar que é de redação, eu defendo a aprovação imediata do projeto e que tentemos concluir o mais rápido possível o longo processo de aprovação de um projeto de lei no Congresso, para que possamos ter a sanção presidencial em breve.

Se for aceito como redação, eu mantenho a minha emenda; se não for aceito como redação, e vejo todas as razões para ser, eu retiro a emenda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Anastasia para responder à pergunta do Senador Cristovam.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Não, Srª Presidente. Ao contrário, é para discutir exatamente. Para apoiar e fazer o registro dos meus parabéns ao eminente Relator pelo belíssimo relatório e, de modo especial, ao Deputado Eduardo Barbosa, que está aqui conosco e é o autor da proposta na Câmara dos Deputados. Ele é um verdadeiro herói, um cruzado de décadas na questão da educação especial agora e ao longo de toda a vida.

Então, quero cumprimentar o Deputado Eduardo por mais essa vitória, visto que o projeto será aprovado aqui tenho certeza, e ao Senador Cristovam, por ter a mesma sensibilidade de acolher essa proposta e apresentar um relatório tão bem sustentado, tão robusto. A ambos, os meus cumprimentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Continua em discussão o relatório.

Eu darei a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa para que ele possa falar um pouco sobre o projeto.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentá-la e agradecer por me permitir fazer uso da palavra nesta Comissão. Da mesma forma, quero cumprimentar os nobres Senadores e Senadoras e o nobre Senador Cristovam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Buarque, pois temos um grande respeito pela sua figura histórica dentro da educação e pelo que ele representa para a nossa Nação.

Eu gostaria de fazer uma defesa do projeto, apesar de a proposta já ter sido acolhida pelo próprio Senador no seu relatório, até para que possamos utilizar deste espaço e criar uma massa crítica em relação a este tema.

A educação ao longo da vida, como o Senador Cristovam colocou, é uma questão que a nossa sociedade deve encarar a cada dia com muito mais seriedade e com o compromisso do próprio Estado em ofertar essa educação ao longo da vida, principalmente para aquelas pessoas que não têm recursos financeiros para buscar a atualização necessária não só para a sua vida profissional, mas sobretudo para a qualidade de vida.

A educação ao longo da vida já tem sido em vários países do mundo, principalmente na Europa, uma proposta com ênfase muito grande. Alguns países tratam este tema voltando a educação ao longo da vida para públicos vulneráveis. Por exemplo, na Alemanha, ela é muito utilizada para os emigrantes. Ou seja, para o emigrante permanecer na Alemanha, é exigido que ele conheça a língua alemã e a domine. Eles usam a educação ao longo da vida para esse fim. Eles usam também a educação ao longo da vida para a habilitação de pessoas em ofícios. A Alemanha valoriza muito o ofício. Uma pessoa, às vezes, aprendeu com a sua própria família o ofício, mas não tem a certificação desse saber. Então, a educação ao longo da vida remete a uma possibilidade de certificação de saberes.

Outros países do mundo, como a Suécia, utilizam muito a educação ao longo da vida para qualidade de vida. Então, eu, Eduardo, por exemplo, nunca tive oportunidade na vida de estudar sobre Beethoven e quis um dia ter esse conhecimento. Eu posso propor ao Estado, junto a outras pessoas interessadas, ter essa possibilidade de estudar. E ali, em um projeto com início, meio e fim, um grupo de pessoas pode utilizar dessa estratégia para ter uma formação em algo que venha a facilitar e lhe dar qualidade de vida.

Aqui no Brasil, é um tema que nós ainda não aprofundamos, apesar de a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi agregada à Constituição brasileira, ter no capítulo da educação a educação ao longo da vida como um dos artigos obrigatórios para este segmento da população: pessoa com deficiência.

Também temos uma necessidade de visualizar esse público, principalmente aquelas pessoas com deficiência intelectual que não têm o percurso educacional além do ensino fundamental e que, às vezes, não ascende ao ensino médio ou ao ensino superior, mas nem por isso poderia deixar de estar também em projetos específicos de início, meio e fim para que pudesse se habilitar em algum tipo de atividade ou habilidade que demonstre interesse e sua família, inclusive. E que isso possa também ter uma certificação de saber.

Então, nós teríamos a possibilidade de essas pessoas terem a condição de uma continuidade ou a possibilidade de formação, e quero dizer não escolar, uma educação informal, não formal, mas que tenha a possibilidade, inclusive, de certificar esse saber a que ele possa ter acesso.

Portanto, é nesse sentido que a gente propôs que a LDB também preveja isso dentro da educação de jovens e adultos, justamente para que, ao longo do tempo, a gente não tenha a educação de jovens e adultos com a visão que temos hoje de simplesmente oferecer educação formal, porque ela não foi dada no tempo hábil, o que mostra a frustração de um sistema educacional que não deu certo para muitas pessoas que precisam recorrer à educação de jovens e adultos formal. Mas que ele possa ser remetido a uma educação de jovens e adultos informal com esse princípio de educação ao longo da vida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que, aprovando esse projeto, o Ministério da Educação, junto com o Conselho Nacional de Educação, terá de fazer uma regulamentação específica, justamente tratando dessas questões que aqui coloquei: como se certifica isso? Quem pode propor esse tipo de curso ou formação? Eu acredito que vamos ter um grande avanço.

Senadora Lúcia Vânia, estou muito entusiasmado com esse projeto, porque acho que ele traz para nós, dentro do conceito de educação, um avanço muito grande, e que ela possa ser articulada com outras áreas de conhecimento. Ela não precisa ser de responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação, mas que, a partir dele, articule-se com outras políticas setoriais, porque o saber também está em outras áreas que não, às vezes, as dominadas exclusivamente pelo Ministério da Educação, e que, quem sabe, possa ser uma estratégia para públicos vulneráveis do nosso País.

Dessa forma, eu agradeço muito aos Senadores se aprovarem. Eu defendo que seja emenda de redação ou que se exclua – aí depende do que os Senadores decidirem – para não voltar para a Câmara. Senão, nós vamos arrastar esse debate.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Continua em discussão.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para discutir.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o nosso bom dia.

Esse projeto é extremamente meritório. Na verdade, a educação continuada... Eu acho que a gente nunca deve parar realmente de estudar, como nós mesmos aqui do Senado. Senador tem de continuar sempre se aprofundando. Isso faz parte do próprio ser humano.

A minha única preocupação é quem iria financiar realmente essa educação continuada. Seria o MEC? Porque, toda vez em que se apresentar um projeto que envolve custos, é importante, paralelamente, nós definirmos a fonte de financiamento. Isso seria subordinado ao MEC? O MEC financiaria esse projeto?

É somente isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu respondo.

O projeto, na verdade, não cria o direito. Ele regulamenta, sistematiza um direito. A execução disso vai ser uma prática orçamentária. A cada ano, vamos ter que discutir onde é... O projeto não obriga que o Estado comece a fazer isso com recursos imediatos. Nem só o Estado – o próprio Deputado falou –, mas outras entidades, inclusive entidades particulares, vão, eu espero, participar disso.

Eu só queria concluir dizendo sobre a importância da educação até o final da vida lembrando uma historinha, Deputado, que a minha avó contava, naquela época em que se morria em casa, com extrema unção e com a pessoa que estava morrendo segurando uma vela. Ela disse que um velhinho, Senadora Lídice, estava morrendo, trouxeram a vela e alguém gritou: "Não é na mão esquerda, é na mão direita que ele tem de segurar." Aí ele abre o olho e diz: "Morrendo e aprendendo. Que bom!" (Risos.)

Eu acho que aprender tem de ser assim, sobretudo agora em que talvez a vela seja eletrônica, seja digital. E a pessoa tem que estar preparada para tudo isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não haverá, pela lei aprovada, aumento de gastos e é a prática orçamentária que vai definir, Senador Pedro, a origem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Continua em discussão.

Eu quero cumprimentar o Deputado Eduardo Barbosa e dizer que, mais uma vez, esse projeto coroa a trajetória de V. Exª, que tem sido um grande defensor aqui dos deficientes. Este projeto, sem dúvida nenhuma, traz um ponto muito importante porque, na verdade, ele muda conceito, e acho que o importante deste projeto é ampliar o conceito de aprendizagem. Isso é um avanço, isso significa que nós temos de entrar realmente nesse novo conceito de aprendizagem.

E ele beneficia, de forma muito especial, a pessoa deficiente. Eu acho que V. Exª teve uma preocupação muito grande, porque essa continuidade do saber e essa certificação dão dignidade às pessoas e, principalmente, dão condições de trabalho.

Portanto, meus parabéns, meus cumprimentos por ampliar esse conceito de aprendizagem, que é, sem dúvida alguma, um grande avanço na educação.

Em votação o projeto.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Eu colocarei em votação a emenda se os senhores entenderem ser essa emenda uma emenda de redação. *(Pausa.)*

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, com a emenda, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 15**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183/2009, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Giannazi – Deputado Estadual PSol/SP; Gerson Ferreira Tajés - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos ou representante; Representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM/FG; Representante do Supremo Tribunal Federal /STR; Representante do Ministério do Trabalho/MT; Representante do Ministério da Cultura/MC.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador Cristovam para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Srª Presidente, é um requerimento... Eu tenho aqui alguns. De qual está se tratando?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O item 15.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É o requerimento que eu faço para, no âmbito desta Comissão, debatermos a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil com a presença dos seguintes convidados: Carlos Giannazi, que é Deputado Estadual, do PSOL, de São Paulo; Gerson Ferreira Tajés, que é Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos; um representante do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Movimento de Valorização dos Músicos; um representante do Supremo Tribunal Federal; um representante do Ministério do Trabalho; e um representante do Ministério da Cultura.

A justificativa, Srª Presidente, é que há uma disputa muito grande, no Brasil, em relação aos direitos autorais, a quanto recebe cada músico quando suas obras são executadas. E um requerimento como este eu creio que poderia ajudar muito. Um debate como esse ajudaria muito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Será marcada a audiência pública.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pois não, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Será que se podia fazer uma inversão de pauta para o item 20? Amanhã haverá audiência pública, e eu queria incluir mais um...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 20.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 52, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 64/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão do convidado a seguir relacionado para participar de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n. 130, de 2009, que trata do “controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa”: Bernardo Pablo Sukiennik – Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa - OLIR.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves para a leitura do requerimento.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Requerimento nº 52, de 2017.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 64, de 2016, CE, aprovado por esta Comissão, no dia 1º de novembro de 2016, a inclusão do convidado a seguir relacionado para participar de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2009, que trata do “controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa”: Bernardo Pablo Sukiennik, Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa (Olir).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pois não.

Item 18 da pauta.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2017-CE, aprovado por esta Comissão no dia 20 de junho de 2017, a inclusão dos seguintes convidados: André Regis de Carvalho, Vereador do Recife; Caio Callegari, Coordenador de Projetos do Movimento Todos Pela Educação; Guilherme Antunes, Gerente de Projeto da Fundação Lemann; Pedro Grandson Aguiar, Gestor Escolar de Sobral/CE; Idilvan Alencar, Secretário de Educação do Estado do Ceará; Dalila Saldanha de Freitas, Secretária de Educação de Fortaleza.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para a leitura do requerimento.

Esse Senador é produtivo! *(Risos.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, este é o 18?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Trata-se do Requerimento nº 47, item 18.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É um aditamento ao Requerimento nº 32, de 2017, desta Comissão, de um debate de uma audiência pública, em que eu pediria para acrescentar o Vereador André Regis de Carvalho, Vereador do Recife; o Sr. Caio Callegari, Coordenador de Projetos do Movimento Todos Pela Educação; O Dr. Guilherme Antunes, Gerente de Projeto da Fundação Lemann; Pedro Grandson Aguiar, Gestor Escolar de Sobral/CE; Idilvan Alencar, Secretário de Educação do Estado do Ceará; e Dalila Saldanha de Freitas, Secretária de Educação de Fortaleza.

Trata-se apenas de aditamento desses nomes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 17, do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 45, de 2017

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "Violência nas Escolas Públicas", com a presença dos seguintes convidados: Deputada Federal Pollyana Gama; Miriam Abramovay - Coordenadora da Área de Estudos sobre Juventude da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (ou representante); Gina Vieira Pontes – Professora do Centro de Ensino Fundamental nº 12 de Ceilândia/DF; Marlova Jovchelovitch Noletto - Diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil (ou representante); Representante da Secretaria de Educação do DF; Representante do MEC.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, este é um requerimento para uma audiência que eu considero da maior importância, para debater o tema "Violência nas Escolas", com a presença dos seguintes convidados: a Deputada Federal Pollyana Gama, que é uma estudiosa; a Dr^a Miriam Abramovay, que também é uma estudiosa e é Coordenadora da Área de Estudos sobre Juventude da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; a Dr^a Gina Vieira Pontes, professora do Centro de Ensino Fundamental nº 12 de Ceilândia, aqui no DF; a Dr^a Marlova Jovchelovitch Noletto, Diretora da Área Programática da Unesco no Brasil; um representante da Secretaria de Educação do DF; e um representante do MEC.

Eu considero este tema algo fundamental. Basta ver televisão para sabermos como é grande a violência dentro das escolas.

Então, eu gostaria de solicitar a aprovação para essa audiência.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 19, também do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 48, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 45/2017-CE, a inclusão dos seguintes convidados: Denise Paiva – Ex-gerente do Programa Paz nas Escolas; Siro Darlan de Oliveira – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; César Benjamin - Secretário Municipal de Educação.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para a leitura do seu requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr^a Presidente, eu vou ler, e, depois disso, terminou a minha produtividade hoje.

Na verdade, este é um requerimento para adicionar alguns nomes no anterior. Como apresentei um requerimento e só pensei nesses nomes depois, eu trago aqui o pedido de aprovação do aditamento de três nomes: a Dr^a Denise Paiva, que, durante um bom tempo, foi gerente do Programa Paz nas Escolas, no Rio; o Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Siro Darlan de Oliveira, que é muito conhecido; e César Benjamin, Secretário Municipal de Educação, um grande quadro, um grande Secretário. Ele uma vez falou-me por telefone que, às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, tem dúvida se é Secretário de Educação ou Secretário de Segurança para as Escolas, tão grave é a situação da violência ao redor das escolas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – De que Município?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Do Rio de Janeiro, da Prefeitura do Rio de Janeiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há um comunicado: para a próxima terça-feira, está agendada audiência, a pedido do Senador Cristovam Buarque, sobre Institutos Federais de Educação. Acho que essa audiência pública é de extrema importância. Eu solicitaria a presença dos Srs. Senadores para que possamos fazer uma avaliação dos Institutos Federais de Educação.

Convoco para amanhã, dia 4 de outubro, às 10h30, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a debater o tema "Controle de Frequência e Aplicação de Avaliações para Alunos Impossibilitados por Motivo de Liberdade Religiosa e de Crença Religiosa" e instruir o PLC nº 130, de 2009, que dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola por motivo de liberdade de consciência e de crença religiosa, em atendimento aos Requerimentos nº 64, de 2016, da Comissão de Educação, e nº 38, de 2017, da Comissão de Educação, ambos de autoria do Senador Pedro Chaves.

Portanto, todos os Srs. Senadores estão convidados para, amanhã, às 10h30, a reunião extraordinária desta Comissão para tratar do assunto que foi lido aqui anteriormente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores a presença.

(Iniciada às 11 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Pedro Chaves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Simone Tebet, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PLC 130/2009, de autoria do Deputado Rubens Otoni, RCE 64/2016, de autoria do Senador Pedro Chaves, RCE 38/2017, de autoria do Senador Pedro Chaves, e RCE 52/2017, de autoria do Senador Pedro Chaves. **Finalidade:** Debater o tema "Controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa" e instruir o PLC nº 130, de 2009, que "Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa". **Participantes:** Vanderlei Vianna (representante de: Igreja Adventista do Sétimo Dia); Paulo Maltz, Vice-Presidente da Confederação Israelita do Brasil; Bernardo Pablo Sukiennik, Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa - OIIR. Bruno Coimbra (representante de: Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior - Abmes). **Resultado:** Realizada a audiência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/04>

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Meus senhores e minhas senhoras, o nosso bom dia.

Vamos dar início, neste momento, a uma audiência pública extremamente importante sobre o "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa" e instruir o PLC, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2009, que dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 64, de 2016, da Comissão de Educação, e 38 e 52, de 2017, também da Comissão de Educação, de autoria do Senador Pedro Chaves, este que vos fala, para a realização de audiência pública destinada a debater o tema que já falamos há poucos minutos, de extrema importância não só para os pais e alunos, mas para as escolas também.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião a todo o País e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Então, com muito prazer, eu convido para participar da Mesa o Vanderlei Vianna, representante da Igreja Adventista; o Paulo Maltz, Vice-Presidente da Confederação Israelita do Brasil; o Bruno Coimbra, representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes); e o Bernardo Pablo Sukiennik, Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa (Olr).

Então, mais uma vez eu quero agradecer a presença dos convidados. Acho que vai ser uma reunião importante porque eu já fui diretor muitos anos de escola de ensino básico e de ensino superior e encontrava tremenda dificuldade para conciliar, na verdade, a liberdade religiosa com as provas e trabalhos, porque, às vezes, o MEC era um pouco resistente a qualquer tipo de mudanças. E esta audiência pública tem como objetivo dar o subsídio para nós criarmos realmente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma lei que discipline, uma vez por todas, esse ponto, que é importante para tranquilizar, na verdade, e cumprir dispositivo constitucional.

Então, nós temos um parecer, um projeto importante, que veio da Câmara e que tem um substitutivo da lavra do nosso Senador Paulo Paim, extremamente objetivo, mas que precisa ainda ser enriquecido com as opiniões e depoimentos dos nossos convidados. Isso para nós é bastante importante. Lembrando que todo o País está alerta para esta reunião pela sua importância. Virão perguntas importantes, que os convidados serão convocados, vamos assim dizer, a responder, porque a reunião é bastante importante.

Então, vamos iniciar, sem mais delonga.

O primeiro convidado a usar da palavra é o Vanderlei Vianna. Nós vamos dar 15 minutos, prorrogáveis por mais três. Vanderlei, representante da Igreja Adventista do Sétimo Dia, com a palavra.

O SR. VANDERLEI VIANNA – Ex^{mo} Senador Pedro Chaves, muito bom dia. Bom dia a todos. Caros colegas, Dr. Paulo, representando a Confederação Israelita do Brasil; Dr. Bernardo, representando o Observatório da Liberdade Religiosa; Dr. Coimbra, representando a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior é uma honra e um privilégio estarmos aqui, nesta manhã, neste dia, Senador, em que amanhã, dia 5 de outubro de 2017, o Brasil estará completando 29 anos da promulgação da Constituição Federal. Vinte e nove anos. Amanhã.

Eu fiz uma breve pesquisa, e notamos que a primeira Constituição, a Constituição de 1824, ficou em vigência durante 65 anos. Ela teve apenas uma emenda constitucional. A segunda Constituição, a Republicana, de 1891, também ficou em vigência 40 anos e teve apenas uma alteração. A de 1934 durou apenas três anos e teve uma emenda constitucional. A Constituição de 1937 esteve vigente durante oito anos e teve 21 alterações. A de 1946 esteve vigente durante 21 anos e teve 27 alterações. A Constituição de 1969 durou 18 anos e teve 26 alterações. E a nossa Constituição, a Constituição Cidadã, para aqueles que são mais jovens, que não eram nascidos há 29 anos, é de 1988. A nossa Constituição de 1988 estará completando amanhã 29 anos e já teve 96 alterações. São 96 emendas constitucionais. Isso significa seguinte: o Brasil mudou.

Nos últimos 30 anos, a história do nosso País, a história do mundo passou por grandes transformações. Nas últimas três décadas, o mundo sofreu mudanças e avanços tecnológicos que os últimos 500 anos talvez não experimentaram.

Em 1988, o Senado Federal estava montando os seus primeiros computadores, aqueles Xp, XT 286, que não tinham 1% da capacidade que um simples *smartphone* hoje tem. Naquele ano, 1988, a população do Brasil era de 145 milhões. E hoje somos 207 milhões de brasileiros.

Naquela época, 1988, o conjunto de guardadores do sábado no Brasil alcançava perto de 600 mil pessoas que guardavam o sábado às denominações judaicas, adventistas e demais evangélicos. Hoje são mais de dois milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, a cada ano, Senador Pedro Chaves, perto de 100 mil estudantes estão chegando nas universidades, estão fazendo vestibular, estão prestando o segundo maior exame do mundo, que é o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem.

E nós tivemos uma importante vitória – vou falar dela agora a pouco – a respeito da mudança e da sensibilidade que o Governo teve com essas pessoas ao tirar o Enem do dia de sábado.

Então, este projeto de lei que estamos discutindo nesta manhã é um projeto de lei que surgiu em 2009 na Câmara dos Deputados e trata da ausência do aluno em aula ou prova em razão do exercício do direito constitucional de objeção de consciência e crença. É um projeto da Câmara, evidentemente. Ele tem, na verdade, cinco artigos, mas quatro principais. Os dois primeiros são os principais.

Textualmente, ele diz assim:

É assegurado ao aluno, por motivo de liberdade de consciência e de crença religiosa, requerer à escola em que esteja regularmente matriculado, seja ela pública ou privada e de qualquer nível de ensino, que lhe sejam aplicadas provas em dias não coincidentes com o período de guarda religiosa. [Também nesse artigo diz que]

Parágrafo único. A escola fixará data alternativa para a realização da obrigação acadêmica, que deverá coincidir com o período ou o turno em que o aluno estiver matriculado, ou contar com expressa anuência dele se em turno diferente daquele.

Art. 2º Poderá o aluno, pelos mesmos motivos previstos no art. 1º desta Lei, requerer à escola que, em substituição a sua presença em sala de aula e para fins de obtenção de frequência, lhe seja assegurado que esta lhe seja dada em aula a ser ministrada em outro dia e horário, apresentar trabalho escrito ou qualquer outra atividade de pesquisa acadêmica determinados pela escola, observados os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia de ausência do aluno.

Então a nossa grande Constituição – vejam só que coisa interessante –, a Constituição de 1988 garantiu no grandioso, no maravilhoso, no democrático, no tremendo art. 5º os direitos e garantias individuais. Dentre eles, o inciso VI, conhecido nosso, que diz: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre direito ao exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias." E o inciso VIII, o grandioso inciso VIII diz: "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política [...]" Ponto. Ninguém. O Constituinte, a Nação brasileira, reunida em 1988, colocou isso em letras de ouro. "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa." Ocorre que evidentemente há um acréscimo nessa oração: "salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei."

Então percebam aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais, que quanto à prestação alternativa fixada em lei, o Congresso Nacional já imediatamente, tão logo a Constituição Federal veio à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existência, já começou a regular algumas coisas. Por exemplo, as Forças Armadas foram as primeiras a tomar providências para fixar a prestação alternativa. Foi no governo do atual Senador Fernando Collor de Mello, no dia 4 de outubro, hoje, a data de hoje, estamos comemorando 26 anos hoje, 4 de outubro de 2017, estamos comemorando 26 anos de existência da regulamentação do serviço militar alternativo. Por quê? Porque há algumas pessoas, algumas religiões que se recusam a prestar o serviço militar, a pegar em armas, e essa lei, a Lei 8.239, de 4 de outubro de 1991, regulamentou isso, para contemplar aqueles brasileiros que alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

Agora vejam só: nessa questão das provas, Senador, nessa questão dos concursos públicos, nessa questão do acesso à universidade, nessa questão do abono de falta para aqueles que invocam o dia de guarda, a Constituição, nós estamos há três décadas para regulamentar.

Então este projeto em boa hora chega. Passou pela Comissão de Constituição e Justiça, um grande parecer do Senador Paim, realmente muito bem colocado, e a sua constitucionalidade, não há nenhuma mácula constitucional com relação ao projeto.

Então a Constituição diz que ninguém será privado de direitos; mas veja só aquela conjunção coordenativa aditiva "e." Porque ela diz assim: "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa," mas diz lá: "salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa [...]" Então ele precisa primeiro eximir-se da obrigação legal, mas também recusar cumprir a prestação alternativa. Ocorre que não há prestação alternativa. O Congresso Nacional não regulamentou.

Então esta é a grande oportunidade que o Brasil, que o Congresso Nacional tem de contemplar esse conjunto imenso de dois milhões de brasileiros, que têm o dia de guarda como o sábado, por exemplo; e esses jovens, mais de 100 mil jovens, que a cada ano estão entrando nas universidades, milhares de jovens que alegam esse imperativo de consciência, estão nas escolas e precisam ter esse direito assegurado.

O Tribunal Superior do Trabalho... Enquanto há uma mora do Congresso Nacional em regulamentar a questão, por outro lado, as questões foram sendo ajuizadas, as pessoas foram buscando o Judiciário. Por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho já regulamentou e garantiu o direito de empregado requerer à empresa pública ou privada a troca de plantões para não trabalhar em dias de descanso religioso. Então, é fundamental e é importante. Na Justiça trabalhista isso já está sendo garantido, mas as pessoas hoje ainda têm que movimentar o Judiciário para uma questão que é um direito já garantido na Constituição.

Por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em uma questão em que a faculdade não dava ao aluno o direito de ter a sua prova mudada, o seu trabalho, as suas aulas, o seu abono de faltas em dia religioso, decidiu assim:

Verifica-se que estão em jogo as seguintes garantias constitucionais: a inviolabilidade de crença e consciência; o tratamento igual a todos os alunos; e, a própria autonomia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educacional. Neste caso, por se tratar de conflito de preceitos fundamentais, faz-se necessária à observância da razoabilidade e da proporcionalidade. Sendo assim, ao tratar os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade, não se configura uma regalia instituir prestação alternativa para que o aluno Adventista do Sétimo Dia possa substituir a sua presença em sala de aula nos dias de guarda sabática, e sim uma necessidade.

Então, o Judiciário está reconhecendo. O Tribunal de Brasília... A Justiça Federal do nosso País tem seguido essa grandiosa jurisprudência que nasceu aqui em Brasília com o Desembargador Federal Souza Prudente. Ele disse que:

A realização de prova em período diferenciado, para candidato guardador do sábado, não põe em risco o interesse público, nem configura, por si só, qualquer violação aos princípios da igualdade, da impessoalidade, da moralidade, posto que tal medida não implica isenção de obrigação legal a todos imposta, mas tão somente em possibilitar o seu cumprimento sem que seja violado o direito fundamental da impetrante à liberdade de crença religiosa.

Nós temos, no Supremo Tribunal Federal... A questão também bateu no Supremo Tribunal Federal e o Ministro Dias Toffoli, em um grande parecer, acolheu, sentiu a sensibilidade da Nação e colocou para ser votado em repercussão geral o Recurso Extraordinário nº 611874, que aguarda julgamento naquele órgão para regular também o acesso aos vestibulares, aos concursos públicos para alunos, brasileiros, que invocam o preceito fundamental de liberdade de consciência e crença.

Nós também temos, como já disse, o Executivo Federal... E quero mencionar aqui de viva voz, porque fizemos pessoalmente um agradecimento ao Ministro Mendonça Filho, do Ministério da Educação, que foi sensível a esses alunos, 100 mil alunos que ficavam confinados. Eles se apresentavam para o Enem no sábado, juntamente com os demais alunos, e ficavam ali incomunicáveis até o pôr do sol. Realmente é algo desumano. Os direitos humanos... E o Dr. Paulo vai falar um pouquinho sobre os direitos humanos, porque era algo que afrontava os direitos humanos, já que a pessoa ficava lá confinada para fazer a prova à noite. Saía meia-noite do Enem. Então, o Ministro conversou com o Presidente da República e decidiram fazer a mudança e contemplar... Mas ainda é uma mudança que depende de portarias.

Nós precisamos regulamentar isso em lei. O Congresso Nacional precisa regulamentar isso em lei, para que não fique nessa questão da insegurança jurídica que nós ainda temos. Mas é um agradecimento especial, porque estava no radar do Governo Federal essa sensibilidade com esses brasileiros que estavam tendo o seu direito vulnerado.

Então, eu já falei da Constituição e quero terminar, Senador Chaves, falando sobre Desmond Doss, um militar, um paramédico socorrista norte-americano que foi um dos grandes objetores de consciência, ele não pegava em armas, foi convocado para a Segunda Guerra Mundial e depois de ir à guerra, o governo concedeu, então, que ele fosse um paramédico, não pegando em armas. Ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi condecorado pelo Presidente Harry Truman e a sua vida foi retratada no filme de Mel Gibson, agora em 2017: Até o Último Homem. Nesse filme, ele diz assim: "O mundo está todo desintegrado, nós estamos querendo apenas juntar os pedaços."

Nós não estamos querendo recusar servir à Nação, nós não estamos querendo recusar e fazer com que os nossos direitos, que os direitos desses jovens sejam superiores aos dos demais, nós queremos igualdade e nós queremos que a Constituição seja respeitada. Que Deus possa iluminar este Senado Federal para que ele vote consciente de que há um número considerável de brasileiros que têm os seus direitos que não são respeitados ainda, mas, por intermédio desse projeto, eles serão contemplados. Que Deus ilumine o Congresso Nacional, esta Comissão de Educação, para que dê encaminhamento positivo a esse projeto.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer bastante ao Vanderlei Vianna pela sua exposição, que foi extremamente clara e sensibilizou todos que estavam aqui presentes.

Agora, passo a palavra ao próximo convidado, Paulo Maltz, Vice-Presidente da Confederação Israelita do Brasil.

O SR. PAULO MALTZ – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão, Senador Pedro Chaves; meus demais colegas de Mesa: Bernardo Sukiennik, do Observatório da Liberdade Religiosa; Dr. Vanderlei Vianna, da Igreja Adventista do Sétimo Dia; e Dr. Bruno Coimbra representando aqui o Ensino Superior.

Não vou me estender. Não preparei nem elaborei algo tão didático quanto o meu colega, até porque subscrevo em gênero, número e grau tudo o que foi apresentado aqui por ele. Mas gostaria apenas de pinçar algumas coisas que me vieram à mente quando convidado para aqui comparecer e falar algo com relação a esse projeto de lei, que é de suma importância para a regulamentação – óbvia –, depois de tantos anos de edição da Constituição Cidadã de 1988. Nós já estamos em 2017 e até agora nada foi feito para atender esse grupo imenso de pessoas que se veem realmente órfãs desse atendimento.

Quero dizer que desde a criação do mundo, Deus trabalhou seis dias e descansou no sétimo dia. O sétimo dia era exatamente o sábado. Cada religião, posteriormente, agregou um dia de folga ou de descanso por semana, mas quando da criação do mundo, no Velho Testamento, segundo a ordem religiosa, ali Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo, que foi o sábado.

Até ali não havia um mandamento específico de descanso, era apenas um exemplo do que Deus teria feito.

Mas, vindo um pouquinho mais para cá na história, alguns milhares de anos após, mas ainda alguns milhares de anos depois, Moisés recebe os Dez Mandamentos no Monte Sinai. Ali, sim, há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma determinação mandamental de Deus no sentido de que se guarde: "Lembra-te do dia de sábado para o santificar. Labutarás seis dias na semana e descansarás no sétimo." Este mandamento não se destina apenas àqueles errantes no deserto, judeus recém-saídos da escravidão do Egito. Não, aquele mandamento determina que o sábado, o dia de descanso, seja guardado para ele, para os seus servos e servas, seus escravos e escravas – naquela época ainda existia, infelizmente, essa situação humana de servidão –, inclusive aqueles que habitam a sua residência e a sua propriedade e inclusive os animais. Até aos animais foi dado o direito de descanso e de guarda daquele dia. Isso há cerca de três mil anos.

Vamos vindo na história, vamos caminhando um pouquinho na história. Nós chegamos aqui, rapidamente, num trajeto muito rápido: Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948, quando fundada a ONU, recém-encerrada a Segunda Guerra Mundial. "Art. 18. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião [...]." E, ainda, a Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Art. 2º. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política [etc.]." Mais abaixo um pouquinho, na mesma Declaração Universal: "A instrução promoverá a compreensão, a tolerância [...] entre [...] grupos raciais ou religiosos."

Nós não estamos falando só em liberdades e garantias individuais com relação à liberdade religiosa, nós estamos falando também em liberdade e direitos à educação. Porque essas pessoas têm direito à educação e de guardar e de ter o seu dia de guarda religiosa. O que se estaria tirando dessas pessoas não é só o direito de guarda do seu dia de religião, mas também o direito à educação.

Acredito que esse tema será um pouquinho mais esmiuçado pelo meu colega de mesa, o Bernardo, que, sobre a matéria, tecerá comentários um pouquinho mais extensos e profundos.

E chegamos depois aqui, à Constituição Brasileira, que também nos dá as mesmas garantias. Eu quero entender que o que se faz, o que se pretende fazer através desse projeto de lei vindo da Câmara dos Deputados, do Deputado Paulo Paim – muito bem elaborado, por sinal –, é exatamente com que seja respeitado o direito à educação e o direito à liberdade religiosa. Ambas as coisas são igualmente importantes e urgentes, até porque não se pretende privilegiar nenhum grupo, mas toda a comunidade religiosa brasileira, não só aqueles que guardam o sábado. Outras religiões têm outros dias de guarda e estarão aqui igualmente sendo beneficiadas por esse projeto de lei, estarão sendo abrangidas por esse projeto de lei.

Quero finalizar – como não podia deixar de ser, como todo bom judeu, como todo rabino termina suas prédicas, com uma pequena história que vai retratar um pouquinho aqui e apresentar coisas do anedotário judaico, se o Senador Pedro Chaves me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Lógico.

O SR. PAULO MALTZ – Nos idos da Roma Antiga, o Senado romano vinha discutindo as proibições, já em perseguição aos judeus à época, de se guardar o sábado, de se guardar e de se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a circuncisão. Isso estava para ser aprovado iminentemente quando um rabino se veste de romano e vai ao Senado. Pede a palavra – todo cidadão tinha o direito de palavra no Senado – e faz um discurso perante o Senado romano. Fala para os senadores: "Senhores senadores, Roma reclama de que os judeus são ricos, ganham muito dinheiro. Com esse projeto, vocês estarão propiciando aos judeus ganharem mais dinheiro, porque, ao invés de trabalhar seis dias, vocês os obrigarão a trabalhar sete dias. E eles ganharão muito mais." E aí, com isso, o Senado: "Realmente, você tem razão, então vamos deixá-los trabalhar só seis dias." E o mesmo se deu com relação à circuncisão: "Infelizmente, se o senhor aprovar esse projeto, menos mortes ocorrerão" – porque na época não havia o asseio que há hoje com relação à circuncisão – ", então, se aprovado este projeto, vocês deixarão de ver mais judeus mortos." E verificaram que, realmente, também... Acabaram não aceitando esse projeto, a coisa foi adiante, e as leis não foram aprovadas pelo Senado romano.

Mas não é a hipótese aqui do nosso Senado, não é a motivação, isso é apenas do anedotário nosso, e eu encerro a nossa questão.

Esperamos que o Senado, no uso das suas atribuições, aprove, leve a plenário, e esta Comissão, igualmente, aprove, nos termos do meu colega Vanderlei, que expôs corretamente a situação.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu quero agradecer ao Paulo Maltz, Vice-Presidente da Confederação Israelita do Brasil, pela sua exposição muito interessante. Acho que vai agregar muito também ao relatório.

A finalidade é exatamente esta: nós temos um parecer que veio da Câmara, de Paulo Paim, e a gente agrega novos dados importantes, para tornar realmente o projeto bem robusto, para que ele possa perenizar e resolver, de uma vez por todas, todos esses problemas, porque a Constituição já prevê o direito legítimo, realmente, de religião, credo e até ideologia.

Muito obrigado, então.

Eu passo a palavra agora ao Bruno Coimbra, representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

O SR. BRUNO COIMBRA – Bom dia, Senador Pedro Chaves.

Primeiramente, gostaria de agradecer em nome do Prof. Janguê Diniz, Presidente da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior); agradeço também em nome do Prof. Ademar e da Profª Amábile, também da Fenep.

Trouxe algumas reflexões da Fenep para contribuir para o diálogo aqui e capturei uma palavra, Senador, de V. Exª logo no início: que eu acho que a questão é conciliar; conciliar os interesses, atender...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O colega e amigo Vanderlei trouxe as reflexões, as importantes reflexões, sobre uma necessidade premente, constatada até em relação aos adventistas, pontual; existe uma necessidade, um público já atendido por outras providências do Executivo, diversos julgados, julgados também contrários, não há uma consonância, não há algo... O Supremo Tribunal Federal está para julgar.

Em relação ao Supremo Tribunal Federal, em algumas questões, ele diz que o Estado é absolutamente laico, eu trouxe isso até aqui, e sugere absoluta neutralidade em questões religiosas em julgado mais antigo. O julgado da última semana já disse o oposto, disse que, no ensino fundamental, devemos admitir um ensino confessional.

Então, creio que é aqui no Senado, aqui no Congresso Nacional, que é a Casa das leis, que as questões devem ser debatidas, discutidas e amadurecidas para atender a sociedade brasileira, que é o grande alvo da produção legislativa aqui do Senado como também da Câmara dos Deputados.

As instituições de ensino superior, e aqui eu me proponho a trazer as reflexões que foram feitas pelas instituições de ensino superior no sentido de contribuir de modo que a gente construa algo que atenda, que seja um concílio e que não simplesmente seja, vamos imaginar, um atendimento pontual, uma lei que atenda um público-alvo, para que a gente não traga uma lei que deixe em descoberto outros públicos ou que tenha aquela história que é muito ruim para nós todos, como sociedade: criou-se uma lei, mas essa lei não pega; criou-se essa lei, mas essa lei vai depender de uma outra regulamentação em decreto, vai depender de uma outra regulamentação em portaria, deixando ainda em descoberto esses anseios da sociedade.

Eu também busquei na Constituição Federal, a nossa Constituição, não só no texto produzido, de 1988, mas nas diversas emendas que vêm sendo introduzidas, e não só as emendas, as ADINs, as ADPFs, – a nossa Constituição é mudada constante –, mas na Constituição também, nesse mesmo sentido em que ela assegura a liberdade religiosa, ela assegura o livre exercício da crença e também preconiza a laicidade. E como a gente lê essa laicidade por parte das instituições, das mantenedoras, a quem eu represento aqui? Ela preconiza primeiro a livre iniciativa. Então, a gente tem que ter em mente na produção desses regulamentos a livre iniciativa principalmente, e aqui eu falo em nome das instituições particulares. Então, o primeiro ponto do qual a gente parte é o da livre iniciativa da atuação das instituições privadas.

Uma das questões mais caras para nós, Senador, é a autonomia universitária. É por ela que a gente vela constantemente no âmbito do Ministério da Educação, porque eu ousou aqui dizer que talvez o ensino superior brasileiro seja uma das áreas mais regulamentadas hoje. Semelhante ao que acontece na saúde, semelhante ao que acontece em outras áreas, a regulação da educação é bastante imbricada, tem muitos regulamentos direcionados. E sempre se tem que buscar o sentido dessa regulamentação na Constituição Federal.

Eu vou tomar a liberdade aqui de ler dois artigos que, para nós, são muito caros. Por exemplo, o art. 206 da Constituição, que fala que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, portanto, é um princípio constitucional: a liberdade de aprender – e aqui, por parte das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições, o que para nós é muito relevante –, a liberdade de ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber. O inciso III desse mesmo artigo, Senador, fala do pluralismo de ideias. As universidades também gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão. Para a produção de uma legislação federal que atenda a esses anseios, ela inequivocamente também tem que estar conectada a esses artigos constitucionais que preconizam questões até do nosso próprio Pacto Federativo, da livre iniciativa e da autonomia universitária.

Algumas reflexões que foram feitas no âmbito das instituições de ensino superior, as quais represento aqui. Por exemplo, houve uma reflexão proposta em relação a autonomia universitária e direito individual de crença, em que nós encontraríamos um concílio, um consenso, para que a gente não violasse a autonomia universitária, a gestão das universidades. Até peço licença ao colega Vanderlei, inclusive, para falar em nome das instituições confessionais adventistas, assim como para falar em nome das instituições confessionais de outras ordens religiosas, que são várias no País hoje. Estamos agora com a recente análise aqui, por parte do Congresso Nacional, em relação à tributação das igrejas. Estamos hoje, recebemos hoje – não é, Vanderlei? – a informação com relação a um avanço, a uma conquista, a uma questão tributária relevante em relação às igrejas. Do mesmo modo, também há uma questão que foi pautada pelas instituições de ensino em relação ao Fies, e não só ao Fies, mas ao Proies, que é um programa de recuperação das instituições, calçado também na questão tributária, na tributação das instituições de ensino.

Uma outra reflexão também, Senador, chegando também ao final das nossas contribuições, é liberdade para as IES confessionais e a imposição em relação a todos indistintamente. É para que a gente não traduza algo que tenha como reflexo uma imposição de uma contrapartida para a sociedade. Isso é um exercício, e aqui já nos proponho a participar ativamente dessa construção, porque encontrar um concílio em que a gente atenda minorias e não faça uma discriminação de outra minoria e até de majorias é um exercício, e eu acho esse exercício necessário exatamente para que a gente consiga corrigir o máximo de intercorrências na sociedade, e intercorrências religiosas.

Tomo a liberdade de falar, num mundo de intolerâncias, que quanto mais a gente coíbe qualquer tipo de discriminação e de intolerância eu acho que a sociedade caminha para uma harmonia maior. A gente até conversou a respeito, Senador, sobre quais seriam os alvos de uma legislação. Até houve uma reflexão no sentido de que algumas religiões sugerem uma interrupção diversas vezes ao dia. Então, talvez, a gente devesse caminhar também para atendimento dessas questões. Algumas religiões usam ornamentos, uma questão que a gente já viu, por exemplo, também, na França. Então, há outras questões religiosas que merecem, talvez, já serem analisadas, já serem abordadas, para que a gente consiga fazer, e retomo a palavra, um concílio em torno do atendimento desses anseios.

De todo modo, a ABMES e a Fenep trazem, a título de reflexão para todo esse ambiente, a neutralidade do Estado como mecanismo eficaz de respeito às diversidades para que a gente consiga evitar discriminações – é essencial que a gente consiga evitar discriminações – e, por parte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das instituições de ensino superior, a garantia da autonomia universidade e a essencial liberdade de ensinar, Senador.

A ABMES agradece imensamente, a Fenep também agradece imensamente por essa oportunidade. A gente recebe com muita felicidade a oportunidade de vir aqui contribuir. Seguimos nesse mesmo propósito de contribuir e tentar construir algo que atenda aos anseios da sociedade, porque um projeto de lei não é construído do nada. Invariavelmente, ele vem em resposta a algum anseio social.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Bom, quero agradecer ao Bruno Coimbra, representante do Janguê, Presidente da ABMES, que é a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, que representa praticamente todas as instituições privadas do País.

Esse é um depoimento importante. Ele faz um contraponto também importante e, na verdade, a finalidade da audiência é exatamente esta: que haja realmente o contraditório e a gente possa fazer uma legislação consistente que atenda todos os segmentos.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Bernardo Pablo Sukiennik, Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa – Olir Brasil, por quinze minutos.

O SR. BERNARDO PABLO SUKIENNIK – Bom dia, Presidente, Senador Pedro Chaves. Gostaria de agradecer V. Ex^a pela possibilidade de estar aqui hoje. Em nome do Senador, cumprimento os componentes da Mesa e todos os presentes.

Inicialmente, gostaria de registrar de público, Senador, que o senhor tem uma assessoria exemplar. E gostaria de registrar isso em nome de duas pessoas: a sua Chefe de Gabinete, Dr^a Maria, e também o Dr. José Luiz, que sempre nos atendeu com muita cordialidade, apesar de inúmeras vezes o termos procurado. Ele sempre foi muito paciente e cordial, e sempre nos recebeu com muita alegria.

Também gostaria de registrar um cumprimento especial ao Dr. Paschoal Silveiras Baptista Gomes da Rocha. Ele nos acompanha pela internet. Desde ontem a gente se tem debruçado em debates com relação a essa matéria e ele tem contribuído muito para as reflexões que eu trarei aqui hoje.

Bem, quem não gosta de acordar tarde aos domingos e ir almoçar em um restaurante? Por outro lado, quem gosta de trabalhar aos domingos? No Brasil, aproximadamente dois milhões de pessoas trabalhariam prazerosamente nesse dia, desde que possam descansar e guardar o sábado. O mesmo ocorre com Natal, Páscoa e outros feriados cristãos. Muitos brasileiros estão dispostos a trabalhar nesses dias, caso seus feriados religiosos fossem respeitados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A história mostra que países que ofereceram liberdade religiosa conseguiram desenvolvimento econômico mais sustentável. Em parte, isso se explica porque restrições à liberdade e intolerância religiosa afastam investimentos estrangeiros. Além disso, jovens talentos podem sentir-se forçados a migrar para outros lugares mais tolerantes.

Portanto, resumidamente, o respeito à diversidade religiosa é um dos elementos que geram inovação e crescimento econômico. Olhando sob essa perspectiva, a diversidade religiosa brasileira é uma riqueza que poderia ser melhor explorada. Para usufruí-la é fundamental respeitar essas diferenças.

Voltando ao exemplo dos guardadores do sábado, até hoje muitas pessoas veem as adaptações feitas em vestibulares e concursos públicos como um favor imerecido. Não percebem nesse candidato a solução, por exemplo, para os problemas dos plantões dominicais.

Bem, nós estamos aqui trabalhando com dois direitos: o direito à liberdade e o direito à igualdade. O art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal trata dessa matéria. Já foi aqui lido pelos meus antecessores, mas não custa repetir:

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Vamos trazer isso um pouco mais para nossa realidade. Ninguém será privado do direito à educação por motivo de crença. Não nos enganemos, aqui estamos lidando não é com direito à liberdade religiosa em si, aqui nós estamos lidando, muitas vezes, com direito à educação, acesso à educação. E eu tenho alguns exemplos que eu apresentarei mais adiante.

Nós temos aqui, tratando do princípio de igualdade, que o Direito brasileiro nos ensina o seguinte: a igualdade, sob a perspectiva da Constituição brasileira, implica tratar os iguais de maneira isonômica e os desiguais na exata medida da sua desigualdade, para que nós possamos compensar eventuais eficiências.

O Estado democrático de direito permite a aplicação de discriminações positivas, compensando hipossuficiências de certos setores da sociedade. Nós vemos isso – e tem a chancela do Supremo Tribunal Federal –, por exemplo, no caso das cotas para negros. Então, é uma matéria que já foi tratada tanto no Poder Legislativo como no Poder Judiciário.

Nós não podemos confundir neutralidade com indiferença em relação à questão religiosa. E quando nós falamos de neutralidade, sempre sob uma perspectiva brasileira, eu sou muito crítico a que nós importemos conceitos muitas vezes de outros países. Por exemplo, nós não somos franceses para poder adotar a legislação francesa. Então, nós temos que encontrar soluções próprias à nossa realidade. Ou seja, nós temos que parar e pensar a nossa realidade e, com base nela, encontrar as nossas soluções. Nós podemos olhar para fora, mas nós temos que entender e encontrar as nossas próprias soluções. E a neutralidade estatal, sob a perspectiva brasileira, é de que não se admite que o Estado assuma determinada concepção religiosa como oficial ou correta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, o Estado não pode simplesmente chegar e dizer: "Existe Deus; não existe Deus; existem vários deuses; o dia de guarda é segunda, terça ou quarta." O Estado não se envolve e não dá um parecer, uma opinião sobre concepções religiosas. Nem também essa neutralidade permite que se beneficie determinado grupo em detrimento dos demais ou se concedam privilégios.

Neste caso, no caso desta legislação, nós veremos que ela trata de uma liberdade a todos os brasileiros, inclusive a crenças que já existem, que já existiram, que podem retornar ou crenças novas que venham a surgir. Ou seja, não é um privilégio, é uma prerrogativa a todo brasileiro de que ele possa ter suas crenças defendidas.

Mas, assim, em âmbito geral, nós vemos que este é um tema no qual há poucas divergências na relação teórica, mas que gera muita polêmica quando a gente chega aos casos concretos. Ou seja, o conceito de igualdade, o conceito de liberdade, quando a gente o trata em linha abstrata, não há muita discussão em relação a isso, mas, quando nós entramos nos casos concretos, nós vemos algumas divergências.

E eu gostaria, justamente, de trazer alguns casos concretos para nossa reflexão.

Chegou a nós, no Observatório da Liberdade Religiosa, um aluno universitário que não consegue se formar porque a última disciplina do curso de Matemática só é ministrada no dia sagrado para ele. Então, ele cursou quatro ou cinco anos de faculdade e, a última disciplina, na universidade pública daqui, do Distrito Federal, a UnB, ele não consegue cursar porque só é no dia sagrado e a universidade e o professor não concedem nenhum tipo de acomodação nesse sentido.

Um outro caso: um aluno de pós-graduação que deseja fazer mestrado – existem uns determinados mestrados que começam, por exemplo, na sexta à noite e transcorrem durante o sábado o dia todo. Também no caso dos guardadores do sábado eles não poderiam cursar essa pós-graduação, porque todo o curso ocorreria no dia sagrado dele.

Nós temos também outros dois casos que eu gostaria de trazer. De um curso de Direito, um outro colega, uma outra pessoa nos procurou e disse: "Eu gostaria de cursar uma especialização em Direito do setor elétrico, e esse curso cai também integralmente no meu dia sagrado."

E eu gostaria também de trazer o último caso que é relativo a minha região – eu sou de Blumenau, Santa Catarina. Há 50 anos, em Blumenau, só existia uma universidade: a Fundação Universidade Regional de Blumenau, que atendia toda a região do Vale do Itajaí. Ou seja, as pessoas do Vale do Itajaí só tinham acesso a essa universidade. Se essa universidade não os atendesse, não teriam esse acesso à educação, diferente, por exemplo, daqui do Distrito Federal, nos dias atuais, onde temos diversas universidades. Se uma não atende, pode ser que a outra atenda, e por aí vai.

Por que eu trouxe esses casos? Eu vou retomá-los já já. Porque nós temos no projeto de lei, que é muito interessante, mas eu gostaria de me ater ao §3º desse projeto, que diz o seguinte: "O cumprimento da prestação alternativa de que trata o inciso II deste artigo"... Ou seja, para essa prestação alternativa o projeto de lei sugere que seja ou um trabalho escrito que o aluno possa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer, ou uma outra modalidade de atividade, ou que eventualmente seja feita a prova, ou uma aula de reposição em outro horário. Ou seja, o cumprimento dessa prestação alternativa, ou a aula de reposição, ou a prova no outro dia, ou um trabalho somente serão equiparados à presença em sala de aula quando as faltas, por razão de crença, somadas às demais ausências do aluno no período letivo, não ultrapassem 25% do total de horas letivas.

Isso me apresenta algumas dúvidas. Primeiro, o que nós vamos considerar por período letivo? É período letivo de uma disciplina, por exemplo, no ensino superior, eventualmente, um semestre? Quando é uma matéria, quando é no ensino fundamental, é o ano inteiro? Porque, se for, por exemplo, da disciplina, naquele primeiro caso que eu contei do aluno que não está conseguindo se formar porque a última disciplina do curso cai em dia sagrado, para ele essa lei não vai atender, porque ele vai faltar 100% das aulas. Então, nós precisamos encontrar algum tipo de acomodação por isso. Se a gente considerar, por exemplo, que ele pode aproveitar da grade toda, ou seja, ele tem direito a 25% de faltas, mas ele pode somar tudo para utilizar em uma única disciplina.

Vamos, por exemplo, para um caso de um aluno universitário guardador do sábado – e aqui nós mencionamos muito os guardadores de sábado porque são eles, eu não conheço outra denominação, que têm um feriado semanal. Outras denominações às vezes têm feriados, um, dois, três, dez no semestre, em dias variáveis, e seria uma coisa que esse projeto, da forma como está, até atenderia. Mas nós vemos que os guardadores do sábado, que têm um feriado fixo semanal, são de fato os mais prejudicados.

Feito esse esclarecimento, vamos retomar, por exemplo, o caso de um aluno de graduação que estuda à noite. Se ele pudesse concentrar todas as faltas dele, esses 25%, em um único dia, nós teríamos que ele já partiria com a base – se nós dividirmos os 100% por cinco dias da semana, de segunda a sexta – de 20% de faltas pela sexta à noite, com 5% que sobriam para ele poder atender toda a universalidade de problemas que podem existir, doenças e por aí vai.

Então, esse §3º nos desperta uma certa inquietação, porque, se ele for aprovado da maneira que está, será que ele está promovendo uma garantia ao direito à educação ou ele está exercendo um limitador ao direito à educação? Ou seja, nós estaríamos aqui... A partir do momento em que isso for aprovado, toda a regra vai ser adotada dessa forma. Todo mundo vai conferir: tem 25% ou não tem? E nós veremos aqui, na verdade, mais que uma garantia, uma limitação ao direito de educação. Esse projeto de lei – isso tem de ficar muito claro – tem de oferecer esta garantia: ninguém será privado do direito à educação por motivo de crença. Esse é o nosso objetivo, esse é o norte que tem de nos guiar. E nós temos que nos pautar por essa matéria.

O Dr. Vanderlei levantou a questão, por exemplo, da Lei da Prestação Alternativa ao Serviço Militar. Ela é um bom exemplo. Esse projeto de lei pretende trabalhar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que, como o nome já indica, são diretrizes e bases. Ou seja, normalmente, não há muitas especificidades nessa lei. A Lei da Prestação alternativa... Nós vemos que a matéria prestação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativa não está nos códigos militares. Já existe uma lei extravagante que trata sobre essa questão, a Lei 8.239, de 1991.

Eu não estou aqui na posição de quem tem todas as respostas, mas de quem vem trazer também algumas inquietações. Que a Lei de Diretrizes e Bases possa se resumir àquilo, as diretrizes e bases, e talvez seja necessário, em algum momento, trabalhar essa questão em outra legislação ou de outra forma, porque nós vemos aqui algumas situações que nós precisamos levar em consideração sobre os casos que eu expliquei.

Não podemos trabalhar, por exemplo, grandes metrópoles com cidades que eventualmente só tenham um centro universitário. Nas cidades em que exista um centro universitário, provavelmente, esse centro universitário ou essa escola fundamental ou ensino médio terá de fazer alguma adaptação maior do que eventualmente uma cidade que tenha vários centros universitários. Vou citar aqui, por exemplo, o caso de Brasília. Há instituições de ensino em que, para poder cursar um mestrado, você tem de estudar sexta à noite e sábado o dia inteiro, mas existem outras instituições que permitem. A Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Brasília – e aqui eu vou citar o curso de Direito – permite que, por exemplo, possa se estudar durante a semana. A pessoa monta a sua grade com muito maior facilidade. E existem outras universidades. Posso mencionar a Universidade Católica de Brasília, que também permite esse tipo de acomodação.

Então, às vezes, essa pessoa religiosa que quer fazer o seu curso não está sendo tolhida no seu direito à educação aqui em Brasília porque uma determinada instituição não lhe permite fazer esse tipo de acomodação, porque existem outras instituições que lhe permitem, ou seja, ele pode ter o seu grau de mestre por outras instituições de ensino. Então, é diferente quando uma cidade só tem um centro educacional. Lá esse centro educacional teria que fazer muitas mais acomodações, e entendemos que seria devido, para que essa pessoa não fique eventualmente com sua vontade, seu desejo, sua intenção de estudar tolhida.

Também é diferente quando nós tratamos, por exemplo, aqui, de um curso de Direito do Setor Elétrico. O tratamento tem que ser um pouquinho diferente, por exemplo, do que em relação a um curso, sei lá, de Direito Processual do Trabalho, do qual existe infinidade. Agora, um curso de Direito do Setor Elétrico é muito específico, muito pontual. É preciso sempre manter aquele norte: ninguém será privado do direito à educação por motivo de crença. Há necessidade de fazer essa acomodação.

Também nós temos que pensar que, às vezes, a acomodação tem que ser, quando à aula não se puder faltar por motivo religioso, diferente, por exemplo, quando é uma aula prática e uma aula teórica. Uma aula teórica expositiva muitas vezes é muito mais simples. Hoje, com a tecnologia plenamente possível e barata, pode-se filmar essa aula e o aluno pode ter acesso depois, mas, para uma aula prática, é preciso o acompanhamento do professor naquele momento. Isso precisa ser levado em consideração também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diferente também são os diversos graus da educação, ou seja, não se pode tratar, por exemplo, com crianças no ensino fundamental, que têm aulas expositivas, da mesma forma como se trata com alunos de pós-graduação.

Então, tratarmos toda essa temática na Lei de Diretrizes e Bases é praticamente fazer uma lei dentro da lei; seria muito, muito complicado.

São temas aqui que eu levanto. E o meu objetivo não é trazer as soluções, mas são inquietações que nós precisamos levar em consideração. Então, basicamente seriam essas as reflexões que eu gostaria de fazer.

Com relação aos outros, ao artigo e aos incisos, entendemos que são muito pertinentes, ou seja, aqui ele trata de todas as denominações, não dá nenhum privilégio a nenhuma delas. O inciso I e o inciso II do projeto dão uma boa orientação para as instituições de ensino sobre quais seriam essas prestações alternativas, respeitariam a autonomia, como o Dr. Bruno Coimbra aqui levantou muito bem, que tem que ser preservada, a autonomia universitária, mas nós temos que lembrar que a legislação, uma lei nacional tem essa possibilidade de direcionar essa autonomia para que não sejam infringidos os direitos. E aqui a autonomia estaria preservada, porque a própria instituição de ensino escolheria qual seria a melhor forma de poder preservar essa aula e poder transmitir essa informação do conteúdo de uma maneira devida.

Também aqui o Dr. Bruno levantou uma questão importante que eu anotei. Justamente, além dessa questão de que ninguém será privado do direito à educação por motivo de crença, o art. 206 da Constituição Federal trata da liberdade...

(Soa a campainha.)

O SR. BERNARDO PABLO SUKIENNIK – ... de aprender. E é este, justamente, conjugado com esse art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal, que dá o embasamento para que todo mundo possa exercer ao máximo, na sua plenitude, a sua capacidade e que nós possamos fazer com que o Brasil cresça forte e saudável na sua diversidade.

Eu agradeço, mais uma vez, ao Senador pela possibilidade desta fala e fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao Bernardo Pablo Sukiennik, Presidente do Observatório da Liberdade Religiosa – Olir.

Pelo Regimento, só pode usar a palavra quem participa da Mesa. Excepcionalmente, vou abrir a palavra para a Patrícia Sharon e para sua filha Marjorie, que querem fazer um depoimento. Uns três minutos.

A SRª PATRÍCIA SHARON NUNES NEVE – Cumprimento todos da Mesa...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Antes, gostaria de registrar a presença do ex-Deputado Federal Bassuma, da Bahia. Seja bem-vindo.

Pois não.

A SRª PATRÍCIA SHARON NUNES NEVE – Cumprimento todos da Mesa em nome do Senador Pedro Chaves e a todos os demais presentes, senhoras e senhores.

Gostaria de dizer que, para mim, é um motivo de grande alegria, muito especial para quem acompanha meu trabalho na Casa, representando várias instituições... E uma das maiores dificuldades que sempre carreguei comigo foi a questão de, às vezes, a gente fazer tanto em todas as áreas e, naquilo que diz respeito, que é o mais importante para mim, estar impossibilitada e, talvez, não dar a devida ênfase.

Então, gostaria de ressaltar aqui que estou sempre conversando com os colegas, assessores, Parlamentares, falando desse problema. Coincidentemente, com relação aos judeus, alguns problemas que minha filha enfrentou este ano – engraçado! – foi até bom terem acontecido, porque a gente vai poder prever mais, dentro da legislação, alguns casos específicos.

Quando uma assessora – e aqui eu gostaria de destacar a importância da Drª Damares, do gabinete do Senador Magno Malta – entrou em contato e falou do projeto, eu, imediatamente, procurei o gabinete do Senador Pedro Chaves, entrei em contato com a Federação Israelita, com o Ricardo – gostaria muito aqui de agradecer a presença do Paulo, dos representantes da comunidade –, e fiquei muito feliz. Fico até um pouco emocionada de falar, porque, para mim, realmente é muito importante. Quero parabenizar o Senador.

Para nós, é muito difícil, não com relação aos sábados – que é mais comum, até porque nós temos muitos adventistas que já guardam os sábados –, mas com relação às festas. Então, toda vez que a minha filha tem uma prova é uma situação, algo específico; depois vai para a segunda fase. Já houve caso de quererem aplicar a segunda fase no sábado, e eu falei: olha, se isso for acontecer, ela vai ficar sem nota. É um dia que, para nós, realmente não há como, é cumprimento da Torá. Trabalho de domingo até a sexta; depois, realmente, não há como. Então, a gente faz mudanças dentro da nossa família, dentro da nossa casa, justamente por considerar que é algo de extrema importância para nós. Quero deixar aqui registrados os meus agradecimentos à comunidade judaica; principalmente, a esta Casa; aos Parlamentares; ao gabinete, ao Dr. José Luiz, que sempre nos recebeu muito bem; a toda equipe.

E eu gostaria de falar – a Marjorie vai dar uma palavra, porque ela, como aluna e criança, pode falar um pouquinho do que ela passa – que, com relação às festas, a gente não tem uma compreensão muito grande da escola. Por exemplo, nós tivemos recentemente o Rosh Hashaná, no outro dia; logo em seguida, tivemos, próximo, o Yom Kipur; hoje nós já temos o Sucot. Então, a escola fala: "Ah! Por que você faltou? Você estava doente?". Não, não estava doente, é porque é dia de festa. Aí a professora já olha assim...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu achei muito importante que nós inseríssemos os judeus nessa demanda, por conta dessa importância para nós. Se existisse aqui em Brasília uma escola judaica, minha filha estudaria ali. Como nós não temos, eu pensei assim: poxa, se eu, em Brasília, estou passando por essa dificuldade, imaginem as crianças que moram interior. Então, não dá para...

Com essa questão do Enem, nós ficamos muito felizes, mas não dá para... Nós temos que legislar. Essa vai ser a nossa garantia. Não pode ser uma política de Governo, é política de Estado.

Muito obrigada.

A SRª MARJORIE NUNES NEVE – Bom dia. Meu nome é Marjorie. Eu estudo no Colégio Militar. Hoje eu vou contar dois problemas que eu tive por questão de ser uma aluna judia. O primeiro foi o desrespeito à questão dos sábados. Houve duas festas da escola que valiam nota, que eram, no caso, a Festa das Regiões e a Feira do Conhecimento, a que eu não pude comparecer. O segundo foi o desrespeito à questão das festas. Muitas festas – a maioria – caíram em dias de prova. Aí eu tive que fazer segunda chamada *et al.* E aí fica muito difícil. As pessoas não entendem quando a gente fala de festas. Não são literalmente festas, são dias em que nós ficamos mais em espírito, lendo mais a Torá, falando mais com HaShem.

Eu queria agradecer ao HaShem e aos Parlamentares, por estarem nos apoiando nessa lei.

Obrigada a todos.

Tenham um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Parabéns à Patrícia e principalmente à Marjorie pelas suas palavras, de forma clara. É uma menina muito inteligente. Foi um depoimento que também emocionou a todos nós aqui.

Eu agora vou partir para algumas perguntas do e-Cidadania. Inicialmente uma pergunta lá da Bahia, do Deivson Araujo. Ele é da Bahia, como eu falei, e pergunta:

A nossa Constituição já nos assegura o direito de que provas e afins sejam aplicadas em outro dia e horário que não seja conflitante com a religião do concorrente. É um direito justo, aplicado ao cidadão.

Ele gostaria de confirmar se realmente isso vem ocorrendo.

Vou perguntar à Mesa aqui. Quem quiser usar da palavra...

O SR. VANDERLEI VIANNA – Muito bem. Que emoção ouvir a Marjorie, viu, Marjorie? Você realmente tocou o nosso coração.

Obrigado, Patrícia, por este momento. Isso demonstra realmente o que é um direito que está sendo violado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do sábado é, às vezes, até mal compreendida, porque, lá na Torá, a Bíblia Sagrada para os cristãos, em Êxodo, no Capítulo 20, diz assim: "Lembra-te do dia do sábado. Seis dias trabalharás." Então, o mandamento não é mandamento do descanso. É mandamento do trabalho. Primeiro diz: "Seis dias trabalharás." Primeiro o trabalho. Por isso é que aqui faz parte, inclusive, a anedota que o Dr. Paulo contou. Esse pessoal é gente que trabalha. É gente que não se recusa a trabalhar. Trabalha do pôr do sol do sábado, quando termina o sábado, até o pôr do sol do começo do sábado, na outra sexta-feira. Então, o mandamento é do trabalho.

Quanto às festas a que a Marjorie se referiu, a Torá diz que são sábados, "santas convocações". Então, essas festas... O Yom Kipur, por exemplo, a Páscoa, se cai, no calendário judaico, numa quarta-feira, aquela quarta-feira é um sábado. É uma santa convocação. São sábados de cerimônias.

E nós vimos aqui, Senador, como é que um direito é violado e como isso atinge o íntimo de uma pessoa.

Então, Marjorie, você foi fundamental, talvez o discurso mais importante desta manhã aqui. E o único que teve aplauso, não é? Então, aplausos novamente para a Marjorie, que brindou a todos nós com esse momento especial. (*Palmas.*)

Realmente, há muitos como o Deivson, aí, que está interagindo conosco. A Constituição garante. Ocorre que ainda há muita distância entre aquilo que a Constituição diz e aquilo que é aplicado no dia a dia.

Só contribuindo com o que o nobre Dr. Bruno Coimbra disse a respeito da questão das universidades: realmente, um setor mais regulamentado do que esse é difícil. Muita norma. Para se ter uma ideia, em um ano, você tem mais de 800 normas jurídicas que saem do Ministério da Educação regulamentando as universidades, as escolas... O judaísmo tem universidades, os cristãos adventistas representam também um grande número dessas universidades no Brasil, só que, Doutor, com todo o respeito, quanto à questão da liberdade e da independência das universidades – a autonomia universitária –, o Supremo Tribunal já disse que, por mais autonomia que tenha a universidade, ela não foge de cumprir a Constituição e as leis. Então, nós também temos universidade. Você, que é um grande defensor, um dos advogados aqui do Distrito Federal, um dos grandes defensores da educação, inclusive da educação confessional, sabe disso. Por um lado, o Estado enche de normas. Mas, por outro lado, também não podemos alegar a autonomia das universidades para nos furtar a cumprir toda a legislação.

Então, quanto a esse projeto de lei, eu creio que a ABMES trouxe aqui uma reflexão bem interessante.

A ABMES conhece o problema, e nós vemos que não há uma dificuldade. Nós queremos interagir, como você disse. Nós queremos conciliar, nós queremos conversar, exatamente para que a sociedade possa ter esses direitos atendidos. Como o Deivson disse, há uma distância ainda



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande entre aquilo que a Constituição fala e aquilo que chega ao Município, ao interior, e às organizações.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu agora vou tomar a liberdade de fazer a pergunta.

O PLC da Câmara (PLC) nº 130, de 2009, tem por objetivo resguardar os direitos de alunos que, no exercício da liberdade de consciência e de crença, ausentam-se de provas ou de aulas marcadas para o dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades.

Segundo o autor do projeto, deve-se assegurar que os estudantes tenham o direito de respeitar o dia de guarda, conforme suas crenças religiosas, sem prejuízo de suas obrigações escolares.

Por outro lado, a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, conhecida como LDB, estabelece em seu art. 47, §3º, a obrigatoriedade da frequência escolar.

A Constituição por sua vez, embora proteja a liberdade de crença e de consciência, não estatui o dever estatal de facilitar ou promover os rituais de cada religião.

A esse respeito, acreditamos que uma análise comparada pode ajudar a nortear a discussão. Dessa forma, pergunto:

1 - Os senhores sabem dizer como a legislação de outros países trata a questão?

2 - Há exemplos de ordenamentos jurídicos que também mitigam as obrigações escolares em razão da guarda de dia por motivo de crença religiosa?

O SR. PAULO MALTZ (*Fora do microfone.*) – Eu ia falar para o Bernardo responder porque ele tem exatamente uma pesquisa internacional sobre ...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah! Isso é importante.

Quero só lembrar que ainda há diversas perguntas do e-Cidadania. Mas depois eu vou passá-las para vocês.

O SR. BERNARDO PABLO SUKIENNIK – Bom, com relação à matéria internacional, há uma boa notícia. O fato de que aqui no Brasil nós estejamos discutindo frequência escolar, provas e essas coisas fala muito bem da nossa laicidade estatal. Em outros países, em muitos países está-se discutindo o direito à vida de quem professa um culto diferente do oficial. Então, nós aqui não estamos discutindo o núcleo da liberdade religiosa. Nós estamos discutindo aqui muitas vezes o limite. Isso é motivo de orgulho para todos nós, como brasileiros, que tenhamos conseguido, numa diversidade tão grande de crenças, conviver com harmonia nesse estilo.

Segundo um instituto internacional, o PR Research, o Brasil, entre os países mais populosos do mundo, é um dos que tem a legislação mais avançada e o que melhor respeita a liberdade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

religiosa. Há mais de um ano, dois anos, tivemos aqui um pesquisador internacional, o Dr. Brian Grim, que trabalha numa instituição que se chama Liberdade Religiosa e Negócios, e o intuito dele, na verdade, era conhecer mais como funciona a liberdade religiosa no Brasil para tentar exportar o nosso conhecimento para outros países ou seja, toda essa forma de trabalhar do brasileiro, a forma como nós regulamentamos e conseguimos pacificar essas questões, levá-la para o exterior. Isso não quer dizer que a nossa situação no Brasil seja perfeita e acabada. Contudo, se nós compararmos com outros países, veremos que a situação da laicidade estatal aqui está bastante bem acomodada em relação a outros países, o que não quer dizer que não devamos trabalhar para manter as conquistas que nós já temos e que nós não devamos aperfeiçoá-las.

Pessoalmente nós não conhecemos nenhum outro país que tenha um sistema que nós possamos dizer: "Olha, acho que seria interessante nos apropriarmos um pouco desses conceitos". O nosso entendimento é no sentido de que devemos parar, sentar e refletir: "Bom, a nossa realidade é essa e como é que nós vamos solucionar esse problema pontual". Ou seja, ninguém será privado do direito à educação por motivo de crença. Partindo dessa base, qualquer legislação que nós façamos atenderá, plenamente, os requisitos da laicidade estatal. Gostaria também de tornar público, registrar que o Observatório da Liberdade Religiosa, para quem tiver interesse, possui uma página no Facebook, que é alimentada diariamente com as notícias que ocorrem sobre essa temática. Então, quem procurar no Facebook Olir Brasil poderá acompanhar diariamente as notícias que são publicadas pelos meios de comunicação sobre essa temática da liberdade religiosa.

Por fim, eu também não poderia deixar de fazer um registro sobre a fala da Marjorie, porque ela conseguiu uma coisa que eu não consegui quando eu tinha a sua idade. O meu avô me levou para uma convenção do PMDB à época, ele era Vereador pelo Partido, e me disse: "Paulo, vai lá falar." Quando eu cheguei lá na frente, havia aquele tanto de cabeça branca, e eu comecei a chorar, comecei a chorar, a me esconder. Estava o Governador, o Paulo Afonso, o Governador de Santa Catarina à época. Assim, você definitivamente está de parabéns. Eu me senti realizado pela sua fala, porque você conseguiu uma coisa que eu não consegui. Mais uma vez, parabéns!

E muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu vou, antes de encerrar, passar a palavra ao Paulo Maltz, Vice-Presidente da Confederação Israelita do Brasil.

O SR. PAULO MALTZ – Eu queria agradecer a oportunidade de estarmos aqui, discutindo essa temática. Realmente, como disse o Bernardo, existem, hoje, no mundo n países em que divergir ou discordar da religião estatal pode acarretar, inclusive, a morte, e nós estamos aqui, exatamente, discutindo como ampliar – não ampliar, mas como aplicar na prática – o conceito constitucional de liberdade religiosa. Então, é uma diferença enorme.

Quero aqui, na condição de representante da Confederação Israelita do Brasil, até em nome de nosso Presidente, Fernando Lottenberg, dizer da minha surpresa superagradável de contar com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Patrícia e com a Marjorie aqui; agradecer a presença das duas. Foi para mim algo bastante surpreendente.

Quero dizer que não só há a Federação Israelita aqui de Brasília (Acib)... Quero dizer a todos que nos ouvem que procurem as federações estaduais dos seus devidos Estados caso haja qualquer tipo de discriminação ou de impossibilidade do exercício da religião com relação à questão de estudos, de frequência ou de prova, para tratar da questão, se for o caso, até em nível jurídico, dentro do Judiciário.

Independente das questões que se passam, independente dos Estados, quero dizer que a Confederação Israelita do Brasil também se disponibiliza a todos os que nos assistem no Estado, se tiverem qualquer tipo de problema, que também podem nos procurar. Nós temos um *site* que está na internet, ali há todos os telefones, e nós temos um departamento jurídico que ajudará a todos aqueles que tenham necessidade.

Vocês, realmente, nos surpreenderam, e é aquela história: vale mais o que vocês falaram, como efetivamente sentem na prática, no dia a dia, do que nós, aqui, na teoria, discutindo os assuntos.

Muito obrigado.

Shaná Tová Chatimá Tová para vocês duas! *Chag sameach* de *Sucot*, que também começa agora, para vocês duas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu queria agradecer também a presença de pastores da Igreja Adventista Movimento de Reforma. Muito obrigado pela presença de vocês. E quero agradecer também muito aos convidados, que agregaram muito à nossa reunião. Com certeza, muitas coisas serão incorporadas ao relatório, que será brevemente proferido aqui, na Comissão de Educação. Quero dizer que foi muito importante. É através de audiência pública que nós podemos democratizar realmente os projetos aqui do Senado, e temos feito isso com bastante constância, pois os projetos já saem praticamente prontos, como um documento que vai ao encontro da sociedade brasileira.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia nove de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Roberto Muniz**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença da Senadora Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 50/2017, de autoria do Senador Roberto Muniz e do Senador Antonio Anastasia, e RCE 31/2017, de autoria da Senadora Ana Amélia. **Finalidade:** Instruir a elaboração do relatório do Requerimento nº 31, de 2017, que dispõe sobre a fiscalização da política pública referente ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, com a finalidade de avaliar o atendimento aos objetivos do Programa e à demanda. **Participantes:** Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional das Indústrias - CNI; Eline Neves Braga Nascimento, Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Almir Menezes, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - TCU. Lucas Ferreira Mation, Chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. **Resultado:** Realizada a audiência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Roberto Muniz

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/09>

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 50, de 2017, da Comissão de Educação, de minha autoria e do Senador Antonio Anastasia, para realização de audiência pública destinada a instruir a elaboração do relatório do Requerimento nº 31, de 2017, que avalia política pública referente ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com a finalidade de avaliar o atendimento aos objetivos do programa e à demanda.

Então, queria inicialmente dar boa tarde a todos e a todas. Informar que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, tudo junto, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Queria saudar a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica da Setec/MEC, a Drª Eline Neves Braga Nascimento. Saudar o Dr. Lucas Ferreira, Chefe da Assessoria Técnica do Ipea. Saudar também o Sr. Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional das Indústrias; e o Dr. Almir Menezes, Auditor Federal do Tribunal de Contas da União. Saudamos todos aqui presentes, todos os técnicos também aqui da Casa, Senadores, Senadoras.

E, só para contextualizar, nós estamos nesta audiência pública com o objetivo de fazer avaliação da política pública do Pronatec, que iniciou em 2011 e que teve um grande debate na sociedade nos últimos anos, sendo pauta inclusive de diversos debates políticos em eleições federais. E, com isso, nós fomos convidados pela Presidente da Comissão de Educação, a Senadora Lúcia Vânia, para proferir, junto com os técnicos aqui da Comissão, um relatório sobre a eficiência do programa do Pronatec visando a questões referentes à educação para o trabalho.

É importante a gente contextualizar o momento que nós estamos vivendo, principalmente com esse novo momento após a aprovação da lei do teto, em que a nossa programação financeira e orçamentária estará dentro de uma condição de um gasto máximo para algumas ações, excetuando-se educação e saúde.

Neste caso, eu queria trazer aqui, só para contextualizar, uma matéria que saiu, do *Valor Econômico*, em que um dos diretores do Ibpe, Luiz Guilherme Schymura, da Fundação FGV, coloca uma questão também muito importante. No momento, é bastante provável que o teto dos gastos do Executivo Federal será rompido e isso poderá trazer dificuldades enormes para as questões referentes à gestão do orçamento público e principalmente dos investimentos na área de educação e saúde.

Ele coloca também que existe a possibilidade de os gastos serem completamente congelados nessas áreas e, por conseguinte, é fato que se nós tivermos menos recursos, precisaremos usar melhor esses recursos.

Inicialmente, na primeira audiência pública, nós tivemos aqui a presença de diversas pessoas debatendo a questão referente ao Pronatec, e com este olhar de qualificar o gasto público, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos trazer algumas questões que são fundamentais que a gente coloque, já como um pouco do que nós encontramos como realidade deste programa.

A questão é que o programa tem a área técnica como seu objetivo, mas também a área social. E o que foi detectado, Dr^a Eline, naquele momento, é que na questão da hora de você fazer o Programa, deixar muito claro qual é a parte que vai para a área social, para que a gente tenha indicadores que reflitam esses objetivos, e também os investimentos que são feitos com o objetivo de ampliar a empregabilidade e buscar essa relação maior com o mercado: com o que as empresas precisam, com o que o mercado demanda.

Então, a gente percebe que essa seria, talvez, uma boa forma de, ao desenhar o programa, facilitar, você ter indicadores focando na área social e também na área da empregabilidade, voltada com o escopo mais de um olhar objetivando o mercado.

A outra questão colocada e que hoje também será fruto do debate é a questão dos indicadores, principalmente os indicadores de evasão. Nós tivemos aqui, no debate, o aparecimento de diversos números dos indicadores. Esses indicadores não foram apurados no relatório do TCU e, quando apurados pelas instituições, esses indicadores têm divergências. Então, essa foi outra questão levantada aqui.

Outra questão também é a importância de aperfeiçoar o foco e rever as formas de pactuação e da definição da demanda. No primeiro encontro que nós tivemos, na primeira audiência pública, a gente focou basicamente no mapa da demanda, e tivemos aí um debate muito rico que será fruto de um olhar específico no relatório final.

A questão do mercado e do setor informal. Isso foi levantado porque tem comprometido o olhar do indicador sobre a empregabilidade, se o programa consegue e alcança realmente esse olhar sobre o mercado informal, porque diversos cursos têm tanto esse foco no mercado informal como também no empreendedorismo.

Então, como nós podemos, hoje, à tarde, tentar amarrar esses indicadores, para que facilitem, no futuro, a gente saber se o programa cumpriu ou não os objetivos colocados?

Outras questões também foram a importância do mapa da demanda, mas esse mapa realizado através do olhar do mercado, das empresas e também de alguns programas sociais, que advêm de outros compromissos, de outros ministérios. Como faremos essa separação para que não estejam todos na mesma cesta e com indicadores que, quando forem avaliados, não consigam refletir os verdadeiros objetivos desses ministérios e principalmente da política pública colocada?

É importante que fique ressaltado que estamos vivendo um novo momento, isso aqui foi trazido até pelo Dr. Lucas, que há um sentimento ou havia um sentimento, na literatura internacional, de que esses cursos de capacitação não funcionariam para questões de ampliar a empregabilidade, principalmente em mercados em que os países fazem o dever de casa na questão da educação. Então, você tem indicadores educacionais muito evoluídos, mas isso não prevalece como uma realidade em países de terceiro mundo ou países em desenvolvimento, que têm dificuldades de compor indicadores e de processar indicadores de alta qualidade, principalmente para o ensino fundamental e o ensino secundário. E é óbvio que hoje você já vê surgir algumas literaturas dizendo que em países em desenvolvimento esses cursos são fundamentais para a melhoria da capacidade da empregabilidade do trabalhador brasileiro. Então, é importante ressaltar essa mudança conceitual porque é em cima dessa mudança conceitual que a gente reafirma a importância do Pronatec e da educação profissional.

E foram trazidas outras questões aqui: inscrições por meio de um portal centralizado, exames de aptidão no início, cursos de nivelamento também, alocação de vagas por sorteio ou



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

surgimento de critérios mais justos, aleatórios, que permitam melhor monitoramento do andamento, avaliação do impacto da empregabilidade no mercado informal. E finaliza o Dr. Marcos Vinícius com diversas outras questões trazidas. Mas, uma coisa é certa: a gente pode melhorar, qualificar o programa, mas não matá-lo. A gente precisa avançar no Pronatec, porque é realmente algo muito importante. Então, criar uma plataforma *on-line* no Brasil.

E é interessante quando ele resumiu em quatro pontos fundamentais: é necessário encontrar a pessoa certa para fazer o curso, com correto nivelamento inicial, oferecer o curso certo, o curso alinhado com o mercado, situado no lugar certo, cursos onde há empresas que irão absorver a mão de obra, onde existam arranjos produtivos locais e levar em conta o desenvolvimento de habilidades ligadas ao comportamento do trabalhador, aspectos, não só técnicos, mas habilidades socioemocionais também, e ao empreendedorismo.

Tivemos a participação da Drª Paula também, que colocou as dificuldades do MDS para dar essa focalização. Isso ficou muito claro aqui, no último encontro que tivemos, em um contraponto muito claro entre o uso desse programa ao tentar trazer um resultado mais específico para o público do MDS e para o público do MDIC.

Parecia que eram programas que deveriam estar no mesmo guarda-chuva, mas com estruturação muito diferente. E isso fez com que chegássemos ao final com essa cesta de oportunidades para fazer a revisão, principalmente porque essa primeira audiência pública teve o olhar específico para a questão dos objetivos do programa e da demanda.

Hoje vamos nos debruçar um pouquinho – e gostaria que vocês fossem mais enfáticos – em cima da oferta. O que a gente faz com a oferta? Como ofertar? Como melhorar a oferta? Como dar mais foco à oferta? E que indicadores poderíamos ter como básicos e que indicadores poderiam surgir, novos, para que pudéssemos, no futuro, ter uma política pública mais qualificada? Lembrando que gastamos quase R\$10 bilhões, nos anos de 2011 a 2015, e esse é um número muito robusto, de uma política pública que, pelos indicadores trazidos aqui pelo Tribunal de Contas da União e do Ipea, ela não gerou ou não teve a oportunidade... São duas coisas diferentes, uma é não gerar o resultado. E como foi difícil eles encontrarem indicadores que pudessem realmente refletir a qualidade e a efetividade e eficiência desses cursos.

Então, a gente tem hoje à tarde aqui para tentar sinalizar, colocar um farol para o futuro desse programa, trazendo esse debate focado na oferta e principalmente nos indicadores.

Eu queria inicialmente passar a palavra à Drª Eline, para ela, em dez minutos, iniciar esse debate.

Muito obrigado aqui pela presença e agradeça ao Ministro dizendo que ficamos muito felizes em poder contar com a senhora, hoje à tarde, aqui nesse debate.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Boa tarde a todos.

Senador, o prazer é meu em estar aqui. Já tivemos algumas reuniões de preparação e conversa a respeito do programa. Eu disse ao senhor que, em dez minutos, eu conseguiria fazer minha apresentação, mas suas provocações foram muitas, viu? Vou tentar sintetizar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Nós vamos ter, depois,...

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Vamos ter outras oportunidades para perguntas, né?

Porque estou com um limite e estou preocupada com isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sim, mas quatro horas... A gente depois entraria nas cinco perguntas. Certo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Certo.

Bom, acho que, no nosso primeiro contato a respeito da avaliação do programa, tinha conversado com o Senador informando que a gente olha muito o programa e, às vezes, esquecemos de olhar a política, que é maior do que o programa.

O que acontece? É que como, nos últimos anos, o programa recebeu um aporte muito grande orçamentário, teve um recurso orçamentário muito alto, termina que ele ganha uma visibilidade e ofusca a política. Então ele existe para atender a uma política de qualificação profissional e de desenvolvimento social e econômico. Então, quando a gente fala desse montante de quase R\$10 bilhões investidos, aí ele ganha...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Um relevo.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – ... é, um relevo e uma cara de que é maior do que a política.

Então a primeira conversa que nós tivemos foi trazendo o panorama da educação profissional e tecnológica como um todo, que é maior do que o Pronatec. Se a gente pegar o orçamento com que se trabalha hoje na secretaria de educação profissional, eu tenho uma rede. Hoje, a educação profissional é atendida por várias redes. Há uma rede que é própria do Governo Federal, que é a Rede Federal de Ensino, mas há outras redes, como é a CNA, as escolas estaduais, distritais e municipais, as escolas privadas. Então a política vai muito mais do que simplesmente um programa. Acho que esse é um primeiro ponto.

O segundo ponto é que a gente tem um desafio de mudar a roda com o carro andando. Então, é um programa que passou por várias fases, passou por mudanças de metodologia em 2013, em 2014 foram incorporadas ao programa várias iniciativas que não eram do Pronatec – eu vou falar um pouco sobre isso –, e a gente tem o desafio de melhorar os indicadores. Aliás, primeiro, de ter indicadores consistentes e, segundo, de melhorar aqueles que a gente já tem. Então esse é um ponto de partida que a gente tem que considerar.

Bom, em relação à questão do programa em si, como eu falei que ele passou por várias evoluções, se a gente pegar o Pronatec puro, que é o que se discute mais e que se fala mais, esses nove bilhões investidos, ele está ali na Bolsa Formação. É aí onde se faz o investimento do orçamento na grande escala. Esses nove bilhões, estou falando também disso aí. A maior parte do recurso foi inicialmente no Bolsa Formação. De 2013 para 2014 se inseriram as outras iniciativas. Por exemplo, a expansão da Rede Federal, com investimento na criação de novas unidades. Então a expansão dos institutos federais aconteceu nesse processo, e ele foi incorporado como Pronatec, porque passou a contar o número de vagas ampliadas pela expansão da Rede Federal como iniciativa do Pronatec.

Outra iniciativa é o Brasil Profissionalizado, que foi um aporte do Governo Federal na construção de escolas técnicas estaduais, em que o Governo Federal entra com uma parte do recurso e o governo estadual entra com outra contrapartida. Uma parte do recurso é às vezes de equipagem, uma parte do recurso é estadual. E depois ele assume a gestão, com professores, técnicos, e passa a ser custeio do Estado.

A rede e-Tec, que é uma oferta de educação à distância na área de educação tecnológica.

E o acordo de gratuidade com o Sistema Nacional de Aprendizagem, que tem um número de vagas de educação profissional.

Então, dentro do Pronatec, quando a gente fala, são cinco iniciativas, mas quando a gente fala do recurso mais específico que as pessoas conhecem e que elas questionam, é o Bolsa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Formação, que é onde a gente faz o repasse de recursos e é exatamente onde os órgãos de controle nos cobram mais essa melhoria da metodologia do repasse e do monitoramento desses recursos. Então acho que é importante a gente colocar esses aspectos aí de partida.

Bom, se a gente falar da evolução da matrícula, é aquilo que eu falei: o programa começou em 2011, com pouco mais de 700 mil matrículas, certo? Em 2012 ele aumentou consideravelmente. Em 2013, para 2,7 milhões de matrículas. E quando incorporou aquelas iniciativas todas, ele passou a ter quase três milhões de matrículas. Isso aqui é dado do sistema, extraído em setembro de 2017, e fala de novas matrículas. Isso aí é a evolução das novas matrículas.

Depois, em 2015 ele já teve uma grande queda. Foi quando houve a crise financeira mais fortemente, e aí obviamente, numa crise da economia do País, isso afeta qualquer programa, e não seria diferente com o Pronatec.

Então, quando nós somos questionados em relação ao Pronatec, "está acabando o Pronatec..." O Pronatec não está acabando. Só que nós temos ainda passivos dessas pactuações de 2014 para cá, de ações que estão sendo realizadas e nós precisamos honrar com o pagamento dessas ações.

Muitos recursos ainda estão sendo descentralizados. Muito embora na rede pública a gente faça, o orçamento vá *a priori*, mas a gente tem uma obrigação ainda que vai de 2014 em diante. Então, quando a gente fala de vagas, está falando de orçamento. Eu não posso desconsiderar que as novas vagas não são porque o programa está acabando, são porque a gente está vivendo um momento difícil economicamente. Isso deve ser considerado.

Além dessa questão econômica, que impacta logicamente a quantidade da oferta, temos outra questão: como a gente direciona a oferta, que eu acho que é a fala com que o Senador abriu aqui, não é? Não existe um Pronatec. Por exemplo, nós temos uma grande parceria com o Ministério da Indústria e Comércio. Nessa parceria o Ministério consegue fazer um mapeamento em que ele diz o CNPJ das empresas e a vaga que tem a maior chance de empregabilidade nos próximos meses. Isso a gente fez em relação ao MedioTec. Assim como os demais ministérios. Nós pedimos que eles levantassem a possibilidade de empregabilidade dos jovens para o próximo ano, 2018, e início de 2019.

Mas além disso, nós temos outras ações que têm um cunho social, como, por exemplo, o Bolsa Verde, que é a qualificação de profissionais na preservação do meio ambiente. Então são de fato pronatecs dentro do Pronatec. A gente precisa considerar isso e construir indicadores que avaliem essas questões.

E quando nós somos cobrados dos indicadores, a maioria das cobranças vem em cima de dois aspectos: primeiro, a questão de que há menos vagas, e isso obviamente gera uma pressão por reserva de mercado. Todo mundo quer continuar oferecendo Pronatec, todas as redes querem continuar oferecendo Pronatec.

E a segunda delas é que quando a gente é cobrado, é visto apenas o lado da empregabilidade, quando a gente tem outros elementos. Por exemplo, o que a gente gerou de possibilidade de novos negócios, ou de cooperativas serem abertas, ou de resgate social? Então, por exemplo, eu tenho um programa dentro do Pronatec chamado Programa Mulheres Mil. Ele começou em 2008 como um piloto baseado numa experiência do governo canadense. É um programa que trabalha com qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade, algumas inclusive vítimas de violência. Foram atendidas, até o final de 2016, 106 mil mulheres. Este ano, a gente deve atingir 11 mil mulheres nesse programa, inclusive com um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

recorte específico para prisional. A gente hoje está com um trabalho piloto bem específico dentro do Distrito Federal e dentro do Piauí, no presídio feminino, qualificando mulheres vítimas de violência privadas de liberdade e agentes penitenciárias.

Nesse programa, por exemplo, a gente já fez algum levantamento em algumas redes, por exemplo nos institutos federais. No de Alagoas, que é um grande ofertante do Mulheres Mil, a gente fez um levantamento com as alunas, e um dos indicadores que a gente teve foi o desejo delas de continuar estudando. Esse tipo de indicador muitas vezes a gente não vê sendo explicitado na mídia ou nos debates. Quer dizer, eu tenho uma mulher que às vezes não tem o ensino fundamental completo, ela tem uma atividade artesanal muitas vezes, essa atividade não gera renda para ela, mas quando a gente faz o processo de qualificação profissional, essa atividade passa a gerar renda. Eu tenho, no meu armário dentro da Setec, eu tenho um envelope cheio de cartas...

(Soa a campainha.)

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Já acabou?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Eu vou precisar de mais tempo.

Então são ações que a gente precisa considerar e entender que existem, e não apenas avaliar alguns aspectos do programa.

Então, vou acelerar.

Nós temos dois cursos que são financiados pelo Pronatec: um é o Formação Inicial e Continuada, que vai de 160 a 400 horas e tem de três a seis meses de duração; o outro é o Técnico Profissionalizante, que tem de 800 a 1.200 horas financiáveis e leva de um a três anos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para lhe dar tranquilidade... Se você puder passar esta fase, porque essa apresentação já foi feita, entendeu? Por isso que a questão das perguntas é fundamental, é relevante, porque a gente já foca no que queremos debater hoje, que é a oferta e indicadores.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – É porque, às vezes, o público não é o mesmo, então é importante a gente resgatar algumas coisas.

São as redes ofertantes, como eu falei no início...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso é importante.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Federal, estadual, distrital e municipal, instituições privadas de ensino superior e de ensino técnico e o Serviço Nacional de Aprendizagem.

Em relação à demanda, temos vários ministérios que são demandantes, temos vários parceiros demandantes e vários programas. E temos alguns exemplos: Brasil sem Miséria, Seguro-Desemprego, Trabalhador Aprendiz, Turismo, Campo, enfim, vários programas. Falei do Bolsa Verde. Então...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Aqueles ali são as modalidades de oferta. Pronto. Este é o foco.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – São algumas, porque são mais de 40.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – São 40.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Então é até difícil explicitar, porque precisaríamos de uma equipe técnica para falar de cada um detalhadamente. Mas existem mais de 40, por isso é importante vermos o programa na sua amplitude.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – A senhora percebe se há possibilidade de aglutinar esses Pronatec's para que tenham características parecidas e criem indicadores por grupo?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Penso que temos que ter alguns deles aglutinados, mas temos que ter um estudo mais aprofundado de onde aglutinar para não se perder algumas riquezas de algumas ações. Esse é o ponto fundamental.

A articulação da demanda e oferta é feita por um mapa de demandas específico que é enviado para a gente pelos ministérios, e a gente trabalha uma demanda identificada. E como funciona isto? Acho que já foi falado na primeira audiência, não é? A gente tem as vagas com potencial de empregabilidade, as vagas e atividades empreendedoras e autônomas e as vagas que são específicas de cursos técnicos e, necessariamente, não envolvem essa relação empregabilidade, mas que vão ter um efeito posterior. Além das vagas que têm uma demanda social.

Com esse levantamento inicial, fazemos um trabalho conjunto com os demandantes para afunilar a demanda, porque não conseguimos ofertar... Por exemplo, na última oferta recebi mais de 400 mil solicitações de vagas e não havia recursos para 400 mil de uma vez só. Então, temos que fazer esse afunilamento e ver onde são as prioridades com os demandantes.

E algumas ações que ele desconfigurou na apresentação e que estamos fazendo agora, porque é importante colocar. Até o início de 2016, a gente tinha um formato e passamos a ter algumas preocupações, entre elas, por exemplo, o fato de recursos serem passados para as redes demandantes a fim de que elas distribuíssem sem necessariamente a gente fazer um encontro de contas. A partir de 2016, estão-se passando recursos com o encontro de contas. Ou seja, tem recurso na ponta, então vai ser repactuado. Não vou enviar recurso novo. Antes não tinha esse mecanismo. Então, isso é uma ação diferente.

Foi feito, em 2014, uma avaliação, um monitoramento de várias instituições que ofertavam Pronatec. Dessas, 93 foram apontadas como tendo necessidade de ajustes pelos órgãos de controle. Nós fomos afunilando esse processo. Trabalhamos e chegamos a 50 em uma segunda etapa. Hoje, temos 23 que precisam de uma intervenção. O que a minha equipe está fazendo agora é resgatando esse processo de avaliação e monitoramento do Pronatec e mergulhando nessas 23 que ainda têm pendências de melhoria.

E um novo questionário vai ser lançado pela Setec, para que a gente possa fazer a avaliação de todos os ofertantes do Pronatec. Uma série de critérios estão sendo avaliados, inclusive com elementos mais da política do que propriamente só do programa. Com isso, teremos um mapeamento de como estão essas instituições hoje. Então, esse é um processo que a gente está trabalhando internamente na Setec e ainda não foi divulgado porque não está na rua. A gente não colocou ainda na rua, mas está aí prestes a sair um processo novo de monitoramento do Pronatec.

Tem a prestação de contas de 2011 a 2015, que foi enviada no início de 2016 para o TCU. Existiam algumas pendências inclusive com o Sistema S e a gente puxou as informações, fizemos um plano de ação e estamos trabalhando para finalizar esse plano de ação e trabalhar essas pendências. Isso está dentro da Setec.

Foi feito um diálogo com todos os ofertantes, foram feitas reuniões técnicas ao longo do primeiro semestre e agora está em processamento de análise de dados, TI, aporte das informações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, há um piloto com o MDIC que estamos fazendo, uma parceria com eles, que fizeram um piloto no primeiro semestre sobre habilidades socioemocionais e a gente vai agora fazer um novo lançamento, apresentar os resultados iniciais e ofertar cursos FIC, onde trabalharemos também as habilidades socioemocionais. Estamos para lançar esse outro elemento.

O índice de conclusão de curso também estamos fechando para desenvolver, e a própria evolução do sistema, que tem uma série de problemas e a gente está fazendo um ajuste, uma limpeza interna. São coisas que às vezes não aparecem porque ainda estão em evolução interna.

É importante a gente dizer que tem muito trabalho sendo feito dentro da Setec que ainda não tem visibilidade, porque leva tempo. Você pega um programa de 2011 a 2015 em que se fez uma prestação de contas, passou por uma série de interpelações dos órgãos de controle e leva tempo, a gente não consegue... Por exemplo, a minha gestão fez um ano agora, dia 4 de outubro; então é uma máquina bastante pesada, robusta, para você fazer todas as melhorias em um ano de gestão, tendo que recompor a equipe e recompor processos.

Então, é importante dizer que a equipe está trabalhando inclusive mais do que a capacidade... Mais do que eu deveria cobrar deles, estou cobrando. Hoje a gente tem um trabalho interno muito intenso dentro da Setec, com uma redução de quadro feita há dois anos, que estamos brigando para recompor. A equipe está trabalhando arduamente para fazer as melhorias necessárias.

(Soa a campanha.)

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Um minuto para a gente terminar. Esse é o último eslaide, se eu não estiver enganada.

No MedioTec, que foi o lançamento do final do ano, na Presidência, nós fizemos um trabalho de remodelagem da oferta do curso técnico, pedimos aos Ministérios que nos demandassem quais são os cursos e em que regiões havia maior possibilidade de empregos imediatos ao final de 2018 e início de 2019.

O MedioTec veio para buscar trazer jovens que estão no ensino médio hoje e que não estão fazendo o curso técnico. Hoje, no Brasil, só 8% dos jovens que cursam o médio, fazem o técnico, enquanto em outros países isso já chega a 50% e em alguns a até 70%. Então, a gente pediu para que a demanda fosse mais qualificada em função da empregabilidade.

Fizemos um documento de orientação com os demandantes, onde foram realizados, nos Estados, seminários de profissões para mostrar as carreiras aos alunos; um acompanhamento em parceria com o MDSA, para que se possa fazer um acompanhamento psicossocial daqueles mais vulneráveis, para diminuir a evasão que foi apresentada no relatório que o MDIC encomendou ao Ipea e ao MIT. Então, a gente já está com um trabalho com o MDSA para que ele acompanhe esses alunos no MedioTec, a fim de tentarmos reduzir a evasão.

Depois disso um acompanhamento dos egressos, porque o estudo também mostra que o aluno, quando termina o curso, entre o sexto mês depois que ele termina o curso e o 12º mês há a maior chance de empregabilidade que ele tem.

Então, no documento que fizemos de referência, pedimos que no primeiro ano após a formação do aluno no curso técnico dentro do MedioTec, ele fosse acompanhando para sabermos onde está.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Do piloto socioemocional eu já falei. E o aprimoramento da pactuação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, doutora.

Sei que foi muito rápido.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Bastante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Mas é porque vai chegar a hora do debate e ficará mais fácil.

Eu queria, primeiro, saudar a presença do Deputado Federal Cacá Leão, do Estado da Bahia, Relator do Orçamento de 2018. Então, é hora também de vocês pedirem um pouquinho mais de orçamento aqui para o nosso Deputado Federal, agradecendo a presença dele e...

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Vou fazer um parêntese. Eu fui contingenciada em 200 milhões no Pronatec, e

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pronto. Então, vamos conversar com o Ministro, vamos falar com o Ministro e com o Relator específico da Educação.

Mas queria rapidamente passar a palavra para o Dr. Rafael Lucchesi, para que em dez minutos ele também possa nos apresentar algumas questões referentes a indicadores e à oferta.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Senador, como é do seu interesse e fica mais dinâmico, eu ficarei bem restrito a esse tema e começarei... Se me derem o controle, eu vou mais rápido nisso aqui.

Vou começar fazendo uma apresentação inicial fora dessa apresentação. Vou começar deixando claro que a educação profissional é algo importante no mundo. Nos países da OCDE, os países desenvolvidos, mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos fazem educação profissional junto com educação regular. Na Alemanha são 53%; na Áustria são 76%; na Finlândia, Senador, um país rico, em 2005 eram 30% e hoje são 70%. Eles tracionaram muito a condição deles lá.

Eu acabo de chegar dos Estados Unidos, onde fui a convite do governo americano, e há uma grande inflexão, nos Estados Unidos que são um modelo federativo, pois quem cuida da educação são os Estados e as cidades ricas, que está indo na direção da educação profissional, que lá eles chamam de CET. Então, há um movimento claro, no mundo. Isso, inclusive, é observado. A CNI tem acesso às organizações empresariais do G20, que é o Biac, e nós temos acesso a todos os *weight papers* da OCDE.

Em todo o mundo há dois movimentos. Há uma agenda de política pública mais forte para fazer educação profissional e um aperfeiçoamento do marco legal. Por exemplo, eles não têm uma estrutura legal anacrônica, como nós temos no Brasil, para o caso de aprendizagem, porque nós imitamos a lei dos anos 40 e a deixamos congelada. E fizemos da legislação da aprendizagem um bolsa aprendiz, que tem um efeito renda limitado no tempo, mas sem nenhuma agregação de capital social.

O que eu estou querendo dizer com isso? Se pegar um jovem de 16, 17 anos, de baixa renda, e dar para ele uma bolsa de R\$300 ou R\$400, vai ter um benefício econômico, mas nada transformador, porque, no Brasil, esses cursos são quase que totalmente cursos de gestão. O menino é contínuo, na empresa.

Como é, no resto do mundo? Alongou-se de dois para quatro anos, três e meio a quatro anos, e ele sai de lá um técnico, porque o nível de exigência para empregabilidade no mercado de trabalho vai nessa direção. Então, nós não nos modernizamos. Temos problemas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez bilhões é muito? O que é muito? Nós gastamos 20 bilhões só de Fies, sem falar nos recursos, que são muito mais de 20 bilhões, para as universidades federais, para um contingente populacional muito menor.

Nós temos, no Brasil, 83% dos jovens que não vão para a universidade; e não há uma política pública que se preocupe com a identidade social desses indivíduos.

A sociedade brasileira permite apenas que os indivíduos tenham identidade social, e a profissão é um item fundamental de identidade social se eles cursarem a universidade. No sistema educacional brasileiro, nós não temos uma cultura de permitir que haja identidade social propiciada pelo sistema educacional de nível técnico médio, para a maior parte da população. Então, não acho que dez bilhões sejam muito. Dez bilhões de desperdício é muito, e há exemplos na agenda de política pública para isso. Voltar recurso para a amplíssima maioria do estoque populacional brasileiro... Pois 88% da população brasileira, Senador, não têm nível superior, e 83% do fluxo educacional não vai para a universidade.

Então eu acho que dez bilhões não é muito. É muito pouco – eu colocaria mais um adjetivo, muito pouco, com relação a esse volume de recurso. E mesmo no MEC, que tem um orçamento de R\$130 bilhões, um volume de recursos adequado para a educação profissional não me parece muito, se a agenda for uma agenda ao encontro das necessidades dos brasileiros.

Não quero dizer com isso que o Pronatec tenha sido um mar de rosas. Houve muito problema. Reconhecemos que houve muito problema, mas o mais fundamental é reconhecer que existe uma grande lacuna na matriz educacional brasileira, e essa é uma lacuna elitista, porque a grande preocupação é uma lógica academicista que só olha para uma minoria do contingente populacional brasileiro.

Nós temos que fazer uma inflexão que seja verdadeira, que vá ao encontro das necessidades do País, o qual tem 77 milhões de brasileiros adultos que não têm ensino médio completo. E nós temos 58 milhões de brasileiros adultos que não têm ensino fundamental.

Então, é óbvio que a educação profissional é um importante passaporte de cidadania para esse enorme contingente populacional. Nós vivemos num país que tem um elevado grau de déficit de capital humano e, seguramente, a educação profissional seria uma agenda de correção da matriz.

É uma preocupação de quem está pilotando a agenda de política pública universal. Não é o caso do Senai. O Senai tem uma missão definida. Nós atuamos por demanda e para a indústria, e fazemos isso muito bem, mas essa é uma reflexão de ordem mais geral.

E outra coisa, não existe nenhum estudo que possa demonstrar que não tem efeito de capital humano o curso de educação profissional. Quero lembrar que os estudos do Ricardo Paes de Barros, do Planfor, eram para cursos de menos de 20 horas, ou ao redor de 20 horas, feitas por Centrais Sindicais. Isso é completamente diferente para cursos de qualificação técnica e cursos técnicos de nível médio. Esses, sim, no Brasil e no mundo inteiro, são reconhecidos como decisivos para haver ganho, haver renda e empregabilidade. E isso está na literatura da área no mundo inteiro. Não é uma convicção que eu estou aqui falando. Isso está na literatura técnica na área.

E, mais, estudos no Brasil demonstram que dois indivíduos com o mesmo nível de escolaridade, se fizerem um curso técnico, vão ter 18% a mais de renda. Se esse curso técnico for feito pelo Senai, que está no topo disso, até porque a indústria paga mais, ele vai ter 8% ou 9% a mais de renda.

Isso são estudos feitos pela PUC do Rio, pela FGV. Não são estudos do Senai. Isso está na literatura também e é importante demonstrar a importância com relação a essas questões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Taxonomia com relação ao Pronatec. O Pronatec é um programa três em um, na minha avaliação. Você tem uma dimensão, que é fluxo educacional. Ou seja, pessoas que estão no fluxo escolar que possam fazer educação profissional. Isso é importante.

Uma segunda dimensão, que foi a ideia inicial do Pronatec e que pode ser um mecanismo importante de financiar o Pronatec: quanto o País gasta de seguro-desemprego esse ano? Trinta e cinco bilhões? Quarenta bilhões?

Seguramente, nós temos uma legislação frouxa e temos uma má gestão na aplicação desses recursos. Isso dá para pagar um Pronatec com efeito de capital humano, da mesma maneira que nós temos um custo social que é pago por toda a sociedade, por intermédio da empresa, no sentido do aprendizado, e é mal aplicado, é mal gerido, porque não dá os resultados que poderia dar.

Seguramente, para a parte de políticas de desemprego, coibindo a possibilidade de uma relação de subemprego, certamente, uma agenda de requalificação para retorno ao mercado de trabalho iria diminuir esse contingente com muito mais efeito de capital humano. O gasto já existe, não é dinheiro novo. Basta ter uma melhor pegada de política pública, bem como na agenda de seguridade social – bem como na agenda de seguridade social –, que seria a terceira dimensão.

Então, é o fluxo educacional escolar ordinário, é a agenda de política de desemprego e a assistência de seguridade social.

O Pronatec no Senai – e aí respondendo já algumas perguntas, já caminhando para finalizar – teve 16% de evasão. Isso são dados, microdados diretos do MEC. É claro que é mais do que o normal do Senai, porque se você pegar um público interessado, que está transformando a vida, a nossa evasão é quase traço. Agora, se você pega um público que é mais velho, que está participando de um programa social, em que você condiciona o programa social à frequência no Pronatec, a taxa de evasão de interesse vai ser menor.

Mas, no Brasil, nós temos um elevado contingente de pessoas nessa situação e, se a gente for pensar a política de democracia inclusiva,...

(Soa a campanha.)

O SR. RAFAEL LUCCHESI – ...temos que pensar um caminho de saída do Pronatec.

Já fechando, o Senai tem... Nós fazemos lá o mapa do emprego industrial, que é a melhor e mais avançada metodologia de fazer o engajamento das pessoas que passam pelo Senai que vão para o mercado de trabalho. É claro que nós fazemos isso dentro da nossa lógica de atuação, podendo até discutir a metodologia, chamar especialistas e ver isso. Não conheço no Brasil uma metodologia mais eficaz, e é por isso que nós atuamos com pessoas matriculadas em 2,7 mil Municípios brasileiros e temos elevado grau de empregabilidade.

Quando a economia estava crescendo, 80% dos nossos graduados, dos nossos formados tinham emprego no primeiro ano. Hoje, são 60%, porque a gente está numa crise elevada.

Com isso, Senador, encerro aqui essa fase inicial, só para permitir maior debate.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Quería agradecer a Rafael Lucchesi também pela apresentação. Dizer que também tivemos a oportunidade de convidar o Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Rede Federal, dos IFs, o Dr. Francisco Roberto Brandão Ferreira, que infelizmente não pôde estar presente, e seria importante a presença dele aqui para esse debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que fossem colocadas as perguntas, as primeiras perguntas, para que a gente pudesse iniciar o debate.

É importante ressaltar que é óbvio que a gente não quer estreitar a política pública da educação profissional no Pronatec, mas, nesse momento, eu queria que a gente colocasse o olhar sobre ele, para que possamos melhorar e qualificar esse programa, aproveitando a falta de recursos nesse momento no Brasil para tentar melhorar esses indicadores. É óbvio que dez bilhões é muito pouco para a formação profissional, mas muito pior é o momento em que nós estamos gastando mal recursos públicos.

Então, eu acho que esse é um mantra que a sociedade brasileira não pode esquecer. Gastar, mas gastar bem. Então, não é gastar, é investir. Quando você coloca dinheiro do orçamento na educação, você não está gastando, você está investindo no futuro. Isso precisa ser ressaltado.

E quero aqui trazer um debate que tivemos muito, na questão da PEC 95, em que o Senador Cristovam Buarque estabeleceu uma máxima: vai ficar mais fácil a gente agora ver quais são as prioridades da política brasileira, se realmente a prioridade é a educação.

Então, nesse debate sobre o orçamento, nós vamos ver quem vai priorizar a educação e a saúde e quem não vai, e aí, vai ser importante esse debate que vai acontecer nesses próximos dois meses aqui, nesta Casa.

Então, a primeira pergunta é: De que forma é elaborada a oferta dos cursos por cada um dos envolvidos ofertantes? Como são determinados os cursos, a distribuição entre os cursos técnicos de nível médio e cursos de formação inicial e continuada e o número de vagas? Há interlocução com os demandantes neste processo?

Drª Eline.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Os demandantes são atores fundamentais para a gente poder levantar as necessidades. Logicamente que a gente tem um rol muito grande de demandantes e cada demandante tem uma metodologia. Por exemplo, tem uma pessoa aqui acho que do Ministério da Saúde, e o Ministério da Saúde tem um foco nessa busca por profissionais qualificados, que é diferente do Ministério da Indústria e Comércio.

Então, cada demandante vai ter um formato, dentro da sua autonomia, que, inclusive, não é dentro da gerência do MEC. Isso é uma questão que é de cada Ministério, a forma como ele vai levantar a sua demanda. Então, cada um tem um método e um foco.

Então, por exemplo, a gente agora teve, na semana acho que retrasada, o lançamento do Plano Progredir, junto com o MDSA. O MDSA tem um público que está dentro do CadÚnico e do Bolsa Família. O Bolsa Família é o grande público do Pronatec, mas, assim, tem uma demanda específica.

Então, cada ministério tem uma forma de trabalhar essa oferta. Mandam para a gente, a gente faz as análises, faz as pactuações, discute com cada ministério e levanta essas informações dentro de um sistema. E a rede ofertante visualiza esse sistema e começa a colocar suas propostas de oferta a partir da demanda que foi lá validada pelos diversos agentes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, para complementar, será que é possível aproveitar aqui a presença de todos no debate? Será que dá para a gente tentar qualificar minimamente essa metodologia de mapa de demanda? É possível? Será que é possível a gente construir isso?

Por favor, eu queria trazer um pouco o Dr. Almir, do TCU, para...

O SR. ALMIR MENEZES – Então, boa tarde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor sabe, Senador, essa foi exatamente uma das questões abordadas na nossa auditoria na Bolsa-Formação e nós saímos inclusive com algumas determinações e recomendações nesse sentido.

Nós achamos que, sim, é possível, embora haja essa pulverização de demandantes. Nós tínhamos uma concentração maciça do público, mais de 50%, no MDSA; no MDIC, embora com uma porcentagem pequena de vagas, de público, ainda assim com uma estrutura, uma metodologia muito bem desenhada, até pela proximidade com as empresas, com as instituições. Então, a gente acredita que é possível esse aperfeiçoamento, você precisa qualificar.

Onde acontecem os problemas, entrando bem na questão ali, na formação do MDE lá na ponta? Porque o MDE, na hora da pactuação, quando se reúnem lá os ministérios todos, por exemplo, o MDS chega com o mapa consolidado que já é uma consolidação do que foi feito lá nos Estados e nos Municípios. E como isso é dado lá? Chega-se para o interlocutor estadual e municipal e diz assim: "olha, mapeia aí como é feito. Mapeia aí a necessidade de mão de obra". "Como?". Vai ao sindicato, vai em alguma associação de empresa, vai ao arranjo produtivo local, enfim". E não tem uma metodologia, não há o apoio metodológico.

Conhecendo a realidade dos nossos Municípios... Estivemos lá no Rio Grande do Norte durante a auditoria, e aqui no Goiás. Fomos lá ver como é que isso era feito lá e o que a gente percebeu é o seguinte: cadê o interlocutor institucional? Não tem, não foi designado oficialmente. Cadê a última vez em que ele esteve aqui presente e como ele fez esse levantamento? "Ah, ele tentou negociar, tentou entrar em contato com as empresas, não conseguiu, ele conversou com o sindicato". Então, assim fica uma coisa muito informal e o resultado disso é perverso e se mostra em alguns exemplos que nós temos. Só para dar um exemplo, a gente fez um estudo em 105 Municípios, aqueles Municípios com a maior oferta de vagas, e o que a gente percebeu é que apenas 27% das vagas ofertadas estavam alinhadas com, vamos dizer assim, aquelas famílias ocupacionais com maior estoque e maior variação de contratação. Havia um descasamento nesse público do MDS e a razão é porque eles não conseguem ouvir adequadamente.

O que é preciso, do nosso ponto de vista? Precisa de informações, informações que existem: Rais, Caged etc. Só tem que chegar lá na ponta, tem que ter capacitação, tem que ouvir, tem que colocar na mesa lá o Senai, que tem o mapa. O próprio MEC – isso também foi objeto de uma determinação nossa – contratou do CGE um estudo específico para isso e esse estudo ficou patinando, não estava saindo do papel, e a gente atuou em cima dele para que pudesse vir a uso. A gente pediu para o MEC um plano que indicasse quando iria ficar pronto e como vocês usarão isso para melhorar essa pactuação.

Não dá para você simplesmente colocar na mão do demandante e dizer assim: "Olha, demandante, se vira aí e apresente para a gente o que você acha que seria a oferta adequada". Não dá para ser assim. A nosso ver, pela capacidade institucional do MEC, a capacidade de lidar com dados e de induzir a política, é necessário que haja uma costura para que essa qualificação, para que esse MDS venha mais qualificado. Senão, não resolve o problema.

Eu tenho um exemplo aqui que é interessante: em Rorainópolis tem 26 mil habitantes, um Município com 26 mil habitantes. Foram ofertadas 1.827 vagas nesse Município, no Pronatec de 2014. Dessas 1.827 vagas, apenas 23 vagas estavam relacionadas com as dez famílias ocupacionais de maior estoque, de maior fluxo. Das 1.827 apenas dez. É claro que esse resultado não é absoluto por si porque a gente tem outros elementos que deverão considerar, mas não trazer esse número para mesa me parece temerário. Isso deveria estar, pelo menos, na mesa de discussão na hora de se fechar o pacote, na hora de passar do MDE para o MDI, que é o mapa concretizado e que diz



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente que cursos vão ocorrer, porque o que vai acontecer com isso aqui é que quando a gente mede o resultado... E a gente mediu um resultado positivo na empregabilidade, a gente conseguiu um resultado bastante expressivo de empregabilidade no público do MDS em alguns lugares; três por cento em algumas regiões. O que vai acontecer é que esse resultado poderia ser muito melhor, e não é melhor por conta desse descasamento, ofertas que não casam. Sem contar o problema do curso adequado para...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Nós vamos debater sobre isso.

Eu queria aproveitar aqui a presença de Dr. Vinícius Botelho, que é Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social, para que ele possa também falar um pouco sobre essa questão que foi colocada, que foi levantada aqui nesse debate, pelo Dr. Almir, do TCU.

O SR. VINÍCIUS DE OLIVEIRA BOTELHO – Perfeito.

Essa questão, Sr. Senador, da interlocução entre demandantes e ofertantes de um determinado bem, é antiga na economia. Houve um economista, no início do século XX, que tratou justamente dessa questão. A gente tem firmas produzindo bens de um lado e tem demandas do outro. E a gente precisa encontrar mecanismos para fazer com que a demanda e a oferta conversem. Uma das formas de fazermos isso é indo em cada possível unidade demandante e tentando levantar a demanda dessa unidade. É mais ou menos a lógica do mapa de demanda.

Para isso, de fato, o que a gente precisaria seriam de dados, seria olhar a Rais, olhar o Caged, olhar o conjunto de informações que a gente tem disponível e tentar projetar um número de vagas a partir dessa informação. Contudo, parece-me que os problemas relacionados à empregabilidade do Pronatec estão mais direcionados a um desalinhamento de incentivo do que à análises de dados. A gente não tem como inferir, de maneira precisa, se empregabilidade passada, que é o que o Caged nos dá, significa empregabilidade futura.

Imaginem uma situação: nós daremos curso de lamparina antes da invenção da lâmpada. A gente precisa garantir, na verdade, nesse processo, o processo do mapa de demanda, da oferta e da demanda nesse processo. Como ele se dá? Ele se dá com um agente, que é o Governo, repassando recursos, e está com as pessoas fazendo os cursos e as instituições ofertando.

Cada instituição tem uma informação particular, privada que não está disponível para o Governo sobre a qualidade do seu curso e deveria se preocupar, se é educação profissional, qual a empregabilidade desse curso. A gente precisa alinhar o incentivo dessa instituição para ofertar cursos de empregabilidade. Como? Se possível, pagando pela empregabilidade.

Outra questão ainda relacionada a isso. Digamos que...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só para pontuar.

O senhor está propondo que haja uma possibilidade de você pagar não pelo curso, mas pelo percentual de empregabilidade que aquela quantidade, aquela turma tem alcance, se aquela turma alcançou um percentual ela terá, ou o valor total, ou um prêmio por ter alcançado?

O SR. VINÍCIUS DE OLIVEIRA BOTELHO – Isso.

São duas questões: uma é esse pagamento pela empregabilidade que acho que seria uma questão a se considerar e, a segunda – e aí fecho com o que a gente poderia colocar como alternativa para se discutir algo diferente do modelo que vigorou –, digamos que nós conseguíssemos o mapa da demanda com quantitativo. A oferta sempre vai ter uma restrição e, aí, a questão é a seguinte: eu escolho o curso "a" ou o curso "b"? Em alguma medida vamos ter que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar nesse tipo de escolha. Qual o critério? Qual a metodologia para isso? E, aí, eu volto na questão que coloquei no início do economista que já começou a se preocupar com isso no início do século XX de que a gente precisa do sistema de preço.

O sistema de preço para a empregabilidade é salário. Então, a gente precisa de alguma forma atrelar também na discussão um prêmio salarial. Por isso, me parece que toda essa discussão de a gente buscar as vagas *in loco* e tentar fazer uma articulação intelectual com o demandante por meio de algum critério de processar todo esse conjunto de informação, descobrir o que vai ser o futuro de cada um dos mercados, ir até as pessoas, trazer as pessoas para esses cursos e fazer essa ligação é algo que ignora completamente o sistema de preços. Não é empregabilidade a qualquer custo, quer dizer, 8% de empregabilidade num determinado setor pode ser pior do que 8% de empregabilidade em outro setor com prêmio salarial muito mais alto. E o mercado tem condições de fazer essa alocação quando a gente atribui, quando a gente mexe em mecanismos de risco de crédito, quando a gente mexe em mecanismos de empregabilidade.

Acho que essa foi uma questão bastante relevante quando o setor público está se predispondo a fazer educação e a pergunta que a gente tem que se fazer é se o curso dá retorno, porque o mercado não resolve isso. Acho que a gente tem razões para imaginar que o setor público precisa fazer essa intervenção porque as pessoas não têm condição de financiar esse curso por conta própria. Agora, o Governo não tem como ter informação sobre qualidade dos cursos nem sobre o futuro do mercado de trabalho em cada uma das localidades. Então, ele não pode ficar com 100% do risco da ineficácia da ação.

Por isso, acho que a gente poderia discutir, na verdade, em vez de dados e como construir o mapa, como alinhar os incentivos para que cada um dos atores que tem mais informação sobre si atue de maneira a maximizar emprego e renda, geração de emprego e renda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k., Vinícius.

Eu queria propor até um formato. Se a gente puder...

É claro que não haverá ninguém que, em dois ou três minutos, vai conseguir cumprir ou estabelecer uma solução para todos os problemas. Então, você está trazendo uma proposta. Se a gente aglutinar outra proposta à proposta dele depois a gente vai ter várias propostas sobre o mesmo tema. É óbvio que, quando ele fala isso, a gente pode dizer: "Sim, mas há outras questões que precisam ser levadas em conta" e é óbvio que tem que haver outras questões levadas em conta.

Exemplo: quando o Dr. Almir levanta a questão da metodologia perguntando se será que não é possível haver uma metodologia mínima. É óbvio que acho que é possível você ter critérios mínimos metodológicos servindo de base para todos. E cada Ministério demandante vai estabelecer no que ele vai ter que avançar compondo aqueles critérios mínimos, porque facilita fazer indicadores de desempenho.

Quero que a gente não entre num debate só com um olhar pessoal, mas que a gente aglutine essas propostas para compor um quadro maior. E depois, lá na frente, o responsável pela política pública, que é MEC, de posse do resultado desse trabalho feito pela Casa, junto com os Senadores – e quero até dizer a todos os Senadores que estão nos ouvindo agora que nós vamos ofertar esse pré-relatório, para, numa audiência pública ser debatido e ampliado com outras visões pertinentes a essas questões levantadas – fazer essa premissa.

É óbvio que, quando você pega um programa social talvez não possa dizer que presidiários tenham empregabilidade de 8%, de 10%, de 15% ou talvez, sim, a depender do Estado, se a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política pública do Estado estiver voltada para a reinserção daquelas pessoas dos presídios para o ambiente de trabalho.

Então, é óbvio que, em cada momento, em cada função do valor investido, da forma investida e do que se propõe o Pronatec – se a gente puder fazer o recorte daqueles mais de 40 tipos de oferta –, cada um vai ter um indicador diferente.

A gente está querendo saber se a gente não consegue pontuar essa metodologia mínima. Então... Um momento. Para falar o Dr. Lucas.

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Primeiramente, obrigado novamente pelo convite para participar desta reunião.

Acho que a ideia proposta pelo Vinícius é muito interessante, mas requereria um redesenho de política. Até hoje, que eu saiba, não existe nenhuma política pública. Eu sou economista também e tendo a concordar com essa ideia de que se deveria ter algum sistema de incentivos que permitisse isso, mas seria uma inovação bem grande de política pública que deveria ser pensada.

Acho que existe uma hierarquia de coisas que são possíveis de serem feitas. Atualmente, definir um conjunto de regras mínimas, uma espécie de planejamento central que documentasse quais os critérios usados para a definição das vagas, seria um avanço ao que o Pronatec historicamente tem feito.

O que o nosso estudo sobre os impactos do Pronatec na empregabilidade mostrou é que, quando você considera as vagas do Pronatec ofertadas com base em demandas manifestadas pelas empresas, você encontra impactos do programa, você encontra uma empregabilidade muito maior.

O que isso mostra?

E houve resultados que não cheguei a apresentar na última sessão. Além disso, essas vagas demandadas pelas empresas são nas ocupações que tiveram maior crescimento de emprego no período futuro. Então, de certa forma, as empresas estão... Se a gente pegar a melhor equipe de dados que existe no Governo Federal e fizer como a gente tem feito no Ipea, juntar à Rais, que é divulgada com um ano de defasagem, juntar ao Caged e juntar fluxos com estoques, eu consigo, na melhor das hipóteses, um quadro do mês anterior da situação do mercado de trabalho.

Agora, as empresas de certa forma, quando manifestam suas demandas por qualificação profissional, por treinamento, estão expressando o que esperam de ocupações dali para frente. É mais ou menos um meio termo entre esse sistema totalmente gerido por preços que teria que ser inventado e um sistema em que você, de certa forma, consegue coletar essa informação que está descentralizada na economia, nas empresas, nos agentes locais – dificilmente o governo teria acesso – e transformando isso num quadro de quais cursos são mais importantes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Você pode colocar a segunda pergunta, por favor?

Fica claro que nos achados em auditoria realizada pelo TCU e que a gente tem visto aqui no debate que há uma desconexão entre os cursos ofertados e as necessidades de mercado de trabalho local. É uma falha de aderência do programa.

Questiona-se, assim, em que momento os envolvidos acreditam que surge essa desconexão.

A gente está falando do olhar do passado, em que a gente modela todo o programa olhando o mercado passado. Como a gente pode trazer e traduzir esse mercado futuro? Há pessoas que acham que é ouvindo as empresas. Existem outras formas de fazer isso? Como superar esses desafios?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão que eu queria fazer é sobre qual a avaliação sobre a qualidade dos cursos e sobre a obrigatoriedade do mínimo de 160 horas. Essa também é uma coisa que foi muito debatida. Como a gente pode aperfeiçoar?

Então, eu queria passar a palavra para a Drª Eline. Depois, queria que o Dr. Rafael Lucchesi pudesse iniciar esse debate sobre essa pergunta.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Queria fazer algumas ponderações pegando as falas anteriores e levando-as para essas questões.

Primeiro aspecto, como falei no início, o programa tem uma complexidade muito grande que não envolve só o fator empregabilidade. Logicamente que a gente tem que trabalhar fator empregabilidade. Isso é relacionado a qualquer país que queira se desenvolver econômica e socialmente.

Por exemplo, a gente não está falando da geração de renda que é feita fora do emprego, que é outro lado da moeda. Quer dizer, a gente precisa considerar ter um somatório de elementos e de indicadores que não são só empregabilidade, que geram renda e desenvolvimento social, mas que não estão dentro do emprego formal.

Então, acho que esse é um elemento que a gente precisa considerar.

Dentro do emprego formal, a gente precisa qualificar melhor de fato a demanda. Agora, acho que é importante a gente dialogar com os órgãos de controle no sentido de que o MEC tem um tamanho de perna, ele não pode assumir a responsabilidade dos demais ministérios. A gente pode dar algumas diretrizes, trabalhar junto. Por exemplo, a minha equipe, esta semana, está em reunião com todos os demandantes para qualificar melhor a ação de parceria. Então, a equipe tem feito um trabalho de dialogar com os demandantes.

A quantidade de videoconferências que fizemos com a ponta, para trabalhar o MedioTec, foi enorme. Toda a vez que havia um problema, a minha equipe marcava um vídeo, porque a gente um País enorme, então a gente precisa otimizar isso e tem que ser por videoconferência.

E esta semana temos reunião com os demandantes para poder trabalhar melhor essa demanda.

Toda vez que recebo um prefeito ou um secretário que diz: "Por que o meu Município não teve a demanda atendida? Não há nenhuma vaga de Pronatec no meu Município."

Aí eu digo: "Prefeito, é o seguinte: eu vou lhe dar o caminho das pedras. O senhor tem uma secretaria de desenvolvimento econômico?" "Tenho". "O senhor vai fazer um trabalho com a sua secretaria de desenvolvimento econômico, vai fazer um levantamento na sua secretaria de qual é, de fato, a demanda do seu Município. Com base nesse levantamento, o senhor vai ao ministério correspondente de cada uma daquelas demandas para validar essa demanda e ela poder entra no mapa."

Então, a gente tem recebido alguns prefeitos me perguntando por que não recebeu vaga de Pronatec. E a gente tem esclarecido esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Uma pergunta: existe esse roteiro de como fazer essa demanda?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Cada ministério tem o seu roteiro de levantamento, porque, por exemplo, como é a demanda no Ministério da Saúde? Até onde eu sei, porque se houver alguém do Ministério da Saúde que possa me corrigir, corrija-me.

O Ministério da Saúde trabalha com a demanda do SUS, porque o profissional da área de saúde se forma... A demanda do SUS atende à demanda dos demais setores. O setor privado tem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

relativamente o do SUS. O profissional que trabalha no SUS trabalha também no setor privado. Ele circula entre as diversas organizações. Então, há uma especificidade.

Mesmo que a gente trace alguns padrões básicos para fazer o levantamento da demanda, cada Ministério terá algumas características que ele precisa dizer, porque o MEC não é especialista na área dele. Então, acho que é importante a gente delimitar os papéis aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Veja só. Esses padrões básicos existem? Podem ser melhorados? Podem ser aperfeiçoados?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Podem ser melhorados, podem ser aperfeiçoados. Entendo que sim. Acho que esse é um ponto de partida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pronto, é isso. A gente não está, doutora, pode ter certeza, questionando o trabalho dos técnicos. O que a gente está querendo é promover a possibilidade até para que a gente possa amanhã, daqui a dois, três, quatro anos, facilitar a avaliação do Pronatec.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – É fundamental. Acho que é a concordância da Mesa como um todo.

Agora, em relação a essa questão, por exemplo, dos achados, é isso o que o senhor falou, Senador, em relação a olhar para trás.

A gente está olhando para trás e precisa também, com base no passado, que é o que se faz na história, planejar o nosso futuro.

O caso de 2013, que o Dr. Almir levanta aqui, de vagas que foram ofertadas sem esse cuidado. Quando a gente foi fazer, por exemplo, a pactuação do MedioTec, neste ano o de 2016, a gente teve o cuidado de pedir aos ministérios que nos mapeassem onde haveria empregabilidade mais imediata para esse jovem, porque a nossa intenção era buscar jovens que não estivessem fazendo formação técnica, por isso que o mapa foi só de técnico, não foi de FIC, eu queria um aluno do ensino médio da rede pública que pudesse fazer a formação técnica. E, ao final do ensino médio, ele terminar o seu curso médio como técnico e ter possibilidade imediata de estar empregado.

Então, esse já foi um novo formato.

Com as ações que a gente botou no documento de referência do MedioTec, que foi discutido com todos os demandantes, a gente fez um seminário em fevereiro, sobre o que deveria estar constando naquele documento de referência, do acompanhamento para trabalhar a evasão, egressos, uma série de elementos.

Então, esse trabalho vem sendo feito nessa gestão nova para a gente trabalhar, melhorar o que a gente recebeu em relação ao programa. Acho que é importante a gente colocar isso. Mas é um trabalho que tem que ser de muitas mãos. É um programa muito complexo. Ele não vai atender somente uma única necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Dr. Rafael Lucchesi.

Perdão, só uma coisa: o que a senhora acha da obrigatoriedade do mínimo de 160 horas?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Essa obrigatoriedade não surgiu do nada. Como surgiu? Ela vem a partir do decreto presidencial do acordo de gratuidade, onde se trabalhou a questão da formação inicial continuada. Após algumas discussões feitas no CNE inclusive, há uma resolução do CNE sobre diretrizes de EPT que fala de 20% do curso técnico.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o curso técnico mínimo é de 800 horas. Trabalhou-se uma base de 160 horas como mínimo, que é 20% das 800, para garantir um padrão de qualidade mínimo de formação. Não as 20 horas ou as 40 horas de formação. E outra coisa que eu acho que é importante destacar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E qual é a sua visão profissional, não a do MEC, o que a senhora acha sobre isso?

A gente ter isso engessado facilita, melhora, amplia a acessibilidade de profissionais? Todas as profissões, ou todos os cursos técnicos realmente precisam de 160 horas? Eu posso fazer uma pergunta assim clara: eu sou da área de construção civil, você tem um pedreiro lá que tem já 10, 15, 20 anos no mercado, você tem uma nova tecnologia chegando, você não precisa ocupar as 160 horas...

A senhora acha que isso é impeditivo ou isso é a garantia mínima da qualidade desse curso ofertado?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Veja, o Pronatec não é a única ação de qualificação. Um curso de 40 horas, por exemplo, dentro de uma empresa onde o profissional já tem uma história e aquele curso é ofertado pode ter um resultado muito positivo.

O que a gente está dizendo é que, dentro da política, a gente trabalha com 160 horas como mínimo. Foi feito um trabalho de levantamento, a partir de um decreto, a partir de resoluções, da própria lei de criação, para estabelecer um padrão de qualidade financiável. Isso não quer dizer que não haja cursos de menor duração que tenham efeito, porque aí você vai ter que fazer uma avaliação de impacto do treinamento, que é outro elemento.

Agora, existe um outro trabalho que é importante, que é o do itinerário formativo. Por exemplo, eu tenho um curso que pode ser feito modular, onde eu tenha uma parte da formação e aquela pessoa saia com a certificação intermediária. Se ela fizer um complemento, ela vai agregando e a intenção do nosso instituto – que a gente está fazendo lá do itinerário, que a gente tenha uma contratação para isso, em relação a itinerário, de discussão e formatação – é que, por exemplo, o nosso ideal para o futuro é que o profissional que fizesse alguns cursos de FIC, por exemplo, ao final aquilo ali o creditasse para um técnico, quando ele fizesse um somatório, como se faz o aproveitamento de créditos por exemplo.

Hoje a gente tem um técnico que ele vai para um curso de tecnólogo ou um curso superior de bacharel e ele não faz aproveitamento do crédito num curso superior. Então, eu acho que isso é a discussão mais relevante, a gente trabalhar como é que esse itinerário de formação pode fazer um encarecimento ou uma trajetória profissional.

Acho que essa é a discussão que está de base nesse aspecto. Mais do que ser 160 horas, ou 200 horas, porque os FICs vão de 160 a 400 horas. Eles têm, dependendo da área de formação, do aprofundamento do curso, uma determinada variável.

Mas, mais do que isso, é o que estão agregando aquelas 160, aquelas 200, ou se ele pode fazer, como se faz... Por exemplo, nos países, o Lucchesi ressaltou a Finlândia... O profissional faz um encarecimento que necessariamente não descamba num bacharelado.

Eu fui à Finlândia em maio, eu estive nas escolas técnicas, eu estive com organizações de formação para a área técnica, e a gente tinha muitos profissionais lá extremamente qualificados e que não tinham curso superior, e que estão muito bem remunerados, fazem a sua vida, a da sua família e a sua trajetória sem necessariamente ter curso superior. Ou se têm, fazem uma pós-graduação na área técnica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o paradigma que a gente ainda não conseguiu quebrar no Brasil. A gente hoje tem uma cultura do bacharelado e a gente forma um bocado de bacharel para ficar desempregado. A verdade é essa. E a gente precisa trabalhar outro tipo de formação no País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Com a palavra o Dr. Rafael Lucchesi.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Bom, primeiro, é claro que o Pronatec é uma agenda de política pública e quem é protagonista dela é o Governo, no caso, o MEC.

E, nessas circunstâncias, no âmbito do Pronatec, o Senai entra como ofertante. Os demandantes são os atores de política pública, parceiros do MEC, ou as Secretarias de Educação, que se comportam, nesse caso, como demandantes. O Senai tem o mapa do emprego industrial, que é uma metodologia bem robusta de identificação da demanda, e está à disposição do MEC. É uma contribuição que nós podemos propiciar à agenda de política pública.

Seria desejável que se fizesse um mapa do emprego industrial tanto na indústria, quanto no comércio, quanto na agricultura, e você teria uma cobertura plena, muito mais do que uma bolsa de emprego. Ali há a metodologia das vinte principais agências que analisam as posições de investimento, e isso vai determinar o emprego futuro, bem como os microdados do BNDES e do IBGE. Então é uma base bem robusta de informação que está à disposição do Governo, que é protagonista de política pública.

Segunda coisa. O mercado regula várias coisas e o modelo do Alfred Marshall serve para regular várias coisas, mas, no mundo, educação profissional é uma agenda de política pública, com uma forte interação... Ou seja, há um apoio de recursos públicos, mas com uma forte interação com o mundo do emprego real, do chão de fábrica. Mas a gente vai estar criando aqui uma jabuticaba que é achar que vai ser o mercado que vai resolver isso.

Uma coisa que certamente não vai dar certo é remunerar esses cursos... É melhor você fazer uma boa metodologia, uma metodologia robusta com relação a isso, e já há "n" exemplos. O nosso próprio mapa do emprego industrial está à disposição desse debate, desse debate social. Mas é claro que você não vai ter nenhum parceiro sério que vai receber em função do emprego. Por que a gente não faz isso com o Fies? A regra é a mesma. Ou o critério para a universidade é diferente? Por que a gente não faz isso na distribuição de gastos públicos com relação à universidade?

Não estou propondo isso, acho que não funciona. Mas é só para a gente não estabelecer uma discussão com dois níveis, um nível superior, numa visão academicista, e um nível inferior numa visão em que isso não seja importante.

Então, é importante a gente ter atenção, aquilo que eu falei antes com toda a humildade, você colocar 2,5 bilhões por ano, para algo que é 83% do fluxo educacional não me parece pouco recurso quando a gente coloca 20 bilhões por ano só para Fies e nós só temos 17% dos jovens que fluem para a universidade. Há um claro desbalanceamento. Nós estamos mantendo uma lógica de uma agenda de desbalanceamento, que aprofunda um problema que nós temos.

Aí vou fazer uma advertência adicional, e aí vou para as 160 horas. Nós temos um gatilho demográfico, nós temos um grave problema de produtividade no Brasil. A produtividade está congelada há 40 anos.

Nós precisamos de quatro trabalhadores brasileiros para a produtividade de um trabalhador norte-americano. Nós temos baixa produtividade e certamente a educação profissional pode ser um forte impacto na melhoria da produtividade. É claro que quando você pensa uma agenda de política pública, pensando nessa taxonomia e pensando em outra economia, no caso do Heckman, é melhor eu colocar recurso no fluxo educacional de jovens de 15 a 17 anos, mas eu vou estar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virando de costas para os milhões que estão no desemprego e que precisam voltar ao mundo do trabalho ou para os outros tantos milhões que estão nos programas sociais.

Então é claro que você tem que estabelecer metodologias distintas, mesmo que seja um programa só, Senador, para integrar metodologias de avaliação de públicos distintos com condições de aprendizado e interesse distintos, porque eles têm uma lógica existencial distinta.

Vamos falar especificamente com relação ao Senai, por exemplo. Mesmo ele sendo um ofertante, então nós não definimos qual era o curso, nós temos um capital social muito grande de domínio sobre isso. Basta dizer o seguinte, não existe um empreendimento industrial que se instalou no Brasil que não teve a sua força de trabalho treinada e capacitada. Nós só conseguimos levar a indústria automobilística para diversas áreas do País, e isso só acontece no Brasil com a velocidade que foi... Eu estive em 2005 na Saxônia e o cara de lá da Saxônia, do governo da Saxônia: "Olha, investimento automobilístico na Alemanha vai ser aqui na Saxônia, porque nós temos cem anos de tradição industrial."

A Bahia não tinha nenhuma tradição industrial, e você sabe disso, na área automobilística e tem lá uma planta, como tem no Ceará, como tem no Pará. É o Senai que faz isso. Como quando você faz uma largada de um empreendimento da indústria de celulose em Anápolis, é o Senai que vai treinar e capacitar tudo isso.

A gente tem um domínio profundo de todas as necessidades da parte de uma planta industrial e sabemos onde dá, onde está isso. Pode ser utilizado apenas como uma informação, mas é claro que o Governo é o contratante, no caso do Pronatec, e ele que tem que incorporar essa metodologia, mas tem que buscar onde está essa melhor metodologia.

Do acordo de gratuidade, eu fui o negociador na época, do Sistema S, com o Ministro Fernando Haddad. Ele tinha a assessoria do Samuel Pessoa e de outros economistas de lá da FGV e colocaram que cursos de baixa duração não faziam diferença para o capital humano. E, obviamente, o único estudo que há no Brasil é do Ricardo Paes de Barros, como já falei, do Planfor, para curso de 20 horas, que são cursos walitas, completamente diferente para um curso a que você dá uma identidade profissional.

O Senai, consegue fazer um pedreiro de excelência na metade das 160 horas. Então a gente tem que ser duas vezes mais ineficiente, desperdiçar recursos públicos, para ele fazer uma prova, para ele fazer um exame rigoroso disso.

Se se consegue formar um pedreiro com a excelência do que o mercado precisa com 80 horas, não é pegar 20%. Só uma mágica! Isso foi, essa conta de 800 horas e 20% é uma mágica para encontrar um número mágico, porque havia um preconceito sobre fazer cursos de educação profissional.

Então a gente consegue formar um pedreiro ou um carpinteiro na metade das 160 horas. É a melhor alocação para os recursos públicos. Você vai ter uma inclusão social muito maior e vai dar oportunidade para muito mais gente. É só a gente retirar o preconceito que existe disso. E faz uma análise, faz um comitê técnico, chama empresários, chama especialistas e avalia se é real isso.

Não é meu interesse, eu poderia ficar quietinho aqui, para pagar 160 horas, mas, pensando como um brasileiro, é um desperdício. É um desperdício. E outra coisa, no Brasil hoje para cada pessoa conseguir um primeiro emprego, você tem sete pessoas que precisam ser retreinadas, porque o Alvin Toffler já tinha dito isso no início dos anos 60. O aprendizado é contínuo e ao longo da vida. As trajetórias tecnológicas se transformam muito dinamicamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um exemplo. Um eletricitista que tenha seus 45 anos, 50 anos. A empresa dele está-se automatizando. Ele não precisa fazer um novo curso de 160 horas, ele precisa aprender um módulo de automatização. O Senai faz isso em 80 horas.

Ele pode ser um torneiro mecânico, a mesma coisa. Ou ele precisa porque pelo novo regramento legislativo ao qual as empresas estão submetidas, um técnico precisa fazer um curso de saúde e segurança. Ele vai fazer um curso de 60 horas. Ou seja, por que a gente dá educação superior e o Pronatec, por exemplo, para requalificação dessas pessoas de baixa renda não poderia ter isso?

E há os itinerários formativos também. E os itinerários formativos, só na área da indústria, o Senai os fez. São 38 itinerários formativos que vão associar cursos técnicos com cursos de aperfeiçoamento, que são esses cursos de 60, 80 a 90 horas e que estão dentro de um conceito que existe no mundo inteiro, que é um conceito de *skills*, de competências; são competências-chave que estão no mundo do trabalho. Se na terceira revolução industrial, da indústria 3.0, nós fazíamos um curso de automação e ele era importante. No futuro vai ser superimportante, se a gente quiser participar da cadeia global de valor da indústria, fazer curso de digitalização, não a digitalização de digitador, mas de digitalização dos processos industriais que se transformam com *big data*, e isso vai ser necessário em cursos que certamente vão ser menores do que 160 horas.

Então, não tem aderência ao mundo real. Seria razoável um maior conhecimento dos processos industriais e do empacotamento das competências para definir essa modalização, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k. Então, queria só fazer o fechamento deste bloco. O Senai se coloca à disposição e vai fazer a oferta dessa metodologia da demanda. Portanto, se o senhor puder mandar para cá, para os nossos consultores darem uma olhada, e para o MEC...

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – É só marcar uma agenda. A gente discute o documento e o levantamento... É só marcar uma agenda com a Setec.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, vamos marcar um dia. Podemos aproveitar este grupo e você fazer uma apresentação e disponibilizar esse mapa de demanda, para que possamos estabelecer essa metodologia mínima para que todos os ministérios... Seria bom, não é, Dr. Almir? Acho que isso seria uma grande conquista.

A outra questão que surge aqui deste debate é a de um grupo de avaliação de cursos. Não sei se uma avaliação com credenciamento desses cursos... Fazer um grupo de avaliação para que possa cancelar se aquele curso realmente necessita de 160, se precisa de menos ou precisa de mais, sem perder esse olhar do itinerário formativo...

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – O senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Permito. Só para a gente ir fechando algumas questões sobre as quais os nossos técnicos estão... Como diz o Senador Garibaldi, os universitários estão aqui nos assessorando com grande competência. Na verdade, aqui não são universitários, são todos mestres. A equipe da Casa tem uma qualificação que surpreende a todos que chegam. Quero dizer que fico muito feliz por poder conviver com vocês. Tenho aprendido muito como Senador, como pessoa e como profissional.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Eu queria só fazer um comentário sobre a questão das 160 horas, porque realmente gera uma polêmica. Eu acho que "a César o que é de César". O Pronatec não vai dar conta de todas as qualificações profissional do Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quando uma indústria resolve dar um curso de 40 horas para o seu profissional, porque entende que ele precisa se aperfeiçoar em um aspecto específico, isso é papel de o empregador fazer. O Pronatec está atrelado a uma política, então acho que é importante a gente começar a separar também um pouco as coisas

Agora, eu concordo que é importante um estudo. Por exemplo, essa questão da obrigatoriedade de horas também tem uma relação com o Cadastro Brasileiro de Ocupação. Não estamos dissociados de outros elementos que são da responsabilidade do Ministério do Trabalho, por exemplo.

Então, para fazer uma desmontagem dessas horas, precisa-se, de fato, mergulhar, até porque não são 160 horas num curso só. Eu tenho treze eixos de formação técnica no Brasil. Quer dizer que são 160 horas. Eu tenho o curso a, b, c, d e e, como eu tenho o de quatrocentas, como eu tenho o de duzentas. Então, acho que é importante colocar que é um leque muito grande. Não é só da área industrial o curso. Ele tem na área industrial, comércio. Tem várias outras áreas que estão envolvidas, como saúde, e assim por diante, como é também o trabalho da qualificação do desemprego. Existe um trabalho com o Ministério do Trabalho, já realizado, em que ele nos demanda qualificação para o seguro-desemprego.

Ou seja, são várias formas de...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Agora, exemplo, sobre essa questão do seguro-desemprego, o resultado levantado pelo TCU foi absolutamente inócuo.

De todo o projeto, pelo menos o que ficou claro foi que a intenção foi muito boa, pelo menos o resultado...

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – É que não foi.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O resultado não foi.

Então, o que a gente precisa – só uma coisa, doutora –, independente do olhar para trás, por isso que estou querendo olhar para frente, é que há uma solicitação do Ministério do Trabalho, que eu acho justa.

Acho que ofertar capacitação com aquele recorte que foi feito, com trabalhador que, nos últimos dez anos, tiveram três vezes a solicitação do seguro-desemprego realizada, ele só poderia ter acesso caso tivesse realizado o curso. Mas, muitas vezes, no local, não havia o curso que ele queria. Criava um...

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Ele era direcionado para um curso que não tinha nada a ver com a área dele de formação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Que não tinha nada a ver.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – E aí a gente precisa direcionar para o curso que tenha a ver com trajetória profissional dele ou o projeto que ele vai desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E se há oferta.

Então, assim, aproveitando – e já passando para o outro ponto –, uma das coisas que ficou clara aqui foi o embate sobre os indicadores de evasão.

Então, a evasão do Pronatec constitui-se em uma variável importante a ser observada, não apenas pelos ofertantes, mas por todos os envolvidos no programa, uma vez que representa desperdício de recursos financeiros e humanos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar que ficou muito clara a própria intenção de atrair aquele trabalhador que, por muito tempo, não mais estava frequentando a sala de aula. Quando você tem um problema ao convidá-lo e ele não sabe realmente o que ele vai enfrentar, este momento pode gerar uma frustração enorme para ele, porque ele começa um curso, e ele não foi nivelado para acompanhar aquele curso. Isso cria uma frustração que, na verdade, é também um custo social enorme. Estabelece-se uma perda muito grande que é a vontade de o trabalhador se capacitar, entender que a capacitação vai dar a ele a oportunidade, não necessariamente a certeza de que irá encontrar o seu emprego.

Mas o fato é que, do ponto de vista dos ofertantes, quais os principais fatores que levam à evasão do programa, como são esses indicadores de evasão com que cada instituição trabalha e como são calculados os indicadores de evasão pela instituição.

Eu queria sugerir que o nosso Lucas Ferreiras, do Ipea, pudesse iniciar esse debate.

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Bom, esse foi um tópico que foi abordado bastante na última reunião.

Só para um esclarecimento. O nosso estudo não focou especificamente sobre evasão, na verdade, era sobre uma tabela do estudo. A grande dificuldade é saber duas coisas. Acho que seria muito importante a gente conseguir, a partir do Sistec, levantar duas informações.

Primeiro: quantas horas foram cursadas por cada aluno, de fato. Então, se a gente conseguisse obter, ao nível do microdado, quantas horas foram cursadas por aluno, é importante não só pela evasão, mas também para a gente fazer um efeito de tratamento dosagem.

Então, pode ser que o cara faça 50% do curso. Isso já tem impacto sobre empregabilidade. Apesar dele não ter a chancela de que ele completou o curso. Então, isso vai ser muito importante para a gente refinar as estimativas dessa avaliação do programa.

Outra coisa muito importante que também deriva disso é qual foi o valor pago por aluno, que é uma informação muito importante.

O dado de que, em geral, eram R\$10 pagos por hora, por aluno, então, quanto foi pago para cada aluno, do aluno que fez 50%? Se tiver o número de horas cursadas por aluno, a gente consegue mais ou menos estimar, mas isso permitiria a gente refazer as contas dos grandes números para ver se chega a esse valor.

Como, na última reunião, o Geraldo falou que as prestações de contas, na verdade, só foram feitas em 2016, os dados que a gente recebeu eram anteriores e não temos essas informações.

Então, seria muito importante, se possível, a gente receber essas informações do MEC ou dos provedores principais provedores, para a gente poder calcular exatamente... Separar essa questão, porque realmente o nosso estudo não tratou separadamente a evasão remunerada da evasão não remunerada. Remunerada é: a pessoa cursou mais de 20% do curso e nos 21% aquele curso passava ser remunerado. Então, seria importante a gente calcular isso.

Agora, não quer dizer que a evasão não remunerada não seja importante, porque você pegou uma pessoa, convenceu-a de ir até uma escola, ela se inscreveu, ela teve o trabalho, nesse espírito de emancipação das pessoas, de trazê-las de volta para o mercado de trabalho, para as oportunidades. Ela chegou lá e, talvez por algum motivo, ela encontrou um curso que ela não tinha capacidade de acompanhar ou alguma coisa, e aí ela acabou evadindo, o que é uma grande decepção para uma pessoa que você estava querendo era resgatar. Então, é importante ter primeiro essas informações para poder esclarecer esse debate. Vamos calcular direitinho como foi a evasão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que a gente comentou foram aqueles testes de nivelamento no início do curso, para fazer com que as pessoas entrem no curso que está de acordo com, dado o nível prévio dele, o que ele vai ter condição de acompanhar. Acho que isso também pode ser um fator que vai ajudar a reduzir muito a evasão dos cursos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Drª Eline, a senhora pode colocar alguma questão?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Eu acho que é possível a gente trabalhar com esses dados. Há uma equipe dentro do MEC trabalhando com *big data*. Estou brincando com o programa, na verdade.

Eu levantei algumas informações.

Eu peguei um caso. Peguei o CPF de uma aluna e tive curiosidade de olhar. Nesse CPF observei o seguinte: essa aluna fez vários FICs na área de moda e na área de gestão. Eu olhando a trajetória dela nos FICs, comecei a fazer algumas inferências: é provável que essa menina queira fazer um trabalho na área de moda e queira montar o próprio negócio. Você olhava mesmo o que ela estava fazendo: ela estava fazendo um curso de moda e um curso de gestão, como se ela fosse ser empreendedora. Você via muito claramente o que estava...Logicamente, que isso é uma inferência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É lógico.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Não fui até a aluna perguntar, mas, pela lógica do que ela estava cursando, você começava a pensar o que estava sendo o resultado para ela.

Então, pelo CPF, a gente consegue. Logicamente que a gente tem um resguardo dessas informações, em termos individuais. Mas dá para a gente fazer um trabalho bem interessante desse levantamento. Eu acho que é importante começar a fazer esses recortes.

Entendo perfeitamente a sua fala quando você diz da questão do aluno que se evade antes dos 20%. Eu não estava na época, quando foi estabelecida a regra dos 20%, mas entendo do equilíbrio econômico da instituição que está ofertando. Você trabalha com uma turma cheia e, a partir de um certo momento, você não consegue mais repor aquele aluno, porque ele não pega mais o fio da meada do curso. Então, tenho que garantir que aquela turma se pague. Então, entendo a lógica econômica dos 20%.

O cuidado que a gente tem que ter é que, depois dos 20%, não pago mais assistência estudantil. Esse é o cuidado que eu tenho que ter, porque aquele aluno não existe mais para receber assistência estudantil. Tenho que pagar só o valor da aula.

Acho que esse é um outro aspecto relevante.

Eu era – estou afastada – voluntária em um projeto social de qualificação profissional, antes de vir para o MEC. Sou diretora pedagógica de uma ONG de qualificação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade. A gente tinha um indicador que era de evasão, para quando o aluno desistia do programa. Era um ano de qualificação que ele passava lá, todas as manhãs. Ele fazia ensino médio à tarde ou à noite, na sua escola regular, e essa instituição era ofertada gratuitamente. Ele não pagava nada. Ela é bancada por doações e projetos. Ele passava todas as manhãs lá com a gente. E a gente conseguiu identificar essa questão da evasão e começou a observar que tinha alguns alunos que saíam durante o curso, às vezes, na metade do curso, porque eles eram empregados.

Então, a gente criou dois indicadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um que era evasão e o outro que nós começamos a chamar de desligamento. Eu não considerava mais aquele menino um evadido, quando ele estava dentro de um emprego. Ele tinha sido empregado na área para qual nós o estávamos qualificando. Ele ia complementar a sua qualificação dentro da empresa.

Então, a gente considerava dois indicadores aí: o aluno que a gente perdia, de fato. Como, por exemplo, eu tive um aluno que deixou de frequentar a aula porque ia ganhar R\$10 por semana, na feira, trabalhando com o pai. Essa é evasão para mim. A gente teve que ir lá e fazer um trabalho que a MDCA faz. As coordenadoras foram para resgatar o menino. A gente conseguiu resgatá-lo dentro do projeto. Então, essa é a evasão.

Acho que existem alguns indicadores sobre os quais a gente tinha que começar a pensar. Quando eu perco o aluno da qualificação, mas ele está indo para uma trajetória profissional que é aquela rota, será que isso é evasão? Acho que é uma pergunta que vale a pena fazer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, se a gente puder, aproveitando as duas falas, tirar indicadores, isso facilitaria também para o Tribunal de Contas fazer o acompanhamento.

Se a gente tirar aqui... Nós vamos buscar, nesses microdados, estabelecer para o futuro a evasão na não remunerada; e, depois, dentro da evasão não remunerada, como a senhora colocou, a evasão de fato; e um outro tipo de qualificação dessa evasão, quando esse estudante vai já ao encontro do trabalho. Ou seja, ele sai já para a função que é o objetivo que o Pronatec deseja, que é a empregabilidade, e talvez não usar o termo evasão, talvez usar outro termo.

Mas será que nós poderíamos avançar e criar pelo menos esses três indicadores aqui, mínimos? É possível a gente colocar isso?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Nós estamos com agenda já com o Ipea. Marcamos com eles para mergulharmos nos estudos e fazermos algumas discussões.

Então, a gente tem uma reunião daqui a duas semanas. Já marcado na Setec para a gente trabalhar um pouco esses dados, fazer um aprimoramento dessas questões e levantar o que a gente pode melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Aproveitando aqui a presença do Senai, da CNI, como é que você faz esse acompanhamento lá, Luchesi?

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Nós temos um sistema de gestão escolar com todos os dados. Nós nunca tivemos aluno Pronatec, nós tivemos alunos Senai. Então, a gente nunca estabeleceu um enturmamento apenas Pronatec, nós sempre fazemos um enturmamento misto.

O Senai é a instituição que mais treina e capacita pessoas com deficiência no Brasil, mais de 60% dos jovens, com deficiência no Brasil, são treinados e capacitados no Senai. Eu tenho turmas mistas, o material didático pode até ser diferente, mas eu tenho turmas mistas.

Bem como nós temos um trabalho social extremamente importante para pessoas que estão cumprindo penas, são apenadas. E eles não são alunos de turmas exclusivas. O diretor sabe – porque pode ter algum problema –, mas ninguém na turma sabe da circunstância daquele aluno.

Deixando claro, o Senai é uma organização que tem um modelo de funcionamento que faz educação profissional há 75 anos. É claro que o governo passado usou como propaganda, no Pronatec, o que estava no âmbito do acordo de gratuidade, apenas por uma questão de propaganda, não está normatizado na lei do Pronatec, não está normatizado em canto nenhum. Isto está normatizado no regimento interno do Senai. Então, isso pode ser utilizado apenas por uma liberalidade de propaganda, mas não tem regramento jurídico nenhum, a não ser o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento dessa gratuidade. É uma metodologia definida entre as partes e que cumpre ao MEC acompanhar.

Nós fazemos um sistema rigoroso de acompanhamento com relação a isso. O aluno, que é voluntário, ou seja, o aluno que está lá fazendo o curso do Senai tem a sua vida transformada pelo efeito renda que ele vai ter de empregabilidade.

Então, não há nenhum tipo de vandalização da escola e a evasão é quase um traço, é muito pequena. Existem alguns lugares que têm mais problemas...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Mas a diferença você percebe diferença entre evasão não remunerada e a remunerada?

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Tem diferença.

Veja só, o que está se chamando de não remunerada é com recursos...

Com quê?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Os 20% iniciais.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Ah, os 20%.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Vocês têm esse controle?

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Talvez o Felipe saiba melhor falar sobre isso. Eu não sei. Eu estava captando de outra forma.

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – Como a gente não... O nosso processo de seleção, quando não é Pronatec, acaba que não existe um terceiro selecionando. É um ato voluntário do jovem procurar o Senai e participar do processo seletivo.

O SR. RAFAEL LUCCHESI (*Fora do microfone.*) – A evasão é mínima.

O SR. FELIPE ESTEVES PINTO MORGADO – Então, acaba que não necessita dessa diferenciação, até 20%, porque não houve um esforço de inserção, como existe na política pública, o esforço de inserção. É um processo voluntário dos alunos.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Agora, seria importante, Senador, só para deixar claro e a gente vai ter que estabelecer ambições distintas – o Felipe pode ter esses dados –, os diretores na ponta tinham isso muito claro, os alunos dos programas sociais tinham um índice maior de evasão e descontinuidade. Por quê? São pessoas que têm dificuldade de aprendizado, de acompanhar o curso.

Então, é óbvio que você, nesse caso, vai ter que mitigar as suas ambições. É claro, isso está na literatura também, você pegar um aluno, que está no ensino médio, e ajustá-lo – o Heckman diz isso, entre outros estudiosos – para a educação profissional, ele vai ter um nível de aproveitamento seguramente superior, na média, a uma pessoa que já se afastou do processo de aprendizagem e que tem baixa escolaridade.

No Brasil, nós temos 25% da população com analfabetismo funcional. Então, é óbvio que as ambições têm que ser mitigadas.

Só um último comentário.

É claro que as empresas no Brasil, hoje, colocam entre 3% a 5% do seu faturamento para treinar e requalificar a sua força de trabalho, e é claro que esse número caiu muito porque, há três anos, a Receita Federal estabeleceu uma cunha fiscal em cima disso. Sob o pretexto de que altos executivos tinham salários indiretos, ela prejudicou a sociedade brasileira como um todo. Então, minimizou fortemente o esforço das empresas em fazer isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que as empresas podem fazer isso e elas vão fazer isso mais fortemente em uma condição de pleno emprego. Em uma condição como a que nós temos hoje, de 14 milhões de desempregados no Brasil, que é o que acontece hoje, ela vai desligar e vai fazer, obviamente, um Pareto, e normalmente ela vai desligar essa pessoa e pegar uma pessoa pronta no mercado, que já tem aquela qualificação.

Se você pensar como ente público, o custo social desse desemprego associado ao próprio seguro-desemprego e às outras formas de drama social envolvido, é claro que é muito mais barato, muito mais razoável, do ponto de vista de eficácia e eficiência na agenda de política pública, você flexibilizar com a lógica de mercado e a lógica de manter a pessoa empregada. E, é claro, como os requisitos de formação do mercado se transformam ao longo do tempo, é razoável que aquela pessoa, que detém aquela qualificação, precise de *inputs* de tempos em tempos para essa requalificação.

Então, se você pensar em uma otimização, do ponto de vista da lógica, da agenda de política pública, seguramente é muito mais barato você flexibilizar isso. Mas essa é uma discussão que a gente pode estabelecer de correlação e ver a eficácia do gasto público, pensando apenas como uma agenda de política pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, é fato que a gente precisa – só para fechar.

Você vê que há um vazio muito claro em relação a como fazer o acompanhamento de um indicador tão importante como a evasão.

Esse, talvez, seja um indicador mais universal, é o mínimo que qualifica para que nós possamos construir. Em uma evolução, a gente precisa ter, pelo menos, colocado para todos os ofertantes, como é que será avaliada essa evasão do Pronatec. Porque, imagine, a gente gastar R\$10 bilhões. É pouco? É muito? Hoje em dia é muito. R\$10 bilhões...

Só um minutinho porque vou passar para você já fazendo uma outra pergunta.

Mas o fato é, se a gente não tiver esse mínimo indicador que nos qualifique, que unifique todas essas bases de ofertantes, mesmo que amanhã a gente saiba que os indicadores de evasão de um programa específico para uma oferta qualificada para questões sociais são diferentes do que os voltados para a empregabilidade – é óbvio que sempre tem que haver esse olhar –, mas se a gente não tiver, no passar do tempo, esse desempenho desse indicador, é óbvio que nós nunca vamos conseguir controlar. Esse é o mínimo para que amanhã a gente possa controlar a qualidade, a gente precisa iniciar pela quantidade para que a gente possa, depois, melhorar a qualidade.

Então, eu quero que fique registrada essa questão também para que a gente possa ter esse parâmetro mínimo para os nossos ofertantes, de que tipo de evasão será olhado e, com isso também, facilitar a vida da sociedade que quer fazer a fiscalização da política pública, como, também, dos nossos tribunais de contas, com as nossas instituições de controle, que terão mais facilidade para poder qualificar esse gasto público.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ainda evasão?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – É só um comentário sobre evasão.

Temos os dados em números, o que a gente precisa ter é por que a evasão acontece. Ela tem vários fatores.

Então, por exemplo, quando a gente colocou no documento...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Doutora, perdoe-me, mas esses números não chegaram.

Deixa eu voltar, porque senão a gente vai ficar...

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – A questão numérica é possível de ser fechada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ela é possível, mas não tenho hoje.

O Tribunal de Contas não tem; os ofertantes, se têm, cada um tem o seu, e no relatório final não há.

Então, infelizmente, a senhora pode até achar, perdoe-me, que pode ter, mas, hoje... Principalmente quando a gente começa a ver que você tem possibilidade de ter diversos indicadores de evasão, a senhora está colocando até um outro olhar que também precisa ser incluído, esse olhar da pessoa que evade, mas para ir para o trabalho, esses indicadores não existem, no mundo real eles não existem, podem existir nas intenções.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Vocês tiraram os dados de evasão de onde?

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Posso fazer um comentário sobre isso?

Bom, primeiro, a gente tem lá no Sistec os dados de evasão e de quem completou o curso. Se a gente conseguisse adicionar essas informações às horas cursadas para cada aluno, a gente conseguiria...

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Porque os dados existem, ele pegou do Sistec, os dados de evasão existem.

O que estou querendo colocar em relação à evasão é que têm algumas práticas que a gente precisa qualificar. Por exemplo, quais as razões da evasão? Segundo, o que a gente faz, *a priori*, para reduzir a evasão. Por exemplo, quando a gente fez no MedioTec, a gente quer que as Secretarias de Estados façam um seminário de profissões, isso é uma forma de mitigar evasão, porque eu quero que o jovem vá para o curso sabendo o que ele vai fazer.

A gente vê que quando o jovem tem uma escolha mais assertiva da sua profissão, isso reverte no seu engajamento no curso.

Então, existem algumas ações que têm que ser feitas, *a priori*, para trabalhar isso, além da qualidade da instituição, obviamente, e de outros fatores sociais. Eu tenho alunos que evadem porque... Esse caso que eu lhe falei, do menino que ia trabalhar na feira com o pai, é um fator de evasão, mais imediato.

Acho que números a gente tem que ter e a gente tem que qualificar a razão da evasão, porque ele está saindo da escola. É porque a gente não fez um trabalho *a priori* ou porque ele há outros fatores que ao longo do curso estão acontecendo? Esse, eu acho, que é um elemento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu vou aproveitar já e passar...

É um elemento e há várias questões, quer dizer, quando a gente vem trabalhando desde a questão da demanda, a gente vem respondendo a isso. Se você não tem uma demanda bem feita, é óbvio que você tem uma evasão maior. Então, a gente está tentando encontrar isso. Agora, a gente precisa ter um indicador que nos coloque todos na mesma página, porque senão não adianta. Vai todo mundo chegar aqui e dizer porque não fez, mas a gente não vai saber o quanto não fez.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa quantificar e qualificar. A qualificação, na teoria, está certa, agora, a questão da quantificação é que precisa olhar. E aí ótimo que a gente possa, através do Ipea, pegar esses dados, esses microdados, e estabelecer isso.

Mas eu queria aproveitar e já passar à frente, por causa até do adiantado da hora.

A senhora já estourou o horário.

Aproveitando a pergunta quatro, eu queria ir logo para o final.

Qual é a sua posição, com o olhar da instituição, sobre a realização de cursos preparatórios ou de nivelamento? Já que há um desnivelamento dos perfis laborais e educacionais dos alunos e sabemos, aqui, todos, que há uma influência em relação a isso, será que isso é positivo? É negativo? É possível dentro das 160 horas? Como a senhora vê essa questão sobre cursos preparatórios ou de nivelamento?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Acho que a pergunta envolve um elemento mais complexo que é o da educação básica no Brasil. Mais do que o curso de nivelamento, a gente tem uma lacuna, acho que da educação de uma maneira geral, que impacta na forma como esse jovem ou esse já trabalhador chega para ser qualificado. Então, muitas vezes a gente tem uma pessoa que está fazendo uma qualificação profissional que tem uma dificuldade de partida, que é a dificuldade de entender Português e Matemática. A gente está vendo o resultado do Brasil.

Então, a gente sabe que o nosso estudante hoje tem uma dificuldade de interpretar texto. Se ele não interpreta o texto, como ele vai fazer uma qualificação bem feita? Então, acho que o nosso trabalho é muito mais de base em relação ao nivelamento. Logicamente que há vários fatores que podem ajudar o aluno.

Por exemplo, eu estava conversando com o Secretário Municipal de Educação e eles estão fazendo um trabalho com o ensino fundamental do aluno do 9º ano sobre a questão da preparação desse aluno para o ensino médio e de alguns projetos na área técnica, eles já estão fazendo. Isso vai gerar um aluno muito mais preparado para ir, de repente, para o ensino médio e para um técnico.

A própria reforma do ensino médio vai trazer uma série de desafios de melhoria de estudo de educação, e acho que rebate na questão da inflexão que o Lucas levanta aqui. Acho que a gente vai começar a caminhar numa demanda maior de formação técnica no País a partir da própria reforma do ensino médio. E a gente tem um trabalho que é muito grande, que é de arquitetura desse processo – que aí envolve o MEC como um todo e os Estados de maneira geral, todos os Estados – e também a questão da própria divulgação das carreiras técnicas que, no Brasil, ainda é muito pouco conhecida.

Vou lhe dar um exemplo do MedioTec que a gente fez agora. A gente fez a oferta com o mapa da demanda, da empregabilidade. Tenho aqui, na Ceilândia, uma escola que é muito conhecida pela formação de técnico em saúde. E eu não tenho, tive um *overbooking* de mil e tantos alunos querendo fazer esse curso, aqui do lado da gente. Não oferei essas mil e tantas vagas. Por quê? Por que esses mil e tantos alunos vão entrar no curso, vão fazer o curso e não vão ter onde trabalhar. Então, não adianta porque a população conhece mais aquele curso, porque aquela escola é bem conceituada na comunidade, porque os meninos sabem o que é aquela profissão, aí eu tenho um *overbooking* de demanda ali.

Então, não adianta eu fazer uma oferta que eu não consiga, pelo menos não financiada, quer dizer, o direito de escolher sua profissão é de cada um, mas, pelo menos financiada através do programa, com base na política, não posso fazer uma oferta em que eu desconsidere esses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elementos. Acho que a gente tem que trabalhar também outros cursos que os jovens não conhecem e eles precisam conhecer.

Bom, nivelamento acho que pode ser feito...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Desculpe-me.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – ... acho que a gente tem que trabalhar como é que a gente prepara, de fato, esse profissional ou esse jovem, pelo menos estou falando mais dos jovens, porque, quando a gente fala dos profissionais que já estão... Por exemplo, que o Senai atende. Eles atendem um profissional que já está no mundo do trabalho e ele vai uma qualificação. A grande maioria do seu público – corrija-me, Lucas, se estiver errada – a maioria do seu público já é profissional e vai fazer uma qualificação para se aperfeiçoar. Então, ele já está com uma partida grande. Não?

O SR. RAFAEL LUCCHESI (*Fora do microfone.*) – Nós temos as duas coisas.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Há pessoas que chegam zeradas, chegam para vocês zeradas.

O SR. RAFAEL LUCCHESI (*Fora do microfone.*) – É aquela história, depende do tamanho dos institutos federais de educação e cursos técnicos, só para você ter uma ideia do tamanho. Então, tudo que o Governo Federal faz em educação técnica, o Senai faz igual, com a mesma dimensão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Agora, aproveitando essa fala, será que o curso a distância não poderia cumprir essa lacuna dessa base, desse curso de nivelamento? Porque, não é uma proposta que fique para todos que entram, mas alguns cursos específicos que talvez necessitem de uma qualidade e de um nivelamento maior.

Então, até acho que o EaD pode cumprir essa função de estabelecer: "Olha, para que você faça isso, você tem que ter essa condição mínima, e para essa condição mínima você vai ter que ir até o curso a distância." E automaticamente essa pessoa já estaria matriculada. É só uma sugestão.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – A gente tem vários cursos na área de educação a distância que necessariamente não são cursos técnicos e que eles estão com material já inclusive hospedado no Instituto Federal do Ceará. A gente está num trabalho de desenvolvimento com a RNP para disponibilizar uma base melhor para a gente poder colocar esse material e isso é ofertado nos polos de educação à distância hoje.

Acho que é possível, já é feito, num certo nível, não como uma política, como algo institucional, mas já é feito e existe muito material sendo já preparado ou já feito para essa área de cursos que não são necessariamente os nossos FICs, que trabalhariam de uma maneira mais dentro do programa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Lucas.

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Bom, não sou ofertante, mas, olhando os números de evasão, acho que uma boa parte é causada – até por falas na sessão anterior – por uma incapacidade de o aluno acompanhar o conteúdo do curso que, às vezes, é muito técnico.

Então, nesses casos, acho que, sim, seria bom você ter cursos de nivelamento para trazer a pessoa, melhorar as habilidades básicas, mais gerais, para que ela tenha condição de acompanhar o curso.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – É. A gente pode levantar um pouco isso dentro dos institutos federais, acho que é importante, porque os institutos têm uma ação da área de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extensão. E nessa área de extensão, eles também ofertam alguns cursos para a comunidade, e isso ajuda inclusive na própria inserção depois dentro da própria instituição. Às vezes, você começa... O público, às vezes, chega, a partir de uma extensão que ele faz, em que ele tem uma qualificação mínima, um curso ofertado, ou alguma palestra, ou alguma coisa mais básica e, aí, de repente, isso gera uma demanda para o próprio instituto.

Então, existe já ações sendo feitas, que não são necessariamente dentro do programa, mas que acontecem dentro da rede de ensino técnico.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Dr. Almir, por favor, para comentar.

O SR. ALMIR MENEZES – Então, lincando isso com a questão da evasão também. A primeira coisa, acho que é uma oportunidade excelente, acho que, no fundo, no fundo, estamos aqui tratando – e entendo a sua insistência, Senador, na questão de ter os números e sem isso não dá para avançar – de profissionalizarmos a forma de fazer política pública. Entendo, nesse sentido.

Então: "Ah, vamos discutir quais são as razões da evasão?" Sim, depois que a gente souber o tamanho dela, onde ela está, onde ela está acontecendo, etc.

Aí, depois disso, vamos ter que fazer estudos específicos para identificarmos as causas, sem achismo, porque a história da política pública no Brasil é por meio de achismo. Você descontinua ou continua um programa em função de... Sei lá, alguém teve uma iluminação e chega lá e descontinua ou não. Então, está na hora de colocar números. Essa é a primeira coisa.

Então, assim, quais são as causas da evasão? Uma vez que você sabe o tamanho da evasão, você pode elaborar estudos específicos para identificar quais são as causas. E, na hora de pensar em soluções para as causas – e aí eu volto para essa questão do curso de nivelamento –, isso tem que ser feito com cuidado, porque pode ter efeitos colaterais, pode ter efeitos reversos. Então, é necessário, você pode ter bons casos, pode ser que funcione. Mas, por que não fazer isso de maneira testada? Por que não, no lugar de simplesmente falar assim, como se fosse a invenção da roda, e gastar milhões do escasso recurso do programa na aplicação de teste de nivelamento de pronto, você não faz um teste? Testa em alguns casos, controladamente, veja se tem resultado, aí, depois, você expande para o programa?

Está na hora de profissionalizar a política, não dá mais para ficar gastando do jeito que a gente quer. A gente gasta do jeito que a gente quer quando é dinheiro do outro. Quando é o nosso – estou fazendo aqui o papel do Tribunal de Contas –, a gente tem mais cuidado com ele. Então, está na hora de o dinheiro público ser visto como nosso e tratarmos dele com mais cuidado.

Então, vamos testar, vamos fazer. Tem uma ideia de solução? Então vamos testar, testar num grupo, ver como funciona. A ideia do colega – desculpe, esqueci o nome – Vinícius: "Ah, vamos partir para uma precificação, uma premiação, vamos deixar o mercado regular isso." Não deixa de ser uma boa ideia, mas vamos fazer isso, vamos testar, vamos fazer isso num grupo e vamos ver o que acontece, quais são os resultados. Se der certo, vamos ver se é possível generalizar, em que medida, em que ritmo isso pode ser feito. Não dá para simplesmente sair mudando as coisas da forma como as coisas estão sendo feitas.

A mesma questão, volto para as 160 horas. As 160 horas são suficientes ou não? Por que não fazer alguns pilotos e testar? Já há casos concretos do Senai. E se aplicaria também a questão do Pronatec, no sentido mais geral, do Bolsa-Formação. Por que não testar? Por que não fazer um piloto e ver como isso se comporta? Isso vale, por exemplo, uma questão que não está sendo discutida aqui, mas é importantíssima, que é a questão das dez horas, do valor da hora. A gente não enfrentou isso diretamente, mas há cursos de naturezas diferentes; 25% dos cursos do Bolsa-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Formação são cursos de gestão em negócios. E os cursos técnicos na área de indústria, na área de agricultura, na área de saúde, etc., para os quais você precisa de gastos maiores? Será que o modelo linear de dez horas é o mais adequado?

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Não é linear, não.

O SR. ALMIR MENEZES – É basicamente linear.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Ele é o teto. R\$10 é o teto. Ele não é linear, não. Ele vai de R\$4,50, na EaD, a R\$10.

O SR. ALMIR MENEZES – Na verdade, ele é linear no presencial e ele vale para todos os casos da pactuação. Só não vale para os casos de cursos técnicos lá que eram negociados no Sisutec, aí você tinha outras variações. Mas, no caso dos cursos Bolsa-Formação e pactuação, é linear, R\$10 a hora.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – É o Sistema S que é R\$10 a hora.

O SR. ALMIR MENEZES – Não, é geral e vale inclusive para os institutos federais, para as redes estaduais, e para os repasses. Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ou seja, você está...

O SR. ALMIR MENEZES – Essa é outra questão que deveria ser...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É uma questão também que deve ser avaliada.

O SR. ALMIR MENEZES – Avaliada, porque tem a ver, pensando na questão do mercado...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Com os resultados.

O SR. ALMIR MENEZES – Ora, se eu posso oferecer um curso de gestão por R\$10 a hora, porque eu vou oferecer um curso de mecatrônica? Eu vou oferecer o de gestão. Não é à toa que você tem 25% dos cursos de gestão.

Se você pegar todos os cursos do Pronatec, 25% do total de vagas estão nos cursos de gestão. Num País que precisa urgentemente de produtividade, você trabalhar só com gestão? Há alguma coisa a ser estudada.

Então eu volto à observação de que a gente precisa profissionalizar a forma de fazer política. E a forma de fazer isso, eu estou vendo com muito bons olhos essa aproximação, por exemplo, do Ipea, especificamente do Lucas com a Setec, com essa oportunidade de transformar esses dados em indicadores. Porque uma coisa é ter os dados, e a gente viu que eles precisam inclusive de melhorar a qualidade deles; outra coisa é você ter indicadores. E mais, usar esses indicadores nas tomadas de decisões da política. É isso que precisa ser aperfeiçoado.

Então, concordo plenamente com o Senador. É preciso transformar isso em indicadores. E não dá para você ter uma política como o Pronatec, que tem como principal e praticamente único indicador o número de matrículas. Você precisa ter evasão, você precisa ter outros indicadores, e isso tem que estar disponível inclusive para a sociedade.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Eu queria só responder ao Dr. Almir que eu concordo com ele. Eu acho que é importante, fundamental que a gente tenha as melhorias. Eu entendo que a gente não consegue dar conta das melhorias em um único momento. Elas têm que ser incrementais. A gente vai melhorando.

Por exemplo, em 2016, a gente já não repassou alguns recursos, fez encontro de contas. No MedioTec a gente já está com um formato de o aluno poder fazer uma avaliação via aplicativo, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está desenvolvendo isso para ver se consegue implementar, para que ele diga como é que a escola está atuando, já resgatou as avaliações passadas para poder fazer novas avaliações de monitoramento das escolas com alguns elementos. Então, quer dizer, isso são elementos que a gente precisa.

E eu entendo a sua preocupação com a questão do piloto. Por exemplo, é uma das coisas que a gente está fazendo com o MDIC agora. A gente está fazendo um trabalho do socioemocional, porque eles fizeram um piloto, vão nos apresentar o resultado para a gente poder implementar um piloto do socioemocional em alguns cursos. Eles escolheram algumas áreas em que eles poderiam ter uma atuação mais direta, e a gente precisa testar isso.

Então não dá para fazer grandes mudanças sem a gente ter os dados organizados e analisados. Não se faz gestão sem ter número. Estou de pleno acordo. Eu acho que a gente tem muito que trabalhar aí.

Agora, leva um tempo para a gente conseguir implementar, num programa dessa magnitude, essas melhorias incrementais. A gente vai fazendo. Logicamente vai levar um tempo, até para poder ter o resultado para analisar. O que a gente fez deu certo mesmo? A gente está indo no caminho certo? Estou de acordo.

E o valor/hora, eu acho que a gente precisa trabalhar a questão do valor/hora/eixo, que é um elemento importante, porque o curso da área de gestão só precisa de uma sala de aula com computador, professor e alguns materiais didáticos. Um curso de mecânica vai exigir um laboratório, equipamentos caros, não é? Eu fui visitar um instituto federal que tinha área de segurança. Havia um equipamento que só aquele equipamento custava R\$200 mil. Então é óbvio que é muito mais caro montar um curso desse e você estruturar essa aula do que estruturar uma aula na área de gestão. A gente sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só um minuto. Queria deixar claro que é óbvio, doutora. Nós estamos aqui num momento muito específico da vida do nosso País. Nós tivemos uma década de expansão fiscal. Nós tivemos um crescimento muito grande nos últimos anos. E é óbvio que esse crescimento nos induziu, certo, nos induziu claramente a uma expansão dos nossos números. Se é com sustentabilidade, se foi sustentável ou não esse crescimento, se todos esses restos a pagar que sobraram são fruto da falta de responsabilidade fiscal ou não, isso é um olhar muito político em relação a isso.

Mas o fato é que nós estamos em um outro estágio. E dentro desse outro estágio, nós estamos, não só nós da política, como também todos os técnicos dos ministérios e todas as instituições, tendo que fazer um exercício enorme, que é reverter um processo de expansão desses números. Mas a gente também não pode matar a esperança do brasileiro. E por isso é que nós estamos aqui hoje discutindo como fazer o aperfeiçoamento da política pública e estabelecer, através de um alto nível de debate – quero aqui agradecer a todos vocês –, em que conseguimos ultrapassar essas questões políticas partidárias. A gente conseguiu dar uma visão, um sobrevoo sobre o Pronatec, sobre a educação profissional no País.

Eu acho que nós temos aí um papel importantíssimo dentro da educação. Essa política pública não é uma educação só complementar; ela para a gente é estrutural, ela estrutura o perfil do trabalhador brasileiro, ela estrutura o cidadão brasileiro. A gente não está falando aqui só de questões referentes à empregabilidade, mas da construção da cidadania do povo brasileiro. Eu acho que isso precisa ser colocado. O Pronatec cumpre esse papel de colocar uma solução para esse vazio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E então eu queria, já finalizando aqui, já passando para as últimas considerações, deixar algumas perguntas, mas já como uma palavra final de cada um dos participantes aqui, certo? Falar um pouco sobre o estrangulamento orçamentário, como fazer esse enfrentamento. Há um estrangulamento orçamentário. Quais são as consequências, rapidamente, que isso pode gerar. Mas também olhar quais são as possibilidades e que oportunidades nós podemos ter de estar hoje aqui rediscutindo uma política pública que foi expansionista, mas que hoje, devido à falta de recursos, precisará ter maior focalização. É isso que nós vamos ter que fazer aqui, focar para ter melhores resultados, e melhores resultados quer dizer indicadores colocados, para que possamos ter melhor capacidade de avaliação. Então a questão do orçamento e quais são esses pontos positivos e essas oportunidade de melhoria que o Pronatec pode ter para o futuro e como nós tornarmos o Pronatec uma política pública permanente, em que pese seja talvez uma marca, muito mais do que uma política pública, mas como a gente transformar essa política pública, que é mais ampla do que ela, como é que a gente pode ter a convicção de que o Pronatec, como marca, possa se consolidar, para que amanhã não fique à mercê das intempéries políticas, para que a gente tenha definitivamente, de fato uma política pública voltada para a educação profissional.

Então, para finalizar, eu vou fazer o inverso. Queria passar, por três minutos, para o Dr Lucas, do Ipea.

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – Bom, primeiro eu vou fazer uma sugestão que eu acho que alinharia um pouco em melhores incentivos. É a questão das vagas financiadas e não financiadas. Atualmente há uma descontinuidade muito grande nos 20%. O MEC parou de pagar por alimentação e transporte de vagas em que a pessoa já tinha evadido, mas continua havendo uma descontinuidade. Eu acho que um modelo que talvez fosse adequado aqui seria a gente tentar separar o que é custo fixo de custo variável. Então ter algum modelo. Vinte por cento, talvez o Governo esteja ficando com uma parte significativa do risco da desistência do aluno, e talvez se esse risco estivesse um pouco mais compartilhado com a instituição ofertante, você teria até mais incentivos, melhor alinhados entre as duas. Então isso não é objeto do nosso estudo. Aqui eu estou falando uma ideia que é para ser testada e avaliada, mas acho que isso talvez poderia ser um ganho para a política.

Em relação à avaliação de política pública, que é a especialidade do Ipea, acho que a primeira coisa que a gente tem que fazer é listar quais são essas... Por várias vezes foi dito: "Ah, mas a empregabilidade não é o único objetivo do Pronatec." Muito bem, então vamos tentar listar esses vários objetivos e procurar quais seriam os indicadores para esses vários objetivos. Então uma coisa que a gente já começou a fazer foi olhar o impacto no empreendedorismo, por meio da criação de empresas ou de MEIs. Nisso a gente vai ter resultados, talvez em mais um mês a gente já vai ter os resultados preliminares para apresentar.

A outra coisa é que se a gente quiser olhar impacto no setor informal, talvez seja importante a gente separar um pouquinho do orçamento do programa para fazer uma pesquisa de campo com uma amostra bem construída, cuidadosa, para ver o que é que as pessoas estão fazendo. E aí isso permitiria também a gente já incluir nessa pesquisa os motivos da evasão. Então veria por acaso qual é o impacto, uma espécie de uma mini PNAD. Lógico que não vai haver orçamento para algo do tamanho de uma PNAD, mas uma pesquisa. Separar um pedaço pequeno do orçamento, meio por cento do orçamento do programa, um valor pequeno para fazer uma pesquisa de egressos, mas uma pesquisa de egressos de fato bem construída, com uma amostra aleatória.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outras sugestões que eu até já tinha mencionado na última reunião: um sistema unificado de inscrição, que fosse centralizado num *site* de controle do MEC, para que o MEC consiga ter uma base...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCAS FERREIRA MATION – ... unificada disso. E que, em caso de excesso de demanda por curso, de pessoas que tenham um nível mínimo para acompanhar aquele curso, a atribuição de vagas seja feita por sorteio. Isso permite um sistema de acompanhamento constante e automático praticamente dos impactos do programa na empregabilidade ou em qualquer variável que a gente consiga construir. Havendo isso já construído no desenho do próprio programa, vai simplificar muito o trabalho de análise posterior. Isso pode ser inclusive automatizado num sistema que cospe automaticamente, para cada curso, para cada provedor, para cada nível, para cada CBO, qual é o impacto na empregabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k., Dr. Lucas.

Queria agradecer a sua participação e dizer que isso tem aderência com que o Dr. Vinícius, do Ministério do Desenvolvimento Social, colocou, na questão de buscar também um pouco a meritocracia em relação aos ofertantes, não é? Como é que a gente vai trabalhar para que os melhores ofertantes possam ser priorizados nessa falta de recursos, para que a gente possa ter a convicção de que os resultados do programa são importantes. Então todas essas questões que foram levantadas aqui também sobre o controle do ofertante, sobre o resultado do programa são importantes, para que ele se qualifique e possa, junto ao MEC, ter um diferencial, para que ele possa ser um ofertante permanente e não sofrer com essa sazonalidade dos recursos públicos.

Eu imagino a dificuldade que as instituições ofertantes tiveram, sejam elas o IFIs, o Sistema S ou outras instituições em que em um instante você contrata dois milhões de pessoas no Brasil e, um ano depois, a gente sai para 500 mil.

Então, queira ou não queira, há investimento, há pessoas, são contratos, há trabalhadores na ponta, essas pessoas ficam ou não ficam com seu emprego, são professores, são técnicos, profissionais. Ou seja, é uma cadeia que se movimenta, e a gente precisa ter um respeito sobre essa cadeia porque a sazonalidade do recurso público estabelece algo que é muito ruim para a sociedade que é a insegurança sobre a sua empregabilidade. Então, foram milhares de pessoas que enfrentaram essa dificuldade da sazonalidade do recurso do Pronatec, nos últimos anos.

Então, eu queria passar a palavra para o Dr. Almir, para que fizesse também a avaliação final desse nosso trabalho.

O SR. ALMIR MENEZES – Então, eu acho as ideias e sugestões do Lucas muito bem-vindas com relação a possíveis aperfeiçoamentos. Vai na direção do que a gente pensa, em termos de aumentar o grau de governança do programa, você ter mais indicadores e esses indicadores acontecerem de forma tempestiva, mais informações disponíveis.

Então, eu reitero aqui a necessidade desses indicadores, da disponibilidade desses dados, inclusive para a comunidade como um todo, comunidade acadêmica; enfim, disponibilização dessas informações e que essas informações, de fato, entrem no sistema decisório do MEC, da Setec, e que passe a tomar essas decisões com base nessas informações que estão disponíveis.

Com relação aos indicadores propostos, eu acho que não dá para você, como eu disse, ficar limitado a um indicador de matrícula; você precisa de indicadores de evasão, você precisa de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

indicadores de resultado e de conclusão com sucesso, você precisa de indicadores de desempenho lá, na ponta, de impacto.

Então, essa ideia de você ter a possibilidade de mapear com regularidade a empregabilidade é importante, e, ainda que você tenha – eu estava conversando com o Lucchesi aqui – outros objetivos para o programa, a empregabilidade é, sem dúvida nenhuma, a mais importante, é o objetivo mais importante e vale, inclusive, para todos os públicos, para todas as ofertas. Quer dizer, mesmo que você esteja lidando com um público como, por exemplo, Mulheres Mil: "Ah você tem outros objetivos?" "Tenho." Mas o objetivo mais ambicioso, no final, é a empregabilidade – está entendendo? – porque...

(Soa a campanha.)

O SR. ALMIR MENEZES – ... aí serve como porta de saída para os públicos vulneráveis do Bolsa Família, por exemplo. Está certo? Então, assim, no final das contas, você está dando treinamento.

Por exemplo: dar cidadania, você pode dar por outras formas; melhorar a autoestima, você pode atacar de outras formas. Por que um curso profissional? Porque, no final das contas, você quer dar empregabilidade, melhorar as condições do indivíduo e também melhorar a produtividade das empresas e aí criar um ciclo positivo e virtuoso de trabalho.

Então, eu acho que a empregabilidade é um indicador por excelência de resultado que tem que estar na agenda da Setec, construir e permitir que esse indicador seja...

Então, por último, Senador, eu gostaria de parabenizar essa iniciativa do Senado como um todo, e a sua, especificamente, de tentar construir uma agenda técnica em torno do Pronatec. Eu considero que o Pronatec, não a bandeira em si, porque a bandeira do Pronatec acabou sendo uma bandeira, pegou várias coisas que já existiam, etc. e tal; mas eu considero que a ideia de investir no ensino técnico e profissional não só é oportuna, como tardia. A impressão que eu tenho é que é um caminho interessante a ser trilhado, que precisa ser aperfeiçoado. A nossa auditoria vai nesse sentido, os resultados do trabalho que nós fizemos – e não foi só um único trabalho, foram quatro trabalhos que o tribunal fez, a gente passou dois anos estudando o Pronatec –, então a gente considera que, diante de tudo o que a gente viu, que as oportunidades de melhoria são enormes e passam...

Agora, a agenda de melhorias tem que ser pautada tecnicamente, tem que ser uma agenda de melhorias pautada nos dados. Os dados têm que ser disponibilizados e têm que ser usados. Eu volto a sustentar... Nós temos aí uma grande oportunidade de ação, eu acho que é um exemplo para as formas como as políticas públicas são conduzidas no Brasil. Eu estou agora participando de uma outra auditoria na regulação do ensino superior – já fora do ensino técnico –, de você vislumbrar a possibilidade de conduzir as políticas a partir de um marco regulatório de indicadores, de avaliação, de tornar as decisões mais técnicas. Eu creio que é a única saída para a gente tornar as coisas mais efetivas e os gastos mais, vamos dizer assim, eficientes, numa hora, como o senhor mesmo disse, de gargalo, numa hora de constrição que a gente está passando.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria passar agora a palavra, agradecendo ao Dr. Almir, e parabenizar o TCU: agradeço a todos os técnicos que nos receberam, tivemos um debate dentro do TCU, isso foi importante, com a presença de todos os nossos consultores e dos técnicos do TCU. Então, quero colocar aqui o nosso agradecimento pela dedicação e pela eficiência com que vocês nos ajudaram a chegar a esse ponto da nossa reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria passar a palavra para o Dr. Rafael Lucchesi.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Bom, Senador, queria começar por onde o Almir terminou, parabenizando a iniciativa do Senado, particularmente a sua, por esse processo de avaliação de política pública.

Em segundo lugar, queria também parabenizar o MEC pela reforma do ensino médio. Acho que essa é uma mudança importante que vai haver no ecossistema de educação brasileira, e vai construir possibilidades importantes. Porque o Pronatec é bom, porque a educação profissional é necessária para o Brasil. Porque a gente tem um grave problema: a gente tem uma distorção na matriz educacional brasileira. E temos que fazer uma atuação firme e forte nessa direção.

O que nós podemos fazer para aperfeiçoar o Pronatec? Coisas que nós já discutimos aqui: certamente, cursos com carga horária inferior a 160 horas – é um ponto importante; ter uma melhor identificação de demanda, para que esteja com melhor aderência até que haja uma discussão sobre metodologia da participação do Ipea, aí é muito interessante, para avaliar algumas metodologias que já existem.

O Sistema S, no caso, o Senai, tem uma metodologia que nós consideramos muito boa, mas pode ir para o debate público. Há integração melhor com essa agenda que nós temos de desemprego se nós analisarmos assim o que seriam custos que estão na área de atuação disso.

Nós gastamos em torno de 40 bilhões/ano com Seguro-Desemprego. Seguramente, nós podemos criar mecanismos que vão facilitar o financiamento do Pronatec numa agenda nessa direção.

Quanto nós gastamos com a EJA? E quais são os resultados dela? Nós gastamos algo em torno de 4 bilhões a 6 bilhões por ano. Isso varia. É uma partição calculada diretamente do Fundo de Participação dos Estados e Municípios...

(Soa a campanha.)

O SR. RAFAEL LUCCHESI – ... com 91% da soma entre evasão e abandono. Seguramente, essa é uma fonte também de racionalização de gastos públicos e de eficiência. É certamente, no ponto mais alto de gastos do Pronatec, maior do que o gasto que nós fizemos por ano. E está aí, está no gasto público.

Certamente também ao restringir os cursos com uma ampla oferta, esses cursos administrativos, e calibrar isso com os eixos de desenvolvimento de cada território vai haver muito mais efetividade.

O Pronatec, ao longo de toda a sua existência, nasceu a partir de um programa adaptado. Ele não tinha, ele não tem um sistema. Ele dava *bug*. Nós brincávamos lá, quando nos reuníamos no MEC: viemos aqui comemorar o aniversário desse problema que temos que já está fazendo mais de ano. Então, há problemas de melhoria de gestão do sistema de suporte, faltam mecanismos de avaliação mais adequados com relação ao Pronatec. E isso, certamente, uma base de dados com maior rastreabilidade daria um maior aperfeiçoamento. Bem como há essa descontinuidade.

Seguramente, o Senai é um parceiro do Pronatec. Nós somos parceiros e fomos convidados a participar do Pronatec exatamente pela *expertise*. Não temos um interesse mercadológico, comercial, de nenhuma outra natureza. Podemos participar ou não do Pronatec. Eles têm um histórico de atuação, e a nossa missão é atender à demanda da indústria. Nós nos disponibilizamos a ser parceiros do Pronatec.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, seguramente, é diferente da rede federal. Nós contratamos professores adicionalmente. Não havia professores no quadro que estão no orçamento da União. Seguramente, a desmobilização rápida do Pronatec, num País que tem um enorme déficit de capital humano, revelou-se extremamente traumático para uma instituição. Em educação, não se faz esse tipo de coisa. Em educação, certamente, com o grave problema que nós temos com relação ao Brasil, a desmobilização do Pronatec teve um impacto muito ruim, porque tivemos de demitir milhares de professores que foram contratados e capacitados para operar aquela fonte adicional de financiamento.

Ou seja, pensar um programa de Estado que não seja de governo seria algo interessante e teria maior aderência a uma lógica educacional, porque os resultados na educação são geracionais. Eles não são circunstanciais. Então, você fazer um pico de um programa, que teve um alinhamento a um calendário eleitoral, seguramente é um dos pontos críticos que eu avalio com relação ao Pronatec bem como a sua rápida desmobilização. Eu não vi isso com relação ao Fies, por exemplo, quando olho para o Orçamento da União. Houve, digamos assim, uma atitude de muito mais respeito ao ecossistema de ofertantes...

(Soa a campanha.)

O SR. RAFAEL LUCCHESI – ... que existia nessa área.

Com isso, eu encerro meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria agradecer ao Dr. Rafael Lucchesi pela brilhante participação, ao tempo em que vou ler alguns comentários, o que é importante para a gente ver que há participação da população.

A Alessandra Souza, do Acre, coloca uma questão importante. Ela diz assim: "Precisa sim de fiscalização em todo dinheiro público, pois pertence ao povo e precisa ser devolvido em projetos sociais ao povo integralmente".

O Gilson coloca uma questão que deverá realmente ser fruto de grande debate: "Os IFs podem fazer um trabalho muito melhor que o programa Pronatec com a metade do dinheiro", é a visão dele.

Essa é outra questão. Infelizmente, o Presidente dos IFs não está aqui hoje, seria também um viés de discussão interessante sobre o custo-benefício dessas instituições. Isso daria força, mas amanhã, quero colocar aqui, está convocada para amanhã, 10 de outubro, em caráter excepcional, às 9h, uma reunião extraordinária desta Comissão, destinada à sabatina do Sr. Christian de Castro Oliveira, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e, em caráter excepcional, às 10h30, reunião extraordinária, em forma de audiência pública, para debater as dificuldades no funcionamento dos Institutos Federais de Educação (IFs), em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2017-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Então, amanhã, a gente vai ter também a oportunidade de fazer esse debate. Parece que a Drª Eline estará aqui também? Haverá um representante da Setec.

Nós tivemos a participação de diversos brasileiros, mas, pelo adiantado da hora, eu queria passar a palavra à Drª Eline, para que a gente possa finalizar este nosso encontro.

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – Senador, eu queria primeiro agradecer o convite e a receptividade que tivemos no seu gabinete, no primeiro debate que fizemos para estabelecer esta série de audiências e avaliação do programa. Eu queria também agradecer aos componentes da Mesa, porque acho que cada um tem uma riqueza a trazer de avaliação, um olhar, que a gente precisa considerar. Cada um vai olhar sob sua ótica de ação, obviamente, e a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa de fato desenvolver melhorias no programa. Todo programa quando começa tem uma cara e assume outras nuances ao longo da execução, você vai vendo quais são as dificuldades.

Eu queria reforçar também que orçamento tem de ser bem gerenciado, independente de ser grande ou pequeno. Orçamento é bem público. Então, a gente precisa gerenciar bem o orçamento que nos é designado para executar as ações, é fundamental.

Os indicadores – eu queria só ressaltar isso para o TCU –, a gente está fazendo um trabalho de resgatar algumas avaliações, inclusive não só com o número da evasão, mas com alguns indicadores da atuação dentro da instituição, se ela tem algumas condições. Eu tive, há três semanas, uma reunião com a minha equipe, porque esse processo, devido ao próprio ano de 2016, que foi bastante atípico, a gente precisou resgatar um processo que tinha sido feito de monitoramento do programa que tem alguns elementos que vão além do que a gente está discutindo aqui. Então, assim que a gente tiver um produto, a gente vai ao TCU apresentar. Isso está no forno, dentro da Setec, para a gente resgatar e tomar de novo essa discussão da avaliação.

Além disso, quando a gente fala da empregabilidade como não sendo o único elemento, talvez eu não tenha me expressado bem. Por exemplo, no caso do Programa Mulheres Mil, eu tenho um depoimento, tenho uma carta, inclusive...

(Soa a campainha.)

A SRª ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO – ... de uma moça que abriu um negócio a partir do programa. Então, ela era costureira, fazia coisas para casa e, de repente, tem um negócio hoje. É nesse sentido, existem outras repercussões.

Lá na Setec, a gente tem muita disposição para o trabalho. Este ano de gestão, para mim, foi muito intenso. A equipe tem se empenhado em fazer as melhorias, então, a gente está à disposição para discutir todo um processo de melhoria da execução das políticas. O Ministério está aberto a fazer a discussão com todos os autores, e a gente precisa, de fato, de melhorias incrementais no programa.

Acho que esses são os pontos principais.

Quero agradecer o convite e dizer que estamos à disposição.

Eu espero o relatório da audiência para a gente poder fazer os desdobramentos das ações, mas muitas ações já estão em andamento na Setec que a gente vai, daqui a pouquinho, poder explicitar e apresentar os resultados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu queria agradecer, já finalizando, à Presidente Lúcia Vânia, pela oportunidade que está nos dando de fazer este debate; eu queria agradecer também de público ao Secretário Vinícius de Oliveira Botelho, do Ministério do Desenvolvimento Social, Secretário de Avaliação e Gestão da Informação, por toda a contribuição que tem dado a este debate; agradecer ao Felipe Esteves Morgado, do Senai, que aqui também está presente; saudar e agradecer a todos os nossos consultores legislativos, que têm dado suporte à possibilidade destas audiências públicas, Drª Issana Nascimento Rocha, Jeane Jaqueline Costa de Arruda, Marcelo Lúcio Ottoni de Castro, Juci Melim Junior; e a todos os outros que compõem o meu gabinete, Fábio, Malu, Noeli e outras pessoas que estão participando desta força conjunto para tentar produzir um relatório que possa fazer um enfrentamento de algo muito importante, não o Pronatec em si, o que a gente percebe é que o Brasil precisa ter foco na hora de fazer os desenhos dos seus programas, para enfrentamento das políticas públicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente desenha mal o programa, se o programa nasce defeituoso, tende a ter resultados que não são mensuráveis. Eu não estou dizendo que é ruim ou bom, a gente não consegue construir resultados. Aí a gente fica no debate qualitativo, que é importante, porque é óbvio, entre ter ou não ter, é melhor ter; ninguém vai dizer que não ter é melhor. Mas, para a condição de ser dinheiro público, quando você pode ofertar, colocar, investir dinheiro público em diversos programas sociais que estão com falta de recursos, acho que é sempre importante, muito importante, nós termos, no futuro, desenhos de programas que já possam nascer e se institucionalizar com esse olhar de acompanhamento, fiscalização e de resultados para a eficiência e eficácia dos gastos públicos.

Então, esse é um grande debate que o Brasil vai ter de encontrar no futuro. É óbvio que a boa intenção é sempre bem-vinda, mas a boa intenção precisa ter resultados de fato e resultados práticos. E é esse desenho que a gente quer ofertar à sociedade brasileira com esse nosso relatório, para que o Pronatec seja uma política pública constante, não viver de gargalos, de soluços de crescimento e de paradas, para que a gente tenha um crescimento sustentável. Quem sabe um dia a gente possa fazer um plano decenal para a política pública da educação profissional no Brasil.

Ou seja, vamos olhar para a frente, olhar para o futuro, porque o mundo do trabalho está mudando, e as pessoas não estão percebendo. É óbvio que a gente aqui olha sempre e objetiva o trabalho formal, mas está crescendo muito a questão da ocupação com o trabalho e com o sustento. Nós vamos ter de enfrentar esse novo mundo através do impacto que a tecnologia está trazendo, principalmente para o setor de serviços. Então, nós não podemos olhar, como eu disse aqui no começo, os nossos ganhos que tivemos no passado, com toda essa estruturação que a nossa legislação para o trabalho nos permite, não podemos deixar de fazer o bom debate, para que a gente enfrente esse novo ambiente de trabalho que está se desenhando não no Brasil, mas no mundo todo. Nós vamos ter de enfrentar essa questão de novas profissões que estão chegando e muitas profissões que poderão se extinguir em pouco tempo.

Então, como fazer esse enfrentamento, como colocar o trabalho como algo construtor de cidadania, construtor da capacidade de poder sustentar uma pessoa, a família, mas, principalmente, como esse novo trabalho vai se desenhar para que a gente possa capacitar o cidadão brasileiro para fazer o enfrentamento desse novo ambiente do trabalho.

Eu queria agradecer a todos vocês e dizer que essas duas audiências públicas foram uma honra muito grande. Eu aprendi imensamente. Tive a oportunidade, muito tempo atrás, de ser Secretário de Trabalho no Estado da Bahia, junto com Rafael Lucchesi, que foi Secretário de Ciência e Tecnologia, nós estivemos juntos naquela caminhada lá no Estado. Foi uma honra naquele momento. E hoje faço aqui um curso de aperfeiçoamento. Eu estava um pouco fora desse setor, aproveitei e retomei esse ensinamento que tive lá e agora posso dizer que saio melhor do que entrei, ao encontrar vocês neste debate.

Muito obrigado a todos. Que Deus nos ajude no retorno às casas.

Declaro encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 28 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Dário Berger, Romero Jucá, Elmano Férrer, Paulo Paim, Regina Sousa, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, Ana Amélia, Wilder Moraes, Cidinho Santos, Eduardo Lopes, José Medeiros, Vicentinho Alves, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Hélio José, Valdir Raupp e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Avisos nº 649, nº 638 e nº 658, todos de 2017, do Tribunal de Contas da União. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Mário Heringer. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo. **Observação:** -Aprovado requerimento de urgência para a matéria (RTG 30/2017), de autoria do Senador Ataídes Oliveira. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos." **Autoria:** Deputado Walney Rocha. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº1-CCJ e com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2008 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CTFC. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas."





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela rejeição do projeto.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 759, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para acrescentar o inciso XIV ao art. 39, e vedar desconto para pagamento em dinheiro ou cheque em detrimento do pagamento em cartão de crédito ou débito." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011 - Terminativo** - que: "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações." **Autoria:** Deputado Arnon Bezerra. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, de 2011 - Terminativo** - que: "Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores" **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 01-CCJ/CE (substitutivo) com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017 - Terminativo** - que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/30>

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos. Cumprimento o querido tucano, Senador Flexa Ribeiro, o Senador Dário Berger, nosso querido Elmano Férrer, o velhinho que não é velhinho. Cumprimento também todos os nossos colegas de trabalho, da Secretaria.

Declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de aviso, ofícios e demais documentos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

Aviso nº 649, de 2017, do Tribunal de Contas da União;

Aviso nº 638, de 2017, também do Tribunal de Contas da União; e

Aviso nº 658, de 2017, do Tribunal de Contas da União.

Informo que os documentos lidos foram encaminhados por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros com *link* para acesso ao seu conteúdo, de forma que os Srs. Senadores possam manifestar-se caso assim o desejem.

Foi recebido ainda convite da Anatel para participação do 1º Curso de Regulação de Serviços de Telecomunicações, voltado para assessores parlamentares e consultores legislativos. Há vagas para todos os gabinetes dos Parlamentares que integram a CTFC. Interessante esse curso aqui para assessores parlamentares e também para consultores legislativos. E há vagas para todos os consultores e assessores de todos os gabinetes dos membros titulares e suplentes aqui da nossa Comissão. Informamos que o curso será oferecido gratuitamente pela Anatel. As inscrições vão até a próxima sexta-feira. Foram enviados ofícios e assinado pelo Presidente da Anatel. Para todos os Senadores desta Comissão.

Vamos à pauta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Item 1.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2014****- Não terminativo -***Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências.***Autoria:** Deputado Mário Heringer**Relatoria:** Senador Dário Berger**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo.**Observações:***- Posteriormente, a matéria segue ao plenário.*

Eu falei Beber. Beber é o Dalírio. É Berger. Eu sempre faço confusão e um trocadilho aqui, viu querido Senador Dário Berger.

Com a palavra Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Srs. Senadores, Senador Flexa Ribeiro, Senador Elmano Férrer, preliminarmente, Sr. Presidente, essa é uma matéria polêmica e de um alcance social impressionante.

Sistematicamente nós temos observado, pelos meios de comunicação, acidentes em piscinas e mortes, principalmente de crianças. Recentemente, uma criança, eu acho que cerca de dois ou três meses atrás, veio a óbito em Balneário Camboriú, onde estava tomando banho, se divertindo, numa piscina. E, mergulhando, o seu cabelo foi aprisionado pela sucção da piscina e ela veio a óbito. E o pior, veio a óbito com bastante pessoas juntas, mas essa sucção ela tem tanta força que, mesmo uma ou duas pessoas puxando, não conseguem retirar uma criança que ficou com seu cabelo aprisionado, uma coisa impressionante.

Esse projeto de lei já tramita nesta Casa desde 2007. Foi, voltou, teve pedido de vista. A coisa mais difícil aqui é nós aprovamos um projeto, porque, além de aprovar nas Comissões, tem que ir para a Câmara dos Deputados e, se sofrer alguma alteração volta.

Bem, diante dessa questão, o Fantástico deu uma importância muito grande a esse tipo de acidente, sobretudo porque os cuidados que se tem que ter são de custos insignificantes: para se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

colocar um ralo ou uma proteção nesses orifícios de sucção, em determinados momentos, em determinados casos, não custa mais do que R\$30, R\$40 ou R\$50 uma tapinha. E, com isso, evita, fundamentalmente, mortes que, sistematicamente, nós observamos.

Então, na verdade, este aqui é um projeto que tem apoio. Discuti muito essa questão. Isso aqui até foi objeto de uma reportagem no Fantástico, em que eu acabei dando uma entrevista. Entrevistaram, evidentemente, entidades, bombeiros, pessoas que tiveram seus entes ceifados por essa questão. Certamente, é um projeto que vai suscitar novamente uma avaliação muito forte dos meios de comunicação, que estão muito atentos a essa questão, e que, lamentavelmente, dorme aqui no Senado Federal, diferente de V. Ex^a, que chegou aqui há cerca de uma semana e já pauta para que eu possa fazer a leitura e a deliberação.

Entretanto, é um projeto relativamente longo, porque ele vem de um substitutivo. Como o projeto original é de 2007, do Deputado Mário Heringer, discutindo com várias entidades relacionadas a essa questão da segurança, como Corpo de Bombeiros e outras entidades, eu promovi aqui um substitutivo global. Então, além de eu fazer a leitura do relatório, vou pedir permissão aos senhores para que, de maneira rápida, eu possa fazer também a leitura do substitutivo. Eu justifico isso, sobretudo, pela importância deste projeto. Ele é um projeto importantíssimo. Eu tenho uma honra muito grande de relatá-lo e apresentar este substitutivo.

Então, vou ao relatório, que cuidei para fazer meio que autoexplicativo, de maneira que carregue comigo o sonho de resolver, definitivamente, esse problema das inseguranças nas piscinas.

Então, Sr. Presidente, vou ao relatório.

Submete-se à análise desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor o Projeto de Lei – como V. Ex^a bem colocou – nº 71, de 2014 (Projeto de Lei nº 1.162, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mário Heringer, que disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências.

A proposição é composta de 13 artigos e abrange os seguintes temas: definição dos termos utilizados; classificação das piscinas (privativas, coletivas e públicas); responsabilidades pelo cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas; equipamentos de segurança obrigatórios; construção e manutenção de piscinas; alertas a serem exibidos nas imediações das piscinas; riscos inerentes ao produto (informados pelo fabricante); e penalidades aos infratores.

Por fim, atribui aos Poderes Executivos estaduais e distrital competência para a regulamentação da lei e fixa prazos para que se promovam as adaptações necessárias ao seu cumprimento.

O autor justifica a proposição pela importância de prevenir os acidentes por mergulho em piscinas, que podem acarretar várias consequências aos usuários.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inicialmente, o projeto de lei foi encaminhado à apreciação das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais.

Em junho de 2015, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 607, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, que objetivou a tramitação em conjunto com o PLC nº 48, de 2014, por versarem sobre matéria correlata, devendo a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo apreciar a matéria previamente.

Em abril de 2016, restaram aprovados os Requerimentos nº 101, nº 102 e nº 103, de 2016, de tramitação conjunta do PLC nº 66, de 2011, que dispõe sobre o exercício da atividade profissional de guarda-vidas; do PLC nº 42, de 2013, que regulamenta a profissão de salva-vidas; e, do PLC nº 48, de 2014, que torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público, com o PLC nº 71, de 2014, que aqui analisamos.

Bem, aqui cabe uma pequena explicação: por que aconteceu a demora na tramitação dessa matéria? Aconteceu fundamentalmente porque, como as matérias eram correlatas, acabaram, com boa intenção, juntando todos esses projetos, todas essas propostas num único projeto. E aí a coisa não avançou como deveria avançar. Por isto que eu pedi o desapensamento: para que essa matéria possa tramitar de forma isolada, tamanha a importância dela, tamanha a relevância dela, muito mais importante, com todo respeito à regulamentação da atividade de guarda-vidas, de salva-vidas, ou à exigência de que, em estabelecimentos que têm como atividade o sistema aquático, sejam piscinas ou tanques, guarda-vidas possam fazer a proteção. Essa lei, inclusive, já existe.

Entretanto, em 2 de agosto de 2017, o Plenário do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 277, de minha autoria, com vistas a restabelecer a tramitação autônoma deste projeto de lei, que é o objeto deste parecer, retornando-o, portanto, seu exame pela CTFC e pela CAS.

Não houve apresentação de emendas.

E esse foi o relatório.

Acho que consegui, de maneira sucinta, explicar um pouco a importância e a essência desse projeto.

Bem, vamos à análise propriamente dita, então, rapidamente.

Consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito de matérias atinentes ao direito do consumidor.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto à espécie normativa utilizada, há alterações de competência privativa do Presidente da República, as quais a via eleita escolhida não se mostra adequada, cabendo, a nosso ver, norma infralegal.

Quanto ao mérito, como analisaremos adiante, entendemos que o projeto mereça prosperar em razão de sua relevância social. Contudo apresentaremos substitutivo a fim de fazer sua adequação aos limites da juridicidade.

Dito isso, passa-se a análise de mérito no âmbito da proteção do consumidor.

Nesse sentido, Sr. Presidente, entendemos que, no que concerne ao mérito do projeto, não restam dúvidas sobre a importância de estabelecer requisitos mínimos de segurança para o funcionamento de piscinas, bem como imputar as correlatas responsabilidades caso haja descumprimento de normas, notadamente em face dos riscos inerentes à sua utilização. Nesse caso, cumpre destacar, o que está em risco é a saúde do consumidor. É a vida do consumidor que está em risco nessas circunstâncias.

O Código de Defesa do Consumidor prevê, no seu art. 12, a responsabilidade por fato do produto ou serviço, também conhecido como “acidente de consumo” – entre outras. A responsabilidade nesses casos é própria e solidária daqueles nominalmente descritos no *caput* desse projeto, que são os fabricantes, os produtores, o construtor ou o importador, incluindo-se também qualquer vítima do dano ocorrido, por equiparação legal do art. 17, tal como ocorre com os acidentes em piscinas.

Em linhas gerais, as responsabilidades imputadas a eventual dano ocorrido não exigem culpa, mas defeito, dano e nexo causal. A doutrina trata o defeito como: a) de construção – falha na concepção, criação ou *design*; b) de fabricação – falha na produção, montagem, manipulação ou embalagem; e c) de informação – falha na informação, manual de instrução, alertas de dados aos consumidores.

Observa-se, portanto, que o CDC reconhece que, em atividades aquáticas praticadas em piscinas, sempre haverá o dever geral de zelar pela segurança dos produtos e serviços.

Em síntese, muito embora o CDC forneça proteção jurídica aos consumidores nessas circunstâncias, mediante a definição e estipulação de cominações que, em verdade, buscam inibir a omissão dos prestadores de serviços no fornecimento dos mecanismos necessários à proteção de seus consumidores, reiteradas tragédias decorrentes de acidentes de consumo em piscinas continuam a acontecer no Brasil.

Consideradas de interesse para a saúde, as piscinas de uso coletivo estão sujeitas à fiscalização sanitária. Não obstante, as piscinas de uso particular devem, eventualmente e em circunstâncias especiais, ser inspecionadas. A competência para legislar sobre a matéria e exercer a fiscalização,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contudo, é das esferas estadual, distrital e, especialmente, da municipal, a quem incumbe exercer o poder de polícia. Portanto, por essa razão, optamos por não diferenciar ou categorizar as piscinas em pública, coletiva ou particular, deixando isso a cargo de regulamento.

De fato, Sr. Presidente, compete à União legislar sobre normas gerais de defesa do consumidor e proteção da saúde, conforme dispõe o art. 24 da Constituição Federal, sendo reservadas a Estados e Municípios a legislação e as providências supletivas e complementares de interesse regional e local.

No caso específico das piscinas, entendemos que o interesse primário de segurança é o nacional, ou seja, a segurança de uma piscina na Região Norte do País em nada difere de uma piscina localizada nos Estados do Sudeste ou Sul, contudo, buscamos preservar o interesse fiscalizatório deixando a cargo, predominantemente, da esfera municipal, pois as medidas sanitárias objetivam, sobretudo, proteger a comunidade local, ou seja, a população que utiliza as piscinas.

Além das medidas de ordem sanitária, os Municípios e, eventualmente, os Estados podem impor as exigências que entendam convenientes quanto à construção, à operação, à manutenção e ao uso das piscinas, observando, contudo, os critérios de segurança já previstos na legislação. Por conseguinte, caso haja desconformidade com os requisitos legais e regulamentares, tais entes subnacionais podem promover a interdição, total ou parcial, exigir adaptação às condições oficiais e, até mesmo, determinar a demolição das piscinas.

No Brasil, além da legislação aplicável, atua na normatização de piscinas a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade privada e sem fins lucrativos, reconhecida pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO) como Foro Nacional de Normalização. Por isso, a ABNT é a entidade responsável pela elaboração, controle e atualização do arcabouço de normas técnicas brasileiras.

Acerca da ABNT, o inciso VIII do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) considera prática abusiva e veda ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela ABNT ou outra entidade credenciada, responsável pelo assunto.

Assim, no âmbito do Comitê Brasileiro de Construção Civil da ABNT foram elaboradas oito normas para o setor de piscinas, publicadas entre 1987 a 1990, cujos objetos dispunham acerca da terminologia, dos procedimentos do projeto de execução, da classificação, da qualidade da água e da segurança e higiene da população.

Ressalte-se, ainda, a criação da Comissão de Estudos Especiais de Piscinas para atualizar as normas existentes relativas a essa temática. O objetivo da Comissão é consolidar as oito normas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

existentes em uma norma única, tomando por base a NBR 10339, de 1988, e priorizando a segurança nas piscinas.

Por essas razões, consideramos que a espécie normativa empregada – lei federal – não é apropriada para normatizar a matéria com o grau de especificidade proposto no PLC analisado, pois pode engessá-la, tornando quaisquer mudanças mais difíceis e morosas. Isso é particularmente grave porque estamos lidando com uma questão que tem inúmeros aspectos eminentemente técnicos e, portanto, está sujeita a uma acelerada evolução tecnológica. Por conseguinte, as regras estabelecidas por esta lei podem tornar-se obsoletas em pouco tempo. Esse é o caso do avanço da tecnologia em nosso telefone, inclusive. Assim, as piscinas de vinte atrás tinham uma tecnologia, hoje elas têm outra, e certamente amanhã as piscinas vão ter outras tecnologias muito mais avançadas e apropriadas, com mais segurança, certamente.

O lamentável, Presidente, é que nós precisamos objetivamente colocar em lei aquilo que deveria ser fundamentalmente da consciência das pessoas, ainda mais sendo equipamentos de baixíssimo custo e que resolveriam o problema, mas como falta... E acho que a grande mudança que nós precisamos implantar no Brasil não são só as mudanças das reformas, mas a mudança da nossa consciência, do que nós devemos fazer, exatamente como devemos proceder, não dependendo exclusivamente de uma legislação específica para daí, coercitivamente, ter que ir fazer a proteção, como no caso das piscinas, como efetivamente acontece.

Aliás, eu mesmo, na minha piscina, tive o cuidado, quando tomei conhecimento mais aprofundado desta matéria, de ir verificar o poder de sucção quando a piscina está ligada, por exemplo, quando estão fazendo a limpeza ou a drenagem da piscina. Realmente, colocar a mão ali, Presidente, é um negócio impressionante. Ainda que bem nós temos um cabelo curto, mas as crianças que têm cabelos compridos e são curiosas, muitas vezes mergulham no fundo da piscina e ficam aprisionadas. Muitas pessoas, crianças principalmente, já morreram em decorrência disso.

É só um comentário, porque eu estudei profundamente esse assunto que me chamou muito a atenção. Nós estamos tratando aqui de vidas humanas, sobretudo, nessa questão da sucção e da segurança das piscinas, de crianças e jovens, que representam a esperança viva de um futuro melhor. Por isso, nós precisamos ter cuidado com essa segurança.

De outro lado, Sr. Presidente, o detalhamento da matéria que consta do projeto de lei é típico de normas infralegais – decretos, portarias, resoluções, regulamentos etc. – e de normas técnicas, tais como as editadas sob responsabilidade da ABNT, e não de lei. A lei deve ser abstrata e possuir aspectos de generalidade, a fim de possibilitar a sua adequação à evolução dos fatos sociais.

Por fim, após apontados os mencionados vícios de inconstitucionalidade e injuridicidade e levando em consideração a relevância social tratada pela matéria, apresentamos substitutivo a fim de ver sanadas as inconsistências descritas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 71, de 2014, com a seguinte Emenda:

Emenda Nº – Substitutivo

Projeto de Lei da Câmara Nº 71, de 2014

Estabelece requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e imputa responsabilidades em caso de seu descumprimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e imputa responsabilidades em caso de seu descumprimento.

§1º Entende-se por piscinas o conjunto de instalações destinadas às atividades aquáticas, compreendendo o reservatório e demais componentes relacionados com seu uso e funcionamento.

§2º Por similares, consideram-se qualquer reservatório de água que seja destinado à recreação, ao banho, à prática esportiva, entre outros, capazes de colocar em risco a saúde e integridade física de pessoas.

Art. 2º É obrigatório para todas as piscinas e similares, existentes e em construção ou fabricação no Território Nacional, o uso de dispositivos de segurança aptos a resguardar a integridade física e a saúde de seus usuários, especialmente contra o turbilhonamento, o enlace de cabelos e a sucção de partes do corpo humano.

Art. 3º É obrigatória a instalação de dispositivo manual que permita a interrupção de emergência de sistemas automáticos utilizados para a recirculação de água em piscinas e similares.

O que acontece? Como não se consegue retirar a criança, é muito adequado que se tenha um dispositivo, em local visível, mesmo nas nossas residências. Ao invés de nós tentarmos salvar a criança ou salvar a pessoa que está sob o efeito da sucção, que nós possamos ir lá e desligar a piscina, e, automaticamente, a sucção seria eliminada.

Continuando, Sr. Presidente, está terminando.

Parágrafo único. O dispositivo de parada de emergência deverá estar em local visível na área da piscina ou similares, bem sinalizado e de livre acesso.

Art. 4º Salvo nos casos excepcionados em regulamento, a piscina e similares deverão ser isolados em relação à área de trânsito dos espectadores e banhistas, seu entorno revestido com piso e borda antiderrapante, e seu recinto visível a partir do exterior.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 5º Todos os produtos ou dispositivos de segurança para piscina e similares deverão possuir certificação compulsória pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

Art. 6º O cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas é de responsabilidade compartilhada, cabendo, respectivamente:

Quer dizer, essa responsabilidade, esse projeto só terá conquistado a sua essência, como eu falei, com a consciência de todos. Portanto, os usuários também têm que ter a sua responsabilidade nesse assunto.

I – aos usuários de piscinas e similares:

- a) manter e zelar para a manutenção de comportamento responsável e defensivo nas piscinas e similares;
- b) respeitar e fazer respeitar a sinalização de advertência e as normas de utilização das piscinas e similares, incluindo-se normas específicas para sua utilização;

Repito, o cuidado com a integridade física dos usuários da piscina é de responsabilidade compartilhada, cabendo, respectivamente, também:

II – aos proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que possuem piscinas ou similares:

- a) respeitar, na construção e manutenção das piscinas e similares, as normas sanitárias e de segurança pertinentes, expedidas pelas entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO;

III – aos proprietários de piscinas ou similares de uso doméstico respeitar, na construção e manutenção, as normas sanitárias e de segurança definidas em regulamento.

Parágrafo único. Durante o arrendamento da piscina ou similares, as responsabilidades dispostas no inciso II do *caput* deste artigo são automaticamente transferidas ao arrendatário.

Art. 7º Os proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que disponibilizam o uso de piscina ou similares ficam obrigados, nos termos do *caput* e do parágrafo único do art. 8º e do art. 9º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a informar os riscos que seu produto oferece aos consumidores se utilizado sem as devidas precauções de segurança.

§ 1º As informações de segurança de que trata o *caput* consistem em sinalização de alerta, em lugar visível e de tamanho legível.

§ 2º O descumprimento do *caput* sujeita os proprietários, administradores e responsáveis técnicos às mesmas responsabilidades previstas no art. 8º desta Lei, não isentando os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 8º O responsável pela produção, comercialização, construção, operação ou manutenção de piscina ou similares em desacordo com o disposto nesta Lei e em regulamento estará sujeito às penalidades previstas na legislação civil e penal.

Art. 9º As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam os infratores, cumulativamente, às seguintes penalidades:

I – no caso de empresa, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à ciência da infração;

II – no caso das demais pessoas físicas ou jurídicas, bem como quaisquer associações de entidades ou pessoas constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que não exerçam atividade empresarial, não sendo possível utilizar-se o critério do valor do faturamento bruto, a multa será entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); III – no caso de administrador ou responsável técnico, direta ou indiretamente responsável pela infração cometida, quando comprovada a sua culpa ou dolo, multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) daquela aplicada à empresa, no caso previsto no inciso I do *caput* deste artigo, ou às pessoas jurídicas ou entidades, nos casos previstos no inciso II do *caput* deste artigo;

IV – interdição da piscina, quando couber, até sanado o problema que originou a respectiva penalidade;

V – cassação da autorização para funcionamento da piscina ou do estabelecimento fornecedor, em caso de reincidência, quando couber.

§ 1º As penalidades administrativas não isentam os infratores das responsabilidades cíveis e penais cabíveis em cada caso.

§ 2º A concessão do habite-se ou do alvará para funcionamento de edificação ou estabelecimento com piscina fica condicionada ao atendimento do disposto nesta Lei.

Art. 10. Os Poderes Executivos estaduais, municipais e distrital, no âmbito de suas competências, regulamentarão o disposto nesta Lei, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e pela aplicação das sanções cabíveis nos casos de infração.

Art. 11. Os estabelecimentos e as residências que mantenham piscinas ou similares terão um prazo de trinta dias a partir da publicação do regulamento para promoverem as adaptações necessárias ao cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. As empresas de manutenção de piscinas ou similares responderão solidariamente pelo descumprimento desta Lei, caso, cientes da desconformidade, não reportarem o ocorrido às autoridades locais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa lei foi construída em conjunto com várias entidades, e, ao final, a nossa assessoria e a assessoria do Senado Federal chegaram a este substitutivo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero destacar aqui a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, o Corpo de Bombeiros de todo o Brasil, a Confederação Brasileira de Clubes, o Sindicato de Clubes de São Paulo, a Associação Nacional dos Fabricantes Construtores de Piscinas e os Sindiclubes do Brasil. Também quero destacar o blogue Flávia Vivendo em Coma, que originou a matéria do Fantástico, com milhares de seguidores no Brasil e até no mundo inteiro.

Portanto, este é o substitutivo.

Espero ter, de certa forma, cumprido a minha obrigação, na expectativa de que esse projeto possa ser aprovado o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço o Senador Dário Berger.

Em discussão o projeto.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senador Ataídes, quero parabenizar o Senador Dário Berger. Ele não só fez um excelente parecer, como foi aos detalhes. Sem dúvida, Senador Dário, este projeto é importantíssimo. Lamentavelmente, a gente toma conhecimento, através da mídia, de acidentes fatais em função de não ter essa precaução em relação aos ralos não só de esgotamento da piscina, como também de recirculação da água. E V. Ex^a foi ao detalhe.

Eu já tinha lido sobre esta questão de você colocar só, como falou no início, uma tampa para evitar a sucção, mas não: o substitutivo do Senador vai aos detalhes, exigindo que se faça uma observação do lado externo na posição em que o está o ralo que sucção e colocando as empresas construtoras de piscinas como corresponsáveis – ao identificarem a não existência do equipamento de segurança, que reporte isso para as autoridades. Mais ainda, se tudo isso falhar, há lá o botão de emergência, que isola e suspende a circulação da água e, evidentemente, a sucção, liberando a criança ou até adulto que possa estar preso no ralo de esgotamento.

Parabéns, Senador Dário, pelo trabalho. Como sempre, não é só esse aí, não. Em vários outros nós já tivemos oportunidade também de assisti-lo não só na Relatoria como na proposição de temas importantíssimos aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, Senador Dalirio.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Queria cumprimentar o nosso Dário Berger, por Santa Catarina, que fez um trabalho em profundidade, a várias mãos, uma vez que várias instituições e outros órgãos se uniram em torno da elaboração de uma minuta, de um projeto de lei que, de fato, possa dar segurança à operação das piscinas em clubes e até mesmo em residências particulares.

O bom é sabermos que a tecnologia tem avançado muito, mas, muitas vezes, essa tecnologia só é posta em prática se houver um instrumento de lei que obrigue. Isso surge normalmente em acidentes graves, com perdas de vidas. Nós, como sociedade, sentimo-nos compelidos a criar um instrumento para, de fato, fazer com que tais fatos lamentáveis.

Por isso, o Senador Dário tem nossos cumprimentos por esse trabalho gigantesco e que, com certeza, em sendo aprovado, vai permitir que nós tenhamos muito mais segurança no uso das piscinas que são equipamentos de lazer. Especialmente, as crianças e os jovens vão para se divertir e, de repente, estão exatamente os pais estão pensando que, por estarem numa piscina, estão seguros, livres de quaisquer riscos que poderiam estar correndo se estivessem na rua. E lá, lamentavelmente, está o destino fatal, com a morte de um filho que a gente trata com tanto carinho.

Então, acho que o debate de hoje, nesta Comissão, é extremamente importante por toda a sua repercussão no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Do Senador Dalirio, volto a palavra ao Relator, Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, é só para fazer um agradecimento especial ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Dalirio.

O Senador Dalirio é um companheiro meu, de Santa Catarina, de grandes batalhas e um destacado amigo e companheiro que já assumiu responsabilidades importantíssimas no Estado, não diferente do Senador Flexa Ribeiro, que é um dos destaques de competência e capacidade no Senado Federal, e a quem quero agradecer.

Mas quero agradecer também, sobretudo, ao Cel. Márcio Morato, que está presente aqui e a quem quero render minhas homenagens. Ele é do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, especialista nessa área, e Diretor da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, profundo conhecedor desse assunto e que colaborou substancialmente para a elaboração desse substitutivo, a quem eu gostaria de fazer esse registro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo apresentado.

Senador Dário, acho que, há duas semanas, aprovamos, nesta comissão, outro projeto de autoria de V. Ex^a, que foi com relação àquele pacote de internet que os consumidores que adquirissem o pacote e não utilizassem todo o seu crédito durante o mês perderiam aquele seu dinheiro investido naquele pacote, dando a eles o direito de, dois meses ou sessenta dias após, utilizarem esse crédito. Projeto como esse, de autoria de V. Ex^a, é de uma relevância extraordinária para o nosso povo. E agora V. Ex^a relata esse projeto tão importante.

Tenho dito que nós, aqui no Congresso Nacional, estamos aqui com a missão de criar leis boas para o nosso povo e de fiscalizar o Executivo. Eu ainda lamento que um projeto dessa relevância, desde 2007, esteja aqui nesta Casa, e, até hoje, não foi aprovado. Isso é muito ruim para nós. Qual é o impacto, qual é o custo de um projeto dessa natureza? Praticamente zero. Mas, infelizmente, a Casa não anda, as coisas são um pouco travadas.

Eu quero parabenizar V. Ex^a.

Inclusive V. Ex^a estava lendo o substitutivo, e eu acompanhando. Sou um construtor de longa data. Acho que já construí centenas de piscinas no Centro-Oeste com um todo. Isso serviu de alerta. Já vou conversar com o Presidente do grupo, meu filho.

E aqui também lhe fez um elogio foi esse querido Senador Flexa Ribeiro, que tem como formação Engenharia Civil e sabe também o que ele disse.

Esse projeto está encaminhado para ir a mais uma Comissão, que é a CAS. Se V. Ex^a me permite e os demais companheiro, peço para redigir um requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto nº 71, que disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências.

O Senador Dalirio colocou que um é prazer ver as crianças nadarem. Isso não pode ser um desprazer; tem de ser um prazer mesmo. Eu fiquei encantado com esse projeto. É extremamente simples, mas uma magnitude enorme. Imaginem um pai, conforme V. Ex^a colocou no seu Estado de Santa Catarina, ver uma criança brincando em uma piscina e, de repente, tirá-la de lá sem vida. Isso é uma coisa que não dá para se mensurar o tamanho do desastre.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, estou com este requerimento já assinado por mim. Coloco, então, em votação o requerimento, para que ele vá diretamente ao plenário do Senado Federal, para que nós o aprovemos de imediato. Acredito que a matéria terá de retornar à Câmara, por causa do substitutivo, dessas mudanças necessárias que V. Ex^a colocou.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Vamos ao item 2, um projeto de autoria do Senador Dalirio Beber, que pediu a retirada.

Confere?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Confere. Exatamente. Trazemos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.

Autoria: Deputado Walney Rocha

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº1-CCJ e com três emendas que apresenta.

Observações:

- *Matéria apreciada pela CCJ com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº1-CCJ (de redação);*

- *Posteriormente, a matéria segue ao plenário.)*

Item 3 da pauta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2008****- Não terminativo -**

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com duas emendas.

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE e CAS.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Ataídes de Oliveira, Srs. Senadores, encontra-se neste Colegiado, para exame e decisão, o Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que torna obrigatória, nos rótulos das embalagens de alimentos, a identificação de cores em conformidade com a sua composição nutricional.

No âmbito da antiga CMA, a Senadora Regina Sousa apresentou relatório detalhado com voto pela aprovação do projeto, com duas emendas. Infelizmente, aquele texto não foi avaliado na ocasião.

Assim, por concordarmos com as ponderações da Senadora Regina, transcrevemos quase na íntegra os termos do relatório por ela apresentado.

A proposição acrescenta o §5º ao art. 11 do Decreto-Lei nº 986, de 1969, a fim de criar o selo de identificação, nas cores vermelha, amarela e verde, para aposição nos rótulos das embalagens dos alimentos.

Ao justificar a proposta, o autor, Senador Cristovam Buarque, assinala o incremento expressivo da obesidade, do diabetes e das doenças cardiovasculares.

Argumenta que a falta de tempo e a carência de informação adequada levam as pessoas a consumirem salgadinhos, sanduíches e refrigerantes em vez de pratos saudáveis. Aponta, igualmente, que a escolha de hábitos de alimentação saudável pode contribuir para a redução da gordura





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

abdominal que origina o acúmulo de substâncias nocivas causadoras de resistência à insulina e diabetes.

O projeto, inicialmente, foi encaminhado para o exame da antiga CMA e da CAS, para decisão terminativa deste último Colegiado. No âmbito daquela Comissão, o projeto recebeu parecer favorável do Senador Paulo Davim, com duas emendas, mas não chegou a ser votado, em função de requerimento que resultou no apensamento da proposição a outras de mesmo teor.

Em função da aprovação de outro requerimento, o projeto foi desapensado e voltou a tramitar de forma autônoma. O PLS foi, então, enviado à apreciação da antiga CMA e, posteriormente, será remetido à CAE e à CAS, cabendo à última a decisão terminativa.

Análise, Sr. Presidente.

No tocante ao mérito, é de realçar o aumento significativo da prevalência de obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Como se depreende, a proposta concorre para alertar o consumidor acerca da qualidade dos alimentos a serem ingeridos. Por conseguinte, seu objetivo é promover a educação do consumidor brasileiro no sentido de que ele passe a procurar uma alimentação mais saudável.

A propósito, vê-se que o projeto estabelece um modo simplificado de informar clara e ostensivamente o consumidor sobre a qualidade nutricional do alimento. Observe-se que o PLS atende ao preceito do Código de Defesa do Consumidor que prevê, como direito básico do consumidor, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos, com especificação correta de composição e qualidade, bem como sobre os riscos que apresentam. Além disso, está em consonância com a norma que impõe ao fornecedor o dever de prestar informações, até mesmo sobre os riscos que os produtos apresentam à saúde dos consumidores.

Como se percebe, a proposição está conforme com a Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), que favorece a transparência das relações de consumo.

Assim sendo, entendemos relevante e oportuna a proposição, pois, se aprovada, facilitará a informação dos consumidores a respeito da qualidade dos alimentos, mediante o aperfeiçoamento das suas normas básicas, de maneira a concorrer para o controle dos sérios problemas de saúde pública anteriormente indicados.

À guisa de complementação, registre-se que, em 2006, a Agência Nacional de Alimentos do Reino Unido adotou a codificação por cores (verde, amarela e vermelha) nos rótulos dos alimentos, com o intuito de colaborar com a população para a interpretação dos rótulos e a consequente identificação de alimentos saudáveis. Em 2013, essa orientação foi alterada, de forma a combinar a codificação colorida com as informações nutricionais referentes ao percentual do Valor Diário de Referência (VDR) de calorias, gordura total e saturada, açúcar e sal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entretanto, cumpre-nos ressaltar não ser adequado extrapolar diretamente para a nossa população as conclusões extraídas dos estudos realizados no Reino Unido, conquanto há aspectos culturais que precisam ser considerados. Portanto, para a adoção das cores nos rótulos dos alimentos comercializados em nosso País, é mister realizar pesquisas com vistas à definição das cores mais apropriadas para a aplicação no Território nacional.

Seguindo essa linha, reputamos essencial a apresentação de duas emendas. A primeira pretende aperfeiçoar a redação da ementa, ao passo que a segunda visa a subtrair da proposta a decisão quanto às cores a serem empregadas, remetendo a definição das cores e do Valor Diário de Referência (VDR) para a regulamentação.

Voto, Sr. Presidente.

Por essas razões, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, com as emendas a seguir:

Emenda nº – CTFC.

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, a seguinte redação:

"Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para determinar que os rótulos de alimentos apresentem informações nutricionais em cores diferenciadas de acordo com padrões de alimentação saudável."

A segunda emenda da Comissão tem a seguinte redação:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 11 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso X e §§ 5º e 6º:

‘Art 11.

.....

.....

X – Informações nutricionais.

.....

.....

§ 5º As informações de que trata o inciso X do *caput* deste artigo serão destacadas por meio de cores diferenciadas, de modo a possibilitar sua imediata e fácil compreensão.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo deverá observar padrões de alimentação saudável, inclusive o percentual do Valor Diário de Referência (VDR), conforme regulamento.

Presidente, esse projeto do Senador Cristovam Buarque também, como os outros que aqui são discutidos, é da maior importância para que o consumidor possa visualmente ter a observação de que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aquele alimento tem maior quantidade de gorduras, de sódio ou de algo que venha a trazer malefícios a sua saúde.

No Reino Unido, eles adotaram a visualização pelas cores: vermelho, aqueles que são altamente nefastos; amarelo, que precisam de atenção; e verde, que são liberados para o consumo sem problema.

Nós deixamos, aqui no parecer, através de emenda, que as cores podem ser essas que são utilizadas no Reino Unido ou que o setor ou a sociedade possa vir a sugerir, e também que seja regulamentada a utilização, porque, além de haver a informação para que haja primeiro a visualização pelas cores, vai ter também o teor do VDR de cada alimento que está sendo exposto nas gôndolas dos supermercados, para que o consumidor possa prevenir-se para que tenha uma alimentação a mais saudável possível.

Então quero parabenizar o Senador Cristovam pelo projeto.

O voto é pela aprovação, com as emendas já relatadas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado Senador Flexa.

Em discussão.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não resta dúvida de que essa é uma outra matéria de extrema importância, uma vez que muitas pessoas, ao comprarem os seus produtos, se pautam exatamente pelas referências que existem nas suas embalagens.

Então, com certeza, essa matéria relatada pelo Senador Flexa Ribeiro também vai contribuir, e muito, para permitir que visualmente o cidadão seja chamado à atenção, e depois ele se remete, digamos, à leitura do texto para saber efetivamente qual é o valor calórico diário que um ser humano pode consumir, seja ele verde, amarelo ou vermelho.

O vermelho, digamos, impacta negativamente, mas não significa que o amarelo também não tenha que ser consumido com parcimônia, bem como também o próprio alimento que tenha o selo verde.

Então acho que são matérias importantes que estão sendo hoje tratadas nesta reunião da Comissão e que, com certeza, uma vez aprovadas, também vão contribuir para melhorar cada vez mais esse acesso à informação que é hoje responsabilidade do setor público.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Senador Dalirio e passo a palavra ao Senador Dário.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Dalirio Beber e Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E o interessante é que são do mesmo Estado, amigos de longa data, muita coincidência. Coincidências boas.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É, mas o que mais me impressiona nisso é que poucos me confundem com ele, e sim confundem ele comigo. Invariavelmente! É impressionante! Eventualmente alguém me liga ou liga para o Senador Dalirio relatando um fato estranho a mim, eu digo assim: Olha, você só pode estar falando com o Senador errado, com a pessoa errada. Você liga para o Dalirio Beber que esse assunto certamente é o Dalirio que está tratando.

Mas é só para descontrair um pouco, mas eu quero mais uma vez cumprimentar...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Mas para mim é um prazer ser confundido com o Dário, afinal de contas é uma figura que em Santa Catarina nós todos admiramos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Até porque nunca perdeu uma eleição.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Mas talvez porque...

Bem, deixa para lá. Esse negócio de eleição ainda está longe, não é Dalirio?

Senador Flexa Ribeiro, eu quero transmitir a V. Exª a minha admiração e o meu respeito.

Eu tomei conhecimento de que V. Exª chegou aqui no Senado Federal e, em um curtíssimo espaço de tempo, fez um belo trabalho e depois foi condecorado pelo povo do Pará com um novo mandato...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – E recordista de votos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Recordista de votos! E a impressão que eu tenho de V. Exª é a melhor possível, certamente expressada por seus eleitores, pelo povo do Pará, que o honrou com essa importante missão aqui de desenvolver as suas atividades no Senado Federal. E me chamou atenção o fato de o senhor ser engenheiro e o fato de o senhor ser da iniciativa privada. Eu também sou da iniciativa privada, o Senador Ataídes também é da iniciativa privada.

E eu sempre destinei os meus esforços para equiparar o setor público ao setor privado em termos de desempenho, em termos de agilização, de desburocratização, e talvez seja por isso que eu tive um desempenho satisfatório também de ter vencido todas as eleições majoritárias das quais participei. Eu acho que essa conjugação de público e privado nos dá uma capacidade de síntese e de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

eficiência bastante diferenciada no setor público, porque todos nós sabemos que o setor público é burocrático, não anda, é demorado, é arcaico; seus servidores, num momento de crise como este que estamos vivendo, estão desmotivados; a máquina está emperrada, e as coisas não avançam como gostaríamos que avançassem.

Entretanto, tendo pessoas como V. Ex^a aqui, isso dá um desequilíbrio positivo, dá um "*plus a mais*", como dizia o Senador Casildo Maldaner, quem eu tenho o prazer aqui de substituir e que certamente era um querido e estimado amigo dos senhores. Aí, a vida segue nesse sentido. Portanto, não poderia ter destinado melhor relatoria do que o Senador Flexa Ribeiro, homem competente, dedicado, que honra realmente as cores e a população do seu Estado.

E, com relação ao projeto, quero cumprimentar meu professor. Tenho uma paixão pelo Prof. Cristovam Buarque, apesar de não concordar com ele em pequenos detalhes. Mas o respeito, sei da sua competência, da sua capacidade, da essência que ele carrega pela educação, e eu, mais do que ninguém, sei que a educação é fundamental e é a forma mais adequada de independência de um ser humano, porque é aquela independência conquistada através do saber, através da educação, e só através disso é que o cidadão vai conseguir melhores oportunidades e conquistar o seu espaço na sociedade.

De maneira que esse relatório que V. Ex^a apresenta é importante e fundamental, porque envolve substancialmente a saúde pública, a nossa saúde própria, e nós temos, pela essência da vida, o desejo de viver mais e viver melhor. Nós somos produto daquilo que nós ingerimos, de maneira que esse alerta me parece importante e fundamental nessa evolução que estamos observando da sociedade brasileira.

Portanto, eu quero cumprimentar e parabenizar o autor e, sobretudo, o Senador Flexa Ribeiro pelo brilhante e magnífico relatório que apresenta a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC pela aprovação do projeto, com duas emendas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Flexa Ribeiro, estamos aqui juntos há aproximadamente seis anos. Só uma pequena discordância durante todo esse tempo: Sistema S. Sempre protegeu o Sistema S. Ultimamente, ele





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

está convencido de que nós temos de fazer algumas correções nesse sistema tão importante, mas o Flexa realmente é uma *persona* boa.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Nós vamos convencê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, mas ele, ultimamente, está bem convencido.

Parabenizo-o pelo projeto, Senador Flexa Ribeiro. É um projeto também de grande relevância, não é? A princípio, às vezes, achamos que o projeto é muito simples, mas, quando você vai na essência dele, você vê, como esse das piscinas, que também se está tratando da vida, que é atribuição desta douta Comissão, como defesa do consumidor. E essas cores vermelha, amarela e verde são referências no mundo. Só não na Inglaterra. De forma que eu acho que aqui também deve prevalecer, porque, quando vemos o vermelho, falamos "opa, ali já não pode". Não é?

Vamos, então, dar sequência aos itens da pauta.

Vamos ao Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

Também um projeto muitíssimo importante.

Com a palavra o Senador Dalirio Beber.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Esse vem em direção contrária. Ou seja, nós aqui estamos opinando pela rejeição do projeto. Mas vamos à leitura do nosso relatório.

O art. 1º propõe o acréscimo de art. 59-A à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, com o intuito de que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com potencial de desencadear reações alérgicas.

O art. 2º estipula que a lei que eventualmente se originar da proposta passará a vigor após decorridos 180 dias da data de sua publicação oficial.

Ao justificar a iniciativa, o autor menciona o advento da Resolução da Diretoria Colegiada nº 26, de 2 de julho de 2015, editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares. E pondera a respeito da necessidade de estender essa obrigatoriedade aos medicamentos, às drogas, aos insumos farmacêuticos e correlatos, aos cosméticos, aos saneantes e a outros produtos.

Análise.

Por força do disposto no art. 102-A, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 3, de 2017, compete à Comissão presente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor, especialmente estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores.

Para o exame da matéria, passamos a expor uma síntese da legislação atinente à rotulagem de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e outros produtos correlatos.

Da ótica consumerista, observe-se que o acesso a informações completas sobre produtos ofertados constitui direito básico do consumidor, assegurado pelo art. 6º, inciso III, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que é o nosso Código de Defesa do Consumidor.

Nesse sentido, o art. 31, *caput*, da lei consumerista, impõe ao fornecedor o dever de prestar informações ao consumidor, de modo claro, ostensivo e em língua portuguesa, acerca das características atinentes aos produtos ofertados, inclusive quanto à sua composição, assim como sobre os riscos que apresentem à saúde e segurança dos consumidores.

Além disso, a Política Nacional das Relações de Consumo tem como um de seus objetivos a transparência das relações de consumo, reconhecendo a vulnerabilidade do consumidor no mercado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os fornecedores que desrespeitarem as normas de defesa do consumidor, por força do disposto no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, ficam sujeitos a sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas. São elas, conforme o caso: multa; apreensão do produto; inutilização do produto; cassação do registro do produto junto ao órgão competente; proibição de fabricação do produto; suspensão de fornecimento de produtos ou serviço; suspensão temporária de atividade; revogação de concessão ou permissão de uso; cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; intervenção administrativa; e imposição de contrapropaganda.

No tocante à legislação sanitária, mencione-se que a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde.

Em particular, em relação aos medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e outros produtos correlatos, conforme o disposto no art. 8º, §1º, incisos I, III e IV, da referida norma, eles são considerados bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Anvisa, que detém a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar esses produtos. Incumbe à Anvisa estabelecer regras (art. 7º, inciso III) e, à sua Diretoria Colegiada, editar normas sobre temas de competência da Agência.

Ademais, na hipótese de risco iminente à saúde ou de ofensa à legislação pertinente, a Agência tem o poder de proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos.

Já o art. 10, inciso XV, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, define como infração sanitária rotular medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes, entre outros, contrariando as normas legais e regulamentares. As penas previstas são: advertência, inutilização, interdição e/ou multa.

Por conseguinte, entre as matérias de competência normativa da Anvisa, insere-se o disciplinamento relativo à obrigatoriedade de advertência, nos rótulos de produtos, sobre a presença de substâncias com potencial de provocar reações alérgicas.

No que concerne especificamente aos medicamentos, a Diretoria Colegiada da Anvisa expediu a RDC nº 137, de 29 de maio de 2003, que regulamenta a presença de advertências nas bulas e embalagens, sob pena de não concessão ou renovação do respectivo registro sanitário.

Cumpra destacar, ainda, que os regulamentos sanitários são harmonizados no domínio do Mercado Comum do Sul (Mercosul), com o propósito de zelar pela proteção e saúde dos consumidores e de facilitar o comércio entre os países do Cone Sul.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As resoluções do Grupo Mercado Comum (GMC) – órgão decisório executivo do Mercosul – referentes ao tema, com as respectivas normas de caráter infralegal que as incorporaram ao ordenamento jurídico nacional, são as seguintes:

- Resolução nº 36, de 2004, que é o Regulamento Técnico Mercosul sobre rotulagem obrigatória geral para produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, e Resolução nº 36, de 1999, é o Regulamento Técnico Mercosul sobre rotulagem específica para produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, incorporadas pela RDC nº 7, de 2015; e

- Resolução nº 47, de 2007, que é o Regulamento Técnico Mercosul para produtos de limpeza, incorporada pela RDC nº 40, de 2008.

Como se depreende, a rotulagem de produtos é amplamente tratada em normas infralegais e nas Resoluções GMC. Da perspectiva consumerista, percebe-se, igualmente, a diligência do legislador em relação à proteção, à saúde e à segurança do consumidor. Ademais, desde 1977, foi configurada como infração sanitária a rotulagem de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e outros produtos correlatos em desacordo com as normas legais e regulamentares.

Desse modo, consideramos que o objeto da proposição em comento está adequadamente regulado mediante normas infralegais editadas pela Anvisa – que são a espécie normativa apropriada ao tema – e devidamente harmonizadas no âmbito do Mercosul.

Por conseguinte, eventual aprimoramento da disciplina, se meritório, também deveria ser feito mediante norma infralegal, a ser editada pela Diretoria Colegiada da Anvisa, órgão a quem cabe o papel regulamentador. Além disso, a legislação nacional sobre a rotulagem de produtos deve ser compatibilizada com base nos respectivos instrumentos harmonizados no Mercosul. Qualquer alteração nesses regulamentos requer discussão e consenso no âmbito do Mercosul.

Em conclusão, entendemos não ser oportuno o disciplinamento proposto pelo PLS nº 350, de 2016.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2016.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª, Senador Dalirio.

Em discussão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir, aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CTFC, pela rejeição do projeto.

A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais.

A princípio, Senador Dalirio, eu disse que o projeto também é meritório, mas V. Ex^a, no relatório, deixa muito claro que nós temos leis em abundância que asseguram o consumidor.

Dessa forma, eu o parablenzo pelo relatório e me coaduno com V. Ex^a na íntegra.

Vamos, então, ao item 7 da pauta, que é de relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, de 2011

- Terminativo -

Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião de 16/08/2017;

- A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

- Matéria apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto.

É terminativo, mas nós podemos fazer a votação simbólica.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Ataídes Oliveira, Srs. Senadores, encontra-se nesta Comissão, para exame e decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer.

A proposição propõe o acréscimo de §6º ao art. 43 do Código de Defesa do Consumidor, com o objetivo de garantir ao consumidor o acesso gratuito às informações de que trata o *caput* do mencionado art. 43, por meio da internet.

Ao justificá-la, o autor da proposição pondera sobre a abusividade da cobrança ao consumidor por consulta (via internet) às informações de seu próprio inadimplemento porventura existentes nos bancos de dados de proteção ao crédito.

Assinala, também, que, apesar de o acesso a essas informações impor custos (marginais e não significativos) às empresas, a medida beneficiaria muito os próprios financiadores, dado que a facilitação do acesso do consumidor mediante a concessão de gratuidade incentiva a resolução de vários casos de inadimplência.

Inicialmente, o projeto foi distribuído à CCT e a este Colegiado, em decisão terminativa.

Na CCT, o PLS foi aprovado e enviado à antiga Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

No âmbito da CMA, o Senador Alvaro Dias apresentou relatório favorável, que não chegou a ser votado, em razão da aprovação do apensamento do projeto aos PLS nºs 281, 282 e 283, todos de 2012, e de iniciativa do Senador José Sarney, resultantes do trabalho da comissão de juristas incumbida da atualização do Código de Defesa do Consumidor.

Em 2015, o Plenário concluiu pelo seu desapensamento, e o PLS voltou a ter tramitação autônoma.

Análise, Sr. Presidente.

De imediato, cabe salientar a pertinência da proposição, porquanto é inaceitável que se proceda à cobrança ao consumidor pelo acesso às informações sobre ele arquivadas em arquivos de inadimplência. À época da apresentação da proposta, cobrava-se por essa consulta. Em nosso entendimento, o autor acertadamente suscitou o debate sobre o tema.

Em relação à constitucionalidade, o PLS está em conformidade com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa. Além disso, consideramos que não infringe, no aspecto material, qualquer disposição do Texto Constitucional.

Cumpre-nos, no entanto, registrar o advento do Decreto nº 7.829, de 17 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011 (Lei do Cadastro Positivo).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No Capítulo V, que trata do dever e da responsabilidade do gestor de banco de dados, o art. 10 prevê que esse deverá disponibilizar em seus sítios eletrônicos para consulta do cadastrado, com acesso formalizado, de maneira segura e gratuita: 1) as informações sobre o cadastrado constantes do banco de dados no momento da solicitação; 2) a indicação das fontes que encaminharam informações sobre o cadastrado; 3) a indicação dos gestores dos bancos de dados com os quais as informações foram compartilhadas; e 4) a indicação clara dos consulentes que tiveram acesso ao histórico de crédito do cadastrado nos seis meses anteriores. Essas informações também poderão ser acessadas, gratuitamente, por telefone.

Entendemos que, por analogia, é aplicável o decreto aos arquivos de consumidores inadimplentes.

A nosso ver, apesar de um decreto poder ser alterado ou revogado pelo Presidente da República e de a lei gozar de maior estabilidade jurídica, consideramos que o decreto já regula suficientemente o tema, além de constituir o instrumento normativo mais adequado para cuidar do assunto em questão.

Resta-nos assinalar que o PLS é anterior à edição do referido decreto.

Assim, parece resultar prejudicado o PLS nº 470, de 2011.

Para corroborar nosso raciocínio, é de mencionar que a Serasa Experian, em seu sítio oficial (www.serasaconsumidor.com.br), já disponibiliza ao consumidor a consulta gratuita às informações sobre ele arquivadas.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2011.

Presidente, Senador Ataídes, esse projeto é de autoria do Senador Paulo Bauer, o terceiro Senador de Santa Catarina. Estão aqui o Senador Dalirio, o Senador Dário e o terceiro, o Senador Paulo Bauer, os três Senadores, todos da maior competência na representação daquele querido Estado, o Estado de melhor qualidade de vida do nosso País.

Então, realmente, quero parabenizar os três e dizer que a iniciativa do Senador Paulo Bauer, à época em que fez o projeto, era da maior relevância. Objetivava tornar gratuitas e de fácil acesso as informações de inadimplência – em que às vezes você está e não sabe, não tem conhecimento, não tanto pelo que você assume de compromisso, algo de que você deve ter o acompanhamento, mas às vezes você dá um aval ou assume como corresponsável alguma coisa, um débito, o responsável não honra o débito, esse débito não é quitado, e você acaba sendo inscrito na inadimplência sem realmente ter esse acompanhamento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o Senador Paulo Bauer, lá, à época, fez esse projeto e, logo depois, veio a lei e o decreto que regulamentaram obrigando a disponibilização da informação gratuitamente.

E o Senador Dário, quando leu o parecer da questão das piscinas, fez referência a isto. O projeto que ele relatou agora me parece – se não me falha a memória, Senador Dário – que estava há sete anos tramitando aqui no Senado, no Congresso.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Ele foi apensado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

É o mesmo caso aqui: apensa, desapensa.

Esse apensamento, às vezes, é utilizado para procrastinar o andamento do projeto. "Ah, o projeto andou nas comissões, aí vamos apensá-lo no outro ali, que é para voltar para as comissões novamente."

Então, este aqui, do Senador Paulo Bauer, é de 2011, estamos em 2017, então são seis anos – perde por um ano do seu, Senador Dário, sobre o qual fez parecer.

Então, está prejudicado.

Fico muito triste de ter que dar um voto pela prejudicialidade duma proposta da maior importância, mas lamentavelmente já está definida a gratuidade e o acesso à informação a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para discutir.) – Eu acho que, naquele momento, o Senador Paulo Bauer estava motivado a apresentar um projeto de lei que sanasse esse problema de dúvida e de dificuldade que todos nós podemos passar a ter, ou seja, ter acesso à própria informação, à informação pessoal. Não se tratava aí de alguém que buscasse informação a respeito de terceiros, mas só à própria situação, até porque a regularização de qualquer pendência que fosse apontada teria que ocorrer por iniciativa do apontado, do inscrito.

O Senador Paulo Bauer também apresentou, naquela oportunidade, um outro projeto de lei de grande importância que era com relação à não tributação dos medicamentos, ou seja, hoje os medicamentos usados pelos seres humanos têm uma tributação alta e, muitas vezes, os medicamentos usados para os animais, de uso veterinário, têm isenção. Lamentavelmente esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

projeto ainda não conseguiu tramitar a ponto de podermos ter o oferecimento à população brasileira de medicamentos bem mais baratos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Ex^ª, Senador Dalirio.

Encerrada a discussão, a matéria está em votação, com o relatório pela prejudicialidade do projeto.

A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela declaração da prejudicialidade da matéria.

E volto aqui novamente a salientar, Senador Flexa Ribeiro e demais colegas, que o Congresso Nacional deveria, ou melhor, deve ser mais célere nessas nossas demandas. Eu cheguei à Casa há seis anos, e eu acredito que nós temos aí algo em torno de 30 projetos que eu julgo de grande relevância, e, lamentavelmente, até hoje, nenhum – nenhum – projeto foi ao plenário do Senado Federal.

Certa vez, conversando com um colega nosso, que já está aqui no seu segundo mandato de Senador, que foi inclusive Presidente da Casa, ele me disse que, durante 13 anos, ele nunca teve um projeto aprovado aqui no Congresso Nacional. Então, isso realmente é lamentável.

Nós precisamos mudar este conceito. E o povo brasileiro sabe disso, os nossos irmãos brasileiros sabem dessa nossa ineficiência, dessa demora no julgamento desses projetos de lei importantes para o nosso País. E prova disso é que, lamentavelmente, o Congresso Nacional está no penúltimo lugar em credibilidade. E, depois do Congresso Nacional, então, estamos nós perante a sociedade. Mas eu sou otimista de natureza e eu percebo que o Brasil mudou e que nós vamos também mudar esse conceito com relação ao Congresso Nacional e a nós, políticos. Eu imagino que nós estamos caminhando para isso.

Mas é lamentável ver um projeto como esse da relatoria do Senador Dário, desde 2007, ou seja, dez anos, e ainda aqui, nesta Comissão. E esse que V. Ex^ª, Senador Flexa, acabou de relatar do nosso companheiro Senador Paulo Bauer, na época tão importante, e ele acabou caducando aqui dentro. Eu espero que a gente mude isso. Agora, isso depende muito da Presidência do Congresso Nacional, dos Presidentes das duas Casas. Vamos cobrar isso um pouco mais em plenário, vamos mostrar mais para a sociedade projetos como esses, que estão caducando aqui dentro, de extrema importância para o nosso povo.

Portanto, não havendo mais nada a deliberar, encerro a reunião, agradecendo a Deus e a todos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia dois de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Gladson Cameli, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para definir prazo da guarda provisória no procedimento de adoção." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de sessão conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), em 10 de agosto de 2017, em





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

atendimento ao RRE 22 e ao RDH 72, ambos de 2017." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Situação dos Direitos dos Povos Indígenas do Brasil." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater "O corte orçamentário e a inviabilização do combate ao trabalho escravo, infantil e outras violações de direitos." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater " A acessibilidade aos meios de transportes". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 80 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater "A situação financeira da Universidade Federal da Integração Latino – Americano – Unila, Universidade Federal da Integração Luso- Afro Brasileira (UNILAB) e dos Institutos Federais do Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 82 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, o encerramento da Subcomissão Temporária criada por meio do Requerimento nº 142 de 2015, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 83 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 73, combinado com o inciso I do art. 76, do RISF, a criação de Subcomissão Temporária para aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentação do relatório dos trabalhos da CDH. Finalidade: Apresentação do Relatório dos trabalhos da CDH do primeiro período do Biênio 2017-2018. Resultado: Relatório apresentado. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e os Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A reunião está prevista em duas partes. Nós vamos inverter. A primeira seria deliberativa. A gente vai deixar para depois. Vamos fazer apresentação do relatório dos trabalhos da Comissão no primeiro período de 2017.

Antes de iniciarmos, quero comunicar do recebimento, na Secretaria da CDH, dos seguintes documentos: da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), uma moção de repúdio ao Governo do DF pela repressão aos militares. (*Pausa.*)

Da Câmara Municipal de São José dos Campos, São Paulo, uma moção de repúdio à violência contra trabalhadores rurais de um assentamento na cidade de Colniza, Mato Grosso, onde foram brutalmente assassinadas nove pessoas, em abril deste ano.

Do Conselho Estadual do Direito do Idoso do Paraná, solicitando adequação da legislação federal em relação ao transporte interestadual para que a gratuidade nesse tipo de transporte possa ser realmente efetivada, sugerindo a exclusão da palavra "convencional" ou a inclusão do executivo e demais categorias.

Isso aqui seria mudança de lei.

Do Ministério dos Direitos Humanos, solicitando agilidade na aprovação do PLS nº 470, de 2013, que tem por objetivo garantir direitos à população LGBT.

Do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, o relatório sobre direitos dos povos indígenas e comunidades quilombolas da Região Sul. O relatório se encontra à disposição de todos os Senadores que queiram ler na íntegra cada documento.

Nós vamos, então, inverter. Vamos fazer a apresentação do relatório de desempenho da Comissão, do primeiro período de 2017, do biênio 2017-2018.

Acabou virando um *slogan*, "dar voz a quem não tem e dar visibilidade aos invisíveis". (*Falha na gravação.*)

Depois a gente vai passar também os dados, só para que fiquem registrados os principais temas que foram abordados.

Neste Biênio 2017-2018, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal estará sob a Presidência desta Senadora e Vice-Presidência do Senador Paulo Paim, eleitos na 1ª Reunião, em 14 de março de 2017. Nosso objetivo é dar voz a quem não tem, dar visibilidade aos invisíveis.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para isso, nosso foco se põe em temas de grande repercussão nacional, trazendo para o âmbito da CDH as discussões mais palpitantes da sociedade brasileira e ampliando seu escopo de proteção às minorias.

Ao longo do biênio, a atuação da Comissão será apresentada em quatro relatórios de periodicidade semestral. Este é o primeiro relatório.

Entre fevereiro e julho de 2017, a CDH e suas subcomissões realizaram 48 reuniões, entre audiências públicas e reuniões deliberativas, alcançando resultados bastante positivos e de significativa relevância social. Foram 32 audiências públicas com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater temas instigantes e bastante variados.

Todas essas audiências foram interativas, garantindo a participação pelo portal e-Cidadania e pelo Alô Senado. E a resposta foi muito ativa e intensa. Centenas de internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores convidados, que incluíram autoridades governamentais, acadêmicos, religiosos, artistas, sindicalistas e representantes dos movimentos sociais diversos.

As audiências compuseram grandes temas de atuação da CDH: reforma trabalhista e reforma previdenciária e seus impactos sobre a vida dos brasileiros, em especial mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, profissionais da segurança pública, da saúde, professores e trabalhadores rurais, debatendo ainda a liberdade sindical; violência contra minorias, com foco na criminalização dos movimentos sociais, nas recentes chacinas de trabalhadores rurais no Mato Grosso e no Pará, e na violação dos direitos dos povos Indígenas; direitos das pessoas com deficiência, com vistas à regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência; saúde, discutindo a utilização do amianto no Brasil, o desabastecimento de penicilina, a perícia médica e a revisão de benefícios previdenciários; educação, com foco nas cotas para as universidades; economia e meio ambiente, trazendo ao debate a Operação Carne Fraca, a situação dos polos navais, o Dia da Mãe Terra e a importância do desmatamento zero para o Brasil; outros temas de interesse social, como crimes virtuais, terceirização no Senado Federal e audiência de custódia.

Diversas recomendações e questionamentos dessas audiências públicas foram encaminhados às autoridades pertinentes, mediante 25 ofícios da Presidência da CDH. As respostas recebidas foram repassadas aos debatedores que compuseram as mesas das respectivas reuniões e permanecem nos arquivos da Comissão, à disposição de seus membros. Além disso, houve o lançamento do livro *O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas na vida dos brasileiros*, de autoria do Senador Paulo Paim.

A Comissão realizou 16 reuniões deliberativas, examinando proposições legislativas, sendo 15 projetos de lei, sendo 13 oriundos do Senado; 7 sugestões legislativas enviadas por cidadãos; 79 requerimentos de Senadores membros da Comissão.

Acho que valia a pena incluir depois, no relatório, o lançamento do livro *Os fuzis e as flechas*, um ato importante que o Senador João Capiberibe trouxe.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, a CDH aprovou quatro emendas de texto e duas emendas ao anexo de metas e prioridades à LDO, objetivando elevação das metas nas ações orçamentárias de promoção de políticas de igualdade e de direitos das mulheres e de apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Uma importante função da CDH é a análise das propostas legislativas enviadas pelos cidadãos por meio do portal e-Cidadania do Senado. As propostas têm o prazo de quatro meses para receber o apoio de 20 mil outros internautas. Aquelas que atingem esse número vêm para a Comissão como sugestões legislativas e são debatidas pelos Senadores. Se receber parecer pela aprovação, passa a tramitar como projeto de lei. Nesse primeiro semestre de 2017, mais de 8.600 cidadãos apresentaram quase 11.800 ideias legislativas. Esse resultado se agiganta na comparação com os dados anteriores, desde o surgimento apresentaram 11.973 ideias legislativas. (*Falha na gravação.*)

... que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens.

Sugestão nº 7, de 2016, para "proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de banda larga fixa".

Sugestão nº 10, de 2015, que "concede anistia aos ex-empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, demitidos sem justa causa, com e sem incentivos, nos programas de desestatização dos governos neoliberais".

Como políticas públicas a serem acompanhadas no ano de 2017, a CDH elegeu as de encarceramento, na Resolução 27, de 2017, e de erradicação do trabalho escravo, no Requerimento 26, de 2017, cujas relatorias ficaram a cargo dos Senadores Ângela Portela e Paulo Rocha, respectivamente.

A Comissão também recebeu, no período, diversas denúncias referentes a violações de direitos humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências visando a seu esclarecimento e solução.

E, ainda, realizou sete diligências para discutir as reformas trabalhista e previdenciária, que aconteceram em Natal, João Pessoa, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Belo Horizonte e Salvador, sempre a cargo do Senador Paulo Paim.

Nas páginas seguintes, apresentam-se os resultados sistematizados, conforme os grandes temas nesse período, com as audiências públicas realizadas, as matérias apreciadas e os requerimentos aprovados por tema. Ao final, a listagem de todas as reuniões realizadas em ordem cronológica e a composição da Comissão.

É o resumo do relatório.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A gente vai passar rapidamente o quadro, só para... Na reforma trabalhista, nós fizemos seis audiências públicas, 73 convidados, sete diligências, cinco requerimentos e o lançamento de um livro do Senador Paim que tem a ver com as reformas também. Então, foi um trabalho grande em relação à reforma.

Na previdenciária, a mesma coisa: a gente discutiu a PEC 287, que altera os critérios para aposentadoria e cálculo dos benefícios. Foram nove audiências públicas – acho que já foram mais, até, depois da que já fizemos nesta semana –, 144 convidados, sete diligências, sete requerimentos; teve abertura da CPI da Previdência, anunciada pelo Senador Paulo Paim, também na audiência.

Então, pode passar.

Vamos fazer uma leitura rápida, que nós temos que aproveitar para votar algumas coisas: também discutimos a violência contra as minorias, os conflitos, as chacinhas, em cinco audiências públicas, com 32 convidados, 16 requerimentos, dois projetos de lei e três sugestões. A questão do Mato Grosso é muito discutida, e a diligência foi feita pela comissão da Câmara, com quem a gente faz parceria.

Direitos da pessoa com deficiência, é a questão da inclusão: teve uma audiência pública, dez convidados, dois requerimentos e seis projetos de lei.

Questão da inserção das minorias, a democratização do acesso: teve audiência pública, cinco requerimentos também, dois projetos.

Pode passar.

A saúde como direito humano fundamental: três audiências públicas, 28 convidados, nove requerimentos, um PL e uma sugestão.

Meio ambiente. É a questão da sustentabilidade, a saúde do Planeta, a dignidade humana: quatro audiências públicas, 37 convidados, nove requerimentos. Fizemos audiência sobre o Dia Internacional da Mãe Terra, onde se discutiu bastante o desmatamento.

E outros temas também, de interesse social: quatro audiências públicas, 25 convidados e 26 requerimentos, quatro PLs e três sugestões.

E aí, tem a composição da Comissão, que tem um Bloco que não indicou ninguém, é bom fixar bastante esse quadro: tem um Bloco aqui, do PSDB e do DEM, que não indicou; nenhum dos dois partidos indicou ninguém. Isso significa, eu só posso entender, que direitos humanos não é pauta desses partidos, não é? Então, isso é importantíssimo frisar. Já fizemos ofício à Presidência, para que ela nomeie, indique, porque ela tem essa prerrogativa de indicar...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pessoal da imprensa, faz uma foto aí, dessa página aí.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Todos os Blocos indicaram algumas pessoas. Nem todo mundo indicou completo. Só está completo o nosso Bloco, da Resistência Democrática, mas não indicar ninguém significa um menosprezo à pauta de direitos humanos, não é? E a gente...

E tenho cobrado muito no plenário. Já fiz ofício ao Presidente pedindo que ele indique os membros da Comissão. A gente tem muita dificuldade de quórum porque não está completo o quadro da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, já disseram aqui nesta Casa que esta seria a Comissão mais importante de todas, porque ela cuida da vida. Por isso, é direitos humanos. Por isso, eu lamento e fico na mesma linha de V. Exª, protestando contra a não indicação dos membros desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Alguém quer fazer algum comentário do relatório?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, eu quero parabenizar todos e todas da Comissão, nas pessoas, evidentemente, da Senadora Regina e do Senador Paim, nossa Presidente e nosso Vice-Presidente, pelo compromisso, pela dedicação com que têm coordenado os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, Comissão importantíssima, que cumpre um papel muito importante, como disse o Senador Paim, até porque é a Comissão que trata mais de perto da cidadania – não é, Paim? –, da dignidade das pessoas e, portanto, da vida, como V. Exª está colocando. E, por fim, dispensa comentários o papel mais estratégico que ela desempenhou, considerando os tempos que nós estamos vivendo, esses tempos de exceção, Estado de exceção, tanto que a outra Casa, neste exato momento, está se posicionando frente a uma denúncia gravíssima contra um Presidente em exercício, denúncia de corrupção. E para revolta, Senadora Regina, tudo indica que, inclusive, a Câmara dos Deputados vai passar a mão na cabeça.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Fechou ontem com a Medida Provisória 793, que, praticamente, dispensa todas as dívidas previdenciárias, mais de 6 bilhões de renúncia, quando a reforma da previdência está aí.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É horrível. É uma negociata atrás de outra. É um balcão de negócios. É escuso, espúrio o método que ele vem utilizando. Mas só dizer que, exatamente em função desses tempos que nós estamos vivendo, de tanta ameaça, de tanta retirada de direitos sociais do povo brasileiro, por isso mesmo, a Comissão desempenhou um papel mais importante ainda. E o relatório é a tradução disso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só para cumprimentar V. Exª pela condução desta Comissão neste período. O tema dos direitos humanos nunca foi tão importante, principalmente em uma temporada em que os direitos humanos estão sob ameaça. Direitos humanos têm respeito à declaração civilizatória que fundou o Estado de direito como nós conhecemos hoje. É o direito à proteção à vida. Então, nunca foi tão importante esta Comissão funcionar, mesmo contra a vontade de alguns. Aliás, até a não indicação de membros para esta Comissão demonstra a vontade clara de alguns que querem que esta Comissão não funcione. Então, queria cumprimentar V. Exª por, com o apoio de outros colegas Senadores, como o Senador Paim, sustentar a continuação desta Comissão, fundamental num frente de resistência que todos nós brasileiros precisamos neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador. Eu tenho sempre dito que aqui é o espaço de acolhimento de todas as pessoas, das aflições, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras, e das minorias, dos povos indígenas.

Então, tem sido a Casa acolhedora esta Comissão, onde eles encontram espaço, aonde eles conseguem chegar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina, eu não poderia deixar de fazer um comentário rápido – eu falei primeiro do painel – dos trabalhos realizados por esta Comissão, especialmente por V. Exª, que, além de coordenar todos os trabalhos do seu Estado, também aqui tem feito um trabalho exemplar, excelente, dando autonomia para que todos os Senadores possam desenvolver a sua área de atuação, adotando um critério que sempre adotei. Mas nem sempre os Presidentes que assumiram adotaram. V. Exª adotou na íntegra, fez requerimento, quer presidir, pode presidir, não quer presidir, eu presido. V. Exª é de uma grandeza dos líderes. Eu sempre digo que ser líder não significa ser arrogante, achar que é o dono da verdade e que sabe tudo, mas ter a humildade, a grandeza e a sabedoria que V. Exª tem.

Então, este relatório representa a capacidade de V. Exª de coordenar, elaborar, dar espaços para todos. Eu não esperava nada diferente de V. Exª. Por isso ficam aqui meus cumprimentos pelo trabalho e esse belo relatório que eu tenho a alegria de constar na capa aqui junto com V. Exª. Sou feliz em saber que sou seu liderado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim. Não teria acontecido sem a sua colaboração. Todos os Senadores, mas o senhor tem sido um parceiro muito importante nessa fase tão difícil deste País. O senhor tem feito essas viagens que nem sempre eu posso fazer. Então, tem sido muito importante para a Comissão.

Há quórum para votar. Então, vamos começar.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 48ª e da 49ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Submeto à votação a inclusão extrapauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Qual requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Existem alguns. Há inclusive um de minha autoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A senhora poderia nominá-los?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – José Medeiros, já foi lido. Ele não é extrapauta, é da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu só queria, Presidente, em relação a este requerimento, arguir o art. 242 do Regimento da Casa. O 242 do Regimento da Casa diz: "O projeto ou requerimento de autoria individual de Senador, salvo requerimento de licença e de autorização para o desempenho de missão, só será lido [e por consequência votado] quando presente seu autor".

Como no caso o autor não está presente, parece-me que o requerimento fica prejudicado.

Caso o autor compareça para apreciação deste requerimento, eu tenho o maior prazer em debater com o autor minhas contra-argumentações a este requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exatamente. Por isso que eu entrei com o extrapauta, porque ele disse que viria. Então vamos começar pelo extrapauta, porque há um requerimento meu inclusive. E





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

eu convidaria o Senador Paim para conduzir aqui, para eu poder justificar o meu requerimento. Vamos concluir a votação do extrapauta, porque quando eu estava falando, não cheguei a colocá-lo em votação.

Aqueles que aprovam a inclusão de requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paim, paço a Presidência para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, passamos à Senadora Regina Sousa, para que ela possa encaminhar o seu requerimento. É o Requerimento nº 78, de 2017.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Situação dos Direitos dos Povos Indígenas do Brasil.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: primeiro, liderança indígena da coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); segundo, Drª Lia Zanotta, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); terceiro, Dr. Luciano Mariz Maia, coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais; e, quarto, Dr. Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, Defensor Público Federal e Secretário-Geral de Articulação Institucional.

Senadora Regina com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Essa foi uma demanda das lideranças indígenas. Mais do que nunca, os povos indígenas estão aflitos com todas as questões que dizem respeito principalmente à demarcação das terras; e tem aí o parecer da AGU que foi recolocado na questão da demarcação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, acho justo, porque é o Dia Internacional dos Povos Indígenas – não é só no Brasil –, e aí a gente resolveu atender e fazer essa audiência pública na próxima semana, que é no dia 8, Dia Internacional dos Povos Indígenas, e atendendo a um requerimento deles. E é justo porque há muitos problemas na questão das terras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Volta para a Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Nós vamos voltar para a pauta. Depois, nós temos outros requerimentos extrapauta, mas o Senador Medeiros chegou. Estão o Senador Medeiros e o Senador Randolfe. A pauta diz respeito muito a eles. Então, eu vou voltar para os requerimentos da pauta.

Vou começar com os requerimentos. Depois, nós temos projetos não terminativos. Dois, não é? Não, só um, que a gente pode votar também, porque é do Senador Medeiros – eu acho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª me permite.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um minutinho.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O Senador Medeiros me comunica que foi aprovado também na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como já tinha informado anteriormente, requerimento de igual teor ao que foi aprovado aqui.

Na verdade, diante disso, diante de aprovação de um outro requerimento lá, seria até intempestivo, porque é prática na Casa não realizar audiência conjunta. Então, antecipo-me inclusive ao Senador José Medeiros, dizendo que de minha parte não vejo problema em debatermos conjuntamente isso. Eu acho que só tem que ajustar o calendário para debate por parte desta Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não tendo óbice por parte desta Comissão, para mim o objetivo maior dessa audiência pública é que venham os Ministros e que prestem os esclarecimentos que foram solicitados no requerimento que protocolizamos. Então, para mim é indiferente se é em uma Comissão, se é em outra Comissão ou se é nas duas Comissões juntas. Para mim o mais importante é que tenha o esclarecimento que estamos reivindicando no requerimento. Então, se houver acordo da parte da Comissão e não tendo outra agenda e outro calendário, de minha parte...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos um problema sério porque já temos marcada uma audiência da Senadora Fátima – ela não está aqui – no dia 10 também, a não ser que víssemos os horários. Qual é o horário que está previsto lá?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Na quinta...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Na Comissão de Relações Exteriores eu não sei o horário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Comissão de Direitos Humanos tem a agenda da Senadora Fátima para discutir a questão quilombola – não é isso? –, que é no dia 10 também.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Na CRE, nove da manhã.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E aqui? Eu sei que tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pergunto ao Senador Medeiros e pergunto a V. Exª se teria acordo para a quinta seguinte?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tem?

Resolvido então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Tudo bem e aí compatibiliza com a CDH.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, dia 17 conjunta da CDH e CRE. Não é isso? Só preciso votar para formalizar, não é?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não. Acho que aí é indiferente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento do Senador Medeiros.

ITEM 14**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, de 2017****- Não terminativo -**

Requer, nos termos regimentais, a realização de sessão conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), em 17 de agosto de 2017, em atendimento ao RRE 22 e ao RDH 72, ambos de 2017.

Autoria: Senador José Medeiros.

O requerimento lido é do Senador Medeiros, de audiência pública conjunta da CDH e da CRE, no dia 17 de agosto, às 9 horas. As duas Comissões, conjuntamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quem for a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ia só falar para cumprimentar os dois aqui que muitas vezes divergem no Plenário, e eu dificilmente divirjo dos dois. (*Risos.*)

Eu não entro na polêmica deles, mas eu acompanho quase 99,9%, 100% do Randolfe e não é em todos os casos, não, Senador Medeiros, há muitos casos em que votamos juntos.

Queria cumprimentar só esse entendimento e esse acordo...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Acho que é fruto da paciência também. Se a gente tivesse se afoado naquelas datas, naquela disputa votada... A gente foi construindo, construindo e chegou agora a um ponto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com esse entendimento todos ganham.

Parabéns a ambos e a V. Ex^a, Presidente, que coordenou os trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito obrigada.

Vamos então ao item 13 da pauta que é o único não terminativo. Todos os outros são terminativos.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para definir prazo da guarda provisória no procedimento de adoção.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 371, de 2016, de autoria do Senador Aécio Neves.

A iniciativa pretende acrescentar um novo parágrafo ao art. 167 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), com o objetivo de estender a validade da guarda provisória no procedimento de adoção até a prolação da sentença, ressalvas as hipóteses de revogação ou modificação da medida mediante ato judicial fundamentado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na justificação, o autor argumenta que, no processo de adoção, a concessão da guarda provisória pode marcar o início do estágio de convivência com o adotando, quando a criança ou adolescente efetivamente é entregue aos cuidados da família pretendente à adoção. Afirma, ainda, que o instituto confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários. No seu entendimento, porém, o fato de a guarda provisória poder ser deferida por tempo determinado, a critério do magistrado, gera uma dificuldade extra às famílias adotantes, que têm de se dirigir ao Judiciário em busca da renovação da medida. Para o autor, a proposição busca solucionar esse problema, pois a guarda terá sua validade determinada pela lei até a prolação da sentença de adoção, quando poderá se tornar definitiva – consistindo, ainda, uma medida de economia processual.

A proposição foi distribuída para a análise da CDH e será remetida, ainda, ao exame terminativo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Estamos de acordo com o seu autor.

A atual redação do art. 167 do ECA confere ampla liberdade ao magistrado para decretar a guarda provisória em caráter temporário, sujeitando os adotantes a buscar, sucessivamente, a renovação do termo respectivo, sem o qual não conseguirão prestar a assistência material de que a criança necessita. Isso contribui, ainda, para congestionar o trabalho das varas judiciais que lidam com essas demandas periódicas.

Um exemplo pode ilustrar bem as dificuldades que a delimitação do prazo de guarda provisória pode causar. Quando a guarda provisória é deferida, os pais podem inscrever o filho com seu dependente no plano de saúde de que são titulares. No entanto, temos ciência de que há inúmeros casos de rescisões desses contratos motivadas pelo atraso na renovação dos termos de guarda provisória. Ou seja, os filhos são excluídos da cobertura do plano de saúde em decorrência da morosidade da Justiça em renovar a guarda provisória, precisando, em muitos casos, cumprir novos prazos de carência quando finalmente é regularizada sua situação, deixando-os periodicamente descobertos.

Entendemos que o magistrado deve ser criterioso ao avaliar e decidir sobre a guarda provisória. Mas também compreendemos que o processo de adoção é complexo, e a existência de fatores agravantes dessa complexidade, quando injustificados, não condiz com o melhor interesse da criança.

Portanto, opinamos pela aprovação do projeto, que torna padrão a extensão da validade da guarda provisória até a data da sentença que julga a adoção, salvo se o magistrado entender que deva ser revogada ou modificada, mediante decisão fundamentada.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sugerimos, contudo, duas emendas. A primeira tem por objetivo ajustar o teor da ementa ao texto constante do dispositivo contido no corpo do projeto; a segunda visa aperfeiçoar o texto da proposição, substituindo a referência a “validade” por “eficácia” em razão da nomenclatura técnica dos planos dos fatos jurídicos e deixando uma abertura para o juiz, diante das particularidades do caso concreto, estabelecer uma data máxima de eficácia.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2016, com as seguintes emendas:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2016, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para estabelecer que a guarda provisória no procedimento de adoção terá eficácia até a prolação da sentença.

Dê-se ao §2º do art. 167 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 167.

.....

§2º A guarda provisória no procedimento de adoção terá eficácia até a prolação da sentença, ressalvadas as hipóteses de:

I - revogação ou modificação da medida mediante ato judicial fundamentado; e

II - advento de termo resolutivo imposto motivadamente pelo juiz diante das peculiaridades do caso concreto. ” (NR)

Esse foi o voto, Srª Presidente. Esse é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir... Quer discutir, Senador Paim? Vai discutir? Não?

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

Voltamos aos requerimentos extrapauta. Já tinha sido aprovada a inclusão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA**ITEM 16****REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77, de 2017****- Não terminativo -**

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater “O corte orçamentário e a inviabilização do combate ao trabalho escravo, infantil e outras violações de direitos”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – De forma bem objetiva, como eu sou Relator da proposta que regulamenta o trabalho escravo no Brasil, essa regulamentação surgiu a partir de uma PEC já aprovada, de autoria dos Senadores Ademir Andrade e Paulo Rocha. Eu resgato que os dois é que trabalharam muito sobre essa questão. E o Senador Paulo Rocha, desde a Câmara dos Deputados, destacou-se nesse campo de atuação. Lembro-me também do Senador Ademir Andrade, que não está no Congresso há muito tempo.

Eu fiquei preocupado com o corte orçamentário dos investimentos na área do combate ao trabalho escravo e infantil. Devido a isso, peço essa audiência pública. Discutiremos, em conjunto, naturalmente, com os convidados, para debatermos essa matéria com a profundidade devida, sabendo que todos nós, independente de situação ou de oposição, devemos ter compromisso com essa linha de combate ao trabalho escravo.

É uma audiência pública, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certamente é um requerimento muito pertinente, no momento em que a imagem do Brasil lá fora fica... Há entidades internacionais se mobilizando para ver como é isso de deixar de fiscalizar o trabalho escravo e o trabalho infantil, quando deveria ser prioridade.

Em discussão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79, de 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater “A acessibilidade aos meios de transportes”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidente, esse é um pleito. Como eu só fui autor, com satisfação, lembro do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Infelizmente, nem todos os meios de transporte estão cumprindo o que manda o Estatuto na questão da acessibilidade nos meios de transporte. Por isso, entendemos que seria positivo fazermos uma audiência pública, que vai na linha da aplicação efetiva do Estatuto da Pessoa com Deficiência, nesse caso quanto à acessibilidade no transporte coletivo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mais um Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA**ITEM 18****REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 80, de 2017****- Não terminativo -**

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater "A situação financeira da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e dos Institutos Federais do Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Só apresentar uma grande preocupação dos estudantes nessas universidades, que são universidades de inclusão.

Lembro-me da minha própria história, de forma bem resumida, que foi graças a um instituto, na verdade, o Senai, que fiz o meu curso profissional e, para mim, foi fundamental.

Então, queria aqui valorizar essas universidades e os institutos federais no Brasil e que a gente debatesse aqui, com a profundidade devida, a situação financeira delas, e inclusive com o que a gente pode contribuir na peça orçamentária de forma tal que essas entidades possam continuar atendendo gratuitamente esses alunos, tanto dos institutos como também das universidades aqui lembradas, como, por exemplo, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para cumprir uma formalidade aqui da decisão do projeto sobre a questão da guarda provisória, Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2016. Na 50ª Reunião Extraordinária, realizada nessa data, a Comissão aprova o relatório do Senador José Medeiros, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDH. (2 de agosto de 2017).

Eu assino. Obrigada.

Requerimento nº 82.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 82, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, o encerramento da Subcomissão Temporária criada por meio do Requerimento nº 142, de 2015, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senador Paulo Paim.

O Senador Paulo Paim é o autor, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidente, foi uma subcomissão que tinha o objetivo de discutir a regulamentação da maconha. Mas me parece que como é um tema muito polêmico, não houve interesse de nenhum Parlamentar de participar, tanto que ela não foi sequer instalada e nem votada.

Mediante isso, peço a exclusão desta subcomissão, já que só podemos ter quatro subcomissões e já temos três, e com essa exclusão abriríamos espaço para uma quarta, então.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o Requerimento.

O último requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 83, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73, combinado com o inciso I do art. 76, do RISF, a criação de Subcomissão Temporária para aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senador Paulo Paim

Nos termos do art. 73, combinado com o inciso I do art. 76, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a criação de Subcomissão Temporária, composta de 03 membros titulares e 03 suplentes, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, até a conclusão da sua tarefa, com a incumbência de aprofundar os debates sobre a Reforma Trabalhista, que vêm sendo travados nesta Comissão por força do RDH nº 03/2017, e apresentar propostas para as medidas legislativas cabíveis, com vistas à criação de um Estatuto do Trabalhador, que respeite os direitos humanos do trabalho e os princípios constitucionais e internacionais que regem a matéria, e assim contribua para um Brasil amplo e diverso, com uma visão humanista, social e econômica.

Autoria: Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr^a Presidente, eu aproveito, naturalmente, o momento para dizer que foi para mim muito prazeroso ter iniciado um debate, nesses 32 anos que eu tenho no Parlamento, do Estatuto do Idoso, que depois de 15 anos se transformou em lei, felizmente; do Estatuto da Pessoa com Deficiência, foram em torno de 16 anos e se transformou em lei; da Igualdade Racial, foram quase 20 anos de debate, mas é lei; da Juventude, foi menos, foi em torno de dez anos, fui Relator, é lei. E agora eu acho que nós temos que aprofundar um debate sem pressa, com calma, para termos um estatuto do mundo do trabalho. E essa é a intenção dessa subcomissão que eu estou propondo neste momento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a proposta de requerimento. (*Pausa.*)

Eu quero só parabenizá-lo pela ideia. Eu acho que estava havendo ali já algumas pautas... Já há mexida na CLT de novo. Acabaram de aprovar a reforma e já há outros projetos aí tramitando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Temos vinte apresentados, entre Câmara e Senado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É preciso que haja alguma coisa que seja básica em relação ao trabalho.

Então, parabéns pela ideia.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Surgiu uma questão sobre o horário da outra quinta-feira, daquela reunião. Eu queria sugerir que fizéssemos mais cedo porque eles terão uma sabatina, se não me engano, às 10h. Como o assunto é simplesmente quase que uma indagação e não tende a se estender muito, queria sugerir que fizéssemos antes a reunião conjunta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Às 8h30, por exemplo?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E, às 10h, a Senadora Fátima começava...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A conjunta mais cedo...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A conjunta mais cedo e a outra mais tarde.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... e a sabatina deles depois.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da nossa parte, não vejo empecilho. A questão da audiência pública depois... A gente pode estender até uma hora, duas horas. Estamos acostumados com isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Tudo bem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas temos que conversar com a Senadora Fátima. Se ela reclamar, vai voltar para cada... Mas, vamos conversar com ela, então.

A princípio, fica assim: a gente comunica que vamos começar às 8h30. Geralmente, a Comissão de Relações Exteriores começa às 8h30 mesmo. Tenho visto aí.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, José Medeiros, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Telmário Mota, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Wilder Moraes, Dalirio Beber, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixa de comparecer o Senador Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

adiadas a discussão e votação do Projeto. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2017 - Não Terminativo - que: "Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)." Autoria: Deputado João Arruda. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 81 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 231/2015, que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim." Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, em Porto Alegre/RS, com a finalidade de debater o tema "Doenças Falciformes e a Saúde no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho para debater "O Estatuto do Trabalho". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal a ser realizada na cidade de São Paulo para debater sobre pessoas em situação de rua." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 87 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento RDH nº 83, de 2017, que a Subcomissão seja denominada "Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. A Senhora Presidente informa que a diligência, conforme RDH 57 de 2017, foi realizada nas cidades de Uruçui-PI e Benedito Leite-MA, no dia nove de junho deste ano e fez um breve relato das atividades realizadas. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Regina Sousa e Gleisi Hoffmann e o Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53^a Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 50^a a 52^a Reuniões da CDH.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram,

(Pausa.)

Aprovadas.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senadora Gleisi,

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem.) – Apresentei agora um requerimento à Mesa para a realização de diligência, em forma de audiência pública, para debater a situação de moradores de rua ou pessoas em situação de rua. Gostaria de pedir a V. Ex^a que colocasse como item extrapauta para que pudéssemos apreciá-lo logo no início desta reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto as Sr^{as} e Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta.

Começaremos por este requerimento. Temos uma pauta de requerimentos e um projeto não terminativo, de que também a Senadora Gleisi é Relatora.

Depois desse requerimento extrapauta, voltaremos para o projeto porque os outros requerentes não estão presentes.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal a ser realizada na cidade de São Paulo para debater sobre pessoas em situação de rua.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria:

Relatório:

Passo a palavra a S. Ex^a para justificá-lo.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr^a Presidenta.

Na realidade, estamos vivendo uma situação na cidade de São Paulo, que tem sido notícia em âmbito nacional e até internacional, em relação às pessoas em situação de rua. Até peço para corrigir aqui o meu requerimento: em vez de "situação dos moradores de rua", seria "pessoas em situação de rua " na maior cidade do País. Inclusive, há tratamento desumano por parte da prefeitura Municipal e também da Polícia Militar, orientada pelo Governo do Estado.

Acho que é importante que esta Comissão fazer uma diligência e ter uma audiência pública a ser realizada naquela cidade, em que os moradores de rua possa participar e falar o que está acontecendo com eles.

Por isso, peço a aprovação desta Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, coloco em votação. (Pausa.)

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos para o item 14 da pauta

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Autoria: Deputado João Arruda.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para a leitura do seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para proferir parecer.) – Obrigada, Srª Presidenta.

Na realidade, esse projeto de lei tem como objetivo reconhecer que a violação da intimidade da mulher consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar, para tipificar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

criminalmente a exposição pública da intimidade sexual e para incluir a comunicação entre os direitos básicos da mulher.

Antes de ser aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, a matéria foi submetida ao exame de duas comissões técnicas daquela Casa, a saber: a Comissão de Seguridade Social e Família e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), na qual recebeu o substitutivo que acabou sendo o texto acolhido pela Casa.

Ao projeto do Deputado João Arruda, denominado Projeto de Lei (PL) nº 5.555, de 2013, na Casa de origem, foram apensadas outras cinco proposições (PL nº 5.822, de 2013; PL nº 6.630, de 2013; PL nº 6.713, de 2013; PL nº 6.831, de 2013 e PL nº 7.377, de 2014), todas tratando de questões atinentes à chamada “vingança pornográfica”, conduta que envolve a exposição, à revelia da pessoa retratada, de cenas de intimidade que, em geral, se relacionam a nudez ou sexo. Ou, ainda, tratam da divulgação de cenas de atos violentos envolvendo crime sexual.

O substitutivo que reuniu as proposições acolheu a criação de um novo tipo penal, acrescentando-o ao Capítulo V do Título I da Parte Especial do Código Penal, que trata dos crimes contra a honra, considerando-o espécie qualificada do crime de injúria.

Desse modo, a proposição introduz o art. 140-A no Código Penal, tipificando a conduta de “Exposição pública da intimidade sexual”, descrita como “ofender a dignidade ou decoro de outrem, divulgando, por meio de imagem, vídeo ou qualquer outro meio, material que contenha cena de nudez ou de ato sexual de caráter privado”. A pena proposta é de reclusão de três meses a um ano, e multa. Prevê que a pena será aumentada de um terço à metade se o crime for cometido por motivo torpe e (ou) contra pessoa com deficiência.

A proposição também altera a Lei Maria da Penha em duas frentes: na primeira, inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher estabelecido no art. 3º da referida lei; e, em outra, altera o art. 7º para também definir como violência doméstica e familiar a violação da intimidade da mulher, entendida como a divulgação, por meio da internet ou outro meio de propagação de informações, de dados pessoais, vídeos, áudios, montagens e fotocomposições da mulher, obtidos no âmbito das relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade, sem seu expresso consentimento.

Da análise da matéria.

Conforme o inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre proposições que versem sobre os direitos das mulheres, o que mostra ser regimental o presente exame do PLC nº 18, de 2017.

No mérito, a proposição apresenta o importante objetivo de atualizar a legislação que dá a base ao enfrentamento à violência contra a mulher para abranger... ..de atualizar a legislação que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dá base ao enfrentamento à violência contra a mulher para abranger, também, a chamada “vingança pornográfica”. Essa abominável prática ocorre quando o agressor, valendo-se das relações de intimidade, divulga nos meios de comunicação, em especial nas mídias sociais, cenas privadas de nudez, violência ou sexo para causar constrangimento, humilhar, chantagear ou provocar o isolamento social da vítima.

Estudiosos do tema afirmam que, apesar de esse tipo de conduta criminosa afetar pessoas de diferentes idades, sexo e gênero, ela incide de forma maior sobre as mulheres e, de maneira ainda mais perversamente negativa, sobre as adolescentes. Pelos dados da organização não governamental (ONG) SaferNet, 80% dos casos envolvendo exposição sexual na internet vitimam mulheres.

É evidente que a agressividade expressa nesse tipo de conduta está relacionada à exigência social de que a conduta da mulher atenda a regras morais eivadas de hipocrisia e que culminam por minar a autonomia feminina, sua dignidade e seu direito sobre o próprio corpo.

Infelizmente, uma prática tão aviltante, que deveria provocar a rápida identificação e responsabilização de seus autores, acaba sendo alastrada impiedosamente por pessoas que compartilham as imagens sem refletir sobre os danos que elas acarretam.

E são muitos esses danos. Nosso país registra o suicídio de meninas decorrentes do vexame a que foram expostas nas mídias sociais, em razão da divulgação de imagens íntimas. Sabe-se, ainda, de inúmeros casos, muitos deles registrados pela ONG Marias da Internet, criada pela paranaense Rose Leonel, a quem eu quero aqui fazer uma referência muito respeitosa e também um cumprimento muito especial.

A Rose enfrentou uma luta de sete anos para tentar retomar uma vida normal depois que o ex-namorado expôs sua vida íntima. Rose perdeu o emprego, deixou de sair de casa, de se relacionar com amigos e sofreu junto com sua família a vergonha pela publicação de imagens sem o seu consentimento.

Eu não tenho dúvidas, Rose, de que essa lei é resultado da sua luta. Parabéns pela persistência e por acreditar que podia fazer de um drama pessoal uma saída coletiva para um problema tão grande.

Em vista do caráter íntimo que permite a obtenção desses dados, consideramos muito acertada a iniciativa da Câmara dos Deputados no sentido de alterar a Lei Maria da Penha para nela incluir a previsão de que essa conduta seja também uma agressão de caráter doméstico e familiar. Na verdade, verifica-se que o art. 5º da Lei Maria da Penha já inclui o dano moral e o sofrimento psicológico como formas de violência doméstica e familiar, sendo abrangente o bastante para poder ser aplicado em situações como a maléfica prática da vingança pornográfica. Já o art. 7º, por sua vez, detalha entre as condutas e os meios vinculados à violência psicológica qualquer ação que ofenda a mulher, causando-lhe dano emocional e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização...

perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

É evidente que a "vingança pornográfica" é violência baseada em gênero e, de certo modo, corresponde à prática de tornar "falada" ou "mal afamada" uma mulher que ou se desnuda ou exerce sua liberdade sexual, enquanto o homem se sente, num contexto como esse, realizado e confirmado em sua machez, ao expor a vítima ao julgamento de quem se compraz em fortalecer e cultivar essa cultura de dominação masculina.

No entanto, sabemos que a aplicação da Lei Maria da Penha, mesmo na gramática mais óbvia de seus postulados, a saber, a submissão da mulher à violência física perpetrada por cônjuges e afins, nem sempre é admitida no âmbito da Justiça por razões diversas, como a precariedade dos equipamentos de atendimento à mulher, despreparo dos servidores públicos envolvidos, imaginário social relacionado ao tema, entre outros. Essas lacunas foram identificadas e descritas detalhadamente no relatório da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou o tema de 2011 a 2013.

Em vista desses fatores, reconhecemos a importância de acolher a demanda de se tipificar de maneira explícita a violenta conduta caracterizada pela "vingança pornográfica", de maneira que não reste dúvida de que suas vítimas merecem contar com a proteção e o amparo previsto na Lei Maria da Penha.

No entanto, a fim de garantir a máxima proteção à vítima com a mínima mudança na lei e de que sejam aproveitadas todas as suas garantias, propomos emenda substitutiva ao texto original.

As alterações propostas têm como finalidade, no que respeita à Lei Maria da Penha, evitar a abertura de novo dispositivo, mas incluir explicitamente no art. 7º a expressão "violação da intimidade" como meio típico de se produzir violência psicológica contra a mulher. Dessa forma, aproveita-se todo o detalhamento já contido na Lei Maria da Penha e expande-se a proteção, sem incorrer no risco de, ao contrário, reduzi-la. Assim, a alteração é mínima e o resguardo protetivo é o mais amplo possível.

A outra alteração proposta pelo autor à Lei Maria da Penha, que é incluir a "comunicação", no rol de direitos assegurados no art. 3º, no entanto, precisa ser suprimida, a fim de evitar que a iniciativa incorra em injuridicidade, uma vez que trata de temas distintos num mesmo projeto, prática condenada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Apor a palavra "comunicação" entre os direitos assegurados no art. 3º da referida lei, não melhora o regulamento nem amplia a proteção da mulher. Ao contrário. Trata-se de um termo por demais polissêmico e, por isso, só pode ser compreendido, nesse contexto, como sendo "comunicação social". Trata-se, em verdade, de um direito importantíssimo, assegurado na Constituição da República a todos os brasileiros e brasileiras.

No âmbito desse projeto, entretanto, tal proposta não guarda relação temática com seu objeto, que é o de criminalizar a violação da intimidade baseada no gênero. Trata-se, aqui, de proteção da intimidade, da não divulgação de fatos relacionados exclusivamente à esfera privada.

Sobre as alterações propostas no âmbito do Código Penal, optamos por não as inserir no capítulo que trata dos crimes contra a honra. É que, embora o PLC em tela considere o novo tipo penal como uma espécie

embora o PLC em tela considere o novo tipo penal como uma espécie de crime contra a honra, entendemos que, para haver essa modalidade de crime, é imprescindível a existência de uma ofensa específica que atinja os atributos morais, físicos e intelectuais da pessoa, o que não ocorre na nova conduta que o projeto quer criminalizar.

Especificamente no caso da injúria, é importante destacar que para a sua ocorrência há a necessidade de que o agente profira um xingamento à vítima ou que lhe atribua uma qualidade negativa, apta a atingir-lhe a moralidade ou a honra. Ademais, por se tratar de crime contra a honra subjetiva, o crime somente se consuma quando o fato chega ao conhecimento da vítima, o que muitas vezes não ocorre em casos de divulgação de imagens ou vídeos de nudez ou ato sexual da vítima.

Entendemos, portanto, que é preciso reposicionar o novo tipo no corpo do Código Penal.

O correto posicionamento de um tipo penal no Código Penal é de suma importância para a sua precisa compreensão.

Os bens jurídicos atingidos em primeiro lugar pela conduta que se pretende criminalizar são a privacidade e a intimidade, valores estes que, quando violados, atingem fortemente a dignidade da vítima. Tendo esse contexto como ponto de partida e resgatando a estrutura do parecer apresentado pela Deputada Tia Eron, aprovado na CCJC da Câmara dos Deputados e posteriormente rejeitado, entendemos ser mais apropriado que a exposição pública da intimidade sexual seja prevista em capítulo próprio do Título VI da Parte Especial do Código Penal, que trata dos crimes contra a dignidade sexual.

O Título VI nos parece ser o local mais adequado para a nova infração penal, pois com a alteração promovida pela Lei nº 12.015, de 2009, que denominou os crimes previstos no Título VI como "crimes contra a dignidade sexual", em substituição aos chamados "crimes contra os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

costumes”, restou clara a preocupação em se tutelar a própria vítima (atingida em sua dignidade) e não mais o seu comportamento sexual (como o fato de a mulher ser virgem).

O crime de divulgação de cena de nudez ou de ato sexual de caráter privado (esta é a rubrica dada ao novo tipo penal), todavia, seria previsto em capítulo próprio, denominado “Da Exposição Pública da Intimidade Sexual”, haja vista que o bem jurídico que se busca tutelar – a proteção da intimidade sexual –, é distinto dos tutelados pelos tipos penais previstos nos demais capítulos do Título VI.

Verificamos, ainda, que a pena prevista pela proposição se mostrou demasiadamente leve. Estamos falando de um crime com potencial extremamente ofensivo e degradante, sobretudo para a mulher, em que há a exposição pública e não consentida da intimidade da vítima. Ademais, uma vez divulgado o vídeo, a fotografia ou qualquer outro registro que contenha cena de nudez ou de ato sexual de caráter privado, levando-se em conta as atuais mídias sociais, a vítima terá que percorrer um longo, demorado e penoso caminho até que consiga retirar o registro de circulação.

Dessa forma, partindo da premissa de que a pena deve atender às finalidades retributiva (reprovar o mal cometido pelo crime) e preventiva (prevenir futuras infrações), estamos propondo, no substitutivo apresentado ao final, que a pena para o crime de divulgação de cena de nudez ou de ato sexual de caráter privado seja de seis meses a dois anos de reclusão e multa. Com o aumento da pena, a expectativa é de que pessoas propensas a cometer delito dessa espécie se sintam desestimuladas a praticá-lo e, quando o pratiquem, sejam apenas de maneira condizente (...)

... a praticá-lo e, quando o pratiquem, sejam apenas de maneira condizente com a gravidade do crime.

Por fim, também inspiradas no parecer da Deputada Tia Eron, realizamos outros dois aprimoramentos no projeto. Primeiro, acrescentamos ao novo tipo penal uma nova causa de aumento de pena para as situações em que o crime for cometido contra pessoa que, no momento do registro da cena de nudez ou do ato sexual, não podia oferecer resistência ou não tinha o necessário discernimento. Essa situação de vulnerabilidade deve receber tratamento mais rigoroso, haja vista que, além do não consentimento da vítima para a divulgação, o registro seria feito em um momento que a vítima sequer poderia oferecer resistência. Segundo, dada a gravidade do crime e para que o custo de se ajuizar a ação penal privada não funcione como um entrave à persecução penal, previmos que a nova infração penal se proceda mediante ação penal pública condicionada à representação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2017, na forma da emenda substitutiva, que está à disposição de todos os Parlamentares nesta Comissão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É o parecer, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o parecer da Senadora Gleisi.

Eu queria aproveitar para parabenizá-la pelo belo relatório.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E também quero dar uma informação: no meu Estado, o Piauí, nós temos a Delegacia de Crimes Virtuais e temos o aplicativo Vazou, em que a pessoa faz a denúncia pelo aplicativo da polícia. E esta semana foi presa a primeira pessoa que cometeu crime virtual. Ele criou um perfil falso, mas a polícia quebrou o sigilo, conseguiu chegar ao autor, e ele está preso. Ele obrigava a mulher, a ex-mulher a mandar fotos para ele com atos libidinosos. Então, o Piauí está na frente aí. A primeira Delegacia do Feminicídio também foi lá. E a primeira condenação pela Lei do Feminicídio também já aconteceu lá – o autor do crime pegou 14 anos de prisão. Então, a gente está com um grupo muito antenado lá nessas questões.

Acho que esse relatório, esse projeto de lei vem bem a ajudar, porque as pessoas não têm muito a que se apegar. Então, acho importantíssimo que a gente o aprove, e, inclusive, quando sair daqui, que seja em regime de urgência. Ele vai servir para todos os Estados se embasarem na hora das penalidades, porque a primeira prisão já aconteceu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permite...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria só cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann pelo relatório e cumprimentar V. Ex^a.

Eu estava aqui ao lado, na CPI da Previdência. Por isso me atrasei um pouco e cheguei praticamente na metade dos trabalhos, digo, da leitura do relatório da nossa Líder e presidente nacional do PT, Senadora Gleisi Hoffmann. Quero cumprimentá-la pelo trabalho excelente.

Eu tive a satisfação, esta semana, de ouvir uma entrevista da Maria da Penha. Eu, casualmente, estava em casa, e ela falava da sua história, da sua caminhada e da importância de aprimorarmos a lei para que, cada vez mais, se respeitem as mulheres no seu direito, independentemente da posição de cada homem, de cada outra pessoa que venha a interagir com ela na linha do total desrespeito, como a gente tem visto, com agressões verbais, agressões físicas, e até mesmo no número de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(...) verbais, agressões físicas e até mesmo o número de assassinatos. Por isso, essa lei, apresentado aqui o relatório pela nossa querida Gleisi Hoffmann, só vem ampliar as formas de reagir à agressão dos covardes contra as mulheres.

Era isso, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Só lembrando, Senadora Gleisi, que está acontecendo uma programação das mulheres. Ontem, a gente teve uma reunião com a Senadora Vanessa, Procuradora, que está levantando projetos importantes para as mulheres, para os colocarmos nos prioritários da agenda. É importantíssimo estar nessa agenda.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da CDH, substitutivo.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Regina. Obrigada a todos os Senadores.

O pessoal já está falando que esse projeto é o da Lei Maria da Penha virtual, porque atinge os crimes cometidos através da internet, mas que estão no âmbito privado, nas relações de intimidade e confiança.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E que estavam crescendo muito. Até suicídio já aconteceu, de meninas que se suicidam por conta disso.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Decisão da Comissão.

Na 53^a Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2017, na forma da Emenda nº 1, CDH, Substitutiva.

Requerimento. Nós já aprovamos um extrapauta. Agora, voltamos aos requerimentos da pauta. Tem um da Senadora Marta Suplicy que o Senador Paim subscreve.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 81, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 231/2015, que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim.

Autoria: Senadora Marta Suplicy e outros.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Rafael Marques, Procurador do Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal; Sandra Cavalcante, Professora da Universidade de São Paulo; Maria do Carmo Brant de Carvalho, Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Maria Lúcia Leal, Professora da Universidade de Brasília (UnB); representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

A autoria é da Senadora Marta Suplicy, subscrito pelo Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr^a Presidenta, a Senadora Marta Suplicy está na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais e a assessoria dela pediu que eu fosse também signatário desse requerimento de uma audiência pública para discutir esse projeto de lei, que vai tratar da presença de menores em eventos considerados expositores dos menores ao público, nas mais variadas áreas.

É um projeto que só vai aprimorar, resguardar e ampliar, tenho certeza, a participação desses jovens nos casos que forem positivos; mas também, nos casos que forem negativos, virá a inibir a participação. Por isso, é bom uma audiência pública (...) onde todos possam expressar seu ponto de vista para que esse projeto seja votado na linha de um grande entendimento.

Eu me lembro de uma oportunidade que eu falava com militantes, intelectuais e artistas que se preocupam com a questão da criança, e a palavra que eu mais guardei e ouvi foi essa: o que interessa é os direitos da criança, mesmo em uma separação. Lembro-me de um caso da chamada separação compartilhada, que permitia os pais, enfim, de forma compartilhada, acompanharem a criança. O que interessa – todos eles me diziam – é nós pensarmos sempre no bem da criança, e essa audiência pública tem esse objetivo. Por isso, eu assinei o requerimento da Senadora Marta Suplicy.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 84, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, em Porto Alegre/RS, com a finalidade de debater o tema “Doenças Falciformes e a Saúde no Brasil”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr^a Presidenta, essa audiência, que seria em Porto Alegre – na verdade, seria uma diligência –, foi-me solicitada pelo próprio Deputado Jeferson Fernandes, que faz um excelente trabalho nessa área na capital, e também pelo Presidente da Assembleia Edegar Pretto, no sentido de que a gente faça um debate sobre essa questão que, em um primeiro momento, quando se falava em doença falciforme – e até eu tenho uma lei nesse sentido –, falava-se muito que atingia principalmente as crianças negras e, depois, foi-se vendo que isso ampliou muito e hoje atinge a todos: negros, brancos, índios, imigrantes; enfim, cada um dentro da sua realidade. Ao mesmo tempo, faríamos um debate sobre a questão da saúde numa visão nacional, mas, como estaríamos em Porto Alegre com esse evento solicitado pelos Deputados, é claro que será uma oportunidade também de discutir a saúde em alguns Estados.

Esse é o objetivo, Sr^a Presidenta, dessa minha ida a Porto Alegre, se assim V. Ex^a e a comissão entenderem, representando a Comissão de Direitos Humanos.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 85, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater “O Estatuto do Trabalho”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Esse requerimento não é o que eu recebi cópia aqui. Esse é da audiência.

Está correto, Presidenta, V. Ex^a está com

toda a razão, eu estava me debruçando sobre outro que trata também do Estatuto do Trabalho.

Como leu V. Ex^a, requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater o Estatuto do Trabalho. Os convidados serão indicados posteriormente.

Nós aprovamos, na última reunião, a criação da Subcomissão, que tem como objetivo discutir o Estatuto do Trabalho. Depois, nós vamos ver que há outro requerimento, porque, na hora da redação, Presidente, ficou "do trabalhador". É como se estivéssemos na mesma linha do que eles aprovaram aqui, na reforma trabalhista. Foi uma reforma trabalhista do empregador, e não do trabalho, e nós não queremos isso.

Por isso, dialogamos com V. Ex^a, inclusive, e com outros Senadores para fazermos um debate sobre o Estatuto do Trabalho. E nesta linha é que nós estaríamos propondo a aprovação desse requerimento, com o objetivo de que a gente possa programar audiências públicas para debater este tema, o Estatuto do Trabalho.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 85.

Consulto os Srs. e Sr^{as} Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 87, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento RDH nº 83, de 2017, que a Subcomissão seja denominada "Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

Foi exatamente aquilo que o Senador Paim informou,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seria apenas uma correção,...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... que seria só uma correção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... uma emenda quase de redação, eu diria.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exato, em nome da Comissão.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Temos o item 13 da pauta, que é terminativo. Nós não temos... Mas, como o Relator é o Senador Paim, que está aqui, vamos aproveitar para ler o relatório. Não é, Senador?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidenta, esse é um projeto do Senador Cássio Cunha Lima, que na minha avaliação veio em boa hora, porque havia uma polêmica sobre essa questão que, ao fazer a leitura do relatório, aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, pelo sistema de comunicação da Casa, vão entender por que fiz questão de dar o relatório com uma certa agilidade e, inclusive, com o objetivo de que ele fosse lido hoje, naquele esforço concentrado que faremos, e esses Senadores estão naturalmente presentes, para que o projeto seja aprovado, já que, no dia de hoje, não teremos quórum para a votação nominal das matérias.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2017, de autoria do

O projeto de lei do Senado nº 84 de 2017, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima. A iniciativa pretende estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoas com deficiência.

De acordo com o texto proposto, até que sejam criados os mecanismos de avaliação previstos no art. 2º, § 2º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominado também de Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI), serão suficientes para a identificação da pessoa com deficiência laudos emitidos por profissionais habilitados para o reconhecimento de condições físicas, mentais, sensoriais ou funcionais





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

significativamente diferentes dos padrões socialmente construídos, que, em razão de barreiras físicas, atitudinais, normativas ou operacionais, sujeitem essa pessoa a restrições no acesso a bens, serviços e espaços, limitando a sua participação plena e efetiva na sociedade e o exercício de seus direitos em igualdade de condições com as demais pessoas.

Na justificação do projeto, o autor, Senador Cássio Cunha Lima, argumenta que um dos aspectos mais relevantes da LBI é a adoção do conceito biopsicossocial de pessoa com deficiência, pois isso reflete o entendimento de que a deficiência não é uma característica intrínseca de um indivíduo, e sim o resultado de limites e barreiras impostos pela própria sociedade, que podem consistir em exclusão explícita ou em falhas na inclusão de pessoas significativamente diferentes de um padrão socialmente construído. No entanto, a aplicabilidade da avaliação biopsicossocial foi expressamente condicionada à sua regulamentação por ato do Poder Executivo, e hoje, passado mais de um ano da publicação do Estatuto, ainda não existe esse regulamento, de que decorre a sujeição do sistema de inclusão das pessoas com deficiência a uma profunda insegurança jurídica.

A proposição foi distribuída para a análise da CDH, que opinará em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção à pessoa com deficiência. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

A proposição se apresenta hígida sob os aspectos da constitucionalidade e da juridicidade. A União detém competência concorrente com os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, a teor do art. 24, inciso XIV da Constituição da República. Igualmente, a matéria não se enquadra entre aquelas cuja iniciativa é reservada ao chefe do Poder Executivo. A proposição inova o ordenamento jurídico, pois pretende oferecer uma solução transitória para o problema do reconhecimento da condição de pessoas com deficiência. Por fim, não identificamos vícios relativos a questões de técnica legislativa.

No mérito, estamos de acordo com o autor do projeto. A despeito dos inúmeros avanços que a LBI, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, propiciou na seara de proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, ainda hoje um de seus principais conceitos – a avaliação biopsicossocial

Principais conceitos – a avaliação biopsicossocial não foi concretizada.

A lei atribuiu ao Poder Executivo a criação dos instrumentos para avaliação da deficiência. Embora tenhamos ciência de que essa é uma questão considerada importante para o Governo,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

também sabemos que nem sempre os processos relacionados a políticas públicas são desenvolvidos com a celeridade, com a rapidez, que os grupos a que se destinam necessitam.

No caso específico da avaliação biopsicossocial, pessoas com deficiência estão sendo privadas de seus direitos, porque não conseguem atender a defasados parâmetros de avaliação da sua condição estipulados por uma legislação vetusta e em descompasso com a LBI e com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Muitas vezes, essas pessoas têm de recorrer ao Poder Judiciário, com o objetivo de afastar regulamentos e normas que não lhes reconhecem a condição de pessoas com deficiência para o fim de exercer algum direito, o que não deixa de ser uma irônica barreira cultural à inclusão, erigida pelo próprio Estado.

Portanto, manifestamos nosso apoio à proposição, que busca equacionar esse problema ao oferecer uma solução transitória para a demora na regulamentação dos instrumentos de avaliação da deficiência. Sugerimos, contudo, uma emenda que tem por objetivo reforçar uma abordagem biopsicossocial pelos profissionais incumbidos de emitir os laudos de identificação da pessoa com deficiência. Esse reforço se dará pela remissão à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), elaborada pela Organização Mundial da Saúde.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 84, do Senador Cássio Cunha Lima, com a seguinte emenda:

Vamos direto à Emenda.

“Art. 121-A.

Parágrafo único. Os profissionais habilitados emitirão os laudos de identificação da pessoa com deficiência em conformidade com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).”

É esse, Sr^a. Presidente, o relatório do projeto do Senador Cássio Cunha Lima.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria.

Nós não temos quorum, porque o projeto é terminativo. Então ele é considerado lido e na próxima reunião vamos tentar votar os projetos terminativos.

Eu queria inclusive propor que a gente passe...

Hoje teve um esforço concentrado na Comissão de Fiscalização e Controle e votou-se toda a pauta terminativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então queria propor que a gente fizesse um apelo aos Senadores, por escrito, a gente colocasse a lista dos projetos terminativos e propusesse para o dia 23, daqui a 15 dias, um esforço concentrado para a gente votar todos os projetos terminativos porque a maioria está lido. Aliás, todos estão lidos. Então seria rápida a votação e aí encaminhar pessoalmente para cada membro da comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa, inclusive remetendo para cada membro da comissão. Se tiver algum que alguém entenda que é polêmico ele já avisa...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele pede para retirar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não terá nenhum obstáculo para a votação.

Parabéns para V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Eu queria, para finalizar, nós aprovamos aqui uma diligência em Uruçuí, no Piauí, na época teve um estupro coletivo e na verdade eu apresentei um relatório, mas foi numa comissão, numa audiência pública onde estava o Prêmio Nobel da Paz, inclusive, que era

o Prêmio Nobel da paz inclusive, que era uma audiência que não era da CDH.

Então, eu quero apresentar, fazer o relatório aqui, rápido, oral, só para poder baixar como diligência feita.

Então, eu estive na cidade do Uruçuí, no mês de julho, mecinho de julho, e fiz os seguintes procedimentos. Eu visitei todas as pessoas envolvidas. Foram três garotos menores de idade os autores do estupro. A menina tem 15 anos de idade e estava grávida do namorado com quem estava, e o namorado foi assassinado; ela estuprada pelos três garotos. Então, eu visitei a família enlutada, claro, com muita tristeza, muita dor, que era um menino de 20 anos, e visitei a menina também, grávida, que está tendo assistência. Eu solicitei ao prefeito que ela tivesse toda a assistência psicológica.

E visitei, na cidade vizinha, que é Maranhão, que é Benedito Leite, onde os meninos todos moravam. A menina e o rapaz assassinado eram de Uruçuí, no Piauí. O crime se deu em Uruçuí, em uma ponte que liga as duas cidades. E eu visitei as famílias dos meninos e meninas que estão em internação, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente manda. E visitei as famílias assim, e o que eu pude constatar foi a total ausência de Estado, a ausência de Estado na vida daquelas famílias. Então, não tinha como ser diferente. Os meninos todos já com histórico de internação, já passando... Um inclusive veio de São Paulo, mora lá. A mãe veio





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

morar perto da família para ver se mudava, mas não aconteceu; ele continuou praticando o crime.

Mas a verdade é esta: nós não temos, prefeituras, governos não têm acho que nem método para tratar dessas questões. Então o método único é internar, mas eles vão passar três anos internados e depois vão voltar para a delinquência.

Então, eu acho que precisamos estudar, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, uma política de como tratar esses meninos, essas meninas que praticam crimes, principalmente porque todos foram movidos ao uso de droga. Sempre tem a droga por trás. Então, é preciso que o Estado brasileiro tenha política de enfrentamento disso, política mais consistente para enfrentar esse assunto, porque é impossível continuar. Está cada vez mais frequente, e a vítima, sempre uma mulher tem na história, esses estupros coletivos. Estupro já é um crime hediondo; imagina ser estuprada coletivamente por duas, três pessoas, quatro pessoas.

Então, eu quero dar como... Fiz audiência pública também na prefeitura. De lá tiramos encaminhamentos, na câmara municipal tiramos encaminhamentos. Ficou um grupo de trabalho, inclusive para pensar uma política de enfrentamento das drogas no local, porque é uma cidade que tem um trânsito muito grande, porque é a região da soja. Então, tem muita gente de fora, e isso também colabora para que tenha muitos crimes, e ficou uma comissão, da audiência pública saiu uma comissão de vereadores, de pessoas da comunidade para tratar desse assunto.

Então, eu quero dar como realizada a diligência de Uruçuí, que estava prevista ainda na pauta como a realizar.

Era o que eu tinha a dizer. Cadê o Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar (Fora do microfone.)

V. Ex^a pelo trabalho realizado. Nós tivemos uma oportunidade de hoje aqui trabalharmos nessa questão da violência contra a mulher, posta em votação por V. Ex^a. O relatório é da Senadora Gleisi Hoffmann.

Mas me permita, Sr^a Presidenta, eu quero aproveitar a presença aqui do Deputado Simão Sessim, Deputado Federal do PP. Nós fomos Deputados juntos, por um longo período. E eu comentava com ele

O SR. SIMÃO SESSIM (Fora do microfone.) – Dez mandatos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez mandatos, me ganhou, viu! Eu estou bem longe.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E eu comentava com ele, ele confirmava que, de fato, esse é o fato. Agora, não se sabe o que poderá se desdobrar daí. E, se V. Ex^a me permitir, eu acho que quem está nos assistindo pela TV Senado vai gostar dessa notícia. Centrão! E eu quero dizer, já disse aqui – não é porque o senhor está aqui –, eu prefiro mil vezes negociar com o centrão do que com essa extrema direita que eu vejo aí, porque centrão já diz, é centrão; extrema direita não leva a nada, como o sectarismo também, que vá para a extrema esquerda, também para mim não leva a nada. Então, eu prefiro dialogar com o centrão.

E olha a matéria que saiu hoje nos jornais. Eu até gravei um vídeo hoje pela manhã:

Centrão avisa Temer que não vai votar reforma da previdência.

Deputados do centrão mandaram avisar ao presidente Michel Temer que não irão votar a reforma da Previdência Social, [informou] o repórter Nilson [...], da GloboNews.

Líderes dos três principais partidos do centrão – PP, PR e PSD – afirmam que não há condições de aprovar a reforma, ainda mais depois do desgaste de terem votado contra o prosseguimento da denúncia contra Temer. Ainda mais em véspera de ano eleitoral.

"Reforma da Previdência [segundo eles, está escrito aqui] se vota no início de mandato. Em final de mandato, é muito perigoso colocarmos uma matéria dessa, ainda mais no momento em que estamos vivendo na Câmara dos Deputados", disse o líder do PR, [Deputado] José Rocha [...].

O Centrão quer deixar claro ao governo a insatisfação com o espaço político dado a partidos que não votaram majoritariamente a favor de Temer: PSDB e PSB.

[Aí diz ele] "O momento é muito delicado, não temos unidade na bancada para isso [votar a reforma]. Nós esperamos que o governo tenha um sentimento de reagrupação e senso de responsabilidade de saber quem realmente é base e quem não é", acrescentou o líder do PP, Artur Lira [...].

Líderes do Centrão alertam, ainda, [que] o fato de que há no meio político uma expectativa de que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ofereça nova denúncia contra Temer por obstrução de Justiça.

[Aí diz ele] "A reforma tem que ser votada dentro de uma uniformidade da base, e o governo não tem essa uniformidade. [Casualmente, eu falava isso também ontem, na tribuna.] A discussão da Previdência abre a porta para sociedade ir para as ruas [...]

É o que eu acredito também. A previdência é muito mais polêmica do que a questão da reforma trabalhista. E mais: é três quintos, falava da tribuna hoje. E eu vou de acordo com o que está sendo dito também aqui. Três quintos é 308 na Câmara; é 49 no Senado. Eles não têm. E, com a saída do centrão, que eu espero que se concretize. Eu sou muito franco em dizer isso, porque me lembro aqui da fala do Relator da reforma trabalhista aqui, no Sendo, e o Relator da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reforma trabalhista lá, na Câmara. Quando houve as primeiras denúncias, eles disseram: "Não, vamos tirar da pauta a reforma trabalhista", depois voltaram atrás.

Eu espero que o centrão, que, na Constituinte, quando negociava comigo, sempre manteve a palavra...

Era muito melhor. Tinha com quem dialogar. Aqui, nessa extrema direita que tomou conta do Parlamento no Brasil, tu não tens com quem negociar, tu não tens com quem falar. Eles só falam: "O chefe mandou." Mas quem é o chefe? O Temer. Eu digo, é o Temer ou é o mercado que manda, o Temer obedece e passa para os senhores.

Aí vem aqui algo que eu achei importante, quando diz o seguinte:

A discussão da Previdência abre a porta para sociedade ir [às] ruas, é tudo o que o governo [deveria] evitar diante de uma segunda denúncia", afirma o líder do PSD, Marcos Montes [...].

O peso do Centrão

Juntas, as bancas de PP, PR e PSD somam 123 deputados. Na votação da denúncia, os três partidos deram 87 dos 263 votos a favor de Temer.

Para aprovar a reforma da Previdência [está aqui, na matéria, embora eu tenha adiantado], o governo precisa de 308 votos. Por isso o governo tem usado o discurso de aprovar o texto "possível". O Planalto defende o parecer de Arthur Maia (PPS-BA), aprovado na comissão [...] da Câmara.

"A base da conversa começa com [esse] relatório", observou o ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco [...].

Concluo só dizendo, Sr. Presidente, que eu achei importante essa posição. Eu não quero acreditar que essa reforma vá passar nesse ano e muito menos no ano que vem e que o debate se faça em um outro governo eleito pelo voto direto da população.

Há quem diga, me permita que eu fale isso, antes que que passe para o Senador que já pediu um aparte, Deputado Simão, isso é pressão para a negociação. Eu quero acreditar que é uma posição realista do cenário que se apresenta para a votação dessa reforma e com a pressão das ruas, o clamor das ruas, que não há negociação que convença as pessoas em 2018 a votar favoráveis àqueles que querem acabar com o seu direito a uma aposentadoria decente, que essa reforma é uma reforma indecente.

Por isso, Deputado Simão Sessim, vamos conversar um pouco depois, eu cumprimento a iniciativa. Espero que a maioria do centrão segure esse ponto de vista e não permita a aprovação dessa reforma da previdência.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu estava ouvindo atentamente a fala do Senador Paulo Paim e eu sei o quanto que o Senador Paulo Paim luta e usa toda a sua experiência de Parlamentar, todo o seu amor, todo o seu trabalho em defesa do direito do trabalhador. E quando ele vislumbra com um raio de luz, onde quer que ele esteja, ele alimenta uma grande esperança. Eu peço a todos os, quiçá, orixás da Baía de Todos os Santos que isso que o Senador Paulo Paim coloca seja a luz da verdade, mas como eu nasci em comunidade indígena, nasci no interior, eu uso a linguagem do nosso povo. Eu sou muito cabreiro com isso. Isso me cheira a vender dificuldade para colher facilidade.

Então, essa história de dizer para o Temer: "Para lá, o centrão não aprova isso, não aprova aquilo e não aprova aquilo lá, mas precisamos esvaziar

não aprova isso, não aprova aquilo, não aprova aquilo acolá, mas precisamos esvaziar – quem está apoiando, quem não está apoiando. Na verdade, me parece que estão vendendo dificuldade para colher facilidade, dizendo: "nós queremos mais cargos, nós queremos mais dinheiro, nós estamos ávidos por dinheiro, nós vamos para uma campanha".

Então, nessa última votação, inclusive, do Presidente Temer me pareceu que uma cabeça inteligente pensa nisto: "Olha, vamos colocar o Temer na parede, vamos levá-lo para um julgamento e vamos arrancar desse Governo tudo o que tiver". E eu não tenho nenhuma dúvida de que eles fizeram o último grande assalto aos cofres públicos para segurar no Presidente Temer, porque sabem que ele não poderia entrar em um inquérito, e ele ia dar de tudo para se agarrar. Para quem está afogado, qualquer cabelo é sustentação. Então, ele fez isso, e eu vejo que já começam a fazer do mesmo jeito com a questão da Previdência.

Então, torço, Senador Paim, para que V. Ex^a tenha razão, com a sua experiência, com o seu trabalho, e que esse povo aí esteja fazendo realmente fazendo essa reflexão; que o povo na rua esteja cobrando deles essa votação e que os traga a uma reflexão. Mas, considerando que está mudando o sistema político, que não há mais o financiamento, que é uma indecisão total, acho que muita gente está aproveitando essa dificuldade, enchendo o bolso para ir para as eleições de bolso cheio, ou então, para ir para sua aposentadoria de bolso cheio.

Eu só lamento profundamente que, no lugar de se estar discutindo de forma muito responsável, compromissada com a coisa pública, de repente, muita gente aproveita essas oportunidades e vende essa dificuldade, colhe facilidade e faz os seus avanços em cima do Executivo. Fico triste porque não vejo um formato legislativo no Brasil preocupado em fazer a máquina, Senadora Regina, funcionar, funcionar para ajudar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu sempre digo que a máquina pública, seja o Executivo, o Legislativo, ou o Judiciário, tem que ser a graxa de uma engrenagem, para permitir que a sociedade como um todo aconteça de forma a que não venha quebrar nenhuma dessas engrenagens. Portanto, eu fico aqui, Senador Paulo Paim, na grande torcida para que isso seja verdadeiro; que isso realmente seja o sentimento desse grupo, porque, do contrário, poderá acontecer como aconteceu agora na votação do Presidente Temer. Eles foram como verdadeiros tubarões, com muita sede, e esvaziaram o pote.

Digo isso porque o meu Estado, Senador Paulo Paim, vive do contracheque, vive do repasse, e hoje temos ali quase 40 mil venezuelanos, saindo da crise venezuelana, entrando no Território brasileiro, e a presença do Governo Federal lá não existe. É preciso criar hospitais, é preciso preparar uma receptividade de pós-guerra ou de guerra, que é o que verdadeiramente está acontecendo na Venezuela, para dar aos irmãos venezuelanos um mínimo de dignidade – saúde, segurança, um estar melhor. E isso não está acontecendo, de forma que o nosso Estado de Roraima não tem suporte e está pegando essa grande migração. Estamos vivendo situações caóticas, com crise, com epidemia

E nós estamos vivendo situação caótica, com crise, com epidemia, com surtos de malária, de chikungunya, de zika, de dengue, e um povo realmente assustado, em todos os sentidos.

Então eu queria fazer essa colocação. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário. Nós estamos caminhando para o encerramento. O Senador Capiberibe chegou. Vai querer fazer algum encaminhamento, Senador? Porque nós estamos encerrando. (Pausa.)

Senador Capiberibe, que acabou de entrar, quer fazer algum... Porque nós estamos acabando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas nós vamos agora para o segundo momento?

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o segundo momento, exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, está bom. Até aproveitar, porque o Senador está aí, já, para ...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É a questão da pauta, da reunião ordinária da CDH.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ao tempo que declaro aberta a segunda parte... Aliás, outra reunião da CDH...

Convido o Senador João Capiberibe a presidir essa sessão, que trata do Estatuto do Trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Reforma Trabalhista e Estatuto do Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2017-2018, a qual possui a seguinte composição: Titulares PMDB: Valdir Raupp e Hélio José; Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT e PDT): Paulo Paim e Ângela Portela; Bloco Moderador: Telmário Mota e João Capiberibe.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente: Senador Telmário Mota; Vice-Presidente: Senador Paulo Paim.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação. (Pausa.)

Aceitam? (Pausa.)

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Telmário Mota e do Senador Paulo Paim para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Telmário Mota e para Vice-Presidente o Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Convido a todos os eleitos para ocuparem seus lugares à Mesa e passo a Presidência ao Senador Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu quero convidar o nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, para também compor a Mesa. (Pausa.)

Bem, eu quero cumprimentar a todos e a todas, principalmente a Senadora Regina, Presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, que compõe comigo esta Subcomissão Temporária sobre Reforma Trabalhista e Estatuto do Trabalho. Não tenho nenhuma dúvida de que o Senador Paulo Paim, desde que nós a aprovamos nesta Casa...Nós não, desde que esta Casa aprovou a Reforma Trabalhista, o Senador Paulo Paim, naturalmente, como é o porta-voz, sem nenhuma dúvida, dos trabalhadores brasileiros, ficou bombardeado por solicitações do Brasil inteiro.

Diariamente tenho visto o Senador Paulo Paim, como todos os outros Senadores, mas ele com muito mais sensibilidade para esse segmento, receber os diversos manifestos no sentido de que essa situação teria que ser revista, teria que ser realmente modificada. Aí, com essa visão dele, sempre acreditando nisso – em que também acredito –, ele entendia que nós precisávamos trabalhar o Estatuto do Trabalho. Aí não fica só o trabalho, mas também o trabalhador como um todo.

Vai ser um trabalho árduo, mas, sem nenhuma dúvida, Senador Paulo Paim, um trabalho gratificante, um trabalho bonito, um trabalho de criação, de adaptação, um trabalho que seja atual, bem atual, para que a gente realmente possa buscar, resgatar alguns direitos que foram aí realmente aniquilados com essa reforma que aconteceu e que possa restabelecer a paz entre o empresário, o trabalhador e a sociedade brasileira. Então, é com esse espírito que a gente compõe essa subcomissão.

Aproveito, como o Senador Paulo Paim hoje tem uma riqueza de informação, de material e, sem nenhuma dúvida, demonstra hoje estar o mais preparado para não só ocupar a Presidência ou a Vice-Presidência, do que tenho absoluta certeza, Senador Paulo Paim, e quero lhe dar esta tarefa: que V. Ex^a seja o Relator deste Estatuto, para que assim possamos

o Relator desse estatuto, para que assim possamos construir um estatuto com a cara, o sentimento e a vontade do nosso povo e da nossa gente.

Portanto, eu faço esse convite a V. Ex^a. Acredito que V. Ex^a aceitará, porque, sem nenhuma dúvida, não é mais um convite, é uma convocação para que possamos andar com certa rapidez, com a rapidez necessária para colocar o estatuto do trabalho à disposição da sociedade brasileira. (Palmas.)

Com a palavra o Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria rapidamente agradecer ao Senador Telmário e também a todos os membros desta Subcomissão. Agradeço, em primeiro lugar, à Senadora Regina Sousa, que, quando levantamos a possibilidade desta subcomissão, uma subcomissão pequena – são somente três Senadores titulares e três suplentes... Agradeço ao Senador Valdir Raupp; ao Senador Telmário Mota, que assumiu a Presidência; à Senadora Ângela Portela, ao Senador Hélio José; e ao Senador João Capiberibe, que presidiu esta reunião.

E por que só três Senadores? Porque esta Subcomissão visa agilizar os trabalhos. Não adianta colocarmos 20, 30 Senadores e termos o mesmo problema que temos na Comissão de Direitos Humanos. Não há como dar quórum, porque alguns partido nem sequer indicam os nomes. Então, com três Senadores, nós temos quórum; com dois, podemos encaminhar todas as votações.

A nossa intenção é reunir o que há de melhor nessa área do mundo do trabalho: especialistas, técnicos, analistas, intelectuais. Queremos ouvir o empresariado, os trabalhadores, as centrais sindicais, federações, confederações, para discutir um verdadeiro estatuto do trabalho. Esse que, infelizmente, o Congresso aprovou e que vai entrar em vigor praticamente daqui a três meses é o estatuto do empregador – tiro a palavra "estatuto" –, é a consolidação das leis do empregador. Esqueceram ali o trabalhador.

Então, os senhores todos que estão nesta Subcomissão – Senadora Regina, enfim – nos ajudaram a construir, Senador, Senadoras e Deputado Sessim, que está aqui conosco. V. Ex^a trabalhou. Quando apresentamos o Estatuto do Idoso, diziam que era um sonho. V. Ex^a estava lá e votou comigo. V. Ex^a ajudou, trabalhou e votou. Quando apresentamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, diziam que era um sonho. Apresentamos e aprovamos juntos – aprovamos lá e, depois, aqui. Quando apresentamos o Estatuto da Igualdade Racial, diziam que era um sonho. Aprovamos lá e aprovamos aqui, no Senado. Lei dos Autistas; a política do salário mínimo; V. Ex^a foi um dos que ajudou a formular a inflação mais PIB. Falo isso com o maior carinho. Nós viajamos o Brasil todo. A formulação daquela comissão, também pequena, era inflação e o dobro do PIB, mas, na negociação – o Presidente Lula foi fundamental –, nós ajustamos a inflação mais PIB e aumentamos o salário mínimo de US\$60 para aproximadamente US\$300.

Por isso, eu acredito muito, Senador Telmário, que esta Subcomissão, que vai tratar especificamente do estatuto do trabalho, tem tudo para construir uma peça que vai entrar para a história. É claro que a Subcomissão terá sempre, como referendo principal, a própria Comissão de Direitos Humanos e as outras Comissões que...

a própria Comissão de Direitos Humanos e as outras Comissões por onde o estatuto há de transitar. Mas poderíamos fazer – eu tomei já a liberdade, se me permitir, para ganharmos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tempo, e eu fiz com a assessoria – um plano de trabalho que seria importante se eu pudesse já aprovar nesse momento aqui.

Então eu farei uma leitura rápida.

Por meio do Requerimento nº 83, de autoria deste Senador e de outros, foi criado, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, a subcomissão temporária para aprofundar, debater esse instrumento que eu chamo de estatuto do trabalho.

Essa subcomissão terá tempo limitado, terá tarefas a cumprir e o mais rápido possível apresentará uma proposta ao País.

Os titulares, repito, serão o Senador Paulo Paim, o Senador Valdir Raupp, o Senador Telmário Mota. Quero dizer que a Senadora Regina Sousa foi consultada e ela abriu mão de ser titular da comissão, porque ficariam dois do PT. Então você nos representa e nós vamos indicar então a maioria dos partidos.

Qual é o objetivo? Construir uma proposta de estatuto do trabalho de acordo com os fundamentos no Estado democrático de direito, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, como contraponto às recentes alterações legislativas sobre, principalmente, a Lei 13.467, de 2017, conhecida como a Reforma Trabalhista.

A Reforma Trabalhista foi proposta sob o argumento de modernizar as leis trabalhistas, mas vem sendo duramente combatida por setores significativos da sociedade brasileira, incluindo a magistratura e o Ministério Público do Trabalho, além de todas as centrais sindicais e confederações do País, federações, sindicatos, por constituir um retrocesso legislativo histórico que desumanizou as relações do trabalho e retirou direitos conquistados ao longo de décadas, de lutas dos trabalhadores brasileiros, desde a era Getúlio até hoje.

Da forma como foi aprovada, sem permitir uma ampla participação popular e mediante a adoção de táticas que impediram a atuação deste Senado em sua função constitucional de Casa revisora, a reforma descumprir as normas internacionais da OIT, por fazer pender a balança para um dos lados da relação laboral, estabelecendo um desequilíbrio que afronta diversos princípios basilares da nossa Carta Magna, em especial os da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Um verdadeiro estatuto do trabalho deve refletir a atual realidade do mercado, e sempre com uma ótica das relações humanas, incluindo novas formas de trabalho e de relações trabalhistas, sem, contudo, deixar de observar os fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no art. 1º da nossa Constituição, que inclui em igualdade de condições os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tem que ser um estatuto que olhe para o empregado e para o empregador. A proposta que ora se busca construir deve ser capaz de conferir maior segurança jurídica a empregados e empregadores, propiciando, assim, uma melhora significativa nas relações trabalhistas, preservando e dando efetividade aos direitos e garantias fundamentais esculpidos na Lei Maior, que é a nossa Constituição, que eu tive a alegria e a satisfação

.. tive a alegria e a satisfação de estar lá. Lembro-me, eu com Ulisses Guimarães, com Mário Covas, com Lula, com Olívio Dutra, enfim, líderes dos mais variados partidos, todos com uma noção muito clara de que ali era a Constituição cidadã, como falava Ulisses Guimarães.

Nossos norteadores constantes nessa tarefa, podem crer, serão o fortalecimento das instituições, a democratização do acesso ao mercado de trabalho, a facilitação do acesso e da permanência de pessoas de todas as áreas, sabendo observar com carinho a situação das pessoas com deficiência, dos idosos – porque neste País pessoas com mais de 45 anos já começam a ser discriminados no mercado de trabalho –, a nossa juventude, entre outros segmentos constitucionalmente protegidos, bem como o combate a qualquer forma de discriminação no ambiente laboral, protegendo o trabalho da mulher, sobretudo da mulher gestante, na busca incessante da igualdade no trabalho.

A metodologia – rapidamente, Sr. Presidente, Senador Telmário Mota – proposta busca permitir a maior participação possível com o envolvimento de vários segmentos sociais em duas etapas: a construção do anteprojeto do estatuto do trabalho e a sua ampla discussão com a sociedade.

3.1 Construção de anteprojeto do Estatuto do Trabalho, 09/08/2017 a 30/04/2018. Essa etapa vai utilizar os seguintes instrumentos e mecanismos para formulação:

Audiências públicas. Objetivo: ouvir e colher sugestões de especialistas, autoridades e representantes de empregados, empregadores e entidades da sociedade civil com atuação na área trabalhista. Os expositores serão exortados a entregarem suas considerações e sugestões por escrito. As audiências serão interativas, permitindo ampla participação de todo o povo brasileiro, presencialmente ou por meio do portal e-cidadania, do Alô Senado e até mesmo audiências públicas, que faremos via sistema de comunicação nos Estados que permitem que uma audiência pública feita aqui seja também feita no mesmo dia nos 26 Estados da Federação para um bom debate.

Estão previstas também cinco diligências nos meses de setembro, outubro e novembro. Para não visitar de novo todos os Estados podemos escolher cinco Estados exatamente como eventos regionais, que faríamos de fevereiro a março de 2018.

Seminários. Reunir categorias específicas e segmentos interessados em contribuir para a construção do estatuto. O seminário tem a previsão de realização em Brasília, de 9 e 10 de setembro de 2017. A discussão será dos seguintes temas: primeiro painel, Reforma trabalhista





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

– problemas e efeitos esperados. Grupo de trabalho: categoria específica, segmentos protegidos. Grupo de trabalho: direito sindical, negociação coletiva. Propósito de trabalho: direito processual no trabalho – JTMP. Plenária final: recomendação de seminário para construir a carta de Brasília. Grupo de trabalho: analisar sugestões recebidas às proposições realizadas que tramitam no Congresso e jurisprudências trabalhistas, especialmente do Tribunal Superior do Trabalho e, também, do Supremo Tribunal Federal (STF). Aprofundar o debate e sistematizar resultados de forma a permitir a construção gradativa de uma proposta equilibrada dessa, porque não dizer, uma ...

...de uma proposta equilibrada dessa, porque não dizer, uma verdadeira CLT, um novo Estatuto.

O grupo de trabalho GT será instituído em requerimento de subcomissão remetido à CDH e será composto por juristas e outros especialistas na matéria, convidados pelo presidente e o relator dessa comissão.

Estão previstas 15 reuniões do GT, com periodicidade quinzenal, em regras nas quintas-feiras à tarde, no Senado Federal, conforme cronograma estimado. Aqui tem todo o cronograma, que não precisa ler, mas seria um grupo de trabalho. Com a nossa presença ou não, os grupos vão trabalhar.

Discussão pela sociedade, de 1º de maio de 2018. A intenção é de que no dia 1º de maio a gente possa apresentar o primeiro formato e aí jogarmos para a sociedade, para um debate longo, necessário, para que ninguém diga que a gente adotou o mesmo método adotado nesse momento da reforma trabalhista.

O objetivo do GT é a proposta preliminar do Estatuto, com data prevista, como eu dizia, para 1º de maio.

Sr. Presidente, simplificando aqui, já indo para o final, claro que usaremos, dentro do possível, sempre a sua presidência e eu na relatoria, e somos três né, e o Valdir Raupp é o terceiro titular, vamos tentar, dentro do possível, fazer o debate na Tv Senado. O encarte, em edição especial do Jornal do Senado, vamos provocar entrevistas em todo o sistema de comunicação sobre esse importante tema.

O cronograma de trabalho dessa etapa será definido posteriormente. Temos um cronograma geral e vou ter que ler, para efeito de aprovação.

18/08 – A necessidade ...do trabalho apresentado à subcomissão do GT. Audiência pública.

29/08 – Experiências internacionais de codificação do trabalho, como França, México, Chile e outros. Audiência pública.

11/09 – Princípio da OIT, Organização Internacional do Trabalho. Audiência pública.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

25/09 – Basilares para o Estatuto do Trabalho, introdução e princípio da CLT. Audiência pública.

09/10 – Normas gerais de tutela do trabalho. Audiência Pública.

Normas gerais de duração do trabalho, férias anuais, identificação profissional do salário mínimo... remuneração. Audiência Pública.

Normas gerais sobre tutela do trabalho, segurança e medicina do trabalho. Painel sobre reforma trabalhista, problemas referentes... grupo de trabalho, foi aquele que li no seminário.

20/11 – Audiência pública. Nova relação de trabalho. Aplicativos e as construções individuais dos trabalhos. Disposições gerais. Remuneração, alteração, suspensão, interrupção.

4/12 – Contrato individual do trabalho. Rescisão. Aviso Prévio. Estabilidade. Força maior. Fraudes na relação de trabalho e disposições especiais.

5/12 – Organização sindical. Instituição sindical. Enquadramento sindical. E qual vai ser a fonte de recursos das entidades sindicais? É um debate que vamos ter que enfrentar. Aqui ninguém está propondo a volta do imposto sindical. Mas, vamos discutir, sim, a exemplo de como tem o sistema S, como tem o sistema da OAB, que as entidades sindicais também tenham a sua fonte de recursos amplamente discutida com a sociedade.

Acordo coletivo de trabalho. Convenção coletiva de trabalho. Comissão de Conciliação Prévia e Audiência Pública. Auditoria Fiscal do Trabalho e processo de multas, também audiência pública.

Justiça do Trabalho. Audiência Pública.

Ministério Público do Trabalho. Audiência Pública.

Aqui estão as datas respectivas.

Processo judicial do trabalho. Audiência pública, também marcando a data.

E apresentação do anteprojeto, 30/04.

Num primeiro momento, Senador Telmário, para iniciar esse trabalho, e eles ajudaram inclusive a compor esta sintonia de como a comissão poderia iniciar o trabalho, convidamos, para compor o grupo de trabalho, sem prejuízo de serem convidados, representantes de empregados

sem prejuízo de serem convidados representantes de empregados, de empregadores e outros especialistas, as seguintes entidades: Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Ministério Público do Trabalho (MPT), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), Associação





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho (ALJT), Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.

Repito: esses são os nomes que foram indicados, mas a Comissão deixa aqui aberto, sem prejuízo de serem convidadas outras entidades, entre elas, claro, a Comissão... Vai chegar aqui uma relação de dez setores ligados ao empresariado; a Comissão vota e inclui. Chega aqui uma relação de dez entidades tipo centrais, federações e confederações; a Comissão vota e aumenta o número desse grupo de trabalho que vai formular as propostas para que depois a Comissão vote favorável ou não.

Termino dizendo as considerações finais. A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho tem uma tarefa árdua, mas importante: apresentar à sociedade uma proposta de um verdadeiro Estatuto do Trabalho. A missão mais importante é, sem dúvida, a partir da discussão ampliada com a sociedade, fazer com que essa proposta represente a média do pensamento da sociedade brasileira, e não como foi agora, em que uma maioria oportunista aprovou um código que só representa o interesse do mercado, do grande capital, em detrimento dos trabalhadores.

Para fazer esse contraponto, mas construir uma proposta equilibrada, é que nós apresentamos a proposta do Estatuto do Trabalho, um estatuto que promova e reconheça o valor social do trabalho como forma de construção de uma sociedade justa e solidária. Mais que isso: que seja capaz de elevar as relações trabalhistas ao patamar mínimo de respeito ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e, com isso, de forma eficaz contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem comum, como previsto na Constituição Federal. Repito: ouvindo todos, enfatizo principalmente empregados e empregadores.

Esse seria o plano de ação, Sr. Presidente, que gostaríamos que V. Ex^a, claro, fazendo os comentários que entender necessário, colocasse em votação, para a gente dar a arrancada nesse trabalho, que esperamos, então, dentro do possível, como alguém já disse... Há uma canção que diz: "Ando devagar, porque já tive pressa". Mas, ao mesmo tempo, o sorriso no meu rosto e a expressão dos meus olhos mostrarão que nós estaremos lutando por uma causa justa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Paulo Paim, portanto, eu fico extremamente grato por V. Ex^a aceitar a relatoria desta Subcomissão Temporária sobre a reforma trabalhista e o Estatuto do Trabalho, que será o novo marco das leis trabalhistas, não tenho nenhuma dúvida. E, como V. Ex^a bem colocou, traz aí o primeiro plano de ação, de trabalho, com uma ampla discussão com a sociedade civil como um todo – trabalhador, trabalho, enfim, todos vão ter a oportunidade de opinar. Nós vamos abrir, inclusive, um link aqui para que haja as sugestões, para que elas cheguem mais rápido e contribuam para que a gente possa realmente dar qualidade, celeridade nesse trabalho

que V. Ex^a, nesse plano de trabalho que V. Ex^a propõe, nessa ação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós colocamos, então, em votação o plano de trabalho do nosso Relator, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fora do microfone.) – Com um adendo importantíssimo de V. Ex^a, que é o link para que a sociedade possa contribuir com ideias.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Contribuir com essas ideias.

Portanto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pelo e-Cidadania? Então, pronto. Fica aí o registro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fora do microfone.) – Por isso que ele é o nosso Presidente. Eu faço um estudo com um baita grupo, apresento aqui, mas a proposta que vai abrir de imediato para toda a população veio do Presidente. Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – São os universitários! Por isso que é bom sempre trazer os universitários.

Então, aprovada a nossa proposta de trabalho. E, aqui, sem nenhuma dúvida, nasce novamente o sonho, a esperança. E, com muita responsabilidade, Senador Paulo Paim, eu tenho certeza de que esse novo trabalho que agora nasce – naturalmente é de uma sugestão de V. Ex^a – vai lhe dar muito mais pujança, muito mais músculo, muito mais energia. E eu tenho certeza de que o Paulo Paim renova as esperanças de resgatar aquilo que um grupeto, um grupo pequeno, num momento fragilizado do nosso Parlamento, da nossa República, se aproveitou e avançou substancialmente naquilo que foi construído ao longo de muita luta, de muito tempo, que são os direitos dos trabalhadores.

Mas agora, de forma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Desde Getúlio Vargas, PDT, que nós fomos, e tal, e hoje PTB. Então, eu fico muito feliz em estar no partido que foi, junto com Goulart, junto com Getúlio Vargas, o nascedouro da CLT. E, aqui, eu e Paulo Paim somos dois representantes, dois trabalhadores – eu do PTB e Paulo Paim no coração do trabalhador, porque ele consegue ficar acima dos partidos. E nós vamos, com certeza, abrir essa porta, abrir o Senado brasileiro, esta Casa de reparos, de revisões, que é o Senado, para que a gente possa fazer justiça àqueles que foram injustiçados.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, acho que nada mais há a comentar e encerro a presente reunião.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fora do microfone.) – Muito bem, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Iniciada às 12 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Telmário Mota, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Wilder Moraes, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores José Medeiros e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 10 - SUGESTÃO Nº 2, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o reconhecimento de experiências extraescolares no processo seletivo para ingresso no ensino superior." Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Sen. Ângela Portela (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela aprovação da Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado, para que possa tramitar com a autoria da CDH. ITEM 11 - SUGESTÃO Nº 2, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o incentivo ao esporte nas escolas públicas." Autoria: Cidadão. Relatoria: Sen. Ângela Portela (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 12 - SUGESTÃO Nº 7, de 2017 - Não Terminativo - que: "Torna falsa acusação de estupro crime hediondo e inafiançável" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 13 - SUGESTÃO Nº 11, de 2017 - Não Terminativo - que: "Anistia ao Senhor Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 25, de 2017 - Não Terminativo - que: "Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio" Autoria: Programa e-





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cidadania. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88 de 2017 que: "Requer, nos termos do arts. 89, VII, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A securitização de créditos recebíveis"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater "Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 91 de 2017 que: "Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater "Experiências internacionais de codificação do trabalho"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho do RDH 26-2017 - Política Pública. Finalidade: Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho do RDH 26/2017, que requer a avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo. Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José e Sérgio Petecão e as Senadoras Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 53ª a 59ª Reuniões da CDH e ainda as da 1ª e 2ª Reuniões da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A reunião será realizada em duas partes: a primeira será deliberativa, com votação em bloco para o esforço concentrado; e a segunda será destinada à apresentação e deliberação do Plano de Trabalho do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos 26, de 2017, que requer a avaliação da política pública para erradicação do trabalho escravo. É o Senador Paulo Rocha o Relator. Na segunda parte, nós faremos... (Pausa.)

Nós vamos começar, até completar o quórum, com os itens não terminativos e com os requerimentos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente, pela ordem!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Quem sacou primeiro, Senadora?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Fora do microfone.) – Pode ser o senhor, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, eu queria pedir a sua gentileza. Acho que do item 14 – confirme aí, por favor – consta um relatório de minha autoria. Eu tinha agendado com algumas Lideranças para que a gente pudesse discutir sobre esse meu relatório, e isso não foi possível nem ontem nem hoje, por motivo de...

É o item 14?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o item 14.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu gostaria que, se fosse possível, nós adiássemos essa votação para a próxima semana. A senhora pode fazê-lo?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tudo bem!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É o item 14.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É não terminativo o item 14, e o senhor é o Relator. É uma sugestão... (Pausa.)

Então, fica para a próxima pauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Está bom. Eu agradeço a sua gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós estamos em um esforço concentrado para, na hora em que der quórum, votarmos aqui estes dois blocos...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k.! Estou pronto aqui para ajudar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...de itens terminativos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem.) – Obrigada.

Eu gostaria de solicitar, já que vamos começar pelos não terminativos, que a gente pudesse inverter a pauta para os itens 12 e 13, de que sou a Relatora, para que eu já pudesse ler o relatório desses itens.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode ser, sim. Podemos inverter a pauta. Então, vamos ao item 12. (Pausa.)

Em votação a proposta de inversão de pauta para os dois itens da Senadora Gleisi, porque ela tem outra reunião.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, pela inversão de pauta, vamos para o item 12.

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 7, DE 2017

- Não terminativo -

Torna falsa acusação de estupro crime hediondo e inafiançável.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: pela rejeição da Sugestão.

Observação: tramitação: CDH.

A Relatoria é da Senadora Gleisi Hoffmann, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Relatora.) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, combinado com os incisos I e V do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), projeto que “torna falsa acusação de estupro crime hediondo e inafiançável”. A sugestão é oriunda da Ideia Legislativa nº 64.353, que alcançou, no período de 12/12/2016 a 02/03/2017, apoio superior a 20 mil manifestações individuais no portal e-Cidadania do Senado Federal.

Conforme a descrição da Ideia Legislativa em tela, o proponente se diz estarecido quando leu matéria que informava que cerca de 80% das denúncias de estupro são falsas e, entre os principais motivos, estão a vingança da mulher contra o homem, a alienação parental e a obtenção de vantagens, como bens no divórcio e guarda dos filhos.

Análise.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal e-Cidadania que obteve apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RISF e será encaminhada à CDH.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Programa e-Cidadania é uma iniciativa importante que estimula e possibilita maior participação dos cidadãos no processo legislativo.

A SUG nº 7, de 2017, trata de um problema grave e que atinge diretamente a família enquanto valor e “base da sociedade”, conforme positiva a Constituição Federal no art. 226.

Sobre o mérito da ideia legislativa trazida a esta Casa, dois pontos merecem atenção.

Em primeiro lugar, nosso ordenamento jurídico já oferece resposta adequada para o problema. A comunicação falsa de crime é fato típico previsto no art. 340 do Código Penal (CP), punido com pena de detenção, de um a seis meses, e multa. Se a conduta der causa à instauração de investigação policial, de processo judicial ou outro procedimento de apuração, ou seja, se ela chega a mover a máquina do Estado, que é cara e que toda a sociedade custeia, a pena é maior, de reclusão, de dois a oito anos, e multa (art. 339 do CP). Essa pena é equivalente, por exemplo, à pena do crime de lesões corporais de natureza grave, que resulta em deformidade permanente. Além disso, a pessoa pode ser responsabilizada perante a lei civil, estando sujeita ao pagamento de danos morais, a várias sanções em caso de configuração de alienação parental, como alteração de guarda e suspensão da autoridade parental, suspensão do exercício do poder familiar se condenada a pena superior a dois anos de prisão pelo crime, exclusão da herança de ascendente ou descendente da vítima e possibilidade de perda de bens em caso de divórcio.

Em segundo lugar, o crime hediondo é, de uma forma geral, aquela conduta delituosa revestida de excepcional gravidade, seja na execução, quando o agente revela amplo desprezo pela vítima e mostra-se insensível ao sofrimento físico ou moral a que a submete, seja quanto à natureza do bem jurídico ofendido (vida, integridade física, saúde etc.), ou, ainda, quanto à especial condição da vítima (vulnerável, hipossuficiente etc.).

O adjetivo “hediondo” deriva do latim hoedus, “bode”; vale dizer, em sentido figurado, “fétido”, “malcheiroso”. Daí o espanhol hedor; em português, “fedor”. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu Novo Dicionário da Língua Portuguesa, diz ser o adjetivo em epígrafe derivado do espanhol hediondo, e suas significações seriam: depravado, sórdido, imundo, repulsivo, horrendo, sinistro, pavoroso, medonho, malcheiroso, fedorento etc.

Por mais reprovável que seja a comunicação falsa de estupro, nos parece excessivo qualificá-la como conduta hedionda, especialmente considerando que não envolve violência.

É importante o cidadão ter em mente que a previsão de um crime como hediondo traz algumas consequências. Por exemplo: impede a concessão de anistia, graça e indulto; impede a concessão de fiança; e torna mais rigoroso o acesso a benesses penais, como livramento condicional e progressão do regime de pena. Essas consequências são mais adequadas para crimes violentos, pois representam grande custo para a pessoa e para a sociedade como um todo, que financia um sistema prisional em crise, superlotado e com estrutura precária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cumprimentamos o cidadão que apresentou a ideia e seus apoiadores. Contudo, em suma, nosso ordenamento jurídico já oferece respostas suficientes e adequadas para a referida conduta, e, a nosso ver, os custos de uma eventual alteração legislativa no sentido proposto tenderiam a superar os seus benefícios para a sociedade.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição da SUG nº 7, de 2017.

Esse é o parecer, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Gleisi.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Coloco em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 13

SUGESTÃO Nº 11, DE 2017

- Não terminativo -

Anistia ao Senhor Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro.

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: pela rejeição da Sugestão.

Observação: tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para a leitura do relatório.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Relatora.) – Obrigada, Sr^a Presidenta.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, a Sugestão (SUG) nº 11, de 2017, que versa sobre a criação de projeto de lei que determine a anistia do Deputado Federal Jair Bolsonaro no processo judicial que tramita contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF). A sugestão é oriunda da Ideia Legislativa nº 69.765, que alcançou, no período de 10/04/2017 a 20/04/2017, apoio superior a 20 mil manifestações individuais no portal e-Cidadania do Senado Federal. Conforme a descrição da Ideia Legislativa em tela, o proponente, Sr. Sérgio Pádua, afirma que a "ação penal no STF contra o Excelentíssimo Jair Bolsonaro (caso Maria do Rosário) configura-se uma covardia institucional contra o Deputado. A uma, ele tem imunidade parlamentar civil e penal por palavras e opiniões. A duas, ele usou uma figura de linguagem, sendo um adepto da Lei e da Ordem". Destacou o autor da ideia legislativa que "o Deputado também apenas soltou essa declaração depois de ser caluniado ou difamado pela D. Maria do Rosário. N (sic) país de 70.000 assassinatos dolosos por ano, o STF tem que dar fim a essa covardia contra o Bolsonaro, querido por milhões de brasileiros".

Análise.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada à CDH.

As ideias advindas do programa e-Cidadania são manifestações da soberania popular e merecem deferência por parte desta Comissão, pois revelam preocupações sobre temas que afetam a sociedade brasileira, destinatária última de todos os trabalhos do Congresso Nacional.

Sobre o mérito da ideia legislativa trazida a esta Casa, todavia, não podemos concordar com o proponente.

Não deve o Parlamento invadir a competência constitucional da Justiça comum para determinar a anistia de crimes, de quem quer que seja, a não ser em casos excepcionalíssimos e em contextos sociais igualmente excepcionais. Devemos lembrar que o Brasil se utilizou do perdão proveniente da anistia de maneira muito particular, em determinados períodos da sua história, para instrumentalizar a transição democrática e promover pacificação social. Destaque-se, outrossim, que referido perdão nunca ocorreu sem objeções, pois muitos, ainda hoje, criticam a decisão do Estado de abrir mão do seu direito de punir para privilegiar grupos, ainda que em nome da estabilização política do País.

Também é sabido que a anistia prevista no art. 48, inciso VIII, da Constituição Federal é remédio a ser utilizado quando o interesse público na clemência de um crime se manifesta de forma patente. Não é por outra razão que a história destinou a anistia especialmente para os chamados crimes políticos. Evidentemente, não se trata do caso ora examinado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ademais, a anistia antecipada, operada antes mesmo de prévia condenação judicial, não promoveria bem-estar coletivo, ao revés, acirraria ainda mais o clima de animosidade existente entre apoiadores e opositores do Deputado. Seria subtraída da Justiça brasileira sua função de oferecer julgamento imparcial e equidistante das partes, seria sinalizado para futuros casos que o Poder Legislativo pode ser acionado para resolver litígios individuais.

A denúncia realizada contra o Deputado Jair Bolsonaro tramita no Supremo Tribunal Federal, juízo natural para o processo e julgamento dos membros do Congresso Nacional acusados por infrações penais comuns. Assim, é interesse de todos – inclusive do investigado – que a resposta final seja dada pelo órgão constitucional incumbido para tal, seja para condená-lo, seja para absolvê-lo.

Não podemos deixar de apontar, igualmente, as gravidades das denúncias imputadas ao Deputado Jair Bolsonaro. Ora, é gravíssima a prática dos delitos de incitação ao crime de estupro e de injúria, destacadamente em um país com histórico de violência contra as mulheres. O Parlamentar ofereceu um péssimo exemplo à sociedade, instigando um abominável discurso de ódio e ajudando a perpetuar a rivalidade entre os gêneros, como já o fez em diversas outras oportunidades.

Ao afirmar, no plenário da Câmara dos Deputados, Casa do povo, assistido por milhares de brasileiros, que a Deputada "não merecia ser estuprada" e ao reafirmar o despautério em um momento seguinte, o Deputado sinaliza à sociedade brasileira que existem mulheres que "merecem" ser estupradas e outras que não. A afirmação do Deputado objetifica o gênero feminino, classifica as mulheres por personalidade ou aparência e diminui a reprovabilidade da violação sexual contra a mulher.

Tratou-se de episódio repulsivo, aviltante e que não ofendeu apenas a Deputada Maria do Rosário, mas todas as mulheres deste País.

Cumprimentamos o cidadão que apresentou a ideia e seus apoiadores. Contudo, a sugestão ora apresentada não atende aos interesses da sociedade, e a solução jurídica para o caso já se encontra contemplada nas competências da Justiça brasileira.

Eu quero aqui só pegar um dado, Presidenta, que eu acho que é importante, de uma matéria – se a assessoria até pudesse me ajudar – que saiu hoje sobre o crescimento do número de estupros que há no País. Primeiro, o crescimento do feminicídio, que é a morte de mulheres, aumentou muito no Brasil. Eu queria só dar este dado aqui: "São Paulo registra um feminicídio a cada quatro dias; 63% das vítimas morrem em casa." E outra notícia saiu hoje também na imprensa: "Brasil teve um estupro coletivo a cada duas horas e meia, em 2016; o número cresceu 124% em cinco anos".

Por que eu faço questão de registrar isto aqui, Senadora Regina? Porque, quando nós temos uma autoridade com mandato parlamentar, como é o caso do Deputado que está aqui, a quem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

se propõe a anistia, falando isso de uma tribuna, nós estamos naturalizando o fato. Estuprar passa a ser natural, e as pessoas escolhem a quem estuprar, escolhem se estupram individualmente ou coletivamente. Nós não podemos compactuar com isso. Esse é um tipo de fala, de afirmação que não pode ser naturalizada.

A Deputada Maria do Rosário já ganhou no Superior Tribunal de Justiça essa ação do Deputado Jair Bolsonaro. Hoje, ela está fazendo depoimento no Supremo Tribunal Federal em relação a essa ação.

Então, eu queria aqui manifestar minha solidariedade à Deputada Maria do Rosário, minha solidariedade às mulheres que são vítimas de estupro, e dizer que nós não podemos concordar com formas como esta com que o Deputado Jair Bolsonaro se expressa, dentro de uma Casa Legislativa, em relação a uma mulher.

Estupro é crime pavoroso, e temos de lutar contra ele! Não é possível nós termos esse tipo de índice de mulheres sendo estupradas a cada duas horas e meia no País ou esse índice de homicídios, que, na realidade, são feminicídios, acontecendo no nosso Brasil.

Portanto, eu queria realmente dizer que não dá para aceitarmos essa sugestão legislativa. Eu sinto muito pelo cidadão que apostou nisso e pelos seus apoiadores, mas não será incitando crime, não será naturalizando um crime desse tipo que nós vamos conseguir ter uma sociedade em que o direito de homens e mulheres seja preservado, em que os direitos humanos sejam preservados. Então, quero aqui dedicar o meu parecer, que é contra essa sugestão legislativa, à Deputada Maria do Rosário, que hoje faz o seu depoimento no Supremo Tribunal Federal.

E o meu voto, Sr^a Presidente, é pela rejeição da Sugestão nº 11.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Gleisi.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Paim.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Acho importante (Fora do microfone.)

votar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Maria do Rosário é gaúcha, minha amiga, minha colega, minha companheira, uma lutadora, uma guerreira. Eliezer Pacheco é seu esposo e é gente finíssima também. Conheci a filha dela. Já estive conversando muito com eles.

Quanto ao Bolsonaro, para mim, isso não merece comentário.

Eu quero assinar embaixo do relatório e dizer que Maria do Rosário faz sempre o bom combate. Tenho muito orgulho de ela ser Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul.

Voto tranquilamente acompanhando a Relatora.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Ângela.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para discutir.) – Também quero dar meu total apoio ao relatório da Senadora Gleisi Hoffmann. (Fora do microfone.)

Certamente, a Deputada Federal Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, é um exemplo de Deputada, de Parlamentar, de mulher determinada, que luta muito pelos direitos das crianças, dos adolescentes e das mulheres. Ela merece todo o nosso reconhecimento.

Portanto, eu sou favorável ao relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria também expressar minha solidariedade à Maria do Rosário, até porque ela está sendo ameaçada. Eu vi a ameaça, eu a li na internet. Agora, os covardes estão usando a rede social para se manifestarem tudo o que há de pior em si. Eu vi alguém ameaçando a Maria do Rosário por conta da sentença que saiu. Então, toda solidariedade a ela!

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nós temos outros itens não terminativos, até que a gente aguarde o quórum. Então, nós vamos para o item 10, do Programa Senado Jovem Brasileiro.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 2, DE 2016

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dispõe sobre o reconhecimento de experiências extraescolares no processo seletivo para ingresso no ensino superior.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observação: tramitação: CDH.

A Relatora, Senadora Fátima Bezerra, está conduzindo uma audiência pública.

Então, quero designar o Senador Paulo Paim, aliás, a Senadora Ângela como Relatora ad hoc do item 10, para fazer a leitura do relatório.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Regina.

Relatório da Senadora Fátima Bezerra.

Deve ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 2, de 2016, fruto das discussões desenvolvidas no seio do Programa Senado Jovem Brasileiro, a qual trata do processo seletivo para ingresso em cursos de graduação.

De acordo com a sugestão, as instituições de educação superior devem utilizar, nos processos seletivos para admissão em cursos de graduação, em caráter complementar, as seguintes experiências: a) serviço voluntário em entidades devidamente constituídas, sem fins lucrativos, que possuam, em pleno vigor, declaração de utilidade pública federal, instituída pela Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 (revogada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015), ou qualificação de organização social, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, ou de organização da sociedade civil de interesse público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; b) obtenção de medalha ou menção honrosa em olimpíadas acadêmicas; c) obtenção de medalha em jogos escolares estaduais ou nacionais, ou participação em competições oficiais nacionais ou internacionais; d) destaque em concurso artístico, participação em evento artístico-cultural de abrangência nacional ou internacional ou apresentação de trabalho artístico apoiado por leis de incentivo à cultura; e e) frequência escolar. Segundo a iniciativa, as experiências elencadas devem ser utilizadas como bônus no processo seletivo adotado em cada instituição, representando, no máximo, 2% da nota final do aluno. Cabe às instituições de ensino superior determinar os critérios e as formas de certificação, assim como o período mínimo de atividades voluntárias que será considerado no processo seletivo.

Ainda nos termos da sugestão, devem ser criadas atividades extracurriculares nas escolas, e cabe ao Poder Público promover e divulgar atividades extraescolares nela referidas. A





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

identificação de fraude na comprovação das experiências extraescolares de que trata o documento eliminará o candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

O diploma legal sugerido tem previsão de entrada em vigor três anos após a data de sua publicação.

Vamos à análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas. Por sua vez, o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, estabelece que o tratamento dado a tais sugestões é extensivo à proposição aprovada e publicada no âmbito do Programa Senado Jovem Brasileiro. Assim, a Sugestão nº 2, de 2016, encontra amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

No que concerne ao mérito educacional, cumpre considerar que parte significativa das instituições de educação superior, organizadas sob a forma de universidades, goza de autonomia didática para dispor sobre a forma de seleção de seus estudantes, nos termos do art. 207 da Constituição Federal. Ainda que a União tenha a competência para dispor sobre diretrizes e bases da educação nacional, cabe questionar se as medidas propostas se enquadrariam nessa categoria de legislação.

No que tange ao mérito, vale argumentar que as experiências extraescolares fazem, naturalmente, parte da formação do estudante, e seus efeitos benéficos podem manifestar-se nos exames utilizados pelas instituições de ensino para a seleção de alunos. Dessa forma, a consideração dessas experiências no processo seletivo seria questionável.

De todo modo, não nos cabe o julgamento definitivo da matéria, que terá a oportunidade de ser mais bem avaliada pelo Senado, dado que julgamos válido o acolhimento da sugestão.

Das normas sugeridas, eliminamos a frequência escolar, que contradiz com os objetivos da própria iniciativa.

Devido à dinâmica adotada nos trabalhos do Programa Senado Jovem, que privilegia o debate das matérias em vez da técnica legislativa formal, a sugestão sob exame não leva em conta determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Dessa forma, para adequar a técnica legislativa, as disposições sugeridas foram direcionadas à LDB. Contudo, mantivemos ao máximo os termos da sugestão em análise, inclusive de sua justificação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, cumprimentamos os participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro, em especial os autores da sugestão em comento, por sua sincera preocupação com os desafios educacionais de nosso País.

Então, vamos ao nosso voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Sugestão nº 2, de 2016, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão, nos termos do projeto de lei que todos aqui têm em mão e podem ler.

Então, nosso voto, o voto da Relatora, Senadora Fátima Bezerra, é pela aprovação.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ângela.

Feita a leitura, coloco em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Srª Presidenta, quero só para cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e a Senadora Ângela Portela.

Meu voto acompanha o voto da Relatora e da Relatora ad hoc hoje, a Senadora Ângela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, pela ordem, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem.) – Se fosse possível, eu gostaria que a senhora apreciasse o item 15. Eu sou titular da CAS, que funciona neste mesmo horário. Está havendo audiência pública com o Dr. Jarbas, e eu preciso voltar para lá. Se fosse possível, eu gostaria que V. Exª apreciasse o item 15.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente está concluindo os projetos não terminativos. O senhor até ajuda na discussão e na votação. Logo em seguida, passo para o seu requerimento. Está certo assim? (Pausa.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Obrigada.

ITEM 11

SUGESTÃO Nº 2, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o incentivo ao esporte nas escolas públicas.

Autoria: Cidadão

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: pelo arquivamento da Sugestão.

Observação: tramitação: CDH.

Passo a palavra para a Senadora Ângela, que continua como Relatora ad hoc.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Vamos direto à análise da proposição.

De acordo com o Regimento Interno do Senado, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

No que tange ao mérito da matéria, não se pode deixar de reconhecer a importância do tema abordado pelos Jovens Senadores.

De acordo com os especialistas, desde que trabalhado de maneira pedagógica, o esporte nas escolas pode produzir vários benefícios, como aumentar a capacidade cognitiva e o desempenho escolar dos estudantes, reforçar a cooperação e socialização e desenvolver o espírito de liderança e o respeito.

A prática esportiva também é um importante elemento na preparação de crianças e jovens para a vida em sociedade, ajuda no controle de peso, melhora o sistema circulatório e a resistência física, além de trabalhar a coordenação motora.

A participação em competições e em outros eventos esportivos é outra contribuição importante do esporte na educação, por desenvolver valores como ganhar e perder, estimular a interação,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ampliar a visão de mundo e contribuir para a retirada dos jovens de situações de risco, como o consumo de drogas e álcool.

Diante disso, é, sem dúvida, importante criar e desenvolver mecanismos de incentivos para pessoas físicas e jurídicas alocarem recursos em projetos esportivos das escolas públicas, como propõe a iniciativa em tela.

Cumprе alertar, todavia, que o incentivo proposto pela SUG nº 2, de 2017, já está contemplado pela Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Incentivo ao Esporte, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

De acordo com o art. 1º dessa Lei, poderão ser deduzidos do Imposto de Renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. E, nos termos do inciso I do art. 2º daquela norma legal, o desporto educacional se insere entre os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos. Além disso, no inciso V do art. 3º, a referida Lei prevê, entre as proponentes ao incentivo, as pessoas jurídicas de direito público, o que inclui, portanto, as escolas públicas.

Ademais, cabe salientar que também há tramitando no Congresso Nacional diversas proposições que abordam o tema proposto pela iniciativa em tela, entre as quais destacamos:

- o Projeto de Lei nº 1.516, de 2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera a Lei nº 11.438, de 2006, para dar preferência a projetos vinculados a escolas de educação básica das redes públicas de ensino;
- o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017, de autoria da Comissão Diretora, que revoga a Lei nº 11.438, de 2006, para instituir a Lei Geral do Esporte.

Pode-se observar assim que, além de já haver lei que contempla o incentivo proposto pela Sugestão nº 2, de 2017, existem também proposições em tramitação no Congresso que aprimoram as propostas constantes na referida iniciativa.

Diante disso, exaltamos os participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro, em especial os autores da sugestão em comento, por sua sincera preocupação em proporcionar mecanismos de incentivo à prática esportiva nas escolas públicas de nosso País.

Todavia, não se configura pertinente a elaboração de proposição legislativa nos termos propostos pela Sugestão em tela, tendo em vista que o escopo da iniciativa já é objeto de lei em vigor e de outras proposições em tramitação no Congresso Nacional.

Diante do exposto, nosso voto é pelo arquivamento da Sugestão nº 2, de 2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse é o voto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acompanho a Senadora Fátima e a Senadora Ângela.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Vamos aos requerimentos.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do arts. 89, VII, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal.

Autoria: Senador Hélio José

Diz o requerimento:

Requeiro, nos termos do arts. 89, VII, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ouvido o Plenário deste importante Colegiado, para discutir o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal.

Para tanto, solicito que sejam convidados:

- o Sr. Jamal Jorge Bittar, Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra);
- o Sr. João Henrique de Almeida Sousa, Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi);
- o Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- o Major Carlone Batista da Silva, do Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal;
- o Primeiro-Sargento Edilson Serafim Bezerra, do CCS/Polícia Militar do Distrito Federal;
- o Segundo-Sargento Edmilson Serafim Bezerra, do 8º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal;
- o Comandante Roberto Oliveira, da Guarda Mirim de Ceilândia-DF;
- o Sr. Jânio Marques, Coordenador da Guarda Mirim;
- representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e
- representante do Conselho Tutelar de Ceilândia/DF.

A autoria é do Senador Hélio José, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para encaminhar.) – Cumprimento, primeiro, S. Ex^a a nossa nobre Senadora Regina Sousa.

Sou um assíduo frequentador aqui, pelo menos na presença, nesta Comissão, pela importância desta Comissão.

Lamento olhar aquele painel e ver o PSDB todo vago, porque acho que um partido que tem propostas e que, inclusive, compete para a Presidência da República deveria estar na Comissão de Direitos Humanos totalmente ocupado para debater assuntos tão importantes para o País.

Mas cumprimento V. Ex^a e todos que estão aqui presentes.

A Guarda Mirim vem demonstrando notável desempenho no fomento ao civismo entre os adolescentes que habitam o Distrito Federal. Por meio dessa iniciativa, meninos e meninas são chamados a participar de ações que envolvem o engajamento em ações comunitárias, atividades físicas, educativas e de apoio social.

Sabemos que os resultados obtidos são fruto da iniciativa e do engajamento da corporação que forma a Polícia Militar, especialmente dos oficiais diretamente envolvidos na organização das práticas a serem conduzidas pela nossa querida Guarda Mirim.

Constatando a importância de que a experiência do Distrito Federal seja compartilhada nacionalmente, apresentamos este requerimento, desejosos de que as boas práticas que vêm fascinando os jovens locais sejam aproveitadas por outras unidades federativas e, possivelmente, possam inspirar ações legislativas no sentido de melhor uniformizar esse tipo de intervenção, que visa à promoção da paz social.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Era isso, nobre Presidente.

Aconteceu, nesta semana, lamentavelmente, um incêndio no galpão da Guarda Mirim de Ceilândia, um incêndio criminoso, o que faz com que isso seja ainda mais urgente. Daí a minha solicitação e a minha insistência, mesmo não podendo ficar aqui por muito tempo, para a gente votar ou ver uma data possível, já que estou aqui mesmo, em Brasília, para a gente organizar esse debate o mais breve possível, até em homenagem a esse trabalho tão sério.

Agradeço a V. Ex^a.

Era isso que eu tinha a dizer a respeito disso.

E agradeço a S. Ex^a o Senador Paulo Paim. Eu queria que ele subscrevesse este requerimento por mim, porque terei de me ausentar.

Muito obrigado, Excelência.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Temos, agora, o item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "a securitização de créditos recebíveis".

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, essa proposta foi apresentada a mim para esse debate, pela importância que tem, pela Fattorelli, que é coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Ela entende que há muita maracutaia nessa questão. Uma audiência pública para discutir a securitização de créditos recebíveis seria muito importante no momento em que se fala tanto em reforma trabalhista, em reforma da previdência, enquanto bilhões vão pelo ralo. O objetivo é, nesta Comissão, dar-nos mais subsídios ainda para fazermos o debate, demonstrando que não há necessidade alguma de reforma da previdência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 89.

Vamos ao item 17, que trata do Requerimento nº 90.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater “Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, esta sugestão veio do grupo de trabalho formado por juizes, advogados trabalhistas, ministros do Tribunal Superior do Trabalho, entidades sindicais que estão se debruçando, já com algumas reuniões, sobre o Estatuto do Trabalho e que entendem que isso é fundamental, uma vez que a tal reforma trabalhista, que, na verdade, foi uma reforma do empregador para o empregador, abandonou os princípios da própria Constituição e as recomendações da OIT em relação ao mundo do trabalho. Por isso, eles estão propondo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

isso, e nós aderimos a essa proposta, para que façamos aqui uma audiência pública para discutir os princípios da OIT em relação ao mundo do trabalho e o que manda a Carta Magna, que é a nossa Constituição, na mesma área.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento nº 90.

Vamos ao item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 91, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater “Experiências internacionais de codificação do trabalho”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, este vai na mesma linha. Os postulantes são os mesmos de que falei aqui no requerimento anterior. A intenção é trazer experiências da França, de Portugal, da Itália e de outros países indicados por eles sobre o mundo do trabalho, inclusive comparando o salário mínimo nesses países e no Brasil e a relação trabalhista. A carga horária deles é bem menor. E poderíamos dizer o salário mínimo é, no mínimo, quatro vezes maior em outros países em relação ao Brasil. Daí é bom resgatar isso.

Até falei no plenário ontem que, no Brasil, é o contrário: enquanto em outros países o salário mínimo avança, no Brasil o Presidente Temer quer diminuir em R\$10. Isso fez com que eu apresentasse uma emenda – e o prazo encerra hoje: em vez de deixar R\$10 a menos, eu coloco R\$20 a mais, e nós chegaríamos, pelo menos, a R\$1 mil no Brasil.

Enfim, vamos debater, discutir as condições de trabalho, salário, renda, naturalmente, e a legislação em outros países, comparando-a com a nossa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 91, do Senador Paulo Paim.

Vamos ao último requerimento, o de nº 92.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 92, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, os servidores públicos gostariam de debater esse tema, que já está num projeto que está tramitando na CCJ, que atinge a questão da estabilidade no emprego do servidor público.

Eu já conversei com a autora do projeto, tive uma conversa com o Relator da matéria, e a intenção é fazer o debate sobre a redação que está sendo dada a essa proposta, de forma tal que a gente possa assegurar que o que está na Lei Maior, que é a Constituição – e eu fui Constituinte –, em matéria de servidor público, esteja garantido e não seja ferido por uma lei ordinária, e, ao mesmo tempo, estabelecer um debate franco, transparente, honesto em relação à atividade do servidor público estável.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Fico pensando, realmente, no que vai acontecer, no que vai haver de perseguição advinda dessa proposta, se ela for aprovada, porque há aquelas pessoas que marcam o servidor. Então, vai ser...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...um prato cheio para justificar a demissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por exemplo, só como exemplo, fiscais da Previdência, profissionais e auditores da Receita Federal...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É aquela história: quem não rezar na cartilha...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...do governante de plantão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, sim, a fraude, a sonegação, a roubalheira vão aumentar neste País.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 92.

Senador Paulo Rocha, o Plano de Trabalho fica adiado para a próxima reunião.

Nós estamos aqui com blocos de projetos terminativos. A gente pediu um esforço concentrado, muita gente confirmou, mas me parece que houve um contratempo aí agora. Parece que à questão da reforma política está todo mundo dedicado. Parece que vai ser regime de urgência. É isso? Conseguiu regime de urgência? Vai ser hoje? (Pausa.)

Então, acredito que ninguém virá aqui. Está todo mundo querendo incluir suas emendas, convencer o autor do projeto a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já que a senhora tocou no assunto, eu vou aproveitar antes que a senhora encerre.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está bom.

Eu vou encerrar exatamente com uma fala minha, pessoal, mas também de muito interesse público.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Então, se puder me conceder um minuto...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, estou muito preocupado com essa reforma política feita por esse Congresso, liderado por esse Governo. Nós todos sabemos que a reforma política que vai sair daí vai interessar a quem já tem os mandatos. Não será a reforma política que eu gostaria que fosse feita, uma reforma política, eleitoral e partidária séria.

Nesse aspecto, apresentei uma proposta de emenda à Constituição, se não me engano a PEC nº 15, em que nós teríamos uma Constituinte exclusiva para discutir a reforma política, eleitoral e partidária. Se quisessem discutir, não da forma como eles estão querendo... Querem implantar o parlamentarismo na marra e no grito, em cima de uma crise. Um colegiado de 172 Parlamentares eleitos só para esse fim é que poderia discutir sistema de governo e mesmo essas reformas. E ainda teriam de submeter isso a um plebiscito, em seguida, da população.

Hoje, fala-se já em parlamentarismo de ocasião, que chamo de oportunismo. Nesse Congresso que está aí, de repente, vai virar Primeiro-Ministro quem? Nem vou dizer algum nome aqui para não... Eu ia dizer o nome de quem está aqui dentro, mas vamos dizer que, daqui a pouco, Eduardo Cunha vira Primeiro-Ministro. Pronto! Falo isso para não dizer nenhum nome de quem está aqui dentro, para não ferir ninguém.

É essa a situação em que se encontra. Quer dizer, não tem sentido! Espero que a gente caminhe neste País um dia para termos uma reforma política, eleitoral e partidária e um debate sério sobre sistema de governo. Eu digo isso porque sou simpático ao parlamentarismo, mas não um parlamentarismo implantado, aprovado, escrito pelos próprios Deputados, mas, sim, por uma comissão que eu chamaria de notáveis eleitos pelo povo pelo voto direto, com esse papel, e eles não poderiam concorrer, inclusive, nas próximas eleições.

Era isso, Presidente. Vamos ver o que vai acontecer.

Estou muito preocupado. Esse tal de fundo... Há fundo secreto, fundo não secreto, fundo de quase R\$4 bilhões e fundo de mais 10%! É uma lambança! Estão falando já em bingo para fundo de campanha. Onde nós estamos?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E não tenha dúvida de que a doação empresarial vai continuar, independentemente de qualquer coisa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vai ainda voltar a doação empresarial.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É incrível!

Mas eu queria concluir esta reunião falando de uma coisa muito séria que está acontecendo neste País. Eu vou me referir a um caso que diz respeito a mim, mas que diz respeito a todo brasileiro, a todos nós: neste País, está crescendo demais a intolerância, o ódio. Há certa incitação até a agressões, inclusive pelos organismos que deveriam combater isso.

Ontem, eu fiz uma fala no plenário, na tribuna, meio emocionada, mas hoje estou revoltada, é diferente. Ontem, eu falava do preconceito contra a Miss Brasil, que é uma menina do meu Piauí, linda, de 18 anos, estudante de Administração, politizada. Acho que isso é que está gerando toda essa carga de preconceito contra ela. Nem é pela cor, porque já houve outras misses negras – aliás, hoje, eu estava vendo que a dos Estados Unidos e a da França também são negras, as misses –, mas é por conta do discurso que ela fez, que ela tem feito nas entrevistas que dá e que não agrada muita gente. Esperavam que ela fizesse um discurso ensaiado, da menina que desfila, da moda. Quando perguntaram quais os objetivos dela durante o reinado, esperavam que ela desse aquelas respostinhas prontas, ensaiadas, e ela disse: combater o racismo, lutar pelo empoderamento das mulheres e contra a violência contra as mulheres. E parece que isso incomodou muita gente. As postagens são estas: "Não basta ser negra e ter uma juba; agora, é marxista! Esse discurso de empoderamento não cabia num concurso de misse. Isso já não é um concurso de misse. Avacalhou!" Então, pela postura, pelo posicionamento político dela, ela está sofrendo tudo isso.

Mas, na mesma hora, alguém mandou para mim aqui o resultado de uma ação. Acho que todo mundo acompanhou, naquela época do impeachment, que fui agredida por uma blogueira que acha que é jornalista, que me xingou e disse nomes terríveis, falou de coisas terríveis comigo, disse nomes horrorosos, que eu acho que ninguém merece.

Eu entrei com uma ação para retirar a postagem, consegui a liminar, e ela foi retirada. Mas o Google entrou com uma ação para manter a postagem. Acho que o Google achou bonito ela me xingar daquele jeito. Ontem, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – não foi uma decisão monocrática; foi turma – deliberou que o vídeo, a postagem tem de voltar. Inclusive, acho que, de ontem para cá, milhões de pessoas viram, porque todo mundo faz um comentário, até a meu favor, mas no final bota o vídeo. Então, as pessoas devem estar vendo até hoje, até agora que ela me chamou de anta, cretina, analfabeta, gentinha, fora outras coisas. Enquanto eu estava fazendo um discurso para a Dilma – foi naquele dia em que a Dilma estava presente –, ela estava narrando, fazendo um comentário ao mesmo tempo e transmitindo ao vivo.

Pois bem, o Desembargador Diaulas – o nome dele está aqui –, que os outros seguiram, diz uma coisa que é para a gente se cuidar. Foi comigo e, agora, vai ser com todo mundo. Na medida em que ele disse que comigo foi natural, então, agora, vai ser natural com todo mundo. O jornalista que quiser xingar a gente... Eu vou ler só uma frase que há no relatório. Ele diz: "A





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

liberdade de expressão, para ser garantida, não precisa ficar confinada ao debate polido entre estranhos políticos." Quer dizer, meu adversário político vai poder me agredir, vai poder agredir você. São palavras de um desembargador, que está criando uma jurisprudência aqui de que agora todo jornalista – aqueles que têm essa tendência, os maus jornalistas – vai xingar todo mundo. E a gente vai ter direito de resposta? Não vai. Eles vão todos se basear nisto aqui: é um estranho político. Eu sou um estranho político a você. Ele usou até esta expressão: estranho. Quer dizer, é adversário político, pensa diferente. Ela cunhou estas palavras novas: estranhos políticos.

Então, fico estarelecida com isso. Aonde vamos chegar neste País? Em nome da liberdade de expressão, pode tudo. O que é isso? E agora vai ser agressão toda hora. As pessoas vão se sentir à vontade, já estão se sentindo nos comentários. Houve muita coisa a meu favor, questionando, mas também há muita coisa ruim. Há um pessoal aplaudindo a decisão.

Acho que é uma luta de todos nós, de todo mundo. Temos de lutar contra isso. Senão, aonde vamos parar? Este País era tão pacífico, onde sempre houve ideias diferentes. Vivemos períodos de ditadura, e a relação não era assim. Tudo bem que os mandões lá faziam toda aquela barbaridade da tortura e tudo, mas as pessoas, individualmente, não tinham essa relação de ódio, independentemente do lado em que estavam. Então, acho que a gente precisa, urgentemente, ter uma luta nesse sentido do combate à intolerância, do combate ao ódio, que está disseminado, apoiado e incentivado agora por um desembargador de um tribunal de Justiça. Quer dizer, para onde vai o Judiciário brasileiro?

Eu vou recorrer. Mas vou recorrer para qual? Eu vou esperar da próxima instância o quê? Que vai reafirmar isto aqui! E há posturas já bem questionáveis do Judiciário brasileiro. E aí vem uma postura dessa de um desembargador. Eu fico pensando se esse desembargador tem filha, tem mulher, tem mãe e se ele gostaria de ver alguém chamando as filhas dele de anta, de cretina, de analfabeta. Certamente, as filhas dele não são analfabetas.

Então, conclamo as pessoas a fazerem essa luta contra a intolerância. Acho que a gente vai ter de fazer esse debate nesta Comissão depois, porque a gente não pode deixar isso avançar, senão, vai virar barbárie o nosso Brasil.

Era isso. Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, antes de a senhora terminar...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a foi muito feliz na fala no plenário ontem. Houve a solidariedade de todos os Senadores e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadoras que estavam no plenário. Estavam lá inúmeros Senadores, e as Senadoras que não estavam lá vieram rapidamente ao plenário.

De fato, essa questão da violência, do preconceito, da discriminação por cor, por gênero, por idade, por sexo, por orientação sexual e por religião cada vez aumenta no Brasil e no mundo. A gente via aqueles filmes dos Estados Unidos de décadas e décadas atrás. Agora, estamos vendo aqueles encapuzados, todos de branco, queimando cruzes. Aquela organização Ku Klux Klan voltou com toda a força se manifestando lá, e percebo que isso também ocorre em outros países.

No Brasil, ainda ouvi uma denúncia, hoje pela manhã, da violência contra as mulheres. Dizem que está aumentando o número de mulheres que são assassinadas. Então, essa violência não tem mais limite.

Por isso, V. Ex^a propôs o que acho importantíssimo. Nós deveríamos fazer até mais de uma comissão, duas, três, quatro comissões, ou um debate no plenário, inclusive, em relação a essa violência contra homens e mulheres, pelos motivos mais absurdos, como esse que nós estamos vendo, como foi o caso da agressão gratuita feita a V. Ex^a, que já foi Secretária de Estado, que é Senadora da República, que preside a Comissão de Direitos Humanos, uma Senadora respeitada na Casa por todos, pelo seu equilíbrio, pela sua tranquilidade e até pela sua paciência no diálogo com seus pares.

Por isso, falei ontem no plenário junto com V. Ex^a, e fica aqui muito clara para a opinião pública a minha solidariedade total, que não é só minha, eu diria, com segurança, que é dos Senadores da República e de todos os funcionários desta Casa.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim. Em seu nome, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que se manifestaram ontem. Realmente, recebi muita manifestação. Tenho recebido muitas manifestações também escritas. O pessoal está mandando muitos e-mails.

Mas é preciso fazer mais. Acho que a gente tem de pensar, tem de fazer alguma coisa que possa tocar, chocar, para as pessoas acordarem para o que está acontecendo. Não é normal isso.

Eu quero dizer também que, neste momento, eu me sinto menos agredida pela blogueira e mais agredida pelo Tribunal de Justiça do DF, nas pessoas dos três desembargadores que votaram isso por unanimidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nessa audiência pública, eles podem ser convidados, para explicar o ato violento que eles fizeram. Quando digo de uma audiência pública, falo de uma sessão temática no plenário do Senado – não seria aqui na Comissão –, oxalá, presidida pelo Presidente da Casa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dois minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, José Medeiros, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Dário Berger, Vicentinho Alves e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 50/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Debater com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre: "Direitos Humanos e Sistema de Justiça em âmbito Mundial". Participantes: Geoffrey Robertson, Conselheiro da Rainha da Grã-Bretanha - Fundador e Sócio do Escritório Doughty Street Chambers, principal banca especializada em Direitos Humanos do Reino Unido; Deputado Federal Paulão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; e Carlos Moura, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. A Senhora Presidente concede a palavra aos Deputados Paulão, Paulo Teixeira, Décio Lima e José Mentor. A Senhora Presidente faz os seguintes encaminhamentos: enviar cópias das notas taquigráficas desta audiência pública para todas as Comissões de Direitos Humanos das Assembleias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal, das Câmaras Municipais, da Câmara dos Deputados, às Secretarias de Direitos Humanos dos Estados e Municípios, onde houver, ao Alto Comissariado da ONU, aos órgãos permanentes de Direitos Humanos da ONU, à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA e para a mídia; e realizar audiência pública com o juiz Sérgio Moro e o Advogado Carlos Zucolotto Jr., com a finalidade de esclarecer os fatos relacionados à denúncia de propina noticiada na imprensa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin; os Senadores Lindbergh Farias e Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas; eu, Tânia Márcia Oliveira de Andrade, Secretária Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas!

Já vamos começar a audiência. (*Pausa.*)

Declaro aberta 62ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 50, de 2017, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para debater sobre: "Direitos Humanos e Sistema de Justiça em Âmbito Mundial".

Esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no [link: www.senado.leg.br/ecidadania](http://link:www.senado.leg.br/ecidadania), e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

A Mesa já está composta. O nosso convidado é Dr. Geoffrey Robertson, Conselheiro da Rainha da Grã-Bretanha – Fundador e Sócio do Escritório Doughty Street Chambers, principal banca especializada em Direitos Humanos do Reino Unido. Está conosco também o Deputado Federal Paulão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. E nós convidamos representante da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dr. Carlos Moura. (*Palmas.*)

Registro a presença do Sr. Senador Roberto Requião, Senador do Paraná; da Senadora Gleisi Hoffmann, também do Paraná; do Senador Paulo Rocha, do Pará; do Deputado Federal Paulo Teixeira, de São Paulo; e do ex-Senador João Pedro, do Amazonas.

Também temos já conosco Francisco Urbano, representando a Contag. O Dr. Carlos Moura já se encontra conosco aqui. À medida que forem se identificando, eu vou registrando as presenças dos senhores.

Vou fazer uma breve apresentação do nosso convidado. Desculpem, não há um oficial... Não chegou aqui. Então, temos a honra de receber, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, o advogado, Dr. Geoffrey Ronald Robertson, filho da Austrália, erradicado no Reino Unido desde 1973.

Geoffrey Robertson é, sem dúvida, um cidadão do mundo. Ao abraçar várias causas sem temer o debate junto à opinião pública, imprensa e governos, construiu uma carreira profissional notável no Reino Unido e nas Nações Unidas. Ao conseguir a absolvição de dois jornalistas acusados de violar segredos oficiais, quando entrevistaram um oficial de inteligência, em 1978, obteve uma vitória histórica para a liberdade de imprensa. Foi responsável pela acusação de Pablo Escobar e do Cartel de Medellín, uma rede de tráfico de droga com sede na cidade colombiana e atuação em vários países.

Dr. Geoffrey foi indicado como Conselheiro da Rainha no Reino Unido em 1988, que é uma deferência importantíssima. Só os advogados considerados mais competentes, mais famosos, mais... é que são convidados para esse Conselho.

Na década de 90, o foco se deslocaria para os direitos humanos e responsabilização dos governos. Ele defendeu os quatro diretores da fábrica de ferramentas Matrix Churchill, acusados de fornecer ilegalmente armas a Saddam Hussein. Ele provou que o governo britânico secretamente deu à empresa de armas permissão para fornecer peças para o programa de armas de Saddam Hussein.

O Dr. Geoffrey esteve no centro das atenções novamente quando defendeu o jornal *The Guardian* em um processo de difamação movido por Neil Hamilton, do Partido Conservador do Reino Unido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, mais recente, o Dr. Geoffrey é advogado de Julian Assange, fundador do WikiLeaks, que foi acusado de estupro numa investigação judicial, que o levou a passar mais de cinco anos recluso na Embaixada do Equador, em Londres. A investigação foi encerrada este ano, em 19 de maio de 2017, pelo Ministério Público da Suécia. A defesa de Assange sempre alegou que acusação de estupro era um pretexto para extraditá-lo aos Estados Unidos, em virtude das divulgações que o WikiLeaks fez de um programa secreto de espionagem da CIA.

O Dr. Geoffrey Robertson é advogado do ex-Presidente Lula na Corte de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, e é considerado um dos três juristas mais conceituados na Corte da ONU.

A presença do Dr. Geoffrey e o compartilhamento de sua história e suas ideias é fundamental para resgatar a importância do debate sobre os direitos humanos e a atuação de seus defensores. Bem-vindo, Dr. Geoffrey.

Nós vamos passar palavra para Dr. Geoffrey, que falará – não vou marcar tempo. E depois a gente vai abrir para algumas intervenções, à medida que o tempo permitir.

O SR. GEOFFREY ROBERTSON (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigada, Sr^a Presidente, por essa introdução tão carinhosa. É uma honra e um privilégio para mim falar com vocês hoje sobre o desenvolvimento das leis de direitos humanos internacionais e particularmente os direitos de um julgamento justo. Esses são os direitos que eu tenho defendido e questionado em relação ao Judiciário brasileiro nas Nações Unidas.

Eu vou falar um pouco sobre isso e vou explicar também. Responderei eventuais perguntas que vocês, deste País maravilhoso, terão e também eu vou sugerir que talvez existam alguns aspectos da sua lei que não estão em conformidade com os direitos humanos.

E quais são os padrões dos direitos humanos? Nós remetemos ao final da Segunda Guerra Mundial e da revelação dos barbarismos do Hitler, não apenas nos campos de concentração, mas na forma como a lei e a justiça foram manipuladas por pequenos juízes, por exemplo os juízes nazistas, que não garantiam julgamentos justos.

E isso impediu as oposições a Hitler. Os julgamentos feitos pelos nazistas eram muito importantes porque, nessa época, a justiça certamente foi desfigurada.

Depois, tivemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos feita por um grande advogado australiano, em dezembro de 1946, um dia antes da Convenção de Genocídio das Nações Unidas.

Finalmente, nessa época, tivemos um desenvolvimento dos direitos humanos. Depois tivemos uma convenção sobre os direitos civis e políticos que foi assinada, também, pelo Brasil junto com dezessete outros países, incluindo países como a Austrália, o Canadá. Nós temos esse Comitê dos Direitos Humanos, em Genebra, com juízes de diferentes partes do mundo que decidem se os países têm leis que estão em conformidade com os padrões e os direitos humanos. Isso não é algo ruim se nós tivermos uma lei, uma corte externa, observando o seu comportamento. A Inglaterra, de onde eu venho, é um dos quarenta e sete países europeus que se submetem ao escrutínio do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Se os nossos juízes fizerem algo errado – e algumas vezes isso acontece – eles são criticados por essa corte e, então, nos mudamos as nossas leis.

Os países mais autoconfiantes do mundo, com a França, a Itália, a Grã-Bretanha, Portugal, se submetem a esse escrutínio externo e objetivo. Primeiro porque é algo muito bom, porque dessa forma temos a ajuda de um escrutínio independente e também nos ajuda a nos ajustar e a estarmos em conformidade com os padrões fundamentais básicos. Temos, então, a Corte Europeia de Direitos Humanos e temos um conselho que ajuda os diferentes países que se submetem diretamente aos juízes desse conselho. Temos, também, a Corte Africana de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Direitos Humanos, recentemente desenvolvida, e, claro, temos a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Vocês estão em conformidade com isso? Será que os seus juízes estão seguindo isso?

Houve um grande caso, há alguns anos, o caso *Escher versus Brasil*. No Brasil, tínhamos um juiz, em 1999, que ordenou a interceptação de diferentes chamadas telefônicas. Mas ele interceptou essas chamadas de diferentes grupos e as deu, simplesmente, para a mídia, dessa forma invadindo a privacidade. Nessa época, a Corte Interamericana de Direitos Humanos interveio. Nós estávamos falando de algumas interceptações que aconteceram. O mesmo está acontecendo agora. Aconteceu com o Juiz Moro, por exemplo, que invadiu a privacidade de Lula e de sua família, até mesmo de seu advogado.

Eles grampearam o telefone e deram a transcrição para a mídia, para que pudessem demonizar o Lula. Essa foi realmente uma decisão muito grave. É para isso que serve a Corte Interamericana. Essas cortes devem ser compreendidas e suas decisões devem ser seguidas. Porque a lei internacional, o direito internacional, já evoluiu muito. Nós temos o que nós chamamos de Direito Internacional de Direitos Humanos. Isso é baseado na Declaração Universal, que aconteceu em 1946, na Convenção de Direitos Humanos, em 1976. E nós já avançamos muito.

Quando eu era um aluno, na universidade, em 1970, participava da Anistia Internacional. Nós tínhamos de escrever cartas para os ditadores, para os tiranos, dizendo "por favor, não façam isso, não façam aquilo". "Sr. Pinochet" – e eu escrevi isso em 1974 – , "por favor, pare de fazer torturas em seus campos". Mas isso não funcionou. Pinochet não leu as minhas cartas ou as cartas de centenas de milhares de pessoas. Mas vinte e cinco anos depois eu estava atuando na Inglaterra num caso que forçou a auditoria da tortura do General Pinochet. Isso demorou vinte e cinco anos. Demorou vinte e cinco anos para o movimento dos direitos humanos passar de um momento em que implorava por direitos para, sim, ser capaz de entrar com um processo contra ele. Então, sim, nós tivemos um progresso.

E quais são os padrões fundamentais dos direitos humanos? Claro, nós não podemos ter tortura. É por isso que nós estávamos perseguindo Pinochet naquela época. Nós temos de ter o direito à família, à vida. E desse é um padrão que quero falar hoje. Temos vários aspectos que envolvem o Brasil: o direito também a um julgamento justo. Em todas as convenções de direitos humanos vocês vão descobrir que existe um direito ao julgamento por juízes imparciais, independentes e imparciais. Você não deve permitir que nenhum cidadão seja julgado por um juiz que seja parcial.

Claro que no meu país...Eu tenho dois países. Eu nasci na Austrália e sou um cidadão australiano. Nos Estados Unidos os julgamentos são por jurados. Demorou muito tempo, nos Estados Unidos, para se ter certeza que os jurados sejam imparciais, que não tenham nenhum tipo de preconceito ou concepção. Esse é o nosso sistema, mas também há um outro sistema, em muitos países – incluindo o seu País – , que é chamado de sistema inquisitorial. Durante muitos anos, esse sistema investigava os juízes...Ou melhor, os juízes investigavam, nesse caso. Isso era baseado na França, no sistema da Itália. Eles separavam essas duas funções, mas na Dinamarca elas não tinham sido separadas ainda. Foi o chamado caso Hauschildt, em 1988, que modificou tudo. Decidiu que os juízes que agiam como investigadores na parte da investigação ou supervisionavam não poderiam, então, julgar sem um jurado como o juiz do processo, porque eles seriam parciais.

Há uma percepção de parcialidade nessa frase. Isso não deve ser feito. Então, nos casos mais complicados em que eu representei o Sr. Hauschildt, em 1988, a Dinamarca tinha um sistema como o Brasil tem hoje em dia, onde os juízes supervisionavam a investigação,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ordenavam gravações de conversas e não concediam a liberdade provisória, porque eles queriam, nesse sentido...

Então, eles também se tornavam os juízes dos processos e eles acabavam condenando no final das contas. Era uma profecia que acabava por acontecer por si só. E isso não podia mais acontecer. Então, depois de um período, um juiz envolvido na investigação e que ordena a gravação de conversações e outras ações de suspeitos, ele provavelmente vai julgar culpado. Isso não pode acontecer. Ele não pode ser o juiz do processo, porque ele já vai ter alguns preconceitos e algumas ideias formadas que vão afetar o julgamento.

Não há uma preocupação razoável em relação a esse procedimento. Em todos os países europeus, incluindo Portugal, do qual vocês herdaram esse tipo de sistema criminal, mudaram. Eles são bem diferentes agora, em relação ao estágio antes do julgamento, onde o juiz supervisiona. A força policial e os procuradores não têm nenhum tipo de problema, mas eles são completamente separados. Um novo juiz é trazido para lidar com o julgamento, e isso é considerado como algo fundamental.

A minha mensagem, se vocês quiserem entender melhor em relação à corrupção e à corrupção política, que é venenosa, é contagiosa para um país, é que não se deve processar de forma efetiva, a não ser que você processe de forma justa. Isso é relativo a todos os processos de corrupção nos quais eu estive envolvido na Grã-Bretanha, nos quais os políticos foram pagos por empresários; no Caribe; no Cartel de Medellín, que estavam também aceitando propinas para liberar valores.

A mensagem disso é que você não deve processar de forma efetiva a não ser que você processe de forma justa. Essa é a razão pela qual o caso do Lula foi levado para o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, para lidar com esse aspecto da lei brasileira, que deve se adequar aos padrões internacionais de justiça e de um processo.

E isso é um problema sobre o qual o Comitê dos Direitos Humanos vai decidir. Por quê? Porque hoje o Juiz Moro é ou não parcial? É muito óbvio para qualquer advogado internacional ou da Europa que ele é parcial. Ele fez um julgamento atrás do outro, dizendo que as gravações dele devem ser interceptadas, as conversas da sua família também devem ser interceptadas, porque existe uma razão para ser culpado. Então, existe essa suspeita muito grande.

E as buscas também, com certeza, à sua casa – houve busca na sua casa, por causa da probabilidade de culpa.

Então, tendo tomado todas essas decisões e tendo ido além da lei brasileira, ou seja, feito ato ilegal ao liberar essas transcrições e essas fitas, especialmente aquela... Ele foi condenado também. Outros juízes condenaram Moro pela liberação dessas fitas, das transcrições dos áudios em relação à Dilma Rousseff e ao Lula, pois foi feito de forma a causar uma comoção política. Esse não é um papel nem mesmo de um juiz que trabalha com investigação, mas o fato de ele ter feito isso mostra uma animosidade, um desejo de demonizá-lo, de torná-lo não atraente e de criar uma expectativa de culpa.

O Juiz Moro é uma pessoa que luta contra a corrupção – nós todos estamos em concordância em relação a isso, nós concordamos com essas campanhas. Essas pessoas que lutam contra a corrupção são promotores? É disto que nós precisamos: promotores que tenham mentes inquisitivas, que não façam prejulgamentos, mas um juiz está completamente desqualificado para ser um juiz de um processo em se tratando disso.

Em qualquer mente, ficou claro que ele não deveria ter julgado o Lula; deveria ter ido para um juiz independente, que não tenha ligação com nenhum outro Partido ou com o PT e que não estivesse envolvido em nenhuma das decisões na parte do prejulgamento. Mas, apesar disso, isso aconteceu.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vocês podem ver a forma como o Juiz Moro se comporta, ele parece estar tão ávido para a publicidade de si mesmo... Ontem, ele não era conhecido, e aí ele apareceu no jornal em relação ao lançamento do seu filme, e estava demonizando o Lula, e mostrando parte das filmagens da Polícia. Ele é bem audacioso.

Na verdade, houve um lançamento de um livro que também difamava o Lula, de um biógrafo do Juiz Moro, e ele apareceu no lançamento e assinou cópias para os seus fãs. Esse é um comportamento que nenhum juiz na Europa, nem nos Estados Unidos, ou na Austrália, simplesmente, sonharia em fazer. É um comportamento de um promotor, de uma pessoa que luta contra a corrupção, mas não o de um juiz independente, imparcial, e isso é algo que eu acho que torna questionável o Brasil em relação aos advogados de outros países que vêm a este País – e eles veem o Juiz Moro, o rosto dele, em livros, em jornais, como um lutador contra a corrupção. Então, os protestos com bonecos do Lula em roupa de presidiário e fotos do Lula em revistas vestido como um presidiário...

E você liga a televisão e há o Dallagnol, um promotor também, que teve 19 minutos para difamar o Lula, antes mesmo de o julgamento do Lula ter começado. Que tipo de país é esse, onde o público é estimulado a presumir a culpa antes de o caso ser julgado? E há até um livro instigando esse ponto de dizer que ele é culpado. Isso é uma forma muito estranha de conduzir um julgamento justo, para instigar a culpa do réu.

E as pessoas gritam o nome dele, mas existe um perigo nessa autopromoção em promotores egocêntricos que se tornam juízes. Não pode ser dado um julgamento justo nesse sentido. Essa é uma das bases para os protestos.

E você pode até dizer: "Olha, o Moro condenou o Lula", mas a sua decisão está aberta para ser questionada, e você pode contestar ou apelar da decisão, e a 4ª Turma vai dar um escrutínio independente, sem nenhum tipo de preconceitos ou de... Por isso que foi tão estranho, na semana passada, o Thompson Flores, que é o ministro ou o desembargador dessa turma, que ouviu a apelação do Lula, descrever a decisão do Juiz Moro como impecável. Impecável, sem nenhum tipo de erro. Antes que ouvisse qualquer outro argumento, ele descreveu como algo impecável. Ele já estava convencido. Eles também são parciais em relação a isso. Talvez ele não sinta, ele não julgue o caso do Lula, mas a sua influência vai repercutir ao redor do tribunal. Como os outros juízes vão decidir isso, os outros ministros, se o presidente decidiu ou disse que a decisão é impecável? Como vocês, legisladores, cuja obrigação é dar um processo justo a todos os seus cidadãos, permitem que as pessoas passem por esse tipo de processo, que é tão parcial?

A lei não foi reformada, modificada. Está lá há muitos anos. Mas, a não ser que vocês modifiquem essa lei, para que se dê oportunidade a todo mundo de um julgamento justo, o mundo vai ver como estão lidando com o Lula, e talvez a única resposta seja levar para o Supremo Tribunal Federal. Mas, neste momento, nós estamos levando para o Comitê dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

Há outras perguntas, no caso, em relação à presunção de inocência. A presunção de inocência é fundamental para um julgamento justo, o processo criminal e todas as convenções de direitos humanos das quais o Brasil é signatário. Mas que tipo de presunção de inocência pode haver num País onde os protestos mostram balões, e a mídia diz que o Lula é culpado, e o promotor fica 19 minutos na televisão nacional, antes do julgamento, para afirmar que ele é culpado? E escreve um livro sobre isso.

Isso não está de acordo com a presunção de inocência.

A maioria dos países tem um tipo de lei que é chamada de desacato de autoridade do tribunal, é um tipo de lei que é permitida para adiar até que o processo termine, permite que o promotor indique que ele não deve lutar em público. Esse processo não influenciará a mídia,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

como o Sr. Dallagnol faz. É necessário que ele não faça isso – senão, ele é expulso do caso – para ser justo, escrupuloso, para não fazer nenhum tipo de comentário parcial antes do julgamento. Mas essa lei não tem muito impacto aqui no Brasil. Parece que não há uma lei que impeça as demonstrações, os protestos ou os promotores ou juízes dizerem que um réu é culpado antes do julgamento. Esse é outro assunto em que nós esperamos que possamos receber algum tipo de orientação do Comitê dos Direitos Humanos.

Deixem-me dar uma palavra em relação... E outro problema que nós estamos comentando – e eu sei que é importante aqui no Brasil – é a metodologia desse juiz específico como inquisidor. O que ele faz? Ele prende suspeitos durante cem dias, às vezes por um ano, até que eles confessem o que ele acha que deva ser verdade, e o que talvez não seja verdade nesse caso. Uma confissão é uma confissão forçada. Elas são um problema constante, porque é claro que as pessoas vão confessar para sair da prisão. Eles dizem ao promotor e ao juiz o que eles querem ouvir para que eles façam a delação premiada para reduzir... Há uma redução enorme de sentenças que ocorre de dez anos para dois anos e coisas parecidas. Isso pode facilmente encorajar um testemunho falso, a palavra de criminosos que já são conhecidos como criminosos e que é levada em consideração nesse processo como verdade, porque eles fizeram uma delação premiada com a promotoria.

Isso é algo extremamente questionável. E a utilização exagerada disso é outro aspecto da petição de que eu estou falando, mas isso remonta – e nós vamos voltar a isso em um minuto – a julgar justamente os acusados. O Lula foi condenado, e eu creio que a maioria de vocês leu aqui o julgamento, são 964 parágrafos. Eu li alguns deles. Eu sou um juiz de apelação há 17 anos, na Inglaterra. E eu fiquei perplexo porque o Comitê dos Direitos Humanos... Os assuntos não tratam de quem é culpado, não. Eles tratam da justiça do processo.

Mas até onde a culpa dele é importante? É impressionante porque não há tipo de evidência ou intenção de corrupção. O caso é muito simples, a sua esposa se qualificou para um apartamento em um prédio e ela pagou à cooperativa a maior parte da contribuição necessária para manter esse apartamento.

O Lula, na abertura de evidências, em dois mil e... Ele revelou esses fatos, e não tinha nenhum problema no fato de ela estar interessada e ele também. Então, em 2009 e 2010, a cooperativa vai à falência ou, pelo menos, virtualmente. E aí entra...

Então, a OAS... E diz que duas coisas são afirmadas: que você pode receber o seu dinheiro de volta para ele, e a esposa do Lula, que não era uma mulher negociante. O Lula estava tratando com quimioterapia por causa do câncer que ele tinha no momento, e talvez a sua mente não estivesse muito bem, e ele deixou escapar. E, depois, ele visitou o apartamento. E a evidência sugeriu que ele não queria isso. Mas, se essa evidência é correta ou não, não importa, porque o que a OAS disse foi que ela ofereceria um apartamento melhor, com um preço maior, mais valioso, e iria reformá-lo.

Tudo bem, ótimo. Isso é muito bom para os empresários. É permitido que os empresários entreguem algo para os Clinton, para a família Clinton, não tem problema, mas não é ato corrupto, a não ser que haja um acordo para fazer algo para favorecer a OAS. Tem que haver o que nós advogados chamamos de *quid pro quo*, o que significa um termo latino para "se você fizer um favor para mim, eu faço um favor para você". Em outras palavras, uma conduta corrupta de ter propina, para haver propina, não é só pagar dinheiro. Tem que haver pagamento para que haja uma recompensa no acordo entre as duas partes, para que o político faça alguma coisa em troca.

O Juiz Moro, apesar de todas as delações premiadas e todos os seus esforços para conseguir incriminar o Lula, não conseguiu achar nenhuma, e ninguém poderia dizer que ele ou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ela tinham oferecido um acordo entre a OAS e o Lula, entre o Presidente, para que ele pudesse receber um apartamento melhor, se ele fizesse algo pela OAS. Ou nenhum acordo entre a OAS e o Lula. "Nós vamos dar uma propina para você com essa reforma, vamos dar uma piscina maior se você for eleito como Presidente no ano que vem, e você fizer algo em troca." Essa é uma falta completa, e qualquer outro advogado criminal que consiga ler essas 240 páginas que foram impressas diria "onde está a evidência de corrupção?".

O Juiz Moro diz que tem uma teoria estranha, chamada domínio do fato, que veio da Itália e que lá foi rejeitada recentemente, de que alguém que está em todas essas acusações provavelmente... É absurdo isto: que o Lula concordasse com isso. A única evidência que o Juiz Moro obteve foi que ele descobriu dinheiro para reforma do apartamento em um fundo que foi utilizado para pagar políticos, mas isso não indica que há evidências de que o Lula sabia disso. Nenhum tipo de evidência indica, conectando-o diretamente.

A completa falta de evidência fica óbvia, patente se você for nesses 964 parágrafos. Então, é por isso que o Juiz Moro, parcial, que organizou toda a investigação extremamente parcial, deva ter a sua observação... A sua análise deve ser observada de forma justa. É necessário que haja um juiz imparcial para julgar o processo. Para a necessidade de presunção de inocência deve haver um escrutínio, um julgamento justo e uma apelação justa – como ele pode receber uma apelação justa nessa 4ª Turma, cujo Presidente da Turma já disse que a decisão do Juiz Moro é impecável, histórica. Isso é impressionante, de forma negativa.

Eu creio que o Brasil, como nação, deve estar ciente, ainda que você não goste do Lula ou que você goste, de que ele tem uma reputação enorme no exterior. Ele é muito respeitado na ONU pelos seus programas de retirada das pessoas da pobreza. E assim, como ele é tratado nesse seu próprio país com uma falta de padrões de direitos humanos, esse é o problema – alguns dos problemas que nós decidimos levantar aqui.

Vou falar finalmente de como se julga a corrupção de forma eficiente. Outros países encontraram o sistema correto. Nos Estados Unidos, eles usam promotores especiais, mas, em Hong Kong, em Sidney, em Cingapura e até mesmo na Tanzânia, eles usam um órgão chamado Icac, uma comissão independente contra a corrupção.

E o que tem nesse órgão? Em primeiro lugar, eles têm diferentes partes – sonhadas pelo Juiz Moro –: eles podem observar os políticos, os servidores públicos, podem examinar suas contas de banco, podem fazer busca em suas casas, podem grampear telefones e também podem ter audiências públicas nas quais essas pessoas podem ser representadas. Mas o que é crucial para o sucesso e o que é fundamental para a sua constituição? É que ele não vai processar, não vai julgar, não vai misturar dessa forma a investigação e a parte do processo; vai apenas apresentar as evidências em um relatório para um promotor que vai levar o caso para o tribunal antes de qualquer juiz ter qualquer conexão com a investigação.

E a Icac em Hong Kong, em Cingapura e na Tanzânia teve resultados maravilhosos: a maioria de seus casos são aceitos, a maioria dos suspeitos são condenados, e as condenações são respeitadas porque os julgamentos são independentes e imparciais. É dessa forma que a lei, é dessa forma que as decisões legais são respeitadas.

Agora, o Juiz Moro é um grande admirador das operações feitas contra as máfias conectadas a políticos na Itália, mas, se você falar com os criminosos italianos, você vai que essas operações estavam demonizando os políticos. Por isso, ele fez um discurso a favor dessas operações que estavam demonizando políticos. Ele estava encorajando as multidões a jogarem pedras nas casas dessas pessoas. Então, se vocês falarem com os advogados criminais italianos hoje em dia, eles vão falar que o Juiz Moro está vivendo numa terra da fantasia.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A operação que aconteceu na Itália era tão injusta que não foi considerada, não foi respeitada. Dessa forma, o Silvio Berlusconi foi simplesmente liberado e depois se tornou o líder do país.

Logo, vocês têm de prestar atenção às operações que não são justas, porque elas simplesmente não vão funcionar. Durante a história, elas não terão crédito. Ninguém vai acreditar que o Lula é culpado se o juiz for alguém parcial. Vocês têm de ter juízes independentes e imparciais, para que, dessa forma, os historiadores do Brasil possam olhar para este momento e não precisem se perguntar onde estava a evidência que mostrava que havia corrupção.

Na minha experiência, e eu já passei por muitos casos de corrupção, sei que é essencial que a corrupção seja processada de forma justa, senão os julgamentos não vão durar e o público não vai ser persuadido.

Muitas vezes, existe, sim, culpa, mas as pessoas precisam que essa culpa seja estabelecida de forma clara.

Eu acredito que o Lula tinha direito a uma posição especial, porque ele era Presidente. Obviamente, se nós encontrarmos evidências, nós precisaremos fazer um processo, e ele vai precisar responder a esse processo, mas o que é crucial é garantir que o processo seja justo. Eu não acho que no Brasil, neste momento, esse processo esteja sendo justo, mas estou aberto a responder quaisquer perguntas que vocês tenham sobre o que eu falei ou sobre o caso que foi levado a Genebra. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu peço desculpas aqui, eu deixei de citar presenças importantíssimas dos advogados do nosso Presidente Lula, advogado e advogada, Dr. Cristiano Zanin e Drª Valeska Teixeira, que estão aqui neste debate também. Há ainda as presenças do Deputado Federal Décio Lima, Deputado Federal Wadih Damous, Deputado Federal Paulo Pimenta, do ex-Senador Donizeti Nogueira, também do Senador Lindbergh. À medida que forem chegando os registros, eu vou... Senador Humberto Costa também acabou de chegar.

Esta audiência foi requerida conjuntamente com o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

O Deputado Paulão quer fazer a sua saudação aqui. Depois o Deputado Paulo Teixeira, que tem um compromisso, quer fazer a sua intervenção. Agora tem o tempo marcado de cinco minutos. Depois a gente vê quem ainda quer...

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Geoffrey se vai responder um a um ou prefere em bloco?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sugiro que seja um a um, Senadora Regina. É bom que a gente faz um debate mais qualificado aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k. Então, Deputado Paulão, depois o Deputado Paulo Teixeira.

Alguém faz as inscrições para mim.

O SR. PAULÃO (PT - AL) – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar a Senadora Regina em nome da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado e dizer que é uma grande honra fazer esta reunião conjunta; cumprimentar o Sr. Carlos Moura, representante da CNBB, em nome de todos os Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, em nome da Senadora Gleisi Hoffmann. Eu queria cumprimentar também os advogados do ex-Presidente Lula, Valeska Teixeira e Cristiano Zanin.

É com satisfação que saudamos a presença do Dr. Geoffrey Robertson, jurista renomado, professor e autor de obras importantes, fundador e sócio do principal escritório especializado





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

em direitos humanos do Reino Unido, um defensor dos direitos humanos acreditado e de grande prestígio junto à Organização das Nações Unidas.

Um dos princípios basilares dos direitos humanos é o seu valor universal historicamente construído. Onde quer que esses direitos sejam violados, a violação ofende e agride toda a humanidade. Não é possível falar em defesa dos direitos humanos num país e ignorá-los em outros; proclamar o compromisso com eles num lugar e negá-los em outros lugares.

Recordo que o primeiro pacto internacional de direitos humanos editado pela Organização das Nações Unidas e firmado por quase todas as nações, inclusive pelo Brasil, é o que trata dos direitos humanos civis e políticos.

Em outras palavras, não há direitos humanos sem justiça equânime, sem a plenitude dos direitos políticos civis. O Brasil, após uma contínua incorporação de valores e práticas democráticas, vive agora um momento de instabilidade em que tais valores e práticas sofrem um duro revés político, num cenário a que o atual Governo ascendeu sem a necessária legitimidade.

Nesse cenário, é importante para todos nós ouvirmos opiniões balizadas, sejam elas iguais ou diferentes das nossas, opiniões de especialistas de notório saber na questão da democracia e dos direitos humanos, análises como a do Dr. Geoffrey Robertson, que venham a aportar sua visão sobre o sistema de justiça e direitos humanos em nível global, uma visão qualificada pelas numerosas credenciais conquistadas por vasta experiência como jurista. Dessa forma, saudamos o Dr. Geoffrey Robertson, agradecendo pela sua presença honrosa no Congresso Nacional brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Deputado Paulão. A gente entende que foi uma fala introdutória, não teve uma pergunta, então passamos para o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Bom eu quero, inicialmente, cumprimentar o Senado brasileiro, a Câmara Federal nas pessoas da Senadora Regina Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; do Deputado Paulão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; cumprimentar o Sr. Carlos Moura; o Sr. Geoffrey Robertson; também os advogados do Presidente Lula, Cristiano Zanin Martins, Valeska Teixeira Martins, e homenagear a ambos pela aguerrida advocacia que têm feito na defesa do Presidente Lula.

Eu quero comentar a fala do Dr. Geoffrey em duas direções. Primeiro, ele fala sobre o sistema legal brasileiro, e, quanto ao sistema legal brasileiro, nós estamos num processo de aperfeiçoamento. Muitas das medidas que hoje a Lava Jato está executando não poderão ser executadas depois dessa revisão. Por exemplo, nós estamos criando juízo de garantias, que não é o juiz que vai definir o mérito. Nós também estamos estabelecendo prazos para a prisão. Nós estamos retomando a presunção de inocência. Portanto, nós estamos fazendo mudanças no Código de Processo Penal.

Agora, o Juiz Moro, na lei brasileira atual, é um juiz que age fora da lei; é um juiz fora da lei. Por que ele é um juiz fora da lei? Porque ele quer condenar o Presidente Lula no tribunal da opinião pública, ainda que nos autos não haja qualquer evidência de crime praticado pelo Presidente Lula. Portanto, a condenação dele é uma condenação mais de opinião pública do que uma condenação jurídica, como juiz. Ele não é um juiz imparcial. Por que ele não é juiz imparcial? Porque ele já se pronunciou antes da sentença.

Nesse livro de que ele participou de lançamento, ele agiu parcialmente quando agiu ilegalmente fazendo a escuta telefônica de um Presidente da República, que tem foro privilegiado como ex-Presidente da República; divulgou essa gravação; ontem participou de um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

filme que é um filme, inclusive, que não se tem conhecimento de quem o financiou, e ele é um juiz que age fora da lei. Ele é um juiz que não obedece à lei.

Na minha opinião, ele não pode ser nem juiz do caso Lula, mas, depois desse final de semana, quando um advogado denunciou que foi procurado por um outro advogado para obter vantagens, para dar vantagens na Lava Jato para o outro advogado, e esse advogado que ofereceu vantagens é padrinho de casamento do Moro, ao mesmo tempo é sócio da ex-mulher do Moro e, por sua vez, advogado do procurador que acusa o Presidente Lula, o chefe da Lava Jato, na minha opinião, ele deveria ter sido afastado desse julgamento.

Que tem de haver um julgamento sobre corrupção no Brasil, tem de haver; que tem de julgar os culpados, tem de julgar, mas acho que o Moro não tem mais condição nem de ser o juiz da causa do Presidente Lula nem mais de ser juiz da chamada Operação Lava Jato. Ele hoje, na minha opinião, tem de ser investigado por essa denúncia que foi feita por um advogado.

E, pasme, Dr. Geoffrey, ele fez uma nota defendendo o advogado que fora denunciado. Ele fez uma nota em que diz que o advogado é pessoa honesta. Ora, o Ministério Público deveria abrir uma investigação sobre essa denúncia e afastar o Juiz Moro desse julgamento.

Portanto, o que nós estamos vivendo hoje é um estado de exceção. Um estado em que nós temos de exigir do Supremo Tribunal Federal e das cortes superiores um posicionamento diante de um juiz de exceção, diante de uma justiça que não está de acordo com o direito brasileiro existente.

Por fim, eu faço uma pergunta a V. S^a: qual é o tempo de duração desse processo que tramita na ONU, nas Nações Unidas?

O SR. GEOFFREY ROBERTSON (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado. Obviamente, eu não mencionei as alegações contra o Juiz Moro que surgiram recentemente. Eu não vou julgar essas alegações, porque não sei se elas são bem fundadas ou não. Tudo o que direi é que acredito que o Congresso deve estabelecer, sim, uma investigação sobre essas alegações.

Em relação ao Juiz Moro e às suas críticas em relação a ele, tudo o que eu diria é que, se qualquer juiz na Europa, na Inglaterra ou em Portugal se comportasse dessa forma, certamente, ele seria desqualificado, seria afastado do caso, porque tem pré-conceitos, já lidou com algumas áreas que foram utilizadas apenas para demonizar o Presidente. Logo, ele seria definitivamente afastado do caso.

E o que vai acontecer? Deixe-me explicar para vocês. Nós entramos com uma denúncia, como eu já mencionei, o Brasil respondeu a essa denúncia, porque tem de fazê-lo. É interessante dizer que a resposta do Brasil foi escrita pelo Juiz Moro. Ele foi o responsável pela escrita dessa resposta. Ele está representando, então, o Estado do Brasil.

E a resposta foi bastante interessante. Simplesmente falaram que o Lula não poderia reclamar da forma como ele havia sido tratado, porque ele havia nomeado os juízes. Você não pode reclamar se você for o responsável pelos juízes sobre os quais você está reclamando. Isso, dessa forma, cria um mal-entendido completo sobre o juiz independente e uma democracia.

Assumindo que o papel do juiz é fazer, é ser responsável pela pessoa que o nomeou... Sim, é verdade; nós sabemos que ele nomeou muito desses juízes, mas ele não investigou esses juízes; ele não sabia se eles eram leais ao Partido dos Trabalhadores. Isso seria errado, claro. Eu seria o primeiro a criticar isso. Ele não faz isso, claro. Ele nomeia os juízes e os promotores baseado em recomendações de diferentes órgãos profissionais.

O ponto principal que o Brasil, o Estado do Brasil apresentou é que vocês não podem reclamar dos juízes que foram nomeados por vocês. Mas claro que isso é um mal-entendido sobre a independência judiciária. Além disso, ele falava mais: ele falava que não estava lidando





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com as questões. Ele falou que o nosso caso era tecnicamente inadmissível, porque nós não tínhamos investigado todos os diferentes aspectos.

Também argumentaram que o Lula poderia entrar com recursos através de diferentes meios e que, na verdade, ele estava entrando com recursos de formas obscuras. Isso é bastante irônico, porque o Juiz Moro e outros juízes estão sempre criticando a forma com que os juízes do Lula estão tomando diferentes atitudes o tempo todo.

Mas o que o Estado do Brasil está argumentando é que nós ainda podemos fazer mais ações aqui, baseadas em partes técnicas, e, por isso, esse caso não deve prosseguir na ONU.

Mas nós criamos uma resposta; esses são documentos públicos. E vocês podem ler esses documentos, porque nós estamos dizendo que o Estado do Brasil não está entendendo o papel dos juízes. Esse é um documento que pode ser encontrado por todos. Se qualquer um quiser, pode ler. Realmente é uma pena que tenhamos esse envolvimento das cortes internacionais.

E é uma pena também que o português não seja aceito como uma língua oficial. É muito frustrante, porque temos o inglês britânico, claro, que é aceito, o francês, o espanhol, o italiano, mas infelizmente nós temos ainda essa lacuna com o português. Tudo, então, tem que ser traduzido do inglês; mas já temos as traduções, para o português, de todos os documentos.

Dessa forma, vocês podem ler e julgar e entender que o Estado do Brasil está tentando demorar, está tentando atrasar esse processo através de diferentes reivindicações. Dessa vez, o Estado do Brasil é que está tentando atrasar o julgamento. E esse é o processo que nós temos agora.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu coloquei o Deputado Paulo Teixeira para falar, porque pediu a palavra por conta de compromisso. Agora, a palavra volta à Mesa, com o Dr. Carlos Moura, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Depois, há uma lista de inscritos.

Eu vou atender a um pedido de não marcar tempo, mas peço também a compreensão, pois são muitos inscritos. Então, que todo mundo use o tempo razoavelmente.

Dr. Carlos Moura, representante da CNBB.

O SR. CARLOS MOURA – Obrigado, Senadora Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Regina, que preside esta reunião.

Cumprimentos ao Dr. Robertson, que vem aqui nos dar uma aula do Direito. Cumprimentos ao Deputado Paulão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Cumprimentos aos Srs. Senadores, às Sr^{as} Senadoras, ao Dr. Cristiano, à Dr^a Valeska, aos senhores e às senhoras neste plenário e também àqueles que participam desta reunião por intermédio dos meios de comunicação do Senado da República.

Eu trago também os cumprimentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, neste cumprimento, a certeza de que nós no Brasil não continuaremos a espancar o Estado democrático de direito; a certeza de que no Brasil os direitos humanos não continuarão a ser espancados; a certeza de que no Brasil a Constituição será respeitada.

Eu me dispenso, Dr. Robertson, de lhe fazer perguntas, porque V. S^a já lecionou acerca da nossa legislação penal e nos informou a respeito do Direito, sobretudo do Direito Penal, do ponto de vista internacional.

Mas eu me permitiria lembrar, nessa situação por que o País passa – e tendo como personagem, no caso desta reunião, o ex-Presidente Lula –, das lições de Beccaria, *Dos Delitos e das Penas*, da responsabilidade que o Estado tem para com a pessoa e a dignidade da pessoa quando ela chega às barras dos tribunais.

Mas, falando em direitos humanos, eu também me permitiria lembrar de Antígona, que enfrentou Sófocles no seu direito humano, no seu direito de pessoa, para enterrar o seu irmão





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

– o mais lídimo direito. E perseguir a Justiça, perseguir a liberdade constitui lídimo direito da pessoa.

E, ao que sabemos, não só pelo testemunho dos causídicos aqui presentes, como também pelo testemunho da imprensa, embora a maioria dela distorça a verdade, como também pelo testemunho de grande parte da sociedade brasileira, o que está acontecendo, no julgamento, no processado do ex-presidente Lula é uma distorção com a nossa legislação. E o que é grave, e que já foi trazido à colação várias vezes pelo Dr. Robertson, é a parcialidade do julgador. Não podemos conviver silenciosamente e nem tranquilamente com a parcialidade de um julgador. É tisonar justiça, é conspurcar o Direito, o Direito deixa de ser direito quando um magistrado é parcial.

E aqui permitam-me lembrar de Evandro Lins e Silva, de Sobral Pinto, de Teotônio Vilela, de D. Hélder Câmara, que, em nosso País, lutaram, batalharam, pelos direitos humanos, pela justiça, pelo respeito à pessoa, pela cidadania.

O Dr. Robson falou em tortura. Dr. Robson, somos um povo que tem, na sua base, 400 anos de escravidão, escravidão de um povo que veio para cá contra a sua vontade, homens e mulheres, e muitos vieram de reinos que conheciam a técnica da mineração, da agricultura, que trouxeram muito da religiosidade e se expressavam, porque nem todos eram analfabetos. Mas tenho certeza de que o ranço dessa tortura, o ranço da tortura, o desprezo pelos direitos humanos, pela dignidade da pessoa tem em comum, das suas estacas com os seus alicerces, a escravidão pela qual os nossos antepassados passaram, aqui no País. Mas deixaram valores que até hoje persistem e encharcam a nacionalidade brasileira.

A injustiça, Dr. Robson, é cometida pelo Estado brasileiro e por seus representantes muito mais contra negros, negras e pobres.

Falando em tortura – e o senhor já se referiu a isso –, é a privação da liberdade até conseguir confissão. Não se compreende, não se entende, num panorama de garantias de direito e no respeito aos direitos humanos, a privação da liberdade para se arrancarem confissões.

Eu me permitiria, Dr. Robertson, fazer-lhe uma sugestão para que procure verificar o que nós aqui temos como auto de resistência e quais são as vítimas dos autos de resistência do nosso País.

Para concluir, eu peço licença para trazer uma realizada em outubro de 2014. Assim se expressou Sua Santidade à Delegação da Associação Internacional de Direito Penal:

A vida em comum, estruturada em volta de comunidades organizadas, precisa de regras de convivência cuja livre violação exige uma resposta adequada. Contudo, vivemos em tempos nos quais, tanto por parte de alguns setores da política como de certos meios de comunicação, por vezes se incita à violência e à vingança, pública e privada, não só contra quantos são responsáveis por ter cometido delitos, mas também contra aqueles sobre os quais recai a suspeita, fundada ou não, de ter infringido a lei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao Dr. Carlos Moura representando a CNBB.

Eu quero registrar a presença do ex-Deputado Federal Cláudio Vignatti, do ex-Deputado Federal José Fritsch, do Deputado Federal José Mentor.

Vamos, então, agora... Eu pergunto ao Dr. Geoffrey se quer comentar a fala do doutor?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. GEOFFREY ROBERTSON (*Tradução simultânea.*) – É muito útil lembrar Antígona, como você nos lembrou.

Antígona era uma mulher fantástica; e Sófocles desafiou a lei que o impedia de enterrar o corpo do seu irmão. E também há, lembramos hoje, tantos outros países nos quais as pessoas foram mortas por esquadrões da morte. A essas famílias não foi permitido enterrar seus corpos. O Irã, por exemplo, é um dos piores exemplos. Em 1988, ele assassinou, matou todos os prisioneiros que eram ateus e todos os prisioneiros que não concordavam com Aiatolá Khomeini. Foram para suas prisões e os mataram, só por serem ateus, por não aceitarem a religião do Aiatolá Khomeini.

Parte desse massacre foi responsabilidade do líder supremo do Irã, na época, e do Ministro da Justiça, que era um componente dos esquadrões da morte, que ordenou os assassinatos. Eles foram em covas comuns, e o Estado, ainda assim, não permitiu que os parentes descobrissem onde eles estavam e, agora, seus netos, e não permitem, até hoje, que seus netos saibam onde eles estejam para que eles possam passar pela fase de luto. E, assim, essa peça da Antígona estabelecia o direito de luto das pessoas.

Esse é um dos problemas dos esquadrões da morte com a Operação Condor, na América Latina: o assassinato secreto, especialmente de jovens, para que seus pais não pudessem passar pelo luto.

Então, parabéns esse lembrete porque esse é um dos grandes problemas com que os direitos fundamentais humanos estão tentando lidar. Então, nosso futuro, como mundo, depende de pessoas bondosas, em países diferentes, trabalhando em direção a estabelecerem esses padrões fundamentais de decência. Não é tão difícil, e um desses padrões fundamentais, como o senhor mesmo disse, é hoje o direito a um julgamento justo por um juiz que seja imparcial.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Dr. Geoffrey.

Temos inscritos, vou ler: Deputado Federal Décio Lima, Senador Humberto Costa, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Lindbergh Farias, Deputado Federal José Mentor.

Vamos ouvir esses inscritos e depois avaliamos se ainda há tempo para uma nova rodada. Acaba de PODE chegar nosso Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Comissão.

Então, Deputado Federal Décio Lima com a palavra.

O SR. DÉCIO LIMA (PT - SC) – Obrigado Presidenta, a quem saúdo, Senadora Regina Sousa e a louvo pela brilhante iniciativa desta audiência pública. Realmente acredito num grande acontecimento para todos nós. Talvez aqui se instrumentalize um marco para que o Brasil possa construir um salto de qualidade, fundamental na busca da garantia das relações humanistas, principalmente na aplicação da justiça.

Quero saudá-la. Saúdo igualmente o Presidente da minha Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Quero saudar a presença e a biografia rica aqui representada pelo Dr. Carlos Moura, que representa a nossa CNBB.

Quero manifestar a honra e o orgulho de estar ladeado pela Dr. Valeska Teixeira e pelo Dr. Cristiano Zanin, uma das expressões que se transformaram em sujeitos da história contemporânea do nosso País, na defesa não apenas do presidente Lula, mas na defesa da construção de avanços que sonhamos que o Brasil possa alcançar.

Queria dizer ao Dr. Geoffrey, neste momento, da alegria do País em recebê-lo, pela sua expressão na condução dos direitos humanos no mundo. E quero dizer, ao mesmo tempo, que este episódio, que se representa na figura do ex-presidente Lula, na verdade, deixa transparente aquilo que os brasileiros já sabem e que viveram, ao longo da sua existência aqui, como na narrativa expressa do Dr. Carlos Moura, de 400 anos – eu diria até 517 anos – de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

escravidão. Os requintes ainda estão presentes nas estruturas de poder e nas relações com a grande maioria do povo brasileiro. O Presidente Lula, nesses acontecimentos, nos permite, entre tantas coisas que permitiu ao Brasil, trazer ao mundo a transparência de um conjunto de acontecimentos que não se limita a ele, mas que se pulverizam em toda a sociedade brasileira.

Dr. Geoffrey, somos o País em que temos a presença de um Judiciário que se serve a incriminação de negros, pobres e, agora recentemente, petistas, que, na verdade, são a expressão dessas duas primeiras afirmações.

O Presidente Lula merece ser abraçado, não só pelo povo brasileiro. Ele está, nesse momento, nas caravanas pelo Nordeste do Brasil, embora escondido pela mídia, pelos conservadores, pelas elites, que, tenho certeza, envergonham até o neoliberalismo moderno porque as expressões das elites brasileiras têm requintes medievais.

O Presidente Lula, nesse momento, merece ser abraçado, portanto, pelo mundo, assim como foi Gandhi, num dado momento da história da humanidade, pelo que ele representou; Mandela, mais recentemente, porque ele é o desaforamento das contradições que agredem profundamente os valores que alcançamos do ponto de vista do humanismo na sua extensão e que tem como centralidade, foco, os direitos humanos.

O Presidente Lula desaforou não só o Brasil, mas o mundo, porque em nenhum lugar do mundo se elegeu um operário à Presidência da República com as características do Presidente Lula, de retirante nordestino, condenado já na sua existência na infância, como milhões de brasileiros, a morrer de sede. Venceu as adversidades da crueldade das relações a que o Brasil ainda está submetido. E desaforou de forma extraordinária que se traduziu em sonho, mas um sonho que nós mesmos, em dado momento da história, não acreditávamos que poderia acontecer. Era o sonho de levar para uma cadeira da Presidência da República as feridas e as dores do povo brasileiro, na expressão daquilo que há de mais repugnante na vida da humanidade contemporânea, que eram as condições em que o Brasil se encontrava.

Era um Brasil conhecido por V. Ex^{as} lá fora, no mundo desenvolvido, como um país apenas do futebol e do carnaval e que, de repente, passou a reduzir drasticamente, aos olhares do mundo, os requintes da crueldade do sistema como o País que se elevou na condição econômica do mundo e um País que, sobretudo, tratou, numa rapidez única na História, de feridas humanas com que aqui convivíamos, como o flagelo do desemprego, a falta de casa para o seu povo, a divisão da riqueza. Houve processos de inclusão, que permitiram que o País, em três anos e meio, tivesse a possibilidade de sair do mapa da fome, monitorado pela ONU.

Portanto, trago aqui para V. Ex^a, além de indagações, que ontem já tive a honra de fazê-las, um pedido a V. Ex^a: saia do Brasil abraçado não com uma ação apenas que se limite às decisões de um Judiciário visivelmente comprometido, mas saia com uma causa de valores que os direitos humanos precisam pautar no mundo e com a defesa incontestável de que isso dará exemplo para as gerações futuras, do ponto de vista dos direitos humanos e do humanismo.

Os acontecimentos em foco referem-se ao processo que tem o Dr. Zanin e a Dr^a Valeska sobretudo como grandes protagonistas. É uma luta marcada até pela crueldade, porque o ringue é imparcial. O Judiciário brasileiro não é apenas a figura que expressa a maioria do Judiciário, do Juiz Sérgio Moro, mas é contexto do Poder Judiciário. Ou seja, precisamos aqui, nestes acontecimentos, com as forças dos direitos humanos no mundo, tratar nesse episódio, de estabelecermos um marco regulatório. Ou o Brasil vai se corrigir ou vai continuar na saga, infelizmente, dos erros que têm acontecido.

Nós precisamos fazer reformulações rápidas, porque o Lula ainda tem o segundo grau, ainda tem a empatia do povo, tem as mãos carinhosas internacionais, como aqui V. Ex^a traz,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mas a maioria do povo brasileiro submetido a essas regras não tem absolutamente esses valores na sua defesa. Ele tem o grilhão de uma espada que não é de Minerva, e tem ali uma seta mortal naquilo que há de mais elementar na vida humana, que é o seu direito de defesa, que praticamente inexiste na grande maioria dos procedimentos penais do Brasil.

Eu aqui faço também um apelo a V. Ex^a para que essa denúncia possa, portanto, se extravasar. Os acontecimentos que se reúnem em torno do Juiz Sérgio Moro... Ontem V. Ex^a nos dizia, quando aqui pisou no Brasil, aqui no Senado Federal, que um juiz dessa natureza não só poderia estar na suspeição do processo, afastado do processo, mas como, no Reino Unido, praticamente estaria respondendo a ações penais em decorrência disso. E aqui, no Brasil, o que vimos é uma impunidade acobertada pela institucionalidade de todos os Poderes, inclusive, lamentavelmente por este Poder em que aqui estamos, porque os seus representantes estão naquilo que há de mais obscuro na política brasileira, submetidos ao fisiologismo e às políticas que contaminam os interesses públicos com os interesses do mercado.

Portanto, Geoffrey, tenho certeza de que sua presença aqui no contexto desta audiência nos traz também um otimismo que precisamos ter. Nós podemos perder, às vezes, os sorrisos, mas não vamos perder o otimismo que nos impulsiona nessa causa de valores porque sabemos claramente que, se a história não nos reservar essa condição de protagonizarmos esses valores, a sociedade brasileira, o humanismo no mundo, não encontrarão horizontes numa perspectiva daquilo que temos sonhado ao longo da nossa existência.

Deixo, portanto, essas últimas indagações aqui para que V. Ex^a possa explicitar ao Brasil, aqui nesta audiência, que tenho certeza terá esse alcance, para que pelo menos a intelectualidade mediana possa ter compreensão. Peço que V. Ex^a descreva claramente a condição deste processo, que, na verdade, é a síntese de nossos problemas.

Como nós poderíamos comparar esse Judiciário na história da humanidade e, principalmente, na história contemporânea? Quais são os requintes que esse Judiciário de perversidade aponta do ponto de vista da agressão aos direitos humanos? E, sobretudo, a figura do Dr. Sérgio nessa condição de país de Primeiro Mundo?

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Deputado Décio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Regina.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu gostaria só de...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como eu tenho que...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou passar.

Eu gostaria só de pedir prudência. Eu deixei de marcar tempo, mas gostaria de pedir prudência aos companheiros, Senadores, Deputados, para que usemos o tempo dentro de uma razoabilidade, para dar tempo a todo mundo falar.

O Senador Humberto Costa tem um compromisso também, então, ele gostaria de falar. E depois eu passaria para o Dr. Geoffrey.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

Registro a presença de José Francisco, que representa o Sindicato dos Professores do Distrito Federal.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora, obrigado por me conceder essa oportunidade, porque na verdade estou pretendendo participar do evento que está acontecendo na Câmara, que trata do decreto que vai colocar a possibilidade de exploração mineral em terras da Amazônia. Entendo que é um evento importante para nós acompanharmos.

Eu queria só fazer uma pergunta ao Dr. Robertson: como o senhor analisa esse instrumento da delação premiada, como é feito aqui no Brasil e na Lava Jato? O senhor acredita nos acordos feitos por réus presos e a validade das informações como prova para condenar outros em troca de liberdade?

Isso é condizente com a legislação internacional ou com legislações internacionais de defesa?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pronto?

Dr. Geoffrey com a palavra.

O SR. GEOFFREY ROBERTSON (*Tradução simultânea.*) – Nós vimos, na nossa denúncia, a forma como as pessoas estão sendo levadas para a prisão, até que elas sejam forçadas a confessar. Esse é um problema, porque todo advogado criminal, todo mundo no sistema penal de qualquer país sabe das pressões sobre uma pessoa encarcerada para confessar são profundas.

O que aparece frequentemente, mesmo apenas depois de dois dias na prisão, são confissões falsas. E dessa forma a pessoa responsável pela prisão fala para as autoridades o que elas querem ouvir, para que o prisioneiro seja liberado. E isso não é considerado necessário em Hong Kong, em Singapura, em Sidney, nos Estados Unidos. Isso é simplesmente uma forma de extrair confissões, que precisam ser verificadas antes de serem levadas em conta. Em alguns aspectos, uma confissão que fala onde uma bomba foi escondida pode ser verificada. A polícia pode até lá para tentar encontrar o corpo, a bomba, seja lá o que for.

Mas o problema com muitas dessas confissões orquestradas é que existe um sistema que está acontecendo, no qual os promotores tentam construir um caso. Eles têm suas próprias ideias sobre o que aconteceu. Eles dizem para a pessoa encarcerada o que eles querem ouvir delas. E essas pessoas sabem que, para saírem dessa prisão, vão precisar dizer o que se espera. E é por isso que muitas confissões forçadas muitas vezes são erradas. E elas não são necessárias porque você pode utilizar outros instrumentos, interrogatório compulsório, para que não haja, por exemplo, pressões escondidas. Dessa forma, você vai conseguir conquistas muito maiores se comparadas ao que o Juiz Moro conseguiu ao prender as pessoas, porque acontecem delações premiadas questionáveis.

Essas delações também acontecem com grande redução das sentenças. Muitas vezes, as pessoas responsáveis pela criminalidade real, pela grande corrupção recebem apenas uma fração da sentença que deveriam receber. O que eu diria, então, é que concordo com você. Deter as pessoas nas prisões por cem dias ou por um ano até que elas confessem o que os promotores querem ouvir é uma forma primitiva de lidarmos com a coleta de evidência. É uma forma de tortura, vamos encarar dessa forma. Existem outras formas de lidarmos com isso.

Nós sabemos que existe tortura. Nos Estados Unidos aconteceu isso na época do George W. Bush. E essas práticas foram condenadas pelos direitos humanos. Você simplesmente tirar uma pessoa da convivência da sua família por cem dias ou por uma semana certamente é um tratamento não humano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E temos que tomar muito cuidado com os resultados que saem dessas práticas, eles não são confiáveis. E a confiabilidade é uma medida muito importante na hora em que nós estamos buscando evidências criminais.

Não vou falar mais nada sobre isso, mas vou mencionar que o Brasil já foi criticado por diferentes grupos de direitos humanos e por diferentes grupos de pessoas, por manter muitas pessoas nas prisões.

Essa é uma questão diferente, mas vocês têm que observar os seus juízes, se eles não permitem a fiança. Esse é um problema que já foi reconhecido no Brasil, e nós acreditamos que o Brasil seja um dos países onde esse problema é mais grave na América Latina, pois eles negam a fiança às pessoas antes de seu julgamento. E, às vezes, isso demanda anos.

Em relação aos seus comentários, Senador, sou muito feliz e muito grato. Concordo com eles. E não tenho dúvidas de que o Brasil vai sair desses momentos tão difíceis, e vocês vão olhar para trás, observando essa condenação do Lula, e perceber que isso foi algo errado.

O Lula foi o Presidente que fez com que o País se tornasse uma grande potência mundial, participando dos BRICS, aquele grupo do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, países que iriam concorrer com os Estados Unidos no futuro.

Acredito então que na história vocês vão olhar para trás, talvez assim como os gregos olharam para trás para o julgamento de Sócrates, vendo que isso foi algo errado, mas que foi corrigido.

Existem grandes promotores na história. Temos Vyshinsky, que foi responsável por orquestrar o julgamento de Stalin, na década de 30. Ele fez com que as pessoas confessassem o que ele queria ouvir, senão, eles simplesmente torturariam as suas famílias.

Também temos o Tynville, na Revolução Francesa, um grande promotor que começou enviando os aristocratas à guilhotina e depois os jacobinos. E finalmente ele mesmo foi para a guilhotina. E ele falou, antes de ser morto, que estava apenas fazendo a sua tarefa.

Enfim, nós sabemos que os promotores têm um trabalho a fazer, têm que juntar todas as evidências contra as pessoas que eles acreditam estarem erradas, mas também têm uma diferente tarefa – todos os advogados recentes reconhecem isso: a tarefa de fornecer e garantir um julgamento justo.

Em países como a Eslováquia – vou usar isso como um exemplo –, depois da guerra, os comunistas começaram a liderar. E houve diferentes julgamentos terríveis, onde julgamentos que eram oficiais de partidos foram presos e executados. Foi um período terrível para o território que hoje em dia pertence à República Tcheca.

Temos também diferentes heróis dos direitos humanos que, muitas vezes, defenderam julgamentos justos. Muitos deles também foram presos. Nessa época, nós... Estou aqui apenas mencionando a República Tcheca que saiu de um período de julgamentos que não foram justos e que agora se tornou um dos líderes da área de direitos humanos.

Portanto, tenho certeza de que o Brasil certamente vai estar nessa posição no futuro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Fátima Bezerra...

Vou compartilhar aqui a Presidência com o Deputado Paulão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, enquanto me ausento por algum tempo. **O SR. PRESIDENTE** (Paulão. PT - AL) – O próximo inscrito, Deputado Federal José Mentor.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT - SP) – Senadora Regina, Deputado Paulão, quero cumprimentar os convidados, Dr. Geoffrey, Dom Carlos Moura, da CNBB, Deputados e Senadores. Quero pedir ao Cristiano e à Valeska que levem um abraço ao meu grande amigo titular Roberto Teixeira.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tinha duas questões, mas uma delas o Senador Humberto já fez.

Eu gostaria, Dr. Geoffrey, de complementar um pouquinho a resposta que o senhor nos deu sobre a questão da delação premiada, com esse sentido que foi colocado pelo Senador Humberto de que ela tem conotação de transformar a prisão singular em preventiva e a preventiva em perpétua até que confesse.

E há as manobras que são utilizadas nesse sentido, até chegar ao ponto de, em alguns casos, haver a fixação da fiança, que é uma fiança impagável, quando se estabelece um valor que é impossível de a pessoa obter, e isso permite ainda que continue preso e continue sob tortura nesse aspecto psicológico. O desdobramento disso, que também é um aspecto importante, não sei da comparação com o direito internacional, é a utilização da palavra do denunciante, do colaborador, como único aspecto da acusação.

Não sei se nos outros países não se exige primeiro a fala, a denúncia, a comprovação do que ele diz para haver o benefício. Aqui, não. Fala, assina o termo, homologa, resolveu, e aquele que é citado passa a ser denunciado, com a única prova da citação do delator.

Então, estou pegando dois outros aspectos da pergunta que fez o Senador Humberto. Esse é um aspecto mais questionável.

A minha outra consideração, Dr. Geoffrey, não vai ter o conhecimento e a erudição daqueles que me antecederam, mas eu queria fazer três ou quatro pequenas reflexões para chegar ao dia de hoje.

A mídia, no Brasil, tem, de muito tempo para cá, um papel preponderante. Ela utilizou vários momentos de se afirmar como tal. Não podemos nos esquecer aqui de que, em 1989, quando o Presidente Lula disputou a eleição, uma manobra, num debate assistido por todos naquela época, a primeira eleição direta, a edição do debate, a maneira como ele foi propagandeado nos dias seguintes levou a uma pequena margem, e o Presidente Lula perdeu a eleição, em 1989. É claro que houve alguns outros fatores, mas esse foi um fator determinante. O Presidente disputou várias outras eleições e veio a ganhar em 2002.

Em 2003, junho, seis meses depois de o Presidente tomar posse, instalaram aqui uma comissão mista chamada Comissão do Banestado, em que também existia uma articulação entre parte da elite, parte de alguns partidos de oposição e parte da mídia que transformou essa CPI num escândalo. E se tentou, por várias medidas, atingir o governo. Falo isso porque eu tive a oportunidade de ser Relator dessa CPI.

Naquela ocasião, Dr. Geoffrey, veja que coisa interessante, o juiz da vara em Curitiba era o Dr. Sérgio Moro; o procurador era o Carlos Eduardo Fernandes, era o mesmo procurador. E ali também se tentou, de várias maneiras, atingir o governo que acabara de se instalar, não tinha seis meses. Essa CPI durou um ano e pouco.

Logo em seguida, Deputado Paulo, veio a questão dos Correios e o desenrolar, o desenvolvimento da Teoria do Domínio do Fato na CPI dos Correios – quer dizer, a extrapolação da Teoria do Domínio do Fato. O que aconteceu no Brasil? O advogado, o jurista que desenvolveu a teoria nega e aqui ela foi aplicada da maneira tupiniquim. Por que estou falando dessas coisas? Porque, de novo, a mídia teve um papel determinante. Eu não sei se é mesma coisa em outros países, mas aqui, no Brasil, já vi a mídia eleger Presidente, derrubar Presidente, eleger Senador, derrubar Senador, eleger Deputado, derrubar Senado. Agora eu nunca tinha visto a mídia constranger o Supremo Tribunal Federal. Nunca tinha visto! E nós vimos aqui.

Nós vamos nos recordar do Ministro Lewandowski num restaurante. No dia seguinte, a conversa do restaurante que ele teve estava todinha no jornal. Não vamos nos esquecer da troca de mensagens entre dois Ministros do Supremo numa audiência do Supremo. No dia seguinte, estava todinha no jornal. Quer dizer, eu estou dando um pouco mais de realce a esse





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aspecto, porque me parece que, de novo, aqui temos uma situação que foi se alastrando, ampliando desde quando o Presidente Lula assumiu em 2002. Ganhou a eleição e assumiu em 2003, com a CPI do Banestado, com a CPI dos Correios até chegar à situação de hoje.

Lá tínhamos uma parte de partido de oposição, uma parte da elite, uma parte da mídia que hoje se somam a uma parte das carreiras de Estado: parte do Ministério Público, parte do Judiciário. Isso sob a tutela e a batuta de um constrangimento diuturno que a mídia faz. Como eu disse, um constrangimento que leva o Supremo, em alguns momentos, a tomar decisões de olho na manchete do jornal, de olho no que, no dia seguinte, vai sair na televisão e no jornal. Eu não sei se isso ocorre em outros países dessa maneira.

Eu ouço dizer que, nos Estados Unidos, os democratas nomeiam democratas no Supremo. Os republicanos nomeiam republicanos no Supremo. Nem isso nós fizemos aqui. Lula nomeou nove Ministros do Supremo. E cada um deles tem uma cabeça. E a Teoria do Domínio do Fato apareceu na sua forma tupiniquim com esses Ministros do Supremo.

Por que digo isso? Porque de novo eu, lá em 2003, Dr. Gooffrey, participei da constituição de uma força-tarefa *sui generis*, que foi a CPI do Banestado, representando o Congresso, o Ministério Público, como uma instituição independente, e o Executivo através do Ministério da Justiça. Fizemos uma força-tarefa e fomos aos Estados Unidos. Conseguimos, pela primeira vez, o sigilo de contas de brasileiros no exterior de um dia para o outro numa força-tarefa que juntou esforços, mas o Congresso era o Congresso, o Ministério era o Ministério e o Executivo era o Executivo. Hoje a força-tarefa de Curitiba ninguém sabe o que é, porque o Delegado de Polícia que representa o Executivo, junto com a Polícia Federal, que é responsável pela investigação que é fiscalizado pelo Ministério Público e está subordinado ao juiz.

Isto aqui virou um ilê: a independência dos Poderes Executivo e Judiciário inexistente. A independência do órgão Ministério Público inexistente. E todos eles estão subordinados ao Poder Judiciário, que acaba dizendo: "Vá buscar, vá prender, vá acusar que eu julgo". Quer dizer, é uma coisa inadmissível. O Judiciário não é Judiciário. O Executivo não é Executivo e o Ministério Público não é Ministério Público. Virou um angu, uma coisa só.

Estou lhe indagando dessa maneira porque acho que o esforço do Estado em juntar as suas instituições para obter um resultado de interesse da sociedade não apresenta problema algum. Mas, na hora em que isso se torna uma maneira de abstrair o direito do cidadão e da sociedade, isso vira outra coisa.

Então, a minha segunda indagação ao senhor é: de que maneira esse esforço das várias instituições do Estado nas experiências internacionais consegue preservar os direitos do cidadão e da sociedade. Muito obrigado.

O SR. GEOFFREY ROBERTSON (*Tradução simultânea.*) – Em resposta à sua primeira pergunta, Deputado, olhando a submissão que dissemos nesta petição, segundo a qual a Lei Internacional proíbe a detenção quando o propósito é, por pressão, fazer uma testemunha ou um réu confessar, nós citamos que um promotor da Operação Lava Jato disse de forma cruel: "Para o pássaro cantar, tem que estar enjaulado". Então, você tem que colocar esse pássaro numa detenção para que ele possa cantar. Isso é errado. O pássaro vai cantar de forma livre fora da detenção também. Mas essa é a forma cruel, a técnica do Juiz Moro para fazer com que as pessoas vão para a prisão por um longo período.

Refiro-me às pessoas que não foram julgadas, nem condenadas, pessoas que têm família, que talvez estejam sujeitas a ataques cardíacos, que estejam doentes. Então, colocá-las em prisões sem nenhum tipo de julgamento durante centenas de dias até que eles confessem ou até que eles envolvam mais alguma outra pessoa, segundo a Lei Internacional, é errado. A verdadeira razão para a política da Operação Lava Jato é extrair uma confissão. E





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não é necessário dizer, porque há uma experiência forense ao redor do mundo segundo a qual as confissões extraídas nessas circunstâncias tenham probabilidade de não ser confiáveis. Então, a estratégia do Juiz Moro quebra as leis em relação à autoincriminação. Então, eu volto para as leis do Brasil e convido vocês a prestarem atenção também nisso.

O Juiz Moro justifica o seu comportamento em relação ao art. 312 do CPP (Código de Processo Penal), chamando isso de prisão preventiva para que impeça que outros crimes sejam cometidos. Para manter a ordem pública, tudo bem, se alguém for louco, estiver determinado a matar outras pessoas, é claro que você deve colocá-lo na prisão antes do julgamento.

Ordem econômica ou o que quer que isso queira dizer, isso é uma frase estranha para a conveniência de uma investigação criminal. A conveniência ou a necessidade... Que palavras estranhas, muitas confusas nas suas leis! É para a conveniência do Juiz Moro colocar as pessoas nas gaiolas para que elas cantem. Vocês devem ver o art. 123, que dá aos Promotores uma carta branca para: "Se você vai ficar durante um ano na prisão, é para minha conveniência. É para a conveniência da minha investigação". Isso é uma lei muito ruim que está nos seus códigos.

No meu ponto de vista, a Lei Internacional não permite isso. Então, vocês têm que ver o art. 312 e seguir os Tratados dos Direitos Humanos que o Brasil assinou em relação à detenção. Então, vou citá-los para vocês. Está estabelecido na Lei Internacional que você pode manter determinadas pessoas em custódia para impedir que elas pessoas escapem antes do julgamento, para que elas não fujam da justiça. Isso é permitido, tudo bem, como também é se há contas no exterior que estão conectadas em relação a isso, para que elas não desapareçam. Agora, não para que elas não confessem algo mais. Para que elas permaneçam até o julgamento, você pode impedir que elas não interfiram para impedir que cometam outros crimes. Se forem acusadas de estupro, por exemplo, vocês podem mantê-las na prisão até o julgamento.

Então, essas são as razões pelas quais você tem o direito de colocar as pessoas na prisão, mas não no que tange à conveniência para a Promotoria. Isso é uma palavra negativa, talvez necessária, mas não conveniente. Eu creio que há uma questão que deve ser observada em relação ao art. 312 da Convenção Internacional que garante o direito ao *habeas corpus*. Você não deve, como o Juiz Moro faz, deter pessoas para obter os testemunhos delas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Geoffrey, combinamos que não íamos marcar tempo, que íamos usar a razoabilidade. Nós estamos com problema, mas eu não vou marcar para os últimos, para não ficar injusto. Mas pedimos também que as pessoas usem o tempo com razoabilidade para podermos contemplar todos.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero registrar a presença da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Regina, eu vou ser breve.

Quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar também o Deputado Paulão, cumprimentar o Dr. Carlos Moura e cumprimentar muito especialmente o Dr. Geoffrey. Agradeço muito a sua presença aqui. Cumprimento também a Dr. Valeska, o Dr. Cristiano. E quero agradecer-los por viabilizar que o senhor possa estar hoje no Senado da República do Brasil, na Comissão de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Direitos Humanos, numa reunião feita em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, falando coisas tão importantes e esclarecedoras para nós.

Uma das coisas que o senhor falou e que acho que precisamos repetir aqui à exaustão é que, na Europa, juízes que se comportasse assim como se comporta Sérgio Moro seriam terminantemente afastados dos casos em que estivessem com o poder de julgar. Isso não acontece no Brasil.

Desde o início da Operação Lava Jato e das investigações, inclusive da atuação do juiz Sérgio Moro, nós estamos denunciando a forma como esse processo vem sendo conduzido, que não tem imparcialidade e que tem perseguição clara ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente Lula. É muito claro isso. E nós tivemos, durante todo esse tempo, um contraponto de setores da sociedade dizendo que não se tratava disso.

Então, quando alguém de fora com a sua referência e a sua importância nos diz isso e vem aqui para o Brasil dizer, porque o senhor já tinha se manifestado na imprensa e também no Comitê de Direitos Humanos da ONU, é de grande relevância e de grande importância. Eu acho que chama atenção deste Senado da República e da Câmara dos Deputados para a necessidade de uma investigação legislativa sobre esse processo da Lava Jato. Acho que é uma obrigação do Congresso Nacional, porque isso fere a nossa democracia e é um atentado aos direitos humanos. E é um atentado ao Estado democrático de direito, porque isso não atinge apenas o Presidente Lula, isso tem atingido milhares, milhões de brasileiros, o sistema judiciário se comportando dessa forma. Acho que, quando chegou ao Lula, isso ficou mais evidenciado.

Nós tivemos um caso, recentemente – eu inclusive usei-o para um pronunciamento –, que foi o filho de uma desembargadora pego com quilos de droga dentro do carro. Ele não ficou preso nem uma hora, foi solto. Há outro rapaz que participou das manifestações políticas de 2013 e foi pego com dois vidros de desinfetante. Foi alegado contra ele que ele estaria fazendo um atentado à segurança, porque aquilo poderia ser algo que colocaria em risco a vida das pessoas. Ele está preso até agora. A diferença é que ele é negro e pobre, o filho da desembargadora é branco e rico.

Parece-me que, com o Presidente Lula, as coisas estão se dando da mesma. O que acontece na Lava Jato chega a ser escandaloso. Os delatores, a maioria gente afortunada, com contas no exterior, altos escalões do serviço público, da Petrobras, empresários com muito dinheiro, têm feito delações e se safado das suas penas. Estão cumprindo prisão domiciliar e não têm pagado grandes multas. Nós estamos com uma inversão dos fatos aqui no Brasil, o que é muito ruim para a Justiça brasileira.

Então, eu queria agradecer muito a sua passagem aqui no Brasil. Tenho certeza de que ela é um divisor de águas.

E convido este Congresso a fazer uma investigação. Nós temos que saber por que o juiz Sérgio Moro, por exemplo, diz que não pode ouvir o Dr. Duran no processo do Presidente Lula, assim como pediram o Dr. Cristiano e a Dr^a Valeska, dizendo que se trata de um criminoso, de uma pessoa investigada.

Ora, o que foi a Operação Lava Jato até agora senão montada em cima de falas de criminosos e investigados, que são os delatores? Então, nós temos dois pesos e duas medidas? O que vale para um não vale para outro? É sobre isso que estamos falando e nós não podemos deixar que essa fotografia do Brasil saia assim lá fora.

Ontem, quando nós conversávamos um pouco com o senhor, eu acho que uma das questões que o senhor colocou é muito ilustrativa disso. Como podem juízes da Operação Lava Jato ir para um cinema comer pipoca e assistir a um filme que faz elogios às suas atuações num caso que tem lado, que não é imparcial?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como a gente assiste isso e acha que é natural? Não pode ser natural. Justiça não faz política; se juiz quer fazer política, que se candidate, venha para arena política, faça o debate. É do jogo da democracia. Agora, nós não podemos admitir esse conjunto de coisas.

Então, eu queria que a gente pensasse muito isso, Senadora Regina, Deputado Paulão. Que a gente pudesse abrir um processo investigatório no Congresso Nacional sobre a Lava Jato, sobre o olhar legislativo em relação às aberrações e abusos que estão acontecendo nessa operação.

E queria também fazer uma sugestão para que a Comissão de Direitos Humanos enviasse cópia das notas taquigráficas desta audiência para as comissões de direitos humanos das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais, onde houver, para as Secretarias de Direitos Humanos dos Estados brasileiros e também para o Alto Comissariado da ONU e para os órgãos permanentes de direitos humanos da ONU, como é o caso do Comitê de Direitos Humanos da ONU, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Eu acho que esse é o grito que nós temos que fazer para o Brasil e para o mundo sobre as atrocidades que estão nesse processo, principalmente contra o Presidente Lula.

E gostaria, mais uma vez, de agradecer e parabenizar o Dr. Geoffrey.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito obrigada, Senadora Gleisi.

Será encaminhado o que a senhora está sugerindo, porque não depende de requerimento. É apenas é um encaminhamento da audiência pública.

Dr. Geoffrey, posso passar para alguma outra...

O SR. GEOFFREY ROBERTSON (*Tradução simultânea.*) – Porque nós estamos com o tempo um pouco limitado, eu vou responder após todos eles falarem ao final.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, com a palavra jogadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Senadora Regina, a quem quero cumprimentar, e Deputado Paulão – Presidentes das Comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara dos Deputados –; Advogado Carlos Moura, representando aqui a CNBB.

Faço uma saudação muito especial ao Advogado Geoffrey e, igualmente, quero fazer minhas as palavras da Senadora Gleisi no sentido de ressaltar a importância da sua presença aqui no Brasil, pela sua trajetória, pelo seu currículo, um dos três juristas mais conceituados, hoje, em nível internacional, com uma carreira reconhecida, repito, pela trajetória de muita seriedade.

Quero igualmente, aqui também, estender os meus cumprimentos ao Dr. Cristiano Zanin e a Drª Valeska.

Duas questões, Advogado Geoffrey: primeiro, com relação à questão dos direitos humanos. V. Sª se notabilizou também como advogado militante nessa área da defesa dos direitos humanos, e eu gostaria que o senhor pudesse discorrer um pouco sobre qual o seu olhar no sentido do papel que as instituições e os organismos têm na luta em defesa dos direitos humanos, considerando o momento que o mundo vive, com o crescimento do nacionalismo conservador, da xenofobia, da intolerância. Enfim, com o crescimento desses, como o senhor, portanto, avalia o papel dessas instituições? Ou seja, nós estamos em um momento de muita ameaça. Quais as saídas que se tem para afirmar a luta em defesa dos direitos humanos?

No caso do Presidente Lula, eu queria também aqui colocar duas questões. Primeiro, aqui lembrando uma frase que o Presidente Lula e seu brilhante e talentoso advogado gostam





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muito de dizer, que é aquela compreensão de que, evidentemente, ninguém está acima da lei, mas também ninguém pode estar abaixo da lei, no sentido de que o processo tem que se ater, no caso da Operação Lava Jato contra o Presidente Lula, ao devido processo legal.

E o que temos visto nesse episódio da Operação Lava Jato, essa condenação injusta contra o Presidente Lula, é uma inversão exatamente daquilo que a lei exige, que é o respeito ao devido processo legal; e uma invenção, inclusive, daquilo que a lei exige que é o ônus da prova a quem acusa.

No caso do Presidente Lula, nós temos assistido exatamente o contrário. O Presidente Lula foi quem teve que apresentar provas e mais provas da sua inocência através do depoimento de dezenas de testemunhas, dezenas de testemunhas que, com muita clareza, apresentam as provas de inocência com relação ao Presidente Lula nos processos que o Juiz Sérgio Moro apresentou contra ele, agora, inclusive, em fase de condenação.

Ou seja, Dr. Geoffrey, para nós está muito claro que a acusação contra o Presidente Lula não se sustenta de pé do ponto de vista jurídico. Não há materialidade. Tanto o papel do Dr. Cristiano Zanin e, inclusive, o de V. S^a, com muita clareza e com muita consistência, mostram isso: não se sustenta do ponto de vista jurídico de maneira nenhuma.

Na verdade, o que há por trás disso é, simplesmente, uma acusação de natureza política. Ou seja, para nós está muito claro que o que se quer é cassar os direitos políticos do cidadão.

E quanto mais, inclusive, cresce o sentimento da maioria do povo brasileiro no sentido, inclusive, de desejar que Luiz Inácio Lula da Silva, como cidadão – se assim o partido dele decidir, e ele também queira –, possa disponibilizar o nome dele para uma eventual disputa à Presidência em 2018, para nós do PT está muito claro, portanto, que essa acusação tem, sim, esse fim de natureza política: ou seja, inviabilizá-lo. Isso porque, segundo a legislação, uma eventual condenação em segunda instância o tiraria da disputa político-eleitoral.

Então, fiz essas considerações para no final deixar, Senadora Regina – e concluo – só duas indagações aqui ao Dr. Geoffrey.

Primeiro, caso a ONU confirme que o ex-Presidente Lula sofreu perseguição de um juiz parcial, o que acontece? O que caberia ao Parlamento brasileiro, no caso a nós, fazer? Como tornar efetiva a decisão da ONU?

E a última indagação: como o senhor analisa as delações premiadas como são feitas na Operação Lava Jato? Como analisa acordos com réus presos e a validade de suas informações como provas para condenar outros em troca de sua liberdade? É isso condizente com legislações internacionais de defesa?

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero registrar a presença do Sr. José Bezerra da Silva, representante dos militares perseguidos políticos pelos próprios militares da ditadura de 64.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senadora Regina. Quero cumprimentar V. Ex^a e, ao fazê-lo, cumprimento os demais Parlamentares que aqui estão; os convidados e, em especial, o Dr. Geoffrey. Ontem, tentei muito conversar com V. S^a, mas, quando cheguei, a conversa já havia sido concluída.

Quero também cumprimentar os advogados aqui presentes e publicamente parabenizá-los pelo belo trabalho que estão desenvolvendo.

A sua vinda aqui, para nós todos, tem um significado da maior importância. Talvez o senhor não tenha ideia do quanto a sua vinda aqui é importante, porque V. S^a é uma das principais figuras na área jurídica e acadêmica do mundo.

V. S^a é reconhecido pela defesa dos direitos humanos, e quem defende os direitos humanos defende, em primeiro lugar a justiça, justiça para quem quer que seja, para quem tem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

posses ou para quem não tem posses, para todo cidadão e cidadã, que têm de ter o direito à Justiça e ao tratamento respeitoso por parte da sociedade.

O Estado brasileiro, como todos os outros, se organiza para isso; os Poderes se organizam para isso, ou seja, para proteger, e não para investir contra as pessoas.

Aqui, no Brasil, nós vivemos problemas históricos. Aliás, somos uma democracia muito jovem, somos uma democracia em construção, somos uma sociedade jovem em construção. Nós, se formos ver o tempo, o período em que o trabalhador brasileiro passou a ter algum direito, em nosso País, nós vamos ver que não chega a um século. Antes da década de 30 do século passado, o trabalhador brasileiro não tinha direito algum. Trabalhava mais de 12 horas por dia, não tinha direito a férias, não tinha direito ao descanso semanal remunerado.

Pois, Dr. Geoffrey, hoje, no Brasil, a gente vive tantas mudanças, e são mudanças que começam a acontecer a partir do ano de 2016, que é algo assim que, muitas vezes, nós próprios não estamos acreditando no que está acontecendo.

Em nome da modernidade, em nome do avanço tecnológico, eles estão aprovando leis, mudanças na Constituição, que simplesmente nos colocam na mesma situação em que estávamos antes da década de 30 do século passado: trabalhador sem nenhum direito. Isso porque a moda, agora, é dizer que não é o trabalhador. "Eu não tenho nenhum empregado. Existe, do meu lado, um outro cidadão ou uma cidadã que presta serviços, que é autônomo". Olha que bonito: é autônomo; é independente; é livre para escolher para quem trabalha, porque é autônomo, porque é independente. Mas é o mesmo empregado, prestando o mesmo serviço, mas que não vai ter direito a carteira, que não vai ter direito a férias, que não vai ter direito a décimo terceiro, a nada!

Nós temos uma situação, no campo, que é algo, assim, inacreditável. Não é, Eva? São milhares de mortes de trabalhadores rurais. E os mandantes dos assassinatos, assim como aqueles que assassinam, permanecem impunes. Quando muito, os assassinos diretos são punidos; os mandantes, não.

Enquanto a gente vê tudo isso acontecendo, o Governo exigindo sacrifício de todas as pessoas, a gente vê, por um outro lado, outros projetos tramitando, perdoando dívidas do grande latifundiário, perdoando dívidas do grande empresário, daqueles, enfim, que fraudaram, a vida inteira, o Fisco brasileiro, tirando recursos que deveriam ir para a educação, para a saúde. Esses estão sendo perdoados.

Agora, Dr. Geoffrey, eu estou falando isso, rapidamente, para dizer a V. S^a o seguinte: essa foi a verdadeira razão do golpe. O que nós vivemos, não no Brasil, mas no mundo, é uma grande mobilização – e que tem a ver uma com a outra – no sentido de tentar aumentar o ganho do capital, retirando o direito do mais humilde, do mais pobre, do povo trabalhador.

Então, quando tiraram a Presidenta Dilma, num processo de *impeachment* fajuto... Porque aquilo não foi *impeachment*; aquilo foi um golpe. E, infelizmente, para que um golpe seja vitorioso, além do Parlamento, é preciso ter o apoio da grande mídia, é preciso ter o apoio do Poder Judiciário. Infelizmente, tudo isso aconteceu no Brasil. Mas o objetivo não era tirar uma mulher, a primeira a presidir este País, não! O objetivo era fazer o que eles estão fazendo agora: acabando com reservas ambientais, tirando o direito de trabalhador, liquidando o Brasil... Nós não podemos nem dizer – não é, Senadora Regina? – "colocando o Brasil à venda". Não. É liquidando o Brasil. Liquidando o Brasil. Era esse o grande objetivo.

E, para que façam isso, eles têm que desmoralizar um projeto político. E qual é o alvo principal para desmoralizar o projeto político? O ex-Presidente Lula.

Eu, Dr. Geoffrey, não sou do Partido dos Trabalhadores, não tenho filiação ao Partido do Presidente Lula. O meu Partido é o PCdoB. Eu sou do Partido Comunista do Brasil, mas defendo o Presidente Lula, primeiro, porque defendo a justiça; segundo, porque sei que ele é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apenas o alvo porque ele é quem nos representa dentro de um projeto político de País diferente, que busca a justiça social, que busca o respeito aos direitos humanos. É isso que nós estamos vivendo no Brasil hoje.

Nós estamos aqui neste plenário. Aqui do lado, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, estamos ouvindo dois candidatos a representar o Senado no Conselho Nacional do Ministério Público. E lá estamos travando um bom debate. Eu trago de lá as perguntas que fiz e vou repeti-las a V. S^a aqui. Eu as faço no seguinte sentido: que o senhor procure fazer um paralelo do que vem acontecendo no Brasil, e, se isso que vem acontecendo no Brasil acontecesse, por acaso, em qualquer país da Europa, o que aconteceria naquele país. O que aconteceria?

Nós estamos, desde já, porque... Nisso aqui, a tecnologia é muito boa, mas adora uma deturpação, tanto que eu saí de lá, Senadora Regina, e já me mostraram o WhatsApp, já me mandaram o Twitter de vários grupos de policiais, dizendo que é uma vergonha. Olha aqui, eu até vou ler o que eles disseram aqui: "Que vergonha a Senadora Vanessa aproveitar reunião da CCJ para, mais uma vez, denegrir nossas polícias." É isso. Agora, eu não denegri polícia nenhuma. Eu, aliás, defendi a polícia porque, quando eu cobro também o fim da impunidade na polícia, eu estou defendendo a polícia, porque a maioria dos policiais não é corrupta, a maioria dos policiais não tem acordo com os traficantes, a maioria dos policiais é gente correta, honesta, que corre risco de vida para proteger a população. Foi isso que eu disse lá, mas infelizmente as mídias sociais tratam dessa forma.

Eu quero deixar, em primeiro lugar, bem clara a minha posição em relação à Lava Jato. Eu, Dr. Geoffrey, apoio a Lava Jato como uma ação de combate à corrupção, o que é preciso. Infelizmente o *modus operandi* instalado no Brasil faz com que a corrupção seja um cancro danoso, mas eu não posso fechar os olhos à utilização política desse combate à corrupção, tanto que nós estamos vendo o seguinte procedimento – e esse é o grande problema –: existem casos com provas fartas, com provas eminentes, com provas incontestáveis, mala de dinheiro sendo carregada, mala vindo para cá, mala indo para lá, dinheiro que viaja para um Estado para depois ir para uma conta e chegar a outra conta, com provas. Esses casos estão ali meio parados enquanto outros casos em que não há uma prova, nada, denuncia-se, julga-se, incrimina-se, condena-se – nenhuma prova. E V. S^a deve saber que eu estou aqui me referindo ao caso do Presidente Lula.

Agora, veja o resultado de um julgamento em primeira instância, ou seja, de um julgamento que é de uma pessoa só, um julgamento que é individual...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, um juízo singular. Obrigada pela linguagem técnica. O resultado desse julgamento singular estava anunciado, como estava anunciada a posição do Ministério Público – e aí eu não generalizo, porque não é do Ministério Público, é de um membro do Ministério Público por ele mesmo – que chamou coletiva de imprensa, a imprensa toda, para botar um PowerPoint, e falar da convicção. Não tem prova, mas tem convicção. E a condenação veio pela convicção, e não pela prova.

O que aconteceria na Inglaterra – acho que é o seu país, não é? – se isso fosse feito? Enquanto, repito, que outros casos com provas fartas estão em banho maria. É lista que sai toda hora por delatores e que envolvem todos. Aí, eles misturam os casos muito graves, com muita prova, com casos em que nem indício têm. Isso leva a quê? Ao descrédito da própria investigação. Aí, eu questiono: será que esses estão querendo, de fato, combater a corrupção? Eu não estou aqui falando em causa própria, não. Até ontem estava numa lista, e fui tirada da





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

lista. Fui tirada. Não estou aqui, mas são dezenas de pessoas, de Parlamentares nessa situação. Então, são esses que querem o combate à corrupção, ou querem um combate a um projeto político?

Então, a sua vinda, porque eu sei que não são os olhos do povo brasileiro que estão voltado para a sua pessoa, mas os olhos do mundo acadêmico e jurídico, esses estão voltados para si. Esses estão sendo voltados para si. Então, é muito importante a sua presença aqui, porque o momento em que nós vivemos é muito difícil. E aí eu quero repetir o que todos dizem e que, aliás, Ruy Barbosa, uma grande figura que o senhor conhece, dizia: a pior ditadura é a do Judiciário, porque não há a quem recorrer. E a gente vive um problema grave, um problema que coloca em risco a democracia, porque, se está ruim hoje, pode até ficar pior, tamanhas as dificuldades que nós vivemos. Então, falar isso para o mundo, quem tem só os microfones, porque não tem a televisão, não tem o grande meio de comunicação, é muito importante. É dessa forma que o senhor nos ajuda enormemente.

Muito obrigada.

E me desculpe, porque eu exagerei no tempo, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um instante, Senador Lindbergh.

Quero registrar a presença do Sr. Eduardo Brasil, diretor de relações públicas do Sindicato dos Acupunturistas e Terapeutas Orientais de São Paulo.

Eu quero só lembrar que o próprio Dr. Geoffrey já lembrou que o tempo está escasso. Então, vamos...

Agora, com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Olha, eu queria muito agradecer o senhor, por se envolver num tema tão importante para o Brasil, uma figura como Luiz Inácio Lula da Silva, que tem uma relação com o povo brasileiro de uma profundidade gigantesca. Ele está agora percorrendo o País, numa caravana pelo Nordeste brasileiro.

Eu tive oportunidade de estar em vários Estados com ele. O Deputado Federal Paulão também, a Senadora Fátima Bezerra, a Senadora Regina vai estar agora no Piauí. E é impressionante ver o reconhecimento das pessoas com tudo o que foi feito no País nesse período.

Geoffrey, amanhã, 31 de agosto, vai ser um ano do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Eu participei da Comissão Especial que analisou todo o processo do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. E digo aqui em alto e bom som: foi um golpe. Era um processo em que as provas eram irrelevantes. Aqui todos já tinham uma posição antes de o debate acontecer em cima de provas. O processo era meramente formal. Vai fazer um ano desse golpe. Só que é um golpe continuado, porque eles querem afastar, de todo jeito, Luiz Inácio Lula da Silva do processo eleitoral.

E aqui, quando eu falo da Lava Jato, é importante dizer que, desde o começo, eles atuaram em cima de um *timing* político. Eu me lembro do processo da condução coercitiva do Presidente Lula, da forma como foi feita. Todos aqui sabem que, para haver a condução coercitiva, a pessoa tem que ser intimada por duas vezes: o Presidente Lula não foi intimado por duas vezes. Depois, eu me lembro do dia em que a Presidenta Dilma Rousseff escolheu o Lula para ser Ministro da Casa Civil. Foi nesse dia, no mesmo dia, que eles divulgaram as gravações do Presidente Lula com a Presidenta Dilma – gravações ilegais porque o grampo, o monitoramento telefônico já tinha sido encerrado às onze horas e cinquenta e poucos minutos (uma coisa como essa), e aquela conversa do Presidente Lula com a Presidenta Dilma Rousseff aconteceu às 13h.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Seria ilegal de qualquer forma porque teria que haver autorização do Supremo Tribunal Federal, mas eles agiram ali em cima do *timing* político. Divulgaram no principal canal de televisão, na Rede Globo de Televisão, de forma que houvesse naquele dia manifestações. E aconteceu um absurdo: um Ministro do Supremo Tribunal Federal impediu, de forma unilateral – até hoje não foi julgado pelo Pleno –, a posse de Lula no Ministério da Casa Civil. Aqui no Brasil há uma Lei da Ficha Limpa para os servidores públicos, para alguém que vai ocupar alguma função pública: você tem que ser condenado em primeira e segunda instância. Lula não tinha nem denúncia. Mas o processo inteiro aconteceu em cima de *timing* político, para viabilizar o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.

E agora eles não escondem também que o objetivo também é tentar afastar o Lula da sua candidatura. A declaração do Presidente do TRF da 4ª Região, Thompson Flores, de fato choca o País, não é? Primeiro, ele elogiou a sentença do Moro e depois admitiu que não tinha lido. Mas o mais grave, para mim, é ele dizer que vai acontecer em tempo hábil, antes da inscrição das candidaturas presidenciais. Eles não escondem: o debate aqui no Brasil é feito de forma muito aberta.

Nesse último domingo, saiu uma matéria na *Folha de S.Paulo* – e alguns Parlamentares aqui já falaram do assunto – em que um advogado diz que foi procurado por outro advogado que vem a ser padrinho de casamento do Juiz Sergio Moro, que foi sócio da sua esposa, em que foi feita uma proposta de diminuição da multa – que era uma multa de US\$15 milhões – para US\$5 milhões desde que fosse paga uma outra quantia de US\$5 milhões fora do País para ele. Eu estranhei, porque eu quero tratar aqui... Nós sempre defendemos a presunção da inocência para todos, e, no caso do Juiz Sergio Moro, eu não quero aqui fazer uma condenação antecipada – eu não sei se ele sabia ou não, se houve ou não o fato. Mas impressiona a resposta do Juiz Sergio Moro. Ele diz o seguinte, se referindo ao advogado Rodrigo Tacla Duran: "[...] [ser] lamentável que a palavra de um acusado foragido da Justiça brasileira seja utilizada para levantar suspeitas infundadas sobre a atuação da Justiça".

Ora, o Juiz Sérgio Moro está utilizando palavras de criminosos em processo de delação para condenar sem provas! No caso dele, não. No caso dele, ele acha que é um criminoso, que não devia nem ter havido a matéria jornalística. Nós estamos falando aqui ao Juiz Sérgio Moro que é preciso ter coerência. Ele tem condenado pessoas só em cima de delações. Isso é gravíssimo.

Por isso, eu acho, sinceramente, Senadora Regina Sousa e Deputado Paulão, esta Comissão de Direitos Humanos tem, de alguma forma, de chamar o Juiz Sérgio Moro, o Advogado Carlos Zucolotto, porque é uma forma de eles se defenderem também, de falarem aqui nesta Comissão.

Agora, é interessante vermos esse processo, porque, no caso da condenação do Lula, é impressionante. Primeiro, em relação ao apartamento. Está claro que o apartamento não está em nome do Presidente Lula, está em nome da OAS e, na verdade, estava com a Caixa Econômica Federal. Qual argumento eles utilizam? Eles dizem o seguinte: que é lavagem de dinheiro justamente porque o apartamento não estava em nome do Lula, é inacreditável a argumentação.

O pior, para ter corrupção tem que ter o outro lado. Na peça do Ministério Público, eles dizem que alguns contratos da OAS foram feitos diretamente com a Petrobras. Na decisão do juiz, eu chamo atenção para isso, ele desconsidera isso. Ele reconhece que não tem essa vinculação e parte para o conjunto da obra, olgamos assim. Isso, no direito brasileiro, não é permitido. Ele teria de ter outra denúncia, outra acusação por parte do Ministério Público, porque a defesa foi feita em cima daquele ponto da acusação do Ministério Público.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu não quero me alongar, mas me impressionou muito também a decisão do TRF da 4ª Região, em relação àquelas gravações telefônicas que, de fato, a gente sabe, não foi só a gravação do Presidente Lula com a Presidente Dilma. Há uma legislação sobre interceptação telefônica no Brasil que manda destruir qualquer gravação que não tenha a ver com os autos do processo. Aqui, Geoffrey, na verdade, teve conversa da ex-primeira dama, D. Marisa Letícia, com seus filhos, com a sua cunhada, conversas que nada tinham a ver com o processo que foram divulgadas na rede de televisão, na Rede Globo. O que me impressionou foi a decisão do TRF a partir da reclamação dos advogados do Presidente Lula, em especial a decisão do relator, o Desembargador Rômulo Pizzolatti. Ele citou, não sei se o senhor sabe, Agamben, que fez o livro *Estado de Exceção*, mas criticando aquilo. Ele cita Agamben e, na verdade, na sua decisão, diz que reconhece que, de fato, na Lava Jato há uma situação excepcional, trata como uma coisa excepcional, que estaria fora da legislação vigente, porque é algo excepcional. E cita, de forma completamente equivocada, o Agamben em outro contexto.

Eu acho que o que a gente vive aqui no País, e aí quero falar do Carl Schmitt, da lógica amigo-inimigo. É um processo de tentativa de eliminação de um adversário, de um lado, que representa um conjunto de políticas públicas.

Eu falo – e falei muito na defesa da Presidente Dilma –, Dr. Geoffrey, que esse também foi um golpe de classe. Esse foi um golpe de classe; a motivação desse golpe foi mudar o programa que estava sendo implementado neste País.

E a gente vê hoje o que está acontecendo. A Senadora Vanessa falou muito sobre isto, e eu quero concluir falando sobre isto: sobre os ataques violentíssimos aos trabalhadores brasileiros, sobre o programa de privatizações... Estão querendo, agora, vender uma parte da Amazônia, abrir uma parte da Amazônia do tamanho da Dinamarca, que tem duas reservas indígenas, sete áreas de proteção ambiental. Estão vendendo, entregando a mineradoras estrangeiras.

Nós estamos num processo de destruição violentíssima. Essa elite brasileira... Nós vivemos aqui – e falou Moura – 300 anos de escravidão. Nós fomos o último país do mundo a acabar com a escravidão; mas, na cabeça das nossas elites, a escravidão é algo muito presente. E a gente está vivendo isso aqui. E essa reforma trabalhista no fundo é isto: é colocar os trabalhadores novamente numa situação de semiescravidão.

Eu queria, então, que o senhor soubesse – eu sei que o senhor acompanhar a situação brasileira – que é um golpe político e econômico que está em curso, porque, num momento de crise econômica, eles decidiram resolver os problemas das grandes empresas retirando direito de trabalhadores, reduzindo salários.

E aí o Luiz Inácio Lula da Silva é uma ameaça, porque, enquanto houver Lula neste Brasil, esse povo trabalhador, esse povo pobre, que está conquistando sua liberdade agora, têm uma defesa. Eles sabem que não podem massacrar os trabalhadores brasileiros enquanto houver Lula.

E o plano deles era este, e eu encerro dizendo isto: eles achavam que, depois de todo esse processo, nós estaríamos liquidados, e o Lula estaria desmoralizado. O plano deles era esse. Só que o que acontece? Felizmente, pela sabedoria do nosso povo, é justamente o contrário. Não sei se o senhor tem visto, mas, depois de todos esses ataques, depois da condenação do Juiz Sergio Moro, o Lula subiu cinco pontos nas pesquisas de opinião, porque o povo brasileiro está percebendo o que está por trás disso; que, na verdade, todo esse golpe é um golpe contra ele.

Então, eu queria muito agradecer ao senhor por estar se dedicando a uma causa, abrindo mão do seu tempo, das suas atividades, mas saiba que é uma causa justa. Saiba que o senhor





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

está se dedicando a uma causa que é a defesa do povo mais pobre. O ataque ao Lula é o ataque à democracia, mas é fundamentalmente o ataque ao povo mais pobre deste País.

Agradeço muito ao senhor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Lindbergh.

O Deputado Paulão pediu para fazer uma pergunta de um minuto. Eu digo: o tempo agora, a pressa agora não é só minha; então, um minuto mesmo.

O SR. PAULÃO (PT - AL) – É verdade.

Primeiro, em relação ao encaminhamento da Senadora Gleisi e do Senador Lindbergh: sem dúvida nenhuma, a comissão irá fazer, em consonância com o Senado.

Mas eu queria – já foram feitas aqui algumas perguntas – que o professor pudesse aprofundar em relação à similaridade com a Operação Mãos Limpas, na Itália, que serve de paradigma para esse caso. E, no final, a principal... Primeiro, a demonização da classe política, que a gente está atravessando no Brasil. Isso, inclusive, fragiliza o Estado democrático de direito. E a principal figura investigada na Itália saiu ileso, que foi o Berlusconi, ficando mais de 20 anos no poder, e vários partidos democráticos foram destruídos. Então, com sua experiência, que o senhor pudesse falar sobre isso. E a outra questão, principalmente em relação à juventude: existe o processo de *lawfare* contra o Lula?

Seria isso, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Deputado Paulão.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra ao Dr. Geoffrey para responder as indagações.

O SR. GEOFFREY ROBERTSON (*Tradução simultânea.*) – Deixe-me responder a última pergunta primeiro.

O senhor perguntou sobre a Operação Mãos Limpas, e eu mencionei que os meus amigos que são advogados criminais italianos estão olhando para o passado e pensando: "É, foi um desastre!" Porque o alcance exagerado, a forma como a promotoria e o Juiz Moro, na sua palestra, congratulou os promotores italianos, isso encorajava as pessoas a apedrejar os políticos, a demonizar os políticos.

Deu errado. Por quê? Quando a evidência foi observada, o Andreotti... O principal político, o Berlusconi, saiu ileso. Em retrospectiva, o povo italiano não confiou à operação antimáfia, anticorrupção – esse foi o problema com os promotores. Eles se comportaram como o Juiz Moro. Ele não deveria ser um Juiz neste caso.

Quando eles se comportam dessa forma, seja pela obsessão em relação à cruzada contra a corrupção, ou seja, para autopublicidade e autopromoção também, de qualquer forma, eles causam um desrespeito público do processo judicial, e essa é a razão pela qual o Lula está se levantando nas opiniões de pesquisa, mesmo depois da condenação, porque o público, cada vez mais, está vendo esses motivos obscuros do Sr. Moro. Ou ele já se convenceu, ou as pessoas estão vendo uma pessoa que quer só se autopromover.

Isso, eu acho, que é o perigo, porque todos nós queremos que a corrupção seja retirada do Parlamento, do serviço público, da Polícia, e nós queremos uma forma adequada de fazer isso. A não ser que a gente ache essa forma adequada, a sociedade vai estar em apuros.

Como a minha amiga – espero que possa chamá-lo assim –, a Senadora de vermelho, me perguntou e disse... A senhora disse: "Nós somos uma democracia muito jovem." E isso é uma observação muito inteligente. O Brasil é jovem, é uma democracia jovem. A Grã-Bretanha tem 400 anos de democracia; os Estados Unidos têm 200 anos, e não conseguem acertar no financiamento de campanhas. Isso é uma luta. Conseguir um sistema jurídico estabilizado ou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

equilibrado... Eu uso a palavra "primitiva", que odeio usar, mas eu acho que a ideia dos juízes, do julgamento, depois do processo inquisitivo, ser o mesmo é simplesmente errada. Nós percebemos que, ao longo dos anos, em Portugal, na Europa, os países perceberam isso, e o sistema, que foi herdado de Portugal, não é adequado para os propósitos modernos, mas o progresso vem de forma lenta.

Existe uma percepção. Acho que os historiadores no Brasil, no futuro, vão olhar para o passado, nesse período estranho no qual os juízes eram promotores e não havia distinção entre os juízes que são combativos e os juízes que estão no processo. Eu acho que isso é uma medida de esperança de que o Brasil é uma democracia jovem e está aprendendo de outros países, que são democracias mais antigas, em relação como as coisas são no sistema legal e como ele deve ser gerido.

O que acontece é que – vamos olhar cem anos atrás – o que era conhecida como lei do linchamento, ku Klux Klan, enforcamento e linchamento, a forma que o povo era encorajado aqui, como está acontecendo com o público aqui em roupas de presidiário, isso é algo do passado, nos Estados Unidos. Até agora o Donald Trump, apesar de ele ter uma parcialidade em relação à ku Klux Klan neste momento, mas, quando nós olhamos para o passado, nesses tempos de linchamento, nós olhamos com horror. Com certeza, o Brasil vai observar esse tempo dessa mesma forma.

Se um juiz se comportasse como o Juiz Moro na Inglaterra, ele seria desqualificado e seria demitido. Isso é porque nós temos um sistema bem diferente. Nós não queimamos mais as bruxas, como nós fizemos cem anos atrás. Eu acho que um país pode se acostumar a um sistema ruim, e todo país se acostuma às formas melhores de fazer algo. Há algumas coisas que estão de acordo com os padrões dos direitos humanos e há melhorias que devem ser feitas.

Então, eu creio que é um cenário otimista pensar que nós estamos aqui no começo, no estágio inicial da democracia, e que os senhores legisladores estão encarregados desse dever. Talvez haja vítimas ao longo do caminho em relação à justiça, mas depende de vocês progredir e nunca, no futuro, existirem pessoas visitando e falando: "Olha, que sociedade primitiva quando o promotor quase..." Não sei se vocês vão à ópera, se vocês já viram Tosca. No segundo ato de Tosca, há um personagem chamado Scarpia, que era o delegado, um juiz no estilo do Juiz Moro, e, no final, ele faz algo muito ruim e é esfaqueado pela soprano. Enquanto ele está no chão, no fim do ato 2, há uma soprano fantástica chamada Maria Callas, que diz: "Perante este homem, toda a Roma tremeu". E, às vezes, eu creio que o Brasil é, mais ou menos, deste jeito em relação ao Juiz Moro: todo o Brasil parece tremer perante o Juiz Moro. Vocês não podem aceitar isso.

A Justiça deve ser imparcial, deve ser equilibrada. Há um lugar para combatentes contra a corrupção, mas não há lugares para pessoas que estão numa cruzada contra a corrupção e que sejam juízes e que percam a objetividade, a imparcialidade, que é necessária e é realmente importante e certo o que a Senadora diz. Ninguém está acima da lei, ninguém, seja rico ou pobre, poderoso ou não poderoso, deveria ser tratado de forma injusta.

Sim, há talvez uma sensação de que esse homem concorra à Presidência em 2018 e que ele deva ser impedido de concorrer no julgamento dessa apelação, por isso que chegou mais rápido do que qualquer outro caso na história dessa corte de apelações, desse tribunal. Eles estão desesperados para condenar o Lula na apelação, antes que ele concorra à Presidência e isso é um problema real para vocês, porque ser objetivo em relação a isso, ainda que você seja a favor ou contra o Lula... O mundo está observando, porque, dessa forma... O Lula é uma pessoa central e importante no mundo, em termos do que ele fez e em relação à retirada dos pobres e milhares, milhões de pessoas da pobreza.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na ONU também, todos, o mundo, está assistindo de forma bem interessada para saber que esse tribunal, cujo Presidente da turma disse que a condenação é impecável, não tem nada de errado com isso. Está sendo apressado, está apressando essa apelação para que seja julgado mais rápido possível. Essa não é uma posição boa para o Brasil, francamente, e em 20 anos vocês talvez olhem com algum constrangimento e parece ser constrangedor também no momento.

Eu creio que as pessoas que lidaram com a delação premiada, o resultado em relação aos Direitos Humanos para o futuro é algo importante. Eu sei que vocês estão aqui, porque vocês estão interessados no futuro dos Direitos Humanos. Nós olhamos para o mundo hoje como perigos nucleares na Coreia do Norte...

Olhe para a Síria, 5 anos atrás, quando 800 pessoas foram assassinadas para demonstrantes pacíficos, eu escrevi um artigo falando sobre o al-Assad e enviei para o Tribunal de Haia.

Agora em 2017, o Conselho de Segurança com 400 mil pessoas estão mortas, 6 milhões de Sírios foram deslocados, imigrantes e 6 milhões são imigrantes agora. Isso é um fato horrível das decisões... Da falha do Centro de Comissão de Segurança da ONU com o veto russo, veto americano, veto chinês, está impedindo que o mundo tome uma ação contra as atrocidades. Não se desesperem, eu não me desespero, por causa disso. Eu creio que foi o Roosevelt que deu essa razão. Onde os Direitos Humanos começam? Eles começam em lugares pequenos, que não... E é fato! Se você observar nas comunidades em que se juntaram as pessoas jovens, especificamente o tipo de jovem que, na Grã-Bretanha, apoia o Jeremy Coben, que trabalham pelo idealismo. Ele nunca foi tão popular como agora. A Anistia Internacional nunca antes teve tantos membros. Há um aumento, ao redor do mundo, especialmente em meio aos jovens, em relação aos padrões em direitos humanos para o futuro.

Então, eu creio que existe xenofobia, existe racismo, mas o que é importante é que há um acordo crescente em relação aos fundamentos de uma vida decente e civilizada. Então, é com a aceitação do desenvolvimento e da discussão do acordo do que significa a tortura, o tratamento desumano, que inclui manter as pessoas detidas durante 300 anos para conseguir delações premiadas. Essa é uma forma de tortura, forçando que as pessoas confessem. Elas não estão sendo detidas porque podem fugir ou porque podem cometer outros crimes, mas porque elas estão sendo forçadas a delatar. Nós estamos concordando com isso, mas isso é errado.

Nós estamos começando a concordar... Nós vimos na Europa, em Portugal, que isso é um fato e que não pode haver um juiz no processo que tenha sido envolvido no processo de investigação, supervisionando e direcionando esse processo. Isso foi aceito em 1988. Não acontece mais na Europa nem em Portugal.

Eu creio que eu posso, em muitos níveis, dizer que isso é decepcionante, que o Conselho de Segurança não resolveu essa questão do veto que tem a ver com Assad, com a Coreia do Norte. Essa é uma causa que eu penso ser de otimismo ponderado pelos defensores dos direitos humanos e que apoiam esses princípios, que estão sendo definidos, que estão sendo aceitos, que estão sendo compreendidos pelo público, e que esse é o nosso dever público em relação ao futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero caminhar para o encerramento dizendo que a pauta dos direitos humanos, no Brasil, está em baixa, a começar olhando para aquele painel. Vejam a importância que alguns partidos dão à pauta dos direitos humanos e também ao que nós estamos vivendo, ou seja, de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

intolerância religiosa, de racismo, de ataque às chamadas minorias, como a população LGBT, as mulheres, de desrespeito aos direitos dos indígenas, de retirada de direitos dos trabalhadores através de reformas. Então, diante disso, o que eu posso fazer é contar um fato – e já se falou tanto em escravidão – ocorrido lá no meu Piauí, onde havia uma escrava, chamada Esperança Garcia, que aprendeu a ler... Se aprendeu a escrever, ninguém sabe, pois a história não conta, mas a carta dela apareceu depois: O fato é que, aproveitando a presença do Governador da província, ela colocou um bilhete no bolso dele narrando o tratamento dado aos escravos e exigindo que fosse juntada novamente à sua família, que havia sido vendida para uma outra fazenda fora da província.

Então, depois de muito estudo por parte de historiadores, a carta de Esperança Garcia está tendo reconhecida pela OAB como a primeira petição do meu Estado, e ela vai receber o diploma de advogada, no dia 5 de setembro, lá no Piauí. (*Palmas.*)

Então, sejamos todos e todas Esperança Garcia! Denunciemos, exijamos que as coisas andem diferentes, que a Justiça seja para todos, porque ninguém está acima da lei, mas também ninguém está abaixo da lei.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito bem, Senadora Regina.

Antes de a senhora encerrar, eu só queria... Há um requerimento aqui sobre o programa de privatizações, em especial a privatização da Eletrobras, e eu queria que V. Ex^a pudesse colocar em votação para realizar uma audiência pública com Ronaldo Bicalho, Professor e Pesquisador da UFRJ; com representante de funcionários da Eletrobras; representante da Chesf; e representante do Sindicato dos Eletricistas.

Se V. Ex^a puder colocar em votação, eu agradeço.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador, pelo o que a assessoria me encaminha, não vou poder, porque não houve convocação de segundo momento da Comissão. A Comissão era só esta audiência. Assim, não se pode colocar na...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas não pode colocar extrapauta?

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu posso colocar... Tenho que ver com...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas eu posso votar na próxima reunião.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está bom. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Assim como o requerimento que o senhor sugeriu sobre a audiência pública com o Juiz Sergio Moro e o advogado Carlos Zucolotto.

Agora, este aqui pode ser feito: que é o encaminhamento desta audiência pública, que é a questão de enviar as cópias das notas taquigráficas – que a Senadora Gleisi encaminhou – para os vários segmentos aqui listados. E eu acrescentaria também à mídia: vamos mandar para a mídia também porque, de repente, algum jornalista curioso pode ler esse resultado aqui desta audiência.

Nós já estamos no limite...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, só para complementar também.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já que V. Ex^a vai pautar o requerimento do Senador Lindbergh sobre a questão da privatização, tendo como foco a decisão do Governo de vender a Eletrobras, primeiro quero dizer que eu subscrevo. E também, só para dar conhecimento a V. Ex^a: nós aprovamos o requerimento também, de autoria do Senador Humberto Costa, subscrito por vários Parlamentares, inclusive eu também, na Comissão de Desenvolvimento Regional sobre a mesma temática, a questão da privatização.

Portanto, apenas para sugerir que possamos fazer essa atividade conjuntamente: Comissão de Desenvolvimento Regional com a de Direitos Humanos.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, Senadora Fátima.

O SR. PAULÃO (PT - AL) – Senadora Regina, antes de encerrar, eu gostaria de convidar os Senadores – sei que têm outra pauta – para agora, às 14h, pois nós teremos uma audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara ouvindo a mãe do Rafael Braga e seus advogados...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULÃO (PT - AL) – ... horas de hoje.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nada mais havendo a tratar, agradecendo ao Dr. Zanin, à Dr^a Valeska e ao Dr. Geoffrey, declaro encerrada esta audiência.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2017, NO PLENÁRIO 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia dezoito de setembro de dois mil e dezessete, no Plenário sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Pedro Chaves, José Pimentel e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura do relato do 11º Painel deste Ciclo de Debates. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". 12º Painel: Os BRICS e a Ordem Internacional Contemporânea: para onde vão os gigantes emergentes? Discutindo sobre: A assertiva de que países emergentes (BRICS) se tornariam líderes mundiais não se verificou (à exceção da China). Cumpre analisar as causas dessa situação. Como o Brasil se insere nos BRICS? Há oportunidades de parcerias efetivas com esses países? Possibilidades de conflito entre os BRICS. Impactos das relações com os BRICS para o desenvolvimento econômico e tecnológico e para a Defesa Nacional do Brasil. Participantes: Doutor Renato Baumann, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB; Doutor Angelo Segrillo, Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo – USP; e Doutor Marcos Degaut, Secretário-Adjunto Especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR. O Presidente registra e agradece a presença da Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que se encontra à mesa. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública Interativa. O Presidente concede a palavra a cada expositor para sua exposição. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Embaixador da Sérvia, Senhor Veljko Lazic; Embaixador da República do Azerbaijão, Doutor Elkhon P. Polukhov; Embaixador da República da Namíbia, Senhor Samuel S. Nuuyoma; Embaixador da República da Macedônia, Senhor Ivica Bocevski; Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, Senhor José Kinn Franco; Embaixador do Estado do Catar, Senhor Mohammed Al-Hayki; Embaixadora Gisela Padovan, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores – AFEPA; Vice-Embaixador da República do Malawi, Doutor C. J. Kapalamula; Ministro-Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã, Senhor Morad Ali Gholami Nohouji; Ministro-Conselheiro da Embaixada da Romênia, Senhor Valeriu Rusu; Ministro-Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Abbah Sidi Sidi; Conselheiro da República do Kazaquistão, Senhor Temirlan Aimagambetov; Conselheiro da República Dominicana, Senhor José Loreto Julian; Conselheiro do Estado Plurinacional da Bolívia, Senhor Wilfredo Chávez Serrano; Primeira-Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Senhora Cécile Merle; Primeiro-Secretário do Estado Plurinacional da Bolívia, Senhor Faleg Valdez Cópas; Segunda-Secretária da Embaixada do Marrocos, Senhora Salma Atbelhadj; Segunda-Secretária da Embaixada do Canadá, Senhora Nadine Khoury; Senhor Ramiro Januário dos Santos Neto, Terceiro Secretário do Ministério das Relações Exteriores, Divisão do Agrupamento dos BRICS; Senhora Mariana Madeira, Chefe da Divisão do Fórum IBAS e do Agrupamento BRICS do Ministério das Relações Exteriores; Brigadeiro Mauricio Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; e Senhor Aleksei Churikov, Correspondente da Rossiyskaya Gazeta. O Presidente registra a participação de internautas e lê questões recebidas via portal e-Cidadania. O Presidente concede a palavra aos expositores para considerações finais. O Presidente agradece todos os participantes. Audiência



Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezenove horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje cumprimos mais uma etapa do nosso ciclo de debates. Trataremos, neste 12º Painel, do tema "Os BRICS e a Ordem Internacional Contemporânea: para onde vão os gigantes emergentes?".

Antes de darmos início a este painel, lerei o comunicado relacionado à nossa última reunião.

Dando continuidade ao ciclo de audiências públicas "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras?", esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na segunda-feira, dia 4 de setembro, o 11º Painel, abordando o tema "Mercosul, 25 anos depois: para onde caminha a integração subamericana?". Participaram como palestrantes o Embaixador José Botafogo Gonçalves e o Prof. Luiz Afonso dos Santos Senna.

Segundo o Embaixador José Botafogo Gonçalves, há, na visão de muitos, um persistente erro de perspectivas de ver um Mercosul que não existe. Criou-se, segundo ele, o hábito de considerar o Mercosul como um quinto elemento – daí ele citar o não existir –: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Mercosul. Então, diz ele: o Mercosul não é um quinto elemento que está em conflito ou em confronto com os quatro países. O Mercosul, pelo tamanho não só das suas economias, mas também de seus territórios e de suas populações, é até hoje e continuará sendo o que o Brasil e a Argentina decidirem que seja.

Em 1991, a empresa privada brasileira não estava preparada para nenhuma abertura. Os industriais brasileiros tinham medo da concorrência da indústria argentina e os agricultores brasileiros tinham também medo da concorrência da agricultura argentina. Eliminaram-se todas as barreiras tarifárias entre os quatro sócios, mas, para que essa eliminação não fosse dramática e não afetasse sobretudo a indústria brasileira e a indústria argentina – a indústria brasileira, sobretudo a indústria paulista, melhor dizendo –, o Governo brasileiro vendeu para a Argentina, Paraguai e Uruguai um modelo de união aduaneira que é o reflexo da então Tarifa Aduaneira Brasileira.

Em troca da adesão do Uruguai ao Mercosul, lembrou o palestrante, foi feita a promessa de que haveria abertura de mercado no Brasil e na Argentina. O Brasil cumpriu basicamente o compromisso com as exportações uruguaias, o que não aconteceu com a Argentina, sobretudo durante o período Kirchner, em que houve praticamente uma guerra comercial e um fechamento físico de fronteiras.

Esse é o contexto que se apresenta hoje, explicou o Embaixador, e que indica a necessidade de revisão de nossos objetivos nacionais e regionais.

Continuando, disse o Embaixador Botafogo Gonçalves que existem três áreas em que a integração regional do século XXI deve orientar os trabalhos do Mercosul, sobretudo do Brasil e da Argentina. A primeira, disse o palestrante, é o *agrobusiness*. O principal objetivo deve ser rever nossa visão de mercado global na área de alimentos. Essa combinação de mercado mundial fornecido por uma agricultura temperada e uma agricultura tropical, contíguas geograficamente, não existe em lugar nenhum do mundo, só no Brasil, no Uruguai, no Paraguai e na Argentina. Esse é o caminho que devemos seguir, asseverou o palestrante.

Isso também é possível fazer na área da energia, pois não só o Brasil, mas o mundo, tem de caminhar para um sistema de economia de baixo carbono, regra já consagrada no Acordo de Paris. Temos um enorme potencial na Bacia do Mercosul, que, pela abundância de sol, de terra e de ventos, é uma bacia energética capaz de produzir cada vez mais, apoiada em recursos renováveis. Assim, inclusive pelas mudanças climáticas, lembrou o Embaixador, o programa de energia sustentável usando todos os métodos e todos os critérios deve ser o caminho a seguir. Em consequência disso, obviamente, precisamos ter um programa completíssimo de modernização da infraestrutura. Esses elementos, afirmou ele, têm de constituir a base para rever o Mercosul e partir para uma visão em que o Mercosul seja o caminho do mercado global.

O Mercosul, afirmou o Embaixador, é o reflexo da indefinição brasileira onde ainda estamos tentando conciliar a Revolução Industrial e a globalização com o processo de substituição de importações, com a preferência ao mercado interno, com o conteúdo legal, com a crescente não globalização, mas nacionalização das cadeias produtivas, coisa que, na metade do século XX, já era contestável e, na metade do século XXI, segundo ele, é absolutamente ultrapassada.



Esse programa de nova visão de integração regional com essa perspectiva global, informou o palestrante, foi aprovado na reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, realizada há duas semanas.

O Mercosul tem de estar equipado para poder, num primeiro momento, negociar a sua relação com a Comunidade Andina ou com a Aliança do Pacífico e, depois, negociar com os outros países do mundo. Se conseguirmos reformular a visão regional do Cone Sul, a América do Sul vai ter um papel de atração de polo de investimentos semelhante àquele que a Ásia e a China, em particular, estão tendo nos últimos tempos, concluiu o Embaixador José Botafogo Gonçalves.

Segundo o Prof. Luiz Afonso Senna, o Mercosul é uma tentativa de uma união aduaneira, que, por uma série de razões, hoje ainda está incompleta, mas que, passados 25 anos, de alguma forma, reflete uma evolução entre seu início e o momento atual. Contudo, afirmou o palestrante, esse avanço que conseguimos fazer não se deu na sua plenitude da forma esperada. Tivemos uma turbulência econômica muito grande dos vários países que compõem o Mercosul, notadamente o Brasil e a Argentina. Problemas internacionais, com uma queda no preço das *commodities*, aliados à má gestão econômica, que é observada nos principais países do bloco, levaram a algumas consequências que estamos sofrendo hoje, contribuindo negativamente para o crescimento do bloco e da região como um todo.

Apresentando indicadores do Fórum Econômico Mundial vinculados à capacidade de atração de investimentos internacionais, os chamados investimentos estrangeiros diretos, o Prof. Luiz Afonso comparou o Mercosul com a Aliança do Pacífico. É apenas uma comparação, mas o nosso *benchmarking* não pode ser a Aliança do Pacífico, asseverou o palestrante. Fica muito claro o esforço que vamos ter de fazer para que consigamos nos posicionar melhor e sermos, efetivamente, um *player* global. Na qualidade geral da infraestrutura, os países do Mercosul ostentam o 140º lugar contra o 85º desse outro bloco. A qualidade das rodovias, uma das questões centrais para a eficiência e produtividade de um país, é muito ruim. No Brasil, há apenas 12% e, na Argentina, somente 26% das rodovias pavimentadas, das quais, em ambos os países, 50% estão em más condições. Dos países do BRICS, comparou ele, tirando o Brasil, o pior índice é da Índia, que tem 40% de rodovias pavimentadas.

O importante é a observação do conceito do *networking*, conceito de redes, redes de transporte, de telecomunicações, de energia e assim por diante, que, obviamente, precisam estar conectadas de forma adequada para que consigamos produzir a eficiência desejada.

A IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana) é um organismo que pensa as questões de transportes no âmbito do Cone Sul, disse o Professor, que conseguiu identificar o que seriam os grandes projetos que são relevantes sobre a perspectiva de *networking* e de rede para a região como um todo. A carteira de projetos do IIRSA contempla 581 projetos, dos quais 5 são multinacionais, 94 são binacionais, envolvendo a conexão entre dois países, e a maior parte deles, 482, são projetos de âmbito nacional com repercussão no Cone Sul, envolvendo uma inversão total da ordem de US\$191 bilhões, informou o palestrante.

O Brasil, continua ele, é o segundo país que mais demanda projetos, 94, e o que mais demanda recursos, US\$82,4 bilhões. O Brasil tem hoje um 1,7 milhão quilômetros de rodovias, dos quais apenas 12%, 210 mil quilômetros, estão pavimentados. Em países com dimensões semelhantes, como Estados Unidos, China e Índia, só a rede pavimentada é maior do que a rede do Brasil como um todo, exaltou ele. A continuidade do Mercosul é irreversível, ele afirmou. Portanto, temos de trabalhar de forma muito responsável e pragmática as questões que dizem respeito às assimetrias entre os países, mas fundamentalmente em relação às questões de infraestrutura.

Já há nos países uma maior liberalização da gestão na busca de eficiência sistêmica, considerou o Prof. Senna. Com mais eficiência e competitividade, com marcos regulatórios claros e com estabilidade jurídica, estaremos entrando na linha de foco do grande investimento internacional. Tanto o Brasil quanto o Mercosul podem se impor como um país e como um bloco *soft power*. Juntamente à esperada estabilidade política e econômica, diz ele, "tenho certeza absoluta de que o Mercosul vai chegar ao destino promissor a ele reservado na Comunidade das Nações, basta que façamos a nossa lição de casa", finalizou o Prof. Luiz Afonso Senna.

Em resposta a questionamentos, o Embaixador José Botafogo Gonçalves considerou que a solução para problemas do Mercosul é ter enfoque global. Isso, disse ele, significa mudar o modelo de



crescimento econômico baseado, sobretudo, na inovação e na integração das cadeias globais. A geografia tem um peso – afirmou ele –, e esse enfoque global pressupõe que o Mercosul não vai se fechar negociando somente entre si, deveria começar com a Aliança do Pacífico, porque é a extensão natural do território dos quatro países e, a partir desta, ir para os mercados da Ásia. Rever toda a nossa estratégia de negociação com a China é absolutamente fundamental.

O Mercado do Sul ainda preparado para passar de um processo de cooperação ao processo de integração, afirmou ele. Para que o Mercosul tenha um processo de integração, que é mais do que um processo de aumento de comércio, é preciso mudar esse sistema de substituição de importações e adotar uma visão global. O Atlântico Sul – asseverou ele –, a partir da segunda metade do século XXI, será o mar de energia, o que implica para Brasil, Argentina e Uruguai uma nova visão de defesa que terão de ter em relação a toda a costa ocidental da África.

Questionado quanto a dificuldades aduaneiras impostas pelo Brasil, o palestrante frisou que o modelo brasileiro dá preferência ao mercado interno em relação ao mercado externo. A burocracia estabeleceu-se no Brasil dentro ainda do conceito de proteção absoluta ao mercado brasileiro, o que significa que exportar é uma maravilha e que importar é sempre ruim. É um processo cultural, burocrático e político, mas não dá para fazer comércio, que é uma via de mão dupla, nesses termos, concluiu o Embaixador José Botafogo Gonçalves.

Já na opinião do Prof. Senna, inevitavelmente, o processo de globalização que, momentaneamente, está em uma segunda marcha, em seguida, vai engatar uma terceira e uma quarta, demandando posturas diferentes. O Mercosul, onde há populações ainda relativamente jovens, com grande potencial de consumo, especialmente no Brasil e na Argentina, é um dos locais com grande potencial de crescimento, tornando-se, naturalmente, um grande polo, um grande foco de interesse global, finalizou o Prof. Senna.

Solicito, ao final da leitura deste resumido relatório, à Secretaria da Comissão para dar como lida a íntegra deste comunicado que acabo de ler.

Passamos à nossa pauta da noite de hoje.

Como já divulgado, os nossos painéis ocorrem quinzenalmente, sempre às 18h, no plenário da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, abordando temas que tratam da integração do Brasil nesta ordem internacional, estendendo pontes ou erguendo barreiras.

Agradecemos sempre, mais uma vez, a participação dos internautas, que abrilhantam com suas considerações e com suas perguntas os nossos debates, dizendo que os endereços são aqueles que já todos conhecem: www12.senado.leg.br/ecidadania ou então por telefone.

É possível acompanhar, como todos também já sabem, ao vivo, este nosso painel de debates pela televisão, pela Rádio Senado, como também pela internet. A participação dos nossos internautas é sempre muito positiva. Mais uma vez, os agradecimentos, em nome da nossa Comissão, por essa contribuição.

O painel de hoje, conforme já anunciado, é denominado "O BRICS e a Ordem Internacional Contemporânea: para onde vão os gigantes emergentes?".

Participam como palestrantes o Dr. Renato Baumann, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB); o Dr. Angelo Segrillo, Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP); e o Dr. Marcos Degaut, Secretário-Adjunto Especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Eu gostaria de cumprimentá-los e de convidá-los para fazerem parte desta Mesa, agradecendo a eles antecipadamente por terem aceitado nosso convite para participar deste nosso painel. *(Pausa.)*

Eu gostaria de registrar também a presença na mesa dos trabalhos da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, que sempre com sua presença prestigia estas nossas audiências.

Obrigado a V. Exª pela presença.

Esclareço aos nossos palestrantes que cada um disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição. Os 20 minutos serão marcados naquele relógio digital, ao fundo, à direita, com algarismos em vermelho. Começará com 20 minutos, e decrescerá o tempo até zerar.



É interessante que todos os senhores, podendo ser os mais sintéticos possíveis, abram oportunidade para que o debate se estabeleça. Aí é que as questões ficam mais acesas. E, assim, também contribuirão mais para o entendimento daqueles que assistem a esta reunião.

Antes de passar a palavra ao nosso primeiro palestrante, eu gostaria de dizer que, quanto ao tema de hoje, tenho sempre aqui algumas perguntas que servem não como orientação, mas como uma sugestão de caminho para o nosso debate: como o Brasil se insere hoje no BRICS? Como é que o Brasil hoje está inserido no BRICS? Há oportunidade de parcerias efetivas com esses países? Há possibilidade de conflitos entre os BRICS, diante dessa ordem internacional que se vem moldando, a despeito de tantas divergências? E quais os impactos das relações com os BRICS para o desenvolvimento econômico e tecnológico para a defesa nacional do Brasil?

Para dar início, portanto, ao nosso painel de hoje, passo a palavra ao Dr. Angelo Segrillo, Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

O SR. ANGELO SEGRILLO – Eu queria agradecer muito o convite da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, na pessoa do Presidente da Mesa, Senador Fernando Collor de Mello.

Eu queria saudar os colegas da Mesa, a Senadora e o público aqui presente.

Eu sou especialista em Rússia, é a minha parte. Então, vou tentar fazer aqui uma visão geral inicial sobre o BRICS, como um todo, e depois tentar focar mais a questão da Rússia, porque eu acho que, talvez, seja o uso mais eficiente, neste caso da fala aqui, dos conhecimentos que eu possa trazer.

Para ficar dentro do tempo, eu preparei aqui a minha fala. Eu vou ler aqui, acho que vai estar bem dentro do tempo.

A questão fundamental do BRICS, a meu ver, é a questão identitária. O que é o BRICS, afinal? Não se trata de um bloco ou entidade jurídica formalizada. Na verdade, ele se parece com uma espécie de clube de cavalheiros, onde representantes dos diversos países se encontram periodicamente e fazem acordos voluntários e consensuais.

Essa estrutura flexível do grupo pode ser uma vantagem, haja vista a grande diferença estrutural entre seus países-membros. Fora o fato de que são alguns dos grandes países e economias emergentes do Planeta, as disparidades econômicas e geopolíticas entre os membros são muito grandes. Talvez, se o BRICS fosse realmente um bloco institucionalizado, formal e rígido, como a União Europeia, por exemplo, logo poderíamos ver aí uma série de "BRICSexit", como houve o Brexit na União Europeia.

A questão fundamental, já que estamos assumindo que o BRICS provavelmente continuará com essa estrutura flexível e quase *ad hoc* no futuro, é se ele não vai se converter no que os falantes da língua inglesa chamam de uma *talking shop*, uma espécie de parlatório sem maiores consequências ou aprofundamentos.

Em relação a isso, o BRICS pode ser visto em duas dimensões principais, eu acho: a econômica e a geopolítica. Pela dimensão econômica, faz sentido haver uma aproximação entre esses países que são grandes e hegemônicos em suas áreas geográficas, que, por isso, tendem a dominar as economias de suas regiões? Essa não é uma questão simples. O próprio fato de cada um desses países exercer a hegemonia em suas regiões – a China, no leste da Ásia; a Rússia, na Eurásia; a Índia, no sul da Ásia; o Brasil, na América do Sul, e a África do Sul também relativamente na África – tende a tornar mais difícil a aproximação econômica entre eles. As distâncias de transporte são grandes, e cada país tende a se concentrar prioritariamente no comércio com os países das suas regiões, inclusive travando com estes acordos comerciais mais favoráveis. Por exemplo, as tarifas alfandegárias da Rússia são muito mais baixas para os países em volta da antiga União Soviética do que em relação ao Brasil. O mesmo caso é o da China com seus vizinhos no leste da Ásia ou o do Brasil com o Mercosul etc. Ou seja, formar o BRICS como um verdadeiro bloco econômico integrado envolveria diminuir ou dissolver as tarifas aduaneiras para os produtos entre seus membros, como faz a União Europeia, por exemplo. Isso seria muito difícil de acontecer, exatamente pelas grandes diferenças, inclusive divisões geopolíticas, entre os países do BRICS.

Mas assumamos uma história contrafactual, assumamos que realmente fossem diminuídas ou extintas as barreiras alfandegárias entre os países-membros do BRICS. Seria essa uma posição



interessante para o Brasil? Há estudos econométricos para tal cenário, com, por exemplo, os trabalhos de Jaqueline Schunke e de André Filipe de Azevedo.

Esses trabalhos apontam que uma redução ou eliminação tarifária entre os países do BRICS realmente elevaria muito o nível de comércio entre os países, inclusive, em muitos casos, tendo vantagem comparativa em relação ao custo de oportunidade de estarem exportando para outros países. Mas esses estudos mostram também que haveria um problema econômico embutido: a chamada reprimarização da pauta exportadora brasileira. Esse é um fenômeno que fica claro no comércio com a China. Segundo os dados levantados por Josiane de Paula e Maria Miranda, em artigo de 2016, as exportações do Brasil para a China são 83% de produtos primários, e apenas 2,5% podem ser considerados de alto grau de desenvolvimento tecnológico. Já as importações da China para o Brasil seguem o padrão inverso: 17% são de produtos primários; 81%, de produtos de intensidade tecnológica média e alta. No comércio com a Rússia, também exportamos principalmente produtos primários, com destaque para carnes e açúcar, enquanto recebemos produtos com intensidade tecnológica um pouco maior, em geral, média, como adubos e fertilizantes.

É no comércio com a Índia e principalmente com a África do Sul que o Brasil se recupera mais um pouco. Tanto a Índia quanto o Brasil exportam, em quase 50% de sua pauta, produtos de intensidade média: a Índia com óleos, especialmente óleo diesel e tecidos, e o Brasil principalmente com óleos petrolíferos e produtos laminados. É somente com a África do Sul que o Brasil consegue um comércio em que maciçamente – 74% – consegue exportar produtos de intensidade média e alta de tecnologia, a maioria média, é claro.

No total, devido ao imenso peso da China no BRICS, o resultado é que o Brasil é exportador principalmente de produtos primários para o bloco como um todo. Ou seja, se pensarmos em aprofundarmos o BRICS e em torná-lo um bloco econômico real, com diminuição de barreiras alfandegárias, devemos levar em conta este problema da reprimarização da pauta exportadora brasileira, que, obviamente, não é causada pelo BRICS, mas pode ser aprofundada por eles se a inserção brasileira não for bem pensada.

Agora, tratamos do BRICS visto pelo lado geopolítico.

É no lado geopolítico que talvez as vantagens possam ser mais claramente percebidas, afinal fazer parte de um grupo poderoso pode ser vantajoso para seus membros, especialmente para o Brasil, na sua condição de potência regional média. Estar aliado a potências maiores, como a China e a Rússia, pode trazer um realce de seu *status* no cenário mundial. Inclusive, o BRICS era visto como um potencializador de outras aspirações brasileiras de projeção de poder anteriores, como, por exemplo, o pleito de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, precisamos ver se é realmente nosso interesse ter essa projeção de poder realçada, afinal, há custos relacionados a isso. Pode, inclusive, ser vantajosa a posição de ser – digamos – gigante econômico e anão político, como é o caso do Japão. Por limitações constitucionais, o Japão é tradicionalmente impedido de ter gastos militares altos. Muitos economistas acham que isso ajudou no chamado milagre econômico japonês ao forçar a priorização da economia.

A maior projeção de poder implica custos, inclusive econômicos. O Brasil participar de missões de paz, por exemplo, tem custos econômicos e pode ter custos políticos também. Imaginem o Brasil se envolvendo em missões em regiões conturbadas pelo terrorismo no Oriente Médio, por exemplo? Isso pode despertar a ira de grupos terroristas que podem eleger também o Brasil como alvo prioritário dos seus atentados. Esse é apenas um exemplo de como a maior projeção internacional de poder envolve custos econômicos e políticos, e é preciso calcular quais são nossas prioridades em relação a isso com cuidado.

Nesse sentido dos fatores geopolíticos, eu gostaria de enfatizar na Rússia agora. A visão política do BRICS é a de que essas são potências emergentes com um ímpeto reformista do sistema internacional. Especialmente no campo econômico, propõe uma divisão mais ampla de poder para fora do esquema tradicionalmente hegemônico pelo G7.

Interessa ao Brasil fazer parte dessa dimensão reformista ou mesmo revisionista do sistema?

Na parte política, interessa-nos muito o caso da Rússia. Nos últimos anos, tem-se criado um clima de forte confrontação entre Estados Unidos e Rússia, que diversos observadores estão até chamando de Nova Guerra Fria.



Aliando-se com a Rússia através do BRICS, não estaria o Brasil comprando indiretamente uma briga de outrem com a superpotência mundial? Estará a Rússia fadada a geopoliticamente estar sempre em conflito com os Estados Unidos, tornando, assim, o BRICS uma armadilha potencial para países como o Brasil, que não tem esse clima conflitivo com os Estados Unidos?

Eu defendi recentemente minha tese de livre-docência na USP exatamente sobre esse tema na Rússia. Ela saiu em forma de livro com o título *Rússia, Europa ou Ásia?*, que trata dos debates entre ocidentalismo eslavófilos e eurasianistas sobre a identidade russa entre o Ocidente e Oriente e uma aplicação ao caso de Putin. No trabalho, eu trato da questão se a Rússia é parte da Europa ou Ásia, do Ocidente ou Oriente, como os russos veem essa dúvida e, no final, como Putin se posiciona frente a ela. Não há consenso entre os próprios russos sobre essa questão identitária fundamental de seu país. Eles estão divididos em três principais escolas de pensamento: os ocidentalistas, que acham que a Rússia é um país basicamente europeu e, portanto, tem de seguir o caminho de desenvolvimento ocidental; os eslavófilos, que acham que a Rússia não é nem Europa nem Ásia, mas, sim, uma civilização única e, portanto, tem de seguir um caminho próprio, sem imitar ninguém; e os eurasianistas, que acham que a força da Rússia está exatamente na síntese entre o princípio eslavo europeu e o princípio turco-mongólico-asiático, que a compõe.

E qual a posição de Putin em relação a isso? Devido aos embates de Putin com o Ocidente, especialmente os Estados Unidos, ultimamente a maioria dos observadores classificam Putin ou como eslavófilo ou como eurasianista. Mas eu sigo uma corrente minoritária e considero Putin um ocidentalista moderado. Por que defendo isso? É difícil encontrar indícios concretos, pois Putin, como político pragmático que é, evita fazer declarações públicas ou assumir uma dessas três posições como a sua. Afinal, os russos se dividem entre essas três posições, e assumir abertamente uma delas poderia alienar os defensores das outras duas.

No livro, eu defendo que Putin é um ocidentalista moderado por alguns indícios. Primeiro, no seu escritório ele mantém um busto de Pedro, o Grande, que foi o maior ocidentalista de todos, o homem que tentou modernizar a Rússia no sentido ocidental. Segundo, há uma "autobiografia" – entre aspas – de Putin intitulada em russo na primeira pessoa, que foi uma longa entrevista sobre sua vida concedida por Putin a três jornalistas. Ali ele, claramente, diz a seguinte frase: "Nós, russos, somos partes da cultura europeia. Na verdade, derivamos nosso valor exatamente disso. Onde quer que nosso povo habite, seja no Extremo Oriente ou no Sul, nós somos europeus." Essa é uma posição claramente ocidentalista. Em terceiro lugar, finalmente, em 2004, tive contato pessoal, em um seminário diplomático, com Igor Shuvalov, que então era assessor especial do Presidente Putin e que, atualmente, é Vice-Primeiro-Ministro do país. Naquela ocasião, nas conversas de bastidores, Shuvalov comentou que, nas reuniões com seu círculo de assessores mais íntimos, Putin deixou várias vezes claro que considerava a Rússia um país basicamente europeu. Por essas razões, eu considero Putin um ocidentalista moderado, para diferenciar um pouco de Yeltsin, que era um aberto ocidentalista, no contexto russo da época.

Mas como coadunar essas observações com o clima atual de confrontação entre Putin e o Ocidente, ou, mais precisamente, com os Estados Unidos?

Putin, como todos os seres humanos, é multidimensional. Além de ocidentalista, ele é também um *gosudarstvenik*. *Gosudarstvenik* é uma palavra russa que literalmente quer dizer: defensor de um Estado forte. Ou seja, a defesa do Estado russo é um item fundamental para ele. Na verdade, vou argumentar que, nas vezes em que Putin bateu de frente com o Ocidente, com os Estados Unidos, ele o fazia mais pela sua dimensão *gosudarstvenik*, como defensor ferrenho do Estado russo, do que por ser um antiocidentalista, *a priori*. Tanto é que, nas vezes em que o Ocidente e mesmo os Estados Unidos foram a Putin, sem *hidden agendas*, sem agendas camufladas, em busca de apoio, Putin o deu. Por exemplo, logo que houve os atentados de 11 de setembro de 2001, a Rússia cooperou com os Estados Unidos, fornecendo informação, permitindo aviões ocidentais pousarem na Ásia Central, a caminho do Afeganistão etc, ou quando Obama tentou o famoso *reset*, com Hillary Clinton.

Nas vezes em que Putin se bateu contra o Ocidente, mais precisamente contra os Estados Unidos, foram quando ele sentiu que o Estados Unidos ou aliados tentavam interferir no Estado russo. Por exemplo, há a expansão da Otan, uma aliança militar da Guerra Fria que, em vez de diminuir ou desaparecer, uma vez acabada a Guerra Fria, se expande, coincidentemente em direção à Rússia. Ou há



as chamadas revoluções coloridas, quando governos pró-Rússia nas antigas repúblicas soviéticas são derrubados, por fora do jogo político normal, e substituídos por governos pró-ocidentais, com a ajuda do Ocidente. É assim que Putin vê os acontecimentos na Ucrânia de 2014, que derrubaram o Presidente ucraniano pró-Rússia Viktor Yanukovich.

A imagem que eu uso para explicar o comportamento de Putin é a do General francês Charles de Gaulle. De Gaulle se bateu diversas vezes contra os Estados Unidos, mas não porque De Gaulle fosse antiocidental, *a priori*, e sim porque considerava defender os interesses do Estado francês assim agindo. Igualmente, Putin se bate contra os Estados Unidos não por ser antiocidental, *a priori*, e sim por considerar que está defendendo o Estado russo de intromissões externas.

Por que menciono tudo isso? Para defender aqui uma aproximação com a Rússia de Putin, não necessariamente quer dizer que nós, o Brasil, estaremos nos aliando a um país ou governante antiocidental, *a priori*, portanto arriscando a cairmos em um campo definitivamente antiocidental.

Todas as palavras de precaução que coloquei acima não são para desencorajar a participação no BRICS, mas, sim, para chamar a atenção para o fato de que precisamos saber exatamente o que desejamos com a nossa aproximação com o BRICS, de modo a perceber vantagens e desvantagens das várias abordagens em relação a isso, para tentarmos escolher a que nos é mais vantajosa, algo assim como a China pragmaticamente tem feito ao longo desse percurso, utilizando o BRICS para os fins que lhe interessa.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Dr. Angelo Segrillo, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo, pelas suas palavras.

Passo a palavra ao Prof. Dr. Renato Baumann, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

O SR. RENATO BAUMANN – Muito obrigado pelo convite. Boa noite a todos.

Eu vou na minha apresentação dar um toque mais economicista, trazer mais números. De fato, eu trouxe uma apresentação em PowerPoint, mas ficou grande demais. Eu posso deixá-la aqui, porque contém várias informações, e depois o pessoal pode copiar, se houver interesse.

Quando se fala de BRICS, acho que a primeira dimensão importante a se ter presente é que, se o grupo foi criado em Ecaterimburgo, em 2009, a percepção da importância do grupo é bem anterior, ela começa em 2006, quando os chanceleres começam a se reunir e a pensar em algum tipo de exercício conjunto. E por que isso? Porque, já naquela época, havia a percepção da importância dessas economias para o dinamismo global do Planeta. Foi o que acabou levando a expansão do G8 para o G20: o reconhecimento de que naquele momento o dinamismo daquelas economias é suficientemente importante para não ser desconsiderado – da ótica do G20, aparentemente suficientemente importante – como para poder-se pretender influenciar a governança global. Foi isso que motivou a criação do grupo.

Ora, se você tem como objetivo um objetivo comum de influenciar a governança global, é preciso, por definição, encontrar elementos comuns, identidades que possam fazer com que isso leve à soma de esforços e viabilize essa influência no cenário internacional. Isso levou – um dos eslaides que está aí mostra muito claramente – a que as declarações que se seguem às diversas cúpulas – já tivemos nove cúpulas; a última foi este mês – fossem crescentemente maiores em número de artigos, de anexos, etc. Isso certamente teve um impacto muito positivo no aumento do grau de conhecimento mútuo dessas sociedades – nem das economias –, mas, ao mesmo tempo, traz um custo implícito, que é a dispersão, e, portanto, fica menos óbvio qual é o objetivo exato do grupo. Perde-se nas declarações exatamente o ponto aonde esse pessoal quer chegar. Vou voltar a esse tema um pouco mais à frente.

O grupo não pode ser desconsiderado. Afinal, são 42% da população mundial, 23% do PIB mundial, 53% das reservas de divisas mundiais. Apesar de três quartos dessas reservas serem da China, o grupo é um poder, certamente tem um potencial que não é para nada desprezível.

Do lado político-militar, obviamente, pelo menos três desses cinco têm armas nucleares. Não é o caso do Brasil nem da África do Sul. Mas isso só soma a esse conjunto. Só que o peso da China nesse grupo é aplastante. E, se é aplastante, ele tem um risco estrutural implícito na construção do grupo, que é o risco de ser a China mais quatro. Estou querendo dizer com isso do risco de que as decisões do



grupo correspondam mais proximamente aos interesses geopolíticos de um dos cinco membros, e não do conjunto.

Esse risco é agravado quando você tem pelo menos um outro dos cinco – é o caso da Rússia, como o colega acabou de falar – que tem um certo desconforto nas relações com o mundo ocidental e, efetivamente, é objeto de boicote em várias dimensões. Isso cria um caldo de cultura antiocidental – seja que nome você queira dar, russo ou português –, um certo caldo de cultura de pelo menos resistência a algumas das práticas do mundo ocidental, uma delas sendo particularmente um esforço no sentido de redução do uso do dólar, o que, por sua vez, corresponde ao interesse direto da China em universalizar o uso do renmimbi. Hoje já é uma parte dos Direitos Especiais de Saque, é uma das principais moedas, e é evidente que a China tem todo o interesse em universalizar o risco.

Dito isso, a China é o principal parceiro dos outros quatro. E entre os outros quatro, o Brasil tem superávit comercial – os outros têm déficit –, o Brasil tem superávit simplesmente pelo fato de que é exportador de *commodities*, e as *commodities*, de tempos em tempos, são bem valorizadas no mercado internacional.

Os investimentos diretos entre os BRICS são uma parcela muito diminuta do total dos investimentos desses cinco no exterior – é 5%. E quando a gente olha os fluxos bilaterais, o Brasil se destaca, mas se destaca de uma seguinte maneira. Se eu faço uma entrada e saída, quanto entra de investimento dos BRICS aqui e quanto sai de investimento daqui para os outros BRICS, duas coisas se sobressaem: primeiro, que esse é um jogo intensamente entre China e Índia – é aí que está o grosso do investimento. Tanto da Índia na China; quanto da China na Índia, em que pesem os conflitos militares que eles têm na fronteira.

No caso do Brasil, o Brasil é um receptor líquido... De longe, não há nenhum outro que se compare. A gente não investe – muito pouco – nos demais BRICS, e somos altamente beneficiados, na medida em que investimento direto seja um benefício, na atratividade dos investimentos. Isso obviamente tem a ver com as características da economia, ambiente de negócio, uma série de outras considerações. O fato é que essa é uma relação em que, num quadro de entradas e saídas, claramente o Brasil se sobressai.

Esse grupo tem um grande feito, que é a criação do Banco de Desenvolvimento. Já virou um jargão, um lugar-comum, dizer que é a primeira instituição multilateral não regional desde Bretton Woods. E com isso há um desafio, é evidente, há um conjunto de desafios relacionados. Esse banco começou a operar em abril deste ano. A primeira operação foi aqui com o BNDES: US\$300 milhões para que o BNDES invista em projetos de energia limpa. E hoje ele tem sete projetos aprovados, sendo quase 80% na área de energia.

Mas há algumas dúvidas com relação a esse banco. Por exemplo, foi mencionado que os países, os BRICS tendem a beneficiar, em termos de preferências comerciais, seus países vizinhos. Quando eu estava no Ipea, nós organizamos dois volumes, chamados BRICS e Seus Vizinhos; um sobre comércio e um sobre investimento. E muito claramente, no caso de comércio, fica evidente por que o processo de produção de manufaturas na China é em cadeia de valor, cadeias regionais de valor. As preferências que a China dá aos vizinhos e que os vizinhos dão à China claramente tiveram impacto negativo sobre as exportações brasileiras de manufaturados para a região, tanto para a China quanto para os vizinhos. É o caso mais claro.

Então, será que esse banco vai financiar projetos que consolidem a produção em cadeias de valor? Se for assim, nós temos um problema, porque nós temos muito pouca participação nesse âmbito.

Segundo, há uma enorme dificuldade, hoje, para ampliar o capital. O banco foi criado, e o seu estatuto prevê *global capital*, a atração de capitais externos. Só que a Rússia não aceita incluir entre esses potenciais contribuintes os países que boicotam os interesses russos. Então, esse é um problema, porque você vai trazer potências de porte médio, não os grandes potenciais investidores. E, ainda, há uma certa concorrência com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, cuja criação, aliás, foi anunciada semanas depois da criação do banco dos BRICS – e os dois competem em áreas relativamente próximas.

A meu ver, há um grande desafio para os BRICS hoje – e eu tive oportunidade de dizer isso em eventos em Pequim –, que é a iniciativa *One Belt, One Road* da China. Essa é das coisas mais



importantes acontecendo no Planeta. O número de referência é algo que supera em 12 vezes o volume de recursos do Plano Marshall e é geograficamente localizada – norte da África, Europa Central e Ásia. Além disso, é uma iniciativa que visa reduzir custo de transporte, portanto, aumentar a competitividade e aumentar a produtividade do setor industrial, projetos de infraestrutura etc. Se isso é assim, tudo correndo bem, os países envolvidos nesse processo terão ganhos de competitividade, só que aí estão três dos cinco BRICS. Brasil e África do Sul, por determinismo geográfico, estão fora. Se for bem sucedida essa iniciativa, isso pode vir a ser uma grande dor de cabeça para nós a médio prazo.

O outro tema é que a China pretende ampliar os BRICS e, com isso, aumentar a sua área de influência. É o chamado BRICS+. Agora, para Xiamen, convidou os mandatários da Guiné, Egito, Tailândia e México, um conjunto que é difícil identificar a razão de ser. Mas, enfim, eu entendo que os outros países têm resistência e, a meu ver, sensatamente resistem a essa ampliação, pelo menos neste momento.

Em termos de perspectivas, o que se pode dizer? Obviamente que, em 2009, como eu disse, havia um *boom* dessas economias; todas cresciam a taxas notáveis. Nos últimos dois anos, pelo menos três dessas economias cresceram a taxas medíocres. A África do Sul teve crescimento zero, a Rússia teve crescimento negativo, o Brasil muito próximo de zero, e a China passou a crescer na metade do ritmo que crescia inicialmente. A grande estrela é a Índia.

Ora, se, no início deste exercício, já havia um razoável volume de ceticismo porque são economias muito díspares, com histórias diversas... Os russos costumam dizer que são três ex-impérios – Rússia, China e Índia – e dois novatos, Brasil e África do Sul – ouvi isso várias vezes. Se isso já dava margem a ceticismo, o baixo desempenho econômico só aumentou esse ceticismo. Então, há alguma dúvida com relação ao potencial. Eu diria que neste ano, nessa cúpula de poucas semanas atrás, houve alguma mudança, porque voltou a haver algum dinamismo, ainda que medíocre, pequeno, mas algum crescimento positivo dessas três economias.

Do ponto de vista comercial, o que se pode dizer é que o comércio nunca foi um tema tratado seriamente. Em 2012, havia o compromisso de aumentar o comércio intragrupo de US\$230 bilhões para US\$500 bilhões em 2015. Ano passado, foram US\$300 bilhões. Não funcionou; a meta era ambiciosa demais. E é mais do que isso: como já foi mencionado, a inter-relação, a multiplicidade de acordos preferenciais no nível regional, sim, é um problema.

Para a Cúpula de Fortaleza, em 2014, foi preparado um documento pelos cinco países em que cada um mapeava aqueles produtos para os quais havia clara indicação de que aquela economia tinha vantagem comparativa e que esses mesmos produtos encontravam barreiras comerciais nos outros membros do BRICS. Isso foi mapeado, foi escrito, foi entregue aos ministros de comércio, e esse documento deve estar em cinco gavetas ao redor do Planeta, porque não aconteceu absolutamente nada. Agora, em Xiamen, falou-se em melhorar as condições de comércio, mas simplesmente do ponto de vista de facilitação, ou seja, reduzir papelada, o que não é nada.

Os avanços têm se verificado mais na área financeira. Os bancos de desenvolvimento dos cinco países acordaram em criar linhas de crédito em moeda local, por meio de um *interbank cooperation mechanism*, estimulando o uso de moedas alternativas ao dólar. Acordou-se que haveria cooperação nas avaliações internas de risco de crédito. E a Petrobras assinou um acordo com o bando de desenvolvimento da China: uma linha de US\$5 bilhões com lastro em exportações de petróleo.

Muito bem; permanecem em aberto algumas questões que me parecem muito importantes. A primeira delas é que se pode afirmar, com alguma certeza, que os BRICS têm mais um consenso negativo do que positivo. Por que consenso negativo? Porque há uma clara e explícita inconformidade com a arquitetura financeira internacional, com a distribuição de cotas no FMI e no Banco Mundial, com o nível de liquidez internacional, com os efeitos dos ajustes fiscais das principais economias, com a composição do Conselho de Segurança da ONU etc., etc., etc. É uma agenda negativa.

Mas qual é a agenda positiva e pró-ativa do grupo? Eu acho que é um ponto de interrogação. A última declaração tem mais de 70 artigos e dezenas de anexos, A declaração de Ufá tem mais de 100 artigos. Qual o objetivo do grupo? É difícil dizer. É claro que há o *leitmotiv* de influenciar a governança global – isso está presente em todas as declarações –, mas não é claro o "como".

A China tem um interesse, obviamente, no uso mais disseminado do renmimbi em lugar do dólar, e há o tema do reconhecimento daquela economia como economia de mercado. É um tema que



está aí debaixo do tapete. Os Estados Unidos e a União Europeia já disseram que não vão fazer isso, mas o Brasil não tem o poder de dizer "não vou fazer isso", até porque estamos sendo bastantes beneficiados com a entrada de investimentos chineses ou, pelo menos, a manifestação de interesse de investimentos chineses em infraestrutura. E a questão é: até que ponto isso pode influenciar a própria agenda do grupo?

Há um tema mais sensível ainda: se esse grupo quer atuar como grupo homogêneo, então ele deve ter homogeneidade na maior parte dos casos. Alguns dos membros têm conflitos armados ou tiveram, em passado recente, conflitos armados. A solução, até agora, no único momento em que houve uma necessidade de definição, foi que os demais países se abstiveram na Assembleia Geral das Nações Unidas. Mas até quando se consegue essa solução não comprometida? Em algum momento, vai ser necessária a manifestação por parte dos cinco em relação a um ou outro conflito localizado. Esse é um tema que me parece bastante sensível e um risco potencial.

Eu terminaria com uma provocação: será que o Brasil sabe o que quer dos BRICS?

Por aqui eu fico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem, Professor. Meus cumprimentos!

Muito obrigado ao Prof. Dr. Renato Baumann pela sua percutiente exposição.

Passo agora a palavra ao Prof. Dr. Marcos Degaut, Secretário Adjunto da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Antes de passar a palavra a V. S^a, eu gostaria, Sr. Professor, de anunciar a agradecer a presença aqui, na noite de hoje, de S. Ex^a o Embaixador da Sérvia, Sr. Veljko Lazic; do Embaixador da República do Azerbaijão, Dr. Elkhan P. Polukhov; do Embaixador da República da Namíbia, Sr. Samuel S. Nuuyoma; do Embaixador da República da Macedônia, Sr. Ivica Bocevski; do Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; do Embaixador do Estado do Catar, Sr. Mohammed Al-Hayki; da Embaixadora Gisela Pandovan, Ministério das Relações Exteriores; do Vice-Embaixador da República do Malawi, Dr. C. J. Kapalamula; do Ministro-Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã, Sr. Morad Ali Gholami Nohouji; do Ministro-Conselheiro da Embaixada da Romênia, Sr. Valeriu Rusu; do Ministro-Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sr. Abbah Sidi Sidi; do Conselheiro da República do Cazaquistão, Sr. Temirlan Aimagambetov; do Conselheiro da República Dominicana, Sr. José Loreto Julian; do Conselheiro do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. Wilfredo Chávez Serrano; da Primeira-Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Sr^a Cécile Merle; do Primeiro-Secretário do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. Faleg Valdez Cópas; da Segunda-Secretária da Embaixada do Marrocos, Sr^a Salma Atbelhadj; da Segunda-Secretária da Embaixada do Canadá, Sr^a Nadine Khoury; do Sr. Ramiro Januário dos Santos Neto, Terceiro-Secretário do Ministério das Relações Exteriores (Divisão do Agrupamento dos BRICS); da Sr^a Mariana Madeira, Chefe da Divisão do Fórum Ibas e do Agrupamento BRICS do Ministério das Relações Exteriores; do Brigadeiro Mauricio Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; do Sr. Aleksei Churikov, Correspondente da Rossiyskaya Gazeta, veículo de comunicação da Federação Russa.

Agora sim, passo a palavra ao Prof. Dr. Marcos Degaut para a sua exposição.

O SR. MARCOS DEGAUT – Boa noite a todos.

Srs. Senadores, Sr. Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão, Sr^a Deputada Bruna Furlan, que muito nos honra com a sua presença, senhoras e senhores, eu pretendo ser breve para não correr o risco de ser excessivamente repetitivo, porque muito do que eu teria a dizer já foi dito. Então, embora seja professor por ofício e vocação, permitam-me adotar um viés mais de políticas públicas.

Eu gostaria, inicialmente, de parabenizar o Senador Fernando Collor pela iniciativa de revitalizar um debate que, infelizmente, tem sido colocado em segundo plano em nosso País, que é aquele referente aos rumos da política externa e, particularmente, o rumo dos BRICS. A utilidade de exercícios como este é tanto maior quanto mais esses debates possam se converter efetivamente em políticas públicas que trarão, de alguma forma, benefícios para a nossa sociedade.

Eu digo que, sem reflexões dessa natureza, nós simplesmente vamos ser incapazes de formular e implementar qualquer tipo de política pública que mobilize a integralidade da Administração Pública federal em função dos objetivos nacionais. Talvez essa falta de mais debates, de clareza, de reflexão, de



autocrítica e até mesmo de um planejamento integrado se faça sentir em diversas áreas, mas aqui o que nos interessa mais detidamente, mais especificamente, é o processo decisório em política externa relativa a BRICS, que ainda é marcado por muita retórica, muita discussão ideológica e pouca ou nenhuma ênfase em resultados práticos.

Então, como o Prof. Renato mencionou, o que nós queremos com os BRICS? Para que servem os BRICS? Quais são os resultados alcançados até agora com os BRICS? Para responder essas perguntas, primeiramente, nós precisamos colocar os BRICS em sua devida perspectiva.

BRICS não é um processo de integração profunda. O BRICS não é um bloco comercial; não é uma aliança em seu conceito tradicional, que comporta uma dimensão militar; não é uma organização internacional. O BRICS é uma plataforma ou, se quiserem, um mecanismo de cooperação; e, justamente por ter essa natureza, ele não pode entregar mais do que tem para oferecer.

Como já mencionado aqui, a IX Cúpula dos BRICS, no início do mês agora, na China, trouxe, sim, alguns avanços organizacionais bastante importantes, sobretudo de cooperação econômica e financeira, mas também evidenciou grandes problemas estruturais relativos a essa associação.

Historicamente, os países que compõem – mais do que uma associação – esse agrupamento se pautaram por estratégias totalmente distintas de desenvolvimento; possuem prioridades de política externa absolutamente divergentes; possuem culturas estratégicas – o que é extremamente importante para você ter um processo decisório em política externa convergente – totalmente distintas; possuem estilos de negociação, tradições, sistemas políticos, práticas políticas e sistemas sociais totalmente diversos. Talvez até em função disso, as ações conjuntas, de uma forma muito prática, até hoje raramente vão além da emissão de declaração de intenções, de encontros que são, de certa forma, coreografados, de iniciativas de espectro reduzido, de alcance reduzido.

Subjacente a isso, existe talvez a suspeita de que esse grupo de países potencialmente antagonônicos entre si talvez não esteja realmente disposto a traduzir as suas capacidades econômicas e políticas individuais em influência geopolítica coletiva, ou que sejam capazes de fazer isso. Por exemplo: ao contrário do que tradicionalmente se apregoa, não existe hoje um indicador concreto para os próximos anos que sustente a tese de que esse grupo de países tende a liderar o crescimento econômico global.

Hoje, China e Índia ainda mantêm bons níveis de crescimento econômico, embora abaixo de suas médias de anos recentes – bastante abaixo, aliás. Os demais membros amargam retração persistente; têm, antes, comprometido esses indicadores globais, têm arrastado esses indicadores globais para baixo.

E é inegável o fato de que, economicamente, a China domina os BRICS. Por que domina? Porque a sua economia é quase o dobro do que a dos outros quatro países somados. Se de fato esse agrupamento vai liderar o crescimento global e superar eventualmente o G7, isso se deve quase que exclusivamente ao tamanho da economia chinesa. Então, que tipo de parceria nós queremos nesse relacionamento? Que tipo de benefício nós queremos nesse relacionamento?

Numa perspectiva bilateral, todos nós sabemos que a China ultrapassou os Estados Unidos como nosso principal parceiro comercial, mas isso também precisa ser posto em perspectiva, e o Prof. Baumann mencionou isso.

Hoje, a nossa pauta de exportações para a China é muito menos diversificada do que há dez anos e é excessivamente focada em *commodities*. Quando a gente fala de *commodities*, 45% de nossas exportações para a China consistem em soja. Hoje, o Brasil é dependente da China, tanto pelo volume de nossas exportações quanto pelo de nossas importações também. A China é responsável por cerca de 25% do nosso superávit comercial. Aliás, a China já é o principal importador de cerca de 70 países, ou seja, quase um terço do mundo.

Agora, não se pode negar que essas exportações para a China alimentaram aquele superciclo de *commodities* que contribuiu para o crescimento da renda no interior do nosso País. Isso é inegável. Mas também é importante mencionar, por ser absolutamente verdadeiro, Sr. Senador, que o Brasil, em vista dessa dependência, perdeu espaço em mercados muito importantes, notadamente o mercado norte-americano, e, em grande medida, pela nossa própria falta de capacidade de negociar acordos de livre comércio capazes de atender a nossos interesses e necessidades.



Apenas a título ilustrativo, em meados da década de 80, Brasil e China exportavam quase que exatamente os mesmos valores para os Estados Unidos: alguma coisa na faixa de 20 bilhões. Hoje, o Brasil exporta para os Estados Unidos cerca de 36 bilhões, um crescimento muito reduzido, irrisório, se comparado aos 498 bilhões que a China exporta para o Estados Unidos.

Da mesma forma, as nossas vendas para todos os outros integrantes do BRICS nunca foram muito significativas, mas têm entrado em queda livre nos últimos anos. De um total de cerca de 200 bilhões, 220 bilhões de exportações, nós exportávamos US\$3,9 bilhões de dólares para Rússia, o que caiu para 2,4. Para a Índia, de 4,8, caiu para três ponto...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Em função das sanções.

O SR. MARCOS DEGAUT – Também, também. Em vista também de problemas nossos de competitividade, mas esse é um elemento importante, Senador.

Para a China, caiu de 46 para 36. Para a África do Sul, caiu de 1,8 para 1,3. Então, esses números indicam que apenas a China é realmente um parceiro comercial – estamos falando aqui da dimensão comercial – de primeira grandeza.

Mas, se a gente mencionar a dimensão de investimentos externos diretos, à luz do último censo de capitais realizado pelo Banco Central e que foi consolidado em 2015, o cenário não muda, porque, de um estoque de US\$531 bilhões, os países do BRICS respondem por apenas 2,82%. Desses 2,82%, a China é responsável por 2,29%. A Índia responde por 0,28%; a África do Sul, por 0,2%; a Rússia por 0,05%.

Esses são dados que, do ponto de vista comercial ou financeiro, não justificam, por hora, sob o ponto de vista dessas variáveis, a formação de uma aliança preferencial dessa natureza. Mas aqui uma outra variável também se impõe – que também já foi mencionada –, que é o fato de, em muitos fóruns, essa coalizão se apresentar como uma coalizão anti-hegemônica, antiocidental, anti-Estados Unidos ou até mesmo antiliberal.

Todos nós sabemos que um possível recuo americano, baseado em medidas protecionistas na rejeição dessa ideia de livre comércio, pode abrir caminho para que outros atores possam ocupar eventual vácuo de poder deixado pelos Estados Unidos. Nós também sabemos que não existe vácuo de poder nas relações internacionais; alguém vai ocupá-lo. E a China parece que já está se aproveitando desse aparente recuo americano para cimentar os primeiros tijolos daquilo – de que não se tem apercebido no Brasil – que pode ser o início de uma nova era de globalização, sob um novo modelo ou com um novo *hegemon*, se quiserem.

Já foi mencionada aqui a iniciativa *One Belt, One Road*, que comporta investimentos de cerca de US\$1 trilhão de dólares, que têm como objetivo aumentar o peso econômico e geopolítico comercial da China, promover investimentos maciços em infraestrutura e estimular o crescimento econômico desse país ao longo daquela chamada rota da seda, mas que pode, eventualmente, alcançar, sim, a América do Sul.

Paralelamente, a Rússia busca aumentar a sua esfera de influência, e isso já é visível no espaço euro-asiático, no Oriente Médio e aqui na América Latina. Basta nós olharmos para a nossa vizinhança norte e vermos quem é hoje o principal apoiador, sustentador do regime venezuelano.

Mas nada disso, senhores, esconde o fato de que os Estados Unidos ainda são uma nação indispensável para a estabilidade da ordem internacional. Embora muito se tenha feito para desestabilizar, ainda são uma nação indispensável.

As capacidades econômicas políticas e militares dos Estados Unidos não declinaram praticamente nada em termos quantitativos ou qualitativos. Sim, houve, evidentemente, uma diminuição do seu poder relativo e da sua primazia na política global. Isso é facilmente perceptível, como é perceptível também que aquele triunfalismo que existia na política externa norte-americana parece que vem diminuindo ou é menos ostensivo.

Essa situação de aparente recuo, uma certa diminuição do ritmo de crescimento da economia americana, que ainda é uma coisa fantástica – são quase US\$20 trilhões – pode ter, sim, em alguma medida, reduzido o *will to power* dos Estados Unidos. Essas circunstâncias, evidentemente, provocam ou estimulam um renovado vigor, aqueles debates e iniciativas que visam promover uma maior multilateralização, uma multipolarização do mundo em um contexto no qual outros atores,



principalmente aqueles mais tradicionais como China, mas também agrupamentos como o BRICS, supostamente alcançariam uma maior proeminência nas relações internacionais.

Algumas conclusões são forçosas: primeiro, no âmbito brasileiro, de uma forma bastante geral, na política relativa aos BRICS, me parece que está ainda sem norte no que diz respeito a visões, meios, fins e resultados. Mais uma vez, o que queremos dos BRICS? Para que queremos o BRICS? Como devemos nos inserir? Qual é o padrão de associação? Qual é o nosso *status* nessa associação?

Esses são questionamentos extremamente importantes para reflexão sobre quais são as fontes do poder nacional. Quais são nossas virtudes? Quais são fraquezas? Quais são nossas limitações? Quais são os interesses nacionais? Como nós nos dispomos a alcançar esses interesses? Sem sermos capazes de responder a esses elementos, nós não vamos ser capazes de traçar uma grande estratégia, sequer uma estratégia, que dirá uma grande estratégia que habilite o Brasil a perseguir os seus objetivos exteriores de uma forma clara, de uma forma que aumente e fortaleça as suas capacidades e que nos habilite a ser um país que tem mais condições de causar transformações no cenário internacional do que de sofrer os impactos dessas transformações. Sem isso, nós vamos continuar sentados na arquibancada batendo palma para aqueles verdadeiros atores desse jogo internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Marcos Degault, Secretário-Adjunto da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, pela sua explanação.

Gostaria de iniciar as perguntas com algo que me parece extremamente vivo nas discussões a que vamos dar início, já a partir de amanhã, quando da abertura dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas. Refiro-me especificamente à crise a que hoje estamos assistindo – e o Planeta todo vivenciando com muito temor – na península coreana. Parece-me que essa política de embargos como forma de pressionar países a se alinharem a eventuais orientações ou determinações emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas tem se mostrado absolutamente insuficiente como um instrumento factível positivo da nossa Diplomacia, para que esse convencimento obtenha êxito.

Então, essas políticas de embargos, de pressões econômicas são políticas fadadas ao fracasso – ao fracasso! Estamos vendo isso agora, no presente momento, em que o líder da Coreia do Norte não vem se intimidando com essas seguidas determinações do Conselho de Segurança contra aquele país, com os embargos e com as restrições que vêm sendo feitas; ao contrário, parece-me que essas ações estão estimulando uma posição ainda mais agressiva pela liderança daquele país.

No BRICS, nós temos dois países que, nesta quadra e neste momento, serão fundamentais para que encontremos uma saída que evite a eclosão de alguma aventura nuclear. E isso não está tão longe de acontecer, como alguns imaginam.

Na semana retrasada, eu estive em Nova York, conversando com os *think tanks* americanos e com vários funcionários e assessores graduados das Nações Unidas, todos eles extremamente preocupados com a situação na península coreana, e nenhum deles tirou do seu radar a possibilidade de um enterever que possa chegar a essa loucura absoluta da utilização de armamento nuclear como forma de dissuasão em pleno século XXI, em pleno século em que estamos tentando recuperar a nossa capacidade, a humanidade está tentando recuperar a sua capacidade de diálogo, de construir consensos, de estabelecer padrões de convivência que não seja pela intimidação, que não seja pela força, que não seja por outras formas que não aquelas que a civilização moderna nos traz.

Desse modo, como dizia, nós temos dois países no âmbito dos BRICS que serão fundamentais para evitar que algo catastrófico ocorra. Refiro-me à China e à Rússia. São duas potências nucleares, são dois países com assento permanente no Conselho de Segurança, com poder de veto.

Se bem que essa questão do poder de veto nas Nações Unidas infelizmente já está um pouco defasada, porque alguns países membros permanentes do Conselho de Segurança tomam decisões de atacar países e de intervir em outros países, mesmo contrariando o que o Conselho de Segurança orienta e, em alguns casos, sem ouvir, como determina a Constituição de alguns desses países, o seu Parlamento antes de iniciar qualquer ofensiva militar. Mas, de qualquer maneira, temos que continuar acreditando que esse poder de veto possa ser exercido para evitar, como disse, uma catástrofe.

Nisso a China e a Rússia terão um papel fundamental. A China pelas suas vinculações históricas com a Coreia do Norte – o principal parceiro comercial daquele país é a China –, pela sua capacidade



de dissuasão, pela sua capacidade de dialogar; e a Rússia por motivos também parecidos, e terá, pelo seu Presidente Vladimir Putin, alguém extremamente ativo hoje na política internacional, um papel fundamental para evitar que isso ocorra.

E aí vem a minha pergunta, que seria mais no sentido de uma reflexão, que gostaria, se possível, de ouvir dos nossos debatedores da noite de hoje: como os senhores veem o Brasil dentro dos BRICS, e com esses seus parceiros dentro dos BRICS, e a atuação que os BRICS poderiam ter, coordenados por esses dois países, China e Rússia, que têm esse poder, que têm essa força de evitar essa catástrofe? De que maneira esses dois países poderiam se comportar neste momento para evitar que algo mais grave aconteça?

Os senhores, conhecedores... O Prof. Segrillo, conhecedor da Rússia, poderia nos dar uma visão de como percebe que o governo da Rússia poderá agir nesta quadra em que estamos vivendo, bem como também o Prof. Baumann e o Prof. Degaut, em relação à questão da China; uma reflexão sobre esse momento de extrema gravidade que estamos vivenciando e que coloca o nosso Planeta absolutamente em risco. Porque, com um clima como esse, não adianta nós falarmos em comércio, em incremento de nossas relações multilaterais, falarmos em incremento das nossas relações bilaterais, falarmos em multilateralismo, quando nós sabemos que nós, no caso, o Brasil e a imensa maioria de outros países estamos na periferia dessa discussão de alguns poucos que estão com o botão na mão para dizer qual será o destino da humanidade.

Se não houver uma capacidade dessas lideranças que hoje são contendoras de pensar um pouco melhor, de não fazer uma escalada retórica de agressão, um em relação ao outro, sobretudo de uma potência como os Estados Unidos da América... Esse não é um comportamento que nós estamos acostumados a ver nessa escalada retórica de um presidente americano. Não é isso que nós definitivamente esperamos. Esperamos, sim, um estender de mãos, uma capacidade de buscar o diálogo até o último dos últimos dos últimos dos últimos momentos.

Enfim, é essa a reflexão que eu gostaria de colocar para a discussão na noite de hoje.

E começaria pelo Prof. Dr. Renato Baumann, por favor.

O SR. RENATO BAUMANN – Essa é a pergunta de alguns milhões – nem de dólares – de vidas; de alguns milhões de vidas.

Há uma peculiaridade no tema da Coreia do Norte: não é clara a razão, não há uma demanda por parte do ditador norte-coreano. É um jogo. Ele usa um pouco uma estratégia meio vietcongue de fustigar. Mas qual é o objetivo? Exatamente o que esse senhor pretende obter? Eu acho que não é claro.

Agora, é evidente que se criou uma situação de fato, como se mencionou, de descrédito das diversas medidas não de força, e se está chegando a uma situação limite. Ontem a Embaixadora dos Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU foi explícita: "Esgotaram-se os meios pacíficos." O que isso quer dizer é melhor a gente nem pensar.

Mas, de novo, sim, acho que Rússia e China são os dois... Sobre tudo China é quem tem o poder de alterar essa equação, tem interesses evidentes em preservar a existência da Coreia do Norte como aliada, porque não lhe interessa a destruição da Coreia do Norte, porque não lhe interessa que países, potências ocidentais cheguem à sua fronteira – há um interesse geográfico, geopolítico evidente – e tem os meios, porque é o principal parceiro comercial.

A declaração que seguiu a Cúpula de Xiamen tem um artigo de duas linhas condenando a situação na Coreia, e foi tudo o que se conseguiu. Se, nessa situação, nesse ambiente, em Xiamen, na China, tudo o que se conseguiu foram duas linhas condenando, é preocupante, porque isso significa que o empenho do país sede da reunião de cúpula em alterar esse *status quo* aparentemente ainda não chegou ao seu ponto de ebulição; aparentemente ainda há margem para continuar, o que não é claramente aceitável do ponto de vista ocidental.

Eu acho que talvez os BRICS sejam efetivamente um fórum que possa levar a um processo negociador. Agora, eu temo que a oportunidade de ouro se tenha perdido, que foi a Cúpula de Xiamen. Quer dizer, como os BRICS se movimentariam de forma significativa a partir daqui? Com uma segunda cúpula emergencial ou em nível de *sherpas*? É difícil imaginar.

Eu acho que, a julgar pelo noticiário, neste exato momento, não estão dadas as condições para uma ação mais efetiva do grupo como tal. E definitivamente eu acho que seria – concordo



inteiramente – a ferramenta hoje mais palatável para uma solução não conflitiva, não bélica. Mas não vejo a curto prazo como isso poderia acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Baumann.

Passo a palavra ao Prof. Angelo Segrillo.

O SR. ANGELO SEGRILLO – Essa questão realmente é extremamente complicada e urgente, porque a questão nuclear é premente a todos.

A China é quem tem mais capacidade de influenciar a Coreia do Norte, mais do que a Rússia. O senhor tinha me perguntado mais especificamente sobre a Rússia também. A Rússia tem algumas ligações históricas, tem ligações comerciais, então pode também, eu acredito, mais fornecer o papel de um intermediário nas negociações, um poder moderador. A China tem um papel até de oferecer sanções que a Coreia do Norte realmente sinta, mas aí eu concordo com a sua posição de que as sanções não estão adiantando e, ao contrário, podem estar acelerando um processo perigoso. Então, esse caminho das sanções realmente parece um beco sem saída.

Dois pensamentos: primeiro houve um caminho diferente na época do antigo Grupo dos Seis, na época do Clinton, em que, em vez de ir pelo caminho das sanções, do porrete, eles foram pelo caminho das cenouras; em vez de cortar petróleo à Coreia do Norte, ofereceram petróleo para o Coreia do Norte em troca de contrapartidas. E isso estava funcionando àquela época; quem saiu foi, posteriormente, o Bush. Aquele era um caminho interessante.

Agora, eu acho também uma coisa fundamental: muitas vezes é colocada não só na mídia, mas muitas vezes na academia a questão da irracionalidade do líder norte-coreano, como se ele fosse irracional ou até louco – palavras como "louco" são utilizadas. Esse é o tipo de raciocínio que não leva a nada. A mesma coisa: "Hitler era um louco!" Isso em nada leva a entender a situação. Hitler não era louco. O líder norte-coreano não é louco; ao contrário, é extremamente racional. Qual é o seu grande interesse? A sobrevivência do seu regime. E, dentro do esquema dos últimos acontecimentos no mundo, a maneira que ele tem para garantir isso é com as armas nucleares. Alguns países que não tinham armas nucleares foram invadidos, por exemplo, pelos Estados Unidos. Se tivessem armas nucleares, talvez essas invasões não tivessem ocorrido. Então, ele é um ator racional. E o que ele quer principalmente? Esta é uma posição bem realista: a sobrevivência do seu regime, a sobrevivência do Estado – é a posição realista de relações internacionais.

Então, o que nós podemos oferecer a ele para que ele nos dê a contrapartida em relação a isso? O que pode ser oferecido a ele são garantias dessa sua sobrevivência, mesmo que para alguns isso seja como: "Mas vai estar perpetuando o regime da Coreia do Norte, aquele regime horrível etc." Mas aqui nós estamos tratando, como o senhor bem colocou, sobre a questão da sobrevivência não só da Coreia do Norte, mas a sobrevivência da humanidade de uma maneira geral mais alargada.

Então, num primeiro momento, acho que, talvez resgatando um pouco aquela estratégia do Grupo dos Seis, seria oferecer as cenouras em vez de porretes. Cenouras, nessa questão que é fundamental para esse ator racional, que é o líder norte-coreano, é a questão da sua sobrevivência, em troca de um desenvolvimento menos perigoso de armas nucleares na península. Eu acho que isso funcionaria nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Angelo Segrillo.

E passo a palavra ao Prof. Dr. Marcos Degaut.

O SR. MARCOS DEGAUT – Sr. Senador, a situação é grave e comporta algumas variáveis que merecem ser analisadas. Uma delas é o fato de que esses embargos e sanções, como bem dito pelo Senador Collor, não trazem resultados e não trarão resultados, mesmo porque existe uma vasta literatura acadêmica embasada em fatos que demonstram que sanções dessa natureza prejudicam – e muito – a população, mas não afetam em nada o regime. Então, a população sofre, e o regime continua aí com todas as suas benesses e prerrogativas.

Em segundo lugar, temos o fato de que se trata de um regime que vem já há bastante tempo utilizando essa forma de chantagem para conseguir se perpetuar no poder, só que, desta vez, ao contrário de situações passadas, não existem demandas específicas e se cruzou um limiar de obtenção de capacidades que antes não existia. Então, hoje, a Coreia do Norte possui uma capacidade de



ameaçar o sistema internacional exponencialmente maior do que há alguns poucos anos, e isso é fruto, de certa forma também, dessa política de – vamos chamar assim – apaziguamento.

Em terceiro lugar, nós temos um grupo de países que se mostrou historicamente incapaz de formular consensos sobre questões prementes. O BRICS não se manifestou em nada como coletivo na questão da Síria; nada foi dito pelos BRICS na questão do Sudão do Sul; nada foi dito pelos BRICS em relação à questão da Venezuela. Então, qual é a capacidade efetiva de articulação dos BRICS?

E, em último lugar, nós temos aí o fato de que os Estados Unidos não reconhecem o BRICS como um interlocutor válido, mesmo porque é muito mais fácil para os Estados Unidos negociarem essa questão com Rússia ou com China, ou com os dois, do que sentarem para negociar com cinco países, sendo que, desses cinco, dois têm condições concretas de intervir de alguma forma.

Então, de uma forma muito concreta – e embora o Brasil possua todas as credenciais diplomáticas para atuar como um intermediário, para atuar como um país que possa dar um pouco de razão a esses outros países, em vista da habilidade da nossa Diplomacia –, eu não vejo hoje o País com as condições de, dentro dessa instituição ou dessa associação, levar ou criar as condições para que um consenso entre o BRICS seja formado e para que o BRICS seja visto como um interlocutor válido junto aos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Prof. Degaut.

Vamos passar agora às perguntas dos nossos internautas.

Quero agradecer algumas participações. São considerações de ordem geral. Agradeço a Lucia Hinz, de Alagoas, pela consideração que faz.

Aqui vão as perguntas. Eu pediria aos senhores palestrantes que as anotassem para, em seguida, passarem as respostas, por favor.

De Andreia Amorim Campos, do Rio Grande do Sul: "Foi criado pelos BRICS o novo Banco Mundial. Após a Reunião de Pequim, observou-se o interesse de alianças militares entre os países integrantes, já que a Síria e o Afeganistão foram pauta. Temos três países que são potências nucleares. O Brasil não se inclui. O que ganhamos com isto?"

E ela continua: "Tanto o Brasil quanto a Rússia estão passando por um difícil período econômico. O fundo de investimento tem como objetivo auxiliar esses países? O NBD é o novo FMI dos países emergentes? Quais são as estratégias já formuladas pelo Brasil em relação aos BRICS?"

O Eclair Pires de Souza: "Criado para criar pontes! Dar autonomia para cada Estado desenvolver-se com soberania e com parcerias. O fundo criado é justamente para não depender de dinheiro externo dos organismos internacionais que agredem a soberania dos Estados. Cooperação técnica está inserida no contexto."

Do Ranieri Ribeiro Paula, de São Paulo: "O BRICS foi uma grande iniciativa. Por que não aproveitar essas parcerias? Para mim, uma questão crucial é preservar o direito de nosso povo a um ambiente salubre, embora nós mesmos não o tenhamos feito até então."

Do mesmo Ranieri Ribeiro Paula, de São Paulo: "É uma preocupação para a soberania nacional erguer pontes em um país como o Brasil, que possui tantas riquezas naturais e um povo ainda pouco escolarizado. Acho que precisamos de parcerias para novas tecnologias em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável."

De Dayse Azevedo, do Rio de Janeiro: "Não adianta possuir um ótimo PIB e um péssimo IDH. China e Índia estão lá embaixo no índice de países com melhor IDH. Brasil, Índia, China, México, todos com um alto PIB e péssima qualidade de vida. Favelas por todos os lados, pobreza extrema, violência, sem saúde, sem educação, sem segurança."

Carlos Dias, do Espírito Santo: "Vejo nesse bloco países com deficiências estruturais, profissionais e com extremas diferenças ideológicas. Apesar do potencial, são países cujos governos emergem cada qual com um posicionamento e interesses próprios, e não de bloco."

De Eliney Carneiro, do Ceará: "O Brasil é o país do futuro, portanto ergue barreiras para proteger os nossos interesses, pois no BRICS o Brasil está com todas as vantagens nas negociações comerciais." Enfim, é uma afirmação.

De Artur Alvim Cury: "O BRICS é um dos maiores blocos econômicos mundiais. São todas economias emergentes com um forte crescimento. China e Índia estão juntas; a segunda e a terceira



maiores economias do mundo, com mais de 50% da população mundial. Todas as economias juntas somam US\$16 trilhões." Também é uma afirmação.

E quero agradecer a participação de Adriana Baeta, de Minas Gerais; de Mr. Dorgado; de Nelson José Pinheiro da Costa, de Santa Catarina; de João Queiroz, de Goiás; de Paulo Giovani, do Paraná; de Eliel Barbeiro, de Minas Gerais; e de Martha Jager, do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado a todos pela participação que estão tendo nesta noite.

Passo agora a palavra ao Prof. Angelo Segrillo para iniciar as respostas aos internautas que participam do nosso debate na noite de hoje.

O SR. ANGELO SEGRILLO – Foram colocações muito pertinentes. Eu me perdi um pouco porque foram várias. Tentei anotar aqui, mas não consegui anotar todas. No entanto, percebi uma espécie de fio condutor entre elas, desde o primeiro, que mencionou que parte deles são potências nucleares, parte não é, e também com uma preocupação muito grande de os BRICS serem grandes economias, um PIB grande etc., mas com grandes disparidades em termos de IDH, do bem-estar da população; essa disparidade entre a economia crescendo no atacado, no volume total, mas disparidades no IDH, e no PIB *per capita* também – outra mencionou que o PIB *per capita* é baixo. A China tem um PIB imenso, mas o PIB *per capita* não é alto. Então, eu acho que esse foi o fio condutor dessas colocações.

E eu acho isso extremamente importante. Acho que é importante a gente às vezes ouvir o povo diretamente, porque as coisas são colocadas mais diretamente. Às vezes nas reuniões políticas a gente se perde muito no aspecto mais formal das declarações ou do grande crescimento do Estado. A gente vê muito as questões do Estado e a consequência para a população.

Eu acho que esse é um desafio, e aí é de todos os BRICS, inclusive da China, porque, como a gente falou, o PIB da China é imenso, mas o seu PIB *per capita* não é alto. Então, como transformar esse grande potencial da economia, para que não aconteça de a economia ir bem, e o povo ir mal? Nós já ouvimos isso antes, mas é bem pertinente.

E eu acho que houve uma coisa que nós aqui – fazendo um *mea culpa* – nós aqui da Mesa não mencionamos, ou pelo menos eu não mencionei, e realmente esse é um aspecto que a gente tem que levar em conta: como ter certeza de que nos BRICS a prioridade não vai ser meramente o fortalecimento desses Estados e uma perpetuação de uma situação que, como colocaram aqui, é muito contraditória, porque na verdade, em termos de bem-estar da população, IDH etc., nós ainda estamos muito longe de satisfazer isso, não é?

Então eu acho que a contribuição dos internautas foi muito importante. Esse é um ponto que nós não só temos que estudar aqui, mas que também os políticos têm de levar em consideração na formulação de políticas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, professor.

Passo a palavra ao Dr. Renato Baumann.

O SR. RENATO BAUMANN – Muito obrigado. Agradeço o interesse demonstrado.

Entre os cinco BRICS, dois deles são países com população de mais de bilhão de habitantes. Qualquer indicador *per capita* vai ser muito baixo. Qualquer coisa que você meça *per capita* vai ser muito baixa, porque o denominador é grande demais.

Dito isso, faço algumas considerações. Foi mencionado o tema de cooperação técnica etc. Sim, há várias iniciativas nesse sentido. Eu tive a oportunidade, como diretor do Ipea, na área internacional, de coordenar o Conselho dos *Think Tanks* dos BRICS. O Ipea é o representante oficial do Brasil nesse conselho. E nós tivemos a oportunidade de fazer um documento conjunto dos cinco *think tanks*, chamado "Uma estratégia de longo prazo para os BRICS". E um dos capítulos é precisamente a cooperação na área tecnológica, a cooperação técnica. E o que fica claro ali é que o volume de iniciativas é bastante alentado.

Se vocês tiverem a paciência de entrar na internet e buscar a Declaração de Xiamen, vocês vão ver que nos anexos há dezenas de reuniões, de grupos etc., que são iniciativas de cooperação. E por isso é que na minha apresentação eu falei não apenas de maior conhecimento das duas economias, mas das sociedades. Isso é explícito. Isso está nas diversas declarações de cúpulas etc.

Há uma preocupação recorrente com relação ao banco de desenvolvimento. O banco de desenvolvimento, sim, foi criado com uma perspectiva de países emergentes, querendo dizer com isso que a lógica a ser adotada é uma lógica de procedimento mais ágil, mais transparente e um pouco



diferenciada em relação às agências financeiras multilaterais existentes. É um banco que começa pequeno, intencionalmente pequeno – são US\$50 bilhões de capital –, e isso tem que ser assim, porque ele tem que construir a sua credibilidade no mercado financeiro para conseguir ser *rating triple A*, de tal forma que o custo dos empréstimos dele seja comparável ao custo dos empréstimos de um Banco Mundial, de outros bancos regionais. É um banco que começa a flexionar seus músculos.

Eu mencionei aqui na minha apresentação que há dificuldade de ampliação do capital. O Brasil tem uma participação até agora modesta, apesar de termos um vice-presidente brasileiro. Nós, no Ministério do Planejamento, recebemos na semana passada uma missão do banco de desenvolvimento, procurando opções de negócios no Brasil. Nós, na Secretaria de Assuntos Internacionais do Planejamento, estimulamos, e eu entendo que há negociações que continuam entre o Banco dos BRICS, o BID e o Fonplata, para viabilizar processos de cofinanciamento aqui na região.

Fala-se em criar, em se abrir um escritório de representação do NDB aqui no Brasil. Mas é importante ter presente o seguinte: esse banco foi criado e, segundo várias manifestações das autoridades do banco, tem como meta ter uma dimensão limitada. Ora, um banco de desenvolvimento que tem uma dimensão limitada... Isso afeta a própria capacidade dele de análise como banco de desenvolvimento. Não é só a taxa interna de retorno dos projetos; você tem que ter avaliação de impacto ambiental, impacto social, uma perspectiva de mais longo prazo etc. Se isso é assim, então esse banco, que tem como norma e como propósito básico ter uma lógica diferenciada, naturalmente vai ter que trabalhar com outros bancos de desenvolvimento, como o nosso BNDES, o Banco Mundial – eu entendo que há acordos já entre eles – etc.

Então, nós temos aqui... Foi mencionado se o banco seria um novo FMI dos emergentes. Definitivamente, não. Até porque o FMI não é banco; é um fundo para resolver problemas emergenciais de liquidez. Esse é um banco de fomento a projetos de infraestrutura. E ele se soma à disponibilidade existente no Planeta de recursos para investimento em infraestrutura.

A estimativa é de que existe um déficit na ordem de US\$3 trilhões entre os projetos mapeados de infraestrutura e a disponibilidade de recursos nas diversas linhas dos diversos bancos de desenvolvimento. Se isso é assim, qualquer banco de desenvolvimento adicional é muito bem-vindo, porque ele se soma à oferta de recursos disponíveis.

Ele é diferenciado – sendo repetitivo – e, definitivamente, não é nem uma negação do que seria o Ocidente, e nem uma réplica do Fundo Monetário junto aos emergentes. Ele é um potencial grande oportunidade que, de novo, o Brasil deveria saber explorar bem mais do que tem feito até aqui. Por que os projetos são poucos? Porque há poucos projetos neste País. Ponto. Nós precisamos fazer o dever de casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Prof. Renato Baumann.

E, para finalizar a nossa reunião de hoje, passo a palavra ao Dr. Marcos Degaut.

O SR. MARCOS DEGAUT – Obrigado, Senador. Vou ser bem breve também para não ser repetitivo.

Essas perguntas, de uma forma geral, indicam ou reforçam aquilo que eu mencionei no início da minha apresentação: de que se trata de um tema ainda muito marcado por questões retóricas, ideológicas e pouco focadas em resultados práticos ou em aspectos ligados efetivamente à formulação de políticas públicas.

Então, vamos enfocar essa questão de cooperação técnica. Existem, sim, muitas, mas são todas ou quase todas de reduzidíssimo espectro, que hoje têm pouco ou nenhum impacto sobre a nossa sociedade, mas que podem vir a ter. Podem vir a beneficiar bastante a nossa sociedade, mas se encontram ainda numa forma muito incipiente.

Em relação ao NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), é um resultado concreto, tangível, mas isso não pode se tornar a pedra de toque dos BRICS. Os BRICS não podem se reduzir ao Novo Banco de Desenvolvimento, mesmo em vista de todas essas restrições ou limitações que foram apresentadas aqui. Então, hoje, embora ele tenha um capital subscrito de 50 bilhões, o capital integralizado de fato é de 10 bilhões. Já foram aprovados acho que oito projetos, que totalizam quase 2 bilhões. É pouco, mas é um início. E é muito pouco se nós considerarmos que o menor banco europeu de investimentos dessa natureza tem US\$600 bilhões.



Então, isso diz um pouco também de para quê nós queremos esse NDB. Certamente não é para substituir o FMI, porque isso seria uma sandice, mas também não é um novo Banco Mundial. Muito longe disso. Tem um caráter complementar, muito bem-vindo, mas precisa aperfeiçoar a sua institucionalidade, precisa aperfeiçoar o seu caráter organizacional. E nós precisamos fazer o nosso dever de casa e apresentar projetos, porque muitos projetos apresentados, quer dizer, dentre os poucos que são apresentados, grande parte não atende aos critérios do Novo Banco de Desenvolvimento. Um deles é que esses projetos sejam sustentáveis, sejam projetos verdes; projetos de infraestrutura, mas sustentáveis.

No acordo que instituiu o Banco Mundial, ficou definido que as quatro vice-presidências teriam um escritório em seus países. Então, o próximo escritório a ser aberto deve ser na África do Sul, e já para o ano que vem nós deveremos ter um escritório do Novo Banco de Desenvolvimento aqui no Brasil.

A gente espera que esse escritório possa dar um renovado vigor a esse novo banco de desenvolvimento, que, repito, tem um papel muito importante, mas não pode se tornar a pedra de toque dos BRICS.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Marcos Degaut.

Ao concluir as exposições e o debate da noite de hoje, gostaria de mais uma vez agradecer a presença da Srª Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, bem como de S. Exª o Embaixador da Sérvia, Sr. Veljko Lazic; do Embaixador da República do Azerbaijão, Dr. Elkhon P. Polukhov; do Embaixador da República da Namíbia, Sr. Samuel S. Nuuyoma; do Embaixador da República da Macedônia, Sr. Ivica Boceviski; do Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; do Embaixador do Estado do Catar, Sr. Mohammed Al-Hayki; da Embaixadora Gisela Pandovan, Ministério das Relações Exteriores; do Vice-Embaixador da República do Malawi, Dr. C. J. Kapalamula; do Ministro-Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã, Sr. Morad Ali Gholami Nohouji; do Ministro-Conselheiro da Embaixada da Romênia, Sr. Valeriu Rusu; do Ministro-Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sr. Abbah Sidi Sidi; do Conselheiro da República do Cazaquistão, Sr. Temirlan Aimagambetov; do Conselheiro da República Dominicana, Sr. José Loreto Julian; do Conselheiro do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. Wilfredo Chávez Serrano; da Primeira-Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Srª Cécile Merle; do Primeiro-Secretário do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. Faleg Valdez Cópas; da Segunda-Secretária da Embaixada do Marrocos, Srª Salma Atbelhadj; da Segunda-Secretária da Embaixada do Canadá, Srª Nadine Khoury; do Sr. Ramiro Januário dos Santos Neto, Terceiro-Secretário do Ministério das Relações Exteriores (Divisão do Agrupamento dos BRICS); da Srª Mariana Madeira, Chefe da Divisão do Fórum Ibas e do Agrupamento BRICS do Ministério das Relações Exteriores; do Brigadeiro Mauricio Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; e do Sr. Aleksei Churikov, correspondente da Rossiyskaya Gazeta, representante da imprensa russa no debate de hoje.

Agradeço mais uma vez a participação das Srªs e Srs. Senadores, das autoridades presentes, aqui já nominadas, e especialmente dos nossos palestrantes – Dr. Renato Baumann, Dr. Angelo Segrillo, Dr. Marcos Degaut –, pelas suas presenças e pela grande contribuição que emprestaram ao debate que hoje travamos aqui nesta Comissão, informando que o 13º Painel ocorrerá no dia 2 de outubro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema: "Lugar do Brasil em um mundo de transformações".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Embaixador Rubens Barbosa; o Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Prof. do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília/ e a Drª Vera Helena Thorstensen, Profª da Escola de Economia e Coordenadora do Centro do Comércio Global e Investimento da Fundação Getúlio Vargas.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a realizar-se no dia 21 de setembro, quinta-feira, às 9h, neste plenário, com



a finalidade de debater a privatização do recém-lançado – privatização é o nome que a mídia resolveu conferir a esse fato – satélite geoestacionário brasileiro.

Para essa audiência pública, teremos como convidados para falar sobre o tema o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato; o Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), Sr. Jarbas José Valente; e o Presidente do Clube de Engenharia, Sr. Pedro Celestino da Silva Pereira Filho.

Muito obrigado pela presença de todos os senhores.

Obrigado pela audiência dos nossos internautas, pela participação de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito boa noite.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 56 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (37ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (26ª REUNIÃO), EM 21 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia vinte e um de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Hélio José, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço e José Agripino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RRE 25/2017, de autoria do Senador Jorge Viana, e RCT 25/2017, de autoria do Senador Jorge Viana. **Finalidade:** Reunião Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com a finalidade de debater a privatização do recém-lançado satélite geoestacionário brasileiro. **Participantes:** Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica; Senhor Jarbas José Valente, Presidente Interino da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás). Senhor Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor do Clube de Engenharia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. O Presidente solicita a dispensa da leitura da presente Ata e a submete a deliberação, que é aprovada, que é assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Conjunta da Comissão de Relações Exteriores – 27ª reunião desta Comissão – e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – 26ª reunião daquela Comissão – da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Há expedientes sobre a mesa.

Expediente enviado a S. Exª, o Presidente do Senado Eunício Oliveira, por parte de S. Exª, o Senador Wellington Fagundes, comunicando que o Bloco Moderador indica o seu nome, Senador Wellington Fagundes, do PR do Mato Grosso, como membro suplente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Desejamos, em nome de toda a Comissão, as melhores boas-vindas ao nosso convívio ao Senador Wellington Fagundes.

Requerimento nº 33.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil Argentina (grupo parlamentar misto, com integrantes do Senado e da Câmara dos Deputados), com o objetivo de elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para a viabilidade da hidrovía dos Rios Paraguai/Paraná. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Prof. Dr. Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura, da Universidade Federal do Paraná – UFPR; 2. Sr. Antônio Alberto Rocha Accioli, Coordenador-Geral de Obras Aquaviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT; 3. Sr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; 4. Sr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio; 5. Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA; 6. Dr. Tarciso Dal Maso Jardim – Consultor Legislativo do Senado Federal.

Segue-se a justificação.

Assina o requerimento o Senador Fernando Collor, eu próprio.

Feita a leitura, vai para a pauta da nossa próxima reunião para deliberação.

Inicialmente, eu gostaria de solicitar ao secretário desta Comissão para que conste das notas taquigráficas e seja publicada a íntegra do relato da audiência pública promovida por esta Comissão e que teve a participação do Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Comunicados – hoje um pouco alentados.

Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Em seu primeiro discurso na ONU, considerado por analistas internacionais como um discurso de ódio, o presidente norte-americano Donald Trump afirmou, na terça-feira, que, se os Estados Unidos forem forçados a se defender, eles não terão outra escolha senão destruir completamente a Coreia do Norte, chamando o líder norte-coreano Kim Jong-un de homem foguete que está levando seu país a uma missão suicida.

Em resposta, o líder norte-coreano disse que o discurso de Trump soava como um cachorro latindo.

É uma retórica de que, acredito, nós não tenhamos tomado conhecimento, pelo menos eu, durante a minha existência, tão agressiva entre lideranças mundiais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trump afirmou que um pequeno grupo de regimes párias que violam os princípios das Nações Unidas são o flagelo do mundo e dedicou parte do seu discurso a criticá-los. Ele mencionou a Venezuela e afirmou que Nicolás Maduro desafiou seu próprio povo roubando o poder de seus representantes eleitos para preservar seu governo desastroso, coisa diante da qual os Estados Unidos, segundo Trump, não podem simplesmente ficar parados e assistir.

Também o Presidente americano acusou o governo do Irã de mascarar uma ditadura corrupta sob a aparência falsa de uma democracia e afirmou que o Estado pária do Irã exporta violência, derramamento de sangue e caos.

O presidente norte-americano classificou como um constrangimento o acordo firmado com o Irã em 2015 para impedir o desenvolvimento de armas nucleares naquele país. Ele também afirmou que o povo iraniano quer mudanças, e o que mais assusta os líderes iranianos, além do vasto poderio militar dos Estados Unidos, segundo Trump, é o povo iraniano.

O acordo, esse acordo, foi firmado entre o Irã e seis países: Estados Unidos, Reino Unido, França, China, Rússia e Alemanha. O seu objetivo, de acordo com a Casa Branca, era impedir o Irã de desenvolver armas nucleares. Pela legislação dos Estados Unidos, o presidente precisa, a cada 90 dias, reassegurar ao Congresso americano que o Irã está cumprindo o acordo e que o documento ainda atende aos interesses de segurança nacional do país.

A Embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Nikki Haley, esclareceu ontem, em uma entrevista à emissora norte-americana CBS, que as declarações não eram um sinal de que o presidente planeja abandonar o acordo, mas, sim, um sinal claro de que ele não está contente com o acordo. É interessante, vou repetir essa declaração da Secretária: disse ela à CBS que as declarações do Presidente dos Estados Unidos não eram um sinal de que ele, o Presidente Trump, planeja abandonar o acordo, mas, sim, um sinal claro de que ele não está contente com o acordo. Quer dizer, se não está contente, quer abandonar. É a conclusão óbvia, mas ela aqui diz o contrário do que a obviedade da afirmação sugere.

Na manhã de ontem, discursando para a Assembleia-Geral das Nações Unidas, o Presidente iraniano, Hassan Rohani, rebateu as críticas de Trump referindo-se a ele como um pária novato na política internacional. Ele negou que seu país seria o primeiro a violar o acordo nuclear de 2015, mas alertou que o Irã responderia decisivamente à sua violação por qualquer das partes, acrescentando que seria lamentável se o acordo fosse destruído por Trump. Rohani também chamou a retórica usada por Trump de ignorante, absurda e odiosa, afirmando que a considerava imprópria para ser ouvida nas Nações Unidas.

Trump também prometeu que continuaria a colocar seu país em primeiro lugar e aconselhou os outros chefes de Estado a também colocarem seus países em primeiro lugar.

Para o analista da CNN Jeremy Diamond, essa fala mandou uma mensagem inequívoca aos líderes mundiais, particularmente àqueles que tinham esperanças de que o presidente dos Estados Unidos fosse abrandar sua ideologia nacionalista: a de que Trump – segundo ele, esse é o intento do presidente americano – está fortemente comprometido com os princípios nacionalistas que alimentaram sua ascensão política. Diamond também comentou o novo apelido que Donald Trump deu ao líder norte-coreano pela primeira vez, dias antes, no Twitter, e que repetiu no discurso à Assembleia-Geral. O jornalista aponta o "homem foguete" e a promessa de destruir completamente a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coreia do Norte como evidências de que Trump ainda acredita no poder da retórica dramática em seu confronto em andamento com Kim Jong-un.

Em outra análise, a jornalista da rede britânica BBC Barbara Plett Usher afirmou que os membros das Nações Unidas aguardavam com alguma ansiedade o discurso do novo presidente. De acordo com a comentarista, Trump não atacou a organização em si, como muitos temiam que ele faria depois de suas duras críticas à ONU, a qual chamou em dezembro passado de um clube elitista para as pessoas se reunirem, conversarem e se divertirem. Usher concluiu que, aparentemente, Trump aceitou que a ONU tem um papel para desempenhar em sua visão da ordem mundial, apesar da impressão generalizada de que o presidente norte-americano seja um isolacionista e unilateralista.

Na terça-feira, abrindo a sessão de debates da Assembleia Geral, o Presidente Michel Temer destacou o papel do Brasil na preservação ambiental, defendendo o Acordo de Paris, que os Estados Unidos abandonarão, de acordo com anúncio feito por Donald Trump em junho. Temer também criticou o nacionalismo exacerbado, falou a favor do multilateralismo e da diplomacia e defendeu a necessidade de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sobre a Venezuela.

A Venezuela foi o principal assunto de um encontro realizado na segunda-feira em um jantar de trabalho oferecido em Nova York pelo presidente dos Estados Unidos, do qual participaram o Presidente Michel Temer; o Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos; o Presidente do Panamá, Juan Carlos Varela; e a Vice-Presidente da Argentina, Gabriela Michetti. O presidente da Argentina, segundo informações, não compareceu porque estava dedicado a questões eleitorais da Argentina.

Após o jantar, Temer afirmou que os líderes discutiram a crise econômica e política na Venezuela, mas que não foram discutidas sanções adicionais ao regime de Nicolás Maduro nem intervenções externas no país. De acordo com o presidente brasileiro, houve uma coincidência absoluta das posições dos participantes do jantar sob dois ângulos: o humanitário e o político. No ângulo humanitário, Temer destacou que o Brasil tem feito o possível para ajudar o vizinho, enviando alimentos e remédios; e, no ângulo político, Temer disse que, na opinião dos participantes do jantar, é preciso que haja uma solução democrática na Venezuela e que mais manifestações nesse sentido devem ser obtidas junto a outras nações da região.

O presidente norte-americano afirmou, na saída do jantar, que seria importante a restauração da liberdade e da democracia na Venezuela e que os Estados Unidos seriam capazes de tomar atitudes a respeito, mas sem detalhar quais seriam.

Na terça-feira, Caracas divulgou uma nota na qual critica o encontro do presidente dos Estados Unidos com líderes latino-americanos. Na nota, a Venezuela, abro aspas, "denuncia aos povos do mundo as novas ameaças contra a soberania, a paz e a estabilidade do nosso país", fecho aspas.

O texto também critica o Presidente colombiano, Juan Manuel Santos, acusando-o de apoiar os Estados Unidos apenas para evitar que Washington estabeleça sanções contra Bogotá, devido à produção de drogas – diálogos terríveis.

Ainda segundo a nota do governo venezuelano, os líderes foram contaminados a incrementar a campanha de agressões contra a Venezuela, e Trump tem uma obsessão fatal com a Venezuela, motivada por suas ideias supremacistas brancas, segundo nota do governo venezuelano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As duras críticas feitas por Donald Trump em seu discurso nas Nações Unidas no dia seguinte ao jantar provocaram a reação do Ministro das Relações Exteriores venezuelano, Jorge Arreaza, que, em entrevista na sede da ONU em Nova York, chamou sua ideologia de anacrônica.

Arreaza disse que, enquanto Trump construía a sua fortuna, as suas torres e os seus campos de golfe, a Venezuela criou uma revolução democrática socialista e que estava surpreso diante do fato de que, na casa de paz e do Direito Internacional, um presidente que veio pela primeira vez fale em destruir outros países e levantar bloqueios contra outros países.

Outro comunicado, sobre a situação em Myanmar, que é algo dramático e que não está tendo a cobertura, talvez, que mereceria na imprensa mundial.

A Conselheira de Estado e líder de fato de Myanmar, que é a ex-Birmânia, antiga colônia britânica, Aung San Suu Kyi, laureada com o Prêmio Nobel da Paz, vem enfrentando crescentes críticas e pressões por parte de líderes da comunidade internacional por sua falta de atitude quanto à escalada da violência no Estado de Rakhine e da crise dos refugiados rohingyas.

Na terça-feira, em discurso ao Parlamento de seu país, ela disse que seu governo não teme o escrutínio internacional e, apesar de condenar abusos de direitos humanos, não culpou o exército, nem comentou as alegações de limpeza étnica.

Os rohingyas são a minoria étnica muçulmana de cerca de um milhão de pessoas ou um terço dos habitantes do Estado brimânês de Rakhine, de maioria budista – Myanmar tem cerca de 49 milhões de habitantes e várias minorias étnicas. Eles vivem na região desde o século XV, época em que migraram para fundar o já extinto reino islâmico de Arakan.

Apesar de estarem em Myanmar há várias gerações, aos rohingyas é negada a cidadania birmanesa e oportunidades iguais, e o governo os classifica como imigrantes ilegais de Bangladesh.

Desde o final de agosto, mais de 400 mil pessoas cruzaram a fronteira com o país vizinho, Bangladesh, fugindo das recentes ofensivas da polícia e de militares birmaneses, cujas atrocidades foram definidas como limpeza étnica pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein.

O Estado de Rakhine tem sido palco de tumultos esporádicos durante anos, mas a atual crise teve início no dia 25 de agosto passado, com ataques armados a postos policiais e uma base militar, que provocaram a morte de 12 pessoas. A autoria dos ataques foi atribuída a um novo grupo conhecido como Exército da Salvação Arakan Rohingya. A reação dos militares aos ataques foi dirigida a toda a população. Milhares de muçulmanos rohingyas começaram a deixar suas aldeias rumo a Bangladesh, onde chegaram com relatos sobre a perseguição e a destruição de suas aldeias, às quais os militares teriam atado fogo.

Na terça-feira, em discurso na Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, a Primeira-Ministra de Bangladesh, Sheikh Hasina, renovou seu pedido para que Myanmar receba de volta e dê abrigo e segurança às centenas de milhares de rohingyas, alegando que eles são cidadãos de Myanmar. Ela disse que eles se encontram face a uma insuportável catástrofe humana. Bangladesh também nega aos rohingyas o direito de estabelecerem residência no país.

O Secretário de Estado norte-americano, Rex Tillerson, disse à líder birmanesa, em telefonema esta semana, que sua afirmação de que os refugiados poderiam voltar a Myanmar após verificação – não se sabe exatamente o que significa "após verificação" – era bem-vinda, mas insistiu para que ela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilitasse a ajuda humanitária aos refugiados e investigasse as alegações profundamente problemáticas de abusos e violação de direitos humanos.

Também em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente da França, Emmanuel Macron, disse que a operação militar tem de parar, o acesso à ajuda humanitária tem de ser garantido e a lei tem de ser restabelecida face ao que conhecemos como limpeza étnica. Macron também informou que promoverá iniciativa do Conselho de Segurança para garantir o acesso humanitário e o fim da violência na região.

Por sua vez, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, exigiu que Mianmar suspenda as operações militares e encare o problema dos rohingyas, cujo *status* foi deixado sem solução por muito tempo.

Em seu discurso ao Parlamento birmanês, Suu Kyi disse que sentia profundamente pelo sofrimento de todas as pessoas envolvidas no conflito e que Mianmar está comprometida com uma solução sustentável para todas as comunidades do país.

A líder birmanesa decidiu não comparecer à Assembleia-Geral da ONU esta semana, mas afirmou desejar que a comunidade internacional tome conhecimento do que tem sido feito pelo seu governo nessa crise. Horas após o discurso, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, exigiu acesso total à região para que possa investigar a situação com seus próprios olhos.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que dê como lido o restante deste comunicado sobre Mianmar.

O próximo comunicado: Alemanha.

A Alemanha realizará suas eleições gerais neste domingo, dia 24, para definir a nova composição do Bundestag. A Chanceler Angela Merkel está à frente nas pesquisas e, segundo os jornalistas Stefan Wagstyl e Tobias Buck, do jornal inglês *Financial Times*, a questão mais premente não é mais quem vai vencer a eleição de domingo, mas, sim, quem vai se juntar à atual premiê para governar o país.

As pesquisas sugerem que a União Democrata-Cristã, que é o CDU, de Angela Merkel, e a União Social Cristã, CSU, seu partido coligado na Bavária, deverão obter 37% dos votos, à frente do Partido Social-Democrata, o SPD, que deverá ficar com 23%. Os demais – Partido Democrático Liberal, Verdes, A Esquerda e Alternativa para a Alemanha – obteriam de 8% a 11% dos votos cada um.

Seu bloco conservador deverá dominar o governo, mas Merkel vai precisar de pelo menos um parceiro de coligação para obter a maioria no Parlamento. Esse parceiro poderá influenciar políticas que vão dos carros elétricos ao plano de reforma econômica da zona do euro proposta pelo Presidente francês Emmanuel Macron.

Segundo o *Financial Times*, o país está habituado a coligações políticas, mas o surgimento do partido Alternativa para a Alemanha (AfD), de direita, significa que sete partidos terão deputados no Bundestag, o que deve tornar a negociação da coligação a mais difícil desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Merkel descartou uma coligação com o Alternativa para a Alemanha (AfD) e com o radical A Esquerda, mas, fora isso, pouco disse sobre o que quer. O Alternativa para a Alemanha é um partido de direita, anti-imigração e anti-União Europeia, que vem atraindo votos dos eleitores de baixa renda e deve entrar no Bundestag pela primeira vez.

Peço à Secretaria que dê como lido o restante do comunicado sobre a Alemanha. Esse material será levado ao conhecimento de todos os integrantes desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão da Catalunha.

O governo espanhol deteve ontem, dia 20, 14 autoridades catalãs, e fez buscas em ministérios acusados de ajudar na organização do referendo para a independência da Catalunha, que está marcado para o dia 1º de outubro e foi considerado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional Espanhol. As buscas foram realizadas pela guarda civil espanhola e foram conduzidas em mais de 20 ministérios e instituições locais. Segundo relatórios citados pela rede britânica BBC, em um único galpão foram apreendidos mais de seis milhões de cédulas eleitorais. De acordo com o Primeiro-Ministro espanhol, Mariano Rajoy, o governo foi forçado a agir.

Não entendo por que foram apreendidos seis milhões de cédulas eleitorais. Deve haver alguma explicação. Será irregular isso? Não sei.

Por sua vez, o Ministro das Finanças espanhol, Cristóbal Montoro, disse que o governo federal irá em breve assumir o controle de uma grande parte das contas públicas da Catalunha. Na sexta-feira, Montoro havia dado um ultimato ao Vice-Presidente da Catalunha, Oriol Junqueras, para suspender a votação ou ter o financiamento de serviços essenciais na região cortado por Madri.

Após um encontro de emergência com seu gabinete, o Presidente catalão, Carles Puigdemont, acusou o governo de Madri de estar suspendendo a autonomia da região e impondo um estado de emergência.

Diversos ministérios locais foram alvos de buscas, incluindo os da Economia, Assuntos Estrangeiros e Telecomunicações. Entre os detidos na operação estão funcionários do Ministério da Economia, comandado pelo Vice-Presidente catalão Oriol Junqueras. Segundo informa a BBC, as forças policiais procuravam por computadores e documentos ligados à votação.

Para o correspondente da BBC em Madri, James Badcock, essas buscas, conduzidas por uma força policial militarizada, criaram ecos incômodos da ditadura de Franco. O jornalista reportou que manifestantes já estavam tomando as ruas para defender o referendo e que existe risco de confrontos entre esses manifestantes e as forças policiais tentando impedir a votação.

Finalmente, sobre o Curdistão, outra situação de extrema gravidade.

O presidente da região do Curdistão, no Iraque, prometeu, na terça-feira, que a administração curda seguirá em frente com o referendo para a independência da região, marcado para a próxima segunda-feira, dia 25. A declaração veio após a decisão tomada na segunda-feira, dia 18, pela Suprema Corte iraquiana, que ordenou a suspensão do referendo. A decisão veio em resposta a ações judiciais que contestam a votação, incluindo uma apresentada pelo Primeiro-Ministro iraquiano, Haider al-Abadi.

O referendo curdo foi criticado pela ONU e por diplomatas norte-americanos, britânicos e turcos. O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, disse que a questão deve ser resolvida pelo “diálogo estruturado e acordo construtivo”. O Secretário da Defesa britânico, Michael Fallon, já havia declarado que considera o referendo “um equívoco” que poderia “prejudicar a campanha para derrotar o Daesh (Estado Islâmico)”.

Existem cerca de 30 milhões de curdos em várias nações do Oriente Médio. De acordo com estatísticas oficiais, os curdos representam de 15% a 20% da população do Iraque. Um governo curdo administra o curdistão iraquiano, uma região semiautônoma ao norte do país. Combatentes curdos lutam no solo contra o Daesh (Estado Islâmico) no norte da Síria e no norte do Iraque.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É algo também extremamente dramático o que se está passando no norte do Iraque neste momento em relação à região curda.

Passo à pauta do dia de hoje.

A pauta refere-se à audiência pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que tem como Presidente S. Ex^a o Senador Otto Alencar, que tem por finalidade debater a privatização do recém-lançado satélite geoestacionário brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 25, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e ao Requerimento nº 25, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ambos de autoria de S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

Para esta reunião, contaremos com a presença de S. Ex^a o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar, Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica; do Sr. Jarbas Valente, Presidente interino da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras); e do Sr. Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor do Clube de Engenharia.

Tenho a honra de cumprimentar os convidados, dar-lhes as boas-vindas e convidá-los a fazer parte desta Mesa para a audiência pública de hoje. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Como sempre as nossas audiências públicas e reuniões de painéis é sempre às segundas-feiras e contam com a participação dos internautas, a quem agradecemos mais uma vez. E todas as vezes nós fazemos questões de assim agir, porque a participação dos internautas tem sido extremamente proveitosa para o bom andamento dos trabalhos.

Então, muito obrigado a todos os que estão hoje acompanhando esta audiência pública da maior importância e do interesse de vários estamentos da nossa sociedade, que conta com a presença do Tenente-Brigadeiro do Ar Comandante da Aeronáutica Rossato.

Além dos canais normais, vocês internautas já têm o nosso endereço, que é o www12.senado.leg.br/ecidadania. A todos os internautas, boas-vindas, e aguardamos a participação de todos.

Esclareço aos senhores palestrantes que terão a palavra durante 20 minutos para fazerem a sua exposição, sempre com a possibilidade de prorrogação quando essa se mostrar necessária.

Para dar início à nossa audiência pública, eu convido para iniciar com suas palavras o Sr. Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor do Clube de Engenharia.

Tem o senhor a palavra.

O SR. MARCIO PATUSCO LANA LOBO – Bom dia a todos.

Muito obrigado pelo convite para participação nesta audiência pública no sentido de esclarecermos serviços de telecomunicações que são providos para a sociedade brasileira.

Meu nome é Marcio Patusco Lana Lobo, como já foi dito. Sou engenheiro de telecomunicações. Tenho 45 anos de experiência no setor. Eu trabalhei na Embratel 25 anos, tanto no período estatal como no período privado. Desde 2007, eu atuo no Clube de Engenharia. Sou Diretor de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia e, até o início deste ano, eu era Presidente do Conselho Consultivo da Anatel.

O Clube de Engenharia é uma entidade da sociedade civil, que foi fundado em 1880. É anterior à República. E, desde 1927, é considerado de utilidade pública pela Câmara Federal, no Rio de Janeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, no Clube de Engenharia, 20 divisões técnicas que cuidam, cada uma delas, das melhores práticas técnicas para cada segmento da engenharia nacional.

O nosso assunto hoje aqui é o modelo de comercialização que se colocou para o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação que o Brasil acabou de lançar.

de lançar... *(Pausa.)*

Esse modelo de comercialização foi colocado através de uma audiência pública e de um chamamento público no início de 2017. Ele foi emendado logo em seguida pelo Chamamento nº 2, com algumas modificações no seu conteúdo, nas suas características.

Houve a redução dos lotes e da capacidade a ser comercializada. Cessão que era de 10 anos passou de cerca de cinco mais cinco. O Lote 2 passou a ter uma necessidade de ocupação mínima de 25% em três anos e o Lote da Telebras passou a ter compromissos de rede; permissão para empresas estrangeiras participarem desse leilão e aberta a possibilidade de formação de consórcio. Essas foram as principais modificações do Chamamento Público nº 2.

As propostas seriam entregues inicialmente para o leilão das capacidades do satélite em 28 de agosto. Foi logo adiado para 27 de setembro e novamente houve um adiamento para o dia 17 de outubro, data em que atualmente está prevista a entrega das propostas.

Mas o que na verdade a gente precisa entender é qual o contexto em que esse satélite entra no provimento das facilidades de telecomunicações no nosso mercado. Esse trabalho do CGI.br e do Cetic.br, editado recentemente – é do início de setembro de 2017 –, coloca que 54% dos domicílios brasileiros estão atendidos. Isso significa 46% dos domicílios brasileiros não estão atendidos por telecomunicações, por banda larga.

Isso significa que 31 milhões dos domicílios brasileiros não estão atendidos. Esse estudo é do CGI.br, como eu falei, e do TIC Domicílios 2016, que foi recém-emitido em setembro.

Se a gente entrar um pouquinho mais em detalhes do que significa essa existência de 46% de domicílios não atendidos, verificamos que esse não atendimento está concentrado nas classes C, D e E, porque as classes A e B já estão bem atendidas, vamos dizer assim.

E que também há uma separação regional, ou seja, as áreas urbanas são mais bem atendidas do que as áreas rurais. Mas mesmo nas áreas urbanas nós temos ainda 41% de domicílios não atendidos. Mas, nas áreas rurais, só em 26% existe atendimento em domicílios rurais.

O principal motivo desse trabalho do CGI.br... O principal motivo levantado na pesquisa que eles fizeram para a não existência de internet nos domicílios brasileiros é que isso é caro. Esse é o principal motivo de não haver internet nesses domicílios.

Isso traz inconveniências de forma geral para o Brasil. Esse é um trabalho da OIT, que é emitido anualmente. A OIT é a União Internacional de Telecomunicações, um órgão da ONU...

União Internacional de Telecomunicações (UIT), é um órgão da ONU, que coloca o Brasil em posições bastante desconfortáveis.

Em termos de banda larga, de telefonia e de telefonia celular, o Brasil está no 63º lugar no provimento dessas facilidades de uma forma geral. É um índice estabelecido pela UIT, o índice de implementação de tecnologia da informação e comunicação. O Brasil está em 63º, mas tem melhorado... Melhorou de 2015 para 2016 duas posições, mas continua ainda em uma posição bastante desfavorável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso acontece também na velocidade de internet no Brasil. O Brasil está em 79º lugar, abaixo da média mundial de velocidade e de provimento de internet. O Brasil está com 6,8 Mbps de média; e vale a pena ressaltar que essa média é em relação aos domicílios atendidos, fora os não atendidos. A média mundial é de 7,2 Mbps.

Obviamente, o que a gente percebe é que como o serviço de provimento de banda larga é um serviço privado no Brasil, não é um serviço em regime público, as forças de mercado têm dificuldade de atender determinadas situações, que são as situações que a gente tem estudado, ou seja, as situações de regiões distantes, regiões remotas e regiões de periferia, onde as pessoas não têm recursos para poder pagar os pacotes de internet que são oferecidos.

Então, o fato é que há necessidade de se implementar políticas públicas que façam o atendimento desses domicílios e dessas pessoas. E isso não é novidade nenhuma. Países como a Austrália, Canadá, China, Estados Unidos e Índia vêm implementando políticas públicas já há algum tempo. E isso está bastante identificado em um trabalho do Intervozes, qual seja, "Caminhos para a universalização da Internet banda larga", onde se caracteriza exatamente qual a situação que cada país vem implementando em relação às suas bandas largas.

Há características bastante interessantes. Os Estados Unidos, por exemplo, recentemente identificaram que 40 milhões de pessoas não tinham internet dentro do país. Assim, eles implementaram uma política pública exatamente para que essas pessoas fossem integradas através de subsídios públicos para acesso à banda larga.

Outro trabalho da UIT, que é o The State of Broadband 2017, estabelece que de 195 países 156 deles têm planos de atendimento de banda larga através de políticas públicas. Então, na verdade, isso não é uma novidade de implementação de política públicas.

E como se implantam políticas públicas e soluções de atendimento para a comunidade, para a sociedade de uma forma geral? Existem várias alternativas de atendimento e algumas delas eu coloquei aí. Por exemplo, cabo de pares, que é o cabo telefônico que nós temos em casa e que vem sendo esnobado de uma forma geral, porque muitos dizem que ele está ultrapassado. Só que existem protocolos hoje estudados na UIT que têm capacidade de transmissão em cabo de pares de velocidade de até 1 Gbps.

Então, não é uma infraestrutura que a gente deve... desleixar em relação a ela. O cabo coaxial, que normalmente era utilizado para tevê por assinatura e, através de um *modem* adequado, pode fazer transmissão de banda larga. Fibra ótica, que é o mais badalado, mas tem custos elevados de implantação. A gente tem apenas 5% de domicílios no Brasil ou de empresas que têm banda larga através de fibra ótica. O celular é uma outra possibilidade. A rede elétrica, através do cabo de energia elétrica, tem problemas na tecnologia, mas, enfim, é uma possibilidade. Os rádios enlace de acesso também e, efetivamente, o satélite.

O satélite tem especialmente uma aplicação importante para locais de difícil acesso, onde não existam possibilidades de outras soluções. Ele tem uma visibilidade bastante grande e a possibilidade de atendimento porque ele está localizado a 36.000km da face terrestre e, com isso, ele tem possibilidade de atendimento bastante eficaz.

E o contexto da necessidade desse satélite, do SGDC, surgiu exatamente dessa possibilidade de atendimento a essas regiões no Brasil, especialmente porque a gente tem um País de dimensões bastante grandes e de áreas muito despovoadas e de difícil acesso. Então, a realização de políticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas para atendimento de banda larga era um contexto em que esse satélite se inseria. Na verdade, a gente tinha uma realidade vinda da privatização do sistema Telebras, onde hoje a gente tem satélites estrangeiros prestando serviços no Brasil, cerca de 50 satélites, sendo que nenhum deles, na verdade, é genuinamente brasileiro: ou são de empresas estrangeiras nem sediadas no Brasil e empresas estrangeiras sediadas no Brasil.

Havia uma necessidade, já colocada pelas Forças Armadas, no sentido de ter um sigilo e uma privacidade em relação a determinados tráfegos de informações e de comunicações que esse atendimento daria e atendimentos a locais de difícil acesso na Amazônia e no Nordeste, evidentemente.

Em 2013, aconteceram as denúncias de espionagem industrial e governamental no Brasil, através das denúncias de Edward Snowden, que vieram a provocar exatamente a necessidade de se ter um olhar mais adequado para essa espionagem, que aconteceu efetivamente, e a manutenção da soberania nacional na Amazônia e no mar territorial não depender de satélites e de recursos de empresas que não tivessem a característica de serem empresas com controle possível nacional.

Nesse contexto, a concepção inicial do satélite foi exatamente esta: no sentido de levar a banda larga às regiões mais carentes que são precariamente ou não são atendidas por outras soluções – a gente tem cerca de dois mil Municípios nessa situação no Brasil precariamente ou não atendidos adequadamente –; propiciar conexão em alta velocidade nas escolas rurais e escolas da periferia das grandes cidades.

...escolas da periferia das grandes cidades – nós temos cerca de 60 mil escolas colocadas nessa situação de periféricas e de escolas rurais.

Interconexão de órgãos públicos, hospitais, postos de saúde e postos de fronteira: tudo isso estava no contexto inicial do satélite.

Dar maior segurança e privacidade aos circuitos de entes governamentais, no sentido de dar privacidade e segurança.

A capacidade do satélite seria pulverizada pelos provedores de internet através da atuação da Telebras diretamente com esses provedores, que são atualmente cerca de 4 mil provedores de internet, pequenos provedores de internet no Brasil, e com tendência a aumentar significativamente. A legislação está mudando, e esses provedores devem mudar significativamente.

Essa era a concepção inicial do satélite, mas houve modificações. A concepção atual do satélite tem esta característica: venda da capacidade do satélite em cerca de 57%, com possibilidade de serem leiloados mais 22%, chegando praticamente a 80% de leilão da capacidade do satélite.

Não existem compromissos claros no edital de atendimento de cobertura e de tarifas, mas apenas cumprir as metas do PNBL.

Aqui eu abro parênteses, porque o Plano Nacional de Banda Larga, o PNBL... A gente acompanhou de bem perto esse PNBL. É até intrigante ele aparecer aqui novamente, porque o PNBL foi instituído em 2010 para a implantação de 28 milhões de acessos a esses domicílios de que a gente está tratando aqui. Ele já foi caracterizado, até pelo Senado Federal, por esta Casa, como um fracasso. Ele atendeu apenas 2,6 milhões domicílios e ele praticamente tinha sido abandonado em 2014. Em 2015 não se falava mais em Plano Nacional de Banda Larga, falava-se em internet para todos. De repente, surge novamente aqui o PNBL, como cumprir as metas do PNBL. É curiosa essa colocação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Telebras, então, passa a ser uma terceirizadora de capacidade, porque ela vai praticamente repassar essa capacidade para quem comprar no leilão essa capacidade do satélite.

Essa capacidade que a Telebras passa a ter... Existe um lote exclusivo para a Telebras de 12 gigabits por segundo. Ele não é suficiente para a implementação de políticas públicas robustas no Brasil, não é mesmo.

Nós temos 60 mil escolas rurais hoje a serem atendidas. Se pensarmos no atendimento a 10% dessas escolas... Cada escola desses 10% das escolas que não estão atendidas, se forem atendidas por esse 12 gigabits que a Telebras vai ter disponível, vai ter menos de 1 megabit. Então, esse projeto não tem capacidade para o atendimento de políticas públicas robustas.

É importante enfatizar o seguinte. O projeto inicial de satélite, e a Embratel...

É importante enfatizar o seguinte: o projeto inicial de satélite... A Embratel, que, na época, era estatal, teve uma constelação de satélites para atendimento. Nós tínhamos cinco satélites, na época em que a empresa era estatal, atendendo ao provimento de serviços no Território nacional.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Em que época?

O SR. MARCIO PATUSCO LANA LOBO – Isso ocorreu na década de 80 e na década de 90, principalmente na década de 90, quando havia cinco satélites colocados pela Embratel.

Esse projeto inicial foi concebido para uma constelação de satélites. Grande parte do investimento inicial que foi colocado para esse projeto é exatamente dirigida para a infraestrutura terrestre, para que a gente tenha a possibilidade de lançar satélites novamente, outros satélites, e de ter uma constelação de satélites para dar provimento a essas políticas públicas necessárias, que devem ser mais robustas do que esta que está sendo prevista no atendimento do satélite atual.

Outra coisa importante também é que os *gateways* e os centros de controle, atualmente, estão compartilhados entre Forças Armadas, Governo e entidades privadas que vão ser detentoras do leilão, o que dá uma complexidade operacional maior do que...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO PATUSCO LANA LOBO – ...a inicialmente colocada.

Um dos riscos que a gente vê com essa implementação nova é a perda do sentido social do projeto. Esse sentido social do projeto está abandonado. Na verdade, o leilão é para que as operadoras que venham a comprar essa capacidade do satélite possam se utilizar da forma no sentido de retorno financeiro. Então, o sentido social do projeto foi, na verdade, abandonado.

A continuidade do déficit de atendimento de banda larga vai acontecer, porque a capacidade do satélite que vai ser colocada para atendimento de banda larga é muito pequena. Com 12Gb, não dá para fazer atendimento.

Há a tendência de aumentar preços, exatamente no sentido de que as tarifas não estão controladas no edital. As operadoras vão poder colocar... Quem venceu o edital vai poder colocar a tarifa que for adequada, para obter retorno financeiro adequado.

Pode haver aumento da concentração na competição. Hoje, a banda larga já está praticamente prestada por três ou quatro grandes conglomerados nacionais. Isso tende a ser mantido. É provável que essas operadoras venham a adquirir essa capacidade de satélite, exatamente para prestar serviços nessas áreas que elas não conseguem atingir. Com isso, a concentração deverá aumentar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os provedores de internet passam a ficar quase fora da cadeia produtiva, já que eles vão ser ou usuários de uma capacidade pequena ou usuários de uma possível venda através dos conglomerados que comprem a capacidade do satélite.

Pode haver incerteza quanto à continuidade do projeto. O projeto do satélite já previa para 2016 a licitação para se obter o segundo satélite, o que, até agora, não aconteceu. E há esse risco da não continuidade do projeto.

Como eu coloquei, toda a infraestrutura terrestre está, na verdade, preparada para haver uma constelação de satélites, e não um satélite único.

preparada para se ter a estrutura terrestre, se ter uma constelação de satélites, e não um satélite único. O custo foi muito alto para se ter um único satélite. E a maior vulnerabilidade à soberania nacional é exatamente porque vamos continuar dependendo de eventuais prestadores de serviços internacionais de satélite.

Concluindo, nós, no Clube de Engenharia – existe uma área específica que estuda os problemas de telecomunicações – temos essa visão em virtude do exposto. O Clube de Engenharia acha inoportunas as mudanças ocorridas no projeto do SGDC.

Há necessidade de uma discussão mais aprofundada com a sociedade sobre os aspectos técnicos e sociais de um programa de governo que efetivamente venha a diminuir as diferenças regionais e a exclusão digital no nosso País. Com todo o respeito ao Legislativo, à condução do processo, que vem sendo feita, acreditamos ser essencial um maior amadurecimento do programa, de forma a torná-lo um instrumento real de políticas públicas para a nossa sociedade.

Esse é o nosso posicionamento, e agradecemos a possibilidade de trazer essas ideias para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor do Clube de Engenharia, pela sua exposição.

Passo a palavra ao Sr. Jarbas José Valente, Presidente interino da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Bom dia a todos.

Poderia colocar a minha apresentação, por favor?

Primeiro, eu queria agradecer o Ex^{mo} Sr. Senador Fernando Collor, cumprimentar o Tenente Brigadeiro Nivaldo, o Marcio, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, demais presentes aqui, nesta importante reunião, para que possamos esclarecer o modelo que foi adotado na exploração, na comercialização da capacidade do satélite geoestacionário brasileiro.

A estrutura regulatória foi desenvolvida para que a Telebras pudesse atuar no mercado de telecomunicações após a privatização que aí está. A Telebras foi criada, então, em 11/07/72, na época a Telebras como *holding* não detinha outorga de nenhum tipo de serviço. Os serviços eram prestados pelas teles, pela Embratel. Depois, com a privatização em 1997, com a Lei Geral de Telecomunicações, foi estatizada, não foi permitido que a Telebras pudesse atender o mercado diretamente, para não competir com as operadoras que acabaram se privatizar. Então, tinha todo um projeto de universalização da telefonia fixa, massificação da telefonia móvel. E foi em 98 – a lei é de 97 –, em julho de 98 começou a privatização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em 2010, em uma discussão que sempre teve, de como temos controle geoestacionário de posições orbitais que viabilizassem à segurança nacional a não utilização desse artefato. Então, o debate que existiu na época foi um debate muito importante para que se definisse qual modelo poderia ser adotado para que não tivesse dependência de utilização de satélites estrangeiros ou satélites mesmo nacionais, aqui, no Brasil, com estrutura de operação brasileira, mas sem o seu controle, sem a propriedade de o mesmo ser

Mas sem o seu controle, sem a propriedade do mesmo ser nacional. Houve a discussão em 2010. No mundo todo se discutia isso e, por isso, surgiu o PNBL. Essa sigla está até hoje, o decreto está vigente. Por isso que a gente não pode fugir de cumprir o que existe na regulamentação. Infelizmente nunca foi revogado o decreto que existe e o decreto está em vigor. Esse decreto nº 7.175, de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Banda Larga, viabilizou então as formas como a Telebras pode atuar no mercado de telecomunicações, especificamente de banda larga no Brasil.

Os outros países tiveram vários modelos. Os Estados Unidos, por exemplo, um país que tem muito recurso, pode disponibilizar US\$250 bilhões para as empresas e licitação reversa para que pudesse levar o serviço de banda larga para todo o país. Na União Europeia foi algo parecido, 250 bilhões de euros. E assim foi feito. O Brasil, por não ter recurso, escolheu que a Telebras pudesse utilizar das infraestruturas das redes elétricas, cabos óticos – nós chamamos cabos PGW – que estão em todas as torres espalhadas pelo Brasil todo. Nós chamamos de *backbone* e também de *backhaul*, que liga ao *backbone*, que é a grande estrada, à cidade. Nas capitais onde tiver dificuldades, as operadoras trabalham com Rede metropolitana.

O modelo adotado foi que a Telebras pode, pelo que está previsto no decreto, atender diretamente à Administração Pública Federal. Ou seja, todo o Governo Federal. Não só a Administração Pública direta, mas também a indireta, desde que tenha condições de a Telebras manter principalmente a questões de segurança. Aos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fim lucrativos. Então, esses são o público alvo que estão no decreto e que a Telebras pode fazer diretamente.

Aos demais a Telebras têm que prover a infraestrutura para que as prestadoras e o serviço de telecomunicações sejam os atuais provedores de serviços de conexão e internet. Como aqui disse o Márcio, são mais de quatro mil, como atuais operadoras possam utilizar dessa rede da Telebras com maior capilaridade. Foi a forma que o Governo entendeu de capilarizar a rede para chegar perto da casa do cidadão e o cidadão então ser atendido diretamente pelas operadoras. Então, a Telebras não pode atender diretamente a pessoa física ou a pessoa de direito privado diretamente, a não ser por meio de uma operadora. Então, isso está no Decreto nº 7.175, de 2010, salvos alguns pontos sobre os quais o Ministério viesse a definir uma política em que a Telebras pudesse então atender o usuário final.

Então, essa é a estrutura. É assim que está na rede terrestre, onde nós temos 28 mil quilômetros de fibra ótica, no Brasil todo, em dezenas de capitais e em cidades com rede metropolitana, em um investimento conjunto. Essas redes são alugadas também temporariamente pelas empresas privadas, pelos provedores e, por meio deles, é que se presta serviço de banda larga ao usuário final, seja ele pessoa física, seja ele pessoa jurídica de direito privado. E a Telebras, naquilo que o Governo acha conveniente, contrata a Telebras e a Telebras presta o serviço às entidades públicas da Administração Direta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Rede Satelital, mesmo decreto nº 7.769, seguiu o mesmo modelo do Decreto nº 7.175. Ou seja, a mesma estrutura que está hoje alocada do ponto de vista regulatório para a expansão da rede terrestre, onde não atendemos o usuário final, a não ser a Administração Direta, será feita na mesma forma com a Rede Satelital.

E aí são os princípios básicos, objetivos básicos que estão no decreto que instituiu então o Programa FGDC, que é prover então a cobertura. E está coberto 100% do território brasileiro para massificar o acesso à internet no âmbito do Plano Nacional de Banda Larga.

Território brasileiro para massificar o acesso à internet no âmbito do Plano Nacional de Banda Larga. Como massificar? Nós vamos mostrar as fórmulas que estamos desenvolvendo pela Telebras.

SGDC é o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas do Governo.

Outros objetivos: prover meio seguro e soberano para as comunicações estratégicas de Governo, como eu disse, principalmente da defesa, da área militar, com exclusividade no controle da operação de bandas específicas para haver esse controle; e, por último, obter tecnologias críticas para evolução não apenas de um satélite, já que o projeto prevê, pelo menos, três satélites. Estamos no processo, e hoje haverá uma reunião muito importante para a definição – não estamos nada atrasados, Sr. Marcio – com relação a se colocar RFI e RFP do segundo satélite brasileiro – está dentro do projeto normal. O trabalho não se faz de uma hora para outra. É preciso definir todas as faixas de cobertura que vai haver, e o processo se iniciou há muito tempo. Hoje, haverá uma decisão importante. Nós devemos divulgar agora, em outubro, como vai ser o processo do novo satélite brasileiro.

O projeto SGDC foi lançado com sucesso, agora, no dia 4 de maio. Todos os testes nós já fizemos, e está em perfeitas condições. O primeiro cliente já ativado e que está em funcionamento é o Ministério da Defesa com todas as suas Forças, utilizando uma banda específica para isso que ocupa 30% do satélite, que é a banda X.

Para viabilizar toda essa estrutura a fim de que o satélite pudesse ser utilizado, para viabilizar a operação desse satélite, nós tivemos que fazer, no último ano, mais de 30 licitações simultâneas de materiais e serviços. Foi investido um montante da ordem de R\$600 milhões para que pudéssemos ter esse processo e ter condições de fazer uso desse satélite daqui para frente. É uma infraestrutura que não vai servir apenas ao SGDC 1, mas também aos demais que virão. É uma estrutura perene, uma estrutura física extraordinária, porque envolve questões de segurança nacional na operação e no controle do satélite.

Nós estamos colocando aqui apenas a disponibilidade para ativação de clientes em banca Ka, que é uma banda Ka civil, para a utilização do público em geral, seja ele pessoa física, seja ele pessoa de direito privado.

Aí estão as fotos do lançamento do satélite. Ele tem 100% de cobertura. É o maior satélite de capacidade sobre o Território nacional até 2019. Depois, teremos satélites com capacidade muito maior do que a nossa que também virão cobrir o Brasil e vão trazer mais infraestrutura de banda larga para que o preço possa cair.

Com a rede terrestre, hoje, depois que a Telebras viabilizou... Esta foi uma forma que o Governo entendeu de criar rede, ou seja, o investimento seria muito menor do que dispor de recursos federais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que, por meio de licitações reversas, a iniciativa privada pudesse atender: preferiu que a Telebras o fizesse, e, por meio da Telebras, as empresas chegaram. Hoje, o Brasil tem essa cobertura de banda larga graças a esse trabalho que a Telebras fez na rede de fibra e que agora está fazendo com a cobertura do satélite.

Para isso, o satélite tem essa cobertura. Cada bolinha daquela ali representa as áreas de cobertura no Brasil. Ou seja, nós cobrimos o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, com a mesma capacidade, com a mesma qualidade, com a mesma eficiência.

Ocupamos a posição que chamamos de 75º W. Está um pouco em cima da Colômbia e consegue, então, cobrir o Brasil. Essa é só para a banda Ka – não está aí representado o *footprint* da banda X, que é utilizada pelas Forças Armadas. São, então, 67. Eles foram projetados para garantir a qualidade, a comunicação com esses diâmetros específicos.

Nós temos cinco estruturas no Brasil todo: são quatro principais – uma em Brasília, uma no Rio, uma em Florianópolis, uma em Campo Grande – e uma *backup* em Salvador. Ou seja, se houver problema em qualquer uma das outras quatro, Salvador entra "backupeando".

Salvador. Ou seja, se houver problema em qualquer uma das outras quatro, Salvador entra "backupeando".

São dois centros de controle, um em Brasília e um no Rio de Janeiro – o do Rio de Janeiro é *backup* de Brasília –, para manter a segurança e todo o provimento de capacidade do satélite no Brasil todo.

A capacidade deles, como eu disse, é a maior que há no Brasil. São 58 Gbps, 26,8 de banda de frequência, que é muito importante, especificamente da banda Ka, que é a banda civil, para atendimento de aplicações de banda larga.

O satélite, então, está dividido: 70% ficou para atender a banda Ka – e aí inviabilizou, do ponto de vista econômico, o satélite, porque, se fosse investir em um satélite apenas para ter a banda X, o investimento na infraestrutura seria muito alto; e, para tudo que se faz no Governo Federal, você tem que ter o retorno pelo menos daquilo que foi investido. Então, o projeto nunca foi de graça; nunca foi dito pelo Governo Federal, nem no passado, nem hoje, que seria alocado, como não é hoje dado. Então, há um produto e o produto tem que ter sua rentabilidade prevista. Assim foi feito tanto para nós quanto para os 30% do Ministério da Defesa.

Essa é estrutura: há um centro de operação, que nós chamamos de centro de operação principal, em Brasília; um centro de operação secundário no Rio de Janeiro; um é *backup* do outro; daí há todo o controle do sistema, do satélite, de todo sistema de comunicação, exceto da banda X. Então, todo sistema de controle hoje é da Telebras e do Ministério da Defesa. O trabalho é feito em conjunto. Estamos juntos nos dois centros de operações. A única diferença é que, para os usuários da defesa, o controle das suas *gateways* é feito exclusivamente pelo Ministério da Defesa; a Telebras não tem acesso a ele.

Agora, todo o controle que será feito aqui pelas *gateways*, que é para prestar o serviço no regime privado, por isto que não tem tarifa – o serviço é preço; e o preço quem define é a Anatel, não é a Telebras nem o Governo Federal –, é que esse controle é feito exclusivamente pela Telebras. Ou seja, nenhuma operadora que venha fazer uso da rede satelital terá acesso ao controle. Toda disponibilização, todo controle será mantido com a Telebras, e todo controle do artefato satelital é mantido não só pela Telebras como também pelo Ministério da Defesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa estrutura foi colocada; não muda. É exatamente como acontece hoje na rede de fibra, em que todos os provedores são empresas privadas. Eles contratam da Telebras e levam o serviço ao usuário final. E levam um serviço de qualidade, porque a rede é mantida e controlada pela Telebras, da mesma forma que essa rede satelital será mantida e controlada pela Telebras. Então, não há, em nenhum momento, mudança desse controle ou dependência de qualquer operador que venha a utilizar. É um mero utilizador da capacidade para prestar serviço a terceiros.

Essa é a estrutura aí do COPE de Brasília e do COPE do Rio de Janeiro; infraestrutura por um preço excessivamente valorizado em função de serem estruturas que vão suportar terremotos, tipo de ataques aéreos, etc, porque ela vai estar dentro dessas duas estruturas, aos dois controles dos centros espaciais dos satélites brasileiros.

Então, o centro de operação de Brasília nós chamamos, na denominação mundial, que é o nível mais alto de segurança, de Tier 4. As estações de Salvador, de Campo Grande e de Florianópolis também são quase do mesmo padrão, considerados Tier 3, porque nós temos dupla abordagem para tudo. Ou seja, há chegada de fibra da Telebras por uma estação, chegada por outra; há energia comercial por duas abordagens distintas, por duas subestações distintas; o ambiente é totalmente seguro, fica sempre em áreas militares. Aqui em Brasília está na QI 5, na estrutura da Aeronáutica; no Rio de Janeiro, na estrutura da Marinha; em Florianópolis, na da Aeronáutica; na do Exército, em Campo Grande; e, na da Aeronáutica, também em Salvador. São áreas restritas, a que só a Telebras e as Forças Armadas têm acesso e de que têm o controle e onde estão todos os equipamentos

São áreas restritas a que só a Telebras e as Forças Armadas têm acesso e têm o controle, onde estão todos os equipamentos e onde ficarão também os equipamentos de comunicação sob o controle da Telebras. Então, é um ambiente totalmente seguro.

As obras estão na fase final de execução. A gente mostra as fotos delas aí, ou seja, elas estão praticamente prontas. As antenas operacionais do Rio e de Brasília já estão instaladas, e a gente as aproveitou. Por economia, aproveitamos as duas antenas de controle e as transformamos também em estações de comunicação. Então, o controle e a comunicação são feitos nas duas antenas, e, assim, economizamos a aquisição de duas antenas a mais.

As antenas das *gateways* estão com previsão para agora. A partir de setembro ou de outubro, eles vão começar a fazer os testes e a acompanhar a operação comercial dos serviços.

São algumas fotos, tanto do Cope de Brasília quanto do Cope do Rio de Janeiro.

Essa é a estrutura, então, do satélite. O satélite tem 58Gb, e a gente tinha de dividir. A gente deixou com a Telebras 42%, para a prestação de serviços de telecomunicações, para atender aqueles incisos do Decreto nº 7.175, que são os incisos I, II e IV: atender a aplicações do Governo Federal, da Administração Direta, para educação, saúde, segurança pública, segurança nacional e também a todos os provedores dos serviços de telecomunicações que vão utilizar da infraestrutura da Telebras. A Telebras vai viabilizar a estrutura para que eles possam massificar o acesso de banda larga nos rincões do Brasil, nas localidades em que hoje só há telefonia fixa.

O restante do satélite, o que sobrou do satélite, a gente tinha de escolher uma opção. São várias operadoras que queriam alugar a capacidade do satélite brasileiro. Qual é a posição que a Telebras teria de adotar? Em conversas com o Tribunal de Contas, ficou claro que nós tínhamos de ser transparentes, absolutamente transparentes, e definir um modelo que fosse idêntico para todos. Ou seja, não vou vender para quem primeiro chegou, vou vender para aquele que ofertar as melhores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições, para que o Poder Público possa criar regras para que esse satélite possa ser utilizado da forma como ele foi autorizado pela Anatel, que cumpria exatamente o que estava previsto no Plano Nacional de Banda Larga.

Então, por isso, a capacidade excedente do satélite que não vai ser utilizada ou que o Governo não venha a querer utilizar, essa capacidade, sim, foi dividida em dois lotes, um lote chamado Lote 1 e outro Lote 2, para que as operadoras possam, ao adquirir, atender, conforme as regras do edital, a massificação da banda larga para a pessoa física, que a Telebras não pode fazer, e para as pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, todas as empresas que estão nos rincões do Brasil a que a Telebras não possa chegar diretamente.

Ela pode fazer isso utilizando os lotes dela, os Lotes 1 e 2, que elas vierem a alugar da Telebras. É um aluguel temporário, por cinco anos, podendo ser renovado por mais cinco anos. E os provedores também vão poder utilizar a estrutura da Telebras ou as estruturas das operadoras. Com isso, a gente criou uma possibilidade de transparência, de não escolher ou fazer acordos que não fossem feitos de forma transparente, com todos presentes, para que pudessem adquirir de forma clara e precisa.

São dois lotes, os Lotes 1 e 2, com uma divisão proporcional da capacidade em todos os feixes, ou seja, eles têm de cobrir o Brasil todo, é obrigatório. Eles têm de atender 25% do mercado brasileiro; se não atenderem, a Telebras passa a fazer isso diretamente via provedores ou via outra operadora. Então, não há exclusividade, ou seja, se eles não atenderem o rincão do Brasil, qualquer que seja ele, a Telebras assumirá.

Os 36% da capacidade em Banda Ka do SGDC estão no Lote 1. Há esses compromissos mínimos de rede, como aqui já foi colocado, e ele também tem todos os feixes de mobilidade.

O Lote 2 também tem 22% da capacidade e não possui compromissos de rede, porque é para o atendimento direto, principalmente para levar a banda larga móvel para as áreas a que ela hoje não chega. Há uma estação móvel, uma ERB, como a gente chama, e lá se coloca uma antena de satélite, e todos aqueles que ali não tinham oportunidade de ter vão ter acesso à telefonia móvel de qualidade.

As cessionárias deverão ativar a capacidade em todos os feixes, devem ater-se ao que está previsto no PNBL e, como eu disse ali, têm de garantir no mínimo 25% da capacidade de cada feixe em todo o Território nacional para o atendimento daquela população ali presente.

Aqui está uma demonstração do trabalho que nós desenvolvemos recentemente com o Governo. O que está ali em cores bem alaranjadas e a educação já são os pontos em que nós estamos assinando contrato com o Governo Federal para atender todas as unidades de saúde e hospitais em todo o Território nacional, como se vê ali, em todos os rincões deste País, com banda larga e, ao mesmo tempo também, com sistema *wi-fi* integrado, para que a população ribeirinha ou próxima daquela área possa ter acesso à internet com qualidade. Tanto para a educação quanto para a saúde, os projetos foram desenvolvidos junto ao Ministério da Educação e junto ao Ministério da Saúde.

Também atuamos na segurança pública, tanto para a Polícia Rodoviária Federal, como para a Polícia Federal...

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – ...e também para as áreas de segurança dos Estados e nas Forças Armadas, nas aplicações principalmente de mobilidade das aeronaves, que vão, no futuro, precisar de utilização da Banda Ka civil, até que a gente tenha a Banda Ka militar para se colocar nos *drones* e nas coberturas em pontos a que ela não chega.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há aqueles pontos de interesse coletivo. São pontos que hoje só têm acesso à telefonia fixa, são comunidades que nós vamos transformar em comunidades *wi-fi*, ou seja, são 40 mil localidades hoje no Brasil que são localidades com 100 habitantes a 300 habitantes, que só têm telefonia fixa com um TUP. Esse TUP será substituído por uma estação, como a gente está mostrando ali, que vai ser aquela anteninha que ali está do lado, que é a antena do nosso satélite. Deixe-me ver se dá para mostrar. Ela não aparece, mas é aquela que está ali, que tem uma panelinha, como parece, uma antena de televisão por assinatura, interligada a outra antena chamada de *wi-fi*, *wi-fi* com segurança, para que aquela comunidade possa ter acesso à banda larga de qualidade de 10 megas, 20 megas, nessas 40 mil localidades que hoje no Brasil só têm praticamente telefonia fixa e agora vão ter acesso à banda larga via satélite.

É um processo muito interessante. São aplicações que as empresas já fazem hoje no mundo todo. Elas levam, e as pessoas podem contratar. Vão contratar apenas a conexão internet, porque o serviço de telecomunicações é o prestado pela Telebras, a operadora, e ela é que vai estender, então, o acesso à banda larga como se você estivesse num hotel. Chegando a um hotel...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – E esses 40 mil pontos estão na Amazônia?

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Não, estão no Brasil todo. A maioria está no Nordeste. O Nordeste brasileiro tem mais de 38% das localidades que não são atendidas ou são atendidas só com telefonia fixa; elas estão no Nordeste brasileiro.

As operadoras de telecomunicações vão contratar esse serviço. A nova política pública que está sendo colocada pelo Ministério das Comunicações vai permitir que ela troque o acesso da telefonia fixa pelo acesso da banda larga. Esse preço da banda larga é um preço bastante competitivo, porque é um preço compartilhado. Hoje, onde você tem apenas um TUP para atender cem, você vai ter uma antena daquelas que vai ter no mínimo 50 ou 60 usuários; o preço é dividido por eles e tem condições de ser atendido.

Essas são as aplicações em geral, principalmente para o agronegócio brasileiro. As grandes cooperativas que precisam vão ter uma antena, e todos aqueles que trabalham naquela cooperativa vão poder ter o acesso e, daí para frente, ter banda larga.

É lógico que esse satélite não vai conseguir atender toda a demanda nacional, precisamos do segundo e do terceiro satélite e também de outro satélite da iniciativa privada para atender ao mercado brasileiro, que é um mercado muito grande, é um mercado de nove milhões de acessos, que hoje precisam de banda larga e que não a têm, e só o satélite leva essa qualidade.

Os aspectos jurídicos da exploração do satélite é bom a gente trazer aqui para o Congresso Nacional, para esta Casa, especificamente.

A primeira cessão é temporária de capacidade da Banda Ka, em que não há privatização, não há de se falar em privatização. O chamamento público visa apenas à cessão temporária de capacidade da Banda Ka, sem alienar o domínio de bens para terceiros e sem transferir a particulares as atividades que devem ser realizadas diretamente pela Telebras e pelo Ministério da Defesa. O SGDC é e continuará sempre de propriedade da Telebras.

Há o cumprimento pela Telebras dos objetivos que foram autorizados e outorgados pela Anatel, que é o PNBL. Ela continuará exercendo suas atividades de provimento de infraestrutura para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestação desses serviços de telecomunicações. A Telebras permanecerá atuando, assim, com a cessão temporária da capacidade em Banda KA do SGDC.

A segurança nacional está mantida. Não há transferência da operação nem do controle desse satélite em nenhum momento. Isso será sempre de exclusividade da Telebras e do Ministério da Defesa. Sempre foi e continuará sendo responsabilidade exclusiva da Telebras e do Ministério. Ou seja, estão nas mãos de brasileiros, garantindo a soberania nacional e a segurança das comunicações.

A Banda X já foi cedida, e o Ministério já faz uso dela em todo o Território nacional.

Manifestações jurídicas já aconteceram em função do questionamento que houve. A primeira, da Advocacia-Geral da União, diz claramente:

Quanto à forma de provimento de capacidade satelital adotada [...], observa-se sua perfeita aderência às normas instituidoras do PNBL, na medida em que, através desta cessão, a Telebras implementa o que determina o inciso III do art. 4º do Decreto 7.175/2010, que indica ser obrigação da Telebras prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos, o que perfaz o atendimento ao art. 173 da Constituição Federal [...].

Da mesma forma, já foi negada a cautelar pelo Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, que disse claramente: "[...] por meio do chamamento público em tela, a Telebras continuará exercendo suas atividades de provimento de infraestrutura e de prestação de serviços de telecomunicações sem alienar o domínio de bens para terceiros nem transferir para particulares atividades que deva realizar diretamente".

Da mesma forma também, o pedido foi feito à Justiça. O pedido de liminar foi indeferido na Justiça Federal, na 13ª Vara, em que o juiz deixou claro que "a comercialização, mediante cessão temporária, da capacidade satelital nos termos definidos pelo Chamamento Público [...] não encerra qualquer ilegalidade. A medida tampouco contraria ou de qualquer modo compromete o alcance das finalidades precípuas do Plano Nacional de Banda Larga, definidas no art. 1º do decreto mencionado".

Basicamente era isso.

Desculpem-me, porque eu alonguei um pouco o tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Sr. Jarbas José Valente, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

Agora, com muita satisfação, passo a palavra a S. Exª o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Srªs Senadoras; Srs. Senadores, meu bom-dia!

Parabéns pelo dia do gaúcho, o dia de ontem, nosso dia!

Cumprimento o Engenheiro Jarbas e o Engenheiro Márcio.

É uma satisfação estar aqui para prestar alguns esclarecimentos a mais, para somar alguma coisa nessa questão espacial.

Primeiro, qual a razão de as Forças Armadas, de o Comando da Aeronáutica estar aqui presente? Pela nossa Estratégia Nacional de Defesa, está estabelecido que cabe ao Exército a parte cibernética,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as questões cibernéticas; à Marinha, as questões nucleares; à Força Aérea, o espaço. Essa é a razão de sermos nós os responsáveis por estarmos aqui presentes para esses esclarecimentos a respeito dessa questão do satélite SGDC.

O Engenheiro Jarbas já falou bastante, e eu vou repetir algumas coisas, mas é bom para esclarecer um pouco mais sobre essas questões.

Então, o SGDC é o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações. Ele foi construído para levar comunicações a todo o Brasil e para atender a uma demanda do Ministério da Defesa, o Siscomis (Sistema de Comunicações de Militares por Satélite), contemplando várias necessidades operacionais de defesa. Essa é a razão, o motivo de nós termos o SGDC.

Então, sobre o histórico já foi dita alguma coisa.

Há o caso nosso específico do Centro de Operações Espaciais, que tem militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea, e também há pessoal da Telebras lá dentro. Ele foi criado em outubro de 2013, pulando logo para a questão do lançamento do SGDC em maio de 2017. O posicionamento dele no local em que está previsto se deu em 11 de junho. Em 16 de junho, a Thales Alenia Space entregou o veículo para nós, com controle integralmente brasileiro. E a carga útil passou também para nós em 30 de junho.

As obras definitivas da sede – foram mostradas algumas fotos aqui – começaram em 1º de julho e estão em passo bastante acelerado. E o primeiro enlace do Siscomis e do SGDC foi uma videoconferência de Vilhena, aqui com o Brasil, do Comando Aeroespacial. Em 5 de julho, o Ministro da Defesa estava em Vilhena, em Rondônia, durante uma operação na região de fronteira, denominada Operação Ostium.

Na fase atual, na parte de comunicações militares, ele se encontra 100% disponível para suporte. Então, essa é a situação em que ele está hoje.

Para que nós tivéssemos esse Centro de Operações Espaciais, tivemos de investir muito em capacitação. Nós não tínhamos esse domínio anteriormente. Então, nós enviamos, entre militares e civis, 46 técnicos e engenheiros para o exterior. Para o Canadá, foram oito e, para os Estados Unidos, dois. No Brasil mesmo, ficaram 23, no Inpe e no ITA. Foram enviados ainda para o Chile, para Israel, para a França e para a Austrália. Hoje, nós temos 74 militares das três Forças e mais 32 civis da Telebras trabalhando dentro do Centro de Operações Espaciais, que faz o controle integral do satélite do qual nós já somos operadores.

Então, esse é o Centro de Operações Espaciais, o Cope, e a responsabilidade dele é planejar e executar o controle e o emprego dos sistemas espaciais e supervisionar a operação do Centro de Operações Espaciais Secundário, que está no Rio de Janeiro. Esse principal está em Brasília; o outro, no Rio de Janeiro. E também tem a responsabilidade de pesquisar e desenvolver soluções técnico-operacionais para otimizar o controle e o emprego dos sistemas.

Como é feita essa operação? Ela tem três grupos principais: controle do satélite, a parte de telemetria que existe, que manda dados para ele e recebe; operação da carga útil, que é a Banda Ka e a Banda X; e a operação do segmento de solo, que é a parte de *software*, *hardware* e redes. São esses três aspectos da operação do satélite que são feitos através do Centro de Operações Espaciais. Isso consta do pessoal da Marinha, do Exército, da FAB e do pessoal da Telebras, que, como eu disse antes, está num total de 74 que estão trabalhando nesse centro 24 horas por dia, sete dias da semana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para comandar o satélite, para os senhores terem uma ideia, ele utiliza cerca 5,5 mil diferentes tipos de telecomandos. E, para monitorar o satélite, o centro pode receber até 50 mil diferentes telemetrias.

Como já foi mostrado aqui, ele tem antenas para Banda X, no caso do Siscomis, que é militar, em Brasília e no Rio de Janeiro. Há mais três outras antenas, que se chamam *gateways*, em Florianópolis, em Campo Grande e em Salvador. E há mais antenas pequenas, que, se quiserem visitar, estão aqui em Brasília, dentro do Comando de Operações Aeroespaciais. Quando os senhores vão ao aeroporto, por dentro do Comar, podem ver essas antenas, onde está sendo construído o centro. E há mais três aqui que fazem o monitoramento dos enlaces.

Para posicionar os senhores, são 35.786 quilômetros em cima de 75º oeste. Ele está dentro de uma posição, de uma *box*, de uma caixa de 70Km por 70Km e de 35Km de altura. Ele tem de se posicionar lá dentro. Por isso, há aquela parte de telemetria e de telecomandos, porque ele tem pulsos de vários pequenos foguetos. Ele fica corrigindo a sua posição no espaço.

Nós temos um grupo de especialistas, em torno de meia dúzia. Eles fizeram o curso, tanto militares quanto pessoas da Telebras, que mantêm esse satélite nessa posição que está prevista.

Então, o SGDC tem uma atuação dual nas comunicações e atende as seguintes demandas, como foi dito: a banda larga, explorada pela Telebras; a parte de Siscomis, que é a parte de operações militares. E também teve como um dos objetivos a transferência e absorção de tecnologia do setor aeroespacial brasileiro.

Os senhores sabem que nós estamos bastante atrasados nessa questão de espaço, e esse SGDC deu um *upgrade* em nossa capacitação, tanto que nós mandamos aqueles 46 militares em serviço se especializarem no exterior para a parte do controle do satélite.

Há a parte da banda larga, que já foi apresentada aqui: são 67 *spots*, com 58Gbps por segundo da Banda Ka.

Na parte da Banda X, que é a parte militar, ele pode ser considerado em três aspectos: uma cobertura nacional, em todo nosso Território; uma cobertura regional, que pega toda a Sul América e a Centro América; e outra antena direcionável, que pode ser utilizada de acordo com a operação que vai se fazer em qualquer região do Brasil ou do exterior, como havia, por exemplo, no Haiti, que precisava de utilização mais dessa antena direcionável.

Quanto à capacidade agregada para o Ministério da Defesa, o SGDC, no caso da Banda X, deu-nos 2,4 vezes mais capacidade de banda larga. Na parte de potência, ele aumentou 2,5 vezes a potência da cobertura regional, que é toda aquela região da Centro América e Sul América, e 15 vezes a capacidade da potência nacional e na direcionável e também o dobro da capacidade de cobertura regional, dez vezes na capacidade nacional e 15 vezes na direcionável. Então, a parte do Siscomis aumentou expressivamente a nossa capacidade operacional.

Dou um exemplo aqui: com o SGDC, nós podemos ter controle e comunicações em toda a nossa região de fronteira, em toda a nossa área marítima e em todo o interior do Brasil, com comunicações criptografadas, controladas inteiramente por nós dentro do Cope (Centro de Operações Espaciais).

Hoje, para as instalações, como disse o Engenheiro Jarbas, está sendo construída a sede definitiva. Está dentro do Comae (Comando de Operações Aeroespaciais) hoje. Temos a fotografia de onde está a Banda Ka, operada pela Telebras. Na parte de controle de satélites, estão a Telebras e a Força Aérea. E também há a parte da Banda X, que está em outra sala. Tudo está numa região mais ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos apertada, mas que tem o controle da situação atual, para que consigamos operar corretamente, com o pessoal que já está plenamente capacitado a fazer essa operação.

O Centro de Operações Espaciais, já citado anteriormente, está sendo construído e é uma estrutura modular expansível. Há o emprego compartilhado entre o Ministério da Defesa e a Telebras e o controle de todos os satélites.

Por que há o controle todos os satélites? Nós temos hoje, já como realidade, o SGDC. Estão sendo elaborados requisitos para o SGDC 2. É claro que estamos ainda expandindo essa parte do SGDC 1, como foi apresentado aqui, a parte da Banda Ka, principalmente. Como vai ser utilizada essa Banda Ka? Certamente, a Banda Ka vai ser utilizada também por organizações militares. Existem coisas específicas da Banda X, mas existem também coisas que são utilizadas pela Banda Ka.

Então, temos destacamentos de fronteira por parte do Exército, por exemplo, pelotões de fronteira, ou dentro da Força Aérea, onde há comunidades que praticamente giram em torno daqueles pelotões. Há até escolas com indígenas etc., e todos eles vão ser usuários da Banda Ka também.

Então, nós pensamos que, no futuro, nesse Cope, que pode aparentar ser grande, nós teremos outros SGDCs e também outros tipos de satélite, como, por exemplo, satélites de comunicações de UHF, que não é o caso deste satélite aqui. Não só militares como outras pessoas – Ibama e outros órgãos públicos, como Polícia Federal – podem utilizar outros tipos de satélites.

A parte de posicionamento global, geoposicionamento, satélites meteorológicos etc., tudo poderá ser futuramente controlado a partir desse Centro de Operações Espaciais, que será um centro dedicado.

Então, nós entendemos que esse SGDC hoje nos dá uma soberania, aumenta nossa capacidade, nossa soberania, porque nós somos detentores do satélite, nós mantemos o controle do satélite, nós temos a criptografia do satélite, não apenas da Banda X, como também da Banda Ka. Todas elas são criptografadas, e não existe interferência externa nesses nossos satélites.

Eu vejo que aqui a questão fundamental é em cima dessa questão de soberania, e eu entendo que não há violação alguma da nossa soberania. Nós somos plenamente dominadores, vamos dizer, dessa questão, e isso se resume também à questão da distribuição da banda larga. Qual o processo a ser distribuído de maneira que nós acabemos, como diz o nosso Ministro da Defesa, com esse *apartheid* digital que nós tivemos no Brasil até os dias de hoje, principalmente naquelas regiões que não são atendidas pelas grandes operadoras, como o interior do Nordeste e a Região Amazônica? Então, nós entendemos que esse SGDC deu uma capacidade diferenciada ao Brasil, mais do que dobrando nossa capacidade de Banda Ka, da banda larga, do nosso Plano Nacional de Banda Larga, e também a questão da Banda X.

Essas seriam as apresentações que eu poderia apresentar aqui, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica, pela sua exposição.

Pela ordem, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Em seguida, eu a concederei à primeira Senadora inscrita para fazer as perguntas, Senadora Vanessa Grazziotin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – O nosso Comandante da Aeronáutica, nosso conterrâneo, Brigadeiro Nivaldo Rossato, falou do *apartheid* digital, citando a Amazônia e algumas regiões do Nordeste.

Mas algumas regiões do nosso Estado, Comandante, também estão com um buraco negro na comunicação. Então, eu, como andei muito por algumas regiões, inclusive na fronteira... Por exemplo, de Livramento até Alegrete, você não consegue falar por telefone celular, porque a essa distância não existe cobertura para você conseguir a comunicação. Então, nós também estamos incluídos.

Às vezes, até em cidades próximas a Porto Alegre, como Venâncio Aires, na zona do interior, não há também cobertura. E aí, para operar com internet, há todas essas necessidades hoje. Até um pequeno agricultor familiar precisa de informação, e há essa escassez.

Então, também nós precisamos incluir o nosso Rio Grande, que ontem fez a festa da Revolução Farroupilha. Nós perdemos a guerra, mas não o orgulho de sermos gaúchos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Quando eu me inscrevi, não imaginei que seria a primeira a fazer questionamentos, mas vamos lá.

Primeiro, quero cumprimentar todos os convidados que participam desta audiência pública importante para que possamos firmar o nosso juízo de valor em relação a uma questão tão importante para o País. Quando falamos de telecomunicações, no meu entendimento, nós falamos em segurança nacional, nós falamos em educação, nós falamos em saúde – está tudo aí –, em um País de dimensões continentais, que tem sido um dos piores a evoluir nessa área de universalização, de inclusão das pessoas no campo das telecomunicações.

Tem sido constante o debate, sobretudo no plenário, entre os Senadores e as Senadoras. Nós temos opiniões diferentes. Quando a gente discute a questão das privatizações – e a privatização da Eletrobras tem sido um tema a tomar muito o tempo de todos os Parlamentares em seus pronunciamentos –, o que a gente ouve daqueles que defendem as privatizações é que privatização é o melhor caminho, porque é o caminho da qualificação, é o caminho da competência, é um caminho diferenciado do setor público, ou seja, como se o privado fosse sinônimo de competência, de imunidade a malfeitos, de imunidade a tudo o mais. E usam como exemplo as telecomunicações.

Veja, eu acho que foi muito clara a apresentação do Dr. Marcio, que representa uma importante entidade, que é o Clube de Engenharia, que, ao lado das Forças Armadas, tem feito uma luta, tem travado uma luta incansável em defesa do nosso País, em defesa da nossa soberania, em defesa do nosso desenvolvimento tecnológico, mostrando o seguinte: nós somos o 73º colocado em telefonia fixa, em telefonia móvel e em banda larga. Eu repito: somos o 73º.

Nós estamos no 79º lugar em velocidade de internet. Nós temos a metade dos domicílios não interligados ainda. É essa a eficiência? Não. "Antigamente, o povo não tinha telefone, e, agora, todo mundo tem um telefonezinho." Não é bem assim, não, mesmo porque o que avançou foi a tecnologia. O Brasil está atrasado, porque não permite que a maioria da sua gente acesse essa tecnologia avançada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na minha opinião, as telecomunicações, a privatização do setor de telecomunicações é o pior exemplo. E eu não utilizaria apenas esses dados.

O Programa Nacional de Banda Larga é um programa desmoralizado no Brasil inteiro. Ninguém aqui falou o contrário, defendendo que é um programa que se cumpre. É um programa desmoralizado no Brasil inteiro. Mas, além desses dados, vamos pegar outros.

Há uma dessas poucas empresas privadas estrangeiras que atua no Brasil no setor de telecomunicações que está em processo de recuperação judicial por conta de falência. Eu me refiro aqui à Oi. Nós conseguimos barrar um projeto, esse, sim, nefasto à Nação brasileira, que queriam dar como aprovado e que repassava todos os bens públicos da União gratuitamente para as empresas de telecomunicações. Está barrado pelo Poder Judiciário, pelo Supremo Tribunal Federal, porque queriam dar como projeto aprovado. Todos os bens da antiga Telebras, bens móveis, bens imóveis, tudo, segundo o Tribunal de Contas da União, avaliado em torno de R\$100 bilhões, iria passar gratuitamente para essas empresas.

Nesse processo, nessa nossa luta, eu andei lendo bastante sobre a atuação das comunicações e acompanhei muito de perto, pelas notícias da imprensa, a tentativa de recuperação e venda da Oi, das ações da Oi, o que, até hoje, não se resolveu.

Nesse meio tempo, um grande empresário de telecomunicações que atua no Oriente, salvo engano, não me lembro do país dele, do Egito – é exatamente, Dr. Marcio, um egípcio, não me lembro do nome dele –, veio aqui e disse o seguinte: "Como podem as empresas ir bem com tantas obrigações a cumprir de universalização?"

Como pode uma empresa privada ir bem se o Estado exige que ela vá lá para a Amazônia interligar onde não há ninguém, Senador Cristovam? Que tal? Eu vivo na Amazônia. Nós estamos preparando, eu até quero dizer e esperamos contar com a ajuda da Aeronáutica... Temos uma comissão externa que deverá ir brevemente a São Paulo de Olivença. Acho que poucos brasileiros ouviram falar... Brigadeiro Comandante Nivaldo, poucas pessoas do Brasil ouviram falar desta cidade chamada São Paulo de Olivença. É uma cidade fronteira, na região onde há a suspeita de ter havido, no mínimo, duas chacinas contra mais de três ou quatro dezenas de indígenas, muitos deles vivendo ainda isolados, com muito pouco contato com as comunidades.

Mas esse egípcio disse isso, e está lá escrito nos jornais, isso foi publicado.

Então, preocupa-nos, sim, essa mudança de rumo, essa mudança de rota em relação ao projeto desse satélite, o único, por enquanto, brasileiro. Olhe o retrocesso: tínhamos cinco, e não temos nenhum.

Investiu-se com muita dificuldade. Nós acompanhamos a luta das Forças Armadas brasileiras para que o Estado brasileiro considerasse esse um programa estratégico de defesa, e agora querem mudar. Agora, querem mudar! O argumento qual é? Não tem recursos para se manter. Mas espera lá! Acho que há alguma coisa de errado aí, porque, desde o começo, até onde temos conhecimento, no projeto, 30% eram para a área de defesa, e 70% eram para disponibilizar os serviços públicos, os programas sociais de saúde e de educação. Mudou. Agora 80% dessa parte civil querem alugar. Para quem? Para estas mesmas empresas: Oi, Vivo. Com que compromisso de universalizar? Zero! É zero o compromisso de universalizar, de levar a comunicação a quem precisa. Levar comunicação às comunidades indígenas não é só garantir cidadania a essas comunidades, àqueles ribeirinhos que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivem no interior da sua Alagoas, no interior do meu Amazonas, Senador Collor, mas é também um ato de defesa da Nação, do Território nacional, de defesa das nossas riquezas. É isso também.

Mas querem dar isso de mão beijada. Para quê? "Porque senão ele não se sustenta." Mas quanto custa mesmo levar um paciente de São Paulo de Olivença até a cidade de Manaus? E a cirurgia, por teleconferência, poderia ser feita no próprio Município, Senador.

Então, no fundo, o que se está mudando, o que se pretende mudar? É para deixar de atender a população brasileira! Ou seja, tem acesso quem pode pagar; quem não pode pagar não tem acesso. E olha: em que cenário? Num cenário em que nós aqui estamos discutindo o satélite, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações. Mas, se vamos discutir o setor energético, a orientação é a mesma, Dr. Marcio: privatizar a Eletrobras.

Eu pergunto: qual é a empresa privada que vai querer levar energia a um Município que não dá lucro nenhum, só dá prejuízo? O Estado paga para colocar energia lá. Quem vai pagar isso? O OGU, o Orçamento Geral da União? O OGU está aí com limite de gastos públicos!

Então, acho que nós aqui precisamos nos unir. Vejo que essa é uma luta, não uma luta contra esse Governo que aí está, que não é um governo democrático, que não é um governo legítimo. Mas essa luta, reconheço, não é contra esse Governo só que aí está. Essa é uma luta pelo Brasil. Por isso, na minha opinião, todos nós, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, a Nação brasileira, temos de sair em defesa desse projeto da forma como ele foi concebido, com R\$2,7 bilhões, da forma como foi concebido.

Vai dar prejuízo? Custa caro? Não, se a gente for levar em consideração os benefícios que traz para o Estado do Pará, para o meu Estado do Amazonas. Veja, se fossem suficientes 20% da parte civil para atender saúde e educação, para interligar, ótimo! Mas não são suficientes. Segundo dados da própria Telebras feitos lá atrás, mesmo que usassem todo o satélite, isso seria insuficiente ainda para levar os serviços, nem que se usasse todo o satélite! Então, alugar por quê? Para ser benevolente com essa empresa? Não há 50 satélites estrangeiros aqui, na órbita? Que as empresas continuem alugando aqueles, não o nosso! O nosso é dos brasileiros e para os brasileiros, principalmente para aqueles que mantêm a Nação e que, até hoje, não tiveram acesso a coisas básicas da vida que a internet traz.

Então, eu quero dizer, Senador – acabamos de recebê-las aqui –, que existem várias ações no âmbito do Poder Judiciário. Eu não sei se nós teríamos condições de politicamente oficializar uma posição contrária a essa forma de utilização dessa parte civil do satélite, mas, se as tivéssemos, Senador Fernando Collor de Mello, esse seria o principal caminho.

Eu aqui faço alguns questionamentos sobre as garantias. Falem mais sobre as garantias, porque o PNBL está aí, e nada se cumpriu. E ainda o Estado está querendo ajudar, dando todo o patrimônio para as empresas privadas. Então, qual é a garantia que nós temos de preço? Qual é a garantia que nós temos de que, de fato, levarão? Eles mesmos, os grandes empresários da área, dizem: "Na Amazônia, para que levar lá? Não há ninguém!" Vai se exigir isso de uma empresa privada? Há aquela velha história de que num lote se dá o que é bom, o que é lucrativo, junto com o que é ruim. Nada! Não há nada disso. Não há nenhuma garantia, não há nenhuma segurança. Então, eu acho que a gente deveria...

Eu compreendo a postura das Forças Armadas aqui, do Ministério da Aeronáutica, porque estamos diante de uma decisão governamental, mas não há decisão que não possa ser modificada. Eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que o nosso grande objetivo é tentar modificar essa decisão que é equivocada e ruim, tanto no aspecto de defesa quanto no aspecto social.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao autor do requerimento de convocação da audiência pública que hoje estamos realizando, Senador Jorge Viana.

Em seguida, falará S. Exª o Senador Lasier Martins.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, convidados, eu queria pedir desculpas. Acompanhei uma parte da audiência pelos recursos que nós temos de televisão e de rádio, já que é a reunião transmitida pela Rádio Senado e a TV Senado.

Eu queria cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras e dizer que o propósito do requerimento que apresentei era o de dar transparência, possibilitar ouvir Senadores, Senadoras, a comunidade técnica e científica do País sobre esse processo de concessão de boa parte desse único satélite geoestacionário 100% nacional.

O Comandante Nivaldo deixou claro na sua exposição, que eu pude acompanhar totalmente, o quanto é importante para o nosso País e para a defesa nacional – e aqui a Comissão é de Defesa Nacional também – esse satélite.

Agora, o nome do satélite é SGDC. Do que se trata? Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. Esse é o propósito do satélite, o único 100% nacional. Não podem ser comunicações estratégicas terceirizadas; eu não acredito que sejam mais estratégicas.

Eu me refiro à inclusão do nosso País, a trabalhar as Regiões Nordeste e Norte, onde nós vivemos, que precisam, sim, de uma ação do Estado brasileiro, porque, durante um bom tempo, não vão ser lucrativas. É óbvio que não o são. Não há a hipótese de uma companhia de eletricidade fazer o Luz para Todos na Amazônia porque está querendo ganhar dinheiro. Não. Tem de haver ali um investimento, compartilhado com os 200 milhões de consumidores do País, como foi feito com o Luz para Todos. Não é diferente.

O Exército tem um programa muito bonito de fazer a inclusão digital de telecomunicações pelos rios na Amazônia. Aquilo custa caro. Aquilo é um investimento que tem de ser feito pelo Estado brasileiro. Aquilo não é uma questão de mercado, de expansão de mercado, para alcançar mais 25 milhões de pessoas que vivem na Amazônia. Não há essa hipótese. Pelo mercado, não há essa hipótese.

Eu queria, então, cumprimentar o Presidente da Comissão, Fernando Collor, que, imediatamente, agendou e marcou esta audiência pública.

Isso estava sendo feito. Se nós olharmos, já era para ter sido feita a concessão, se não fosse o Clube de Engenheiros, se não fosse o Ministério Público. Agora, adiaram de novo para o dia 17 de outubro. Estava marcada para o dia 27 de setembro, salvo engano. E foi por isso que nós pedimos pressa para marcar esta audiência. Ninguém ficou sabendo. Nós estávamos celebrando ainda o lançamento do primeiro satélite 100% nacional. Ele está em fase ainda de consolidação de suas bases aqui na Terra, no País, para a recepção e para o pleno funcionamento. Ainda não entrou em pleno funcionamento e já está sendo passado adiante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, há uma diferença entre privatização e concessão, e há outra diferença entre concessão, privatização e aluguel. Se fosse alugar, eu ainda discutiria, mas uma concessão... O Aeroporto de Brasília é uma concessão. Ali, a gestão é 100% da concessionária. Ela vende, põe comércio em tudo que é lugar, faz o que bem entende, porque ela tem uma concessão por x anos. É diferente, não é privatização. É claro que não o é, mas é uma concessão com prazo estabelecido, o que dá absoluto controle para o concessionário. Então, nós vamos ter de mudar o nome. Não é mais para comunicação estratégica.

Eu queria fazer uma pergunta para o Sr. Presidente da Telebras: está faltando dinheiro para consolidar o projeto do satélite? Ele tem um custo. Ele envolveu tecnologia, desenvolvimento de tecnologia, que é uma coisa fantástica. Eu acho que, depois da Embraer, depois de termos perdido tanto tempo nos impasses, nos últimos governos, inclusive nos governos nossos... No governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, nós ficamos num impasse danado. Ninguém sabia onde tratar esta questão fundamental nos tempos de hoje, que era a questão de satélite no Brasil. Pelo menos quatro ou cinco áreas tratavam disso. Ajustou-se isso, e se estabeleceu um projeto. Esse projeto, pelo menos inicialmente, custava R\$1,3 bilhão. Não sei qual é o custo. Eu gostaria de saber quanto que já foi gasto nele e quanto que ainda é necessário gastar, porque nós estamos vivendo tempos em que o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, da pesquisa e da inovação no Brasil, está sendo cortado em 40%.

O Ministério da Defesa, as Forças Armadas vieram aqui demonstrar a gravíssima situação de recursos, de falta de recursos, para manutenção. Essa operação não comum, não convencional que está sendo feita no Rio de Janeiro foi paralisada há poucos dias por falta de recurso orçamentário.

Eu queria que fôssemos sinceros e honestos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aqui hoje.

Essa concessão está sendo feita por falta de dinheiro para concluir o projeto? Se for isso, vamos discutir! É aqui que se faz o orçamento, quer dizer, é aqui que se aprova o orçamento. Se é estratégico, vamos garantir os recursos, vamos pôr esse projeto na ponta da fila. Ele é fundamental.

Olha, eu digo que construir estradas é importante, ferrovias são importantes, portos são importantes, aeroportos são importantes, mas que nenhuma infraestrutura é mais importante, no mundo de hoje, contemporâneo, do que a telecomunicação, nenhuma outra! Sem essa, não há as outras, não há hipótese.

Eu peço: não vamos fazer isso! Eu não sou contra concessão, não sou contra nem privatização de determinados setores, não tenho essa posição, nunca a tive. Há áreas em que o Estado não tem de se meter mesmo, em que, aliás, não tem razão de estar metido, mas há outras que são estratégicas, que são fundamentais.

Eu não vou entrar no mérito dos 30% do uso para a defesa, porque isso já foi dito pelo Brigadeiro Nivaldo, que deu uma aula aqui da importância, do quanto o Brasil estava descoberto. Vai poder fazer a sua comunicação, cuidar das fronteiras e fazer isso com absoluta autonomia. Isso, no mundo de hoje, é uma conquista fenomenal.

Mas não é só isso! Olha o que acontece. Eu fui, outro dia, visitar o centro de proteção brasileiro quanto à guerra cibernética. Eu fui lá. Passei uma tarde lá, com grandes servidores das três Forças trabalhando lá. Nós estávamos falando desse mundo de hoje. Esse satélite, essa parte civil dele, é fundamental para a inclusão, para fazer o Brasil ficar mais igual, como a Constituição estabelece, ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos injusto. É fundamental para a saúde, para a segurança, para a educação, para que nós possamos vencer guerras cibernéticas, vencer esses tempos.

O último ataque cibernético no mundo atingiu computadores que atuam na Previdência no Acre. Diariamente, nós estamos enfrentando esse problema em todos os países do mundo. Então, ter um satélite que seja estratégico para proteger o País, para garantir a defesa nacional, é fundamental. Eu acho que aqui temos essa oportunidade.

Eu queria ser convencido do contrário, mas acho que, pelo fato de o Governo ter feito isso às escondidas, sem publicidade, com uma pressa inexplicável, a Comissão de Defesa Nacional do Senado merece fazer quantas audiências forem necessárias. Temos de paralisar esse processo, para, pelo menos, sermos convencidos, já que eu não sou radical. Pelo menos termos de ser convencidos, seja pela ação do Ministério Público, seja por técnicos e engenheiros que, como patriotas e como interessados, tentaram pelo menos dar publicidade, dar transparência e defender o interesse verdadeiramente nacional.

Era isso que eu queria expor. Eu queria obter mais explicações, para saber se os problemas são esses.

A Telebras é uma empresa nossa. Houve o processo de privatização lá atrás, e eu não estou discutindo isso.

O Brasil se organizou e fez o sentimento nacional aflorar com o lançamento desse satélite. A possibilidade de nós dominarmos o lançamento, o controle e a tecnologia voltou a nos encher de orgulho, numa área que é tão fundamental. Mas aí vai tudo por terra. Lança-se o satélite, que não entra em operação, e se põe à venda. No fundo, nós estamos vendendo-o por um período para uma empresa privada. É isso, a concessão é a venda de uma operação por um determinado período, e a empresa que levar vai fazer o que quiser durante aquele período. É claro que é patrimônio nacional, é claro que depois vai... Mas é assim.

A privatização do sistema de telecomunicação no Brasil ocorreu do mesmo jeito. Nós estamos discutindo agora o que fazer com o patrimônio. Por isso, estamos fazendo o marco regulatório. O novo marco regulatório está sendo discutido aqui. Eu até sou favorável a que a gente resolva isso de vez, mas nós estamos falando do único satélite – é o único, porque todos os demais satélites... Salvo engano, há 50 satélites fazendo o monitoramento do Território brasileiro, perto disso, e o único que é nacional ou que era nacional está deixando de sê-lo se for materializado, se for levado adiante esse processo de concessão previsto para o dia 17 do mês que vem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana, autor do requerimento, como eu disse inicialmente, que nos proporciona a audiência pública da relevância que o tema expõe.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Senador Collor.

Saúdo, inicialmente, o meu prezado e brilhante conterrâneo Brigadeiro Rossato, de Santa Maria, que nos orgulha pela posição que ocupa, tanto quanto a posição que ocupa o Comandante do Exército, mostrando-nos que, das três Forças Armadas, Presidente Collor, duas estão sob o comando de gaúchos, Aeronáutica e Exército, com Villas Bôas e com Rossato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo o Presidente Jarbas, da empresa Telebras, e o engenheiro Marcio, que fez uma crítica, nem tão velada, mas bastante explícita, sobre a realidade que enfrentamos.

Eu me reporto muito ao que disse aqui o nosso Senador Jorge Viana, inspirado autor desta audiência pública, que se impunha, porque nos permite tomar conhecimento e fazer questionamentos sobre a construção desse satélite, que nos orgulha, mas que nos preocupa, porque nos deixa a impressão de que nós o construímos, mas não o mandamos. E eu acho que é isso que nós precisamos esclarecer.

Então, eu tenho uma pergunta única, principalmente dirigida ao Brigadeiro Rossato e ao Presidente Jarbas, porque, com relação ao engenheiro Márcio, ele fez uma explanação aqui, que me pareceu bastante completa, sobre alguns itens.

A construção do satélite se impunha, pois era uma forma de entrarmos na competição mundial, na qual vivíamos uma situação constrangedora, que ainda permanece: 63º lugar no mundo em telecomunicações. Mas ele surgiu para atender a uma região desprovida de proteção, como era a Região Amazônica e o Nordeste. Impressionou-me o dado de que duas mil escolas municipais naquela região estavam precariamente atendidas e passam a ser atendidas pelo satélite. Eram dois mil Municípios e 60 mil escolas naquela região.

Mas me parece que se fugiu bastante da finalidade da construção desse satélite quando a gente toma conhecimento das tantas razões, entre elas, primeiro, o sentido de evoluirmos em telecomunicações e o da defesa. Havia espionagens sobre o Brasil, na Região Amazônica, em algumas empresas. Mas aí nós temos de conceder para estrangeiros. Onde fica, então, a nossa soberania, a nossa independência, se nós vamos permitir que outros estrangeiros continuem vigiando o Brasil? Como é essa questão?

Então, na mesma linha do Senador Jorge Viana, falo dessa concessão. O satélite continua brasileiro, mas ele é concedido. Como é essa concessão? E o sentido social? O sentido social também se perde, porque há uma tendência de os preços ficarem muito altos pelas transversais de velocidade. Isto é, o povão não vai ter acesso, perde-se o sentido social.

Então, com esse conteúdo, Presidente Collor, quero passar essa pergunta, para que o Presidente da Telebras e o nosso Brigadeiro Rossato nos expliquem.

Nós festejamos um satélite. Ótimo! É um importantíssimo satélite. Mas em que medida ele vai nos servir? Até onde nós teremos proveito e autonomia com esse satélite?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque e, logo após, à Senadora Ana Amélia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Quero, inicialmente, pedir desculpas por não ter assistido ao início desta audiência e também pedir desculpas porque não sei se vou poder ficar presente aqui até o final, tendo em vista uma palestra que está prevista para mim fora daqui. Mas eu não poderia deixar de dar um recado, ainda que fique indelicado não ouvir as respostas. Por isso, vou evitar perguntas, vou mais fazer comentários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, fico satisfeito de ver tanto a Senadora Vanessa trazer a palavra "soberania" para cá como o Senador Jorge Viana dizer que quer ser convencido – essa é a posição correta. Queremos ser convencidos.

Agora, sobre soberania, quero dizer que não podemos tratar soberania, uma coisa tão importante, com preconceito. Existem três coisas novas no mundo, e precisamos trabalhar a soberania dentro delas.

Primeiro, não podemos subordinar soberania à ideia de estatal ou de privado. Eu quero saber qual é a melhor maneira de fazer a soberania. E hoje eu acho que há muitos setores estatais que não estão trazendo a defesa da soberania, porque a velocidade que é necessária para avançar no conhecimento muitas estatais não têm condições de ter. Além disso, a quantidade de recursos necessários para desenvolver setores fundamentais para a soberania nós não temos neste momento. E vamos ficar para trás, aliás, como ficamos.

Há 40 anos, nós não estávamos atrás da Coreia do Sul, da Coreia do Norte, inclusive – imagine, ela está muito à nossa frente, embora para coisas ruins –, do Paquistão, do Irã. Nós não estávamos atrás deles. São 30 anos de democracia, 25 anos de governos social-democratas de Fernando Henrique, de Lula e de Dilma, os últimos governos de Dilma, e nós, para trás, para trás, para trás e para trás.

Nós temos de tratar a soberania sem o preconceito de privado ou estatal, querendo o público, e, às vezes, o público é uma combinação de Estado e setor privado, desde que haja um bom marco regulatório.

A segunda coisa nova é uma coisa chamada globalização. Não adianta a gente pensar soberania hoje como no século XIX nem mesmo como no século XX. Hoje, a soberania exige convivência internacional. Não existe mais soberania isolada.

Terceiro, há a importância da inteligência. A gente está discutindo um satélite, mas mais importante que o satélite físico é a inteligência dentro dele, o chamado *soft*. O chamado *soft* é mais importante que o *hard*. E, hoje, Senador Lasier, mesmo que a gente seja dono do satélite, é provável que a gente não saiba usá-lo bem, porque o satélite depende de você ter acesso aos meios de fazê-lo funcionar, de comunicar-se.

O Iraque tinha radares por todos os lugares. Os americanos foram lá e desligaram todos durante a guerra. Não adiantou de nada ter radares. Na guerra das Malvinas, também desligaram. Ou seja, você tem o *hard*, mas não tem o *soft*.

Dito isso, fico satisfeito quando o Senador Jorge fala em ser convencido, e aí eu queria levantar alguns pontos. Primeiro, pelo que tenho entendido, dos 56 *gibabytes* do satélite, nós privatizaríamos apenas 23. Não é isso, Almirante? Ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não é? Dos 56, nós não vamos privatizar tudo.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Na realidade, nós não vamos privatizar nada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Nada. É uma concessão por cinco anos.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Nem é concessão; é um aluguel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É um aluguel. Muito bem.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – É um aluguel para uso temporário por cinco anos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito bem. Perfeito! É um aluguel por cinco anos, mas que pode afetar a soberania se o cara que aluga usar, por exemplo, para guardar mala de dinheiro ou para outra coisa.

Mas eu quero perguntar o seguinte: se nós temos 56 e alugamos 23, sobram quase 40. Isso não é o bastante para a soberania durante esse período? Ou a gente precisa dos 56 *gigabytes* para ter um mínimo de soberania?

Eu tenho entendido, pelo que eu li, que o que continua sem ser alugado é suficiente para garantirmos o que nós precisamos, Senador Jorge. Isso é o que eu tenho entendido. A gente vai alugar 40% por cinco anos e, depois, volta a ser dono, inclusive.

Segundo, isso de dizer que, em alguns lugares, ele não vai servir e que, em outros, vai servir depende do marco regulatório. A própria Eletrobras... A gente pode exigir: "Em tais lugares onde você não vai obter lucro, você tem de ter a energia. Agora, que você cobre mais caro das partes ricas!"

Eu quero lembrar o seguinte: o que nos está dando um atraso grande é o fato de que a conectividade só chega a pessoas que tenham o mínimo de renda e um mínimo de educação. O mínimo de renda a gente resolve, obrigando que se chegue lá, mesmo onde não há renda, mesmo que se tenha prejuízo, embora se possa ganhar em outro lugar, é claro, porque, senão, não é privado. Agora, o que ninguém está discutindo aqui é que não tem soberania um país onde 13 milhões não conhecem a própria Bandeira, porque não sabem ler "Ordem e Progresso". Que soberania tem um país onde 13 milhões dos seus adultos não sabem reconhecer a Bandeira? Se a gente mudar a ordem das letras de "Ordem e Progresso", esses 13 milhões vão pensar que ainda é a nossa Bandeira, e não é mais a nossa Bandeira se mudarmos a ordem das letras ou se escrevermos em outro idioma.

de seus adultos não sabem reconhecer a bandeira. Se a gente mudar a ordem das letras do Ordem e Progresso, esse 13 milhões vão pensar que ainda é a nossa bandeira, e não é mais a nossa bandeira se mudarmos a ordem das letras ou escrevermos em outro idioma.

Que soberania, se apenas 20% terminam o ensino médio com um mínimo de qualidade? Falar em soberania porque a gente vai alugar 40% de um *hardware* que nós temos no espaço, só se a gente precisar de 56 gigabytes inteiros, senão não fere a soberania. Além disso, como disse o Dr. Jarbas, não se está vendendo, está se fazendo uma concessão, e esse dinheiro vai ser usado. Isso é que é importante. É melhor usar esse dinheiro de um aluguel de que deixar esse gigabyte servir para nada lá em cima, porque talvez não se vá usar. Aí pergunta-se: e por que fazer um satélite tão potente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Por favor, diga, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Está me dando tristeza de ouvir algumas coisas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas eu estou querendo ser convencido, Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Só estou falando da minha tristeza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas o senhor está triste porque eu quero ser convencido também? Eu quero ser convencido, mas, para eu ser convencido, eu uso os argumentos de todos os lados. Nunca pensou nisso, Senador Jorge?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Não, eu nunca pensei que ouviria isso de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas nunca pensou que eu gostaria de ser convencido usando todos os argumentos necessários para eu ser convencido? Porque, se eu não uso esses argumentos, eu não quero ser convencido; estou querendo convencer. Só que hoje eu quero ser convencido e levando em conta todas as complexidades do momento.

Precisamos dos 56 gigabytes ou vamos deixá-los lá sem serem utilizados? Esse dinheiro vai entrar e vai ser bem usado ou vai ser jogado fora? Nós estamos trabalhando para que todos conheçam a sua bandeira ou é isso que está irritando o Senador Jorge Viana? Porque nós não fomos capazes, no governo que tivemos, de erradicar o analfabetismo, como tentamos no primeiro ano do governo Lula, quando se parou o programa de erradicação do analfabetismo.

O mundo mudou! Hoje há globalização, o fundamental é o *soft*, é a inteligência, não é o ferro do satélite, e o mundo ficou global. Sem cooperação, a ideia de soberania é ilusão. Globalização, hoje, exige colaboração. Nacionalista inteligente não esquece o resto do mundo, nem a força que o resto do mundo tem.

Então, aqui ficam essas preocupações. Eu quero, sim, que seja usado para defender a soberania, mas eu quero uma soberania inteligente e realista, sem usar isso com outra finalidade que não seja, de fato, a soberania.

E fica aqui esta pergunta: dos 56 gigabytes, a gente vai precisar de todos esses cinco anos ou vale a pena emprestar, alugar, aliás, esses 23 por cinco anos? Essa é a pergunta que eu quero fazer.

Gostaria muito de ouvir sobre o marco regulatório para saber o que vai ser feito não apenas com os 23, mas com os outros também que nós vamos usar, como estão querendo dizer, soberanamente. Era isso.

Mas eu acho que esse debate é mais profundo do que um satélite. É um debate sobre futuro ou passado, sem ilusões e sintonizado com a realidade do mundo e as transformações que estão ocorrendo.

e sintonizado com a realidade do mundo e as transformações que estão ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Ex^a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Fernando Collor; caro Comandante Rossato; Dr. Jarbas; Dr. Marcio e caros colegas Senadoras e Senadores, depois do que falou o Senador Cristovam, eu não poderia silenciar, porque ele fez uma reflexão que vai além de um leilão, muito além de um leilão. Também gostei muito das posições defendidas aqui, manifestadas por todos os expositores. Não vou nem puxar a brasa para o assado de um gaúcho que comanda a Aeronáutica, Comandante Rossato.

E, ao ouvir com atenção o que declarou o Senador Cristovam, eu me remeti a uma frase atribuída ao Aldous Huxley, que diz: "O mundo não se divide mais entre esquerda e direita, mas entre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rápidos e lerdos." O que o mundo está precisando hoje é exatamente de uma inteligência maior para compreender uma nova realidade, uma realidade que foi mudada na China comunista, que é hoje um país que consegue conciliar a gestão estatal com a abertura total da sua economia, entrando inclusive na OMC, com outros países igualmente com esse sistema, e o desastre que vimos naqueles que insistiram, voltados ao passado, como a Venezuela ou a Coreia do Norte, ou que restaram disso, ou Cuba mesmo, o desastre que é para a sua população em relação aos resultados. E não deixo de reconhecer alguns benefícios que tenha a socialização da riqueza desses países.

Eu lembro também, a propósito disso, que aqui se atribui muito, se usando um erro e um equívoco, no caso da privatização das telecomunicações, e a exceção não pode ser baseada na regra de que a privatização da telefonia vai comprometer os erros que aconteceram, comprometer agora, vendo de uma parte do serviço prestado. Me valho aqui também da manifestação do Juiz Federal Substituto Marcos José Brito Ribeiro, da 13ª Vara Federal, que escreveu, ao despachar, mantendo a realização do leilão, abre asas:

A comercialização – mediante cessão temporária – da capacidade satelital, nos termos definidos pelo Chamamento Público 02/2017 [...] não encerra qualquer ilegalidade. A medida tampouco contraria ou de qualquer modo compromete o alcance das finalidades precípuas do Plano Nacional de Banda Larga, definidas no art. 1º do Decreto mencionado.

O que aconteceu com a Petrobras, e decorrente dela a Operação Lava Jato, remete também à indagação: o que teria acontecido se a Embraer tivesse sido mantida exclusivamente como uma empresa estatal, ou se a Vale tivesse continuado estatal, ou se a CSN tivesse continuado estatal ou se a telefonia?

Eu, quando era jornalista, entendia que o discurso contra a privatização poderia ser válido. Eu tinha os sonhos, bem mais jovem, de uma realidade diferente. E, quando vi, aqui Brasília, porque eu estou aqui desde 1979, carroceiros que eram permitidos na época – hoje não podem mais transitar nas ruas do Brasil –, com aquela carrocinha de madeira, um cavalo na frente, e ao lado: "Faço frete. Celular número tal.", e, do outro lado, outro número de celular...

Para conseguir um telefone em Porto Alegre – nós tínhamos uma CRT, uma empresa estatal –, a gente tinha que esperar cinco

Nós tínhamos a CRT, uma empresa estatal. Nós tínhamos que esperar 5 anos, precisava rezar uma missa, fazer orações para tudo o que era santo...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – E ter um santo forte!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E tinha o quê?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Que ter um santo forte!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E ter um santo muito forte!

E, além do santo forte, ter dinheiro para pagar, porque era muito caro comprar telefone, e havia até a questão do imposto de renda. Então, quando eu vi os carroceiros, eu entendi que aquilo foi um benefício de distribuição de poder à população mais carente, que teve acesso a um serviço que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria ser compartilhado por toda a sociedade. Então, aquele discurso de que aquilo faria mal... Eu entendi que, no telefone do carroceiro... Ele tinha não só um, mas dois telefones.

Eu menciono esses casos para lembrar, porque aqui foi citado o caso da Oi, da tragédia da Oi. A revista *Época*, no dia 21 de junho de 2016, escreveu o seguinte artigo, que tinha como manchete "A trajetória do Oi: do posto de supertele à ruína financeira".

A Oi, uma das maiores operadoras de telecomunicações do país, entrou na segunda-feira (20) com um pedido de recuperação judicial [isso foi mencionado aqui], que inclui dívidas de R\$ 65,4 bilhões. O pedido, maior da história do Brasil, ocorreu após fracasso de negociação entre os acionistas e os credores da empresa. Um juiz agora vai analisar a solicitação da Oi. [Isso foi em 2016]

[...]

É uma consequência desastrosa para um dos símbolos da política de "campeões nacionais" patrocinada pelos governos Lula e Dilma. A crença de que o governo, entrando como um sócio, dando dinheiro barato e outros privilégios permitiria a formação de grandes empresas para liderar o capitalismo brasileiro. A Oi é só mais um exemplo do fracasso da política petista que, entre outras consequências, culminou num enorme prejuízo para o bolso dos contribuintes brasileiros.

Aí vem, na página seguinte da mesma matéria, o seguinte.

Em 2005, a Brasil Telecom investiu R\$ 5 milhões na empresa Gamecorp, que tem entre seus sócios Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Lula. Pequena empresa, a Gamecorp nada fazia que justificasse tal negócio. A Andrade Gutierrez também foi a maior doadora da campanha do Partido dos Trabalhadores em 2006. [Não sou eu quem está dizendo.] Fatos assim levantaram suspeitas sobre a postura do governo em relação à tele. Em 2008, a Anatel aprovou a compra da Brasil Telecom pela Telemar, considerado o maior negócio do setor depois da privatização da Telebras. A chamada "Supertele" brasileira não teria acontecido, caso o governo Lula não tivesse alterado a principal regra da Lei Geral de Telecomunicações, que proibia um controlador de possuir duas concessionárias de telefonia fixa. O Plano Geral de Outorgas foi modificado em apenas 27 dias.

Eu digo isso para refrescar um pouco a memória relativamente às tentativas de pegar uma exceção e transformar numa regra para avaliar o que aconteceu no Brasil com esse processo de privatização. O Estado brasileiro quebrou, a União quebrou, os Estados estão quebrados. Professores no meu Estado receberam R\$170 de salário...

Os Estados estão quebrados. Professores, no meu Estado, recebem R\$170 de salário. E nós estamos querendo manter esse Estado desse tamanho.

Aqui, não se trata de privatizar a Telebras. Não é privatizar a Telebras. Aqui, trata-se, como disse muito bem o Juiz Dr. Marcos José Brito Ribeiro, da "comercialização, mediante cessão temporária, da capacidade satelital, nos termos definidos pelo Chamamento Público [...]". Na verdade, o edital do leilão não encerra qualquer ilegalidade. A medida tampouco contraria ou, de qualquer modo, compromete o alcance das finalidades precípua do Plano Nacional de Banda Larga, definidas no art. 1º do decreto mencionado".

Era isso que eu queria ponderar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a e lhe agradecer, Senador Collor de Mello, nosso ex-Presidente do Brasil, por esta importante audiência pública.

Quero cumprimentar os nossos convidados, o Dr. Jarbas, o Dr. Marcio e o Dr. Nivaldo Rossato.

Em 4 de maio último, Sr. Presidente, festejei, junto com boa parte da população brasileira, o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica. Na oportunidade, o nosso Ministro Raul Jungmann destacou a importância desse satélite para garantir a soberania nacional. Disse o Ministro da Defesa naquela oportunidade – abro aspas: "Nós estamos operando um satélite que é o primeiro sob total controle do Brasil, devidamente criptografado sob nosso controle. Não é apenas um projeto militar, de soberania e defesa nacional, mas, evidentemente, significa um grande passo para a nossa autonomia, para nossa independência em termos de meios estrangeiros, para procedermos às nossas comunicações." Fecham-se as aspas. São palavras do nosso nobre Ministro Raul Jungmann.

É um feito nacional de grande importância sob a responsabilidade da Telebras, empresa de economia mista, uma estatal vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) de grande relevância. A Telebras é responsável pelo Programa Nacional de Banda Larga, programa estratégico para a garantia do futuro do País. No programa do satélite, foram investidos R\$2,7 bilhões.

Em 5 de junho, com o início das operações, a Força Aérea Brasileira, nossa gloriosa FAB – rendo minhas homenagens, Tenente-Brigadeiro Rossato, a todos os membros da FAB, da Força Aérea, onde tive a honra e a satisfação de ter três irmãos meus servindo a corporação –, declarou que aquele era "um dia histórico para o campo da Defesa do País". Essa foi a declaração da FAB naquele momento.

Na parte civil do satélite, o uso estava previsto para atender o Programa de Banda Larga e, com isso, garantir a cobertura de acesso à internet nas escolas, em postos de saúde, em hospitais – todas são questões essenciais em nosso País.

As explicações que estão sendo dadas para a privatização do satélite, assim como a forma com que isso, parece, vai se dar não fazem com que eu me convença de que isso não compromete a segurança nacional e não irá ferir o Programa de Banda Larga e a nossa soberania nacional.

Por outro lado

... de banda larga e a nossa soberania nacional.

Por outro lado, uma série de entidades de engenharia – e sou engenheiro eletricista, formado pela UnB (Universidade de Brasília) – e outras da sociedade civil estão questionando os aspectos técnicos, financeiros e de soberania envolvidos na intenção aparentemente apressada de se vender parte do satélite brasileiro. Cabe afirmar para os nossos brasileiros e brasileiras que estão nos ouvindo: no programa do satélite foram investidos R\$2,7 bilhões dos cofres públicos do Brasil.

Essa questão precisa ser mais debatida. A iniciativa desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a que tenho o orgulho de pertencer, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, à qual também pertenço, é um passo importante, mas deveríamos voltar ao tema na Comissão de Educação, para verificar o que isso atinge na educação brasileira, e na Comissão de Assuntos Sociais para analisar um detalhe: o que isso implicaria na saúde





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional – acabei de vir da CAS, onde estava presidindo uma importante audiência pública, e por isso não pude estar aqui desde o início.

A sociedade precisa examinar as alternativas. O satélite não pode ser visto como uma simples oportunidade de negócios financeiros. É muito mais importante termos a nossa soberania e a nossa posição nacional e mundial, para que o Brasil possa ser devidamente reconhecido como essa quinta potência mundial para a qual o Brasil caminha e em que precisa se consolidar. É muito mais do que isso.

Perguntas.

Ex^{mo} Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica, o recém-lançado Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) será utilizado tanto para fins civil como para fins militares. Diante disso, pergunto: a anunciada privatização desse satélite não colocaria em risco a independência e a soberania nas comunicações de defesa? Foram realizados estudos relacionados à privatização do satélite no que se refere às comunicações sensíveis da área militar brasileira?

Sabemos que temos uma fronteira imensa, com problemas imensos, e sabemos a dificuldade que temos com relação à nossa soberania com a intenção clara de alguns "entreguistas" – aspas minhas – de entregar a Amazônia, de entregar o que nós temos de capital, entregar o que nós temos de mineral, entregar o patrimônio nacional para que outros tomem conta, inclusive com a ideia de passar – e eu sou engenheiro eletricitista – Tucuruí, imaginem, a maior usina hidrelétrica brasileira, porta de entrada do Rio Amazonas, para controle talvez de alguma pessoa "lunática" – aspas minhas –, algum "louco" igual a esse dos Estados Unidos ou ao da Coreia do Norte. Pode ser privatizado aqui Tucuruí, que é estratégico para todo o equilíbrio do sistema nacional, para uma pessoa dessas, que pode fazer quantos *blackouts* quiser no Brasil, tirando de nós a total soberania que hoje temos sobre essa importante questão.

Essa questão do satélite não é diferente, e nós precisamos saber a posição da nossa gloriosa Aeronáutica, que tanto defende a soberania nacional e que tanto trabalha para que o nosso Brasil seja reconhecido como essa Pátria da Ordem e do Progresso.

Ao Presidente interino da Telebras, Sr.

Jarbas José Valente, e ao Diretor do Clube de Engenharia, Sr. Marcio Patusco Lana Lobo, o SGDC foi concebido com a promessa de contribuir para eliminar o hiato digital, levando banda larga para as escolas públicas atenderem às áreas mais remotas do País, assim como àquelas menos atraentes economicamente. Diante disso, pergunto: quais as garantias previstas para evitar que esse recurso estratégico seja desviado dos seus objetivos iniciais de levar a banda larga para as escolas públicas, áreas remotas do País, e atender a pequenos provedores de acesso à internet? É importante essa pergunta.

A adoção de um modelo de desenvolvimento que delega à iniciativa privada a execução das políticas públicas para a massificação da banda larga não torna irrelevante o papel da Telebras?

É importante ouvir essas questões, e quero dizer, voltando, para fechar aqui a minha fala, nobre Presidente Collor... Peço vênias a V. Ex^a pela exaustão, aqui, da conversa, mas eu não posso deixar de afirmar: ao contrário dos Estados Unidos, da Austrália, da Alemanha e de outros países que realmente fazem questão de ter a sua soberania nacional, principalmente no setor energético, como eu estava falando de Tucuruí, do Rio São Francisco, do Rio Amazonas e todas as questões, esses setores, dessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiras economias mundiais, estão exatamente concentrando os esforços do Estado nessa área tão estratégica, que é a da energia, como é estratégica essa área do satélite.

Então, consequentemente, como servidor públicos deste País, como uma pessoa que escolheu servir à minha Pátria, servir ao meu País... Servidor público não é para dar lucro nem prejuízo; é para trabalhar de forma correta e honesta, para garantir a Constituição brasileira, a Lei 8.112, as bíblias do bom trabalho público, que é bem atender ao contribuinte.

Eu, aqui, não poderia ser diferente na minha fala de defender a Pátria da qual participo, onde vivo, e quero que ela continue sempre tendo uma posição de destaque na sociedade.

E que possamos dar orgulho aos nossos netos, bisnetos, e que possam viver com dignidade neste País, sendo soberano.

Muito obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^ª, Senador Hélio José.

E, antes de passar a palavra aos nossos palestrantes de hoje, eu gostaria de aditar as perguntas já formuladas pelas Sr^{as} Senadoras e pelos Srs. Senadores e as perguntas que nos chegaram dos nossos internautas. E eu peço aos nossos palestrantes que, por favor, anotem os pontos que julgarem mais importantes.

Do Luiz Henrique Pereira, de São Paulo: "Gostaria de saber se uma residência que recebe 250Kbps de internet pode ser inserida no percentual de 54% das residências que tem banda larga."

De Maria de Fátima Edelmann: "Não concordo com a gestão da Telecomunicação Nacional, pois ela não é transparente com a população brasileira. Sempre omite informações e prejudica o cidadão diariamente. Em minha opinião, o Ministério Público deveria fiscalizá-los."

De Luiz H. Pereira, de São Paulo: "Ao assistir à fala do Sr. Marcio Patusco, gostaria de dizer que deveria haver investimentos no serviço de banda larga, ao invés de se falar em satélite, pois a baixa qualidade da banda larga elevaria o percentual de 46% das residências sem o serviço."

De Henry Franklin Isaquiel Ferreira, do Distrito Federal: "Seria descabido se desfazer de um produto nacional e que contém questões estratégicas embutidas. Ao se produzir um novo, pode-se considerar a privatização."

De Maria do Carmo Martins, de Minas Gerais: "Creio que nossos atuais governantes e legisladores perderam a noção completa do papel do Estado. Em sua submissão ao neoliberalismo em sua forma mais perniciosa, esquecem-se dos direitos fundamentais. Não se privatiza segurança e soberania."

De Adriano C. Silva, do Rio de Janeiro: "Se é militar, então não é civil. Se é para defesa, então não deve ser compartilhado. A privatização das teles não deveria garantir a melhoria da comunicação? Por que elas não investiram em melhorias? Mais uma vez, a privatária dilapidará o patrimônio público."

De Maria de Fátima Anselmo Edelmann, novamente, de São Paulo: "Por que não privatizam a política? Assim saberemos como seriam os políticos brasileiros. A meu ver, fazendo isso tenho certeza de que o País teria uma gestão honesta e de qualidade. Por que tudo o que é público deve ser privatizado?"

De Adriano C. Silva, também do Rio de Janeiro, novamente: "É lamentável existirem brasileiros que acham que a solução é a privatização. Algumas das maiores empresas do mundo são públicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tento em vista que o modelo estatal é ruim, então por que estatais estrangeiras estão comprando nossas estatais?"

De Giovane Ramos, do Rio de Janeiro: "Entendo que está funcionando perfeitamente. A soberania é mais importante que outros interesses conforme a Constituição Federal. Vamos diminuir os gastos do Congresso, o que dará, inclusive, para lançar mais satélites de iniciativa particular. O povo paga e o empresariado colhe."

De Giovane Ramos, do Rio de Janeiro: "Temos que incentivar a nossa indústria de inteligência a criar e investir num particular." Eu estou lendo como está escrito. Não entendi direito essa afirmação, mas enfim...

De Giovane Ramos, novamente, do Rio de Janeiro: "Os próprios entes federados podem pagar para a manutenção e investimentos. São 25 Estados, o Distrito Federal e infinitos Municípios, que podem pagar pelos serviços utilizados. Empresas apenas com a banda excedente."

De Leonel Pacheco dos Santos, do Pará: "Querem privatizar os satélites brasileiros, a Petrobras, as empresas, as minerações brasileiras e as rodovias. Pergunto: qual órgão irá continuar sendo nacional, pois estão querendo privatizar o País inteiro e não vemos nenhum resultado positivo?"

Agradecendo, mais uma vez, a participação dos nossos internautas pelas considerações e indagações com que sempre nos brindam nessas audiências públicas e nos painéis que aqui realizamos, passo a palavra inicialmente, para responder as indagações aqui formuladas, se nenhum Senador ou nenhuma Senadora desejar mais utilizar a palavra, ao Sr. Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor do Clube de Engenharia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a licença do Dr. Marcio, pela ordem, S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – É só para dizer que mesmo na ausência dele, eu queria pedir desculpa ao Senador Cristovam, porque eu não deveria ter feito comentário enquanto ele falava. Eu poderia esperar a minha vez. Mas aqui peço desculpas na ausência dele...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Fica registrado em ata.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... mesmo tendo completa divergência, inclusive, com a fala dele no aspecto que ele levantou, mas isso eu farei na fala adequadamente, no momento certo. Eu acho que fui indelicado com a audiência, que é tão importante para o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ficará registrado em ata audiência que é tão importante para o País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ficará registrado em ata, Senador Jorge Viana, esse nobre gesto de V. Ex^a.

Agora, sim, passo a palavra ao Dr. Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor do Clube de Engenharia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO PATUSCO LANA LOBO – Primeiramente, eu gostaria de esclarecer – e gostaria até que o Jarbas pudesse me corrigir se for o caso – os percentuais que vão ser colocados à venda no leilão do satélite.

Fora a banda militar, que está fora de discussão, a banda Ka é a banda que vai ser leiloada no edital de licitação, e 57% dessa banda vão ser leiloados nesse edital – 57% são para aquisição em dois lotes diferentes, um com 35% e outro com 22%.

Existe um outro lote que estava incluído no primeiro chamamento público, de 22%, e portanto, no primeiro edital de chamamento público, dava um total de 79% de venda da capacidade do satélite. Então, isto, 79%, no primeiro chamamento público era a capacidade a ser vendida. No segundo chamamento público, isso caiu para 57%, e esse outro lote ficou reservado para uma outra oportunidade para ser vendido ou ser utilizado de outra forma. Então, esta é a situação do leilão: 57%.

O lote da Telebras, que é especificamente agora alocado à Telebras, é de 21%, correspondente a 12 gigabits dos 58 gigabits que estão disponíveis. Então, a Telebras, para implementação de políticas públicas, vai poder deter ou utilizar 12 gigabits, correspondente a 21% da capacidade do satélite em banda Ka. Então, isso é a primeira... O Senador Cristovam Buarque, que tinha dúvidas em relação a esse número, é bom que fique claro. E o Jarbas pode me corrigir se não forem essas as quantidades de capacidade a serem leiloadas. Então, o fato é que o satélite está sendo leiloado dessa forma.

Sobre as perguntas que foram colocadas... Primeiro, as perguntas em relação ao que me foi colocado aqui sobre o.... Deixe-me ver onde é que está.... *(Pausa.)*

"Quais as garantias previstas para evitar que esse recurso estratégico seja desviado de seus objetivos iniciais de levar a banda larga para escolas públicas, áreas remotas do País."

Eu mencionei isto na minha apresentação: com o que ficou com capacidade de banda para a Telebras utilizar, dificilmente vai se conseguir fazer política pública robusta de atendimento em larga escala. Isso, na verdade, não seria nem possível de ser atendido com toda a capacidade do satélite.

com toda a capacidade do satélite.

Para atingimento de todas as escolas públicas, hospitais e postos de saúde, seriam necessários outros satélites para esse atendimento. Então, a política pública de atendimento completo dos domicílios brasileiros só pode ser atingida com uma constelação de satélites adequada de capacidade para atendimento.

É muito pior da forma como o leilão está sendo previsto, em que só ficam 22% ou 21% para que a Telebras possa fazer política pública. Então, não há, no meu modo de ver, garantias. Estão piorando cada vez mais as garantias possíveis com a modificação feita no leilão do satélite.

Em relação às perguntas colocadas pelos internautas, garantia de banda larga em escolas e postos de saúde é mais ou menos a mesma coisa. E quais outras tecnologias poderiam ser utilizadas? Obviamente, o satélite tem essa capacidade de atingimento em locais remotos e de difícil acesso. Ele tem essa característica, mas não é só com essa característica de atingimento de banda larga que a gente pode atingir lugares remotos. Existem outras tecnologias, tecnologia de celular em faixas de frequência da ordem de 450 megas, que podem ter alcances da ordem de 30km em sede de Município, que já é um atingimento bastante importante, e outras tecnologias podem ser aplicadas. Então, obviamente, estão sendo tratadas as implementações correspondentes a essas possibilidades novas de atendimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra possibilidade importante de atendimento é através dos próprios cabos das empresas prestadoras de serviços de telefonia. Esses cabos cada vez mais ficam importantes. A Inglaterra foi a primeira implementadora de uma tecnologia bastante importante, que é o G.fast, que dá possibilidade de atendimento no cabo de pares, esse cabo de telefonia que a gente tem em casa, de até 1 gigabit por segundo.

E há uma tecnologia nova que está sendo prevista em cima dessa, que é algo XG.fast, que vai até 10 gigabits por segundo, em cima de um cabo de par, de pares trançados. Obviamente, o cabo tem que ter uma certa característica, uma distância em relação ao primeiro ponto onde pode ter uma fibra ótica ou uma outra solução, mas essa é uma forma de atingimento dos domicílios de forma geral.

A outra pergunta também foi se 250 kilobits por segundo podem ser considerados banda larga. Não existe uma definição clara mundialmente sobre banda larga. Cada país adota uma forma de consideração de banda larga. No passado, quando houve a

de consideração de banda larga. No passado, quando houve a Rede Digital de Serviços Integrados, a gente considerava que 2 megabits seria considerado banda larga. Mas isso evoluiu. Os Estados Unidos consideram 25 megabits como objetivo de banda larga nos Estados Unidos. Obviamente, 250 kilobits por segundo não pode ser considerado banda larga efetivamente. Então, é uma velocidade que você não consegue fazer interatividade através dessa capacidade. Então, 250 kilobits por segundo não é, na verdade, uma tecnologia a ser considerada como banda larga.

Eu acho que essas eram as questões afetas a mim. É isto, Senador Collor. Muito obrigado pela...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Dr. Márcio Patusco Lana Lobo, representando aqui, como Diretor, o Clube de Engenharia.

Passo agora a palavra ao Dr. Jarbas José Valente, Presidente da Telebras.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, eu queria fazer uma contextualização para deixar claro o objetivo dessa comercialização da capacidade excedente do satélite.

Como diz o Senador Cristovam Buarque, nós temos que ter um marco legal e temos que segui-lo. E hoje existe um marco legal, que é o Decreto nº 7.175, de 2010, que diz exatamente o que a Telebras pode fazer e o que a Telebras não pode fazer.

Em função disso, quando se fala em atendimento social... O que é atendimento social? Atendimento social é o atendimento de demandas, tanto dos governos, sejam o federal, os estaduais ou municipais, como demanda legítima da sociedade brasileira, seja pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado.

E quando se dimensiona toda essa necessidade de comunicação é que você aloca quais são os recursos necessários para que isso seja possível de ser atendido.

Quando se dimensionou a capacidade do satélite, imaginou-se que teríamos que atender aos dois objetivos, tanto o objetivo das necessidades intrínsecas do Governo Federal, seja para a educação nos pontos mais longínquos que não têm outra forma de ser atendidos a não ser via satélite, como na saúde, como na segurança pública, seja da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, seja também na segurança militar, das comunicações móveis utilizando Banda K, seja também na utilização por quem precisa de banda larga e, de uma forma ou de outra, a banda larga não está disponível, que são as pessoas que moram em povoados. São mais de 40 mil povoados no Brasil todo que hoje dispõem basicamente de telefonia fixa, não têm acesso a banda larga.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a Telebras fez para ter certeza de que a gente cobriria e teria condições, com esse primeiro satélite, de atingir essas demandas? Primeiro, fizemos um levantamento minucioso, junto ao Governo Federal, das demandas da educação, de saúde, de segurança pública, para definir aquilo que a gente pode fazer utilizando da tecnologia satelital em Banda K e aquilo que a gente pode fazer utilizando de outras tecnologias que não sejam a satelital. Nós podemos chegar a essas áreas periféricas utilizando, como aqui foi dito pelo colega do Clube de Engenharia, de tecnologias *wireless*, ou seja, tecnologias sem fio que também possam atender e cobrir esses mesmos locais.

Então, no governo, levantamos toda essa demanda, e se definiu claramente que a capacidade que a Telebras colocou seria suficiente para atender a todos os pontos ali previstos. E mesmo para atender

atender a todos os pontos ali previstos.

E, mesmo para atender a esses pontos, não existe nada de graça, ou seja, a escola hoje, para ter o papel, paga pelo papel, para ter a impressora, paga pela impressora. Então, para ter os serviços de telecomunicações também pagará.

A Telebras tem que fazer um estudo, e o preço estabelecido pela Telebras ao Governo é quase um décimo do preço hoje praticado no mercado, para que seja viável um atendimento social e as aplicações do Governo Federal.

Para isso, é preciso que, de alguma forma, como disse o Senador Cristovam... Aquilo que vai ser atendido também é sociedade civil. As pessoas físicas e jurídicas também precisam de capacidade em áreas em que só o satélite chega. Teria que haver preços também razoáveis, que fossem compatíveis com a sua capacidade de compra.

Ao definir essa modelagem, nós usamos o Decreto nº 7.175, que diz claramente que a Telebras pode – desde que o Governo assim o queira, o Governo não é obrigado a contratar a Telebras, para atender a todas as demandas do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais.

Então, o Governo Federal está formalizando com a Telebras um contrato, para levar a banda larga a todas as escolas públicas brasileiras rurais, que hoje não têm outra forma de serem atendidas, a não ser via satélite.

Da mesma forma, eles estão formalizando contrato também para atender a todas as unidades de saúde, também com banda larga. E a banda larga varia em tamanho do porte da unidade de saúde, do porte da escola. Há escola com 50 alunos, 30 alunos, 100 alunos, e, para cada uma delas, foi definida uma capacidade que a gente dimensionou, para que seja possível esse atendimento em cinco anos – cinco anos, porque o próprio Governo não teria a capacidade de atender em um ano ou dois anos.

Com isso, quanto ao que sobrou da capacidade do satélite, teríamos duas formas de fazê-lo: uma forma transparente, pública, chamando a sociedade a participar sobre essa parte que está disponível e que não vai ser utilizada pelo Governo Federal, pelos governos estaduais e municipais, ou essa forma em que a Telebras não pode fazer, a não ser via operadoras.

O decreto diz claramente que, com o Governo Federal e com os governos estaduais e municipais, a Telebras faz diretamente. Mas, para atender às residências, para atender a todas as empresas privadas do Brasil, só se pode fazer através de uma operadora do serviço de comunicações, porque a capacidade de satélite não constitui serviço de telecomunicações, e sim aquele que vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ascendê-lo e que tem que ter uma autorização da Anatel – seja do Serviço de Comunicação Multimídia, do STFC, do SMP ou qualquer outro que venha fazer banda larga.

Para isso, nós fizemos audiência pública, fizemos o edital, colocamos em consulta pública para debate. Ficou em debate durante 60 dias, discutindo-se com toda a sociedade, com todos os interessados, portas abertas para todos, dentro dos provedores que lá estiveram na Anatel, desde as audiências públicas de que participamos na Câmara, aqui no Senado, em todos os pontos a que fomos chamados a participar.

Foram feitos questionamentos, foram dadas respostas a todos os questionamentos, não ficou um questionamento sem resposta, ou seja, foi totalmente público e transparente. Por quê? Se vou escolher alguma empresa que vai poder atender à demanda privada, seja de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas, eu não posso escolher o primeiro que chega, mas sim aquele que oferecer as melhores condições, conforme está previsto no edital.

Então, a capacidade ficou 42%, 43% para que a Telebras possa utilizar. Na demanda de Governo, na demanda dos provedores de serviço de conexão e internet, que são aqueles que vão levar a banda larga para os rincões deste País, usando a infraestrutura da Telebras, com o preço de uma estrutura de – vamos chamar aqui um termo técnico – VSAT, que é um equipamento em que se põe o satelital, para que se possa utilizar a tecnologia sem fio e atender à comunidade daquele povoado ou daquele lugarejo ou daquela cidade que hoje não a tem.

Por isso, essa capacidade ficou maior nos 42%: atende tanto ao Governo quanto

Por isso que essa capacidade ficou maior nos 42%: atende tanto ao Governo, quanto atende também aos provedores, porque ele é compartilhado. Então, não é um uso para uma única pessoa, uma única instituição.

E a demanda que ficou restante tem obrigações: todas as empresas vão ter que acender todos aqueles 67 *beams*, como a gente chamou, em todo o território nacional. O investimento é razoavelmente caríssimo para se fazer e, além disso, eles vão ter que reservar 25% da capacidade para atender a demanda dos brasileiros, das brasileiras e de todas as empresas privadas. Se não o fizerem, a Telebras o faz. Então, a Telebras, na realidade, tem 100% de uso do satélite.

Então, o satélite, de forma nenhuma, está sendo privatizado. Ele está sendo colocado, aquilo que é excedente, para que possa ter recursos para que os preços que nós vamos praticar para atender as demandas o Governo Federal, importantíssimas, de educação, saúde e de segurança, sejam preços que o Governo possa vir a adquirir.

Da mesma forma, os preços a serem colocados pela iniciativa privada, seja pelas operadoras, que vão adquirir a capacidade, que é um aluguel, não é concessão, não é permissão e não é autorização, é simplesmente um aluguel de capacidade, como a gente aluga hoje, na nossa rede de fibra óptica para os provedores levarem banda larga para a todo rincão nacional.

E o ponto importante que nós colocamos em todos esses processos foi: em pontos que não precisam do satélite, como aqui foi colocado, por exemplo, Brasília, aqui, no Plano Piloto, onde tem banda larga o suficiente, a empresa não quer e não precisa fazer, porque o satélite não vai concorrer em preço com as tecnologias que hoje existem de banda larga terrestre, a Telebras vai fazer uso, a gente faz troca, pega essa parte dessa faixa que vai ser utilizada e vamos usar em regiões onde for preciso, no Norte, Nordeste etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É assim que está o edital. O edital foi feito de forma totalmente transparente, para atender a essa demanda. Com certeza, não precisará ir mais a Telebras. Se fizerem errado, a Telebras troca. Olha, está aqui a capacidade em Brasília, que eu não utilizar, e me dê capacidade no Norte, no Nordeste ou em qualquer parte do Brasil que precisa para a gente cumprir.

Então, é assim que foi constituído. Por isso que todas as deliberações no âmbito judicial, no âmbito do Tribunal de Contas e na DGU foram que nós estamos aderidos, exatamente, ao Marco Legal, ao Decreto 7.175. Não é porque o PNBL caiu e está fora de moda. Não, pelo contrário. Se não fosse o PNBL, via Telebras, com 38 mil quilômetros de fibra, com os provedores parceiros, nós não teríamos derrubado o preço do acesso à internet no Brasil. E, assim, o satélite fará e fará com muito mais força.

Um outro ponto, muito importante, sobre que jamais nós vamos perder o controle da operação do satélite, que foi muito bem aqui apresentada pelo nosso Tenente-Brigadeiro Rossato, é nas suas três facetas. Todas elas vão estar estritamente coordenadas pela Telebras e pelo Ministério da Defesa. Em nenhum momento, nenhuma operadora vai fazer uso da capacidade se não passar pelo crivo da Telebras. A Telebras é que designa todas as facilidades que vão ser utilizadas no satélite. Não existe possibilidade de nenhuma operadora, seja aqui no Brasil, ou de fora, fazer uso do satélite sem passar pelo crivo da Telebras.

Então, acho que são pontos que eu considere importantes, no geral, para deixar claro que a nossa intenção é cumprir com o decreto, mas ficar o acesso à banda larga, principalmente nos 40 mil povoados do Brasil que vão de 100 habitantes até 5 mil, 10 mil habitantes, que hoje não têm acesso à banda larga.

Nós vamos fazer isso utilizando da parceria com os provedores de serviço de conexão à internet, com preços especificados, que a Telebras vai fazer, da nossa capacidade satelital, para que o preço final ao usuário seja um preço razoável, como também no atendimento das escolas, dos hospitais

como também no atendimento às escolas, aos hospitais, às áreas de saúde do Brasil que hoje não têm isso. Então, foi um processo público, foi um processo transparente do qual a sociedade pôde participar durante todo esse período. Não é uma concessão. É simplesmente um aluguel da capacidade daquilo que nós não vamos fazer uso.

O que conversamos com o Governo foi que toda a capacidade hoje destinada a ele, se de fato ele não tiver outras tecnologias mais baratas que o satélite, se ocorrerem sobras, no futuro, a Telebras de novo tornará isso disponível para que as operadoras, sejam elas os provedores, que são os grandes parceiros da Telebras ... Nós temos centenas de provedores como parceiros e dos quais nós compramos facilidades e eles compram facilidades também. Há uma troca, e eles levam a banda larga para o Brasil todo.

Então, eu queria deixar isso claro, ou seja, a posição que nós estamos adotando é a posição mais segura e que tem transparência e garantia do atendimento desse projeto tão importante e dos outros que virão. Isso porque nós não podemos estar pensando apenas nesse satélite, mas nos demais. E para haver os demais nós temos que viabilizar do ponto de vista econômico o atual para que os demais tenham a mesma viabilidade.

É essa a proposta.

Acho que, no geral, eu consegui, Senador, se me permite, responder não individualmente, mas a cada uma das perguntas que aqui foram feitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Dr. Jarbas José Valente, presidente da Telebras.

Pela ordem, passo a palavra a S. Ex^ª, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria mais uma vez cumprimentar a todos pelas exposições.

E o presidente da Telebras, Dr. Jarbas, pelo menos um esclarecimento teve oportunidade de fazer, porque nós estamos vendendo, estamos fazendo uma concessão e estamos alugando parte da capacidade. Parece que ficou bem evidente que está se alugando parte da capacidade. Mas nós estamos falando de algo que é fundamental. O nosso convidado, Dr. Márcio, expôs que se usássemos toda a capacidade do satélite, toda ela, para tentar fazer a inclusão, para tentar alcançar aquilo a que se propõe o satélite geoestacionário, que é dar suporte à cidadania, a serviços de saúde, à educação, o que o Senador Cristovam tanto cobra, essa capacidade não seria suficiente. Por isso é que eu queria, se fosse possível, que o Dr. Jarbas falasse ainda um pouco sobre as dificuldades orçamentárias para o projeto. Nós sabemos que o Brasil está vivendo dificuldades. Isso é evidente, em todas as áreas.

Eu sou o responsável, na Comissão de Ciência e Tecnologia, e por isso é que propusemos esta audiência, em fazer a avaliação do programa da implantação da política de banda larga no Brasil. Eu estou com essa missão também. O número de Municípios que nós temos ainda sem internet é absurdo. Nós estamos falando de uma situação, porque o Brasil tem 5.570 Municípios ... E o Senador Cristovam falava – e eu peço desculpas pela ausência dele – da minha tristeza, pois confesso que fiquei chocado. Ele estava falando de analfabetismo, de três milhões de pessoas que não têm ... E nos tempos atuais, sabem onde é que estão os analfabetos do Brasil? Eles não estão no Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia, nem na Brasília, do Senador Cristovam. Estão no Estado do Senador Presidente da Comissão, Fernando Collor, e no meu Estado. Quando eu assumi o governo do Estado 36% da população do Acre era analfabeta. Agora esse percentual está em torno de 13%. E o Governador Tião Viana, meu irmão, está vendo se consegue fazer esse percentual ficar abaixo da média nacional até o final do seu mandato, no ano que vem. Ele está desenvolvendo um grande programa de alfabetização. Então, os analfabetos

mandato, no ano que vem. Está num grande programa de alfabetização. Então, os analfabetos, os excluídos não estão em Brasília. Não estou aqui deixando de reconhecer a periferia sofrida da nossa Capital, mas o contingente de pessoas excluídas neste País está no Nordeste e no Norte. São eles que não usam internet. São eles que estão excluídos desse serviço tão fundamental nos tempos atuais. E é deles que nós estamos tratando.

Os esclarecimentos do Dr. Jarbas sobre sobra... Porque aqui nós temos, de fato, banda larga. Estou identificando isso. Mas nossa preocupação é como nós vamos fazer com 25 milhões de habitantes da Amazônia. O senhor também falou que o custo das operadoras é dez vezes maior que... Salvo engano, foi isto: dez vezes maior. Ou seja, tem que tirar de um lugar e pôr em outro lugar. Daí a Telebras tem um papel a cumprir.

Eu não vou poder me estender mais, mas vou precisar da ajuda do senhor para, inclusive, completar meu relatório de avaliação, porque eu quero saber como fica a nossa política de banda larga para inclusão da população com esse aluguel de parte da capacidade do satélite. Os recursos estão garantidos? Porque nós estamos atrasados. Todos nós sabemos. Aí não é culpa de um governo ou de outro. O Brasil está atrasado nesse processo. E atrasado porque, às vezes, a gente fica nessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão pouco objetiva de botar a culpa uns nos outros e tal. Eu nem quero entrar nisso, porque não daria para ter uma boa convivência no Parlamento. Temos que nos respeitar uns aos outros, como procuro fazer. Mas nós estamos falando de algo muito objetivo.

Eu fico tranquilo porque, do ponto de vista do que pude ouvir do Tenente-Brigadeiro Nivaldo, a parte da Defesa Nacional está preservada. E nós temos aí uma divergência. O senhor coloca como as razões sendo de sobra, mas o Clube de Engenharia diz: "Não. Está faltando. Esse satélite não dá conta." Há uma divergência das duas posições.

E eu trago a outra: a necessidade de fazermos chegar a inclusão digital, e o satélite é fundamental para que a gente possa tornar brasileira uma parte do Nordeste. Não é porque os alagoanos e os piauienses querem. Salvo engano, Alagoas, Piauí, Maranhão são os Estados que têm o maior número de analfabetos, mas não estão, certamente, em Maceió. Eles estão também no interior do Nordeste, nos lugares mais distantes. Como vamos fazer a inclusão dessas pessoas, vencer o analfabetismo, levar uma qualificação sem usar esses recursos da telecomunicação? Não tem como. E as empresas não querem esse mercado. Eu posso usar o exemplo: tudo que é empresa quer pegar concessão da Dutra, mas nenhuma quer pegar – que sou até favorável – a concessão de Porto Velho e Rio Branco, na 364. Nenhuma quer. Tem que haver uma mediação: você leva essa parte, mas você tem que nos auxiliar. E, para mim – não sou estatizante –, essa mediação a Telebras tem que cumprir bem.

E eu só ficarei contente – e não é nesta audiência, porque não dá mais tempo – quando eu for convencido ou esclarecido de como fica o Programa de Inclusão Digital, a implementação do Programa de Banda Larga e a universalização dele no País. Que passe pelas prefeituras, 5.570 prefeituras. Nós temos, salvo engano, 2 mil Municípios que não têm internet de qualidade ainda no Brasil.

Gente, temos uma oportunidade agora com o satélite, mas aí eu divirjo do Governo. Eu aceito a discussão, é assim que deve ser, mas, se não alcançamos isso, não estamos com folga

Mas, se nós não alcançamos isso, nós não estamos com folga de banda para vender, porque todo esforço tem de ser de inclusão. Essa é a minha percepção e a minha conclusão. Daí a necessidade de haver, mais à frente, uma audiência lá na Telebras ou mesmo na Comissão de Ciência e Tecnologia para discutirmos, para que eu possa fechar o meu relatório. Eu tenho de escrever algo nele. E, daí, a minha preocupação com a questão do satélite.

E hoje cumprimento, mais um vez, o Presidente por trazermos o assunto para cá, para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Brasil.

Eu pararia por aqui, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana. *(Fora do microfone.)*

V. S^a vai responder a todas as perguntas. Vai ter tempo para isso.

Passo a palavra ao Dr. Jarbas José Valente, Presidente da Telebras, para oferecer respostas às demandas feitas agora por S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Senador, muito obrigado pela intervenção.

Eu gostaria de colocar a Telebras à sua disposição, aqui no seu gabinete ou na própria Telebras ou na Comissão, para que possamos apresentar esse estudo que nós desenvolvemos junto com o MCTIC sobre ser viável levar banda larga para o País todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, só temos dois propósitos: atender a demanda do Governo Federal e a demanda da sociedade brasileira.

Nós fizemos um levantamento minucioso junto com a Anatel sobre todas as 40 mil localidades do Brasil que hoje não têm banda larga, sobre a forma como isso pode ser feito e sobre como os outros países têm feito isso e em que condições. Eu gostaria muito de, depois, apresentá-lo para o senhor ver que é viável. E o projeto para de pé.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Indago a S. Ex^a o Senador Jorge Viana se está satisfeito. (*Fora do microfone.*)

Muito obrigado a V. Ex^a.

Muito obrigado ao Dr. Jarbas José Valente.

Com a palavra o Dr. Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor do Clube de Engenharia.

O SR. MARCIO PATUSCO LANA LOBO – Sem querer ser impertinente, eu poderia também participar dessa reunião que vai ser feita com a Telebras em que vai mostrar seus estudos?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, portanto, ao Sr. Marcio Patusco Lana Lobo.

Passo a palavra a S. Ex^a o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Obrigado, Presidente.

A questão da banda larga e distribuição já foi amplamente discutida aqui. Nós vemos a importância da inserção de Norte a Sul do Brasil tanto pela disponibilidade da banda larga como por preço também.

Vou me ater mais à questão estratégica e de soberania, a essas duas palavras.

Eu entendo que estratégico é quando alguma coisa é extremamente importante porque atinge certos objetivos. E soberania, pelo nosso direito de decidir. Se nós não tivermos a soberania, nós não temos o direito. Alguém decide por nós.

Quanto a essa questão do satélite, a Força Aérea, em 2003, já queria um satélite. Ele chamava-se SGB, Satélite Geoestacionário Brasileiro. Mas não tínhamos condições, o custo era alto, até que entrou a questão junto da banda larga, que já responde àquela questão sobre ser militar ou civil. Hoje em dia, tudo é dual. Os custos se reduzem e eles têm aplicação dual.

Quando entrou, junto com a Telebras, para colocar esse 70% de satélite de banda larga, viabilizou-se esse satélite.

Por que era importante para nós termos um satélite desse para questões de soberania? Por exemplo, todo o nosso sistema de controle de tráfego aéreo está em cima de satélites alugados. Se é alugado, o dono do satélite pode, a qualquer hora, por qualquer razão, dizer assim: acabou para vocês, vocês não têm mais a comunicação.

...qualquer hora, por qualquer razão, ele diz assim: "Acabou para vocês, vocês não têm mais a comunicação". Há contratos, logicamente, mas, dependendo da situação, eles podem nos tirar, como no mundo inteiro já fizeram isso. Então, esse é um exemplo.

Há vários sistemas corporativos nossos, que são fundamentais para a Força Aérea funcionar, que estão também ancorados em satélites de outras nações, de outros donos internacionais, que podem, da mesma forma, fazer isso conosco. Essa é uma das razões por que nós insistimos nesse satélite e que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós precisamos de mais satélite. O SGDC atende em parte, mas existem outras bandas como a KU, a banda L e outras coisas que ele não está atendendo. Precisamos de outro satélite no futuro, do estilo do nosso SGDC, para atender nossas necessidades.

Esses aspectos são importantes. Até quando o Senador Cristovam fala que soberania pode ser uma ilusão... Não, a soberania pode ser relativa, dependendo dos nossos acordos, dos nossos aliados, dos nossos compromissos, nós temos ou não soberania. Então, esse ponto da soberania é importante para nós.

Hoje, o satélite, embora nós não tenhamos condições de construir um satélite desse, mas o que está lá em cima, e que vai ficar por no mínimo 15 anos, é nosso e não existe interferência, porque o controle desse satélite, a criptografia é a nossa.

Então, nessa parte de soberania nós precisamos ter mais, sim.

Quanto a essa questão de espaço, que foi citada, acho, pela Senadora Ana Amélia ou pelo Senador Cristovam, realmente não valorizamos o espaço no País. Eu já fiz uma apresentação em uma Comissão aqui no Senado, onde se dava importância a esse aspecto. Nós não temos satélites de órbita baixa, nós não temos satélites meteorológicos, nós não temos uma constelação nossa. E um país 8,5 milhões de quilômetros quadrados precisa ter isso.

Nós precisamos olhar para essa visão do que nós não temos. Nós temos que ter essa visão. Para um exemplo, a Argentina gasta 1,2 bilhões por ano no espaço. Nós gastamos cem milhões de dólares nesse caso.

Então, nesse aspecto, o SGDC é um exemplo das necessidades que nós temos. E aquele centro de controle está preparado para o futuro, para a hora em que o Brasil acordar e colocar o seu satélite de órbita baixa, o seu satélite meteorológico, o satélite de comunicações não apenas como o nosso banda larga, mas satélites táticos para comunicações de UHF, de controle de fronteiras, marítimos, do interior do nosso País. No controle ambiental, nós precisamos satélite óptico, satélite SAR, aquele satélite radar. Disso tudo a gente precisa.

Eu acho que esse aspecto do SGDC, de ele estar sendo operado pela Telebras e pelas Forças Armadas dentro de um centro de operações dentro do comando da Aeronáutica e das antenas, as gateways estarem até em organizações militares, o que facilitou, isso mostra um caminho para ter soberania para determinadas áreas.

Isso é apenas, no meu entender, Presidente, um começo. Nós precisamos ampliar isso. Nós não podemos dormir e achar que o nosso SGDC-1 seja suficiente para isso. Talvez não gastemos essa mesma quantidade, porque toda infraestrutura está embutida nesse SGDC – e eu acho que o senhor falou sobre esse assunto –, e nós teríamos outros também.

Então, não existe problema, vamos dizer, nesse aspecto de soberania, não existe problema algum por aluguel, até porque o canal que volta, que desce, as gateways, o controle está todo dentro das nossas organizações, e há essa liberdade de tirar e colocar, mas isso é outra questão, a questão da banda larga.

Mas na parte militar e numa parte estratégica do País, eu acho que nós estamos em um caminho bom. Mas nós temos que ter mais do que nós estamos tendo, Senador. Nós precisamos ter alguma coisa a mais, porque nós temos outras carências também...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter alguma coisa a mais, porque temos outras carências também. É o caso, por exemplo, do controle do espaço aéreo, que não entrou nesse pacote. Nós continuamos dependentes como sempre estivemos, e a qualquer hora podemos perder o domínio, vamos dizer assim, dessa área.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Ex^a, Comandante Nivaldo Luiz Rossato.

E, pela ordem, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não quero ser impertinente, mas é uma oportunidade fantástica. Quando falei da decepção que tive com os colegas falando foi em relação à mensagem que esta audiência pode estar passando. Ou seja, que o Brasil lança o seu primeiro satélite depois de anos, sendo 100% nacional, desenvolvendo tecnologia, formando quadros e pessoas e, inclusive, que o satélite tem excedente que estamos até alugando, como se fosse suficiente.

Eu acho que o Tenente-Brigadeiro traz algo na sua fala que detalha exatamente o contrário. O espaço aéreo nacional ainda depende... Por isso que eu queria que os colegas que estivessem aqui, nessa sina de querer tudo para o privado, tudo a gente aluga, tudo a gente compra... Está errado. Então, foi uma tristeza ouvir um Senador como o Senador e professor Cristovam falar essas coisas sobre soberania.

Vimos na guerra das Malvinas o que aconteceu. Os Estados Unidos fizeram uma aliança com a Inglaterra e apagaram as comunicações dos argentinos. Por quê? Porque eles tinham controle das empresas privadas que ofereciam o controle do espaço aéreo. A mesma coisa aqui no Brasil. Se quiserem fazer um apagão geral, eles fazem. Nós compramos os serviços, mas não temos o controle desses serviços. E o perigo é este.

Ora, fizemos o primeiro satélite com sacrifício e estamos alugando porque tem espaço e tem folga. Mas assim passamos uma mensagem que pode ser mal entendida: ele é civil, mas é um civil estratégico, e é de defesa nacional, militar, porque tem uma parte dele que também é fundamental. E aí o Brigadeiro Nivaldo coloca claramente aqui a necessidade de avançarmos e discutirmos o próximo satélite. Mas o que estamos discutindo? O leilão de parte desse satélite que temos.

Passa-se aí uma mensagem, para mim, muito complicada. O Brasil não está sobrando, porque ainda não universalizou banda larga. Ainda estamos por fazer um trabalho de inclusão. E é isso que vou ter que por no meu relatório depois de juntar as informações. Se fôssemos partir para isso, sinceramente acho que a capacidade desse satélite seria pequena para nós darmos o mínimo de qualidade de internet.

Eu moro em um lugar que tem 22 Municípios. Dia 2 agora vou levar o presidente nacional da Vivo, a direção da Claro e da Tim para ver se melhoramos a internet, a comunicação no meu Estado. Não tem mais como, as prefeituras precisam disso para a nota fiscal, os empresários também, eles precisam usar esse recurso para comprar e para vender, o estudante, o professor, enfim, todos. Aí nos colocaram dependentes de algo e não nos deram acesso a esse algo, que é a telecomunicação. Não nos deram. As prefeituras não tem esse acesso.

Estávamos votando anteontem, Presidente Collor, um Simples da contabilidade das contas das prefeituras para cidades abaixo de 20 mil habitantes, abaixo de 20 mil habitantes; e são 15 dos 22 Municípios. Eu assumi o governo e não tinha uma pessoa com nível superior, mas estava criado o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município. Não havia nenhuma pessoa com nível superior no Município. Fomos implantar uma universidade em cada lugar desses para poder formar pessoas. E a contabilidade que se exige, o aparato de controle desses Municípios é igual ao de São Paulo. Nós estamos simplificando numa PEC aqui no Senado,.

Na área de telecomunicação a situação é esta: ou o Estado brasileiro faz algo...

A situação é esta: ou o Estado brasileiro faz algo e conduz, com despesa, com investimentos, ou o setor privado não o fará.

E eu acho que aqui eu queria me prender, ao concluir, à fala do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Nivaldo Rossato, que é emblemática. O Brasil apenas começou com esse satélite. Tem que seguir imediatamente com outros satélites para que a gente possa ter algo que nos permita dizer: soberania nacional preservada, porque nós não temos. Se o espaço aéreo não está na mão das Forças Armadas hoje, o controle dele, o monitoramento dele, como é que nós vamos nos defender ou fazer algo? Estamos dependendo dos outros, é verdade. E por essa fala que há aqui parece que esse é o mundo certo. Está completamente errado isso.

Então, eu agradeço e cumprimento o Tenente-Brigadeiro por essa última fala também, esclarecedora. Gostaria, de fato, porque não ouvi... Mas ninguém entendeu ainda aqui as dificuldades dos investimentos que a Telebras tem, seja para concluir esse projeto, se faltou dinheiro, se o cronograma de implementação das bases de que precisam para o pleno uso do satélite está andando bem, se não falta recurso, ou se o leilão que está sendo feito é em função também de o programa ter recursos para poder seguir em frente. Enfim, ficou essa lacuna, porque eu não ouvi essa resposta e para mim ela é muito importante. Porque eu até compreenderia: "Olha, nós não temos dinheiro, ou vamos fazer isso para seguir com o programa ou não vamos fazer." Isso para mim é importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^ª, Senador Jorge Viana.

Depois dessa última indagação, eu volto a palavra ao Dr. Jarbas José Valente, Presidente da Telebras, para atender a sua pergunta.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Obrigado, Presidente.

Primeiro, só complementando o que disse o nosso Tenente-Brigadeiro Rossato, nós precisamos de outro satélite para fazer esse tipo de monitoração, porque são bandas distintas. As bandas que a gente colocou no SGDC não nos permite com tanta qualidade ter monitoração desse tipo. Por isso é importante também ter um satélite com outras bandas, banda Ka militar e outras bandas que virão para atender o uso de segurança nacional.

Hoje nós não estamos tendo problema de orçamento, está tudo previsto. Todo o orçamento que foi previsto está sendo disponibilizado. E a nossa proposta é de que precisamos atender duas demandas, Senadores, uma do Governo Federal, para atender escolas, atender saúde, é preciso atendê-la; e a outra: não posso deixar de atender a sociedade civil e eu só posso fazê-lo através das operadoras, ou seja, através do serviço de conexão de internet ou através de operadoras normais como telefônica, Oi, Vivo etc. Para isso eu preciso da capacidade que vai ficar excedente, porque vai sobrar, nós vamos provar para o senhor, pelos cálculos que a gente fez, claramente, que a capacidade que a gente alocou é mais do que suficiente para atender essas demandas do Governo hoje na tecnologia satelital somente para pontos que só podem ser via satélite. Para outros que não têm, nós vamos fazer, logicamente, tecnologias terrestres. Por isso nós não estamos com essa preocupação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que todos esses recursos que virão facilitarão todo o nosso trabalho e, logicamente, o Governo, no ano que vem e em outros anos, não precisará portar mais recursos para complementar aquilo que estava previsto no orçamento, no atendimento da finalização da construção dos COPEs do Rio e de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Dr. Jarbas.

Indago ao Senador Jorge Viana...

Muito bem.

Senadora Vanessa...

Não havendo mais perguntas, antes de encerrar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Convoco as Sr^{as} e Srs. Senadores membros desta Comissão para nossa próxima reunião deliberativa, agendada para dia 28 de setembro de 2017, às 9h, neste plenário.

Agradeço mais uma vez, em meu nome e em nome do Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, já que esta é uma reunião conjunta da CCT com a Comissão de Relações Exteriores, por proposta e requerimento de S. Ex^a o Senador Jorge Viana, a presença de todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras e a participação dos nossos internautas em uma das audiências públicas de maior qualidade a que já assisti e que tive a honra de, como Presidente da CRE, presidir, porque um assunto de tamanha relevância e alcance foi debatido aqui com profundidade e com abrangência. Espero que essas preocupações se mantenham sempre acesas dentro desta Casa, como também em outras áreas da Administração Federal e da sociedade civil, porque são preocupações que realmente permeiam a cidadania e fazem parte do exercício dessa cidadania.

Portanto, meus parabéns e meus cumprimentos a todos aqueles que participaram, muito especialmente a S. Ex^a o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica, ao Sr. Jarbas José Valente, Presidente Interino da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) e ao Sr. Marcio Patusco Lana Lobo, Diretor do Clube de Engenharia.

A todos, mais uma vez, meu muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp, Hélio José, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, José Agripino, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2007 - Não Terminativo** - que: "Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo)." **Autoria:** Deputado Nelson Pellegrino. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação com 2 (duas) emendas de redação e rejeitando-se a Emenda nº 1-CCJ, a Emenda nº 2-CDH e a Emenda nº 3-CRE. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 163, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, assinado em Liubliana, em 20 de setembro de 2011." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator ad hoc o Senhor Senador Flexa Ribeiro, é aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 166, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator ad hoc o Senhor Senador Antônio Anastasia, é aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 28 de 2017** que: "Senhor Presidente, nos termos do inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, audiência pública, conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debater o PLC 44 de 2016, que "Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar". Para tanto, proponho sejam convidados: - Deborah Duprat, Subprocuradora-geral da República - Claudio Lamachia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Representante do IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil Argentina (Senado/Câmara dos Deputados), com o objetivo de elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para viabilidade da hidrovia dos Rios Paraguai/Paraná." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 34 de 2017** que: "Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para instruir o Projeto de Lei da Câmara 30 de 2007 que "Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo)." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar." **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN. **Resultado:** Designada Relatora ad hoc a Senhora Senadora Ana Amélia, é aprovado o relatório pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 798 de 2017** que: "Requer licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa, no período de 23 a 27 de outubro de 2017, com o propósito de participar de missão oficial à Inglaterra, a convite da Embaixada do Brasil em Londres." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator o Senhor Senador Valdir Raupp, é aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável à matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 35 de 2017** que: "Requeiro urgência, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o Art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016, que "Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar"." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Resultado:** Aprovado. Usaram da palavra os Senadores Hélio José, Fernando Bezerra Coelho, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Antonio Anastasia e Valdir Raupp. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

Expediente.

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo. Os convidados serão indicados oportunamente.

Autoria: Senador Romero Jucá

Esse requerimento será inserido na pauta da nossa próxima reunião para a deliberação do Plenário.

Há uma solicitação de inclusão extrapauta.

Considerando solicitação feita em plenário pela Srª Senadora Ana Amélia, nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, desta Comissão, que versa sobre situações extraordinárias para a inclusão de matéria extrapauta, e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências requeridas para inclusão na pauta da presente reunião da emenda apresentada em plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016, que altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar.

Não havendo objeção, submeto ao Plenário a deliberação da inclusão desse item extrapauta na reunião de hoje.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão.

Comunicados.

Audiência conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Junto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em atendimento aos Requerimentos nºs 25, de 2017-CRE, e 25, de 2017-CCT, um da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e outro da Comissão de Ciência e Tecnologia, também desta Casa, ambos de autoria do Senador Jorge Viana, foi realizada audiência pública com o Diretor do Clube de Engenharia, Dr. Marcio Patusco Lana Lobo; com o Presidente Interino da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), Jarbas José Valente; e com o Comandante da Aeronáutica, Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, para debater a privatização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1).

Marcio Patusco Lana Lobo começou sua argumentação afirmando que era preciso entender o contexto em que o satélite entra no mercado brasileiro. Ele citou um estudo feito pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que aponta que 31 milhões de domicílios brasileiros não estão atendidos por serviços de banda larga e que essa deficiência está concentrada nas classes C, D e E. A pesquisa aponta o preço elevado como o principal motivo para a não existência de internet nesses domicílios.

Segundo o Dr. Patusco, de acordo com um estudo da União Internacional de Telecomunicações, o País está em 63º lugar no provimento da banda larga, telefonia fixa e telefonia celular. Outro estudo, "The State of the Internet", posiciona o Brasil em 79º lugar em velocidade de conexão com a internet,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abaixo da média mundial. Percebe-se, segundo Marcio Patusco, que as forças de mercado têm dificuldades em atender determinadas situações como aquelas de regiões distantes, remotas e de periferia, onde as pessoas têm menos recursos para pagar os pacotes de internet. Segundo ele, nos Estados Unidos foram identificadas 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, e a solução foi implementar políticas públicas de integração dessas pessoas através de subsídios públicos para acesso à banda larga, e, no mundo todo, 156 países têm planos de atendimento por banda larga através de políticas públicas. Existe, portanto, a necessidade de implementar no Brasil políticas públicas nesse sentido.

De acordo com o palestrante, a necessidade do satélite geoestacionário apareceu em primeiro lugar por conta do tamanho do Brasil, com áreas muito despovoadas e de difícil acesso. O satélite serviria para realizar atendimento de banda larga a essas regiões, já que abrange todo o Território nacional. Isso seria uma alternativa ao modelo atual, em que cerca de 50 satélites estrangeiros prestam serviços ao Brasil.

Patusco resume a porção civil da concepção nacional do satélite em levar a banda larga aos mais de 2 mil Municípios não atendidos ou precariamente atendidos por banda larga, propiciar conexões em alta velocidade para escolas rurais e de periferia nas grandes cidades e interconectar órgãos públicos, dando maior segurança nas comunicações, tudo isso através da atuação da Telebras diretamente com os mais de 4 mil pequenos provedores de internet brasileiros.

Essa concepção teve modificações, na opinião de Marcio Patusco, e a concepção que se vê no edital de chamamento público é de venda de 57% da capacidade satelital, com a possibilidade de serem leiloados mais 22%, totalizando 80% da capacidade do satélite, sem compromissos claros de cobertura e tarifas, exceto cumprir as metas do PNBL (Plano Nacional de Banda Larga).

O palestrante considera que a capacidade que ficaria com a Telebras – cerca de 12GB/s – seria insuficiente para implementar políticas públicas robustas.

O Diretor-Geral do Clube de Engenharia também manifestou preocupação quanto ao compartilhamento das estruturas dos Centros de Operações Espaciais – os chamados COPEs – entre as Forças Armadas, o Governo e as entidades privadas, o que pode trazer risco à segurança nacional.

Em virtude do exposto, o Clube de Engenharia acha inoportunas as medidas ocorridas no projeto do SGDC (Satélite Geoestacionário) e afirma ver a necessidade de mais discussões com a sociedade sobre os aspectos técnicos e sociais do projeto para que ele efetivamente diminua as diferenças regionais e a exclusão digital no Brasil.

Segundo o Dr. Jarbas José Valente, o segundo palestrante, em 2010, quando se discutia qual modelo poderia ser adotado para eliminar a dependência dos satélites estrangeiros, surgiu o PNBL, que também viabilizou e regulamentou a atuação da Telebras no mercado de banda larga. De acordo com o palestrante, decidiu-se por meio do Decreto 7.175, de 2010, que a Telebras poderia, por meio da rede terrestre, atender diretamente a Administração Pública federal. Aos demais, ela deve prover infraestrutura para que as prestadoras de serviço possam utilizar a rede – o *backbone* – da Telebras para chegar à casa do cidadão, que será diretamente atendido pelas operadoras.

Ou seja, a Telebras não pode atender diretamente a pessoa física, a não ser por meio de uma operadora. E, pelo Decreto nº 7.769, de 2012, que regulamenta a construção e a operação do SGDC, a rede satelital seguiria o mesmo modelo, completou o Presidente interino da Telebras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ele, o satélite lançado em 4 de maio já está em operação para o primeiro cliente, o Ministério da Defesa, utilizando a banda X, que corresponde a 30% da capacidade satelital. O palestrante esclareceu que o edital de chamamento público em discussão é para ativação de clientes em banda Ka, que é civil e destinada ao atendimento ao público em geral. Para a operação do satélite, a Telebras realizou cerca 30 licitações de produtos e serviços para montar a infraestrutura que não servirá apenas ao SGDC, mas também a todos os satélites que serão lançados e operados no futuro.

As infraestruturas são os COPEs e os *Gateways*. São cinco estruturas localizadas em áreas militares seguras e de acesso restrito em todo o Brasil. E nos COPEs – assegurou o Presidente da Telebras –, todo o controle e operação continuarão nas mãos da Telebras e do Ministério da Defesa. Não há, em nenhum momento, mudança desse controle ou dependência de qualquer operador que venha a utilizar a capacidade satelital.

De acordo com o edital, as operadoras serão meras utilizadoras da capacidade para prestar serviço a terceiros, com o compromisso de utilizarem, no mínimo, 25% de cada um dos feixes que cobrem todo o Território nacional. Se não utilizarem – alertou o Dr. Jarbas José Valente, a Telebras assumirá.

O Presidente interino da Telebras frisou que o chamamento público visa apenas à cessão temporária da capacidade da banda Ka, sem alienar o domínio dos bens nem transferir para particulares atividades que devem ser da Telebras e do Ministério da Defesa.

Portanto, segundo o palestrante não havia que se falar em privatização. Ele afirmou que a segurança nacional está preservada e não há transferência de operação ou de controle do satélite, que sempre foram e continuarão sendo responsabilidades da Telebras e do Ministério da Defesa.

O terceiro palestrante foi o Comandante da Aeronáutica Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato. Segundo ele, o SGDC (Satélite Geoestacionário) foi construído para levar comunicações a todo o Brasil, cumprindo o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), e atender a uma demanda do Ministério da Defesa, do Sistema de Comunicações Militares Satelitais (Siscomis), que contemplaria várias necessidades operacionais da Defesa.

Os COPEs exigiram investimento em capacitação. Foram enviados, entre militares e civis, 46 técnicos e engenheiros para capacitação – 23 no Brasil, no INPI e no ITA, e outros 23 para o exterior, no Canadá, Estados Unidos, Chile Israel, França e Austrália. Essa capacitação ajuda a cumprir outro objetivo do SGDC que é a transferência e absorção da tecnologia na área espacial, destacou o Sr. Tenente-Brigadeiro, Comandante da Aeronáutica, Rossato.

Hoje, disse ele, existem 74 militares das três Forças e 32 civis da Telebras trabalhando dentro do COPE principal, o de Brasília, cuja responsabilidade é planejar e executar o controle dos sistemas espaciais e de supervisionar as operações no COPE secundário, no Rio de Janeiro. Juntos, eles também têm como responsabilidade pesquisar soluções técnico-operacionais para o controle e emprego de sistemas espaciais.

A capacidade agregada para o Ministério da Defesa com o SGDC também é expressiva. O Comandante da Aeronáutica afirmou que o satélite aumentou em 2,4 vezes a capacidade de banda larga; em 2,5 vezes a potência da cobertura regional – cobertura na América do Sul e América Central –; e em 15 vezes a potência da cobertura nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o SGDC, as Forças Armadas podem realizar comunicações criptografadas controladas inteiramente dentro do COPE para toda a região de fronteira, toda a área marítima e todo interior do Brasil.

Ele também entende que não há nenhuma violação da nossa soberania no uso atual do SGDC, porque o Brasil é detentor e controlador do satélite e também o criador e detentor da criptografia que é usada nas transmissões do satélite, tanto em banda X quanto em banda Ka.

Para o Comandante Rossato, o satélite é uma maneira para que se acabe com o *apartheid* digital que temos no Brasil até os dias de hoje.

Solicito à Secretaria da Comissão dar como lida a íntegra do relato que acabo de fazer apenas de suas partes principais.

O segundo comunicado é em relação Líbano.

Iniciada em 2011, em paralelo aos protestos da chamada Primavera Árabe, a guerra civil na Síria já causou a morte de cerca de 400 mil pessoas, forçando a saída de mais de 5 milhões de seus cidadãos.

O Líbano, um país de proporções pequenas e atualmente com o triplo de sua população, recebeu pouco mais de um milhão e meio desses refugiados. Hoje, dos cerca de 6 milhões de habitantes do território libanês, mais de 2 milhões são refugiados. Além dos sírios, o país abriga ainda 500 mil refugiados palestinos, que foram acolhidos desde 1948.

O Líbano, assim como o Brasil, sempre foi um país hospitaleiro e recebeu todos os refugiados de braços abertos, ou seja, sempre procurou estender pontes e, em momento algum, criou barreiras. Porém, por maior que seja sua vontade de acolhimento, o grande número de refugiados e o longo período de permanência deles geram consequências na economia, nas finanças, na cultura, na educação e na política do Líbano.

Em termos financeiros, o Líbano tem se responsabilizado por todos os custos de subsistência dos refugiados sírios em seu território sem contar com quase nenhuma ajuda internacional. O pouco auxílio que chega vem por meio de organizações não governamentais e é repassado diretamente para os refugiados.

Na economia, uma vez que o governo libanês garante aos refugiados o direito ao trabalho, a taxa de desemprego atingiu recentemente a marca histórica de 30%, o que tem levado parte da população a deixar o país em busca de oportunidades.

Na área social, tanto a saúde quanto a educação vêm sendo severamente afetadas. Por decisão de seu governo, cerca de 80% da capacidade de atendimento dos hospitais públicos no Líbano estão voltados para assistência aos refugiados sírios, dada a fragilidade de sua situação. Além disso, cerca de 200 mil crianças sírias já nasceram em território libanês.

Na educação, 280 mil estudantes sírios, nos últimos seis anos, se juntaram aos estudantes libaneses.

Em termos culturais e políticos, a entrada de um volume tão grande de refugiados afeta diretamente o equilíbrio político alcançado após um longo período de disputas internas. A população do Líbano se sente sufocada por essa situação. Por isso, o governo libanês acredita que, com a situação na Síria estando mais calma, é chegado o momento de as Nações Unidas terem um papel mais efetivo para levar a um bom termo o problema por que passa aquele país.

Em relação à Alemanha, o resultado das eleições gerais realizadas naquele país no último domingo foi considerado pelos analistas como uma vitória oca da Chanceler Angela Merkel, que deverá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar à frente do governo para um quarto mandato, apesar de sua aliança democrata-cristã (CDU/CSU) ter registrado o pior resultado em quase 70 anos. De um dia para o outro, a cena política alemã mudou.

Merkel sabia que chegaria à frente nesta eleição, mas essa não foi uma vitória que ela e o seu partido esperavam. O resultado, segundo os analistas políticos, pode ter sido consequência de sua decisão de abrir as portas da Alemanha a um milhão de refugiados.

As comemorações também foram discretas, pois a verdadeira história de sucesso nessas eleições pertence ao grupo Alternativa para a Alemanha, um partido nacionalista e populista formado há apenas quatro anos que se transformou na terceira maior força política do país, e aos liberais do FDP, que retornaram ao Bundestag após quatro anos sem representação e devem participar do novo governo.

Segundo a correspondente da BBC em Berlim Jenny Hill, aparentemente pouca coisa mudou, mas, na realidade, tudo mudou, e essa sacudida representa um divisor de águas. Pela primeira vez desde os anos 50, a Alemanha terá seis partidos no Bundestag, e os dois gigantes do centro político, os democrata-cristãos (CDU/CSU) e os social-democratas (SPD) atingiram seu nível mais baixo de representação. Os populistas da AfD (Alternativa para a Alemanha) atraíram um milhão de eleitores do CDU. Este partido nacionalista, Alternativa para a Alemanha, saído agora das urnas, tirou um milhão de eleitores dos democrata-cristãos e 470 mil eleitores dos social-democratas, assim como ganharam, além disso, mais de um milhão de novos eleitores de outras agremiações partidárias de outras tendências políticas.

Merkel terá pela frente um longo período de negociações em busca de uma coligação capaz de formar um governo estável. Os social-democratas também registraram uma perda histórica, e o seu líder, Martin Schulz, numa dramática mudança de opinião, já descartou continuar na grande coligação que apoiou o Governo Merkel nos últimos quatro anos. Ele prometeu que vai impedir a AfD, Alternativa para a Alemanha, de se tornar o principal partido de oposição no país.

O cenário mais plausível para o novo Governo Merkel é o da Coligação Jamaica, como está sendo chamada uma eventual aliança dos democrata-cristãos com os liberais e os verdes, pois as cores dos três partidos são as mesmas da bandeira da Jamaica, preto, amarelo e verde. Essa coligação, jamais testada no âmbito federal, seria composta pelos 246 parlamentares do CDU/CSU, 80 do FDP e 67 dos verdes, perfazendo 52,6% de um total de 709. Essa fórmula vai demandar longas negociações, uma vez que os liberais e os verdes discordam em questões políticas importantes, como Europa, imigração e educação.

A Chanceler já foi alertada pelos líderes desses dois partidos de que será difícil a tarefa para a formação de um governo viável. O líder dos liberais, Christian Lindner, disse que política não é matemática e que o mandato obtido por seu partido nas urnas requer uma mudança de curso na política alemã. Lindner acusou algumas pessoas de estarem transformando a Coligação Jamaica num projeto político romântico.

Merkel também terá de chegar a um acordo sobre migração com o seu partido irmão, o CSU da Baviera, que sofreu no domingo uma forte perda de mais de 10% de seus eleitores, e terá eleições para a assembleia estadual no próximo ano. Aquela região do sul da Alemanha é o ponto de chegada da maior parte dos imigrantes irregulares ao país, e a AfD, a Alternativa para a Alemanha, conseguiu, nessa região da Baviera, 12,4% dos votos locais com a sua política contra os refugiados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue o comunicado sobre a Alemanha com um quadro a cores, que, inclusive, está sendo distribuído às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, mostrando a participação de cada um dos partidos na última eleição.

Eu peço à Secretaria que dê como lido o restante do comunicado sobre a Alemanha.

Em relação à França.

Em um longo discurso na Sorbonne, em Paris, na terça-feira, o Presidente da França, Emmanuel Macron, fez um apelo aos líderes da União Europeia para que sejam ousados contra a ameaça do populismo, ao apresentar uma série de propostas de reforma do bloco.

Para a comentarista Anne-Sylvaine Chassany, do jornal inglês *Financial Times*, esse foi o discurso mais integrador de um líder francês desde a criação do euro.

Entre as inúmeras propostas do Presidente francês estão a criação de uma força de intervenção militar e um orçamento militar comum, até 2020, além de uma agência europeia para operar ações de inteligência antiterrorista e outra para promover inovação radical na economia.

É crucial, disse Macron, dar um fim ao que ele chamou de guerras civis, que impediram a União Europeia de, na década passada, construir uma potência economicamente soberana, capaz de competir com a China e os Estados Unidos. Para Macron, o único caminho capaz de garantir o futuro é a refundação de uma Europa soberana, unida e democrática.

Segundo a análise do *Financial Times*, em vez de esperar o clima político em Berlim se definir, Macron tomou a iniciativa e expôs a sua própria agenda sobre como revitalizar o projeto europeu e lhe dar nova relevância aos olhos de seus cidadãos. Sua concepção de como a União Europeia deve se desenvolver é, segundo o jornal, genérica, mas de alcance muito ambicioso.

Seguem também aqui mais algumas considerações sobre as declarações do Presidente Macron.

Peço à Secretaria que oriente que seja dado como lido o restante, já que será a íntegra distribuída às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

Sobre o Curdistão, de que tratamos na semana passada.

Apesar de ter sido considerado ilegal pela Suprema Corte do Iraque, o referendo de independência da região do Curdistão iraquiano foi realizado nesta segunda-feira no norte do país.

De acordo com o comitê eleitoral, 92% dos 3,3 milhões de curdos e não curdos votaram a favor da independência da região. Os resultados foram anunciados depois de um pedido de última hora do Primeiro-Ministro iraquiano para que a votação fosse cancelada.

De acordo com reportagem da BBC, o referendo ocorreu pacificamente nas três regiões que compõem o Curdistão no Iraque.

Enquanto os votos eram contados e a vitória do "sim" à independência já parecia inevitável, o Presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, afirmou que os curdos podem passar fome com o resultado das medidas que a Turquia está considerando adotar em resposta ao referendo.

Ancara construiu uma relação forte com o Curdistão iraquiano através de um oleoduto que alimenta a economia curda e atende às necessidades energéticas turcas.

Erdogan avisou que ele poderia fechar a válvula na Turquia, mas isso ainda não aconteceu. Ele também acusou o líder do governo regional do Curdistão de traição, por realizar o referendo, apesar da pressão internacional.

Os curdos são o quarto maior grupo étnico do Oriente Médio, mas nunca tiveram um Estado próprio. Eles estão presentes também na Turquia, no Irã, na Síria e na Armênia. No Iraque, eles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correspondem de 15 a 20% da população e conseguiram autonomia para o seu território em 1991, no fim da Guerra do Golfo. Entretanto, mesmo com o resultado de 92% de aprovação e um comparecimento estimado pelo Comitê Eleitoral em 72%, o referendo não tem efeitos imediatos.

Conforme explica Michael Knights, do Washington Institute for New East Policy, em artigo para a BBC, o Iraque não tem mecanismo para a secessão de uma parte do país. O que os líderes curdos esperam é que o voto pela independência garanta mais poder de barganha nas negociações com o governo central em Bagdá e com os países vizinhos. Michael Knights explica que outra função do referendo é conseguir apoio internacional para uma eventual saída negociada do Iraque e a declaração de um novo Estado reconhecido pelas Nações Unidas provavelmente dentro dos próximos cinco ou dez anos.

Catalunha.

A guarda civil catalã recebeu na terça-feira ordens do Procurador-Geral da Espanha para fechar até sábado escolas e centros cívicos que seriam usados como locais de votação para o Referendo da Independência, marcado para o próximo domingo, 1º de outubro. O referendo foi considerado inconstitucional. Em resposta, o responsável pelas relações exteriores da Catalunha, Raúl Romeva, afirmou que os catalães irão votar em massa pacificamente, apesar do reforço policial para impedir o pleito e da apreensão na semana passada de cerca de 10 milhões de cédulas que seriam usadas no referendo. Ele afirmou que cédulas podem ser impressas quantas vezes seja necessário.

O Primeiro-Ministro espanhol, Mariano Rajoy, já afirmou que o referendo não vai ocorrer. Para o correspondente da BBC em Madrid James Braddock está cada vez mais difícil para os líderes catalães contradizerem estas palavras, pois as autoridades espanholas ainda têm mais armas em seu arsenal para impedir a votação caso as lideranças catalãs não recuem.

O Procurador-Geral da Espanha, José Manuel Maza, sugeriu na segunda-feira que o Presidente catalão Carles Puigdemont possa ser preso por desobediência civil e uso indevido de recursos públicos.

Mianmar.

A ONU anunciou na manhã de hoje que uma visita agendada para o Estado de Rakhine em Mianmar foi cancelada pelas autoridades do país, ou seja, elas não quiseram que o seu território abrigasse representantes da ONU. A visita teria sido a primeira que autoridades das Nações Unidas fariam à região desde 25 de agosto, quando teve início um êxodo em massa da minoria muçulmana rohingya para Bangladesh, fugindo, segundo relatos, das atrocidades cometidas contra eles por autoridades de segurança do país.

As Nações Unidas tentam ter acesso à região, para investigar a fuga de 400 mil rohingyas em menos de um mês. Os rohingyas acusam as forças militares de Myanmar de expulsá-los com uma campanha de agressões, assassinatos e destruição de aldeias. Os militares alegam que estão atacando terroristas do Exército de Salvação Arakan. Um grupo recente de militares rohingyas luta pelos direitos do seu povo e atacou postos da Polícia e do Exército em agosto. Mataram 12 pessoas. Os militares disseram, no início da semana, que corpos de 45 hindus assassinados pelos militantes foram encontrados em uma cova coletiva.

Um porta-voz da ONU em Yangon, que é a capital de Myanmar, disse que as autoridades birmanesas não deram motivo para a decisão. Segundo as Nações Unidas, antes do cancelamento da visita, chefes de agências das organizações fariam parte da visita e esperavam que ela fosse um primeiro passo para um acesso mais livre e amplo àquela área.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estimamos que o governo de Myanmar, rapidamente, retorne à posição inicial e aceite a participação da ONU para a tentativa de solucionar a crise por que passa aquele país.

Finalizando os comunicados, trato da Coreia do Norte. Na continuação da guerra verbal entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, o Ministro do Exterior norte-coreano, Ri Yong-ho, acusou o Presidente norte-americano de declarar guerra contra o seu país e disse que Pyongyang tem o direito de abater bombardeiros dos Estados Unidos mesmo que não estiverem no espaço aéreo norte-coreano. A declaração veio em resposta a uma publicação que o Presidente americano fez no Twitter, no domingo, afirmando que o regime norte-coreano não sobreviveria por muito tempo.

Durante uma entrevista em Nova York, Ri Yong-ho disse que: "O mundo todo deve se lembrar claramente de que foram os Estados Unidos que declararam guerra ao nosso país." No entanto, a porta-voz da Casa Branca, Sarah Sanders, informou que os Estados Unidos não declararam guerra à Coreia do Norte e que essa sugestão é absurda. O porta-voz do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, disse que essas discussões acaloradas... Disse o Secretário-Geral das Nações Unidas que essas discussões acaloradas podem levar a desentendimentos fatais.

A Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Popular Suprema da República Popular Democrática da Coreia envia nota a esta Comissão em que manifesta a esperança e a convicção de que os Parlamentares de vários países do mundo amantes da independência, da paz e da justiça cumprirão com sua missão e dever de realizar o desejo da humanidade de justiça e paz internacionais, redobrando a vigilância sobre a campanha atroz e imprudente da administração Trump de levar o mundo a uma terrível calamidade nuclear, finaliza a nota.

Passamos, agora, à nossa pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2007

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo).

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: pela aprovação com 2 (duas) emendas de redação, rejeitando-se a Emenda nº 1-CCJ, a Emenda nº 2-CDH e a Emenda nº 3-CRE.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Hélio José para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – V. Exª sabe que eu sou assíduo na Comissão, e como Vice-Presidente não poderia ser diferente.

Nós temos uma pauta bastante delicada. Esse tema mesmo, que é o item 1, é uma questão muito importante, mas nós temos outra. Nós deliberamos, na quinta-feira passada, sobre um projeto de lei que trata também de uma questão muito importante. Eu me refiro ao PL 44, de 2016, que tem como Relator o Senador Pedro Chaves – ontem eu falava com a Senadora Ana Amélia, com outros colegas e até com V. Exª. E houve, obviamente, como parte do processo legislativo, uma ação de Plenário, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas, e esse PL voltou para cá. Mesmo tendo sido aprovado por quase unanimidade, com apenas um voto contra – eu fiz a defesa –, ele volta para cá, mesmo tendo saído daqui com urgência, como nós aprovamos. Óbvio, isso é o Regimento.

Eu gostaria de buscar a informação de V. Ex^a sobre quando vamos deliberar, porque se trata de uma questão realmente de muita urgência, de muita importância. Esse é um posicionamento que eu faço. Estou, lamentavelmente, tendo que presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia – estão me aguardando, eu tenho que presidir, é uma audiência pública –, mas não sei se nós deveríamos inverter essa pauta e apreciar.

E, sobre o item nº 1, pergunto se há alguma proposta de fazermos aqui na Comissão uma audiência pública ainda sobre essa questão, porque ela é muito grave. Ontem nós aprovamos no plenário dispositivos que permitem que categorias possam usar armas, e hoje há mais um conjunto de quatro ou cinco outras categorias. Acho que é um assunto gravíssimo, e é importante nós debatermos bem esse tema porque nós temos o Estatuto do Desarmamento, mas parece que nós o estamos revogando, na prática, e criando o "estatuto do armamento". Isso me preocupa. Eu não estou aqui fazendo nenhum tipo de apologia. Eu acho que os servidores precisam de toda a proteção para bem executarem seus serviços, mas não pode cada categoria virar um espaço do corpo policial neste País. Não é essa a solução, na minha opinião modesta.

Enfim, eu gostaria de saber, com esses dois comentários, se há alguma proposta de audiência pública para esse item 1, em que nós pudéssemos apreciar um pouco melhor essa questão, debatendo melhor essa questão, e se nós não poderíamos fazer uma inversão de pauta, trazendo esse assunto, que já tínhamos deliberado por uma ampla maioria, com um voto contra só. Eu me refiro ao PL 44, de 2016, que é tão importante que o Senado delibere aqui na Comissão, como já fizemos, e no plenário da Casa.

Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em resposta ao que é colocado por S. Ex^a o Senador Jorge Viana, eu tenho a informar que já foi incluída extrapauta a deliberação do PLC 44, com a sua emenda, que foi apresentada quando ele já estava para ser votado no plenário. Então, já está incluído.

Eu não posso, depois de ter dado a palavra a S. Ex^a o Senador Hélio José, colocar agora, Senador, a inversão de pauta; somente depois que ele falar.

E o terceiro ponto, em relação à audiência pública: não; ainda não há nenhuma solicitação de audiência pública para tratar do tema, que é objeto do relatório a ser apresentado agora por S. Ex^a o Senador Hélio José.

Pela ordem, S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, muito obrigado a V. Ex^a, Senador Hélio José, pela compreensão.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Como Relator.) – Agradeço a V. Ex^a, nosso Presidente, Senador Fernando Collor.

Quero saudar a presença dos oficiais de justiça do Brasil, dos auditores fiscais, todos aqui acompanhando esta importante reunião da Comissão de Relações Exteriores, e dizer ao nosso nobre amigo Jorge Viana que ontem, quando aprovamos, com muita participação do Senado Federal, o PLC





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

152, que garantiu aos profissionais do Detran e aos profissionais dos DERs, os Departamentos de Trânsito, o direito ao uso e porte de arma exclusivamente em serviço, acho que demos um grande passo no nível da segurança pública do nosso País, porque nós não podemos ter sobreposição de funções nem temos polícia suficiente para acompanhar o serviço de todo mundo, das pessoas que têm riscos inerentes a suas funções. Por exemplo, estou com este relatório aqui, e são milhares de crimes cometidos contra os oficiais de justiça do Brasil, contra os auditores e contra todas as pessoas que fazem trabalhos mencionados nesse PLC. Por isso, vou à leitura, nobre Presidente.

Relatório.

Trata-se de projeto do nobre Deputado Nelson Pellegrino que está há dez anos sendo discutido nesta Casa, o PLC nº 30. Nelson Pellegrino é um Deputado muito defensor dos direitos humanos e membro do Partido dos Trabalhadores da Bahia, uma pessoa que é muito diligente com relação a esse trato.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2007 (no 6.404, de 2005, na origem), do Deputado Nelson Pellegrino, que altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para conceder o direito de portar arma de fogo a diversas categorias de agentes públicos.

O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e chegou ao Senado em 30 de março de 2007.

Distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a matéria foi apreciada pela primeira, que, em 10 de fevereiro de 2010, emitiu parecer favorável, com a Emenda nº 1, para permitir o porte de arma de fogo pelos agentes públicos, mesmo fora de serviço, mas em decorrência dele.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.009, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, a matéria foi submetida à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Arquivado ao final da legislatura passada, o projeto voltou a tramitar em decorrência da aprovação do Requerimento nº 153, de 2015, do Senador Wellington Fagundes.

Em 8 de junho de 2016, recebeu parecer favorável da CDH, com a Emenda nº 2, para excluir os servidores da Receita Federal e os auditores-fiscais trabalho, bem como reservar inciso específico para os oficiais de justiça.

O objetivo do projeto é conceder porte de arma de fogo, particular ou fornecida pelo Poder Público, mesmo fora de serviço, exigida a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio, às seguintes categorias: auditores-fiscais e técnicos da Receita Federal; auditores-fiscais do trabalho; peritos médicos da Previdência Social; auditores tributários dos Estados e do Distrito Federal (DF); oficiais de justiça; avaliadores do Poder Judiciário da União e dos Estados; e defensores públicos.

As condições de uso e a duração da autorização seriam estabelecidas em regulamento.

Os peritos médicos não poderiam portar arma no interior do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que guardaria as armas durante a jornada de trabalho.

A lei entraria em vigor na data de sua publicação.

Em 30 de agosto de 2017, o Senador Humberto Costa apresentou, perante esta Comissão, a Emenda nº 3, que pretende estender o porte de arma aos auditores-fiscais federais agropecuários, com o argumento de que suas funções seriam tão perigosas quanto as das demais carreiras mencionadas.

Análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a chegada do Projeto ao Senado, a Lei nº 11.501, de 11 de julho de 2007, concedeu porte de arma aos auditores-fiscais e analistas tributários da Receita Federal e aos auditores-fiscais do trabalho. Assim, não é mais necessário acrescentar o inciso X ao art. 6º do Estatuto do Desarmamento.

O porte de arma de fogo deve ser concedido aos servidores integrantes das carreiras de Perícia Médica da Previdência Social, cujo papel é examinar o segurado para verificar se este tem direito a alguma prestação, como auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, já que, em várias ocasiões, o perito, quando nega o benefício, sofre ameaças e até mesmo agressões físicas do paciente.

O porte também deve ser estendido aos auditores tributários dos Estados e do Distrito Federal (DF). De fato, se os auditores e analistas da Receita Federal arriscam suas vidas nas fiscalizações, inclusive nas fronteiras, e, por isso, já têm direito a porte de arma – conforme aprovado na Lei nº 11.501 –, seria incoerente não conceder a mesma prerrogativa aos auditores estaduais e distritais, que, frequentemente, são alvo de vingança, ao aplicarem multas ou apreenderem mercadorias.

O porte também deve ser concedido aos oficiais de justiça e aos avaliadores do Poder Judiciário da União e dos Estados. Trata-se de profissionais que executam mandados judiciais de busca e apreensão de pessoas e bens, de intimação, de despejo, de reintegração de posse, de penhora e avaliação, entre outros. Por esse motivo, tais servidores sofrem violência no cumprimento do dever. O argumento de que esses servidores não necessitariam de porte de arma porque poderiam requerer apoio de força policial é desconectado da realidade. Qualquer diligência realizada por esses servidores é potencialmente perigosa. Não há como prever se o uso da força será necessário, e jamais haveria efetivo policial suficiente para acompanhar todas as diligências desses profissionais.

O porte também deve ser assegurado aos defensores públicos, por uma questão de isonomia, pois os membros da Magistratura e do Ministério Público têm porte de arma garantido pelas respectivas leis orgânicas.

Já o porte para os auditores-fiscais federais agropecuários, apesar de meritório, deve, neste momento, ser negado, tendo em vista que sua inclusão alteraria o mérito e implicaria o retorno deste projeto, que já tramita há mais de dez anos nesta Casa, à Câmara dos Deputados. Para atender esse pleito, já tramita, naquela Casa, o Projeto de Lei nº 6.070, de 2016.

Cabem, entretanto, alguns ajustes de redação. O primeiro deles é à exclusão das carreiras da Receita Federal e de auditor-fiscal do trabalho, que já foram contempladas por outra lei. Além disso, como a Lei 12.694, de 24 de julho de 2012, acrescentou um inciso XI ao *caput* do art. 6º do Estatuto do Desarmamento, as novas carreiras devem ser incluídas a partir do inciso XII. Ademais, em virtude da boa técnica legislativa, cada carreira deve ser enumerada em um inciso independente. Além disso, a ementa está cega e deve ser corrigida para detalhar o objetivo do projeto.

É fundamental, nobres senhores, destacar que nenhuma dessas modificações altera questões de mérito do projeto, que não necessitará, portanto, retornar à Câmara dos Deputados.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do PLC nº 30, de 2007, com as seguintes emendas de redação, rejeitando-se a Emenda nº 1-CCJ, a Emenda nº 2-CDH e a Emenda nº 3-CRE:

EMENDA Nº – CRE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, a seguinte redação:

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para conceder porte de arma aos integrantes das carreiras de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perícia médica da Previdência Social, auditores tributários dos Estados e do Distrito Federal, oficiais de justiça, avaliadores do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal e defensores públicos.

EMENDA Nº – CRE

Dê-se ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, na forma do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, a seguinte redação:

Art. 6º

.....
XII – os integrantes das carreiras de perícia médica da Previdência Social;
XIII – os auditores tributários dos Estados e do Distrito Federal;
XIV – os oficiais de justiça;
XV – os avaliadores do Poder Judiciário da União e dos Estados; e
XVI – os defensores públicos.

§1º As pessoas referidas nos incisos I, II, III, V, VI, VII, X, XII, XIII, XIV, XV e XVI do *caput* deste artigo terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, aplicando-se, nos casos de arma de fogo de propriedade particular, os dispositivos do regulamento desta Lei.

.....
§2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII, X, XII, XIII, XIV, XV e XVI do *caput* deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do *caput* do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§2º-A As condições de uso e o tempo de duração da autorização para o porte de arma de fogo, para os servidores integrantes das carreiras mencionados no §2º deste artigo, serão estabelecidos em regulamento.

.....
§3º-A É vedado aos integrantes das carreiras de perícia médica da Previdência Social portar armas dentro dos próprios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, devendo a autarquia assegurar a guarda das referidas armas durante a jornada de trabalho.

Obrigado, Excelência.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero manifestar a posição contrária da Liderança do Governo às alterações previstas no projeto de lei que foi agora relatado pelo eminente Senador Hélio José, pelas seguintes razões. Primeiro, os oficiais de justiça avaliadores do Poder Judiciário da União, dos Estados e defensores públicos não exercem atividade de segurança pública e não se submetem a risco contínuo e recorrente. Segundo, a auditoria tributária dos Estados e do Distrito Federal parece já estar compreendida no atual inciso X do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 6º da Lei 10.826, de 2003, quando trata dos cargos de auditor fiscal e analista tributário. Terceiro, caso haja risco na atividade, a Lei 10.826/2003 já permite que os agentes requeiram porte de arma para defesa pessoal, respeitados os requisitos legais. E, finalmente, a Liderança do Governo entende que a medida é inócua, no que tange à intimidação e traria insegurança ainda maior para os agentes, que se tornariam alvos potenciais de criminosos interessados em armamentos.

A minha sugestão, Sr. Presidente – o Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa, apresentou um requerimento para realização de audiência pública –, é no sentido de que esse requerimento pudesse ser submetido à apreciação do Plenário para que pudéssemos aprofundar o debate sobre esse tema. E, se não for aprovado o requerimento, eu me verei forçado a pedir vista, para que possamos trazer outras contribuições numa próxima reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu vou passar a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia, depois a S. Exª o Senador Flexa e S. Exª o Senador Lasier.

Eu gostaria de sugerir a S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho o seguinte: já que, pelo que estou percebendo, não há opiniões convergentes no sentido da apreciação dessa matéria, que nós concedamos vista coletiva dessa matéria e, em seguida, nós passemos à leitura do requerimento não somente de S. Exª o Senador Romero Jucá, mas também de S. Exª a Senadora Ana Amélia, em que ambos solicitam a realização de audiência pública para tratar do assunto.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, obrigada.

Caros colegas Senadores, eu já declaro, de antemão, que eu faço tudo para evitar a visita de um oficial de justiça, então fico, digamos, tranquila para trabalhar para evitar a visita de um profissional da Justiça que nós tanto respeitamos, da mesma forma o auditor fiscal.

Mas eu preciso ter coerência. Ontem, votei a favor do porte de armas para os agentes de trânsito. Então, me considero hoje impossibilitada de votar contra um projeto dessa natureza. Eu votaria a favor por coerência, por ter votado. Se nós podemos para uma categoria, nós não podemos restringir e limitar. Porque as mesmas razões que os agentes de trânsito têm terão os nossos oficiais de justiça ou auditores fiscais.

Também penso, Presidente, que nessa matéria nós estamos imaginando que todo mundo vai comprar arma e vai sair atirando. Hoje, um grande número de oficiais de justiça ou de auditores é de mulher. E mulher é contra a violência também. Então, ela não vai comprar arma, ela não tem essa natureza. Ela convence pelo jeito, pela maneira afável de tratar. Não que os homens não façam isso, mas também há a proteção. E existem várias limitações legais. Porém, de pronto manifestando esta minha posição, penso, sim, que, democraticamente, não só pelo pedido de vista, a solução encontrada por V. Exª se ajusta melhor. É da democracia, é do Regimento Interno, e o debate da audiência pública...

Estarão aqui presentes os representantes dos líderes dos auditores fiscais, também dos oficiais de justiça e de outras categorias interessadas na matéria para um debate com o Relator e com os demais Senadores que compõem esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – por ser de defesa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional é que o tema está aqui, afeto ao exame desta Comissão. Então, eu concordo com V. Exª quanto ao pedido de vista coletiva para que, na próxima, se avalie o requerimento feito pelo Senador.

Veja que essa matéria é tão polêmica que o autor é do PT, da Bahia, Nelson Pellegrino, e o Senador Jorge Viana, do PT, do Acre, é contra essa matéria. Então, não há, dentro do próprio Partido... Poderia haver uma solidariedade partidária, mas não há nem isso, por conta da complexidade desse tema. Então, por coerência, o Senador Jorge Viana ontem votou contra o armamento, e o Senador Lindbergh Farias... Eu também sou coerente: votei a favor. Eu sou a favor do projeto relativo ao porte de armas para os oficiais de justiça.

Então, muito obrigada a V. Exª.

Penso que a alternativa encontrada foi adequada e absolutamente correta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro, e, sem seguida, S. Exª, o Senador Lasier Martins.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Senadoras, Senadores, na mesma linha da Senadora Ana Amélia, ontem na sessão deliberativa do Senado nós aprovamos a autorização de porte de armas para os agentes de trânsito e remetemos aos Estados e aos Municípios a incumbência de legislar sobre a regulamentação desse porte de arma.

Aqui esse projeto está tramitando desde 2007, como estava o dos agentes de trânsito – acho que são da mesma época, há nove anos que tramitam no Congresso. E, como disse a Senadora Ana Amélia, nós aprovamos para uma categoria que tem um risco relativo, como têm os que estão aqui elencados – oficiais de justiça, auditores fiscais, auditores tributários, peritos, avaliadores. Então, V. Exª, salomonicamente, já deu uma solução para que a gente não postergue a votação.

Eu vou votar favoravelmente, agora V. Exª, quando definiu que é regimental o pedido de vista, não há como não atendê-lo, colocou que será vista coletiva. Ou seja, tem que voltar já na próxima reunião nossa à pauta da Comissão de Relações Exteriores. E, se for aprovado o pedido de audiência pública, que V. Exª defina a data já para os próximos dias para que a gente chegue ao final desse processo encaminhando para o plenário para que haja uma definição.

É a minha posição.

Agradeço a V. Exª, Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra S. Exª, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente Collor.

Presidente, colegas Parlamentares, o Brasil vive uma situação, uma síndrome de medo de proliferação do crime. E, aí, repete-se diariamente o lugar comum que diz o seguinte: os bandidos estão armados e as pessoas de bem estão desarmadas. Isso, aliás, mais adiante, nós vamos votar aqui, ou seja, se vamos permitir o armamento ou não, mas reforça muito essa particularização que nós estamos discutindo aqui com relação a algumas categorias profissionais.

Eu não sei se todas essas ali devem ser armadas, mas, como votamos a favor dos operadores do trânsito, pelo menos uma delas não deixa a menor dúvida de que tem direito a armamento, a dos oficiais de justiça. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sabia que havia auditório, mas, melhor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu também não. Fico surpreso, porque, em geral, esta Comissão não é dada a aceitar tantos aplausos assim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito. Mas eu acho que eles têm razão e comparecem – pelo que vi das palmas – em número elevado.

Mas acontece que é uma das profissões, Sr. Presidente, que recebe a maior hostilidade quando vai fazer uma intimação ou uma citação, e até mais grave que aquela dirigida aos operadores do trânsito, que trabalha em zona urbana. O oficial de justiça vai à zona rural; o oficial de justiça vai a recintos particulares, fechados e, normalmente, são recebidos com antipatia e, muitas vezes, com insultos e agressões. Então, eu entendo que, entre todas essas categorias, se há uma que tem o direito a ter proteção pessoal por uma arma é a dos oficiais de justiça.

Agora, vem bem a audiência pública. Nós vamos lá incrementar, aperfeiçoar, melhorar o debate, mas eu gostaria que os meus colegas refletissem: entre essas categorias... Talvez todas, como a dos defensores públicos também, que lidam com animosidades, com adversários etc. Talvez todos, bem como ainda o auditor tributário etc. Agora, o oficial de justiça, convenhamos, é uma surpresa que, até hoje, não tenha o direito de usar uma arma.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Lasier Martins.

Gostaria, então, de prosseguindo no que havia iniciado aqui...

Por favor, não apaguem as luzes da Comissão. (*Pausa.*)

Está faltando acender alguma luz.

Realmente, a logística da colocação desses aparelhos de ligar e desligar não é das melhores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, com a palavra S. Ex^a o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e todos os colegas que aqui intervieram e concordar plenamente com o encaminhado por V. Ex^a, que será, de fato, uma oportunidade para podermos aprofundar, debater mais todo o tema.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Hélio José.

Então, fica concedida vista coletiva, conforme solicitação de S. Ex^a o Senador Fernando Bezerra Coelho, para que nós possamos nos aprofundar melhor sobre essa questão.

Eu passo a ler, agora, novamente, o requerimento apresentado por S. Ex^a o Senador Romero Jucá.

ITEM 7**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 34, de 2017****- Não terminativo -**

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para instruir o Projeto de Lei da Câmara 30 de 2007 que "Altera a redação do art. 6º da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo).

Autoria: Senador Romero Jucá.

Os convidados serão indicados oportunamente.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que se colocarem de acordo com esse requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 34, de 2007, para uma audiência pública para tratar do assunto trazido aqui pelo relatório de S. Ex^a o Senador Hélio José. Já foi concedida vista coletiva a esta matéria.

Passamos ao item 2 da pauta.

Aliás, antes disso, me perdoem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Exatamente.

Antes disso, S. Ex^a o Senador Jorge Viana pediu a inclusão... A inclusão extrapauta já havia sido aprovada no início da reunião de hoje. E S. Ex^a o Senador Jorge Viana solicitou que fosse feita uma alteração na Ordem do Dia, colocando esse item extrapauta agora como item 2 desta nossa reunião.

Então, as Sr^{as} e Srs. Senadores que concordarem com a inclusão do item extrapauta que trata da Emenda nº 44, referente a projeto de lei da Câmara, permaneçam como se encontram, ou seja, os que forem favoráveis à inclusão logo a seguir deste item extrapauta. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, passamos à leitura deste projeto, deste...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da emenda só.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sempre com a ajuda prestimosa do nosso Secretário.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2016

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.

Autoria: Deputado Esperidião Amin

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN.

Observação: em 22 de setembro de 2017, foi apresentada a Emenda nº 1 ao Plenário, que, nos termos do art. 277 do Regimento Interno, determinou o retorno de matéria emendada para exame.

Concedo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc* do presente projeto de lei. Tem S. Ex^a a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, nós estamos apreciando, porque já havíamos aprovado por unanimidade, aliás, com apenas dois votos contrários, na semana passada, este projeto de iniciativa do Deputado Esperidião Amin, que também foi Senador, o PLC 44, originário da Câmara. E agora estamos tratando apenas da emenda que foi oferecida em plenário pela Senadora Vanessa Grazziotin. E me atendo a ele por questão de esclarecimento aos demais colegas Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação dessa emenda, a Senadora Vanessa Grazziotin informa que, abre aspas:

A emenda visa retomar a intenção original do autor do projeto em estabelecer um período razoável de vigência para os efeitos da nova lei. A atualização da data se faz necessária, considerando que o tempo de tramitação da matéria extrapolou por expectativa original.

A mudança do art. 2º, prevendo a data de vigência para até 31 de dezembro de 2017 é pertinente também por coincidir com a data prevista no decreto de 28 julho de 2017, assinado pelo Presidente da República, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem em apoio às ações do Plano Nacional de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 28 de julho e 31 de dezembro de 2017.

Acolhida essa emenda, se tivéssemos, vou direto à análise para facilitar.

Naquela oportunidade argumentamos, e agora reafirmamos no relatório do Senador Pedro Chaves, que as hipóteses que justificam a competência da Justiça Militar da União não se modificam com o tempo. Com efeito, as situações que excepcionam a competência do Tribunal do Júri e que motivaram a presente modificação do Código Penal Militar são recorrentes, o que justifica a existência de uma norma perene, que é o objeto do que aprovamos aqui.

Se já entendemos ser constitucional a competência da Justiça Militar da União para julgar crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civis, em hipóteses expressamente previstas em lei – quando ele não estiver no exercício da sua função de prerrogativa de militar, não esteja fardado; está na rua, sem farda e comete um crime; o julgamento será exatamente o previsto pelo júri popular –, não há razão para limitar extensão temporal dessa competência, no caso do julgamento dos militares em ação oficial determinada pelo Poder Executivo.

Lembrando que o próprio Superior Tribunal Militar já se manifestou pela preservação da competência da Justiça Militar da União para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, quando a vítima seja civil, haja vista a necessidade de se garantir aos militares uma Justiça especializada e com conhecimento específico, no caso de crimes militares.

Aliás, receamos que a regra no sentido de limitar a competência da Justiça Militar unicamente para período específico possa ser interpretada como o estabelecimento de um tribunal de exceção, o que é vedado pelo art. 5º, inciso XXXVII da Constituição Federal.

Portanto, o meu voto – o voto do Senador Pedro Chaves –, como Relatora *ad hoc*, é pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN, de 2017, ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016.

Esse é o voto, caro Presidente, caros colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Coloco em discussão o relatório de S. Exª a Senadora Ana Amélia, que é pela rejeição da Emenda nº 1 do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o relatório, pela rejeição da Emenda nº 1 do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016.

A matéria segue com urgência à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento na sua tramitação.

Item nº 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 163, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, assinado em Liubliana, em 20 de setembro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora, para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Collor.

Caros colegas Senadores, de novo, lembro como nós demoramos para aprovar isso. Isso se deu em 2011.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estamos em 2017. Foi um longo tempo. Então, precisaríamos, como lembrava sempre nosso saudoso Luiz Henrique da Silveira, de um *fast track* nessa área da política externa, para dar agilidade às deliberações relevantes entre os países.

Vou diretamente à análise, para simplificar.

A temática do acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. Como destacado na exposição de motivos, os negociadores, guiados pela vontade de desenvolver e fortalecer os laços de amizade existentes entre os dois países, almejam aprofundar suas relações no domínio educacional. Nesse sentido, a melhora da cooperação com vista ao estímulo do progresso técnico de ambos os países pode favorecer, por igual, o desenvolvimento das respectivas academias em prol do aperfeiçoamento intelectual de suas populações.

Lembro, por fim, que a Eslovênia ocupa, no momento presente, a posição de número 25 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por 188 países, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Convém registrar, por igual, que esse país possui educação considerada exemplar, mesmo para padrões europeus. O país conta, ademais, com importantes instituições de ensino, ótima infraestrutura, mão de obra qualificada e avançado parque industrial.

Por tudo isso, penso que o documento internacional em apreciação há de contribuir de maneira superlativa para o relacionamento bilateral em favor dos povos brasileiro e esloveno.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2017.

Esse é o voto, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Ex^a. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 3**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, DE 2017****- Não terminativo -**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação

Indico S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor; Sr^{as} Senadoras; Srs. Senadores, vou diretamente à análise.

De acordo com o inciso I do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O acordo de cooperação educacional entre Brasil e São Vicente e Granadinas é bem-vindo, porque facilitará o intercâmbio de alunos, professores e pesquisadores, a validação de diplomas, a concessão de bolsas de estudo e a difusão da cultura brasileira e da língua portuguesa.

Convém ressaltar que São Vicente e Granadinas é um país insular caribenho, de língua inglesa, pertencente à Commonwealth (Comunidade Britânica de Nações), com 389 quilômetros quadrados e mais de 100 mil habitantes, dos quais cerca de 4% têm ascendência portuguesa.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Com base no exposto, considerando ser conveniente e oportuna a cooperação educacional entre Brasil e São Vicente e Granadinas, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2017.

Este é o parecer do Senador Armando Monteiro, do qual V. Ex^a me concedeu ser o Relator *ad hoc*.

Só quero fazer uma observação, Senador Fernando Collor. Sei que V. Ex^a é um Senador competente e determinado, cumpridor das suas obrigações, e sempre que está à frente de uma comissão assim o faz. Vi o parecer que a Senadora Ana Amélia leu, anterior, e o acordo era de 2011, e este aqui é de 2010. Nós estamos aprovando em 2017. Sei que a demora não é aqui, mas V. Ex^a poderia verificar se essa tramitação poderia ser mais ágil – não sei quanto tempo está ficando no Executivo ou na Câmara – para que a gente não venha a aprovar sete anos depois do acordo firmado?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Claro. Eu não sei se V. Ex^a lembra, Senador Flexa Ribeiro, mas, alguns meses atrás, nós tivemos aqui um acordo de 1928. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aí ficou esquecido em alguma gaveta, e era um acordo desses, simples, mas que incorria em participação financeira por parte do Estado brasileiro de contribuição a uma determinada organização. Enfim.

Mas, a esse propósito, eu gostaria de anunciar a todos os integrantes desta Comissão que ontem eu estive em audiência com S. Ex^a o Ministro Aloysio Nunes Ferreira, tratando exatamente desse assunto, porque não vou dizer o entrave, mas o gargalo maior é na tramitação na Câmara dos Deputados, porque lá a Mesa estabeleceu que esses acordos seriam votados somente às quintas-feiras, e, às quintas-feiras, o quórum sempre muito baixo, aprovava-se um, dois ou três desses acordos.

Existem, para que os senhores integrantes desta Comissão e S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro tenham conhecimento, cerca de 300 acordos na Câmara – 300 acordos, uma enormidade. Então, S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes disse que telefonou para S. Ex^a o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, e acertou com ele que esses acordos seriam colocados na Ordem do Dia, na pauta de votações, também às terças e quartas-feiras, de modo que assim seja dada agilidade à tramitação de todos esses acordos, Senador Anastasia.

De modo que podemos aguardar que, já a partir da próxima semana, nós teremos um número bem maior de acordos aprovados pela Câmara e, consequentemente, vindo aqui para o Senado.

Obrigado a V. Ex^a.

Coloco agora em discussão o relatório apresentado por S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2017.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento na sua tramitação.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 166, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Antonio Anastasia, como Relator *ad hoc*, para apresentar o relatório.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como V. Ex^a acaba de apregoar, vem igualmente à aprovação desta Comissão o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado 2010. Eminentemente Senador Flexa Ribeiro, em 2010 também.

O art. 1º trata da abrangência do acordo e o objetivo fundamental é a cooperação educacional e do desenvolvimento científico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assumir o compromisso entre os dois países para: i) o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária; ii) a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores e o incremento da mobilidade acadêmica; iv) o intercâmbio de informações e experiências; e v) o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores.

Como sabemos, Zâmbia é uma nação da região sul-africana, com língua inglesa, nação amiga do Brasil e a previsão formal está toda colocada aqui. Todos aspectos formais foram atingidos. Não há vícios de juridicidade.

Quanto ao mérito, eminente Presidente, o acordo prevê modalidades diversas de cooperação educacional, que vão desde o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária, passando pela formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores e incremento da mobilidade acadêmica e também pelo intercâmbio de informações e experiências, até o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores.

Acreditamos, portanto, que essa cooperação internacional é premente, na medida em que pode ser forma pela qual o Estado brasileiro poderá desenvolver mecanismos comparativos para autocritica e autoavaliação de nosso sistema e realidade educacional a par de um relacionamento sempre muito positivo com as nações africanas, nossas irmãs.

Portanto, o voto do eminente Relator, Senador Lasier, que leio como *ad hoc*, é favorável à aprovação do PDS nº 166, de 2017.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Antonio Anastasia.

Coloco em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2017.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Senhor Presidente, Nos termos do inciso I, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, audiência pública, conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debater o PLC 44 de 2016, que "Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar". Para tanto, proponho sejam convidados: - Deborah Duprat, Subprocuradora-geral da República - Claudio Lamachia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Representante do IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Fica prejudicado em função da decisão anteriormente tomada em relação ao PLC nº 44, de 2016.

Portanto, prejudicado o item 5 da pauta do dia de hoje.

ITEM 6



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 33, de 2017**- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil Argentina (Senado/Câmara dos Deputados), com o objetivo de elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para viabilidade da hidrovía dos Rios Paraguai/Paraná.

Autoria: Senador Fernando Collor

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Prof. Dr. Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura, da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Sr. Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Sr. Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Sr. Edeon Vaz Ferreira, Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio; Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e Dr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Coloco em discussão a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Vamos solicitar à Secretaria desta Comissão para providenciar a realização desta audiência.

Outro item extrapauta. Como está dentro das nossas normas e procedimentos dos trabalhos que norteiam a nossa Comissão, toda a solicitação de viagem automaticamente entra extrapauta por motivos sempre de última hora, quando essas viagens são marcadas.

Considerando o parágrafo único do art. 4º do Ato nº 7, de 2017 desta Comissão, que versa sobre inclusão extrapauta de requerimento de autorização para desempenhar missão no exterior, incluo o seguinte item extrapauta que passo a ler:

EXTRAPAUTA**ITEM 9****REQUERIMENTO Nº 798, de 2017****- Não terminativo -**

Requer licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa, no período de 23 a 27 de outubro de 2017, com o propósito de participar de missão oficial à Inglaterra, a convite da Embaixada do Brasil em Londres.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp para apresentação do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 798, de 2017, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos desta Casa, no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período de 23 a 27 de outubro de 2017, com o propósito de participar de missão oficial à Inglaterra, a convite da Embaixada do Brasil em Londres, comunicando também, nos termos do art. 39, I, que no período de 19 a 30 de outubro de 2017 estará ausente do País.

O requerimento tem por fundamento o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). No caso, o pedido insere-se no previsto no inciso I, do §1º, combinado com o §4º, em que o requerimento é submetido a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acolhido do ponto de vista regimental, cabe registrar que não se encontra óbice também no aspecto de mérito do requerimento. É de extrema relevância que o Senado Federal se faça representar pelos seus membros para conhecer experiências de políticas públicas desenvolvidas nas áreas de meio ambiente, energias renováveis e combate às mudanças climáticas.

Salienta-se que consta, juntamente com o requerimento, convite da Embaixada do Brasil em Londres contendo a agenda de encontros do Senador Fernando Bezerra Coelho com especialistas e autoridades britânicas em evento sobre as áreas acima descritas.

A matéria também tem por fundamento o inciso III do art. 55 da Constituição Federal, que faculta ao Parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer, desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão por esta autorizada.

Destaca-se ainda que o representante é membro titular da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que tem por competência acompanhar, monitorar e fiscalizar de modo contínuo as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, destacando a importância de conhecer novas experiências para subsidiar este processo de fiscalização da política nacional de mudanças climáticas.

Voto.

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria exame, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 798, de 2017, e pelo seu encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa para seu processamento em plenário, como previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Valdir Raupp, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dando seguimento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, dia 2 de outubro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 9º Painel de Debates sobre o tema "Lugar do Brasil em um Mundo de Transformações".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Embaixador Rubens Barbosa, o Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, e o Ministro Benoni Belli, Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

Agradecendo, mais uma vez, a participação e a presença dos senhores e das senhoras integrantes desta Comissão e da participação daqueles que nos deram a honra de estar aqui na reunião de hoje, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quinze minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, José Medeiros e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Raimundo Lira, Ângela Portela, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Moraes, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais." **Autoria:** Deputado Heuler Cruvinel e outros. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2008 - Não Terminativo** - que: "Inclui a ligação ferroviária EF-410 e a ferrovia transversal EF-225, previstas na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, entre os trechos integrantes da Ferrovia Transnordestina." **Autoria:** BETINHO ROSADO. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela rejeição por inconstitucionalidade. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Wilder Moraes. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de relator. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 766, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta § 2º ao art. 13 à Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispensar o transportador do dever de contratar o seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos a cargas transportadas quando a carga já tiver sido objeto de seguro firmado pelo contratante do serviço de transporte." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 2/S, na forma da subemenda que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 3/S e 4/S, todas oferecidas em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Moraes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35 de 2017** que: "Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convidado o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, WELLINGTON MOREIRA FRANCO, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do processo de concessões dos aeroportos brasileiros e do destino da Infraero." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. **Resultado:** Subscrito e aditado pelo Senador Elmano Férrer, para converter a convocação de Ministro de Estado em convite para audiência pública, e aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36 de 2017** que: "Com base no inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requero que seja convidado o Presidente da Infraero, Senhor Antônio Claret de Oliveira, para em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, prestar os devidos esclarecimentos acerca da desativação do Terminal 2 e a possível privatização do aeroporto internacional Eduardo Gomes em Manaus/AM." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45 de 2017** que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a fim debater a atual situação da Petrobras em decorrência do plano de desinvestimentos da empresa, atualmente em curso." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47 de 2017** que: "Requer,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para explicar as medidas a serem tomadas em face da quebra contratual pela empresa ECO101, responsável pela concessão da BR-101 no Espírito Santo, por descumprimento da exigência de duplicação de toda rodovia por ela administrada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 48 de 2017** que: "REQUEIRO, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura-CI, audiência pública com o objetivo de debater o orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes-DNIT, para a manutenção e construção da: BR 364 (trecho Mato Grosso, Rondônia e Acre); ponte do Rio Madeira na Foz do Abunã (entre o Estado do Acre a Rondônia); BR 317 (trecho Amazonas – Assis Brasil; rodovia interoceânica que liga Brasil ao Peru); BR 163 (trecho Mato Grosso – Pará), BR 319 (trecho Porto Velho/RO – Manaus/AM), entre outras." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 49 de 2017** que: "Requer a realização de audiência pública a fim de debater acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobrás." **Autoria:** Senador Eduardo Braga e outros. **Resultado:** Subscrito pela Senadora Regina Sousa e pelos Senadores Elmano Férrer, Ricardo Ferraço e Hélio José, e aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Fernando Bezerra Coelho e Elmano Férrer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/03>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de dar uma informação aos Srs. Senadores de que está aberto o prazo para apresentação de emendas de comissão para o Orçamento.

Consulto o Plenário sobre a designação do eminente Senador Acir Gurgacz, como fizemos na vez passada, para ser o Relator das nossas emendas de comissão.

Portanto, está aberto o prazo até a véspera do feriado do dia 12, até o dia 11, para que possamos fazer a reunião deliberativa da Comissão de Infraestrutura no dia 17, para deliberarmos sobre as emendas de comissão.

Proponho também a dispensa de leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunicado.

Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 44.217, da Câmara Municipal de Ferros, no Estado de Minas, que encaminha moção de apoio à renovação das concessões das usinas São Simão, Jaguará e Miranda à Companhia Elétrica Energética de Minas Gerais (Cemig).

Cópias dos documentos encontram-se à disposição das Srs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Quero apenas informar que, tendo em vista a realização do leilão já ter acontecido, registramos o Ofício da Câmara Municipal de Ferros, mas essa é uma matéria prejudicada, tendo em vista que já se realizou o leilão.

Vamos à pauta, Srs. Senadores.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014

- Não terminativo -

Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais.

Autoria: Deputado Heuler Cruvinel e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 23/03/2016 foi aprovado o RQI 14/2016, de autoria do Senador Jorge Viana, para realização de audiência pública de instrução da matéria.

2. Em 01/06/2016 foi realizada a audiência pública de instrução da matéria demandada pelo RQI 14/2016.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Sr. Relator e digo que o Brasil entra, efetivamente e finalmente, na era e na geração dos veículos híbridos, com vários modelos de veículos híbridos sendo lançados, na antevéspera de uma geração de veículos elétricos que chegarão ao Brasil proximamente.

Com a palavra o Senador Jorge Viana para a apresentação do seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu queria antes, Sr. Presidente, até mesmo antes de entrar imediatamente...

Já aproveitando o comentário de V. Exª estabelecendo um calendário, eu tinha apresentado oralmente, na semana passada, um requerimento solicitando a vinda do Diretor-Geral do DNIT, para que pudéssemos discutir o orçamento para as rodovias, no caso a BR-364 e outras rodovias da nossa região, tão carentes de uma melhor infraestrutura, tão carentes de um melhor orçamento para garantir sua manutenção. É o caso da BR-364, no Acre, ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e da BR-317 ligando a divisa do Amazonas até a cidade de Assis Brasil, passando por Xapuri, Epitaciolândia, Brasileia, Capixaba.

Eu gostaria de saber se poderíamos, tão logo fosse possível, apreciar esse requerimento, tendo em vista os prazos que temos para a apreciação de emendas de Bancada ou emendas de Comissão e que vão até os próximos dias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador, se V. Exª me permite...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Estou de acordo com o requerimento de V. Exª. E também, na audiência pública da semana passada, na presença do Ministro Fernando Coelho Filho, ficou acertado que nós faríamos a aprovação de requerimento convocando a Aneel e outros órgãos do setor elétrico, para que pudéssemos dar continuidade ao debate sobre a modelagem que seria proposta para o setor. Portanto, não só há o requerimento de V. Exª com relação ao DNIT e à melhoria da infraestrutura, bem como a questão da Aneel, para podermos debater a modelagem do setor elétrico.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, então, ir diretamente ao ponto, o item 1 da pauta. Chamo a atenção dos colegas Senadores e Senadores e de todos os que nos acompanham. V. Exª já fez uma introdução. Nós estamos falando do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2014, que institui – chamo a atenção dos colegas – a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais.

Vejam, Senador Fernando, Senador Ferraço, Senador Raupp e Senador Eduardo Braga: eu, sinceramente, para não apresentar um parecer pura e simplesmente contrário... Temos uma situação delicada. Imaginem ficar obrigada a concessionária de energia elétrica a disponibilizar pontos de recarga em estacionamentos autorizados pelo Poder Público local! Mas quem vai pagar esse custo? É uma situação delicada. Hoje, é uma coisa simplificada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O autor do projeto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Perdoe-me! Quem paga hoje pela construção de postos de gasolina? É exatamente o investidor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim, é por isso que estou aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Isso é simples.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso é que estou aproveitando. Mas não é o caso. Ele estava obrigando...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sim, mas, no caso do posto de gasolina, há demanda. E, no caso do carro elétrico, há demanda que justifique o investimento? Esse é o debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Essa demanda é crescente. Portanto, as empresas de energia elétrica, as concessionárias de energia elétrica e os possíveis interessados...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Os concessionários, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Os interessados...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso, estou trocando o projeto por uma emenda substitutiva que autoriza... Nós não temos normativas para isso. É um projeto que autoriza que quem estiver interessado monte esse negócio ou desenvolva o negócio, banque isso, aí sim.

É muito importante esta discussão, porque estamos atrasados nela no Brasil. O Brasil deixou de ser o endereço do carro elétrico. Há anos, algumas empresas queriam montar uma base para desenvolver o carro elétrico no Brasil. Lamentavelmente, ainda estamos na fase de sermos importadores, e isso ainda serve a um grupo pequeno. O preço do carro elétrico está caindo. Ele se modernizou bastante. Recentemente, tive o privilégio de ver um carro elétrico da Tesla. Falei disso no Acre ontem, num evento com as companhias de telecomunicações que foram lá para anunciar uma mudança no sistema de telefonia e de internet em Rio Branco e nos outros 21 Municípios. Presidente, tem muito a ver pautarmos essa questão porque é uma questão central, é a mudança que já aconteceu. A Tesla, uma companhia americana, no lançamento do carro elétrico, agora, já está com um valor maior do que o da Ford, e chegando muito perto do da General Motors. Não dá para imaginar o que nós estamos vivendo.

Eu vi esse carro elétrico... O Nelson Piquet, um amigo da gente, mostrou um carro que ele acabou de adquirir por US\$70 mil, ou duzentos e poucos mil reais. É muito, mas, para o que era, não é muito – é um sedã enorme. Eu abri o capô do carro atrás do motor, fui para a traseira atrás do motor, mas só encontrei espaços vazios, na frente e atrás. E eu falei: "Mas, Nelson, cadê o motor?" Ele apontou para a roda: "Está nas rodas." Ele andou... Nenhum carro a combustão convencional chega a 100 quilômetros tão rápido quanto aquele carro – quem estava falando era o ex-campeão de Fórmula 1, Nelson Piquet, que andou e mostrou. Só tem um painel enorme, supermoderno, você muda o carro todo.

Esse dono da Tesla recebeu uma encomenda de 400 mil carros no dia do lançamento – é um carro vendido pela internet. Nós estamos vivendo essa era, e é muito importante estarmos apreciando esse projeto, mas acho que ele não pode vir com os vícios de sempre, colocando mais encargo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente, do jeito que está, para o consumidor de energia elétrica, porque se obriga a distribuidora de energia elétrica a fazer a implantação de unidades... Lá na casa do Nelson – eu fotografei, está aqui –, ele instalou uma tomada na coluna e ali ele abastece o carro. Modernizou-se de 2014 para cá e já tem resposta para o projeto. Então eu acho que isso merece apreciação.

E o que eu fiz? Para aproveitar o tema, porque só dá para aproveitar o tema do carro elétrico... No caso, aqui eu mantive ainda "carro híbrido", mas eu já perguntei para os grandes especialistas qual o futuro do carro e ouvi de pessoas muito ligadas a essa onda de mudança tecnológica... "Qual é o futuro do carro? É o híbrido ou o elétrico?" A resposta: "Híbrido é sereia: nem é peixe nem é gente. Carro híbrido é um pouco isso, não vai sobreviver, é uma questão de tempo. É um carro que economiza para quem o compra, é importante, mas o carro elétrico é o futuro, não tem saída."

E a saída é complexa. Vejam bem, ele estava falando, numa conversa – o Senador Ricardo Ferraço foi testemunha –, que o carro convencional tem em torno de seis mil peças, componentes, e o carro elétrico, menos de 300, duzentas e poucas peças. A cadeia produtiva... Isso vai dar um choque de falência, de fim de uma série de atividades, sem precedentes, mas não tem volta. Os carros estão vindo, o preço caindo, a eficiência...

A autonomia é de 400 quilômetros. Em média nós usamos, quem tem carro, setenta quilômetros. O carro elétrico, até recentemente, tinha 140 de autonomia, mas agora são 400 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Jorge, apenas para participar do debate.

Já está no mercado brasileiro, já se encontra no mercado brasileiro, pela Ford, um Fusion que é híbrido; com 62 litros de combustível ele tem mil quilômetros de autonomia, ele faz 17 quilômetros com um litro de gasolina. A Toyota já tem no mercado brasileiro o que eles chamam de Prius, que é o carro híbrido deles, que também tem...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Que é uma transição, no fundo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ...uma versão elétrica. Ele tem autonomia de 1,2 mil quilômetros com um tanque de gasolina de 50 litros.

Ora, o que nós estamos dizendo é que, como V. Ex^a mesmo disse, basta uma tomada elétrica trifásica.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente. E em casa! Eu tenho foto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Se na vaga do estacionamento que você paga no *shopping center* – você paga para ficar com o carro parado no *shopping center* – houver um totem com uma tomada para que o carro possa encostar, você já estará abastecendo. Este é o ponto: aqui o investimento é tendente a zero, o investimento é nenhum. Não é como num posto de gasolina, em que você tem de colocar tanque, tem de colocar bomba, tem de colocar isso, tem de colocar aquilo. Não, nós estamos falando de um totem com uma tomada de 220 volts em que você vai plugar o carro e terá uma economia e uma redução de emissão de gás carbônico da ordem de cinco vezes menos. O Brasil não pode ficar fora desse projeto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Nós precisamos, portanto, avançar nessa direção.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores, o projeto é de autoria dos Deputados Heuler Cruvinel e Onofre Santo Agostini. Ele é o PLC 65, de 2014.

Eu, quando fui Relator, tomei uma iniciativa, Senadores, Senadoras e Presidente, de apresentar um requerimento, ainda em 2016, Requerimento nº 14, propondo uma audiência pública, coisa que realizamos na Comissão. Nós realizamos, no dia 1º de junho do ano passado, uma audiência pública a partir de um requerimento de minha autoria, e nós trouxemos aqui, a esta Comissão, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE), a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Os participantes contribuíram, nós ouvimos as opiniões aqui. Foi por isso que eu fiz a opção de trazer um substitutivo que, em vez da obrigatoriedade de empresas, abre a possibilidade de negócio para quem se interessar, seja o estacionamento de um *shopping*, seja um cidadão comum, seja uma distribuidora, seja uma concessionária de aeroporto.

Então, o substitutivo que eu apresento, simplificando, é fruto dessa audiência, das conversas e também da contemporaneidade desse tema. Esse tem que ser um tema aberto. Nós não podemos... Se a pessoa pode ter em casa, ela tem de fazer uma opção, senão nós vamos trazer um encargo que nenhum outro país está apresentando.

Então, sendo direto, para poder abrir e ouvir a opinião dos colegas, o que eu estou fazendo é apresentando um substitutivo que diz "Esta lei institui encargos a serem utilizados para custear investimentos necessários para a disponibilidade de pontos de carga e recarga de veículos elétricos e híbridos." Estou mantendo o carro híbrido porque ele ainda vai ficar um período; é uma espécie de transição o que se está fazendo e tem muita eficiência.

Esse carro elétrico da Tesla, por exemplo, já começa a resolver o problema da bateria. Quando nós começamos com o celular, de fato, era preciso carregá-lo dois dias para usá-lo por vinte minutos. Agora ele carrega em vinte minutos, e a gente o usa por dois dias. Na bateria do carro também se está avançando muito. Essa da Tesla, por exemplo, fica no piso do carro, é toda espalhada a bateria, sobra espaço enorme no carro, e a autonomia dela já está em 400 quilômetros. E volto a repetir: a média que se usa é de 70 quilômetros.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, são veículos elétricos ou híbridos aqueles acionados por motor elétrico ou cujas baterias possam ser recarregadas a partir de uma tomada.

Art. 2º Os agentes de distribuição de energia elétrica poderão instalar pontos de recarga – poderão, aí estou trocando, porque pode ser que uma empresa de distribuição de energia queira montar esse negócio, estou aproveitando a ideia do projeto – poderão instalar pontos de recarga para veículos elétricos e híbridos em suas áreas de atuação para grupo de consumidores que manifestar interesse no serviço.

§ 1º O grupo de consumidores de que trata o *caput* terá mecanismo de tarifação que possibilite utilizar qualquer ponto de recarga na área de atuação do agente de distribuição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º O mecanismo de tarifação de que trata o §1º deverá prever a possibilidade de tarifação pré-paga.

Porque também estamos tentando abrir um espaço para que haja algum mecanismo, mas estamos passando para as autoridades locais trabalharem isso. Não estamos amarrando em absolutamente nada, mas criando a possibilidade de ter ponto de recarga. Obviamente, se vai haver ponto de recarga, vai haver um serviço, e, se vai haver um serviço, deverá haver alguma tarifação para o usuário ou para quem compre.

§ 3º Os investimentos necessários para a instalação dos pontos de recarga de que trata o *caput* serão custeados por encargo específico a ser pago pelo grupo de consumidores que manifestarem interesse.

§ 4º O encargo específico previsto no §3º deverá ser utilizado para instalação, para custeio da manutenção e da operação dos pontos de recarga.

§ 5º O Poder Público deverá prever a possibilidade de utilização dos recursos do encargo específico previsto no §3º para investimentos, ou custeio da manutenção e da operação fora da área de atuação do agente de distribuição, desde que haja interesse por parte do grupo de consumidores.

Enfim, também, não sei se uma prefeitura vai ter sua frota de carro elétrico, de caminhões elétricos. Nós estamos, muito preliminarmente, criando aqui um espaço muito aberto, o mais aberto possível, para que esse serviço possa ser oferecido, mas nada de obrigatoriedade, nada de imposição, muito menos de prazo. É isso que estou tentando apresentar, para aproveitar a ideia e começarmos a legislar sobre pontos de carga e recarga para carro elétrico, o que já está solucionado, porque a pessoa vai ter seu posto de recarga no seu prédio, na sua casa, para que ela resolva, ou no seu condomínio ou no seu escritório, ou na sua garagem, porque existe uma lei que obriga qualquer prédio a ter uma porcentagem de garagem.

É isso, Sr. Presidente, para debater e ouvir os colegas, eu ofereço um substitutivo à ideia do projeto, que, de 2014 para cá, já se mostra completamente defasada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu queria, antes de passar a palavra para o Senador Fernando Bezerra, convidar os colegas Senadores que, com certeza, já estão na Casa – nós já estamos com quórum de sete, mas ainda não temos quórum mínimo para deliberar –, eu gostaria de fazer um convite aos Senadores para estarem presentes à Comissão de Infraestrutura.

Em segundo lugar, eu queria fazer um apelo aos Srs. Senadores. Eu conversei ontem... Ontem não, semana passada, eu conversei com vários Senadores aqui presentes. Nós temos vários projetos que estão nas relatorias, e já estão nas relatorias há alguns meses. Esses projetos precisam chegar até a Secretaria, para que a gente possa pautar e fazer andar a Comissão.

Eu quero agradecer ao Senador Jorge Viana, porque essa matéria, sem dúvida, é uma matéria atualizadíssima, e vejam que, desde 2014, esse projeto está em tramitação.

O Park Shopping, aqui em Brasília, já está disponibilizando pontos de carga para carros elétricos. O carro híbrido se autorrecarrega. O combustível fóssil, ao gerar o motor, já carrega as baterias, o que dá autonomia de mil quilômetros para um carro híbrido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouço, com enorme prazer, o Senador Fernando Bezerra, convidando, mais uma vez, os Srs. e Sr^{as} Senadores que se encontram na Casa para estar presente a esta Comissão. Em seguida, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro eu quero cumprimentar o Senador Jorge Viana porque, de fato, ele apresenta uma nova redação, um novo substitutivo em relação ao projeto original. Como ele aqui rememorou, fruto de audiências públicas que foram realizadas, era necessário fazer as correções, os aprimoramentos no texto trazido para ser relatado.

Eu gostaria de fazer uma sugestão, Sr. Presidente: como o texto é novo e estamos ainda com dificuldade de quórum, que a gente não encerrasse este debate hoje, que mantivéssemos a matéria em discussão, para dar oportunidade inclusive de ouvir a opinião da Aneel, do Ministério de Minas e Energia. Eu acho que o texto dele encontra um caminho que não é um caminho da obrigatoriedade, mas da autorização, respeitando as competências, sobretudo, das autoridades locais para melhor disciplinar o uso desses pontos de recarga por carro elétrico. Então, parece-me que nós teríamos condições de, nos próximos 15 dias, de fato, chegar a um conhecimento adequado, ideal, para deliberarmos e, se for necessário, trazermos algumas sugestões adicionais para o relator e poderíamos avançar numa matéria que eu reputo também, como V. Ex^a sublinhou, muito importante.

O futuro é o carro elétrico. É evidente que temos ainda alguns desafios a serem vencidos. Por exemplo, o descarte da bateria do carro elétrico é algo que está ainda em aberto e preocupa muito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Ex^a me permite apenas um aparte?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Ex^a levanta um tema muito pertinente, com relação à descarga das baterias, mas, pela leitura recente dos últimos artigos publicados sobre o tema e pelos próprios carros comercializados agora no Brasil, a garantia dessas baterias já é de dez anos. Portanto, nós estamos falando de uma preocupação de destinação das baterias desses veículos que aconteceria daqui a dez anos. Ou seja, a evolução tecnológica das baterias dos carros híbridos, dos carros elétricos tem sido de tal forma eficiente que a garantia que era anual passou a ser de dois anos, de cinco anos, agora está de dez anos. Caberá, portanto, essa discussão sobre a descarga, mas é importante já dizer que o descarte da bateria já garantido por certificação de fábrica é, no mínimo, de dez anos. Mas eu concordo com V. Ex^a em que essa é uma matéria em que nós poderemos, a partir do debate do Senador Ricardo Ferraço, sobrestar a discussão, reabrir a discussão na próxima reunião, na próxima terça-feira, como item 1 da pauta, para deliberarmos sobre essa matéria.

Mas quero aqui agradecer ao Senador Jorge Viana, porque acho que, primeiro, é criativo ser autorizativo, porque isso permite *parkings*, permite aeroportos e estacionamento de aeroportos, *shopping centers*, concessionárias. Até mesmo o Senado da República. Vejam: o Senado da República aluga carros e disponibiliza aos Senadores. E nós consumimos combustível. Ora, nós estamos consumindo combustível a seis quilômetros por litro. Poderíamos estar consumindo o combustível a 20 quilômetros por um litro, dentro de Brasília, dando um bom exemplo.

Enfim, isso tudo é matéria para que nós possamos, nesta Comissão, numa fronteira tecnológica, iniciar um bom debate, porque o Brasil pode ser um grande produtor de carros híbridos e elétricos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para atender a América do Sul. E eu acho que é um grande potencial no momento em que nós estamos em busca de emprego e renda.

Para concluir, Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Só para concluir, Sr. Presidente, concordando com as suas observações, quero dizer que muitas montadoras estão tomando a decisão de descontinuar a fabricação dos carros com motor a combustão. Várias têm anunciado que, a partir do ano de 2020, 2022, só vão produzir, só terão na sua linha de montagem carros elétricos. Ou seja, a Tesla não vai ficar sozinha nesse mercado de carro elétrico. Muitas outras montadoras vão de fato ensinar uma grande concorrência, os preços de carro elétrico tendem a cair, como aqui foi observado. E eu acho que nós vamos dar um passo gigantesco do ponto de vista de caminhar para uma economia de baixo carbono. O carro elétrico é o grande instrumento de revolucionar toda essa economia que deriva da indústria automotiva, porque nós vamos para uma outra base de tecnologia, de inovação.

Portanto, acho que a iniciativa do Senador Jorge Viana é muito oportuna. Ele fez um tremendo esforço para aproveitar uma matéria que foi apresentada em 2014, mas que já está vencida pelos avanços que se verificaram nessa indústria, mas a qualidade do relatório dele merece uma reflexão nos próximos sete, oito dias, para que possamos incorporar contribuições que venham de diversas instituições ligadas ao Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Claro.

Com a palavra, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu concordo, porque nós estamos falando de algo sobre o que é importante haver uma contribuição coletiva. Todos nós aqui somos não só curiosos, alguns estudiosos dessas questões.

De fato, nós estamos vivendo uma revolução tecnológica. Ela aconteceu. Está em curso. Nós vivemos uma sociedade rural, agrícola, em que a produção de proteína era o marco. Na industrial, era o consumo de energia. De 2015 para cá, na sociedade dessa revolução tecnológica, era a internet. Mas agora não é mais a sociedade da internet, é a dos dados. E o carro vai ser um pouco isso. O carro, agora, não é só algo que transporta pessoas. Ele passa a ser uma base de dados, de informação. Isso é o novo.

Eu queria também informar que, dentro desse propósito, o Senador Ciro Nogueira apresentou um projeto na Comissão de Constituição e Justiça que prevê já estabelecimento de prazo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Se me permite.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu devo ser Relator em alguma das Comissões, porque conversei com ele.

Alemanha já fez isso. Outros países estão prevendo quando teremos o fim dessa era do carro de combustível fóssil. Isso, de alguma maneira, por mais que não seja um marco definitivo, é um horizonte temporal que precisa já ser trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador, está à mão aqui exatamente o espelho desse projeto do Senador Ciro Nogueira, querendo pedir aos Senadores autorização para que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente faça um requerimento, assinado pelos membros da Comissão, para que esse projeto tramite na Comissão de Infraestrutura.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não faz sentido passar pela CCJ um projeto que fixa prazo até 2040 para proibição de construção e fabricação no Brasil de carros a combustão sem ouvir a Comissão de Infraestrutura, que é a comissão de mérito sobre a matéria.

Então, se os Srs. Senadores permitirem, eu peço à Secretaria da Mesa que prepare um requerimento para ser subscrito por todos os membros para encaminharmos à Presidência do Senado. Eu, inclusive, tive uma reunião com o Presidente do Senado, porque há muitas matérias que são afeitas à questão da nossa Comissão e que, lamentavelmente, estão sendo distribuídas somente para a CCJ e para a CAE, sem ouvir o mérito da área de infraestrutura na Comissão pertinente, que é a Comissão de Infraestrutura do Senado. Portanto, se os Srs. Senadores estão de acordo, a Secretaria está providenciando o requerimento.

Com o encerramento da participação do Senador Relator, Jorge Viana, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Acho, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, que não apenas tramitar por esta Comissão, mas o apensamento para que todas as matérias que tratem desse tema possam ser apensadas à relatoria do Senador Jorge Viana para que a gente proceda uma organização e uma convergência nesse debate.

E acho que o sobrestamento proposto aqui faz todo sentido, porque o futuro não é o carro elétrico. O futuro é o carro elétrico autônomo. É muito mais do que isso que estamos discutindo aqui. Nós estamos discutindo aqui o tempo analógico, enquanto o mundo digital já está caminhando em outra velocidade.

Mas me preocupa, Sr. Presidente, que para questões complexas e desafiadoras como essa a gente produza uma solução simples: determina a obrigação e ponto, como se isso bastasse para que nós pudéssemos construir um ambiente nessa direção. Quer dizer, geralmente, para todo problema ou desafio complexo, a solução é simples, é errada e, geralmente, não produz resultado efetivo para aquilo que nós queremos, porque, quando fazemos uma consulta na empresa especializada... O que nós temos hoje? Nós somos hoje um país com mais de 90 milhões de veículos, com a perspectiva de termos, até 2020, de 30 a 40 mil veículos elétricos espalhados num país com dimensão continental.

Portanto, acho que nós precisamos, sim, aprofundar esse debate, trazer as autoridades do Governo Federal aqui, visitar o direito comparado. O que estamos fazendo aqui não é novidade. Isso já foi feito em vários lugares do mundo há alguns anos. Inclusive, muitas dessas empresas produtoras de carro já estão incorporando em seus planos de negócio a não produção de motor a combustão a partir de 2040, por exemplo, como é o caso da Toyota; ou como é o caso da Alemanha, por exemplo, que já se definiu através do seu Bundesrat, o Conselho Federal alemão, que votou pela proibição dos motores de combustão interna até 2030; ou seja, a partir de 2030 não haverá mais produção de carros a combustão na Alemanha.

Quer dizer, a partir desse ano todos os carros vendidos na Alemanha deverão ter motores alimentados não apenas a eletricidade, mas também a hidrogênio e a outras fontes e formas de energia limpa. Mas a medida pode não ficar restrita ao país, até porque a Alemanha tem sido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência para a União Europeia. Então, é muito provável que isso sirva de referência para outros países.

Mas não é apenas isso, pois a imprensa especializada também afirma que o incentivo aos veículos elétricos é uma das medidas tomadas para a redução da emissão de dióxido de carbono. Ou seja, ao lado de medidas como essa, a pergunta que nós precisamos fazer é a seguinte: qual é o incentivo, qual é o estímulo que nós estaremos dando enquanto poder público, enquanto Estado, para migrarmos de uma plataforma para outra plataforma? Essa coisa não vai se dar por gravidade, com certeza. Nós temos, inclusive, a proibição no Brasil, uma coisa *sui generis*, a proibição de carros pequenos, de passeio, serem movidos a óleo diesel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Exª me permite?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – No Brasil isso não é possível, diferentemente do que acontece mundo afora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Exª me permite, como uma contribuição?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Com muito prazer, Presidente, com muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Esse debate me faz recordar um debate que se deu no final dos anos 1990, início dos anos 2000, com relação à migração da tecnologia da TV de tubo para a TV de tela plana, para plasma, LED ou LCD.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E agora há a 4ka.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Sim, mas a 4Ka ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Digital, claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas de qualquer forma ela é movida por fibra ótica ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... LCD, LED. Mas o que eu quero dizer é que àquela altura as autoridades brasileiras achavam que a curva de produção entre uma tecnologia e outra levaria de cinco a dez anos para que a televisão de tubo fosse substituída pela televisão de ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Plasma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... de plasma ou de LED ou de LCD. E a grande discussão era quem sobreviveria, se era a plasma ou se era LED. E cada um queria encontrar um caminho. Pasmem! A Copa do Mundo de 2004 já verificou a passagem da curva de produção, no Brasil, das televisões ditas de plasma e de LED em relação às de tubo, em 2004. Hoje nós não produzimos mais no Brasil sequer televisões de tubo nem para a população de baixa renda, nem para as classes D e E.

Portanto, nós estamos, neste momento, fazendo uma discussão muito parecida no que diz respeito a carro híbrido, a carro elétrico, a carro a combustão, etc. E eu digo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras e aos brasileiros que nos assistem que essa discussão será dominada pelo mercado.

Se os preços caírem, se a qualidade, como está acontecendo com esses veículos, e o consumo desses veículos tiverem cada vez mais um custo benefício positivo para o consumidor, eu não tenho a menor dúvida de que estamos diante de uma oportunidade de emprego e renda para os brasileiros,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a substituição do parque fabril será um investimento fantástico que o Brasil terá, havendo uma geração de emprego de qualidade e de muita importância para o nosso País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Por certo, essas mudanças e essa revolução tecnológica vão nos levar à seguinte conclusão: o carro vai se transformar em computador com rodas. É isso que já está...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Isso já está sendo encaminhado, né?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso já está presente na realidade.

Há poucos dias, eu tive a oportunidade de ler um pronunciamento feito pelo Presidente Global da Mercedes, em que ele afirma com todas as letras que os concorrentes da Mercedes não são mais os tradicionais. Os concorrentes da Mercedes é a Amazon, é o Facebook, é o Tesla e assim por diante.

Ou seja, isso, Sr. Presidente, é uma verdade inescapável. Isso vai andar como água de morro abaixo e fogo de morro acima. E nós precisamos nos organizar em termos de infraestrutura para que isso aconteça, inclusive considerando estímulos e incentivos para que nós possamos fazer a troca da plataforma de combustível fóssil para qualquer desses combustíveis limpos.

E, aí, salta aos olhos que o Brasil tenha ficado cinco anos sem fazer um leilão para aumentar o volume de produção de petróleo, enquanto o mundo está abandonando o combustível fóssil. É como se nós falássemos assim: a era da pedra lascada não terminou sem que houvesse extinção da pedra. A era da pedra lascada foi para o ar, e as pedras continuam aí. Ou seja, nós estamos, de fato, diante de vários desafios simultâneos, porque, ao mesmo tempo em que precisamos acelerar a produção do petróleo, enfim, enquanto ele ainda é uma *commodity* que tem esse valor, mas vai deixar de ser cada vez mais... Isso é inescapável, porque a imprensa especializada atesta que uma decisão como essa, adotada na Alemanha, fará seguramente com que a Alemanha leve esse padrão para a União Europeia. E essa coisa vai, de fato, ganhar uma dimensão numa velocidade global.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador, V. Exª me permite?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Já vou encerrar e devolver a palavra a V. Exª. Eu acho que este debate precisa ser feito. Ele é um debate que dialoga com a nossa realidade. E eu tenho enorme prazer em ouvir V. Exª e o Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vou passar a palavra ao Senador Jorge Viana, mas eu queria fazer aqui uma observação.

O combustível fóssil tem ainda uma função fundamental, porque energia de base, que é aquela que tem sol, não tem sol, tem chuva, não tem chuva, tem vento, não tem vento, é uma energia firme. Ainda a tecnologia que faz com que nós tenhamos energia de base firme é a termoeletrônica. Obviamente que não mais a termoeletrônica ineficiente, aquela térmica de óleo bruto ou de óleo diesel etc. Mas, sim, a termoeletrônica cada vez mais eficiente, seja a gás natural, seja a de ciclo combinado, em que se faz a queima e a requeima do gás, fazendo com que a eficiência do megawatt gerado seja muito mais elevado. Até para termos carros elétricos nós continuaremos usando por mais 70 ou 100 anos ainda combustível fóssil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu espero, inclusive, estar vivo para assistir a isso, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Portanto, o pré-sal e as reservas de combustível fóssil brasileiro não estarão sendo depreciadas nem desvalorizadas, nos próximos 70, 100 anos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que eu quis dizer não foi isso. O que eu quis dizer foi que nós perdemos muito tempo com esse debate em não explorar, em não acelerar a produção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ah, sim. Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nós ficamos cinco anos olhando para essa realidade. E o mundo indo numa outra direção.

Para finalizar: não apenas a Alemanha tomou tal decisão de banir a produção de motor à combustão, também o Reino Unido, a partir de 2040, não estará mais autorizando a produção, em território inglês, de carro movido a combustão.

Então, esse debate, Sr. Presidente, faz todo o sentido quando organizamos a infraestrutura, para que essa realidade possa se dar com infraestrutura.

Agradeço a V. Exª e o cumprimento pelo encaminhamento, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – As zonas de estacionamento público na cidade de Londres já têm, cada uma, o seu totem de carregamento de carro elétrico.

Com a palavra o Senador Jorge Viana, autor do relatório.

Aí, sobrestamos esta matéria e vamos ao item 2 da pauta, com o Senador Elmano Férrer, Relator. Por favor, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, concordar, então, com o encaminhamento do colega Senador Ferraço e de V. Exª. Acho que podemos juntar os temas que estão correlatos e nós aqui darmos encaminhamento, darmos uma celeridade a este tema.

Foi levantado pelo colega Ferraço e também por V. Exª se estariam vivos para verem essas mudanças e tal. Eu estava falando: foram séculos, às vezes milênios, para se sair de um modelo de sociedade para outro. A revolução industrial, século. A agrícola, milênio. Mais recentemente, nós entramos na sociedade da internet. A sociedade de dados, em que vamos ver não mais consumo *per capita* de energia, mas vamos ver o consumo de infodados – é isso que nós estamos vivendo agora –, está numa velocidade tal que nós estamos vendo o começo, o meio e não o fim. Mas o começo e a evolução dela. Então, não tem volta. É muito rápido.

E eu queria aqui, aproveitando a fala de V. Exª, Senador Eduardo Braga, para fazer uma espécie de busca ativa de matérias que dizem respeito à Comissão de Infraestrutura e colocar uma da maior importância: qual é a infraestrutura mais importante do País hoje, para o nosso País hoje? Nós temos problemas de toda ordem, rodoviário, ferroviário, aeroportuário. Mas nós estamos muito atrasados na infraestrutura de telecomunicação no Brasil. Nós estamos muito atrasados. O marco regulatório desse setor é de 15 anos atrás. As companhias não são mais telefônicas, porque não é nem mais o fone, é o tele e não o fone. O fone quase não se usa. Cada vez vai ser menos. E nós vamos nos comunicar por outros mecanismos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que acontece hoje? Todo o marco legal hoje é focado para fazer funcionar orelhão, Senador. Orelhão. As multas, as ações da Anatel para cumprimento da lei são focadas em telefone fixo e em telefone público, o orelhão.

E a mudança já aconteceu. Nós estamos falando de telefonia móvel e internet.

Eu fiz um evento ontem, no Acre, com o Presidente da Vivo, com o Diretor da Tim e com o Diretor da Claro. Eles, assumindo um compromisso, porque eu sou Relator da avaliação de política de banda larga.

É claro que estou cobrando uma maior e melhor infraestrutura no Norte e no Nordeste, onde temos uma gravíssima deficiência. E botei meu Estado como um case. Lá estava o Dr. Juarez Quadros, Diretor-Geral da Anatel. Nós firmamos um documento com o Governador Tião Viana e com os prefeitos, e eles vão fazer investimentos, usando o recurso dessas multas por conta de funcionamento de orelhão, para melhorar a qualidade do telefone móvel, para melhorar o telefone celular, obviamente, nos 22 Municípios do Estado.

Eles estão entrando agora... Isto vale para o seu Estado. V. Exª pode procurar também, porque acho que é muito importante. Começou a funcionar, nesta semana, a frequência de 700MHz para a transmissão, para o funcionamento...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Na zona rural.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...de telefonia e de internet, faixa que era usada pelas televisões e rádios. Essa é uma mudança fantástica. O Brasil está há dez anos buscando isso. Isso começou a funcionar no Acre. A velocidade de transmissão de dados vai aumentar em 20 vezes em Rio Branco, com esse evento que nós fizemos ontem, com essa solenidade. Estou pondo o meu mandato nessa causa, porque acho que é muito importante.

Agora, concluo, dizendo: talvez, mereça... Nós estamos empancados. Há uma tentativa do Novo Marco Regulatório das Telecomunicações, e ele empancou por conta da reversão dos bens, por conta da falta de transparência no debate na Câmara e no Senado, eu acho, mas não por conta da motivação. A motivação é nobre; isso tem de ser feito.

Nós, na Comissão de Infraestrutura – estou vendo como infraestrutura; talvez, seja a infraestrutura mais importante, mais importante do que essas reformas que estão propondo –, tínhamos de modernizar o País e de fazer aqui o Novo Marco das Telecomunicações, porque, sem isso, não há cidadania. Sem banda larga, sem uma infraestrutura adequada, esqueça! O Brasil não vai parar no tempo, vai andar para trás!

É por isso que eu deixaria aqui uma sugestão. Veja se não é hora de pegar esse projeto que está parado. O Senador Eunício está esperando o Supremo. O Supremo não decide. O Senador Eunício foi Ministro das Comunicações. Se eu fosse ele, eu botaria como item 1 da pauta, junto com segurança, para discutir a infraestrutura de telecomunicação e de conectividade no Brasil.

Nós deveríamos trazer isso para esta Comissão também. Não pode ficar só na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde sou o Relator. Tem de estar aqui, porque estamos falando de uma infraestrutura contemporânea. É infraestrutura mesmo o nome.

Sugiro a V. Exª isso, agradecendo o encaminhamento que está sendo dado ao projeto de que sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu determino...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vou pedir licença, porque vou ter de sair.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Determino ao Secretário da Comissão que a gente possa analisar a proposta do Senador Jorge Viana.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer, para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2008.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2008

- Não terminativo -

Inclui a ligação ferroviária EF-410 e a ferrovia transversal EF-225, previstas na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, entre os trechos integrantes da Ferrovia Transnordestina.

Autoria: Betinho Rosado

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: pela rejeição por inconstitucionalidade.

Observações: 1. Em 23/03/2017, o Senador Elmano Férrer apresentou relatório pela rejeição da matéria, por inconstitucionalidade.

2. Em 28/03/2017, a matéria foi pautada e retirada a pedido do Relator, para reexame.

Por favor, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa é uma matéria, um projeto de 2008, ou seja, vai fazer dez anos. V. Ex^a, na semana passada, fez um apelo no sentido de que desengavetássemos a relatoria de alguns projetos, e trouxemos dois. Se fôssemos ouvir apelos, não faríamos, neste instante, a relatoria dessa matéria, razão pela qual eu o faço, consciente do dever e, inclusive, atendendo ao apelo de V. Ex^a, que, no meu entendimento, procede.

Não podemos mais engavetar projetos. Aqui é uma coisa que se faz com muita praticidade. Eu ouvi aqui na discussão passada e, talvez, os carros elétricos vão percorrer este País e não vamos decidir ainda como será regulamentada a questão da instalação de postos de recarga. Estamos muito atrasados. A iniciativa privada sempre esteve à frente do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, eu não sei se seria dispensável ler o relatório e passar para a análise. Eu, inclusive, estou com a garganta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Por favor, Senador. Podemos ir direto à análise e ao voto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Direto ao ponto.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Direto ao ponto.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre as matérias pertinentes a transportes terrestres. Nesta Comissão, também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deverão ser analisados.

A Constituição Federal estabelece no art. 21, XII, "d", a competência da União para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, o serviço de transporte ferroviário que transponha os limites de Estado ou Território.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No exercício dessa competência, o Ministério dos Transportes outorgou à Companhia Ferroviária do Nordeste a concessão de um conjunto de trechos ferroviários, que se convencionou denominar "Ferrovia Transnordestina". A outorga da concessão foi efetivada pelo decreto presidencial de 30 de dezembro de 1997 e tem prazo de vigência de 30 anos, prorrogáveis por igual período.

Entre os trechos da malha concedida descritos no Anexo I do contrato, consta o ramal de 243 km entre Souza, na Paraíba, e Mossoró, no Rio Grande do Norte, que já se encontrava com tráfego suspenso à época da assinatura do contrato.

Presidente, não sei se vou conseguir ler, porque amanheci com a garganta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Se V. Exª preferir, pode ir direto ao voto.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Então, vamos direto ao voto.

Diante do exposto, voto pela rejeição, por inconstitucionalidade, do PLC nº 85, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo ao Senador Elmano Férrer, coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão desta matéria.

A deliberação fica, em função de não termos alcançado o quórum de deliberação, para a próxima reunião.

Retiro o item 3 da pauta porque o Senador Wilder não está presente.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 766, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta § 2º ao art. 13 à Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispensar o transportador do dever de contratar o seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos a cargas transportadas quando a carga já tiver sido objeto de seguro firmado pelo contratante do serviço de transporte.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Matéria será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Isso evitaria, obviamente, a duplicidade de seguro sobre o mesmo bem, de autoria do Senador Paulo Bauer.

Passo a palavra ao Senador Elmano Férrer, que também pode ir direto ao voto.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Para proferir parecer.) – Pronto, exatamente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa matéria procede. É um duplo – digamos – pagamento de imposto, em que o embarcador da mercadoria paga o imposto, e o transportador, hoje, pela legislação, também o paga. Ou seja, há uma dupla carga tributária neste caso. Então, o nosso voto é pela aprovação do projeto, vez que, no nosso entendimento, repara – digamos – uma injustiça cometida ao sistema econômico, sobretudo quando se trata de transporte de cargas de um lugar da produção para o local de consumo. Nosso voto é pela aprovação do projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vista coletiva concedida ao Senador...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Coletiva, não, vista...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu estou apoiando, portanto é vista coletiva. É porque eu estou apoiando, Senador.

Gostaria de fazer uma colocação aqui aos Srs. Senadores e aos telespectadores brasileiros que nos acompanham. O que foi dito ainda há pouco pelo Senador Elmano Férrer, e de igual modo, de uma forma indireta, pelo Senador Jorge Viana, Senador Ricardo Ferraço, é uma situação em que nós precisamos do apoio dos Srs. Senadores para começar a vencer essa discussão nesta Comissão. Nós estamos com inúmeros projetos, de certa forma, paralisados nas relatorias há alguns meses e, em certos casos, há alguns anos. O Senador Elmano Férrer resgata, no dia de hoje, e traz parecer sobre uma matéria que estava paralisada neste Senado desde 2008. Eu quero aqui cumprimentar o Senador Elmano Férrer, que não está, obviamente, com essa matéria desde 2008; ele recebeu essa matéria no início deste período legislativo, para que nós pudéssemos avançar. E esses são casos de outros temas que, por interesses diversos, não estão sendo deliberados por esta Comissão.

Os itens 5, 6, 7 e 8 são itens terminativos. Não há quórum para que a gente possa avançar sobre eles, e os Relatores também não estão presentes. Para a deliberação terminativa, nós precisaríamos de 12 Senadores – não é isso, Secretário? Agora, como o outro projeto é o do Senador Jorge Viana, que ficou sobrestado para a outra semana, e V. Exª pediu vista do processo da ferrovia, apresentado pelo Senador Elmano, nós não poderíamos deliberar sobre essas matérias.

Sobre os requerimentos, havendo quórum regimental, nós vamos deliberar. E vamos ao item 9.

ITEM 9**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35, de 2017****- Não terminativo -**

Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal, e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convidado o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, WELLINGTON MOREIRA FRANCO, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do processo de concessões dos aeroportos brasileiros e do destino da Infraero.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Observações:

Lido em 11/07/2017.

ITEM 9**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35, de 2017****- Não terminativo -**

Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convidado o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, WELLINGTON MOREIRA FRANCO, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do processo de concessões dos aeroportos brasileiros e do destino da Infraero.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:*Lido em 11/07/2017. Em votação.***O SR. ELMANO FÉRRER** (PMDB - PI) – Discussão, Sr. Presidente.**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pois não.**O SR. ELMANO FÉRRER** (PMDB - PI. Para discutir.) – Eu queria propor, ao invés de convocação, que fizéssemos um convite, em se tratando de Ministro de Estado.**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ouvindo o Plenário, acato a sugestão do Senador Elmano Férrer, transformando de convocação para convite.Em votação. (*Pausa.*)

Mesmo em requerimento são 12 também?

Bem, sou informado de que requerimento também são 12. Portanto, fica para ser votado.

Não havendo condições para aprovarmos os requerimentos, eu declaro encerrada a reunião de hoje, convocando para as 9h da próxima terça-feira a nossa Comissão. Eu peço à Secretaria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, estamos com 11 Senadores presentes.**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, se quisermos ficar em um debate aqui, eu lendo, chegamos a 11. Falta um Senador. Então, vamos ler o próximo requerimento.**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se pudéssemos ler o próximo requerimento...**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Vamos ler o próximo requerimento, para ver se chegamos aos 12 Senadores.**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O convite ao Ministro Moreira Franco já está lido?**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Já está lido, dependendo apenas de votação.**ITEM 10****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36, de 2017****- Não terminativo -**

Com base no inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requero que seja convidado o Presidente da Infraero, Senhor Antônio Claret de Oliveira, para em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, prestar os devidos esclarecimentos acerca da desativação do Terminal 2 e a possível privatização do aeroporto internacional Eduardo Gomes em Manaus/AM.

Autoria: Senador Eduardo Braga**Observações:***Lido em 11/07/2017.*Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, ficamos aguardando quórum para poder deliberar sobre esse requerimento.

ITEM 11



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45, de 2017**- Não terminativo -**

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a fim de debater a atual situação da Petrobras em decorrência do plano de desinvestimentos da empresa, atualmente em curso.

Autoria: Senador Hélio José

Para contribuir nos debates, fornecer informações, expor opiniões e responder a questionamentos dos Parlamentares, sugere que sejam convidados o Sr. Pedro Parente, Diretor-Presidente da empresa; Sr. Fernando Antonio Ribeiro Soares, Secretário de Coordenação de Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o Sr. Décio Fabrício Oddone da Costa, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Sr. Felipe Campos Cauby Coutinho, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet); e o Sr. Adaedson Costa, representante da Federação Nacional dos Petroleiros.

Do Senador Hélio José.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aguardando quórum para poder ser deliberado.

ITEM 12**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47, de 2017****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para explicar as medidas a serem tomadas em face da quebra contratual pela empresa ECO101, responsável pela concessão da BR-101 no Espírito Santo, por descumprimento da exigência de duplicação de toda rodovia por ela administrada.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Em poucas palavras, Sr. Presidente, apenas para justificar a relevância e a importância da presença nesta Comissão do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres para que nós possamos fazer aqui um debate claro, verdadeiro e objetivo acerca da concessão da BR-101, da divisa do meu Estado, Espírito Santo, com o Estado do Rio de Janeiro e com o Estado da Bahia.

Essa concessão, Sr. Presidente, foi feita em 2013, com um prazo de 25 anos, prorrogáveis por igual período. E, por óbvio, na concessão, foi estabelecido um conjunto de compromissos. E a premissa fundamental para essa concessão é que nós já tivéssemos duplicação de um conjunto de trechos dessa rodovia. E, na prática, o contrato também estabelecia que essas duplicações deveriam acontecer nos primeiros cinco anos desta concessão. A concessão, Senador Elmano Férrer, estabeleceu que, nos primeiros cinco anos, dos 457 quilômetros, 224 quilômetros deveriam ter sido duplicados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pasme, Sr. Presidente: passados aproximadamente cinco anos, que se encerram agora em maio de 2018, nenhum quilômetro foi duplicado. E a agência reguladora assiste a essa irresponsabilidade sem qualquer intervenção mais objetiva para resguardar o interesse e a segurança do usuário.

A BR-101, do meu Estado, do Espírito Santo, se transformou numa carnificina. Nós temos tido acidentes a rodo, ceifando vidas de pessoas inocentes. Por certo, Sr. Presidente, nem todos acidentes têm como motivo a falta da duplicação, mas, por certo, a duplicação facilitaria, amenizaria muito. Há, por certo, ausência de fiscalização. Por certo, há imprudência. Há um conjunto de outras variáveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador, para informar à população brasileira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Essa rodovia é pedagiada? Ela tem pedágio?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ela é pedagiada evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ou seja, paga-se o pedágio...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... há um contrato de concessão; a Agência Nacional de Transportes assiste a isso de forma passiva; e estamos ao fim, ao cabo de cinco anos sem que nenhum quilômetro desse trecho da BR tenha sido duplicado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É exatamente isso, Sr. Presidente.

Por certo, como representante do Espírito Santo aqui nesta Casa, eu conheço bem essa realidade, mas quero crer que a nossa realidade não deva ser uma exceção. Por certo, Brasil afora nós devemos estar enfrentando muitas outras questões nessas concessões que foram feitas.

Portanto, a presença do diretor presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres se faz absolutamente necessária para que a gente possa debater, Sr. Presidente, porque estão desmoralizando o instituto da concessão pública. Quer dizer, aquilo que o Estado deveria estar fazendo por investimento direto já não faz há muitos anos.

Muito bem. Em algum momento o Estado brasileiro resolveu adotar a concessão como medida para melhorar a condição da infraestrutura rodoviária brasileira tendo como foco em primeiro plano a segurança. Ora, essa agência reguladora foi instituída com essa finalidade e, na prática, o que nós estamos vendo é que ela não cumpre suas tarefas, as suas responsabilidades.

Considerando, Sr. Presidente, que esta Comissão sabatina os indicados para essa agência, faz-se necessário que nós possamos fazer um debate, e eu quero rogar a V. Exª que nós possamos marcar essa audiência o mais rapidamente possível. Não é possível continuar assistindo a esse dismantelo sem que haja uma intervenção da Comissão de Infraestrutura do Senado.

É o apelo que faço a V. Exª: para que nós possamos deliberar e marcar essa audiência pública aqui na Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ao concordar com V. Exª, não havendo mais Senadores inscritos para o debate, encerro...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu, Sr. Presidente!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ah, perdão.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Para discutir.) – Eu, Sr. Presidente, apoio as considerações e o apelo feito pelo nobre Senador Ricardo Ferraço, e aproveito a oportunidade, embora não se tratando de concessão, para dizer que nós temos graves problemas no Piauí com relação à BR-135, BR importante por onde se dá o escoamento da produção dos Cerrados piauiense, que foi federalizada há quase 40 anos, mas que continua com as especificações de uma PI.

Registraram-se neste ano já 47 mortes, sem falar nas vítimas que foram socorridas e sobrevivem em hospitais. Toda semana há um desastre nessa BR-135, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Também tem pedágio?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Não, essa não. Foi o que eu disse, essa não tem pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não é concessão.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Não é concessão, está ainda sob a jurisdição do Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É porque é importante... Perdoe-me, Senador.

A gente fala em concessão, mas o brasileiro que nos assiste pela TV Senado talvez não compreenda que essa concessão implica cobrança de pedágio. Então, o que o brasileiro está fazendo é o seguinte. Ele paga seus impostos, mas o Governo não cumpre a sua parte com a execução dos seus impostos na área de infraestrutura. Aí o Governo faz uma concessão, via de regra uma concessão com outorga onerosa, na qual o Governo coloca recursos em caixa, estabelece um pedágio para que o usuário daquela determinada estrada pague pela melhoria dos serviços e pela segurança, estabelece que a agência fiscalize. E, aí, como diz o Senador Ricardo Ferraço, cinco anos decorridos, nada disso tem acontecido.

Aí vem V. Exª e relata o caso de outra estrada, outra rodovia federal no Estado de V. Exª, só que, desta feita, sem concessão, onde os recursos orçamentários, os recursos são da União, obviamente. Os recursos orçamentários estão alocados, mas, lamentavelmente, não são aplicados corretamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Só para contribuir, Sr. Presidente, com o Senador Elmano Férrer, apenas neste ano, Senador Elmano, no Espírito Santo, nessa rodovia concedida, portanto pedagiada – ao longo desses cinco anos os números indicam que já houve faturamento superior a R\$500 milhões – só em 2017 foram 120 mortes. Em 2017, o que transforma os 457km da BR-101, que corta o sul do meu Estado do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, ao norte com o Estado da Bahia, em uma das rodovias, se não a rodovia que mais mata vidas inocentes no Brasil.

E é isso mesmo Sr. Presidente. Em bom tempo o Estado brasileiro fez a concessão. Ao fazer a concessão, estabeleceu critérios, contrapartidas, compromissos, enfim, contrato. Contrato pressupõe ônus e bônus, pressupõe encargos, responsabilidades, direitos e deveres, e o que nós estamos vendo é que essa agência que deveria regular não está regulando absolutamente nada, e, de certa forma, há de nossa parte uma omissão. Eu quero me incluir nesse particular, porque, na prática, esta é a Comissão, Senador Elmano Férrer, que sabatina esses indicados, e nós precisamos olhar para essas agências reguladoras, para que elas possam cumprir, na prática, suas obrigações em nome da sociedade. Para isso elas foram instituídas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço o aparte de V. Exª e peço escusas por ter me estendido no tempo.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Ou seja, os 200km que deveriam ter sido duplicados...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Duzentos e vinte e quatro.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... não foram.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, nenhum.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Nenhum.

Então, Presidente, eu queria só me reportar com relação à BR-135, mas aproveitar também as considerações, ou seja, o reclamo do nobre Senador Ricardo Ferraço. Nós somos a única capital do Brasil, Teresina, cujas BRs 343 e 316, que acessam o perímetro urbano da capital, não são duplicadas. A primeira duplicação feita no Estado, pelo Governo, aliás, Governo Federal, a duplicação feita no Estado do Piauí em BR foi feita pelo Estado há 24 anos, em parceria com a Prefeitura Municipal.

Nós estamos envolvidos, toda a Bancada, com relação à duplicação em uma BR em que há 34 mil veículos, quer dizer, uma contagem de tráfego de 34 mil veículos a cada 24 horas, com mortes também significativas. E a Bancada, há mais de 20 anos... Passaram-se vários governos – governo do Fernando Henrique Cardoso, governo do Presidente Lula, da Presidente Dilma – e nada foi feito no Estado do Piauí com relação a esse pleito.

Então, estou trazendo essa questão. Já foi alvo de pronunciamento nosso, no plenário, e é um reclamo não só da população de Teresina. Isso está meio atrapalhado com a reeleição, viu, Presidente?

Então, eu queria só aproveitar as colocações, os reclamos, os detalhes do Senador Ricardo Ferraço para registrar esse problema que persiste no Estado do Piauí com relação a três BRs: a 135, por onde escoam toda a produção do Cerrado; a 316 e a 343, que adentram o perímetro urbano da capital do Estado do Piauí.

Obrigado a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, considerando que já há quórum...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, exatamente sob a consideração de V. Exª, quero colocar em votação o Requerimento nº 35, item 9.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o item 10, Requerimento nº 36.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação o item 11, Requerimento nº 45.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação o Requerimento nº 47.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 13.

ITEM 13





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 48, de 2017**- Não terminativo -**

REQUEIRO, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura-CI, audiência pública com o objetivo de debater o orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes-DNIT, para a manutenção e construção da: BR 364 (trecho Mato Grosso, Rondônia e Acre); ponte do Rio Madeira na Foz do Abunã (entre o Estado do Acre a Rondônia); BR 317 (trecho Amazonas – Assis Brasil; rodovia interoceânica que liga Brasil ao Peru); BR 163 (trecho Mato Grosso – Pará), BR 319 (trecho Porto Velho/RO – Manaus/AM), entre outras.

Autoria: Senador Jorge Viana

Sugerem os convidados: Sr. Valter Casimiro Silveira, Diretor Geral do DNIT e o Sr. George Soares, Secretário de Orçamento.

Há Senadores que queiram debater? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira debater, os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

EXTRAPAUTA**ITEM 14****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 49, de 2017****- Não terminativo -**

Requer a realização de audiência pública a fim de debater acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras e da modelagem para a privatização deste setor.

Autoria: Senador Eduardo Braga e outros

Convidados: Sr. Romeu Donizete Rufino, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Edvaldo Santana, Presidente Executivo da Associação dos Grandes Consumidores (Abrace); Sr. Carlos Faria, Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica (Anace); e o Sr. Luiz Augusto Nóbrega Barroso, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação o item 2, não terminativo, com relatório apresentado pelo Senador Elmano Férrer.

Já havia sido encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais matérias em pauta e tendo em vista a ausência dos Relatores, que não nos permitiu deliberar sobre as outras matérias, encerro nossos trabalhos e convoco nova reunião para a próxima terça-feira, dia 10 de outubro, às 9h.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Wilder Moraes, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Telmário Mota, José Medeiros, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Roberto Muniz e Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, a reunião é suspensa às nove horas e vinte e três minutos, e reaberta, sob a Presidência do Senador Valdir Raupp, às onze horas e vinte e cinco minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.**

ITEM 1 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, de 2015 - Não Terminativo - que: "Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues, Senador Aécio Neves, Senador Alvaro Dias, Senadora Ângela Portela, Senador Antonio Anastasia, Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito de Lira, Senador Blairo Maggi, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Dalirio Beber, Senador Davi Alcolumbre, Senador Delcídio do Amaral, Senador Douglas Cintra, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano Férrer, Senador Eunício Oliveira, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Flexa Ribeiro, Senador Gladson Cameli, Senador Hélio José, Senador Ivo Cassol, Senador Jorge Viana, Senadora Lídice da Mata, Senador Omar Aziz, Senador Otto Alencar, Senador Paulo Bauer, Senador Paulo Rocha, Senador Reguffe, Senador Ricardo Franco, Senador Roberto Requião, Senador Roberto Rocha, Senador Romário, Senador Romero Jucá, Senadora Sandra Braga, Senadora Simone Tebet, Senador Telmário Mota, Senador Valdir Raupp, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Waldemir Moka, Senador Walter Pinheiro e Senador Wellington Fagundes.

Relatoria: Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2014 - Não Terminativo** - que: "Institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais." **Autoria:** Deputado Heuler Cruvinel e Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Wilder Moraes. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 766, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta § 2º ao art. 13 à Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, para dispensar o transportador do dever de contratar o seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos a cargas transportadas quando a carga já tiver sido objeto de seguro firmado pelo contratante do serviço de transporte." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta § 4º ao art. 40 da Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento, com o fim de responsabilizar solidariamente o proprietário de imóvel pela inadimplência de tarifas de água e esgoto." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação das Emendas nº 2/S e 3/S, na forma das subemendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 4/S, todas oferecidas em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 50 de 2017** que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para nele incluir a atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão; e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Valdir Raupp e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 52 de 2017** que: "Requer, nos termos regimentais, e de acordo com o Requerimento nº 01/2017-CI, aprovado em 15/03/2017, a realização de audiência pública do Ciclo de Palestras e Debates, com técnicos e autoridades da área de infraestrutura do transporte rodoviário para as seguintes pautas: 1ª parte – Concessão da BR-364, trecho Comodoro - Porto Velho; 2ª Parte – Implantação e pavimentação de rodovias federais planejadas no Estado de Rondônia." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Valdir Raupp e aprovado. Faz uso da palavra o Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/17>

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores...

Eu gostaria, antes de propor isso, de fazer um comunicado à Comissão.

Nós estamos neste momento com doze Senadores que ou estão em viagem em direção a Brasília ou ainda ausentes de Brasília. Portanto, eu gostaria de declarar aberta a reunião, manter o painel aberto para o registro das presenças e convocar uma reunião para as 11 horas com o intuito de podermos alcançar o quórum, a fim de que possamos deliberar sobre matérias, inclusive as emendas da Comissão perante a Comissão de Orçamento.

Portanto, eu queria aproveitar o momento em que abrimos a Comissão para convidar todas as Srs e todos os Srs. Senadores da República para, às 11h, reiniciar a reunião do dia de hoje.

Peço aos assessores dos Srs. Senadores e aos gabinetes dos Srs. Senadores que entrem em contato com os Srs. Senadores. Peço à Secretaria da Comissão que entre em contato com os Srs. Senadores para que nós possamos obter número suficiente na Casa para a deliberação dessas importantes matérias às 11h.

Suspendo a reunião até às 11h da manhã.

(Suspensa às 9 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 25 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Declaro reaberta a 30ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunicado.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 882, de 2017, do Tribunal de Contas da União, referente à auditoria nas contratações vinculadas ao programa de trabalho que trata da manutenção e operação do sistema de geração de energia termonuclear de Angra I e II, no Estado do Rio de Janeiro. Cópias desse documento encontram-se à disposição das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Há requerimentos.

ITEM 14**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 50, de 2017****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para nele incluir a atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão; e dá outras providências".

Autoria: Senador Hélio José e outros.

Consulto se algum dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras presentes gostaria de se manifestar sobre o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

EXTRAPAUTA**ITEM 15****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 52, de 2017****- Não terminativo -**

Requer, nos termos regimentais, e de acordo com o Requerimento nº 01/2017-CI, aprovado em 15/03/2017, a realização de audiência pública do Ciclo de Palestras e Debates, na quinta-feira, dia 26 de outubro, às 16h, com técnicos e autoridades da área de infraestrutura do transporte rodoviário para as seguintes pautas: 1ª parte – Concessão da BR-364, trecho Comodoro-Porto Velho; 2ª Parte – Implantação e pavimentação de rodovias federais planejadas no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira parte da audiência haverá a participação dos seguintes convidados: representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; representante da Empresa de Planejamento e Logística (EPL); representante da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos; representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); representante da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero); Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná; Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cacoal.

Na segunda parte – Implantação e Pavimentação de Rodovias Federais Planejadas no Estado de Rondônia –, haverá a participação dos seguintes convidados: representante do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT); e representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – autoria: Senador Acir Gurgacz.

Consulto se alguma das Sras Senadoras ou dos Srs. Senadores presentes gostariam de se manifestar sobre o requerimento.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só para retificar: acho que é o Presidente da Fiero.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Presidente da Federação das Indústrias de Rondônia (Fiero).

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Isso. É porque havia outro requerimento antes em que não estava constando, e agora, neste, consta.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Consta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – E eu pediria a autorização do autor para subscrever o requerimento também depois.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Será um prazer, Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Muito obrigado.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido as Sras e os Srs. Senadores a permanecerem em nosso plenário, pois, imediatamente após o encerramento desta reunião, daremos início à 31ª Reunião, para a discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Wilder Moraes, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Telmário Mota, José Medeiros, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Roberto Muniz e Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da Comissão à LOA 2018. Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PLN nº 20/2017, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018", a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Relator das emendas na Comissão: Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), das seguintes emendas de apropriação de despesa: **1.** Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal – Nacional; UO: 39902; Valor do acréscimo: 400.000.000. **2.** Manutenção de Trechos Rodoviários - Nacional - Manutenção de Trecho Rodoviário – Nacional; UO: 99901; Valor do acréscimo: 500.000.000. **3.** Construção de Trecho Rodoviário - Humaitá - Entr BR-317 (Lábrea) - na BR-230 - No Estado do Amazonas - Construção de Trecho Rodoviário - Trecho Humaitá - Entr BR-317 (Lábrea) - na BR-230 - No Estado do Amazonas; UO: 39252; Valor do acréscimo: 150.000.000. **4.** Construção da Ferrovia Transcontinental - EF-354 - Construção de Trecho Ferroviário - Sapezal/MT - Porto Velho/RO - Nacional - Construção da Ferrovia Transcontinental - EF-54 - Construção de Trecho Ferroviário - Sapezal/MT - Porto Velho/RO – Nacional; UO: 39207; Valor do acréscimo: 400.000.000. Fazem uso da palavra os Senadores Acir Gurgacz e Wellington Fagundes. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Valdir Raupp





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/17>

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Item nº 1, não terminativo.

Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018". Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Agradeço ao Senador Eduardo Braga a confiança por me designar para fazer este relatório, que entendo ser importante para nós, da Comissão, para que nós possamos fazer este relatório beneficiando alguns segmentos do Governo que atendem principalmente a Região Norte, incluindo, logicamente, a nossa Amazônia.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 (PLN 20/2017-CN). No prazo avençado, foram apresentadas 102 emendas, todas relativas a contemplar programações orçamentárias para financiar políticas públicas, majoritariamente ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão, e nenhuma de texto.

Dentre as emendas apresentadas, uma diz respeito a remanejamento de dotações, nenhuma é destinada a cancelamento e as demais são para apropriação de despesas, conforme tipologia constante do art. 37 da Resolução nº 1/2006-CN. Entre as emendas de apropriação, 23 (vinte e três) são para acréscimo de dotações a programações já constantes do projeto e 79 (setenta e nove) para inclusão de novas programações, com os recursos e metas correspondentes.

As emendas estão listadas em quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os aspectos normativos, Sr. Presidente, estão publicados. Eu peço licença a V. Exª para que a gente possa ir direto à conclusão, item 2.7 do relatório.

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões nas funções de governo da sua área regimental de atuação, segundo o interesse dos Parlamentares do Colegiado, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade. Por essa razão, votamos pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, instruímos:

I) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, da sugestão de Emenda de Remanejamento de nº 53;

II) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das sugestões de Emendas de Apropriação de nºs 1, 3, 5, 6, 8, 12, 13, 15, 24, 27, 28, 30, 32, 37, 39, 40, 45, 47, 52, 56, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 79, 89, 90, 92, 93, 97, 98, 99, 100 e 102;

III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação de nºs 9, 34, 51 e 96;

e
IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Nós procuramos, Sr. Presidente, fazer aquilo que sempre fazemos: acolher as emendas que tinham o maior número de apresentação pelos Senadores. Então, ficou indicado o acolhimento das Emendas nºs 9, 34, 51 e 96.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz.

Senador Wellington Fagundes, tem V. Exª a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Só um momentinho. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu gostaria de consultar o Relator, que está sendo orientado, claro, por sua assessoria. O Relator acatou duas emendas.

A primeira emenda: construção, reforma e reaparelhamento da infraestrutura aeronáutica, civil e aeroportuária de interesse federal.

A segunda emenda, que é a sexta na verdade: manutenção de trecho rodoviário nacional, de autoria do Senador Fernando Bezerra, no valor de 500 milhões, que também contempla o objeto das ações de emendas de vários Senadores, inclusive do Senador Valdir Raupp.

A terceira emenda... Parece-me, conforme o número aqui, que é a sétima: para a construção do trecho rodoviário Humaitá, BR-317 na BR-230, do Senador Eduardo Braga.

Como estamos sendo aqui instigados a examinar, principalmente pelo Ministério da Marinha, a possibilidade de fusão dessa emenda de manutenção de trechos rodoviários – e eu não sei se é possível, Relator –, de adequação, porque nas adequações cabem obras também, gostaria de saber se é possível atender. Com isso, então, poderíamos atender a Emenda nº 13, que tem muitos apoiantes, que é a emenda que atende o estaleiro, que é um projeto da Marinha.

Eu gostaria de consultar o Relator para saber se isso é possível tecnicamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senador, consultei já os nossos Consultores. Eles dizem que são incompatíveis as duas emendas, não sendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível juntá-las. Uma é para construção e outra é apenas para manutenção. Há uma incompatibilidade.

Eu gostaria muito de poder atender o pedido da Marinha – entendo que é pertinente, é importante –, mas infelizmente essa demanda nos chegou agora, depois até daquela questão da Antaq, que é também importantíssima, seria a questão dos portos, que também é importante. E nós não a colocamos porque não discutimos antes.

Todas são importantes. Infelizmente, nós temos só quatro emendas, antigamente nós tínhamos cinco emendas. Diminuiu-se uma emenda por Comissão, e isso nos traz uma dificuldade grande para anteder e, aí, infelizmente, temos que fazer essas escolhas. E quando nós fazemos quatro escolhas por quatro emendas, evidentemente nós vamos deixar outras quatro de fora, também tão importantes quanto essas que estão aqui colocadas.

E a Consultoria me coloca que há uma incompatibilidade que impede que possamos unir as duas emendas. Se fosse isso possível, eu faria com o maior prazer, mas não podemos ir contra o Regimento. Essa é a posição não minha, mas da Consultoria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Eu queria aqui dar uma sugestão ao Senador Wellington Fagundes como Relator da área de transporte e infraestrutura na Comissão de Orçamento: ele pode conversar com o Relator, que, de repente, pode atender esse pleito através de emendas diretas...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Lá na CMO.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – ...na CMO.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu até faço parte da CMO, posso fazê-la como emenda na CMO, atendendo, assim, a Marinha, para o Relator, que é o Senador Valdir Raupp, fazendo, dessa forma, um entendimento para que seja atendido lá na CMO.

Já peço ao meu gabinete que faça essa emenda, então, na CMO para atendermos a Marinha e também, quem sabe, os portos. Com certeza, estarão os portos; os portos também terão de ser atendidos no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Já devem ter rubrica no Orçamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Faremos isso na Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Já deve haver rubrica no Orçamento para esses fins, então seria só...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É só ampliar.

Eu me comprometo a fazer, então, essa emenda, tanto da Antaq quanto da Marinha, na Comissão Mista de Orçamento, já agradecendo o nobre Relator por sua antecipação de que vai aceitar a emenda atendendo a todos nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, o Relator, inclusive, colocou a questão da Antaq. Eu quero registrar que a diretoria da Antaq está aqui, se fez representar pelo Diretor-Geral Adalberto Tokarski.

Agora que foi aprovado o decreto dos portos, os investimentos que já estão sendo sinalizados no Brasil são investimentos muito vultosos. Naquilo que votamos aqui, todos nós trabalhamos, mas, em especial, V. Ex^a, como Líder. Então, a estruturação da Antaq é fundamental para que o Brasil possa receber esses aportes de investimentos, tanto nas concessões já existentes como também de capital





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

externo. Por exemplo, agora tivemos a notícia de um grande investimento de um grupo chinês, que adquiriu o controle de uma empresa no Paraná, no Porto de Paranaguá, com investimentos extremamente importantes.

A agência, a Antaq, é a única que só tem três diretores. Então, é uma agência pequena ainda, com pouca infraestrutura para atender a demanda. Com esse decreto que todos nós votamos e pelo qual trabalhamos, o Brasil vai passar a ter possibilidade de receber muitos investimentos, gerando muito emprego, inclusive nessa expectativa. A gente fala hoje muito da crise, mas felizmente o Brasil está começando a retomar esses investimentos, inclusive, já no mês passado, com superávit e com algumas notícias boas, principalmente com o mercado financeiro e o mercado de investimentos acreditando no Brasil.

Então, fica aí o apelo a V. Ex^a, já na Comissão Mista de Orçamento, para ir trabalhando lá como Líder também para que a gente atenda essa demanda do Ministério da Marinha e do Ministério da Aeronáutica.

E eu quero ainda contar ao nosso Relator Acir Gurgacz que acabamos de aprovar também, lá na Comissão de Meio Ambiente, uma emenda de indicação de V. Ex^a. Eu estava lá defendendo essa emenda, estava mostrando, Senador Raupp, a importância que representa a Região Amazônica, com toda a sua biodiversidade. Todos os amazônidas que lá estão cumprem um papel para fazer com que essa região seja preservada, mas nós temos que fazer o desenvolvimento socioeconômico ambiental...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E sustentável.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E sustentável. Nós não podemos imaginar que, com tudo estando atravancado, com tudo parado lá, vá haver preservação. Preservação se faz com pesquisa, com investimento, com desenvolvimento sustentável.

Então eu quero dar a notícia aqui ao nosso Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Senador Wellington, Senador Acir, até que enfim estamos tendo boas notícias. Os indicadores econômicos do nosso País estão muito bons, todos os indicadores. Tudo indica que o PIB deverá crescer acima do previsto pelo Ministério do Planejamento. Veio para o Congresso um Orçamento com a previsão de crescimento de 2% do PIB, e os economistas do Bradesco já falam em 2,5%, os mais otimistas já falam em até 3,3% de crescimento do PIB. Os leilões dos blocos de petróleo poderão chegar a R\$100 bilhões. Então, são notícias boas.

Eu acho que o nosso Relator de Receita – o Senador Acir já foi um tempo atrás e agora é o Senador Ataídes, do Tocantins – está esperando um acréscimo de 40 a 50 bilhões de reais no Orçamento, porque veio subestimado. Então, acho que vamos ter boas notícias e, aí, poderemos acrescentar algumas rubricas orçamentárias, como essa da área de transporte, de portos, de rodovias, de aeroportos. Tudo isso está a cargo da nossa relatoria lá na Comissão de Orçamento. Peço ajuda ao Senador Acir, que está lá, para nos ajudar com o Senador Ataídes e nós poderemos atender esse pleito de V. Ex^a.

Fiquei sabendo ontem desses investimentos de Paranaguá. O presidente do ICMBio estava me falando que já está há algum tempo lá com um enrosco – como sempre, não é? –, o componente indígena. O mesmo se pode dizer sobre a nossa usina de Rondônia, Tabajara: já faz três anos que está envolvida com o componente indígena, com uma reserva indígena do Amazonas, que não é em Rondônia e que a barragem não atinge, mas quiseram lá os índios reivindicar, e isso está atrasando em três anos o nosso leilão da Usina Tabajara. Da mesma forma, a ampliação lá do porto, as obras do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Porto de Paranaguá: foram índios que se mudaram para lá; não é reserva indígena, mas estão morando lá, e isso está atrasando também esse projeto em Paranaguá.

Então, infelizmente, nós temos aqui no Brasil essas situações embaraçosas que acabam criando empecilhos, acabam criando obstáculos. Os chineses devem estar morrendo, porque querem investir aqui no Brasil... Quando o Primeiro-Ministro da China esteve aqui no Brasil, ainda no governo do Presidente Lula, há 6 ou 7 anos, estavam destinando US\$50 bilhões a investimentos no Brasil – assinaram até um protocolo –, eu falei: "O Brasil não vai criar as condições para que a China possa investir esses recursos aqui." Lamentavelmente, é o que está acontecendo.

Espero que os nossos órgãos ambientais e de infraestrutura possam destravar essas amarras para que os investimentos, tanto os estrangeiros como os nacionais, possam acontecer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, só para eu retribuir...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ...a gentileza do Senador Wellington, que nos defendeu lá na Comissão de Meio Ambiente.

Nós acatamos aqui a Emenda nº 9, de sua autoria, para construção, reforma e reaparelhamento das infraestruturas aeronáuticas civis e aeroportuárias de interesse federal, no valor de R\$400 milhões. É só para retribuir a gentileza. É assim que a gente trabalha: um ajudando o outro, mesmo na ausência, muitas vezes nem conversando, mas sabendo da importância e da intenção do colega de atuar para que a gente possa ter um reaparelhamento da nossa infraestrutura aeroportuária no seu Estado de Mato Grosso, no nosso Estado de Rondônia, na Amazônia. Isso é nacional, mas especialmente na Amazônia, porque nós dependemos muito da aviação para desenvolver o nosso Estado, assim como dependemos – o nosso agricultor – do meio ambiente.

Não há como cuidar do meio ambiente senão aparelhando o nosso agricultor. É o agricultor que cuida do meio ambiente, é ele que está lá na lavoura, que faz divisa sempre com a reserva, com a floresta. Ele é a pessoa indicada para cuidar do nosso meio ambiente. É assim que nós trabalhamos.

Era só para pontuar e agradecer mais uma vez o Senador Wellington e também o Senador Raupp, que preside esta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Acir Gurgacz.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Quero agradecer a presença aqui no plenário do Prefeito de Rolim de Moura, Luizão do Trento, que está aqui acompanhando as discussões dos trabalhos.

Antes de encerrarmos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – ...proponho a dispensa...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria, antes de encerrar, de falar, mas se V. Exª quiser...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Não, já vou para o encerramento. Pode ficar à vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria, Sr. Presidente, primeiro, de agradecer também o Senador Acir Gurgacz por essa emenda que vai beneficiar o Ministério da Aeronáutica, principalmente no caso da nossa Região Amazônica. Nós temos lá a Base Aérea do Cachimbo, ali na divisa do Mato Grosso com o Pará, que tem uma reserva de mais de um milhão de hectares – acho que chegou a ser de três milhões de hectares –, que é um campo de prova da Aeronáutica.

Nós já estivemos com o Ministro da Defesa e soubemos que há possibilidade, inclusive, de transformar esse campo de prova numa área de aviação comercial, exatamente para promover, Senador Acir Gurgacz, o desenvolvimento regional. Esse reaparelhamento, principalmente para a Região Amazônica, é fundamental no sentido de garantir que uma vasta região tenha a segurança aérea de todo o nosso sistema.

Por isso, eu queria fazer aqui dois requerimentos, Senador Raupp. Um é para que a gente... Não sei se há alguém do Ministério da Aeronáutica aqui nos ouvindo... Um é para que a Comissão pudesse ter uma – são dois requerimentos verbais que faço e há possibilidade até de aprová-los ainda – uma audiência com o Ministro da Defesa, juntamente com o Ministro da Aeronáutica, exatamente para mostrar essa predisposição da nossa Comissão de atenção principalmente com a Região Amazônica, nessa questão da segurança aeroviária, para que esses investimentos sejam prioritários.

Claro que aqui não estamos concluindo a votação, porque dependemos ainda da Comissão Mista de Orçamento. Mas V. Ex^a, que está lá como Relator... Como Líder, eu estou lá, assim como o Senador Acir Gurgacz, e nós vamos continuar nesse trabalho. Por isso, eu gostaria de propor esse requerimento.

O segundo requerimento que proponho, Sr. Presidente, é para que também a Comissão tivesse uma audiência com o Ministro dos Transportes e com a diretoria do DNIT para tratar da questão do orçamento do Ministério dos Transportes, principalmente na Região Amazônica. Nós temos obras ali, como a BR-163 e a BR-364, que não são de interesse específico de um Estado. Eu sempre tenho dito que os problemas de Rondônia são a solução de Mato Grosso e vice-versa. Da mesma forma, os problemas do Pará e do Acre são a solução do Mato Grosso e vice-versa.

A BR-163 também é fundamental para toda a Região Amazônica. Nós temos uma concessão, no Estado do Mato Grosso, da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, com um trecho que está sendo executado entre Rondonópolis e Cuiabá pelo DNIT. E a proposta orçamentária, pelo que eu estive analisando, para a nossa Região Amazônica, está muito aquém proporcionalmente ao que está sendo colocado para o Brasil.

Por isso, eu gostaria... Temos também o Presidente Braga, que é da Região Amazônica, que representa o Amazonas... É uma BR que foi praticamente abandonada, por isso, inclusive, há aqui uma emenda dele nesse sentido, aprovada e acatada pelo Relator.

Também quero parabenizar o Relator principalmente por acatar uma emenda que ele mesmo propôs – isso é natural –, que é para a construção da Ferrovia Transcontinental, para a construção do trecho ferroviário Sapezal-Porto Velho, pelo qual o também o Senador Raupp tem lutado tanto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Perfeitamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Nós temos aqui a frente parlamentar específica dessa ferrovia. Ou seja, estamos trabalhando em conjunto, porque isso também vai viabilizar toda a nossa região.

Então, não só o parabenizo, mas mostro essa nossa luta. Eu gostaria que nessa audiência também pudéssemos abordar isso com o Ministro dos Transportes, ou seja, oficialmente em nome da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É esse requerimento que eu gostaria de sugerir.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – É só para orientar o procedimento. A reunião de aprovação de requerimentos foi a primeira. Esta de agora é exclusiva para apreciação e votação. Então, V. Exª pode formular os requerimentos e encaminhá-los para serem votados na próxima reunião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Ótimo. Só de ter o apoio de V. Exª, tenho certeza de que teremos o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Com certeza absoluta terá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas é importante a gente registrar exatamente neste momento em que estamos aprovando as emendas, para que o Brasil saiba – principalmente a nossa Região Amazônica – dessas dificuldades que a gente tem aqui, mas que, mesmo sendo uma representação relativamente pequena na Câmara dos Deputados, felizmente, no Senado a Região Amazônica tem uma representação proporcionalmente mais significativa. O papel nosso, dos Senadores, nesse sentido é fundamental. Por isso é que eu faço aqui a sugestão. Esse requerimento, vou apresentar por escrito para que a gente possa aprová-lo. Mas, já tendo aqui o apoio, tenho certeza que o faremos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Agradeço a V. Exª por estar pensando não só no Mato Grosso, mas também no Estado de Rondônia, no Estado do Acre, nas nossas vias de escoamento da produção, como as nossas rodovias, as nossas ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Obrigado a V. Exª. Terá, com certeza, o nosso apoio.

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, bem como a da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Por fim, agradeço a presença de todos e convoco as Srªs e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 24 de outubro, terça-feira próxima, às 9h, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra e Hélio José, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Wellington Fagundes, Ronaldo Caiado, Paulo Paim e do Senador não-membro Lindbergh Farias. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 22ª e 23ª Reuniões da Comissão, que são aprovadas. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDR 35/2017, de autoria do Senador Humberto Costa, do Senador Jorge Viana, da Senadora Fátima Bezerra e da Senadora Lídice da Mata. **Finalidade:** Discutir sobre a privatização do setor elétrico e as consequências para o desenvolvimento regional. **Participantes:** Luiz Pinguelli Rosa, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Jean-Paul Prates, Diretor-Presidente da CERNE; Nelson José Hubner Moreira, Membro do Conselho de Administração da CEMIG. Fabiola Latino Antezana, Secretária de Energia da Confederação Nacional dos Urbanitários - CNU. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/19>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 22ª e 23ª Reuniões da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o aqui for falado pelos convidados e convidadas e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Expediente.

Foi recebido o Parecer CCS nº 12, de 2017, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, por ordem da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 261 do Regimento Interno do Senado Federal, foi juntado ao PLS nº 630, de 2011.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a discutir a privatização do setor elétrico e as consequências para o desenvolvimento regional, atendendo ao Requerimento nº 35, de 2017, da Comissão de Desenvolvimento Regional, de autoria dos Senadores Humberto Costa e Jorge Viana e das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá quinze minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, pelo 0800-612211.

Convido agora para compor a Mesa o Sr. Nelson José Hubner Moreira, ex-Diretor da Aneel, membro do Conselho de Administração da Cemig e ex-Ministro interino do Ministério de Minas e Energia.

Convido também para fazer parte da Mesa o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Professor da UFRJ e ex-Diretor da Eletrobras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também Jean-Paul Prates, Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais & Energia (Cerne).

Para conhecimento aqui da audiência pública, leio o *e-mail* enviado pelo Ministério de Minas e Energia, em que se diz que, de acordo com a orientação do Ministério de Minas e Energia, e em virtude do agendamento do Ministro para audiências em conjunto nos próximos dias, onde serão tratadas as questões referentes à privatização, o Presidente Wilson Ferreira Junior irá aguardar esta data para se pronunciar sobre o tema.

Ofício, do Sr. Ministro Fernando Coelho:

Senhor Presidente,

1. Faço referência ao Ofício nº 117/2017-PRES/CI, de 5 de setembro de 2017, por meio do qual este Ministério é convidado para debater sobre a "privatização da Eletrobras", conforme Requerimento nº 41/2017-CI, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

2. A esse respeito, informo a Vossa Excelência que, nos termos do art. 50, *caput*, e do art. 58, §2º, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, irei participar da audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 26 de setembro de 2017, às 8 horas e 30 minutos.

Atenciosamente,

FERNANDO COELHO FILHO

Ministro de Estado de Minas e Energia.

Quero registrar a presença de Fabiola, representando aqui a Confederação dos Urbanitários, a quem vamos, inclusive, facultar a palavra também.

Quero que chegue à Mesa o nome dos representantes das demais entidades aqui presentes, para que nós possamos fazer o registro.

Quero, desde já, agradecer a presença aqui do ex-Ministro Nelson.

Vamos chamar a Fabiola para a Mesa.

Fabiola, por favor!

Ela é da Federação Nacional de Sindicatos de Engenheiros.

Quero, desde já, agradecer pela presença aqui ao Prof. Luiz Pinguelli; ao ex-Ministro Nelson; ao Diretor do Centro de Estratégias em Recursos Naturais & Energia, Jean-Paul Prates.

Quero agradecer a presença dos senhores e das senhoras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui fazer algumas considerações iniciais, antes de passar a palavra para os nossos convidados, começando por registrar que o Governo tem anunciado privatizações de estatais de importância estratégica para o Brasil. Anunciou essas privatizações, e esse anúncio tem sido feito de forma açodada, como se o único interesse fosse apenas o de se desfazer do patrimônio público para cobrir rombos. A argumentação do Governo é que a privatização da Eletrobras vai servir não só para reduzir o endividamento do Estado, mas ainda para deixar mais barata a conta de luz da população, o que consideramos, com base em depoimentos de especialistas, que não é verdade.

Vale lembrar que, durante o governo do Presidente Lula, de 2003 a 2011, a Eletrobras apresentou lucro em todos os anos, numa média de cerca de R\$2 bilhões por ano. Em 2012, foi instituída a Medida Provisória 579, transformada na Lei 12.783, que possibilitou que as empresas ligadas à Eletrobras vendessem às distribuidoras energia abaixo do preço de mercado, através do sistema de cotas. Assim, 15% do total da energia elétrica do País hoje é vendida a preços mais baixos que os do mercado, cerca de um quarto do preço de mercado. A Eletrobras, em um primeiro momento, em razão do preço baixo, registrou prejuízo, mas recuperou em seguida. Tanto foi assim, que, em 2016, a empresa apresentou lucro de R\$3,4 bilhões e, neste ano, já apresenta lucro de R\$1,7 bilhão.

Daí faço a primeira pergunta para os nossos convidados e debatedores: como o Governo promete preços mais baratos de energia, quando ele diz que vai revogar a Lei 12.783?

Além disso, especialistas estimam que, para instalar um sistema como a Eletrobras, com capacidade de gerar mais de 48 mil megawatts, seria necessário fazer investimentos de cerca de R\$370 bilhões. Querem entregar nosso patrimônio por R\$20 bilhões, portanto menos de 10% desse valor.

Em carta ao Presidente Michel Temer, os governadores do Nordeste alertaram-no para o fato de que a proposta de "descotização" da energia deverá elevar os preços aos consumidores. Os governadores avaliam que esse aumento ficaria entre 7% e 17%.

Por outro lado, volto aqui a chamar a atenção para o fato de que os especialistas defendem que, se mudar a regulação do setor, modificando a lei

Por outro lado, volto aqui a chamar a atenção para o fato de que os especialistas defendem que, se mudar a regulação do setor, modificando a lei mas mantendo a empresa pública, ela se tornaria altamente lucrativa nos segmentos de geração e transmissão, o que indica que ela já é eficiente.

Temos que destacar aqui o papel estratégico que a Eletrobras teve no desenvolvimento econômico do País e a sua importância para a soberania nacional. A privatização dessa empresa vai nos fazer perder o controle sobre o setor, que ficará nas mãos da iniciativa privada, boa parte inclusive estrangeira, que terá o controle, também, sobre o uso da água.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma que os governadores do Nordeste, a Lideranças do PT, PSOL, PCdoB, Rede, PDT e da Minoria na Câmara dos Deputados, juntamente com as Frentes Parlamentares Mistas em defesa da soberania nacional, em defesa da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), já se pronunciaram sobre o assunto, rejeitando as inúmeras privatizações propostas pelo Governo Federal. Eles apresentaram um documento de repúdio a essa situação entreguista.

Quero aqui, neste momento, para conhecimento da Comissão, ler um pequeno trecho:

Riquezas nacionais e empresas públicas estão sendo propositalmente sucateadas e colocadas à venda, em negociatas absurdas, assessoradas pelos mesmos entreguistas que participaram e se enriqueceram com privatizações dos anos de 1990. Empresas estratégicas que custaram o sangue e o suor do povo brasileiro ao longo de décadas são oferecidas a preços irrisórios a multinacionais e especuladores estrangeiros, com a ajuda de seus prepostos internos.

O governo Temer pretende transformar o Brasil num país periférico e à mercê de decisões internacionais, sem nenhuma capacidade de decidir o seu destino. Temer propõe trocar uma agenda com justiça social e cuidado ambiental, de desenvolvimento nacional, baseada nos nossos recursos naturais abundantes, por uma visão econômica estreita e imediatista que visa apenas comercializar “commodities” em um mundo globalizado.

Recursos naturais estratégicos, e objetos de cobiça mundial, como minérios, terra, petróleo, água e energia são colocados à disposição do mercado por um governo que encampou uma estratégia imoral de subjugação política aos interesses de corporações comerciais e financeiras internacionais, desconstruindo a soberania brasileira.

Volto a repetir: esse trecho faz parte de um documento que, a exemplo dos governadores, foi lançado recentemente pelas Frentes Parlamentares Mistas, do Congresso Nacional, em defesa do sistema Eletrobras e da Chesf, bem como pelos partidos que fazem oposição, Prof. Pinguelli, ao governo ilegítimo que está aí, como também é assinado pela Frente Brasil Popular e outras entidades. Então, eu quero aqui colocar que compartilhamos desse ponto de vista, da preocupação dos governadores que alertaram para o fato de a privatização colocar em risco a segurança hídrica de grande parte da população e desestimular estudos e projetos para o uso múltiplo da água, o que pode comprometer o futuro de gerações, especialmente nas regiões mais carentes. A Chesf, por exemplo, é essencial para o abastecimento hídrico dos nove Estados do Nordeste, o que limitaria mais ainda o acesso à água, já tão difícil nessa região.

Portanto, não podemos aceitar que um setor que exerce impacto no desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Brasil seja destruído para cobrir déficits de caixa do Governo. Aliás, eu acho que isso aqui é que é a essência, exatamente, do nosso debate, ou seja, o papel que um sistema como a Eletrobras, por suas características próprias, por sua dimensão, exerce do ponto de vista do desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Brasil, aliado ao tema da soberania





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional. Eu acho que essa é que é a essência que pauta o debate em curso. Registro não só a nossa preocupação, mas a nossa indignação ao constatar que o Governo anuncia esse pacote de privatizações – dentro dele, repito, o setor elétrico – com a finalidade de cobrir rombos, de cobrir déficits do Governo.

É com esse olhar que nós estamos aqui, enquanto Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, abrindo este ciclo de debates, porque o Congresso Nacional não pode se omitir, de maneira alguma, diante de um tema de tamanha envergadura, não pode. Muito pelo contrário: o Congresso Nacional deve se posicionar, e o caminho mais adequado para que o Congresso Nacional tenha um posicionamento firme e claro de rejeição, que é o que nós defendemos, a essa iniciativa do Governo é, em primeiro lugar, fazer o debate, que é o que vamos fazer neste exato momento.

Quero aqui não só lamentar, mas, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, repudiar a ausência dos demais convidados, representantes do Governo que não vieram. É lamentável isso, lamentável, lamentável, até porque, antes de mais nada, isso é um desrespeito para com o Congresso Nacional, para com o Senado e, conseqüentemente, para com a população brasileira. Vir com a alegação de que o Ministério das Minas e Energia já vai estar aqui participando de um debate em outra comissão não justifica, até porque, quanto a um tema dessa magnitude, pela complexidade que apresenta, quanto mais debates nós fizermos, melhor. E repito: isso é obrigação do Congresso Nacional.

Enfim, quero dizer da honra de receber aqui os nossos convidados, bem como os representantes dos trabalhadores – seja bem-vindo, Senador Hélio José –, para que nós possamos dar início ao debate.

Queremos aqui também registrar a presença de Fábio Resende, da Federação Nacional dos Engenheiros, e também de José Gomes Barbosa Filho, do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco. Vamos, inclusive, facultar a palavra a vocês.

Vamos, agora, passar a palavra ao nosso primeiro convidado, expositor, o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Registro já a presença do Senador Hélio José, aqui do Distrito Federal.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Muito obrigado pelo convite, Senadora.

Elogio a iniciativa e concordo com suas preocupações e com a expressa pelos governadores sobre esse processo de privatização de empresas elétricas.

Antes de começar, vou fazer uma observação um pouco jocosa. Há um pequeno erro na plaquinha aqui onde está o meu nome. Pequeno porque o mais importante está aqui – eu sou Professor da UFRJ –, mas não sou ex-Diretor da Eletrobras, e sim ex-Presidente da Eletrobras, por um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curto período, de um ano e meio: de janeiro de 2003 a maio de 2004. E é um pouco baseado nessa experiência que vou fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a eficiência de uma atividade econômica pode ser vista de vários ângulos. Para os acionistas, a questão são os dividendos, em quanto serão remunerados, e talvez isso também se aplique a diretores – tendo prêmios maiores, a remuneração é maior. Mas para a população, para o consumidor, o que interessa é o serviço que ela presta, no caso do setor elétrico. Imaginem os senhores um hospital que é apresentado como um padrão de lucratividade, e todos morrem lá. Certamente, esse hospital não serve à população; serve aos seus proprietários. Não há dúvida de que, em uma atividade em uma sociedade capitalista, é natural que se almeje o lucro, mas não apenas o lucro. Então, a palavra eficiência deve ser vista de vários ângulos, inclusive o financeiro, porque, se a empresa quebra, vai à falência, ela também não prestará serviços à população.

Aqui nós temos dois tipos de problema juntos. Um deles é o das chamadas empresas federalizadas – costumavam ser chamadas assim. Eram empresas antes estaduais e que se tornaram federais na expectativa da privatização, que nunca se realizou. E a outra perspectiva é a do Grupo Eletrobras, que envolve grandes geradoras nacionais, uma binacional, que é Itaipu, uma quantidade apreciável de linhas de transmissão, participações variadas em empreendimentos com o setor privado e que ainda tem um papel importante na definição dos rumos da eletricidade no Brasil.

Eletricidade é uma coisa muito séria. Nós tivemos um racionamento em 2001, temos memória de que isto é um problema. A economia caiu muito. Algumas famílias foram ameaçadas de corte por excederem os limites estabelecidos pela agência, pelo sistema de racionamento. Houve blecautes, no Brasil inclusive, mas o mais impressionante foi o blecaute em Nova York, em que, durante algum tempo, a cidade ficou sem luz, a região.

Então, a questão de energia elétrica é um problema importante, além de ser um componente fundamental para o desenvolvimento. Ela atende também as famílias, atende os hospitais. Não se pode imaginar um doente sem os meios de apoio que a energia elétrica fornece.

Em primeiro lugar, eu vou fazer uma lista meio chata, mas de atividades importantes que foram feitas no grupo Eletrobras, naquele período. Eu saí da Eletrobras – isso é um assunto não muito político, mas é o fato –, porque o Presidente Lula deu uma entrevista que saiu na imprensa, dizendo que eu tinha um problema: estava tudo bem, mas eu não tinha votos no Senado, quanto ao que ele tinha toda a razão; eu não tinha voto nenhum no Senado.

Talvez a Senadora Fátima Bezerra hoje fosse um voto a meu favor, pela sua introdução aqui, mas eu acho que eu continuo sem voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, com certeza. (*Risos.*)

Naquela época, eu não era Senadora ainda.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Pois é.

Eu continuo sem voto no Senado. E, quando eu tive acesso a essa informação, me dirigi imediatamente à então Ministra de Minas e Energia, que era a Dilma Rousseff, e ao então Ministro da Casa Civil, que era o José Dirceu, dizendo: "Bom, nesses termos, eu estou pedindo para vocês me substituírem, porque não vou buscar voto no Senado de jeito nenhum, não é a minha tarefa aqui."

Mas, nesse período, que foi de um ano e meio, há um relatório definido na época que lista as seguintes realizações.

A colocação em discussão, no âmbito do governo, do projeto das usinas do Rio Madeira, Jirau, Santo Antônio, hoje já concluídas.

A retomada da questão de Belo Monte.

A vitória das empresas do grupo em parceria com empresas privadas nos leilões de linhas de transmissão, que foram muitas, várias.

A continuidade da duplicação da capacidade instalada de Tucuruí, enfrentando obstáculos de ordem financeira colocados pela Fazenda, que era mais um problema formal, porque os recursos eram próprios da Eletrobras, não se estava tomando empréstimo para terminar a obra de Tucuruí, que se revelou muito importante depois, inclusive ajudando a energia do Nordeste.

As duas novas turbinas de Itaipu. Também enfrentaram sérios obstáculos, mas foram feitas, houve problemas técnicos do fabricante, que foi obrigado a fazer as correções necessárias, e as duas turbinas funcionam.

A retomada da obra da Hidrelétrica de Peixe Angical, de Furnas, em parceria com a EDP. É uma obra menor, mas de certo volume em termos de energia e potência.

A contratação da substituição dos geradores de vapor do reator nuclear de Angra 1, que tinha um problema crônico, e nós decidimos substituí-los. Era uma obra muito grande, o tamanho dos geradores de vapor é enorme.

O rígido controle financeiro das empresas do grupo, incluindo as distribuidoras federalizadas.

A colocação da questão da geração elétrica em Manaus, que naquele tempo vivia à beira da crise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criação do Departamento de Meio Ambiente na Eletrobras, que passou a assumir a responsabilidade pela questão da emissão de gases do efeito estufa e aquecimento global do Planeta.

A implementação do Proinfa como uma política de governo, que colocou mais 3,3GW de usinas de energia alternativa.

A participação do Programa Luz Para Todos do Governo e a eficiente gestão integrada da empresa.

Essa é uma lista de obrigações. Cabia à Eletrobras fazer essas coisas e cabia ao Governo providenciá-las, mas eu acho que isso é o mais importante.

Entretanto, se a gente pegar os índices normalmente considerados de eficiência financeira, duas empresas do grupo, Furnas e Chesf, exibiram em 2003 lucros recordes. A primeira teve um lucro de R\$1,1 bilhão; e a segunda, de R\$816 milhões. Digno de nota também foi o resultado da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica do Sul, que, embora menor, apresentou um lucro pela primeira vez nos seus seis anos de existência.

Apesar da desvalorização do dólar em relação ao real, em 2003, ter afetado créditos a receber na moeda americana, o grupo teve um bom desempenho geral. Na valorização das ações, por exemplo, elas se valorizaram em 103% durante o ano de 2003, isto é, mais do que dobraram seu valor, subindo bem mais do que o Índice Bovespa.

Enfim, o que eu estou dizendo é que uma empresa elétrica estatal pode ser eficiente. Ela sempre poderá ser mais eficiente; não deve se acomodar. Mas há exemplos mundiais de grandes empresas estatais consideradas muito eficientes. Uma delas é a EDF, da França, que veio para o Brasil participar desde anos atrás. Outra delas é a Hydro-Québec, do Canadá, uma empresa estatal canadense com uma *performance* muito boa; exporta energia para os Estados Unidos. E eu acho que a própria Eletrobras nesse período teve uma *performance* muito boa.

Por que nós discutimos a questão da eficiência da Eletrobras? A Eletrobras teve um problema: uma medida provisória do governo, elaborada corretamente, que era para a redução de tarifa de usinas antigas que poderiam ser consideradas amortizadas, fez a redução muito acima do razoável, deixando a Eletrobras como um todo em situação financeira mais difícil. Isso aconteceu há uns três anos, dois anos, algo nessa ordem.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA (*Fora do microfone.*) – Foi em 2012.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Em 2012. Então, foi há um pouco mais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso criou um problema. Houve uma compensação do governo, mas que nunca deixou a empresa comodamente. É uma questão fundamental que ela seja remunerada para operar, e as tarifas estabelecidas foram em um limite muito baixo.

Poderíamos discutir outras coisas, mas eu acho que a questão da hidroeletricidade deve inspirar uma preocupação nossa, dos brasileiros, porque a água não tem uso exclusivo de geração elétrica, tem múltiplos usos, e isso tem que ser garantido. Por exemplo: a Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) é uma empresa de desenvolvimento regional; não é apenas uma empresa de geração elétrica.

E há grandes grupos de olho no Brasil. É reconhecida a presença chinesa crescente no setor elétrico brasileiro, entrando empresas importantes, comprando linha de transmissão, comprando usinas. Há indícios de um planejamento de transferência de capitais chineses para o Brasil bem relevante. Mas reparem bem: no fundo, o que está sendo comprado são ativos existentes, e o que a gente precisa é investimento.

No momento estamos numa situação cômoda, porque infelizmente a paralisa do crescimento econômico dos últimos anos fez com que o consumo de energia elétrica não crescesse no setor industrial, como vinha crescendo. Isso fez com que até houvesse um excedente de energia elétrica.

Então, o nosso problema de investimento não é uma questão de urgência, nem na qualidade do investimento. Além de grandes hidrelétricas que terão um papel importante por serem uma energia renovável, o crescimento da energia eólica no Brasil foi o maior do mundo, em termos de crescimento nos últimos anos, nos últimos poucos anos. E isso é bom também.

A energia eólica tem a vantagem de não criar o problema dos reservatórios de água, que, inevitavelmente, por menores que sejam, porque são pequenos os reservatórios novos no Brasil, tanto os do Rio Madeira quanto o de Belo Monte, mas, mesmo assim, há algum efeito. A eólica não tem esse efeito, o que é uma vantagem comparativa. E tem um surpreendente fator de capacidade no Brasil, principalmente no Nordeste; o fator de capacidade da energia eólica é maior do que o usual. E isso é bom.

Então, o Brasil está numa posição cômoda, mas essa posição cômoda deve se esgotar, como aconteceu em 2001. A seguir de 2001, houve um excedente de energia elétrica também, porque o consumo caiu muito depois do racionamento. Caiu muito com o racionamento e se prolongou, porque a atividade econômica ficou muito baixa também.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – E depois cresceu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, para o bem de todos, o nosso setor elétrico vai precisar de investimento. E não tenho nenhum preconceito quanto ao investimento chinês: ele é tão bom ou é tão ruim quanto os demais investimentos estrangeiros. O que está acontecendo hoje é que grande parte da engenharia e da tecnologia para o setor elétrico está sendo importada. Cada empresa que vem para o Brasil comprar um ativo desse traz a sua retaguarda na consultoria de engenharia, na fabricação. E os chineses são terríveis. Além de trazerem a engenharia de fabricação, ainda trazem pato laqueado para todo mundo comer. É uma mudança cultural.

E eu acho que a participação desses investimentos é bem-vinda, como eu digo, mas, ao seu tempo, de uma forma programada, e não de soluço, de repente engole todo o capital de fora.

Como a Senadora já disse, se vocês comparam o custo do acervo físico dessas empresas, Eletronorte, Chesf, a Eletrosul resgatada, a Eletronuclear, a Itaipu Binacional – a parte brasileira dela, é claro, metade –, nós vamos somar mais de R\$300 bilhões. O que se espera apurar nessa venda é da ordem de R\$20 bilhões a R\$30 bilhões de tudo. Bem, há o buraco nas contas do Governo, e todos nos preocupamos com isso, mas também o buraco nas contas do Governo já está em mais de R\$150 bilhões. O que o setor elétrico inteiro vai contribuir é da ordem de R\$20 bilhões, R\$30 bilhões talvez. Não tapa o buraco, o buraco vai continuar aberto. E nós vamos perder um instrumento de política energética.

O Governo com a mão na massa, responsável por empresas elétricas, tem uma sensibilidade maior para o problema do que um governo totalmente ausente e que trate energia elétrica por uma via puramente burocrática. Eu acho que está muito certo o Senado em levantar essa questão e os movimentos que se mobilizam em torno dessa discussão, mas eu acho que é preciso fazer um acordo para o Governo suspender esse processo nesse ritmo.

Temos um Governo em fim de mandato, haverá uma eleição no próximo ano, os rumos poderão mudar ou poderão ser confirmados. Eu acho que há um afogadilho na privatização do setor elétrico. É uma visão muito ligada ao que costuma ser acusado de neoliberalismo ideológico.

Na ex-União Soviética, se pudessem, estatizavam até carrinho de pipoca. A presença do Estado era maciça. Aqui, no Brasil, nunca foi assim, nós sempre tivemos uma convivência do capital privado com o capital estatal.

Agora, é curioso. Por exemplo, o grande investidor chinês que já está presente no Brasil e pretende se ampliar é a State Grid, que é a maior empresa estatal do mundo, com 800 mil empregados e é totalmente chinesa. Não é o primeiro caso. A EDF esteve no Brasil, participou do processo de privatização na década de 90. Chegou a ter controle da Light do Rio de Janeiro e da ex-Light de São Paulo, mudou o nome.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós não devemos ser avessos nem ao capital estatal nem ao capital privado, mas eu não vejo razões convincentes para uma operação dessa magnitude. Se a Eletrobras é ineficiente, não está o Governo contente com sua *performance*, é possível mudá-la, o Governo indica a Diretoria.

Se há necessidade de cobrir déficits do Governo, existem várias outras atividades que comportam melhoria da situação financeira, e não a venda pura e simples do setor elétrico como um todo. Eu acho que isso vai dar um efeito negativo e – uma coisa que a Senadora acentuou e eu repito – vai aumentar a tarifa. Não é possível não aumentar a tarifa. Pode haver um caso excepcional aqui ou acolá, mas o investidor que colocar dinheiro comprando as empresas vai querer receber esse dinheiro de volta, recuperar o capital. Então, nós estamos revalorizando capitais, alguns dos quais considerados amortizados. E isso vai impactar na tarifa.

Agora, historicamente, na década de 90, a tarifa aumentou assombrosamente. A tarifa brasileira aumentou muito acima da inflação, principalmente para os consumidores cativos, que eram os consumidores residenciais e as pequenas empresas, já que as grandes empresas conseguiam contratos bilaterais fora da tarifa, dentro da filosofia de produtor independente e consumidor livre. Mas quem pagou mais tarifa foi o consumidor residencial. Mas o industrial também aumentou.

Aqui no Brasil, o preço da energia é muito sensível à situação hidrológica. Quando escasseia água, existe um modelo matemático que sobe o valor da energia negociada e também da tarifa. Vocês sabem que há a Bandeira Vermelha e a Bandeira Azul, e que entram em funcionamento térmicas quando falta água. E elas são bem mais caras, algumas muito mais caras do que a energia hidrelétrica. Então, não podemos esperar que as tarifas venham a ficar baixas. Essa é a ilusão. Não vão ficar. Não há como. Não há como fazer uma conta que demonstre que vão ficar baixas.

Vai haver uma competição. Mas que competição? Chinês com chinês? É muito difícil uma competição intensa em uma situação de hidrelétrica e de um sistema nacional como o nosso, que tem muitas vantagens. O sistema interligado brasileiro é um ovo de Colombo. A gente transfere energia de um lado para outro quando precisa. Às vezes a água está bem em uma região, mal na outra, e você pode fazer isso. Naquele racionamento de 2001, havia água sobrando no Sul, mas não havia ainda a terceira linha de Itaipu, que permitiria trazer toda ela para o eixo Rio-São Paulo, onde a demanda era maior. Hoje, nós já temos a terceira linha e expandimos a transmissão.

Uma coisa que foi expandida fortemente no Brasil foi a transmissão e a interligação dos sistemas. Isso é uma vantagem brasileira, inclusive para a entrada da energia eólica, porque essas energias intermitentes têm um problema de às vezes não estarem disponíveis. Se o vento para, não há quem faça, só se você for rodar uma manivela no gerador eólico; não há como gerar energia. Mas, em outros momentos, você tem a energia sobrando, e não há mercado para ela, por exemplo, durante a noite, e você pode fazer um jogo de energia, transferindo de um lado para o outro, inclusive interrompendo ou reduzindo muito a potência de algumas hidrelétricas que estão funcionando, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira que é substituída a energia hidrelétrica pela eólica e o nível do reservatório é preservado. Então, esse sistema interligado brasileiro é um achado.

Nós já tivemos um risco de perdê-lo. Quando houve a privatização do setor elétrico, houve um estudo de uma grande consultora internacional que propôs desfazer o sistema integrado. O Brasil perderia uma capacidade de gerar energia enorme. O Mário Santos, então Diretor da Eletrobras, foi um dos que se insurgiram contra isso, além de pessoas dos sindicatos, etc., e o Governo voltou atrás e criou um sistema de operação que é integrado e que deve ser preservado.

Bom, isso tudo é para dizer que eu não acho uma boa ideia privatizar o setor elétrico. Faço um apelo para o Governo para que abra uma discussão inclusive técnica e dê um tempo para se chegar a uma conclusão mais robusta sobre privatizar ou não o setor elétrico.

Eu voto contra. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Prof. Luiz Pinguelli pelo seu pronunciamento agora, como sempre, Professor, recheado de muita lucidez, uma lucidez política, assim como lucidez do ponto de vista teórico, pelo domínio que o senhor tem dessa temática, inclusive à luz das experiências que vivenciou, e agora corrigindo, como Presidente da Eletrobras. Eu quero, mais uma vez, aqui agradecer e muito a sua presença, porque o senhor sabe que, repito, pela sua trajetória de muito compromisso com o desenvolvimento nacional do nosso País, o senhor é uma referência e é uma voz muito respeitada não só no âmbito da academia, mas é uma voz muito respeitada em todo o País.

Nós vamos passar agora a palavra para Jean-Paul Prates, que é o Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais & Energia, do Rio Grande do Norte, o Cerne. Com a palavra Jean-Paul Prates.

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Boa tarde a todos! Boa tarde à Senadora Fátima, boa tarde a todos os demais da Mesa, a todos os que estão aqui nos assistindo também pela transmissão.

É extremamente pertinente a audiência, a discussão, claro, tendo em vista que foi colocada na mesa essa potencial privatização, e eu vou tentar aqui então fazer uma rápida viagem de simulação da Eletrobras privada e comentar algumas coisas aqui. E vocês verão como isso é absolutamente impossível de ser feito agora. E provavelmente – eu intitulei ali Sem Meias Palavras, alguns já me conhecem e sabem que eu não poupo essas palavras quando estamos nesse tipo de debate, não é preciso – eu acho que essa história toda é um grande factóide. Mas, como estamos numa República séria e ainda consideramos esses assuntos quando jogados a esse nível por um Ministro de Estado, alguma coisa que valha reagir, é extremamente pertinente a audiência. E reputo, de cara, que é um processo completamente impossível de ser realizado, a não ser que seja feito criminosamente e,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, altamente sujeito a contestação posterior. E há grandes riscos para quem entrar como investidor nesse tipo de processo.

Antes de mais nada, queria ressaltar, como outros fizeram e farão também, quem está falando aqui. Eu não estou falando aqui de uma situação de inexperiência. Apreendi com o mestre Pinguelli há muito tempo, discutimos provavelmente 15 anos atrás o marco regulatório do petróleo e, naquela época, sim, eu era inexperiente. Hoje, tenho a experiência de ter participado com sucesso no marco regulatório do petróleo em 1997/1998, e digo bem-sucedido, porque conseguiu, corretamente, conciliar investimento privado com a preservação da Petrobras, e até o seu fortalecimento – não vamos entrar aqui na discussão posterior e dos processos de investigação, porque eles não têm a ver com o debate necessariamente e têm sua própria cura, mas essa é outra seara.

Depois participamos também do marco regulatório do biocombustível, já com a gestão do Ministério da Ministra Dilma, com a Secretária Graça. Depois *royalties* do pré-sal, aquela destinação dos *royalties* do pré-sal para educação e saúde, depois de um longo e tenebroso debate que atrasou tremendamente o investimento do setor de petróleo, inclusive da Petrobras, em função da indefinição política que fez passar o governo àquela altura, por discussões entre governos estaduais, que depois a Presidenta bateu na mesa e decidiu, um momento muito feliz até. E, finalmente, como secretário de energia no Rio Grande Norte, tive oportunidade de colocar em prática essas coisas.

Então, está falando aqui uma pessoa que escreveu e fez. No Rio Grande do Norte eu peguei um Estado com zero megawatt de produção de energia, um Estado terminal, um Estado mendigo energético, ponta de linha – quem está no setor sabe o que é isso –, sugador de energia em pequena escala, pouca tensão, portanto um mendigo energético. E, em três anos, devolvi o Estado autossuficiente em energia, com energia renovável, praticamente 700MW instalados de capacidade, duas térmicas emergenciais, sete parques eólicos e mais 2GW de contratos em leilão, garantidos pelo primeiro lugar do Rio Grande do Norte naquela época, 2009/2010, em todos os leilões em que participou a energia eólica. Colocamos 2GW e, hoje, graças a isso, somos líderes nacionais, o Rio Grande do Norte, em energia eólica, com o dobro da capacidade do segundo colocado, que é a Bahia. Então, 3,5GW instalados dos 12 brasileiros. Portanto, mais de um terço no Rio Grande do Norte.

Também conquistamos uma refinaria há muito ansiada pelo Estado. Enfim, fizemos as bases para a energia solar. Então, está aqui falando uma pessoa que passou por várias discussões, principalmente de caráter regulatório. Saliento que eu não sou técnico, não sou engenheiro elétrico, nada disso, simplesmente uma pessoa que dedicou seus dois mestrados à regulação e gestão pública de energia, recursos naturais e meio ambiente.

A minha posição em relação a isso – também já adiantando para que não se perca tempo adivinhando a minha posição – é obviamente contrária e é obviamente favorável – como eu disse antes, das minhas experiências – à capacidade de conciliar investimento privado com gestão pública





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de setores estratégicos. Setores estratégicos depois vamos ver aqui, vamos passar à frente. Eu vou falando aqui, então, quando passar.

Pode passar aí duas. Quem está passando?

Eu hoje dirijo um centro no Rio Grande do Norte que abrange vários Estados vizinhos, que é formado e mantido por empresas privadas, públicas e mistas. Nós trabalhamos diuturnamente com estudos da área de recursos naturais e infraestrutura para energia. Vou pular essa aulinha sobre energia básica, senão o Prof. Pinguelli vai me matar aqui e o Hubner também.

Mas eu quero salientar aqui duas coisas em relação à matriz energética brasileira. Eu tenho ousado dizer que o Brasil é hoje a principal economia do mundo com a maior participação de fontes renováveis na sua geração energética. Acho difícil, não encontrei em mais de 60 plateias alguém que apontasse o dedo e dissesse: "Eu achei um país aqui que tem uma matriz mais limpa e que é uma economia importante no mundo." Claro, um dia me apontaram Nauru, uma ilha na Polinésia que gera com biogás de porco e tal. Claro, uma ilha perdida no meio do Pacífico tem que se virar para gerar energia. Mas o Brasil, das economias grandes, importantes no mundo, sem nada detrimental em relação às demais, resolveu seu problema energético com investimento público e privado – mais recentemente, mas a base pública – com energia limpa e – vejam lá – majoritariamente hidráulica, hidroelétrica. Então, para quem não é do setor de energia e para os legisladores, principalmente, fica aqui um primeiro ponto: o Brasil é a maior economia de energia renovável do mundo, sem dúvida nenhuma. E a Eletrobras tem essa importância gigantesca. E aí, vamos seguir para mostrar por quê.

Uma ressalva. Há um documento muito interessante que eu acabei nas pesquisas trazendo para cá, esbarrando nele, mandaram-me depois cuidadosamente, que é: "55 motivos para a não privatização do sistema Eletrobras", um para cada ano de existência da Eletrobras, produzido pela Associação dos Empregados da Eletrobras no Informe 116/17. Eu recomendo que os interessados nisso leiam. Realmente, são vários pontos interessantes, bem resumidos, muito simples. É direto e interessante.

Primeiro ponto, do ponto de vista regulatório, gente. A Eletrobras faz parte do sistema elétrico nacional pelo marco regulatório elétrico hoje. Então, mais uma vez, eu estou aqui simulando o processo que estão querendo fazer: "Vamos privatizar a Eletrobras." Então, vamos lá.

Primeira dificuldade: um ente privado, livre, solto, chinês, italiano, não pode fazer parte ali especificamente... Como concessionária sim, mas como agente institucional individualizado importante de um sistema elétrico nacional, não pode.

Vou passando rápido, não vou comentar muito, para depois debatermos.

Então, o que vem a ser esse bicho que estão falando em vender, ou cujo capital querem diluir, enfim? O processo que foi anunciado foi de privatização. Essa história de desestatização é o gênero,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa espécie é claramente privatização. Privatização é vender ativo, seja através de diluição do capital, seja através de leilão, colocando alguma coisa, um ativo à venda. Mas isso é privatização, e não é do setor elétrico, é da Eletrobras, do sistema Eletrobras, que, por sua vez, acabei de dizer, é elo importantíssimo do processo regulatório operacional do sistema elétrico nacional.

Agora, vamos lá: quem quer fazer isso tem que enfrentar o estatuto da empresa, e o estatuto da empresa tem várias coisas que assustam muito quem está planejando uma privatização desse tipo, porque ela tem várias coisas, ela participa da formulação da política... Imagine a State Grid, Prof. Pinguelli, com esse estatuto. Porque é isso que vai acontecer. Não é isso? Todo mundo de acordo? Então, a State Grid vai formular política energética no País, vai conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público, vai prestar garantia, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle, vai promover e apoiar pesquisas, formar pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, enfim...

Outra coisa que ela vai fazer, olhem aqui: na qualidade de entidade de coordenação técnica, financeira e administrativa do setor de energia elétrica, tem como obrigação essa sequência de coisas e, entre elas, lá embaixo, está ali, a eletrificação rural. Também vai opinar sobre as concessões de geração elétrica; promover a elaboração, acompanhamento e controle do orçamento plurianual do setor de energia; atuar como órgão executivo do sistema de informações estatísticas do setor; promover e incentivar a indústria nacional. Estão pensando na State Grid? Não tenho nada contra ela. Não tenho nada contra ela, mas eu não gostaria de ver uma empresa estatal de outro país, ou mesmo privada, fazendo isso aqui. Normalização técnica, padronização e controle de qualidade dos materiais e equipamentos destinados ao setor elétrico, estímulo e orientação dos consumidores, estímulo a fontes alternativas. E tudo por 20 a 30 bilhões, que é o *valuation* que se faz da empresa Eletrobras, que, por sua vez, é *holding*. Eu passei ali rapidamente, porque a gente tem pouco tempo, mas é *holding* de várias empresas de geração e transmissão.

Vamos voltar aqui rapidamente: 47GW instalados. Apenas uma hidrelétrica custou R\$20 bilhões. Por aí já dá para dar uma dimensão. Os demais vão falar sobre isso também. É o maior grupo do setor elétrico da América Latina, líder em geração, tem um terço da capacidade instalada de geração brasileira. Tem 233 usinas, entre as quais 47 são hidrelétricas, 114 termelétricas, 69 eólicas – bem recentes, portanto já acompanhando essa tendência nova. Tem quase metade das linhas de alta tensão do País, e está sendo vendido o controle.

E aí há quatro conceitos de regulação para os quais é importante chamar atenção aqui: um é o de segurança nacional, que a gente vai usar na discussão dos reservatórios. Alguns pensam que isso é brincadeira, que a gente fez Itaipu Binacional com medo de os argentinos soltarem as comportas. Desculpe se eu usar um termo não muito técnico, mas todo mundo sabe o que é uma comporta. Solta aquilo ali e inunda tudo o que está embaixo. Isso é interesse de segurança nacional, pode ser usado como arma, ou não é por isso que os Estados Unidos mantêm controle sobre algumas hidrelétricas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez não de todas. Alguns já estão dizendo que não é verdade e tal. Mas as principais e que coincidem com essas em que há esse perigo são estatais e são, inclusive, guardadas pelas Forças Armadas, porque há esse perigo de você ter um atentado terrorista, um maluco que apareça lá, abra aquilo tudo e inundam-se as cidades a jusante do rio.

Então, esse é o conceito de segurança nacional, não é um conceito militaresco ou nada disso. É um conceito antigo, vem do Estado nacional e tem a ver com a integridade do Território, proteção da população e preservação dos interesses nacionais. Primeiro conceito.

O segundo conceito é um conceito econômico com que alguns não se familiarizaram muito bem durante essas fases todas de regulação e se refere principalmente, aqui, no caso, à transmissão de energia, sistemas em rede que são normalmente considerados monopólios naturais. Monopólio natural é a atividade onde a existência de uma única empresa provê o mercado com um produto ou serviço a um custo menor – e aí esse custo é o custo social, ambiental e o econômico propriamente dito – do que quando você tem mais de um agente.

Eu, normalmente, dou o exemplo do metrô. Você esburacar a cidade toda para fazer quatro metrôs para se ter o direito de escolher por qual se vai ao mesmo lugar. Não faz sentido, a não ser que se tenha enchido o primeiro metrô e passe-se para o segundo, para o terceiro... E aí também há regras para se fazer isso dentro dos monopólios naturais.

Monopólios naturais, para ser bem resumido, são a atividade econômica mais regulada do mundo. Em qualquer lugar do mundo, até nos Estados Unidos e no Canadá, monopólio natural é uma atividade tal que o retorno do investimento é regulado. O quanto o cara vai ganhar é regulado. Por quê? Porque o monopólio natural, se você deixar, se torna incontrolável. Depois que você faz a linha de transmissão, o duto de petróleo, o duto de gás, o metrô, o trem, você tem de se submeter àquele agente, porque, afinal, você reconheceu, como sociedade, que ele tem um custo mais baixo do que fazer dois trens, dois metrôs, ou duas *pipelines* paralelas uma à outra.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Essa campanha assusta a gente, porque não estamos acostumados com isso. Quem é amador aqui... (*Risos.*)

Vamos seguir.

Então, o monopólio natural exige regulação e da mais alta contundência. Quem investe em monopólio natural? Qual é o investidor? Vocês que compram ação em Bolsa, investiriam em quê, quando, em que situação, no monopólio natural, já sabendo que ela vai dar 15% para o operador? Se eu sou um investidor conservador, sou o fundo de pensão das velhinhas de Ottawa, eu invisto em *pipelines* ou em linhas de transmissão, porque aquilo é tão regulado que eu sei exatamente quanto eu vou ter no final do período. Existe espaço para esse investimento. É um tipo de investidor específico





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que investe nisso. E, depois, vamos falar em quem investe em companhia estatal, por que se investe em estatal – Petrobras, Eletrobras, etc. – apesar da intervenção do Governo, que muitos negam e até deploram.

A questão do monopólio natural está espelhada aí. Olhe o tamanho dessa coisa! Todo o sistema elétrico, e aí estão representados pontos de demanda, pontos de grande geração nas bolas azuis – nas verdes, pontos de demanda maior –, enfim, o sistema interligado nacional é composto de vários monopólios naturais. Muitos deles, a maior parte, como a gente viu lá, é operada pela Eletrobras, do tamanho de uma Europa, um sistema do tamanho de uma Europa.

O sistema, que ali está comparado com os Estados Unidos, o desenvolvimento setorial dos Estados Unidos, a economia dos Estados Unidos, vai demandar muito investimento ainda, Prof. Pinguelli, muita coisa 50, 100 anos à frente, provavelmente, a não ser que inventem – e aí a gente vai falar depois de tecnologias disruptivas – o *wi-fi* de transmissão de energia. Aí o senhor não vai ter mais isso, mas vai ter outro tipo de interesse estratégico certamente. O fato é que isto, levar energia a grandes distâncias e rapidamente, é de interesse estratégico para o País e, por enquanto, até que inventem outra forma, é monopólio natural altamente regulado.

O outro conceito eu já falei, que é o de desestatização, não vou repetir aqui, desestatização *versus* privatização. Já disse que é uma desestatização; na verdade, é uma privatização do sistema Eletrobras.

E o último é esse aqui, de *golden share*, que é o que vai se usar no debate para dizer: "Olha, você está falando isso tudo, mas o processo prevê que quem comprar a Eletrobras terá de engolir um *golden share* do Governo que vai listar uma série de atividades onde o Governo terá veto." Sabe o que a teoria diz sobre *golden share*? Olhe aí: poderes de veto sobre as seguintes matérias, típicas de *golden share*:

(I) alteração da denominação social. Beleza, a gente não vai ter o risco de ver uma Eletrobrax, não é? O governo vai mudar, tem poder de veto, o que é muito importante;

(II) mudança da sede.

(III) mudança do objeto social.

(IV) liquidação da sociedade – que bom!

(V) modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações; e

(VI) modificação de qualquer direito atribuído pelo estatuto social à ação preferencial.

Essa é basicamente a teoria conjunto dos *golden shares*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente há muito trabalho para se fazer ao se falar de *golden share* na Eletrobras, não é isso? Ou você acha que uma entidade privada interessada em tarifa de transmissão ou em gerar para seu lucro vai aceitar uma situação dessa aqui, uma eólica alojada numa subestação da Eletrobras ou da Chesf, enfim, no sistema? Está aqui, carona no outro. Isso aí é um ente, um sistema nacional acolhendo entidades privadas que estão fazendo também o seu trabalho mediante os leilões e as concessões, autorizações que receberam. Mas existem, Nelson, você sabe bem, milhões de conflitos toda hora, com pareceres de acesso, tudo isso. E quantas vezes são subsidiárias da Eletrobras que acabam aquecendo, ajudando, acomodando o processo como entidade estatal e como, justamente, essa colher do tacho que mexe o setor!

Outra situação que a gente chegou a mencionar aqui, próxima disso, é o regime hidráulico. Quando faltar água para o povo, para as pessoas, como você admoesta ou manda um privado parar de produzir energia? Ele está ali para ter lucro produzindo energia. Ele não está ali para ter lucro dando água para gente que precisa.

E esse é um assunto que está justamente aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional. Alguém pergunta: "Por que diabos a Comissão de Desenvolvimento Regional está discutindo isso?" Tem muito a ver, porque todos os sistemas hídricos nacionais têm a Eletrobras no meio – todos, todos! E a Eletrobras é a administradora daquele volume de água. E não são poucos, mas centenas de bilhões de litros de água! E está aí. O que está a jusante do rio é administrado pela barragem.

Faço uma consideração final sobre a questão da ação de uma estatal. Aí se diz: "Ah, tem de se privatizar ou abrir o controle, porque o Governo, ao ter controle de uma estatal, seja ela a Petrobras – isto vale para a Petrobras também –, seja ela a Eletrobras, atrapalha o rendimento da ação no mercado." Eu digo: "Não! Isso não acontece." O investidor que compra uma ação estatal está comprando-a para ser sócio do Governo. Ele sabe que está comprando uma ação para ser sócio do Governo, que tem privilégios. A palavra não é outra, é privilégio mesmo! Uma empresa estatal tem de ter privilégio, porque ela é instrumento de política setorial. Portanto, ela tem privilégios. A licença ambiental dela vai sair mais rápido, o terminal dela vai sair no melhor lugar, os funcionamentos dos dutos e dos monopólios naturais serão dados a ela prioritariamente. Ela é a operadora daquele setor.

No setor de aeroportos, antigamente, a gente tinha esta figura – é uma comparação ruim, mas, enfim, serve só para ilustrar: cada país tinha a sua empresa aérea, que era como uma dona do aeroporto. Você ia a Paris, e era a Air France que dominava todos os postos, bem como a Alitalia, na Itália, ou a Ibero... A mesma coisa, mal comparando – é claro que é muito mais forte –, acontece com o setor de petróleo e com o setor elétrico: tem de haver um anfitrião do jogo, e não é uma agência reguladora. Não confundam! Agência reguladora é outra história. Vamos perder mais duas horas discutindo agência reguladora aqui. Não! É um agente hegemônico mesmo, é aquele que dirige para onde vai o setor. Então, se você quer ser sócio desse agente em determinado momento, o mercado faz o *trading* para você ali. Você pode comprar ações da Petrobras e comprar ações da Eletrobras. "Ah,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas o Governo segurou os preços do combustível" – por uma razão estratégica, discutível ou não. Tudo bem, mas você tem de saber, quando você compra uma ação da Petrobras, que isso pode acontecer. E isso pode acontecer por boas razões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Eu já vi. Só não solte a campanha de novo. *(Risos.)*

Vou acabar rápido.

Mas é importante esse conceito. Muita gente discute isso, e ninguém fala isso.

Amigo, se você comprou uma ação da Eletrobras, você sabe que comprou uma ação de uma estatal! Há vantagens nisso também. É um investimento seguro, é um investimento que tem as linhas de transmissão, é um investimento que opera os monopólios naturais, que eu disse que dão retorno.

Então, só para terminar, o que há pela frente na Eletrobras? Tecnologias disruptivas. Eu falei de linhas de transmissão *wi-fi* ou *wireless*, mas há o veículo elétrico. E há milhões de outras coisas que vêm por aí! Imagine, pessoal, o dia em que o País – isto não vai acontecer de um dia para outro – depender da energia elétrica para alimentar os seus veículos! O consumo elétrico sofre uma bronca danada! Então, temos de nos preparar para isso.

Tecnologia disruptiva é isto aqui: em 1900, havia um carrinho no meio de um monte de cavalo; em 1913, 13 anos depois, onde está o cavalo? Tecnologias disruptivas são essas que chegam, acabam com a cadeia anterior e ocupam completamente o espaço. Há vários exemplos: Kodak, Uber, todos que estão acontecendo. Isso vai acontecer no setor elétrico? Vai. E nós temos de pensar nisso. Isso é pensamento estratégico, é planejamento.

Enfim, sobre o controle hídrico nacional eu já falei. Olhem o tamanho! Só quero mostrar a vocês o tamanho... Isso você pode achar na internet. É comum a gente ver isso. Estamos acostumados a ver hidrelétricas, não é? O mundo inteiro se espanta com as nossas hidrelétricas. Elas são fantásticas! Algumas, claro, feitas num tempo em que havia menos restrições ambientais, mas vá a uma delas... Eu já fui a Paulo Afonso, já fui a várias. É impressionante! São estruturas impressionantes! Como é que você vai dar isso tudo, ao mesmo tempo, para alguém, e, aí, diz assim: "Ah, o.k! Então, vamos particionar". Ora, o que as grandes empresas de energia estão fazendo no mundo, hoje em dia, senão se integrar para ficar do tamanho de uma Eletrobras? Aí, então, a gente diz: "Então, vamos dividir para vender". Não faz o menor sentido! Isso é um factóide do tamanho de um bonde. A gente tem que combater.

Não sei mais o que tem aqui... Xingu, Belo Monte, Jirau, compromissos do clima, enfim.

Ah, sim! Como evitar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta não é uma reunião de militância nem nada disso, mas existem instrumentos para evitar isso aí. Se isso for a esse nível, temos que usar esses instrumentos. Há instrumentos jurídicos; há instrumentos de esclarecimento da opinião pública, como esta audiência; há instrumentos de alerta aos investidores, que é justamente dizer: "Olha, meu amigo, não vá se aninhando aí, não, porque esse negócio está *sub judice*". E pior: alguns candidatos a Presidente já disseram que "reverterão isso" – entre aspas. Não disseram ainda, mas digamos que digam.

Então, neste caso... Vejam: não estou aterrorizando em relação a nenhum investimento privado em nada mais, mas em relação ao Sistema Eletrobras é importante que se tenha noção do que se está fazendo.

Eu disse a vocês que participei da regulamentação do petróleo, que abriu o setor de petróleo, mas nós preservamos uma colher do tacho, uma Petrobras, que opera e faz o setor ir para onde ela quer, até quando faz besteira. Mas ela é importante num país como o Brasil. Agora, comparar com a EDP de Portugal, como eu ouvi? Mas vamos debater depois.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estão dizendo aqui que é bom você se acostumar com essa campanha. (*Risos.*)

Quero registrar aqui a presença da Senadora Regina Sousa, do PT, do Piauí, integrante da nossa Comissão; porém, quero aqui, igualmente, agradecer já a participação de Jean-Paul Prates, que é o Diretor do Cerne (Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia), do Rio Grande do Norte, que contribui, e muito, para esse importante debate para o desenvolvimento e para os rumos do nosso País.

Nós vamos passar a palavra, agora, ao Nelson, que foi também nosso Ministro de Minas e Energia, além de outras funções importantes de que participou nessa área de energia, membro que é também do Conselho da Cemig, lá de Minas Gerais.

Com a palavra o Sr. Nelson Hubner.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA – Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Senadora Fátima, pelo convite para aqui debater este momento e este tema importantíssimos para a economia e para o desenvolvimento do País. Eu acho que o Senado, realmente, tem que se ocupar desse debate e de levar isso à sociedade, até para que a gente saiba onde estar posicionado. Eu tenho uma visão bem clara sobre isso. Independentemente de orientações ideológicas ou de pensamentos diferenciados a respeito de que tudo quanto é setor deve ser estatal, vou tentar fazer uma análise de um ponto de vista mais pragmático. Por que termos uma empresa como a Eletrobras estatal num país como o Brasil?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar fazer um breve resumo aqui, até sobre a evolução desse setor elétrico. A energia elétrica começou mesmo a ser desenvolvida no mundo no final do século XIX, mas começaram a implantar-se os primeiros projetos mesmo mais no início do século, quando surgiram, inclusive, as usinas hídricas. Pequenas usinas hídricas foram implantadas na Europa, nos Estados Unidos e mesmo no Brasil. A gente, que viaja pelo interior, vê no interior de Minas, perto de Juiz de Fora, uma usinazinha lá de mil novecentos e pouquinho, há outra... Elas são muito antigas.

Quer dizer, no mundo inteiro, o setor elétrico começou com iniciativas individualizadas a partir de necessidades de municípios e de cidades que foram implantando pequenos sistemas a partir de bases térmicas. Era uma usinazinha térmica que atendia uma cidade, depois isso evoluiu e começaram a fazer as usinas hídricas. Como a hídrica não pode ficar dentro da cidade, foi preciso começar a construir linhas para integrar isso. A partir daí, foi se desenvolvendo.

No Brasil como um todo, houve esse início igual ao observado no mundo, de pequenas empresas atendendo municípios e, depois, Estados, como a Light, que o Prof. Pinguelli já citou, no Rio, em São Paulo, também em Minas empresa privada, no Rio Grande do Sul... E isso foi até a década de 40, quando começou a se organizar e a se estruturar o setor – como quase tudo neste País, no período de Getúlio Vargas –, e veio o primeiro código, digamos, de regulação, de legislação sobre o setor de energia, o Código das Águas, ainda no primeiro governo de Getúlio.

A partir daí, se reestruturou o sistema brasileiro com uma orientação mais estatal. Começaram a surgir as primeiras grandes empresas: começou a Chesf lá em 1945, depois veio Furnas e, depois dessas empresas, a Eletrobras. E, com a Eletrobras, na década de 60, partiu-se para uma reestruturação e uma reorganização do setor, em que todo o planejamento, a operação e a transmissão do setor de energia brasileiro eram coordenados pela Eletrobras. As concessões de usinas hídricas eram outorgadas diretamente pelo Governo Federal às empresas federais – então, antes até do Grupo Eletrobras, depois com o Grupo Eletrobras, para a Eletrobras – ou às empresas estaduais de geração, caso da Cemig, Copel, de Cesp, em São Paulo, que são algumas grandes empresas estaduais.

Isso foi até a década de 90, quando houve uma grande mudança – final da década de 80, meados da década de 90 – no mundo inteiro. O que eu relatei sobre a evolução do modelo brasileiro foi igual na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha. Em todos os lugares, empresas estatais se organizaram para permitir a criação de uma infraestrutura de energia para atender a necessidade dos países, para o seu desenvolvimento. Isso foi igual no mundo inteiro.

E foram iguais também as iniciativas na década de 90, que vieram principalmente a partir das grandes transformações e modelos liberais de gestão dos países, a partir do governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e do Reagan, nos Estados Unidos, grandes símbolos liberais do mundo. Gozado que certa vez, num debate aqui no Congresso, um Deputado, para justificar a questão da Eletrobras, citou os modelos de regulação da Thatcher e do Reagan – nisso ele acertou, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente toda a origem dessa mudança nos modelos regulatórios veio com eles. E com isso se buscou o quê? Diminuir o tamanho do Estado, diminuir a sua participação, e fazer com que a energia elétrica fosse uma atividade econômica como outra qualquer, em que a disputa, a competição levaria a uma maior eficiência, à redução de custos e à otimização de recursos.

Isso, no Brasil, em torno da década de 90, tinha um outro motivador, que também acontece agora. O que é? Um tremendo rombo nas contas públicas, o que levava a se vender qualquer ativo público para poder cobrir os déficits do Tesouro Nacional – qualquer semelhança é mera coincidência. No Brasil, hoje, acontece então muito isso. Está havendo uma transferência brutal de recursos do setor de energia para o Tesouro Nacional.

Isso evoluiu, e nós vimos no Brasil... Criamos esse modelo liberal, que começou a funcionar no Brasil, como começou a funcionar nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha. Nos Estados Unidos, em diversos estados americanos. Até que começaram... No Brasil, houve um grande apagão em 2002. Primeiro, que se sinalizava que ia baixar a tarifa, e não baixou; subiu. Nos outros países, a mesma coisa. E houve um racionamento – o Prof. Pinguelli já explicou aqui – com consequências gravíssimas para a economia nacional. E, como o Prof. Pinguelli também falou, não foi só no Brasil: Nova York ficou quatro dias no escuro; a Califórnia se apagou completamente; houve apagões na Inglaterra; houve apagões em outros países europeus. Isso levou todos esses países a repensarem. "Espere aí. Esse negócio aqui... Está certo que nós podemos trazer a iniciativa privada para investir nesse setor, mas ele tem que ter uma certa regulação e tem que haver uma presença também dos Estados em componentes nessas empresas até se ajustarem esses mercados." E se começou a fazer uma transformação. E no Brasil também veio isso.

Em 2004, todo aquele modelo que foi implantado na década de 90, que levava a essa competição pura e simples, à privatização das empresas, foi estancado naquele momento. E houve muitos ajustes, por exemplo: a licitação para construção de novas usinas no Brasil era feita, então, nesse período, por quem pagasse o maior prêmio para ser dono daquela usina. Isso levou a uma explosão na tarifa. Ou seja, há algumas usinas melhores, usinas hídricas, e o comprador sabia que, depois de amortizado aquele investimento, ela ia ficar muito barata e ia permitir um lucro muito excessivo. Ele fazia uma aposta elevada naquilo. E tivemos usinas sendo compradas com mais de 2.000% de ágio nesse período até 2002. Isso fazia o quê? Ia para a tarifa de energia; era repassado totalmente para as contas de energia.

A partir da reforma, que foi a Lei 10.848, feita em 2004, reverteu-se essa lógica. Primeiro, o foco principal foi segurança energética, garantir energia para o País; e, segundo, com modicidade tarifária. Como era buscado isso? Primeiro se mudou todo o critério, porque antes a distribuidora era a responsável por atender seu mercado, comprava energia do jeito que quisesse. Então, ela que cuidava disso. Você não tinha qualquer instrumento de planejamento e controle da execução das obras que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantissem no futuro que o Brasil teria energia elétrica se houvesse um processo qualquer de crescimento.

Então, isso foi mudado. Toda contratação de energia no Brasil passou a se dar através de leilões públicos, e o critério era o de menor preço da tarifa, para não elevar o preço da energia. Então, isso sinalizava. Primeiro, a gente contratava energia com cinco anos de antecedência, ajustava com três anos de antecedência, sempre com contratos, e todas as distribuidoras eram obrigadas a estar 100% contratadas. Se ela não estivesse 100% contratada, ela teria penalizações muito fortes que acabariam inviabilizando a atividade de distribuição. Ela tem penalizações muito fortes que acabam inviabilizando a atividade de distribuição. Então, ela era obrigada a contratar. E como é que ela contrata? Leilões públicos pelo menor preço da energia. Isso foi fundamental para o País.

Depois disso, a outra modificação que houve foi – também suscitada pelo Prof. Pinguelli – a da MP 579, de 2012, que cuidou de quê? Daqueles ativos que já estavam depreciados e amortizados. E aí concordo com o argumento que o Pinguelli também usou. O problema... A gente discutiu muito isso, quando da elaboração da 579, e propusemos ao Governo que fosse feita uma transição, que houvesse tempo até, porque a Eletrobras, como era dona dos maiores ativos já depreciados e amortizados, teria uma queda muito brusca na sua receita. Então, ela teria que ter um tempo para se preparar.

Isso, realmente, todos nós que participamos daquele processo discutimos, mas havia toda uma pressão da sociedade para que o resultado dessas mudanças de apropriação dos valores dessa energia já amortizada em prol da sociedade fosse feito de uma forma mais rápida possível. Todo mundo clamava naquele momento e reclamava do custo de energia no Brasil. Eu vinha para dentro do Congresso Nacional – era Diretor da Aneel – para explicar, o tempo todo, todos me perguntando por que o Brasil, se tinha tanta usina hídrica com custo tão baixo, tinha o preço final de energia mais caro do mundo. Ninguém sabia se era o mais caro do mundo, mas a pressão era essa. Tivemos que dar resposta, e isso foi feito através da medida provisória.

Então, hoje eu tenho uma visão muito clara de por que, por exemplo, eu não privatizaria uma empresa como a Eletrobras. Eu falo através de números, o que foi muito bem constatado por nós. Por exemplo: o modo como contratamos transmissão no Brasil. A gente até considera a questão do monopólio natural, mas conseguimos colocar uma competição na transmissão, de modo a tentar reduzir o custo, e funcionou muito bem. Muitos países já estão querendo copiar o Brasil. Refiro-me aos nossos leilões de transmissão, em que eu tenho a gestão toda, o cara é simplesmente é um operador e não tem controle sobre nada. O nosso controle todo é realmente do País, de como é que a energia vai circular ali.

Mas esse modelo foi implantado nessa reforma, ainda no governo de Fernando Henrique, lá em 1997. E começaram a acontecer os leilões. Só que naquele momento todas as empresas do Grupo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eletrobras estavam no PND (Plano Nacional de Desestatização), estavam proibidas de participar dos leilões.

Então, é só a gente pegar esses resultados – eu tenho isso numa planilha, todos os resultados, ano a ano, dos leilões de transmissão. Até 2002, sem a presença do Grupo da Eletrobras, quais eram os deságios nesses leilões, os descontos do preço teto que era fixado por leilão? Eram 0%, 2%, 1%, 5%. Desse período de 1997 a 2002, houve dois lotes só de leilão de transmissão, e houve deságios acima de 30%: um que se deu em Minas Gerais e outro no Paraná, porque as empresas estaduais que tinham interesse em adquirir, ter o controle daquela linha de transmissão entraram de fato competindo nesses leilões.

A partir de 2003 – o Sr. Pinguelli viveu isso lá na Eletrobras –, as empresas do Grupo Eletrobras foram tiradas do PND e foram liberadas, então, para participar dos leilões. Eu concordo também, como ele colocou, que há espaço para todo mundo investir no setor de energia no Brasil; empresas privadas e empresas públicas. Mas qual é o papel, então, da Eletrobras? Elas foram liberadas simplesmente e começaram a atuar minoritariamente consociadas com empresa privada. Mas só que ela tem um elemento fundamental: ela é um corpo, um elemento do Governo, que tem a sensibilidade do que vai ser essa energia, e é capaz de formar mais consórcios, usando até suas empresas para que busquem soluções diferentes para aqueles projetos e busquem reduzir o custo dessa energia. E começou, de fato, a haver competição no Brasil.

A partir, então, de 2003, com a presença de empresas do Grupo Eletrobras, houve esses resultados todos – estão lá nos relatórios da Aneel dos leilões de transmissão. Todos os leilões passaram a ter deságio acima de 30%, sendo que os trechos de linhas maiores... Por exemplo, a interligação Norte-Sul, as grandes linhas de transmissão que interligavam o Norte e o Nordeste com o Sudeste brasileiro e que permitem uma otimização imensa do sistema elétrico nacional: essa linha, por exemplo, foi licitada, se eu não me engano, em 2005, 2006, por aí, e deu um deságio de 69%. Ou seja, começamos a ter deságio de 50%, 60% das linhas de transmissão.

Então, ali, para mim, ficou já claríssimo que a Eletrobras tinha um papel fundamental num mercado que é extremamente oligopolizado, em que são pequenos, pouquíssimos grupos que controlam esse setor da economia. E toda teoria de regulação econômica, tudo que implantaram nessa teoria liberal no mundo, por exemplo, para competição em geração, foi implantado e deu algum resultado onde a matriz dos países era composta por uma infinidade de usinas térmicas pequenas. Elas disputavam e conseguiam um preço mais barato de combustível; eu consigo botar competição entre elas e ter alguma redução de custos. Onde há muita usina hídrica, ou não só usina hídrica, como hoje também as nossas eólicas e solares, que estão entrando na matriz e são fontes – essas duas novas fontes que eu citei – intermitentes, elas não são sensíveis a preço. Aí os economistas que vão discutir vão colocar isto: não há lógica econômica em você falar que vai botar uma competição dessa forma, porque não existe essa possibilidade. Existe para um setor térmico, em que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu boto um monte de pequenas usinas e deixo-as competir para vender energia. E vai gerar quando a gente precisar dela, senão não há.

E eu vivenciei, quer dizer, eu estava no ministério e coordenei; eu estava como ministro interino quando licitamos a usina de Santo Antônio; preparamos o leilão de Jirau; e estava na Aneel quando coordenei o leilão de Belo Monte. E eu faço uma análise simples, que vocês recuperam nos jornais.

Por exemplo: leilão de Belo Monte. No leilão de Belo Monte, havia uma disputa muito grande. Havia um grupo de uma empresa da Eletrobras que já formou um consórcio, outro tentando formar outro consórcio. E sem uma empresa com a *expertise* e a capacitação de uma empresa do grupo Eletrobras, ninguém entra numa licitação de uma usina grande. Isso aconteceu com Santo Antônio, com Jirau e com Belo Monte.

Ou seja, estudamos, inclusive, dentro do Governo, opções, alternativas. Por exemplo: a Eletrobras não participaria diretamente do leilão e seria uma espécie de noiva, ou seja, ela teria direito de ficar com 49% da usina e entraria depois do leilão, para permitir que a iniciativa privada disputasse quem se associaria com a Eletrobras. Mas aí alguns juristas argumentavam que poderia haver questionamento, em função de que se estava dando um privilégio para a Eletrobras, de já virar dona da usina, tudo... Então, em função disso, liberou-se para que as empresas se associassem com grupos diferentes e disputassem o mesmo leilão.

No leilão de Santo Antônio isto foi claro: houve uma disputa pesada, principalmente com algumas construtoras grandes que já estavam à frente daquele empreendimento e que discutiam com o Governo que seria inviável construir aquela usina por menos de R\$140 o megawatt-hora, que era o preço dado da energia – quer dizer, no leilão de energia no Brasil, a gente não licita a obra... Eu não vou pagar para construir a usina hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA – Eu faço uma licitação, e ganha quem oferecer... Quer dizer, construir e, depois, operar e manter aquela usina por 30 anos, com os contratos garantidos com todas as distribuidoras do Brasil, pelo menor preço.

Então, eles defendiam que teria que ser R\$140. Com Belo Monte foi assim: tem que ser R\$140. Tanto que, em Belo Monte – basta olhar nos jornais –, no meio do processo do leilão, antes de acontecer o leilão, as grandes empreiteiras nacionais todas comunicaram – foi manchete em todos os jornais brasileiros – que estavam se afastando e não iam participar do leilão de Belo Monte porque aquele preço era inviável; que não era possível aquela usina ser construída por esse preço, e que não participariam. Ora, se também não houvesse as grandes construtoras, não se construiria a Usina de Belo Monte. Era fundamental isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que isso foi uma grande dificuldade. Quiseram que o governo cancelasse o leilão, inclusive em cima da hora – na véspera do leilão, ele esteve na iminência de ser cancelado –, para impor esse preço. Mas a gente conseguiu segurar, e foi feito o leilão. E por quanto saiu o leilão? Por R\$62 o megawatt-hora... Não; por R\$78 o megawatt-hora. Mas de 78 para 140 não é grande coisa, não é, Prof. Pingueli? São R\$62 de diferença só!

Aí, nós vamos fazer uma continha simples. E eu tenho certeza absoluta: sem o grupo Eletrobras, aquela usina sairia, no mínimo, por esses R\$140 – no mínimo, porque poderia ser mais. O que significa a diferença desses R\$78 para esses R\$140, que dá R\$62 o megawatt-hora?

Megawatt-hora é o quê? Existe um tanto de megawatts. Quantos tem a Usina de Belo Monte? A Usina de Belo Monte tem o que a gente chama no setor elétrico de garantia firme, ou seja, é como se ela gerasse aquela quantidade de energia o tempo todo, 24 horas/dia, 365 dias no ano. Ela tem 4,5 mil megawatts médios, como a gente chama. Considerando que 80% dessa energia foram diretamente para o que a gente chama de consumidores das distribuidoras – uma tarifa regulada, cujo preço sai do resultado do leilão – e para um autoprodutor, porque os autoprodutores podiam comprar em Belo Monte diretamente também aquilo, para incentivar a indústria nacional, e também compravam. Quer dizer, 80%. Se eu considerar só 80% da energia, dos 4,5 mil megawatts, vão dar 3,6 mil megawatts. Se eu multiplicar isso por 24 horas do dia, 365 dias no ano, nós estamos falando já aí de 3,150 milhões de megawatts-hora. Então, no ano, ela está gerando isso aí de energia. Se eu multiplicar isso pelos R\$62 – que é pouquinho coisa –, eu estou falando em 1,950 bilhão por ano de economia para o Brasil; é o que dão esses R\$62. Agora, a Usina de Belo Monte tem um contrato de 30 anos com a sociedade brasileira – produtora e distribuidora. Trinta anos vezes quase dois bilhões. Nós estamos falando em R\$60 bilhões que a Eletrobras trouxe de economia para o País, ou seja, em forma de uma redução do preço da energia, que favorece as nossas famílias, que favorece as indústrias nacionais, que favorece todo o desenvolvimento regional e industrial do País – R\$60 bilhões.

Se somarmos as duas usinas do Madeira, que dá outro montante dessa energia, em que a proporção foi, mais ou menos, a mesma, só com essas três usinas nós estamos falando de R\$120 bilhões. E ficamos falando aí em vender uma Eletrobras por 20 milhões.

Então, eu falo isso hoje com números. É absolutamente objetivo. Não estou fazendo nenhum raciocínio ideológico nem nada. São números e a importância de se ter uma empresa que tenha relação e responsabilidade com o País.

E, aí, até preocupado com isso, eu fui olhar o seguinte: mas como é que funciona isso nos outros países? Porque uma coisa, como eu falei, é você competir com usina térmica; outra coisa é com hídrica. E como é que funciona quem tem muita energia hídrica no mundo? Quem tem muita energia hídrica no mundo? Primeiro, os países que têm mais energia hídrica no mundo, em termos de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade instalada, são: China, Brasil, Canadá, Estados Unidos e, depois, um pouco abaixo, Noruega, Rússia, Índia.

Agora, proporcionalmente – por isso que eu falei com você –, outro país importante, também, que tem renovável é a Noruega. Na Noruega quase 100% da energia é hídrica, pura. Então, totalmente renovável. E o Brasil, quer dizer, os mais representativos percentualmente em relação à sua matriz são Brasil, Canadá e Noruega.

Mas como é que esses países trabalham com a sua energia hídrica? Eles privatizaram e botaram para competir no mercado? Venderam suas empresas? A Noruega o que fez? A Noruega, desde o início, descobriu, por conta da primeira usinazinha que eles viram lá: "Isto aqui é um ovo de Colombo!" Eu gasto muito dinheiro para construir uma usina hídrica, mas, depois que eu construí e paguei ao banco, amortizei, o custo de operação e de manutenção disso é próximo de zero, é muito baixo. É uma energia baratíssima e que me vai permitir desenvolver o país. Então, os noruegueses colocaram na sua Constituição em 1909 – e está lá até hoje, escrito – o seguinte: olha, eu vou te dar a concessão de uma usina hídrica; depois que você a tiver pago e amortizado, ela voltará para o Estado, e ele colocará lá uma empresa estatal norueguesa que opera aquela usina, remunerada a preço de custo, ou seja, paga para ela o custo de operação e manutenção, e mais uma remuneraçãozinha para ela operar aquilo, pega essa energia e patrocina desenvolvimento industrial, desenvolvimento do país, regional e tudo o mais.

O que o Canadá faz? No Canadá é a mesma coisa – o Prof. Pinguelli já citou aqui a Hydro-Quebec, que é de uma província, a do Quebec. Mas não só o Quebec: em outras províncias do Canadá que têm muitas usinas hídricas o que se faz? Todas elas têm uma empresa estatal, 100% estatal, pertencente àquela província – porque lá a regulação se dá em cada província, são os Estados canadenses. E no Quebec é assim, o Quebec é igual ao Brasil – tudo é hídrico. E, como o Prof. Pinguelli já falou, eles vendem, inclusive, energia para os Estados Unidos; mas vendem. Mas como é que a província de Quebec fez? A província falou o seguinte: primeiro, essa energia é nossa; e agora você já amortizou. Então, você vai fazer o seguinte: quando eles foram exigidos pelo governo americano... Houve uma regulação da Agência Reguladora Americana em que para vender energia lá você tinha que desverticalizar as empresas, ou seja, separar geração, transmissão, distribuição, etc. Você tinha que cumprir aquele regulamento do governo americano para poder vender energia para o mercado americano. Os canadenses fizeram. Fizeram a Hydro-Quebec geração, transmissão, distribuição, comercialização –, todas 100% estatais. E aí colocaram na lei: Hydro-Quebec, primeiro você vai entregar aqui para a nossa província 165 TWh (terawatts-hora) – não precisam se preocupar com a sigla, não, mas isso representa toda a energia consumida na província de Quebec – a preço de custo; custo de operação e manutenção dessas usinas. Você vai me entregar isso aqui a preço de custo, a uma tarifa regulada. O restante que você produzir você pode vender para quem quiser. E ela vende para o mercado americano, ganha muito dinheiro lá e tal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu fui pesquisando mais. "Não, mas no Canadá..." Quando a gente começa a perguntar: "Mas e a China?" Na China, claro, é tudo estatal. "Ah, na Rússia..." Na Rússia também era estatal, mas depois foi tudo privatizado, depois do fim da revolução. O que os russos fizeram? Também mantiveram empresas com controle do Estado, e são donos das usinas hídricas deles. Aí a pessoa diz: "Ah, então vamos ver os Estados Unidos, porque os Estados Unidos criaram essa história toda da competição, desse mercado liberal, essa teoria toda. Como é que eles fazem com as usinas deles?"

As pessoas dizem que é mentira essa história dos Estados Unidos. É só pesquisar no Google. Coloque assim: "*hydropower plants in USA*". Aí vocês vão achar. Vai vir de cara um documento do Departamento de Energia dos Estados Unidos, que é o órgão máximo deles. Lá nos Estados Unidos não há ministério de energia. Existe uma secretaria de economia e, embaixo, há um departamento de energia que controla a parte de energia.

Há um documento oficial deles... Já coloquei – está numa entrevista, num jornal aí – o gráfico tirado do Departamento de Energia dos Estados Unidos, em que 78% da energia hídrica dos Estados Unidos está na mão do Estado: metade do Governo Federal e os outros vinte e tantos por cento na mão dos Estados mesmo, de outros Estados. Tudo estatal.

O que é que sobra daquilo ali? Pequenas usinas, pequenas usinazinhas regionais... Hoje, praticamente de 2000 para cá, só se construíram usinas hídricas que a gente chama "de bombeamento", que bombeiam água de volta para a usina, para gerar uma área de ponta. Essas aí são algumas atuações que tendem a ser privadas. As grandes usinas, não.

E há outra: de 78 mil megawatts de energia, ou seja, 21 mil, isto é, mais de 25% das usinas americanas são operadas pelo corpo de engenheiros do Exército americano, um misto de segurança nacional mais segurança energética.

E para quem é essa energia? Essa energia é entregue para agências de desenvolvimento, para agências estaduais que atraem empresas, como uma grande empresa da indústria brasileira, que, vendo o preço subindo demais no Brasil, implantou uma indústria de desenvolvimento de silício, enriquecimento de silício... Esse cara esteve comigo, discutindo, lá na Aneel. Eu não acreditei. Falou que estava com proposta para o Canadá, Estados Unidos. Eu não acreditei, e ele me mostrou as propostas. E, depois, ele foi mesmo. Foi para onde? Para o Vale do Tennessee. Já está lá, sendo implantada, a indústria. Por quê? Por uma tarifa; pelo custo dado pelo Governo americano.

O Tennessee Valley Authority é uma entidade controlada pelo Governo Federal americano, que é dono dessa energia e que faz política de desenvolvimento regional, industrial, com essa energia amortizada. Ou seja: ninguém abre mão desse valor que é uma usina hídrica.

Então, a minha discussão não é ideológica, não é nada, é absolutamente pragmática. Num país, principalmente num País como o nosso, onde nós temos uma economia ainda, um mercado imaturo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que, sem a presença de uma empresa como o Grupo Eletrobras, nós vamos ficar completamente na mão de grupos que não têm qualquer interesse no desenvolvimento do Brasil, a não ser o lado de dar o retorno e de aumentar o valor da ação dos acionistas privados, os donos daquelas ações.

Então, terminando, só uma conclusão: está bem, vamos vender a Eletrobras. Quem é que vai comprar a Eletrobras? Não tenham dúvida, gente. Nós vamos nos desfazer de uma estatal brasileira e vamos ter todos os nossos grandes parques hídricos e a nossa transmissão na mão de uma estatal estrangeira, muito provavelmente chinesa. Mas pode ser também uma italiana, pode ser uma francesa, pode ser... Porque todos esses grandes países têm, no seu setor de energia elétrica, uma grande empresa controlada pelo Estado. Este é o resultado: vamos transferir o controle do Estado brasileiro para um outro Estado.

É essa a minha conclusão. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a contribuição valiosa de Nelson Hubner, que foi, inclusive, nosso Ministro de Minas e Energia e, portanto, fala aqui com muita experiência, com muito conhecimento de causa.

Nós vamos agora, imediatamente, passar a palavra para Fabíola. Em seguida, vamos imediatamente passar para os Senadores, pela ordem de chegada – o Senador Lindbergh acaba de chegar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só estou querendo justificar, Senadora Fátima. Desculpe-me. Eu sou o Líder do PT, e o Senador Eunício chegou ao plenário. Eu vou ter que ir para lá.

Eu lamento, porque este tema aqui é de muito interesse meu e da minha atuação, mas hoje nós estamos numa discussão sobre a reforma política – eu estava numa reunião de Líderes –, porque não se votou a reforma política até agora. Eu quero até justificar por que não há mais Senadores aqui.

Mas falo da importância, esta audiência pública vai ser retransmitida várias vezes...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Lindbergh, permita-me. Nesse caso, nós podemos agora...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu só estou justificando a minha saída.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... facultar a palavra a vocês. Acho que a Senadora Regina concorda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, Senadora. Não vou fazer isso, não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só estou justificando e lamentando, Prof. Pinguelli, porque eu queria estar aqui desde o começo, participando de cada detalhe, mas vamos ter oportunidade... Nós temos que insistir com audiências públicas aqui nas mais diversas comissões. Nós aprovamos outro na Comissão de Assuntos Econômicos, que é na terça-feira pela manhã, um horário em que eu acho que a gente... Vai ser um debate em que vai ter que haver os dois lados, e é muito importante. Então, a gente tem que insistir no caminho feito pela Senadora Fátima Bezerra. Por isso, eu lamento não poder participar e ter que sair agora.

Parabenizo a Senadora Fátima, pela iniciativa, e todos os senhores e senhoras que vieram aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k..

Com a palavra a Fabíola, que representa aqui a Confederação Nacional dos Urbanitários.

A SRª FABIOLA LATINO ANTEZANA – Boa tarde a todos e a todas.

Senadora Fátima, muito obrigada pela oportunidade de compor a Mesa.

A Comissão de Desenvolvimento Regional é a primeira comissão, aqui no Senado, que está chamando audiência pública para debater a questão da privatização do Sistema Eletrobras. Temos outras já agendadas. O próprio Senador Hélio está agendando uma na Comissão Senado do Futuro, e hoje está acontecendo paralelamente uma reunião da Comissão de Infraestrutura, que está debatendo como vão se fazer outras audiências públicas. Então, a gente está vendo que esse tema está ganhando a importância que deveria ter, tendo em vista a importância do setor elétrico para o desenvolvimento do nosso País.

Eu sou engenheira florestal de formação – também não sou técnica do setor – e trabalhei diretamente nas áreas de desenvolvimento regional dentro da Eletronorte, que é uma das subsidiárias do Sistema Eletrobras e que talvez juntamente com a Chesf sejam hoje as duas empresas que ainda possuem altos investimentos para o desenvolvimento regional das Regiões Nordeste e Norte, até pelas especificidades do Nordeste e do Norte. Então, há algumas características das nossas empresas que não são computadas nos nossos balanços, mas que nos são cobradas pela forma como hoje a Eletrobras compõe as suas ações nas bolsas de valores e pela própria sociedade.

A Chesf, assim como a Eletronorte, possui investimento em hospitais porque, se não fosse esse recurso investido nos hospitais, nos interiores dos Estados, o próprio Estado não se faria presente. Então, é a mão do Estado que chega para esses Municípios pequenos. Existem projetos de geração de emprego e renda com as comunidades atingidas, com as comunidades ribeirinhas, com as comunidades indígenas, e é uma *expertise* que apenas as empresas do Sistema Eletrobras possuem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não temos uma empresa hoje da iniciativa privada que pode dizer que conhece como é a negociação para a implantação de uma usina hidrelétrica de grande porte, como foi o caso de Santo Antônio e Jirau e o caso de Belo Monte. Com todas as controvérsias com o movimento social, com o movimento ambiental e com o movimento indígena, essas usinas foram construídas, e todo esse processo de negociação foi levado pelos profissionais do Sistema Eletrobras, especificamente das empresas que estavam envolvidas no processo de construção dessas usinas.

Acho que está muito clara, na verdade, a importância que o Sistema Eletrobras possui. É um sistema altamente complexo, desde a forma como ele se regula até a forma como ele é composto – as empresas de geração, a transmissão, a questão da distribuição. Parte da distribuição é privada, parte da distribuição é federalizada. Essas nossas empresas federalizadas, inclusive, foram as primeiras a entrar num processo de privatização. Quando o Sistema Eletrobras não renovou a concessão das nossas seis empresas distribuidoras – Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Boa Vista e Rondônia –, esse processo ali se iniciou. E esse processo veio e tomou conta, na verdade, de todo o Sistema Eletrobras. E não só do Sistema Eletrobras; a gente já está assistindo a isso em vários outros setores da nossa economia.

Agora, no Sistema Eletrobras, a gente percebe que a sãnie é tão grande, é uma sãnie entreguista tão grande por que está passando o nosso País, que se começa um processo de reestruturação no Sistema Eletrobras com a promessa exatamente de tentar sanear as empresas e trazê-las à competitividade. Vários projetos são implantados, vários anúncios ao mercado são feitos com a promessa de que essas empresas se tornariam novamente competitivas...

(Soa a campainha.)

A SRª FABIOLA LATINO ANTEZANA – ... e não se dá tempo para que essas empresas apresentem o resultado.

Vem uma proposta de alteração no marco regulatório, que altera absolutamente tudo, toda correlação de forças; não é só uma questão de privatização que está colocada ali com relação aos ativos que vão ser descotizados, mas coloca-se uma alteração na nossa matriz energética, como bem foi colocado. O Plano Decenal de Energia coloca, de forma clara e explícita, que a energia térmica vai ganhar espaço. E a gente vai perder uma das grandes prerrogativas que o Brasil tem hoje, que é dizer que tem uma das matrizes mais limpas do mundo.

Estamos caminhando na contramão do que foi colocado aqui pelos especialistas do setor.

Recentemente saiu uma matéria – de ontem para hoje – na *Folha* de que a Europa está preparando uma legislação para impedir aquisições de empresas estratégicas pelos chineses. Sobre isso já há um acordo entre Berlim, Roma e Paris. E a ideia qual é? É, alegando a segurança nacional e a ordem pública, criar ferramentas que impeçam o avanço dos chineses, porque está claro que quem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje é uma potência e pode fazer aquisições desse porte são os chineses. É o que está acontecendo aqui. Já foi colocada a questão dos Estados Unidos. A Austrália recentemente também alterou sua legislação – em questão de menos de 30 dias, eles fizeram uma alteração na sua legislação também para proteger o seu setor energético. E nós, aqui, estamos caminhando na contramão desse processo.

Nós temos propostas concretas, que foram apresentadas num seminário e foram entregues em alguns espaços nos quais pudemos nos fazer presentes.

Estatização do sistema elétrico: o que hoje é estatal, de fato ser estatal e público, sem a pressão do mercado sobre as nossas empresas para que deem lucros? Porque o nosso serviço é um serviço público genuíno. No sentido genuíno na palavra, nós fazemos prestação de serviço público.

Criação de uma empresa pública de distribuição federalizada: a gente tem a clareza de que essas empresas não vão ser compradas por nenhuma empresa privada pela característica que elas possuem e pelos locais onde elas atuam. Elas serão compradas, serão usadas e serão devolvidas ao Estado brasileiro, como já aconteceu no passado com diversas outras empresas.

Só para que vocês tenham uma ideia, já está colocada pela Aneel a reabertura da Audiência Pública 32, de 2017, que está debatendo o percentual de aumento na tarifa de energia elétrica para esses seis Estados no processo de venda dessas empresas. Então, quem comprar essa empresa vai comprar sabendo que a energia vai aumentar 13% acima do que vai aumentar a nacional.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Repita, aí, Fabíola. Como é? A Aneel já está...

A SRª FABIOLA LATINO ANTEZANA – A Aneel reabriu a Audiência Pública 32, de 2017, que está tratando dos estudos de qual percentual vai ser aplicado para os Estados onde estão concentradas essas distribuidoras. Então, no Amazonas, tem o valor de 9,8%. Quem comprar a Distribuição Amazonas vai poder, de cara, aplicar um aumento de 9,8 na tarifa de energia da população do Amazonas. A que vai aumentar mais é Boa Vista, Roraima: 10,1%. Isso acima do que já foi colocado pela própria Aneel, que, com o processo de descotização, como foi colocado aqui pelo Prof. Pinguelli, já vai trazer um aumento de 17. Então é 10 em cima de 17. Isso para começar. A gente não tem noção de onde isso vai parar.

A Argentina, recentemente, que teve o seu parque todo privatizado há dois anos, anunciou que o aumento de energia ficou em algo em torno de 700% – em dois anos. E eu acho que não é esse o exemplo que o Brasil quer perseguir.

Nós do movimento sindical temos atuado junto com os movimentos sociais, para fazermos uma luta... Não é uma luta corporativa, não é uma luta em defesa dos empregos dos eletricitários, até porque nós entendemos que as nossas empresas são empresas públicas e fazem prestação de serviço público. Nós somos agentes de desenvolvimento regional, nós somos agentes de segurança nacional,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós somos um agente que garante a soberania energética para o País, e nós temos de garantir a modicidade tarifária na essência da sua palavra.

Então, nós temos feito diversas campanhas, lançamos a campanha: "Energia Não é Mercadoria". É uma provocação para o papel da energia nesse processo de desenvolvimento e pela forma como está sendo colocado: arrecadar de 20 a 30 bilhões, enquanto se anistia a dívida de 25 bilhões do Banco Itaú e de 17 bilhões do Funrural, como foi anunciado de ontem para hoje, porque não se quer comprar uma briga com a Bancada ruralista do Congresso; 42 bilhões que poderiam estar entrando nos cofres, ajudando na salvação dessa dívida pública e deixando as empresas estatais ali continuarem com o seu trabalho.

Na semana que vem estaremos participando das audiências públicas que foram chamadas aqui, no Senado e na Câmara, e, no dia 3 de outubro, faremos um grande ato nacional no Rio de Janeiro. Movimentos sociais, movimentos sindicais de diversas categorias – são os bancários, são os moedeiros, são os eletricitários, são os petroleiros – estarão no Rio de Janeiro, no dia 3 de outubro, em defesa da soberania nacional. Paralelamente a isso, teremos, em vários Estados, atos e paralisações nas nossas empresas.

Essa é a forma que a gente tem de colocar para a sociedade que "Energia Não é Mercadoria", e temos de estar atentos a essa forma entreguista como Governo está querendo colocar todas as nossas empresas, dando-as de mão beijada para os chineses. Porque é isto que eles estão fazendo: estão colocando as nossas empresas numa bandeja e entregando para o capital estrangeiro. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento também a Fabíola, que falou em nome dos urbanitários – uma fala tão qualificada, que expressa aqui também, a exemplo dos especialistas, os nossos convidados que participam dos debates, sobretudo o compromisso com o País; a responsabilidade para com um projeto de desenvolvimento nacional, que não pode prescindir jamais de um ativo fundamental estratégico, que é o ativo que diz respeito à questão do setor elétrico.

Nós vamos passar agora... Eu vou pedir compreensão aos senhores e senhoras, até porque esse ciclo de debates, como disse o Senador Lindbergh, está apenas se iniciando, Prof. Pinguelli, aqui no Senado Federal. Nós vamos ter várias outras audiências. É por isso que eu quero pedir compreensão aos demais, porque a Ordem do Dia já começou, já está inclusive em procedimento de votação.

Eu vou agora passar a palavra para a Senadora Regina e o Senador Hélio José, para que a gente possa encerrar a presente audiência pública, uma vez que temos de nos dirigir ao plenário da Casa, porque está inclusive em curso uma votação neste exato momento.

Senadora Regina e, em seguida, o Senador Hélio José.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É muito rápido, Senadora Fátima.

Eu quero me justificar, porque estive ausente. Hoje passei o dia no gabinete porque estou acometida de uma gripe alérgica – este carpete aqui, na hora em que eu entro na sala, parece que vem para a minha garganta. Então, eu fiquei o tempo todo lá no gabinete assistindo, e só agora vim aqui.

Quero dizer que o debate está realmente começando: a questão de dizer se é estratégico ou não, se é importante para o desenvolvimento regional ou não. É óbvio que é, pois as regiões mais pobres é que vão sofrer mais. Nenhuma empresa privada vai levar luz subsidiada para uma pessoa que mora lá no pé da montanha, subir morro e descer morro com poste e com fio para botar luz no pé do morro, para uma casinha que existe lá. Isso não vai existir. Então, quem teve já teve, e quem não tem não vai ter mais o Luz para Todos, por exemplo. Então, é lógico.

Agora, o debate aqui tem de se qualificar. Eu acho importantes as audiências públicas, mas eu queria falar especialmente para a minha companheirinha ali do movimento sindical. Eu fui sindicalista do Sindicato dos Bancários e sempre falo isto quando discuto com um sindicalista: você está certa, o discurso corporativo não emociona mais ninguém, não mexe mais com ninguém. "Ah, estão defendendo o emprego deles..." Tem que conversar com a população.

Eu gosto de citar o Papa Francisco. Num texto ele fala – ele passou três semanas escrevendo textos falando de sindicatos – exatamente isto: conversar. Porque a gente tem mania de conversar com os incluídos; vamos conversar com os excluídos. As cartilhas que vocês fizerem não vão distribuir na categoria, porque a categoria está cansada de saber tudo isso aqui. A cartilha tem de ser feita lá para a periferia, para o electricista que mora lá, que faz a gambiarra porque deve R\$2 mil de energia, não pode pagar, e liga lá a energia dele na gambiarra – ele sabe que com o setor privado dificilmente vai poder fazer isso –, para o pedreiro, para as pessoas da periferia.

É preciso ir conversar com aqueles cuja adesão a gente precisa ganhar para poder defender esse patrimônio. Só a gente, só a corporação, não vai conseguir. Então, fica aqui só mais este apelo: façam um material fácil de ler, ilustrado, para as pessoas entenderem o que vai acontecer.

A memória da privatização do Fernando Henrique está longe, já se esqueceu, as pessoas não se lembram mais. Até porque foi debatido mais com a elite pensante; as pessoas pobres não discutiram isso, não sabem o que aconteceu, para onde foi aquele dinheiro. Então, é preciso que a gente retome essa discussão do começo, agora.

É isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Hélio José foi...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Foi votar, porque está havendo votação nominal.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é.

Eu quero aqui, no encerramento das nossas atividades, mais uma vez agradecer a presença de cada um e de cada uma de vocês. Registro um agradecimento muito especial aqui aos nossos convidados, pela importância que eles trazem para um debate, repito, tão essencial, tão importante para o desenvolvimento do nosso País.

E eu diria que o Prof. Luiz Pinguelli Rosa traduziu aqui a preocupação de todos nós quando fez aqui um apelo para que se tenha um mínimo de sensatez. E essa sensatez, Fabíola, passa por um dado concreto, que é um governo em fim de mandato, um governo inclusive com o perfil que tem, um governo ilegítimo, porque é fruto da ruptura democrática... E vender a Eletrobras a preço de banana, como eles querem fazer, é também uma ruptura democrática. É uma ruptura com um País que precisa – e muito, muito ainda – avançar, do ponto de vista de garantir cidadania para o povo brasileiro.

Então, eu fico muito feliz quando vejo Jean-Paul Prates, com a experiência que tem, trazer a palavra dele aqui. E ele fala aqui, inclusive, do olhar do setor privado. Isso é muito importante. Muito importante!

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA (*Fora do microfone.*) – É importante para o setor privado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

É importante aqui a presença de Nelson, repito, pela experiência – Nelson foi Ministro de Minas e Energia –, e a presença do movimento social, do movimento sindical, através exatamente de Fabíola, que aqui expressou claramente a preocupação central que os sindicatos, que as confederações têm, nesse exato momento, por entenderem que a venda, a privatização da Eletrobras não vai fazer bem ao País, de maneira nenhuma. Pelo contrário, ela só vai trazer prejuízos e mais prejuízos, por aquilo a que, inclusive, o Prof. Pinguelli aqui chamou a atenção, repito, com a propriedade que ele tem, quando disse que vai encarecer o custo da energia e, conseqüentemente, vai aumentar a tarifa de luz, e quando ele aqui chama a atenção a que isso, inclusive, não vai resolver, de maneira nenhuma, o problema do rombo, o problema do déficit das contas públicas no nosso País, e, sobretudo, ao atentado que isso é à questão da soberania.

E eu, Prof. Pinguelli, ainda acrescento aqui uma outra grande preocupação que será objeto dos próximos debates que nós vamos fazer, que é a questão da gestão das águas. Está aí o projeto de integração das bacias do São Francisco, um sonho sonhado de séculos, finalmente em via, já, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conclusão; projeto que só foi possível graças à ousadia do Presidente Lula e à determinação da Presidente Dilma, que, mesmo em meio àquele período de sabotagem da qual ela foi vítima, que resultou naquele afastamento, naquele golpe parlamentar que o País sofreu, mesmo assim, fez um esforço enorme e deixou a obra mais de 95% concluída. Hoje é nosso dever, como agentes políticos, cobrar a conclusão dessa obra, mas, para as águas do São Francisco chegarem ao Rio Grande do Norte e aos demais Estados do Nordeste, é preciso haver gestão, a gestão do uso dessas águas.

E há um ativo fundamental, que é a questão exatamente da energia; o papel que a nossa Chesf desempenha. Eu quero aqui dizer que, no tocante à questão da gestão das águas, se o capital privado, provavelmente estrangeiro, passar a controlar a Eletrobras, a própria gestão das águas ficará em suas mãos, o que inclui questões como abastecimento humano, navegação e irrigação. Por exemplo: a Chesf é o principal ator na gestão das águas do São Francisco. Privatizá-la significa submeter o rio ao interesse privado, colocando em risco atividades como abastecimento humano, agricultura irrigada e pesca. Isso aqui é mais uma dimensão da complexidade que é o tema da questão da privatização da Eletrobras.

Eu quero, permitam-me, neste momento, passar a palavra aqui ao Prof. Luiz Pinguelli Rosa. Eu gostaria que ele encerrasse a nossa audiência fazendo aqui o chamamento à sociedade e ao próprio Congresso.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Uma coisa importante é que não houve nenhuma discordância na análise do problema em si entre todos os membros da Mesa. Eu acho que nós temos que levar essa briga adiante, e a proposta apresentada pela Fabíola já dá um rumo. Nós outros, políticos, acadêmicos, técnicos, devemos fazer a nossa parte, procurando esclarecer a população nas oportunidades que houver.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Fátima, se você deixar eu assumir para você ir votar e voltar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momentinho.

Com muito prazer, Senador Hélio José, vou passar aqui para V. Exª conduzir e encerrar os trabalhos, com toda propriedade, militante que é nessa área.

Eu gostaria só que V. Exª passasse a palavra ao Prof. Luiz Pinguelli, porque ele está só fazendo um chamamento aqui. Em seguida, ele lhe devolverá a palavra para que nós possamos encerrar a presente audiência pública e convocar para as próximas.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Eu já falei o que eu tinha que falar. Acho que está tudo bom.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Pinguelli, fale mais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Vamos só fazer uma foto. Só um momentinho. Vamos, Prof. Pinguelli, fazer uma foto nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer à nossa nobre Senadora Fátima Bezerra, que tão bem, brilhantemente, vem conduzindo a Comissão de Desenvolvimento Regional; cumprimentar o nosso querido Luiz Pinguelli Rosa, ex-Diretor-Presidente da Eletrobras; cumprimentar nossa querida Fabíola; Nelson Hubner, que foi Ministro de Minas e Energia, da Aneel; e o nosso colega Jean-Paul Prates.

Quero dizer o seguinte: realmente estamos estarrecidos!

Sou engenheiro eletricista de formação – minha turma foi de 1978 a 1982, na UnB. Passei na minha vida três anos e meio como concursado público da Eletronorte; depois, 27 anos como concursado público da CEB; e, atualmente, sou concursado público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Senador desta Casa.

É um absurdo o desserviço que o Governo do meu Partido – sou do PMDB – vem fazendo por nosso Brasil, por falta, talvez, de informação ou de cidadania, ou não sei o que é. Eu acho que o Nelson até relatou muito bem – eu pude ouvir o relato do Nelson Hubner – quando coloca que países importantes preservam exatamente o direito de terem essas questões estratégicas de energia sob o seu controle.

Esta é uma das várias audiências públicas que estamos fazendo sobre o tema. Eu, na Comissão Senado do Futuro, de que sou Presidente, vou dar continuidade, porque cabe à Comissão Senado do Futuro apresentar proposições para que a Casa faça novos projetos, exatamente para evitar coisas tão absurdas, como a de que estamos possivelmente sendo vítimas, caso uma proposta como essa vingue.

É um absurdo pegar uma Tucuruí, a maior usina hidrelétrica do Brasil, o controle de todo o funcionamento do nosso sistema, e colocar na mão de um possível adversário da nossa Nação num problema futuro qualquer que possa ocorrer. Isso é o fim do entreguismo e é o fim de toda a nossa soberania e de suas questões fundamentais. Do mesmo modo, pegam o Complexo de Xingó e o Complexo de Paulo Afonso e fazem a mesma coisa; pegam o nosso rio da integração nacional e o colocam sob o controle de outras nações. Então, quer dizer, é a Amazônia, é o Nordeste brasileiro, são companhias fundamentais como a Chesf, companhias fundamentais como a Eletronorte, que perdem possibilidade de funcionamento.

Então, eu acho que o povo brasileiro tem de reagir a tal descabro. Isso é um absurdo! Inclusive, eu acho que a gente deveria começar a fazer uma CPI do setor elétrico brasileiro para poder apurar essas questões como um todo. Se insistir nisso, Fabíola, eu, o nosso nobre Senador Eduardo Braga,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também é do PMDB e é do setor elétrico, e outros Senadores desta Casa não nos negaríamos a assinar uma CPI do setor elétrico brasileiro ou uma CPI das privatizações, uma outra, porque é absurdo o processo que ora é colocado, vendendo por preços irrisórios e tirando a nossa soberania nacional. É inexplicável. Inexplicável! Eu, sinceramente, não estou conseguindo entender.

Fiz essas considerações porque concordo com o que foi observado pelo Nelson, pelo que foi observado também pelo Jean-Paul – minha secretária estava aqui e me passou o que foi colocado por ele –, pelo Luiz Pinguelli e pela Fabíola, que muito bem explanou a necessidade de uma ampla organização nacional no intuito de se garantir o controle nesse setor prioritário. Se querem privatizar, vamos privatizar, vamos fomentar a energia distribuída, vamos fazer com que as pessoas coloquem energia solar para todo lado, e fotovoltaica, porque o Brasil tem teto, tem uma capacidade de mais de 28 mil gigawatts de energia solar fotovoltaica.

Se querem privatizar, vamos fazer o pessoal investir para pegar o nosso lixo, que é altamente rico, para fazermos geração de energia com nossos lixos, das cidades, gerando riqueza, energia e adubo! Vamos aproveitar nossa biomassa, e não pegar uma coisa que foi construída ao longo das vidas nossas como um todo – nós, aqui, que formamos o setor elétrico, nós todos aqui... Eu trabalhei minha vida inteira no setor elétrico. Fui, por dez anos, no Ministério de Minas e Energia, responsável pelo monitoramento do sistema elétrico nacional e sei o tanto que significa o risco de essas linhas de transmissão ou de essas usinas hidrelétricas serem repassadas para o capital privado, perdendo-se o controle do Estado.

Portanto, vou até evitar... Eu estava com uma série de perguntas aqui, mas, como temos que terminar, eu não as farei. Vou considerá-las para uma próxima, se vocês se propuserem a vir à Comissão Senado do Futuro mesmo – eu posso convidá-los – ou a outras comissões.

E, de repente, Fabíola, para você que está puxando junto com o movimento – o Borel está ali também... Eu já pedi, em nome da Bancada – sou coordenador da Bancada do Distrito Federal –, uma reunião com a Eletronorte para deixar claro que a nossa Bancada rechaça a questão dessa entrega da Eletronorte, uma empresa fundamental para o Distrito Federal, e também rechaça toda essa privatização e essa situação que está sendo encaminhada com relação a setores estratégicos do nosso País. Então, a gente queria fazer um apelo a você para discutir lá no comando, de repente, para a gente puxar uma CPI do setor elétrico e das privatizações indevidas e do entreguismo do Governo.

Como Relator da CPI da Previdência, já deixei claras as contas errôneas, a forçação de barra de falar que há um déficit da previdência que não existe, de somar contas impossíveis de serem somadas e de querer falar que a seguridade social tem déficit, sendo que a seguridade social não tem déficit nenhum. Então, nós também precisamos colocar a limpo a questão no setor elétrico e a questão nessas áreas estratégicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao nosso nobre Nelson Hubner, ao nosso nobre Jean-Paul, ao nosso nobre Luiz Pinguelli, à Fabíola e pergunto se algum de vocês ainda quer fazer alguma consideração para a gente poder terminar esta audiência.

Por favor, Jean-Paul.

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Eminentíssimo Senador, só para parabenizá-lo por sua postura e dizer que ela, proporcionalmente, é extremamente importante para todos nós, porque, justamente como a Senadora Regina salientou, pregar para os já pregados, para os já convertidos é, às vezes, válido, mas pregar para os não convertidos ou até para os adversários é corajoso, exige técnica, consciência, técnica operacional, política, como o senhor está demonstrando agora, e é importante que haja um vetor que leve isso para dentro do Governo e tente nos esclarecer qual a real intenção disso, porque, como eu disse aqui, isso não é possível fazer. É simplesmente impossível fazer essa privatização, mesmo que se quisesse, que se aceitasse, nesse período de tempo, com a complexidade que a gente mostrou aí, estatutária, jurídica, regulatória. Tantos são os impedimentos, tantos são os obstáculos, que isso só pode parecer um factóide.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Exatamente.

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Então, há que se esclarecer o factóide de dentro do Governo. A esta altura, pouco importa como cada um chegou ao Governo, ou não, mas é preciso saber qual a intenção real disso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza, Jean-Paul.

Obrigado.

Nelson, você quer fazer mais alguma consideração? (*Pausa.*)

Nelson Hubner.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA – Só quero agradecer realmente o convite desta Comissão. Tenho me disponibilizado a debater este assunto. Afinal, ficamos um bom tempo envolvidos aí com o setor, no Ministério, na Aneel, e acho que a gente precisa levar pelo menos um pouco dessa nossa experiência e levantar alguns pontos de debate que, às vezes, são omitidos na discussão pública a respeito de temas tão relevantes para a vida do País.

Então, estou totalmente disponível para participar de quaisquer discussões a respeito desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Nelson.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que cidadãos brasileiros como Monteiro Lobato, que tanto trabalhou pela Petrobras; como Itamar Franco, que está no céu, que tanto batalhou pela permanência da Cemig no setor elétrico; e como você, Nelson, que é do Conselho da Cemig... Todo mundo sabe que a Cemig é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil; uma empresa sólida, uma empresa que realmente tem totais condições.

Eu estava estes dias conversando com o Senador Anastasia no plenário, discursando, eu e ele. O Senador Anastasia é do PSDB e também é radicalmente contra esse processo entreguista, esse processo antinacionalista que está sendo colocado com relação ao setor elétrico.

Pinguelli, você quer fazer mais alguma consideração?

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.

Fabiola, mais alguma consideração? (*Pausa.*)

Fique à vontade.

A SRª FABIOLA LATINO ANTEZANA – Eu queria fazer um convite, Senador Hélio – sei que isto está sendo transmitido. Foi lançada a Rede Parlamentar em Defesa da Soberania Energética, e eu acho que é muito importante que todos os Parlamentares se somem a essa rede. Não é uma frente, é uma rede, em que todos terão oportunidade de trocar ideias. E o principal da rede – a nossa intenção – é poder transmitir a mensagem em tempo real a todos. Então, é uma mala direta de mensagens do que está acontecendo, de quais são os passos que o Governo está tomando.

Nós entramos na semana passada com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o Ministro de Minas e Energia por ocasião da consulta pública que foi aberta e encerrada sem que ele tivesse respondido os requerimentos que nós apresentamos. Eu acho que isso entra um pouco no que o Jean-Paul colocou, das medidas jurídicas, e isso também está sendo debatido por essa rede parlamentar.

E quero chamar a todos e a todas, porque o dia 3 de outubro será o Dia de Luta pela Soberania Nacional; todos os setores juntos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Fabíola.

Quero convidar a todos para, na próxima terça-feira, a audiência pública com o Ministro de Minas e Energia, na Comissão de Infraestrutura, quando vamos debater esse tema.

O meu gabinete – Gabinete 19 da Ala Teotônio Vilela do Senado Federal – está à disposição do setor para exigirmos todas as explicações necessárias do Ministro. Eu não creio que ele seja do setor...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem autoridade para ficar propondo esse tipo de situação para o sistema elétrico nacional, ainda mais à revelia de pessoas do setor, que estão aqui testemunhando o absurdo que é essa medida. Então, o meu gabinete está à disposição para que a gente debata esse assunto.

O Ministro é gente boa, mas nesse interim está totalmente equivocado, e nós temos que deixar claro que não dá para admitir e para permitir essa entrega do sistema elétrico nacional.

Muito obrigado, meus companheiros.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra, Elmano Férrer e Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Ronaldo Caiado, Pedro Chaves, Paulo Paim, Vicentinho Alves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 45 de 2017: "Plano de Trabalho da Avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, objeto do RDR nº 15/2017, aprovado em 23 de março de 2017, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Adiado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDR 43/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e da Senadora Ângela Portela. Finalidade: Debater o anúncio de fechamento de 1.300 agências de Bancos Postais dos Correios em todo o Brasil. Participantes: Guilherme Campos, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares - FENTECT; Walter Malieni Júnior, Vice-Presidente do Banco do Brasil (representante de: Paulo Rogério Caffarelli, Presidente do Banco do Brasil); Joarez Lima, Diretor Regional da Confederação Nacional de Municípios - CNM. Usam da palavra, os deputados federais Rafael Motta, Julio César, Zenaide Maia, Danilo Forte e Felipe Maia; o vice-prefeito de Currais Novos, Anderson Alves; e Esiedla Pereira, Diretora do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras dos Correios no Rio Grande do Norte. Resultado: Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/26>

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Então, vamos passar direto para a audiência pública.

Vamos passar para a segunda parte, que é a parte destinada a discutir o tema do fechamento de 1.300 agências de bancos postais dos Correios em todo o Brasil, atendendo ao Requerimento nº 43, de 2017, de minha autoria, subscrito pela Senadora Ângela Portela e outros Parlamentares.

Eu quero primeiro registrar aqui, com muita satisfação, a presença dos Parlamentares da Bancada federal do meu Estado, o Rio Grande do Norte: o Deputado Rafael Motta, do PSB; a Deputada Zenaide Maia, do PR; e, com muita satisfação também, registrar a presença aqui do Coordenador da Bancada do Nordeste, o Deputado Júlio. É muito importante a sua presença aqui.

Quero imediatamente convidar para a Mesa o ex-Deputado Guilherme Campos, que é o atual Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a quem agradeço, desde já, mais uma vez. Deputado Guilherme Campos, que passou por esta Casa. Fui colega dele também. Hoje está na presidência dos Correios e aqui atendendo ao convite da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Igualmente, com satisfação, quero convidar também o Sr. Walter Maliene Junior, Vice-Presidente do Banco do Brasil.

Tome assento aqui, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também convidar, com muita satisfação, José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares.

Rivaldo, venha para cá.

Fique aqui perto de Guilherme, porque hoje a gente vai resolver... *(Risos.)*

Eu espero que a gente saia daqui com uma solução, tanto para manter os bancos postais no Rio Grande do Norte, no Nordeste e em todo o Brasil e que, de repente, a gente possa avançar também nas negociações da greve. Não é, Walter? *(Risos.)*

Por favor, quero convidar aqui o representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). *(Pausa.)*

Não chegou ainda.

Nós temos aqui o Vice-Prefeito da cidade de Currais Novos, jovem Anderson, do PCdoB, bem como o Francisco Medeiros, ex-Prefeito da cidade de Parelhas, atualmente Chefe da Casa Civil de Currais Novos. Nós vamos facultar a palavra aos senhores, porque trarão aqui, inclusive, a voz exatamente dos prefeitos e prefeitas do Rio Grande do Norte e por que não dizer de todo o Brasil, em face dos impactos que terão, principalmente para as pequenas cidades, essas medidas se elas não forem redefinidas.

Depois eu gostaria que chegasse até a Mesa, para que eu fizesse o registro aqui dos representantes da Intersindical, da CSP, enfim, dos vigilantes. Por favor, que chegue aqui até a Mesa para que eu possa registrar.

Há outros convidados que ainda estão a caminho.

Nós queremos aqui registrar do Sindserv, Manoel Pereira, que é 2º Secretário de Finanças; e do Sindserv do DF, José Maria de Oliveira. Queremos ainda registrar do Banco do Brasil, Fernando Conde Medeiros, que é Gerente Executivo; Neirim Goulart Duarte, também Gerente-Geral, com quem já estivemos conversando sobre essa demanda. Dos Correios, registro a presença de Miriam Yvone Matos Alves, Relações Institucionais dos Correios.

Antes de passar a palavra imediatamente para o Presidente Guilherme e depois para o Vice-Presidente do Banco do Brasil, eu quero inicialmente aqui colocar que esse tema já foi objeto de debate com o atual Presidente dos Correios, quando estivemos em audiência, inclusive junto com a representação da Bancada federal do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, como também já vem sendo objeto de debate também com o Banco do Brasil, Walter, através do Neirim.

O fato é que resolvemos, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da nossa Casa, promover esta audiência pública pela importância que tem esse tema,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Rafael, ou seja, a questão da manutenção dos bancos postais no Rio Grande do Norte, no Nordeste e no Brasil.

Deixo logo claro que a importância que tem não é apenas para os trabalhadores dos Correios, é para a população, em primeiro lugar, e pelo o que ela representa para a vida de milhares de Municípios pelo País afora, porque foi com o advento exatamente do Banco Postal, numa parceria com o Banco do Brasil, que nós promovemos, a partir do governo do Presidente Lula, uma inclusão bancária extraordinária.

Inclusão bancária significa o quê? Significa a gente promover o acesso de milhares de pessoas por este País afora aos serviços bancários essenciais básicos.

Portanto, é disto que se trata aqui a nossa discussão: nós queremos aqui que, através de um entendimento, o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira dos Correios possam aqui apresentar alternativas que signifiquem garantia não do fechamento, mas garantia da manutenção dos bancos postais nas agências dos Correios em todo Brasil.

Então, esta audiência, portanto, tem o intuito de discutir os reflexos da decisão anunciada pela Presidência dos Correios, com o objetivo de diminuir gastos, que inclui o fechamento de 250 agências em todo País, o encerramento das atividades de bancos postais em mais de mil agências e a implantação do Plano de Demissão Incentivada para diminuir o número de servidores.

O fechamento dessas agências, além de prejudicar a população e a economia dos pequenos Municípios, demonstra que está em curso uma verdadeira operação de desmonte dos Correios.

Se a situação já é grave em todo País, ela fica especialmente preocupante, Deputada Zenaide Maia, no nosso Estado do Rio Grande do Norte, onde todos os 168 bancos postais serão fechados a partir do próximo dia 11 de outubro, com a recente decisão da empresa de retirar vigilantes armados de várias agências em todo o País. Com isso, nada mais, nada menos, cerca de 130 cidades do Rio Grande do Norte ficarão sem acesso a qualquer tipo de serviço bancário – o que não é um retrato apenas do Rio Grande do Norte, Deputado Júlio; é do Piauí também.

Vou repetir: se essa medida de fechamento dos bancos postais não for revertida, não for definida, significa que, no Rio Grande do Norte, 130, de um total de 167 Municípios, Sr. Walter, ficarão sem acesso a qualquer tipo de serviço bancário. E o serviço bancário de que nós estamos falando aqui, é um serviço bancário simples, porém básico, porém essencial, que é a abertura de contas, que é o pagamento das taxas, o pagamento de aposentados, de pensões, etc., e os reflexos evidentemente positivos que a presença do Banco do Brasil, em parceria com os Correios, tem para com a vida dessas pequenas cidades, pelo quanto promove a economia desses pequenos Municípios.

Acrescento, ainda, aqui que a situação peculiar do meu Estado – e o Presidente Guilherme tem conhecimento disto – é que lá foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, pelo qual ficou acordado que só haveria bancos postais em agências que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuíssem vigilantes armados. Essa decisão foi tomada em razão dos constantes assaltos nas agências do Estado, inclusive com mortes. Estão aqui o Deputado Rafael e a Deputada Zenaide Maia de prova, de testemunha. Dispensa comentários a situação de violência, a situação aflitiva pela qual passa a população do Rio Grande do Norte no quesito segurança pública.

É claro que isso não é um fenômeno isolado do Rio Grande do Norte; é claro que isso não é um problema só do Rio Grande do Norte; é claro, inclusive, que esse problema da falta de segurança pública não começou agora; mas é fato também que essa situação da insegurança da população do Rio Grande do Norte, com os aumentos crescentes, literalmente violentos, da violência, através de assassinatos, assaltos, etc., cresceu assustadoramente nesses últimos períodos, nesses últimos dois, três anos.

O que, repito, levou, Dr. Walter, na época, os Correios e os bancos postais firmassem esse Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público buscando garantir segurança não só aos trabalhadores que lá estão, aos trabalhadores dos Correios, mas para garantir segurança à população.

Pois bem, após a presença dos vigilantes, a situação ficou bem mais tranquila, é evidente. Acontece que o TAC que contribui para aumentar a segurança, agora se volta contra a população com o fechamento dos bancos postais, porque grande parte da população voltará a ser excluída do acesso aos serviços bancários.

A situação é ainda mais preocupante porque, nos últimos anos, cerca de 15 agências do Banco do Brasil foram fechadas no Rio Grande do Norte. Esse é um outro dado que nos preocupa demais. Estivemos, inclusive, com o Superintendente local de lá do Banco do Brasil, Ronaldo. Justiça aqui seja feita: extremamente atencioso e, junto com toda a sua equipe, extremamente empenhado para que, inclusive, devolvam ao povo do Rio Grande do Norte essas agências que foram fechadas. Elas foram fechadas porque foram sinistradas dentro desse contexto da violência crescente lá em nosso Estado.

Mas eu trago esse dado, Presidente Guilherme, só para reforçar ainda mais a nossa preocupação. Com o fechamento das agências do Banco do Brasil lá no Rio Grande do Norte, bem como em outros Estados, fica mais grave ainda essa realidade se os bancos postais fecharem as suas portas no Rio Grande do Norte e no Brasil. Significa, literalmente, a gente privar a população de um serviço básico essencial que é o chamado serviço bancário.

Quero ainda aqui acrescentar que, segundo os dados que nós temos, com os bancos postais houve, no País, a inclusão bancária de 40 milhões de pessoas que não tinham acesso a bancos em suas cidades, contribuindo para o desenvolvimento das economias locais. O fechamento das agências em Municípios onde não existe nenhuma agência bancária inibirá a circulação de dinheiro nessas cidades, o que acarretará brusca queda no comércio local, desemprego e desequilíbrio financeiro. É claro que se o cidadão tem de se deslocar para outro Município, geralmente maior, para sacar dinheiro, também deverá fazer suas compras naquele local. Isso sem falar nos problemas de segurança por ele ter de enfrentar uma rodovia com grande quantidade de dinheiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo dados dos Correios, o serviço é altamente lucrativo para o Banco do Brasil. Somente de janeiro a agosto deste ano, os bancos postais arrecadaram, no Rio Grande do Norte, mais de 1 bilhão. Desse montante, a receita dos Correios foi de menos de 3 milhões. Em nível nacional, os bancos arrecadaram mais de 34 bilhões, cabendo aos Correios, apenas, 95 milhões.

Quero aqui ainda acrescentar que diante disso nós temos participado de vários debates. Um dos debates que quero aqui também registrar é a audiência pública de que participamos, realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, de iniciativa do Deputado Fernando Mineiro. Lá compareceram vários Deputados, como o Deputado Hermano Moraes, o Deputado Carlos Augusto, o Deputado Jacó Jácome e vários outros. Assim como lá esteve presente, também, a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, o representante do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Norte, assim como o Rivaldo, que é representante da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios, que lá esteve presente, Dr. Walter e Guilherme, expressaram claramente a preocupação.

E lá todos eles faziam um apelo. O apelo, repito, para que o Governo Federal, através dos Correios e através do Banco do Brasil, possa apresentar uma solução concreta, uma solução que signifique "não" ao fechamento e "sim" à manutenção dos bancos postais no Rio Grande do Norte, no Nordeste e em todo o País. É disso exatamente que se trata.

Quero aqui ainda, antes de concluir, me solidarizar com os funcionários dos Correios, que, após mais de 50 dias de negociação sem sucesso, decidiram entrar em greve. Os motivos da greve, segundo informações da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares aqui presente, através de Rivaldo, são mais do que justos. Além de reajuste salarial, os trabalhadores pararam em repúdio ao fechamento de agências por todo o País, pressão para adesão ao plano de demissão voluntária, ameaça de demissão motivada com alegação da crise, ameaça de privatização, corte de investimentos em todo o País, falta de concurso público, redução no número de funcionários, além de mudanças no plano de saúde e suspensão das férias para todos os trabalhadores, exceto para aqueles que já estão com férias vencidas.

Quero aqui mais uma vez dizer que a empresa Correios não é uma empresa qualquer, é uma das mais antigas. É a empresa que tem a maior capilaridade em nível nacional. Aliás, segundo os dados, Senador Elmano Férrer, a quem saúdo pela presença aqui, integrante desta nossa Comissão, atuante. Segundo os dados, a empresa Correios é uma das únicas do Governo Federal que está presente em todos os Municípios do Brasil. E essa empresa o Brasil conhece bem porque o povo brasileiro sabe dos relevantes serviços que a Empresa Brasileira de Correios prestou, presta e deve continuar prestando ao povo brasileiro. Não só naquilo que é a função, a característica principal dela, que são os chamados serviços postais, mas pelo quanto a empresa também diversificou a sua oferta também de serviço, inclusive na chamada inclusão bancária, que é o foco exatamente aqui da nossa discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, eu quero aqui mais uma vez dizer, Presidente Guilherme, Vice-Presidente aqui Walter, que uma iniciativa tão virtuosa, tão importante e tão cidadã como essa, que foi essa parceria do Banco do Brasil com os Correios, isso não pode morrer de maneira nenhuma. Eu sei que o Presidente Guilherme tem colocado, reiteradamente, as dificuldades por conta do contingenciamento orçamentário, a tesoura de Meirelles, que não para de maneira nenhuma. Mas essa tesoura tem que ter um limite.

É evidente que nós estamos aqui para tratar com os senhores, como Parlamentares que somos, representantes legítimos da população, assim como também com os trabalhadores porque evidente que o Ministro Meirelles jamais vai estar preocupado, Rafael, se o Banco Postal de lá de Lagoa Salgada, no Rio Grande do Norte, vai funcionar ou não. Não vai estar preocupado com isso. Se o Banco Postal lá nas cidades pequenas do Piauí vai fechar ou não, mas nós estamos. Nós estamos, repito, porque isso é cidadania. Nós estamos porque não é justo de maneira nenhuma que, com o fechamento escancarado dos bancos postais, simplesmente você agora vai sacrificar o aposentado ou a aposentada – coitados – a terem que se deslocar 80km, 90km, 100km em busca do pagamento da pensão, etc.

Sem contar, repito, o papel importante que essas duas instituições desempenham no contexto para ajudar na economia local e, principalmente, nesses tempos em que nós vivemos hoje – tempos de desemprego, tempos cada vez mais difíceis.

Então, eu quero concluir dizendo da nossa expectativa de que desta audiência nós possamos sair com resultados positivos, tanto no que diz respeito à questão da manutenção dos bancos postais... E aqui eu quero também ressaltar, Sr. Walter, a presença também do Banco do Brasil. Dispensa comentários o patrimônio que é o Banco do Brasil para o povo brasileiro. Daí por que, repito, nossa expectativa é que o Banco do Brasil, até também em função dessas dificuldades que o Banco do Brasil vem tendo de fechar as agências, por conta desse problema da violência...

Permita-me aqui colocar o que eu já disse para o Presidente dos Correios: o Banco do Brasil, que, graças à eficiência dos seus quadros, ao compromisso dos que fazem o Banco do Brasil, os seus funcionários de carreira abnegados, graças a isso o Banco do Brasil todo ano exhibe lucros e mais lucros. Portanto, tirar uma coisinha, pouquinha desse lucro para, em parceria com os Correios, garantir o custeio dos vigilantes, e, com isso, exatamente a situação estaria resolvida. Aliás, esse é o pedido, inclusive, do Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, que está fazendo também ao Banco do Brasil e remetendo esse pedido ao Presidente da República, Michel Temer. O Presidente Eunício também está totalmente integrado nessa luta.

Assim como, Rivaldo, mais uma vez a nossa solidariedade à luta dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, por ser uma luta justa. E a nossa expectativa de que as negociações realmente avancem. Inclusive, Presidente Guilherme, esta Comissão de Desenvolvimento aqui também está à disposição para contribuir no processo de diálogo e no processo negocial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, chamo agora, imediatamente, Joarez Lima, Diretor Regional da Confederação Nacional dos Municípios.

Rafael, você quer dar uma palavrinha?

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Queria agradecer V. Ex^a pelo convite.

Quebrando aqui o protocolo, falando antes da Mesa – não era o nosso objetivo, mas, visto que temos o adiantado da hora e eu tenho também uma próxima audiência agora, às duas e meia –, queria saudar toda a Mesa, em nome do nosso colega Guilherme, que sempre esteve aqui conosco na Câmara dos Deputados e agora está prestando esse serviço enorme ao nosso País à frente dos Correios do nosso País. Agradeço também ao Walter, ao José Rivaldo, ao nosso representante da Confederação Nacional dos Municípios. E fazer das suas palavras, Senadora, as nossas palavras. Eu digo nossas em nome do Estado do Rio Grande do Norte. Aqui também se encontra a nossa Deputada Zenaide Maia, o nosso coordenador da Bancada do Nordeste, que sempre tem dialogado com todos os Estados do Nordeste, Deputado Júlio.

A importância que é realmente esse serviço, eu digo pelo Nordeste, porque a realidade que nós vivemos hoje, principalmente no Estado do Rio Grande do Norte, é da ausência de serviços importantes, como, por exemplo, os bancos postais. A Senadora fez aqui uma brilhante intervenção e introdução em relação a como ficará, principalmente, o Estado do Rio Grande do Norte. Serão 130 cidades atingidas no nosso Estado, que tem 167 cidades.

Então, nós teremos praticamente 80% do Estado do Rio Grande do Norte desassistido no que diz respeito, José Rivaldo, aos bancos postais. São 109 agências que pretendem fechar no Estado do Rio Grande do Norte. E a minha pergunta é: como fica o aposentado que não tem outra alternativa senão o banco postal para sacar o seu benefício, que inclusive o Governo Federal quer ceifar?

Quer dizer, a gente sabe que vive numa situação de segurança pública gravíssima no Nordeste brasileiro e no Estado do Rio Grande do Norte. Só no Estado do Rio Grande do Norte foram 500 veículos roubados, foram mais de 1,5 mil assassinatos somente neste ano de 2017. Nós temos uma carência realmente de efetivo policial, mas nem por isso a gente tem que penalizar aquele que mais precisa desse tipo de serviço, que é o potiguar, que é o nordestino, que é o brasileiro.

Então, fica aqui rapidamente o nosso apoio a esse importante serviço que é prestado ao nosso brasileiro, fica aqui o nosso pedido para que seja revisto, Presidente Guilherme, através de estudos econômicos, sociais, principalmente na tentativa de ver com bons olhos aqueles que mais precisam, que são as pessoas que às vezes não têm acesso a uma agência bancária para poder fazer esse serviço. Quer dizer, ele vai ter que se deslocar para a cidade vizinha, muitas das vezes longe, muitas das vezes não existe um transporte público de qualidade para que ele possa se deslocar a essa cidade que atenda esse tipo de serviço. E vai ser o único realmente que vai ser prejudicado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ficam aqui, mais uma vez, Senadora, o nosso apoio e o nosso aplauso a essa iniciativa; o nosso pedido de reconsideração; o nosso pedido, através dos nossos prefeitos, que têm ligado diuturnamente para os nossos gabinetes pedindo para que a gente possa fazer esse diálogo, essa intervenção em relação aos Correios, para que possam continuar esse serviço que é importantíssimo para o brasileiro.

Obrigado, Senadora. Mais uma vez, o meu pedido de desculpas antecipadamente em relação ao nosso posicionamento anterior à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Deputado Rafael Motta, bem como quero aqui também fazer um registro: o Senador Garibaldi Filho nos ligou pedindo desculpas. Provavelmente, ele não chegará a tempo de participar da audiência, mas reitero aqui o compromisso do mandato dele, ao lado dos demais Senadores e Senadoras, na luta pela manutenção dos bancos postais.

Nós vamos passar a palavra imediatamente ao Presidente Guilherme Campos. Queria pactuar aqui com os senhores, porque, como hoje nós vamos ter antecipação da Ordem do Dia, se nós podíamos aqui pactuar, fazer uma rodada bem objetiva, em torno de dez a quinze minutos para cada um, para, depois, a gente ouvir os Parlamentares e terminarmos a nossa audiência.

Pode ser, Presidente?

O SR. GUILHERME CAMPOS – A senhora manda, Senadora.

Então, primeiramente, boa tarde a todos. É um prazer estar aqui atendendo mais esse convite do Senado, mais precisamente da Senadora Fátima Bezerra.

Nós estamos discutindo um assunto muito importante – a questão do Banco Postal. Senadora, confesso que venho para cá consternado, venho para cá para discutir de uma maneira muito pesada. E suas palavras me motivaram a fazer uma defesa aqui que vamos dar sequência.

Primeiramente, defender os Correios. Os Correios são uma empresa de 354 anos, presente nos 5.570 Municípios do País. Só com agências do Banco Postal são 6.045.

Senadora, a situação dos Correios está tão difícil, que deram um impresso aqui em que o *toner* está pela metade. É para judiar mesmo. É para matar o caboclo. Mas vamos lá!

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Não foi combinado comigo, não.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Não foi combinado com você, não, Rivaldo. É a situação mesmo que está difícil. O *toner* está indo até ser espremido lá. Mas vamos lá!

São 6.500 agências próprias, 4.500 agências comunitárias e 1.000 agências franqueadas, 108 mil funcionários da ativa e 32 mil aposentados. Esses são os grandes números dos Correios. E são os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correios uma empresa estatal independente. Logo, não há participação nenhuma de tesoura do Ministro Meirelles. Nenhuma! Zero! Os Correios vivem do seu próprio orçamento. Só para deixar isso bem claro.

E, pelo contrário, Senador Elmano, os Correios contribuíram para com o Tesouro Nacional, de 2007 a 2013 – logo, nos governos anteriores –, com mais de R\$6 bilhões de dividendos e antecipação de dividendos. Seis bilhões de reais! Parte desses dividendos, parte desses recursos veio do contrato do Banco Postal que teve como vencedor o Banco do Brasil. O Banco do Brasil, numa disputa muito acirrada com o Bradesco, que era o nosso antigo parceiro nessa atividade, pagou uma soma muito considerável pela exploração do Banco Postal, soma que entrou nos cofres da empresa pela manhã e saiu dos cofres da empresa à noite. Foi tudo para o Tesouro. Não ficou nada com a empresa.

Transcorreram dois anos, pouco mais de dois anos dessa parceria, e houve um novo acordo, o famoso distrato do Banco Postal. E nesse distrato mudou-se a forma de pagamento de remuneração dos Correios e estipulou-se alguns pagamentos dos Correios ao Banco do Brasil, e havia um prazo até novembro do ano passado.

Em novembro do ano passado, fizemos uma oferta pública, uma nova licitação, para quem tivesse interesse em explorar o Banco Postal, e essa disputa deu deserta. O Banco do Brasil não mostrou interesse em renovar o Banco Postal nessa parceria com os Correios.

Nós fomos até o Presidente Michel Temer, que, com muita habilidade, com muita sensibilidade, conseguiu articular para que o Banco do Brasil e os Correios pudessem estar explorando esse serviço por mais três anos, e nós estamos no meio desse processo de mais três anos de serviços do Banco Postal.

Porém, nessa nova definição da parceria entre Banco do Brasil e Correios, a remuneração que os Correios recebem pela atividade do Banco Postal é muito menor do que era na anterior. Muito abaixo mesmo. Pegando os números até agosto, são quase R\$900 milhões que ficaram abaixo do que era recebido pelos Correios no último contrato.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - Pl. *Fora do microfone.*) – Por ano, Presidente?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Não, de janeiro até agosto, Deputado Júlio. De janeiro até...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - Pl. *Fora do microfone.*) – São R\$900 milhões a menos?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Isso, quase R\$900 milhões a menos, números grossos. Não vamos entrar nos números detalhados que vão cansar os senhores.

E o que está acontecendo?

Os Correios estão passando pela hora da verdade, e a hora da verdade não é, como foi afirmado aqui pela Senadora, que a tesoura do Ministro Meirelles está vindo para cima da empresa. É a hora da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade da empresa que tem de se reinventar. O monopólio postal que os Correios exploram há 354 anos é uma atividade que vem caindo ano a ano. A atividade postal aqui no Brasil e no mundo vem caindo.

O Brasil não fez a sua lição de casa. Os Correios não fizeram a sua lição de casa. Todos os correios do mundo que estão aí hoje em atividade o fizeram; fizeram há 10, 15, 20 anos. Nós, desde o primeiro momento em que assumimos a empresa, passamos a trabalhar e trabalhar muito para a reinvenção da empresa.

Estou aqui acompanhado por dois vice-presidentes, o Vice-Presidente Furian, que cuida de uma vice-presidência de negócios com o Governo, e o Vice-Presidente Cristiano, que cuida da vice-presidência de canais, que são todos os canais de distribuição que os Correios possam ter na sua relação com o seu cliente.

No passado, os Correios tinham usuários do sistema postal. Hoje, os Correios têm que ir atrás de clientes, porque o que está dando alternativa de sobrevivência aos clientes são atividades outras que não atividades do monopólio, porque a atividade do monopólio acabou. Acabou.

Nós estamos aqui hoje no Senado, e tivemos dificuldade de entrar, porque há um projeto que está sendo apreciado por esta Casa a respeito do novo meio de transporte individual. São os aplicativos de compartilhamento. Não vamos citar nomes. São três empresas que se representam aqui no Brasil. Há essa disputa com os taxistas, e é muito parecido com o que acontece aqui hoje. Seria a mesma coisa que nós fizéssemos uma grande manifestação contra o *e-mail*, uma grande manifestação contra os aplicativos de comunicação, o WhatsApp, o Telegram e tantos outros.

A tecnologia mudou, o método de comunicação entre as pessoas mudou, e os Correios, que foram a primeira empresa de comunicação do Brasil, com a tecnologia à época – a tecnologia à época, papel, tinta e uma sofisticada rede de logística para entrega dessa comunicação... Tudo isso mudou. Correspondência vem despencando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Algumas coisas continuam bem atrativas, tanto que as empresas privadas estão entrando como Sedex e outras.

Mas, enfim, eu vou escutar até porque o tema aqui é o fechamento dos bancos postais. Vou esperar V. Sª se posicionar.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Eu aguardo. A senhora é a dona da bola aqui. Se quiser que eu pare, eu paro. Estou à sua disposição. Estou à disposição.

Todo esse processo de transformação por que a empresa passa traz à luz várias questões que, no passado recente, tinham no monopólio um financiador que encobria várias operações que são deficitárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, a operação do Banco Postal é deficitária, com impacto direto nas pequenas cidades e nas agências mais periféricas, impacto direto em mais de... Em 759 Municípios do País, a única possibilidade que o cidadão tem de ter uma instituição financeira, mesmo que seja através do correspondente bancário, é através do Banco Postal – única. O que significa fechar o Banco Postal? Significa destruir a atividade do comércio naquela localidade, significa punir o aposentado que recebe naquela localidade, significa afetar de uma maneira brutal a economia dessas localidades. Temos plena consciência disso e estamos tomando uma decisão a contragosto, doída, que dá um impacto na vida de todas essas localidades. Nesse ponto, eu concordo com a senhora, Senadora, concordo quanto a esse impacto e concordo quanto a todas as mazelas que vêm junto com essa decisão.

Porém, os Correios vêm de um prejuízo de 2,1 bilhões, em 2015; 1,5 bilhão, no ano passado, e de mais de 800 milhões nesse primeiro semestre. Os Correios não têm muita alternativa e nós vamos tomar, sim, decisões que têm um impacto direto na sobrevivência da empresa, mesmo que seja a contragosto, mesmo que sejam doídas. Nós não temos condições de subsidiar a atividade do Banco Postal em localidades onde ele não seja lucrativo – não temos. E isso se torna dramático à medida que em diversos Estados do País haja legislação contrariando a legislação federal, obrigando o correspondente bancário a ter um serviço de vigilância. É uma decisão que vem por iniciativa dos representantes dos trabalhadores, provocando o Ministério Público, que provoca a Justiça, e a Justiça dá essa decisão. E nós, por não termos condição de subsidiar, pagar pelo vigilante, vamos tomar a opção, sim, de encerrar a atividade de Banco Postal. Continuaremos, sim, com as agências dos Correios, com todas as outras atividades que não sejam de Banco Postal.

É um número que... Se nós fôssemos pedir alguma coisa ao Banco do Brasil, ao Governo brasileiro, ao Senado e ao Orçamento da União, nós estaríamos pedindo a seguinte quantia...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quanto?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Pagar os vigilantes bancários em todas as mais de seis mil agências do Banco Postal representa uma quantia da ordem de R\$28 milhões/mês.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quanto?

O SR. GUILHERME CAMPOS – R\$28 milhões/mês, para seis mil, para todas as agências.

Eu tenho o direito de pedir, não tenho?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Eu tenho o direito de pedir. E acho que pela representatividade que tem o Banco Postal pelo Brasil inteiro e pelos números muito diferentes, tanto de Correios quanto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Banco do Brasil, o Banco do Brasil, sim, tem condição de arcar com esse custo. Não estou aqui dizendo que queira fechar por meu prazer, com uma vontade de excluir essas localidades e dar oportunidade de ter essa atividade de serviços financeiros.

Lembrando que os Correios têm, sim, a obrigatoriedade, pelo monopólio, de prestar os serviços postais, não financeiros.

Só para encerrar, respondendo à sua colocação, Deputada Zenaide Maia, Deputado Júlio, hoje são 1.979 agências em Estados onde existe a obrigatoriedade de ter o vigilante; 1.558 são deficitárias. E, novamente, 759 são nos Municípios que não têm agência bancária. Para essas 1.979 agências, o custo é de 8 milhões, para encerrarmos o assunto dessa audiência pública.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN. *Fora do microfone.*) – As que vão ser fechadas?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Não, são as agências em Estados que tenham ações que obriguem a contratação de vigilantes nas agências dos Correios que tenham o Banco Postal: 8 milhões. Esse é o valor global.

Não TAC. Aí tem tudo. Tem TAC e tem ação obrigando você a ter o vigilante. Então, daqueles 28 milhões do número Brasil para todas as agências, 8 milhões são para as agências que estão em Estados que obriguem a ter o vigilante.

Por aí vocês façam a conta: 8 milhões vezes 12,96, R\$100 milhões. Poderia sair uma emenda de bancada, muito bem recebida pelos Correios; pode ser do Banco do Brasil. Vai diminuir um pouco o lucro, mas acho que dá para aguentar. O que não dá para aguentar é esse prejuízo que os Correios vêm fazendo recorrentemente. E nós estamos num ponto em que ou os Correios se reinventam e mostram que são viáveis ou eles têm uma grande chance de voltarem a ser – aí sim – um departamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, debaixo do corte, debaixo das asas do Ministério da Fazenda.

Hoje não; a solução está nos Correios.

E, assim, eu apelo, Senadora Fátima, Senador Elmano, Deputado Júlio, a todos vocês que nos ajudem a deixar os Correios cada dia mais fortes e mais presentes. Do jeito que está hoje, ele está numa situação muito difícil, embora com um cenário muito promissor pela frente – muito promissor mesmo!

Só fico triste com o comprometimento que uma greve causa a esse processo como um todo, porque quem fica feliz com essa greve, como bem disse a Senadora Fátima, são todos aqueles que concorrem com os Correios em outros serviços que não são serviços do monopólio. Esses ficam, sim, muitos felizes.

Muito obrigado pela oportunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui à disposição de todos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Presidente Guilherme e vamos passar a palavra, agora, imediatamente, ao Sr. Vice-Presidente do Banco do Brasil, o Sr. Walter Malieni Júnior, até porque o Presidente dos Correios acaba de, inclusive, formalmente, fazer uma reivindicação e um apelo ao Banco do Brasil com relação à manutenção dos serviços de vigilância.

Com a palavra o Vice-Presidente do Banco do Brasil.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Primeiramente, boa tarde a todos.

De fato, essa parceria, como o Presidente Guilherme comentou, começou já há um bom tempo e foi renovada a partir de 2016. Naquela oportunidade, como os senhores podem ver – é um dado público –, não houve interesse por parte de nenhum banco pela manutenção do Banco Postal, exatamente por tudo aquilo que o Presidente Guilherme disse: a reinvenção da empresa, a redução do fluxo de pessoas, de usuários, que foi o termo por ele utilizado, a necessidade de reinventar a empresa, porque, enfim, deixou-se de enviar correspondências em função da inovação. Você tem um negócio mais focado, hoje, em correspondências corporativas, pessoas jurídicas etc.

Então, em novembro de 2016, mostra-se muito a complexidade da gestão de um banco postal. Nenhum banco, diferentemente do passado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Está baixo?

Melhorou?

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Melhorou, é que estava longe.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Nenhum banco, em 2016, teve interesse nessa substituição, apesar de eu concordar plenamente com a Senadora em que, regionalmente e nos rincões e nas cidades mais afastadas do País, é extremamente importante que você tenha um agente que possa garantir o desenvolvimento por meio da retenção da renda naquele local, e esse exercício pode ser feito pelo Banco Postal sim. A gente tem essa sensibilidade.

Nós fomos notificados, recentemente, pelos Correios, há cerca de 40 dias ou há um pouco mais de 30 dias, uma coisa assim, e nós temos discutido uma forma gradativa de buscar uma solução.

Se eu dissesse para a senhora, hoje, aqui – e eu me sinto na obrigação de ser tão transparente quanto foi o Presidente Guilherme... Para os seis mil pontos de venda do Banco Postal, nós não teremos condições de arcar com o sistema de vigilância. Estou sendo bastante honesto. Agora, há cidades que, por si só, são inviáveis, como ele colocou, ou seja, são deficitárias. Nós estamos buscando encontrar um caminho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora usou, no seu discurso, um termo que, para mim, é muito relevante, uma palavra muito importante: parceria. Nesses anos que se passaram – e eu não consigo julgar esse tempo, porque estou há pouco tempo nessa área... Eu e o Presidente Guilherme estamos juntos há 20 dias se muito – não é, Guilherme? Se muito! Eu não sei lhe explicar, mas as duas instituições não evoluíram na parceria de negócios. É essa parceria de negócios que gera subsistência, subsídios, para que locais que tenham resultado maior possam subsidiar os que tenham resultado deficitário.

Então, a gente está tendo uma conversa bastante madura. Hoje fizemos mais uma conversa com os Correios, respeitando esse processo de transformação por que eles estão passando em função da mudança de hábitos de todo mundo. Todo mundo aqui tem celular na mão, e o celular na mão é uma carta a menos. Todo mundo aqui, o dia inteiro, troca mensagem e não manda carta. Isso tem efeito direto sobre o resultado da empresa. Nós estamos discutindo para tentar encontrar uma maneira gradativa.

Então, qual é o nosso foco hoje? Vou só arredondar os números, porque acho que fica mais fácil. Temos hoje – não é, Guilherme? – mais ou menos 1.800, 1.900 pontos em discussão aqui. Para esses, nós estamos buscando encontrar uma solução gradativa de forma que a gente possa, para algumas localidades, garantir o sistema de vigilância – não tenho esse número fechado ainda – e para encontrarmos outras formas de parceria envolvendo os Correios, a fim de que essas outras formas de parceria possam – entre aspas – "subsidiar" – digo subsidiar porque não estou conseguindo encontrar um termo melhor –, mas, enfim, encontrar resultado que possa ser utilizado para outra finalidade, por exemplo, ampliar a remuneração dos Correios e os Correios fazerem seu pagamento do sistema de vigilância ou o que for.

Eu concordo muito com o Presidente Guilherme quanto à questão do conflito de leis. Nós temos uma lei federal que, claramente, não toca no tema do correspondente bancário. Ela toca na questão de posto de atendimento de instituições financeiras. O que vem acontecendo agora, e pensando no interesse dos trabalhadores? O problema hoje é o banco postal, amanhã é qualquer correspondente bancário. Então, a tendência é que o segmento de correspondente bancário sofra com esse conflito de leis existentes. Nesse assunto, talvez – não é, Presidente Guilherme? – esta Casa possa nos ajudar. E aí não envolve só os Correios, envolve, na realidade, toda essa atividade, que não tenho ideia do tamanho que tem, mas que não é irrelevante, ela é bastante expressiva no País.

Então, a gente está discutindo. A gente deve trazer, deve fechar em breve uma solução. No primeiro momento, a gente vai ter uma solução para, talvez, 400, 500 agências, e acredito que, ao longo deste mês e até meados de outubro, a gente consiga ter uma solução, não sei se para os 1.800, 1.900, mas para um grupo específico de agências, de forma que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Não, com certeza para os 6 mil não, infelizmente não. Mas de forma que a gente possa, gradativamente, encontrar soluções, porque não vai ser uma solução só. Eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que o Presidente Guilherme foi muito feliz quando ele disse que soluções foram feitas ao longo do tempo que acabaram prejudicando o resultado da empresa. Nesse momento, ele tem que buscar soluções criativas, e são mais de uma. E é nisso que estamos trabalhando, conversando diuturnamente com os Correios para encontrar mais de uma solução.

O que há e que acho que é importante nesses 20 dias de conversa com os Correios é um legítimo interesse das duas partes – não é, Presidente Guilherme? – no sentido de encontrar solução para esses 1.800 casos, ou para 800 ou para 500, e gradativamente encontrar um caminho para não desassistir as sociedades locais, seja em Lagoa Salgada, como o senhor comentou, ou outra cidade. Nosso intuito é esse.

E temos discutido, hoje mesmo houve uma reunião pela manhã, temos marcada outra na próxima terça-feira, e não é reunião por reunião não, é reunião já com alguns avanços. Então, acredito que vamos ter condições de apresentar em breve para esta Comissão – nós, juntos, ou o próprio Presidente Guilherme – algum tipo de encaminhamento. Mas certamente, infelizmente, para os 6 mil pontos nós não teremos condições de garantir esse trabalho de vigilância não, talvez para um grupo menor. É o que estamos buscando encontrar, sendo bastante honesto, até em função da oportunidade que a senhora nos está oferecendo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Walter, Vice-Presidente do Banco do Brasil.

Quero, igualmente, registrar a presença aqui de mais um Vice-Presidente do Banco do Brasil, José Eduardo Pereira – seja bem-vindo!

Vamos passar imediatamente para o Joarez, representante da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. JOAREZ LIMA – Gostaria inicialmente de saudar a Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta Comissão; o Dr. Guilherme, Deputado e Presidente dos Correios; o Walter, Vice-Presidente do Banco do Brasil; o José. Saúdo o Deputado Júlio, que é um municipalista de carteirinha de muitos e muitos anos pelo qual temos um carinho muito grande – sou prefeito no Paraná, mas tenho uma admiração muito grande pela tua defesa dos Municípios. Quero saudar especialmente o Dr. André e o Dr. Samuel, que estão representando junto conosco a CNM. Saúdo também os demais Deputados e Senadores.

Falo aqui em nome do Presidente Paulo Ziulkoski e de toda a diretoria da Confederação Nacional dos Municípios e gostaria de fazer um apelo muito especial ao Banco do Brasil e ao Dr. Guilherme, Presidente dos Correios.

É que a situação dos Municípios não está diferente da Previdência. Nós temos uma situação na Previdência em que estamos buscando várias alternativas em função daquilo que não foi bem administrado. Acho que o Dr. Guilherme colocou bem a questão dos Correios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quando se fecha um Banco Postal ou uma agência... Você está diminuindo e fazendo decrescer o desenvolvimento do Município. Falou bem aqui a Senadora Fátima Bezerra, e a CNM tem um trabalho muito próximo dos mais de 5.565 Municípios deste País. A grande preocupação nossa, do nosso Presidente Paulo Ziulkoski... Se pegarmos números...

Por exemplo, no Nordeste – são dados oficiais –, dos 1,7 mil Municípios, 927 não têm agência. Quer dizer, você está incentivando a população a ir para os grandes centros passar fome, se maltratar, se prostituir, se drogar, porque não tem para onde ir. Há essa questão do vigilante ou da má administração dos Correios, mas, enfim, essas histórias todas não vêm ao caso. Se você pegar o Norte, dos seus 400 Municípios, são 146; se pegar o Centro-Oeste, dos 466 Municípios, 175; do Sul, dos 1,191 mil, são 386 que não têm agência – nós vamos falar só do PAB dos Correios, porque não há agências. Se você pegar o Sudeste, que é a região mais rica deste País, dos 1,668 mil Municípios, 498 não têm. Então, o apelo que a CNM faz aqui é no sentido de que a gente busque uma alternativa, e a defesa nossa é para que os Municípios se mantenham, para que a população fique onde está, na sua origem.

Nós temos um Município levantado pela CNM, Senadora Fátima Bezerra e Dr. Guilherme, em que as pessoas fazem 80 quilômetros, Walter, para trocar um cheque ou para receber uma aposentadoria. Percorrem 80, 90, 100 quilômetros... Não existe isso, é só no Brasil que acontece uma coisa dessa!

E o apelo que a gente faz em nome da CNM, da Confederação, é por causa do momento que o País vive, a população não aguenta mais. E quando você vê toda essa instabilidade política, instabilidade administrativa, instabilidade do dia a dia, quando você vê o Ministério Público fazendo um pouco do que deveria fazer, pois deveria fazer muito mais... Ele precisa fazer o quê? Fazer com que as coisas fiquem no local. É esse o apelo nosso. O apelo da CNM é que a gente consiga fazer... Se você olhar, dos 1,2 mil Municípios com até 5 mil habitantes, Senadora Fátima, vai ver que 1,016 mil não tem uma agência e não tem o PAB.

Olhe bem: de 1.236, 1.016 estão nessa situação. Quer dizer, nós estamos incentivando o fechamento. Nós estamos incentivando as pessoas a irem para o crime. Não há mais o que fazer. Faz-se o quê? Acho que aí é que temos de buscar as alternativas.

É o que o Dr. Guilherme colocou: os Correios têm de mudar? Têm de mudar. Acho que têm de mudar, sim, mas têm de mudar para melhor. Como se finaliza o que aconteceu para trás? O que se faz desse bolo da Previdência? Todo mundo tem de tirar do bolso. Como podemos suportar o imposto que pagamos diariamente? São centenas e milhares de impostos! E o lucro dos bancos?

O Dr. Walter está aqui. Mas, se era para o Banco do Brasil não atender, que deixasse para o Bradesco! O Banco do Brasil é público. É tudo nosso. Quanto ao Bradesco, é um cidadão só que está bilionário! Então, temos de fazer o quê? Não tem de tentar disputar; tem de se deixar para quem é... Agora, o que não dá é a gente deixar acontecer isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a CNM, os seus representantes, os prefeitos, a sociedade organizada... Não digo que seja o momento de um levante, mas é o momento de a gente começar a olhar, principalmente, quem nos representa, quem nos lidera. A gente não suporta mais percorrer cem quilômetros para receber um salário. O sujeito tem de percorrer cem quilômetros para comprar um remédio, para ter dinheiro, para ter um troco no bolso. Que País é este?

Então, essa é a defesa nossa. Vim aqui em nome de todos os prefeitos do Brasil para fazer esse apelo.

No meu Sul, no Paraná, se você pegar o Sul... É um Estado rico com 1,1 mil Municípios, mas, em quase 400, não há agência. Alguma coisa está errada!

E o lucro diário de todo mundo, trimestral, semestral? São bilhões de lucro! E aí? Onde é que está isso? Não está na hora de dividir isso, de reverter isso um pouco para a população?

Então, faço esse apelo, Dr. Guilherme. A gente sabe que, de fato, temos, sim, de reestruturar, reorganizar, reinventar os Correios. É claro que sim! Mas nós não podemos pagar por tudo que se passou lá atrás nessas administrações. Acho que temos de começar isso, mas temos de olhar para frente. Como vamos buscar uma solução?

O Banco do Brasil, Dr. Walter, tem, sim, de fazer a parte social dele, e já a faz. Mas acho que tem de fazer até muito mais. O número que você colocou aqui é praticamente igual, de 1,9 mil para 2.182 Municípios. Isso não está fora do nosso estudo. Só que a gente convive com os prefeitos e com a população, e tu não suportas mais, tu não consegues mais fazer isso.

Então, o nosso apelo, da nossa Confederação Nacional dos Municípios, é que possamos trancar essa sangria do fechamento dos Correios. Acho que não é um vigilante... Ou é uma forma de se adequar, de se ajustar. Inclusive, acho que é uma forma também, como colocou bem o Dr. Walter, de este Parlamento fazer a parte dele na questão de uniformizar a legislação federal, para que não aconteça de, em um Estado, haver uma decisão e de, em outro Estado, haver outra decisão. A CNM defende isto: uniformizar a legislação, para que a gente possa fazer um ajuste de Municípios.

Principalmente quanto ao Banco do Brasil, quanto mais PABs e mais agências, mais desenvolvimento vai haver. Pode ter certeza absoluta disso. O Banco do Brasil faz uma questão social, a Caixa faz uma questão social grande, tanto é que têm um terço do lucro dos bancos particulares. Mas acho que faz a parte dele, porque é do Brasil.

Então, a gente faz este apelo, para que, a partir de hoje, a partir desta audiência pública, a gente consiga parar com essa sangria e fazer com que volte a motivar, a incentivar o desenvolvimento mesmo do pequeno Município onde não há qualidade de vida. Você não consegue levar ao Município um médico, pois ele tem de percorrer 80 ou 100 quilômetros para receber o seu salário. A população está vindo para as grandes cidades, inchando-as. É aquilo que todo mundo vê diariamente nos telejornais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, a senhora conte com a gente, com o apoio do nosso Presidente Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios.

A gente faz esse apelo mais dramático; um apelo, assim, que mexa, que toque, principalmente com a direção do Banco do Brasil e dos Correios.

Eu acho que dá para fazer um rearranjo ou fazer um reestudo para que a gente possa voltar, principalmente naqueles Municípios... Há Municípios com 10 mil habitantes, 12 mil habitantes e que não têm uma agência. Então, nesses a população está indo embora, está indo para mais perto, e está ainda inchando e está deixando os grandes vazios aí, pelos grandes latifúndios. Muitos estão até abandonando as suas áreas e não produzindo, não tendo produção, não tendo lucro, e não gerando também impostos para que a gente possa dividir essa conta por todos os brasileiros.

A classe média praticamente não existe mais; ela não consegue mais pagar imposto. E isso está um barril de pólvora. A gente anda este Brasil inteiro. Então, acho que está na hora de a gente dar uma olhada e se preocupar. E esse é um dos motivos. "Mas lá tem o assalto, tem o bandido" etc. Mas isso é porque o Estado não faz a sua parte; é porque nós, a sociedade organizada... Se o Estado não faz, ele deixa esse vácuo acontecer. Eu acho que é isso que é preciso.

Os governos municipais, os governos estaduais, o Governo Federal estão com folhas inchadíssimas. Há Município com arrecadação, por exemplo, de R\$10 milhões, com 70 milhões para pagar a 300, 400 funcionários. É isso que tem que mudar neste País. É dessa forma. Os Correios têm 100 mil funcionários, 32 mil aposentados; talvez o dobro, o triplo. É o caso do Rio de Janeiro. Não paga a folha, porque os aposentados cobrem uma folha e meia dos ativos. É essa preocupação que a gente tem que começar a ter. Daqui a uns dias, é Banco do Brasil, e vai indo tudo junto.

Então, esse é o apelo que a CNM faz.

A gente fica à disposição. A gente tem todos os dados, os números, Município por Município.

E o grande apelo desta audiência pública, Senadora Fátima, que a está brilhantemente presidindo, é que a partir de hoje, Dr. Guilherme, Dr. Walter, a gente consiga sentar à mesa e parar com essa sangria do fechamento dos PABs, das agências, e talvez até retomar aquelas que fecharam, para que essa população tenha um pouquinho de respeito, para que esses Municípios tenham o seu crescimento e essa população possa voltar a ter um horizonte. Enfim, um banco é tudo em um Município.

Agradeço a oportunidade, e ficamos à disposição aqui da Confederação Nacional dos Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos agradecer a participação, Joarez. Outro nome havia sido indicado pela CNM, mas foi muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante, oportuna e boa a sua participação, Joarez, até porque a Confederação Nacional dos Municípios não pode estar ausente de um debate desses, de maneira nenhuma.

Na verdade, o que estamos discutindo aqui, em outras palavras, chama-se cidadania. E a gente está vivendo um tempo no Brasil em que eu acho que a gente tem que, cada vez mais, levantar a cabeça para defender cidadania, está entendendo? Cidadania, o próprio nome já diz, significa, Senador Elmano, respeito, dignidade. Repito: esses orçamentos não podem fechar os olhos para a sobrevivência, para a dignidade, para a questão da cidadania das pessoas.

Eu fico aqui estupefata quando, por exemplo, o Presidente Nacional dos Correios diz que com 28 milhões apenas resolveria o problema de todas as seis mil agências. O que é isso, Deputada Zenaide Maia? É só ver quanto de juros da chamada dívida externa o País paga todo mês. Mas, enfim, estamos aqui conversando para tentar ver se a gente avança.

Vamos passar agora para o Rivaldo, último orador componente da Mesa a fazer uso da palavra. Imediatamente, vamos passar a palavra aos Parlamentares.

O Deputado Júlio e a Deputada Zenaide Maia já pediram, e eu vou inscrever, logo depois, o Senador Elmano Férrer.

Rivaldo, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios do Brasil.

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – Eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e agradecer pela iniciativa, cumprimentar o Presidente Guilherme Campos; o Sr. Walter, do Banco do Brasil; o Joarez, da Confederação dos Municípios; cumprimentar os Parlamentares; cumprimentar a companheira Amanda, que é Presidente do Sindicato do DF; e a companheira Esiedla, que veio representando o Rio Grande do Norte, em nome das quais, cumprimento os demais sindicalistas. Parabéns pela coragem de a gente poder fazer esse enfrentamento que temos feito, porque ainda acreditamos que este País tem jeito, que os Correios têm jeito.

Assim, eu fico muito feliz de ter uma oportunidade de fazer esse debate do fechamento das agências dos pequenos Municípios, porque também sou oriundo de um Município pequeno lá na Paraíba, em Belém, e tive a oportunidade de ver a necessidade de um Banco Postal numa cidade pequena do interior. Tive oportunidade também de estar no Rio Grande do Sul com a Senadora Fátima, com a Deputada Zenaide Maia, debatendo essa questão dos fechamentos das agências.

E, para a gente ter uma ideia, das 1.836 agências, são 859 Municípios, com uma população afetada com os fechamentos e a retirada do Banco Postal de 23 milhões de pessoas nos Municípios e 6 milhões de pessoas na zona rural, que vão ficar totalmente sem acesso ao serviço de banco, porque não é só a questão do aposentado. Como já foi aqui falado, a gente tem a questão da economia do Município, que precisa ficar no Município. Quando o cidadão sai da sua cidade 30 a 40 quilômetros, ele está levando a receita do Município para outro Município, e isso prejudica muito as populações locais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a gente entende que os Correios não podem usar só a lógica do que sempre é falado. Aquela agência não dá lucro, eu vou fechar. O projeto original da empresa não é só retirada de Banco Postal, mas fechar todas as agências que não dão lucro. E os Correios são uma empresa de integração nacional. Eu não posso aceitar que aqui, em nome do suposto "não dá lucro", a gente retire, feche as agências dos Municípios.

Uma empresa de integração nacional, quando criada, não tinha só o viés do lucro. E repito: as agências são necessárias; é a presença do Governo Federal nos Municípios que não são atendidos por ninguém, são esquecidos. Os pequenos Municípios deste País são esquecidos.

Você poderia ter uma agência dos Correios lá prestando todos os serviços do Governo Federal, como um agente mesmo. Você poderia tirar a carteira de trabalho nos Correios, e outros serviços poderiam ser prestados à população, não só o de banco. Tenho 20 anos de Correios e vou repetir que, quando eu entrei nos Correios, nós do movimento sindical não reivindicávamos parceria com banco público ou privado; nós reivindicávamos que os Correios tivessem um Banco Postal próprio, porque é uma grande marca.

Com certeza, se o Governo tivesse tido a coragem de implementar um Banco nos Correios para atendermos a população mais carente, para que ela tivesse acesso bancário, hoje a gente não estaria aqui fazendo esse debate, porque seria o serviço de banco bem-sucedido pelos Correios – a gente sabe que é raro banco quebrar, só quando há fraude. Banco não quebra. Banco ganha dinheiro; pegam o nosso dinheiro e o emprestam, fazendo dinheiro. E nunca houve vontade política de parte das direções que passaram e dos governos que passaram por este País em fazer isso.

Entendemos também que – vou fazer uma crítica aqui – a parceria do Banco do Brasil com os Correios só foi benéfica para o Banco do Brasil. O Banco do Brasil ganhou a licitação do Bradesco, eliminou um concorrente potencial, depois viu que não tinha uma característica de popular e aí fizeram um distrato em que os Correios tinham que devolver mais de R\$2 bilhões. E, no final do contrato, os Correios tinham que colocar mais 800 milhões.

O Presidente não falou aqui e, por isso, praticamente fez um acordo com o Banco do Brasil de três anos, sem levar em consideração a vida das pessoas, sem levar em consideração hoje que, para a gente manter o Banco Postal aberto nessas pequenas cidades, a gente precisa de 1,4 mil vigilantes só nessas agências. Nós temos mais de 200 ações, 40 ações em andamento, sendo executadas, mas, nessa parceria, não pensaram que, para se mexer com o numerário, é preciso de segurança. Porque, nas agências, diga-se de passagem, em que há segurança, não há assalto, não; e, nas agências em que não há segurança, os meliantes chegam lá, é muito fácil, pulam o balcão, roubam, e têm matado até funcionário dos Correios – aqui em Brasília, duas pessoas morreram, há clientes morrendo em agências devido a assaltos.

Então, a gente tem que pensar na segurança. E é um problema de segurança pública? Pode ser e é. Mas também, quando eu fecho um contrato, que vou prestar serviço bancário, eu tenho que pensar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na segurança também. Eu digo no primeiro contrato original também e agora na renovação, porque o banco não abre sem segurança, e nós trabalhadores dos Correios temos que abrir a agência com o Banco Postal e correr o risco de sermos assaltados e até de sermos mortos.

Então, é uma situação difícil para a gente. A gente está num momento difícil da empresa, eu até acredito, Presidente, mas fico muito indignado, quando eu o escuto falar que o monopólio postal acabou. O monopólio postal corresponde a 50% da receita dos Correios, são mais de R\$10 bilhões. Eu não posso chegar aqui e, diga-se de passagem, com um *e-mail*, com "zap", com milhões de aplicativos. A receita dos Correios corresponde a 50%, por advento do monopólio postal; são mais de R\$10 bilhões.

Eu tenho 20 anos de Correios. Quando eu entrei nos Correios, já havia esse debate de que o monopólio postal iria acabar, que a entrega de cartas... Realmente ninguém manda carta, mas fatura de cartão de crédito, fatura de banco, uma série de coisas a população ainda confia aos trabalhadores e aos Correios. E não confia mais, porque há uma operação desmonte da empresa, porque, em 2011, a gente tinha 128 mil trabalhadores; hoje, a gente só tem 108 mil, e continuamos prestando serviço.

É necessário dizer que a empresa também passa por um processo de transição que precisa ser debatido com os trabalhadores que é a questão da transferência do seu serviço gradativamente sem desvalorizar o monopólio postal. Porque existe ainda a questão os Sedex, que é uma grande marca que domina o mercado; a gente tem vários serviços que a gente presta à população brasileira.

E, aí, quando a gente pensa nos Correios, vai falar: "Não, só vou manter abertas agora as agências que derem lucro." E o subsídio cruzado, a agência de São Paulo que dá lucro para manter uma agência lá no interior do Amazonas, no interior do Rio Grande do Norte? Porque, se for assim, a gente agora está fechando o banco, tirando o Banco Postal, e amanhã vai estar fechando as agências também, porque não vão dar lucro. Vão-se fechar todas as agências e vai-se transferir o serviço para a rede franqueada, para o micro e pequeno empreendedor? Qual que é a proposta?

Então, tem também que se debater, de uma forma séria, essa questão toda. É verdade. É por isto que nós estamos em greve: para manter as agências desses Municípios abertas; para manter o correio público; para combater a privatização.

Por isso, aderimos ao movimento paredista e estamos há uma semana em greve, aguardando o Presidente nos convidar para uma reunião a fim de fecharmos um acordo, porque, infelizmente, ele apresentou uma proposta para outra federação e acabou nos excluindo do processo de negociação.

Não tenho muito mais a acrescentar, Senadora, a essa questão, porque, como o debate aqui é só sobre o Banco Postal, do que a gente tinha a dizer a senhora, na sua introdução, acabou falando boa parte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós entendemos que é necessário manter essas agências abertas. Se o Governo Federal quiser, ele mantém essas agências abertas. Pelas falas aqui, eu vejo que não está muito longe de a gente conseguir manter essas agências abertas e atender os Municípios que têm essa necessidade.

Quero agradecer muito a iniciativa da Senadora Fátima Bezerra.

Estamos aqui sempre à disposição.

Muito obrigado pelo apoio.

Vamos trabalhar para que as agências continuem abertas em todo o País.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero aqui também agradecer a participação de Rivaldo e dizer que nós nos solidarizamos, sem dúvida nenhuma, mais uma vez, com a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Correios.

Destaco aqui a seriedade e o compromisso com que a Federação vem defendendo não só os trabalhadores e as trabalhadoras, mas também o papel da própria empresa dos Correios do Brasil.

Nós vamos agora, imediatamente, passar para o debate.

Eu quero registrar aqui, com muita satisfação, a presença de Esiedla, lá do meu Estado, Diretora do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras dos Correios no Rio Grande do Norte. Por dever de justiça, quero aqui dizer que foi quem primeiro trouxe para o nosso conhecimento – não é, Deputada Zenaide? – o tema, a questão da manutenção dos Bancos Postais.

Nós vamos agora, imediatamente, passar para o Deputado Júlio e, em seguida, para a Deputada Zenaide Maia e, em seguida, para o Senador Elmano e, depois, para o Senador Hélio José.

Com a palavra o Deputado Júlio, Coordenador da Bancada do Nordeste.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Presidente, Senadora Fátima; Presidente dos Correios, Guilherme; Vice-Presidente do Banco do Brasil, Walter; representante da CNM; Dr. José Rivaldo, da Secretaria-Geral da Federação dos Correios; Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu anotei muitos dados, Presidente Guilherme.

Chamou um pouco a atenção os 6 bilhões de 2007 a 2013. Eu acho pouco, porque o período é longo. De qualquer maneira, dividendo e antecipação.

Licitação deserta de 2016, com a qual, por ordem superior, o Banco do Brasil teve que arcar por mais três anos na operação do Banco Postal. Chamou-me também a atenção a receita de janeiro a setembro de R\$900 milhões do Banco Postal.

O SR. GUILHERME CAMPOS (*Fora do microfone.*) – A menos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – A menos, a menos, o déficit do banco, mais os 750 Municípios em que a única agência de banco é a do Banco Postal.

Vocês sabem que eu acompanho isso há muito tempo, e havia uma decisão da Justiça de colocar aquela porta de alta resistência, que, só no meu Estado, dava R\$11 milhões. Eu fui inclusive ao Presidente do TST e ao Relator, e nós conseguimos a revogação da decisão judicial, de primeiro e de segundo grau, que obrigava a colocar a porta de alta de resistência nos bancos postais, além da segurança.

Achava que, àquela época, estava resolvido o problema. Depois, veio o problema do custo da segurança. Eu vi aqui que, até hoje, os Correios só têm obrigação judicial ou de TAC de pagar R\$8 milhões, e não os R\$28 milhões, para os quais ainda não há essa obrigação.

Então, esse número já é uma coisa que me animou, porque, se forem mesmo obrigados a cumprir a decisão, os Correios compartilhando com o Banco do Brasil, ou o Banco do Brasil como um todo, pagariam R\$8 milhões por mês naquilo a que é obrigado. Para os R\$20 milhões ainda não são obrigados porque não há decisão e nem TAC nesse sentido.

Eu acompanho aqui o sistema financeiro. Os cinco maiores bancos, Presidente, têm 80% do mercado e lucraram, nos últimos anos, entre R\$20 a R\$25 bilhões. Estou com o relatório aqui do Dieese sobre os cinco maiores bancos. Eu sei que o que menos arrecadou foi o Banco do Brasil, caiu no último semestre.

Mas vejam bem: só com tarifas e prestação de serviços, esses bancos lucraram R\$104 bilhões. Dentre os cinco, está o Banco do Brasil, está a Caixa, está o Itaú, está o Bradesco e está o Santander, R\$108 bilhões, e despesas de pessoal com encargo, R\$74 bilhões. Os bancos, esses cinco maiores bancos, lucraram, em 2014, R\$29,5 bilhões, sem emprestar um centavo a ninguém.

(Soa a campainha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Em 2015, lucraram R\$20 bilhões. Foi o começo da crise. Eles faturaram R\$105 bilhões e pagaram de pessoal, com encargo, R\$84 bilhões. E ainda fizeram uma previsão de liquidação duvidosa: R\$108 bilhões.

Em 2016, que foi o último exercício, apesar de toda a crise, esses mesmos bancos aumentaram de R\$20 para R\$21 bilhões o lucro líquido, fora aqueles recursos de operação duvidosa de R\$113 bilhões.

Mas o que me chama a atenção é outro relatório aqui do sistema financeiro. Vejam bem. Eu vou abrir aqui. Eu peço permissão.

Mas o que me chama a atenção é outro relatório do sistema financeiro que eu peço permissão para abrir aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No último semestre de 2016,...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – ... o Bradesco teve um lucro de R\$8 bilhões; o Itaú, de R\$10 bilhões, de lucro líquido. Eu estou aqui com o relatório. O Santander, de R\$3,4 bilhões; o Banco do Brasil, evidentemente, caiu 45%: no ano anterior ele havia lucrado oito, e, neste ano, R\$4,8 bilhões – líquido, afora a previsão daqueles contratos duvidosos. E a Caixa, dois bilhões e tanto.

Eu vi aqui que o jornal *Folha de S.Paulo* publicou, na sexta-feira, uma investigação – está aqui – do sistema financeiro, dos bancos mais ricos sobre a maneira com que estão operando, que transferem carteiras de crédito lucrativas para outras empresas do mesmo grupo para enganar o Fisco. A Receita está investigando, não disse quais são os bancos, mas estão entre os cinco maiores bancos do Brasil.

Então, eu vejo como obrigação judicial, somado com as TACs, só R\$8 bilhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Sim; milhões! É porque eu estou com a cabeça de bi. São milhões. É muito pequeno, é muito pequeno.

Então, eu gostaria que esta audiência aqui, hoje, fosse uma audiência conclusiva, porque, no meu Estado, se fechar, por exemplo, a agência de Santa Filomena – a Senadora Regina conhece –, aquele usuário, o aposentado...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – ... vai se deslocar quase 200km, e o pior: vai esvaziar os Municípios. A pessoa que vai lá receber o seu benefício vai terminar comprando lá naquele Município e comprometendo a economia local.

Aqui nós estamos tratando de uma empresa pública, que são os Correios, e uma empresa de economia mista, que é o Banco do Brasil. Todos com privilégios do Governo; todos os dois com privilégios do Governo! E sabe quem são os grandes prejudicados? São os pobres, são os pobres do Brasil. Ninguém tem coragem de prejudicar rico, porque a reação do rico é muito pesada. Então, estão prejudicando os pobres do Brasil.

Aqui o representante, o Rivaldo, disse que esses Municípios – e são mais de 800 –, que não...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – ... têm nenhuma agência bancária, somam uma população de mais ou menos 20 milhões de pessoas. Pois são exatamente os mais pobres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Município cuja prefeitura tem uma receita de R\$10 ou R\$15 milhões, lá existe uma agência. Contudo, Presidente, nós temos mais de 2,5 mil Municípios que têm menos de 10 mil habitantes – mais de 2 mil, ou seja, quase 50% dos Municípios tem menos de 10 mil habitantes! Pois raramente um desses tem agência do Banco do Brasil. Então, o Banco Postal é de suma importância, e não é problema só para garantir lucro ao banco. O banco tem lucro com outras atividades. Essa é a função social de uma empresa de economia mista como o Banco do Brasil e uma empresa pública como os Correios de manterem em funcionamento todas essas agências, sem fecharem nenhuma, porque isso é um problema social e prejudica, acima de tudo, os pobres do Brasil. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Deputado Júlio Cesar.

Quero repassar para a Senadora Fátima a Presidência porque eu estou com o meu governador no meu gabinete.

Cumprimento a Deputada Zenaide Maia, que é a próxima inscrita.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Obrigada, Senadora.

Quero cumprimentar aqui a Senadora Fátima pela ideia; o Sr. Guilherme Campos, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; José Rivaldo, representando os trabalhadores dos Correios; o Sr. Walter Júnior, representando o Banco do Brasil; e Joarez Lima, representando os Municípios.

A palavra-chave aqui se chama lucro. Os homens, as mulheres e as crianças deste País deixaram de ser um ser humano, Júlio, por isso essa falta de respeito com os Municípios.

Eu, sinceramente, é meu primeiro mandato aqui, nesta Casa, mas está aqui: o que a gente vê? Todas as reuniões são para socorrer os Municípios ou entidades como os Correios. Lucro é o que se valoriza neste País.

A gente viu aí anistiar. A Receita Federal deixou de receber a menos de 60 dias – e o Carf aprovou – R\$25 bilhões, anistiou o Banco Itaú, naquela incorporação do Unibanco. Então, quando se fala aqui – esta Casa e o Congresso como um todo –, eu digo: "Olhem os Municípios, que é onde se nasce, onde se vive." Estamos falando dos Correios, que é a inclusão como ele falou e, no meu Estado também, o Rio Grande do Norte; ou seja, se não tiver lucro, aquele povo que já é pobre vai pagar o preço mais caro porque é ele que recebe um salário mínimo, a grande maioria, e é ele que vai ter que pagar para andar 100km para receber a sua aposentadoria, quando é aposentado.

Eu queria ver um programa. Eu sei que diz que o País está falindo e, em nome de o País está falindo, mas lá, no meu Estado, se costuma dizer: quando você vai administrar o País, ou a sua cidade, ou o seu Estado, quando você se candidata, normalmente você bota a culpa em quem está saindo. O espelho retrovisor acabou, gente. Isso aqui não é só os Correios, não; nós estamos aí com a Eletrobras,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos aí com a Casa da Moeda, nós estamos com a Associação dos Magistrados Brasileiros preocupados porque estão fechando as zonas eleitorais, e tudo isso é desemprego.

Lucro do capital – o Banco do Brasil está aqui –, com todo o respeito aos bancos, mas precisamos rever isso. Lucre nada do social. O pequeno é quem vai pagar sempre o preço? Sempre a saída é fechar. Fecha. Não dá lucro, fecha. E o povo, gente? O Brasil é além dos quilômetros quadrados, está cheio de seres humanos. E sabe quem vê isso? É o Município, porque o prefeito, o vereador, a liderança comunitária, quando a mãe chega desesperada, com o filho doente, porque não tem os recursos, é ele que conhece a mãe: ou foi colega da mãe dele, ou é irmã... É um ser humano! E o que eu vejo aqui? A facilidade com que se bota o dedo aqui, tirando o direito das pessoas, dos brasileiros, é simples, porque aqui é mecânico. Mas, para quem está no Município, não é.

E eu acho que o Banco do Brasil e os Correios têm que sentar... Não pode ser mais algo tirado deste povo brasileiro. E outra coisa: é só para os pequenos Municípios. No meu Estado, mais de praticamente cem Municípios tem menos de 10 mil habitantes. Tem que haver uma solução: têm que sentar e usar o consenso. Não é fechar.

Eu, como médica de formação, vi isto acontecer. Na década de 90, havia todas aquelas APAMIs, que faziam os partos das mulheres. Quando fizeram investigação, descobriram que havia algumas Autorizações de Internação (AIH) que não eram verdadeiras. Por isso, ao invés de chamar, mandar punir quem fez o erro, não; fecharam as APAMIs. E, por isso, há mulheres brasileiras das pequenas cidades andando 100km, 150km para ter seu filho.

Então, eu chamar atenção aqui disto, parabenizando e agradecendo e dizendo aqui ao Dr. Júlio, ao Senador: nós temos que ter uma visão mais de gente, de ser humano. É disso que a gente está se distanciando. Pelo País? Tudo se vota aqui pelo País. Mas o País tem ser humano – homem, mulher, jovem e criança –, que vive nele. Então, a gente tem que ver esse lado social, inclusivo. Não podemos pensar...

Por exemplo, diz que está falido, mas a gente vê... Por exemplo, por que, nesta Casa, ninguém abre a boca para dizer que em 60 dias essa nova política de aumento de combustível aumentou seis vezes os combustíveis? Ninguém fala nisso. O botijão de gás, só em setembro, duas vezes. E está todo mundo calado, como se não estivesse acontecendo nada. Isso sobra para o menor, porque privilégio aqui ninguém se reuniu ainda para tirar de ninguém.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço aqui a participação da Deputada Zenaide Maia.

Imediatamente vamos passar aqui para o Senador Elmano, já registrando aqui a presença do coordenador da Bancada do Rio Grande do Norte, Deputado Felipe Maia. Igualmente, também, quero





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrar aqui, com satisfação, a presença do Deputado Danilo Fortes, do PSB, do Ceará; o Vice-Prefeito Anderson Alves, que também está inscrito, lá de Currais Novos.

Senador Elmano cedeu ao Deputado Felipe Maia.

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – Três minutos, Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Deputado Felipe Maia, com a palavra.

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – Eu vou ser bastante econômico com as palavras. Eu pedi ao Senador Elmano três minutos, até porque eu tenho com o Presidente Rodrigo Maia uma audiência às 4h da tarde, e eu não posso atrasar a essa audiência.

Mas, em três minutos, Senadora Fátima, eu quero aqui fazer um apelo. Nós que estamos trabalhando neste assunto dos correspondentes bancários, que levam a tranquilidade, a paz, o conforto a 1.900 Municípios do Brasil, conhecemos as questões financeiras do Brasil, Sr. Walter Malieni, que aqui representa o Banco do Brasil. Eu quero fazer uma ponderação de bom senso, para que os Correios, que têm as suas razões, possam encontrar as soluções junto ao Banco do Brasil, que também tem as suas razões.

O que me consta é que 1.900 agências dos Correios irão fechar no Brasil. No meu estado do Rio Grande do Norte, são 174 agências dos 177 Municípios. Isso vai trazer um caos aos beneficiários dos programas sociais, às pessoas, às famílias que precisam pagar suas contas.

Nós nos deparamos com uma questão financeira, que não é detalhe; é um fato principal. Pelo que me consta, o Banco do Brasil, repassava algo em torno de R\$100 milhões por ano aos Correios, o que pode hoje... R\$100 milhões/mês aos Correios, para que pudessem ser mantidos esses correspondentes bancários. Hoje, quanto a esse repasse, o que é possível são R\$20 milhões/mês, ou seja, 20% daquele valor anteriormente repassado.

É uma situação bastante dramática, José Rivaldo, mas para a qual temos que encontrar uma solução.

Eu sou da Base do Governo. Então, sempre digo que me sinto muito confortável em cobrar do Governo, porque acho que, em primeiro lugar, vem o emprego, em primeiro lugar.

O Governo tem que equilibrar as suas contas. O Presidente Henrique Meirelles, o Ministro Henrique Meirelles tem que encontrar soluções para fechar as suas contas de R\$159 bilhões negativos, déficit que está previsto para este ano. Mas nós não podemos abrir mão dos empregos e não podemos abrir mão do bem-estar da população; da garantia do pai e da mãe de família de pagar as suas contas; de os idosos receberem seus benefícios; de os beneficiários do Bolsa Família...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – ... que fazem jus, receberem aquele benefício.

Então, venho aqui, de uma forma bem sucinta – até me desculpando com a Mesa por não ter aqui cumprimentado individualmente cada um, pela agência apertada –, e vou utilizar meus últimos 40 segundos para fazer um apelo ao meu amigo, colega, ex-companheiro do Democratas da Câmara Federal, Guilherme Campos, que hoje preside, com muita competência, os Correios, e ao nosso Vice-Presidente do Banco do Brasil, Malieni Júnior, que também traz aqui a sua palavra e, tenho certeza – não pude escutá-lo –, seu compromisso de buscar uma solução, porque existem 1,9 mil Municípios no Brasil que precisam da nossa solução.

E eu, como membro do Democratas, como membro de um Partido da Base do Governo, quero trazer aqui um apelo de um representante do povo do Rio Grande do Norte, para que possamos buscar uma solução para esse grave problema de que hoje estamos aqui tratando.

Muito obrigado, principalmente ao Senador Elmano, que, com muita delicadeza, me cedeu três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Danilo Forte, do Ceará.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Obrigado, Senador Elmano, que também é cearense, em nome de quem saúdo toda a Mesa, meus amigos, o Dr. Eduardo Pereira, Vice-Presidente do Banco do Brasil.

O Júlio César falou muito bem, a Deputada Zenaide Maia e o Deputado Felipe Maia, também. Eles expressaram o sentimento nosso, principalmente do povo do Nordeste.

O interior do Nordeste tem pago um preço muito grande pelo desequilíbrio regional que o País vive e pela distorção da pirâmide social que há. Nós temos uma realidade de pobreza diferenciada das demais Regiões do Brasil.

E essa sina só é mudada, se tivermos um pouco de espírito público coletivo, para buscar estimular essas regiões menos favorecidas a reagir, para que, dentro dessa reação, elas possam ter um maior quadro de inclusão social.

Isso tudo requer políticas públicas que sejam capazes de reverter essa situação. E nada maior do que política de inclusão social do que se ter o benefício de ser tratado com dignidade.

Eu presenciei uma cena no meu interior de Tejuçuoca – o Dr. Eduardo Pereira sabe muito bem disso, porque estive com ele, com a Prefeita, com o pessoal da Prefeitura e com os Vereadores –, em que uma comunidade foi levada... A agência do Banco do Brasil foi arrombada, dinamitada, e se teve que ir a outro Município para buscar os proventos. Na volta, num pau de arara, todos foram obrigados a descer de cima do caminhão e ficaram despidos. Senhoras e senhores de idade ficaram despidos. Senhoras e senhores de idade ficaram despidos ao vento, ao sol causticante do Nordeste brasileiro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa exposição indigna para qualquer tratamento humano. Quem pode perceber a realidade até como uma compaixão, como sentimento de amor ao próximo não pode compartilhar uma situação tão vexatória, tão deprimente das relações humanas, num país que é a oitava economia do mundo, num país que tem um potencial de riqueza muito grande. E esta Casa...

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – ... sempre que foi procurada pelo Banco do Brasil, pelos Correios, por todas as empresas do País, teve a vontade de reerguê-las, de aumentar seu capital, de patrocinar desenvolvimento, de votar inclusive tirando, muitas vezes, recursos de programas sociais para garantir a saúde do sistema financeiro.

Então, o sistema financeiro não perde. Por que o sistema financeiro não perde? Porque toda essa movimentação também tem um custo de realizações nos boletos, nos pagamentos, nos programas sociais. Nós sabemos, inclusive, que os bancos recebem por isso. Então, não custa nada ao Banco do Brasil, que é o maior banco de temos, inclusive motivo de orgulho de todos nós, brasileiros, buscar uma equação que seja capaz de viabilizar esse custo.

Os Correios passam por uma situação difícil. Passam. Os Correios sofrem a crise da política e das corporações brasileiras, que criaram um ambiente com a mudança do comportamento da sociedade – hoje ninguém manda mais carta, é tudo por WhatsApp. Você realmente tem uma deficiência de ganho de capital no sentido de que os Correios hoje não têm a mesma prestação que tinham no passado, mas têm um papel importante para a sociedade brasileira, além na segurança na entrega nas correspondências, que está exercendo, de um banco social. E o Banco Postal, nas cidades que inclusive tiveram o Banco do Brasil fora de atuação exatamente por essa onda de violência crescente, é a única alternativa que restou.

Eu estou gostando muito, inclusive parabeno essa iniciativa do Banco do Brasil, do banco sem o numerário. Eu acho que essa circulação do dinheiro de plástico está funcionando e, para quem, mais uma vez, não conhece o Nordeste, pensando que o Nordeste não tem cultura suficiente para sobreviver nas adversidades, o povo do Nordeste também está gostando de ter o cartão que vai na bodega, vai no armazém, vai até na feira. Lá em Itapiúna, no Ceará, até os feirantes já estão com a maquinha para passar o cartão de plástico. Então, precisamos estimular, inclusive educando as pessoas, inclusive usando até os meios de comunicação da televisão, para as pessoas – principalmente as pessoas mais humildes – poderem ter alguma forma de movimentar as suas pensões, os seus benefícios, as suas aposentadorias. E essa alternativa criativa está solucionando em parte o problema, só o que o não pode é esses brasileiros ficarem sem solução nenhuma. Isso é um desrespeito, isso é um descompromisso de cidadania com o Brasil, e nós não estamos aqui para isso.

Eu apoiei e apoio o Presidente Michel Temer desde o início, todo mundo sabe disso aqui, nesta Casa, mas acho que cabe, do nosso comportamento – e aqui, Júlio, como coordenador da Bancada do Nordeste, que é a Região mais sofrida –, um posicionamento muito claro: não podemos continuar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votando as matérias do Governo, enquanto o Governo não respeitar o cidadão do Nordeste. Eu não quero ver o meu povo, os meus parentes lá sofrendo a humilhação que sofreram por assaltantes, de ficarem nus no meio de uma estrada vicinal, uma estrada carroçável, sem o menor abrigo. Isso é um desrespeito para onde eu vim e para o povo de onde eu vim. Eu não posso aceitar isso. Se vivêssemos num Estado de guerra, se estivéssemos num país falido, mas num país com os recursos que o Brasil tem, não pode humilhar os brasileiros.

E aqui eu peço, no mesmo sentido dos meus antecessores, que tenhamos uma clareza disso. Aqui nós não estamos pedindo benevolência. Aqui nós estamos pedindo reconhecimento de brasilidade. Nós estamos aqui pedindo o respeito que o cidadão e a cidadã brasileira merece e que tem obrigação o Estado brasileiro de dar.

E eu acredito que, com a sensibilidade da gestão do Banco do Brasil – Caffarelli, Dr. Walter, Dr. Eduardo – e com o compromisso do Presidente dos Correios, o Guilherme, que pegou essa bata quente num momento difícil, inclusive, da Empresa de Correios e Telégrafos do País, possamos harmonizar para poder garantir esse dinheiro, porque não é o dinheiro do mundo todo. Para o volume de recursos do Banco do Brasil, isso é insignificante. Para o volume de operações e pelo lucro que o Banco tem por ano, isso é insignificante.

E o maior lucro que o Banco do Brasil pode dar para o Brasil é o orgulho de ser brasileiro. O maior benefício que o Banco do Brasil pode gerar para os brasileiros é garantir, pelo menos, o nível de reconhecimento a esse cidadão pobre, que não tem acesso a uma grande escola, que não tem acesso a uma oportunidade de emprego ou de recursos empresariais e que, todos os dias, liga a televisão, e são bilhões e bilhões e bilhões que são desviados dos governos, das empresas públicas, para financiar aquilo que é mais nefasto na política brasileira, que são os processos eleitorais ou o enriquecimento do patrimonialismo, que é histórico no Brasil.

Se quisermos ajudar a virar essa página, vamos ter compromisso com a mudança. E essa mudança passa necessariamente por uma postura nossa, neste momento.

Nós, como Bancada do Nordeste, deixamos muito claro que nós não temos conforto para votarmos as matérias do Governo enquanto esse problema não for resolvido.

E os executivos, tanto dos Correios, como do Banco do Brasil, buscando uma solução o mais rápido possível, porque não pode acontecer o que está acontecendo: mais de 900 Municípios brasileiros em que o povo está sendo humilhado, destrutado e desrespeitado, porque não tem uma agência bancária para poder manipular os seus recursos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação aqui do Deputado Danilo Forte, que, sem dúvida nenhuma, faz uma intervenção agora, fortalecendo e muito a nossa luta, porque nós já colocamos exatamente isto, Deputado Danilo Forte: não é razoável, não é aceitável, de maneira nenhuma, que, de repente, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, através de duas instituições tão respeitadas e tão queridas do povo brasileiro, que são tanto os Correios do Brasil como o próprio Banco do Brasil, não encontre uma solução.

Depois, eu volto aqui a dizer claramente: eu me recuso, me recuso, me recuso simplesmente a aceitar essa lógica de austeridade por austeridade, de ajuste fiscal por ajuste fiscal. E, de repente, o quê? Os Correios e o Banco do Brasil não têm um orçamento de R\$28 milhões/mês ou de R\$8 milhões/mês para garantir a vigilância para que, pelo amor de Deus, sejam prestados ao povo brasileiro serviços importantes, essenciais, que dizem respeito à cidadania do povo brasileiro?

Então, nós não podemos aceitar isso de maneira nenhuma. E sei que ambos aqui, tanto o Vice-Presidente como o Presidente nacional dos Correios, estão empenhados em trazer essa solução.

Mas nós temos de cobrar do Governo Federal. Claro que sim. Temos de cobrar e temos de ter posições fortes. E o Parlamento tem de ter uma posição muito forte frente a isso.

Nós não podemos aceitar de maneira nenhuma. Não podemos aceitar que, simplesmente, Senador Elmano, se fechem esses bancos postais, essas agências pelo País afora. Já basta de tanto retrocesso que este País vem vivendo.

Mas eu concedo agora a palavra a V. Ex^a, que – quero aqui mais uma vez dizer – é um Senador muito atuante aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional. Tem contribuído muito para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste e do Brasil. E sua voz neste momento é uma voz que pesa, que soma muito nessa luta que nós estamos travando neste momento.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Deve ser o peso da idade, querida Presidente.

Então eu queria...

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E da sua qualidade, da sua responsabilidade e da sua trajetória.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... só parabenizá-la pela iniciativa desta audiência, de trazer aqui dois Vice-Presidentes do Banco do Brasil, o nosso Vice-Presidente Walter, e o meu querido Dudu, que é o Eduardo Pereira Filho.

Saiu, não é?

O SR. EDUARDO PEREIRA FILHO (*Fora do microfone.*) – Estou aqui, queridíssimo...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Ah, ele está aqui, está ao meu lado. O nosso Presidente da Empresa de Correios, o Guilherme, que é nosso eterno Deputado. Quero cumprimentar o Joarez e o Rivaldo. O Joarez é da Confederação Nacional dos Municípios, e o Rivaldo, da Federação Nacional dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico muito feliz com a escolha dos expositores, dos palestrantes, porque, no meu entendimento, todos estão envolvidos, principalmente os Municípios, os trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, nosso Presidente, os dois Vice-Presidentes do Banco do Brasil.

Creio que o mais importante é nós buscarmos uma saída. O impacto do fechamento dessas agências já foi por demais exposto aqui. Todos nós sabemos das dificuldades que têm os Municípios quando se fecha uma agência do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, da Caixa Econômica, enfim, e sobretudo dos bancos postais.

Nós estamos realmente... Eu me lembro de que um tempo atrás nós lutávamos para abrir agências de bancos públicos ou privados em cidades do interior, como também lutávamos para abrir agências do INSS. E enfim, uma série de esforços de prefeitos, Deputados Estaduais, Vereadores e todos, Deputados Federais, Senadores, no sentido de dotar as cidades, as regiões, os territórios de condições de um desenvolvimento autônomo, que é o que nós buscamos, um desenvolvimento local, integrado, participativo etc.

Então eu creio que nós estamos vivendo um momento, digamos, de grandes dificuldades. Eu vejo as agências neste País afora, dos bancos, verdadeiras, digamos, explosões que as cidades vinham lá do interior do Ceará, embora eu seja do Piauí, mas é uma coisa que nos preocupa, a questão da segurança. E eu vejo que aqui, digamos, esses bancos postais, essas agências que há nos Municípios, a importância de que se revestem essas agências.

Agora, o que nos interessa aqui – e vejo que há um avanço... Queria, aliás, fazer um apelo inicialmente ao Vice-Presidente Walter, ao meu querido Dudu, o Eduardo Pereira Filho, no sentido de que inicialmente nós prorroguemos o prazo estabelecido pelo banco, no sentido de que a Empresa de Correios e Telégrafos tenha o tempo necessário para todos nós conversarmos e buscarmos uma saída. A realidade é que...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Prorrogar por seis meses... Fazer esse apelo ao Banco do Brasil, Walter...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu assino embaixo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Hein?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Fátima, nós, agentes públicos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Seis meses são suficientes?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Senador, só uma correção: quem está encerrando sou eu, Correios; não é o Banco do Brasil. E as agências dos Correios não fecharão. Elas deixarão de prestar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de Banco Postal. Mas quem está esperando o serviço de Banco Postal na forma de correspondente bancário são os Correios.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Guilherme, você, como Presidente da empresa e ex-Deputado... Eu creio que nós, agentes públicos, temos o dever, no exercício das funções, das nossas atribuições, de cuidar primeiro de gente, cuidar de pessoas. Essa é a grande missão do prefeito, do vereador, do deputado, enfim, de todos nós, agentes públicos. Os grandes beneficiários desses bancos postais são exatamente as pessoas que mais precisam. Isso já foi dito aqui. Nós lutamos muito no passado para que isso acontecesse. A pressão é sobre os políticos para não fechar... E a nossa Senadora Fátima foi feliz de convocar esta audiência pública no sentido de nós trocarmos ideias. Nós temos de buscar, no momento de grandes e profundas dificuldades que o País vive hoje... Todos nós temos responsabilidades. O meu querido Guilherme dirige uma instituição de três séculos e meio. Como os senhores vice-presidentes... O Banco do Brasil tem dois séculos e poucos anos. São instituições que se afirmaram pela eficácia e pelo trabalho, contribuindo para o bem-estar da população, para o desenvolvimento dos nossos Estados e do País como um todo.

Isso, no meu entendimento, repito, tem um impacto muito grande, e temos o dever, a obrigação de buscar uma saída, vendo, sobretudo, as pessoas, os beneficiários desses serviços, porque quem está lá... O meu Líder aqui, Deputado Júlio César, que é o Deputado dos dados municipalistas, citou o exemplo da cidade de Santa Filomena, que dista 200 quilômetros da agência mais próxima.

Então, é o apelo que nós fazemos no sentido de que tenhamos uma saída. Eu sei que o Presidente Guilherme tem a sensibilidade de um homem público, de um agente público que já foi um Parlamentar, de repensar para buscarmos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Está machucado. Nós todos estamos, mas quem está mais é quem está lá na ponta. São os usuários de ontem, que, amanhã, vão sentir o impacto da falta desses bancos. Então, o apelo nosso é no sentido de construirmos uma saída.

Conversei aqui baixinho com o Eduardo, que acha que é possível nós construirmos. Agora, é importante e fundamental que o nosso estimado Guilherme também tenha a boa vontade, que sei que ele tem, no sentido de encontrarmos uma saída.

E esse é o objetivo maior – não é, Fátima? – desta audiência que aqui nós realizamos neste instante. Então é um apelo que eu queria fazer, somando-me a todos os demais Parlamentares que se manifestaram aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos também a valiosa participação do Senador Elmano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar agora para Anderson Alves, que é o Vice-Prefeito lá de Currais Novos; e, em seguida, para a Esiédia, para a gente voltar a palavra aqui para os demais componentes da Mesa e a gente fazer o fechamento aqui da nossa audiência, e não dos bancos postais – ouviram, Dr. Walter e Presidente Guilherme?

Bom; mas o Deputado Júlio...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Eu queria só uma complementação. Primeiro, reconhecer a competência do presidente Guilherme. O Guilherme, quando assumiu, ele mesmo falou, ele tinha um orçamento de mais ou menos 20 bilhões, e ele tinha um negativo de 2,1 bilhões, não é? Em 2016, 1,5 bilhões negativo. No primeiro semestre deste ano, 800, quer dizer, cada vez caindo. Eu já tenho informação de que no segundo semestre poderá ser positivo. Então eu quero enaltecer a competência da atual gestão dos Correios, de reverter essa adversidade, apesar da grande dificuldade por que os Correios passam.

Mas, minha querida Presidente, só acontecem essas coisas ruins no Nordeste, porque é a região mais pobre, tem o menor PIB *per capita*. Querem acabar com a Chesf. As zonas eleitorais estão acabando. A grande zona... Fiz um grande movimento na semana passada, com a Associação dos Magistrados do Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Desligou?

Das zonas eleitorais. Estão acabando com o Finor. O Finor acaba este ano. Nós estamos lutando para ser recriado. Estão acabando com o DNOCS, CIDNOS, vocês sabem, o DNOCS já teve 15 mil empregados, hoje tem 1,4 mil, e o que tem menos tempo tem 34 anos de serviço.

Então eu quero aqui fazer um apelo, um apelo. Primeiro, saber o que é que os Correios fizeram para reverter essas decisões judiciais. Porque uma decisão judicial tem grau de recurso, que poderá ser revertido, poderá ser em grau de recurso, ser revertida a decisão de primeiro e de segundo grau.

Segundo, quero propor aqui: o que há de obrigação de pagar hoje é 8 milhões. Estou com a cabeça só em bilhões. Quando eu falo no lucro dos bancos, tudo é bilhão, não é? Então eu quero fazer aqui uma sugestão. Aqui estão as duas maiores empresas, mais velhas do Brasil. O Banco do Brasil é de 1808, da época de Dom João VI. Eu me lembro muito bem da história. Já tem 209 anos de existência. Os Correios, 354. Então, os dois mais antigos da administração indireta do Governo. Fazer um apelo: que esse passivo dos 8 milhões, já que os Correios vão anular o seu déficit, seja compartilhado entre os dois. O Banco do Brasil paga quatro e os Correios, quatro. E mantém isso como uma função social em favor desses 20 milhões de excluídos, que são os mais pobres, os mais discriminados, os que mais precisam, e um deslocamento a uma cidade à distância de 50, 60, 80, 100 ou 200 quilômetros, vai ensejar no recebimento da sua aposentadoria, ele pagar 10% pelo menos no deslocamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ver se compartilhamos esse ônus com as duas entidades que são o orgulho de nosso País: Correios e Banco do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bom, Deputado Júlio. E pediria a V. Exª que, inclusive, fizesse por escrito essa proposta para que a gente saia com um encaminhamento concreto daqui. Inclusive vamos buscar, não é, Deputada Zenaide Maia, de toda a Bancada do Nordeste.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos botar no papel, que o nosso papel é exatamente para pressionar legitimamente, Senador Elmano, para que, enfim, isso prospere, porque essa luta não vai terminar aqui com esta audiência pública.

Vamos passar, imediatamente, a palavra agora para o Vice-Prefeito Anderson, da cidade de Currais Novos.

O SR. ANDERSON JEAN DE ARAÚJO ALVES – Obrigado, Senadora.

Queria pedir licença às autoridades, Deputadas, Deputados, Senadores, Senadoras, para cumprimentar todos na pessoa da Senadora Fátima Bezerra, Senadora que representa o povo potiguar e que está aqui investida de toda a legitimidade de representar o nosso povo, sobretudo, aquele afetado por essa decisão de se fechar 109 agências, bancos postais, no Estado do Rio Grande do Norte.

Eu vim, acompanhado do nosso chefe de gabinete, trabalhar e advogar pelos interesses do nosso Município, Currais Novos, que conta com uma população aproximada de 45 mil habitantes. E, de certa forma, na região do Seridó, Currais Novos é polo, polo para outros onze Municípios de menor porte, que acessam em Currais Novos diversos serviços: comércio, inclusive serviços bancários, que estão altamente prejudicados, Senadora, por essa onda de violência que assola o nosso Estado, o nosso País, com vários arrombamentos de agências bancárias, diminuindo assim o acesso da população ao serviço bancário, que não está explícito na Constituição, diferente do serviço postal, mas que é um serviço de fundamental importância do ponto de vista da cidadania.

Eu escutei atentamente aqui a fala de todos os Parlamentares, dos representantes dos trabalhadores dos Correios, do Banco do Brasil, dos Municípios. Também me senti bastante contemplado, Juarez, pela sua fala. Concordei em grande parte com as suas palavras, mas eu quero dizer, Fátima, que aqui eu percebo que existe um problema de gestão. A grande verdade é essa.

Eu tenho um profundo respeito pela iniciativa privada. Costumo simplificar os meus raciocínios, Francisco, eu acho que o problema é como cidadão que enfrenta a sua casa, tem uma árvore que lhe oferece frutos, uma árvore que lhe oferece sombra, e que, diariamente, em retribuição a esses frutos, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa sombra, aquele cidadão tem que varrer as folhas que da árvore caem. E, com preguiça de varrer ou simplesmente porque não sabe varrer, ele decide cortar a árvore. E o pior é que ele decide cortar a árvore para vender a lenha.

Então, eu deixo aqui essa reflexão, dizendo que eu imagino, Senador Elmano, a realidade da população de Miguel Leão, um pequeno Município do Estado do Piauí, com pouco mais de 1,2 mil habitantes. Como essas pessoas ficarão? Eu poderia muito bem aqui representar simplesmente o interesse de Currais Novos, meu Município, como eu disse aqui, uma cidade polo, que tem agências bancárias e visitar Deputados, Deputadas, Senadores, Ministros, advogando em nome dos interesses do meu Município, mas eu penso no Município de Bodó, com pouco mais dois mil habitantes, eu penso no companheiro que é prefeito de Santana do Seridó, perto da sua cidade, Parelhas, cuja população procura diretamente dos prefeitos, a autoridade que está mais perto do povo, para reclamar as suas aflições, as suas dificuldades do cotidiano.

Então, quero deixar aqui um apelo à Presidência, à diretoria da Empresa dos Correios, ao Banco do Brasil para que, antes de pensarem – naturalmente vocês representam o interesse empresarial, uma sociedade de economia mista, uma empresa pública –, mas, antes de pensarem na questão do lucro, vocês têm de pensar na finalidade, no interesse coletivo da população. Vocês não sabem o que representa para um cidadão carente, aposentado, que recebe um salário mínimo ter o direito de ter uma conta bancária, o quanto isso não enaltece o seu espírito, o quanto isso não facilita sua vida.

Então, quero deixar aqui esse registro.

Não tenho autorização para falar em nome dos Municípios. Como eu disse, já fui bastante contemplado pelas palavras de Joarez, mas eu quero deixar este registro aos Senadores, às Senadoras, às Deputadas, às autoridades: que pensem no pequeno. Vocês estão investidos da função de representar o povo. E são empresas importantíssimas, empresas históricas que, antes de tudo, têm o mister e a obrigação de atender e de primar pelo interesse e pela finalidade coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, agradeço a participação do Vice-Prefeito Anderson Alves, que traz aqui exatamente a voz lá dos prefeitos e prefeitas não só de Currais Novos, do Seridó, mas de todo o Rio Grande do Norte.

Vamos agora, imediatamente, passar a palavra para Esiêdla Pereira de Andrade.

Onde está a Esiêdla?

Esiêdla, venha para cá, por favor.

Em seguida, vamos passar a palavra aqui, Senador Elmano, Deputado Júlio, para encerrarmos.

Esiêdla é Diretora do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Norte, que tem participado intensamente deste debate. Aliás, foi quem primeiro fez o alerta sobre essa situação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupado não só com a situação dos trabalhadores, mas com os impactos que isso trará para a população e para os Municípios.

A SRª ESIÊDLA PEREIRA DE ANDRADE – Primeiramente, gostaria de agradecer à Ex^{ma} Senadora Fátima o fato de trazer esta audiência pública para nós do Rio Grande do Norte.

Gostaria de saudar a Mesa em nome do meu representante José Rivaldo.

Estou aqui representando o Presidente do Sindicato, Edilson Shampoo, que não pôde comparecer devido à greve que está em todo o Brasil.

Estive presente em várias audiências públicas nos Municípios e pude ver o caos, o medo instalado na população com a perda desses bancos postais. A população está muito preocupada com esse fechamento de Banco Postal, porque a gente tem o entendimento de que esse Banco Postal é bastante importante. E nós, do sindicato, representando os trabalhadores, estivemos atentos, fomos a vários Municípios e fizemos várias audiências. E aqui eu gostaria de pedir a sensibilidade de Guilherme Campos, porque eu acho que tem, sim, que ter um pouco de sensibilidade dele, porque nós temos o entendimento também de que há condições de manter esse Banco Postal, não acreditamos que essas agências sejam deficitárias a ponto de fechar. Há que ter uma saída, a gente tem que buscar uma saída, a gente aqui não está querendo culpar um ou outro, e, sim, achar uma saída para que os trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Norte, que também vão ser consequentemente penalizados com esse fechamento de Banco Postal, mas principalmente a população, que vai deixar de usufruir dos atendimentos que o Banco Postal traz aos Municípios, porque em vários Municípios apenas existe Banco Postal, e é onde as pessoas recebem seus salários, e é onde elas podem fazer abertura de conta, enfim, n coisas.

Então, vou ser breve. Mais uma vez, agradeço à Senadora Fátima e peço ao Presidente Guilherme Campos que tenha sensibilidade com os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que nós estamos há anos aí levando essa empresa e a gente merece aí um pouco mais de carinho nas atitudes que o senhor vem aí impondo a nós trabalhadores goela abaixo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós agradecemos a participação de Esiêdla, inclusive reconhecendo o esforço que ela fez para aqui representar o Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios do Rio Grande do Norte, neste momento de luta, greve, em nome de justas reivindicações. E justiça seja feita o quanto o sindicato foi o primeiro, Senador Elmano, a trazer à luz, Deputada Zenaide Maia, esse tema do fechamento dos bancos postais pelas consequências que isso terá. Por isso que nós estamos aqui lutando para evitarmos isso aí.

E agora vamos encerrar realmente a nossa presente audiência pública. Eu gostaria muito que o Presidente dos Correios e o Vice-Presidente do Banco do Brasil, o Sr. Guilherme Campos e Walter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Malieni, pudessem se posicionar frente a essa proposta consenso que está apresentada como um caminho para garantir a manutenção dos bancos postais em respeito à cidadania da população do Nordeste do Brasil, que pudessem se posicionar sobre o que foi aqui colocado, primeiro, ver essa questão das decisões judiciais, o acompanhamento do TAC, etc, mas a proposta concreta que os Correios e o Banco do Brasil pudessem dividir a questão dos oito milhões aqui mencionados também pelo Senador Elmano, e, com isso, repito, nós não tenhamos mais esse retrocesso, que seria o fechamento dos bancos postais.

Nós vamos passar imediatamente aqui para a CNM, para o Rivaldo, e, depois, imediatamente, para ouvir aqui a posição dos Correios e aqui do Banco do Brasil. **O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA** – Eu acho que, em nome de todos os Municípios, do Deputado Júlio, de todos que nos antecederam, Presidente Guilherme Campos, eu acho que sua sensibilidade como gestor, como Parlamentar, acho que todos colocaram bem. O momento, acho que a Deputada colocou bem, é o momento de se tirar a autoestima da pessoa. Quando você acaba tirando as coisas que mexem com o seu Município, a autoestima se vai, o movimento se vai, você acaba deixando para trás as suas raízes, e a história da vida... Eu sempre falo que as flores do amanhã estão contidas na semente do hoje. E, na hora em se fecha um PAP, em que se fecha uma agência, em que se fecha uma agência dos Correios, ou qualquer coisa, é algo que vai ficando para trás na história.

E a CNM é solidária. Estamos muito fortes, em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, na defesa forte dos Municípios, para fazer um movimento não só no âmbito de todos os Municípios para que possamos sensibilizar os Parlamentares como um todo. Até mesmo aqui o Vice-Presidente Walter nos deu uma missão, de que possamos trabalhar juntos na uniformidade da legislação. Acho que isso é fundamental para o futuro dos nossos Municípios, e a CNM está de braços abertos e de mãos dadas, para que possamos fazer esse trabalho. A defesa é incessante em nome dos Municípios.

Tirou, fechou, Presidente Guilherme, tirou a autoestima da pessoa. Olha com carinho, e isso acho que dá para levar mais um tempo. A gente sabe da sua capacidade, e, com certeza, não fechando as agências, vai ajudar a terminar com o déficit público que têm os Correios.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rivaldo.

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – Eu quero agradecer a iniciativa da Senadora e fazer um apelo aqui ao Presidente Guilherme Campos, que ouviu atentamente todas as reivindicações aqui do Município. Acho que falta pouco para se chegar a um entendimento, e a gente conseguir manter todas as agências desses pequenos Municípios do nosso País, tendo o atendimento do serviço, o acesso ao serviço bancário.

Julgo de suma importância esta audiência pública. Foi uma audiência pública muito proveitosa. Neste ano, já participei de quase dez audiências públicas, e nunca vi uma audiência pública com proposições tão positivas do ponto de vista de se querer achar a solução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço licença aos Parlamentares e à Senadora para fazer um apelo aqui ao Presidente Guilherme Campos. Nós estamos em greve em mais de 23 Estados. Acredito que hoje São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados vão entrar na greve. Seria importante acharmos uma solução para isso. Nós nunca nos negamos em querer achar essa solução. Felizmente, o presidente traçou um caminho para essa negociação, e, talvez, o resultado hoje à noite vá dizer se ele estava certo ou não.

E quero fazer um apelo a todos os trabalhadores para continuarem firme na luta pela manutenção dos Correios, sem privatizar os Correios, pelas agências dos pequenos Municípios todos abertos e pela garantia dos nossos empregos,

No mais, muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, Rivaldo, antes de passar a palavra para o Vice-Presidente do Banco do Brasil e ao Presidente Guilherme, quero me associar aqui ao seu apelo. Faço isso aqui em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, porque aprendi uma coisa na minha vida: que conflito se resolve pela via do diálogo. Foi isso o que aprendi ao longo da minha vida. Quanto mais diálogo, quanto mais conversa houver, melhor, até porque volto a dizer que são reivindicações extremamente justas.

Não se trata apenas de recomposição salarial. Trata-se de concurso público, trata-se desse plano de demissão voluntária. Trata-se, enfim, de condições de trabalho. Trata-se, sobretudo, Presidente Guilherme, de lutarmos para que não seja verdade aquilo que já vem sendo dito, inclusive saindo da boca de ministros do próprio Governo que está aí, que, de fato, o interesse do Governo, o objetivo do Governo é vender os Correios, é privatizar os Correios. E eu quero aqui ser bem sincera: eu desconfio – espero que não seja isto – que, por trás dessa possibilidade admitida, repito, inclusive por integrantes do alto escalão do próprio Governo que está aí... Eu espero que por trás do fechamento do bancos postais não esteja também aí mais uma estratégia que faz parte exatamente de quê? Da privatização dos Correios.

Eu não quero nem me referir aqui a outras privatizações em curso, de forma açodada, de forma irresponsável, como é simplesmente, agora, querer vender, a preço de banana, o sistema elétrico do Brasil, num momento, inclusive, extremamente oportuno, de um Governo que tem poucos meses. Sem contar as circunstâncias em que este Governo chegou ao Palácio do Planalto.

É uma questão, portanto, de bom senso, não é, Senador Elmano? Precisa-se de muita responsabilidade nesse momento, pelo quanto esses patrimônios não são patrimônios de governo A, B ou C; são patrimônios do povo brasileiro, do Estado brasileiro.

Eu quero aqui dizer, por exemplo, Dr. Walter, quando eu vejo que só de juros nós pagamos, nesses últimos 12 meses, R\$428 bilhões – nesses últimos 12 meses –, que cada 1 ponto de redução...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Pagamos não; rolamos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rolamos, exatamente.

Cada ponto percentual de redução da Selic gera uma economia de R\$22 bilhões por ano – cada ponto de redução percentual da Selic gera uma economia de R\$22 bilhões por ano.

A Selic hoje está em 8,25. Veja bem, nós aqui falamos, por exemplo, de R\$28 milhões. Por fim, nós estamos aqui fazendo um apelo de R\$8 milhões, para que possam aqui ser rateados entre os Correios e o Banco do Brasil. Isso representaria o que de R\$428 bilhões?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mês, eu sei, mês. Isso representaria o quê? Isso representaria 0,0005?

Então, assim, Presidente Guilherme, eu agradeço muito aqui a presença dos senhores. Volto a dizer: os senhores estão aqui representando duas instituições muito importantes para o povo brasileiro. E nós estamos aqui fazendo um apelo à luz dessa proposta que, inclusive, estamos formulando aqui, para qual vamos buscar assinaturas de toda Bancada do Nordeste e das demais Regiões. O que nós estamos aqui pedindo não é nem um favor. Nós estamos aqui cobrando respeito, cobrando cidadania.

Por dever de Justiça, veja bem: no governo do Presidente Lula, nós tivemos uma inclusão bancária de mais de 70 milhões de brasileiros, ao todo, até agora. Só no governo dele, foram 45 milhões de brasileiros que foram inseridos no sistema bancário. E por que isso foi feito? Isso foi feito à luz de uma lógica, que é a lógica correta: as pessoas não podem ser tratadas apenas como números – nem devem –, como estatística. As pessoas têm que ser tratadas, como disse o Senador Elmano aqui, antes de mais nada, como gente – como gente!

Então, eu acrescento aqui, Rivaldo e Presidente dos Correios, mais outro dado para essa reivindicação e esse apelo que nós estamos fazendo. Ora, se os Correios têm as suas dificuldades, então, por que o Orçamento Geral da União não chega com suplementação, Deputado Júlio? Por que não? Por que não? De repente, um Governo que rola 428 bilhões de juros dessa dívida que está aí... Por quê? Por que o Governo Federal não chega junto? Será que a cidadania do povo brasileiro custa tão pouco? Ou, infelizmente, este Governo só tem olhos para os mais ricos, só tem olhos para os banqueiros?

Desculpem-me aqui o meu desabafo, porque, eu sei que, se depender das instituições, tanto do Banco do Brasil como dos Correios... Eu sei e reconheço o esforço que vem sendo feito para que, de repente, a gente não tenha, repito, mais esse retrocesso, que é simplesmente: chega o dia 11 de outubro, o Presidente Guilherme não tem saída, o Banco do Brasil também não tem saída, e que se lixem as pessoas, os aposentados, as pessoas que não tinham acesso ao sistema bancário, que se lixem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas pessoas. Ah, vão andar agora 40, 80, 90 quilômetros, não sei quantos quilômetros, inclusive agravando mais ainda o problema de violência nas chamadas cidades-polos.

Então, não pode ser assim. Repito: nós não estamos aqui pedindo favor ao Governo Federal de maneira nenhuma. Nós estamos aqui pedindo respeito. Nós estamos aqui cobrando dignidade para as pessoas. Por quê? Porque se trata da cidadania de milhões de pessoas. Repito: 45 milhões no governo do Presidente Lula – e hoje são mais de 70 milhões –, graças a políticas corretas como essas que foram adotadas, fruto dessa parceria do Banco do Brasil com os Correios, puderam ser incluídos, Senador Elmano, puderam ter acesso aos serviços bancários básicos, como deve ser exatamente.

Então, fica aqui esse nosso apelo. Realmente, fizemos essa proposição aqui no final, e que o Governo Federal possa, inclusive, propor recursos para que isso, efetivamente, seja resolvido. O que nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, é que o Governo Federal... Eu nem vou falar aqui de outras coisas, enfim, de tantos absurdos que estamos vendo por aí. Nós não podemos aceitar, repito, concretamente, que um Governo que olha tanto para os mais ricos, olha tanto para os banqueiros, tanto que são 400 e tantos bilhões, negue 28 milhões/mês ou 8 milhões/mês, prejudicando, com isso, mais de 70 milhões por este País afora, principalmente os mais vulneráveis, os mais pobres, e contribuindo cada vez mais para o agravamento da realidade do ponto de vista social desses pequenos Municípios. Então, fica aqui o nosso apelo, Presidente Guilherme e Walter Malieni, a quem eu passo a palavra neste exato momento.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – A gente usou muito aqui a palavra "apelo". A senhora acabou fechando a sua fala com a palavra "apelo". E ele é meio desnecessário...

Acho que não está funcionando aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Melhorou?

Melhorou muito.

Melhorou? Melhorou, muito.

Bom, voltando. Eu acho que a gente falou muito a palavra apelo aqui, e eu acho que não cabe. Por que não cabe? Porque as duas instituições já estão discutindo, as duas entidades, o que for, uma maneira de encontrar um caminho para solução. Eu comecei a minha fala dizendo isto, de buscar uma solução gradativa.

Piorou?

A solução proposta agora, de meio a meio, é uma coisa que faz bastante sentido. Por que faz bastante sentido? Quem vem sendo demandado juridicamente pelo Poder Judiciário são os próprios Correios. A gente tem uma relação contratual com os Correios, e essa relação não prevê a questão dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigilantes. O que nós estamos buscando aqui é encontrar uma maneira de fazer com que a demanda judicial e a contratual se encontrem. É fato que para um conjunto de pontos, a gente possa de fato manter a sua existência.

Fazer meio a meio ajuda a gente a resolver o problema dos 1,8 mil, como o senhor bem colocou, de uma maneira imediata. Se não fizer assim, a gente vai fazer de maneira gradativa. Então, semana que vem vai ter um conjunto, na outra semana, vai ter um outro, e assim por diante, até que a gente possa encontrar uma outra forma de montar a parceria com os Correios, que é o que a gente está discutindo com muita boa vontade das duas partes. Quero reafirmar isso, quero reafirmar isso.

A gente colocou vários números aqui de lucro, provisão, enfim, de repasse que existia antes, não existia antes. Mas o fato de essa instituição dos Correios, o Banco Postal, não ter tido uma concorrência muito forte em novembro mostra que as soluções do negócio não têm mais interesse. Se nós não tivéssemos entrado, não teria havido Bradesco, Itaú, Santander. A verdade é essa.

Então, é necessário, sim, manter um atendimento às comunidades mais carentes. Eu não tenho como questionar isso. No que eu estou trabalhando – e eu tenho certeza de que o Guilherme também, a gente tem conversado – é como. Essa proposta na mesa é uma proposta que o Banco do Brasil aceita. E a gente vem discutindo outras alternativas de ter uma parceria diferente, porque alguém comentou, não lembro quem, são muitas pessoas que falam... Eu peço desculpas. Mas o País é muito grande. Então, há lugar que tem determinada dinâmica e outros lugares têm outra. Talvez uma coisa possa compensar a outra. É isso que a gente está buscando.

E aí, buscando a palavra apelo, eu faço um apelo aos senhores legisladores: a gente não pode ter esse conflito das leis federais e municipais, como está acontecendo. A atividade de correspondente – não é a do Banco Postal – vai acabar. Isso vai gerar desemprego, já que a gente tem tanta preocupação com isso. É muito clara a lei federal. Então, é uma interpretação, na minha visão, equivocada, tanto é que a gente ficou anos e anos de uma forma X, e mudou. É isso.

Estou à disposição para continuar conversando.

Senadora, se precisar voltar aqui, voltarei com todo o prazer. E nós...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o senhor acha razoável essa sugestão que foi apresentada aqui?

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Pelo Líder da Bancada. Com certeza. Líder da Bancada do Nordeste, né?

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. *Fora do microfone.*) – O Banco do Brasil aceita?

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Aceita. Meio a meio aceita, para esses R\$8 milhões que o senhor comentou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos ouvir agora o Presidente dos Correios.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Muito bem. Eu acho que eu devo ser a pessoa mais odiada neste recinto hoje, com certeza. É o cara que quer promover a maldade com os trabalhadores dos Correios e com todos os pequenos Municípios do País. Eu acho que vocês têm razão, deve ser isso mesmo. Mas, só para lembrar, são 6.045 agências de Banco Postal. Das 6.045, 5.062 dão prejuízo – 5.062! Das 6.045, 1.883 representam a única oportunidade que o pequeno Município tem de ter alguém do sistema financeiro no seu Município. São 1.883, dos 5.570 Municípios.

Nós estamos falando aqui de um problema gerado não pelo Banco do Brasil nem pelos Correios, porque os Correios estão topando esse prejuízo, porque a operação do Banco Postal dos Correios dá prejuízo. Nós estamos falando de 1.979 agências em Estados com imposição legal de vigilante nas suas agências, nas agências dos Correios que têm o Banco Postal. Nós estamos falando disso.

Dessas 1.979, 1.558 são deficitárias, são deficitárias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME CAMPOS – São 1.558, das 1.979, nesses Estados onde existe a imposição legal. E 759 Municípios não têm outra opção senão o Banco Postal para ter a sua presença no sistema financeiro. É a realidade. É a realidade. Não estou inventando. Os números estão aí à disposição de todos, absolutamente de todos. Não estou aqui sonhando informação a ninguém. Só que a situação dos Correios não aguenta uma verba, dentro do Orçamento Geral da União, para o ano que vem. Nós estamos falando deste ano. Nós estamos falando do mês que vem. Nós não temos capacidade financeira de assumir essa responsabilidade de pagamento de vigilante nesses Estados.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas me permita: por que é que não tem, Presidente Guilherme? É isso que nós queríamos dialogar com V. Sª. Nós estamos aqui querendo, inclusive, ajudar. V. Sª está acompanhando a imprensa. Está vendo aí. O Governo, por exemplo, mandou descontingenciar, agora, Deputado Júlio, R\$12,5 bilhões. Mandou descontingenciar agora, já do Orçamento de 2017. Fala-se muito, inclusive, que esse dinheiro vai ser utilizado em fins que nós não consideramos nobres de maneira nenhuma. Mas veio o caso, aqui, agora, de fazer este debate.

Permita-me aqui colocar que eu acho que não dá simplesmente para aceitarmos, como prego batido, ponta virada, que o Governo Federal – está entendendo? – não tenha responsabilidade nem compromisso com isso. Os Correios, afinal de contas, têm, no Governo Federal, exatamente o seu principal acionista. É o seu principal dono, entendeu? E nós não estamos falando aqui de quantias exorbitantes, de maneira nenhuma, considerando, repito, o universo das pessoas que estão sendo beneficiadas e que deixarão de serem beneficiadas com esse serviço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria aqui fazer uma ponderação, porque – desculpe-me – o que nós não vamos aceitar, de maneira nenhuma, é chegar ao dia 11 de outubro e os senhores, pura e simplesmente, dizerem que não têm alternativa e que os bancos postais serão fechados, ao mesmo tempo em que queremos aqui nos colocar à disposição, como estamos fazendo. Nós estamos aqui querendo somar, na busca exatamente de que haja uma solução para isso.

Por exemplo, Dr. Walter Malieni – permita-me aqui –, eu acho que o Banco do Brasil tem condições de rever esse contrato com os Correios, ampliar a participação do Banco do Brasil no que diz respeito a este grande problema, que é o custo, a manutenção dos vigilantes. O que nós queremos aqui mais uma vez colocar é isto: nós não vamos desistir, nós não vamos desistir de maneira nenhuma. É o nosso papel aqui no Congresso Nacional. Acho inclusive que se deveria bater à porta do Governo Federal, que se deveria bater à porta do Ministério do Planejamento. Volto a colocar que descontinuariam agora mais de R\$12 bilhões. Por que não pode vir uma quantia disso aí para ajudar no orçamento dos Correios, de forma que V. S^a possa fazer aquilo que é o seu desejo, que os bancos postais continuem funcionando?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Eu posso, devo e tenho a responsabilidade da administração dos Correios; quanto à administração do Orçamento da União, eu não tenho essa prerrogativa. O Congresso Nacional tem toda a representatividade dada pelo povo brasileiro para poder fazer esse tipo de ação. Eu tenho de me restringir àquilo que eu tenho alça de mira, onde eu possa estar trabalhando. Não tenho eu nenhuma atribuição legal de poder contar com dinheiro que não está destinado para a empresa.

Dentro dessa realidade, volto a insistir que os Correios não têm condições de assumir o pagamento de vigilantes nos Estados em que isso virou uma obrigação legal. Logo, eu estarei fechando as agências, encerrando a atividade de Banco Postal nas agências dos Correios que permanecerão abertas cumprindo a sua obrigação de universalização de serviços postais. Isso estou seguindo à risca.

Não tenho condição de assumir uma proposta como a que foi colocada pelo Deputado Júlio de meio a meio. Posso até fazer uma contraproposta: vamos fazer diretamente proporcional ao resultado de cada um no ano? Vamos fazer diretamente proporcional ao resultado do Banco do Brasil e ao resultado dos Correios.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME CAMPOS – O resultado. Vamos lá. Vamos fazer resultado proporcional.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Resultado do balanço ou resultado desde o início da gestão?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Resultado do balanço, é o número que nós temos, é o número que todo mundo usa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Júlio, nós, infelizmente, estamos numa empresa que tem um monopólio que está acabando. Aquilo que foi colocado que a atividade postal ainda é o principal produto da empresa é uma verdade relativa. Fechou o ano passado com 52% de participação no faturamento, e já neste mês de agosto está em 44%. Os serviços financeiros que, no ano passado, eram da ordem de 11% do faturamento, neste ano não chegam a 2%. E o que está salvando essa empresa é a encomenda, o Sedex, sim, sinônimo de encomenda neste País, sinônimo de entrega de produtos de *e-commerce*. Era no ano passado menos de 35%; já é neste mês de agosto 40%.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Lógico...

O SR. GUILHERME CAMPOS – Só que é concorrencial, Senadora, me desculpe. E o consumidor não quer saber se os Correios estão bem ou estão mal; ele quer ser bem atendido.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, ele quer ser bem atendido, e aí vale para o que nós estamos tratando aqui, porque ele quer ser bem atendido naquilo que diz respeito à questão da cidadania. O senhor está me dando um bom argumento. E o senhor está falando aqui dos consumidores mais pobres, dos mais vulneráveis. São exatamente os mais pobres, os mais vulneráveis.

O SR. GUILHERME CAMPOS – O serviço postal e o serviço de encomenda continuam presentes no Brasil inteiro. Não está mudando nada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Continua.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Especificamente, nesse assunto que estamos tocando, é só da atividade de Banco Postal. A atividade dos Correios para postar uma encomenda continua presente no Brasil inteiro, em todas as suas agências.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Continua, o serviço postal continua, tanto é, repito, que a empresa privada está de olho.

Mas eu quero voltar ao cerne da questão, Presidente Guilherme. Nós não podemos sair desta audiência, me desculpe, com o senhor pura e simplesmente anunciando, no Congresso Nacional... Porque o senhor está tendo uma dificuldade enorme. Ora, o senhor é representante do povo, o senhor está lá presidindo uma empresa, e me permita aqui dizer que o senhor tem a obrigação e o dever também de bater às portas do Ministério do Planejamento.

Nós estamos aqui numa Comissão de Desenvolvimento Regional. Quando a gente fala aqui do Banco Postal, do correspondente bancário, Senador Elmano, dessa parceria exitosa entre duas instituições como são o Banco do Brasil e os Correios, nós estamos falando aqui de uma política de integração nacional, que tem tudo a ver com a Comissão de Desenvolvimento Regional em que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos, aqui neste exato momento, no Senado Federal. Pensar inclusão bancária é pensar desenvolvimento regional. Todos nós sabemos aqui que a cadeia será altamente afetada se, pura e simplesmente, chegarmos ao dia 11 de outubro e os Correios lavarem as mãos, inclusive porque, por exemplo, não está aceitando as sugestões que nós estamos fazendo de colocar isso na mesa dos altos escalões do Governo Federal. O que é? Não tem ambiente lá? É porque, de fato, o Ministro Meirelles quer vender os Correios também? É porque, de fato, a cúpula do Governo Federal que aí está quer incluir os Correios também nesse pacote de privatização?

Então, me desculpe. Eu vou passar para o Deputado Júlio, porque eu vejo o empenho do Banco do Brasil, o esforço que eles estão fazendo, e quero dizer que acho que se pode e se deve fazer muito mais. Inclusive, fica o meu apelo aqui: por que o Banco do Brasil não estuda e assume realmente essa alternativa de assumir os custos com a questão dos vigilantes. Por que não? Igualmente a questão do Presidente nacional dos Correios.

Eu vou passar para o Deputado Júlio, porque nós não vamos aceitar isso aqui de maneira nenhuma, simplesmente dizer que, pura e simplesmente, dia 11 de outubro, fecha tudo para balanço, de jeito nenhum.

Deputado Júlio.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Presidente Fátima, eu reconheço o avanço que o Presidente Guilherme deu na gestão dos Correios e reconheço a importância desse Banco Postal. Primeiro, vai deixar de existir o Banco Postal, mas ele não tem determinadas despesas. A agência dos Correios vai continuar existindo, ela funciona na própria agência dos Correios. Quer dizer que é um custo que não vai deixar de existir, porque os Correios vão continuar existindo naquela cidade, por menor que ela seja. Então, compartilhar esse prejuízo e lutar para revogar essas decisões judiciais. Há segurança em todas as seis mil agências, Presidente? Só há onde há decisão judicial ou TAC, não é isso?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Existem agências onde o movimento é relevante, principalmente nos grandes centros, que são superavitárias e têm vigilantes.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Então, essas não têm problema. O problema é onde... O compartilhamento desse prejuízo com o Banco do Brasil era uma maneira de a gente sair daqui com uma solução definitiva. É tão pequeno. O que seria? Esse dado de R\$8 milhões foi V. S^a que falou.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inclusive, permita-me, Deputado Júlio, até para ver se... Pelos dados que a gente tem, de janeiro a agosto de 2017, o Banco do Brasil arrecadou através do Banco Postal R\$34,262 bilhões.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Não, ele movimentou, não arrecadou.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Movimentou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Movimentou. É diferente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Movimentou R\$34,262 bilhões.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Não faturou, não. O faturamento é lá embaixo, não é isso, Presidente? É a movimentação financeira.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é ganho, Walter. Não é ganho, mas, dentro daquela lógica de que nós estamos discutindo aqui... Nós não estamos aqui tratando de um banco privado pelo banco privado. O Banco do Brasil é uma instituição que tem um outro perfil, assim como os Correios. Se a gente fosse pensar na lógica do lucro pelo lucro, nós não teríamos tido políticas recentes no País como foi o Luz Para Todos ou o próprio programa de inclusão bancária. Os senhores sabem disso melhor do que eu. Nós também estamos aqui defendendo a manutenção desses serviços, Deputado Júlio, à luz dessa lógica.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Mas eu queria dar outra sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Tanto no Branco do Brasil quanto nos Correios, as decisões são colegiadas. Como nós temos prazo até o dia 10, eu queria propor que tanto um quanto o outro levasse à consideração do Colegiado, que é a Diretoria completa, essa proposta; ou de compartilhar de acordo com o lucro, de acordo com o lucro, como o próprio Guilherme propôs. Pode ser uma saída.

Eu sei que você perdeu 44% no semestre passado, menos do que no anterior. Ele estava negativo e está subindo. Está subindo, principalmente pelas encomendas de que ele falou aqui, que aumentaram e foram para 44%. Então, poderia dar uma semana de reflexão, submeter à avaliação da Diretoria Colegiada essa decisão, que é tão pequena, tão pequena, tanto para o Banco do Brasil quanto para os Correios, e é tão expressiva para esses Municípios pobres que temos, principalmente na Região Nordeste.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Obviamente, a reunião aqui, a Comissão acaba ajudando as empresas a discutirem com mais intensidade, mas, por iniciativa até do Presidente Guilherme, a gente começou a discutir esse tema há 20 dias, 15 dias, e há coisas na mesa, que estão sendo analisadas por nós e analisadas pelos próprios Correios. Eu acredito que, antes disso, a gente vai ter... Eu comecei a minha fala aqui, às 15h, falando que a gente está buscando avanços gradativos, não é, Presidente? É isso que a gente está buscando.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até porque há um prazo. Os Correios estão falando em 11 de outubro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Só para fechar...

O SR. GUILHERME CAMPOS – Já está combinado. Saindo daqui, nós vamos até o Banco do Brasil, conversar com o Presidente Caffarelli, que só não está aqui porque hoje tem reunião do conselho dele nesse período, e ele veio no lugar. Eu tive reunião no conselho pela manhã. Então, a conversa está fluindo.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – A conversa está fluindo bem. A gente vai...

O SR. GUILHERME CAMPOS – Está certo que é assim, mas está fluindo.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – É que o Guilherme mais alto do que eu, ele quis dizer isso. Por isso que há esse desnível. *(Risos.)*

Mas a conversa tem sido de bom grado, a gente tem encontrado alternativas e vai desenvolver... Eu usei dois termos quando eu comecei: parceria e solução gradativa. A gente está encontrando uma outra forma de fazer essa parceria andar, para que a gente possa atender esta reivindicação de conseguir cobrir esses 1,8 mil Municípios. O Banco do Brasil não pagará os 1,8 mil todos, mas a gente vai encontrar, sim, uma solução para não inviabilizar ou para não promover o fechamento das unidades de Banco Postal. Esse é o nosso objetivo e o objetivo dos Correios. Acho que posso falar em nome do Dr. Guilherme aqui: saiam com essa segurança, o.k.? Agora, é uma discussão de duas estatais, que têm seus comitês, que têm seus conselhos. No que a gente está trabalhando? Hoje de manhã – volto a falar –, nós estivemos juntos, das 10h ao meio-dia, tratando desse assunto. Estivemos quarta-feira passada, quinta-feira passada, sexta-feira passada. Isso é sinal claro e inequívoco de que as duas instituições querem encontrar um caminho. É só isso. Podem sair daqui com essa confiança.

Agora, volto a usar o termo "apelo". Faço um apelo para os senhores: não dá para propagar isso para o País todo, porque hoje é o vigilante; amanhã, é o vidro blindado; depois, é a porta giratória. E assim vai. E você vai inviabilizar a atividade. Você vai inviabilizar a atividade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Só estou colocando o seguinte: o senhor concorda que pode ser que seja um processo crescente? Assim, o senhor inviabiliza a atividade. É só isso que eu quis colocar. Eu nem sabia que estava suspenso ou não. Só estou desenvolvendo a ideia, nada mais do que isso.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Senadora Fátima, só dando um relato pessoal. Eu, quando Deputado, apresentei um projeto que falava o seguinte, especificamente para lotérico: em lotérico e agência de correspondente bancário, quem seria responsável pelo custeio da segurança e dos equipamentos de segurança seria a Caixa. Eu apresentei esse projeto, e não tinha nada a ver com Correios, com nada, porque eu acho que, sim, a instituição financeira tem uma responsabilidade com o correspondente que está lá na ponta. É só um testemunho do que eu já apresentei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

Eu quero agora mesmo encerrar – mais uma vez, Deputado Júlio, só um minutinho – dizendo o que eu disse agora há pouco. Veja bem, se a gente fosse aceitar a lógica de funcionamento apenas pelo viés do lucro pelo lucro, volto a dizer que nós não teríamos tido políticas como o Luz Para Todos e tantas outras políticas públicas como o próprio Banco Postal, que volto aqui a colocar, foi uma experiência extremamente cidadã, que não pode ser extinta; muito pelo contrário, ela tem de ser mantida. Cabe à gente ser justo e reconhecer que isso nasceu no governo do Presidente Lula, foi mantido pela Presidenta Dilma, e hoje são mais de 70 milhões. Os senhores sabem qual é o perfil do Banco Postal, o perfil das cidades onde ele está. Por isso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Por isso mesmo que isso tem de ser tratado com muito carinho, para que os Bancos Postais funcionem. Volto a colocar que, se os Correios e o Banco do Brasil vão funcionar como instituições de lucro pelo lucro, isso não é o debate aqui. Há todo um debate aqui do ponto de vista da cidadania e da inclusão social.

E eu termino mesmo, viu, Guilherme? Para prestar atenção aqui...

O SR. GUILHERME CAMPOS – Sim, senhora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... dizendo o seguinte: agradecer primeiro ao Banco do Brasil e aos Correios. Esse debate vem já há dias. Nós já estivemos lá na presidência dos Correios com você, o Banco do Brasil já esteve aqui também conosco através do Neirim e outros também fazendo o diálogo. Está ele aqui presente.

Mais uma vez, gostaria de destacar o papel dos prefeitos e das prefeitas. A Confederação Nacional de Municípios esteve aqui para deixar claro o quanto é importante a manutenção desses serviços; assim como a presença dos trabalhadores e trabalhadoras, para quem nós não só torcemos, mas estamos à disposição para ajudar – viu, Rivaldo? – e já disse aqui ao Presidente Guilherme, nesse processo de negociação, no que diz respeito às reivindicações justas dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios.

Quero agradecer ao Senador Elmano, à Deputada Federal Zenaide Maia, ao Deputado Júlio, ao Deputado Rafael, ao Deputado Danilo, ao Deputado Felipe, que aqui esteve, à Senadora Regina, e a outros Parlamentares; pedir aqui aos senhores e ao mesmo tempo reivindicar que, antes do dia 11 – porque o prazo é até o dia 11 –, nós possamos voltar a conversar, aqui no âmbito, Walter, da Comissão de Desenvolvimento Regional, para que vocês possam dar conhecimento aos Senadores, através da Comissão de Desenvolvimento Regional, das alternativas que vocês encontraram para que a gente tenha a manutenção desses serviços.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós – não é, Senador Elmano? –, não importa se os recursos para manter o Banco Postal em pé, garantindo cidadania a essa população, vão sair dos Correios ou só do Banco do Brasil, ou de uma parceria entre ambos, ou do próprio Governo, ou do próprio Orçamento Geral da União. O que tem de ficar claro aqui é que esse orçamento tem de aparecer, até porque nós não vamos aceitar que o Governo que aí está, que esse Governo de plantão possa retroceder numa conquista tão importante para milhões e milhões de pessoas do Nordeste do Brasil que é a inclusão bancária.

Muito obrigado a todos e todas.

Está encerrada a presente audiência pública, informando que, quinta-feira agora, estarei com a Senadora Lídice na Bahia, realizando mais uma etapa do ciclo de debates para discutir a permanência do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O evento ocorrerá no *campus* da Uninassau, no prédio do Convento das Mercês, Avenida Sete de Setembro, 1.105, Salvador, Bahia.

Está encerrada a presente audiência pública.

Mais uma vez, obrigada, Deputado Júlio.

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.)

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.
(Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Então, vamos passar direto para a audiência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar para a segunda parte, que é a parte destinada a discutir o tema do fechamento de 1.300 agências de bancos postais dos Correios em todo o Brasil, atendendo ao Requerimento nº 43, de 2017, de minha autoria, subscrito pela Senadora Ângela Portela e outros Parlamentares.

Eu quero primeiro registrar aqui, com muita satisfação, a presença dos Parlamentares da Bancada federal do meu Estado, o Rio Grande do Norte: o Deputado Rafael Motta, do PSB; a Deputada Zenaide Maia, do PR; e, com muita satisfação também, registrar a presença aqui do Coordenador da Bancada do Nordeste, o Deputado Júlio. É muito importante a sua presença aqui.

Quero imediatamente convidar para a Mesa o ex-Deputado Guilherme Campos, que é o atual Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a quem agradeço, desde já, mais uma vez. Deputado Guilherme Campos, que passou por esta Casa. Fui colega dele também. Hoje está na presidência dos Correios e aqui atendendo ao convite da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Igualmente, com satisfação, quero convidar também o Sr. Walter Maliene Junior, Vice-Presidente do Banco do Brasil.

Tome assento aqui, por favor.

Quero também convidar, com muita satisfação, José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares.

Rivaldo, venha para cá.

Fique aqui perto de Guilherme, porque hoje a gente vai resolver... *(Risos.)*

Eu espero que a gente saia daqui com uma solução, tanto para manter os bancos postais no Rio Grande do Norte, no Nordeste e em todo o Brasil e que, de repente, a gente possa avançar também nas negociações da greve. Não é, Walter? *(Risos.)*

Por favor, quero convidar aqui o representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). *(Pausa.)*

Não chegou ainda.

Nós temos aqui o Vice-Prefeito da cidade de Currais Novos, jovem Anderson, do PCdoB, bem como o Francisco Medeiros, ex-Prefeito da cidade de Parelhas, atualmente Chefe da Casa Civil de Currais Novos. Nós vamos facultar a palavra aos senhores, porque trarão aqui, inclusive, a voz exatamente dos prefeitos e prefeitas do Rio Grande do Norte e por que não dizer de todo o Brasil, em face dos impactos que terão, principalmente para as pequenas cidades, essas medidas se elas não forem redefinidas.

Depois eu gostaria que chegasse até a Mesa, para que eu fizesse o registro aqui dos representantes da Intersindical, da CSP, enfim, dos vigilantes. Por favor, que chegue aqui até a Mesa para que eu possa registrar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outros convidados que ainda estão a caminho.

Nós queremos aqui registrar do Sindserv, Manoel Pereira, que é 2º Secretário de Finanças; e do Sindserv do DF, José Maria de Oliveira. Queremos ainda registrar do Banco do Brasil, Fernando Conde Medeiros, que é Gerente Executivo; Neirim Goulart Duarte, também Gerente-Geral, com quem já estivemos conversando sobre essa demanda. Dos Correios, registro a presença de Miriam Yvone Matos Alves, Relações Institucionais dos Correios.

Antes de passar a palavra imediatamente para o Presidente Guilherme e depois para o Vice-Presidente do Banco do Brasil, eu quero inicialmente aqui colocar que esse tema já foi objeto de debate com o atual Presidente dos Correios, quando estivemos em audiência, inclusive junto com a representação da Bancada federal do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, como também já vem sendo objeto de debate também com o Banco do Brasil, Walter, através do Neirim.

O fato é que resolvemos, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da nossa Casa, promover esta audiência pública pela importância que tem esse tema, Deputado Rafael, ou seja, a questão da manutenção dos bancos postais no Rio Grande do Norte, no Nordeste e no Brasil.

Deixo logo claro que a importância que tem não é apenas para os trabalhadores dos Correios, é para a população, em primeiro lugar, e pelo o que ela representa para a vida de milhares de Municípios pelo País afora, porque foi com o advento exatamente do Banco Postal, numa parceria com o Banco do Brasil, que nós promovemos, a partir do governo do Presidente Lula, uma inclusão bancária extraordinária.

Inclusão bancária significa o quê? Significa a gente promover o acesso de milhares de pessoas por este País afora aos serviços bancários essenciais básicos.

Portanto, é disto que se trata aqui a nossa discussão: nós queremos aqui que, através de um entendimento, o Banco do Brasil e a Empresa Brasileira dos Correios possam aqui apresentar alternativas que signifiquem garantia não do fechamento, mas garantia da manutenção dos bancos postais nas agências dos Correios em todo Brasil.

Então, esta audiência, portanto, tem o intuito de discutir os reflexos da decisão anunciada pela Presidência dos Correios, com o objetivo de diminuir gastos, que inclui o fechamento de 250 agências em todo País, o encerramento das atividades de bancos postais em mais de mil agências e a implantação do Plano de Demissão Incentivada para diminuir o número de servidores.

O fechamento dessas agências, além de prejudicar a população e a economia dos pequenos Municípios, demonstra que está em curso uma verdadeira operação de desmonte dos Correios.

Se a situação já é grave em todo País, ela fica especialmente preocupante, Deputada Zenaide Maia, no nosso Estado do Rio Grande do Norte, onde todos os 168 bancos postais serão fechados a partir do próximo dia 11 de outubro, com a recente decisão da empresa de retirar vigilantes armados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de várias agências em todo o País. Com isso, nada mais, nada menos, cerca de 130 cidades do Rio Grande do Norte ficarão sem acesso a qualquer tipo de serviço bancário – o que não é um retrato apenas do Rio Grande do Norte, Deputado Júlio; é do Piauí também.

Vou repetir: se essa medida de fechamento dos bancos postais não for revertida, não for definida, significa que, no Rio Grande do Norte, 130, de um total de 167 Municípios, Sr. Walter, ficarão sem acesso a qualquer tipo de serviço bancário. E o serviço bancário de que nós estamos falando aqui, é um serviço bancário simples, porém básico, porém essencial, que é a abertura de contas, que é o pagamento das taxas, o pagamento de aposentados, de pensões, etc., e os reflexos evidentemente positivos que a presença do Banco do Brasil, em parceria com os Correios, tem para com a vida dessas pequenas cidades, pelo quanto promove a economia desses pequenos Municípios.

Acrescento, ainda, aqui que a situação peculiar do meu Estado – e o Presidente Guilherme tem conhecimento disto – é que lá foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, pelo qual ficou acordado que só haveria bancos postais em agências que possuíssem vigilantes armados. Essa decisão foi tomada em razão dos constantes assaltos nas agências do Estado, inclusive com mortes. Estão aqui o Deputado Rafael e a Deputada Zenaide Maia de prova, de testemunha. Dispensa comentários a situação de violência, a situação aflitiva pela qual passa a população do Rio Grande do Norte no quesito segurança pública.

É claro que isso não é um fenômeno isolado do Rio Grande do Norte; é claro que isso não é um problema só do Rio Grande do Norte; é claro, inclusive, que esse problema da falta de segurança pública não começou agora; mas é fato também que essa situação da insegurança da população do Rio Grande do Norte, com os aumentos crescentes, literalmente violentos, da violência, através de assassinatos, assaltos, etc., cresceu assustadoramente nesses últimos períodos, nesses últimos dois, três anos.

O que, repito, levou, Dr. Walter, na época, os Correios e os bancos postais firmassem esse Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público buscando garantir segurança não só aos trabalhadores que lá estão, aos trabalhadores dos Correios, mas para garantir segurança à população.

Pois bem, após a presença dos vigilantes, a situação ficou bem mais tranquila, é evidente. Acontece que o TAC que contribui para aumentar a segurança, agora se volta contra a população com o fechamento dos bancos postais, porque grande parte da população voltará a ser excluída do acesso aos serviços bancários.

A situação é ainda mais preocupante porque, nos últimos anos, cerca de 15 agências do Banco do Brasil foram fechadas no Rio Grande do Norte. Esse é um outro dado que nos preocupa demais. Estivemos, inclusive, com o Superintendente local de lá do Banco do Brasil, Ronaldo. Justiça aqui seja feita: extremamente atencioso e, junto com toda a sua equipe, extremamente empenhado para que, inclusive, devolvam ao povo do Rio Grande do Norte essas agências que foram fechadas. Elas foram fechadas porque foram sinistradas dentro desse contexto da violência crescente lá em nosso Estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu trago esse dado, Presidente Guilherme, só para reforçar ainda mais a nossa preocupação. Com o fechamento das agências do Banco do Brasil lá no Rio Grande do Norte, bem como em outros Estados, fica mais grave ainda essa realidade se os bancos postais fecharem as suas portas no Rio Grande do Norte e no Brasil. Significa, literalmente, a gente privar a população de um serviço básico essencial que é o chamado serviço bancário.

Quero ainda aqui acrescentar que, segundo os dados que nós temos, com os bancos postais houve, no País, a inclusão bancária de 40 milhões de pessoas que não tinham acesso a bancos em suas cidades, contribuindo para o desenvolvimento das economias locais. O fechamento das agências em Municípios onde não existe nenhuma agência bancária inibirá a circulação de dinheiro nessas cidades, o que acarretará brusca queda no comércio local, desemprego e desequilíbrio financeiro. É claro que se o cidadão tem de se deslocar para outro Município, geralmente maior, para sacar dinheiro, também deverá fazer suas compras naquele local. Isso sem falar nos problemas de segurança por ele ter de enfrentar uma rodovia com grande quantidade de dinheiro.

Segundo dados dos Correios, o serviço é altamente lucrativo para o Banco do Brasil. Somente de janeiro a agosto deste ano, os bancos postais arrecadaram, no Rio Grande do Norte, mais de 1 bilhão. Desse montante, a receita dos Correios foi de menos de 3 milhões. Em nível nacional, os bancos arrecadaram mais de 34 bilhões, cabendo aos Correios, apenas, 95 milhões.

Quero aqui ainda acrescentar que diante disso nós temos participado de vários debates. Um dos debates que quero aqui também registrar é a audiência pública de que participamos, realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, de iniciativa do Deputado Fernando Mineiro. Lá compareceram vários Deputados, como o Deputado Hermano Moraes, o Deputado Carlos Augusto, o Deputado Jacó Jácome e vários outros. Assim como lá esteve presente, também, a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, o representante do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Norte, assim como o Rivaldo, que é representante da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios, que lá esteve presente, Dr. Walter e Guilherme, expressaram claramente a preocupação.

E lá todos eles faziam um apelo. O apelo, repito, para que o Governo Federal, através dos Correios e através do Banco do Brasil, possa apresentar uma solução concreta, uma solução que signifique "não" ao fechamento e "sim" à manutenção dos bancos postais no Rio Grande do Norte, no Nordeste e em todo o País. É disso exatamente que se trata.

Quero aqui ainda, antes de concluir, me solidarizar com os funcionários dos Correios, que, após mais de 50 dias de negociação sem sucesso, decidiram entrar em greve. Os motivos da greve, segundo informações da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares aqui presente, através de Rivaldo, são mais do que justos. Além de reajuste salarial, os trabalhadores pararam em repúdio ao fechamento de agências por todo o País, pressão para adesão ao plano de demissão voluntária, ameaça de demissão motivada com alegação da crise, ameaça de privatização, corte de investimentos em todo o País, falta de concurso público, redução no número de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionários, além de mudanças no plano de saúde e suspensão das férias para todos os trabalhadores, exceto para aqueles que já estão com férias vencidas.

Quero aqui mais uma vez dizer que a empresa Correios não é uma empresa qualquer, é uma das mais antigas. É a empresa que tem a maior capilaridade em nível nacional. Aliás, segundo os dados, Senador Elmano Férrer, a quem saúdo pela presença aqui, integrante desta nossa Comissão, atuante. Segundo os dados, a empresa Correios é uma das únicas do Governo Federal que está presente em todos os Municípios do Brasil. E essa empresa o Brasil conhece bem porque o povo brasileiro sabe dos relevantes serviços que a Empresa Brasileira de Correios prestou, presta e deve continuar prestando ao povo brasileiro. Não só naquilo que é a função, a característica principal dela, que são os chamados serviços postais, mas pelo quanto a empresa também diversificou a sua oferta também de serviço, inclusive na chamada inclusão bancária, que é o foco exatamente aqui da nossa discussão.

Ou seja, eu quero aqui mais uma vez dizer, Presidente Guilherme, Vice-Presidente aqui Walter, que uma iniciativa tão virtuosa, tão importante e tão cidadã como essa, que foi essa parceria do Banco do Brasil com os Correios, isso não pode morrer de maneira nenhuma. Eu sei que o Presidente Guilherme tem colocado, reiteradamente, as dificuldades por conta do contingenciamento orçamentário, a tesoura de Meirelles, que não para de maneira nenhuma. Mas essa tesoura tem que ter um limite.

É evidente que nós estamos aqui para tratar com os senhores, como Parlamentares que somos, representantes legítimos da população, assim como também com os trabalhadores porque evidente que o Ministro Meirelles jamais vai estar preocupado, Rafael, se o Banco Postal de lá de Lagoa Salgada, no Rio Grande do Norte, vai funcionar ou não. Não vai estar preocupado com isso. Se o Banco Postal lá nas cidades pequenas do Piauí vai fechar ou não, mas nós estamos. Nós estamos, repito, porque isso é cidadania. Nós estamos porque não é justo de maneira nenhuma que, com o fechamento escancarado dos bancos postais, simplesmente você agora vai sacrificar o aposentado ou a aposentada – coitados – a terem que se deslocar 80km, 90km, 100km em busca do pagamento da pensão, etc.

Sem contar, repito, o papel importante que essas duas instituições desempenham no contexto para ajudar na economia local e, principalmente, nesses tempos em que nós vivemos hoje – tempos de desemprego, tempos cada vez mais difíceis.

Então, eu quero concluir dizendo da nossa expectativa de que desta audiência nós possamos sair com resultados positivos, tanto no que diz respeito à questão da manutenção dos bancos postais... E aqui eu quero também ressaltar, Sr. Walter, a presença também do Banco do Brasil. Dispensa comentários o patrimônio que é o Banco do Brasil para o povo brasileiro. Daí por que, repito, nossa expectativa é que o Banco do Brasil, até também em função dessas dificuldades que o Banco do Brasil vem tendo de fechar as agências, por conta desse problema da violência...

Permita-me aqui colocar o que eu já disse para o Presidente dos Correios: o Banco do Brasil, que, graças à eficiência dos seus quadros, ao compromisso dos que fazem o Banco do Brasil, os seus





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionários de carreira abnegados, graças a isso o Banco do Brasil todo ano exhibe lucros e mais lucros. Portanto, tirar uma coisinha, pouquinho desse lucro para, em parceria com os Correios, garantir o custeio dos vigilantes, e, com isso, exatamente a situação estaria resolvida. Aliás, esse é o pedido, inclusive, do Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, que está fazendo também ao Banco do Brasil e remetendo esse pedido ao Presidente da República, Michel Temer. O Presidente Eunício também está totalmente integrado nessa luta.

Assim como, Rivaldo, mais uma vez a nossa solidariedade à luta dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, por ser uma luta justa. E a nossa expectativa de que as negociações realmente avancem. Inclusive, Presidente Guilherme, esta Comissão de Desenvolvimento aqui também está à disposição para contribuir no processo de diálogo e no processo negocial.

Bom, chamo agora, imediatamente, Joarez Lima, Diretor Regional da Confederação Nacional dos Municípios.

Rafael, você quer dar uma palavrinha?

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Queria agradecer V. Exª pelo convite.

Quebrando aqui o protocolo, falando antes da Mesa – não era o nosso objetivo, mas, visto que temos o adiantado da hora e eu tenho também uma próxima audiência agora, às duas e meia –, queria saudar toda a Mesa, em nome do nosso colega Guilherme, que sempre esteve aqui conosco na Câmara dos Deputados e agora está prestando esse serviço enorme ao nosso País à frente dos Correios do nosso País. Agradeço também ao Walter, ao José Rivaldo, ao nosso representante da Confederação Nacional dos Municípios. E fazer das suas palavras, Senadora, as nossas palavras. Eu digo nossas em nome do Estado do Rio Grande do Norte. Aqui também se encontra a nossa Deputada Zenaide Maia, o nosso coordenador da Bancada do Nordeste, que sempre tem dialogado com todos os Estados do Nordeste, Deputado Júlio.

A importância que é realmente esse serviço, eu digo pelo Nordeste, porque a realidade que nós vivemos hoje, principalmente no Estado do Rio Grande do Norte, é da ausência de serviços importantes, como, por exemplo, os bancos postais. A Senadora fez aqui uma brilhante intervenção e introdução em relação a como ficará, principalmente, o Estado do Rio Grande do Norte. Serão 130 cidades atingidas no nosso Estado, que tem 167 cidades.

Então, nós teremos praticamente 80% do Estado do Rio Grande do Norte desassistido no que diz respeito, José Rivaldo, aos bancos postais. São 109 agências que pretendem fechar no Estado do Rio Grande do Norte. E a minha pergunta é: como fica o aposentado que não tem outra alternativa senão o banco postal para sacar o seu benefício, que inclusive o Governo Federal quer ceifar?

Quer dizer, a gente sabe que vive numa situação de segurança pública gravíssima no Nordeste brasileiro e no Estado do Rio Grande do Norte. Só no Estado do Rio Grande do Norte foram 500 veículos roubados, foram mais de 1,5 mil assassinatos somente neste ano de 2017. Nós temos uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carência realmente de efetivo policial, mas nem por isso a gente tem que penalizar aquele que mais precisa desse tipo de serviço, que é o potiguar, que é o nordestino, que é o brasileiro.

Então, fica aqui rapidamente o nosso apoio a esse importante serviço que é prestado ao nosso brasileiro, fica aqui o nosso pedido para que seja revisto, Presidente Guilherme, através de estudos econômicos, sociais, principalmente na tentativa de ver com bons olhos aqueles que mais precisam, que são as pessoas que às vezes não têm acesso a uma agência bancária para poder fazer esse serviço. Quer dizer, ele vai ter que se deslocar para a cidade vizinha, muitas das vezes longe, muitas das vezes não existe um transporte público de qualidade para que ele possa se deslocar a essa cidade que atenda esse tipo de serviço. E vai ser o único realmente que vai ser prejudicado.

Então, ficam aqui, mais uma vez, Senadora, o nosso apoio e o nosso aplauso a essa iniciativa; o nosso pedido de reconsideração; o nosso pedido, através dos nossos prefeitos, que têm ligado diuturnamente para os nossos gabinetes pedindo para que a gente possa fazer esse diálogo, essa intervenção em relação aos Correios, para que possam continuar esse serviço que é importantíssimo para o brasileiro.

Obrigado, Senadora. Mais uma vez, o meu pedido de desculpas antecipadamente em relação ao nosso posicionamento anterior à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Deputado Rafael Motta, bem como quero aqui também fazer um registro: o Senador Garibaldi Filho nos ligou pedindo desculpas. Provavelmente, ele não chegará a tempo de participar da audiência, mas reitero aqui o compromisso do mandato dele, ao lado dos demais Senadores e Senadoras, na luta pela manutenção dos bancos postais.

Nós vamos passar a palavra imediatamente ao Presidente Guilherme Campos. Queria pactuar aqui com os senhores, porque, como hoje nós vamos ter antecipação da Ordem do Dia, se nós podíamos aqui pactuar, fazer uma rodada bem objetiva, em torno de dez a quinze minutos para cada um, para, depois, a gente ouvir os Parlamentares e terminarmos a nossa audiência.

Pode ser, Presidente?

O SR. GUILHERME CAMPOS – A senhora manda, Senadora.

Então, primeiramente, boa tarde a todos. É um prazer estar aqui atendendo mais esse convite do Senado, mais precisamente da Senadora Fátima Bezerra.

Nós estamos discutindo um assunto muito importante – a questão do Banco Postal. Senadora, confesso que venho para cá consternado, venho para cá para discutir de uma maneira muito pesada. E suas palavras me motivaram a fazer uma defesa aqui que vamos dar sequência.

Primeiramente, defender os Correios. Os Correios são uma empresa de 354 anos, presente nos 5.570 Municípios do País. Só com agências do Banco Postal são 6.045.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, a situação dos Correios está tão difícil, que deram um impresso aqui em que o *toner* está pela metade. É para judiar mesmo. É para matar o caboclo. Mas vamos lá!

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Não foi combinado comigo, não.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Não foi combinado com você, não, Rivaldo. É a situação mesmo que está difícil. O *toner* está indo até ser espremido lá. Mas vamos lá!

São 6.500 agências próprias, 4.500 agências comunitárias e 1.000 agências franqueadas, 108 mil funcionários da ativa e 32 mil aposentados. Esses são os grandes números dos Correios. E são os Correios uma empresa estatal independente. Logo, não há participação nenhuma de tesoura do Ministro Meirelles. Nenhuma! Zero! Os Correios vivem do seu próprio orçamento. Só para deixar isso bem claro.

E, pelo contrário, Senador Elmano, os Correios contribuíram para com o Tesouro Nacional, de 2007 a 2013 – logo, nos governos anteriores –, com mais de R\$6 bilhões de dividendos e antecipação de dividendos. Seis bilhões de reais! Parte desses dividendos, parte desses recursos veio do contrato do Banco Postal que teve como vencedor o Banco do Brasil. O Banco do Brasil, numa disputa muito acirrada com o Bradesco, que era o nosso antigo parceiro nessa atividade, pagou uma soma muito considerável pela exploração do Banco Postal, soma que entrou nos cofres da empresa pela manhã e saiu dos cofres da empresa à noite. Foi tudo para o Tesouro. Não ficou nada com a empresa.

Transcorreram dois anos, pouco mais de dois anos dessa parceria, e houve um novo acordo, o famoso distrato do Banco Postal. E nesse distrato mudou-se a forma de pagamento de remuneração dos Correios e estipulou-se alguns pagamentos dos Correios ao Banco do Brasil, e havia um prazo até novembro do ano passado.

Em novembro do ano passado, fizemos uma oferta pública, uma nova licitação, para quem tivesse interesse em explorar o Banco Postal, e essa disputa deu deserta. O Banco do Brasil não mostrou interesse em renovar o Banco Postal nessa parceria com os Correios.

Nós fomos até o Presidente Michel Temer, que, com muita habilidade, com muita sensibilidade, conseguiu articular para que o Banco do Brasil e os Correios pudessem estar explorando esse serviço por mais três anos, e nós estamos no meio desse processo de mais três anos de serviços do Banco Postal.

Porém, nessa nova definição da parceria entre Banco do Brasil e Correios, a remuneração que os Correios recebem pela atividade do Banco Postal é muito menor do que era na anterior. Muito abaixo mesmo. Pegando os números até agosto, são quase R\$900 milhões que ficaram abaixo do que era recebido pelos Correios no último contrato.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Por ano, Presidente?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Não, de janeiro até agosto, Deputado Júlio. De janeiro até...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - Pl. *Fora do microfone.*) – São R\$900 milhões a menos?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Isso, quase R\$900 milhões a menos, números grossos. Não vamos entrar nos números detalhados que vão cansar os senhores.

E o que está acontecendo?

Os Correios estão passando pela hora da verdade, e a hora da verdade não é, como foi afirmado aqui pela Senadora, que a tesoura do Ministro Meirelles está vindo para cima da empresa. É a hora da verdade da empresa que tem de se reinventar. O monopólio postal que os Correios exploram há 354 anos é uma atividade que vem caindo ano a ano. A atividade postal aqui no Brasil e no mundo vem caindo.

O Brasil não fez a sua lição de casa. Os Correios não fizeram a sua lição de casa. Todos os correios do mundo que estão aí hoje em atividade o fizeram; fizeram há 10, 15, 20 anos. Nós, desde o primeiro momento em que assumimos a empresa, passamos a trabalhar e trabalhar muito para a reinvenção da empresa.

Estou aqui acompanhado por dois vice-presidentes, o Vice-Presidente Furian, que cuida de uma vice-presidência de negócios com o Governo, e o Vice-Presidente Cristiano, que cuida da vice-presidência de canais, que são todos os canais de distribuição que os Correios possam ter na sua relação com o seu cliente.

No passado, os Correios tinham usuários do sistema postal. Hoje, os Correios têm que ir atrás de clientes, porque o que está dando alternativa de sobrevivência aos clientes são atividades outras que não atividades do monopólio, porque a atividade do monopólio acabou. Acabou.

Nós estamos aqui hoje no Senado, e tivemos dificuldade de entrar, porque há um projeto que está sendo apreciado por esta Casa a respeito do novo meio de transporte individual. São os aplicativos de compartilhamento. Não vamos citar nomes. São três empresas que se representam aqui no Brasil. Há essa disputa com os taxistas, e é muito parecido com o que acontece aqui hoje. Seria a mesma coisa que nós fizéssemos uma grande manifestação contra o *e-mail*, uma grande manifestação contra os aplicativos de comunicação, o WhatsApp, o Telegram e tantos outros.

A tecnologia mudou, o método de comunicação entre as pessoas mudou, e os Correios, que foram a primeira empresa de comunicação do Brasil, com a tecnologia à época – a tecnologia à época, papel, tinta e uma sofisticada rede de logística para entrega dessa comunicação... Tudo isso mudou. Correspondência vem despencando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Algumas coisas continuam bem atrativas, tanto que as empresas privadas estão entrando como Sedex e outras.

Mas, enfim, eu vou escutar até porque o tema aqui é o fechamento dos bancos postais. Vou esperar V. Sª se posicionar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME CAMPOS – Eu aguardo. A senhora é a dona da bola aqui. Se quiser que eu pare, eu paro. Estou à sua disposição. Estou à disposição.

Todo esse processo de transformação por que a empresa passa traz à luz várias questões que, no passado recente, tinham no monopólio um financiador que encobria várias operações que são deficitárias.

E hoje, a operação do Banco Postal é deficitária, com impacto direto nas pequenas cidades e nas agências mais periféricas, impacto direto em mais de... Em 759 Municípios do País, a única possibilidade que o cidadão tem de ter uma instituição financeira, mesmo que seja através do correspondente bancário, é através do Banco Postal – única. O que significa fechar o Banco Postal? Significa destruir a atividade do comércio naquela localidade, significa punir o aposentado que recebe naquela localidade, significa afetar de uma maneira brutal a economia dessas localidades. Temos plena consciência disso e estamos tomando uma decisão a contragosto, doída, que dá um impacto na vida de todas essas localidades. Nesse ponto, eu concordo com a senhora, Senadora, concordo quanto a esse impacto e concordo quanto a todas as mazelas que vêm junto com essa decisão.

Porém, os Correios vêm de um prejuízo de 2,1 bilhões, em 2015; 1,5 bilhão, no ano passado, e de mais de 800 milhões nesse primeiro semestre. Os Correios não têm muita alternativa e nós vamos tomar, sim, decisões que têm um impacto direto na sobrevivência da empresa, mesmo que seja a contragosto, mesmo que sejam doídas. Nós não temos condições de subsidiar a atividade do Banco Postal em localidades onde ele não seja lucrativo – não temos. E isso se torna dramático à medida que em diversos Estados do País haja legislação contrariando a legislação federal, obrigando o correspondente bancário a ter um serviço de vigilância. É uma decisão que vem por iniciativa dos representantes dos trabalhadores, provocando o Ministério Público, que provoca a Justiça, e a Justiça dá essa decisão. E nós, por não termos condição de subsidiar, pagar pelo vigilante, vamos tomar a opção, sim, de encerrar a atividade de Banco Postal. Continuaremos, sim, com as agências dos Correios, com todas as outras atividades que não sejam de Banco Postal.

É um número que... Se nós fôssemos pedir alguma coisa ao Banco do Brasil, ao Governo brasileiro, ao Senado e ao Orçamento da União, nós estaríamos pedindo a seguinte quantia...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quanto?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Pagar os vigilantes bancários em todas as mais de seis mil agências do Banco Postal representa uma quantia da ordem de R\$28 milhões/mês.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quanto?

O SR. GUILHERME CAMPOS – R\$28 milhões/mês, para seis mil, para todas as agências.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho o direito de pedir, não tenho?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Eu tenho o direito de pedir. E acho que pela representatividade que tem o Banco Postal pelo Brasil inteiro e pelos números muito diferentes, tanto de Correios quanto do Banco do Brasil, o Banco do Brasil, sim, tem condição de arcar com esse custo. Não estou aqui dizendo que queira fechar por meu prazer, com uma vontade de excluir essas localidades e dar oportunidade de ter essa atividade de serviços financeiros.

Lembrando que os Correios têm, sim, a obrigatoriedade, pelo monopólio, de prestar os serviços postais, não financeiros.

Só para encerrar, respondendo à sua colocação, Deputada Zenaide Maia, Deputado Júlio, hoje são 1.979 agências em Estados onde existe a obrigatoriedade de ter o vigilante; 1.558 são deficitárias. E, novamente, 759 são nos Municípios que não têm agência bancária. Para essas 1.979 agências, o custo é de 8 milhões, para encerrarmos o assunto dessa audiência pública.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN. *Fora do microfone.*) – As que vão ser fechadas?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Não, são as agências em Estados que tenham ações que obriguem a contratação de vigilantes nas agências dos Correios que tenham o Banco Postal: 8 milhões. Esse é o valor global.

Não TAC. Aí tem tudo. Tem TAC e tem ação obrigando você a ter o vigilante. Então, daqueles 28 milhões do número Brasil para todas as agências, 8 milhões são para as agências que estão em Estados que obriguem a ter o vigilante.

Por aí vocês façam a conta: 8 milhões vezes 12,96, R\$100 milhões. Poderia sair uma emenda de bancada, muito bem recebida pelos Correios; pode ser do Banco do Brasil. Vai diminuir um pouco o lucro, mas acho que dá para aguentar. O que não dá para aguentar é esse prejuízo que os Correios vêm fazendo recorrentemente. E nós estamos num ponto em que ou os Correios se reinventam e mostram que são viáveis ou eles têm uma grande chance de voltarem a ser – aí sim – um departamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, debaixo do corte, debaixo das asas do Ministério da Fazenda.

Hoje não; a solução está nos Correios.

E, assim, eu apelo, Senadora Fátima, Senador Elmano, Deputado Júlio, a todos vocês que nos ajudem a deixar os Correios cada dia mais fortes e mais presentes. Do jeito que está hoje, ele está numa situação muito difícil, embora com um cenário muito promissor pela frente – muito promissor mesmo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só fico triste com o comprometimento que uma greve causa a esse processo como um todo, porque quem fica feliz com essa greve, como bem disse a Senadora Fátima, são todos aqueles que concorrem com os Correios em outros serviços que não são serviços do monopólio. Esses ficam, sim, muitos felizes.

Muito obrigado pela oportunidade.

Estou aqui à disposição de todos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Presidente Guilherme e vamos passar a palavra, agora, imediatamente, ao Sr. Vice-Presidente do Banco do Brasil, o Sr. Walter Malieni Júnior, até porque o Presidente dos Correios acaba de, inclusive, formalmente, fazer uma reivindicação e um apelo ao Banco do Brasil com relação à manutenção dos serviços de vigilância.

Com a palavra o Vice-Presidente do Banco do Brasil.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Primeiramente, boa tarde a todos.

De fato, essa parceria, como o Presidente Guilherme comentou, começou já há um bom tempo e foi renovada a partir de 2016. Naquela oportunidade, como os senhores podem ver – é um dado público –, não houve interesse por parte de nenhum banco pela manutenção do Banco Postal, exatamente por tudo aquilo que o Presidente Guilherme disse: a reinvenção da empresa, a redução do fluxo de pessoas, de usuários, que foi o termo por ele utilizado, a necessidade de reinventar a empresa, porque, enfim, deixou-se de enviar correspondências em função da inovação. Você tem um negócio mais focado, hoje, em correspondências corporativas, pessoas jurídicas etc.

Então, em novembro de 2016, mostra-se muito a complexidade da gestão de um banco postal. Nenhum banco, diferentemente do passado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Está baixo?

Melhorou?

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Melhorou, é que estava longe.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Nenhum banco, em 2016, teve interesse nessa substituição, apesar de eu concordar plenamente com a Senadora em que, regionalmente e nos rincões e nas cidades mais afastadas do País, é extremamente importante que você tenha um agente que possa garantir o desenvolvimento por meio da retenção da renda naquele local, e esse exercício pode ser feito pelo Banco Postal sim. A gente tem essa sensibilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fomos notificados, recentemente, pelos Correios, há cerca de 40 dias ou há um pouco mais de 30 dias, uma coisa assim, e nós temos discutido uma forma gradativa de buscar uma solução.

Se eu dissesse para a senhora, hoje, aqui – e eu me sinto na obrigação de ser tão transparente quanto foi o Presidente Guilherme... Para os seis mil pontos de venda do Banco Postal, nós não teremos condições de arcar com o sistema de vigilância. Estou sendo bastante honesto. Agora, há cidades que, por si só, são inviáveis, como ele colocou, ou seja, são deficitárias. Nós estamos buscando encontrar um caminho.

A senhora usou, no seu discurso, um termo que, para mim, é muito relevante, uma palavra muito importante: parceria. Nesses anos que se passaram – e eu não consigo julgar esse tempo, porque estou há pouco tempo nessa área... Eu e o Presidente Guilherme estamos juntos há 20 dias se muito – não é, Guilherme? Se muito! Eu não sei lhe explicar, mas as duas instituições não evoluíram na parceria de negócios. É essa parceria de negócios que gera subsistência, subsídios, para que locais que tenham resultado maior possam subsidiar os que tenham resultado deficitário.

Então, a gente está tendo uma conversa bastante madura. Hoje fizemos mais uma conversa com os Correios, respeitando esse processo de transformação por que eles estão passando em função da mudança de hábitos de todo mundo. Todo mundo aqui tem celular na mão, e o celular na mão é uma carta a menos. Todo mundo aqui, o dia inteiro, troca mensagem e não manda carta. Isso tem efeito direto sobre o resultado da empresa. Nós estamos discutindo para tentar encontrar uma maneira gradativa.

Então, qual é o nosso foco hoje? Vou só arredondar os números, porque acho que fica mais fácil. Temos hoje – não é, Guilherme? – mais ou menos 1.800, 1.900 pontos em discussão aqui. Para esses, nós estamos buscando encontrar uma solução gradativa de forma que a gente possa, para algumas localidades, garantir o sistema de vigilância – não tenho esse número fechado ainda – e para encontrarmos outras formas de parceria envolvendo os Correios, a fim de que essas outras formas de parceria possam – entre aspas – "subsidiar" – digo subsidiar porque não estou conseguindo encontrar um termo melhor –, mas, enfim, encontrar resultado que possa ser utilizado para outra finalidade, por exemplo, ampliar a remuneração dos Correios e os Correios fazerem seu pagamento do sistema de vigilância ou o que for.

Eu concordo muito com o Presidente Guilherme quanto à questão do conflito de leis. Nós temos uma lei federal que, claramente, não toca no tema do correspondente bancário. Ela toca na questão de posto de atendimento de instituições financeiras. O que vem acontecendo agora, e pensando no interesse dos trabalhadores? O problema hoje é o banco postal, amanhã é qualquer correspondente bancário. Então, a tendência é que o segmento de correspondente bancário sofra com esse conflito de leis existentes. Nesse assunto, talvez – não é, Presidente Guilherme? – esta Casa possa nos ajudar. E aí não envolve só os Correios, envolve, na realidade, toda essa atividade, que não tenho ideia do tamanho que tem, mas que não é irrelevante, ela é bastante expressiva no País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está discutindo. A gente deve trazer, deve fechar em breve uma solução. No primeiro momento, a gente vai ter uma solução para, talvez, 400, 500 agências, e acredito que, ao longo deste mês e até meados de outubro, a gente consiga ter uma solução, não sei se para os 1.800, 1.900, mas para um grupo específico de agências, de forma que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Não, com certeza para os 6 mil não, infelizmente não. Mas de forma que a gente possa, gradativamente, encontrar soluções, porque não vai ser uma solução só. Eu acho que o Presidente Guilherme foi muito feliz quando ele disse que soluções foram feitas ao longo do tempo que acabaram prejudicando o resultado da empresa. Nesse momento, ele tem que buscar soluções criativas, e são mais de uma. E é nisso que estamos trabalhando, conversando diuturnamente com os Correios para encontrar mais de uma solução.

O que há e que acho que é importante nesses 20 dias de conversa com os Correios é um legítimo interesse das duas partes – não é, Presidente Guilherme? – no sentido de encontrar solução para esses 1.800 casos, ou para 800 ou para 500, e gradativamente encontrar um caminho para não desassistir as sociedades locais, seja em Lagoa Salgada, como o senhor comentou, ou outra cidade. Nosso intuito é esse.

E temos discutido, hoje mesmo houve uma reunião pela manhã, temos marcada outra na próxima terça-feira, e não é reunião por reunião não, é reunião já com alguns avanços. Então, acredito que vamos ter condições de apresentar em breve para esta Comissão – nós, juntos, ou o próprio Presidente Guilherme – algum tipo de encaminhamento. Mas certamente, infelizmente, para os 6 mil pontos nós não teremos condições de garantir esse trabalho de vigilância não, talvez para um grupo menor. É o que estamos buscando encontrar, sendo bastante honesto, até em função da oportunidade que a senhora nos está oferecendo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Walter, Vice-Presidente do Banco do Brasil.

Quero, igualmente, registrar a presença aqui de mais um Vice-Presidente do Banco do Brasil, José Eduardo Pereira – seja bem-vindo!

Vamos passar imediatamente para o Joarez, representante da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. JOAREZ LIMA – Gostaria inicialmente de saudar a Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta Comissão; o Dr. Guilherme, Deputado e Presidente dos Correios; o Walter, Vice-Presidente do Banco do Brasil; o José. Saúdo o Deputado Júlio, que é um municipalista de carteirinha de muitos e muitos anos pelo qual temos um carinho muito grande – sou prefeito no Paraná, mas tenho uma admiração muito grande pela tua defesa dos Municípios. Quero saudar especialmente o Dr. André e o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Samuel, que estão representando junto conosco a CNM. Saúdo também os demais Deputados e Senadores.

Falo aqui em nome do Presidente Paulo Ziulkoski e de toda a diretoria da Confederação Nacional dos Municípios e gostaria de fazer um apelo muito especial ao Banco do Brasil e ao Dr. Guilherme, Presidente dos Correios.

É que a situação dos Municípios não está diferente da Previdência. Nós temos uma situação na Previdência em que estamos buscando várias alternativas em função daquilo que não foi bem administrado. Acho que o Dr. Guilherme colocou bem a questão dos Correios.

Agora, quando se fecha um Banco Postal ou uma agência... Você está diminuindo e fazendo decrescer o desenvolvimento do Município. Falou bem aqui a Senadora Fátima Bezerra, e a CNM tem um trabalho muito próximo dos mais de 5.565 Municípios deste País. A grande preocupação nossa, do nosso Presidente Paulo Ziulkoski... Se pegarmos números...

Por exemplo, no Nordeste – são dados oficiais –, dos 1,7 mil Municípios, 927 não têm agência. Quer dizer, você está incentivando a população a ir para os grandes centros passar fome, se maltratar, se prostituir, se drogar, porque não tem para onde ir. Há essa questão do vigilante ou da má administração dos Correios, mas, enfim, essas histórias todas não vêm ao caso. Se você pegar o Norte, dos seus 400 Municípios, são 146; se pegar o Centro-Oeste, dos 466 Municípios, 175; do Sul, dos 1,191 mil, são 386 que não têm agência – nós vamos falar só do PAB dos Correios, porque não há agências. Se você pegar o Sudeste, que é a região mais rica deste País, dos 1,668 mil Municípios, 498 não têm. Então, o apelo que a CNM faz aqui é no sentido de que a gente busque uma alternativa, e a defesa nossa é para que os Municípios se mantenham, para que a população fique onde está, na sua origem.

Nós temos um Município levantado pela CNM, Senadora Fátima Bezerra e Dr. Guilherme, em que as pessoas fazem 80 quilômetros, Walter, para trocar um cheque ou para receber uma aposentadoria. Percorrem 80, 90, 100 quilômetros... Não existe isso, é só no Brasil que acontece uma coisa dessa!

E o apelo que a gente faz em nome da CNM, da Confederação, é por causa do momento que o País vive, a população não aguenta mais. E quando você vê toda essa instabilidade política, instabilidade administrativa, instabilidade do dia a dia, quando você vê o Ministério Público fazendo um pouco do que deveria fazer, pois deveria fazer muito mais... Ele precisa fazer o quê? Fazer com que as coisas fiquem no local. É esse o apelo nosso. O apelo da CNM é que a gente consiga fazer... Se você olhar, dos 1,2 mil Municípios com até 5 mil habitantes, Senadora Fátima, vai ver que 1,016 mil não tem uma agência e não tem o PAB.

Olhe bem: de 1.236, 1.016 estão nessa situação. Quer dizer, nós estamos incentivando o fechamento. Nós estamos incentivando as pessoas a irem para o crime. Não há mais o que fazer. Faz-se o quê? Acho que aí é que temos de buscar as alternativas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que o Dr. Guilherme colocou: os Correios têm de mudar? Têm de mudar. Acho que têm de mudar, sim, mas têm de mudar para melhor. Como se finaliza o que aconteceu para trás? O que se faz desse bolo da Previdência? Todo mundo tem de tirar do bolso. Como podemos suportar o imposto que pagamos diariamente? São centenas e milhares de impostos! E o lucro dos bancos?

O Dr. Walter está aqui. Mas, se era para o Banco do Brasil não atender, que deixasse para o Bradesco! O Banco do Brasil é público. É tudo nosso. Quanto ao Bradesco, é um cidadão só que está bilionário! Então, temos de fazer o quê? Não tem de tentar disputar; tem de se deixar para quem é... Agora, o que não dá é a gente deixar acontecer isso.

Acho que a CNM, os seus representantes, os prefeitos, a sociedade organizada... Não digo que seja o momento de um levante, mas é o momento de a gente começar a olhar, principalmente, quem nos representa, quem nos lidera. A gente não suporta mais percorrer cem quilômetros para receber um salário. O sujeito tem de percorrer cem quilômetros para comprar um remédio, para ter dinheiro, para ter um troco no bolso. Que País é este?

Então, essa é a defesa nossa. Vim aqui em nome de todos os prefeitos do Brasil para fazer esse apelo.

No meu Sul, no Paraná, se você pegar o Sul... É um Estado rico com 1,1 mil Municípios, mas, em quase 400, não há agência. Alguma coisa está errada!

E o lucro diário de todo mundo, trimestral, semestral? São bilhões de lucro! E aí? Onde é que está isso? Não está na hora de dividir isso, de reverter isso um pouco para a população?

Então, faço esse apelo, Dr. Guilherme. A gente sabe que, de fato, temos, sim, de reestruturar, reorganizar, reinventar os Correios. É claro que sim! Mas nós não podemos pagar por tudo que se passou lá atrás nessas administrações. Acho que temos de começar isso, mas temos de olhar para frente. Como vamos buscar uma solução?

O Banco do Brasil, Dr. Walter, tem, sim, de fazer a parte social dele, e já a faz. Mas acho que tem de fazer até muito mais. O número que você colocou aqui é praticamente igual, de 1,9 mil para 2.182 Municípios. Isso não está fora do nosso estudo. Só que a gente convive com os prefeitos e com a população, e tu não suporta mais, tu não consegues mais fazer isso.

Então, o nosso apelo, da nossa Confederação Nacional dos Municípios, é que possamos trancar essa sangria do fechamento dos Correios. Acho que não é um vigilante... Ou é uma forma de se adequar, de se ajustar. Inclusive, acho que é uma forma também, como colocou bem o Dr. Walter, de este Parlamento fazer a parte dele na questão de uniformizar a legislação federal, para que não aconteça de, em um Estado, haver uma decisão e de, em outro Estado, haver outra decisão. A CNM defende isto: uniformizar a legislação, para que a gente possa fazer um ajuste de Municípios.

Principalmente quanto ao Banco do Brasil, quanto mais PABs e mais agências, mais desenvolvimento vai haver. Pode ter certeza absoluta disso. O Banco do Brasil faz uma questão social,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Caixa faz uma questão social grande, tanto é que têm um terço do lucro dos bancos particulares. Mas acho que faz a parte dele, porque é do Brasil.

Então, a gente faz este apelo, para que, a partir de hoje, a partir desta audiência pública, a gente consiga parar com essa sangria e fazer com que volte a motivar, a incentivar o desenvolvimento mesmo do pequeno Município onde não há qualidade de vida. Você não consegue levar ao Município um médico, pois ele tem de percorrer 80 ou 100 quilômetros para receber o seu salário. A população está vindo para as grandes cidades, inchando-as. É aquilo que todo mundo vê diariamente nos telejornais.

Então, Senadora, a senhora conte com a gente, com o apoio do nosso Presidente Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios.

A gente faz esse apelo mais dramático; um apelo, assim, que mexa, que toque, principalmente com a direção do Banco do Brasil e dos Correios.

Eu acho que dá para fazer um rearranjo ou fazer um reestudo para que a gente possa voltar, principalmente naqueles Municípios... Há Municípios com 10 mil habitantes, 12 mil habitantes e que não têm uma agência. Então, nesses a população está indo embora, está indo para mais perto, e está ainda inchando e está deixando os grandes vazios aí, pelos grandes latifúndios. Muitos estão até abandonando as suas áreas e não produzindo, não tendo produção, não tendo lucro, e não gerando também impostos para que a gente possa dividir essa conta por todos os brasileiros.

A classe média praticamente não existe mais; ela não consegue mais pagar imposto. E isso está um barril de pólvora. A gente anda este Brasil inteiro. Então, acho que está na hora de a gente dar uma olhada e se preocupar. E esse é um dos motivos. "Mas lá tem o assalto, tem o bandido" etc. Mas isso é porque o Estado não faz a sua parte; é porque nós, a sociedade organizada... Se o Estado não faz, ele deixa esse vácuo acontecer. Eu acho que é isso que é preciso.

Os governos municipais, os governos estaduais, o Governo Federal estão com folhas inchadíssimas. Há Município com arrecadação, por exemplo, de R\$10 milhões, com 70 milhões para pagar a 300, 400 funcionários. É isso que tem que mudar neste País. É dessa forma. Os Correios têm 100 mil funcionários, 32 mil aposentados; talvez o dobro, o triplo. É o caso do Rio de Janeiro. Não paga a folha, porque os aposentados cobrem uma folha e meia dos ativos. É essa preocupação que a gente tem que começar a ter. Daqui a uns dias, é Banco do Brasil, e vai indo tudo junto.

Então, esse é o apelo que a CNM faz.

A gente fica à disposição. A gente tem todos os dados, os números, Município por Município.

E o grande apelo desta audiência pública, Senadora Fátima, que a está brilhantemente presidindo, é que a partir de hoje, Dr. Guilherme, Dr. Walter, a gente consiga sentar à mesa e parar com essa sangria do fechamento dos PABs, das agências, e talvez até retomar aquelas que fecharam, para que essa população tenha um pouquinho de respeito, para que esses Municípios tenham o seu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento e essa população possa voltar a ter um horizonte. Enfim, um banco é tudo em um Município.

Agradeço a oportunidade, e ficamos à disposição aqui da Confederação Nacional dos Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos agradecer a participação, Joarez. Outro nome havia sido indicado pela CNM, mas foi muito importante, oportuna e boa a sua participação, Joarez, até porque a Confederação Nacional dos Municípios não pode estar ausente de um debate desses, de maneira nenhuma.

Na verdade, o que estamos discutindo aqui, em outras palavras, chama-se cidadania. E a gente está vivendo um tempo no Brasil em que eu acho que a gente tem que, cada vez mais, levantar a cabeça para defender cidadania, está entendendo? Cidadania, o próprio nome já diz, significa, Senador Elmano, respeito, dignidade. Repito: esses orçamentos não podem fechar os olhos para a sobrevivência, para a dignidade, para a questão da cidadania das pessoas.

Eu fico aqui estupefata quando, por exemplo, o Presidente Nacional dos Correios diz que com 28 milhões apenas resolveria o problema de todas as seis mil agências. O que é isso, Deputada Zenaide Maia? É só ver quanto de juros da chamada dívida externa o País paga todo mês. Mas, enfim, estamos aqui conversando para tentar ver se a gente avança.

Vamos passar agora para o Rivaldo, último orador componente da Mesa a fazer uso da palavra. Imediatamente, vamos passar a palavra aos Parlamentares.

O Deputado Júlio e a Deputada Zenaide Maia já pediram, e eu vou inscrever, logo depois, o Senador Elmano Férrer.

Rivaldo, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios do Brasil.

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – Eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e agradecer pela iniciativa, cumprimentar o Presidente Guilherme Campos; o Sr. Walter, do Banco do Brasil; o Joarez, da Confederação dos Municípios; cumprimentar os Parlamentares; cumprimentar a companheira Amanda, que é Presidente do Sindicato do DF; e a companheira Esiedla, que veio representando o Rio Grande do Norte, em nome das quais, cumprimento os demais sindicalistas. Parabéns pela coragem de a gente poder fazer esse enfrentamento que temos feito, porque ainda acreditamos que este País tem jeito, que os Correios têm jeito.

Assim, eu fico muito feliz de ter uma oportunidade de fazer esse debate do fechamento das agências dos pequenos Municípios, porque também sou oriundo de um Município pequeno lá na Paraíba, em Belém, e tive a oportunidade de ver a necessidade de um Banco Postal numa cidade pequena do interior. Tive oportunidade também de estar no Rio Grande do Sul com a Senadora Fátima, com a Deputada Zenaide Maia, debatendo essa questão dos fechamentos das agências.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para a gente ter uma ideia, das 1.836 agências, são 859 Municípios, com uma população afetada com os fechamentos e a retirada do Banco Postal de 23 milhões de pessoas nos Municípios e 6 milhões de pessoas na zona rural, que vão ficar totalmente sem acesso ao serviço de banco, porque não é só a questão do aposentado. Como já foi aqui falado, a gente tem a questão da economia do Município, que precisa ficar no Município. Quando o cidadão sai da sua cidade 30 a 40 quilômetros, ele está levando a receita do Município para outro Município, e isso prejudica muito as populações locais.

Por isso, a gente entende que os Correios não podem usar só a lógica do que sempre é falado. Aquela agência não dá lucro, eu vou fechar. O projeto original da empresa não é só retirada de Banco Postal, mas fechar todas as agências que não dão lucro. E os Correios são uma empresa de integração nacional. Eu não posso aceitar que aqui, em nome do suposto "não dá lucro", a gente retire, feche as agências dos Municípios.

Uma empresa de integração nacional, quando criada, não tinha só o viés do lucro. E repito: as agências são necessárias; é a presença do Governo Federal nos Municípios que não são atendidos por ninguém, são esquecidos. Os pequenos Municípios deste País são esquecidos.

Você poderia ter uma agência dos Correios lá prestando todos os serviços do Governo Federal, como um agente mesmo. Você poderia tirar a carteira de trabalho nos Correios, e outros serviços poderiam ser prestados à população, não só o de banco. Tenho 20 anos de Correios e vou repetir que, quando eu entrei nos Correios, nós do movimento sindical não reivindicávamos parceria com banco público ou privado; nós reivindicávamos que os Correios tivessem um Banco Postal próprio, porque é uma grande marca.

Com certeza, se o Governo tivesse tido a coragem de implementar um Banco nos Correios para atendermos a população mais carente, para que ela tivesse acesso bancário, hoje a gente não estaria aqui fazendo esse debate, porque seria o serviço de banco bem-sucedido pelos Correios – a gente sabe que é raro banco quebrar, só quando há fraude. Banco não quebra. Banco ganha dinheiro; pegam o nosso dinheiro e o emprestam, fazendo dinheiro. E nunca houve vontade política de parte das direções que passaram e dos governos que passaram por este País em fazer isso.

Entendemos também que – vou fazer uma crítica aqui – a parceria do Banco do Brasil com os Correios só foi benéfica para o Banco do Brasil. O Banco do Brasil ganhou a licitação do Bradesco, eliminou um concorrente potencial, depois viu que não tinha uma característica de popular e aí fizeram um distrato em que os Correios tinham que devolver mais de R\$2 bilhões. E, no final do contrato, os Correios tinham que colocar mais 800 milhões.

O Presidente não falou aqui e, por isso, praticamente fez um acordo com o Banco do Brasil de três anos, sem levar em consideração a vida das pessoas, sem levar em consideração hoje que, para a gente manter o Banco Postal aberto nessas pequenas cidades, a gente precisa de 1,4 mil vigilantes só nessas agências. Nós temos mais de 200 ações, 40 ações em andamento, sendo executadas, mas, nessa parceria, não pensaram que, para se mexer com o numerário, é preciso de segurança. Porque,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas agências, diga-se de passagem, em que há segurança, não há assalto, não; e, nas agências em que não há segurança, os meliantes chegam lá, é muito fácil, pulam o balcão, roubam, e têm matado até funcionário dos Correios – aqui em Brasília, duas pessoas morreram, há clientes morrendo em agências devido a assaltos.

Então, a gente tem que pensar na segurança. E é um problema de segurança pública? Pode ser e é. Mas também, quando eu fecho um contrato, que vou prestar serviço bancário, eu tenho que pensar na segurança também. Eu digo no primeiro contrato original também e agora na renovação, porque o banco não abre sem segurança, e nós trabalhadores dos Correios temos que abrir a agência com o Banco Postal e correr o risco de sermos assaltados e até de sermos mortos.

Então, é uma situação difícil para a gente. A gente está num momento difícil da empresa, eu até acredito, Presidente, mas fico muito indignado, quando eu o escuto falar que o monopólio postal acabou. O monopólio postal corresponde a 50% da receita dos Correios, são mais de R\$10 bilhões. Eu não posso chegar aqui e, diga-se de passagem, com um *e-mail*, com "zap", com milhões de aplicativos. A receita dos Correios corresponde a 50%, por advento do monopólio postal; são mais de R\$10 bilhões.

Eu tenho 20 anos de Correios. Quando eu entrei nos Correios, já havia esse debate de que o monopólio postal iria acabar, que a entrega de cartas... Realmente ninguém manda carta, mas fatura de cartão de crédito, fatura de banco, uma série de coisas a população ainda confia aos trabalhadores e aos Correios. E não confia mais, porque há uma operação desmonte da empresa, porque, em 2011, a gente tinha 128 mil trabalhadores; hoje, a gente só tem 108 mil, e continuamos prestando serviço.

É necessário dizer que a empresa também passa por um processo de transição que precisa ser debatido com os trabalhadores que é a questão da transferência do seu serviço gradativamente sem desvalorizar o monopólio postal. Porque existe ainda a questão os Sedex, que é uma grande marca que domina o mercado; a gente tem vários serviços que a gente presta à população brasileira.

E, aí, quando a gente pensa nos Correios, vai falar: "Não, só vou manter abertas agora as agências que derem lucro." E o subsídio cruzado, a agência de São Paulo que dá lucro para manter uma agência lá no interior do Amazonas, no interior do Rio Grande do Norte? Porque, se for assim, a gente agora está fechando o banco, tirando o Banco Postal, e amanhã vai estar fechando as agências também, porque não vão dar lucro. Vão-se fechar todas as agências e vai-se transferir o serviço para a rede franqueada, para o micro e pequeno empreendedor? Qual que é a proposta?

Então, tem também que se debater, de uma forma séria, essa questão toda. É verdade. É por isto que nós estamos em greve: para manter as agências desses Municípios abertas; para manter o correio público; para combater a privatização.

Por isso, aderimos ao movimento paredista e estamos há uma semana em greve, aguardando o Presidente nos convidar para uma reunião a fim de fecharmos um acordo, porque, infelizmente, ele apresentou uma proposta para outra federação e acabou nos excluindo do processo de negociação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tenho muito mais a acrescentar, Senadora, a essa questão, porque, como o debate aqui é só sobre o Banco Postal, do que a gente tinha a dizer a senhora, na sua introdução, acabou falando boa parte.

Mas nós entendemos que é necessário manter essas agências abertas. Se o Governo Federal quiser, ele mantém essas agências abertas. Pelas falas aqui, eu vejo que não está muito longe de a gente conseguir manter essas agências abertas e atender os Municípios que têm essa necessidade.

Quero agradecer muito a iniciativa da Senadora Fátima Bezerra.

Estamos aqui sempre à disposição.

Muito obrigado pelo apoio.

Vamos trabalhar para que as agências continuem abertas em todo o País.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero aqui também agradecer a participação de Rivaldo e dizer que nós nos solidarizamos, sem dúvida nenhuma, mais uma vez, com a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Correios.

Destaco aqui a seriedade e o compromisso com que a Federação vem defendendo não só os trabalhadores e as trabalhadoras, mas também o papel da própria empresa dos Correios do Brasil.

Nós vamos agora, imediatamente, passar para o debate.

Eu quero registrar aqui, com muita satisfação, a presença de Esiedla, lá do meu Estado, Diretora do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras dos Correios no Rio Grande do Norte. Por dever de justiça, quero aqui dizer que foi quem primeiro trouxe para o nosso conhecimento – não é, Deputada Zenaide Maia? – o tema, a questão da manutenção dos Bancos Postais.

Nós vamos agora, imediatamente, passar para o Deputado Júlio e, em seguida, para a Deputada Zenaide Maia e, em seguida, para o Senador Elmano e, depois, para o Senador Hélio José.

Com a palavra o Deputado Júlio, Coordenador da Bancada do Nordeste.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Presidente, Senadora Fátima; Presidente dos Correios, Guilherme; Vice-Presidente do Banco do Brasil, Walter; representante da CNM; Dr. José Rivaldo, da Secretaria-Geral da Federação dos Correios; Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu anotei muitos dados, Presidente Guilherme.

Chamou um pouco a atenção os 6 bilhões de 2007 a 2013. Eu acho pouco, porque o período é longo. De qualquer maneira, dividendo e antecipação.

Licitação deserta de 2016, com a qual, por ordem superior, o Banco do Brasil teve que arcar por mais três anos na operação do Banco Postal. Chamou-me também a atenção a receita de janeiro a setembro de R\$900 milhões do Banco Postal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME CAMPOS (*Fora do microfone.*) – A menos.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – A menos, a menos, o déficit do banco, mais os 750 Municípios em que a única agência de banco é a do Banco Postal.

Vocês sabem que eu acompanho isso há muito tempo, e havia uma decisão da Justiça de colocar aquela porta de alta resistência, que, só no meu Estado, dava R\$11 milhões. Eu fui inclusive ao Presidente do TST e ao Relator, e nós conseguimos a revogação da decisão judicial, de primeiro e de segundo grau, que obrigava a colocar a porta de alta de resistência nos bancos postais, além da segurança.

Achava que, àquela época, estava resolvido o problema. Depois, veio o problema do custo da segurança. Eu vi aqui que, até hoje, os Correios só têm obrigação judicial ou de TAC de pagar R\$8 milhões, e não os R\$28 milhões, para os quais ainda não há essa obrigação.

Então, esse número já é uma coisa que me animou, porque, se forem mesmo obrigados a cumprir a decisão, os Correios compartilhando com o Banco do Brasil, ou o Banco do Brasil como um todo, pagariam R\$8 milhões por mês naquilo a que é obrigado. Para os R\$20 milhões ainda não são obrigados porque não há decisão e nem TAC nesse sentido.

Eu acompanho aqui o sistema financeiro. Os cinco maiores bancos, Presidente, têm 80% do mercado e lucraram, nos últimos anos, entre R\$20 a R\$25 bilhões. Estou com o relatório aqui do Dieese sobre os cinco maiores bancos. Eu sei que o que menos arrecadou foi o Banco do Brasil, caiu no último semestre.

Mas vejam bem: só com tarifas e prestação de serviços, esses bancos lucraram R\$104 bilhões. Dentre os cinco, está o Banco do Brasil, está a Caixa, está o Itaú, está o Bradesco e está o Santander, R\$108 bilhões, e despesas de pessoal com encargo, R\$74 bilhões. Os bancos, esses cinco maiores bancos, lucraram, em 2014, R\$29,5 bilhões, sem emprestar um centavo a ninguém.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Em 2015, lucraram R\$20 bilhões. Foi o começo da crise. Eles faturaram R\$105 bilhões e pagaram de pessoal, com encargo, R\$84 bilhões. E ainda fizeram uma previsão de liquidação duvidosa: R\$108 bilhões.

Em 2016, que foi o último exercício, apesar de toda a crise, esses mesmos bancos aumentaram de R\$20 para R\$21 bilhões o lucro líquido, fora aqueles recursos de operação duvidosa de R\$113 bilhões.

Mas o que me chama a atenção é outro relatório aqui do sistema financeiro. Vejam bem. Eu vou abrir aqui. Eu peço permissão.

Mas o que me chama a atenção é outro relatório do sistema financeiro que eu peço permissão para abrir aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No último semestre de 2016,...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – ... o Bradesco teve um lucro de R\$8 bilhões; o Itaú, de R\$10 bilhões, de lucro líquido. Eu estou aqui com o relatório. O Santander, de R\$3,4 bilhões; o Banco do Brasil, evidentemente, caiu 45%: no ano anterior ele havia lucrado oito, e, neste ano, R\$4,8 bilhões – líquido, afora a previsão daqueles contratos duvidosos. E a Caixa, dois bilhões e tanto.

Eu vi aqui que o jornal *Folha de S.Paulo* publicou, na sexta-feira, uma investigação – está aqui – do sistema financeiro, dos bancos mais ricos sobre a maneira com que estão operando, que transferem carteiras de crédito lucrativas para outras empresas do mesmo grupo para enganar o Fisco. A Receita está investigando, não disse quais são os bancos, mas estão entre os cinco maiores bancos do Brasil.

Então, eu vejo como obrigação judicial, somado com as TACs, só R\$8 bilhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Sim; milhões! É porque eu estou com a cabeça de bi. São milhões. É muito pequeno, é muito pequeno.

Então, eu gostaria que esta audiência aqui, hoje, fosse uma audiência conclusiva, porque, no meu Estado, se fechar, por exemplo, a agência de Santa Filomena – a Senadora Regina conhece –, aquele usuário, o aposentado...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – ... vai se deslocar quase 200km, e o pior: vai esvaziar os Municípios. A pessoa que vai lá receber o seu benefício vai terminar comprando lá naquele Município e comprometendo a economia local.

Aqui nós estamos tratando de uma empresa pública, que são os Correios, e uma empresa de economia mista, que é o Banco do Brasil. Todos com privilégios do Governo; todos os dois com privilégios do Governo! E sabe quem são os grandes prejudicados? São os pobres, são os pobres do Brasil. Ninguém tem coragem de prejudicar rico, porque a reação do rico é muito pesada. Então, estão prejudicando os pobres do Brasil.

Aqui o representante, o Rivaldo, disse que esses Municípios – e são mais de 800 –, que não...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – ... têm nenhuma agência bancária, somam uma população de mais ou menos 20 milhões de pessoas. Pois são exatamente os mais pobres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Município cuja prefeitura tem uma receita de R\$10 ou R\$15 milhões, lá existe uma agência. Contudo, Presidente, nós temos mais de 2,5 mil Municípios que têm menos de 10 mil habitantes – mais de 2 mil, ou seja, quase 50% dos Municípios tem menos de 10 mil habitantes! Pois raramente um desses tem agência do Banco do Brasil. Então, o Banco Postal é de suma importância, e não é problema só para garantir lucro ao banco. O banco tem lucro com outras atividades. Essa é a função social de uma empresa de economia mista como o Banco do Brasil e uma empresa pública como os Correios de manterem em funcionamento todas essas agências, sem fecharem nenhuma, porque isso é um problema social e prejudica, acima de tudo, os pobres do Brasil. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Deputado Júlio Cesar.

Quero repassar para a Senadora Fátima a Presidência porque eu estou com o meu governador no meu gabinete.

Cumprimento a Deputada Zenaide Maia, que é a próxima inscrita.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Obrigada, Senadora.

Quero cumprimentar aqui a Senadora Fátima pela ideia; o Sr. Guilherme Campos, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; José Rivaldo, representando os trabalhadores dos Correios; o Sr. Walter Júnior, representando o Banco do Brasil; e Joarez Lima, representando os Municípios.

A palavra-chave aqui se chama lucro. Os homens, as mulheres e as crianças deste País deixaram de ser um ser humano, Júlio, por isso essa falta de respeito com os Municípios.

Eu, sinceramente, é meu primeiro mandato aqui, nesta Casa, mas está aqui: o que a gente vê? Todas as reuniões são para socorrer ou Municípios ou entidades como os Correios. Lucro é o que se valoriza neste País.

A gente viu aí anistiar. A Receita Federal deixou de receber a menos de 60 dias – e o Carf aprovou – R\$25 bilhões, anistiou o Banco Itaú, naquela incorporação do Unibanco. Então, quando se fala aqui – esta Casa e o Congresso como um todo –, eu digo: "Olhem os Municípios, que é onde se nasce, onde se vive." Estamos falando dos Correios, que é a inclusão como ele falou e, no meu Estado também, o Rio Grande do Norte; ou seja, se não tiver lucro, aquele povo que já é pobre vai pagar o preço mais caro porque é ele que recebe um salário mínimo, a grande maioria, e é ele que vai ter que pagar para andar 100km para receber a sua aposentadoria, quando é aposentado.

Eu queria ver um programa. Eu sei que diz que o País está falindo e, em nome de o País está falindo, mas lá, no meu Estado, se costuma dizer: quando você vai administrar o País, ou a sua cidade, ou o seu Estado, quando você se candidata, normalmente você bota a culpa em quem está saindo. O espelho retrovisor acabou, gente. Isso aqui não é só os Correios, não; nós estamos aí com a Eletrobras,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos aí com a Casa da Moeda, nós estamos com a Associação dos Magistrados Brasileiros preocupados porque estão fechando as zonas eleitorais, e tudo isso é desemprego.

Lucro do capital – o Banco do Brasil está aqui –, com todo o respeito aos bancos, mas precisamos rever isso. Lucre nada do social. O pequeno é quem vai pagar sempre o preço? Sempre a saída é fechar. Fecha. Não dá lucro, fecha. E o povo, gente? O Brasil é além dos quilômetros quadrados, está cheio de seres humanos. E sabe quem vê isso? É o Município, porque o prefeito, o vereador, a liderança comunitária, quando a mãe chega desesperada, com o filho doente, porque não tem os recursos, é ele que conhece a mãe: ou foi colega da mãe dele, ou é irmã... É um ser humano! E o que eu vejo aqui? A facilidade com que se bota o dedo aqui, tirando o direito das pessoas, dos brasileiros, é simples, porque aqui é mecânico. Mas, para quem está no Município, não é.

E eu acho que o Banco do Brasil e os Correios têm que sentar... Não pode ser mais algo tirado deste povo brasileiro. E outra coisa: é só para os pequenos Municípios. No meu Estado, mais de praticamente cem Municípios tem menos de 10 mil habitantes. Tem que haver uma solução: têm que sentar e usar o consenso. Não é fechar.

Eu, como médica de formação, vi isto acontecer. Na década de 90, havia todas aquelas APAMIs, que faziam os partos das mulheres. Quando fizeram investigação, descobriram que havia algumas Autorizações de Internação (AIH) que não eram verdadeiras. Por isso, ao invés de chamar, mandar punir quem fez o erro, não; fecharam as APAMIs. E, por isso, há mulheres brasileiras das pequenas cidades andando 100km, 150km para ter seu filho.

Então, eu chamar atenção aqui disto, parabenizando e agradecendo e dizendo aqui ao Dr. Júlio, ao Senador: nós temos que ter uma visão mais de gente, de ser humano. É disso que a gente está se distanciando. Pelo País? Tudo se vota aqui pelo País. Mas o País tem ser humano – homem, mulher, jovem e criança –, que vive nele. Então, a gente tem que ver esse lado social, inclusivo. Não podemos pensar...

Por exemplo, diz que está falido, mas a gente vê... Por exemplo, por que, nesta Casa, ninguém abre a boca para dizer que em 60 dias essa nova política de aumento de combustível aumentou seis vezes os combustíveis? Ninguém fala nisso. O botijão de gás, só em setembro, duas vezes. E está todo mundo calado, como se não estivesse acontecendo nada. Isso sobra para o menor, porque privilégio aqui ninguém se reuniu ainda para tirar de ninguém.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço aqui a participação da Deputada Zenaide Maia.

Imediatamente vamos passar aqui para o Senador Elmano, já registrando aqui a presença do coordenador da Bancada do Rio Grande do Norte, Deputado Felipe Maia. Igualmente, também, quero





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrar aqui, com satisfação, a presença do Deputado Danilo Fortes, do PSB, do Ceará; o Vice-Prefeito Anderson Alves, que também está inscrito, lá de Currais Novos.

Senador Elmano cedeu ao Deputado Felipe Maia.

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – Três minutos, Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Deputado Felipe Maia, com a palavra.

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – Eu vou ser bastante econômico com as palavras. Eu pedi ao Senador Elmano três minutos, até porque eu tenho com o Presidente Rodrigo Maia uma audiência às 4h da tarde, e eu não posso atrasar a essa audiência.

Mas, em três minutos, Senadora Fátima, eu quero aqui fazer um apelo. Nós que estamos trabalhando neste assunto dos correspondentes bancários, que levam a tranquilidade, a paz, o conforto a 1.900 Municípios do Brasil, conhecemos as questões financeiras do Brasil, Sr. Walter Malieni, que aqui representa o Banco do Brasil. Eu quero fazer uma ponderação de bom senso, para que os Correios, que têm as suas razões, possam encontrar as soluções junto ao Banco do Brasil, que também tem as suas razões.

O que me consta é que 1.900 agências dos Correios irão fechar no Brasil. No meu estado do Rio Grande do Norte, são 174 agências dos 177 Municípios. Isso vai trazer um caos aos beneficiários dos programas sociais, às pessoas, às famílias que precisam pagar suas contas.

Nós nos deparamos com uma questão financeira, que não é detalhe; é um fato principal. Pelo que me consta, o Banco do Brasil, repassava algo em torno de R\$100 milhões por ano aos Correios, o que pode hoje... R\$100 milhões/mês aos Correios, para que pudessem ser mantidos esses correspondentes bancários. Hoje, quanto a esse repasse, o que é possível são R\$20 milhões/mês, ou seja, 20% daquele valor anteriormente repassado.

É uma situação bastante dramática, José Rivaldo, mas para a qual temos que encontrar uma solução.

Eu sou da Base do Governo. Então, sempre digo que me sinto muito confortável em cobrar do Governo, porque acho que, em primeiro lugar, vem o emprego, em primeiro lugar.

O Governo tem que equilibrar as suas contas. O Presidente Henrique Meirelles, o Ministro Henrique Meirelles tem que encontrar soluções para fechar as suas contas de R\$159 bilhões negativos, déficit que está previsto para este ano. Mas nós não podemos abrir mão dos empregos e não podemos abrir mão do bem-estar da população; da garantia do pai e da mãe de família de pagar as suas contas; de os idosos receberem seus benefícios; de os beneficiários do Bolsa Família...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – ... que fazem jus, receberem aquele benefício.

Então, venho aqui, de uma forma bem sucinta – até me desculpando com a Mesa por não ter aqui cumprimentado individualmente cada um, pela agência apertada –, e vou utilizar meus últimos 40 segundos para fazer um apelo ao meu amigo, colega, ex-companheiro do Democratas da Câmara Federal, Guilherme Campos, que hoje preside, com muita competência, os Correios, e ao nosso Vice-Presidente do Banco do Brasil, Malieni Júnior, que também traz aqui a sua palavra e, tenho certeza – não pude escutá-lo –, seu compromisso de buscar uma solução, porque existem 1,9 mil Municípios no Brasil que precisam da nossa solução.

E eu, como membro do Democratas, como membro de um Partido da Base do Governo, quero trazer aqui um apelo de um representante do povo do Rio Grande do Norte, para que possamos buscar uma solução para esse grave problema de que hoje estamos aqui tratando.

Muito obrigado, principalmente ao Senador Elmano, que, com muita delicadeza, me cedeu três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Danilo Forte, do Ceará.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Obrigado, Senador Elmano, que também é cearense, em nome de quem saúdo toda a Mesa, meus amigos, o Dr. Eduardo Pereira, Vice-Presidente do Banco do Brasil.

O Júlio César falou muito bem, a Deputada Zenaide Maia e o Deputado Felipe Maia, também. Eles expressaram o sentimento nosso, principalmente do povo do Nordeste.

O interior do Nordeste tem pago um preço muito grande pelo desequilíbrio regional que o País vive e pela distorção da pirâmide social que há. Nós temos uma realidade de pobreza diferenciada das demais Regiões do Brasil.

E essa sina só é mudada, se tivermos um pouco de espírito público coletivo, para buscar estimular essas regiões menos favorecidas a reagir, para que, dentro dessa reação, elas possam ter um maior quadro de inclusão social.

Isso tudo requer políticas públicas que sejam capazes de reverter essa situação. E nada maior do que política de inclusão social do que se ter o benefício de ser tratado com dignidade.

Eu presenciei uma cena no meu interior de Tejuçuoca – o Dr. Eduardo Pereira sabe muito bem disso, porque estive com ele, com a Prefeita, com o pessoal da Prefeitura e com os Vereadores –, em que uma comunidade foi levada... A agência do Banco do Brasil foi arrombada, dinamitada, e se teve que ir a outro Município para buscar os proventos. Na volta, num pau de arara, todos foram obrigados a descer de cima do caminhão e ficaram despidos. Senhoras e senhores de idade ficaram despidos. Senhoras e senhores de idade ficaram despidos ao vento, ao sol causticante do Nordeste brasileiro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa exposição indigna para qualquer tratamento humano. Quem pode perceber a realidade até como uma compaixão, como sentimento de amor ao próximo não pode compartilhar uma situação tão vexatória, tão deprimente das relações humanas, num país que é a oitava economia do mundo, num país que tem um potencial de riqueza muito grande. E esta Casa...

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – ... sempre que foi procurada pelo Banco do Brasil, pelos Correios, por todas as empresas do País, teve a vontade de reerguê-las, de aumentar seu capital, de patrocinar desenvolvimento, de votar inclusive tirando, muitas vezes, recursos de programas sociais para garantir a saúde do sistema financeiro.

Então, o sistema financeiro não perde. Por que o sistema financeiro não perde? Porque toda essa movimentação também tem um custo de realizações nos boletos, nos pagamentos, nos programas sociais. Nós sabemos, inclusive, que os bancos recebem por isso. Então, não custa nada ao Banco do Brasil, que é o maior banco de temos, inclusive motivo de orgulho de todos nós, brasileiros, buscar uma equação que seja capaz de viabilizar esse custo.

Os Correios passam por uma situação difícil. Passam. Os Correios sofrem a crise da política e das corporações brasileiras, que criaram um ambiente com a mudança do comportamento da sociedade – hoje ninguém manda mais carta, é tudo por WhatsApp. Você realmente tem uma deficiência de ganho de capital no sentido de que os Correios hoje não têm a mesma prestação que tinham no passado, mas têm um papel importante para a sociedade brasileira, além na segurança na entrega nas correspondências, que está exercendo, de um banco social. E o Banco Postal, nas cidades que inclusive tiveram o Banco do Brasil fora de atuação exatamente por essa onda de violência crescente, é a única alternativa que restou.

Eu estou gostando muito, inclusive parabeno essa iniciativa do Banco do Brasil, do banco sem o numerário. Eu acho que essa circulação do dinheiro de plástico está funcionando e, para quem, mais uma vez, não conhece o Nordeste, pensando que o Nordeste não tem cultura suficiente para sobreviver nas adversidades, o povo do Nordeste também está gostando de ter o cartão que vai na bodega, vai no armazém, vai até na feira. Lá em Itapiúna, no Ceará, até os feirantes já estão com a maquinha para passar o cartão de plástico. Então, precisamos estimular, inclusive educando as pessoas, inclusive usando até os meios de comunicação da televisão, para as pessoas – principalmente as pessoas mais humildes – poderem ter alguma forma de movimentar as suas pensões, os seus benefícios, as suas aposentadorias. E essa alternativa criativa está solucionando em parte o problema, só o que o não pode é esses brasileiros ficarem sem solução nenhuma. Isso é um desrespeito, isso é um descompromisso de cidadania com o Brasil, e nós não estamos aqui para isso.

Eu apoiei e apoio o Presidente Michel Temer desde o início, todo mundo sabe disso aqui, nesta Casa, mas acho que cabe, do nosso comportamento – e aqui, Júlio, como coordenador da Bancada do Nordeste, que é a Região mais sofrida –, um posicionamento muito claro: não podemos continuar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votando as matérias do Governo, enquanto o Governo não respeitar o cidadão do Nordeste. Eu não quero ver o meu povo, os meus parentes lá sofrendo a humilhação que sofreram por assaltantes, de ficarem nus no meio de uma estrada vicinal, uma estrada carroçável, sem o menor abrigo. Isso é um desrespeito para onde eu vim e para o povo de onde eu vim. Eu não posso aceitar isso. Se vivêssemos num Estado de guerra, se estivéssemos num país falido, mas num país com os recursos que o Brasil tem, não pode humilhar os brasileiros.

E aqui eu peço, no mesmo sentido dos meus antecessores, que tenhamos uma clareza disso. Aqui nós não estamos pedindo benevolência. Aqui nós estamos pedindo reconhecimento de brasilidade. Nós estamos aqui pedindo o respeito que o cidadão e a cidadã brasileira merece e que tem obrigação o Estado brasileiro de dar.

E eu acredito que, com a sensibilidade da gestão do Banco do Brasil – Caffarelli, Dr. Walter, Dr. Eduardo – e com o compromisso do Presidente dos Correios, o Guilherme, que pegou essa bata quente num momento difícil, inclusive, da Empresa de Correios e Telégrafos do País, possamos harmonizar para poder garantir esse dinheiro, porque não é o dinheiro do mundo todo. Para o volume de recursos do Banco do Brasil, isso é insignificante. Para o volume de operações e pelo lucro que o Banco tem por ano, isso é insignificante.

E o maior lucro que o Banco do Brasil pode dar para o Brasil é o orgulho de ser brasileiro. O maior benefício que o Banco do Brasil pode gerar para os brasileiros é garantir, pelo menos, o nível de reconhecimento a esse cidadão pobre, que não tem acesso a uma grande escola, que não tem acesso a uma oportunidade de emprego ou de recursos empresariais e que, todos os dias, liga a televisão, e são bilhões e bilhões e bilhões que são desviados dos governos, das empresas públicas, para financiar aquilo que é mais nefasto na política brasileira, que são os processos eleitorais ou o enriquecimento do patrimonialismo, que é histórico no Brasil.

Se quisermos ajudar a virar essa página, vamos ter compromisso com a mudança. E essa mudança passa necessariamente por uma postura nossa, neste momento.

Nós, como Bancada do Nordeste, deixamos muito claro que nós não temos conforto para votarmos as matérias do Governo enquanto esse problema não for resolvido.

E os executivos, tanto dos Correios, como do Banco do Brasil, buscando uma solução o mais rápido possível, porque não pode acontecer o que está acontecendo: mais de 900 Municípios brasileiros em que o povo está sendo humilhado, destrutado e desrespeitado, porque não tem uma agência bancária para poder manipular os seus recursos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação aqui do Deputado Danilo Forte, que, sem dúvida nenhuma, faz uma intervenção agora, fortalecendo e muito a nossa luta, porque nós já colocamos exatamente isto, Deputado Danilo Forte: não é razoável, não é aceitável, de maneira nenhuma, que, de repente, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, através de duas instituições tão respeitadas e tão queridas do povo brasileiro, que são tanto os Correios do Brasil como o próprio Banco do Brasil, não encontre uma solução.

Depois, eu volto aqui a dizer claramente: eu me recuso, me recuso, me recuso simplesmente a aceitar essa lógica de austeridade por austeridade, de ajuste fiscal por ajuste fiscal. E, de repente, o quê? Os Correios e o Banco do Brasil não têm um orçamento de R\$28 milhões/mês ou de R\$8 milhões/mês para garantir a vigilância para que, pelo amor de Deus, sejam prestados ao povo brasileiro serviços importantes, essenciais, que dizem respeito à cidadania do povo brasileiro?

Então, nós não podemos aceitar isso de maneira nenhuma. E sei que ambos aqui, tanto o Vice-Presidente como o Presidente nacional dos Correios, estão empenhados em trazer essa solução.

Mas nós temos de cobrar do Governo Federal. Claro que sim. Temos de cobrar e temos de ter posições fortes. E o Parlamento tem de ter uma posição muito forte frente a isso.

Nós não podemos aceitar de maneira nenhuma. Não podemos aceitar que, simplesmente, Senador Elmano, se fechem esses bancos postais, essas agências pelo País afora. Já basta de tanto retrocesso que este País vem vivendo.

Mas eu concedo agora a palavra a V. Ex^a, que – quero aqui mais uma vez dizer – é um Senador muito atuante aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional. Tem contribuído muito para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste e do Brasil. E sua voz neste momento é uma voz que pesa, que soma muito nessa luta que nós estamos travando neste momento.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Deve ser o peso da idade, querida Presidente.

Então eu queria...

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E da sua qualidade, da sua responsabilidade e da sua trajetória.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... só parabenizá-la pela iniciativa desta audiência, de trazer aqui dois Vice-Presidentes do Banco do Brasil, o nosso Vice-Presidente Walter, e o meu querido Dudu, que é o Eduardo Pereira Filho.

Saiu, não é?

O SR. EDUARDO PEREIRA FILHO (*Fora do microfone.*) – Estou aqui, queridíssimo...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Ah, ele está aqui, está ao meu lado. O nosso Presidente da Empresa de Correios, o Guilherme, que é nosso eterno Deputado. Quero cumprimentar o Joarez e o Rivaldo. O Joarez é da Confederação Nacional dos Municípios, e o Rivaldo, da Federação Nacional dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico muito feliz com a escolha dos expositores, dos palestrantes, porque, no meu entendimento, todos estão envolvidos, principalmente os Municípios, os trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, nosso Presidente, os dois Vice-Presidentes do Banco do Brasil.

Creio que o mais importante é nós buscarmos uma saída. O impacto do fechamento dessas agências já foi por demais exposto aqui. Todos nós sabemos das dificuldades que têm os Municípios quando se fecha uma agência do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, da Caixa Econômica, enfim, e sobretudo dos bancos postais.

Nós estamos realmente... Eu me lembro de que um tempo atrás nós lutávamos para abrir agências de bancos públicos ou privados em cidades do interior, como também lutávamos para abrir agências do INSS. E enfim, uma série de esforços de prefeitos, Deputados Estaduais, Vereadores e todos, Deputados Federais, Senadores, no sentido de dotar as cidades, as regiões, os territórios de condições de um desenvolvimento autônomo, que é o que nós buscamos, um desenvolvimento local, integrado, participativo etc.

Então eu creio que nós estamos vivendo um momento, digamos, de grandes dificuldades. Eu vejo as agências neste País afora, dos bancos, verdadeiras, digamos, explosões que as cidades vinham lá do interior do Ceará, embora eu seja do Piauí, mas é uma coisa que nos preocupa, a questão da segurança. E eu vejo que aqui, digamos, esses bancos postais, essas agências que há nos Municípios, a importância de que se revestem essas agências.

Agora, o que nos interessa aqui – e vejo que há um avanço... Queria, aliás, fazer um apelo inicialmente ao Vice-Presidente Walter, ao meu querido Dudu, o Eduardo Pereira Filho, no sentido de que inicialmente nós prorroguemos o prazo estabelecido pelo banco, no sentido de que a Empresa de Correios e Telégrafos tenha o tempo necessário para todos nós conversarmos e buscarmos uma saída. A realidade é que...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Prorrogar por seis meses... Fazer esse apelo ao Banco do Brasil, Walter...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu assino embaixo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Hein?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Fátima, nós, agentes públicos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Seis meses são suficientes?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Senador, só uma correção: quem está encerrando sou eu, Correios; não é o Banco do Brasil. E as agências dos Correios não fecharão. Elas deixarão de prestar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de Banco Postal. Mas quem está esperando o serviço de Banco Postal na forma de correspondente bancário são os Correios.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Guilherme, você, como Presidente da empresa e ex-Deputado... Eu creio que nós, agentes públicos, temos o dever, no exercício das funções, das nossas atribuições, de cuidar primeiro de gente, cuidar de pessoas. Essa é a grande missão do prefeito, do vereador, do deputado, enfim, de todos nós, agentes públicos. Os grandes beneficiários desses bancos postais são exatamente as pessoas que mais precisam. Isso já foi dito aqui. Nós lutamos muito no passado para que isso acontecesse. A pressão é sobre os políticos para não fechar... E a nossa Senadora Fátima foi feliz de convocar esta audiência pública no sentido de nós trocarmos ideias. Nós temos de buscar, no momento de grandes e profundas dificuldades que o País vive hoje... Todos nós temos responsabilidades. O meu querido Guilherme dirige uma instituição de três séculos e meio. Como os senhores vice-presidentes... O Banco do Brasil tem dois séculos e poucos anos. São instituições que se afirmaram pela eficácia e pelo trabalho, contribuindo para o bem-estar da população, para o desenvolvimento dos nossos Estados e do País como um todo.

Isso, no meu entendimento, repito, tem um impacto muito grande, e temos o dever, a obrigação de buscar uma saída, vendo, sobretudo, as pessoas, os beneficiários desses serviços, porque quem está lá... O meu Líder aqui, Deputado Júlio César, que é o Deputado dos dados municipalistas, citou o exemplo da cidade de Santa Filomena, que dista 200 quilômetros da agência mais próxima.

Então, é o apelo que nós fazemos no sentido de que tenhamos uma saída. Eu sei que o Presidente Guilherme tem a sensibilidade de um homem público, de um agente público que já foi um Parlamentar, de repensar para buscarmos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Está machucado. Nós todos estamos, mas quem está mais é quem está lá na ponta. São os usuários de ontem, que, amanhã, vão sentir o impacto da falta desses bancos. Então, o apelo nosso é no sentido de construirmos uma saída.

Conversei aqui baixinho com o Eduardo, que acha que é possível nós construirmos. Agora, é importante e fundamental que o nosso estimado Guilherme também tenha a boa vontade, que sei que ele tem, no sentido de encontrarmos uma saída.

E esse é o objetivo maior – não é, Fátima? – desta audiência que aqui nós realizamos neste instante. Então é um apelo que eu queria fazer, somando-me a todos os demais Parlamentares que se manifestaram aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos também a valiosa participação do Senador Elmano.

Vamos passar agora para Anderson Alves, que é o Vice-Prefeito lá de Currais Novos; e, em seguida, para a Esiédia, para a gente voltar a palavra aqui para os demais componentes da Mesa e a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fazer o fechamento aqui da nossa audiência, e não dos bancos postais – ouviram, Dr. Walter e Presidente Guilherme?

Bom; mas o Deputado Júlio...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Eu queria só uma complementação. Primeiro, reconhecer a competência do presidente Guilherme. O Guilherme, quando assumiu, ele mesmo falou, ele tinha um orçamento de mais ou menos 20 bilhões, e ele tinha um negativo de 2,1 bilhões, não é? Em 2016, 1,5 bilhões negativo. No primeiro semestre deste ano, 800, quer dizer, cada vez caindo. Eu já tenho informação de que no segundo semestre poderá ser positivo. Então eu quero enaltecer a competência da atual gestão dos Correios, de reverter essa adversidade, apesar da grande dificuldade por que os Correios passam.

Mas, minha querida Presidente, só acontecem essas coisas ruins no Nordeste, porque é a região mais pobre, tem o menor PIB *per capita*. Querem acabar com a Chesf. As zonas eleitorais estão acabando. A grande zona... Fiz um grande movimento na semana passada, com a Associação dos Magistrados do Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Desligou?

Das zonas eleitorais. Estão acabando com o Finor. O Finor acaba este ano. Nós estamos lutando para ser recriado. Estão acabando com o DNOCS, CIDNOS, vocês sabem, o DNOCS já teve 15 mil empregados, hoje tem 1,4 mil, e o que tem menos tempo tem 34 anos de serviço.

Então eu quero aqui fazer um apelo, um apelo. Primeiro, saber o que é que os Correios fizeram para reverter essas decisões judiciais. Porque uma decisão judicial tem grau de recurso, que poderá ser revertido, poderá ser em grau de recurso, ser revertida a decisão de primeiro e de segundo grau.

Segundo, quero propor aqui: o que há de obrigação de pagar hoje é 8 milhões. Estou com a cabeça só em bilhões. Quando eu falo no lucro dos bancos, tudo é bilhão, não é? Então eu quero fazer aqui uma sugestão. Aqui estão as duas maiores empresas, mais velhas do Brasil. O Banco do Brasil é de 1808, da época de Dom João VI. Eu me lembro muito bem da história. Já tem 209 anos de existência. Os Correios, 354. Então, os dois mais antigos da administração indireta do Governo. Fazer um apelo: que esse passivo dos 8 milhões, já que os Correios vão anular o seu déficit, seja compartilhado entre os dois. O Banco do Brasil paga quatro e os Correios, quatro. E mantém isso como uma função social em favor desses 20 milhões de excluídos, que são os mais pobres, os mais discriminados, os que mais precisam, e um deslocamento a uma cidade à distância de 50, 60, 80, 100 ou 200 quilômetros, vai ensejar no recebimento da sua aposentadoria, ele pagar 10% pelo menos no deslocamento.

Então, vamos ver se compartilhamos esse ônus com as duas entidades que são o orgulho de nosso País: Correios e Banco do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bom, Deputado Júlio. E pediria a V. Exª que, inclusive, fizesse por escrito essa proposta para que a gente saia com um encaminhamento concreto daqui. Inclusive vamos buscar, não é, Deputada Zenaide Maia, de toda a Bancada do Nordeste.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos botar no papel, que o nosso papel é exatamente para pressionar legitimamente, Senador Elmano, para que, enfim, isso prospere, porque essa luta não vai terminar aqui com esta audiência pública.

Vamos passar, imediatamente, a palavra agora para o Vice-Prefeito Anderson, da cidade de Currais Novos.

O SR. ANDERSON JEAN DE ARAÚJO ALVES – Obrigado, Senadora.

Queria pedir licença às autoridades, Deputadas, Deputados, Senadores, Senadoras, para cumprimentar todos na pessoa da Senadora Fátima Bezerra, Senadora que representa o povo potiguar e que está aqui investida de toda a legitimidade de representar o nosso povo, sobretudo, aquele afetado por essa decisão de se fechar 109 agências, bancos postais, no Estado do Rio Grande do Norte.

Eu vim, acompanhado do nosso chefe de gabinete, trabalhar e advogar pelos interesses do nosso Município, Currais Novos, que conta com uma população aproximada de 45 mil habitantes. E, de certa forma, na região do Seridó, Currais Novos é polo, polo para outros onze Municípios de menor porte, que acessam em Currais Novos diversos serviços: comércio, inclusive serviços bancários, que estão altamente prejudicados, Senadora, por essa onda de violência que assola o nosso Estado, o nosso País, com vários arrombamentos de agências bancárias, diminuindo assim o acesso da população ao serviço bancário, que não está explícito na Constituição, diferente do serviço postal, mas que é um serviço de fundamental importância do ponto de vista da cidadania.

Eu escutei atentamente aqui a fala de todos os Parlamentares, dos representantes dos trabalhadores dos Correios, do Banco do Brasil, dos Municípios. Também me senti bastante contemplado, Juarez, pela sua fala. Concordei em grande parte com as suas palavras, mas eu quero dizer, Fátima, que aqui eu percebo que existe um problema de gestão. A grande verdade é essa.

Eu tenho um profundo respeito pela iniciativa privada. Costumo simplificar os meus raciocínios, Francisco, eu acho que o problema é como cidadão que enfrenta a sua casa, tem uma árvore que lhe oferece frutos, uma árvore que lhe oferece sombra, e que, diariamente, em retribuição a esses frutos, a essa sombra, aquele cidadão tem que varrer as folhas que da árvore caem. E, com preguiça de varrer ou simplesmente porque não sabe varrer, ele decide cortar a árvore. E o pior é que ele decide cortar a árvore para vender a lenha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu deixo aqui essa reflexão, dizendo que eu imagino, Senador Elmano, a realidade da população de Miguel Leão, um pequeno Município do Estado do Piauí, com pouco mais de 1,2 mil habitantes. Como essas pessoas ficarão? Eu poderia muito bem aqui representar simplesmente o interesse de Currais Novos, meu Município, como eu disse aqui, uma cidade polo, que tem agências bancárias e visitar Deputados, Deputadas, Senadores, Ministros, advogando em nome dos interesses do meu Município, mas eu penso no Município de Bodó, com pouco mais dois mil habitantes, eu penso no companheiro que é prefeito de Santana do Seridó, perto da sua cidade, Parelhas, cuja população procura diretamente dos prefeitos, a autoridade que está mais perto do povo, para reclamar as suas aflições, as suas dificuldades do cotidiano.

Então, quero deixar aqui um apelo à Presidência, à diretoria da Empresa dos Correios, ao Banco do Brasil para que, antes de pensarem – naturalmente vocês representam o interesse empresarial, uma sociedade de economia mista, uma empresa pública –, mas, antes de pensarem na questão do lucro, vocês têm de pensar na finalidade, no interesse coletivo da população. Vocês não sabem o que representa para um cidadão carente, aposentado, que recebe um salário mínimo ter o direito de ter uma conta bancária, o quanto isso não enaltece o seu espírito, o quanto isso não facilita sua vida.

Então, quero deixar aqui esse registro.

Não tenho autorização para falar em nome dos Municípios. Como eu disse, já fui bastante contemplado pelas palavras de Joarez, mas eu quero deixar este registro aos Senadores, às Senadoras, às Deputadas, às autoridades: que pensem no pequeno. Vocês estão investidos da função de representar o povo. E são empresas importantíssimas, empresas históricas que, antes de tudo, têm o mister e a obrigação de atender e de primar pelo interesse e pela finalidade coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, agradeço a participação do Vice-Prefeito Anderson Alves, que traz aqui exatamente a voz lá dos prefeitos e prefeitas não só de Currais Novos, do Seridó, mas de todo o Rio Grande do Norte.

Vamos agora, imediatamente, passar a palavra para Esiêdla Pereira de Andrade.

Onde está a Esiêdla?

Esiêdla, venha para cá, por favor.

Em seguida, vamos passar a palavra aqui, Senador Elmano, Deputado Júlio, para encerrarmos.

Esiêdla é Diretora do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Norte, que tem participado intensamente deste debate. Aliás, foi quem primeiro fez o alerta sobre essa situação, preocupado não só com a situação dos trabalhadores, mas com os impactos que isso trará para a população e para os Municípios.

A SRª ESIÊDLA PEREIRA DE ANDRADE – Primeiramente, gostaria de agradecer à Ex^{ma} Senadora Fátima o fato de trazer esta audiência pública para nós do Rio Grande do Norte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saudar a Mesa em nome do meu representante José Rivaldo.

Estou aqui representando o Presidente do Sindicato, Edilson Shampoo, que não pôde comparecer devido à greve que está em todo o Brasil.

Estive presente em várias audiências públicas nos Municípios e pude ver o caos, o medo instalado na população com a perda desses bancos postais. A população está muito preocupada com esse fechamento de Banco Postal, porque a gente tem o entendimento de que esse Banco Postal é bastante importante. E nós, do sindicato, representando os trabalhadores, estivemos atentos, fomos a vários Municípios e fizemos várias audiências. E aqui eu gostaria de pedir a sensibilidade de Guilherme Campos, porque eu acho que tem, sim, que ter um pouco de sensibilidade dele, porque nós temos o entendimento também de que há condições de manter esse Banco Postal, não acreditamos que essas agências sejam deficitárias a ponto de fechar. Há que ter uma saída, a gente tem que buscar uma saída, a gente aqui não está querendo culpar um ou outro, e, sim, achar uma saída para que os trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Norte, que também vão ser consequentemente penalizados com esse fechamento de Banco Postal, mas principalmente a população, que vai deixar de usufruir dos atendimentos que o Banco Postal traz aos Municípios, porque em vários Municípios apenas existe Banco Postal, e é onde as pessoas recebem seus salários, e é onde elas podem fazer abertura de conta, enfim, n coisas.

Então, vou ser breve. Mais uma vez, agradeço à Senadora Fátima e peço ao Presidente Guilherme Campos que tenha sensibilidade com os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que nós estamos há anos aí levando essa empresa e a gente merece aí um pouco mais de carinho nas atitudes que o senhor vem aí impondo a nós trabalhadores goela abaixo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós agradecemos a participação de Esiêdla, inclusive reconhecendo o esforço que ela fez para aqui representar o Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios do Rio Grande do Norte, neste momento de luta, greve, em nome de justas reivindicações. E justiça seja feita o quanto o sindicato foi o primeiro, Senador Elmano, a trazer à luz, Deputada Zenaide Maia, esse tema do fechamento dos bancos postais pelas consequências que isso terá. Por isso que nós estamos aqui lutando para evitarmos isso aí.

E agora vamos encerrar realmente a nossa presente audiência pública. Eu gostaria muito que o Presidente dos Correios e o Vice-Presidente do Banco do Brasil, o Sr. Guilherme Campos e Walter Malieni, pudessem se posicionar frente a essa proposta consenso que está apresentada como um caminho para garantir a manutenção dos bancos postais em respeito à cidadania da população do Nordeste do Brasil, que pudessem se posicionar sobre o que foi aqui colocado, primeiro, ver essa questão das decisões judiciais, o acompanhamento do TAC, etc, mas a proposta concreta que os Correios e o Banco do Brasil pudessem dividir a questão dos oito milhões aqui mencionados também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senador Elmano, e, com isso, repito, nós não tenhamos mais esse retrocesso, que seria o fechamento dos bancos postais.

Nós vamos passar imediatamente aqui para a CNM, para o Rivaldo, e, depois, imediatamente, para ouvir aqui a posição dos Correios e aqui do Banco do Brasil. **O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA** – Eu acho que, em nome de todos os Municípios, do Deputado Júlio, de todos que nos antecederam, Presidente Guilherme Campos, eu acho que sua sensibilidade como gestor, como Parlamentar, acho que todos colocaram bem. O momento, acho que a Deputada colocou bem, é o momento de se tirar a autoestima da pessoa. Quando você acaba tirando as coisas que mexem com o seu Município, a autoestima se vai, o movimento se vai, você acaba deixando para trás as suas raízes, e a história da vida... Eu sempre falo que as flores do amanhã estão contidas na semente do hoje. E, na hora em se fecha um PAP, em que se fecha uma agência, em que se fecha uma agência dos Correios, ou qualquer coisa, é algo que vai ficando para trás na história.

E a CNM é solidária. Estamos muito fortes, em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, na defesa forte dos Municípios, para fazer um movimento não só no âmbito de todos os Municípios para que possamos sensibilizar os Parlamentares como um todo. Até mesmo aqui o Vice-Presidente Walter nos deu uma missão, de que possamos trabalhar juntos na uniformidade da legislação. Acho que isso é fundamental para o futuro dos nossos Municípios, e a CNM está de braços abertos e de mãos dadas, para que possamos fazer esse trabalho. A defesa é incessante em nome dos Municípios.

Tirou, fechou, Presidente Guilherme, tirou a autoestima da pessoa. Olha com carinho, e isso acho que dá para levar mais um tempo. A gente sabe da sua capacidade, e, com certeza, não fechando as agências, vai ajudar a terminar com o déficit público que têm os Correios.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rivaldo.

O SR. JOSÉ RIVALDO DA SILVA – Eu quero agradecer a iniciativa da Senadora e fazer um apelo aqui ao Presidente Guilherme Campos, que ouviu atentamente todas as reivindicações aqui do Município. Acho que falta pouco para se chegar a um entendimento, e a gente conseguir manter todas as agências desses pequenos Municípios do nosso País, tendo o atendimento do serviço, o acesso ao serviço bancário.

Julgo de suma importância esta audiência pública. Foi uma audiência pública muito proveitosa. Neste ano, já participei de quase dez audiências públicas, e nunca vi uma audiência pública com proposições tão positivas do ponto de vista de se querer achar a solução.

Peço licença aos Parlamentares e à Senadora para fazer um apelo aqui ao Presidente Guilherme Campos. Nós estamos em greve em mais de 23 Estados. Acredito que hoje São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados vão entrar na greve. Seria importante acharmos uma solução para isso. Nós nunca nos negamos em querer achar essa solução. Felizmente, o presidente traçou um caminho para essa negociação, e, talvez, o resultado hoje à noite vá dizer se ele estava certo ou não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero fazer um apelo a todos os trabalhadores para continuarem firme na luta pela manutenção dos Correios, sem privatizar os Correios, pelas agências dos pequenos Municípios todos abertos e pela garantia dos nossos empregos,

No mais, muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, Rivaldo, antes de passar a palavra para o Vice-Presidente do Banco do Brasil e ao Presidente Guilherme, quero me associar aqui ao seu apelo. Faço isso aqui em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, porque aprendi uma coisa na minha vida: que conflito se resolve pela via do diálogo. Foi isso o que aprendi ao longo da minha vida. Quanto mais diálogo, quanto mais conversa houver, melhor, até porque volto a dizer que são reivindicações extremamente justas.

Não se trata apenas de recomposição salarial. Trata-se de concurso público, trata-se desse plano de demissão voluntária. Trata-se, enfim, de condições de trabalho. Trata-se, sobretudo, Presidente Guilherme, de lutarmos para que não seja verdade aquilo que já vem sendo dito, inclusive saindo da boca de ministros do próprio Governo que está aí, que, de fato, o interesse do Governo, o objetivo do Governo é vender os Correios, é privatizar os Correios. E eu quero aqui ser bem sincera: eu desconfio – espero que não seja isto – que, por trás dessa possibilidade admitida, repito, inclusive por integrantes do alto escalão do próprio Governo que está aí... Eu espero que por trás do fechamento do bancos postais não esteja também aí mais uma estratégia que faz parte exatamente de quê? Da privatização dos Correios.

Eu não quero nem me referir aqui a outras privatizações em curso, de forma açodada, de forma irresponsável, como é simplesmente, agora, querer vender, a preço de banana, o sistema elétrico do Brasil, num momento, inclusive, extremamente oportuno, de um Governo que tem poucos meses. Sem contar as circunstâncias em que este Governo chegou ao Palácio do Planalto.

É uma questão, portanto, de bom senso, não é, Senador Elmano? Precisa-se de muita responsabilidade nesse momento, pelo quanto esses patrimônios não são patrimônios de governo A, B ou C; são patrimônios do povo brasileiro, do Estado brasileiro.

Eu quero aqui dizer, por exemplo, Dr. Walter, quando eu vejo que só de juros nós pagamos, nesses últimos 12 meses, R\$428 bilhões – nesses últimos 12 meses –, que cada 1 ponto de redução...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Pagamos não; rolamos...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rolamos, exatamente.

Cada ponto percentual de redução da Selic gera uma economia de R\$22 bilhões por ano – cada ponto de redução percentual da Selic gera uma economia de R\$22 bilhões por ano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Selic hoje está em 8,25. Veja bem, nós aqui falamos, por exemplo, de R\$28 milhões. Por fim, nós estamos aqui fazendo um apelo de R\$8 milhões, para que possam aqui ser rateados entre os Correios e o Banco do Brasil. Isso representaria o que de R\$428 bilhões?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mês, eu sei, mês. Isso representaria o quê? Isso representaria 0,0005?

Então, assim, Presidente Guilherme, eu agradeço muito aqui a presença dos senhores. Volto a dizer: os senhores estão aqui representando duas instituições muito importantes para o povo brasileiro. E nós estamos aqui fazendo um apelo à luz dessa proposta que, inclusive, estamos formulando aqui, para qual vamos buscar assinaturas de toda Bancada do Nordeste e das demais Regiões. O que nós estamos aqui pedindo não é nem um favor. Nós estamos aqui cobrando respeito, cobrando cidadania.

Por dever de Justiça, veja bem: no governo do Presidente Lula, nós tivemos uma inclusão bancária de mais de 70 milhões de brasileiros, ao todo, até agora. Só no governo dele, foram 45 milhões de brasileiros que foram inseridos no sistema bancário. E por que isso foi feito? Isso foi feito à luz de uma lógica, que é a lógica correta: as pessoas não podem ser tratadas apenas como números – nem devem –, como estatística. As pessoas têm que ser tratadas, como disse o Senador Elmano aqui, antes de mais nada, como gente – como gente!

Então, eu acrescento aqui, Rivaldo e Presidente dos Correios, mais outro dado para essa reivindicação e esse apelo que nós estamos fazendo. Ora, se os Correios têm as suas dificuldades, então, por que o Orçamento Geral da União não chega com suplementação, Deputado Júlio? Por que não? Por que não? De repente, um Governo que rola 428 bilhões de juros dessa dívida que está aí... Por quê? Por que o Governo Federal não chega junto? Será que a cidadania do povo brasileiro custa tão pouco? Ou, infelizmente, este Governo só tem olhos para os mais ricos, só tem olhos para os banqueiros?

Desculpem-me aqui o meu desabafo, porque, eu sei que, se depender das instituições, tanto do Banco do Brasil como dos Correios... Eu sei e reconheço o esforço que vem sendo feito para que, de repente, a gente não tenha, repito, mais esse retrocesso, que é simplesmente: chega o dia 11 de outubro, o Presidente Guilherme não tem saída, o Banco do Brasil também não tem saída, e que se lixem as pessoas, os aposentados, as pessoas que não tinham acesso ao sistema bancário, que se lixem essas pessoas. Ah, vão andar agora 40, 80, 90 quilômetros, não sei quantos quilômetros, inclusive agravando mais ainda o problema de violência nas chamadas cidades-polos.

Então, não pode ser assim. Repito: nós não estamos aqui pedindo favor ao Governo Federal de maneira nenhuma. Nós estamos aqui pedindo respeito. Nós estamos aqui cobrando dignidade para as pessoas. Por quê? Porque se trata da cidadania de milhões de pessoas. Repito: 45 milhões no governo do Presidente Lula – e hoje são mais de 70 milhões –, graças a políticas corretas como essas que foram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adotadas, fruto dessa parceria do Banco do Brasil com os Correios, puderam ser incluídos, Senador Elmano, puderam ter acesso aos serviços bancários básicos, como deve ser exatamente.

Então, fica aqui esse nosso apelo. Realmente, fizemos essa proposição aqui no final, e que o Governo Federal possa, inclusive, propor recursos para que isso, efetivamente, seja resolvido. O que nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, é que o Governo Federal... Eu nem vou falar aqui de outras coisas, enfim, de tantos absurdos que estamos vendo por aí. Nós não podemos aceitar, repito, concretamente, que um Governo que olha tanto para os mais ricos, olha tanto para os banqueiros, tanto que são 400 e tantos bilhões, negue 28 milhões/mês ou 8 milhões/mês, prejudicando, com isso, mais de 70 milhões por este País afora, principalmente os mais vulneráveis, os mais pobres, e contribuindo cada vez mais para o agravamento da realidade do ponto de vista social desses pequenos Municípios. Então, fica aqui o nosso apelo, Presidente Guilherme e Walter Malieni, a quem eu passo a palavra neste exato momento.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – A gente usou muito aqui a palavra "apelo". A senhora acabou fechando a sua fala com a palavra "apelo". E ele é meio desnecessário...

Acho que não está funcionando aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Melhorou?

Melhorou muito.

Melhorou? Melhorou, muito.

Bom, voltando. Eu acho que a gente falou muito a palavra apelo aqui, e eu acho que não cabe. Por que não cabe? Porque as duas instituições já estão discutindo, as duas entidades, o que for, uma maneira de encontrar um caminho para solução. Eu comecei a minha fala dizendo isto, de buscar uma solução gradativa.

Piorou?

A solução proposta agora, de meio a meio, é uma coisa que faz bastante sentido. Por que faz bastante sentido? Quem vem sendo demandado juridicamente pelo Poder Judiciário são os próprios Correios. A gente tem uma relação contratual com os Correios, e essa relação não prevê a questão dos vigilantes. O que nós estamos buscando aqui é encontrar uma maneira de fazer com que a demanda judicial e a contratual se encontrem. É fato que para um conjunto de pontos, a gente possa de fato manter a sua existência.

Fazer meio a meio ajuda a gente a resolver o problema dos 1,8 mil, como o senhor bem colocou, de uma maneira imediata. Se não fizer assim, a gente vai fazer de maneira gradativa. Então, semana que vem vai ter um conjunto, na outra semana, vai ter um outro, e assim por diante, até que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa encontrar uma outra forma de montar a parceria com os Correios, que é o que a gente está discutindo com muita boa vontade das duas partes. Quero reafirmar isso, quero reafirmar isso.

A gente colocou vários números aqui de lucro, provisão, enfim, de repasse que existia antes, não existia antes. Mas o fato de essa instituição dos Correios, o Banco Postal, não ter tido uma concorrência muito forte em novembro mostra que as soluções do negócio não têm mais interesse. Se nós não tivéssemos entrado, não teria havido Bradesco, Itaú, Santander. A verdade é essa.

Então, é necessário, sim, manter um atendimento às comunidades mais carentes. Eu não tenho como questionar isso. No que eu estou trabalhando – e eu tenho certeza de que o Guilherme também, a gente tem conversado – é como. Essa proposta na mesa é uma proposta que o Banco do Brasil aceita. E a gente vem discutindo outras alternativas de ter uma parceria diferente, porque alguém comentou, não lembro quem, são muitas pessoas que falam... Eu peço desculpas. Mas o País é muito grande. Então, há lugar que tem determinada dinâmica e outros lugares têm outra. Talvez uma coisa possa compensar a outra. É isso que a gente está buscando.

E aí, buscando a palavra apelo, eu faço um apelo aos senhores legisladores: a gente não pode ter esse conflito das leis federais e municipais, como está acontecendo. A atividade de correspondente – não é a do Banco Postal – vai acabar. Isso vai gerar desemprego, já que a gente tem tanta preocupação com isso. É muito clara a lei federal. Então, é uma interpretação, na minha visão, equivocada, tanto é que a gente ficou anos e anos de uma forma X, e mudou. É isso.

Estou à disposição para continuar conversando.

Senadora, se precisar voltar aqui, voltarei com todo o prazer. E nós...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o senhor acha razoável essa sugestão que foi apresentada aqui?

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Pelo Líder da Bancada. Com certeza. Líder da Bancada do Nordeste, né?

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. *Fora do microfone.*) – O Banco do Brasil aceita?

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Aceita. Meio a meio aceita, para esses R\$8 milhões que o senhor comentou.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos ouvir agora o Presidente dos Correios.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Muito bem. Eu acho que eu devo ser a pessoa mais odiada neste recinto hoje, com certeza. É o cara que quer promover a maldade com os trabalhadores dos Correios e com todos os pequenos Municípios do País. Eu acho que vocês têm razão, deve ser isso mesmo. Mas, só para lembrar, são 6.045 agências de Banco Postal. Das 6.045, 5.062 dão prejuízo – 5.062! Das 6.045,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1.883 representam a única oportunidade que o pequeno Município tem de ter alguém do sistema financeiro no seu Município. São 1.883, dos 5.570 Municípios.

Nós estamos falando aqui de um problema gerado não pelo Banco do Brasil nem pelos Correios, porque os Correios estão topando esse prejuízo, porque a operação do Banco Postal dos Correios dá prejuízo. Nós estamos falando de 1.979 agências em Estados com imposição legal de vigilante nas suas agências, nas agências dos Correios que têm o Banco Postal. Nós estamos falando disso.

Dessas 1.979, 1.558 são deficitárias, são deficitárias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME CAMPOS – São 1.558, das 1.979, nesses Estados onde existe a imposição legal. E 759 Municípios não têm outra opção senão o Banco Postal para ter a sua presença no sistema financeiro. É a realidade. É a realidade. Não estou inventando. Os números estão aí à disposição de todos, absolutamente de todos. Não estou aqui sonhando informação a ninguém. Só que a situação dos Correios não aguenta uma verba, dentro do Orçamento Geral da União, para o ano que vem. Nós estamos falando deste ano. Nós estamos falando do mês que vem. Nós não temos capacidade financeira de assumir essa responsabilidade de pagamento de vigilante nesses Estados.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas me permita: por que é que não tem, Presidente Guilherme? É isso que nós queríamos dialogar com V. Sª. Nós estamos aqui querendo, inclusive, ajudar. V. Sª está acompanhando a imprensa. Está vendo aí. O Governo, por exemplo, mandou descontingenciar, agora, Deputado Júlio, R\$12,5 bilhões. Mandou descontingenciar agora, já do Orçamento de 2017. Fala-se muito, inclusive, que esse dinheiro vai ser utilizado em fins que nós não consideramos nobres de maneira nenhuma. Mas veio o caso, aqui, agora, de fazer este debate.

Permita-me aqui colocar que eu acho que não dá simplesmente para aceitarmos, como prego batido, ponta virada, que o Governo Federal – está entendendo? – não tenha responsabilidade nem compromisso com isso. Os Correios, afinal de contas, têm, no Governo Federal, exatamente o seu principal acionista. É o seu principal dono, entendeu? E nós não estamos falando aqui de quantias exorbitantes, de maneira nenhuma, considerando, repito, o universo das pessoas que estão sendo beneficiadas e que deixarão de serem beneficiadas com esse serviço.

Então, eu queria aqui fazer uma ponderação, porque – desculpe-me – o que nós não vamos aceitar, de maneira nenhuma, é chegar ao dia 11 de outubro e os senhores, pura e simplesmente, dizerem que não têm alternativa e que os bancos postais serão fechados, ao mesmo tempo em que queremos aqui nos colocar à disposição, como estamos fazendo. Nós estamos aqui querendo somar, na busca exatamente de que haja uma solução para isso.

Por exemplo, Dr. Walter Malieni – permita-me aqui –, eu acho que o Banco do Brasil tem condições de rever esse contrato com os Correios, ampliar a participação do Banco do Brasil no que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz respeito a este grande problema, que é o custo, a manutenção dos vigilantes. O que nós queremos aqui mais uma vez colocar é isto: nós não vamos desistir, nós não vamos desistir de maneira nenhuma. É o nosso papel aqui no Congresso Nacional. Acho inclusive que se deveria bater à porta do Governo Federal, que se deveria bater à porta do Ministério do Planejamento. Volto a colocar que descontingenciaram agora mais de R\$12 bilhões. Por que não pode vir uma quantia disso aí para ajudar no orçamento dos Correios, de forma que V. S^a possa fazer aquilo que é o seu desejo, que os bancos postais continuem funcionando?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Eu posso, devo e tenho a responsabilidade da administração dos Correios; quanto à administração do Orçamento da União, eu não tenho essa prerrogativa. O Congresso Nacional tem toda a representatividade dada pelo povo brasileiro para poder fazer esse tipo de ação. Eu tenho de me restringir àquilo que eu tenho alça de mira, onde eu possa estar trabalhando. Não tenho eu nenhuma atribuição legal de poder contar com dinheiro que não está destinado para a empresa.

Dentro dessa realidade, volto a insistir que os Correios não têm condições de assumir o pagamento de vigilantes nos Estados em que isso virou uma obrigação legal. Logo, eu estarei fechando as agências, encerrando a atividade de Banco Postal nas agências dos Correios que permanecerão abertas cumprindo a sua obrigação de universalização de serviços postais. Isso estou seguindo à risca.

Não tenho condição de assumir uma proposta como a que foi colocada pelo Deputado Júlio de meio a meio. Posso até fazer uma contraproposta: vamos fazer diretamente proporcional ao resultado de cada um no ano? Vamos fazer diretamente proporcional ao resultado do Banco do Brasil e ao resultado dos Correios.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME CAMPOS – O resultado. Vamos lá. Vamos fazer resultado proporcional.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Resultado do balanço ou resultado desde o início da gestão?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Resultado do balanço, é o número que nós temos, é o número que todo mundo usa.

Deputado Júlio, nós, infelizmente, estamos numa empresa que tem um monopólio que está acabando. Aquilo que foi colocado que a atividade postal ainda é o principal produto da empresa é uma verdade relativa. Fechou o ano passado com 52% de participação no faturamento, e já neste mês de agosto está em 44%. Os serviços financeiros que, no ano passado, eram da ordem de 11% do faturamento, neste ano não chegam a 2%. E o que está salvando essa empresa é a encomenda, o Sedex, sim, sinônimo de encomenda neste País, sinônimo de entrega de produtos de *e-commerce*. Era no ano passado menos de 35%; já é neste mês de agosto 40%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Lógico...

O SR. GUILHERME CAMPOS – Só que é concorrencial, Senadora, me desculpe. E o consumidor não quer saber se os Correios estão bem ou estão mal; ele quer ser bem atendido.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, ele quer ser bem atendido, e aí vale para o que nós estamos tratando aqui, porque ele quer ser bem atendido naquilo que diz respeito à questão da cidadania. O senhor está me dando um bom argumento. E o senhor está falando aqui dos consumidores mais pobres, dos mais vulneráveis. São exatamente os mais pobres, os mais vulneráveis.

O SR. GUILHERME CAMPOS – O serviço postal e o serviço de encomenda continuam presentes no Brasil inteiro. Não está mudando nada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Continua.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Especificamente, nesse assunto que estamos tocando, é só da atividade de Banco Postal. A atividade dos Correios para postar uma encomenda continua presente no Brasil inteiro, em todas as suas agências.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Continua, o serviço postal continua, tanto é, repito, que a empresa privada está de olho.

Mas eu quero voltar ao cerne da questão, Presidente Guilherme. Nós não podemos sair desta audiência, me desculpe, com o senhor pura e simplesmente anunciando, no Congresso Nacional... Porque o senhor está tendo uma dificuldade enorme. Ora, o senhor é representante do povo, o senhor está lá presidindo uma empresa, e me permita aqui dizer que o senhor tem a obrigação e o dever também de bater às portas do Ministério do Planejamento.

Nós estamos aqui numa Comissão de Desenvolvimento Regional. Quando a gente fala aqui do Banco Postal, do correspondente bancário, Senador Elmano, dessa parceria exitosa entre duas instituições como são o Banco do Brasil e os Correios, nós estamos falando aqui de uma política de integração nacional, que tem tudo a ver com a Comissão de Desenvolvimento Regional em que nós estamos, aqui neste exato momento, no Senado Federal. Pensar inclusão bancária é pensar desenvolvimento regional. Todos nós sabemos aqui que a cadeia será altamente afetada se, pura e simplesmente, chegarmos ao dia 11 de outubro e os Correios lavarem as mãos, inclusive porque, por exemplo, não está aceitando as sugestões que nós estamos fazendo de colocar isso na mesa dos altos escalões do Governo Federal. O que é? Não tem ambiente lá? É porque, de fato, o Ministro Meirelles quer vender os Correios também? É porque, de fato, a cúpula do Governo Federal que aí está quer incluir os Correios também nesse pacote de privatização?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, me desculpe. Eu vou passar para o Deputado Júlio, porque eu vejo o empenho do Banco do Brasil, o esforço que eles estão fazendo, e quero dizer que acho que se pode e se deve fazer muito mais. Inclusive, fica o meu apelo aqui: por que o Banco do Brasil não estuda e assume realmente essa alternativa de assumir os custos com a questão dos vigilantes. Por que não? Igualmente a questão do Presidente nacional dos Correios.

Eu vou passar para o Deputado Júlio, porque nós não vamos aceitar isso aqui de maneira nenhuma, simplesmente dizer que, pura e simplesmente, dia 11 de outubro, fecha tudo para balanço, de jeito nenhum.

Deputado Júlio.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Presidente Fátima, eu reconheço o avanço que o Presidente Guilherme deu na gestão dos Correios e reconheço a importância desse Banco Postal. Primeiro, vai deixar de existir o Banco Postal, mas ele não tem determinadas despesas. A agência dos Correios vai continuar existindo, ela funciona na própria agência dos Correios. Quer dizer que é um custo que não vai deixar de existir, porque os Correios vão continuar existindo naquela cidade, por menor que ela seja. Então, compartilhar esse prejuízo e lutar para revogar essas decisões judiciais. Há segurança em todas as seis mil agências, Presidente? Só há onde há decisão judicial ou TAC, não é isso?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Existem agências onde o movimento é relevante, principalmente nos grandes centros, que são superavitárias e têm vigilantes.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Então, essas não têm problema. O problema é onde... O compartilhamento desse prejuízo com o Banco do Brasil era uma maneira de a gente sair daqui com uma solução definitiva. É tão pequeno. O que seria? Esse dado de R\$8 milhões foi V. S^a que falou.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inclusive, permita-me, Deputado Júlio, até para ver se... Pelos dados que a gente tem, de janeiro a agosto de 2017, o Banco do Brasil arrecadou através do Banco Postal R\$34,262 bilhões.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Não, ele movimentou, não arrecadou.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Movimentou.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Movimentou. É diferente.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Movimentou R\$34,262 bilhões.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Não faturou, não. O faturamento é lá embaixo, não é isso, Presidente? É a movimentação financeira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é ganho, Walter. Não é ganho, mas, dentro daquela lógica de que nós estamos discutindo aqui... Nós não estamos aqui tratando de um banco privado pelo banco privado. O Banco do Brasil é uma instituição que tem um outro perfil, assim como os Correios. Se a gente fosse pensar na lógica do lucro pelo lucro, nós não teríamos tido políticas recentes no País como foi o Luz Para Todos ou o próprio programa de inclusão bancária. Os senhores sabem disso melhor do que eu. Nós também estamos aqui defendendo a manutenção desses serviços, Deputado Júlio, à luz dessa lógica.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Mas eu queria dar outra sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Tanto no Branco do Brasil quanto nos Correios, as decisões são colegiadas. Como nós temos prazo até o dia 10, eu queria propor que tanto um quanto o outro levasse à consideração do Colegiado, que é a Diretoria completa, essa proposta; ou de compartilhar de acordo com o lucro, de acordo com o lucro, como o próprio Guilherme propôs. Pode ser uma saída.

Eu sei que você perdeu 44% no semestre passado, menos do que no anterior. Ele estava negativo e está subindo. Está subindo, principalmente pelas encomendas de que ele falou aqui, que aumentaram e foram para 44%. Então, poderia dar uma semana de reflexão, submeter à avaliação da Diretoria Colegiada essa decisão, que é tão pequena, tão pequena, tanto para o Banco do Brasil quanto para os Correios, e é tão expressiva para esses Municípios pobres que temos, principalmente na Região Nordeste.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Obviamente, a reunião aqui, a Comissão acaba ajudando as empresas a discutirem com mais intensidade, mas, por iniciativa até do Presidente Guilherme, a gente começou a discutir esse tema há 20 dias, 15 dias, e há coisas na mesa, que estão sendo analisadas por nós e analisadas pelos próprios Correios. Eu acredito que, antes disso, a gente vai ter... Eu comecei a minha fala aqui, às 15h, falando que a gente está buscando avanços gradativos, não é, Presidente? É isso que a gente está buscando.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até porque há um prazo. Os Correios estão falando em 11 de outubro.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Só para fechar...

O SR. GUILHERME CAMPOS – Já está combinado. Saindo daqui, nós vamos até o Banco do Brasil, conversar com o Presidente Caffarelli, que só não está aqui porque hoje tem reunião do conselho dele nesse período, e ele veio no lugar. Eu tive reunião no conselho pela manhã. Então, a conversa está fluindo.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – A conversa está fluindo bem. A gente vai...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME CAMPOS – Está certo que é assim, mas está fluindo.

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – É que o Guilherme mais alto do que eu, ele quis dizer isso. Por isso que há esse desnível. *(Risos.)*

Mas a conversa tem sido de bom grado, a gente tem encontrado alternativas e vai desenvolver... Eu usei dois termos quando eu comecei: parceria e solução gradativa. A gente está encontrando uma outra forma de fazer essa parceria andar, para que a gente possa atender esta reivindicação de conseguir cobrir esses 1,8 mil Municípios. O Banco do Brasil não pagará os 1,8 mil todos, mas a gente vai encontrar, sim, uma solução para não inviabilizar ou para não promover o fechamento das unidades de Banco Postal. Esse é o nosso objetivo e o objetivo dos Correios. Acho que posso falar em nome do Dr. Guilherme aqui: saiam com essa segurança, o.k.? Agora, é uma discussão de duas estatais, que têm seus comitês, que têm seus conselhos. No que a gente está trabalhando? Hoje de manhã – volto a falar –, nós estivemos juntos, das 10h ao meio-dia, tratando desse assunto. Estivemos quarta-feira passada, quinta-feira passada, sexta-feira passada. Isso é sinal claro e inequívoco de que as duas instituições querem encontrar um caminho. É só isso. Podem sair daqui com essa confiança.

Agora, volto a usar o termo "apelo". Faço um apelo para os senhores: não dá para propagar isso para o País todo, porque hoje é o vigilante; amanhã, é o vidro blindado; depois, é a porta giratória. E assim vai. E você vai inviabilizar a atividade. Você vai inviabilizar a atividade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER MALIENI JÚNIOR – Só estou colocando o seguinte: o senhor concorda que pode ser que seja um processo crescente? Assim, o senhor inviabiliza a atividade. É só isso que eu quis colocar. Eu nem sabia que estava suspenso ou não. Só estou desenvolvendo a ideia, nada mais do que isso.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Senadora Fátima, só dando um relato pessoal. Eu, quando Deputado, apresentei um projeto que falava o seguinte, especificamente para lotérico: em lotérico e agência de correspondente bancário, quem seria responsável pelo custeio da segurança e dos equipamentos de segurança seria a Caixa. Eu apresentei esse projeto, e não tinha nada a ver com Correios, com nada, porque eu acho que, sim, a instituição financeira tem uma responsabilidade com o correspondente que está lá na ponta. É só um testemunho do que eu já apresentei.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

Eu quero agora mesmo encerrar – mais uma vez, Deputado Júlio, só um minutinho – dizendo o que eu disse agora há pouco. Veja bem, se a gente fosse aceitar a lógica de funcionamento apenas pelo viés do lucro pelo lucro, volto a dizer que nós não teríamos tido políticas como o Luz Para Todos e tantas outras políticas públicas como o próprio Banco Postal, que volto aqui a colocar, foi uma experiência extremamente cidadã, que não pode ser extinta; muito pelo contrário, ela tem de ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantida. Cabe à gente ser justo e reconhecer que isso nasceu no governo do Presidente Lula, foi mantido pela Presidenta Dilma, e hoje são mais de 70 milhões. Os senhores sabem qual é o perfil do Banco Postal, o perfil das cidades onde ele está. Por isso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Por isso mesmo que isso tem de ser tratado com muito carinho, para que os Bancos Postais funcionem. Volto a colocar que, se os Correios e o Banco do Brasil vão funcionar como instituições de lucro pelo lucro, isso não é o debate aqui. Há todo um debate aqui do ponto de vista da cidadania e da inclusão social.

E eu termino mesmo, viu, Guilherme? Para prestar atenção aqui...

O SR. GUILHERME CAMPOS – Sim, senhora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... dizendo o seguinte: agradecer primeiro ao Banco do Brasil e aos Correios. Esse debate vem já há dias. Nós já estivemos lá na presidência dos Correios com você, o Banco do Brasil já esteve aqui também conosco através do Neirim e outros também fazendo o diálogo. Está ele aqui presente.

Mais uma vez, gostaria de destacar o papel dos prefeitos e das prefeitas. A Confederação Nacional de Municípios esteve aqui para deixar claro o quanto é importante a manutenção desses serviços; assim como a presença dos trabalhadores e trabalhadoras, para quem nós não só torcemos, mas estamos à disposição para ajudar – viu, Rivaldo? – e já disse aqui ao Presidente Guilherme, nesse processo de negociação, no que diz respeito às reivindicações justas dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios.

Quero agradecer ao Senador Elmano, à Deputada Federal Zenaide Maia, ao Deputado Júlio, ao Deputado Rafael, ao Deputado Danilo, ao Deputado Felipe, que aqui esteve, à Senadora Regina, e a outros Parlamentares; pedir aqui aos senhores e ao mesmo tempo reivindicar que, antes do dia 11 – porque o prazo é até o dia 11 –, nós possamos voltar a conversar, aqui no âmbito, Walter, da Comissão de Desenvolvimento Regional, para que vocês possam dar conhecimento aos Senadores, através da Comissão de Desenvolvimento Regional, das alternativas que vocês encontraram para que a gente tenha a manutenção desses serviços.

Para nós – não é, Senador Elmano? –, não importa se os recursos para manter o Banco Postal em pé, garantindo cidadania a essa população, vão sair dos Correios ou só do Banco do Brasil, ou de uma parceria entre ambos, ou do próprio Governo, ou do próprio Orçamento Geral da União. O que tem de ficar claro aqui é que esse orçamento tem de aparecer, até porque nós não vamos aceitar que o Governo que aí está, que esse Governo de plantão possa retroceder numa conquista tão importante para milhões e milhões de pessoas do Nordeste do Brasil que é a inclusão bancária.

Muito obrigado a todos e todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a presente audiência pública, informando que, quinta-feira agora, estarei com a Senadora Lídice na Bahia, realizando mais uma etapa do ciclo de debates para discutir a permanência do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O evento ocorrerá no *campus* da Uninassau, no prédio do Convento das Mercês, Avenida Sete de Setembro, 1.105, Salvador, Bahia.

Está encerrada a presente audiência pública.

Mais uma vez, obrigada, Deputado Júlio.

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Ronaldo Caiado e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Humberto Costa, Regina Sousa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RDR 18/2017, de autoria da Senadora Lídice da Mata, e RDR 36/2017, também de autoria da Senadora Lídice da Mata. **Finalidade:** Debater a nova Política de Cobrança de Bagagens. **Participantes:** Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas - ABEAR; Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça - Senacon; Ângelo Duarte, Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência - SEAE; Rogerio Teixeira Coimbra, Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil - SAC (representante de: Dario Rais Lopes, Secretário Nacional de Aviação Civil - SAC); Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da ANAC (representante de: José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC). **Resultado:** Realizada. Faz uso da palavra o deputado federal Celso Russomano (PRB/SP). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/27>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da instrução normativa, a degravação da presente reunião, para o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Vamos agora passar imediatamente para a segunda parte da nossa reunião.

Segundo pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a discutir a nova política de cobrança de bagagens, em atendimento ao requerimento aditado também pelo Requerimento nº 36/2017, ambos de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá direito a 10 ou 15 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de 5 minutos, assegurado o prazo igual para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. Quero aqui também dizer que a nossa audiência pública é interativa e será transmitida pelo Portal e-Cidadania, que pode ser acessado por meio do *site* da Comissão e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Eu queria chamar inicialmente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, a audiência pública nem começou ainda, mas já tem 50 participações.

Eu quero primeiro chamar aqui, para dividir aqui comigo a Mesa, a Senadora Lídice. Por favor, nossa Vice-Presidente e autora do requerimento.

Igualmente quero chamar o Dr. Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor; quero chamar o Rogério Teixeira Coimbra, Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, que está aqui representando o Dario Rais Lopes, Secretário Nacional da Secretaria de Aviação Civil; o Ângelo Duarte, Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; o Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear); o Ricardo Bisinotto, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos, representando aqui José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Idec foi convidado, mas disse, Senadora Lídice, que, devido às diversas atividades em que o Idec encontra-se envolvido, no momento não foi possível atender o convite aqui da da Comissão. Assinado aqui pela assessoria da Coordenação Executiva.

Bom, eu vou passar aqui a coordenação dos trabalhos para a Senadora Lídice, e vamos participar da audiência pública. Mas antes quero apenas aqui registrar a importância dessa iniciativa da Senadora Lídice de promover esta audiência pública. Nós não estamos tratando aqui de um serviço qualquer, de maneira nenhuma. Estamos tratando aqui de um serviço que é o acesso ao serviço aéreo no nosso País, serviço esse que, infelizmente, Senadora Lídice, vem sendo objeto de muitas críticas, mas muitas mesmo. Nós sabemos que há aqui fatores de natureza econômica, etc., mas o papel Congresso Nacional é, primordialmente, olhar a defesa do interesse dos consumidores. As queixas têm se avolumado.

Quando a Senadora Lídice propõe aqui um debate franco, aberto, com relação, por exemplo, a essa nova política de bagagens, é para que nós possamos debater aqui, porque inclusive uma das justificativas com relação a essa nova política de bagagens era no sentido exatamente de baratear o preço das passagens. Isso aconteceu? Até o lanche foi retirado também. Nem aquele lanche simples a que se tinha direito hoje a maioria das empresas inclusive não assegura mais.

Isso sem falar aqui, eu estava conversando com o Eduardo, da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, sem falar aqui na tragédia que é simplesmente o enxugamento dos voos hoje, pelo País afora, especialmente na região Nordeste. Não é só em Natal; na maioria das capitais. É um absurdo, é inconcebível. Nós não temos mais nenhum voo direto de Natal para Brasília pela manhã, nenhum. Você tem que ir fazendo conexão em vários outros pontos. Assim como no período noturno também acabou, não há mais nenhum voo direto não só para Natal, mas para boa parte inclusive de outras capitais do Nordeste.

Enfim, o que nós queremos aqui colocar, repito, é função desta Comissão, até porque nós estamos aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. E a questão da infraestrutura aérea tem tudo a ver, absolutamente tudo a ver, tanto com turismo quanto com desenvolvimento regional. Tudo a ver, tudo a ver, até pelo reconhecimento que todos nós temos do peso que tem o turismo como alavanca para promover o desenvolvimento econômico, social e cultural do nosso País.

Nós, inclusive, da Região Nordeste, Natal, Bahia, toda a Região Nordeste, mais do que qualquer outra por este Brasil afora, sabemos do peso que tem a questão do turismo, repito, para a geração de empregos para a nossa população. E, volto aqui a colocar, a infraestrutura aérea é um item fundamental, fundamental, fundamental mesmo.

No nosso Estado, Senadora Lídice, para agravar mais ainda a situação, nós estamos passando por uma situação muito delicada, tendo em vista que o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amarante, que não tem ainda nem quatro anos de uso, simplesmente apresentou problema na pista. E a pista foi interditada. Hoje, lá em Natal, o aeroporto está interditado para voos noturnos.

O Diretor do Consórcio Inframérica, que é quem administra e é o dono lá do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, firmou um compromisso dizendo que até o dia 11 de outubro essa pista será entregue. Esperamos, de fato, que isso aconteça, porque, se as opções de malha viária lá no Rio Grande do Norte já estavam extremamente prejudicadas, com a interdição agora da pista, em função dos serviços de manutenção que estão havendo lá na pista, agora se tornou uma tragédia.

Por isso, espero que espero que isso tenha dia e hora exata para terminar. Ou seja, que, no dia 11, realmente, o consórcio, repito, que opera o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante entregue a obra e entregue a nova pista. Até porque, claro, eles, inclusive, têm todo o interesse também que isso aconteça, mas eu quero aqui adiantar, aproveitando a presença tanto da Secretaria de Aviação Civil como da Anac e da própria Associação Brasileira de Empresas Aéreas, já fiz a solicitação à Anac para que, dentro das suas competências, possa acompanhar *pari passu* os serviços de recuperação lá da pista do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante para que, de fato, ela seja entregue no prazo previsto.

No mais, não vou aqui me alongar, vou passar para a Senadora Lídice, até porque, dentro dessa temática da nova política de bagagens, que nos preocupa muito, porque essas medidas adotadas só vieram na direção de cada vez mais onerar o consumidor... Cada vez mais onerando, onerando, onerando o consumidor. Sei que está em debate aqui nesta Casa a questão do querosene de aviação, bem como outras medidas também, o fato é que é nosso dever – como Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, uma responsabilidade que nós temos como agentes políticos – abrir exatamente as portas da Comissão para os segmentos ligados diretamente ao setor para que a gente possa travar aqui o bom debate e, ao final, tirarmos encaminhamentos que venham na direção de superar os gargalos e os problemas existentes.

Então, Senadora Lídice, passo, agora, a coordenação dos trabalhos para V. Ex^a.

E agradeço aos convidados, que acataram, aceitaram o nosso convite e aqui se fazem presentes.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia!

Quero agradecer aqui à nossa Presidente, dedicada e competente, Senadora Fátima Bezerra, que tem dado um ritmo grande a esta Comissão.

Inclusive aqui iniciamos, há uma semana, e amanhã estaremos na Bahia, o ciclo de debates sobre o desenvolvimento regional e o financiamento da educação, ou seja, a importância do Fundeb para o desenvolvimento regional através da educação. Amanhã estaremos em Salvador, levando esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seminário. Tivemos aqui a abertura desse ciclo de debates com a presença do ex-Ministro Fernando Haddad, além do debate de todos os temas que dizem respeito à atribuição de política pública desta Comissão.

Há a pauta relacionada com a transposição do Rio São Francisco, com a revitalização do rio, com a crise hídrica. E, agora, também, iniciando essa pauta relacionada com o turismo, porque o avião é o meio de transporte, certamente, dos mais importantes para o desenvolvimento do turismo em nosso País.

Nós temos já marcada... Só para avisar o nosso querido amigo Eduardo, teremos outras audiências públicas aqui a respeito do seu setor. Como você já é um PhD em Parlamento, presente sempre nos debates, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, já está acostumado com esse processo de discussão, que sempre resulta em algum tipo de mobilização ou de...

E não quer dizer que é necessariamente contra as empresas aéreas, não é? Você sabe que o Senado tem acolhido a reivindicação das empresas de aviação aérea no Brasil, na luta para diminuir a tarifa do querosene de aviação, assim como outras medidas que caminham na direção do barateamento da passagem e, principalmente, dentro do conceito de que nós devemos fortalecer a aviação como meio de transporte, num país de dimensão continental, e todas as medidas também já desenvolvidas pelo Parlamento brasileiro, no sentido do fortalecimento da aviação regional.

Portanto, quanto a essa discussão, eu senti necessidade de trazê-la, para que aqui pudesse ser incorporada ao nosso plano de trabalho, em função da importância e do impacto que ela tem no setor. Nós temos... Na verdade, já havíamos solicitado essa audiência pública, desde o momento em que a decisão foi tomada, e, infelizmente ou felizmente, pelo cronograma de atividades da nossa Comissão e porque, na outra audiência marcada, a Anac não poderia estar aqui, nós adiamos aquela audiência pública, para realizá-la hoje, com a confirmação da presença da Anac. E ela, obviamente, não se justificaria ser realizada se não tivéssemos aqui a Anac, até porque a Anac é a autora da Resolução 400, de 2016, que autorizou as empresas aéreas a cobrarem pelo despacho da bagagem, tendo como principal argumento a possibilidade de redução do preço das passagens aéreas, e é, portanto, de todo o interesse do Senado debater essa questão – do Parlamento como um todo –, porque ela diz respeito, hoje, a uma grande parcela da população brasileira que já tem acesso a viagens aéreas. Foi-se o tempo em que o transporte aéreo, neste País, era um luxo, era visto como uma medida de luxo para aqueles que podiam pagar. Essa realidade se modificou. E se modificou num esforço do País de tornar a ligação e as viagens em nosso País possíveis. E nós não vamos retroagir nisso. Nós só poderemos avançar nessa direção, na direção de consolidar um passageiro, de consolidar um acesso ao transporte de aviação aérea no Brasil.

Eu quero ler aqui um histórico e nós abriríamos, propondo que nós tivéssemos primeiro a fala da Anac e depois prosseguíssemos nessa discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas Aéreas indicam que o preço médio das passagens caiu entre 7% e 30%, a depender da companhia aérea e da rota. As informações foram coletadas entre junho e início de setembro, baseadas nas companhias que já adotaram o tarifamento por despacho de bagagens.

É verdade também que o *Correio Braziliense*, agora em setembro, no dia 22, divulgou também matéria em que, através de pesquisa, assegura que as passagens não caíram de preço. Elas aumentaram cerca de 21%. Esse debate, portanto, está presente na pauta do consumidor brasileiro, que usa o transporte coletivo.

A Câmara dos Deputados e o Senado, além de estarem abordando uma pauta do Brasil, têm um interesse institucional nisso, porque, afinal de contas, tanto o Senado quanto a Câmara são clientes especiais das companhias de aviação aérea deste País, já que nós garantimos um número de passagens aéreas semanal muito acima, imagino, da maior parte de empresas que possam ter um uso organizado de consumo de passagem aérea.

No período em que foi publicada a resolução, o Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2016, do Senador Humberto Costa, que susta a decisão da Anac. A proposta seguiu para análise da Câmara dos Deputados e se encontra lá, na Câmara dos Deputados. Pelas novas regras determinadas pela Anac, o passageiro passaria a pagar à parte por bagagens despachadas em voos nacionais e internacionais. O limite do peso de bagagem de mão passaria de 5kg para 10kg. A medida permite que as empresas criem suas próprias regras sobre despacho de bagagens.

Com a nova resolução da Anac, que libera cobrança por bagagem despachada, é preciso também ficar atento às tarifas mais baratas oferecidas pelas companhias aéreas, e as companhias aéreas internacionais. Em muitos casos, o que o povo costuma dizer é que o barato sai caro, dada a fórmula matemática que é aplicada entre o preço de passagem mais barata e o preço da bagagem, você teria situações como, para despachar uma mala padrão de até 23kg na TAP, é cobrada uma taxa extra que varia de acordo com a antecedência da reserva: US\$45 com mais de 36 horas de antecedência; US\$80, a partir de 36 horas de embarque; e US\$175, no check-in, já no aeroporto, ou seja, a mala pode custar de R\$140 a R\$545 para quem optou em comprar a tarifa mais baixa. Depois, se você comparar o preço e esse esforço feito, muitas vezes, ele não vale a pena para o consumidor.

da reserva: US\$45, com mais de 36 horas de antecedência; US\$80, a partir de 36 horas de embarque; e US\$165, no *check-in*, já no aeroporto, ou seja, a mala pode custar de R\$140 a R\$545 para quem optou em comprar a tarifa mais baixa. Depois, se você comparar o preço e esse esforço feito, muitas vezes, ele não vale a pena para o consumidor.

Então, eu quero iniciar esta audiência pública...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu não estava sabendo. Havia uma solicitação da Anac com a Senadora Fátima Bezerra, que é a nossa Presidente, coordenadora dos trabalhos, de que ela pudesse ser a última a falar.

Eu pensei justamente o inverso, por ser a autora da resolução, mas certamente a Anac pretende que os outros oradores possam até, quem sabe, servir, já com as suas falas, uma justificativa mais clara para essa decisão.

Eu quero acrescentar a esta discussão, porque ela aconteceu quase como uma decorrência da primeira: além da cobrança da bagagem, aqui é dito que o consumidor terá direito, na bagagem de mão, a sair de 5kg para 8kg. Uma vantagem que não chega a ser vantagem, já que a maioria das empresas aéreas, pelo menos no Brasil, permitiam que fossem 8kg. As próprias malas são malas em que cabem em torno de 8kg. Só se estiver muito vazia, para caberem 5kg. Foi para 10kg agora.

Então, realmente, são duas medidas que se dão ao mesmo tempo, e nós começamos a ter – os consumidores – que, além de despachar a bagagem – o que era óbvio: você despachava a bagagem e não pagava –, agora despachar a bagagem e pagar. E a bagagem de mão passa a ser verificada na hora do seu embarque, na porta de embarque, por aqueles... A bagagem de mão de muitos hoje que já não passam pelo *check-in* tradicional, mas fazem o seu *check-in* via internet, passa a ser medida.

Eu própria, que viajo toda semana, posso dar o meu testemunho de inúmeros constrangimentos que vi acontecer e estão acontecendo na porta, na hora do embarque, entre funcionários das empresas e os passageiros, que reagem à medida, alguns que não têm bagagem, que necessariamente seja aquela malinha que cabe dentro certinho da caixa definida pelas empresas aéreas – muitas vezes, é muito comum que tanto executivos como pessoas mais jovens usem de um tipo de bagagem aérea também muito comum de mão, que é a mochila, que não tem o mesmo formato da mala de quatro rodas, mas é também uma mochila de rodas. E já vi acontecer diversos tipos de constrangimentos. Aliás, já vi acontecer uma medida

diversos tipos de constrangimentos. Aliás, já vi acontecer uma situação da medida da mala de cima cujas rodinhas ficavam metade do lado de fora da mala, e o passageiro foi instado, portanto, a despachar a sua bagagem naquele momento.

É claro que a bagagem de mão tem uma função. O passageiro que a leva geralmente é um passageiro que faz aquela viagem num período mais curto e que geralmente está com uma programação mais rápida. Por isto a resistência em despachar a sua mala: já que ele está numa viagem que muitas vezes é de um dia, de 24 horas no local, ou de 48 horas no local, para um compromisso que se inicia cedo nas grandes cidades, ter que despachar significa também um tipo de dificuldade maior para o consumidor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu passo a palavra, de acordo com o que foi acertado, para o Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, por 15 minutos.

Se houver necessidade, não haverá dificuldade de nós ampliarmos esse prazo. Só estou dizendo, porque vai marcar ali e, sem que eu faça nenhum gesto, quando chegar perto de terminar, ele vai emitir um som.

O SR. ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO – Eminente Senadora Lídice da Mata, digníssima Vice-Presidente desta Comissão, agradeço o convite para participar.

Eu também queria falar por último, mas, como não dá para dois falarem por último, eu falo primeiro. Não tem problema nenhum.

Vamos fazer umas ponderações.

Primeiro, começo falando da notícia da Abear de que os preços das passagens, em dois meses, caíram de 7% a 30%. Não acredito nisso. Sinceramente não acredito; não é a percepção do consumidor. Inclusive, a gente acabou instaurando, no âmbito do DPDC, um procedimento, uma averiguação preliminar, para verificar a veracidade ou não dessas informações.

Só para que se tenha uma ideia, se a gente pegar os históricos da primeira audiência realizada na Câmara de Deputados sobre o tema, em abril, a Abear falou que, em dez anos, o preço passagem caiu 50%. Então, em dois meses, em virtude da cobrança da bagagem, me admira muito que chegue a cair 30%.

E aí eu fui ver a metodologia da Anac – depois até que era o que o representante da Anac nos esclareça a respeito – e, na própria página da Anac, está dito o seguinte:

A apuração de preços médios por meio da simples coleta de dados das tarifas ofertadas no site das empresas aéreas não constitui um bom indicador para captar a realidade da evolução dos preços do setor, pois representam somente a oferta em determinado momento, desconsiderando quantas passagens são efetivamente comercializadas a cada tarifa disponibilizada (demanda), comprometendo os resultados. Além disso, os valores das tarifas ofertadas oscilam a todo o momento, em virtude de promoções e outros fatores. Ou seja, o fato de uma empresa ofertar determinada tarifa em seus canais de venda não implica que aquela tarifa foi ou será comercializada de fato.

Isso que está escrito no *site* da Anac.

E a Anac coloca duas metodologias de cálculo de monitoramento da tarifa: tarifa aérea média doméstica, o valor médio pago pelo passageiro em um sentido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarifa aérea doméstica, o valor médio pago pelo passageiro em um sentido da viagem, ida ou volta, em razão de serviços de transporte aéreo, e a tarifa aérea média doméstica que é o valor médio pago pelo passageiro por quilômetro voado, que é o resultado da divisão da tarifa aérea média doméstica pela distância média direta entre a origem e o destino do passageiro.

O que significa isso? A Anac tem uma metodologia de cálculo. O que aconteceu... Só para se ter uma ideia, a Abear nesse levantamento que fez coloca dados de junho. Junho teve uma empresa que começou 1º de junho e a TAM começou dia 28 de junho e teve uma lá que começou dia 20 de junho. Como é levado um mês em consideração sendo que teve uma empresa que começou no dia 28 de junho?

Outro detalhe: isso foi divulgado na sexta-feira, coincidentemente antes dessa audiência no Senado Federal. A pergunta que fica é a seguinte: como a Abear pode analisar dados se o mês não terminou?

Normalmente, quando se faz um levantamento, conta-se lá um período de um ano para comparar um período certo, no mínimo seis meses. Por exemplo, divulgação aqui da Anac fala que, no primeiro semestre, caiu 2,5% nos preços das passagens. Eu vou no meu último eslaide: isso é o gráfico do dólar entre junho de 2007 e setembro de 2007. Olha só a tendência de queda do dólar. O dólar influi diretamente no preço da passagem. Por que a ABA fala que o preço caiu de 7 a 30% em virtude da cobrança da bagagem? E ela fala que coletou só os dados das empresas de bagagem. O preço do dólar tem um impacto direto e, com certeza, também a queda do dólar influenciou no preço do bilhete, mas a Abear divulga uma informação, na minha opinião, açodada.

Eu quero até que a Anac diga a respeito também porque, quando a gente conversou com a Anac – a gente, Secretaria Nacional do Consumidor –, ela disse que precisava de um período de cinco anos de *review clause*, de cláusula de revisão, para saber se o modelo deu certo ou não. Mas a Abear já diz que, em dois meses e meio, em três meses, considerando meio junho e meio setembro, o preço da passagem caiu.

Eu acho que essa informação é irreal.

E a gente, para eu não fazer uma afirmação leviana, instaurou processo no âmbito do DPDC. Se não comprovar, eu vou me socorrer da Anac para parecer e também aqui do nosso Ângelo Duarte, do Ministério da Fazenda, para que a gente avalie isso. E, se essa informação estiver incorreta, vai ter as sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Queria começar deixando isso claro.

Queria também voltar aos meus eslaides. Isso é o que está no *site*, eminente Senadora Lídice, das empresas aéreas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, voos pelo Brasil. Esse primeiro é o *site* da TAM. Durante a compra da passagem, a primeira peça, R\$30,00, segunda peça, R\$50,00, terceira peça ou mais, R\$80,00. Antecipado, R\$50,00, a primeira peça, segunda peça, R\$80,00, terceira peça, R\$110,00. No aeroporto, R\$80,00, R\$110,00, a segunda peça, e R\$200,00. Vai evoluindo a peça.

Fala-se também em queda de tarifa. É importante deixar claro que, quando o consumidor paga a tarifa promocional, por exemplo, essa tarifa Promo da TAM, essa tarifa não permite alterar a viagem, não permite remarcação e não permite reembolso.

Senadora Lídice, significa o seguinte: se a senhora compra uma passagem promocional e quer alterar, a senhora perde essa passagem. Se a senhora

e quer alterar, a senhora perde essa passagem. Se a senhora compra uma tarifa promocional e não pode viajar, perde o reembolso, não tem o direito ao reembolso. Então, fala-se das coisas boas e não se fala das coisas ruins. A tarifa *light* da TAM, remarcação antes do voo, R\$150, mais diferença de tarifa; depois, o voo, R\$200, mais diferença de tarifa. E não permite o reembolso.

Então, fala: "Ah, o consumidor está pagando mais barato." Está pagando mais barato. A Abear compara dois modelos de tarifa diferentes. Uma tarifa de franquia de 23kg com uma tarifa sem franquia nenhuma ou só com aquele transporte da bagagem na cabine. É óbvio que os preços vão ser diferentes. Se a gente for a um hotel e pedir a diária do hotel sem refeição nenhuma, vai ser um preço; se pedir com café da manhã, vai ser outro; se pedir com meia pensão, vai ser outro; se pedir pensão completa, outro; e, se for *all inclusive*, vai ser outro completamente diferente. São modelos tarifários diferentes.

Agora, a diferença do hotel para a companhia aérea é que o consumidor, se ele precisa viajar, eminente Senadora – e com certeza os consumidores mais pobres são os mais afetados, com certeza os consumidores das Regiões Norte e Nordeste são os mais afetados –, ele, necessariamente, tem que viajar pela mesma empresa.

Quando a Anac diz na sua resolução que o contrato de transporte de bagagem é um contrato acessório, significa que o consumidor vai ter que comprar com aquela mesma empresa aérea com a qual ele está viajando. Isso é venda casada. O transporte de passageiros é um serviço complexo que envolve o transporte da bagagem. Não dá para viajar por uma empresa aérea e despachar a mala pela outra.

Se eu for despachar a mala sem viajar, eu tenho que despachar por um serviço de carga. É questão até de segurança de voo. Então, eu tenho que contratar um serviço com a mesma empresa. "Ah, mas você tem a opção de não transportar bagagem." Se for uma viagem para o exterior, como é que o sujeito vai fazer sem bagagem? Nas Regiões Norte e Nordeste, em que a malha viária é mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restrita, o sujeito muitas vezes, para ir de uma capital a outra do Nordeste, ele tem que fazer a ponte em Brasília. Como é que ele faz para viajar sem bagagem? Ele não consegue fazer o bate e volta.

Quem foi beneficiado por essa medida da cobrança autônoma da bagagem? Aqueles viajantes frequentes. Por quê? Porque eles normalmente fazem bate e volta, aqueles viajantes empresariais e os detentores de programas de milhagem. Todas as empresas aéreas... Eu, por exemplo, tenho programas de milhagem, porque eu viajo muito, e tenho isenção do pagamento. Mas e aquele consumidor da Região Norte e Nordeste que vai viajar para visitar um parente? Na Região Norte é muito comum levar um peixinho para o parente, levar um açaí etc. É esse que vai pagar. Aí, ele vai pagar, Senadora Lídice, R\$200 num bilhete promocional e R\$50, R\$80 na tarifa.

Vamos lá para a Gol agora. A Gol tem um simulador interessante, mas, Senadora Lídice, o que a gente percebe? A informação está disponível no *site* e no *e-mail*. Quem não acessa *site* e não lê o *e-mail*, principalmente os idosos e as pessoas mais humildes, fica sem informação, porque não tem outras modalidades informativas.

Então, primeira bagagem, R\$30; segunda bagagem, R\$50; terceira à décima bagagem, por R\$60. Isso aí num simulador. Aí, vem a questão da bagagem despachada. A Anac, Senadora, regula 10kg, e as empresas colocam o tal do gabarito, como a Senadora mencionou. E aí cada empresa tem um gabarito. A Senadora corre o risco de embarcar com uma empresa com uma mala que se encaixa dentro do gabarito, na ida, a senhora consegue levar a mala. E, na volta, a senhora embarca por outra empresa e a mala da senhora não embarca no gabarito

a senhora embarca por outra empresa, a mala da senhora não embarca no gabarito, e aí a senhora tem que despachar a mala. Isso está gerando confusão para o consumidor. O consumidor tem que entrar no *site* das empresas, verificar; ele tem que ficar um verdadeiro PhD.

E aqui também a questão das tarifas mais baratas. Tarifa *light* não reembolsa nada; na tarifa programada, 50% da tarifa; e na tarifa flexível, 95% da tarifa. Então, com a tendência de tirar a franquia de 23kg da bagagem, efetivamente a tarifa fica mais barata, porque é uma outra modalidade de tarifa, mas não há como dizer "olha, ficou mais barato" porque são serviços distintos, são serviços incomparáveis.

Eu queria também fazer uma colocação em relação... Hoje existe um estímulo para a pessoa embarcar com a bagagem de mão. Existe um estímulo para a pessoa embarcar com a bagagem de mão. Ela chega lá, embarca com a mala de 10kg, aí na hora em que ela chega ao portão de embarque está faltando espaço – porque hoje, sistematicamente, nos voos tem faltado espaço – e ela é estimulada a despachar, a colocar a mala no bagageiro. Então, no primeiro momento o consumidor é estimulado a levar a mala na cabine porque, se ele despachar no portão de embarque, ele tem que pagar por isso, e na hora em que ele chega lá ele é estimulado a mandar a mala no bagageiro porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem faltado espaço – entra a tripulação com as suas malas e o consumidor sempre está ficando sem espaço. Isso tem atrasado alguns voos, é importante que se diga.

Um registro que a gente precisa fazer é em relação aos consumidores com deficiência e aos consumidores idosos. Para o idoso e a pessoa com deficiência é muito mais fácil colocar a bagagem no portão do que colocar a bagagem no interior da aeronave. Eu tenho visto sistematicamente, no aeroporto, idosos, muitas vezes acima de 80 anos, carregando – tudo bem que a mala é de rodinha, e tudo, mas carregando com dificuldade. Às vezes já tem dificuldade para andar e tem que levar a malinha na cabine. Idem, idem pessoas com deficiência.

Então, o que se falou quando se foi implementar essa medida foi que iria incluir consumidores que não tinham acesso ao serviço. Obviamente a Secretaria Nacional do Consumidor quer isso, quer trazer mais consumidores para o transporte aéreo. Aí, o que a gente vê quando a medida é implementada efetivamente? A gente vê que o consumidor que tem programa de milhagem tem bagagem para despachar, tem franquias para despachar; e aquele consumidor que viaja eventualmente não tem a bagagem para despachar – é ele que está sendo penalizado. Em alguns casos, dependendo da composição da tarifa e dependendo de quando o sujeito comprar, a tarifa pode representar mais de 25%... O preço da bagagem pode representar mais de 25% do valor do bilhete aéreo. Isso é um absurdo. Isso, obviamente, penaliza os consumidores mais pobres.

É bom deixar claro que durante anos se teve o direito de transportar uma franquias de bagagem e o consumidor se adaptou a isso. Existe, lá no art. 7º, caput, do Código de Defesa do Consumidor, o direito costumeiro do consumidor. O costume é fonte do Direito do Consumidor e essa fonte não foi devidamente respeitada. O período de adaptação foi insuficiente e as estratégias de informação foram insuficientes. Basta ir aqui ao aeroporto de Brasília e verificar: muitos consumidores são surpreendidos...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO – ... no momento do embarque com a notícia de que vão ter que pagar pela bagagem. Então, falta informação, sobretudo para os consumidores mais pobres

Então, falta informação, sobretudo para os consumidores mais pobres. As informações feitas foram feitas por *e-mail*, foram feitas através do *site*, e isso está inacessível, principalmente para os consumidores idosos, para os consumidores mais pobres.

Aumentou o número de reclamações no consumidor.gov. O Reclame Aqui está cheio de reclamações. Como disse a Senadora, muitos problemas estão acontecendo na prática e a tendência é que esses problemas aumentem porque as empresas aéreas agora começaram a apertar na fiscalização. A tendência é que os problemas aumentem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas e por outras é que a Secretaria Nacional do Consumidor se posiciona aqui para que seja sustada, por decreto legislativo, essa disposição da cobrança apartada da bagagem, prevista na resolução da Anac.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu quero agradecer enormemente a participação do Dr. Luís Rollo, representando a Secretaria Nacional do Consumidor, foi muito interessante sua intervenção.

Eu queria também comunicar, antes de passar para o próximo, que esta é uma reunião interativa. Ela recebe comunicação através do portal e-Cidadania, que pode acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211. E nós já recebemos muitos participantes. Eu não lerei todos, mas vou ler alguns pelo menos, para se ter uma ideia dos que estão participando. Desde as 9h18, 9h20 da manhã já começaram os acessos.

José Renato Gabaldo de Oliveira Grama, de Minas Gerais: "Bom apenas para as empresas."

Arthur Labanca, do Espírito Santo: "Não gerou o resultado proposto. O cidadão está desembolsando ainda mais para viajar de avião."

Vanessa Maria, do Distrito Federal: "A proposta era de abaixar o preço das passagens, o que não aconteceu, sempre extorquindo o bolso do brasileiro."

Ultra Craft, do Rio de Janeiro: "O valor pago no bilhete das passagens já inclui o valor de gastos com combustíveis da aeronave. Não concordo com uma segunda cobrança, com a duplicidade de cobrança."

Itamar Barbosa de Sá, do Distrito Federal: "Não concordo, pois já pagamos por tudo que usamos. Daqui uns dias, além de pagar pela passagem, vamos pagar também para ir sentado..." Ele faz uma avaliação mais longa. Por isso, não vou ler toda.

André S. Araújo, do Rio de Janeiro: "Sou contra a cobrança. A quantidade de bagagens levadas a bordo também aumentou, causando desconforto." É maior também.

Daniilo Vigarani, de São Paulo: "A justificativa para cobrança era a diminuição do valor das passagens, o que não aconteceu e nunca irá acontecer."

Lylla Arias, do Rio Grande do Sul: "Já eliminaram os pobres serviços de bordo, algumas empresas até cobram por isso hoje, já cobram para marcar assentos especiais, tudo com a justificativa de oferecer uma passagem aérea mais barata, o que nunca se consegue. Agora, usando a mesma desculpa, querem cobrar por bagagem. Sou contra!"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo Ribeiro, do Paraná: "O artifício de cobrar por bagagem despachada não causou a diminuição do preço das passagens..."

Artur Alvim Cury, de São Paulo: "É um absurdo essa cobrança. Tem que parar de onerar os trabalhadores e os cidadãos, que estão cansados de tantas taxações..."

Essa é a primeira página. Como vocês veem, há gente do Espírito Santo, do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Paraná. Até que aqui não há nenhum do Nordeste. Já vi pela segunda nenhum do Nordeste. Já vi, pela segunda página, que começa a pintar alguns do Nordeste aqui. Mais tarde eu posso ler.

Portanto, o posicionamento do Dr. Arthur de que não há por parte do consumidor a sensação de que houve o benefício – pelas intervenções aqui dos nossos internautas – me parece que se confirma.

Vamos passar adiante, agora com o Dr. Rogério Teixeira Coimbra, Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, que está aqui representando o Sr. Dario Rais Lopes, Secretário Nacional da Secretaria de Aviação Civil.

Passo-lhe a palavra também por 15 minutos. Volto a destacar que esse tempo é possível, se necessário, de ser alargado de acordo com a solicitação do palestrante.

Com a palavra o Sr. Rogério.

O SR. ROGERIO TEIXEIRA COIMBRA – Obrigado.

Bom dia a todos. Queria cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e a Senadora Lídice da Mata pela oportunidade que nos dá de fazer essa discussão pública de um assunto tão sensível, tão importante para o setor, tão delicado. Queria cumprimentar os colegas de Mesa, cumprimentar o público presente que nos assiste, o público que nos assiste pela internet. Vou tentar fazer uma fala breve e privilegiar o tempo do debate, que eu acho sempre bastante rico.

Acho que, primeiro, vale a pena a gente contextualizar essa medida no histórico e no devido contexto do setor de aviação civil. Quem milita há mais tempo no setor já acompanha essa história. O Brasil vem, e aí a fala da Senadora ilustrou muito bem neste sentido, num caminho de crescimento do transporte aéreo. Se a gente tirar esse último um ano e meio em que a crise econômica abateu um pouco o setor e houve uma redução de demanda, a gente vinha de um histórico de mais ou menos 12 anos crescendo a uma média de 12% ao ano. O transporte aéreo estava com um crescimento de número chineses, por assim dizer, um crescimento exponencial. Hoje já se consolidou como o principal modo de transporte interestadual e já superou há alguns anos o transporte rodoviário. De forma que acho muito importante ressaltar o que foi dito pela Senadora: há muito tempo deixou de ser um artigo de luxo, e para muita gente é um serviço de primeira necessidade. Esse crescimento e o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso das novas camadas da população, pois não são mais classe A e B que podem voar de avião, são uma conquista que precisa não só ser preservada como precisa ser ampliada.

A gente, por um lado, comemora esse crescimento que se viu ao longo dos últimos anos, que foi um crescimento extremamente expressivo. É um dos principais motivos pelos quais esse assunto ou qualquer assunto relativo ao transporte aéreo chama tanta a atenção do Congresso, porque o Congresso Nacional, de alguma forma, é porta-voz da população, e esse serviço é cada vez mais acessível à população. Portanto, qualquer alteração nele é um item de interesse da população em geral.

Então, apesar de a gente ter tido esse crescimento enorme, a gente vê que, se compararmos o Brasil a países também de grande porte, de dimensões continentais mas com nível maior de desenvolvimento – e a gente vê o índice de viagens por passageiro –, apesar do enorme crescimento, ainda existe um espaço muito grande para crescer. E a preocupação da política de aviação civil é no sentido de permitir esse crescimento, de viabilizar isso, de induzir esse crescimento, e várias medidas são tomadas nesse sentido.

A medida em discussão aqui não vem como uma medida estanque

A medida em discussão aqui não vem como uma medida estanque nem como uma medida tomada do dia para a noite, ela vem num contexto talvez dos anos 90, e acho que o principal marco é no início dos anos 2000, 2001, no sentido da liberalização das regras do transporte aéreo. Em 2001, foi iniciada a liberdade tarifária. Acho importante esse marco para traçar um paralelo com a situação que a gente vive hoje. A gente vivia um cenário em que o governo controlava os preços das passagens e, pela verificação de como ele se deu, não é surpresa as primeiras reações que a gente vê a essa nova medida.

Quando se anunciou que o governo deixaria de controlar os preços das passagens, que, em tese, as empresas aéreas, poderiam vender passagens mais caras, as reclamações foram muitas, as percepções foram de que isso não ia gerar o efeito necessário; as passagens não iriam cair, pelo contrário, as passagens iriam subir; só quem se beneficiaria com isso seriam as empresas aéreas. E, de fato, se fosse feita uma avaliação precipitada, no primeiro e no segundo ano após essa medida, não por esse motivo, mas por outros motivos que interferem no preço das passagens, como colocado pelo Secretário Nacional do Consumidor, no primeiro e no segundo ano houve aumento nos preços das passagens – não por esse motivo, como eu disse. Mas se a gente pegar o histórico de lá para cá, as passagens aéreas, em média, decresceram 52%. Esse decréscimo possibilitou essa inclusão de classes, que antes não poderiam utilizar o transporte aéreo, a utilizarem-no hoje.

Então, a primeira informação que vale a pena deixar claro é que no histórico do setor, a gente tem picos e vales em um mês, em outro mês, em função de dólar, de petróleo, mas a tendência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórica é de um decréscimo, uma redução bastante significativa no preço da passagem. Essa é a principal explicação para o acesso que a população tem hoje.

Da mesma forma, essa medida da Anac não é só a Resolução 400, trata de diversos itens e moderniza as condições gerais de transporte. Não vou entrar agora em item por item, mas são itens benéficos para o consumidor, vistos de forma muito clara. Esse item da política de bagagem gerar uma controvérsia era natural, era esperado, e tenho a convicção de que o tempo vai se encarregar de provar o acerto da medida.

É importante ressaltar que não só é uma modernização como um esforço de padronização do setor aéreo. O setor aéreo talvez seja um dos setores da economia em que é mais importante a padronização com regras internacionais. Nós dispendemos bastante esforço em nos adaptarmos, em enquadrar e influenciar nas regras impostas pela Organização da Aviação Civil Internacional, porque essa padronização é fundamental. Transporte aéreo não é uma atividade econômica que acontece no território de um país de forma isolada do território de outros países. Então, como essa integração é muito grande, um voo decola daqui e pousa em outro país, a padronização de regras é fundamental. Mundo afora, salvo quatro exceções – tenho certeza de que o Ricardo Catanant vai saber melhor do que eu os exemplos dos países que trazem esse tipo de regulação –, a prática mundial, em todos os países mais desenvolvidos, é no sentido de desregulamentação desse tipo de assunto.

No mérito, acho que há dois pontos em que, em termos de diretrizes de política pública, vale a pena ressaltar a visão do Ministério. Primeiro, acho que vou até me valer do mesmo exemplo dado pelo Secretário Nacional do Consumidor, da comparação do transporte aéreo com hotéis. O que a gente tinha, com a regra anterior... Apesar de a gente ter consumidores com perfis diferentes, com poder aquisitivo diferente, motivos para viagem diferentes, o que a gente tinha era uma padronização, por parte do Governo, de montar qual o produto, exatamente; como se o transporte aéreo fosse uma *commodity*, qual o produto que todo consumidor quer.

Então, todo consumidor quer uma passagem que tenha tal regra de remarcação, uma passagem que inclua X quilos de bagagem, e tenta padronizar isso de uma forma. Isso atende a alguns consumidores e não atende a outros. A gente não permite, dessa forma, que o mercado ofereça produtos diferentes para consumidores com necessidades diferentes.

Então, fazendo um exemplo – e aí são bens que, muitas vezes, são comercializados num mesmo momento, para um mesmo público: se eu vou fazer uma viagem para o Rio de Janeiro, qual é a prática que esse consumidor tem, dado esse histórico –, a gente vai precisar de um tempo de adaptação para rever essa prática? A prática do consumidor geral é entrar num *site* de pesquisas de preço, procurar o preço da passagem mais barato e emitir essa passagem mais barata. Ele não faz a mesma coisa com hotel. Ele não procura só o hotel mais barato; ele verifica se o hotel tem café da manhã incluído ou não; se aquela tarifa é uma tarifa com cancelamento ou sem direito a cancelamento; se o hotel tem wi-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fi; quantas estrelas tem o hotel. A gente tem uma gama de preços e qualidades diferentes, e serviços ofertados diferentes, e o consumidor pode escolher o que se adapta melhor à sua necessidade.

Essa medida vem no mesmo sentido. Nem toda empresa aérea precisa e nem toda empresa aérea passou a fazer a cobrança separada da bagagem, que, ressaltado mais uma vez, há uma ilusão de que isso era um serviço gratuito, não é gratuito, ele tem um custo associado; portanto, sempre foi cobrado, mas embutido no preço da passagem e sendo cobrado de todos que transportam ou não bagagem.

Outro item importante desta medida é que ela vinha no sentido de racionalização do consumo. Sempre que a gente tem um produto que aparentemente é de graça ou que mesmo em termos econômicos, obviamente, não é de graça, o quanto você usa esse consumo não interfere no preço que você vai pagar, gera comportamentos que não são os mais eficientes.

Então, a racionalização no sentido de que, a partir dessa nova regra, os passageiros começam a se comportar mais, tentando levar a quantidade de bagagem que é necessária, vai na mesma linha de um paralelo interessante de quando se instala o hidrômetro individual em um prédio. Não só há uma justiça maior no sentido de que quem consumir mais água paga mais e quem consumir menos paga menos, mas também as pessoas passam a consumir de forma mais racional, porque não têm mais aquela ilusão de que esse consumo de água é de graça. Vem a conta no final do mês e isso traz benefícios.

Voltando agora para o transporte aéreo, em termos de redução do peso que as aeronaves carregam, portanto redução no consumo de combustível e nas emissões, isso ajuda nas várias discussões que a gente tem, nos fóruns internacionais, sobre as metas de redução das emissões. Então, é uma medida bem-vinda.

Mais uma vez, eu ressalto que a gente não pode cometer o mesmo erro que foi por muitas pessoas cometido quando da liberdade tarifária. Toda medida precisa de um tempo para análise do impacto regulatório, para variação do resultado da política pública, e a medida é bastante recente. Eu acho que qualquer análise, alguns meses depois, seja no comportamento dos preços, que pode ser influenciado não só por isso, como também já foi dito, mas por outros itens que compõem o custo das empresas, é precipitada, e não é possível agora; alguns meses depois, a gente terá esse diagnóstico de como foi o resultado, como o mercado se comportou.

O que é importante nesse período de adaptação? Muita clareza e transparência na comercialização – acho que é uma cobrança que deve ser feita às empresas aéreas. Elas têm de primar para que o passageiro não tome sustos ao descobrir que a política de uma empresa é A e a política de outra empresa é B. O passageiro, naturalmente, vai ter de se adaptar ao fato de que uma empresa aérea e algumas diferenças mencionadas aqui – o tamanho da bagagem de mão que é autorizado, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabarito, variar de empresa para empresa – são naturais, acontecem no mundo inteiro. Empresas, inclusive, têm aeronaves diferentes, com tamanho dos bagageiros diferentes. Então, as medidas, as medidas limite não podem ser iguais.

Os passageiros vão passar também por um período de adaptação, como há no mundo inteiro, como houve quando isso aconteceu. Hoje isso não é mais um problema, isso é tido como o dia a dia do transporte no mundo afora.

Por fim, eu queria ressaltar que, além da questão de justiça tarifária, quando a gente tenta trabalhar uma padronização de produto, tratando transporte aéreo como uma *commodity* e tentando com isso incluir, cada vez mais – e eu coloco entre aspas –, "direitos", como se esses direitos viessem de graça – direito a cancelamento gratuito, direito a bagagem gratuita, direito a lanche gratuito –, qualquer coisa que o Governo tenta padronizar, na prática, ele está forçosamente encarecendo o custo e, portanto, encarecendo o preço da passagem.

Então, a impressão que se tem inicialmente é de que, com essa padronização, o mais penalizado é o passageiro que viaja sem levar bagagem, mas paga como se estivesse levando. E eu diria que o mais prejudicado não é esse passageiro, o mais prejudicado é o passageiro que não tem acesso ao transporte aéreo e precisa utilizar outros modais ou não pode fazer a viagem, por uma política estabelecida pelo Governo, que força os preços da passagem a serem mais caros. Eu acho que é principalmente nesse passageiro que a gente tem que pensar.

E a flexibilização das regras permite, cada vez mais, que produtos diferentes sejam oferecidos para passageiros com necessidades diferentes e que mais gente seja atendida, mais gente seja incluída nesse modal. Em última análise, o que todos nós queremos é o desenvolvimento do transporte aéreo e o acesso da população a ele.

Eu desde já me coloco à disposição para responder qualquer questionamento e agradeço o tempo disponibilizado.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada.

Vamos passar adiante, novamente dizendo a você, que está em casa ou está no trabalho, em algum local, e que acompanha a nossa audiência pública através do portal e-Cidadania, que se você quiser participar, você pode acessar o nosso *site* e se comunicar conosco; também através do Alô Senado: 0800-612211.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente aqui nós temos uma lista grande, na segunda página, de pessoas. Eu não vou nem ler o que elas dizem, para não tomar muito tempo. Vou apenas citar aquelas que ligaram, para que a gente dê uma satisfação, para que aqueles que nos atendem possam comprovar que realmente...

Quero saudar e agradecer a presença do Deputado Russomano, conhecido Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, justamente notabilizado na defesa do consumidor deste País. Quero agradecê-lo. Nós já iniciamos a audiência. Tivemos aqui a participação, a fala do Secretário Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, e do Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil.

Nós vamos dar continuidade a essas falas. Antes, porém, relato que nós já recebemos mais de 50 mensagens desta audiência pública antes de se iniciar audiência. Agora, a nossa Secretaria está trazendo os novos registros. Eu vou só nomear as pessoas dessa segunda página, que se pronunciaram: Elenise Anklan, do Rio Grande do Sul; Aline Martins Silva Magalhaes, de Santa Catarina; Reginaldo Yoshiyaki Araki, de São Paulo;

Leandro Carvalho, da Paraíba; Gilmar Assunção, do Espírito Santo; Gimene Rodrigues, de Pernambuco; Adriana Fernandes de Araújo, de São Paulo; Márcia Varaschin, de Santa Catarina; e Arthur Silveira Byrro, do Espírito Santo. Todos, aqui... É um pronunciamento único, contrário à medida, além de registrarem o desrespeito – segundo eles – ao Código de Defesa do Consumidor, dos direitos do consumidor.

E vamos prosseguir, portanto, passando agora a palavra a Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Ah... Ele pediu para ser o último? Mas aí não vai ser possível. Vai ter que ser o penúltimo, porque todo mundo está pedindo para ser o último e só pode haver um último.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Ah, ele mesmo? Ah, sim. Desculpe-me.

Ângelo Duarte, Subsecretário de Análise Econômica e Advocacia da Concorrência, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Só um comentário ingênuo, apenas para alegrar a nossa... Isto está parecendo debate político, em que todo mundo quer falar por último, para responder ao outro, quando há os partidos...

O SR. ÂNGELO DUARTE – Quanto a mim, não há problema em falar logo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Mas vou passar a palavra ao Sr. Ângelo.

O SR. ÂNGELO DUARTE – Está o.k.

Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Eu gostaria de agradecer à Senadora, também à Senadora Fátima Bezerra, pelo convite.

Eu tenho aqui uma breve apresentação.

Eu gostaria de iniciar, falando um pouco sobre o papel da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

A Secretaria faz parte do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, fazendo uma função que é complementar do Cade, que é de promoção da concorrência, um jargão da área de advocacia de concorrência.

Nós atuamos junto a órgãos de governo, ao setor privado, levando a mensagem e semeando a importância de haver concorrência nos diversos setores.

O Cade já se ocupa das medidas de punição ou de observação de valores ligados à concorrência.

Também, como órgão do Ministério da Fazenda, cabe a nós a defesa da ordem econômica e a análise à proposição de medidas que tenham o potencial de estimular o funcionamento dos mercados, dos setores econômicos, e a competição, enfim, nos diversos setores da economia.

Bem... Exatamente com esses elementos é que eu vou explorar um pouco essa questão da bagagem, a portaria da Anac, nesta apresentação.

Primeiro, eu vou fazer uma breve introdução do que aconteceu com o setor aéreo, nas últimas décadas.

A partir do final da década de 70, principalmente na década de 80, se viu no mundo toda uma liberalização e uma desregulamentação desse setor em todos os países. Era um setor costumeiramente muito regulado, muito fechado.

Você vê aqui... Nos Estados, a partir de 1978, o Congresso aprovou uma lei que foi um passo importante para a liberalização desse setor. Depois no Canadá, a União Europeia... E, no Brasil, isso também chegou, a partir do final da década de 80, e com um ingrediente a mais.

No início da década de 90, o País abandonou vários daqueles controles de preços, pelo governo, que existiam na época da inflação alta; sempre existiam aquelas câmaras que determinavam preços, regras de tabelamento de preços.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, digamos assim, os dois vetores se somaram para uma transformação desse setor no Brasil. Nós tivemos: a partir de 1989, introduzido o regime de bandas tarifárias; 2001, eliminação do controle tarifário; 2005, criação da Anac como regulador, regulação econômica e técnica do setor; depois, em 2011, foi iniciado processo de participação privada na infraestrutura com a concessão dos aeroportos. Hoje a gente tem acordos de “céus abertos”, muito mais competição no setor. Porém esse setor ainda é um dos mais regulados do mundo. Não só no Brasil, como em todos os países, é uma das indústrias muito reguladas, com barreiras à entrada, a capital estrangeiro. Isso é, acho, mais um importante tema a ser endereçado no Brasil, que é quanto ao papel do capital estrangeiro no setor.

O que isso tem a ver com o consumidor? O que isso trouxe para o consumidor? À medida que você desregulamenta o setor, tira amarras para a participação de mais empresas, de mais empreendedores no setor, você tem a criação de novas empresas que vão competir, vão ser mais eficientes e vão transmitir esses ganhos de eficiência para o preço final. Como o Rogerio falou, qualquer análise chega a números bastante relevantes e queda no preço das passagens no Brasil nas últimas duas décadas, pelo menos. Isso também pode ser sentido, a questão da eficiência, porque todas as empresas que operavam no modelo antigo não sobreviveram. Isso aconteceu no mundo todo. Não foram capazes de se transformar rapidamente.

O tráfego aéreo cresceu 500% nos últimos 35 anos no Brasil, ao passo que o PIB mundial só cresceu 180%, ou seja, a desregulamentação no mundo todo levou a um crescimento muito rápido.

Por fim, houve o aparecimento das empresas de baixo custo. Na verdade, aqui há algumas características do que são essas empresas. São empresas que oferecem um conjunto de serviços mais restritos. Mas, na verdade, hoje o mundo está tendendo para o sistema híbrido. Todas as empresas estão com baixo custo e modelo tradicional. Então, dependendo dos mercados, do tipo de consumidor, estão operando nos dois modelos. Essa é uma concepção que está ficando já um pouco ultrapassada.

Bem, para eu explicar um pouco por que é importante essa questão da bagagem, há um conceito econômico – vou tentar ser claro para uma plateia de não economistas e para o público – que é o que é discriminação de preço, que é uma empresa ofertar bens que são parecidos, que têm quase a mesma finalidade, mas a preços diferentes. O caso mais clássico é o de um livro capa dura e um livro capa mole. Você tem um livro, exatamente o mesmo, com o mesmo conteúdo, mas que tem uma capa chique, durinha, e o outro, aquele papel meio de jornal. É o mesmo livro, não tem nenhuma diferença, mas os preços são bastante diferentes, por quê? Por que a empresa faz isso? Porque ela quer, exatamente, oferecer um produto mais caro para aquele consumidor que tem a capacidade de pagamento, de pagar mais pelo livro, e tem aquela pessoa que também quer ler, mas não tem tantos recursos, com uma renda mais baixa e vai comprar o livro mais simples. E assim ele consegue, com um mesmo produto, com aquela mesma obra literária, atender os dois mercados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso acontece também no setor aéreo. Então, à medida que você vai criando serviços diferenciados dentro do setor aéreo, você consegue encaixar demandantes mais sensíveis à renda e demandantes, consumidores menos sensíveis à renda. Isso faz com que eu consiga colocar mais pessoas, em média, dentro dos aviões, vou maximizar a utilização das aeronaves, da infraestrutura em terra, então serei mais eficiente, vou reduzir os custos e, havendo competição, o consumidor vai ter ganhos.

Houve um elemento também recente muito importante, que acho que muitas pessoas que costumam comprar passagens aéreas ou procurar perceberam, que é o uso da tecnologia da informação. Quer dizer, o fato de hoje todo o sistema de controle de tarifas, a distribuição da passagem aérea ser feita eletronicamente, isso permite que as empresas aéreas consigam discriminar quem são os clientes que estão comprando; pelo horário da compra; pela antecedência; se ele usa uma agência de viagem ou se ele usa um *site* da internet; os serviços que ele vai comprar; se ele vai comprar uma tarifa que já inclui um assento maior. Então, com isso ele vai conseguindo discriminar os tipos de consumidores.

Isso é uma discriminação das pessoas? Não é, porque ele quer oferecer um serviço adequado para cada tipo de consumidor. Um consumidor com menor renda é mais sensível a preço, e eu ofereço um serviço mais simples, mas ele vai sair de uma cidade e vai chegar à outra, com condições mínimas de conforto e com segurança que é exigida pela regulamentação. O consumidor menos sensível à renda vai comprar mais próximo, vai pagar mais pela bagagem, como foi mostrado aqui, pode eventualmente ter um assento maior, mas, no básico, ele vai também ter o mesmo serviço. E assim eu consigo usar uma aeronave para tipos de consumidores diferentes.

Então, a importância da diferenciação da bagagem é que eu vou conseguir customizar serviços não só da bagagem, mas da refeição, do *check-in* exclusivo, se é em separado, enfim... O assento conforto vai... Não só o assento conforto que é o maior, mas o direito de escolher o assento, porque, hoje em dia, também, já há isto: há tarifas que você não escolhe o assento, ele vai ser determinado na hora do *check-in* pelo sistema; há outros que o assento não é o assento maior, mas você tem o direito de escolher. Isso ele vai customizar e oferecer serviços conjuntos, combos de serviços diferentes, de acordo com a renda do consumidor. Perfeito.

Agora, vem aquela pergunta, o teste do pudim, que é a seguinte: bem, funcionou? Ou seja, de fato a introdução da venda em separado da bagagem levou você a poder praticar tarifas menores para o grupo mais sensível à renda e tarifas maiores para o grupo menos sensível à renda? Bem, aí eu acho que a questão é mais complexa, e aqui vários dos que me antecederam já tocaram neste tema: as variáveis que estão em jogo na determinação do preço de uma passagem aérea são inúmeros. Eu coloquei alguns aqui, por exemplo, os próprios custos de operação, como combustível, aluguel de aeronave, mão de obra, taxa aeroportuária, isso vai mudando ao longo do tempo – taxa de câmbio,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como foi falado pelo Arthur. E os fatores de demanda: qual é a rota, o horário do voo, o dia da semana; se há um evento esportivo, se há feriado, se é mês de férias, se não é; se aquele voo tem conexão com voos internacionais, se não. Então, é um conjunto de variáveis muito, muito amplo, que leva em conta isso. Isso é levado em conta para definir o preço daquela passagem.

Então, nós entendemos que uma análise rigorosa de se a medida teve efeito ou não requer que você tenha um conjunto muito rico de dados, para que você, então, submeta isso a testes estatísticos, que possam determinar e medir esse efeito. Para isso, você não só vai precisar de mais tempo – porque, como foi falado aqui, a medida entrou em vigor, porque teve algumas pendências judiciais, em junho ou julho, dependendo da empresa aérea; então, você tem praticamente dois meses de fato de implementação da medida –, mas também de informações detalhadas que possam me dar, vamos dizer assim, para cada voo, a característica do voo, e eu conseguir controlar por aquelas variáveis.

Então, sem que eu tenha mais tempo para colher vários dados e sem que obtenha dados detalhados, ou seja, *ticket por ticket* – quando aquele *ticket* foi comprado, qual é aquele voo, qual é o horário, ver se aquele dia haveria feriado próximo, se era o fim de semana, qual era o mês, qual era o aeroporto, pois, em cidades que têm mais de um aeroporto, isso conta bastante... Sem essas informações, eu diria que é imprudente, pelo menos vendo aqui sobre um ponto de vista estritamente técnico, a gente falar se a medida teve ou não o impacto por ora.

Então, eu acho até... Uma sugestão que eu deixo aqui para as entidades do setor é que, passado um tempo – ainda ainda não passou esse tempo suficiente –, pessoas especializadas sejam contratadas exatamente para a gente tirar essa dúvida; tirar a prova dos nove. Porque, como a gente sabe, há polêmica, há reação por parte das entidades de defesa do consumidor, há reação por parte da população de forma geral, e é importante que a gente coloque uma luz; que a ciência use seus métodos para que haja uma resposta.

Com base em alguns números que a gente recebeu, em algumas informações que a gente recebeu da Anac – mas, eu diria, até imprudentemente –, a gente fez alguns testes estatísticos e detectou que há algum efeito. Mas eu diria que ainda é muito prematuro falar qual é o tamanho desse efeito e se de fato ele vai perdurar pelos próximos meses em função do que eu falei.

Então, era isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Agradeço enormemente ao Sr. Ângelo Duarte.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo depois teremos a última palavra, que é a palavra da Anac, e abriremos o debate.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Bom dia, Sr^a Senadora Lídice, bom dia a todos os componentes da Mesa. É uma honra estar de volta aos debates do Congresso Nacional e reafirmar sempre, como a senhora colocou: não é questão de virar PhD, mas esses debates são extremamente ricos e sempre mostram dados importantes para a sociedade; e, mais ainda, nós também sempre aprendemos com eles.

Muito rapidamente, algumas intervenções que me antecederam foram bastante precisas em conceitos, mas creio que vale a pena colocar alguns dados históricos. Tanto a SAC, com a sua apresentação, como o Ministério da Fazenda colocaram este dado aqui em evidência: nós tivemos quase metade da tarifa de queda até a última divulgada pela Anac, que foi de 2,56, agora nesse primeiro semestre. Isso nos trouxe a tarifa média em junho, acabando em junho, mais baixa desde que o levantamento começou a ser feito pós-liberação das tarifas em 2002. Mas esse dado aqui vem até junho, 31 de junho. Ele não pega julho, agosto, setembro, que é quando a gente começa a ter a nova política de bagagem. Ora, essa queda que se verifica no primeiro semestre se dá no País inteiro. O único Estado da União onde não se verificou essa queda foi no Distrito Federal. Nos demais Estados, todos eles, há algum tipo de percentual de queda no Yield. O Yield é calculado como o preço vezes o quilômetro... É o custo de cada quilômetro voado.

É interessante colocar qual foi o percentual de passagens vendidas abaixo de R\$300 em cada um dos Estados da União e qual é o cálculo, qual é o dado colocado pelo relatório da Anac do primeiro semestre, e a síntese está ali: 10% dos passageiros que voaram este ano já pagaram menos de R\$100; 58%, menos de R\$300. Mas há um conjunto de passageiros que ainda paga caro: 0,4% pagou acima de R\$1,5 mil, e entre R\$1 mil e R\$1,5 mil você vai ter um pouco mais de 1% ali, 1,5% dos passageiros. Então, embora possa ser pouco percentualmente, o número de passageiros é elevado, se você pensar: 1,5% é quase 1 milhão, um pouco mais de 1 milhão de passageiros. Mas verificamos que a grande maioria dos passageiros que está voando aqui, 60%, está voando a preços absolutamente acessíveis – e isto é dado auditado, não é uma análise, não é uma pesquisa, nada disso.

Essa resolução que está em debate, a Resolução 400 – e eu sempre gosto de lembrar, embora seja claro que o público atente para os pontos mais polêmicos –, é uma resolução enorme. Ela trata de vários temas, e levou um tempo enorme para entrar em vigor, até que, no que diz respeito exatamente à bagagem, as vendas começaram entre o dia primeiro e o fim do mês de junho, com as três empresas.

Ora, o que nós fizemos? Quando a Anac fala que o preço caiu 2,56% no primeiro semestre, nós falamos "bom, legal. Caímos de novo de preço, estamos oferecendo serviços mais acessíveis." Mas isso foi antes da resolução da bagagem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sempre dissemos e reafirmamos que quem faz a avaliação final de preço é a Anac. Nós não fazemos, até porque não temos acesso a isso. E, aí, nós vimos, na mesma época – e foi esta a razão pela qual nós divulgamos os dados da Anac, que saíram esta semana –, no mesmo dia ou um dia depois, que saiu o IPCA do IBGE, que é um outro dado público de governo. E o IPCA-15 mostrou, até setembro, uma queda de quase 13% no preço das passagens aéreas, de janeiro para setembro. Aí, nós pensamos: puxa vida, se a Anac disse 2,5%, e o IPCA disse 13%, é um número grande.

É importante lembrar aqui o seguinte: a nossa referência sempre é a Anac. Nós sempre usamos o IBGE ou quaisquer outros dados como preliminares, como tendências, como cenários, como pré-avaliação. Por quê? Porque esses dados sempre podem mudar. Quando a Anac faz o relatório final é que nós batemos o martelo e dizemos "bom... Realmente, agora, esse é o dado."

Bom... Aí, nós fomos tentar entender o seguinte: o que é que pode ter acontecido de junho para setembro? Volta-se aos dados oficiais. O relatório da Anac mostra – isso está no *site*, na internet – estabilidade de custos variados, dos outros custos, que impactam no preço, nesse período analisado.

Nós fomos às empresas e perguntamos: escuta, como é foi a prática de vocês entre julho e setembro? O que é que aconteceu? Que preços vocês praticaram? Comecem a nos dar os dados preliminares. E, aí, nós mostramos o quê? A Azul pegou cinco trechos e mostrou: "Olhe aqui... Isso aqui tem quedas bastante expressivas: 30, 22 e etc." A Gol começa lá, em seis e pouco, tem 9, 12, 15, 30... A Latam, mesma coisa – os daqui estão um pouquinho mais altos.

Então, todas as empresas, nos seus dados preliminares, mostraram queda de preço. O que é que nós fizemos? Isso está na internet. Está no nosso *site*, na internet; está na entrevista coletiva que nós demos quinta-feira, que está gravada; está nas duas notas que nós soltamos na mídia. O que é que os nossos dados preliminares mostraram? Primeiro: ao redor de 62, 63% dos passageiros viajaram sem bagagem despachada. Compraram a tarifa mais baixa.

A Avianca ainda não pode ser aferida, porque iniciou agora, esta semana.

Na Gol, inclusive, houve um aumento de 50% do volume de viajantes, sem despachar a bagagem. Na Latam, mais de 900 mil passageiros voando com as tarifas mais baixas.

Ora, o que é que nós, então, colocamos aqui? O dado da Anac foi da tarifa de R\$323, a mais baixa desde 2002. E nós colocamos isto aqui para toda a mídia. Os dados preliminares reportados pelas associadas registram uma queda de 7 a 30%, dependendo do trecho.

O IBGE acaba de divulgar o IPCA-15, com 12,99%.

E nós dissemos a toda a imprensa o seguinte: olha, há um dado preliminar, aqui, importante, para nós começarmos a pensar, que é o seguinte: você tem quedas que vão desde 7% até 30%, dependendo do trecho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E escrevemos e publicamos o seguinte: se isto, ou seja, se o dado do IBGE é real – e eu repito sempre, disse isso, está gravado, está escrito –, se o dado do IBGE mostra 13, o dado da Anac mostra 2,56 antes, os primeiros dados mostram uma série de quedas, nós podemos começar a pensar e podemos começar a aferir que a real tendência é de queda. Esse, aliás, é o título da nota à imprensa distribuída na quinta-feira passada.

Portanto, o que eu quero aqui é reafirmar todos os dados que nós colocamos à imprensa e todos os textos que nós distribuímos, por quê? Porque não fazemos propaganda. A Abear é uma entidade conhecida há seis anos pelo rigor com que trata os seus dados e pelo fato de disponibilizar informação ao mercado. Nós não fazemos análise, não ficamos fazendo *marketing*, não é esse o nosso papel e não é esse o cenário com o qual nós trabalhamos. O que fizemos foi: dada uma polêmica enorme instalada na sociedade, dado o fato de que, na semana passada, dois órgãos oficiais divulgaram dados, que são dados inquestionáveis pelo rigor metodológico com que são tratados, nós, inclusive, já dissemos aqui, neste plenário – a Senadora Lídice já teve a oportunidade de me ouvir e dizer isso mais de uma vez –, nós sempre nos referenciamos nos dados da Anac e sempre tomamos o IBGE e o IPCA como um indicador de tendência. Ora, o dado formal fala de uma queda de 2,5; o dado do IBGE, que é um indicador de tendência, quando avança três meses depois do dado da Anac, fala de uma queda de 13. Fomos perguntar: "Alguém já tem dados preliminares?" "Temos, os primeiros dados são esses." E nós julgamos que era importante e é correto manter, como sempre fizemos, a sociedade informada dos dados a que nós temos acesso.

Portanto, hoje nós podemos dizer: um, o povo brasileiro, se tomarmos os dados desde 2002, paga hoje a tarifa média mais baixa desde que começou o levantamento a ser feito; dois, os dados preliminares, os primeiros dados divulgados sobre a política de bagagem mostram que, num conjunto importante de trechos, comparados os preços praticados neste ano com os preços praticados no ano passado, já há tarifas mais baixas disponíveis; e, três, reafirmar o que eu disse de público – isto está em todos os jornais –, quando a Anac, ao início do ano que vem, soltar mais um semestre de dados, a real tendência, em se mantendo o cenário colocado aqui, é de que teremos tarifas médias ainda mais baixas.

Ora, eu não vou me ater aqui ao conceito colocado – acho que tanto o Ministério da Fazenda deixou muito claro como se faz o conceito como a apresentação da SAC. E quero reafirmar aqui o que nós estamos constatando de fato: esse período de transição vem mostrando que se 60% a 65% dos passageiros – esse é um dado real – compram bilhete sem bagagem, nós temos uma maioria esmagadora, uma maioria bastante considerável de consumidores bem atendidos, porque são produtos diferentes para preços diferentes e custos diferentes. E estamos trabalhando fortemente, porque queremos ter todos os consumidores bem atendidos. É importante, quando um debate desses se instala, entender que nós atendemos os consumidores, nós transportamos os passageiros. Nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimos dois meses e meio, podemos falar aí de quase 12 milhões de passageiros transportados – só nos últimos dois meses e meio.

E os nossos índices de satisfação seguem bastante altos.

Quero aqui deixar claro – é importante dizer isso – que qualquer consumidor que esteja descontente é ponto de nossa atenção. Para qualquer pessoa, seja um Senador da República, seja um cidadão sem mandato, seja um empresário, seja alguém que vai de férias, seja homem ou mulher, ganhe a renda que ganhar, compre o bilhete que comprar, nós queremos ter sempre um produto e um serviço para atendê-lo de forma adequada.

O dado que nos mostra se estamos fazendo isso ou não é exatamente o índice que fala do descontentamento ou do contentamento dos nossos consumidores. Nós temos pesquisas internas e temos as pesquisas externas. Se olharmos as externas, pelos dados de reclamação que nós tínhamos há cinco, seis, sete anos, nós estávamos no *top 10* do *ranking* de reclamações. Caímos vertiginosamente. Os últimos *rankings* colocam as empresas aéreas como nº 45, 50, 55 desses *rankings*.

A nossa meta é chegar a zero reclamação. Nós trabalhamos para isso, e, na medida em que os preços dos bilhetes continuarem baixando, na medida em que nós consigamos superar os desafios que ainda se colocam para a aviação brasileira, mantendo-a distante do cenário internacional, mais cara do que no ambiente internacional, na medida em que formos superando isso, essa situação só tende a melhorar.

Por exemplo, existem três temas em debate agora no Congresso Nacional que têm impacto direto sobre esses resultados, Senadora Lídice.

Primeiro, há um projeto tramitando no Senado que fixa um teto para querosene de aviação. É importante usar este espaço aqui – e brevemente encerro. Por que debatemos o tema ICMs? Não é porque sejamos contra o ICMs. Debatermos esse tema porque o Brasil é o único país do mundo que cobra taxas regionais sobre querosene de aviação.

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – E isso torna o nosso querosene de aviação aproximadamente 58% a 70% mais caro, dependendo do aeroporto, se comparado a preços internacionais. E nós, como não cobramos essas taxas no Brasil – o Brasil não cobra essas taxas para quem voa para o exterior, mas cobra para o voo doméstico –, muitas vezes, Senadora Lídice, esse cenário faz com que voar de São Paulo para a sua Bahia seja mais caro do que voar de São Paulo para a Argentina. Então, esse é um tema e, por isso, esse tema está em debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, também está em debate aqui no Senado o Código Brasileiro de Aeronáutica. Esse código é uma espécie de "Constituição" do setor, digamos assim, entre aspas, e um conjunto de regras a ser definido por esse código – ele está aqui no Senado e depois vai para a Câmara – pode impactar de forma positiva ou negativa o serviço, o atendimento, o volume de crescimento do setor. Quanto mais próximo ele for do ambiente internacional, mais competitivos estaremos, mais capazes de ampliar o atendimento às pessoas estaremos.

Terceiro, a Câmara está debatendo agora o projeto, a MP enviada pelo Executivo que reonera a folha de pagamentos de um conjunto imensos de atividades e setores da economia. Esse projeto começou a tramitar agora. Ele teve uma primeira tramitação, voltou para o Executivo e agora voltou para cá por meio de medida provisória. Deputado, eu creio que é isso, não é?

Voltou por meio de uma medida provisória... Perdão! Voltou por um projeto de lei. Era medida provisória na primeira versão, voltou por um projeto de lei. E dependendo do seu resultado, isso também pode ter algum tipo de impacto.

Portanto, é claro, e aqui corroboro o que foi dito pelos palestrantes que me antecederam. Há um conjunto de dados e cenários que vai impactar o resultado final. E é por isso que nós tivemos o cuidado de, ao divulgar os dados que divulgamos, que são dados objetivos, é matemática, não há análise, nós o fizemos com a consciência e a certeza de que estamos prestando informações à sociedade que refletem o que já aconteceu, não é que isso é proposto. Todos os dados que nós pusemos aqui já foram praticados. Então, esses preços já foram praticados, já foram voados, e os consumidores já viveram essa experiência.

Eu creio que com isso posso encerrar a primeira parte e ficar à disposição para a sequência.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada.

Passo agora a palavra à Anac.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Muito bom dia a todos. Bom dia, Senadora Lídice.

Eu agradeço, em nome da Agência, o convite para estar aqui mais uma vez, no Senado. Acredito, já perdi as contas, que essa deva ser a décima vez que venho ao Congresso para falar desse tema, das novas condições gerais de transporte, mas é sempre mais uma oportunidade que nós tomamos para trazer esclarecimentos, melhorar a qualidade do debate. Então, quantas mais oportunidades surgirem para virmos aqui debater essas questões, a Anac se encontrará sempre à disposição e virá de muito bom grado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senadora.

Eu vou fazer uma apresentação, passar por esses tópicos: trazer o contexto regulatório, os propósitos, fundamentos que explicam o porquê da adoção das medidas e que, como já dito, a franquia de bagagem é apenas um dos pontos que constam de um regulamento de mais de 40 artigos, muitos deles com questões extremamente interessantes do ponto de vista do consumidor.

Eu vou apresentar os efeitos esperados no mercado, como a Anac faz o acompanhamento do setor, alguns efeitos já observáveis, e medidas para o desenvolvimento do setor, para o final.

Como contexto regulatório, e isso já foi abordado aqui, vimos numa espiral, num movimento de crescimento de oferta, aumento do número de passageiros transportados, com uma série de medidas direcionadas com a diminuição do peso do Estado e da regulação sobre a atividade do transporte aéreo.

E qual a resposta? Os números que apresentamos? Triplicamos o número de passageiros transportados no setor aéreo, superamos o número de passageiros transportados no modal rodoviário, pois que até há dez anos o transporte aéreo se encontrava na casa de 30, 35%, e hoje responde por mais de 60% do número de passageiros transportados nas instâncias interestaduais.

Então, com redução a preços já deflacionados a mais da metade do preço, hoje a nossa tarifa média oscila em R\$323,00. E o que é mais importante: ainda há mais espaço para mais crescimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO –

E o que é mais importante, ainda há espaço para mais crescimento. Nós ainda temos uma agenda de discussão de uma série de pontos, que eu vou colocar ao final, que devem ser considerados especialmente por esta Casa, que poderão promover ainda mais o aumento desse modal com a diferenciação de serviços, enfim, como a gente vai poder observar.

Os propósitos fundamentais para a adoção da medida.

O estímulo à concorrência. A Anac trouxe a medida fundamentalmente como um ponto a mais pelo qual as empresas vão poder brigar por novos consumidores, propiciar a diferenciação de serviços e preços para melhor atender a essa diferente necessidade de diferentes passageiros, convergência para as melhores práticas regulatórias internacionais e os princípios da organização da aviação civil internacional.

A ANAC, essa organização da qual o Brasil faz parte desde a sua Fundação, nós somos um dos poucos países que integram o Conselho da Agência, são 20 países e sempre estivemos lá. O Brasil foi, nas últimas duas eleições, o País mais votado para integrar esse Conselho. Então temos grande participação e muito ativa na OACI. E essas regras que foram trazidas, em especial a questão da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desregulação da franquia de bagagem, ela seguiu à risca aqueles princípios que são colocados por essa organização quando os países se lançam na revisão dos regulamentos de proteção do consumidor ou se lançam a escrever e regular o assunto. Nós buscamos, fundamentalmente, esse é um ponto muito importante, ampliar a transparência nas relações de consumo. Na regra anterior o passageiro sabia que tinha embutido lá 23 Kg. Quisesse ele fazer uso ou não ele estava pagando por aquele serviço. Agora passa a ficar mais claro para o consumidor o que ele está adquirindo e a agência primou, na redação da resolução, para que as empresas, na oferta do serviço e no aeroporto, desse a informação correta para o consumidor. Contribuir para a construção de um ambiente regulatório mais propício a novos modelos de negócio, as chamadas empresas *low-cost* e a entrada de novas empresas no mercado.

Muito se questiona e muito se debate por que não surgem as empresas *low-cost* no nosso mercado? Algumas entraram, uma questão de 12 ou 13 anos atrás, com essa proposta, mas acabaram praticando preço semelhante ao de uma empresa de serviço cheio, *full service* que a gente chama.

E muitas das respostas que se pode ter são o marco regulatório que nós tínhamos até então. A ANAC portanto está tentando tirar regras, não só para promover a concorrência entre as empresas que atuam no nosso mercado, mas fundamentalmente, para atrair novas empresas para o mercado nacional e empresas aéreas estrangeiras. Nós tivemos, Senadora, ontem inclusive, o anúncio de uma empresa *low cost* que anunciou que vai fazer um *hub* numa cidade do Nordeste do País trazendo essa proposta com a prática de uma franquia que a regra anterior não teria possibilitado.

Empresas na Argentina. Ultra *low cost* inclusive, a maior *low coast* do mundo se fundou na Argentina e já anunciou a intenção de implantar serviços para o Brasil. Ela não faria isso se não fosse essa medida de desregulação. Então são novos modelos de negócio, novos serviços que vêm para trazer concorrência para o setor e mais serviços, maior oferta de passagens.

Fundamentos. O processo normativo efetivamente se iniciou em 2012. Desde então nós já temos documentos elaborados pela agência, estudos que foram feitos, audiências públicas formalmente instauradas, com a participação dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com o Ministério Público, nós tivemos grande interação com o Ministério Público e com a própria Senacon, com o DPDC... Em 2016 fizemos audiência pública e a resolução foi finalmente publicada com prazo de *vacatio legis*

Fizemos audiência pública, e a Resolução foi finalmente publicada com o prazo de *vacatio legis* de 90 dias, em dezembro de 2006.

O que explica? De onde nós buscamos os principais fundamentos para essas medidas? A teoria econômica da regulação, que foi muito bem abordada aqui pelo representante da Seai; a experiência nacional e internacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o nosso mercado se comportou com a desregulação dos preços, como foi bem abordado pelo Secretário de Política Regulatória da SAC? Se, há 13 anos, se se tivesse perguntado: o que vai acontecer com a liberação dos preços? As empresas vão poder cobrar, Deputado Russomano, o preço que bem entenderem. A reação natural das pessoas seria dizer, como de fato houve essa reação: "Não, isso é um absurdo; as empresas vão cobrar preços altíssimos". E o que se verificou foi o contrário. E o que explica esse fenômeno? É porque as empresas são boazinhas? Não. É porque houve concorrência.

Então, a nossa experiência nacional demonstra que, no nosso setor, a despeito de haver poucas empresas no mercado doméstico ainda, houve efetiva concorrência ao longo desses 12, 13 anos.

E a experiência internacional, que é fundamental. Vou voltar a esse ponto mais adiante.

Os princípios emanados da Organização de Aviação Civil Internacional; inúmeras reuniões com o setor regulado e entidades envolvidas. Foram mais de 40 reuniões formalmente instauradas pela Anac com atores externos, de Governo, do Legislativo.

O estudo do comportamento que nós fizemos, em termos de bagagem despachada. Vou chegar a esse ponto mais adiante também.

Qual era o comportamento do consumidor antes da desregulação. Houve robusta análise de impacto regulatório. Um dos maiores especialistas, no Brasil, sobre o assunto, sobre a análise de impacto regulatório, fez uma revisão de todo o nosso processo e disse que nós cumprimos não só uma, nem duas, nem três metodologias, mas pelo menos cinco metodologias, desde *screening*, enfim, uma série de outras mais. Então, ele aprovou, inclusive, sob esse prisma da análise do impacto regulatório, os estudos que a Agência fez e inúmeras contribuições da sociedade.

Até hoje, na Anac, o recorde de contribuições que recebemos da sociedade civil foi para essa Resolução nº 400.

Se eu pudesse resumir toda a minha fala a um único propósito, portanto, que levou a Agência a adotar essa medida – "Vamos focar aqui na desregulamentação da franquia de bagagem" – é a concorrência. Esse é o propósito fundamental.

Temos uma série de outros mais, e vou passar ao longo da apresentação, como a questão da transparência para o consumidor. O consumidor agora passa a saber pelo que está pagando. Antes estava embutido no preço, não estava claro para o consumidor. Agora ele pode optar, inclusive, por comprar uma passagem sem a franquia, sabendo que está pagando só por aquilo.

Mas o fundamento essencialmente: em que gira a concorrência, em torno de quê? Diferentes passageiros com diferentes necessidades e disposição de pagamento demandam produtos e serviços diferenciados. E os fornecedores disputam essa preferência dos passageiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é dessa interação da demanda e da oferta que são dimensionados os serviços em torno de preço, de qualidade, de frequência. E utilizamos uma série de outros fatores que são extremamente complexos, que influenciam na formação dos preços do setor.

O processo da concorrência, portanto, em um gráfico bastante resumido. Os três elementos, preço, qualidade e inovação, geram mais e mais concorrência.

A Anac, tirando a regulação... Então, é muito bom poder esclarecer para a opinião pública: a Anac não obriga as empresas ou passa a obrigar que os consumidores paguem separadamente pela franquia de bagagem. A Anac só não vai mais dizer que vão estar embutidos no preço que o passageiro paga pelo bilhete os 23Kg. As empresas agora passam a ter mais flexibilidade para apresentar inovação e discutir com a sociedade civil. E esta audiência contribui para isso, inclusive, para esse dimensionamento.

Então, essa

Então, nessa interação entre demanda e oferta e a conjugação de uma série de fatores, a tendência é que isso gere um processo concorrencial num círculo virtuoso.

Livre concorrência, portanto.

Nós temos um ambiente de livre concorrência no setor de transporte aéreo no Brasil. Ele leva a um ganho de eficiência alocativa. A produção de assentos tende a atender às necessidades dos consumidores em quantidade e qualidade, naquela proporção que eles estão dispostos a pagar.

A maior eficiência produtiva.

A produção tende a se dar em custos mínimos, em preços menores e, num ambiente competitivo, esses custos reduzidos são passados para os consumidores, como nós já tivemos prova no nosso setor de transporte aéreo com a liberação dos preços.

Capacidade de inovação.

Isso é fundamental. Quando se estabelece uma barra, o Governo diz que um dado item, um dado serviço só pode ser produzido com tais requisitos, o que o Governo faz, a mão pesada do Governo? Ele impede a inovação, ele impede a concorrência. Notadamente, a teoria econômica demonstra que isso encarece os serviços, quando não diminui a oferta feita aos consumidores. E maior bem-estar social, portanto.

Os riscos das políticas públicas e medidas regulatórias.

Eu falei da mão pesada do Estado, não é, Senadora? A ação do Governo pode causar, sim, distorções na economia, a ponto de afetar a concorrência. Nós, no Brasil, sabemos muito disso. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre estamos nos perguntando por que o carro produzido no Brasil é mais caro do que o carro produzido em outros lugares? Por que o carro produzido aqui é mais caro do que o carro que o próprio país exporta para outros países? Vamos investigar as razões do que causa essas distorções? Aí a gente vai chegar em questões semelhantes a essas de que estamos tentando tratar aqui que é a desregulação do serviço para proporcionar maior concorrência.

Segundo a Cartilha de Promoção à Concorrência da Seae, que até trouxemos aqui para poder discutir, a limitação à capacidade concorrencial dos ofertantes e a limitação às escolhas trazem efeitos negativos nesse sentido.

A falha de governo que é, portanto, a intervenção que cause distorções no mercado, levando a uma alocação de recursos menos eficiente do que haveria sem essa intervenção. Essa é a falha de governo. Essa é a falha de governo que havia com a regulação anterior da agência, que obrigava toda empresa aérea que quisesse vender serviços no País a embutir, no preço da passagem, 23kg ou duas peças de 32kg para o mercado internacional.

A Anac não obriga, portanto. Agora, que as empresas passem a cobrar. Elas podem passar agora. Com aquela interação entre a oferta e demanda, elas vão medir a sensibilidade do passageiro agora, que passa a ter um produto diferenciado, que tende a vir em menores preços, pelo que o passageiro vai optar.

Ele hoje continua optando com a possibilidade de adquirir uma passagem com franquia. No resto do mundo, onde a questão não é mais regulada, continuou havendo passagens ofertadas e empresas que utilizam desse modelo de negócio de oferecer passagens com franquia de bagagem embutida. Empresas *low cost*, inclusive.

Uma das maiores empresas *low cost*, se não a maior dos Estados Unidos da América, a Southwest, oferece 46kg de bagagem, incluídos no preço da bagagem. O que é isso? É inovação, é concorrência. Ela apresenta essa assimetria como um diferencial competitivo para granjear mais consumidores.

Então, o mercado desregulado chega a esses arranjos, inclusive.

O diagnóstico, então, que nós fizemos: não foi identificada falha de mercado que respaldasse essa intervenção do mercado...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – ... fixar franquia para despacho e bagagem. Qual a razão? Por que havia, embutidos na passagem, 23kg? O Secretário do Consumidor menciona que isso era um costume, que isso já estava arraigado. Mas se nós formos investigar, nas origens, de onde surgiu esta regra, que foi inclusive da reguladora que precedeu a Anac, de colocar a franquia de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bagagem embutida de 23kg, e, nós vamos ver, que foi uma prática, inclusive, que prejudicou a concorrência, foi uma prática eventualmente anticompetitiva.

As franquias de bagagem antes eram fixadas em âmbito global pela associação das empresas internacionais de transporte aéreo, que recomendavam, portanto, que as empresas adotassem tal padrão. E, em um dado momento, essa associação passou a dizer que era livre, cada empresa cobraria o que quisesse. O regulador brasileiro foi – no caso justamente dessa mudança da regra da associação das empresas – e colocou, Senadora, na regulação, o que todas as empresas deveriam observar. Com que propósito? Quais foram os efeitos disso eventualmente? Nós tivemos, ao largo, desde a implantação da agência, empresas *low cost* que pretenderam, quiseram entrar em nosso mercado. Nós tivemos essa interação com eles e ouvimos de empresas *low cost*, de lá de fora, dizendo o seguinte: “Enquanto o governo brasileiro disser como eu tenho que vender o meu serviço, eu não entro no mercado brasileiro.”

Então, nós já tivemos, ao longo desse período, a possibilidade de contar com outras empresas *low cost* aqui em nosso mercado e, agora, a gente já começou a observar esse movimento.

Qual o problema, portanto, que se pretendia resolver? Fixar dentro do preço uma franquia de bagagem única, que quisesse ou não o consumidor fazer uso dessa franquia de bagagem? E limitava, com eu já disse e frisei, a capacidade concorrencial dos ofertantes, à medida que fixava padrões de qualidade que excediam o nível escolhido por determinados consumidores bem informados, resultando em menor variedade de produtos.

Esse era o comportamento antes da edição. Nós levantamos uma série e verificamos que em 2015 – a gente trouxe esses dados – a bagagem despachada pelos passageiros, nos voos domésticos, Senadora, era de 12kg em média. Ele pagava por 23kg, é óbvio, e alguns consumidores faziam uso dessa bagagem, outros não faziam uso dessa franquia pela qual eles haviam pagado, mas a média oscilava em torno de 12kg. No mercado internacional estava ali em 20kg e o comportamento era que despachavam bagagem cerca de 65%, portanto, 35% já não despachavam a bagagem, usavam sua bagagem de mão.

Então, aquela regra aqui, que padronizava isso para todos, já não atendia a um grande número de consumidores, ela estava descalibrada. Se, hoje, nós houvéssemos de voltar atrás e fixar as franquias de bagagem, qual valor que se utilizaria? Doze quilos? Vinte e três? Vinte e oito? Não há um parâmetro seguro e não seria desejável que se voltasse a fazer isso.

Isso é muito importante frisar, no resto do mundo – exceto aqueles países – o assunto não é regulado, nunca foi ou já não é mais regulado. Continua havendo empresas que vendem passagens com franquia de bagagem embutida, surgiram novos modelos de negócios, que são as empresas *low cost*, e, diga-se, as empresas que mais crescem no mundo são essas empresas *low cost*. Então, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem argumenta que há um empobrecimento dos serviços, que isso é contrário aos interesses dos passageiros, os passageiros, quando vão comprar passagens, escolhem o fator preço. Então, as empresas *low cost* crescem no resto do mundo porque os passageiros hoje querem pagar o menor preço possível.

A desregulamentação promovida pela agência busca exatamente atender a essa demanda desses passageiros, que conseguem se programar, que buscam o menor preço.

Esse é o círculo virtuoso que a gente espera poder ver e os resultados são de médio a longo prazo. Mais inovação, diferenciação de serviços, gerando uma maior eficiência, que leva a menores custos, que leva a menores preços no mercado competitivo, que leva a maior inclusão social, maior demanda, que gera mais investimentos, que gera mais oferta, que gera mais inovação. É esse o círculo virtuoso que a gente precisa começar a ver instaurado, não só para a aviação civil, mas a gente poderia pensar isso para uma série de outros setores no País.

Efeitos, portanto, para o transporte aéreo: oferta de passagens sem franquia a preços mais acessíveis do que aquelas com franquia, que também continuam sendo ofertadas; ganhos de eficiência por parte do passageiro e das empresas aéreas; tarifas aéreas passam a oscilar conforme inúmeras condições de mercado. A gente sabe disso. Não é só a bagagem que vai, eventualmente, influir para uma queda de preços. A formação do preço do setor é extremamente complexa. Ela depende de inúmeros fatores macroeconômicos, crescimento do PIB, variação do barril do petróleo, do dólar e de uma série de fatores, como já foi exposto aqui, como a antecedência com que o passageiro consegue comprar passagem, o dia da semana, o horário do dia. Às vezes, o horário das 8h da manhã é muito mais caro do que o horário ao meio-dia. O horário vale no aeroporto, porque os passageiros querem poder chegar em um determinado horário, passar o dia, eventualmente, voltar para suas casas ou iniciar uma viagem de turismo naquele horário que melhor se encaixa na entrada no hotel. Então, tudo isso influencia na formação de preços.

O objetivo estratégico, que ajudou no acompanhamento do setor. A Anac tem uma robusta metodologia. Isso consta do planejamento estratégico da gente para acompanhamento não só de preço, mas em termos de oferta e do crescimento, para verificação. Essas informações constam de relatórios que são registrados na agência. São estas: tarifas comercializadas; demanda e oferta do transporte aéreo; receitas, custos e despesas; frota e pessoal. Todas essas informações são abertas ao público hoje. Elas têm uma publicação periódica. É um robusto tratamento estatístico de verificação e fiscalização desses dados.

Um ponto que surgiu na discussão, mencionado pelo Secretário Rollo e debatido aqui já pelo Eduardo, é: por que essas diferenças? Por que o IBGE solta um decréscimo, um declínio de 12% nos preços; a Anac fala que, no mesmo período, foram 2,36%; e as empresas vêm com uma informação destoante disso? São metodologias distintas, com propósitos distintos. A Anac coleta todos os bilhetes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foram comercializados, com uma certa defasagem, uma metodologia preestabelecida, que está toda publicada no nosso *site*. Nós verificamos, portanto, depois de todo esse tratamento e essa fiscalização do dado, e publicamos do passado. O que o IBGE traz é uma projeção com o propósito específico de acompanhamento desse índice do IPCA. Então, o IBGE não olha a passagem já vendida. Ele olha a passagem anunciada no *site*, quer seja vendida ou não aquela passagem. Então, se a empresa aérea anuncia para hoje à tarde um preço a 1.500, o IBGE, conforme a sua metodologia... Nós já tivemos inúmeras reuniões e discussões com o IBGE. E são metodologias distintas que se justificam. Não que a nossa esteja certa e a deles, errada. É que são propósitos distintos. Eles capturam, portanto, o preço anunciado pela passagem, de 1.500 para hoje à tarde, quer seja vendida ou não. Isso compõe o preço lá e o que vai compor o IPCA. A Anac olha para trás, um período de tempo, coleta todos os bilhetes comercializados pelas empresas aéreas e dá abertura para isso. E há um relatório, portanto, de microdados, publicado no *site* da agência, que está à disposição de todos os presentes e de todos os que nos jovens para poderem fazer as análises, enfim. E a academia faz bastante análise, inclusive, sobre essa questão e os efeitos que se esperam com a desregulação da franquia de bagagem.

Nós colocamos... É importante colocar também. O Secretário do Consumidor já mencionou. A Anac, por sugestão, inclusive, da própria Senacon, incluiu uma *review clause*, uma cláusula de revisão obrigatória – ela é nova na agência e rara de se ver, inclusive, no setor dos desregulados – em que nós vamos coletar dados, fazer análise e abrir para a sociedade tudo isso que, sem prejuízo dos dados, que nós já estamos divulgando, inclusive, com essas questões.

Quanto ao efeito preço, e esse é o efeito a que todas as pessoas se apegam, é importante mencionar que não houve, em nenhum documento produzido pela agência, nenhuma assertiva no seguinte sentido: de que a desregulação levaria à queda de preços. Esse é um efeito secundário das medidas. É importante que se frise isso. Secundário em que medida? Pelo que eu já expliquei aqui, desse círculo virtuoso, à medida que isso promova mais concorrência, mais passageiros viajando, e esse ciclo se complete, a tendência é que mais concorrência, portanto, traga melhores preços.

Isso se verificou no País, inclusive, com a desregulação dos preços de passagens e no resto do mundo em que esse modelo já é praticado e em que as empresas *low cost* passaram a atuar.

Nós fazemos monitoramento, inclusive, de todas as reclamações. E é importante vir a esta Casa, inclusive, para colher de todos os debatedores que estão aqui presentes quais as suas impressões, preocupações, para que nós possamos direcionar a atividade de fiscalização e monitoramento pela agência.

E é muito importante frisar que nós fomos a primeira agência reguladora a fazer uma adesão formal à plataforma do Ministério da Justiça, que é o www.consumidor.gov.br.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Secretário, nós julgamos que o aumento de reclamações levadas ao consumidor.gov tenha-se derivado, inclusive, dessa aproximação que a Anac fez da então gestão da Senacon para que mais e mais passageiros pudessem utilizar-se desse canal para fazer mediação.

Hoje o Deputado Russomano sabe bem, infelizmente, o número de passageiros que têm eventualmente de acorrer ao Judiciário para ter o seu problema resolvido, buscar uma indenização.

Essa plataforma do consumidor.gov tem números expressivos de solucionamentos dessas controvérsias. Então, o passageiro já passa a poder fazer lá a sua reclamação. E, em 70% do transporte aéreo, em média, ele já consegue sair dali com a solução do seu problema ou eventualmente com uma indenização, sem ter de acorrer ao Judiciário.

Então, isso representa ganhos para a Administração Pública, que passa a ter mecanismo mais efetivo de tratar as reclamações dos passageiros sem que eles precisem ir ao Judiciário. Então, estamos buscando —e miramos nessa resolução também— diminuir os conflitos entre passageiros e empresas que hoje ainda são levados ao Poder Judiciário.

Nós fazemos o monitoramento de todas as reclamações que são levadas ao consumidor.gov. Nós estamos discutindo, inclusive, com a Senacon o assunto. Nós fazemos a publicação desses relatórios específicos do setor aéreo dessas reclamações que são levadas lá.

Efeitos já observáveis. É muito bom poder frisar alguns pontos aqui. Nós falamos. E é o aspecto mais sensível que os consumidores reclamam: "mas preço não está caindo". Pelo que eu expliquei, seria indevido fazer qualquer conclusão em curto prazo do comportamento dos preços em função ou não da desregulação ou não da franquia de bagagem. As empresas aéreas, no número que divulgaram, eventualmente fizeram um recorte. Cada empresa fez o seu recorte das passagens vendidas. Mas a Anac não conhece a metodologia. O Eduardo pode voltar, se for o caso, a explicar um pouco melhor essa questão.

Mas o que já passamos a observar? Passagens com franquia de bagagem continuam sendo ofertadas. Não acabou a franquia de bagagem a despeito do que muito foi divulgado. "A Anac acabou com a franquia de bagagem." Não, não acabamos. Nós só não passamos a dizer qual é a franquia de bagagem que tem de ser obrigatoriamente praticada.

Passagens sem franquia para despacho de bagagem são ofertadas a preços menores do que aquelas com franquia. Isso, inclusive, foi anunciado com larga escala pelas empresas.

Possibilidades de contratação posterior de franquia para despacho de bagagem. Então, esse é o modelo mundial. As empresas no resto do mundo, como se comporta o mercado? Para quem não teve oportunidade de viajar para outros países e comprar eventualmente uma passagem com uma empresa *low cost*, que ofereça essa tarifa sem a franquia embutida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o passageiro compra a passagem, ele tem a possibilidade de comprar uma peça de franquia de bagagem por um preço "x". Se o passageiro não compra com antecedência e deixa para comprar no aeroporto, essa peça vai ser cobrada por um preço diferenciado. Para quê? Para estimular que os consumidores façam essa compra antecipada, para que a empresa tenha os efetivos ganhos de eficiência alocativa, previsibilidade no uso do porão, de combustível que vai ter que ser colocado a bordo para poder fazer esse voo. O preço da franquia para despacho de bagagem pode ser menor quanto maior for a antecedência da compra desse serviço em relação ao voo.

Aqui é interessante também pegar um gancho de uma fala que foi colocada, de que essa medida só vai beneficiar passageiros que compreem passagem, ou passageiro de viagem a negócios, porque o passageiro a turismo não viaja sem bagagem. Na verdade, essa questão dessas tarifas que normalmente vêm acopladas, associadas a tarifas promocionais – e está aí a realidade dos fatos para demonstrar que isso é verdade –, as passagens que estão sendo oferecidas são essas passagens de nome "promo," "flex," "light," enfim. Quem consegue efetivamente capturar e comprar essas passagens? São aquelas pessoas que compram com antecedência. O passageiro que viaja a negócios não compra com antecedência. Ele compra em cima da hora.

E por que é assim? Porque o voo já está com uma taxa de ocupação tal, que aqueles últimos assentos, a empresa aérea coloca num preço maior porque são os últimos assentos de um produto que é extremamente perecível. Ela precisa fazer a ocupação daquele voo. Qual é a estratégia das empresas? Começam a vender com um ano de antecedência. Quem consegue comprar essas passagens? É o turista, é quem viaja a lazer, por motivos familiares, e consegue se programar. Esse passageiro passa agora a poder contar com esse serviço, podendo decidir se na compra vai comprar uma peça a mais, vai comprar uma segunda peça eventualmente, pagando R\$50. E é bom neste ponto fazer um parêntese: na regra anterior, o passageiro pagava por 23kg. Tudo que excedesse 23kg na mesma peça de bagagem, chegava-se a pagar valores de excesso de bagagem astronômicos. Dou um pequeno exemplo: um passageiro que comprou, segundo a regra anterior, uma passagem que tinha uma bagagem de 23kg e levou uma segunda peça de 20kg; essa segunda peça, que hoje as empresas passam a ofertar por R\$50, R\$80, R\$100, se a compra for no aeroporto – eu estou chutando números aqui, mas refletem o que já está sendo praticado –, esse passageiro pagou R\$2 mil pelo despacho de 20kg no aeroporto. Então, quanto aos valores que estão sendo praticados agora pelo excesso de bagagem, peço a todos os curiosos e interessados no setor que façam essa verificação de quanto eles estão pagando. Então, de valores que o passageiro eventualmente não conhecia, só conhecia no balcão do *check-in*, porque a segunda metodologia era um percentual da maior tarifa comercializada naquela aeronave, que era o que se utilizava, portanto, para fazer o cálculo do excesso de bagagem, que era cobrado por quilo, agora o passageiro passa a ter a possibilidade de comprar isso por R\$80. Então de mil, ele passa a poder comprar a segunda peça por... De R\$2 mil, perdão...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – ... por algo em torno de...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Perdoe-me, mas eu infelizmente vou ter que pedir para V. Sª concluir, porque V. Sª teve mais tempo que todos os outros. Pediu para falar por último para justificar a posição da Anac e teve mais tempo que todos os outros. E nós estamos...

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Este é o meu último eslaide.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Nós estamos já com o tempo vencido desta atividade.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Este é o meu último eslaide então, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Finalmente, outras medidas que eu mencionei para desenvolvimento do setor: atualização do Código de Aeronáutica, uma lei de 1986; eliminação do capital de estrangeiro em ações com direito a voto, que hoje existe na lei. Nós temos que estar abertos a investimentos.

Hoje, o capital não tem nacionalidade. Os grandes fundos de investimentos são multinacionais. E nós estamos impedidos de ter acesso a investimentos no nosso transporte aéreo por estrangeiros.

A adequação do instrumento de outorga é uma questão que a Anac já trouxe junto com a análise do TCU. Inclusive, hoje há concessão como instrumento para outorga. E a autorização já deveria estar mais do que pacificada, mas falta alteração na lei. E o que é essencial, Senadora, é a ratificação dos acordos de serviços aéreos internacionais já firmados pelo País.

Muito obrigado e fico à disposição para a fase de debates.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

Como recebemos a visita de um convidado ilustre, quero colocar a palavra a sua disposição e agradecer enormemente, porque tivemos uma parceria ótima na última semana em uma viagem bem complexa, onde muitas dessas questões estiveram...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Sofremos muito, não é Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas uma parceria muito boa.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Obrigado pela palavra. Eu gostaria de fazer algumas considerações, já que V. Ex^a tocou no assunto da nossa viagem. Para se ter uma ideia, nós saímos daqui e sofremos um apagão. Estávamos representando o Mercosul na reunião da EuroLat, que é a União do Parlamento Europeu com os Parlamntos da América Latina. No Panamá, sofremos um apagão de energia elétrica e os voos pararam todos lá. A companhia aérea que me servia – e não sei se era a mesma da Senadora – nem cumpriu o que estabelece a Convenção de Varsóvia. E nós vamos discutir isso depois, porque estávamos a serviço, com passaporte diplomático, e teríamos que ter chegado ao nosso destino. A Senadora ficou 24 horas no Panamá e eu fiquei praticamente 12 horas, 10 horas no Panamá.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Ficou o Embaixador do Brasil na Venezuela. Ele também se dirigia em voo.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Portanto, temos muito o que discutir em relação à observância da legislação, inclusive internacional, quando o Dr. Ricardo fizer aqui a sua explanação.

Bem, eu gostaria de fazer algumas considerações a respeito do que estamos vivendo hoje. Porque tenho compromisso com a Anac, Senadora Lídice, de monitorar o que está acontecendo. E tenho feito esse monitoramento não só com o público em geral, mas também com os Parlamentares aqui, Senadores e Deputados, a respeito da compra de passagens aéreas, porque a maioria dos Senadores e Deputados não usa bagagem, ou seja, têm a sua estrutura em Brasília e têm a sua estrutura no Estado. Portanto, levam muito pouca bagagem, quando levam, e eles são o maior exemplo de efetivamente as companhias aéreas estarem ou não cumprindo o que se dispuseram a fazer. Ou seja, baixar os preços para quem não leva bagagem.

O grande problema é que... No meu caso especificamente, eu compro passagens aéreas com antecedência de dois ou três meses, porque tenho horário para vir para Brasília na terça-feira, tenho horário para sair daqui na quinta-feira e dificilmente eu mudo o meu voo. Quando eu faço a mudança, pago o *top* da passagem, o preço... Quando não faço a mudança, eu compro com antecedência...

Eu, sabedor desta audiência pública, de autoria da Senadora Lídice da Mata – com muita propriedade, Senadora, é muito importante –, pedi para que a minha equipe comprasse as minhas passagens aéreas para os próximos 90 dias, e o preço praticado – e eu não levo bagagem – é o mesmo, igualzinho, ao anterior à resolução. Portanto, para a minha pessoa, não mudou nada, absolutamente nada.

Eu tenho conversado com outros Deputados e também a reclamação é a mesma. O problema maior, Dr. Ricardo e Rogério, que são da Anac, é o constrangimento que os passageiros estão vivendo hoje. O que as companhias aéreas estão fazendo? Como se faz hoje a compra do bilhete pela internet





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e os consumidores podem levar no seu próprio celular o *check-in* feito, eles não passam mais pelos balcões e também não passam mais pelas balanças e não existe um critério, Dr. Eduardo, de peso, até porque não existe balança na hora em que a pessoa está embarcando, não existe. Então, os consumidores passam pelo seguinte critério: cada companhia de um jeito, existe lá o seu marcador de tamanho de bagagem, e não de peso de bagagem. Então, eles vêm com uma caixinha – hoje empresas contratadas, terceirizadas, que já não são mais a companhia aérea –, ficam lá com a tal da caixinha de papelão e enfiam a mala para ver se pelo tamanho da mala deve ser embarcado ou não deve ser embarcado, e aí as discussões são as maiores.

Ontem mesmo, eu estava embarcando para Brasília e havia uma consumidora, que levava alguma coisa de valor dentro da bagagem, discutindo. Aí a companhia aérea: "Então, se a senhora não deixar embarcar, a senhora não vai voar, e eu vou chamar a Polícia Federal." E ela dizendo: "Eu não posso porque eu tenho aqui coisas caríssimas. Vocês se responsabilizam, então, pelo transporte disso, eu não me importo de pagar, o problema é o que tem dentro da bagagem que são produtos caros." Parecia-me que eram produtos farmacêuticos, de laboratório, e ela não queria embarcar com medo de ter a mala extraviada.

Diga-se de passagem, não existe controle algum sobre isso, o que é mais grave, Presidente. Por quê? Porque, quando você chega ao aeroporto de destino, sequer uma etiqueta existe, quando isso vai, ou alguém da companhia aérea que fiscalize se a bagagem de A foi entregue para A e de B foi entregue para B. Não existe. Antigamente, existia; hoje, não existe mais. Antigamente, os funcionários das companhias aéreas conferiam o tíquete de transporte e a pessoa, às vezes, era barrada. O que tem acontecido é que desaparecem bagagens constantemente e essa é uma reclamação efetiva nos órgãos de defesa do consumidor, no Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, que eu presido.

Então, esse é o grande problema. Ora, se vai cobrar por uma prestação de serviço – a legislação é muito clara –, e aí tanto a Anac quanto as companhias aéreas têm que observar a legislação. Ela tem parâmetros.

O Código de Defesa do Consumidor, no seu art. 14, estabelece que: "Art. 14. O [...] [prestador] de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."

Qual o risco? Ora, se eu estou pagando pelo transporte de uma bagagem, eu tenho de ter um conhecimento dessa bagagem, ter um seguro em cima dessa bagagem e receber por isso. E eu também tenho direito de escolher por quem eu quero transportar a minha bagagem. Se eu tenho, de fato, uma concorrência, Dr. Angelo, o que nós deveríamos estar fazendo? Teríamos que ter nas seguintes condições: qual é a companhia que me franqueia o melhor preço para eu transportar a minha bagagem? Então, eu viajo por uma companhia e transporto a minha bagagem pela outra. Não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que significa a venda condicionada e a venda casada na legislação consumerista brasileira, ou melhor, na legislação consumerista mundial? A venda casada é a falta de opção. Quando a gente fez aqui, quando V. S^a, Dr. Angelo, fez aqui algumas comparações... Vamos usar como comparação a questão da alimentação em voo, que estava sendo praticada pela companhia Gol e agora já está sendo praticada pela Latam, de venda a bordo. É uma questão que fere o Código de Defesa do Consumidor, porque ninguém é obrigado a comprar o produto que está sendo lá vendido; é oferecido.

A questão da bagagem é diferente. Eu não tenho opção, e esse é o grande problema na legislação consumerista. Eu quero transportar a minha bagagem, sou obrigado a transportar a minha bagagem pela companhia aérea e tenho que pagar por um serviço pelo qual já estou pagando. E aí, com todo o respeito às colocações do Dr. Ricardo, a resolução, o art. 13 da resolução fere o Código de Defesa do Consumidor.

Qual o mecanismo que nós vamos arrumar para isso? É discutível. Eu ainda não entrei com ação pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor para fazer a portaria cumprir o Código de Defesa do Consumidor, diferentemente da ação que está sendo discutida lá no Nordeste e foi discutida em São Paulo. A questão é a seguinte: Código de Defesa do Consumidor é lei? É. A resolução está abaixo da lei? Está. Tem que se cumprir a lei? Tem que se cumprir a lei. O Judiciário vai fazer com que seja cumprida a lei. Essa é a questão.

Agora, eu estou na mesma linha em que estava desde o início de testar, tanto é que, na semana retrasada, falei com o Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, que está segurando o decreto legislativo, que susta o art. 13 da resolução, para monitorarmos. E, numa viagem com ele para o Peru, quando nós decidimos, os Parlamentos da América Latina, suspender a Venezuela das atividades e fazer um comunicado a respeito da postura que o governo estava tomando lá, conversando com ele na viagem, ele falou: "Por favor, monitore se realmente está funcionando, porque, se não estiver funcionando, nós vamos votar o decreto legislativo", que já passou por aqui, Senadora, e já foi aprovado aqui no Senado; falta ser aprovado na Câmara.

Mas a gente quer esperar para ver? O consumidor quer. O consumidor quer vantagem? Quer vantagem. Agora que efetivamente aconteça, porque na prática, Dr. Angelo, todos os componentes de uma viagem fazem parte do custo dessa viagem: o horário que eu vou viajar, o preço do combustível que está sendo vendido em cada parte do País, a procura pela passagem ou não.

Se temos uma queda nos preços das passagens, Dr. Eduardo, é porque estamos vivendo uma crise também. Essa é uma grande verdade. E, como a procura diminuiu, a oferta baixou os preços em determinados horários, em determinados voos. Agora, temos de nos lembrar de que São Paulo-Rio de Janeiro, São Paulo-Brasília, e vice-versa, não são parâmetros para ninguém. Então, a minha viagem para Brasília não é parâmetro. O parâmetro é onde não há concorrência, onde efetivamente há uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou duas companhias aéreas operando ou, o que é pior, nos espaços, Dr. Ricardo e Dr. Rogério, onde existe muita concorrência, onde outras companhias não conseguem entrar, onde não existe espaço. Vai disputar espaço no Aeroporto de Congonhas! Eu quero saber que companhia aérea – eu gostaria que a Anac me respondesse – consegue espaço lá.

Há muito tempo, Dr. Eduardo, eu ouvia o Presidente da TAM, falecido Comandante Rolim, dizendo para mim, em relação à Varig e à Vasp: "Eu não consigo decolar e pousar em Congonhas, porque existe um verdadeiro cartel aqui." Hoje, esse cartel é praticado pela Latam e pela Gol. Essa é a grande verdade! E, quando vamos discutir preços, temos de discutir tudo isso, porque só existe, de fato, concorrência quando a gente tem várias empresas trabalhando no mercado.

E, na linha do que o Dr. Eduardo falou, esta prática de poder ou não assinar pela companhia aérea, de quantidade de ações, etc. e tal impostas pelo Governo brasileiro é balela, porque a Latam, todo mundo sabe, a família do Rolim não administra mais; é uma empresa internacional que a está administrando dentro do País. Aí é preciso a fiscalização da Anac. Cadê a fiscalização? Onde está? É uma empresa que se apresenta de uma forma, mas é administrada de outra. Esses pontos todos têm de ser discutidos quando se fala realmente de concorrência.

Quanto aos índices, eu sei que cada um deles tem uma situação. Agora, eles ainda não servem de parâmetro para a gente. É muito cedo. Essa é a grande verdade. Eu, por exemplo, comprei passagem aérea 90 dias antes da resolução e estou comprando agora, e os preços, como já disse anteriormente, não se diferenciaram.

O que é importante aqui é dizer o seguinte: a gente pode avançar na legislação consumerista no que tange à venda casada, à venda condicionada? A gente pode. O mundo está em evolução, o tempo todo em evolução. Agora, Senadora Lídice, recebi uma denúncia de que a maior empresa que vende a Moeda Bitcoin, a moeda virtual, está dando golpe no Brasil, a maior que está sediada aqui. Fomos levantar a empresa – estou falando de evolução; por isso estou usando esse exemplo –, e os dois donos da empresa... A sede da empresa é virtual; é uma sala alugada em São Paulo, e ela está trabalhando com milhões de dólares aqui no Brasil.

Os dois sócios têm um carro no nome de um e um carro no nome do outro e um pequeno apartamento, só que eles andam de Mercedes, andam de Ferrari, postam vídeos na internet dizendo "olha minha nova Ferrari que eu comprei", e o consumidor que teve da sua conta sequestrados 20 bitcoins, que significariam mais ou menos duzentos e poucos mil reais, teve sua conta bloqueada quando começou a reclamar e perdeu os restos dos bitcoins que ele tinha na conta dele.

Então, nós estamos em evolução. E aí discutíamos na semana retrasada lá, na Câmara dos Deputados, a condição de acabar com o dinheiro em espécie e nós rejeitamos o projeto porque o Brasil não está pronto para isso. A Suíça está atuando nessas condições. Eu fiz um levantamento lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para saber se estava indo bem acabar com o dinheiro físico: 240 mil fraudes num país daquele tamanho porque acabaram... Então, isso se chama evolução. É a internet, é a compra do bilhete, são as facilidades que a gente tem por não precisar passar mais pelos balcões. Quem viu balcão das companhias aéreas há cinco anos e vê hoje, é uma maravilha! O Aeroporto de Congonhas é exemplo disso, é a maior quantidade de guichês: hoje, são quatro, cinco funcionários atuando em 30 guichês porque as pessoas estão comprando pela internet.

Então, é possível rediscutir as coisas? É. Mas efetivamente temos que ver resultado. E aí eu parabeno de novo a Senadora Lídice da Mata pela audiência pública. Vamos continuar acompanhando: se, de fato, se processar o que esperamos, a diminuição do preço das passagens, tanto eu, como defensor do consumidor, como os órgãos de defesa do consumidor, todos apoiarão. A preocupação do Dr. Arthur quando traz aqui a questão do levantamento é: nós também não podemos nos antecipar com apenas dois meses e fazer uma publicidade de que os preços estão caindo. Ninguém consegue aqui – já ficou bem claro com os próprios representantes nessa Mesa – afirmar que os preços estão caindo e que o consumidor está ganhando. Ainda não. Esses números têm que ser comprovados efetivamente.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu que agradeço muito a intervenção de V. Exª, até como um dos especialistas na defesa do consumidor do Congresso Nacional, portanto, um dos maiores do País.

Eu queria também pontuar algumas questões aqui. Esta audiência, caro Deputado, tem tido uma interatividade, uma manifestação dos internautas das maiores nesta Comissão. Embora, claro, com certas características próprias, nós tratamos aqui da transposição do Rio São Francisco, que teve também uma adesão muito grande – claro, específica no Nordeste brasileiro. Nas manifestações que nós trazemos aqui – já há mais de 70 –, embora tenhamos várias do Norte, do Nordeste, concentram-se muito mais no Sul e Sudeste aqueles que estão aqui reclamando, que acho que caracterizariam, inclusive, o passageiro que viaja sem mala, porque é um passageiro que faz muito mais viagens de negócios. O centro da abordagem aqui foi dizer o quê? Foi dizer que não há cobrança nova, que o que se está cobrando na passagem, na verdade, é o preço desagregado da passagem aérea, que o preço da passagem aérea com bagagem sempre foi esse e que, quando você desagrega o custo, você oferta ao consumidor o direito de não pagar, já que ele anda de malinha na mão – é o passageiro, em tese, que mais vai se beneficiar imediatamente, é o passageiro justamente de uma viagem curta, uma viagem da forma que a gente faz, que passa dois ou três dias e já tem uma estrutura aqui, mas principalmente o passageiro que viaja a negócios para o Rio, para São Paulo, que faz a ponte aérea, ou mesmo... Aqui há muita gente de Minas Gerais se manifestando, do Distrito Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, esse passageiro, de imediato, seria o passageiro que tem o "direito de escolha" – entre aspas. Eu digo entre aspas, porque há uma indução da demanda, o próprio representante da Anac e outros aqui disseram que o passageiro escolhe pelo preço. É uma tendência óbvia: você escolhe pelo preço menor. Então, há uma indução do tipo de demanda que você passa a ter por uma medida – entre aspas – "governamental" ou "não governamental", através da fiscalização, do setor de fiscalização e de regulação de setor. A decisão da Anac é estimular que o consumidor que tenha um determinado formato de consumo possa se beneficiar, digamos assim, e, aí, cria-se a ideia de que o consumidor tem um desejo. Esse desejo não existia, esse desejo não existe, é um mito, foi criado por uma intervenção do Estado, embora ela seja tão negada por tantos.

Isso geraria, portanto, a busca de abrir novas ofertas, uma competitividade maior, criação de novos produtos, inovação, é uma verdadeira situação aqui cantada em prosa e verso de paraíso total, de satisfação do consumidor. E o que nós vemos na prática é o inverso.

E eu gostaria até que vocês pudessem fazer uma pesquisa com o consumidor nos aeroportos. Por quê? Quanto ao consumidor de bagagem pequena, de bagagem de mão, qual foi o resultado objetivo? Cresceu o número de consumidores que viajam sem bagagem. Isso está demonstrado aqui por todos os que fizeram suas exposições. O que ocorre? Trata-se de encher os aviões de mais bagagem, portanto de um excesso de bagagem...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Um aparte, Senadora: bagagem essa que vai no interior do avião.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Exatamente.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Porque os porões, hoje, só transportam carga de alto custo. Comandantes de aeronaves têm conversado comigo e dito que estão transportando celulares, eletroeletrônicos etc., o que, para as companhias aéreas, é o mais interessante, é melhor do que levar passageiro.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sim.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Tanto é que eu disse outro dia numa audiência pública aqui que ouvi um comandante, num voo para Brasília, dizer: "Olha, estamos com excesso de peso aqui; aos passageiros que quiserem descer nós vamos dar um bilhete para qualquer parte do Brasil", só para não tirar a carga que estava lá embaixo. Ou seja, o que a gente vê com isso é que parece que a bagagem do passageiro é menos importante, porque ela ocupa espaço e não tem peso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – E a carga, que não pode mais ser transportada pelas rodovias, até pela questão de segurança pública, está sendo transportada pelas companhias aéreas.

Então, fica um clima, Dr. Ricardo, de que isso beneficia as companhias aéreas para ganharem na carga e não terem que levar a bagagem dos passageiros.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Veja que V. Exª inclusive já relatou aqui o constrangimento que o passageiro começou a ter. Esse dito passageiro, que deveria passar a ter opções, passar a ter o seu desejo preenchido, de viajar com sua malinha de mão, agora é parado antes de entrar. Vêm aqueles personagens com as caixinhas de papelão, como foi dito aqui, que não medem o peso, medem o tamanho, e as pessoas têm que adequar.

Eu também já vi polêmicas imensas, quer dizer, um casal – eu assisti a isso – que veio de uma viagem internacional com uma malinha de mão, ao chegar aqui, é obrigado a mentir. É decidido que tem que despachar a mala, e ela disse: "Eu não despacho o meu *notebook*, que é caro e está aí dentro." Eu não despacho porque o senhor não me garante que eu chego lá com o meu *notebook*."

Veja também que contradição: depois que se pagou a bagagem, ou antes de se pagar a bagagem, recentemente, têm aumentado muito os danos à bagagem. Antigamente o consumidor, a pessoa comprava uma mala e ficava aquela mala anos protegida. Agora, não. Você compra uma mala... E muita gente deixou de despachar a mala, antes despachavam muito mais, porque ela é danificada, e muito danificada. Passou a se adequar, levar bagagem de mão, para que ela não fosse danificada. De vez em quando, quando você é obrigado a despachar, a bagagem vem em estado lastimável.

Então, tudo isso diz respeito ao direito do consumidor, que compra caro a sua passagem de avião e que precisa de um órgão, portanto, que fiscalize, que lhe mantenha o direito em relação àquilo que é o serviço que ele espera ter.

Eu quero dizer que eu e também o Deputado somos pessoas com atuação na área de turismo, estimuladores da área. O Eduardo sabe que eu fui Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, que tem uma atuação nessa área. Nós, na Bahia, conseguimos baixar o preço do querosene de avião para a aviação regional, o que beneficiou e abriu novas ligações dentro do Estado no governo anterior. No atual Governo, o atual Governador também já se sensibilizou pelo movimento até da associação de lojistas do aeroporto, que reclamou. Ele conseguiu baixar também o ICMS da aviação para aumentar essa possibilidade de haver mais voos. Mas essa situação ainda não está resolvida. Olhem o esforço que nós estamos fazendo! Nós consideramos que precisamos... Este Congresso, tanto a Câmara quanto o Senado, foi absolutamente solidário, e é, tem reafirmado a sua absoluta solidariedade ao transporte aéreo no Brasil para torná-lo viável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é preciso discutir isso dentro de um contexto em que, por outro lado, você não precarize de tal forma a viagem do consumidor, do viajante, do passageiro, na sua essência.

Eu até não sou das que brigam por comida em avião. O meu trajeto é pequeno, de 1 hora e 40 minutos. Há alguns que fazem voos, para chegarem aos seus Estados, de 3 horas, de 3 horas e 30 minutos, com passagens altíssimas. Os Parlamentares do Norte do Brasil sofrem uma situação absurda. Mesmo comprando com antecedência, são passagens mais caras do que as de uma viagem internacional.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – E o que é pior, Senadora, é que eles são tidos como "gastões"...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Como gastadores.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – ... como gastadores do dinheiro público.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Todos eles, quando se abre... Temos toda a transparência de gastos no Parlamento, e eles pontuam entre os maiores gastadores do Brasil, com críticas de todos.

Nós falamos dos Deputados e dos Senadores porque eles são usuários do transporte semanalmente. Por conta do preço do transporte, alguns do Norte deixam até de viajar semanalmente, passam a viajar de 15 em 15 dias. Mas a população desses Estados, que tem uma necessidade enorme de se conectar com o resto do Brasil, por negócios ou até por abastecimento de comida, vive essa mesma situação, paga um preço de alimentação mais alto, assim por diante.

Então, ninguém aqui está contra o liberalismo da Anac no seu conceito de como se deve dar a organização do comércio da aviação no Brasil, até porque algumas dessas questões não são sequer tema desta audiência pública. Temos outras audiências públicas já previstas só para tratar desses assuntos, da abertura do céu, o que, hoje, é quase uma... Na verdade, através desse modelo das empresas, nós já temos empresas internacionais que estão atuando no Brasil com uma maquiagem contábil de que não têm a maioria da administração. Mas aí, sim, precisamos até de uma competição maior. Se é para abrir, que se abra para todos mesmo! Vamos disputar, vamos ter coragem na disputa.

Ao mesmo tempo, diz-se outra coisa: "Não, mas não é esse consumidor que nós queremos beneficiar, é o consumidor mais pobre, em tese o do Norte e o do Nordeste brasileiro." Aí eu desafio que se faça uma pesquisa no Norte e no Nordeste brasileiro para saber se os consumidores dessas regiões estão mais satisfeitos do que antes. Primeiro, há pouquíssimos voos. São pouquíssimos os voos. Para nós nos relacionarmos dentro da própria região, às vezes, temos de vir a Brasília, como já foi dito aqui, e, às vezes, temos de ir a Minas Gerais, para voltar para o Estado, ou para São Paulo. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivemos indo para São Paulo para pegar um voo para ir para um Estado do Nordeste. E não há diminuição de custo até então registrada.

O que o Deputado faz muitos Deputados aqui fazem, e eu também busco fazer. Aliás, o preço de passagem e essa mudança nos obrigam quase a manter um grupo de funcionários de mais de dois ou três só para esta tarefa de pesquisa de preço na internet.

Então, é claro que há medidas que levam tempo para se estabelecer, mas é preciso levar em conta o direito do consumidor, não criar o desejo do consumidor não verdadeiro e impor ao consumidor uma prática. É claro que um dia o consumidor se cansa e, conformadamente, diz: "Tudo bem, eu não tenho como lutar." Até porque este País tem uma tradição muito pequena de o consumidor reivindicar o seu próprio direito; conhecer o seu direito e poder brigar por ele.

Então, a gente também não pode admitir que os órgãos governamentais se conformem com isso ou se coloquem nesta postura: em nome de saber que um dia o consumidor vai se conformar, nós já damos como certo aqui tudo que é necessário que está sendo feito. É preciso que se comporte mais na defesa do interesse da população do que do interesse das próprias empresas, que têm muito quem as defenda. Os seus próprios donos se colocam de forma muito competente na sua defesa e sabem fazer isso muito bem, negociando no Congresso Nacional e participando de forma democrática.

Eu, aliás, quero ressaltar que, do tempo em que participo do Congresso, as empresas aéreas têm uma postura exemplar nesse item: participam do debate, enfrentam o debate, integram-se na discussão, defendem com vigor o seu interesse. Muitas vezes são atendidas, em outras não o são, mas se colocam de maneira muito democrática neste espaço de discussão aqui na Câmara e no Senado Federal.

Acho que é muito difícil sustentar a ideia de que a diminuição do preço da passagem hoje tem relação direta com essa questão das bagagens. E acho que é difícil, porque nós temos componentes que interferem de forma muito decisiva na formação de preço da passagem, entre eles o dólar, como já foi aqui dito, que está em queda no País; a diminuição da demanda, o que leva, em muitos casos, a que haja uma diminuição do preço para atrair a demanda; enfim...

O SR. ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO (*Fora do microfone.*) – A inflação...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – A inflação, que baixou. Então, há diversos elementos que fazem o cenário econômico do País e que interferem diretamente no preço das passagens.

Com toda a solidariedade que tenho, inclusive demonstrada nessa luta de fortalecimento do turismo no nosso País... Considero que o transporte aéreo é indispensável ao crescimento do turismo, em um país que investe pouco, compreende pouco, promove pouco os seus destinos, entende pouco





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, na era em que nós estamos, de desenvolvimento da economia, investir na economia do turismo significa gerar emprego, gerar renda, incorporar uma população que tem na sua hospitalidade um elemento de preço, de agregação de valor ao turismo nacional. O Brasil compreende muito pouco isso. Portanto, nesse aspecto, sou absolutamente solidária às companhias aéreas brasileiras como um elemento indispensável ao desenvolvimento do turismo nacional. Agora, nós precisamos casar esses interesses, equilibrar os movimentos feitos. Não é possível defender-se só o estabelecimento das regras liberais na economia, sem levar em conta que é também da economia liberal o direito individual do consumidor brasileiro.

Então, eu queria colocar essas questões, porque acho que, em função do tempo... Nós tivemos seis pessoas para falar, e das atividades que tivemos hoje e que são muitas aqui no Senado Federal, nós hoje estamos com uma pauta muito polêmica na Comissão de Justiça, eu própria iria para lá, e tive que contar com o apoio de alguns que conseguiram tirar pelo menos dois pontos da pauta que me envolviam diretamente, e nós podemos ficar até o final.

Eu queria, como continuidade dessa discussão, dizer que nós temos mais duas audiências públicas marcadas, para discutir questões que dizem respeito ao desenvolvimento do turismo e das empresas aéreas em nosso País; temos a discussão dos aeroportos, dos novos aeroportos, das empresas que receberam concessão para a gestão dos novos aeroportos, também está marcado para apresentação de seus projetos e de proposta; e temos também a discussão da abertura do espaço aéreo nacional. E nós ficaremos muito felizes de poder contar com todos vocês.

Aqui, todos defenderam um ponto de vista que está vinculado a sua atribuição, inclusive o Secretário Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, que aqui também defendeu com muito vigor o posicionamento do consumidor. O Dr. Angelo defendeu o fortalecimento da competitividade no mercado, faz isso com sua função. Mas, dentro de cada função, o Congresso Nacional tem a função justamente, na política, de negociar os interesses da população e, entre esses interesses da população, estão também os interesses empresariais do País. Porém, eles não podem ser os únicos a serem colocados nem mesmo o centro daquilo que nós estamos a debater.

Eu quero agradecer a participação de todos.

E, em função de todos esses aspectos aqui destacados, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves, Paulo Paim e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária" Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 44 de 2017 que: "Requeiro A Vossa Excelência, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 36/2017, desta Comissão, para incluir o nome do Sr. João Manoel Pinho de Mello, Chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas, a participar da realização de Audiência Pública destinada a debater a nova Política de Cobrança de Bagagens." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Prejudicado, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno. ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 45 de 2017: "Plano de Trabalho da Avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, objeto do RDR nº 15/2017, aprovado em 23 de março de 2017, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 46 de 2017 que: "Em aditamento ao RDR nº 40, de 2017, aprovado nessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) no dia 13/09/2017, requeiro a inclusão do Deputado Gonzaga Patriota como palestrante na audiência pública que irá discutir a transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco." Autoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 47 de 2017 que: "Requeiro, com fundamento no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir o Acórdão 1.827/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, prolatado no âmbito do Processo 020.126/2015-8, conhecido como “Relatório Sistemático de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste)”. Autoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: Aprovado. A presidência apresenta ao colegiado a programação da 2ª Visita Técnica às obras de integração das bacias do Rio São Francisco, em atendimento ao RDR 29/2017, que acontecerá no dia 06 de outubro de 2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/04>

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Comunico aos nossos colegas Parlamentares integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que está aberto o prazo de apresentação de emendas à LOA (Lei Orçamentária Anual), na Secretaria da Comissão, nos dias 2 a 11 de outubro. Portanto, o período de apresentação de emendas vai até o dia 11 de outubro.

Quero, neste momento também, fazer o registro aqui na Comissão de que, dando continuidade à luta pelo acompanhamento e fiscalização da transposição das águas do São Francisco, nós estaremos realizando, nesta próxima sexta-feira, mais uma jornada de audiências públicas e de visitas técnicas também. Desta vez vai ser lá no Rio Grande do Norte. Sexta-feira nós estaremos na região





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oeste, na cidade de Apodi, às 9h. A audiência pública vai ser no auditório do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, e à tarde nós estaremos em uma outra região do Rio Grande do Norte, que é a região do Vale do Açu, a região salineira. Na cidade de Açu, a audiência pública vai ser no auditório da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Em ambas essas audiências, repito, nós estamos cumprindo o nosso papel enquanto Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é, Senador Elmano, o acompanhamento dessa obra que dispensa comentários, por sua importância vital para o Nordeste setentrional. Nós estamos, agora, nesse acompanhamento da conclusão do Eixo 1 do Eixo Norte, obra essa que está prevista para ser entregue ao Ceará, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte e a parte de Pernambuco no primeiro semestre do ano que vem. O Ministro Helder disse aqui que em janeiro as águas chegam ao Ceará e, com 90 dias, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte.

Só que, paralelamente à conclusão do São Francisco, há uma série de outras obras que precisam estar garantidas, como, por exemplo, lá no meu Estado, a desobstrução do Rio Piranhas-Açu. Por quê? Porque é por ele que as águas chegarão ao Rio Grande do Norte. E se não se cuidar de limpar, de desassorear o Rio Piranhas-Açu, nós viveremos uma tragédia: de repente as águas estarão liberadas para chegar ao Rio Grande do Norte, mas não chegarão. Por quê? Porque o rio precisa ser desassoreado – é nesse sentido que nós vamos tratar aqui já, já, do nosso querido Rio Parnaíba.

Mas, enfim, na audiência lá em Apodi o foco é o Ramal Apodi-Mossoró. É aquilo que a gente já tem colocado: esse ramal é fundamental, porque, senão, as águas do São Francisco, chegando ao Rio Grande do Norte, só beneficiariam metade da população, a outra metade ficaria excluída. Daí a necessidade do Ramal Apodi-Mossoró.

Em Açu, o foco é exatamente a desobstrução do Rio Piranhas-Açu. Nossa expectativa é de que, a exemplo, Senador Humberto, da Caravana das Águas, sejam audiências bem concorridas, com participação da sociedade civil. O Ministério da Integração Nacional – estive ontem lá – já designou o Secretário Nacional de Infraestrutura Hídrica, que está indo lá. Está indo o DNOCS, está indo a Agência Nacional das Águas. E eu quero também o Ministério do Meio Ambiente nos acompanhando nessa caravana.

De forma que eu quero só renovar aqui o convite, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, lá para essa audiência no Rio Grande do Norte.

Rapidamente, também quero aqui dar conhecimento à Comissão de que, dando continuidade ao nosso ciclo de debates sobre o Fundeb, Deputado Marcelo Castro – a quem quero cumprimentar, seja muito bem-vindo –, nós realizamos agora em Salvador mais uma audiência pública. Esse ciclo tem como tema central debater a iniciativa da Senadora Lídice, que foi a de apresentar uma emenda à Constituição, da qual eu sou Relatora, que trata de algo muito importante, imperativo, estratégico



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para a educação básica brasileira: que é não só prorrogar o Fundeb, que está completando dez anos, não é só tornar o Fundeb uma política permanente, mas sobretudo fazer o debate agora de ampliar a participação financeira da União junto aos Estados e Municípios, para que os Estados e Municípios possam ter condições, inclusive, de assegurar as metas do novo Plano Nacional de Educação. Esse é um debate de caráter federativo, fundamental, decisivo. Então, nós vamos percorrer as cinco regiões do País.

Assim, é apenas para dar conhecimento de que realizamos lá em Salvador a audiência pública. E quero parabenizar a Senadora Lídice, as entidades e as instituições que lá estiveram. Foi um debate muito representativo, Senador Elmano, Senadora Regina, e com muita qualidade. O próximo vai ser na Região Sudeste, em Minas Gerais.

Vamos passar aqui, imediatamente, para...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O item 1 está adiado.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2017**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Declaro prejudicado o Requerimento nº 44, de 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz (item nº 2 desta pauta), nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno, por haver perdido a oportunidade, uma vez que o evento ao qual ele se refere já foi realizado na Comissão de Desenvolvimento Regional no dia 27 de setembro.

(Matéria não lida e dada como prejudicada:

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 44, de 2017**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro A Vossa Excelência, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 36/2017, desta Comissão, para incluir o nome do Sr. João Manoel Pinho de Mello, Chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas, a participar da realização de Audiência Pública destinada a debater a nova Política de Cobrança de Bagagens.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Vamos ao item 4.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 46, DE 2017****- Não terminativo -**

Em aditamento ao RDR nº 40, de 2017, aprovado nessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) no dia 13/09/2017, requeiro a inclusão do Deputado Gonzaga Patriota como palestrante na audiência pública que irá discutir a transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco.

Autoria: Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone.*) – É um requerimento solicitando a inclusão...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Inicialmente quero cumprimentar a nobre Presidente desta Comissão, a nossa Senadora Fátima Bezerra, e cumprimentar os Srs. Parlamentares.

Queria fazer um destaque especial, porque, coincidentemente, estamos aqui com dois ex-Ministros da Saúde.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – O nosso Humberto Costa, que se ausentou por alguns instantes, e o nosso estimado representante do Piauí na Câmara, o ex-Ministro e Deputado Federal Marcelo Castro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este pedido nosso, Sr^a Presidente, prende-se àquela audiência que nós solicitamos para tratar da transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. Sabemos que é um tema polêmico. Entretanto, não poderia omitir o nome do Deputado Federal Gonzaga Patriota, considerando que ele, há mais de 30 anos, vem defendendo essa tese. E escreveu um livro, cujo título é *As Águas do Tocantins Deságuam no Velho Chico*. Então, houve uma omissão de nossa parte, de todos nós aqui, quando sugerimos os expositores para esta audiência pública que deve ocorrer oportunamente, conforme decisão de V. Ex^a para marcar a data.

Portanto, estamos pedindo a inclusão do Deputado Federal Gonzaga Patriota como expositor nesta futura, ou próxima, audiência pública para tratar, repito, da transposição das águas do Tocantins para o Velho Chico. Ou seja, são rios que estão morrendo. Como nós vamos tratar hoje aqui do processo de revitalização do Tocantins, que também está nessa catilinária nossa dos rios brasileiros morrendo, sobretudo os rios do Nordeste e, especialmente, agora também, os rios do Norte do País.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Há outra proposição aqui de autoria do Senador Elmano Férrer.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para discutir o Acórdão 1.827/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, prolatado no âmbito do Processo 020.126/2015-8, conhecido como “Relatório Sistemico de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste)”.

Autoria: Senador Elmano Férrer.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Srª Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, esse relatório é da mais alta relevância para o Nordeste, sobretudo para as autoridades públicas que hoje detêm o comando de muitas instituições que atuam na região.

Este requerimento trata do relatório de um processo no âmbito do Tribunal de Contas da União cujo relator principal conduziu uma equipe de três auditores de controle externo e também dois auditores internos do Tribunal.

A justificativa deste nosso requerimento, Srª Presidente, eu passo a ler rapidamente – trata-se de um documento muito curto.

O presente Requerimento visa à realização de uma Audiência Pública com o Ministro Relator e demais Auditores de Controle Externo que participaram das auditorias e fiscalizações que resultaram no Acórdão 1.827/2017 no âmbito do Processo 020.126/2015-8, conhecido como Fisc Nordeste.

O referido processo trata de uma detalhada e minuciosa fiscalização a respeito das políticas de desenvolvimento implementadas na região Nordeste do Brasil. A fiscalização foi realizada nos nove Estados da região e envolveu quatro Ministros da Corte de Contas e quatro Ministros-substitutos, sob a relatoria do Eminentíssimo Ministro José Múcio Monteiro.

O Relatório oferece subsídios para aprimorar a Administração Pública na condução das políticas de desenvolvimento nessa região, em benefício de quase 28% da população brasileira – isso representa quase 50 milhões de brasileiros. Por isso, é importante que se dê a devida publicidade e se traga ao debate um estudo de tamanha envergadura a fim de nos debruçarmos sobre os desafios e as possíveis soluções para o desenvolvimento sustentável da Região do Nordeste brasileiro.

Ademais, cabem a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo debater e discutir sobre planos regionais de desenvolvimento econômico e social, bem como sobre programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Ao tempo que analisamos tema vital para o desenvolvimento do Brasil, prestigiemos o competente trabalho exercido por nossa Corte de Contas, órgão auxiliar a este Congresso Nacional, composto por um corpo técnico de altíssimo nível, e colaborador na avaliação das políticas públicas nacionais.

Então, Srª. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e nobre Deputado, eu reputo da mais alta importância essa audiência, visto que houve várias tentativas, programas e projetos de desenvolvimento regional ao longo dos últimos cem anos, principalmente os casos em análise dos mais recentes, e sempre se fazem e se lançam programas. Muitos deles não têm continuidade; outros são desvirtuados.

Foi oportuno, da mais alta relevância e capacidade técnica esse trabalho feito pelo Tribunal de Contas. No meu entendimento, devemos trazer para cá, para esta Comissão, os coordenadores, no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso o Ministro José Múcio Monteiro, que coordenou esse processo juntamente com três outros Ministros do Tribunal de Contas.

Repito: lançamos programas, gastamos dinheiro e muitas vezes – geralmente, aliás, é a prática – não se avalia o resultado desses programas. Então, este requerimento, para o qual eu pediria compreensão, tenho certeza, vai merecer consideração e a devida aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu solicitaria que a Senadora Regina pudesse assumir a presidência para que eu possa apresentar o próximo e último requerimento, que é de minha autoria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria fazer uma questão de ordem antes, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma consulta à senhora. Se o seu requerimento não for muito urgente, gostaria de saber se ele poderia ficar para uma próxima reunião. É um plano de trabalho, de fato, o que a senhora vai apresentar, não é?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É porque eu tenho de presidir a CDH às 11h, e lá é um esforço concentrado para votar projetos terminativos.

Se a gente pudesse começar... Eu gostaria de ter participação aqui, até sou autora do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senadora.

Eu já indaguei aqui da Comissão. Eu também já tinha tido essa mesma preocupação de V. Exª. Eu indaguei aqui da Comissão. A Comissão está me pedindo para que a gente aprove o requerimento em face da questão do tempo. Mas é bem rápido, Senadora, até porque o plano já está publicado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é bem rapidinho. O plano já está publicado, inclusive, nos anais aqui para que a gente possa, imediatamente, passar à audiência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 45, de 2017**- Não terminativo -**

Plano de Trabalho da Avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, objeto do RDR nº 15/2017, aprovado em 23 de março de 2017, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

A autoria é da Senadora Fátima Bezerra, a quem concedo a palavra para a apresentação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Srª Presidente.

Conforme V. Exª já acabou de mencionar, nós escolhemos como tema para avaliação no que diz respeito às políticas públicas exatamente o tema da segurança hídrica, Deputado Marcelo Castro, exatamente pelo momento que o País vive e especialmente que o nosso Nordeste vive. Dispensa comentário a crise hídrica que vive o Nordeste, uma das mais graves da sua história.

Por isso é que essa avaliação, para nós, é fundamental, repito, diante das crises hídricas enfrentadas, sobretudo pela população do Semiárido brasileiro, que abrange a maior parte do Sertão e do Agreste em 1.133 Municípios de nove Estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. É importante aqui mencionar que nessa região vivem 22 milhões de pessoas, o que faz do Semiárido brasileiro o mais populoso do planeta. O problema da seca está historicamente presente em parte considerável da Região Nordeste, onde o Semiárido corresponde a 57% da área total da região e abriga, aproximadamente, 40% de sua população.

De acordo com os registros dos eventos climáticos ocorridos na região nos últimos três séculos, por cerca de 85 anos as chuvas foram escassas, inexistentes ou mal distribuídas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero só aqui colocar, mais uma vez, que o tema dispensa comentários. O Nordeste está no sexto ano seguido de seca, os reservatórios estão pedindo socorro. Não é só o Rio Grande do Norte, não. No Rio Grande do Norte, a maior barragem que nós temos, que é a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, entra em volume morto agora em dezembro.

Portanto, quero só pedir o apoio aqui dos nossos pares, porque acho que, acertadamente, nós escolhemos exatamente, Senadora Regina, a crise hídrica tanto na Região Nordeste como na Região Norte. Quero aqui adiantar que nós temos aqui um calendário que já foi publicado.

Nós queremos fazer um bom e intenso debate envolvendo o Poder Público, envolvendo a sociedade civil, a academia, as igrejas, ou seja, trazer todos os atores para que a gente possa fazer um debate fundamentado, um debate com muita consistência do ponto de vista técnico, e fazer com que, ao final, esse relatório possa fortalecer a mobilização social e política que a gente precisa fazer no sentido de exigir do Governo as providências necessárias para o enfrentamento dessa situação.

É isso. Peço o apoio dos meus pares.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o plano apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Regina.

Bom, vamos passar imediatamente à nossa audiência pública, fruto do requerimento da Senadora Regina e do Senador Elmano, a quem, inclusive, eu vou passar a coordenação dos trabalhos, com muita honra.

Quero só dizer da alegria de termos aqui os nossos convidados e convidadas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe-me, eu preciso só encerrar a reunião, Senador Elmano.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, informando que iniciaremos em cinco minutos a 9ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes destinadas a debater a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.)

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.
(Pausa.)

Comunico aos nossos colegas Parlamentares integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que está aberto o prazo de apresentação de emendas à LOA (Lei Orçamentária Anual), na Secretaria da Comissão, nos dias 2 a 11 de outubro. Portanto, o período de apresentação de emendas vai até o dia 11 de outubro.

Quero, neste momento também, fazer o registro aqui na Comissão de que, dando continuidade à luta pelo acompanhamento e fiscalização da transposição das águas do São Francisco, nós estaremos realizando, nesta próxima sexta-feira, mais uma jornada de audiências públicas e de visitas técnicas também. Desta vez vai ser lá no Rio Grande do Norte. Sexta-feira nós estaremos na região oeste, na cidade de Apodi, às 9h. A audiência pública vai ser no auditório do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, e à tarde nós estaremos em uma outra região do Rio Grande do Norte, que é a região do Vale do Açu, a região salineira. Na cidade de Açu, a audiência pública vai ser no auditório da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Em ambas essas audiências, repito, nós estamos cumprindo o nosso papel enquanto Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que é, Senador Elmano, o acompanhamento dessa obra que dispensa comentários, por sua importância vital para o Nordeste setentrional. Nós estamos, agora, nesse acompanhamento da conclusão do Eixo 1 do Eixo Norte, obra essa que está prevista para ser entregue ao Ceará, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte e a parte de Pernambuco no primeiro semestre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ano que vem. O Ministro Helder disse aqui que em janeiro as águas chegam ao Ceará e, com 90 dias, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte.

Só que, paralelamente à conclusão do São Francisco, há uma série de outras obras que precisam estar garantidas, como, por exemplo, lá no meu Estado, a desobstrução do Rio Piranhas-Açu. Por quê? Porque é por ele que as águas chegarão ao Rio Grande do Norte. E se não se cuidar de limpar, de desassorear o Rio Piranhas-Açu, nós viveremos uma tragédia: de repente as águas estarão liberadas para chegar ao Rio Grande do Norte, mas não chegarão. Por quê? Porque o rio precisa ser desassoreado – é nesse sentido que nós vamos tratar aqui já, já, do nosso querido Rio Parnaíba.

Mas, enfim, na audiência lá em Apodi o foco é o Ramal Apodi-Mossoró. É aquilo que a gente já tem colocado: esse ramal é fundamental, porque, senão, as águas do São Francisco, chegando ao Rio Grande do Norte, só beneficiariam metade da população, a outra metade ficaria excluída. Daí a necessidade do Ramal Apodi-Mossoró.

Em Açu, o foco é exatamente a desobstrução do Rio Piranhas-Açu. Nossa expectativa é de que, a exemplo, Senador Humberto, da Caravana das Águas, sejam audiências bem concorridas, com participação da sociedade civil. O Ministério da Integração Nacional – estive ontem lá – já designou o Secretário Nacional de Infraestrutura Hídrica, que está indo lá. Está indo o DNOCS, está indo a Agência Nacional das Águas. E eu quero também o Ministério do Meio Ambiente nos acompanhando nessa caravana.

De forma que eu quero só renovar aqui o convite, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, lá para essa audiência no Rio Grande do Norte.

Rapidamente, também quero aqui dar conhecimento à Comissão de que, dando continuidade ao nosso ciclo de debates sobre o Fundeb, Deputado Marcelo Castro – a quem quero cumprimentar, seja muito bem-vindo –, nós realizamos agora em Salvador mais uma audiência pública. Esse ciclo tem como tema central debater a iniciativa da Senadora Lídice, que foi a de apresentar uma emenda à Constituição, da qual eu sou Relatora, que trata de algo muito importante, imperativo, estratégico para a educação básica brasileira: que é não só prorrogar o Fundeb, que está completando dez anos, não é só tornar o Fundeb uma política permanente, mas sobretudo fazer o debate agora de ampliar a participação financeira da União junto aos Estados e Municípios, para que os Estados e Municípios possam ter condições, inclusive, de assegurar as metas do novo Plano Nacional de Educação. Esse é um debate de caráter federativo, fundamental, decisivo. Então, nós vamos percorrer as cinco regiões do País.

Assim, é apenas para dar conhecimento de que realizamos lá em Salvador a audiência pública. E quero parabenizar a Senadora Lídice, as entidades e as instituições que lá estiveram. Foi um debate muito representativo, Senador Elmano, Senadora Regina, e com muita qualidade. O próximo vai ser na Região Sudeste, em Minas Gerais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar aqui, imediatamente, para...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O item 1 está adiado.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2017**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Declaro prejudicado o Requerimento nº 44, de 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz (item nº 2 desta pauta), nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno, por haver perdido a oportunidade, uma vez que o evento ao qual ele se refere já foi realizado na Comissão de Desenvolvimento Regional no dia 27 de setembro.

(Matéria não lida e dada como prejudicada:

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 44, de 2017**

- Não terminativo -

Requeiro A Vossa Excelência, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 36/2017, desta Comissão, para incluir o nome do Sr. João Manoel Pinho de Mello, Chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas, a participar da realização de Audiência Pública destinada a debater a nova Política de Cobrança de Bagagens.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Vamos ao item 4.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 46, DE 2017

- Não terminativo -

Em aditamento ao RDR nº 40, de 2017, aprovado nessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) no dia 13/09/2017, requeiro a inclusão do Deputado Gonzaga Patriota como palestrante na audiência pública que irá discutir a transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco.

Autoria: Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone.*) – É um requerimento solicitando a inclusão...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Inicialmente quero cumprimentar a nobre Presidente desta Comissão, a nossa Senadora Fátima Bezerra, e cumprimentar os Srs. Parlamentares.

Queria fazer um destaque especial, porque, coincidentemente, estamos aqui com dois ex-Ministros da Saúde.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – O nosso Humberto Costa, que se ausentou por alguns instantes, e o nosso estimado representante do Piauí na Câmara, o ex-Ministro e Deputado Federal Marcelo Castro.

Este pedido nosso, Srª Presidente, prende-se àquela audiência que nós solicitamos para tratar da transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. Sabemos que é um tema polêmico. Entretanto, não poderia omitir o nome do Deputado Federal Gonzaga Patriota, considerando que ele, há mais de 30 anos, vem defendendo essa tese. E escreveu um livro, cujo título é *As Águas do Tocantins Deságuam no Velho Chico*. Então, houve uma omissão de nossa parte, de todos nós aqui, quando sugerimos os expositores para esta audiência pública que deve ocorrer oportunamente, conforme decisão de V. Exª para marcar a data.

Portanto, estamos pedindo a inclusão do Deputado Federal Gonzaga Patriota como expositor nesta futura, ou próxima, audiência pública para tratar, repito, da transposição das águas do Tocantins para o Velho Chico. Ou seja, são rios que estão morrendo. Como nós vamos tratar hoje aqui do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de revitalização do Tocantins, que também está nessa catilinária nossa dos rios brasileiros morrendo, sobretudo os rios do Nordeste e, especialmente, agora também, os rios do Norte do País.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Há outra proposição aqui de autoria do Senador Elmano Férrer.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para discutir o Acórdão 1.827/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, prolatado no âmbito do Processo 020.126/2015-8, conhecido como “Relatório Sistemático de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste)”.

Autoria: Senador Elmano Férrer.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Srª Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, esse relatório é da mais alta relevância para o Nordeste, sobretudo para as autoridades públicas que hoje detêm o comando de muitas instituições que atuam na região.

Este requerimento trata do relatório de um processo no âmbito do Tribunal de Contas da União cujo relator principal conduziu uma equipe de três auditores de controle externo e também dois auditores internos do Tribunal.

A justificativa deste nosso requerimento, Srª Presidente, eu passo a ler rapidamente – trata-se de um documento muito curto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O presente Requerimento visa à realização de uma Audiência Pública com o Ministro Relator e demais Auditores de Controle Externo que participaram das auditorias e fiscalizações que resultaram no Acórdão 1.827/2017 no âmbito do Processo 020.126/2015-8, conhecido como Fisc Nordeste.

O referido processo trata de uma detalhada e minuciosa fiscalização a respeito das políticas de desenvolvimento implementadas na região Nordeste do Brasil. A fiscalização foi realizada nos nove Estados da região e envolveu quatro Ministros da Corte de Contas e quatro Ministros-substitutos, sob a relatoria do Eminentíssimo Ministro José Múcio Monteiro.

O Relatório oferece subsídios para aprimorar a Administração Pública na condução das políticas de desenvolvimento nessa região, em benefício de quase 28% da população brasileira – isso representa quase 50 milhões de brasileiros. Por isso, é importante que se dê a devida publicidade e se traga ao debate um estudo de tamanha envergadura a fim de nos debruçarmos sobre os desafios e as possíveis soluções para o desenvolvimento sustentável da Região do Nordeste brasileiro.

Ademais, cabem a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo debater e discutir sobre planos regionais de desenvolvimento econômico e social, bem como sobre programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Ao tempo que analisamos tema vital para o desenvolvimento do Brasil, prestigiamos o competente trabalho exercido por nossa Corte de Contas, órgão auxiliar a este Congresso Nacional, composto por um corpo técnico de altíssimo nível, e colaborador na avaliação das políticas públicas nacionais.

Então, Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e nobre Deputado, eu reputo da mais alta importância essa audiência, visto que houve várias tentativas, programas e projetos de desenvolvimento regional ao longo dos últimos cem anos, principalmente os casos em análise dos mais recentes, e sempre se fazem e se lançam programas. Muitos deles não têm continuidade; outros são desvirtuados.

Foi oportuno, da mais alta relevância e capacidade técnica esse trabalho feito pelo Tribunal de Contas. No meu entendimento, devemos trazer para cá, para esta Comissão, os coordenadores, no caso o Ministro José Múcio Monteiro, que coordenou esse processo juntamente com três outros Ministros do Tribunal de Contas.

Repito: lançamos programas, gastamos dinheiro e muitas vezes – geralmente, aliás, é a prática – não se avalia o resultado desses programas. Então, este requerimento, para o qual eu pediria compreensão, tenho certeza, vai merecer consideração e a devida aprovação.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu solicitaria que a Senadora Regina pudesse assumir a presidência para que eu possa apresentar o próximo e último requerimento, que é de minha autoria.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria fazer uma questão de ordem antes, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma consulta à senhora. Se o seu requerimento não for muito urgente, gostaria de saber se ele poderia ficar para uma próxima reunião. É um plano de trabalho, de fato, o que a senhora vai apresentar, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É porque eu tenho de presidir a CDH às 11h, e lá é um esforço concentrado para votar projetos terminativos.

Se a gente pudesse começar... Eu gostaria de ter participação aqui, até sou autora do requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senadora.

Eu já indaguei aqui da Comissão. Eu também já tinha tido essa mesma preocupação de V. Ex^a. Eu indaguei aqui da Comissão. A Comissão está me pedindo para que a gente aprove o requerimento em face da questão do tempo. Mas é bem rápido, Senadora, até porque o plano já está publicado. Então, é bem rapidinho. O plano já está publicado, inclusive, nos anais aqui para que a gente possa, imediatamente, passar à audiência.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 45, de 2017**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Plano de Trabalho da Avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, objeto do RDR nº 15/2017, aprovado em 23 de março de 2017, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

A autoria é da Senadora Fátima Bezerra, a quem concedo a palavra para a apresentação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Srª Presidente.

Conforme V. Exª já acabou de mencionar, nós escolhemos como tema para avaliação no que diz respeito às políticas públicas exatamente o tema da segurança hídrica, Deputado Marcelo Castro, exatamente pelo momento que o País vive e especialmente que o nosso Nordeste vive. Dispensa comentário a crise hídrica que vive o Nordeste, uma das mais graves da sua história.

Por isso é que essa avaliação, para nós, é fundamental, repito, diante das crises hídricas enfrentadas, sobretudo pela população do Semiárido brasileiro, que abrange a maior parte do Sertão e do Agreste em 1.133 Municípios de nove Estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. É importante aqui mencionar que nessa região vivem 22 milhões de pessoas, o que faz do Semiárido brasileiro o mais populoso do planeta. O problema da seca está historicamente presente em parte considerável da Região Nordeste, onde o Semiárido corresponde a 57% da área total da região e abriga, aproximadamente, 40% de sua população.

De acordo com os registros dos eventos climáticos ocorridos na região nos últimos três séculos, por cerca de 85 anos as chuvas foram escassas, inexistentes ou mal distribuídas.

Então, quero só aqui colocar, mais uma vez, que o tema dispensa comentários. O Nordeste está no sexto ano seguido de seca, os reservatórios estão pedindo socorro. Não é só o Rio Grande do Norte, não. No Rio Grande do Norte, a maior barragem que nós temos, que é a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, entra em volume morto agora em dezembro.

Portanto, quero só pedir o apoio aqui dos nossos pares, porque acho que, acertadamente, nós escolhemos exatamente, Senadora Regina, a crise hídrica tanto na Região Nordeste como na Região Norte. Quero aqui adiantar que nós temos aqui um calendário que já foi publicado.

Nós queremos fazer um bom e intenso debate envolvendo o Poder Público, envolvendo a sociedade civil, a academia, as igrejas, ou seja, trazer todos os atores para que a gente possa fazer um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

debate fundamentado, um debate com muita consistência do ponto de vista técnico, e fazer com que, ao final, esse relatório possa fortalecer a mobilização social e política que a gente precisa fazer no sentido de exigir do Governo as providências necessárias para o enfrentamento dessa situação.

É isso. Peço o apoio dos meus pares.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o plano apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Regina.

Bom, vamos passar imediatamente à nossa audiência pública, fruto do requerimento da Senadora Regina e do Senador Elmano, a quem, inclusive, eu vou passar a coordenação dos trabalhos, com muita honra.

Quero só dizer da alegria de termos aqui os nossos convidados e convidadas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe-me, eu preciso só encerrar a reunião, Senador Elmano.

Nada mais havendo a tratar, informando que iniciaremos em cinco minutos a 9ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes destinadas a debater a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (28ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (21ª REUNIÃO), EM 04 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e dezoito minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra, Elmano Férrer e Regina Sousa, reúnem-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Humberto Costa, Paulo Rocha, Ângela Portela, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Wilder Moraes, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Paulo Paim, Cidinho Santos, Vanessa Grazziotin e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RDR 32/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa, e RMA 28/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa e do Senador Elmano Férrer. **Finalidade:** Debater a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba. **Participantes:** Jair Vieira Tannus Júnior, Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Antônio Avelino Rocha de Neiva, Presidente da Codevasf; Inaldo Guerra, Diretor de Revitalização da Codevasf; Gil Carlos Modesto Alves, Presidente da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais (APPM); e Avelar Damasceno Amorim, Presidente da Rede Ambiental do Piauí (REAPI). **Resultado:** Realizada. Fica registrada a presença do deputado Marcelo Castro (PMDB/PI). A presidência submete às Comissões a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente, que é aprovada por ambos colegiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente da reunião conjunta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/04>

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes – 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e 21ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente – da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da instrução normativa, a gravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a debater a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, em atendimento ao Requerimento 32/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa, e ao Requerimento 28/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa e do Senador Elmano Férrer.

Cada expositor terá direito a dez ou quinze minutos – depende, aqui, da coordenação – para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurando igual prazo para a resposta, após o que, poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da comissão, e Alô Senado. Então, a galera que está acompanhando a gente nas redes sociais pode já participar da presente reunião através do portal e-Cidadania e do Alô Senado, 0800-612211.

Quero convidar, com muita alegria, ao mesmo tempo em que agradeço a presença, primeiro, o Sr. Antônio Avelino Rocha de Neiva, Presidente da Codevasf. *(Pausa.)*

O Secretário nacional do Ministério do Meio Ambiente, por favor. *(Pausa.)*

Quero convidar Gil Carlos Modesto Alves, Presidente da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais. *(Pausa.)*

Quero convidar Avelar Damasceno Amorim, Presidente da Rede Ambiental do Piauí (Reapi). *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E convidar Jair Vieira... Ah, Jair já está aqui.

Bom, eu quero, inicialmente, mais uma vez aqui, registrar a presença do Deputado Marcelo Castro.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Srª Presidente, está faltando mais um expositor, me parece, o Avelar Amorim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu chamei.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Desculpe.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, está certo de ter chamado, Senador.

Bom, eu quero, muito rapidamente aqui, parabenizar tanto a Senadora Regina como o Senador Elmano pela iniciativa. Isso aqui não é um tema qualquer. A revitalização da bacia do Rio Parnaíba já foi, inclusive, debatida aqui na CDR por diversas ocasiões, por iniciativa tanto da Senadora Regina como do Senador Elmano. Inclusive, destaco aqui a aprovação nesta Comissão do PLS 67, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer. O projeto não recebeu emendas e contou com a participação da relatoria *ad hoc* da Senadora Regina. Desde agosto, o projeto encontra-se com o Senador Roberto Rocha, que foi convidado, Senador Elmano, para esta reunião – Senador Roberto Rocha, que é o Relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, que o analisa em caráter terminativo.

Eu acho que, enfim, tratar da revitalização do Rio Parnaíba, repito, é um tema de suma importância, assim como o desafio que nós temos, que é tratar da revitalização da Bacia do São Francisco. E nada mais oportuno, Senadora Regina, de que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tratar desse tema, porque é obrigação da Comissão. Nós estamos aqui tratando de temas de perfil regional, porém fundamentais do ponto de vista de uma perspectiva nacional, do desenvolvimento nacional.

Então, eu, como Presidente da Comissão, quero parabenizar, repito, a iniciativa dos dois bravos e competentes, atuantes representantes do Piauí, que são a Senadora Regina e o Senador Elmano Férrer, com quem tenho a honra de conviver aqui como integrantes dessa nossa Comissão.

Então, eu quero, inicialmente, passar a coordenação dos trabalhos para a Senadora Regina e depois ela fica revezando com o Senador Elmano. Pode ser assim, Senador Elmano?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone.*) – Pode e deve.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E eu vou para a bancada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Eu agradeço a Senadora Fátima e a convido a permanecer conosco, mas também vou compreender se tiver que sair, porque na quarta-feira se concentram todas as comissões, e nós fazemos parte de quase todas elas, não é, Senador Elmano?

Então, nesta audiência, eu vou revezar, até por um dever também: eu vou ter que presidir a Comissão de Direitos Humanos, tenho uma jornada lá de votação, e aí o Senador Elmano ficará tocando a audiência. Se der, eu retorno. Gostaria muito de participar de toda ela, mas infelizmente nós estamos com a hora avançada.

Então, não vou fazer nem a introdução de praxe que se deve aqui, mas dizer que o que inspirou esta audiência foi o projeto de lei do Senador Elmano. Ele fez um projeto de lei de revitalização do Rio Parnaíba, e aí eu achei que era importante, conversei com ele de a gente fazer uma audiência pública para discutir o que é mesmo essa revitalização. Até, também, porque eu acho que a gente pode começar a agir, independente de projeto de lei, porque eu ando muito desiludida com o tempo que leva um projeto de lei; porque ele está aqui em caráter terminativo na CMA, nós vamos fazer um esforço para votar, mas, quando ele vai para a Câmara, ele adormece lá. E aí, o Deputado Marcelo Castro vai nos ajudar a fazer andar lá.

Então, eu peguei projetos de lei que eu levantei, e têm oito anos, dez anos. Eu fico, assim, desiludida com o andamento de um projeto de lei nesta Casa, no Congresso. Então, eu acho que a gente tem que começar a agir, porque ontem eu ouvi do Senador Otto Alencar quase que um canto de lamento em relação ao Rio São Francisco, assim, uma fala triste, dizendo que todo aquele investimento de transposição poderá não valer nada daqui a dez anos; ele botou mais ou menos esse limite, dizendo que o rio vai morrer se não for feito nada com urgência. Até que há algumas coisas aprovadas, mas não anda, não deslança. Então, ele fez, assim, esse lamento na Comissão de Assuntos Econômicos e me deixou comovida com aquela fala, com a paixão, ele é apaixonado quando fala do rio, não é?

Quer falar, Senador?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Inclusive, terminou com Os Dez Mandamentos do Padre Cícero, não é?, com relação à seca.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah, tinha os Dez Mandamentos do Padre Cícero, e eu vou espalhar aqueles dez mandamentos lá no Piauí,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

viu? Vamos espalhar para o pessoal entender como é que se economiza água, como é que se cuida da terra. O Padre Cícero sabia mais do que nós hoje.

Também, sempre que eu encontrava algum presidente da Codesvaf aqui em audiência, eu lembrava a Lei 9.954, de 6 de janeiro de 2000, que acrescentou o p de Parnaíba no nome da Codevasf. Embora não tenham assumido, não tenham colocado o p – continua Codevasf, sf, termina no f –, a lei inclui que é Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Não sei se já acrescentaram outros, porque todo mundo quis acrescentar alguma coisa, eu não sei se já tem outros rios acrescentados, mas a Codevasf é responsável por esse...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Chegamos ao Pará.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está no Pará já.

Então, por isso que a gente, agora, com um Presidente piauiense, está animado, porque vamos fazer deslanchar algumas coisas. Mas é para falar da morosidade também. Desde que eu me envolvo com certas discussões, a história do Comitê de Bacia... E aqui está dizendo, numa reportagem de janeiro, que está próximo – acho que o Avelar vai falar sobre isso. Mas está dizendo aqui também que dura 16 anos essa discussão. Eu não entendo – 17 já, não é? – essas coisas.

Então, eu vou passar imediatamente para os convidados.

Acho que vou deixar a Codevasf para ouvir primeiro, depois fala, não é?

Vamos ouvir, então, o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, o Sr. Marcelo Coelho. *(Pausa.)*

Não veio? Ah, ele também está aqui; vou olhar.

Então, vou começar com o Avelar. Você pode, Avelar, começar? Quinze minutos.

O Avelar é Presidente da Rede Ambiental do Piauí, gente, e é um militante dessa causa há muito tempo.

O SR. AVELAR DAMASCENO AMORIM – Eu queria me apresentar melhor, Senadora.

Primeiro, eu queria saudar a Mesa, no nome da senhora e do Senador Elmano Férrer, que nos deu o prazer de estar hoje, aqui, participando desta audiência pública extremamente importante para o desenvolvimento sustentável do Piauí, do Maranhão e de parte do Ceará, que já tem uma larga experiência em gestão hídrica em nível de Nordeste, de Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, ao longo dos meus 65 anos, eu já fui Presidente da Emater, portanto, tenho experiência em dizer que conheço o meu Estado, assessorei vários Secretários e hoje eu estou na condição também de, além de participar deste trabalho muito intenso à frente da Rede Ambiental do Piauí, representar também o Instituto de Águas e Esgotos do Piauí na condição de Diretor de Sustentabilidade e Programas Especiais.

Nós da Rede Ambiental aqui estamos representando 90 instituições: 30 do Maranhão, 30 do Ceará, 30 do Piauí. Cada instituição, chamada Subcomissão Estadual, tem, na verdade, por segmento ligado à sociedade civil, 10 representantes, 5 titulares e 5 suplentes; órgão público, 5 titulares e 5 suplentes; e usuários, 5 titulares e 5 suplentes. Isso se repete em cada Estado.

Esse é um trabalho que iniciamos em 2000, portanto, 17 anos de amadurecimento e de discussão, chamando para uma discussão profunda a responsabilidade da sociedade, principalmente da sociedade, dos órgãos públicos, dos usuários no nosso Estado.

Nós, então, ficamos muito felizes com esse convite e também com a possibilidade de a Senadora e do Elmano estarem aqui presentes, com os demais Senadores e Deputados, discutindo um assunto extremamente, Senadora, importante para o desenvolvimento desses três Estados.

Então, nós colocamos ali o projeto de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e, de maneira transversal, a perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Aqui, nós temos muito clara – eu vou procurar andar mais rapidamente – a divisão do Brasil nas suas 12 grandes regiões hidrográficas. Isso graças ao exemplo que a natureza nos dá pelo movimento do ciclo hidrológico, que criou as grandes regiões hidrográficas, e uma delas, mais importante, é a nossa Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Eu vou colocar aqui algumas características, rapidamente, da nossa bacia, porque alguém aqui pode não conhecer. Nós temos aqui a localização dela em nível de Brasil. Essa é a cara dela, na imagem da direita. Nós temos a posição da nossa bacia hidrográfica em relação a todo o Nordeste. Estão ali os Estados vizinhos, o Maranhão, o Ceará, a Bahia, Pernambuco e um pedaço aqui de Tocantins, que não aparece.

Então, nós temos algumas informações importantes.

A participação dos Estados na Bacia: o Piauí tem 224 Municípios, 223 estão dentro da Bacia, 99% do Estado dentro dessa bacia; o Maranhão tem 38, 20% da bacia; e o Ceará, 11%, com 19 Municípios.

Nós temos ali a questão da percentagem da bacia no Estado. Ela está com 75% dela dentro do Piauí, 20%, no Maranhão, e 5%, no Ceará, uma pequena parcela do Ceará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos as principais cidades nessa bacia: Teresina, a maior, e há algumas no Maranhão, e, aí, me parece que não aparece nenhuma do Ceará, porque uma que poderia se destacar é Crateús, mas é pequeno. Tem Crateús, não é? Crateús.

E, aí, a questão da precipitação. Em toda a área leste, fronteira com a Bahia/Pernambuco, a precipitação varia de 400 a 800mm. É a região seca, Semiárido. À medida que você se desloca para o oeste, vai aumentando o nível de precipitação. Aquela faixa amarela, de 1000 a 1400mm, e aquela vermelha, aqueles pontos localizados têm de 1500 até 1800mm.

Então, a divisão da nossa Bacia, está sendo feita em nível de Alto, Médio e Baixo Parnaíba.

Nós temos aqui, a princípio, nós tínhamos dividido a bacia em 12 sub-bacias, mas, diante do trabalho feito pela Agência Nacional de Águas, hoje, ela está subdividida em sete sub-bacias, quatro na região Norte, duas no Médio e uma no Baixo Parnaíba.

Mais ou menos, eu quero mostrar os impactos ambientais que vêm acontecendo na nossa Bacia. Eu reputo, como Engenheiro Agrônomo, que o maior impacto ambiental é o desmatamento. Se a gente desdobrar a discussão disso aí, é terrível a situação que acontece na bacia e é preciso, urgentemente, a gente ter um programa forte de monitoramento para controlar melhor esse desmatamento.

Outra questão muito séria é o baixo nível de saneamento básico que acontece em todas as cidades, não só por parte do Maranhão, como do Piauí e no Ceará também.

Aí, tem a questão da poluição, que é muito intensa nessa bacia, provocada pelas indústrias e pelos efluentes domésticos.

A questão seriíssima, a presença dos lixões a céu aberto. É lixo em tudo que é lugar, nas estradas, nos bairros. O lixo está solto, lixões a céu aberto em todos os pontos na Bacia. Isso é um problema muito sério também.

A questão que vocês discutem muito, a questão da crise hídrica. Esse processo que se discute intensamente, o processo da desertificação, é muito sério, tanto no Rio Grande do Norte, Ceará ou no Piauí. Está crescendo rapidamente. É um problema sério.

Então, nós precisamos, diante dessa, eu diria, parafernália de problemas, Senadora – porque há mais –, começar a pensar como profissionais que nós somos, dentro de uma área de planejamento, Senador, em um modelo de gestão. É disso que se precisa, porque o que o Tribunal de Contas já registrou nos seus relatórios, em muitas obras acontecem todas essas atividades, muito dinheiro entrando pelo ralo, isso é dito e é repetida em todos os Ministérios essa situação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos de um modelo e eu entendo que, dentro do pensar no planejamento, o modelo, para mim, a base do modelo, o pilar é o legal. Primeiro, nós temos que ter a base legal, que é a legislação. O segundo pilar forte que eu reconheço, que é a área tecnológica, que tem que abraçar essa causa, é o conhecimento. Para mim, a grande ferramenta de trabalho é o conhecimento. Não adianta falar por falar sem ter conhecimento de causa para participar do processo. E o terceiro pilar, para mim, é o sistema de gerenciamento, integrado, participativo, descentralizado, isso dito e redito pela legislação, e chamo a atenção para isto: precisamos, urgentemente, construir esse modelo novo, em outras palavras, com novos paradigmas, para provocar as mudanças comportamentais de todos os atores existentes nessa bacia.

Então, dentro desse fato, nós começamos a procurar discutir intensamente nas reuniões das subcomissões estaduais do Piauí, do Ceará e do Maranhão isso, com a coordenação da subcomissão interestadual. Hoje, quem coordena a Representação da Reapi, secretariada pela Codevasf, é a nossa Secretária que está ali, a Thalita, da Codevasf. E nós estamos dando uma dinâmica muito grande, ao longo dos anos, com base nessa gestão das águas na Carta Magna, e todos já conhecem que as águas são bens públicos, de domínio da União e dos Estados. Não existem águas de propriedade dos Municípios.

Então, ao que é que visa? Instituir um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Então, a legislação é abundante. Ela existe para isso.

Nós temos aqui lido, relido e discutido intensamente – há momentos de alegria e de tristeza nessa discussão, mas faz parte do processo – o entendimento do que é essa Lei Nacional de Recursos Hídricos, quais são os seus princípios, quais são os seus instrumentos, que modelo é esse de gerenciamento.

E, aí, dentro dessa discussão, chegamos à conclusão: chegou a hora de criar o nosso fórum maior, que é o Comitê.

Então, nós, em 2000, aprovamos a Lei Estadual de Recursos Hídricos, que é a nº 5.164, de 2000, e, de lá para cá, intensificamos essa discussão, dizendo: "Olha, temos que criar o fórum, que é o Comitê". E isso a gente, no Piauí, vem discutindo, no Ceará e no Maranhão, amadurecendo, pegando a experiência de um e de outro, e eu acho que hoje estamos prontos para termos uma discussão final, de fechamento, de criar o Comitê, em obediência às duas Resoluções, a nº 05, do Conselho Nacional, que estabelece as diretrizes para a formação, e a Resolução nº 109, que é o grande pacto, que é o que está faltando agora a gente fechar, esse pacto, para juntar o documental e mandar para o Sr. Jair Tannus, que secretaria o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e tomar as devidas providências, Senador, para que se aprove isso e se crie esse Comitê o mais rápido possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos hoje na bacia quatro comitês criados. Seriam dois do lado do Ceará, na Serra de Ibiapaba, lá em cima, e um embaixo, que é Sertão de Crateús, e, no Piauí, nós temos Canindé, Piauí, Gurgueia, trabalhando o Maranhão hoje e olhando para o Rio Balsas, tentando mobilizar para criar o Comitê do Rio Balsas. O Maranhão não tem nenhum comitê localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Etapas para criação e instalação.

Vou falar mais rápido sobre isso aqui. Mas um comitê é nada mais nada menos do que uma reunião desse tipo em que se coloca no centro da mesa a bacia hidrográfica e onde há representação de várias instituições ligadas a vários setores, cada um com um olhar diferente. Com isso, geram-se conflitos. Temos que ter um fórum para discutir esses conflitos, para administrar isso. E nada melhor do que o comitê. O comitê é extremamente importante porque é um órgão tripartite. E nós precisamos criar esse modelo novo, Senadora, o mais rápido possível, para que ele possa chegar principalmente ao nosso Estado do Piauí.

Então, esse desafio é muito importante. Estamos discutindo isso aqui. Para isso, como eu disse, tivemos o cuidado de evitar o centralismo de decisão, criar as três subcomissões estaduais, todas as três tripartites, com a coordenação, com uma dinâmica que está sendo dada em cada Estado sob a nossa coordenação, que é a Comissão Interestadual, cobrando do Jair aqui, ligando direto para a ANA, para o pessoal da ANA, ligando para o Senador, para a assessoria do Senador. Eu sei que esse processo tomou uma dinâmica muito forte e agora nós estamos na fase final, para encerrar, para fechar o cumprimento da Resolução nº 109, que é o pacto da União com os Estados.

Graças a Deus e ao Senador Férrer, pela sua origem lá no Ceará, estivemos no Ceará conversando com o secretário, na Procuradoria-Geral, porque foi aprovado o pacto na PGE do Piauí, na PGE do Maranhão. Só está faltando a decisão da PGE do Ceará, porque deram um prazo de 20 dias. Esse prazo está se encerrando acho que hoje.

Senador, é bom que o senhor faça uma ligação lá para o procurador, para ver se ele libera isso para a gente juntar o documental e imediatamente enviar para o Jair, porque ele fica cobrando: "Olha, está marcada a audiência para novembro para a gente discutir isso". Eu digo: Jair, estamos lutando aqui. Vamos ver se a gente consegue isso.

Então, é extremamente importante que cada Deputado dos três Estados, os Senadores abracem essa causa. Essa causa, Regina, não tem dono. É importante que os três governadores tomem conhecimento disso, se aprofundem nesse assunto, porque ele é de interesse... Quando você vê a situação do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, a estrutura organizacional que já existe ... Nós, hoje, para fechar, só queremos, Deputado, a mesma estrutura montada para apoio gerencial, Senadora, para a Bacia do Rio São Francisco. Queremos o Comitê Gestor da Casa Civil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abraçando a causa do Rio Parnaíba. Nós queremos a Câmara Técnica, Jair, através do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Integração, todos envolvidos, e a ANA envolvida também nesse processo. Queremos todo esse apoio necessário, porque o Senador entrou com um projeto de revitalização. É o início do fechamento, Senador, do programa de revitalização da nossa bacia.

Então, era isso que eu queria dizer, deixando esse apelo nesta Casa para ver se a gente concretiza esse trabalho que é extremamente importante para os Estados do Piauí, do Maranhão e do Ceará.

Muito obrigado por esta oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu esqueci de avisar que havia essa campainha. Quando ela toca falta um minuto. Mas eu sempre sou generosa e dou mais um para a pessoa concluir. Não precisa se apressar, correr.

O SR. AVELAR DAMASCENO AMORIM – Eu só queria dizer que coloquei uma série de ações, mas acho que elas não chegam, Deputada, à metade das ações necessárias para a gente desenvolver em cada programa possível na bacia. É isto que nós precisamos, ou seja, construir um modelo adequado para evitar uma Torre de Babel no gerenciamento ambiental hídrico. Isso porque a gestão ambiental hídrica é transversal a todas as políticas dos demais setores. Então, vale a pena a gente abraçar essa causa. É por isso que eu acredito nesse trabalho e estou envolvido nele há 17 anos. Alguns me acham meio louco, me chamam disso e daquilo. Mas eu acho que vale a pena a gente abraçar essa causa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode ter a certeza de que vale. É preciso haver pessoas teimosas para que não desistam no meio do caminho.

Vamos ouvir agora o Prefeito de São João do Piauí, Gil Carlos Modesto Alves, que é Presidente da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais.

O SR. GIL CARLOS MODESTO ALVES – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Senadora Regina Sousa, que preside esta audiência, ao tempo que, em nome dos prefeitos e prefeitas de todos os Municípios do Estado do Piauí, agradecemos a iniciativa desta audiência sobre relevante tema. Quero saudar também os demais membros da Mesa, e o faço na pessoa do Dr. Avelino Neiva, Presidente da Codevasf. Um abraço também aos nossos representantes do Piauí, ao Senador Elmano Férrer, que é um entusiasta dessa causa, ao Deputado Marcelo Castro, à Senadora potiguar Fátima Bezerra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, aproveito para cumprimentar os prefeitos do Estado do Piauí presentes: o Prefeito Lindenberg, de Ribeiro Gonçalves, e o Prefeito Carlos Braga, de Santa Filomena, ambos são responsáveis por dois Municípios que são ribeirinhos ao Rio Parnaíba, e também o Prefeito de Cajazeiras, Aldemar Neto. Coincidentemente, Lindenberg e Carlos Braga são médicos, assim como eu. Então, além do compromisso que temos como gestores, também temos a missão da questão sanitária que envolve o Rio Parnaíba.

Seria redundância aqui destacar a importância desse tema.

Senador Elmano, lembro-me de que desde que passei a prestar atenção nos meios de comunicação a gente ouve falar da revitalização do Rio Parnaíba, tema que teve o seu aumento talvez mais pujante quando o então candidato a governador do Estado do Piauí, Alberto Silva, propôs um projeto para voltar a navegabilidade do Rio Parnaíba, inclusive com aquele símbolo da barca do sal. Esse tema, parece-me, ficou mais agudizado agora em razão dessa grave e jamais vista seca que assola o Sertão, o Piauí e grande parte do Nordeste brasileiro.

Senadora, a apresentação técnica do Prof. Avelar Amorim, que penso ser meu parente, porque também sou Amorim – viu, Avelar? –, ilustrou bem a situação hidrográfica do Rio Parnaíba.

Mas eu queria ressaltar, além da questão do desmatamento, a grave situação dos efluentes que chegam ao Rio Parnaíba, sejam efluentes sanitários das cidades ribeirinhas, sejam os efluentes de agrotóxicos ou industriais. Eu queria destacar a questão que faz interessar aos Municípios, 24 Municípios que são ribeirinhos, do lado leste, ou seja, do Piauí, do Rio Parnaíba, que é a do esgotamento sanitário, que talvez seja o problema mais grave e que podemos de maneira mais rápida solucionar.

Dos 24 Municípios do Piauí que são banhados diretamente pelo Rio Parnaíba, apenas cinco, hoje, têm esgotamento sanitário concluído, inclusive o de Ribeiro Gonçalves. Desses cinco, Dr. Avelino, eu não sei quantos efetivamente estão funcionando, estão em atividade. Portanto, nós temos 19 Municípios ainda que não têm tratamento de esgoto na atualidade, apesar, naturalmente, do grande esforço que a Codevasf faz nesse sentido. Parece-me que dos R\$282 milhões já aplicados diretamente na preservação, revitalização e na proteção do Rio Parnaíba, quase a totalidade, R\$236 milhões, salvo engano, foram destinados exatamente ao esgotamento sanitário. Mas, por alguma razão, há um retardo na execução e no funcionamento desse esgotamento. Talvez, por equívocos na valoração dos projetos, na sua execução ou ainda na fase de atividade, a fase de operação em que muitas vezes não há o entendimento entre o gestor municipal e a empresa que viria a ser responsável pela operação, como acontece, por exemplo, no lado oeste no Maranhão. É um exemplo que me chamou muito a atenção – foi motivo de reportagem, inclusive, em nível nacional – a questão da cidade de Parnarama, em que o projeto foi concluído, mas ainda não chegou a sua utilidade, que é fazer o devido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento sanitário dos esgotos. Pelo depoimento daqueles munícipes, a situação está mais grave do que antes de se fazer o sistema de coleta e tratamento dos efluentes domiciliares.

Então, essa é uma questão com que nós gestores municipais estamos muito preocupados e penso que precisamos concentrar esforços, recursos e conhecimento, como bem ressaltou aqui o Dr. Avelar, no sentido de solucionar o mais breve possível essa questão do esgotamento sanitário.

Não sei quantos dos 24 Municípios do Estado do Piauí hoje têm plano municipal de saneamento básico, uma condição *sine qua non* para se fazer naturalmente a devida aplicação dos recursos e a solução para o tratamento dos efluentes e, portanto, para proteção e revitalização do Rio Parnaíba.

Não preparei nada técnico, Senadora, a respeito do Rio Parnaíba, da sua revitalização e proteção, mas penso que, em nome dos prefeitos do Estado do Piauí, esse é o apelo que fazemos, para que concentremos esforços, porque existe conhecimento, existe tecnologia e acredito que é possível reservar recursos – mesmo em razão dos problemas graves de orçamento que enfrentaremos nos próximos anos –, poderemos concentrar no sentido de solucionar essa questão, que é talvez a mais urgente, em relação ao Rio Parnaíba e às cidades que lhes são ribeirinhas.

Muito obrigado pela oportunidade.

Que desta audiência se tenha um bom desfecho para que tenhamos pela frente as soluções necessárias para alcançarmos o objetivo que é revitalizar o Velho Monge.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Presidente da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais, Gil Carlos Modesto Alves.

Passamos a palavra agora ao Sr. Jair Vieira Tannus Júnior, Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, representando aqui S. Exª o Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR – Muito obrigado, Srª Senadora Regina, coordenadora dos trabalhos...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Peço desculpas por interrompê-lo, mas será descontado do seu tempo.

Eu queria convidar o Senador Elmano para presidir, porque está chegando o momento da minha Comissão de Direitos Humanos, mas eu vou ficar ainda aqui. Vou pedir para o Senador Paim segurar lá.

Senador Elmano, por favor, venha presidir aqui. *(Pausa.)*

Passo a Presidência desta audiência ao Senador Elmano Férrer. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradecemos à nossa estimada Senadora Regina.

Com a palavra o nosso expositor Jair Vieira, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer, coordenador dos trabalhos aqui desta reunião, a quem cumprimento juntamente com a Senadora Regina pela iniciativa deste debate. Cumprimento também a Srª Presidente Fátima Bezerra, o Sr. Deputado Marcelo Castro, nosso Ministro. Cumprimento o Antônio Avelino, Presidente a Codevasf; o Gil Carlos, da Associação Piauiense de Prefeitos Municipais; o meu amigo de WhatsApp, de longa data, que hoje tive o prazer de conhecer pessoalmente, Sr. Avelar Amorim, grande batalhador do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba.

É muito honroso para mim, representando o Ministro Sarney Filho nesta audiência, participar do debate de revitalização de um rio que une o Estado do Piauí com o Estado do Maranhão, que ele representa, e onde milito politicamente. Lá já tive oportunidade de trabalhar com o Piauí. Pela primeira vez, como Superintendente da Conab nos Estados do Maranhão e do Piauí e, depois, como Superintendente da Funasa no Estado do Maranhão, onde tive o prazer de ser contemporâneo do colega Paulo Roberto, a quem também cumprimento nesta oportunidade. Hoje, estamos trabalhando também juntos na área hídrica. Ele, como Coordenador de Recursos Hídricos do Estado do Piauí; e eu, como Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Senhoras e senhores, a região hidrográfica do Parnaíba configura-se como uma das mais importantes da Região Nordeste do Brasil, sendo ocupada pelos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão e está quase totalmente inserida na área delimitada como suscetível à desertificação.

A maior parte do Estado do Piauí, 99%, está inserida na Bacia do Parnaíba, só não está o Município de Parnaíba e outros 38 Municípios do Maranhão e 11 do Ceará, perfazendo 280 Municípios, com uma população de 4,15 milhões de pessoas, em uma área de 344 mil quilômetros quadrados, que representam 3,9% do território nacional.

O Rio Parnaíba tem extensão aproximada de 1,4 mil quilômetros, sendo perene na maioria de seus trechos. Seus principais afluentes, alimentados por águas superficiais e subterrâneas, destacamos: os Rios Balsas, Gurgeia, Piauí, Canindé, Poti e Longá. Suas águas atravessam dois biomas, como o Cerrado, no Alto Parnaíba, e a Caatinga, no Médio e Baixo Parnaíba, com características hidrológicas diferenciadas em cada uma dessas regiões.

Os principais aquíferos presentes na bacia hidrográfica do Rio Parnaíba são: Serra Grande, Cabeças e Poti-Piauí, os quais são usados, sobretudo, pelo Estado do Piauí. No Semiárido, esses aquíferos representam a principal fonte de abastecimento de água para a população residente, haja vista que grande parte dos rios dessa região é intermitente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escassez de água, aliás, tem sido historicamente apontada como um dos principais motivos para o baixo índice de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, os aquíferos da região apresentam maior potencial hídrico da Região Nordeste e podem, se explorados de maneira sustentável, representar um grande diferencial em relação às demais áreas do Nordeste brasileiro no que se refere à possibilidade de promover o desenvolvimento econômico e social.

O percentual da população abastecida por água na região apresenta uma média de 91% equivalente à média nacional. No entanto a situação é crítica em relação à rede de esgotamento sanitário, que apresenta um valor médio de 10%, muito abaixo da média nacional, que é de 62%.

O Rio Parnaíba e seus tributários tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento econômico dos Estados onde estão inseridos, a partir do uso dos seus recursos naturais. Entretanto, o processo de ocupação tem sido caracterizado pelo uso desordenado do solo e dos recursos hídricos, em razão de uma agricultura e pecuária, em geral, implementada sem o uso de práticas conservacionistas, conduzindo à devastação do solo e ao esgotamento de suas nascentes e de suas respectivas áreas de recarga, resultando em elevado índice de assoreamento e alteração do regime hídrico dos cursos d'água.

A bacia hidrográfica está quase totalmente inserida na área delimitada como suscetível à desertificação. Ademais, considerando a nova delimitação do Semiárido brasileiro, instituída pela Resolução da Sudene nº 107, cerca de 61% da bacia está inserida na região semiárida. A infraestrutura hídrica da Bacia do Parnaíba é composta por várias barragens e adutoras construídas nos cursos d'água e existem ainda, segundo cadastros efetuados pelo CPRM, mais de 23 mil poços tubulares profundos.

Em relação à implantação da política de recursos hídricos, todos os Estados integrantes da região hidrográfica possuem suas leis de recursos hídricos. Há situações em estágios mais avançados, com a criação de comitês de bacias e sistemas de outorgas implantadas, como no Ceará. No Piauí, há processos de implantação de comitês de bacia e dos instrumentos de gestão. Sendo o Rio Parnaíba de domínio da União, a outorga vem sendo fornecida pela ANA e, nos rios estaduais, pelos respectivos Estados.

A Bacia do Parnaíba é a segunda mais importante do Nordeste brasileiro e representa a mais densa rede hidrográfica da região.

Cabe destacar que a Codevasf é o órgão do Governo Federal que, desde o ano 2000, vem atuando na Bacia do Rio Parnaíba, quando deu início ao programa intitulado Plano de Ação para a Bacia do Rio Parnaíba (Planap). Para efeito desse plano, a bacia foi subdividida em quatro macrorregiões, com base em suas características físicas, potencialidade de produção e dinâmica de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento: macrorregião do Cerrado; macrorregião do Semiárido; macrorregião do Meio-Norte; e macrorregião do litoral.

A Codevasf tem realizado também uma série de ações de contenção e reversão de processos erosivos que ameaçam o meio ambiente, a disponibilidade de recursos hídricos e ações de infraestrutura, bem como obras de esgotamento sanitário e segurança hídrica, com barragens e sistemas de distribuição de água.

Ações que promovam a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba são fundamentais, em decorrência da sua importância socioeconômica e ambiental para os Estados nos quais estão inseridos. É necessário que todas as atividades da bacia sejam desenvolvidas em consonância com as práticas que permitam a manutenção dos processos ecológicos essenciais para a existência da vida e dos seus recursos fundamentais.

Aqui quero ressaltar que se encontra na Casa Civil uma proposta de decreto de convenção de multas do Ibama que serão revertidas em ações de recuperação ambiental. Essas ações serão desenvolvidas em áreas estratégicas e considerarão critérios técnicos.

Salienta-se que as empresas autuadas que optarem pela conversão terão incentivo, um desconto de até 60% em relação ao valor total da multa. As áreas que sofrerão intervenções serão apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente. A primeira delas, por determinação do Ministro Sarney Filho, deve contemplar ações de revitalização das Bacias do São Francisco e do Parnaíba, atendendo assim ao Semiárido brasileiro.

A criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Parnaíba é uma luta antiga, como disse o Amorim, iniciada em 2000.

Em 2011, foi criada a Comissão Interinstitucional Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Parnaíba, com membros das secretarias estaduais dos Estados, Ordem dos Advogados do Brasil, Agespisa, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, Codevasf, Fundação Velho Monge e Ministério Público do Trabalho do Piauí.

Nesse período, foi realizada uma série de audiências públicas, reuniões e oficinas de debate, com o objetivo de sensibilizar representantes do Poder Público, sociedade civil e usuários de água quanto à importância da constituição de um comitê de bacia.

Estão em fase de conclusão, como bem disse também o Amorim, os procedimentos necessários para assinatura do acordo de cooperação entre os Estados do Maranhão e Piauí, que já fizeram seu dever de casa, agora faltando o Ceará. Tenho mantido tratativas semanais com o Secretário Teixeira, do Ceará, justamente no intuito de acelerar o processo de análise pela Procuradoria-Geral do Estado, para que esse pacto da União possa ser assinado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destacamos também a efetiva participação do Senador Elmano, como originário do Ceará que é, que tem feito também gestões muito propositivas nesse sentido. Inclusive o nosso Diretor de Revitalização de Bacias está hoje lá no Ceará, Senador, participando do Programa Água Doce, que é gerido pela nossa secretaria, e ele já marcou uma reunião com o chefe da casa civil do governador, justamente no intuito de pedir celeridade na apreciação do parecer da Procuradoria, porque a gente corre contra o tempo. É uma determinação do Ministro Sarney Filho, que vem trabalhando há muito tempo nessa causa. Ainda na sua gestão, ele, como Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, gostaria de deliberar pela aprovação e criação do Comitê de Bacias do Parnaíba.

Após assinatura do Pacto de Gestão pelos governadores, então, o processo será analisado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como disse, presidido pelo Ministro Sarney Filho, secretariado por mim, e então encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para publicação de decreto que formalizará a criação do Comitê.

A criação do Comitê é um passo importante para o fortalecimento do processo de revitalização da Bacia do Parnaíba, compreendendo um conjunto de ações integradas e permanentes, por exemplo, a recuperação de áreas degradadas, implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos, destinação adequada dos resíduos sólidos, combate ao assoreamento e à degradação da mata ciliar, e muitas outras ações que hoje são pontuais.

Em um cenário de aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos que afetam diretamente a disponibilidade hídrica da região do Parnaíba, reforço a necessidade e urgência de ações conjuntas e integradas para sua revitalização. Portanto, considerando estratégica a implementação de ações de revitalização da Bacia do Rio Parnaíba, nos colocamos à disposição para contribuir para a construção conjunta de um programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Ressaltamos a importante iniciativa do Senador Elmano Férrer, autor da proposição legislativa que define normas gerais para revitalização da Bacia do Parnaíba, através do PLS 67/2017, que constitui um instrumento legal para definir os princípios e ações prioritárias para recuperação da região hidrográfica do Rio Parnaíba.

Por fim, informamos que promover ações de conservação e recuperação nas Bacias dos Rios São Francisco, Parnaíba e Rio Doce é uma das metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para o quadriênio 2016-2020. Em 24 de outubro, será realizada a Primeira Oficina de Monitoramento das Metas do PNRH...

(Soa a campanha.)

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR – ... do Plano Nacional de Recursos Hídricos, envolvendo seus principais executores, quando serão obtidas informações atualizadas sobre o seu cumprimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério do Meio Ambiente está apoiando a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Parnaíba. O Plano Estadual contribui para o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos no Estado e também servirá como base, juntamente com os Planos Estaduais do Ceará e do Piauí, que já foram elaborados, para construção do Plano da Bacia do Parnaíba.

A Codevasf deu início à elaboração dos estudos preliminares para a elaboração do diagnóstico da Bacia do Parnaíba, que poderá vir a compor o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Parnaíba. O processo de elaboração do plano deverá ser acompanhado e esse plano depois deverá ser aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, caso ainda não tenha sido constituído o Comitê da Bacia, o que esperamos que não venha a acontecer; queremos a criação do Comitê.

Eram essas as considerações que queríamos fazer em nome do Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Nós agradecemos a exposição do Jair. Inclusive, se ele permitir, a gente pode mandar reproduzir aqui na Secretaria da Comissão, para distribuir às pessoas que se interessarem. Eu, pelo menos, me interesso e já peço uma cópia dessa exposição, de conteúdo muito rico.

Agradecemos, em nome da Comissão, ao tempo em que concedemos a palavra ao nosso ilustre amigo, Presidente da Codevasf, esse experimentado executivo público, político também, grande articulador, conhecedor profundo desses problemas relacionados não só ao Piauí, mas ao Nordeste.

Concedo a palavra ao nosso Presidente Avelino Neiva, para sua exposição, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA – Eu quero aqui agradecer o convite feito à Codevasf. Eu quero agradecer ao Senador Elmano, à Senadora Regina, que são Senadores do nosso Estado aqui presentes; ao Deputado Marcelo Castro, também aqui presente, do nosso Piauí. Eu acho que só tem mesmo político do Piauí. Então, vamos aproveitar, é uma manhã boa para se falar a respeito de recursos hídricos.

Quero agradecer ao Avelar, que eu conheço há bastante tempo, nós temos muitos anos de estrada rodada, caminhada; ao Jair Vieira; ao jovem Gil Carlos, o Presidente da nossa APPM do Piauí; aos engenheiros da minha Codevasf aqui presentes; ao Inaldo, diretor dessa área de revitalização.

Nós temos uma abrangência, dentro do panorama nacional, de 325km² de área de atuação da Codevasf, só dentro da Bacia do Rio Parnaíba, que se estende ao Estado do Maranhão e ao Estado do Ceará. Abrange 279 Municípios, com uma população estimada em quase 5 milhões de habitantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, é uma satisfação nossa, da Codevasf, comparecermos ao Senado da República para tratarmos de assunto relacionado a recursos hídricos. Aqui eu vou me ater exclusivamente a parte desse tema de revitalização, porque nós teremos uma apresentação feita pelo nosso diretor da área, Dr. Inaldo, completa, a respeito da revitalização, que diz respeito às atuações da própria Codevasf.

Aqui falou com muita propriedade o Gil Carlos a respeito do problema de Parnarama. O que está acontecendo, para o senhor tomar conhecimento? Infelizmente, se todos tivessem, como dirigentes públicos, o mesmo conhecimento da importância do esgotamento sanitário, aquela matéria não teria sido publicada, porque, da calha do Rio Parnaíba, o primeiro Município a operar o sistema de esgotamento sanitário foi o nosso Porto Alegre do Piauí. Por quê? Você precisa ver o que isso representou para o nosso Município, qual foi o ganho de saúde pública que aconteceu.

Mas o prefeito de lá não quer receber a obra. Há mais de dois anos que se luta, e agora nós resolvemos ir à Justiça, obrigá-lo, por força judicial, a receber a obra, porque não tem mais outro caminho. Do diálogo ele disse que não quer saber. O que houve? O povo pegou, fez as ligações do esgotamento da cidade pronto, toda a tubulação estava entupida, e isso vai dar uma mão de obra muito grande por falta de responsabilidade administrativa, porque o prefeito pensa que a cidade é dele, que ele está gerenciando a cidade para ele, e a cidade é do povo. A obra que foi feita foi feita para o povo.

Então, esse é um problema em que a gente precisa ter consciência, acima de tudo, humana, porque é realmente triste saber do que está ocorrendo em diversos Municípios. E, no Piauí, com toda a sinceridade, a Agespisa aceitou receber todos os esgotamentos sanitários. Eu tenho aqui as ligações, como falaram aqui. Ribeiro Gonçalves, as ligações de Ribeiro Gonçalves estão concluídas. Ilha Grande, da Agespisa, está concluída e foram iniciadas as ligações. Murici dos Portelas está concluída, e ainda não foram iniciada as ligações. Oeiras está operando. Em Porto estamos trabalhando nas ligações. Porto Alegre do Piauí está operando. Em União não foram iniciadas ainda as ligações. Floriano está em execução. Guadalupe, em execução. Floriano tem 54% executado; Guadalupe tem 97% executado. Amarante tem 97% executado; Joca Marques, 99; Luzilândia, 33%. A obra lá foi... Luzilândia, a obra... Eu necessito ainda de recursos orçamentários de R\$6 milhões em Luzilândia. Em Uruçuí eu preciso de R\$2,6 bilhões para concluir a obra, mas ela tem... Madeiro tem 99%; Santa Filomena, 99; e Uruçuí tem 93%.

Então, no Piauí, em termos da calha do Rio Parnaíba, nós estamos chegando e atendendo aos Municípios. Do lado do Maranhão também nós temos vários Municípios concluídos: Alto Parnaíba, Brejo, Nova Iorque, Panorama e Tasso Fragoso. Municípios ainda com as ações em andamento, nós temos: Araioses, Magalhães de Almeida e Santa Quitéria do Maranhão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos trabalhando bem a esse respeito. E há um problema relacionado às dunas de Parnaíba – nós temos um belíssimo trabalho de contenção das dunas –, que é o desafio de Gilbués, que é a desertificação. Nós temos um trabalho muito bem feito lá. Nós temos as voçorocas lá de Santa Filomena, em que nós estamos trabalhando nesse sentido de contenção das dunas. Que diga o Deputado Marcelo Castro, que me parece que é fazendeiro na região.

Então, em síntese, o que eu gostaria de falar é sobre esses tópicos, que são importantes para o Rio Parnaíba. E quero aqui dizer para vocês que há um dado muito importante do Rio Parnaíba: outrora ele foi navegável. Hoje nós temos a última fronteira agrícola deste País: 12 milhões de hectares de Cerrado – em média, 70 km entre o Cerrado e a calha do Rio Parnaíba. Se ele outrora foi navegável, por que não estudar o retorno para navegação do Rio Parnaíba para baratear os custos operacionais dos transportes da produção agrícola do nosso Estado?

Então, eu quero agora... Inaldo, eu vou parar por aqui para haver tempo suficiente para você, como conhecedor da causa, fazer a apresentação da Codevasf. E quero dizer aqui a você, Avelar: eu concordo plenamente com a criação da nossa Bacia do nosso Rio Parnaíba. Então, no que depender da Codevasf, conte com o meu apoio, nós vamos sentar e vamos estudar a maneira mais eficiente de se atender a isso, que é tão necessário para o desenvolvimento da nossa Bacia. Conte conosco. Companheiro Inaldo, você agora assuma a conversa relacionada à revitalização da Bacia do Rio Parnaíba.

O SR. INALDO GUERRA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar meu dileto Senador Elmano Férrer; nosso Presidente, Dr. Avelino, com quem tenho a honra de trabalhar no dia a dia; meu amigo Gil Carlos, Presidente da APPM – cumprimento os prefeitos e demais autoridades aqui presentes –; o Jair, do Ministério do Meio Ambiente – tivemos uma reunião recente para tratar do Comitê –; o nosso Avelar, o grande, que está trabalhando por essa temática, como ele disse, ao longo da vida; e o Deputado Marcelo Castro, nosso Parlamentar atuante no Piauí.

Bom, fiquei incumbido aqui pelo nosso Presidente de apresentar a situação da revitalização da Bacia, da atuação da Codevasf na Bacia Hidrográfica do Parnaíba. O que primeiro eu tenho que ressaltar? O que nós vamos apresentar aqui tão somente apresenta os dados no que diz respeito às ações de revitalização.

Por que digo isso? Porque, como já dito, a Bacia do Parnaíba abrange três Estados: o Piauí, 19 Municípios do Ceará – porque seu principal afluente lá nasce, que é o Poti – e o Maranhão. Então, desde 2001, a Codevasf está presente lá com a 7ª Superintendência no Piauí. De 2012 para cá, foi ampliada a área de atuação da Codevasf. Para o Itapecuru e Mearim foi criada a 8ª Superintendência.

Então, aqui nós não iremos apresentar os dados referente às demais ações, por exemplo, estradas, barragens, adutoras, porque, de 2001 até 2017, o volume de investimento na Codevasf, na 7ª





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SR, praticamente chega a casa de R\$1 bilhão. Então, só em asfalto, por exemplo, nós temos mais de mil quilômetros de asfalto realizados pela Codevasf. Aqui nós iremos nos ater apenas às ações de revitalização.

Desculpem-me o ato falho. Gostaria também de cumprimentar e agradecer a todos os funcionários da Codevasf que aqui estão presentes, a equipe, que na realidade é essa parte que toca. Essa realidade aqui só se deve em razão dessa equipe comprometida.

O primeiro eslaide é apenas para mostrar àquele que eventualmente não tenha conhecimento a nossa área de atuação, da Codevasf como um todo, das oito superintendências. Recentemente ela teve ampliada essa área de atuação.

O Vale do Parnaíba, como dito pelo nosso Presidente, engloba 279 Municípios, 19 do Ceará, 223 do Piauí e o restante do Maranhão.

As obras esgotamento sanitário. No Piauí – e a gente vai falar aqui do Piauí e Maranhão – foram investidos R\$265 milhões em 15 Municípios. O Presidente da APPM, nosso amigo Gil Carlos, de uma maneira bastante responsável e correta, abordou uma temática sobre a qual o Dr. Avelino já fez comentários. Prefeito, nós precisamos, não vou dizer um comprometimento maior, mas de uma observância da legislação, porque é a própria Constituição que diz que quem tem que operar o sistema é o Município. Nós precisamos de uma cobrança maior até por parte dos Parlamentares – aqueles aos quais os prefeitos são, digamos, vinculados.

De toda sorte, nós não estamos generalizando, mas nós temos problemas de – como no Parnarama, que foi citado – sistemas de esgotamento que foram concluídos, mas que se negam ao recebimento. Então, nós chegamos à situação extremista, Deputado Marcelo, de ter que oficiar ao Ministério Público Federal para que o Ministério Público Federal ingresse com uma ação para compelir a prefeitura a receber o sistema. E eu costumo dizer – a equipe que trabalha comigo sabe disso – que qualquer obra paralisada – e aí obviamente aqui eu não estou colocando responsabilidade no prefeito, porque às vezes uma obra paralisada se deve por falta de um recurso, pelo abandono de uma empresa, por diversas razões – gera transtorno, mas uma obra de esgotamento paralisada gera um transtorno que qualquer outra obra não gera.

Por exemplo, uma estrada parada vai gerar transtorno, mas você tem um desvio. Se você tiver uma poeira, você fecha o vidro do carro, digamos assim. Já com o esgotamento sanitário parado, vem a ligação clandestina; com a ligação clandestina, vem a fedentina; com a fedentina, vem a imprensa, vem o Ministério Público, vêm problemas de saúde. E todos nós sabemos que aquele valor investido, R\$1 investido no esgotamento sanitário, você economiza – antes eram R\$5, agora a proporção é maior – R\$7 em saúde. Então, precisamos de um maior comprometimento de todos os envolvidos no que diz respeito às obras de esgotamento sanitário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito... Concluído. Aí para que não entendam: concluído, está operando, não necessariamente. Às vezes você tem uma obra que está concluída, mas não está operando porque houve a queima do transformador, porque não foi feita a ligação elétrica. Quando nós estamos falando concluído, é sobre a execução da Codevasf.

Paralisadas no Piauí nós temos Guadalupe e Floriano. Floriano, o Deputado Marcelo Castro acompanhou isso de perto, passou dois anos parada, até por uma questão de TCU. Desde a época em que nós éramos superintendentes, nós estávamos tratando disso. E conseguimos a retomada agora em julho.

Obras paralisadas: Amarante, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Santa Filomena, Uruçuí. Veja que tem obras aí com 99% que estão paralisadas. Poxa, 99, mas estão paradas. Esse 1% diz respeito, no caso, por exemplo, de Joca Marques, a estar faltando apenas ser feita a ligação elétrica no sistema para começar a operar.

Ações de esgotamento sanitário no Maranhão. Nós temos oito Municípios. Parnarama é o mais crítico deles, já foi citado aí. Concluídos nós temos Alto Parnaíba, Brejo, Nova Iorque, Parnarama e Tasso Fragoso. Vou ser um pouco mais rápido aqui, porque aqui são só dados, para depois a gente aprofundar em outros temas.

Paralisados por necessidade orçamentária. Por necessidade orçamentária no Piauí, hoje, nós temos duas paralisadas: Uruçuí e Luzilândia. No Maranhão, nós temos três: Araisos, Magalhães de Almeida e Santa Quitéria.

Sem sombra de dúvida, tanto é que aquilo foi enfatizado pelo nosso Presidente: quando você fala em revitalização, aquela ação que é mais, digamos, vista, que é mais cobrada e que talvez a sociedade mais precise de forma imediata é o esgotamento sanitário. Para aqueles que não têm essa consciência, nos permitam, por favor, abrir um pouco mais esse horizonte. Para quem não tem este conhecimento, quando se fala em revitalização, ela não é tão somente esgotamento sanitário; vai muito além disso. Na atuação da Codevasf, a revitalização compreende as ações de esgotamento sanitário, as ações de controle de processo erosivo e uma ação muito importante que nós chamamos dos APLs, que são os arranjos produtivos locais.

Às vezes as pessoas perguntam: "O que tem a ver apoio à apicultura, apoio à cajucultura, à piscicultura, com revitalização?" Só tudo, porque, quando você apoia essa atividade, você está fixando o homem no campo de forma sustentável, com capacitações com as quais ele tenha uma maior conscientização ambiental, o que consequentemente ajuda a preservar também o rio. Se não houver essa preservação, não vai haver produção; se não vai haver produção, não vai haver renda; se não vai haver renda, vai haver o êxodo rural, ele tem que buscar outro serviço e sair da sua terra natal – e quase nunca querem, geralmente são forçados a fazer isso por necessidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no que diz respeito à ação de controle processos erosivos, entre 2007... Aí você pergunta: por que 2007, quando eu digo que nós estamos lá no Piauí desde 2001? Porque essas ações de revitalização e de esgotamento sanitário vêm de 2007, 2008 para cá, coincidindo, digamos, com a questão do PAC1 – vamos colocar dessa forma.

Aqui são apenas exemplos de ações que foram realizadas pela superintendência, no caso aqui pela 7ª SR.

Nós tivemos uma ação do controle de contenção de dunas, Senador. Se um dia V. Exª tiver oportunidade de ir lá conhecer, realmente é bastante interessante aquele volume de areia, que vai se movimentando e, às vezes, impedindo até o fluxo natural do rio. Há um projeto de 131 hectares para contenção de dunas em Ilha Grande. São quatro etapas; a Codevasf já realizou a primeira etapa, e estamos aí contando com que os Parlamentares abracem a ideia de ampliá-la, colocando, dispondo orçamento para continuidade dessa ação.

Flona Palmares é uma ação que visa exatamente à produção de 200 mil mudas para a recomposição da mata ciliar. Então, essa ação do Flona Palmares chegou à sua capacidade realmente de produção. Hoje, pasmem, nós temos dificuldade exatamente – vou usar esta expressão – da desova, de você fazer...

Veja um dado que o Presidente da APPM colocou, o Prefeito Gil: poucos Municípios têm plano de saneamento municipal. É um dever, mas poucos têm. E poucos Municípios – eu sei das dificuldades, pelo amor de Deus, não estou dizendo que é fácil; eu sei das dificuldades até técnicas, operacionais – também apresentam um plano para fazer essa recomposição de mata ciliar.

O Avelar citou na fala dele que um dos principais problemas é o desmatamento. Não esqueçamos que existe aquele desmatamento que é o autorizado. O desmatamento clandestino que é o nosso maior problema.

Mas nós temos muda. Só, Prefeito Gil, que, na maioria das vezes que se vai atrás dessas mudas, é para o Dia da Árvore, para fazer uma ação num colégio, num Município. Não é aquela questão organizada e planejada para que você simplesmente não plante, bata uma foto, e, depois, daqui a 15 dias, aquela muda morreu. Mas a Codevasf está lá com 200 mil mudas/ano de produção para recomposição da mata ciliar não só do Rio Parnaíba, mas dentro de toda nossa área de atuação.

Foi feito um trabalho muito interessante – quem já o conheceu sabe disso – do controle da desertificação de Gilbués. Quem estuda esse tema sabe que, talvez há 40 ou 50 anos, quando se falava em desertificação, as pessoas pensavam: "Está maluco? Deserto no Brasil?" Hoje, infelizmente, é uma realidade, porque não houve o controle. E não é só no Nordeste, não. Falava-se no Nordeste, mas, hoje, há desertos, por outras razões, por exemplo, no Rio Grande do Sul. É outro tipo de desertificação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também é considerada desertificação. E foi feito como se fosse uma unidade demonstrativa do controle dessa desertificação.

Há a questão do monitoramento dos grandes reservatórios. Há um termo de compromisso com a Secretaria do Meio Ambiente sobre a questão do Parque das Nascentes, que é a questão do levantamento topográfico da nascente do Rio Parnaíba.

E há outro trabalho também interessante: o controle das voçorocas em Santa Filomena. Aí só são exemplos.

Como já foi citado e como o tempo urge, nós estamos aqui agora só apresentando alguns dados e fotos da contenção de dunas em Ilha Grande; a questão do Flona de Palmares, com a produção de 200 mil mudas/ano; a recuperação das áreas degradadas e a implantação de estradas na desertificação de Gilbués; o monitoramento dos grandes reservatórios do Piauí; e a questão da execução dos serviços de demarcação topográfica – houve um aditivo recente junto a Semar para que esse trabalho, enfim, venha a ser concluído.

Vejam o antes e o depois do controle de voçorocas na região de Santa Filomena.

Recentemente, no mês passado – hoje, depois desta nossa audiência, haverá a segunda reunião, salvo engano, de monitoramento de como vai se dar essa ação –, foi contratada, já na gestão do Presidente Avelino, assim que ele assumiu, a elaboração do diagnóstico da situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Parnaíba. Então, é um diagnóstico realmente detalhado. Para vocês terem ideia, eu recebi a informação hoje, vindo para cá, de que só um dos mapeamentos vai ser feito com o sobrevoo da nascente até a foz do rio durante uma semana, para que seja feito realmente algo detalhado, na acepção da palavra "detalhado". E aí há a participação de outros órgãos. Nós estamos falando só de Codevasf, mas há participação da ANA, participação do Ministério do Meio Ambiente.

Coloquei algo a respeito dos arranjos produtivos locais. O Piauí, recentemente... Aí me desculpem, porque eu sou piauiense e não posso deixar de puxar a sardinha para o meu lado. No mês passado ou há uns dois meses, ficou correndo nos grupos de WhatsApp que o Piauí tem a mulher mais bonita do Brasil – a Miss Brasil é piauiense –, que o delta a céu aberto é piauiense e diversas outras coisas. Eu não vou fazer muita propaganda, não, senão a gente não tem como receber todo mundo ao mesmo tempo.

Há a questão da apicultura e da cajucultura, também isso. O Piauí hoje está sempre entre o primeiro e o terceiro lugar na produção de mel do Brasil, e a Codevasf contribuiu muito com isso. A Codevasf contribuiu muito com isso. Quem conhece a região de Picos sabe que ela foi transformada – acho que o Prefeito Gil pode atestar isto que nós estamos falando daquela grande região de Picos – com a produção de mel e de caju. Quem tiver a oportunidade de conhecer, por exemplo, a Apsem saberá que é exatamente uma grande parceira que nós temos nessa atividade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, entre 2012 e 2017, nós tivemos R\$7,5 milhões investidos só na apicultura. Isso envolve 583 famílias – se nós pegarmos os dados do IBGE, de que são em média cinco pessoas por família, você vê quantos são os beneficiados diretamente, fora os beneficiários indiretos – em 47 Municípios, 37 do Piauí e 10 do Ceará.

Nos arranjos produtivos locais, no que diz respeito à agricultura familiar, nós temos diversas máquinas e implementos, através de execução direta, bem como de emendas parlamentares. É algo em torno, só de execução direta, do valor de R\$10 milhões ao apoio organizado, ordenado da agricultura familiar.

Na cajucultura, são R\$4,1 milhões com a implantação de unidades demonstrativas. Só de mudas de caju, houve um contrato de caju anão com a distribuição de 17 milhões de mudas. Dessas 17 milhões de mudas, só falta algo em torno, parece-me, de R\$200 mil ou R\$300 mil, e isso transformou aquele potencial que nós tínhamos da produção de caju em uma realidade, com diversas empresas de produção de cajuína, de beneficiamento da polpa de caju.

Temos ainda também a questão da piscicultura, em que está aparecendo o Maranhão. No Maranhão, foram investidos quase R\$3 milhões em piscicultura e R\$1 milhão em kits de irrigação. Há a bovinocultura e a agricultura familiar também no Maranhão.

No Piauí, o investimento em piscicultura foi da ordem de quase R\$3 milhões. Ai, quando nós falamos em investimento em piscicultura, isso engloba a capacitação, a entrega de tanques-rede, de barcos, de ração, o fornecimento de ração, a organização da cadeia. Há dois exemplos muito interessantes no nosso litoral, em Parnaíba: nós temos lá o Projeto Peixe Vivo e temos também a questão das marisqueiras na região de Luís Correia.

No Maranhão, foram R\$502 mil em tanques escavados, em tanques-rede e na capacitação na piscicultura.

Aqui é o exemplo, que eu estou colocando a vocês, do Peixe Vivo e dos mariscos.

E, ainda dentro da revitalização – isto também tem tudo a ver com relação à questão da crise hídrica –, nós temos o Programa Água para Todos. No Programa Água para Todos, os números são ainda mais significativos. De recursos comprometidos, nós temos aí quase que R\$0,5 bilhão nesse Programa Água para Todos. E aí, quando nós colocamos só Piauí e Ceará em cisternas, se formos arredondar, são 46 mil cisternas contratadas, das quais 37 mil já foram instaladas; sistemas de abastecimento de água; construção de 200 barreiros; perfuração de poços. Quando você coloca emendas parlamentares e os demais programas, isso salta para 3,5 mil poços, 3,6 mil barreiros. Aliás, desculpa, são 1,5 mil poços perfurados. Esses são os dados do Água para Todos. Nessa tabela, estão tanto o Piauí e o Ceará quanto o Maranhão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse é o nosso último eslaide.

Sobre os *kits* de irrigação familiar de gotejamento, de área de 500m², nós temos, entre ação direta e emendas parlamentares, só na área de atuação da 7ª Superintendência, que engloba Piauí e Ceará, quase dez mil *kits* e, no Maranhão, quase três mil *kits* entregues às famílias.

Temos falhas? Temos, é impossível não ter. Temos falhas, às vezes, de execução, temos necessidade de orçamento, dificuldade com o financeiro, dificuldade de toda ordem, mas temos muito já feito e talvez mais ainda a fazer.

Senador Elmano, o Deputado Marcelo se ausentou daqui agora, mas, em nome de toda a Bancada, eu lhe faço um apelo.

Permita-me, Dr. Avelino, usurpar essa função.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INALDO GUERRA – Pedir não ofende.

Eu sempre digo que o trabalho que dá para você pensar pequeno é o mesmo que dá para você pensar grande. Então, pense grande. Eu, pelo menos, só penso grande, eu não penso pequeno.

Ainda quando nós éramos superintendentes, quando estávamos na discussão do Plano Plurianual, eu reuni nossa equipe na Superintendência no Piauí e disse que um dos problemas do Brasil é que, às vezes, você tem um recurso, mas você não tem um projeto. Este é um dos grandes problemas: você não sabe como fazer; você só quer fazer, mas não sabe como.

O primeiro levantamento que eles me apresentaram dava algo em torno de 220 milhões de ideias – deixei a equipe totalmente à vontade – sobre o que fazer na nossa área de atuação. E aí envolve tudo. Eu não estou falando só de revitalização. Eu estou falando de infraestrutura, de infraestrutura hídrica, de apoio aos APLs, de tudo o que o senhor imaginar, até mesmo porque, como nós brincamos lá na Codevasf, como disse o Fabrício um dia numa reunião, com exceção de nave nuclear, nós estamos dentro. Temos sempre algo para fazer, desde o calçamento até uma grande barragem, uma adutora, um esgotamento. Então, o leque é muito aberto.

E os Parlamentares confiam no trabalho da Codevasf. O que está faltando é a Bancada do Piauí aportar recursos de Bancada, como outras Bancadas têm feito dentro da Codevasf com recursos de emenda. Desculpe-me a forma direta como eu estou abordando, Senador, mas a realidade é esta: recursos de emendas individuais lá há, de todos os Parlamentares, independentemente de partido, porque lá nós somos apartidários, a execução é apartidária. Mas, com emenda de Bancada, a Codevasf não tem sido observada nesse segmento. E ela tem muito a contribuir com o Piauí, mais do que já contribuiu até agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando nos apresentaram pouco mais de R\$200 milhões, nesse levantamento de projetos, de ideias, vamos colocar assim, eu disse: "Está muito pouco." Pode parecer que seja, digamos, uma ousadia. Eu digo: "Vou dar uma forma mais simples para tentar estimular o pessoal. Faça o seguinte, faça obviamente uma discussão técnica e responsável, mas não se preocupe com o quanto. Apresente aquilo que você apresenta com vergonha." Eu lembro até qual foi o exemplo que eu dei. Eu disse: "É feito aquele filho que está de recuperação ou reprovado e está querendo chegar para o pai dele e dizer 'vamos para o Rock in Rio'." Estou vendo o Itamar e estou lembrando isso. O cara está ferrado e ainda quer passear, ainda quer dar despesa! Eu digo, então: "Apresente com essa vergonha de pedir no que diz respeito à quantia."

A turma foi para campo, a turma foi discutir. O que foi apresentado no Plano Plurianual... E eu não sei se o Senador Elmano se recorda, mas ele foi um dos poucos... Eu fui até a casa dele, fiz uma visita na casa dele, acho que no sábado à noite, entreguei essa proposta a ele e a alguns outros Parlamentares também, à Bancada. Nós temos de sugestões, vamos colocar assim, só no Piauí, desde 2015, R\$1.248 bilhão. Então, abraça, Senador, a causa que a gente faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradecemos a brilhante exposição do Inaldo.

Deveríamos agora iniciar a parte de debates.

Quarta-feira aqui no Senado é o dia em que praticamente todas as 13 comissões temáticas estão reunidas, além das outras comissões, razão pela qual até a Presidente desta Comissão teve de se ausentar. A autora do requerimento para esta audiência, juntamente comigo, é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e também teve de se ausentar e participar de outras comissões.

Primeiro, nós estamos levantando essa questão da mais alta relevância relacionada ao Rio ou a Bacia do Parnaíba. O nosso projeto para mim não é novidade. Apenas nós buscamos, com a nossa assessoria, com as pessoas que nos ajudam... Eu sempre trabalhei numa instituição em que se buscava a integração de órgão e instituições, no caso a Sudene. Nós procuramos fazer isso e colocar num projeto de lei, que é esse de nº 67, que tramita aqui, de revitalização da nossa bacia, como é do conhecimento de todos, com os dados, como a extensão territorial e o número de Municípios: no Ceará, 19; no Maranhão, 30; e, no Piauí, 223. A população, segundo ele falou aqui, é de 4 milhões a 5 milhões de habitantes.

Na realidade, como todos nós dissemos hoje, em qualquer parte deste País, os rios... No Paraná, o rio tal está morrendo. O Rio Tietê está morrendo, é um canal de esgoto. Enfim, essa é uma questão que está posta para todos nós. Quer dizer, todos nós brasileiros temos problemas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Inaldo fala da questão das emendas parlamentares, emendas individuais e emendas de Bancada, isso procede, mas é um universo de prioridades. Qual a prioridade entre as prioridades?

Hoje vai haver uma reunião logo mais às 17h. Até falei isso para o nosso Avelino. É uma reunião de Bancada, em que nós vamos exatamente discutir a emenda de Bancada impositiva, aquela de pouco mais de R\$200 milhões que tivemos neste ano, já com os cortes. Isso vai diminuindo, diminuindo, mas já há uma decisão prévia de que, neste ano, Inaldo, a metade dessa emenda impositiva da Bancada... Há vários ilustres prefeitos aqui presentes. Há uma demanda muito grande por recursos de custeio para a saúde – então, é reclamo total – e, de outro lado, para a infraestrutura. Em Teresina, há a questão da BR-135.

Nós reconhecemos, eu particularmente reconheço isso, mas creio que é desta forma que, numa audiência pública como esta que nós estamos realizando, todos nós aqui, pessoas pensantes, técnicos, políticos do Estado do Piauí, de Municípios e da própria capital, dirigentes de órgãos e instituições... Nós ainda temos um restinho de mandato até tranquilizador, porque não vou disputar no próximo ano. Os teresinenses me mandaram para cá para passar oito anos. Então, o velhinho tem energia, tem disposição para o trabalho, para o trabalho coletivo. É esse que nós estamos... Quer dizer, neste País, há uma série de dificuldades, de problemas. Eu não tive sorte. Cheguei aqui, e, em 2015, havia problema; em 2016, problema; em 2017, problemão! Mas creio que, de forma coletiva, ouvindo as pessoas... Aqui nós ouvimos quatro brilhantes expositores. Eu fiquei empolgado. Aliás, foram cinco com a sua exposição, que concluiu o feixe, e a surpreendente feita por esse idealista, o nosso estimado Avelar Amorim.

O nosso projeto está entregue a vocês, sobretudo aos técnicos da Codevasf. Já disse para ele: o Inaldo avocou para si por dispositivos legais... E toda essa instrumentalização se arrasta, segundo o Avelar, há 17 anos. Estou dentro. Eu entrei agora recentemente. E nós entramos para valer, sabemos as dificuldades que vêm sendo enfrentadas.

O Garibaldi Alves diz que até os assessores dele com pós-doutorado ele chama de universitários. Aqui, comandando a Comissão de Infraestrutura, para tudo o que ele queria, ele chamava os universitários com pós-doutorado, os doutores etc. Então, os nossos universitários levantaram algumas questões. A primeira delas que eu considero importante diz respeito ao órgão, para nós sairmos daqui e buscarmos definir nesta lei que está sendo relatada em fase terminativa pela Comissão de Meio Ambiente... Deveria estar aqui – aliás, ele fez tudo para estar aqui – o Senador Roberto Rocha, do Maranhão, que é quem está relatando. Aliás, o relatório dele já está pronto na Comissão de Meio Ambiente. E, concluído e aprovado o relatório, ele vai para a Câmara dos Deputados.

O nosso querido Deputado Marcelo Castro já se comprometeu. Eu creio que nós temos de entregar a relatoria a um Deputado do Piauí, um ou dois do Piauí, do Maranhão também, do Ceará. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho de articulação, creio, é o mais importante no sentido de que, na Câmara dos Deputados, a relatoria fique com o Piauí ou com um maranhense, como aqui. Nós fomos autor do projeto, mas eu procurei sensibilizar o Senador do Maranhão que fez o relatório, que, por sinal, por motivo superior, foi lido não pelo João Alberto, que é Senador do Maranhão – foi ele que fez a relatoria –, mas foi lido aqui pela Regina.

Mutatis mutandis, já na Comissão de Meio Ambiente, eu mesmo procurei o Senador Roberto Rocha, do Maranhão, para que fizesse o relatório nesta Comissão em caráter terminativo. Então, vai para a Câmara. Geralmente, os projetos de lei... Daí por que, às vezes, se fazem opções pelas medidas provisórias que, em pouco tempo, se transformam em lei, conseguindo a aprovação delas, o que sempre ocorre, e os projetos de lei se arrastam. Essa é a grande realidade. Mas, se nós tivermos um trabalho político de articulação e se fizermos com que tramite na Câmara dos Deputados como tramitou aqui rapidamente... Aqui nós fizemos um trabalho que já está saindo, talvez na próxima semana ou, no máximo, em 15 dias, para Câmara dos Deputados. Então, esse trabalho de articulação é fundamental.

Então, os nossos universitários aqui frisaram vários pontos, mas os dois mais importantes visam a fazermos constar em lei o órgão, a instituição.

Avelar, você, que tem trabalhado muito nisso, vai ficar responsável por essa... Já há definições dessa natureza com relação aos Comitês de Gestão. Então, parece-me que já há, com relação à revitalização, pelo menos nessa fase inicial, que já foi muito bem conduzida pela Codevasf, a previsão de que a Codevasf continue com esse trabalho de articulação. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é que o Parlamentar, Deputado ou Senador, nem sempre tem as informações necessárias para buscar alternativas, a engenharia financeira e tributária, que eu considero fundamental. E a equipe da nossa assessoria tem de fazer constar no texto uma fonte de financiamento para a revitalização. No nosso projeto, nós temos os princípios para a revitalização da bacia, em um dos artigos, no terceiro artigo ou no quarto – eu não sei –, as ações prioritárias. Então, é preciso recursos.

Então, é isso que nós temos de buscar durante esse processo de tramitação, mas nós vamos embora sabendo que, de princípio, de acordo com a Constituição, não podemos definir recursos orçamentários através de uma iniciativa de projeto de lei.

Ontem mesmo, nós estávamos fazendo a relatoria de um projeto de autoria dos Senadores José Agripino Maia e Cássio Cunha Lima. Eles tinham colocado no projeto R\$1 bilhão, todos os anos, no Orçamento, para fazer parte desse fundo de emergência em caso de calamidade pública, em situações emergenciais causadas pela seca. Mas nós temos de colocar, dentro do corpo da lei, do texto, onde buscar os recursos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA – Eu posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Pode.

O SR. ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA – Veja bem, nós tivemos uma conversa com o Senador Fernando Bezerra. Na nossa posse na Presidência da Codevasf, eu disse que nós iríamos buscar os recursos provenientes dos ativos do setor elétrico para aplicarmos dentro da Codevasf. Se nós pegarmos parte desses ativos da venda do setor energético e aplicarmos na revitalização do Rio São Francisco e se aplicarmos parte desses recursos na revitalização do Rio Parnaíba, nós estaremos, sem sombra de dúvida, com os problemas equacionados e resolvidos.

Então, o senhor, como nosso Senador do Estado do Piauí, converse com o Senador Fernando Bezerra, que está defendendo o posicionamento do Rio São Francisco, que nada mais é do que a mesma ação com relação ao problema do Rio Parnaíba.

E há outra coisa que eu queria pedir ao senhor. Depois, vou ficar caladinho.

Hoje à tarde, eu estarei nessa reunião de Bancada do Piauí. Veja bem, uma emenda de Bancada corretíssima foi a de nº 135, uma emenda de bancada corretíssima para tratarmos do assunto da saúde do Estado do Piauí. E há outra que é tão importante quanto essas duas. Ela se refere aos nossos irmãos dos 63 Municípios que compõem exatamente a região mais difícil do Estado do Piauí, que é o Semiárido. Então, é preciso fazer uma emenda de Bancada para o Semiárido, Senador. É isso que eu vou defender hoje lá, porque, com isso, teremos a água. O senhor já deu o pontapé inicial, que é o projeto cujo estudo de viabilidade nós estamos fazendo. Levaremos a água para os nossos irmãos do Semiárido, de São Raimundo Nonato, daquela região toda, ou levaremos a mesma água do Rio Parnaíba, dos poços jorrantes que nós temos no Piauí, com sua capacidade infinita. Ou levaremos a água do Rio Parnaíba ou levaremos a do Rio Uruçuí Preto. Temos água para levar para todos os lugares; o que falta são os recursos.

Eu acho que o senhor está começando um belo trabalho. Conseguiu o dinheiro para a Codevasf fazer o estudo de viabilidade. Nós estamos agarrados nisso.

A empresa é notável. Tenho um orgulho grande de ter chegado à Presidência da Codevasf pela qualidade técnica que tem essa empresa. É impressionante! E nós vamos dar conta do recado.

Agora, consigam essa emenda de Bancada para levarmos água para o Semiárido do Piauí. É só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Só para esclarecer, quando da discussão da ideia do projeto, que está já em curso, da privatização do setor elétrico, numa reunião em que estava





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Coelho – lá estavam pai e filho –, falou-se realmente nessa fonte de recursos em até um cálculo de um teto anual de R\$280 milhões, naquela época, para a revitalização. Mas você está falando em quase R\$1 bilhão, não é?

O SR. ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA – Não, R\$700 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – São R\$700 milhões.

Naquela oportunidade, eu disse: "Olha, dentro da Chesf também, no patrimônio, há uma geradora de hidroelétrica no Piauí, gerando 237MW...

O SR. ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA – E há uma da Codevasf no meio: a de Três Marias.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Exatamente. Nós já levantamos essa questão, sendo que ainda temos... Hoje eu estava conversando com a Regina e mostrava para ela essa questão do financiamento. Além da hidrelétrica que nós temos, de Boa Esperança, que gera 237MW de energia, nós temos também parques de energia eólica e agora solar muito significativos, e a tendência é crescer cada vez mais, porque se estão instalando, é claro, com recursos privados etc. Mas parte desses recursos devem ficar... Há uma ideia nossa de incluir não só os recursos gerados por essas hidroelétricas, mas também os gerados pelos parques eólicos e pelos parques fotovoltaicos.

Por isso, temos uma reunião, uma audiência desta natureza e outras em caráter mais restrito, em órgãos e instituições, em que a gente busca essas saídas.

Então, nós não temos nenhum Parlamentar para fazer indagações. Não sei se aqui, entre os nossos expositores, há quem queira mais... Já está ficando tarde. O Avelar veio de lá para cá para falar por 15 minutos. O Gil Carlos veio atrás de dinheiro, mas também com outros prefeitos que vieram atrás de dinheiro e que estão aqui. Todos nós temos interesse com relação a essa questão.

Então, eu tomarei a liberdade, fugindo aqui um pouco do Regimento... Posso? *(Pausa.)*

Já estão dizendo que não.

Eu estava querendo, considerando que nem os Parlamentares, todos por motivo de força superior, estão aqui... *(Pausa.)*

Como eu estava dizendo, para enriquecer mais os debates, se algum dos quatro debatedores tiverem algum questionamento a ser feito em decorrência das exposições realizadas individualmente, esta seria uma oportunidade.

Antes, porém, eu queria só registrar aqui a presença do nosso Roberto John, um grande amigo que está aqui, que é Superintendente no escritório do Governo do Piauí em Brasília, um grande amigo e um grande gestor. Se pudesse, eu o teria aqui, ao meu lado, mas a Mesa está composta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro também a presença do nosso Prefeito de Gilbués, Leonardo, o Leo, nosso amigo carequinha. Ele é carequinha, mas é danado.

Também tomo a liberdade de registrar aqui a presença do nosso ex-Prefeito de Monsenhor Gil, que foi nosso secretário quando éramos prefeito em Teresina, o Paulo Roberto, que hoje ocupa uma coordenadoria de irrigação e que é muito interessado por essas questões.

Também, conforme os nossos universitários aqui, os nossos assessores e a Secretaria desta Comissão, há uma participação muito grande interativa de pessoas que assistiram, com alguns questionamentos. Lerei as perguntas. Inclusive, a primeira é de Rita. Aliás, há uma Rita, que é nossa assessora, que está aqui. Cadê ela?

Levante-se aí, Rita! A Rita é muito bonita. Levante-se, Rita, para o pessoal conhecê-la. Ela é nova, jovem, mas trabalha com idoso. (Risos.)

Não é um idoso como o velhinho aqui.

A primeira pergunta é de Rita de Cassia Magalhães, do Piauí: "Cumprimento os Senadores e convidados presentes. Sr. Jair, o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas tem previsão orçamentária em 2017? [Isto aqui estendo também à Codevasf.] Em que montante? Esse programa é executado em cooperação com Estados e Municípios? O nosso Rio Parnaíba precisa demais de socorro." Essa é a pergunta da nossa internauta Rita.

Eu queria que os dois, o Avelino e o nosso querido Jair, se manifestassem.

Com a palavra o Jair, como como foi endereçado a ele.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR – Muito bem, qual o nome da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Rita.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR – Rita, infelizmente, o programa de revitalização não teve disponibilização orçamentária para este ano. Foi lançado, assim que o Presidente Temer assumiu, o programa Novo Chico, e, dentro do programa Novo Chico, foi criado o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Então, foi feito um levantamento de todas as necessidades orçamentárias de que a gente precisaria para levar a cabo o projeto de revitalização. É claro que não adianta pensar em transposição sem pensar em revitalização. Então, todo levantamento foi feito, mas, infelizmente, devido à crise, não houve a disponibilidade orçamentária para que a gente pudesse fazer as ações que o Ministério havia proposto.

Mas surgiu agora essa luz de que eu disse há pouco, que é o programa de conversão de multas do Ibama, que já está em fase final, que já foi analisado juridicamente. Só falta a assinatura do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, cuja primeira ação será justamente para a revitalização das Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – O Avelino teria alguma coisa a acrescentar?

O SR. ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA – Eu só gostaria de informar que, para o exercício deste ano, 2017, nós temos R\$76 milhões na nossa previsão, mas há parte desses recursos já contingenciada. É muito pouco. E é por isso que eu digo ao Senador: a hora é agora, com os ativos da Eletrobras.

O SR. INALDO GUERRA – Permita-me só fazer um complemento, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Pois não.

O SR. INALDO GUERRA – Esses R\$76 milhões, Senador – por isso, o Presidente está enfatizando que é muito pouco –, são para a Codevasf como um todo, para a revitalização como um todo, não somente na bacia do Parnaíba. Então, é um valor ínfimo diante daquilo de que nós realmente necessitamos.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Nós teríamos outras perguntas a fazer, mas, para poupar o tempo e a paciência de todos, eu queria só facultar a palavra entre os quatro debatedores que tenham alguma coisa mais a acrescentar.

O SR. AVELAR DAMASCENO AMORIM – Eu tenho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Com a palavra Avelar Amorim

O SR. AVELAR DAMASCENO AMORIM – Eu queria deixar registrado aqui, diante das inquietudes levantadas e das apresentações, que há uma preocupação muito grande nas discussões das subcomissões estaduais dos três Estados, quando eu falo da necessidade urgente de se construir e adotar um novo modelo de gerenciamento embasado nessa Política Nacional de Recursos Hídricos.

Essa preocupação que a gente discute... Por exemplo, fala-se em irrigação. Várias instituições fazem irrigação, mas, quando você analisa, você vê que não há um programa de irrigação.

No saneamento, você segue a mesma linha. Há obras e mais obras de saneamento. Mas qual seria a garantia dentro do gerencial da bacia? Seria um programa específico em que pudéssemos entender que há alguém que vai coordenar essa política. E vimos discutindo muito isso, porque, quando nos reunimos, há a preocupação: a obra é importante? É. A captação de recursos é importante, mas nós temos a obrigação de construir algo novo, que é um modelo de gerenciamento integrado, participativo e descentralizado bem embasado, porque, senão, a preocupação nossa é de que possamos incorrer no mesmo erro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se você discute... O relatório do Tribunal de Contas da União deixa muito clara a preocupação com a diversidade de ações que eles colocam com clareza, mas existe uma preocupação muito grande no que diz respeito à execução e à garantia da consecução da obra. O conjunto de obras é importante dentro do modelo de gestão, mas que traga indicativos de solução. É isso que eu queria, dentro das falas que ouvi, deixar claro. Que os grupos formados pelos três Estados discutam isso, o que não é diferente das reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, de que temos participado. E temos assistido, com muita intensidade, pelos representantes dos atores que compõem esse Comitê, a essa mesma preocupação.

Então, chegou a hora, segundo a minha perspectiva, tendo participado de um processo dessa natureza ao longo de todos esses anos, de ser criado algo novo – algo novo! Esse novo é representado por tudo isso que está sendo discutido sobre a Bacia do São Francisco. E que a gente não incorra nos mesmos erros e traga uma construção de um modelo novo para o gerenciamento, garantindo as mudanças comportamentais dos gestores públicos, da sociedade e dos usuários! Caso contrário, vamos insistir "em malhar em ferro frio", como falamos no Nordeste, e não vamos avançar no processo. Nós não podemos e não queremos perder uma oportunidade ímpar como esta de estarmos assentados num projeto de lei deste de revitalização da nossa bacia. Vamos aproveitar a experiência da discussão profunda e intensa do Comitê do Rio São Francisco.

Como todos aqui já sinalizaram – eu morei 26 anos à beira do Rio São Francisco –, infelizmente, o quadro é triste. Não é possível, Senador! Está abaixo de 10% a capacidade da Barragem de Sobradinho. E isso pode acontecer também no Maranhão, bem como no Piauí.

Então, o grande desafio, Senador, de tudo isso é esse planejamento, essa discussão nova. E nós vamos construir esse novo modelo de gestão. Isso começa por aqui, pelo Senado, pela Câmara dos Deputados, chamando-se os três Governadores para uma discussão profunda. E acho que vai dar certo, se nós trilharmos... Os Senadores que vão lá... É preciso o Brasil parar e mudar. Eu acredito, Senador, que é isto mesmo: está na hora de parar, de dar uma repensada e de tomar um rumo diferente.

Era isso que eu queria colocar, aproveitando esta oportunidade de estar aqui com os senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Estamos fazendo as considerações finais.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR – Mais uma vez, agradeço a oportunidade.

Cumprimento, mais uma vez, o Senador Elmano e a Senadora Regina pela iniciativa desta audiência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Corroboro também, Senador Elmano, com o que disse o Antônio Avelino e o Inaldo Guerra, com relação à necessidade das emendas parlamentares, para que as instituições públicas possam exercer o seu papel de levar ações efetivas à ponta, aos Municípios, aos Estados. Na região do Semiárido, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente tem o Programa Água Doce, que visa a colocar sistemas de dessalinização, possibilitando que chegue água de qualidade à população. Lá estão previstos 67 sistemas, está sendo investido algo em torno de R\$13 milhões. Agora os Municípios diagnosticados possibilitam a construção de muito mais sistemas, mas para isso a gente precisa realmente também do recurso.

Então, fica também o apelo para que haja reflexão por parte da Bancada do Piauí, para que a gente possa aumentar esse benefício para a população do Semiárido piauiense.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Havia pedido aqui a palavra o Gil Carlos, nosso Prefeito e Presidente da APPM, no Estado do Piauí.

O SR. GIL CARLOS MODESTO ALVES – Senador Elmano, eu também queria fazer as considerações finais.

Ante as apresentações aqui muito bem colocadas, ficou clara a necessidade de termos a instalação desse comitê hídrico, que irá, digamos assim, introduzir uma nova metodologia de gestão desses recursos hídricos da Bacia do Rio Parnaíba, o cuidado, o monitoramento, o controle e a regulação do desmatamento especialmente das matas ciliares. Praticamente todo o território do Piauí, em torno de 99% do território, tem relação direta com a bacia, e, portanto, qualquer desmatamento em nosso Estado afeta diretamente a bacia. Mas devo lembrar que o Piauí, salvo engano, Senador, é o Estado que tem menor índice de desmatamento do Nordeste e um dos menores do Brasil. Portanto, nós temos uma condição privilegiada ainda.

Mas ficou claro o quanto precisamos avançar na questão dos resíduos, na questão do esgotamento. Vejam: pelos dados aqui apresentados pela Codevasf, que é o órgão titular responsável pela execução das obras de esgotamento, dos 24 Municípios ribeirinhos, apenas em sete temos a obra concluída, e apenas dois Municípios estão com ela em operação. Relembrando aqui as palavras do Prof. Avelar, o esgotamento sanitário é uma atividade que é autossustentável, porque está relacionada, paralelamente, ao abastecimento d'água, em que o cidadão paga pelo serviço. Então, isso permite que o recurso seja retornado para o sistema e, portanto, facilmente gerido e gerenciado.

Eu penso que os Municípios, apesar do caso simbólico de Parnarama, estão se preparando para assumir suas responsabilidades. Os gestores do Piauí – aqui ressalto a presença do Leo, que já foi anunciada aqui, que é de Gilbués, que é o primeiro Município a ser banhado pelo Rio Parnaíba no Piauí, que tem um problema grave de erosão, que está sob os cuidados, entre outros órgãos, da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Codevasf –, nós, gestores, temos a consciência desse dever e estamos preparando os nossos Municípios, do ponto de vista técnico-administrativo, para, assim, fazer o dever de casa e cumprir nossa responsabilidade com relação ao esgotamento sanitário, que penso ser o problema mais crítico para despoluição e revitalização do Rio Parnaíba.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Obrigado.

Passo agora a palavra para nosso Diretor Inaldo.

O SR. INALDO GUERRA – Senador, nas considerações finais, apenas quero agradecer, em nome do Presidente Avelar e de toda a equipe da Codevasf que está aqui presente, a oportunidade de debatermos esse tema tão relevante e, principalmente, de buscarmos soluções conjuntas. Eu entendo que esse é o caminho. Quando se vê uma diversidade de órgãos, de pessoas de cabeças pensantes, esse caminho difícil tende a ser, digamos, facilitado. É algo contínuo. Todos sabemos que essas ações de revitalização são ações continuadas, não são estanques. Não adianta fazer hoje, porque, se não houver a manutenção no dia a dia, amanhã será como se nada tivesse sido feito.

Parabéns a todos!

Espero que nós tenhamos atingido o objetivo de contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Ao agradecer ao Inaldo, aproveito para fazer um apelo à Codevasf.

Uma coisa efetiva – eu não diria revitalização – para reduzir a morte do Parnaíba foi feita pela Codevasf. Tenho aqui a relação de 15 Municípios ribeirinhos – vou citá-los – que foram beneficiados com recursos do Governo Federal, através da Codevasf, para resolver o problema do esgotamento sanitário. Refiro-me aos 15 Municípios ribeirinhos da margem direita do Rio Parnaíba, entre eles o de Porto Alegre. Oeiras fica à margem, cai no Rio Canindé; eu o tiraria, portanto, e ficariam 14. Há o Município de Ribeiro Gonçalves. Eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar o Município e a população de Ribeiro Gonçalves, por ser o único em funcionamento. Eu queria até cumprimentar o Gutemberg. Aí vêm os Municípios de Uruçuí, de Luzilândia, de Santa Filomena, de Madeiro, de Floriano, de Ilha Grande, de Murici, de Porto União, de Amarante, de Guadalupe. São convênios assinados há dez anos, mas ainda nós não... Quer dizer, o Governo Federal alocou os recursos. Com o problema entre União, Estado e Município, nós não chegamos a assegurar a essa população este direito de ter uma cidade saneada, conseqüentemente contribuindo para a saúde.

Falo isso também com tristeza, porque fui Prefeito de Teresina, e, naquele momento, só 17% dos domicílios eram ligados à rede de esgoto. E me disseram aqui que agora são 18%, quer dizer, 1% apenas a mais. Vejam, então, que a situação é muito grave.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que o Governo Federal faz a sua parte, mas nem sempre... Temos problemas nas relações dos convênios e acordos entre os entes federados, entres os Estados federados e os Municípios. Então, com relação a isso, nós vamos conversar. Vou lá fazer uma visita a vocês.

Enfim, eu sei que os problemas... Aproveito até a presença do nosso Presidente da Associação dos Prefeitos, porque sempre o problema de estrutura está no Município, quando foi feito convênio com o Município; quando não, foi com a Agespisa. Todos nós sabemos – eu fiz parte de um governo como Secretário de Planejamento há 24 anos – que o Governo do Estado trouxe para o Tesouro do Estado não só todo o passivo da Agespisa, mas também o passivo da empresa de energia, e hoje sabemos como a situação se encontra.

Há outra coisa. Eu queria aproveitar também... Agora, aqui não é comercial, mas eu vou pedir a ajuda de vocês aqui.

Uma coisa que também abraçamos é essa questão relacionada à Adutora do Sertão. A Adutora do Sertão é uma ideia concebida, gestada na CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), que os geólogos, os técnicos dessa grande instituição acharam por bem conceber. Quer dizer, é uma ideia que nós abraçamos e que muitos outros também abraçaram, para levar água daquele rio subterrâneo de água mineral, de água doce do Vale do Gurgueia, do Aquífero Cabeça, onde já existem 37 poços tubulares. Há investimentos feitos pelo Governo Federal – pelos cálculos de hoje, é algo em torno de R\$100 milhões –, em 37 poços tubulares com diâmetro de 30cm, 40cm, 50cm, 70cm, poços que foram abandonados. Eles integravam o projeto de irrigação chamado de Gurgueia, à época, através do DNOCS, nesse investimento. Chegou ao ponto de o Ministério Público estadual, em litisconsórcio com o Ministério Público Federal, entrar com uma ação junto à Justiça Federal no sentido de que o Governo Federal e o Governo estadual intervissem nessa questão com vista a resolver o problema de água que se encontra armazenada nesse aquífero a 100km de onde começa o drama de cinco séculos do Semiárido nordestino.

Então, nós conseguimos agora os recursos necessários, que estão na Codevasf, para fazer o estudo de viabilidade. Ninguém vai fazer isso, ninguém sabe se é viável tecnicamente, economicamente e ambientalmente, mas eu acho, eu entendo que toda ideia tem de ser tocada para a frente e, nesse caso específico, o primeiro passo a ser dado teria de ser – tem de ser e vai ser dado – o estudo de viabilidade, o EVTEA. Então, esse processo já está nas mãos de vocês. A Codevasf está responsável pelo estudo.

Eu tenho uma ideia que vai mais além, sendo viável o projeto dessa adutora que vai levar água para 51 Municípios do Semiárido, que eu conheço há 51 anos. Para aproveitar a oportunidade em que alguns técnicos estão aqui dentro... Há 51 anos, eu estou no Piauí. Há três anos, uma barragem...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu cheguei lá, existiam quatro barragens, barramentos feitos pelo Governo Federal, pelo DNOCS, e dois deles nunca tiveram grandes problemas: Caldeirão, com seus 50 milhões de metros cúbicos, lá em Piripiri; o Ingazeira, em Paulistana, também com esse armazenamento menor, em torno de 25 milhões de metros cúbicos; o Barreiras, em Fronteiras, que estava com 1,5% de água – está lá um lamaçalzinho, a lama –; e o que mais me chamou a atenção, Pio IX, limite com Inhamuns, no Ceará, região seca, que há 30 anos... A precipitação média pluviométrica, ao longo de um período histórico, ao longo de uma série histórica de 60 anos, foi em torno de 450mm. Eu gostaria... Está aí o apelo que faço aqui aos estudiosos. Creio que a média pluviométrica de Pio IX e do entorno, hoje, esteja em torno de pouco mais de 300mm. Essa é a precipitação pluviométrica anual, mais ou menos o que há nos Cariris da Paraíba, que é a região mais seca, em Cabaceiras, na Paraíba. O açude de Cajazeiras, com 24,7 milhões de metros cúbicos – estou lá há 51 anos, vai fazer 52 anos –, secou.

Então, isso mostra que, na bacia hidrográfica, há problemas com desmatamento. Isso aconteceu com os rios na bacia hidrográfica do nosso Parnaíba. Isso nos leva a ter uma preocupação maior: como vai ser a nossa região daqui a 50 anos?

Estou falando dos 50 anos em que vivi no Piauí. Passei dois dias ou três dias em Pio IX com um técnico da Sudene. Em Pio IX, na fronteira, eram 78 Municípios. Então, vi com meus próprios olhos esse problema climático, que se está agravando. Daí por que aproveito a oportunidade aqui de dizer que está tramitando nesta Comissão um requerimento meu. Sei que isso é polêmico, mas entendo que temos de pensar em como estarão a região, o nosso Estado e o Brasil daqui a 50 anos. Temos de ter uma visão de longo prazo. E dentro dessa visão...

Obtive também informações, através da literatura, de que, há mais de cem anos – vejam, há mais de cem anos! –, pensaram em transposição do Rio Tocantins para o Velho Chico. Aqui, há um detalhe: no Estado de Pernambuco, de Gonzaga Patriota, há uma obra em que as águas do Tocantins deságuam no Velho Chico. Então, estou propondo nesta Comissão o início de um debate, uma discussão, porque a realidade hoje, o que está acontecendo no Rio São Francisco, inexoravelmente, vai se agravar. O que está acontecendo em Pio IX também vai se agravar. Ou seja, nós temos, meu querido Prefeito e grande cirurgião, de fazer uma cirurgia nos Municípios. Vamos operar essa questão fundamental nos Municípios, que são a base da Federação.

Então, quando pensamos na transposição do Tocantins, como também em levar água desse aquífero onde temos um poço, o Violeto, que há 45 anos... Se não fosse o tamponamento feito há algum tempo atrás... Está jorrando, jorrando. Enquanto, a cem quilômetros, a população começa a ter privação de água, nós temos o que nenhum Estado do Nordeste tem. São dois grandes aquíferos.

Então, a gente pensa na transposição do Tocantins para o Parnaíba e no que está acontecendo agora no São Francisco para os Estados do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e mesmo de Pernambuco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à transposição das águas do São Francisco, nós também temos o dever de, a partir de agora, apoiar a iniciativa, que está nas mãos da Codevasf, desse estudo de viabilidade técnica, repito, e até ambiental, econômica, financeira, para se levarem as águas daquele rio, que não é superficial, que é um rio subterrâneo. São esses dois grandes lençóis que nós temos lá.

Então, com essas...

O SR. INALDO GUERRA (*Fora do microfone.*) – Peço dois minutinhos para falar...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Ele está querendo mais um minutinho.

O SR. INALDO GUERRA (*Fora do microfone.*) – É bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Mas me responda este negócio aqui do esgotamento sanitário desses 14 Municípios, cujas obras estão paradas, paralisadas, e é uma coisa concreta com relação à revitalização do nosso Rio Parnaíba. Se existe uma coisa concreta, até agora, é isso.

E, por último – às vezes, falo pouco, mas, às vezes, falo demais –, cito a questão relacionada à desertificação. São coisas que nós temos de abraçar. Eu sou ligado à área e participei da primeira missão – não lembro como se chamou – ou caravana às nascentes do Parnaíba, com magistrados federais, procuradores federais e estaduais também, comandados pelo...

O SR. INALDO GUERRA (*Fora do microfone.*) – Dr. Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – O Brandão é o idealizador, mas estava lá o Superintendente do Ibama, que era o Deocleciano Guedes.

Então, há essa questão da desertificação. Nessa viagem, eu passei por um rio, e me disseram: "Este aqui era o Rio Contrato". Era o Rio Contrato, lá no Gurgueia, que não existe mais. Ele passa pela cidade de Gilbués, onde há grande desertificação. Então, na caminhada para as nascentes mesmo do Parnaíba, eu tive a oportunidade de atravessar o que já foi rio. Não havia mais o leito do rio que se chamava Contrato. Na região que nós atravessamos, ele não existia mais.

E, no entorno, havia todo um processo de desertificação, que me faz lembrar a iniciativa de professores da Universidade Federal do Piauí, comandados pelo Deocleciano, pelo Valdemar Rodrigues e por outros estudiosos e ambientalistas, que fundaram o Desert – alguém falou aqui em processo de desertificação.

Então, são essas questões que considero, digamos, que estão todas dentro da Bacia Hidrográfica do Parnaíba. Quer dizer, são consequências. Tanto a desertificação como a morte desse rio que citei aqui, tudo decorre da agressão que nós mesmos, seres humanos, fizemos ao longo da nossa história.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas considerações, passo, por fim, a palavra ao nosso Inaldo. Não sei se ele quer responder aqui alguma coisa.

O SR. INALDO GUERRA – É bem rapidinho, Senador. Pode contar aí um minuto no relógio. É muito fácil e prazeroso discutir esses temas com o senhor, porque o senhor tem um grande conhecimento de causa, pela sua própria formação e por conhecer toda aquela região, principalmente aquela região mais afetada do Semiárido.

Então, rapidinho, falo de três pontos.

Quanto à questão da Adutora do Sertão, quando nós éramos Superintendente, quando a CPRM nos apresentou essa proposta, digamos assim – não era um projeto ainda, era uma proposta –, nós, de imediato, discutimos com a equipe técnica e nós colocamos naquele Plano Plurianual, e ela foi aprovada pelo ministério, no qualitativo, mas não o foi no quantitativo, ou seja, não foi disponibilizado recurso. E, agora, com a sua iniciativa e com o aporte desse recurso, nós, finalmente, iremos constatar a viabilidade ou não.

O senhor falou a respeito de um rio subterrâneo. Um dado que foi apresentado pela CPRM é que o volume de água subterrâneo que nós temos nessa região é suficiente para abastecer 51 Municípios que têm essa situação de crise hídrica permanente por 300 anos, contando com a possibilidade de não chover, de não cair mais nenhuma gota d'água em 300 anos.

Então, se esse estudo contratado agora, através da Codevasf, com essa sua iniciativa, for viável, nós, finalmente, daremos uma solução definitiva para essa crise hídrica, ofertando o principal, que é dignidade àquele povo da região.

Eu só gostaria de enfatizar isto, que, desde o princípio, a Codevasf aceitou, abarcou essa ideia, inclusive apresentando nesse Plano Plurianual.

Com relação à questão da desertificação, foi feito, como tentei demonstrar na nossa apresentação, um trabalho muito interessante nessa região da desertificação, em Gilbués, mas esse trabalho tem de ser um trabalho continuado. Se não houver a continuidade desse trabalho, aquela área que você apresentou como área modelo, se não houver a multiplicação daquilo ali e a conscientização socioambiental, vai ser em vão, vai ficar só naquele limite. Então, esse trabalho é um trabalho continuado.

Por último, quanto à questão das obras de esgotamento sanitário, a gente tem de deixar clara uma situação que, talvez, não tenha ficado clara: o que interessa para todos nós, população, sociedade, Parlamentar, gestor, é que a obra opere, mas algumas...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. INALDO GUERRA – ...obras estão concluídas – eu disse que ia usar um minuto, mas já gastei mais; agora tenho um minuto –, mas não estão operando. Nós não estamos colocando todos na mesma situação, mas há obras concluídas em que a Agespisa está fazendo as ligações intradomiciliares. Ela só vai ser considerada operante quando for concluída a ligação intradomiciliar. A parte do convênio da Codevasf foi 100% executada. Por isso, nós colocamos aqueles dados. O que está mais atrasado lá – se eu estiver errado, Fabrício, por favor, corrija-me – são 33% em Luzilândia. Não é isso? Todas as outras ou estão concluídas ou estão com 97%, 99% ou 94% em fase de conclusão. Agora, para entrar em operação, é preciso haver as ligações intradomiciliares. O.k.?

Obrigado.

Desculpem-me porque me alonguei além de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Em respeito aqui à nossa Senadora, que é a proponente desta audiência, nossa querida e estimada Regina, consulto se ela quer fazer alguma pergunta, alguma indagação aos nossos expositores.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador, eu me ausentei, mas eu ouvi as palavras. A intenção desta audiência era envolver as pessoas, principalmente os órgãos e os organismos que existem e as pessoas que são interessadas nessa questão, para a gente tentar agir sem precisar, necessariamente, aguardar um processo legislativo. Se a gente for aguardar um processo legislativo, esse projeto sai daqui, vai à Câmara e lá vai dormir.

Então, aqui a gente precisa ver o que é preciso ser feito, dentro da legislação que se tem, dentro do escopo da Codevasf, do que compete a ela, o P do Parnaíba, quer dizer, a gente tem de tentar unir forças para fazer alguma coisa acontecer. Quando a gente voa no avião, quando o avião está decolando ou quando está chegando, é preciso que todo mundo olhe pela janela, que é para poder ver também, para poder se sensibilizar com o que está acontecendo com o Rio Parnaíba.

Quero ler até um trechinho do livro de Joaquim Magalhães, de Piripiri. Ele escreveu um livro chamado *Amazônia – Vida e Morte*. Ele criou um personagem, romanceou, mas é tudo verdade aqui. Mostra o que está acontecendo na Amazônia, a questão da madeira, do desmatamento. Ele fala do Parnaíba. O personagem chegou à beira do Rio. Ele diz:

Meio-dia, o calor causticante incomodaria até os camelos acostumados ao sol inclemente do deserto. Parou no acostamento, ficou a olhar o rio, ou o que sobrara de tão belo curso d'água que, no passado, enchia os olhos de todos os piauienses e maranhenses. Era desolador ver em que se transformava o velho monge, num rio moribundo. Apenas poucos metros de águas rasas contracenando com enormes bancos de areia a perder de vista.

Atravessar o outrora grande rio sem molhar a cintura seria tarefa fácil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sentia tristeza, impotência. A morte chegava lenta, mas inexorável ao segundo maior rio do Nordeste. Era o preço do progresso, da permuta de mata ciliar por concreto e asfalto, dos esgotos urbanos, enfim do crescimento gradativo das cidades às suas margens, ao longo dos anos.

É um trequinho do que diz. É como se a gente estivesse olhando para um quadro: a gente visualiza o que ele disse aqui.

A gente precisa salvar esse rio, senão a geração que vem depois de nós não vai nos perdoar.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – É um bonito fecho. Encerrou com chave de ouro, Regina.

Eu queria, antes de encerrar, mostrar que, nesta audiência conjunta da Comissão do Desenvolvimento Regional e da Comissão do Meio Ambiente, compareceram estes Senadores. Registraram presença os Senadores Hélio José, Elmano, Waldemir Moka, Ataídes, Valdir Raupp. São as duas Comissões. Quer dizer, foram esses Senadores todos que registraram presença nesta audiência conjunta.

Então, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sr^{as} Senadoras – só está aqui a Regina – e Senadores – aqui está o velhinho – que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia onze de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Regina Sousa, Ângela Portela, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Humberto Costa, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Não havendo número regimental para a deliberação dos itens constantes da pauta, ficam todos adiados: ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária" Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão." Autoria: Deputado Hildo Rocha. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Eduardo Lopes. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização fundiária de assentamentos urbanos." Autoria: Deputada Soraya Santos. Relatoria: Senador Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do PLC nº 64, de 2016, e pela aprovação do PLS nº 465, de 2016, com 4 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Após alguns comunicados da presidência, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/11>

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Quero, neste momento, comunicar aos integrantes da nossa Comissão que está aberto o prazo de apresentação de emendas à LOA (Lei Orçamentária Anual) na Secretaria da Comissão. Esse prazo, na verdade, está aberto desde o dia 02 de outubro, repito, na Secretaria da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e seguirá até esta quarta-feira, até as 18h.

O Relator das emendas vai ser designado ainda por mim, na condição de Presidente desta Comissão, mas renovo aqui, portanto, a comunicação aos Senadores e às Senadoras que entregam a Comissão de que o prazo está aberto e vai se encerrar hoje às 18h.

Segundo, quero dar conhecimento à Comissão da programação que nós realizamos na sexta-feira da semana passada. Refiro-me à jornada de audiências públicas e diligências de iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida por nós, inclusive com requerimento de nossa autoria, com relação à obra da transposição do São Francisco.

Portanto, nós realizamos audiência pública, pela manhã, em Apodi e, à tarde, em Assu. O debate em Apodi teve como foco exatamente o Ramal Apodi-Mossoró. Lá foi apresentado o projeto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executivo. O desafio, portanto, que está colocado agora para todos nós é assegurar o orçamento. A obra do Ramal Apodi está orçada em algo em torno de R\$2 bilhões. O Ministro assumiu o compromisso de que está solicitando ao Ministério do Planejamento um aporte de R\$600 milhões, bem como também a Bancada Federal do Rio Grande do Norte assumiu o compromisso de destinar uma das emendas coletivas de Bancada para o Ramal Apodi-Mossoró.

Na parte da tarde, na cidade de Assu, os debates foram em torno da desobstrução do Rio Piranhas-Açu e de seu desassoreamento. Ficou acordado na audiência em Assu que será criado um grupo de trabalho composto pelos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, bem como da Agência Nacional de Águas, para tratar desse tema, já que o assoreamento, se não for cuidado, vai dificultar a chegada das águas do Rio São Francisco ao Rio Grande do Norte.

Então, eu quero aqui, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, que eu presido, agradecer a participação expressiva de todos e de todas, de vários segmentos, tanto na audiência pública de Apodi como na audiência pública de Assu.

Quero aqui destacar, quero agradecer a você, Marcus, como Secretário da nossa Comissão, ao Gilson, ao consultor que nos acompanhou e dizer que fico muito feliz porque a Comissão está cumprindo o seu papel, que é o de fazer o diálogo com a sociedade. Ou seja, a gente está saindo daqui, do gabinete refrigerado do Senado, para ir exatamente aonde o povo está. É bom o povo vir aqui, mas é bom também a gente ir aonde o povo está, inclusive para ver de perto, para fazer o acompanhamento, para fazer as diligências. Depois, realizar as audiências públicas nos Estados tem outro caráter extraordinário, que é o de você oportunizar uma participação mais ampla, mais expressiva e plural no debate.

Para vocês terem uma ideia, lá houve a presença de prefeitos, dos prefeitos da região; a presença de vereadores e de vereadoras da região. A Assembleia Legislativa mais uma vez se fez presente.

O Deputado Estadual Fernando Mineiro tem sido um grande parceiro nessa luta, desde o início, quando da realização da Caravana das Águas, pela retomada da obra da transposição do São Francisco, no Eixo 1 e no Eixo Norte.

Além do Deputado Fernando Mineiro, participou também a Deputada Larissa Rosado da audiência pública de Apodi.

E, na parte da tarde, estive em Assu, além do Deputado Fernando Mineiro, o Deputado George Soares.

Então, a Assembleia Legislativa foi representada pelo Deputado Fernando Mineiro, pelo Deputado George e pela Deputada Larissa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui destacar a presença da sociedade civil: o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, a Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), a Fetarn (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte), os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais daquela região.

A Igreja também se fez presente. Contamos, em Apodi, com a presença de Padre Chagas, dando as bênçãos à nossa luta, que é a luta em prol da chegada das águas do São Francisco ao nosso querido Rio Grande do Norte.

Houve a presença também do Governo Federal. Aqui quero agradecer ao Ministro Helder Barbalho, que atendeu a nossa solicitação. O Governo Federal se fez presente, com a Secretaria Nacional de Infraestrutura, com o Dr. Luitgards. Estão aqui os que para lá foram: Dr. Antônio Luitgards Moura, Diretor de Projetos Especiais do Ministério da Integração Nacional; Jimmu Azevedo, Coordenador-Geral de Gestão de Arranjos Institucionais de Obras Hídricas do Ministério da Integração Nacional; Egon, da Agência Nacional de Águas; Raniere Linhares, Coordenador da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, representando lá o Governo do Estado; Jackson Oliveira Carvalho, engenheiro do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); e Renato, representando o Ministério do Meio Ambiente.

O importante aqui é destacar que o Governo Federal se fez presente lá através do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Águas. Foi muito importante a presença do Governo Federal nessa audiência, porque foi uma audiência que teve, de um lado, o caráter de fazer o debate técnico, de tirar dúvidas da população. O principal objetivo em Apodi, por exemplo, era apresentar o projeto executivo, que trata da construção do Ramal Apodi-Mossoró. E nada mais adequado do que termos os técnicos do Ministério que são os que formulam todo o projeto para apresentarem e para se colocarem à disposição da população para os esclarecimentos necessários.

A presença da Agência Nacional de Águas também quero aqui destacar como muito importante não só em Apodi como também em Assu, até porque em Assu o foco foi o problema do assoreamento do rio, o problema da obstrução do rio.

A audiência cumpre este papel de alertar a sociedade, porque, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, reafirmado aqui nesta Comissão pelo Ministro Helder Barbalho, o calendário previsto é o seguinte: em janeiro, as águas serão liberadas para chegar ao Ceará e, no prazo de 90 a 120 dias, serão liberadas para chegar à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Ocorre que, para as águas entrarem no Rio Grande do Norte, elas precisam descer pelo leito do Rio Piranhas-Açu, e o rio está assoreado, está obstruído. Portanto, se essa desobstrução não for feita, se esse desassoreamento não for feito, isso vai dificultar, e muito, a chegada das águas do São Francisco ao Rio Grande do Norte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você imagina: iríamos passar do sonho para o pesadelo. O sonho era o de ver, de repente, uma obra secular – são mais de cem anos –, sonhada pelo sertanejo, tornar-se realidade graças à determinação e à ousadia do Presidente Lula, sem dúvida nenhuma. E, pertinho da sua conclusão – Lula e Dilma deixaram a obra quase 95% concluída; estamos agora cobrando a conclusão do Eixo 1 e do Eixo Norte –, depois de esperar quase 200 anos, não podemos de repente viver essa tragédia que seria as águas, liberadas para chegar ao Rio Grande do Norte, não terem a funcionalidade adequada, que seria o rio em condições de receber essas águas.

Então, quero aqui dizer que, da audiência de Assu, foi retirado um encaminhamento muito importante, que foi o seguinte: o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas assumiram o compromisso de instituir um grupo intersetorial, inclusive, com a presença da Casa Civil, para imediatamente começarem a traçar um plano de trabalho, plano de trabalho esse para ser executado imediatamente, porque essa questão da desobstrução do Rio Piranhas-Açu era para ontem. Por isso, tem de começar imediatamente.

Então, eles ficaram também de fazer o contato com o Governo do Estado. O secretário titular da área de recursos hídricos iria para a audiência. Entretanto, ele deu a justificativa de que se encontrava de licença e não poderia comparecer. Contudo, assegurou que o Secretário Adjunto Mairton Fonseca lá estaria. Para a surpresa dos presentes, o Secretário Adjunto não pôde comparecer, e quem esteve lá foi o Sr. Raniere Linhares, que é Coordenador da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte.

Temos o maior respeito pelo servidor Raniere, mas foi objeto de registro lá, por exemplo, do Deputado Fernando Mineiro que lamentavelmente o Governo do Estado não estava assumindo o seu papel nessa questão, até porque, dizia o Deputado Estadual Fernando Mineiro, é preciso apresentar os projetos articulados de curto, médio e longo prazo para preparar a região para receber as águas.

Assim, por exemplo, em Apodi, foi apresentado o projeto executivo do Ramal Apodi-Mossoró, e agora o nosso desafio é assegurar o orçamento. No caso de Assu, precisamos urgentemente desse plano de trabalho. Daí, repito, a necessidade da participação do Governo do Estado junto com o Governo Federal, porque, veja bem, caso contrário, pode acontecer exatamente o que estamos alertando aqui: as águas vão chegar às barragens de Caiçara e de Engenheiro Ávidos, na Paraíba, para poder entrar no Seridó, mas, se o Rio Grande do Norte não estiver preparado em relação à infraestrutura, vamos ter problemas exatamente para receber essas águas. Ou seja, concretamente, repito, há a necessidade de cuidar do assoreamento do Rio Piranhas-Açu.

Quero, inclusive, ressaltar para a Comissão que, na Comissão de Desenvolvimento Regional, pedimos para a Secretaria da Comissão fazer esse acompanhamento, tendo em vista que saiu o compromisso desse grupo intersetorial. O Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria Nacional de Infraestrutura Hídrica e do DNOCS; o Ministério da Integração Nacional, através da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria Nacional de Infraestrutura Hídrica e do DNOCS; o Ministério do Meio Ambiente e a ANA (Agência Nacional de Águas) entrariam em contato com a Casa Civil. Eles vão fazer contato também com o próprio Governo do Estado. Por favor, que a Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional anote esse encaminhamento, porque vamos ficar no acompanhamento. Queremos, daqui a 15 dias, chamar o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas e convidar o Governo do Estado, aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, para que tenhamos uma reunião exatamente para cobrar o plano de trabalho e efetivamente saber quando é que tem início o trabalho de desassoreamento do Rio Piranhas-Açu.

Não estamos aqui tratando de um tema qualquer. Nós estamos tratando de uma obra que vai acudir, em matéria de segurança hídrica, mais de 12 milhões de pessoas, do Ceará a Pernambuco, passando pela Paraíba e pelo Rio Grande do Norte. É uma obra que envolve o conjunto de 396 Municípios do Rio Grande do Norte, uma obra que chega em um momento em que a Região Nordeste enfrenta uma das mais graves crises de natureza hídrica da sua história: são seis anos de seca, entrando para o sétimo ano. Para se ter uma ideia, o meu Estado, o Rio Grande do Norte, nesta semana, teve o decreto de calamidade pública renovado já pela décima vez. Por aí os senhores fazem ideia do que exatamente está acontecendo. Então, não dá para brincar, de maneira nenhuma, com a questão de uma obra do porte e da dimensão, do ponto de vista humano e social, que tem o São Francisco.

Eu quero aqui também agradecer e destacar a participação da Bancada Federal. A Deputada Zenaide Maia esteve comigo tanto em Apodi como em Assu. O Senador Garibaldi Filho esteve na audiência pública de Assu. E o Deputado Rafael Motta também esteve na audiência pública de Assu. Quero aqui deixar muito claro que, independentemente de diferenças políticas ou ideológicas, a Bancada Federal do Rio Grande do Norte – os três Senadores e os oito Deputados Federais – está firme e unida na defesa da transposição das águas do Rio São Francisco.

Quero aqui – deixei por último – ressaltar o papel importante que tem o Fórum do Oeste Potiguar. O que é o Fórum do Oeste Potiguar? É um fórum que reúne as entidades mais representativas da região do Alto Oeste, de Pau dos Ferros, de Apodi e de Mossoró, ou seja, é um fórum que se construiu de baixo para cima, portanto com respaldo popular. Esse fórum tem a representação da Igreja, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da universidade, do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal, da Universidade Estadual e da Universidade Federal do Semiárido e tem a presença – repito – da sociedade civil. A esse Fórum do Oeste Potiguar quero mais uma vez render as homenagens, porque ele foi decisivo para que nós retomássemos o debate de Apodi-Mossoró, tanto é que agora o fórum conseguiu o compromisso da Bancada Federal de que, entre as emendas coletivas a que a Bancada tem direito, uma será destinada para o Ramal Apodi-Mossoró, inclusive uma emenda impositiva. Então, que fique aqui, mais uma vez, nosso registro ao Fórum do Oeste Potiguar. Vou suspender a nossa reunião por um minutinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 10 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 10 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero registrar aqui a presença da Senadora Regina.

Retomando, faço a abertura da nossa reunião. Dei conhecimento aqui, Senadora Regina, da jornada de audiências públicas que nós realizamos, na sexta-feira, no Rio Grande do Norte. Graças a Deus, mais uma vez, Senadora, foi um sucesso em matéria de participação popular. Foi muito boa, muito expressiva, com encaminhamentos concretos.

Destaquei aqui também, por dever de justiça, que o Governo Federal, Senadora Regina, designou os representantes que a Comissão havia solicitado, a Secretaria Nacional de Infraestrutura Hídrica, o DNOCS, a Agência Nacional de Águas. O Ministério do Meio Ambiente também foi. E foi um debate muito produtivo. Foi muito produtivo mesmo, dando sequência à nossa luta aqui pela questão das águas.

Eu queria também ainda aqui fazer um registro, porque esta Comissão é uma comissão de desenvolvimento urbano, e dar conhecimento à nossa Comissão de que ontem enviei um ofício ao Ministro das Cidades, Bruno Araújo, cobrando providências a fim de que sejam liberadas imediatamente as unidades habitacionais do Condomínio Village de Prata, no bairro do Planalto, em Natal. No meu ofício, destaquei que a urgência desse pedido ao Ministro Bruno Araújo, de autorização para liberar essas unidades habitacionais do Condomínio Village de Prata, no bairro do Planalto, dá-se em razão, Senadora Regina, de um incêndio de grandes proporções, que desabrigou cerca de 90 famílias que viviam no Assentamento Oito de Março, no Planalto. Esse incêndio aconteceu na semana passada. Inclusive, no sábado passado, fui ao assentamento fazer uma visita às famílias e pude ver de perto a tragédia. É um incêndio de grandes proporções mesmo. São 250 famílias que fazem parte desse assentamento, do Assentamento Oito de Março. Há cinco anos, lutam pelo direito à moradia. É uma tragédia que comoveu todos nós, potiguaras.

Aliás, quero dizer aqui que foi muito bonita a campanha de solidariedade que foi feita, Senadora Regina, por todos os segmentos da sociedade e, naturalmente, pelo Governo do Estado, pela Prefeitura. Agora, veja bem, essa nossa solicitação ao Ministro das Cidades se deve ao fato de que esse Condomínio Village de Prata compreende oito empreendimentos, dos quais seis já estão aptos para serem destinados para uso de moradia. Eu digo isso porque mantive contato com o Superintendente da Caixa Econômica em Natal, e o que ele me adiantou foi que o que falta ainda são demandas de responsabilidade da Prefeitura, como a viabilização dos acessos, a regularização total do processo de cadastramento das famílias.

Entretanto, considerando essa situação emergencial, em que essas 90 famílias estão desabrigadas, estão em alojamentos, naquelas condições que nós sabemos como são... São





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente precárias as condições em que elas se encontram. Então, pelo amor de Deus, depois de cinco anos que elas esperam pela sua casinha, passar por um infortúnio desses, que foi um incêndio de grandes proporções, nada mais razoável do que, neste momento, vencer esses entraves de natureza burocrática e liberar imediatamente a chave dessas unidades habitacionais. Acrescento, Senadora Regina, como sugeri ao Ministro das Cidades, Bruno Araújo, que isso não impede, muito pelo contrário, que a Caixa Econômica, como órgão responsável pela coordenação do Minha Casa, Minha Vida, em conjunto com a Prefeitura de Natal e com outros órgãos, acompanhe a implementação, a conclusão dessas demandas complementares que ainda estão em curso.

Nós estamos aguardando a resposta do Ministro das Cidades, Bruno Araújo, porque eu penso que, neste momento, a melhor e mais importante solidariedade que possa ser feita às 90 famílias lá do Planalto, que estão desabrigadas, além do perigo que enfrentaram com o incêndio, a melhor maneira de homenagear essas famílias é o Governo Federal, através do Ministério das Cidades, liberar a entrega das unidades habitacionais.

Eu gostaria aqui também, Senadora Regina, de fazer um registro nesta Comissão. V. Ex^a participou e sabe o papel protagonista que esta Comissão teve. Refiro-me à decisão dos Correios de fechar os bancos postais em todo o Brasil. Inclusive, vai afetar, e muito, o seu Estado, o Piauí, assim como o nosso Estado, o Rio Grande do Norte. Para se ter uma ideia, seriam 1,9 mil bancos postais que teriam as suas portas fechadas em todo o País. Isso iria prejudicar a vida de cerca de 70 milhões de pessoas, que foram as pessoas que tiveram a inclusão bancária a partir dessa parceria do Banco do Brasil com os Correios, com a implementação, a instalação dos bancos postais, parceria que nasceu no governo do Presidente Lula, uma parceria que deu muito certo, porque isso significou cidadania para a nossa população.

E, naquele momento, os Correios, em função de contingenciamento orçamentário, de redução de custos, de tempos de Emenda 95, de teto de gastos... Isso é a cara de Meirelles. O Ministro Meirelles, aliás, é do mesmo Partido do Presidente dos Correios. A Emenda 95 é assim: teto de gastos para a cidadania do povo existe; para as políticas sociais, tome teto, tome congelamento; agora, teto de gastos para banqueiros, para pagamento de juros astronômicos da dívida pública, isso não existe de maneira nenhuma, tanto é que está liberado o pagamento, os recursos destinados para pagamento dos juros dessa dívida astronômica. No entanto, para as políticas sociais, há teto de gastos, o que vai significar um congelamento dos investimentos nas áreas sociais nos próximos 20 anos.

Isso se reflete em iniciativas como essa, que era o que estava previsto. Simplesmente, a partir do dia 11 de outubro, todos os bancos postais iriam fechar em razão de que a Presidência dos Correios, mesmo reconhecendo a importância do trabalho dos Correios, disse que não tinha mais orçamento de maneira nenhuma para garantir os custos com os vigilantes que atuam nos bancos postais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem me trouxe essa demanda foi o Sindicato dos Correios do Rio Grande do Norte. Por isso, por um dever de justiça, quero aqui destacar o papel cidadão do Sindicato dos Trabalhadores em Correios do meu Estado, Rio Grande do Norte, que não luta só pela melhoria salarial, o que é absolutamente legítimo. O sindicato teve uma sensibilidade grande quando tomou conhecimento desta decisão de que iriam fechar 1,9 mil agências em todo o País. Para se ter uma ideia, essa medida afetaria a vida de mais de 23 milhões de pessoas que moram na área urbana e de mais de 6 milhões de pessoas que moram na zona rural.

No meu Estado, nós íamos ter simplesmente mais de cem Municípios, no Rio Grande do Norte, que ficariam órfãos de qualquer serviço bancário. Por quê? Porque, com o fechamento dos bancos postais, as cidades não teriam mais acesso aos serviços bancários básicos. Imaginem o impacto negativo que isso traria para a vida dos aposentados e das aposentadas: eles teriam de se deslocar 80km, 90km ou 100km para outra cidade, para irem em busca de sua aposentadoria. Essa seria uma maldade imensa. E seria também um impacto negativo para a vida desses Municípios, porque os bancos postais, ao assegurarem serviços bancários básicos, abertura de contas, pagamentos, taxas etc., movimentam a economia dos pequenos Municípios. Então, o fechamento ia dificultar mais ainda a economia desses pequenos Municípios nestes tempos de crise braba que nós vivemos.

Mas eu quero dizer que, a partir do momento em que o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios trouxe essa demanda para a nossa Comissão, nós desencadeamos um processo de mobilização, até porque era isso exatamente que os Correios queriam. Vieram me pedir para que, na condição de Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional, eu encampasse essa luta, liderasse essa luta. E fizemos, o que não é nenhum favor, é meu dever, é minha obrigação.

Realizamos audiência pública nesta Comissão. Trouxe aqui o Presidente dos Correios, trouxe aqui o Vice-Presidente Nacional do Banco do Brasil, com a presença dos Parlamentares, com a presença do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, com a representação dos prefeitos. Participei de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do meu Estado, de iniciativa do Deputado Estadual Fernando Mineiro, a pedido do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios. Fomos bater às portas dos Correios, conversar com o Presidente dos Correios, Guilherme Campos, bem como fomos bater à porta do Banco do Brasil, para conversar com a Presidência do Banco do Brasil.

Naquele momento, exercemos o nosso papel aqui de mobilização, em defesa da cidadania e da população, ao mesmo tempo em que os Correios falavam daquela dificuldade, porque, se não houvesse uma saída, no dia 11 os bancos postais estariam com suas portas fechadas em todo o País. Aliás, dia 11 é exatamente hoje. Hoje, dia 11, era o dia que estava previsto para mais este ataque à cidadania do povo brasileiro, do povo mais simples, do povo mais humilde, que era o fechamento de 1,9 mil bancos postais em todo o Brasil.

Lá no Rio Grande do Norte, repito, mais de cem cidades ficariam sem bancos postais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante esse período, ao tempo em que o Presidente dos Correios dizia das dificuldades, em função do contingenciamento orçamentário, ao mesmo tempo eu dizia que o povo não podia ser prejudicado. Esse direito que o povo havia conquistado nos governos Lula e Dilma, que promoveu essa inclusão bancária importante, o povo não podia perder de maneira nenhuma.

Então, nós fomos firmes. Trouxemos aqui o Banco do Brasil, fizemos um apelo ao Banco do Brasil, que é o parceiro dos Correios no Banco Postal, e finalmente saiu a decisão, que já foi formalizada. O Banco do Brasil vai arcar com os custos dos serviços de vigilância. Portanto, os bancos postais não vão mais fechar as suas portas no dia de hoje, dia 11. Segundo: eles anunciaram que o funcionamento dos bancos postais, a princípio, está mantido até o dia 31 de janeiro.

Dessa forma, eu quero aqui agradecer a todos e a todas que participaram dessa luta, aos Parlamentares desta Comissão que participaram dessa luta, aos demais Parlamentares. Quero registrar o papel da Bancada federal do nosso Estado, que somou junto. Na audiência que eu tive com o Presidente dos Correios, a Deputada Zenaide Maia foi, assim como o Deputado Felipe, coordenador da nossa Bancada, e o Deputado Rafael Motta. Enfim, quero registrar aqui a presença da Bancada federal, que somou nessa luta liderada por nós, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Mas quero agradecer e fazer uma homenagem principalmente ao Sindicato dos Trabalhadores dos Correios pela sensibilidade que teve e pela responsabilidade e compromisso. Para se ter uma ideia, com essa decisão de manter os bancos postais em funcionamento, nós estaremos, de um lado, repito, garantindo cidadania para as pessoas, que precisam dos serviços do banco... Imaginem um aposentado, coitado, ter que se deslocar 80, 90, 100km ou mais em busca de sua aposentadoria, inclusive nesses tempos de violência que nós vivemos. E mais forte ainda no Rio Grande do Norte, porque o quadro lá é mais grave do que em todo o País, assim como a economia dos pequenos Municípios.

Quero dizer aqui da alegria, porque, com essa decisão, sabem quantas famílias de vigilantes vão ter os seus empregos assegurados? Cento e setenta e quatro famílias. São 174 famílias que, com essa luta que possibilitou a decisão de manter os bancos postais funcionando, não estarão no olho da rua a partir do dia 11; muito pelo contrário, vão continuar com seus empregos. Isso é muito gratificante.

Também peço à Secretaria da Comissão para já anotar a seguinte providência. Foi uma vitória muito importante? Foi. Agora, a luta não acabou, porque o memorando, eles o estão mandando, e eu peço à Comissão... Tanto o Presidente dos Correios como Vice-Presidente do Banco do Brasil ficaram de mandar cópia do entendimento que eles firmaram para dar continuidade à parceria entre Banco do Brasil e agências dos Correios para manter os bancos postais em funcionamento. Eles ficaram de mandar cópia desse documento que foi firmado e cuja decisão, portanto, está agora oficializada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, quero aqui que vocês pautem, na Comissão de Desenvolvimento Regional, uma nova audiência para dezembro, antes de a gente terminar os trabalhos. Por quê? Porque nós queremos, antes de janeiro, portanto em dezembro, antes de terminarmos os trabalhos legislativos, trazer de volta aqui o Presidente dos Correios e o Banco do Brasil, para que eles deem a notícia definitiva de que o funcionamento dos bancos postais não será só até 31 de janeiro, mas permanente.

Nada mais havendo a tratar, as matérias ficam adiadas para a próxima reunião da Comissão.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015

- Não terminativo -

Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Goulart

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 03/08/2016, na 14ª Reunião da CDR, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;
- A matéria constou na pauta da 3ª (29/03/2017), 5ª (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), 15ª (05/07/2017), 17ª (12/07/2017), 18ª (02/08/2017), 19ª (09/08/2017), 20ª (16/08/2017), da 22ª (30/08/2017) e 23ª Reuniões (13/09/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017****- Não terminativo -**

Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão.

Autoria: Deputado Hildo Rocha**Relatoria:** Senador João Alberto Souza**Relatório:** Pela aprovação**Observações:**

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2017****- Não terminativo -**

Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senadora Rose de Freitas**Relatoria:** Senador Eduardo Lopes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação**Observações:**

- A matéria constou na pauta da 15ª (05/07/2017), da 22ª (30/08/2017) e 23ª Reuniões (13/09/2017) da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos e da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa).

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016

- Não terminativo -

Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues**Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre**Relatório:** Pela aprovação**Observações:**

- A matéria constou na pauta da 5ª (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), 15ª (05/07/2017), 17ª (12/07/2017), 18ª (02/08/2017), 19ª (09/08/2017), 20ª (16/08/2017), da 22ª (30/08/2017) e 23ª Reuniões (13/09/2017) da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Autoria: Deputada Soraya Santos

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2016****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela rejeição do PLC nº 64, de 2016, e pela aprovação do PLS nº 465, de 2016, com 4 emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos; da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e todas.

(Iniciada às 09 horas e 48 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 09 minutos. Reaberta às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

(Texto com revisão.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Quero, neste momento, comunicar aos integrantes da nossa Comissão que está aberto o prazo de apresentação de emendas à LOA (Lei Orçamentária Anual) na Secretaria da Comissão. Esse prazo, na verdade, está aberto desde o dia 02 de outubro, repito, na Secretaria da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e seguirá até esta quarta-feira, até as 18h.

O Relator das emendas vai ser designado ainda por mim, na condição de Presidente desta Comissão, mas renovo aqui, portanto, a comunicação aos Senadores e às Senadoras que entregam a Comissão de que o prazo está aberto e vai se encerrar hoje às 18h.

Segundo, quero dar conhecimento à Comissão da programação que nós realizamos na sexta-feira da semana passada. Refiro-me à jornada de audiências públicas e diligências de iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida por nós, inclusive com requerimento de nossa autoria, com relação à obra da transposição do São Francisco.

Portanto, nós realizamos audiência pública, pela manhã, em Apodi e, à tarde, em Assu. O debate em Apodi teve como foco exatamente o Ramal Apodi-Mossoró. Lá foi apresentado o projeto executivo. O desafio, portanto, que está colocado agora para todos nós é assegurar o orçamento. A obra do Ramal Apodi está orçada em algo em torno de R\$2 bilhões. O Ministro assumiu o compromisso de que está solicitando ao Ministério do Planejamento um aporte de R\$600 milhões, bem como também a Bancada Federal do Rio Grande do Norte assumiu o compromisso de destinar uma das emendas coletivas de Bancada para o Ramal Apodi-Mossoró.

Na parte da tarde, na cidade de Assu, os debates foram em torno da desobstrução do Rio Piranhas-Açu e de seu desassoreamento. Ficou acordado na audiência em Assu que será criado um grupo de trabalho composto pelos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, bem como da Agência Nacional de Águas, para tratar desse tema, já que o assoreamento, se não for cuidado, vai dificultar a chegada das águas do Rio São Francisco ao Rio Grande do Norte.

Então, eu quero aqui, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, que eu presido, agradecer a participação expressiva de todos e de todas, de vários segmentos, tanto na audiência pública de Apodi como na audiência pública de Assu.

Quero aqui destacar, quero agradecer a você, Marcus, como Secretário da nossa Comissão, ao Gilson, ao consultor que nos acompanhou e dizer que fico muito feliz porque a Comissão está cumprindo o seu papel, que é o de fazer o diálogo com a sociedade. Ou seja, a gente está saindo daqui, do gabinete refrigerado do Senado, para ir exatamente aonde o povo está. É bom o povo vir aqui, mas é bom também a gente ir aonde o povo está, inclusive para ver de perto, para fazer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento, para fazer as diligências. Depois, realizar as audiências públicas nos Estados tem outro caráter extraordinário, que é o de você oportunizar uma participação mais ampla, mais expressiva e plural no debate.

Para vocês terem uma ideia, lá houve a presença de prefeitos, dos prefeitos da região; a presença de vereadores e de vereadoras da região. A Assembleia Legislativa mais uma vez se fez presente.

O Deputado Estadual Fernando Mineiro tem sido um grande parceiro nessa luta, desde o início, quando da realização da Caravana das Águas, pela retomada da obra da transposição do São Francisco, no Eixo 1 e no Eixo Norte.

Além do Deputado Fernando Mineiro, participou também a Deputada Larissa Rosado da audiência pública de Apodi.

E, na parte da tarde, estive em Assu, além do Deputado Fernando Mineiro, o Deputado George Soares.

Então, a Assembleia Legislativa foi representada pelo Deputado Fernando Mineiro, pelo Deputado George e pela Deputada Larissa.

Quero aqui destacar a presença da sociedade civil: o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, a Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), a Fetarn (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte), os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais daquela região.

A Igreja também se fez presente. Contamos, em Apodi, com a presença de Padre Chagas, dando as bênçãos à nossa luta, que é a luta em prol da chegada das águas do São Francisco ao nosso querido Rio Grande do Norte.

Houve a presença também do Governo Federal. Aqui quero agradecer ao Ministro Helder Barbalho, que atendeu a nossa solicitação. O Governo Federal se fez presente, com a Secretaria Nacional de Infraestrutura, com o Dr. Luitgards. Estão aqui os que para lá foram: Dr. Antônio Luitgards Moura, Diretor de Projetos Especiais do Ministério da Integração Nacional; Jimmu Azevedo, Coordenador-Geral de Gestão de Arranjos Institucionais de Obras Hídricas do Ministério da Integração Nacional; Egon, da Agência Nacional de Águas; Raniere Linhares, Coordenador da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, representando lá o Governo do Estado; Jackson Oliveira Carvalho, engenheiro do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); e Renato, representando o Ministério do Meio Ambiente.

O importante aqui é destacar que o Governo Federal se fez presente lá através do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Águas. Foi muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante a presença do Governo Federal nessa audiência, porque foi uma audiência que teve, de um lado, o caráter de fazer o debate técnico, de tirar dúvidas da população. O principal objetivo em Apodi, por exemplo, era apresentar o projeto executivo, que trata da construção do Ramal Apodi-Mossoró. E nada mais adequado do que termos os técnicos do Ministério que são os que formulam todo o projeto para apresentarem e para se colocarem à disposição da população para os esclarecimentos necessários.

A presença da Agência Nacional de Águas também quero aqui destacar como muito importante não só em Apodi como também em Assu, até porque em Assu o foco foi o problema do assoreamento do rio, o problema da obstrução do rio.

A audiência cumpre este papel de alertar a sociedade, porque, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, reafirmado aqui nesta Comissão pelo Ministro Helder Barbalho, o calendário previsto é o seguinte: em janeiro, as águas serão liberadas para chegar ao Ceará e, no prazo de 90 a 120 dias, serão liberadas para chegar à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Ocorre que, para as águas entrarem no Rio Grande do Norte, elas precisam descer pelo leito do Rio Piranhas-Açu, e o rio está assoreado, está obstruído. Portanto, se essa desobstrução não for feita, se esse desassoreamento não for feito, isso vai dificultar, e muito, a chegada das águas do São Francisco ao Rio Grande do Norte.

Você imagina: iríamos passar do sonho para o pesadelo. O sonho era o de ver, de repente, uma obra secular – são mais de cem anos –, sonhada pelo sertanejo, tornar-se realidade graças à determinação e à ousadia do Presidente Lula, sem dúvida nenhuma. E, pertinho da sua conclusão – Lula e Dilma deixaram a obra quase 95% concluída; estamos agora cobrando a conclusão do Eixo 1 e do Eixo Norte –, depois de esperar quase 200 anos, não podemos de repente viver essa tragédia que seria as águas, liberadas para chegar ao Rio Grande do Norte, não terem a funcionalidade adequada, que seria o rio em condições de receber essas águas.

Então, quero aqui dizer que, da audiência de Assu, foi retirado um encaminhamento muito importante, que foi o seguinte: o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas assumiram o compromisso de instituir um grupo intersetorial, inclusive, com a presença da Casa Civil, para imediatamente começarem a traçar um plano de trabalho, plano de trabalho esse para ser executado imediatamente, porque essa questão da desobstrução do Rio Piranhas-Açu era para ontem. Por isso, tem de começar imediatamente.

Então, eles ficaram também de fazer o contato com o Governo do Estado. O secretário titular da área de recursos hídricos iria para a audiência. Entretanto, ele deu a justificativa de que se encontrava de licença e não poderia comparecer. Contudo, assegurou que o Secretário Adjunto Mairton Fonseca lá estaria. Para a surpresa dos presentes, o Secretário Adjunto não pôde comparecer, e quem esteve lá foi o Sr. Raniere Linhares, que é Coordenador da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos o maior respeito pelo servidor Raniere, mas foi objeto de registro lá, por exemplo, do Deputado Fernando Mineiro que lamentavelmente o Governo do Estado não estava assumindo o seu papel nessa questão, até porque, dizia o Deputado Estadual Fernando Mineiro, é preciso apresentar os projetos articulados de curto, médio e longo prazo para preparar a região para receber as águas.

Assim, por exemplo, em Apodi, foi apresentado o projeto executivo do Ramal Apodi-Mossoró, e agora o nosso desafio é assegurar o orçamento. No caso de Assu, precisamos urgentemente desse plano de trabalho. Daí, repito, a necessidade da participação do Governo do Estado junto com o Governo Federal, porque, veja bem, caso contrário, pode acontecer exatamente o que estamos alertando aqui: as águas vão chegar às barragens de Caiçara e de Engenheiro Ávidos, na Paraíba, para poder entrar no Seridó, mas, se o Rio Grande do Norte não estiver preparado em relação à infraestrutura, vamos ter problemas exatamente para receber essas águas. Ou seja, concretamente, repito, há a necessidade de cuidar do assoreamento do Rio Piranhas-Açu.

Quero, inclusive, ressaltar para a Comissão que, na Comissão de Desenvolvimento Regional, pedimos para a Secretaria da Comissão fazer esse acompanhamento, tendo em vista que saiu o compromisso desse grupo intersetorial. O Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria Nacional de Infraestrutura Hídrica e do DNOCS; o Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Infraestrutura Hídrica e do DNOCS; o Ministério do Meio Ambiente e a ANA (Agência Nacional de Águas) entrariam em contato com a Casa Civil. Eles vão fazer contato também com o próprio Governo do Estado. Por favor, que a Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional anote esse encaminhamento, porque vamos ficar no acompanhamento. Queremos, daqui a 15 dias, chamar o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas e convidar o Governo do Estado, aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, para que tenhamos uma reunião exatamente para cobrar o plano de trabalho e efetivamente saber quando é que tem início o trabalho de desassoreamento do Rio Piranhas-Açu.

Não estamos aqui tratando de um tema qualquer. Nós estamos tratando de uma obra que vai acudir, em matéria de segurança hídrica, mais de 12 milhões de pessoas, do Ceará a Pernambuco, passando pela Paraíba e pelo Rio Grande do Norte. É uma obra que envolve o conjunto de 396 Municípios do Rio Grande do Norte, uma obra que chega em um momento em que a Região Nordeste enfrenta uma das mais graves crises de natureza hídrica da sua história: são seis anos de seca, entrando para o sétimo ano. Para se ter uma ideia, o meu Estado, o Rio Grande do Norte, nesta semana, teve o decreto de calamidade pública renovado já pela décima vez. Por aí os senhores fazem ideia do que exatamente está acontecendo. Então, não dá para brincar, de maneira nenhuma, com a questão de uma obra do porte e da dimensão, do ponto de vista humano e social, que tem o São Francisco.

Eu quero aqui também agradecer e destacar a participação da Bancada Federal. A Deputada Zenaide Maia esteve comigo tanto em Apodi como em Assu. O Senador Garibaldi Filho esteve na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública de Assu. E o Deputado Rafael Motta também esteve na audiência pública de Assu. Quero aqui deixar muito claro que, independentemente de diferenças políticas ou ideológicas, a Bancada Federal do Rio Grande do Norte – os três Senadores e os oito Deputados Federais – está firme e unida na defesa da transposição das águas do Rio São Francisco.

Quero aqui – deixei por último – ressaltar o papel importante que tem o Fórum do Oeste Potiguar. O que é o Fórum do Oeste Potiguar? É um fórum que reúne as entidades mais representativas da região do Alto Oeste, de Pau dos Ferros, de Apodi e de Mossoró, ou seja, é um fórum que se construiu de baixo para cima, portanto com respaldo popular. Esse fórum tem a representação da Igreja, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da universidade, do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal, da Universidade Estadual e da Universidade Federal do Semiárido e tem a presença – repito – da sociedade civil. A esse Fórum do Oeste Potiguar quero mais uma vez render as homenagens, porque ele foi decisivo para que nós retomássemos o debate de Apodi-Mossoró, tanto é que agora o fórum conseguiu o compromisso da Bancada Federal de que, entre as emendas coletivas a que a Bancada tem direito, uma será destinada para o Ramal Apodi-Mossoró, inclusive uma emenda impositiva. Então, que fique aqui, mais uma vez, nosso registro ao Fórum do Oeste Potiguar. Vou suspender a nossa reunião por um minutinho.

(Suspensa às 10 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 10 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero registrar aqui a presença da Senadora Regina.

Retomando, faço a abertura da nossa reunião. Dei conhecimento aqui, Senadora Regina, da jornada de audiências públicas que nós realizamos, na sexta-feira, no Rio Grande do Norte. Graças a Deus, mais uma vez, Senadora, foi um sucesso em matéria de participação popular. Foi muito boa, muito expressiva, com encaminhamentos concretos.

Destaquei aqui também, por dever de justiça, que o Governo Federal, Senadora Regina, designou os representantes que a Comissão havia solicitado, a Secretaria Nacional de Infraestrutura Hídrica, o DNOCS, a Agência Nacional de Águas. O Ministério do Meio Ambiente também foi. E foi um debate muito produtivo. Foi muito produtivo mesmo, dando sequência à nossa luta aqui pela questão das águas.

Eu queria também ainda aqui fazer um registro, porque esta Comissão é uma comissão de desenvolvimento urbano, e dar conhecimento à nossa Comissão de que ontem enviei um ofício ao Ministro das Cidades, Bruno Araújo, cobrando providências a fim de que sejam liberadas imediatamente as unidades habitacionais do Condomínio Village de Prata, no bairro do Planalto, em Natal. No meu ofício, destaquei que a urgência desse pedido ao Ministro Bruno Araújo, de autorização para liberar essas unidades habitacionais do Condomínio Village de Prata, no bairro do Planalto, dá-se em razão, Senadora Regina, de um incêndio de grandes proporções, que desabrigou cerca de 90





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias que viviam no Assentamento Oito de Março, no Planalto. Esse incêndio aconteceu na semana passada. Inclusive, no sábado passado, fui ao assentamento fazer uma visita às famílias e pude ver de perto a tragédia. É um incêndio de grandes proporções mesmo. São 250 famílias que fazem parte desse assentamento, do Assentamento Oito de Março. Há cinco anos, lutam pelo direito à moradia. É uma tragédia que comoveu todos nós, potiguares.

Aliás, quero dizer aqui que foi muito bonita a campanha de solidariedade que foi feita, Senadora Regina, por todos os segmentos da sociedade e, naturalmente, pelo Governo do Estado, pela Prefeitura. Agora, veja bem, essa nossa solicitação ao Ministro das Cidades se deve ao fato de que esse Condomínio Village de Prata compreende oito empreendimentos, dos quais seis já estão aptos para serem destinados para uso de moradia. Eu digo isso porque mantive contato com o Superintendente da Caixa Econômica em Natal, e o que ele me adiantou foi que o que falta ainda são demandas de responsabilidade da Prefeitura, como a viabilização dos acessos, a regularização total do processo de cadastramento das famílias.

Entretanto, considerando essa situação emergencial, em que essas 90 famílias estão desabrigadas, estão em alojamentos, naquelas condições que nós sabemos como são... São extremamente precárias as condições em que elas se encontram. Então, pelo amor de Deus, depois de cinco anos que elas esperam pela sua casinha, passar por um infortúnio desses, que foi um incêndio de grandes proporções, nada mais razoável do que, neste momento, vencer esses entraves de natureza burocrática e liberar imediatamente a chave dessas unidades habitacionais. Acrescento, Senadora Regina, como sugeri ao Ministro das Cidades, Bruno Araújo, que isso não impede, muito pelo contrário, que a Caixa Econômica, como órgão responsável pela coordenação do Minha Casa, Minha Vida, em conjunto com a Prefeitura de Natal e com outros órgãos, acompanhe a implementação, a conclusão dessas demandas complementares que ainda estão em curso.

Nós estamos aguardando a resposta do Ministro das Cidades, Bruno Araújo, porque eu penso que, neste momento, a melhor e mais importante solidariedade que possa ser feita às 90 famílias lá do Planalto, que estão desabrigadas, além do perigo que enfrentaram com o incêndio, a melhor maneira de homenagear essas famílias é o Governo Federal, através do Ministério das Cidades, liberar a entrega das unidades habitacionais.

Eu gostaria aqui também, Senadora Regina, de fazer um registro nesta Comissão. V. Ex^a participou e sabe o papel protagonista que esta Comissão teve. Refiro-me à decisão dos Correios de fechar os bancos postais em todo o Brasil. Inclusive, vai afetar, e muito, o seu Estado, o Piauí, assim como o nosso Estado, o Rio Grande do Norte. Para se ter uma ideia, seriam 1,9 mil bancos postais que teriam as suas portas fechadas em todo o País. Isso iria prejudicar a vida de cerca de 70 milhões de pessoas, que foram as pessoas que tiveram a inclusão bancária a partir dessa parceria do Banco do Brasil com os Correios, com a implementação, a instalação dos bancos postais, parceria que nasceu no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governo do Presidente Lula, uma parceria que deu muito certo, porque isso significou cidadania para a nossa população.

E, naquele momento, os Correios, em função de contingenciamento orçamentário, de redução de custos, de tempos de Emenda 95, de teto de gastos... Isso é a cara de Meirelles. O Ministro Meirelles, aliás, é do mesmo Partido do Presidente dos Correios. A Emenda 95 é assim: teto de gastos para a cidadania do povo existe; para as políticas sociais, tome teto, tome congelamento; agora, teto de gastos para banqueiros, para pagamento de juros astronômicos da dívida pública, isso não existe de maneira nenhuma, tanto é que está liberado o pagamento, os recursos destinados para pagamento dos juros dessa dívida astronômica. No entanto, para as políticas sociais, há teto de gastos, o que vai significar um congelamento dos investimentos nas áreas sociais nos próximos 20 anos.

Isso se reflete em iniciativas como essa, que era o que estava previsto. Simplesmente, a partir do dia 11 de outubro, todos os bancos postais iriam fechar em razão de que a Presidência dos Correios, mesmo reconhecendo a importância do trabalho dos Correios, disse que não tinha mais orçamento de maneira nenhuma para garantir os custos com os vigilantes que atuam nos bancos postais.

Quem me trouxe essa demanda foi o Sindicato dos Correios do Rio Grande do Norte. Por isso, por um dever de justiça, quero aqui destacar o papel cidadão do Sindicato dos Trabalhadores em Correios do meu Estado, Rio Grande do Norte, que não luta só pela melhoria salarial, o que é absolutamente legítimo. O sindicato teve uma sensibilidade grande quando tomou conhecimento desta decisão de que iriam fechar 1,9 mil agências em todo o País. Para se ter uma ideia, essa medida afetaria a vida de mais de 23 milhões de pessoas que moram na área urbana e de mais de 6 milhões de pessoas que moram na zona rural.

No meu Estado, nós íamos ter simplesmente mais de cem Municípios, no Rio Grande do Norte, que ficariam órfãos de qualquer serviço bancário. Por quê? Porque, com o fechamento dos bancos postais, as cidades não teriam mais acesso aos serviços bancários básicos. Imaginem o impacto negativo que isso traria para a vida dos aposentados e das aposentadas: eles teriam de se deslocar 80km, 90km ou 100km para outra cidade, para irem em busca de sua aposentadoria. Essa seria uma maldade imensa. E seria também um impacto negativo para a vida desses Municípios, porque os bancos postais, ao assegurarem serviços bancários básicos, abertura de contas, pagamentos, taxas etc., movimentam a economia dos pequenos Municípios. Então, o fechamento ia dificultar mais ainda a economia desses pequenos Municípios nestes tempos de crise braba que nós vivemos.

Mas eu quero dizer que, a partir do momento em que o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios trouxe essa demanda para a nossa Comissão, nós desencadeamos um processo de mobilização, até porque era isso exatamente que os Correios queriam. Vieram me pedir para que, na condição de Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional, eu encampasse essa luta, liderasse essa luta. E fizemos, o que não é nenhum favor, é meu dever, é minha obrigação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizamos audiência pública nesta Comissão. Trouxe aqui o Presidente dos Correios, trouxe aqui o Vice-Presidente Nacional do Banco do Brasil, com a presença dos Parlamentares, com a presença do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, com a representação dos prefeitos. Participei de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do meu Estado, de iniciativa do Deputado Estadual Fernando Mineiro, a pedido do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios. Fomos bater às portas dos Correios, conversar com o Presidente dos Correios, Guilherme Campos, bem como fomos bater à porta do Banco do Brasil, para conversar com a Presidência do Banco do Brasil.

Naquele momento, exercemos o nosso papel aqui de mobilização, em defesa da cidadania e da população, ao mesmo tempo em que os Correios falavam daquela dificuldade, porque, se não houvesse uma saída, no dia 11 os bancos postais estariam com suas portas fechadas em todo o País. Aliás, dia 11 é exatamente hoje. Hoje, dia 11, era o dia que estava previsto para mais este ataque à cidadania do povo brasileiro, do povo mais simples, do povo mais humilde, que era o fechamento de 1,9 mil bancos postais em todo o Brasil.

Lá no Rio Grande do Norte, repito, mais de cem cidades ficariam sem bancos postais.

Durante esse período, ao tempo em que o Presidente dos Correios dizia das dificuldades, em função do contingenciamento orçamentário, ao mesmo tempo eu dizia que o povo não podia ser prejudicado. Esse direito que o povo havia conquistado nos governos Lula e Dilma, que promoveu essa inclusão bancária importante, o povo não podia perder de maneira nenhuma.

Então, nós fomos firmes. Trouxemos aqui o Banco do Brasil, fizemos um apelo ao Banco do Brasil, que é o parceiro dos Correios no Banco Postal, e finalmente saiu a decisão, que já foi formalizada. O Banco do Brasil vai arcar com os custos dos serviços de vigilância. Portanto, os bancos postais não vão mais fechar as suas portas no dia de hoje, dia 11. Segundo: eles anunciaram que o funcionamento dos bancos postais, a princípio, está mantido até o dia 31 de janeiro.

Dessa forma, eu quero aqui agradecer a todos e a todas que participaram dessa luta, aos Parlamentares desta Comissão que participaram dessa luta, aos demais Parlamentares. Quero registrar o papel da Bancada federal do nosso Estado, que somou junto. Na audiência que eu tive com o Presidente dos Correios, a Deputada Zenaide Maia foi, assim como o Deputado Felipe, coordenador da nossa Bancada, e o Deputado Rafael Motta. Enfim, quero registrar aqui a presença da Bancada federal, que somou nessa luta liderada por nós, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Mas quero agradecer e fazer uma homenagem principalmente ao Sindicato dos Trabalhadores dos Correios pela sensibilidade que teve e pela responsabilidade e compromisso. Para se ter uma ideia, com essa decisão de manter os bancos postais em funcionamento, nós estaremos, de um lado, repito, garantindo cidadania para as pessoas, que precisam dos serviços do banco... Imaginem um aposentado, coitado, ter que se deslocar 80, 90, 100km ou mais em busca de sua aposentadoria,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive nesses tempos de violência que nós vivemos. E mais forte ainda no Rio Grande do Norte, porque o quadro lá é mais grave do que em todo o País, assim como a economia dos pequenos Municípios.

Quero dizer aqui da alegria, porque, com essa decisão, sabem quantas famílias de vigilantes vão ter os seus empregos assegurados? Cento e setenta e quatro famílias. São 174 famílias que, com essa luta que possibilitou a decisão de manter os bancos postais funcionando, não estarão no olho da rua a partir do dia 11; muito pelo contrário, vão continuar com seus empregos. Isso é muito gratificante.

Também peço à Secretaria da Comissão para já anotar a seguinte providência. Foi uma vitória muito importante? Foi. Agora, a luta não acabou, porque o memorando, eles o estão mandando, e eu peço à Comissão... Tanto o Presidente dos Correios como Vice-Presidente do Banco do Brasil ficaram de mandar cópia do entendimento que eles firmaram para dar continuidade à parceria entre Banco do Brasil e agências dos Correios para manter os bancos postais em funcionamento. Eles ficaram de mandar cópia desse documento que foi firmado e cuja decisão, portanto, está agora oficializada.

Segundo, quero aqui que vocês pautem, na Comissão de Desenvolvimento Regional, uma nova audiência para dezembro, antes de a gente terminar os trabalhos. Por quê? Porque nós queremos, antes de janeiro, portanto em dezembro, antes de terminarmos os trabalhos legislativos, trazer de volta aqui o Presidente dos Correios e o Banco do Brasil, para que eles deem a notícia definitiva de que o funcionamento dos bancos postais não será só até 31 de janeiro, mas permanente.

Nada mais havendo a tratar, as matérias ficam adiadas para a próxima reunião da Comissão.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública para debater a implementação no país dos contratos de integração nas atividades agrossilvipastoris, com enfoque na situação das famílias beneficiárias dos assentamentos da reforma agrária

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria:

Relatório:

Observações:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015****- Não terminativo -**

Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Goulart

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

- Em 03/08/2016, na 14ª Reunião da CDR, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- A matéria constou na pauta da 3ª (29/03/2017), 5ª (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), 15ª (05/07/2017), 17ª (12/07/2017), 18ª (02/08/2017), 19ª (09/08/2017), 20ª (16/08/2017), da 22ª (30/08/2017) e 23ª Reuniões (13/09/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017****- Não terminativo -**

Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão.

Autoria: Deputado Hildo Rocha

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2017****- Não terminativo -**

Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senadora Rose de Freitas**Relatoria:** Senador Eduardo Lopes**Relatório:** Pela aprovação**Observações:**

- A matéria constou na pauta da 15ª (05/07/2017), da 22ª (30/08/2017) e 23ª Reuniões (13/09/2017) da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos e da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa).

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016****- Não terminativo -**

Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues**Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre**Relatório:** Pela aprovação

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria constou na pauta da 5ª (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), 15ª (05/07/2017), 17ª (12/07/2017), 18ª (02/08/2017), 19ª (09/08/2017), 20ª (16/08/2017), da 22ª (30/08/2017) e 23ª Reuniões (13/09/2017) da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

ITEM 6**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2016****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Autoria: Deputada Soraya Santos

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2016****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela rejeição do PLC nº 64, de 2016, e pela aprovação do PLS nº 465, de 2016, com 4 emendas que apresenta.

Observações:

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos; da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.)

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e todas.

(Iniciada às 09 horas e 48 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 09 minutos. Reaberta às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Paulo Paim, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Lúcia Vânia. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Aviso nº 797-Seses/TCU/Plenário, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1968/2017-TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 028.938/2016-0, que trata de Relatório de Auditoria com o objetivo de avaliar a preparação do Governo Federal brasileiro para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e Aviso nº 768-Seses/TCU/Plenário, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1976/2017-TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 000.517/2016-0, que trata de Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente (Secex Ambiental), em face de indícios de irregularidades observados na concessão dos lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Após a leitura de expediente, o Senhor Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 21, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, como parte do processo da avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento (RRA) nº 16, de 2017, conforme o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a avaliar a pesquisa agropecuária sob a ótica do setor agropecuário e agroindustrial e das organizações de extensão rural: demanda, oferta e difusão de inovações, com a participação do Sr. Valmisoney Moreira Jardim - Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER); Sr. Antoninho Rovaris - Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Sr. Reginaldo Minaré - Consultor da Área de Tecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Sr. João José Prieto Flávio - Analista Técnico Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Após a apresentação dos senhores expositores, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp e o Deputado Luiz Cláudio (PR/RO) fazem uso da palavra. O Senador Waldemir Moka informa a Comissão da inauguração do maior frigorífico de jacarés de cativeiro do Brasil e do mundo em Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, com a participação do Sr. Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/26>



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. *(Pausa.)*

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 768, de 2017, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha representação em face de indícios de irregularidades observadas na concessão de lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Comunico ainda o recebimento do Aviso nº 797, de 2017, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha relatório de auditoria com o objetivo de avaliar a preparação do Governo Federal brasileiro para implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de avaliar a pesquisa agropecuária sob a ótica do setor agropecuário e agroindustrial e das organizações de extensão rural: demanda, oferta, difusão de inovações, em cumprimento ao Requerimento nº 21, de 2017, de autoria da nossa amiga e colega Senadora Ana Amélia.

Cumprimentando a Senadora Ana Amélia, saúdo o nosso grande parceiro de sempre, o Senador Moka.

É uma grande alegria e uma satisfação, Moka, cumprimentá-lo.

A Senadora Ana Amélia solicitou que começássemos a audiência e, em seguida, déssemos prosseguimento, até porque ela já está chegando aqui também.

É também uma alegria cumprimentar aqui, antes de chamarmos os nossos convidados para tomarem assento à mesa, o nosso companheiro e amigo, Deputado Estadual pelo PV do Estado de Rondônia, Luizinho Goebel, que se faz presente conosco aqui. Ele foi o meu chefe do DER.

Quero saudar também o Deputado Luiz Cláudio, o homem da agricultura no Estado de Rondônia, sempre presente aqui em todas as atividades.

É uma alegria, Luiz, tê-lo aqui conosco!

Nós estivemos – eu o Deputado Luiz Cláudio e o Deputado Luizinho – em Nova União, entregando uma PC para, além de fazer pontes para o Município, fazer tanques de peixes; enfim, essas e outras estruturas em nome da população de Nova União.

Quero deixar um abraço a todo aquele povo em nome do João Leitoa, que é o Vereador – desculpem a expressão, mas é o nome dele –, ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e a toda comunidade de Nova União.

O Deputado Luizinho e o Deputado Luiz Cláudio estiveram conosco lá no último sábado, quando, Senador Moka, houve uma partida de futebol. Lógico que, junto com a partida de futebol, nós fizemos também um churrasco. A comunidade do Município, que tem cerca de cinco ou seis mil habitantes e cerca de três mil eleitores, estava toda presente lá. E, na partida de futebol, lógico que eu era o atacante do time. Nós começamos perdendo por um a zero, mas, depois, eu consegui empatar a partida com um gol de pênalti. Posteriormente, eu cobrei uma falta da intermediária e, por três dedos, fiz um golaço, assim como fiz em São Domingos, Distrito de Costa Marques, por três dedos, colocando a bola no ângulo e aí a torcida, a galera, todo mundo gritou: "Ah, isso foi sorte. Deu sorte que acertou uma pernada lá e conseguiu fazer esse gol." Logo em seguida, cobrei outra falta e deu no canto lá, a bola bateu na trave e voltou, da mesma maneira.

Então, volta e meia, costumo acertar alguns chutes lá. Ganhamos a partida de 3x2, uma partida de Nova União, o time do Senador, que vem desde a época de prefeito, a época de governador e agora Senador da República. Lá houve reforço da cidade de Mirante da Serra, o Prefeito de Mirante da Serra estava lá; o pessoal de Urupá; Carlos Magno, nosso parceiro, Deputado Federal, que foi meu Secretário de Agricultura, também estava presente.

É importante. Às vezes o pessoal fala: "Mas o Senador vai à cidade jogar bola." Vou jogar bola, vou entregar equipamentos, vou inaugurar obra, atendo aos presidentes das associações de agricultura reivindicando as carências, as necessidades que os Municípios têm e, lógico, depois de todas essas atividades, nada mais do que você complementar com um bom futebol para deixar o corpo da gente em dia.

Portanto, vencemos a partida de 3x2, fiz dois gols e um golaço de falta, no meio de intermediária, que, se fosse filmado por alguém para o Fantástico, não seria bola murcha, seria bola cheia.



Mas é uma alegria, Deputado Luizinho tê-lo aqui junto. Deputado Luizinho Goebel, Deputado Estadual pelo terceiro mandato. Não é, Luizinho? Terceiro mandato.

Moka, ele era um guerreiro da cidade de Vilhena e vivia com uma marreta, uma talhadeira e uma chave de fenda na mão. Eu o levei para ser chefe do DER, na cidade de Alvorada, na BR-429. Eu o levei para lá. A BR era estrada de chão, um atoleiro. Ele, à noite, no final de semana – a BR era responsabilidade do DNIT, mas não cuidava – dava assistência, conseguiu ganhar a confiança e a amizade do povo de Alvorada, daquela região, mais do povo de Vilhena, e se elegeu Deputado Estadual em 2006, se reelegeu em 2010 e se reelegeu em 2014 Deputado Estadual.

Então, Luizinho, é uma alegria tê-lo aqui junto, na Comissão de Agricultura, do Estado de Rondônia. Ao mesmo tempo, acompanhado do Vereador França, do Município de Vilhena. Vereador, eu te desejo sucesso lá. Foi feita uma limpa, uma faxina em Vilhena porque cometeram muitos erros lá, na administração passada. É uma alegria tê-lo aqui.

Também quero cumprimentar o Shalon, nosso amigo Shalon, que também está junto, nos acompanhando. Seja sempre bem-vindo. Deputado Luiz Cláudio, é sempre uma alegria tê-lo junto, aqui, uma vez que você é um grande defensor do setor de agricultura.

Lembrando que, no dia 13 do mês que vem, nós teremos uma audiência pública. Aqui quero deixar meu convite ao Senador Moka, se quiser nos prestigiar no Estado de Rondônia, o senhor será meu convidado, Moka, será meu hóspede, na minha casa. Nós vamos ter audiência pública na cidade de Alta Floresta D'Oeste. Nosso Secretário Gio estava me ligando agora há pouco aqui, de repente, ele está assistindo ao vivo. Quero mandar um abraço. Vai ser no Parque de Exposições. A audiência pública começará às 8h a receber os produtores rurais e, às 9h, horário de Brasília... Quero lembrar que Rondônia, Marcelo, é diferente. Se nós colocarmos horário, até o agricultor se distanciar e chega lá... Então, por mais que seja 9h de Brasília, nós vamos gravar, a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado, que será conjunta naquele dia. Nós estamos levando lá quem entende do café. Eu convidei o Ministro Blairo Maggi. O Blairo Maggi está chegando do exterior no dia 12, então, não vai poder ir. Também convidamos o Ministro interino que fica, que é o Coronel Novacki, outro parceiro nosso também. Ele não vai poder ir, porque também vai estar viajando, no dia. O Blairo chega num dia e ele estará viajando no outro.

Mas eu falei com o chefe de gabinete do Senador Blairo Maggi, o Castilho, e ele me garantiu que vai o homem que mais entende de café, o secretário que entende de café do Ministério da Agricultura. Então, portanto, vai estar presente nessa audiência pública, na cidade de Alta Floresta, o secretário nacional dessa área, Deputado Luiz Cláudio, que cuida dessa área do café clonal.

E alguém disse o seguinte... Eu sempre comentava aqui, Senadora Ana Amélia, nós estávamos aqui só ganhando um tempinho até que a senhora pudesse chegar – então, é uma alegria tê-la aqui –, eu sei que a senhora estava com outro compromisso, em outra audiência. Essas atividades nossas, de Senadores, muitas vezes se coincidem. Senador Moka, nós vamos discutir, Senadora Ana Amélia, a questão do café clonal, o quanto melhorou e o que se pode melhorar mais ainda. Para vocês terem uma ideia, eu recebi, semana passada, o Prefeito Nilson, daqui do Estado de São Paulo. Ele é filho dos paulistas de lá da Linha 168, Lado Sul. Ele me falou que o pai dele está colhendo a média de 440 sacos de café clonal por alqueire. Eu já tinha ouvido falar de trezentos e pouco, mas quatrocentos e pouco não tinha ouvido falar ainda, não. Esses paulistas só têm um defeito, que são todos palmeirenses, mas tudo bem. Eu sou gremista, mas é assim mesmo no esporte.

Então, portanto, nós vamos também aproveitar para levar a equipe, vamos filmar, vamos às propriedades no dia 12, à tarde, para aproveitar o feriado – Deputado Luiz Cláudio – ou no dia 13, à tarde, e vamos filmar essas propriedades para mostrar para o Brasil – Marcello, você que faz parte aqui, nosso Diretor da Comissão de Agricultura – mostrar para o Brasil o potencial que Rondônia tem, especialmente nessa área da cafeicultura.

Então, portanto, Luiz Cláudio, é uma alegria tê-lo aqui conosco, assim como o Deputado Luizinho.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a finalidade de avaliar a pesquisa agropecuária sob a ótica do setor agropecuário e agroindustrial e das organizações e extensão rural: demanda oferta e difusão de inovações e requerimento da Senadora Ana Amélia.

Eu já tinha lido. Estou só repetindo porque nossa Senadora é uma grande parceira e companheira. Portando, é importante. De autoria da Senadora Ana Amélia.

Comunico a presença dos seguintes convidados – já citando os nomes, convido-os para a mesa: Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Sr. Valmisoney Moreira Jardim, por gentileza, venha fazer parte da Mesa. Consultor da Área de



Tecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Sr. Reginaldo Minaré. Seja bem-vindo. O Minaré se encontra? Está chegando. O Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), por gentileza. O Sr. João José Prieto Flávio, Analista Técnico Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Primeiro, vou passar a palavra para nossa autora do requerimento, Senadora Ana Amélia. E eu queria pedir a compreensão dos nossos convidados, a Senadora Amélia tem um compromisso também, em outra Comissão. Então, nós precisamos reduzir o tempo. Na sua opinião, qual o tempo que poderíamos dar aos nossos convidados aqui, Senadora, para debatermos esse assunto?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer ao Senador Ivo Cassol, nosso Presidente, ao Senador Moka e aos convidados que aqui vieram para nos dar essa contribuição.

O Presidente me designou – muita honra – para ser Relatora da política anual que nós temos – digamos – regimentalmente... É competência desta e de todas as outras Comissões temáticas.

E o tema que foi escolhido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária neste exercício, para apresentar um relatório de política pública, é exatamente relacionado à pesquisa no setor agropecuário – pesquisa. E, aliás, é o tema mais relevante porque a tecnologia e a pesquisa que têm levado aos altos índices de produtividade em nosso País, superando alguns dos nossos maiores concorrentes.

E aí, os vários aspectos: como a pesquisa chega para o agricultor, seja familiar, seja de cooperativas, seja o agricultor empresarial, que tem as suas próprias fontes de obtenção de resultados de pesquisas clínicas, pesquisas sobre novos produtos, novas variedades, sementes diferentes ou as famosas sementes puras. Então é esse o tema, como ele é focado nessa questão: pesquisa, o que é importante hoje para a pesquisa, o que nós estamos ganhando com a pesquisa.

É esse o resumo. Penso que entre cinco e dez minutos, no máximo, cada expositor poderia dizer: "Olha, a pesquisa é assim..." Propondo também alguma sugestão de investimentos nesse setor.

Eu tenho aqui até uma entrevista do Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma universidade pública das mais importantes – a nossa UFRGS. O Reitor, Rui Vicente Oppermann, fala muito da participação do setor privado e público na pesquisa. Havia também um certo preconceito, um tabu dentro das universidades, mas agora é preciso juntar forças. Não adianta você ter preconceito com a, b ou c se você está em busca de um novo conhecimento, uma nova variedade, uma nova ciência, um novo manejo, uma nova forma de ver e de produzir, sustentavelmente falando.

Então, aí nós temos essas questões. Eu queria agradecer também ao Reitor da UFRGS por esse depoimento que eu já estou repassando também à Consultoria Legislativa do Senado Federal na elaboração do nosso relatório.

Então, muito obrigada, caro Senador Ivo Cassol.

Só para lembrar. O Senador lembrou, depois desta audiência, eu tenho uma audiência na Comissão de Educação, em que tenho dez relatorias. Dez na mesma Comissão! Por isso que o Senador falou, é preciso justificar, há o acúmulo das nossas atividades.

Muito obrigada, Senador Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Passo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Primeiro, agradecendo a presença dos nossos expositores aqui, parabenizando a Senadora Ana Amélia, cumprimentando os Deputados Estaduais de Rondônia aqui presentes, sejam bem-vindos.

Rapidamente, eu gostaria de trazer a esta Comissão, informar aos Senadores que, na quinta-feira da semana passada, o Ministro Blairo Maggi inaugurou, em Corumbá, em pleno Pantanal, Presidente Cassol, de Mato Grosso do Sul, na companhia do Governador Reinaldo Azambuja, dos vários Parlamentares, o maior frigorífico de jacarés de cativeiro do Brasil e do mundo. Nós estamos falando em pesquisa, essa é uma notícia muito importante. Foram investidos nesse frigorífico R\$35 milhões da iniciativa privada, empresários, com capacidade para abater 600 animais por dia. O empreendimento tem grande potencial para elevar de 7% para 10% a participação do nosso País do comércio mundial de alimentos nos próximos anos, um dos objetivos do nosso Ministro Blairo Maggi, nosso colega daqui do Senado.

A Embrapa Pantanal tem sido fundamental para a construção de projetos e de programas de desenvolvimento sustentável na região com foco no manejo adequado e responsável dos animais e



na proteção do meio ambiente. O empreendimento emprega hoje 70 trabalhadores e a previsão é de que chegue a 150 empregos quando estiver operando plenamente.

A Caimasul, que é o nome do frigorífico, é reconhecida no mercado pelo alto padrão técnico e por ser uma empresa ecologicamente correta e socialmente ativa.

Então, é só uma notícia, mas para nós, para o Mato Grosso do Sul e para o País, é, sem dúvida nenhuma, uma inovação. É claro que a carne do jacaré não é uma coisa tão nova assim, mas pela forma sustentável e pelo manejo como esse frigorífico está sendo produzido, não tenho a menor dúvida... Parabeno tanto os empresários donos dessa empresa, mas, principalmente, o nosso Ministro Blairo Maggi, que lá esteve. Eu não pude estar presente, Senador Ivo. Tive um pequeno problema de saúde e não pude acompanhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Qual é a cidade?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Parabéns à cidade de Corumbá.

Temos certeza, Senador Moka – o senhor é um homem presente aqui no Senado, na Comissão de Agricultura – de que o senhor ficou com o coração partido quando não pôde estar presente lá. A população de Corumbá pode ter certeza de que o Senador Moka é um grande defensor e parceiro de vocês em todas as atividades. Portanto, isto que é importante: aproveitar não só para dizer que é proibido, proibido, proibido, mas de que maneira se pode aproveitar esse potencial para que se possa, ao mesmo tempo, gerar emprego e gerar renda.

Portanto, conforme sugestão da Senadora Ana, eu sugiro que o nosso convidado tenha a palavra por 6 minutos, prorrogável, em alguns casos, por mais 1 minuto ou 2 minutos para poder chegar, no máximo, a uns 8 minutos, porque ela tem mais 10 relatorias depois, na outra Comissão.

Portanto, vou passar a palavra para o Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica (Anater), o Sr. Moreira.

O tempo marcando.

O SR. VALMISONEY MOREIRA JARDIM – Bom dia a todos e a todas! Cumprimento o Senador Ivo Cassol, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e os demais membros da Mesa.

É muito importante para a Anater ter a oportunidade hoje, Senador, de estar aqui falando um pouco sobre a Anater e sobre as nossas parcerias com relação a, sobretudo, transferência de tecnologia.

A Anater, para quem não conhece, é a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Foi criada com o objetivo de qualificar a assistência técnica em todo o País. Nós trabalhamos através de um contrato de gestão que temos com o Executivo Federal e tendo a Sead – o antigo MDA – como interveniente neste contrato.

Dentre os objetivos da Anater, antes de chegar na parte em que a gente vai falar sobre a pesquisa, nós temos o objetivo de aumentar o atendimento, aumentar o número de agricultores atendidos com Assistência Técnica; estruturar e coordenar a política nacional de Assistência Técnica; integrar pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural para inovação tecnológica e promover também a apropriação de tecnologias pelos produtores, bem como aumentar a produtividade e a renda desses produtores.

Na Anater, nós temos uma rede de relações com várias instituições, muitas delas ligadas diretamente à pesquisa.

Nós temos aí com os governos estaduais, com a Sead – com a União –, com os conselhos estaduais e municipais, com a Faser, com a Conseagri, com as ONGs e consórcios, com organismos internacionais, com a Contag, com a Asbraer, com a própria Embrapa e também as OEPAs e as instituições de ensino, destacadas aquelas três na cor azul, que estão mais relacionadas à pesquisa: instituições de ensino, a Embrapa, as OEPAs e também os organismos internacionais.

Nesse tempo em que nós estamos estruturando, inclusive em parceria também com a Embrapa, nós conseguimos junto às pessoas que atuam na extensão rural destacar a pesquisa sob a ótica da Anater, a visão atual. Há um distanciamento entre a extensão rural e a pesquisa. A pesquisa é, em sua grande maioria, desenvolvida em ambiente controlado. A pesquisa muitas vezes é por oferta e não por demanda. E apenas mais recentemente a pesquisa tem se dedicado à agricultura familiar e são raras e pontuais as que contemplam indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais.



Nós temos, dentro da Anater, uma Diretoria de Transferência de Tecnologia. O nosso Diretor de Transferência de Tecnologia da Anater é o mesmo Diretor de Transferência de Tecnologia da Embrapa. Quando a Anater foi criada, foi justamente para que houvesse entre a assistência técnica, a extensão rural e a pesquisa uma ligação muito maior – não é, Senadora? –, haja vista que o Diretor de Transferência de Tecnologia da Embrapa também é o Diretor de Transferência de Tecnologia da Anater.

E aí nós temos que o desenvolvimento sustentável do País precisa se apoiar em um programa de apoio à pesquisa, inovação e assistência técnica e extensão rural. O que eu sempre digo àqueles que conhecem mais de perto a assistência técnica e a extensão rural, todas as políticas públicas voltadas para o meio rural, quando elas chegam com o apoio da assistência técnica e da extensão rural, elas chegam mais qualificadas. Por isso a nossa defesa sempre por recursos para que tenhamos cada vez mais condições de levar a assistência técnica sobretudo aos agricultores familiares.

E o que que nós já fizemos? Nós já mapeamos as tecnologias apropriadas que existem no País. Nós temos 47 unidades da Embrapa; nós temos unidades estaduais de pesquisa; nós temos Núcleos de Estudo em Agroecologia, cerca de cem núcleos; nós temos outras instituições que têm se dedicado à pesquisa agropecuária.

Então, no nosso entendimento, da Anater, já existem muitas pesquisas. No entanto, os agricultores – sobretudo os agricultores familiares – não se apropriaram delas ainda. Existem pesquisas que demandam investimentos por parte do agricultor, mas existem pesquisas que se adequam ao sistema produtivo do agricultor e que muitas vezes não necessitam de investimento. No entanto, essas pesquisas ainda não são amplamente conhecidas pelos agricultores. Então, o desafio da assistência técnica, em parceria principalmente com a Embrapa e outras instituições de pesquisa, é fazer com que essas tecnologias que já foram pesquisadas e estudadas...

(Soa a campainha.)

O SR. VALMISONEY MOREIRA JARDIM – ... cheguem a esses agricultores. Nós vamos continuar – e temos que continuar – fazendo novas pesquisas, mas já existem muitas pesquisas e esses agricultores podem fazer uso delas.

Então, nós temos que disponibilizar para a extensão rural um ferramental para acesso às informações consolidadas na Anater, para que o extensionista atenda à demanda dos agricultores por tecnologia.

Temos que criar também um mecanismo de coleta das demandas do campo e viabilizar locais de implantação e aperfeiçoamento de soluções tecnológicas que sejam oriundas das ciências e dos saberes locais.

Rapidamente, só para informar para os senhores e senhoras aqui presentes, o eslaide ficou um pouco desfocado:

Em 2013, a Anater foi instituída; em 2014, foi criada. Em 2015, a gente teve o contrato de gestão. Em maio de 2016, nós tivemos o primeiro aporte de recursos. Em outubro de 2016, houve a constituição da equipe técnica da Anater, nós iniciamos essa construção. Em fevereiro de 2017, aprovamos um instrumento específico que a lei previu, que a Anater criaria um instrumento específico para fazer parceria com as instituições públicas de até. Nós tivemos, em abril de 2017, o lançamento do Pacto Nacional pelo Fortalecimento da Ater, pelo fortalecimento da assistência técnica. Tivemos, ainda em abril de 2017, o credenciamento dos conselhos estaduais, que vão credenciar as instituições para que elas prestem a Ater no País. Tivemos, em maio de 2017, construção dos planos de trabalho. E, em agosto de 2017, nós de fato colocamos a Anater em campo. Ela já está iniciando os seus trabalhos e repasses de recursos para realização de assistência técnica.

E nós iniciamos com um projeto piloto de dez mil famílias, envolvendo ali oito Estados e o Distrito Federal, com recursos da ordem de 50 milhões. Temos 63 mil famílias no Dom Helder, recursos da ordem de 148 milhões. Temos o Programa Mais Gestão, que envolve recursos da ordem 180 milhões.

Concluindo, bem rapidamente, o nosso desafio, como eu disse anteriormente, é fazer com que as pesquisas já existentes cheguem até o produtor. E nós não estamos falando aqui de tecnologia, só de máquinas e implementos. Muitas vezes, a maneira de o produtor fazer a gestão da sua propriedade é um tipo de tecnologia; a maneira como ele cuida do seu rebanho, do alimento que ali é produzido; a maneira como ele cuida dos recursos naturais existentes na propriedade. Isso é utilizar tecnologia, que foi inclusive desenvolvida e testada pelas unidades e pelas entidades de pesquisa que nós temos em todo o País, sobretudo a nossa Embrapa.



Estou à disposição. O tempo foi curto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado ao Sr. Moreira.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag).

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Bom dia, Senadores!

Bom dia a todos!

Cumprimento o representante da CNA, o Valmisonney, o João da OCB, e, em especial, o nosso Senador Ivo, também o Senador Moka, a Senadora Ana Amélia e todos os senhores e senhoras.

O tempo é curto, mas vamos tentar, no limite do tempo, nos posicionar.

Em primeiro lugar, Senadores, Senadoras, nós temos o grande apreço de no Brasil termos uma Embrapa.

Eu acho que esse é um patrimônio da sociedade brasileira, que nós deveremos não só preservar como criar as melhores condições para a continuidade das pesquisas e da difusão da tecnologia.

Por outro lado, nós temos quem deveria fazer a transmissão dessa tecnologia, as Oepas (Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária), e também as Emater.

Os entes públicos estão sendo desmantelados. A cada dia – desculpem-me a expressão – dão uma facçãozada, digamos assim, e se ouve, a cada dia, nos Estados: "Olha, transformaram a Emater nisso, transformaram naquilo, fizeram fusão, junção." Todas essas questões que chegam a esse limite que o nosso Presidente da Anater nos coloca.

Ou seja, tecnologia nós temos, e muita. Estivemos ontem com a direção da Embrapa, com que a Contag tem também um termo de cooperação. Nós estamos com um portfólio enorme de oportunidades, só que isso não chega para a nossa agricultura familiar.

Nós temos duas questões. A primeira é: para o grande empreendedor, o grande agricultor, eu acho que a pesquisa da Embrapa não é importante, ou não é tão importante. Então, a primeira coisa: para quem nós vamos fazer pesquisa? Porque nós temos aí as Monsanto, empresas que nós sabemos que estão aí com a tecnologia de ponta para os grandes. Agora, nós, os pequenos, não temos o acesso à tecnologia e principalmente não temos recursos financeiros muitas vezes para ter essa tecnologia à disposição. Por isso a importância do órgão público de pesquisa e de disseminação da tecnologia, que são as Emater, como instrumento real, digamos, de colocar essa tecnologia à nossa disposição.

Por outro lado, nós temos as outras soluções. Bem, a Embrapa... Tivemos, na quinta-feira, uma audiência pública, aqui na Câmara dos Deputados, em que a Embrapa procura, a partir de uma solução, criar a chamada EmbrapaTec, que, em tese, é o chamado braço operativo da Embrapa. Em princípio, acho que é, possivelmente, uma boa solução.

A pergunta é: nós vamos pagar quanto por essa tecnologia? Quando ela vai chegar para nós? Porque a EmbrapaTec vai passar a ser a comercializadora dessas pesquisas, e isso terá um custo.

Obviamente, a gente fica imaginando: a Embrapa é uma entidade pública que, com dinheiro público, faz a pesquisa e repassa para uma outra empresa; essa empresa comercializa e nós vamos pagar pela pesquisa. Então, é uma situação bastante crítica, nós diríamos, para a agricultura familiar nesse momento, porque nós não temos o elo que é o fundamento maior de tudo entre a pesquisa gerada e a disseminação dessa tecnologia.

Ela não chega, primeiro, por desmantelamento das empresas de assistência técnica oficiais do Brasil; segundo, porque nem sempre a pesquisa, que é para aquele agricultor familiar pequeno que muitas vezes vive da sua subsistência, interessa para uma Emater, que muitas vezes está voltada para outros segmentos da agricultura brasileira.

Então, nós temos, na verdade, esse grande desafio para os Srs. Senadores e Senadoras, a grande pergunta para o Senado nos ajudar: qual a solução para o problema? Ou seja, nós temos alguns documentos que indicam que a Embrapa é uma entidade antiga, ela tem acúmulo, ela tem patrimônio, ela tem não só patrimônio estrutural, mas um grande patrimônio de pessoas, está em vários países do mundo transferindo tecnologia para fora. E no Brasil nós não conseguimos fazer essa transferência.

Então a grande pergunta é: como se faz a real transferência dessa tecnologia que está à disposição, com a condição ideal para que a agricultura familiar saia da penúria de quatro milhões de estabelecimentos no Brasil, vivendo praticamente da subsistência? E nós não termos, com todo esse



conhecimento, com toda essa condição colocada para nós, um instrumento real de irradiação dessa pesquisa junto aos nossos agricultores familiares.

Senadores e Senadoras, esse é o grande desafio para o Brasil. E não é apenas para o segmento A ou para o segmento B. Porque, se nós não tivermos a modernização dessa agricultura familiar brasileira, fatalmente as cidades estarão correndo, se enchendo cada vez mais de pessoas, com o êxodo sendo cada vez maior e criando grandes fatores de risco, que nós sabemos que há dentro de todo esse processo de deslocamento de pessoas, fazendo com que as periferias das cidades se transformem em lugares impróprios para a moradia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradeço ao Sr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares, Contag.

Concedo a palavra ao Sr. Reginaldo Minaré, Consultor da Área de Tecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O SR. REGINALDO MINARÉ – Bom dia, Senador Moka! Bom dia, demais Senadores, representantes da Mesa!

Provavelmente esta é uma das audiências públicas mais interessantes, ou sequência de audiências públicas mais interessantes que esta Comissão vem fazendo.

Aqui nós temos a ilustração dessa palavra: tecnologia, o que que isso impacta lá no sistema de produção. Então, temos aí o vaqueiro, com o balde tirando leite, uma ordenha simples; um estabelecimento mais sofisticado, iluminação na casa do agricultor – é interessante observar a tecnologia que chega. Então a gente sai da lamparina, do lampião e, agora, a iluminação elétrica.

Temos também no manejo o uso da enxada, o uso da carpideira, a cultivadora de arrasto. Temos agora a pulverização com máquina e com um avião, que serve praticamente à mesma função daquele da primeira foto, que é a carpideira, ou seja, para eliminar ervas daninhas.

Mudanças na forma de trabalho. Hoje pouco se corta cana dessa forma, já temos essa máquina. Ela aproximadamente faz o trabalho de cem homens com o facão. Na área do café, também essa colheitadeira faz o trabalho de aproximadamente 150 homens no campo.

Forma de distribuição do produto no campo. Temos aí o latão à espera do caminhão do leite para levá-lo ao laticínio – poderia passar algum vândalo, derrubar ou colocar alguma coisa indevida dentro do produto. Temos o tradicional leiteiro com sua charrete; o caminhão levando o leite para o laticínio e o engarrafamento, o envazamento do leite já na própria propriedade. Ou seja, é uma sequência de mudanças na rotina.

Temos aí o plantio da lavoura, por meio da matraca, da plantadeira de arrasto animal, da plantadeira de arrasto motorizada, e agora uma plantadeira nova, com GPS e agricultura de precisão.

Tecnologia. Na ótica do produtor rural, o que é a tecnologia? Ela não é simplesmente um produto, ela é um sistema pelo qual a sociedade provê seus membros com as coisas necessárias ou desejadas. O produto precisa ser desenvolvido, mas ele tem que chegar a quem efetivamente deseja ou necessita.

A inovação tecnológica. O que ela pode gerar? Ela pode gerar conhecimento, pode gerar produto e pode gerar processo. Nas palestras anteriores, a gente viu que uma simples técnica de manejo já é um ganho.

O conhecimento de que determinada cruza, de que determinado tipo de solo não é apto para uma determinada atividade é também uma tecnologia. E o produto, que efetivamente é o mais palpável, é aquele equipamento que chega ao campo.

De uma forma resumida, para não poluir muito o PowerPoint, a gente desenhou – quando a gente fala que reconhece que a tecnologia é um sistema –um sistema simples. Esse é um sistema mais básico que a gente consegue colocar no texto de um sistema de produção e distribuição de tecnologia.

Os agricultores estão sempre no ponto mais distante de onde se desenvolve a tecnologia. Então, para chegar, precisa ter uma rede de distribuição.

A primeira instituição que atua nesse sistema são os financiadores – é o econômico, na realidade. Então, nós temos o financiamento público ou financiamento privado de uma instituição de P&D que é pública ou privada. E aqui desenvolvem-se produtos, conhecimentos e processos.

Quando se desenvolvem conhecimentos e processos, em geral essa tecnologia segue para o prestador de serviço de assistência técnica. Quando se desenvolve um produto, segue para o fabricante ou multiplicador do produto inovador, seja ele uma máquina, seja ele um cultivar. A gente



sabe que quando se desenvolve uma boa variedade de cultivar é preciso ter a pessoa para multiplicar aquela variedade e colocá-la na rede de venda para o agricultor ter acesso.

O fabricante ou multiplicador encaminha essa técnica para os pontos de venda para os consumidores. Na prestação de serviço, idem. Pode ser a prestação de serviço de assistência técnica pública ou privada que chega até os consumidores que são os agricultores. Esse é um sistema simples.

Fonte de financiamento. O orçamento público, capital próprio e capital de terceiro. Fundo de Investimento, financiamento de banco ou capital de risco. Para o capital de risco praticamente a gente não tem cultura no Brasil. As taxas de juros historicamente elevadas tornam atrativo o investimento em títulos públicos. Muito dificilmente quem tem dinheiro líquido coloca determinado capital nessa inovação, principalmente dentro da figura do capital de risco – ou seja, vou correr o risco com essa parceria com algum pesquisador. Isso porque a taxa de juros aí de 15, 14, 16, até agora nesse patamar, considerando a inflação baixa, a taxa real de juros nossa ainda é muito alta.

Então, cito um exemplo prático de uma empresa de energia que trabalha na área de distribuição de energia. No ano passado, um desses diretores me procurou perguntando – é uma empresa espanhola – por que a taxa de juros no Brasil é tão alta assim. Os investidores, os fundos, principalmente os de investimento, quando vêm colocar dinheiro nos nossos projetos, eles querem uma garantia de taxa de retorno de 14% a 16%. Quando não era possível garantir isso – e quase nunca era possível – eles falavam: "Melhor eu investir em títulos do governo, porque lá eu tenho essa garantia." Então, esse juro alto efetivamente onera o sistema de produção. Talvez o André Lara Resende tenha razão de que, dependendo da taxa de juros, isso gera inflação e cria distorção no mercado. É um gargalo que nós temos para o investimento.

(Soa a campainha.)

O SR. REGINALDO MINARÉ – Instituições de P&D, que é aonde o financiamento vai para que ocorra, em geral, a inovação. Temos a Embrapa com essa estrutura, temos empresas privadas. Universidades? Temos muitas. Temos cursos de medicina veterinária, 73 cursos de mestrado, 50 de doutorado, ou seja, temos toda uma estrutura pronta para trabalhar no desenvolvimento.

Diversidade de instituições de pesquisas podem incrementar a concorrência com produtos destinados ao mesmo fim. Várias variedades de soja, de milho, de trigo produtivas incrementam o mercado, e o agricultor tem mais alternativas para comprar e pode ter um preço melhor.

Outros gargalos que nós temos. Registro de patentes e produtos. No Brasil são demorados. O IPI (Instituto de Propriedade Intelectual) tem uma morosidade crônica. Por exemplo, um agrotóxico leva oito anos para ser registrado.

Aqui temos a figura do fabricante multiplicador.

Os agricultores. Temos cinco milhões de estabelecimentos agrícolas, quatro milhões de baixa renda – último Censo do IBGE.

Agricultores excluídos de tecnologia. A tecnologia chega por meio de compra ou assistência técnica ao produtor.

Setor público e iniciativa privada. É importante construir essas pontes, aprofundar a lei de inovação e criar instrumentos normativos específicos como, por exemplo, um braço econômico comercial para a Embrapa. É importante isso.

Diante dessa situação, temos outras alternativas. Reconstruir estrutura normativa para produção artesanal de queijos, embutidos e geleias. Isso é muito importante. Há mais de 30 anos, não conseguimos fazer uma boa legislação para comércio de queijo no Brasil. É inexplicável.

Outro ponto. Considerando quatro milhões de estabelecimentos rurais em pobreza e extrema pobreza, aprofundar assistência técnica é fundamental.

Fortalecer o mercado doméstico. Temos 13 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família. Aproximadamente 55 milhões de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, considerando uma família de quatro habitantes. Esse é um mercado gigantesco, representa 10 países europeus. Por exemplo, Portugal, Bélgica, Finlândia, Noruega, Suécia, Estônia, Lituânia, Letônia e Luxemburgo têm uma população de 54 milhões somadas. Ou seja, temos um capital de mercado gigantesco no Brasil, só no mercado doméstico, para explorar e principalmente colocar produtos melhores da agricultura.

A agricultura familiar hoje pode gerar uma gama de produtos artesanais, mas temos essa dificuldade.

Concluí, Senador.



O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu peço desculpas ao Sr. Reginaldo. Sabemos que o tempo é exíguo, mas é uma sequência de audiências públicas. Apenas a Relatora vai pegar isso aí. E o importante é vocês deixarem as sugestões por escrito, para que a Senadora Ana Amélia possa, como Relatora, evidentemente, aproveitar essas sugestões.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Eu peço desculpas peço excesso, mas é a vontade de apresentar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu agradeço.

Finalmente, o Sr. João José Prieto Flávio, Analista Técnico Econômico...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – ...da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O SR. JOÃO JOSÉ PRIETO FLÁVIO – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Moka, a Senadora Ana Amélia, os demais Parlamentares presentes e todos os colegas da Mesa, assim como os colegas aqui presentes.

Vou tentar ser o mais breve possível na minha exposição. Trago aqui um panorama, inicialmente, de como as cooperativas agropecuárias estão distribuídas pelo País. Hoje, nós temos 1,5 mil cooperativas registradas no Sistema OCB. Elas congregam mais de um milhão de produtores cooperados e geram mais de 180 mil empregos diretamente. Estão distribuídas nas 27 unidades federativas e atuam nas mais diversas cadeias produtivas.

Só para termos uma noção de uma particularidade do modelo cooperativista, ele se caracteriza por estar presente nos mais valiosos elos da cadeia produtiva. Está desde a origem para insumos e matéria-prima, aplica-se à armazenagem – hoje a capacidade estática das cooperativas supera os 20% do total nacional. Temos um grande braço na agroindustrialização, agregando valor ao produto dos produtores rurais cooperados, e que também abarca o processo de comercialização dessa produção.

Aqui nós temos uma característica bem vinculada ao tema em questão. Na origem, onde está o braço do produtor rural, que chamamos de "dentro da porteira", há uma iniciativa muito forte na questão de pesquisa e desenvolvimento e também na questão de transferência e difusão de tecnologia.

Só para a gente ter um exemplo de como está inserida a questão de pesquisa em desenvolvimento junto ao cooperativismo, trouxemos um estudo de caso que é o Estado do Paraná. Hoje, no Paraná, existem 20 centros de pesquisas, mais unidades demonstrativas vinculadas a 14 cooperativas no Estado. Agregados a esses núcleos, nós temos 57 pesquisadores, 227 colaboradores que atuam diretamente com a pesquisa, e 14 laboratórios, englobando uma área superior a 1.130 hectares no Estado.

Somadas, essas 14 cooperativas possuem 1.216 profissionais de assistência técnica. São engenheiros agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, que têm como função levar e disseminar a pesquisa, a geração de conhecimento junto aos produtores rurais.

Então, até para traçarmos esse paralelo da importância da pesquisa e tecnologia, da importância da assistência técnica para o produtor rural, nós temos uma correlação bem positiva com o desenvolvimento econômico. Essas 14 cooperativas faturaram, só no ano anterior, um montante superior a R\$40 milhões.

Dando mais um passo nesse estudo de caso, nessa referência, a gente pode usar, como exemplo, a Fundação ABC, que é uma fundação de pesquisa e desenvolvimento sediada no Município de Castro, na região dos Campos Gerais. Hoje, essa fundação tem, como mantenedoras, três cooperativas: a Cooperativa Capal, a Cooperativa Frísia e a Cooperativa Castrolanda. Se entrarmos no somatório dos números dessas cooperativas, juntas, elas totalizam 4.320 produtores rurais associados, que são os mantenedores da fundação, e 123 profissionais de assistência técnica, somente vinculados a essas três cooperativas.

A fundação tem uma iniciativa, tanto com a iniciativa privada quanto com as instituições do Poder Público, que fomenta a cooperação técnica, que é indispensável para que se evolua no quesito de pesquisa, que se evolua no quesito de desenvolvimento, para que haja uma correlação, uma interligação de todos esses entes. Então, a própria Embrapa, várias universidades e também empresas privadas fazem uma parceria com a fundação para geração de conhecimento.

Hoje, a fundação tem 28 pesquisadores e cem colaboradores para apoio direto à pesquisa. Se somar o pessoal do administrativo e de serviços, esse número ultrapassa 200 pessoas.



A fundação tem cinco laboratórios concentrados na região de Castro, mas também com unidades demonstrativas em diferentes regiões do Paraná.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO JOSÉ PRIETO FLÁVIO – E temos também uma área que engloba cerca de 345 hectares.

Aqui vou passar bem rapidamente. Essa é uma evolução de ensaios, tratamentos e parcelas da fundação. E também aqui do Grupo ABC, que compreende essas três cooperativas, a evolução da produtividade nas lavouras do grupo, evidenciando o quão importante é a geração e a transferência desse conhecimento.

Só para tentarmos fazer um amarrado um pouco mais global, pegamos três eixos aqui que seriam essenciais para o avanço e para o fortalecimento da pesquisa no âmbito nacional. O fomento a instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação. A gente tem de ter disponibilidade orçamentária, a gente sabe das dificuldades de orçamento, principalmente para as pesquisas vinculadas a instituições públicas, como a Embrapa e as estaduais,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO JOSÉ PRIETO FLÁVIO – ...mas é minimamente, e isso tem de ser garantido, para que nós tenhamos uma garantia de continuidade dos trabalhos.

Arranjos estruturais para a obtenção de recursos. Eu vou citar brevemente dois exemplos que podem se enquadrar: os fundos patrimoniais, sobre os quais há uma iniciativa da Senadora Ana Amélia que está em tramitação na Casa; e também, como já citado pelos demais colegas, a própria EmbrapaTec, que seria uma subsidiária da nossa Embrapa.

Linhas de investimento em pesquisa e desenvolvimento. Talvez um arranjo um pouco mais globalizado, visto que a gente já tem alguma coisa em andamento através da Finep, através das Fundações de Amparo à Pesquisa, nos Estados, e até do próprio BNDES.

Em relação à integração entre as instituições públicas de desenvolvimento e a iniciativa privada, é de fundamental importância que se tenha uma rede de colaboração, entre as entidades, muito bem estruturada, tanto em âmbito nacional como também com colaborações internacionais. É fundamental essa troca de experiências e essa articulação. Na audiência passada, já foi dito sobre essa importância, na presença da Embrapa e das entidades estaduais de pesquisa. Então, é importante que cada vez mais se agregue e esses esforços sejam feitos conjuntamente, para a evolução da nossa pesquisa. E a cooperação com o próprio setor produtivo. O setor produtivo é demandante. O setor produtivo é que está realmente com a necessidade iminente lá na sua propriedade. Então, é importante também que haja esse elo, essa via de mão dupla com a produção em si.

Em relação ao acesso não só de pequenos e médios, mas reforçando porque esse pessoal tem uma dificuldade um pouco maior, há tecnologia desenvolvida. É importante ter acordos de colaboração para essa transferência de tecnologia. Eu vou citar um exemplo da própria OCB, que tem hoje um acordo de colaboração com a Embrapa, onde os técnicos das cooperativas agropecuárias se capacitam na Embrapa para levar esse conhecimento aos produtores rurais, ou seja, eles se tornam multiplicadores da tecnologia que é originada na instituição.

O processo pioneiro foi com a Embrapa Trigo, Senadora, lá no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo. Já está na terceira edição, neste ano, esse acordo de colaboração. Neste ano, foi o primeiro com a Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora, e, para o ano que vem, nós poderemos ampliar isso também, com a Embrapa Soja.

Em relação às feiras e dias de campo, também são momentos onde o agricultor tem o contato com a tecnologia. Ele pode assistir a uma palestra e ele vai ver o que foi gerado, visualizando isso um pouco mais de perto.

Vinculadas também às cooperativas agropecuárias, nós temos as maiores feiras do setor, a exemplo da Expodireto, que é realizada na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul; a Tecnoshow, realizada aqui em Rio Verde, Goiás; e a própria Agrobrasília, que é fomentada junto a uma cooperativa aqui do Distrito Federal, que é a Copa-DF, que também tem crescido e tem se tornado uma referência em âmbito nacional.

E aí embaixo, reforçando também o que o Presidente Valmisonery já expôs, não só também estreitando a Anater, que dei como exemplo de agência central que está iniciando um pouco mais efetivamente a sua operacionalização, mas também a presença das Emateres, a presença do próprio Senar, nesse processo.



Outro destaque que eu faço aqui, Senador Ivo Cassol e Senadora Ana Amélia, é que o cooperativismo tem um braço muito importante aqui também que são as cooperativas de trabalho, cooperativas formadas por profissionais de assistência técnica que atuam junto com as cooperativas de produção e junto a outras entidades, até com chamadas públicas, para levar essa tecnologia ao produtor.

Eu gostaria de agradecer pelo tempo. Continuamos à disposição para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado,

Agradeço a participação dos nossos convidados.

Vamos passar a palavra agora para a nossa grande parceira e companheira, Relatora da matéria, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Ivo Cassol, caros presentes a esta audiência, especialmente os expositores, eu, como tive uma formação jornalística, tinha que resumir em 30 segundos um tema complexo – 30 segundos! Só para explicar que o Rovaris, o João, Moreira e o Minaré conseguiram, em um breve espaço de tempo, sintetizar a essência do que nós estamos tratando aqui, que é pesquisa e tecnologia.

Aqui foram mostradas as habilidades, a interface entre as instituições, um destaque muito grande dado à Embrapa. Eu levei um puxão de orelha, Rovaris – porque, como todos nós aqui, todo mundo falou da Embrapa e agora também das cooperativas e do papel delas no processo de tecnologia –, de um professor especialista em Ciências Agrárias, o Prof. Federizzi. O Prof. Luiz Carlos Federizzi, que é hoje o responsável pela coordenação das Ciências Agrárias no MEC, disse que, muito antes disso, o agricultor já se servia do nosso conhecimento. Ele disse que, por ano, as Faculdades de Ciências Agrárias formam – quer dizer, bem antes da Embrapa, que é dos anos 70 – 5,2 mil mestres e 2,7 mil doutores, no Brasil inteiro. Então, nós já temos uma raiz de cultura.

Estados como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a Santa Catarina do Senador Dário Berger, com a cultura que têm... Eu fui agora, Rovaris, à Feira da Agricultura Familiar, na Expointer, e fiquei impressionada com a evolução ano a ano da agricultura familiar. Cheguei a uma banca – E aí, mais do que a tecnologia, é a capacidade empreendedora do agricultor familiar de descobrir o que o mercado quer. O mercado não quer um queijo inteiro, quer um queijo pela metade, e ele já está fazendo o queijo pela metade – que tinha um freezer com a mandioca toda limpinha e arrumadinha para a dona de casa não ter trabalho, Rovaris. É chegar e vender. A batata doce, tudo arrumado com fechamento a vácuo e pronto. O que é isso? É uma vocação, um talento. Foi um sucesso! Eu vou lá sempre e fico encantada.

O butiá é uma fruta que nós, no Rio Grande do Sul, só usávamos para colocar na cachaça e que só dá no Rio Grande do Sul – eu não sei se tem em Santa Catarina...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem também? Bom, então, os gaúchos a levaram para lá, Dario. Essa fruta tem alto teor de vitamina C, e agora a agricultura familiar já está processando-a e fazendo um concentrado de suco que é extraordinário. Tudo com o empreendedorismo junto, a capacitação técnica e também o uso de informações. Tecnologia é informação. Não adianta você ter o conhecimento se não transferi-lo para o outro. Por isso, a questão da Anater é importante, porque acabaram com o sistema de extensão rural. No governo Collor, vamos reconhecer, aquelas empresas que operavam nisso acabaram e aí cortaram as pernas do agricultor, tiraram a escada do agricultor – pequeno, médio e grande. O grande sempre, como foi dito aqui pelo Rovaris, tem os seus mecanismos. As cooperativas têm, elas se unem, elas sabem que a união faz a força e se unem, fazendo centros maravilhosos.

Penso também que o Rovaris nos deixou aqui um desafio, Senador Cassol, para encerrar: a Embrapa está fazendo, mas para quem essa tecnologia vai servir? Ela vai vender essa tecnologia. Ela presta um serviço, claro. Você não pode tratar igualmente situações diferentes. Então, para a agricultura familiar, que carece disso, deve fornecer isso gratuitamente como uma prestação de serviço do Estado. Para aquele médio que pode, é de outra maneira. Na relação com a cooperativa, vão encontrar formas de convênios que possam compartilhar a troca de informações. Eu acho que há, para todos os níveis de produção, a capacidade. Hoje, de toda a produção agropecuária brasileira, da agricultura familiar, do quilombola, em tudo, 68% é tecnologia. Por isso nós chegamos aonde nós chegamos.



Eu estou muito contente e queria agradecer imensamente a capacidade de todos que estiveram aqui. O Moreira para falar também da relevância, porque a estruturação da Anater – nós estávamos aqui quando ela foi criada –, para que ela tenha realmente... A Emater, no Rio Grande do Sul, passou por um problema sério de ser considerada ou não filantrópica. Nós trabalhamos intensamente nisso, inclusive com a Ministra da Ação Social do governo passado, e conseguimos construir, junto com o Miguel Rossetto... Eu sou uma pessoa que reconhece o que foi feito para conseguir resolver os problemas. E a Justiça também, que foi favorável à definição de que a Emater do Rio Grande do Sul era mesmo uma entidade filantrópica. Estava correndo o risco de fechar as portas uma instituição muito importante.

Agradeço, Senador Ivo Cassol, por esta audiência pública e agradeço também a todos os que aqui expuseram: o Minaré, com o entusiasmo que tem pela área, falou com paixão; o Moreira também tem a responsabilidade; O Prieto, que falou também do papel das cooperativas; e o Antoninho Rovaris, que mostrou o lado da agricultura familiar que precisa de um olhar diferente da agricultura empresarial.

Muito obrigada. Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senadora Ana Amélia, nossa autora do convite, gostaria de dizer que, na semana retrasada, eu visitei uma propriedade, na BR-364, do Vilson Marcão. Luizinho, você era o encarregado do DER e da agricultura. Na época, com maquinário, você foi lá e deu condições.

Senadora Ana Amélia, este cidadão, Vilson Marcão – o Deputado Luiz Cláudio é testemunha, porque também deu apoio a ele –, plantou cinco hectares de uva. Eu não sei quantos hectares ele tem, mas está ampliando em mais dois hectares. Ele tem uva desde o começo de junho até dezembro, para você ter uma ideia. Ele plantou e lá ele aproveita tudo. Da uva que está madura e que vai caindo, ele já faz o suco de uva. A criatividade que a senhora acabou de falar aqui é fundamental para o produtor, para o trabalho da agricultura familiar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Economicidade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Lá ele faz o doce de goiaba, ele processa tudo aquilo.

E essa estrutura, às margens da BR-364, é de tirar o chapéu, tanto que nós passamos aqui na Comissão de Agricultura, na semana passada, o vídeo – não foi isso, Marcelo e Deputado Luiz Cláudio? Isso nos enche de orgulho. Por que nos enche de orgulho? Porque, quando eu era Governador do Estado de Rondônia, a Emater tinha um papel fundamental no setor produtivo, de agregar valor e dar condições para as pequenas famílias, nossos convidados. E, hoje, a nossa Emater de Rondônia virou um cabide de emprego. Mas é culpa dos funcionários? Não, não é culpa dos funcionários, Deputado Luiz Cláudio, Deputado Luizinho. É culpa do Governo que está lá hoje, no Estado de Rondônia, o Governo da cooperação, porque lá, se quer alguma coisa, todo mundo tem de cooperar. O cara tem de colocar a mão, tem de levar isso, tem de levar aquilo. Se você quer água, você leva de casa; se você quer material de limpeza, você leva de casa; se quer papel higiênico, leva de casa. Lá todo mundo coopera. E sabe como está vivendo a Emater hoje, em Rondônia? Para você ter uma ideia, você que representa toda essa extensão rural, ela está vivendo de 2%, 2,5% dos projetos que ela faz para os pequenos agricultores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – São 2%. Quer dizer, isso é um absurdo!

Quando a nossa Emater, em Rondônia, fazia o quê? Ela tinha cinco horas/máquina; tinha distribuição de semente de milho, feijão, arroz. Nós tínhamos o Projeto Inseminar; nós tínhamos o Proleite; nós tínhamos a vacinação das novilhas do gado leiteiro, nasciam as bezerras e já se vacinavam, e hoje o agricultor tem que pagar cento e poucos reais. Acabaram com tudo isso.

Eu fico triste, fico chateado, porque foi um trabalho tão grande e tão bonito que nós fizemos, Deputado Luiz Cláudio, com todos. Deputado Luizinho, você que está na Assembleia Legislativa, tem que meter chute naquele Governo, tem que meter a taca. É um governo irresponsável, é um governo que se preocupou em colocar os apadrinhados.

É como fizeram com a Caerd, sobre o que o ideal seria discutir aqui. A Caerd tinha cinco empregos, administração consolidada, compartilhada. Criaram 130 empregos, há cara ganhando R\$35 mil na Caerd.



Então, quanto à nossa Emater hoje em Rondônia, os servidores da Emater fazem um trabalho extraordinário, um trabalho bonito, mas infelizmente não têm nem gasolina para visitar o agricultor. Se têm gasolina, e vão uma vez, não têm para ir a segunda, no mês seguinte, na semana seguinte. Quer dizer, a gente fica triste, porque, se hoje este Brasil está de pé, é pelo agronegócio, a monocultura, a agricultura, a pecuária, que estão segurando este Brasil.

Portanto, nossos convidados aqui, a presença de vocês foi fundamental, foi importante. E, com certeza, Deputado Luiz Cláudio, você que representa lá o setor da agricultura na Câmara dos Deputados, se quiser ter a oportunidade de cumprimentar aqui, mandar um abraço para o pessoal aqui também, eu faculto a palavra para você.

Agradeço também ao nosso grande defensor do setor produtivo, da agricultura do Estado de Rondônia, Senador Valdir Raupp de Matos. Coloquei já como Relator o Senador Valdir Raupp para, na emenda do orçamento – porque nós vamos trabalhar em cima disso –, V. Exª já poder trabalhar juntamente com o interesse da Senadora Ana Amélia. E o Brasil precisa.

Deputado Luiz Cláudio com a palavra.

O SR. LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES – Senador Ivo Cassol, meus cumprimentos a toda a Mesa de convidados, formada para tratar de um assunto muito importante que é pesquisa e extensão rural.

Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa do requerimento da audiência pública. V. Exª está de parabéns.

Ao meu lado também o grande Senador Valdir Raupp, que tem muitos anos aqui no Senado, e o Deputado Luizinho, que, Senador Cassol, é exatamente um grande Parlamentar. No início do seu governo, quando V. Exª foi governador pelo primeiro mandato, o Luizinho era um peão da UDR e virou Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu me esqueci de falar do Luizinho. Eu o levei, Senador Raupp, para Chupinguaia, o trecho do Posto Guaporé até Chupinguaia, que era puro atoleiro. Começou por lá, Luizinho, me esqueci. Depois eu o levei para o Alvorada. Botei o Luizinho lá para ver se dava no couro, e ele deu no couro. Depois eu o levei para o Alvorada. Ele fez um trabalho, por meio do qual ganhou confiança de toda a população de Chupinguaia.

Vai o nosso abraço para a população de Chupinguaia, em nome da Claudete, em nome de todo mundo lá e da prefeita também.

O SR. LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES – Por três mandatos de Deputado Estadual e com a atuação muito presente no setor produtivo.

Também saúdo aqui o Vereador França, que é do Município de Vilhena, que está acompanhando aqui o nosso Deputado Estadual.

Bem, governador, Senador Ivo Cassol, aqui nós temos a presença do Presidente da Anater. A Anater foi criada, mas está muito devagar ainda para funcionar na verdade.

Antigamente, o governo Collor de Mello, que foi o pior desastre, acabou com a Embrater. Aí no governo passado, criou-se a Anater, que é quem dá suporte para as Emateres do Brasil. Mas a Anater ainda está com dificuldade de orçamento, dificuldade de recursos.

Inclusive, na semana passada, estivemos na Casa Civil pedindo recursos – estavam representantes de todos os setores –, orçamento para a Anater, pelo menos para concluir este ano. E, ano que vem, haver um orçamento com condições de trabalhar com as Emateres do Brasil.

V. Exª, Senador Cassol, tem razão, a nossa Emater de Rondônia é uma das melhores do Brasil em termos de quadro técnico, em termos de trabalho, mas realmente está carente de recursos. Eu fico triste que o Governo tenha buscado recursos do BNDES, mais de R\$1 bilhão em Rondônia, e não tenha investido nada na Emater. Não sei por quê. E são juros altos, juros de quase 12% ao ano, Senador Cassol.

Na época eu estava lá como Deputado Estadual e defendi isso: "Olha, vamos investir aí uns 50 milhões na assistência técnica, modernizar a frota, capacitar os extensionistas, dar condições para levar a tecnologia ao campo", que é o assunto aqui que a nossa Senadora está debatendo. A Embrapa, uma belíssima empresa, tem um *know-how* de pesquisa que poucas empresas têm no mundo, Senador Ivo Cassol, mas, para levar essa tecnologia ao campo, é verdade,...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES – ...a extensão está tendo dificuldade de chegar até o pequeno agricultor. Então, o senhor está coberto de razão, é um assunto muito importante. A



agricultura familiar no Brasil produz mais de 80% dos alimentos que chegam à casa dos brasileiros, e a assistência técnica é o braço direito do pequeno agricultor – se não houver assistência técnica, não haverá crédito, não haverá aumento de produtividade e realmente fica difícil.

Então, esse tema aqui é um assunto muito importante. Eu sempre digo que governo sério e inteligente é aquele que enxerga a agricultura, principalmente a agricultura familiar, como uma oportunidade de gerar emprego e melhorar a renda do povo no campo, para evitar o êxodo rural, que está assustador – está aqui o representante da Fetagro. O êxodo rural a cada dia... O jovem não quer suceder o pai; o filho do agricultor quer ir para a cidade, e não quer ficar no campo.

E se não houver assistência técnica intensiva... E eu digo que intensiva não é uma vez a cada 60 dias o extensionista ir lá à propriedade, não; é uma assistência técnica intensiva para poder conscientizar a juventude que está no campo a dar sucessão aos nossos agricultores que já estão ficando com idade, já estão na idade de se aposentar. Precisamos ter uma sucessão no campo para continuar aumentando a produção na agricultura familiar.

Portanto, Senador Cassol, estou aqui ao lado do Senador Raupp, que também foi governador de Rondônia. Mas no setor produtivo V. Exª foi o melhor governador de Rondônia, com permissão do Senador Raupp, até porque criou mais de 16 programas. O Estado de Rondônia na sua gestão teve crescimento de mais de 14% no PIB, era um crescimento extraordinário em todos os setores. Isso é fundamental.

Portanto eu fico triste, porque os governos, inclusive o Governo Federal, têm que colocar recursos na Anater. Se não colocarem recursos na Anater, como ela vai desenvolver parcerias com as Emateres do Brasil? Não há condições. Então, isso não é despesa; sempre digo, é investimento, colocar recursos nas Emateres é investimento – ele se paga, ele gera mais de cinco vezes impostos para os Estados, para os Municípios.

Portanto, meu Senador Cassol, Senador Valdir Raupp, o senhor está de parabéns por conduzir esta Comissão aqui, que é tão importante para o Brasil, principalmente nos dias que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Deputado Luiz Cláudio, Deputado da Agricultura – não é, Senador Valdir Raupp? –, como é conhecido no nosso Estado de Rondônia.

E passo a palavra para o nosso Vice-Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Luiz Cláudio da Agricultura, não é? Deputado Luiz Cláudio, da Agricultura, Vereador da Agricultura, Secretário da Agricultura.

A minha voz não está boa.

Cumprimento o Presidente, Senador Ivo Cassol; os nossos convidados de segmentos importantes, de entidades importantíssimas do nosso País; o Deputado Luiz Cláudio; o Deputado Luizinho, guerreiro, foi dito aqui sobre suas qualidades; e o Vereador França, lá da cidade Vilhena, o nosso Portal da Amazônia Ocidental.

Sr. Presidente, acho que todos os governos, sejam eles governos federais ou estaduais, fizeram a sua parte no seu tempo. V. Exª foi um grande governador, não vou negar isso, até porque a história com certeza me contrariaria. Eu criei vários programas também, como Terra Tombada, Gado Sadio, Plano de Café e outros na área da agricultura e da pecuária.

E eu acho que Rondônia, de uns tempos para cá, de 20 anos para cá, coincidentemente na época em que eu fui governador, começou a dar um salto muito grande na área do agronegócio e hoje é um dos primeiros Estados do Brasil em desenvolvimento. A grande imprensa nacional tem colocado muito isto, que está hoje entre Santa Catarina, São Paulo e o Espírito Santo, sempre em três, quatro, em quase todos os indicadores. E foi graças ao nosso trabalho, ao seu trabalho, ao trabalho dos nossos sucessores.

E, sobre o Governo atual, também acho que um feito importante para Emater foi tê-la transformado em empresa pública. Havia uma insegurança jurídica muito grande sobre a questão do modelo antigo. E hoje os técnicos e funcionários estão um pouco mais seguros em relação ao que viviam antes.

Eu tenho participado constantemente de inaugurações de agroindústrias. E Rondônia tem se transformado, por meio desse trabalho de que já falei, dos vários governadores que por lá passaram e equipes no Estado, no Estado do Agronegócio. Hoje, nós temos perto de chegar – se não chegamos – a 800 agroindústrias. Temos grandes indústrias, mas, depois da entrada de algumas culturas, como a soja com o Porto Graneleiro e tantas outras atividades, as agroindústrias começaram a se proliferar



em Rondônia, e isso é fruto do trabalho que foi feito, das políticas públicas na área da agricultura e da pecuária, que fizeram de Rondônia hoje o Estado do Agronegócio.

As nossas feiras agropecuárias, como a Rondônia Rural Show, que está na sua 5ª e vai para 6ª Edição, tem batido recorde de comercialização. Há gente de todo o Brasil e até do mundo, muitas embaixadas, muitos embaixadores, empresários de outros países, que estão indo à Rondônia para visitar as nossas feiras.

Isso é fruto – só queria fazer esse registro – do nosso trabalho, do trabalho do Luiz Cláudio, do Luizinho, dos Vereadores, dos Prefeitos, dos ex-governadores, do Governador atual. Tenho aqui, com todo o respeito a V. Exª, que defender o nosso Governador, que é do meu Partido. *(Risos.)*

Tenho que defender um pouquinho o nosso Governador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que peso para defender. Não é fácil, não! *(Risos.)*

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Falha em alguns setores todos cometem, mas o Governador atual, o Governador Confúcio Moura, tem sido destacado em todo o Brasil pela austeridade, pelo governo equilibrado que tem feito e vai deixar – tem dito que não é mais candidato – o Estado pelo menos arrumado economicamente, financeiramente, com o seu orçamento tranquilo.

Se V. Exª voltar a ser governador, assim como há... Não posso falar de um só, V. Exª é pré-candidato; o Senador Acir Gurgacz, nosso colega, é pré-candidato; o nosso Presidente da Assembleia é pré-candidato; o Expedito Júnior pode ser ou não, por estar na sua chapa, pode ser candidato também; e há vários pré-candidatos.

Aquele que pegar, aquele que vencer as eleições do ano que vem vai pegar o Estado arrumado, porque eu contribuí para isso, V. Exª contribuiu para isso, o Governo atual tem contribuído para isso, e os nossos Parlamentares também, sejam eles federais, estaduais, têm contribuído para isso.

Parabéns a V. Exª pela condução desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu agradeço a participação do Senador Valdir Raupp.

Com certeza, Senador Valdir Raupp, o senhor como Presidente do PMDB, do Estado de Rondônia, teve que fazer o papel de defensor do Governo da Cooperação, o Governo Confúcio Moura. E eu, com ex-governador, ex-prefeito de Rolim de Moura, falo que não tenho como concordar, mas, mesmo assim, eu parabenizo o senhor, porque, na verdade, quem for o próximo governador – só Deus é que sabe – vai ter um abacaxi na mão, o Estado está quadrado. Só de dívida, em razão deste Governo, há praticamente R\$2 bilhões.

E aí você olha para o Estado, na verdade, para o que propiciou esse resultado. Porque, quando a gente vai pegar um empréstimo, é porque a gente quer um retorno. Aí você pega os fornecedores do Estado de Rondônia, e a maioria está quebrada. Não se pagou ninguém, mal se mantendo a folha.

E, ao mesmo tempo, sobre esses números que o Senador Raupp colocou do Governador, como um dos melhores do Brasil, imaginem como é que está o resto do País! Se o nosso Governador – porque a Polícia Militar não tem papel sulfite; a Polícia Civil não tem caneta, não tem material de limpeza, não tem combustível; a Emater não tem combustível, só está mantendo a folha – é um dos melhores governadores do Brasil, imaginem como é que está o estrago para o resto dos Estados brasileiros! A coisa está feia. E o Estado de Rondônia tem um potencial tão grande no agronegócio que cresce por si só.

Mesmo assim, Senador Raupp, eu quero lhe dar os parabéns, porque, mesmo com todos esses problemas, o Senador Raupp está aqui defendendo o Governador. Mas eu não posso compartilhar com V. Exª.

E olha, eu tenho até dito mais. Quando ando no Estado Rondônia, o pessoal fala: "Poxa, Ivo, você não vai, você não fala, você não diz!" E eu digo: "Para quê? O povo não escolheu na última eleição?" "Sim." "Então, agora não reclame, aguente!" "Mas, Ivo, você não pode falar isso!" "Eu posso falar, eu fui governador. Eu sei como é."

No DER, então, meu Deus do céu, a maioria das máquinas está em cima de cepo. Para vocês terem uma ideia, eu embarquei ontem em Cacoal, Deputado Luizinho – e é até bom o Deputado Luiz Cláudio estar aqui, o Senador Raupp estar aqui, para cobrarem do Governador Confúcio Moura –, e lá no DER foi feito um concurso, abriu-se uma vaga para um cidadão cuidar dos aeroportos de Rondônia no interior. O cara é tão incompetente – e eu não sei o nome desse sujeito, mas, se eu souber, eu vou falar o nome dele –, é tão incompetente esse ordinário, me desculpem, mas é verdade, que, desde o



mês de novembro para o de dezembro, está empenhado um recurso da Anac para o avião, Senador Raupp, e, na semana passada, na quarta e na quinta, não desceu em Cacoal. E eu dei sorte, que fui para Porto Velho, já imaginando que o tempo estava fechado. Ontem, o avião deu uma volta, deu outra volta e quase o avião foi embora, por causa da fumaça. Está o dinheiro na conta, faz nove meses, e esse cidadão do DER não deu conta de fazer o projeto correto aqui na Anac para liberar o dinheiro – nove meses! É como eu sempre digo, esse Governo do nosso Estado de Rondônia é o governo que mais manda – manda, manda, manda! –, mas ninguém está mais obedecendo.

Então, infelizmente nós estamos pagando caro. E eu espero que o Ezequiel Neiva – que é uma pessoa por quem a gente tem um respeito, Deputado Luizinho, foi Deputado Estadual conosco – possa pegar essas nossas palavras e colocar esse cidadão no toco lá, esse funcionário, e perguntar por que ele não deu conta nem sequer de fazer o projeto ainda para poder comprar esses equipamentos.

Porque o mais difícil é a gente conseguir, e a Bancada Federal – o Senador Raupp é testemunha, o Luiz Cláudio é testemunha... Aqui a Bancada Federal trabalha integrada, trabalha unida. Nós colocamos recursos para comprar trator, comprar equipamento; colocamos recursos para o Estado.

E não é porque eu falei do Governador que atrapalho, como fizeram comigo no passado. O Governador, quando era Deputado Federal, na época me atrapalhava, fazia de tudo para o recurso não ir para mim; e para mim é o contrário.

Mas o dinheiro, Deputado Luiz Cláudio, está na conta, Luizinho. Nós embarcamos em Cacoal... E para a população que está me assistindo em Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, aquela região toda corresponde a mais de 250 mil habitantes, que usa o aeroporto de Cacoal, um avião, um jato 195, aqueles voos grandes que a Azul tem, e não estão muitas vezes descendo por falta de equipamento. E o dinheiro está na conta, desde novembro, dezembro, e o DER, na mão desse cidadão, não consegue, demorou nove meses para mandar o documento para cá e ainda mandou faltando metade das coisas. Vejam em que situação que está! Mas nós estamos aqui.

E alguém pode dizer: "O que tem a ver o Senador Presidente da Comissão de Agricultura falar isso?" Acontece o seguinte: os aviões levam os produtores e trazem os agricultores. A agricultura vende no comércio e o comércio fomenta, movimenta a máquina todinha que gera imposto. Então, quer dizer, a nossa infraestrutura rodoviária, municipal, estadual ou federal – que são nossas estradas –, ou os portos, ou os aeroportos, tudo leva a nossa riqueza e leva renda para nossa população. Não é, Luiz? Sim.

O SR. LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES – Senador, o senhor está falando da inoperância e incapacidade do Governo. Eu tenho 1,5 milhão na Secretaria de Agricultura. E está com quatro meses que a emenda foi paga, e não há R\$50 mil para fazer uma contrapartida para poder licitar e comprar equipamentos para a agricultura familiar – quatro meses, com o dinheiro na conta!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E olha que esse ainda é um dos melhores Estados da Federação. Imaginem em que buraco estão o demais!

Eu falo, porque eu fui governador, fui prefeito. E, quando fui prefeito, fui o 22º melhor prefeito do Brasil, e me levou ao cargo de governador do Estado de Rondônia. E, na época, nós mudamos a cara do Estado, fizemos estrada, asfaltamos, pavimentamos, a Emater tinha todos os programas com recursos próprios. Hoje, você não vê uma obra com recurso próprio, a não ser a dívida que nós cidadãos de Rondônia vamos ter de pagar, antes era pelo Beirão, e agora infelizmente é em função do empréstimo que o Governo do Estado fez.

Agradeço aos nossos convidados, a nossa gratidão por vocês terem participado desta audiência pública.

Peço desculpas se não puderam... Porque a nossa Senadora Ana Amélia é uma Senadora presente, atuante, mas ela tinha outros compromissos. Mas foram fundamentais, para que ela pudesse integrar como Relatora do projeto, essas sugestões de vocês, essas iniciativas de vocês, para melhorar mais ainda.

Portanto, ao mesmo tempo, agora há pouco o Deputado Luiz Cláudio me dizia que, se o Ministro da Agricultura puder ter outra data para marcar a audiência pública, de repente, em Alta Floresta... Ele acabou de viajar para o Peru e para a Bolívia. Tão logo consiga contato com o Senador e Ministro Blairo Maggi, eu vou tentar ver se, de repente, ele tem outra data para ir para Rondônia, para a gente poder marcar essa audiência pública nessa data em que possamos receber o nosso Ministro da Agricultura.

Então, a todos vocês o nosso abraço.

Pois não, Moreira.



O SR. VALMISONEY MOREIRA JARDIM – Só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim.

O SR. VALMISONEY MOREIRA JARDIM – Senador, é mais para agradecer mesmo a oportunidade de a Anater estar aqui. Nós viemos com a nossa Diretoria, o nosso Diretor Técnico, José Maria Pimenta; o nosso Diretor Administrativo, Ricardo Demicheli; o Chefe Gabinete; a Assessora de Comunicação; o Gerente de Transferência de Tecnologia.

Queria agradecer ao Deputado Luiz Cláudio.

E uma das formas de a gente fazer essas tecnologias desenvolvidas chegarem aos agricultores é através da assistência técnica. Então, mais uma vez eu reforço aqui o pedido da necessidade de termos recursos na Anater para fazer com que a assistência técnica chegue aos produtores para que as políticas públicas cheguem aos agricultores de forma mais qualificada e a Anater se coloca de pé e às ordens para estar atendendo esse desafio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

E agradeço a todos.

Até uma próxima oportunidade, se Deus assim permitir. Até mais.

(Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 3 DE OUTUBRO DE 2017.

Às onze horas e quatorze minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Ângela Portela, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, José Pimentel, Lídice da Mata, Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 25/2017, de sua autoria, destinada a debater a situação atual e o planejamento para a Regularização Fundiária na Amazônia Legal, com a participação do Sr. Rogério Papalardo Arantes - Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Sr. José Dumont Teixeira - Superintendente Interino da Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL/SEAD); Sr. Edioni Gomes da Costa - Coordenador-Geral Substituto de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Senhor Presidente justifica a ausência do Sr. Sorrival de Lima, em razão de não estar no comando da Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL). Após a apresentação dos senhores expositores, os Senadores Ivo Cassol e Wellington Fagundes e o Deputado Luiz Claudio (PR/RO) fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, a partir de informação recebida dos municípios de Campo Novo de Rondônia e Buritis, no estado de Rondônia, manifesta preocupação acerca da suspensão, por parte do Banco do Brasil, dos financiamentos aos agricultores que ainda não possuem documentação. O Senador Wellington Fagundes sugere que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analise o possível encaminhamento, à Presidência da República, de manifestação expondo a preocupação na descontinuidade do atendimento político/administrativo, em razão das substituições ocorridas no comando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/03>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezessete, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira, José Agripino e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Lasier Martins e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017** (Mensagem nº 324/2017, na origem) – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). O Senhor Relator, Senador Valdir Raupp, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado com adendo, incluindo a coautoria da Senadora Ana Amélia nas Emendas 132 e 109, que correspondem às Emendas nº 3-CRA e 4-CRA descritas abaixo. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA): **Emendas de Apropriação de Despesa: Emenda nº 1-CRA: UO:** 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Ação:** 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário; **Valor:** R\$ 500.000.000,00; **Emenda nº 2-CRA: UO:** 20129 – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD; **Ação:** 211C – Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009; **Valor:** R\$ 400.000.000,00; **Emenda nº 3-CRA: UO:** 47205 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; **Ação:** 20U7 – Censo Demográfico e Agropecuário no subtítulo atípico Censo Agropecuário IBGE; **Valor:** R\$ 400.000.000,00; **Emenda nº 4-CRA: UO:** 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; **Ação:** 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária; **Valor:** R\$ 300.000.000,00. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017 (Mensagem nº 324/2017, Presidência da República), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esclareço que foram apresentadas 136 emendas à LOA de 2018.

Antes de passar a palavra para o nosso Relator, Vice-Presidente e Senador Valdir Raupp, eu queria só aproveitar para, além de cumprimentar os assessores, os nossos Senadores que se fazem presentes, com alegria – o Senador Moka, o Senador Raupp e demais Senadores –, e a nossa equipe da CRA, dizer que fui recebido agora há pouquinho pelo Presidente da República, Presidente Michel Temer. Quero dizer que, com alegria, mesmo com todas as dificuldades que o Brasil enfrenta, que o próprio Presidente da República, Senador Raupp, Senador Moka, está passando, ele está otimista, ele está olhando para a frente.

A minha audiência foi exclusivamente em defesa do Estado de Rondônia, da duplicação, em alguns trechos, da BR-364, uma vez que o DNIT se encontra sem orçamento, Senador Moka e Senador Raupp, e o orçamento para 2018 é mais precário ainda.

Ao mesmo tempo, fui solicitar também a liberação de uma emenda de minha autoria, emenda de bancada, para a Unir, que eu tinha colocado no ano passado. Não são muitos recursos, são cinco milhões e pouco, se não estou enganado, acho que é isso. Foi feito um ofício também, uma vez que parte dos nossos recursos se encontram contingenciados por causa da crise financeira.

Solicitei ainda do Presidente a conclusão da 429, Senador Raupp, Senador Moka, que corta de Presidente Médici até Costa Marques. Há ainda pontos a serem concluídos, as empresas estão fazendo os aterros das cabeceiras, pontes que já foram feitas, de concreto; falta concluir o pedaço que ainda tem pendência no Iphan; e o Trevo do Roque, em Porto Velho. O Trevo do Roque, em Porto Velho, tem recursos que foram colocados à disposição, de uma emenda minha do ano passado, para este ano, que o DNIT aproveitou para que as obras não parem em Porto Velho. A Bancada também tem se esforçado junto com a gente, Senador Raupp, para concluir aquelas obras das marginais em Porto Velho, e a minha audiência com o Presidente foi exatamente nesse sentido.

Na semana passada aqui, eu falei que o Brasil corre risco, Senador Moka, Senador Raupp, de termos, nos próximos quatorze meses, quatro Presidentes do Brasil. Eu fui fazer as contas e, na verdade, nós corremos o risco de ter cinco Presidentes do Brasil em quatorze meses. Aí, vocês que estão aqui, quem está em casa, de repente, vão me chamar de louco: "Esse Senador está falando besteira". Não estou. Por que não estou falando besteira? Estou falando com a realidade dos fatos, a realidade que nós vivemos. Essa situação que está acontecendo é ruim para quem? Para o Brasil.

No meu Estado, todo mundo sabe que o partido de oposição, que faz parte da nossa carreira política, do nosso dia a dia, é o PMDB, mas eu sempre tive respeito pelo Senador Raupp e pelo trabalho que o Senador Raupp faz. E vou continuar tendo, Senador Raupp. Nós não estamos discutindo os nossos problemas particulares, mas o trabalho que fazemos pela sociedade. E nós temos trabalhado em cima disso. Mesmo o Governo do meu Estado sendo de oposição, eu tenho ajudado. Ao mesmo tempo, eu tenho que ser verdadeiro aqui nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, especialmente com o Brasil. Eu não posso ficar aqui fazendo o que alguns fazem, Senador Moka: jogar para a plateia, jogar para a imprensa ou jogar contra o nosso País. Acima de tudo, eu sou patriota, eu sou brasileiro e tenho de defender o Brasil. E, quando eu falo aqui que não são quatro... Estou só fazendo essa retificação, Marcelo, porque semana passada eu falei em quatro, mas eu fui fazer as contas e vi que corremos o risco de ter cinco Presidentes no Brasil. E quem vai



pagar essa conta? Vocês que estão assistindo de casa, vocês que estão me acompanhando, o agricultor, a dona de casa, toda a sociedade vai pagar essa conta.

Mas como cinco Presidentes? Vamos fazer a conta comigo. Eu sou leigo, mas vamos juntos. Hoje o Presidente é o Michel Temer. Se afastarem o Michel Temer, assume o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Se o Rodrigo Maia quiser ser candidato a Deputado Federal ou a Senador pelo Rio de Janeiro – ele é do Rio, acho que é do Rio –, precisa se afastar no começo do mês de abril do ano que vem, final de março – igual a governador; eu fui governador. Então, já saiu, já foi o segundo Presidente. Bom, aí quem assume em seguida? É a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, a terceira Presidente. O Eunício também vai ser candidato, então, quer dizer, seria o Eunício, mas como o Eunício... É bom que... Os Senadores estão me auxiliando aqui nas contas. O Eunício não vai deixar de ser candidato também, porque, se ele assumir um ou dois dias depois, ele não poderá ser candidato a nada, nem a chefe de quartelão, ninguém.

Então, automaticamente, Senador Wellington... Eu estou fazendo a conta aqui de quantos Presidentes nós vamos ter em 14 meses. Tudo bem. Assim, o Eunício também não vai assumir a Presidência. Portanto, quem vai assumir? A Ministra do STF, a Presidente, a Ministra Cármen Lúcia. Bom, aí há a votação indireta. Se acontece o afastamento do Presidente, automaticamente, nós teremos o quê? Nós teremos a votação indireta. Essa votação indireta é para o quarto Presidente. Aí nós temos o escolhido pelo povo nas urnas: o quinto Presidente.

E eu faço esta afirmação para quem está me assistindo em casa, para quem está aqui com a gente: independentemente de gostar ou não do Presidente, pelo menos o Presidente Michel Temer tem coragem e continua tendo coragem e determinação para aprovar os projetos polêmicos de que o Brasil precisa para ir em frente.

Portanto, eu só estou fazendo essa conta com o Brasil, estou fazendo essa conta com vocês e fazendo essa afirmação para vocês, que gostam ou não gostam do Michel Temer. Alguns estão falando: "Ah, mas o índice de aceitação dele é praticamente zero". Há um índice de erro de 3%, quer dizer, 3% favoráveis ou 7%. Então, automaticamente... Mas pelo menos o povo não está indo para a rua, porque ele não mentiu para ninguém, não enganou ninguém.

Não estamos aqui defendendo o que há contra a pessoa do Presidente Michel Temer. Nós estamos aqui... Eu estou aqui, como Presidente da Comissão de Reforma Agrária, defendendo o Brasil. E aí eu quero fazer uma pergunta para vocês: o Brasil merece esse castigo de ter cinco presidencialistas, cinco Presidentes, nos próximos 14 meses? Cada um que entra, a maioria sai; cada um que muda, outro grupo vem e tira e sai. É isso que nós queremos para o Brasil? Eu, sinceramente, não concordo. Eu sou da seguinte opinião: daqui a um ano serão as eleições, e o povo irá à urna escolher quem é melhor para o Brasil, independentemente de cor partidária.

E para encerrar: tudo bem, então vamos afastar o Presidente Michel Temer. O Brasil, a Câmara e o Senado conseguem andar sem o PMDB, que é o maior Partido da República? Também não. Então, que se deixe esse abacaxi, na minha opinião, na mão do Presidente Temer, para ele descascar no resto do mandato. Depois, com certeza, em todas essas denúncias, ele vai conseguir provar se ele deve ou não deve, assim como os demais Parlamentares citados em processos têm o direito de fazer. Então, essa é a minha opinião.

Portanto, ao Presidente Michel Temer fica o meu abraço. Eu torço para que ele consiga passar por todas as dificuldades que tem à frente, pelo Brasil. O Brasil não merece o que estão querendo colocar no Brasil.

Eu não estou aqui para jogar para a imprensa, eu não estou aqui para ser o paladino salvador – alguns apareceram assim com denúncias que fizeram. Eu estou aqui pelo seguinte: o Brasil não merece o desgaste em nível mundial, em nível nacional.

Eu sou empresário, e o empresário, o empreendedor, o comerciante, qualquer um, só vai em busca de crédito ou de fazer investimento a partir do momento em que ele tem segurança, Senador Moka, Senador Raupp, a partir do momento em que ele tem segurança de que vai ter retorno e garantia do investimento que vai fazer.

Hoje, na atual situação que o Brasil está enfrentando, por mais que a economia esteja andando sozinha, com certeza ninguém tem segurança, e o Brasil vai acabar amargando esses dissabores que estamos vivendo no dia a dia. Portanto, eu aqui – a minha opinião,



independentemente de cor partidária – torço pelo Brasil, trabalho pelo Brasil e sou Senador do Brasil.

Fica aí meu abraço. Aqueles que acham que eu não estou correto ou estou errado, azar deles. Essa é a minha opinião, e a minha opinião é pelo Brasil, pelo povo do meu Estado de Rondônia e pelos brasileiros.

Passo a palavra ao Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol; Senador Waldemir Moka, do Mato Grosso do Sul; Wellington Fagundes, do Mato Grosso – dois grandes do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso –; Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores, eu queria, antes de iniciar o meu relatório, Presidente Ivo Cassol, contribuir um pouco com a fala que V. Ex^a acabou de fazer.

Realmente eu também concordo, até porque a opinião pública, o eleitor... O eleitor é muito sábio. Nas últimas pesquisas, os eleitores disseram, mesmo com a baixa popularidade do Presidente Temer, que não querem a saída do Temer, que eles querem que o Temer continue para terminar esse mandato, porque temos eleições no ano que vem. Eles não querem esse troca-troca. Como V. Ex^a disse, até o final do ano que vem poderemos ter quatro ou cinco novos Presidentes da República. O Brasil não aguenta mais isso.

Nós tivemos aí um período de turbulência por causa da atuação de um Procurador-Geral da República perseguidor, claramente perseguidor. As gravações... As últimas gravações dos Batista já estão mostrando isto claramente: ele fala que o Procurador-Geral da República iria condenar, queria acusar a cúpula do PMDB e de outros partidos também. Então, o Procurador-Geral da República partidizou as suas ações na Procuradora-Geral da República, como se fosse uma vingança contra grupos políticos que abriram processo de afastamento da ex-Presidente Dilma Rousseff. Como ele tinha sido nomeado pela Presidente, ele quis se vingar daqueles atos perseguindo Parlamentares, perseguindo políticos. Isso está muito claro, muito claro.

Eu mesmo recebi ontem um pedido dos nossos advogados para investigar, aqui no Senado Federal, se eu havia participado de alguma medida provisória – de umas seis ou sete que ele apontou lá –, em uma denúncia. Nenhuma! Fizaram um levantamento, e eu estou sendo acusado, junto com outro grupo de políticos, de ter participado daquelas medidas provisórias. Nenhuma, Senador Moka! Eu não participei de nenhuma, graças a Deus. E não haveria problema se tivesse participado. Essa é a nossa função aqui no Senado Federal.

Então, está muito claro – para mim está muito claro – que eu estou pagando um preço muito alto por ter sido presidente de um partido político durante três anos, três anos e meio. Estou pagando um preço alto. Sem culpa nenhuma, estou sendo acusado de coisas que eu não devo, por pura perseguição de um Procurador-Geral da República que passou aqui pelo Senado Federal, pela CCJ, duas vezes, pelo Plenário do Senado duas vezes, porque nós votamos. Ele jurou cumprir a Constituição, mas não cumpriu coisa nenhuma, coisa nenhuma. Está... Está, não, graças a Deus não está mais, mas perseguiu abertamente, claramente, muita gente neste País. Então, concordo com V. Ex^a.

Queria, para concluir, antes de iniciar o meu relatório, dizer que, quanto às ações do meu Estado, do Brasil e do meu Estado, eu concordo. Quero estar ombreado com V. Ex^a na questão dos viadutos de Porto Velho; das travessias urbanas de Porto Velho, que são obras importantes; da BR-364, da restauração e da duplicação de alguns trechos – nós temos começar –; da conclusão da BR-429, também daqueles trechos que estão faltando ainda; de todas as ações que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida do povo do nosso Estado e do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para reforçar aí a colocação do Senador Raupp. Eu também falei com o Presidente que é um sonho do povo da 429, do povo de Buriti, de Machadinho e de Extrema, do pessoal que está assistindo em Extrema também, a linha de transmissão que interliga Presidente Médici, Alvorada – e Alvorada tem um problema sério de energia; São Miguel não é o caso, nem Seringueira –, indo para São Francisco, São Domingos e Costa Marques, também de Jaru a Theobroma, Vale do Anari, Machadinho a Cujubim, da cidade de Ariquemes para as cidades de Campo Novo e Montenegro, passando por Montenegro, para Buriti e também lá em Extrema. Já faz uns 10 anos... Aliás, mais, faz



uns 15 anos que a linha de transmissão passa por cima, Senador Raupp, e vai para o Acre, abastece o Acre e não há energia em Extrema.

Portanto, nós trabalhamos em conjunto. Agradeço, aí, a sua parceria, juntamente com os demais colegas, mas nós que encabeçamos isso na Eletrobras.

Além disso, o senhor também levou a Deputada Marinha, eu também levei o Deputado Luiz Cláudio, e conseguimos, além de já ter feito todos os projetos, nós conseguimos também, em conjunto, agora... Foi publicado na semana passada, se eu não estou enganado, já, o edital de licitação para poder fazer e contratar... E eu pedi para o Presidente Michel Temer que viabilizasse junto... Esse foi o principal assunto meu com o Presidente Michel Temer, porque não basta solicitar, a Eletrobras não deve solicitar. A Eletrobras precisa, urgentemente, além de licitar, contratar o serviço para que possa haver energia lá, em Extrema. Aí, vai fazer uma linha de Vista Alegre a Extrema, Nova Califórnia – há uma linha e uma subestação que vai rebaixar –, como nas demais cidades.

Então, eu quero também parabenizá-lo por esse trabalho em conjunto que nós fizemos. O resultado, com certeza, em breve, a população vai colher.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E tem tudo a ver com agricultura, porque essas linhas de transmissão vão ajudar diretamente o produtor rural, o pecuarista, o agricultor, o pequeno agricultor, porque a energia é tudo também na área rural.

Essas linhas, além de Médici a Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos e Costa Marques, vão atender também de Machadinho a Anari, Theobroma, Jarú, Ariquemes, Montenegro e Buritis, e essa, que V. Exª acabou de citar, da Ponta do Abunã, que é Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia. E ainda há um complemento das linhas lá de Corumbiara, Chupinguaia, Cerejeira, Colorado, um reforço de linha nesse mesmo pacote. São R\$500 milhões que, graças a Deus, estão assegurados pela Aneel, a Aneel autorizou a Eletrobras. É dinheiro de um fundo de energia, não é um dinheiro que sai do Tesouro, isso já está garantido, porque é dinheiro de um fundo. Então, são R\$500 milhões de investimento pelos quais nós trabalhamos, junto com V. Exª, a Deputada Marinha, o Luiz Cláudio e outros, para viabilizar essas linhas de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza.

Agora, dando continuidade ao nosso trabalho, cumprimento também essa nossa Senadora guerreira, a Senadora Ana Amélia.

Ontem, Senadora Ana Amélia, Senador Wellington, era para descer o avião em Cuiabá, mas não desceu. O tempo estava fechado em tudo quanto era lado e, ao mesmo tempo, o avião também de Alta Floresta, Mato Grosso, também não desceu. Foi parar todo mundo em Goiânia. E, no meio do caminho, Senadora Ana Amélia, eu tinha ao meu lado uma advogada de São Paulo que passou pelo Rio Grande do Sul. Eu não me recordo o nome dela – é muita coisa que acontece –, mas ela parabenizou V. Exª. Então, estou trazendo esse abraço aqui. É gostoso quando a gente, voando pelo Brasil afora, vê as pessoas reconhecerem o trabalho que aqui é feito. Ela defendeu, falou: "Olha, pelo menos, a Senadora Ana Amélia é uma grande defensora do nosso grande Rio Grande do Sul".

Então, eu quero só parabenizá-la e dizer que V. Exª é uma defensora não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil.

Continuando, esclareço que foram apresentadas 136 emendas, como li há pouco, à LOA 2018.

Com a palavra o nosso Relator, Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no Anexo I deste parecer constam as propostas apresentadas pelos nobres pares, especificando a autoria, unidade orçamentária, ação, objeto da proposta e valor pretendido. Todas possuem mérito, porém há uma limitação numérica imposta pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o que nos faz acomodar as propostas em apenas quatro emendas de apropriação que foram indicadas conforme debates e sugestões na Comissão de Agricultura e reuniões técnicas, levando-se em conta, entre outros, a relevância da matéria.



Como decorrência, votamos pela apresentação à CMO, à Comissão Mista de Orçamento, das quatro emendas de apropriação, conforme especificado a seguir no Anexo I.

Emenda 1, na ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com 11 propostas, aglutinando-se na proposta 73, do Senador Romero Jucá, no valor de R\$500 milhões as propostas 6, do Senador Valdir Raupp; 19, do Senador Acir Gurgacz; 35, do Senador Elmano Férrer; 46, da Senadora Ana Amélia; 61, do Senador Wellington Fagundes; 93, do Senador Waldemir Moka; 103, do Senador Humberto Costa; 108, do Senador Flexa Ribeiro; 118, da Senadora Lucia Vânia; e 134, do Senador Ivo Cassol.

Emenda 2, na ação 211C - Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, com 2 propostas, aglutinando-se na proposta 135, do Senador Ivo Cassol, no valor de R\$ 400 milhões a proposta 133, do Senador Valdir Raupp.

Emenda 3, na ação 20U7- Censo Demográfico e Agropecuário, no subtítulo atípico Censo Agropecuário IBGE, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com a proposta 133, do Senador Valdir Raupp, no valor de R\$400 milhões.

Emenda 4, na ação 20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária, da Embrapa, com 12 propostas, aglutinando-se na proposta 109, do Senador Flexa Ribeiro, no valor de R\$300 milhões, as propostas 5, do Senador Valdir Raupp; 18, do Senador Acir Gurgacz; 20, do Senador Eduardo Amorim; 30, do Senador Elmano Férrer; 55, do Senador Cidinho Santos; 63, do Senador Wellington Fagundes; 71, do Senador Romero Jucá; 96, do Senador Waldemir Moka; 114, do Senador Telmário Mota; 130, da Senadora Lúcia Vânia; e 136, do Senador Ivo Cassol e também da Senadora Ana Amélia.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO, Comissão Mista de Orçamento, juntamente com as emendas aprovadas. Propomos também que a Secretaria da CRA seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Senadora Ana Amélia. Tem V. Exª a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero cumprimentar o Senador Valdir Raupp, porque nos vemos sempre diante de um dilema quando preparamos o orçamento das comissões respectivas, pois temos que acomodar muitas necessidades e demandas com poucos recursos – é a história do cobertor curto. Mas o Senador Raupp, como sempre, conseguiu estabelecer, fixar prioridades.

Eu queria apenas me associar à Emenda nº 4, que trata do censo agropecuário. Aliás, é a Emenda nº 3. Na Emenda nº 4, no relatório original, não constava a minha participação, mas o senhor corrigiu e a incluiu, porque foram entregues na sexta-feira aqui na Comissão.

A Emenda nº 3 é a que trata do censo demográfico agropecuário, que começou a ser realizado neste mês de outubro. E o ex-presidente do IBGE, Dr. Paulo Rabello de Castro, com frequência, tem falado muito do trabalho que esta Comissão fez para assegurar a realização, em 2017, do censo agropecuário.

Então, Senador Raupp, quero me associar a esta emenda que foi de sua autoria, porque isso é um complemento àquilo que foi feito. O Senador Eduardo Braga também nos ajudou muito naquele momento de acomodar os recursos para o início desse trabalho extraordinário.

Não é admissível que o Brasil, um dos maiores produtores mundiais de alimentos, de proteínas vegetais ou animais, não tenha uma atualização de dados relativos à realidade da produção agropecuária brasileira, seja da agricultura familiar, da agricultura das cooperativas, da agricultura de outras áreas novas, tais como a silvicultura, da pecuária, enfim, da produção agrícola de um modo geral, para termos um retrato fiel, que mudou muito desde o último censo agropecuário que foi feito.



Assim, eu quero cumprimentá-lo e me associar a essa emenda por conta do trabalho que a CRA fez. E quero cumprimentar também o Senador Ivo Cassol, exatamente pela conclusão deste trabalho importante. Agora temos o dever da conclusão do trabalho sobre pesquisa agropecuária e o impacto na agricultura brasileira. A nossa CRA continua prestando um serviço à sociedade, especialmente aos produtores.

Muito obrigada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, se for possível, de colocar dentro do relatório a coautoria da Senadora Ana Amélia nesta emenda nº 3. É a número 3, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A número 4.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É a número 4, da Embrapa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em discussão ainda.

Senador Wellington com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Além de todas as priorizações feitas pelo Relator, há uma emenda que foi também alocada pelos Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Ana Amélia, Romero Jucá, Waldemir Moka, Lúcia Vânia e por mim também. Quero destacar, Sr. Presidente, até porque nós aprovamos a medida provisória da regularização fundiária, tanto urbana quanto rural, e isso permite, então, que agora tanto o Terra Legal quanto o Incra possam fazer essa regularização.

Aqui ela está específica – eu gostaria até dessa orientação –, ela está na CRA, Programa Terra Legal. Com isso, ela atenderia também o Incra?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Vou pedir ajuda aos universitários, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só pode um, só pode um. Ou é o Incra ou é o Terra Legal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – De qualquer forma, o Terra Legal também tem muita coisa por fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O que acontece, Senador Wellington... É só para dar uma ajuda. O Senador Raupp pediu ajuda aos universitários, mas eu vou atender o pedido dele de ajuda – ajuda dos mais velhos, dos mais experientes.

Na realidade, no Terra Legal nós precisamos de um recurso a mais para atender a região Norte quanto à questão do georreferenciamento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O georreferenciamento. Por isto é que, provavelmente, o Senador Raupp colocou isso: porque há um custo maior para isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas o certo é que, só no meu Estado, nós temos mais de 70 mil propriedades rurais carentes da regularização fundiária e, como V. Exª colocou, há essa questão de fazer todo o georreferenciamento. Eu sempre tenho dito relativamente ao proprietário rural, a uma pequena propriedade, que, se ele não tiver o documento, se não tiver condições de acessar o crédito, vai ficar numa situação de penúria, ou vai vender a área, ou vai morar na cidade tendo aquilo lá praticamente como uma área de lazer e sem produção, mas com o risco da degradação. Por isso, creio ser extremamente importante, Senador Raupp, essa emenda, mesmo sendo o Terra Legal, que também faz o papel. É claro que é cada um dentro da sua área. Nós, lá no Mato Grosso, estávamos defendendo que todos os programas passassem para o Terra Legal, uma vez que a gente tem o Incra... Chegamos a chamar o Incra de "incravado", porque é muito demorado, muito burocrático, é um órgão que ainda tem muitas dificuldades.

Então, eu acredito que aqui, com essa emenda, toda a Comissão estará atendendo aquilo que é mais importante para os Estados todos – eu ressaltaria a Amazônia, mas no Brasil inteiro temos problemas de regularização.

Eu registro aqui, apesar de ele ter saído, o aniversário do Senador Moka.



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu ia falar também do Senador Moka, aniversariante. Ele fez 50 anos hoje.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Ficam aqui os nossos parabéns a esse grande companheiro. Tive a oportunidade de conhecê-lo ainda no Mato Grosso do Sul, quando ele ainda estudava Medicina e eu estudava Medicina Veterinária. Estudamos na mesma faculdade e nos dois primeiros anos estivemos juntos.

Fica aqui a minha homenagem ao Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Parabéns ao nosso parceiro e companheiro da CRA e aqui no Senado Federal, Senador Moka, aniversariante do dia.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, realmente o Incra também merecia uma emenda. Eu não sei, como o Incra está hoje ligado à Casa Civil, ao Palácio do Planalto, se ele poderia, de repente, trabalhar em outras comissões, Senador Wellington. Vamos dar uma olhada e pedir às nossas assessorias legislativas para verem se conseguem aprovar em outra comissão uma emenda destinada ao Incra. Realmente o Incra precisa, porque está com os recursos muito minguados.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação com o adendo da Senadora Ana Amélia.

Quem concorda permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Já vou aproveitar nesse assunto aqui também, juntamente com...

Deputado Léo Moraes, é uma alegria tê-lo aqui. Sente aqui por gentileza, pode ocupar uma cadeira de Senador. Quem sabe um dia... O futuro a Deus pertence, não é, Senador Léo?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não sei se na próxima, mas nas outras.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas ele é novo ainda, não tem idade para isso.

É uma alegria ter aqui o Deputado Léo Moraes, do nosso querido Estado de Rondônia.

Ao mesmo tempo, Léo, só para fazer uma homenagem, onde ele estiver, ao Paulo Moraes, grande representante que foi, tanto como delegado da Polícia Civil do Estado de Rondônia como Deputado Estadual, como Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia. Ele foi um grande parceiro, um companheiro. Nos meus oito anos de governo, ele foi meu parceiro, como Deputado e como Secretário. Quero também compartilhar com você a alegria que ele nos deixava, o otimismo que ele tinha. Hoje é só na lembrança, mas eu quero que você leve um abraço para sua mãe, também uma grande política, uma grande dona de casa, uma grande parceira do Paulo Moraes, sempre ao seu lado. Então, leve isso à nossa ex-vereadora, companheira, sua mãe. Seja bem-vindo aqui.

Eu queria aproveitar também a oportunidade: nós falamos aqui, há poucos dias... Eu fiz agora, aqui, um requerimento, um ofício encaminhado ao Presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli. Assunto: providência contra suspensão de financiamento do Banco do Brasil a pequenos agricultores dos Municípios de Campo Novo e Buritis e demais Municípios do Estado de Rondônia. Só peço para o pessoal ratificar o ofício – acho que já foi ratificado.

Sr. Presidente do Banco do Brasil, viemos por meio deste ofício informar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA) realizou, em 3 de outubro de 2017, audiência pública para debater a situação atual e o planejamento para a regularização fundiária da Amazônia Legal.

Na oportunidade, estiveram presentes representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de Parlamentares do Congresso Nacional – o Deputado Luiz Cláudio, que está presente também.

Entre os assuntos abordados na referida audiência, informamos a presente situação de pequenos agricultores, Senador Raupp, do Município de Campo Novo e Buritis e de vários outros



Municípios da região do Estado de Rondônia que tiveram seus financiamentos do Banco do Brasil suspensos recentemente. Tal suspensão deve-se à mudança metodológica do Banco do Brasil referente à documentação exigida desses agricultores.

Vejam essa situação, Deputado Léo Moraes, Senador Raupp, Senadora Ana Amélia, Moka e demais Senadores. Quer dizer, o Governo Federal, pelas instituições Incra e Terra Legal, não faz o seu trabalho, que é titularizar as terras dos assentados, das pessoas, dos agricultores. Resultado: o proprietário é dono, mas não tem documento. E o Banco do Brasil, que dava algum centavo, algum real, agora até isso suspendeu.

Portanto, tal suspensão deve-se a mudança metodológica do Banco do Brasil referente à documentação exigida desses agricultores para concessão de crédito rural, o que na prática tem inviabilizado a produção de dezenas de famílias dos Municípios supracitados.

Compartilhamos do entendimento de que o financiamento do Banco do Brasil é imprescindível para a pequena produção rural do nosso Brasil, a qual contribui de forma decisiva para ampliar a oferta de alimentos que chegam diariamente à mesa de todos os consumidores brasileiros.

Por esse motivo, solicito a V. S^a a gentileza de encaminhar providências no sentido de rever a recente decisão considerada para a concessão de financiamentos a pequenos agricultores portadores de documentação provisória.

Portanto, Senadores e Senadoras, mesmo tendo documentação provisória, é importante o Banco do Brasil continuar a liberação.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima e consideração a S.S^a.

Assina, atenciosamente, o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Ivo Cassol, e o documento também é subscrito pelos demais Senadores.

Portanto, Senador Raupp, o senhor, que acompanha a carência dos nossos agricultores no Estado de Rondônia, sabe que é uma injustiça o Banco do Brasil suspender os financiamentos para esses pequenos produtores por falta de documentação, uma vez que já vinha liberando. É uma situação que, como Parlamentar e defensor do povo de Rondônia, defensor dos nossos agricultores...

Por mais que alguém diga que eu estou aqui ou que eu não estou aqui defendendo o povo, está aqui mais uma prova, como tantas outras.

E até, por falar em prova, eu quero mandar um abraço para todos os taxistas do Estado de Rondônia que fizeram uma grande manifestação na última sexta-feira contra o projeto de lei que passou aqui na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 569, que vem, infelizmente, inviabilizar todos os taxistas do Brasil, não só de Rondônia.

Parabéns aos taxistas. Não é mérito do Ivo Cassol essa luta, é mérito de todos os que querem continuar sustentando as suas famílias com trabalho e dignidade.

Com a palavra o Senador Raupp para defender os pequenos agricultores.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Cumprimento o Deputado Léo Moraes, Deputado atuante com quem estive ontem – almocei com ele ontem já aqui em Brasília. Seja bem-vindo ao Senado Federal. Como disse o Senador Ivo Cassol, com a sua juventude você vai chegar à Câmara Federal, ao Senado Federal e ao Governo do Estado de Rondônia. É só persistir nessa luta em defesa do povo de Rondônia.

Eu estive recentemente, por volta do mês de abril, maio, conversando com o vice-presidente do Banco do Brasil na área do agronegócio. Lá ficou acertado que haveria prorrogação por mais um ano. Já tinham prorrogado no ano passado a exigência do CCIR para quem não tem ainda o documento, a escritura, o título definitivo da terra. Nós temos que ver qual é esse problema que está acontecendo lá, porque ficou acertado, acho que já saiu até documento, que o Banco do Brasil iria prorrogar por mais um ano, portanto acho que até abril ou maio do ano que vem, essa exigência do CCIR, para que as agências de Rondônia não exijam essa documentação que é o CCIR, que é o certificado, a documentação das terras de Rondônia. Eu vou checar isso aí para ver o que que está acontecendo nessa região de Campo Novo e Buritis, mas ficou acertada – e acho que o banco até já expediu um documento nesse sentido – a prorrogação do prazo de exigência do CCIR.



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom! Esse é um trabalho que a gente faz em conjunto defendendo o povo do Estado de Rondônia.

Na semana passada eu recebi uma ligação do Deputado Léo Moraes, que quer fazer uma audiência pública para discutir a fosfoetanolamina na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – se não me engano, vai ser no dia 9. Portanto, eu vou passar a palavra para o Deputado Léo Moraes para que possa cumprimentar o povo do Estado de Rondônia e do Brasil e também fazer o convite para essa audiência pública para discutir a fosfoetanolamina, a pílula que dá oportunidade às pessoas que já foram diagnosticadas com câncer de ter uma alternativa de tratamento, uma a opção de um tratamento, o que eu tenho defendido muito aqui no Senado Federal.

O SR. LÉO MORAES – Eu agradeço a oportunidade e desejo um bom dia a todos.

É um prazer muito grande estar no Senado, na sua Comissão de Agricultura. O nosso Estado tem vocação natural para a agricultura e deve respeitar, tratar e cuidar dos pequenos agricultores, da subsistência e da agricultura familiar.

Nós teremos uma audiência no dia 9 de novembro, às 15h, na Assembleia Legislativa, para discutir a fosfoetanolamina e também outros tratamentos que podem subsidiar o trabalho preventivo e também o tratamento médico-hospitalar clínico dos pacientes de câncer.

Temos alta taxa incidência no Estado de Rondônia. O Hospital do Câncer está lá não somente para atender o nosso Estado, mas os adjacentes, os circunvizinhos e também os países andinos e próximos a todos nós.

Fico muito honrado e feliz em estar aqui na quarta-feira e ver que a Comissão de Agricultura é comandada, presidida e conduzida pelos dois Senadores do Estado de Rondônia, sabendo que estão fazendo, com muita honradez, seus desígnios, a sua missão. Isso nos orgulha.

O Estado de Rondônia necessita e carece de todo suporte nesse tema. Somos um Estado pujante, dinâmico, progressista, que cresce acima da média nacional, que deve servir de modelo. Todos devem entender que Rondônia, há muito tempo, não é mais um cantinho do País, e sim o esteio do progresso, do desenvolvimento. Certamente os nossos grãos, *commodities* e produtos manufaturados devem passar, obrigatoriamente, por aquele recanto, que, graças a Deus, é extremamente produtivo.

Fico muito feliz com a oportunidade.

Desejo sucesso na jornada à frente da Comissão de Agricultura ao Senador Ivo Cassol e ao Senador Valdir Raupp. Ambos já foram Governadores do Estado e certamente contribuíram para hoje eu ter a tranquilidade de falar que Rondônia é diferente da grande maioria das unidades federativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Deputado Léo.

Antes de passar a palavra ao Senador Raupp, quero fazer um registro.

Você fez o convite para esta audiência pública para discutir a fosfoetanolamina. Quero dizer, a propósito, que nós aqui, no Congresso Nacional, aprovamos um projeto de lei, mas, infelizmente, a Associação Médica Brasileira entrou contra – todo mundo sabe que a fosfoetanolamina não dá lucro para os laboratórios, não dá lucro para essas grandes empresas –, às custas, infelizmente, das lágrimas, do sofrimento da humanidade.

Eu vejo com tristeza, mas, ao mesmo tempo, com alegria, a suspensão do o projeto de lei no Supremo Tribunal Federal. Digo com alegria também porque há poucos dias a Advocacia-Geral da União deu parecer favorável ao nosso projeto e, ao mesmo tempo, na defesa que colocou, disse que o Congresso Nacional tem autonomia para fazer a legislação quanto à questão do uso.

Eles diziam que seria só a Anvisa. A Anvisa, infelizmente, é uma decepção, porque aprovou o Yervoy, que custa R\$240 mil, e cria dificuldades para outros medicamentos. Agora há um medicamento novo para combater o câncer que custa, se não me engano, 280 mil euros – o tratamento fica em mais de um milhão. Provavelmente, a Anvisa vai liberá-lo, mas a fosfoetanolamina não.



Quero parabenizar a Advocacia-Geral da União e os advogados, que, no parecer do Supremo Tribunal Federal, foram favoráveis à liberação da lei. Espero que nos próximos dias os Ministros possam colocar isso em votação, antes do final do ano, e dar essa oportunidade para o povo brasileiro, para aquelas pessoas que já têm familiares diagnosticados com câncer e para aqueles que, infelizmente, venham a ser diagnosticados com câncer, para que possam usar um tratamento alternativo.

E aqui registro meu pesar pelo falecimento de um grande amigo, um grande defensor nosso, do Estado de Rondônia, Senador Raupp, Deputado Moraes. Refiro-me ao Sabá.

Sabá foi servidor público. Foi uma pessoa que... Quando fui Governador por oito anos, ele, em Guajará-Mirim, fazia um trabalho extraordinário, juntamente com o Governo do Estado. Era um servidor público dedicado.

Foi diagnosticado com câncer. Ele teve acesso ao medicamento, à fosfoetanolamina. O medicamento acabou, há 30, 40 dias. Ele acabou não tendo mais acesso ao medicamento, acabou parando de tomar. Resultado: ontem o Paulo do Varejão, lá de Guajará-Mirim, e Miguel Sena me ligaram dizendo da triste notícia do falecimento do Sabá.

Nós perdemos um amigo. Aos familiares do Sabá transmito nosso abraço de conforto neste momento doído no coração e na alma, e digo, ao mesmo tempo, da luta que estamos travando aqui por qualquer novo medicamento que surja.

Vou dar um exemplo para vocês aqui, Léo e Senador Raupp, especialmente na área da minha Comissão. Eu sou pecuarista, sou proprietário de uma fazenda lá em Santa Luzia. Há a Cajusol, em que fico todo final de semana. Tenho lá mais de 800 pés de graviola plantados.

As pessoas perguntam por que o Ivo Cassol tem pomar, tem fruta? Porque a graviola foi determinada pelos cientistas como uma polpa que tem uma grande concentração de prevenção contra o câncer no corpo das pessoas. Portanto, lá eu a consumo. O consumo é pessoal, nosso, da minha família. Lá não tomamos Coca-Cola, Fanta, não tomamos outros refrigerantes, porque isso infelizmente consome o nosso corpo, mas tomamos muito suco natural.

Portanto, essa é outra alternativa, como outras que estão surgindo por aí. Acho que toda alternativa tem de ser aproveitada.

Senador Raupp com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu queria parabenizar o Deputado Léo Moraes por ter marcado essa audiência pública para discutir a fosfoetanolamina, que é um tratamento auxiliar, complementar.

Eu ouvi atentamente as palestras, o depoimento dos cientistas que inventaram essa fórmula, que descobriram essa fórmula. Eles diziam: "Nós não estamos aqui atestando que isso vai curar todo tipo de câncer, mas pode ser um tratamento complementar, auxiliar".

Nós estamos ajudando muito o Hospital de Câncer da Amazônia, o Hospital de Amur, da Amazônia, que é o Hospital de Barretos que está se implantando em Porto Velho, do Henrique Plata. Todos nós: o Ivo Cassol tem colocado emenda, eu. Recebi homenagem recentemente do Henrique Plata, que é o presidente, e toda a Bancada da Rondônia...

Agora vão R\$42 milhões numa emenda de bancada impositiva. Vão 120 para a BR-364 e, na segunda emenda, R\$42 milhões para o Hospital de Câncer, o que é apoiado por todos os Parlamentares, os três Senadores e os oito Deputados Federais, dado o carinho que a gente tem no tratamento dessa doença tão terrível. Bom seria que ninguém fosse acometido por ela, mas infelizmente há uma incidência muito grande, sobretudo no Norte do Brasil, dessa doença.

Então, qualquer tratamento complementar, alternativo, é bem-vindo.

Eu queria que V. Ex^a, Deputado Léo Moraes, pudesse incluir, nesta ou numa outra audiência pública, o seguinte. Eu estou com um projeto também inovador, inovador para o Brasil, porque já é usado há 100 anos na Alemanha, assim como no Japão, na China, na Turquia, em 26 Estados americanos – lá os Estados são independentes na formulação das leis –, na Itália, na Espanha, em Cuba e tantos outros países. Refiro-me ao ozônio.

No Brasil, a Anvisa ainda não autorizou. O Conselho Federal de Medicina, a princípio, é contra. Ele foi convidado e vai comparecer, no dia 17 de outubro, agora, semana que vem, aqui ao Senado, numa audiência pública na Comissão de Educação, para discutir esse projeto.



É a Comissão de Educação mesmo? Acho que é na Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela Senadora Marta Suplicy. Virá um membro do Conselho Federal de Medicina, a presidente de uma associação de São Paulo, de uma entidade que defende o uso da ozonioterapia.

Muitos médicos no Brasil já a praticam, mesmo sem autorização da Anvisa e do Conselho Federal. Ontem eu ouvi um depoimento de uma assessora do Governador de Rondônia que tinha uma doença no olho, já tinha tratado e não curava. Aí o oftalmologista, que é médico também, disse: "Vamos fazer três sessões de ozonioterapia". Fez e curou, o ozônio curou o olho daquela senhora que já tinha feito vários outros tipos de tratamento. Então, a ozonioterapia cura muitas doenças e pode ser também auxiliar no tratamento do câncer. Não que vá curar, mas diminui os impactos, o sofrimento na hora do tratamento, da quimioterapia e da radioterapia, o ozônio ajuda a diminuir o sofrimento das pessoas. Ele auxilia no tratamento do câncer também.

Se a Alemanha está usando há 100 anos, se o Japão, a China e tantos outros países estão usando, por que o Brasil não pode usar também? O Brasil não autorizou ainda. Esse projeto de minha autoria, a exemplo do projeto da fosfoetalamina do Senador Ivo Cassol, auxilia também no tratamento de várias doenças.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Essa é a realidade. Se a Alemanha, que é um país de Primeiro Mundo, está usando há 100 anos, mas a Anvisa não autoriza, isso é uma vergonha nacional. Sinceramente, é uma vergonha, da mesma maneira que a fosfoetalamina. O presidente da Anvisa, essa diretoria, para mim, é uma decepção, porque eles tinham de estar defendendo isso.

Os pesquisadores colocaram a fosfoetalamina, Deputado Léo Moraes, à disposição do SUS, de graça. Isso, automaticamente, vai tirar o lucro de muitas clínicas que instalaram a radioterapia, a quimioterapia, que dá dinheiro. Isso é feito à custa de vidas humanas.

Portanto, mais uma vez aqui, a minha indignação com esses laboratórios, com essas fábricas, com esses profissionais da saúde que só visam dinheiro. Eles esquecem que vão amanhã também para o mesmo destino, para o mesmo caixão, sete palmos de terra, se não for dentro daquelas gavetas, vamos todos para o mesmo caminho. Dinheiro ninguém leva junto. O que a gente planta, na verdade, é o que a gente vive, com os nossos semelhantes, no dia a dia.

Então, Léo, parabéns por essa sua iniciativa. Eu estarei junto com você no dia dessa audiência pública para podermos trabalhar em conjunto. Esperemos que o Supremo coloque em pauta.

Vamos concluindo nossos trabalhos com a aprovação do relatório do Senador Valdir Raupp, que passa a constituir o parecer da CRA.

Será feita a comunicação na Comissão Mista do Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Requeiro a dispensa da leitura da ata desta reunião, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço. Obrigado. Até a próxima oportunidade, se assim Deus permitir.

(Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE OUTUBRO DE 2017.

Às onze horas e dezoito minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, José Pimentel e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Dário Berger, Fátima Bezerra, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, comunica a realização do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, no município de Alta Floresta D'Oeste, no estado de Rondônia, no dia 10 de novembro de 2017, às 9 horas (horário local), 11 horas (horário de Brasília), com a finalidade de debater a Indústria e a Lavoura Cafeeira no Brasil, com a presença do Exmo Sr. Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Após o breve comunicado, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à pauta da presente reunião: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, de 2015 - Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da Reforma Agrária. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS 733/2015 com a Emenda que apresenta. Resultado: A Presidência concede Vista do processo do PLS 733/2015, solicitada pelas Senadoras Regina Souza e Ana Amélia, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC. Autoria: Deputado Junji Abe. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado da pauta a pedido do Relator, Senador Ronaldo Caiado. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, de 2017 - EMENTA: Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema. Autoria: Senador Lasier Martins. Observação: No encaminhamento da votação, a Senadora Ana Amélia solicita a presença do autor do requerimento para explicar as razões do pedido de audiência pública, alegando que a Comissão já debateu exaustivamente o tema. Resultado: Retirado da Pauta, acolhendo sugestão da Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA



O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Ao mesmo tempo, a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, mas antes disso, eu queria aproveitar a oportunidade e dizer que ficou definida a audiência pública, que estava marcada esses dias atrás, para o dia 10 de outubro, com a presença do Ministro Blairo... Dez de novembro, desculpa, só corrigindo: 10 de novembro.

Essa audiência pública será em conjunto com a audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, na cidade de Alta Floresta, Rondônia.

Portanto, quero aqui deixar e comunicar o meu abraço ao Prefeito Carlos Borges, que é o Prefeito do Município de Alta Floresta, e aos vereadores.

Com todos os produtores estaremos discutindo, nesta audiência pública das Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara, especialmente sobre o trabalho e o resultado do café clonal, que foi implantado na época em que eu fui governador do Estado de Rondônia, quando levei essa nova tecnologia do Espírito Santo. Nós mandamos para o Espírito Santo, naquela época, o pessoal da Emater, a equipe da Emater, os entendidos de café, juntamente com vários produtores, e hoje o Estado de Rondônia tem um resultado extraordinário, Senadora Ana Amélia. Tem sítio que chega a colher mais de 400 sacos de café clonal em um alqueire de terra. Portanto, a rentabilidade para o agricultor é tamanha, Senadora Regina, que tem resultado extraordinário para as pequenas propriedades rurais do Brasil e do Estado de Rondônia.

Então, no próximo dia 10 de novembro, na cidade de Alta Floresta d'Oeste, Rondônia – porque tem Alta Floresta também no Mato Grosso –, será feita audiência pública com a Comissão de Agricultura do Senado e a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, por intermédio do Deputado Federal Luiz Cláudio. A audiência pública começa às nove horas, horário de Rondônia. Se for horário de Brasília serão 11 horas, porque são duas horas de diferença. Era uma hora e agora são duas horas de diferença. Portanto, começa às nove horas.

O Ministro Blairo Maggi, numa audiência na semana passada, na quarta-feira, quando eu estive no gabinete dele, juntamente com o Chefe de Gabinete, o Castilho, definiu que estará presente nessa audiência pública, na qual também vai tirar as dúvidas dos nossos produtores de várias áreas: soja, milho; e também da pecuária. E por ser Senador da República e um dos maiores empresários do Brasil, com certeza os produtores de café e ao mesmo tempo os empresários e comerciantes vão querer ouvir uma palestra do Ministro Blairo Maggi, especialmente sobre o agronegócio em nível nacional e mundial, em todos os setores, desde a produção da carne, porque somos um Estado que tem mais de 13 milhões de cabeças de gado. E temos um milhão e seiscentos mil habitantes. Então, se formos comparar, temos uma quantidade muito grande de animais. Somos grandes produtores de proteína animal.

Essa audiência pública vem para fortalecer toda a região do Estado de Rondônia, especialmente a cidade de Alta Floresta, a cidade de Alto Alegre dos Parecis, São Filipe, Parecis, Santa Luzia, Rolim de Moura, Brasilândia que também produz café; Castanheira também tem um pouco de café; Cacoal também é um grande produtor de café.

Nós temos lá a cidade de Alto Paraíso, na região do grande Ariquemes, a cidade do Toninho. E eu quero mandar um abraço para o Toninho, de Alto Paraíso, que é um grande incentivador, especialmente dessa nova tecnologia do café clonal, em que a produção é extraordinária.

Portanto, essa audiência está marcada para o dia 10, iniciando às 9h da manhã. Vamos estar também visitando umas propriedades de produtores. Entraremos em contato com o Secretário de Agricultura de Alta Floresta, com Gil; também com Goiaba, que é o Secretário de Agricultura do Município de Rolim de Moura e com o Josias Custódio, que nos assessora na região, que foi meu Vice-Prefeito de Rolim de Moura, é um produtor, é um grande incentivador também do café, do café clonal especialmente, para trabalharmos em cima disso, para que a gente possa também, no próximo dia 10, visitar essas propriedades com a presença também da TV Senado, para que a gente possa registrar toda audiência pública e depois transmitir para o Brasil e para alguns países do mundo.

O evento vai acontecer na Igreja Nossa Senhora da Penha, no Município de Alta Floresta, com início às 9h da manhã. Então, fica aí já marcado, agendado e programado para o dia 10 de novembro



essa audiência pública, na cidade de Alta Floresta, Rondônia, para discutir com técnicos. Deputados Federais também vão estar presentes. Além do Deputado Luiz Cláudio, que vai estar presente, vão estar Deputados Federais que defendem e que incentivam a produção e o plantio de café clonal. Ao mesmo tempo que o café clonal, Senador Moka, com certeza a produção familiar vem fortalecer o homem do campo. A partir do momento que você leva a renda para o agricultor, leva a felicidade para o povo na cidade. Alguém vai dizer: "O que tem a ver a produção do sítio com a cidade?" É muito simples, todo o dinheiro que o agricultor ganha gasta na cidade. Então, se ele está com dinheiro no bolso, vai gastar no comércio, comprando, enfim, desde alimentação como também vestiário e móveis, tudo para sua propriedade, para melhorar mais ainda para sua família.

Então, portanto, o Estado de Rondônia foi o grande produtor de café no passado, baseado na quantidade e não na qualidade. Hoje, graças ao trabalho que comecei como governador Estado de Rondônia, nós temos qualidade e não temos mais quantidade. Com isso, nós aumentamos a produção, aumentamos a renda e os filhos dos nossos produtores não precisam ir à cidade para ganhar um salário mínimo. Com isso, ficam com seus pais, com seus avós na propriedade, agregando muito mais valor com mais dinheiro, mais resultado.

Dando continuidade ao nosso trabalho, o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da Reforma Agrária.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS 733/2015 com a Emenda que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Waldemir Moka, para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de proferir o relatório eu gostaria de dizer do que trata o projeto. O projeto trata o seguinte: quando da discussão do Código Florestal, ficou claro que os pequenos produtores dos assentamentos, agricultura familiar, quem pagaria o custo disso seria o próprio Estado ou a União.

E o projeto trata apenas de colocar isso em lei, pode ser todo o assentamento. Mas quando esses assentamentos já tiverem os lotes definidos, que seja feito por lote já definido o cadastro, o CAR.

Então, o projeto basicamente trata disso para que não haja nenhum tipo interpretação. Eu vou ler, eu acho que está bem explicado. É um projeto muito simples do Senador Wellington Fagundes que eu reputo muito importante porque essas pessoas elas não têm recursos para pagar isso aí, esse registro.

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 733, de 2015, do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da reforma agrária.

Nós não estamos colocando médio produtor, é gente que realmente não tem essa condição. Relatório.

Submete-se a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal o Projeto do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma individualizada, dos lotes de assentamentos da reforma agrária.



A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º acrescenta os §§4º e 5º ao art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, a fim de prever que será de responsabilidade do órgão fundiário competente a inscrição no CAR dos assentamentos de Reforma Agrária – a inscrição no Cadastro poderá ser realizada tanto por meio do registro do perímetro desses assentamentos – quando eles não estiverem ainda individualizados –, como diretamente pelos interessados por meio da individualização dos lotes.

O art. 2º estabelece que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída somente à CRA, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 733, de 2015.

Análise, Sr. Presidente.

Quanto à constitucionalidade, não tem óbice, porque:

a) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fomentar a produção agropecuária, conforme disposto no art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal;

b) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; e

c) os termos do PLS não resultam em violação de qualquer dispositivo constitucional.

Ademais, não há vício de iniciativa no PLS, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se revela apropriado, porquanto:

I) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado;

II) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico;

III) possui o atributo da generalidade;

IV) é consentâneo com os princípios gerais do Direito;

V) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Ele está em cima da norma legislativa, não tem vício de inconstitucionalidade, juridicidade.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do PLS nº 733, de 2015, com a seguinte emenda...

Eles colocaram: suprima-se a expressão "(NR)" – que é nova redação –, mas os arts. 1º e 2º... Não é uma nova redação, é uma redação nova.

Então, não tem porque colocar esse "(NR)", porque não se trata de nova redação, mas de redação nova.

Então eu suprimi. No meu relatório já não aparece mais.

Não sei se eu fui claro, mas estou à disposição de qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka.

Em discussão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vista concedida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Portanto, concedida vista coletiva.

Encerrada a discussão do projeto.

O item nº 2 da pauta tem como Relator o Senador Ronaldo Caiado, mas, infelizmente, ele caiu do cavalo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caiu da mula.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Caiu da mula.

Por falar em mula, quero fazer o registro de que no último sábado eu participei de uma recepção na propriedade do Porongo, no Município de Castanheiras, vizinho de Rolim de Moura. Um Município pequeno, mas grande em termos de produção mecanizada e também de pecuária. Lá, na propriedade do Porongo, foram recebidos praticamente cem mulateiros. Alguém poderá perguntar: "O que são mulateiros?" É o pessoal que saiu da cidade de Presidente Médici, representantes de



Ariquemes, Ji-Paraná, Ouro Preto, do Vale do Paraíso, de Castanheiras. Foram para lá os peões, as peoas, os filhos e netos, praticamente cem mulateiros, todos com mulas. Fizemos o percurso, desde o dia 12 até o sábado, percorrendo as estradas e chegando à propriedade do Porongo. Nós estivemos lá com um time de futebol, jogamos contra o time de Castanheiras e perdemos. Mas brincamos, não é, Moka? O importante é a brincadeira. E nós participamos juntos da recepção. No domingo teve um dia de vaquejada, que são as festas que cada Estado tem da sua maneira.

Quero deixar o meu abraço à propriedade do Porongo, que nos recebeu de braços abertos. Estavam lá com mais de dez costelões. Imaginem, Senadora Ana Amélia, Senadora Regina, costelão inteiro assado, que ficou quase oito horas assando. Nós aproveitamos a noite e degustamos aquele costelão.

Parabéns a essas tradições, esses eventos que proporcionam alegria e felicidade, especialmente para os nossos jovens, que também mexem com a cultura e o passado dessas pessoas que, desde a sua origem, usam as mulas.

Por incrível que pareça, o nosso Senador Caiado acabou caindo da mula. Portanto – é no bom sentido, não me levem a mal – está retirado o item 2 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema.

Autoria: Senador Lasier Martins

Nos termos do art. 58, §2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema, com os seguintes convidados:

Srª Carmen Sílvia Soares Pires – Pesquisadora do Centro Nacional de Recursos Genéticos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CENARGEN/EMBRAPA);

Srª Vera Lúcia Imperatriz Fonseca – Professora da Universidade de São Paulo (USP);

Srª Lídia Barreto – Coordenadora Técnico-Científica da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA);

Srª Karina Cham – Técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

Sr. Breno Freitas – Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC);

Srª Blandina Felipe Viana – Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em votação o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas ponderar, Presidente, que nós fizemos um debate sobre essa matéria. Logo que eu cheguei aqui, eu recebi uma mensagem de uma pessoa que tinha preocupação com isso, que é um debate que já houve na Europa, já houve nos Estados Unidos. Inclusive transportavam as colmeias em caminhões de um lado para o outro para fazer a polinização – as abelhas, melhor dizendo. Foram técnicas debatidas aqui exaustivamente. E me pareceu que ele está muito focado em questões relacionadas à academia e menos aos produtores, aos apicultores. Há apenas uma representante dos apicultores.

Então, eu queria colocar isso em debate, porque normalmente é o autor do requerimento, nas outras comissões, que precisa estar presente para fazer a...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A defesa não é feita virtualmente, Secretário, a defesa é feita...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Concorro com a Senadora Ana Amélia.

Retiro o requerimento.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A defesa não é feita pelo painel, a defesa é feita verbalmente.

Espero que o Secretário entenda que esta Senadora que já presidiu a Comissão tem a relevância do que nós estamos tratando. Nós não estamos tratando de coisas simples, nós estamos tratando de uma audiência pública que vai debater questões cruciais.

Então, eu gostaria que estivesse presente aqui o autor do requerimento para que explicasse as razões e por que está fazendo, porque nós já debatemos exaustivamente essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Acato a sugestão da Senadora Ana Amélia.

Portanto, retiro o requerimento e fica para uma próxima oportunidade, com a presença do autor do requerimento.

Não havendo mais nada a discutir, declaro encerra a reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLÊNARIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2010 – Não Terminativo** – que: "Altera a redação dos arts. 59 e 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, revoga os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, e dá outras providências. (Alterações no sistema de votação da urna eletrônica para permitir o registro e conferência de votos, resguardado seu sigilo; reintrodução do voto impresso; permissão para o voto em trânsito; cadastramento biométrico de eleitores pela Justiça Eleitoral.)" **Autoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 – Terminativo** – que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01 – CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 – OFÍCIO "S" Nº 22, de 2017 – Não Terminativo** – que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão – CAC nº





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

36/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 54, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV Stúdios de Brasília Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 22, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" de nº 22, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 24 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater assuntos da Marinha do Brasil e discussão do desenvolvimento científico e tecnológico proporcionado pelo Programa Nuclear da Força." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 28 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a fuga de capital humano do Brasil e oportunidades de "circulação de cérebros." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE PEDRAS ALTAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio pantera Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS REIS DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIAÇU – ARCOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire – Distrito de Piaçu, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 10 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 365, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMUNIDADE IACRIENSE – ACRECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iacri, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 378, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL DE BOM DESPACHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 – PROJETO DE DECRETO**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2016 – Terminativo – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE NAQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naque, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE JURAMENTO – ACEJU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juramento, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA DO SANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA DO ITANHY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Itanhy, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAIANA – ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiana, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO COMUNITÁRIO PRÓ-CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TAQUARIL EX-CASTANHEIRAS E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Matelândia, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CATUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catuti, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 21 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Santos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Waldemir Moka

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/30>

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Há sobre a mesa um comunicado da Presidência.

Chegou a esta Comissão convite da Anatel para participação de assessores parlamentares e de consultores legislativos no 1º Curso de Regulação de Serviços de Telecomunicações, a ser realizado de 15 de setembro a 6 de outubro deste ano. Foram enviados ofícios, assinados pelo Presidente da Anatel, para todos os Senadores desta Comissão. Há vagas para todos os gabinetes dos Parlamentares que integram a CCT. Informamos que as inscrições no curso, oferecido gratuitamente pela Anatel, se encerrarão na próxima sexta-feira.

Então, a Anatel está colocando à disposição de assessores dos Parlamentares, dos próprios Parlamentares e dos consultores legislativos vagas para esse curso que vai ser realizado de 15 de setembro a 6 de outubro. É o 1º Curso de Regulação de Serviços de Telecomunicações.

Está feito o comunicado. Cada um dos senhores deve receber no gabinete esse comunicado e, se quiserem, podem indicar um assessor ou um consultor legislativo para que possa fazer o curso.

Nós temos quórum para abrir a reunião. Aqui nós temos pelo menos quatro projetos não terminativos, mas, mesmo assim, precisamos de um quórum virtual de nove Senadores. Para deliberar, nós precisamos de nove Srs. Senadores.

Enquanto isso, acho que nós poderíamos adiantar, pedindo que fosse feita a leitura dos projetos, enquanto aguardamos o quórum – que está se aproximando do limite –, para que possamos votar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O item 1 é da Relatoria do Senador Flexa Ribeiro, não terminativo. Se o Senador Flexa Ribeiro concordasse, eu poderia pedir para ele fazer a leitura do relatório. E, assim que tivermos quórum, poderemos colocá-lo em votação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA. *Fora do microfone.*) – O item 20...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pois não, o item 20...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Vou fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pois não, V. Ex^a fará a leitura.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2010

– Não terminativo –

Altera a redação dos arts. 59 e 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, revoga os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, e dá outras providências. (Alterações no sistema de votação da urna eletrônica para permitir o registro e conferência de votos, resguardado seu sigilo; reintrodução do voto impresso; permissão para o voto em trânsito; cadastramento biométrico de eleitores pela Justiça Eleitoral.)

Autoria: Senador Eduardo Azeredo

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: pela prejudicialidade.

Observações: *a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta última a decisão terminativa.*

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA. Como Relator.) – Sr. Presidente Waldemir Moka, Srs. Senadores, bom dia a todos os telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado!

Quero, Senador Moka, parabenizar o nosso Presidente, Senador Otto Alencar, que estava no berço na segunda-feira. Acho que ele está festejando ainda lá pela Bahia, com todos os seus amigos, que são muitos. Que Deus dê a ele muita saúde e vida longa!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Assim todos nós desejamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Vem ao exame da Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a redação da Lei das Eleições e revoga os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.034, de 2009, para possibilitar a conferência, auditoria e recontagem dos votos nas eleições sem recorrer à sua impressão.

Nesse sentido, o projeto estabelece:

- a) a inclusão, nas urnas eletrônicas, de recursos capazes de gravar cada voto no arquivo de registro digital, mediante assinatura eletrônica do conjunto de votos, resguardado o anonimato do eleitor;
- b) a apuração automática dos votos, por meio da urna eletrônica, a partir do arquivo de registro digital dos votos, com a gravação do arquivo de resultado e impressão de boletim de urna;
- c) a disponibilização, após a totalização dos votos, para acesso dos candidatos, partidos e coligações, dos arquivos do registro digital de votos de todas as urnas eletrônicas;
- d) a preservação, por cento e vinte dias contados da divulgação dos resultados, das urnas eletrônicas utilizadas;
- e) a possibilidade de habilitação para o exercício do direito de voto mediante o uso de técnica biométrica;





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

f) a apresentação dos programas das urnas aos partidos políticos e coligações para análise;

g) a possibilidade de compilação de programas-fonte em programas executáveis para que, em caso de homologação dos testes desses programas pelo TSE, sejam apresentados como oficiais até vinte dias antes das eleições;

h) a destinação de parcela dos recursos do Fundo Partidário para a auditoria e fiscalização dos programas a serem utilizados nas urnas eletrônicas;

i) a possibilidade de o TSE fomentar pesquisas com o objetivo de auxiliar na melhoria da segurança e transparência do sistema eletrônico de votação;

j) autorização e procedimentos para a Justiça Eleitoral efetuar o cadastramento dos dados dos eleitores;

k) a exclusividade para a Justiça Eleitoral administrar os dados cadastrais eleitorais;

l) a previsão da regulamentação da lei que se quer adotar pelo TSE;

m) a revogação do artigo que instituiu o voto impresso a partir das eleições de 2014 e do artigo que possibilita o voto em trânsito.

Na justificção, está posto que a proposição pretende ampliar a transparência e a segurança do sistema.

Por outro lado, questiona-se a reintrodução do voto impresso, para fins de recontagem, auditoria e fiscalização.

De outra parte, a revogação do artigo que permite o voto em trânsito é justificada sob o argumento das dificuldades técnicas para apuração do voto fora da seção eleitoral sem abrir caminho para a fraude eleitoral.

Análise, Sr. Presidente.

Encaminhado inicialmente apenas à CCJ, em decisão terminativa, o projeto foi posteriormente enviado à apreciação prévia desta Comissão e da CAE.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto à conveniência e oportunidade da matéria, cabe ponderar o seguinte: o PLS já tramita faz sete anos nesta Casa, e, nesse lapso de tempo, houve importantes mudanças na legislação eleitoral pertinente, inclusive em face de alterações na tecnologia da informática e da computação. Por outro lado, cabe consignar que o Supremo decidiu por declarar a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 12.034, de 2009, que a presente proposição pretende revogar e que prevê a impressão do voto eletrônico. Nesse sentido, o STF foi ao encontro do proposto pelo projeto.

Entretanto, cumpre também recordar que o Congresso voltou a afirmar a sua decisão de adotar a impressão do voto eletrônico, pois a Lei nº 13.165, de 2015, que promoveu importantes alterações na legislação eleitoral (a chamada “minirreforma eleitoral”), reinstituiu, sob o fundamento da segurança do voto eletrônico, a norma da impressão do voto.

Esses dispositivos foram vetados pela então Presidente Dilma Rousseff, mas o Congresso derrubou os vetos.

De outra parte, no que diz respeito à identificação biométrica do eleitor, cabe também ponderar que a Justiça Eleitoral vem procedendo ao crescente cadastramento biométrico do eleitorado brasileiro, sendo as técnicas biométricas já também utilizadas crescentemente a cada eleição.

Por fim, quanto ao voto em trânsito, cabe verificar que, em sentido contrário à expectativa do presente PLS, tal modalidade de voto vem sendo adotada com sucesso.

Assim, nas eleições de 2010, foi efetivado o voto em trânsito no Território nacional para Presidente da República, em urnas instaladas nas capitais. Nas eleições de 2014, esse direito foi ampliado para incluir Municípios com mais de 200 mil eleitores. E, em setembro de 2015, ampliou-se o direito de voto em trânsito para as eleições de Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital, para as eleições de 2018, nas capitais e nos Municípios com mais de cem mil eleitores.

Desse modo, as matérias que são objeto do PLS foram recentemente tratadas pelo Congresso Nacional, tendo sido objeto de leis que foram aprovadas e estão em pleno vigor e em processo de implementação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por essa razão, entendemos que a proposição em pauta, sem embargo do seu meritório objetivo, está prejudicada.

O voto, Sr. Presidente, é, então, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 68, de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Nós vamos, então, esperar que haja o quórum necessário e, logo em seguida, colocamos em discussão e, posteriormente, em votação.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, DE 2017

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CATUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catuti, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: pela aprovação do Projeto, com a Emenda de Redação que apresenta.

Observações: *a matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017 e 23/08/2017.*

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já foi anunciado, trata-se de autorização para funcionamento de rádio comunitária a pedido da Associação Comunitária de Catuti, para executar serviço de radiodifusão no Município de Catuti, no Estado de Minas Gerais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O relatório desse tipo de autorização já é conhecidíssimo da Comissão. Portanto, vou iniciar pela análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 93, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cumpre, agora, avaliar questão material, relativa ao nome da entidade outorgada.

Isso porque, nos vários documentos que compõem o processado do PDS nº 93, de 2017, as denominações que designam a entidade estão desencontradas. A Portaria nº 30, de 6 de fevereiro de 2014, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorgou a autorização em análise, traz a designação “Associação Comunitária de Catuti”, denominação repetida na Mensagem nº 586, de 29 de dezembro de 2015, e no projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Já a Exposição de Motivos nº 107/2015-MC, de 17 de junho de 2015, trata a entidade como “Associação Cultural de Catuti”, termo também constante de uma série de documentos que integram a avaliação do processo de outorga pelo Ministério das Comunicações, inclusive do Parecer da Consultoria Jurídica da Pasta.

Para pacificar a questão, entendemos que a denominação a ser adotada é aquela constante do Estatuto da entidade, qual seja “Associação Cultural de Catuti”, o que implica a necessidade de emenda de redação ao PDS nº 93, de 2017, na forma do proposto.

Voto.

Diante do exposto acima, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 93, de 2017, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 93, de 2017, a denominação Associação Comunitária de Catuti por Associação Cultural de Catuti.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS.

Esse é o nosso voto, já concluído.

Portanto, somos pela aprovação com a emenda de redação corrigindo o nome da entidade, de Associação Comunitária de Catuti para Associação Cultural de Catuti.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Da mesma forma, vamos aguardar a formação do quórum, para que, logo em seguida, possamos votar.

Eu estou apenas e tão somente lendo os projetos, porque na hora em que... Nós precisamos de mais dois Senadores e aí podemos deliberar pelo menos sobre os não terminativos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA. Pela ordem.) – Poderíamos adiantar também, Presidente, ouvido o Plenário, a leitura dos pareceres do itens terminativos. A gente faz a leitura e a discussão e deixa para votá-los quando houver quórum.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Podemos fazer isso.

Pedi para o Senador Pedro Chaves fazer a leitura de um relatório. Logo em seguida, faço a leitura do requerimento. Quem sabe até lá a gente já tenha o quórum necessário para até aprovar, para ler e aprovar o requerimento?

O Senador Valdir Raupp queria...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Então, vamos apreciar o item 3 da pauta.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 22, DE 2017





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão – CAC nº 36/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 54, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV Stúdios de Brasília Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 22, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Nomeio o Senador Pedro Chaves Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Waldemir Moka.

Srs. Senadores, trata-se de processo de relatoria do Hélio José, que vou ler como Relator *ad hoc*, a pedido do Sr. Presidente.

Relatório.

Vem novamente ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 36, de 2017, que comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV Studios de Brasília Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal.

Sr. Presidente, vou diretamente à análise da matéria.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Nota Informativa nº 2.497/2017/SEI-MCTIC, elaborada pela Secretaria de Radiodifusão do MCTIC (Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), informa que o ato de outorga da TV Studios de Brasília Ltda. foi publicado em 1º de fevereiro de 2001 e que a última alteração do controle societário foi autorizada pelo decreto de 22 de fevereiro de 2017. Da mesma forma, encaminha os números de registro nos cadastros oficiais dos integrantes diretos da sociedade e a cópia de documentos que comprovam a nacionalidade brasileira de cada pessoa física que, diretamente, detém participação no capital social da emissora.

Note-se, no entanto, que não há na documentação encaminhada a este Colegiado qualquer referência aos sócios que detém participação indireta no controle da TV Studios de Brasília Ltda., notadamente os números de registro nos cadastros oficiais, a comprovação de sua nacionalidade e a relação das outorgas de serviço de radiodifusão por eles detidas.

Assim, a demanda formulada por esta Casa não restou atendida.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento de novo requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 22, de 2017, nos termos do art. 335 do RISF.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – O relatório do Senador Pedro Chaves é terminativo. Não há quórum, mas ele foi lido. Na oportunidade, nós também poderemos votar.

O Senador Flexa Ribeiro pede a inversão da pauta, para que seja apreciado um requerimento de audiência pública da Marinha.

Temos oito Senadores. Posso pedir para o Senador Valdir Raupp ler o próximo relatório. Logo em seguida, podemos ler o requerimento e, talvez, votar, porque assim teremos quórum para deliberar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Ex^a concorda, Senador Flexa? (*Pausa.*)

Então, darei a palavra ao Senador Valdir Raupp.

É o Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 24, DE 2017

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater assuntos da Marinha do Brasil e discussão do desenvolvimento científico e tecnológico proporcionado pelo Programa Nuclear da Força.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Observações: *a matéria constou na pauta da reunião do dia 23/08/2017.*

Esse é um requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o requerimento em pauta é por si só explicativo.

O objeto é para que possamos realizar, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, uma audiência pública para que possamos tomar conhecimento do desenvolvimento científico e tecnológico proporcionado pelo Programa Nuclear da Força, da Marinha.

A Marinha está construindo um submarino movido a energia nuclear. Tem participação muito importante nessa questão da energia nuclear, inclusive Angra 3. Então, seria importante que viesse aqui o Comandante da Marinha ou quem ele indicar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inclusive, o requerimento não indica as pessoas a serem convidadas, deixando a critério do Comandante da Marinha a indicação.

Através desta audiência, os Senadores e as Senadoras da Comissão de Ciência e Tecnologia poderão atualizar as informações a respeito do programa nuclear desenvolvido pela Marinha do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Flexa Ribeiro, faço apenas duas observações. Primeiro, o requerimento vai ser dirigido ao Comandante da Marinha, e será ele que vai indicar as pessoas que virão aqui. É importante a recomendação de que seja um número reduzido de pessoas, no máximo, três ou quatro pessoas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – São duas pessoas. Ele está dizendo que são duas pessoas. Acho que é suficiente para essa audiência pública, porque acaba que os Senadores ficam com mais tempo para questionar o programa, enfim, aquilo que se pretende.

O Senador Valdir Raupp...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Eu gostaria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pois não, desculpe-me, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – ...de fazer um adendo aqui.

É o seguinte: esse assunto tem sido abordado sistematicamente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Sim.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – A pergunta que eu faço é se não seria possível fazer uma reunião conjunta, porque sempre os comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército estão presentes e têm condições de detalhar isso rigorosamente, porque o tema está muito relacionado com a defesa nacional.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu penso que possível é. V. Ex^a, que faz parte da Comissão de Relações Exteriores, poderia votar um requerimento com o mesmo teor, e nós apenas entraríamos em contato com a Comissão de Relações Exteriores para que a audiência pública fosse feita no mesmo dia e fosse conjunta...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Conjunta, isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – ...entre a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Ótimo! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – É assim?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Assim, está ótimo. Vou dar entrada, então.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – O Senador dá entrada lá, é mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não. Ele vai pedir o requerimento lá na Comissão de Relações Exteriores, porque ele é membro da Comissão de Relações Exteriores.

O item 5 é de autoria do Senador Cristovam Buarque, que também pede a realização de uma audiência pública. Eu vou pedir que o Senador Valdir Raupp possa ler.

O item 6, Senador Valdir Raupp, está à p.9.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É o item 5, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Já foi lido. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Então, é o item 5, que não foi lido.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 28, de 2017**– Não terminativo –**

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a fuga de capital humano do Brasil e oportunidades de "circulação de cérebros".

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Tomara que o Senador Cristovam Buarque não esteja pretendendo mudar de País!

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, "requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a fuga de capital humano do Brasil e a oportunidade de 'circulação de cérebros', com a presença dos seguintes convidados: Dr. Eduardo Tadao Takahashi, consultor independente em Planejamento Estratégico e Gestão do Conhecimento; Mário Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Emprapii); Roberto Nicolski, Diretor Geral na Sociedade Brasileira Pró Inovação Tecnológica (Protec)".

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Então, da mesma forma, o requerimento fica lido.

Nós estamos aguardando o quórum – falta apenas um Senador –, para que possamos deliberar as matérias que não são terminativas. Enquanto isso, continuo a ler aqueles projetos que são terminativos, para vermos se conseguimos o quórum de nove Senadores e se votamos pelo menos os projetos e os requerimentos não terminativos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu vou pedir para o Senador Valdir Raupp assumir a Presidência, porque vou ler o item 8. *(Pausa.)*

Já foi lido também? Vamos ler a partir do item 9.

Então, se o Senador Paulo Rocha se dispusesse, o item 9 da pauta poderia ser lido.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Peço-lhe só um minutinho, Senador.

Vamos ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, DE 2015

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIAÇU – ARCOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire – Distrito de Piaçu, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: *a matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017 e 23/08/2017.*

Estou indicando como Relator *ad hoc* o Senador Paulo Rocha.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra o Senador Paulo Rocha para fazer a leitura do relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório já é conhecidíssimo, dadas essas proposições.

Vou diretamente à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104–C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe–lhe pronunciar–se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta–se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta–se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa–se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 145, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 145, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Piaçu – ARCOP, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Muniz Freire – Distrito de Piaçu, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Como temos quórum... Vou esperar o Senador Dário Berger registrar a presença. S. Ex^a deve ter deixado a Presidência da Comissão Mista do Orçamento, já que é o seu Presidente, para dar quórum aqui, na Comissão – eu lhe agradeço por isso –, para que possamos votar pelo menos os requerimentos e as matérias que não são terminativas.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a me concede a palavra por um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Como não?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Ontem, nós aprovamos na CAE um requerimento para fazer audiência pública sobre um projeto importante sobre a regulamentação do Uber Táxi. Eu precisaria que a CCT marcasse uma data. Eu queria saber se é possível aprofundarmos nisso já para a próxima semana, pois há uma angústia muito grande da parte dos usuários de táxi, dos usuários de Uber em relação





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

à legislação. Ontem, foi aprovado presencialmente por todos na CAE o requerimento de audiência pública. Basta agora a CCT marcar a data, se for possível, talvez, na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – V. Ex^a sabe que eu sou o Vice-Presidente. Então, eu não tenho essa autonomia para definir uma data. Mas peço à assessoria do Senador Otto Alencar que, ainda hoje, entre em contato com o Senador Otto Alencar e possa dar um retorno ao Senador Pedro Chaves, marcando...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS. Como Relator.) – A data da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Essa audiência pública conjunta.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já foram lidos os itens 1, 2, 3 e 20. Todos eles foram lidos e só aguardavam quórum.

Então, eu vou começar a colocar em votação os itens já lidos nesta Comissão.

Começo pelo item 1, que foi lido pelo Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro, já lido. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Flexa Ribeiro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, vem o Item 3, que foi lido pelo Senador Pedro Chaves, Relator *ad hoc*, cujo relatório coloco em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Relator *ad hoc*, Senador Pedro Chaves, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 4 foi lido pelo Senador Flexa Ribeiro.

Eu também o coloco em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA. *Fora do microfone.*) – É um pedido de audiência pública, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Trata-se de requerimento em que o Senador Flexa Ribeiro pede audiência pública com representantes da Marinha, para que possamos aqui ouvir os representantes da Marinha.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Flexa Ribeiro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O item 5...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Está aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Ah, desculpa!





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Portanto, fica convocada a audiência. Será marcada a data. O Comandante da Marinha também enviará previamente o nome das pessoas que aqui comparecerão.

O Senador Pedro Chaves vai votar um requerimento na Comissão de Relações Exteriores, para que essa audiência pública seja feita em conjunto.

O item 5, que foi lido aqui pelo Relator *ad hoc*, o Senador Valdir Raupp, trata também de um pedido de audiência pública. É um requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 20 é terminativo e exige quórum presencial de nove Senadores. Lamentavelmente, eu não posso colocá-lo em votação, porque temos no painel a presença, mas nós não temos a presença física de nove Senadores.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Eu queria, por curiosidade, saber o que diferencia, para os nossos técnicos e assessores, o fato de uma matéria ser terminativa e de outra ser não terminativa. É o mesmo caso. Aqui foi outorga à associação de rádios comunitárias. Qual é a diferença?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – O Item 5 também era terminativo? (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Todas as outorgas são terminativas? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Não.

A SR^a MARIANA ABREU (*Fora do microfone.*) – Quando a outorga é feita com pedido de requerimento de informação...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu mesmo respondo. É o seguinte: o item 5 não aprova, pede um requerimento para obter mais informações do Ministro de Ciências e Tecnologia, porque, certamente, ficou faltando algum tipo de informação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Mas todas as outorgas são terminativas? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Todas as outorgas são terminativas.

V. Ex^a se sente...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Tranquilo!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Está tranquilo.

Com isso, nada mais havendo a tratar, sem o quórum para que a gente possa avançar nos projetos terminativos, vou encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLÊNARIO Nº 7.

Às nove horas e três minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Airtton Sandoval, Hélio José, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Paulo Rocha, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 – Terminativo** – que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01 – CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, de 2016 – Terminativo** – que: "Cria a obrigação de os serviços de atendimento telefônico das prestadoras de serviços regulados atenderem também ligações provenientes de linhas móveis." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2017 – Terminativo** – que: "Altera a Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dispor sobre o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resultado: Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017 – Terminativo** – que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 5 – OFÍCIO "S" Nº 34, de 2014 – Não Terminativo** – que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" de nº 34, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 34 de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 6 – OFÍCIO "S" Nº 31, de 2014 – Não Terminativo** – que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" de nº 31, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 31 de 2014, nos termos do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 7 – OFÍCIO "S" Nº 17, de 2016 – Não Terminativo** – que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão – CAC nº 25/2016, referente à transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicações e Participações S. A., nos Municípios e cidade que menciona." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 8 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE PEDRAS ALTAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio pantera Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS REIS DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIAÇU – ARCOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire – Distrito de Piaçu, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CATUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catuti, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 365, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMUNIDADE IACRIENSE – ACRECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iacri, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 378, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL DE BOM DESPACHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE NAQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naque, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE JURAMENTO – ACEJU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juramento, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA DO SANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA DO ITANHY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Itanhy, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAIANA – ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiana, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO COMUNITÁRIO PRÓ-CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TAQUARIL EX-CASTANHEIRAS E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Matelândia, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 –**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2017 – Terminativo – que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Santos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 29 de 2017** que: "Requeiro A Vossa Excelência, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 19/2017, para incluir o nome de dois convidados a participarem da realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Edmilson Sarlo – Diretor-Presidente da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi) Fabio Godoy Teixeira da Silva– Consultor Jurídico da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi)." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 30 de 2017** que: "Requeiro A Vossa Excelência, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 19/2017, para incluir o nome de dois convidados a participarem da realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Edmilson Sarlo – Diretor-Presidente da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi) Fabio Godoy Teixeira da Silva– Consultor Jurídico da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi)." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:**





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 31 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 22 de 2017 desta Comissão, de forma que seja incluído como convidado o Sr. Eduardo Levy, Presidente Executivo do SINDITELEBRASIL para participar da presente audiência pública." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/13>

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e submeto à apreciação...

Não pode votar, não é? Não há quórum, não pode votar a pauta.

Não há número para votação da pauta, portanto, eu não posso submetê-la...

Vamos às matérias que são não terminativas com os Senadores presentes, começando pelo Senador Hélio José, que poderia relatar o item 7.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 7

OFICIO "S" Nº 17, de 2016

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão – CAC nº 25/2016, referente à transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicações e Participações S. A., nos Municípios e cidade que menciona.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/09/2017.

Ontem, eu parabeneizei o Senador Flexa Ribeiro em *off* e hoje vou fazê-lo de público, porque ele completou 72 anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Não houve festa em Brasília, mas eu soube que houve uma festa muito grande no Pará. É verdade?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Os tambores tocaram nas tribos indígenas em seu favor... (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Qual foi a festa que houve no Pará ontem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Presidente, eu quero agradecer a lembrança de todos os amigos e de V. Ex^a. A gente agradece a Deus, que nos dá vida, saúde e família para que estejamos todos caminhando no projeto que é d'Ele.

Eu sigo aquela recomendação... Recebi aqui, numa mensagem de WhatsApp, quais são os conselhos para você viver até os 95 anos. V. Ex^a quer saber?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Noventa e cinco?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Noventa e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – V. Ex^a vai até 95 anos?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Não, vou a mais, se Deus quiser, se Ele permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – É. Mas com que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – V. Ex^a tem interesse em chegar aos 95?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Posso contar a história de um professor meu de Anatomia, de Ortopedia na Bahia?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Pode. Quando eu terminar a aula de Geriatria aqui, você conta a de Anatomia. Anatomia é perigoso agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Hoje ele tem 90 anos e foi meu professor de Ortopedia e Traumatologia na Bahia o Prof. Remilson Domenech. Eu, certa feita, encontrei com ele em uma chácara e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

perguntei por que ele estava fazendo as orações dele. E ele estava fazendo as orações para viver muitos anos, mas viver até o momento em que ele pudesse trocar a sua roupa, porque ele se sentiria muito desconfortável se alguém fosse trocar uma fralda dele em uma cama e o ficasse virando de um lado para outro. Então, depende da qualidade de vida que você vai viver. O médico Waldemir Moka...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Verdade, verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – O meu avô, já com uma certa idade, claro, as filhas tinham de dar banho, trocar. Ele tinha uma frase que eu guardo comigo. Eu era menino. Ele dizia assim: "Até a que ponto chega um homem!", porque tinham de dar banho nele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Já pensou V. Ex^a, com 92 anos, com fraldão, e o cara o virando de um lado para outro. É desconfortável. Então, eu prefiro me despedir antes um pouco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Você tem de ter vida longa com qualidade.

Mas Deus é muito generoso. A minha mãe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Eu sei. V. Ex^a vai ter longevidade e não irá passar por isso. Tenho absoluta certeza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Se Deus quiser.

A minha mãe viajou com 94 anos e uma tia, irmã dela, com 103 anos, tomando cerveja e açaí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – E V. Ex^a é sustentado no açaí!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – No açaí. O açaí é fundamental.

Mas V. Ex^a não quer saber os conselhos para se chegar aos 95 anos?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Quero. Pode ler o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – São vários. Como V. Ex^a já iniciou, eu só vou...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Deixe-me fazer uma saudação à presença do Deputado Federal Paulo Magalhães, da Bahia, meu grande amigo.

Eu queria até convidá-lo para um abraço. Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Seja bem-vindo, Deputado.

Mas são vários conselhos. Eu vou só citar o primeiro, que é condição para os demais: não morrer antes. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Senador Hélio, depois da aula de Geriatria do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB – DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, minhas saudações ao Deputado Paulo Magalhães, nosso Deputado da Bahia.

Da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 25, de 2016, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 17, de 2016 (OFC nº 70, de 2016, na Câmara dos Deputados), que comunica a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A., no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e outras localidades.

Relatório.

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 25, de 2016, que comunica a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A., nos Municípios do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; de São Paulo, Estado de São Paulo; de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; do Recife, Estado de Pernambuco; e de Brasília, Distrito Federal. A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 17, de 2016 (OFC nº 70, de 2016, na origem), que encaminha a Mensagem nº 355, de 2016, e da Exposição de Motivos nº 111, de 2 de fevereiro de 2016, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta o novo quadro societário da concessionária.

Em 5 de abril de 2017, este Colegiado deliberou por encaminhar requerimento de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para complementar a instrução da matéria.

O Grupo Globo, antecipando-se à expedição do referido requerimento, apresentou, em 18 de abril de 2017, os documentos relativos à transferência societária ora comunicada.

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

As informações encaminhadas pelo Grupo Globo permitem verificar o cumprimento das obrigações legais associadas à presente transferência societária, notadamente em razão de a Companhia ter atendido as exigências formuladas pelo então Ministério das Comunicações mediante a Nota Técnica nº 28013/2015/SEI-MC – Ministério das Comunicações

De outra parte, ressaltamos que a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, que disciplinou a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

radiodifusão, conferiu competência ao Poder Executivo para autorizar tais transferências.

Assim, diferentemente dos atos originais de outorga e de renovação das concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão, o Congresso Nacional não delibera sobre as transferências societárias dessas empresas.

De acordo com o referido diploma legal, as alterações societárias ocorridas em empresas de radiodifusão e aprovadas pelo Poder Executivo são objeto de mera comunicação ao Congresso Nacional, em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

Diante disso, tenho por efetivada a comunicação ao Congresso Nacional, prevista no §5º do art. 222 da Constituição Federal.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 17, de 2016, que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 25, de 2016, que comunica a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A., nos Municípios do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; de São Paulo, Estado de São Paulo; de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; do Recife, Estado de Pernambuco; e de Brasília, Distrito Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Lido o relatório do nobre Senador Hélio José, a quem agradeço pela presença e participação na nossa Comissão, ficará aguardando o voto qualificado para que possamos deliberar sobre essa matéria.

Eu pediria ao nobre Senador Waldemir Moka que assumisse a Presidência para que eu pudesse relatar o item 2, um projeto de lei de autoria do Senador Roberto Muniz. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Assumindo a Presidência, passo ao próximo item, o item 2, cuja relatoria é do Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão.

Trata-se do PLS nº 445...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Item 4?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Sim, é o item 4. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Desculpem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – É do Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Passemos, pois, ao item 4, também sob a relatoria do Senador Otto Alencar.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1) Sendo aprovado o Substitutivo integral, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;

2) A matéria foi retirada das pautas das reuniões dos dias 07/06/2017 e 23/08/2017, a pedido do Relator, para reexame;

2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 07/06/2017, 23/08/2017 e 06/09/2017.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA. Como Relator.) – Nobre Senador Waldemir Moka, eu queria saudar a presença do Senador Cristovam Buarque e dizer que, primeiro, eu quero começar por destacar a iniciativa do Senador Cássio Cunha Lima.

Este é um projeto que eu creio de grande importância para todos aqueles que trafegam pelas estaduais e federais do nosso País. A cobertura de telecomunicações nessas áreas é fundamental para a segurança, para o socorro em caso de acidentes de automóveis e de motos, que acontecem em grande escala.

Portanto, eu começo parabenizando S. Ex^a o Senador Cássio Cunha Lima, do Estado da Paraíba, que não está presente no momento, pela sua iniciativa e pela sensibilidade de homem público ao entender que colocar cobertura de telefonia móvel nas estradas federais e estaduais, sem nenhuma dúvida, vai favorecer muito a garantia da vida com a possibilidade de socorro mais imediato aos acidentes que ocorrem permanentemente no nosso País. Então, é o que estamos examinando aqui.

Para essa finalidade, a proposição condiciona essa prestação de serviço de interesse coletivo à cobertura de rodovias federais e estaduais.

A proposição permite que a cobertura seja realizada de maneira compartilhada por diferentes prestadoras, desde que isso não resulte em custo adicional para os usuários.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É prevista ainda a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Já temos um projeto aqui para ser votado nesse sentido, para a aplicação em favor do usuário. Esse projeto do Fust já foi aqui aprovado, e acho que foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos, se não me engano.

A proposição determina ainda que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) elabore cronograma para implantação da cobertura, que deverá estar concluída em prazo máximo de cinco anos.

Por fim, define-se em 90 dias o prazo para entrada em vigor da lei proposta.

Não foram apresentadas emendas à proposição, a este substitutivo.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão deliberar sobre essa questão. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade.

A proposição atende a todos esses requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o art. 48, inciso XII. O projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material.

No que tange à juridicidade, de igual modo, a proposição se mostra adequada.

No mérito, a proposição se mostra oportuna e relevante. Como bem destaca o autor, Senador Cássio Cunha Lima, a cobertura de serviços de telefonia móvel ao longo das rodovias é essencial para a segurança dos viajantes, viabilizando o rápido acionamento de serviços de emergência.

Mais que isso, a disponibilidade desse tipo de serviço proporciona ao País ganhos de eficiência em seu sistema de transportes, com a facilitação e o barateamento de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

serviços de rastreamento de cargas, que poderão utilizar tecnologia celular, mais barata que os rastreadores via satélite.

Somado a isso, é inegável o potencial de indução ao desenvolvimento econômico da medida proposta. Sabemos que muitas rodovias não provocam nas regiões efetivo desenvolvimento por falta de meios de comunicação que viabilizem a instalação de empreendimentos industriais e comerciais. Portanto, acerta o projeto ao garantir que as rodovias federais e estaduais tenham serviços de telefonia e banda larga móvel.

Com relação à utilização dos recursos do Fust, além de apropriada, a solução se mostra oportuna. Sabemos que esse fundo, desde sua criação, ainda não foi efetivamente utilizado de forma correta para a expansão dos serviços de telecomunicações. Os recursos do fundo têm servido para alimentar o caixa único do Governo, para, de alguma forma, não serem aplicados em favor dos usuários.

Ao mesmo tempo, a solução pretendida evita a atribuição de custos às prestadoras de serviços de telecomunicações, pois, nos trechos em que a cobertura for economicamente inviável, o Fundo aportará recursos para viabilizar os investimentos, o que deverá ser bem normal, porque o Fust, sendo alimentado pelo consumidor do serviço, estando incluído dentro da taxa um percentual que alimenta esse fundo, é natural que ele volte para ajudar ou defender os interesses do consumidor que utiliza esse serviço.

Com relação à técnica legislativa, mostra-se necessário aprovar a proposição em forma de uma emenda substitutiva para acrescentar a numeração indicativa dos artigos, além de evitar controvérsias jurídicas. Por isso alteramos as leis que tratam do Fust, uma vez que a iniciativa prevê a aplicação dos recursos do Fundo na ampliação de serviços prestados em regime privado, o que pelas regras atuais não é possível.

Voto.

Dessa forma, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2017, na forma da emenda substitutiva a seguir:

Emenda nº – CCT (Substitutivo)

Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2017





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida dos artigos 81-A e 135-A:

"Art. 81-A. Os recursos do fundo constituído nos termos do inciso II do art. 81 desta Lei poderão ser destinados a cobrir custos que não possam ser recuperados com a exploração eficiente de serviços prestados em regime privado, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo."

.....
.....
.....
.....

"Art. 135-A As futuras outorgas para a prestação de serviço de telecomunicações móveis de interesse coletivo fica condicionada à obrigação de cobertura da extensão das rodovias federais e estaduais existentes objeto da área outorgada.

§1º A cobertura poderá ser realizada de maneira compartilhada, desde que abranja todos os usuários das diferentes prestadoras envolvidas e que não resulte em custo adicional para os usuários.

§2º Todos os investimentos, assim como todos os custos associados à operação, gerência e manutenção decorrentes da obrigação de que trata este artigo que não possam ser recuperados com a exploração eficiente do serviço, deverão ser, necessariamente, cobertos com recursos do Fundo de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que serão liberados através da apresentação antecipada, pelas prestadoras móveis ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de projeto para sua prévia autorização.

§3º A Agência deverá elaborar cronograma para a implantação da cobertura de que trata este artigo, devendo a cobertura total estar disponível no prazo máximo de cinco anos, sendo ainda fixadas metas anuais para sua progressiva e proporcional implantação.

§4º Para a implantação da cobertura de que trata este artigo, as empresas poderão deduzir, das quantias a serem repassadas para a União referentes ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, os valores aprovados para investimento e custeio da cobertura de toda a extensão das rodovias federais e estaduais na área objeto existentes à época da publicação de extrato da autorização da outorga no Diário Oficial da União, conforme cronograma elaborado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)."

Art. 3º O art. 1º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a:

I – cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações prestados em regime público que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso 11 do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

II – cobrir custos que não possam ser recuperados com a exploração eficiente de serviços prestados em regime privado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – O projeto, por ser terminativo, exige quórum qualificado. Nós não temos ainda esse quórum na Comissão.

Vou considerar lido o projeto, mas não vou colocá-lo em discussão, que será feita quando da votação.

Passo a Presidência para o Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Nós temos aqui duas matérias não terminativas, dois Ofícios "S", relativos aos itens 5 e 6, cujo Relator é o Senador Cristovam Buarque.

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 34, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 16/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV LUZIÂNIA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" de nº 34, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/09/2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 31, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” de nº 31, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/09/2017.

Passo, então, a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque para que se posicione acerca dos dois Ofícios "S", o 34 e o 31, os itens 5 de 6 da pauta respectivamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com prazer que faço esta leitura, muito rápida, por se tratar de matéria sem grandes discussões, relacionada à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Luziânia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Luziânia, Estado de Goiás.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estão à disposição dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras todos os dados necessários.

Permito-me dizer apenas que a comprovação da nacionalidade de cada pessoa que detém a participação no capital foi constatada; que não cria problema a relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Voto.

Em vista do exposto, é pelo encaminhamento do novo requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 34, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Segue aqui um requerimento, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no sentido de que seja novamente solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 34, de 2014:

– comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão, em particular de Nair de Moraes Câmara e de Vannessa Camilo Câmara Sudário.

Então, repetindo, Senador, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações desse novo requerimento de informações e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 34, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, até que conheçamos a resposta do Ministério.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Em discussão o relatório do nobre Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo Senador que queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Como é não terminativo, o parecer pode ser colocado em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para relatar o item 6.

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 31, de 2014

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” de nº 31, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações: a matéria constou na pauta da reunião do dia 06/09/2017.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – DF. Como Relator.) – Trata-se da proposta de transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC Sistema Paranaíba de Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Itumbiara, Estado de Goiás.

Também no mesmo sentido, no que se refere à análise, é preciso lembrar que o Requerimento nº 339, de 2017, da CCT, solicitava:

I – comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II – relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

O voto segue a mesma linha do anterior.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 31, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, peço o sobrestamento com o pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já tinha sido lido aqui o item 7 – chama-me a atenção o Senador Waldemir Moka – pelo Senador Hélio José.

De igual forma, pergunto se V. Ex^a quer discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Eu só quero dizer que o item 10 já foi lido. É um projeto que autoriza a outorga da radiodifusão de uma empresa denominada Associação Comunitária Santos Reis de Radiodifusão, em Minas Gerais. Ela cumpre todos os requisitos de juridicidade, de técnica legislativa. Enfim, não há óbice para que o projeto não seja aprovado. Só quero lembrar isso. Embora ele já tenha sido lido, ele precisa ser colocado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Mas ele é terminativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Ele é terminativo. O item 10 é terminativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Ah, então, V. Ex^a me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Vou colocar em votação o item 7, que já foi lido pelo Senador Hélio José.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sobre a mesa, há requerimentos.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 29, de 2017

– Não terminativo –





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 19/2017, para incluir o nome de dois convidados a participarem da realização de audiência pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015, e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Edmilson Sarlo, Diretor-Presidente da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi); e Fabio Godoy Teixeira da Silva, Consultor Jurídico da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi).

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento nº 30 é do Senador Pedro Chaves.

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 30, de 2017

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requerimento nº 19/2017, que trata da realização de audiência pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015, e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros, visando à inclusão dos convidados: Sr. Edmilson Sarlo, Diretor-Presidente da ABRACOMTAXI (Associação Brasileira das Associações e Cooperativas de Motoristas de Taxi); e um representante do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Autoria: Senador Pedro Chaves

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há o Requerimento nº 31, de minha autoria.

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 31, de 2017

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 22, de 2017, desta Comissão, de forma que seja incluído como convidado o Sr. Eduardo Levy, Presidente Executivo do SINDITELEBRASIL, para participar da presente audiência pública.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Otto Alencar

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Todos os outros itens da pauta são terminativos. De igual forma, não temos, neste momento, quórum para deliberar sobre essas matérias. (*Pausa.*)

Aproveito a condição de se votar e coloco em votação a aprovação da ata da reunião anterior.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 37 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ailton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Randolfe Rodrigues, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, José Medeiros, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 – Terminativo** – que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01 – CAS. **Resultado:** A Comissão rejeita o Projeto, nos termos do relatório apresentado. De acordo com o art. 301 do Regimento Interno do Senado Federal, fica prejudicada a emenda oferecida. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, de 2016 – Terminativo** – que: "Cria a obrigação de os serviços de atendimento telefônico das prestadoras de serviços regulados atenderem também ligações provenientes de linhas móveis." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2017 – Terminativo** – que: "Altera a Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dispor sobre o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017 – Terminativo** – que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado, favorável nos termos da Emenda nº 1–CCT (Substitutivo). **Observação:** A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE PEDRAS ALTAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 6 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio pantera Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 7 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS REIS DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 8 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIAÇU – ARCOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire – Distrito de Piaçu, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CATUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catuti, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado, favorável, com a Emenda n.º 1–CCT. **ITEM 10 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RÁDIODIFUSORA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 11 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 365, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMUNIDADE IACRIENSE – ACRECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iacri, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 12 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 378, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL DE BOM DESPACHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Despacho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 13 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE NAQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naque, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 14 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE JURAMENTO – ACEJU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juramento, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 15 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA DO SANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 16 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA DO ITANHY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Itanhy, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 17 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAIANA – ARCC para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiana, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 18 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO COMUNITÁRIO PRÓ-CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TAQUARIL EX-CASTANHEIRAS E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 19 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Matelândia, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 20 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2017 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Santos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos do relatório apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/19>

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Havendo número legal, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadores que concordam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Solicito ao nobre Senador Flexa Ribeiro, com a notória disposição com que está hoje à tarde, para, *ad hoc*, ler os relatórios do PDS que vão do item 10 ao item 20.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Eu o farei, Presidente, tão logo chegue, mais fácil...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – V. Exª pode ir direto ao voto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – ... a pasta impressa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – V. Exª é sempre prestativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu estou sempre disposto para o trabalho. Não é só à tarde, não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Desculpe-me.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – É de manhã, de tarde, de noite.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Desculpe-me, desculpe-me.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – V. Ex^a pode me convocar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Eu sei disso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – ... que eu estou à disposição da Pátria amada.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Desde que não seja na hora... De meio dia– até as 15h. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Agora, acabou o bambu do Janot. Só ficou o Flexa daqui do Senado mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – A minha flecha é rígida. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Então, desenrola o fio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Não é de bambu, não. (*Risos.*)

Presidente, V. Ex^a me concedeu aqui a leitura *ad hoc* do item 10 ao item 20. Então, item 10.

Comissão de Ciência e Tecnologia, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2015.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2015****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.

Vamos ao voto, Presidente.

Não havendo nada que seja discordante quanto ao exame da documentação que acompanha o PDS nº 188, de 2015, que não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à FM Sudoeste Radiodifusora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 11, Presidente.

ITEM 11

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 365, de 2015**– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMUNIDADE IACRIENSE – ACRECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iacri, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.

O voto também é pela aprovação, uma vez que não há violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa da Comunidade Iacriense (Acreci) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iacri, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 12, Presidente.

ITEM 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 378, de 2015****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL DE BOM DESPACHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática**Relatoria:** Senador Hélio José**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.**Observações:**

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/05/2017, 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.

Voto.

Pela aprovação, pois o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Agência de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural de Bom Despacho para executar serviço de radiodifusão comunitária, cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 13, Presidente.

ITEM 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2016****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE NAQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naque, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática**Relatoria:** Senador Hélio José**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.

Voto.

Pela aprovação, pois não se evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Progresso e Desenvolvimento Cultural de Naque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naque, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 14, Presidente.

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2016****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE JURAMENTO – ACEJU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juramento, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Voto também pela aprovação, uma vez que não se evidenciou nenhuma violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa de Juramento (Aceju) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juramento, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 15, Presidente.

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2016****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA DO SANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.*

O voto também é pela aprovação desde que não haja evidência de violação da legislação pertinente. Não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Rádio Comunitária do Sana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Item 16, Presidente.

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, de 2016****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA DO ITANHY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Itanhy, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática**Relatoria:** Senadora Lídice da Mata**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017*

O voto também é pela aprovação. O projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Luzia do Itanhy para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Itanhy, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 17, Sr. Presidente.

ITEM 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2017****– Terminativo –**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAIANA – ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiana, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017*

O voto é pela aprovação. O projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Caiana (ARCC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiana, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ITEM 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2017**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO COMUNITÁRIO PRÓ-CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TAQUARIL EX-CASTANHEIRAS E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/05/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.*

O voto.

Diante do exposto acima, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2017.

ITEM 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2017****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Matelândia, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.*

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, desde que o PDS nº 82, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Capelista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Matelândia, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E o item 20.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2017

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/07/2017, 09/08/2017, 23/08/2017, 30/08/2017, 06/09/2017 e 13/09/2017.

Da mesma forma que os que antecederam, o PDS nº 121, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Empresa de Comunicação PRM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Santos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Missão cumprida, Presidente.

Lidos os relatórios e os votos dos itens 10 a 20, conforme determinação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. Todos esses projetos, do item 1 ao item 20, são terminativos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos do quórum qualificado. Aguardo que os Srs. Senadores possam comparecer para que nós possamos iniciar a votação dessas matérias.

Já que na reunião anterior, tínhamos votado exatamente projetos não terminativos, como tal, já acionamos, na possibilidade de que compareça aqui o Senador Omar Aziz, já fiz o contato; o Senador Randolfe Rodrigues; o Senador Cristovam Buarque; o Senador Airtton Sandoval, que aqui esteve há pouco; Senadora Lídice da Mata – pediria até que dessem um telefonema à Senadora Lídice da Mata para ver se ela pode comparecer para a votação –; Senador Ivo Cassol e Senador Hélio José, que também é componente da Comissão.

Vamos aguardar um tempo para ver se há possibilidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – O Senador Airtton Sandoval esteve aqui e saiu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Ele se ausentou, mas ficou de voltar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Ficou de voltar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Eu já pedi à assessoria que o chamasse.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – É importante que os Senadores venham e permaneçam, senão vai...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Está havendo uma reunião também, neste horário, na CAS. Talvez a assessoria pudesse...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Ver quem está.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Pedir para esse pessoal vir aqui só votar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Então, vamos abrir o painel de votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Eles vão votando e...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Isso é importante. Vamos pedir ajuda aos universitários.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Então, vamos... Em concordância com os Senadores que estão presentes, eu proponho que se concorde com a votação em globo dos projetos que foram aqui já lidos pelo Senador Flexa Ribeiro, do item 10 ao item 20. Os do item 1 até o item 9 já tinham sido lidos aqui.

Se os Srs. Senadores concordam, vamos votar em globo todos os 20 itens da pauta.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Só para quem está nos ouvindo e vendo.

O que o Senador Flexa Ribeiro acabou de ler trata de autorização de radiodifusão. Isso é feito no Ministério de Comunicações, enviado à Casa Civil, e o Senado só olha exatamente a parte de documentação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – E quando isso não está completo, nós, evidentemente, devolvemos ao Ministério das Comunicações. Então, não é uma matéria que precisa... É tudo repetitivo. Eu tenho certeza de que o Presidente fez dessa forma exatamente porque é muito repetitivo e sempre com a mesma intenção de conceder a outorga da radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Exatamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Digo isso só para justificar essa votação em globo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – V. Ex^a tem toda razão, nobre Senador Waldemir Moka. E nós temos tido o cuidado aqui de, nos casos em que haja alguma dúvida, encaminhar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para que os itens preestabelecidos pela lei possam ser preenchidos e só passem aqui na nossa Comissão de acordo com todos os pré-requisitos necessários para apreciação, discussão e votação, como foi o caso desses projetos todos que acabamos de ler. Essa é uma preocupação nossa. Tenho absoluta certeza de que nós vamos de alguma forma levar isso ao pé da letra até o final.

Espero que V. Ex^a possa servir de elemento catalisador para que os outros Senadores possam aparecer. (*Pausa.*)

Já que tomei a iniciativa de votar e já votei, há três projetos que foram relatados, são da minha relatoria, e, por isso, vou excluí-los dessa votação. Sou o Relator e, como tal, não poderia votar. Como votei, estão valendo aqui, em globo, só 17 projetos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – É bom esclarecer. (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Quero agradecer ao Senador Valdir Raupp pela colaboração.

A votação já foi concluída. Vamos encerrar aqui.

(*Procede-se à apuração.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Houve 8 votos "sim". Nenhuma abstenção. E o voto de minerva, daqui do Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram aprovados os projetos da pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – O Moka vem presidir? *(Pausa.)*

Então, foram aprovados os itens 1 a 20.

O PLS 175, de 2014; o PLS 445, de 2016; o PLS 70, de 2017; o PLS 5, de 2017; o PDS 284, de 2015; o PDS 47, de 2016; o PDS 63, de 2017; o PDS 145, de 2015; o PDS 93, de 2017; o PDS 188, de 2015; o PDS 365, de 2015; o PDS 378, de 2015; o PDS 24, de 2016; o PDS 26, de 2016; o PDS 30, de 2016; o PDS 48, de 2016; o PDS 73, de 2017; o PDS 77, de 2017; o PDS 82, de 2017; e o PDS 121, de 2017, estão aprovados.

Não há outra matéria constante da pauta.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9

Às doze horas e vinte e cinco minutos do dia quatro de julho do ano de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a presidência do senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos senadores Hélio José, Valdir Raupp, Dário Berger, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Pedro Chaves; presentes ainda os senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Romero Jucá, Paulo Paim e Vicentinho Alves, não membros. Deixam de comparecer os senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Após dispensa de leitura e aprovação da ata da 11ª reunião, pelo Plenário, passa-se à apreciação da pauta: discussão e votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1 de 2017, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências”. O senador Davi Alcolumbre faz a leitura do relatório, de sua autoria, no qual comunica o recebimento de 7 (sete) propostas de emenda, todas elas destinadas a incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades. Encerrada a discussão, é aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 2 (duas) emendas seguintes de inclusão de meta: Nº 1 | AÇÃO: **20W6**, GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS | META: 100; Nº 2 | AÇÃO: **20M4**, PROMOÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS RURAIS SUSTENTÁVEIS | META: 2. Assume a presidência o Senador Davi Alcolumbre e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Com a aprovação do Plenário, nada mais havendo a tratar, o presidente encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Airtton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 27/06/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Como pauta deliberativa, nós temos a apreciação das emendas ao PLDO 2018.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, PLN 1/2017.

EMENDAS DA CMA AO PLDO 2018

Finalidade:

Apreciação e votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017 (PLDO 2018), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Conforme Parecer Preliminar, aprovado na CMO em 28/6/2017, cada comissão permanente pode apresentar duas emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do referido projeto.

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.

Eu estarei aqui mesmo, já que o nosso Presidente será o Relator. Já, diretamente, passarei a palavra a ele, para que ele possa fazer, então, o relato.

Com a palavra o Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, servidores do Senado, eu gostaria de passar diretamente ao relatório apresentado ao PLN nº 1, de 2017.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei - PLN nº 1, de 2017-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação da LDO 2018, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a Comissão de Meio Ambiente tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As emendas são classificadas entre emendas de texto e emendas para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades. Não há limite ao número de emendas de texto que podem ser apresentadas. Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2018: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2018; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1.a – Anexo de Metas Anuais 2018 a 2020; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.



O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de acréscimo/inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias de 2016 e 2017. A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite máximo de duas emendas por Comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, nos termos do Parecer Preliminar aprovado por unanimidade pela CMO em 28/06/2017. Por fim, podem ser apresentadas emendas às programações nas áreas de competência regimental da CMA, conforme estabelecido no item 2.3.1.

Foram oferecidas pelos membros da Comissão sete sugestões de emendas, que constam do quadro anexo a este relatório, todas propondo alterações no Anexo de Metas e Prioridades, com as seguintes autorias: Senador Dário Berger (3); Senadora Ângela Portela (3); e Senador Jorge Viana (1).

É o relatório.

Análise.

Todas as sete sugestões propõem emendas de inclusão de metas. Todas as propostas contemplam ações do Ministério do Meio Ambiente, com exceção da programação 2083/20AM “Implementação de Projetos de coleta e reciclagem de material”, do Ministério da Saúde. Nada obstante, todas elas integram a área temática da competência regimental desta Comissão.

Resumidamente, o quadro abaixo evidencia as sugestões de emenda a serem apresentadas ao PLDO 2018, cujas programações competem a esta Comissão.

Foram sete emendas.

Antes de passar para o voto, eu gostaria de pedir que a Consultora Helena pudesse fazer rapidamente um resumo dos motivos que levaram a Consultoria e este Relator a aprovar duas emendas prioritárias para a LDO.

A SRª HELENA ASSAF – Bom dia a todos.

Cumprimento todos os presentes nas pessoas dos Senadores que estão ao meu lado.

É um trabalho que a gente faz todo ano, tanto no período de elaboração das emendas à LDO quanto no período da Lei Orçamentária.

Qual é o trabalho? É pegar todas as emendas, todas as sugestões de emendas propostas pelos Senadores membros da Comissão e, dentre elas – todas meritórias, normalmente todas são meritórias; não foi diferente com este relatório –, a gente tem de escolher aquelas que serão apresentadas pelo Comissão à LDO. E o Senador pediu para eu explicar para vocês os critérios que levaram a relatoria a escolher as ações, a programação Promoção de Sistemas Produtivos Rurais Sustentáveis e a outra programação, Gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Foram sete ao todo. Normalmente um dos critérios que nós usamos é com relação à ocorrência de sugestões oferecidas. Não pudemos usar esse critério, porque todas as sete emendas foram em programações diferentes, todas elas meritórias. Houve uma interceptação do Ministério do Meio Ambiente, pedindo que fossem priorizadas duas ações. Uma delas, de que eu não me lembro, não constava aqui no rol de sugestões de emendas; a outra constava. Então, eu aproveitei para sugerir ao Senador Davi que acompanhasse essa necessidade do Ministério, que, mais do que a gente aqui, tem noção das atividades que precisam ser desenvolvidas. Essa foi a Ação 20W6, Gestão de Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Realmente é uma programação muito interessante. O Ministério tem trabalhado diuturnamente em cima dela, em parceria com Municípios. Eu sei disso, por conta do trabalho que a gente faz no Interlegis junto a Municípios.

E a outra, também muito importante, é relacionada ao Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial, que é uma demanda muito importante do Ministério do Meio Ambiente e em que ele tem uma participação efetiva, por meio da programação da Promoção de Sistemas Produtivos Rurais Sustentáveis. É um trabalho incansável, diuturno nesse segmento.



Pegando essas duas programações, nós tivemos três Parlamentares que sugeriram programações aqui na Comissão: o Dário Berger, a Ângela Portela e o Jorge Viana. E pegamos a sugestão da Senadora Ângela. A sugestão do Senador Dário foi relacionada a resíduos sólidos, e a da Senadora Ângela a essa Promoção de Sistemas Produtivos Rurais. Houve também uma sugestão do Senador Jorge Viana, muito meritória, relacionada ao Programa de Mudanças de Clima: Políticas Estratégicas de Prevenção e Controle do Desmatamento no Âmbito da União, Estados e Municípios. Todavia, hoje em dia – não era assim há um ano e pouco; comissões mistas não podiam oferecer emendamento, agora podem fazê-lo – temos a Comissão Mista de Mudança Climática. Então, com certeza, essa ação – Jorge Viana é um participante ativo dessa Comissão de Mudança Climática – vai ser oferecida lá. Inclusive, sou eu mesma que estou assessorando essa Comissão, e posso garantir, conforme minha explicação...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – Nós priorizamos as outras.

A SRª HELENA ASSAF – Aí nós priorizamos essas outras duas, fizemos um atendimento mais abrangente.

Por fim, eu queria registrar que esse Anexo de Metas e Prioridades tomou uma importância, agora, diferenciada, em especial no que se refere às emendas de Bancada. Para a Bancada definir como impositiva determinada emenda, essa programação, obrigatoriamente, tem de estar nesse Anexo de Metas e Prioridades. Então, é uma atividade, agora, que tem despertado interesse maior dos Congressistas.

Muito obrigada pela palavra. Se houver dúvidas, estou à disposição para esclarecê-las.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu solicitei, Sr. Presidente, que a Helena viesse aqui porque você, de certa forma, recebeu propostas de três Senadores desta Comissão. Então, logicamente, a gente entrou em contato com o Ministério do Meio Ambiente para buscar saber qual era, para o Governo, a prioridade de meta. Isso para que a Comissão estivesse antenada e conectada com a disposição do Estado, através do Ministério do Meio Ambiente, para que a gente pudesse trabalhar em harmonia no que diz respeito às emendas à LDO.

Então, nesse caso, o nosso voto, pelas razões apresentadas, inclusive pela Consultoria do Senado, e reconhecendo o mérito das iniciativas, é pela apresentação de emendas, por esta Comissão, das sugestões propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Há a proposta nº 3 – vou ler novamente, na ordem –, que é a 20M4, Promoção de Sistemas Produtivos Rurais Sustentáveis, que é de autoria da Senadora Ângela Portela, e também a Gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos, do Programa...

A SRª HELENA ASSAF (*Fora do microfone.*) – Programa 2029 – está aqui, no final.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Está aqui: Programa 2029... Inclui Ação 2029, que é Promoção de Sistemas Produtivos Rurais Sustentáveis do Programa de Desenvolvimento Regional e Territorial.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os que concordam como relatório do Senador Davi Alcolumbre permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer, favorável, às emendas desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2017.

As emendas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Convido o Senador Davi Alcolumbre a reassumir a presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião.



Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Aírton Sandoval, Dário Berger, Jorge Viana, Paulo Rocha, Ângela Portela, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Pedro Chaves; presentes ainda os senadores, José Pimentel, Fátima Bezerra e Paulo Paim, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Cristovam Buarque e Cidinho Santos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 33 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno, e em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2017, de minha autoria, já aprovado nesta Comissão de Meio Ambiente, incluir, no rol de convidados para a Audiência Pública, relativo à avaliação da Política Pública para o presente exercício, a Avaliação dos Instrumentos Econômicos e Financeiros disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Cota de Reserva Ambiental (CRA) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso – FETAGRI/MT." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RMA 26/2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes, e RMA 13/2017, de autoria do Senador Davi Alcolumbre. Finalidade: Debater o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e dos Programas de Regularização Ambiental (PRA). Participantes: Sr. Elvison Nunes Ramos, Coordenador da Coordenação-Geral de Produção Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sra. Laura Medeiros Braga, Assistente de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) (representante de: Observatório do Código Florestal); Sr. Luciano Mansor de Mattos, Pesquisador da Embrapa Cerrados; Sr. João Carlos de Petribu de Carli, Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sra. Carolina Tavares da Silva Bernardo, Professora e Consultora de Projetos da SAVE/Brasil (representante de: Professor Jorge Madeira Nogueira da Universidade de Brasília - UnB). Sr. Everton Frask Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Usa da palavra o Senador Pedro Chaves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/19>*(Texto com revisão.)***O SR. PRESIDENTE** (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Roberto Muniz, nós que estávamos ali, agora há pouco, na Comissão de Infraestrutura, discutindo exatamente a necessidade dos investimentos na nossa infraestrutura do País. Tivemos nessa semana uma reunião, um grande encontro aqui da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, e hoje o Presidente da República editou a medida provisória, dando mais tempo para que esses investimentos possam ser feitos e, com isso, então, fazer uma reprogramação para o investimento de todas as concessionárias no Brasil. Isso facilita que muitas, inclusive, possam mudar o controle acionário, possam ter mais facilidade de buscar os recursos. E espero, juntamente com o Senador Roberto, que o BNDES realmente agora tenha um fluxo normal de liberação desses recursos, porque agora, principalmente na maior parte do Brasil, é a hora de se trabalhar, de se fazer a manutenção das estradas, as obras necessárias, e principalmente quem está pagando o pedágio cobra, cobra com direito.

Então, aqui nós queremos abrir a nossa reunião. Havendo número regimental, eu quero declarar aberta a 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

E, antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião, realizada em 12/09/2017. Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicação da Presidência.

Comunico que, atendendo ao cronograma aprovado por esta Comissão para a avaliação das políticas públicas que tratam dos instrumentos econômicos e financeiros disponibilizados pela União e daqueles presentes do Código Florestal para o desenvolvimento sustentável dos Estados brasileiros, realizaremos hoje a audiência pública para debater o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e dos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Programas de Regularização Ambiental (PRA). O terceiro debate para avaliação em curso tratará do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e está previsto para ocorrer em 18 de outubro.

Comunico também a realização de audiências públicas propostas pelo Senador Cidinho Santos, no âmbito do Plano de Trabalho para avaliação dos programas governamentais que têm por objetivo a revitalização das bacias hidrográficas de domínio da União, a serem realizadas nos dias 3 de outubro, para discutir a efetividade das ações de revitalização das bacias hidrográficas e a participação social.

No dia 17 de outubro, para debater os programas de revitalização de bacias hidrográficas brasileiras e avaliação e perspectivas.

No dia 31 de outubro, para discutir – Senador Hélio, saudações – o estado da arte da revitalização das bacias hidrográficas.

O item 1 da pauta é um requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno, e em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2017, de minha autoria, já aprovado nesta Comissão de Meio Ambiente, incluir, no rol de convidados para a Audiência Pública, relativo à avaliação da Política Pública para o presente exercício, a Avaliação dos Instrumentos Econômicos e Financeiros disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Cota de Reserva Ambiental (CRA) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso – FETAGRI/MT.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Ou seja, a inclusão da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso (Fetagri).

O requerimento é de minha autoria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião, agora, destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 26, de 2017, CMA, de minha autoria, com o objetivo de debater o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e dos Programas de Regularização Ambiental (PRA).

Esta audiência faz parte da avaliação da política pública estabelecida pelo Requerimento nº 13, de 2017, CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania – no site www.senado.leg.br/ecidadania – ou pelo telefone 0800-612211.

Imediatamente, então, queremos convidar o Sr. Elvison Nunes Ramos, Coordenador da Coordenação-Geral de Produção Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); também o Sr. Luciano Mansor de Mattos, pesquisador da Embrapa Cerrados; a Sr^a Laura Medeiros Braga, assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam),





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

representando o Observatório do Código Florestal; o Sr. João Carlos de Petribú Dé Carli, assessor técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Queremos dizer que ainda estão presentes conosco, e vamos chamar numa segunda rodada dado o espaço na Mesa: o Sr. Everton Frask Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; também a Sr^a Carolina Tavares da Silva Bernardo, professora e consultora de projetos da SAVE/Brasil, representando o Prof. Jorge Madeira Nogueira, da Universidade de Brasília (UnB).

Foram também convidados representantes da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), que não pôde estar presente – e com a justificativa de todos, mas até para não delongarmos, porque temos vários palestrantes, nós vamos já dar prosseguimento –; mas também estava convidado o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que podemos fazer a justificativa posteriormente.

Antes de iniciarmos, informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a elaboração do relatório.

Cada orador poderá usar da palavra por até 15 minutos. Restando um minuto e no fim do prazo, a campanha soará, mas, claro, a tolerância para a conclusão será dada pela Presidência.

Quero, então, passar a palavra ao Sr. Everton Frask Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Ah, está na segunda Mesa.

Então, aqui, na sequência... Vamos voltar lá.

Aqui, de acordo com a primeira Mesa, o Sr. Elvison Nunes Ramos, Coordenador da Coordenação-Geral de Produção Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

É importante dizer a todos que todas as transparências, todo o material que será aqui apresentado pelos palestrantes, tudo isso será disponibilizado também na internet.

Com a palavra o Sr. Elvison.

Pode ficar à vontade, em pé...

Tem microfone? Se ele quiser falar em pé... *(Pausa.)*

Enquanto providenciam o microfone, V. Sr^a pode falar desse microfone.

O SR. ELVISON NUNES RAMOS – Bom dia a todos e a todas.

Eu sou do Ministério da Agricultura, como já foi dito. Coordeno uma área que está intrinsecamente envolvida com esse tema. Sou auditor fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura e vou falar um pouco dessa agenda de Pagamento por Serviços Ambientais, do Programa de Regularização Ambiental e da interface que o Ministério da Agricultura logicamente tem com esse tema.

Bom, nós temos, logicamente, uma legislação ambiental, que permeia todo setor agropecuário, que traz regramentos, em termos de utilização do solo, para todas as propriedades rurais do Brasil. E,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

logicamente, o produtor rural, que é o nosso grande cliente, está inserido nesse processo e vem fortemente trabalhando para cumprir sempre os ditames previstos no Código Florestal ou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELVISON NUNES RAMOS – ... e os ditames previstos aí no Código Florestal.

Nós temos, logicamente, o CAR, que é uma política pública, no meu entendimento, de grande sucesso, porque já estão mais de 90% das propriedades cadastradas no CAR.

É uma política pública que, desde o início, o Ministério da Agricultura se empenhou fortemente para que desse certo. Fizemos acordos de cooperação com Ministério do Meio Ambiente, realizamos cursos para capacitação dos técnicos das EMATERs dos Estados no Ministério da Agricultura. Quer dizer, atuamos fortemente para que nós tivéssemos um avanço nesse processo, por acreditarmos realmente que o cadastro traria resultados positivos para o setor.

Nós temos aqui esse gráfico – na verdade, ele foi elaborado pelo Dr. Evaristo Miranda –, que mostra realmente o percentual que nós temos hoje no Brasil de vegetação nativa preservada ou conservada. Temos aí em torno de 66,3%. Isso é um dado do CAR; essa é uma avaliação feita com dados do CAR já. Isso mostra claramente que os imóveis rurais, a propriedade rural, na verdade, têm um papel de grande relevância nesse processo de preservação e conservação da vegetação nativa. Nós temos aí: em torno de 20% dessa área preservada no Brasil estão nas propriedades rurais, mais do que outras, vamos dizer assim, formas de conservação, como terras indígenas, unidades de conservação e assim por diante.

Então, a propriedade rural realmente hoje detém em torno de 20,5% da vegetação nativa nacional. Isso mostra realmente o papel relevante que o produtor rural tem nessa política pública.

Ou seja, nós temos alguns dados aí, que eu levantei, de que nós temos mais ou menos 4,1 milhões de imóveis rurais já cadastrados, o que corresponde a em torno de 410 milhões de hectares. E só 9% da área territorial do Brasil é usada para a produção de grãos, por exemplo.

No Sul, aí, nós temos que os produtores conservam em torno de 26% das suas terras. No Sudeste, 29%. No Centro-Oeste, 49%. Isso tudo são dados do Prof. Evaristo Miranda ao analisar os dados do CAR. E assim por diante. Então, a gente vê realmente que o produtor vem executando, com todo sacrifício... Logicamente que uns mais e outros menos, porque também a legislação ambiental brasileira, o Código Florestal mudou ao longo dos anos. Então, tivemos aí um Código Florestal que tratava da floresta apenas, não das outras vegetações; e hoje nós temos um Código que trata das vegetações. Então, o Pantanal, o Pampa não necessariamente precisava ter reserva legal, porque não tinham floresta. Mas, hoje, não; hoje o CAR está posto, e a gente sabe qual é o compromisso da propriedade rural.

Esse gráfico aqui é bastante conhecido, acho que de todos. Ele mostra realmente o empenho do setor agropecuário, ao longo dos anos, em promover uma agricultura sustentável. Se nós pegarmos ali, no ano de 1977, a área utilizada, a produção e a produtividade, se nós fizéssemos o rebatimento para agora, 2015, 2017, se nós mantivéssemos o mesmo nível tecnológico de 1977, nós deveríamos imaginar que a barra em vermelho deveria estar lá junto da faixa em azul. Ou seja, a área deveria estar correspondendo à produção e à produtividade, como era em 1977. Não foi assim que ocorreu.

Quer dizer, isso se deve ao uso intenso na agropecuária de tecnologia, tecnologia essa desenvolvida – nós temos aqui o representante da Embrapa que deve comentar também sobre isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quer dizer, o setor agropecuário tem uma proatividade muito grande usando tecnologias que poupam terra, ou seja, disponibilizam terra para outras atividades, para outros fins como o que prevê o Código Florestal como, por exemplo, área para recuperação de APP e de reserva legal.

Nós temos também o setor agropecuário participando fortemente na política nacional que estabeleceu aí as mudanças sobre o clima. Quer dizer, o setor agropecuário enfrentando as mudanças climáticas, o aquecimento global e eventos extremos. Ele não está mais como um que ocasiona esse tipo, mas sim como grande parceiro para mitigar essas ações. Então, nós temos hoje dentro da política um plano específico para a agricultura brasileira que é o Plano ABC. Nós temos dentro do Plano ABC tecnologias de ponta difíceis para o produtor implementar porque envolvem conhecimento em várias áreas. Existe um sinergismo enorme sobre essa tecnologia, mas com papel fundamental na conservação dos recursos naturais e na mitigação de gases de efeito estufa e também com um forte papel de adaptação do setor às variabilidades climáticas.

Temos, com isso, logicamente, dentro do Plano ABC uma linha de crédito que a gente chama de Programa ABC. Nós temos o Plano ABC e temos uma linha de crédito que se chama Programa ABC. Essa linha de crédito financia todas essas atividades sustentáveis de produção.

Nós temos uma taxa de juros hoje nesse Plano Safra 2017/2018 de 7,5%, que já foi bem menos. Nós temos aqui um setor agropecuário investindo fortemente em torno de R\$14 bilhões em tecnologias sustentáveis de produção não só na produção, mas também na recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal.

Nós temos aqui, para vocês verem, as taxas de juros que foram desenvolvidas ao longo dos anos. É claro que com a taxa de juros que hoje temos e essa crise econômica que o Brasil vem passando, logicamente, que limitou muito o crescimento da adoção dessas tecnologias por parte do produtor, mas nós já tivemos dados agora recentes que mostram uma nova tendência. Quer dizer, a volta do produtor, uma retomada do produtor ao uso dessas tecnologias. Esses aqui são os dados atuais, de agora, de julho e agosto de 2017 comparados a julho e agosto de 2016.

A gente percebe claramente o crescimento muito grande de 1.318% em termos de contratos feitos com a linha de crédito; de 224%, em termos de valor tomado pelo produtor, isso é um valor que ele vai pagar, ele vai retornar aos cofres públicos; em termos de área expandida, em torno de 1.361% a área expandida em comparação com o ano anterior. Isso simplesmente porque nós tivemos sinais de recuperação da política econômica brasileira e também uma diminuição da taxa de juros.

Nós temos, dentro dessa linha de crédito, o ABC Ambiental que é justamente uma linha de crédito para recuperação de APP e de reserva legal, ou seja, temos uma linha de crédito para ajudar o produtor a cumprir esse papel que é a recuperação, o programa de recuperação ambiental da sua propriedade. Só que o produtor tem dificuldade de acesso a essa linha de crédito. Por quê?

É que ele chega ao banco com o projeto e não consegue a liberação do banco porque o projeto normalmente para recuperar APP e reserva legal não gera renda e ele não tem como comprovar o pagamento das parcelas. Então, é uma dificuldade que estamos trabalhando junto ao Ministério do Meio Ambiente para ver outras alternativas para que a gente consiga estimular e realmente cumpriu o que já está previsto no Código Florestal que são programas, planos que incentivem o produtor a recuperar a sua APP e a sua reserva legal. Por quê esse esforço do produtor em usar tecnologia sustentável de produção de poupar terra, diversificar, se adaptar às mudanças climáticas é um esforço individual, mas os benefícios de ele fazer tudo isso são coletivos. Quer dizer, a sociedade toda





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

participa de uma água de boa qualidade, de um solo de boa qualidade que infiltra água e não deixa causar erosão, não deixa assorear os rios. Então, a sociedade se beneficia só que, por enquanto, quem custear tudo isso e o esforço ficam por conta somente do produtor rural, que tem um papel fundamental nesse processo, como já mostraram os dados do Evaristo Miranda ao analisar os dados do CAR, que é a participação da propriedade rural na preservação da floresta nativa, da vegetação nativa brasileira.

Nós temos aqui uma última lâmina só para mostrar que esse processo de pagamento por serviço ambiental é superimportante para o setor agropecuário. O setor agropecuário responde a isso, mas precisamos vencer realmente inúmeras barreiras para que a gente consiga resolver isso. O produtor hoje se vê prensado entre duas situações. Ou seja, há necessidade de preservação da vegetação nativa – ele vem fazendo isso – só que ao mesmo tempo nós temos legislações atuais vigentes no Brasil que tratam da vegetação nativa e excedente à reserva legal, por exemplo, como área não produtiva. Então, há produtor rural hoje que tem a reserva legal e tem um excedente, por exemplo, de 300ha de vegetação nativa e, dependendo do fiscal que for lá na propriedade, vai considerar essa área de 300ha área improdutiva – isto está no Estatuto da Terra –, ou seja, ele considera essa área improdutiva e passa a mensagem para o produtor: "Você deveria ter desmatado tudo isso aqui. Não desmatou, agora vai cair no grau de utilização da terra e a sua propriedade pode ser disponibilizada para a reforma agrária."

A mensagem que a gente passa às vezes com uma política pública não atualizada, uma política pública que não tem incentivos para que ele preserve, é muito negativa. A gente precisa realmente regulamentar o Código Florestal, estabelecer o PSA e as suas várias formas, regulamentar a cota de reserva legal, ou seja, o excedente de reserva legal para o produtor ter a oportunidade de comercializar isso no mercado. Nós precisamos regulamentar isso. E também outro ponto importante é que temos uma linha de crédito que auxilia o produtor, mas a taxa de juro inviabiliza. Nós deveríamos, junto ao Conselho Monetário Nacional, em que o Ministério da Agricultura não tem assento – a gente é representado pelo Ministério da Fazenda –, propor taxa de juros mínimas ou igual a zero para a questão de recuperação de reserva legal e de APP, porque a responsabilidade legal de conservar, de preservar a reserva legal é do produtor rural. Houve uma inversão do ônus da prova. Se alguém entrar na propriedade e derrubar quatro, cinco pés de árvores da reserva legal do produtor, quem responde é o produtor, quem tem que provar que não foi ele que fez aquilo é o produtor.

Aí o produtor nos fala: "Oi, Elvison, você que trabalha no Ministério da Agricultura, eu moro aqui na roça, não tenho nenhum tipo de segurança. Quer dizer que eu vou ter que botar um vigia para cuidar de pé de pau, enquanto na minha casa eu não tenho nenhum tipo de vigilância, nem nada? Eu vou ter que vigiar porque senão eu posso ser acusado de ter desmatado?"

Então, a gente precisa realmente promover a recuperação, estimular o produtor, regulamentar o pagamento para os serviços ambientais, para que a gente consiga realmente estimulá-lo, quer dizer, mostrar para o produtor que ele está fazendo algo de bom não só para ele como para a sociedade como um todo. E conservar e preservar a vegetação nativa é o primeiro passo.

Então nós precisamos, realmente, atualizar a legislação e dar, realmente, parabéns para o produtor por estar participando com 20% nesse total de vegetação nativa preservada, e eu acredito que, cumprindo o Código Florestal, essa participação da propriedade rural deve aumentar bastante.

Então eu agradeço e fico à disposição aí, para perguntas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Na sequência, então, o Sr. Luciano Mansor de Mattos.

Eu acabo de receber uma mensagem aqui de um internauta, dizendo que: "Hoje nós vamos ter no plenário do Senado a possibilidade de aprovar o PLC 38, de 2015, que é o PIB-Verde, aprovado pela CAE em abril. O projeto determina que o IBGE considere o patrimônio ecológico brasileiro no cálculo da evolução anual do PIB.

Segundo o autor da proposição, que é o Deputado Otavio Leite, esse cálculo deverá levar em conta o Índice de Riqueza Inclusiva da ONU, assegurando a convergência com metodologias adotadas em outros países, a fim de permitir comparações.

Ao contrário do que proclama a histeria dos "ecochatos", a agricultura brasileira, graças à sua alta produtividade, ocupa no máximo 10% do Território nacional, segundo dados do Cadastro Ambiental Rural analisados pela Embrapa. Outros 20% são ocupados pela pecuária. Assim, cerca de 70% das terras brasileiras estão em áreas de preservação (florestas e parques públicos, terras indígenas, áreas privadas), de desmatamento proibido. Mesmo assim, a safra mais recente de grãos produziu 240 milhões de toneladas em comparação com 30 milhões em 1970.

O agronegócio brasileiro é um pilar essencial da segurança alimentar do Planeta, pois o País colhe em um ano o suficiente para alimentar 1 bilhão de pessoas. As áreas de vegetação nativa, conservadas pelos produtores dentro de suas propriedades, sem nenhum subsídio governamental, chegam a 20% da superfície brasileira.

Na minha opinião, a transformação do projeto do PIB-Verde em lei refletirá com mais precisão à Justiça, a contribuição da nossa agricultura à sustentabilidade ambiental do Brasil e do mundo."

É uma consideração que também, se aqui os palestrantes quiserem falar sobre o assunto... Porque uma coisa acaba tendo a ver com outra.

Com a palavra, então.

O SR. LUCIANO MANSOR DE MATTOS – O.k. Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer, Sr. Presidente, pelo convite à Embrapa, estou aqui representando a nossa instituição, e vou fazer uma apresentação com duas partes, a primeira focada nos projetos em rede que nós temos, que vêm contribuindo direta ou indiretamente com o Código Florestal; e depois colocar algumas questões importantes de contribuição para o desenho de políticas públicas, com foco em serviços ambientais e numa abordagem...

No início, nós tínhamos uma abordagem muito remetida à questão ambiental, estritamente, e, hoje, há um processo atrelado também à produção sustentável de transição produtiva de sistemas que cumprem dupla função: de produção e de cumprimento de legislação ambiental.

Bom, o primeiro ponto que eu queria destacar é o projeto especial da Embrapa sobre o Código Florestal. O que são os projetos especiais dentro da nossa casa? São projetos demandados pela Diretoria Executiva a partir de grandes desafios nacionais.

Então, na nossa página da Embrapa, há aqui, no finalzinho, uma caixinha do Código Florestal em que nós trazemos um *menu* de opções para o produtor, para os técnicos, para os estudantes e tudo o mais sobre recuperação de APP, Reserva Legal, Área de Uso Restrito, com estratégias de recuperação, de experiências e boas práticas e também um *menu* de espécies vegetais nativas para esse processo de recuperação e de mudas e sementes. Então, abrange todos os tipos de ambientes: APP, Reserva





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Legal e Área de Uso Restrito – vou falar *en passant* sobre isso –, com experiências de recuperação descritas nessa parte do *site*.

Há uma publicação virtual sobre o Código Florestal, que traz, para o caso do bioma Cerrado, modelos de recuperação de matas ciliares e matas de galeria – no lado direito, a fisionomia do Cerrado e estratégias diferenciadas. No Cerrado, há vários subsistemas, o que necessita de estratégias de plantio, manejo e espécies diferenciadas, pois, às vezes, numa mesma propriedade, existem vários tipos de subsistemas.

No caso do bioma Mata Atlântica, o foco está na mata ciliar com talhões facilitadores, com modelos de talhão para serem replicados, paulatinamente. A gente sabe que o custo é alto e que o retorno, às vezes, não é compatível com o custo. Então, deve ser um processo paulatino.

No caso do bioma Amazônia, a gente tem trabalhado muito com o foco na tradição do bioma, que são os sistemas agroflorestais preexistentes – até antes de se cunhar esse termo, isto já era bastante presente na Amazônia: a exploração sustentável dentro de Áreas de Preservação Ambiental, como açaí e tudo o mais, e Reserva Legal, além de estratégias de recuperação com sistemas certamente ambientais ou produtivos que cumprem dupla função.

Trazemos, nesse projeto, publicações... Aqui só um exemplo de terraceamento, com técnicas de boas práticas. Por incrível que pareça, a gente vê ainda muito no campo, em sistemas de plantio direto, produtores tirando os terraços para aproveitar maior quantidade de áreas. Existe uma erosão liminar entre a palha e o solo que é invisível e que se torna bastante perigosa para a longevidade da produção do próprio produtor. Então, há várias orientações sobre isso. Esse aqui é só um exemplo de boas práticas – existem diversas, e não há tempo para detalhar.

Há também um *menu* de espécies recomendadas para cada tipo de sistema, com a identificação, no mapa de cima, da área de ocorrência, fotos de qual é a espécie, técnicas de reprodução – por muda ou sementes –, estratégias de manejo, enfim, como é o comportamento em relação à demanda de água. Então, é um *menu* bastante grande: 331, no Cerrado; 132, na Mata Atlântica; 151, no Pantanal.

No caso da Caatinga, no ano passado nós publicamos essa cartilha pela Embrapa Semiárido de Petrolina, Pernambuco, com a caracterização e o uso de espécies nativas, e uma outra cartilha de produção de mudas para reflorestamento de matas ciliares. Enfim, temos um conjunto de resultados já, em menos de cinco anos após a aprovação do novo Código, que já traz um subsídio bastante grande para esse processo necessário, estabelecido pelo Código.

Também há uma série de publicações. Essa primeira é de minha autoria, anterior ao projeto do Código Florestal, que traz bases conceituais, metodologias e estudos de caso, como resultado do Projeto Decisões Uso da Terra.

Eu sempre enfatizo que é importante, além de trabalhar questões de manejo, que a gente interprete com pesquisas socioeconômicas, que é um trabalho que eu fiz, quais são as variáveis que influenciam decisões dos produtores, para que a gente não faça recomendações técnicas fora das variáveis que vão condicionar ou influenciar esses processos de decisão.

Posteriormente, já que com o Projeto WebAmbiente atrelado ao Projeto Especial do Código Florestal, trabalhamos aí atributos funcionais de espécies da Mata Atlântica, como ferramentas de planejamento, e esta publicação muito interessante, recente do ano passado também, em parceria





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com o Icrat, ali do lado direito, que é a técnica de restauração ecológica em sistemas agroflorestais para os Biomas Cerrado e Caatinga.

É muito comum esse tipo de dado para a Amazônia, e acho que essa publicação é bem pioneira, porque ela traz elementos fundamentais para viabilidade econômica e também para cumprimento de legislação ambiental, a partir de sistemas agroflorestais ou sistemas mistos como um todo. Sistemas agroflorestais são muito plurais, desde sistemas mistos mais simples até os mais complexos, e também todo um trabalho de multimídia, como Prosa Rural e Dia de Campo na TV, que são nossos programas de rádio e TV, que podem ser baixados gratuitamente na internet para uso de qualquer rádio pública e privada e também cessão de programas pelo Dia de Campo, para programas de televisão. O Globo Rural, Canal Rural e outros programas os utilizam com bastante frequência.

Temos também o portfólio. O que é um portfólio? É uma diretriz, em que se grudam vários projetos nele, de mudanças climáticas, com várias estratégias, que, indiretamente, perpassa pela questão do Código Florestal, porque não é diretamente ligado ao Código Florestal, mas mostra como o sistema de produção e outros sistemas de cunho estritamente ambiental podem contribuir com o processo de mudanças climáticas.

É bastante coisa, eu vou passar um pouco rápido, mas basicamente nós trabalhamos com a análise de tendências, modelagem de sistemas, balanço de carbono e análise de riscos e análise de sustentabilidade social-econômica-ambiental – um projeto bastante amplo.

Outro projeto importante é o AgroHidro, que trabalha este tripé: agricultura, mudança climática e recursos hídricos, com oferta e demanda de água para agricultura, esse tipo de estimativa. Como estão se estabelecendo, como estão conjecturando a questão dos extremos climáticos, incluindo secas em algumas regiões – secas extremas e excessos de pluviosidade em outras. A questão também da coordenação de vários tipos de trabalho nessa rede em agricultura irrigada. Questões preocupantes como o lençol freático, que começa a manifestar problemas de baixar o seu nível no Matopiba, sobretudo no oeste da Bahia, que tem de ser muito bem trabalho, para não comprometer a longevidade de produção de sementes.

Outra questão bastante interessante que a Embrapa é o conjunto de projetos de emissão de gases, como isso se comporta, de Fluxus, Pecos e Saltus – agricultura, pecuária e florestas –, com modelagem e sistemas de produção, outros tipos de modelagem social-econômica-ambiental, sensoriamento remoto e sistemas de informação. Bom, o Elvison já falou um pouco sobre a questão de como o trabalho do Fluxus, Pecos e Saltus é fundamental, porque nós trabalhamos primeiro o comportamento em monoculturas, depois em sistemas integrados; como esse projeto também pode contribuir com a tecnologia de iLPF, e o potencial desse tipo de tecnologia que já superou metas.

Aqui resultados mostram no gráfico já a elevação de carbono no solo a partir do trabalho em iLPF, estabelecimento de sistemas.

Aqui o processo de adesão. Eu vou passar isso rápido.

E aqui um gráfico que mostra, desde 1970 até 2014, a contribuição de cada tipo de sistema para emissão de gases. A gente vê na barra azul claro a fermentação entérica e a importância de se trabalhar melhores técnicas de manejo, produção, pecuária, a grande contribuição da pecuária e também dos solos na emissão de gases.

Aqui alguns resultados mostram, num sistema de lavoura arroz/soja, sorgo safrinha, em comparação com pastagens de braquiária, um balanço que mostrou, nessa rotação, lavoura-pecuária,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ganhos importantes e balanço que assimila... Ali, o balanço parcial negativo demonstra que o sistema assimilou carbono. A gente não está ainda considerando a emissão de gases metano nestes sistemas, porque Fluxus, Pecus e Saltus vão estabelecendo resultados, e, aos poucos, a gente vai integrando isso, com o cuidado de não integrar dados de monoculturas isoladas, porque o comportamento de sistemas mistos é diferente.

Além do Fluxus, eu vou passar rápido aqui.

Bom, aqui é um resultado interessante dos sistemas de integração lavoura-pecuária em relação à soja convencional, que mostra, no caso da emissão, como diminui a emissão em sistemas integrados. E aí, nos próximos passos, nós vamos trabalhar a questão de assimilação e balanço de óxido nítrico e outros gases de efeito estufa. Aí ainda está um dado só de emissão, e estamos trabalhando para chegar ao balanço.

Então, aqui já são dados contundentes que a soja convencional, em relação aos sistemas integrados, esse tipo de evolução que a gente está tendo na agricultura, é muito importante para a qualidade ambiental.

A questão também é que a gente tem de olhar para oportunidades. Por enquanto as emissões, nessa comparação de cana, integração, milho, pastagens e pinus, a cana manifesta a maior emissão, mas ela tem uma biomassa muito grande, então nós vamos ter de ponderar a assimilação para fazer o balanço. Mas, enfim, o que fica como recado, ainda com dados inconclusos, parciais, é que nós temos de olhar eventuais problemas como oportunidade de inovação e temos de olhar produtos de exportação, como o açúcar, como a soja e outros produtos como uma estratégia importante para fazer inovações ambientais dentro sistemas produtivos para se proteger de futuras barreiras não tarifárias.

Aqui o Pecus vem trabalhando, no caso da pecuária, de uma maneira muito importante, no manejo de pastagens e melhoria da pecuária por apresentar grande potencial de emissão de gases, no Bioma Mata Atlântica, que é um Bioma que já tem uma área desmatada bastante grande e que não pode sofrer esse tipo de intervenção, além do que já foi feito em relação à retirada de vegetação nativa, muito porque há a questão de regime de chuvas para o setor produtivo.

Eu vou passando rápido aqui. A questão no Sul do Brasil. O pinus mostrando a sua capacidade de balanço em relação à floresta nativa e também com resultados bastante interessantes.

E aqui é um trabalho que, especificamente, foi sob minha coordenação, porque eu trabalhei muito tempo na Amazônia, e que é, no caso de cenário não da agricultura empresarial, mas da agricultura familiar também que trabalhamos, um parâmetro, uma base, por exemplo, para a valoração dos serviços ambientais. Um produtor que trabalha do plantio à colheita num sistema de corte e queima, que emite muito carbono, ele tem 120 diárias de trabalho por hectare para ser estabelecido desde o plantio à colheita. Se ele for retirar o fogo do sistema, ele vai ter 30 dias de trabalho a mais e ele vai ter ainda cinco horas de mecanização que ele vai ter que bancar para a trituração de capoeira, se for o caso de trabalhos coletivos de trituração de algum Projeto Tipitamba, em que a gente está trabalhando.

Só olhando o primeiro cenário positivo da agricultura sem fogo, essas 30 diárias de trabalho a mais, multiplicando pelo valor da diária local, por exemplo, supondo 50 ou até um pouco a mais, vai dar R\$600,00 é um parâmetro para fazer a valoração dos serviços ambientais. Quanto custa para tirar o fogo? Custa um parâmetro, mais ou menos, de 30 diárias de trabalho. Isso não quer dizer que ele tem de ser remunerado por isso. Esse é um parâmetro para fazer um percentual da diária. Eu não estou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nem considerando aí a perda de produção do primeiro ano, em que a mineralização da matéria orgânica é mais lenta, então a produtividade não é a mesma.

Então, são alguns parâmetros que a gente trabalhou.

Aqui, no Cerrado, a questão também de sistemas agroflorestais sucessionais. Então, essas quatro primeiras fotos, quatro safras, em dois de anos, de hortaliça, depois a entrada de café sombreado, depois junto com limão, banana, abacate, frutíferas, eucalipto também para produção de madeira na construção civil, produção de biomassa, manifestando um custo de produção alto, típico de sistemas mistos no começo. Neste cenário, houve uma pequena queda de fluxo de caixa a partir do terceiro ano. Nós vamos pensar em redesenhos para isso, mas, de maneira geral, uma análise financeira de lucratividade é satisfatória...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIANO MANSOR DE MATTOS – Produtividade do trabalho é interessante neste caso, e um trabalho interessante foi que o manejo de sistemas integrados fertilizou tanto a terra – e o uso do pó de rocha teve tanto sucesso ainda de maneira experimental – que o produtor vai poder trabalhar com custos evitados daqui para frente. O sistema tem um aporte em matéria orgânica grande que melhora a qualidade do solo e diminui o seu custo no longo prazo, porque ele pode reduzir esses aportes, com o risco de que o pó de rocha em excesso eleva muito PH e disponibiliza nutrientes, mas, com uma dosagem adequada, ele pode melhorar a condição de sua produção, tanto com redesenhos agroflorestais, redução de aporte em insumos pela alta fertilização e mecanização florestal, para aumentar a produtividade do trabalho.

Agora uma questão muito importante – e eu queria dar este recado aqui: é fundamental a adaptação das planilhas de crédito do Banco Central para sistemas agroflorestais e outros sistemas mistos.

Num estudo de caso que nós fizemos aqui numa fazenda do Distrito Federal, uma fazenda de médio porte, não é um caso de agricultura familiar, é de médio produtor, na Fazenda Amigos do Cerrado, por exemplo, a demanda de capital para um hectare financiado de um sistema misto foi equivalente... Se a gente pegar todas as espécies que existem ali e fazermos um projeto, é um hectare. Como o banco não aceitou o sistema misto, teve de fazer projetos por culturas, isso elevou o custo correspondente a 2,22 hectares.

Então, a planilha de créditos tem de ser adaptada para sistemas mistos, porque senão isso eleva o custo de produção do produtor num sistema muito viável financeiramente e ambientalmente e faz com que coloque em risco não só o produtor como a própria circulação de capital do agente financeiro.

Outra questão do zoneamento de risco climático novamente é a questão dos sistemas mistos. É necessário a gente avançar na construção do conhecimento para financiamento de sistemas mistos de ILPF, de sistemas agroflorestais.

Aqui vou dar um exemplo contundente: alguém já viu maçã no Cerrado? Nós temos uma experiência de um produtor aqui, muito experimental ainda, que ele consegue criar um microclima tão grande no sistema agroflorestal que ele consegue produzir maçã em plena seca do Cerrado.

Acabou o meu tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Não, pode...





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUCIANO MANSOR DE MATTOS – Então, é lógico que não estou vindo aqui fazer uma recomendação de maçã para o Centro-Oeste. Não é isso. É um trabalho experimental, mas que mostra a capacidade dos sistemas mistos de criarem microclimas, e como o comportamento de culturas em sistemas mistos em relação a sistemas de monocultivos ou sistemas menos complexos, com algum tipo de consórcio, muda – ciclo, produtividade, tudo mais.

Então, é muito importante a gente começar a pensar nisso, não só unir as técnicas de manejo, resultados de pesquisa – ressalto que esse não é um resultado contundente ainda, é uma observação simplesmente –, mas unir isso à estrutura dos agentes financeiros. A gente tem de criar essa institucionalidade dentro do Banco Central e dos agentes financeiros, dos bancos públicos, das cooperativas de crédito e da assistência técnica público-privada.

Por fim, algumas contribuições, eu quero passar...

Uma coisa que, no Brasil – deixe-me adiantar isso aqui –, apesar de a gente ter um Código Florestal já há cinco anos, a gente ainda não estruturou programas contundentes de serviços ambientais. Temos algumas experiências.

O Brasil começou a trabalhar muito fortemente esse tema no final da década de 90, mas ele está muito focado em projetos pequenos, de iniciativas privadas, de organizações não governamentais ou alguns projetos incipientes, que podem servir de modelo, como o clube de prefeituras e algumas unidades federativas.

E, na América Latina, eu estive, numa época, coordenando... Existe uma rede que se chama Iniciativa Amazônica, com nove sub-redes, e eu coordenei a Rede de Serviços Ambientais, na Pan-Amazônia, e, neste caso, a gente pôde observar que os países da América Latina começaram o trabalho dos serviços ambientais posteriormente ao Brasil com essas experiências, só que avançaram mais rápido em termos de estruturação de políticas. O destaque é Costa Rica, mas também temos outras experiências muito interessantes com água, no México; no Equador também, alguns trabalhos bem interessantes. Então a gente precisa avançar, pegando também exemplos brasileiros já existentes e também de países latino-americanos.

Alguns recados finais: o tema "Pagamento por Serviços Ambientais" não deve ser assumido a partir de uma visão contratualista de Estado x ente privado e/ou ente privado x ente privado de contratos.

Preocupa-me o PL 792, de 2007, em discussão na Câmara, já participei em várias Comissões – Meio Ambiente, Agricultura e depois Comissão de Tributação e Finanças –, porque essa visão está muito contratualista naquela Casa, e a gente precisaria estabelecer um diálogo maior para superar isso.

Não é pertinente também essa visão de transação comercial entre usuários pagadores e provedores recebedores. Eu lanço uma pergunta aqui, que a gente não precisa resposta: quem não é usuário de água neste mundo? Então, vai todo mundo pagar.

O PSA não é um instrumento de mercado. Ele deve ser um mecanismo para qualificar políticas públicas, para incentivar economicamente o desenvolvimento rural, o sistema de produção, e aprimorar a governança ambiental, que não pode estar dissociada do controle social, com participação de representações de produtores. E nem todo programa de serviços ambientais – acho que é um recado importante a passar – pressupõe pagamento. O foco deve ser a provisão de serviços





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ambientais em área de conservação ambiental e em áreas de transição produtiva e é necessário incluir o potencial manifestado por todas as categorias produtivas.

Por fim, uma estrutura que eu trago aqui: um fundo de serviços ambientais...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIANO MANSOR DE MATTOS – ... não precisa, necessariamente, ter um trabalho de remuneração direta, com um PSA direto antecipado ou posterior, mas ele pode pensar em PSA indireto, como isenção ou desconto de tributos, rebate ecológico no crédito rural, além do rebate social e serviços diferenciados.

Além disso, há outras estratégias. O maior exemplo do que o Brasil tem, eu acho, é o ICMS Ecológico, que recoloca critérios para redistribuir recursos do ICMS sem necessariamente pressupor nenhum tipo de remuneração, mas garantindo a provisão de recursos naturais.

Último eslaide.

Qualquer programa de serviços ambientais pressupõe a coordenação pelo Estado; um marco legal e orçamento; a integração a um programa territorial, que é uma coisa que se esvaziou no Brasil, a gente precisa recuperar isso, a questão de paisagem rural, é importante pensar num programa territorial como uma estratégia ampla, guarda-chuva; temos que ter indicadores oficiais e valoração indireta de serviços ambientais (custos do trabalho, custos evitados, custos de oportunidade), o conjunto dessas metodologias; e ter uma estratégia de planejamento ambiental e econômico integrado. Eu acho que o CAR vem mostrar isso. A experiência do programa Proambiente, que eu coordenei de 2004 a 2007, que foi um programa de transição agroflorestal – eu fiquei cedido da Embrapa para o Meio Ambiente para coordenar um programa de transição agroflorestal –, acho que as experiências dos planos de utilização do Proambiente e do CAR podem trazer base para o planejamento e os acordos territoriais, aproveitando também experiência do Pronat e do Proambiente.

São alguns elementos, o tempo é curto – estourei aqui, desculpa.

Obrigado.

Se por acaso alguém quiser algum detalhe a mais dos projetos que eu citei, está aí o meu contato, eu repasso aos pesquisadores que coordenam os projetos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Pedro Chaves, eu gostaria de registrar sua presença. V. Ex^a está inscrito e poderá pedir, no momento que quiser. Nós temos ainda mais quatro oradores. Fique à vontade.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu vou ter de ir ainda à Comissão de Educação, então, meu caro Presidente Wellington Fagundes, senhores convidados, eu acho que é um tema muito importante o PSA. Eu sou o relator do Projeto Pantanal e um dos itens importantes que nós estamos colocando é a remuneração por PSA e, acima de tudo, criando um fundo do Pantanal, com já existe o Fundo Amazônia. Depois eu vou pedir mais subsídios ainda sobre este ponto, porque acho que é importante a gente ter esse fundo, porque é uma forma de ter recursos, para que aconteça a remuneração.

As perguntas são as seguintes: em relação a Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), há quem defenda que ele deve ser feito apenas a produtores que mantiverem intactas suas áreas de florestas,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ou seja, que estejam de acordo com a legislação. Por outro lado, dessa forma, os produtores que poderiam realizar projetos de recuperação de áreas de reflorestamento não seriam alcançados pelo PSA, o que tornaria praticamente nula a realização desse tipo de projeto em locais como o Estado de São Paulo, por exemplo, onde restam apenas 8% da cobertura florestal original. Diante disso, quem de fato deveria receber os recursos provenientes do PSA?

Segunda pergunta. De acordo com o art. 225 da Constituição Federal, todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo obrigação do Poder Público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Se a obrigação de preservar o meio ambiente é prevista na Constituição, deve-se pagar por isso? Se atualmente já contamos com uma grande quantidade de grileiros e madeireiros que não colaboram com a preservação ambiental, qual a garantia de que eles deixarão de destruir florestas, como já o fazem, apenas para receber por isso?

Terceira pergunta: o Programa de Regularização Ambiental (PRA) é uma iniciativa que efetiva a proteção de ambientes, áreas que não podem ser degradadas, por meio de recuperação ou compensação, mediante ações propostas pelos próprios produtores rurais ou donos de imóveis rurais inscritos. Embora não seja obrigatório, para se cadastrar no PRA é preciso que o proprietário do imóvel rural esteja inscrito no CAR (Cadastro Ambiental Rural). Esse cadastro exigido para adesão ao programa será feito somente em relação a uma propriedade específica ou deverá ser feito para todas as propriedades em nome do interessado?

Quarta pergunta: no caso de propriedades rurais que exploram o turismo e o ecoturismo, que geram renda para o proprietário, mesmo aderindo ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e se comprometendo a manter as áreas de preservação será possível essas atividades? Quais os limites para exploração dessas atividades?

Última: enquanto o proprietário estiver devidamente inscrito no Programa de Regularização Ambiental, o que ocorre com as sanções administrativas que já lhe foram impostas anteriormente à adesão ao programa?

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – V. Exª vai aguardar a resposta? Eu poderia pedir que já respondesse...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como a pergunta não foi dirigida especificamente... Mas, fique à vontade.

O SR. ELVISON NUNES RAMOS – Elvison, Ministério da Agricultura.

Há alguns pontos que eu acho que o nosso Secretário de Mudanças Climáticas do MMA poderia ter... Acho que ele tem mais propriedade para responder, o Secretário Everton.

Eu sou do Ministério da Agricultura. Vou tentar responder algumas, o que eu penso com relação... Logicamente, eu poderia receber as suas perguntas e depois formular uma resposta mais qualificada, porque aqui, às vezes, a gente não consegue respondê-las na sua integralidade.

Com relação ao produtor rural, eu acho que – como o Luciano comentou – ele é altamente qualificado para receber algum tipo de pagamento, não necessariamente na forma de pagamento propriamente dito. Há várias formas de se incentivar. Eu acho que o Pagamento por Serviços Ambientais é um nome dado, mas ele pode ter várias formas de chegar ao produtor rural. O produtor rural, logicamente, é merecedor, porque ele faz um esforço muito grande realmente para conseguir





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

adotar tecnologias sustentáveis de produção. Para que ele consiga fazer isso, ele tem de mudar um sistema produtivo, ele tem de acessar crédito. Então, ele tem de entender o potencial que ele tem, de conservar o seu solo e até de transformá-lo – às vezes o solo é de baixa qualidade e ele consegue, através de um bom manejo, de um manejo adequado. Como era o cerrado, no início: não havia expectativa nenhuma de produção agropecuária e hoje é uma das grandes áreas de produção; por quê? Porque o manejo adequado viabilizou isso. Então nós podemos transformar um solo que é fraco, em termos de estrutura física, química e biológica, num solo realmente forte, num solo que retém matéria orgânica, que contribui para as mudanças climáticas, que contribui para a infiltração da água. Mas isso é um esforço que ele faz.

A Constituição diz que nós todos devemos realmente zelar por um meio ambiente saudável e tudo o mais, mas quando o produtor rural produz e paga seus impostos, ele obtém o lucro da produção, mas o esforço que ele faz para adequar a sua produção às novas tecnologias de conservação de solo e água, principalmente – dois recursos naturais importantíssimos de que nós estamos falando aqui –, o esforço que ele faz de preservação da vegetação nativa, que não é algo fácil...

Como eu disse, hoje a legislação inverteu o ônus da prova, ou seja, não cabe ao acusador provar, e sim ele tem de provar que não fez aquele desmatamento. Então a gente vê produtores rurais sofrendo hoje com essa questão de ter de vigiar sua reserva legal para que não haja nenhum tipo de roubo de madeira, porque é frequente cortar o arame, tirar alguns pés de essências nativas.

Então, existe toda uma tensão no campo pelas obrigações que o produtor rural tem de cumprir em relação à legislação vigente. O esforço que ele faz para manter esse processo de uso de tecnologias deve, sim, ser recompensado com algum tipo de benefício, algum tipo de estímulo para que ele se sinta realmente parte de um processo de reconhecimento de um trabalho executado em prol não somente em termos das mudanças climáticas, mas da conservação e preservação dos recursos naturais.

O SR. LUCIANO MANSOR DE MATTOS – Vamos lá. Com relação a...

Só uma sugestão antes: na proposição que o senhor está fazendo, de um fundo do Pantanal, a minha sugestão é de haver um fundo fiduciário. Não sei se é nessa perspectiva que o senhor tem trabalhado. Um fundo fiduciário é importante porque existe um aporte ordinário, que pode vir do Tesouro e também de contribuições das unidades federativas, e os aportes extraordinários, de doações internacionais, de associações de produtores, em que o fundo não está dependendo das questões, das instabilidades econômicas, políticas e tudo o mais, e das restrições orçamentárias. Eu acho que é uma estratégia em que ele é mais moroso para dar resultados, mas, quando começa a dar, ele não se esgota. É melhor do que começar tendo muito resultado e depois ele se esgotar, e aí perder-se credibilidade. A credibilidade no campo e em qualquer setor produtivo é muito importante. E mesmo porque, quando começa paulatinamente – a gente tem experiências interessantes –, são sempre os pioneiros em inovação que vão aderir, e isso serve como uma vitrine. É normal em qualquer setor produtivo – e na agricultura não é diferente – que a gente se espelhe naquele vizinho que a gente tem confiança de que é inovador.

Bem, com relação ao PSA, o senhor coloca uma questão muito importante: quem deve receber. Quem preservou, a princípio, pode parecer mais justo que receba; por outro lado, quem... A dinâmica





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da agricultura na década de 60 e 70 quase que impunha o processo de desmatamento. Então, como harmonizar esse processo?

Nós temos uma experiência na América Latina, na Colômbia, na bacia do Rio La Vieja, que tinha muito café e passou por um processo de pecuarização que trouxe um processo erosivo muito grande, pois é uma área montanhosa, e ali eles estabeleceram um projeto interessante. Sob o ponto de vista de impacto ele é pequeno, mas sob o ponto de vista metodológico ele é muito interessante. Foi feita uma grade de biodiversidade e carbono a partir de vários tipos de uso da terra, com pontuações. Foi feita uma grade de biodiversidade e carbono a partir de vários tipos de uso da terra, com pontuações. Então, no começo do programa, quem tivesse uma área mais preservada recebia mais, e quem tivesse menos recebia menos. Só que são estabelecidos planos de propriedade, e, conforme aqueles produtores vão avançando, aquele que já tem preservado vai diminuindo a remuneração dele e aquele que vai melhorando seus sistemas vai aumentando, para poder fazer um equilíbrio... Não gosto de falar de equilíbrio, mas de uma questão mais justa. Se, por um lado, quem preservou perdeu recursos pela renda abdicada, quem optou pelo desmatamento num outro contexto, décadas de 60 e 70, está sendo hoje responsabilizado por uma questão que foi embutida institucionalmente no passado. Então, temos que parar de entrar nesse tipo de polêmica e estruturar uma maneira que contemple todos os perfis.

E aí quem tem direito... Todos devem receber. Aí é uma questão de direitos e deveres. O CAR é muito interessante nisso, porque ele traz um dever de fazer o CAR... Eu não gosto de ficar só no voluntarismo, pois acho que temos que ter a questão de direitos e deveres, porque, se ele não cumpre o dever dele de fazer o CAR, ele perde o direito ao crédito. Então, isso é uma conjugação. Se fosse só no voluntarismo, de adesão a programas, de adesão ao CAR, isso não teria dado certo. Embute-se uma obrigação, mas, depois, cria-se um processo de consciência em novas gerações de produtores.

Pagar para recuperar já está dado. No novo Código Florestal, passa-se a ser permitido. Então, eu acho que não cabe muito a discussão sobre isso. Existia essa polêmica antes do novo Código, com confrontos entre as pessoas do direito ambiental, os especialistas na área, com dissenso sobre isso, mas o novo Código esclarece.

Ecoturismo, agroturismo. Eu não vejo grandes problemas nessa questão. Você pode preservar a propriedade e explorá-la nesse sentido, porque não dá para comparar com a questão produtiva. Por exemplo, produzir em APP é proibido, mas, quanto a fazer algum tipo de trabalho de agro e ecoturismo na propriedade, eu não vejo nenhum problema.

Como estruturar Pagamento por Serviços Ambientais. Aí entra não na questão do turismo em si, entra na questão de uma grade de biodiversidade de carbono, como eu citei. Uma propriedade mais preservada, no começo, pode se capitalizar com isso, mas, no processo, essa renda pode ser substituída pela atividade do turismo.

Por fim, a questão do CAR. O CAR é um ganho muito grande, mas acho que agora o próximo passo é trabalhar a questão das sobreposições de áreas. Isso é fundamental. Documentos foram anexados. Agora, tem que haver toda uma revisão para ver se eles estão aptos. Com certeza, vão aparecer documentos inaptos e sobreposições de propriedades particulares com áreas coletivas.

Então, é importante que esse segundo passo seja dado, porque o programa ganhou credibilidade e avançou além do que todo mundo esperava, porém não se pode cair numa insegurança jurídica agora, que pode ser pior que antes, de ter essa sobreposição de área. Então, o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

segundo passo seria isso, antes de rodar o crédito. Se for rodado o crédito com sobreposições de área e com documentos inaptos, nós vamos cair num processo de insegurança jurídica que pode ser pior do que no período anterior ao advento do CAR. Então, eu acho que esse tipo de cuidado vai ter que ser dado numa integração entre as instituições ambientais e fundiárias do País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de registrar também que esta nossa audiência assim como todo o trabalho da política pública deste ano na Comissão que estamos desenvolvendo estão sendo feitos com assessoria da Consultoria Legislativa do Senado. Eu quero registrar o Sr. Luiz Beltrão, Biólogo, Mestre em Ciências Florestais e Especialista em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, e outros companheiros que estão nos ajudando nesse trabalho.

Eu também quero registrar aqui os membros da Secretaria da Comissão, em nome do Sr. Ayrton Luciano Aragão Júnior, que é o Secretário da Comissão, e também de Flávio Eduardo Santos, que é o Secretário Adjunto; ainda as assessoras Maria José Gomes e Daiane de Moraes; além também dos assessores do meu gabinete, em nome do Chefe de Gabinete, Arthur Motta, e da Jéssica Detoni, que está aqui nos acompanhando.

A Sr^a Carolina, que será ainda uma das palestrantes ainda, gostaria também de acrescentar alguma coisa nas respostas das indagações.

A SR^a CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – Bom dia, Senador!

Eu sou Dr^a Carolina, estou no lugar, representando-o, do Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira, da Economia, da Universidade de Brasília.

Eu só tenho algumas colocações a complementar os colegas.

Com relação à sua primeira pergunta – quem, de fato, deveria receber os recursos provenientes de PSA –, pensamos que qualquer proprietário de terra que faça ações de conservação em sua terra. Ações de conservação não necessariamente são só de preservação, ou seja, de preservar a vegetação nativa intacta, mas, sim, ações de reflorestamento, ações de restauração e, inclusive, exploração sustentável econômica que, inclusive, é prevista na nova lei do Código Florestal. Por que eles devem ser compensados por isso? Porque os benefícios extrapolam a propriedade privada. Os benefícios sociais são para todos da comunidade em volta. E aí o proprietário de terra deve ser compensado por esses custos privados que a ele está sendo imputado, ao desenvolver ações. Então, isso seria o Pagamento por Serviços Ambientais. Qualquer proprietário de terra que tenha ação de conservação em sua terra, justamente para ser compensado pelos custos privados que ele está tendo de arcar para os benefícios de todos, benefícios sociais. Eu não sei se ficou claro.

Na segunda questão, o senhor pergunta, já que, na Constituição Federal, são obrigações do Poder Público a conservação e a coletividade: se a obrigação de preservar o meio ambiente é previsto na Constituição, deve-se pagar por isso? Acreditamos que sim, principalmente por essa questão de custos privados em propriedades de terra, porque a vegetação não está somente em áreas preservadas legalmente instituídas, como é o caso de UCs e áreas indígenas. Aí, sim, o Poder Público tem a obrigatoriedade de preservar e fiscalizar e manter a sua área delimitada. Só que como o Sr. Elvison apresentou, há grande parte da vegetação nativa dentro de propriedades privadas. Aí, de novo, por causa disso, por uma questão de um custo privado alto para o proprietário ao ter que arcar com a conservação e não desenvolver atividades agropecuárias, ele deve ser compensado, sim, e pago por isso. Sobre a segunda questão – a segunda pergunta dentro da segunda questão –: se





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

atualmente contamos com uma grande quantidade de grileiros e madeireiros que não colaboram com a preservação ambiental, quais as garantias de que eles deixarão de destruir florestas, como fazem, apenas por receber isso? Na minha humilde opinião, é nenhuma, a não ser que o pagamento para essas pessoas, esses proprietários de terra que exploram ilegalmente a terra seja maior do que esse recebimento que eles têm, que o benefício privado. Então, só vai ser possível parar com isso se eles receberem além do que eles recebem por essa atividade ilegal.

O grande problema da atividade ilegal é que eles têm baixo custo e um alto benefício, que eles recebem. Então, a grande questão é: a gente consegue pagar isso? O Governo Federal consegue pagar isso? Acredito que não. Então, temos que desenvolver estratégias associadas para que isso seja viabilizado em um futuro próximo. Assim espero. Acredito que seja isso, por enquanto. Eu vou apresentar sobre parte da minha tese, que era justamente sobre as avaliações dos programas de PSA e as questões teóricas.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Parabéns. Eu gostei muito da primeira resposta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Pedro, por favor, o microfone.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Achei muito oportuna a primeira resposta, porque tirou uma série de dúvidas. Inclusive vai ser importante para o meu próprio projeto, do Pantanal, porque nós estamos com um problema delicado que é o problema do avanço da agricultura, principalmente da soja, dentro do Pantanal. É um bioma bem delicado. Então, nós já fizemos audiência pública, e colocamos ambientalistas junto com produtores rurais, para que houvesse justamente uma conciliação e para que a produção também não fosse prejudicada, porque nós dependemos do agronegócio, principalmente no Mato Grosso do Sul. Então, era importante conciliar isso. O que você falou sobre pagamentos dos serviços ambientais é importante que haja realmente, para quem conseguir preservar, quem conseguir recuperar áreas que estão degradadas. Tudo isso também é um trabalho prestado e é justo que se possa remunerar.

A gente vai agregar tudo isso ao relatório e aos depoimentos em geral. Foram muito ricos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O Sr. Luciano também gostaria de fazer uma colocação.

O SR. LUCIANO MANSOR DE MATTOS – É rápido, porque o tempo está curto.

Cumprimentando a colega Carolina, o que a gente tem que trabalhar na questão ambiental é o conceito de bens comuns. Os recursos atraídos são bens comuns, então o custo individual se reverbera por benefícios coletivos. Isso é um conceito, que inclusive já foi objeto de Prêmio Nobel da Paz, em 2009, da Prof^a Elinor Ostrom, da Indiana University, de quem eu tive a honra de ser aluno.

Mas uma questão – eu coloquei até o fluxo ali dos mecanismos de pagamento – é que tem que ser trabalhado com muito cuidado, porque nós temos vários tipos de mecanismos e várias categorias produtivas. Por exemplo, em um país muito desigual como o Brasil, seria muito nocivo e polêmico uma remuneração em *cash* para um grande produtor. O interessante para o grande produtor são mecanismos de incentivos financeiros, como crédito com desconto, pela lógica do crédito, formas indiretas, por crédito – isenção é muito forte –, por redução de tributação por serviços diferenciados,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desde que sejam tangíveis de se valorar. Repasse em *cash*, a União, como a Dr^a Carolina falou, não teria condições de fazer – talvez alguns estímulos para pequenos produtores. É uma questão interessantíssima, um projeto muito pequeno, uma experiência, mas que metodologicamente vai ter um olhar. Por exemplo, em áreas coletivas, como reservas extrativistas e outros tipos, o Bolsa Verde foi uma iniciativa muito interessante, porque ele atrela os critérios de programas de transferência de renda, os programas governamentais, os critérios sociais, e embute um elemento a mais, que é o ambiental.

Eu acho que é por aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra a Sr^a Laura Medeiros Braga, que é Assistente de Pesquisas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), representando o Observatório do Código Florestal.

O SR. LAURA MEDEIROS BRAGA – Bom dia a todos e a todas!

Em nome do Observatório do Código Florestal, queria agradecer o convite. Eu vou falar brevemente sobre o Programa de Regularização Ambiental e Pagamento por Serviços Ambientais; no âmbito do Código Florestal, como está se dando essa implementação, qual é o atual *status* desses dois instrumentos.

Atualmente, no cenário brasileiro, a gente tem uma estimativa de 2015 de 281 milhões de hectares de remanescentes de vegetação nativa nas áreas privadas, ou seja, dentro dos imóveis rurais do Brasil, e uma estimativa que pode chegar a 24 milhões de hectares de passivo ambiental, que são áreas que deveriam ser recuperadas, conforme o novo Código Florestal.

Por que eu trouxe esses números? O Luciano já tocou nesse ponto, agora há pouco. Existem dois pontos muito importantes relacionados à segurança jurídica para esses dois instrumentos que o Código traz. O primeiro deles, relacionado ao PRA, tem a ver com a validação dos cadastros que o Luciano também trouxe. O que acontece? A gente tem essas sobreposições nos cadastros, e elas trazem uma insegurança jurídica enorme, porque você tem áreas de imóveis que se sobrepõem, então não se sabe dizer quais áreas estão corretas.

Agora os Estados estão num processo de validação, em que eles vão identificar justamente onde aconteceram esses erros, quais são as áreas que estão corretas e, aí sim, os imóveis estão aptos a, de fato, aderir ao Programa de Regularização Ambiental, que é um instrumento que permite que eles se adequem ao novo Código Florestal para compensar ou para recuperar suas áreas de passivo ambiental, que podem chegar a esses 24 milhões de hectares, que eu trouxe.

Então, atualmente, o que a gente tem é um processo de regularização, de regulamentação dos PRAs estaduais. Os Estados estão definindo como vai ser a regulamentação de cada um. Então, a gente tem um exemplo do Acre, que acabou de fechar sua minuta. Aqui eu destaco que é muito importante que essas regulamentações sejam feitas com participação pública, para que o PRA seja adequado às diversas comunidades, aos povos tradicionais, aos grandes produtores, aos produtores familiares, para que eles possam, de fato, se regulamentar no âmbito do Código Florestal.

O outro ponto importante, que garante segurança jurídica, é a regulamentação do art. 41, que é o artigo do Código Florestal que traz os instrumentos econômicos. Como a gente está, atualmente, com relação a esse artigo? Foi feita uma proposta de minuta com uma consultoria jurídica contratada pela sociedade civil, e hoje está sendo discutida no âmbito do Fórum de Secretários da Amazônia. Essa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

consultoria jurídica, junto com essa discussão do fórum, criou essa minuta, essa proposta de regulamentação do art. 41, que deve ser entregue em outubro para o Governo analisar e validar, e aí, sim, quem sabe, a gente ter, de fato, esse artigo regulamentado. Aí, a gente pode implementar diversos instrumentos econômicos e também o Pagamento por Serviços Ambientais.

No *status* atual de Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil – o Luciano também já falou um pouco sobre isso –, a gente tem dez anos com duas propostas de tentativa de regulamentação desse instrumento, que hoje estão paradas. Esse instrumento é extremamente importante para preservar aqueles 281 milhões de hectares de vegetação nativa de que eu falei agora há pouco, porque, como a Carolina já pontuou aqui também, é uma forma de você pagar o produtor para que ele mantenha essas áreas que são excedentes de pé.

Mas não só para isso – e aqui eu levanto o ponto que o Senador trouxe, mas teve que sair, sobre soja no Pantanal: ele também é muito importante para a gente evitar que você ocupe áreas de baixa aptidão, você retire a vegetação remanescente que ainda existe nessas áreas de baixa aptidão, que é uma coisa que vem acontecendo bastante no Matopiba, caso o PSA, o pagamento realmente consiga compensar o que você teria de produção em áreas de baixa aptidão, o que normalmente não é um bom negócio. Então, além disso, ele seria muito interessante para você evitar um desmatamento grande, como o que vem acontecendo no Cerrado, com a ocupação do Matopiba.

Além disso, há um potencial muito grande de usar o PSA – e isso também foi pontuado com o questionamento do Senador – para ele não só pagar para conservar esses ativos, mas também pagar para auxiliar quem precisa se regularizar no âmbito do PRA. Então, a gente tem um exemplo muito interessante que é no Município de Brasil Novo, no Pará, onde eles estão usando o ICMS Ecológico para pagar para os produtores recuperarem as suas Áreas de Preservação Permanente.

Aí, eu concluo – eu trouxe uma apresentação muito breve: a gente tem atualmente, então, três passos muito importantes no âmbito desses dois instrumentos.

O primeiro é de fato regulamentar os dois com qualidade, com participação pública, para que eles sejam adequados para os diferentes setores da sociedade e realmente a lei seja implementada e não fique uma lei que não vai ser implementada por não se adequar aos diversos setores. Essa implementação tem que ser feita logo, para trazer essa segurança jurídica, para que a gente continue implementando, de fato, o Código Florestal, e, por fim, para a gente poder fazer de fato o uso de todos esses instrumentos econômicos – e essa é uma recomendação que a gente tem no âmbito do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que é um dos membros do Observatório do Código Florestal.

A gente tem um exemplo muito interessante de um projeto que se chama Projeto de Assentamentos Sustentáveis, onde a gente teve um projeto piloto de PSA, para tentar melhorar as condições de produção de determinadas comunidades de assentados na Amazônia e, ao mesmo tempo, reduzir o desmatamento nesses assentamentos. E foi um projeto muito interessante. A gente teve resultados muito bons tanto do ponto de vista de melhoras de produção, melhoria de renda dessas comunidades, como também de redução do desmatamento na Amazônia, que é um grande problema hoje em dia.

Então, para a gente é bastante importante que a gente implemente, para que a gente possa, de fato, utilizar esse instrumento, como a gente fez nesse caso do PAS (Projeto de Assentamentos Sustentáveis), e, aí, sim, a gente vai conseguir reduzir desmatamento e continuar com a implementação do Código.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos convidar, para substituir o Luciano e o Elvison, aqui à Mesa – eles continuarão aqui na plateia, podendo participar ainda do debate –, o Sr. Everton Frask Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; e também a Sr^a Carolina Tavares da Silva Bernardo, Professora e Consultora de Projetos da SAVE Brasil, representando o Prof. Jorge Madeira Nogueira, da Universidade de Brasília (UnB).

E já vamos passar a palavra, então, ao Sr. João Carlos, Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI – Obrigado, Senador, pelo convite.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI – Melhorou bastante.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como no Brasil se diz que vai demorar mais de 200 anos para as mulheres, no ritmo que vai, terem a condição de igualdade salarial, enfim, toda a justiça, por isso é muito importante a presença de vocês aqui.

O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI – Espero que seja bem antes que isso.

Primeiro, gostaria de agradecer o convite desta Comissão para participar, para tratar deste assunto: Pagamento por Serviços Ambientais e Programas de Regularização Ambiental.

Eu queria ressaltar o que a colega que me antecedeu falou. São duas palavras extremamente importantes e que é o que o produtor rural mais deseja hoje: segurança jurídica. Nós temos um problema seriíssimo, porque sempre... Apareceu o novo Código Florestal, que foi votado pelas duas Casas, foi sancionado, e, mesmo assim, cinco anos depois, continuamos com toda essa insegurança jurídica em relação ao novo Código.

Se nós formos observar no Código Florestal e em outras legislações, somente as imposições foram regulamentadas para o produtor rural, pouquíssimas resoluções, pouquíssimas sugestões de melhoria foram aprovadas. Temos hoje o art. 41 do Código Florestal, em cima do §4º, que autoriza o Pagamento por Serviços Ambientais inclusive em Área de Preservação Permanente, Reserva Legal e Área de Uso Restrito, mas, até hoje, não tivemos uma regulamentação que nos dê essa segurança jurídica de como poderemos ajudar ou como a sociedade pode ajudar o produtor rural a fazer essa recuperação dessas áreas.

Uma coisa extremamente importante que temos que ressaltar – e a CNA trabalhou enormemente nisso – foi apresentar ao produtor o Cadastro Ambiental Rural, um instrumento extremamente importante. E, pela primeira vez, está sendo feita uma radiografia do setor agropecuário brasileiro como está sendo. Sempre estou presente lá no Serviço Florestal Brasileiro – está aqui o Cadu, nosso colega de serviço, o Deusdará, outro colega nosso lá do Serviço Florestal Brasileiro. Nós trabalhamos muito e sempre estamos lá para tentar trabalhar em prol do Cadastro Ambiental Rural.

E uma coisa interessante, já como resultado desse Cadastro Ambiental Rural, foi divulgada no final do ano passado – não obtive os últimos dados ainda – pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (Gite), da Embrapa: eles colocam que, até o finalzinho de 2016, mais de 20% das áreas





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

protegidas, preservadas no Brasil estão dentro das propriedades rurais, enquanto, em unidade de conservação, só há 13%.

Então, hoje, dentro da propriedade rural há muito mais área preservada do que unidade de conservação no Brasil. Fora o fato de que as unidades de conservação no Brasil estão mais direcionadas na Região Norte do Brasil, e as propriedades rurais, como todos sabem, estão todas espalhadas. É extremamente importante que isso seja colocado aqui em relação ao Pagamento por Serviços Ambientais.

Existem vários projetos de lei hoje, tanto no Senado quanto na Câmara... Na Câmara há quase dez e no Senado há uns dois ou quatro projetos de lei que tratam de serviço ambiental. Um é um pouco melhor, outro precisa de uma ajuda, ou um pouco uma divisão melhor do setor agropecuário brasileiro, mas é extremamente importante que haja regulamentação, porque nós temos que saber exatamente como vai ser feita a regulamentação pelo Pagamento por Serviços Ambientais. Como vai ser precificado?

Foi colocado aqui pela nossa colega Carolina, Dr^a Carolina, uma coisa extremamente importante. Pode ser que para alguns proprietários rurais não seja importante que seja fomentado com *cash*, com dinheiro – o Dr. Luciano também colocou aqui –, mas por políticas. É extremamente importante. Agora, aqueles que mais necessitam, que têm poucas áreas e, por conta das restrições do uso, por conta da legislação ambiental, não têm conseguido dar uma boa qualidade de vida para sua família, são pessoas diferenciadas que têm que ter, sim, à luz da legislação, uma ajuda diferencial em relação ao Pagamento por Serviços Ambientais.

Agora, uma coisa extremamente importante que ninguém nunca colocou, mas é importante a gente saber: de onde vai sair o custo? De onde vai sair o dinheiro para o Pagamento por Serviços Ambientais? Nós temos, hoje, um problema seríssimo, que são os problemas orçamentários. Alguns programas... O Bolsa Verde, se não me engano, na última análise que eu vi do Orçamento da União, eu acho que foi de quase zero. Eu não vou dizer que foi de zero para não dizer... Mas foi de quase zero o orçamento para que esse programa, essa Bolsa Verde, seja utilizado para quem realmente está inserido nesse programa. Isso é uma coisa extremamente importante, porque algumas famílias necessitam realmente desse orçamento, dessa ajuda familiar.

Sobre o Programa de Regularização Ambiental, uma coisa importante de se dizer é que, segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro, mais de 50% de todas as propriedades rurais que se inscreveram no CAR querem fazer o Programa de Regularização Ambiental. Ou seja, eles querem ter a segurança jurídica de continuar produzindo sabendo que eles estão dentro da legislação em vigor, e eles estão precisando dessa ajuda para saber como, onde, quem vai ajudá-los a fazer essa regularização ambiental, porque não é só você chegar àquela área, fazer um plantio e esquecer aquela área. Não!

Eu me lembro de um seminário feito pelo Conama aqui, nesta Casa, há alguns anos, onde se dizia que o custo de recuperação... Olha que deve fazer uns dez anos que houve esse seminário. O custo para você fazer a recuperação de uma área de reserva legal ou de APP ia de R\$5 mil a R\$15 mil. Para você fazer uma recuperação, para você utilizar desse recurso, você tem que ter conhecimento técnico, porque não é só você chegar lá e fazer o plantio daquela área. É extremamente importante você fazer uma análise técnica, uma análise agrônômica, uma análise de custo de como fazer essa recuperação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos feito um trabalho muito grande junto às federações, às nossas federações de agricultura que nos representam no Estado, e fizemos um questionamento, agora em julho, de como está o Programa de Regularização Ambiental no Estado de cada uma. Eu tenho aqui algumas respostas. No Rio Grande do Sul... O Código Florestal é de 2012, e nós já estamos quase no final de 2017.

Rio Grande do Sul. "Análise do CAR: ainda não se sabe qual *software* será utilizado para a análise." "Implementação do PRA: não foi implementado. Foi, recentemente, criado um grupo de trabalho para tratar do assunto." Isto foi repassado pelos nossos técnicos das federações.

São Paulo. "O CAR ainda não está sendo analisado, mas a plataforma eletrônica do PRA já está pronta." Não sabemos ainda se ela já começou a rodar. De repente... Não sei se vocês vão falar aqui pelo Serviço Florestal. Não? Mas estamos seguindo atrás.

Mato Grosso do Sul. "Ainda não houve a migração para o CAR nacional." Mato Grosso do Sul e o Espírito Santo têm um diferencial em relação ao cadastro deles, porque eles têm um *software* específico que não está se comunicando. Até a última vez em que eu participei de reuniões lá no Serviço Florestal, não estava havendo a comunicação. Então, muitos dos dados existentes hoje eu acredito que podem ser computados no Cadastro Ambiental Rural, porque falta essa comunicação.

Sobre o PRA: "Não implementado. Existe um módulo de inscrição atrelado ao CAR, mas ainda não está disponível ao produtor rural."

Mato Grosso. "A análise do CAR está suspensa. Foram validados 70 mil dos 114 mil CARs." "Foi publicado agora, em fevereiro de 2016, mas ainda não foi implementado o sistema do PRA."

Goiás. "Há apenas a análise de sobreposições de perímetro." Sobre o PRA, ele está parado. A IN do Estado ainda não foi publicada. À espera da liberação do módulo de análise do CAR completa para publicar a IN e iniciar a análise.

Bahia. Quanto ao Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (Cefir), a implementação dele está em andamento, e o PRA ainda não foi implementado no Estado.

Minas Gerais. "Existem ações do Governo se estruturando para o início da análise." "Não implementado. Até o momento não foi publicado o decreto que regulamenta o PRA em Minas, mesmo porque o CAR ainda não foi analisado."

Essa é uma grande questão que temos que colocar em relação ao Cadastro Ambiental Rural. O Serviço Florestal Brasileiro tem feito o desenvolvimento de um *software* agora e o está repassando para os Estados, para fazer essa análise do Cadastro Ambiental Rural. E alguns produtores rurais já têm recebido eu não digo nem ainda uma notificação, mas um aviso de que, havendo problemas de sobreposição ou não da sua propriedade rural, ele deve, antes de ser feita a análise do PRA ou de ser feito qualquer trabalho em cima do seu CAR, já ter a documentação, em mãos para que, quando ele for convocado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ele já apresente essa documentação comprobatória.

Uma coisa extremamente importante de que eu gostaria de falar aqui – vou fazer também uma propaganda de um projeto que nós temos lá na CNA, em conjunto com a Embrapa... Uma coisa interessante é que a CNA, vamos dizer assim, entre aspas, "contratou a Embrapa". Ou seja, toda a parte de pesquisa, análise e resultados é toda de responsabilidade da Embrapa; nós apenas estamos dando o fundo para isso, que se chama Projeto Biomas.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em cima do Projeto Biomas nós estamos tentando, primeiro, fazer um diagnóstico das propriedades rurais em todos os biomas brasileiros. Nós estamos pegando áreas de propriedades rurais que estão sendo utilizadas – não são propriedades rurais que estão abandonadas ou largadas, mas propriedades rurais que estão sendo utilizadas – que tenham um máximo de características específicas daquele bioma... Como não dá para você fazer em todas as regiões do bioma, nós tentamos pegar uma propriedade rural, e em cima dela nós estamos tentando fazer o aumento do componente arbóreo dentro da propriedade: como nós vamos aumentar as árvores dentro da propriedade.

Esse estudo já está no oitavo ou nono ano, se não me engano. Não é um estudo de curto prazo, porque necessita dessa avaliação. Todos os biomas brasileiros já têm essa implementação, e acreditamos que o Projeto Biomas também pode ajudar nesse Programa de Regularização Ambiental, porque lá existem técnicas específicas para se conseguir fazer a recuperação de determinado bioma ou da fisionomia daquele bioma, como fazer a recuperação, isso tudo com uma análise técnica da Embrapa, dos pesquisadores da Embrapa, que estão repassando.

Nós já recebemos até um panfleto do bioma do Cerrado, que tem, se não me engano, seis ou sete formas de recuperação, desde ser necessário realmente colocar recursos para recuperação ou somente abandonar aquela área dependendo da forma como vai ser feita a recuperação. É extremamente importante um trabalho desses porque sempre nos colocavam a espada na cabeça, nos obrigando a recuperar, mas nunca ninguém nos disse como deveríamos recuperar. E nós estamos tentando, com esse projeto, fazer essa apresentação ao produtor rural.

Toda essa tecnologia vai ser implementada em vitrines. Nós vamos pegar outras propriedades que queiram transformar-se em vitrines em cima dessa primeira pesquisa, e essas vitrines vão ser um pouco aquilo que se fala, que o pasto do vizinho sempre está mais verde. Então, o produtor rural vai olhar o seu vizinho e vai ver que está havendo uma recuperação daquela área, ele gostaria de saber como é, e, em cima disso, nós queremos que todos os proprietários rurais se adequem a esse nosso projeto, o Projeto Biomas.

Obrigado, Senador.

Estou aqui e, para qualquer dúvida, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Na sequência, Sr^a Carolina Tavares da Silva Bernardo, Professora e Consultora de Projetos da Save Brasil.

A SR^a CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – Bom dia a todos!

Gostaria de agradecer o convite. Na verdade, estou aqui, substituindo o Professor Dr. Jorge Madeira Nogueira, que não pôde vir, e, então, me indicou em seu lugar.

Eu fui aluna de doutorado dele, e só um panorama: eu sou Mestre em Ecologia, mas fiz doutorado em Economia. E, no meu doutorado, na minha tese, fiz uma análise dos programas de pagamentos de serviços ambientais brasileiros, na verdade, 16 principais programas. Eu achei relevante trazer aqui toda essa análise, assim como também a análise da legislação que está ainda em trâmite, da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Só uma colocação inicial, que é uma diferença entre serviços ecossistêmicos e serviços ambientais. Há sempre essa discussão na literatura, e chegamos a este esquema, em que os serviços ecossistêmicos são fruto, são resultado de todo o processo ou estrutura biofísica de um ecossistema, assim como todo o seu funcionamento, e está aí disponível para todas as espécies, não só para nós





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

seres humanos. Já serviços ambientais são uma interferência, uma ação humana sobre o ecossistema, em termos de conservação, ou de preservação, ou de exploração, restauração, em que, sobre isso, estão incluídos custos, de o homem preservando ou conservando determinados pedaços das propriedades privadas, e isso nós chamamos de serviços ambientais, que, consequentemente, ofertam serviços ecossistêmicos que estão direta ou indiretamente relacionados com a provisão de benefícios para todos nós, seres humanos. Então, é só uma colocação e uma diferenciação entre serviços ecossistêmicos e ambientais, sendo serviços ambientais aqueles resultantes da ação do homem sobre o meio ambiente. Bom, pagamentos por serviços ambientais. Então, a lógica de todo o Pagamento por Serviços Ambientais, como eu tinha falado ao Senador que estava aqui presente com as suas questões, é justamente por que pagar. Não dá nem para apontar aqui. Mas, quando o proprietário de terra decide utilizar a sua terra para agricultura ou para pecuária, ele tem determinado nível de benefício privado, representado naquela barra cinza escura. Só que também são imputados custos líquidos para a população a jusante, toda a população ao redor dessa propriedade que está sendo devastada para a agricultura e pecuária. Quando o proprietário decide pela conservação, ele tem benefícios privados, mas menores do que aqueles que ele teria para agricultura e pecuária.

A lógica do Pagamento por Serviços Ambientais é justamente colocar esses custos para a população em termos de benefícios para a população também. Então, os benefícios sociais para todos, pela conservação de áreas ou restauração de áreas de propriedades privadas que devem ser compensadas aos proprietários de terras pelos custos que eles estão imputando nessa conservação. Aí, o Pagamento por Serviços Ambientais teoricamente daria um benefício privado maior do que a conversão para pecuária e agricultura, em tese.

Bom, dito isso, o que é o PSA? Então, a grande definição utilizada e disseminada por todos é a definição de Wunder, de 2005, em que o PSA, que é o Pagamento por Serviços Ambientais, é uma transação voluntária, onde um serviço ecossistêmico bem definido está sendo comprado por, no mínimo, um comprador, de, no mínimo, um provedor de serviço ecossistêmico, se, e somente se, o provedor de serviços ecossistêmicos assegurar a provisão desses serviços ao longo do tempo e de ter uma determinada condicionalidade; ou seja, você preserva uma determinada área, e quero saber exatamente que tipo de serviço final está sendo provisionado.

Então, diretamente, se a gente for analisar em termos econômicos, é uma aplicação direta do Teorema de Coase, em que há transações entre agentes da economia. Há um ofertante e há um demandante, e o Estado tem baixa interferência nisso. O que o Estado faz? Ele define os direitos de propriedade, define as regras do jogo para que essa transação possa ocorrer livremente entre os agentes.

O que a gente viu na literatura, inclusive com a análise de Wunder? Há estudos de 2008, 2012 e 2016, inclusive, que analisam vários programas de serviços ambientais mundiais, e ele viu que existe uma grande interferência do Poder Público sobre os programas de Pagamento por Serviços Ambientais, descaracterizando um pouco os programas como sendo pagamentos por serviços ambientais. E a grande maioria dos programas não cumpre esses cinco critérios de Wunder, de transação.

Então, o que eu fiz? Tentei avaliar os 16 programas brasileiros, sendo os mais antigos. E aí eu diferenciei, utilizei várias teorias para isso. Então, diferenciei entre programas financiados pelos





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

usuários, justamente que são pagos por essa transação entre agentes, mais puramente dita, e 11 programas financiados pelo Governo ou mistos, que utilizam também financiamentos privados.

Desses cinco programas financiados pelos usuários, dois são para oferta de água e três para carbono e clima; e, dos 11 que analisei, programas financiados pelo Governo, sete para oferta de água, três para biodiversidade e um misto, que é para oferta de carbono e biodiversidade. Os programas financiados pelos usuários têm uma menor abrangência, ou seja, são de menor área conservada, e os programas financiados pelo Governo têm uma maior abrangência. Todos, tanto o financiado pelo usuário quanto pelo Governo, são ligados a instrumentos de comando e controle, ou seja, se tem o respaldo de normas legais, tanto municipais quanto estaduais, para regulamentação desses programas, e a grande maioria é baseada em *inputs*, ou seja, eles são pagos pela área conservada e não necessariamente pelo serviço que está sendo ofertado.

Um dos grandes critérios para avaliar um programa de PSA é a condicionalidade. A condicionalidade nada mais é do que estar preservando uma determinada área, e para isso você tem que saber exatamente quanto de água vai estar ofertando, caso seu interesse seja água, ou quanto de área você vai estar preservando, e isso implica quanto de biodiversidade. Qual é o serviço final que você deseja obter para aquela conservação, para aquela preservação, pela restauração? Isso é a condicionalidade.

Então, a condicionalidade é dada por estudos – estudos que quantificam, antes do projeto, uma relação de causalidade entre os indicadores ambientais e os serviços ambientais ofertados. Os que não tiveram esse estudo ou os que tiveram estudos muito fracos, sem determinar essa causalidade, foram classificados como de baixa ou média condicionalidade, e os de alta foram os que tiveram explicitamente essa causalidade determinada no programa.

Então, com a análise, entre os programas financiados pelos usuários, dois tiveram alta condicionalidade: o Programa Oásis, de São Paulo, que é um dos mais antigos, e o Carbono Seguro, também realizado em São Paulo, que era para mitigação do clima e carbono. E, dos 11 programas financiados pelo Governo, todos tiveram baixa condicionalidade. Eles não conseguiram determinar uma relação causal nem entre a área preservada e os serviços ofertados.

O Programa Carbono Seguro teve uma alta adicionalidade, enquanto todos os programas financiados pelo Governo tiveram baixa adicionalidade. E a adicionalidade também é um dos critérios principais de Pagamento por Serviços Ambientais, em que você paga ao produtor, ao proprietário de terra, para preservar áreas que não estão legalmente determinadas como sendo área preservada. Então, isto é, a adicionalidade: você está pagando para ele preservar áreas que antes não eram legalmente determinadas como tal. Então, o único que teve alta adicionalidade foi o Programa Carbono Seguro, que é em São Paulo.

Todos os programas tiveram adesão voluntária, ou seja, proprietários de terra que querem aderir ao programa ou não. E o único problema dessa adesão é que a sanção, a única sanção é a suspensão do pagamento, então isso não dá uma extensão da duração do programa. Os proprietários de terra podem desistir a qualquer momento, e eles só param de receber o pagamento.

A grande maioria, como falei, é baseada em *inputs*. Você não teve uma relação direta entre a área preservada ou a preservação para o serviço ofertado, e a maioria do cálculo de PSA de água é baseada em custos de oportunidades. E o problema de se basear o cálculo de valoração de serviços ambientais em custo de produção – e uma das metodologias de custo de produção é basear a





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

valoração de custo de oportunidade – é que você subvalora o serviço ambiental, ou seja, não o está valorando de maneira correta. Você o está colocando num subpreço, está subprecificando o valor do serviço ambiental. O maior e o menor pagamento foram verificados em programas financiados pelo Governo.

Então, sobre tudo isso, fiz uma tabela de adequação dos programas de PSA brasileiros, avaliados de acordo com critério de Wunder, e os dois principais que tiveram 100% de adequação aos critérios de Wunder e que conseguiram provar todos os critérios foram o Projeto Oásis e o Programa Carbono Seguro, ambos em São Paulo. Os três que não conseguiram, com menor adequação aos critérios, são o Programa Manancial Vivo, do Mato Grosso, o Projeto Florestas para a Vida e o Produtor de Água de Guaratinguetá, de São Paulo.

Um dos principais problemas desses três programas é a utilização de fundos para Pagamento por Serviços Ambientais, que descaracterizam muito o programa, ou seja, não há continuidade do pagamento, e o pagamento é muito subvalorado. Isso traz uma não eficácia ao programa. Então, o programa é ineficaz, e uma das principais causas é a utilização de fundos ambientais municipais para o Pagamento de Serviços Ambientais.

Apesar de o Oásis e o Programa Carbono Seguro terem tido 100% de adequação, ainda também pecam principalmente com relação ao pagamento, ou seja, ao valor do pagamento. E um dos exemplos é a atividade agropecuária de Guaratinguetá, onde o Carbono Seguro é desenvolvido, o Programa de PCA Carbono Seguro. Se a gente olhar o valor de hectare por ano das principais atividades agropecuárias que podem ser desenvolvidas em Guaratinguetá, vê que o valor delas é maior do que o valor que é pago pelo programa de PSA por hectare por ano.

Apesar desse programa específico... São só duas propriedades que aderiram – foram 17 hectares, ao todo, dessas duas propriedades. Apesar disso tudo, o valor do PSA é menor do que o custo de oportunidade de terra, ou seja, o proprietário de terra pode muito bem modificar a opção dele e querer plantar arroz ou pasto e vai ganhar muito mais do que o programa de Pagamento por Serviços Ambientais.

Não existe um banco de dados para esses programas. Essa foi uma das grandes dificuldades que tive para analisar. A gente não sabe como está hoje, se o pagamento continuou ou não.

A previsão do pagamento do Carbono Seguro era de cinco anos, o contrato era de cinco anos de pagamento, mas não tenho dados atuais, porque se perdem. A gente pede também, e eles não conseguem dizer como está. Mas não sei se isso continua ou não, ou seja, se esses proprietários de terra continuam aderidos ao programa e recebendo um valor aquém do que qualquer outra atividade que poderiam estar desenvolvendo na terra.

Bom, sobre a análise do projeto de lei do PSA Brasil. Vou falar das principais críticas que a gente observou na análise do projeto, e uma delas é que ele onera o setor público, pois é submetido às regras orçamentárias e a critérios alocativos setoriais. Então, uma das principais questões, que acho que inclusive foi colocada de lado, era o uso de fundos. E o uso de fundos não é eficaz para o programa de Pagamento por Serviços Ambientais.

Se depender de alocações orçamentárias, você vai ter altos custos de transação, sejam administrativos, sejam de fiscalização, para saber se os proprietários estão realmente protegendo ou não a área, e que é similar ao SNUC. Então, o SNUC também tem uma ineficácia na sua gestão, o que eu também analisei, justamente por ter altos custos de transação, que a lei, a gestão de UCs implica.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No texto da lei a definição de serviços de ecossistemas está um pouco equivocada porque utiliza uma visão utilitarista bem econômica.

(Soa a campanha.)

A SRª CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – Já estou terminando.

Utiliza uma visão que é sinônimo de benefícios e exclui da sua teoria, da sua definição, as funções do ecossistema, que são justamente o fato de os serviços ecossistêmicos terem sido conceituados.

A definição serviço ambiental está um pouquinho modificada e os critérios de Wunder e todas aqueles critérios de Pagamento por Serviços Ambientais não ficaram claros, nem muito definidos. E esse é um problema, porque além de haver uma confusão de termos entre serviços ecossistêmicos, serviços ambientais ao longo de todo o texto, falta clareza sobre a fórmula e o cálculo de pagamento, ou seja, como vai ser isso, se vai ser uma remuneração, vai ser uma compensação, vão ser taxas, é ICMS ou não é, como vai ser esse pagamento, caso ocorra a publicação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

A outra é o cálculo do pagamento. Lógico que, dependendo do serviço que você quer ofertar, você vai precisar de determinado método de valoração.

(Soa a campanha.)

O SR. CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – Mas isso precisa estar mais claro.

Já, já eu acabo.

Então, uma das questões que a gente viu é que existem muitos objetivos para somente a aplicação de um instrumento dentro da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, que é o similar ao SNUC e que traz baixa eficácia na gestão e na aplicação da política, normalmente um instrumento para cada objetivo para se conseguir uma eficácia. Além disso, a política traz objetivos múltiplos além da conservação, como a erradicação da pobreza e divisão de rendas. Isso provoca um enfraquecimento no instrumento, porque o PSA é um instrumento. E existe um conflito com o SNUC, porque uma das áreas elegíveis aos Pagamentos por Serviços Ambientais no projeto de lei são áreas protegidas, são áreas de UC. Existe o conflito principalmente com os arts. 47, 48 do SNUC, que já prevê Pagamento por Serviços Ambientais, só que ainda não foi regulamentado.

O PSA e o Código Florestal. Os antigos Códigos Florestais não tinham essa previsão...

(Soa a campanha.)

O SR. CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – ... do PSA. O PSA surgiu com incentivo econômico para o cumprimento do Código Florestal, que era justamente para restauração de APP e de RL, o que traz baixa adicionalidade ao instrumento. E por isso ele foi inserido na lei, que é justamente a recompensa pela geração de serviços ambientais de proprietários de terras privados.

Há algumas questões também em que há uma dupla contagem desses serviços ambientais dentro do rol de serviços ambientais que o a nova lei de proteção da vegetação nativa traz, uma indefinição de serviços finais, ou seja, o que exatamente você está querendo ofertar, o que exatamente você está pagando e uma baixa adicionalidade, a que você está pagando por áreas que já





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estão previstas na norma. Então, para se ter uma alta adicionalidade o que você vai agregar além do que já está previsto.

É isso.

Muito obrigado.

Estou disponível para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agora o Sr. Everton Frask Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, pelo convite para participar desta audiência pública.

Queria inicialmente cumprimentar aqueles que me antecederam no uso da palavra, que trouxeram importantes aportes à discussão, e agradecer por eu ter ficado para ser o último orador desta reunião. Eu até me sinto um tanto gratificado aqui de ter contado já com tanta contribuição que foi trazida anteriormente.

Eu queria destacar que, do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, nós obviamente avaliamos como extremamente importantes os serviços ecossistêmicos prestados por áreas florestais e pela cobertura vegetal nativa, seja para regulação hídrica, chuvas, seja para manutenção de estoques de carbono, conservação da biodiversidade e também promoção de culturas e conhecimentos de modos de vida tradicionais, tendo também um impacto para a economia, tendo em vista que um setor dinâmico da nossa economia, que é a agropecuária, depende bastante de recursos que são oferecidos pela natureza. Então, serviços ecossistêmicos.

Como já foi mencionado, e aqui eu não vou me estender, a nossa referência legal é o Código Florestal, que trata, no seu art. 41, do pagamento dos serviços ambientais. E lá está dito, no texto da lei, que o PSA é a retribuição, seja monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais. Estes, por sua vez, são listados de forma exemplificativa na própria lei e aí há uma relação que vai desde o sequestro de carbono, conservação da beleza cênica, da biodiversidade, águas, serviços hídricos, regulação do clima, valorização cultural, conhecimento tradicional, conservação e melhoramento do solo e inclui, como foi dito, a manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de reserva legal e de uso restrito.

Cabe lembrar que o Código Florestal também define que os recursos para pagamento ou incentivo a serviços ambientais, no âmbito do Programa de Apoio à Preservação e Recuperação Meio Ambiente deveriam ser destinados prioritariamente a agricultores familiares. Ainda no âmbito do programa, cabe notar que a manutenção de APPs e de reserva legal é elegível para o recebimento de Pagamentos por Serviços Ambientais. O Código Florestal determina que o programa de serviços ambientais integre sistemas estaduais e nacionais, objetivando a criação de um mercado de serviços ambientais. Como sabemos, ainda não existe uma proposta de regulamentação do programa de PSA definida no Código Florestal. Essa é uma iniciativa que deverá ser impulsionada a partir do avanço na implementação do CAR, além de outras ações em andamento, tais como inventários florestais.

E aqui eu queria destacar o excelente trabalho que vem sendo conduzido pelo Serviço Florestal Brasileiro, pelo seu Diretor-Geral, Raimundo Deusdará, e também registrar a presença aqui do Dr. Prado, do Dr. Carlos Eduardo, que são do Serviço Florestal. O Serviço Florestal tem contribuído muito para a manutenção, a implantação da base de dados do CAR para a capacitação dos Estados, para que





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

possam levar adiante as suas missões legais e também para a continuidade da regulação do PRA. Vou falar do PRA logo a seguir.

Aqui no Congresso Nacional, cabe ressaltar que o tema de Pagamentos por Serviços Ambientais não é novidade. Desde 2007 diversas proposições legislativas que já foram apresentadas a respeito, algumas tratam de temas mais específicos, e a partir de 2012 possivelmente, devido ao novo Código Florestal, as proposições legais passaram a ser mais estruturadas em torno da necessidade de formular uma Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, como é o caso do Projeto de Lei 312, que tramita na Câmara dos Deputados, e do Projeto de Lei do Senado 273, de 2013.

Cabe destacar que o programa definido pelo art. 41 do Código Florestal e as proposições relativas a uma política nacional são distintos entre si, podendo ser complementares ou perseguir objetivos distintos. O PL 312, de 2015, por exemplo, guarda correspondência com alguns comandos do Código Florestal no sentido de definir grupos prioritários para alocação de recursos. Por outro lado, veda a remuneração monetária por meio de recursos públicos para áreas de APP e reserva legal, exceto em áreas críticas de abastecimento. Já o PL do Senado 273, de 2013, inova ao incorporar o ambiente urbano como provedor de serviços ambientais, além de ampliar para além do setor florestal a gama de setores fornecedores de serviços e bens ambientais.

No âmbito federal, algumas iniciativas que estão em implementação são relevantes para essa discussão. E eu gostaria de mencionar três delas: o Programa Bolsa Verde, o Programa Produtor de Água e Pagamentos por Resultados em REDD+.

O Programa Bolsa Verde, que foi instituído em lei, a Lei 12.512, de 2011, concede uma bolsa de R\$300, de três em três meses, para famílias que desenvolvam atividades de uso sustentável dos recursos naturais em reservas extrativistas, em florestas nacionais ou em reservas de desenvolvimento sustentável e assentamentos. O benefício é concedido por dois anos, podendo ser renovado, e atualmente o programa beneficia aproximadamente 48 mil famílias.

O Programa Produtor de Água, que é desenvolvido pela Agência Nacional de Águas, é voltado para a proteção hídrica, apoiando, orientando e certificando projetos que visem à redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural. Atualmente são 16 experiências desenvolvidas em diferentes bacias hidrográficas brasileiras. No Produtor de Água, a sociedade se organiza para remunerar o produtor rural por seus investimentos em práticas conservacionistas que beneficiam a população da bacia em que é implantado.

Além disso, vale citar também o Fundo Amazônia, que tem financiado projetos e arranjos inovadores de Pagamentos por Serviços Ambientais, como, por exemplo, no apoio à estruturação de cadeias de produção sustentável e a implementação de Pagamentos por Serviços Ambientais para famílias de agricultores que são compromissadas com práticas de agricultura sustentável e com a redução do desmatamento.

O Fundo Amazônia me leva a falar do terceiro exemplo, que é o REDD+. Alguns setores da sociedade civil e mesmo alguns governos de outros países entendem que REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) seria um serviço ambiental relacionado a carbono. Portanto, no nosso caso, estaria ligado ao art. 41 e deveria ser regulamentado no âmbito desse artigo.

No entanto, é preciso ter presente que existe toda uma regulação internacional a respeito de REDD+, que o trata como uma moldura para o financiamento climático no âmbito da Convenção-





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, que visa recompensar países por seus esforços de redução de emissões provenientes de atividades florestais.

Nacionalmente a implementação de REDD+ se dá por meio da Estratégia Nacional para REDD+, que é acompanhada por uma comissão nacional ao amparo da Política Nacional sobre Mudança do Clima e dentro do escopo e no âmbito da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima.

Os resultados, os recursos de pagamento por resultados de REDD+ podem em princípio viabilizar iniciativas voltadas à valorização de serviços ambientais, como é o caso que eu citei, do Fundo Amazônia, que recebe recursos que são pagamentos por resultados de REDD e pode aplicá-los em projetos de valorização de serviços ambientais. Temos também casos, fora do Fundo Amazônia, em que alguns Estados optam pela captação direta de recursos internacionais, como é o que acontece com os Estados do Acre e do Mato Grosso, que estão em tratativas junto ao governo da Alemanha no programa REDD for Early Movers, do governo alemão.

Sobre o PRA (Programa de Regularização Ambiental), aqui nós estamos nos referindo ao art. 59 do Código Florestal. Sabemos que é um programa de adesão optativa, não é obrigatório, conforme consta da lei. E sabemos também que há uma responsabilidade primária dos Estados e do Distrito Federal na sua regulamentação. Como foi dito anteriormente, aproximadamente 51% dos imóveis registrados no Sicar manifestaram interesse em aderir ao PRA.

Em 2017 o Serviço Florestal Brasileiro lançou o módulo de PRA. A finalidade desse módulo é servir de instrumento para subsidiar os PRA estaduais e do Distrito Federal a cumprirem seu objetivo de regularização em APPs, em reserva legal e de uso restrito. As informações integrarão a base de dados do CAR, o Sicar. Por meio do sistema de PRA, o produtor rural que já possui seu CAR formula uma proposta de regularização a ser aprovada pelos agentes públicos estaduais ou distritais, no caso do Distrito Federal.

A adesão ao PRA é formalizada via assinatura de um termo de compromisso, que é um instrumento único com eficácia de título executivo extrajudicial. Enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso pelos proprietários ou possuidores de imóveis rurais, ficará suspensa a aplicação de sanções administrativas. Acredito que essa informação responde de certa maneira a uma das questões colocadas pelo Senador Pedro Chaves anteriormente. O cumprimento das obrigações é atestado pelo órgão, será atestado pelo órgão que efetivou esse termo de compromisso, por intermédio de uma notificação simultânea ao órgão de origem da autuação e ao proprietário ou possuidor do imóvel rural. Agora, caso seja descumprido esse termo de compromisso, então será retomado o curso do processo administrativo, sem prejuízo da aplicação da multa e das sanções previstas no termo de compromisso. E serão adotadas as providências necessárias ao prosseguimento dos processos, até mesmo do processo criminal, se for o caso.

Entendo que a compensação ambiental está referenciada na propriedade, e não na pessoa do proprietário. Peço que me corrijam se eu estiver errado, mas, em princípio, também respondendo a uma das questões do Senador Pedro Chaves, não há a exigência de inclusão, de tratamento conjunto de todas as propriedades de um mesmo proprietário, mas a adesão ao PRA para uma propriedade naturalmente não vai elidir o proprietário das suas responsabilidades de recuperação ambiental com relação a outras propriedades em seu nome.

O colega da CNA mencionou alguns Estados em que a situação de regulamentação do PRA ainda requer atenção, e eu queria destacar o lado positivo: os 12 Estados que já regulamentaram os





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

seus PRAs, segundo a informação de que dispomos, são: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Bahia, Paraná, Rondônia, Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

Cabe ressaltar que o mecanismo da compensação ambiental da reserva legal pode ser adotado independentemente da adesão ao PRA. São mecanismos de compensação a cota de reserva ambiental, que é o CRA, sobre a qual o serviço florestal também tem se dedicado a articular regulamentação, a instituição de servidão ambiental, a doação ao Poder Público de área localizada no interior de uma unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária.

Em apoio à implementação dos PRAs pelos Estados e pelo Distrito Federal, foi instituído o Programa Mais Ambiente Brasil, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que prevê ações de educação ambiental, de assistência técnica, extensão rural, de produção e distribuição de sementes e mudas, de capacitação de gestores públicos envolvidos no processo de regularização ambiental dos imóveis rurais.

Tendo em vista a relevância desse tema para o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo País, sobretudo no âmbito...

(Soa a campainha.)

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – ... do recente Acordo de Paris, a secretaria que me cabe tocar, a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, recebeu por decreto a atribuição de articular ações no escopo das nossas competências relativas ao pagamento por serviços ambientais.

Para essa finalidade, nós criamos, em fevereiro de 2017, uma coordenação-geral específica destinada a promover a criação de uma economia florestal. Isso vai em linha com o que falou a Profª Carolina a respeito da necessidade de você criar instrumentos que valorizem os serviços ambientais, que permitam que os proprietários possuidores de terra mantenham a floresta em pé em vez de removê-la para outros usos. Somente mediante a valorização econômica nós poderemos enfrentar definitivamente e com sustentabilidade o problema do desmatamento.

Eu lembro, a propósito, de que nós assumimos a meta de zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e compensar emissões provenientes da supressão autorizada da vegetação. E entendo que a regulamentação do PSA será um instrumento importante para o cumprimento dessa meta, justamente por adicionar na vertente da sustentabilidade e na criação de uma economia florestal.

No âmbito do Governo Federal, nós coordenamos também o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e no Cerrado, o PPCDAm. O da Amazônia entrou na sua quarta fase, na qual criamos um eixo específico, novo, o Eixo 4, de instrumentos econômicos e normativos. E estamos, nesse eixo, buscando articular com todos os órgãos com competência na matéria avançar na regulamentação que se fizer necessária dos aspectos mencionados.

Bom, era a contribuição que eu tinha. Devido ao tempo que se esgota, eu, enfim, me coloco também à disposição para eventuais questões que possam surgir.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mais uma vez, eu quero aqui agradecer à assessoria, como eu já disse aqui, do Luiz Beltrão, que é biólogo e tem feito esse trabalho como Consultor Legislativo do Senado; também à Secretaria da CMA, ao Airtton Luciano





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aragão Júnior, que é o Secretário da Comissão; ao Flávio Eduardo Santos, Secretário-Adjunto; e também às assessoras Maria José Gomes, Daiane de Moraes, e, do meu gabinete, aqui presente, à Jéssica Detoni.

Nós vamos passar agora para as considerações finais. Não é obrigatório que todos tenham considerações finais, mas de acordo com o critério de cada um. Por sugestões, inclusive, da assessoria, eu vou aqui ler algumas perguntas.

Primeiro, a regularização ambiental é um dos pilares do Código Florestal. Diversos Estados, a partir do marco normativo federal estabeleceram regras próprias a respeito dos seus programas de regularização ambiental, adequadas às suas peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais. Preocupa-nos, no entanto, a aderência a esses programas, sua receptividade pelos proprietários rurais. Na opinião dos senhores, as regras e os procedimentos específicos previstos nessas normas estaduais têm induzido a adesão a esses programas de regularização? Que entraves ainda precisam ser superados para que essa adesão seja irrestrita?

E aqui eu também quero colocar que algumas perguntas... Toda essa apresentação de vocês... Nós gostaríamos de receber sugestões posteriormente a esta audiência. Então, a Secretaria da Comissão... Porque muitos assuntos podem não ter sido abordados, pelo tempo. Então, gostaríamos, inclusive, de dar essa contribuição, visto que, depois, nós vamos produzir todo um material, que será divulgado. Inclusive, essa colaboração daqueles que aqui apresentaram também faremos questão de registrar.

Aqui as perguntas podem também quaisquer um dos palestrantes comentar. Parece-me que essa seria mais direcionada para o Elvison, mas fica bem livre.

O Sr. Everton inclusive já falou um pouco sobre isso, mas, com relação ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), instrumento econômico previsto no Código Florestal, existem diversas iniciativas parlamentares que visam o seu disciplinamento, como já foi colocado. Estamos, portanto, em um momento privilegiado, que nos permite, a partir da contribuição dos especialistas aqui presentes, evitar erros e, assim, construir uma norma que efetivamente alcance os objetivos aos quais o instrumento se propõe. Na opinião dos senhores, o que um marco normativo geral de PSA deve necessariamente conter e o que nele não pode constar em hipótese alguma?

Ao Sr. Luciano Mansor. O senhor mencionou um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que trata do PSA. O senhor poderia tecer comentários adicionais sobre suas impressões a respeito desse PL? Quais suas principais limitações e vantagens?

Ao Sr. Everton. O senhor abordou rapidamente sobre diversos projetos de lei em tramitação no Congresso sobre o PSA. Na sua opinião, qual a composição ideal entre esses diversos projetos? Quais são os elementos comuns que deveria conter uma norma geral sobre o PSA?

Então, fica já livre para que respondam e também já faça a consideração final.

Pode ser o Sr. Everton.

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Muito obrigado. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer mais uma vez a oportunidade de ter participado dessa discussão. O Ministério do Meio Ambiente está empenhado em aportar o conhecimento e as iniciativas, implementar as iniciativas que se fizerem necessárias para nós levarmos adiante essa importante questão.

Com relação a algumas perguntas que foram colocadas, por exemplo, como garantir a aderência. Bom, em primeiro lugar, temos, sim, acredito que o próprio Código Florestal reconhece –





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ao dar competências diferenciadas à União, aos Estados – as peculiaridades locais que precisam ser levadas em conta. E acredito que a garantia da aderência vai estar relacionada com o pagamento e a questão econômica, que a Dr^a Carolina Bernardo nos trouxe. Quer dizer, é preciso levar em conta não apenas o custo de oportunidade do serviço prestado, mas o valor, qual é o valor que é oferecido à sociedade.

Essa é uma discussão bastante complexa porque, em geral, o valor é difuso. Você tem dificuldades de aferir. Então, nós devemos buscar critérios mais objetivos, o mais objetivos possível, que permitam aferir o valor, deixar de olhar para o custo e passar a olhar para valor, como pagar por um serviço que valoramos como sociedade.

Quanto às diversas iniciativas parlamentares para disciplinar o PSA, nós entendemos que... Bem, as diversas estão sob análise técnica. Entendemos que seria ótimo termos uma oportunidade para detalharmos a respeito de cada uma delas, enfim, de como poderíamos compor. Acredito que isso iria levar pelo menos mais algumas audiências públicas. Eu não me arriscaria a querer responder imediatamente, já que estamos com o tempo avançado. O que eu posso dizer é que nós devemos levar em conta a construção teórica que nos foi apresentada também a respeito da definição do pagamento por serviços ambientais, dos componentes, da questão da adicionalidade, da questão da verificação, porque a aferição de qual serviço foi prestado seria uma base que permitirá aferir também o valor do serviço prestado e a sua manutenção ao longo do tempo.

Então, são questões aí que ainda não estão resolvidas, estão em aberto, e as contribuições que puderem ser dadas nesse sentido, provenientes da academia, provenientes do setor produtivo, provenientes das ONGs, da sociedade civil, serão valiosas. Por isso, devemos incentivar a discussão.

Da mesma forma, isso responde a quais elementos comuns ou qual composição ideal entre os projetos, que foi a pergunta direcionada a mim especificamente. Espero ter atendido as expectativas de quem fez as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Na sequência, quem se manifesta? Sr. Elvison.

O SR. ELVISON NUNES RAMOS – Bom, com relação à primeira pergunta, à adesão, eu acho realmente que temos cenários bastante distintos no Território nacional, regiões bem diferenciadas, e isso o Ministério da Agricultura vem enfrentando com relação à implementação do Plano ABC, ou seja, o reconhecimento das necessidades e oportunidades locais é importantíssimo. Eu acho que o Pagamento por Serviços Ambientais tem um lado econômico, e tudo gira em torno da questão econômica, se o produtor produz um tipo de cultura ou outra também, está ligado ao mercado.

A questão realmente do pagamento pode ser para ele substituir uma atividade. Aí eu concordo que o pagamento do valor tem que se igualar ao custo de oportunidade de ele estar executando aquela atividade, mas também ao pagamento por serviços ambientais, aí eu acho que vem a aderência de estar prevista também complementariedade, ou seja, ele já produz, ele faz um esforço para fazer práticas sustentáveis de produção, então, ele pode receber, sim, um pagamento por um serviço ecossistêmico realizado por ele em benefício da sociedade como um todo.

E esse aspecto, que também não deixa a parte econômica de lado, como a Dr^a Carolina colocou, mas eu vejo como um grande atrativo para o produtor, ou seja, uma complementariedade do processo que ele executa. Quer dizer, não só a floresta que ele já preserva como APP, como reserva





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

legal, mas o excedente. Junto com a atividade agropecuária que ele desempenha, o excedente, aí entra uma complementação de renda da propriedade. Isso eu chamo de atrativo.

Mas também existe a questão do pagamento por áreas ambientalmente frágeis, onde temos que substituir o processo produtivo para preservar. Aí, sim, realmente esse valor tem que ser comparável à atividade que ele poderia estar desenvolvendo naquela área.

Então, eu acho que o Pagamento por Serviços Ambientais tem que ser bastante estudado, tem que ter as suas diferenças regionais, para poder realmente contemplar a adesão de todos os produtores, porque nós temos várias realidades no Brasil, várias realidades de produtores. Hoje não é só o agricultor familiar, o agricultor familiar é uma parte do pequeno produtor. Nós temos aí o médio e o pequeno produtor, que realmente precisam desse apoio, realizam essas atividades realmente de forma bastante suada. Então, eu acho que o pagamento realmente tem que levar em conta as realidades locais.

Por fim, é essa a mensagem, temos que ter um PSA diversificado, ter várias formas e contemplar várias situações para atender todos os produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Luciano.

O SR. LUCIANO MANSOR DE MATTOS – Bom, antes das minhas considerações finais, eu gostaria só de fazer um comentário em cima da palestra da Dr^a Carolina, que acho que já é no tema da pergunta que me foi feita.

É assim, eu vejo com muita preocupação e com muito risco usarmos a definição do Sven Wunder para definir o que é um Pagamento de Serviços Ambientais. Eu vou ser bastante contundente em criticar o autor, e não você. Eu acho uma definição completamente vazia, impertinente para trabalhar dentro de questões de políticas públicas. Por quê?

Primeiro, ele trata da questão de pagador/recebedor. A gente não está aqui tratando de transação financeira. A gente está tratando de políticas públicas. Dentre outros elementos que há que se ter está a regulamentação e o incentivo ao setor produtivo, isso sim. Uma das funções do Estado é regulamentar e incentivar o setor produtivo.

Então, essa definição desse autor norueguês traz um risco muito grande de mercantilização, traz um risco muito grande para o setor produtivo de o punir como usuário de recursos naturais, sobretudo água, seja qual for o perfil desse produtor.

E a questão que ele coloca de voluntariado, não é por voluntarismo que isso vai ser resolvido. A gente vai resolver isso com questões, como eu falei na minha palestra, de direitos e deveres – deveres de cumprir a legislação e, se não cumprir, ter as suas punições, a lei de crimes ambientais está aí e outras questões – e, sobretudo, de incentivos, dentro de uma nova lógica de não só ser punitivo, mas de olhar para adiante e promover processos de melhoria ambiental, de inovação produtiva e ambiental integradas. Então, eu vejo com muito risco usar isso.

Com relação ao PL, ele traz a definição de serviços ambientais e traz, infelizmente, esse conceito que, tanto na Comissão de Meio Ambiente e de Agricultura como na de Finanças e Tributação, de que eu estive participando, houve unanimidade na Mesa. Estavam presentes o Prof. Peter May, da Federal do Rio de Janeiro, o Prof. Maurício Amazonas, da Universidade de Brasília, e com a minha participação, representando a minha instituição, Embrapa, e foi consenso na Mesa, presidida na época pelo Deputado Arnaldo Jardim, que não era pertinente trabalhar esse conceito de pagador/recebedor e de mercantilização na natureza, de contrato, uma visão muito contratualista. Nós temos de ter uma visão





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mais positiva, uma agenda mais positiva de incentivos para fazer o certo, e não só simplesmente de transações voluntárias. Então, acho que isso a gente tem que superar um pouco, inclusive no debate sobre o PL.

Um segundo ponto, aí sobre custo de oportunidade e pagamento de serviços ambientais: o custo de oportunidade sempre vai ser mais alto. A função do pagamento de serviços ambientais não é substituir ou cobrir renda. A função dele é estimular o processo produtivo. Aí estou fazendo um comentário mais geral, não é essa a ideia que foi colocada na palestra. Mas, inclusive, num debate, Laura, com o Paulo Moutinho uma vez, que é diretor da sua instituição, do Ipam, eu coloquei isso, uma preocupação sobre um documento que o Ipam estava elaborando – sou ex-pesquisador da casa. Eu coloquei isto, a questão dos efeitos de arrasto e de propulsão da economia. Quando você substitui uma atividade produtiva por uma transferência de renda, você quebra os elos, a montante e a jusante, da cadeia produtiva. Então, quanto aos efeitos, para o produtor pode ser a mesma renda, mas, para a cadeia produtiva, são muito nocivos. Então, é importante considerar não só o custo de oportunidade para o produtor, mas a atividade econômica envolvida em toda essa cadeia.

Então, acho que é isso. A gente precisa trabalhar...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO MANSOR DE MATTOS – ... essa questão sem esse viés mercantilista, contratualista.

A última questão do colega do MMA: também acho muito pertinente quando ele coloca a prioridade de agricultura familiar, tudo o mais, mas a gente precisa ter noção também de que há outros programas em que a gente não usa o conceito de prestação de serviços ambientais, que não pressupõem necessariamente o pagamento, como o ICMS Ecológico, como outros de incentivo produtivo, como o Plano ABC e outros programas, como o Pronaf Agroecologia, que vão estimular setor produtivo e prestação de serviço ambiental – no caso de ICMS ecológico, não necessita de renda ou de transferência de recursos para ninguém para prover os recursos.

Quero agradecer ao Presidente e à Comissão pelo convite. E a nossa casa, a Embrapa, está à disposição para o debate sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Basicamente na mesma linha, acho que ela vai ficar mais para a Carolina: na opinião dos senhores, qual deve ser o papel do Estado no que se refere ao PSA? Ele deve se ater a um papel regulador que fomenta o equilíbrio oferta e demanda dos serviços ambientais, ou ele mesmo deve ser parte do programa em financiamentos do PSA? Neste último caso, de onde deveriam vir os recursos para financiar programas dessa natureza?

Eu tinha combinado para a Laura falar, mas eu acho que aí a Carolina pode, já que ela entra no embalo dessas questões.

A SRª CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – Não sei por onde começar. Eu acho que eu vou começar com a pergunta sobre o papel do Estado.

Ao meu ver, e é uma opinião nossa, geral, lá do Departamento de Economia e no Centro de Estudos em Economia e Meio Ambiente da Universidade de Brasília, acreditamos que ele deveria ser um regulador dos serviços e talvez um criador dos mercados que não existem, de serviços ambientais e ecossistêmicos, e não como um financiador de programas talvez, porque acreditamos, e minha tese





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mostrou um pouco isso, que ele não consegue garantir esse pagamento em longo prazo por questões orçamentárias e de... Eu esqueci a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Previsão.

A SRª CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – Isso, de previsões orçamentárias e prioridade orçamentária de pagamento de serviços ambientais.

Então, acredito que os recursos deveriam vir de instituições que queiram financiar projetos de pagamento de serviços ambientais visando à conservação, assim como também de ONGs que podem financiar ou participar do financiamento, lembrando que o financiamento não é só do pagamento em si, mas também pode ser do custeio de manutenção, dos custos de manutenção, que, às vezes, são maiores que o próprio custo de pagamento por serviço ambiental. Então, este é um dos principais problemas do pagamento por serviço ambiental: não é só o pagamento em si, mas, sim, do custo de manutenção.

Espero que tenha respondido.

Sobre o seu comentário, Luciano, eu vou responder algumas questões que eu vi aqui. A gente não vê pagamento por serviço ambiental somente como uma transação financeira. É engraçado você falar em transação financeira, porque você não fala de produção agropecuária como uma transação financeira e, sim, econômica, e fala de PCA como uma transação financeira. Você está falando que o critério de Wunder seria uma transação financeira. Na verdade, existe uma diferença entre financeiro e econômico, e econômico leva em consideração os custos e benefícios sociais que estão implícitos no critério de pagamento de serviços ambientais do próprio Wunder.

A questão é que a gente não utiliza só o critério dele, a gente utiliza alguns outros critérios, mas ele é o critério mais utilizado, inclusive de instrumentos internacionais que falam de serviços ecossistêmicos. Não é um instrumento só de mercado, um instrumento financeiro, o PSA. O PSA é um instrumento econômico de política pública, é um dos vários possíveis instrumentos de política pública.

Eu acho que a grande questão é: sim, estamos falando de políticas públicas, mas a questão não é só considerar o PSA como único salvador da pátria da conservação. Não é, porque o custo de conservação é extremamente alto.

Como conciliar a preservação dos recursos naturais em propriedades privadas com a conservação, sendo que o custo da conservação é alto? Não é o PSA que faz com que o custo da conservação seja alto, é a própria conservação, porque, afinal de contas...

(Soa a campanha.)

A SRª CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – ... você tem que ofertar esses serviços em longo prazo.

Então, você tem que garantir essa manutenção na questão do desenvolvimento sustentável e tudo isso. Então, como fazer isso conciliando com as atividades agropecuárias, que é justamente a questão dele?

Então, sim, existem... Eu entendi o seu lado, o seu lado é o da economia ecológica, e existe essa disputa entre a economia ambiental e economia ecológica... Eu vi que todo o seu lado é para isso. A questão não é monetarizar os serviços ecossistêmicos, e sim valorá-los de maneira correta, de maneira mais adequada de modo que ele possa, sim, ser pago pela sua garantia, pelo seu desenvolvimento





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sustentável, para futuras gerações. Estar lá e prover serviços não só para os seres humanos, mas para a própria manutenção das atividades agrícolas e agropecuárias, afinal de contas, a polinização é um tipo de serviço, é um serviço que produz benefício indireto, que auxilia, inclusive, a atividade agrícola e agropecuária.

(Soa a campainha.)

A SRª CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – Então, como fazer essa valoração sem que as duas coisas estejam conectadas?

Não é só uma questão financeira, é uma questão econômica que tem que ser levada em conta. Custos, benefícios privados, benefícios sociais e tudo isso, todo valor econômico tem que ser valorado, e não só utilizado o custo de oportunidade.

Entendo que a questão não foi falar que o custo de oportunidade era só a base de pagamentos e que deve ser maior ou não. Mas já que estamos baseando, que a grande maioria dos programas se baseia no custo de oportunidade, então o Pagamento de Serviços Ambientais deve ser no mínimo igual a esse custo de oportunidade para que ele se mantenha.

Eu entendo que você não vá concordar e que exista uma linha que não concorda, mas a nossa linha é basicamente essa. A nossa visão não é uma visão contratualista, mas justamente, como o Estado não consegue garantir esse pagamento...

(Soa a campainha.)

A SRª CAROLINA TAVARES DA SILVA BERNARDO – ... como pagar por outras vias?

Então, o Estado pode regular essas vias contratuais, mas o pagamento pode vir por outro tipo de financiamento. E aí vem a questão do papel do Estado de regular como será essa via e de botar claros esses direitos de propriedade, bem definidos entre os dois contratantes.

Eu posso só falar mais uma coisa? Quanto à dificuldade dos entraves do PRA, eu acho que a diminuição dos custos privados que são imputados aos proprietários de terra, de fazer o cadastro, de delimitar a terra, de ir atrás de tudo isso, eu acho que esses são os principais entraves da participação dos proprietários de terras, além de que eles precisam ter acesso à informação das possibilidades do que eles podem fazer na propriedade de terra deles. Então, é a questão da exploração sustentável em APP, em RL. Isso está na nova lei, isso também pode ser explorado economicamente, e, às vezes, eles não sabem disso, como uma forma de contrapor ou complementar a renda.

É só isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Laura.

O SR. LAURA MEDEIROS BRAGA – Vou fazer um comentário muito breve sobre o que a Carolina colocou agora sobre essa questão do papel do Estado.

Eu acredito que realmente, no futuro, quando a gente conseguir instituir esse mecanismo de PSA, a gente vá precisar de uma entrada de dinheiro de mercados internacionais, mas eu acho que antes de a gente pensar nisso, a gente vai precisar definir muito bem como a gente garante que, de fato, a gente vai conservar esses serviços ambientais e não vai haver aquele problema de estar pagando e de fato não estar conservando.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse foi um questionamento que eu já recebi de financiadores de vários países. "Eu vou pagar para você manter a floresta em pé no Brasil, mas quais são as garantias que você vai me dar em troca de que de fato essa floresta vai estar de pé?" Então, eu acho que isso vai ser fruto de um debate muito amplo até que a gente tenha de fato uma solução para ter essa entrada de dinheiro de fora do País.

Com relação à adesão dos produtores a esses mecanismos, acho que mais do que a Carolina colocou, existe uma dificuldade muito grande de acesso, e aí o Governo trabalha muito também junto à sociedade civil para que a gente consiga... Citando a Amazônia como exemplo, a gente tem uma dificuldade enorme de acessar os produtores em determinadas áreas.

Então, é muito difícil você fazer o CAR para esses produtores; você depois auxiliar no PRA. A gente vem trabalhando com várias oficinas e diversos projetos junto com Governo, para que essas comunidades também tenham acesso a isso... Acho que mais que burocracia, a gente oferece esse suporte.

E também como o Elvison levantou, o que eu já pontuei aqui: a importância de você desenhar esses instrumentos, fazer a regulamentação, agora, no caso, o PRA, focado em participação social, aberto à participação social, para que eles sejam adequados aos diferentes setores da sociedade, porque, como o Elvison colocou, no caso do Programa ABC, se o banco não faz uma linha de crédito que considera a realidade daqueles produtores, não tem adesão, a adesão é muito baixa.

A mesma coisa vai valer para esses instrumentos como o CAR e o PRA: eles têm que, dentro da regulamentação, ter instrumentos que permitam que a adesão seja feita pelos diferentes setores que a gente tem representados no setor produtivo.

Com relação ao PSA em si, toda essa discussão que foi feita, eu acho que o que a gente tem, no âmbito do Código Florestal, de mais importante com a regulamentação de PSA é poder, de certa forma, premiar os produtores que cumpriram a lei, que estão já de acordo com a lei.

Hoje, com todas essas prorrogações que vêm acontecendo, com todas as incertezas em relação ao Código, o produtor que sempre cumpriu a legislação acaba vendo produtores que não cumprem sendo de certa forma premiados.

Mas, ao mesmo tempo, ele é um mecanismo muito importante para que os produtores que agora decidiram que vão se regularizar, fazer a regularização ambiental, que ele viabilize essa regularização ambiental, que, como já foi pontuado aqui, pode ter um custo extremamente alto. Então, o PSA é um instrumento extremamente valioso para viabilizar isso.

E também, como a Carolina já pontuou, é extremamente importante nos nossos programas pilotos, como o PAS, que já citei como exemplo, que a gente identificou, é que o PSA venha junto com vários outros instrumentos econômicos. Ele não é a solução de tudo, como foi pontuado aqui.

Então, dentro do âmbito do Código Florestal, ele tem que vir com a regulamentação de todo o art. 41. E aí ele é mais um dos instrumentos que vão viabilizar essa adequação ambiental para os produtores rurais.

E, por fim, gostaria de pontuar que o Observatório do Código Florestal está sempre à disposição para trabalhar com diferentes setores da sociedade para conseguirmos implementar o Código. E fico à disposição para mais perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Para conclusão, então, o Sr. João Carlos com a palavra.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes, porém, quero convidar a todos para que venham depois tirar uma fotografia a fim de ficar registrado na Comissão.

O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI – Sr. Senador, primeiramente, eu gostaria de agradecer este convite. Sempre que a CNA for convidada vai comparecer, porque é extremamente importante conseguirmos tirar essas dúvidas em relação ao pensamento que o produtor rural tem relacionado a alguns programas de Governo.

Falando agora do PSA e do PRA. Em relação ao PRA, acho que o grande incentivo para o produtor rural, como eu disse antes, vai ser a segurança jurídica. Hoje, a segurança jurídica é quase tão importante quanto a sua renda dentro da propriedade rural, porque não se aguenta mais sempre ter alguma alteração na legislação, e essas informações demoram a chegar na nossa base, nos produtores rurais. Sempre que acontece uma alteração, no outro dia sempre há alguma fiscalização em cima da propriedade sem que tenha havido antes uma divulgação sobre essas novas políticas de comando e controle.

Uma coisa interessante que foi colocada por todos os palestrantes é a complexidade de se trabalhar esses dois assuntos. Não é uma coisa simples. Já faz cinco anos que o Código Florestal foi implementado e até hoje não houve uma regulamentação pelo Governo. E mesmo nós aqui estando maduros em relação ao que estamos discutindo, existem ainda questionamentos e falta um pouco de amadurecimento em relação ao assunto.

Acredito que essas reuniões da Comissão são extremamente importantes para que se amadureça o assunto. E, sempre que for necessário e sempre que for solicitado, a CNA vai estar aqui para tentar ajudar no que for preciso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Esta Presidência, juntamente com o Relator, quer agradecer a presença de todos, principalmente dos expositores, palestrantes, enfim, de todos que aqui estiveram.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião, convidando-os para a foto.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia três de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Aírton Sandoval, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, José Medeiros, Cidinho Santos, Pedro Chaves: presentes ainda o senador José Pimentel, não membro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Roberto Muniz, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 19ª Reunião, realizada em 19/9/2017, que é aprovada. O Senhor Presidente faz os seguintes comunicados: 1) Aviso 763-Seses-TCU-Plenário, de 31 de agosto de 2017, que encaminha a cópia do Acórdão nº 1909/2017 proferido pelo Plenário do TCU nos autos do processo nº TC 029.546/2016-8, relatado pelo Ministro André Luis de Carvalho, que trata de solicitação formulada pelo Senador Otto Alencar, então Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), no sentido da realização, pelo TCU, de auditorias para avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) em sua terceira fase, período 2012 a 2015; 2) Ofício EX nº 1.297/2017, de 11 de setembro de 2017, que encaminha MOÇÃO DE REPÚDIO da Câmara Municipal de Araraquara-SP à edição do Decreto Federal nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, bem como às iniciativas que, sob quaisquer formas manifestadas, tiverem por objetivo conceder a área correspondente à "Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados – Renca" à iniciativa privada, para fins de exploração minerária; 3) OFÍCIO GAB. Nº 27/2017, de 15 de agosto de 2017, da Câmara Municipal de Capivari de Baixo – SC, que encaminha para conhecimento e solicita providências voltadas à retirada dos 8.000.000 (oito milhões) de litros de óleo automotivo depositados pela empresa Sulquímica em tanques escavados em região alta da localidade; 4) AVS nº 31 de 2017, do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 797-Seses-TCU-Plenário, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.968/2017, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, prolatado pelo Plenário do Tribunal, na sessão de 06/09/2017, que trata sobre auditoria que tem por objeto a preparação do Governo Federal brasileiro para implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RMA 30/2017, de autoria do Senador Cidinho Santos, e RMA 16/2017, de autoria do Senador Roberto Muniz. Finalidade: Debater a efetividade das ações de revitalização de bacias hidrográficas e a participação social. Participantes: Sr. Junnius Marques Arifa, Secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União; Sra Larissa Alves da Silva Rosa, Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (representante de: Sr. Anivaldo de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Miranda Pinto - Presidente do CBHSF). Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/03>

(Texto com revisão.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião, realizada em 19/9/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Temos aqui alguns expedientes para comunicação antes de iniciarmos os trabalhos.

Aviso nº 763 do TCU-Plenário, de 31 de agosto de 2017, que encaminha a cópia do Acórdão nº 1909/2017, proferido pelo Plenário do TCU nos autos do processo 029.546/2016-8, relatado pelo Ministro André Luis de Carvalho, que trata de solicitação formulada pelo Senador Otto Alencar, então Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, no sentido da realização, pelo TCU, de auditorias para a avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia em sua terceira fase, período de 2012 a 2015.

O segundo expediente é o Ofício nº 1.297/2017, de 11 de setembro de 2017. Encaminha moção de repúdio da Câmara Municipal de Araraquara, São Paulo, à edição do Decreto Federal nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, bem como às iniciativas que, sob quaisquer formas manifestadas, tiverem por objetivo conceder a área correspondente à Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), à iniciativa privada para fins de exploração mineral.

O terceiro expediente é o Ofício nº 27, de 2017, de 15 de agosto de 2017, da Câmara Municipal de Capivari de Baixo, Santa Catarina, que encaminha para conhecimento e solicita providências voltadas à retirada de 8 milhões de litros de óleo automotivo depositados pela empresa Sul Química em tanques escavados em região alta da localidade.

E o quarto e último expediente é o Aviso nº 31, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 1.968, de 2017, acompanhado dos respectivos relatório e voto, prolatado pelo Plenário do Tribunal na sessão de 06/9/2017, que trata sobre auditoria que tem por objeto a preparação do Governo brasileiro para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Consulto os presentes se gostariam de se manifestar sobre algum desses documentos. *(Pausa.)*

Audiência pública.

A presente audiência pública destina-se à realização, em atendimento ao Requerimento nº 30, de 2017, da CMA, com o objetivo de debater a efetividade das ações de revitalização de bacias hidrográficas e a participação social. Esta audiência faz parte da avaliação da política pública estabelecida pelo Requerimento 16, de 2017, desta Comissão, nos termos do art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Eu convido aqui à frente o Dr. Junnius Marques Arifa, Secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União, e também convido o Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos, informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a elaboração do relatório.

Cada orador poderá usar da palavra por até dez minutos; se for necessário, concederemos uma prorrogação.

Vamos iniciar.

Com a palavra o Dr. Junnius, Secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Obrigado, Senador Cidinho.

Em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, eu gostaria de agradecer a esta Casa, o Senado Federal, pelo convite. A administração do Tribunal tem priorizado o apoio ao Senado Federal, ao Congresso como um todo, em todas essas iniciativas, essas audiências públicas, com o objetivo de contribuir para a melhor efetividade das políticas públicas que foram editadas no nosso País.

Bom dia a todos os colegas também.

O Tribunal de Contas da União, a respeito do assunto, realizou uma auditoria do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, exatamente no tema que está afeto a esta discussão aqui presidida pelo Senador Cidinho. Esse processo foi relatado em 2012.

A importância da Bacia do Rio São Francisco é inquestionável para o desenvolvimento do País – desenvolvimento econômico, regional. Sobre tudo, os senhores podem observar nessa transparência que ela tem uma grande extensão territorial, que permite o desenvolvimento por meio de transporte, irrigação, abastecimento. Então, é inquestionável realmente a sua importância para o desenvolvimento do nosso País; e tem um impacto muito grande em aspectos sociais e aspectos regionais.

O Tribunal de Contas da União, nesse trabalho, identificou os Estados que são beneficiados pelas políticas envolvendo o Rio São Francisco, sobretudo de revitalização: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, como é possível observar no mapa.

A questão da revitalização do São Francisco ganhou mais importância e relevo quando da iniciativa de transposição das águas da Bacia do São Francisco para atender a outras regiões próximas. A questão é que um dos pré-requisitos para a transposição ter eficiência era que houvesse a revitalização.

Bom, as obras de transposição há vários anos já estão a pleno vapor. Como os senhores podem perceber, alguns ramais já foram concluídos, mas vamos abordar a questão agora sob o aspecto da revitalização, em que nível ela se encontra. Como eu comentei, o pressuposto do sucesso para a transposição do São Francisco inclui também as obras e as políticas e programas de revitalização do São Francisco.

Como nós podemos visualizar, ao longo desses últimos anos, em 2012, o Tribunal concluiu uma auditoria operacional, que foi relatada pelo Congresso por meio do Acórdão 1.457 do Plenário. Em 2015, nós fizemos o primeiro monitoramento junto aos órgãos responsáveis por implementar essas políticas de revitalização dentro do programa que foi criado. Em 2016, um marco importante foi editado pelo Poder Executivo, o Decreto 8.834, criando um Comitê de Gestão e a Câmara Técnica dentro do Programa de Revitalização do São Francisco. Isso porque o primeiro comitê foi criado em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2001, por um decreto sem número do Executivo, mas não chegou a ser implementado, não chegou a funcionar. Então, passados 15 anos, ainda não tinha começado a operar. Nesse novo modelo do decreto, com o Decreto 8.834, o Comitê Gestor fica sob a coordenação da Casa Civil, e a Câmara Técnica, sob a coordenação do Ministério da Integração, composta pelos diversos atores responsáveis por operacionalizar essa política.

E agora, em 2017, desde o início do ano nós começamos o segundo monitoramento, mas ainda não concluímos – algumas informações estão pendentes, algumas ações não foram concluídas –, para que nós possamos apreciar a efetividade desse novo marco legal em termos de execução.

Bom, o objetivo do Programa de Revitalização do São Francisco seria implementar e integrar projetos e ações governamentais visando à sustentabilidade socioambiental no território da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Isso envolve estratégias e programas, medidas para recuperar áreas degradadas; conservar e promover o uso racional dos recursos hídricos do São Francisco; ampliação da oferta de recursos hídricos, sobretudo nessa dimensão da transposição; despoluição de áreas ribeirinhas para evitar que a água transposta chegue sem condições para o consumo, inapropriada; e promover o desenvolvimento sustentável de toda a região da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Dentro do escopo de auditoria incluem-se Ações de Recuperação e Controle, ações relativas à recuperação e controle de processos erosivos. Isso envolve outras ações que estão diretamente relacionadas, que são: o assoreamento dos rios; a redução da capacidade de navegabilidade em função do próprio assoreamento e da redução do volume; enchentes, devido à elevação de seus leitos, que pode ocorrer; poluição de mananciais, que pode comprometer a usabilidade desses recursos para o consumo e outras disposições; degradação do solo, com consequente diminuição da produtividade, porque esse processo erosivo impacta também a questão da produção de alimentos; perda de vazão em função de transposição, mas em função também de erosão, em função de múltiplos usos que estão relacionados a irrigação, abastecimento, produção de energia.

Dito o escopo, passamos então para um resumo das constatações. A auditoria observou uma grande deficiência no aspecto de governança, relacionada à coordenação. Existem vários órgãos responsáveis por etapas e programas de execução de revitalização, mas que não se comunicam entre si. Não existe uma coordenação, uma orientação – no momento dessa auditoria a que estou me referindo. O MMA era o responsável por coordenar esse Comitê de Gestão à época. Então, ações da Codevasf, dos comitês de bacia... Havia pouca participação no processo decisório, ou nenhuma. Isso impacta muito fortemente o resultado, porque os comitês de bacia estão mais próximos da realidade, podem acompanhar e trazer essas preocupações para o núcleo decisório. Mas como esse Comitê nunca se reuniu, isso acaba não se efetivando. E o comitê de bacia sequer tinha assento, segundo consta da minha informação a essa época, no Comitê.

Então, aqui os senhores podem perceber que a revitalização de bacias, para ocorrer, depende da atuação de vários órgãos; só que não havia, à época, integração entre esses órgãos e uma coordenação e articulação, e isso acabou por comprometer muito fortemente os resultados das medidas de revitalização. Havia investimentos, mas muitas vezes esses investimentos acabavam se perdendo também, por falta de continuidade.

Um outro aspecto, em relação às ações de recuperação e controle da erosão, que eram insuficientes. Insuficientes por falta de planejamento de médio e longo prazo que permitisse garantir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma fiscalização efetiva, um acompanhamento, por meio de indicadores, por meio de monitoramentos, que pudesse retratar a realidade e trazer as necessidades e as dificuldades que pudessem influenciar o processo decisório.

E há aspectos também relacionados à comunicação, não só entre os próprios responsáveis por execução dessas medidas de revitalização, mas também da comunicação com a sociedade civil, com os comitês de bacia, e comunicação e articulação entre os diversos níveis – multinível em muito setor. Aqui eu me refiro a União, Estado e Município, os governos locais.

Então, essas deficiências intensificaram os resultados negativos do assoreamento dos rios, antecipando resultados negativos que prejudicaram transporte, navegabilidade dos rios, a degradação dessas áreas ribeirinhas aos rios, e outros problemas também relacionados à preservação, decorrentes da falta de educação e enculturação da comunidade local. Há um exemplo que podemos dar, em relação a reflorestamento das matas ciliares, em que todo o trabalho dedicado para a produção de mudas às vezes acabava se perdendo, porque não havia um acompanhamento contínuo, até que as mudas se tornassem árvores e pudessem concretizar no reflorestamento. Então, esse é um aspecto também relacionado não só à educação, mas também ao planejamento de médio e longo prazo, que são relacionados a reflorestamento.

Um aspecto muito importante também a ser colocado é que os pequenos produtores têm dificuldade de ter uma compensação econômica ou outras alternativas econômicas, pelo fato de terem a obrigação de preservar áreas nas suas propriedades de pequeno porte. Ou seja, áreas de matas ciliares, matas próximas às margens dos rios, que estão sujeitas a processo degradador, por irrigação, por animais que acabam utilizando a água para consumo também, consumo humano... E também as matas ciliares, que é um outro aspecto.

Bom, então, as constatações podem ser resumidas da seguinte forma: problemas de coordenação entre o Ministério do Meio Ambiente e os diversos atores sociais e governamentais, dentre eles o Comitê de Bacias Hidrográficas do São Francisco, como eu mencionei; ações de recuperação e controle de processos erosivos insuficientes para mudar o panorama de degradação da bacia; falta de planejamento de médio e longo prazo para a manutenção dos projetos de revitalização e sustentabilidade das ações de recuperação; insuficiência de indicadores de diagnóstico do programa de revitalização, que prejudica enormemente o processo de monitoramento e avaliação da política.

Com relação a essas constatações, o Tribunal emitiu diversas determinações, no sentido de instalar e operar o Comitê Gestor desse programa de revitalização; também promover ações de integração e fiscalização ambiental, que é uma deficiência no aspecto de fiscalização; incluir, nos projetos de revitalização, mecanismos capazes de promover alternativas econômicas para os pequenos agricultores; medidas para implantar indicadores a respeito dos resultados desse programa; e recomendação, também, à Codevasf, para garantir a continuidade e a manutenção dos centros de recuperação de áreas protegidas.

Também para a Codevasf: assumir a elaboração e execução de projetos capazes de produzir resultados efetivos na revitalização; incluir ações de recuperação e controle em processos erosivos, que até então estavam omissos; identificar fontes de recursos destinados à manutenção de ações de recuperação que fossem alternativas, para superar as deficiências de alocação de recursos; e uma determinação ao Ministério do Meio Ambiente para que, no prazo de 90 dias, encaminhasse um plano





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ação, contendo cronograma para adoção de medidas necessárias para enfrentamento dos problemas que foram apontados – resultados negativos de revitalização –, indicando também responsáveis.

E o representante do Ministério Público junto ao Tribunal identificou, logo após a aprovação do acórdão, poucos momentos depois, que o Ministério do Meio Ambiente não havia implementado as ações determinadas pelo acórdão e não havia estabelecido também o cronograma das medidas necessárias para enfrentar essas dificuldades e os problemas que foram levantados na auditoria. Ou seja, a determinação não havia sido cumprida.

Diante disto, por nenhum dos dois órgãos, nem a Codevasf nem o Ministério do Meio Ambiente, haverem cumprido as determinações, foi iniciado o primeiro monitoramento. Esse monitoramento constatou, ao fim, que as medidas não haviam realmente sido implementadas, e o novo acórdão determinou ações mais contundentes, para dar efetividade às determinações anteriores, no sentido de melhorar a governança, melhorar a coordenação de ações para ampliar a fiscalização, realizar as fiscalizações, o monitoramento e tudo mais.

Eu não vou ler, porque essas determinações constam do acórdão e, em resumo, elas são praticamente as mesmas. Nós fomos apenas mais restritivos e detalhados no teor dessas determinações que foram para a Codevasf e para o Ministério do Meio Ambiente.

Bom, eu queria só mencionar aqui, antes de concluir a minha apresentação, que o Tribunal está, atualmente, com o segundo monitoramento aberto. A realidade, no momento, é um pouco diferente depois do Decreto 8.834, de 2016, com a criação do Comitê de Gestão, sob a coordenação da Casa Civil, que tem um potencial de melhorar o processo de coordenação, porque a Casa Civil tem uma visão mais sistêmica dos órgãos responsáveis por essas políticas públicas. E, com a criação da Câmara Técnica, sob a responsabilidade do Ministério da Integração, que é o que tem o maior aporte de recursos, tendo como braço direito a Codevasf, o Ministério do Meio Ambiente, existe uma possibilidade de melhorar essas ações relacionadas à coordenação. Mas, até o momento, o Tribunal não concluiu esse monitoramento, dado que não temos notícia ainda da conclusão do estatuto do Comitê de Gestão e também não temos o plano de ação aprovado e a estratégia definida, com os responsáveis indicados, para que, a partir de então, o Tribunal possa fazer esse monitoramento e acompanhamento das ações.

Bom, eu agradeço aqui a oportunidade de compartilhar as informações.

O Tribunal se mantém à disposição para compartilhar, inclusive, o resultado desse monitoramento, Senador, para que possa contribuir para o relatório final.

E eu me coloco à disposição, aqui, para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais que surgirem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Dr. Junnius.

Nós temos algumas perguntas aqui do Portal e-Cidadania, mas nós as faremos depois da apresentação do Prof. Oscar, para darmos fluxo aos nossos trabalhos.

Então, em sequência, passo a palavra ao Prof. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília.

Seja bem-vindo.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Bom dia a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite que foi feito pelo Senado Federal, pela Comissão de Meio Ambiente, do Senador Cidinho Santos, para tratar dessa questão bastante pertinente, eu diria oportuna, que é a da revitalização de bacias hidrográficas.

Saúdo também o meu companheiro de Mesa, o Junnius, aqui, esperando que nós possamos aqui debater, hoje, aspectos relevantes dessa questão.

Como foi salientado na abertura da discussão, esta aqui é uma audiência pública, imagino, de uma série de outras audiências, e vamos focar mais aqui na questão da participação social, no contexto dessas ações de revitalização em bacias hidrográficas.

Essa questão da revitalização já é objeto de ações há várias edições dos PPAs no Brasil. Nós pegamos aqui os dois últimos PPAs.

Há um objetivo claro, no primeiro, lá, o PPA federal de 2012 a 2015, de promover a revitalização de bacias hidrográficas, por meio de ações de recuperação, preservação e conservação, e havia metas, inclusive metas técnicas, uma ligada à recuperação de áreas de matas ciliares às nascentes, também de revitalização de bacias hidrográficas e de redução de níveis de poluição hídrica. E essa redução é um assunto um pouco técnico, mas se trata, em termos de poluição orgânica, de poluição de esgotos domésticos, que é, na verdade, a poluição mais importante, significativa, que nós temos nos nossos rios, causada pela falta de adequado esgotamento sanitário e tratamento.

Voltou de novo, aí, no PPA mais recente, de 2016 a 2019, também uma ação de revitalização de bacias hidrográficas, e há de novo metas já mais ambiciosas, no que se refere a tratamento de esgotos, e aí citando um programa específico, chamado Prodes, que se desenvolve na Agência Nacional de Águas, que é uma agência que está sob tutela do Ministério do Meio Ambiente.

E, de novo, lá também, a recuperação de hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes, no âmbito do Programa Produtor de Água, que também é um programa que se acha em desenvolvimento no Ministério do Meio Ambiente.

Então, eu acho que, por iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, houve o objetivo de avaliar justamente a efetividade desses programas de revitalização de bacias hidrográficas, e a ideia é que se possa apresentar, ao final dos trabalhos, recomendações e encaminhamento desse relatório aos órgãos e entidades interessados para conhecimento e adoção dos aprimoramentos que forem pertinentes.

Eu, na verdade, foquei, como falei no início, mais nessa questão da participação social. Então, não me ative muito à questão da execução em si das ações do PPA, mas refleti um pouco, trouxe aqui um pouco de reflexão sobre essa questão de como a sociedade pode e tem participado desses programas.

Em primeiro lugar, as ações que foram previstas de revitalização de bacias hidrográficas se desenvolvem no âmbito de diferentes políticas públicas: do meio ambiente, da gestão de recursos hídricos, de saneamento básico, da integração regional, da saúde, entre outras. Então, existe a participação, como foi salientado inclusive aqui pelo Junnius, de várias instituições em nível federal, em nível estadual. Desde já, a gente vê que a articulação é muito importante e que a questão de governança, de fato, é uma questão muito complexa e tem sido, às vezes, o calcanhar de Aquiles na implementação de várias dessas ações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente olhando a participação da sociedade civil organizada, no âmbito da formulação dessas ações, da implementação dessas ações, a gente vê que essa participação se dá, principalmente – e ela já é prevista nas leis, nos normativos sobre o tema –, nos conselhos municipais. Há conselho municipal de saúde, conselho municipal de meio ambiente. Então, existe essa possibilidade.

Há também uma participação nos conselhos estaduais e distrital – nesse caso, entra o sistema de gerenciamento de recursos hídricos; eles não têm uma atuação nos Municípios, mas, em função da titularidade da água, existem conselhos estaduais e distrital de recursos hídricos – e também nos conselhos nacionais. Nesses conselhos, existe sempre a participação prevista da sociedade, que tem ali o seu papel na formulação e no acompanhamento depois das ações implementadas.

Especificamente com relação à revitalização de bacias hidrográficas, existe uma outra instância de participação social, que seriam os comitês de bacia. Esses comitês de bacia foram instituídos, na verdade, pela Lei das Águas, a legislação de 1997, que completou 20 anos agora. Nesse espaço da bacia hidrográfica, em diferentes níveis – bacias estaduais, bacias interestaduais –, estabeleceu-se a criação de comitês em que havia o princípio da participação tríplice, isto é, todo e qualquer comitê criado no Brasil deve levar em consideração a participação do Poder Público, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis, da sociedade civil. Então, desde que exista um comitê de bacia atuando na formulação daquela ação ou na implementação, existe de forma, eu diria, compulsória a participação da sociedade civil.

Além dessas instâncias criadas pela legislação, pelas normas, boa parte também das ações são desenvolvidas e há a previsão de audiências públicas e de consultas públicas. Então, eu diria que, do ponto de vista, vamos dizer, normativo, do ponto de vista da organização, nós já temos instâncias que permitem que essa participação social possa ocorrer. Se ela ocorre efetivamente ou se é uma participação de qualidade, é uma segunda questão.

Um aspecto importante também que eu queria ressaltar é que essa participação social se dá também na ocasião da formulação de planos e programas específicos à área ou correlatos nos diferentes âmbitos, municipal, estadual ou nacional. A título de exemplo, nós temos um normativo do Ministério das Cidades que estabelece que, até o fim deste ano, todos os Municípios devem ter o seu plano municipal de saneamento básico devidamente elaborado e aprovado. Se essa aprovação não ocorrer, esses Municípios não ficam capacitados para receber verbas federais na área de saneamento. E todo esse processo do desenvolvimento de planos de saneamento tem criado oportunidades de participação da sociedade porque a forma de desenvolvimento é uma forma que pressupõe audiências públicas, rodadas de discussão, etc. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, estamos justamente na fase de conclusão do Plano Distrital de Saneamento Básico. E houve várias audiências públicas na formulação desse trabalho.

Para formulação de algumas das ações associadas à revitalização de bacias hidrográficas, como eu falei, essa participação é compulsória. Por exemplo, se eu tenho alguma ação que é prevista no plano de bacia, certamente essa ação contou, em algum momento, em maior ou menor grau, com a participação de representantes da sociedade. Nos comitês de bacia, ela existe, e esse plano é aprovado no comitê de bacia.

Já para outras ações, essa participação social depende um pouco de decisão, eu diria, discricionária do executor da ação. No caso, por exemplo, que nós citamos aqui do Prodes...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Já terminou o tempo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – O Prodes é um programa desenvolvido pela Agência Nacional de Águas. Esse programa não prevê se minha avaliação não está falha, não prevê nenhuma participação compulsória.

Dito isso, primeiras impressões: de modo geral, como eu já falei, a participação social é prevista nos normativos referentes à formulação e implementação das ações no âmbito da revitalização de bacias hidrográficas. De modo geral também, a gente tem os instrumentos e as instâncias que fomentam e possibilitam essa participação. Na minha avaliação – eu coloquei como impressão porque não foi feito nenhum tipo de avaliação exaustiva a respeito, é muito mais fruto da minha experiência mais recente nessa área –, não é um problema de norma, não é um problema institucional, de organização. É muito mais um problema de prática e governança, como foi também ressaltado aqui, como foi identificado nessa auditoria feita pelo TCU.

Especificamente no âmbito da revitalização de bacias hidrográficas, conta-se com o envolvimento do Singreh (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), com suas instâncias de comitês de bacias e de conselhos estaduais e nacional de recursos hídricos. Então, quando se fala dessa instância, a gente tem mais uma garantia suplementar de que possa haver participação social. No entanto, constata-se que, em boa parte dos processos decisórios na área da revitalização, a participação social tem se mostrado bastante aquém do que seria possível e desejável.

E eu vou trazer um exemplo prático, que é o projeto com o qual eu tenho trabalhado, que é o projeto de revitalização...

(Soa a campainha.)

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Posso terminar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – ... que é o projeto de Plano das RIDEs. Esse é um projeto que a Universidade de Brasília tem conduzido num termo de cooperação com o Ministério das Cidades, com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e que conta também com a participação de duas instituições federais de ensino, a Universidade do Vale do São Francisco e o Instituto Federal do Piauí.

Na verdade, há três RIDEs no Brasil, que são essas regiões integradas de desenvolvimento, que são regiões onde a expansão urbana extrapola os territórios de duas ou mais unidades da Federação. É o caso de Brasília, em que há uma conurbação com Goiás em vários limites do território do Distrito Federal. É o caso também do polo Juazeiro e Petrolina, em Pernambuco e Bahia; e Timon e Grande Teresina, no Piauí e Maranhão.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Esse trabalho foi feito. Aqui há a RIDE DF e Entorno.

Se já é complicado a gente implementar política pública no âmbito do Município e, às vezes, no âmbito de um Estado, quando se trabalha com os três níveis, há uma complexidade razoável. Sobretudo aqui na questão do saneamento básico, que foi o foco do nosso trabalho, nós vimos várias questões complexas ligadas ao saneamento.

Isso aqui é só para mostrar como se dá a ocupação do solo. Há aqui várias áreas conurbadas entre o DF e Goiás.

Para terminar, nessas constatações, eu quero trazer aqui uma constatação empírica importante sobre participação social. Esse estudo previa várias rodadas de discussão, idas a campo para discussão com a população sobre problemas de saneamento básico e soluções. Houve muita dificuldade nossa para mobilizar essa participação. As razões foram diversas e distintas. Primeiro, muitas vezes, nos Municípios que visitamos, não havia organizações da sociedade civil voltadas para a questão. Outro aspecto também que é importante que se ressalte é que havia, muitas vezes, uma certa descrença generalizada de ações de governo nessa mobilização. Então, já havia um certo enfado muitas vezes. "Mas outra comissão, outro projeto, outro plano?" Mas havia também questões, eu diria, que levam a gente a uma reflexão. Havia um desconhecimento generalizado por parte dos representantes da sociedade sobre os reais benefícios do saneamento básico. Então, eu acho que há um dever de casa que deve ser feito pelos capacitadores, no caso pela academia e pelo ensino, de modo geral...

(Soa a campanha.)

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – ... que é essa questão do benefício efetivo do saneamento básico. E também o desconhecimento de forma de participação do cidadão na sociedade civil.

Então, para concluir, uma das principais conclusões do estudo foi no sentido de que as ações que deveriam ser privilegiadas seriam ações de capacitação, iniciativas de empoderamento da sociedade civil para que a gente pudesse ampliar e qualificar a participação no processo de gestão do saneamento básico local.

Isso se refere a saneamento básico, mas eu acho que essa constatação se amplia quando a gente pensa no espectro mais amplo da revitalização de bacias hidrográficas.

Então, essa é a contribuição que eu trago aqui para a discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós temos aqui uma pergunta de uma internauta. Primeiro, bom dia a todos. É da Maura Mendes, da Bahia. Ela pergunta: "De que maneira eu, como cidadã posso oferecer ajuda nesta causa?" Eu acho que fica aberto então aos dois essa pergunta.

Isso aqui também? *(Pausa.)*

Então, aqui, do Relator, uma questão ao TCU:

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou em 2012 auditoria operacional sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Àquela época, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal constatou que não havia uma efetiva coordenação do programa por parte do Ministério do Meio Ambiente, e observou grande quantidade de órgãos e entidades agindo de forma isolada e desarticulada. Em 2016 foi criado o Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e o Ministério da Integração Nacional ficou incumbido da Secretaria-Executiva desse programa, por força do Decreto nº 8.834, de 9 de agosto de 2016.

Pergunta-se: na visão do TCU, a criação do Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco trouxe avanços à gestão do programa? Com a designação do Ministério da Integração Nacional como Secretaria-Executiva do programa, o Tribunal verificou ou espera verificar melhor coordenação da revitalização da Bacia do Rio São Francisco? Quais sugestões o TCU pode propor para o aperfeiçoamento dessa gestão?

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Obrigado pela pergunta. Eu acho que essa é uma pergunta bastante importante.

De fato, a criação, pelo Decreto 8.834, do Comitê de Gestão, coordenado pela Casa Civil, foi um grande avanço ao cenário em que se encontrava, pois era um comitê que há 15 anos nunca se reuniu. E agora, com a coordenação de um ente que tem uma visão mais sistêmica dessa política e dos órgãos que estão abaixo, há toda condição de trazer uma efetividade para esse programa de revitalização.

No momento, nós estamos ainda esperando o prazo que o decreto deu para que o Comitê elaborasse e publicasse estatuto. O plano de ação, com a estratégia definida e os responsáveis pelas ações também, ainda não foi publicado. Então, eu acho que algo que é importante é priorizar suficientemente para que essas etapas sejam cumpridas o quanto antes, para que sejam operacionalizadas.

Quanto à criação da Câmara Técnica, também o Tribunal considera que houve um grande avanço, sobretudo no aspecto da coordenação também, porque o Ministério da Integração já assumiu o seu papel de coordenador, e a participação na Câmara Técnica, inclusive dos comitês de bacias, tem ocorrido de uma forma mais regular. Então, há todo um contexto, uma construção favorável. O Tribunal teve oportunidade de participar como convidado das duas primeiras reuniões, e pôde constatar que, de fato, esse trabalho de coordenação está acontecendo, o que é muito importante. Esse é um aspecto de governança imprescindível para o sucesso desse programa.

Agora, não podemos nos acomodar: a etapa seguinte é saber quais são as estratégias, quais são os riscos, as dificuldades, e começar a colocar a mão na massa, executar as obras de revitalização de forma coordenada, envolvendo a comunidade civil, o cidadão, a participação do cidadão nesse controle também lá na ponta. E o papel do Tribunal aqui é acompanhar e auxiliar naquilo que for importante para a transparência, nesse monitoramento.

É importante também que a Câmara Técnica, através dos atores, consiga criar indicadores para facilitar o acompanhamento, pela sociedade, do resultado dessas medidas de revitalização, porque, ao final de tudo, deseja ter uma segurança hídrica, garantir a distribuição desses recursos hidrológicos da Bacia do Rio São Francisco para aquelas comunidades ribeirinhas – a questão do abastecimento humano, irrigação, atividades econômicas, transporte –, ao longo do tempo, para se ter uma continuidade nessa política, e que a revitalização realmente aconteça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Temos outras perguntas aqui, dirigidas ao Sr. Oscar de Moraes:

Em 2016, o Governo Federal lançou o Plano Novo Chico, com a promessa de investir cerca de R\$65 milhões, nos próximos dois anos, em Minas Gerais, e criou o Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CGPRSF), do qual faz parte o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF).

Pergunta-se à Larissa Alves da Silva Rosa [a quem se está perguntando]: na visão do Comitê de Bacia, houve alguma mudança positiva para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco com o Plano Novo Chico? Como tem sido a participação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco nas decisões do Comitê Gestor?

O Lago de Sobradinho, na Bahia, iniciou o mês de agosto com apenas 10% de sua capacidade total de armazenamento, o pior resultado registrado para esse mês desde que foi formado em 1980. O volume de água guardada é equivalente a menos da metade do que Sobradinho tinha em agosto de 2016, quando o principal regulador de águas da Bacia do Rio São Francisco já enfrentava uma situação crítica (fonte: *Estadão*).

Pergunta-se ao Prof. Oscar: estaríamos diante de uma situação de mudança do regime hidrológico na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco? Quais ações estruturantes e não estruturantes poderiam ser pensadas para mitigar os efeitos da escassez de água que vem se repetindo nos últimos anos?

São essas as perguntas.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Sobre essa questão do Rio São Francisco, a primeira parte da questão seria destinada à representante do Comitê do São Francisco, a Larissa, que acho que não pôde comparecer. Ah, está ali! (*Risos*.)

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Eu participo do Comitê do São Francisco. Na verdade, existe um comitê científico que assessora o Comitê do São Francisco, e a gente faz parte desse comitê científico. A Universidade de Brasília tem... O Distrito Federal tem uma pequena parcela aqui na Bacia do São Francisco, uma parcela ínfima, mas o Distrito Federal tem assento no Comitê de Bacia. A esse título, a Universidade de Brasília foi convidada a compor esse comitê científico que assessora o Comitê de Bacia, e eu sou o representante da Universidade de Brasília nesse comitê. Então, na verdade, tenho tido algum contato com o comitê pelo viés dessa comissão científica.

Vou me ater à questão sobre a hidrologia do Velho Chico. Há estudos que estão sendo feitos há certo tempo pelo setor elétrico, pela Agência Nacional de Águas, sobre a afluência de vazões no São Francisco, sobre o balanço hídrico. Então, de fato, tem-se verificado uma diminuição das afluições ao reservatório de Sobradinho. Isso está sendo monitorado, e está se buscando avaliar se essa causa estaria ligada a algum tipo de variação climática ou a um incremento razoável do uso da água. Nós sabemos que, se existe um uso muito intenso para irrigação, por exemplo, essa é uma água que é retirada das bacias, e isso pode causar efeitos de diminuição de disponibilidade rio abaixo, a jusante. Mas a gente deve também se lembrar do seguinte: que Sobradinho – aliás, o Rio São Francisco como um todo – é o reservatório mais importante, e a sua gestão é feita pelos homens. Quer dizer, muito do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado atual das reservas do São Francisco depende de decisões que foram tomadas pelos gestores desses reservatórios. Então, eu acho que a gente tem que ver bem a parte... Quer dizer, a gente não deve colocar a suspeição sobre a mudança climática ou a suspeição, toda ela, sobre também a irrigação, mas também ver qual a parte dessa questão do estado das reservas que é consequência de decisões que foram tomadas e que talvez não tenham levado em conta a evolução das chuvas no período subsequente.

Existem, então respondendo de forma conclusiva, elementos que levam a concluir que está havendo certa mudança da disponibilidade de água do São Francisco, mas nós temos que aprofundar essa avaliação, e temos também que levar em conta o papel na operação desses reservatórios.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Enquanto o senhor conclui aí, eu quero convidar a Sr^a Larissa Alves da Silva Rosa, em nome do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, já que ela está aí e gostaria também de responder à pergunta. É nossa convidada.

Pois não, com a palavra.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Não, Senador, eu já teria concluído. Já poderia passar a palavra aqui à Larissa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, Larissa, é chegando e falando. *(Risos.)*

Com a palavra.

A SR^a LARISSA ALVES DA SILVA ROSA – Bom dia. Eu sou Larissa Rosa.

Quero cumprimentar o Junnius, nosso parceiro do TCU, e o Prof. Oscar, que está compondo a Mesa, da ANA.

Sou Larissa Rosa, Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e membro titular representando o Ministério do Meio Ambiente no Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Então, estou revestida aqui de, digamos assim, dois chapéus, o que permite a gente contribuir na discussão, sobretudo aqui com o foco na pergunta que foi feita.

Aqui, fala-se sobre o Plano Novo Chico, sobre qual a participação efetiva do Comitê da Bacia no plano e se houve alguma mudança positiva para a revitalização.

Primeiro, o Plano Novo Chico, como o Junnius colocou na apresentação dele no início, foi lançado em 8 de agosto de 2016 pelo Presidente. Junto com a assinatura do decreto de atualização do Comitê Gestor, ele criou o Plano Novo Chico. O plano pretendeu ser uma carteira de investimentos de ações estruturantes para fortalecer as ações que já vinham sendo desenvolvidas na bacia. Então, o Programa de Revitalização começou em 2004, e aí o plano veio para fortalecê-lo, sobretudo com esse mecanismo de governança, conforme foi detectado no acórdão de 2012.

Com relação à implementação do Plano Novo Chico, eu posso falar especificamente das ações do Ministério do Meio Ambiente que a gente tem executado, que são as ações de fiscalização, a realização do Macrozoneamento Ecológico da Bacia Hidrográfica do São Francisco, as ações de capacitação em educação ambiental.

Com foco na pergunta sobre qual a participação do Comitê nisso tudo, vale resgatar o seguinte: no final de 2016, houve a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco. Então, a gente tem um novo plano decenal para o horizonte de 2016 a 2026. Esse plano, que é o instrumento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de planejamento do Comitê, estabelece seis eixos prioritários. Esses eixos prioritários foram levados em consideração na estruturação do Plano Novo Chico. O Plano Novo Chico foi lançado com cinco eixos principais, guardando coerência com o Plano da Bacia do São Francisco.

O Comitê tem participado, tem representação... Era uma demanda antiga participar disso. O Comitê da Bacia do São Francisco faz parte do Comitê do Projeto de Integração do Rio São Francisco e não fazia parte da revitalização. A partir de 2016, o Comitê faz parte da revitalização. Conforme foi mencionado, ele tem participado periodicamente das reuniões das Câmaras Técnicas Temáticas coordenadas pelo Ministério da Integração Nacional. E aguardamos ansiosamente para a instalação efetiva do Comitê Gestor da Bacia do São Francisco com o Regimento Interno e com o estabelecimento desse plano de ação, para que, realmente, possamos implementar o que está no Plano da Bacia do São Francisco.

Então, atualmente, o Comitê é parceiro do Governo Federal, é parceiro da revitalização. Nele, a gente tem uma instância privilegiada, uma instância empoderada pela Lei das Águas. Ele é a nossa principal interlocução com a bacia. Quando se fala em Comitê, fala-se das Câmaras Consultivas Regionais das quatro regiões fisiográficas da Bacia do São Francisco e da participação das Câmaras Técnicas Temáticas do próprio Comitê da Bacia.

Agora, há uma mudança positiva? Acho que a gente ainda está na fase de planejamento. Temos de preencher esse *gap*, temos de ter esse ganho de implementar as ações de revitalização, sempre em parceria, como o Prof. Oscar falou, com o Poder Público e com a sociedade civil organizada. Há aí a figura dos comitês, o que traz já essa carga de todos os usuários numa mesa de negociação. A gente os considera um parceiro essencial do programa de revitalização.

A fala do nosso Presidente, do Anivaldo, é nessa linha de construção de diálogos, de procurar consensos. Todos temos um objetivo comum, e só uma ação integrada, realmente, salvará o nosso velho – ou novo – Chico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Antes de finalizar, quero comunicar que os próximos debates para instruir a avaliação da política pública serão realizados: em 17 de outubro, para debater programas de revitalização de bacias hidrográficas brasileiras, avaliação e perspectivas; e, no dia 31 de outubro, para discutir o estado da arte da revitalização de bacias hidrográficas.

Ainda amanhã, às 9h, a Comissão realizará, em atendimento aos Requerimentos RMA 28/2017 e RD 32/2017, ambos da Senadora Regina Sousa, audiência pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba.

Na Comissão de Meio Ambiente, o PLS 67, de 2017, do Senador Elmano Férrer, que institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, está sob a relatoria do Senador Roberto Rocha.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Uma boa semana e um bom dia a todos.

(Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e cinquenta minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, José Pimentel e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 19 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja também convidado para a Audiência Pública aprovada em razão do RFF nº 11/2017, para debater o futuro das rádios e televisões comunitárias e a cobrança pela transmissão de obras musicais, a se realizar no dia 28 de setembro próximo, o Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Regional da República da 4ª Região." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 16/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater sobre o papel dos síndicos e dos síndicos profissionais nos condomínios brasileiros. **Participantes:** Sra. Landejaine Maccori, Consultora e professora; Sr. Paulo Roberto Melo, Presidente da Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais - ABRASSP; Sra. Diana Motta, Diretora do Departamento de Gestão Urbana do Ministério das Cidades; Sr. Sergio Barreto de Oliveira Silva, Coordenador Geral de Identificação e Registro Fiscal/MTb; Dr. Anderson Fernando Machado, Representante da OAB - DF. Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal - Sindcondomínio. Além dos palestrantes o Senhor Presidente ainda deu a palavra para o Senhor Carlos Braga, Presidente da Associação dos Síndicos e Subsíndicos em Condomínios do Estado de São Paulo, Senhor Enrico da Cunha Correia, Coordenador Jurídico da ABRASSP, Sr. José Messias de Medeiros, Antônio Avelar Rosa e Sra. Mailza Santos que assistiam à audiência. **Resultado:** Ralizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/08/31>

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Senado do Futuro, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de agosto de 2017.

Audiência pública.

Não havendo ainda quórum para deliberação, passaremos para a segunda parte desta reunião, audiência pública, de hoje, fruto do Requerimento nº 16, de 2017, de autoria desta Presidência. Será a primeira de uma série de debates sobre condomínios e tratará sobre o papel dos síndicos e dos síndicos profissionais dos condomínios brasileiros.

Para participar na qualidade de expositores, convido-os a se acomodarem na mesa: Srª. Diana Motta, Diretora do Departamento de Gestão Urbana do Ministério das Cidades, que, nesta oportunidade, estará representando nosso estimado amigo, Ministro Bruno Araújo. Por favor, minha querida Diana, seja bem-vinda.

Convidamos também o nosso amigo Sr. Sergio Barreto de Oliveira Silva, Coordenador Geral de Identificação e Registro Fiscal do Ministério do Trabalho, desde já agradecendo ao meu amigo, meu colega, Ministro Ronaldo. Por favor, vem aí o nosso Sergio Barreto de Oliveira Silva.

Eu gostaria também de convidar para esta primeira Mesa – porque são duas Mesas, para dividir, para ficar mais bem enquadrado na TV, a TV recomenda pôr de três em três – a Srª Landejaine Maccori, mestre em psicologia e consultora em gestão condominial. Por gentileza.

Registro que, em seguida a esta primeira Mesa, teremos a segunda Mesa, constituída pelo Dr. Anderson Fernando Machado, membro da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB-DF, representando o Instituto Pró-Síndico e também representando o Presidente da OAB-DF, Dr. Juliano Costa Couto, com quem eu estava agora. Parabéns. O Anderson está aí? É um prazer, Anderson.

Também teremos a presença do Dr. Paulo Roberto Melo, Presidente da ABRASSP (Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais) e do Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal (Sindcondomínio). Parabéns, José Geraldo. É um prazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero primeiro agradecer a presença de todos e o atendimento ao nosso convite.

A cada um será garantido o tempo de dez minutos para suas exposições. Em um segundo momento, havendo tempo, daremos oportunidade a algumas pessoas da plateia para perguntas ou observações. Esses dez minutos – geralmente são quinze, mas houve um atraso por problemas não circunstanciais –, se necessário, nobres debatedores, podemos levar até treze, sem problema nenhum.

Em qualquer momento das exposições, esta Presidência poderá apresentar questionamentos.

Antes de abrirmos os debates, há poucas observações sobre o temário.

Nossa sociedade tem se tornado cada vez mais sofisticada em sua forma de organização, respondendo à complexidade das relações sociais e às demandas de novos tempos.

Um dos desafios que enfrentamos diz respeito à forma de gerir relações sociais dinâmicas, a partir de modelos de democracia que se reflitam em gestões eficientes e, ao mesmo tempo, suficientemente complacentes com o desejo de cada uma das pessoas. Do ponto de vista do conteúdo, esse desafio se manifesta tanto no governo de um país, de um estado ou de um Município quanto na gestão de um condomínio.

Um cidadão que se manifestou para esta audiência por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal. Para que todos saibam, o Brasil inteiro está assistindo a esta audiência pública. O público brasileiro deste País todo pode vir ao Portal e-Cidadania e fazer perguntas para transmitirmos aos nossos debatedores. E toda a filmagem deste debate, desta discussão que vamos fazer aqui ficará disponível para vocês no nosso site da Comissão Senado do Futuro, do Senado Federal, uma Comissão que pensa as relações do futuro e orienta novos projetos a serem feitos no Senado Federal para aperfeiçoar a legislação brasileira. Então, no nosso caso, há um interesse muito grande em discutir a regularização da profissão de síndico; a revisão da lei do síndico, que existe desde 1964; outras relações, como a valorização e a necessidade do reconhecimento dessa profissão tão importante.

Então, vou voltar ao que eu estava lendo aqui: um cidadão que se manifestou para esta audiência por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal fez uma comparação do síndico com um monarca. Mesmo que de forma jocosa, essa manifestação mostrou que está claro no imaginário popular a relação de poder estabelecida no microcosmo de um condomínio habitacional, como já muito bem estudou o filósofo francês Michel Foucault em sua teoria sobre os micropoderes. Então, Michel Foucault, na teoria sobre os micropoderes, já deixou clara essa questão desse imaginário popular.

Por outro lado, a sociologia das organizações tem estudado tanto as organizações complexas, como as Forças Armadas, as igrejas e grandes instituições, quanto as pequenas organizações sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que reproduzem as características de conflitos e de demandas das primeiras e se moldam na forma de organização das entidades estatais.

Um condomínio é tão rico nas diferenças, desigualdades, conflitos e cobiças quanto a família ou uma cidade. Posso falar isso com experiência. Hoje sou Senador da República, mas já fui síndico também. Sempre há uma expectativa que pode ser atendida ou frustrada. A base que compõe os condomínios, os síndicos é uma base muito crítica que uma hora se organiza para bater, outra hora se organiza para aplaudir. E o síndico sempre é amado por um grupo e odiado por outro. É a situação normal da relação. Toda relação humana se dá conforme os interesses, conforme a situação toda que vai se estabelecendo. E não é diferente com os síndicos.

Mas há diferenças que precisam ser observadas, especialmente em relação às famílias, que se aproximam da administração de uma cidade. É preciso qualidade na gestão para que os objetivos comuns sejam alcançados com o menor custo possível. Nesse processo, o papel do síndico ou da síndica acaba se transformando em algo que requer a combinação de liderança e representação dos anseios dos condôminos com a capacidade de um profissional de administração.

Essa combinação não é fácil de ser alcançada. Por isso organizei esta reunião, para começarmos a debater tanto do modo prospectivo como a partir das realidades hodiernas o que está ocorrendo nesse microespaço de organização social e quais as perspectivas dos condomínios e o papel do síndico atual e futuro nesse processo.

Esta reunião de hoje está sendo transmitida pela TV Senado para todo o País, assim como pela Rádio Senado e pelo sistema de vídeo da internet. O vídeo completo e as apresentações dos convidados e convidadas estarão disponíveis no portal do Senado, na área da Comissão Senado do Futuro.

Esta reunião também tem caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania.

Repetindo, todos podem participar do debate através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Em primeiro lugar, quero passar a palavra para a Dr^a Landejaine, porque gostaria que ela fizesse as provocações do ponto de vista dos condomínios, dos síndicos para os dois técnicos do Governo que estão aqui e trabalham no setor, tanto do Ministério das Cidades quanto do Ministério do Trabalho, para que possamos, com as provocações advindas dos síndicos, melhor colocar os pontos de vista de nível governamental. Depois daremos prosseguimento com a outra Mesa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr^a Landejaine, a senhora tem dez minutos iniciais. Tocar a campainha aos nove, está bom?

Obrigado.

A SR^a LANDEJAINE MACCORI – Boa noite a todos.

É uma grande honra e satisfação estar com vocês nesta primeira audiência pública para debater sobre o papel dos síndicos e síndicos profissionais.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar e de agradecer ao nosso Ilm^o Senador da República Sr. Hélio José, Presidente da Comissão Senado do Futuro, porque sem a iniciativa dele provavelmente este evento não teria sido possível. Muito obrigada, Senador.

A seguir, gostaria de cumprimentar as três instituições aqui presentes – o Sindicondomínio DF, a Abrassp e a Assosíndicos –, das quais faço parte na qualidade de diretora de educação.

Meus cumprimentos inicialmente ao pioneiro e Ilm^o Presidente do Sindicondomínio DF, o Dr. José Geraldo Dias Pimentel, um homem de peso à frente dos condomínios do Distrito Federal. Graças ao seu grande empenho, nós pudemos levantar a primeira bandeira para ofertar no Brasil o curso superior para síndicos.

Meus especiais cumprimentos ao arrojado jovem, ilustríssimo fundador da Assosíndicos do Distrito Federal e também da Abrassp no Brasil, o Sr. Paulo Roberto Melo, um jovem que não tem medido esforços para trabalhar em prol da vida condominial no Distrito Federal.

Meus especiais cumprimentos também ao grande guerreiro que assumiu os trabalhos à frente da Assosíndicos do Distrito Federal com garra e brilhantismo, o Ilm^o Sr. Emerson Tormann, que também não tem medido esforços em prol dessa causa.

Meus cumprimentos ao Ilm^o Sr. Sergio Barreto, Coordenador Geral de Identificação e Registro Fiscal do Ministério do Trabalho, e meus cumprimentos especiais à Ilm^a Dr^a Diana Motta, Diretora de Planejamento Urbano do Ministério das Cidades.

E, finalmente, quero estender o meu abraço a todos vocês e dizer obrigada por terem vindo, porque a hora é agora. Muito obrigada por terem vindo.

Como vocês viram, é muito amplo o tema deste debate que aqui se abre para falar de algo grandioso. Digo isso porque hoje, no mundo, em função das necessidades de ocupação da malha urbana e em função da fuga da violência urbana, da qual sou pesquisadora em 35 países inclusive, a palavra mágica que a população encontra como proposta para viver é condomínio verticalizado e fechado. Portanto, não estamos falando de uma tendência do Brasil; estamos falando de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendência mundial. Como toda nova tendência, ela traz muitas adaptações e mudanças paradigmáticas, como os senhores sabem. Portanto estamos em um clima de corrida, como se fosse uma corrida do ouro. Estamos em um clima de decisões, estamos em um clima de buscar como adequar inúmeras situações em nosso País. Entre elas, algumas que estão aqui nesta pauta de hoje, como os senhores viram, de grande magnitude.

Primeiro: como ficarão as organizações de espaços urbanos para receber esses condomínios? Está aqui a nossa Dr^a Diana para pensar junto conosco.

Segundo: haverá algum processo de profissionalização para administrar os condomínios? Haverá alguma reserva de mercado específica por alguma área acadêmica? Como isso ocorrerá ou não? O que precisa ser aperfeiçoado na legislação existente para recepcionar as demandas advindas da vida condominial?

Então, são perguntas. E eu diria aos senhores: ainda não sabemos, mas temos o dever de fazer este exercício que aqui hoje estamos fazendo, com esta abertura a nós proporcionada pelo nosso Senador da República Sr. Hélio José. Nós temos que pensar juntos para que outros interesses – interesses capitalistas e outros de outra ordem qualquer – não venham se sobrepor aos reais interesses daqueles que vivem nos condomínios. Então, nós temos que pensar sobre isso.

Portanto, gente, dentre todos esses aspectos aqui citados, eu, como educadora, diretora de educação das instituições aqui presentes e coordenadora do primeiro curso superior para síndicos no Brasil, eu posso lhes passar apenas uma experiência vivida de quem viu, de quem fez e de quem sentiu e sente durante esses anos quais são, de fato, as reais necessidades para a gestão de um condomínio. Portanto, eu vou falar apenas da gestão condominial. Vou deixar com os senhores essas outras questões amplas aqui que foram abertas. Vou falar da gestão condominial e do papel do síndico.

E a primeira coisa e a mais importante que eu gostaria de lhes transmitir é que gerir um condomínio não é uma tarefa fácil. Ela exige duas premissas fundamentais: primeira, qualificação profissional, ou seja, conhecimento científico, carisma, espírito de liderança; segunda, dedicação exclusiva, pois não dá para exercer uma tarefa desse nível em horas vagas. Então, essas são duas coisas fundamentais, duas premissas fundamentais.

Coordenando o desenvolvimento de três turmas de síndico formadas em nível superior no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), deu para eu perceber claramente – e os meus alunos aqui presentes, meus gestores condominiais, que não são mais alunos, são formados – que, para o exercício desse fazer, é necessário ter conhecimento científico em seis grandes áreas do conhecimento, que são: direito, engenharia, psicologia, administração, contabilidade e gestão ambiental.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seria possível haver uma reserva de mercado de uma só dessas áreas? Ou eu dizer: "Não, vai poder ser síndico só quem for psicólogo, porque eu sou psicóloga e eu acho que tem ser só psicólogo". E o advogado dizer: "Não, só quem for advogado". E administrador dizer: "Não, só quem for administrador". Não, esta não é a solução. A solução é a gente, mediante essa colocação aqui... Depois de aprovar, brilhantemente, no Ministério da Educação, um projeto pedagógico e obter o reconhecimento do curso superior de Tecnologia em Gestão De Condomínio, eu digo a vocês: sinto-me convencida de que a gestão eficiente de um condomínio necessita de uma área específica que reúna os saberes dessas demais áreas aqui citadas.

E vou mais longe: defendo esse conhecimento científico, defendo um espaço profissionalizado, mas não defendo inicialmente uma reserva de mercado. Porque eu acredito que uma reserva de mercado no momento não é adequada, pois a amplitude desse mercado é muito grande e nós não teríamos como formar pessoas num curto espaço de tempo. Então, nós não defendemos reserva de mercado, mas defendemos a qualificação, seja ela em nível superior, seja ela em nível de pós-graduação.

Portanto, defendo que o síndico deve optar por trabalhar representando a si próprio. Ou seja, atuando na qualidade de legítimo representante do condomínio – seja lá qual nome for adotado: de síndico, de gestor, de gerente –, mas ele tem que...

(Soa a campanha.)

O SR. LANDEJAINE MACCORI – ... representar a si mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Vou dar para a senhora mais três minutos.

A SRª LANDEJAINE MACCORI – Pois não.

O Síndico deve buscar adquirir conhecimentos científicos nas diversas áreas, conforme já falamos.

A legitimidade e valorização, gente, de qualquer ofício em nosso País, assim como em qualquer outro país, perpassa pela formação reconhecida por seus órgãos competentes; no Brasil, esse órgão é o MEC (Ministério da Educação).

Também ainda necessita perpassar pelo registro em conselhos de orientação e fiscalização da profissão. E, no caso, eu digo a vocês que nós já temos essa grande conquista, não é? Nós já temos aprovado o Relatório de Avaliação – está ali o número dele – nº 201112996, Código do MEC nº 643476, o reconhecimento desse curso, com a nota nº 4 (entre 1 a 5). Bem como obtivemos o grande logro de reconhecimento do Registro Profissional do Tecnólogo em Gestão Condominial, que hoje, por direito,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obtem também seu registro profissional no Conselho Regional de Administração, através da Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração nº 374, de 2009.

Então, gente, a grande bandeira que eu levanto aqui é a seguinte: o que não queremos é que haja empresas gestoras terceirizando síndicos – nós temos que ter muito cuidado com isso – para representá-las, para representar as empresas no desenvolvimento de suas atividades de gestão. Esse é um trabalho que precisa ser personalizado, é um trabalho que precisa defender o interesse dos condôminos, e nós não devemos nos furtar de lutar por esse espaço.

O que nós queremos realmente são síndicos, gestores, gerentes, seja lá o nome que for, terceirizando empresas para representá-los no desenvolvimento de suas atividades de gestão. O que nós queremos é o fortalecimento do conhecimento científico e da dedicação exclusiva; porém, sem reserva de mercado. E é importante, então, que seja sempre respeitada essa premissa, porque eu acredito que qualquer tipo de reserva de mercado neste momento não seria salutar.

Eu agradeço a todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço à Dr^a Landejaine, uma competente professora aqui do Distrito Federal.

Eu fiz questão de convidar o Sr. Paulo Melo a vir compor a Mesa, porque eu gostaria de mais provocações no âmbito da administração de síndico, e o Paulo Melo é o Presidente da Abrassp (Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais). A Abrassp é também muito bem organizada no Brasil e Brasília.

Então, eu queria passar a palavra ao Sr. Paulo Melo inicialmente por dez minutos, extensivos para mais três, caso seja necessário.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Pessoal, boa noite a todos.

Muito obrigado ao Senador Hélio José, muito obrigado ao Sergio Barreto, à Diana Motta e à Landejaine Maccori. Quero cumprimentar também os que estão aqui presentes, o Braga, da Associação de Síndicos de São Paulo, que fez questão de vir aqui acompanhar esta audiência pública pessoalmente; os síndicos e síndicas – eu vejo aqui muitas carinhas de síndicos e síndicas profissionais, pessoas que fazem a diferença em seus condomínios; o Dr. Anderson Machado, do Instituto Pró-Sindico, representando aqui, neste momento, também a OAB.

Quero dizer o seguinte. O art. 1.347 do Código Civil brasileiro estabelece, quanto à administração do condomínio edilício, que a assembleia escolherá um síndico, que poderá não ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condômino, que aí seria o síndico profissional, para administrar o condomínio por prazo não superior a dois anos, o qual poderá renovar-se.

Essa permissão fez surgir a figura do síndico profissional, que, muitas vezes, não se confunde com o síndico condômino. Na verdade, percebe-se atualmente uma forte tendência pela delegação da atividade administrativa dos condomínios edilícios a pessoas físicas não proprietárias ou jurídicas especializadas nessa atividade.

O síndico deve buscar melhorias contínuas para o empreendimento, para o condomínio, uma vez que deparamos com baixa qualificação e cursos que não abordam questões fundamentais, como assuntos jurídicos, financeiros e de conduta ética.

Eu tenho o orgulho de dizer a vocês o seguinte: Brasília tem os melhores cursos de síndico gratuitos do Brasil. Eu já acompanhei outros cursos já. Há cursos em que a pessoa administradora fala sobre contabilidade, legislação e administração. Acho que tem que separar as funções, e estamos fazendo isso muito bem.

Buscamos uma regulamentação através de um projeto de lei feito em diversas mãos. Esse projeto de lei não vai ser feito pelo Senador Hélio José, nem por mim, nem pela Landejaine, nem pelo ministério: vai ser feito por todos nós, vamos definir juntos qual é o melhor projeto de lei e qual a melhor forma de resolvermos isso, Senador. Não é também: "Ah, vai ser um PLS?" "Ah, vamos procurar o Presidente Temer para poder fazer uma MP." Podemos fazer de diversas formas, mas o que queremos é resolver para vocês o problema dos 17 mil condomínios de Brasília e dos 440 mil do Brasil, atender essas demandas para poder melhorar a qualidade de vida das pessoas no Brasil inteiro.

Então, para isso, gente, precisamos de uma lei que determine que, para exercer a função de síndico, será preciso ter um curso ou treinamento feito por empresa qualificada, ter o terceiro grau nas áreas de Negócios Imobiliários, Engenharia, Administração ou Direito, apresentar certidões negativas, ser um síndico ficha limpa, porque hoje também não podemos admitir isso. Síndico também é político. Por que o Deputado tem que ser ficha limpa e o síndico não tem que ser? Então, todo mundo tem que ser ficha limpa. Pau que bate em Chico também tem que bater em Francisco. Ser pessoa física ou jurídica e estar filiado a um órgão de classe, se possível, um CRA, um CRC, um Crea, uma OAB, para poder também ter representatividade.

Quem sabe, Pimentel, um dia criemos um Conselho Regional de Síndicos?

A remuneração também deve ser contemplada no projeto, com um salário que deve ser fixado entre R\$10 e R\$50 por apartamento do condomínio administrado. Pode ser mais, pode ser menos, gente, isso é uma ideia. A remuneração também deve ser contemplada no projeto em caso de pessoa física, com o salário que deve ser fixado por unidades ou por condomínio administrado em contrato de trabalho e com direito a décimo terceiro, pró-labore, férias e recolhimento de impostos. Eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloquei décimo terceiro e pró-labore, porque hoje o contador que presta serviços para o condomínio já recebe o décimo terceiro e pró-labore. Por que o síndico não pode receber um décimo terceiro e pró-labore no final do ano? Tenho certeza de que o Rafael ia ficar muito feliz em receber. *(Risos.)*

Antes, apenas o síndico condômino exercia essa função. Isso tem ocorrido também em vista de um dos mais sérios problemas enfrentados nos últimos tempos pelos condomínios: a recusa de condôminos em assumir o encargo de síndico, tanto pelo temor da responsabilidade civil, porque o Anderson Machado mata os síndicos de medo, quanto por casos eventuais de prejuízo à sua gestão, além do desgaste junto aos demais condôminos na resolução de conflitos internos, passando pela falta de apoio dos proprietários na tomada de decisões unilaterais, que não exigem aprovação de assembleia.

Todavia, essa prática de delegar a administração do condomínio a síndico não proprietário não encontra guarida na nossa lei civil. O Código Civil só fala que pode ser condômino ou não, utilizamos aquilo ali a nosso favor, mas não há uma legislação específica.

Quanto à sua forma de investidura, como empregado profissional autônomo ou até mesmo como empresa pessoa jurídica contratada para esse fim, essa situação exige disciplina legal, própria, com o objetivo de resguardar o síndico, o proprietário e o próprio condomínio quanto à responsabilidade pelo exercício.

Das atribuições do síndico, administrador contratado por deliberação da assembleia na medida em que o art. 1.348 estabelece apenas a função do síndico condômino. O projeto de lei que queremos apresentar tem o objetivo de regulamentar essa relação de fato, prevenindo conflitos que certamente advirão com a adoção dessa sistemática de administração de condomínios. Queremos o síndico profissional, administrador ou gestor profissional ou gestor condominial forte como empresa e também como pessoa física. Então, não vamos fechar as portas para empresa, eu acho que é importante termos os dois, ter as duas situações, se possível, com pessoas capacitadas que tenham uma Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e também queremos para os síndicos uma Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), se possível no MEI esse CNAE. Vai ser bom para o condomínio e vai ser bom para o síndico também, porque ele pode emitir nota fiscal pelo MEI (Microempreendedor Individual) e vai pagar R\$60 por mês de impostos. Aí, fica muito bom. Eu hoje estou no Simples. Eu pago, por exemplo, para um condomínio de R\$1 mil, R\$160 de impostos, no Simples.

Qual é o único objetivo? Regulamentar o exercício da profissão de síndico administrador de condomínio, atividade que nasce dessa nova realidade, disciplinando as suas atribuições e competências, os requisitos e as vedações para o seu exercício. Também queremos a atualização da Lei nº 4.591, de 1964. Quantos anos nós temos? "Ah, Paulo, mas foi atualizado no Código Civil". Não foi plenamente, não. Há alguns artigos que é importante atualizar. Inclusive o Código Civil também já



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

está um pouco velho, é de 2002; nós estamos em 2017, vão fazer 16 anos. Essa lei dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

O Ministério das Cidades determinou, pela Portaria nº 518, que os Estados ou Municípios deverão contratar uma empresa especializada em gestão condominial 30 dias antes da entrega dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida. Eu estou falando dessa segunda etapa já pelo fato de que muitos condomínios do Minha Casa, Minha Vida têm muitos problemas. Os moradores não sabem viver em condomínio, e os síndicos também têm dificuldades.

O objetivo é que a empresa desenvolva um trabalho pedagógico com os moradores para ensinar as diretrizes das atividades que devem ser desenvolvidas nos condomínios, como escolha do síndico, gestões contábeis, administração, entre outros.

As atividades serão divididas em três fases: a de formação do condomínio, na qual haverá um levantamento de informações para elaboração da previsão orçamentária do condomínio; prestação de assessoria técnica nas reuniões, que se alinha à ocupação da eleição do síndico e conselho fiscal; além do trabalho pedagógico, que é a qualificação dos moradores, para poderem viver em condomínio – fazer uma cartilha para eles, para eles saberem...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROBERTO MELO – quais são os deveres e os direitos em condomínios.

Na fase inicial do trabalho, estipulada em um mês, a empresa terá de elaborar a previsão orçamentária e auxiliar na eleição do síndico e do conselho fiscal. Depois da implantação e organização do condomínio, terá que emitir CNPJ e abrir uma conta pessoa jurídica para o condomínio, como também auxiliar na elaboração e adequação do regimento interno.

Na terceira fase, após a eleição do síndico e do conselho fiscal, a função se resume em assessorá-los na assembleia. Então, isso é algo que o Ministério tinha que trabalhar muito, porque hoje os condomínios do Minha Casa, Minha Vida, os síndicos, estão sofrendo. Há brigas de faca nos condomínios do Minha Casa, Minha Vida. Pessoas que nunca moraram em condomínio...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Paulo, um aparte.

Realmente, nobre Drª Diana Motta, aqui pertinho de nós eu acho que há um bom exemplo para o Ministério das Cidades, reforçando o que o nosso representante da ABRASSP está falando. Se vocês visitarem o condomínio Paranoá Parque, vocês vão ver a disparidade das pessoas que moram em cada bloco, a dificuldade que é de convívio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa fragilidade ocorre porque são síndicos que tiveram que ser escolhidos no meio das pessoas, que não têm uma formação muito próxima dessa questão administrativa ou da questão até financeira ou fiscal, que são necessárias.

Então, esse é um dos temas que me trouxeram a fazer essa audiência pública com bastante força, porque eu estou vendo o sofrimento dos moradores do Paranoá Parque, o sofrimento dos moradores ali do Riacho Fundo II, de Samambaia e de outras áreas. São pessoas que muitas vezes estão nos condomínios do Minha Casa, Minha Vida, levados a morar juntos por uma circunstância talvez até divina, mas não pensavam em morar juntos. São pessoas que não tinham essa perspectiva, viviam em uma situação mais complexa.

Então, essa proposição colocada pela ABRASSP eu acho que é muito importante ser debatida. Creio que posteriormente a esta audiência pública poderíamos marcar uma reunião no Ministério das Cidades para dar continuidade a essa discussão.

Paulo, seu tempo foi devidamente descontado. Você pode retornar a sua fala.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Então, infelizmente, existem esses conflitos dos condomínios do Minha Casa, Minha Vida. E é importante que se faça uma pedagogia. Os que já foram entregues, nós temos que pegar e tentar qualificá-los ainda. E os que vão ser entregues, a pessoa só recebe a chave se fizer o curso, participar de uma palestra, de 12 horas aula, para receber o certificado. Aí a pessoa recebe a chave, porque não dá mais para o Governo Federal, o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal encherem o País de condomínios, as pessoas não sabem viver em condomínios.

E voltando ao caso do Paranoá Parque, pertinho de Brasília, o preço do condomínio é em média R\$100,00. As pessoas pagam a prestação de R\$65,00 na sua casa. A pessoa acha ruim um condomínio de R\$100,00, acha que está caro, acha que o síndico está roubando.

Então, é muito importante que a gente tenha essa pedagogia junto com os moradores de condomínios.

E quero mais uma vez agradecer a todos vocês pela presença, aos nossos telespectadores da TV Senado, pelos canais do Senado Federal. E quero dizer que nós estamos à disposição de vocês. A Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos profissionais quer regulamentar a profissão de síndico, quer atualizar a Lei de 64. Nós queremos dar as mãos a todas as entidades: Sindicondomínio, a Associação do Carlos Braga, de São Paulo, a Assosíndicos, a Secovi, todas as entidades. Nós queremos caminhar juntos para poder construir um consenso e aprovar uma legislação, com os advogados também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou muito a favor de os serviços serem mais específicos, por exemplo, o condomínio ter administradora, mas ter o jurídico independente, ter o engenheiro na parte de vistoria, manutenção e assim por diante.

E quero me colocar mais uma vez à disposição de vocês. Nós estamos fazendo um projeto muito bom em Brasília. Estamos levando isso para o Brasil inteiro, qualificação, cursos de síndicos. Temos grandes parceiros. E queremos ouvir vocês.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Após a minha fala aqui, vamos ouvir vocês. E assim encerro a minha fala e passo novamente a palavra ao nosso Presidente Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Paulo.

Gostaria que a Dr^a Landejaine e o Paulo dessem espaço agora para as duas Mesas, para o Dr. Anderson, a quem peço que transmita ao nosso Presidente Costa Couto o meu abraço. O Dr. Anderson, representante da OAB-DF, ocupará o espaço onde está o Paulo. E chamo o Dr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal, Sindicondomínio.

O Paulo e a Dr^a Landejaine terão depois cinco minutos, como todos terão, nas considerações finais.

Vamos ouvir agora o Governo; quero saber do meu Governo aqui. Primeiro vamos começar com trabalho ou com cidade?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cidades.

Então, vamos ouvir as mulheres em primeiro lugar. Vamos ouvir a Sr^a Diana Motta, representante do Ministério das Cidades, a quem quero agradecer. Quero mandar um abraço ao nosso querido Ministro Bruno Araújo.

E passo a palavra por dez minutos, extensivos por mais três.

Obrigado.

A SR^a DIANA MOTTA – Muito boa noite a todos e a todas. Inicialmente queria agradecer o convite do Senador Hélio José; agradecer, em nome do nosso Ministro Bruno Araújo, esta oportunidade, que é muito especial, de estar aqui próxima aos cidadãos e às pessoas que convivem nas cidades, que formam a sociedade urbana. O Brasil já é um país urbano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também gostaria de cumprimentar todos os participantes até esta hora aqui para – digamos assim – se confraternizar conosco neste debate e registrar a presença de dois colegas do Ministério das Cidades, que estão aqui conosco: o Dr. Paulo Ávila, gerente do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, que é uma grande atividade que o Ministério realiza, e também o nosso colega Celso Oliveira, que é Especialista Urbano da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Inicialmente, gostaria de registrar, do ponto de vista do tema, que, na verdade, o foco nosso e do nosso departamento é a gestão urbana, que são as tendências da urbanização brasileira, as características, os desafios das nossas cidades. E, nesse contexto, naturalmente, nós somos um país urbano, como disse anteriormente, e é importante registrar que somos 207 milhões de habitantes. Inclusive, o IBGE destacou ontem. Quer dizer, o Brasil se urbaniza e cresce com menos – digamos assim – rapidez, mas ainda cresce e as cidades são o foco do nosso trabalho.

Eu queria registrar que, do ponto de vista deste tema, existe uma vertente urbanística, que é o que a gente trata mais diretamente, em que os condomínios, quer verticais, quer horizontais, são – até a própria produção de habitação – uma matéria específica e exclusiva do Ministério das Cidades. Eu queria dizer que, nesse aspecto, há a vertente que é muito cara ao nosso Ministério, que é o do aperfeiçoamento da legislação urbanística. Nós estamos no Ministério há um ano com uma agenda bastante forte no sentido de melhorar a regulação urbana, reconhecer as formas de ocupação urbana, como foi justamente apresentado pela nossa especialista consultora, e nós temos – digamos assim – um registro importante que diz respeito à nova Lei de Regularização Fundiária Urbana.

A nova Lei de Regularização Fundiária Urbana vem, em primeiro lugar, reconhecer que cerca de 40% a 70%, grande parte da população brasileira vive ainda em situação informal, grande parte dos condomínios urbanos conhecidos, e o Distrito Federal tem uma grande experiência e se revela na sua ocupação territorial com grande parte em formação de condomínios. Isso é um aspecto importante. E, diante disso, essa nova regulação vem justamente reconhecer essas ocupações em condomínio horizontal.

Nesse sentido, temos também uma inovação importante que diz respeito tanto ao loteamento com acesso controlado – eu vi que, no início do debate, os aspectos de segurança também foram registrados – e o condomínio de lotes.

E eu gostaria de registrar, Senador, que eu acredito que há uma pauta longa a ser perseguida no contexto dos condomínios, seja do ponto de vista urbanístico, seja do ponto de vista das regulações e também dos aspectos de natureza tributária, dos aspectos administrativos dos condomínios.

O Ministério das Cidades está aberto ao diálogo, como sempre esteve. No que diz respeito ao tema Minha Casa Minha Vida, muito bem exposto pelo colega Paulo, eu quero registrar que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério das Cidades está muito centrado em aperfeiçoar todo o trabalho social no que se refere aos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida.

O trabalho social, digamos assim, ele se conforma, além de ser um desafio importante para que as famílias consigam na verdade viver coletivamente. O Ministério está, digamos assim, com esforços no sentido de melhorar a capacitação também e de informar essas famílias inclusive sobre como utilizar até elevadores, porque muitas pessoas nunca conviveram nesse formato, nessa tipologia, mas também de melhorar a sociabilidade das famílias em formatos, tipologias tipo condomínio, especialmente condomínio vertical, que é um padrão muito conhecido do Minha Casa, Minha Vida.

Além disso, eu quero registrar que os desafios urbanos brasileiros são muitos, os condôminos, os condomínios, especialmente para os síndicos que comandam, que coordenam grande parte dos aspectos administrativos, dos problemas de convivência, que são muitos, mas é uma tendência da urbanização brasileira. As cidades tendem a se verticalizar também, e esse é um aspecto que eu acho que tem que ser considerado nas nossas políticas urbanas. E também temos que considerar os condomínios horizontais e esses condomínios que estão sendo regularizados.

O aspecto da Segurança Pública hoje tem que ser considerado. Hoje grande parte de vocês que vivem aqui no Distrito Federal sabe que há, digamos assim, um grande desafio hoje do próprio Governo local no sentido de regularizar os condomínios existentes. Eu até gostaria de sugerir aqui para o Senador os aspectos que são inovadores da Lei Federal nº 13.465, que é a nova lei de regularização fundiária. Ela trata e inova tanto aspectos físicos, locais desses condomínios, como aspectos de segurança no que diz respeito às portarias, à identificação das pessoas, enfim...

Então eu acredito que a nova lei ela deverá ser tratada no contexto desse tema dos condomínios horizontais como uma tipologia de tendência urbanística hoje, para que possa contribuir também — ouviu, Senador? — no sentido de esclarecer aspectos que são relevantes, tanto no que diz respeito ao tema do síndico, dos condomínios, como também das formas de regularização dos condomínios hoje, que são uma tendência não apenas no caso de Brasília, mas também de outras cidades brasileiras. E a cada dia eu acredito mais que a gestão urbana ela tem que enfrentar, digamos assim, novas formas e regulações para saber gerir exatamente o crescimento urbano. Grande parte dessas disfunções — nós temos no Brasil também muitas pessoas que vivem na informalidade ainda —, desses problemas reside exatamente na necessidade de que as gestões públicas, os Municípios tenham condições de orientar o crescimento das cidades.

Esse é o grande desafio que nós temos hoje, quer dizer, temos que organizar o território urbano, mas temos que pensar como as cidades devem crescer, a forma que as cidades crescem. E, assim, os condomínios horizontais e verticais fazem parte da nossa matéria de trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o Ministério hoje também está voltado a melhorar a sua regulação urbanística, especialmente a Lei do Parcelamento do Solo Urbano, a Lei 6.766, que regula o parcelamento da gleba em lotes, e eu acredito que poderá ser uma contribuição importante.

Nesse sentido, nós estamos à disposição aqui do senhor, do Senado Federal e de todos os colegas aqui presentes para compartilhar as sugestões e aperfeiçoamento da nossa regulação urbanística e da política urbana brasileira.

Muito obrigada.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito objetiva a Dr^a Diana. Quero cumprimentá-la.

Quero dizer que fui o Vice-Presidente da Lei nº 13.465, que a gente conseguiu gestar para poder fazer uma organização melhor da ocupação urbana no País. A Lei nº 13.465, para o Distrito Federal, é fundamental. É a lei que regulariza os condomínios, principalmente os condomínios horizontais, as novas cidades e as cidades tradicionais.

Para quem não conhece o Distrito Federal, Brasília tem cidades com cinquenta anos, onde, até hoje, ninguém tem uma escritura pública. É caso do Paranoá, por exemplo; São Sebastião, Santa Maria, com 70% dos moradores de Santa Maria; é o caso de Brazlândia, da Vila São José, grande parte de Ceilândia, Sol Nascente, Pôr do Sol, e os maiores condomínios do Distrito Federal, principalmente os condomínios das classes A, B, C, D e E – de A até E –, eles não têm regularização fundiária.

Então, quero uma segunda rodada deste debate, até como Vice-Presidente da Medida Provisória e um dos organizadores de várias sessões do DF, para podermos encaminhar essa questão e marcarmos um debate deste tema, para o qual V. S^a será novamente convidada, juntamente com pessoas do Ministério e da Secretaria do Patrimônio da União, do Incra e de outros órgãos regulativos, para vermos a questão da lei. O decreto dessa Lei nº 13.465, da Regularização Fundiária, deve estar sendo publicado. É a Lei para a Amazônia Legal, para a área de reforma agrária e para todas as áreas urbanas brasileiras e rurais.

Ontem até falei com o Dr. Erick, que me disse que, até meados do mês que vem, o decreto deve estar sendo publicado e a portaria da SPU, que deve regulamentar a questão urbana, também deve estar saindo para as terras da União.

E as pessoas que ocupam terras particulares estão na Lei de Usucapião, que é a lei que visa, com a ocupação mansa e pacífica com mais de cinco anos, o direito de as pessoas requererem a sua escritura pública, o seu direito de propriedade.

Então, vamos fazer esse debate em breve.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar V. S^a pela disposição, inclusive, de debater este assunto de hoje, que é fundamental. Nós até vamos ouvir agora o representante do nosso Ministro Ronaldo Nogueira, que é o nosso Deputado Federal e Ministro do Trabalho, o nosso querido Dr. Sergio, que ouviremos neste instante sobre a questão da atualização, da modernização da Lei dos Condomínios Verticais, sobre o qual estamos hoje conversando mais aqui, a questão da regulamentação da profissão do síndico, a questão de verificarmos como se pode fazer melhor essa gestão.

Nessa série de debates, que vamos fazer tanto dos condomínios verticais quanto dos horizontais, visaremos fazer essa discussão para apresentarmos PLS, sugerirmos ao Governo apresentar medida provisória ou projeto de lei naquilo que é de competência exclusiva do Governo e naquilo que é de competência nossa nós apresentarmos, para podermos atualizar essa questão e trabalhar de forma mais adequada.

Então, vamos ouvir aqui o Dr. Sergio de Oliveira, para ver como está sendo refletida essa questão no Ministério do Trabalho. Depois vamos ouvir a OAB e o Sindicato dos Síndicos de Brasília.

São dez minutos.

O SR. SERGIO BARRETO DE OLIVEIRA SILVA – Primeiramente, quero agradecer a todos a presença, ao Senador Hélio José e a todos os integrantes.

A minha presença aqui é no intuito de realmente esclarecer como funciona o processo de regulamentação de profissões dentro do Ministério do Trabalho.

Tecnicamente falando, hoje o preceito principal que o Ministério analisa está no inciso XIII do art. 5º, que estabelece: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". E seu parágrafo único informa: "É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei."

Fundamentos para a regulamentação de uma profissão: deve ser feita por meio de lei de iniciativa do Congresso Nacional, como todos sabem; é recomendável que haja o reconhecimento da ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – esse é um requisito que realmente tem que vir antes, tem que ser reconhecida na CBO; o exercício da profissão de ser vinculado ao interesse público, realmente para evitar a questão da reserva de mercado; e deve haver condições básicas para a fiscalização do exercício profissional. Hoje, o Ministério até recomenda que, ao se regulamentar uma profissão, haja um órgão fiscalizador. Isso é algo que realmente nós recomendamos.

Os requisitos básicos que devem constar no projeto de lei são: as atribuições dos profissionais, ou seja, o que o profissional faz e desempenha; os deveres dos profissionais, que serão pressupostos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a fiscalização do conselho; os critérios de qualificação profissional; e a previsão de fiscalização da atividade profissional.

Atualmente, existem 79 profissões regulamentadas. As primeiras profissões regulamentadas foram as de leiloeiro, contador, economista, médico, realmente nessa ordem. Todas as profissões regulamentadas podem ser consultadas através do sítio eletrônico em tela.

Cenário das profissões regulamentadas. Hoje, 47% dessas profissões são fiscalizadas por conselhos de classe; 18% são realizadas por registro profissional – o MTb não fiscaliza, o MTb não tem competência para fiscalizar essas profissões para as quais são emitidos registros profissionais dentro do Ministério do Trabalho –; e 35% não possuem ingerência do Estado.

O reconhecimento da ocupação é feito por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) no Ministério do Trabalho, que reconhece, descreve e codifica a ocupação. A profissão de síndico ou administrador, hoje, está contemplada na CBO, já está reconhecida, no sentido classificatório, por meio da ocupação 510110, mas está com a nomenclatura de administrador de edifício.

Para solicitar o reconhecimento pela CBO ou alguma modificação é preciso encaminhar um documento ao Ministério do Trabalho, aos cuidados da Coordenação de Classificação de Ocupações Brasileiras, contendo as seguintes informações:

Identificação do demandante;

Titulação que identifique a ocupação;

Quantidade estimada de profissionais atuando na área;

Principais atividades exercidas pelo ocupante;

Entidades formadoras/carga horária;

Escolaridade necessária.

Eu queria frisar um ponto, a questão da criação de conselho.

Hoje, como informei há pouco, o Ministério recomenda que, ao se regulamentar uma profissão que tenha um órgão fiscalizador, realmente é para poder acompanhar e fiscalizar o andamento desses profissionais.

A Lei 9.649, de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República, tratou de estabelecer, por meio do seu art. 58 e seus parágrafos, que o serviço de fiscalização profissional realizado pelos conselhos fiscalizadores de profissões seria exercido em caráter privado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal Federal, ao decidir o mérito de ação direta de inconstitucionalidade, impugnou o seu art. 58, informando que essa atividade não poderia ser delegada a entidades privadas.

O STF informou que os conselhos fiscalizadores são entidades de natureza autárquica, com personalidade jurídica e de direito público.

Em 2013, o Ministério do Planejamento e Gestão iniciou um debate com representantes da Casa Civil, Ministério do Trabalho e AGU, com a finalidade de discutir as regras que deverão ser aplicadas aos conselhos fiscalizadores. Esse assunto está em discussão, e o Ministério aguarda realmente uma decisão, uma definição por parte da questão de criação de conselho.

Eu queria atentar para esse ponto, informar que a regulamentação realmente está atrelada a um órgão fiscalizador. Isso num projeto de lei tem que estar bem claro.

A minha apresentação é bem breve. Acho que ficou claro.

Agradeço a presença de todos e ao Senador Hélio José. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado ao Dr. Sergio Barreto de Oliveira Silva pelas exposições rápidas e objetivas.

Fica claro aí que nós precisamos trabalhar muito pela regulamentação dessa profissão. E as suas orientações, com certeza, serão seguidas pela ABRASSP, pela minha assessoria, para apresentar esse projeto devidamente.

Vamos precisar também revisar a lei dos síndicos. A Dona Carmelita já disse isso com toda tranquilidade, ela vem desde 1964 – é Dona Leopoldina o nome correto. Então, com certeza, poderemos trabalhar muito e vamos precisar mesmo da – o Ministro Ronaldo é um amigo – colaboração de vocês.

Eu vou ouvir agora a OAB. Quero ver o ponto crítico da OAB sobre a questão e as suas recomendações, para que a gente possa andar nessas questões tão importantes para os condomínios.

Já estive com o Juliano Costa Couto, hoje, Presidente da OAB do DF. Mande um abraço para ele.

O SR. ANDERSON FERNANDO MACHADO – Boa noite a todos.

Primeiramente é um prazer poder estar aqui falando em nome da representação da OAB do Distrito Federal e demais OABs de nosso País.

Quero agradecer ao Senador Hélio José pela iniciativa, porque este é um debate realmente muito importante. Quero agradecer a todos aqui da Mesa, em especial a alguns amigos aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes, familiares, ao meu amigo Paulo Roberto Melo, o qual sempre foi um lutador árduo nessa questão da esfera condominial, e aos demais presentes, Prof^ª. Landejaine, Prof^ª. Kelen, os síndicos seccionais que estão aqui, o Rafael, Duane e outros, o Paulo, um grande síndico profissional, um grande defensor, e outros síndicos que estão ali atrás, amigos, a Mailza, também, D. Leopoldina. Então, a gente tem muitos amigos aqui, pessoas que participam no Distrito Federal, sempre dando apoio e lutando pela classe dos síndicos aqui em nosso País.

Bem, eu gostaria, claro... Como o Paulo brincou ali, quando eu dou as palestras, os cursos, a gente fala sobre a questão de responsabilidade civil. Hoje, o tema é debater sobre o papel dos síndicos e síndicos profissionais. Então, se nós estamos aqui para debater, temos que entender – e aí a OAB, através da nossa comissão, do direito imobiliário e urbanístico, na qual também está vinculado os condomínios – a preocupação com a nossa demanda hoje no Judiciário com relação a condomínio.

No Secovi, se não me engano de São Paulo, saiu uma matéria dizendo que quase 30% dos processos que tramitam no judiciário no Estado de São Paulo estão relacionados a condomínios. Então, é uma preocupação. A gente sabe que o nosso Judiciário, de maneira geral, está abarrotado de processos e questões difíceis de dirimir e que nós podemos, sim, com uma assessoria, com uma prevenção, como advogados, trabalhar dessa forma, diminuir e trazer, diante dessa mediação de conflitos, resoluções, que às vezes são muito simples. Mas a gente sabe que, quando a gente mexe com a nossa propriedade, como diz a nossa Constituição Federal, que ressalta o direito de propriedade, os conflitos existem, porque é o dia a dia das pessoas. E, como foi bem colocado aqui – percebo isso também em minha atuação na área jurídica nos condomínios populares –, os conflitos tornam-se ainda muito maiores e mais ostensivos.

Então, essa é a preocupação. O Presidente da OAB do Distrito Federal, Dr. Juliano Costa Couto, inclusive, em conversa comigo, pediu que elaborássemos um seminário na área condominial para discutir com magistrados, para que pudéssemos realmente debater como resolver esses conflitos de uma melhor forma. É uma preocupação, sim, da OAB – nós a representamos sempre lutando pelos interesses da nossa sociedade – que queremos, de maneira geral, resolver, trazendo aos síndicos segurança, porque, quando falamos de síndicos, sejam eles moradores, sejam eles profissionais, nós falamos de responsabilidade.

Eu vou colocar um pouco da minha fala com relação à responsabilidade dos síndicos, porque muitos não têm noção. Eu me admiro muito, quando nós ministramos cursos e palestras, com o despreparo dos síndicos. Eles não têm dimensão da tamanha responsabilidade e importância que eles estão assumindo como síndicos, gestores, então, eu me preocupo. E, como professor há muitos anos, gosto de passar essa informação para evitar que esse tipo de lide, de problema, aconteça no Judiciário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O papel do advogado, hoje, é muito importante para nós trabalharmos dessa forma preventiva e não procurarmos um advogado só quando realmente já se instalou um problema. Por que não prevenir? É mais fácil, é mais barato, a gente consegue realmente trabalhar de uma melhor forma.

Segundo o grande legislador Sílvio Venosa: “O síndico desempenha o papel mais importante no condomínio não só porque o representa ativa e passivamente em juízo, mas também porque exerce as funções executivas do administrador.”

A responsabilidade civil encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico nos seguintes artigos do Código Civil: 927, 186, 187, que retratam alguns temas alusivos à ação ou à omissão lesiva, culpa, dano e nexo de causalidade. A responsabilidade pode ser de várias formas, seja objetiva ou subjetiva, mas ressaltamos que existem no nosso ordenamento jurídico diversas leis e artigos que tratam sobre condomínios – dentre elas, como foi citado aqui, a Lei 4.591, de 1964, conhecida como Lei das Incorporações, que, como o Paulo colocou, poderá ser devidamente atualizada, o Código Civil, que traz as leis sobre edificações e demais leis competentes da área.

São muitos os poderes do síndico, porém nenhum o exime de responsabilidade. Exceções ou omissões podem levá-lo a responder com seu patrimônio pessoal por prejuízos e danos daí decorrentes, visto que o campo é amplo para o seu exercício, porém sempre há que observar que o cargo deve ser exercido com responsabilidade, dentro dos poderes a ele conferidos. Assim, não poderá ser pessoalmente responsabilizado se, por exemplo, deixar de pagar encargo social, não cumprir uma deliberação de assembleia, não cumprir o regimento e a convenção do condomínio ou postergar o referido pagamento. Porém, ao contrário, se ele excede, responde pessoalmente, podendo recair constrição, inclusive, sobre o seu patrimônio pessoal.

Convém destacar que a convenção condominial poderá determinar outras situações em que o síndico poderá, além de ser obrigado a indenizar o condomínio, perder o seu mandato. Como a gente percebe no dia a dia, muitos síndicos são destituídos; há situações hoje de síndicos se apropriando indevidamente de valores do condomínio.

Para apurar a responsabilidade patrimonial do síndico é necessário analisar o caso concreto, mas também o comportamento dos demais membros do corpo diretivo do condomínio, pois se trata de uma atribuição desses membros a fiscalização, assim como o conselho fiscal, o conselho consultivo, subsíndico e outros. A responsabilidade não é só do síndico. A gente elenca que o art. 1.348 fala da responsabilidade do síndico. Dizem que muitos síndicos hoje, infelizmente, estão passando a mão. Isso é o que a gente ouve diariamente. Por quê? Porque falta acompanhamento dos moradores, falta a participação efetiva dos moradores, dos condôminos em assembleia.

Assim, ainda que o síndico, isoladamente, cause prejuízos ao condomínio por ação ou omissão intencional, os tribunais têm decidido que os demais membros do corpo diretivo, especialmente os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

conselheiros, poderão responder, inclusive, por eventual ação indenizatória por sua omissão. Outrossim, ao ser alcançado na responsabilidade pelo prejuízo causado, poderão os bens do síndico responder pelo ressarcimento.

Então, venho aqui colocar e trazer essa preocupação diante dessa responsabilidade, em poucas palavras, e trazer que é uma preocupação sim. Nós temos que atuar, como foi colocado aqui, junto com bons contadores, com empresas que mexem com essa parte de administração de condomínio, com gestores, qualificar o síndico. Eu estou aqui, junto ao Paulo, como Diretor Jurídico da Assosíndicos há quatro anos, e venho transmitindo conhecimento. Digo sempre que conhecimento nós não podemos reter, conhecimento nós temos que transmitir para que, realmente, se evitem esses tipos de problemas que os síndicos enfrentam no dia a dia.

É um prazer grande. Novamente agradeço a todos os convidados. Senador Hélio José, eu estou aberto. A OAB também, com certeza, vai poder receber as entidades que aqui estão presentes hoje para trazer temas e debates de interesse na área condominial do Brasil. Novamente é uma satisfação.

Boa noite a todos. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria registrar os presentes aqui na plenária. Eu não tenho a obrigação – o Regimento não prevê – de abrir a fala, mas eu vou abrir cinco possíveis intervenções de três minutos para quem quiser intervir na plenária e fazer perguntas aqui.

Então, quem quiser intervir é só levantar o dedo, a menina vai pegar o nome e a entidade que representa. Depois da fala do nosso nobre José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal, o Sindicondomínio, eu procederei à abertura dessas cinco falas.

Por favor, pessoal da Secretaria, pegar as cinco inscrições para mim por favor.

Dr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condomínios do Distrito Federal, Sindicondomínio, agradeço a sua presença, cumprimento-o e passo-lhe a palavra.

O SR. JOSÉ GERALDO DIAS PIMENTEL – Também lhe agradeço.

Boa noite a todos.

Senador Hélio José, em nome do Sindicondomínio do Distrito Federal, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, cumprimento a Sr^a Diana Motta, ao lado de quem tenho o prazer de estar; o Sr. Sergio Barreto de Oliveira e Silva, que é o Coordenador de Identificação de Registros do Ministério do Trabalho; o meu amigo Anderson, que está aqui representando a OAB; o Braga, que teve ilustre companhia ao longo destes últimos 20 anos dos síndicos do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu acho que nós estamos em nossa casa. Acreditamos que esta Casa também nos pertence, como síndicos, como condôminos. E aqui estão os nossos irmãos de jornada – não vou nominá-los para não correr o risco de cometer uma gafe com cada um de vocês.

Senador, o Sindicato dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Distrito Federal é uma entidade sindical patronal. Estão sob a nossa responsabilidade as tratativas no tocante às relações de trabalho e emprego dos mais de 45 mil trabalhadores com contratação direta e indireta no Distrito Federal.

No terceiro setor, Senador, nos últimos 10 anos, os condomínios passaram a representar na economia brasileira algo em torno de 46% do crescimento em matéria de participação da sociedade na vida condominial. Hoje nós somos, no Brasil, 23 entidades sindicais. Como o Paulo Melo colocou aqui, com muita propriedade: aqui no Distrito Federal, Senador, nós representamos o interesse direto e indireto de 17 mil condomínios. No Brasil, pela última estatística, já passamos de 440 mil condomínios, e Brasília já passou de três milhões de habitantes.

Para nossa surpresa, Senador, em uma pesquisa rápida que foi feita recentemente pelo Sindicondomínio, identificamos que injetamos na economia do Distrito Federal todos os meses R\$795 milhões – esses 17 mil condomínios. Pasmem os senhores: desses R\$795 milhões, 10% de fundo de reserva permanecem nos cofres dos bancos, sem uma aplicação sequer em prol da coletividade que vive nos condomínios do Distrito Federal.

Como bem colocado aqui pela Profª Landejaine, que é a nossa Diretora de Educação e Meio Ambiente, nós tivemos a condição de lançar o primeiro curso superior tecnológico em Gestão de Condomínios.

O senhor foi muito feliz em dizer que nós temos as classes A, B, C, D e E – acredito que, daqui a pouco, teremos a classe F. Se não cuidarmos da regularização fundiária, Drª Diana... Aí eu falo como condomínio, não estou falando em especial da tão importante função desenvolvida pelo síndico, falo em nome de uma população que já passou de 2 milhões de habitantes nos condomínios do Distrito Federal.

Essa sociedade clama aos Deputados Federais e, em especial, ao Senado Federal... E aí o senhor teve a brilhante tarefa de ajudar, principalmente, na edição da 759, de 2017, que certamente abre um espaço para que tanto o Governo Federal quanto o Governo do Distrito Federal – e aí eu me limito a falar sobre o Distrito Federal – possam levar, Senador, a essas famílias, que, há 1 ano, 10 anos, 20 anos, clamam tão somente para que as autoridades possam verdadeiramente reconhecer o direito que cada família tem como legítima ocupante de imóveis, não como grileira, mas como compradora de boa fé...

Senador, em recente pesquisa que foi encomendada no Rio Grande do Sul, descobrimos que a participação daquela sociedade nos movimentos sociais ultrapassa em quase 50% a participação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a sociedade brasileira nos movimentos sociais. Nós, enquanto condomínios, queremos contratar, contratar bons síndicos, contratar bons gestores. Aí a ABRASSP, a Assosindicos desenvolvem um papel fundamental. Temos também uma oportunidade, Senador, de mostrar para a sociedade brasileira que, diferentemente de um programa que a Rede Globo colocou no ar, em que qualquer problema que se tenha se chama o síndico... A partir de então, nós começamos a ser reconhecidos como gestores.

Como administrador que sou, como contador que sou e bacharel em Direito que sou, também comungo com o que a Profª Landejaine colocou: nós precisamos fazer com que, da mesma forma que contratamos bons profissionais, competentes profissionais, profissionais que tenham a devida qualificação e preparo... Este momento é o momento em que nós estamos olhando para um debate que trata, em especial, do papel dos síndicos e dos síndicos profissionais dos condomínios brasileiros.

Certamente, com a sua brilhante colocação, Sergio Barreto... Nós, do Conselho Regional de Administração e do Conselho Regional de Contabilidade, já externamos a algumas autoridades, em especial ao Deputado Izalci Lucas Ferreira – e aqui eu queria deixar também um pedido ao nobre Senador Hélio José –, o nosso desejo de que se criasse, na Câmara Federal, uma frente parlamentar em defesa dos condomínios e síndicos do Brasil.

Senador, pasmem o senhor: a realidade dos condomínios em Goiânia é uma, a realidade dos condomínios no Pará é outra, e no Brasil assim acontece sucessivamente. Essa questão que foi levantada, do Paranoá Parque, Senador, foi simplesmente um ato político irresponsável do Governo do Distrito Federal – eu não tenho aqui papas na língua –, porque pegou presidiário, traficante, homossexual – eu não estou discriminando ninguém não –, uma quantidade de pessoas que deveriam estar dentro de um programa, e jogou dentro de um sistema chamado condomínio. Aquilo não é condomínio, aquelas pessoas não foram preparadas. E aí há a questão da qualificação, fundamental para as pessoas saberem viver em coletividade, em sociedade. Daí o nível que nós estamos vivendo hoje: a questão de pessoas que já se agrediram fisicamente. Agora, recentemente, um administrador regional do Distrito Federal foi acusado pelos moradores – e está aqui registrado, gostaria que o senhor tomasse conhecimento disso, bem como sua assessoria – de praticar atos de desvio de recursos daquela comunidade. Nós estamos falando de um público de mais de oito mil pessoas que ali residem, e eles estão a mercê da vontade de alguém contra quem, certamente, não têm como agir.

Daí, Senador, o presidente do Sindicondomínio do Distrito Federal... Mesmo tendo, de certa forma, o entendimento de amigos meus de que, ao criar-se a Pró-Condôminos, que é a Associação Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos dos Condôminos... Porque somente assim eu consigo fiscalizar a função do síndico – não é a profissão do síndico, é a função que ele está desenvolvendo. A todos os condomínios do Distrito Federal – falo pelo Distrito Federal e como Presidente do Sindicondomínio – tenho colocado à disposição a proteção jurídica necessária contra a malversação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do patrimônio dos condôminos – está ali o Dr. Anderson que não deixa o Presidente do Sindicondomínio faltar com a verdade. E nós já tivemos condições de fazer com que, em praça pública, fosse feita a tomada do imóvel de propriedade daquele síndico por malversação do patrimônio.

E eu quero só fazer um encaminhamento. Os 23 Estados brasileiros que têm os seus sindicatos representativos pedem claramente ao senhor, na qualidade de Senador, que possamos encaminhar aqui em Brasília, num grande ciclo de debates, para que possamos verdadeiramente sair do mundo do Distrito Federal e passar ao âmbito de Brasil, a discussão da questão dos assuntos vinculados aos síndicos, mas em especial a questão dos condomínios do Brasil.

Muito obrigado. Obrigado a todos os presentes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Dr. Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicondomínio, por sua brilhante exposição.

Cumprimento os nossos ouvintes do Brasil inteiro, pois estamos ao vivo para todo o País.

A Sr^a Maria Odete Bento, do Rio Grande do Sul, fez o seguinte comentário: "O papel do síndico é zelar pelo bem estar de todos os moradores, sem colocar medo, fazendo-se valer das regras das assembleias, não o que bem entende, sem consultar a maioria, e fazer reuniões no mínimo de dois em dois meses." É a posição da Sr^a Maria Odete Bento, do Rio Grande do Sul.

O nosso querido ouvinte Artur Alvim Cury, de São Paulo, comenta o seguinte: "A função de síndico é muito séria e importante em todos os condomínios. Todos os moradores, se possível, devem participar das reuniões periódicas, porque viver em edifícios é viver no coletivo, e todos devem estar unidos pelo melhor."

Ainda, o Sr. Sérgio Luís Peixoto, de São Paulo, capital, diz o seguinte: "Em três edifícios onde morei houve síndicos que desviaram dinheiro. Penso que o problema não é da função em si, mas da própria família brasileira, que ensina seus filhos a idolatrarem pessoas com comportamento social vulgar e até repugnante. A boa moral não está em moda por aqui." Essa é a posição do Sr. Sérgio Luís Peixoto, que a gente respeita.

O Sr. Alexandre Nunes Barbosa fez um comentário que eu também já fiz. Ele é de Santa Catarina e falou o seguinte: "Síndico é como rei, não deve ser odiado e, sim, temido, só assim funciona um condomínio. Invadiu o direito alheio e de todos, adverte, suspende ou leva multa."

É o trabalho do síndico, amado por uns, odiado por outros.

Vamos chamar o Dr. Braga, Presidente da Associação dos Síndicos e Subsíndicos em Condomínios do Estado de São Paulo, que nos dá o prazer de estar aqui conosco, a satisfação de estar aqui com a gente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três minutos, Dr. Braga, fique à vontade.

O SR. CARLOS BRAGA – Quero saudar a Mesa em nome do Senador Hélio José, parabenizá-la. É um evento histórico.

Eu participo de condomínio e quero saudar aqui as entidades de Brasília em nome do José Geraldo, que é o nosso presidente do sindicato de condomínios, e da ABRASSP, representada pelo Paulo. Estejam todos abraçados os síndicos aqui presentes.

Sou síndico há 17 anos, atualmente sou síndico. Eu queria dizer para vocês o seguinte: motivou-me vir a Brasília não só o fato de meus parentes estarem aqui. Inclusive, há vários me assistindo pela TV Senado aqui em Brasília, assim como meus parentes lá de São Paulo, lá no ABC, região de onde eu sou. Ibrahim, meu primo, é presidente de sindicato de funcionários públicos de Brasília e é síndico também.

Eu queria dizer para vocês o seguinte. Todas as discussões aqui são interessantes, importantes, mas a gente tem que atacar coisas cruciais. Quando você está com câncer, se você não combate o câncer quando ele começa a enraizar, você vai ter um problema futuro. O grande problema do condomínio está na instalação, quando a construtora constrói. Esse é o grande problema do condomínio, já começa aí. E isso, depois, vai lá desencadear a convivência por que hoje passa a economia, que não é boa – quem é síndico aqui sabe disso. Há desconfiança, e a falta de educação é incrível, da classe média e da classe baixa. Eu frequento condomínio de classe baixa cujo nível de educação é até melhor do que o da classe média, por incrível que pareça.

Então, eu acho o seguinte, Senador, e é até uma sugestão: a gente tem que criar uma convenção única para o Brasil, porque os prédios....

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Vou lhe dar mais dois minutos em consideração a São Paulo, que é muito longe. (*Risos.*)

O SR. CARLOS BRAGA – Agradeço.

A gente precisa criar uma convenção única para os prédios. O vertical, o horizontal, o *shopping*: não muda. É uma cor no Brasil, tudo é uma cor, como você disse, Presidente. Outra coisa: nós precisamos fazer algumas alterações na lei para as quais precisamos do apoio do senhor, do Congresso.

Outra coisa: temos muitas coisas erradas, mas elas partem da própria lei. O senhor veja: o código diz uma coisa, mas, como salientou o nobre colega da OAB, há gente que vai a uma assembleia com 60, 70 procurações. A construtora constrói um prédio e dita as regras e as ordens e depois você tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que contratar advogado para apagar. Então, o condomínio tem que começar do alicerce. A gente precisa trabalhar essas questões que estão acontecendo, de leis e de convivência.

Hoje os condomínios estão caros, inflacionados. Nós pagamos Sesc. O que eu tenho a ver com o Sesc se eu não produzo carros, alimentos, eu não produzo nada? Por que eu tenho que pagar Sesc? Eu queria que o presidente ou outro representante do Sesc viesse aqui me dizer se eu posso usar o Sesc, se os condomínios podem usar o Sesc.

E o Governo tem que reconhecer o condomínio. Nós somos empresas ou não o somos? Não adianta a gente ter CNPJ e ser taxada que nem uma Volkswagen e outras empresas. Aí, quando eu vou para uma assembleia e que eu faço uma previsão orçamentária, é uma guerra, como todos os síndicos sabem.

Então, eu acho que é isso. Eu acho que a gente... Concordo com você até na questão...

Tenho que encerrar minha fala, Senador, mas quero dizer que já dei entrada, há muito tempo, à regulamentação da profissão de síndico. Ela não foi reconhecida, e o jurídico da Câmara me explicou que foi pelo fato de a lei estabelecer para o síndico um mandato de dois anos – aí está a controvérsia.

A questão do síndico profissional, a gente tem que mudar – a questão de síndico, porque a lei prevê o síndico. O gestor condominial... É preciso uma coisa diferente de síndico para atender a lei, senão nós não vamos conseguir regulamentar, certo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.

Eu quero comentar a fala do Sr. Braga e a fala anterior também, do Dr. José Geraldo Dias Pimentel, dizendo o seguinte.

Eu não tenho dificuldade nenhuma de encaminhar aqui a frente parlamentar mista em defesa dos condomínios e síndicos do Brasil. Quero determinar a meu assessor Paulo Melo, que é Presidente da ABRASSP e meu assessor, que assuma, junto com o pessoal do meu gabinete, a coleta das assinaturas dos Senadores e dos Deputados para a gente instalar a frente. Que você, Paulo, que é um estudioso da área, possa também verificar, aproveitando a presença do Braga e outros aí, da Landejaine e do nosso José Geraldo, as inovações que a gente precisa apresentar e o que precisamos apresentar legislativamente aqui.

Deixo isso em suas mãos, como assessor do meu gabinete. Você sabe que nós temos toda a estrutura de advogado, de consultoria e do que for necessário para colocar no formato de direito, de Constituição e Justiça para a gente poder encaminhar, tanto a regulamentação quanto essas questões – eu não tenho tempo, você é que está cuidando disso em nome do gabinete.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao nosso querido Enrico da Cunha Correia, Coordenador Jurídico da ABRASSP e advogado militante.

O SR. ENRICO DA CUNHA CORREA – Boa noite, senhoras e senhores.

Vou ser um pouco breve em função do tempo.

Louvo aqui todas as propostas, mas gostaria de acrescentar uma opinião de advogado militante há quinze anos e, principalmente, especializado na área condominial.

Sr. Senador, senhores participantes, eu vejo com grande gravidade não haver uma definição do que é o condomínio, como bem relatou aqui o senhor. O condomínio, a princípio, é um ente despersonalizado, ou seja, ele é uma pessoa jurídica que olvida lucro. Portanto ele tem dois problemas: ele só se torna pessoa jurídica quando ele tem que ser substituto tributário em contribuições e quando, momentaneamente, ele exerce contratações de produtos e serviços.

Então hoje, no Judiciário, nós temos uma grande discussão, e uma discussão na minha opinião tumultuada, que ora condena o condomínio por danos morais, como se ele pudesse praticar danos morais contra alguém, ora reconhece-o somente como ente despersonalizado. Então eu gostaria de propor aqui para os senhores um amplo debate que facilitará a vida do síndico, do síndico profissional e de empresas que administrarão condomínios. Do que se trata? De regulamentar o condomínio edilício. Ou seja, na minha opinião, condomínio edilício não visa lucro, é ente despersonalizado, deverá ter carga tributária diminuta ou nula, poderá haver uma convenção condominial padrão nacional e a criação de metodologias facilitadas, como, por exemplo, a assembleia virtual, a não realização de certas burocracias e, principalmente, a regulamentação do que é o ente não personalizado.

O condomínio edilício, por exemplo, já começa gerando problema quando surge na incorporação imobiliária e o próprio incorporador já fica obrigado a pagar verbas condominiais e depois é acionado pelos moradores e por outros entes a já ter que ressarcir esses cofres.

Então, o que é o condomínio? Nada mais é do que a administração das áreas comuns, e isso a gente não pode burocratizar e não pode também, na minha opinião, trazer demais o Estado para dentro, porque ali justamente é área privada, é imóvel pessoal, particular, e o condomínio somente gere as áreas comuns.

Portanto, eu gostaria de opinar no sentido de a gente tentar engrandecer este debate aqui hoje, trazendo uma legislação nova, moderna, mundial...

(Soa a campanha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ENRICO DA CUNHA CORREA –a ponto de a gente traçar realmente o que é o ente despersonalizado chamado condomínio edilício.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado ao nosso nobre Enrico. Mais tarde, inclusive, o Dr. José Geraldo, na fala dele, vai comentar a respeito dessa questão.

Achei muito interessante a sua propositura. Eu queria que o Paulo o ouvisse, sentasse com você, em nome do meu gabinete, e visse o que podemos comentar.

Paulo, daqui a pouco vou te dar a palavra. Anote aí. Você vai falar daqui a pouquinho.

Agora é o Sr. José Messias de Medeiros, por três minutos.

Pode utilizar o microfone que está à frente da sua mesa.

O SR. JOSÉ MESSIAS DE MEDEIROS – Boa noite a todos.

Nós representamos a ABRASSP por Goiás.

Estamos ouvindo aqui uma questão que nos chama muito a atenção em Goiás, que é o nível social dos condomínios e a forma como as construtoras vêm produzindo as suas construções.

A luta tem sido grande. A ABRASSP está atuando, orientando. Em média, em Goiás, só no Entorno, são três mil condomínios. A margem, em Goiás, é de quatorze mil condomínios. E nós estamos ali lutando, conversando com os síndicos, como alguns que estão aqui.

Realmente, a realidade é outra. Lá, inclusive, nós temos desenvolvido vários projetos sociais dentro do condomínio, coisas que o governo deveria realizar, e nós estamos realizando através da ABRASSP. Um dos projetos que nós estamos fazendo ali é o Projeto Síndico Mirim e Prefeito do Condomínio para, através disso, chegar aos pais pelas orientações.

Outro item também é convenção. Realmente, esse tópico é muito importante. As convenções deveriam ser padrão porque, cada vez que a gente pega uma convenção, a gente vê uma nova realidade. Isso, muitas vezes, complica o cumprimento do dever do síndico, porque ele fica muitas vezes até sem ação para realizar os seus projetos.

Então, a minha observação aqui é no sentido de que trabalhássemos em cima de uma convenção padrão para todos os condomínios, seja ele horizontal ou vertical, aliada à situação social, pois, como já foi dito, até no próprio DF existem situações diferenciadas. Em Goiás, então, estamos trabalhando muito em cima disso.

Estamos aqui para, juntos, com a ABRASSP de Goiás e a ABRASSP em nível nacional...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MESSIAS DE MEDEIROS – ...fazermos um trabalho diferenciado.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Dr. José Messias de Medeiros. Mando um abraço a todos do Entorno do Distrito Federal. Estamos aqui fazendo o máximo possível para podermos fazer essa integração Brasília-Entorno. Acho que o Entorno do DF, Goiás, não pode ser esquecido, não pode ser a "terra do nem".

Eu, como Coordenador da Bancada do Distrito Federal, como responsável pelo orçamento do Distrito Federal para este ano, em nível de Bancada, para encaminhamento, debate, discussão, vou promover uma série de debates sobre o Orçamento Público da União para o Distrito Federal, começando no próximo dia 4, na Ceilândia, e finalizando no dia 24, numa reunião com todos os prefeitos que serão convidados e com representantes do Entorno do Distrito Federal.

Então, eu queria já aproveitar e deixar o convite a você. A minha secretária está distribuindo a revista sobre a regularização fundiária – Lei 13.465 – para que todos tomem conhecimento dela. Depois, queria que trouxesse para mim o calendário dessas reuniões em que vamos discutir o orçamento para divulgá-lo aqui ao vivo para o Brasil e para Brasília toda. Pode continuar distribuindo, por ora, a revistinha, minha querida, porque essa lei é muito importante. Por isso é que eu fiz questão de redigir essa revista. Todos de Brasília, todos que queiram, podem acessar a minha página www.senadorheliojose.com.br, fazer o *download* da revista sobre regularização fundiária – Lei 13.465 – e conhecer todos os seus direitos. Essa importante lei realmente muda o conceito brasileiro com relação à questão fundiária, com relação à questão de condomínios. Então, mais uma vez, eu vou repetir para o Brasil inteiro, que está nos ouvindo, a minha página – Senador Hélio José, do Distrito Federal: www.senadorheliojose.com.br, em que a revista sobre a lei de regularização fundiária estará disponível. Nós fazemos uma exposição de alguns aspectos fundamentais da lei, resumidamente, principalmente em relação às questões do Distrito Federal e do Entorno.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Avelar Rosa, síndico há 25 anos. Com a palavra, por três minutos.

O SR. ANTÔNIO AVELAR ROSA – Boa noite a todos.

Saúdo o Senador Hélio José. Saudando o Senador, saúdo também todos da Mesa e os presentes.

Louvo o Senador por essa iniciativa de estar atento a essa questão dos condomínios.

Eu queria fazer algumas colocações – não são sugestões.

Primeiro, a atividade condominial é uma coisa atípica. Não dá para enquadrar, como o cidadão até colocou, como atividade empresarial de Sesc. Primeiro, o Sesc não é produção; é comércio, é setor



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

terciário. Nós não somos de nenhum setor da economia; nós não somos primário, nem secundário, nem terciário. De certa forma – dispensando o bom trabalho do Pimentel –, está classificado assim na Fecomércio, mas não somos do setor terciário. As empresas que prestam serviço aos condomínios é que são do setor terciário. Condomínio não é setor terciário. Está ali o nosso nobre representante do Ministério do Trabalho e Emprego que disse que não há classificação.

Então, quando a gente vai buscar algum tipo de profissionalização, tem que ficar atento, Senador, porque a gente pode descaracterizar e jogar o condomínio numa vala comum de empresa, que hoje já não está suportando.

Por incrível que pareça, a nossa tributação de condomínio é muito baixa. Se alguém discordar disso, prove para mim o contrário em termos de alíquota. Hoje, se contratarmos diretamente, pagamos PIS; pagamos INSS, que é normal, que é uma alíquota geral, patronal e laboral; e o resto... Somos isentos. Nós não temos que prestar nenhuma declaração ao Fisco; somos isentos de inscrição estadual.

Então, Senador, queria que ficasse muito atento. Quando a gente traz para o profissionalismo, é igual àquela história de Samuel, quando o povo queria um rei – o senhor se lembra disso, porque o senhor é um leitor da Bíblia, um cristão. Samuel falava: "Olha, ter rei tem custo", e o povo dizia: "Não, a gente quer rei." Aí, Samuel, envergonhado, fala com Deus, e o povo quis rei e escolheu o Rei Davi.

Então, quando a gente traz para a profissionalização e a gente não tira, tira o condomínio dessa questão que é uma atividade totalmente atípica... Porque não tem igual, condomínio não tem nenhuma atividade – se vocês conseguirem me apontar uma – igual. O que se aproxima é uma associação, talvez, esportiva, alguma coisa em termos de sindicato. Daqui a pouco é sindicato, e sindicato não é categoria comercial.

Eu só queria deixar essa colocação.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Avelar.

Avelar, com essa voz maravilhosa, é da Rádio Maria, faz um trabalho excepcional com a família no Distrito Federal.

Agradeço a sua presença, agradeço por estar sempre colaborando com o síndico e como participante da ABRASSP.

Obrigado, Avelar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar a palavra, para finalizar essa intervenção externa, para a Sr^a Mailza Santos, uma síndica que vai fazer a sua colocação.

O mesmo procedimento, Mailza, você acende a luz e tem três minutos.

A SR^a MAILZA SANTOS – Boa noite a todos.

Gostaria de cumprimentá-los nesta noite.

Caro Senador, sou síndica há dez anos. Estou nessa luta diária com nossos colegas.

Durante esse período, eu senti muita necessidade de uma especialização, de um curso mais completo, voltado para gestão condominial. Como bem disse o nosso colega Dr. Anderson, é uma função que muitos síndicos infelizmente assumem sem terem noção do tamanho da responsabilidade que estão assumindo.

Eu costumo dizer que é até um pouco injusto, porque é uma função que tem que conhecer muitas outras áreas, a gente já falou. Ele tem que entender de segurança, ele tem que entender de manutenção, que é a parte de engenharia civil, o mínimo. Ele tem que entender de psicologia, para fazer a administração de conflito, ele tem que entender de uma série de coisas.

E a minha sugestão, no projeto de lei, é que a gente tome um pouco de cuidado com relação aos critérios para que essa pessoa seja chamada de síndico profissional.

No decorrer desse período, voltando um pouquinho a minha fala, eu criei um curso de pós-graduação em gestão condominial porque eu queria fazer, eu senti necessidade disso. E no Brasil isso não existia. Em São Paulo, no Rio, que estão muito mais à frente do nosso tempo aqui, não existe esse curso. Então, como não existia, eu criei esse curso.

Hoje, nós estamos no Senac com três turmas em andamento, já entrando para a quarta agora. Existe o curso de graduação, que foi criado pelo Sindicondomínio, que também está aí aprovado, pronto para iniciar. Ou seja, nós temos como qualificar esse público. Brasília tem síndicos profissionais.

Então, eu gostaria de sugerir que a carga mínima fosse de pelo menos 360 horas, que é o curso de pós-graduação. Por quê? Hoje, há cursos em todos os lugares – não desqualificando, graças a Deus que existem, porque até há pouco tempo não existiam. Há muitos cursos, porém há muitas pessoas fazendo cursinhos *on-line* de 3 horas, de 4 horas, e têm certificado de síndico profissional e estão atuando no mercado fazendo coisas erradas e sujando o nome de quem estuda e faz um serviço de qualidade.

Então, eu gostaria de sugerir que a gente tomasse o cuidado de colocar uma carga mínima de uma graduação, de uma pós-graduação, de um curso tecnológico, mas que tivesse uma carga mínima aí





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pelo menos 360 horas/aulas para que essa pessoa tivesse realmente qualificação para fazer um serviço de qualidade, prestando atenção nele principalmente, porque ele responde civil e criminalmente por isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço à Dr^a Mailza Santos, síndica. De qual condomínio, Mailza?

A SR^a MAILZA SANTOS – Eu sou do Portal Síndico Profissional, sou professora do Senac e sou síndica de dois condomínios horizontais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra imediatamente para a Dr^a Landejaine, por três minutos prorrogáveis por mais dois, para suas considerações finais e comentários sobre tudo o que foi ouvido.

A SR^a LANDEJAINE MACCORI – Eu gostaria só de, mais uma vez, agradecer a todos e saber da opinião até das pessoas. Se comungam, se não comungam dessas ideias, porque acreditamos, conforme nós dissemos, na importância desse conhecimento científico.

Então, nós temos que galgar e buscar o nosso espaço. Temos que ter uma regulamentação, então vamos caminhar nesse sentido. E tanto a graduação quanto a pós-graduação, como a Mailza aqui falou, ambas estão amparadas por aquele órgão máximo que eu mencionei, o Ministério da Educação, estão dentro de instituições de nível superior. Então, quer dizer, já é um grande avanço também.

Precisamos ter os cursos básicos? Sim, também precisamos ter os básicos, mas nós vamos caminhar em todos os sentidos, no básico, na graduação, na pós-graduação.

Gostei muito das considerações do Ministério do Trabalho, vi que as nossas chances são excelentes. Nós já estamos, inclusive até, acolhidos pelo conselho de orientação e fiscalização da profissão, que é um requisito básico. Então, nós temos, como se diz lá no meu interior, a faca e o queijo na mão.

E, agora, com o apoio do Senado Federal... Eu acredito que era só isso que faltava. Eu agradeço imensamente ao Senador Hélio José, porque eu acho que nós chegamos onde deveríamos ter chegado já há algum tempo.

Eu agradeço imensamente porque eu acho que agora nós chegamos na reta final. Estou extremamente otimista.

Obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Obrigada, Dr^a Landejaine, que Deus nos abençoe e nos ajude nessa caminhada, porque essa é uma área importante que a gente precisa realmente dar, sair daqui com um trabalho – nós temos ainda até o dia 2 de fevereiro de 2019 o mandato de titular do Senado Federal.

Espero, contando com colaboração de todos vocês, que a gente consiga uma reeleição no próximo ano. Ano que vem vai haver uma eleição no DF, uma eleição dura, 7 de outubro do próximo ano. Com certeza serei candidato, ou ao Senado ou a Deputado Federal, ou ao Governo, alguma coisa. Provavelmente estaremos nos colocando à disposição e preciso muito contar com a colaboração de todos para que a gente permaneça defendendo a ética, os comportamentos morais, a família, a vida, o meio ambiente, as coisas corretas do dia a dia.

Vamos passar a palavra ao Dr. Paulo Melo, nosso Presidente da ABRASSP, que eu tenho a honra de ter em minha assessoria aqui, representando exatamente esse setor tão importante que são os condomínios e os síndicos do País.

Dr. Paulo, três minutos extensíveis por mais cinco.

O SR. PAULO ROBERTO MELO – Obrigado, Senador, por me dar mais cinco minutos.

Quero agradecer muito ao Senador Hélio José por essa medida muito positiva para gente.

Quero dizer que não é a primeira audiência – viu, gente? – vão ocorrer outras audiências.

Quero dizer que assumo, com muito orgulho, a missão, junto com o Sindicondomínio e outras entidades, de criar a frente parlamentar mista em defesa dos condomínios e apoio aos síndicos. Será uma comissão forte, porque o Brasil hoje é um país que tem muitos condomínios. Precisamos ter atuação, ter a bancada dos condomínios no Congresso Nacional. Chegou a hora, e vamos contar com o apoio do senhor, Senador Hélio José, para isso.

Quero já deixar proposto aqui montar uma comissão, comissão pró-legislação, para podermos fazer, a diversas mãos, essas alterações da lei de 1964 e das outras legislações também, a legislação da regulamentação da profissão e assim por diante.

Concordo com a Mailza: curso para síndico profissional tem que ser de 360 horas. O mais é cursinho para síndico morador mesmo. Não é curso para pessoa que vai para a rua entregar um currículo, ser eleito, assumir 10, 15 condomínios como síndico profissional. Condomínio não é empresa, mas tem que ser administrado como uma empresa. Isso é muito importante.

Convenção padrão eu acho interessante. A gente podia pôr isso na comissão pró-legislação.

E há a questão também da área comum: a gente tem que trabalhar muito em conjunto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que está surgindo no País também – nós temos que observar –...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROBERTO MELO – ...é a questão das ruas que as pessoas transformam em condomínios, como em Mato Grosso do Sul – ou Mato Grosso, não sei. São Paulo também tem, o Lago Sul também tem. É preciso encontrar uma forma de regulamentar isso para o futuro, porque, de um lado, isso é bom, porque o Governo não dá conta mais hoje de resolver os problemas de todo mundo. Dá mais segurança aos moradores, principalmente se a rua for sem saída, que não dá em lugar nenhum. Eu não vejo por que não fechar essa rua e transformá-la em um condomínio realmente, com CNPJ de condomínio e assim por diante, porque vai reduzir a pressão do Estado para poder tapar buraco, para poder trocar lâmpada e pela segurança também. As pessoas vão ter mais qualidade de vida e mais segurança.

Então, é isso.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Senador Hélio José por esta iniciativa. O Senado Federal está engrandecido com o senhor. O senhor é um Senador das causas sociais. Todos os movimentos do Brasil e de Brasília procuram o senhor porque sabem que em seu gabinete vão ter uma resposta. E esta Comissão Senado do Futuro vai, realmente, colocar no eixo e desenvolver o futuro dos condomínios no Brasil. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado ao Paulo, Presidente da ABRASSP. O seu trabalho realmente salta aos olhos. Quero cumprimentar você e todos da ABRASSP.

Mais uma vez, deixo claro que o meu gabinete, via página www.senadorheliojose.com.br, está à disposição de todos do Brasil e de Brasília para poder estar comunicando, participando e colaborando com o dia a dia do mandato, o que a gente tem procurado fazer da melhor forma popular possível.

Passo a palavra aqui à nossa nobre Dr^a Diana Motta, Diretora do nosso Ministério das Cidades.

A SR^a DIANA MOTTA – Muito obrigada pela oportunidade, Senador Hélio José. Muito obrigada aos colegas da Mesa, aos participantes.

Eu quero registrar, em nome do Ministro Bruno Araújo, a excelente oportunidade de compartilhar um tema tão importante e estratégico para a política urbana igualmente, especialmente no que respeita à capacitação de condomínios, que, digamos assim, estão inseridos no contexto da política de habitação e interesse social.

Foi colocado aqui como administrar conflitos, como gerir melhor os condomínios, os aspectos relacionados à capacitação. Isso é muito importante. Reitero igualmente que o Ministério das Cidades



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

está trabalhando exatamente no sentido de aperfeiçoar e melhorar o trabalho social nesses empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida.

Coloco o nosso Ministério à disposição e agradeço, mais uma vez, esta oportunidade.

Muito obrigada, Senador.

Estamos abertos, com a nossa nova Lei de Regularização Fundiária Urbana.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – A Dr^a Diana Motta é uma craque. Ela consegue fazer uma economia de tempo muito forte.

Vamos passar a palavra agora ao Dr. Sergio Barreto de Oliveira, três minutos extensíveis por mais dois.

Por favor, Sergio.

O SR. SERGIO BARRETO DE OLIVEIRA SILVA – Primeiramente, agradeço em nome do Ministro a participação, estar aqui esclarecendo para vocês o assunto de regulamentação de profissão.

Eu deixei bem claros os requisitos necessários para se poder fazer um PL, para podermos analisar tecnicamente.

Estamos abertos para tirar qualquer dúvida, tanto a Coordenação como o Ministério.

Agradeço ao Senador Hélio José e a todos os presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Seguindo a escola da Dr^a Diana: muito rápido também.

De qualquer forma, quero cumprimentar todos do Ministério do Trabalho, cumprimentar meu amigo Dr. Ministro Ronaldo Nogueira, o meu querido Delegado Regional do Trabalho de Brasília, Beltides José da Rocha, com quem tenho uma relação muito boa – ele poderia estar aqui conosco.

O trabalho é esse mesmo, e precisamos da colaboração de vocês. O Paulo está com a incumbência de ouvir todos para que apresentemos esse PLS o mais breve possível, tanto do Dia do Síndico como da modernização da Lei dos Condomínios.

Quanto à questão da regularização, são três coisas distintas. Então, é só reunir com todos que vamos apresentar. Um PLS tem um trâmite muito mais rápido do que um PLC. Um PLS é um projeto de lei do Senado Federal. Por haver apenas 81 Senadores, o PLS tem uma tramitação mais rápida, mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tranquila. E, quando chega à Câmara, para fazer os ajustes, porque a Câmara seria a Casa revisora... Depois ele volta para o Senado para se fazer o ajuste final, com mais possibilidade de avançar na questão da sua aprovação.

Então, estou à disposição, como Senador da República, para encaminhar essas questões importantes para Brasília, para o Brasil e para todos os moradores de condomínio.

Passo a palavra ao nosso nobre representante da OAB Brasília, Dr. Anderson. Eu tive a satisfação de fazer uma sessão solene em homenagem ao Dia do Advogado, à OAB Nacional. Estive com o Dr. Lamachia e com toda a Direção Nacional da OAB aqui no Senado Federal há mais ou menos duas semanas – para quem não sabe, o mês do agosto é o mês do advogado.

É dia 11 ou 12?

O SR. ANDERSON FERNANDO MACHADO – Dia 11 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É o Dia do Advogado.

Precisamos saber que, para tudo, precisamos de advogado. Então, meus agradecimentos à OAB. Que fique claro que estaremos sempre à disposição.

Com a palavra o Dr. Anderson, por três minutos extensíveis para mais dois.

O SR. ANDERSON FERNANDO MACHADO – Agradeço, nobre Senador, novamente pela iniciativa deste importante debate sobre a área condôminial.

Agradeço também aos amigos, membros dessas entidades que trabalham com condomínios.

Não falei muito sobre ele, mas também tenho orgulho de representar o Instituto Pró-Síndico, que luta pelo direito dos síndicos e, de uma maneira geral, dos condomínios de São Paulo, através do Presidente Dostoiévski Vieira, que também tenho a honra de estar aqui representando.

Gostaria de falar que a OAB está à disposição, Senador, para esses debates e discussões. O Presidente da OAB, Dr. Juliano Costa Couto, já me procurou para conversar e criarmos um debate, juntamente com a Presidente da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico, para que possamos fazer debates calorosos nesse intuito.

Também estou muito feliz – e queria aqui abrir um adendo dizendo que essa tecnologia do WhatsApp é uma coisa muito interessante – porque meu pai me diz que, podendo assistir à TV Senado, ele tem muito orgulho de estar assistindo ao vivo porque ele foi um dos cofundadores da TV Senado. Ele foi diretor da Casa e diz ser muito gratificante me ver aqui. Eu queria estender esse abraço ao meu pai.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Qual é o nome dele?

O SR. ANDERSON FERNANDO MACHADO – Antônio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Olha que bacana! Um abraço, Sr. Antônio.

O SR. ANDERSON FERNANDO MACHADO – Gostaria de agradecer a todos pela participação e dizer que cada um de vocês tem um papel, tenho certeza, fundamental.

Doutor, seria interessante – gostei muito das suas colocações aqui – nos encontrarmos. Eu o convido a fazer parte da comissão para podermos levar esses debates à OAB, inclusive a esse seminário proposto por ela. Achei muito interessante a sua colocação aqui.

Um grande abraço a todos. Felicidades!

Estamos à disposição no que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradecido ao Dr. Anderson.

Antes de passar a palavra ao Dr. José Geraldo para as suas considerações finais e encerramento dos nossos debates de hoje, quero comunicar a todos os nossos ouvintes, notadamente aos do Distrito Federal, que, como Senador da República e Coordenador da Bancada do Distrito Federal, estou convidando todos para discutirmos o orçamento do Distrito Federal. Debateremos sobre as prioridades das cidades, com a participação do Conselho de Segurança, do Conselho de Educação, do Conselho de Saúde, do Conselho de Transporte, do Conselho de Cultura, conselhos tutelares, do Comando da Polícia Militar, do Comando do Corpo de Bombeiros, da Associação Comercial, da Associação das Micro e Pequenas Empresas, e das lideranças comunitárias em geral, inclusive a dos síndicos e condomínios, via ABRASSP, e outras representações e sindicatos, nas seguintes datas: Ceilândia, dia 4 de setembro de 2017, segunda-feira, na Administração Regional de Ceilândia, a partir das 19h30min.

Discutiremos, pela primeira vez, democraticamente, o orçamento das cidades em Taguatinga no dia 15 de setembro de 2017, uma sexta-feira, na Administração Regional de Taguatinga, às 19h30min.

Discutiremos também em Planaltina, Distrito Federal, no dia 18 de setembro de 2017, segunda-feira, no Ginásio de Funções Múltiplas, na Administração Regional de Planaltina, às 19h30min.

Nós nos reuniremos também no dia 21 de setembro de 2017, quinta-feira, no Gama, na Administração Regional do Gama, ou no Auditório do Sesc Gama (a definir), às 19h30min – podem, depois, acompanhar na minha página. Qual é a minha página? Alguém sabe?
www.senadorheliojose.com.br, onde poderão obter esse completo quadro e participar. Discutiremos também na Administração Regional do Paranoá no dia 25/9/2017. É importante o síndico lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparecer, porque o nosso Administrador do Paranoá é o diretor de todos os síndicos lá do Paranoá Parque – há esse problema gravíssimo que vive o Paranoá Parque –, que é o Peixoto. Então seria importante que quem quiser contribuir com esse debate esteja lá no Paranoá, na Administração do Paranoá, às 19h30min do dia 25/9.

Finalizando o debate do orçamento em nível descentralizado, porque depois teremos uma grande plenária, que eu também tive a honra de implantar nesta Casa para definir as emendas de bancada... Eu fui o Coordenador em 2015 e fui reeleito Coordenador em 2017. Em 2016 o Coordenador da Bancada era o Deputado Izalci. Eu, como Senador da República, fui o Coordenador em 2015 e volto a ser o Coordenador da Bancada em 2017. Então, a última reunião antes da reunião final, que faremos aqui no Congresso Nacional, será no dia 29/9/2017, sexta-feira. A discussão será sobre o Entorno, a RIDE, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, no auditório do Interlegis, aqui, no Senado Federal, às 14h30min.

Esse quadro está disponível na minha página, www.senadorheliojose.com.br.

Ressaltamos que a participação de todos os Parlamentares é importante. Todos estão convidados. A reunião vai ser importante, e é importante a participação das pessoas, representantes de associações e de conselhos.

Finalizando, passo a palavra para o nosso nobre Sr. José Geraldo Dias Pimentel, Presidente do Sindicato dos Condôminos do Distrito Federal, Sindicondomínio, por três minutos extensíveis por mais dois.

O SR. JOSÉ GERALDO DIAS PIMENTEL – Muito obrigado pela presença de cada um de vocês.

Não poderia ser diferente, Senador: estou aqui recebendo uma grande quantidade de mensagens pelo WhatsApp das pessoas que estão assistindo à TV Senado em relação a uma colocação muito feliz que o Henrique fez sobre a questão dos condomínios edilícios no Brasil.

Hoje tivemos a oportunidade de debater o papel dos síndicos e dos síndicos profissionais nos condomínios brasileiros. Acabo de receber aqui uma sugestão, Senador. Se o senhor a acatar, já tendo nomeado o Paulo como seu assessor e também responsável por conduzir os trabalhos da frente parlamentar... Estão me sugerindo que se trate de dois temas completamente diferentes, mas que convergem em algum instante: uma frente parlamentar em defesa dos condomínios do Brasil e uma outra frente parlamentar em defesa dos síndicos e gestores condominiais no Brasil. Ou seja, no momento em que essas duas frentes estivessem com seus trabalhos prontos, nós os traríamos para o bojo de uma única legislação, o trabalho de uma convergindo com o trabalho da outra. Essa foi a solicitação encaminhada por vários síndicos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em especial, Senador, em relação a essa solicitação, há uma fundamentação muito importante – são várias mensagens encaminhadas –, que diz respeito ao Simples Nacional. Nós, que somos condomínio, somos obrigados a arcar com a cota patronal de recolhimento de 20% como se empresas fôssemos, além do seguro da previdência que recolhemos. Isso para não falar do Sesc/Senac – Sesc, 1,5%; Senac, 1%.

E outra questão que nos preocupa muito é a questão da forma como os condomínios vêm sendo tributados no tocante à parte da legislação trabalhista aplicável a esse público. É nesse sentido a colocação de diversas pessoas que nos acompanham, principalmente pela TV Senado. Certamente, se o senhor acatar, os condomínios do Brasil irão agradecer enormemente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Dr. José Geraldo.

Não vejo nenhuma dificuldade. Precisa trabalhar todo mundo, a quatro mãos, porque nosso gabinete... Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa de Rádios e TVs Comunitárias do Brasil, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cerrado e sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Bombeiro Civil, que é uma pessoa que precisa muito. Posso presidir essas duas comissões ou ser vice-presidente, não há problema nenhum. Meu gabinete vai tomar a iniciativa de fazer, com esse processo...

Então, Paulo, a partir de segunda-feira, sentar com a Carmen, pegar as assinaturas – amanhã é sexta, então, amanhã –, pegar as assinaturas dos Parlamentares para a gente instalar as frentes parlamentares devidas para discutir melhor o tema, sem nenhuma dificuldade.

Nada mais havendo a tratar, quero declarar encerrada a presente reunião agradecendo a todos que aqui participaram. Cumprimento nossos ouvintes do Brasil inteiro. Foi uma satisfação estar aqui debatendo assuntos tão caros e importantes para todos nós.

Muito obrigado.

Boa noite a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 18 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 50 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e vinte minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Cristovam Buarque, Dário Berger, Vicentinho Alves, Ana Amélia, José Medeiros, Cidinho Santos, Wilder Moraes, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 10ª e 11ª reuniões, realizadas em 17 e 31 de agosto de 2017, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 19 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja também convidado para a Audiência Pública aprovada em razão do RFF nº 11/2017, para debater o futuro das rádios e televisões comunitárias e a cobrança pela transmissão de obras musicais, a se realizar no dia 28 de setembro próximo, o Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Regional da República da 4ª Região." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 20 de 2017** que: "Debater o papel da gestão pública eficiente na construção do futuro" **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 21 de 2017** que: "Requeiro, com fulcro na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 58, § 2º, II, e no Regimento Interno do Senado Federal, nos arts. 90, II, e 93, II, a realização de audiência pública pela Comissão Senado do Futuro, para debater a regulamentação da profissão de bombeiro civil." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 22 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão Senado do Futuro um ciclo de audiências públicas destinadas a debater o impacto das privatizações no futuro do setor elétrico e do Brasil." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado com inclusão do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e Associação Brasileira de Analistas de Infraestrutura - ABRAINFA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/13>

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão do Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 13 de setembro de 2017.

Após alcançar o quórum regimental, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 10ª e da 11ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Srªs e Srs. Senadores, a reunião de hoje tem por objetivo deliberar sobre o requerimento apresentado, item nº 1:

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 19, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos regimentais, que seja também convidado para a Audiência Pública aprovada em razão do RFF nº 11/2017, para debater o futuro das rádios e televisões comunitárias e a cobrança pela transmissão de obras musicais, a se realizar no dia 28 de setembro próximo, o Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Regional da República da 4ª Região.

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Requerimento nº 19, de 2017.

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 20, de 2017****- Não terminativo -**

Debater o papel da gestão pública eficiente na construção do futuro

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Na construção do futuro; gostei desse termo.

Passo a palavra ao autor para apresentar e justificar o seu requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o papel da gestão pública eficiente na construção do futuro, com a presença dos seguintes convidados: Claudio Gastal, Presidente Executivo do Movimento Brasil Competitivo (MBC); Francisco Gaetani, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública; Hussein Kalout, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Lia Valls, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, uma audiência como essa talvez nem fosse necessária, mas hoje eu a considero absolutamente necessária. Se nós formos olhar a história dos últimos anos no Brasil relacionada à crise que atravessamos, muito provavelmente uma das razões mais fortes serão os equívocos da gestão pública ou, pior ainda, o abandono da gestão pública. Nós nos acostumamos com a irresponsabilidade da gestão pública, o que leva ao aparelhamento da máquina do Estado. Se houvesse uma gestão pública responsável, não haveria aparelhamento, e, se não houvesse aparelhamento e houvesse gestão pública, seria até capaz de faltar dinheiro hoje para algumas atividades, mas faltaria muito menos.

Eu cito a própria situação do ensino e das universidades. Nós precisamos de mais dinheiro, mas não basta mais dinheiro se nós não formos capazes de melhorar a gestão pública, reduzindo gastos, inclusive, com as novas tecnologias e reduzindo desperdícios que temos, além da gestão buscando fontes novas de financiamento.

O senhor é um dos mais ligados Senadores, se não o mais ligado, à Universidade de Brasília, vamos dizer, como o Reguffe e eu. É absurdo o que está acontecendo com os cortes de verbas feitos pelo Governo, mas também nós precisamos analisar a nossa responsabilidade, os nossos pecados em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dois sentidos: na gestão mais eficiente, para reduzir a necessidade de gastos; e na busca de novas fontes.

Dia desses eu conversei com a Reitora e disse: "Se se cobrasse o estacionamento no terreno da universidade, seriam 20 milhões a mais por ano." É um bom dinheiro. E alguns disseram: "Isso é privatizar." O que é privatizar? Cobrar estacionamento para o dinheiro ser usado na instituição ou colocar o carro em cima de um terreno público sem pagar?

É uma forma de grilagem. Deixar o carro por 8 horas num terreno público sem pagar nada é grilagem. Não é a grilagem que toma o terreno, não é a grilagem que quer ficar dona, mas é uma grilagem temporal, provisória.

Investir mais, por exemplo, numa área em que o senhor se interessa tanto, que é o desenvolvimento tecnológico, na área de energia, gerando patentes, pode ser uma fonte de financiamento.

Então, em função dessa necessidade de melhor gestão que trago aqui a esta Comissão esse requerimento. Escolhi pessoas que, a meu ver, têm com o que colaborar na gestão para fazer a gestão pública ser eficiente. Não ter uma gestão pública eficiente é uma forma de privatizar, da maneira mais abjeta de todas, que é jogar dinheiro fora.

Então essa é a minha proposta. Gostaria muito que esta Comissão aceitasse a possibilidade de fazermos essa audiência para discutirmos como ter uma gestão pública eficiente para a construção do futuro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, antes de pôr em votação, só quero fazer um breve comentário.

Quero cumprimentar V. Ex^a, pela atualidade do tema, por trazer essa discussão tão relevante a esta nossa Comissão Senado do Futuro e por propiciar que possamos, portanto, ouvir mestres e estudiosos do assunto numa área sensível e numa área polêmica, porque, queira ou não queira, eu concordo com a tese de V. Ex^a quando coloca que é ocupação, é uma espécie de grilagem, não tem nada que pague isso aí...

O aluno da UnB, que é uma faculdade pública, vai lá e pressupõe-se que ele, ou vai de transporte público ou tem que ter um lugar para pôr o veículo, com que ele se deslocou até lá. Então é uma discussão que tem dois vieses. E vai ser oportuna essa tese que V. Ex^a coloca da necessidade da sobrevivência dos organismos públicos, da necessidade de debatermos com profundidade saídas, e saídas inteligentes e aceitáveis. E como eu sei do processo democrático com que V. Ex^a encaminha em todos os debates e em todas as questões, eu tenho plena concordância com o colocado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse seria o meu comentário.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, está aprovado o Requerimento nº 20 de S. Ex^a Senador Cristovam Buarque. A gente vai encaminhar para a Comissão fazer os convites. V. Ex^a averigua uma data que lhe seja mais oportuna para que nós possamos realizar essa reunião.

Normalmente, aqui, no âmbito da Comissão, estamos fazendo alguns debates que foram aprovados, nas quintas-feiras, às 18 horas, mas nada obriga que esta aqui seja feita nesse horário. Podemos fazer como fizemos naquela de que participou o nosso Girardi, Senador criador desta comissão no Chile, no momento em que for oportuno.

Então V. Ex^a está devidamente, com toda a tranquilidade, para encaminhar este debate, num acerto entre nós aqui, no melhor momento que o senhor achar oportuno para a gente poder fazer. A Comissão dará total apoio ao encaminhamento. O.k., Senador Cristovam?

Obrigado e vamos para o próximo aqui.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Extrapauta.

Há sobre a mesa dois requerimentos de minha autoria, extrapauta, que pretendo submeter à deliberação de V. Ex^{as}.

Aqueles que concordam com a inclusão desses requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3.

O Requerimento da Comissão do Senado do Futuro nº 21, de 2017, de autoria desta Presidência é para realizar audiência pública para debater a regulamentação da profissão de bombeiro civil, que é uma profissão do futuro, bem atuante. Hoje há milhares de desempregados.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o Requerimento nº 21, de 2017, do Senado do Futuro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 21, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, com fulcro na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 58, § 2º, II, e no Regimento Interno do Senado Federal, nos arts. 90, II, e 93, II, a realização de audiência pública pela Comissão Senado do Futuro, para debater a regulamentação da profissão de bombeiro civil.

Autoria: Senador Hélio José

Para tanto, sugiro os seguintes convidados: representante do Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), Departamento de Prevenção e Preparação (DPP); representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Nacional de Classificação das Atividades Econômicas; representante da Federação Nacional dos Trabalhadores Bombeiros Cíveis (FENABCI); representante da Federação Brasileira de Bombeiros Cíveis (Febrabom); representante do Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Cíveis do Distrito Federal (Sinbombeiros); representante do Ministério do Trabalho; representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); representante do Instituto Nacional para o Desenvolvimento de Profissão do Bombeiro Civil, Sr. Rafael Alves de Oliveira.

Justificação.

A profissão de bombeiro civil é de extrema importância para a sociedade brasileira, tendo em vista a proteção por eles prestada às pessoas e patrimônios dos mais diversos malefícios, como incêndios, por exemplo.

Além disso, os referidos profissionais são responsáveis por avaliação de riscos existentes no ambiente, implementação de planos de evacuação, resgate de pessoas e intervenção em acidentes elétricos, hidráulicos e de produtos químicos.

Por isso, necessário amplo debate no seio deste parlamento acerca da correta regulamentação de tão importante profissão. Além do mais, a Comissão do Senado do Futuro procura orientar o Senado nos seus projetos de resolução, projetos de leis. Então, essa questão do bombeiro civil não está regulamentada, e essa audiência pública vai visar exatamente encaminhar a regulamentação essa importante profissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 21, de 2017.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4.

Requerimento da Comissão do Senado do Futuro nº 22, de 2017, de autoria desta Presidência para a realização do ciclo de audiências públicas para tratar do impacto das privatizações no futuro do setor elétrico brasileiro.

Em discussão o requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 22, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão Senado do Futuro Audiência Pública um ciclo de audiências públicas destinadas a debater o impacto das privatizações no futuro do setor elétrico e do Brasil.

Autoria: Senador Hélio José

Para tanto devem ser convidadas as seguintes autoridades: Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministro de Estado da Fazenda; Ministro de Estado das Minas e Energia; Ministro de Estado da Saúde; Presidente da Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A; e também devem ser convidados representantes das seguintes entidades: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Pública - Central do Servidor; Central única dos Trabalhadores; Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde; Sindicato Nacional dos Aeroportuários; Associação Nacional de Analistas e Especialistas em Infraestrutura (Aneinfra); Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional; Federação Nacional dos Urbanitários; Sindicato dos Urbanitários no DF (STIU-DF); Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel); Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (Rebrip); Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Força Sindical (FS); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); centros de pesquisa das universidades; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Associação Brasileira da Infraestrutura (Abrainfra); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); e o Fórum Nacional contra as Privatizações.

Então, incluindo esses quatros itens que vocês devem ter anotado aí, a gente coloca em discussão. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 22, de 2017.

Encerramento. Por fim, convido todos os membros da Comissão Senado do Futuro a participarem da audiência pública de amanhã, dia 14, quinta-feira, às 9h, no auditório do Interlegis. Nessa oportunidade, realizaremos o seminário "A Energia Solar como Vetor de Desenvolvimento Social", iniciativa minha e do Senador Cristovam, quando iremos debater com especialistas e estudiosos as vantagens da utilização da energia fotovoltaica em vários campos da ação humana, com especial destaque para a educação.

No dia 28 próximo, na audiência seguinte, daremos continuidade à discussão da importância das rádios comunitárias. Estamos discutindo o impacto da cobrança da taxa do Ecad e a sustentabilidade das rádios comunitárias. Essa audiência pública será realizada às 18h no Plenário 13, com transmissão ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Nobre Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, só para fazer uma referência a essa lista de eventos que o senhor citou, eu fico feliz de ser desta Comissão, de ter tido um papel no início, lá atrás, quando, inspirado pelo Senador chileno Guido, eu trouxe a ideia. Fico feliz de tê-lo como Presidente, trazendo essa dinâmica, e espero que façamos o máximo disso.

Esta é a Comissão que deve discutir o futuro, e o futuro não abstratamente, como os filósofos fazem, os físicos fazem, mas politicamente: o que fazer para construir um futuro. O Brasil está numa situação em que parece que mergulhou num pântano do presente e não consegue botar a cabeça para fora para pensar o futuro.

Eu tenho falado – estava comentando aqui com o Jair, esse grande jornalista de Brasília – que parece que os candidatos a Presidente que estão aí se dividem em dois grupos. Uns que olham no retrovisor, estão querendo dar um passo atrás, seja no populismo, seja no autoritarismo – não vou citar os nomes. Outros olham para dentro do carro, querendo mudar a posição do assento, para ver se com isso cria emprego ou não. Estamos precisando de uma campanha olhando pelo para-brisa, para o futuro, entendendo, primeiro, que houve um esgotamento da nossa democracia. Isso não quer dizer que a gente não queira democracia, mas temos de oxigená-la. Houve um esgotamento nos programas de assistência – não quer dizer que tem de parar o Bolsa Família, mas ele não está dando conta para erradicar a pobreza. Houve um esgotamento no crescimento baseado na indústria fóssil. Não cabe mais carro no Brasil. Houve um esgotamento. Não quer dizer que a gente não cresça; tem de crescer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de outra forma. Então, nós precisamos superar esse esgotamento, e houve um esgotamento na política. Nós vamos precisar criar uma coesão nacional, que não temos hoje, e ter um rumo para o futuro. Esta Comissão, neste Senado, talvez seja a única que está solta do dia a dia, do pântano, e eu estou vendo, pelo que o senhor falou há pouco, das audiências, que a gente está dando oportunidade para isso: amanhã mesmo, uma sobre energia solar; depois, essa nossa sobre gestão; e vamos fazer outras.

Este é o fórum, ao meu ver, que pode pensar o Brasil sem ficar preso nessas dificuldades, ou seja, esta Comissão não usa tornozadeira eletrônica. Ela é solta, pensando o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria cumprimentar nosso nobre Jair. Jair, você sempre é bem-vindo nesta Casa. Muito obrigado pela presença.

Quero dizer que concordo plenamente com S. Ex^a Senador Cristovam Buarque, sempre com as adjetivações corretíssimas, atualíssimas. Foi muito bem colocado.

Só gostaria de fazer um pequeno acréscimo: eu acho que em Brasília, também, nós só temos candidatos que ou enxergam pelo retrovisor, apenas, ou fazem como o senhor falou, só olhando ali pelo próprio banco. Então, nós precisamos mudar a situação do Brasil e de Brasília, porque a população do Distrito Federal precisa ter alguma possibilidade de mudar a situação vigente na nossa cidade, que lamentavelmente caminha para uma situação muito ruim. Brasília conta com a presença de V. Ex^a, Senador Cristovam, com a minha presença e com a do Senador Reguffe, com a possibilidade de juntos construirmos alternativas para a situação vigente, porque querem fazer questões que não atendem a nossa população.

Muito obrigado a V. Ex^a. Estamos juntos nessa luta.

Não havendo mais nada a tratar, declaramos encerrada esta reunião por hoje.

Muito obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, INTERLEGIS, AUDITÓRIO SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e dezessete, no Interlegis, Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Cidinho Santos e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 6/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater o tema da energia solar como vetor de desenvolvimento social. **Participantes:** Sr. Everton Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente - A importância da energia solar para implementar o Acordo de Paris; Sra. Alina Gilmanova, Doutoranda da Unicamp - BRICS: Experiência da energia solar como vetor de desenvolvimento social; Sr. Cristiano Augusto Trein, Tecnologista da Agência Espacial Brasileira e Pesquisador Associado na REPEAS - Cidades Inteligentes e o desenvolvimento social; Sr. Hewerton Martins, Vice-presidente da Associação Brasileira de Energia Solar - Absolar Projeto de escolas solares no DF. Sr. Rafael Shayani, Professor da Universidade de Brasília - Projeto Jaíba Solar. O Senhor Presidente ainda dá a palavra a alguns assistentes do auditório **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/14>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e quinze minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, da Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Ana Amélia e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Fagundes, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Roberto Muniz, Davi Alcolumbre e João Alberto Souza. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 11/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater a situação das rádios comunitárias e o ECAD: "A cobrança de direitos autorais". **Participantes:** Sr. Geremias dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço); Sr. Ronaldo Martins, Secretário Geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - ABRAÇO; Sr. Rodrigo Gebrim, Diretor, substituto, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização do MCTI; Sr. Divino Cândido, Presidente da Abraço do DF. Sr. Wilmar Lacerda. O Senhor Presidente concede a palavra também aos Senhores Wilmar Lacerda, Francisco Monteiro, Julimar Gonçalves, Guarda Jânio, Wantuir Galvão, Mateus Moura, Paulo Melo e McFly. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/09/28>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e onze minutos do dia onze de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Maria do Carmo Alves, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, José Pimentel, Lídice da Mata, Ana Amélia, Vicentinho Alves, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Roberto Muniz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 13, 14 e 28 de setembro, 12ª, 13ª e 14ª reuniões respectivamente, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação das Emendas da CSF ao PLOA 2018. Finalidade:** Deliberar sobre as emendas da CSF ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2018 (PL n.º 20/2017-CN). **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Cristovam Buarque com apresentação das quatro emendas ao PLOA 20 de 2017. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 23 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado ciclo de debates, na forma de Audiências Públicas, para debater sobre O Futuro do Mercado Imobiliário no País e a necessidade de desenvolvimento social e econômico para tanto devem ser convidados o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e suas entidades, os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, as Federações de Indústria, os Clubes de Engenharia, os Sindicatos da Indústria da Construção, a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI-DF), a Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário – ABAMI, representante do Ministério das Cidades, e representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado com a inclusão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e da Associação Brasileira de Construtores. O Senhor Presidente submete à apreciação a aprovação da ata da presente reunião que é aprovada e será publicada juntamente com as demais com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/11>

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de outubro de 2017.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 13, 14 e 28 de setembro, respectivamente a 12ª, a 13ª e a 14ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Item 1: apreciação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018 (PL nº 20, de 2017, do Congresso Nacional).

Com a palavra o Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, conforme estatui a Resolução, especialmente nos arts. 43 a 45, com a nova redação conferida pela Resolução nº 3, de 2015, esta Comissão Senado do Futuro reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018 na condição de autora de emendas coletivas.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada. Cabe destacar a esse respeito que a definição da admissibilidade temática das emendas da Comissão não mais se restringe a determinados órgãos ou entidades, mas sim à pertinência da despesa com o objeto da competência legislativa.

Dentro desse universo, compete a esta Comissão apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento. As emendas e remanejamento são as que propõe acréscimo ou inclusão de dotações; emendas de apropriação têm como fonte a reserva de recursos prevista no art. 56 da Resolução.

Foram apresentadas ao Colegiado 42 propostas de emendas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da apreciação.

Não tendo sido apresentada nenhuma emenda de remanejamento, as emendas de apropriação foram propostas por mim mesmo, pelo Senador Hélio José, pelo Senador Paulo Paim, pela Senadora Maria do Carmo e pelo Senador Wellington Fagundes.

Meu relatório, Sr. Presidente.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola em muito o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão Senado do Futuro. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se respeitar o limite máximo. Nesse sentido, procuramos prestigiar emendas que apresentassem relação com grandes temas e com o futuro do País.

Meu voto, Sr. Presidente.

No tocante às demais emendas, vejo em muitas um esforço de demonstrar interesse nacional e pertinência à área temática da Comissão, e todas exibiram indubitável mérito. Dentre as propostas acolhidas, diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida importância para o futuro do País ou estruturantes para o desenvolvimento nacional, além de observarmos quais programações receberam maior número de apoios.

Início a apresentação das emendas sugeridas ou acolhidas por esta Comissão, discriminadas a seguir.

Proposta nº 19, de minha autoria, que destina recursos para a educação básica, 20RP – "Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", para o FNDE, no valor de R\$410.833.734, que adotamos por se tratar de ação importantíssima ao fortalecimento da educação no Brasil.

Proposta nº 28, do Senador Hélio José, que é relativa à ação 14NC – "Implantação de Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica a partir de Painéis Fotovoltaicos", para o Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$200 milhões, por se tratar de ação com o fim de modernizar a matriz energética brasileira.

Proposta nº 5, de minha autoria, relativa ao Programa 2058, da ação 20VS – "Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo", para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R\$101.058.624, por se tratar de ação com o fim de melhorar a inovação no Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, sugiro o acolhimento da Proposta nº 30, também do Senador Hélio José, que destina recursos à ação 20ZR – "Fomento à Política Produtiva e à Inovação Tecnológica", para o Ministério da Ciência e Tecnologia, no valor de R\$125 milhões.

Em virtude do limite de quatro emendas, torna-se inevitável propor a rejeição das demais emendas, ainda que reconhecendo o mérito de cada uma delas.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Senado do Futuro delibere pela apresentação das quatro emendas supracitadas.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização por meio físico e eletrônico.

Plenário da Comissão, em 11 de outubro de 2017.

Essas são as minhas propostas, Sr. Presidente, lamentando muito ter recusados as outras, mas as regras o impõem. Como Relator eu fui obrigado a tomar a decisão e escolhi de acordo com o que me parece mais importante para o futuro do Brasil do ponto de vista estrutural.

Obviamente, duas delas são de minha autoria, o que se explica porque, ao colocá-las, eu tinha em vista que essas são emendas da maior importância, e como Relator – o que me coube – eu as acolhi.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Quero agradecer a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque pela nossa responsabilidade e compromisso com o futuro do País.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Aprovado o relatório, as emendas passam a se constituir em emendas da Comissão Senado do Futuro e serão encaminhadas para a Comissão Mista de Orçamento.

Segunda parte, Senador Cristovam: estou propondo a inclusão de requerimento...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria até que o senhor se sentasse aqui ao meu lado um minutinho, porque ele queria tirar uma foto para a Agência Senado.

Eu gostaria que o senhor assumisse a Presidência momentaneamente.

Estou propondo a inclusão de requerimento de minha autoria de um tema que o senhor vai achar muito importante.

Em votação a inclusão de requerimento extrapauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento extrapauta.

Vamos ao requerimento, Senador Cristovam.

Trata-se do interesse em se chamar o setor produtivo para discutir o setor imobiliário e a necessidade de desenvolvimento e geração de emprego em nosso País.

Ontem eu tive a oportunidade de estar sentado com o Clube de Engenharia, com o Presidente do Crea, do Confea, com o Presidente do Sinduscon, da Fibra, da Ademi, da Asbraco; do setor produtivo do Distrito Federal. E o que a gente notou? Brasília está um tanto quanto parada, e o Brasil também está um tanto quanto parado. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura e tendo essa oportunidade também de presidir aqui a Comissão Senado do Futuro, achei muito interessante propor esse ciclo de debates, porque assim nós daremos oportunidade para o Brasil inteiro discutir a necessidade de investimento, a retomada da construção civil, a retomada da geração de empregos tão importante para a nossa população. Então, foi nessa linha.

Vou ler o conteúdo do requerimento para o senhor tomar conhecimento cem por cento.

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 23, de 2017****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado ciclo de debates, na forma de Audiências Públicas, para debater sobre O Futuro do Mercado Imobiliário no País e a necessidade de desenvolvimento social e econômico para tanto devem ser convidados o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e suas entidades, os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, as Federações de Indústria, os Clubes de Engenharia, os Sindicatos da Indústria da Construção, a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI-DF), a Associação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário – ABAMI, representante do Ministério das Cidades, e representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria:

Relatório:

Observações:

E ainda acrescento – peço ao pessoal da relatoria para acrescentar – o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), que não está aqui, e a Asbraco (Associação Brasileira de Construtores).

Senador Cristovam, V. Exª lembra mais alguma entidade importante do setor produtivo? Acrescentaremos outros, conforme deliberação da Comissão.

O requerimento está em discussão. O senhor quer discutir, quer falar, dar uma sugestão?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Quero apenas dar o meu apoio. Creio que esse é um tema muito importante no Brasil. Ele tem, sobretudo, dois impactos grandes: no emprego e na habitação. Então, é um tema que merece ser analisado.

Além disso, Brasília é criada por esse setor, desde o seu início, pois é uma cidade em construção.

Por isso, eu dou todo o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PROS - DF) – Obrigado, nobre Senador Cristovam.

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura para aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Cidinho Santos, Sérgio Petecão, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 22/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater o impacto das privatizações no futuro do setor elétrico e do Brasil. **Participantes:** Sr. Leandro Caixeta Moreira, Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Sr. Mauro Martinelli Pereira, Diretor de Distribuição da CEB; Sr. Ikaro Chaves Barreto Sousa, Representante da Federação Nacional dos Urbanitários. Sr. Wilson Ferreira Junior, Presidente da Eletrobrás. O Senhor Presidente franqueou a palavra ainda para o Engenheiro Fábio Rezende da Silva, representante da Federação Interestadual dos Sindicatos dos engenheiros – FISENGE e para o Senhor Carlos Arthur Hermes Fonseca de Souza Coelho, Presidente da Associação dos Contratados de Furnas Centrais Elétricas e Diretor Executivo do Sindicato de Energia do Rio de Janeiro. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 24 de 2017** que: "Requeiro, com fulcro na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art.144 e no Regimento Interno do Senado Federal, nos arts. 90, II, e 93, II, a realização de audiência pública pela Comissão Senado do Futuro, para debater o Ciclo Completo para as polícias brasileiras e a unificação das polícias militares e civis dos estados federados." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/10/24>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezenove horas e quinze minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Wellington Fagundes, Ana Amélia, Vicentinho Alves, José Medeiros, José Pimentel e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 21/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater sobre a Regulamentação da Profissão de Bombeiro Civil. **Participantes:** Sr. Armin Braum, Diretor do Departamento de Operações de Socorro do Ministério da Integração Nacional; Sr. Sergio Barreto, Coordenador de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho; Sr. Handerson Fábio, Presidente da Federação Brasileira de Bombeiro Civil - FEBRABOM; Sr. Rafael Alves de Oliveira, Presidente do Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Profissão de Bombeiro Civil; Sr. Marcondes Alves Barbosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Civis do DF – SINBOMBEIROS/DF. Sr. Ivan Campos de Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis. AO Senhor Presidente concedeu a palavra ainda ao Major Rodrigo Quintino, do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, ao Senhor Antonio Francisco (Chico Bombeiro), ao Sr. Vinícius Bastos, Vereador Reginaldo Engenheiro, Sr. Cristiano Vargas, à Senhora Leila Brandão, vice-presidente do CNBC e à Sra. Vanessa Barros. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/10/26>



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

